ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS

Processo:	**001216-0200/21-4**
Gabinete:	**Estilac Xavier**
Data de abertura:	**08 de janeiro de 2021**
Matéria:	**Contas Anuais**
Órgão:	**PM DE SANTA MARIA - 56900**
Interessado(s):	**Jorge Cladistone Pozzobom** **Rodrigo Decimo**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SETOR DE PROTOCOLIZAÇÃO E EXPEDIÇÃO

Fl.	Rubrica

Consoante disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001216-0200/21-4
Órgão: PM de Santa Maria
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Gab. Alexandre Postal
Exercício: 2021

Distribuído em 11 de Janeiro de 2021.
Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 11/01/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D2B4.07FD.5931.DFEA.DB6E.

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 31/01/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

Página 4
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3331785
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	1.085,09
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**2.570,31**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**2.570,31**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	275.906,11
Liquidado	164.378,76
Pago	123.226,08
SALDO A LIQUIDAR	**111.527,35**
SALDO A PAGAR	**41.152,68**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	177.529,07
Pago	177.529,07
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**3.874,12**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

Página 5
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3331785
DOCUMENTO PÚBLICO

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.119.824,26D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	157.958,15D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	194.253,94C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	143.678,63D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	28.073,35D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	122,93D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.085,09C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	210.057,88C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	2.699.906,11D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	2.699.906,11C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	114.792,96D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	6.084.454,29D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	114.792,96C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	6.084.454,29C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

Página 6
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3331785
DOCUMENTO PÚBLICO

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.090.718,79D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.090.718,79D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.090.718,79D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	584.919,70	537.153,12
Demais Contas	15.396.879,77	15.444.646,35
Totais	15.981.799,47	15.981.799,47
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.104

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

Página 8
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3331785
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 34,091%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 0 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 37,838%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					37,838%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	2.570,31
2º Bimestre	5.517,09	0,00
3º Bimestre	3.875,20	0,00
4º Bimestre	3.008,84	0,00
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**2.570,31**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**2.570,31**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 18 de Fevereiro de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 19/02/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3A4B.CE73.21D2.CFE2.E51A.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/01/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 31/01/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: sala 202 Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia Ltda
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	4.545.666,06
Receita Patrimonial	28.130.000,00	6.761.380,12
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	28.994,10
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**11.336.040,28**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	6.107.977,55
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	9.309.430,02
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**15.417.407,57**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-6.740.040,99**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**20.013.406,86**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	25.747.760,92
Liquidado	13.904.529,13
Pago	13.616.448,60
SALDO A LIQUIDAR	**11.843.231,79**
SALDO A PAGAR	**288.080,53**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55
Liquidado	204.798.077,55
Pago	204.641.805,69
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**156.271,86**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

Página 13
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3342630
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 14
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3342630
DOCUMENTO PÚBLICO

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	335.915.264,68D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.200.433,34D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	2.323.180,10C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.115.378,69D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	12.328.411,93D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.295.033,71D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.496.452,66D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	202.369,60D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	198.978,32D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.058,02D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	10.739.967,64C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	29.270,67C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	735.608,89C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	424,68C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	35.427,06C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	426.187.760,92D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	426.187.760,92C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.071.532,42D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	751.568.023,01D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.739.650,22D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	500.095,75D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.071.532,42C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	751.568.023,01C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.739.650,22C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

Página 15
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3342630
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	500.095,75C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	830.811,58D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	321.324.445,33D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**322.155.256,91D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**322.155.256,91D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

Página 16
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3342630
DOCUMENTO PÚBLICO

TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	118.800.596,72	113.639.325,89
Demais Contas	1.393.139.710,12	1.398.300.980,95
Totais	1.511.940.306,84	1.511.940.306,84
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		9.190

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2019, modalidade CNC (Concorrência), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 13,487%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 2 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 1,636%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 24,804%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 8 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 1/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não ocorreu em Janeiro/2021 empenhos de diárias devido ao covid-19.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

Página 17
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3342630
DOCUMENTO PÚBLICO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	11.336.040,28
2º Bimestre	17.979.530,72	0,00
3º Bimestre	13.166.872,72	0,00
4º Bimestre	11.419.365,73	0,00
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**11.336.040,28**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	15.417.407,57
2º Bimestre	26.095.286,80	0,00
3º Bimestre	19.140.222,04	0,00
4º Bimestre	16.827.286,65	0,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**15.417.407,57**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-6.740.040,99
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-6.740.040,99**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**20.013.406,86**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

Página 18
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3342630
DOCUMENTO PÚBLICO

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

No código de erro EMP_63: "3 ocorrência (s) da licitaçãom nr. 4, ano 2019, modalidade CNC (Concorrência), não cadastrada no Licitacon." Esclarecemos que se trata de Contrato de Gestão - Licitação Compartilhada com o Poder Executivo Concorrência nº 4/2019 Processo nº 326/2019.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

Página 19
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3342630
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 24 de Fevereiro de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 25/02/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 25/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2660.11F1.FD01.4CCB.AEDF.

Página 20
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3347000
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 31/01/2021
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: controladoriageral@santamaria.rs.gov.br
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia ltda
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (55)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Região Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	48.572.486,72
Contribuicoes	9.832.000,00	1.148.882,05
Receita Patrimonial	5.863.695,73	458.766,88
Receita de Servicos	3.000,00	1.039,65
Transferencias Correntes	395.987.100,00	43.300.027,84
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	245.736,73
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**93.726.939,87**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	318.247,45
Alienacao de Bens	15.403.800,00	50.273,51
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	11.897,57
Transferencias de Capital	36.301.381,50	3.349,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**383.767,53**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-7.758.234,12**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**86.352.473,28**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	104.354.931,05
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	31.726.774,48
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**693.618.156,57**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	141.935.485,62

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

Página 22
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3347000
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	40.242.356,63
Pago	24.262.971,75
SALDO A LIQUIDAR	**101.693.128,99**
SALDO A PAGAR	**15.979.384,88**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	44.156.993,29
Liquidado	41.329.262,02
Pago	34.814.945,96
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.827.731,27**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**6.514.316,06**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	70.449.817,67
Excesso de Arrecadação	2.178.338,90
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	31.726.774,48
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	31.726.774,48

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	515.292.411,51D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	640.203.289,64D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	66.152.473,62C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	115.611.498,19C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	28.771.881,20D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	769,05D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	7.431.257,92D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	7.553.817,41D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	2.294.383,04D
TRIBUTARIAS	0,00	684.827,34D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	714.391,96D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	99.403.999,97C
CONTRIBUICOES	0,00	1.571.266,09C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	57.043,31C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	10.031.333,60C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	39.865.825,71C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	297.401,29C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	10.451.513,69C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.496.517.981,09D

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.496.517.981,09C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	360.397.106,57D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	1.648.736.482,95D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	426.264.993,72D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.138.654,07D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	171.928.116,93D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	360.397.106,57C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	1.648.736.482,95C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	426.264.993,72C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.138.654,07C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	171.928.116,93C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	130.575.577,44D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	61.647.757,73D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**192.223.335,17D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**192.223.335,17D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	14.707.749,64	0,00	14.707.749,64
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**14.707.749,64**	**0,00**	**14.707.749,64**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizado pelo sistema tributario.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	367.120.006,52	334.193.851,84
Demais Contas	5.987.812.995,13	6.020.739.149,81

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

Totais	6.354.933.001,65	6.354.933.001,65
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		150.324

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

Índices Constitucionais referentes à Educação (MDE+FUNDEB) não calculados

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Índices Constitucionais referentes ao FUNDEB não calculados

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

Índices Constitucionais referentes à Saúde - ASPS não calculados

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 21,14%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 145 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 5,892%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 21,004%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	98,333% dos 60 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação da conta 0000000000000063338X inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	78	0	AVISO	Linha: 78 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	122	0	AVISO	Linha: 122 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	122	0	AVISO	Linha: 122 - Validação da conta 00000000006600102702 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	125	0	AVISO	Linha: 125 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	125	0	AVISO	Linha: 125 - Validação da conta 00000000006066240589 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	140	0	AVISO	Linha: 140 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	140	0	AVISO	Linha: 140 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	141	0	AVISO	Linha: 141 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	141	0	AVISO	Linha: 141 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	142	0	AVISO	Linha: 142 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	142	0	AVISO	Linha: 142 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	143	0	AVISO	Linha: 143 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	143	0	AVISO	Linha: 143 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	144	0	AVISO	Linha: 144 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	144	0	AVISO	Linha: 144 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

Página 26
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3347000
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_33	159	0	AVISO	Linha: 159 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	159	0	AVISO	Linha: 159 - Validação da conta 000000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	136.222.779,60	93.726.939,87
2º Bimestre	107.117.566,56	0,00
3º Bimestre	85.579.936,46	0,00
4º Bimestre	104.255.565,36	0,00
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**648.453.595,73**	**93.726.939,87**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	383.767,53
2º Bimestre	11.681.712,36	0,00
3º Bimestre	9.332.924,85	0,00
4º Bimestre	11.369.596,63	0,00
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**72.826.943,17**	**383.767,53**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-7.758.234,12
2º Bimestre	-9.964.537,83	0,00
3º Bimestre	-7.961.014,61	0,00
4º Bimestre	-9.698.302,10	0,00
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-7.758.234,12**

TOTAL DA RECEITA	**660.964.338,90**	**86.352.473,28**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 25 de Fevereiro de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/02/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/02/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.225A.5B45.0D14.4EEA.5711.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 28/02/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 28/02/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: sala 202 Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia Ltda
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

Página 30
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3381652
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	7.490.847,70
Receita Patrimonial	28.130.000,00	12.089.367,10
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	614.513,57
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**20.194.728,37**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	9.007.906,63
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	14.212.637,21
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**23.220.543,84**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-12.102.294,65**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**31.312.977,56**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	285.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	285.000,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	38.327.669,51
Liquidado	27.764.632,75
Pago	27.525.841,39
SALDO A LIQUIDAR	**10.563.036,76**
SALDO A PAGAR	**238.791,36**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55
Liquidado	204.798.077,55
Pago	204.651.230,44
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**146.847,11**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

Página 31
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3381652
DOCUMENTO PÚBLICO

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	285.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	285.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	331.183.659,83D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.429.342,85D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	3.313.845,74C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.241.745,04D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	24.696.759,14D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.590.533,06D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	344.292,17D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	309.070,30D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.058,02D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	21.386.402,76C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.467.891,18C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.032,77C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	629.142,34C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	438.767.669,51D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	438.767.669,51C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.071.548,97D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	766.634.809,95D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.739.650,22D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	292.665,63D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.071.548,97C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	766.634.809,95C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

Página 32
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3381652
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.739.650,22C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	292.665,63C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	834.694,27D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	316.645.696,70D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**317.480.390,97D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**317.480.390,97D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

Página 33
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3381652
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	206.405.958,89	205.919.554,00
Demais Contas	1.714.593.378,68	1.715.079.783,57
Totais	1.920.999.337,57	1.920.999.337,57
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		18.188

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2019, modalidade CNC (Concorrência), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 17,073%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 2 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 3,216%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,029%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 9 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

Página 34
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3381652
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	0,00
3º Bimestre	13.166.872,72	0,00
4º Bimestre	11.419.365,73	0,00
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**20.194.728,37**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	0,00
3º Bimestre	19.140.222,04	0,00
4º Bimestre	16.827.286,65	0,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**23.220.543,84**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	0,00
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-12.102.294,65**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**31.312.977,56**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

Página 35
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3381652
DOCUMENTO PÚBLICO

lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

No código de erro EMP_63: "3 ocorrência (s) da licitaçãom nr. 4, ano 2019, modalidade CNC (Concorrência), não cadastrada no Licitacon." Esclarecemos que se trata de Contrato de Gestão - Licitação Compartilhada com o Poder Executivo Concorrência nº 4/2019 Processo nº 326/2019.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 12 de Março de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 12/03/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1556.9CA6.99BA.FC14.508C.

Página 37
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3376929
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 28/02/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Página 38
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3376929
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	2.058,30
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**3.543,52**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**3.543,52**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	505.417,64
Liquidado	322.961,34
Pago	275.591,86
SALDO A LIQUIDAR	**182.456,30**
SALDO A PAGAR	**47.369,48**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	177.606,55
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**3.796,64**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Página 39
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3376929
DOCUMENTO PÚBLICO

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.168.066,82D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	156.519,23D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	215.055,29C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	280.638,77D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	65.473,81D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	229,89D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.058,30C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	409.554,52C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	2.929.417,64D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	2.929.417,64C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	141.911,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	6.314.977,98D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	141.911,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	6.314.977,98C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Página 40
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3376929
DOCUMENTO PÚBLICO

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.139.128,84D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.139.128,84D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.139.128,84D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	808.364,16	712.187,53
Demais Contas	18.418.015,41	18.514.192,04
Totais	19.226.379,57	19.226.379,57
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		2.112

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
				Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)				**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Página 42
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3376929
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	5 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)),

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Página 43
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3376929
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 30,769%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 0 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 33,333%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 33,333%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	0,00
3º Bimestre	3.875,20	0,00
4º Bimestre	3.008,84	0,00
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**3.543,52**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**3.543,52**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Página 44
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3376929
DOCUMENTO PÚBLICO

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 10 de Março de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/03/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5AAF.E3FE.EF87.DC6F.7615.

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 28/02/2021
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: controladoriageral@santamaria.rs.gov.br
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia ltda
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (55)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Região Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	64.683.303,21
Contribuicoes	9.832.000,00	2.046.061,01
Receita Patrimonial	5.863.695,73	1.182.523,76
Receita de Servicos	3.000,00	4.735,84
Transferencias Correntes	395.987.100,00	79.268.464,38
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	548.037,92
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**147.733.126,12**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	340.229,23
Alienacao de Bens	15.403.800,00	55.311,94
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	12.031,03
Transferencias de Capital	36.301.381,50	3.349,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**410.921,20**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-12.840.058,70**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**135.303.988,62**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	110.926.610,64
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	32.710.074,48
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**699.206.536,16**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	185.843.804,77

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Página 48
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3410086
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	80.920.769,66
Pago	64.385.508,11
SALDO A LIQUIDAR	**104.923.035,11**
SALDO A PAGAR	**16.535.261,55**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	43.847.893,29
Liquidado	41.644.642,11
Pago	35.305.785,13
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**2.203.251,18**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**6.338.856,98**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	75.050.068,66
Excesso de Arrecadação	3.166.467,50
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	32.710.074,48
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	32.710.074,48

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	509.063.999,96D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	652.427.207,95D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	68.370.177,09C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	114.700.610,23C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	58.531.035,27D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.538,10D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	16.733.715,30D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	16.625.317,75D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	3.480.679,20D
TRIBUTARIAS	0,00	1.384.513,18D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	753.177,66D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	109.812.796,04C
CONTRIBUICOES	0,00	2.430.991,50C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	60.882,06C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	13.302.380,56C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	73.444.772,59C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	4.411.211,84C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	12.962.688,86C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.547.002.808,43D

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Página 49
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3410086
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.547.002.808,43C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	368.589.653,41D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	1.708.159.654,76D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	436.156.039,97D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.205.158,84D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	173.476.639,08D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	368.589.653,41C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	1.708.159.654,76C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	436.156.039,97C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.205.158,84C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	173.476.639,08C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	112.552.723,29D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	82.562.375,30D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**195.115.098,59D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**195.115.098,59D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	14.850.241,27	0,00	14.850.241,27
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**14.850.241,27**	**0,00**	**14.850.241,27**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizado conforme Sistema tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	630.544.876,47	594.726.958,37
Demais Contas	7.179.123.676,95	7.214.941.595,05

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Página 50
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3410086
DOCUMENTO PÚBLICO

Totais	7.809.668.553,42	7.809.668.553,42
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		312.992

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	1.940.020,18	0,00	1.940.020,18
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	808.342,16	0,00	808.342,16
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	485.004,72	0,00	485.004,72
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	108.484,68	0,00	108.484,68
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	45.201,95	0,00	45.201,95
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	27.121,16	0,00	27.121,16
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.496.718,75	0,00	1.496.718,75
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	623.632,82	0,00	623.632,82
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	374.179,70	0,00	374.179,70
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	80.428,36	0,00	80.428,36
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	33.511,83	0,00	33.511,83
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	20.107,09	0,00	20.107,09
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	190.202,01	0,00	190.202,01
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	79.251,11	0,00	79.251,11
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	47.550,33	0,00	47.550,33
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	17.371.025,80	0,00	17.371.025,80
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	7.238.125,80	0,00	7.238.125,80
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.342.553,27	0,00	4.342.553,27
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	24.989,90	0,00	24.989,90
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10.445,85	0,00	10.445,85
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6.211,90	0,00	6.211,90
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	937.818,67	0,00	937.818,67
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	390.823,34	0,00	390.823,34
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	234.391,98	0,00	234.391,98
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	360.412,70	0,00	360.412,70
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	150.245,58	0,00	150.245,58
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	90.026,22	0,00	90.026,22
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	2.346.725,48	0,00	2.346.725,48

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	977.803,55	0,00	977.803,55
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	586.680,07	0,00	586.680,07
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	13.594,06	0,00	13.594,06
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	5.664,21	0,00	5.664,21
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	3.398,48	0,00	3.398,48
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	6.577,79	0,00	6.577,79
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.740,76	0,00	2.740,76
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.644,39	0,00	1.644,39
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	7.401.149,21	0,00	7.401.149,21
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	3.083.812,58	0,00	3.083.812,58
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	1.850.287,28	0,00	1.850.287,28
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	112.769,14	0,00	112.769,14
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	46.987,77	0,00	46.987,77
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	28.192,43	0,00	28.192,43
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	145.233,75	0,00	145.233,75
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	60.516,12	0,00	60.516,12
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	36.305,95	0,00	36.305,95
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	60.424,49	0,00	60.424,49
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	25.180,12	0,00	25.180,12
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	15.102,45	0,00	15.102,45
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	10.019.369,58	0,00	10.019.369,58
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	834.947,46	0,00	834.947,46
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	2.504.842,38	0,00	2.504.842,38
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	3.339.789,72	0,00	3.339.789,72
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	30.556,91	0,00	30.556,91
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.546,43	0,00	2.546,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7.639,26	0,00	7.639,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	10.185,63	0,00	10.185,63
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	10.456.819,14	0,00	10.456.819,14
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	871.401,59	0,00	871.401,59
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	2.614.204,78	0,00	2.614.204,78
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	3.485.606,37	0,00	3.485.606,37
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	8.156.572,72	0,00	8.156.572,72
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	679.714,52	0,00	679.714,52
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	2.039.143,36	0,00	2.039.143,36
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	2.718.857,75	0,00	2.718.857,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	148.700,34	0,00	148.700,34
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	12.391,72	0,00	12.391,72
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	37.175,12	0,00	37.175,12
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	49.566,81	0,00	49.566,81
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.525.178,61	0,00	-1.525.178,61
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-635.577,56	0,00	-635.577,56
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-381.204,06	0,00	-381.204,06
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-420,59	0,00	-420,59
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-176,43	0,00	-176,43
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-104,01	0,00	-104,01
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-273,98	0,00	-273,98
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-114,21	0,00	-114,21

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Página 53
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3410086
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-68,44	0,00	-68,44
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-61.120,38	0,00	-61.120,38
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-25.519,52	0,00	-25.519,52
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-15.224,89	0,00	-15.224,89
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-20.414,42	0,00	-20.414,42
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-8.506,02	0,00	-8.506,02
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-5.103,60	0,00	-5.103,60
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-2.063,86	0,00	-2.063,86
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-859,95	0,00	-859,95
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-515,97	0,00	-515,97
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-6,34	0,00	-6,34
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-2,64	0,00	-2,64
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-1,58	0,00	-1,58
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-18,37	0,00	-18,37
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-7,65	0,00	-7,65
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-4,59	0,00	-4,59
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-2.155,03	0,00	-2.155,03
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-898,46	0,00	-898,46
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-537,97	0,00	-537,97
SUBTOTAL		**99.660.172,01**	**0,00**	**99.660.172,01**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **24.915.043,00**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	13.582.285,55	0,00	13.582.285,55
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.401.001,72	0,00	2.401.001,72
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-672.012,04	0,00	-672.012,04
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.604.006,28	0,00	9.604.006,28
TOTAL II		**24.915.281,51**	**0,00**	**24.915.281,51**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	253.274,92	0,00	253.274,92
20	Ensino Fundamental	1.047.283,53	0,00	1.047.283,53
20	Ensino Profissional	4.239,30	0,00	4.239,30
20	Educação Infantil	2.658.093,23	0,00	2.658.093,23
20	Educação de Jovens e Adultos	917.352,05	0,00	917.352,05
31	Administração Geral	1.413.599,21	0,00	1.413.599,21
31	Ensino Fundamental	11.140.550,09	0,00	11.140.550,09
31	Educação Infantil	1.426.654,89	0,00	1.426.654,89
SUBTOTAL I		**18.861.047,22**	**0,00**	**18.861.047,22**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		11.727.096,60	0,00	11.727.096,60
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.629,17	0,00	1.629,17
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**7,16**		**7.132.321,45**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	10.019.369,58	0,00	10.019.369,58
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	834.947,46	0,00	834.947,46
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	2.504.842,38	0,00	2.504.842,38
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	3.339.789,72	0,00	3.339.789,72
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	30.556,91	0,00	30.556,91
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.546,43	0,00	2.546,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7.639,26	0,00	7.639,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	10.185,63	0,00	10.185,63
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	10.456.819,14	0,00	10.456.819,14
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	871.401,59	0,00	871.401,59
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	2.614.204,78	0,00	2.614.204,78
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	3.485.606,37	0,00	3.485.606,37
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	8.156.572,72	0,00	8.156.572,72
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	679.714,52	0,00	679.714,52
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	2.039.143,36	0,00	2.039.143,36
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	2.718.857,75	0,00	2.718.857,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	148.700,34	0,00	148.700,34
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	12.391,72	0,00	12.391,72
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	37.175,12	0,00	37.175,12
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	49.566,81	0,00	49.566,81
SUBTOTAL		**48.020.031,59**	**0,00**	**48.020.031,59**
Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada				**9.604.006,32**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.604.006,28	0,00	9.604.006,28
TOTAL II		**9.604.006,28**	**0,00**	**9.604.006,28**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	1.413.599,21	0,00	1.413.599,21
31	Ensino Fundamental	11.140.550,09	0,00	11.140.550,09
31	Educação Infantil	1.426.654,89	0,00	1.426.654,89
SUBTOTAL I		**13.980.804,19**	**0,00**	**13.980.804,19**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		11.727.096,60	0,00	11.727.096,60
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		1.542,17	0,00	1.542,17
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**4,69**		**2.252.165,42**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	1.542,17	0,00	1.542,17
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	21.331.102,88	0,00	21.331.102,88
Total		**21.332.645,05**	**0,00**	**21.332.645,05**
Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB				**12.799.587,03**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	10.358.820,89	0,00	10.358.820,89
31	Educação Infantil	1.244.974,30	0,00	1.244.974,30
TOTAL		**11.603.795,19**	**0,00**	**11.603.795,19**
% de Aplicação				**54,39**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020		14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020		60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL		**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%				**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Fevereiro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	1.940.020,18	0,00	1.940.020,18
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	808.342,16	0,00	808.342,16
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	485.004,72	0,00	485.004,72
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	108.484,68	0,00	108.484,68
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	45.201,95	0,00	45.201,95
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	27.121,16	0,00	27.121,16
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	1.496.718,75	0,00	1.496.718,75
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	623.632,82	0,00	623.632,82
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	374.179,70	0,00	374.179,70
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	80.428,36	0,00	80.428,36
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	33.511,83	0,00	33.511,83
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	20.107,09	0,00	20.107,09
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	190.202,01	0,00	190.202,01
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	79.251,11	0,00	79.251,11
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	47.550,33	0,00	47.550,33
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	17.371.025,80	0,00	17.371.025,80
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	7.238.125,80	0,00	7.238.125,80
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.342.553,27	0,00	4.342.553,27
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	24.989,90	0,00	24.989,90
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	10.445,85	0,00	10.445,85
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	6.211,90	0,00	6.211,90
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	937.818,67	0,00	937.818,67
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	390.823,34	0,00	390.823,34
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	234.391,98	0,00	234.391,98
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	360.412,70	0,00	360.412,70
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	150.245,58	0,00	150.245,58
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	90.026,22	0,00	90.026,22
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	2.346.725,48	0,00	2.346.725,48
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	977.803,55	0,00	977.803,55
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	586.680,07	0,00	586.680,07
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	13.594,06	0,00	13.594,06
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	5.664,21	0,00	5.664,21
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	3.398,48	0,00	3.398,48
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	6.577,79	0,00	6.577,79
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.740,76	0,00	2.740,76
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.644,39	0,00	1.644,39
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	7.401.149,21	0,00	7.401.149,21

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	3.083.812,58	0,00	3.083.812,58
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	1.850.287,28	0,00	1.850.287,28
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	112.769,14	0,00	112.769,14
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	46.987,77	0,00	46.987,77
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	28.192,43	0,00	28.192,43
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	145.233,75	0,00	145.233,75
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	60.516,12	0,00	60.516,12
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	36.305,95	0,00	36.305,95
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	60.424,49	0,00	60.424,49
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	25.180,12	0,00	25.180,12
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	15.102,45	0,00	15.102,45
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	10.019.369,58	0,00	10.019.369,58
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	834.947,46	0,00	834.947,46
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	2.504.842,38	0,00	2.504.842,38
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	3.339.789,72	0,00	3.339.789,72
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	30.556,91	0,00	30.556,91
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.546,43	0,00	2.546,43
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	7.639,26	0,00	7.639,26
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	10.185,63	0,00	10.185,63
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	10.456.819,14	0,00	10.456.819,14
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	871.401,59	0,00	871.401,59
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	2.614.204,78	0,00	2.614.204,78
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	3.485.606,37	0,00	3.485.606,37
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	8.156.572,72	0,00	8.156.572,72
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	679.714,52	0,00	679.714,52
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	2.039.143,36	0,00	2.039.143,36
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	2.718.857,75	0,00	2.718.857,75
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	148.700,34	0,00	148.700,34
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	12.391,72	0,00	12.391,72
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	37.175,12	0,00	37.175,12
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	49.566,81	0,00	49.566,81
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.525.178,61	0,00	-1.525.178,61
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-635.577,56	0,00	-635.577,56
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-381.204,06	0,00	-381.204,06
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-420,59	0,00	-420,59
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-176,43	0,00	-176,43
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-104,01	0,00	-104,01
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-273,98	0,00	-273,98
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-114,21	0,00	-114,21
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-68,44	0,00	-68,44
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-61.120,38	0,00	-61.120,38
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-25.519,52	0,00	-25.519,52
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-15.224,89	0,00	-15.224,89
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-20.414,42	0,00	-20.414,42
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-8.506,02	0,00	-8.506,02
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-5.103,60	0,00	-5.103,60
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-2.063,86	0,00	-2.063,86
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-859,95	0,00	-859,95
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-515,97	0,00	-515,97
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-6,34	0,00	-6,34
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-2,64	0,00	-2,64
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-1,58	0,00	-1,58
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-18,37	0,00	-18,37
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-7,65	0,00	-7,65
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-4,59	0,00	-4,59
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-2.155,03	0,00	-2.155,03
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-898,46	0,00	-898,46
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-537,97	0,00	-537,97
SUBTOTAL I		**99.660.172,01**	**0,00**	**99.660.172,01**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **14.949.025,80**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.148.757,42	0,00	8.148.757,42
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.203.004,90	0,00	7.203.004,90
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-402.974,87	0,00	-402.974,87
TOTAL II		**14.948.787,45**	**0,00**	**14.948.787,45**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-89.205,46	0,00	-89.205,46
40	Administração Geral	424.782,84	0,00	424.782,84
40	Atenção Básica	10.135.829,67	0,00	10.135.829,67
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.607.157,73	0,00	1.607.157,73
40	Suporte Profilático e Terapêutico	402.838,71	0,00	402.838,71
40	Vigilância Sanitária	617.067,39	0,00	617.067,39
40	Vigilância Epidemiológica	634.808,24	0,00	634.808,24
SUBTOTAL I		**13.733.279,12**	**0,00**	**13.733.279,12**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		171,82	0,00	171,82
SUBTOTAL III		**171,82**	**0,00**	**171,82**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**13,78**	**13.733.107,30**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 35,64%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 164 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 21,831%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 29,663%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	98,969% dos 97 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação da conta 0000000000000063338X inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	126	0	AVISO	Linha: 126 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	126	0	AVISO	Linha: 126 - Validação da conta 00000000006066240589 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	143	0	AVISO	Linha: 143 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	143	0	AVISO	Linha: 143 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	165	0	AVISO	Linha: 165 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	165	0	AVISO	Linha: 165 - Validação da conta 00000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2021	Centro Administrativo
	Jornal	30/03/2021	O Diário
	Internet	30/03/2021	Home-page

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	26/02/2021	Plenário Camara Municipal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia

Não foram inseridas observações.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Página 60
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 3410086
DOCUMENTO PÚBLICO

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	107.117.566,56	0,00
3º Bimestre	85.579.936,46	0,00
4º Bimestre	104.255.565,36	0,00
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**649.441.724,33**	**147.733.126,12**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	11.681.712,36	0,00
3º Bimestre	9.332.924,85	0,00
4º Bimestre	11.369.596,63	0,00
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**72.826.943,17**	**410.921,20**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	0,00
3º Bimestre	-7.961.014,61	0,00
4º Bimestre	-9.698.302,10	0,00
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-12.840.058,70**

TOTAL DA RECEITA	**661.952.467,50**	**135.303.988,62**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão,

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Página 61
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3410086
DOCUMENTO PÚBLICO

aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Jorge Cladistone Pozzobom
CPF: 48493007072
Cargo/Função: Prefeito
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 24 de Março de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 24/03/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 24/03/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A1E2.B882.5060.C152.DDC7.

Página 63
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 64
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	3.520,13
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**5.005,35**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**5.005,35**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	634.541,14
Liquidado	474.463,61
Pago	435.127,00
SALDO A LIQUIDAR	**160.077,53**
SALDO A PAGAR	**39.336,61**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 65
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

ORIGEM DO RECURSO

Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.205.020,45D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	155.080,31D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	213.848,69C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	415.530,68D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	94.715,25D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	341,74D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	3.520,13C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	609.059,20C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	3.058.541,14D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	3.058.541,14C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	141.911,80D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	6.545.474,79D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	141.911,80C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	6.545.474,79C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.176.221,40D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.176.221,40D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.176.221,40D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 67
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.045.469,07	912.199,88
Demais Contas	21.243.234,38	21.376.503,57
Totais	22.288.703,45	22.288.703,45
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		2.986

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00

	Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 68
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)),

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	5 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 31,646%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 0 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 32,54%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 32,54%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 1 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 70
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 71
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 72
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 74
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	1.461,83
3º Bimestre	3.875,20	0,00
4º Bimestre	3.008,84	0,00
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**5.005,35**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**5.005,35**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

Página 75
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3448733
DOCUMENTO PÚBLICO

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 14 de Abril de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/04/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4542.01C5.2CA2.4961.70C0.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/03/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109

Período: 01/01/2021 a 31/03/2021 — Tipo de entrega: Quadrimestral

Município: SANTA MARIA

Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA

Logradouro: Rua Venâncio Aires — nr: 2035 — compl: sala 202 — Telefone: (55) 3220-0378

HomePage: www.ipasspsm.net — E-Mail: contato@ipasspsm.net

Responsável: EGLON DO CANTO SILVA

Contabilista: ADRIANO VENTURINI — Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199 — Telefone: (51)21182200

Responsável: Rafael Mário Sebben — E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 77
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 78
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	10.419.213,73
Receita Patrimonial	28.130.000,00	23.413.761,41
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	1.106.716,16
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**34.939.691,30**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	11.876.572,23
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	19.066.910,72
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**30.943.482,95**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-20.835.835,43**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**45.047.338,82**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	585.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	585.000,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	51.335.078,14
Liquidado	41.675.565,59
Pago	41.424.484,62
SALDO A LIQUIDAR	**9.659.512,55**
SALDO A PAGAR	**251.080,97**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55
Liquidado	204.798.077,55
Pago	204.656.402,04
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**141.675,51**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 79
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	331.812.711,24D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.421.444,22D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	4.372.282,49C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.375.250,50D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	37.119.703,24D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.884.621,45D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	497.493,48D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	432.008,10D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.263,42D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	32.257.936,60C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.592.201,40C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	2.197.024,78C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.032,77C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.125.871,99C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	451.775.078,14D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	451.775.078,14C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.154.385,54D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	784.181.171,00D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.739.650,22D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	292.778,80D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.154.385,54C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	784.181.171,00C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 80
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.739.650,22C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	292.778,80C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	842.543,94D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	317.084.253,67D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**317.926.797,61D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**317.926.797,61D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 81
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	304.325.806,77	303.392.995,24
Demais Contas	1.992.981.311,12	1.993.914.122,65
Totais	2.297.307.117,89	2.297.307.117,89
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		27.564

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2019, modalidade CNC (Concorrência), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 18,545%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 3 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 3,994%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,399%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 9 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 3/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

pagamento)

Justificativa: Não ocorreu em março/2021 empenhos de diárias devido ao covid-19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 83
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 86
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	14.744.962,93
3º Bimestre	13.166.872,72	0,00
4º Bimestre	11.419.365,73	0,00
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**34.939.691,30**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	7.722.939,11
3º Bimestre	19.140.222,04	0,00
4º Bimestre	16.827.286,65	0,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**30.943.482,95**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 87
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-8.733.540,78
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-20.835.835,43**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**45.047.338,82**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

No código de erro EMP_63: "3 ocorrência (s) da licitaçãom nr. 4, ano 2019, modalidade CNC (Concorrência), não cadastrada no Licitacon." Esclarecemos que se trata de Contrato de Gestão - Licitação Compartilhada com o Poder Executivo Concorrência nº 4/2019 Processo nº 326/2019.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 88
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 89
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3454467
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 16 de Abril de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/04/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BBD2.74C1.FE79.EF2C.A174.

Página 90
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 31/03/2021
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia ltda
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (55)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Região Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	82.125.731,33
Contribuicoes	9.832.000,00	2.949.212,31
Receita Patrimonial	5.863.695,73	1.586.731,01
Receita de Servicos	3.000,00	4.780,99
Transferencias Correntes	395.987.100,00	118.312.949,77
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	928.295,39
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**205.907.700,80**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	655.449,46
Alienacao de Bens	15.403.800,00	57.703,97
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	12.031,03
Transferencias de Capital	36.301.381,50	997.293,22
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**1.722.477,68**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-17.475.469,41**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**190.154.709,07**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	125.836.175,02
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	35.446.517,03
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**711.379.657,99**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	236.735.640,99

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Página 92
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	129.290.945,50
Pago	109.083.380,40
SALDO A LIQUIDAR	**107.444.695,49**
SALDO A PAGAR	**20.207.565,10**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	43.837.993,29
Liquidado	42.458.978,11
Pago	36.118.897,15
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**1.379.015,18**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**6.340.080,96**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	84.863.190,49
Excesso de Arrecadação	5.526.467,50
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	35.446.517,03
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	35.446.517,03

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	507.850.375,02D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	654.925.731,32D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	83.890.474,98C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	100.329.217,60C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	86.956.418,51D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	2.307,15D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	27.752.420,83D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	853,16D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	26.710.879,48D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	6.432.762,19D
TRIBUTARIAS	0,00	1.865.205,24D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	808.703,37D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	120.865.616,48C
CONTRIBUICOES	0,00	3.302.389,76C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	145.679,84C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	15.689.059,16C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	109.531.600,26C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	4.540.771,23C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	15.506.173,36C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.612.427.766,48D

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Página 93
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.612.427.766,48C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	392.157.030,56D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	1.781.751.691,65D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	436.724.426,30D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.273.111,94D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	175.564.762,59D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	392.157.030,56C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	1.781.751.691,65C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	436.724.426,30C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.273.111,94C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	175.564.762,59C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	121.409.461,84D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	77.839.462,84D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**199.248.924,68D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**199.248.924,68D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Página 94
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.016.013,84	0,00	15.016.013,84
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.016.013,84**	**0,00**	**15.016.013,84**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizado pelo Sistema Tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	845.174.145,58	805.222.401,39
Demais Contas	8.489.188.171,62	8.529.139.915,81

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Totais	9.334.362.317,20	9.334.362.317,20
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		477.838

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	2.920.999,62	0,00	2.920.999,62
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	1.217.083,75	0,00	1.217.083,75
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	730.249,40	0,00	730.249,40
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	161.666,81	0,00	161.666,81
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	67.361,18	0,00	67.361,18
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	40.416,70	0,00	40.416,70
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	2.266.900,68	0,00	2.266.900,68
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	944.541,96	0,00	944.541,96
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	566.725,18	0,00	566.725,18
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	124.517,81	0,00	124.517,81
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	51.882,44	0,00	51.882,44
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	31.129,45	0,00	31.129,45
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	352.322,31	0,00	352.322,31
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	146.801,52	0,00	146.801,52
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	88.079,98	0,00	88.079,98
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	785,18	0,00	785,18
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	327,16	0,00	327,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	196,29	0,00	196,29
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	18.558.935,22	0,00	18.558.935,22
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	7.733.133,19	0,00	7.733.133,19
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.639.484,64	0,00	4.639.484,64
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	39.774,15	0,00	39.774,15
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	16.626,56	0,00	16.626,56
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	9.887,18	0,00	9.887,18
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.259.541,26	0,00	1.259.541,26
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	524.898,41	0,00	524.898,41
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	314.797,08	0,00	314.797,08

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	515.760,47	0,00	515.760,47
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	215.001,54	0,00	215.001,54
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	128.837,00	0,00	128.837,00
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	3.835.163,38	0,00	3.835.163,38
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	1.597.986,82	0,00	1.597.986,82
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	958.788,76	0,00	958.788,76
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	22.133,44	0,00	22.133,44
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.222,28	0,00	9.222,28
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.533,31	0,00	5.533,31
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	9.723,69	0,00	9.723,69
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.051,54	0,00	4.051,54
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.430,86	0,00	2.430,86
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	11.044.813,27	0,00	11.044.813,27
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	4.602.006,11	0,00	4.602.006,11
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	2.761.203,30	0,00	2.761.203,30
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	146.757,84	0,00	146.757,84
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	61.150,17	0,00	61.150,17
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	36.720,47	0,00	36.720,47
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	232.989,32	0,00	232.989,32
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	97.082,47	0,00	97.082,47
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	58.243,10	0,00	58.243,10
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	92.796,81	0,00	92.796,81
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	38.670,39	0,00	38.670,39
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	23.193,71	0,00	23.193,71
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	13.828.820,62	0,00	13.828.820,62
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.152.401,72	0,00	1.152.401,72
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	3.457.205,14	0,00	3.457.205,14
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	4.609.606,69	0,00	4.609.606,69
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	32.374,52	0,00	32.374,52
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.697,90	0,00	2.697,90
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.093,67	0,00	8.093,67
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	10.791,50	0,00	10.791,50
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	17.298.540,99	0,00	17.298.540,99
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.441.545,08	0,00	1.441.545,08
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	4.324.635,24	0,00	4.324.635,24
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	5.766.180,32	0,00	5.766.180,32
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	10.850.468,05	0,00	10.850.468,05
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	904.205,85	0,00	904.205,85
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	2.712.617,23	0,00	2.712.617,23
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	3.616.822,93	0,00	3.616.822,93
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	218.406,92	0,00	218.406,92
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	18.200,61	0,00	18.200,61
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	54.601,78	0,00	54.601,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	72.802,34	0,00	72.802,34
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-804,13	0,00	-804,13
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-335,05	0,00	-335,05

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-201,03	0,00	-201,03
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.527.616,10	0,00	-1.527.616,10
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-636.593,34	0,00	-636.593,34
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-381.813,29	0,00	-381.813,29
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-954,33	0,00	-954,33
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-399,80	0,00	-399,80
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-236,55	0,00	-236,55
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-640,10	0,00	-640,10
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-266,83	0,00	-266,83
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-160,11	0,00	-160,11
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-85.394,30	0,00	-85.394,30
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-35.647,43	0,00	-35.647,43
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-21.280,21	0,00	-21.280,21
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-24.944,85	0,00	-24.944,85
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-10.393,70	0,00	-10.393,70
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-6.236,21	0,00	-6.236,21
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-3.339,37	0,00	-3.339,37
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.364,02	0,00	-1.364,02
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-830,01	0,00	-830,01
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-10,65	0,00	-10,65
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-4,43	0,00	-4,43
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-2,65	0,00	-2,65
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-3.910,43	0,00	-3.910,43
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1.630,51	0,00	-1.630,51
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-975,85	0,00	-975,85
SUBTOTAL		**136.900.336,40**	**0,00**	**136.900.336,40**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **34.225.084,10**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.327.827,49	0,00	17.327.827,49
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.519.051,16	0,00	3.519.051,16
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-697.640,76	0,00	-697.640,76
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.076.203,78	0,00	14.076.203,78
TOTAL II		**34.225.441,67**	**0,00**	**34.225.441,67**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	386.760,53	0,00	386.760,53
20	Ensino Fundamental	2.014.048,55	0,00	2.014.048,55
20	Ensino Profissional	6.292,58	0,00	6.292,58
20	Educação Infantil	4.232.088,03	0,00	4.232.088,03
20	Educação de Jovens e Adultos	1.385.367,08	0,00	1.385.367,08
31	Administração Geral	2.151.314,01	0,00	2.151.314,01
31	Ensino Fundamental	16.885.782,66	0,00	16.885.782,66
31	Educação Infantil	2.147.440,40	0,00	2.147.440,40
SUBTOTAL I		**29.209.093,84**	**0,00**	**29.209.093,84**

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		18.493.126,01	0,00	18.493.126,01
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		20.413,46	0,00	20.413,46
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**7,81**		**10.695.554,37**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	13.828.820,62	0,00	13.828.820,62
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.152.401,72	0,00	1.152.401,72
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	3.457.205,14	0,00	3.457.205,14
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	4.609.606,69	0,00	4.609.606,69
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	32.374,52	0,00	32.374,52
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.697,90	0,00	2.697,90
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.093,67	0,00	8.093,67
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	10.791,50	0,00	10.791,50
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	17.298.540,99	0,00	17.298.540,99
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.441.545,08	0,00	1.441.545,08
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	4.324.635,24	0,00	4.324.635,24
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	5.766.180,32	0,00	5.766.180,32
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	10.850.468,05	0,00	10.850.468,05
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	904.205,85	0,00	904.205,85
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	2.712.617,23	0,00	2.712.617,23

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	3.616.822,93	0,00	3.616.822,93
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	218.406,92	0,00	218.406,92
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	18.200,61	0,00	18.200,61
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	54.601,78	0,00	54.601,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	72.802,34	0,00	72.802,34
SUBTOTAL		**70.381.019,10**	**0,00**	**70.381.019,10**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **14.076.203,82**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.076.203,78	0,00	14.076.203,78
TOTAL II		**14.076.203,78**	**0,00**	**14.076.203,78**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	2.151.314,01	0,00	2.151.314,01
31	Ensino Fundamental	16.885.782,66	0,00	16.885.782,66
31	Educação Infantil	2.147.440,40	0,00	2.147.440,40
SUBTOTAL I		**21.184.537,07**	**0,00**	**21.184.537,07**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		18.493.126,01	0,00	18.493.126,01
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		6.925,50	0,00	6.925,50
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**3,81**		**2.684.485,56**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	6.925,50	0,00	6.925,50
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	32.569.329,79	0,00	32.569.329,79
Total		**32.576.255,29**	**0,00**	**32.576.255,29**

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB **19.545.753,17**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	15.724.675,22	0,00	15.724.675,22
31	Educação Infantil	1.879.435,40	0,00	1.879.435,40
TOTAL		**17.604.110,62**	**0,00**	**17.604.110,62**

% de Aplicação **54,04**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Página 99
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 100
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	2.920.999,62	0,00	2.920.999,62
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	1.217.083,75	0,00	1.217.083,75
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	730.249,40	0,00	730.249,40
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	161.666,81	0,00	161.666,81
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	67.361,18	0,00	67.361,18
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	40.416,70	0,00	40.416,70
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	2.266.900,68	0,00	2.266.900,68
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	944.541,96	0,00	944.541,96
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	566.725,18	0,00	566.725,18
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	124.517,81	0,00	124.517,81
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	51.882,44	0,00	51.882,44
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	31.129,45	0,00	31.129,45
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	352.322,31	0,00	352.322,31
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	146.801,52	0,00	146.801,52
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	88.079,98	0,00	88.079,98
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	785,18	0,00	785,18
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	327,16	0,00	327,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	196,29	0,00	196,29
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	18.558.935,22	0,00	18.558.935,22
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	7.733.133,19	0,00	7.733.133,19

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.639.484,64	0,00	4.639.484,64
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	39.774,15	0,00	39.774,15
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	16.626,56	0,00	16.626,56
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	9.887,18	0,00	9.887,18
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.259.541,26	0,00	1.259.541,26
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	524.898,41	0,00	524.898,41
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	314.797,08	0,00	314.797,08
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	515.760,47	0,00	515.760,47
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	215.001,54	0,00	215.001,54
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	128.837,00	0,00	128.837,00
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	3.835.163,38	0,00	3.835.163,38
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	1.597.986,82	0,00	1.597.986,82
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	958.788,76	0,00	958.788,76
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	22.133,44	0,00	22.133,44
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.222,28	0,00	9.222,28
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.533,31	0,00	5.533,31
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	9.723,69	0,00	9.723,69
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.051,54	0,00	4.051,54
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.430,86	0,00	2.430,86
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	11.044.813,27	0,00	11.044.813,27
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	4.602.006,11	0,00	4.602.006,11
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	2.761.203,30	0,00	2.761.203,30
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	146.757,84	0,00	146.757,84
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	61.150,17	0,00	61.150,17
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	36.720,47	0,00	36.720,47
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	232.989,32	0,00	232.989,32
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	97.082,47	0,00	97.082,47
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	58.243,10	0,00	58.243,10
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	92.796,81	0,00	92.796,81
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	38.670,39	0,00	38.670,39
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	23.193,71	0,00	23.193,71
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	13.828.820,62	0,00	13.828.820,62
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.152.401,72	0,00	1.152.401,72
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	3.457.205,14	0,00	3.457.205,14
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	4.609.606,69	0,00	4.609.606,69
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	32.374,52	0,00	32.374,52
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.697,90	0,00	2.697,90
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.093,67	0,00	8.093,67
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	10.791,50	0,00	10.791,50
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	17.298.540,99	0,00	17.298.540,99
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.441.545,08	0,00	1.441.545,08
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	4.324.635,24	0,00	4.324.635,24
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	5.766.180,32	0,00	5.766.180,32
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	10.850.468,05	0,00	10.850.468,05
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	904.205,85	0,00	904.205,85
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	2.712.617,23	0,00	2.712.617,23
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	3.616.822,93	0,00	3.616.822,93
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	218.406,92	0,00	218.406,92

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	18.200,61	0,00	18.200,61
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	54.601,78	0,00	54.601,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	72.802,34	0,00	72.802,34
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-804,13	0,00	-804,13
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-335,05	0,00	-335,05
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-201,03	0,00	-201,03
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.527.616,10	0,00	-1.527.616,10
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-636.593,34	0,00	-636.593,34
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-381.813,29	0,00	-381.813,29
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-954,33	0,00	-954,33
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-399,80	0,00	-399,80
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-236,55	0,00	-236,55
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-640,10	0,00	-640,10
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-266,83	0,00	-266,83
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-160,11	0,00	-160,11
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-85.394,30	0,00	-85.394,30
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-35.647,43	0,00	-35.647,43
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-21.280,21	0,00	-21.280,21
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-24.944,85	0,00	-24.944,85
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-10.393,70	0,00	-10.393,70
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-6.236,21	0,00	-6.236,21
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-3.339,37	0,00	-3.339,37
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-1.364,02	0,00	-1.364,02
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-830,01	0,00	-830,01
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-10,65	0,00	-10,65
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-4,43	0,00	-4,43
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-2,65	0,00	-2,65
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-3.910,43	0,00	-3.910,43
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1.630,51	0,00	-1.630,51
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-975,85	0,00	-975,85
SUBTOTAL I		**136.900.336,40**	**0,00**	**136.900.336,40**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **20.535.050,46**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.395.916,41	0,00	10.395.916,41
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.557.153,06	0,00	10.557.153,06
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-418.339,29	0,00	-418.339,29
TOTAL II		**20.534.730,18**	**0,00**	**20.534.730,18**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-133.808,19	0,00	-133.808,19
40	Administração Geral	639.825,11	0,00	639.825,11
40	Atenção Básica	15.755.167,47	0,00	15.755.167,47
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.048.740,89	0,00	2.048.740,89
40	Suporte Profilático e Terapêutico	591.809,54	0,00	591.809,54
40	Vigilância Sanitária	923.150,86	0,00	923.150,86
40	Vigilância Epidemiológica	886.190,06	0,00	886.190,06
SUBTOTAL I		**20.711.075,74**	**0,00**	**20.711.075,74**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		245,95	0,00	245,95
SUBTOTAL III		**245,95**	**0,00**	**245,95**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**15,13**		**20.710.829,79**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 18, ano 2020, modalidade RPO (Registro de Preço de Outro Órgão), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 35,597%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	99,459% das 185 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 22,252%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 27,802%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	99,259% dos 135 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_34	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação da conta 0000000000000063338X inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	167	0	AVISO	Linha: 167 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	167	0	AVISO	Linha: 167 - Validação da conta 00000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.477.566,56	58.174.574,68
3º Bimestre	85.579.936,46	0,00
4º Bimestre	104.255.565,36	0,00
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**651.801.724,33**	**205.907.700,80**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	11.681.712,36	1.311.556,48
3º Bimestre	9.332.924,85	0,00
4º Bimestre	11.369.596,63	0,00
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**72.826.943,17**	**1.722.477,68**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-4.635.410,71
3º Bimestre	-7.961.014,61	0,00
4º Bimestre	-9.698.302,10	0,00

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Página 105
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-17.475.469,41**
TOTAL DA RECEITA	**664.312.467,50**	**190.154.709,07**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

Início: 09/03/2021 Término: 10/03/2021

Início: 15/03/2021 Término: 15/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

Página 107
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 3467914
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 23 de Abril de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/04/21 e MARILDA MANFIO em 26/04/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8960.1E46.1503.6C75.EDC1.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 30/04/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 30/04/2021 — Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires — nr: 2035 — compl: sala 202 — Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net — E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI — Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000199 — Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben — E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 109
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	13.468.811,08
Receita Patrimonial	28.130.000,00	31.844.749,36
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	1.604.255,67
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**46.917.816,11**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	14.817.744,09
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	24.041.755,04
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**38.859.499,13**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-25.196.661,98**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**60.580.653,26**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	585.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	585.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	64.129.543,15
Liquidado	55.693.069,95
Pago	55.372.880,29
SALDO A LIQUIDAR	**8.436.473,20**
SALDO A PAGAR	**320.189,66**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55
Liquidado	204.798.077,55

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 110
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

Pago	204.656.402,04
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**141.675,51**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	334.866.821,58D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.416.814,04D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	5.497.747,94C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.516.137,44D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	49.592.783,79D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.179.729,85D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	654.344,20D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	605.751,71D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.263,42D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	44.122.767,28C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	6.665.976,90C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	2.919.557,90C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.032,77C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.628.417,62C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	464.569.543,15D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	464.569.543,15C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.229.208,11D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	803.506.645,63D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.738.609,25D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	291.234,76D

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 111
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.229.208,11C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	803.506.645,63C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.738.609,25C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	291.234,76C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	844.616,51D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	319.234.672,43D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**320.079.288,94D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**320.079.288,94D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 112
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	368.296.604,80	365.211.301,94
Demais Contas	2.309.123.673,22	2.312.208.976,08
Totais	2.677.420.278,02	2.677.420.278,02
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		36.276

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

SUBTOTAL III	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Valor Aplicado

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) **0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Valor Aplicado

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS) **0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 19,596%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 3 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 4,648%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,391%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 10 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Justificativa: Não ocorreu em abril/2021 empenhos de diárias devido ao covid-19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	101.288.033,35	0,00	101.288.033,35
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-45.823.060,50	0,00	-45.823.060,50
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	312.516,85	0,00	312.516,85
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	12.626.532,90	0,00	12.626.532,90
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	47.660,74	0,00	47.660,74
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	26.659,27	0,00	26.659,27
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	14.379,94	0,00	14.379,94
12180121000000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	2.434.583,62	0,00	2.434.583,62
12180131000000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	53.880,35	0,00	53.880,35
12180311000000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	32.717,27	0,00	32.717,27
12199911030100000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	54.675,53	0,00	54.675,53
12199911030200000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	4.147.715,10	0,00	4.147.715,10
12199911030300000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	30.014,24	0,00	30.014,24
12199911030500000000	Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	4.594.040,85	0,00	4.594.040,85
12199911030600000000	Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	592.077,33	0,00	592.077,33
13210011011000000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	1.717.740,92	0,00	1.717.740,92
13210041010000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	28.765.267,89	0,00	28.765.267,89
13210041020000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	115.367,08	0,00	115.367,08
13210041030000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	219.367,62	0,00	219.367,62
13210041040000000000	Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	1.830.899,30	0,00	1.830.899,30
13210041050000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	39.090.996,09	0,00	39.090.996,09
19900311010000000000	Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	4.451.068,02	0,00	4.451.068,02
19909911010100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	75.519,73	0,00	75.519,73
19909911030100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Saude	865,63	0,00	865,63
91218012100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	-7.979,76	0,00	-7.979,76
91218013100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	-344,85	0,00	-344,85
91219991103010000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	-512,75	0,00	-512,75
91219991103020000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	-22.289,94	0,00	-22.289,94
91219991103050000000	Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-41.774,96	0,00	-41.774,96
91219991103060000000	Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-8.429,27	0,00	-8.429,27

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 115
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91321001101100000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	-861.671,17	0,00	-861.671,17
91321004101000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	-16.707.811,81	0,00	-16.707.811,81
91321004102000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	-32.906,03	0,00	-32.906,03
91321004103000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	-56.383,62	0,00	-56.383,62
91321004104000000000	Deducao - Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	-651.583,56	0,00	-651.583,56
91321004105000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	-27.430.507,15	0,00	-27.430.507,15
91990991103010000000	Deducao - Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Saude	-865,63	0,00	-865,63
TOTAL		**53.487,08**	**0,00**	**53.487,08**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**53.487,08**	**0,00**	**53.487,08**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	46.917.816,11	0,00	46.917.816,11
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-25.195.176,76	0,00	-25.195.176,76
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	94.312,14	0,00	94.312,14
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	7.282.876,93	0,00	7.282.876,93
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	18.356,60	0,00	18.356,60
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	13.061,54	0,00	13.061,54
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	8.913,82	0,00	8.913,82
12180121000000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	1.129.701,18	0,00	1.129.701,18
12180131000000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	29.196,45	0,00	29.196,45
12180311000000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	17.378,71	0,00	17.378,71
12199911030100000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	19.575,77	0,00	19.575,77
12199911030200000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	2.083.413,10	0,00	2.083.413,10
12199911030300000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	15.653,84	0,00	15.653,84
12199911030500000000	Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	2.458.150,79	0,00	2.458.150,79
12199911030600000000	Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	298.220,21	0,00	298.220,21
13210011011000000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	860.144,85	0,00	860.144,85
13210041060000000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS	30.984.604,51	0,00	30.984.604,51
19900311010000000000	Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	1.524.251,73	0,00	1.524.251,73
19909911010100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	37.943,78	0,00	37.943,78
91218012100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	-3.384,45	0,00	-3.384,45
91219991103020000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	-612,13	0,00	-612,13
91219991103050000000	Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-11.517,01	0,00	-11.517,01

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91219991103060000000	Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-890,71	0,00	-890,71
91321001101100000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	-654.794,72	0,00	-654.794,72
91321004106000000000	Deducao - Remuneracao dos Recursos do RPPS	-24.523.977,74	0,00	-24.523.977,74
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**42.060,16**	**0,00**	**42.060,16**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**95.547,24**	**0,00**	**95.547,24**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**95.547,24**	**0,00**	**95.547,24**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**95.547,24**	**0,00**	**95.547,24**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.206.428,80	0,00	107.206.428,80
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	85.116.800,38	0,00	85.116.800,38
319001060000000	13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	10.463.667,88	0,00	10.463.667,88
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	9.303.652,76	0,00	9.303.652,76
319003030000000	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.139.795,57	0,00	1.139.795,57
319005000205000	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	198,12	0,00	198,12
319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	2.630,34	0,00	2.630,34
319092120000000	PENSIONISTA CIVIL	1.116,86	0,00	1.116,86
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	7.632,24	0,00	7.632,24
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**1.170.934,65**	**0,00**	**1.170.934,65**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 116
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 117
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**1.170.934,65**	**0,00**	**1.170.934,65**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.920.740,59	0,00	49.920.740,59
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	44.462.893,50	0,00	44.462.893,50
319001060000000	13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	6.351,62	0,00	6.351,62
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	4.962.228,85	0,00	4.962.228,85
319003030000000	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	3.876,00	0,00	3.876,00
319092020000000	INATIVO CIVIL	90.808,51	0,00	90.808,51
319092120000000	PENSIONISTA CIVIL	65.243,63	0,00	65.243,63
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.381,68	0,00	1.381,68
SELEÇÃO MANUAL				
319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	6.798,56	0,00	6.798,56
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**321.158,24**	**0,00**	**321.158,24**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 118
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**321.158,24**	**0,00**	**321.158,24**
Total da Despesa com Pessoal		**1.492.092,89**	**0,00**	**1.492.092,89**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
111111902029958	Banco do Brasil c/c 20239-8	5.456,97	0,00	5.456,97
111111902029959	Banco do Brasil c/c 62795-X	85,09	0,00	85,09
111111902029962	Banco do Brasil Consig. c/c 20.239-8	6.626,99	0,00	6.626,99
114119901000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Renda Fixa/Refer.	7.362.589,54	0,00	7.362.589,54
114119902000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Tit. Tesouro	14.241.637,19	0,00	14.241.637,19
114119903000000	Banco do Brasil 62795-X FI Tit. Tesouro	195.820,27	0,00	195.820,27
114119904000000	CEF 11174-4 FI Tit. Tesouro	4.417.434,32	0,00	4.417.434,32
114119905000000	Banrisul 40915820-3 FI Tit. Tesouro	2.486.688,05	0,00	2.486.688,05
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-141.675,51	0,00	-141.675,51
TOTAL		**28.574.662,91**	**0,00**	**28.574.662,91**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 119
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**28.574.662,91**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
227210301000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.713.089.531,23	0,00	1.713.089.531,23
227210303000000	(-) CONTRIBUICOES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-56.722.561,60	0,00	-56.722.561,60
227210304000000	(-) CONTRIBUICOES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-829.739,27	0,00	-829.739,27
227210305000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-153.161.198,00	0,00	-153.161.198,00
227210401000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.415.497.829,85	0,00	1.415.497.829,85
227210402000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-174.144.913,40	0,00	-174.144.913,40
227210403000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-203.169.065,63	0,00	-203.169.065,63
227210404000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-125.790.730,02	0,00	-125.790.730,02
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-2.127.733.823,35	0,00	-2.127.733.823,35
TOTAL		**287.035.329,81**	**0,00**	**287.035.329,81**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 121
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	400.805,89	0,00	400.805,89
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	20.061.833,93	0,00	20.061.833,93
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	65.296,03	0,00	65.296,03
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	45.291,72	0,00	45.291,72
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	20.188,42	0,00	20.188,42
TOTAL		**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	3.020.417,14	0,00	3.020.417,14	1,2307	3.717.227,37
Fevereiro	1.479.197,84	0,00	1.479.197,84	1,2296	1.818.821,66
Março	1.474.404,27	0,00	1.474.404,27	1,2295	1.812.780,05
Abril	1.591.647,04	0,00	1.591.647,04	1,2097	1.925.415,42
Maio	1.659.092,25	0,00	1.659.092,25	1,2091	2.006.008,44
Junho	1.636.468,31	0,00	1.636.468,31	1,1963	1.957.707,04
Julho	1.625.948,93	0,00	1.625.948,93	1,1774	1.914.392,27
Agosto	1.619.014,93	0,00	1.619.014,93	1,1505	1.862.676,68
Setembro	1.607.917,48	0,00	1.607.917,48	1,1076	1.780.929,40
Outubro	1.607.240,25	0,00	1.607.240,25	1,0723	1.723.443,72
Novembro	1.605.767,11	0,00	1.605.767,11	1,0342	1.660.684,35
Dezembro	1.666.300,44	0,00	1.666.300,44	1,0076	1.678.964,32
TOTAL	**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**		**23.859.050,73**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Seleção Manual

Justificativa: Despesa com período superior a doze meses.

Nome da Planilha: Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Excluído RPPS - Seleção Manual

Justificativa: Os valores ajustados se referem a outras disponibilidades financeiras, Restos Processados a pagar e demais haveres financeiros.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	0,00
4º Bimestre	11.419.365,73	0,00
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 122
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
TOTAL	**79.574.900,00**	**46.917.816,11**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	0,00
4º Bimestre	16.827.286,65	0,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**38.859.499,13**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-25.196.661,98**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**60.580.653,26**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 123
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 124
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 3520907
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 19 de Maio de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 19/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A7BF.736B.DB06.D0F2.D4AB.

Página 125
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3518369
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 30/04/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	5.588,35
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**7.073,57**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**7.073,57**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	844.857,52
Liquidado	632.989,13
Pago	591.787,79
SALDO A LIQUIDAR	**211.868,39**
SALDO A PAGAR	**41.201,34**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.251.750,32D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	153.641,39D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	229.967,81C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	552.128,53D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	130.087,52D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	459,65D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	5.588,35C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	808.250,84C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	3.268.857,52D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	3.268.857,52C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	228.453,98D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	6.777.245,48D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	228.453,98C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	6.777.245,48C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

Página 128
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3518369
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.222.153,98D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.222.153,98D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.222.153,98D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

Página 129
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3518369
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.484.786,90	1.305.585,13
Demais Contas	25.442.174,46	25.621.376,23
Totais	26.926.961,36	26.926.961,36
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		3.908

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	5 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 32,967%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 0 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 30,519%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 29,221%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 1 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	12.032,11	0,00	12.032,11
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**12.032,11**	**0,00**	**12.032,11**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**12.032,11**	**0,00**	**12.032,11**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

Página 132
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3518369
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	7.073,57	0,00	7.073,57
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**7.073,57**	**0,00**	**7.073,57**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**19.105,68**	**0,00**	**19.105,68**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**19.105,68**	**0,00**	**19.105,68**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**19.105,68**	**0,00**	**19.105,68**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.175.083,84	0,00	1.175.083,84
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	13.373,32	0,00	13.373,32
SELEÇÃO MANUAL				
319013020100000	INSS - SERVIDORES	118.779,57	-118.775,31	4,26
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**1.042.930,95**	**118.775,31**	**1.161.706,26**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

Página 133
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3518369
DOCUMENTO PÚBLICO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**1.042.930,95**	**118.775,31**	**1.161.706,26**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	482.501,60	0,00	482.501,60
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
319011420000000	FERIAS INDENIZADAS	8.455,21	0,00	8.455,21
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**474.046,39**	**0,00**	**474.046,39**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**474.046,39**	**0,00**	**474.046,39**
Total da Despesa com Pessoal		**1.516.977,34**	**118.775,31**	**1.635.752,65**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111903010600	CEF - EC Recurso 8001	18.411,78	0,00	18.411,78
111111903011000	CEF IPLAN c/c 12000-0	1.027.277,26	0,00	1.027.277,26
111111903020500	CEF Funduram c/c 12001-8	139.259,05	0,00	139.259,05
111111912011200	BANRISUL SA - ESCRITORIO CIDADE- MOVIMENTO-C/C 409.820010-0 - AG 0350.92	36.726,86	0,00	36.726,86
111111912011400	Bergs - EC - Recurso 8001	479,03	0,00	479,03
TOTAL		**1.222.153,98**	**0,00**	**1.222.153,98**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**1.222.153,98**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211420100000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	9.178,35	0,00	9.178,35
218810101000000	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	5.840,73	0,00	5.840,73
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	4.385,90	0,00	4.385,90
218810108000000	ISS	442,95	0,00	442,95
218810112000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	3.913,46	0,00	3.913,46
218810113010000	Sindicato Prof. Munic. Santa Maria	28,14	0,00	28,14
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	3.975,16	0,00	3.975,16
218810199020000	INSS Prestadores de Servicos	267,39	0,00	267,39
218810199040000	Clube Recreativo Esportivo Municipal	37,08	0,00	37,08
TOTAL		**28.069,16**	**0,00**	**28.069,16**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

Página 136
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3518369
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão
Justificativa: NADA A DECLARAR
Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Seleção Manual
Justificativa: NADA A DECLARAR

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	0,00
4º Bimestre	3.008,84	0,00
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**7.073,57**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**7.073,57**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 18 de Maio de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 18/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 19/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAFA.D728.4D9A.9E26.7BF3.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 30/04/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 30/04/2021 — Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires — nr: 2035 — compl: sala 202 — Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net — E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI — Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000199 — Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben — E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 140
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	13.468.811,08
Receita Patrimonial	28.130.000,00	31.844.749,36
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	1.604.255,67
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**46.917.816,11**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	14.817.744,09
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	24.041.755,04
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**38.859.499,13**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-25.196.661,98**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**60.580.653,26**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	585.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	585.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	64.129.543,15
Liquidado	55.693.069,95
Pago	55.372.880,29
SALDO A LIQUIDAR	**8.436.473,20**
SALDO A PAGAR	**320.189,66**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55
Liquidado	204.798.077,55

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 141
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

Pago	204.656.402,04
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**141.675,51**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	334.866.821,58D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.416.814,04D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	5.497.747,94C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.516.137,44D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	49.592.783,79D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	5.179.729,85D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	654.344,20D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	605.751,71D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.263,42D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	44.122.767,28C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	6.665.976,90C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	2.919.557,90C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.032,77C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.628.417,62C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	464.569.543,15D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	464.569.543,15C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.229.208,11D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	803.506.645,63D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.738.609,25D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	291.234,76D

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 142
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.229.208,11C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	803.506.645,63C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.738.609,25C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	291.234,76C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	844.616,51D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	319.234.672,43D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**320.079.288,94D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**320.079.288,94D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 143
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	368.296.604,80	365.211.301,94
Demais Contas	2.309.123.673,22	2.312.208.976,08
Totais	2.677.420.278,02	2.677.420.278,02
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		36.276

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 144
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

SUBTOTAL III	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Valor Aplicado

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB) **0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Valor Aplicado

TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS) **0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 19,596%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 3 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 4,648%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,391%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 10 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 4/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 145
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

Justificativa: Não ocorreu em abril/2021 empenhos de diárias devido ao covid-19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	101.288.033,35	0,00	101.288.033,35
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-45.823.060,50	0,00	-45.823.060,50
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	312.516,85	0,00	312.516,85
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	12.626.532,90	0,00	12.626.532,90
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	47.660,74	0,00	47.660,74
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	26.659,27	0,00	26.659,27
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	14.379,94	0,00	14.379,94
12180121000000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	2.434.583,62	0,00	2.434.583,62
12180131000000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	53.880,35	0,00	53.880,35
12180311000000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	32.717,27	0,00	32.717,27
12199911030100000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	54.675,53	0,00	54.675,53
12199911030200000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	4.147.715,10	0,00	4.147.715,10
12199911030300000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	30.014,24	0,00	30.014,24
12199911030500000000	Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	4.594.040,85	0,00	4.594.040,85
12199911030600000000	Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	592.077,33	0,00	592.077,33
13210011011000000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	1.717.740,92	0,00	1.717.740,92
13210041010000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	28.765.267,89	0,00	28.765.267,89
13210041020000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	115.367,08	0,00	115.367,08
13210041030000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	219.367,62	0,00	219.367,62
13210041040000000000	Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	1.830.899,30	0,00	1.830.899,30
13210041050000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	39.090.996,09	0,00	39.090.996,09
19900311010000000000	Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	4.451.068,02	0,00	4.451.068,02
19909911010100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	75.519,73	0,00	75.519,73
19909911030100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Saude	865,63	0,00	865,63
91218012100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	-7.979,76	0,00	-7.979,76
91218013100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	-344,85	0,00	-344,85
91219991103010000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	-512,75	0,00	-512,75
91219991103020000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	-22.289,94	0,00	-22.289,94
91219991103050000000	Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-41.774,96	0,00	-41.774,96
91219991103060000000	Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-8.429,27	0,00	-8.429,27

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91321001101100000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	-861.671,17	0,00	-861.671,17
91321004101000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	-16.707.811,81	0,00	-16.707.811,81
91321004102000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	-32.906,03	0,00	-32.906,03
91321004103000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	-56.383,62	0,00	-56.383,62
91321004104000000000	Deducao - Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	-651.583,56	0,00	-651.583,56
91321004105000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	-27.430.507,15	0,00	-27.430.507,15
91990991103010000000	Deducao - Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Saude	-865,63	0,00	-865,63
TOTAL		**53.487,08**	**0,00**	**53.487,08**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**53.487,08**	**0,00**	**53.487,08**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	46.917.816,11	0,00	46.917.816,11
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-25.195.176,76	0,00	-25.195.176,76
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	94.312,14	0,00	94.312,14
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	7.282.876,93	0,00	7.282.876,93
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	18.356,60	0,00	18.356,60
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	13.061,54	0,00	13.061,54
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	8.913,82	0,00	8.913,82
12180121000000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	1.129.701,18	0,00	1.129.701,18
12180131000000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	29.196,45	0,00	29.196,45
12180311000000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	17.378,71	0,00	17.378,71
12199911030100000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	19.575,77	0,00	19.575,77
12199911030200000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	2.083.413,10	0,00	2.083.413,10
12199911030300000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	15.653,84	0,00	15.653,84
12199911030500000000	Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	2.458.150,79	0,00	2.458.150,79
12199911030600000000	Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	298.220,21	0,00	298.220,21
13210011011000000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	860.144,85	0,00	860.144,85
13210041060000000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS	30.984.604,51	0,00	30.984.604,51
19900311010000000000	Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	1.524.251,73	0,00	1.524.251,73
19909911010100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	37.943,78	0,00	37.943,78
91218012100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	-3.384,45	0,00	-3.384,45
91219991103020000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	-612,13	0,00	-612,13
91219991103050000000	Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-11.517,01	0,00	-11.517,01

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91219991103060000000	Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-890,71	0,00	-890,71
91321001101100000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	-654.794,72	0,00	-654.794,72
91321004106000000000	Deducao - Remuneracao dos Recursos do RPPS	-24.523.977,74	0,00	-24.523.977,74
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**42.060,16**	**0,00**	**42.060,16**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**95.547,24**	**0,00**	**95.547,24**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**95.547,24**	**0,00**	**95.547,24**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**95.547,24**	**0,00**	**95.547,24**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.206.428,80	0,00	107.206.428,80
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	85.116.800,38	0,00	85.116.800,38
319001060000000	13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	10.463.667,88	0,00	10.463.667,88
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	9.303.652,76	0,00	9.303.652,76
319003030000000	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.139.795,57	0,00	1.139.795,57
319005000205000	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	198,12	0,00	198,12
319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	2.630,34	0,00	2.630,34
319092120000000	PENSIONISTA CIVIL	1.116,86	0,00	1.116,86
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	7.632,24	0,00	7.632,24
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**1.170.934,65**	**0,00**	**1.170.934,65**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**1.170.934,65**	**0,00**	**1.170.934,65**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.920.740,59	0,00	49.920.740,59
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	44.462.893,50	0,00	44.462.893,50
319001060000000	13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	6.351,62	0,00	6.351,62
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	4.962.228,85	0,00	4.962.228,85
319003030000000	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	3.876,00	0,00	3.876,00
319092020000000	INATIVO CIVIL	90.808,51	0,00	90.808,51
319092120000000	PENSIONISTA CIVIL	65.243,63	0,00	65.243,63
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.381,68	0,00	1.381,68
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**327.956,80**	**0,00**	**327.956,80**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 149
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**327.956,80**	**0,00**	**327.956,80**
Total da Despesa com Pessoal		**1.498.891,45**	**0,00**	**1.498.891,45**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
111111902029958	Banco do Brasil c/c 20239-8	5.456,97	0,00	5.456,97
111111902029959	Banco do Brasil c/c 62795-X	85,09	0,00	85,09
111111902029962	Banco do Brasil Consig. c/c 20.239-8	6.626,99	0,00	6.626,99
114119901000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Renda Fixa/Refer.	7.362.589,54	0,00	7.362.589,54
114119902000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Tit. Tesouro	14.241.637,19	0,00	14.241.637,19
114119903000000	Banco do Brasil 62795-X FI Tit. Tesouro	195.820,27	0,00	195.820,27
114119904000000	CEF 11174-4 FI Tit. Tesouro	4.417.434,32	0,00	4.417.434,32
114119905000000	Banrisul 40915820-3 FI Tit. Tesouro	2.486.688,05	0,00	2.486.688,05
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-141.675,51	0,00	-141.675,51
TOTAL		**28.574.662,91**	**0,00**	**28.574.662,91**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 150
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**28.574.662,91**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
227210301000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.713.089.531,23	0,00	1.713.089.531,23
227210303000000	(-) CONTRIBUICOES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-56.722.561,60	0,00	-56.722.561,60
227210304000000	(-) CONTRIBUICOES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-829.739,27	0,00	-829.739,27
227210305000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-153.161.198,00	0,00	-153.161.198,00
227210401000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.415.497.829,85	0,00	1.415.497.829,85
227210402000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-174.144.913,40	0,00	-174.144.913,40
227210403000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-203.169.065,63	0,00	-203.169.065,63
227210404000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-125.790.730,02	0,00	-125.790.730,02
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-2.127.733.823,35	0,00	-2.127.733.823,35
TOTAL		**287.035.329,81**	**0,00**	**287.035.329,81**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 151
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 152
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	400.805,89	0,00	400.805,89
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	20.061.833,93	0,00	20.061.833,93
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	65.296,03	0,00	65.296,03
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	45.291,72	0,00	45.291,72
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	20.188,42	0,00	20.188,42
TOTAL		**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	3.020.417,14	0,00	3.020.417,14	1,2307	3.717.227,37
Fevereiro	1.479.197,84	0,00	1.479.197,84	1,2296	1.818.821,66
Março	1.474.404,27	0,00	1.474.404,27	1,2295	1.812.780,05
Abril	1.591.647,04	0,00	1.591.647,04	1,2097	1.925.415,42
Maio	1.659.092,25	0,00	1.659.092,25	1,2091	2.006.008,44
Junho	1.636.468,31	0,00	1.636.468,31	1,1963	1.957.707,04
Julho	1.625.948,93	0,00	1.625.948,93	1,1774	1.914.392,27
Agosto	1.619.014,93	0,00	1.619.014,93	1,1505	1.862.676,68
Setembro	1.607.917,48	0,00	1.607.917,48	1,1076	1.780.929,40
Outubro	1.607.240,25	0,00	1.607.240,25	1,0723	1.723.443,72
Novembro	1.605.767,11	0,00	1.605.767,11	1,0342	1.660.684,35
Dezembro	1.666.300,44	0,00	1.666.300,44	1,0076	1.678.964,32
TOTAL	**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**		**23.859.050,73**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Excluído RPPS - Seleção Manual

Justificativa: Os valores ajustados se referem a outras disponibilidades financeiras, Restos Processados a pagar e demais haveres financeiros.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	0,00
4º Bimestre	11.419.365,73	0,00
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**46.917.816,11**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 153
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	0,00
4º Bimestre	16.827.286,65	0,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**38.859.499,13**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	0,00
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-25.196.661,98**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**60.580.653,26**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 154
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Página 155
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 3525580
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 20 de Maio de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 20/05/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9EFF.F2FF.CD52.CDAA.6754.

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 30/04/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Página 157
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3525671
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	5.588,35
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**7.073,57**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**7.073,57**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	844.857,52
Liquidado	632.989,13
Pago	591.787,79
SALDO A LIQUIDAR	**211.868,39**
SALDO A PAGAR	**41.201,34**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Página 158
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3525671
DOCUMENTO PÚBLICO

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.251.750,32D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	153.641,39D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	229.967,81C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	552.128,53D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	130.087,52D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	459,65D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	5.588,35C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	808.250,84C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	3.268.857,52D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	3.268.857,52C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	228.453,98D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	6.777.245,48D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	228.453,98C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	6.777.245,48C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Página 159
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3525671
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.222.153,98D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.222.153,98D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.222.153,98D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Página 160
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3525671
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.484.786,90	1.305.585,13
Demais Contas	25.442.174,46	25.621.376,23
Totais	26.926.961,36	26.926.961,36
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		3.908

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	5 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 32,967%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 0 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 30,519%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 29,221%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 1 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	12.032,11	0,00	12.032,11
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**12.032,11**	**0,00**	**12.032,11**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**12.032,11**	**0,00**	**12.032,11**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	7.073,57	0,00	7.073,57
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**7.073,57**	**0,00**	**7.073,57**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**19.105,68**	**0,00**	**19.105,68**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**19.105,68**	**0,00**	**19.105,68**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**19.105,68**	**0,00**	**19.105,68**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.175.083,84	-4,26	1.175.079,58
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	13.373,32	0,00	13.373,32
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**1.161.710,52**	**-4,26**	**1.161.706,26**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**1.161.710,52**	**-4,26**	**1.161.706,26**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	482.501,60	0,00	482.501,60
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**482.501,60**	**0,00**	**482.501,60**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**482.501,60**	**0,00**	**482.501,60**
Total da Despesa com Pessoal		**1.644.212,12**	**-4,26**	**1.644.207,86**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111903010600	CEF - EC Recurso 8001	18.411,78	0,00	18.411,78
111111903011000	CEF IPLAN c/c 12000-0	1.027.277,26	0,00	1.027.277,26
111111903020500	CEF Funduram c/c 12001-8	139.259,05	0,00	139.259,05
111111912011200	BANRISUL SA - ESCRITORIO CIDADE- MOVIMENTO-C/C 409.820010-0 - AG 0350.92	36.726,86	0,00	36.726,86
111111912011400	Bergs - EC - Recurso 8001	479,03	0,00	479,03
TOTAL		**1.222.153,98**	**0,00**	**1.222.153,98**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**1.222.153,98**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211420100000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	9.178,35	0,00	9.178,35
218810101000000	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	5.840,73	0,00	5.840,73
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	4.385,90	0,00	4.385,90
218810108000000	ISS	442,95	0,00	442,95
218810112000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	3.913,46	0,00	3.913,46
218810113010000	Sindicato Prof. Munic. Santa Maria	28,14	0,00	28,14
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	3.975,16	0,00	3.975,16
218810199020000	INSS Prestadores de Servicos	267,39	0,00	267,39
218810199040000	Clube Recreativo Esportivo Municipal	37,08	0,00	37,08
TOTAL		**28.069,16**	**0,00**	**28.069,16**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Página 167
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3525671
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão
Justificativa: AJUSTE 4,26 REFERE-SE AO QUADRIMESTRE DE 2020

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	0,00
4º Bimestre	3.008,84	0,00
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**7.073,57**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**7.073,57**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 20 de Maio de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 20/05/21 e EUGENIA BRAUNER em 20/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2673.E31C.E610.4A9B.894F.

Página 170
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 30/04/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia ltda
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (55)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da REgião Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	97.212.961,22
Contribuicoes	9.832.000,00	3.869.318,47
Receita Patrimonial	5.863.695,73	2.035.446,85
Receita de Servicos	3.000,00	5.410,82
Transferencias Correntes	395.987.100,00	161.819.001,51
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	1.383.606,88
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**266.325.745,75**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	1.072.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	61.160,00
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	12.297,95
Transferencias de Capital	36.301.381,50	2.013.602,60
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**3.159.189,91**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-22.773.772,13**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**246.711.163,53**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	150.473.171,58
Créditos Especiais	16.963.900,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	67.582.410,03
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**720.844.661,55**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 172
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	293.883.308,33
Liquidado	174.989.569,48
Pago	153.721.632,15
SALDO A LIQUIDAR	**118.893.738,85**
SALDO A PAGAR	**21.267.937,33**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	51.288.926,14
Liquidado	42.911.940,92
Pago	37.689.773,45
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**8.376.985,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**5.222.167,47**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	93.097.818,71
Excesso de Arrecadação	6.756.842,84
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	67.582.410,03
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	67.582.410,03

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	513.960.359,76D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	657.781.302,32D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	86.059.225,27C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	100.016.664,05C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	116.867.217,09D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	3.076,20D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	39.547.226,93D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	906.823,16D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	34.407.221,77D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.303.378,73D
TRIBUTARIAS	0,00	1.992.776,83D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	932.760,45D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	133.334.720,60C
CONTRIBUICOES	0,00	4.196.349,61C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	186.857,26C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	17.777.575,74C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	148.496.326,18C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.015.439,29C

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 173
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	17.114.311,64C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.680.270.812,72D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.680.270.812,72C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	414.276.934,37D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	1.854.059.927,56D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	439.449.172,06D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.340.244,89D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	178.033.194,99D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	414.276.934,37C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	1.854.059.927,56C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	439.449.172,06C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.340.244,89C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	178.033.194,99C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	131.707.455,54D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	75.575.459,87D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**207.282.915,41D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**207.282.915,41D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.181.751,76	0,00	15.181.751,76
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.181.751,76**	**0,00**	**15.181.751,76**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizado pela Sistema Tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	981.544.683,20	933.558.948,28
Demais Contas	9.977.294.937,81	10.025.280.672,73
Totais	10.958.839.621,01	10.958.839.621,01
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		614.574

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	3.952.367,38	0,00	3.952.367,38
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	1.646.820,42	0,00	1.646.820,42
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	988.091,21	0,00	988.091,21
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	216.941,29	0,00	216.941,29
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	90.392,22	0,00	90.392,22
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	54.235,32	0,00	54.235,32
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	3.020.419,35	0,00	3.020.419,35
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.258.508,08	0,00	1.258.508,08
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	755.104,85	0,00	755.104,85
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	162.840,83	0,00	162.840,83
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	67.850,36	0,00	67.850,36
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	40.710,20	0,00	40.710,20
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	513.078,46	0,00	513.078,46
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	213.783,51	0,00	213.783,51
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	128.268,84	0,00	128.268,84
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	19.567.734,20	0,00	19.567.734,20
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.153.501,50	0,00	8.153.501,50
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.891.649,89	0,00	4.891.649,89
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	52.907,88	0,00	52.907,88
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	22.110,18	0,00	22.110,18
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	13.158,84	0,00	13.158,84

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.524.573,59	0,00	1.524.573,59
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	635.350,10	0,00	635.350,10
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	381.033,64	0,00	381.033,64
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	647.108,12	0,00	647.108,12
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	269.753,94	0,00	269.753,94
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	161.650,37	0,00	161.650,37
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	5.307.331,94	0,00	5.307.331,94
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	2.211.390,96	0,00	2.211.390,96
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.326.830,31	0,00	1.326.830,31
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	22.731,06	0,00	22.731,06
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.471,30	0,00	9.471,30
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.682,68	0,00	5.682,68
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	9.978,34	0,00	9.978,34
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.157,64	0,00	4.157,64
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.494,51	0,00	2.494,51
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	14.460.443,11	0,00	14.460.443,11
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	6.025.185,37	0,00	6.025.185,37
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	3.615.110,76	0,00	3.615.110,76
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	174.458,00	0,00	174.458,00
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	72.692,23	0,00	72.692,23
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	43.645,55	0,00	43.645,55
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	299.270,51	0,00	299.270,51
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	124.700,66	0,00	124.700,66
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	74.812,18	0,00	74.812,18
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	119.812,91	0,00	119.812,91
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	49.928,33	0,00	49.928,33
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	29.946,26	0,00	29.946,26
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17.811.313,09	0,00	17.811.313,09
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.484.276,09	0,00	1.484.276,09
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	4.452.828,24	0,00	4.452.828,24
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	5.937.104,10	0,00	5.937.104,10
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	33.121,30	0,00	33.121,30
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.760,13	0,00	2.760,13
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.280,36	0,00	8.280,36
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	11.040,40	0,00	11.040,40
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	22.672.857,68	0,00	22.672.857,68
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.889.404,81	0,00	1.889.404,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	5.668.214,41	0,00	5.668.214,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	7.557.619,22	0,00	7.557.619,22
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17.054.033,67	0,00	17.054.033,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.421.169,66	0,00	1.421.169,66
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.263.508,64	0,00	4.263.508,64
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	5.684.678,18	0,00	5.684.678,18
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	297.398,97	0,00	297.398,97
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	24.783,28	0,00	24.783,28
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	74.349,79	0,00	74.349,79
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	99.133,02	0,00	99.133,02
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal -	-804,13	0,00	-804,13

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 177
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO			
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-335,05	0,00	-335,05
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-201,03	0,00	-201,03
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.532.251,08	0,00	-1.532.251,08
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-638.991,87	0,00	-638.991,87
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.504,77	0,00	-382.504,77
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.129,75	0,00	-1.129,75
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-473,29	0,00	-473,29
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-280,09	0,00	-280,09
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-641,62	0,00	-641,62
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-267,47	0,00	-267,47
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-160,49	0,00	-160,49
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100.820,98	0,00	-100.820,98
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-42.088,84	0,00	-42.088,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25.123,55	0,00	-25.123,55
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-40.372,01	0,00	-40.372,01
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-16.821,71	0,00	-16.821,71
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-10.093,02	0,00	-10.093,02
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-5.007,91	0,00	-5.007,91
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-2.059,24	0,00	-2.059,24
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-1.247,14	0,00	-1.247,14
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-27,08	0,00	-27,08
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-11,28	0,00	-11,28
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-6,75	0,00	-6,75
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-4.588,98	0,00	-4.588,98
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1.913,41	0,00	-1.913,41
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-1.145,20	0,00	-1.145,20
SUBTOTAL		**177.017.144,52**	**0,00**	**177.017.144,52**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **44.254.286,13**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	20.856.256,96	0,00	20.856.256,96
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.822.393,97	0,00	4.822.393,97
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-713.967,81	0,00	-713.967,81

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.289.574,92	0,00	19.289.574,92
TOTAL II		**44.254.258,04**	**0,00**	**44.254.258,04**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	542.123,11	0,00	542.123,11
20	Ensino Fundamental	3.334.130,85	0,00	3.334.130,85
20	Ensino Profissional	8.304,46	0,00	8.304,46
20	Educação Infantil	5.911.590,96	0,00	5.911.590,96
20	Educação de Jovens e Adultos	1.894.508,12	0,00	1.894.508,12
31	Administração Geral	2.906.249,69	0,00	2.906.249,69
31	Ensino Fundamental	23.177.705,40	0,00	23.177.705,40
31	Educação Infantil	2.930.399,91	0,00	2.930.399,91
SUBTOTAL I		**40.705.012,50**	**0,00**	**40.705.012,50**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		25.193.957,06	0,00	25.193.957,06
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		43.155,18	0,00	43.155,18
SUBTOTAL III		**-25.237.112,24**	**0,00**	**-25.237.112,24**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**8,74**		**15.467.900,26**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17.811.313,09	0,00	17.811.313,09
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.484.276,09	0,00	1.484.276,09
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	4.452.828,24	0,00	4.452.828,24
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	5.937.104,10	0,00	5.937.104,10
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	33.121,30	0,00	33.121,30
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.760,13	0,00	2.760,13
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.280,36	0,00	8.280,36
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	11.040,40	0,00	11.040,40
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	22.672.857,68	0,00	22.672.857,68
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.889.404,81	0,00	1.889.404,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	5.668.214,41	0,00	5.668.214,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	7.557.619,22	0,00	7.557.619,22

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17.054.033,67	0,00	17.054.033,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.421.169,66	0,00	1.421.169,66
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.263.508,64	0,00	4.263.508,64
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	5.684.678,18	0,00	5.684.678,18
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	297.398,97	0,00	297.398,97
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	24.783,28	0,00	24.783,28
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	74.349,79	0,00	74.349,79
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	99.133,02	0,00	99.133,02
SUBTOTAL		**96.447.875,04**	**0,00**	**96.447.875,04**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **19.289.575,01**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.289.574,92	0,00	19.289.574,92
TOTAL II		**19.289.574,92**	**0,00**	**19.289.574,92**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	2.906.249,69	0,00	2.906.249,69
31	Ensino Fundamental	23.177.705,40	0,00	23.177.705,40
31	Educação Infantil	2.930.399,91	0,00	2.930.399,91
SUBTOTAL I		**29.014.355,00**	**0,00**	**29.014.355,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		25.193.957,06	0,00	25.193.957,06
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		17.461,96	0,00	17.461,96
SUBTOTAL III		**-25.211.419,02**	**0,00**	**-25.211.419,02**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**3,94**		**3.802.935,98**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	17.461,96	0,00	17.461,96
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	44.483.531,98	0,00	44.483.531,98
Total		**44.500.993,94**	**0,00**	**44.500.993,94**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **31.150.695,76**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 180
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	21.632.051,64	0,00	21.632.051,64
31	Educação Infantil	2.575.769,03	0,00	2.575.769,03
SUBTOTAL I		**24.207.820,67**	**0,00**	**24.207.820,67**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**24.207.820,67**	**0,00**	**24.207.820,67**
% de Aplicação				**54,40**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	3.952.367,38	0,00	3.952.367,38
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	1.646.820,42	0,00	1.646.820,42
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	988.091,21	0,00	988.091,21
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	216.941,29	0,00	216.941,29
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	90.392,22	0,00	90.392,22
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	54.235,32	0,00	54.235,32
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	3.020.419,35	0,00	3.020.419,35
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.258.508,08	0,00	1.258.508,08
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	755.104,85	0,00	755.104,85
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	162.840,83	0,00	162.840,83
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	67.850,36	0,00	67.850,36

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	40.710,20	0,00	40.710,20
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	513.078,46	0,00	513.078,46
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	213.783,51	0,00	213.783,51
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	128.268,84	0,00	128.268,84
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	19.567.734,20	0,00	19.567.734,20
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.153.501,50	0,00	8.153.501,50
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.891.649,89	0,00	4.891.649,89
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	52.907,88	0,00	52.907,88
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	22.110,18	0,00	22.110,18
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	13.158,84	0,00	13.158,84
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.524.573,59	0,00	1.524.573,59
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	635.350,10	0,00	635.350,10
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	381.033,64	0,00	381.033,64
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	647.108,12	0,00	647.108,12
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	269.753,94	0,00	269.753,94
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	161.650,37	0,00	161.650,37
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	5.307.331,94	0,00	5.307.331,94
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	2.211.390,96	0,00	2.211.390,96
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.326.830,31	0,00	1.326.830,31
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	22.731,06	0,00	22.731,06
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.471,30	0,00	9.471,30
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.682,68	0,00	5.682,68
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	9.978,34	0,00	9.978,34
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.157,64	0,00	4.157,64
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.494,51	0,00	2.494,51
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	14.460.443,11	0,00	14.460.443,11
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	6.025.185,37	0,00	6.025.185,37
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	3.615.110,76	0,00	3.615.110,76
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	174.458,00	0,00	174.458,00
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	72.692,23	0,00	72.692,23
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	43.645,55	0,00	43.645,55
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	299.270,51	0,00	299.270,51
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	124.700,66	0,00	124.700,66
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	74.812,18	0,00	74.812,18
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	119.812,91	0,00	119.812,91
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	49.928,33	0,00	49.928,33
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	29.946,26	0,00	29.946,26
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17.811.313,09	0,00	17.811.313,09
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.484.276,09	0,00	1.484.276,09
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	4.452.828,24	0,00	4.452.828,24

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	5.937.104,10	0,00	5.937.104,10
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	33.121,30	0,00	33.121,30
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.760,13	0,00	2.760,13
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.280,36	0,00	8.280,36
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	11.040,40	0,00	11.040,40
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	22.672.857,68	0,00	22.672.857,68
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.889.404,81	0,00	1.889.404,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	5.668.214,41	0,00	5.668.214,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	7.557.619,22	0,00	7.557.619,22
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17.054.033,67	0,00	17.054.033,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.421.169,66	0,00	1.421.169,66
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.263.508,64	0,00	4.263.508,64
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	5.684.678,18	0,00	5.684.678,18
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	297.398,97	0,00	297.398,97
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	24.783,28	0,00	24.783,28
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	74.349,79	0,00	74.349,79
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	99.133,02	0,00	99.133,02
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-804,13	0,00	-804,13
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-335,05	0,00	-335,05
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-201,03	0,00	-201,03
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.532.251,08	0,00	-1.532.251,08
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-638.991,87	0,00	-638.991,87
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.504,77	0,00	-382.504,77
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.129,75	0,00	-1.129,75
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-473,29	0,00	-473,29
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-280,09	0,00	-280,09
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-641,62	0,00	-641,62
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-267,47	0,00	-267,47
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-160,49	0,00	-160,49
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100.820,98	0,00	-100.820,98
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-42.088,84	0,00	-42.088,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25.123,55	0,00	-25.123,55
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-40.372,01	0,00	-40.372,01
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-16.821,71	0,00	-16.821,71
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-10.093,02	0,00	-10.093,02
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-5.007,91	0,00	-5.007,91
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-2.059,24	0,00	-2.059,24
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-1.247,14	0,00	-1.247,14

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-27,08	0,00	-27,08
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-11,28	0,00	-11,28
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-6,75	0,00	-6,75
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-4.588,98	0,00	-4.588,98
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1.913,41	0,00	-1.913,41
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-1.145,20	0,00	-1.145,20
SUBTOTAL I		**177.017.144,52**	**0,00**	**177.017.144,52**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **26.552.571,68**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	12.512.821,50	0,00	12.512.821,50
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.467.181,44	0,00	14.467.181,44
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-427.365,42	0,00	-427.365,42
TOTAL II		**26.552.637,52**	**0,00**	**26.552.637,52**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-178.410,92	0,00	-178.410,92
40	Administração Geral	846.967,80	0,00	846.967,80
40	Atenção Básica	21.140.777,25	0,00	21.140.777,25
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.233.480,11	0,00	3.233.480,11
40	Suporte Profilático e Terapêutico	787.427,29	0,00	787.427,29
40	Vigilância Sanitária	1.220.255,97	0,00	1.220.255,97
40	Vigilância Epidemiológica	1.130.469,14	0,00	1.130.469,14
SUBTOTAL I		**28.180.966,64**	**0,00**	**28.180.966,64**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		821,42	0,00	821,42
SUBTOTAL III		**821,42**	**0,00**	**821,42**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**15,92**		**28.180.145,22**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 38,639%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 203 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 28,23%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 31,815%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	98,256% dos 172 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação da conta 0000000000000063338X inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	124	0	AVISO	Linha: 124 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	124	0	AVISO	Linha: 124 - Validação da conta 00000000006600102702 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	127	0	AVISO	Linha: 127 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	127	0	AVISO	Linha: 127 - Validação da conta 00000000006066240589 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	168	0	AVISO	Linha: 168 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	168	0	AVISO	Linha: 168 - Validação da conta 00000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2021	Centro Administrativo
	Jornal	30/03/2021	O Diário
	Internet	30/03/2021	Home-page
2º Bimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home-page

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Quadrimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo Municipal
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home - page

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 185
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	26/02/2021	Plenário Camara Municipal
1º Quadrimestre/2021	31/05/2021	Plenário Camara Municipal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	433.819.154,13	0,00	433.819.154,13
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-27.372.064,58	0,00	-27.372.064,58
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	10.422.531,10	0,00	10.422.531,10
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.342.722,66	0,00	4.342.722,66
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.605.632,30	0,00	2.605.632,30
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	501.028,45	0,00	501.028,45
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	208.761,86	0,00	208.761,86
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	125.257,10	0,00	125.257,10
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.500,16	0,00	-1.500,16
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-625,07	0,00	-625,07
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-375,05	0,00	-375,05
TOTAL		**388.243.656,36**	**0,00**	**388.243.656,36**
DEDUÇÕES PREVISTAS NO ART. 166 DA CF				
3110 / 17180311010600000000	Emendas Parlamentares	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**386.943.656,36**	**0,00**	**386.943.656,36**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	266.325.745,75	0,00	266.325.745,75
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-22.773.772,13	0,00	-22.773.772,13

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 186
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**243.551.973,62**	**0,00**	**243.551.973,62**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**631.795.629,98**	**0,00**	**631.795.629,98**
Emendas Parlamentares Individuais				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**631.795.629,98**	**0,00**	**631.795.629,98**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**630.495.629,98**	**0,00**	**630.495.629,98**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	251.598.784,63	1.629.291,73	253.228.076,36
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	1.401.740,34	0,00	1.401.740,34
319011750000000	REPRESENTACAO MENSAL	325.506,03	0,00	325.506,03
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	4.064.879,42	0,00	4.064.879,42
319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	42.967.887,45	0,00	42.967.887,45
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**202.838.771,39**	**1.629.291,73**	**204.468.063,12**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	10.422.531,10	0,00	10.422.531,10
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.342.722,66	0,00	4.342.722,66
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.605.632,30	0,00	2.605.632,30
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.500,16	0,00	-1.500,16
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-625,07	0,00	-625,07
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-375,05	0,00	-375,05
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**17.368.385,78**	**0,00**	**17.368.385,78**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 187
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**185.470.385,61**	**1.629.291,73**	**187.099.677,34**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.616.364,94	1.841.113,21	103.457.478,15
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	550.134,86	0,00	550.134,86
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	613.624,32	0,00	613.624,32
SELEÇÃO MANUAL				
319113080000000	CONTRI. PREVIDENCIARIAS - RPPS - PESSOAL ATIVO - P. PREVI.	11.489.113,03	0,00	11.489.113,03
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**90.063.762,45**	**1.841.113,21**	**91.904.875,66**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	226.970,22	0,00	226.970,22
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.750.674,28	0,00	2.750.674,28

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**2.977.644,50**	**0,00**	**2.977.644,50**

CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240101000000	DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ANTERIOR - MAIO A DEZEMBRO	230.849,16	0,00	230.849,16
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	45.712,89	0,00	45.712,89
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	45.880,59	0,00	45.880,59
TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE		**322.442,64**	**0,00**	**322.442,64**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**93.363.849,59**	**1.841.113,21**	**95.204.962,80**
Total da Despesa com Pessoal		**278.834.235,20**	**3.470.404,94**	**282.304.640,14**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212130298010000	Contrato 085.878-10 PNAFM -Principal	398.392,89	0,00	398.392,89
212130298020000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta - Principal	3.837.544,46	0,00	3.837.544,46
212130298030000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena (Principal)	1.500.304,80	0,00	1.500.304,80
212130298040000	CEF Contrato 399.658-75	1.380.041,61	0,00	1.380.041,61
212130298050000	CEF Cont. 413.011-69	867.065,20	0,00	867.065,20
212130298060000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533 Principal	6.731.308,08	0,00	6.731.308,08
212210399020000	EMPRESTIMO EXTERNO COM O BANCO MUNDIAL	7.936.954,74	0,00	7.936.954,74
212340198000000	OUTROS FINANCIAMENTOS INTERNOS	66.996,91	0,00	66.996,91
212530104000000	Contrato 085.878-10 PNAFM	382.219,46	0,00	382.219,46
212530106000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	845.502,54	0,00	845.502,54
212530107000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	388.971,89	0,00	388.971,89
212530108000000	Contrato CEF 399.658-75 - Pro Transporte	414.081,02	0,00	414.081,02
212530109000000	Contrato 413.011-69 Pro-Transporte	235.260,26	0,00	235.260,26

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
212530110000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	1.368.861,67	0,00	1.368.861,67
212540300000000	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	137.932,05	0,00	137.932,05
212610100000000	JUROS DE CONTRATOS - EMPRESTIMOS EXTERNOS	1.129.279,82	0,00	1.129.279,82
222139902000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	11.581.976,84	0,00	11.581.976,84
222139903000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	5.619.480,91	0,00	5.619.480,91
222139904000000	Contrato CEF 399.658-75 Pro-Transporte	6.225.659,07	0,00	6.225.659,07
222139905000000	CEF 413.011-69 - Pro-Transporte	4.092.680,36	0,00	4.092.680,36
222139906000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	12.373.359,29	0,00	12.373.359,29
222139907000000	Cont. 0523.373-82 PNAFM	1.850.408,06	0,00	1.850.408,06
222210201010000	Banco Mundial	7.671.639,92	0,00	7.671.639,92
223110402000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NAO PAGOS	50.178.216,38	0,00	50.178.216,38
TOTAL		**127.214.138,23**	**0,00**	**127.214.138,23**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010200	BB Conta Movimento	7.542.284,03	0,00	7.542.284,03
111111902010300	BB Depto.Nac.Prod.Min. C/C 4474-1	51.347,45	0,00	51.347,45
111111902010400	BB ITR - C/C 7901-4	10.937,19	0,00	10.937,19
111111902010500	BB ICMS Deson. C/C 283141-4	341.175,68	0,00	341.175,68
111111902010800	BB ISS - STN - C/C 34053-7	259.591,59	0,00	259.591,59
111111902010900	BB Lei 7525 - C/C 9288-6	430.976,93	0,00	430.976,93
111111902011000	BB ISS Simples Nacional c/c 42924-4	213.095,81	0,00	213.095,81
111111902011500	BB Distrito Industrial - DISM c/c 60.884-X	1.171.424,49	0,00	1.171.424,49
111111902020200	BB FNAS Covid EPI c/c 89406-0	1.735,80	0,00	1.735,80
111111902020300	BB FNAS Covid Alimentos c/c 89403-6	408,00	0,00	408,00
111111902020400	BB FNAS Covid Acolhimento c/c 89402-8	602.162,46	0,00	602.162,46
111111902020700	BB FNDE Pro Infancia c/c 53576-1	480,77	0,00	480,77
111111902020800	BB FMS Vigil. Sanitaria C/C 81884-4	76.235,58	0,00	76.235,58
111111902021000	BB FMA - C/C 7234-6	747.174,31	0,00	747.174,31
111111902021300	BB Conv. Aeroporto C/C 85939-7	411.121,91	0,00	411.121,91
111111902021400	BB MDE	2.971.998,95	0,00	2.971.998,95
111111902021600	BBrasil PSB Covid-19 c/c 79051-6	498.211,37	0,00	498.211,37
111111902021700	BBrasil PSE Covid-19 c/c 84474-8	442.880,07	0,00	442.880,07
111111902021900	BB Habitacao C/C 5300-7	336.821,57	0,00	336.821,57
111111902022000	BB Leilao SMED c/c 59031-2	18.689,76	0,00	18.689,76
111111902022300	BB Conv. 704173/2010 PROINFANCIA (PTA) c/c 57116-4	7.492,69	0,00	7.492,69
111111902022800	BB FRDR-Fundo Rotativo C/C 61331-2	169.789,54	0,00	169.789,54
111111902022900	BB ACESUAS TRABALHO c/c 79036-2	92.930,83	0,00	92.930,83

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 190
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902023100	BB FNDE - T. Compr. PAC 203589 c/c 62247-8	4.623.483,54	0,00	4.623.483,54
111111902023300	BB FNDE PNATE C/C 28439-4	55.493,82	0,00	55.493,82
111111902023400	BB CIDE - C/C 28886-1	41.142,65	0,00	41.142,65
111111902023500	BB Conv. 701353/2011 - FNDE Ampl.e Ref. c/c 60286-8	2.021.424,78	0,00	2.021.424,78
111111902023900	BB FMS C/C 59036-3	6.316,29	0,00	6.316,29
111111902024300	BB FNDE PAC 200843/2011 c/c 63510-3	1.040.292,69	0,00	1.040.292,69
111111902024400	BB PDDE C/C 81867-4	5.389,31	0,00	5.389,31
111111902024500	BB FMS Alienacao de Bens c/c 64007-7	176.177,34	0,00	176.177,34
111111902024800	BB Prog. Educ. Fiscal C/C 64.671-7	13.157,03	0,00	13.157,03
111111902026000	BB PSB FNAS c/c 79051-6	391.253,56	0,00	391.253,56
111111902026500	BB AEPETI c/c 79039-7	215.366,48	0,00	215.366,48
111111902027100	BB BL GBF - FNAS C/C 79042-7	177.696,91	0,00	177.696,91
111111902027400	BB Fundo C. Eventos SM C/C 40814-X	7.300,70	0,00	7.300,70
111111902028100	BB PDDE C/C 9264-9	11.807,24	0,00	11.807,24
111111902028800	BB Merenda - C/C 49.486-0	714.104,34	0,00	714.104,34
111111902029000	BB BPC Escola c/c 79038-9	1.269,10	0,00	1.269,10
111111902029100	BB BL GSUAS - C/C 79045-1	2.541,50	0,00	2.541,50
111111902029914	BB PAR Educ. Infantil C/C 64487-0	1.148,87	0,00	1.148,87
111111902029915	BB PAR Quadra Esc. Bernard. C/C 64804-3	221.556,22	0,00	221.556,22
111111902029920	BB FMDCA C/C 69076-7	2.380.989,57	0,00	2.380.989,57
111111902029939	BB FUMID c/c 69242-5	528.435,65	0,00	528.435,65
111111902029943	BB FNDE PAR Caminho da Escola C/C 81911-5	13.897,17	0,00	13.897,17
111111902029951	BB FNDE PAR Infr. Esc. C/C 84292-3	1.136.327,75	0,00	1.136.327,75
111111902029953	BB FMAS MAC C/C 84474-8	1.484,90	0,00	1.484,90
111111902029955	BB FUNDEB	10.262.204,80	0,00	10.262.204,80
111111902029957	BB FUNDETUR C/C 86647-4	15.685,75	0,00	15.685,75
111111902029965	BB Apoio Cult. Aldir Blanc c/c 89855-4	1.575,43	0,00	1.575,43
111111903010100	CEF - C/C 27-5	2.679,88	0,00	2.679,88
111111903010200	CEF Exec. Fiscal C/P 775-6	15,72	0,00	15,72
111111903010800	CEF Conta Movimento	1.684.545,56	0,00	1.684.545,56
111111903011200	CEF Conv. 831537 Academias-Contrap. c/c 647015-0	315,29	0,00	315,29
111111903011800	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte (RL) c/c 10218-4	3.526,55	0,00	3.526,55
111111903013800	CEF Cont. 891301/2019 Aquis.Equip.Bombril (RL) c/c 71121-0	6.450,36	0,00	6.450,36
111111903013900	CEF Cont. 883159/2019 Fortalec.Feirao (RL) c/c 71106-7	3.343,50	0,00	3.343,50
111111903014000	CEF Cont. 894550/2019 Mod.Treze de Maio (RL) c/c 71133-4	18.296,66	0,00	18.296,66
111111903014100	CEF Cont. 894563/2019 Prom.Econ.Solid. (RL) c/c 71134-2	3.109,61	0,00	3.109,61
111111903020100	CEF Alien. Bens C/C 10178-1	1.133.495,11	0,00	1.133.495,11
111111903020211	CEF Serv. de Fisioterapia c/c 624061-9	143.196,01	0,00	143.196,01
111111903020301	CEF FMS INVESTSUS At.Basica - C/C 006.624066-0	145.834,61	0,00	145.834,61
111111903020302	CEF FMS INVESTSUS At.Espec. - C/C 006.624066-0	199.274,79	0,00	199.274,79
111111903020400	CEF Contr. 229039-88 C/C 10107-2	322,71	0,00	322,71

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 191
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903020600	CEF Cont. 0523.373-82 PNAFM c/c 10266-4	309.033,84	0,00	309.033,84
111111903020700	CEF Cont. 846153/2017 Pav.R.Behr c/c 647028-2	29.804,57	0,00	29.804,57
111111903020800	CEF MDE c/c 10270-2	6.752.989,45	0,00	6.752.989,45
111111903020900	CEF 4 Etapa C. Eventos Cont. 799546-13 c/c 147110-8	1.022.823,20	0,00	1.022.823,20
111111903021100	CEF Monit. Nutric. Inv. c/c 624058-9 (FR 4500)	36.519,27	0,00	36.519,27
111111903021600	CEF FMS Requalif. UBS Rubem Noal C/C 624044-9	88.316,39	0,00	88.316,39
111111903021701	CEF FMS-Vigilancia em Saude 624061-9 (4502)	400.760,11	0,00	400.760,11
111111903021702	CEF FMS-Assist.Farmaceutica 624061-9 (4503)	226.958,52	0,00	226.958,52
111111903021703	CEF FMS-At. Alta/Media Complex-CAPS 624061-9 (4501)	194.166,55	0,00	194.166,55
111111903021704	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SUS 13224-5 (4501)	611.258,84	0,00	611.258,84
111111903021706	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SAMU/UPA 624061-9 (4501)	265.131,05	0,00	265.131,05
111111903021707	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-CEREST 624061-9 (4501)	1.098.307,18	0,00	1.098.307,18
111111903021708	CEF FMS-At.Basica-PAB 624061-9 (4500)	2.377.700,51	0,00	2.377.700,51
111111903021709	CEF FMS-At.Basica-ESF/PACS/ACS 624061-9 (4500)	509.012,02	0,00	509.012,02
111111903021711	CEF FMS-Atencao Basica-Monit.Nutricional 624061-9 (4500)	199.748,81	0,00	199.748,81
111111903021712	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2516 COVID Saude Mental	32.284,69	0,00	32.284,69
111111903021713	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2358 COVID	113.040,00	0,00	113.040,00
111111903021714	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2405 COVID	185.920,00	0,00	185.920,00
111111903021715	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2222 COVID	24.458,64	0,00	24.458,64
111111903021716	CEF FMS Port. 3350 Saude Mental c/c 624061-9	144.776,25	0,00	144.776,25
111111903021900	CEF Covid-19 Portaria 1.857 c/c 624061-9	47.905,86	0,00	47.905,86
111111903022100	CEF Cont. 845172/2017 Pr.N.Horiz. c/c 647027-4	196.749,94	0,00	196.749,94
111111903022300	CEF FUMCIP c/c 10257-5	4.209.448,24	0,00	4.209.448,24
111111903022500	CEF FUNPROSM c/c 10259-1	42.686,71	0,00	42.686,71
111111903022800	CEF Cont. 846317 Pav. Pedro Figueira c/c 647030-4	43.464,52	0,00	43.464,52
111111903023100	CEF FMS US Dr. Rocha C/C 624019-7	29.800,32	0,00	29.800,32
111111903023500	CEF Cont. 846202 Rev.P.Itaimbe c/c 647031-2	246.191,76	0,00	246.191,76
111111903024000	CEF Cont. 875343 Pista Skate c/c 647077-0	45.092,88	0,00	45.092,88
111111903024100	CEF FMS C/C 13222-9	196.438,05	0,00	196.438,05
111111903024400	CEF Port. 1.666 COVID-19 c/c 624061-9	917.320,96	0,00	917.320,96
111111903024500	CEF Centro Ref. Covid C/C 624061-9	473.519,58	0,00	473.519,58
111111903024700	CEF FMS Requalif. UBS Campestre C/C 624051-1	103.790,02	0,00	103.790,02
111111903024800	CEF FMS Vigil. Sanitaria c/c 13223-7	35.802,07	0,00	35.802,07
111111903025900	CEF Cont. 846317 Pavim Pedro Figueira (Contrap) c/c 647030-4	3.919,71	0,00	3.919,71
111111903026000	CEF Cont. 883159 Fort. Feira c/c 71106-7	250.012,59	0,00	250.012,59
111111903026300	CEF Cont. 846153 Pav. R.Behr c/c 647028-2 (Contrap)	8.046,93	0,00	8.046,93
111111903027100	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte c/c 10218-4	32.450,92	0,00	32.450,92
111111903027200	CEF FMS Requalif. UBS Urlandia C/C 624053-8	130.251,82	0,00	130.251,82
111111903027700	CEF FMS Requalif. UBS N.S.Marta C/C 624052-0	9.944,32	0,00	9.944,32
111111903027800	CEF FMS Requalif. UBS Joy Bets C/C 624050-3	103.790,02	0,00	103.790,02
111111903029400	CEF F.M.Habitacao c/c 10254-0	76.613,81	0,00	76.613,81

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 192
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903029600	CEF FMS Requalif. UBS Bela Uniao C/C 624021-9	28.747,24	0,00	28.747,24
111111903029800	CEF Pro Saneamento C/C 006.00010258-3	19.579.083,35	0,00	19.579.083,35
111111903029940	CEF FUNDEB	6.640.017,38	0,00	6.640.017,38
111111903029941	CEF Conv. 831537 Academias c/c 647015-0	212.505,71	0,00	212.505,71
111111903029942	CEF Sal. Educacao C/C 672014-9	15.308.826,08	0,00	15.308.826,08
111111903029945	CEF Contr.519627-63 FINISA-C/C 10260-5	53.144,71	0,00	53.144,71
111111903029958	CEF FMS 624061-9 COVID-19	305.226,84	0,00	305.226,84
111111903029959	CEF COVID19 MPT c/c 71154-7	64.224,43	0,00	64.224,43
111111912010100	BERGS Conta Movimento	10.569.829,44	0,00	10.569.829,44
111111912010600	BERGS ISS - C/C 04.095228.0-0	516.359,10	0,00	516.359,10
111111912011300	BERGS FR 8001 (0001)	4.683.885,69	0,00	4.683.885,69
111111912020100	BERGS FUNREBOM - C/C 04.077284.0-1	492.275,84	0,00	492.275,84
111111912020300	Bergs FMAS 041395351-2 (FR 1468)	89.937,47	0,00	89.937,47
111111912020400	Bergs FEAS c/c 04139535.0-4 (FR 1469)	41.785,49	0,00	41.785,49
111111912020600	BERGS CORSAN Interlig. BR C/C 04.160412.0-4	5,23	0,00	5,23
111111912020700	Begs FMS Covid-19 c/c 04.164579.0-7	49.146,30	0,00	49.146,30
111111912020900	BERGS FUNCIP C/C 04.098392.0-0	238,50	0,00	238,50
111111912021300	Bergs FMS Port. 256 Aquis. Mat. P.A. c/c 04138319.0-5	90.909,09	0,00	90.909,09
111111912021500	Bergs FMS Covid-Prisional c/c 041348324-9	214.000,00	0,00	214.000,00
111111912021600	Bergs FMS Port. GM/MS 2782 c/c 0414050303	400.000,00	0,00	400.000,00
111111912021800	BERGS FMS C/C 04.098430.0-3	873.226,77	0,00	873.226,77
111111912022100	BERGS Multa de Transito - c/04.077829.0-2	1.069.763,96	0,00	1.069.763,96
111111912022200	BERGS FMS Vigil. Sanitaria C/C 04.148817.0-1	154.994,38	0,00	154.994,38
111111912022400	Bergs Acoes Jud. Saude c/c 04.164578.0-6	5.054,05	0,00	5.054,05
111111912022500	BERGS FMS Nota Solidaria - c/04149861.0-4	263,79	0,00	263,79
111111912023000	BERGS FUNDEEL - C/C 04.095783.0-6	3.966,08	0,00	3.966,08
111111912023100	BERGS FUNCULTURA C/C 04.150981.0-5	75.763,59	0,00	75.763,59
111111912023200	BERGS FMS CAPS AD C/C 04.152017.0-4	175.853,17	0,00	175.853,17
111111912023300	BERGS Enfrentam. a Estiagem c/c 04.172197.0-8	100.065,06	0,00	100.065,06
111111912023700	BERGS PROCON c/c 04.098213.0-1	385.426,26	0,00	385.426,26
111111912023900	BERGS CEREST Conv. C/C 04.098277.0-9	88.184,68	0,00	88.184,68
111111912024700	BERGS FMS SAMU Estadual C/C 04.134832.0-6	20.225,69	0,00	20.225,69
111111912024800	BERGS FMS Farm. Basica Est. C/C 04.134832.1-4	183.318,53	0,00	183.318,53
111111912025000	BERGS FMS CEO C/C 04.134832.3-0	81.449,92	0,00	81.449,92
111111912025100	BERGS FMS PSF Bucal - C/C 04.134832.4-9	187.502,84	0,00	187.502,84
111111912025200	BERGS FMS PIM - C/C 04.134832.5-7	197.291,21	0,00	197.291,21
111111912025400	BERGS FMS CEREST C/C 04.134832.7-3	426.263,77	0,00	426.263,77
111111912025600	BERGS FMS PIES-C/C 04.134832.9-6	460.912,06	0,00	460.912,06
111111912026700	BERGS FMS UPA EST. C/C 04.138319.0-5	354.550,53	0,00	354.550,53
111111912026900	BERGS FMS Faturamento CIS C/C 04.151266.0-5	84.015,43	0,00	84.015,43
111111912027100	BERGS FMS PSF Indigena C/C 04.098443.0-1	223.059,21	0,00	223.059,21

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912027300	BERGS FMDCA C/C 04.139494.0-6	707.597,69	0,00	707.597,69
111111912027600	BERGS DENGUE VERAO - C/C 04.140503.0-3	81.050,93	0,00	81.050,93
111111912028200	BERGS FMS Dispensacao de Fraldas C/C 04.141355.0-3	119.164,20	0,00	119.164,20
111111912028700	BERGS FMAS FUMID C/C 04.139628.0-5	463.818,10	0,00	463.818,10
111111912029100	BERGS FMS Outros Rec.- C/C 04.146584.0-9	95,44	0,00	95,44
111111912029200	BERGS Conv.CORSAN Acao Civil Publ. c/c 04.150937.0-7	197.820,63	0,00	197.820,63
111111912029500	BERGS Conv. 05/2017-CORSAN C/C 04.156906.0-8	2.795,78	0,00	2.795,78
111111912029700	BERGS SMED Doacao MP-C/C 04.150982.0-2	6.666,45	0,00	6.666,45
111115002023800	CEF Poup.Contr.387527-35-Revit.Guarani C/P 147098-8	309.293,27	0,00	309.293,27
111115002024500	CEF Poup.Contr.218815-56-PAC OGU C/P 147031-7	6.019.961,60	0,00	6.019.961,60
111115003060000	CEF Aplic. Financ. c/c 006.00010027-0	46.798.687,76	0,00	46.798.687,76
111115004040000	CEF PMSM c/c 10027-0	10.735.088,63	0,00	10.735.088,63
111115004050000	BERGS PMSM C/C 04.004103.0-9	11.712.428,61	0,00	11.712.428,61
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-4.997,81	0,00	-4.997,81
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-5.217.169,66	0,00	-5.217.169,66
TOTAL		**202.060.747,94**	**0,00**	**202.060.747,94**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112410201000000	DEVEDORES POR FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	116.751,93	0,00	116.751,93
121110301000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	265.738,82	0,00	265.738,82
121119700000000	OUTROS CREDITOS A LONGO PRAZO	92.532,49	0,00	92.532,49
121119999000000	(-) OUTROS AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-1.881.649,80	0,00	-1.881.649,80
121310102000000	ACOES	2.090.183,80	0,00	2.090.183,80
TOTAL		**683.557,24**	**0,00**	**683.557,24**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**202.744.305,18**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211110403000000	PRECATORIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NAO VENCIDOS	40.154,32	0,00	40.154,32
211420100000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	9.191.773,06	0,00	9.191.773,06
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	205.761,65	0,00	205.761,65
218810108000000	ISS	239.550,00	0,00	239.550,00
218810112000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	515.844,27	0,00	515.844,27
218810113010000	Sindicato Prof. Munic. Santa Maria	20.365,15	0,00	20.365,15

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 194
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
218810113020000	Sindicato dos Municiparios - SM	14.003,53	0,00	14.003,53
218810113030000	Associacao dos Vigilantes da Pref.de Santa Maria-AVISM	3.571,30	0,00	3.571,30
218810113040000	Imposto Sindical	436.136,91	0,00	436.136,91
218810113050000	Sindicato dos Guardas	140,00	0,00	140,00
218810114010000	Capemi	377,53	0,00	377,53
218810114020000	Bradesco Seguradora S/A	40,31	0,00	40,31
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	1.117.005,03	0,00	1.117.005,03
218810115080000	GBOEX - Financiamentos a Servidores	8.962,20	0,00	8.962,20
218810115140000	SUCV Financ.	17.880,68	0,00	17.880,68
218810199010000	Ipassp Cooparticipacao	36,51	0,00	36,51
218810199020000	INSS Prestadores de Servicos	557,70	0,00	557,70
218810199040000	Clube Recreativo Esportivo Municipal	4.844,36	0,00	4.844,36
218810199060000	Pro Habitacao	15,24	0,00	15,24
218810199070000	Brasil Vida	485,03	0,00	485,03
218810199100000	Saurin & Razeira Advogados	200,00	0,00	200,00
218810401000000	DEPOSITOS E CAUCOES	115.380,34	0,00	115.380,34
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	926.052,37	0,00	926.052,37
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	4.997,81	0,00	4.997,81
TOTAL		**12.864.135,30**	**0,00**	**12.864.135,30**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 195
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21190011030000000000	Pro-Transporte - PAC	67.004,54	0,00	67.004,54
21190011060000000000	Contr.. 519.627-63 - FINISA	1.005.124,82	0,00	1.005.124,82
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**1.072.129,36**	**0,00**	**1.072.129,36**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**1.072.129,36**	**0,00**	**1.072.129,36**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	14.569.562,92	0,00	14.569.562,92
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.070.653,15	0,00	6.070.653,15
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.642.389,96	0,00	3.642.389,96
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	730.576,13	0,00	730.576,13
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	304.406,72	0,00	304.406,72
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	182.644,01	0,00	182.644,01
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.236.124,92	0,00	9.236.124,92
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.848.385,47	0,00	3.848.385,47
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.309.031,30	0,00	2.309.031,30
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	428.626,99	0,00	428.626,99
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	178.594,68	0,00	178.594,68
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	107.156,82	0,00	107.156,82
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	1.923.313,41	0,00	1.923.313,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	801.383,08	0,00	801.383,08
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	480.825,97	0,00	480.825,97
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	11.498,51	0,00	11.498,51
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4.791,10	0,00	4.791,10
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2.874,64	0,00	2.874,64
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	27.355.195,29	0,00	27.355.195,29
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	11.398.526,52	0,00	11.398.526,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.838.292,92	0,00	6.838.292,92
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	235.367,60	0,00	235.367,60
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	98.267,98	0,00	98.267,98
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	58.643,57	0,00	58.643,57
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.215.636,52	0,00	3.215.636,52
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.340.100,56	0,00	1.340.100,56
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	803.653,90	0,00	803.653,90
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.564.062,58	0,00	1.564.062,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	651.996,93	0,00	651.996,93
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	390.694,16	0,00	390.694,16
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	12.645.002,77	0,00	12.645.002,77

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 197
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.268.759,30	0,00	5.268.759,30
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.161.242,66	0,00	3.161.242,66
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	14.906,02	0,00	14.906,02
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	6.210,92	0,00	6.210,92
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	3.726,24	0,00	3.726,24
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	5.694,41	0,00	5.694,41
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.372,62	0,00	2.372,62
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.423,48	0,00	1.423,48
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	40.238.061,42	0,00	40.238.061,42
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	16.765.861,75	0,00	16.765.861,75
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	10.059.511,24	0,00	10.059.511,24
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	435.827,73	0,00	435.827,73
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	181.587,93	0,00	181.587,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	108.960,60	0,00	108.960,60
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	2.374.168,87	0,00	2.374.168,87
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	989.252,83	0,00	989.252,83
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	593.526,66	0,00	593.526,66
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	1.665.901,17	0,00	1.665.901,17
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	694.150,36	0,00	694.150,36
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	416.445,45	0,00	416.445,45
11280111000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	591.538,69	0,00	591.538,69
11280112000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	7.499,17	0,00	7.499,17
11280113000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Divida Ativa	23.577,67	0,00	23.577,67
11280114000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	7.915,60	0,00	7.915,60
11280191010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	160.115,14	0,00	160.115,14
11280191020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	2.773.015,54	0,00	2.773.015,54
11280191030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	216.688,96	0,00	216.688,96
11280191040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	924,55	0,00	924,55
11280191050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	733.464,62	0,00	733.464,62
11280191060000000000	Taxa de Prevencao de Incendio	650.430,34	0,00	650.430,34
11280191070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	2.781,36	0,00	2.781,36
11280191080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	31.591,47	0,00	31.591,47
11280192010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	791,73	0,00	791,73
11280192020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	21.218,85	0,00	21.218,85
11280192030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	174,83	0,00	174,83
11280192040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	28,38	0,00	28,38
11280192070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	502,78	0,00	502,78
11280192080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	28,87	0,00	28,87
11280193010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	2.129,24	0,00	2.129,24

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280193020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	592.007,88	0,00	592.007,88
11280193030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	1.673,33	0,00	1.673,33
11280193040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	30.830,93	0,00	30.830,93
11280193050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	129.973,31	0,00	129.973,31
11280193070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	42.774,90	0,00	42.774,90
11280193080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	6.807,57	0,00	6.807,57
11280194010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	706,78	0,00	706,78
11280194020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	145.378,98	0,00	145.378,98
11280194030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	379,60	0,00	379,60
11280194040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	14.625,20	0,00	14.625,20
11280194050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	11.296,78	0,00	11.296,78
11280194070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	5.356,17	0,00	5.356,17
11280194080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	4.888,13	0,00	4.888,13
11280291010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	446.681,23	0,00	446.681,23
11280291020000000000	Taxa de Cemiterio	922.965,10	0,00	922.965,10
11280291030000000000	Taxa de Limpeza Publica	11.224.692,18	0,00	11.224.692,18
11280291040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	1.879,40	0,00	1.879,40
11280291050000000000	Taxa de Custo Operacional dos Consignados	60.406,49	0,00	60.406,49
11280291060000000000	Taxa de Vistoria de Transito	234,60	0,00	234,60
11280292010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	17,73	0,00	17,73
11280292020000000000	Taxa de Cemiterio	753,01	0,00	753,01
11280292030000000000	Taxa de Limpeza Publica	116.254,41	0,00	116.254,41
11280292040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,67	0,00	37,67
11280293010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	10,58	0,00	10,58
11280293020000000000	Taxa de Cemiterio	174.754,24	0,00	174.754,24
11280293030000000000	Taxa de Limpeza Publica	1.078.514,34	0,00	1.078.514,34
11280293040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	266,60	0,00	266,60
11280294010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	12,04	0,00	12,04
11280294020000000000	Taxa de Cemiterio	40.068,16	0,00	40.068,16
11280294030000000000	Taxa de Limpeza Publica	552.708,31	0,00	552.708,31
11280294040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,32	0,00	37,32
12400011000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	9.259.969,77	0,00	9.259.969,77
12400012000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	5.464,73	0,00	5.464,73
12400013000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	85.625,87	0,00	85.625,87
12400014000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	41.804,89	0,00	41.804,89
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	39.264.171,33	0,00	39.264.171,33
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.272.014,36	0,00	3.272.014,36
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	9.816.042,85	0,00	9.816.042,85

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 199
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	13.088.056,43	0,00	13.088.056,43
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	1.766.902,17	0,00	1.766.902,17
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	736.209,25	0,00	736.209,25
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	441.725,55	0,00	441.725,55
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	1.770.669,25	0,00	1.770.669,25
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	737.778,86	0,00	737.778,86
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	442.667,31	0,00	442.667,31
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	619.331,94	0,00	619.331,94
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	51.611,11	0,00	51.611,11
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	154.833,11	0,00	154.833,11
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	206.443,87	0,00	206.443,87
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	62.853.778,19	0,00	62.853.778,19
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	5.237.814,87	0,00	5.237.814,87
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	15.713.444,56	0,00	15.713.444,56
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	20.951.259,42	0,00	20.951.259,42
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	28.006.263,46	0,00	28.006.263,46
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.333.856,30	0,00	2.333.856,30
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	7.001.567,13	0,00	7.001.567,13
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	9.335.422,43	0,00	9.335.422,43
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	895.264,00	0,00	895.264,00
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	74.605,47	0,00	74.605,47
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	223.816,14	0,00	223.816,14
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	298.421,51	0,00	298.421,51
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Principal	169.471,53	0,00	169.471,53
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-2.321,57	0,00	-2.321,57
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-967,32	0,00	-967,32
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-580,41	0,00	-580,41
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-113,88	0,00	-113,88
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-47,45	0,00	-47,45
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-28,47	0,00	-28,47
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.648.731,98	0,00	-1.648.731,98
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-687.069,04	0,00	-687.069,04
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-412.080,15	0,00	-412.080,15
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-4.555,76	0,00	-4.555,76

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.903,79	0,00	-1.903,79
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-1.133,85	0,00	-1.133,85
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-1.609,00	0,00	-1.609,00
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-670,83	0,00	-670,83
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-401,84	0,00	-401,84
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-186.830,07	0,00	-186.830,07
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-77.996,33	0,00	-77.996,33
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-46.551,25	0,00	-46.551,25
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-62.188,77	0,00	-62.188,77
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-25.912,01	0,00	-25.912,01
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-15.547,19	0,00	-15.547,19
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-48,58	0,00	-48,58
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-20,24	0,00	-20,24
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-12,14	0,00	-12,14
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-78.180,89	0,00	-78.180,89
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-32.228,76	0,00	-32.228,76
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-18.505,23	0,00	-18.505,23
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-323,39	0,00	-323,39
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-134,76	0,00	-134,76
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-80,84	0,00	-80,84
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-1.746,85	0,00	-1.746,85
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-727,90	0,00	-727,90
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-436,81	0,00	-436,81
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-17.709,16	0,00	-17.709,16
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-7.383,62	0,00	-7.383,62
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.420,05	0,00	-4.420,05
91128011100000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	-1.859,92	0,00	-1.859,92
91128011200000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	-45,57	0,00	-45,57
91128011400000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-1.951,91	0,00	-1.951,91
91128019102000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-470,40	0,00	-470,40
91128019201000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	-91,41	0,00	-91,41
91128019202000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-492,76	0,00	-492,76
91128019203000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-2,50	0,00	-2,50
91128019204000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-0,29	0,00	-0,29
91128019208000000000	Deducao - Taxa de Inspecao Municipal - SI	-16,42	0,00	-16,42
91128019302000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-465,10	0,00	-465,10
91128019401000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	-170,51	0,00	-170,51
91128019402000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-28.939,40	0,00	-28.939,40

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91128019403000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-115,17	0,00	-115,17
91128019404000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-11,88	0,00	-11,88
91128019405000000000	Deducao - Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	-138,40	0,00	-138,40
91128019407000000000	Deducao - Taxas Diversas Poder de Policia	-757,41	0,00	-757,41
91128029101000000000	Deducao - Taxas de Servicos Cadastrais	-57,48	0,00	-57,48
91128029103000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-1.575,23	0,00	-1.575,23
91128029202000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-8,45	0,00	-8,45
91128029203000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-2.645,53	0,00	-2.645,53
91128029204000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-2,98	0,00	-2,98
91128029302000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-2,20	0,00	-2,20
91128029303000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-10.002,90	0,00	-10.002,90
91128029402000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-12.152,61	0,00	-12.152,61
91128029403000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-80.095,13	0,00	-80.095,13
91128029404000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-14,92	0,00	-14,92
91240001100000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	-69,99	0,00	-69,99
91240001200000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	-72,05	0,00	-72,05
91240001300000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	-3.166,01	0,00	-3.166,01
91240001400000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-6.309,52	0,00	-6.309,52
TOTAL		**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	69.948.982,72	0,00	69.948.982,72	1,2307	86.086.213,03
Fevereiro	37.567.306,04	0,00	37.567.306,04	1,2296	46.192.759,51
Março	38.136.525,01	0,00	38.136.525,01	1,2295	46.888.857,50
Abril	32.257.385,36	0,00	32.257.385,36	1,2097	39.021.759,07
Maio	28.386.623,11	0,00	28.386.623,11	1,2091	34.322.266,00
Junho	28.396.740,39	0,00	28.396.740,39	1,1963	33.971.020,53
Julho	31.259.081,59	0,00	31.259.081,59	1,1774	36.804.442,66
Agosto	30.052.449,87	0,00	30.052.449,87	1,1505	34.575.343,58
Setembro	30.714.372,03	0,00	30.714.372,03	1,1076	34.019.238,46
Outubro	32.490.270,46	0,00	32.490.270,46	1,0723	34.839.317,01
Novembro	33.484.902,98	0,00	33.484.902,98	1,0342	34.630.086,66
Dezembro	53.918.047,37	0,00	53.918.047,37	1,0076	54.327.824,53
TOTAL	**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**		**515.679.128,55**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Justificativa: Foi adicionado o valor de R$ 4.432.921,69 relativo ao repasse de inativos e pensionistas e deduzido o valor de R$ 2.803.629,96 de despesa relativa ao primeiro quadrimestre de 2020 referente a empenhos empenhados e não liquidados do periodo de 01/01/2020 a 30/04/2020, que computou no primeiro quadrimestre de 2020. No cálculo de 2021 foi adionado o valor de R$ 1.841.113,21 relativos a repasse de inativos e pensionistas.

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Seleção Manual

Justificativa: Foi deduzido as despesas com a contribuição do passivo atuarial.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	85.579.936,46	0,00
4º Bimestre	104.255.565,36	0,00
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**652.036.355,82**	**266.325.745,75**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.332.924,85	0,00
4º Bimestre	11.369.596,63	0,00
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**73.822.687,02**	**3.159.189,91**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	0,00
4º Bimestre	-9.698.302,10	0,00
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-22.773.772,13**

TOTAL DA RECEITA	**665.542.842,84**	**246.711.163,53**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

Página 203
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 3523433
DOCUMENTO PÚBLICO

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

Início: 09/03/2021 Término: 10/03/2021

Início: 15/03/2021 Término: 15/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 20 de Maio de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0CDA.F28D.63AD.7ABE.7C29.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 1º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

12104051877919149

Para uso do Tribunal de Contas
Fl. | Rubrica

25/05/2021
13:32:06
3.0.1.4
Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA
CNPJ: 88488366000100
ORGÃO Nº: 56900
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 22102052787517483 (Modelo 9)
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Autarquia/Fundação
Lei de Instituição do Controle Interno: 4409
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 05/02/2001
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 5849
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 28/02/2014
(Não possui Regimento Interno)
(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)
Forma de Estruturação do Controle Interno:
O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo
O município não realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
50169041034	Clairton Rodrigues da Motta	Superintendente de Controle Interno	pmsm.controleinterno@gmail.com	(55) 3921-7058

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
56703368015	Alessandra Dauvel Sulzbach
80133916049	Fabiana Comassetto Copette
80410979015	Carine Brisola
91214750087	Marcileni Basso da Silveira
1841549010	Camila Faccin Moro
1128021099	Joice Melo Dias
57513066000	Carla Mari Carlotto de Oliveira

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Plenário da Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Plenário da Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Observações: A data da audiêncai pública de avaliação das metas do 3º quadrimestre de 2020 foi em 26/02/2021. A data da audiêncai pública de avaliação das metas do 1º quadrimestre de 2021 será em 31/05/2021.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 6480, publicada em 17/07/2020:

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AE7D.7DEE.05D9.573E.0894.

a) Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;

b) Fixou critérios e forma de limitação de empenho;

c) Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

d) Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2021 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2021, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AE7D.7DEE.05D9.573E.0894.

- Foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;

- Foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;

- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Quadrimestre de 2021, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Quadrimestre de 2021 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou , no 1º Quadrimestre de 2021, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1030.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 28/05/2021 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Observações: A data prevista para o envio das Contas, ao Poder Executivo da União será dia 28/05/2021.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AE7D.7DEE.05D9.573E.0894.

escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Quadrimestre de 2021 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	-	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	-	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	-	-	-	-

Observações: A publicação do RREO do segundo bimestre de 2021, relativa ao mural, ao jornal e a internet esta prevista para dia 28/05/2021.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Quadrimestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AE7D.7DEE.05D9.573E.0894.

STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Observações: A publicação do RGF do primeiro quadrimestre de 2021, relativa ao mural, ao jornal e a internet esta prevista para dia 28/05/2021.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Quadrimestre de 2021.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Quadrimestre de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 25/05/2001.

Observações: Informações foram disponibilizadas em 25/05/2000 no site https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/. Foi identificado no campo da data, o ano errado, pois o sistema não passou com o ano correto de 2000.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Observações: Foi iniciado a criação dos centros de custos e a apropriação por centro de custo. Está faltando sistema de monitoramento.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AE7D.7DEE.05D9.573E.0894.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 1º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

PM DE SANTA MARIA, 25/05/2021

_____

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

_____

Clairton Rodrigues da Motta
Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AE7D.7DEE.05D9.573E.0894.

Processo 01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE SANTA MARIA
1º Quadrimestre

22102052787517483

21.0.0.3
20/05/2021
15:16:08

Página da peça 1

Peça 3525916

DOCUMENTO PÚBLICO

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA
CNPJ: 88488366000100
ORGÃO Nº: 56900
Cód. Barras do RVE Vinculado: 22101053256335447

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

CNPJ	Nome da Entidade	Tipo	É RPPS ?	Cód. Barras do RVE
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	NÃO	22101034022863617
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	SIM	22101033309142840

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	631.910.282,90
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	631.910.282,90
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	630.610.282,90

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**285.447.739,45**	**45,27%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**1.072.129,36**	**0,17%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**

Assinado digitalmente por: MICHELE VARGAS ANTONELLO em 25/05/21, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1055.7D29.022D.B15E.AE31.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO

PM DE SANTA MARIA

1º Quadrimestre

Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	7,00 %

Página 212
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3525916
DOCUMENTO PÚBLICO

Assinado digitalmente por: MICHELE VARGAS ANTONELLO em 25/05/21, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1055.7D29.022D.B15E.AE31.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO

PM DE SANTA MARIA

1º Quadrimestre

SANTA MARIA, 20 de Maio de 2021 .

_____

JORGE CLADISTONE POZZOBOM

Prefeito Municipal

_____

MICHELE VARGAS ANTONELLO

Responsável pela Administração Financeira

_____

CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: MICHELE VARGAS ANTONELLO em 25/05/21, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 26/05/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.1055.7D29.022D.B15E.AE31.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/05/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 31/05/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: sala 202 Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Página 215
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3576191
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	17.009.447,33
Receita Patrimonial	28.130.000,00	40.466.553,88
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	2.107.168,17
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**59.950.013,42**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	17.908.785,22
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	29.269.696,41
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**47.178.481,63**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-29.772.028,51**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**77.356.466,54**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	585.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	585.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	77.019.214,32
Liquidado	69.779.600,37
Pago	69.435.653,61
SALDO A LIQUIDAR	**7.239.613,95**
SALDO A PAGAR	**343.946,76**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Página 216
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3576191
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	204.798.077,55
Pago	204.656.402,04
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**141.675,51**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	585.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	338.161.840,01D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.412.183,86D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	6.555.773,39C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	5.700.131,87D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	62.100.285,69D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	6.479.753,91D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	799.768,09D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	760.384,86D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	2.396,32D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	56.346.112,35C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	10.714.597,59C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	3.642.748,50C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.032,77C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	2.158.334,39C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	477.459.214,32D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	477.459.214,32C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.351.084,23D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	824.082.785,35D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.738.609,25D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Página 217
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3576191
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	293.604,37D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.351.084,23C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	824.082.785,35C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.738.609,25C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	293.604,37C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	844.759,51D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	322.528.542,97D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**323.373.302,48D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**323.373.302,48D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Página 218
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3576191
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	476.341.033,51	469.961.717,11
Demais Contas	2.573.979.159,08	2.580.358.475,48
Totais	3.050.320.192,59	3.050.320.192,59
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		45.220

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 21,964%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 3 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 5,603%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,124%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 10 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	13.032.197,31
4º Bimestre	11.419.365,73	0,00
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**59.950.013,42**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	8.318.982,50
4º Bimestre	16.827.286,65	0,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**47.178.481,63**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-4.575.366,53
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Página 219
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3576191
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-29.772.028,51**
TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**77.356.466,54**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Página 220
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3576191
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 221
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3576191
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 15 de Junho de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/06/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CF3.07DC.88DB.4B57.8644.

Página 222
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3561465
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 31/05/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

Página 223
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3561465
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	8.188,12
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**9.673,34**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**9.673,34**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	991.370,62
Liquidado	807.651,18
Pago	764.388,90
SALDO A LIQUIDAR	**183.719,44**
SALDO A PAGAR	**43.262,28**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.283.366,98D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	152.202,47D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	239.286,04C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	702.024,98D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	160.826,47D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	582,88D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	8.188,12C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.007.269,21C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	3.415.370,62D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	3.415.370,62C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	228.453,98D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	7.011.086,24D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	228.453,98C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	7.011.086,24C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

Página 225
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3561465
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.252.319,02D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.252.319,02D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.252.319,02D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

Página 226
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3561465
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.788.964,16	1.579.597,35
Demais Contas	28.573.984,54	28.783.351,35
Totais	30.362.948,70	30.362.948,70
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		4.904

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

Página 227
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3561465
DOCUMENTO PÚBLICO

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

Página 228
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3561465
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	5 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 32,381%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 0 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 28,571%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,923%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 1 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	2.599,77
4º Bimestre	3.008,84	0,00
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**9.673,34**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**9.673,34**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 08 de Junho de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/06/21 e EUGENIA BRAUNER em 16/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB69.3CA0.D207.E356.1194.

Página 231
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 31/05/2021
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia Ltda.
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da REgião Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	113.701.896,51
Contribuicoes	9.832.000,00	4.771.889,17
Receita Patrimonial	5.863.695,73	2.656.542,92
Receita de Servicos	3.000,00	7.456,57
Transferencias Correntes	395.987.100,00	202.127.425,81
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	2.889.846,66
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**326.155.057,64**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	3.072.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	64.683,89
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	15.244,42
Transferencias de Capital	36.301.381,50	2.198.926,87
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**5.350.984,54**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-27.569.275,23**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**303.936.766,95**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	166.852.295,78
Créditos Especiais	16.963.900,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	74.615.809,55
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**730.190.386,23**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 233
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	334.917.326,37
Liquidado	228.158.355,64
Pago	204.878.340,16
SALDO A LIQUIDAR	**106.758.970,73**
SALDO A PAGAR	**23.280.015,48**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	52.045.514,15
Liquidado	43.009.427,76
Pago	37.819.490,36
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**9.036.086,39**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**5.189.937,40**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	101.197.832,36
Excesso de Arrecadação	8.002.553,87
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	74.615.809,55
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	74.615.809,55

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	516.161.347,50D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	660.971.366,87D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	88.846.964,89C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	102.016.664,05C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	147.750.682,77D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	3.845,25D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	54.834.790,20D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	906.823,16D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	42.162.093,74D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	9.495.375,50D
TRIBUTARIAS	0,00	2.959.451,31D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.377.782,77D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	146.524.052,67C
CONTRIBUICOES	0,00	5.072.765,70C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	188.727,26C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	19.956.068,71C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	186.084.536,72C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.111.823,38C

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 234
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	21.317.282,09C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.731.896.266,47D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.731.896.266,47C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	420.062.054,97D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	1.926.770.684,54D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	441.744.996,12D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.407.464,80D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	180.306.339,83D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	420.062.054,97C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	1.926.770.684,54C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	441.744.996,12C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.407.464,80C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	180.306.339,83C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	134.086.773,55D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	76.001.752,49D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**210.088.526,04D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**210.088.526,04D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.308.585,98	0,00	15.308.585,98
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.308.585,98**	**0,00**	**15.308.585,98**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizações realizadas pelo Sistema tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.141.005.282,46	1.090.213.936,91
Demais Contas	11.228.029.254,65	11.278.820.600,20
Totais	12.369.034.537,11	12.369.034.537,11
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		785.786

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	5.053.084,36	0,00	5.053.084,36
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.105.452,68	0,00	2.105.452,68
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	1.263.270,34	0,00	1.263.270,34
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	272.597,24	0,00	272.597,24
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	113.582,20	0,00	113.582,20
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	68.149,30	0,00	68.149,30
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	3.780.339,78	0,00	3.780.339,78
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.575.141,59	0,00	1.575.141,59
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	945.084,96	0,00	945.084,96
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	201.608,23	0,00	201.608,23
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	84.003,44	0,00	84.003,44
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	50.402,05	0,00	50.402,05
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	708.581,20	0,00	708.581,20
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	295.243,24	0,00	295.243,24
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.144,25	0,00	177.144,25
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	20.510.968,68	0,00	20.510.968,68
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.546.549,20	0,00	8.546.549,20
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	5.127.422,60	0,00	5.127.422,60
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	63.955,57	0,00	63.955,57
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	26.721,02	0,00	26.721,02
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	15.913,32	0,00	15.913,32

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.823.073,83	0,00	1.823.073,83
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	759.745,19	0,00	759.745,19
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	455.641,76	0,00	455.641,76
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	792.274,00	0,00	792.274,00
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	330.263,34	0,00	330.263,34
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	197.919,30	0,00	197.919,30
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	6.779.761,05	0,00	6.779.761,05
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	2.824.903,83	0,00	2.824.903,83
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.694.936,83	0,00	1.694.936,83
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	23.205,40	0,00	23.205,40
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.668,94	0,00	9.668,94
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.801,25	0,00	5.801,25
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	10.189,39	0,00	10.189,39
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.245,57	0,00	4.245,57
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.547,28	0,00	2.547,28
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	17.965.699,65	0,00	17.965.699,65
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	7.485.709,12	0,00	7.485.709,12
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	4.491.424,95	0,00	4.491.424,95
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	205.475,40	0,00	205.475,40
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	85.616,37	0,00	85.616,37
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	51.399,92	0,00	51.399,92
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	939.782,49	0,00	939.782,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	391.582,03	0,00	391.582,03
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	234.938,73	0,00	234.938,73
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	271.045,43	0,00	271.045,43
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	112.943,93	0,00	112.943,93
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	67.752,08	0,00	67.752,08
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	22.597.720,59	0,00	22.597.720,59
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.883.143,38	0,00	1.883.143,38
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	5.649.430,12	0,00	5.649.430,12
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	7.532.573,22	0,00	7.532.573,22
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	37.531,23	0,00	37.531,23
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	3.127,63	0,00	3.127,63
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	9.382,84	0,00	9.382,84
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	12.510,38	0,00	12.510,38
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	29.080.019,77	0,00	29.080.019,77
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	2.423.334,99	0,00	2.423.334,99
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	7.270.004,93	0,00	7.270.004,93
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	9.693.339,92	0,00	9.693.339,92
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	19.783.045,92	0,00	19.783.045,92
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.648.587,34	0,00	1.648.587,34
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.945.761,70	0,00	4.945.761,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	6.594.348,96	0,00	6.594.348,96
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	365.949,69	0,00	365.949,69
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	30.495,84	0,00	30.495,84
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	91.487,46	0,00	91.487,46
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	121.983,26	0,00	121.983,26
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal -	-929,06	0,00	-929,06

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO			
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.532.560,62	0,00	-1.532.560,62
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.120,88	0,00	-639.120,88
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.582,11	0,00	-382.582,11
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.212,08	0,00	-1.212,08
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-507,67	0,00	-507,67
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-300,58	0,00	-300,58
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-790,02	0,00	-790,02
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-329,32	0,00	-329,32
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-197,57	0,00	-197,57
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-124.157,28	0,00	-124.157,28
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51.825,93	0,00	-51.825,93
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30.945,94	0,00	-30.945,94
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-64.642,30	0,00	-64.642,30
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-26.934,35	0,00	-26.934,35
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-16.160,61	0,00	-16.160,61
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-9.452,18	0,00	-9.452,18
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-3.911,03	0,00	-3.911,03
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-2.358,23	0,00	-2.358,23
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-30,95	0,00	-30,95
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-12,89	0,00	-12,89
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-7,72	0,00	-7,72
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-18.481,97	0,00	-18.481,97
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-7.702,64	0,00	-7.702,64
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.617,69	0,00	-4.617,69
SUBTOTAL		**215.814.768,52**	**0,00**	**215.814.768,52**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **53.953.692,13**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	24.752.031,85	0,00	24.752.031,85
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.988.689,18	0,00	5.988.689,18
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-741.737,47	0,00	-741.737,47

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 239
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.954.755,74	0,00	23.954.755,74
TOTAL II		**53.953.739,30**	**0,00**	**53.953.739,30**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	643.270,56	0,00	643.270,56
20	Ensino Fundamental	4.677.152,84	0,00	4.677.152,84
20	Ensino Profissional	10.307,16	0,00	10.307,16
20	Educação Infantil	7.972.129,72	0,00	7.972.129,72
20	Educação de Jovens e Adultos	2.448.894,99	0,00	2.448.894,99
31	Administração Geral	3.672.656,73	0,00	3.672.656,73
31	Ensino Fundamental	29.959.282,91	0,00	29.959.282,91
31	Educação Infantil	3.843.325,92	0,00	3.843.325,92
SUBTOTAL I		**53.227.020,83**	**0,00**	**53.227.020,83**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		31.965.470,19	0,00	31.965.470,19
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		104.321,50	0,00	104.321,50
SUBTOTAL III		**-32.069.791,69**	**0,00**	**-32.069.791,69**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**9,80**		**21.157.229,14**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	22.597.720,59	0,00	22.597.720,59
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.883.143,38	0,00	1.883.143,38
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	5.649.430,12	0,00	5.649.430,12
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	7.532.573,22	0,00	7.532.573,22
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	37.531,23	0,00	37.531,23
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	3.127,63	0,00	3.127,63
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	9.382,84	0,00	9.382,84
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	12.510,38	0,00	12.510,38
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	29.080.019,77	0,00	29.080.019,77
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	2.423.334,99	0,00	2.423.334,99
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	7.270.004,93	0,00	7.270.004,93
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	9.693.339,92	0,00	9.693.339,92
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	19.783.045,92	0,00	19.783.045,92
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.648.587,34	0,00	1.648.587,34

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 240
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.945.761,70	0,00	4.945.761,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	6.594.348,96	0,00	6.594.348,96
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	365.949,69	0,00	365.949,69
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	30.495,84	0,00	30.495,84
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	91.487,46	0,00	91.487,46
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	121.983,26	0,00	121.983,26
SUBTOTAL		**119.773.779,17**	**0,00**	**119.773.779,17**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **23.954.755,83**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.954.755,74	0,00	23.954.755,74
TOTAL II		**23.954.755,74**	**0,00**	**23.954.755,74**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	3.672.656,73	0,00	3.672.656,73
31	Ensino Fundamental	29.959.282,91	0,00	29.959.282,91
31	Educação Infantil	3.843.325,92	0,00	3.843.325,92
SUBTOTAL I		**37.475.265,56**	**0,00**	**37.475.265,56**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		31.965.470,19	0,00	31.965.470,19
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		48.938,78	0,00	48.938,78
SUBTOTAL III		**-32.014.408,97**	**0,00**	**-32.014.408,97**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**4,56**		**5.460.856,59**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	48.938,78	0,00	48.938,78
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	55.920.225,93	0,00	55.920.225,93
Total		**55.969.164,71**	**0,00**	**55.969.164,71**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **39.178.415,30**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 241
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	28.026.551,60	0,00	28.026.551,60
31	Educação Infantil	3.402.069,16	0,00	3.402.069,16
SUBTOTAL I		**31.428.620,76**	**0,00**	**31.428.620,76**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**31.428.620,76**	**0,00**	**31.428.620,76**
% de Aplicação				**56,15**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	5.053.084,36	0,00	5.053.084,36
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.105.452,68	0,00	2.105.452,68
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	1.263.270,34	0,00	1.263.270,34
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	272.597,24	0,00	272.597,24
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	113.582,20	0,00	113.582,20
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	68.149,30	0,00	68.149,30
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	3.780.339,78	0,00	3.780.339,78
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.575.141,59	0,00	1.575.141,59
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	945.084,96	0,00	945.084,96
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	201.608,23	0,00	201.608,23
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	84.003,44	0,00	84.003,44
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas	50.402,05	0,00	50.402,05

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	pagos pelo RPPS - ASPS			
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	708.581,20	0,00	708.581,20
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	295.243,24	0,00	295.243,24
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.144,25	0,00	177.144,25
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	20.510.968,68	0,00	20.510.968,68
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.546.549,20	0,00	8.546.549,20
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	5.127.422,60	0,00	5.127.422,60
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	63.955,57	0,00	63.955,57
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	26.721,02	0,00	26.721,02
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	15.913,32	0,00	15.913,32
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.823.073,83	0,00	1.823.073,83
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	759.745,19	0,00	759.745,19
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	455.641,76	0,00	455.641,76
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	792.274,00	0,00	792.274,00
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	330.263,34	0,00	330.263,34
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	197.919,30	0,00	197.919,30
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	6.779.761,05	0,00	6.779.761,05
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	2.824.903,83	0,00	2.824.903,83
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.694.936,83	0,00	1.694.936,83
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	23.205,40	0,00	23.205,40
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.668,94	0,00	9.668,94
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.801,25	0,00	5.801,25
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	10.189,39	0,00	10.189,39
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.245,57	0,00	4.245,57
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.547,28	0,00	2.547,28
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	17.965.699,65	0,00	17.965.699,65
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	7.485.709,12	0,00	7.485.709,12
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	4.491.424,95	0,00	4.491.424,95
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	205.475,40	0,00	205.475,40
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	85.616,37	0,00	85.616,37
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	51.399,92	0,00	51.399,92
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	939.782,49	0,00	939.782,49
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	391.582,03	0,00	391.582,03
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	234.938,73	0,00	234.938,73
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	271.045,43	0,00	271.045,43
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	112.943,93	0,00	112.943,93
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	67.752,08	0,00	67.752,08
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	22.597.720,59	0,00	22.597.720,59
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.883.143,38	0,00	1.883.143,38
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	5.649.430,12	0,00	5.649.430,12
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	7.532.573,22	0,00	7.532.573,22

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 243
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	37.531,23	0,00	37.531,23
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	3.127,63	0,00	3.127,63
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	9.382,84	0,00	9.382,84
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	12.510,38	0,00	12.510,38
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	29.080.019,77	0,00	29.080.019,77
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	2.423.334,99	0,00	2.423.334,99
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	7.270.004,93	0,00	7.270.004,93
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	9.693.339,92	0,00	9.693.339,92
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	19.783.045,92	0,00	19.783.045,92
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.648.587,34	0,00	1.648.587,34
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.945.761,70	0,00	4.945.761,70
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	6.594.348,96	0,00	6.594.348,96
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	365.949,69	0,00	365.949,69
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	30.495,84	0,00	30.495,84
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	91.487,46	0,00	91.487,46
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	121.983,26	0,00	121.983,26
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-929,06	0,00	-929,06
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.532.560,62	0,00	-1.532.560,62
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.120,88	0,00	-639.120,88
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.582,11	0,00	-382.582,11
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.212,08	0,00	-1.212,08
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-507,67	0,00	-507,67
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-300,58	0,00	-300,58
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-790,02	0,00	-790,02
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-329,32	0,00	-329,32
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-197,57	0,00	-197,57
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-124.157,28	0,00	-124.157,28
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-51.825,93	0,00	-51.825,93
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-30.945,94	0,00	-30.945,94
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-64.642,30	0,00	-64.642,30
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-26.934,35	0,00	-26.934,35
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-16.160,61	0,00	-16.160,61
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-9.452,18	0,00	-9.452,18
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-3.911,03	0,00	-3.911,03
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-2.358,23	0,00	-2.358,23
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-30,95	0,00	-30,95

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-12,89	0,00	-12,89
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-7,72	0,00	-7,72
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-18.481,97	0,00	-18.481,97
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-7.702,64	0,00	-7.702,64
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.617,69	0,00	-4.617,69
SUBTOTAL I		**215.814.768,52**	**0,00**	**215.814.768,52**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **32.372.215,28**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.850.145,01	0,00	14.850.145,01
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.966.067,05	0,00	17.966.067,05
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-444.006,10	0,00	-444.006,10
TOTAL II		**32.372.205,96**	**0,00**	**32.372.205,96**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-223.013,65	0,00	-223.013,65
40	Administração Geral	1.058.361,29	0,00	1.058.361,29
40	Atenção Básica	25.812.241,40	0,00	25.812.241,40
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.338.589,01	0,00	4.338.589,01
40	Suporte Profilático e Terapêutico	973.233,39	0,00	973.233,39
40	Vigilância Sanitária	1.516.617,19	0,00	1.516.617,19
40	Vigilância Epidemiológica	1.374.594,90	0,00	1.374.594,90
SUBTOTAL I		**34.850.623,53**	**0,00**	**34.850.623,53**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.237,98	0,00	1.237,98
SUBTOTAL III		**1.237,98**	**0,00**	**1.237,98**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**16,15**		**34.849.385,55**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 38,758%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 219 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 28,787%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 31,267%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,436% dos 195 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	31	0	AVISO	Linha: 31 - Validação da conta 000000000000063338X inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	82	0	AVISO	Linha: 82 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	82	0	AVISO	Linha: 82 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	126	0	AVISO	Linha: 126 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	126	0	AVISO	Linha: 126 - Validação da conta 00000000006600102702 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	129	0	AVISO	Linha: 129 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	129	0	AVISO	Linha: 129 - Validação da conta 00000000006066240589 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	148	0	AVISO	Linha: 148 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	148	0	AVISO	Linha: 148 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	149	0	AVISO	Linha: 149 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	149	0	AVISO	Linha: 149 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	150	0	AVISO	Linha: 150 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	150	0	AVISO	Linha: 150 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	151	0	AVISO	Linha: 151 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	151	0	AVISO	Linha: 151 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	152	0	AVISO	Linha: 152 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	152	0	AVISO	Linha: 152 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	153	0	AVISO	Linha: 153 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	153	0	AVISO	Linha: 153 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	154	0	AVISO	Linha: 154 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	154	0	AVISO	Linha: 154 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	155	0	AVISO	Linha: 155 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	155	0	AVISO	Linha: 155 - Validação da conta 00000000006066240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	156	0	AVISO	Linha: 156 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	156	0	AVISO	Linha: 156 - Validação da conta 00000000006606240619 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	171	0	AVISO	Linha: 171 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	171	0	AVISO	Linha: 171 - Validação da conta 00000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 246
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2020	http://www.santamaria.rs.gov.br/trasparencia

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	86.825.647,49	59.829.311,89
4º Bimestre	104.255.565,36	0,00
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**653.282.066,85**	**326.155.057,64**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.332.924,85	2.191.794,63
4º Bimestre	11.369.596,63	0,00
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**73.822.687,02**	**5.350.984,54**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-4.795.503,10
4º Bimestre	-9.698.302,10	0,00
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-27.569.275,23**

TOTAL DA RECEITA	**666.788.553,87**	**303.936.766,95**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 247
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 3580382
DOCUMENTO PÚBLICO

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

Início: 09/03/2021 Término: 10/03/2021

Início: 15/03/2021 Término: 15/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 17 de Junho de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3001.BC3A.55D3.B9A0.E524.

Página 249
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 30/04/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia Ltda.
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☐ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da REgião Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	97.212.961,22
Contribuicoes	9.832.000,00	3.869.318,47
Receita Patrimonial	5.863.695,73	2.035.446,85
Receita de Servicos	3.000,00	5.410,82
Transferencias Correntes	395.987.100,00	161.819.001,51
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	1.383.606,88
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**266.325.745,75**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	1.072.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	61.160,00
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	12.297,95
Transferencias de Capital	36.301.381,50	2.013.602,60
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**3.159.189,91**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-22.773.772,13**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**246.711.163,53**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	150.473.171,58
Créditos Especiais	16.963.900,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	67.582.410,03
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**720.844.661,55**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 251
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	293.883.308,33
Liquidado	174.989.569,48
Pago	153.721.632,15
SALDO A LIQUIDAR	**118.893.738,85**
SALDO A PAGAR	**21.267.937,33**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	51.288.926,14
Liquidado	42.911.940,92
Pago	37.689.773,45
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**8.376.985,22**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**5.222.167,47**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	93.097.818,71
Excesso de Arrecadação	6.756.842,84
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	67.582.410,03
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	67.582.410,03

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	513.960.359,76D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	657.781.302,32D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	86.059.225,27C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	100.016.664,05C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	116.867.217,09D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	3.076,20D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	39.547.226,93D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	906.823,16D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	34.407.221,77D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.303.378,73D
TRIBUTARIAS	0,00	1.992.776,83D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	932.760,45D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	133.334.720,60C
CONTRIBUICOES	0,00	4.196.349,61C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	186.857,26C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	17.777.575,74C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	148.496.326,18C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.015.439,29C

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	17.114.311,64C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.680.270.812,72D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.680.270.812,72C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	414.276.934,37D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	1.854.059.927,56D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	439.449.172,06D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.340.244,89D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	178.033.194,99D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	414.276.934,37C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	1.854.059.927,56C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	439.449.172,06C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.340.244,89C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	178.033.194,99C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	131.707.455,54D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	75.575.459,87D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**207.282.915,41D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**207.282.915,41D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.181.751,76	0,00	15.181.751,76
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.181.751,76**	**0,00**	**15.181.751,76**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizações pelo sistema tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	981.544.683,20	933.558.948,28
Demais Contas	9.977.294.937,81	10.025.280.672,73
Totais	10.958.839.621,01	10.958.839.621,01
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		614.574

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	3.952.367,38	0,00	3.952.367,38
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	1.646.820,42	0,00	1.646.820,42
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	988.091,21	0,00	988.091,21
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	216.941,29	0,00	216.941,29
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	90.392,22	0,00	90.392,22
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	54.235,32	0,00	54.235,32
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	3.020.419,35	0,00	3.020.419,35
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.258.508,08	0,00	1.258.508,08
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	755.104,85	0,00	755.104,85
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	162.840,83	0,00	162.840,83
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	67.850,36	0,00	67.850,36
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	40.710,20	0,00	40.710,20
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	513.078,46	0,00	513.078,46
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	213.783,51	0,00	213.783,51
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	128.268,84	0,00	128.268,84
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	19.567.734,20	0,00	19.567.734,20
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.153.501,50	0,00	8.153.501,50
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.891.649,89	0,00	4.891.649,89
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	52.907,88	0,00	52.907,88
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	22.110,18	0,00	22.110,18
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	13.158,84	0,00	13.158,84

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 255
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.524.573,59	0,00	1.524.573,59
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	635.350,10	0,00	635.350,10
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	381.033,64	0,00	381.033,64
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	647.108,12	0,00	647.108,12
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	269.753,94	0,00	269.753,94
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	161.650,37	0,00	161.650,37
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	5.307.331,94	0,00	5.307.331,94
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	2.211.390,96	0,00	2.211.390,96
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.326.830,31	0,00	1.326.830,31
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	22.731,06	0,00	22.731,06
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.471,30	0,00	9.471,30
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.682,68	0,00	5.682,68
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	9.978,34	0,00	9.978,34
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.157,64	0,00	4.157,64
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.494,51	0,00	2.494,51
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	14.460.443,11	0,00	14.460.443,11
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	6.025.185,37	0,00	6.025.185,37
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	3.615.110,76	0,00	3.615.110,76
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	174.458,00	0,00	174.458,00
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	72.692,23	0,00	72.692,23
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	43.645,55	0,00	43.645,55
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	299.270,51	0,00	299.270,51
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	124.700,66	0,00	124.700,66
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	74.812,18	0,00	74.812,18
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	119.812,91	0,00	119.812,91
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	49.928,33	0,00	49.928,33
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	29.946,26	0,00	29.946,26
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17.811.313,09	0,00	17.811.313,09
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.484.276,09	0,00	1.484.276,09
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	4.452.828,24	0,00	4.452.828,24
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	5.937.104,10	0,00	5.937.104,10
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	33.121,30	0,00	33.121,30
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.760,13	0,00	2.760,13
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.280,36	0,00	8.280,36
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	11.040,40	0,00	11.040,40
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	22.672.857,68	0,00	22.672.857,68
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.889.404,81	0,00	1.889.404,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	5.668.214,41	0,00	5.668.214,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	7.557.619,22	0,00	7.557.619,22
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17.054.033,67	0,00	17.054.033,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.421.169,66	0,00	1.421.169,66
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.263.508,64	0,00	4.263.508,64
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	5.684.678,18	0,00	5.684.678,18
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	297.398,97	0,00	297.398,97
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	24.783,28	0,00	24.783,28
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	74.349,79	0,00	74.349,79
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	99.133,02	0,00	99.133,02
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal -	-804,13	0,00	-804,13

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 256
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO			
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-335,05	0,00	-335,05
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-201,03	0,00	-201,03
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.532.251,08	0,00	-1.532.251,08
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-638.991,87	0,00	-638.991,87
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.504,77	0,00	-382.504,77
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.129,75	0,00	-1.129,75
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-473,29	0,00	-473,29
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-280,09	0,00	-280,09
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-641,62	0,00	-641,62
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-267,47	0,00	-267,47
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-160,49	0,00	-160,49
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100.820,98	0,00	-100.820,98
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-42.088,84	0,00	-42.088,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25.123,55	0,00	-25.123,55
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-40.372,01	0,00	-40.372,01
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-16.821,71	0,00	-16.821,71
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-10.093,02	0,00	-10.093,02
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-5.007,91	0,00	-5.007,91
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-2.059,24	0,00	-2.059,24
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-1.247,14	0,00	-1.247,14
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-27,08	0,00	-27,08
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-11,28	0,00	-11,28
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-6,75	0,00	-6,75
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-4.588,98	0,00	-4.588,98
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1.913,41	0,00	-1.913,41
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-1.145,20	0,00	-1.145,20
SUBTOTAL		**177.017.144,52**	**0,00**	**177.017.144,52**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **44.254.286,13**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	20.856.256,96	0,00	20.856.256,96
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.822.393,97	0,00	4.822.393,97
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-713.967,81	0,00	-713.967,81

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.289.574,92	0,00	19.289.574,92
TOTAL II		**44.254.258,04**	**0,00**	**44.254.258,04**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Educação calculada pelos recursos vinculados

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	542.123,11	0,00	542.123,11
20	Ensino Fundamental	3.334.130,85	0,00	3.334.130,85
20	Ensino Profissional	8.304,46	0,00	8.304,46
20	Educação Infantil	5.911.590,96	0,00	5.911.590,96
20	Educação de Jovens e Adultos	1.894.508,12	0,00	1.894.508,12
31	Administração Geral	2.906.249,69	0,00	2.906.249,69
31	Ensino Fundamental	23.177.705,40	0,00	23.177.705,40
31	Educação Infantil	2.930.399,91	0,00	2.930.399,91
SUBTOTAL I		**40.705.012,50**	**0,00**	**40.705.012,50**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		25.193.957,06	0,00	25.193.957,06
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		43.155,18	0,00	43.155,18
SUBTOTAL III		**-25.237.112,24**	**0,00**	**-25.237.112,24**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**8,74**		**15.467.900,26**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17.811.313,09	0,00	17.811.313,09
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.484.276,09	0,00	1.484.276,09
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	4.452.828,24	0,00	4.452.828,24
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	5.937.104,10	0,00	5.937.104,10
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	33.121,30	0,00	33.121,30
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.760,13	0,00	2.760,13
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.280,36	0,00	8.280,36
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	11.040,40	0,00	11.040,40
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	22.672.857,68	0,00	22.672.857,68
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.889.404,81	0,00	1.889.404,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	5.668.214,41	0,00	5.668.214,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	7.557.619,22	0,00	7.557.619,22

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17.054.033,67	0,00	17.054.033,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.421.169,66	0,00	1.421.169,66
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.263.508,64	0,00	4.263.508,64
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	5.684.678,18	0,00	5.684.678,18
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	297.398,97	0,00	297.398,97
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	24.783,28	0,00	24.783,28
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	74.349,79	0,00	74.349,79
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	99.133,02	0,00	99.133,02
SUBTOTAL		**96.447.875,04**	**0,00**	**96.447.875,04**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **19.289.575,01**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.289.574,92	0,00	19.289.574,92
TOTAL II		**19.289.574,92**	**0,00**	**19.289.574,92**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	2.906.249,69	0,00	2.906.249,69
31	Ensino Fundamental	23.177.705,40	0,00	23.177.705,40
31	Educação Infantil	2.930.399,91	0,00	2.930.399,91
SUBTOTAL I		**29.014.355,00**	**0,00**	**29.014.355,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		25.193.957,06	0,00	25.193.957,06
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		17.461,96	0,00	17.461,96
SUBTOTAL III		**-25.211.419,02**	**0,00**	**-25.211.419,02**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**3,94**		**3.802.935,98**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	17.461,96	0,00	17.461,96
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	44.483.531,98	0,00	44.483.531,98
Total		**44.500.993,94**	**0,00**	**44.500.993,94**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **31.150.695,76**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 259
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	21.632.051,64	0,00	21.632.051,64
31	Educação Infantil	2.575.769,03	0,00	2.575.769,03
SUBTOTAL I		**24.207.820,67**	**0,00**	**24.207.820,67**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**24.207.820,67**	**0,00**	**24.207.820,67**
% de Aplicação				**54,40**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	3.952.367,38	0,00	3.952.367,38
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	1.646.820,42	0,00	1.646.820,42
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	988.091,21	0,00	988.091,21
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	216.941,29	0,00	216.941,29
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	90.392,22	0,00	90.392,22
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	54.235,32	0,00	54.235,32
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	3.020.419,35	0,00	3.020.419,35
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.258.508,08	0,00	1.258.508,08
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	755.104,85	0,00	755.104,85
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	162.840,83	0,00	162.840,83
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	67.850,36	0,00	67.850,36

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	40.710,20	0,00	40.710,20
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	513.078,46	0,00	513.078,46
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	213.783,51	0,00	213.783,51
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	128.268,84	0,00	128.268,84
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	19.567.734,20	0,00	19.567.734,20
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.153.501,50	0,00	8.153.501,50
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	4.891.649,89	0,00	4.891.649,89
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	52.907,88	0,00	52.907,88
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	22.110,18	0,00	22.110,18
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	13.158,84	0,00	13.158,84
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	1.524.573,59	0,00	1.524.573,59
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	635.350,10	0,00	635.350,10
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	381.033,64	0,00	381.033,64
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	647.108,12	0,00	647.108,12
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	269.753,94	0,00	269.753,94
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	161.650,37	0,00	161.650,37
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	5.307.331,94	0,00	5.307.331,94
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	2.211.390,96	0,00	2.211.390,96
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	1.326.830,31	0,00	1.326.830,31
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	22.731,06	0,00	22.731,06
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.471,30	0,00	9.471,30
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.682,68	0,00	5.682,68
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	9.978,34	0,00	9.978,34
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.157,64	0,00	4.157,64
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.494,51	0,00	2.494,51
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	14.460.443,11	0,00	14.460.443,11
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	6.025.185,37	0,00	6.025.185,37
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	3.615.110,76	0,00	3.615.110,76
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	174.458,00	0,00	174.458,00
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	72.692,23	0,00	72.692,23
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	43.645,55	0,00	43.645,55
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	299.270,51	0,00	299.270,51
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	124.700,66	0,00	124.700,66
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	74.812,18	0,00	74.812,18
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	119.812,91	0,00	119.812,91
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	49.928,33	0,00	49.928,33
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	29.946,26	0,00	29.946,26
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	17.811.313,09	0,00	17.811.313,09
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	1.484.276,09	0,00	1.484.276,09
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	4.452.828,24	0,00	4.452.828,24

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	5.937.104,10	0,00	5.937.104,10
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	33.121,30	0,00	33.121,30
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	2.760,13	0,00	2.760,13
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	8.280,36	0,00	8.280,36
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	11.040,40	0,00	11.040,40
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	22.672.857,68	0,00	22.672.857,68
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	1.889.404,81	0,00	1.889.404,81
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	5.668.214,41	0,00	5.668.214,41
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	7.557.619,22	0,00	7.557.619,22
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	17.054.033,67	0,00	17.054.033,67
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.421.169,66	0,00	1.421.169,66
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	4.263.508,64	0,00	4.263.508,64
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	5.684.678,18	0,00	5.684.678,18
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	297.398,97	0,00	297.398,97
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	24.783,28	0,00	24.783,28
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	74.349,79	0,00	74.349,79
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	99.133,02	0,00	99.133,02
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-804,13	0,00	-804,13
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-335,05	0,00	-335,05
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-201,03	0,00	-201,03
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.532.251,08	0,00	-1.532.251,08
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-638.991,87	0,00	-638.991,87
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.504,77	0,00	-382.504,77
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.129,75	0,00	-1.129,75
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-473,29	0,00	-473,29
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-280,09	0,00	-280,09
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-641,62	0,00	-641,62
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-267,47	0,00	-267,47
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-160,49	0,00	-160,49
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-100.820,98	0,00	-100.820,98
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-42.088,84	0,00	-42.088,84
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-25.123,55	0,00	-25.123,55
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-40.372,01	0,00	-40.372,01
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-16.821,71	0,00	-16.821,71
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-10.093,02	0,00	-10.093,02
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-5.007,91	0,00	-5.007,91
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-2.059,24	0,00	-2.059,24
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-1.247,14	0,00	-1.247,14

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-27,08	0,00	-27,08
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-11,28	0,00	-11,28
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-6,75	0,00	-6,75
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-215,75	0,00	-215,75
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-89,89	0,00	-89,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-53,93	0,00	-53,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-4.588,98	0,00	-4.588,98
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-1.913,41	0,00	-1.913,41
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-1.145,20	0,00	-1.145,20
SUBTOTAL I		**177.017.144,52**	**0,00**	**177.017.144,52**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **26.552.571,68**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	12.512.821,50	0,00	12.512.821,50
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.467.181,44	0,00	14.467.181,44
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-427.365,42	0,00	-427.365,42
TOTAL II		**26.552.637,52**	**0,00**	**26.552.637,52**

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-178.410,92	0,00	-178.410,92
40	Administração Geral	846.967,80	0,00	846.967,80
40	Atenção Básica	21.140.777,25	0,00	21.140.777,25
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.233.480,11	0,00	3.233.480,11
40	Suporte Profilático e Terapêutico	787.427,29	0,00	787.427,29
40	Vigilância Sanitária	1.220.255,97	0,00	1.220.255,97
40	Vigilância Epidemiológica	1.130.469,14	0,00	1.130.469,14
SUBTOTAL I		**28.180.966,64**	**0,00**	**28.180.966,64**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		821,42	0,00	821,42
SUBTOTAL III		**821,42**	**0,00**	**821,42**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**15,92**		**28.180.145,22**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 38,639%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 203 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 28,23%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 31,815%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	98,256% dos 172 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	30	0	AVISO	Linha: 30 - Validação da conta 0000000000000063338X inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	79	0	AVISO	Linha: 79 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	80	0	AVISO	Linha: 80 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	81	0	AVISO	Linha: 81 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	124	0	AVISO	Linha: 124 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	124	0	AVISO	Linha: 124 - Validação da conta 00000000006600102702 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	127	0	AVISO	Linha: 127 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	127	0	AVISO	Linha: 127 - Validação da conta 00000000006066240589 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	168	0	AVISO	Linha: 168 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	168	0	AVISO	Linha: 168 - Validação da conta 00000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2021	Centro Administrativo
	Jornal	30/03/2021	O Diário
	Internet	30/03/2021	Home-page
2º Bimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home-page

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Quadrimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home Page

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	26/02/2021	Plenário Camara Municipal
1º Quadrimestre/2021	31/05/2021	Plenário Camara Municipal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2020	http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	433.819.154,13	0,00	433.819.154,13
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-27.372.064,58	0,00	-27.372.064,58
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	10.422.531,10	0,00	10.422.531,10
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.342.722,66	0,00	4.342.722,66
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.605.632,30	0,00	2.605.632,30
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	501.028,45	0,00	501.028,45
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	208.761,86	0,00	208.761,86
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	125.257,10	0,00	125.257,10
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.500,16	0,00	-1.500,16
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-625,07	0,00	-625,07
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-375,05	0,00	-375,05
TOTAL		**388.243.656,36**	**0,00**	**388.243.656,36**
DEDUÇÕES PREVISTAS NO ART. 166 DA CF				
3110 / 17130311010600000000	Emendas Parlamentares	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**386.943.656,36**	**0,00**	**386.943.656,36**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	266.325.745,75	0,00	266.325.745,75
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-22.773.772,13	0,00	-22.773.772,13

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 265
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**243.551.973,62**	**0,00**	**243.551.973,62**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**631.795.629,98**	**0,00**	**631.795.629,98**
Emendas Parlamentares Individuais				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**631.795.629,98**	**0,00**	**631.795.629,98**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**630.495.629,98**	**0,00**	**630.495.629,98**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/05/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	251.598.784,63	1.629.291,73	253.228.076,36
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	1.401.740,34	0,00	1.401.740,34
319011750000000	REPRESENTACAO MENSAL	325.506,03	0,00	325.506,03
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	4.064.879,42	0,00	4.064.879,42
319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	42.967.887,45	0,00	42.967.887,45
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**202.838.771,39**	**1.629.291,73**	**204.468.063,12**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	10.422.531,10	0,00	10.422.531,10
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.342.722,66	0,00	4.342.722,66
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.605.632,30	0,00	2.605.632,30
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.500,16	0,00	-1.500,16
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-625,07	0,00	-625,07
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-375,05	0,00	-375,05
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**17.368.385,78**	**0,00**	**17.368.385,78**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 266
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**185.470.385,61**	**1.629.291,73**	**187.099.677,34**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.616.364,94	1.841.113,21	103.457.478,15
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	550.134,86	0,00	550.134,86
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	613.624,32	0,00	613.624,32
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**101.552.875,48**	**1.841.113,21**	**103.393.988,69**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	226.970,22	0,00	226.970,22
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.750.674,28	0,00	2.750.674,28
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**2.977.644,50**	**0,00**	**2.977.644,50**

CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240101000000	DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ANTERIOR - MAIO A DEZEMBRO	230.849,16	0,00	230.849,16
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	45.712,89	0,00	45.712,89
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	45.880,59	0,00	45.880,59
TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE		**322.442,64**	**0,00**	**322.442,64**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**104.852.962,62**	**1.841.113,21**	**106.694.075,83**
Total da Despesa com Pessoal		**290.323.348,23**	**3.470.404,94**	**293.793.753,17**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212130298010000	Contrato 085.878-10 PNAFM -Principal	398.392,89	0,00	398.392,89
212130298020000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta - Principal	3.837.544,46	0,00	3.837.544,46
212130298030000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena (Principal)	1.500.304,80	0,00	1.500.304,80
212130298040000	CEF Contrato 399.658-75	1.380.041,61	0,00	1.380.041,61
212130298050000	CEF Cont. 413.011-69	867.065,20	0,00	867.065,20
212130298060000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533 Principal	6.731.308,08	0,00	6.731.308,08
212210399020000	EMPRESTIMO EXTERNO COM O BANCO MUNDIAL	7.936.954,74	0,00	7.936.954,74
212340198000000	OUTROS FINANCIAMENTOS INTERNOS	66.996,91	0,00	66.996,91
212530104000000	Contrato 085.878-10 PNAFM	382.219,46	0,00	382.219,46
212530106000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	845.502,54	0,00	845.502,54
212530107000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	388.971,89	0,00	388.971,89
212530108000000	Contrato CEF 399.658-75 - Pro Transporte	414.081,02	0,00	414.081,02
212530109000000	Contrato 413.011-69 Pro-Transporte	235.260,26	0,00	235.260,26
212530110000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	1.368.861,67	0,00	1.368.861,67
212540300000000	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	137.932,05	0,00	137.932,05

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
212610100000000	JUROS DE CONTRATOS - EMPRESTIMOS EXTERNOS	1.129.279,82	0,00	1.129.279,82
222139902000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	11.581.976,84	0,00	11.581.976,84
222139903000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	5.619.480,91	0,00	5.619.480,91
222139904000000	Contrato CEF 399.658-75 Pro-Transporte	6.225.659,07	0,00	6.225.659,07
222139905000000	CEF 413.011-69 - Pro-Transporte	4.092.680,36	0,00	4.092.680,36
222139906000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	12.373.359,29	0,00	12.373.359,29
222139907000000	Cont. 0523.373-82 PNAFM	1.850.408,06	0,00	1.850.408,06
222210201010000	Banco Mundial	7.671.639,92	0,00	7.671.639,92
223110402000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NAO PAGOS	50.178.216,38	0,00	50.178.216,38
TOTAL		**127.214.138,23**	**0,00**	**127.214.138,23**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010200	BB Conta Movimento	7.542.284,03	0,00	7.542.284,03
111111902010300	BB Depto.Nac.Prod.Min. C/C 4474-1	51.347,45	0,00	51.347,45
111111902010400	BB ITR - C/C 7901-4	10.937,19	0,00	10.937,19
111111902010500	BB ICMS Deson. C/C 283141-4	341.175,68	0,00	341.175,68
111111902010800	BB ISS - STN - C/C 34053-7	259.591,59	0,00	259.591,59
111111902010900	BB Lei 7525 - C/C 9288-6	430.976,93	0,00	430.976,93
111111902011000	BB ISS Simples Nacional c/c 42924-4	213.095,81	0,00	213.095,81
111111902011500	BB Distrito Industrial - DISM c/c 60.884-X	1.171.424,49	0,00	1.171.424,49
111111902020200	BB FNAS Covid EPI c/c 89406-0	1.735,80	0,00	1.735,80
111111902020300	BB FNAS Covid Alimentos c/c 89403-6	408,00	0,00	408,00
111111902020400	BB FNAS Covid Acolhimento c/c 89402-8	602.162,46	0,00	602.162,46
111111902020700	BB FNDE Pro Infancia c/c 53576-1	480,77	0,00	480,77
111111902020800	BB FMS Vigil. Sanitaria C/C 81884-4	76.235,58	0,00	76.235,58
111111902021000	BB FMA - C/C 7234-6	747.174,31	0,00	747.174,31
111111902021300	BB Conv. Aeroporto C/C 85939-7	411.121,91	0,00	411.121,91
111111902021400	BB MDE	2.971.998,95	0,00	2.971.998,95
111111902021600	BBrasil PSB Covid-19 c/c 79051-6	498.211,37	0,00	498.211,37
111111902021700	BBrasil PSE Covid-19 c/c 84474-8	442.880,07	0,00	442.880,07
111111902021900	BB Habitacao C/C 5300-7	336.821,57	0,00	336.821,57
111111902022000	BB Leilao SMED c/c 59031-2	18.689,76	0,00	18.689,76
111111902022300	BB Conv. 704173/2010 PROINFANCIA (PTA) c/c 57116-4	7.492,69	0,00	7.492,69
111111902022800	BB FRDR-Fundo Rotativo C/C 61331-2	169.789,54	0,00	169.789,54
111111902022900	BB ACESUAS TRABALHO c/c 79036-2	92.930,83	0,00	92.930,83
111111902023100	BB FNDE - T. Compr. PAC 203589 c/c 62247-8	4.623.483,54	0,00	4.623.483,54
111111902023300	BB FNDE PNATE C/C 28439-4	55.493,82	0,00	55.493,82

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902023400	BB CIDE - C/C 28886-1	41.142,65	0,00	41.142,65
111111902023500	BB Conv. 701353/2011 - FNDE Ampl.e Ref. c/c 60286-8	2.021.424,78	0,00	2.021.424,78
111111902023900	BB FMS C/C 59036-3	6.316,29	0,00	6.316,29
111111902024300	BB FNDE PAC 200843/2011 c/c 63510-3	1.040.292,69	0,00	1.040.292,69
111111902024400	BB PDDE C/C 81867-4	5.389,31	0,00	5.389,31
111111902024500	BB FMS Alienacao de Bens c/c 64007-7	176.177,34	0,00	176.177,34
111111902024800	BB Prog. Educ. Fiscal C/C 64.671-7	13.157,03	0,00	13.157,03
111111902026000	BB PSB FNAS c/c 79051-6	391.253,56	0,00	391.253,56
111111902026500	BB AEPETI c/c 79039-7	215.366,48	0,00	215.366,48
111111902027100	BB BL GBF - FNAS C/C 79042-7	177.696,91	0,00	177.696,91
111111902027400	BB Fundo C. Eventos SM C/C 40814-X	7.300,70	0,00	7.300,70
111111902028100	BB PDDE C/C 9264-9	11.807,24	0,00	11.807,24
111111902028800	BB Merenda - C/C 49.486-0	714.104,34	0,00	714.104,34
111111902029000	BB BPC Escola c/c 79038-9	1.269,10	0,00	1.269,10
111111902029100	BB BL GSUAS - C/C 79045-1	2.541,50	0,00	2.541,50
111111902029914	BB PAR Educ. Infantil C/C 64487-0	1.148,87	0,00	1.148,87
111111902029915	BB PAR Quadra Esc. Bernard. C/C 64804-3	221.556,22	0,00	221.556,22
111111902029920	BB FMDCA C/C 69076-7	2.380.989,57	0,00	2.380.989,57
111111902029939	BB FUMID c/c 69242-5	528.435,65	0,00	528.435,65
111111902029943	BB FNDE PAR Caminho da Escola C/C 81911-5	13.897,17	0,00	13.897,17
111111902029951	BB FNDE PAR Infr. Esc. C/C 84292-3	1.136.327,75	0,00	1.136.327,75
111111902029953	BB FMAS MAC C/C 84474-8	1.484,90	0,00	1.484,90
111111902029955	BB FUNDEB	10.262.204,80	0,00	10.262.204,80
111111902029957	BB FUNDETUR C/C 86647-4	15.685,75	0,00	15.685,75
111111902029965	BB Apoio Cult. Aldir Blanc c/c 89855-4	1.575,43	0,00	1.575,43
111111903010100	CEF - C/C 27-5	2.679,88	0,00	2.679,88
111111903010200	CEF Exec. Fiscal C/P 775-6	15,72	0,00	15,72
111111903010800	CEF Conta Movimento	1.684.545,56	0,00	1.684.545,56
111111903011200	CEF Conv. 831537 Academias-Contrap. c/c 647015-0	315,29	0,00	315,29
111111903011800	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte (RL) c/c 10218-4	3.526,55	0,00	3.526,55
111111903013800	CEF Cont. 891301/2019 Aquis.Equip.Bombril (RL) c/c 71121-0	6.450,36	0,00	6.450,36
111111903013900	CEF Cont. 883159/2019 Fortalec.Feirao (RL) c/c 71106-7	3.343,50	0,00	3.343,50
111111903014000	CEF Cont. 894550/2019 Mod.Treze de Maio (RL) c/c 71133-4	18.296,66	0,00	18.296,66
111111903014100	CEF Cont. 894563/2019 Prom.Econ.Solid. (RL) c/c 71134-2	3.109,61	0,00	3.109,61
111111903020100	CEF Alien. Bens C/C 10178-1	1.133.495,11	0,00	1.133.495,11
111111903020211	CEF Serv. de Fisioterapia c/c 624061-9	143.196,01	0,00	143.196,01
111111903020301	CEF FMS INVESTSUS At.Basica - C/C 006.624066-0	145.834,61	0,00	145.834,61
111111903020302	CEF FMS INVESTSUS At.Espec. - C/C 006.624066-0	199.274,79	0,00	199.274,79
111111903020400	CEF Contr. 229039-88 C/C 10107-2	322,71	0,00	322,71
111111903020600	CEF Cont. 0523.373-82 PNAFM c/c 10266-4	309.033,84	0,00	309.033,84
111111903020700	CEF Cont. 846153/2017 Pav.R.Behr c/c 647028-2	29.804,57	0,00	29.804,57

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 270
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903020800	CEF MDE c/c 10270-2	6.752.989,45	0,00	6.752.989,45
111111903020900	CEF 4 Etapa C. Eventos Cont. 799546-13 c/c 147110-8	1.022.823,20	0,00	1.022.823,20
111111903021100	CEF Monit. Nutric. Inv. c/c 624058-9 (FR 4500)	36.519,27	0,00	36.519,27
111111903021600	CEF FMS Requalif. UBS Rubem Noal C/C 624044-9	88.316,39	0,00	88.316,39
111111903021701	CEF FMS-Vigilancia em Saude 624061-9 (4502)	400.760,11	0,00	400.760,11
111111903021702	CEF FMS-Assist.Farmaceutica 624061-9 (4503)	226.958,52	0,00	226.958,52
111111903021703	CEF FMS-At. Alta/Media Complex-CAPS 624061-9 (4501)	194.166,55	0,00	194.166,55
111111903021704	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SUS 13224-5 (4501)	611.258,84	0,00	611.258,84
111111903021706	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SAMU/UPA 624061-9 (4501)	265.131,05	0,00	265.131,05
111111903021707	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-CEREST 624061-9 (4501)	1.098.307,18	0,00	1.098.307,18
111111903021708	CEF FMS-At.Basica-PAB 624061-9 (4500)	2.377.700,51	0,00	2.377.700,51
111111903021709	CEF FMS-At.Basica-ESF/PACS/ACS 624061-9 (4500)	509.012,02	0,00	509.012,02
111111903021711	CEF FMS-Atencao Basica-Monit.Nutricional 624061-9 (4500)	199.748,81	0,00	199.748,81
111111903021712	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2516 COVID Saude Mental	32.284,69	0,00	32.284,69
111111903021713	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2358 COVID	113.040,00	0,00	113.040,00
111111903021714	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2405 COVID	185.920,00	0,00	185.920,00
111111903021715	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2222 COVID	24.458,64	0,00	24.458,64
111111903021716	CEF FMS Port. 3350 Saude Mental c/c 624061-9	144.776,25	0,00	144.776,25
111111903021900	CEF Covid-19 Portaria 1.857 c/c 624061-9	47.905,86	0,00	47.905,86
111111903022100	CEF Cont. 845172/2017 Pr.N.Horiz. c/c 647027-4	196.749,94	0,00	196.749,94
111111903022300	CEF FUMCIP c/c 10257-5	4.209.448,24	0,00	4.209.448,24
111111903022500	CEF FUNPROSM c/c 10259-1	42.686,71	0,00	42.686,71
111111903022800	CEF Cont. 846317 Pav. Pedro Figueira c/c 647030-4	43.464,52	0,00	43.464,52
111111903023100	CEF FMS US Dr. Rocha C/C 624019-7	29.800,32	0,00	29.800,32
111111903023500	CEF Cont. 846202 Rev.P.Itaimbe c/c 647031-2	246.191,76	0,00	246.191,76
111111903024000	CEF Cont. 875343 Pista Skate c/c 647077-0	45.092,88	0,00	45.092,88
111111903024100	CEF FMS C/C 13222-9	196.438,05	0,00	196.438,05
111111903024400	CEF Port. 1.666 COVID-19 c/c 624061-9	917.320,96	0,00	917.320,96
111111903024500	CEF Centro Ref. Covid C/C 624061-9	473.519,58	0,00	473.519,58
111111903024700	CEF FMS Requalif. UBS Campestre C/C 624051-1	103.790,02	0,00	103.790,02
111111903024800	CEF FMS Vigil. Sanitaria c/c 13223-7	35.802,07	0,00	35.802,07
111111903025900	CEF Cont. 846317 Pavim Pedro Figueira (Contrap) c/c 647030-4	3.919,71	0,00	3.919,71
111111903026000	CEF Cont. 883159 Fort. Feira c/c 71106-7	250.012,59	0,00	250.012,59
111111903026300	CEF Cont. 846153 Pav. R.Behr c/c 647028-2 (Contrap)	8.046,93	0,00	8.046,93
111111903027100	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte c/c 10218-4	32.450,92	0,00	32.450,92
111111903027200	CEF FMS Requalif. UBS Urlandia C/C 624053-8	130.251,82	0,00	130.251,82
111111903027700	CEF FMS Requalif. UBS N.S.Marta C/C 624052-0	9.944,32	0,00	9.944,32
111111903027800	CEF FMS Requalif. UBS Joy Bets C/C 624050-3	103.790,02	0,00	103.790,02
111111903029400	CEF F.M.Habitacao c/c 10254-0	76.613,81	0,00	76.613,81
111111903029600	CEF FMS Requalif. UBS Bela Uniao C/C 624021-9	28.747,24	0,00	28.747,24
111111903029800	CEF Pro Saneamento C/C 006.00010258-3	19.579.083,35	0,00	19.579.083,35

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 271
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903029940	CEF FUNDEB	6.640.017,38	0,00	6.640.017,38
111111903029941	CEF Conv. 831537 Academias c/c 647015-0	212.505,71	0,00	212.505,71
111111903029942	CEF Sal. Educacao C/C 672014-9	15.308.826,08	0,00	15.308.826,08
111111903029945	CEF Contr.519627-63 FINISA-C/C 10260-5	53.144,71	0,00	53.144,71
111111903029958	CEF FMS 624061-9 COVID-19	305.226,84	0,00	305.226,84
111111903029959	CEF COVID19 MPT c/c 71154-7	64.224,43	0,00	64.224,43
111111912010100	BERGS Conta Movimento	10.569.829,44	0,00	10.569.829,44
111111912010600	BERGS ISS - C/C 04.095228.0-0	516.359,10	0,00	516.359,10
111111912011300	BERGS FR 8001 (0001)	4.683.885,69	0,00	4.683.885,69
111111912020100	BERGS FUNREBOM - C/C 04.077284.0-1	492.275,84	0,00	492.275,84
111111912020300	Bergs FMAS 041395351-2 (FR 1468)	89.937,47	0,00	89.937,47
111111912020400	Bergs FEAS c/c 04139535.0-4 (FR 1469)	41.785,49	0,00	41.785,49
111111912020600	BERGS CORSAN Interlig. BR C/C 04.160412.0-4	5,23	0,00	5,23
111111912020700	Begs FMS Covid-19 c/c 04.164579.0-7	49.146,30	0,00	49.146,30
111111912020900	BERGS FUNCIP C/C 04.098392.0-0	238,50	0,00	238,50
111111912021300	Bergs FMS Port. 256 Aquis. Mat. P.A. c/c 04138319.0-5	90.909,09	0,00	90.909,09
111111912021500	Bergs FMS Covid-Prisional c/c 041348324-9	214.000,00	0,00	214.000,00
111111912021600	Bergs FMS Port. GM/MS 2782 c/c 0414050303	400.000,00	0,00	400.000,00
111111912021800	BERGS FMS C/C 04.098430.0-3	873.226,77	0,00	873.226,77
111111912022100	BERGS Multa de Transito - c/04.077829.0-2	1.069.763,96	0,00	1.069.763,96
111111912022200	BERGS FMS Vigil. Sanitaria C/C 04.148817.0-1	154.994,38	0,00	154.994,38
111111912022400	Bergs Acoes Jud. Saude c/c 04.164578.0-6	5.054,05	0,00	5.054,05
111111912022500	BERGS FMS Nota Solidaria - c/04149861.0-4	263,79	0,00	263,79
111111912023000	BERGS FUNDEEL - C/C 04.095783.0-6	3.966,08	0,00	3.966,08
111111912023100	BERGS FUNCULTURA C/C 04.150981.0-5	75.763,59	0,00	75.763,59
111111912023200	BERGS FMS CAPS AD C/C 04.152017.0-4	175.853,17	0,00	175.853,17
111111912023300	BERGS Enfrentam. a Estiagem c/c 04.172197.0-8	100.065,06	0,00	100.065,06
111111912023700	BERGS PROCON c/c 04.098213.0-1	385.426,26	0,00	385.426,26
111111912023900	BERGS CEREST Conv. C/C 04.098277.0-9	88.184,68	0,00	88.184,68
111111912024700	BERGS FMS SAMU Estadual C/C 04.134832.0-6	20.225,69	0,00	20.225,69
111111912024800	BERGS FMS Farm. Basica Est. C/C 04.134832.1-4	183.318,53	0,00	183.318,53
111111912025000	BERGS FMS CEO C/C 04.134832.3-0	81.449,92	0,00	81.449,92
111111912025100	BERGS FMS PSF Bucal - C/C 04.134832.4-9	187.502,84	0,00	187.502,84
111111912025200	BERGS FMS PIM - C/C 04.134832.5-7	197.291,21	0,00	197.291,21
111111912025400	BERGS FMS CEREST C/C 04.134832.7-3	426.263,77	0,00	426.263,77
111111912025600	BERGS FMS PIES-C/C 04.134832.9-6	460.912,06	0,00	460.912,06
111111912026700	BERGS FMS UPA EST. C/C 04.138319.0-5	354.550,53	0,00	354.550,53
111111912026900	BERGS FMS Faturamento CIS C/C 04.151266.0-5	84.015,43	0,00	84.015,43
111111912027100	BERGS FMS PSF Indigena C/C 04.098443.0-1	223.059,21	0,00	223.059,21
111111912027300	BERGS FMDCA C/C 04.139494.0-6	707.597,69	0,00	707.597,69
111111912027600	BERGS DENGUE VERAO - C/C 04.140503.0-3	81.050,93	0,00	81.050,93

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 272
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912028200	BERGS FMS Dispensacao de Fraldas C/C 04.141355.0-3	119.164,20	0,00	119.164,20
111111912028700	BERGS FMAS FUMID C/C 04.139628.0-5	463.818,10	0,00	463.818,10
111111912029100	BERGS FMS Outros Rec.- C/C 04.146584.0-9	95,44	0,00	95,44
111111912029200	BERGS Conv.CORSAN Acao Civil Publ. c/c 04.150937.0-7	197.820,63	0,00	197.820,63
111111912029500	BERGS Conv. 05/2017-CORSAN C/C 04.156906.0-8	2.795,78	0,00	2.795,78
111111912029700	BERGS SMED Doacao MP-C/C 04.150982.0-2	6.666,45	0,00	6.666,45
111115002023800	CEF Poup.Contr.387527-35-Revit.Guarani C/P 147098-8	309.293,27	0,00	309.293,27
111115002024500	CEF Poup.Contr.218815-56-PAC OGU C/P 147031-7	6.019.961,60	0,00	6.019.961,60
111115003060000	CEF Aplic. Financ. c/c 006.00010027-0	46.798.687,76	0,00	46.798.687,76
111115004040000	CEF PMSM c/c 10027-0	10.735.088,63	0,00	10.735.088,63
111115004050000	BERGS PMSM C/C 04.004103.0-9	11.712.428,61	0,00	11.712.428,61
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-4.997,81	0,00	-4.997,81
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-5.217.169,66	0,00	-5.217.169,66
TOTAL		**202.060.747,94**	**0,00**	**202.060.747,94**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112410201000000	DEVEDORES POR FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	116.751,93	0,00	116.751,93
121110301000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	265.738,82	0,00	265.738,82
121119700000000	OUTROS CREDITOS A LONGO PRAZO	92.532,49	0,00	92.532,49
121119999000000	(-) OUTROS AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-1.881.649,80	0,00	-1.881.649,80
121310102000000	ACOES	2.090.183,80	0,00	2.090.183,80
TOTAL		**683.557,24**	**0,00**	**683.557,24**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**202.744.305,18**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211110403000000	PRECATORIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NAO VENCIDOS	40.154,32	0,00	40.154,32
211420100000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	9.191.773,06	0,00	9.191.773,06
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	205.761,65	0,00	205.761,65
218810108000000	ISS	239.550,00	0,00	239.550,00
218810112000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	515.844,27	0,00	515.844,27
218810113010000	Sindicato Prof. Munic. Santa Maria	20.365,15	0,00	20.365,15
218810113020000	Sindicato dos Municiparios - SM	14.003,53	0,00	14.003,53
218810113030000	Associacao dos Vigilantes da Pref.de Santa Maria-AVISM	3.571,30	0,00	3.571,30

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 273
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
218810113040000	Imposto Sindical	436.136,91	0,00	436.136,91
218810113050000	Sindicato dos Guardas	140,00	0,00	140,00
218810114010000	Capemi	377,53	0,00	377,53
218810114020000	Bradesco Seguradora S/A	40,31	0,00	40,31
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	1.117.005,03	0,00	1.117.005,03
218810115080000	GBOEX - Financiamentos a Servidores	8.962,20	0,00	8.962,20
218810115140000	SUCV Financ.	17.880,68	0,00	17.880,68
218810199010000	Ipassp Cooparticipacao	36,51	0,00	36,51
218810199020000	INSS Prestadores de Servicos	557,70	0,00	557,70
218810199040000	Clube Recreativo Esportivo Municipal	4.844,36	0,00	4.844,36
218810199060000	Pro Habitacao	15,24	0,00	15,24
218810199070000	Brasil Vida	485,03	0,00	485,03
218810199100000	Saurin & Razeira Advogados	200,00	0,00	200,00
218810401000000	DEPOSITOS E CAUCOES	115.380,34	0,00	115.380,34
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	926.052,37	0,00	926.052,37
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	4.997,81	0,00	4.997,81
TOTAL		**12.864.135,30**	**0,00**	**12.864.135,30**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 274
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21190011030000000000	Pro-Transporte - PAC	67.004,54	0,00	67.004,54
21190011060000000000	Contr.. 519.627-63 - FINISA	1.005.124,82	0,00	1.005.124,82
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**1.072.129,36**	**0,00**	**1.072.129,36**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**1.072.129,36**	**0,00**	**1.072.129,36**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 30/04/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	14.569.562,92	0,00	14.569.562,92

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 275
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.070.653,15	0,00	6.070.653,15
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.642.389,96	0,00	3.642.389,96
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	730.576,13	0,00	730.576,13
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	304.406,72	0,00	304.406,72
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	182.644,01	0,00	182.644,01
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.236.124,92	0,00	9.236.124,92
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.848.385,47	0,00	3.848.385,47
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.309.031,30	0,00	2.309.031,30
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	428.626,99	0,00	428.626,99
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	178.594,68	0,00	178.594,68
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	107.156,82	0,00	107.156,82
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	1.923.313,41	0,00	1.923.313,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	801.383,08	0,00	801.383,08
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	480.825,97	0,00	480.825,97
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	11.498,51	0,00	11.498,51
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4.791,10	0,00	4.791,10
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2.874,64	0,00	2.874,64
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	27.355.195,29	0,00	27.355.195,29
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	11.398.526,52	0,00	11.398.526,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.838.292,92	0,00	6.838.292,92
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	235.367,60	0,00	235.367,60
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	98.267,98	0,00	98.267,98
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	58.643,57	0,00	58.643,57
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.215.636,52	0,00	3.215.636,52
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.340.100,56	0,00	1.340.100,56
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	803.653,90	0,00	803.653,90
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.564.062,58	0,00	1.564.062,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	651.996,93	0,00	651.996,93
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	390.694,16	0,00	390.694,16
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	12.645.002,77	0,00	12.645.002,77
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.268.759,30	0,00	5.268.759,30
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.161.242,66	0,00	3.161.242,66

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	14.906,02	0,00	14.906,02
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	6.210,92	0,00	6.210,92
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	3.726,24	0,00	3.726,24
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	5.694,41	0,00	5.694,41
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.372,62	0,00	2.372,62
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.423,48	0,00	1.423,48
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	40.238.061,42	0,00	40.238.061,42
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	16.765.861,75	0,00	16.765.861,75
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	10.059.511,24	0,00	10.059.511,24
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	435.827,73	0,00	435.827,73
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	181.587,93	0,00	181.587,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	108.960,60	0,00	108.960,60
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	2.374.168,87	0,00	2.374.168,87
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	989.252,83	0,00	989.252,83
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	593.526,66	0,00	593.526,66
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	1.665.901,17	0,00	1.665.901,17
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	694.150,36	0,00	694.150,36
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	416.445,45	0,00	416.445,45
11280111000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	591.538,69	0,00	591.538,69
11280112000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	7.499,17	0,00	7.499,17
11280113000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Divida Ativa	23.577,67	0,00	23.577,67
11280114000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	7.915,60	0,00	7.915,60
11280191010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	160.115,14	0,00	160.115,14
11280191020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	2.773.015,54	0,00	2.773.015,54
11280191030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	216.688,96	0,00	216.688,96
11280191040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	924,55	0,00	924,55
11280191050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	733.464,62	0,00	733.464,62
11280191060000000000	Taxa de Prevencao de Incendio	650.430,34	0,00	650.430,34
11280191070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	2.781,36	0,00	2.781,36
11280191080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	31.591,47	0,00	31.591,47
11280192010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	791,73	0,00	791,73
11280192020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	21.218,85	0,00	21.218,85
11280192030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	174,83	0,00	174,83
11280192040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	28,38	0,00	28,38
11280192070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	502,78	0,00	502,78
11280192080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	28,87	0,00	28,87
11280193010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	2.129,24	0,00	2.129,24
11280193020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	592.007,88	0,00	592.007,88
11280193030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	1.673,33	0,00	1.673,33

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 277
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 29
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280193040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	30.830,93	0,00	30.830,93
11280193050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	129.973,31	0,00	129.973,31
11280193070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	42.774,90	0,00	42.774,90
11280193080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	6.807,57	0,00	6.807,57
11280194010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	706,78	0,00	706,78
11280194020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	145.378,98	0,00	145.378,98
11280194030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	379,60	0,00	379,60
11280194040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	14.625,20	0,00	14.625,20
11280194050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	11.296,78	0,00	11.296,78
11280194070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	5.356,17	0,00	5.356,17
11280194080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	4.888,13	0,00	4.888,13
11280291010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	446.681,23	0,00	446.681,23
11280291020000000000	Taxa de Cemiterio	922.965,10	0,00	922.965,10
11280291030000000000	Taxa de Limpeza Publica	11.224.692,18	0,00	11.224.692,18
11280291040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	1.879,40	0,00	1.879,40
11280291050000000000	Taxa de Custo Operacional dos Consignados	60.406,49	0,00	60.406,49
11280291060000000000	Taxa de Vistoria de Transito	234,60	0,00	234,60
11280292010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	17,73	0,00	17,73
11280292020000000000	Taxa de Cemiterio	753,01	0,00	753,01
11280292030000000000	Taxa de Limpeza Publica	116.254,41	0,00	116.254,41
11280292040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,67	0,00	37,67
11280293010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	10,58	0,00	10,58
11280293020000000000	Taxa de Cemiterio	174.754,24	0,00	174.754,24
11280293030000000000	Taxa de Limpeza Publica	1.078.514,34	0,00	1.078.514,34
11280293040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	266,60	0,00	266,60
11280294010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	12,04	0,00	12,04
11280294020000000000	Taxa de Cemiterio	40.068,16	0,00	40.068,16
11280294030000000000	Taxa de Limpeza Publica	552.708,31	0,00	552.708,31
11280294040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,32	0,00	37,32
12400011000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	9.259.969,77	0,00	9.259.969,77
12400012000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	5.464,73	0,00	5.464,73
12400013000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	85.625,87	0,00	85.625,87
12400014000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	41.804,89	0,00	41.804,89
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	39.264.171,33	0,00	39.264.171,33
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.272.014,36	0,00	3.272.014,36
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	9.816.042,85	0,00	9.816.042,85
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	13.088.056,43	0,00	13.088.056,43
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	1.766.902,17	0,00	1.766.902,17

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	736.209,25	0,00	736.209,25
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	441.725,55	0,00	441.725,55
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	1.770.669,25	0,00	1.770.669,25
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	737.778,86	0,00	737.778,86
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	442.667,31	0,00	442.667,31
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	619.331,94	0,00	619.331,94
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	51.611,11	0,00	51.611,11
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	154.833,11	0,00	154.833,11
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	206.443,87	0,00	206.443,87
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	62.853.778,19	0,00	62.853.778,19
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	5.237.814,87	0,00	5.237.814,87
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	15.713.444,56	0,00	15.713.444,56
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	20.951.259,42	0,00	20.951.259,42
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	28.006.263,46	0,00	28.006.263,46
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.333.856,30	0,00	2.333.856,30
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	7.001.567,13	0,00	7.001.567,13
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	9.335.422,43	0,00	9.335.422,43
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	895.264,00	0,00	895.264,00
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	74.605,47	0,00	74.605,47
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	223.816,14	0,00	223.816,14
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	298.421,51	0,00	298.421,51
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Principal	169.471,53	0,00	169.471,53
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-2.321,57	0,00	-2.321,57
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-967,32	0,00	-967,32
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-580,41	0,00	-580,41
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-113,88	0,00	-113,88
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-47,45	0,00	-47,45
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-28,47	0,00	-28,47
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.648.731,98	0,00	-1.648.731,98
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-687.069,04	0,00	-687.069,04
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-412.080,15	0,00	-412.080,15
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-4.555,76	0,00	-4.555,76
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.903,79	0,00	-1.903,79
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-1.133,85	0,00	-1.133,85
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-1.609,00	0,00	-1.609,00

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 279
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-670,83	0,00	-670,83
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-401,84	0,00	-401,84
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-186.830,07	0,00	-186.830,07
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-77.996,33	0,00	-77.996,33
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-46.551,25	0,00	-46.551,25
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-62.188,77	0,00	-62.188,77
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-25.912,01	0,00	-25.912,01
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-15.547,19	0,00	-15.547,19
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-48,58	0,00	-48,58
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-20,24	0,00	-20,24
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-12,14	0,00	-12,14
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-78.180,89	0,00	-78.180,89
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-32.228,76	0,00	-32.228,76
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-18.505,23	0,00	-18.505,23
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-323,39	0,00	-323,39
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-134,76	0,00	-134,76
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-80,84	0,00	-80,84
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-1.746,85	0,00	-1.746,85
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-727,90	0,00	-727,90
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-436,81	0,00	-436,81
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-17.709,16	0,00	-17.709,16
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-7.383,62	0,00	-7.383,62
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.420,05	0,00	-4.420,05
91128011100000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	-1.859,92	0,00	-1.859,92
91128011200000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	-45,57	0,00	-45,57
91128011400000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-1.951,91	0,00	-1.951,91
91128019102000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-470,40	0,00	-470,40
91128019201000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	-91,41	0,00	-91,41
91128019202000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-492,76	0,00	-492,76
91128019203000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-2,50	0,00	-2,50
91128019204000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-0,29	0,00	-0,29
91128019208000000000	Deducao - Taxa de Inspecao Municipal - SI	-16,42	0,00	-16,42
91128019302000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-465,10	0,00	-465,10
91128019401000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	-170,51	0,00	-170,51
91128019402000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-28.939,40	0,00	-28.939,40
91128019403000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-115,17	0,00	-115,17
91128019404000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-11,88	0,00	-11,88
91128019405000000000	Deducao - Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	-138,40	0,00	-138,40

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 280
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91128019407000000000	Deducao - Taxas Diversas Poder de Policia	-757,41	0,00	-757,41
91128029101000000000	Deducao - Taxas de Servicos Cadastrais	-57,48	0,00	-57,48
91128029103000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-1.575,23	0,00	-1.575,23
91128029202000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-8,45	0,00	-8,45
91128029203000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-2.645,53	0,00	-2.645,53
91128029204000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-2,98	0,00	-2,98
91128029302000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-2,20	0,00	-2,20
91128029303000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-10.002,90	0,00	-10.002,90
91128029402000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-12.152,61	0,00	-12.152,61
91128029403000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-80.095,13	0,00	-80.095,13
91128029404000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-14,92	0,00	-14,92
91240001100000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	-69,99	0,00	-69,99
91240001200000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	-72,05	0,00	-72,05
91240001300000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	-3.166,01	0,00	-3.166,01
91240001400000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-6.309,52	0,00	-6.309,52
TOTAL		**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	69.948.982,72	0,00	69.948.982,72	1,2307	86.086.213,03
Fevereiro	37.567.306,04	0,00	37.567.306,04	1,2296	46.192.759,51
Março	38.136.525,01	0,00	38.136.525,01	1,2295	46.888.857,50
Abril	32.257.385,36	0,00	32.257.385,36	1,2097	39.021.759,07
Maio	28.386.623,11	0,00	28.386.623,11	1,2091	34.322.266,00
Junho	28.396.740,39	0,00	28.396.740,39	1,1963	33.971.020,53
Julho	31.259.081,59	0,00	31.259.081,59	1,1774	36.804.442,66
Agosto	30.052.449,87	0,00	30.052.449,87	1,1505	34.575.343,58
Setembro	30.714.372,03	0,00	30.714.372,03	1,1076	34.019.238,46
Outubro	32.490.270,46	0,00	32.490.270,46	1,0723	34.839.317,01
Novembro	33.484.902,98	0,00	33.484.902,98	1,0342	34.630.086,66
Dezembro	53.918.047,37	0,00	53.918.047,37	1,0076	54.327.824,53
TOTAL	**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**		**515.679.128,55**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão

Justificativa: Foi adicionado o valor de R$ 4.432.921,69 referente ao repasse de inativos e pensionistas e deduzido o valor de R$ 2.803.629,96 despesa relativa ao primeiro quadrimestre de 2020 referente a despesas empenhadas e não liquidadas do período de 01/01/2020 a 30/04/2020, que computou no primeiro quadrimestre de 2020. No exercício de 2021 foi adicionado o valor de R$ 1.841.113,21.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 281
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	85.579.936,46	0,00
4º Bimestre	104.255.565,36	0,00
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**652.036.355,82**	**266.325.745,75**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.332.924,85	0,00
4º Bimestre	11.369.596,63	0,00
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**73.822.687,02**	**3.159.189,91**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	0,00
4º Bimestre	-9.698.302,10	0,00
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-22.773.772,13**

TOTAL DA RECEITA	**665.542.842,84**	**246.711.163,53**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Página 282
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 3570562
DOCUMENTO PÚBLICO

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Jorge Cladistone Pozzobom
CPF: 48493007072
Cargo/Função: Prefeito
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

Início: 09/03/2021 Término: 10/03/2021

Início: 15/03/2021 Término: 15/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 11 de Junho de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD3D.5E72.C902.5CD7.3932.

Processo 01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE SANTA MARIA
1º Quadrimestre

22102054194474795

21.0.0.3
11/06/2021
10:48:00

Página da peça 1

Peça 3570624

DOCUMENTO PÚBLICO

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA
CNPJ: 88488366000100
ORGÃO Nº: 56900
Cód. Barras do RVE Vinculado: 22101052378376557

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

CNPJ	Nome da Entidade	Tipo	É RPPS ?	Cód. Barras do RVE
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	NÃO	22101034022863617
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	SIM	22101033309142840

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	631.910.282,90
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	631.910.282,90
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	630.610.282,90

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**296.936.852,48**	**47,09%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**1.072.129,36**	**0,17%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E8EE.E20B.3FCF.5EF0.17A2.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO

PM DE SANTA MARIA

1º Quadrimestre

Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	7,00 %

Página 285
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3570624
DOCUMENTO PÚBLICO

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E8EE.E20B.3FCF.5EF0.17A2.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO

PM DE SANTA MARIA

1º Quadrimestre

SANTA MARIA, 11 de Junho de 2021 .

_____

JORGE CLADISTONE POZZOBOM

Prefeito Municipal

_____

MICHELE VARGAS ANTONELLO

Responsável pela Administração Financeira

_____

CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 17/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E8EE.E20B.3FCF.5EF0.17A2.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Para uso do Tribunal de Contas
Fl. | Rubrica

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 1º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

12104053804853656

15/06/2021
09:18:46
Pág.: 1/6

3.0.1.4

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA
CNPJ: 88488366000100
ORGÃO Nº: 56900
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 22102054194474795 (Modelo 9)
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Autarquia/Fundação
Lei de Instituição do Controle Interno: 4409
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 05/02/2001
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 5849
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 28/02/2014
(Não possui Regimento Interno)
(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)
Forma de Estruturação do Controle Interno:
O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo
O município não realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
50169041034	Clairton Rodrigues da Motta	Superintendente de Controle Interno	pmsm.controleinterno@gmail.com	(55) 3921-7058

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
56703368015	Alessandra Dauvel Sulzbach
80133916049	Fabiana Comassetto Copette
80410979015	Carine Brisola
91214750087	Marcileni Basso da Silveira
1841549010	Camila Faccin Moro
1128021099	Joice Melo Dias
57513066000	Carla Mari Carlotto de Oliveira

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Plenário da Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Plenário da Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Observações: A data da audiêncai pública de avaliação das metas do 3º quadrimestre de 2020 foi em 26/02/2021. A data da audiêncai pública de avaliação das metas do 1º quadrimestre de 2021 será em 31/05/2021.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 6480, publicada em 17/07/2020:

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A53.6D3E.4B16.B242.93A7.

a) Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;

b) Fixou critérios e forma de limitação de empenho;

c) Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

d) Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Não foram inseridas observações para este item.

3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2021 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2021, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- Possui a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Não foram inseridas observações para este item.

4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Não foram inseridas observações para este item.

6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

Não foram inseridas observações para este item.

7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação, e:

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A53.6D3E.4B16.B242.93A7.

- Foram especificadas em separado as medidas de combate à evasão e à sonegação;

- Foi especificada em separado a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança de dívida ativa;

- Foi especificada em separado a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Quadrimestre de 2021, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Quadrimestre de 2021 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou , no 1º Quadrimestre de 2021, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1030.

Não foram inseridas observações para este item.

12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 28/05/2021 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

Observações: A data prevista para o envio das Contas, ao Poder Executivo da União será dia 28/05/2021.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A53.6D3E.4B16.B242.93A7.

escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 1º Quadrimestre de 2021 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	-	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	-	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	-	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	-	-	-	-

Observações: A publicação do RREO do segundo bimestre de 2021, relativa ao mural, ao jornal e a internet esta prevista para dia 28/05/2021.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Quadrimestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A53.6D3E.4B16.B242.93A7.

STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Observações: A publicação do RGF do primeiro quadrimestre de 2021, relativa ao mural, ao jornal e a internet esta prevista para dia 28/05/2021.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Quadrimestre de 2021.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Quadrimestre de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 25/05/2001.

Observações: Informações foram disponibilizadas em 25/05/2000 no site https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/. Foi identificado no campo da data, o ano errado, pois o sistema não passou com o ano correto de 2000.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Observações: Foi iniciado a criação dos centros de custos e a apropriação por centro de custo. Está faltando sistema de monitoramento.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

AS INFORMAÇÕES ESTÃO SENDO RETIFICADAS DEVIDO A AJUSTE NO GASTO DE PESSOAL, FOI INCLUIDO NO GASTO DE PESSOAL A RUBRICA 3.1.91.13.08.00.00 CONTRI. PREVIDENCIARIAS - RPPS , NA APURAÇÃO ANTERIOR ERRONEAMENTE ELA NÃO ESTAVA SENDO COMPUTADA, SENDO AGORA REGULARIZADA, ONDE O PERCENTUAL DA DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL FECHOU EM 47,09%.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A53.6D3E.4B16.B242.93A7.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 1º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

PM DE SANTA MARIA, 15/06/2021

_____

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

_____

Clairton Rodrigues da Motta
Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 15/06/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 18/06/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A53.6D3E.4B16.B242.93A7.

Página 293
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3623739
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 30/06/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

Página 294
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3623739
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	10.936,59
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**12.421,81**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**12.421,81**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.130.884,77
Liquidado	970.384,55
Pago	928.253,39
SALDO A LIQUIDAR	**160.500,22**
SALDO A PAGAR	**42.131,16**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.319.777,95D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	150.763,55D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	248.125,11C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	849.894,35D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	188.710,45D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	707,59D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	10.936,59C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.206.531,78C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	3.554.884,77D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	3.554.884,77C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	228.453,98D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	7.243.582,46D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	228.453,98C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	7.243.582,46C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

Página 296
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3623739
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.289.248,31D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.289.248,31D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.289.248,31D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

Página 297
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3623739
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA ADECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.031.052,84	1.784.756,74
Demais Contas	31.001.855,16	31.248.151,26
Totais	33.032.908,00	33.032.908,00
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		5.680

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

Página 298
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3623739
DOCUMENTO PÚBLICO

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

Página 299
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3623739
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	5 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 31,933%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 1 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 27,941%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,471%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 1 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	5.348,24
4º Bimestre	3.008,84	0,00
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**12.421,81**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**12.421,81**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 07 de Julho de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 08/07/21 e EUGENIA BRAUNER em 08/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E659.F146.4A43.F51B.28A0.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 30/06/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 30/06/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: sala 202 Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

Página 303
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3645677
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	20.620.756,42
Receita Patrimonial	28.130.000,00	47.010.752,01
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	2.596.262,82
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**70.594.615,29**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	21.109.817,12
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	34.683.643,56
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**55.793.460,68**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-36.448.524,25**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**89.939.551,72**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	595.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	595.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	89.864.527,53
Liquidado	83.866.226,83
Pago	83.589.951,65
SALDO A LIQUIDAR	**5.998.300,70**
SALDO A PAGAR	**276.275,18**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

Página 304
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3645677
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	204.798.077,55
Pago	204.660.997,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**137.080,55**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	595.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	595.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	337.021.355,54D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.410.864,41D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	7.685.828,00C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	6.875.891,34D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	74.667.504,35D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	7.784.296,25D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	957.062,90D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	892.642,99D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	121.472,09D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	68.428.184,70C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	10.591.022,73C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	4.360.252,60C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.032,77C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	2.666.623,45C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	490.304.527,53D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	490.304.527,53C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.435.482,15D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	840.465.403,73D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.738.609,25D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

Página 305
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3645677
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	296.806,29D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.435.482,15C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	840.465.403,73C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.738.609,25C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	296.806,29C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	858.348,21D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	321.512.667,94D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**322.371.016,15D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**322.371.016,15D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	543.617.736,41	538.240.706,34
Demais Contas	2.863.032.152,55	2.868.409.182,62
Totais	3.406.649.888,96	3.406.649.888,96
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		56.790

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

Página 307
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3645677
DOCUMENTO PÚBLICO

(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III	**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 22,31%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 5 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 5,982%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,141%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 12 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	23.676.799,18
4º Bimestre	11.419.365,73	0,00
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**70.594.615,29**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	16.933.961,55
4º Bimestre	16.827.286,65	0,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**55.793.460,68**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-11.251.862,27
4º Bimestre	0,00	0,00
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-36.448.524,25**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**89.939.551,72**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

Página 310
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3645677
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 16 de Julho de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/07/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.46CC.899C.B6E0.1611.9F9B.

Página 311
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 30/06/2021
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia Ltda.
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Região Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 312
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	129.564.507,94
Contribuicoes	9.832.000,00	5.606.063,52
Receita Patrimonial	5.863.695,73	5.727.344,24
Receita de Servicos	3.000,00	7.631,91
Transferencias Correntes	395.987.100,00	237.572.975,83
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	3.364.626,33
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**381.843.149,77**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	4.572.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	67.389,08
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	19.319,88
Transferencias de Capital	36.301.381,50	2.965.849,48
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**7.624.687,80**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-34.126.585,28**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**355.341.252,29**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	187.957.713,94
Créditos Especiais	16.963.900,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	81.003.021,55
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**744.908.592,39**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 313
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	375.433.198,88
Liquidado	275.176.188,24
Pago	253.195.263,45
SALDO A LIQUIDAR	**100.257.010,64**
SALDO A PAGAR	**21.980.924,79**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	43.525.243,41
Liquidado	43.035.029,76
Pago	38.179.254,50
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**490.213,65**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**4.855.775,26**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	105.695.692,05
Excesso de Arrecadação	18.222.900,34
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	81.003.021,55
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	81.003.021,55

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	517.177.905,33D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	663.961.123,18D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	84.923.506,57C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	104.159.820,80C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	176.248.289,26D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	4.511,76D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	66.452.317,03D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.600.387,97D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	46.962.861,96D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	10.594.887,51D
TRIBUTARIAS	0,00	3.452.832,95D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.483.111,34D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	160.727.148,51C
CONTRIBUICOES	0,00	5.882.067,19C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	286.849,07C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	19.842.099,33C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	219.035.735,09C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.129.829,38C

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	26.446.498,75C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.797.350.691,61D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.797.350.691,61C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	426.909.032,36D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	2.007.989.982,95D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	444.592.425,64D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.476.584,58D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	182.431.498,40D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	426.909.032,36C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	2.007.989.982,95C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	444.592.425,64C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.476.584,58C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	182.431.498,40C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	134.809.140,05D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	74.399.364,09D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**209.208.504,14D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**209.208.504,14D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.536.059,95	0,00	15.536.059,95
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.536.059,95**	**0,00**	**15.536.059,95**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizado pelo Sistema Tributário

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.276.518.070,85	1.226.606.747,20
Demais Contas	12.523.704.252,58	12.573.615.576,23
Totais	13.800.222.323,43	13.800.222.323,43
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		941.046

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	6.150.119,81	0,00	6.150.119,81
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.562.550,96	0,00	2.562.550,96
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	1.537.529,07	0,00	1.537.529,07
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	329.967,23	0,00	329.967,23
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	137.486,36	0,00	137.486,36
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	82.491,80	0,00	82.491,80
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	4.532.302,59	0,00	4.532.302,59
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.888.459,43	0,00	1.888.459,43
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.133.075,66	0,00	1.133.075,66
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	234.619,29	0,00	234.619,29
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	97.758,05	0,00	97.758,05
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	58.654,81	0,00	58.654,81
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	21.484.576,07	0,00	21.484.576,07
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.952.251,83	0,00	8.952.251,83
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	5.370.790,02	0,00	5.370.790,02
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	75.600,73	0,00	75.600,73
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	31.584,42	0,00	31.584,42
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	18.813,81	0,00	18.813,81

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 317
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	2.113.529,40	0,00	2.113.529,40
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	880.792,34	0,00	880.792,34
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	528.232,98	0,00	528.232,98
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	936.753,56	0,00	936.753,56
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	390.491,02	0,00	390.491,02
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	234.013,63	0,00	234.013,63
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	8.538.491,27	0,00	8.538.491,27
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	3.557.708,93	0,00	3.557.708,93
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	2.134.618,53	0,00	2.134.618,53
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	23.699,45	0,00	23.699,45
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.874,81	0,00	9.874,81
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.924,73	0,00	5.924,73
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	10.410,73	0,00	10.410,73
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.337,80	0,00	4.337,80
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.602,59	0,00	2.602,59
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	21.549.867,67	0,00	21.549.867,67
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	8.979.112,62	0,00	8.979.112,62
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	5.387.466,91	0,00	5.387.466,91
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	231.874,96	0,00	231.874,96
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	96.616,63	0,00	96.616,63
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	58.000,03	0,00	58.000,03
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.028.466,29	0,00	1.028.466,29
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	428.534,63	0,00	428.534,63
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	257.108,18	0,00	257.108,18
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	312.630,20	0,00	312.630,20
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	130.272,80	0,00	130.272,80
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	78.146,34	0,00	78.146,34
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	26.737.219,89	0,00	26.737.219,89
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	2.228.101,65	0,00	2.228.101,65
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	6.684.304,93	0,00	6.684.304,93
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	8.912.406,26	0,00	8.912.406,26
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	44.149,61	0,00	44.149,61
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	3.679,17	0,00	3.679,17
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	11.037,44	0,00	11.037,44
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	14.716,50	0,00	14.716,50
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	35.422.371,72	0,00	35.422.371,72
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	2.951.864,32	0,00	2.951.864,32
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	8.855.592,92	0,00	8.855.592,92
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	11.807.457,24	0,00	11.807.457,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	21.422.865,66	0,00	21.422.865,66
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.785.239,02	0,00	1.785.239,02
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.355.716,66	0,00	5.355.716,66
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.140.955,57	0,00	7.140.955,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	437.458,93	0,00	437.458,93
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	36.454,95	0,00	36.454,95
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	109.364,78	0,00	109.364,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	145.819,68	0,00	145.819,68
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal -	-929,06	0,00	-929,06

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 318
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO			
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.533.291,80	0,00	-1.533.291,80
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.425,54	0,00	-639.425,54
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.764,90	0,00	-382.764,90
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.299,04	0,00	-1.299,04
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-544,12	0,00	-544,12
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-322,20	0,00	-322,20
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-922,36	0,00	-922,36
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-384,46	0,00	-384,46
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-230,64	0,00	-230,64
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-147.990,25	0,00	-147.990,25
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-61.772,01	0,00	-61.772,01
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-36.888,92	0,00	-36.888,92
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-76.649,28	0,00	-76.649,28
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-31.937,28	0,00	-31.937,28
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-19.162,37	0,00	-19.162,37
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-10.418,93	0,00	-10.418,93
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-4.313,85	0,00	-4.313,85
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-2.599,92	0,00	-2.599,92
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-30,95	0,00	-30,95
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-12,89	0,00	-12,89
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-7,72	0,00	-7,72
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-323,39	0,00	-323,39
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-134,74	0,00	-134,74
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-80,83	0,00	-80,83
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-19.804,95	0,00	-19.804,95
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-8.254,33	0,00	-8.254,33
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.948,10	0,00	-4.948,10
SUBTOTAL		**250.852.017,95**	**0,00**	**250.852.017,95**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **62.713.004,49**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	28.444.523,04	0,00	28.444.523,04
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.005.339,11	0,00	7.005.339,11
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-758.082,09	0,00	-758.082,09

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 319
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.021.355,25	0,00	28.021.355,25
TOTAL II		**62.713.135,31**	**0,00**	**62.713.135,31**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	752.979,29	0,00	752.979,29
20	Ensino Fundamental	6.483.018,78	0,00	6.483.018,78
20	Ensino Profissional	12.012,73	0,00	12.012,73
20	Educação Infantil	9.023.580,23	0,00	9.023.580,23
20	Educação de Jovens e Adultos	2.994.612,65	0,00	2.994.612,65
31	Administração Geral	4.432.564,07	0,00	4.432.564,07
31	Ensino Fundamental	36.486.464,37	0,00	36.486.464,37
31	Educação Infantil	5.971.889,79	0,00	5.971.889,79
SUBTOTAL I		**66.157.121,91**	**0,00**	**66.157.121,91**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		38.135.745,98	0,00	38.135.745,98
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		197.126,11	0,00	197.126,11
SUBTOTAL III		**-38.332.872,09**	**0,00**	**-38.332.872,09**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**11,09**		**27.824.249,82**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	26.737.219,89	0,00	26.737.219,89
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	2.228.101,65	0,00	2.228.101,65
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	6.684.304,93	0,00	6.684.304,93
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	8.912.406,26	0,00	8.912.406,26
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	44.149,61	0,00	44.149,61
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	3.679,17	0,00	3.679,17
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	11.037,44	0,00	11.037,44
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	14.716,50	0,00	14.716,50
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	35.422.371,72	0,00	35.422.371,72
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	2.951.864,32	0,00	2.951.864,32
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	8.855.592,92	0,00	8.855.592,92
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	11.807.457,24	0,00	11.807.457,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	21.422.865,66	0,00	21.422.865,66
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.785.239,02	0,00	1.785.239,02

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.355.716,66	0,00	5.355.716,66
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.140.955,57	0,00	7.140.955,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	437.458,93	0,00	437.458,93
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	36.454,95	0,00	36.454,95
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	109.364,78	0,00	109.364,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	145.819,68	0,00	145.819,68
SUBTOTAL		**140.106.776,90**	**0,00**	**140.106.776,90**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **28.021.355,38**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.021.355,25	0,00	28.021.355,25
TOTAL II		**28.021.355,25**	**0,00**	**28.021.355,25**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	4.432.564,07	0,00	4.432.564,07
31	Ensino Fundamental	36.486.464,37	0,00	36.486.464,37
31	Educação Infantil	5.971.889,79	0,00	5.971.889,79
SUBTOTAL I		**46.890.918,23**	**0,00**	**46.890.918,23**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		38.135.745,98	0,00	38.135.745,98
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		102.891,88	0,00	102.891,88
SUBTOTAL III		**-38.238.637,86**	**0,00**	**-38.238.637,86**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**6,18**		**8.652.280,37**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	102.891,88	0,00	102.891,88
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	66.157.101,23	0,00	66.157.101,23
Total		**66.259.993,11**	**0,00**	**66.259.993,11**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **46.381.995,18**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	34.174.744,56	0,00	34.174.744,56
31	Educação Infantil	5.444.769,47	0,00	5.444.769,47
SUBTOTAL I		**39.619.514,03**	**0,00**	**39.619.514,03**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**39.619.514,03**	**0,00**	**39.619.514,03**
% de Aplicação				**59,79**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Junho)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	6.150.119,81	0,00	6.150.119,81
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.562.550,96	0,00	2.562.550,96
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	1.537.529,07	0,00	1.537.529,07
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	329.967,23	0,00	329.967,23
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	137.486,36	0,00	137.486,36
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	82.491,80	0,00	82.491,80
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	4.532.302,59	0,00	4.532.302,59
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	1.888.459,43	0,00	1.888.459,43
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.133.075,66	0,00	1.133.075,66
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	234.619,29	0,00	234.619,29
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	97.758,05	0,00	97.758,05
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas	58.654,81	0,00	58.654,81

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 322
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	pagos pelo RPPS - ASPS			
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	21.484.576,07	0,00	21.484.576,07
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	8.952.251,83	0,00	8.952.251,83
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	5.370.790,02	0,00	5.370.790,02
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	75.600,73	0,00	75.600,73
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	31.584,42	0,00	31.584,42
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	18.813,81	0,00	18.813,81
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	2.113.529,40	0,00	2.113.529,40
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	880.792,34	0,00	880.792,34
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	528.232,98	0,00	528.232,98
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	936.753,56	0,00	936.753,56
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	390.491,02	0,00	390.491,02
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	234.013,63	0,00	234.013,63
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	8.538.491,27	0,00	8.538.491,27
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	3.557.708,93	0,00	3.557.708,93
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	2.134.618,53	0,00	2.134.618,53
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	23.699,45	0,00	23.699,45
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	9.874,81	0,00	9.874,81
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	5.924,73	0,00	5.924,73
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	10.410,73	0,00	10.410,73
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.337,80	0,00	4.337,80
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.602,59	0,00	2.602,59
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	21.549.867,67	0,00	21.549.867,67
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	8.979.112,62	0,00	8.979.112,62
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	5.387.466,91	0,00	5.387.466,91
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	231.874,96	0,00	231.874,96
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	96.616,63	0,00	96.616,63
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	58.000,03	0,00	58.000,03
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.028.466,29	0,00	1.028.466,29
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	428.534,63	0,00	428.534,63
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	257.108,18	0,00	257.108,18
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	312.630,20	0,00	312.630,20
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	130.272,80	0,00	130.272,80
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	78.146,34	0,00	78.146,34
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	26.737.219,89	0,00	26.737.219,89
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	2.228.101,65	0,00	2.228.101,65
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	6.684.304,93	0,00	6.684.304,93
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	8.912.406,26	0,00	8.912.406,26

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	44.149,61	0,00	44.149,61
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	3.679,17	0,00	3.679,17
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	11.037,44	0,00	11.037,44
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	14.716,50	0,00	14.716,50
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	35.422.371,72	0,00	35.422.371,72
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	2.951.864,32	0,00	2.951.864,32
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	8.855.592,92	0,00	8.855.592,92
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	11.807.457,24	0,00	11.807.457,24
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	21.422.865,66	0,00	21.422.865,66
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.785.239,02	0,00	1.785.239,02
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.355.716,66	0,00	5.355.716,66
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.140.955,57	0,00	7.140.955,57
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	437.458,93	0,00	437.458,93
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	36.454,95	0,00	36.454,95
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	109.364,78	0,00	109.364,78
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	145.819,68	0,00	145.819,68
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-929,06	0,00	-929,06
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.533.291,80	0,00	-1.533.291,80
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.425,54	0,00	-639.425,54
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-382.764,90	0,00	-382.764,90
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.299,04	0,00	-1.299,04
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-544,12	0,00	-544,12
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-322,20	0,00	-322,20
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-922,36	0,00	-922,36
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-384,46	0,00	-384,46
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-230,64	0,00	-230,64
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-147.990,25	0,00	-147.990,25
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-61.772,01	0,00	-61.772,01
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-36.888,92	0,00	-36.888,92
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-76.649,28	0,00	-76.649,28
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-31.937,28	0,00	-31.937,28
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-19.162,37	0,00	-19.162,37
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-10.418,93	0,00	-10.418,93
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-4.313,85	0,00	-4.313,85
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-2.599,92	0,00	-2.599,92
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-30,95	0,00	-30,95

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 324
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-12,89	0,00	-12,89
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-7,72	0,00	-7,72
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-323,39	0,00	-323,39
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-134,74	0,00	-134,74
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-80,83	0,00	-80,83
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-19.804,95	0,00	-19.804,95
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-8.254,33	0,00	-8.254,33
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.948,10	0,00	-4.948,10
SUBTOTAL I		**250.852.017,95**	**0,00**	**250.852.017,95**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **37.627.802,69**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.065.481,62	0,00	17.065.481,62
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.016.016,73	0,00	21.016.016,73
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-453.787,32	0,00	-453.787,32
TOTAL II		**37.627.711,03**	**0,00**	**37.627.711,03**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-267.616,38	0,00	-267.616,38
40	Administração Geral	1.274.523,55	0,00	1.274.523,55
40	Atenção Básica	31.417.997,34	0,00	31.417.997,34
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.229.728,91	0,00	5.229.728,91
40	Suporte Profilático e Terapêutico	1.166.412,46	0,00	1.166.412,46
40	Vigilância Sanitária	1.823.344,70	0,00	1.823.344,70
40	Vigilância Epidemiológica	1.623.927,40	0,00	1.623.927,40
SUBTOTAL I		**42.268.317,98**	**0,00**	**42.268.317,98**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.582,62	0,00	1.582,62
SUBTOTAL III		**1.582,62**	**0,00**	**1.582,62**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**16,85**		**42.266.735,36**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 44, ano 2021, modalidade TMP (Tomada de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 151, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 37,769%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	99,58% das 238 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 111, Contrato nr. 111, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 112, Contrato nr. 112, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 28,537%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 30,248%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,847% dos 222 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_34	32	0	AVISO	Linha: 32 - Validação da conta 0000000000000063338X inconsistente para o código do banco 1
CTA_DISP.TXT	CTV_33	82	0	AVISO	Linha: 82 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	82	0	AVISO	Linha: 82 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	83	0	AVISO	Linha: 83 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	83	0	AVISO	Linha: 83 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	128	0	AVISO	Linha: 128 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	128	0	AVISO	Linha: 128 - Validação da conta 00000000006600102702 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	173	0	AVISO	Linha: 173 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	173	0	AVISO	Linha: 173 - Validação da conta 00000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2021	Centro Administrativo Municipal
	Jornal	30/03/2021	O Diário
	Internet	30/03/2021	Home-page
2º Bimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo Municipal
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home-page

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 326
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Centro Administrativo Municipal
	Jornal	30/07/2021	O Diário
	Internet	30/07/2021	Home-page

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	26/02/2021	Plenario Camara de Vereadores
1º Quadrimestre/2021	31/05/2021	Plenário na Camara de Vereadores

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2020	http://www.santamaria.rs.gov.br/trasparencia

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	96.860.669,69	115.517.404,02
4º Bimestre	104.255.565,36	0,00
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**663.317.089,05**	**381.843.149,77**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.518.249,12	4.465.497,89
4º Bimestre	11.369.596,63	0,00
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**74.008.011,29**	**7.624.687,80**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-11.352.813,15
4º Bimestre	-9.698.302,10	0,00
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-34.126.585,28**

TOTAL DA RECEITA	**677.008.900,34**	**355.341.252,29**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 327
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

Início: 09/03/2021 Término: 10/03/2021

Início: 15/03/2021 Término: 15/03/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 328
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 3671087
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 28 de Julho de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 28/07/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 29/07/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4CBC.283B.D396.28D1.610D.

Página 329
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 31/07/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 330
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	14.448,06
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**15.933,28**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**15.933,28**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.284.801,12
Liquidado	1.139.417,74
Pago	1.097.419,69
SALDO A LIQUIDAR	**145.383,38**
SALDO A PAGAR	**41.998,05**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 331
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.353.341,02D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	149.324,63D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	260.590,85C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.000.635,28D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	220.940,34D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	839,93D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	14.448,06C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.405.781,88C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	3.708.801,12D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	3.708.801,12C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	228.453,98D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	7.477.107,94D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	228.453,98C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	7.477.107,94C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 332
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.323.110,62D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.323.110,62D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.323.110,62D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 333
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.281.323,08	2.001.164,67
Demais Contas	34.325.870,17	34.606.028,58
Totais	36.607.193,25	36.607.193,25
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		6.606

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 334
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 3, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 4, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 5, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 6, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 7, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	6 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 10, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 14, ano 2020, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 15, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 31,579%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 1 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 28,696%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,957%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 1 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 336
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)	**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)	**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 340
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	5.348,24
4º Bimestre	3.008,84	3.511,47
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**15.933,28**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**15.933,28**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

Página 342
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 3698248
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 09 de Agosto de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 12/08/21 e EUGENIA BRAUNER em 12/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.55C5.8676.705E.A728.C18B.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/07/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109

Período: 01/01/2021 a 31/07/2021 — Tipo de entrega: Quadrimestral

Município: SANTA MARIA

Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA

Logradouro: Rua Venâncio Aires — nr: 2035 — compl: sala 202 — Telefone: (55) 3220-0378

HomePage: www.ipasspsm.net — E-Mail: contato@ipasspsm.net

Responsável: EGLON DO CANTO SILVA

Contabilista: ADRIANO VENTURINI — Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199 — Telefone: (51)21182200

Responsável: Rafael Mário Sebben — E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 344
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	24.209.643,49
Receita Patrimonial	28.130.000,00	53.289.191,21
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	3.085.587,98
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**80.951.266,72**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	24.270.734,34
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	40.029.402,39
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**64.300.136,73**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-44.838.463,71**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**100.412.939,74**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	4.995.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	4.995.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	102.827.654,85
Liquidado	98.395.870,53
Pago	98.091.064,53
SALDO A LIQUIDAR	**4.431.784,32**
SALDO A PAGAR	**304.806,00**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.798.077,55

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 345
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	204.798.077,55
Pago	204.660.997,00
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**137.080,55**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	4.995.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	4.995.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	333.453.216,36D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.705.425,05D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	8.855.084,39C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	8.106.308,73D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	87.352.324,68D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	9.104.236,48D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.109.645,54D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	1.021.973,84D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	146.046,02D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	80.415.343,40C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	8.483.417,28C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	5.066.549,40C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.032,77C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	3.179.603,84C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	503.267.654,85D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	503.267.654,85C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.477.722,33D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	854.758.518,60D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.738.609,25D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 346
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	599.802,96D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.477.722,33C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	854.758.518,60C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.738.609,25C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	599.802,96C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	855.318,32D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	318.052.262,49D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**318.907.580,81D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**318.907.580,81D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	667.904.194,14	665.990.599,41
Demais Contas	3.188.317.284,75	3.190.230.879,48
Totais	3.856.221.478,89	3.856.221.478,89
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		65.840

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 23,122%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 5 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 6,399%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 24,385%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_41	0	0	JUSTIF.	Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 347
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 13 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: LIQ_41 - Não existe nenhum empenho liquidado no mês 7/2021 com Identificador de despesa com funcionário "I" (indenização não inclusa na folha de pagamento)

Justificativa: Não ocorreu em julho/2021 empenhos de diárias devido ao covid-19.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 349
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 350
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 352
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

Total para fins da apuração do cumprimento do limite	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	23.676.799,18
4º Bimestre	11.419.365,73	10.356.651,43
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**80.951.266,72**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 353
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
3º Bimestre	19.140.222,04	16.933.961,55
4º Bimestre	16.827.286,65	8.506.676,05
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**64.300.136,73**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-11.251.862,27
4º Bimestre	0,00	-8.389.939,46
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-44.838.463,71**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**100.412.939,74**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 354
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

Início: 01/07/2021 Término: 15/07/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 355
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3717187
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 17 de Agosto de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 17/08/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 17/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.68F6.C775.7773.F17E.5548.

Página 356
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3717084
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 31/07/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia Ltda.
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da região centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	147.260.958,19
Contribuicoes	9.832.000,00	6.444.141,74
Receita Patrimonial	5.863.695,73	6.669.972,37
Receita de Servicos	3.000,00	8.610,72
Transferencias Correntes	395.987.100,00	286.389.637,34
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	3.686.458,91
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**450.459.779,27**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	4.572.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	70.980,83
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	25.891,67
Transferencias de Capital	36.301.381,50	4.276.307,46
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**8.945.309,32**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-39.289.626,46**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**420.115.462,13**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	202.275.806,54
Créditos Especiais	18.961.200,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	86.471.814,55
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**755.755.191,99**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Página 358
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3717084
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	426.863.915,04
Liquidado	325.530.076,33
Pago	302.005.413,07
SALDO A LIQUIDAR	**101.333.838,71**
SALDO A PAGAR	**23.524.663,26**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	43.509.143,58
Liquidado	43.121.179,45
Pago	38.237.485,89
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**387.964,13**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**4.883.693,56**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	109.878.513,65
Excesso de Arrecadação	24.886.678,34
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	86.471.814,55
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	86.471.814,55

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	530.868.789,63D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	666.572.336,89D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	86.897.695,30C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	104.160.322,00C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	206.709.810,94D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	5.178,27D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	79.499.656,30D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.600.387,97D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	52.535.982,48D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	12.469.366,80D
TRIBUTARIAS	0,00	4.046.163,00D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	1.579.887,27D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	175.219.147,55C
CONTRIBUICOES	0,00	6.693.276,39C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	341.922,34C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	22.162.561,68C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	264.500.276,94C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.269.021,75C

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Página 359
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3717084
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	29.138.662,00C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.866.291.785,37D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.866.291.785,37C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	443.958.009,55D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	2.095.188.150,56D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	446.844.854,20D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.553.634,83D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	186.043.950,56D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	443.958.009,55C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	2.095.188.150,56C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	446.844.854,20C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.553.634,83C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	186.043.950,56C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	147.336.512,95D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	75.244.512,71D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**222.581.025,66D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**222.581.025,66D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.623.956,26	0,00	15.623.956,26
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.623.956,26**	**0,00**	**15.623.956,26**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Ajustado conforme lancamento do Sistema tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.429.775.597,30	1.366.491.752,13
Demais Contas	13.887.555.700,63	13.950.839.545,80
Totais	15.317.331.297,93	15.317.331.297,93
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.092.982

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

Índices Constitucionais referentes à Educação (MDE+FUNDEB) não calculados

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Índices Constitucionais referentes ao FUNDEB não calculados

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

Índices Constitucionais referentes à Saúde - ASPS não calculados

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 44, ano 2021, modalidade TMP (Tomada de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 151, ano 2021, modalidade PRD (Processo de Dispensa (exceto pequeno valor)), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 37,863%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	99,625% das 267 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 111, Contrato nr. 111, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 112, Contrato nr. 112, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 29,082%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 29,956%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,875% dos 256 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_33	82	0	AVISO	Linha: 82 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	82	0	AVISO	Linha: 82 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	83	0	AVISO	Linha: 83 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	83	0	AVISO	Linha: 83 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	128	0	AVISO	Linha: 128 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	128	0	AVISO	Linha: 128 - Validação da conta 00000000006600102702 inconsistente para o código do banco 104

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Página 362
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3717084
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CTA_DISP.TXT	CTV_33	129	0	AVISO	Linha: 129 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	129	0	AVISO	Linha: 129 - Validação da conta 00000000006600102702 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	173	0	AVISO	Linha: 173 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	173	0	AVISO	Linha: 173 - Validação da conta 00000000006006240197 inconsistente para o código do banco 104

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2020	http://www.santamaria.rs.gov.br/trasparencia

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Página 364
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3717084
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)	**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)	**0,00**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Página 366
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3717084
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	96.860.669,69	115.517.404,02
4º Bimestre	110.669.345,36	68.616.629,50
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**669.730.869,05**	**450.459.779,27**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.518.249,12	4.465.497,89

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
4º Bimestre	11.619.594,63	1.320.621,52
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**74.258.009,29**	**8.945.309,32**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-11.352.813,15
4º Bimestre	-9.698.302,10	-5.163.041,18
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-39.289.626,46**

TOTAL DA RECEITA	**683.672.678,34**	**420.115.462,13**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Página 368
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3717084
DOCUMENTO PÚBLICO

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

Início: 09/03/2021 Término: 10/03/2021

Início: 15/03/2021 Término: 15/03/2021

Início: 20/07/2021 Término: 21/07/2021

Início: 04/08/2021 Término: 05/08/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 17 de Agosto de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 17/08/21 e MARILDA MANFIO em 19/08/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.653C.ED41.1CDB.0F5B.D1C1.

Página 370
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 31/08/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 371
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	19.359,87
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**20.845,09**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**20.845,09**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.441.671,49
Liquidado	1.304.474,84
Pago	1.262.822,84
SALDO A LIQUIDAR	**137.196,65**
SALDO A PAGAR	**41.652,00**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 372
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.392.190,72D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	147.885,71D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	270.063,16C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.147.171,74D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	250.274,95D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	986,28D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	19.359,87C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.604.825,96C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	3.865.671,49D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	3.865.671,49C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	251.698,70D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	7.712.309,33D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	251.698,70C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	7.712.309,33C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 373
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.362.347,80D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.362.347,80D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.362.347,80D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 374
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

nada a declarar

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.524.407,65	2.205.012,06
Demais Contas	38.612.500,77	38.931.896,36
Totais	41.136.908,42	41.136.908,42
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		7.648

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 31,507%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 1 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 27,626%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,07%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 376
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: nada ajustificar

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	5.781,10	0,00	5.781,10
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**5.781,10**	**0,00**	**5.781,10**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**5.781,10**	**0,00**	**5.781,10**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	20.845,09	0,00	20.845,09
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**20.845,09**	**0,00**	**20.845,09**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**26.626,19**	**0,00**	**26.626,19**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**26.626,19**	**0,00**	**26.626,19**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**26.626,19**	**0,00**	**26.626,19**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 377
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	622.367,63	0,00	622.367,63
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	5.940,88	0,00	5.940,88
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**616.426,75**	**0,00**	**616.426,75**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**616.426,75**	**0,00**	**616.426,75**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.002.931,17	0,00	1.002.931,17
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 378
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**1.002.931,17**	**0,00**	**1.002.931,17**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	**1.002.931,17**	**0,00**	**1.002.931,17**
Total da Despesa com Pessoal	**1.619.357,92**	**0,00**	**1.619.357,92**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111903010600	CEF - EC Recurso 8001	19.366,46	0,00	19.366,46
111111903011000	CEF IPLAN c/c 12000-0	1.181.932,99	0,00	1.181.932,99
111111903020500	CEF Funduram c/c 12001-8	141.042,31	0,00	141.042,31

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 379
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912011200	BANRISUL SA - ESCRITORIO CIDADE- MOVIMENTO-C/C 409.820010-0 - AG 0350.92	19.599,46	0,00	19.599,46
111111912011400	Bergs - EC - Recurso 8001	406,58	0,00	406,58
TOTAL		**1.362.347,80**	**0,00**	**1.362.347,80**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**1.362.347,80**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211420100000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	9.178,35	0,00	9.178,35
218810101000000	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	5.840,73	0,00	5.840,73
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	6.183,29	0,00	6.183,29
218810104060000	IRRF A RECOLHER	82,42	0,00	82,42
218810108000000	ISS	369,50	0,00	369,50
218810112000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	3.913,46	0,00	3.913,46
218810113010000	Sindicato Prof. Munic. Santa Maria	28,14	0,00	28,14
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	3.051,03	0,00	3.051,03
218810199020000	INSS Prestadores de Servicos	267,39	0,00	267,39
218810199040000	Clube Recreativo Esportivo Municipal	37,08	0,00	37,08
TOTAL		**28.951,39**	**0,00**	**28.951,39**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

Página 381
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3761036
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	5.348,24
4º Bimestre	3.008,84	8.423,28
5º Bimestre	2.764,40	0,00
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**20.845,09**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**20.845,09**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão,

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 03 de Setembro de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 23/09/21 e EUGENIA BRAUNER em 23/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8CCF.09C8.279C.D059.5894.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/08/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109

Período: 01/01/2021 a 31/08/2021 — Tipo de entrega: Quadrimestral

Município: SANTA MARIA

Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA

Logradouro: Rua Venâncio Aires — nr: 2035 — compl: sala 202 — Telefone: (55) 3220-0378

HomePage: www.ipasspsm.net — E-Mail: contato@ipasspsm.net

Responsável: EGLON DO CANTO SILVA

Contabilista: ADRIANO VENTURINI — Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199 — Telefone: (51)21182200

Responsável: Rafael Mário Sebben — E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 385
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	27.781.755,58
Receita Patrimonial	28.130.000,00	61.081.738,66
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	3.714.339,93
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**92.944.678,21**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	27.400.953,63
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	45.325.226,05
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**72.726.179,68**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-54.341.260,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**111.329.597,89**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	5.046.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	5.046.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	116.042.530,28
Liquidado	112.888.575,13
Pago	112.621.525,55
SALDO A LIQUIDAR	**3.153.955,15**
SALDO A PAGAR	**267.049,58**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.797.669,66

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 386
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	204.797.669,66
Pago	204.664.377,15
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**133.292,51**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	5.046.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	5.046.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	330.350.310,57D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.696.227,14D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	9.817.205,60C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	9.300.472,12D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	100.052.845,46D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	10.416.963,90D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.259.638,90D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	1.112.707,72D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	333.684,87D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	92.312.779,52C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	6.797.186,52C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	5.776.878,07C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.440,66C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	3.819.214,69C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	516.482.530,28D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	516.482.530,28C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.508.538,33D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	869.541.478,17D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.738.609,25D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 387
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	601.026,01D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.508.538,33C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	869.541.478,17C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.738.609,25C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	601.026,01C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	897.617,22D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	314.983.902,49D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**315.881.519,71D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**315.881.519,71D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	734.963.600,48	736.076.066,85
Demais Contas	3.479.290.662,44	3.478.178.196,07
Totais	4.214.254.262,92	4.214.254.262,92
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		75.516

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 389
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III	**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 23,867%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 7 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 6,882%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 23,98%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 15 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	49.731.796,80	0,00	49.731.796,80
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-22.434.539,43	0,00	-22.434.539,43
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	188.329,51	0,00	188.329,51
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	6.251.021,19	0,00	6.251.021,19
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	23.109,11	0,00	23.109,11
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	14.827,56	0,00	14.827,56
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	9.937,91	0,00	9.937,91
12180121000000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	1.374.204,55	0,00	1.374.204,55
12180131000000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	29.981,65	0,00	29.981,65
12180311000000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	20.142,14	0,00	20.142,14
12199911030100000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	31.162,04	0,00	31.162,04
12199911030200000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	2.054.365,03	0,00	2.054.365,03
12199911030300000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	15.007,12	0,00	15.007,12
12199911030500000000	Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	2.340.800,33	0,00	2.340.800,33
12199911030600000000	Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	290.302,73	0,00	290.302,73
13210011011000000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	856.430,88	0,00	856.430,88
13210041010000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	14.537.189,76	0,00	14.537.189,76
13210041020000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	47.510,27	0,00	47.510,27
13210041030000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	106.551,38	0,00	106.551,38
13210041040000000000	Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	1.343.979,46	0,00	1.343.979,46
13210041050000000000	Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	17.848.334,33	0,00	17.848.334,33
19900311010000000000	Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	2.304.077,88	0,00	2.304.077,88
19909911010100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	36.994,98	0,00	36.994,98
91219991103010000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	-222,01	0,00	-222,01
91219991103020000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	-9.720,15	0,00	-9.720,15

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91219991103050000000	Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-22.093,16	0,00	-22.093,16
91219991103060000000	Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-6.661,73	0,00	-6.661,73
91321001101100000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	-440.914,61	0,00	-440.914,61
91321004101000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	-9.049.863,41	0,00	-9.049.863,41
91321004102000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	-20.934,77	0,00	-20.934,77
91321004103000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	-34.407,69	0,00	-34.407,69
91321004104000000000	Deducao - Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	-537.163,34	0,00	-537.163,34
91321004105000000000	Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	-12.312.558,56	0,00	-12.312.558,56
TOTAL		**7.536,99**	**0,00**	**7.536,99**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**7.536,99**	**0,00**	**7.536,99**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	92.944.678,21	0,00	92.944.678,21
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-54.339.774,78	0,00	-54.339.774,78
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	258.662,88	0,00	258.662,88
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	15.088.220,76	0,00	15.088.220,76
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	41.719,52	0,00	41.719,52
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	27.499,76	0,00	27.499,76
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	15.827,00	0,00	15.827,00
12180121000000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	2.483.423,62	0,00	2.483.423,62
12180131000000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	63.355,77	0,00	63.355,77
12180311000000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	28.319,99	0,00	28.319,99
12199911030100000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	47.192,53	0,00	47.192,53
12199911030200000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	4.140.628,12	0,00	4.140.628,12
12199911030300000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	31.307,68	0,00	31.307,68
12199911030500000000	Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	4.957.229,98	0,00	4.957.229,98
12199911030600000000	Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	598.367,97	0,00	598.367,97
13210011011000000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	1.732.142,77	0,00	1.732.142,77
13210041060000000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS	59.349.595,89	0,00	59.349.595,89
19900311010000000000	Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	3.595.400,13	0,00	3.595.400,13
19909911010100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	76.879,64	0,00	76.879,64
91218012100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	-29.876,92	0,00	-29.876,92
91218013100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	-3.179,50	0,00	-3.179,50
91219991103020000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	-2.676,18	0,00	-2.676,18

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91219991103050000000	Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-15.653,40	0,00	-15.653,40
91219991103060000000	Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-3.836,64	0,00	-3.836,64
91321001101100000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	-1.292.804,24	0,00	-1.292.804,24
91321004106000000000	Deducao - Remuneracao dos Recursos do RPPS	-52.991.747,90	0,00	-52.991.747,90
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**408.904,20**	**0,00**	**408.904,20**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**416.441,19**	**0,00**	**416.441,19**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**416.441,19**	**0,00**	**416.441,19**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**416.441,19**	**0,00**	**416.441,19**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.190.278,77	0,00	60.190.278,77
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	43.360.856,08	0,00	43.360.856,08
319001060000000	13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	10.452.616,20	0,00	10.452.616,20
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	4.645.397,49	0,00	4.645.397,49
319003030000000	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.138.439,78	0,00	1.138.439,78
319005000205000	SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	66,04	0,00	66,04
319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	1.461,30	0,00	1.461,30
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	3.825,24	0,00	3.825,24
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**587.616,64**	**0,00**	**587.616,64**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 393
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**587.616,64**	**0,00**	**587.616,64**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.794.775,93	0,00	100.794.775,93
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	89.720.432,69	0,00	89.720.432,69
319001060000000	13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	34.807,50	0,00	34.807,50
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	10.126.084,40	0,00	10.126.084,40
319003030000000	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	14.087,05	0,00	14.087,05
319092020000000	INATIVO CIVIL	90.808,51	0,00	90.808,51
319092120000000	PENSIONISTA CIVIL	65.243,63	0,00	65.243,63
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.381,68	0,00	1.381,68
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**741.930,47**	**0,00**	**741.930,47**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual		**741.930,47**	**0,00**	**741.930,47**
Total da Despesa com Pessoal		**1.329.547,11**	**0,00**	**1.329.547,11**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
111111902029958	Banco do Brasil c/c 20239-8	-5.715,34	0,00	-5.715,34
111111902029959	Banco do Brasil c/c 62795-X	-65,48	0,00	-65,48
111111902029962	Banco do Brasil Consig. c/c 20.239-8	-6.305,19	0,00	-6.305,19
114119901000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Renda Fixa/Refer.	-15.079.926,02	0,00	-15.079.926,02
114119902000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Tit. Tesouro	-7.365.982,91	0,00	-7.365.982,91
114119903000000	Banco do Brasil 62795-X FI Tit. Tesouro	-142.863,16	0,00	-142.863,16
114119904000000	CEF 11174-4 FI Tit. Tesouro	-3.359.696,15	0,00	-3.359.696,15
114119905000000	Banrisul 40915820-3 FI Tit. Tesouro	-2.508.229,53	0,00	-2.508.229,53

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 395
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	133.292,51	0,00	133.292,51
TOTAL		**-28.335.491,27**	**0,00**	**-28.335.491,27**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
227210301000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.713.089.531,23	0,00	1.713.089.531,23
227210303000000	(-) CONTRIBUICOES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-56.722.561,60	0,00	-56.722.561,60
227210304000000	(-) CONTRIBUICOES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-829.739,27	0,00	-829.739,27
227210305000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-153.161.198,00	0,00	-153.161.198,00
227210401000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.415.497.829,85	0,00	1.415.497.829,85
227210402000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-174.144.913,40	0,00	-174.144.913,40
227210403000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-203.169.065,63	0,00	-203.169.065,63
227210404000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-125.790.730,02	0,00	-125.790.730,02
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-2.127.733.823,35	0,00	-2.127.733.823,35
TOTAL		**287.035.329,81**	**0,00**	**287.035.329,81**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 396
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 397
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	400.805,89	0,00	400.805,89
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	20.061.833,93	0,00	20.061.833,93
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	65.296,03	0,00	65.296,03
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	45.291,72	0,00	45.291,72
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	20.188,42	0,00	20.188,42
TOTAL		**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	3.020.417,14	0,00	3.020.417,14	1,2307	3.717.227,37
Fevereiro	1.479.197,84	0,00	1.479.197,84	1,2296	1.818.821,66
Março	1.474.404,27	0,00	1.474.404,27	1,2295	1.812.780,05
Abril	1.591.647,04	0,00	1.591.647,04	1,2097	1.925.415,42
Maio	1.659.092,25	0,00	1.659.092,25	1,2091	2.006.008,44
Junho	1.636.468,31	0,00	1.636.468,31	1,1963	1.957.707,04
Julho	1.625.948,93	0,00	1.625.948,93	1,1774	1.914.392,27
Agosto	1.619.014,93	0,00	1.619.014,93	1,1505	1.862.676,68
Setembro	1.607.917,48	0,00	1.607.917,48	1,1076	1.780.929,40
Outubro	1.607.240,25	0,00	1.607.240,25	1,0723	1.723.443,72
Novembro	1.605.767,11	0,00	1.605.767,11	1,0342	1.660.684,35
Dezembro	1.666.300,44	0,00	1.666.300,44	1,0076	1.678.964,32
TOTAL	**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**		**23.859.050,73**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Excluído RPPS - Seleção Manual

Justificativa: Os valores ajustados se referem a Restos Processados a pagar e demais haveres financeiros.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	23.676.799,18
4º Bimestre	11.419.365,73	22.350.062,92
5º Bimestre	10.994.585,77	0,00
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**92.944.678,21**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 398
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	16.933.961,55
4º Bimestre	16.827.286,65	16.932.719,00
5º Bimestre	16.080.233,35	0,00
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**72.726.179,68**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-11.251.862,27
4º Bimestre	0,00	-17.892.735,75
5º Bimestre	0,00	0,00
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-54.341.260,00**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**111.329.597,89**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Página 399
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3807707
DOCUMENTO PÚBLICO

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

Início: 01/07/2021 Término: 15/07/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 23 de Setembro de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 24/09/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 24/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.34FA.1432.29F0.BE9C.B016.

Processo 01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE SANTA MARIA
2º Quadrimestre

42102053013183343

21.0.0.9
24/09/2021
07:56:35

Página da peça 1

Peça 3809343

DOCUMENTO PÚBLICO

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA
CNPJ: 88488366000100
ORGÃO Nº: 56900
Cód. Barras do RVE Vinculado: 42101051047886688

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

CNPJ	Nome da Entidade	Tipo	É RPPS ?	Cód. Barras do RVE
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	NÃO	42101033286442771
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	SIM	42101031867169581

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	667.621.201,53
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	666.121.201,53
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	666.121.201,53

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**324.417.499,78**	**48,70%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**3.572.129,36**	**0,54%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21, JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21 e MICHELE VARGAS ANTONELLO em 01/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.33DC.7B7E.1BB8.1A9F.D633.

Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	7,00 %

DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

DESPESA COM PESSOAL

O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 48,70 % está situado ***no intervalo de 48,61% a 51,30%***, sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%, (percentual este equivalente a 90,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no Inciso II do § 1º do Art. 59 c/c alínea ´´b´´ do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF).

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

DA CIÊNCIA

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21, JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21 e MICHELE VARGAS ANTONELLO em 01/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.33DC.7B7E.1BB8.1A9F.D633.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO

PM DE SANTA MARIA

2º Quadrimestre

SANTA MARIA, 24 de Setembro de 2021 .

_____

RODRIGO DECIMO

Prefeito Municipal

_____

MICHELE VARGAS ANTONELLO

Responsável pela Administração Financeira

_____

CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA

Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21, JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21 e MICHELE VARGAS ANTONELLO em 01/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.33DC.7B7E.1BB8.1A9F.D633.

Página 404
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 31/08/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: RODRIGO DECIMO
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: Dueto Tecnologia Ltda.
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)32202277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consórcio Intermunicipal da Região centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 405
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	164.829.023,74
Contribuicoes	9.832.000,00	7.312.152,72
Receita Patrimonial	5.863.695,73	4.797.429,33
Receita de Servicos	3.000,00	8.781,74
Transferencias Correntes	395.987.100,00	325.257.566,83
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	4.114.854,81
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**506.319.809,17**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	5.072.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	74.320,02
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	26.025,13
Transferencias de Capital	36.301.381,50	5.330.466,86
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**10.502.941,37**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-40.763.756,46**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**476.058.994,08**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	220.411.398,93
Créditos Especiais	18.961.200,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	96.085.769,27
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**764.276.829,66**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 406
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	475.520.697,25
Liquidado	377.210.494,67
Pago	356.937.470,53
SALDO A LIQUIDAR	**98.310.202,58**
SALDO A PAGAR	**20.273.024,14**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	43.495.367,10
Liquidado	43.214.163,30
Pago	38.416.369,43
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**281.203,80**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**4.797.793,87**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	110.969.647,35
Excesso de Arrecadação	32.317.182,31
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	96.085.769,27
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	96.085.769,27

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	528.375.195,68D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	672.977.603,33D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	83.939.926,14C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	120.211.576,95C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	236.934.029,18D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	5.844,78D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	93.823.161,98D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.651.956,79D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	58.856.124,50D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	14.983.249,40D
TRIBUTARIAS	0,00	4.621.087,98D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	16.280.984,10D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	189.859.971,80C
CONTRIBUICOES	0,00	7.533.517,21C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	403.613,94C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	27.769.770,95C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	302.235.030,33C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	8.056.895,88C

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 407
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	29.994.260,92C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.930.900.709,22D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.930.900.709,22C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	461.141.669,06D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	2.172.078.603,84D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	451.357.649,46D
RISCOS FISCAIS	0,00	1.902.630,78D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.621.965,67D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	188.458.061,19D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	461.141.669,06C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	2.172.078.603,84C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	451.357.649,46C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	1.902.630,78C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.621.965,67C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	188.458.061,19C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	151.044.652,71D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	74.791.080,36D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**225.835.733,07D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**225.835.733,07D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.709.251,72	0,00	15.709.251,72
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.709.251,72**	**0,00**	**15.709.251,72**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Ajustado os valores conforme Sistema Tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.576.294.812,55	1.509.756.259,97
Demais Contas	15.338.495.631,97	15.405.034.184,55
Totais	16.914.790.444,52	16.914.790.444,52
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.268.882

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	8.277.951,48	0,00	8.277.951,48
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	3.449.147,89	0,00	3.449.147,89
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.069.486,64	0,00	2.069.486,64
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	448.693,69	0,00	448.693,69
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	186.955,73	0,00	186.955,73
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	112.173,42	0,00	112.173,42
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	6.007.175,91	0,00	6.007.175,91
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.502.989,98	0,00	2.502.989,98
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.501.794,00	0,00	1.501.794,00
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	317.336,63	0,00	317.336,63
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	132.223,62	0,00	132.223,62
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	79.334,15	0,00	79.334,15
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	23.447.769,50	0,00	23.447.769,50
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	9.770.311,49	0,00	9.770.311,49
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	5.861.524,66	0,00	5.861.524,66
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	108.124,86	0,00	108.124,86
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	45.163,01	0,00	45.163,01
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	26.918,34	0,00	26.918,34

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 410
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	2.870.436,30	0,00	2.870.436,30
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.196.221,49	0,00	1.196.221,49
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	717.413,08	0,00	717.413,08
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.319.115,83	0,00	1.319.115,83
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	549.869,83	0,00	549.869,83
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	329.539,60	0,00	329.539,60
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	12.723.680,07	0,00	12.723.680,07
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.301.539,99	0,00	5.301.539,99
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.180.913,19	0,00	3.180.913,19
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	24.771,41	0,00	24.771,41
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.321,47	0,00	10.321,47
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.192,67	0,00	6.192,67
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	10.872,61	0,00	10.872,61
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.530,24	0,00	4.530,24
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.718,07	0,00	2.718,07
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	29.846.600,94	0,00	29.846.600,94
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	12.436.085,27	0,00	12.436.085,27
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	7.461.650,17	0,00	7.461.650,17
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	307.123,51	0,00	307.123,51
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	127.970,92	0,00	127.970,92
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	76.812,31	0,00	76.812,31
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.293.277,37	0,00	1.293.277,37
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	538.876,05	0,00	538.876,05
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	323.307,44	0,00	323.307,44
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	408.058,67	0,00	408.058,67
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	170.039,58	0,00	170.039,58
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	101.999,13	0,00	101.999,13
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	34.869.240,26	0,00	34.869.240,26
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	2.905.770,00	0,00	2.905.770,00
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	8.717.310,00	0,00	8.717.310,00
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	11.623.079,62	0,00	11.623.079,62
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	52.091,57	0,00	52.091,57
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	4.341,01	0,00	4.341,01
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	13.022,92	0,00	13.022,92
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	17.363,80	0,00	17.363,80
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	53.047.190,81	0,00	53.047.190,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	4.420.599,24	0,00	4.420.599,24
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	13.261.797,69	0,00	13.261.797,69
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	17.682.396,93	0,00	17.682.396,93
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	23.391.616,13	0,00	23.391.616,13
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.949.301,57	0,00	1.949.301,57
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.847.904,30	0,00	5.847.904,30
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.797.205,79	0,00	7.797.205,79

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	576.698,46	0,00	576.698,46
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	48.058,24	0,00	48.058,24
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	144.174,66	0,00	144.174,66
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	192.232,87	0,00	192.232,87
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-929,06	0,00	-929,06
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.534.272,72	0,00	-1.534.272,72
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.834,32	0,00	-639.834,32
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.010,02	0,00	-383.010,02
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.524,28	0,00	-1.524,28
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-638,48	0,00	-638,48
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-377,78	0,00	-377,78
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-964,99	0,00	-964,99
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-402,22	0,00	-402,22
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-241,29	0,00	-241,29
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-211.598,32	0,00	-211.598,32
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-88.312,94	0,00	-88.312,94
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-52.753,06	0,00	-52.753,06
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-90.912,75	0,00	-90.912,75
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-37.880,39	0,00	-37.880,39
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-22.728,24	0,00	-22.728,24
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-26.758,01	0,00	-26.758,01
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-11.121,83	0,00	-11.121,83
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-6.684,68	0,00	-6.684,68
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-96,77	0,00	-96,77
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-40,33	0,00	-40,33
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-24,18	0,00	-24,18
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-443,35	0,00	-443,35
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-184,74	0,00	-184,74
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-110,83	0,00	-110,83
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-25.951,83	0,00	-25.951,83
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-10.816,68	0,00	-10.816,68

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 412
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-6.483,40	0,00	-6.483,40
SUBTOTAL		**333.643.614,94**	**0,00**	**333.643.614,94**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **83.410.903,74**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	36.718.936,97	0,00	36.718.936,97
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.180.726,15	0,00	10.180.726,15
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-800.733,53	0,00	-800.733,53
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.312.279,01	0,00	37.312.279,01
TOTAL II		**83.411.208,60**	**0,00**	**83.411.208,60**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	1.108.509,23	468.326,55	1.576.835,78
20	Ensino Fundamental	11.012.072,75	11.746.122,78	22.758.195,53
20	Ensino Profissional	16.607,28	20.592,72	37.200,00
20	Educação Infantil	12.598.850,80	7.832.740,37	20.431.591,17
20	Educação de Jovens e Adultos	4.075.139,05	0,00	4.075.139,05
31	Administração Geral	6.050.232,39	153.074,20	6.203.306,59
31	Ensino Fundamental	50.483.488,46	3.246.778,08	53.730.266,54
31	Educação Infantil	9.935.431,40	0,00	9.935.431,40
SUBTOTAL I		**95.280.331,36**	**23.467.634,70**	**118.747.966,06**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		54.378.972,18	0,00	54.378.972,18
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		486.299,57	0,00	486.299,57
SUBTOTAL III		**-54.865.271,75**	**0,00**	**-54.865.271,75**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**19,15**		**63.882.694,31**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	34.869.240,26	0,00	34.869.240,26
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	2.905.770,00	0,00	2.905.770,00
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	8.717.310,00	0,00	8.717.310,00
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	11.623.079,62	0,00	11.623.079,62

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 413
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	52.091,57	0,00	52.091,57
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	4.341,01	0,00	4.341,01
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	13.022,92	0,00	13.022,92
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	17.363,80	0,00	17.363,80
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	53.047.190,81	0,00	53.047.190,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	4.420.599,24	0,00	4.420.599,24
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	13.261.797,69	0,00	13.261.797,69
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	17.682.396,93	0,00	17.682.396,93
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	23.391.616,13	0,00	23.391.616,13
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.949.301,57	0,00	1.949.301,57
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.847.904,30	0,00	5.847.904,30
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.797.205,79	0,00	7.797.205,79
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	576.698,46	0,00	576.698,46
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	48.058,24	0,00	48.058,24
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	144.174,66	0,00	144.174,66
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	192.232,87	0,00	192.232,87
SUBTOTAL		**186.561.395,87**	**0,00**	**186.561.395,87**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **37.312.279,17**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.312.279,01	0,00	37.312.279,01
TOTAL II		**37.312.279,01**	**0,00**	**37.312.279,01**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	6.050.232,39	0,00	6.050.232,39
31	Ensino Fundamental	50.483.488,46	0,00	50.483.488,46
31	Educação Infantil	9.935.431,40	0,00	9.935.431,40
SUBTOTAL I		**66.469.152,25**	**0,00**	**66.469.152,25**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		54.378.972,18	0,00	54.378.972,18
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		286.156,47	0,00	286.156,47
SUBTOTAL III		**-54.665.128,65**	**0,00**	**-54.665.128,65**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**6,33**		**11.804.023,60**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	286.156,47	0,00	286.156,47
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	91.691.251,19	0,00	91.691.251,19
Total		**91.977.407,66**	**0,00**	**91.977.407,66**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **64.384.185,36**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	46.368.589,70	0,00	46.368.589,70
31	Educação Infantil	9.233.994,55	0,00	9.233.994,55
SUBTOTAL I		**55.602.584,25**	**0,00**	**55.602.584,25**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**55.602.584,25**	**0,00**	**55.602.584,25**

% de Aplicação **60,45**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.4 Justificativa de Seleção/Ajustes nas Contas da Educação e FUNDEB

Nome da Planilha: Cálculo da Despesa com Educação (MDE+FUNDEB)

Justificativa: Foi adicionado o vlor de empenhos a liquidar da fonte MDE e Fundeb.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	8.277.951,48	0,00	8.277.951,48
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	3.449.147,89	0,00	3.449.147,89
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.069.486,64	0,00	2.069.486,64

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 415
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	448.693,69	0,00	448.693,69
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	186.955,73	0,00	186.955,73
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	112.173,42	0,00	112.173,42
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	6.007.175,91	0,00	6.007.175,91
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.502.989,98	0,00	2.502.989,98
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.501.794,00	0,00	1.501.794,00
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	317.336,63	0,00	317.336,63
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	132.223,62	0,00	132.223,62
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	79.334,15	0,00	79.334,15
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	23.447.769,50	0,00	23.447.769,50
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	9.770.311,49	0,00	9.770.311,49
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	5.861.524,66	0,00	5.861.524,66
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	108.124,86	0,00	108.124,86
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	45.163,01	0,00	45.163,01
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	26.918,34	0,00	26.918,34
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	2.870.436,30	0,00	2.870.436,30
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.196.221,49	0,00	1.196.221,49
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	717.413,08	0,00	717.413,08
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.319.115,83	0,00	1.319.115,83
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	549.869,83	0,00	549.869,83
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	329.539,60	0,00	329.539,60
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	12.723.680,07	0,00	12.723.680,07
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.301.539,99	0,00	5.301.539,99
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.180.913,19	0,00	3.180.913,19
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	24.771,41	0,00	24.771,41
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.321,47	0,00	10.321,47
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.192,67	0,00	6.192,67
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	10.872,61	0,00	10.872,61
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.530,24	0,00	4.530,24
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.718,07	0,00	2.718,07
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	29.846.600,94	0,00	29.846.600,94
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	12.436.085,27	0,00	12.436.085,27

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 416
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	7.461.650,17	0,00	7.461.650,17
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	307.123,51	0,00	307.123,51
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	127.970,92	0,00	127.970,92
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	76.812,31	0,00	76.812,31
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.293.277,37	0,00	1.293.277,37
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	538.876,05	0,00	538.876,05
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	323.307,44	0,00	323.307,44
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	408.058,67	0,00	408.058,67
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	170.039,58	0,00	170.039,58
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	101.999,13	0,00	101.999,13
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	34.869.240,26	0,00	34.869.240,26
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	2.905.770,00	0,00	2.905.770,00
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	8.717.310,00	0,00	8.717.310,00
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	11.623.079,62	0,00	11.623.079,62
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	52.091,57	0,00	52.091,57
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	4.341,01	0,00	4.341,01
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	13.022,92	0,00	13.022,92
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	17.363,80	0,00	17.363,80
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	53.047.190,81	0,00	53.047.190,81
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	4.420.599,24	0,00	4.420.599,24
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	13.261.797,69	0,00	13.261.797,69
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	17.682.396,93	0,00	17.682.396,93
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	23.391.616,13	0,00	23.391.616,13
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.949.301,57	0,00	1.949.301,57
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.847.904,30	0,00	5.847.904,30
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.797.205,79	0,00	7.797.205,79
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	576.698,46	0,00	576.698,46
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	48.058,24	0,00	48.058,24
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	144.174,66	0,00	144.174,66
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	192.232,87	0,00	192.232,87
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-929,06	0,00	-929,06
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.534.272,72	0,00	-1.534.272,72
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.834,32	0,00	-639.834,32
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.010,02	0,00	-383.010,02
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-1.524,28	0,00	-1.524,28
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-638,48	0,00	-638,48
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-377,78	0,00	-377,78
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-964,99	0,00	-964,99
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-402,22	0,00	-402,22
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-241,29	0,00	-241,29
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-211.598,32	0,00	-211.598,32
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-88.312,94	0,00	-88.312,94
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-52.753,06	0,00	-52.753,06
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-90.912,75	0,00	-90.912,75
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-37.880,39	0,00	-37.880,39
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-22.728,24	0,00	-22.728,24
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-26.758,01	0,00	-26.758,01
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-11.121,83	0,00	-11.121,83
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-6.684,68	0,00	-6.684,68
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-96,77	0,00	-96,77
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-40,33	0,00	-40,33
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-24,18	0,00	-24,18
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-443,35	0,00	-443,35
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-184,74	0,00	-184,74
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-110,83	0,00	-110,83
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-25.951,83	0,00	-25.951,83
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-10.816,68	0,00	-10.816,68
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-6.483,40	0,00	-6.483,40
SUBTOTAL I		**333.643.614,94**	**0,00**	**333.643.614,94**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **50.046.542,24**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	22.029.789,40	0,00	22.029.789,40
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.495.803,22	0,00	28.495.803,22
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-479.314,43	0,00	-479.314,43
TOTAL II		**50.046.278,19**	**0,00**	**50.046.278,19**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-356.821,84	0,00	-356.821,84
40	Administração Geral	1.705.313,63	0,00	1.705.313,63

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Atenção Básica	38.519.020,34	0,00	38.519.020,34
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.134.359,05	0,00	9.134.359,05
40	Suporte Profilático e Terapêutico	1.419.462,74	0,00	1.419.462,74
40	Vigilância Sanitária	2.199.024,12	0,00	2.199.024,12
40	Vigilância Epidemiológica	2.115.522,35	0,00	2.115.522,35
SUBTOTAL I		**54.735.880,39**	**0,00**	**54.735.880,39**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		4.172,90	0,00	4.172,90
SUBTOTAL III		**4.172,90**	**0,00**	**4.172,90**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**16,40**		**54.731.707,49**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 37,366%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 298 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 624 - CNPJ/CPF 13137265000188, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000000611, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 13, ano 2020, modalidade TMP (Tomada de Preços) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 961 - CNPJ/CPF 20240470000130, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000000969, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 117, ano 2020, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1054 - CNPJ/CPF 13137265000188, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000000611, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 13, ano 2020, modalidade TMP (Tomada de Preços) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 1875 - CNPJ/CPF 44734671000151, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000001853, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 137, ano 2020, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 002, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 02, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 3, Contrato nr. 003, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 111, Contrato nr. 111, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 112, Contrato nr. 112, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 178, Contrato nr. 178, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 179, Contrato nr. 179, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 29,48%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 29,656%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,309% dos 298 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_33	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 624 - CNPJ/CPF 13137265000188, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000000611, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 13, ano 2020, modalidade TMP (Tomada de Preços) no Licitacon.

Justificativa: Empenho estornado.

Descrição: EMP_87 - Linha 961 - CNPJ/CPF 20240470000130, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000000969, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 117, ano 2020, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Empenho estornado.

Descrição: EMP_87 - Linha 1054 - CNPJ/CPF 13137265000188, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000000611, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 13, ano 2020, modalidade TMP (Tomada de Preços) no Licitacon.

Justificativa: Empenho estornado.

Descrição: EMP_87 - Linha 1875 - CNPJ/CPF 44734671000151, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000001853, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 137, ano 2020, modalidade PRE (Pregão Eletrônico) no Licitacon.

Justificativa: Vai ser ajustado no licitacom para o proximo bimestre.

Descrição: EMP_87 - Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2021	Centro Administrativo Municipal
	Jornal	30/03/2021	O Diário
	Internet	30/03/2021	Home-page
2º Bimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo Municipal
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home-page
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Centro Administrativo Municipal
	Jornal	30/07/2021	O Diário
	Internet	30/07/2021	Home-page
4º Bimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
1º Quadrimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home-page
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Jornal	Não Publicado
Internet	Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	26/02/2021	Plenario Camara de Vereadores
1º Quadrimestre/2021	31/05/2021	Plenário na Camara de Vereadores
2º Quadrimestre/2021	Não Realizada	Não Realizada

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2020	http://www.santamaria.rs.gov.br/trasparencia

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	227.531.640,33	0,00	227.531.640,33
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-15.637.067,51	0,00	-15.637.067,51
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	5.887.463,05	0,00	5.887.463,05
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.453.110,33	0,00	2.453.110,33
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	1.471.865,43	0,00	1.471.865,43
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	276.607,02	0,00	276.607,02
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	115.252,92	0,00	115.252,92
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	69.151,75	0,00	69.151,75
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-575,47	0,00	-575,47
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-239,78	0,00	-239,78
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-143,87	0,00	-143,87
TOTAL		**201.622.081,44**	**0,00**	**201.622.081,44**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 - Ex. Anterior		**201.622.081,44**	**0,00**	**201.622.081,44**

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	506.319.809,17	0,00	506.319.809,17

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-40.763.756,46	0,00	-40.763.756,46
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL		**465.556.052,71**	**0,00**	**465.556.052,71**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**667.178.134,15**	**0,00**	**667.178.134,15**
Emendas Parlamentares Individuais				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17181211100000000000	Emendas Parlamentares	250.000,00	0,00	250.000,00
3110 / 17180311010100000000	Atencao Primaria	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**665.678.134,15**	**0,00**	**665.678.134,15**
Emendas Parlamentares de Bancada				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**665.678.134,15**	**0,00**	**665.678.134,15**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2020 - 01/09/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	143.490.209,78	686.403,42	144.176.613,20
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	827.948,95	0,00	827.948,95
319011750000000	REPRESENTACAO MENSAL	157.747,86	0,00	157.747,86
319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	4.064.879,42	0,00	4.064.879,42
319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	23.625.261,70	0,00	23.625.261,70
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**114.814.371,85**	**686.403,42**	**115.500.775,27**

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	5.887.463,05	0,00	5.887.463,05
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	2.453.110,33	0,00	2.453.110,33
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	1.471.865,43	0,00	1.471.865,43
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-575,47	0,00	-575,47
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-239,78	0,00	-239,78

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 423
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-143,87	0,00	-143,87
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**9.811.479,69**	**0,00**	**9.811.479,69**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		**105.002.892,16**	**686.403,42**	**105.689.295,58**

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	209.474.039,50	3.610.825,39	213.084.864,89
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.650.404,56	0,00	1.650.404,56
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	915.476,21	0,00	915.476,21
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**210.208.967,85**	**3.610.825,39**	**213.819.793,24**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	114.198,01	0,00	114.198,01
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.650.404,58	0,00	1.650.404,58
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		**1.764.602,59**	**0,00**	**1.764.602,59**

CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	45.712,89	0,00	45.712,89
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	45.880,59	0,00	45.880,59
853240203000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 3o BIMESTRE	47.134,23	0,00	47.134,23
853240204000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 4o BIMESTRE	56.175,63	0,00	56.175,63
TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE		**194.903,34**	**0,00**	**194.903,34**

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	**212.168.473,78**	**3.610.825,39**	**215.779.299,17**
Total da Despesa com Pessoal	**317.171.365,94**	**4.297.228,81**	**321.468.594,75**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212130298020000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta - Principal	3.070.022,16	0,00	3.070.022,16
212130298030000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena (Principal)	1.200.252,40	0,00	1.200.252,40
212130298040000	CEF Contrato 399.658-75	1.103.952,97	0,00	1.103.952,97
212130298050000	CEF Cont. 413.011-69	691.449,51	0,00	691.449,51
212130298060000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533 Principal	5.071.850,82	0,00	5.071.850,82
212210399020000	EMPRESTIMO EXTERNO COM O BANCO MUNDIAL	7.936.954,74	0,00	7.936.954,74
212340198000000	OUTROS FINANCIAMENTOS INTERNOS	62.603,67	0,00	62.603,67
212530104000000	Contrato 085.878-10 PNAFM	5.565,15	0,00	5.565,15
212530106000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	680.742,16	0,00	680.742,16

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
212530107000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	312.713,47	0,00	312.713,47
212530108000000	Contrato CEF 399.658-75 - Pro Transporte	332.148,11	0,00	332.148,11
212530109000000	Contrato 413.011-69 Pro-Transporte	191.097,50	0,00	191.097,50
212530110000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	1.368.861,67	0,00	1.368.861,67
212530111000000	CEF Cont. 523.373-82 PNAFM FR 1119 (10082)	139.633,91	0,00	139.633,91
212540300000000	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	137.356,34	0,00	137.356,34
212610100000000	JUROS DE CONTRATOS - EMPRESTIMOS EXTERNOS	1.129.279,82	0,00	1.129.279,82
222139902000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	12.439.012,16	0,00	12.439.012,16
222139903000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	6.014.996,06	0,00	6.014.996,06
222139904000000	Contrato CEF 399.658-75 Pro-Transporte	6.700.414,43	0,00	6.700.414,43
222139905000000	CEF 413.011-69 - Pro-Transporte	4.382.120,16	0,00	4.382.120,16
222139906000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	15.995.511,91	0,00	15.995.511,91
222139907000000	Cont. 0523.373-82 PNAFM	3.300.000,00	0,00	3.300.000,00
222210201010000	Banco Mundial	17.670.721,00	0,00	17.670.721,00
223110402000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NAO PAGOS	51.923.350,01	0,00	51.923.350,01
TOTAL		**141.860.610,13**	**0,00**	**141.860.610,13**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010200	BB Conta Movimento	7.829.802,34	0,00	7.829.802,34
111111902010300	BB Depto.Nac.Prod.Min. C/C 4474-1	123.362,62	0,00	123.362,62
111111902010400	BB ITR - C/C 7901-4	36.154,47	0,00	36.154,47
111111902010500	BB ICMS Deson. C/C 283141-4	95.154,82	0,00	95.154,82
111111902010800	BB ISS - STN - C/C 34053-7	902.063,02	0,00	902.063,02
111111902010900	BB Lei 7525 - C/C 9288-6	17.161,08	0,00	17.161,08
111111902011000	BB ISS Simples Nacional c/c 42924-4	1.694.925,77	0,00	1.694.925,77
111111902011500	BB Distrito Industrial - DISM c/c 60.884-X	1.184.859,63	0,00	1.184.859,63
111111902020200	BB FNAS Covid EPI c/c 89406-0	1.748,54	0,00	1.748,54
111111902020300	BB FNAS Covid Alimentos c/c 89403-6	411,00	0,00	411,00
111111902020400	BB FNAS Covid Acolhimento c/c 89402-8	310.525,30	0,00	310.525,30
111111902020700	BB FNDE Pro Infancia c/c 53576-1	484,30	0,00	484,30
111111902020800	BB FMS Vigil. Sanitaria C/C 81884-4	50.690,03	0,00	50.690,03
111111902021000	BB FMA - C/C 7234-6	973.825,97	0,00	973.825,97
111111902021300	BB Conv. Aeroporto C/C 85939-7	417.355,32	0,00	417.355,32
111111902021400	BB MDE	11.320.596,29	0,00	11.320.596,29
111111902021600	BBrasil PSB Covid-19 c/c 79051-6	473.410,63	0,00	473.410,63
111111902021700	BBrasil PSE Covid-19 c/c 84474-8	168.013,74	0,00	168.013,74
111111902021900	BB Habitacao C/C 5300-7	340.794,01	0,00	340.794,01

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 426
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902022000	BB Leilao SMED c/c 59031-2	18.826,90	0,00	18.826,90
111111902022300	BB Conv. 704173/2010 PROINFANCIA (PTA) c/c 57116-4	7.547,67	0,00	7.547,67
111111902022800	BB FRDR-Fundo Rotativo C/C 61331-2	186.127,65	0,00	186.127,65
111111902022900	BB ACESUAS TRABALHO c/c 79036-2	93.612,73	0,00	93.612,73
111111902023100	BB FNDE - T. Compr. PAC 203589 c/c 62247-8	4.677.178,79	0,00	4.677.178,79
111111902023300	BB FNDE PNATE C/C 28439-4	60.991,30	0,00	60.991,30
111111902023400	BB CIDE - C/C 28886-1	27.184,42	0,00	27.184,42
111111902023500	BB Conv. 701353/2011 - FNDE Ampl.e Ref. c/c 60286-8	2.044.884,09	0,00	2.044.884,09
111111902023900	BB FMS C/C 59036-3	224.752,22	0,00	224.752,22
111111902024300	BB FNDE PAC 200843/2011 c/c 63510-3	1.052.370,03	0,00	1.052.370,03
111111902024400	BB PDDE C/C 81867-4	5.428,85	0,00	5.428,85
111111902024500	BB FMS Alienacao de Bens c/c 64007-7	169.835,34	0,00	169.835,34
111111902024800	BB Prog. Educ. Fiscal C/C 64.671-7	13.253,57	0,00	13.253,57
111111902026000	BB PSB FNAS c/c 79051-6	354.672,75	0,00	354.672,75
111111902026500	BB AEPETI c/c 79039-7	216.946,79	0,00	216.946,79
111111902027100	BB BL GBF - FNAS C/C 79042-7	207.003,83	0,00	207.003,83
111111902027300	BB C/C 14197-6	245,44	0,00	245,44
111111902027400	BB Fundo C. Eventos SM C/C 40814-X	7.354,28	0,00	7.354,28
111111902028100	BB PDDE C/C 9264-9	11.893,88	0,00	11.893,88
111111902028800	BB Merenda - C/C 49.486-0	389.263,23	0,00	389.263,23
111111902029000	BB BPC Escola c/c 79038-9	1.278,41	0,00	1.278,41
111111902029100	BB BL GSUAS - C/C 79045-1	2.186,71	0,00	2.186,71
111111902029500	BB Em. Parlam. SIGTV C/C 90145-8	251.375,31	0,00	251.375,31
111111902029914	BB PAR Educ. Infantil C/C 64487-0	1.157,30	0,00	1.157,30
111111902029915	BB PAR Quadra Esc. Bernard. C/C 64804-3	224.129,54	0,00	224.129,54
111111902029920	BB FMDCA C/C 69076-7	3.390.409,21	0,00	3.390.409,21
111111902029939	BB FUMID c/c 69242-5	1.162.087,38	0,00	1.162.087,38
111111902029943	BB FNDE PAR Caminho da Escola C/C 81911-5	13.999,14	0,00	13.999,14
111111902029951	BB FNDE PAR Infr. Esc. C/C 84292-3	1.149.523,37	0,00	1.149.523,37
111111902029953	BB FMAS MAC C/C 84474-8	139.496,89	0,00	139.496,89
111111902029955	BB FUNDEB	26.907.562,85	0,00	26.907.562,85
111111902029957	BB FUNDETUR C/C 86647-4	15.800,85	0,00	15.800,85
111111902029965	BB Apoio Cult. Aldir Blanc c/c 89855-4	1.586,99	0,00	1.586,99
111111902029966	BB FMAS SIGTV Estruturacao Rede SUAS c/c 90290-X	100.136,49	0,00	100.136,49
111111903010100	CEF - C/C 27-5	4.371,08	0,00	4.371,08
111111903010200	CEF Exec. Fiscal C/P 775-6	16,04	0,00	16,04
111111903010800	CEF Conta Movimento	827.077,60	0,00	827.077,60
111111903011200	CEF Conv. 831537 Academias-Contrap. c/c 647015-0	315,29	0,00	315,29
111111903011800	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte (RL) c/c 10218-4	3.526,55	0,00	3.526,55
111111903013800	CEF Cont. 891301/2019 Aquis.Equip.Bombril (RL) c/c 71121-0	6.495,91	0,00	6.495,91
111111903013900	CEF Cont. 883159/2019 Fortalec.Feirao (RL) c/c 71106-7	4.935,18	0,00	4.935,18

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 427
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903014000	CEF Cont. 894550/2019 Mod.Treze de Maio (RL) c/c 71133-4	18.425,90	0,00	18.425,90
111111903014100	CEF Cont. 894563/2019 Prom.Econ.Solid. (RL) c/c 71134-2	3.131,58	0,00	3.131,58
111111903014300	CEF contrato 523373-82 PNAFM (10080)	4.350,00	0,00	4.350,00
111111903020100	CEF Alien. Bens C/C 10178-1	1.224.490,46	0,00	1.224.490,46
111111903020211	CEF Serv. de Fisioterapia c/c 624061-9	88.033,28	0,00	88.033,28
111111903020301	CEF FMS INVESTSUS At.Basica - C/C 006.624066-0	149.466,17	0,00	149.466,17
111111903020302	CEF FMS INVESTSUS At.Espec. - C/C 006.624066-0	49.274,79	0,00	49.274,79
111111903020400	CEF Contr. 229039-88 C/C 10107-2	324,99	0,00	324,99
111111903020600	CEF Cont. 0523.373-82 PNAFM c/c 10266-4	1.798.033,64	0,00	1.798.033,64
111111903020700	CEF Cont. 846153/2017 Pav.R.Behr c/c 647028-2	8.295,27	0,00	8.295,27
111111903020800	CEF MDE c/c 10270-2	5.005.058,35	0,00	5.005.058,35
111111903020900	CEF 4 Etapa C. Eventos Cont. 799546-13 c/c 147110-8	1.616.254,75	0,00	1.616.254,75
111111903021100	CEF Monit. Nutric. Inv. c/c 624058-9 (FR 4500)	36.836,73	0,00	36.836,73
111111903021400	CEF Custeio A.B.-Emendas c/c 624061-9	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
111111903021600	CEF FMS Requalif. UBS Rubem Noal C/C 624044-9	88.940,58	0,00	88.940,58
111111903021701	CEF FMS-Vigilancia em Saude 624061-9 (4502)	455.525,21	0,00	455.525,21
111111903021702	CEF FMS-Assist.Farmaceutica 624061-9 (4503)	124,64	0,00	124,64
111111903021703	CEF FMS-At. Alta/Media Complex-CAPS 624061-9 (4501)	130.093,61	0,00	130.093,61
111111903021704	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SUS 13224-5 (4501)	957.310,09	0,00	957.310,09
111111903021706	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SAMU/UPA 624061-9 (4501)	379.109,05	0,00	379.109,05
111111903021707	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-CEREST 624061-9 (4501)	1.134.195,54	0,00	1.134.195,54
111111903021708	CEF FMS-At.Basica-PAB 624061-9 (4500)	149.805,90	0,00	149.805,90
111111903021709	CEF FMS-At.Basica-ESF/PACS/ACS 624061-9 (4500)	274.347,56	0,00	274.347,56
111111903021711	CEF FMS-Atencao Basica-Monit.Nutricional 624061-9 (4500)	229.748,81	0,00	229.748,81
111111903021712	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2516 COVID Saude Mental	31.246,29	0,00	31.246,29
111111903021715	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2222 COVID	20.006,28	0,00	20.006,28
111111903021716	CEF FMS Port. 3350 COVID Saude Mental c/c 624061-9	134.238,31	0,00	134.238,31
111111903022100	CEF Cont. 845172/2017 Pr.N.Horiz. c/c 647027-4	96.260,62	0,00	96.260,62
111111903022300	CEF FUMCIP c/c 10257-5	3.961.491,55	0,00	3.961.491,55
111111903022500	CEF FUNPROSM c/c 10259-1	51.780,75	0,00	51.780,75
111111903023100	CEF FMS US Dr. Rocha C/C 624019-7	30.060,01	0,00	30.060,01
111111903023400	CEF Cont. 843615 Ref. Guarani c/c 647024-0	245.011,78	0,00	245.011,78
111111903023500	CEF Cont. 846202 Rev.P.Itaimbe c/c 647031-2	247.930,70	0,00	247.930,70
111111903024000	CEF Cont. 875343 Pista Skate c/c 647077-0	45.411,39	0,00	45.411,39
111111903024100	CEF FMS C/C 13222-9	85.806,87	0,00	85.806,87
111111903024400	CEF Port. 1.666 COVID-19 c/c 624061-9	192.674,16	0,00	192.674,16
111111903024700	CEF FMS Requalif. UBS Campestre C/C 624051-1	104.694,75	0,00	104.694,75
111111903024800	CEF FMS Vigil. Sanitaria c/c 13223-7	30.032,62	0,00	30.032,62
111111903024900	CEF Cont. 874563 Academias c/c 647071-1	88.518,48	0,00	88.518,48
111111903025300	CEF Cont. 886034 Aquis. Equip. c/c 71147-4	75.624,71	0,00	75.624,71
111111903026000	CEF Cont. 883159 Fort. Feira c/c 71106-7	68.420,38	0,00	68.420,38

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 428
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903027100	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte c/c 10218-4	33.109,74	0,00	33.109,74
111111903027200	CEF FMS Requalif. UBS Urlandia C/C 624053-8	131.387,25	0,00	131.387,25
111111903027800	CEF FMS Requalif. UBS Joy Bets C/C 624050-3	104.694,75	0,00	104.694,75
111111903027900	CEF 624061-9 Portaria 894 (COVID)	818.218,57	0,00	818.218,57
111111903028800	CEF 624061-9 Portaria 731 (COVID)	158.434,50	0,00	158.434,50
111111903029400	CEF F.M.Habitacao c/c 10254-0	77.155,29	0,00	77.155,29
111111903029600	CEF FMS Requalif. UBS Bela Uniao C/C 624021-9	28.997,83	0,00	28.997,83
111111903029800	CEF Pro Saneamento C/C 006.00010258-3	11.044.221,57	0,00	11.044.221,57
111111903029910	CEF FNS U.B.S. Oneide de Carvalho c/c 624066-0	191.455,04	0,00	191.455,04
111111903029911	CEF FNS U.B.S. Alto da Boa Vista c/c 624066-0	326.825,59	0,00	326.825,59
111111903029940	CEF FUNDEB	318.372,24	0,00	318.372,24
111111903029941	CEF Conv. 831537 Academias c/c 647015-0	214.008,94	0,00	214.008,94
111111903029942	CEF Sal. Educacao C/C 672014-9	17.245.842,71	0,00	17.245.842,71
111111903029945	CEF Contr.519627-63 FINISA-C/C 10260-5	297.165,90	0,00	297.165,90
111111903029958	CEF FMS 624061-9 COVID-19	138.030,26	0,00	138.030,26
111111903029959	CEF COVID19 MPT c/c 71154-7	64.678,35	0,00	64.678,35
111111903029961	CEF Conv. 894168/2019 Aquis. Equip. c/c 71157-1	69.502,01	0,00	69.502,01
111111903029962	CEF Transf. Especial c/c 672017-3	300.674,62	0,00	300.674,62
111111912010100	BERGS Conta Movimento	15.476.013,32	0,00	15.476.013,32
111111912010600	BERGS ISS - C/C 04.095228.0-0	895.405,93	0,00	895.405,93
111111912011300	BERGS FR 8001 (0001)	5.117.270,39	0,00	5.117.270,39
111111912020100	BERGS FUNREBOM - C/C 04.077284.0-1	1.446.476,82	0,00	1.446.476,82
111111912020300	Bergs FMAS 041395351-2 (FR 1468)	86.377,47	0,00	86.377,47
111111912020400	Bergs FEAS c/c 04139535.0-4 (FR 1469)	42.343,76	0,00	42.343,76
111111912020600	BERGS CORSAN Interlig. BR C/C 04.160412.0-4	5,23	0,00	5,23
111111912020700	Bergs FMS Covid-19 c/c 04.164579.0-7	49.789,13	0,00	49.789,13
111111912020900	BERGS FUNCIP C/C 04.098392.0-0	238,50	0,00	238,50
111111912021100	BERGS MPT Inst. Movel c/c 04.173573.0-2	187.362,78	0,00	187.362,78
111111912021300	Bergs FMS Port. 256 Aquis. Mat. P.A. c/c 04138319.0-5	90.909,09	0,00	90.909,09
111111912021500	Bergs FMS Covid-Prisional c/c 041348324-9	30.000,00	0,00	30.000,00
111111912021600	Bergs FMS Port. GM/MS 2782 c/c 0414050303	305.884,09	0,00	305.884,09
111111912021800	BERGS FMS C/C 04.098430.0-3	1.650,03	0,00	1.650,03
111111912022100	BERGS Multa de Transito - c/04.077829.0-2	851.540,73	0,00	851.540,73
111111912022200	BERGS FMS Vigil. Sanitaria C/C 04.148817.0-1	54.143,22	0,00	54.143,22
111111912022400	Bergs Acoes Jud. Saude c/c 04.164578.0-6	2.754,59	0,00	2.754,59
111111912022500	BERGS FMS Nota Solidaria - c/04149861.0-4	22.712,99	0,00	22.712,99
111111912023000	BERGS FUNDEEL - C/C 04.095783.0-6	4.019,09	0,00	4.019,09
111111912023100	BERGS FUNCULTURA C/C 04.150981.0-5	81.107,96	0,00	81.107,96
111111912023200	BERGS FMS CAPS AD C/C 04.152017.0-4	146.747,58	0,00	146.747,58
111111912023700	BERGS PROCON c/c 04.098213.0-1	365.973,98	0,00	365.973,98
111111912023900	BERGS CEREST Conv. C/C 04.098277.0-9	89.363,87	0,00	89.363,87

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912024700	BERGS FMS SAMU Estadual C/C 04.134832.0-6	267.972,06	0,00	267.972,06
111111912024800	BERGS FMS Farm. Basica Est. C/C 04.134832.1-4	149.802,21	0,00	149.802,21
111111912025000	BERGS FMS CEO C/C 04.134832.3-0	44.137,45	0,00	44.137,45
111111912025100	BERGS FMS PSF Bucal - C/C 04.134832.4-9	29.370,94	0,00	29.370,94
111111912025200	BERGS FMS PIM - C/C 04.134832.5-7	222.611,00	0,00	222.611,00
111111912025400	BERGS FMS CEREST C/C 04.134832.7-3	386.649,63	0,00	386.649,63
111111912025600	BERGS FMS PIES-C/C 04.134832.9-6	50.050,20	0,00	50.050,20
111111912026700	BERGS FMS UPA EST. C/C 04.138319.0-5	711.342,13	0,00	711.342,13
111111912026900	BERGS FMS Faturamento CIS C/C 04.151266.0-5	150.756,23	0,00	150.756,23
111111912027100	BERGS FMS PSF Indigena C/C 04.098443.0-1	211.024,00	0,00	211.024,00
111111912027300	BERGS FMDCA C/C 04.139494.0-6	653.649,17	0,00	653.649,17
111111912027600	BERGS DENGUE VERAO - C/C 04.140503.0-3	86.747,22	0,00	86.747,22
111111912028200	BERGS FMS Dispensacao de Fraldas C/C 04.141355.0-3	121.468,47	0,00	121.468,47
111111912028700	BERGS FMAS FUMID C/C 04.139628.0-5	359.589,08	0,00	359.589,08
111111912029200	BERGS Conv.CORSAN Acao Civil Publ. c/c 04.150937.0-7	200.465,85	0,00	200.465,85
111111912029500	BERGS Conv. 05/2017-CORSAN C/C 04.156906.0-8	2.829,47	0,00	2.829,47
111111912029700	BERGS SMED Doacao MP-C/C 04.150982.0-2	6.754,61	0,00	6.754,61
111115002023800	CEF Poup.Contr.387527-35-Revit.Guarani C/P 147098-8	311.854,47	0,00	311.854,47
111115002024500	CEF Poup.Contr.218815-56-PAC OGU C/P 147031-7	6.029.220,12	0,00	6.029.220,12
111115003060000	CEF Aplic. Financ. c/c 006.00010027-0	46.072.515,96	0,00	46.072.515,96
111115004040000	CEF PMSM c/c 10027-0	10.875.637,42	0,00	10.875.637,42
111115004050000	BERGS PMSM C/C 04.004103.0-9	11.501.852,39	0,00	11.501.852,39
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-3.500,00	0,00	-3.500,00
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-4.794.293,87	0,00	-4.794.293,87
TOTAL		**221.037.939,20**	**0,00**	**221.037.939,20**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112410201000000	DEVEDORES POR FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	89.996,14	0,00	89.996,14
121110301000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	273.876,93	0,00	273.876,93
121119700000000	OUTROS CREDITOS A LONGO PRAZO	93.105,13	0,00	93.105,13
121119999000000	(-) OUTROS AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-1.881.649,80	0,00	-1.881.649,80
121310102000000	ACOES	2.257.226,31	0,00	2.257.226,31
TOTAL		**832.554,71**	**0,00**	**832.554,71**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**221.870.493,91**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 430
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211110403000000	PRECATORIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - NAO VENCIDOS	81.754,92	0,00	81.754,92
211420100000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	12.241.557,88	0,00	12.241.557,88
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	212.291,76	0,00	212.291,76
218810108000000	ISS	271.041,95	0,00	271.041,95
218810112000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	509.418,50	0,00	509.418,50
218810113010000	Sindicato Prof. Munic. Santa Maria	20.081,79	0,00	20.081,79
218810113020000	Sindicato dos Municiparios - SM	13.333,76	0,00	13.333,76
218810113030000	Associacao dos Vigilantes da Pref.de Santa Maria-AVISM	3.439,15	0,00	3.439,15
218810113040000	Imposto Sindical	436.136,91	0,00	436.136,91
218810113050000	Sindicato dos Guardas	140,00	0,00	140,00
218810114010000	Capemi	387,06	0,00	387,06
218810114020000	Bradesco Seguradora S/A	40,31	0,00	40,31
218810114050000	Cia. Previdencia do Sul	1.075,70	0,00	1.075,70
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	1.172.940,00	0,00	1.172.940,00
218810115080000	GBOEX - Financiamentos a Servidores	11.806,55	0,00	11.806,55
218810115140000	SUCV Financ.	17.862,86	0,00	17.862,86
218810199020000	INSS Prestadores de Servicos	2.007,52	0,00	2.007,52
218810199040000	Clube Recreativo Esportivo Municipal	4.750,34	0,00	4.750,34
218810199060000	Pro Habitacao	15,24	0,00	15,24
218810199070000	Brasil Vida	485,03	0,00	485,03
218810199100000	Saurin & Razeira Advogados	170,00	0,00	170,00
218810401000000	DEPOSITOS E CAUCOES	120.419,60	0,00	120.419,60
631100000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	281.203,80	0,00	281.203,80
631300000000000	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	3.500,00	0,00	3.500,00
TOTAL		**15.405.860,63**	**0,00**	**15.405.860,63**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 431
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21190011030000000000	Pro-Transporte - PAC	67.004,54	0,00	67.004,54
21190011060000000000	Contr.. 519.627-63 - FINISA	3.505.124,82	0,00	3.505.124,82
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**3.572.129,36**	**0,00**	**3.572.129,36**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**3.572.129,36**	**0,00**	**3.572.129,36**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/08/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	14.569.562,92	0,00	14.569.562,92
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.070.653,15	0,00	6.070.653,15
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.642.389,96	0,00	3.642.389,96
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	730.576,13	0,00	730.576,13
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	304.406,72	0,00	304.406,72
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	182.644,01	0,00	182.644,01
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.236.124,92	0,00	9.236.124,92
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.848.385,47	0,00	3.848.385,47
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.309.031,30	0,00	2.309.031,30
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	428.626,99	0,00	428.626,99
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	178.594,68	0,00	178.594,68
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	107.156,82	0,00	107.156,82
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	1.923.313,41	0,00	1.923.313,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	801.383,08	0,00	801.383,08
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	480.825,97	0,00	480.825,97
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	11.498,51	0,00	11.498,51
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4.791,10	0,00	4.791,10
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2.874,64	0,00	2.874,64
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	27.355.195,29	0,00	27.355.195,29
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	11.398.526,52	0,00	11.398.526,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.838.292,92	0,00	6.838.292,92
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	235.367,60	0,00	235.367,60
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	98.267,98	0,00	98.267,98
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	58.643,57	0,00	58.643,57
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.215.636,52	0,00	3.215.636,52

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 433
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.340.100,56	0,00	1.340.100,56
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	803.653,90	0,00	803.653,90
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.564.062,58	0,00	1.564.062,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	651.996,93	0,00	651.996,93
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	390.694,16	0,00	390.694,16
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	12.645.002,77	0,00	12.645.002,77
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.268.759,30	0,00	5.268.759,30
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.161.242,66	0,00	3.161.242,66
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	14.906,02	0,00	14.906,02
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	6.210,92	0,00	6.210,92
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	3.726,24	0,00	3.726,24
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	5.694,41	0,00	5.694,41
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.372,62	0,00	2.372,62
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.423,48	0,00	1.423,48
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	40.238.061,42	0,00	40.238.061,42
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	16.765.861,75	0,00	16.765.861,75
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	10.059.511,24	0,00	10.059.511,24
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	435.827,73	0,00	435.827,73
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	181.587,93	0,00	181.587,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	108.960,60	0,00	108.960,60
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	2.374.168,87	0,00	2.374.168,87
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	989.252,83	0,00	989.252,83
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	593.526,66	0,00	593.526,66
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	1.665.901,17	0,00	1.665.901,17
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	694.150,36	0,00	694.150,36
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	416.445,45	0,00	416.445,45
11280111000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	591.538,69	0,00	591.538,69
11280112000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	7.499,17	0,00	7.499,17
11280113000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Divida Ativa	23.577,67	0,00	23.577,67
11280114000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	7.915,60	0,00	7.915,60
11280191010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	160.115,14	0,00	160.115,14
11280191020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	2.773.015,54	0,00	2.773.015,54
11280191030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	216.688,96	0,00	216.688,96
11280191040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	924,55	0,00	924,55
11280191050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	733.464,62	0,00	733.464,62
11280191060000000000	Taxa de Prevencao de Incendio	650.430,34	0,00	650.430,34
11280191070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	2.781,36	0,00	2.781,36
11280191080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	31.591,47	0,00	31.591,47
11280192010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	791,73	0,00	791,73
11280192020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento	21.218,85	0,00	21.218,85

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 434
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico			
11280192030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	174,83	0,00	174,83
11280192040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	28,38	0,00	28,38
11280192070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	502,78	0,00	502,78
11280192080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	28,87	0,00	28,87
11280193010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	2.129,24	0,00	2.129,24
11280193020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	592.007,88	0,00	592.007,88
11280193030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	1.673,33	0,00	1.673,33
11280193040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	30.830,93	0,00	30.830,93
11280193050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	129.973,31	0,00	129.973,31
11280193070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	42.774,90	0,00	42.774,90
11280193080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	6.807,57	0,00	6.807,57
11280194010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	706,78	0,00	706,78
11280194020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	145.378,98	0,00	145.378,98
11280194030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	379,60	0,00	379,60
11280194040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	14.625,20	0,00	14.625,20
11280194050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	11.296,78	0,00	11.296,78
11280194070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	5.356,17	0,00	5.356,17
11280194080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	4.888,13	0,00	4.888,13
11280291010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	446.681,23	0,00	446.681,23
11280291020000000000	Taxa de Cemiterio	922.965,10	0,00	922.965,10
11280291030000000000	Taxa de Limpeza Publica	11.224.692,18	0,00	11.224.692,18
11280291040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	1.879,40	0,00	1.879,40
11280291050000000000	Taxa de Custo Operacional dos Consignados	60.406,49	0,00	60.406,49
11280291060000000000	Taxa de Vistoria de Transito	234,60	0,00	234,60
11280292010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	17,73	0,00	17,73
11280292020000000000	Taxa de Cemiterio	753,01	0,00	753,01
11280292030000000000	Taxa de Limpeza Publica	116.254,41	0,00	116.254,41
11280292040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,67	0,00	37,67
11280293010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	10,58	0,00	10,58
11280293020000000000	Taxa de Cemiterio	174.754,24	0,00	174.754,24
11280293030000000000	Taxa de Limpeza Publica	1.078.514,34	0,00	1.078.514,34
11280293040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	266,60	0,00	266,60
11280294010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	12,04	0,00	12,04
11280294020000000000	Taxa de Cemiterio	40.068,16	0,00	40.068,16
11280294030000000000	Taxa de Limpeza Publica	552.708,31	0,00	552.708,31
11280294040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,32	0,00	37,32
12400011000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	9.259.969,77	0,00	9.259.969,77
12400012000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	5.464,73	0,00	5.464,73

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 435
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
12400013000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	85.625,87	0,00	85.625,87
12400014000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	41.804,89	0,00	41.804,89
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	39.264.171,33	0,00	39.264.171,33
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.272.014,36	0,00	3.272.014,36
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	9.816.042,85	0,00	9.816.042,85
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	13.088.056,43	0,00	13.088.056,43
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	1.766.902,17	0,00	1.766.902,17
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	736.209,25	0,00	736.209,25
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	441.725,55	0,00	441.725,55
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	1.770.669,25	0,00	1.770.669,25
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	737.778,86	0,00	737.778,86
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	442.667,31	0,00	442.667,31
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	619.331,94	0,00	619.331,94
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	51.611,11	0,00	51.611,11
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	154.833,11	0,00	154.833,11
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	206.443,87	0,00	206.443,87
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	62.853.778,19	0,00	62.853.778,19
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	5.237.814,87	0,00	5.237.814,87
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	15.713.444,56	0,00	15.713.444,56
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	20.951.259,42	0,00	20.951.259,42
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	28.006.263,46	0,00	28.006.263,46
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.333.856,30	0,00	2.333.856,30
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	7.001.567,13	0,00	7.001.567,13
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	9.335.422,43	0,00	9.335.422,43
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	895.264,00	0,00	895.264,00
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	74.605,47	0,00	74.605,47
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	223.816,14	0,00	223.816,14
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	298.421,51	0,00	298.421,51
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Principal	169.471,53	0,00	169.471,53
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-2.321,57	0,00	-2.321,57
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-967,32	0,00	-967,32
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-580,41	0,00	-580,41
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-113,88	0,00	-113,88
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder	-47,45	0,00	-47,45

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 436
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Executivo - Principal - MDE			
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-28,47	0,00	-28,47
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.648.731,98	0,00	-1.648.731,98
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-687.069,04	0,00	-687.069,04
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-412.080,15	0,00	-412.080,15
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-4.555,76	0,00	-4.555,76
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.903,79	0,00	-1.903,79
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-1.133,85	0,00	-1.133,85
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-1.609,00	0,00	-1.609,00
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-670,83	0,00	-670,83
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-401,84	0,00	-401,84
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-186.830,07	0,00	-186.830,07
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-77.996,33	0,00	-77.996,33
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-46.551,25	0,00	-46.551,25
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-62.188,77	0,00	-62.188,77
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-25.912,01	0,00	-25.912,01
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-15.547,19	0,00	-15.547,19
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-48,58	0,00	-48,58
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-20,24	0,00	-20,24
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-12,14	0,00	-12,14
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-78.180,89	0,00	-78.180,89
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-32.228,76	0,00	-32.228,76
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-18.505,23	0,00	-18.505,23
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-323,39	0,00	-323,39
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-134,76	0,00	-134,76
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-80,84	0,00	-80,84
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-1.746,85	0,00	-1.746,85
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-727,90	0,00	-727,90
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-436,81	0,00	-436,81
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-17.709,16	0,00	-17.709,16
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-7.383,62	0,00	-7.383,62
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.420,05	0,00	-4.420,05
91128011100000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	-1.859,92	0,00	-1.859,92
91128011200000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	-45,57	0,00	-45,57
91128011400000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-1.951,91	0,00	-1.951,91
91128019102000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-470,40	0,00	-470,40
91128019201000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	-91,41	0,00	-91,41
91128019202000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-492,76	0,00	-492,76
91128019203000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-2,50	0,00	-2,50

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 437
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91128019204000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-0,29	0,00	-0,29
91128019208000000000	Deducao - Taxa de Inspecao Municipal - SI	-16,42	0,00	-16,42
91128019302000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-465,10	0,00	-465,10
91128019401000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	-170,51	0,00	-170,51
91128019402000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-28.939,40	0,00	-28.939,40
91128019403000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-115,17	0,00	-115,17
91128019404000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-11,88	0,00	-11,88
91128019405000000000	Deducao - Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	-138,40	0,00	-138,40
91128019407000000000	Deducao - Taxas Diversas Poder de Policia	-757,41	0,00	-757,41
91128029101000000000	Deducao - Taxas de Servicos Cadastrais	-57,48	0,00	-57,48
91128029103000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-1.575,23	0,00	-1.575,23
91128029202000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-8,45	0,00	-8,45
91128029203000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-2.645,53	0,00	-2.645,53
91128029204000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-2,98	0,00	-2,98
91128029302000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-2,20	0,00	-2,20
91128029303000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-10.002,90	0,00	-10.002,90
91128029402000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-12.152,61	0,00	-12.152,61
91128029403000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-80.095,13	0,00	-80.095,13
91128029404000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-14,92	0,00	-14,92
91240001100000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	-69,99	0,00	-69,99
91240001200000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	-72,05	0,00	-72,05
91240001300000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	-3.166,01	0,00	-3.166,01
91240001400000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-6.309,52	0,00	-6.309,52
TOTAL		**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	69.948.982,72	0,00	69.948.982,72	1,2307	86.086.213,03
Fevereiro	37.567.306,04	0,00	37.567.306,04	1,2296	46.192.759,51
Março	38.136.525,01	0,00	38.136.525,01	1,2295	46.888.857,50
Abril	32.257.385,36	0,00	32.257.385,36	1,2097	39.021.759,07
Maio	28.386.623,11	0,00	28.386.623,11	1,2091	34.322.266,00
Junho	28.396.740,39	0,00	28.396.740,39	1,1963	33.971.020,53
Julho	31.259.081,59	0,00	31.259.081,59	1,1774	36.804.442,66
Agosto	30.052.449,87	0,00	30.052.449,87	1,1505	34.575.343,58
Setembro	30.714.372,03	0,00	30.714.372,03	1,1076	34.019.238,46
Outubro	32.490.270,46	0,00	32.490.270,46	1,0723	34.839.317,01

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Novembro	33.484.902,98	0,00	33.484.902,98	1,0342	34.630.086,66
Dezembro	53.918.047,37	0,00	53.918.047,37	1,0076	54.327.824,53
TOTAL	**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**		**515.679.128,55**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão

Justificativa: Foi adicionado o valor de R$ 2.472.626,05 de repasse de inativos, foi deduzido o valor de R$ 1.794.950,53 relativo a terceirizados que foram considerados como despesa no momento do empenho e adicionado o valor de 8.727,90 realtivo a despesa do consorcio de set a dez de 2020. Foi adicionado em 2021 o valor de R$ 3.610.825,39 relativo a repasse de inativos.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	96.860.669,69	115.517.404,02
4º Bimestre	117.129.249,33	124.476.659,40
5º Bimestre	97.771.647,43	0,00
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**676.190.773,02**	**506.319.809,17**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.518.249,12	4.465.497,89
4º Bimestre	12.590.194,63	2.878.253,57
5º Bimestre	10.662.492,58	0,00
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**75.228.609,29**	**10.502.941,37**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-11.352.813,15
4º Bimestre	-9.698.302,10	-6.637.171,18
5º Bimestre	-9.095.140,12	0,00
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-40.763.756,46**
TOTAL DA RECEITA	**691.103.182,31**	**476.058.994,08**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 439
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021 Término: 25/01/2021

Início: 02/02/2021 Término: 04/02/2021

Início: 09/03/2021 Término: 10/03/2021

Início: 15/03/2021 Término: 15/03/2021

Início: 20/07/2021 Término: 21/07/2021

Início: 04/08/2021 Término: 05/08/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O Municipio publicará os relatórios no dia 30.09.2021 e a audiencia pública do 2º quadrimestre será no dia 29/09/2021 as 17:00 no Plenario da Camara Municipal de SAnta Maria.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

Página 440
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 37
Peça 3809338
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 24 de Setembro de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

RODRIGO DECIMO
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.20D8.6262.AE3A.F6AF.B97A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 2º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

22104050280141175

Para uso do Tribunal de Contas
Fl. | Rubrica

3.0.1.4

30/09/2021 08:24:55

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA
CNPJ: 88488366000100
ORGÃO Nº: 56900
Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 42102053013183343 (Modelo 9)
Possui RPPS? Sim
Forma de Organização? Autarquia/Fundação
Lei de Instituição do Controle Interno: 4409
Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 05/02/2001
Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 5849
Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 28/02/2014
(Não possui Regimento Interno)
(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)
Forma de Estruturação do Controle Interno:
O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo
O município não realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
50169041034	Clairton Rodrigues da Motta	Superintendente de Controle Interno	pmsm.controleinterno@gmail.com	(55) 3921-7058

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
56703368015	Alessandra Dauvel Sulzbach
80133916049	Fabiana Comassetto Copette
80410979015	Carine Brisola
91214750087	Marcileni Basso da Silveira
1841549010	Camila Faccin Moro
1128021099	Joice Melo Dias
57513066000	Carla Mari Carlotto de Oliveira
97592900068	Andreia Machado dos Santos

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Plenário da Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Observações: A data da audiência pública de avaliação do cumprimento das metas do 2º quadrimestre de 2021 será em 29/09/2021.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.686F.C555.AF46.E627.19F2.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Quadrimestre de 2021, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Quadrimestre de 2021 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou , no 2º Quadrimestre de 2021, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1030.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 2º Quadrimestre de 2021 não houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.686F.C555.AF46.E627.19F2.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Quadrimestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Quadrimestre de 2021.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Quadrimestre de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 25/05/2001.

Observações: Informações foram disponibilizadas em 25/05/2000 no site https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/ Foi identificado no campo da data, o ano errado, pois o sistema não passou com o ano correto de 2000.

26 - Sistema de controle de custos

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.686F.C555.AF46.E627.19F2.

A Administração Pública mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Observações: Existe um arranjo de centro de custo que o Município esta implantando, nesta fase estamos verificando contratação pelo PMAFM para consultoria e um software de gestão de custo.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.686F.C555.AF46.E627.19F2.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 2º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

PM DE SANTA MARIA, 30/09/2021

_____

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

_____

Clairton Rodrigues da Motta
Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/09/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/09/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.686F.C555.AF46.E627.19F2.

Página 446
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3850521
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 30/09/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

Página 447
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3850521
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	24.716,08
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**26.201,30**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**26.201,30**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	26.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	26.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.582.671,84
Liquidado	1.471.932,96
Pago	1.432.875,05
SALDO A LIQUIDAR	**110.738,88**
SALDO A PAGAR	**39.057,91**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

Página 448
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3850521
DOCUMENTO PÚBLICO

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	26.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.425.796,66D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	146.446,79D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	289.534,52C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.310.426,25D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	278.331,23D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	1.137,07D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	24.716,08C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.803.626,99C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	4.006.671,84D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	4.006.671,84C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	251.698,70D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	7.947.176,02D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	251.698,70C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	7.947.176,02C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

Página 449
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3850521
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.396.166,89D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.396.166,89D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.396.166,89D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A JUSTIFICAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.768.955,01	2.415.740,33
Demais Contas	41.544.645,70	41.897.860,38
Totais	44.313.600,71	44.313.600,71
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		8.604

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_72	0	0	JUSTIF.	Campo Modalidade da Licitação/Forma de Contratação preenchido com "NSA - Não se aplica" em todos os lançamentos do arquivo EMPENHO.TXT referente ao mês 9/2021
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 30,675%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 1 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 26,761%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,352%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

Página 452
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3850521
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1900000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_72 - Campo Modalidade da Licitação/Forma de Contratação preenchido com "NSA - Não se aplica" em todos os lançamentos do arquivo EMPENHO.TXT referente ao mês 9/2021

Justificativa: NADA A JUSTIFICAR

Descrição: EMP_87 - Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: NADA A JUSTIFICAR

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	5.348,24
4º Bimestre	3.008,84	8.423,28
5º Bimestre	2.764,40	5.356,21
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**26.201,30**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**26.201,30**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 06 de Outubro de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 06/10/21 e EUGENIA BRAUNER em 07/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B652.36C8.58FC.6F96.054A.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 30/09/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 30/09/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires | nr: 2035 | compl: sala 202 | Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net | E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI | Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000199 | Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben | E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 456
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3874097
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	31.342.868,58
Receita Patrimonial	28.130.000,00	68.581.457,67
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	4.220.480,46
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**104.511.650,75**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	30.508.319,15
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	50.581.167,57
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**81.089.486,72**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-62.511.133,34**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**123.090.004,13**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	6.969.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	6.969.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	129.164.247,27
Liquidado	127.208.186,78
Pago	126.910.528,69
SALDO A LIQUIDAR	**1.956.060,49**
SALDO A PAGAR	**297.658,09**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.797.669,66

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 457
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3874097
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	204.797.669,66
Pago	204.664.377,15
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**133.292,51**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	6.969.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	6.969.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	327.614.762,15D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.691.367,05D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	10.136.902,68C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	10.529.745,43D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	112.854.073,04D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	11.743.782,90D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.121.324,69D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.269.215,69D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	61.031,60D
TRIBUTARIAS	0,00	1.213.874,30D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	349.579,14D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	104.171.629,84C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	6.131.290,93C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	6.478.988,05C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.440,66C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	4.348.001,92C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	529.604.247,27D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	529.604.247,27C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.711.635,69D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	885.184.802,68D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.738.609,25D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 458
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3874097
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	606.466,14D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.711.635,69C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	885.184.802,68C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.738.609,25C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	606.466,14C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	56.492,39D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	313.148.667,95D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**313.205.160,34D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**313.205.160,34D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 459
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3874097
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	803.961.155,12	807.749.980,86
Demais Contas	3.790.828.682,03	3.787.039.856,29
Totais	4.594.789.837,15	4.594.789.837,15
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		84.698

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 24,192%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 10 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 7,543%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 23,832%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 17 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 460
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3874097
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	23.676.799,18
4º Bimestre	11.419.365,73	22.350.062,92
5º Bimestre	10.994.585,77	11.566.972,54
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**104.511.650,75**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	16.933.961,55
4º Bimestre	16.827.286,65	16.932.719,00
5º Bimestre	16.080.233,35	8.363.307,04
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**81.089.486,72**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-11.251.862,27
4º Bimestre	0,00	-17.892.735,75
5º Bimestre	0,00	-8.169.873,34

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 461
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3874097
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-62.511.133,34**
TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**123.090.004,13**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

Início: 01/07/2021 Término: 15/07/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 462
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 3874097
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 15 de Outubro de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 15/10/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 15/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A433.C6A8.5123.F964.EBC5.

Página 463
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 30/09/2021
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000512 Telefone: (55)21032277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Região centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	183.288.368,48
Contribuicoes	9.832.000,00	8.123.048,01
Receita Patrimonial	5.863.695,73	5.865.498,77
Receita de Servicos	3.000,00	8.950,55
Transferencias Correntes	395.987.100,00	356.134.980,21
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	6.066.431,77
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**559.487.277,79**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	5.072.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	76.920,41
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	26.158,59
Transferencias de Capital	36.301.381,50	5.330.466,86
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**10.505.675,22**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-44.288.287,44**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**525.704.665,57**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	229.255.418,75
Créditos Especiais	18.961.200,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	103.764.671,63
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**765.441.947,12**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 465
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	523.229.317,92
Liquidado	428.806.005,62
Pago	407.245.755,11
SALDO A LIQUIDAR	**94.423.312,30**
SALDO A PAGAR	**21.560.250,51**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	43.495.367,10
Liquidado	43.214.443,30
Pago	38.420.149,43
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**280.923,80**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**4.794.293,87**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	111.221.661,25
Excesso de Arrecadação	33.230.285,87
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	103.764.671,63
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	103.764.671,63

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	529.827.432,81D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	674.285.909,11D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	83.064.548,86C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	120.211.576,95C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	267.092.767,32D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	6.511,29D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	107.331.341,40D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.651.956,79D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	63.922.671,01D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	17.524.928,70D
TRIBUTARIAS	0,00	5.129.159,98D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	16.674.399,40D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	206.789.352,14C
CONTRIBUICOES	0,00	8.317.334,65C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	467.085,65C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	30.296.828,29C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	331.039.099,91C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	8.189.627,02C

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 466
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	36.566.950,74C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.980.687.550,91D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.980.687.550,91C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	475.360.544,90D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	2.228.359.311,63D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	453.992.442,81D
RISCOS FISCAIS	0,00	742.630,78D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.690.571,18D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	191.155.956,96D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	475.360.544,90C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	2.228.359.311,63C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	453.992.442,81C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	742.630,78C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.690.571,18C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	191.155.956,96C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	146.275.032,85D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	75.988.975,66D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**222.264.008,51D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**222.264.008,51D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.790.091,17	0,00	15.790.091,17
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.790.091,17**	**0,00**	**15.790.091,17**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizado conforme Sistema Tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.719.683.420,73	1.656.716.592,71
Demais Contas	16.531.666.403,41	16.594.633.231,43
Totais	18.251.349.824,14	18.251.349.824,14
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.432.052

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	9.333.526,18	0,00	9.333.526,18
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	3.888.970,86	0,00	3.888.970,86
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.333.380,10	0,00	2.333.380,10
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	506.597,46	0,00	506.597,46
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	211.082,31	0,00	211.082,31
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	126.649,37	0,00	126.649,37
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	6.779.554,49	0,00	6.779.554,49
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.824.814,39	0,00	2.824.814,39
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.694.888,65	0,00	1.694.888,65
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	363.861,19	0,00	363.861,19
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	151.608,86	0,00	151.608,86
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	90.965,29	0,00	90.965,29
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	24.375.417,03	0,00	24.375.417,03
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	10.156.858,57	0,00	10.156.858,57
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.093.408,57	0,00	6.093.408,57
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	127.129,07	0,00	127.129,07
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	53.094,96	0,00	53.094,96
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	31.656,26	0,00	31.656,26

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 469
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.312.570,99	0,00	3.312.570,99
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.380.473,40	0,00	1.380.473,40
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	827.914,81	0,00	827.914,81
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.554.142,58	0,00	1.554.142,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	647.833,34	0,00	647.833,34
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	388.261,09	0,00	388.261,09
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	14.654.294,35	0,00	14.654.294,35
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.105.964,02	0,00	6.105.964,02
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.663.565,32	0,00	3.663.565,32
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	25.430,67	0,00	25.430,67
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.596,18	0,00	10.596,18
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.357,44	0,00	6.357,44
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	11.143,33	0,00	11.143,33
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.643,04	0,00	4.643,04
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.785,75	0,00	2.785,75
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	34.095.350,78	0,00	34.095.350,78
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	14.206.397,94	0,00	14.206.397,94
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	8.523.837,64	0,00	8.523.837,64
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	348.364,22	0,00	348.364,22
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	145.154,92	0,00	145.154,92
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	87.122,68	0,00	87.122,68
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.605.814,27	0,00	1.605.814,27
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	669.101,43	0,00	669.101,43
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	401.440,05	0,00	401.440,05
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	502.651,35	0,00	502.651,35
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	209.455,92	0,00	209.455,92
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	125.644,40	0,00	125.644,40
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	38.420.740,38	0,00	38.420.740,38
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.201.728,35	0,00	3.201.728,35
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	9.605.185,02	0,00	9.605.185,02
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	12.806.912,93	0,00	12.806.912,93
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	146.229,38	0,00	146.229,38
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	12.185,82	0,00	12.185,82
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	36.557,37	0,00	36.557,37
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	48.743,06	0,00	48.743,06
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	58.982.654,10	0,00	58.982.654,10
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	4.915.221,18	0,00	4.915.221,18
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	14.745.663,51	0,00	14.745.663,51
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	19.660.884,69	0,00	19.660.884,69
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	23.801.030,92	0,00	23.801.030,92
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.983.419,47	0,00	1.983.419,47
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.950.258,02	0,00	5.950.258,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.933.677,43	0,00	7.933.677,43

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	654.796,21	0,00	654.796,21
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	54.566,38	0,00	54.566,38
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	163.699,10	0,00	163.699,10
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	218.265,46	0,00	218.265,46
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-929,06	0,00	-929,06
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.534.638,74	0,00	-1.534.638,74
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.986,83	0,00	-639.986,83
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.101,53	0,00	-383.101,53
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-2.185,36	0,00	-2.185,36
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-914,22	0,00	-914,22
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-542,76	0,00	-542,76
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.374,29	0,00	-2.374,29
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-989,46	0,00	-989,46
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-593,55	0,00	-593,55
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-249.963,75	0,00	-249.963,75
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-104.319,29	0,00	-104.319,29
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-62.322,10	0,00	-62.322,10
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-100.511,93	0,00	-100.511,93
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-41.880,05	0,00	-41.880,05
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-25.128,04	0,00	-25.128,04
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-28.711,12	0,00	-28.711,12
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-11.935,63	0,00	-11.935,63
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-7.172,95	0,00	-7.172,95
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-106,08	0,00	-106,08
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-44,21	0,00	-44,21
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-26,51	0,00	-26,51
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-635,72	0,00	-635,72
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-264,89	0,00	-264,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-158,93	0,00	-158,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-51.307,16	0,00	-51.307,16
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-21.382,22	0,00	-21.382,22

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 471
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-12.821,32	0,00	-12.821,32
SUBTOTAL		**367.269.550,95**	**0,00**	**367.269.550,95**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **91.817.387,74**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	40.962.740,55	0,00	40.962.740,55
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.019.777,29	0,00	11.019.777,29
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-833.218,40	0,00	-833.218,40
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.668.483,57	0,00	40.668.483,57
TOTAL II		**91.817.783,01**	**0,00**	**91.817.783,01**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	1.252.742,62	0,00	1.252.742,62
20	Ensino Fundamental	13.147.479,30	0,00	13.147.479,30
20	Ensino Profissional	19.639,93	0,00	19.639,93
20	Educação Infantil	14.037.422,20	0,00	14.037.422,20
20	Educação de Jovens e Adultos	4.606.718,86	0,00	4.606.718,86
31	Administração Geral	6.873.817,16	0,00	6.873.817,16
31	Ensino Fundamental	57.403.896,49	0,00	57.403.896,49
31	Educação Infantil	11.912.176,50	0,00	11.912.176,50
SUBTOTAL I		**109.253.893,06**	**0,00**	**109.253.893,06**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		60.572.248,25	0,00	60.572.248,25
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		663.616,09	0,00	663.616,09
SUBTOTAL III		**-61.235.864,34**	**0,00**	**-61.235.864,34**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**13,07**		**48.018.028,72**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	38.420.740,38	0,00	38.420.740,38
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.201.728,35	0,00	3.201.728,35
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	9.605.185,02	0,00	9.605.185,02
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	12.806.912,93	0,00	12.806.912,93

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	146.229,38	0,00	146.229,38
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	12.185,82	0,00	12.185,82
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	36.557,37	0,00	36.557,37
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	48.743,06	0,00	48.743,06
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	58.982.654,10	0,00	58.982.654,10
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	4.915.221,18	0,00	4.915.221,18
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	14.745.663,51	0,00	14.745.663,51
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	19.660.884,69	0,00	19.660.884,69
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	23.801.030,92	0,00	23.801.030,92
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.983.419,47	0,00	1.983.419,47
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.950.258,02	0,00	5.950.258,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.933.677,43	0,00	7.933.677,43
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	654.796,21	0,00	654.796,21
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	54.566,38	0,00	54.566,38
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	163.699,10	0,00	163.699,10
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	218.265,46	0,00	218.265,46
SUBTOTAL		**203.342.418,78**	**0,00**	**203.342.418,78**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **40.668.483,76**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.668.483,57	0,00	40.668.483,57
TOTAL II		**40.668.483,57**	**0,00**	**40.668.483,57**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	6.873.817,16	0,00	6.873.817,16
31	Ensino Fundamental	57.403.896,49	0,00	57.403.896,49
31	Educação Infantil	11.912.176,50	0,00	11.912.176,50
SUBTOTAL I		**76.189.890,15**	**0,00**	**76.189.890,15**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		60.572.248,25	0,00	60.572.248,25
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		395.181,85	0,00	395.181,85
SUBTOTAL III		**-60.967.430,10**	**0,00**	**-60.967.430,10**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**7,49**		**15.222.460,05**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 473
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	395.181,85	0,00	395.181,85
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	101.240.731,82	0,00	101.240.731,82
Total		**101.635.913,67**	**0,00**	**101.635.913,67**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **71.145.139,57**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	52.265.112,47	0,00	52.265.112,47
31	Educação Infantil	11.129.434,09	0,00	11.129.434,09
SUBTOTAL I		**63.394.546,56**	**0,00**	**63.394.546,56**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**63.394.546,56**	**0,00**	**63.394.546,56**

% de Aplicação **62,37**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	9.333.526,18	0,00	9.333.526,18
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	3.888.970,86	0,00	3.888.970,86
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.333.380,10	0,00	2.333.380,10
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	506.597,46	0,00	506.597,46
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	211.082,31	0,00	211.082,31
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos	126.649,37	0,00	126.649,37

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	do Poder Legislativo - ASPS			
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	6.779.554,49	0,00	6.779.554,49
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	2.824.814,39	0,00	2.824.814,39
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.694.888,65	0,00	1.694.888,65
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	363.861,19	0,00	363.861,19
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	151.608,86	0,00	151.608,86
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	90.965,29	0,00	90.965,29
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	24.375.417,03	0,00	24.375.417,03
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	10.156.858,57	0,00	10.156.858,57
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.093.408,57	0,00	6.093.408,57
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	127.129,07	0,00	127.129,07
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	53.094,96	0,00	53.094,96
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	31.656,26	0,00	31.656,26
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.312.570,99	0,00	3.312.570,99
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.380.473,40	0,00	1.380.473,40
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	827.914,81	0,00	827.914,81
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.554.142,58	0,00	1.554.142,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	647.833,34	0,00	647.833,34
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	388.261,09	0,00	388.261,09
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	14.654.294,35	0,00	14.654.294,35
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.105.964,02	0,00	6.105.964,02
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.663.565,32	0,00	3.663.565,32
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	25.430,67	0,00	25.430,67
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.596,18	0,00	10.596,18
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.357,44	0,00	6.357,44
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	11.143,33	0,00	11.143,33
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.643,04	0,00	4.643,04
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.785,75	0,00	2.785,75
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	34.095.350,78	0,00	34.095.350,78
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	14.206.397,94	0,00	14.206.397,94
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	8.523.837,64	0,00	8.523.837,64
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	348.364,22	0,00	348.364,22
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	145.154,92	0,00	145.154,92
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	87.122,68	0,00	87.122,68

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.605.814,27	0,00	1.605.814,27
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	669.101,43	0,00	669.101,43
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	401.440,05	0,00	401.440,05
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	502.651,35	0,00	502.651,35
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	209.455,92	0,00	209.455,92
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	125.644,40	0,00	125.644,40
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	38.420.740,38	0,00	38.420.740,38
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.201.728,35	0,00	3.201.728,35
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	9.605.185,02	0,00	9.605.185,02
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	12.806.912,93	0,00	12.806.912,93
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	146.229,38	0,00	146.229,38
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	12.185,82	0,00	12.185,82
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	36.557,37	0,00	36.557,37
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	48.743,06	0,00	48.743,06
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	58.982.654,10	0,00	58.982.654,10
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	4.915.221,18	0,00	4.915.221,18
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	14.745.663,51	0,00	14.745.663,51
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	19.660.884,69	0,00	19.660.884,69
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	23.801.030,92	0,00	23.801.030,92
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	1.983.419,47	0,00	1.983.419,47
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	5.950.258,02	0,00	5.950.258,02
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	7.933.677,43	0,00	7.933.677,43
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	654.796,21	0,00	654.796,21
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	54.566,38	0,00	54.566,38
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	163.699,10	0,00	163.699,10
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	218.265,46	0,00	218.265,46
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-929,06	0,00	-929,06
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-387,11	0,00	-387,11
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-232,27	0,00	-232,27
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.534.638,74	0,00	-1.534.638,74
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-639.986,83	0,00	-639.986,83

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 476
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.101,53	0,00	-383.101,53
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-2.185,36	0,00	-2.185,36
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-914,22	0,00	-914,22
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-542,76	0,00	-542,76
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.374,29	0,00	-2.374,29
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-989,46	0,00	-989,46
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-593,55	0,00	-593,55
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-249.963,75	0,00	-249.963,75
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-104.319,29	0,00	-104.319,29
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-62.322,10	0,00	-62.322,10
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-100.511,93	0,00	-100.511,93
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-41.880,05	0,00	-41.880,05
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-25.128,04	0,00	-25.128,04
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-28.711,12	0,00	-28.711,12
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-11.935,63	0,00	-11.935,63
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-7.172,95	0,00	-7.172,95
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-106,08	0,00	-106,08
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-44,21	0,00	-44,21
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-26,51	0,00	-26,51
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-635,72	0,00	-635,72
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-264,89	0,00	-264,89
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-158,93	0,00	-158,93
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-51.307,16	0,00	-51.307,16
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-21.382,22	0,00	-21.382,22
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-12.821,32	0,00	-12.821,32
SUBTOTAL I		**367.269.550,95**	**0,00**	**367.269.550,95**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **55.090.432,64**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	24.575.889,95	0,00	24.575.889,95
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.012.956,67	0,00	31.012.956,67
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-498.768,64	0,00	-498.768,64
TOTAL II		**55.090.077,98**	**0,00**	**55.090.077,98**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-401.424,57	0,00	-401.424,57
40	Administração Geral	1.918.812,25	0,00	1.918.812,25
40	Atenção Básica	44.434.726,77	0,00	44.434.726,77
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.800.501,05	0,00	9.800.501,05
40	Suporte Profilático e Terapêutico	1.480.239,09	0,00	1.480.239,09

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Vigilância Sanitária	2.320.000,65	0,00	2.320.000,65
40	Vigilância Epidemiológica	2.357.566,17	0,00	2.357.566,17
SUBTOTAL I		**61.910.421,41**	**0,00**	**61.910.421,41**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		5.205,87	0,00	5.205,87
SUBTOTAL III		**5.205,87**	**0,00**	**5.205,87**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**16,86**	**61.905.215,54**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 37,441%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 327 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 002, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 02, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 3, Contrato nr. 003, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 004, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 04, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 111, Contrato nr. 111, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 112, Contrato nr. 112, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 178, Contrato nr. 178, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 179, Contrato nr. 179, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 29,837%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 29,559%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,601% dos 353 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_33	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

Descrição: EMP_87 - Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: "Tendo em vista a inserção do processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível inserir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados, no Sistema LicitaCon. Foi feita chamada técnica ao TCE-RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados."

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	96.860.669,69	115.517.404,02
4º Bimestre	117.129.249,33	124.476.659,40
5º Bimestre	98.614.750,99	53.167.468,62
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**677.033.876,58**	**559.487.277,79**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 480
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
3º Bimestre	9.518.249,12	4.465.497,89
4º Bimestre	12.590.194,63	2.878.253,57
5º Bimestre	10.732.492,58	2.733,85
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**75.298.609,29**	**10.505.675,22**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-11.352.813,15
4º Bimestre	-9.698.302,10	-6.637.171,18
5º Bimestre	-9.095.140,12	-3.524.530,98
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-44.288.287,44**

TOTAL DA RECEITA	**692.016.285,87**	**525.704.665,57**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 481
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021	Término: 25/01/2021
Início: 02/02/2021	Término: 04/02/2021
Início: 09/03/2021	Término: 10/03/2021
Início: 15/03/2021	Término: 15/03/2021
Início: 20/07/2021	Término: 21/07/2021
Início: 04/08/2021	Término: 05/08/2021
Início: 16/09/2021	Término: 25/09/2021
Início: 12/10/2021	Término: 13/10/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Página 482
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 3895085
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 25 de Outubro de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 25/10/21 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 26/10/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B215.D86D.1226.3437.37EB.

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 31/10/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	28.619,41
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**30.104,63**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**30.104,63**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	94.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	94.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.709.791,12
Liquidado	1.638.915,38
Pago	1.597.861,34
SALDO A LIQUIDAR	**70.875,74**
SALDO A PAGAR	**41.054,04**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	94.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	94.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.463.337,03D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	145.007,87D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	299.206,16C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.451.829,00D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	313.267,17D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	1.277,41D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	28.619,41C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	2.002.632,50C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	4.133.791,12D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	4.133.791,12C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	255.899,78D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	8.180.930,23D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	255.899,78C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	8.180.930,23C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

Página 486
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3927931
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.434.020,88D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.434.020,88D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.434.020,88D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

Página 487
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3927931
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

nada a declarar

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	3.024.660,44	2.633.591,77
Demais Contas	45.761.157,15	46.152.225,82
Totais	48.785.817,59	48.785.817,59
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		9.716

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

Página 488
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 3927931
DOCUMENTO PÚBLICO

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 29,834%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 2 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 153 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000145, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 26,433%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,478%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

Página 489
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3927931
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: nada a declarar

Descrição: EMP_87 - Linha 153 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000145, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: nada a declarar

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	5.348,24
4º Bimestre	3.008,84	8.423,28
5º Bimestre	2.764,40	9.259,54
6º Bimestre	3.602,16	0,00
TOTAL	**24.000,00**	**30.104,63**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**30.104,63**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no §

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 08 de Novembro de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 09/11/21 e EUGENIA BRAUNER em 09/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9874.E17E.285F.AC4B.FFA5.

Página 491
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3927931
DOCUMENTO PÚBLICO

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/10/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 31/10/2021
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: sala 202 Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

Página 493
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3948447
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	34.892.206,36
Receita Patrimonial	28.130.000,00	75.622.488,73
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	4.230.778,66
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**115.112.317,79**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	33.598.199,10
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	55.807.278,15
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**89.405.477,25**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-75.188.525,80**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**129.329.269,24**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	6.969.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	6.969.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	142.153.796,37
Liquidado	141.469.980,89
Pago	141.221.885,42
SALDO A LIQUIDAR	**683.815,48**
SALDO A PAGAR	**248.095,47**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.797.669,66

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

Página 494
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3948447
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	204.797.669,66
Pago	204.669.066,27
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**128.603,39**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	6.969.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	6.969.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	321.096.780,26D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.681.913,96D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	11.996.505,20C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	11.677.416,58D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	125.657.632,32D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	13.059.533,23D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.558.214,37D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	8.054.708,16D
TRIBUTARIAS	0,00	1.289.478,36D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	350.682,28D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	116.075.895,78C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	497.115,22C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	7.174.356,83C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.440,66C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	8.500.543,92C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	542.593.796,37D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	542.593.796,37C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	13.766.544,79D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	899.427.412,26D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.715.223,02D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

Página 495
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 3948447
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	608.195,12D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	13.766.544,79C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	899.427.412,26C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.715.223,02C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	608.195,12C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	918.404,99D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	305.729.995,06D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**306.648.400,05D**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**306.648.400,05D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

Página 496
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 3948447
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	869.919.150,56	880.264.736,59
Demais Contas	4.110.667.249,65	4.100.321.663,62
Totais	4.980.586.400,21	4.980.586.400,21
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		94.426

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 24,588%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 10 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 8,179%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 23,942%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 18 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	23.676.799,18
4º Bimestre	11.419.365,73	22.350.062,92
5º Bimestre	10.994.585,77	22.167.639,58
6º Bimestre	12.675.907,55	0,00
TOTAL	**79.574.900,00**	**115.112.317,79**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	16.933.961,55
4º Bimestre	16.827.286,65	16.932.719,00
5º Bimestre	16.080.233,35	16.679.297,57
6º Bimestre	18.845.156,86	0,00
TOTAL	**115.665.100,00**	**89.405.477,25**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-11.251.862,27
4º Bimestre	0,00	-17.892.735,75
5º Bimestre	0,00	-20.847.265,80

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

Página 498
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3948447
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
6º Bimestre	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**-75.188.525,80**
TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**129.329.269,24**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

Início: 01/07/2021 Término: 15/07/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 16 de Novembro de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 16/11/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 16/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C40E.B0F7.AAC6.5CC6.E97A.

Página 500
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 31/10/2021
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000512 Telefone: (55)21032277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Região centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	201.354.335,38
Contribuicoes	9.832.000,00	8.948.552,96
Receita Patrimonial	5.863.695,73	6.801.609,36
Receita de Servicos	3.000,00	9.270,15
Transferencias Correntes	395.987.100,00	391.332.550,82
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	6.315.115,01
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**614.761.433,68**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	5.072.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	83.140,92
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	37.928,31
Transferencias de Capital	36.301.381,50	5.568.843,96
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**10.762.042,55**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-48.656.290,74**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**576.867.185,49**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	269.211.365,86
Créditos Especiais	19.870.945,60
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	127.738.684,88
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**782.333.626,58**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 502
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	572.621.923,58
Liquidado	479.721.612,37
Pago	457.023.994,81
SALDO A LIQUIDAR	**92.900.311,21**
SALDO A PAGAR	**22.697.617,56**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	43.492.888,30
Liquidado	43.214.443,30
Pago	38.420.149,43
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**278.445,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**4.794.293,87**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	112.125.219,40
Excesso de Arrecadação	46.218.407,18
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	127.738.684,88
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	127.738.684,88
Suplementações Orçamentárias entre entidades	3.000.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	528.965.750,05D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	677.200.090,23D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	85.700.528,24C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	120.639.937,85C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	297.640.217,95D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	7.177,80D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	121.225.720,75D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	3.229.109,23D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	67.911.479,19D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	23.718.389,53D
TRIBUTARIAS	0,00	5.676.624,67D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	16.761.279,91D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	221.123.246,99C
CONTRIBUICOES	0,00	9.109.588,19C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	534.388,31C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	32.577.031,17C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	364.187.219,74C

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

	Saldo Inicial	Saldo Final
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	10.861.760,13C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	38.097.465,09C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	2.059.959.957,34D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	2.059.959.957,34C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	494.972.770,53D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	2.315.348.718,61D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	456.660.574,08D
RISCOS FISCAIS	0,00	742.630,78D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.760.678,88D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	193.738.476,22D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	494.972.770,53C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	2.315.348.718,61C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	456.660.574,08C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	742.630,78C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.760.678,88C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	193.738.476,22C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	148.652.007,39D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	74.460.301,67D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**223.112.309,06D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**223.112.309,06D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.806.039,06	0,00	15.806.039,06
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.806.039,06**	**0,00**	**15.806.039,06**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizado pelo Sistema Tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.904.498.788,46	1.840.683.659,89
Demais Contas	18.185.639.235,43	18.249.454.364,00
Totais	20.090.138.023,89	20.090.138.023,89
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.594.588

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	10.386.889,43	0,00	10.386.889,43
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.327.872,45	0,00	4.327.872,45
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.596.720,66	0,00	2.596.720,66
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	570.530,69	0,00	570.530,69
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	237.721,16	0,00	237.721,16
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	142.632,68	0,00	142.632,68
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	7.551.242,94	0,00	7.551.242,94
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.146.351,24	0,00	3.146.351,24
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.887.810,76	0,00	1.887.810,76
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	407.754,03	0,00	407.754,03
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	169.897,54	0,00	169.897,54
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	101.938,50	0,00	101.938,50
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	25.293.564,78	0,00	25.293.564,78
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	10.539.445,52	0,00	10.539.445,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.322.915,98	0,00	6.322.915,98
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	150.161,18	0,00	150.161,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	62.707,59	0,00	62.707,59
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	37.399,07	0,00	37.399,07

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 506
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.921.541,13	0,00	3.921.541,13
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.634.247,95	0,00	1.634.247,95
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	980.119,58	0,00	980.119,58
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.855.610,58	0,00	1.855.610,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	773.489,47	0,00	773.489,47
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	463.587,55	0,00	463.587,55
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	16.669.426,30	0,00	16.669.426,30
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.945.603,58	0,00	6.945.603,58
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.167.347,04	0,00	4.167.347,04
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	25.905,01	0,00	25.905,01
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.793,82	0,00	10.793,82
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.476,01	0,00	6.476,01
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	11.354,38	0,00	11.354,38
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.730,97	0,00	4.730,97
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.838,52	0,00	2.838,52
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	38.212.815,56	0,00	38.212.815,56
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	15.922.006,03	0,00	15.922.006,03
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	9.553.202,34	0,00	9.553.202,34
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	394.172,97	0,00	394.172,97
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	164.242,17	0,00	164.242,17
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	98.574,94	0,00	98.574,94
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.705.321,96	0,00	1.705.321,96
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	710.564,56	0,00	710.564,56
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	426.315,33	0,00	426.315,33
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	541.363,03	0,00	541.363,03
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	225.588,09	0,00	225.588,09
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	135.319,85	0,00	135.319,85
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	42.378.296,66	0,00	42.378.296,66
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.531.524,71	0,00	3.531.524,71
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	10.594.574,09	0,00	10.594.574,09
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	14.126.098,31	0,00	14.126.098,31
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	638.784,45	0,00	638.784,45
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	53.232,07	0,00	53.232,07
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	159.696,14	0,00	159.696,14
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	212.928,07	0,00	212.928,07
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	65.818.880,15	0,00	65.818.880,15
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	5.484.906,69	0,00	5.484.906,69
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	16.454.720,03	0,00	16.454.720,03
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	21.939.626,71	0,00	21.939.626,71
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	24.125.071,37	0,00	24.125.071,37
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.010.422,86	0,00	2.010.422,86
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	6.031.268,16	0,00	6.031.268,16
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	8.041.690,97	0,00	8.041.690,97

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	736.733,63	0,00	736.733,63
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	61.394,49	0,00	61.394,49
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	184.183,45	0,00	184.183,45
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	245.577,93	0,00	245.577,93
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.088,73	0,00	-1.088,73
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-453,64	0,00	-453,64
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-272,19	0,00	-272,19
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.535.965,09	0,00	-1.535.965,09
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-640.539,54	0,00	-640.539,54
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.433,09	0,00	-383.433,09
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-2.414,91	0,00	-2.414,91
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.010,50	0,00	-1.010,50
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-599,46	0,00	-599,46
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.498,58	0,00	-2.498,58
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-1.041,27	0,00	-1.041,27
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-624,60	0,00	-624,60
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-316.082,38	0,00	-316.082,38
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-131.894,63	0,00	-131.894,63
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-78.823,58	0,00	-78.823,58
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-112.199,31	0,00	-112.199,31
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-46.749,81	0,00	-46.749,81
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-28.049,90	0,00	-28.049,90
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-73.650,05	0,00	-73.650,05
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-30.660,20	0,00	-30.660,20
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-18.407,67	0,00	-18.407,67
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-114,57	0,00	-114,57
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-47,75	0,00	-47,75
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-28,63	0,00	-28,63
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-732,81	0,00	-732,81
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-305,34	0,00	-305,34
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-183,20	0,00	-183,20
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-53.548,57	0,00	-53.548,57
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-22.316,72	0,00	-22.316,72

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 508
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-13.381,09	0,00	-13.381,09
SUBTOTAL		**403.381.531,78**	**0,00**	**403.381.531,78**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **100.845.382,95**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	45.171.952,55	0,00	45.171.952,55
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.994.136,91	0,00	11.994.136,91
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-886.133,89	0,00	-886.133,89
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.565.921,99	0,00	44.565.921,99
TOTAL II		**100.845.877,56**	**0,00**	**100.845.877,56**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	1.981.224,80	0,00	1.981.224,80
20	Ensino Fundamental	18.925.956,26	10.530.260,83	29.456.217,09
20	Ensino Profissional	22.889,08	0,00	22.889,08
20	Educação Infantil	16.808.658,24	6.879.585,46	23.688.243,70
20	Educação de Jovens e Adultos	5.676.779,37	0,00	5.676.779,37
31	Administração Geral	8.489.285,90	0,00	8.489.285,90
31	Ensino Fundamental	70.411.786,34	2.010.658,24	72.422.444,58
31	Educação Infantil	15.742.827,30	0,00	15.742.827,30
SUBTOTAL I		**138.059.407,29**	**19.420.504,53**	**157.479.911,82**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	319113200000000 - Ensino Fundamental	3.576.603,83	-3.576.603,83	0,00
20	319113200000000 - Educação de Jovens e Adultos	541.842,13	-541.842,13	0,00
20	319113200000000 - Educação Infantil	1.404.547,96	-1.404.547,96	0,00
20	319113200000000 - Administração Geral	413.533,45	-413.533,45	0,00
31	319113200000000 - Ensino Fundamental	5.245.070,24	-5.245.070,24	0,00
31	319113200000000 - Educação Infantil	1.878.495,26	-1.878.495,26	0,00
31	319113200000000 - Administração Geral	647.996,75	-647.996,75	0,00
SUBTOTAL II		**13.708.089,62**	**-13.708.089,62**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		67.603.363,11	0,00	67.603.363,11
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		767.141,60	0,00	767.141,60
SUBTOTAL III		**-68.370.504,71**	**0,00**	**-68.370.504,71**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**22,09**		**89.109.407,11**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	42.378.296,66	0,00	42.378.296,66
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.531.524,71	0,00	3.531.524,71
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	10.594.574,09	0,00	10.594.574,09
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	14.126.098,31	0,00	14.126.098,31
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	638.784,45	0,00	638.784,45
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	53.232,07	0,00	53.232,07
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	159.696,14	0,00	159.696,14
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	212.928,07	0,00	212.928,07
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	65.818.880,15	0,00	65.818.880,15
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	5.484.906,69	0,00	5.484.906,69
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	16.454.720,03	0,00	16.454.720,03
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	21.939.626,71	0,00	21.939.626,71
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	24.125.071,37	0,00	24.125.071,37
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.010.422,86	0,00	2.010.422,86
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	6.031.268,16	0,00	6.031.268,16
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	8.041.690,97	0,00	8.041.690,97
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	736.733,63	0,00	736.733,63
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	61.394,49	0,00	61.394,49
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	184.183,45	0,00	184.183,45
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	245.577,93	0,00	245.577,93
SUBTOTAL		**222.829.610,94**	**0,00**	**222.829.610,94**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **44.565.922,19**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.565.921,99	0,00	44.565.921,99
TOTAL II		**44.565.921,99**	**0,00**	**44.565.921,99**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	8.489.285,90	0,00	8.489.285,90
31	Ensino Fundamental	70.411.786,34	0,00	70.411.786,34
31	Educação Infantil	15.742.827,30	0,00	15.742.827,30
SUBTOTAL I		**94.643.899,54**	**0,00**	**94.643.899,54**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	319113200000000 - Ensino Fundamental	5.245.070,24	0,00	5.245.070,24
31	319113200000000 - Educação Infantil	1.878.495,26	0,00	1.878.495,26
31	319113200000000 - Administração Geral	647.996,75	0,00	647.996,75
SUBTOTAL II		**7.771.562,25**	**0,00**	**7.771.562,25**

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	67.603.363,11	0,00	67.603.363,11
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	428.076,26	0,00	428.076,26
SUBTOTAL III	**-68.031.439,37**	**0,00**	**-68.031.439,37**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**8,46**	**18.840.897,92**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	467.934,32	0,00	467.934,32
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	112.169.285,10	0,00	112.169.285,10
91321001101020000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	-39.858,06	0,00	-39.858,06
Total		**112.597.361,36**	**0,00**	**112.597.361,36**
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				**78.818.152,95**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	63.102.295,88	0,00	63.102.295,88
31	Educação Infantil	14.802.051,87	0,00	14.802.051,87
SUBTOTAL I		**77.904.347,75**	**0,00**	**77.904.347,75**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	319113200000000 - Ensino Fundamental	4.948.242,51	-4.948.242,51	0,00
31	319113200000000 - Educação Infantil	1.802.406,88	-1.802.406,88	0,00
SUBTOTAL II		**6.750.649,39**	**-6.750.649,39**	**0,00**
TOTAL III		**71.153.698,36**	**6.750.649,39**	**77.904.347,75**
% de Aplicação				**69,19**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.4 Justificativa de Seleção/Ajustes nas Contas da Educação e FUNDEB

Nome da Planilha: Cálculo da Despesa com Educação (MDE+FUNDEB)

Justificativa: Foi ajustado os valores de pagamento do cálculo atuarial, proporcional a parcela de ativo da educação. conforme orientação ofício circular DCF/33/2021.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Nome da Planilha: Cálculo da proporção de 70% dest. ao pagam. Profissionais do Magistério

Justificativa: Foi ajustado os valores de pagamento do cálculo atuarial, proporcional a parcela de ativo da educação. conforme orientação ofício circular DCF/33/2021.

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	10.386.889,43	0,00	10.386.889,43
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.327.872,45	0,00	4.327.872,45
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.596.720,66	0,00	2.596.720,66
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	570.530,69	0,00	570.530,69
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	237.721,16	0,00	237.721,16
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	142.632,68	0,00	142.632,68
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	7.551.242,94	0,00	7.551.242,94
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.146.351,24	0,00	3.146.351,24
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	1.887.810,76	0,00	1.887.810,76
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	407.754,03	0,00	407.754,03
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	169.897,54	0,00	169.897,54
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	101.938,50	0,00	101.938,50
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	25.293.564,78	0,00	25.293.564,78
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	10.539.445,52	0,00	10.539.445,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.322.915,98	0,00	6.322.915,98
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	150.161,18	0,00	150.161,18
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	62.707,59	0,00	62.707,59
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	37.399,07	0,00	37.399,07
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.921.541,13	0,00	3.921.541,13
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.634.247,95	0,00	1.634.247,95
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	980.119,58	0,00	980.119,58
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.855.610,58	0,00	1.855.610,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	773.489,47	0,00	773.489,47

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	463.587,55	0,00	463.587,55
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	16.669.426,30	0,00	16.669.426,30
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	6.945.603,58	0,00	6.945.603,58
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.167.347,04	0,00	4.167.347,04
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	25.905,01	0,00	25.905,01
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.793,82	0,00	10.793,82
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.476,01	0,00	6.476,01
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	11.354,38	0,00	11.354,38
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.730,97	0,00	4.730,97
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.838,52	0,00	2.838,52
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	38.212.815,56	0,00	38.212.815,56
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	15.922.006,03	0,00	15.922.006,03
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	9.553.202,34	0,00	9.553.202,34
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	394.172,97	0,00	394.172,97
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	164.242,17	0,00	164.242,17
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	98.574,94	0,00	98.574,94
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.705.321,96	0,00	1.705.321,96
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	710.564,56	0,00	710.564,56
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	426.315,33	0,00	426.315,33
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	541.363,03	0,00	541.363,03
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	225.588,09	0,00	225.588,09
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	135.319,85	0,00	135.319,85
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	42.378.296,66	0,00	42.378.296,66
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.531.524,71	0,00	3.531.524,71
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	10.594.574,09	0,00	10.594.574,09
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	14.126.098,31	0,00	14.126.098,31
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	638.784,45	0,00	638.784,45
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	53.232,07	0,00	53.232,07
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	159.696,14	0,00	159.696,14
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	212.928,07	0,00	212.928,07
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	65.818.880,15	0,00	65.818.880,15
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	5.484.906,69	0,00	5.484.906,69
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	16.454.720,03	0,00	16.454.720,03
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	21.939.626,71	0,00	21.939.626,71
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	24.125.071,37	0,00	24.125.071,37
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.010.422,86	0,00	2.010.422,86
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	6.031.268,16	0,00	6.031.268,16
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	8.041.690,97	0,00	8.041.690,97
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	736.733,63	0,00	736.733,63
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	61.394,49	0,00	61.394,49
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	184.183,45	0,00	184.183,45
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	245.577,93	0,00	245.577,93
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal -	-1.088,73	0,00	-1.088,73

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 513
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO			
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-453,64	0,00	-453,64
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-272,19	0,00	-272,19
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.535.965,09	0,00	-1.535.965,09
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-640.539,54	0,00	-640.539,54
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.433,09	0,00	-383.433,09
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-2.414,91	0,00	-2.414,91
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.010,50	0,00	-1.010,50
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-599,46	0,00	-599,46
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.498,58	0,00	-2.498,58
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-1.041,27	0,00	-1.041,27
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-624,60	0,00	-624,60
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-316.082,38	0,00	-316.082,38
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-131.894,63	0,00	-131.894,63
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-78.823,58	0,00	-78.823,58
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-112.199,31	0,00	-112.199,31
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-46.749,81	0,00	-46.749,81
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-28.049,90	0,00	-28.049,90
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-73.650,05	0,00	-73.650,05
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-30.660,20	0,00	-30.660,20
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-18.407,67	0,00	-18.407,67
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-114,57	0,00	-114,57
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-47,75	0,00	-47,75
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-28,63	0,00	-28,63
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-732,81	0,00	-732,81
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-305,34	0,00	-305,34
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-183,20	0,00	-183,20
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-53.548,57	0,00	-53.548,57
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-22.316,72	0,00	-22.316,72
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-13.381,09	0,00	-13.381,09
SUBTOTAL I		**403.381.531,78**	**0,00**	**403.381.531,78**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **60.507.229,77**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 514
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	27.101.211,34	0,00	27.101.211,34
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.936.035,52	0,00	33.936.035,52
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-530.472,09	0,00	-530.472,09
TOTAL II		**60.506.774,77**	**0,00**	**60.506.774,77**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-446.027,30	0,00	-446.027,30
40	Administração Geral	2.130.415,96	0,00	2.130.415,96
40	Atenção Básica	50.322.625,19	0,00	50.322.625,19
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.762.154,41	0,00	10.762.154,41
40	Suporte Profilático e Terapêutico	1.666.861,24	0,00	1.666.861,24
40	Vigilância Sanitária	2.632.402,24	0,00	2.632.402,24
40	Vigilância Epidemiológica	2.599.251,19	0,00	2.599.251,19
SUBTOTAL I		**69.667.682,93**	**0,00**	**69.667.682,93**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		6.162,49	0,00	6.162,49
SUBTOTAL III		**6.162,49**	**0,00**	**6.162,49**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		**17,27**		**69.661.520,44**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 8, ano 2021, modalidade RPO (Adesão à Ata de Registro de Preços), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 63, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 64, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	4 ocorrência(s) da licitação nr. 65, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	3 ocorrência(s) da licitação nr. 67, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 515
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 68, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 71, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	2 ocorrência(s) da licitação nr. 72, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 73, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 74, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 75, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_63	0	0	AVISO	1 ocorrência(s) da licitação nr. 2022, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade), não cadastrada no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 37,281%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	96,73% das 367 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 01, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 002, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 02, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 3, Contrato nr. 003, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 004, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 04, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 01, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 1, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 111, Contrato nr. 111, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 112, Contrato nr. 112, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 178, Contrato nr. 178, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 179, Contrato nr. 179, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 30,037%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 29,405%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	96,829% dos 410 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_33	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	84	0	AVISO	Linha: 84 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação da conta 00000000006000011591 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	135	0	AVISO	Linha: 135 - Validação do prefixo da agência 02844 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	135	0	AVISO	Linha: 135 - Validação da conta 00000000006066240589 inconsistente para o código do banco 104

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	30/03/2021	o Diário
	Internet	30/03/2021	Home Page
2º Bimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	28/05/2021	o Diário
	Internet	28/05/2021	Home Page
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	30/07/2021	o Diário
	Internet	30/07/2021	Home Page
4º Bimestre	Mural	30/09/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	30/09/2021	o Diário
	Internet	30/09/2021	Home Page
5º Bimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	26/02/2021	Plenário Camara Municipal
1º Quadrimestre/2021	31/05/2021	Plenário Camara Municipal
2º Quadrimestre/2021	29/09/2021	Plenário Camara Municipal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 518
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	96.860.669,69	115.517.404,02
4º Bimestre	117.129.249,33	124.476.659,40
5º Bimestre	111.602.872,30	108.441.624,51
6º Bimestre	117.506.100,32	0,00
TOTAL	**690.021.997,89**	**614.761.433,68**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.518.249,12	4.465.497,89
4º Bimestre	12.590.194,63	2.878.253,57
5º Bimestre	10.732.492,58	259.101,18
6º Bimestre	12.814.634,45	0,00
TOTAL	**75.298.609,29**	**10.762.042,55**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-11.352.813,15
4º Bimestre	-9.698.302,10	-6.637.171,18
5º Bimestre	-9.095.140,12	-7.892.534,28
6º Bimestre	-10.930.923,99	0,00
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-48.656.290,74**

TOTAL DA RECEITA	**705.004.407,18**	**576.867.185,49**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

Página 519
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 3967006
DOCUMENTO PÚBLICO

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Jorge Cladistone Pozzobom
CPF: 48493007072
Cargo/Função: Prefeito
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021	Término: 25/01/2021
Início: 02/02/2021	Término: 04/02/2021
Início: 09/03/2021	Término: 10/03/2021
Início: 15/03/2021	Término: 15/03/2021
Início: 20/07/2021	Término: 21/07/2021
Início: 04/08/2021	Término: 05/08/2021
Início: 16/09/2021	Término: 25/09/2021
Início: 12/10/2021	Término: 13/10/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

As publicações serão efetuadas no dia 30/11/2021, no jornal, site e mural.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 23 de Novembro de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 23/11/21 e MARILDA MANFIO em 25/11/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B805.8235.2910.BEBF.4D69.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 30/11/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109
Período: 01/01/2021 a 30/11/2021 — Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires — nr: 2035 — compl: sala 202 — Telefone: (55) 3220-0378
HomePage: www.ipasspsm.net — E-Mail: contato@ipasspsm.net
Responsável: EGLON DO CANTO SILVA
Contabilista: ADRIANO VENTURINI — Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000199 — Telefone: (51)21182200
Responsável: Rafael Mário Sebben — E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Página 522
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4018409
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	38.449.147,82
Receita Patrimonial	28.130.000,00	85.910.448,41
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	4.273.840,08
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**129.000.280,35**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	36.700.833,00
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	61.054.960,30
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**97.755.793,30**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-84.963.740,51**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**141.792.333,14**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	7.154.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	7.154.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	157.263.888,34
Liquidado	155.841.875,96
Pago	155.509.003,18
SALDO A LIQUIDAR	**1.422.012,38**
SALDO A PAGAR	**332.872,78**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.797.669,66

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Liquidado	204.797.669,66
Pago	204.669.066,27
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**128.603,39**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	7.154.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	7.154.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	324.540.435,08D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.672.460,87D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	13.164.350,08C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	287.035.329,81C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.854.172,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	12.868.861,98D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	138.495.735,00D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	14.383.926,79D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.706.125,77D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	8.054.708,16D
TRIBUTARIAS	0,00	1.403.871,01D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	349.886,91D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	127.980.738,81C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	1.018.135,52C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	7.850.171,46C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.440,66C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	13.280.673,13C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	557.703.888,34D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	557.703.888,34C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	29.271.806,19D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	919.614.983,56D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.715.223,02D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Página 524
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4018409
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	617.705,30D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	29.271.806,19C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	919.614.983,56C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.715.223,02C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	617.705,30C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	928.886,53D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	308.308.802,89D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**309.237.689,42D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**309.237.689,42D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.028.523.141,87	1.036.279.438,53
Demais Contas	4.445.459.831,14	4.437.703.534,48
Totais	5.473.982.973,01	5.473.982.973,01
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		104.652

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 25,349%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 10 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 8,776%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 23,687%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 19 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 1600000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Página 527
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4018409
DOCUMENTO PÚBLICO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Página 529
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4018409
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	23.676.799,18
4º Bimestre	11.419.365,73	22.350.062,92
5º Bimestre	10.994.585,77	22.167.639,58
6º Bimestre	12.675.907,55	13.887.962,56
TOTAL	**79.574.900,00**	**129.000.280,35**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	16.933.961,55
4º Bimestre	16.827.286,65	16.932.719,00
5º Bimestre	16.080.233,35	16.679.297,57
6º Bimestre	18.845.156,86	8.350.316,05
TOTAL	**115.665.100,00**	**97.755.793,30**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-11.251.862,27
4º Bimestre	0,00	-17.892.735,75
5º Bimestre	0,00	-20.847.265,80
6º Bimestre	0,00	-9.775.214,71
TOTAL	**0,00**	**-84.963.740,51**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**141.792.333,14**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Eglon do Canto Silva

CPF: 42826128000

Cargo/Função: Diretor Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Página 530
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4018409
DOCUMENTO PÚBLICO

Página 531
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4018409
DOCUMENTO PÚBLICO

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

Início: 01/07/2021 Término: 15/07/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Página 532
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4018409
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 13 de Dezembro de 2021

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 13/12/21 e EGLON DO CANTO SILVA em 13/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.807B.2460.6A8E.937B.9D68.

Página 533
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4009331
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 30/11/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	36.180,31
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**37.665,53**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**37.665,53**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	94.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	94.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.843.990,26
Liquidado	1.799.013,00
Pago	1.759.119,41
SALDO A LIQUIDAR	**44.977,26**
SALDO A PAGAR	**39.893,59**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	94.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	94.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.494.939,27D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	143.568,95D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	291.748,25C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.577.737,97D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	345.515,95D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	1.459,67D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	36.180,31C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	2.191.032,84C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	4.267.990,26D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	4.267.990,26C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	255.899,78D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	8.402.467,68D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	255.899,78C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	8.402.467,68C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Página 536
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4009331
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.466.125,64D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.466.125,64D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.466.125,64D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Página 537
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4009331
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	3.285.166,63	2.861.993,20
Demais Contas	48.660.447,29	49.083.620,72
Totais	51.945.613,92	51.945.613,92
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		10.752

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Página 538
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4009331
DOCUMENTO PÚBLICO

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 30,50%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 2 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 153 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000145, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 168 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 26,667%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,507%

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 104 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: NADA A DECLARAR

Descrição: EMP_87 - Linha 153 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000145, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 2, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: NADA A DECLARAR

Descrição: EMP_87 - Linha 168 - CNPJ/CPF 2191788000196, do credor vinculado ao empenho nr. 2021002000098, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 1, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: NADA A DECLARAR

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Página 542
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4009331
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	5.348,24
4º Bimestre	3.008,84	8.423,28
5º Bimestre	2.764,40	9.259,54

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Página 543
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4009331
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
6º Bimestre	3.602,16	7.560,90
TOTAL	**24.000,00**	**37.665,53**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**37.665,53**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador

Nome: Daniel Pereyron

CPF: 80308341015

Cargo/Função: PRESIDENTE

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Página 545
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4009331
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 09 de Dezembro de 2021

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 14/12/21 e EUGENIA BRAUNER em 14/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.80C7.454B.0CE9.A4CF.EC64.

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☐	☒
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☐	☒

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 30/11/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000512 Telefone: (55)21032277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☒ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Regiao Centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	220.162.373,21
Contribuicoes	9.832.000,00	9.766.511,53
Receita Patrimonial	5.863.695,73	8.294.958,61
Receita de Servicos	3.000,00	9.773,10
Transferencias Correntes	395.987.100,00	431.921.344,26
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	6.800.239,80
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**676.955.200,51**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	6.572.129,36
Alienacao de Bens	15.403.800,00	85.556,61
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	54.303,34
Transferencias de Capital	36.301.381,50	5.684.286,63
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**12.396.275,94**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-53.499.917,89**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**635.851.558,56**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	305.593.028,06
Créditos Especiais	19.870.945,60
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	141.468.253,91
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**804.985.719,75**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	610.126.294,78
Liquidado	538.621.909,36
Pago	513.200.764,61
SALDO A LIQUIDAR	**71.504.385,42**
SALDO A PAGAR	**25.421.144,75**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	43.241.393,30
Liquidado	43.241.393,30
Pago	38.447.393,58
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**4.793.999,72**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	112.189.783,40
Excesso de Arrecadação	68.805.936,35
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	141.468.253,91
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	141.468.253,91
Suplementações Orçamentárias entre entidades	3.000.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	533.724.931,68D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	681.996.675,29D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	86.984.496,46C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	125.738.396,16C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	328.198.402,83D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	10.564,06D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	138.105.904,84D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	5.783.347,81D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	73.745.988,84D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	25.290.458,00D
TRIBUTARIAS	0,00	6.175.087,10D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	18.049.120,10D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	236.148.407,73C
CONTRIBUICOES	0,00	9.896.320,88C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	599.117,06C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	35.445.022,87C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	405.126.768,88C

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Página 549
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4033574
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	11.070.279,38C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	40.566.997,53C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	2.142.703.950,88D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	2.142.703.950,88C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	510.703.188,90D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	2.424.810.949,40D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	459.703.778,81D
RISCOS FISCAIS	0,00	742.630,78D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.842.535,26D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	197.152.414,77D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	510.703.188,90C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	2.424.810.949,40C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	459.703.778,81C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	742.630,78C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.842.535,26C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	197.152.414,77C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	146.777.651,06D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	75.706.745,59D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**222.484.396,65D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**222.484.396,65D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.886.136,22	0,00	15.886.136,22
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.886.136,22**	**0,00**	**15.886.136,22**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Atualizações conforme sistema tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.086.931.157,63	2.023.743.941,47
Demais Contas	19.953.977.299,19	20.017.164.515,35
Totais	22.040.908.456,82	22.040.908.456,82
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.755.702

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	11.451.189,03	0,00	11.451.189,03
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.771.330,90	0,00	4.771.330,90
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.862.795,33	0,00	2.862.795,33
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	629.673,18	0,00	629.673,18
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	262.363,87	0,00	262.363,87
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	157.418,30	0,00	157.418,30
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	8.295.362,40	0,00	8.295.362,40
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.456.401,01	0,00	3.456.401,01
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.073.840,62	0,00	2.073.840,62
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	449.399,53	0,00	449.399,53
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	187.249,83	0,00	187.249,83
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	112.349,88	0,00	112.349,88
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	26.194.513,58	0,00	26.194.513,58
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	10.914.865,97	0,00	10.914.865,97
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.548.128,80	0,00	6.548.128,80
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	175.963,51	0,00	175.963,51
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	73.474,29	0,00	73.474,29
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	43.834,75	0,00	43.834,75

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	4.592.363,83	0,00	4.592.363,83
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.913.798,40	0,00	1.913.798,40
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.147.788,05	0,00	1.147.788,05
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.192.417,46	0,00	2.192.417,46
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	913.869,30	0,00	913.869,30
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	547.747,96	0,00	547.747,96
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	18.515.299,19	0,00	18.515.299,19
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	7.714.718,26	0,00	7.714.718,26
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.628.814,32	0,00	4.628.814,32
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	26.379,35	0,00	26.379,35
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.991,46	0,00	10.991,46
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.594,58	0,00	6.594,58
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	11.565,43	0,00	11.565,43
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.818,90	0,00	4.818,90
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.891,29	0,00	2.891,29
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	42.840.982,91	0,00	42.840.982,91
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	17.850.409,29	0,00	17.850.409,29
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	10.710.244,15	0,00	10.710.244,15
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	456.932,85	0,00	456.932,85
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	190.392,45	0,00	190.392,45
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	114.265,02	0,00	114.265,02
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.866.719,84	0,00	1.866.719,84
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	777.815,74	0,00	777.815,74
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	466.662,61	0,00	466.662,61
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	611.113,52	0,00	611.113,52
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	254.653,61	0,00	254.653,61
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	152.754,41	0,00	152.754,41
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	47.518.080,49	0,00	47.518.080,49
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.959.840,02	0,00	3.959.840,02
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	11.879.520,03	0,00	11.879.520,03
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	15.839.359,51	0,00	15.839.359,51
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	696.922,59	0,00	696.922,59
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	58.076,91	0,00	58.076,91
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	174.230,68	0,00	174.230,68
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	232.307,44	0,00	232.307,44
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	73.922.008,65	0,00	73.922.008,65
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	6.160.167,40	0,00	6.160.167,40
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	18.480.502,15	0,00	18.480.502,15
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	24.640.669,54	0,00	24.640.669,54
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	24.363.947,93	0,00	24.363.947,93
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.030.329,24	0,00	2.030.329,24
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	6.090.987,30	0,00	6.090.987,30
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	8.121.316,50	0,00	8.121.316,50

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	814.097,82	0,00	814.097,82
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	67.841,50	0,00	67.841,50
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	203.524,50	0,00	203.524,50
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	271.365,99	0,00	271.365,99
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.088,73	0,00	-1.088,73
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-453,64	0,00	-453,64
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-272,19	0,00	-272,19
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.537.591,14	0,00	-1.537.591,14
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-641.217,06	0,00	-641.217,06
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.839,60	0,00	-383.839,60
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-2.738,04	0,00	-2.738,04
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.145,72	0,00	-1.145,72
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-679,85	0,00	-679,85
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.821,23	0,00	-2.821,23
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-1.175,69	0,00	-1.175,69
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-705,15	0,00	-705,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-394.361,68	0,00	-394.361,68
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-164.541,62	0,00	-164.541,62
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-98.362,16	0,00	-98.362,16
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-116.688,49	0,00	-116.688,49
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-48.620,32	0,00	-48.620,32
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-29.172,21	0,00	-29.172,21
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-142.592,04	0,00	-142.592,04
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-59.386,04	0,00	-59.386,04
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-35.643,16	0,00	-35.643,16
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-232,79	0,00	-232,79
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-97,01	0,00	-97,01
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-58,19	0,00	-58,19
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-909,85	0,00	-909,85
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-379,11	0,00	-379,11
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-227,47	0,00	-227,47
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-56.822,29	0,00	-56.822,29
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-23.681,57	0,00	-23.681,57

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-14.198,66	0,00	-14.198,66
SUBTOTAL		**443.501.476,18**	**0,00**	**443.501.476,18**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **110.875.369,04**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	49.593.843,69	0,00	49.593.843,69
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.128.911,16	0,00	13.128.911,16
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-951.812,27	0,00	-951.812,27
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.105.018,98	0,00	49.105.018,98
TOTAL II		**110.875.961,56**	**0,00**	**110.875.961,56**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Administração Geral	2.688.521,60	0,00	2.688.521,60
20	Ensino Fundamental	26.715.999,11	0,00	26.715.999,11
20	Ensino Profissional	26.013,41	0,00	26.013,41
20	Educação Infantil	20.514.527,02	0,00	20.514.527,02
20	Educação de Jovens e Adultos	6.768.211,91	0,00	6.768.211,91
31	Administração Geral	9.961.295,46	0,00	9.961.295,46
31	Ensino Fundamental	85.176.297,32	0,00	85.176.297,32
31	Educação Infantil	19.240.966,73	0,00	19.240.966,73
SUBTOTAL I		**171.091.832,56**	**0,00**	**171.091.832,56**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - Ensino Fundamental	10.360,63	0,00	10.360,63
SUBTOTAL II		**10.360,63**	**0,00**	**10.360,63**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		76.103.957,67	0,00	76.103.957,67
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		965.256,42	0,00	965.256,42
SUBTOTAL III		**-77.069.214,09**	**0,00**	**-77.069.214,09**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		**21,20**		**94.012.257,84**

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	47.518.080,49	0,00	47.518.080,49
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.959.840,02	0,00	3.959.840,02
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	11.879.520,03	0,00	11.879.520,03

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	15.839.359,51	0,00	15.839.359,51
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	696.922,59	0,00	696.922,59
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	58.076,91	0,00	58.076,91
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	174.230,68	0,00	174.230,68
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	232.307,44	0,00	232.307,44
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	73.922.008,65	0,00	73.922.008,65
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	6.160.167,40	0,00	6.160.167,40
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	18.480.502,15	0,00	18.480.502,15
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	24.640.669,54	0,00	24.640.669,54
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	24.363.947,93	0,00	24.363.947,93
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.030.329,24	0,00	2.030.329,24
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	6.090.987,30	0,00	6.090.987,30
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	8.121.316,50	0,00	8.121.316,50
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	814.097,82	0,00	814.097,82
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	67.841,50	0,00	67.841,50
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	203.524,50	0,00	203.524,50
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	271.365,99	0,00	271.365,99
SUBTOTAL		**245.525.096,19**	**0,00**	**245.525.096,19**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada **49.105.019,24**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.105.018,98	0,00	49.105.018,98
TOTAL II		**49.105.018,98**	**0,00**	**49.105.018,98**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Administração Geral	9.961.295,46	0,00	9.961.295,46
31	Ensino Fundamental	85.176.297,32	0,00	85.176.297,32
31	Educação Infantil	19.240.966,73	0,00	19.240.966,73
SUBTOTAL I		**114.378.559,51**	**0,00**	**114.378.559,51**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB		76.103.957,67	0,00	76.103.957,67
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		574.932,52	0,00	574.932,52
SUBTOTAL III		**-76.678.890,19**	**0,00**	**-76.678.890,19**
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com FUNDEB		**15,35**		**37.699.669,32**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	614.790,58	0,00	614.790,58
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	125.208.976,65	0,00	125.208.976,65
91321001101020000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	-39.858,06	0,00	-39.858,06
Total		**125.783.909,17**	**0,00**	**125.783.909,17**
Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB				**88.048.736,42**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	75.293.723,11	0,00	75.293.723,11
31	Educação Infantil	17.487.466,19	0,00	17.487.466,19
SUBTOTAL I		**92.781.189,30**	**0,00**	**92.781.189,30**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL III		**92.781.189,30**	**0,00**	**92.781.189,30**
% de Aplicação				**73,76**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	11.451.189,03	0,00	11.451.189,03
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	4.771.330,90	0,00	4.771.330,90
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	2.862.795,33	0,00	2.862.795,33
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	629.673,18	0,00	629.673,18

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Página 557
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4033574
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	262.363,87	0,00	262.363,87
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	157.418,30	0,00	157.418,30
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	8.295.362,40	0,00	8.295.362,40
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.456.401,01	0,00	3.456.401,01
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.073.840,62	0,00	2.073.840,62
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	449.399,53	0,00	449.399,53
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	187.249,83	0,00	187.249,83
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	112.349,88	0,00	112.349,88
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	710.469,99	0,00	710.469,99
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	296.030,25	0,00	296.030,25
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	177.616,44	0,00	177.616,44
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	26.194.513,58	0,00	26.194.513,58
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	10.914.865,97	0,00	10.914.865,97
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.548.128,80	0,00	6.548.128,80
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	175.963,51	0,00	175.963,51
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	73.474,29	0,00	73.474,29
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	43.834,75	0,00	43.834,75
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	4.592.363,83	0,00	4.592.363,83
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.913.798,40	0,00	1.913.798,40
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.147.788,05	0,00	1.147.788,05
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.192.417,46	0,00	2.192.417,46
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	913.869,30	0,00	913.869,30
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	547.747,96	0,00	547.747,96
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	18.515.299,19	0,00	18.515.299,19
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	7.714.718,26	0,00	7.714.718,26
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	4.628.814,32	0,00	4.628.814,32
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	26.379,35	0,00	26.379,35
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	10.991,46	0,00	10.991,46
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	6.594,58	0,00	6.594,58
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	11.565,43	0,00	11.565,43
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	4.818,90	0,00	4.818,90
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	2.891,29	0,00	2.891,29
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	42.840.982,91	0,00	42.840.982,91
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	17.850.409,29	0,00	17.850.409,29
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	10.710.244,15	0,00	10.710.244,15
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	456.932,85	0,00	456.932,85

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	190.392,45	0,00	190.392,45
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	114.265,02	0,00	114.265,02
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	1.866.719,84	0,00	1.866.719,84
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	777.815,74	0,00	777.815,74
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	466.662,61	0,00	466.662,61
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	611.113,52	0,00	611.113,52
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	254.653,61	0,00	254.653,61
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	152.754,41	0,00	152.754,41
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	47.518.080,49	0,00	47.518.080,49
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.959.840,02	0,00	3.959.840,02
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	11.879.520,03	0,00	11.879.520,03
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	15.839.359,51	0,00	15.839.359,51
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	696.922,59	0,00	696.922,59
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	58.076,91	0,00	58.076,91
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	174.230,68	0,00	174.230,68
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	232.307,44	0,00	232.307,44
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	73.922.008,65	0,00	73.922.008,65
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	6.160.167,40	0,00	6.160.167,40
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	18.480.502,15	0,00	18.480.502,15
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	24.640.669,54	0,00	24.640.669,54
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	24.363.947,93	0,00	24.363.947,93
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.030.329,24	0,00	2.030.329,24
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	6.090.987,30	0,00	6.090.987,30
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	8.121.316,50	0,00	8.121.316,50
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	814.097,82	0,00	814.097,82
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	67.841,50	0,00	67.841,50
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	203.524,50	0,00	203.524,50
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	271.365,99	0,00	271.365,99
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.088,73	0,00	-1.088,73
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-453,64	0,00	-453,64
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-272,19	0,00	-272,19
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.537.591,14	0,00	-1.537.591,14
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-641.217,06	0,00	-641.217,06
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-383.839,60	0,00	-383.839,60
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-2.738,04	0,00	-2.738,04
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.145,72	0,00	-1.145,72
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-679,85	0,00	-679,85
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.821,23	0,00	-2.821,23
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-1.175,69	0,00	-1.175,69
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-705,15	0,00	-705,15
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-394.361,68	0,00	-394.361,68
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-164.541,62	0,00	-164.541,62
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-98.362,16	0,00	-98.362,16
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-116.688,49	0,00	-116.688,49
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-48.620,32	0,00	-48.620,32
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-29.172,21	0,00	-29.172,21
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-142.592,04	0,00	-142.592,04
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-59.386,04	0,00	-59.386,04
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-35.643,16	0,00	-35.643,16
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-232,79	0,00	-232,79
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-97,01	0,00	-97,01
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-58,19	0,00	-58,19
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-909,85	0,00	-909,85
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-379,11	0,00	-379,11
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-227,47	0,00	-227,47
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-56.822,29	0,00	-56.822,29
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-23.681,57	0,00	-23.681,57
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-14.198,66	0,00	-14.198,66
SUBTOTAL I		**443.501.476,18**	**0,00**	**443.501.476,18**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **66.525.221,43**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	29.754.142,60	0,00	29.754.142,60
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.340.358,31	0,00	37.340.358,31
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-569.827,32	0,00	-569.827,32
TOTAL II		**66.524.673,59**	**0,00**	**66.524.673,59**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-490.630,03	0,00	-490.630,03
40	Administração Geral	2.346.177,64	0,00	2.346.177,64
40	Atenção Básica	55.651.257,16	0,00	55.651.257,16

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.114.221,68	0,00	12.114.221,68
40	Suporte Profilático e Terapêutico	1.856.616,43	0,00	1.856.616,43
40	Vigilância Sanitária	2.736.950,83	0,00	2.736.950,83
40	Vigilância Epidemiológica	2.841.084,48	0,00	2.841.084,48
SUBTOTAL I		**77.055.678,19**	**0,00**	**77.055.678,19**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		7.569,40	0,00	7.569,40
SUBTOTAL III		**7.569,40**	**0,00**	**7.569,40**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**17,37**	**77.048.108,79**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 36,427%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 384 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 01, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 002, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 02, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 3, Contrato nr. 003, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 004, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 04, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 0001, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 01, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 1, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 111, Contrato nr. 111, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 112, Contrato nr. 112, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 178, Contrato nr. 178, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 179, Contrato nr. 179, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 29,781%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 28,378%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,21% dos 466 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_33	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	85	0	AVISO	Linha: 85 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	86	0	AVISO	Linha: 86 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Descrição: EMP_87 - Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo oem vista o processo de credenciamento com processo de Inexibilidade não foi possível inserir o processo de forma gradual como estavam sendo realizados no Licitacon. Foi feito chamada tecnica ao TCE_RS com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Página 563
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4033574
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa com Pessoal		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**0,00**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	96.860.669,69	115.517.404,02
4º Bimestre	117.129.249,33	124.476.659,40
5º Bimestre	111.602.872,30	108.441.624,51
6º Bimestre	127.556.100,32	62.193.766,83
TOTAL	**700.071.997,89**	**676.955.200,51**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.518.249,12	4.465.497,89
4º Bimestre	12.590.194,63	2.878.253,57
5º Bimestre	10.732.492,58	259.101,18
6º Bimestre	25.352.163,62	1.634.233,39
TOTAL	**87.836.138,46**	**12.396.275,94**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-11.352.813,15
4º Bimestre	-9.698.302,10	-6.637.171,18
5º Bimestre	-9.095.140,12	-7.892.534,28
6º Bimestre	-10.930.923,99	-4.843.627,15
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-53.499.917,89**
TOTAL DA RECEITA	**727.591.936,35**	**635.851.558,56**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Página 567
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4033574
DOCUMENTO PÚBLICO

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Jorge Cladistone Pozzobom

CPF: 48493007072

Cargo/Função: Prefeito

Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Início: 14/01/2021	Término: 25/01/2021
Início: 02/02/2021	Término: 04/02/2021
Início: 09/03/2021	Término: 10/03/2021
Início: 15/03/2021	Término: 15/03/2021
Início: 20/07/2021	Término: 21/07/2021
Início: 04/08/2021	Término: 05/08/2021
Início: 16/09/2021	Término: 25/09/2021
Início: 12/10/2021	Término: 13/10/2021
Início: 20/11/2021	Término: 22/11/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 20 de Dezembro de 2021

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 21/12/21 e MARILDA MANFIO em 21/12/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.21C9.DDF6.8BE7.EBC7.0842.

Considerando que o **RELATOR DESTE PROCESSO ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DESTE TRIBUNAL** e consoante o disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **REDISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001216-0200/21-4
Órgão: PM de Santa Maria
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Gab. Estilac Xavier
Exercício: 2021

Redistribuído em 06 de Janeiro de 2022.
Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 06/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9A4F.38BA.BE92.1E84.3BDF.

Página
570

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4076891

DOCUMENTO PÚBLICO

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**2.421.414,01**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**0,00**
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	**0,00**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	**0,00**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**45.637,78**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	45.637,78
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS OBTIDOS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	**2.374.291,01**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.374.291,01
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	**0,00**
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**1.485,22**
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.485,22
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**2.125.501,31**
PESSOAL E ENCARGOS	**1.732.552,66**
REMUNERACAO A PESSOAL	1.315.479,76
ENCARGOS PATRONAIS	318.580,03
BENEFICIOS A PESSOAL	98.492,87
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.36A4.224C.625E.C9B5.866C.

Demonstração das Variações Patrimoniais

INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 88201 | CNPJ: 08537127000156 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Valor
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00
PENSOES	0,00
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**383.897,36**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	8.686,55
SERVICOS	357.984,19
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	17.226,62
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	**0,00**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	**7.283,75**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	7.283,75
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTARIAS	**1.767,54**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	1.767,54
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**0,00**
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**295.912,70**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.36A4.224C.625E.C9B5.866C.

Página
572

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
3

Peça
4076891

DOCUMENTO PÚBLICO

b. Notas Explicativas

NADA A DECLARAR

SANTA MARIA , 25 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Daniel Pereyron - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.36A4.224C.625E.C9B5.866C.

Página 573
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 08537127000156
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Município: SANTA MARIA
Autarquia: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2035 compl: 8º andar Telefone: (55) 3219-0104
HomePage: E-Mail: institutoplanejamentosm@gmail.com; iplan@santamari
Responsável: DANIEL PEREYRON
Contabilista: EUGENIA BRAUNER Número do CRC: 05246007

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: DUETO TECNOLOGIA
CNPJ: 04311157000199 Telefone: (51)31182200
Responsável: RAFAEL SEBBEN E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☐ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☐ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

RECEITAS CORRENTES		
Receita Patrimonial	24.000,00	45.637,78
Outras Receitas Correntes	0,00	1.485,22
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**24.000,00**	**47.123,00**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS RECEITAS	**24.000,00**	**47.123,00**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	2.400.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	94.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	94.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**2.400.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	2.081.405,60
Liquidado	2.081.405,60
Pago	2.079.071,48
SALDO A LIQUIDAR	**0,00**
SALDO A PAGAR	**2.334,12**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	181.403,19
Liquidado	181.403,19
Pago	181.403,19
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	94.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	94.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	1.072.497,67D	1.350.973,35D
ATIVO NAO CIRCULANTE	159.397,07D	134.886,70D
PASSIVO CIRCULANTE	189.119,55C	147.172,16C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.042.775,19C	1.042.775,19C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.732.552,66D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	383.897,36D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	7.283,75D
TRIBUTARIAS	0,00	1.767,54D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	45.637,78C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	2.374.291,01C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	1.485,22C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	4.505.405,60D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49D	45.033,49D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	4.505.405,60C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	45.033,49C	45.033,49C
ATOS POTENCIAIS	7.748,24D	255.899,78D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21D	8.640.861,16D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	7.748,24C	255.899,78C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	1.042.952,21C	8.640.861,16C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Página 576
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.042.952,21D	1.323.353,84D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**1.042.952,21D**	**1.323.353,84D**
TOTAL	**1.042.952,21D**	**1.323.353,84D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	**Empenhado**	**Liquidado**	**Pago**
1º Bimestre	499.533,25	367.872,61	323.939,23
2º Bimestre	484.587,14	379.591,18	377.442,10
3º Bimestre	305.728,70	350.620,72	358.901,43
4º Bimestre	295.393,82	346.510,12	342.001,30
5º Bimestre	280.631,90	316.307,54	326.218,75
6º Bimestre	350.401,45	451.499,97	442.739,96

CONTAS DE RECEITA	**Orçado**	**Realizado**
RECEITAS CORRENTES	66.000,00	21.793,03
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Página 577
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	0,00
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**66.000,00**	**21.793,03**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

NADA A DECLARAR

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	3.513.114,64	3.232.713,01
Demais Contas	80.020.904,03	80.301.305,66
Totais	83.534.018,67	83.534.018,67
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		12.544

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Página 578
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição			Valor Contábil
SUBTOTAL III				**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL IV	**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 30,508%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 2 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 26,178%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 25,131%

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 0 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 19000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	47.123,00	0,00	47.123,00
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**47.123,00**	**0,00**	**47.123,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**47.123,00**	**0,00**	**47.123,00**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**47.123,00**	**0,00**	**47.123,00**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.620.274,52	0,00	1.620.274,52
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**1.620.274,52**	**0,00**	**1.620.274,52**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Página 580
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Total da Despesa com Pessoal	**1.620.274,52**	**0,00**	**1.620.274,52**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111111903011000	CEF IPLAN c/c 12000-0	1.146.322,38	0,00	1.146.322,38
1	111111912011200	BANRISUL SA - ESCRITORIO CIDADE-MOVIMENTO-C/C 409.820010-0 - AG 0350.92	31.640,44	0,00	31.640,44
1301	111111903020500	CEF Funduram c/c 12001-8	144.106,26	0,00	144.106,26
8001	111111903010600	CEF - EC Recurso 8001	1.284,76	0,00	1.284,76
TOTAL			**1.323.353,84**	**0,00**	**1.323.353,84**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111903010600	CEF - EC Recurso 8001	1.284,76	0,00	1.284,76
111111903011000	CEF IPLAN c/c 12000-0	1.146.322,38	0,00	1.146.322,38
111111903020500	CEF Funduram c/c 12001-8	144.106,26	0,00	144.106,26
111111912011200	BANRISUL SA - ESCRITORIO CIDADE- MOVIMENTO-C/C 409.820010-0 - AG 0350.92	31.640,44	0,00	31.640,44
632700000000000	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	-2.334,12	0,00	-2.334,12
TOTAL		**1.321.019,72**	**0,00**	**1.321.019,72**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**1.321.019,72**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	1.284,76	0,00	1.284,76
TOTAL		**1.284,76**	**0,00**	**1.284,76**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Página 583
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	2.334,12	0,00	2.334,12	2.334,12
TOTAL	**0,00**	**2.334,12**	**0,00**	**2.334,12**	**2.334,12**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		1.177.962,82	0,00	1.177.962,82	
1301		144.106,26	0,00	144.106,26	
8001		1.284,76	0,00	1.284,76	
TOTAL		1.323.353,84	0,00	1.323.353,84	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1 Recurso Livre - Administracao Direta Municipal

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Página 584
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

400	Recurso Livre - Administracao Indireta Municipal (inclusive RPPS instituido como
1301	FUNDURAM - E.C.
8001	Recursos Extraorcamentarios

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	5.232,31	3.543,52
2º Bimestre	5.517,09	3.530,05
3º Bimestre	3.875,20	5.348,24
4º Bimestre	3.008,84	8.423,28
5º Bimestre	2.764,40	9.259,54
6º Bimestre	3.602,16	17.018,37
TOTAL	**24.000,00**	**47.123,00**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

TOTAL DA RECEITA	**24.000,00**	**47.123,00**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Página 585
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4076888
DOCUMENTO PÚBLICO

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

5.6.2 Previsão das Operações de Crédito e Fixação de Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	24.000,00	0,00	24.000,00

Deduções

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**24.000,00**	**0,00**	**24.000,00**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador
Nome: Daniel Pereyron
CPF: 80308341015
Cargo/Função: PRESIDENTE
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2021

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

O IPLAN é uma Autarquia e recebe COTA PARTE de repasse Orçamentário mensalmente da Prefeitura Municipal para suas despesas tendo como receita somente as remunerações bancarias. E TAMBÉM A FOLHA DE PAGAMENTO E O CADASTRO DOS FUNCIONARIOS É FEITA NA PREFEITIRA

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 25 de Janeiro de 2022

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D1A8.4860.AF2C.9509.0E74.

Balanço Orçamentário

INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 88201 | CNPJ: 08537127000156 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	24.000,00	24.000,00	47.123,00	23.123,00
Receita Patrimonial	24.000,00	24.000,00	45.637,78	21.637,78
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	1.485,22	1.485,22
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	24.000,00	24.000,00	47.123,00	23.123,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	24.000,00	24.000,00	47.123,00	23.123,00
DÉFICIT (VII)	-	-	2.034.282,60	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	24.000,00	24.000,00	2.081.405,60	23.123,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	0,00	-

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 762E.34E2.38C1.4915.5896.

Balanço Orçamentário

INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 88201 | CNPJ: 08537127000156 | 01/01/2021 a 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	2.351.000,00	2.376.000,00	2.081.405,60	2.081.405,60	2.079.071,48	294.594,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.780.000,00	1.780.000,00	1.620.274,52	1.620.274,52	1.620.274,52	159.725,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	571.000,00	596.000,00	461.131,08	461.131,08	458.796,96	134.868,92
DESPESAS DE CAPITAL (X)	49.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
INVESTIMENTOS	49.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	2.400.000,00	2.400.000,00	2.081.405,60	2.081.405,60	2.079.071,48	318.594,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	2.400.000,00	2.400.000,00	2.081.405,60	2.081.405,60	2.079.071,48	318.594,40
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	0,00	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	2.400.000,00	2.400.000,00	2.081.405,60	2.081.405,60	2.079.071,48	318.594,40

Página 589
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4076889
DOCUMENTO PÚBLICO

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 762E.34E2.38C1.4915.5896.

Balanço Orçamentário

INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 88201 | CNPJ: 08537127000156 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	3.874,12	0,00	41.159,37	3.874,12	45.033,49	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	25.753,50	0,00	25.753,50	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	3.874,12	0,00	15.405,87	3.874,12	19.279,99	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	3.874,12	0,00	41.159,37	3.874,12	45.033,49	0,00	0,00

c. Notas Explicativas

NADA A DECLARAR

SANTA MARIA , 25 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Daniel Pereyron - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 762E.34E2.38C1.4915.5896.

Balanço Patrimonial

INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 88201 | CNPJ: 08537127000156 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.350.973,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.323.353,84
CREDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	27.370,77
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	248,74
ATIVO NAO CIRCULANTE	134.886,70
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	134.886,70
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**1.485.860,05**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	147.172,16
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	143.553,28
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.239,55
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	94,57
TRANSFERENCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	1.284,76
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
TRANSFERENCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**147.172,16**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	1.338.687,89
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.338.687,89**
TOTAL	**1.485.860,05**

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: AC52.ADFE.270A.2489.3270.

Balanço Patrimonial

INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 88201 | CNPJ: 08537127000156 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**1.323.353,84**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	1.323.353,84
ATIVO PERMANENTE	**162.506,21**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	162.506,21
TOTAL	**1.485.860,05**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**3.618,88**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	3.618,88
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
PASSIVO PERMANENTE	**143.553,28**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	143.553,28
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	0,00
TOTAL	**147.172,16**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**1.338.687,89**

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	1.175.628,70
1301	FUNDURAM - E.C.	144.106,26
Total		1.319.734,96

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 4DE1.AC52.ADFE.270A.2489.3270.

Balanço Patrimonial

62108144042496895

25 / 01 / 2022 - 09 : 33 : 07

INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 88201 | CNPJ: 08537127000156 | 01/01/2021 a 31/12/2021

e. Notas Explicativas

NADA A DECLARAR

SANTA MARIA , 25 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Daniel Pereyron - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

EUGENIA BRAUNER
Contabilista

DANIEL PEREYRON
Responsável

Assinado digitalmente por: DANIEL PEREYRON em 26/01/22 e EUGENIA BRAUNER em 26/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 1DE3.AC52.ADFE.270A.2489.3270.

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF de Autarquia, Fundação, Empresa Pública - Regida pela Lei 4.320/64	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 04870834000109

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 — Tipo de entrega: Quadrimestral

Município: SANTA MARIA

Autarquia: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA

Logradouro: Rua Venâncio Aires — nr: 2035 — compl: sala 202 — Telefone: (55) 3220-0378

HomePage: www.ipasspsm.net — E-Mail: contato@ipasspsm.net

Responsável: EGLON DO CANTO SILVA

Contabilista: ADRIANO VENTURINI — Número do CRC: 097349

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: GOVERNANCABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199 — Telefone: (51)21182200

Responsável: Rafael Mário Sebben — E-Mail: rafael.sebben@govbr.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil
- ☒ Financeiro
- ☒ Patrimonial
- ☒ Pessoal
- ☒ Orçamentário
- ☐ Tributário
- ☒ Folha de Pagamento
- ☐ Outros
- ☐ Nenhum

1.4 Dados Iniciais

☒ A entidade é Regime Próprio de Previdência (RPPS).

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 595
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS CORRENTES		
Contribuicoes	45.494.000,00	42.517.351,36
Receita Patrimonial	28.130.000,00	93.844.753,53
Receita de Servicos	0,00	366.844,04
Outras Receitas Correntes	5.950.900,00	4.316.779,87
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**79.574.900,00**	**141.045.728,80**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
Contribuicoes	45.165.100,00	39.955.476,58
Outras Receitas Correntes	70.500.000,00	66.523.013,79
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**115.665.100,00**	**106.478.490,37**
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienacao de Bens	950.000,00	0,00
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**950.000,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**0,00**	**-89.712.394,50**
TOTAL DAS RECEITAS	**196.190.000,00**	**157.811.824,67**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	**VALOR**
Dotação Inicial	204.250.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	7.154.000,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	7.154.000,00
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**204.250.000,00**

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	**VALOR**
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	183.004.171,22
Liquidado	182.865.237,05
Pago	182.482.234,74
SALDO A LIQUIDAR	**138.934,17**
SALDO A PAGAR	**383.002,31**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**VALOR**
Empenhado	204.797.669,66

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 596
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

Liquidado	204.797.669,66
Pago	204.669.066,27
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**128.603,39**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	7.154.000,00
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	7.154.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	339.967.413,52D	324.985.316,34D
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.204.762,43D	1.661.874,23D
PASSIVO CIRCULANTE	1.282.674,04C	1.457.100,44C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	287.035.329,81C	270.797.882,98C
PATRIMONIO LIQUIDO	52.854.172,10C	52.815.452,10C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	13.025.221,62D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	163.832.581,40D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	15.713.386,76D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.988.633,80D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	8.055.854,50D
TRIBUTARIAS	0,00	1.581.696,56D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	317.775.066,52D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	150.198.745,51C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	4.206.735,48C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	9.231.913,04C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	292.440,66C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	359.619.361,52C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	583.444.171,22D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16D	426.760,16D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	583.444.171,22C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	426.760,16C	426.760,16C
ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62D	29.352.144,82D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08D	942.891.147,07D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	12.742.148,35D	12.715.223,02D
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 597
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

	Saldo Inicial	Saldo Final
OUTROS CONTROLES	500.567,07D	619.887,79D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	12.469.656,62C	29.352.144,82C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	316.993.986,08C	942.891.147,07C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	12.742.148,35C	12.715.223,02C
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	500.567,07C	619.887,79C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**0,00**	**0,00**

RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	812.908,76D	953.361,86D
Bancos Conta Aplicação	316.181.077,32D	298.441.864,30D
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**316.993.986,08D**	**299.395.226,16D**

OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**316.993.986,08D**	**299.395.226,16D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	36.293.764,29	25.876.905,15	25.633.298,16
2º Bimestre	23.541.423,59	25.873.003,40	25.727.433,40
3º Bimestre	23.992.749,80	26.316.025,87	26.098.480,52
4º Bimestre	24.038.788,20	26.451.652,94	26.629.270,73
5º Bimestre	24.378.702,67	26.743.730,60	26.902.329,22
6º Bimestre	38.151.467,32	39.135.577,91	39.061.800,85

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	74.837.000,00	169.668.625,18
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	110.613.000,00	104.339.572,94

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 598
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS DE CAPITAL	962.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	0,00	-92.828.415,87
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**186.412.000,00**	**181.179.782,25**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.120.160.036,23	1.137.758.796,15
Demais Contas	9.108.597.369,74	9.090.998.609,82
Totais	10.228.757.405,97	10.228.757.405,97
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		116.820

3. Índices Constitucionais

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 599
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL IV	**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**0,00**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**	**0,00**	**0,00**

	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**0,00**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 24,596%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 12 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 9,176%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 22,925%

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 20 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
RECEITA.TXT	RET_30	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 1º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_31	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 2º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_32	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 3º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_33	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 4º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_34	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 5º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível
RECEITA.TXT	RET_35	0	0	AVISO	Código da Receita Orçamentária: 16000000000000000000 possui Meta de Arrecadação no 6º Bimestre zerada ref. Receita Orçamentária de segundo nível

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	141.045.728,80	0,00	141.045.728,80
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-89.710.909,28	0,00	-89.710.909,28
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	506.322,46	0,00	506.322,46
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	22.780.536,92	0,00	22.780.536,92
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	74.606,11	0,00	74.606,11
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	43.755,36	0,00	43.755,36
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	25.171,09	0,00	25.171,09
12180121000000000000	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	4.192.782,16	0,00	4.192.782,16
12180131000000000000	CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	112.867,07	0,00	112.867,07
12180311000000000000	CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	43.188,16	0,00	43.188,16
12199911030100000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	83.446,33	0,00	83.446,33
12199911030200000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	6.163.632,24	0,00	6.163.632,24
12199911030300000000	Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	50.664,14	0,00	50.664,14
12199911030500000000	Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	7.549.448,37	0,00	7.549.448,37
12199911030600000000	Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	890.930,95	0,00	890.930,95
13210011011000000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	2.657.039,07	0,00	2.657.039,07
13210041060000000000	Remuneracao dos Recursos do RPPS	91.187.714,46	0,00	91.187.714,46
19900311010000000000	Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	4.156.209,68	0,00	4.156.209,68
19909911010100000000	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	118.509,98	0,00	118.509,98

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91218012100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	-35.272,68	0,00	-35.272,68
91218013100000000000	Deducao - CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	-3.179,50	0,00	-3.179,50
91219991103020000000	Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	-2.928,14	0,00	-2.928,14
91219991103050000000	Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-26.985,89	0,00	-26.985,89
91219991103060000000	Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	-4.525,02	0,00	-4.525,02
91321001101100000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	-1.654.112,50	0,00	-1.654.112,50
91321004106000000000	Deducao - Remuneracao dos Recursos do RPPS	-87.983.905,55	0,00	-87.983.905,55
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**408.904,25**	**0,00**	**408.904,25**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**408.904,25**	**0,00**	**408.904,25**
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**408.904,25**	**0,00**	**408.904,25**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	164.957.871,06	0,00	164.957.871,06
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319001010000000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	135.649.927,91	0,00	135.649.927,91
319001060000000	13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	11.272.539,89	0,00	11.272.539,89
319003010000000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	15.443.996,62	0,00	15.443.996,62
319003030000000	13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	1.288.345,37	0,00	1.288.345,37
319092020000000	INATIVO CIVIL	111.056,59	0,00	111.056,59
319092120000000	PENSIONISTA CIVIL	65.333,34	0,00	65.333,34
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.381,68	0,00	1.381,68
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**1.125.289,66**	**0,00**	**1.125.289,66**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total da Despesa com Pessoal		**1.125.289,66**	**0,00**	**1.125.289,66**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
400	111110601010100	Banco do Brasil c/c 18813-1	21.718,25	0,00	21.718,25
400	111110601010400	Banco do Brasil c/c 39768-7	8.137,70	0,00	8.137,70
400	111110604010000	Banco do Brasil Tx. Adm. c/c 62794-1	121,55	0,00	121,55
400	114110904010000	Banco do Brasil c/c 18813-1	5.578.833,32	0,00	5.578.833,32
400	114110904070000	CEF 11139-6	16.629.218,57	0,00	16.629.218,57
400	114110904090000	Banco do Brasil c/c 88836-2	415.617,59	0,00	415.617,59
400	114110906010000	Banco do Brasil c/c 18.813-1	2.089.684,42	0,00	2.089.684,42
400	114110908010100	Banco do Brasil c/c 18813-1	54.376.016,81	0,00	54.376.016,81
400	114110908010400	Banrisul c/c 04.091582.2-6	2.801.923,06	0,00	2.801.923,06
400	114110908010500	Banrisul Centralizacao c/c 04098241.0-6	3.617.264,45	0,00	3.617.264,45
400	114110908050000	CEF 11139-6	106.622.393,35	0,00	106.622.393,35
400	114111002010000	CEF c/ 11.139-6	32.215.711,98	0,00	32.215.711,98
400	114111002020000	BB 18.813-1	5.652.761,00	0,00	5.652.761,00
400	114111401010000	Banco do Brasil Tx. Adm. c/c 62794-1	3.529.207,54	0,00	3.529.207,54
400	114111401020000	Banco do Brasil Reserva Tx. Adm. c/c 78932-1	36.325.977,29	0,00	36.325.977,29
400	114119901000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Renda Fixa/Refer.	20.727.642,92	0,00	20.727.642,92

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400	114119902000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Tit. Tesouro	3.901.168,06	0,00	3.901.168,06
400	114119903000000	Banco do Brasil 62795-X FI Tit. Tesouro	30.217,72	0,00	30.217,72
400	114119904000000	CEF 11174-4 FI Tit. Tesouro	3.407.624,94	0,00	3.407.624,94
400	114119905000000	Banrisul 40915820-3 FI Tit. Tesouro	520.601,28	0,00	520.601,28
8400	111110601012200	BB Consig. IPASSP c/c 18.813-1	913.296,10	0,00	913.296,10
TOTAL			**299.385.137,90**	**0,00**	**299.385.137,90**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
111111902029958	Banco do Brasil c/c 20239-8	-3.395,78	0,00	-3.395,78
111111902029959	Banco do Brasil c/c 62795-X	-24,07	0,00	-24,07
111111902029962	Banco do Brasil Consig. c/c 20.239-8	-6.668,41	0,00	-6.668,41
114119901000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Renda Fixa/Refer.	-20.727.642,92	0,00	-20.727.642,92
114119902000000	Banco do Brasil 20239-8 FI Tit. Tesouro	-3.901.168,06	0,00	-3.901.168,06
114119903000000	Banco do Brasil 62795-X FI Tit. Tesouro	-30.217,72	0,00	-30.217,72
114119904000000	CEF 11174-4 FI Tit. Tesouro	-3.407.624,94	0,00	-3.407.624,94
114119905000000	Banrisul 40915820-3 FI Tit. Tesouro	-520.601,28	0,00	-520.601,28
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	128.603,39	0,00	128.603,39
632700000000000	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	383.002,31	0,00	383.002,31
TOTAL		**-28.085.737,48**	**0,00**	**-28.085.737,48**

Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros) **0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 604
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
227210301000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.887.552.713,45	0,00	1.887.552.713,45
227210303000000	(-) CONTRIBUICOES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-59.927.739,92	0,00	-59.927.739,92
227210304000000	(-) CONTRIBUICOES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-1.403.195,21	0,00	-1.403.195,21
227210305000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-150.043.223,28	0,00	-150.043.223,28
227210401000000	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	1.535.057.539,47	0,00	1.535.057.539,47
227210402000000	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-268.097.055,72	0,00	-268.097.055,72
227210403000000	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-187.667.939,01	0,00	-187.667.939,01
227210404000000	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS	-121.039.847,89	0,00	-121.039.847,89
227210598000000	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO	-2.363.633.368,91	0,00	-2.363.633.368,91
TOTAL		**270.797.882,98**	**0,00**	**270.797.882,98**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 605
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
400	128.603,39	383.002,31	0,00	383.002,31	511.605,70
TOTAL	**128.603,39**	**383.002,31**	**0,00**	**383.002,31**	**511.605,70**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
400	0,00	138.934,17	0,00	138.934,17	138.934,17
TOTAL	**0,00**	**138.934,17**	**0,00**	**138.934,17**	**138.934,17**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
400		298.471.841,80	0,00	298.471.841,80	
8400		913.296,10	0,00	913.296,10	
TOTAL		299.385.137,90	0,00	299.385.137,90	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

400	Recurso Livre - Administracao Indireta Municipal (inclusive RPPS instituido como
8400	Recursos Vinculados Extraorcamentarios - RPPS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
12180111010000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	400.805,89	0,00	400.805,89
12180111020000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	20.061.833,93	0,00	20.061.833,93
12180111030000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	65.296,03	0,00	65.296,03
12180111040000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	45.291,72	0,00	45.291,72
12180111050000000000	Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	20.188,42	0,00	20.188,42
TOTAL		**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 607
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	3.020.417,14	0,00	3.020.417,14	1,2307	3.717.227,37
Fevereiro	1.479.197,84	0,00	1.479.197,84	1,2296	1.818.821,66
Março	1.474.404,27	0,00	1.474.404,27	1,2295	1.812.780,05
Abril	1.591.647,04	0,00	1.591.647,04	1,2097	1.925.415,42
Maio	1.659.092,25	0,00	1.659.092,25	1,2091	2.006.008,44
Junho	1.636.468,31	0,00	1.636.468,31	1,1963	1.957.707,04
Julho	1.625.948,93	0,00	1.625.948,93	1,1774	1.914.392,27
Agosto	1.619.014,93	0,00	1.619.014,93	1,1505	1.862.676,68
Setembro	1.607.917,48	0,00	1.607.917,48	1,1076	1.780.929,40
Outubro	1.607.240,25	0,00	1.607.240,25	1,0723	1.723.443,72
Novembro	1.605.767,11	0,00	1.605.767,11	1,0342	1.660.684,35
Dezembro	1.666.300,44	0,00	1.666.300,44	1,0076	1.678.964,32
TOTAL	**20.593.415,99**	**0,00**	**20.593.415,99**		**23.859.050,73**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Excluído RPPS - Seleção Manual

Justificativa: Os valores ajustados se referem a Restos Processados e Não Processados a pagar e demais haveres financeiros.

5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	13.338.637,51	20.194.728,37
2º Bimestre	17.979.530,72	26.723.087,74
3º Bimestre	13.166.872,72	23.676.799,18
4º Bimestre	11.419.365,73	22.350.062,92
5º Bimestre	10.994.585,77	22.167.639,58
6º Bimestre	12.675.907,55	25.933.411,01
TOTAL	**79.574.900,00**	**141.045.728,80**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
1º Bimestre	18.676.914,30	23.220.543,84
2º Bimestre	26.095.286,80	15.638.955,29
3º Bimestre	19.140.222,04	16.933.961,55
4º Bimestre	16.827.286,65	16.932.719,00
5º Bimestre	16.080.233,35	16.679.297,57
6º Bimestre	18.845.156,86	17.073.013,12
TOTAL	**115.665.100,00**	**106.478.490,37**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	152.460,75	0,00
2º Bimestre	214.279,15	0,00
3º Bimestre	157.207,90	0,00
4º Bimestre	138.510,95	0,00
5º Bimestre	132.203,90	0,00

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 608
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
6º Bimestre	155.337,35	0,00
TOTAL	**950.000,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	0,00	-12.102.294,65
2º Bimestre	0,00	-13.094.367,33
3º Bimestre	0,00	-11.251.862,27
4º Bimestre	0,00	-17.892.735,75
5º Bimestre	0,00	-20.847.265,80
6º Bimestre	0,00	-14.523.868,70
TOTAL	**0,00**	**-89.712.394,50**

TOTAL DA RECEITA	**196.190.000,00**	**157.811.824,67**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	554.481,26	0,00	554.481,26
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**554.481,26**	**0,00**	**554.481,26**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

5.6.2 Previsão das Operações de Crédito e Fixação de Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.170.000,00	0,00	10.170.000,00

Deduções

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**10.170.000,00**	**0,00**	**10.170.000,00**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Identificação do(a) Administrador
Nome: Eglon do Canto Silva
CPF: 42826128000
Cargo/Função: Diretor Presidente
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 94513465034 Nome: Alexandre Niederauer Cargo: Diretor Geral

Substituições:

Início: 01/02/2021 Término: 15/02/2021

Início: 01/07/2021 Término: 15/07/2021

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

NADA A DECLARAR

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Página 609
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4081945
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 26 de Janeiro de 2022

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.50B3.BB5C.46DD.C038.57D8.

Balanço Orçamentário

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	195.240.000,00	195.240.000,00	157.811.824,67	-37.428.175,33
Receita de Contribuições	90.659.100,00	90.659.100,00	82.398.451,49	-8.260.648,51
Receita Patrimonial	28.130.000,00	28.130.000,00	4.206.735,48	-23.923.264,52
Receita de Serviços	0,00	0,00	366.844,04	366.844,04
Outras Receitas Correntes	76.450.900,00	76.450.900,00	70.839.793,66	-5.611.106,34
RECEITAS DE CAPITAL (II)	950.000,00	950.000,00	0,00	-950.000,00
Alienação de Bens	950.000,00	950.000,00	0,00	-950.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	196.190.000,00	196.190.000,00	157.811.824,67	-38.378.175,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	196.190.000,00	196.190.000,00	157.811.824,67	-38.378.175,33
DÉFICIT (VII)	-	-	25.192.346,55	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	196.190.000,00	196.190.000,00	183.004.171,22	-38.378.175,33
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	0,00	-

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: F88B.E243.00CE.628A.57BF.

Balanço Orçamentário

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	186.272.000,00	188.358.000,00	182.449.689,96	182.405.671,79	182.022.669,48	5.908.310,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	167.442.600,00	169.357.600,00	164.957.871,06	164.957.871,06	164.803.832,67	4.399.728,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.829.400,00	19.000.400,00	17.491.818,90	17.447.800,73	17.218.836,81	1.508.581,10
DESPESAS DE CAPITAL (X)	5.420.000,00	10.170.000,00	554.481,26	459.565,26	459.565,26	9.615.518,74
INVESTIMENTOS	3.479.000,00	8.229.000,00	405.689,72	310.773,72	310.773,72	7.823.310,28
AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.941.000,00	1.941.000,00	148.791,54	148.791,54	148.791,54	1.792.208,46
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	2.183.000,00	2.123.000,00	0,00	0,00	0,00	2.123.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)	10.375.000,00	3.599.000,00	0,00	0,00	0,00	3.599.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	204.250.000,00	204.250.000,00	183.004.171,22	182.865.237,05	182.482.234,74	21.245.828,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	204.250.000,00	204.250.000,00	183.004.171,22	182.865.237,05	182.482.234,74	21.245.828,78
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	0,00	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	204.250.000,00	204.250.000,00	183.004.171,22	182.865.237,05	182.482.234,74	21.245.828,78

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 2F88.E243.00CE.628A.57BF.

Balanço Orçamentário

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	82.477,17	344.282,99	-832,57	297.324,20	832,57	128.603,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	82.477,17	73.927,73	0,00	27.801,51	0,00	128.603,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	270.355,26	-832,57	269.522,69	832,57	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	82.477,17	344.282,99	-832,57	297.324,20	832,57	128.603,39

c. Notas Explicativas

1. As Receitas e Despesas Intraorçamentárias foram consideradas para cômputo dos valores deste anexo.

SANTA MARIA , 26 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Eglon do Canto Silva - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 1DE3.F88B.E243.00CE.628A.57BF.

Demonstração das Variações Patrimoniais

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**523.549.196,21**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**0,00**
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	**150.198.745,51**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	150.198.745,51
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	**0,00**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**4.206.735,48**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	4.206.735,48
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS OBTIDOS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	**9.231.913,04**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.231.913,04
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	**292.440,66**
REAVALIACAO DE ATIVOS	291.608,09
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	832,57
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**359.619.361,52**
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	353.556.776,46
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.062.585,06
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**521.972.441,16**
PESSOAL E ENCARGOS	**13.025.221,62**
REMUNERACAO A PESSOAL	12.898.718,54
ENCARGOS PATRONAIS	126.503,08
BENEFICIOS A PESSOAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**163.832.581,40**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AAE3.A574.CA9E.2EF3.B845.

Página 614
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4081948
DOCUMENTO PÚBLICO

Demonstração das Variações Patrimoniais

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Conta	Valor
APOSENTADORIAS E REFORMAS	147.034.906,07
PENSOES	16.797.675,33
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0,00
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**15.713.386,76**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	18.538,33
SERVICOS	15.615.024,81
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	79.823,62
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	**1.988.633,80**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.988.633,80
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	**8.055.854,50**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	8.054.708,16
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	1.146,34
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTARIAS	**1.581.696,56**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	3.578,32
CONTRIBUICOES	1.578.118,24
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**317.775.066,52**
PREMIACOES	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	317.392.875,31
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	382.191,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**1.576.755,05**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AAE3.A574.CA9E.2EF3.B845.

b. Notas Explicativas

1. Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS;
2. Transferências Intragovernamentais Recebidas se referem aos aportes financeiros para pagamento da folha de proventos e pensões de responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo conforme a Lei Municipal 4.938/2006;
3. Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas predominam as Reversões de Provisões Matemáticas Previdenciárias (R$333.630.322,14), sendo o restante Reversões de Provisões de 13º Salário e Férias;
4. Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas são constituídas da Compensação Financeira entre o RGPS e RPPS (R$5.902.014,87), sendo o restante taxa administrativa de consignações e restituição de valores indevidos;
5. Transferências Intragovernamentais Concedidas são os repasses financeiros concedidos aos Poderes Executivo e Legislativo relativos à folha de pagamento dos servidores cedidos ao IPASSP-SM;
6. VPD de Constituição de Provisões tem contabilizadas as Provisões Matemáticas Previdenciárias;
7. Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas são constituídas da Compensação Financeira Previdenciária entre o RGPS e o RPPS (R$220.299,23), Indenizações e Restituições (R$812,73), Sentenças Judiciais (R$12.287,71), e ressarcimento ao Poder Executivo referente a Precatórios de responsabilidade do IPASSP-SM (R$148.791,54).

SANTA MARIA , 26 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Eglon do Canto Silva - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AAE3.A574.CA9E.2EF3.B845.

Página 616
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4081948
DOCUMENTO PÚBLICO

Balanço Patrimonial

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	324.985.316,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	953.361,86
CREDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	25.577.035,81
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	298.441.864,30
ESTOQUES	12.612,64
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	441,73
ATIVO NAO CIRCULANTE	1.661.874,23
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	1.661.874,23
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**326.647.190,57**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	1.457.100,44
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	308.172,01
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	68.769,01
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	160.194,91
TRANSFERENCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	919.964,51
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	270.797.882,98
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
TRANSFERENCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	270.797.882,98
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**272.254.983,42**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	54.392.207,15
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**54.392.207,15**
TOTAL	**326.647.190,57**

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: F3E7.7A3D.E3A4.C744.C6C1.96DF.

Balanço Patrimonial

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**299.395.226,16**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	299.395.226,16
ATIVO PERMANENTE	**27.251.964,41**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	27.251.964,41
TOTAL	**326.647.190,57**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**1.570.504,38**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	1.431.570,21
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	138.934,17
PASSIVO PERMANENTE	**270.823.413,21**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	25.530,23
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	270.797.882,98
TOTAL	**272.393.917,59**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**54.253.272,98**

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
400	Recurso Livre - Administracao Indireta Municipal (inclusive RPPS instituido como	297.824.721,78
Total		297.824.721,78

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 7A3D.E3A4.C744.C6C1.96DF.

Balanço Patrimonial

INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA | ORGÃO Nº: 88153 | CNPJ: 04870834000109 | 01/01/2021 a 31/12/2021

e. Notas Explicativas

1. Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS;
2. Os valores do grupo ?Demais Créditos e Valores a Curto Prazo? correspondem a Contribuições Previdenciárias a receber (R$21.469.088,70) e Contribuição ao Plano de Saúde a receber (R$4.107.947,11);
3. Os Bens Móveis sofreram depreciação mensal;
4. As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais tem seu saldo composto por férias, 13º salário, benefícios previdenciários, contribuições ao RGPS sobre salários e remunerações e FGTS;
5. As Provisões a Longo Prazo correspondem as Provisões Matemáticas Previdenciárias registradas com base em Demonstrativo de Cálculo Atuarial realizado até a competência 09/2021;
6. Em 31/12/2021 a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores encerrou com o saldo de R$38.720,00, correspondente a estorno de créditos a receber relativo a baixa de direito a receber referente a parte de inscrições do concurso para provimento do quadro próprio do IPASSP-SM tendo em vista se referir a parcela de inscrições isentas no referido concurso;
7. Os Restos a pagar não processados no valor de 138.934,17 impactam no ?quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes? distorcendo o saldo patrimonial, que deveria ser aumentado nesse montante alterando o valor de 54.253.272,98 para 54.392.207,15;
8. Não foi possível selecionar manualmente os atos potenciais passivos para serem incluídos no Quadro das Contas de Compensação, na linha Obrigações Contratuais, o valor que ali deveria contar é de 13.941.705,31.

SANTA MARIA , 26 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Eglon do Canto Silva - Responsável

Responsáveis pela entrega dos documentos

ADRIANO VENTURINI
Contabilista

EGLON DO CANTO SILVA
Responsável

Assinado digitalmente por: ADRIANO VENTURINI em 27/01/22 e EGLON DO CANTO SILVA em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 1DE3.7A3D.E3A4.C744.C6C1.96DF.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4082397

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

EXERCÍCIO DE 2021

Periodo: 3º Quadrimestre

PM DE SANTA MARIA

32104122494951478

Para uso do Tribunal de Contas

Fl. | Rubrica

27/01/2022 09:39:04

3.0.1.5

Pág.: 1/7

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA

CNPJ: 88488366000100

ORGÃO Nº: 56900

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 62102121891630572 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Não

Possui RPPS? Sim

Forma de Organização? Autarquia/Fundação

Lei de Instituição do Controle Interno: 4409

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 05/02/2001

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 5849

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 28/02/2014

(Não possui Regimento Interno)

(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)

Forma de Estruturação do Controle Interno:

O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo

O município não realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
50169041034	Clairton Rodrigues da Motta	Superintendente de Controle Interno	pmsm.controleinterno@gmail.com	(55) 3921-7058

- Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
56703368015	Alessandra Dauvel Sulzbach
80133916049	Fabiana Comassetto Copette
80410979015	Carine Brisola
91214750087	Marcileni Basso da Silveira
1841549010	Camila Faccin Moro
1128021099	Joice Melo Dias
57513066000	Carla Mari Carlotto de Oliveira
97592900068	Andreia Machado dos Santos

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Plenário da Câmara Municipal dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 23/09/2021, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0789.DF53.B526.16D6.CB41.

Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal não promoveu a limitação de empenho, pois foi constatado que a realização da receita deverá comportar o cumprimento das metas de resultado nominal ou primário.

Não foram inseridas observações para este item.

9 - Operações de Crédito

As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 3º Quadrimestre de 2021, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

Não foram inseridas observações para este item.

10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 3º Quadrimestre de 2021 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

Não foram inseridas observações para este item.

11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

O Poder Executivo aplicou , no 3º Quadrimestre de 2021, a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa de capital.

A receita de capital foi vinculada a recurso específico, código(s) 1030, 1416, 4002.

Não foram inseridas observações para este item.

13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

As disponibilidades do RPPS estão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0789.DF53.B526.16D6.CB41.

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

Não foram inseridas observações para este item.

15 - Renúncia de Receita

No 3º Quadrimestre de 2021 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Não foram inseridas observações para este item.

16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da STN.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 3º Quadrimestre de 2021, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 3º Quadrimestre de 2021.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 3º Quadrimestre de 2021.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0789.DF53.B526.16D6.CB41.

Não foram inseridas observações para este item.

19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município não paga complementação de aposentadorias.

Não foram inseridas observações para este item.

24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2021.

Não foram inseridas observações para este item.

25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 25/05/2001.

Não foram inseridas observações para este item.

26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública não mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

Observações: Havia iniciado a implantação em anos anteriores. Em 2021, está sendo retomada a implantação dos centros de custos.

27 - Controle Interno

Os servidores lotados na Unidade Central de Controle Interno exercem suas atividades exclusivamente para o Controle Interno.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0789.DF53.B526.16D6.CB41.

A Lei Orçamentária Anual não estabeleceu a previsão de recursos específicos para as atividades pertinentes ao Sistema de Controle Interno.

Não foram inseridas observações para este item.

A Administração Municipal adotou parcialmente providências tendentes à correção das inconformidades apontadas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela Unidade Central de Controle Interno.

Observações: Algumas providências ainda estão sendo implementadas.

A Administração Municipal adotou parcialmente providências para regularização das irregularidades e responsabilização dos agentes que agiram em infringência às legislações válidas para a Administração Pública do município.

Observações: Algumas providências ainda estão sendo implementadas.

Há previsão em lei municipal que os órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, além do Poder Legislativo, submetem-se à fiscalização da UCCI - inciso I do art. 3º da Resolução TCE/RS nº936/2012.

Lei Municipal nº: 5849/2014 **artigo:** 7 e 8

Há previsão em lei municipal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado - alínea 'h' do inciso II do art. 4º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 5849/2014 **artigo:** 3

Não foram inseridas observações para este item.

Há previsão em lei municipal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas - alínea 'c' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 5849/2014 **artigo:** 13

Há indicação em lei municipal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao Tribunal de Contas das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal e alínea 'd' do inciso II do art. 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012.

Lei Municipal nº: 5849/2014 **artigo:** 13

Não foram inseridas observações para este item.

Não há previsão em lei municipal e/ou em normativas próprias, de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário - inciso II do parágrafo único do art. 6º da Resolução 936/2012.

Não foram inseridas observações para este item.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0789.DF53.B526.16D6.CB41.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 3º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

NADA A DECLARAR.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0789.DF53.B526.16D6.CB41.

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO
EXERCÍCIO DE 2021
Periodo: 3º Quadrimestre
PM DE SANTA MARIA

PM DE SANTA MARIA, 27/01/2022

_____

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

_____

Clairton Rodrigues da Motta
Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0789.DF53.B526.16D6.CB41.

Balanço Patrimonial

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	533.820.130,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	214.882.897,90
CREDITOS A CURTO PRAZO	105.688.928,51
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	207.333.894,65
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	5.515.512,24
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	398.897,11
ATIVO NAO CIRCULANTE	636.668.910,01
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	25.285.528,73
CREDITOS A LONGO PRAZO	20.257.301,87
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	3.633.580,82
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	1.394.646,04
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	1.073.429,52
IMOBILIZADO	610.304.296,95
INTANGIVEL	5.654,81
DIFERIDO	0,00
TOTAL	**1.170.489.040,42**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	65.428.568,29
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	23.245.823,18
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	17.015.445,89
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.416.808,95
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.696.184,02
TRANSFERENCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	18.054.306,25
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	135.157.303,30
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	72.299.259,64
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	57.316.301,91
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	1.785.451,22
TRANSFERENCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	3.756.290,53
TOTAL DO PASSIVO	**200.585.871,59**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	969.903.168,83
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**969.903.168,83**
TOTAL	**1.170.489.040,42**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C566.0A52.F70E.9B83.A8F6.

Balanço Patrimonial

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	**223.824.784,33**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo F	223.824.784,33
ATIVO PERMANENTE	**946.664.256,09**
Contas escrituraveis da Classe 1 com atributo P	946.664.256,09
TOTAL	**1.170.489.040,42**

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	**46.182.816,59**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo F	40.034.916,24
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	6.147.900,35
PASSIVO PERMANENTE	**160.550.955,35**
Contas escrituraveis do Grupo 2.1 com atributo P	25.393.652,05
Contas escrituraveis do Grupo 2.2 com atributo P	135.157.303,30
TOTAL	**206.733.771,94**
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	**963.755.268,48**

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.408.046,77	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	13.467.198,90	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	175.730.434,39
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	97.338.541,32
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	69.236.607,39
TOTAL	**16.875.245,67**	**TOTAL**	**342.305.583,10**

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	97.145.777,34
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	212.777,29
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude	27.141,21
900	COVID-19	65.667,11
1001	FUNREBOM	1.340.366,97
1002	FRDR - Fundo Rotativo Desenv. Rural	222.667,99
1005	FMA - Fundo do Meio Ambiente	1.259.972,33

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C566.0A52.F70E.9B83.A8F6.

Balanço Patrimonial

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
1006	PNAE Prog. Nac. Aliment. Estudante	321.514,11
1008	FEE - Salario Educ. Cota Municipal	20.269.950,98
1025	PDDE - Gov.Federal	17.607,29
1029	FMDCA - Fdo Mun.Dir.Crianca e Adol.	4.301.157,55
1030	Alienacao de Bens	3.259.046,62
1119	PNAFM 2a FASE - Cont. 0523.373-82	4.782.754,97
1120	Gov.Estado- Multa de Transito	108.123,73
1165	FUNDEEL	4.110,09
1194	FNDE-Prog.Nac.de Apoio ao Transp.Escolar	89.407,85
1195	CIDE-Cota-Parte Contr.Interv.Dom.Econ.	69.574,82
1259	FNAS - Basico Fixo	675.151,45
1304	FNAS-IGDBF	74.035,11
1305	PROCON	281.561,38
1308	Fundo Municipal do Centro de Eventos de Santa Maria	7.475,63
1313	PAC - Contrato 218.815-56	5.893.117,89
1315	Programa Pro-Moradia (PAC)	329,96
1316	Educacao Fiscal	13.472,26
1392	FNDE - Pro Infancia	492,25
1395	FNAS - BPC	1.299,41
1403	FUMCIP	2.804.282,07
1416	Alienacao de Bens-SMED	30.149,76
1420	Pro-infancia - Creches - PAC 200843/2011	1.074.109,31
1422	Conv. 704173/2010 - PROINFANCIA	7.671,65
1423	FNAS - IGD SUAS	22.459,71
1429	Conv. 701353/2011 FNDE-Ampliacao e Reforma de Escolas	2.087.117,62
1433	Pro infancia - Creches - PAC 2 - Contr. 203589	4.773.815,92
1445	FNAS- ACESSUAS - Pronatec	95.150,46
1460	FNDE- TC PAR Aquis. Equip. Educ. Infantil	1.176,31
1461	FNDE - PAR Quadra Esc. Bernardino	228.760,63
1464	Fundo Municipal do Idoso	1.683.636,84
1465	Contr. 399.658-75 - Pro-Transporte - 2a Etapa PAC 2	33.283,15
1468	Fundo Municipal de Assistencia Social	80.771,81
1469	FEAS Termo Adesao	40.563,95
1470	Contr. 387.527-35 - Revitalizacao do Complexo Esportivo Guarani Atlantico	316.317,37
1472	Contr. 1.012.572-26 - 4a Etapa C.de Eventos 799.546-13	1.567.909,34
1485	FNAS - Acoes Errad. Trabalho Infantil - ACEPETI	220.510,48

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C566.0A52.F70E.9B83.A8F6.

Balanço Patrimonial

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
1500	Contrato CEF 831537/2016 - Moderniz. e Impl.de Infr. Esp. e de Lazer	96.598,20
1501	FNDE - PAR - Caminho da Escola	14.229,10
1502	FNDE - Termo de Comp. PAR no 201601055	1.173.272,94
1508	FUNCULTURA	91.454,78
1511	REPASSE CORSAN decorrente de Acao Civil Publica no 027/1050017393-4	205.005,91
1512	Conv. 843615/2017 - Guarani Atlantico	248.756,66
1513	Conv. 845172/2017 - 1a Etapa Praca Novo Horizonte	16.414,49
1514	Conv. 846202/2017 - Parque Itaimbe	251.720,21
1522	FNAS - Protecao Social Especial	563.262,49
1529	Fundo Pro Saneamento	7.651.476,94
1530	TERMO DE COOPERACAO - MINISTERIO PUBLICO TRABALHO/ESCOLAS	6.905,91
1531	FUNPROSM	14.124,82
1533	FINISA	564.614,89
1542	Contr. 875343/2018 - Construcao de Pista de Skate - Pq. Itaimbe	46.105,48
1546	Contr. 874563/2018 - Academia ao Ar Livre	89.871,44
1549	Obra de Interligacao entre a BR 392 e RS 287	5,23
1550	FUNDETUR	14.127,88
1552	Conv. Aeroporto	498.548,62
1559	Contr. 894563/2019 - Cozinhas Comunitarias	135.495,43
1563	Contr. 891301/2019 - Aquisicao de Equipamentos Bombril	-64.477,36
1569	Contr. 894168/2019 - Aquisicao Equipamento	70.564,32
1571	FNAS - Covid EPI	8,25
1573	FNAS - Covid Acolhimento	147.026,01
1577	MPT - Aquis. Unidades de Area de Vivencia Movel	75.086,90
1580	Auxilio Emergencial - Cultura/RS	366.417,85
1582	Emenda de Transf. Especial	305.270,29
1583	FNAS - SIGTV Estruturacao Rede SUAS	101.781,39
1592	Recurso MP - FMA	1.445.413,75
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saude	188.922,19
4002	Alienacao de bens adquiridos com recursos da Saude	94.922,85
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap	267.850,74
4050	Farmacia Basica / Plantas Medicinais e Fitoterapicos / Diabetes Mellitus / Frald	161.206,28
4090	PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indigena / Saude Bucal / Saude Bucal Indigena	435.124,55
4111	CEO - Centro de Especialidades Odontologicas / LRPD - Laboratorios Regionais de	32.758,65
4160	PIM - Primeira Infancia Melhor	234.690,89
4170	SAMU / UPA - Urgencias - Remocao PAC	102.659,36

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C566.0A52.F70E.9B83.A8F6.

Balanço Patrimonial

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Código do Recurso	Descrição	Valor
4190	Vigilancia em Saude / Laboratorio de Entomologia / Dengue / Desastres Ambientais	332.681,45
4210	CEREST	373.603,04
4220	CAPS - Centro de Atencao Psicossocial	56.709,06
4230	Apoio a Rede Hospitalar / Hospitais Publicos Municipais / Hospitais Filantropico	210.874,01
4297	Custeio (medicamentos, exames e/ou consultas especializadas)	7.403,89
4300	Nota Fiscal Gaucha	21.124,95
4500	CUSTEIO - Atencao Basica	1.519.135,72
4501	CUSTEIO - Atencao de media e alta complexidade ambulatorial e hospitalar	2.228.907,13
4502	CUSTEIO - Vigilancia em Saude	442.251,77
4503	CUSTEIO - Assistencia Farmaceutica	202.400,30
4511	CUSTEIO - Outros programas financiados por transferencias fundo a fundo	81.223,45
4931	Aquisicao de Equipamentos e Material Permanente	111.149,43
4935	Construcoes ou Ampliacoes	895.045,24
Total		177.641.967,74

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C566.0A52.F70E.9B83.A8F6.

Balanço Patrimonial

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

e. Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Santa Maria - Exercício de 2021
Notas Explicativas do Balanço Patrimonial - Poder Executivo
Nota 1 ? Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes;
Nota 2 - Os Créditos tributários a receber foram atualizados/movimentados, conforme integração com o Sistema Tributário e informação recebida da SUREC;
Nota 3 - Os créditos registrados de Transferências a Receber no valor total de R$ 78.654.076,20 representam o somatório dos direitos adquiridos junto à União (R$ 38.282.348,49), Entidades Estaduais (R$ 40.371.727,71);
Nota 4- Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado de compras;
Nota 5 - Dentre os créditos de dívida ativa não tributária encontram-se os valores de Certidão de Títulos Executivo do TCE/RS, bem como atualização conforme informação recebida do Superintendência de Receitas;
Nota 6 - O grupo investimentos é composto pela participação no Consórcio Interm. da Região Centro do Estado-RS-CI/Centro e é mensurado pelo método da equivalência patrimonial;
Nota 7 - O ajuste para perdas da Dívida Ativa foi calculado adotando-se a média percentual de recebimento dos três exercícios (2019/2020/2021);
Nota 8 ? O valor dos restos a pagar pagos no exercício é composto de R$ 26.643.694,87 relativos aos efetivos pagamentos e R$ 1.643.059,04 referente a cancelamento de restos a pagar ;
Nota 9 - As obrigações exigíveis a longo prazo compõem-se de contratos de Operações de Crédito, Parcelamentos e Precatórios conforme a seguir relacionado: Contrato CEF 229.039-88 R$ 12.525.173,25, Contrato CEF 229.038-74 R$ 6.054.964,34, Contrato CEF 399.658-75 R$ 6.794.195,54, Contrato 519.627-63 de R$ 18.272.883,41, Contrato CEF 413.011-69 R$ 4.410.715,12, Contrato 523.373-82 PNAFM no valor de R$ 6.570.606,98, Parcelamento com o PASEP de R$ 1.785.451,22, Banco Mundial R$ 17.670.721,00 e Parcelamento de Precatórios conforme Emenda Constitucional nº 62/2009 no valor de R$ 57.316.301,91;
Nota 10 - O reconhecimento por competência dos passivos relativos à férias e encargos foram realizados conforme informação recebida da Gerência de Folha de Pagamento;
Santa Maria, 24 de Janeiro de 2022.

SANTA MARIA , 26 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Jorge Cladistone Pozzobom - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C566.0A52.F70E.9B83.A8F6.

Página 633
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	☒	☐
Deverá ser consolidado para fins de LRF	☒	☐

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 88488366000100
Período: 01/01/2021 a 31/12/2021 Tipo de entrega: Quadrimestral
Prefeitura: PM DE SANTA MARIA
Logradouro: Rua Venâncio Aires nr: 2277 compl: Telefone: (55) 3921-7051
HomePage: www.santamaria.rs.gov.br E-Mail: casacivil@santamaria.rs.gov.br; casacivilpmsm@gmai
Prefeito Municipal: JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Contabilista: MARILDA MANFIO Número do CRC: 60.773

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
Nome: GOVERNANÇABRASIL SUL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04311157000512 Telefone: (55)21032277
Responsável: Rafael Cebben E-Mail: dueto@tecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

☒ Contábil
☒ Financeiro
☒ Patrimonial
☒ Pessoal
☒ Orçamentário
☒ Tributário
☒ Folha de Pagamento
☐ Outros
☐ Nenhum

1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	Consorcio Intermunicipal da Região centro

1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	Não
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	Sim

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

2. Informações Contábeis

2.1 Contas de Receita

2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	248.098.354,90
Contribuicoes	9.832.000,00	10.608.277,11
Receita Patrimonial	5.863.695,73	10.102.930,72
Receita de Servicos	3.000,00	9.922,32
Transferencias Correntes	395.987.100,00	491.535.422,77
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	7.421.101,20
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	**648.391.795,73**	**767.776.009,02**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
RECEITAS DE CAPITAL		
Operacoes de Credito	18.974.822,77	10.262.513,10
Alienacao de Bens	15.403.800,00	701.415,92
Amortizacao de Emprestimos	30.400,00	58.339,43
Transferencias de Capital	36.301.381,50	6.719.336,29
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	**70.710.404,27**	**17.741.604,74**
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**0,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DE RECEITA	**-60.316.200,00**	**-62.610.723,63**
TOTAL DAS RECEITAS	**658.786.000,00**	**722.906.890,13**

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	620.990.000,00
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	346.725.679,74
Créditos Especiais	19.870.945,60
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	168.135.195,59
Transferências	0,00
Transposições	0,00
Remanejamentos	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	**819.451.429,75**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 635
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	642.131.543,18
Liquidado	635.983.642,83
Pago	605.949.880,66
SALDO A LIQUIDAR	**6.147.900,35**
SALDO A PAGAR	**30.033.762,17**

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	42.513.934,25
Liquidado	42.513.934,25
Pago	38.447.393,58
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	**0,00**
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	**4.066.540,67**

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO	
Superávit Financeiro	112.239.783,40
Excesso de Arrecadação	83.221.646,35
Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	168.135.195,59
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	168.135.195,59
Suplementações Orçamentárias entre entidades	3.000.000,00

2.3 Contas de Verificação

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	454.877.775,59D	533.820.130,41D
ATIVO NAO CIRCULANTE	605.798.035,75D	636.668.910,01D
PASSIVO CIRCULANTE	74.613.951,04C	65.428.568,29C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	126.557.186,70C	135.157.303,30C
PATRIMONIO LIQUIDO	859.504.673,60C	859.504.673,60C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	363.386.580,67D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	11.230,57D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	165.252.997,35D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	8.193.700,23D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	77.504.419,01D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	79.970.744,00D
TRIBUTARIAS	0,00	7.060.855,29D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	18.960.035,30D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	261.403.929,11C
CONTRIBUICOES	0,00	10.679.360,93C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	662.904,38C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	39.164.596,54C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	460.787.740,92C

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

	Saldo Inicial	Saldo Final
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	13.176.021,70C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	44.864.504,07C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	2.203.590.619,28D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58D	32.353.294,58D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	2.203.590.619,28C
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	32.353.294,58C	32.353.294,58C
ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43D	521.520.906,23D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65D	2.551.808.615,21D
DIVIDA ATIVA	390.921.998,09D	466.219.669,77D
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.911.586,99D
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47D	202.435.833,32D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	344.665.159,43C	521.520.906,23C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	163.575.390,65C	2.551.808.615,21C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	390.921.998,09C	466.219.669,77C
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	1.911.586,99C
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	170.995.138,47C	202.435.833,32C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	106.098.065,32D	137.180.513,86D
Bancos Conta Aplicação	53.199.115,17D	77.702.384,04D
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER EXECUTIVO	**159.297.180,49D**	**214.882.897,90D**

RPPS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL RPPS	**0,00**	**0,00**

OUTROS	**Saldo Inicial**	**Saldo Final**
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	**0,00**	**0,00**

TOTAL	**159.297.180,49D**	**214.882.897,90D**

2.5 Valores do Exercício Anterior

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 637
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	172.783.716,40	87.014.625,17	64.801.245,37
2º Bimestre	100.114.145,99	93.262.141,05	95.843.656,04
3º Bimestre	83.127.509,34	89.477.894,47	87.514.864,07
4º Bimestre	88.695.228,61	96.156.251,88	90.707.293,53
5º Bimestre	84.733.441,52	94.710.060,37	99.420.020,62
6º Bimestre	80.141.272,69	146.054.908,85	139.684.060,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	685.912.979,31	678.821.125,41
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.386.214,96	42.137.082,66
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-61.467.400,00	-51.714.038,30
TOTAL CONTAS DE RECEITA	**724.831.794,27**	**669.244.169,77**

2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
121110530000000	INSCRICAO DE CERTIDAO DE DECISAO - TITULO EXECUTIVO DO TCE/RS	15.913.992,19	0,00	15.913.992,19
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**15.913.992,19**	**0,00**	**15.913.992,19**

Contas de Receita

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
19280293010000000000	Restituicoes Determinadas pelo TCE	14.507,85	0,00	14.507,85
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**14.507,85**	**0,00**	**14.507,85**

2.6.1 Justificativas da Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

Foi conforme integração com sistema tributário.

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

	SOMA TOTAL DOS VALORES	
Especificações	**DÉBITO**	**CRÉDITO**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	2.340.125.508,77	2.284.539.791,36
Demais Contas	34.069.799.749,67	34.125.385.467,08
Totais	36.409.925.258,44	36.409.925.258,44
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.956.892

3. Índices Constitucionais

3.1 Cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira referente aos RPNP do exercício para fins do Gasto Constitucional com Educação

3.1.1 Identificação dos restos a pagar para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	258.618,04	0,00	258.618,04
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**258.618,04**	**0,00**	**258.618,04**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - Ex. Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	3.362.844,62	0,00	3.362.844,62
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	5.245.690,06	0,00	5.245.690,06
SUBTOTAL		**8.608.534,68**	**0,00**	**8.608.534,68**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - Ex. Anterior

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	0,00	0,00	0,00
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.1.2 Disponibilidade Financeira e Saldo Disponível para o cálculo da Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do exercício

Disponibilidade Financeira - Exercício Atual

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	7.084.835,49	0,00	7.084.835,49
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	6.512.690,06	0,00	6.512.690,06
SUBTOTAL		**13.597.525,55**	**0,00**	**13.597.525,55**

Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira - Exercício

Cód. Conta	Descrição	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Saldo Disponível
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	7.084.835,49	3.621.462,66	3.463.372,83
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	6.512.690,06	5.245.690,06	1.267.000,00
SUBTOTAL		**13.597.525,55**	**8.867.152,72**	**4.730.372,83**

3.1.3 Identificação dos RPNP do exercício e Verificação Suficiência/Insuficiência Financeira

RPNP - Ex. Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	3.250.595,54	0,00	3.250.595,54
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	1.267.000,00	0,00	1.267.000,00
SUBTOTAL		**4.517.595,54**	**0,00**	**4.517.595,54**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 639
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

RPNP - Ex. Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - MDE e Fundeb

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	3.250.595,54	3.463.372,83	0,00
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	1.267.000,00	1.267.000,00	0,00
SUBTOTAL		**4.517.595,54**	**4.730.372,83**	**0,00**

Suficiência/Insuficiência Financeira RPNP do Exercício Atual - Aplicação dos 70%

Cód. Conta	Descrição	RPNP Ex. Atual	Saldo Disponível	RPNP com insuficiência
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00	1.267.000,00	0,00
SUBTOTAL		**0,00**	**1.267.000,00**	**0,00**

3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	13.755.937,63	0,00	13.755.937,63
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	5.731.643,03	0,00	5.731.643,03
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.438.982,29	0,00	3.438.982,29
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	745.313,33	0,00	745.313,33
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	310.547,27	0,00	310.547,27
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	186.328,34	0,00	186.328,34
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.809.527,85	0,00	9.809.527,85
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.087.303,28	0,00	4.087.303,28
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.452.381,98	0,00	2.452.381,98
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	532.491,65	0,00	532.491,65
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	221.871,55	0,00	221.871,55
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	133.122,91	0,00	133.122,91
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	793.509,72	0,00	793.509,72
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	330.630,58	0,00	330.630,58
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	198.376,14	0,00	198.376,14
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo -	660,16	0,00	660,16

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	Principal - MDE			
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	28.966.608,62	0,00	28.966.608,62
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	12.069.947,77	0,00	12.069.947,77
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	7.241.109,80	0,00	7.241.109,80
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	223.820,01	0,00	223.820,01
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	93.443,35	0,00	93.443,35
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	55.769,44	0,00	55.769,44
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	5.186.970,59	0,00	5.186.970,59
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	2.161.589,51	0,00	2.161.589,51
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.296.403,36	0,00	1.296.403,36
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.490.225,72	0,00	2.490.225,72
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.037.997,82	0,00	1.037.997,82
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	622.159,40	0,00	622.159,40
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	20.202.337,54	0,00	20.202.337,54
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.417.652,04	0,00	8.417.652,04
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.050.572,72	0,00	5.050.572,72
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	35.907,13	0,00	35.907,13
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	14.961,39	0,00	14.961,39
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	8.976,47	0,00	8.976,47
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	15.102,86	0,00	15.102,86
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.292,86	0,00	6.292,86
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.775,64	0,00	3.775,64
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	48.539.733,00	0,00	48.539.733,00
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	20.224.888,79	0,00	20.224.888,79
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	12.134.931,68	0,00	12.134.931,68
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	532.453,02	0,00	532.453,02
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	221.859,45	0,00	221.859,45
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	133.145,18	0,00	133.145,18
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	2.061.626,03	0,00	2.061.626,03
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	859.028,16	0,00	859.028,16
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	515.387,58	0,00	515.387,58
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	711.879,87	0,00	711.879,87
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	296.642,07	0,00	296.642,07
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	177.943,04	0,00	177.943,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	52.853.039,22	0,00	52.853.039,22
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	4.404.419,91	0,00	4.404.419,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	13.213.259,71	0,00	13.213.259,71
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	17.617.679,03	0,00	17.617.679,03
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	2.316.613,22	0,00	2.316.613,22
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	965.255,51	0,00	965.255,51
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	579.153,30	0,00	579.153,30
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	749.707,07	0,00	749.707,07
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	62.475,61	0,00	62.475,61
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	187.426,80	0,00	187.426,80
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	249.902,25	0,00	249.902,25
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	82.110.667,92	0,00	82.110.667,92
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	6.842.555,67	0,00	6.842.555,67
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	20.527.666,96	0,00	20.527.666,96
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	27.370.222,63	0,00	27.370.222,63
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	32.151.575,95	0,00	32.151.575,95
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.679.298,24	0,00	2.679.298,24
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	8.037.894,29	0,00	8.037.894,29
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	10.717.192,54	0,00	10.717.192,54
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	885.322,30	0,00	885.322,30
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	73.776,88	0,00	73.776,88
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	221.330,63	0,00	221.330,63
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	295.107,49	0,00	295.107,49
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.088,73	0,00	-1.088,73
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-453,64	0,00	-453,64
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-272,19	0,00	-272,19
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.693.408,13	0,00	-1.693.408,13
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-706.152,11	0,00	-706.152,11
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-422.782,35	0,00	-422.782,35
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-3.412,42	0,00	-3.412,42
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.427,34	0,00	-1.427,34
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-847,84	0,00	-847,84
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.921,54	0,00	-2.921,54
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-1.217,50	0,00	-1.217,50
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-730,22	0,00	-730,22
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-447.159,34	0,00	-447.159,34
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-186.566,14	0,00	-186.566,14
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-111.535,64	0,00	-111.535,64
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-141.270,13	0,00	-141.270,13
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-58.862,68	0,00	-58.862,68
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-35.317,63	0,00	-35.317,63

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118014301000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	-810,70	0,00	-810,70
91118014302000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - MDE	-337,79	0,00	-337,79
91118014303000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - ASPS	-202,67	0,00	-202,67
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-1.048.548,58	0,00	-1.048.548,58
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-436.868,00	0,00	-436.868,00
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-262.132,34	0,00	-262.132,34
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-255,28	0,00	-255,28
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-106,39	0,00	-106,39
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-63,80	0,00	-63,80
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-1.111,78	0,00	-1.111,78
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-463,25	0,00	-463,25
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-277,96	0,00	-277,96
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-59.540,86	0,00	-59.540,86
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-24.814,93	0,00	-24.814,93
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-14.877,41	0,00	-14.877,41
SUBTOTAL		**507.153.622,33**	**0,00**	**507.153.622,33**

TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada **126.788.405,58**

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	56.086.959,08	0,00	56.086.959,08
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.880.437,91	0,00	15.880.437,91
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-1.428.384,26	0,00	-1.428.384,26
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.250.103,94	0,00	56.250.103,94
TOTAL II		**126.789.116,67**	**0,00**	**126.789.116,67**

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	ADMINISTRACAO GERAL	3.409.019,93	0,00	3.409.019,93
20	ENSINO FUNDAMENTAL	32.770.013,06	0,00	32.770.013,06
20	ENSINO PROFISSIONAL	110.082,21	0,00	110.082,21
20	EDUCACAO INFANTIL	27.742.910,79	0,00	27.742.910,79
20	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	8.166.475,68	0,00	8.166.475,68
31	ADMINISTRACAO GERAL	12.726.263,86	0,00	12.726.263,86
31	ENSINO FUNDAMENTAL	102.908.652,70	0,00	102.908.652,70
31	EDUCACAO INFANTIL	23.223.748,54	0,00	23.223.748,54
SUBTOTAL I		**211.057.166,77**	**0,00**	**211.057.166,77**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	339008560100000 - Ensino Fundamental	11.027,14	0,00	11.027,14
SUBTOTAL II		**11.027,14**	**0,00**	**11.027,14**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	0,00
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	81.938.884,70	0,00	81.938.884,70
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	1.095.831,31	0,00	1.095.831,31
SUBTOTAL IV	**-83.034.716,01**	**0,00**	**-83.034.716,01**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)	**25,24**	**128.011.423,62**

3.2.4 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	52.853.039,22	0,00	52.853.039,22
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	4.404.419,91	0,00	4.404.419,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	13.213.259,71	0,00	13.213.259,71
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	17.617.679,03	0,00	17.617.679,03
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	749.707,07	0,00	749.707,07
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	62.475,61	0,00	62.475,61
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	187.426,80	0,00	187.426,80
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	249.902,25	0,00	249.902,25
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	82.110.667,92	0,00	82.110.667,92
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	6.842.555,67	0,00	6.842.555,67
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	20.527.666,96	0,00	20.527.666,96
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	27.370.222,63	0,00	27.370.222,63
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	32.151.575,95	0,00	32.151.575,95
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.679.298,24	0,00	2.679.298,24
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	8.037.894,29	0,00	8.037.894,29
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	10.717.192,54	0,00	10.717.192,54
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	885.322,30	0,00	885.322,30
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	73.776,88	0,00	73.776,88
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	221.330,63	0,00	221.330,63
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	295.107,49	0,00	295.107,49
SUBTOTAL		**281.250.521,10**	**0,00**	**281.250.521,10**

Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada	**56.250.104,22**

3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.250.103,94	0,00	56.250.103,94

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 644
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL II		**56.250.103,94**	**0,00**	**56.250.103,94**

3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	ADMINISTRACAO GERAL	12.726.263,86	0,00	12.726.263,86
31	ENSINO FUNDAMENTAL	102.908.652,70	0,00	102.908.652,70
31	EDUCACAO INFANTIL	23.223.748,54	0,00	23.223.748,54
SUBTOTAL I		**138.858.665,10**	**0,00**	**138.858.665,10**

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

(-) Desp. Liq. com Recursos do PLUS do FUNDEB	81.938.884,70	0,00	81.938.884,70
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	669.676,46	0,00	669.676,46
SUBTOTAL IV	**-82.608.561,16**	**0,00**	**-82.608.561,16**
	% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL - Gastos Constitucionais com FUNDEB	**20,00**		**56.250.103,94**

3.3.4 Cálculo da Proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais da Educação Básica (art. 212-A, inciso XI, CF)

3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 70% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2021

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13210011010200000000	Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	709.534,52	0,00	709.534,52
17580111000000000000	Transferencias de Recursos do Fundo de Manutencao e Desenvolvimento da Educacao Basica e de Valorizacao dos Profissionais da Educacao - FUNDEB - Principal	138.188.988,64	0,00	138.188.988,64
91321001101020000000	Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	-39.858,06	0,00	-39.858,06
Total		**138.858.665,10**	**0,00**	**138.858.665,10**

Base da Receita - 70% do Retorno do FUNDEB **97.201.065,57**

3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2021

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	91.197.616,90	0,00	91.197.616,90
31	Educação Infantil	21.279.936,79	0,00	21.279.936,79
SUBTOTAL I		**112.477.553,69**	**0,00**	**112.477.553,69**

Despesas Não Computáveis

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 645
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cód. Recurso	Natureza de Despesa	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira *

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	0,00
SUBTOTAL III		**0,00**

(*) Observação: Cálculo será efetuado apenas em DEZEMBRO.

TOTAL	**112.477.553,69**	**0,00**	**112.477.553,69**
% de Aplicação			**81,00**

3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2020	14.525,78	0,00	14.525,78
Plus do FUNDEB - Exercício de 2020	60.932.284,20	0,00	60.932.284,20
TOTAL	**60.946.809,98**	**0,00**	**60.946.809,98**
Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%			**3.047.340,50**

3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2021 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	13.755.937,63	0,00	13.755.937,63
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	5.731.643,03	0,00	5.731.643,03
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.438.982,29	0,00	3.438.982,29
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	745.313,33	0,00	745.313,33
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	310.547,27	0,00	310.547,27
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	186.328,34	0,00	186.328,34
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.809.527,85	0,00	9.809.527,85
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	4.087.303,28	0,00	4.087.303,28
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.452.381,98	0,00	2.452.381,98
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	532.491,65	0,00	532.491,65
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	221.871,55	0,00	221.871,55

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	133.122,91	0,00	133.122,91
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	793.509,72	0,00	793.509,72
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	330.630,58	0,00	330.630,58
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	198.376,14	0,00	198.376,14
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	1.584,37	0,00	1.584,37
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	660,16	0,00	660,16
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	396,09	0,00	396,09
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	28.966.608,62	0,00	28.966.608,62
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	12.069.947,77	0,00	12.069.947,77
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	7.241.109,80	0,00	7.241.109,80
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	223.820,01	0,00	223.820,01
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	93.443,35	0,00	93.443,35
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	55.769,44	0,00	55.769,44
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	5.186.970,59	0,00	5.186.970,59
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	2.161.589,51	0,00	2.161.589,51
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	1.296.403,36	0,00	1.296.403,36
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	2.490.225,72	0,00	2.490.225,72
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	1.037.997,82	0,00	1.037.997,82
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	622.159,40	0,00	622.159,40
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	20.202.337,54	0,00	20.202.337,54
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	8.417.652,04	0,00	8.417.652,04
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	5.050.572,72	0,00	5.050.572,72
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	35.907,13	0,00	35.907,13
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	14.961,39	0,00	14.961,39
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	8.976,47	0,00	8.976,47
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	15.102,86	0,00	15.102,86
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	6.292,86	0,00	6.292,86
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	3.775,64	0,00	3.775,64
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	48.539.733,00	0,00	48.539.733,00
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	20.224.888,79	0,00	20.224.888,79
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	12.134.931,68	0,00	12.134.931,68
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	532.453,02	0,00	532.453,02
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	221.859,45	0,00	221.859,45
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	133.145,18	0,00	133.145,18
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	2.061.626,03	0,00	2.061.626,03
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	859.028,16	0,00	859.028,16
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	515.387,58	0,00	515.387,58
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	711.879,87	0,00	711.879,87
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	296.642,07	0,00	296.642,07
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	177.943,04	0,00	177.943,04
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	52.853.039,22	0,00	52.853.039,22
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	4.404.419,91	0,00	4.404.419,91
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	13.213.259,71	0,00	13.213.259,71

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	17.617.679,03	0,00	17.617.679,03
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	2.316.613,22	0,00	2.316.613,22
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	965.255,51	0,00	965.255,51
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	579.153,30	0,00	579.153,30
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - PROPRIO	2.046.374,60	0,00	2.046.374,60
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	852.656,09	0,00	852.656,09
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	511.593,65	0,00	511.593,65
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	749.707,07	0,00	749.707,07
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	62.475,61	0,00	62.475,61
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	187.426,80	0,00	187.426,80
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	249.902,25	0,00	249.902,25
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	82.110.667,92	0,00	82.110.667,92
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	6.842.555,67	0,00	6.842.555,67
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	20.527.666,96	0,00	20.527.666,96
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	27.370.222,63	0,00	27.370.222,63
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	32.151.575,95	0,00	32.151.575,95
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.679.298,24	0,00	2.679.298,24
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	8.037.894,29	0,00	8.037.894,29
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	10.717.192,54	0,00	10.717.192,54
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	885.322,30	0,00	885.322,30
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	73.776,88	0,00	73.776,88
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	221.330,63	0,00	221.330,63
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	295.107,49	0,00	295.107,49
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-1.088,73	0,00	-1.088,73
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-453,64	0,00	-453,64
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-272,19	0,00	-272,19
91113031103010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	-25.358,77	0,00	-25.358,77
91113031103020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	-10.566,16	0,00	-10.566,16
91113031103030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	-6.339,69	0,00	-6.339,69
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-476,94	0,00	-476,94
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-198,73	0,00	-198,73
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-119,23	0,00	-119,23
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.693.408,13	0,00	-1.693.408,13
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-706.152,11	0,00	-706.152,11
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-422.782,35	0,00	-422.782,35
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-3.412,42	0,00	-3.412,42
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.427,34	0,00	-1.427,34
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-847,84	0,00	-847,84

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-2.921,54	0,00	-2.921,54
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-1.217,50	0,00	-1.217,50
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-730,22	0,00	-730,22
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-447.159,34	0,00	-447.159,34
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-186.566,14	0,00	-186.566,14
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-111.535,64	0,00	-111.535,64
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-141.270,13	0,00	-141.270,13
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-58.862,68	0,00	-58.862,68
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-35.317,63	0,00	-35.317,63
91118014301000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	-810,70	0,00	-810,70
91118014302000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - MDE	-337,79	0,00	-337,79
91118014303000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - ASPS	-202,67	0,00	-202,67
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-839,03	0,00	-839,03
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-349,60	0,00	-349,60
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-209,76	0,00	-209,76
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-1.048.548,58	0,00	-1.048.548,58
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-436.868,00	0,00	-436.868,00
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-262.132,34	0,00	-262.132,34
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-255,28	0,00	-255,28
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-106,39	0,00	-106,39
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-63,80	0,00	-63,80
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-1.111,78	0,00	-1.111,78
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-463,25	0,00	-463,25
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-277,96	0,00	-277,96
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-59.540,86	0,00	-59.540,86
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-24.814,93	0,00	-24.814,93
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-14.877,41	0,00	-14.877,41
SUBTOTAL I		**507.153.622,33**	**0,00**	**507.153.622,33**

TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada **76.073.043,35**

3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	33.649.762,06	0,00	33.649.762,06
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.278.325,34	0,00	43.278.325,34
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-855.708,73	0,00	-855.708,73
TOTAL II		**76.072.378,67**	**0,00**	**76.072.378,67**

Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelas contas diferente do Valor Total da Base Constitucional da Receita da Saúde calculada pelos recursos vinculados

3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-535.232,76	0,00	-535.232,76
40	Administração Geral	2.719.079,20	0,00	2.719.079,20
40	Atenção Básica	65.750.039,67	0,00	65.750.039,67
40	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.485.052,76	0,00	14.485.052,76
40	Suporte Profilático e Terapêutico	2.234.919,15	0,00	2.234.919,15
40	Vigilância Sanitária	3.335.588,46	0,00	3.335.588,46

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Vigilância Epidemiológica	3.307.854,60	0,00	3.307.854,60
SUBTOTAL I		**91.297.301,08**	**0,00**	**91.297.301,08**

3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Despesas Não Computáveis

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		**0,00**	**0,00**	**0,00**
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		9.348,18	0,00	9.348,18
SUBTOTAL III		**9.348,18**	**0,00**	**9.348,18**

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	**18,00**	**91.287.952,90**

3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

3.7.1 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	767.776.009,02	0,00	767.776.009,02
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	17.741.604,74	0,00	17.741.604,74
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-62.610.649,75	0,00	-62.610.649,75
92000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS DE CAPITAL	-73,88	0,00	-73,88
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
13210011010302000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Atencao Basica	139.011,51	0,00	139.011,51
13210011010303000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Vigilancia Sanitaria	7.417,17	0,00	7.417,17
13210011010305000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - PR SF ESTADUAL	19.810,85	0,00	19.810,85
13210011010306000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Atencao de Media Complexidade	27.209,01	0,00	27.209,01
13210011010307000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Vigilancia em Saude	110,15	0,00	110,15
13210011010308000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Assistencia Farmaceutica	112,33	0,00	112,33
13210011010309000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FES Farmacia Basica	9.593,51	0,00	9.593,51
13210011010312000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Saude do Trabalhador Estadual	18.988,32	0,00	18.988,32
13210011010315000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Prog. Prim. Inf. PIM	8.675,72	0,00	8.675,72
13210011010316000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - SALVAR	20.412,17	0,00	20.412,17
13210011010317000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - CEO	1.988,32	0,00	1.988,32
13210011010318000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - PIES	13.506,37	0,00	13.506,37
13210011010320000000	Rec. Rem. Dep. Banc. Alienacao Bens SMS	3.401,15	0,00	3.401,15
13210011010321000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FES Campanha de Vacinacao	15.135,24	0,00	15.135,24
13210011010322000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Constr. e Ampl. de Unidade de Saude	13.097,62	0,00	13.097,62
13210011010323000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Hospitais Publicos Municipais	5.072,66	0,00	5.072,66
13210011010324000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Educacao em Saude	532,91	0,00	532,91
13210011010327000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Aquis. Equip. Estrut.	13.655,55	0,00	13.655,55
13210011010329000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Nota Fiscal Gaucha	501,50	0,00	501,50
13210011010330000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Cuca Legal	4.383,44	0,00	4.383,44

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
13210011010331000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Custeio (Medic./Exames/Cons.)	1.260,19	0,00	1.260,19
13210011010701000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS Basico Fixo	29.972,55	0,00	29.972,55
13210011010704000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS BPC	31,88	0,00	31,88
13210011010705000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS IGDBF	6.177,71	0,00	6.177,71
13210011010706000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS IGD SUAS	337,46	0,00	337,46
13210011010707000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS AceSuas Pronatec	2.334,18	0,00	2.334,18
13210011010708000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FMAS	3.476,57	0,00	3.476,57
13210011010709000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Termo de Adesao	1.654,03	0,00	1.654,03
13210011010710000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - ACEPETI	5.409,45	0,00	5.409,45
13210011010714000000	Rec. Rem. dep. Banc. FNAS Protecao Social Especial	16.344,80	0,00	16.344,80
13210011010715000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS COVID EPI	32,40	0,00	32,40
13210011010716000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS COVID Alimentos	5,37	0,00	5,37
13210011010717000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS COVID Acolhimento	11.257,64	0,00	11.257,64
13210011010718000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNAS - SIGTV Estruturacao Rede SUAS	1.781,39	0,00	1.781,39
13210011010802000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Salario Educacao	535.498,30	0,00	535.498,30
13210011010803000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - PNAE	11.713,85	0,00	11.713,85
13210011010804000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE - Transp. Escolar	1.524,52	0,00	1.524,52
13210011010806000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE PDDE	431,93	0,00	431,93
13210011010807000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE Pro-Infancia	12,07	0,00	12,07
13210011010809000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE Conv. 704173	188,19	0,00	188,19
13210011010810000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE 701353	76.280,51	0,00	76.280,51
13210011010811000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE Conv. 203589	174.584,76	0,00	174.584,76
13210011010812000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE PAR Educ. Inf.	28,86	0,00	28,86
13210011010813000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - PAR Esc. Bernardino	8.366,82	0,00	8.366,82
13210011010816000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - FNDE Caminho da Esc.	349,06	0,00	349,06
13210011010817000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Pro-Infancia Creche	39.269,52	0,00	39.269,52
13210011010818000000	Rec. Rem. Dep. Banc. - Termo Compr. PAR 20160105	42.904,63	0,00	42.904,63
17180311010100000000	Atencao Primaria	14.285.219,50	0,00	14.285.219,50
17180311010600000000	Emendas Parlamentares	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
17180311010700000000	Transferencia Emergencial COVID-19	1.465.711,03	0,00	1.465.711,03
17180321010100000000	Atencao Especializada	9.756.346,60	0,00	9.756.346,60
17180331010100000000	Vigilancia em Saude	1.589.802,28	0,00	1.589.802,28
17180341010000000000	Assistencia Farmaceutica	1.664.525,76	0,00	1.664.525,76
17180511000000000000	Transferencias do Salario-Educacao - Principal	8.423.433,77	0,00	8.423.433,77
17180531000000000000	Transferencias Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentacao Escolar - PNAE - Principal	2.399.414,60	0,00	2.399.414,60
17180541000000000000	Transferencias Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal	184.150,78	0,00	184.150,78
17181211010000000000	FNAS - Basico Fixo	316.082,60	0,00	316.082,60
17181211020000000000	FNAS - IGDBF	344.224,18	0,00	344.224,18
17181211030000000000	FNAS - IGD SUAS	20.196,00	0,00	20.196,00
17181211060000000000	FNAS - Protecao Social Especial	469.006,61	0,00	469.006,61
17181211100000000000	Emendas Parlamentares	350.000,00	0,00	350.000,00
17280311010000000000	FES - Salvar / Emerg / Salvar / UPAS	1.597.420,50	0,00	1.597.420,50
17280311020000000000	FES Trabalhador	455.000,00	0,00	455.000,00
17280311030000000000	FES - Farmacia Basica	821.294,47	0,00	821.294,47
17280311040000000000	FES - Primeira Infancia Melhor	214.250,00	0,00	214.250,00
17280311060000000000	FES - PSF	1.320.834,95	0,00	1.320.834,95

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17280311080000000000	CEO - Centro de Especialidades Odont.	47.710,00	0,00	47.710,00
17280311100000000000	Incentivo Atencao Basica - PIES	2.160.865,39	0,00	2.160.865,39
17280311110000000000	Custeio UPA - FES	4.640.909,09	0,00	4.640.909,09
17280311120000000000	PSF Indigena	50.200,00	0,00	50.200,00
17280311130000000000	FES - Dispensacao de Fraldas	444.561,00	0,00	444.561,00
17280311140000000000	FES - Nota Solidaria	45.629,40	0,00	45.629,40
17280311150000000000	Custeio aos Consorcios de Saude	1.064.022,41	0,00	1.064.022,41
17280311160000000000	FES - CAPS	156.000,00	0,00	156.000,00
17280311170000000000	FES - Vigilancia Epidemiologica	400.000,00	0,00	400.000,00
17281091120000000000	Conv. Plano de Enfrentamento a Estiagem	100.000,00	0,00	100.000,00
24180311010000000000	Atencao Basica	63.349,00	0,00	63.349,00
24180411010000000000	Recursos de Emendas Parlamentares	659.460,00	0,00	659.460,00
91321001101030200000	Deducao - Rec. Rem. Dep. Banc. - Atencao Basica	-197,49	0,00	-197,49
91321001101030600000	Deducao - Rec. Rem. Dep. Banc. - Atencao de Media Complexidade	-3.619,97	0,00	-3.619,97
91321001101032200000	Deducao - Rec. Rem. Dep. Banc. - Constr. e Ampl. de Unidade de Saude	-1.985,32	0,00	-1.985,32
91321001101032400000	Deducao - Rec. Rem. Dep. Banc. - Educacao em Saude	-160,95	0,00	-160,95
91321001101080200000	Deducao - Rec. Rem. Dep. Banc. - Salario Educacao	-94.491,98	0,00	-94.491,98
TOTAL		**664.953.881,78**	**0,00**	**664.953.881,78**

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 35,125%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 371 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	EMP_87	0	0	JUSTIF.	Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021,

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.
EMPENHO.TXT	ARQ_04	0	0	AVISO	O número de Avisos ultrapassou o Limite na Rotina EMP_87
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 01, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 002, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 2, Contrato nr. 02, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 3, Contrato nr. 003, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 004, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 4, Contrato nr. 04, ano 2020, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 0001, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 001, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 01, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 1, Contrato nr. 1, ano 2021, tipo de instrumento contratual P (Termo de Parceria), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 86, Contrato nr. 86, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 87, Contrato nr. 87, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 110, Contrato nr. 110, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 111, Contrato nr. 111, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 112, Contrato nr. 112, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 120, Contrato nr. 120, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 178, Contrato nr. 178, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_32	0	0	AVISO	Contrato Padrão TCE nr. 179, Contrato nr. 179, ano 2021, tipo de instrumento contratual C (Contrato), não cadastrado no Licitacon.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 28,021%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 26,437%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	97,601% dos 542 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
CTA_DISP.TXT	CTV_33	87	0	AVISO	Linha: 87 - Validação do prefixo da agência 03925 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	87	0	AVISO	Linha: 87 - Validação da conta 00000000006000007756 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_33	88	0	AVISO	Linha: 88 - Validação do prefixo da agência 02716 inconsistente para o código do banco 104
CTA_DISP.TXT	CTV_34	88	0	AVISO	Linha: 88 - Validação da conta 00000000006015075161 inconsistente para o código do banco 104

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_87 - Linha 5376 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 5377 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Descrição: EMP_87 - Linha 5378 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004703, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 5379 - CNPJ/CPF 92873413000280, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004704, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6411 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006152, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6412 - CNPJ/CPF 2410457000108, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006153, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 6413 - CNPJ/CPF 11110121000102, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006154, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 7220 - CNPJ/CPF 74915984000177, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000006283, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 8009 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004699, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

Descrição: EMP_87 - Linha 8010 - CNPJ/CPF 92874775001933, do credor vinculado ao empenho nr. 2021000004701, não tem correspondência com o CNPJ/CPF de qualquer um dos participantes informados na licitação nr. 9, ano 2021, modalidade PRI (Processo de Inexigibilidade) no Licitacon.

Justificativa: Tendo em vista o processo de credenciamento como processo de Inexigibilidade, não foi possível incerir os contratos de forma gradual como estavam sendo realizados no Sistema Licitacon. Foi feita chamada tecnica ao TCE_RS, com resposta para resolução nos próximos processos a serem realizados.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	30/03/2021	o Diário
	Internet	30/03/2021	Home Page
2º Bimestre	Mural	28/05/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	28/05/2021	o Diário
	Internet	28/05/2021	Home Page
3º Bimestre	Mural	30/07/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	30/07/2021	o Diário
	Internet	30/07/2021	Home Page
4º Bimestre	Mural	30/09/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	30/09/2021	o Diário
	Internet	30/09/2021	Home Page
5º Bimestre	Mural	30/11/2021	Centro Administrativo municipal
	Jornal	30/11/2021	o Diário
	Internet	30/11/2021	Home Page

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

6º Bimestre	Mural	28/01/2022	Centro Administrativo municipal
	Jornal	28/01/2022	o Diário
	Internet	28/01/2022	Home Page

5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
1º Quadrimestre	Mural	28/05/2021	Centro Adm Municipal
	Jornal	28/05/2021	O Diário
	Internet	28/05/2021	Home page
2º Quadrimestre	Mural	30/09/2021	Centro Adm Municipal
	Jornal	30/09/2021	O Diário
	Internet	30/09/2021	home page
3º Quadrimestre	Mural	28/01/2022	Centro Adm Municipal
	Jornal	28/01/2022	O Diário
	Internet	28/01/2022	home page

5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Periodo	Data	Local
3º Quadrimestre/2020	26/02/2021	Plenário Camara Municipal
1º Quadrimestre/2021	31/05/2021	Plenário Camara Municipal
2º Quadrimestre/2021	29/09/2021	Plenário Camara Municipal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
25/05/2000	http://www.santamaria.rs.gov.br

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
100000000000000	RECEITAS CORRENTES	767.776.009,02	0,00	767.776.009,02
91000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-62.610.649,75	0,00	-62.610.649,75
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
		0,00	0,00	0,00
SELEÇÃO MANUAL				
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		**705.165.359,27**	**0,00**	**705.165.359,27**

Emendas Parlamentares Individuais

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 655
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3110 / 17181211100000000000	Emendas Parlamentares	350.000,00	0,00	350.000,00
3110 / 17180311010600000000	Emendas Parlamentares	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO		**703.565.359,27**	**0,00**	**703.565.359,27**
Emendas Parlamentares de Bancada				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3150 / 17180311010100000000	Atencao Primaria	300.000,00	0,00	300.000,00
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL		**703.265.359,27**	**0,00**	**703.265.359,27**

5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	346.467.770,38	8.493.191,81	354.960.962,19
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.455.439,22	0,00	3.455.439,22
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.017.961,82	0,00	1.017.961,82
319094010300000	FERIAS, AVISO PREVIO E/OU 13o SALARIO INDENIZADOS	838.524,83	0,00	838.524,83
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**348.066.722,95**	**8.493.191,81**	**356.559.914,76**

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
310000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
330034010000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	45.712,89	0,00	45.712,89
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	45.880,59	0,00	45.880,59
853240203000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 3o BIMESTRE	47.134,23	0,00	47.134,23
853240204000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 4o BIMESTRE	56.175,63	0,00	56.175,63
853240205000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 5o BIMESTRE	49.507,75	0,00	49.507,75
853240206000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 6o BIMESTRE	61.702,65	0,00	61.702,65
TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE		**306.113,74**	**0,00**	**306.113,74**
Total da Despesa com Pessoal		**348.372.836,69**	**8.493.191,81**	**356.866.028,50**

Observação: Onde se lê 330034010000000 leia-se 3.3.xx.34.01.00.00.00, conforme IN TCE 4/2021.

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111111902010200	BB Conta Movimento	22.344.306,79	0,00	22.344.306,79
1	111111902010300	BB Depto.Nac.Prod.Min. C/C 4474-1	58.341,96	0,00	58.341,96
1	111111902010400	BB ITR - C/C 7901-4	26.946,17	0,00	26.946,17
1	111111902010500	BB ICMS Deson. C/C 283141-4	20.018,78	0,00	20.018,78
1	111111902010800	BB ISS - STN - C/C 34053-7	32.937,98	0,00	32.937,98
1	111111902010900	BB Lei 7525 - C/C 9288-6	14.499,56	0,00	14.499,56
1	111111902011000	BB ISS Simples Nacional c/c 42924-4	239.037,44	0,00	239.037,44
1	111111903010100	CEF - C/C 27-5	6.062,28	0,00	6.062,28
1	111111903010200	CEF Exec. Fiscal C/P 775-6	16,36	0,00	16,36
1	111111903010800	CEF Conta Movimento	86.249,05	0,00	86.249,05
1	111111903011200	CEF Conv. 831537 Academias-Contrap. c/c 647015-0	315,29	0,00	315,29
1	111111903011300	CEF Cont. 799546/2013 4a Etapa C.Ev. (RL) c/c 147110-8	4.617,67	0,00	4.617,67
1	111111903011800	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte (RL) c/c 10218-4	3.526,55	0,00	3.526,55

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 657
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1	111111903013800	CEF Cont. 891301/2019 Aquis.Equip.Bombril (RL) c/c 71121-0	1.683,38	0,00	1.683,38
1	111111903014000	CEF Cont. 894550/2019 Mod.Treze de Maio (RL) c/c 71133-4	18.707,52	0,00	18.707,52
1	111111903014100	CEF Cont. 894563/2019 Prom.Econ.Solid. (RL) c/c 71134-2	4.598,29	0,00	4.598,29
1	111111912010100	BERGS Conta Movimento	17.137.581,28	0,00	17.137.581,28
1	111111912010600	BERGS ISS - C/C 04.095228.0-0	128.948,75	0,00	128.948,75
1	111115003060000	CEF Aplic. Financ. c/c 006.00010027-0	49.757.388,09	0,00	49.757.388,09
1	111115004040000	CEF PMSM c/c 10027-0	11.115.340,35	0,00	11.115.340,35
1	111115004050000	BERGS PMSM C/C 04.004103.0-9	11.064.752,61	0,00	11.064.752,61
20	111111902021400	BB MDE	2.887.408,15	0,00	2.887.408,15
20	111111903020800	CEF MDE c/c 10270-2	4.197.427,34	0,00	4.197.427,34
31	111111902029955	BB FUNDEB	506.495,07	0,00	506.495,07
31	111111903029940	CEF FUNDEB	6.006.194,99	0,00	6.006.194,99
40	111111902023900	BB FMS C/C 59036-3	1.604.724,43	0,00	1.604.724,43
40	111111903024100	CEF FMS C/C 13222-9	49.427,97	0,00	49.427,97
40	111111912021800	BERGS FMS C/C 04.098430.0-3	3.470,36	0,00	3.470,36
900	111111903029959	CEF COVID19 MPT c/c 71154-7	65.667,11	0,00	65.667,11
1001	111111912020100	BERGS FUNREBOM - C/C 04.077284.0-1	1.340.366,97	0,00	1.340.366,97
1002	111111902022800	BB FRDR-Fundo Rotativo C/C 61331-2	222.667,99	0,00	222.667,99
1005	111111902021000	BB FMA - C/C 7234-6	1.259.972,33	0,00	1.259.972,33
1006	111111902028800	BB Merenda - C/C 49.486-0	321.514,11	0,00	321.514,11
1008	111111903029942	CEF Sal. Educacao C/C 672014-9	20.269.950,98	0,00	20.269.950,98
1025	111111902024400	BB PDDE C/C 81867-4	5.518,03	0,00	5.518,03
1025	111111902028100	BB PDDE C/C 9264-9	12.089,26	0,00	12.089,26
1029	111111902029920	BB FMDCA C/C 69076-7	3.930.736,72	0,00	3.930.736,72
1029	111111912027300	BERGS FMDCA C/C 04.139494.0-6	721.683,35	0,00	721.683,35
1030	111111902011500	BB Distrito Industrial - DISM c/c 60.884-X	1.209.324,42	0,00	1.209.324,42
1030	111111902021900	BB Habitacao C/C 5300-7	342.759,10	0,00	342.759,10
1030	111111903020100	CEF Alien. Bens C/C 10178-1	1.645.875,41	0,00	1.645.875,41
1030	111111903029400	CEF F.M.Habitacao c/c 10254-0	115.296,65	0,00	115.296,65
1030	111111903029966	CEF PNFM Contrap. (FR 1030) c/c 10266-4	1.893,50	0,00	1.893,50
1119	111111903020600	CEF Cont. 0523.373-82 PNAFM c/c 10266-4	4.799.796,47	0,00	4.799.796,47
1120	111111912022100	BERGS Multa de Transito - c/04.077829.0-2	127.262,45	0,00	127.262,45
1165	111111912023000	BERGS FUNDEEL - C/C 04.095783.0-6	4.110,09	0,00	4.110,09
1194	111111902023300	BB FNDE PNATE C/C 28439-4	89.407,85	0,00	89.407,85
1195	111111902023400	BB CIDE - C/C 28886-1	69.574,82	0,00	69.574,82
1259	111111902021600	BBrasil PSB Covid-19 c/c 79051-6	470.908,63	0,00	470.908,63
1259	111111902026000	BB PSB FNAS c/c 79051-6	237.680,33	0,00	237.680,33
1304	111111902027100	BB BL GBF - FNAS C/C 79042-7	83.911,35	0,00	83.911,35
1305	111111912023700	BERGS PROCON c/c 04.098213.0-1	324.488,53	0,00	324.488,53
1308	111111902027400	BB Fundo C. Eventos SM C/C 40814-X	7.475,63	0,00	7.475,63

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1313	111111903026600	CEF PAC OGU Cont. 218815-56 c/c 147031-4	444.532,27	0,00	444.532,27
1313	111115002024500	CEF Poup.Contr.218815-56-PAC OGU C/P 147031-7	5.448.585,62	0,00	5.448.585,62
1315	111111903020400	CEF Contr. 229039-88 C/C 10107-2	329,96	0,00	329,96
1316	111111902024800	BB Prog. Educ. Fiscal C/C 64.671-7	13.472,26	0,00	13.472,26
1392	111111902020700	BB FNDE Pro Infancia c/c 53576-1	492,25	0,00	492,25
1395	111111902029000	BB BPC Escola c/c 79038-9	1.299,41	0,00	1.299,41
1403	111111903022300	CEF FUMCIP c/c 10257-5	2.838.363,94	0,00	2.838.363,94
1403	111111912020900	BERGS FUNCIP C/C 04.098392.0-0	238,50	0,00	238,50
1416	111111902022000	BB Leilao SMED c/c 59031-2	30.149,76	0,00	30.149,76
1420	111111902024300	BB FNDE PAC 200843/2011 c/c 63510-3	1.074.109,31	0,00	1.074.109,31
1422	111111902022300	BB Conv. 704173/2010 PROINFANCIA (PTA) c/c 57116-4	7.671,65	0,00	7.671,65
1423	111111902029100	BB BL GSUAS - C/C 79045-1	22.459,71	0,00	22.459,71
1429	111111902023500	BB Conv. 701353/2011 - FNDE Ampl.e Ref. c/c 60286-8	2.087.117,62	0,00	2.087.117,62
1433	111111902023100	BB FNDE - T. Compr. PAC 203589 c/c 62247-8	4.773.815,92	0,00	4.773.815,92
1445	111111902022900	BB ACESUAS TRABALHO c/c 79036-2	95.150,46	0,00	95.150,46
1460	111111902029914	BB PAR Educ. Infantil C/C 64487-0	1.176,31	0,00	1.176,31
1461	111111902029915	BB PAR Quadra Esc. Bernard. C/C 64804-3	228.760,63	0,00	228.760,63
1464	111111902029939	BB FUMID c/c 69242-5	1.373.063,95	0,00	1.373.063,95
1464	111111912028700	BERGS FMAS FUMID C/C 04.139628.0-5	350.029,13	0,00	350.029,13
1465	111111903027100	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte c/c 10218-4	33.283,15	0,00	33.283,15
1468	111111912020300	Bergs FMAS 041395351-2 (FR 1468)	84.475,81	0,00	84.475,81
1469	111111912020400	Bergs FEAS c/c 04139535.0-4 (FR 1469)	40.563,95	0,00	40.563,95
1470	111115002023800	CEF Poup.Contr.387527-35-Revit.Guarani C/P 147098-8	316.317,37	0,00	316.317,37
1472	111111903020900	CEF 4 Etapa C. Eventos Cont. 799546-13 c/c 147110-8	1.567.909,34	0,00	1.567.909,34
1485	111111902026500	BB AEPETI c/c 79039-7	220.510,48	0,00	220.510,48
1500	111111903029941	CEF Conv. 831537 Academias c/c 647015-0	96.598,20	0,00	96.598,20
1501	111111902029943	BB FNDE PAR Caminho da Escola C/C 81911-5	14.229,10	0,00	14.229,10
1502	111111902029951	BB FNDE PAR Infr. Esc. C/C 84292-3	1.173.272,94	0,00	1.173.272,94
1508	111111902029965	BB Apoio Cult. Aldir Blanc c/c 89855-4	1.750,44	0,00	1.750,44
1508	111111912023100	BERGS FUNCULTURA C/C 04.150981.0-5	89.704,34	0,00	89.704,34
1511	111111912029200	BERGS Conv.CORSAN Acao Civil Publ. c/c 04.150937.0-7	205.005,91	0,00	205.005,91
1512	111111903023400	CEF Cont. 843615 Ref. Guarani c/c 647024-0	248.756,66	0,00	248.756,66
1513	111111903022100	CEF Cont. 845172/2017 Pr.N.Horiz. c/c 647027-4	16.414,49	0,00	16.414,49
1514	111111903023500	CEF Cont. 846202 Rev.P.Itaimbe c/c 647031-2	251.720,21	0,00	251.720,21
1522	111111902021700	BBrasil PSE Covid-19 c/c 84474-8	132.680,83	0,00	132.680,83
1522	111111902029500	BB Em. Parlam. SIGTV C/C 90145-8	355.537,25	0,00	355.537,25

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 659
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1522	111111902029953	BB FMAS MAC C/C 84474-8	105.692,40	0,00	105.692,40
1529	111111903029800	CEF Pro Saneamento C/C 006.00010258-3	7.809.631,53	0,00	7.809.631,53
1530	111111912029700	BERGS SMED Doacao MP-C/C 04.150982.0-2	6.905,91	0,00	6.905,91
1531	111111903022500	CEF FUNPROSM c/c 10259-1	63.024,82	0,00	63.024,82
1533	111111903029945	CEF Contr.519627-63 FINISA-C/C 10260-5	564.614,89	0,00	564.614,89
1542	111111903024000	CEF Cont. 875343 Pista Skate c/c 647077-0	46.105,48	0,00	46.105,48
1546	111111903024900	CEF Cont. 874563 Academias c/c 647071-1	89.871,44	0,00	89.871,44
1549	111111912020600	BERGS CORSAN Interlig. BR C/C 04.160412.0-4	5,23	0,00	5,23
1550	111111902029957	BB FUNDETUR C/C 86647-4	14.127,88	0,00	14.127,88
1552	111111902021300	BB Conv. Aeroporto C/C 85939-7	535.553,24	0,00	535.553,24
1559	111111903026200	CEF Cont. 894563 Promocao Econ. Solid. c/c 71134-2	135.495,43	0,00	135.495,43
1569	111111903029961	CEF Conv. 894168/2019 Aquis. Equip. c/c 71157-1	70.564,32	0,00	70.564,32
1571	111111902020200	BB FNAS Covid EPI c/c 89406-0	8,25	0,00	8,25
1573	111111902020400	BB FNAS Covid Acolhimento c/c 89402-8	147.026,01	0,00	147.026,01
1577	111111912021100	BERGS MPT Inst. Movel c/c 04.173573.0-2	75.086,90	0,00	75.086,90
1580	111111912990100	Bergs Aux. Emergencial c/c 04174927.0-6	366.417,85	0,00	366.417,85
1582	111111903029962	CEF Transf. Especial c/c 672017-3	305.270,29	0,00	305.270,29
1583	111111902029966	BB FMAS SIGTV Estruturacao Rede SUAS c/c 90290-X	101.781,39	0,00	101.781,39
1592	111111912990500	Bergs FMA Recurso MP c/c 04.175666.0-2	1.445.413,75	0,00	1.445.413,75
4001	111111902020800	BB FMS Vigil. Sanitaria C/C 81884-4	106.595,90	0,00	106.595,90
4001	111111903024800	CEF FMS Vigil. Sanitaria c/c 13223-7	37.566,26	0,00	37.566,26
4001	111111912022200	BERGS FMS Vigil. Sanitaria C/C 04.148817.0-1	37.729,19	0,00	37.729,19
4001	111111912029100	BERGS FMS Outros Rec.- C/C 04.146584.0-9	7.030,84	0,00	7.030,84
4002	111111902024500	BB FMS Alienacao de Bens c/c 64007-7	175.808,85	0,00	175.808,85
4011	111111912025600	BERGS FMS PIES-C/C 04.134832.9-6	267.850,74	0,00	267.850,74
4050	111111912024800	BERGS FMS Farm. Basica Est. C/C 04.134832.1-4	159.867,39	0,00	159.867,39
4050	111111912028200	BERGS FMS Dispensacao de Fraldas C/C 04.141355.0-3	1.338,89	0,00	1.338,89
4090	111111912021500	Bergs FMS Covid-Prisional c/c 041348324-9	30.000,00	0,00	30.000,00
4090	111111912025100	BERGS FMS PSF Bucal - C/C 04.134832.4-9	247.661,97	0,00	247.661,97
4090	111111912027100	BERGS FMS PSF Indigena C/C 04.098443.0-1	218.319,27	0,00	218.319,27
4111	111111912025000	BERGS FMS CEO C/C 04.134832.3-0	32.758,65	0,00	32.758,65
4160	111111912025200	BERGS FMS PIM - C/C 04.134832.5-7	234.690,89	0,00	234.690,89
4170	111111912021300	Bergs FMS Port. 256 Aquis. Mat. P.A. c/c 04138319.0-5	90.909,09	0,00	90.909,09
4170	111111912024700	BERGS FMS SAMU Estadual C/C 04.134832.0-6	1.555,16	0,00	1.555,16
4170	111111912026700	BERGS FMS UPA EST. C/C 04.138319.0-5	10.195,11	0,00	10.195,11
4190	111111912021600	Bergs FMS Port. GM/MS 2782 c/c 0414050303	289.582,42	0,00	289.582,42

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 660
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4190	111111912027600	BERGS DENGUE VERAO - C/C 04.140503.0-3	43.099,03	0,00	43.099,03
4210	111111912023900	BERGS CEREST Conv. C/C 04.098277.0-9	91.387,72	0,00	91.387,72
4210	111111912025400	BERGS FMS CEREST C/C 04.134832.7-3	297.389,20	0,00	297.389,20
4220	111111912023200	BERGS FMS CAPS AD C/C 04.152017.0-4	56.709,06	0,00	56.709,06
4230	111111912026900	BERGS FMS Faturamento CIS C/C 04.151266.0-5	210.874,01	0,00	210.874,01
4297	111111912020700	Bergs FMS Covid-19 c/c 04.164579.0-7	7.403,89	0,00	7.403,89
4300	111111912022500	BERGS FMS Nota Solidaria - c/04149861.0-4	21.124,95	0,00	21.124,95
4500	111111903021100	CEF Monit. Nutric. Inv. c/c 624058-9 (FR 4500)	37.297,31	0,00	37.297,31
4500	111111903021400	CEF Custeio A.B.-Emendas c/c 624061-9	290.088,51	0,00	290.088,51
4500	111111903021708	CEF FMS-At.Basica-PAB 624061-9 (4500)	53.000,23	0,00	53.000,23
4500	111111903021709	CEF FMS-At.Basica-ESF/PACS/ACS 624061-9 (4500)	346.094,36	0,00	346.094,36
4500	111111903021711	CEF FMS-Atencao Basica-Monit.Nutricional 624061-9 (4500)	229.748,81	0,00	229.748,81
4500	111111903021716	CEF FMS Port. 3350 COVID Saude Mental c/c 624061-9	102.182,19	0,00	102.182,19
4500	111111903027900	CEF 624061-9 Portaria 894 (COVID)	78.503,84	0,00	78.503,84
4500	111111903028800	CEF 624061-9 Portaria 731 (COVID)	155.534,50	0,00	155.534,50
4500	111111903029958	CEF FMS 624061-9 COVID-19	72.581,10	0,00	72.581,10
4500	111111903029965	CEF FNS Port. 2735/2021 c/c 624061-9	300.000,00	0,00	300.000,00
4501	111111903020211	CEF Serv. de Fisioterapia c/c 624061-9	229.551,68	0,00	229.551,68
4501	111111903021703	CEF FMS-At. Alta/Media Complex-CAPS 624061-9 (4501)	29.154,55	0,00	29.154,55
4501	111111903021704	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SUS 13224-5 (4501)	801.459,78	0,00	801.459,78
4501	111111903021706	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SAMU/UPA 624061-9 (4501)	424,21	0,00	424,21
4501	111111903021707	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-CEREST 624061-9 (4501)	1.220.780,02	0,00	1.220.780,02
4502	111111903021701	CEF FMS-Vigilancia em Saude 624061-9 (4502)	461.513,83	0,00	461.513,83
4503	111111903021702	CEF FMS-Assist.Farmaceutica 624061-9 (4503)	171.154,01	0,00	171.154,01
4503	111111903021712	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2516 COVID Saude Mental	31.246,29	0,00	31.246,29
4511	111111903024400	CEF Port. 1.666 COVID-19 c/c 624061-9	81.223,45	0,00	81.223,45
4931	111111903020301	CEF FMS INVESTSUS At.Basica - C/C 006.624066-0	112.552,64	0,00	112.552,64
4931	111111903020302	CEF FMS INVESTSUS At.Espec. - C/C 006.624066-0	48.596,79	0,00	48.596,79
4935	111111903021600	CEF FMS Requalif. UBS Rubem Noal C/C 624044-9	90.300,26	0,00	90.300,26
4935	111111903024700	CEF FMS Requalif. UBS Campestre C/C 624051-1	106.086,78	0,00	106.086,78
4935	111111903027200	CEF FMS Requalif. UBS Urlandia C/C 624053-8	133.110,45	0,00	133.110,45
4935	111111903027800	CEF FMS Requalif. UBS Joy Bets C/C	106.034,43	0,00	106.034,43

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		624050-3			
4935	111111903029910	CEF FNS U.B.S. Oneide de Carvalho c/c 624066-0	135.700,98	0,00	135.700,98
4935	111111903029911	CEF FNS U.B.S. Alto da Boa Vista c/c 624066-0	323.812,34	0,00	323.812,34
8001	111111912011300	BERGS FR 8001 (0001)	5.934.613,40	0,00	5.934.613,40
TOTAL			**214.882.897,90**	**0,00**	**214.882.897,90**

5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
			0,00	0,00	0,00
TOTAL			**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
212130298020000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta - Principal	2.302.499,86	0,00	2.302.499,86
212130298030000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena (Principal)	900.200,00	0,00	900.200,00
212130298040000	CEF Contrato 399.658-75	827.864,33	0,00	827.864,33
212130298050000	CEF Cont. 413.011-69	515.833,81	0,00	515.833,81
212130298060000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533 Principal	3.433.014,59	0,00	3.433.014,59
212210399020000	EMPRESTIMO EXTERNO COM O BANCO MUNDIAL	5.479.053,83	0,00	5.479.053,83
212340198000000	OUTROS FINANCIAMENTOS INTERNOS	58.210,43	0,00	58.210,43
212530104000000	Contrato 085.878-10 PNAFM	5.333,28	0,00	5.333,28
212530106000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	520.941,87	0,00	520.941,87
212530107000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	238.195,45	0,00	238.195,45
212530108000000	Contrato CEF 399.658-75 - Pro Transporte	251.345,87	0,00	251.345,87
212530109000000	Contrato 413.011-69 Pro-Transporte	147.519,31	0,00	147.519,31
212530110000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	1.109.041,88	0,00	1.109.041,88
212530111000000	CEF Cont. 523.373-82 PNAFM FR 1119 (10082)	78.448,10	0,00	78.448,10
212540300000000	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS	127.579,53	0,00	127.579,53
212610100000000	JUROS DE CONTRATOS - EMPRESTIMOS EXTERNOS	1.020.363,75	0,00	1.020.363,75
222139902000000	Contrato CEF 229.039-88 Santa Marta	12.525.173,25	0,00	12.525.173,25
222139903000000	Contrato CEF 229.038-74 Cadena	6.054.964,34	0,00	6.054.964,34
222139904000000	Contrato CEF 399.658-75 Pro-Transporte	6.794.195,54	0,00	6.794.195,54
222139905000000	CEF 413.011-69 - Pro-Transporte	4.410.715,12	0,00	4.410.715,12
222139906000000	CEF Cont. 519627-63 FINISA FR 1533	18.272.883,41	0,00	18.272.883,41
222139907000000	Cont. 0523.373-82 PNAFM	6.570.606,98	0,00	6.570.606,98

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
222210201010000	Banco Mundial	17.670.721,00	0,00	17.670.721,00
223110402000000	PRECATORIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL - A PARTIR DE 5/ 5/2 - VENCIDOS E NAO PAGOS	57.316.301,91	0,00	57.316.301,91
TOTAL		**146.631.007,44**	**0,00**	**146.631.007,44**

5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Disponibilidade de Caixa (Disponibilidade de Caixa Bruta - Restos a Pagar Processados) - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111111902010200	BB Conta Movimento	22.344.306,79	0,00	22.344.306,79
111111902010300	BB Depto.Nac.Prod.Min. C/C 4474-1	58.341,96	0,00	58.341,96
111111902010400	BB ITR - C/C 7901-4	26.946,17	0,00	26.946,17
111111902010500	BB ICMS Deson. C/C 283141-4	20.018,78	0,00	20.018,78
111111902010800	BB ISS - STN - C/C 34053-7	32.937,98	0,00	32.937,98
111111902010900	BB Lei 7525 - C/C 9288-6	14.499,56	0,00	14.499,56
111111902011000	BB ISS Simples Nacional c/c 42924-4	239.037,44	0,00	239.037,44
111111902011500	BB Distrito Industrial - DISM c/c 60.884-X	1.209.324,42	0,00	1.209.324,42
111111902020200	BB FNAS Covid EPI c/c 89406-0	8,25	0,00	8,25
111111902020400	BB FNAS Covid Acolhimento c/c 89402-8	147.026,01	0,00	147.026,01
111111902020700	BB FNDE Pro Infancia c/c 53576-1	492,25	0,00	492,25
111111902020800	BB FMS Vigil. Sanitaria C/C 81884-4	106.595,90	0,00	106.595,90
111111902021000	BB FMA - C/C 7234-6	1.259.972,33	0,00	1.259.972,33
111111902021300	BB Conv. Aeroporto C/C 85939-7	535.553,24	0,00	535.553,24
111111902021400	BB MDE	2.887.408,15	0,00	2.887.408,15
111111902021600	BBrasil PSB Covid-19 c/c 79051-6	470.908,63	0,00	470.908,63
111111902021700	BBrasil PSE Covid-19 c/c 84474-8	132.680,83	0,00	132.680,83
111111902021900	BB Habitacao C/C 5300-7	342.759,10	0,00	342.759,10
111111902022000	BB Leilao SMED c/c 59031-2	30.149,76	0,00	30.149,76
111111902022300	BB Conv. 704173/2010 PROINFANCIA (PTA) c/c 57116-4	7.671,65	0,00	7.671,65
111111902022800	BB FRDR-Fundo Rotativo C/C 61331-2	222.667,99	0,00	222.667,99
111111902022900	BB ACESUAS TRABALHO c/c 79036-2	95.150,46	0,00	95.150,46
111111902023100	BB FNDE - T. Compr. PAC 203589 c/c 62247-8	4.773.815,92	0,00	4.773.815,92
111111902023300	BB FNDE PNATE C/C 28439-4	89.407,85	0,00	89.407,85
111111902023400	BB CIDE - C/C 28886-1	69.574,82	0,00	69.574,82
111111902023500	BB Conv. 701353/2011 - FNDE Ampl.e Ref. c/c 60286-8	2.087.117,62	0,00	2.087.117,62
111111902023900	BB FMS C/C 59036-3	1.604.724,43	0,00	1.604.724,43
111111902024300	BB FNDE PAC 200843/2011 c/c 63510-3	1.074.109,31	0,00	1.074.109,31
111111902024400	BB PDDE C/C 81867-4	5.518,03	0,00	5.518,03
111111902024500	BB FMS Alienacao de Bens c/c 64007-7	175.808,85	0,00	175.808,85
111111902024800	BB Prog. Educ. Fiscal C/C 64.671-7	13.472,26	0,00	13.472,26
111111902026000	BB PSB FNAS c/c 79051-6	237.680,33	0,00	237.680,33

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 663
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111902026500	BB AEPETI c/c 79039-7	220.510,48	0,00	220.510,48
111111902027100	BB BL GBF - FNAS C/C 79042-7	83.911,35	0,00	83.911,35
111111902027400	BB Fundo C. Eventos SM C/C 40814-X	7.475,63	0,00	7.475,63
111111902028100	BB PDDE C/C 9264-9	12.089,26	0,00	12.089,26
111111902028800	BB Merenda - C/C 49.486-0	321.514,11	0,00	321.514,11
111111902029000	BB BPC Escola c/c 79038-9	1.299,41	0,00	1.299,41
111111902029100	BB BL GSUAS - C/C 79045-1	22.459,71	0,00	22.459,71
111111902029500	BB Em. Parlam. SIGTV C/C 90145-8	355.537,25	0,00	355.537,25
111111902029914	BB PAR Educ. Infantil C/C 64487-0	1.176,31	0,00	1.176,31
111111902029915	BB PAR Quadra Esc. Bernard. C/C 64804-3	228.760,63	0,00	228.760,63
111111902029920	BB FMDCA C/C 69076-7	3.930.736,72	0,00	3.930.736,72
111111902029939	BB FUMID c/c 69242-5	1.373.063,95	0,00	1.373.063,95
111111902029943	BB FNDE PAR Caminho da Escola C/C 81911-5	14.229,10	0,00	14.229,10
111111902029951	BB FNDE PAR Infr. Esc. C/C 84292-3	1.173.272,94	0,00	1.173.272,94
111111902029953	BB FMAS MAC C/C 84474-8	105.692,40	0,00	105.692,40
111111902029955	BB FUNDEB	506.495,07	0,00	506.495,07
111111902029957	BB FUNDETUR C/C 86647-4	14.127,88	0,00	14.127,88
111111902029965	BB Apoio Cult. Aldir Blanc c/c 89855-4	1.750,44	0,00	1.750,44
111111902029966	BB FMAS SIGTV Estruturacao Rede SUAS c/c 90290-X	101.781,39	0,00	101.781,39
111111903010100	CEF - C/C 27-5	6.062,28	0,00	6.062,28
111111903010200	CEF Exec. Fiscal C/P 775-6	16,36	0,00	16,36
111111903010800	CEF Conta Movimento	86.249,05	0,00	86.249,05
111111903011200	CEF Conv. 831537 Academias-Contrap. c/c 647015-0	315,29	0,00	315,29
111111903011300	CEF Cont. 799546/2013 4a Etapa C.Ev. (RL) c/c 147110-8	4.617,67	0,00	4.617,67
111111903011800	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte (RL) c/c 10218-4	3.526,55	0,00	3.526,55
111111903013800	CEF Cont. 891301/2019 Aquis.Equip.Bombril (RL) c/c 71121-0	1.683,38	0,00	1.683,38
111111903014000	CEF Cont. 894550/2019 Mod.Treze de Maio (RL) c/c 71133-4	18.707,52	0,00	18.707,52
111111903014100	CEF Cont. 894563/2019 Prom.Econ.Solid. (RL) c/c 71134-2	4.598,29	0,00	4.598,29
111111903020100	CEF Alien. Bens C/C 10178-1	1.645.875,41	0,00	1.645.875,41
111111903020211	CEF Serv. de Fisioterapia c/c 624061-9	229.551,68	0,00	229.551,68
111111903020301	CEF FMS INVESTSUS At.Basica - C/C 006.624066-0	112.552,64	0,00	112.552,64
111111903020302	CEF FMS INVESTSUS At.Espec. - C/C 006.624066-0	48.596,79	0,00	48.596,79
111111903020400	CEF Contr. 229039-88 C/C 10107-2	329,96	0,00	329,96
111111903020600	CEF Cont. 0523.373-82 PNAFM c/c 10266-4	4.799.796,47	0,00	4.799.796,47
111111903020800	CEF MDE c/c 10270-2	4.197.427,34	0,00	4.197.427,34
111111903020900	CEF 4 Etapa C. Eventos Cont. 799546-13 c/c 147110-8	1.567.909,34	0,00	1.567.909,34
111111903021100	CEF Monit. Nutric. Inv. c/c 624058-9 (FR 4500)	37.297,31	0,00	37.297,31
111111903021400	CEF Custeio A.B.-Emendas c/c 624061-9	290.088,51	0,00	290.088,51
111111903021600	CEF FMS Requalif. UBS Rubem Noal C/C 624044-9	90.300,26	0,00	90.300,26
111111903021701	CEF FMS-Vigilancia em Saude 624061-9 (4502)	461.513,83	0,00	461.513,83
111111903021702	CEF FMS-Assist.Farmaceutica 624061-9 (4503)	171.154,01	0,00	171.154,01

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 664
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903021703	CEF FMS-At. Alta/Media Complex-CAPS 624061-9 (4501)	29.154,55	0,00	29.154,55
111111903021704	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SUS 13224-5 (4501)	801.459,78	0,00	801.459,78
111111903021706	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-SAMU/UPA 624061-9 (4501)	424,21	0,00	424,21
111111903021707	CEF FMS-At.Alta/Media Complex-CEREST 624061-9 (4501)	1.220.780,02	0,00	1.220.780,02
111111903021708	CEF FMS-At.Basica-PAB 624061-9 (4500)	53.000,23	0,00	53.000,23
111111903021709	CEF FMS-At.Basica-ESF/PACS/ACS 624061-9 (4500)	346.094,36	0,00	346.094,36
111111903021711	CEF FMS-Atencao Basica-Monit.Nutricional 624061-9 (4500)	229.748,81	0,00	229.748,81
111111903021712	CEF FMS c/c 624061-9 Port. 2516 COVID Saude Mental	31.246,29	0,00	31.246,29
111111903021716	CEF FMS Port. 3350 COVID Saude Mental c/c 624061-9	102.182,19	0,00	102.182,19
111111903022100	CEF Cont. 845172/2017 Pr.N.Horiz. c/c 647027-4	16.414,49	0,00	16.414,49
111111903022300	CEF FUMCIP c/c 10257-5	2.838.363,94	0,00	2.838.363,94
111111903022500	CEF FUNPROSM c/c 10259-1	63.024,82	0,00	63.024,82
111111903023400	CEF Cont. 843615 Ref. Guarani c/c 647024-0	248.756,66	0,00	248.756,66
111111903023500	CEF Cont. 846202 Rev.P.Itaimbe c/c 647031-2	251.720,21	0,00	251.720,21
111111903024000	CEF Cont. 875343 Pista Skate c/c 647077-0	46.105,48	0,00	46.105,48
111111903024100	CEF FMS C/C 13222-9	49.427,97	0,00	49.427,97
111111903024400	CEF Port. 1.666 COVID-19 c/c 624061-9	81.223,45	0,00	81.223,45
111111903024700	CEF FMS Requalif. UBS Campestre C/C 624051-1	106.086,78	0,00	106.086,78
111111903024800	CEF FMS Vigil. Sanitaria c/c 13223-7	37.566,26	0,00	37.566,26
111111903024900	CEF Cont. 874563 Academias c/c 647071-1	89.871,44	0,00	89.871,44
111111903026200	CEF Cont. 894563 Promocao Econ. Solid. c/c 71134-2	135.495,43	0,00	135.495,43
111111903026600	CEF PAC OGU Cont. 218815-56 c/c 147031-4	444.532,27	0,00	444.532,27
111111903027100	CEF Cont. 399658-75 Pro-Transporte c/c 10218-4	33.283,15	0,00	33.283,15
111111903027200	CEF FMS Requalif. UBS Urlandia C/C 624053-8	133.110,45	0,00	133.110,45
111111903027800	CEF FMS Requalif. UBS Joy Bets C/C 624050-3	106.034,43	0,00	106.034,43
111111903027900	CEF 624061-9 Portaria 894 (COVID)	78.503,84	0,00	78.503,84
111111903028800	CEF 624061-9 Portaria 731 (COVID)	155.534,50	0,00	155.534,50
111111903029400	CEF F.M.Habitacao c/c 10254-0	115.296,65	0,00	115.296,65
111111903029800	CEF Pro Saneamento C/C 006.00010258-3	7.809.631,53	0,00	7.809.631,53
111111903029910	CEF FNS U.B.S. Oneide de Carvalho c/c 624066-0	135.700,98	0,00	135.700,98
111111903029911	CEF FNS U.B.S. Alto da Boa Vista c/c 624066-0	323.812,34	0,00	323.812,34
111111903029940	CEF FUNDEB	6.006.194,99	0,00	6.006.194,99
111111903029941	CEF Conv. 831537 Academias c/c 647015-0	96.598,20	0,00	96.598,20
111111903029942	CEF Sal. Educacao C/C 672014-9	20.269.950,98	0,00	20.269.950,98
111111903029945	CEF Contr.519627-63 FINISA-C/C 10260-5	564.614,89	0,00	564.614,89
111111903029958	CEF FMS 624061-9 COVID-19	72.581,10	0,00	72.581,10
111111903029959	CEF COVID19 MPT c/c 71154-7	65.667,11	0,00	65.667,11
111111903029961	CEF Conv. 894168/2019 Aquis. Equip. c/c 71157-1	70.564,32	0,00	70.564,32
111111903029962	CEF Transf. Especial c/c 672017-3	305.270,29	0,00	305.270,29
111111903029965	CEF FNS Port. 2735/2021 c/c 624061-9	300.000,00	0,00	300.000,00
111111903029966	CEF PNFM Contrap. (FR 1030) c/c 10266-4	1.893,50	0,00	1.893,50

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 665
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912010100	BERGS Conta Movimento	17.137.581,28	0,00	17.137.581,28
111111912010600	BERGS ISS - C/C 04.095228.0-0	128.948,75	0,00	128.948,75
111111912011300	BERGS FR 8001 (0001)	5.934.613,40	0,00	5.934.613,40
111111912020100	BERGS FUNREBOM - C/C 04.077284.0-1	1.340.366,97	0,00	1.340.366,97
111111912020300	Bergs FMAS 041395351-2 (FR 1468)	84.475,81	0,00	84.475,81
111111912020400	Bergs FEAS c/c 04139535.0-4 (FR 1469)	40.563,95	0,00	40.563,95
111111912020600	BERGS CORSAN Interlig. BR C/C 04.160412.0-4	5,23	0,00	5,23
111111912020700	Bergs FMS Covid-19 c/c 04.164579.0-7	7.403,89	0,00	7.403,89
111111912020900	BERGS FUNCIP C/C 04.098392.0-0	238,50	0,00	238,50
111111912021100	BERGS MPT Inst. Movel c/c 04.173573.0-2	75.086,90	0,00	75.086,90
111111912021300	Bergs FMS Port. 256 Aquis. Mat. P.A. c/c 04138319.0-5	90.909,09	0,00	90.909,09
111111912021500	Bergs FMS Covid-Prisional c/c 041348324-9	30.000,00	0,00	30.000,00
111111912021600	Bergs FMS Port. GM/MS 2782 c/c 0414050303	289.582,42	0,00	289.582,42
111111912021800	BERGS FMS C/C 04.098430.0-3	3.470,36	0,00	3.470,36
111111912022100	BERGS Multa de Transito - c/04.077829.0-2	127.262,45	0,00	127.262,45
111111912022200	BERGS FMS Vigil. Sanitaria C/C 04.148817.0-1	37.729,19	0,00	37.729,19
111111912022500	BERGS FMS Nota Solidaria - c/04149861.0-4	21.124,95	0,00	21.124,95
111111912023000	BERGS FUNDEEL - C/C 04.095783.0-6	4.110,09	0,00	4.110,09
111111912023100	BERGS FUNCULTURA C/C 04.150981.0-5	89.704,34	0,00	89.704,34
111111912023200	BERGS FMS CAPS AD C/C 04.152017.0-4	56.709,06	0,00	56.709,06
111111912023700	BERGS PROCON c/c 04.098213.0-1	324.488,53	0,00	324.488,53
111111912023900	BERGS CEREST Conv. C/C 04.098277.0-9	91.387,72	0,00	91.387,72
111111912024700	BERGS FMS SAMU Estadual C/C 04.134832.0-6	1.555,16	0,00	1.555,16
111111912024800	BERGS FMS Farm. Basica Est. C/C 04.134832.1-4	159.867,39	0,00	159.867,39
111111912025000	BERGS FMS CEO C/C 04.134832.3-0	32.758,65	0,00	32.758,65
111111912025100	BERGS FMS PSF Bucal - C/C 04.134832.4-9	247.661,97	0,00	247.661,97
111111912025200	BERGS FMS PIM - C/C 04.134832.5-7	234.690,89	0,00	234.690,89
111111912025400	BERGS FMS CEREST C/C 04.134832.7-3	297.389,20	0,00	297.389,20
111111912025600	BERGS FMS PIES-C/C 04.134832.9-6	267.850,74	0,00	267.850,74
111111912026700	BERGS FMS UPA EST. C/C 04.138319.0-5	10.195,11	0,00	10.195,11
111111912026900	BERGS FMS Faturamento CIS C/C 04.151266.0-5	210.874,01	0,00	210.874,01
111111912027100	BERGS FMS PSF Indigena C/C 04.098443.0-1	218.319,27	0,00	218.319,27
111111912027300	BERGS FMDCA C/C 04.139494.0-6	721.683,35	0,00	721.683,35
111111912027600	BERGS DENGUE VERAO - C/C 04.140503.0-3	43.099,03	0,00	43.099,03
111111912028200	BERGS FMS Dispensacao de Fraldas C/C 04.141355.0-3	1.338,89	0,00	1.338,89
111111912028700	BERGS FMAS FUMID C/C 04.139628.0-5	350.029,13	0,00	350.029,13
111111912029100	BERGS FMS Outros Rec.- C/C 04.146584.0-9	7.030,84	0,00	7.030,84
111111912029200	BERGS Conv.CORSAN Acao Civil Publ. c/c 04.150937.0-7	205.005,91	0,00	205.005,91
111111912029700	BERGS SMED Doacao MP-C/C 04.150982.0-2	6.905,91	0,00	6.905,91
111111912990100	Bergs Aux. Emergencial c/c 04174927.0-6	366.417,85	0,00	366.417,85
111111912990500	Bergs FMA Recurso MP c/c 04.175666.0-2	1.445.413,75	0,00	1.445.413,75

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111115002023800	CEF Poup.Contr.387527-35-Revit.Guarani C/P 147098-8	316.317,37	0,00	316.317,37
111115002024500	CEF Poup.Contr.218815-56-PAC OGU C/P 147031-7	5.448.585,62	0,00	5.448.585,62
111115003060000	CEF Aplic. Financ. c/c 006.00010027-0	49.757.388,09	0,00	49.757.388,09
111115004040000	CEF PMSM c/c 10027-0	11.115.340,35	0,00	11.115.340,35
111115004050000	BERGS PMSM C/C 04.004103.0-9	11.064.752,61	0,00	11.064.752,61
632100000000000	RP PROCESSADOS A PAGAR	-4.066.540,67	0,00	-4.066.540,67
632700000000000	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO	-30.033.762,17	0,00	-30.033.762,17
TOTAL		**180.782.595,06**	**0,00**	**180.782.595,06**

5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Demais Haveres Financeiros - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
112410201000000	DEVEDORES POR FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	54.501,31	0,00	54.501,31
121110301000000	EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A RECEBER	281.409,48	0,00	281.409,48
121119700000000	OUTROS CREDITOS A LONGO PRAZO	94.148,93	0,00	94.148,93
121119999000000	(-) OUTROS AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO	-2.082.212,17	0,00	-2.082.212,17
121310102000000	ACOES	1.394.646,04	0,00	1.394.646,04
TOTAL		**-257.506,41**	**0,00**	**-257.506,41**
Total das Deduções (Disponibilidade de Caixa + Demais Haveres Financeiros)				**180.782.595,06**
Total da Dívida Consolidada Líquida (Dívida Consolidada - Deduções)				**0,00**

5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211420100000000	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)	20.025.118,20	0,00	20.025.118,20
218810102000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	217.152,75	0,00	217.152,75
218810112000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	545.404,71	0,00	545.404,71
218810113010000	Sindicato Prof. Munic. Santa Maria	19.984,63	0,00	19.984,63
218810113020000	Sindicato dos Municiparios - SM	13.231,19	0,00	13.231,19
218810113030000	Associacao dos Vigilantes da Pref.de Santa Maria-AVISM	6.377,76	0,00	6.377,76
218810113050000	Sindicato dos Guardas	140,00	0,00	140,00
218810114010000	Capemi	229,34	0,00	229,34
218810114020000	Bradesco Seguradora S/A	10,76	0,00	10,76
218810115070000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	1.192.036,04	0,00	1.192.036,04
218810115080000	GBOEX - Financiamentos a Servidores	11.966,13	0,00	11.966,13
218810115140000	SUCV Financ.	17.417,63	0,00	17.417,63
218810199010000	Ipassp Cooparticipacao	26,08	0,00	26,08
218810199040000	Clube Recreativo Esportivo Municipal	4.782,25	0,00	4.782,25

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 667
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 35
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
218810199060000	Pro Habitacao	15,24	0,00	15,24
218810199070000	Brasil Vida	455,48	0,00	455,48
218810199100000	Saurin & Razeira Advogados	110,90	0,00	110,90
218810199690000	IPERGS	15.189,74	0,00	15.189,74
218810401000000	DEPOSITOS E CAUCOES	127.038,04	0,00	127.038,04
631710000000000	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRICAO NO EXERCICIO	6.147.900,35	0,00	6.147.900,35
TOTAL		**28.344.587,22**	**0,00**	**28.344.587,22**

5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas

5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21190011030000000000	Pro-Transporte - PAC	113.187,49	0,00	113.187,49
21190011060000000000	Contr.. 519.627-63 - FINISA	5.649.325,61	0,00	5.649.325,61
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**5.762.513,10**	**0,00**	**5.762.513,10**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		**5.762.513,10**	**0,00**	**5.762.513,10**

5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.6.3 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Outras operações que integram a Dívida Consolidada

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		**0,00**	**0,00**	**0,00**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		**0,00**	**0,00**	**0,00**

5.2.7 Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**	**0,00**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 669
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 37
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	3.807.922,63	19.375.907,10	0,00	19.375.907,10	23.183.829,73
20	258.618,04	3.362.844,62	0,00	3.362.844,62	3.621.462,66
31	0,00	5.245.690,06	0,00	5.245.690,06	5.245.690,06
40	0,00	1.498.306,42	0,00	1.498.306,42	1.498.306,42
1029	0,00	9.491,64	0,00	9.491,64	9.491,64
1030	0,00	1.893,50	0,00	1.893,50	1.893,50
1119	0,00	17.041,50	0,00	17.041,50	17.041,50
1120	0,00	19.138,72	0,00	19.138,72	19.138,72
1259	0,00	26.707,53	0,00	26.707,53	26.707,53
1304	0,00	9.876,24	0,00	9.876,24	9.876,24
1403	0,00	34.320,37	0,00	34.320,37	34.320,37
1522	0,00	18.547,99	0,00	18.547,99	18.547,99
1529	0,00	158.154,59	0,00	158.154,59	158.154,59
1552	0,00	12.488,60	0,00	12.488,60	12.488,60
1563	0,00	14.935,04	0,00	14.935,04	14.935,04
4090	0,00	2.130,69	0,00	2.130,69	2.130,69
4210	0,00	15.173,88	0,00	15.173,88	15.173,88
4500	0,00	141.230,93	0,00	141.230,93	141.230,93
4501	0,00	52.463,11	0,00	52.463,11	52.463,11
4502	0,00	17.419,64	0,00	17.419,64	17.419,64
TOTAL	**4.066.540,67**	**30.033.762,17**	**0,00**	**30.033.762,17**	**34.100.302,84**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	678.155,51	0,00	678.155,51	678.155,51
20	0,00	3.250.595,54	0,00	3.250.595,54	3.250.595,54
31	0,00	1.267.000,00	0,00	1.267.000,00	1.267.000,00
40	0,00	132.175,13	0,00	132.175,13	132.175,13
1029	0,00	341.770,88	0,00	341.770,88	341.770,88
1030	0,00	54.208,96	0,00	54.208,96	54.208,96
1259	0,00	6.729,98	0,00	6.729,98	6.729,98
1305	0,00	42.927,15	0,00	42.927,15	42.927,15
1464	0,00	39.456,24	0,00	39.456,24	39.456,24
1468	0,00	3.704,00	0,00	3.704,00	3.704,00
1522	0,00	12.100,00	0,00	12.100,00	12.100,00
1531	0,00	48.900,00	0,00	48.900,00	48.900,00
1552	0,00	24.516,02	0,00	24.516,02	24.516,02
1563	0,00	49.542,32	0,00	49.542,32	49.542,32
4002	0,00	80.886,00	0,00	80.886,00	80.886,00

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 670
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 38
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4090	0,00	58.726,00	0,00	58.726,00	58.726,00
4500	0,00	4.664,20	0,00	4.664,20	4.664,20
4502	0,00	1.842,42	0,00	1.842,42	1.842,42
4931	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00
TOTAL	**0,00**	**6.147.900,35**	**0,00**	**6.147.900,35**	**6.147.900,35**

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1		112.065.876,15	0,00	112.065.876,15	
20		7.084.835,49	0,00	7.084.835,49	
31		6.512.690,06	0,00	6.512.690,06	
40		1.657.622,76	0,00	1.657.622,76	
900		65.667,11	0,00	65.667,11	
1001		1.340.366,97	0,00	1.340.366,97	
1002		222.667,99	0,00	222.667,99	
1005		1.259.972,33	0,00	1.259.972,33	
1006		321.514,11	0,00	321.514,11	
1008		20.269.950,98	0,00	20.269.950,98	
1025		17.607,29	0,00	17.607,29	
1029		4.652.420,07	0,00	4.652.420,07	
1030		3.315.149,08	0,00	3.315.149,08	
1119		4.799.796,47	0,00	4.799.796,47	
1120		127.262,45	0,00	127.262,45	
1165		4.110,09	0,00	4.110,09	
1194		89.407,85	0,00	89.407,85	
1195		69.574,82	0,00	69.574,82	
1259		708.588,96	0,00	708.588,96	
1304		83.911,35	0,00	83.911,35	
1305		324.488,53	0,00	324.488,53	
1308		7.475,63	0,00	7.475,63	
1313		5.893.117,89	0,00	5.893.117,89	
1315		329,96	0,00	329,96	
1316		13.472,26	0,00	13.472,26	
1392		492,25	0,00	492,25	
1395		1.299,41	0,00	1.299,41	
1403		2.838.602,44	0,00	2.838.602,44	
1416		30.149,76	0,00	30.149,76	
1420		1.074.109,31	0,00	1.074.109,31	
1422		7.671,65	0,00	7.671,65	
1423		22.459,71	0,00	22.459,71	
1429		2.087.117,62	0,00	2.087.117,62	
1433		4.773.815,92	0,00	4.773.815,92	
1445		95.150,46	0,00	95.150,46	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1460		1.176,31	0,00	1.176,31	
1461		228.760,63	0,00	228.760,63	
1464		1.723.093,08	0,00	1.723.093,08	
1465		33.283,15	0,00	33.283,15	
1468		84.475,81	0,00	84.475,81	
1469		40.563,95	0,00	40.563,95	
1470		316.317,37	0,00	316.317,37	
1472		1.567.909,34	0,00	1.567.909,34	
1485		220.510,48	0,00	220.510,48	
1500		96.598,20	0,00	96.598,20	
1501		14.229,10	0,00	14.229,10	
1502		1.173.272,94	0,00	1.173.272,94	
1508		91.454,78	0,00	91.454,78	
1511		205.005,91	0,00	205.005,91	
1512		248.756,66	0,00	248.756,66	
1513		16.414,49	0,00	16.414,49	
1514		251.720,21	0,00	251.720,21	
1522		593.910,48	0,00	593.910,48	
1529		7.809.631,53	0,00	7.809.631,53	
1530		6.905,91	0,00	6.905,91	
1531		63.024,82	0,00	63.024,82	
1533		564.614,89	0,00	564.614,89	
1542		46.105,48	0,00	46.105,48	
1546		89.871,44	0,00	89.871,44	
1549		5,23	0,00	5,23	
1550		14.127,88	0,00	14.127,88	
1552		535.553,24	0,00	535.553,24	
1559		135.495,43	0,00	135.495,43	
1563		0,00	64.477,36	64.477,36	
1569		70.564,32	0,00	70.564,32	
1571		8,25	0,00	8,25	
1573		147.026,01	0,00	147.026,01	
1577		75.086,90	0,00	75.086,90	
1580		366.417,85	0,00	366.417,85	
1582		305.270,29	0,00	305.270,29	
1583		101.781,39	0,00	101.781,39	
1592		1.445.413,75	0,00	1.445.413,75	
4001		188.922,19	0,00	188.922,19	
4002		175.808,85	0,00	175.808,85	
4011		267.850,74	0,00	267.850,74	
4050		161.206,28	0,00	161.206,28	
4090		495.981,24	0,00	495.981,24	
4111		32.758,65	0,00	32.758,65	
4160		234.690,89	0,00	234.690,89	
4170		102.659,36	0,00	102.659,36	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

DISPONIBILIDADE

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
4190		332.681,45	0,00	332.681,45	
4210		388.776,92	0,00	388.776,92	
4220		56.709,06	0,00	56.709,06	
4230		210.874,01	0,00	210.874,01	
4297		7.403,89	0,00	7.403,89	
4300		21.124,95	0,00	21.124,95	
4500		1.665.030,85	0,00	1.665.030,85	
4501		2.281.370,24	0,00	2.281.370,24	
4502		461.513,83	0,00	461.513,83	
4503		202.400,30	0,00	202.400,30	
4511		81.223,45	0,00	81.223,45	
4931		161.149,43	0,00	161.149,43	
4935		895.045,24	0,00	895.045,24	
8001		5.934.613,40	0,00	5.934.613,40	
TOTAL		214.882.897,90	64.477,36	214.947.375,26	

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude
900	COVID-19
1001	FUNREBOM
1002	FRDR - Fundo Rotativo Desenv. Rural
1005	FMA - Fundo do Meio Ambiente
1006	PNAE Prog. Nac. Aliment. Estudante
1008	FEE - Salario Educ. Cota Municipal
1025	PDDE - Gov.Federal
1029	FMDCA - Fdo Mun.Dir.Crianca e Adol.
1030	Alienacao de Bens
1119	PNAFM 2a FASE - Cont. 0523.373-82
1120	Gov.Estado- Multa de Transito
1165	FUNDEEL
1194	FNDE-Prog.Nac.de Apoio ao Transp.Escolar
1195	CIDE-Cota-Parte Contr.Interv.Dom.Econ.
1259	FNAS - Basico Fixo
1304	FNAS-IGDBF
1305	PROCON
1308	Fundo Municipal do Centro de Eventos de Santa Maria
1313	PAC - Contrato 218.815-56
1315	Programa Pro-Moradia (PAC)
1316	Educacao Fiscal
1392	FNDE - Pro Infancia
1395	FNAS - BPC
1403	FUMCIP

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1416	Alienacao de Bens-SMED
1420	Pro-infancia - Creches - PAC 200843/2011
1422	Conv. 704173/2010 - PROINFANCIA
1423	FNAS - IGD SUAS
1429	Conv. 701353/2011 FNDE-Ampliacao e Reforma de Escolas
1433	Pro infancia - Creches - PAC 2 - Contr. 203589
1445	FNAS- ACESSUAS - Pronatec
1460	FNDE- TC PAR Aquis. Equip. Educ. Infantil
1461	FNDE - PAR Quadra Esc. Bernardino
1464	Fundo Municipal do Idoso
1465	Contr. 399.658-75 - Pro-Transporte - 2a Etapa PAC 2
1468	Fundo Municipal de Assistencia Social
1469	FEAS Termo Adesao
1470	Contr. 387.527-35 - Revitalizacao do Complexo Esportivo Guarani Atlantico
1472	Contr. 1.012.572-26 - 4a Etapa C.de Eventos 799.546-13
1485	FNAS - Acoes Errad. Trabalho Infantil - ACEPETI
1491	PRO-TRANSPORTE CONTRATO No 413.011-69
1500	Contrato CEF 831537/2016 - Moderniz. e Impl.de Infr. Esp. e de Lazer
1501	FNDE - PAR - Caminho da Escola
1502	FNDE - Termo de Comp. PAR no 201601055
1508	FUNCULTURA
1511	REPASSE CORSAN decorrente de Acao Civil Publica no 027/1050017393-4
1512	Conv. 843615/2017 - Guarani Atlantico
1513	Conv. 845172/2017 - 1a Etapa Praca Novo Horizonte
1514	Conv. 846202/2017 - Parque Itaimbe
1515	Cont. CEF 846153/2017 Pavimentacao Av. Rodolpho Behr - Siconv 027228/2017
1516	Cont. CEF 846317/2017 Pavimentacao Rua Pedro Figueira - Siconv 028208/2017
1517	Cont. CEF 846303/2017 Pavimentacao de Ruas na Vila N.S. do Trabalho - Siconv 028
1521	Convenio no 05/2017 - DEXP - CORSAN
1522	FNAS - Protecao Social Especial
1529	Fundo Pro Saneamento
1530	TERMO DE COOPERACAO - MINISTERIO PUBLICO TRABALHO/ESCOLAS
1531	FUNPROSM
1532	Conv. 872809/2018 - Centro de Convivencia
1533	FINISA
1537	Contr. 872342/2018 - Aquisicao de Veiculo
1539	Contr. 874567/2018 - Reforma Qradra Guarani Atlantico
1540	Contr. 874564/2018 - Modern. Quadra Ginasio Oreco
1541	Contr. 869823/2018 - Const. Centro de Eventos - Jockey Club
1542	Contr. 875343/2018 - Construcao de Pista de Skate - Pq. Itaimbe
1543	Contr. 869822/2018 - Construcao de Praca Bairro T. Neves
1544	Contr. 869821/2018 - Revital. da Praca Ademar Antonio Cantarelli
1546	Contr. 874563/2018 - Academia ao Ar Livre
1548	Convenio SEDAC 88/2018 - Mais Cultura/Biblioteca Viva RS
1549	Obra de Interligacao entre a BR 392 e RS 287
1550	FUNDETUR
1552	Conv. Aeroporto

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1553	Contrato CEF Avancar Cidades G II
1555	MP EMEI Aracy T. Caurio
1556	MP EMEI Joao Franciscatto
1558	Cessao Onerosa - Pre-Sal
1559	Contr. 894563/2019 - Cozinhas Comunitarias
1561	Contr. 890192/2019 - Aquisicao de Veiculos
1562	Contr. 891538/2019 - Constr. Mirantes Parque dos Morros
1563	Contr. 891301/2019 - Aquisicao de Equipamentos Bombril
1564	Contr. 883159/2019 - Economia Solidaria
1568	Contr. 886034/2019 - Aquisicao Equip. Feira
1569	Contr. 894168/2019 - Aquisicao Equipamento
1571	FNAS - Covid EPI
1572	FNAS Covid Alimentos
1573	FNAS - Covid Acolhimento
1574	Contrato Cartao de Pagamento Defesa Civil - CPDC
1576	Conv. Plano de Enfrentamento a Estiagem
1577	MPT - Aquis. Unidades de Area de Vivencia Movel
1578	Convenio901745/2020 - Aquisicao de Maquinas - Emenda Parlamentar
1579	Conv. 901167/2020 - Aquisicao Retro. e Caminhao - Emenda
1580	Auxilio Emergencial - Cultura/RS
1581	Cont. 907599/2020 Obras Parque dos Morros
1582	Emenda de Transf. Especial
1583	FNAS - SIGTV Estruturacao Rede SUAS
1585	Programa Pavimenta RS
1586	SEL Cham. 004/2021
1587	Programa Pro-social - RS
1592	Recurso MP - FMA
4001	Outras receitas municipais aplicadas em Saude
4002	Alienacao de bens adquiridos com recursos da Saude
4011	Atencao Basica - PIES / Nucleo de Apoio a Atencao Basica - NAAB / Oficinas Terap
4050	Farmacia Basica / Plantas Medicinais e Fitoterapicos / Diabetes Mellitus / Frald
4090	PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indigena / Saude Bucal / Saude Bucal Indigena
4111	CEO - Centro de Especialidades Odontologicas / LRPD - Laboratorios Regionais de
4160	PIM - Primeira Infancia Melhor
4170	SAMU / UPA - Urgencias - Remocao PAC
4190	Vigilancia em Saude / Laboratorio de Entomologia / Dengue / Desastres Ambientais
4210	CEREST
4220	CAPS - Centro de Atencao Psicossocial
4230	Apoio a Rede Hospitalar / Hospitais Publicos Municipais / Hospitais Filantropico
4297	Custeio (medicamentos, exames e/ou consultas especializadas)
4300	Nota Fiscal Gaucha
4500	CUSTEIO - Atencao Basica
4501	CUSTEIO - Atencao de media e alta complexidade ambulatorial e hospitalar
4502	CUSTEIO - Vigilancia em Saude
4503	CUSTEIO - Assistencia Farmaceutica
4511	CUSTEIO - Outros programas financiados por transferencias fundo a fundo
4900	Educacao em Saude

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 675
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 43
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

4931	Aquisicao de Equipamentos e Material Permanente
4935	Construcoes ou Ampliacoes
8001	Recursos Extraorcamentarios
8005	FMA - Fundo do Meio Ambiente
8008	FEE - Salario Educ. Cota Municipal
8011	Gov. Estado - PIES
8020	Manut e Desenv. do Ensino - MDE
8029	Contrib. ao FMDCA
8040	ASPS - Acoes e Serv. Publ. de Saude
8090	PSF
8111	CEO
8120	Multa de Transito (FR 1120)
8160	Primeira Infancia Melhor
8170	SALVAR
8194	FNDE- Prog. Nac. de Apoio ao Transp. Escolar
8210	CEREST
8220	CUCA LEGAL (CAPS)
8259	FNAS - Basico Fixo
8304	FNAS - IGDBF
8305	Procon
8313	PAC OGU Cont. 218815-56
8401	Outros Recursos Saude Municipal
8403	FUNCIP
8423	IGD SUAS
8465	Cont. 399658-75
8468	FMAS (FR 1468)
8500	Custeio-AB
8501	Custeio-AMC
8502	Custeio-Vigilancia
8529	Pro-Saneam.
8533	Finisa
8552	Aeroporto
8935	Constr.Ampl.

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11130311010100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	14.569.562,92	0,00	14.569.562,92
11130311010200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	6.070.653,15	0,00	6.070.653,15
11130311010300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	3.642.389,96	0,00	3.642.389,96
11130311020100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	730.576,13	0,00	730.576,13

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11130311020200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	304.406,72	0,00	304.406,72
11130311020300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	182.644,01	0,00	182.644,01
11130311030100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - PROPRIO	9.236.124,92	0,00	9.236.124,92
11130311030200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - MDE	3.848.385,47	0,00	3.848.385,47
11130311030300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Inativos pagos pelo RPPS - ASPS	2.309.031,30	0,00	2.309.031,30
11130311050100000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - PROPRIO	428.626,99	0,00	428.626,99
11130311050200000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - MDE	178.594,68	0,00	178.594,68
11130311050300000000	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Pensionistas pagos pelo RPPS - ASPS	107.156,82	0,00	107.156,82
11130341010100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	1.923.313,41	0,00	1.923.313,41
11130341010200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	801.383,08	0,00	801.383,08
11130341010300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	480.825,97	0,00	480.825,97
11130341020100000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - PROPRIO	11.498,51	0,00	11.498,51
11130341020200000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - MDE	4.791,10	0,00	4.791,10
11130341020300000000	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Legislativo - Principal - ASPS	2.874,64	0,00	2.874,64
11180111010000000000	IPTU - Principal - PROPRIO	27.355.195,29	0,00	27.355.195,29
11180111020000000000	IPTU - Principal - MDE	11.398.526,52	0,00	11.398.526,52
11180111030000000000	IPTU - Principal - ASPS	6.838.292,92	0,00	6.838.292,92
11180112010000000000	IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	235.367,60	0,00	235.367,60
11180112020000000000	IPTU - Multas e Juros - MDE	98.267,98	0,00	98.267,98
11180112030000000000	IPTU - Multas e Juros - ASPS	58.643,57	0,00	58.643,57
11180113010000000000	IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	3.215.636,52	0,00	3.215.636,52
11180113020000000000	IPTU - Divida Ativa - MDE	1.340.100,56	0,00	1.340.100,56
11180113030000000000	IPTU - Divida Ativa - ASPS	803.653,90	0,00	803.653,90
11180114010000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	1.564.062,58	0,00	1.564.062,58
11180114020000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	651.996,93	0,00	651.996,93
11180114030000000000	IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	390.694,16	0,00	390.694,16
11180141010000000000	ITBI - Principal - PROPRIO	12.645.002,77	0,00	12.645.002,77
11180141020000000000	ITBI - Principal - MDE	5.268.759,30	0,00	5.268.759,30
11180141030000000000	ITBI - Principal - ASPS	3.161.242,66	0,00	3.161.242,66
11180143010000000000	ITBI - Divida Ativa - PROPRIO	14.906,02	0,00	14.906,02
11180143020000000000	ITBI - Divida Ativa - MDE	6.210,92	0,00	6.210,92
11180143030000000000	ITBI - Divida Ativa - ASPS	3.726,24	0,00	3.726,24
11180144010000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	5.694,41	0,00	5.694,41

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11180144020000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	2.372,62	0,00	2.372,62
11180144030000000000	ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	1.423,48	0,00	1.423,48
11180231010000000000	ISS - Principal - PROPRIO	40.238.061,42	0,00	40.238.061,42
11180231020000000000	ISS - Principal - MDE	16.765.861,75	0,00	16.765.861,75
11180231030000000000	ISS - Principal - ASPS	10.059.511,24	0,00	10.059.511,24
11180232010000000000	ISS - Multas e Juros - PROPRIO	435.827,73	0,00	435.827,73
11180232020000000000	ISS - Multas e Juros - MDE	181.587,93	0,00	181.587,93
11180232030000000000	ISS - Multas e Juros - ASPS	108.960,60	0,00	108.960,60
11180233010000000000	ISS - Divida Ativa - PROPRIO	2.374.168,87	0,00	2.374.168,87
11180233020000000000	ISS - Divida Ativa - MDE	989.252,83	0,00	989.252,83
11180233030000000000	ISS - Divida Ativa - ASPS	593.526,66	0,00	593.526,66
11180234010000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	1.665.901,17	0,00	1.665.901,17
11180234020000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	694.150,36	0,00	694.150,36
11180234030000000000	ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	416.445,45	0,00	416.445,45
11280111000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	591.538,69	0,00	591.538,69
11280112000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	7.499,17	0,00	7.499,17
11280113000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Divida Ativa	23.577,67	0,00	23.577,67
11280114000000000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	7.915,60	0,00	7.915,60
11280191010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	160.115,14	0,00	160.115,14
11280191020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	2.773.015,54	0,00	2.773.015,54
11280191030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	216.688,96	0,00	216.688,96
11280191040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	924,55	0,00	924,55
11280191050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	733.464,62	0,00	733.464,62
11280191060000000000	Taxa de Prevencao de Incendio	650.430,34	0,00	650.430,34
11280191070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	2.781,36	0,00	2.781,36
11280191080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	31.591,47	0,00	31.591,47
11280192010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	791,73	0,00	791,73
11280192020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	21.218,85	0,00	21.218,85
11280192030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	174,83	0,00	174,83
11280192040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	28,38	0,00	28,38
11280192070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	502,78	0,00	502,78
11280192080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	28,87	0,00	28,87
11280193010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	2.129,24	0,00	2.129,24
11280193020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	592.007,88	0,00	592.007,88
11280193030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	1.673,33	0,00	1.673,33
11280193040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	30.830,93	0,00	30.830,93
11280193050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	129.973,31	0,00	129.973,31
11280193070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	42.774,90	0,00	42.774,90
11280193080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	6.807,57	0,00	6.807,57

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 678
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 46
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11280194010000000000	Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	706,78	0,00	706,78
11280194020000000000	Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	145.378,98	0,00	145.378,98
11280194030000000000	Taxa de Licenca para Execucao de Obras	379,60	0,00	379,60
11280194040000000000	Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	14.625,20	0,00	14.625,20
11280194050000000000	Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	11.296,78	0,00	11.296,78
11280194070000000000	Taxas Diversas Poder de Policia	5.356,17	0,00	5.356,17
11280194080000000000	Taxa de Inspecao Municipal - SI	4.888,13	0,00	4.888,13
11280291010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	446.681,23	0,00	446.681,23
11280291020000000000	Taxa de Cemiterio	922.965,10	0,00	922.965,10
11280291030000000000	Taxa de Limpeza Publica	11.224.692,18	0,00	11.224.692,18
11280291040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	1.879,40	0,00	1.879,40
11280291050000000000	Taxa de Custo Operacional dos Consignados	60.406,49	0,00	60.406,49
11280291060000000000	Taxa de Vistoria de Transito	234,60	0,00	234,60
11280292010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	17,73	0,00	17,73
11280292020000000000	Taxa de Cemiterio	753,01	0,00	753,01
11280292030000000000	Taxa de Limpeza Publica	116.254,41	0,00	116.254,41
11280292040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,67	0,00	37,67
11280293010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	10,58	0,00	10,58
11280293020000000000	Taxa de Cemiterio	174.754,24	0,00	174.754,24
11280293030000000000	Taxa de Limpeza Publica	1.078.514,34	0,00	1.078.514,34
11280293040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	266,60	0,00	266,60
11280294010000000000	Taxas de Servicos Cadastrais	12,04	0,00	12,04
11280294020000000000	Taxa de Cemiterio	40.068,16	0,00	40.068,16
11280294030000000000	Taxa de Limpeza Publica	552.708,31	0,00	552.708,31
11280294040000000000	Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	37,32	0,00	37,32
12400011000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	9.259.969,77	0,00	9.259.969,77
12400012000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	5.464,73	0,00	5.464,73
12400013000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	85.625,87	0,00	85.625,87
12400014000000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	41.804,89	0,00	41.804,89
17180121010000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - PROPRIO	39.264.171,33	0,00	39.264.171,33
17180121020000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - MDE	3.272.014,36	0,00	3.272.014,36
17180121030000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - ASPS	9.816.042,85	0,00	9.816.042,85
17180121040000000000	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - FUNDEB	13.088.056,43	0,00	13.088.056,43
17180131010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - PROPRIO	1.766.902,17	0,00	1.766.902,17
17180131020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - MDE	736.209,25	0,00	736.209,25
17180131030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de dezembro - Principal - ASPS	441.725,55	0,00	441.725,55
17180141010000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal	1.770.669,25	0,00	1.770.669,25

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	- PROPRIO			
17180141020000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - MDE	737.778,86	0,00	737.778,86
17180141030000000000	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mes de julho - Principal - ASPS	442.667,31	0,00	442.667,31
17180151010000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - PROPRIO	619.331,94	0,00	619.331,94
17180151020000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - MDE	51.611,11	0,00	51.611,11
17180151030000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - ASPS	154.833,11	0,00	154.833,11
17180151040000000000	Cota-Parte do ITR - Principal - FUNDEB	206.443,87	0,00	206.443,87
17280111010000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - PROPRIO	62.853.778,19	0,00	62.853.778,19
17280111020000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - MDE	5.237.814,87	0,00	5.237.814,87
17280111030000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal- ASPS	15.713.444,56	0,00	15.713.444,56
17280111040000000000	Cota-Parte do ICMS - Principal - FUNDEB	20.951.259,42	0,00	20.951.259,42
17280121010000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - PROPRIO	28.006.263,46	0,00	28.006.263,46
17280121020000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - MDE	2.333.856,30	0,00	2.333.856,30
17280121030000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - ASPS	7.001.567,13	0,00	7.001.567,13
17280121040000000000	Cota-Parte do IPVA - Principal - FUNDEB	9.335.422,43	0,00	9.335.422,43
17280131010000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - PROPRIO	895.264,00	0,00	895.264,00
17280131020000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - MDE	74.605,47	0,00	74.605,47
17280131030000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - ASPS	223.816,14	0,00	223.816,14
17280131040000000000	Cota-Parte do IPI - Municipios - Principal - FUNDEB	298.421,51	0,00	298.421,51
17280141000000000000	Cota-Parte da Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Principal	169.471,53	0,00	169.471,53
91113031101010000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	-2.321,57	0,00	-2.321,57
91113031101020000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	-967,32	0,00	-967,32
91113031101030000000	Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	-580,41	0,00	-580,41
91113034101010000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - PROPRIO	-113,88	0,00	-113,88
91113034101020000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - MDE	-47,45	0,00	-47,45
91113034101030000000	Deducao - IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo - Principal - ASPS	-28,47	0,00	-28,47
91118011101000000000	Deducao - IPTU - Principal - PROPRIO	-1.648.731,98	0,00	-1.648.731,98
91118011102000000000	Deducao - IPTU - Principal - MDE	-687.069,04	0,00	-687.069,04
91118011103000000000	Deducao - IPTU - Principal - ASPS	-412.080,15	0,00	-412.080,15
91118011201000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - PROPRIO	-4.555,76	0,00	-4.555,76
91118011202000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - MDE	-1.903,79	0,00	-1.903,79
91118011203000000000	Deducao - IPTU - Multas e Juros - ASPS	-1.133,85	0,00	-1.133,85
91118011301000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - PROPRIO	-1.609,00	0,00	-1.609,00
91118011302000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - MDE	-670,83	0,00	-670,83
91118011303000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - ASPS	-401,84	0,00	-401,84
91118011401000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-186.830,07	0,00	-186.830,07

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91118011402000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-77.996,33	0,00	-77.996,33
91118011403000000000	Deducao - IPTU - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-46.551,25	0,00	-46.551,25
91118014101000000000	Deducao - ITBI - Principal - PROPRIO	-62.188,77	0,00	-62.188,77
91118014102000000000	Deducao - ITBI - Principal - MDE	-25.912,01	0,00	-25.912,01
91118014103000000000	Deducao - ITBI - Principal - ASPS	-15.547,19	0,00	-15.547,19
91118014401000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - PROPRIO	-48,58	0,00	-48,58
91118014402000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - MDE	-20,24	0,00	-20,24
91118014403000000000	Deducao - ITBI - Divida Ativa - Multas e Juros - ASPS	-12,14	0,00	-12,14
91118023101000000000	Deducao - ISS - Principal - PROPRIO	-78.180,89	0,00	-78.180,89
91118023102000000000	Deducao - ISS - Principal - MDE	-32.228,76	0,00	-32.228,76
91118023103000000000	Deducao - ISS - Principal - ASPS	-18.505,23	0,00	-18.505,23
91118023201000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - PROPRIO	-323,39	0,00	-323,39
91118023202000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - MDE	-134,76	0,00	-134,76
91118023203000000000	Deducao - ISS - Multas e Juros - ASPS	-80,84	0,00	-80,84
91118023301000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - PROPRIO	-1.746,85	0,00	-1.746,85
91118023302000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - MDE	-727,90	0,00	-727,90
91118023303000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa - ASPS	-436,81	0,00	-436,81
91118023401000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - PROPRIO	-17.709,16	0,00	-17.709,16
91118023402000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - MDE	-7.383,62	0,00	-7.383,62
91118023403000000000	Deducao - ISS - Divida Ativa -Multas e Juros - ASPS	-4.420,05	0,00	-4.420,05
91128011100000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Principal	-1.859,92	0,00	-1.859,92
91128011200000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora	-45,57	0,00	-45,57
91128011400000000000	Deducao - Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia Sanitaria - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-1.951,91	0,00	-1.951,91
91128019102000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-470,40	0,00	-470,40
91128019201000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental	-91,41	0,00	-91,41
91128019202000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-492,76	0,00	-492,76
91128019203000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-2,50	0,00	-2,50
91128019204000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-0,29	0,00	-0,29
91128019208000000000	Deducao - Taxa de Inspecao Municipal - SI	-16,42	0,00	-16,42
91128019302000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-465,10	0,00	-465,10
91128019401000000000	Deducao - Taxa de Controle e Fiscalizacao Ambiental - Principal	-170,51	0,00	-170,51
91128019402000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Funcionamentode Estabelecimento Comercial, Industrial e de Prestacao de Servico	-28.939,40	0,00	-28.939,40
91128019403000000000	Deducao - Taxa de Licenca para Execucao de Obras	-115,17	0,00	-115,17
91128019404000000000	Deducao - Taxa de Utilizacao de Area de Dominio Publico	-11,88	0,00	-11,88
91128019405000000000	Deducao - Taxa de Aprovacao do Projeto da Construcao Civil	-138,40	0,00	-138,40
91128019407000000000	Deducao - Taxas Diversas Poder de Policia	-757,41	0,00	-757,41
91128029101000000000	Deducao - Taxas de Servicos Cadastrais	-57,48	0,00	-57,48
91128029103000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-1.575,23	0,00	-1.575,23

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91128029202000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-8,45	0,00	-8,45
91128029203000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-2.645,53	0,00	-2.645,53
91128029204000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-2,98	0,00	-2,98
91128029302000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-2,20	0,00	-2,20
91128029303000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-10.002,90	0,00	-10.002,90
91128029402000000000	Deducao - Taxa de Cemiterio	-12.152,61	0,00	-12.152,61
91128029403000000000	Deducao - Taxa de Limpeza Publica	-80.095,13	0,00	-80.095,13
91128029404000000000	Deducao - Taxa de Registro/Inspecao de Produtos Agropecuarios	-14,92	0,00	-14,92
91240001100000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Principal	-69,99	0,00	-69,99
91240001200000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora	-72,05	0,00	-72,05
91240001300000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Divida Ativa	-3.166,01	0,00	-3.166,01
91240001400000000000	Deducao - Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica - Multas e Juros de Mora da Divida Ativa	-6.309,52	0,00	-6.309,52
TOTAL		**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**

5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	69.948.982,72	0,00	69.948.982,72	1,2307	86.086.213,03
Fevereiro	37.567.306,04	0,00	37.567.306,04	1,2296	46.192.759,51
Março	38.136.525,01	0,00	38.136.525,01	1,2295	46.888.857,50
Abril	32.257.385,36	0,00	32.257.385,36	1,2097	39.021.759,07
Maio	28.386.623,11	0,00	28.386.623,11	1,2091	34.322.266,00
Junho	28.396.740,39	0,00	28.396.740,39	1,1963	33.971.020,53
Julho	31.259.081,59	0,00	31.259.081,59	1,1774	36.804.442,66
Agosto	30.052.449,87	0,00	30.052.449,87	1,1505	34.575.343,58
Setembro	30.714.372,03	0,00	30.714.372,03	1,1076	34.019.238,46
Outubro	32.490.270,46	0,00	32.490.270,46	1,0723	34.839.317,01
Novembro	33.484.902,98	0,00	33.484.902,98	1,0342	34.630.086,66
Dezembro	53.918.047,37	0,00	53.918.047,37	1,0076	54.327.824,53
TOTAL	**446.612.686,93**	**0,00**	**446.612.686,93**		**515.679.128,55**

5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas

Nome da Planilha: Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão

Justificativa: Foi adicionado o valor de R$ 8.493.191,81 relativo ao repasse de Inativo e pensionistas.

Nome da Planilha: Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão

Justificativa: Foi adicionado o valor de R$ 64.477,36 relativo a credito a receber do convenio registrado na contabilidade na conta 1.1.2.3.3.99.27.

5.3 Metas de Arrecadação

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	137.210.908,20	147.733.126,12
2º Bimestre	109.712.198,05	118.592.619,63
3º Bimestre	96.860.669,69	115.517.404,02
4º Bimestre	117.129.249,33	124.476.659,40
5º Bimestre	111.602.872,30	108.441.624,51
6º Bimestre	141.971.810,32	153.014.575,34
TOTAL	**714.487.707,89**	**767.776.009,02**

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	16.965.582,30	410.921,20
2º Bimestre	12.677.456,21	2.748.268,71
3º Bimestre	9.518.249,12	4.465.497,89
4º Bimestre	12.590.194,63	2.878.253,57
5º Bimestre	10.732.492,58	259.101,18
6º Bimestre	25.352.163,62	6.979.562,19
TOTAL	**87.836.138,46**	**17.741.604,74**

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
TOTAL	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-12.666.281,35	-12.840.058,70
2º Bimestre	-9.964.537,83	-9.933.713,43
3º Bimestre	-7.961.014,61	-11.352.813,15
4º Bimestre	-9.698.302,10	-6.637.171,18
5º Bimestre	-9.095.140,12	-7.892.534,28
6º Bimestre	-10.930.923,99	-13.954.432,89
TOTAL	**-60.316.200,00**	**-62.610.723,63**

TOTAL DA RECEITA	**742.007.646,35**	**722.906.890,13**

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2020.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2021.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2020.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2021.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2021.

5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	70.288.369,01	0,00	70.288.369,01
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**70.288.369,01**	**0,00**	**70.288.369,01**
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21180151010000000000	PNAFM - 2a FASE/2a ETAPA	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00
21190011030000000000	Pro-Transporte - PAC	113.187,49	0,00	113.187,49
21190011060000000000	Contr.. 519.627-63 - FINISA	5.649.325,61	0,00	5.649.325,61
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**10.262.513,10**	**0,00**	**10.262.513,10**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

5.6.2 Previsão das Operações de Crédito e Fixação de Despesas de Capital do Exercício de 2021 - 01/01/2021 a 31/12/2021

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
400000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	171.939.393,11	0,00	171.939.393,11

Deduções

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		**171.939.393,11**	**0,00**	**171.939.393,11**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
21000000000000000000	Operacoes de Credito	31.474.822,77	0,00	31.474.822,77
TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		**31.474.822,77**	**0,00**	**31.474.822,77**
Operações de Crédito que excederam as despesas de capital				**0,00**

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador
Nome: Jorge Cladistone Pozzobom
CPF: 48493007072
Cargo/Função: Prefeito
Mandato - Início e Término: 01/01/2021 a 31/12/2024

Substitutos:

CPF: 60766441091 Nome: Rodrigo Decimo Cargo: Vice-Prefeito

Substituições:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 684
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 52
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

Início: 14/01/2021	Término: 25/01/2021
Início: 02/02/2021	Término: 04/02/2021
Início: 09/03/2021	Término: 10/03/2021
Início: 15/03/2021	Término: 15/03/2021
Início: 20/07/2021	Término: 21/07/2021
Início: 04/08/2021	Término: 05/08/2021
Início: 16/09/2021	Término: 25/09/2021
Início: 12/10/2021	Término: 13/10/2021
Início: 20/11/2021	Término: 22/11/2021
Início: 22/12/2021	Término: 05/01/2022

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Página 685
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 53
Peça 4081099
DOCUMENTO PÚBLICO

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SANTA MARIA, 26 de Janeiro de 2022

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6FDF.9274.8DC6.AA96.1A11.

Processo 01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS
EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO
PM DE SANTA MARIA
3º Quadrimestre

62102121891630572

21.0.1.3
27/01/2022
07:54:35

Página da peça 1

Peça 4082180

DOCUMENTO PÚBLICO

Nome da Entidade: PM DE SANTA MARIA
CNPJ: 88488366000100
ORGÃO Nº: 56900
Cód. Barras do RVE Vinculado: 62101121432383497

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUE COMPÕEM AS INFORMAÇÕES DO MODELO 9:

CNPJ	Nome da Entidade	Tipo	É RPPS ?	Cód. Barras do RVE
08537127000156	INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA	Autarquia	NÃO	62101144042496895
04870834000109	INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA	Autarquia	SIM	62101142321051436

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53 — Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	705.621.386,52
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Endividamento	704.021.386,52
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses) - Despesa com Pessoal	703.721.386,52

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´a´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	**359.611.592,68**	**51,10%**
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00%**
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´c´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	**0,00**	**0,00%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´d´´ do Inciso I do art. 55 — Valores expressos em reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	**5.762.513,10**	**0,82%**
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	**0,00**	**0,00%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF54.828C.5F2D.8EAB.18DB.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO

PM DE SANTA MARIA

3º Quadrimestre

Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10	7,00 %

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 55 — Valores expressos em reais

CNPJ: 88488366000100

Entidade: PM DE SANTA MARIA

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	**NÃO PROCESSADOS**
		Ajustado	**Ajustado**
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	23.183.829,73	678.155,51
20	MDE - Manutencao e Desenvolvimento Ensino	3.621.462,66	3.250.595,54
31	FUNDEB (a partir de 01/01/2007 - Instituido pela EC no 53/2006)	5.245.690,06	1.267.000,00
40	ASPS - Acoes de Servicos Publicos de Saude	1.498.306,42	132.175,13
1029	FMDCA - Fdo Mun.Dir.Crianca e Adol.	9.491,64	341.770,88
1030	Alienacao de Bens	1.893,50	54.208,96
1119	PNAFM 2a FASE - Cont. 0523.373-82	17.041,50	0,00
1120	Gov.Estado- Multa de Transito	19.138,72	0,00
1259	FNAS - Basico Fixo	26.707,53	6.729,98
1304	FNAS-IGDBF	9.876,24	0,00
1305	PROCON	0,00	42.927,15
1403	FUMCIP	34.320,37	0,00
1464	Fundo Municipal do Idoso	0,00	39.456,24
1468	Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	3.704,00
1522	FNAS - Protecao Social Especial	18.547,99	12.100,00
1529	Fundo Pro Saneamento	158.154,59	0,00
1531	FUNPROSM	0,00	48.900,00
1552	Conv. Aeroporto	12.488,60	24.516,02
1563	Contr. 891301/2019 - Aquisicao de Equipamentos Bombril	14.935,04	49.542,32
4002	Alienacao de bens adquiridos com recursos da Saude	0,00	80.886,00
4090	PSF / NASF / ESF Quilombola / ESF Indigena / Saude Bucal / Saude Bucal Indigena	2.130,69	58.726,00
4210	CEREST	15.173,88	0,00
4500	CUSTEIO - Atencao Basica	141.230,93	4.664,20
4501	CUSTEIO - Atencao de media e alta complexidade ambulatorial e hospitalar	52.463,11	0,00
4502	CUSTEIO - Vigilancia em Saude	17.419,64	1.842,42
4931	Aquisicao de Equipamentos e Material Permanente	0,00	50.000,00
SUBTOTAL		34.100.302,84	6.147.900,35
TOTAL			40.248.203,19

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**DO EXERCÍCIO ATUAL**	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	**Ajustado**	**Ajustado**	**Ajustado**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF54.828C.5F2D.8EAB.18DB.

SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00
Total Ex Anterior + Ex Atual	0,00

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 55 — Valores expressos em reais

CNPJ: 08537127000156

Entidade: INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	**NÃO PROCESSADOS**
		Ajustado	**Ajustado**
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	2.334,12	0,00
SUBTOTAL		2.334,12	0,00
TOTAL			2.334,12

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**DO EXERCÍCIO ATUAL**	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	**Ajustado**	**Ajustado**	**Ajustado**
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00
Total Ex Anterior + Ex Atual	0,00

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF54.828C.5F2D.8EAB.18DB.

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea ´´b´´ do Inciso III do art. 55 — Valores expressos em reais

CNPJ: 04870834000109

Entidade: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	**NÃO PROCESSADOS**
		Ajustado	**Ajustado**
400	Recurso Livre - Administracao Indireta Municipal (inclusive RPPS instituido como	511.605,70	138.934,17
SUBTOTAL		511.605,70	138.934,17
TOTAL			650.539,87

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**DO EXERCÍCIO ATUAL**	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	**Ajustado**	**Ajustado**	**Ajustado**
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Exercício Atual

Processados	0,00
Não Processados	0,00
Subtotal	0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual 0,00

DOS ALERTAS

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), e considerando que o (s) índice (s) demonstrado (s) no Modelo 9 - Demonstrativo dos Limites está (ão) acima do limite estabelecido na LRF, serão emitidos, automaticamente, conforme o caso, os ALERTAS a seguir indicados:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF54.828C.5F2D.8EAB.18DB.

DESPESA COM PESSOAL

O **ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL** de 51,10 % está situado ***no intervalo de 48,61% a 51,30%***, sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%, (percentual este equivalente a 90,00% sobre o limite de 54,00%, conforme estipulado no Inciso II do § 1º do Art. 59 c/c alínea ´´b´´ do Inciso III do Art. 20, ambos da LRF).

Considerando a(s) ocorrência(s) prevista(s) no(s) inciso(s) II e/ou III do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os montantes da despesa total com pessoal, e/ou a dívida consolidada líquida, e/ou as garantias de valores e operações de crédito se encontra(m) acima de 90,00% dos limites legais.

Assim, considerando as competências estabelecidas no § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e o disposto no inciso XI do art. 48, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - RITCE, esta Corte emite o presente **ALERTA**.

DA CIÊNCIA

EU, PREFEITO MUNICIPAL, com base no(s) índice(s) acima demonstrado(s), considero-me cientificado do referido alerta.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF54.828C.5F2D.8EAB.18DB.

Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2021 - CONSOLIDAÇÃO

PM DE SANTA MARIA

3º Quadrimestre

SANTA MARIA, 27 de Janeiro de 2022 .

_____

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

_____

MICHELE VARGAS ANTONELLO
Responsável pela Administração Financeira

_____

CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA
Responsável pelo Controle Interno

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AF54.828C.5F2D.8EAB.18DB.

Página 692

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 1

Peça 4081102

DOCUMENTO PÚBLICO

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	**830.739.057,65**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	**261.403.929,11**
IMPOSTOS	230.181.325,27
TAXAS	31.222.603,84
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	**10.679.360,93**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	10.679.360,93
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	**662.904,38**
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	662.904,38
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**39.164.596,54**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	35.660.831,41
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	3.468.742,58
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS OBTIDOS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	35.022,55
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	**460.787.740,92**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.315.556,06
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	454.414.737,83
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	1.675.345,14
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	312.320,73
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	2.069.781,16
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	**13.176.021,70**
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	593.863,64
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	9.717.650,63
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.864.507,43
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**44.864.504,07**
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	490.506,88
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	23.996.783,12
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.377.214,07
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	**720.340.562,42**
PESSOAL E ENCARGOS	**363.386.580,67**
REMUNERACAO A PESSOAL	232.631.347,27
ENCARGOS PATRONAIS	112.564.750,36
BENEFICIOS A PESSOAL	17.351.958,21
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	838.524,83
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	**11.230,57**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C4A4.F75D.7E35.61E0.B2AB.

Conta	Valor
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00
PENSOES	0,00
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	11.230,57
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**165.252.997,35**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	27.368.418,24
SERVICOS	121.468.397,43
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	16.416.181,68
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**8.193.700,23**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	8.192.847,07
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	853,16
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	**77.504.419,01**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	32.616.869,94
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	17.867.581,28
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	16.821.811,65
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	10.139.364,76
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	58.791,38
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	**79.970.744,00**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	50.226.833,28
PERDAS COM ALIENACAO	360.065,23
PERDAS INVOLUNTARIAS	1.031,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	29.382.814,49
TRIBUTARIAS	**7.060.855,29**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	7.060.855,29
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	**0,00**
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**18.960.035,30**
PREMIACOES	513.739,41
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	766.028,98
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.680.266,91
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**110.398.495,23**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C4A4.F75D.7E35.61E0.B2AB.

b. Notas Explicativas

"VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(Decorrentes da execução orçamentária)"
Incorporação de ativo Exercício atual R$ 39.036.688,18
Desincorporação de passivo Exercício atual R$ 27.495.399,00
Incorporação do passivo exercício atual R$ 10.262.513,10
Desincorporação do Ativo exercício atual R$ 759.681,47

SANTA MARIA , 26 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Jorge Cladistone Pozzobom - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

MARILDA MANFIO
Contabilista

JORGE CLADISTONE POZZOBOM
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C4A4.F75D.7E35.61E0.B2AB.

Balanço Orçamentário

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	589.816.795,73	655.912.707,89	705.165.359,27	49.252.651,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	215.129.700,00	234.129.700,00	242.120.757,04	7.991.057,04
Receita de Contribuições	9.832.000,00	9.832.000,00	10.596.012,20	764.012,20
Receita Patrimonial	5.863.695,73	6.068.445,39	9.878.346,96	3.809.901,57
Receita de Serviços	3.000,00	3.000,00	9.859,33	6.859,33
Transferências Correntes	350.582.900,00	397.240.282,50	435.285.318,83	38.045.036,33
Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	8.639.280,00	7.275.064,91	-1.364.215,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	68.969.204,27	86.094.938,46	17.741.530,86	-68.353.407,60
Operações de Crédito	18.974.822,77	31.474.822,77	10.262.513,10	-21.212.309,67
Alienação de Bens	13.662.600,00	13.662.600,00	701.342,04	-12.961.257,96
Amortização de Empréstimos	30.400,00	30.400,00	58.339,43	27.939,43
Transferências de Capital	36.301.381,50	40.927.115,69	6.719.336,29	-34.207.779,40
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	658.786.000,00	742.007.646,35	722.906.890,13	-19.100.756,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	658.786.000,00	742.007.646,35	722.906.890,13	-19.100.756,22
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	658.786.000,00	742.007.646,35	722.906.890,13	-19.100.756,22
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	112.239.783,40	-
Superavit Financeiro	-	-	112.239.783,40	-

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5BE8.7E7C.86E0.4630.408D.

Balanço Orçamentário

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	502.482.846,59	646.774.405,86	571.843.174,17	570.905.623,47	548.238.392,48	74.931.231,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	349.554.662,58	368.672.659,34	346.467.770,38	346.467.770,38	329.768.955,03	22.204.888,96
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	4.450.000,00	3.450.000,00	2.543.101,06	2.543.101,06	2.540.608,95	906.898,94
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	148.478.184,01	274.651.746,52	222.832.302,73	221.894.752,03	215.928.828,50	51.819.443,79
DESPESAS DE CAPITAL (X)	115.300.722,63	171.939.393,11	70.288.369,01	65.078.019,36	57.711.488,18	101.651.024,10
INVESTIMENTOS	85.696.522,63	144.201.946,11	42.792.970,01	37.582.620,36	37.286.980,60	101.408.976,10
INVERSOES FINANCEIRAS	34.200,00	34.200,00	0,00	0,00	0,00	34.200,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	29.570.000,00	27.703.247,00	27.495.399,00	27.495.399,00	20.424.507,58	207.848,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	3.206.430,78	737.630,78	0,00	0,00	0,00	737.630,78
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	620.990.000,00	819.451.429,75	642.131.543,18	635.983.642,83	605.949.880,66	177.319.886,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	620.990.000,00	819.451.429,75	642.131.543,18	635.983.642,83	605.949.880,66	177.319.886,57
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	80.775.346,95	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	620.990.000,00	819.451.429,75	722.906.890,13	635.983.642,83	605.949.880,66	177.319.886,57

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5BE8.7E7C.86E0.4630.408D.

Balanço Orçamentário

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	337.371,88	727.546,09	25.235.090,98	-402.465,97	21.495.204,64	739.837,85	4.064.966,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	20.208.722,28	0,00	16.143.842,86	0,00	4.064.879,42
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	2.359,16	0,00	2.359,16	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	337.371,88	727.546,09	5.024.009,54	-402.465,97	5.349.002,62	739.837,85	87,04
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.582.060,88	1.574,21	3.469.650,54	1.678.839,69	5.148.490,23	903.221,19	1.574,21
INVESTIMENTOS	0,00	2.582.060,88	1.574,21	2.231.825,63	1.678.839,69	3.910.665,32	903.221,19	1.574,21
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	1.237.824,91	0,00	1.237.824,91	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.919.432,76	729.120,30	28.704.741,52	1.276.373,72	26.643.694,87	1.643.059,04	4.066.540,67

c. Notas Explicativas

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário
Nota 1 ? Critério de Apropriação: foram consideradas como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do Art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64;
Nota 2 ? No exercício foram abertos créditos adicionais com indicação do Superávit Financeiro em R$ 112.239.783,40 e R$ 83.221.646,35 provenientes do excesso de arrecadação, influenciando no resultado orçamentário;
Nota 3 - Foram considerados como créditos adicionais suplementares e especiais o valor de R$ 366.596.625,34 e reduções no valor de R$ 168.135.195,59;
Nota 4 ? No exercício, houve transferências financeiras concedidas e recebidas, sendo que os registros contábeis foram efetuados em contas específicas de resultado, que representam variações passivas e ativas conforme o seguinte resumo:
Repasses Concedidos ao Poder Legislativo R$ 21.749.387,12; Repasses Concedidos ao RPPS R$ 8.493.191,81; Repasses Concedidos ao IPLAN R$ 2.374.291,01; Repasses Recebido do Poder Legislativo R$ 49.984,60; Repasses Recebido do IPASSP R$ 1.865.404,32.
Nota 5 ? A utilização da reserva de contingência no valor de R$ 2.468.800,00 serviu para cobertura de créditos suplementares.

SANTA MARIA , 26 de Janeiro de 2022

Gestor responsável pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021 - Jorge Cladistone Pozzobom - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

MARILDA MANFIO

JORGE CLADISTONE POZZOBOM

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5BE8.7E7C.86E0.4630.408D.

Balanço Orçamentário

PM DE SANTA MARIA | ORGÃO Nº: 56900 | CNPJ: 88488366000100 | 01/01/2021 a 31/12/2021

Contabilista

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 27/01/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 27/01/22, MICHELE VARGAS ANTONELLO em 27/01/22 e JORGE ANTONIO ZONE POZZOBOM em 27/01/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5BE8.7E7C.86E0.4630.408D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
3492641

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
Superintendência de Administração

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

DECRETO EXECUTIVO Nº 54, DE 5 DE MAIO DE 2021

Estabelece o Plano de Ação voltado para a adequação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC do Município de Santa Maria e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e em cumprimento ao parágrafo único do art. 18 do Decreto Federal nº10.540, de 05 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020, que "*Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle*";

CONSIDERANDO que o Sistema Integrado de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Santa Maria responsável pelos registros contábeis e transparência é regido pelo Contrato nº 19/2017 de 31, de março de 2017, e Contrato nº 136/2020 de 18 de junho de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 10.540, de 2020, estabelece os requisitos que deverão ser obrigatórios a partir de 1º de janeiro de 2023;

D E C R E T A:

Art. 1º O Plano de Ação de que trata o parágrafo único do art. 18 do Decreto Federal nº 10.540, de 2020, voltado para a adequação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC, do Município de Santa Maria, fica estabelecido conforme os anexos deste Decreto Executivo.

Art. 2º Durante a execução do Plano de Ação, verificada a necessidade, o Executivo poderá propor alterações no cronograma, desde que respeitado o prazo estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 2020.

Art. 3º Este Decreto Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Casa Civil, em Santa Maria, aos 5 dias do mês de maio de 2021.

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E12F.BBFD.5DE9.9A3E.2A5F.

Página 700
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 3492641
DOCUMENTO PÚBLICO

ANEXO I

	ETAPA	PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO
1	Designar Comissão interdisciplinar com a participação dos servidores do quadro do Município, abrangendo Autarquias, Poder Executivo e Poder Legislativo.	31.05.2021
2	Cientificar a empresa responsável pelo contrato vigente com o Município das ações estabelecidas pelo Decreto 10.540, de 2020.	30.06.2021
3	Adequar ao Termo de Referência do novo Processo Licitatório as determinações do Decreto 10.540, de 2020.	30.06.2021
4	Revisar o plano de ação quando houver necessidade.	30.11.2021

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E12F.BBFD.5DE9.9A3E.2A5F.

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E12F.BBFD.5DE9.9A3E.2A5F.

PLANO DE AÇÃO PARA ATENDIMENTO DO SIAFIC – ANEXO II						
		DECRETO	ATENDE?			Setor Responsável - Prazo para atendimento
			Sim	Não	Parcial	
DOS REQUISITOS CONTÁBEIS						
1)	Assegurar que os registros ocorrem conforme o mecanismo de débitos e créditos em partidas dobradas	art. 4º, I	x			
2)	Assegurar que os registros ocorrem em idioma e moeda corrente nacionais	art. 4º, II	x			
3)	Assegurar que o SIAFIC gera os livros razão, diários e demais demonstrativos contábeis em consonância com as regras contidas no Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP) e Plano Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de forma individual e consolidada, e que estão à disposição dos usuários e dos órgãos de controle interno e externo, no prazo estabelecido	art. 4º, § 3º			x	SMF - 31/12/2022
4)	Assegurar que os registros contábeis são efetuados de forma analítica e refletem a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade	art. 4º, § 4º	x			
5)	Atestar que os responsáveis pelos registros adotam providências para a obtenção da documentação na forma e no prazo adequados para evitar omissões ou distorções	art. 4º, § 5º	x			
6)	Garantir que os registros contábeis contêm os seguintes elementos:	art. 4º, § 6º				
6a)	A data da ocorrência da transação	art. 4º, § 6º, I	x			
6b)	A conta debitada	art. 4º, § 6º, II	x			
6c)	A conta creditada	art. 4º, § 6º, III	x			
6d)	O histórico da transação, com referência à documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado;	art. 4º, § 6º, IV	x			

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E12F.BBFD.5DE9.9A3E.2A5F.

6e)	O valor da transação	art. 4º, § 6º, V	x			
6f)	O número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil.	art. 4º, § 6º, VI	x			
7)	Garantir que registro dos bens, dos direitos e das obrigações possibilitam a indicação dos elementos necessários à sua perfeita caracterização e identificação	art. 4º, § 7º	x			
8)	Assegurar que o SIAFIC contempla os procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sua base de dados	art. 4º, § 8º	x			
9)	Assegurar que o SIAFIC permite a acumulação dos registros por centros de custos	art. 4º, § 9º		x		SMF/SMG - 31/12/2022
10)	Assegurar que o SIAFIC contém rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, assegurada a inalterabilidade das informações originais incluídas após sua contabilização, de forma a preservar o registro histórico dos atos	art. 5º	x			
11)	Garantir que os dados contábeis que trata o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e os relatórios de que tratam o § 3º do art. 165 da Constituição e o § 2º do art. 55 da referida Lei Complementar, ficam disponíveis até:	art. 6º				
11a)	O vigésimo quinto dia do mês, para os registros necessários à elaboração dos balancetes relativos ao mês imediatamente anterior	art. 6º, I	x			
11b)	Trinta de janeiro, para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar	art. 6º, II	x			
11c)	Último dia do mês de fevereiro, para outros ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 2000.	art. 6º, III	x			
	DOS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO					
12)	Assegurar que a sociedade tenha acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, nos termos do disposto no inciso II do § 1º do art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 2000, disponibilizadas no âmbito de cada ente federativo e em **tempo real**	art. 7º	x			

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E12F.BBFD.5DE9.9A3E.2A5F.

13)	Garantir que o SIAFIC permite amplo acesso público das seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras em relação **a despesa**:	Art. 8º, I				
13a)	Os dados referentes ao empenho, à liquidação e ao pagamento	Art. 8º, I, a	x			
13b)	O número do correspondente processo que instruir a execução orçamentária da despesa, quando for o caso	Art. 8º, I, b	x			
13c)	A classificação orçamentária, com a especificação da unidade orçamentária, da função, da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto, conforme as normas gerais de consolidação das contas públicas	Art. 8º, I, c	x			
13d)	Os dados e as informações referentes aos desembolsos independentes da execução orçamentária	Art. 8º, I, d	x			
13e)	A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, com seu respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ, inclusive quanto aos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto na hipótese de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;	Art. 8º, I, e	x			
13f)	A relação dos convênios realizados, com o número do processo correspondente, o nome e identificação por CPF ou CNPJ do convenente, o objeto e o valor	Art. 8º, I, f			x	SMG - 31/12/2022
13g)	O procedimento licitatório realizado, ou a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do respectivo processo	Art. 8º, I, g	X			SMF-31/12/2022
13h)	A descrição do bem ou do serviço adquirido, quando for o caso	Art. 8º, I, h	X			
14)	Garantir que o SIAFIC permite amplo acesso público das seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras em relação **a receita**:	Art. 8º, II				
14a)	À previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA)	Art. 8º, II, a		X		SMF - 12/2022
14b)	Ao lançamento, observado o disposto no art. 142 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 52 e no art. 53 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, resguardado o sigilo fiscal na forma da legislação, quando for o caso	Art. 8º, II, b		X		SMF - 12/2022

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E12F.BBFD.5DE9.9A3E.2A5F.

14c)	À arrecadação, inclusive referentes a recursos extraordinários	Art. 8º, II, c		X		SMF - 12/2022
14d)	Ao recolhimento	Art. 8º, II, d	X			
14e)	A classificação orçamentária, contém a especificação da natureza da receita e da fonte de recursos, observadas as normas gerais de consolidação das contas públicas de que trata o § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000	Art. 8º, II, e	X			
	DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS					
15)	Garantir que o SIAFIC permite o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados, observados o formato, a periodicidade e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000	Art. 9º, I	X			
16)	Atestar que o SIAFIC possui mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade da informação registrada e exportada	Art. 9º, II	X			
17)	Garantir que o SIAFIC contém, no documento contábil que gerou o registro, a identificação do sistema e do seu desenvolvedor	Art. 9º, III	X			
18)	Garantir que o SIAFIC atende à arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING	art. 10	X			
19)	Garantir que o SIAFIC possui mecanismos de controle de acesso de usuários baseados, no mínimo, na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta, e não permite que uma unidade gestora ou executora tenha acesso aos dados de outra	art. 11	X			
20)	Garantir que o acesso ao SIAFIC é permitido apenas após o cadastramento e a habilitação de cada usuário, por meio do número de inscrição no **CPF ou por certificado digital**	art. 11, § 1º	x			
21)	Assegurar os seguintes requisitos para cadastramento de usuário:	art. 11, § 2º				
21a)	Autorização expressa da chefia imediata ou de servidor hierarquicamente superior	art. 11, § 2º, I		X		SMG/ TI 31/12/2022

Assinado digitalmente por: CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 05/05/21.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E12F.BBFD.5DE9.9A3E.2A5F.

21b)	Assinatura do termo de responsabilidade pelo uso adequado do SIAFIC	art. 11, § 2º, II		X		SMG/ TI 31/12/2022
22)	Assegurar que os documentos referentes ao cadastramento e à habilitação de cada usuário são mantidos em boa guarda e conservação em arquivo eletrônico centralizado, que permite a consulta por órgãos de controle interno e externo e por outros usuários	art. 11, § 5º	X			
23)	Garantir que o registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários é mantido no SIAFIC e contém, no mínimo:	art. 12				
23a)	O código CPF do usuário	art. 12, I	X			
23b)	A operação realizada	art. 12, II	X			
23c)	A data e a hora da operação	art. 12, III	X			
24)	Na realização de operações por meio da internet, é ser garantida autenticidade através de conexão segura	art. 13	X			
25)	Atestar que a base de dados do SIAFIC possui mecanismos de proteção contra acesso direto não autorizado	art. 14	X			
26)	Garantir que é realizada cópia de segurança da base de dados do SIAFIC que permite a sua recuperação em caso de incidente ou de falha, com periodicidade diária, sem prejuízo de outros procedimentos de segurança da informação	art. 15		X		SMG/ TI 31/12/2022

Página 706
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

11RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA GESTÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS

Conforme prevê o Artigo 2°, IV, "a" da Resolução n° 1.134/2020 dessa Egrégia Corte de Contas, encaminho o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2021, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

I – Relativamente à gestão econômico-financeira e patrimonial:

a) relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS;

b) relatório e parecer conclusivo do responsável pela UCCI sobre as contas do ano anterior em que conste, no mínimo: o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual; a regularidade e tempestividade das conciliações bancárias, da guarda pela Unidade de Pessoal das declarações de bens e rendas dos agentes públicos, da realização do inventário de bens patrimoniais, seus resultados e providências; sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis; sobre o cumprimento das decisões deste Tribunal de Contas, prolatadas no exercício correspondente ao da prestação de contas, independentemente do ano do processo; e demais temas que julgue relevantes;

c) cópia das atas de encerramento dos inventários de bens móveis, de bens de consumo e de valores, elaboradas por comissão formalmente designada, evidenciando a fidedignidade desses bens inventariados com os correspondentes registros contábeis, apontando

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 707
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

as eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas;

d) declaração do responsável pela Unidade de Pessoal, ratificada pelo Prefeito, quanto à regularidade da entrega e guarda de cópias das declarações de bens e rendas dos agentes públicos, nos termos da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012, bem como as providências adotadas em caso de não entrega das mesmas;

e) declaração do tesoureiro e do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização e regularidade das conciliações bancárias, contendo dados nos moldes do Anexo I;

f) quadro contendo a relação das tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas ao TCE-RS ou ainda na fase interna, indicando o número do processo administrativo respectivo, os fatos a serem apurados, o período correspondente e a quantificação do débito, mesmo que por estimativa; ou declaração de inexistência de tomadas de contas especiais instauradas no período, se for o caso;

g) relatório e parecer dos conselhos que legalmente devem se manifestar sobre os fundos criados em face da eventual instituição de regime próprio de previdência social, contendo a análise de suas contas, bem como a consignação de conformidade (ou não) de suas aplicações financeiras, de suas demonstrações contábeis e da manutenção do equilíbrio previsto em sua avaliação atuarial;

h) relatório e parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, previsto em lei específica, relativo à alocação e à aplicação dos recursos vinculados a esse Fundo;

i) relatório e parecer do responsável pela UCCI, relativo à aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

j) Plano Municipal de Educação, vigente no exercício anterior, conforme art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

k) análise e parecer conclusivo emitido pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS referente, no mínimo, à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; às transferências dos recursos

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 708
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

aos Fundos de Saúde e à aplicação dos recursos vinculados ao SUS;

l) relatório e parecer do responsável pela UCCI, relativo à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas nesta Lei Complementar; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde; à aplicação dos recursos vinculados ao SUS; à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde;

m) Plano Municipal de Saúde, vigente no exercício anterior, conforme art. 96 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017;

n) Programação Anual de Saúde, vigente no exercício anterior, conforme art. 97 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 2017;

o) Relatório de Gestão, vigente no exercício anterior, conforme art. 99 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 2017;

p) Plano Municipal de Saneamento, vigente no exercício anterior, conforme art. 9º da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

q) Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, vigente no exercício anterior, conforme art. 18 da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A demonstração dos efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, por estar evidenciada nos demonstrativos orçamentários e contábeis encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2021 deixa de ser reproduzida neste relatório.

1.1) LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL E ENDIVIDAMENTO.

Os limites de despesas com pessoal e endividamento deixam de ser abordados por estarem contidos em processo próprio da Gestão Fiscal, e serem encaminhados ao Tribunal

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 709
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

de Contas do Estado no período correspondente, acompanhado de o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2021.

2 – DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL – PPA

O cumprimento dos programas de governo e suas ações alcançaram, no exercício que se encerrou em 31-12-2021, a execução orçamentária demonstrada no quadro a seguir:

Plano Plurianual Lei nº 6.146/2017 - LDO Lei nº 6.480/2020 e LOA Lei nº 6.513/2020

Metas	Orçamento (R$)	Liquidado (R$)
Casa Civil	18.875.500,00	20.883.711,18
Procuradoria Geral do Município	4.521.000,00	4.479.115,69
Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa	33.631.000,00	12.189.950,28
Secretaria de Município de Finanças	17.844.000,00	17.146.293,61
Secretaria de Município da Saúde	106.515.327,79	137.221.954,82
Secretaria de Município da Educação	181.821.484,84	211.210.129,89
Secretaria de Município de Cultura, Esporte e Lazer	5.755.000,00	6.665.109,95
Secretaria de Município de Desenvolvimento Social	9.996.085,44	19.655.132,41
Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural	5.666.471,68	6.631.768,22
Secretaria de Município de Deseny, Econ., Turismo e Inovação	2.844.969,88	7.419.854,64
Secretaria de Município de Estruturação e Regulação Urbana	43.870.000,00	11.074.450,08
Secretaria de Município de Infraestrutura e Serv. Públicos	36.795.238,00	57.286.007,92
Secretaria de Município de Mobilidade Urbana	15.889.000,00	14.482.701,80
Secretaria de Município de Meio Ambiente	16.221.391,59	26.694.013,48
Encargos Gerais do Município	118.790.530,78	80.987.640,58
Controladoria e Auditoria Geral do Município	1.953.000,00	1.955.808,28
Total	620.990.000,00	635.983.642,83

* Conforme Lei Municipal nº 6519 de 29 de dezembro de 2020, a Secretaria de Município de Cultura, Esporte e Lazer foi desmembrada em Secretaria de Município de Cultura e Secretaria de Município de Esporte e Lazer. Também foi criada a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária sendo que anteriormente suas funções eram realizadas pela Casa Civil, sendo esta detentora da previsão orçamentária inicial.

3 – DAS INFORMAÇÕES SOBRE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1) RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE, INCLUINDO OS RECURSOS DO FUNDEB

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 710
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

O Quadro a seguir evidencia o desempenho de cada receita proveniente de impostos no ano de 2021, bem como a parcela da receita destinada à educação.

IMPOSTOS	ORÇADO	RECEITA	25% EDUCAÇÃO
FPM	71.336.000,00	95.360.044,24	23.840.011,06
ICMS – DESONERAÇÃO	0,00	0,00	0,00
ICMS	108.100.000,00	136.851.113,18	34.212778,30
IPI – EXPORTAÇÃO	1.587.000,00	1.475.537,30	368.884,33
IPTU*	49.654.000,00	57.867.884,82	14.466.971,21
ITBI*	20.606.100,00	33.517.378,66	8.379.344,67
ISS*	78.592.100,00	84.560.457,29	21.140.114,32
IRRF	45.575.000,00	42.685.734,09	10.671.433,52
ITR	1.037.000,00	1.249.511,73	312.377,93
IPVA	44.961.000,00	53.585.961,02	13.396.490,24
TOTAL	**421.448.200,00**	**507.153.622,33**	**126.788.405,58**

*Incluído multas, juros de mora e dívida ativa.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$) (Empenhado)
1008	Ampliação e Construção de Escolas	905.740,61
1009	Ampliação e Construção de Creches	2.676.478,16
2131	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMED - FUNDEB	12.726.263.86
2132	Desenvolvimento da Autonomia Escolar do EJA - MDE	53.820,00
2172	Manutenção do Sistema Municipal de Ensino – FUNDEB – 70%	92.841.667,26
2173	Manutenção do Sistema Municipal de Ensino – FUNDEB – 30%	10.066.985,44
2174	Manutenção da Educação Infantil – Creches FUNDEB – 70%	12.277.263,34
2175	Manutenção da Educação Infantil – Creches FUNDEB – 30%	1.344.863,08
2176	Manutenção da Educação Infantil – Pré-escola FUNDEB – 70%	9.601.622,12
2078	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMED - MDE	3.400.569,03
2083	Manut. Implem. Ativ. Programa Educ. Fiscal	105.982,81
2084	Manutenção do Sistema Municipal Ensino Fundamental	27.111.137,04
2091	Manutenção do Transporte Escolar	2.761.632,60
2092	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ensino Fundamental	1.885.520,00
2093	Manutenção de Centros de Educação Profissional	110.082,21
2094	Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola	20.391.803,34
2095	Manutenção das Creches	3.963.369,29
2096	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ens. Infantil – Pré-Escola	591.080,00
2097	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ensino Infantil - Creches	120.180,00
2098	Manutenção do EJA	8.112.655,68
2130	Manutenção das Atividades do Conselho de Educação	8.450,90
TOTAL		**211.057.166,77**

No que diz respeito aos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no exercício em análise foram gastos R$ 211.057.166,77 (duzentos e onze milhões, cinquenta e sete mil, cento e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos). Deste valor, deve ser descontado o montende de R$ 83.045.743,15 (oitenta e três milhões, quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e quinze centavos) que

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 711
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

corresponde ao ganho do FUNDEB, rendimentos de aplicações financeiras e despesas não computáveis com educação, perfazendo um líquido de R$ 128.011.423,62 (cento e vinte e oito milhões, onze mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e dois centavos). Se estes gastos forem comparados com a receita resultante de impostos, que foi de R$ 507.153.622,33 (quinhentos e sete milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) atingiu-se um percentual de 25,24% aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Das ações anteriormente evidenciadas, ressaltamos os seguintes programas desenvolvidos no período:

a) FUNDEB:

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é um fundo especial para aplicação exclusiva na educação básica, provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O Município de Santa Maria, em 2021, contou com uma receita de R$ 138.858.665,10, investindo o referido valor, na folha de pagamento dos professores do Ensino Fundamental, Educação Infantil Creche e Pré-escola e demais profissionais da educação, sendo um total de 1.812 servidores, conforme informação do setor de RH. Dentre estes servidores temos 440 professores de Educação Infantil, 470 professores de Anos Iniciais, 651 professores de Anos Finais.

No presente exercício em função do excesso de arrecadação na respectiva fonte de recurso, o município adquiriu equipamentos permanentes como itens de informática e mobiliário escolar na casa de R$ 4.000.000,00 e inscrevendo um montante de R$ 1.267.000,00 em restos a pagar.

b) MDE*:*

Os recursos oriundos da “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE” são investidos em todas as ações que visam alcançar os objetivos básicos da educação

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 712
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

oferecendo qualidade e igualdade para todos, ou seja, são ações voltadas à obtenção dos objetivos educacionais de todas as modalidades.

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 estabelece no artigo 212 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar, anualmente, no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos transferidos para o município.

O Município de Santa Maria, com uma receita de R$ 70.965.167,58, investiu, prioritariamente, em compra de vagas para a Educação Infantil, formação de professores, convênios, contratos de prestação de serviço, Transporte Escolar, aquisição de equipamentos, serviços, materiais de consumo, entre outros.

Cabe destacar as principais execuções físicas no exercício de 2021:

Aquisição de Mobiliário Escolar, Aproximadamente 25 mil itens, entre Carteiras Escolares, Armários, Quadros, entre outros,

Investimento Aproximado: R$ 3.600.000,00

Aquisição de Notebooks EMEFs, 650 itens para as salas de informática e 170 unidades para as equipes diretivas das EMEIs e EMEFs.

Investimento Aproximado: R$ 4.200.000,00

Aquisição de Notebooks PARA SMEd, 50 itens para PRAEM, NTEM e SMED.

Investimento Aproximado: R$ 250.000,00

Instalação de ar condicionado na SMED/CMESM/PRAEM

Investimento Aproximado: R$ 53.000,00

Locação de **7000 Licenças Mangahigh** (Software de Matemática)

Investimento Aproximado: R$ 360.000,00

Locação de 3180 Licenças Aprimora (Software de Língua Portuguesa)

Investimento Aproximado: R$ 250.000,00

Locação de 7200 Licenças Árvore dos Livros (Software de Leitura),

Investimento Aproximado: R$ 302.000,00

Licitação de Serviço de Captação de Áudio,Vídeo e Foto(Projeto Educação em Cena)

Investimento Aproximado: R$ 325.000,00

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 713
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

Aquisição e entrega de Material para enfrentamento do COVID-19

(Material de Higiene e limpeza) 54.000 unidades; Investimento: R$ 400.000,00

(EPIS) 80.000 unidades; Investimento aproximado: R$ 120.000,00

Aquisição de Lixeiras 1300 unidades;

Investimento aproximado: R$ 70.000,00

c) Transporte escolar*:*

A Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, institui o Programa Nacional de Apoio do Transporte Escolar. Este programa objetiva garantir transporte diário e gratuito aos alunos da área rural do Ensino Fundamental e Educação Especial, mantendo a frequência dos alunos e reduzindo os índices de evasão escolar. Em 2021, a prefeitura contou com uma receita oriunda de repasses de verbas do Governo Federal no montante de R$ 185.675,30. Todas as outras despesas com o transporte escolar foram custeadas com as verbas do Salário Educação (Recurso 1.008) ou perfazendo um montante de R$ 87.735,06 e com recurso do MDE R$ 2.761.632,60, considerando os valores pagos.

A prefeitura viabilizou a continuidade parcial da prestação de serviços por parte dos transportadores, através do ensino remoto estabelecido no ano de 2020 em função da pandemia de COVID 19, permanecendo durante o 1º semestre de 2021, retornando as atividades presenciais em sua grande maioria no 2º semestre de 2021.

Informamos, ainda, que embora não havendo a obrigatoriedade em ter o auxiliar (monitor) nos transportes escolares, visto que, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5596/2009 com o objetivo de alterar o Código de Trânsito Brasileiro e obrigar a presença de um auxiliar para os estudantes durante a circulação do transporte escolar, o qual ainda não foi aprovado. A Secretaria de Município da Educação, por entender ser de suma importância **colocar auxiliar (monitor)** em todos os roteiros, **por questão de segurança** aos nossos alunos, incluiu gradativamente esta função nos novos processos licitatórios, visto que o motorista não consegue exercer satisfatoriamente ambas as funções, de condutor e auxiliar (monitor). Desta forma, no ano de 2018, foi incluída a função de monitor em 2 roteiros rurais, no ano de 2019 foi incluído em mais 6 roteiros rurais e no ano de 2020, dos 28 roteiros rurais

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 714
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

existentes, tínhamos oito com monitor, além dos roteiros urbanos, para alunos público alvo da educação especial, todos com monitor.

Para o ano de 2022, contamos com uma grande conquista para a educação no município de Santa Maria. Dos 28 roteiros rurais, todos terão monitores no transporte escolar. Dos roteiros urbanos, o qual têm como público alvo os alunos da educação especial, foram reestruturados para melhor atender a região leste, faixa nova e faixa velha de Camobi, ambos com monitor e plataforma elevatória, fruto do pregão eletrônico nº 111/2021, finalizado no mês de dezembro/2021.

Assim totalizando 36 roteiros de transporte escolar na rede municipal de ensino, na sua integralidade com auxiliar de transporte escolar (monitor).

d) Programa de Desenvolvimento da Autonomia Escolar – PRODAE :

Desde o ano de 2004, através da Lei Municipal nº 4.740, de 24 de dezembro de 2003, as escolas da Rede Municipal de Ensino recebem verbas, mensalmente, em contas específicas, de acordo com o número de alunos informados no Censo Escolar do ano anterior. Esses recursos, repassados com as verbas da Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), são utilizados para a manutenção administrativa e pedagógica das escolas. No ano de 2021, foi transferido para as Escolas da Rede Municipal, com recursos do Salário Educação, o valor de R$ 774.312,00, R$ 1.190.600,00 com recurso do MDE e 2 aportes extraordinários, conforme decreto executivo 78/2021 e 126/2021, totalizando mais R$ 1.460.000,00 para apoiar as escolas em suas demandas mais urgentes, com reestruturação para atendimento dos alunos com observâncias aos protocolos de enfrentamento a pandemia e outras prioridades advindas da atividade escolar.

O Município de Santa Maria desenvolve ações em todas as modalidades e níveis de ensino, nesta perspectiva busca viabilizar uma educação vinculada as concepções dos tempos atuais, para tornar o ensino referência em qualidade e, deste modo, potencializar e qualificar seus índices de desenvolvimento.

Assim, considerando o contexto pandêmico vivenciado em 2021 e todas as demandas inerentes a esse momento atípico, a proposta de atualização dos valores do PRODAE, e dois repasse extraordinário do mesmo, emergiu como iniciativa fundamental para

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 715
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

potencializar os recursos disponíveis as escolas da Rede Municipal de Educação, frente ao surgimento de diversas demandas antes inexistentes.

Nesse viés, pautados nos resultados positivos ao longo dos anos com o PRODAE, o desafio foi ampliar a disponibilidade financeira para fortalecer o processo de enfrentamento a pandemia que perdurou no ano de 2021 e reestabelecer o valor defasado do repasse, o qual não era reajustado desde o exercício financeiro de 2012, conforme Decreto Executivo nº 016, de 30 de janeiro de 2012, assim alcançando um aporte financeiro de R$ 3.504,912,00 no exercício financeiro de 2021.

e) Alimentação Escolar:

A partir de 1997 (Medida Provisória nº 2.178-36) o PNAE vem sendo gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é responsável pela alimentação de alunos das escolas de Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental (1ª ao 9º) da Rede Pública e das escolas mantidas por entidades filantrópicas desde que estas entidades estejam cadastradas no censo escolar e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social. Os objetivos do PNAE são: suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos do Ensino Fundamental e 70% das necessidades nutricionais diárias dos alunos da educação infantil, contribuir para uma melhor aprendizagem, favorecer a formação de bons hábitos alimentares. A partir do segundo semestre de 2007, adotou-se a Gestão de Escolarização da Merenda, conforme a Lei Municipal nº 4997, de 27 de abril de 2007, onde os valores referentes ao PNAE, PNAP e PNAC são repassados para as escolas municipais de acordo com o número de alunos declarados no Censo Escolar.

A Escolarização da Merenda vem incentivar a economia local gerando impostos para o município e para os produtores rurais inclusos no Programa da Agricultura Familiar.

No ano de 2021 foram atendidos 6.775 alunos da Educação Infantil (creche e pré-escola); 14.142 do Ensino Fundamental; 936 do EJA e 663 do Atendimento Educacional Especializado, totalizando 22.516 alunos, conforme censo realizado pelo setor responsável pela alimentação escolar, considerando as instituições filantrópicas. O município recebeu o

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 716
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

montante de R$ 2.415.642,79. Deste valor foi repassado o percentual de 60% para as escolas da Gestão Escolarizada e 40% foi aplicado na Agricultura familiar.

Em cumprimento do Decreto Estadual nº 55.154 de 01/04/2020 e Decreto Executivo Municipal nº 53 as aulas presencias nas escolas municipais foram paralisadas em função da Pandemia da Covid-19.

Considerando a Lei nº 13.987 de 07/04/2020 e a Resolução CD/FNDE nº 2 de 09/04/2020, que autorizou, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas e em razão da situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE; e observando as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), em especial o contido no Decreto Executivo Municipal n° 54 e as recomendações específicas da Vigilância Sanitária, contidas no Memorando n° 57/SMS/2020 e n° 124/SVS/SMS/2020, foi feita a montagem e a distribuição de 12.200 kits aos alunos da rede municipal de ensino, totalizando aproximadamente 140 toneladas de alimentos oriundos da Agricultura Familiar, por meio da Chamada Pública nº 01 e nº 02/2021 e dos gêneros alimentícios não perecíveis adquiridos pelos Conselhos Escolares.

Cabendo destacar que a partir do mês de julho a ação de distribuição de kits foi segmentada visando suprir as necessidades das escolas no retorno presencial, que se efetivou no segundo semestre de 2021.

f) Aquisição de Vagas – Parceria com organizações da sociedade civil:

O município de Santa Maria, através de processo de credenciamento público foram fornecidas 564 vagas de Educação Infantil com um custo de R$ 3.742.105,71, sendo todas aportadas com recurso do MDE.

Cabe destacar que a SMEd estabeleceu no processo de credenciamento a possibilidade de atividades remotas, a qual as escolas implementaram de forma bem sucedida no exercício de 2020, assim possibilitando o retorno dos pagamentos de forma parcial para os atendimentos de alunos de creche.

g) Aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino:

O município de Santa Maria, através das atividades de manutenção e investimentos em educação, efetivou a aplicação constitucional de 25,24% sobre a receita de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 717
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

impostos, atingindo um investimento de R$ 128.011.423,62, já em relação aos recursos do FUNDEB, foi aplicado 82,62% em remuneração dos Profissionais da Educação Básica, perfazendo um montante de R$ 114.720.552,72.

3.2) RECURSOS APLICADOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

O Quadro a seguir evidencia o desempenho de cada receita proveniente de impostos no ano de 2021, bem como a parcela da receita destinada à saúde.

IMPOSTOS	ORÇADO	RECEITA	15% SAÚDE
FPM	71.336.000,00	95.360.044,24	14.304.006,64
ICMS – DESONERAÇÃO	0,00	0,00	0,00
ICMS	108.100.000,00	136.851.113,18	20.527.666,98
IPI – EXPORTAÇÃO	1.587.000,00	1.475.537,30	221.330,60
IPTU*	49.654.000,00	57.867.884,82	8.680.182,72
ITBI*	20.606.100,00	33.517.378,66	5.027.606,80
ISS*	78.592.100,00	84.560.457,29	12.684.068,59
IRRF	45.575.000,00	42.685.734,09	6.402.860,11
ITR	1.037.000,00	1.249.511,73	187.426,76
IPVA	44.961.000,00	53.585.961,02	8.037.894,15
TOTAL	**421.448.200,00**	**507.153.622,33**	**76.073.043,35**

*Incluído multas, juros de mora e dívida ativa.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$) (Liquidado)
2118	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	5.830,77
2112	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMS	2.713.248,43
1013	Modernização da Rede Básica de Saúde	1.136.401,65
2113	Manutenção dos Serviços Básicos de Saúde	63.932.723,64
2114	Manutenção da Saúde Bucal	240.720,40
2119	Aquisição de Medicamentos	350.703,41
1022	Modernização da rede de Atenção Especializada	92.000,00
2115	Manutenção dos Atendimentos de Urgência e Emergência	11.255.936,11
2126	Manut. das Ações de Saúde de Média Complexidade	3.080.166,65
2116	Manutenção dos Serviços Terapêuticos dos CAPS	2.234.919,15
2117	Manutenção da Vigilância Sanitária Municipal	3.335.588,46
2120	Incent. e Manut. dos Agentes Comunitários de Saúde	3.307.854,60
	Restos Liquidados de Exercícios Anteriores	146.440,57
	Total	**91.832.533,84**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 718
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

No que diz respeito aos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, no exercício em análise foram gastos R$ 91.832.533,84 (noventa e um milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos). Deste valor, deve ser reduzido o valor de R$ 544.580,94 (quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos), proveniente de dispêndio com o Consórcio Intermunicipal de saúde e rendimentos de aplicações financeiras, perfazendo um líquido de R$ 91.287.952,90 (noventa e um milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos). Se estes gastos forem comparados com a receita resultante de impostos, que foi de R$ 507.153.622,33 (quinhentos e sete milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) atingimos um percentual de 18,00% aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.

Ressaltamos que ano-exercício de 2021 o executivo municipal enfrentou o pior momento do enfrentamento à pandemia da COVID-19, visto que tivemos o pico da Pandemia entre fevereiro e maio, no que se refere a mais taxa alta de ocupação hospital (tanto de leito clínico quanto de leito de Unidade de Terapia Intensiva) e maior número de óbitos. O ano de 2021 contabilizou 682 óbitos, sendo que, 470 ocorreram entre os meses referidos.

O Comitê de Crise permaneceu atuante, assim como o Centro de Referência Municipal da COVID 19, que além de concentrar grande parte das testagens da rede pública, os profissionais deram suporte técnico aos demais serviços da Rede, além de organizar as amostras de RT-PCR que chegam de todos os locais, para que possam ser conferidas e encaminhadas aos laboratórios para análise. Para garantir a manutenção das testagens, devemos mencionar as parcerias com o Ministério Público do Trabalho, com a liberação de recursos financeiros, a UFN, A UFSM, a SES e a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde , garantindo celeridade e eficiência ao processo.

Ainda, no ano de 2021 os primeiros casos de variantes do vírus foram identificados em Santa Maria, e monitorados inicialmente para conhecermos a dinâmica do vírus, o que subsidiou a tomada de decisão da gestão, na condução da Pandemia.

Além das ações anteriormente transcritas, ressaltamos as seguintes políticas, bem como seus programas e atividades desenvolvidos no período:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 719
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

a) Política de saúde da criança:

Essa política objetiva promover a saúde da criança e reduzir a morbimortalidade infantil por meio de ações como: garantia de atendimento na atenção básica assim como a organização dos fluxos de referência e contra-referência de atendimento nos demais níveis da rede para recém-nascidos e crianças no município; controle dos testes do pezinho realizados no município; garantia da cobertura vacinal; incentivo ao aleitamento materno; participação em reuniões de comitês e demais instâncias referentes a saúde do neonato e criança.

b) Política de saúde da mulher:

A política objetiva promover a atenção integral a saúde da mulher por meio de ações como: organização de fluxos referentes ao cuidado à saúde da mulher e da gestante para consultas nos demais níveis da rede, inserção de DIU, cirurgia de laqueadura; oferta e controle da realização de exames citopatológicos, mamografias; controle de gestantes faltosas ao pré-natal de alto risco (PNAR); oferta de testes de gravidez na rede municipal de saúde; testagem rápida para ISTs;

c) **Programa Primeira Infância Melhor (PIM):**

O Programa Primeira Infância Melhor-PIM têm o objetivo de orientar as famílias cadastradas, a partir de sua cultura e experiências para o estímulo ao desenvolvimento das capacidades e potencialidades de suas crianças.

Ações consistem em:

- apoiar e fortalecer as competências da família como primeira e mais importante instituição de cuidado e educação da criança nos primeiros anos de vida;

- prestar apoio educacional e amparar as crianças para completar as ações da família e da comunidade;

- prestar assistência social às crianças e as famílias beneficiadas por serviços de proteção social básica;

- prestar toda e qualquer orientação às famílias sobre cuidados da família.

Essas ações são realizadas através de um trabalho em conjunto entre Grupo Técnico Municipal – GTM, monitores, visitadores e rede de serviço do município com a meta

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 720
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

de ampliar o caráter de promoção à qualidade de vida das famílias, acrescentando às ações um caráter preventivo, ou seja, identificando precocemente possíveis demandas, para que a rede tenha melhores perspectivas de atuação nos diferentes casos.

O Programa está composto por grupo Técnico Municipal- GTM (Assistência Social, Educação e Saúde), 20 visitadores e 02 monitores, sendo que cada visitador ficará responsável em atender 17 famílias, com Parceria com instituição de ensino aditado para cumprimento em 2021, ressalta-se que as atividades foram adaptadas conforme a pandemia e combate ao Corona Virus permitiram, visando garantir a segurança da saúde pública e o melhor atendimento às crianças alcançadas pelo programa.

d) Definiu os territórios de atuação das UBS/ESF e sua população adscrita no território, dentro das regiões administrativas:

Realizou o cadastro individual da população que acessa a Rede de saúde municipal, sendo a) 123.087 usuários cadastrados na AB; b) 79.251 por ESF e 43.836 em EAP.

Capacitou equipes para o preenchimento do cadastro individual do ESUS para todos os integrantes das equipes APS. Foram 30 capacitações realizadas exclusivamente sobre cadastro individual.

e) Ampliação da cobertura de atenção primária em saúde

Ampliou o número de equipes de ESF priorizando as regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado, sendo 25 equipes homologadas no final de 2021, e habilitou EAP conforme Portaria Previne Brasil, com 20 equipes de EAP homologadas. Segue a lógica do Previne Brasil atualmente.

f) Ações para reduzir o número de novos casos da sífilis congênita:

As unidades foram orientadas a realizar teste rápido de gravidez. Em 2021 foram realizados 4.265 testes rápidos de gravidez pela AB. Todas as unidades recebem orientação a realizar testagem rápida para sífilis nos 3 trimestres gestacionais. Em 2021 foram realizados 2.320 testes rápidos de sífilis e 2.314 testes rápidos de HIV em gestantes pela AB.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 721
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

Anualmente todas as unidades são capacitadas para tratamento de sífilis gestacional no mês alusivo ao tema. Os enfermeiros foram capacitados para prescrição de tratamento a partir do protocolo de enfermagem em saúde da mulher, instituído no município.

A Política de saúde da Criança e da Mulher recebe relatório da maternidade do Hospital Casa de Saúde, com as referências para as UBS, dos nascidos vivos, mensalmente (Acolhe Bebê). Algumas unidades de saúde oferecem turno estendido ou abrem a unidade aos sábados para acesso da população vulnerável. Exemplo: Erasmo Crossetti, o qual faz turno estendido até as 20 horas todas as quartas-feiras.

g) Núcleo de apoio a Saúde da Família:

As ações realizadas pelo NASF junto às equipes de ESF apoiadas foram:

- 663 procedimentos ambulatoriais
- 639 consultas/atendimento domiciliar na AB;
- 24 orientações/acolhimentos à demanda espontânea
- 592 procedimentos coletivos
- atividade educativa/orientação em grupo na AB

h) Setor de Tuberculose:

O setor de Tuberculose e Hanseníase funciona junto a Policlínica José Erasmo Crosseti, apresenta um mapa atualizado de todos os casos novos do município (110), além das 18 recidivas e 11 reinício, pós abandono.

Foram capacitadas 03 Estratégias de Saúde da Família para a descentralização do cuidado na APS. Ainda, foram realizadas ações nas Casas Prisionais e casa de passagem. A equipe acompanhou ainda 41 pacientes/ano em TDO (Tratamento Direto Observado), sendo 8 no setor e 12 em 5 Unidades de Saúde.

i) Setor de estomatizados, próteses, órteses, oxigenioterapia domiciliar e portadores de lesão:

Todos pacientes que procuram o serviço são atendidos, cadastrados no sistema de gerenciamento de usuários com deficiência (GUD) e acompanhados. Durante este ano, foram realizados 123 cadastros novos e 3.395 dispensações de materiais.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 722
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

O setor possui uma equipe de atendimento multiprofissional, sendo que foram realizados 8.444 atendimentos de enfermagem, 1.131 pelo Assistente Social, 1.666 pelo Fisioterapeuta e 122 pelo Psicólogo.

No que se refere a reabilitação, foram realizados os seguintes encaminhamentos: Reabilitação Auditiva: 203, Reabilitação Física: 123, Reabilitação Intelectual: 187 e Reabilitação Visual: 41. Ainda, houve cadastro de 28 usuários novos fazendo uso de oxigenioterapia domiciliar.

j) Política de HIV/AIDS, IST e Hepatites virais:

Em Junho, elaborado Projeto de Encontros denominado "SEM BARREIRAS" que abordou a Humanização da assistência à saúde à população LGBTQIA+ na Atenção Primária em Saúde, tendo como público alvo Agentes comunitários de saúde e recepcionistas da APS.

Foram realizadas duas reuniões da Linha do Cuidado PVHIV. Na primeira, em Março, elaborou-se uma reunião aberta com a temática: "Tuberculose quem procura, acha! ministrada pela Prof.ª Enf.ª da UFSM Laís Mara Caetano via google Meet para 15 participantes das equipes da APS, bem como postagens mensais de conteúdo informativo nas páginas do Instagram e Facebook da Política do HIV pelo Grupos de Extensão da Enfermagem da UFSM. Na segunda foram capacitados médicos e residentes das Unidades Piloto da Linha do Cuidado (ESF Bela União e ESF Alto da Boa Vista) para o tratamento do HIV na Atenção Primária de Saúde, realizada pelo médico infectologista Rafael da empresa GSK.

No segundo quadrimestre foram realizadas 4 reuniões online da Linha do Cuidado a PVHIV, nas quais foram pactuadas o processo de implantação da Linha do Cuidado em Unidades Piloto: ESF Maringá, Bela União e Alto da Boa Vista, com o matriciamento da Casa Treze de Maio e Ambulatório de Infectopediatria do HUSM (para gestantes).

Em outubro, foi realizada capacitação para tratamento das Hepatites B e C, para 15 profissionais da Casa Treze de Maio, pela empresa GILEAD. Em novembro foi realizada a mesma capacitação para Farmacêuticos e Médicos por via remota.

No que se refere ao perfil dos usuários atendidos no Serviço de Referência Secundária (SAE Casa Treze de Maio), temos: 61,5% homens; 68,1% é heterosexual, 61,5% da

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 723
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

cor branca; 26,9% possui ensino médio e residem no bairro Centro (12,5%). Nas hepatites 89,5% possui hepatite C; 68,9% do sexo masculino e 70% na cor branca.

Foram realizadas cinco reuniões online do Comitê de Transmissão Vertical, onde foram acompanhados 49 usuários: gestantes HIV, puérperas e gestantes que apresentaram Sífilis. Acionadas instâncias como Conselho Tutelar e apoio dos CRAS quando necessário.

Em se tratando de ações mais específicas junto à comunidade, podemos citar:

- Testagem rápida para o HIV, Sífilis e Hepatites, bem como coleta de escarro em apenados na PESM em parceria com o Setor de Tuberculose.
- Mutirão de testagem rápida com as demais políticas nos seguintes locais: Em Outubro participou-se da Semana do SIPAT no Hospital Regional, foram testados 57 profissionais da saúde. Ação com a Política de saúde da mulher em duas agências de trabalhadoras do sexo e três ações no Presídio Regional de Santa Maria para coleta de citopatológico e testagem rápida para Sífilis, HIV e Hepatite B/C. Ação com profissionais do sexo nas ruas, em conjunto com a Política Saúde da Mulher, onde foram entregues 35 kits para 8 mulheres nas ruas e 14 em casas noturnas. Ocorreram duas ações presenciais na Escola Maria Rocha, em conjunto com Política de Saúde da Mulher, Política Saúde do Adolescente (PSE) e NASF, onde foram feitas rodas de conversa com 62 adolescentes (14 - 20 anos), referente a saúde, sexualidade e métodos contraceptivos. Na primeira quinzena de dezembro foi realizada a Ação das Políticas de Saúde nos 30 anos de ocupação da Nova Santa Marta. Ainda na primeira quinzena ocorreu a Ação Multiprofissional na Casa de Passagem Mundo Novo em conjunto com Política de Saúde Bucal, Política de Saúde da Mulher e Política das DANTS.

k) Política de assistência farmacêutica:

Foi realizada a contratação, através de concurso público realizado em 2021, duas farmacêuticas para a Farmácia Municipal Central, o quer permitiu que todos os serviços relacionados a Assistência farmacêutica tivesse a organização técnico-assistencial do farmacêutico.

l) Política de Saúde mental

Fortalecer a rede de cuidado, principalmente a Atenção Primária em Saúde, tendo em vista a importância do compartilhamento e da inserção dos usuários da Rede de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 724
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

Atenção Psicossocial no território, com vistas a sua gradativa reinserção na comunidade, este é o objetivo da política de saúde metal. Para tanto, o dispositivo de matriciamento é uma ferramenta interessante. Neste período, foram realizadas 63 ações de matriciamento pelo CAPS II Prado Veppo, 21 ações CAPS ad Caminho do Sol, 08 CAPS i O Equilibrista, 23 CAPS ad Cia do Recomeço e 62 ações pelo Santa Maria Acolhe.

Os Centros de Atenção Psicossocial de Santa Maria que possuem equipe com número de profissionais de nível superior solicitado pela portaria 336 são o CAPS II Prado Veppo e CAPS i O Equilibrista; nos CAPS ad Caminhos do Sol e CAPS ad Cia do recomeço, falta o profissional médico clinico, solicitado e aprovado pela gestão e serviços com carga horaria semanal de 4h. Profissionais de nível médio que não possuíam CBO (10 profissionais sendo 04 Agentes Redutores de Danos e 06 Técnicos em Saúde Mental) atualmente possuem CBO 516220 - Cuidador em Saúde e já constam nas equipes no CNES. Ainda precisamos de profissionais de nível médio 01 CAPS II Prado Veppo e 01 no CAPS ad Caminhos do Sol.

m) Núcleo de educação permanente:

Foi realizada qualificação profissional a 784 servidores para os serviços de rede municipal de saúde conforme demanda levantada através do cronograma de qualificação profissional e/ou demanda das políticas de saúde do município.

Foi realizado curso introdutório presencial a 100% dos servidores admitidos na SMS, com distanciamento e respeitando os protocolos e normas de biossegurança.

Ainda, o Nepes ordenou 66 projetos de pesquisa e extensão, além da regulação e organização de 1.629 estagiários nos serviços de saúde.

II) Ações da Vigilância em Saúde:

a) Integração da vigilância em saúde com a rede de atenção

- Realizada busca ativa de 100% das notificações das doenças de notificação compulsória (ambiental, epidemiologia), como por exemplo: dengue/zika/Chikungunya, leptospirose, leishmaniose, DTHA.
- Foram monitoradas, mensalmente, 12 soluções coletivas e 04 sistemas de abastecimento. Anualmente são realizadas inspeções sanitárias nos sistemas e soluções de abastecimento.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 725
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

- Foram cadastrados 87 estabelecimentos e 504 inspecionados pela Vigilância Sanitária.

- Realizadas atividades educativas para a população e o setor regulado: **226** atividades educativas para a população (145 do Serviço de Fiscalização Integrado – COVID); **5022** atividades para o setor regulado (4.466 do Serviço de Fiscalização Integrado - COVID).

- Receber e atender denúncias: **11** recebidas, **673** atendidas (656 do Serviço de Fiscalização Integrado – COVID).

- Monitoramento das notificações de violência interpessoal/autoprovocada: - Realizada a digitação das fichas de notificação de Violência Interpessoal/ Autoprovocada no sistema de informações – SINAN; - Prestado apoio técnico aos serviços de saúde, quanto aos encaminhamentos das pessoas em situação se violência; - Elaborado um vídeo informativo sobre o preenchimento das fichas de notificações, em parceria com acadêmicas de enfermagem da UFN e divulgado nos serviços se saúde pelo Nepes. O vídeo também está disponível na página do Nepes no You Tube.

- Capacitação dos trabalhadores envolvidos em campanha de vacinação: estas foram voltadas para a campanha contra a Covid – 19, sendo realizados, pelo menos, oito encontros on-line.

b) Eventos e ações – imunizações 2021:

Campanha de Vacinação contra COVID-19

Campanha	Período	Total de doses aplicadas até 31/12
Campanha Nacional de vacinação contra Covid-19	19/01/21 a 31/12/2021	D1= 222410 DU= 6860 D2= 202659 DR=57448 D4= 0 TOTAL = 489377

A Campanha de vacinação contra covid-19 caracteriza-se como uma campanha inédita, na qual, por tratar-se da prevenção de uma doença nova, envolveu uma série

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 726
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

de demandas novas, públicos alvos distintos e a necessidade de "reinventar" as estratégias de vacinação.

Ao iniciar a campanha em 19 de janeiro de 2021, em meio a um contexto de pandemia, diversos foram os desafios impostos, uma vez que os municípios necessitavam vacinar o maior quantitativo de pessoas, em um espaço curto de tempo e ainda, com um quantitativo escasso de doses para se iniciar.

Neste sentido, ainda em dezembro de 2020, o município de Santa Maria já se organizava para estruturar um grupo de trabalho, no qual teria como sua principal função organizar as ações de vacinação e estar à frente das tomadas de decisão referentes as ações, grupos prioritários, estratégias de vacinação, entre outras demandas.

Composição do GT: Secretário de saúde, secretária adjunta, superintendência de atenção básica, superintendência de vigilância em saúde, enfermeira do setor de imunizações, Enfermeiro Nepes e representante do CMS.

Com isso, o GT ao longo dos encontros, estabeleceu diferentes ações, meios e estratégias para se atingir melhor cobertura vacinal:

✓ **Parceria com as instituições de ensino:** UFSM, UFN, FISMA, SEG e posteriormente FAPAS. A atuação das IES se consolidou desde janeiro/2021e permanece até o momento. As IES disponibilizarem-se com apoio através da atuação de estudantes de cursos técnicos, graduação e pós-graduação. Compuseram grandes equipes nas ações de vacinação. A Instituição FAPAS colaborou cedendo espaço (laboratório de informática) para as digitações de dados da vacinação. A instituição FISMA firmou parceria através das atividades da EnfClin (Central telefônica de informações), que sempre forneceu suporte na divulgação da informação à população.

Foram treinados pelo NEPES mais de 300 voluntários, entre acadêmicos, residentes e profissionais da saúde formados.

✓ **Parcerias com instituições de Santa Maria para organização de espaço:** Parque da Medianeira; Lojas Havan; Shopping Praça Nova; Clube Dores; UFSM; Colégio Marista e demais locais que em algum momento cederam seus espaços. Destaca-se que a utilização destes espaços consistiu em uma estratégia de extrema importância, uma vez que possibilitou a vacinação de grandes grupos, chegando-se a mais de 1000 doses aplicadas por

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 727
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

local em determinadas datas. Utilizar-se de espaços como estes foi positivo no sentido de ofertar melhor espaço, protegido do tempo e com mais conforto a população.

✓ **Vacinação nos bairros:** As vacinações nas ESFs e UBSs permitiram levar a vacina para mais próximo das residências dos moradores de Santa Maria, o que contribui com maior avanço das coberturas vacinais. Também, optou-se por mapear as áreas mais longes das Unidades de saúde, em que residem as populações mais vulneráveis e com maior dificuldade de acesso à vacinação. Sendo assim, através das equipes da Unidade móvel e voluntários, realizou-se ações de vacinação em locais como: Beco do beijo, Invasão da Portelinha; Invasão da babilônia, entre outros.

✓ **Vacinação de acamados:** As ações para acamados iniciaram em fevereiro/2021 e permanecem até o momento. Mais de 5000 doses, entre D1, D2 e DR foram aplicadas nos domicílios para acamados e seus cuidadores, até o momento. Para tal, estabeleceu-se um cadastramento inicial pelo Site da prefeitura, Unidades de saúde e Enfclin. Contou-se com o apoio de voluntários para realização da vacinação deste grupo.

✓ **Parceria com serviços de saúde para vacinação de seus trabalhadores:** Inicialmente, um dos primeiros a grupos a ser contemplado com a vacinação, constitui-se nos trabalhadores da saúde. Neste sentido, foram capacitados os representantes dos serviços: Unimed; HUSM; Hospital de Caridade; HBM; HGESM; Cauzzo; Protege; HCS/UPA; entre outros. Tal estratégia permitiu que cada local pudesse realizar a vacinação dos seus trabalhadores, possibilitando assim que as equipes da SMS pudessem avançar nos demais grupos previstos no PNO.

✓ **Vacinação dos idosos em ILPI:** Também, os profissionais de saúde destes locais foram capacitados para que pudessem vacinar seus idosos institucionalizados, o que também colaborou com o andamento da vacinação nos meses janeiro e fevereiro de 2021.

✓ **Apoio de outras secretarias do município:** ao desenvolver as primeiras ações de vacinação percebeu-se que a necessidade de apoio de outros setores da prefeitura como a Guarda Municipal; DMT; Secretaria de educação, entre outros. Observou-se que todos podiam colaborar de alguma forma, desde a segurança do local, entrega das fichas, apoio organizacional e logístico. A secretaria de educação foi fundamental na execução das ações para trabalhadores da educação e posteriormente dos adolescentes de 16 e 17 anos.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Página 728
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4160594
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE635

✓ **Agendamento da vacinação:** Próximo ao fim do ano de 2021, diante da elevada procura pela dose de reforço, o GT da vacinação identificou que era necessário ajustar a forma de oferta, buscando-se promover mais conforto, qualidade na execução das ações e filas menores. Neste sentido, foi implementado o agendamento via Site da prefeitura, buscando manter uma logística organizada de vacinação. Também, foram mantidas ações sem agendamento afim de oportunizar para aqueles que não possuem acesso à internet.

Considera-se que diante da complexidade desta campanha, foi necessário somar forças de diversos serviços e setores da prefeitura, bem como, o apoio das IES, clubes e instituições do município foram fundamentais. Salienta-se que o GT sempre se reuniu semanalmente para as tomadas de decisões, organização do cronograma de vacinação e discussões pautadas nas notas técnicas e resoluções CIB. Sobretudo, as ações de vacinação sempre foram pensadas e planejadas com base no PNO e demais orientações do MS e Secretaria da saúde do estado, buscando-se sempre manter as condutas éticas e pautadas nos documentos supracitados.

Por fim, destaca-se que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias, e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Além disso, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários como cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Santa Maria, RS, 30 de março de 2022.

Jorge Cladistone Pozzobom

Prefeito Municipal

CPF nº 484.930.070-72

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.929E.9FB4.DF65.CF20.3BF7.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

RELATÓRIO E PARECER DE ACOMPANHAMENTO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE OS CONTROLES INTERNOS E DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÁBEIS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021

Acompanhamos os trabalhos dos órgãos e entidades que integram o sistema de controle interno do Município de Santa Maria, cabendo, de início, destacar que:

(a) a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição Federal, arts. 74, 31 e Lei Municipal nº 5849, de 28 de fevereiro de 2014;

(b) a responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município, nos termos em que dispõe a Constituição da República, art 74, §1º;

(c) a responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, bem como a análise dos controles instituídos.

No exercício financeiro de 2021 os trabalhos da Unidade Central de Controle foram conduzidos no sentido de desenvolver suas atribuições através das seguintes atividades: - acompanhamento da execução orçamentária; - verificação dos limites de operações de crédito; - verificação periódica da observância do limite da despesa total com pessoal; - verificação do cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal; - avaliação de procedimentos adotados para realização da receita e da despesa pública; - acompanhamento do montante da dívida e as condições de endividamento do Município; - acompanhamento de contratos; - análise e acompanhamento das despesas realizadas sob o regime de adiantamento; - acompanhamentos dos valores em folha de pagamento; - acompanhamento da elaboração dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária; - acompanhamentos do Legislativo Municipal; - assessoramento prévio dos diversos órgãos da administração com relação às rotinas relacionadas às prestações de contas, bem como diversos aspectos relacionados à aplicação da legislação.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.232B.D9FC.FC06.3237.F3A2.

Página 731
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4160596
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE637

As conciliações bancárias são realizadas mensalmente estando os saldos bancários de acordo com os extratos bancários, e as Declarações de Bens e Rendas estão sob a guarda da Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Com relação aos bens patrimoniais, foi realizado acompanhamento pelas Comissões de Inventário de Bens Permanentes das secretarias do município sendo emitidas atas de encerramento em que foram apontadas algumas divergências. De posse dessas atas, a Coordenadoria de Sistemas Patrimoniais e de Custos encaminhou memorando para a Corregedoria Geral do Município a fim de atender a legislação vigente e realizar os procedimentos futuros. Salientamos que a minuta de decreto executivo, o qual visa definir regramento específico para os bens patrimoniais, analisada por esta Superintendência está em fase final de elaboração.

Com relação aos Demonstrativos Contábeis, após verificação dos valores presentes nas contas, não foram constatadas desconformidades com relação à legislação vigente.

Com relação ao acompanhamento dos valores inscritos em dívida ativa, após análise e verificação dos documentos e respostas de questionamentos encaminhados a esta superintendência, entende-se que a administração municipal vem adotando as medidas necessárias para cobrança dos créditos em dívida ativa, considerando-se a estrutura física e de pessoal existentes atualmente.

Com relação às metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e na Lei Orçamentária Anual (LOA), verificou-se que aproximadamente cinquenta por cento do total foram atendidas de forma integral; aproximadamente quarenta por cento do total foram atendidas parcialmente, e em torno de dez por cento do total não foram atendidas. Dentre as secretarias que apresentam metas, a Secretaria de Município de Desenvolvimento social apresentou o maior índice de metas não atendidas. Após análise das justificativas encaminhadas pelas secretarias para o não atingimento das metas, verificou-se que o motivo mais alegado pelas unidades foi ocorrência da pandemia do COVID-19 que impossibilitou ou dificultou o atendimento das metas no ano de 2021.

Já no que se refere à arrecadação de receita, bem como à execução da despesa, em decorrência das atividades desempenhadas, ressalta-se a importância da

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.232B.D9FC.FC06.3237.F3A2.

Página 732
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4160596
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE637

manutenção/implementação de ações para o aperfeiçoamento da arrecadação no Município, bem como, o constante acompanhamento em relação às despesas.

No que tange às decisões exaradas pelo TCE/RS, esta Superintendência de Controle Interno, em acompanhamento feito durante o exercício de 2021, constatou que houve decisões que foram completamente atendidas, outras foram parcialmente atendidas e, ainda, há decisão pendente de atendimento considerando que estão sendo feitos estudos jurídicos para o seu melhor atendimento, uma vez que, se as medidas forem tomadas de imediato, sem qualquer outro procedimento adotado pelo gestor, haverá redução significativa nos vencimentos de servidores e segue sendo acompanhada por esta superintendência.

Outro item que entende-se ser imprescindível é a manutenção e aperfeiçoamento dos controles nas situações que geram registros contábeis, a partir da revisão e atualização dos dados utilizados pelos sistemas de informática, visando o atendimento das necessidades de informações gerenciais e o cumprimento da legislação.

No entendimento desta Superintendência de Controle Interno, os registros contábeis e as demonstrações contábeis estão devidamente regulares, com base nas verificações realizadas e nos documentos verificados, e representam adequadamente a posição orçamentária, patrimonial e financeira das contas da Prefeitura Municipal de Santa Maria, sob os aspectos relevantes, bem como apresentam o atendimento da legislação vigente.

Santa Maria, 29 de março de 2022.

Camila Faccin Moro
Matr. 14.748-6
Contadora CRC/RS 87.171

Clairton Rodrigues da Motta
Matr. 12.512-1
Superintendente de Controle Interno

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.232B.D9FC.FC06.3237.F3A2.

Página 733
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

ANEXO II
ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 03 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 002/2021, de 18 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala da Gerência Setorial do prédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, às 10:00 horas. A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 002/2021, de 18 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO: Observação in loco dos bens patrimoniados junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Subprefeituras do Interior.

3 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: Entre os dias 18/10/2021 e 15/11/2021, foram visitados os 09 (nove) Distritos de Santa Maria, com agendamento programado com os Subprefeitos, onde foram quantificados e identificados "in loco", cada item constante na relação fornecida pela Secretaria de Gestão. E de 16/11/2021 até 03/12/2019 foi realizado o levantamento patrimonial junto aos departamentos do prédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural e posterior entrega na Secretaria de Gestão.

4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: apresentamos informações relativas às quantidades de bens identificados durante o inventário, conforme a situação do acervo patrimonial da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):
Total de Bens da Unidade: 767
Total de Bens tombados no exercício: 00
Total de Bens ociosos: 00
Total de Bens em manutenção: 00
Total de Bens Não Encontrados no exercício: 01

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: Verificou-se parcial depreciação de bens, principalmente no interior.

Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Não foram encontradas dificuldades para conferência patrimonial.

Situação atual do respectivo órgão e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades: Foram observadas inúmeras carências junto as Subprefeituras, nos quesitos: Prédios, mobiliário, computadores, estrutura física, reduzido acesso à internet, além de não possuírem sistemas de refrigeração do ambiente de trabalho e atendimento ao público.

Proposta de ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados: Reforma e ampliação dos prédios, aquisição de mobiliário (mesas e cadeiras), microcomputadores e impressoras, além de materiais de consumo em geral.

Santa Maria, 03 de dezembro de 2021.

Claudio Lago Santiago	Pedro de Almeida Oliveira	Ildomar Soares Martins
matrícula nº 9.456-0	matrícula nº 11.640-8	matrícula nº 13.337-0
Agente Administrativo	Gerente Administrativo	Agente Administrativo
Presidente da Comissão	Membro da Comissão	Membro da Comissão

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

3 - **DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**: descrever as fases de realização do Inventário e os eventos ocorridos, bem como as dificuldades observadas durante a execução do trabalho: **A partir do momento em que os agendamentos estavam confirmados, nos deslocamos aos centros de custo com automóvel disponibilizado pela SMDS, no dia e hora previamente agendado. O trabalho teve ótima receptividade nos locais visitados;**

4 - **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**: apresentar informações relativas às quantidades de bens identificados durante o inventário, conforme a situação do acervo patrimonial da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 2.735

Total de Bens tombados no exercício: 2.735

Total de Bens ociosos: 16

Total de Bens em manutenção: 05

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 54

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 67

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: Nenhum

Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Sem dificuldades, pois a entrega se deu no prazo estipulado.

Situação atual do respectivo órgão e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades: Referente ao órgão, o mesmo oferece perfeitas condições para a realização do trabalho.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Proposta de ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados: Sugerimos que o prazo para a entrega do relatório seja mais amplo, pois são muitos os locais a serem visitados para a conferência do Patrimônio.

Santa Maria, 09 de dezembro de 2021.

Presidente
Carine Thais Cheffer
Matr.15721-0

Membro
Adriana Matte de Carvalho
Matr.15219-6

Membro
Thaís Xavier da Silva
Matr.13166-0

Rua General Neto, 504 · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97050-240 · Tel.: (55) 3221.7284 · E-mail: desenvsocialsm@gmail.com
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo
01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TURISMO

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

Página da peça
4

Peça
4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE638

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 29 dias do mês de novembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 2, de 22 de novembro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, do Centro Administrativo Deputado Nelson Marchezan, às 09 horas. A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 02, de 22 de novembro de 2021, da Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico e Turismo, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO: procedimentos que foram adotados para a execução do inventário. (forma como foi realizado)

3 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: descrever as fases de realização do Inventário e os eventos ocorridos, bem como as dificuldades observadas durante a execução do trabalho.

4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: apresentar informações relativas às quantidades de bens identificados durante o inventário, conforme a situação do acervo patrimonial da Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 418

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE638

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Total de Bens tombados no exercício: 0

Total de Bens baixados no exercício: 0

Total de Bens ociosos: 0

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 07

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 02

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: falta de documentação nos trâmites dos bens.

Santa Maria, 03 de dezembro de 2021.

Membro
Fabiana Neves de Vargas
15175

Membro
André Luiz Morales Farias
163295

Membro
Jéferson Costa Nunes
17609

Membro
Silvana Amadori Frasson
63223

Membro
Michel Kesseler
16497

Presidente
Charlene Souto Boeira
15731

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO
GABINETE DA CONTROLADORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 001, de 08 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na Sede da Controladoria Geral no 4º andar do Centro Administrativo, às 09h30min.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 001, de 08 de outubro de 2021, da Controladoria Geral, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

Os procedimentos adotados para a execução do inventário foram: conferência dos bens constantes no Termo de responsabilidade por servidores que exercem atividade no local de guarda dos bens, com adequação no relatório de bens. Posteriormente foi realizada conferência in loco pela Presidente. Também, além das conferências pelos Termos de Responsabilidade, foi realizado levantamento total dos bens lotados fisicamente em cada local, para possibilitar a verificação de existência de bens de outras Secretarias e posterior transferência dos mesmos para os Centros de Custos onde realmente estavam localizados.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: **272**

Total de Bens tombados no exercício: 00

Total de Bens baixados no exercício: 00

Total de Bens ociosos: 00

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 00

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 00

Santa Maria, 27 de dezembro de 2021.

Meri Raquel Machado
Mat. nº 10.215-6
Presidente

João Rodolfo F. da Silveira
Mat. nº 15.780-5
Membro

Monica Lang Ribeiro
Mat. nº 15.203-0
Membro

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE638

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 30 dias do mês de novembro de 2021, reuniu-se a Comissão de Inventário de Bens, instituída pela Portaria nº 01, de 09 de novembro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala da Procuradoria Geral do Município no 6º andar do Centro Administrativo Municipal, às 10 horas.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Procuradoria Geral do Município.

A Comissão Inventariante de Bens, nomeada pela Portaria nº 01, de 09 de novembro de 2021, da Procuradoria Geral do Município, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO: A Comissão, de posse dos relatórios emitidos pela Coordenadoria de Controle Patrimonial e Custos, compreendidos nos seguintes centros de custos: Jurídico, Gestão PGM e Gestão do PPJ, inventariou todos os bens existentes sob a responsabilidade da Procuradoria Geral do Município. Foram utilizados como base de dados todos os grupos de materiais existentes no sistema de gestão patrimonial do Município.

3 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: Os trabalhos foram realizados nas seguintes etapas:

- Dia 16 de novembro será realizada a verificação dos bens no posto da Prefeitura localizado no prédio do Foro de Santa Maria;
- De 17 a 20 de novembro será realizada a verificação dos bens nas salas pertencentes a Procuradoria no 6º andar do Centro Administrativo Municipal;
- De 22 a 30 de novembro serão desenvolvidos e organizados os relatórios.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: foram verificados e listados 453 bens, sendo 197 no centro de custo 301 – Jurídico, 247 no centro de custo 311 – Gestão PGM e 9 no centro de custo 321 – Gestão do PPJ, conforme a situação do acervo patrimonial da Procuradoria Geral do Município. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):
Total de Bens da Unidade: 453
Total de Bens tombados no exercício: 0
Total de Bens ociosos: 0
Total de Bens em manutenção: 0
Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 0
Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 0
Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: não foram encontrados problemas.
Dificuldades encontradas para a realização do inventário: não foram encontradas dificuldades.
Situação atual do respectivo órgão e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades: os bens pertencentes a esta Procuradoria possuem, em sua maioria, um estado de conservação regular e bom.

Santa Maria, 30 de novembro de 2021.

Franciéli M. B. de Christo
Matrícula nº 17529-3
Presidente

Larissa de C. Oliveira
Matrícula nº 15445-8
Membro

Bruna R. S. Kohaut
Matrícula nº 17600-1
Membro

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 741
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

ANEXO IV

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos quatorze dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão de Inventário de Bens, instituída pela Portaria nº 06, de dezoito de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala da Gerência Administrativa do prédio Secretaria de Mobilidade Urbana, às 14 horas.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Mobilidade urbana.

A Comissão de Inventário de Bens, nomeada pela Portaria nº 06, de 18 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Mobilidade Urbana, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1—**OBJETIVO**: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2—**METODOLOGIA DO TRABALHO**: para a execução do inventário patrimonial contamos com a cooperação dos coordenadores de setor, bem como de alguns servidores para localizar os bens e informar quando das ausências dos mesmos no setor.

3—**DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:** O trabalho transcorreu dentro da normalidade, as dificuldades encontradas referem-se quanto à localização de alguns bens, em razão de que muitos provavelmente tenham sido descartados, e não realizado termo para descarte de inservíveis.

4—**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**: apresentar informações relativas às quantidades de bens identificados durante o inventário, conforme a situação do acervo patrimonial da Secretaria de Município de Mobilidade Urbana. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

5 – **RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE)**:
Total de Bens da Unidade: 804 itens
Total de Bens tombados no exercício:
Total de Bens baixados no exercício:
Total de Bens ociosos:
Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 25 itens
Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 39 itens

6 – **PROBLEMAS IDENTIFICADOS em relação ao acervo patrimonial**: apontamos a dificuldade de localizar alguns itens, em função de que, provavelmente, muitos desses tenham sidos descartados irregularmente, e não informados para a baixa, ou cedidos a outras secretarias sem ser realizado o termo de transferência.

7 – **DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO**: as dificuldades encontradas foram para localizar itens, bem como alguns bens sem placa de identificação, ou mesmo com placas antigas.

8 – **SITUAÇÃO ATUAL DO RESPECTIVO ÓRGÃO e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades**: Ao longo do ano foi possível realizar o descarte de alguns inservíveis, porém ainda existem bens pendentes de serem doados ou descartados corretamente por não terem mais utilidade nesta secretaria. No ano de 2021 foi buscado solucionar problemas referentes à transferência de bens que se encontravam em setores estranhos à sua origem.

9 – **PROPOSTA DE AÇÕES (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados**: Aquisição de alguns equipamentos e adequações da sede onde hoje estão agregados todos os setores da secretaria. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião, para o qual lavro a presente ata, assinada por mim e pelos demais membros.

Santa Maria, 17 de dezembro de 2021.

Paulo Roberto dos Santos
Presidente

Maurício Farias Alves
Membro

Leandro Fernandes Appolinário
Membro

Márcia Cardozo de Moura
Membro

Régis Rath
Membro

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo
01216-0200/21-4

STADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE INFRAESTRURUA
E SERVIÇOS PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ANEXO IV

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 07 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 033, de 25 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala Gerência Administrativa Setorial do prédio Administrativo da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, às 15:00 horas. A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 33, de 25 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO: De posse dos relatórios recebido da Secretaria de Gestão e Modernização Administrativa – Coordenadoria de Sistemas Patrimoniais e Custos, foram realizadas visitas pela comissão as respectivas unidades, procurando identificar os bens, conferindo o número da plaqueta do patrimônio, estado de conservação e local encontrado. Após iniciamos a elaboração de relatório e se necessário voltávamos aos setores para uma nova conferencia.

3 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: - Houve grandes dificuldades de realizar os trabalhos com toda a comissão, devido aos membros da mesma terem responsabilidades inerentes aos seus setores.

- Dificuldade também dentro dos setores, pois os mesmos são desorganizados, além de haver uma mistura de local de trabalho com local de alimentação, tendo na sua maioria, fogão, geladeiras, pias e talheres particulares e também a dificuldade de entendimento por parte dos servidores que se manifestam o desinteresse total com o levantamento.

- Dificuldade na conclusão dos trabalhos, visto que os levantamentos foram realizados na maior parte pelos servidores administrativos, que desempenham atividades na parte administrativa da secretaria.

4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: apresentar informações relativas às quantidades de bens identificados durante o inventário, conforme a situação do acervo patrimonial da Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

Página da peça
10

Peça
4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE638

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
11

Peça
4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE638

STADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE INFRAESTRURUA
E SERVIÇOS PÚBLICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 747 (setecentos e quarenta e sete)

Total de Bens tombados no exercício: _____

Total de Bens baixados no exercício: _____

Total de Bens ociosos: _____

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 58 (cinquenta e oito)

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 10 (dez)

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial:

- Mesmo com grande descarte de inservíveis muitos bens ainda são muito antigos e sucateados, ainda temos muitos móveis estão tomados por cupins, inclusive as áreas administrativas.

- Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Acesso aos setores, e uma necessidade de uma maior conscientização pelos servidores quanto aos cuidados e controle dos itens relacionados.

Situação atual do respectivo órgão e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades: A parte estrutural e de infraestrutura em condições não muito boa (está já em licitação para reforma), dificultando assim todo e qualquer controle dos bens patrimoniais e além de que temos uma quantidade muito pequena de servidores administrativos, impossibilitando uma maior rapidez nos levantamentos necessários para atendimento as informações.

Esta ATA foi lavrada e composta de duas páginas que após lida, aprovada e assinada por todos os membros.

Santa Maria, 07 de dezembro de 2021.

Presidente
Alexsandra Brauner dos Santos
15.765

Membro
Jairo Silveira Rodrigue
14.101

Membro
Marli Medianeira Lovato
10.966

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 35, de 03 de novembro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na Sede do Gabinete, no 7º andar do Centro Administrativo, às 16h.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 35, de 03 de novembro de 2021, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

Os procedimentos adotados para a execução do inventário foram: conferência dos bens constantes no Termo de responsabilidade por servidores que exercem atividade no local de guarda dos bens, com adequação no relatório de bens. Também, além das conferências pelos Termos de Responsabilidade, foi realizado levantamento total dos bens lotados fisicamente em cada local, para possibilitar a verificação de existência de bens de outras Secretarias e posterior transferência dos mesmos para os Centros de Custos onde realmente estavam localizados.

Cada responsável do setor realizou a conferência dos bens existentes no patrimônio. A maior parte do contato entre servidores e presidente foi telefônico, para dúvidas e adequações.

Dentre as dificuldades observadas durante a execução do trabalho, está a troca de locais onde os bens estavam inicialmente, o que atrasou a localização e conferência dos mesmos. A principal razão do atraso para entrega do relatório foi a dificuldade de localização dos bens, em virtude das diversas alterações com realocação de espaços, extinção de centros de custos, estruturação de salas novas, ocasionando assim, inúmeras trocas de locais dos bens patrimoniais, sem a devida conferência.

Também no levantamento realizado inicialmente, existiam muitos bens não localizados, e em razão disso, foi necessário refazer novamente a conferência patrimonial, para que não fossem encaminhadas informações incompletas, pois sabemos ser um processo de extrema importância para a gestão da Administração Municipal.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 1.217

Total de Bens tombados no exercício: __

Total de Bens baixados no exercício: __

Total de Bens ociosos: __

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): **50**

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): **117**

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: Alguns móveis sem plaquetas de identificação, troca de locais sem comunicação para formalização, empréstimos de bens sem devido registro, etc.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 745
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Dificuldade de localizar os bens, visto que ocorreram eram inúmeras mudanças de locais em razão das alterações administrativas.

Recomenda-se para posteriores alterações de locais, que sejam realizadas as devidas formalizações junto ao setor competente, visto que o extravio de alguns bens ou não registro de saída ou baixa deu-se em razão de existirem múltiplas chefias dentro do setor, as quais não seguiam o regramento para controle de transferência de patrimônio.

Santa Maria, 29 de dezembro de 2021.

Karla Pereira Felipe
Mat. nº 14525-4

Estela dos Anjos Pires
Mat. nº 171921

Joana Passini Pinto
Mat. nº 15818

Santo Alciomar da Silva Cordeiro
Mat. nº 11039

Valessa Dotto Weber
Mat. nº 17656

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 746
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

ANEXO IV

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2021 reuniu-se, às 14h40min, na sala de reuniões da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, a Comissão instituída pela Portaria nº 9, de 22 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021.

A Comissão reuniu-se para a finalização dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue transcrito: "RELATÓRIO DE INVENTÁRIO".

A Comissão de Inventário de Bens, nomeada pela Portaria nº 9, de 22 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - **OBJETIVO**: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - **METODOLOGIA DO TRABALHO**: A Comissão, de posse dos relatórios emitidos pela Coordenadoria de Sistemas Patrimoniais e de Custos, compreendidos: **3401** – Projetos – Fiscalização – Orçamento e **3408** – Gestão SECAP; realizou o inventário dos itens existentes sob a responsabilidade da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos - SECAP.

Foram utilizados como base de dados todos os grupos de materiais existentes no Sistema de Gestão Patrimonial do Município, sendo o levantamento de cada setor realizado pelas servidoras indicadas na Portaria nº 9, de 22 de outubro de 2021, com reuniões gerais para elucidar eventuais dúvidas.

3 - **DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**: O inventário foi realizado com o desenvolvimento das atividades planejadas, conforme segue:

27/10/2021 – Primeira reunião da Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, com a distribuição dos relatórios recebidos da Coordenadoria de Sistemas Patrimoniais e de Custos;

28/10/2021 – Início das atividades de cada Superintendência/Setor da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, conforme Portaria nº 9, de 22 de outubro de 2021;

5/11/2021 – Segunda reunião da Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, para informações adicionais e eventuais esclarecimentos de dúvidas;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 747
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

10/11/2021 – Terceira reunião da Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, com os encaminhamentos para o relatório final das atividades da Comissão;

01/12/2021 – Quarta reunião da Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, com a formatação do relatório final e preenchimento dos demais formulários necessários para a finalização do inventário da SECAP; e

06/12/2021 – Quinta e última reunião da Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, com a preparação da documentação para posterior entrega do Inventário de Bens Permanentes da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos na Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas.

4 - **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**:

4.1. Sugerimos que a Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas, por meio da Coordenadoria de Sistemas Patrimoniais e de Custos, promova atividades de sensibilização de <u>todos</u> os **servidores** e **gestores** para a importância do controle de bens no Município, com o intuito de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos servidores na realização do Inventário de Bens. Temos repetido sistematicamente essa sugestão e, até o presente momento, não houve qualquer evolução nesse sentido.

4.2. Alguns bens não localizados no Inventário de Bens 2020 foram localizados no Inventário de Bens 2021.

Plaqueta	Descrição	Situação Atual
101572	Microcomputador	Bens para Leilão – Equip. Info/Energetic
101886	MESA DE MADEIRA REVEST EM MELAMINA EM L	A estação de trabalho da servidora Eduarda Rosani Disconzi Luceiro, matrícula nº 16.306-6, **não tinha plaqueta patrimonial**.

4.3 Houve o caso dos Leitores de Cartão Smart Card, com Termos de Responsabilidade registrados junto à Coordenadoria de Sistemas Patrimoniais e de Custos que constam em Relatórios de Inventários diferentes.

Plaqueta	Descrição	Situação Atual	Centro de Custo Atual	Centro de Custo do Relatório
196039	LEITOR SMART CARD USB (CARTAO CERTIFICADO DIGITAL) MARCA DIGITALSING SRC 3310	Termo de Responsabilidade: **Michele Guimarães da Silva**, matrícula nº 10.939-8.	**3604**	**3408**
196082	LEITOR DE CARTAO SMART CARD PERTO PARA CERTIFICADO DIGITAL	Termo de Responsabilidade: **José Antonio de Azevedo Gomes**, matrícula nº 14.084-8.	**3408**	**3604**

5 - RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 748
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

Total de Bens da Unidade: **334**.
Total de Bens tombados no exercício: **0**.
Total de Bens baixados no exercício: **0**.
Total de Bens ociosos: **0**.
Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): **1**.
Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): **2**.

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: Alguns itens que não possuem plaquetas de identificação do Inventário 2014 e alguns itens que possuem somente uma etiqueta com o número da plaqueta do Inventário 2014.

Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Plaquetas em local de difícil acesso.

Situação atual do respectivo órgão e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades: Falta de padronização dos locais de instalação das plaquetas de identificação dos bens patrimoniais, o que dificulta e prejudica a identificação dos itens a serem inventariados.

Exemplo 1: Há mesas em que a Plaqueta está atrás da mesma, sendo necessário deslocá-la totalmente do local para fazer a identificação e, conforme a disposição do mobiliário, a tarefa mostra-se quase impossível.

Exemplo 2: As plaquetas são colocadas embaixo do assento das cadeiras, o que força os inventariantes a ter que virar os bens para poder localizar a Plaqueta.

Exemplo 3: Há monitores em que a Plaqueta foi instalada cobrindo a luz indicadora de ligado/desligado, o que não faz nenhum sentido.

Proposta de ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados: Sensibilização de todos os servidores para a importância do controle patrimonial, com ações da Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria de Município de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, aos 9 dias do mês de dezembro de 2021.

Deisa de Fátima Pippi
Matrícula nº 12.590-3
Membro e Presidente

Simone Marques Gonçalves
Matrícula nº 15.790-2
Membro e Vice-Presidente

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 749
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 03 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela **Portaria nº 1**, de 29 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala de reuniões da Secretaria Extraordinária de Licenciamento e Desburocratização, às 14h. A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria Extraordinária de Licenciamento e Desburocratização.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 1, de 29 de outubro de 2021, da Secretaria Extraordinária de Licenciamento e Desburocratização, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO: A Comissão, de posse dos relatórios emitidos pela Coordenadoria de Controle Patrimonial e Custos, compreendidos:
3601 – Gestão da Superintendência de Fiscalização;
3604 – Gestão da Superintendência de Análise e Aprovação de Projetos;
3610 – Gestão da Superintendência de Alvarás; realizou o inventário dos itens existentes sob a responsabilidade da Secretaria Extraordinária de Licenciamento e Desburocratização.

Foram utilizados como base de dados todos os grupos de materiais existentes no Sistema de Gestão Patrimonial do Município, sendo o levantamento de cada Superintendência realizado pelos servidores indicados na Portaria nº 1, de 29 de outubro de 2021.

3 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: O inventário foi realizado com o desenvolvimento das atividades planejadas, conforme segue:

05/11/2021 – Primeira reunião da Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria Extraordinária de Licenciamento e Desburocratização, com a distribuição dos relatórios recebidos da Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos;

11/11/2021 – Levantamento de bens na Superintendência de Alvarás

16/11/2021 – Levantamento de bens na Superintendência de Fiscalização

18/11/2021 – Levantamento de bens na Superintendência de Análise e Aprovação de Projetos

4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 750
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

4.1. Sugerimos que a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, por meio da Coordenadoria do Sistema Patrimonial e Custos, promova atividades de sensibilização de todos os **servidores** e **gestores** para a importância do controle de bens no Município, com o intuito de minimizar as dificuldades enfrentadas pelos servidores na realização do Inventário de Bens.

4.2. Alguns bens não localizados no Inventário de Bens 2019/2020 foram localizados no Inventário de Bens 2021.

4.3 Alguns bens localizados no Inventário de Bens 2020 não foram localizados no Inventário de Bens 2021, sendo extremamente necessário o cruzamento de dados entre os Inventários das demais Unidades do Município para tentar solucionar esse problema.

4.4. Identificamos alguns casos de bens transferidos, com Termo de Transferência entregues na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, que continuam constando no relatório de bens da Secretaria Extraordinária de Licenciamento e Desburocratização.

5 - RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: **724**.
Total de Bens tombados no exercício: **0**.
Total de Bens baixados no exercício: **0**.
Total de Bens ociosos: **0**.
Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): **0**.
Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): **18**.

Observação:
*1. O total de bens relacionados, inicialmente, conforme Ata de Abertura foi de **724** em 05/11/2021.*
*2. Durante o processo de Inventário ocorreram ajustes na relação de bens das Unidades da Secretaria, totalizando **776** bens a inventariar.*

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: Alguns itens que não possuem plaquetas de identificação do Inventário 2014 e alguns itens que possuem somente uma etiqueta com o número da plaqueta do Inventário 2014.

Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Plaquetas em local de difícil acesso e bens que estão em Processo de Sindicância por não terem sido localizados em Inventário anterior e que foram localizados e estão devidamente instalados na Secretaria.

Situação atual do respectivo órgão e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades: Dificuldade na localização de alguns bens.

Proposta de ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados: Sensibilização de todos os servidores para a importância do controle patrimonial, com ações da Coordenadoria do Sistema Patrimonial e Custos.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 751
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

Comissão de Inventário de Bens Permanentes da Secretaria Extraordinária de Licenciamento e Desburocratização:

Elizandra Brum M. Fagundes, matrícula nº 15.797-0 -Presidente: _____

Anacler Sangoi Ruviaro, matrícula nº 16.295-3 – Membro: _____

Cintia Daniele Prestes Flores, matrícula nº 14.972-1 - Membro: _____

Guilherme Rossato Badke, matrícula nº 17932-9 - Membro: _____

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 752
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

ANEXO IV

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 06 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão de Inventário de Bens, instituída pela Portaria nº 68, de 13 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala de reuniões do 3º andar do prédio do Centro Administrativo Municipal, às 14:30 horas.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas.

A Comissão de Inventário de Bens, nomeada pela Portaria nº 68, de 13 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - **OBJETIVO**: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como, identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo do Município de Santa Maria.

2 - **METODOLOGIA DO TRABALHO**: Tendo por base os Termos de Responsabilidade dos setores recebidos, foi distribuído entre os membros da Comissão, conforme Ata de Abertura de Inventário, para verificar a existência dos bens no setor e confirmar ou não a presença dos mesmos, bem como relacionar os itens que não constavam na lista e que por ventura estejam no setor.

3 - **DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**: O trabalho consistiu na verificação do mobiliário já catalogado no inventário do final do ano de 2018 e dos bens adquiridos a partir desta data, bem como na identificação dos bens que não constavam na listagem, porém encontram-se no setor.

4 - **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**: Observamos que muitos bens são trocados entre os setores e secretarias sem o devido registro. O total de bens dos relatórios recebidos por esta Comissão em 22/10/21 era de 2.332 (dois mil, trezentos e trinta e dois) e após a realização do inventário nos 26 centros de custos da Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas foram feitas as seguintes considerações:

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):
Total de Bens da Unidade: **2.500**
Total de Bens tombados no exercício: **168**
Total de Bens ociosos: **00**
Total de Bens em manutenção: **00**
Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): **10**
Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): **08**
Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: **bens são movimentados sem registro e sem transferência, dificultando a verificação nos processos de inventários.**
Dificuldades encontradas para a realização do inventário: **não houve**
Situação atual do respectivo órgão e os principais problemas enfrentados pelo setor para a boa execução de suas atividades: **os setores estão com seu patrimônio verificado e atualizado, sendo feitos os devidos registros quando de transferência dos bens móveis.**
Proposta de ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados: **Comunicar os setores que nada pode ser transferido sem o Termo de Transferência preenchido e assinado e/ou efetuado algum registro da saída dos Bens.**

Santa Maria, 06 de dezembro de 2021.

Stelamaris Busanello
Presidente

Maria de Fátima Bernardo
Membro

Gilsemara Bernardes Real
Membro

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Monique Daylla Kauffman
Membro

Fabiano Dias
Membro

Daiane Catiuscia Dornelles Vidarte
Membro

Diego da Silva Oliveira
Membro

Thomas Canabarro Ketz
Membro

Rodrigo dos Santos Belinazzo
Membro

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 753
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 06 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão de Inventário de Bens instituída pela Portaria nº 02, de 26 de outubro de 2021, para a realização do inventário anual de bens da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, no exercício de 2021, na sala de reuniões da secretaria, no andar térreo do Centro Administrativo Municipal, às 15 hs.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito:

Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária.

A Comissão de Inventário de Bens, nomeada pela Portaria n° 02, de 26 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1-**OBJETIVO:** apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021,

2-**METODOLOGIA DO TRABALHO:** Foram designados dois estagiários para as duas primeiras contagens, um fazendo a conferência do outro. Após, a comissão refez a contagem e conferência, chegando, assim, a um denominador comum e passar aos devidos ajustes.

3-**DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:** Visando atender à determinação legal, bem como, identificar os bens não inventariados, ocioso e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo do Município de Santa Maria, seguimos os seguintes passos:

3.1. Levantamento físico;

3.2. Comparativo com o relatório do ano anterior;

3.3. Providências, quanto aos bens não localizados na Secretaria de Habitação, como elaboração dos Termos de Transferências com as respectivas assinaturas dos responsáveis;

3.4. Separação dos bens inservíveis e/ou ociosos;

Dentre as dificuldades encontradas, a principal é a quantidade de servidores efetivos, pois somos apenas 4 (quatro), estando uma afastada (saúde) e, duas são Assistentes Sociais, as quais, passam a maior parte do tempo em atendimentos internos e externos.

4-**CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 23

Peça 4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE638

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Os bens não localizados na Secretaria foram 4 cadeiras fixas, de courvin que, provavelmente foram emprestadas para algum evento no hall do CAM. Em diligência aos Centros Comunitários do Programa Minha Casa Minha Vida, a comissão de Inventário constatou que nos loteamentos Dom Ivo Lorsheiter e Videiras o patrimônio foi encontrado completo. Mas no loteamento Zilda Arns, faltaram vários itens, que, segundo o presidente anterior, foram furtados, conforme Boletim de Ocorrência anexo. Verificamos que o freezer e o refrigerador não constam no B.O. Segundo a atual presidente, quando assumiu o cargo, encontrou somente os cascos do freezer e do refrigerador, então doou para um vizinho carente com a justificativa de que ocupava muito espaço no local.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 247

Total de Bens tombados no exercício: 25

Total de Bens ociosos: 0

Total de Bens em manutenção: 0

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 4

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 8

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: Secretaria aberta, sem portas, favorecendo a entrada de qualquer pessoa estranha ao serviço.

Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Plaquetas que caem

O principal problema da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária é sua localização. Em um espaço completamente aberto, sem condições de manter a guarda dos bens em segurança, pois todo o evento que é realizado no hall do CAM, nos é solicitado o empréstimo de cadeiras e/ou mesas, as quais nem sempre são devolvidas. Além de termos apenas 4 servidores efetivos, sendo 2 assistentes sociais.

Para o bom andamento dos trabalhos administrativos, de Habitação e de Regularização Fundiária, solicitamos:

- mais um agente administrativo, pelo menos, para a secretaria;

- recolocação de plaquetas, de boa qualidade;

Santa Maria, 06 de dezembro de 2021.

Arlete Rocha
Presidente

Sabrina da Silva
Membro

Michele A. Rodrigues
Membro

Arlete Beatriz M. da Rocha
Agente Administrativo
Matr. 15801 - Habitação - PMSM

Rua Venâncio Aires, nº 2277 – Térreo· Centro· Santa Maria/RS
CEP: 97010-005· Tel.: (55) 3921.7139· E-mail: habitacao@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE638

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA CULTURA

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Ata de Encerramento de Inventário

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 06, de 23 de dezembro de 2021, para realização do inventário anual de bens da Secretaria de Município da Cultura, no exercício de 2021, nas dependências da sede da própria secretaria, às 11:00 horas. A Comissão reuniu-se para encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Permanentes do Exercício 2021 da Secretaria de Município da Cultura.

A Comissão inventariante nomeada pela Portaria nº 06, de 23 de dezembro de 2021, da Secretaria de Município da Cultura, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens Móveis do Exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 – METODOLOGIA DO TRABALHO: Foram utilizados os relatórios emitidos pela Coordenadoria de Controle Patrimonial e Custos, compreendidos os relatórios das unidades 2801 - Casa da Cultura, 2802 – Biblioteca Pública, 2803 – Arquivo Histórico de Santa Maria, 2804 – MASM – Museu de Arte de Santa Maria, 2805 – Centro de Atividades Múltiplas – Bombril, 2806 – Museu 13 de Maio, 2807 – Teatro 13 de Maio, 2816 – CEU Centro de Artes e 2821 – Gestão SMC. Em cada local em que foi realizado o inventário, anotando-se os itens não presentes no relatório fornecido.

3 – DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: Após as verificações tomadas nos locais de inventário foi feito cruzamento de informações, com o objetivo de identificar os itens movidos, fora de suas unidades de origem.

4 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 1512

Total de Bens tombados no exercício: 61

Total de Bens ociosos: 0

Total de Bens em manutenção: 0

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 0

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 38

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: Há necessidade de avaliação cuidadosa dos itens que não estão sendo utilizados e que devido ao seu estado deve ser enviados ao depósito de inservíveis.

Dificuldades encontradas para a realização do inventário: Devido a grande quantidade de itens movidos do seu centro de custos original, muitos sem plaqueta de identificação, a correta correlação dos itens com seu número de patrimonial torna o trabalho de inventário lento e por vezes impreciso. O problema agrava-se com a divisão de antiga Secretaria de Município de Cultura, Esporte e Lazer, contribuindo para a possível confusão de itens entre as secretarias sucessoras.

Proposta de Ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados: Deverá haver maior controle na movimentação de bens entre as unidades da secretaria, sendo providenciada a correção dos locais em que se encontram com seu respectivo centro de custos.

Santa Maria 27, de dezembro de 2021.

Israel Canterle dos Santos
Matrícula nº 175927
Presidente

Fabricio da Silva
Matrícula nº 145033
Membro

Jorge Alberto Nascimento Bastianello
Matrícula nº 12548
Membro

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
Superintendência de Administração

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos aos 06 dias do mês de dezembro de 2021, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Meio Ambiente.

A Comissão de Inventário de Bens, nomeada pela Portaria nº 33, de 25 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Meio Ambiente, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - **OBJETIVO**: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como, identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - **METODOLOGIA DO TRABALHO**: Os procedimentos adotados para a execução do inventário contou com a cooperação dos coordenadores de setor, para que fosse possível localizar os itens.

3 - **DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**: O Trabalho iniciou com a expedição da Portaria de Nomeação dos membros e de imediato a divisão das tarefas.

O trabalho transcorreu dentro da normalidade e as dificuldades encontradas em relação à localização de alguns bens, se deu em razão de um provável descarte, não registrado de forma correta, e outros, que foram emprestados para outras secretarias sem a devida transferência.

4 – **CONCLUSÕES:** Foram apresentadas informações relativas às quantidades de bens identificados durante o inventário, conforme a situação do acervo patrimonial da Secretaria de Município de Meio Ambiente. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 519 bens
Total de Bens tombados no exercício: 20 bens
Total de Bens ociosos: 0
Total de Bens em manutenção: 0
Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 10 bens.
Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 9 bens

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial:

Dificuldade de encontrar alguns itens, em função de que provavelmente muitos, tenham sidos descartados, e não informados ao patrimônio para a baixa, ou cedidos a outras secretarias sem realizar a referida transferência.

Dificuldades encontradas para a realização do inventário:

Não houve dificuldades além das já citadas no item anterior.

Santa Maria, 06 de Dezembro de 2021.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
Superintendência de Administração

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Total de Bens da Unidade: 519 itens

Coord. set. Resíduos Sólidos
1 item
1 item Inservível
TOTAL 02

Coord. Set. Manutenção de Praças
60 itens
2 item Inservível
TOTAL 62

Coord. Bem Estar Animal
TOTAL 06

Parque Natural Mun. dos Morros
TOTAL 16

Coord. Set. Arborização Urbana
28 itens
3 itens Inservíveis
TOTAL 31

Super. Licen. Controle Ambiental
66 itens
1 item Inservível
TOTAL 67

Gestão SMA
332 itens
3 itens inservíveis
TOTAL 335

Jeferson Mandracio Fagundes
Presidente
Matrícula: 15.827

Sandra Elenita Marin
Membro
Matrícula: 17591

Jose Carlos A Wojciechowski
Membro
Matrícula: 15730

Roberto Dotto
Membro
Matrícula: 16.339

Roberto Dotto
Super. Praças, Parques e Jardins
MAT. 16.339 SMA

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
Superintendência de Administração

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão de Inventário de Bens, instituída pela Portaria nº 93, de 20 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala do Edifício Sobral Pinto, às 9 horas.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Educação.

A Comissão de Inventário de Bens, nomeada pela Portaria nº 93, de 20 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Educação, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - **OBJETIVO**: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como, identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - **METODOLOGIA DO TRABALHO**: procedimentos que foram adotados para a execução do inventário:

- Dia 25 de outubro foi dado inicio à entrega dos relatórios para as escolas e núcleos, dando ciência do prazo de entrega para o dia 25/11/2021;
- Prorrogado o prazo para as Escolas entregarem o relatório para o dia 30/11/2021 diante das dificuldades de elaboração e conferência dos patrimônios dos bens;
- Dia 09/12/2021 solicitação de prorrogação de prazo para entrega do relatório junto à SMG/patrimônio;
- Dia 20/12/2021 solicitação de nova prorrogação de prazo para entrega do relatório junto à SMG/patrimônio;
- Dia 23/12/2021 encerrado o processo de inventário.

3 - **DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**: após a entrega dos relatórios na Secretaria de Município da Educação, o mesmo era revisado e encaminhado de forma gradativa para o patrimônio, conforme as escolas entregavam na secretaria.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Página 760
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4160597
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE638

4 - **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**:

As informações obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos, foram apurados e levantados através do relatório de inventário entre entregue individualmente para conferencia pela Gestão de cada Escola e núcleos, assim como da Sede da Secretaria da Educação, onde foi apurado que, a SMED possui um total de 58.284 bens, porém teve um total de 123 bens não localizados.

Os inventários estão todos devidamente assinados e rubricados, contendo na sua maioria documento que modifica, acrescenta ou corrige os dados fornecidos para conferência dos bens patrimoniados.

Muitas dificuldades foram encontradas e apontadas para realização do inventário, o que justificou os pedidos da comissão de prorrogação dos prazos para entrega.

Santa Maria, 23 de dezembro de 2021.

Tatiani Santini Oliari
Matrícula nº 14964-0
Presidente

Rodnei Pereira Marcusso
Matrícula nº 17295-2
Membro

Guilherme Giorgi
Matrícula nº 17636-2
Membro

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE ESPORTE E LAZER

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ANEXO IV

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Nos dias 30/11 a 09/12 de 2021, reuniu-se a Comissão de Inventário de Bens instituída pela Portaria nº 01/SMEL, de 29 de novembro de 2021, para a realização do inventário anual de bens da Secretaria de Município de Esporte e Lazer, no exercício de 2021, na sede administrativa da SMEL, às 08 horas.

A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Esporte e Lazer.

A Comissão de Inventário de Bens, nomeada pela Portaria nº 01/SMEL, de 29 de novembro de 2021, da Secretaria de Município de Esporte e Lazer, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 – **OBJETIVO:** apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como, identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste de acervo do Município de Santa Maria.

2 – **METODOLOGIA DO TRABALHO:** procedimentos que foram adotados para a execução do inventário. (forma como foi realizado).

3 – **DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:** descrever as fases de realização do Inventário e os eventos ocorridos, bem como, as dificuldades observadas durante a execução do trabalho.

4 – **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:** apresentar informações relativas às quantidades de bens identificados durante o inventário, conforme a situação do acervo patrimonial da Secretaria de Município de Santa Maria. Essas informações foram obtidas a partir dos relatórios fornecidos pela Coordenadoria de Sistema Patrimonial e Custos.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE ESPORTE E LAZER

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

RESUMO DO INVENTÁRIO (QUANTIDADE):

Total de Bens da Unidade: 387

Total de Bens tombados no exercício: 0

Total de Bens ociosos: 0

Total de Bens em manutenção: 0

Total de Bens inservíveis (bens que necessitam de manutenção ou sem recuperação): 0

Total de Bens não inventariados (não encontrados no processo de inventário): 38

Problemas identificados em relação ao acervo patrimonial: 0

Dificuldades encontradas para a realização do inventário:

A principal dificuldade enfrentada foi o expressivo número de espaços a serem vistoriados, além desses locais serem distantes um dos outros e com efetivo pequeno para realizar conservação dos bens e manutenção dos mesmos em seus locais de destino. Ademais, o Centro Desportivo Municipal possui muitas salas e ginásios, o que acarretou na demora e dificultou a realização de uma vistoria minuciosa. Outra dificuldade foi a separação com a Secretaria de Cultura, sendo que esta não adotava uma metodologia de controle patrimonial. Sendo assim, a Secretaria de Esporte e Lazer necessitou realizar sua listagem sem contar com um histórico prévio dos locais onde se encontravam os itens.

Proposta de ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados:

Será realizado um cronograma de execução no qual a comissão formada nesta análise patrimonial comparecerá nos locais de responsabilidade da SMEL, realizando uma separação por setores, facilitando assim a busca dos itens quando necessário, uma vez que os espaços possuem tamanhos expressivos e diversas salas, o que dificulta a análise dos itens.

Santa Maria, 09 de dezembro de 2021.

Filipe Santos Dias
(Presidente)
Gerente Setorial
Mat. 1478-2 - PMSM

Aline Santos

Lucas da Rosa Dias

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos 21 dias do mês de Dezembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 77, de 08 de Novembro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021. A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Saúde.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 77, de 08 de Novembro de 2021, da Secretaria de Município de Saúde, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO:

Apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO:

Procedimentos que foram adotados para a execução do inventário.

- Envio prévio do relatório dos bens para conferência individual de cada unidade de saúde;
- Verificação por parte da comissão dos itens não localizados ou com problemas para correção: reemplaquetamento ou solicitação de baixa;
- Finalização dos relatórios.

3 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:

Descrever as fases de realização do Inventário e os eventos ocorridos, bem como as dificuldades observadas durante a execução do trabalho.

- O planejamento iniciou com o envio dos relatórios para conferência das unidades de saúde, posteriormente alguns integrantes da comissão se deslocavam até o local para avaliar algumas pendências referidas pela unidade;

- Alguns locais houve a conferência total por parte da comissão, sem envolvimento da unidade;

Av. Medianeira, nº 355 · Centro · Santa Maria/RS - CEP: 97010-005
Tel.: (55) 3921.7229· E-mail: patrimoniosms01@hotmail.com
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

Processo
01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

Proposta de ações (recomendações) que deverão ser tomadas pela Unidade Gestora para solução dos problemas relacionados: _____.

Santa Maria, 21 de Dezembro de 2021.

Página da peça
32

Peça
4160597

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE638

Presidente
Maria das Graças N. Serafini
Matrícula 11178

Membro
Vanessa Calegari Lavall
Matrícula 158089

Membro
Marta H. Ferrão Purper
Matrícula 78620

Membro
Verônica Camargo Hoch
Matrícula 72435

Membro
Maria Evanir V. Ferreira
Matrícula 16146

Membro
Elaine Dutra Christo
Matrícula 115983

Membro
Elisiane Fernandes Neto
Matrícula 9236

Membro
Patricia B. Campagnol
Matrícula 154750

Membro
Silvia M. B. Poerschke
Matrícula 17919

Membro
Vanessa C. Balim
Matrícula 17021-6

Av. Medianeira, nº 355 · Centro · Santa Maria/RS - CEP: 97010-005
Tel.: (55) 3921.7229· E-mail: patrimoniosms01@hotmail.com
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE FINANÇAS
Gabinete do Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ATA DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO

Aos vinte e nove (29) dias do mês de novembro de 2021, reuniu-se a Comissão instituída pela Portaria nº 04, de 26 de outubro de 2021, para a realização do inventário de bens patrimoniais, no exercício de 2021, na sala de licitações do Centro Administrativo Municipal, às 10:00 horas. A Comissão reuniu-se para o encerramento dos trabalhos, editando relatório de encerramento das atividades, o qual segue abaixo transcrito: Relatório de Inventário Anual de Bens Móveis do exercício 2021 da Secretaria de Município de Finanças.

A Comissão Inventariante nomeada pela Portaria nº 04, de 26 de outubro de 2021, da Secretaria de Município de Finanças, apresenta o relatório de conclusão dos trabalhos.

1 - OBJETIVO: apresentar os resultados do Inventário Anual de Bens para o exercício 2021, visando atender à determinação legal, bem como identificar os bens não inventariados, ociosos e inservíveis, para que sejam tomadas as providências cabíveis para o ajuste do acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

2 - METODOLOGIA DO TRABALHO: Tendo por base a listagem recebida, verificar todos os bens existentes no setor e confirmar ou não a presença do mesmo, bem como situação e estado de conservação. Relacionar os itens que não constarem na lista e que, por ventura, estejam no setor, enquandrando-os na planilha utilizada.

3 - DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO: O grupo relatou algumas dificuldades encontradas para a realização do inventário: diferença entre os bens listados e os que efetivamente estavam no setor; itens que já estão em uso no setor a muito tempo e não constavam na listagem; anteriormente existia a classificação "Péssimo" que foi eliminada da lista de estado de conservação. Foi observado pelo grupo, também, que poderá haver divirgência na avaliação do estado do bem, levando-se em conta o entendimento de cada avaliador, bem como a atividade desenvolvida por cada um.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE FINANÇAS
Gabinete do Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

- Alguns bens tem 2 ou até 3 plaquetas.

- A situação real do bem, ou seja, deveria ter uma classificação mais específica para cada bem.

RESUMO DO INVENTÁRIO 2021

CENTROS DE CUSTO	532	501	502	503	504	505	506	508	511	513	521	533	531	TOTAL
Total de bens da Unidade	483	167	32	242	49	171	67	60	128	45	189	61	180	1.874
Total de bens tombados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de bens baixados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de bens ociosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Bens inservíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não localizados no Centro de Custos	-	13	-	20	06	-	-	05	-	-	-	-	-	44

PAULO DARCI L. PEREIRA
AG. ADMINISTRATIVO
MATRÍCULA: 10.455

Amarildo de O. Pereira
Matrícula 17382-7

Alzira Terezinha Bevilacqua
Gerente Administrativo Setorial
Secretaria de Município de Finanças
Matrícula 6.773-4

Renan Soares Gomides
Agente Administrativo
Matrícula 17639-7

Lisiane Gomes Guterres
Fiscal Municipal II
Matrícula 12104
PREF. MUN. DE SANTA MARIA

Vanessa Berin
Matrícula 17783

ANWAR JOAQUIM S. A. FATTAH
Matrícula 11.528-2
Coordenador de Fiscalização Tributária - ISS

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7075 · E-mail: financas@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
Superintendência de Administração
Almoxarifado Central

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Memorando nº 136/2022/SMG/SA/ALMOX/FD Santa Maria, 18 de Janeiro de 2022.

Da: Coordenadoria Setorial do Almoxarifado Central

Para: Superintendência de Administração - SAGP

Considerando a solicitação da Requisição de Documentos e/ou Informações nº 027/CFM/2022 que versa sobre *"Cópias das atas de encerramento dos inventários de bens móveis, **de bens de consumo** e de valores, elaboradas por comissão formalmente designada, evidenciando a fidedignidade desses bens inventariados com os correspondentes registros contábeis, apontando as eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas"*;

Considerando que no período de **7 a 30 de junho de 2021** foi realizado o Inventário dos Bens de Consumo alocados no Almoxarifado Central, onde foi executado a contagem, ajustes nas nomenclaturas e especificações dos produtos;

Considerando que o controle de estoque de bens de consumo é uma ferramenta fundamental para manutenção dos bens adquiridos com recursos públicos;

Informamos que foi realizado, igualmente, durante o decorrer do ano de 2021, o inventário rotativo dos **bens de consumo**, como forma de manter a continuidade do controle de estoque de uma forma mais simplificada e aumentando a precisão das informações. O **inventário rotativo** é o processo de recontagem física e contínua do estoque, tendo essa contagem uma cadência pré-determinada, semanal, de modo organizado em ciclos de acordo com a demanda dos produtos ou a de um setor de produtos pré-determinados.

A adoção do **inventário rotativo** visa o resultado mais rápido e eficiente, pois não é necessário parar todo o estoque para que seja feita a contagem, ou seja, na medida que as requisições de retiradas de materiais eram atendidas durante a semana, os produtos eram recontados e assim constantemente aprimoramos o estoque, sem impactar no atendimento as Secretarias de Município, no recebimento de mercadorias e nos diversos procedimentos administrativos que envolvem a Coordenadoria de Almoxarifado.

Diante do exposto, encaminhamos o inventário de bens de consumo na data de 31 de dezembro de 2021.

Respeitosamente,

Fabiano Dias

Coordenador Setorial do Almoxarifado Central

À CAGEM

José Aline Munhoz Walter
Superintendente de Administração
Matrícula 12.199

MARCO ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA LOPES
Secretário de Município de Administração e Gestão de Pessoas

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7018 · E-mail: patrimonio@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
Gabinete do Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Memorando nº 42/2022/SMS/GAB **Santa Maria, 10 de março de 2022.**

De: **Gabinete do Secretário – Secretaria de Município da Saúde**
Para: **Superintendência de Controle Interno - Controladoria e Auditoria Geral do Município**

Assunto: **Resposta à RD 052/CFM/2022 – TP 2022/02/5473**

Prezado Superintendente:

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, vimos, por meio deste, no que tange à resposta da Requisição de Documentos supracitada, informar que não há a existência de comissão para fins de elaboração de atas de encerramento do inventário de bens de consumo do Setor de Almoxarifado, em que pese é realizado o balancete mensal para fins das análises dos bens, esta realizada por servidores públicos pertencentes ao referido setor. Também, ocorrendo a contagem dos bens de maneira anual, para fins de levantamento destes.

Ademais, encaminhamos, em anexo, todos os balancetes referentes ao ano de 2021 realizados pelo setor.

Sem mais, estamos à disposição.

Atenciosamente.

GUILHERME RIBAS SMIDT
Secretário de Município da Saúde
Portaria nº 219/SMG/2020

Guilherme R. Smidt
Secretário de Município da Saúde
Portaria nº 219/SMG/2020

Av. Medianeira, nº 355 · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7095 · E-mail: saude@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A8B2.D571.485C.82F9.421A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que foi apresentada declaração de bens e rendas 2021, ano base 2020, de todos os agentes públicos do Município, nos termos estabelecidos pela Resolução 963/2012 do Tribunal de Contas do Estado, conforme solicitado através do Memorando Circular nº 022/BETB/SRH-2021 (cópia anexa).

Santa Maria, 10 de Fevereiro de 2022.

Carlos Eduardo Druzian
Superintendente de Recursos Humanos - SMG
Matrícula: 15.188-2

JORGE CLADISTONE POZZOBOM: 48493007072

Assinado digitalmente por JORGE CLADISTONE POZZOBOM:48493007072
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=22180785000164, OU=presencial, CN=JORGE CLADISTONE POZZOBOM:48493007072
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Foxit PhantomPDF Versão: 10.0.0

Jorge Cladistone Pozzobom

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C45.D16B.24B9.45E2.3DAE.

Página
770
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
2
Peça
4160595
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE636

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Memorando Circular nº 022/BETB/SRH-2021 Santa Maria, 19 de agosto de 2021.

Da: Superintendência de Recursos Humanos – SRH/SAGP

Para: Secretarias de Município, Procuradoria Geral do Município, Casa Civil, Controladoria e Auditoria Geral do Município e Autarquias.

Assunto: Declaração de Bens e Rendas – exercício 2021, ano calendário 2020.

- ✓ **Considerando** a Lei Estadual nº 12.036/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções públicas;
- ✓ **Considerando** a nova redação trazida pela Lei Estadual nº 13776/2011 que dispõe sobre o registro das declarações de bens e o controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito por agente público no exercício de cargo ou emprego público;
- ✓ **Considerando** o que determina a Resolução nº 963/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS que dispõe sobre o controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito de agente público;
- ✓ **Considerando**, por fim, a Instrução Normativa nº 01/2015 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul – TCE/RS que regulamenta a forma de entrega de cópias da declaração de bens e rendimentos dos agentes públicos indicados;

Encaminhamos, em anexo, relação de servidores que, nos termos da legislação citada, devem apresentar a cópia da declaração de bens e rendimentos, do exercício 2021, ano calendário 2020;

Por oportuno, informamos que a documentação deverá ser encaminhada pelo sistema Demandas/Ticket no processo de nome "Declaração de Bens e Rendimentos 2020/2021", **impreterivelmente até dia 08-10-2021, uma Demanda/Ticket por Secretaria**, em formato "PDF", contendo **todos os servidores da respectiva secretaria** que devem apresentar a declaração requerida.

Atenciosamente

Assinado de forma digital por CARLOS EDUARDO SANTOS DRUZIAN:01027249035
Dados: 2021.08.20 09:09:44 -03'00'

Carlos Eduardo S. Druzian
Superintendente de Recursos Humanos

MARCO ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA LOPES: 00098615050

Assinado digitalmente por MARCO ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA LOPES:00098615050
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=EM BRANCO, OU=20085105000106, CN=MARCO ANTONIO MASCARENHAS DE SOUZA LOPES:00098615050
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021-08-24 12:42:06
Foxit Reader Versão: 10.0.1

Marco Antonio Mascarenhas de Souza Lopes
Secretário de Município de Administração e Gestão de Pessoas

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7015 · E-mail: srh@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C45.D16B.24B9.45E2.3DAE.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4160593

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE634

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

DECLARAÇÃO

Declaramos que o Município de Santa Maria realiza Conciliações Bancárias de todas as Contas conforme relação abaixo, com saldo em 31/12/2021:

Cód. Conta Contábil	Descrição da Conta Contábil	Conta bancária associada	Saldo Contábil R$	Saldo no Extrato Bancário R$	Diferença R$	Obs.:
3647	BB Conta Movimento	7319-9	22.344.306,79	22.344.306,79	0,00	
3648	BB Depto.Nac.Prod.Min.	4474-1	58.341,96	58.341,96		
3649	BB ITR	7901-4	26.946,17	26.946,17		
3650	BB ICMS Deson.	283141-4	20.018,78	20.018,78		
3653	BB ISS - STN	34053-7	32.937,98	32.937,98		
3654	BB Lei 7525	9288-6	14.499,56	14.499,56		
3655	BB ISS Simples Nacional	42924-4	239.037,44	239.037,44		
3660	BB Distrito Industrial	60884-X	1.209.324,42	1.209.324,42		
3622	BB FNAS Covid EPI	89406-0	8,25	8,25		
3664	BB FNAS Covid Acolhimento	89402-8	147.026,01	147.026,01		
3667	BB FNDE Pro Infancia	53576-1	492,25	492,25		
3668	BB FMS Vigil. Sanitária	81884-4	106.595,90	106.595,90		
3670	BB FMA	7234-6	1.259.972,33	1.259.972,33		
3673	BB Conv. Aeroporto	85939-7	535.553,24	535.553,24		
3674	BB MDE	1925-9	2.887.408,15	2.887.408,15		
3676	BBrasil PSB Covid-19	79051-6	470.908,63	470.908,63		
3677	BBrasil PSE Covid-19	84474-8	132.680,83	132.680,83		
3679	BB Habitação	5300-7	342.759,10	342.759,10		
3680	BB Leilao SMED	59031-2	30.149,76	30.149,76		
3683	BB Conv. 704173/2010	57116-4	7.671,65	7.671,65		
3688	BB FRDR-Fundo Rotativo	61331-2	222.667,99	222.667,99		
3689	BB ACESUAS TRABALHO	79036-2	95.150,46	95.150,46		
3691	BB FNDE - T. Compr. PAC	62247-8	4.773.815,92	4.773.815,92		
3693	BB FNDE PNATE	28439-4	89.407,85	89.407,85		
3694	BB CIDE	28886-1	69.574,82	69.574,82		
3695	BB Conv. 701353/2011	60286-8	2.087.117,62	2.087.117,62		
3699	BB FMS	59036-3	1.604.724,43	1.604.724,43		
3703	BB FNDE PAC 200843/2011	63510-3	1.074.109,31	1.074.109,31		
3704	BB PDDE	81867-4	5.518,03	5.518,03		
3705	BB FMS Alienação de Bens	64007-7	175.808,85	175.808,85		
3708	BB Prog. Educ. Fiscal	64671-7	13.472,26	13.472,26		
3720	BB PSB FNAS	79051-6	237.680,33	237.680,33		
3725	BB AEPETI	79039-7	220.510,48	220.510,48		
3734	BB BL GBF - FNAS	79042-7	83.911,35	83.911,35		
3737	BB Fundo C. Eventos SM	40814-X	7.475,63	7.475,63		
3744	BB PDDE	9264-9	12.089,26	12.089,26		
3751	BB Merenda	49486-0	321.514,11	321.514,11		
3753	BB BPC Escola	79038-9	1.299,41	1.299,41		
3754	BB BL GSUAS	79045-1	22.459,71	22.459,71		
3755	CEF	27.5	6.062,28	6.062,28		
3756	CEF Exec. Fiscal	775-6	16,36	16,36		
3759	CEF Alienação de Bens	10178-1	1.645.875,41	1.645.875,41		
3762	CEF Cont. 229039-88	10107-2	329,96	329,96		
3764	CEF Cont. 523373-82	10266-4	4.799.796,47	4.799.796,47		
3766	CEF MDE	10270-2	4.197.427,34	4.197.427,34		
3767	CEF 4ª Etapa C. Eventos	147110-8	1.567.909,34	1.567.909,34		
3769	CEF Monit. Nutric. Inv.	624058-9	37.297,31	37.297,31		
3772	CEF Custeio A.B.	624061-9	290.088,51	290.088,51		
3774	CEF Requalif. UBS	624044-9	90.300,26	90.300,26		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05E7.A74B.B11A.3895.5513.

3779	CEF Cont. 845172/2017	647027-4	16.414,49	16.414,49		
3781	CEF FUMCIP	10257-5	2.838.363,94	2.838.363,94		
3783	CEF FUNPROSM	10259-1	63.024,82	63.024,82		
3792	CEF Cont. 843615	647024-0	248.756,66	248.756,66		
3793	CEF Cont. 846202	647031-2	251.720,21	251.720,21		
3798	CEF Cont. 875343	647077-0	46.105,48	46.105,48		
3799	CEF FMS	13222-9	49.427,97	49.427,97		
3802	CEF Port. 1.666 COVID-1	624061-9	81.223,45	81.223,45		
3805	CEF FMS Requalif. UBS	624051-1	106.086,78	106.086,78		
3806	CEF FMS Vigil. Sanitária	13223-7	37.566,26	37.566,26		
3807	CEF Cont. 874563	647071-1	89.871,44	89.871,44		
3820	CEF Cont. 894563	71134-2	135.495,43	135.495,43		
3824	CEF PAC OGU	147031-4	444.532,27	444.532,27		
3829	CEF Cont. 399658-78	10218-4	33.283,15	33.283,15		
3830	CEF FMS Requalif. UBS	624053-8	133.110,45	133.110,45		
3836	CEF FMS Requalif. UBS	624050-3	106.034,43	106.034,43		
3837	CEF Portaria 894 COVID	624061-9	78.503,84	78.503,84		
3839	Bergs Conta Movimento	040041030-9	17.137.581,28	17.137.581,28		
3844	Bergs ISS	040952280-0	128.948,75	128.948,75		
3851	Bergs Funrebom	040772840-1	1.340.366,97	1.340.366,97		
3853	Bergs FMAS	041395351-2	84.475,81	84.475,81		
3854	Bergs FEAS	041395350-4	40.563,95	40.563,95		
3856	Bergs Corsan Interlig.	041604120-4	5,23	5,23		
3857	Bergs FMS Covid-19	041645790-7	7.403,89	7.403,89		
3859	Bergs FUMCIP	040983920-0	238,50	238,50		
3861	Bergs MPT Inst. Móvel	041735730-2	75.086,90	75.086,90		
3863	Bergs FMS Port. 256	041383190-5	90.909,09	90.909,09		
3865	Bergs FMS Covid-Prisional	041348324-9	30.000,00	30.000,00		
3866	Bergs FMS Port. GM/MS	041405030-3	289.582,42	289.582,42		
3868	Bergs FMS	040984300-3	3.470,36	3.470,36		
3871	Bergs Multa de Trânsito	040778290-2	127.262,45	127.262,45		
3872	Bergs FMS Vigil. Sanitária	041488170-1	37.729,19	37.729,19		
3875	Bergs FMS Nota Solidária	041498610-4	21.124,95	21.124,95		
3880	Bergs FUNDEEL	040957830-6	4.110,09	4.110,09		
3881	Bergs FUNCULTURA	041509810-5	89.704,34	89.704,34		
3882	Bergs FMS CAPS AD	041520170-4	56.709,06	56.709,06		
3887	Bergs PROCON	040982130-1	324.488,53	324.488,53		
3889	Bergs Cerest Conv.	040982770-9	91.387,72	91.387,72		
3897	Bergs FMS SAMU Estadual	041348320-6	1.555,16	1.555,16		
3898	Bergs FMS Farm. Básica	041348321-4	159.867,39	159.867,39		
3900	Bergs FMS CEO	041348323-0	32.758,65	32.758,65		
3901	Bergs FMS PSF Bucal	041348324-9	247.661,97	247.661,97		
3902	Bergs FMS PIM	041348325-7	234.690,89	234.690,89		
3904	Bergs FMS CEREST	041348327-3	297.389,20	297.389,20		
3906	Bergs FMS PIES	041348329-6	267.850,74	267.850,74		
3956	Bergs Rec. 8001	040041030-9	5.934.613,40	5.934.613,40		
4281	CEF Portaria 731 COVID	624061-9	155.534,50	155.534,50		
4344	CEF FM Habitação	10254-0	115.296,65	115.296,65		
4378	CEF Pro Saneamento	10258-3	7.809.631,53	7.809.631,53		
4380	BB PAR Educ. Infantil	64487-0	1.176,31	1.176,31		
4396	BB PAR Quadra Esc. Bern.	64804-3	228.760,63	228.760,63		
4398	Bergs FMS UPA	041383190-5	10.195,11	10.195,11		
4409	Bergs FMS Fat. Consórcio	041512660-5	210.874,01	210.874,01		
4420	Bergs FMS PSF Indígena	040984430-1	218.319,27	218.319,27		
4439	BB FMDCA	69076-7	3.930.736,72	3.930.736,72		
4444	Bergs FMDCA	041394940-6	721.683,35	721.683,35		
4541	Bergs Dengue Verão	041405030-3	43.099,03	43.099,03		
4542	CEF FNS UBS Oneide	624066-0	135.700,98	135.700,98		
4543	CEF FNS UBS Alto da B.	624066-0	323.812,34	323.812,34		
4553	BB FUMID	69242-5	1.373.063,95	1.373.063,95		
4575	Bergs FMS Dispens. Fraldas	041413550-3	1.338,89	1.338,89		
4622	Bergs FMAS FUMID	041396280-5	350.029,13	350.029,13		
6739	CEF Conta Movimento	10027-0	86.249,05	86.249,05		
7310	Bergs FMS Outros Recursos	041465840-9	7.030,84	7.030,84		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05E7.A74B.B11A.3895.5513.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 3

Peça 4160593

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE634

7987	BB FNDE Par Caminho Esc.	81911-5	14.229,10	14.229,10		
8034	Bergs Conv. Corsan	041509370-7	205.005,91	205.005,91		
8218	BB FNDE Par Infr. Esc.	84292-3	1.173.272,94	1.173.272,94		
8240	BB FMAS MAC	84474-8	105.692,40	105.692,40		
8242	CEF FUNDEB	672007-6	6.006.194,99	6.006.194,99		
8246	CEF FMS INVESTSUS A.B.	624066-0	112.552,64	112.552,64		
8247	CEF FMS INVESTSUS A.E.	624066-0	48.596,79	48.596,79		
8252	BB FUNDEB	85159-0	506.495,07	506.495,07		
8253	CEF Conv. 831537	647015-0	96.598,20	96.598,20		
8254	CEF Conv. 831537	647015-0	315,29	315,29		
8297	CEF Salário Educação	672014-9	20.269.950,98	20.269.950,98		
8299	Bergs SMED Doação MP	04159820-2	6.905,91	6.905,91		
9237	CEF Cont. 519627-63	10260-5	564.614,89	564.614,89		
9248	CEF FMS Vigilância	624061-9	461.513,83	461.513,83		
9249	CEF FMS Assist. Farmac.	624061-9	171.154,01	171.154,01		
9250	CEF At. Alta/Média-CAPS	624061-9	29.154,55	29.154,55		
9251	CEF At. Alta/Média-SUS	13224-5	801.459,78	801.459,78		
9253	CEF At. Alta/Média-SAMU	624061-9	424,21	424,21		
9254	CEF At. Alta/Média-Cerest	624061-9	1.220.780,02	1.220.780,02		
9255	CEF FMS At.Bás. PAB	624061-9	53.000,23	53.000,23		
9256	CEF FMS At.Bás. PACS	624061-9	346.094,36	346.094,36		
9258	CEF FMS At.Bás. Monit. Nutr	624061-9	229.748,81	229.748,81		
9288	BB FUNDETUR	86647-4	14.127,88	14.127,88		
9305	CEF Cont. 799546/2013	147110-8	4.617,67	4.617,67		
9325	CEF Cont. 399658-75	10218-4	3.526,55	3.526,55		
9828	CEF Serv. De Fisioterapia	624061-9	229.551,68	229.551,68		
9849	CEF Cont. 891301/2019	71121-0	1.683,38	1.683,38		
9851	CEF Cont. 894550/2019	71133-4	18.707,52	18.707,52		
9852	CEF Cont. 894563/2019	71134-2	4.598,29	4.598,29		
9859	CEF FMS COVID-19	624061-9	72.581,10	72.581,10		
9860	CEF COVID 19 MPT	71154-7	65.667,11	65.667,11		
9901	CEF FMS Port. 2516	624061-9	31.246,29	31.246,29		
9905	BB Apoio Cultural Aldir	89855-4	1.750,44	1.750,44		
10084	CEF FMS Port. 3350 COVID	624061-9	102.182,19	102.182,19		
10097	BB Em. Parlam. SIGTV	90145-8	355.537,25	355.537,25		
10102	CEF Conv. 894618/2019	71157-1	70.564,32	70.564,32		
10103	CEF Transf. Especial	672017-3	305.270,29	305.270,29		
10111	BB FMAS SIGTV Estrut.	90290-X	101.781,39	101.781,39		
10113	Bergs Aux. Emergencial	041749270-6	366.417,85	366.417,85		
10120	Bergs FMA Recurso MP	041756660-2	1.445.413,75	1.445.413,75		
10149	CEF FNS Port. 2735/2021	624061-9	300.000,00	300.000,00		
10696	CEF PNFM	10266-4	1.893,50	1.893,50		
6741	CEF Aplic. Financ.	10027-0	49.757.388,09	49.757.388,09		
6803	CEF Poup. Cont. 387527-3	147098-8	316.317,37	316.317,37		
6810	CEF Poup. Cont. 218815-5	147031-7	5.448.585,62	5.448.585,62		
9289	CEF PMSM	10027-0	11.115.340,35	11.115.340,35		
9290	Bergs PMSM	040041030-9	11.064.752,61	11.064.752,61		
		Total R$	214.882.897,90	214.882.897,90		

Marilda Manfio
Contadora-CRC/RS 60773
Superintendente de Gestão
Orçamentária e Financeira

Fernando Pereira Paz
Tesoureiro

Ratifico:

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05E7.A74B.B11A.3895.5513.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS NO EXERCÍCIO 2021

Considerando as prerrogativas definidas em lei, para a função de Superintendente de Controle Interno, declaro, para fins de atendimento à Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul - TCE/RS que, durante o exercício de 2021, não foram instaurados processos de Tomadas de Constas Especiais.

Santa Maria, 28 de março de 2022.

Clairton Rodrigues da Motta
Superintendente de Controle Interno
Matrícula nº 12.512-1

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 4º andar. Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7058 – 3921 7286
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4C11.A18B.2A34.299D.94F8.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4160619

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE64E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
CONSELHO FISCAL – IPASSP
LM nº 2933/1987 de 17/12/1987 e LM nº 5220/2009 de 20/08/2009
Decreto Executivo nº 533/1989 de 29/11/1989

ATA N.º 34 - REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às 14:00h, na Sala de Reuniões do IPASSP (3º andar), situado na Rua Venâncio Aires, n.º 2035, Centro, Santa Maria – RS, reuniram-se os integrantes do Conselho Fiscal do IPASSP-SM, nomeados pelas Portarias Executivas n.º 48/2020 e n.º 92/2020, a fim de analisarem a prestação de contas do primeiro semestre do exercício de 2021, utilizando como amostragem os meses de janeiro e fevereiro. **DOS CONSELHEIROS PRESENTES:** Rodnei Bohrer Bastos (Titular – Poder Executivo), Luciane Flores Prestes (Titular – Poder Executivo), Tatiane Aparecida Martins Razera (Titular – Sindicato dos Municipários), Giovani Costa de Oliveira (Titular – Poder Legislativo) e Vera Terezinha Simon do Monte (Titular – Sindicato dos Professores). **DOS CONSELHEIROS AUSENTES:** Não houve ausências. **DA PAUTA DA REUNIÃO:** Os membros presentes na reunião concluíram a análise, dando parecer favorável à prestação de contas do primeiro semestre de 2021, conforme check-list de controles financeiros e contábeis do RPPS (anexo). **DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** o Conselho reunir-se-á, em data a ser definida, para realizar a análise da prestação de contas dos meses setembro e dezembro, como amostragem do segundo semestre de 2021. Nada mais a registrar, a reunião foi encerrada e lavrou-se a presente ata que segue assinada por todos os presentes.

RODNEI BOHRER BASTOS
Titular – Poder Executivo

LUCIANE FLORES PRESTES
Titular – Poder Executivo

TATIANE APARECIDA MARTINS RAZERA
Titular – Sindicato dos Municipários

VERA TEREZINHA SIMON DO MONTE
Titular – Sindicato dos Professores

GIOVANI COSTA DE OLIVEIRA
Titular – Poder Legislativo

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
CONSELHO FISCAL – IPASSP
LM nº 2933/1987 de 17/12/1987 e LM nº 5220/2009 de 20/08/2009
Decreto Executivo nº 533/1989 de 29/11/1989
Portarias nº 48/2020 e nº 92/2020

Check-list dos Controles Financeiros e Contábeis do Conselho Fiscal do RPPS

O Conselho Fiscal do RPPS é uma das principais ferramentas de gestão, controle e transparência existente dentro dos sistemas previdenciários, pois tem como foco melhorar a gestão dos recursos (aplicabilidade e rentabilidade), proteger os seus beneficiados e os interesses dos seus segurados e, principalmente, possibilitar a rapidez na resolução de eventuais erros ou fraudes que possam trazer prejuízo aos recursos geridos pelo Regime de Previdência.

Assim, a fim de auxiliar nas principais conferências que precisam ser realizadas pelos membros do Conselho Fiscal foi elaborado o seguinte check-list, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2021:

Item	Descrição	S	N	P
1	O responsável pelas aplicações financeiras possui certificação: **Doc. 1** – Eglon do Canto Silva – Certificado CPA-20 – até 12/03/2023; **Doc. 1.1** – Membros do Comitê de investimentos – Certificado: - Adriano Scherer Silveira da Silva – até 10/03/2024. - Luziane Rocha de Oliveira – até 22/06/2025. - Alexandre Niederauer – até 06/02/2024. - Cristiane Dalcin Paim – até 16/08/2022. - Júlio Ubiratan Teixeira Porto – até 26/10/2021. **Obs.:** O Instituto possui o comitê de investimentos previsto na Lei nº 6297/2018, nomeados pela Portaria nº 05/2021 de 22/01/2021.	X		
2	As aplicações financeiras estão respeitando os critérios expressos na Resolução CMN nº 3922/2010. **Doc. 02** – Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, até 15/12/2021. **(ANUAL)**	X		
3	O Orçamento identifica para fins de controle as atividades, separadamente, de previdência e assistência. **Doc. 03** – Cópia do orçamento. **(ANUAL)**	X		
4	Os parcelamentos estão sendo recolhidos corretamente e na respectiva data. Não existe parcelamento. **(ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
5	São elaborados e entregues à Secretaria da Previdência os Demonstrativos de Investimento e Disponibilidade Financeira, Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – **DIPR**. **Doc. 04 – DIPR (BIMESTRAL)**	X		
6	Os valores repassados ao RPPS (contribuição patronal e do servidor) correspondem exatamente ao percentual da folha de pagamento. **Doc. 05** – DRP Prefeitura, Câmara e Autarquia – Extrato bancário. **(MENSAL)**	X		
7	As guias de recolhimento estão sendo pagas na data correta. **Doc. 05** – GRP Prefeitura, Câmara e Autarquia – Extrato bancário. **(MENSAL)**	X		
8	O Percentual da taxa de administração situa-se no patamar fixado na Lei Municipal que institui o Regime Próprio. – Lei Municipal 4992/2007, art. 1º, "**10%** sobre o total de recursos (Fundo de Saúde). - Lei Municipal nº 4938/2006, art. 8 e art. 9, de **2%** do total da contribuição dos servidores vinculados ao RPPS. **Doc. 06 – Demonstrativo da Taxa de Administração – (ANUAL)**	X		
9	É procedido o recadastramento periódico dos inativos e pensionistas. **(MENSAL)** – Decreto Executivo nº 163/2017. **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
10	Os benefícios pagos com procuração estão com os prazos dentro das datas limites. **Doc. 07 - (ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
11	São comunicadas as revisões dos benefícios, nos termos do Anexo I da Portaria MPAS nº 6.209 de 1999, objeto de compensação previdenciária, sua extinção total ou parcial, sendo tais alterações registradas no cadastro do COMPREV. **(MENSAL)** **Doc. 08** – Saldo da compensação previdenciária – Pagamento de Fluxo de Compensação Previdenciária.	X		
12	É feito o registro individual das contribuições dos servidores e patronais. **Doc. 09 - (MENSAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

Página 777
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4160619
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE64E

13	É elaborado o extrato anual das contribuições dos servidores. Este extrato é entregue ao servidor que solicitá-lo. **(ANUAL)** **Doc. 10** – Do Executivo e da Autarquia. **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
14	As revisões dos planos de carreira são acompanhadas de revisões atuariais para efeitos de reflexos no RPPS. **(MENSAL)** **Doc. 11** – Impacto previdenciário (não ocorreu em agosto e outubro de 2020). **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
15	Em relação aos benefícios de aposentadoria e pensões concedidos, os processos respectivos são encaminhados ao TCE no prazo de até 30 dias da portaria que o concedeu. **(MENSAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
16	Foram realizadas as depreciações de bens patrimoniais no período. **(MENSAL)** **Doc. 12** – Balancete	X		
17	O saldo da despesa administrativa não utilizada está sendo depositado em conta bancária própria. **(ANUAL)** **Doc. 13** - Balancete	X		
18	Os saldos das provisões matemáticas estão atualizados de acordo com o cálculo atuarial. **(ANUAL)** **Doc. 14** - Balancete	X		
19	É feito o controle dos óbitos (SISOBI) para efeito de manutenção de benefícios. **Doc. 15 - (MENSAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
20	As demonstrações contábeis possuem notas explicativas e são encaminhadas no prazo ao Ministério da Previdência. **Doc. 16** – Demonstrativos.	X		
21	Os documentos dos dependentes estão de acordo com a Legislação e completos **Doc. 17 - (ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
22	Os segurados por invalidez cumprem a legislação no que se refere a exames periódicos. **Doc. 19 - (ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
23	Existem rotinas escritas dos procedimentos de controle do RPPS (inativações, pensões) segundo o Manual do Tribunal de Contas do RS. **(ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**			X
24	É realizada avaliação atuarial anualmente do RPPS. **(ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
25	A contabilidade do RPPS é separada das contas do Ente (mas consolidada para fins da LRF). **(ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
26	As alterações de alíquotas de contribuição social dos servidores têm previsão na LDO. **(ANUAL)** **Obs.:** (X)Houve alteração de alíquotas a partir de abril de 2021. ( )Não houve alteração de alíquotas. **Obs. 1: Conforme a Reforma da Previdência.** **Obs. 2: Declaração do responsável pela informação.**	X		
27	São mantidos atualizados os dados cadastrais do RPPS junto ao Ministério da Previdência Social, informando a incorporação ou exclusão de órgão ou entidade vinculados ou a mudança de endereço para correspondência, inclusive alíquota. **(ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
28	O RPPS atinge somente servidores de provimento efetivos (excluído os CC e contratos temporários) – Conforme Lei 4483/01 – art. 01. **(ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
29	É enviado a cada ano, à Secretaria da Previdência Social, a avaliação atuarial. **Doc. 20** - DRAA Demonstrativo Resumido de Avaliação Atuarial. **(ANUAL)**	X		
30	As contribuições dos segurados e do Município estão de acordo com as Legislações. Lei 6514/2020. **(ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

31	A elaboração do Demonstrativo da Política de Investimento do RPPS foi realizada para o exercício. **(ANUAL)** **Doc. 21** – DPIN	X		

Legenda:
S – Sim.
N – Não.
P – Parcialmente atendido.

Santa Maria, 25 de outubro de 2021.

RODNEI BOHRER BASTOS
Titular – Poder Executivo

LUCIANE FLORES PRESTES
Titular – Poder Executivo

TATIANE APARECIDA MARTINS RAZERA
Titular – Sindicato dos Municipários

VERA TEREZINHA SIMON DO MONTE
Titular – Sindicato dos Professores

GIOVANI COSTA DE OLIVEIRA
Titular – Poder Legislativo

Página 778
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4160619
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE64E

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
CONSELHO FISCAL – IPASSP
LM nº 2933/1987 de 17/12/1987 e LM nº 5220/2009 de 20/08/2009
Decreto Executivo nº 533/1989 de 29/11/1989

ATA N.º 35 - REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às 14:30h, na Sala de Reuniões do IPASSP (3º andar), situado na Rua Venâncio Aires, n.º 2035, Centro, Santa Maria – RS, reuniram-se os integrantes do Conselho Fiscal do IPASSP-SM, nomeados pelas Portarias Executivas n.º 48/2021 e n.º 79/2021, a fim de analisarem a prestação de contas do segundo semestre do exercício de 2021, utilizando como amostragem os meses de setembro e dezembro. **DOS CONSELHEIROS PRESENTES:** Henrique Fuelber (Suplente – Poder Executivo), Luciane Flores Prestes (Titular – Poder Executivo), Tatiane Aparecida Martins Razera (Titular – Sindicato dos Municipários), Giovani Costa de Oliveira (Titular – Poder Legislativo) e Vera Terezinha Simon do Monte (Titular – Sindicato dos Professores). **DOS CONSELHEIROS AUSENTES:** Não houve ausências. **DA PAUTA DA REUNIÃO:** Os membros presentes na reunião concluíram a análise, dando parecer favorável à prestação de contas do segundo semestre de 2021, conforme check-list de controles financeiros e contábeis do RPPS (anexo). **DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO:** o Conselho reunir-se-á, em data a ser definida, para realizar a análise da prestação de contas dos meses janeiro e abril, como amostragem do primeiro semestre de 2022. Nada mais a registrar, a reunião foi encerrada e lavrou-se a presente ata que segue assinada por todos os presentes.

HENRIQUE FUELBER
Suplente – Poder Executivo

LUCIANE FLORES PRESTES
Titular – Poder Executivo

TATIANE APARECIDA MARTINS RAZERA
Titular – Sindicato dos Municipários

VERA TEREZINHA SIMON DO MONTE
Titular – Sindicato dos Professores

GIOVANI COSTA DE OLIVEIRA
Titular – Poder Legislativo

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160619

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE64E

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA
CONSELHO FISCAL – IPASSP
LM nº 2933/1987 de 17/12/1987 e LM nº 5220/2009 de 20/08/2009
Decreto Executivo nº 533/1989 de 29/11/1989
Portarias nº 48/2020 e nº 92/2020

Check-list dos Controles Financeiros e Contábeis do Conselho Fiscal do RPPS

O Conselho Fiscal do RPPS é uma das principais ferramentas de gestão, controle e transparência existente dentro dos sistemas previdenciários, pois tem como foco melhorar a gestão dos recursos (aplicabilidade e rentabilidade), proteger os seus beneficiados e os interesses dos seus segurados, e, principalmente, possibilitar a rapidez e eventuais erros ou fraudes que possam trazer prejuízo aos recursos geridos pelo Regime de Previdência.

Assim, a fim de auxiliar nas principais conferências que precisam ser realizadas pelos membros do Conselho Fiscal foi elaborado o seguinte check-list, referente aos meses de setembro e dezembro de 2021:

Item	Descrição	S	N	P
1	O responsável pelas aplicações financeiras possui certificação: **Doc. 1** – Eglon do Canto Silva – Certificado CPA-20 – até 12/03/2023; **Doc. 1.1** – Membros do Comitê de investimentos – Certificado: - Adriano Scherer Silveira da Silva – até 10/03/2024; - Luziane Rocha de Oliveira - 22/06/2025; - Alexandre Niederauer – até 06/02/2024; - Cristiane Dalcin Paim – até 16/08/2022; - Júlio Ubiratan Teixeira Porto – até 30/04/2022. **Obs.:** O Instituto possui o comitê de investimentos previsto na Lei 6297/2018, nomeados pela Portaria nº 05/2021 de 22/01/2021.	X		
2	As aplicações financeiras estão respeitando os critérios expressos na Resolução CMN nº 3922/2010. **Doc. 02** – Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, até 13/06/2022. **(ANUAL)**	X		
3	O Orçamento identifica para fins de controle as atividades, separadamente, de previdência e assistência. **Doc. 03** – Cópia do orçamento. **(ANUAL)**	X		
4	Os parcelamentos estão sendo recolhidos corretamente e na respectiva data. Não existe parcelamento. **(ANUAL)** **Declaração do responsável pela informação.**	X		
5	São elaborados e entregues à Secretaria da Previdência o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR. **Doc. 04 – DIPR (BIMESTRAL)**	X		
6	Os valores repassados ao RPPS (contribuição patronal e do servidor) correspondem exatamente ao percentual da folha de pagamento. **Doc. 05** – DRP da Prefeitura, Câmara e Autarquia – Extrato bancário; Resumo da folha de pagamento da Prefeitura, Câmara e Iplan. **(MENSAL)**	X		
7	As guias de recolhimento estão sendo pagas na data correta. **Doc. 05** – GRP Prefeitura, Câmara e Autarquia – Extrato bancário. **(MENSAL)**	X		
8	O Percentual da taxa de administração situa-se no patamar fixado na Lei Municipal que institui o Regime Próprio. – Lei Municipal 4992/2007, art. 1º, "**10%** sobre o total de recursos (Fundo de Saúde). - Lei Municipal nº 4938/2006, art. 8 e art. 9, de **2%** do total da contribuição dos servidores vinculados ao RPPS. **Doc. 06 – Demonstrativo da Taxa de Administração. (ANUAL)**	X		
9	É procedido o recadastramento periódico dos inativos e pensionistas. **(MENSAL)** – Decreto Executivo 163/2017. **Declaração do responsável pela informação.**	X		
10	Os benefícios pagos com procuração estão com os prazos dentro das datas limites – **Doc. 07 – (ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
11	São comunicadas as revisões dos benefícios, nos termos do Anexo I da Portaria MPAS nº 6.209 de 1999, objeto de compensação previdenciária, sua extinção total ou parcial, sendo tais alterações registradas no cadastro do COMPREV. **(MENSAL)**	X		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

Página 781
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4160619
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE64E

	Doc. 08 – Saldo da compensação previdenciária – Pagamento Fluxo de Compensação Previdenciária.			
12	É feito o registro individual das contribuições dos servidores e patronais. **Doc. 09 - (MENSAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
13	É elaborado o extrato anual das contribuições dos servidores. Este extrato é entregue ao servidor que solicitá-lo. **(ANUAL)** **Doc. 10** – Do Executivo e da Autarquia. **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
14	As revisões dos planos de carreira são acompanhadas de revisões atuariais para efeitos de reflexos no RPPS. **(MENSAL)** **Doc. 11** – Impacto previdenciário (não ocorreu em janeiro e fevereiro de 2021). **Declaração do responsável pela informação.**	X		
15	Em relação aos benefícios de aposentadoria e pensões concedidos, os processos respectivos são encaminhados ao TCE no prazo de até 30 dias da Portaria que o concedeu. **(MENSAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
16	Foram realizadas as depreciações de bens patrimoniais no período. **(MENSAL)** **Doc. 12** – Balancete	X		
17	O saldo da despesa administrativa não utilizada está sendo depositado em conta bancária própria. **(ANUAL)** **Doc. 13** - Balancete	X		
18	Os saldos das provisões matemáticas estão atualizados de acordo com o cálculo atuarial. **(ANUAL)** **Doc. 14** - Balancete	X		
19	É feito o controle dos óbitos (SISOBI) para efeito de manutenção de benefícios. **Doc. 15 - (MENSAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**		X	
20	As demonstrações contábeis possuem notas explicativas e são encaminhadas no prazo ao Ministério da Previdência. **Doc. 16** – Demonstrativos.	X		
21	Os documentos dos dependentes estão de acordo com a Legislação e completos. **Doc. 17 - (ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
22	Os segurados por invalidez cumprem a legislação no que se refere a exames periódicos. **Doc. 19 - (ANUAL)** **Obs.: Declaração do responsável pela informação.**	X		
23	Existem rotinas escritas dos procedimentos de controle do RPPS (inativações, pensões) - Segundo o Manual do Tribunal de Contas do RS. **(ANUAL)** **Declaração do responsável pela informação.**		X	
24	É realizada avaliação atuarial anualmente do RPPS. **(ANUAL)** **Declaração do responsável pela informação.**	X		
25	A contabilidade do RPPS é separada das contas do Ente (mas consolidada para fins da LRF). **(ANUAL)** **Declaração do responsável pela informação.**	X		
26	As alterações de alíquotas de contribuição social dos servidores têm previsão na LDO. **(ANUAL)** **Obs.:** (X)Houve alteração de alíquotas. ( )Não houve alteração de alíquotas. Obs.: A alteração da alíquota foi definida por Lei Federal, conforme a Reforma da Previdência, e passou a vigorar em 2021. **Declaração do responsável pela informação.**	X		
27	São mantidos atualizados os dados cadastrais do RPPS junto ao Ministério da Previdência Social, informando a incorporação ou exclusão de órgão ou entidade vinculados ou a mudança de endereço para correspondência, inclusive alíquota. **(ANUAL)** **Declaração do responsável pela informação.**	X		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

28	O RPPS atinge somente servidores de provimento efetivos (excluído CC e contratos temporários) – Conforme Lei 4483/01 – art. 01. **(ANUAL)** **Declaração do responsável pela informação.**	X		
29	É enviado a cada ano, à Secretaria da Previdência Social, a avaliação atuarial. **Doc. 20** - DRAA Demonstrativo Resumido de Avaliação Atuarial. **(ANUAL)**	X		
30	As contribuições dos segurados e do Município estão de acordo com as Legislações. Lei 6410/2019 e Lei 6514/2020. **(ANUAL)** **Declaração do responsável pela informação.**	X		
31	A elaboração do Demonstrativo da Política de Investimento do RPPS foi realizada para o exercício. **(ANUAL)** **Doc. 21** – DPIN.	X		

Legenda:
S – Sim.
N – Não.
P – Parcialmente atendido.

Santa Maria, 14 de março de 2022.

HENRIQUE FUELBER
Titular – Poder Executivo

LUCIANE FLORES PRESTES
Titular – Poder Executivo

TATIANE APARECIDA MARTINS RAZERA
Titular – Sindicato dos Municipários

VERA TEREZINHA SIMON DO MONTE
Titular – Sindicato dos Professores

GIOVANI COSTA DE OLIVEIRA
Titular – Poder Legislativo

Página 782
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4160619
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE64E

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 9

Peça 4160619

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE64E

Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria/IPASSP-SM

CONSELHO DELIBERATIVO

Ata nº 266

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte dois, às oito horas e trinta minutos, realizou-se a **reunião extraordinária** do Conselho Deliberativo do IPASSP-SM na sede do Instituto, na qual se fizeram presentes os seguintes conselheiros: **Thanise Azzolin dos Santos e Medianeira dos Santos Garcia,** representantes do Poder Executivo; **Ricardo Nogueira** representante do Poder Legislativo; **Gilmar Werlang,** representante dos inativos, **Rafael Gomes Torres,** representante do Sinprosm, **Renato Costa** e **Vivian Serpa, representante**s do Sindicato dos Municipários. Além desses, estavam presentes o Diretor-Presidente Eglon do Canto Silva e o contador Adriano Venturini. Inicialmente o Diretor Eglon reiterou a pauta desta reunião extraordinária como sendo exclusiva para tratar da prestação de contas do exercício de 2021 conforme deliberação na ata nº 265/2022. O Diretor comunicou aos presentes que o curso básico para a certificação dos conselheiros será realizado na segunda quinzena de maio, tendo em vista que a AGIP (Associação Gaúcha de Instituições Previdenciárias), Entidade que realizara esse curso em Santa Maria estará envolvida, na o até o final de abril, na organização do XX Seminário Sul Brasileiro de Previdência Pública, o qual será realizado nos dias 04, 05 e 06 de maio em Porto Alegre – RS. Dando sequência, o Presidente do Conselho Renato da Costa passou a deliberar sobre a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2021 que será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado – TCE até 30 de abril de 2022. A documentação para análise dos conselheiros foi previamente encaminhada por e-mail, sendo composta de: Atas de nºs 34 e 35 do Conselho Fiscal; Balancete da Despesa Dezembro 2021 – Fundo Saúde; Balancete da Despesa Dezembro 2021 – Fundo Previdência; Balancete da Receita Dezembro 2021 – Fundo Saúde; Balancete da Receita Dezembro 2021 – Fundo Previdência; Contratos Executados 2021– Fundo de Saúde; Contratos Executados 2021– Fundo de Previdência; Plano de contas 2021 Fundo de Previdência; Plano de Contas 2021 Fundo de Saúde; Receitas Arrecadadas e Despesas Pagas Previdenciárias 2020-2021; Taxa de Administração – Fundo de Previdência 2021; Taxa de Administração Fundo de Saúde 2021. Após analisarem a documentação e, receberem esclarecimentos gerais do Contador do Instituto Adriano Venturini, o Conselho Deliberativo resolveu APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2021. Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata, que será assinada por mim, **Gilmar Werlang**, e demais presentes.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3713.6CA3.BF7B.591B.61F3.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4160627

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE656

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS PELA LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020 RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2021

1 – RELATÓRIO:

No exercício financeiro de 2021, os trabalhos realizados pelo CACS-FUNDEB, apesar de suas limitações, principalmente em função da Pandemia da Covid 19 podem ser considerados como trabalhos conduzidos de acordo com o planejamento inicial para o exercício, observando as competências legais deste Conselho. Sendo assim, pode-se relatar que foram realizadas as seguintes atividades: (a) Manutenção da regularidade da nominata dos membros do Conselho; (b) Realização de reuniões periódicas para a análise e referendum das planilhas de dados, apresentados pelo Poder Executivo Municipal, quanto a execução orçamentária relativa à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no que compete ao FUNDEB, inclusive com a participação do Superintendente administrativo e financeiro da Secretária de Educação de Município de Santa Maria, Jean Pezzini, o qual fez muitos esclarecimentos para todos os conselheiros presentes na ocasião; (c) Aprovação do Plano de Aplicação dos recursos do FUNDEB, , tendo como base os dados apresentados ao Conselho; e (d) Acompanhamento indireto da aplicação dos demais recursos federais transferidos e sob responsabilidade deste conselho, tendo como base as respectivas planilhas demonstrativas apresentadas pelo Poder Executivo Municipal. Por fim, relata-se que todas as atividades desenvolvidas por este Conselho ao longo do exercício 2021 bem como na sua relação oficial com os Gestores Municipais da Educação, encontram-se arquivadas e disponíveis para análise do Tribunal de Contas do Estado.

Os conselheiros do FUNDEB, do Município de Santa Maria RS, podem atestar, para fins de atendimento do inciso II, "a", artigo 113, da Resolução TCE nº 544-Regimento Interno do TCE, que, de acordo com os demonstrativos documentais apresentados pelo Poder Executivo Municipal, as receitas auferidas e as despesas realizadas no exercício de 2021, bem como, a fidelidade dos dados apresentados em seus relatórios e balancetes,

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3860.7FE6.AB6D.FDB0.3C16.

obedeceram aos critérios e normas instituídas através das Leis nº LEI Nº 14.113/2020 e 9.394/96.

De acordo com os elementos que nos foram expostos a apreciação, podemos atestar que houve regularidade na observação legal quanto a aplicação do percentual mínimo de 25%, de que trata o artigo 212 da Constituição Federal de 1988, e a aplicação de no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB utilizados no exercício 2021, nos termos do artigo 1º da Lei 14.113/2020, vinculados à remuneração incluídos encargos sociais de pessoal em efetivo exercício do magistério, nos termos do Parecer do TCE nº 22/2003, assim como, o limite máximo de 5% do total dos recursos de aplicação financeira e "plus" do Fundeb no ano para o superávit financeiro do FUNDEB.

2 – PARECER

Portanto, que tendo em vista o trabalho realizado no município durante o exercício de 2021, de acordo com relatórios gerenciais e dados apresentados pelo demonstrativo das receitas e depesas encontrado no site de Transparência Pública da Prefeitura de Santa Maria, bem como no documento enviado pelo Superintendente administrativo e financeiro da Secretária de Educação de Município de Santa Maria, Jean Pezzini, pelo e-mail oficial deste conselho sobre os resultados obtidos, conclui-se que, segundo os documentos verificados, é possível atestar que foram regulares as aplicação dos recursos advindos do FUNDEB, assim como, que houve regularidade na aplicação do percentual mínimo na manutenção e desenvolvimento do ensino no municipio, tendo sido o percentual de 82,62% dos valores do FUNDEB utilizados na Remuneração dos profissionais da Educação Básica e 25,24% da receita total aplicado com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE

Ratifica-se que a presente apreciação e aprovação se ancora em dados apresentados pela Secretaria de Município da Educação, constantes em planilhas demonstrativas do FUNDEB/2021.

Santa Maria, 15 de março de 2022.

Juliana Cezimbra Conrado.

Juliana Cezimbra Conrado
Representante dos diretores das Escolas Públicas Municipais
Presidente

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3860.7FE6.AB6D.FDB0.3C16.

Tatiane Santini Oliari
Representante da Secretaria Municipal de Educação

Nizeti Fontana
Representantes da Secretaria de Município de Finanças

Marta Hammel
Representantes dos professores das Escolas Públicas Municipais

Lucas Pelz Fraita
Representante dos Servidores administrativos das Escolas Públicas

Gislaine Scalabrin Pinheiro
Representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

Lisiane Rosa Marques
Representante Sociedade Civil

Adriana Maria Falkembach Knackfuss
Representante das Escolas do Campo

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3860.7FE6.AB6D.FDB0.3C16.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE INTERNO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

RELATÓRIO E PARECER DE ACOMPANHAMENTO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, NO EXERCÍCIO DE 2021.

Acompanhamos os trabalhos da Secretaria de Município da Educação, sendo a mesma integrante do Sistema de Controle Interno do Município de Santa Maria, cabendo, de início, destacar que:

(a) a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição Federal, Arts. 31, 74 e Lei Municipal nº 5849, de 28 de fevereiro de 2014;

(b) a responsabilidade do controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, §1º;

(c) a responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, bem como a análise dos controles instituídos.

No exercício financeiro de 2021, os trabalhos da Unidade Central de Controle Interno atingiram as seguintes atividades ligadas aos controles na área de educação:

- Orientações ao pessoal administrativo da educação, com relação aos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Controle Interno;

- Orientações aos servidores da Secretaria sobre questões relativas à educação, sendo que foi enfatizada a importância e necessidade de instituição de controles formais;

- Acompanhamento bimestral do levantamento do percentual de aplicação

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.69F4.CD2A.A900.851E.F053.

Página 788
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4160623
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE652

na manutenção e desenvolvimento do ensino;

- Acompanhamento da execução e prestação de contas de recursos utilizados sob o regime de adiantamento;

- Verificações relativas à execução da folha de pagamento da educação.

Com base nos trabalhos citados anteriormente e nos demonstrativos contábeis, constata-se:

1) Com relação ao FUNDEB:

Os recursos do FUNDEB no ano de 2021 importaram em R$138.858.665,10 (cento e trinta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e dez centavos). Esse valor foi empenhado integralmente, sendo que a vinculação legal, de um mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB para pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício foi atendida.

2) Com relação ao M. D. E:

O Quadro a seguir evidencia o desempenho de cada receita proveniente de impostos no ano de 2021, bem como a parcela da receita destinada à educação.

IMPOSTOS	ORÇADO	RECEITA	25% EDUCAÇÃO
FPM	71.336.000,00	95.360.044,24	23.840.011,06
ICMS – DESONERAÇÃO	0,00	0,00	0,00
ICMS	108.100.000,00	136.851.113,18	34.212778,30
IPI – EXPORTAÇÃO	1.587.000,00	1.475.537,30	368.884,33
IPTU*	49.654.000,00	57.867.884,82	14.466.971,21
ITBI*	20.606.100,00	33.517.378,66	8.379.344,67
ISS*	78.592.100,00	84.560.457,29	21.140.114,32
IRRF	45.575.000,00	42.685.734,09	10.671.433,52
ITR	1.037.000,00	1.249.511,73	312.377,93
IPVA	44.961.000,00	53.585.961,02	13.396.490,24
TOTAL	**421.448.200,00**	**507.153.622,33**	**126.788.405,58**

*Incluído multas, juros de mora e dívida ativa.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.69F4.CD2A.A900.851E.F053.

Página 789
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4160623
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE652

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$) (Empenhado)
1008	Ampliação e Construção de Escolas	905.740,61
1009	Ampliação e Construção de Creches	2.676.478,16
2131	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMED - FUNDEB	12.726.263.86
2132	Desenvolvimento da Autonomia Escolar do EJA - MDE	53.820,00
2172	Manutenção do Sistema Municipal de Ensino – FUNDEB – 70%	92.841.667,26
2173	Manutenção do Sistema Municipal de Ensino – FUNDEB – 30%	10.066.985,44
2174	Manutenção da Educação Infantil – Creches FUNDEB – 70%	12.277.263,34
2175	Manutenção da Educação Infantil – Creches FUNDEB – 30%	1.344.863,08
2176	Manutenção da Educação Infantil – Pré-escola FUNDEB – 70%	9.601.622,12
2078	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMED - MDE	3.400.569,03
2083	Manut. Implem. Ativ. Programa Educ. Fiscal	105.982,81
2084	Manutenção do Sistema Municipal Ensino Fundamental	27.111.137,04
2091	Manutenção do Transporte Escolar	2.761.632,60
2092	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ensino Fundamental	1.885.520,00
2093	Manutenção de Centros de Educação Profissional	110.082,21
2094	Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola	20.391.803,34
2095	Manutenção das Creches	3.963.369,29
2096	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ens. Infantil – Pré-Escola	591.080,00
2097	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ensino Infantil - Creches	120.180,00
2098	Manutenção do EJA	8.112.655,68
2130	Manutenção das Atividades do Conselho de Educação	8.450,90
TOTAL		**211.057.166,77**

No que diz respeito aos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no exercício em análise, foram gastos R$ 211.057.166,77 (duzentos e onze milhões, cinquenta e sete mil, cento e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos). Deste valor, deve ser descontado o valor de R$ 83.045.743,15 (oitenta e três milhões, quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e quinze centavos) que corresponde ao ganho do FUNDEB, rendimentos de aplicações financeiras e despesas não computáveis com educação, perfazendo um líquido de R$ 128.011.423,62 (cento e vinte e oito milhões, onze mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e dois centavos). Comparando-se esses gastos com a receita resultante de impostos, que foi de R$ 507.153.622,33 (quinhentos e sete milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) atingiu-se um percentual de 25,24% aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.69F4.CD2A.A900.851E.F053.

Página 790
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4160623
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE652

Conforme o artigo 212 da Constituição Federal que preconiza: *"A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e* ***os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos****, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino".(grifo nosso)*

Assim, tendo em vista o trabalho realizado, no município em 2021, esta Superintendência de Controle Interno entende que aplicação do percentual mínimo em manutenção e desenvolvimento do ensino e do FUNDEB está devidamente regular.

Santa Maria, 25 de março de 2022.

Camila Faccin Moro
Matr. 14.748-6
Contadora CRC/RS 87.171

Clairton Rodrigues da Motta
Matr. 12.512-1
Superintendente de Controle Interno

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.69F4.CD2A.A900.851E.F053.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 1

Peça 4160621

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE650

LEI Nº 6001, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece o Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço saber, em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99, inciso III, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento ao disposto no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME, a partir do disposto no PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas durante o prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizadas pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria de Município de Educação - SMED;

II - Conselho Municipal de Educação - CME; e

III - Fórum Municipal de Educação - FME/RS.

§1º Compete, ainda, às instâncias referidas neste artigo:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 792
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet; e

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.

§2º A cada 2 anos, o Fórum Municipal de Educação elaborará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação, instituído pela Lei Municipal nº 5950, de 24 de dezembro de 2014, terá as seguintes atribuições:

I - acompanhar a execução do PME e o cumprimento de suas metas; e

II - realizar as Conferências Municipais de Educação.

Art. 6º O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME e com os respectivos Planos de Educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria, aos 18 dias do mês de agosto de 2015.

Cezar Augusto Schirmer
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

ANEXO I

***Meta 1**: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches para as crianças de até 3 anos, de modo a contribuir para o alcance da meta nacional de 50% (cinquenta por cento) até o final da vigência do PME e oferta de Educação Infantil pública em tempo integral com garantia de qualidade no atendimento as crianças.*

Estratégias

1.1) elaborar, no primeiro ano de vigência do PME, um plano estratégico de ampliação da oferta de Educação Infantil, tendo como base o diagnóstico atualizado do Município, em regime de colaboração entre as redes públicas sob coordenação da Secretaria de Município de Educação (SMED);

1.2) realizar no primeiro ano de vigência do PME, o cadastro no Censo Escolar das Escolas de Educação Infantil da rede privada pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;

1.3) realizar, sob responsabilidade do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria - CME, o credenciamento e autorização para o funcionamento de todas as instituições da rede privada de Educação Infantil pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de modo a cumprir a legislação vigente;

1.4) contemplar na proposta curricular das escolas da rede pública e privada atividades culturais para a livre fruição das crianças dentro e fora dos espaços escolares;

1.5) ampliar, em pelo menos 5% (cinco por cento) a cada ano, as taxas de acesso e de permanência à Educação Infantil na rede pública, das crianças de até 3 anos, conforme demanda manifesta até o final da vigência do PME;

1.6) realizar levantamento da demanda manifesta por creche (0 a 3 anos) e da demanda por Pré-escola (4 e 5 anos) na rede pública de ensino, anualmente, sob responsabilidade da SMED através da Central de Matrículas e de outros setores de cadastro e atendimento à população infantil. O relatório detalhado de demanda será encaminhado ao setor competente da SMED e as direções das escolas municipais de Educação Infantil, dando subsídio ao planejamento para a oferta de vagas, em regime de colaboração entre os entes federados, na Educação Infantil, garantindo que esse processo aconteça de forma informatizada e com transparência pública, a partir do primeiro triênio;

1.7) manter e ampliar, de forma gradativa desde o primeiro ano de vigência do PME, em regime de colaboração, com apoio técnico e financeiro da União e respeitadas as normas de acessibilidade, a construção e reestruturação de escolas, bem como aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil, até o 5º ano de vigência deste PME, enfocando os 18% (dezoito por cento) previstos pela Lei;

1.8) realizar a cada dois anos a avaliação da Educação Infantil sob responsabilidade das escolas com assessoria e supervisão da SMED, a partir da utilização do

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 794
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

instrumento - Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (MEC, 2009) nas instituições de educação públicas e privadas que pertencem ao Sistema Municipal de Ensino;

1.9) elaborar, até o final do primeiro triênio de vigência do PME, instrumentos de avaliação da Educação Infantil, construídos pelas instituições públicas e privadas de Educação Infantil e Instituições de Ensino Superior - IES, coordenados pela SMED e CME, que contemplem as especificidades da realidade local;

1.10) diminuir gradativamente a oferta de matrículas gratuitas na Educação Infantil através de Convênio entre o Poder Público e Instituições Confessionais e/ou Filantrópicas que atendam a previsão legal, durante a vigência deste Plano;

1.11) garantir a manutenção da exigência de formação docente em nível Superior, curso de graduação plena em Pedagogia para atuar na Educação Infantil nas escolas da Rede Pública Municipal, a contar da aprovação do PME;

1.12) promover a formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais de forma articulada dentro da sua carga horária semanal, em regime de colaboração, através de parcerias com IES públicas e privadas;

1.13) consolidar, no primeiro semestre de vigência do PME, o disposto no art. 22 do Plano de Carreira do Magistério Municipal, que determina o tempo mínimo de 20% (vinte por cento) da carga horária semanal, destinada às horas-atividades para todos os professores regentes que atuam nas turmas de Educação Infantil das escolas da rede pública municipal;

1.14) promover discussões com a comunidade escolar no primeiro ano de vigência do PME, visando à elaboração de propostas curriculares e/ou pedagógicas que incorporem os avanços da área e qualifiquem as escolas para o atendimento às crianças matriculadas na Educação Infantil, estabelecendo parceria com IES públicas e/ou privadas;

1.15) fomentar nas escolas de Educação Infantil, o planejamento de experiências que promovam participação dos pais ou responsáveis na escola, possibilitando vivências e interação das crianças e suas famílias, visando o estreitamento das relações entre escolas e as famílias, com assessoria das respectivas mantenedoras, até o segundo ano de vigência do PME;

1.16) fortalecer a atuação dos Conselhos Escolares, a partir do primeiro ano de vigência do PME, nas escolas de Educação Infantil da rede pública municipal, através de formação permanente para os conselheiros, articulada pela SMED conjuntamente com as IES públicas e privadas, a fim de discutir estratégias de acompanhamento do trabalho pedagógico, da avaliação institucional e estreitar relações entre família e escola, visando a melhoria da qualidade da Educação Infantil;

1.17) qualificar e ampliar o atendimento do Programa de Atendimento Especializado Municipal - PRAEM, no prazo de um ano, a contar da aprovação do PME, para elaboração e implementação de programas de orientação e apoio às famílias de crianças matriculadas na Educação Infantil na rede pública municipal, com foco no desenvolvimento integral em colaboração com as secretarias afins;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 795
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

1.18) promover formação continuada articulada entre a Educação Infantil e Ensino Fundamental para os professores da rede pública municipal que atuam nestas etapas, em colaboração com as instituições de Ensino Superior públicas e/ou privadas;

1.19) oferecer gradativamente, turno integral as crianças matriculadas na Educação Infantil de 0 a 5 anos e 11 meses na rede pública, conforme a demanda manifesta, no prazo de vigência deste PME;

1.20) instituir a política municipal de promoção da leitura nas escolas do Município de Santa Maria com o objetivo de fomentar a formação do leitor em todas as instituições de Educação Infantil;

1.21) fortalecer espaços de formação, troca de experiências e cooperação entre os educadores e sociedade, por meio da organização de fóruns, seminários, jornadas, exposições e outras atividades que permitam ampliar a compreensão acerca dos princípios fundamentais que compõe a Educação Ambiental, Educação Fiscal, Educação para o Trânsito em direção à construção de uma sociedade equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

1.22) garantir o atendimento educacional especializado nas escolas de Educação Infantil, com professores licenciados em Educação Especial para atuar nas instituições públicas e privadas;

1.23) garantir no primeiro ano de vigência do PME, para todas as turmas de pré-escola A e de pré-escola B da rede pública e privada, a presença de mínimo um estagiário que atuará junto ao professor titular;

1.24) garantir aos professores da Educação Infantil intervalos destinados exclusivamente ao seu descanso na unidade de trabalho de no mínimo 20 minutos;

1.25) admitir, a partir da vigência do PME, preferencialmente, estagiários de Educação Infantil, que estejam frequentando o curso de Pedagogia, de Educação Especial e/ou Curso Normal em nível médio;

1.26) garantir ensino colaborativo com professor de Educação Especial em turmas com até 2 alunos público alvo da Educação Especial matriculados na Educação Infantil;

1.27) garantir a redução de alunos nas turmas de berçário, maternal e pré-escola A que tenham alunos público alvo da Educação Especial matriculados na Educação Infantil mediante reformulação da tabela que consta no art. 16 da Resolução CME nº 31/2011;

1.28) garantir o cumprimento da relação professor/criança expressa na legislação municipal vigente, a partir da vigência do PME nas instituições públicas e privadas;

1.29) garantir gradativamente que as escolas de Educação Infantil da rede pública e privada trabalhem em acordo com os parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 796
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

1.30) garantir, mediante estudos e formação continuada, o entendimento das interações e brincadeiras como eixo norteador das práticas cotidianas na Educação Infantil, considerando a intencionalidade da ação pedagógica do professor;

1.31) promover formação continuada de, no mínimo 40 horas anuais, aos professores que atuam na Educação Infantil, garantindo as especificidades da área e as demandas emergentes dos diferentes contextos, por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas; e

1.32) ampliar a possibilidade de formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil, em regime de colaboração, através de parcerias com IES públicas e privadas, em nível de especialização e mestrado.

***Meta 2**: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos estudantes concluam esta etapa na idade recomendada, até o quinto ano de vigência do PME e pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PNE, resguardadas as responsabilidades dos entes federados, conforme a legislação vigente.*

Estratégias

2.1) promover discussões com a comunidade escolar, no primeiro ano de vigência do PME, para articular e pactuar entre a rede pública e privada propostas de organização curricular diferenciada, visando à elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços da área, qualifiquem as escolas e contemplem os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental, conforme as políticas públicas nacionais para esta etapa podendo estabelecer, parceria com IES públicas ou privadas;

2.2) criar em sistema de colaboração entre a 8ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE e SMED até o quinto ano de vigência do PME, instrumento informatizado de acompanhamento individualizado da aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental com base na proposta curricular desta etapa da Educação Básica.

2.3) qualificar e ampliar o quadro de profissionais do Programa de Atendimento Especializado Municipal - PRAEM até o segundo ano de vigência do PME, através de política municipal intersetorial entre as áreas de saúde, desenvolvimento social e educação, a fim de criar grupos de profissionais que realizem o atendimento regionalizado, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes da rede municipal de ensino;

2.4) realizar a qualificação e o acompanhamento permanente da equipe gestora das escolas da rede pública municipal, através da SMED em parceria com IES públicas e/ou privadas, na construção de plano de ação, a ser desenvolvido anualmente nas escolas, voltado para o atendimento dos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou distorção idade-ano, com o objetivo de otimizar a permanência na escola e qualificar a aprendizagem;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 797
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

2.5) aprovar no âmbito do Município legislação que dispõe sobre Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência na Escola (CIPAVE/SM) e instituí-la nas escolas, no prazo de dois anos da vigência deste PME;

2.6) fortalecer a atuação dos Conselhos Escolares, no primeiro ano de vigência do PME, através de formação permanente para os conselheiros, realizada pela SMED, a fim de discutir estratégias de monitoramento da aprendizagem, avaliação institucional e estreitar relações entre família e escola visando a melhoria da qualidade do ensino;

2.7) garantir gradativamente, nos primeiros dois anos da vigência do PME a atuação de professores licenciados nas áreas de Educação Física, Artes e Língua Estrangeira do quadro funcional do Município nas turmas de anos iniciais das escolas da rede pública municipal, com vistas a ampliar e enriquecer o currículo nesta etapa da educação;

2.8) fortalecer a atuação das redes internas e externas de atendimento com criação de sistemáticas de acompanhamento no primeiro ano de vigência do PME, instituídas através do Termo de Cooperação do Ministério Público Estadual do RS, de 29 de agosto de 2011, com objetivo de promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola;

2.9) aprovar junto ao CMESM no primeiro ano de vigência do PME as Diretrizes Curriculares Municipais da Educação do Campo;

2.10) assegurar através da Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan - EMAET, a oferta regular de atividades culturais e a formação de polos de criação e difusão cultural nas escolas;

2.11) fortalecer e consolidar parcerias com instituições artístico-culturais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, Organização Não-Governamental - ONG e IES para a promoção da cultura nas escolas da rede pública;

2.12) elaborar um plano estratégico no primeiro ano de vigência do PME, considerando o diagnóstico da rede pública municipal, sob responsabilidade da SMED, para reorganização da oferta do Ensino Fundamental, observando critérios específicos;

2.13) elaborar plano estratégico, em colaboração com o Estado, de redimensionamento gradual da oferta de Ensino Fundamental na rede pública, bem como a distribuição territorial das escolas dessa modalidade, de forma a atender a demanda desta etapa de acordo com as necessidades no primeiro ano de vigência do PME;

2.14) consolidar no primeiro semestre de vigência do PME, o disposto no art. 22 do Plano de Carreira do Magistério Municipal, que determina o tempo mínimo de 20% (vinte por cento) da carga horária semanal, destinada às horas-atividades para todos os professores regentes que atuam nas turmas de anos iniciais das escolas da Rede Pública Municipal;

2.15) instituir a política municipal de promoção da leitura nas escolas públicas do Município de Santa Maria com o objetivo de assegurar a formação do leitor em todas as escolas de Ensino Fundamental desenvolvendo o prazer em ler favorecendo o acesso ao conhecimento e aos bens culturais da humanidade;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 798
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

2.16) fortalecer e consolidar programas, projetos e ações que promovam o protagonismo social dos estudantes, nos quais estão a Educação Fiscal, a Educação Ambiental, as práticas de leitura, a inserção tecnológica, linguagens artístico-criativas, dentre outros;

2.17) promover ações intersetoriais, até o terceiro ano de vigência do PME, a fim de garantir a inclusão de profissionais da psicologia e serviço social nas unidades de ensino, em consonância com a Lei nº 3688/2000;

2.18) manter e ampliar em regime de colaboração com apoio técnico da União, respeitando as normas de acessibilidade, a construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando a expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Ensino Fundamental, até o final da vigência do PME;

2.19) construir, ampliar e equipar gradativamente com a parceria da União laboratórios multidisciplinares e multifuncionais para utilização nas pesquisas e estudos voltados para a educação na vigência do PME;

2.20) otimizar o funcionamento das salas de informática em todas as escolas da rede municipal de ensino, provendo recursos humanos e melhorias na velocidade da internet e infraestrutura; e

2.21) garantir políticas de formação de professores da rede municipal de ensino que integram a Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC'S às práticas pedagógicas através do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal - NTEM.

***Meta 3**: Universalizar até 2016, em regime de colaboração entre Estado e União, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), resguardadas as responsabilidades, conforme Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.*

Estratégias

3.1) manter nas escolas, ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental, por meio de plano de ação específico e acompanhamento dos estudantes que apresentam baixo rendimento;

3.2) fomentar matrículas gratuitas de ensino médio integrado à Educação Profissional, resguardadas as responsabilidades, conforme Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996;

3.3) estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, resguardadas as responsabilidades;

3.4) promover ações intersetoriais, até o terceiro ano de vigência deste PME, a fim de garantir a inclusão de profissionais da psicologia e serviço social nas unidades de ensino, em consonância com a Lei nº 3688/2000; e

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

3.5) fomentar a oferta de Ensino Médio em turno integral, ampliando a infraestrutura da rede pública, resguardadas as responsabilidades.

***Meta 4**: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, público alvo da Educação Especial, o acesso à Educação Básica, ensino colaborativo e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com total garantia de atendimento ao serviços especializados e também qualificação dos professores para a atendimento destes alunos, em regime de colaboração entre as redes públicas e privadas, resguardadas as responsabilidades, conforme legislação.*

Estratégias

4.1) ampliar as políticas públicas de inclusão de crianças, jovens e adultos, público alvo da Educação Especial, garantindo sua permanência com qualidade nos espaços educativos, com condições de acesso, professores da Educação Especial qualificados para a docência colaborativa, como também o atendimento educacional especializado complementar e suplementar em todos os níveis e modalidades de ensino nas instituições educacionais da rede pública e privada;

4.2) criar, manter e ampliar, políticas públicas que promovam a acessibilidade nas instituições públicas e privadas, garantindo a permanência e aprendizagem, do público alvo da Educação Especial, por meio das adequações arquitetônicas, oferta de transportes públicos acessíveis, disponibilidade de materiais didáticos próprios adequados e acessíveis e de recursos de tecnologia assistiva, equipe de profissionais da educação capacitados, assegurando a perspectiva da educação inclusiva no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, durante a vigência deste PME, resguardadas as responsabilidades;

4.3) assegurar que todos os estudantes, público alvo da Educação Especial, sejam devidamente informados no Censo Escolar, orientando e supervisionando as equipes gestoras das escolas para o processo de preenchimento dos dados do Educacenso, para fins de repasse de recursos financeiros adequados;

4.4) ampliar em 100% a implantação de salas de recursos multifuncionais e os recursos para a manutenção das mesmas, fomentando a formação inicial e continuada de professores, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas em Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, nas escolas da rede pública e privada, assegurando a infraestrutura física necessária para a implementação destas, até o segundo ano de vigência deste PME;

4.5) garantir, até o segundo ano de vigência do PME, o desenvolvimento de práticas pedagógicas em Educação Especial, por meio do ensino colaborativo e do atendimento educacional especializado nas escolas de Educação Infantil que atendem crianças de 0 a 5 anos e 11 meses da rede pública e privada, com implementação de salas de recurso multifuncionais adequadas a essa faixa etária;

4.6) assegurar, através de suas respectivas mantenedoras, a presença de profissionais de apoio, quando necessário, para o público alvo da Educação Especial, conforme legislação vigente nas escolas da rede pública e privada, a contar da aprovação do PME;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

4.7) assegurar o ensino colaborativo, através de suas respectivas mantenedoras para o público alvo da Educação Especial, a contar da aprovação do PME;

4.8) ampliar o acesso a materiais especializado, bibliografias, para cada tipo de deficiência, no ambiente escolar, proporcionando maior conhecimento e formação continuada para os professores do ensino regular na rede públicas e privada, a contar da aprovação do PME;

4.9) garantir o desenvolvimento de práticas pedagógicas em Educação Especial, tais como ensino colaborativo e atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino pública e privada, assegurando um sistema educacional inclusivo, sob responsabilidade das mantenedoras;

4.10) oferecer formação permanente aos professores da rede pública e privada, na perspectiva de educação inclusiva fomentando o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;

4.11) ampliar parcerias com instituições, centros, secretarias e serviços de apoio, pesquisa e assessoria, para qualificar as práticas pedagógicas dos professores da Educação Básica com os estudantes público alvo da Educação Especial;

4.12) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 a 17 anos de idade, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, garantia de profissionais intérpretes de Libras – Língua Portuguesa e professores de libras, prioritariamente surdos, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdo-cegos, nas modalidades de ensino de Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Educação do Campo sob responsabilidade das mantenedoras das instituições públicas, privadas e conveniadas, garantindo a capacitação de professores em cursos de LIBRAS, conforme legislação vigente, até o final da vigência do PME;

4.13) contribuir para a rede de monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes da Educação Especial, priorizando os beneficiários de programas de transferência de renda;

4.14) assegurar políticas públicas de combate às situações de discriminação dos estudantes público alvo da Educação Especial, trabalhando de forma articulada dentro do currículo escolar;

4.15) ampliar a discussão sobre políticas educacionais aos estudantes surdos, garantindo a sua aprendizagem em sua língua (LIBRAS), respeitando sua identidade e cultura surda, bem como sua inclusão nos espaços pedagógicos: escolas bilíngues, classes bilíngues em escolas inclusivas, trazendo a diferença cultural para o discurso pedagógico, considerando as diferenças linguísticas das pessoas surdas e ouvintes;

4.16) promover, em parceria com as instituições de Ensino Superior públicas e privadas e em conjunto com os professores da rede pública e privada, pesquisas

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 801
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como à melhoria das condições de acessibilidade dos estudantes, público alvo da Educação Especial;

4.17) garantir a oferta anual de cursos de capacitação para profissionais de apoio que atuam na educação inclusiva, a fim de instrumentalizá-los sobre o atendimento aos estudantes da Educação Especial;

4.18) oferecer transporte escolar acessível, conforme critérios estabelecidos e a legislação vigente, na faixa etária da educação escolar obrigatória para os estudantes da Educação Especial;

4.19) garantir a instalação e atualização de softwares adaptados à deficiência visual: Cego e Baixa Visão nas escolas do Município através do NTEM na Rede Pública Municipal, no Estado através Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE (CRE) e rede privada, onde tenham alunos com esta condição;

4.20) garantir na construção do Projeto Político Pedagógico - PPP, das escolas, metas para práticas pedagógicas e avaliação de aprendizagem dirigidas ao público alvo da Educação Especial;

4.21) garantir a identificação pelo professor da Educação Especial de alunos, com altas habilidades/superdotação, nas escolas públicas e privadas e priorizar a organização de atividades com vistas ao desenvolvimento dos potenciais destes e orientação aos professores e as famílias;

4.22) garantir a elaboração e a aprovação de políticas públicas para a qualificação profissional dos estudantes jovens e adultos, público alvo da Educação Especial, nos diferentes níveis de ensino, através de parcerias com instituições de Educação Profissional públicas e privadas, até segundo ano de vigência do PME;

4.23) garantir o financiamento público de instituições educacionais conveniadas, filantrópicas e sem fins lucrativos no sentido de manter atendimentos ao jovem e adulto, público alvo da Educação Especial, garantindo a continuidade de sua formação cidadã;

4.24) assegurar ao professor de Educação Especial, de no mínimo 20 horas, nas escolas da rede pública e privada, ampliando carga horária ou número de profissionais conforme demanda da instituição, garantindo o desenvolvimento de práticas em Educação Especial, por meio do ensino colaborativo e do atendimento educacional especializado;

4.25) fortalecer a parceria junto à Secretaria de Município de Saúde, priorizando o atendimento para as diversas especificidades dos estudantes, público alvo da Educação Especial na rede pública;

4.26) consolidar a equipe multidisciplinar do PRAEM - para atender os estudantes da rede pública municipal, com servidores do quadro funcional efetivo.

***Meta 5**: Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º ano do ensino fundamental.*

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 802
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

Estratégias

5.1) promover, em caráter permanente, a partir do primeiro ano de vigência do PME, formação continuada articulada, dentro da carga horária semanal no seu turno de trabalho, entre os professores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental da rede pública municipal, a qual poderá ser realizada em colaboração com as IES;

5.2) promover pela mantenedora em parceria com as IES, formação continuada na área da alfabetização, envolvendo práticas pedagógicas inovadoras que atenda as necessidades locais e a demanda de cada realidade educacional;

5.3) construir e efetivar na escola, sob a coordenação da mantenedora, um plano de ação voltado para os estudantes que apresentam baixo rendimento no bloco pedagógico (1º ao 3º ano) a partir do diagnóstico realizado com base nos instrumentos de avaliação internos e externos;

5.4) aplicar os instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, considerando a realidade sócio econômico cultural de cada comunidade escolar para o desenvolvimento de estratégias com objetivo da melhoria da qualidade da educação;

5.5) garantir, até o quinto ano de vigência deste PME, através das mantenedoras, equipe multiprofissional para apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.6) garantir no primeiro ano de vigência do PME, ao professor docente do bloco pedagógico (1º ao 3º ano), a gratificação de 20% (vinte por cento) de professor alfabetizador; e

5.7) fortalecer as ações do NTEM no assessoramento e orientação do trabalho pedagógica desenvolvido nas escolas na área das tecnologias de informações e comunicação.

***Meta 6**: Ampliar a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica, até o ano de 2024, de acordo com a meta nacional, em regime de colaboração com o Estado, resguardadas as responsabilidades, previstas na Lei Federal nº 9394/96.*

Estratégias

6.1) elaborar um plano estratégico, até o segundo ano de vigência deste PME, em regime colaboração entre a 8ª CRE e SMED, para reorganização da oferta de Ensino Fundamental na rede pública visando a ampliação de escolas de tempo integral no Ensino Fundamental e Educação Infantil;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 803
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

6.2) expandir a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica em parceria com instituições públicas e entidades privadas de serviço social;

6.3) garantir condições físicas, financeiras e pedagógicas para a implementação de propostas inovadoras para o atendimento de estudantes em escola de tempo integral, a ser implementada gradativamente na rede pública; e

6.4) implementar ações de Educação Fiscal que possibilitem a construção da consciência cidadã em torno do papel social dos tributos, dos bens e orçamentos públicos; informando, à sociedade, os efeitos lesivos da corrupção, da sonegação fiscal e da má gestão dos recursos públicos.

Meta 7*: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir em Santa Maria, no mínimo, as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio, até o ano de 2021, em regime de colaboração com os entes federados, resguardadas as responsabilidades, conforme Lei Federal nº 9394/96.*

Estratégias

7.1) articular, em regime de colaboração entre a rede pública municipal e estadual, no prazo de três anos de vigência deste PME, proposta de organização curricular que contemple os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme as políticas públicas nacionais para esta etapa;

7.2) promover a formação continuada para professores da rede pública municipal e estadual e/ou privada, em parceira com as IES públicas e privadas;

7.3) incentivar processo contínuo de autoavaliação das escolas de ensino Fundamental e Médio da rede pública e privada, por meio da análise dos resultados das avaliações externas a ser realizado pelas escolas com assessoramento da mantenedora, a fim de orientar as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de plano de ação, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos professores e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4) garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação da rede pública que necessitarem, conforme critérios estabelecidos e a legislação vigente, na faixa etária da educação escolar obrigatória;

7.5) universalizar, até o quinto ano de vigência do PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e ampliar, até o final da década, a relação computador/aluno(a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, resguardadas as responsabilidades;

7.6) informatizar, até o terceiro ano de vigência deste PME, a gestão das escolas públicas e de suas respectivas mantenedoras, bem como manter capacitação atualizada, conforme a necessidade, resguardadas as responsabilidades de cada mantenedora;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

7.7) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, programas de combate à violência na escola, a fim de promover a construção da cultura de paz, em regime de colaboração entre os entes federados, instituições da rede privada e demais Órgãos Públicos;

7.8) garantir, junto aos Órgãos responsáveis pelas áreas da saúde, assistência social e da educação, bem como em parceria com as IES públicas e/ou privadas o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.9) garantir, um plano de ação com propostas efetivas voltadas para a saúde integral dos profissionais da área da educação a ser desenvolvido em colaboração entre as mantenedoras; e

7.10) estimular, a melhoria do desempenho das escolas no Ideb, conforme Lei Municipal nº 5341/10 e a Lei Municipal nº 5610/12.

***Meta 8**: Contribuir para a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste PME, resguardadas as responsabilidades de cada ente federado, conforme legislação vigente.*

Estratégias

8.1) ampliar, qualificar e reorganizar a oferta da modalidade de EJA na rede pública - Ensino Fundamental e Ensino Médio - para os segmentos populacionais considerados, em colaboração com o Estado e as IES públicas e/ou privadas, resguardadas as responsabilidades;

8.2) ofertar cursos de EJA, Ensino Fundamental e Ensino Médio nos turnos diurnos, resguardadas as responsabilidades;

8.3) implantar um sistema de avaliação (análise qualitativa) dos conhecimentos trabalhados pelos cursos de EJA nos diferentes sistemas de ensino;

8.4) promover busca ativa de jovens fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, em regime de colaboração entre os entes federados e demais Órgãos Públicos; e

8.5) desenvolver programas de formação continuada dos professores para EJA e para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de EJA - Proeja.

***Meta 9**: Contribuir para elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, em regime de colaboração com os entes federados, resguardadas as responsabilidades.*

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 805
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

Estratégias

9.1) manter, em regime de colaboração com os entes federados, a oferta gratuita da EJA a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Ensino Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na modalidade e ampliar progressivamente a oferta de vagas, resguardadas as responsabilidades;

9.3) oferecer alfabetização de jovens e adultos, nas escolas da rede pública de acordo com a necessidade explicitada pela demanda manifesta;

9.4) realizar chamadas públicas regulares, para estudantes da modalidade de EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.5) qualificar a EJA através do desenvolvimento de propostas pedagógicas inovadoras que contemplem o Ensino Profissionalizante.

***Meta 10**: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional, em regime de colaboração entre os entes federados, resguardadas as responsabilidades, até o final da vigência do PME.*

Estratégias

10.1) organizar o cadastro das instituições, públicas e privadas, dos cursos e das matrículas de Educação Profissional técnica de Nível Médio do Município de Santa Maria;

10.2) estabelecer central de informações por meio virtual, contemplando recursos humanos, vagas e empregos, estágios, ofertas de cursos profissionais, matrículas, seminários, oficinas e cursos de capacitação, que relacionem as novas tecnologias e as novas profissões;

10.3) garantir, através de pesquisa sócio-produtiva no Município o atendimento das necessidades e demandas de Educação Profissional de Nível Fundamental (FIC), Técnico de Nível Médio, de nível tecnológico, de graduação e de pós-graduação do Município de Santa Maria;

10.4) articular a modalidade de Educação Profissional com a modalidade de oferta de EJA de forma a contribuir para o cumprimento da meta nacional, até o final da vigência do PNE, em regime de colaboração, resguardadas as responsabilidades dos entes federados;

10.5) criar o conselho dos dirigentes das escolas de Educação Profissional de Santa Maria, com função consultiva e colaborativa, junto às instituições que atendam a Educação Profissional do Município, até o segundo ano de vigência deste PME;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 806
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

10.6) promover a integração da Educação Profissional com entidades profissionais e empresariais, considerando os arranjos produtivos locais, nas áreas de serviços, indústria, comércio e produção agropecuária;

10.7) estabelecer proposta de planejamento conjunto entre as instituições, comunidade e entes federados para a expansão da Educação Profissional, com vistas ao alcance de até 50% (cinqüenta por cento) do percentual previsto nas metas 10 e 11 do PNE, nos próximos 5 anos, e 100% (cem por cento) em 10 anos a contar da aprovação deste PME;

10.8) promover avaliações bianuais para o acompanhamento das ações e verificação do cumprimento das metas deste PME, garantindo a participação dos diversos setores da sociedade; e

10.9) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e/ou baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA articulada à Educação Profissional em regime de colaboração entre os entes federados, resguardadas as responsabilidades, conforme a legislação vigente.

***Meta 11**: Acompanhar a ampliação, prevista na meta nacional de triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público, resguardadas as responsabilidades dos entes federados, conforme legislação vigente.*

Estratégias

11.1) apoiar a expansão das matrículas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e as Escolas técnicas vinculadas, sua articulação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) expandir a oferta de Educação Profissional de Nível Fundamental e Técnica de Nível Médio nas redes públicas estadual e municipal de ensino, resguardadas as responsabilidades;

11.3) priorizar ações que garantam o crescimento da oferta de Educação Profissional na modalidade integrada ao Ensino Fundamental e Ensino Médio;

11.4) prospectar e captar o financiamento público e privado para a Educação Profissional e Tecnológica no âmbito do Município de Santa Maria de forma a permitir o alcance das metas do PNE no Município, resguardadas as responsabilidades; e

11.5) fomentar temáticas transversais nos currículos, na formação de estudantes e profissionais da educação, na Educação Profissional, EJA e Ensino Médio, tais como: Educação Fiscal, Educação Ambiental e outras.

***Meta 12**: Acompanhar a implementação da meta nacional de elevação da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e*

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 807
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público, resguardadas as responsabilidades dos entes federados, conforme a legislação vigente.

Estratégias

12.1) acompanhar a ampliação da taxa de matrículas no Ensino Superior, a ser realizada em colaboração entre as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, conforme responsabilidade expressa na legislação vigente, de modo a atender a formação inicial e continuada de professores na área de atuação, de acordo com as necessidades e demandas da rede pública, bem como dos demais munícipes;

12.2) garantir parcerias com as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas quanto à implementação de programas educacionais relacionados à formação inicial e continuada de professores, visando a melhoria da qualidade da Educação Básica;

12.3) apoiar estudos e pesquisas realizados pelas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades educacionais, econômicas, sociais e culturais do Município;

12.4) fomentar que as temáticas da Educação Fiscal contemplem a formação e a atuação de estudantes e profissionais de educação.

***Meta 13**: Acompanhar a implementação da meta nacional de elevação da qualidade do Ensino Superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores, resguardadas as responsabilidades dos entes federados, conforme legislação vigente.*

Estratégias

13.1) apoiar a promoção da melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, considerando a meta nacional de elevação da qualidade do Ensino Superior e da ampliação da proporção de mestres e doutores;

13.2) acompanhar e participar dos processos de pesquisa institucionalizada desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, considerando a articulação entre graduação e pós-graduação stricto sensu e lato sensu;

13.3) fomentar a cooperação entre Educação Básica e Ensino Superior e respectivos sistemas de ensino, promovendo o estreitamento das relações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a fim de qualificar a formação e a atuação dos profissionais da educação.

***Meta 14**: Acompanhar as instituições de Ensino Superior públicas e privadas da região quanto à elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu e lato sensu.*

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 808
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

Estratégias

14.1) garantir, a possibilidade de participação em cursos de pós-graduação stricto sensu vinculados a área da educação, a pelo menos 20% (vinte por cento) dos professores da rede pública municipal, até o último ano de vigência deste PME; e

14.2) elevar a qualidade da Educação Básica ampliando a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício na rede municipal de ensino, a partir de parcerias e convênios com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

Meta 15*: Garantir, a contar da data de aprovação deste PME, que todos os professores e as professoras da rede pública de Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, visando a melhoria da qualidade da educação.*

Estratégias

15.1) garantir, a contar da data de aprovação do PME, que os editais dos concursos públicos para ingresso no magistério público municipal, contemplem exigência de formação específica obtida em curso de licenciatura de nível superior de acordo com Plano de Carreira Municipal.

Meta 16*: Investir na formação, em nível de pós-graduação, garantindo que 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, resguardadas as responsabilidades dos entes federados e das mantenedoras, até o último ano de vigência deste PME, proporcionando a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, responsabilidades e demandas dos sistemas de ensino.*

Estratégias

16.1) construir no prazo de um ano a partir da aprovação do PME, em regime de colaboração com os demais entes federados, um diagnóstico para dimensionar a necessidade por formação continuada e a demanda por formação em nível de pós-graduação dos professores da rede pública de Santa Maria;

16.2) fomentar, em parceria com as instituições de Ensino Superior públicas e privadas, a criação de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais pedagógicos e de pesquisa suplementar, inclusive aqueles com formato acessível; e

16.3) estabelecer convênios com instituições de Ensino Superior públicas e/ou privadas para oferta de bolsas de estudos em nível de pós-graduação, para os professores da educação básica da rede pública municipal.

Meta 17*: Investir na valorização dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino de forma a equiparar seu rendimento ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, com garantia de apoio financeiro da União, gradativamente até o sexto ano de vigência deste PME.*

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 809
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

Estratégias

17.1) incluir no Plano de Carreira do Magistério Municipal a gratificação para os professores que possuírem doutorado em sua área de atuação sem alterar as conquistas já consolidadas no âmbito da titulação;

17.2) garantir a implementação de políticas públicas de valorização dos profissionais do magistério, assegurando: o piso salarial nacional profissional, aplicando a atualização da remuneração no primeiro nível do Plano de Carreira Municipal, tendo como data base o mês de janeiro de cada ano; um terço da carga horária para horas-atividades; apoio pedagógico; equipe multidisciplinar e tudo o que venha a repercutir em melhores condições de trabalho, gradativamente até o final do primeiro triênio da vigência do PME;

17.3) ampliar as vagas de licenças remuneradas e incentivo para a qualificação profissional em nível de pós-graduação, para os professores da rede pública, conforme a demanda;

17.4) garantir licença maternidade de 180 dias para as servidoras municipais no primeiro ano de vigência deste PME, através de lei que prorrogue por mais 60 dias a licença já concedida;

17.5) consolidar o ingresso e a constituição do quadro permanente de professores municipais, através de Concurso Público, desde que não tenha suplementação em vaga, considerando os casos específicos em Lei;

17.6) informatizar 100% (cem por cento) os dados referentes à vida funcional dos profissionais da rede pública de ensino de Santa Maria, até o 5º ano de vigência deste PME; e

17.7) garantir aos representantes sindicais das escolas públicas e/ou privadas, a liberação para participar das reuniões do Sindicato de sua categoria e dentro da sua carga horária.

Meta 18: *Assegurar e garantir a manutenção dos Planos de Carreira dos profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os Sistemas de Ensino, considerando os termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.*

Estratégias

18.1) promover discussões acerca do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, no âmbito da rede pública municipal, em todos os espaços escolares e com entidades representativas da classe dos trabalhadores em educação, com vistas a regulamentar, garantir, implementar e ampliar direitos já consolidados e de acordo com a legislação vigente, até o 3º ano de vigência deste PME.

Meta 19: *Assegurar condições, sob responsabilidade do Sistema Municipal de Ensino, no prazo de dois anos a contar da aprovação deste Plano, para a efetivação da gestão democrática da educação pública e do regime de colaboração, através do fortalecimento de conselhos de participação e controle social, e da gestão democrática escolar, considerando três pilares, no âmbito das escolas públicas: conselhos escolares, descentralização de*

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 810
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

recursos e progressivos mecanismos de autonomia financeira e administrativa e provimento democrático da função de gestor; prevendo recursos e apoio técnico da União, bem como recursos próprios da esfera estadual e municipal.

Estratégias

19.1) desenvolver políticas sistemáticas, com oferta anual, de formação de gestores escolares a fim de qualificar sua atuação na dimensão político-pedagógica, administrativa e financeira da instituição, através de regime de colaboração e ações próprias de cada ente federado;

19.2) revisar e adequar a Lei Municipal nº 4740/03 e suas alterações que tratam da Gestão Escolar Democrática das escolas da rede pública municipal, observando o estabelecido na legislação nacional vigente e pertinente, até primeiro triênio de vigência deste Plano;

19.3) acompanhar a implementação de programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação Básica - Fundeb, do Conselho de Alimentação Escolar, dos conselhos regionais e demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas educacionais;

19.4) fortalecer o Fórum Municipal de Educação constituindo-o em caráter permanente, com a função de mediar as conferências municipais e efetuar o acompanhamento da execução deste PME;

19.5) consolidar as funções pedagógica, administrativa e financeira dos Conselhos Escolares Municipais enquanto órgão de participação, deliberação, avaliação e fiscalização na gestão escolar, garantindo-lhes formação e os meios necessários para avaliar, acompanhar e fiscalizar as políticas educacionais do Município, assegurando-lhes condições de funcionamento autônomo;

19.6) garantir a realização de processos participativos de (re)construção dos Projetos Político Pedagógicos das instituições escolares e seus respectivos regimentos, considerando a envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar;

19.7) garantir os processos de autonomia da gestão administrativa, financeira e pedagógica nas instituições de ensino da Rede Pública Municipal, conforme legislação vigente; e

19.8) fortalecer o Conselho Municipal de Educação, garantindo a esse colegiado recursos financeiros, espaço físico adequado, quadro de recursos humanos disponível, equipamentos e meios de transporte para verificações à rede escolar, com vistas ao desempenho de suas funções, assegurando no mínimo 20 horas semanais de dedicação exclusiva, no caso de servidor público municipal e 40 horas semanais se, além da Presidência, o Conselho acumular a função de Coordenador Regional ou membro da Diretoria da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME-RS.

***Meta 20**: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da meta nacional que prevê a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de*

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 811
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias

20.1) adequar a legislação municipal de modo a garantir o recebimento de recursos públicos previsto no PNE, Lei Federal nº 13.005/14;

20.2) implementar ações de Educação Fiscal que possibilitem a construção da consciência cidadã em torno do papel social dos tributos, dos bens e orçamentos públicos; informando à sociedade os efeitos lesivos da corrupção, da sonegação fiscal e da má gestão dos recursos públicos;

20.3) receber e gestar os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da Lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 da Constituição Federal;

20.4) utilizar os indicadores provenientes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP referentes a estudos e acompanhamentos regulares dos investimentos e custos por aluno da Educação Básica pública, entre outros, com a finalidade de rearticulação do planejamento, execução de ações e avaliação em todas as etapas e modalidades, subjacentes à Educação Infantil e Ensino Fundamental;

20.5) apoiar e considerar a implementação do Custo Aluno Qualidade - CAQ, mediante todos os recursos repassados ao Município como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da Educação Básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.6) acompanhar a definição dos indicadores do CAQ, no prazo de 3 anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

20.7) acompanhar e contribuir para a regulamentação e o cumprimento do Parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais; e

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

20.8) caberá à União, na forma da Lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQ e, posteriormente, do CAQ.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C0C.C0C3.1BB1.4FEA.4C14.

Página 812
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4160621
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE650

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160622

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE651

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

DECLARAÇÃO

Na figura de Secretário de Município da Saúde da cidade de Santa Maria-RS, DECLARO para os devidos fins que, conforme vaticina a PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 1, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017. (Art. 99, § 3º: O Relatório de Gestão deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo, por meio do DIGISUS. Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 3º) a análise e Parecer Conclusivo do Conselho Municipal de Saúde-CMS detém o prazo final para 30/03/2022.

Ana Paula Seeri
Sec. Adj. de Saúde
Port. nº 1210/SMG/2020

Secretaria Municipal de Saúde
Av. Medianeira, nº 355 · Nossa Senhora Medianeira · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7095 · E-mail: saude@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB35.42BE.6AD4.A1F3.0C43.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

RELATÓRIO E PARECER DE ACOMPANHAMENTO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NO EXERCÍCIO DE 2021.

Acompanhamos os trabalhos dos órgãos que integram o sistema de controle interno do Município de Santa Maria - RS, cabendo destacar que:

(a) a responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição Federal, Arts. 31, 74 e Lei Municipal nº 5849, de 28 de fevereiro de 2014;

(b) a responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no Município. Em particular ressalta-se o Gestor da Saúde no que tange aos recursos administrados por este, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º;

(c) a responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, bem como a análise dos controles instituídos.

Acompanhamos os trabalhos da Secretaria da Saúde, no exercício financeiro de 2021, sendo que os trabalhos da Unidade Central de Controle Interno buscaram o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Orientar o pessoal administrativo da saúde, em trabalhos desenvolvidos durante o período.

- Contato com os servidores da Secretaria, no sentido de prestar orientações e ressaltar a importância de instituição de controles formais.

- Acompanhar o levantamento bimestral do percentual de aplicação na saúde.

- Acompanhar a execução e prestação de contas de recursos utilizados sob o regime de adiantamento.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.ABAC.0662.5DF2.03E2.BA5C.

Página 815
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4160620
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE64F

Além disso, o Quadro a seguir evidencia o desempenho de cada receita proveniente de impostos no ano de 2021, bem como a parcela da receita destinada à saúde.

IMPOSTOS	ORÇADO	RECEITA	15% SAÚDE
FPM	71.336.000,00	95.360.044,24	14.304.006,64
ICMS – DESONERAÇÃO	0,00	0,00	0,00
ICMS	108.100.000,00	136.851.113,18	20.527.666,98
IPI – EXPORTAÇÃO	1.587.000,00	1.475.537,30	221.330,60
IPTU*	49.654.000,00	57.867.884,82	8.680.182,72
ITBI*	20.606.100,00	33.517.378,66	5.027.606,80
ISS*	78.592.100,00	84.560.457,29	12.684.068,59
IRRF	45.575.000,00	42.685.734,09	6.402.860,11
ITR	1.037.000,00	1.249.511,73	187.426,76
IPVA	44.961.000,00	53.585.961,02	8.037.894,15
TOTAL	**421.448.200,00**	**507.153.622,33**	**76.073.043,35**

*Incluído multas, juros de mora e dívida ativa.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R$) (Liquidado)
2118	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	5.830,77
2112	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMS	2.713.248,43
1013	Modernização da Rede Básica de Saúde	1.136.401,65
2113	Manutenção dos Serviços Básicos de Saúde	63.932.723,64
2114	Manutenção da Saúde Bucal	240.720,40
2119	Aquisição de Medicamentos	350.703,41
1022	Modernização da rede de Atenção Especializada	92.000,00
2115	Manutenção dos Atendimentos de Urgência e Emergência	11.255.936,11
2126	Manut. das Ações de Saúde de Média Complexidade	3.080.166,65
2116	Manutenção dos Serviços Terapêuticos dos CAPS	2.234.919,15
2117	Manutenção da Vigilância Sanitária Municipal	3.335.588,46
2120	Incent. e Manut. dos Agentes Comunitários de Saúde	3.307.854,60
	Restos Liquidados de Exercícios Anteriores	146.440,57
	Total	**91.832.533,84**

No que diz respeito aos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, no exercício em análise foram gastos R$ 91.832.533,84 (noventa e um milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos). Deste valor, deve ser reduzido o valor de R$ 544.580,94 (quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos), proveniente de dispêndio com o Consórcio Intermunicipal de saúde e rendimentos de aplicações financeiras, perfazendo um líquido de R$ 91.287.952,90 (noventa e um milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos). Comparando-se esses gastos com a receita resultante de impostos, que foi de R$ 507.153.622,33

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.ABAC.0662.5DF2.03E2.BA5C.

Página 816
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4160620
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE64F

(quinhentos e sete milhões, cento e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) atingiu-se o percentual de 18,00% aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.

Conforme o artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012, o qual define: *"Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal."* entendemos que, tendo em vista o trabalho realizado no município em 2021, a aplicação do percentual mínimo nas ações e serviços públicos de saúde está devidamente regular.

Santa Maria, 25 de março de 2022.

Camila Faccin Moro
Matr. 14.748-6
Contadora CRC/RS 87.171

Clairton Rodrigues da Motta
Matr. 12.512-1
Superintendente de Controle Interno

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.ABAC.0662.5DF2.03E2.BA5C.

Página
817

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4160624

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE653

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE

2018 - 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página
818
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
2
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

PREFEITO MUNICIPAL
Jorge Cladistone Pozzobom

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Benildes Maria Mazzorani

SECRETÁRIO DE MUNICÍPIO DA SAÚDE
Liliane de Mello Duarte

SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE
Eliane Scortegagna Socal

SUPERINTENDENTE DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Vanessa Martins

SUPERINTENDENTE DA ATENÇÃO BÁSICA
Maria Suzana dos Santos Lopes

SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Heverton Pedrozo Prates

SUPERINTENDENTE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Alexandre Streb

Versão final
Julho/2018

Revisado
Novembro/2020

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página
819
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
3
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

EXECUTORES:

Ana Paula Seerig
Nutricionista, RT Política de Alimentação e Nutrição e integrante da Assessoria de Gestão, Projetos e Planejamento

Adriana de Castro Rodrigues Krum
Enfermeira, Vigilância em Saúde

Carlos Flávio B. da Silva
Médico Veterinário, Vigilância Ambiental

Márcia Dias Vianna
Enfermeira da Atenção Básica

Maria Suzana dos Santos Lopes
Médica, Superintendente da Atenção Primária

Maria das Graças Serafini
Agente Administrativo da Assessoria de Gestão, Projetos e Planejamento

COLABORADORES:

Adriana de Castro Rodrigues Krum
Alana Favaretto
Alexandre M. Streb
Ana Lúcia Dolto
Ana Lúcia Lang Motta
Ana Maria Chagas
Ana Paula Seerig
Andréa S. Lenz
Andrieli Berger da Rosa
Benildes Mazzoani
Carla da Rocha Sartori Sendtko
Carlos Flávio B. da Silva
Claudia M. Dias
Cláudia P. M. Melo
Cleci Maria Cardoso
Cledison Marcio Difante
Christian Lacorte
Cristiana Schuch
Daniela Hoffmann
Daniela Kinalski
Daniela Pires Santos

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página
820
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
4
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

Denise Miranda Conterato
Denise Carvalho Dorneles
Douglas B. Erthal
Elaine Christo
Eliane Scortegagna Socal
Estefania Riehs
Fabiane Debastiani
Fábio Mello
Flávia E. R. Gepiale
Heloisa N. Lorentz
Heloisa Smaniotto
Heverton Prates
Ieda Lopes
Ingridt Kipper Amaraim
Jucelaine A. Birrer
Juliana Calomé
Jorge Cladistone Pozzobom
Karla Maldonado
Kátia Regina da Costa Lazzarin
Leandro Gonçalves
Louise B. Quatrin
Luciana Molino da Rocha
Luciane Silva ramos
Márcia Dias Vianna
Marcio Konzen
Marcos Antônio de Oliveira Lobato
Maria das Graças Nascimento Serafini
Maria Suzana dos Santos Lopes
Mariana Cunha Fontana
Marlice C. Druca
Marta Elisa Azevedo Rodrigues
Mônica Rosa Zeni
Pâmela Kurtz Cezar
Patricia Bueno
Patrícia Campagnol
Paula Fernanda Jardim
Ramiro Guimarães
Reimar Baptistella do Nascimento
Ricardo de Souza Heinzelmann
Rivaldo Faria
Salete Zago de Barros
Salete Scaramussa
Sandra Hertz
Sharon da Silva Martins
Tatiana Abelin Batistela
Thiago Alves
Vanessa P. Martins
Vera L. Vasconcellos Da Cas

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 821
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Vergínia B. Marconatto

SUMÁRIO

1. Análise Situacional----------12

1.1. Descrição do Município ----------12
1.1.1. Aspectos Históricos ----------12
1.1.2. Aspectos Geográficos ----------14

1.2. Necessidades de saúde da População ----------15
1.2.1. Perfil Demográfico ----------15
1.2.2. Determinantes e Condicionantes ----------18
1.2.2.1. Economia ----------18
1.2.2.2. Água ----------19
1.2.2.3. Esgotamento Sanitário ----------19
1.2.2.4. Resíduos Sólidos ----------20
1.2.2.5. Mobilidade Urbana ----------21
1.2.2.6. Renda ----------22
1.2.3. Perfil Epidemiológico ----------23
1.2.3.1. Nascimento ----------23
1.2.3.2. Morbidade ----------27
1.2.3.3. Mortalidade ----------31

1.3. Capacidade Instalada x Oferta e cobertura de Ações e Serviços ----------37
1.3.1. Serviços de Saúde ----------37
1.3.2. Rede de Atenção à Saúde ----------40
1.3.2.1. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ----------41
1.3.2.2. Rede Cegonha ----------43
1.3.2.3. Rede de Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência ----------49
1.3.2.4. Rede de Atenção à Saúde de Doenças e Agravos não-transmissíveis (DANTs) ----------4
1.3.2.5. Rede de Urgência e Emergência (RUE) ----------52

1.4. Gestão em Saúde ----------55
1.4.1. Dados de produção ----------55
1.4.2. Estrutura organizacional e Recursos Humanos ----------57
1.4.3. Financiamento do SUS ---------- ---- 60
1.4.4. Participação Social ---------- 62
1.4.5. Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPeS) ---------- 63
1.4.6. Planificação da Atenção Primária à Saúde----------67
1.4.7. Territorialização da Atenção Primária à Saúde----------69

1.5. Superintendência de Vigilância em Saúde ----------73

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

1.5.1. Vigilância Sanitária ----------73
1.5.2. Vigilância Epidemiológica/Imunizações ----------74
1.5.3. Vigilância Ambiental ----------76
1.5.4. Vigilância em Saúde do Trabalhador ----------78

2. Eixos, Diretrizes, Metas e Indicadores----------80

2.1. Eixo Norteador I – Redes de Atenção à Saúde ----------80
2.2. Eixo Norteador II – Gestão em Saúde ----------88
2.3. Eixo Norteador III – Educação em Saúde ---------- 91
2.4. Eixo Norteador IV – Transversalidade da Vigilância em Saúde ---------- 93
2.5. Eixo Norteador V – Controle Social ---------- 96

3. Monitoramento e Avaliação ----------98
4. Anexo ----------99

Página
822

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
6

Peça
4160624

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página
823
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
7
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Representação da Primeira Igreja de Santa Maria

Figura 2 - Planta de Santa Maria/RS – 1861, elaborada por Otto Brinckmann.

Figura 3 - Mapa da Evolução Urbana em Santa Maria/RS – 1835 (em vermelho) sob malha atual do município (2014)

Figura 4 - Aspectos geográficos e demográficos do município de Santa Maria/RS.

Figura 5 - Localização do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.

Figura 6 - Total de nascidos por região administrativa perímetro urbano – 2016.

Figura 7 - Total de nascidos vivos por distrito/rural – 2016.

Figura 8 - Total e óbitos por região administrativa urbana – 2016.

Figura 9 - Total de óbitos por distrito – 2016.

Figura 10 - Causas de óbitos/capítulo CID 10 por bairros de Santa Maria – 2016.

Figura 11- Rede de Serviços Públicos Municipais.

Figura 12 - Fluxo para encaminhamento ao AGAR – HUSM.

Figura 13 – Plano de cuidados de gestante de alto risco.

Figura 14 - Organograma SMS

Figura 15 - Início dos trabalhos de territorialização.

Figura 16 - Proposta de Territorialização da APS no Município.

Figura 17 - Índice de privação social (IPS) da área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página
824
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
8
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de pessoas que viviam no município de Santa Maria em 2010 quanto ao sexo.

Gráfico 2 - Distribuição da população por distrito.

Gráfico 3 - Estrutura da população por idade.

Gráfico 4 - Distribuição da população referente a meio urbano e rural.

Gráfico 5 - Distribuição da população por idade e sexo.

Gráfico 6 - Série histórica do nascimento do município de Santa Maria, período 2011 a 2016

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 825
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população por distrito.

Tabela 2 - Informações sobre esgotamento sanitário em Santa Maria/ Camobi.

Tabela 3 - Rendimentos.

Tabela 4 - Total de nascidos por região administrativa perímetro urbano – 2016.

Tabela 5 - Total de nascidos vivos por distrito/rural – 2016.

Tabela 6 - Nº de nascidos Vivos, Proporção de Baixo Peso ao nascer e taxa de prematuridade, SM/RS.

Tabela 7 - Número de nascidos vivos relacionados com número de consultas e pré natal.

Tabela 8 - Proporção de parto vaginal e parto cesáreo.

Tabela 9 - Proporção de parto vaginal e parto cesáreo entre adolescentes de 10 a 19 anos.

Tabela 10 - Proporção de notificação do município de Santa Maria/RS de agravos ou doenças de notificação compulsória.

Tabela 11 - Taxa de internações da população residente em Santa Maria – RS por Capítulo da CID, 2011 a 2016.

Tabela 12 - Taxa de internações da população residente em Santa Maria – RS por faixa etária, 2011 a 2016.

Tabela 13 - Internações referentes a procedimentos clínicos as referências hospitalares com maior encaminhamento em Santa Maria

Tabela 14 - Internações referentes a procedimentos cirúrgicos às referências hospitalares com maior encaminhamento em Santa Maria.

Tabela 15 - Óbitos por capítulo da CID – 10, Santa Maria, 2011 a 2015.

Tabela 16 - Mortalidade proporcional por faixa etária e capitulo da CID 10. Santa Maria, 2015.

Tabela 17 - Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais Doenças Crônicas Não transmissíveis – DCNT, no período de 2011 à 2015.

Tabela 18 - Total e óbitos por região administrativa urbana – 2016.

Tabela 19 - Total de óbitos por distrito – 2016.

Tabela 20 - Proporção de população e serviços de saúde por região administrativa.

Tabela 21 - Relatório de Estabelecimentos de Saúde do Município de Santa Maria - RS

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Tabela 22 - Rede de Atenção Psicossocial do Município de Santa Maria/RS.

Tabela 23 - Indicador 23 SISPACTO.

Tabela 24 - Número de óbitos na faixa etária de 30 a 69 anos, por doenças crônicas não transmissíveis, conforme sexo referente ao 1ª quadrimestre de 2017.

Tabela 25 - número de notificações no município de Santa Maria – 2016

Tabela 26 - Recursos humanos SAMU SM/RS -2016.

Tabela 27 - Número de atendimentos e descrição de frota SAMU SM/RS – 2016.

Tabela 28 - Recursos humanos UPA 24hs e número de atendimentos SM/RS -2016.

Tabela 29 - Recursos humanos PAM e número de atendimentos SM/RS -2016.

Tabela 30 - Recursos humanos PAM e número de atendimentos SM/RS -2016.

Tabela 31 - relatório de produção da assistência.

Tabela 32 - número e cargos de trabalhadores da SMS.

Tabela 33 - Motivo da vacância de cargos.

Tabela 34 - Série histórica da Execução de Receita e Despesa 2012-2016.

Tabela 35 – VER TÍTULO

Tabela 36 - Programas de residências no município UFN.

Tabela 37 - Número de residentes por programa 2013 – 2016

Tabela 38 - Programas de residências no município UFSM.

Tabela 39 - Número de residentes por programa 2012 – 2016.

Tabela 40 - Estágios e aulas práticas

Página
826

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
10

Peça
4160624

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página
827
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
11
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria – RS apresenta o Plano Municipal de Saúde 2018-2021, que além de ser requisito legal, traduz as propostas da atual gestão e expressa as diretrizes, objetivos, metas e indicadores para o período de quatro anos, pois o planejamento efetivo permite qualificar o desempenho das ações em saúde. Garantir o atendimento integral das necessidades de saúde é cumprir um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, buscando o cuidado integral em saúde.

A construção do Plano contou com a participação dos trabalhadores dos serviços de saúde, além de representantes do Conselho Municipal de Saúde e de Instituições de Ensino Superior, e teve como norteador a Portaria Ministerial nº 2.135, de 25 de setembro de 2013.

Nos dias 18 e 25 de setembro de 2017 foram realizadas oficinas com a participação de 56 pessoas, representantes de gestores, trabalhadores da saúde, controle social e Instituições de Ensino Superior para discussão e elaboração de propostas. A comissão de elaboração do Plano avaliou todas as propostas apresentadas, sendo que algumas foram incluídas no presente documento e outras foram encaminhadas para as áreas técnicas para providências por se tratarem de fluxos de trabalho.

O capítulo um apresenta a Análise Situacional orientada pelos seguintes temas: descrição do Município (aspectos históricos e geográficos); necessidades de saúde da população, com dados do Perfil Epidemiológico e Demográfico, Determinantes e Condicionantes; Capacidade instalada e oferta de serviços, apresentando as Redes de Atenção à Saúde; recursos financeiros; gestão do trabalho e da educação na saúde. A partir dessa análise situacional foram definidos cinco eixos prioritários que serão acompanhados continuamente pelos Relatórios de Gestão: Redes de Atenção à Saúde; Gestão em Saúde; Educação em Saúde; Transversalidade da Vigilância em Saúde e Controle Social.

O capitulo dois contém os Eixos, Diretrizes, Metas e Indicadores de monitoramento, propostos a partir das necessidades evidenciadas na Análise Situacional em cada um dos cinco eixos definidos. Através da Programação Anual da Saúde (PAS), cada meta será criteriosamente traduzida em ações concretas que permitirão o aprimoramento dos serviços de saúde e sua constante avaliação. Por fim, o terceiro capítulo dispõe sobre o método de monitoramento e avaliação das ações propostas.

Sendo assim, o Plano Municipal de Saúde 2018 - 2021 traduz as aspirações do controle social na medida em que considera as diretrizes definidas pelos Conselhos e Conferências de Saúde, Conferência da Mulher e Conferência da Vigilância em Saúde, bem como o compromisso do Governo Municipal com a saúde da população em conformidade com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 828
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

1. ANÁLISE SITUACIONAL

1.1. DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1.1. Aspectos Históricos de Santa Maria

O Município de Santa Maria surgiu a partir do acampamento que foi construído em 1787 para abrigar as tropas portuguesas da 2ª Subdivisão Demarcadora de Limites, que tinha o comando do 2º Coronel Francisco Roscio e como astrônomo responsável Joaquim Félix da Fonseca.

A tropa era mista, contendo componentes espanhóis e portugueses que se formaram para a marcação do tratado de Santo Idelfonso (que começou a ser demarcado em 1784). Porém, divergências após passarem em Santa Maria dissolveram o grupo, fazendo a tropa portuguesa se dirigir de Santo Ângelo até o Arroio dos Ferreiros.

Joaquim Fonseca (que em algumas obras é citado com o sobrenome Manso), natural de Lisboa (Portugal), foi quem fundou o município, nas terras do Padre José Ambrósio de Freitas, permanecendo com a equipe de demarcação até 1801. A partir das cerca de duzentas pessoas que estavam na caravana, mais a população que veio de localidades vizinhas, somando aproximadamente quatrocentos habitantes, Santa Maria foi se erguendo com os ranchos, o oratório (Capela de Santa Maria) e as primeiras ruas: São Paulo (atual Acampamento) e Pacífica (atual Dr. Bozano).

A partir da chegada de rebanhos espanhóis com 7.700 animais de várias espécies em 1801, a atividade agropastoril passou a ser importante para a consolidação do vilarejo. Indígenas também ocuparam o acampamento em busca de melhores condições de vida. Estes indígenas, que já possuíam uma cultura miscigenada, também construíram seu oratório, a Igreja da Aldeia.

Figura 1- Representação da Primeira Igreja de Santa Maria.



Fonte: Arquivo Municipal de Santa Maria

Com a partida da 2ª Subdivisão, a população construiu um novo oratório no mesmo local da primeira Capela, sendo a filial do município de Cachoeira do Sul. Neste momento, o povoado já havia se ampliado, com novas ruas e moradias de melhor qualidade.

Em 1824, com a chegada dos imigrantes alemães, surgiram as primeiras lojas comerciais, juntamente com demais imigrantes de outras etnias, como polonesa,

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 829
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

italiana e portuguesa, que vieram contribuir para o desenvolvimento. Soldados alemães também passaram pela região com o 28º Batalhão de Estrangeiros, que tinha por objetivo proteger a fronteira com o Rio da Prata, na Guerra Cisplatina, sendo que, com o fim da guerra, fixaram moradia no município.

O distrito foi criado com a denominação de Santa Maria da Boca do Monte, pela Lei Provincial n.º 6, de 17/11/1837. Elevou-se à categoria de vila com a denominação de Santa Maria da Boca do Monte, pela Lei Provincial n.º 400, de 16/12/1857 (IBGE, 2014).

A emancipação político-administrativa aconteceu com a consolidação de um comércio forte, abertura de novas ruas e surgimento de praças, em 1858, sendo criado o novo município em 17 de maio do mesmo ano, com a criação da Câmara de Vereadores.

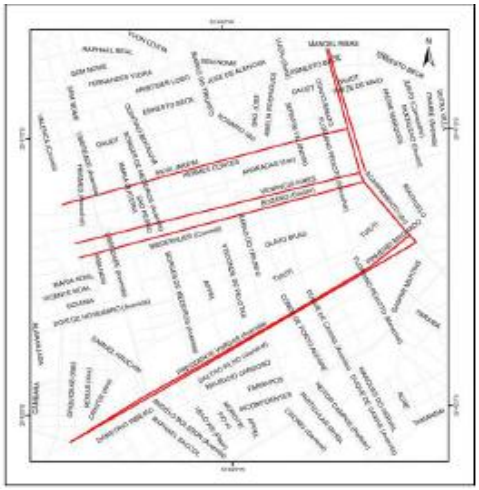
Porém, foi reconhecido apenas pela Lei Provincial n.º 1.013, de 06/04/1876.

Figura 2. Planta de Santa Maria/RS – 1861,elaborada por Otto Brinckmann.



Fonte: Belém (1989).

Figura 3 - Mapa da Evolução Urbana em Santa Maria/RS – 1835 (em vermelho) sob malha atual do município (2014)



Fonte: Instituto de Planejamento (2014).

1.1.2. Aspectos Geográficos

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 830
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Os limites do Município, conforme a Lei Municipal n.º 4.120/1997, são:

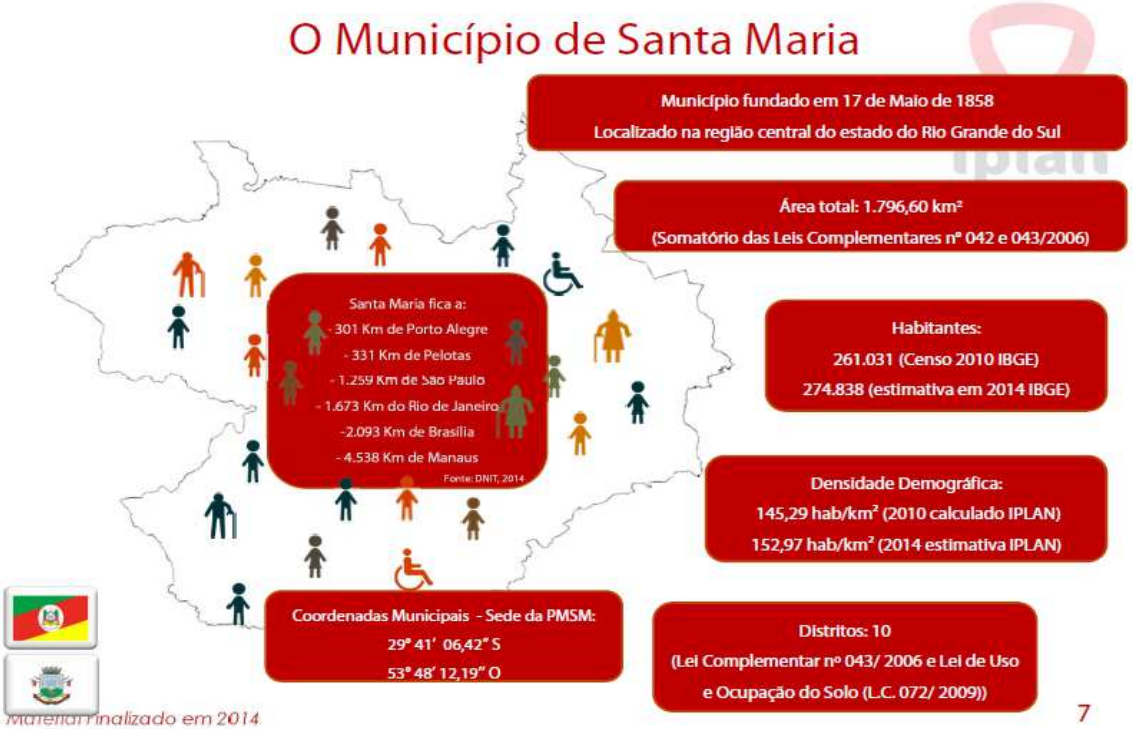
- Norte: Municípios de São Martinho da Serra, Itaara, Júlio de Castilhos e Silveira Martins;
- Leste: Municípios de Restinga Seca e Formigueiro;
- Sul: Municípios de São Gabriel, Formigueiro e São Sepé;
- Oeste: Municípios de Dilermando de Aguiar e São Pedro do Sul.

Área geográfica total: 1.774,83 km²
Área urbana: 121 Km² – Sede do município
Área rural: 1.653 Km²

Distritos (IBGE, 2010):

- São Valentim: 180,31km² - 565 hab
- Pains: 133,42 Km² - 4.146 hab
- Arroio Grande: 130,71 Km² - 2.702 hab
- Arroio do Só: 159,3 Km² - 944 hab
- Passo do Verde: 133,4 Km² - 531 hab
- Boca do Monte: 260,51 Km² - 2.941 hab
- Palma: 111,92 Km² - 856 hab
- Santa Flora: 508,54 Km² - 1.074 hab
- Santo Antão: 51,7 Km²- 807 hab

Figura 4 – Aspectos geográficos e demográficos do município de Santa Maria/RS.



Fonte: Instituto do Planejamento de Santa Maria - RS/ IPLAN -2014

Figura 5 – Localização do município de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 831
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653



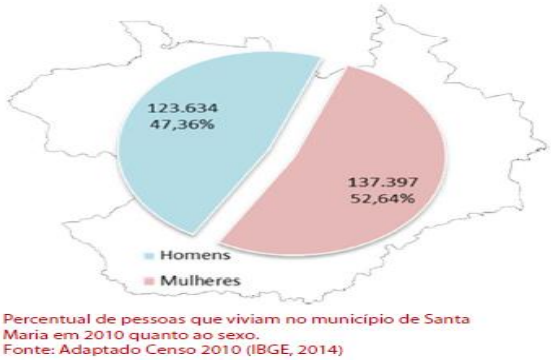
Fonte: Instituto do Planejamento de Santa Maria - RS/ IPLAN -2014

1.2 NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO

1.2.1. Perfil Demográfico

Como consequência do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil, a partir da década de 1960, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural no período 1960-1970. Hoje, Santa Maria possui 95,14% de seus habitantes na área urbana e 4,86% na área rural. Estes 5,58% equivalem a 14.566 habitantes. Sendo o distrito de Pains, o que possui mais moradores, 4.146, quando comparado aos demais distritos. No Brasil, a população rural, segundo IBGE, é de 15,64%, segundo censo de 2010.

Gráfico 1 – Percentual de pessoas que viviam no município de Santa Maria em 2010 quanto ao sexo.

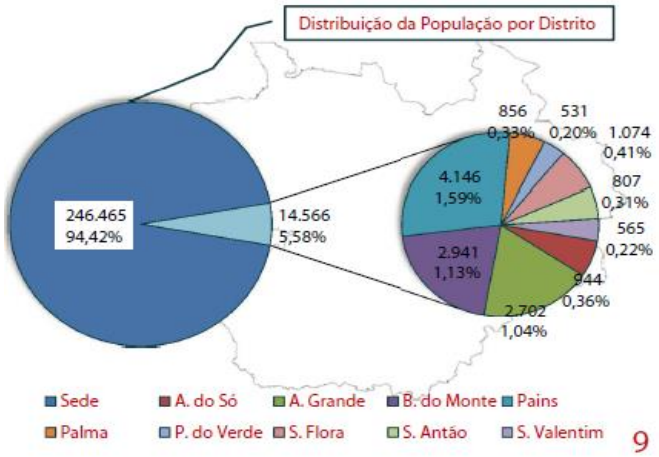


Fonte: Adaptado do Censo 2010 (IBGE, 2014).

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 832
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Gráfico 2 - Distribuição da população por distrito.



Fonte: Adaptado do Censo 2010 (IBGE, 2014).

Tabela 1 – Distribuição da população por distrito.

Número Distrito	Nome Distrito	Habitantes (2010)	Área (km²) Leis Complementares nº 042 e 043/2006
1	Sede	246.465	126,79
2	São Valentim	565	180,31
3	Pains	4.146	133,42
4	Arroio Grande	2.702	130,71
5	Arroio do Só	944	159,3
6	Passo do Verde	531	133,4
7	Boca do Monte	2.941	260,51
8	Palma	856	111,92
9	Santa Flora	1.074	508,54
10	Santo Antão	807	51,7

Fonte: Adaptado do Censo 2010 (IBGE, 2014).

De acordo com o censo de 2010, Santa Maria possui 52,64%, ou 137.397 mulheres, sendo 13.763 pessoas do sexo feminino a mais em nosso municipio.

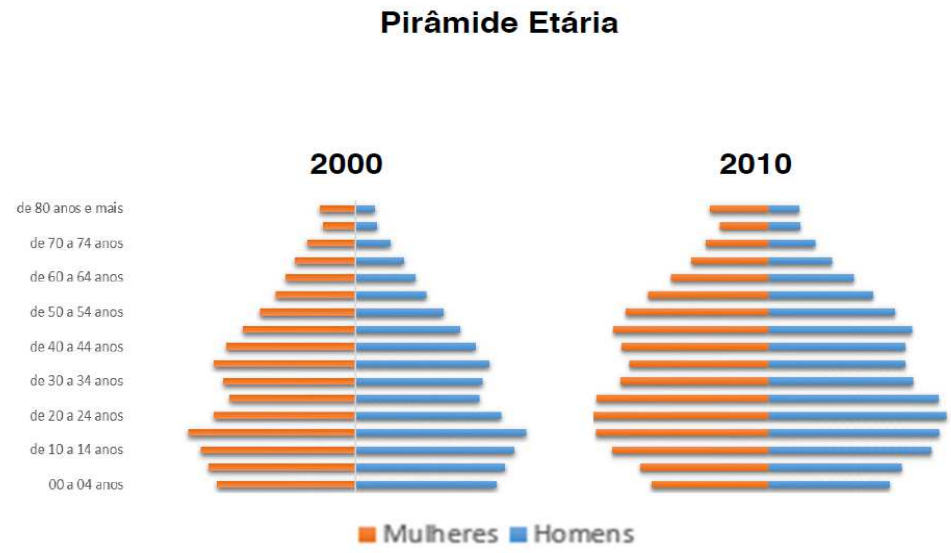
O Brasil passou a ter quase 4 milhões de mulheres a mais do que homens em dez anos, segundo dados do Censo Demográfico 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A relação entre os gêneros, segundo o estudo, é de 96 homens para cada 100 mulheres.

A cada censo isso vai ficando evidente, e é em função da mortalidade, pois apesar de nascerem mais homens, a mortalidade é superior a das mulheres ao longo da vida, no final, tem-se um contingente maior de mulheres. Nascem 105 homens a cada 100 mulheres, mas como eles estão mais vulneráveis a situações de violência, por exemplo, o número de mortes é maior. Além disso, as mulheres tendem a manter um cuidado maior com sua saúde, realizando exames e consultas com maior frequência.

Gráfico 3 – Estrutura da população por idade.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 833
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE).

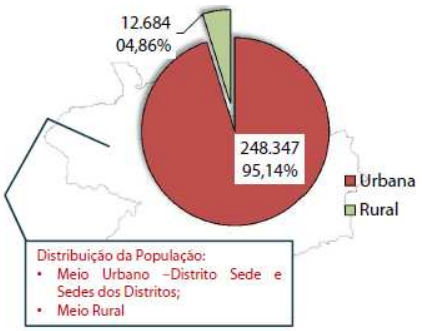
O gráfico acima mostra a estrutura da população por idades, onde as barras demonstram a proporção (%) desta população. Na sua metade esquerda, observa-se a população feminina e, à direita, a população masculina.

Santa Maria é habitada em sua maioria por jovens de 15 a 29 anos, conforme a análise visual de sua estrutura etária. A partir dos percentuais observados, o afunilamento do ápice corresponde ao número de idosos, que, nos últimos 10 anos, apresentaram aumento considerável, bem como no número de mulheres (a partir dos 65 anos), com relação à população masculina na mesma faixa de idade.

No Brasil, as mulheres são maioria da população e passaram a viver mais, têm tido menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias.

Conforme o IBGE, a expectativa de vida também aumentou. Enquanto em 1980 a mulher vivia, em média, até 65 anos, em 2010 a estimativa subiu para 77 anos de idade.

Gráfico 4 – Distribuição da população referente a meio urbano e rural.

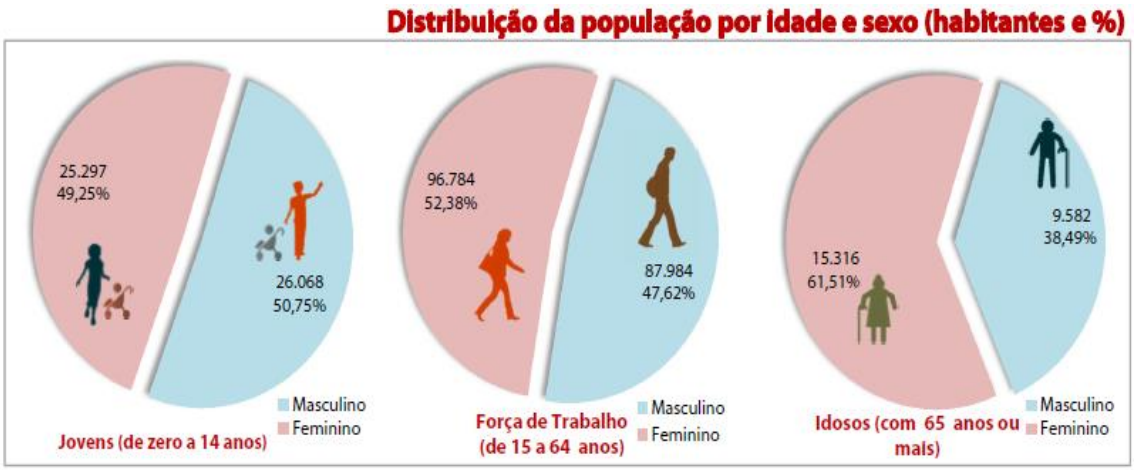


Fonte: Adaptado do Censo 2010 (IBGE, 2014).

Gráfico 5 – Distribuição da população por idade e sexo.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 834
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653



Fonte: Adaptado do Censo 2010 (IBGE, 2014).

O gráfico acima apresenta a distribuição da população em Santa Maria, por sexo, segundo os grupos de idade/sexo. O número de jovens do sexo masculino é maior em 1.5 % até os 14 anos. Após essa idade, há um crescimento no número de mulheres, no período dos 15 aos 64 anos, com uma diferença de 4,76% a mais em relação ao número de homens. Esta diferença continua aumentando, com o passar dos anos, sendo de 23,02% na faixa etária dos 65 anos ou mais.

Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE em 2013, indicam que viviam no Brasil 103,5 milhões de mulheres, o equivalente a 51,4% da população.

1.2.2. DETERMINANTES E CONDICIONANTES

1.2.2.1. Economia

A base econômica do município é representada essencialmente pelos serviços (setor terciário), respondendo por mais de 80% dos empregos da população economicamente ativa da cidade.

Os serviços públicos federais são constituídos pela Universidade Federal de Santa Maria, pelas Unidades Militares (Exército, Aeronáutica), por uma escola de formação militar e por 11 quartéis. Santa Maria constitui o segundo centro militar do Brasil, ficando atrás somente do Rio de Janeiro.

As instituições particulares de ensino, como a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), a Universidade Franciscana (UFN), a Faculdade Metodista (FAMES), as Faculdades Palotinas (FAPAS), a Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA) e a Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA), além de um grande número de escolas de Ensino Fundamental e Médio, contribuem de forma significativa pela economia do município. O comércio, intenso e variado, e o setor da saúde, no que se refere às especialidades e hospitais de referência da região, juntamente com o setor educacional, são responsáveis por um grande número de postos de trabalho. Por isso,

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 835
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

a cidade é considerada um centro prestador de serviços comerciais, educacionais, médico-hospitalar e militar, sendo também um ponto de cruzamento rodoviário (Federal e Estadual).

1.2.2.2. Água

Em conformidade com o COREDE Central (Conselho Regional de Desenvolvimento), o principal problema ligado à água na Região não diz respeito tanto à sua qualidade, mas sim à sua disponibilidade. A escassez hídrica é uma realidade em função da sua formação geológico-geomorfológica e da ocorrência de repetidos períodos de estiagens e secas nos últimos anos.

No que se refere à oferta e disponibilidade de água potável, segundo dados do IBGE de 2010, 91,44% estão contempladas pelo sistema público de abastecimento, um índice satisfatório. A água de Santa Maria é mensalmente avaliada por meio do VIGIÁGUA (Programa da Qualidade da Água), desenvolvido pela Vigilância Ambiental em Saúde do munícipio, onde são verificados os índices de potabilidade da Água, de acordo com a Portaria GM Nº 2.914, de 12/12/11.

Quando observado o percentual de domicílios/economias, que possuem banheiro sanitário, ou possuem um sistema alternativo de tratamento de esgoto sanitário, como fossas sépticas, o percentual atinge 84,26%.

1.2.2.3. Esgotamento Sanitário

O Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) é composto pelas infraestruturas, instalações e atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento no meio ambiente.

O sistema de coleta, tratamento e disposição final do esgoto sanitário em Santa Maria é operado pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN – através de Contrato de Concessão de Serviços firmado com a Prefeitura Municipal de Santa Maria no ano de 1996, com prazo de vigência de vinte anos. Na tabela abaixo temos um resumo das informações sobre esgotamento sanitário em Santa Maria fornecidas pela CORSAN, referentes ao ano de 2012. A Prefeitura e a CORSAN trabalham na renovação deste contrato.

Tabela 2 – Informações sobre esgotamento sanitário em Santa Maria/ Camobi.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 836
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Conceito	Santa Maria	Camobi	Total
Ligações domiciliares	21.607	520	22.127
Economias atendidas	51.035	663	51.698
Extensão da rede de esgoto (m)	236.595	--	236.595
População atendida (habitantes)	123.140	--	123.140
Taxa de atendimento (%)	49,32	--	49,32
Vazão média da ETE (l/s)	260	--	260

Fonte: Corsan, 2012.

Estação de Tratamento de Esgotos (ETE): Foi projetada em 1972, é do tipo Lodo Ativado com aeração prolongada e trata em média 260 L/s de esgotos sanitários. A ETE opera desde novembro de 1986 e atualmente atende às condições da Licença de Operação LO Nº 5756/2011-DL, de outubro de 2011. Segundo informações da CORSAN, o volume médio tratado nos últimos 12 meses pela ETE foi de 641.612 m³/mês.

De acordo com a CORSAN, se encontrava em fase de projeto a ampliação da rede coletora de esgotos da cidade para todo o Bairro Camobi e Pé de Plátano com nova ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) e mais 5 novas Estações de Bombeamento (EBEs); além da previsão de ampliação da rede de esgotos no Bairro Nossa Senhora de Lourdes com mais 4 EBEs. Com o término das obras de esgotos do PAC e a implantação de esgotos em Camobi, Pé de Plátano e Bairro N. Sra. de Lourdes o Sistema de esgotos de Santa Maria chegará a 70% da cidade.

Existe uma ETE (Estação de Tratamento de Esgotos) localizada na Vila Lorenzi onde a maior parte do esgoto é tratado, e vários minis ETE espalhadas pela cidade com tratamento do tipo fossa séptica e filtro anaeróbio conforme NBR 7229/1993.

1.2.2.4. Resíduos Sólidos

O Município de Santa Maria, até o momento, não possui uma Politica Municipal de Resíduos Sólidos, tal qual preconiza a Lei Federal Nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos, conforme registrado na página do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A PNRS, de acordo com o MMA, prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Em Santa Maria, de acordo com a Secretaria de Município de Meio Ambiente, são coletados em torno de 180 (cento e oitenta) toneladas de resíduos domiciliares/dia

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 837
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

e, destes, são processados pelas Associações de Recicladores em torno de 2,3% (dois vírgula três por cento)/dia.

Segundo informações preliminares da Secretaria de Município de Desenvolvimento Social (SMDS), no último censo, estão descritas como recicladores um total de 960 (novecentos e sessenta) pessoas.

Com base nisto, estão sendo realizados estudos no sentido de viabilizar a construção de um Centro de Triagem e Compostagem, com vistas a proporcionar a inclusão ao maior número de recicladores, condições dignas de trabalho em um ambiente, organizado e planejado, evitando a exposição às intempéries e os riscos de acidente de trânsito, seja pelo uso de Veículos de Tração Animal ou Humana. A busca pela eliminação do trabalho infantil, bem como dos riscos de acidentes de trabalho, constituem importantes estratégias na defesa da qualidade de vida deste extrato populacional.

1.2.2.5. Mobilidade Urbana

O Instituto do Planejamento de Santa Maria (IPLAN) disponibiliza, em sua página na web, uma síntese do Plano Diretor de Mobilidade Urbana (PDMU), sendo este um amplo projeto que visa transformar e melhorar o fluxo de pessoas e transporte nas vias urbanas de Santa Maria, de forma sustentável.

Linhas estratégicas básicas:

- Converter o pedestre no principal protagonista da mobilidade na cidade;
- Fomentar a utilização do transporte público;
- Empreender atuações que ajudem a melhorar a circulação de veículos na cidade;
- Favorecer outros meios de transporte alternativos: bicicleta;
- Organizar o espaço para o estacionamento em superfície, desestimulando uso indiscriminado do automóvel privado;
- Fazer da dissuasão e da prevenção a base da disciplina circulatória na cidade;
- Conseguir uma distribuição de mercancias ágil e uma carga e descarga ordenada;
- Melhorar a segurança viária;
- Conseguir uma mobilidade mais respeitosa com o meio ambiente;
- Fazer da formação e da informação as chaves para um melhor futuro.

Linhas estratégicas básicas específicas:

<u>Pedestres</u>

1. Melhorar as condições dos pedestres de forma geral na cidade, e de forma prioritária nas vias dos bairros da cidade em que há maior presença de pedestres e ao redor dos grandes centros atratores (zonas comerciais, hospitais, escolas...).

<u>Bicicletas</u>

2. Promover este meio de transporte para os deslocamentos da proximidade (3-5 km) e naqueles em que as condições topográficas da cidade o permitam, estabelecendo espaços para a circulação e para o estacionamento (bicicletários e paraciclos).

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 838
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Transporte Público

3. Reordenar e simplificar a rede de transporte público para fazê-la mais racional e entendível para os usuários;

4. Esta nova ordenação deve ir acompanhada de melhorias na informação, operação e melhorias infraestruturais;

5. Detectar corredores de transporte público com maior demanda e analisar a viabilidade de sistemas de capacidade média.

Transporte Privado

6. Melhorar a fluidez do tráfego e as condições de segurança nos pontos conflitivos;

7. Racionalizar o uso do veículo privado e ordenar os espaços dedicados a este modal em algumas zonas da cidade;

8. Propor um novo esquema circulatório na cidade que priorize os sentidos únicos. Desta forma se minimizam os pontos de conflito, melhora-se a capacidade das vias, especialmente nos cruzamentos. Esta solução também permite ganhar espaço para outros usuários da via pública, como o transporte público, os pedestres ou as bicicletas;

9. Reorganizar o estacionamento em determinadas áreas da cidade para conseguir uma política coerente com a mobilidade sustentável.

Existem políticas públicas, algumas alicerçadas em proposições da Organização Mundial da Saúde (OMS), que visam o trânsito saudável, onde são propostas medidas que visam reduzir o numero de acidentes de trânsito, tanto em rodovias, como centros urbanos. Por isso, estão sendo desenvolvidas no município propostas de viabilização de seções viárias com a intenção de reordenar os espaços urbanos. Melhorar a qualidade da mobilidade urbana contribui para a qualidade de vida da sociedade.

1.2.2.6. Renda

Tabela 3 – Rendimentos.

Rendimentos

Pessoas com rendimentos (a partir de dez anos) %	60,26
Pessoas com rendimento até meio salário mínimo %	2,80
Pessoas com rendimento de meio a um salário mínimo %	15,41
Pessoas com rendimento de um a dois salários mínimos %	19,17
Pessoas com rendimento de dois a cinco salários mínimos %	14,29
Pessoas com rendimento de cinco a dez salários mínimos %	5,93
Pessoas com rendimento de mais de dez salários mínimos %	2,66
Pessoas sem rendimentos (a partir de dez anos) %	27,66

Fonte: Adaptado Censo 2010 (IBGE, 2014)

Para analisar a tabela acima, foram levados em conta os rendimentos o tempo de trabalho (dez anos). Sendo que no ano de 2010, o salário mínimo era de R$ 510,00.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 839
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Observa-se que pessoas com rendimentos menor de um salário mínimo correspondem a 18,21% da população. Aquelas que declaram, sem rendimentos, correspondem a 27,66%. Se somadas, a ausência de salários com aquelas faixas de renda mais baixa que um salário mínimo, representam 45,87%.

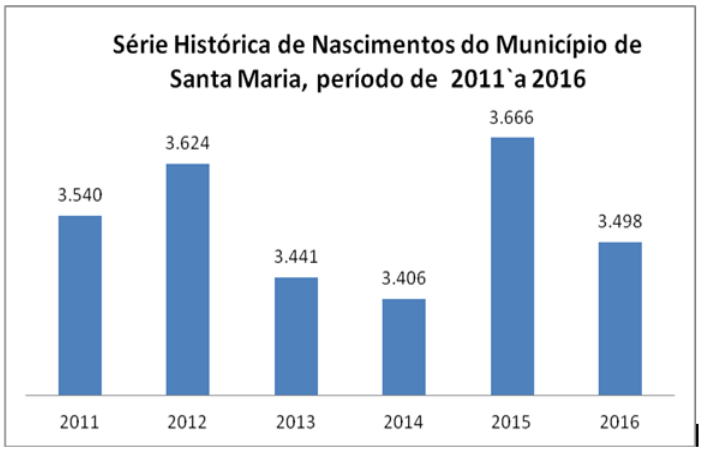
Estas informações tem a possibilidade de servir como instrumento de orientação às políticas públicas a serem implementadas, ou de reorientação ou reformulação às políticas públicas em curso, a fim de dar respostas às novas demandas sociais e econômicas, de modo a otimizar a aplicação de recursos públicos.

1.2.3. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO

1.2.3.1. Nascimento

O número de nascimento no Município de Santa Maria vem apresentando uma flutuação no período de 2011 a 2016. O coeficiente geral de natalidade (CGN) apresentou um decréscimo no período de 2011 a 2016, variando de 13,49% a 12,61%. Informamos que o Estado do RS apresentou, no ano de 2014, um CGM de 12,89%.

Gráfico 6 – Série histórica do nascimento do município de Santa Maria, período 2011 a 2016.

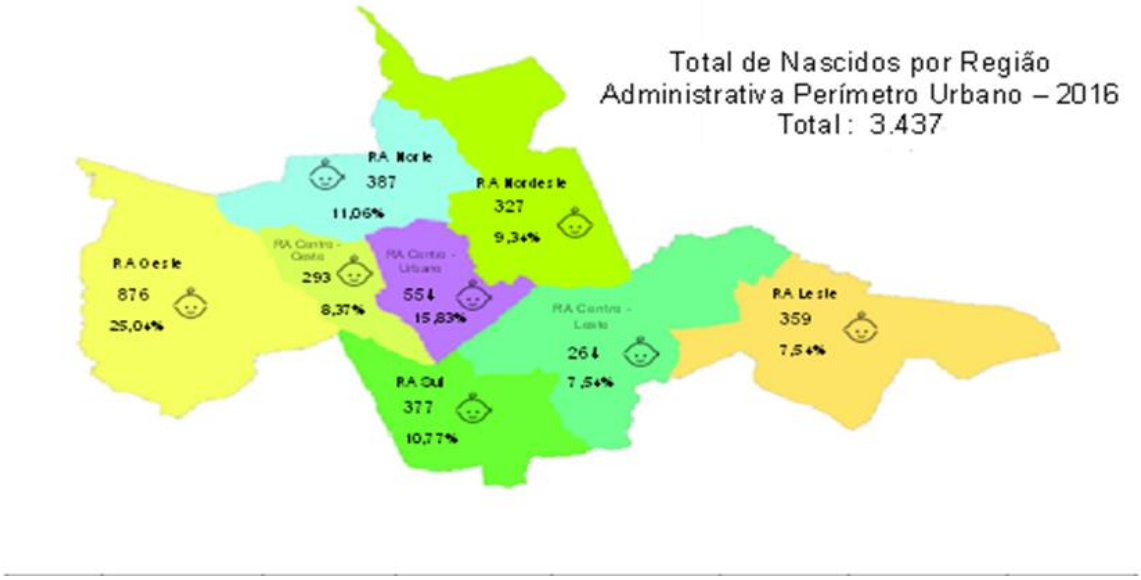


Fonte: SINASC – Municipal.

No ano de 2016, apresentamos os nascimentos por regiões administrativas, oportunizando um olhar por território.

Figura 6 – Total de nascidos por região administrativa perímetro urbano – 2016.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:



Fonte: SINASC – Municipal 25/08/2017.

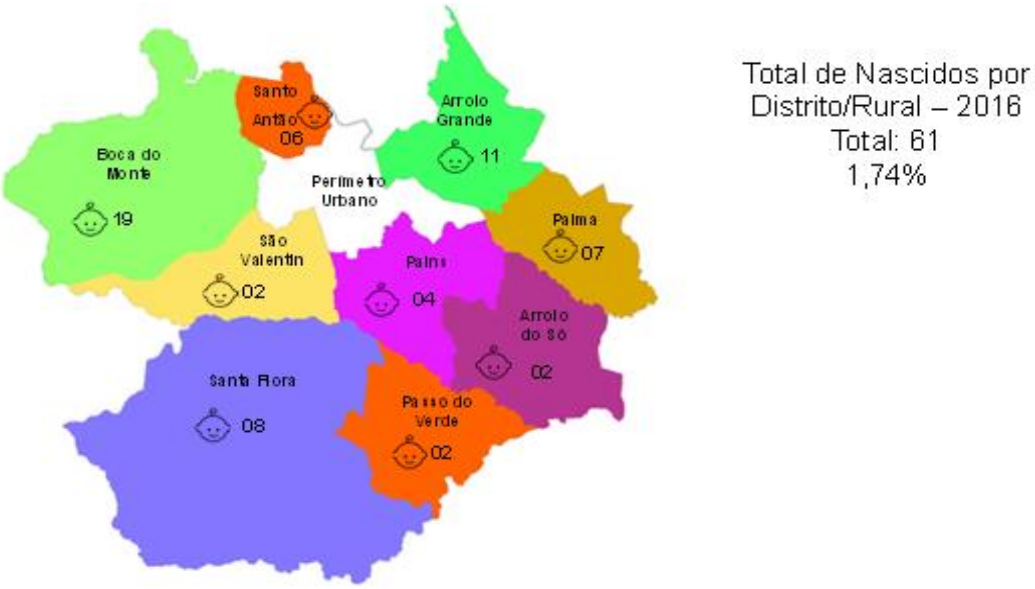
Tabela 4 - Total de nascidos por região administrativa perímetro urbano – 2016.

RA Oeste	RA Centro-Oeste	RA Norte	RA Nordeste	RA Centro Urbano	RA Leste	RA centro Leste	RA Sul
876	293	387	327	554	359	264	377
25,04%	8,37%	11,06%	9,34%	15,83%	10,26%	7,54%	10,77%

Fonte: SINASC – Municipal 25/08/2017.

Nos nascimentos por região administrativa do perímetro urbano no ano de 2016, a Região Administrativa Oeste apresentou 25,04%, a Região Administrativa Centro Urbano 15,83%, Região Administrativa Norte 11,06%, Região Administrativa Sul 10,77%, Região Administrativa Leste 10,26%, Região Administrativa Nordeste 9,34% e Região Administrativa Centro-Oeste 8,37%.

Figura 7 – Total de nascidos vivos por distrito/rural – 2016.



Fonte: SINASC – Municipal 25/08/2017.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 840
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Página 841
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 5 - Total de nascidos vivos por distrito/rural – 2016.

Arroio do Só	Arroio Grande	Boca do Monte	Pains	Palma	Passo do Verde	Santa Flora	Santo Antão	São Valentim
2	11	19	4	7	2	8	6	2

Fonte: SINASC – Municipal 25/08/2017.

O número de nascimento da Região dos Distritos/Rural representa 1,74% do total.

O local de ocorrência dos partos nos anos de 2011 a 2015 concentra-se em torno de 99,66% em hospitais.

O baixo peso ao nascer é o peso inferior a 2.500 gramas e é considerado um marcador da sobrevivência infantil, pois, quanto menor o peso, maior a possibilidade da morte precoce. Também, o baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intrauterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbimortalidade neonatal e infantil. A série histórica de Baixo peso ao nascer (< 2.500g) e da taxa de prematuridade (nascimentos ocorridos entre 22 e 36 semanas e seis dias de gestação) são apresentadas no quadro abaixo:

Tabela 6 - Nº de nascidos Vivos, Proporção de Baixo Peso ao nascer e taxa de prematuridade, SM/RS.

Ano	**Nº de nascidos vivos**	**Nº absoluto/proporção baixo peso ao nascer**	**Nº absoluto/ taxa de prematuridade**
2011	3.540	SM 361(10,19%) RS (9,5%)	SM 653 (18,31%) RS (11,6%)
2012	3.624	SM 414 (11,42%) RS (9,3%)	SM 621 (16,99%) RS (11,9%)
2013	3.441	SM 350 (10,17%) RS (9,2%)	SM 519 (15,00%) RS (11,5%)
2014	3.406	SM 357 (10,48%) RS (9,3%)	SM 506 (14,75%) RS (11,4%)
2015	3.666	SM 341 (9,3%)	SM 532 (14,46%)

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

A proporção de baixo peso ao nascer e a taxa de prematuridade no município de Santa Maria vem apresentando uma queda no período de 2011 a 2015. Em relação ao baixo peso ao nascer, os valores abaixo de 10 % são aceitáveis internacionalmente, embora a proporção encontrada em países desenvolvidos varie em torno de 6%. A taxa de mortalidade de 2015, de 14,46%, é considerada alta, pois no Brasil no ano de 2012 a taxa de prematuridade foi 12,4%, o dobro do índice de alguns países europeus.

O percentual de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal é o indicador pactuado nacionalmente para avaliar o acesso das gestantes a assistência ao pré-natal. Santa Maria apresentou um crescimento em relação a este dado, pois o pactuado para o município é 70% das consultas. Segue a tabela abaixo.

Tabela 7 – Número de nascidos vivos relacionados com número de consultas e pré natal.

Ano do nascimento	**Nenhuma**	**De 1 a 3 consultas**	**De 4 a 6 consultas**	**7 ou mais consultas**	**Ignorado**	**Total**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 842
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

2011	94	331	889	2205 (62,28%)	21	3540
2012	90	321	830	2371 (65,42%)	12	3624
2013	53	221	714	2440 (70,90%)	13	3441
2014	80	259	639	2420 (71,05%)	8	3406
2015	94	272	708	2588 (70,59%)	4	3666

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Em relação à série história da proporção de parto vaginal e cesáreo, o município de Santa Maria – RS vem apresentando o mesmo valor e uma inversão dos dados pactuados. O objetivo do monitoramento do tipo de parto é avaliar o acesso e a qualidade da assistência pré-natal e ao parto, supondo que uma boa assistência aumente o percentual de partos normais. O parâmetro, segundo a pactuação nacional para o período 2012-2015, é de 70% para partos vaginais e de acordo com os parâmetros internacionais, a necessidade de cesarianas é de 15% a 25%.

Tabela 8 – Proporção de parto vaginal e parto cesáreo.

Ano do nascimento	Vaginal	% por ano	Cesário	% por ano	Total
2011	1229	34,71	2311	65,28	3540
2012	1267	34,96	2357	65,03	3624
2013	1119	32,51	2322	67,48	3441
2014	1122	32,94	2284	67,05	3406
2015	1264	34,47	2402	65,52	3666
Total	**6001**	**33,94**	**11676**	**66,05**	**17677**

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Em relação à adolescência, observamos uma melhora nos dados, mas ainda distante do preconizado para o atendimento SUS. Este monitoramento é responsável por verificar a tendência da gravidez de adolescentes de 10 a 19 anos no Brasil, com o objetivo de nortear as ações de saúde nas unidades básicas, escolas (Programa Saúde na Escola) e maternidades no território.

Tabela 9 - Proporção de parto vaginal e parto cesáreo entre adolescentes de 10 a 19 anos.

Ano do nascimento	Vaginal	% ano	Cesário	% ano	Total
2011	292	55,72	232	44,27	524
2012	324	56,84	246	43,15	570
2013	257	51,4	243	48,6	500
2014	274	53,62	237	46,37	511
2015	308	58,44	219	41,55	527
Total	**1455**	**55,28**	**1177**	**44,71**	**2632**

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

1.2.3.2. Morbidade

AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 843
Processo 01216-0200/21-4

A lista de agravos ou doenças de notificação compulsória atualmente está definida pela Portaria nº 204/ fevereiro de 2016. Dos agravos notificados, o mais frequente foi o atendimento antirrábico humano, seguido da violência interpessoal/ autoprovocada e varicela.

Tabela 10 – Proporção de notificação do município de Santa Maria/RS de agravos ou doenças de notificação compulsória.

AGRAVOS NOTIFICADOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Atendimento antirrábico	481	734	815	1107	839	767	4743
Violência interpessoal/autoprovocada	192	376	321	480	381	388	2138
Varicela	437	667	366	229	273	127	2099
Intoxicação exógena	35	41	1074	62	78	81	1371
AIDS	113	129	88	183	222	299	1034
Sífilis não especificada	6	24	100	150	215	287	782
Hepatites virais	118	110	133	157	134	106	758
Tuberculose	140	140	124	110	104	98	716
Sífilis em gestante	31	49	49	58	108	150	445
Eventos adversos pós-vacinação	77	109	93	87	37	1	404
Acidente de trabalho grave	15	29	45	34	99	123	345
Leptospirose	48	39	39	36	37	57	256
Sífilis congênita	17	31	32	34	61	73	248
Acidente de trabalho com exposição a material biológico	19	3	14	44	70	83	233
Meningite	37	31	33	33	34	62	230
Gestante HIV	33	33	28	28	37	59	218
Criança exposta HIV	19	54	23	26	37	40	199
Dengue	6	2	2	18	13	99	140
Toxoplasmose	16	14	3	19	25	31	108
Acidente por animais peçonhentos	13	9	21	20	23	12	98
Coqueluche	9	21	16	7	4	7	64
Influenza	3	15	13	6	0	25	62
Doenças exantemáticas	7	12	8	8	5	2	42
Toxoplasmose congênita	0	0	0	2	1	18	21
Doença aguda pelo vírus zika	0	0	0	0	0	19	19
Caxumba [parotidite epidêmica]	4	1	1	1	3	8	18
Hanseníase	4	2	3	1	1	2	13
Ler Dort	0	0	0	6	5	0	11
Hantavirose	0	2	2	3	1	1	9
Malária	0	0	0	3	3	2	8
Febre amarela	0	0	2	4	0	0	6
Tétano acidental	1	1	0	0	2	1	5
Febre de chikungunya	0	0	0	0	0	6	4
Paralisia flácida aguda Poliomielite	0	1	0	0	1	1	3
Esquistossomose	0	0	0	1	1	0	2
Febre maculosa / rickettsioses	0	0	0	2	0	0	2

Página da peça 27
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 844
Processo 01216-0200/21-4

Leishmaniose visceral	0	0	0	2	0	0	2
Dermatoses ocupacionais	0	0	0	1	0	0	1
Febre tifoide	0	0	1	0	0	0	1
Doença de creutzfeldt-jacob	0	0	0	0	1	0	1
Total	1878	2664	3436	2940	2842	2909	16669

Fonte: SINAN Municipal – Acesso 16/09/2017

Morbidade Hospitalar:

Página da peça 28
Peça 4160624

A série histórica de 2011 a 2016 demonstra uma média de 11.580 internações, com taxas anuais de internações por 10.000 habitantes, uma diminuição em 2016.

A maioria das internações decorre de doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho digestivo, neoplasias, doenças do aparelho circulatório, conforme o capítulo CID-10. O capítulo XV, gravidez, Parto e Puerpério, também representam um volume grande de internação, porém este capítulo não se refere à morbidade.

Tabela 11 - Taxa de internações da população residente em Santa Maria – RS por Capítulo da CID, 2011 a 2016.

Capítulo CID-10	2011		2012		2013		2014		2015		2016		Total
	Intern.	Taxa 10.000 hab	Intern.	Taxa 10.000 hab	Intern.	Taxa 10.000 hab	Intern.	Taxa 10.000 hab	Intern.	Taxa 10.000 hab	Intern.	Taxa 10.000 hab	Intern.
Total	11.998	457,3	11.388	431,9	12.094	442,2	12.185	443,4	11.500	416,5	10.318	372,1	70.66
XV. Gravidez, parto e puerpério.	2808	107,0	2688	101,9	2256	82,5	2503	91,1	2575	93,3	2.578	93,0	15.64
X. Doenças do aparelho respiratório	1.471	56,1	1.497	56,8	1.735	63,4	1.396	50,8	1.190	43,1	1.125	40,6	8.534
XI. Doenças do aparelho digestivo	1.191	45,4	1.317	50,0	1.721	62,9	1.634	59,5	1.345	48,7	820	29,6	8.144
II. Neoplasias (tumores)	987	37,6	1.045	39,6	1.184	43,3	1.267	46,1	1.234	44,7	1.259	45,4	7.055
IX. Doenças do aparelho circulatório	914	34,8	904	34,3	1.174	42,9	1.297	47,2	1.020	36,9	890	32,1	6.277
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	815	31,1	880	33,4	985	36,0	1071	39,0	1.065	38,6	1.009	36,4	5.899
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	696	26,5	705	26,7	833	30,5	763	27,8	746	27,0	617	22,2	4.429
V. Transtornos mentais e comportamentais.	1.039	39,6	563	21,4	385	14,1	571	20,8	779	28,2	720	26,0	4.180
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	474	18,1	496	18,8	471	17,2	397	14,4	344	12,5	289	10,4	2.529
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	406	15,5	335	12,7	266	9,7	306	11,1	351	12,7	265	9,6	1.959
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	229	8,7	159	6,0	201	7,3	198	7,2	146	5,3	88	3,2	1.040
VI. Doenças do sistema nervoso	171	6,5	132	5,0	172	6,3	172	6,3	171	6,2	134	4,8	980
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	172	6,6	134	5,1	183	6,7	136	4,9	113	4,1	94	3,4	843

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AB653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 845
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 29
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

XXI. Contatos com serviços de saúde	221	8,4	178	6,8	100	3,7	89	3,2	79	2,9	90	3,2	781
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	88	3,4	114	4,3	141	5,2	113	4,1	85	3,1	102	3,7	656
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	111	4,2	78	3,0	86	3,1	101	3,7	61	2,2	69	2,5	518
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	66	2,5	70	2,7	113	4,1	88	3,2	95	3,4	74	2,7	514
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	61	2,3	51	1,9	49	1,8	47	1,7	40	1,4	44	1,6	303
VII. Doenças do olho e anexos	32	1,2	28	1,1	25	0,9	20	0,7	40	1,4	28	1,0	176
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	39	1,5	13	0,5	14	0,5	15	0,5	19	0,7	23	0,8	126
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	7	0,3	1	0,0	0	0,0	1	0,0	2	0,1	0	0,0	11
População	262.369		263.662		273.489		274.838		276.108		277.309		

Fonte Tabwin/DATASUS – acesso 16/09/2017

O maior número de internações ocorre na população na faixa - etária de 20 a 59 anos (55,49%), devido à gravidez e ao parto (36,5%), Neoplasias (11,2%), Lesões e consequências de causas externas (10,5%), Transtornos mentais e comportamentais (9,7%), Doenças do aparelho digestivo (7,7%).

As internações na população de 60 anos ou mais representam o segundo maior percentual (22,7%), sendo as causas de internação são Neoplasias (24,1%), Doenças do aparelho circulatório (22,3%), Doenças do aparelho respiratório (13,4%) e consequências de causas externas (9,3%).

A população de 0 a 9 anos apresentou o terceiro percentual de internação (11,76%), concentradas nas internações de doenças do aparelho respiratório (42,1%), algumas afecções originadas no período perinatal (21,3%), algumas doenças de infecciosas e parasitárias (7,8%).

O menor percentual de internação ficou na população de 10 a 19 anos (10,03%), sendo gravidez e puerpério (49,2%), consequências de causas externas (11,6%), transtornos mentais e comportamentais (8,4%), doenças do aparelho digestivo (6,3%).

Tabela 12 - Taxa de internações da população residente em Santa Maria – RS por faixa etária, 2011 a 2016.

Faixa-etária	**0 a 9 anos**		**10 a 19 anos**		**20 a 59 anos**		**60 anos e mais**		**Total**
Capítulo CID-10	**Intern.**	**%**	**Intern.**	**%**	**Intern.**	**%**	**Intern.**	**%**	**Intern.**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 846
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Total Geral	1350	11,76	1151	10,03	6.367	55,49	2.605	22,7	11.473
XV. Gravidez, parto e puerpério	0	0	566	**49,2**	2327	**36,5**	3	0,1	2.896
II. Neoplasias (tumores)	23	1,7	39	3,4	716	**11,2**	629	**24,1**	1.407
X. Doenças do aparelho respiratório	569	**42,1**	68	**5,9**	214	3,4	349	**13,4**	1.200
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	90	**6,7**	134	**11,6**	671	**10,5**	241	**9,3**	1.136
IX. Doenças do aparelho circulatório	10	0,7	13	1,1	413	6,5	581	**22,3**	1.017
XI. Doenças do aparelho digestivo	104	**7,7**	72	**6,3**	493	**7,7**	224	**8,6**	893
V. Transtornos mentais e comportamentais	1	0,1	97	**8,4**	618	**9,7**	66	2,5	782
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	17	1,3	52	4,5	384	6,0	208	8,0	661
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	105	**7,8**	13	1,1	140	2,2	79	3,0	337
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	288	**21,3**	5	0,4	20	0,3	0	0,0	313
VI. Doenças do sistema nervoso	34	2,5	14	1,2	66	1,0	35	1,3	149
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	9	0,7	11	1,0	44	0,7	48	1,8	112
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	12	0,9	13	1,1	46	0,7	33	1,3	104
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	5	0,4	19	1,7	62	1,0	17	0,7	103
XXI. Contatos com serviços de saúde	8	0,6	5	0,4	63	1,0	18	0,7	94
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	7	0,5	2	0,2	42	0,7	39	1,5	90
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	50	3,7	13	1,1	13	0,2	0	0,0	76
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	6	0,4	8	0,7	14	0,2	18	0,7	46
VII. Doenças do olho e anexos	1	0,1	0	0,0	17	0,3	13	0,5	31
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	11	0,8	7	0,6	4	0,1	4	0,2	26

Fonte: Tabwin/DATASUS – acesso 16/09/2017

Em relação às internações referentes a PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, as referências hospitalares com maior encaminhamento em Santa Maria são apresentadas na tabela abaixo. O Hospital Universitário e o Hospital Casa de Saúde permanecem sendo a referência com maior número de internações. Em relação à

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 847
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Atenção Psicossocial, o Hospital Nossa Senhora da Piedade (Nova Palma) e o Hospital Instituto de Saúde e Educação e Vida (Cacequi), Hospital Santo Antônio (São Francisco de Assis) completam o quadro de referências para Santa Maria.

Tabela 13 – Internações referentes a procedimentos clínicos às referências hospitalares com maior encaminhamento em Santa Maria

PROCEDIMENTOS CLÍNICOS						
INSTITUIÇÕES	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
HUSM/ EBSERH	3.676	3.463	3.100	3.093	3.561	4.070
Hospital Casa de Saúde	2.845	3.033	2.587	2.611	2.130	2.123
Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo*	0	77	774	629	483	0
Hospital Nossa Senhora da Piedade	88	64	112	144	120	78
Hospital – Instituto de Saúde e Educação Vida Cacequi	78	64	15	47	30	37
Hospital Santo Antônio	0	0	0	0	0	89
Demais Instituições	156	146	149	227	209	164
Total de internações	6.843	6.847	6.737	6.751	6.533	6.561

Fonte: Datasus – Acesso – 28/08/2017

A tabela a seguir traz as internações referentes a PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, as referências hospitalares com maior encaminhamento em Santa Maria. O Hospital Universitário e o Hospital Casa de Saúde permanecem sendo a referência com maior número de internações. Outras referências são para o Hospital de Agudo (otorrino), Hospital São Roque (Faxinal).

Tabela 14 - Internações referentes a procedimentos cirúrgicos às referências hospitalares com maior encaminhamento em Santa Maria.

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS						
INSTITUIÇÕES	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
HUSM/ EBSERH	2.695	2.276	2.421	2.365	2.588	3.175
Hospital Casa de Saúde	1.397	1.370	996	824	645	1.219
Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo*	0	139	999	1.203	913	0
Hospital São Roque	256	368	316	411	314	83
Hospital Agudo	0	50	91	144	147	65
Demais Instituições	422	415	514	338	114	212
Total de internações	4.770	4.618	5.377	5.285	4.493	4.754

Fonte: Datasus – Acesso – 28/08/2017

1.2.3.3. Mortalidade

A taxa de Mortalidade Geral (taxa bruta) em Santa Maria vem apresentando, no período de 2011 a 2015, um parâmetro entre 7,31% (2011) a 7,0% (2015). Em 2015, as principais causas de óbitos por Capítulo (CID10) em Santa Maria – RS foram: Doenças do aparelho circulatório, neoplasias (tumores), doenças do aparelho respiratório, causas externas de morbidade e mortalidade e algumas doenças infecciosas e parasitárias, correspondendo a 79,35%.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 848
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 15 - Óbitos por capítulo da CID – 10, Santa Maria, 2011 a 2015.

Capítulo Cid 10	2011	2012	2013	2014	2015
IX. Doenças do aparelho circulatório	661	613	574	519	591
II. Neoplasias	414	421	432	419	459
X. Doenças do aparelho respiratório	232	204	240	236	223
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	146	141	321*	178	191
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	91	100	96	99	93
Demais capítulos	375	432	507	488	405
Santa Maria – RS	1919	1911	2170	1939	1962

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade / DATASUS. Acesso em 11/09/2017

- XX. Causas externas de morbidade e mortalidade 2013, incidente da Boate KISS.

Tabela 16 - Mortalidade proporcional por faixa etária e capitulo da CID 10. Santa Maria, 2015.

Faixa etária	1º Posição	2ª Posição	3º Posição	4º Posição	5º Posição	Demais Posições
< 1 ano	XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	XVII.Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	XX.Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-
	Nº 16 (64%)	Nº 8 (32%)	Nº 1 (4%)	-	-	-
1 a 4	IX. Doenças do aparelho circulatório X. Doenças do aparelho respiratório XIV. Doenças do aparelho geniturinário XVII. Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas XVIII.Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificado em outra parte	-	-	-	-	-
	Nº 01 óbito por capítulo (20%)					
5 a 9	II. Neoplasias	IX. Doenças do aparelho Circulatório	-	-	-	-
	Nº 2 (66,6%)	Nº 01 (33,33%)	-	-	-	-
10 a 14	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias II. Neoplasias VI. Doenças do sistema nervoso XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificado em outra parte	-	-	-	-
	Nº 04 (50%)	Nº 01 óbito por capítulo (12,5%)	-	-	-	-
15 a 19	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	IX. . Doenças do aparelho Circulatório	III. Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e	-	-	-

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 849
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

			alguns transtornos imunitários XI. Doenças do aparelho digestivo			
	Nº 13 (76,4 %)	Nº02 (11,76%)	Nº 01 óbito por capítulo (5,8%)	-	-	-
20 a 29	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	II.Neoplasias	IX. Doenças do aparelho circulatório	VI.Doenças do aparelho nervoso	Outros Cap da CID 10
	Nº 40 (58,82%)	Nº 08 (11,76%)	Nº06 (8,82%)	Nº 04 (5,88%)	Nº 03 (4,41%)	Nº 07 (10,29%)
30 a 39	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	I.Algumas doenças infecciosas e parasitárias	II.Neoplasia	IX. Doenças do aparelho circulatório	III. Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários IV	Outros Cap da CID 10
	Nº 34 (45,94%)	Nº16 (21,62%)	Nº12 (16,21%)	Nº 04 (5,40%)	Nº 02 óbito por capítulo (1,35%)	Nº 04 (5,40%)
40 a 49	II.Neoplasias	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	IX. Doenças do aparelho circulatório	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	XI. Doenças do aparelho digestivo	Outros Cap da CID 10
	Nº 31 (24,40%)	Nº 27 (21,25%)	Nº 23 (18,11%)	Nº16 (12,59%)	Nº 10 (7,87%)	Nº 20 (15,74%)
50 a 59	IX. Doenças do aparelho circulatório	II. Neoplasias	X.Doenças do aparelho respiratório XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	XI. Doenças do aparelho digestivo	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias IV.Doenças Endócrinas, nutricionais e metabólicas	Outros Cap da CID 10
	Nº 65 (28,44%)	Nº 51 (22,66%)	Nº 24 óbitos por capítulo (10,66%)	Nº 20 (8,88%)	Nº 13 óbitos por capítulo (5,77%)	Nº 39 (17,33%)
60 a 69	II. Neoplasias	IX. . Doenças do aparelho circulatório	X. Doenças do aparelho respiratório	IV. Doenças Endócrinas, nutricionais e metabólicas	XI. Doenças do aparelho digestivo	Outros Cap da CID 10
	Nº 117 (52,99%)	Nº 105 (31,43%)	Nº 30 (8,98%)	Nº 21 (6,28%)	Nº 19 (5,68%)	Nº 42 (12,57%)
70 a 79	IX. Doenças do aparelho circulatório	II. Neoplasias	X. Doenças do aparelho respiratório	IV. Doenças Endócrinas, nutricionais e metabólicas	XI. Doenças do aparelho digestivo	Outros Cap da CID 10
	Nº 153 (34,15%)	Nº 133 (29,68%)	Nº 58 (12,94%)	Nº 22 (4,91%)	Nº 19 (4,24%)	Nº 63 (14,06%)
80 e mais	IX. Doenças do aparelho circulatório	II. Neoplasias	X. Doenças do aparelho respiratório	VI.Doença do sistema nervoso	XI. Doenças do aparelho digestivo	Outros Cap da CID 10
	Nº 233 (37,22%)	Nº 106 (16,93%)	Nº 105 (16,77%)	Nº 81 (12,93%)	N° 21 (3,35%)	Nº 80 (12,77%)

Fonte: Data SUS- SIM – acesso 13/09/2017

Referente à mortalidade proporcional, por faixa etária e capítulo CID – 10, na faixa etária de menores de um ano, existem o predomínio de algumas afecções originadas no período perinatal (64%) do total de óbitos. Na faixa etária de 1 a 4 anos, observamos a existência de 1 óbito por capítulo, IX. Doenças do aparelho circulatório, X. Doenças do aparelho respiratório, XIV. Doenças do aparelho geniturinário, XVII. Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas e XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificado em outra parte (20%). Na faixa etária de 5 a 9 anos, as neoplasias (66,6%) são a primeira causa de óbito. Cabe destacar que as causas externas são a principal causa de óbito na faixa etária dos 10 aos 39 anos.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 850
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

A faixa etária de 40 a 49 anos apresenta uma predominância das neoplasias (24,4%), causas externas de mortalidade e mortalidade (21,25%) e doenças do aparelho circulatório (18,11%) dos óbitos.

Na faixa etária dos 50 a 59 anos, destacam-se as doenças do aparelho circulatório (28,44%) e neoplasias (22,66%) como óbitos. Entre a faixa etária de 60 a 69 anos esta relação é invertida, sendo as neoplasias (52,99%) e doenças do aparelho circulatório (31,43%) dos óbitos.

Nas faixas etárias de 70 a 80 anos, mais se destacam as doenças do aparelho circulatório e neoplasias, como primeira e segunda causas de óbitos respectivamente.

Para fins de pactuação, apresentamos os dados referentes à mortalidade prematura (de 30 a 69 anos), pelo conjunto das 4 principais DCNT (Doenças do aparelho circulatório, Câncer, Diabetes e doenças respiratórias crônicas) no período de 2011 à 2015.

Tabela 17 - Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais Doenças Crônicas Não transmissíveis – DCNT, no período de 2011 à 2015.

Causa	Capítulo CID-10	2011	2012	2013	2014	2015
1º	II. Neoplasias (tumores)	201	224	209	200	211
2º	IX. Doenças do aparelho circulatório	195	181	166	159	197
3º	XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	69	78	96	88	98
4º	I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	59	64	64	63	52
5ª	X. Doenças do aparelho respiratório	48	55	54	60	58
-	**Outros Cap. Cid 10**	**142**	**171**	**200**	**187**	**144**
-	**Total Geral**	714	773	789	757	760

Fonte: Datasus – SIM – acesso 06/09/2017

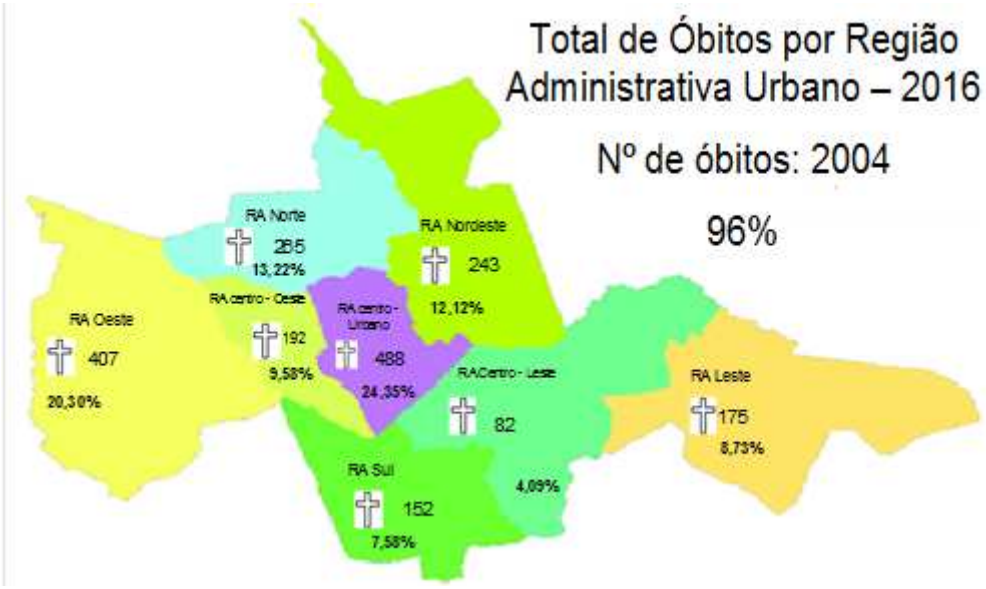
A mortalidade prematura na faixa etária de 30 à 69 anos, é relevante pois monitora o impacto das políticas públicas na prevenção e no controle das DCNT e em seus fatores de risco. Observamos que, dentre os óbitos, as Dants estão presentes nas 5 principais causas neste período e nesta faixa etária.

Em relação a 2016, ocorreram 2.089 óbitos, sendo que as 3 principais causas de óbitos por Capítulo (CID 10) em Santa Maria – RS foram: Doenças do aparelho circulatório, neoplasias (tumores), doenças do aparelho respiratórios, totalizando 67,35%. Segue o mapa de distribuição por região administrativa / urbana e dos distritos/ rural.

Figura 8 – Total e óbitos por região administrativa urbana – 2016.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 851
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 35
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653



Fonte: Sistema Informação Mortalidade – SIM. Base de Dados Municipal – 23/08/2017.

Tabela 18 - Total e óbitos por região administrativa urbana – 2016.

CID 10	RA Oeste	RA Centro-Oeste	RA Norte	RA Nordeste	RA Centro Urbano	RA Leste	RA centro Leste	RA Sul
1ª Causa	D. Aparelho Circulatório 120	D. Aparelho Circulatório 64	D. Aparelho Circulatório 91	D. Aparelho Circulatório 78	D. Aparelho Circulatório 174	D. Aparelho Circulatório 64	Neoplasias 28	Neoplasias 42
2ª Causa	Neoplasias 108	Neoplasias 37	Neoplasias 69	Neoplasias 59	Neoplasias 110	Neoplasias 48	D. Aparelho Circulatório 18	D. Aparelho Circulatório 32
3ª Causa	D.Aparelho Respiratório e Causas Externas 48	D.Aparelho Respiratório 32	D.Aparelho Respiratório 35	D.Aparelho Respiratório 24	D.Aparelho Respiratório 64	D.Aparelho Respiratório 26	Perinatais e causas externas 8	Causas externas 19

Fonte: Sistema Informação Mortalidade – SIM. Base de Dados Municipal – 23/08/2017.

A representatividade de óbitos em 2016 na região urbana do município representou 96% dos óbitos. Dentre as Regiões Administrativas (RA), observamos: RA Centro – Urbano 24,35%; RA Oeste 20,30%; RA Norte 13,22%, RA Nordeste 12,12%, RA Centro – Oeste 9,58% e RA Leste 8,73% tendo como primeira causa de morte as doenças do aparelho circulatório e as RA Sul 7,58% e RA Centro-Leste 4,09% tendo a primeira causa de morte as neoplasias.

Figura 9 – Total de óbitos por distrito – 2016.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:



Fonte: Sistema Informação Mortalidade – SIM. Base de Dados Municipal – 23/08/2017.

Tabela 19 - Total de óbitos por distrito – 2016.

CID 10	Arroio do só	Arroio Grande	Boca do Monte	Pains	Palma	Passo do Verde	Santa Flora	Santo Antão	São Valentin
1ª Causa	D. Aparelho Circulatório 06	D. Aparelho Circulatório 08	D. Aparelho Circulatório 08	Neoplasias 03	D. Aparelho Circulatório 04	D. Aparelho Circulatório, Respiratório, Digestivo e causas externas 01	D. Aparelho Circulatório 04	Causas externas 02	D. Aparelho Circulatório 02
2ª Causa	Neoplasias, Sist. Respiratório, Sist.Nervoso e Sist. Osteomuscular 01	Neoplasias - 04	D Aparelho Respiratório 06	D. Aparelho Circulatório e doenças infecciosas 01	D Aparelho Respiratório - 03		D. Sistema nervoso 03	D. Aparelho Circulatório e Sist.Geniturinário 01	
3ª Causa		D de Pele e subcutâneo 02	Neoplasias 03		Neoplasias, perinatal e causas externas 01		Neoplasias 02		

Fonte: Sistema Informação Mortalidade – SIM. Base de Dados Municipal – 23/08/2017.

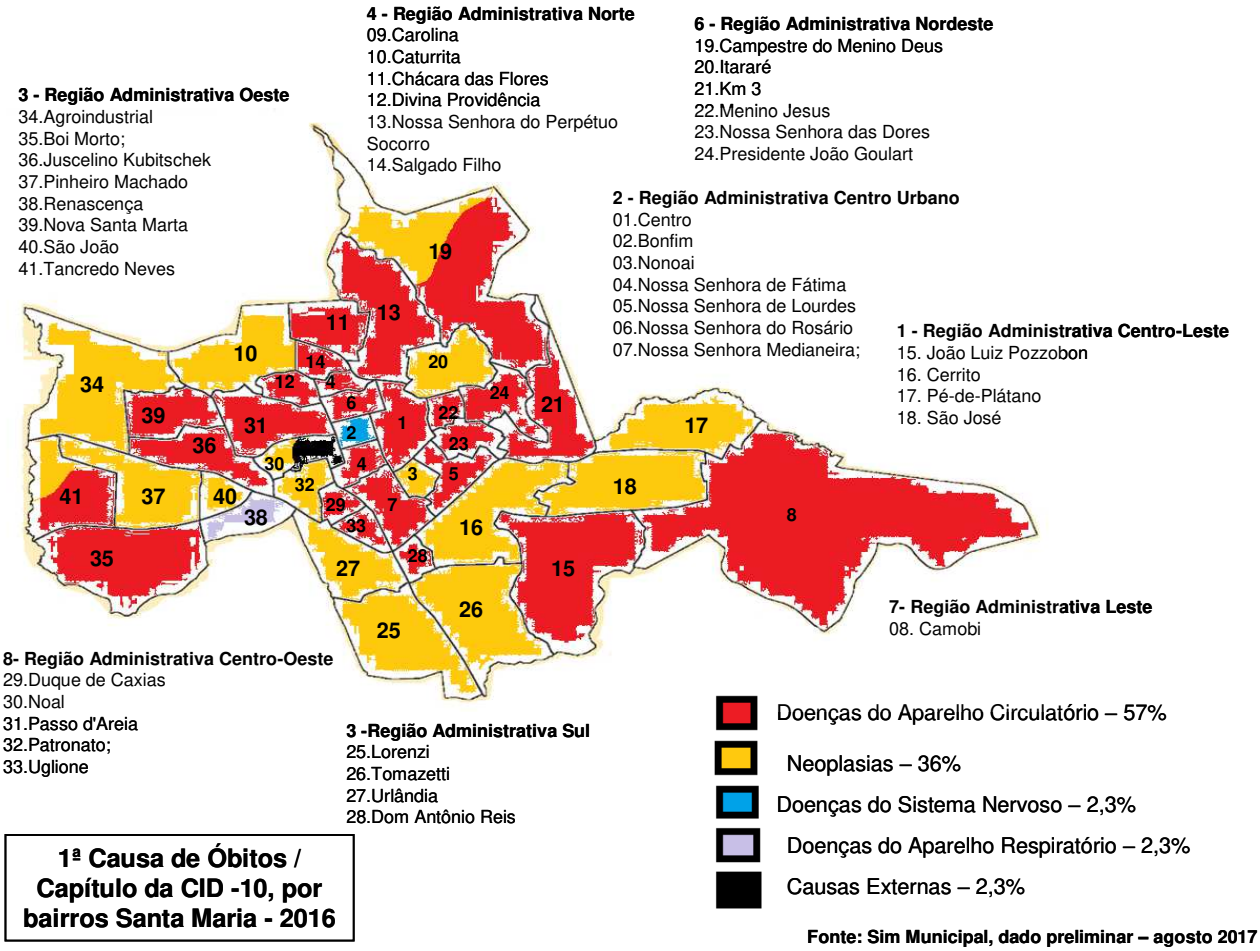
A representatividade de óbitos em 2016 na região Rural/Distritos do município representou 4% dos óbitos. Dentre os distritos, Arroio do Só, Arroio Grande, Boca do Monte, Palma, Passo do Verde e São Valentim apresentaram como a primeira causa de morte doenças do aparelho circulatório. Palma apresentou como primeira causa de morte Neoplasias. Santo Antão apresentou como primeira causa de morte causas externas.

Em relação aos óbitos por bairros em Santa Maria no ano de 2016, temos como primeira causa de óbito as doenças do aparelho circulatório 57%, a segunda as neoplasias 36%, sendo como a terceira causa as doenças do sistema nervoso, doenças do aparelho respiratório e causas externas. Segue a representação em espacial por bairro abaixo.

Página 852
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Figura 10 – Causas de óbitos/capítulo CID 10 por bairros de Santa Maria – 2016.



Fonte: SIM Municipal dado preliminar – agosto 2017.

1.3. CAPACIDADE INSTALADA X OFERTA E COBERTURA DE AÇÕES E SERVIÇOS

1.3.1. Serviços de Saúde

Os serviços de saúde do Município distribuem-se em Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Estratégias de Saúde da Família, Estratégias de Agentes Comunitários de Saúde, Serviços Especializados e Complementares, Policlínicas, Pronto Atendimento Municipal, Serviço de Vigilância em Saúde, SAMU e UPA (estes terceirizados), laboratórios de Análises Clínicas contratualizados pela 4ª CRS, além dos Hospitais públicos, como o Hospital Casa de Saúde e o Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM (Hospital Escola), e os privados, como o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo – HCAA e o Hospital São Francisco.

Página 853
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 37
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

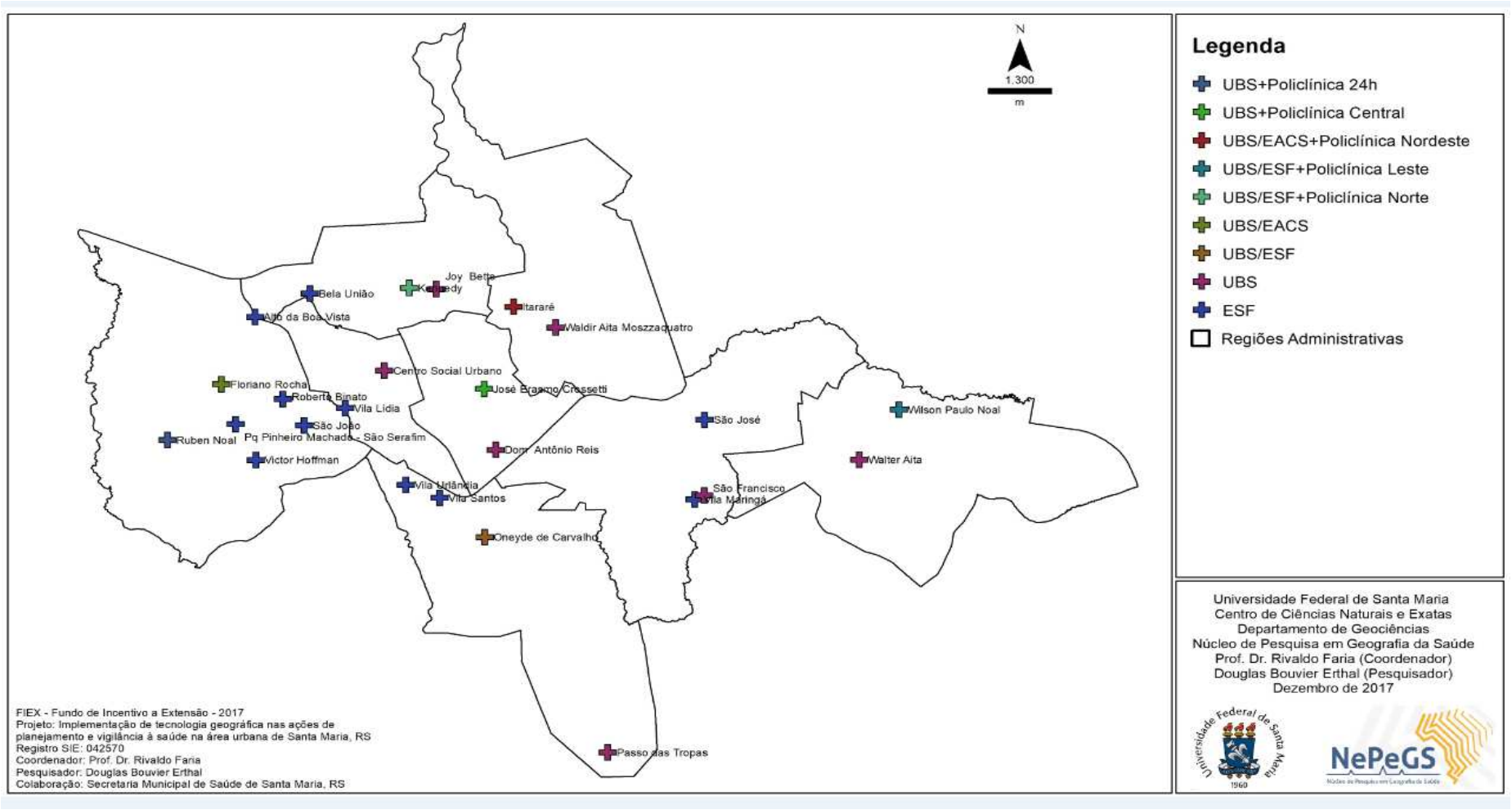
Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160624

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE653

Figura 11 - Rede de Serviços Públicos Municipais.



Fonte: NePeGS/UFSM

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160624

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE653

Tabela 20 – Proporção de população e serviços de saúde por região administrativa.

REGIÃO ADMINISTRATIVA	POPULAÇÃO (IBGE, 2010)	SERVIÇOS DE SAÚDE
REGIÃO OESTE	55.133 hab	• ESF Roberto Binato – 2 equipes • ESF Alto da Boa Vista – 1 equipe • ESF Parque Pinheiro Machado – 1 equipe • UBS Ruben Noal • Policlínica 24h Ruben Noal • ESF São João – 1 equipe • ESF Victor Hoffmann – 1 equipe • EACS/UBS Floriano Rocha
REGIÃO CENTRO OESTE	22.299 hab	• UBS Centro Social Urbano • ESF Lídia • PAM – Pronto Atendimento Municipal Flávio Miguel Schneider
REGIÃO CENTRO	59.800 hab	• UBS Erasmo Crossetti • Policlínica Central • UBS Dom Antônio Reis • Centro de Diagnóstico Nossa Senhora do Rosário • Casa Treze de Maio • CAPS Cia do Recomeço • CAPS Infantil • CAPS Prado Veppo
REGIÃO NORTE	27.805 hab	• ESF Bela União • UBS Joy Betts • ESF Kennedy – 2 equipes • UBS Kennedy • Policlínica Norte • CEO – Centro de Especialidades Odontológicas • UPA/SAMU
REGIÃO NORDESTE	28.819 hab	• ESF Campestre • UBS Itararé • Policlínica Nordeste • UBS Mozzaquatro • CAPS Caminhos do Sol •
REGIÃO LESTE	21.822 hab	• UBS Walter Aita • UBS Wilson Paulo Noal • Policlínica Leste • ESF Wilson Paulo Noal
REGIÃO CENTRO LESTE	12.176 hab	• UBS São Francisco • ESF São José – 2 equipes • ESF Maringá – 1 equipe
REGIÃO SUL	18.611 hab	• UBS Oneyde de Carvalho • ESF Oneyde de Carvalho • UBS Passo das Tropas • ESF Santos – 1 equipe • ESF Urlândia – 2 equipes

Fonte: CNES/ Datasus; IBGE 2010.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 856
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 40
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 21 - Relatório de Estabelecimentos de Saúde do Município de Santa Maria – RS.

DESCRIÇÃO	TOTAL
CENTRO DE SAÚDE/ UNIDADE BÁSICA	36
POLICLÍNICA	11
HOSPITAL GERAL	5
CONSULTÓRIO ISOLADO	584
CLÍNICA/ CENTRO DE ESPECIALIDADE	87
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	63
UNIDADE MÓVEL TERRESTRE	1
UNIDADE MÓVEL PRÉ - HOSPITALAR NA ÁREA DE URGÊNCIA	5
UNIDADE MÓVEL TERRESTRE	1
UNIDADE MÓVEL NÍVEL PRÉ - HOSPITALAR NA ÁREA DE URGÊNCIA	5
FARMÁCIA	1
CENTRAL DE GESTÃO EM SAÚDE	2
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERAPIA E/OU HEMATOLOGIA	1
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	4
PRONTO ATENDIMENTO	3
TOTAL	**803**

Fonte: CNES/ Datasus – acesso em 14/11/2017

1.3.2. Rede de Atenção à Saúde

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) constituem-se em arranjos organizativos formados por ações e serviços de saúde com diferentes configurações tecnológicas e missões assistenciais, articulados de forma complementar e com base territorial, e têm diversos atributos, entre eles, destaca-se: a Atenção Básica estruturada como primeiro ponto de atenção e principal porta de entrada do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, integrando E coordenando o cuidado e atendendo às necessidades de saúde das pessoas do seu território.

Para que a Atenção Básica possa ordenar a RAS, é preciso reconhecer as necessidades de saúde da população sob sua responsabilidade, organizando-as em relação aos outros pontos de atenção à saúde, contribuindo para que a programação dos serviços de saúde parta das necessidades das pessoas, com isso fortalecendo o planejamento ascendente.

Sendo assim, a RAS caracteriza-se pela formação de relações horizontais entre os pontos de atenção, formadas pelas necessidades populacionais de cada espaço regional singular, que objetiva promover a integração sistêmica, de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada (BRASIL, 2010).

A operacionalização das RAS se dá pela interação dos seus três elementos constitutivos: população/região de saúde definidas, estrutura operacional e por um sistema lógico de funcionamento determinado pelo modelo de atenção à saúde.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 857
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 41
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

A Rede de Atenção à Saúde (RAS) temática deve se organizar a partir da necessidade de enfrentamentos de vulnerabilidades, agravos ou doenças que acometam as pessoas ou as populações.

Em 2011, o Ministério da Saúde priorizou as seguintes redes temáticas:

- Rede Cegonha, que tem um recorte de atenção à gestante e de atenção à criança até 24 meses.
- Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE).
- Rede de Atenção Psicossocial - RAPS (com prioridade para o Enfrentamento do Álcool, Crack e outras Drogas).
- Rede de Atenção às Doenças e Condições Crônicas: iniciando-se pelo câncer (a partir da intensificação da prevenção e controle do câncer de mama e colo do útero).
- Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência.

Ressalta-se que todas as redes também são transversalizadas pelos temas: qualificação e educação; informação; regulação; e promoção e vigilância à saúde.

1.3.2.1. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

A Política Nacional de Saúde Mental, pautada na Lei 10.2016 de 6 de abril de 2001, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) organiza-se como Rede Temática no âmbito do Sistema Único de Saúde, organizada pelos seguintes pontos estratégicos, conforme Portaria 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS:

Tabela 22 – Rede de Atenção Psicossocial do Município de Santa Maria/RS.

Rede de Atenção Psicossocial	
Atenção Básica	Formada pelas Estratégias de Saúde da Família (ESF); Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Equipes de Agente Comunitário de Saúde (EACS).
Urgência e Emergência	Formada pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Pronto Atendimento Municipal (PAM).
Atenção Especializada	Formada pelas Unidades de Atenção Especializada (Policlínicas) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
Atenção Hospitalar	Formada pelos 105 leitos de internação psiquiátrica localizados nos hospitais conveniados do Sistema Único de Saúde da região Verdes Campos e Entre Rios do Rio Grande do Sul.

Fonte: CNES/ Datasus.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 858
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 42
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Pontos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial no Município de Santa Maria:

ATENÇÃO BÁSICA: Caracteriza-se como porta de entrada preferencial do SUS, tendo como um de seus princípios possibilitar o primeiro acesso das pessoas aos Sistemas de Saúde, inclusive daquelas que demandam um cuidado em saúde mental. Desenvolve-se com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, estando próxima da vida das pessoas e atuando em um território geograficamente conhecido, possibilitando aos profissionais de saúde uma proximidade para conhecer a história de vida das pessoas e seus vínculos com a comunidade.

O município de Santa Maria/RS conta com os seguintes pontos da RAPS na Atenção Básica:

- 21 Equipes de Estratégias de Saúde da Família (ESF);
- 19 Unidades Básicas de Saúde (UBS), dentre estas, conta com 1 unidade de Equipes de Agentes Comunitários de Saúde (EACS).

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: Segundo a Portaria 3.088/2011, um dos componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) são os serviços de Urgência e Emergência. No município de Santa Maria, a RAPS conta com os seguintes pontos:

- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- Unidade de Pronto Atendimento (UPA III);
- Pronto Atendimento Municipal (PA Patronato).

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA: Os serviços da Atenção Especializada caracterizam-se como de média complexidade, realizando atendimento aos usuários seguindo os princípios doutrinários e organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Saúde Mental. Esses serviços trabalham na perspectiva da reinserção social e familiar dos usuários, bem como da reinserção no mundo do trabalho por meio de ações de feiras comunitárias. Nesse cenário, o município de Santa Maria conta com os seguintes serviços de Atenção Psicossocial Especializada:

- Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) Prado Veppo;
- Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i) “O Equilibrista”;
- Centro de Atenção Psicossocial AD II Caminhos do Sol;
- Centro de Atenção Psicossocial AD II Cia do Recomeço.

Salienta-se que os CAPS AD do município desempenham suas funções de forma territorializada. Além dos Centros de Atenção Psicossocial, o município de Santa Maria conta com as Policlínicas, organizadas por região administrativa, sendo estas:

- Unidades de Saúde José Erasmo Crossetti e Policlínica Nossa Senhora do Rosário (Região Central);
- Unidade de Saúde Wilson Paulo Noal (Região Leste);
- Unidade de Saúde Kennedy (Região Norte);
- Unidade de Saúde Itararé (Região Noroeste);
- Unidade Ruben Noal (Região Oeste).

Além dos serviços supracitados, também há os seguintes serviços:

- Acolhe Saúde (serviço responsável pelo atendimento às vítimas da tragédia

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 859
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 43
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

ocorrida na Boate Kiss) – em Janeiro de 2018, após 5 anos da tragédia, este serviço está sendo reformulado. O contrato dos profissionais findou em 22 de fevereiro, mas o atendimento não foi interrompido. Em maio, mudou de endereço para um espaço do Município e a proposta inicial é de que, para além destes atendimentos, este serviço possa servir de apoio e fortalecimento da RAPS.

- Ambulatório de Saúde Mental (responsável pelos atendimentos dos casos leves e moderados que não se caracterizam como sendo pertencentes aos CAPS). Destaca-se que o Ambulatório de Saúde Mental foi reestruturado e os profissionais (psiquiatras e psicólogos) foram do remanejados para as Policlínicas nas regiões de Saúde.

ATENÇÃO HOSPITALAR: Segundo a Portaria 3.088/2011, um dos pontos da Atenção Hospitalar na RAPS são as enfermarias especializadas em Hospital Geral, bem como os Hospitais de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, oferecendo suporte hospitalar através de internações de curta duração em situações assistenciais que evidenciarem indicativos de ocorrência de comorbidades de ordem clínica e/ou psíquica, sempre respeitadas as determinações da Lei nº 10.216/2001, e sempre acolhendo os pacientes em regime de curtíssima ou curta permanência. Desta forma, o município de Sana Maria conta com os seguintes serviços de suporte hospitalar, na região de abrangência da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde:

- Hospital Casa de Saúde – Unidade Madre Madalena (Santa Maria/RS);
- Hospital Universitário de Santa Maria – Unidade Paulo Guedes (Santa Maria/RS);
- Hospital Santo Antônio (São Francisco de Assis/RS);
- Hospital de Caridade de Santiago (Santiago/RS);
- Instituto de Saúde e Educação Vida – ISEV (Cacequi/RS);
- Hospital Nossa Senhora da Piedade (Nova Palma/RS).

1.3.2.2. Rede Cegonha

A Rede Cegonha, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis (Portaria de Consolidação GM/MS nº03, de 28/09/17).

Nesta perspectiva, no Município, são ofertados serviços nos três níveis de complexidade, conforme descrição a seguir.

ATENÇÃO PRIMÁRIA: Ofertada através das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e Estratégias de Saúde da Família (ESFs), distribuídas nas diferentes regiões do município. Nestas unidades são realizadas ações de prevenção e promoção da saúde, através de consultas, exames e ações educativas individuais e em grupos desde a infância até a idade adulta – puericultura, planejamento familiar, pré-natal e puerpério

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

(seguindo os parâmetros da Rede Cegonha), prevenção do câncer de colo de útero e de mamas e atendimento à mulher climatérica; são realizados testes rápidos para HIV, Sífilis, hepatites B e C, aconselhamento e distribuição de preservativos para prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); as unidades também realizam atendimento e acompanhamento às situações trazidas pelas próprias usuárias (demanda espontânea) e em outras condições de saúde – diabetes, hipertensão, saúde mental, etc.

A Secretaria de Saúde de Santa Maria vem trabalhando fortemente desde 2015 com os profissionais que atuam na Atenção Primária em Saúde no sentido de estruturar a Rede Materna Infantil no Município, como Rede prioritária da Planificação em Saúde da região. Neste sentido, a importância da captação precoce da mulher com suspeita de gravidez em seu território, confirmando a gravidez, realizando os testes rápidos, cadastrando-a no SISPRENATAL e iniciando o pré-natal compartilhado entre o Enfermeiro e o Médico.

O pré-natal de risco habitual será realizado na Unidade Básica de referência, mas se em algum momento da gravidez a gestante apresentar alguma intercorrência com necessidade de encaminhamento ao Alto Risco do Hospital Universitário de Santa Maria – RS (HUSM), este será regulado pela 4ª CRS, de acordo com Protocolo RegulaSUS Obstetrícia do Telessaúde. Porém, o cuidado desta gestante continuará a ser compartilhado com a APS, em sua Unidade de referência, através do Plano de Cuidado da Gestante de Alto Risco, que acompanhará a Carteira da Gestante.

Página 860
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 44
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 861
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 45
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Figura 12 – Fluxo para encaminhamento ao AGAR – HUSM.



Fonte: 4CRS/Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM.

Figura 13 – Plano de cuidados de gestante de alto risco.

PLANO DE CUIDADOS GESTANTE DE ALTO RISCO

Nome da gestante:_____

DATA	NÚCLEO PROFISSIONAL	DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO	METAS E OBJETIVOS TERAPÊUTICOS	RECOMENDAÇÕES LETRAMENTO EM SAÚDE	ASSINATURA E CARIMBO

DATA	ENFERMEIRA AMBULATORIO ALTO RISCO	DATA	PROFISSIONAL ATENÇAO BASICA

Fonte: Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 862
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 46
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Com a intenção de qualificar os profissionais da rede básica da região ao atendimento a gestante, foi realizada a capacitação ao pré-natal de risco habitual.

Curso de Atenção ao Pré-Natal de Risco Habitual

Este curso foi planejado e organizado com muita dedicação e trabalho voluntário de docentes e residentes da Medicina de Família e Comunidade, Ginecologia e Obstetrícia, Enfermagem Obstétrica, e também com a colaboração de outras categorias profissionais, sob coordenação da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde.

O curso teve carga horária de 80 horas, com modalidade a distância de 36 horas, 24 horas de teórico prático, 12 horas de prática em Unidade de Saúde e um Seminário de encerramento.

a) Modalidade presencial: 36 horas/aula

- Aulas teórico-práticas: 24 horas/aula, divididas em 3 módulos de 8 horas/aula, em Santa Maria. Estão previstas duas turmas de aproximadamente 40 alunos para cada módulo.
- Aulas práticas: 12 horas/aula e o acompanhamento de, no mínimo, 15 consultas de pré-natal. Realizadas nas unidades de saúde da tutoria da Planificação, preferencialmente nas unidades em que os próprios alunos atuam, sob a supervisão de um preceptor (profissional que deverá se inserir no corpo docente do curso e ser capacitado previamente para essa função). O preceptor irá se deslocar até as unidades da tutoria com o apoio das secretarias de saúde dos municípios envolvidos e da 4ª CRS. O aluno deverá ter a carga horária protegida para dedicação à atividade prática.

b) Modalidade a distância (EAD): 36 horas/aula

Foram propostas atividades de dispersão (atividades de fixação das temáticas, leitura de artigos, estudo de casos, fórum de discussão) para os participantes realizarem durante o curso, disponibilizadas em plataforma moodle.

c) Seminário de encerramento: 8 horas/aula

Foi realizado ao final do curso, em Santa Maria, apresentações de temáticas através de mesa redonda e debates. Os participantes do curso apresentaram o Plano de Ação que será mais detalhado nas aulas para o próximo ano. Ao final foi feita a avaliação do curso. O público deste momento foi ampliado para os demais profissionais que não participaram do curso, gestores e tutores da Planificação.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 863
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 47
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Ao final da gestação, por ocasião do parto, as gestantes de risco habitual serão encaminhadas ao Hospital Casa de Saúde e, aquelas de alto risco, ao HUSM.

ATENÇÃO SECUNDÁRIA: Quando é necessário, os profissionais da rede básica encaminham as mulheres para atendimento no ambulatório de Saúde da Mulher, que funciona junto à Policlínica do Rosário e oferece atendimentos em mastologia, colposcopia, cauterização e colocação de DIU, além de laqueadura e vasectomia.

Na atenção secundária existe ainda a Casa 13 de Maio que atende pessoas portadoras de HIV e demais ISTs, e na Policlínica Rubem Noal é ofertado às usuárias a PEP sexual, que é a profilaxia da infecção pelo HIV pós exposição consentida, ou seja, que não ocorreu em uma situação de violência sexual.

As mulheres do município ainda acessam serviços especializados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST) e demais policlínicas, dependendo de suas necessidades de saúde – ostomizadas, portadoras de tuberculose, hanseníase, etc. O Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) também disponibiliza alguns atendimentos ambulatoriais de especialidades, conforme regulação e contratualização com o município e Coordenadoria Regional de Saúde.

Os serviços de urgência e emergência são oferecidos às mulheres do município no Pronto Atendimento do Patronato, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) junto à Casa de Saúde e na Unidade de Saúde Ruben Noal. Os casos de emergência obstétrica são encaminhados ao Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

ATENÇÃO TERCIÁRIA: Os atendimentos de nível terciário ocorrem, no município, nos Hospitais Casa de Saúde (partos a termos de gestantes de risco habitual, internações em saúde mental, alguns tipos de cirurgia, etc) e Hospital Universitário - pré-natal e parto de alto risco (AGAR), além de atendimentos oncológicos, cirurgia e demais clínicas especializadas, conforme contratualização com o Estado. As mulheres vítimas de violência sexual também são encaminhadas ao serviço de referência no HUSM.

De acordo com a regulação feita pela Coordenadoria Regional de Saúde, as usuárias do município de Santa Maria podem ser encaminhadas para procedimentos em outros municípios do Estado.

É importante destacar que os serviços de saúde necessitam de outros serviços da rede municipal de modo a desenvolver suas atividades e prestar assistência integral e resolutiva, tais como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Conselho Tutelar, Escolas, etc.

PROGRAMA MÃE SANTA-MARIENSE:

Com o intuito de fortalecer as ações da Rede Cegonha, a Secretaria de Município da Saúde criou o Programa Mãe Santa-mariense que tem como objetivo assistir à gestante durante o ciclo de gravidez, desde as consultas de pré-natal, o puerpério até o segundo ano de vida do bebê, buscando humanizar e aumentar a

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 864
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 48
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

segurança e a qualidade do atendimento prestado às gestantes e às crianças, seguindo as Diretrizes da Rede Cegonha.

Seguem algumas ações prioritárias do Programa:

- Acesso prioritário aos exames de imagem (ultrassom) e laboratorial;
- Captação precoce de toda mulher em idade fértil com suspeita de gestação para a realização de testes rápidos, independente do território de origem;
- Confirmada a gravidez, a gestante será encaminhada a sua Unidade de Saúde (UBS) de referência, com responsabilização de contato entre a unidade de atendimento e a de referência, garantindo a primeira consulta;
- Toda a gestante deve ser cadastrada no Sisprenatal e Consulfarma;
- Solicitação de exames de rotina de pré-natal, conforme protocolo;
- Estratificar o risco da gestante em todas as consultas;
- Se identificado o Alto Risco, encaminhar conforme protocolo ao Pré-natal de Alto Risco (AGAR) do HUSM, conforme fluxos e Protocolo do Telessaúde/RS;
- Garantir o acompanhamento compartilhado com AGAR através do plano de cuidado encaminhado a UBS de origem da gestante;
- Vinculação da gestante à maternidade através de visitação ao ambiente hospitalar;
- Implantar como rotina ações da Estratégia Amamenta Alimenta Brasil;
- Instituir o pré-natal odontológico (1 consulta/gestante) em todas as Unidades e as que não tem acesso na região, encaminhar ao Sorria Santa Maria, conforme fluxo;
- Acolhimento e acompanhamento da gestante no puerpério, conforme protocolo na UBS de origem, incluindo planejamento familiar;
- Acompanhamento do Recém-nascido (RN) através da puericultura, conforme protocolo na UBS de origem;
- Garantir imunização a 100% das crianças até 2 anos, independentemente do território de origem;
- Qualificar tecnicamente os profissionais envolvidos (pré-natal, puerpério e puericultura);
- Garantir acesso em tempo integral ao teste do pezinho, em período preconizado pelo MS, em todas às UBS, independentemente do território.

O planejamento das ações está sendo realizado com base nos dados epidemiológicos, para que as mesmas sejam concentradas em regiões onde há maior número de nascimentos. Em 2016, do total de 3.437 nascimentos, 25,04% foram da Região Administrativa Oeste, seguido de 15,83% da Região Administrativa Centro Urbano e 11,06% da Região Administrativa Norte.

1.3.2.3. Rede de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 865
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 49
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, tem o objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Em Santa Maria, as pessoas portadoras dos diferentes tipos de deficiências (ou necessidades especiais) recebem atendimento na APAE, através do Centro Especializado em Reabilitação II (CER). O serviço é oferecido a pessoas de todas as faixas etárias e conta com atendimento de psicologia, neurologia, terapia ocupacional, ortopedia, fisioterapia e fonoaudiologia; são disponibilizadas, caso necessário, cadeiras de rodas, próteses e órteses. O usuário é encaminhado através de sua unidade de saúde para a Assistente Social da UBS Erasmo Crossetti, que faz a referência ao CER.

1.3.2.4. Rede de Atenção à Saúde de Doenças e Agravos não-transmissíveis – (DANTs)

As doenças crônicas não - transmissíveis (DCNT) são as principais causas de mortes no mundo e têm gerado elevado número de mortes prematuras, perda de qualidade de vida com alto grau de limitação nas atividades de trabalho e de lazer, além de impactos econômicos para as famílias, comunidades e a sociedade em geral, agravando as iniquidades e aumentando a pobreza. (MS, 2011).

O município de Santa Maria vem acompanhando as normativas que o Ministério da Saúde estipulou e desencadeando para está rede de cuidado. Dentre os eixos estão sendo trabalhados em rede: Vigilância de acidentes e Violência (Violência doméstica, sexual e outras violências), Vigilância das Neoplasias, Doenças Cardiovasculares e atividades de promoção (alimentação saudável, controle do tabagismo e incentivo a atividade física).

As atividades que englobam esta rede de cuidado são desencadeadas pela atenção primária de Saúde, sendo a porta de entrada para prevenção e promoção de saúde, diagnóstico, tratamento e encaminhamentos especializados para outros pontos da rede.

a) Doenças Crônicas Não Transmissíveis:

As doenças crônicas são o resultado de multifatores que envolve a vida do ser humano, é um cuidado complexo, pois envolve: determinantes sociais, fatores de risco (tabagismo, consumo de álcool, inatividade física e alimentação não saudável).

Segundo o MS, "... Como nos outros países, no Brasil, as doenças crônicas não - transmissíveis também se constituem como o problema de saúde de maior magnitude. São responsáveis por 72% das causas de mortes, com destaque para doenças do aparelho circulatório (31,3%), câncer (16,3%), diabetes (5,2%) e doença respiratória crônica (5,8%), e atingem indivíduos de todas as camadas socioeconômicas e, de forma mais intensa, àqueles pertencentes a grupos vulneráveis, como os idosos e os de baixa escolaridade e renda" (2011).

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 866
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 50
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

O município de Santa Maria desencadeia ações através da atenção básica, principalmente referente ao monitoramento de diabetes e hipertensos e também possui a Política do Tabagismo.

Está sendo realizado um diagnóstico das atividades e ações realizadas nas UBS/ ESF que envolvem promoção e prevenção das DCNTs.

Seguem as informações referentes ao indicador pactuado das doenças crônicas de Santa Maria:

Tabela 23 – Indicador 23 SISPACTO.

Nº	Tipo	Indicador	Unidade	Série Histórica- Santa Maria						
				2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1	U	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	/100.000	371,7	382,6	346,61	382,63	337,8	418,65	**Monitoramento Anual Avaliação Anual** Meta Anual: **410** 1ª Qua. Parcial 114

Fonte: SISPACTO 2017-2021.

Objetivo e relevância do Indicador: Contribuir para o monitoramento da mortalidade por doenças crônicas não - transmissíveis (DCNT), que representam a maior causa de óbitos em todo o país. Além de ser um importante parâmetro para planejamento e pactuação de serviços de saúde, em todos os níveis de atenção, voltado aos portadores de doenças crônicas.

Método de cálculo:
Para município/região com 100 mil ou mais habitantes, deverá ser calculada a taxa bruta:
- numerador: número de óbitos (de 30 a 69 anos) por DCNT registrados nos códigos CID- 10: I00-I99; C00-C97; J30-J98; E10 - E14, em determinado ano e local.
- denominador: população residente (de 30 a 69 anos), em determinado ano e local.

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e BI Público.

143 óbitos (de 30 a 69 anos) / 124.924 (total de população de 30 a 69 anos) X 100.000 = **Taxa de óbitos 114** (1ª Quadrimestre)

Análise dos dados parciais encontrados:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 867
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 51
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

A taxa bruta do 1º quadrimestre foi de 114 óbitos, considerando uma população de 124.924 hab. na faixa etária dos 30 a 69 anos considerados (óbitos prematuros). Portanto ocorreram 114 óbitos por 100.000 habitantes nesta faixa etária. O município pactuou uma taxa anual de 410 óbitos, se dividirmos por quadrimestre, seria de 103 óbitos no período. No primeiro quadrimestre atingimos uma taxa de 114 óbitos, 11 óbitos acima do esperado.

- O número total de óbitos no município no período de janeiro a abril de 2017 dentro da faixa etária de 30 a 69 anos foi de 230 óbitos. Cabe ressaltar que 62% do total dos óbitos do 1º quadrimestre nesta faixa etária, foram causados pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não - transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas), sendo a primeira causa (54%) são por câncer, (38%) doenças do aparelho circulatório, (6%) diabetes e (2%) por doenças respiratórias crônicas.

Tabela 24 - Número de óbitos na faixa etária de 30 a 69 anos, por doenças crônicas não - transmissíveis, conforme sexo referente ao 1ª quadrimestre de 2017.

Doença / Óbitos (faixa etária de 30 a 69 anos)	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
Diabetes Mellitus	04	05	09
Neoplasias	39	38	77
Doenças do aparelho circulatório	33	21	54
Doenças respiratórias crônicas	0	03	03
Total	76	67	143

Fonte: SIM – Municipal - 2017

b) Prevenção das Violências e Promoção da Saúde e Cultura da Paz

O município de Santa Maria trabalha com o conceito de violência conforme OMS “Uso intencional da força física, ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo, ou uma comunidade que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (2002).

A coordenação desta política tem como objetivo desencadear os processos de notificação nos serviços de saúde, visando:

- Conhecer a magnitude dos principais tipos de violência;
- Conhecer o perfil das vítimas e dos autores das agressões;
- Caracterizar as lesões de maior ou menor gravidade;
- Dimensionar a demanda de atendimento de urgência;
- Revelar a violência doméstica, silenciada e camuflada nos lares;
- Reduzir morbimortalidade por acidentes e violência;
- Promover a saúde e a cultura da paz.

O trabalho está sendo desenvolvido no município, através da articulação com as redes de saúde (UBS, ESF), rede de urgência e emergência, Secretaria de Desenvolvimento Social, hospitais, rede de atenção psicossocial, e Ministério Público. As atividades são desencadeadas por encontros quinzenais com o grupo de trabalho integrado de enfrentamento as violências.

Segue abaixo a tabela com os dados referentes a número de notificações no município de Santa Maria no ano de 2016:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Processo
01216-0200/21-4

Tabela 25 – número de notificações no município de Santa Maria – 2016.

Munic. Notificação	Lesao_auto_provoc	Viol_Fisica	Viol_Psico/moral	Viol_Tortura	Viol_Sexual	Traf._Seres_Huma	Viol_Fin/n/Econo	Viol_Negli/Abandl	Viol_Trab._Infant	Viol_Interv_Legal	Outra_Violência
431690 Santa Maria	152	224	93	5	88	0	4	58	0	0	142
Total	152	224	93	5	88	0	4	58	0	0	142

Fonte: SINAN NET - RS

Página da peça
52

Peça
4160624

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE653

1.3.2.5. Rede de Urgência e Emergência (RUE)

O Ministério da Saúde lançou, em 2003, a Política Nacional de Urgência e Emergência com o intuito de estruturar e organizar a rede de urgência e emergência no país. Desde a publicação da portaria que instituiu essa política, o objetivo foi o de integrar a atenção às urgências. Hoje, a atenção primária é constituída pelas Unidades Básicas de Saúde e Equipes de Saúde da Família, enquanto o nível intermediário de atenção fica a cargo do SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H), e o atendimento de média e alta complexidade é feito nos hospitais (Ministério da Saúde).

- As portas de entrada para usuários do SUS no Município devem ser prioritariamente, pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégias Saúde da Família (ESF) e Policlínicas Especializadas; em segundo momento, em caso de urgência e/ou emergência, o usuário deve ser referenciado para a Rede de Urgência e Emergência (RUE). Esta é composta pelo Pronto Atendimento Municipal Flávio Miguel Schneider, Policlínica 24h Ruben Noal, Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Santa Maria - SAMU e o Pronto Atendimento do Hospital Universitário de Santa Maria, onde apenas recebe pacientes referenciados das UPAs, do SAMU, da Policlínica Tancredo Neves, dos serviços de saúde do SUS e de outros municípios da área de abrangência da 4ª CRS e Bombeiros.
- A Rede de Atenção às Urgências e Emergências visa articular e integrar todos os equipamentos de saúde para ampliar e qualificar o acesso humanizado e integral aos usuários em situação de urgência/emergência nos serviços de saúde de forma ágil e oportuna (Ministério da Saúde)

<u>Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de Santa Maria - SAMU:</u>

• O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, está instalado ao lado do Pronto Atendimento Municipal de Santa Maria, e está localizado na Rua Mauricio Sirotsky Sobrinho, 70, Bairro Patronato, sob gestão do Instituto Sócio Educacional da Biodiversidade – Instituto Masper, desde fevereiro de 2016. A central médica das urgências, localizada em Porto Alegre – RS, é parte integrante do SAMU 192, que no presente momento é responsabilidade do Estado, devendo ser vinculado ao número de habitantes do município,

• É o componente da rede de atenção às urgências que objetiva ordenar o fluxo assistencial e disponibilizar atendimento precoce e transporte adequado,

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 869
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 53
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

rápido e resolutivo às vítimas acometidas por agravos à saúde de natureza clínica, cirúrgica, gineco-obstétricas, traumáticas e psiquiátricas, mediante o envio de veículos tripulados por equipe capacitada, acessado pelo número “192” e acionado por uma Central de Regulação das Urgências. Trata-se de um serviço pré-hospitalar, que visa conectar as vítimas aos recursos que elas necessitam e com a maior brevidade possível.

Tabela 26 – Recursos humanos SAMU SM/RS -2016.

Recursos Humanos 2016	
Médicos	08
Enfermeiros	05
Técnicos	15
Condutores	20
Administrativos	02
Serviços Gerais	02

Fonte: Setor de Recursos Humanos MASPER.

Tabela 27 – Número de atendimentos e descrição de frota SAMU SM/RS – 2016.

Atendimentos 2016	
Nº de atendimentos total	9.540
Frota	
USB	03
USA	01

Fonte: Setor de Recursos Humanos MASPER.

Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h:

A Unidade de Pronto Atendimento de Santa Maria é uma unidade de Porte III, qualificada, instalada ao lado do Hospital Casa de Saúde, localizada na Rua Ary Lagranha Domingues, nº 18, sob gestão da Associação Franciscana de Assistência à Saúde (SEFAS).

A UPA é intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e os Hospitais de referência, fazendo parte do sistema Hierarquizado da Rede de Atendimentos as Urgências e Emergências, servindo como Unidade de Estabilização para atendimentos referenciados do SAMU – 192.

Realiza atendimento clínico adulto, pediátrico e odontológico. Possui 12 leitos adultos, 04 leitos pediátricos, 04 leitos de emergência, 02 isolamentos (01 adulto e 01 pediátrico), possui sala de medicação e nebulização e realiza acolhimento com Classificação de Risco segundo protocolo Manchester.

Tabela 28 – Recursos humanos UPA 24hs e número de atendimentos SM/RS -2016.

Recursos Humanos	**2016**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 870
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 54
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Médicos	60
Enfermeiros	12
Técnicos de Enfermagem	42
Atendimentos	**2016**
Nº Atendimentos médicos	76.846
Nº Atendimentos Odontologia	2.576

Fonte: Setor de Recursos Humanos Associação Franciscana de Assistência à Saúde (SEFAS).

Pronto Atendimento Municipal Flávio Miguel Schneider:

O Pronto Atendimento Municipal de Santa Maria (PAM) foi inaugurado no dia 28 de Maio de 2006, está instalado Rua Maurício Sirotsky Sobrinho, 70, Bairro Patronato, sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Desde o início, os atendimentos foram norteados pelas regras de referência e contra referência utilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de forma que todo o usuário que procure o serviço seja encaminhado corretamente para o devido tratamento. O PAM é referência para atendimentos clínicos adultos e pediátricos (até 12 anos). Possuindo também atendimento odontológico no período noturno, finais de semana e feriados nas 24 horas.

O PAM é intermediário entre as Unidades Básicas de Saúde e os Hospitais de referência, também faz parte do sistema Hierarquizado da Rede de atendimentos de Urgências e Emergências, servindo como Unidade de Estabilização para os atendimentos referenciados ao SAMU – 192.

Em processo de implantação do Acolhimento com Classificação de Risco baseado no Protocolo de Manchester.

Tabela 29 – Recursos humanos PAM e número de atendimentos SM/RS -2016.

Recursos Humanos (2016)	
Médicos Pediatras	10
Médicos Clínicos	11
Enfermeiros	17
Técnicos de Enfermagem	11
Agente Assistência	32
Odontólogos	06
Farmacêuticos	04
Técnicos em Radiologia	12
Recepcionistas (Serviço terceirizado)	08
Serventes de Higienização (Serviço terceirizado)	07
Atendimentos 2016	
Nº Atendimentos médicos	106.800
Nº atendimentos odontologia	6.864

Fonte: Setor de Recursos Humanos Secretaria de Município de Saúde.

Policlínica 24h Ruben Noal:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 871
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 55
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Localizada na região Oeste da cidade de Santa Maria, a Policlínica Ruben Noal possui características específicas de um serviço de baixa complexidade e conta com recursos tecnológicos e humanos adequados para atendimento emergencial desta natureza clínica e traumatológica.

Como é uma unidade 24 horas e localizada em uma região sem acesso rápido de pessoas advindas de regiões mais distantes, é uma referência para a população da região Oeste e arredores, para o primeiro atendimento adulto e infantil, que, caso necessário, recebem encaminhamento para outras referências.

Tabela 30- Recursos humanos PAM e número de atendimentos SM/RS -2016.

Recursos Humanos 2016	
Médicos	10
Enfermeiros	05
Técnicos de Enfermagem	02
Odontólogo	01
Agentes em Assistência	10
Recepcionistas	04
Administrativos	01
Motorista Ambulância	04
Higienização	04
Atendimentos 2016	
Nº Atendimentos médicos	48.528
Nº Atendimentos odontologia	1.212
Nº Atendimentos Enfermagem	44.688

Fonte: Setor de Recursos Humanos Secretaria de Município de Saúde.

1.4. GESTÃO DE SAÚDE

Conforme a Resolução Nº 555/12 – CIB/RS, que altera a configuração de Regiões de Saúde no Rio Grande do Sul, e institui as Comissões Intergestores Regionais (CIR), o Município está inserido na 1ª Região de Saúde, a qual pertence a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde – 4ªCRS, sendo essa polo de 32 municípios.

De acordo com a NOB 96, Santa Maria está na Gestão correspondente a plena da Atenção Básica aguardando as novas deliberações referentes às regiões de saúde.

1.4.1. Dados de Produção

A tabela apresenta algumas consultas / atendimentos da Atenção Básica e de Média Complexidade realizadas na Rede de Saúde do Município de Santa Maria – RS.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Tabela 31 - Relatório de produção da assistência.

Código	Consulta e/ou Procedimento	2015	2016	2017
03.01.01.011-0	Consulta Pré-Natal	7.390	9.309	9.032
03.01.01.003-0	Consulta Nível Superior Atenção Básica exceto Médico	25.096	43.132	46.549
03.01.01.006-4	Consulta Médica Atenção Básica	240.271	193.489	182.707
03.01.01.008-0	Consulta Puericultura	3.946	5.995	3.727
03.01.01.007-2	Consulta Médica Especializada	25.383	24.375	79.851
02.01.02.003-3	Coleta CP	6.493	6.191	5.171
03.01.01.012-9	Consulta Puerperal	326	582	672
03.01.01.004-8	Consulta Especializada exceto médico	9.681	11.462	19.045
03.01.06.006-1	Atendimento Urgência – Atenção Especializada	80.065	107.017	135.662
03.01.06.002-9	Atendimento Urgência c/ observação 24 horas			
04.01.01.002-3	Curativo Grau I com ou sem Debridamento	11.341	15.761	16.655
04.01.01.001-5	Curativo Grau II com ou sem Debridamento	3.686	6.156	7.380
03.01.05.014-7	Visita domiciliar por profissional de nível superior	291	1.650	2.378
02.14.01.008-2	Teste rápido para sífilis em gestante	374	1.295	982
02.14.01.004-0	Teste rápido para detecção de HIV em gestante	421	1.243	1.005
02.14.01.007-4	Teste rápido para sífilis	1.755	2.550	2.399
02.14.01.009-0	Teste rápido para detecção de hepatite C	584	1.395	2.414
00.21.40.101-0	Teste rápido para hepatite B	01	695	2.135
02.14.01.005-8	Teste rápido para detecção de infecção pelo HIV	1.745	2.589	2.579
00.98.90.011-0	Consulta de conclusão de tratamento odontológico	1.091	1.966	3.435
00.98.90.010-9	Consulta de retorno em odontologia	1.638	5.612	8.213
03.01.06.002-7	Atendimento de urgência em odontologia na Atenção Básica	960	1.481	1.675
00.00.00.033-3	Consulta odontológica à gestante (Código criado pela SMS para monitoramento)	-	92	362
-	Quantitativo geral de vacinas pelo SI-PNI	56.970	68.236	90.894

Fonte: Setor SIA-SUS / MV – Consulfarma

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 872
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 56
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Página
873
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
57
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

1.4.2. Estrutura Organizacional e Recursos Humanos

A Secretaria de Município da Saúde foi criada em 28/11/90, pela Lei Municipal nº 3.266/90, está estruturada conforme as seguintes leis: Lei nº 3.497/92, de 02/07/92; Lei Municipal nº 4.021/96 de 06/12/96 e Lei Municipal nº 4.239/99 de 28/06/99.

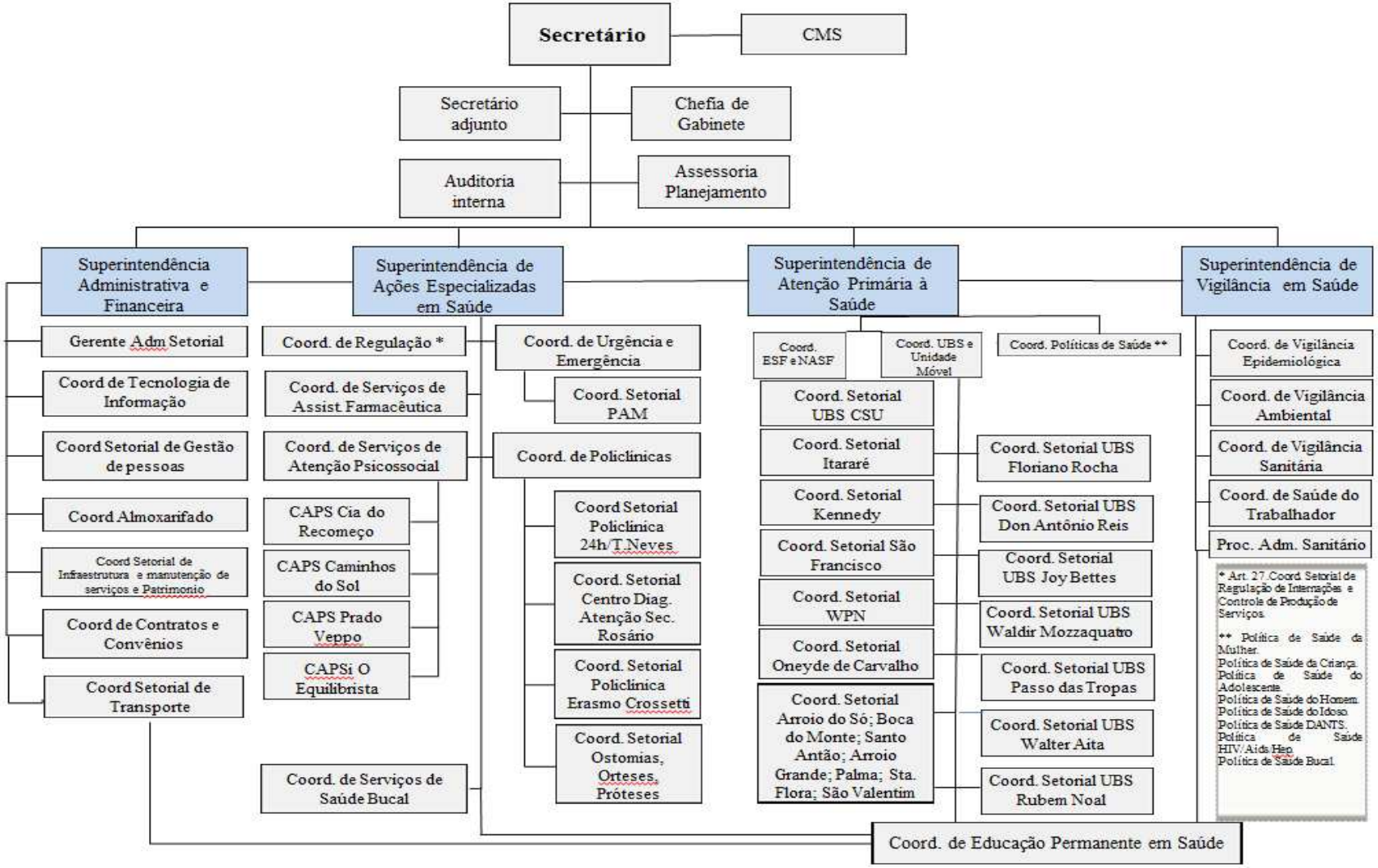
Ainda assim, o Art. 6º do Decreto Executivo nº 077, de 1º de junho de 2009, regulamenta a Estrutura Organizacional e funcionamento da Secretaria de Município da Saúde, conforme parágrafo único, Art. 7º, Lei Municipal nº5189, de 30-04-2009.

No segundo semestre de 2017 foi retomada a discussão acerca da implantação do Organograma e Fluxograma desta Secretaria, por acreditar que institucionalizar processos é o melhor caminho de desenvolvimento. Contudo, esta proposta foi encaminhada em dezembro do mesmo ano e está sob análise da administração municipal para sua execução final.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 874
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 58
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Figura 14 – Organograma SMS



Fonte: Gestão da SMS.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 875
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 59
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 32 - número e cargos de trabalhadores da SMS.

AGENTE ADMINISTRATIVO	39
AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR	14
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	108
AGENTE DE OBRAS I	2
AGENTE DE PROCESSAMENTO II	1
AGENTE DE SAÚDE (ESTADUAL)	1
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA	16
AGENTE EM ASSISTÊNCIA	69
AGENTE REDUTOR DE DANOS A SAÚDE	4
ARQUITETO	1
ASSESSOR DE GOVERNO MUNICIPAL	2
ASSISTENTE SOCIAL	8
ATENDENTE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	7
AUXILIAR DE CONS. DENTÁRIO	8
AUXILIAR DE FARMÁCIA	4
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	5
AUXILIAR DE OPERAÇÕES I	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	31
AUXILIAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS	1
AUXILIAR EM ASSISTÊNCIA	21
AUXILIAR EM ENFERMAGEM	1
CHEFE DE GABINETE	1
CIRURGIÃO DENTISTA - ESF	8
COORDENADOR	7
COORDENADOR SETORIAL	13
ENFERMEIRO	66
ENFERMEIRO - ESF	24
ENGENHEIRO CIVIL	1
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA	1
ENGENHEIRO FLORESTAL	1
FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO	17
FISCAL MUNICIPAL I	1
FISCAL MUNICIPAL II	11
FISIOTERAPEUTA	8
FONOAUDIÓLOGO	4
GERENTE DE PROJETOS	3
GUARDA MUNICIPAL	37
MÉDICO - ESF	4
MÉDICO CIRUGIA GERAL	2
MÉDICO CLÍNICO GERAL	47
MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF	2
MÉDICO GINECOLOGISTA	5
MÉDICO GINECO OBSTETRA	8
MÉDICO INFECTOLOGISTA	1
MÉDICO NEUROLOGISTA	2
MÉDICO OTALMOLOGISTA	2
MÉDICO PEDIATRA	14
MÉDICO PEDIATRA - ESF	1
MÉDICO PLANTONISTA	8
MÉDICO PLANTONISTA DE URGÊNCIA	1
MÉDICO PROCTOLOGISTA	1
MÉDICO PSIQUIATRA	2
MÉDICO RADIOLOGISTA	2
MÉDICO UROLOGISTA	2
MÉDICO VETERINÁRIO	3
MOTORISTA DE AUTOMÓVEL E UTIL	28
MOTORISTA DE CAMINHÃO	13
NUTRICIONISTA	2
ODONTÓLOGO	25
OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA	1
PROFESSOR	4
PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	1
PSICÓLOGO	21
PSICOPEDAGOGA	1
SOCIÓLOGO	1
SUPERINTENDENTE SERVIÇO DE SAÚDE/SECRETARIO	1
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	1
TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF	21
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	38
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	12
TÉCNICO EM SAÚDE MENTAL	7
TÉCNICO EM SEG. DO TRABALHO	1
TÉCNICO I	1
TELEFONISTA	2
VIGILANTE	2

Fonte: Recursos Humanos Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria até 16/05/2017.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 876
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 60
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 33 - Motivo da vacância de cargos.

	MOTIVO DO AFASTAMENTO					
ANO	**Falecimento**	**Exoneração**	**Aposentadoria**	**Transferência**	**Retorno a 4ª CRS**	**Total**
2012	02	05	06	-	-	13
2013	01	16	13	01	01	32
2014	-	24	17	-	-	41
2015	03	22	10	-	-	35
2016	01	11	20	01	-	33

Fonte: Recursos humanos Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria até 16/05/2017.

1.4.3. Financiamento do SUS

O financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) engloba o aporte de recursos das três esferas de governo, federal, estadual e municipal, conforme determina a Constituição Federal de 1988, com vista à realização das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

A Lei Complementar nº. 141/2012 regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente nas despesas com saúde nas três esferas de governo, bem como estabelece as normas de fiscalização, avaliação e controle. Esta Lei trouxe definições importantes do que são gastos com saúde para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos estabelecidos na lei, sendo que os municípios devem aplicar 15% de suas receitas.

Outrossim, a Lei Complementar 141/2012 trouxe importantes mudanças no tocante ao mecanismo de controle, uma vez que além do Tribunal de Contas e do Sistema Nacional de Auditoria, foi incluído como entidade que deve exercer controle sobre as contas do Município, o Conselho de Saúde, munido agora do poder de rejeitar as contas apresentadas.

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria foi criado pela Lei Municipal nº 3744 de 03 de janeiro de 1994, pois a existência de fundos especiais com a finalidade de gerir os recursos financeiros destinados a ações e serviços de saúde nas três esferas de governo é determinada pelas leis brasileiras desde 1990. A Emenda Constitucional nº. 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar 141/2012, define a aplicação de recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde por meio de fundo de saúde, o que implicou na institucionalização e organização do Fundo Municipal de Saúde para administrar esses recursos, dando cumprimento, inclusive, ao imperativo constitucional.

Na tabela a seguir temos a série histórica da despesa com ações e serviços públicos de saúde na receita líquida de impostos e transferências do município:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 877
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 61
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 34 – Série histórica da Execução de Receita e Despesa 2012-2016.

2012					
Fonte	**Saldo em 31/12/2011**	**Receitas**	**Rendimentos**	**Despesas**	**Saldo em 31/12/2012**
MUNICIPAL	R$ 1.119.752,03	R$ 45.883.970,30	R$ 27.086,09	R$ 44.849.443,60	R$ 2.181.364,82
ESTADUAL	R$ 4.125.804,70	R$ 6.413.515,12	R$ 21.786,49	R$ 7.295.049,14	R$ 3.366.057,17
FEDERAL	R$ 11.629.041,20	R$ 16.978.871,30	R$ 80.015,59	R$ 22.696.815,20	R$ 6.291.112,89
TOTAL	R$ 16.874.597,93	R$ 69.276.356,72	R$ 28.888,17	R$ 74.841.307,94	R$11.838.534,88

Participação da Receita Própria aplicada em Saúde, conforme LC 141/2012	18,54%
Per Capita, soma das 3 esferas	R$ 283,25

2013					
Fonte	**Saldo em 31/12/2012**	**Receitas**	**Rendimentos**	**Despesas**	**Saldo em 31/12/2013**
MUNICIPAL	R$ 2.181.364,82	R$ 43.478.431,50	R$ 44.466,06	R$ 44.249.319,80	R$ 1.454.942,58
ESTADUAL	R$ 3.366.057,17	R$ 11.810.258,00	R$ 404.044,30	R$ 11.691.015,20	R$ 3.889.344,27
FEDERAL	R$ 6.291.112,89	R$ 22.447.274,09	R$ 504.433,01	R$ 22.535.660,95	R$ 6.707.159,04
TOTAL	R$ 11.838.534,88	R$ 77.735.963,59	R$ 952.943,37	R$ 78.475.995,95	R$12.051.445,89

Participação da Receita Própria aplicada em Saúde, conforme EC 29/2000 e LC 141/2012	15,81%
Per Capita, soma das 3 esferas	R$ 280,84

2014					
Fonte	Saldo em 31/12/2013	Receitas	Rendimentos	Despesas	Saldo em 31/12/2014
MUNICIPAL	R$ 1.454.942,58	R$ 52.134.494,26	R$ 96.984,92	R$ 52.586.276,10	R$ 1.100.145,66
ESTADUAL	R$ 3.889.344,27	R$ 10.419.048,86	R$ 433.944,43	R$ 11.954.132,03	R$ 2.788.205,53
FEDERAL	R$ 6.707.159,01	R$ 21.809.579,66	R$ 767.400,78	R$ 23.781.677,09	R$ 5.502.462,36
TOTAL	R$ 12.051.445,86	R$ 84.363.122,78	R$ 1.298.330,13	R$ 88.322.085,22	R$ 9.390.813,55

Participação da Receita Própria aplicada em Saúde, conforme LC 141/2012	**17,39%**
Per Capita, soma das 3 esferas	**R$ 312,77**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 878
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 62
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

2015					
Fonte	Saldo em 31/12/2014	Receitas	Rendimentos	Despesas	Saldo em 31/12/2015
MUNICIPAL	R$ 1.100.145,66	R$ 64.490.037,74	R$ 45.115,85	R$ 64.373.127,24	R$ 1.262.172,01
ESTADUAL	R$ 2.788.205,53	R$ 7.007.346,51	R$ 361.708,91	R$ 7.364.564,98	R$ 2.792.695,97
FEDERAL	R$ 5.505.462,36	R$ 20.406.030,74	R$ 809.890,19	R$ 20.653.533,23	R$ 6.067.850,06
TOTAL	R$ 9.393.813,55	R$ 91.903.414,99	R$ 1.216.714,95	R$ 92.391.225,45	R$ 10.122.718,04

Participação da Receita Própria aplicada em Saúde, conforme EC 29/2000 e LC 141/2012	**20,60%**
Per Capita, soma das 3 esferas	**R$ 334,08**

2016					
Fonte	Saldo em 31/12/2015	Receitas	Rendimentos	Despesas	Saldo em 31/12/2016
MUNICIPAL	R$ 1.262.172,01	R$ 66.669.364,28	R$ 63.909,76	R$ 66.459.661,45	R$ 1.535.784,60
ESTADUAL	R$ 2.792.695,97	R$ 12.095.865,41	R$ 420.000,47	R$ 12.385.363,35	R$ 2.923.198,50
FEDERAL	R$ 6.067.850,06	R$ 22.030.058,52	R$ 980.909,93	R$ 22.691.987,43	R$ 6.386.831,08
TOTAL	R$ 10.122.718,04	R$100.795.288,21	R$1.464.820,16	R$101.537.012,23	R$ 10.845.814,18

Participação da Receita Própria aplicada em Saúde, conforme LC 141/2012	**19,40%**
Per Capita, soma das 3 esferas	**R$ 365,55**

Fonte: SARGSUS/MS

1.4.4. Participação Social

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) foi criado em 1991, pela Lei Municipal nº 3.355, de 19/09/91, e modificado pela Lei Municipal nº 3.871/95, de 10/04/95. O CMS teve mais algumas modificações tornando-se mais autônomo com a Lei Municipal Nº 5875, de 30 de maio de 2014, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RS, como órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria, como uma instância colegiada, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde do Município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, com caráter deliberativo na sua formulação, controle e avaliação. Na sua estruturação será composto, no art. 4º, por dois grupos distintos de entidades representativas dos diferentes segmentos sociais, onde o segmento dos usuários terá paridade em relação aos demais segmentos, nas seguintes proporções:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 879
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 63
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

I - GRUPO I: Terá a proporção de 50% dos assentos e será composto por Órgãos Governamentais, Instituições Prestadoras de Serviços de Saúde e Representações dos Trabalhadores de Saúde, assim distribuídos:
a) 25% dos assentos serão utilizados por Órgãos Governamentais e por Instituições Prestadoras de Serviços de Saúde e;
b) 25% dos assentos serão utilizados por Entidades ou Grupos Organizados de Trabalhadores de Saúde.

II - GRUPO II: Terá a proporção de 50% dos assentos e será composto por Entidades Representativas ou Grupos Organizados de Usuários do SUS, como: Associações de Portadores de Patologias; Associações de Portadores de Deficiências; Movimentos Sociais e Populares Organizados; Entidades de Aposentados e Pensionistas; Sindicatos; Centrais Sindicais; Confederações e Federações de trabalhadores urbanos e rurais, exceto aqueles de categorias específicas de trabalhadores de saúde; Entidades do movimento estudantil; Entidades de defesa do consumidor; Associações de moradores; Conselhos Locais de Saúde; Entidades ambientalistas; Organizações religiosas, dentre outras organizações.

1.4.5. Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPeS)

O Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPeS) iniciou suas atividades mais ligadas à integração entre ensino e serviço em 2007. O NEPeS foi instituído pela portaria 0040/2007/SMS com o objetivo de, conforme estabelecido pela Portaria nº 198/GM/MS, em 13 de fevereiro de 2004, instituir a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor (BRASIL, 2004).

Em 2014, houve um redesenho do NEPeS na lógica da educação permanente, conforme Portaria EP, 2007: “A definição de uma política de formação e desenvolvimento para o Sistema Único de Saúde, seja no âmbito nacional, seja no estadual, seja no regional e seja mesmo no municipal, deve considerar o conceito de Educação Permanente em Saúde e articular as necessidades dos serviços de saúde, as possibilidades de desenvolvimento dos profissionais, a capacidade resolutiva dos serviços de saúde e a gestão social sobre as políticas públicas de saúde”.

Pautada nesta lógica, o NEPeS foi reestruturado em quatros eixos temáticos estruturantes horizontais: qualificação profissional, cuidando de quem faz saúde, participação social e integração ensino-serviço, e um eixo transversal: Processo de trabalho. Atualmente compõem o quadro de funcionários do NEPeS dois enfermeiros, um sociólogo, um agente administrativo e um serviços gerais.

PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO- PET GRADUA SUS

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 880
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 64
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Instituído pela Portaria nº13/2015, com objetivo de mudanças curriculares alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para todos os cursos de graduação na área da saúde; qualificação dos processos de integração ensino-serviço-comunidade de forma articulada entre o Sistema Único de Saúde e as instituições de ensino; articulação com projetos do Ministério da Saúde e Ministério da Educação e/ou outros projetos de âmbito local ou regional relacionados à integração ensino-serviço-comunidade. Os projetos deverão atuar como pontos de fomento e organização das ações de integração ensino-serviço-comunidade no território de modo a articular suas ações com a de outros projetos que contribuem para fortalecer o movimento de mudança da formação de graduação em saúde, aproximando-a do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tabela 35 – Composição das equipes dos grupos PET GRADUA SUS de Santa Maria – RS, 2017.

INSTITUIÇÃO	COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	• Coordenador Geral - 01 (Servidor do Município) • Curso de Medicina: 01 Coordenador Docente, 03 preceptores profissionais e 02 alunos (graduação). • Curso de Serviço Social: 01 Coordenador Docente, 03 preceptores profissionais e 02 alunos (graduação). • Curso de Farmácia: 01 Coordenador Docente, 03 preceptores profissionais e 02 alunos (graduação).
CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO -UNIFRA	• Coordenador Geral - 01 (Servidor do Município) • Curso de Medicina: 01 Coordenador Docente, 03 preceptores profissionais e 02 alunos (graduação). • Curso de Enfermagem: 01 Coordenador Docente, 03 preceptores profissionais e 02 alunos (graduação).

Fonte: NEPeS Santa Maria / RS.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 881
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 65
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 36 - Programas de residências no município UFN.

INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO
Universidade Franciscana	RESIDÊNCIA EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA	Qualificar enfermeiras para atuarem no cuidado à saúde da mulher, nos processos de reprodução, gestação, parto e nascimento, puerpério, neonato e família, compreendendo seus aspectos sociais, culturais, emocionais, éticos e fisiológicos, orientados pelas boas práticas e evidências científicas, contemplando os princípios e diretrizes do SUS.
	PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL	Desenvolver competências voltadas para educação em serviço que visem ao aperfeiçoamento ético, humano e técnico-científico para o atendimento integral à saúde dos sujeitos, orientados pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS e pautadas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
	RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM REABILITAÇÃO FÍSICA	Qualificar os profissionais para a atuação em reabilitação mediante práticas interdisciplinares e multiprofissionais que visem o aperfeiçoamento ético, humano e técnico-científico para o atendimento integral à saúde das pessoas, famílias e comunidades, na rede de cuidado à pessoa com deficiência, facilitando a integração dos diferentes serviços da rede de reabilitação, articulando os diferentes níveis de complexidade no atendimento.
	RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E TRAUMA	Proporcionar aos profissionais enfermeiros conhecimentos específicos e qualificados sobre a assistência pré e intra-hospitalar de excelência em serviços de urgência, emergência/trauma.
	RESID. ATENÇÃO CLÍNICA COM ÊNFASE EM INFECTOLOGIA E NEUROLOGIA	Qualificar profissionais biomédicos, enfermeiros, fisioterapeutas e psicólogos para atuarem na atenção clínica especializada com ênfase em Infectologia e Neurologia aplicada à promoção da saúde, ao diagnóstico e manejo de pessoas com doenças infectocontagiosas em especial as arboviroses e prevenção de complicações neurológicas decorrentes desses agravos na rede pública de saúde.
	RESIDÊNCIA MÉDICA EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE	O programa tem por objetivo geral desenvolver recursos humanos especializados em Medicina Geral da Família e Comunidade, com alto nível de resolutividade em sua atuação, promovendo o aperfeiçoamento ético, humano e técnico-científico do profissional médico e, desta forma, contribuindo para o atendimento das necessidades da população e para a melhoria da assistência médica.

Fonte: NEPeS Santa Maria / RS.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 882
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 66
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 37 – Número de residentes por programa 2013 – 2016.

Residências Centro Universitário Franciscano

ANO 2013

Programa	Nº de residentes
Residência em Enfermagem Obstétrica	6

ANO 2014

Programa	Nº de residentes
Residência em Enfermagem Obstétrica	6

ANO 2015

Programa	Nº de residentes
Residência em Enfermagem Obstétrica	6
Residência em Enfermagem Urgência /Trauma	6
Residência em Saúde Mental	7

ANO 2016

Programa	Nº de residentes
Residência em Enfermagem Obstétrica	6
Residência em Enfermagem Urgência /Trauma	6
Residência em Saúde Mental	7
Residência em Reabilitação Física	5

ANO 2017

Programa	Nº de residentes
Residência em Enfermagem Obstétrica	6
Residência em Enfermagem Urgência /Trauma	6
Residência em Saúde Mental	7
Residência em Reabilitação Física	4
Residência em Atenção Clínica Especializada em Infectologia e Neurologia	8

Fonte: NEPeS Santa Maria /RS.

Tabela 38 - Programas de residências no município UFSM.

INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	OBJETIVO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL INTEGRADA EM SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE (UFSM). ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ATENÇÃO BÁSICA/VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SAÚDE MENTAL	Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde da UFSM têm por objetivo formar profissionais de saúde qualificados na especialidade escolhida, com competências técnico-científica, sócio-política e ético-humanista, orientadas pelos Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).
	RESIDÊNCIA MÉDICA EM SAÚDE DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE	Tem por objetivo a formação de especialista em nível de excelência em APS, visando à inserção efetiva e respeitosa dos médicos nas comunidades sob seus cuidados, assim como o senso de responsabilidade pela saúde da população, voltada à construção da cidadania e às ações em bases epidemiológicas.

Fonte: NEPeS Santa Maria /RS.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 883
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 67
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Tabela 39 -**–** Número de residentes por programa 2012 – 2016.

Relação do número de profissionais de saúde residentes do Programa de Residência Multiprofissional da UFSM inseridos nos serviços do município de Santa Maria			
ANO	**Atenção Básica/ESF**	**Vigilância em Saúde**	**Saúde Mental**
2012	16	3	26
2013	21	4	35
2014	28	5	29
2015	29	5	21
2016	20	6	14
2017	21	8	14

Fonte: NEPeS Santa Maria /RS.

Tabela 40 - Estágios e aulas práticas.

PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO				
2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
135	218	156	102	87
ESTÁGIOS REALIZADOS				
2012	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
1188 vagas	1584 vagas	914 vagas	1806 vagas	2575 vagas

Fonte: NEPeS Santa Maria /RS.

1.4.6. Planificação da Atenção Primária à Saúde

A Atenção Primária à Saúde (APS), organizada e exercendo o seu papel resolutivo como coordenadora do cuidado dos usuários no território de sua responsabilidade, é fundamental para a conformação de Redes de Atenção à Saúde (RAS). Para alcançar este objetivo, o Conselho Nacional de Secretarias de Saúde (CONASS) e a Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS) firmaram parceria, em junho/2015, para dar início às Oficinas de Planificação da Atenção Primária no RS, experiência que já se mostrou exitosa em outros estados, como Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Ceará.

De acordo com o CONASS, para o alcance dos objetivos constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS), no que se refere à equidade e universalidade e para a melhoria dos indicadores de saúde da população brasileira, a APS tornou-se o foco da Planificação (BRASIL, 2011). A APS pode ser definida como um conjunto de intervenções de saúde no âmbito individual e coletivo que envolve: promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. É representante do centro de comunicação das RAS (BRASIL, 2011).

A RAS caracteriza-se pela formação de relações horizontais entre os pontos de

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 884
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 68
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

atenção, formadas pelas necessidades populacionais de cada espaço regional singular, que objetiva promover a integração sistêmica, de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, responsável e humanizada (BRASIL, 2010). São fundamentos da APS dentro das RAS: ser a modalidade de atenção e de serviço de saúde com o mais elevado grau de descentralização; identificar riscos, necessidades e demandas de saúde; elaborar, acompanhar e gerir projetos terapêuticos singulares, bem como acompanhar e organizar o fluxo dos usuários entre os pontos de atenção das RAS (MENDES, 2011).

A Atenção Primária à Saúde (APS) no município de Santa Maria/RS atualmente passa por um processo de transformação, melhoria e qualificação, que por meio da Planificação da Atenção Primária à Saúde (re) discute os processos de trabalho visando a melhoria ao acesso, propondo um atendimento de saúde equânime e universal a toda a população, através da mudança do modelo assistencial e igualmente proporcionando a qualificação dos profissionais de saúde para melhor atender a população.

Sabemos que a efetivação das mudanças macroestruturais disparadas pela Planificação será um processo lento, que requer esforços contínuos. No entanto, as atividades já realizadas demonstram avanços no que se refere à reorganização dos processos de trabalho nas unidades, garantindo melhoria no acesso dos usuários aos serviços e o planejamento da atenção, pautado nas necessidades locais. Essas mudanças poderão impactar positivamente nos indicadores de saúde e no fortalecimento da saúde no município.

No âmbito do município de Santa Maria, a continuidade desse processo conta com o apoio dos tutores (que trabalham diretamente com as equipes de APS na implementação das mudanças na unidade), de uma equipe de apoio aos tutores (acompanham o andamento das atividades), além do suporte e supervisão de facilitadores do CONASS, de profissionais da 4ª CRS e do NEPeS.

As atividades de tutoria visam complementar as oficinas de planificação com um modelo de melhoria voltado para a organização dos macro e microprocessos da APS por meio de gerenciamento de processos e com a utilização de uma concepção educacional diferenciada. A tutoria teve sua fase inicial de implantação em unidades-laboratório, que foram em um primeiro momento a ESF Roberto Binatto e ESF Lídia. Em seguida, iniciou-se uma fase de expansão que está buscando implementar as atividades de tutoria em todas as ESFs do município de Santa Maria.

Os avanços desencadeados pela Planificação da APS também precisam estar atrelados a investimentos de melhorias estruturais na Rede de Saúde de Santa Maria, sendo imprescindível a ampliação da cobertura de ESF, de completar e expandir o quadro de trabalhadores, devido às fragilidades estruturais atuais na APS do município, com a necessidade de aumentar a cobertura populacional estimada hoje em 22% para se atender às necessidades de saúde e especificidades das regiões de saúde municipais.

As oficinas aconteceram entre os meses de novembro de 2015 e junho de 2016, com carga horária total de 96 horas, sendo 16 horas cada oficina. Os conteúdos propostos nas 12 oficinas, originalmente pensadas pelo CONASS, foram agrupados e distribuídos de forma a serem contemplados em seis oficinas para os municípios

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 885
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 69
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

que aderiram ao projeto nas Regiões 1 e 2. Participaram deste processo cerca de 250 trabalhadores dos serviços de saúde, entre eles os integrantes de todas as equipes de ESF, as equipes de EACS – Estratégia de Agente Comunitário de Saúde, além de profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), profissionais da Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Franciscana, docentes de Instituições de Ensino Superior do município, diretores, coordenadores e técnicos da SES e da SMS.

1.4.7. Territorialização da Atenção Primária em Saúde

Buscando a integralidade da atenção aos usuários atendidos pela Atenção Primária em Saúde (APS), alguns servidores de Santa Maria vêm trabalhando no processo de territorialização desde 2014. A partir de 2016, contamos com a parceria do geógrafo e professor da UFSM Rivaldo Faria, com um projeto de extensão no qual utilizamos a cartografia, integrante do NePeGS (Núcleo de Pesquisa em Geografia da Saúde).

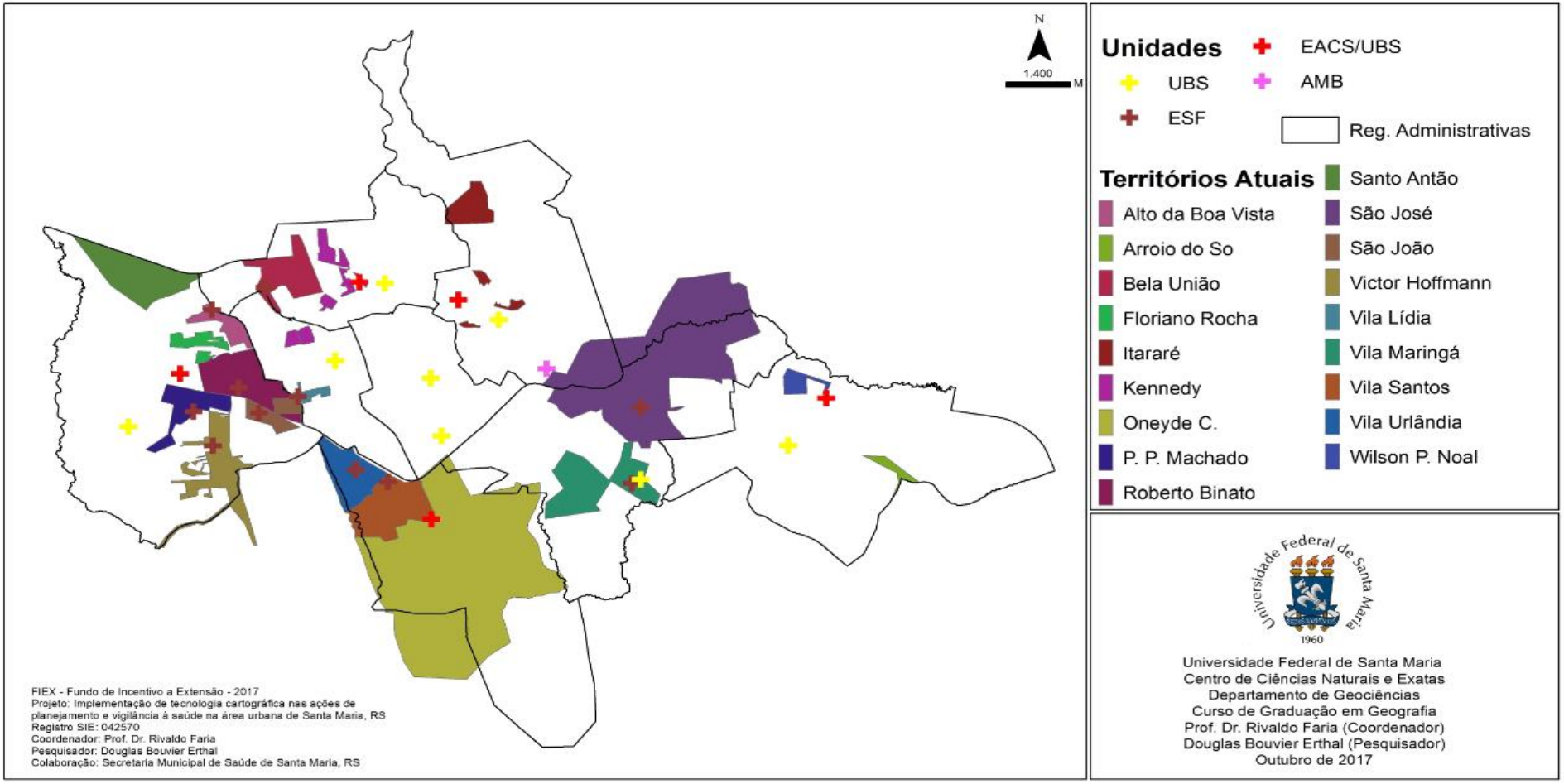
Os critérios utilizados para a territorialização da APS, segundo o relatório das ações de extensão de Faria e Erthal (2016), foram:

- Os limites político-administrativos do Município (rural, urbano e Regiões Administrativas) foram respeitados.
- População residente: cada equipe de ESF (Estratégia de Saúde da Família) deveria atender até 4 mil hab, sendo recomendado 3 mil hab, e para as UBS (Unidades Básicas de Saúde Tradicionais) até 20 mil hab.
- Barreiras geográficas: foi considerada a presença de vias de acesso rápido (rodovias e vias arteriais), rios e vales; para facilitar a acessibilidade do usuário à Unidade.
- Vulnerabilidade social: foi elaborado um indicador composto de vulnerabilidade ou privação social, tendo como base a renda por domicílio, analfabetismo e densidade ocupacional (número de moradores por domicílio).

A seguir, podemos verificar de onde partimos (territórios atuais) para onde queremos chegar com a reorganização do território.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

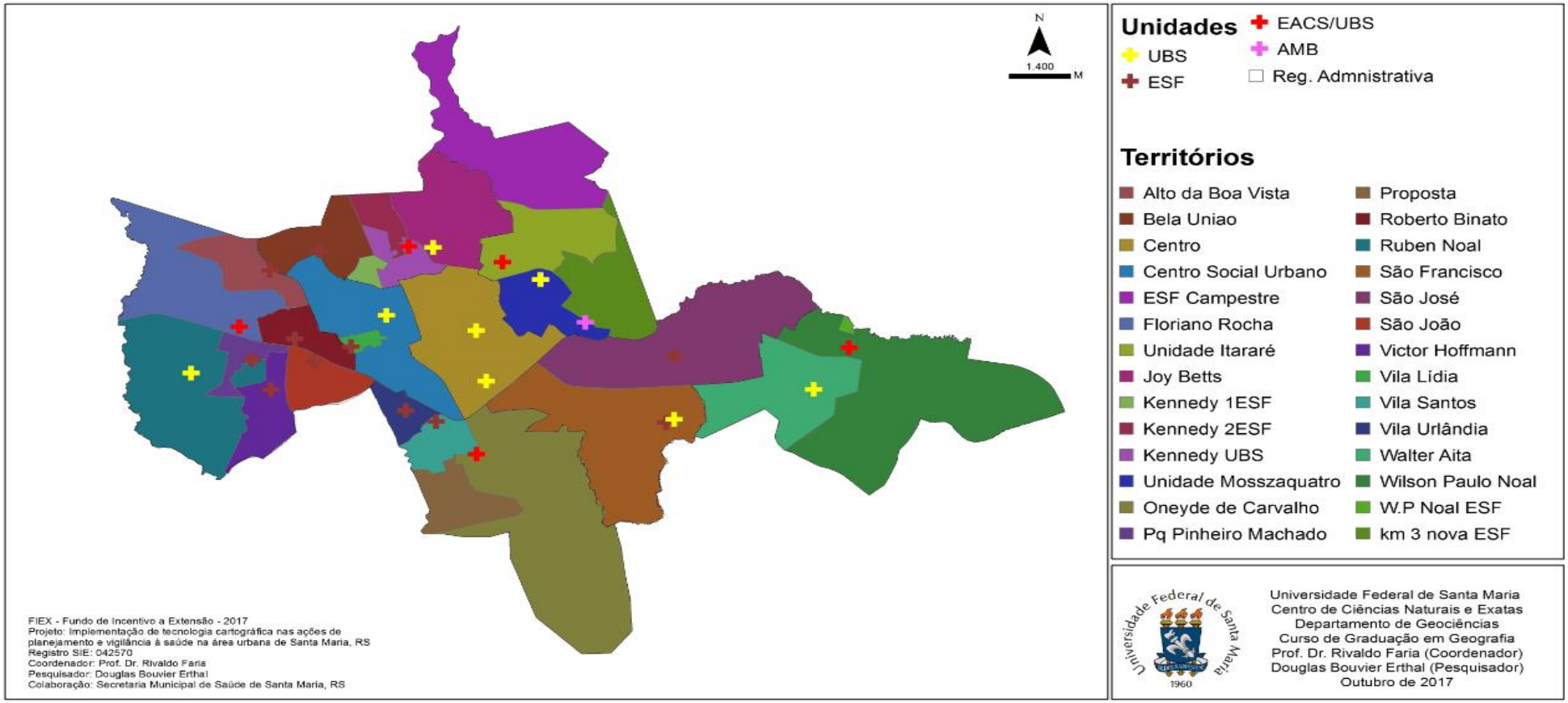
Figura 15 – Início dos trabalhos de territorialização.



Página 886
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 70
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

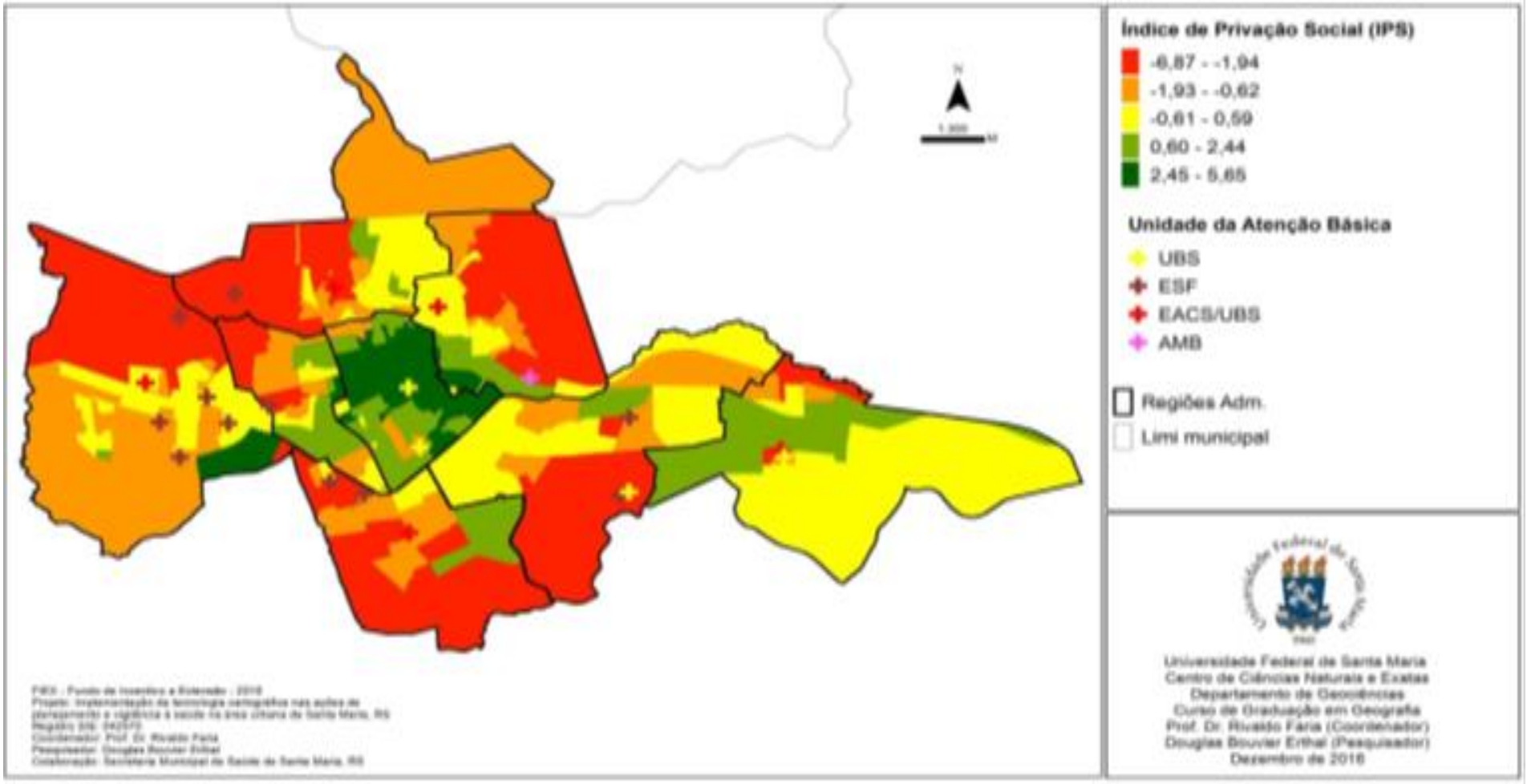
Figura 16 - Proposta de Territorialização da APS no Município.



Página 887
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 71
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Figura 17 – Índice de privação social (IPS) da área urbana de Santa Maria, Rio Grande do Sul com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010.



Página 888
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 72
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 889
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 73
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

A proposta da Secretaria de Saúde é que comecemos a reorganização na prática a partir da Região Oeste, pois é a região com maior número de equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e também por apresentar o maior índice de privação social também.

1.5. SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A Vigilância em Saúde foi criada com o objetivo de agregar as áreas de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador, para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Tem como objetivo a promoção, proteção e recuperação da saúde pública através de ações que sejam capazes de eliminar, diminuir e prevenir riscos à saúde, detectar qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionastes de saúde individual ou coletiva, e com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos.

Está dividida em quatro áreas de atuação: Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica/ Imunizações; Vigilância Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador.

1.5.1. Vigilância Sanitária

Foi criada pela Lei Municipal nº 4040, de 27/12/1996, que “dispões sobre normas de saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades e dá outras providências”

- Setor/Coordenadoria de Fiscalização de Alimentos, Zoonoses e Produtos Agropecuários - COFAPA: Atua no cadastramento, fiscalização e licenciamento do comércio varejista de alimentos e agropecuárias, bem como na orientação e prevenção de doenças zoonóticas.
- Setor/Coordenadoria de Engenharia Sanitária - COESA: atua na fiscalização, monitoramento e análise de projetos físicos/arquitetônicos de estabelecimentos sujeitos às ações de vigilância sanitária, conforme Decreto do Executivo nº 18, de 02/02/2012.
- Setor/Coordenadoria de Serviços de Interesse à Saúde - COSIS: atua no cadastramento, fiscalização e licenciamento de estabelecimentos de interesse à saúde, tais como: ambulatórios, instituições de longa permanência para idosos, consultórios e clínicas em geral, laboratórios em geral, óticas, comunidade terapêutica, entre outros.
- Setor/Coordenadoria de Produtos de Interesse à Saúde - COPIS: atua no cadastramento, fiscalização e licenciamento de estabelecimentos de produtos de interesse à saúde, tais como: produção e comercialização de medicamentos, de produção de produtos químicos, de produção de saneantes domissanitários, de estética e serviços de massagens e similares.
- Setor/Coordenadoria de Estabelecimento de Interesses da Saúde - COFEISA : atua no cadastramento, fiscalização e licenciamento de estabelecimentos, tais

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 890
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 74
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

como: indústria em geral, estabelecimento de comércio de serviços, estabelecimento de educação infantil, estabelecimento de ensino de 1º, 2º e 3º graus, hotéis/motéis, academias de ginásticas, clubes recreativos com e sem piscina, postos de combustíveis, templos/igrejas, serviços de limpeza de caixa d'água, desinsetização e desratização.

- Setor de Processo Administrativo Sanitário: Atua na instauração, controle e encerramento dos processos administrativos sanitários decorrentes das ações de Vigilância em Saúde.

AÇÕES DESENCADEADAS:

- Atendimento ao público, prestando esclarecimentos técnicos e informações sobre legislação e documentação sanitária referente aos estabelecimentos/atividades sujeitos às ações de Vigilância Sanitária;
- Fiscalizações/inspeções em estabelecimentos/atividades sujeitos à Vigilância Sanitária;
- Elaboração e Expedição de: Relatórios de Inspeções, Termos de Compromisso para Adequações, Autos de Infrações, Certidões, Pareceres, Alvarás Sanitários, Ofícios, Memorandos e demais instrumentos utilizados nas ações de VISA, no exercício das suas atribuições;
- Revisão da documentação que compõe o processo de requerimento de Alvará Sanitário;
- Apuração de denúncias referentes aos estabelecimentos/atividades fiscalizados e licenciados pela VISA;
- Atendimento das solicitações do Poder Judiciário, Ministério Público, Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Secretaria Estadual de Saúde e 4ª CRS;
- Autenticações/vistos em Livros de Registros de Procedimentos;
- Participação em cursos/capacitações/seminários/reuniões internas e com outros setores e entidades;
- Palestras sobre Vigilância em Saúde (atividades educativas para a população).
- Setor de Engenharia e Arquitetura: Fiscalização do contrato Stericycle (resíduos de serviços de saúde), análise de projetos conforme decreto executivo nº 18/2012, vistorias de áreas físicas (privado e público), elaboração de relatório e pareceres técnicos (setor privado e público). Atendimento às demais solicitações das outras vigilâncias.

1.5.2. Vigilância Epidemiológica/Imunizações

- Setor de Epidemiologia – Atua em proporcionar conhecimento, detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva. Tem como finalidade recomendar a adoção de medidas de prevenção e controle de doenças ou agravos.
- Setor de Imunizações – Atua na redução de índices de morbidade e mortalidade por doenças previsíveis por vacinas, bem como acondicionar, armazenar e distribuir os imunológicos fazendo, assim, cumprir as metas de

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 891
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 75
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

cobertura vacinal estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

AÇÕES DESENCADEADAS:

- Alimentação diária e monitoramento dos seguintes sistemas de informação, ligados diretamente ao Ministério da Saúde:
  SIM – Sistema de Informação Mortalidade
  SINASC – Sistema de Informação de Nascidos Vivos
  SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação
  SIVEP-DDA – Sistema de Informação de Doenças Diarreicas Agudas
  SIPNI – Sistema de Informação de Programa Nacional de Imunizações
  SIES – Sistema de Informação de Insumos Estratégicos
- Revisão mensal de relatórios de vacinas, interagindo com as unidades de saúde;
- Distribuição diária de insumos e vacinas.

INVESTIGAÇÕES:

- Declaração de óbitos: fetal, infantil (menores de 5 anos), mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) e causas mal definidas. Através de visitas domiciliares, verificação dos prontuários médicos nas instituições de saúde.
- Declaração de Nascido Vivo: verificação e complementação de dados relacionados ao preenchimento do formulário.
- SINAN – Doenças de Notificação Compulsória (48 doenças): investigação de notificações de leptospirose, dengue, meningite, H1N1 e surtos e vacinação de bloqueio quando necessário. Encaminhamentos de exames e amostras ao Lacen para confirmação ou descarte do agravo EAPV – Evento adverso pós-vacinação.
- Monitoramento das salas de vacina quando do desabastecimento de energia elétrica (32 salas e a rede de frio, sito Vigilância)
- Monitoramento da Violência em Saúde

CAMPANHA DE VACINAÇÃO:

- Campanha de Vacinação da Gripe e vacinação dos trabalhadores de Saúde nos hospitais da cidade e instituições de longa permanência.
- Campanha de Multivacinação.

ORIENTAÇÕES E EDUCAÇÃO EM SERVIÇO:

- Atendimento ao público em geral para orientações sobre doenças de notificação e vacinas.
- Contato direto com os serviços de saúde públicos e privados para orientação e complementação de dados.
- Parceria com o Núcleo de Educação Permanente em Saúde, para capacitação e atualização aos profissionais de saúde, treinamento teórico e prático em sala de vacina.
- Integração com instituições de ensino.
- Integração com alunos de graduação e de residências.
- Análise e monitoramento dos indicadores de saúde pactuados.
- Elaboração de relatórios.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 892
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 76
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

TRANSPORTE:

- Insumos para o abastecimento para as salas de vacina
- Encaminhamentos de material biológicos para o LACEN
- Visita domiciliares

1.5.3. Vigilância Ambiental

Temos como definição pela Instrução Normativa do MS – Secretaria de Vigilância em Saúde, nº01, de 07 de março de 2005: "Vigilância Ambiental em Saúde é um conjunto de ações que proporciona o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou outros agravos à saúde".

As tarefas fundamentais da Vigilância Ambiental em Saúde referem-se aos processos de produção, integração, processamento e interpretação de informações visando o conhecimento dos problemas de saúde existentes, relacionados aos fatores ambientais, sua priorização para tomada de decisão e execução de ações relativas às atividades de promoção, prevenção e controle recomendadas e executadas por este sistema e sua permanente avaliação.

Destacam-se os seguintes objetivos:

- Identificar os riscos e divulgar as informações referentes aos fatores condicionantes e determinantes das doenças e agravos à saúde relacionados aos ambientes naturais e antrópicos;
- Intervir, com ações diretas de responsabilidade do setor ou demandando para outros setores, com vistas a eliminar os principais fatores ambientais de riscos à saúde humana;
- Promover ações junto aos órgãos afins, para proteção, controle e recuperação da saúde e do meio ambiente, quando relacionadas aos riscos à saúde humana;
- Conhecer e estimular a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento visando o fortalecimento da participação da população na promoção da saúde e qualidade de vida;
- Monitoramento da qualidade da água para consumo humano, incluindo ações de coleta e provimento dos exames físico, químico e bacteriológico de amostras, em conformidade com a legislação federal;
- Captura de vetores e reservatórios, identificação e levantamento do índice de infestação;
- Ações de controle químico, físico, biológico e educacionais de vetores e de eliminação de criadouros.
- Captura de vetores e reservatórios, bem como investigação dos casos de

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 893
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 77
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

doenças zoonóticas de notificação compulsória.
- Vigilância do ar e do solo.

AÇÕES DESENCADEADAS:
- Vigilância do controle de Qualidade da Água para consumo Humano, atendendo as normativas do Ministério da Saúde do programa VIGIAGUA: cadastro, inspeção e monitoramento de sistemas de abastecimento e soluções alternativas coletivas de água com finalidade para consumo humano.
- Combate ao controle do mosquito *Aedes aegypti*:
❖ Levantamento de Índice Rápido de Infestação – LIRA (para observar o nível de infestação do município).
❖ Levantamento de índice e tratamento químico: áreas com a amostra positiva para o vetor.
❖ Visitas quinzenais nos pontos estratégicos.
❖ Análise entomológica de larvas, pupas e alados.
❖ Tratamento focal (larvicida) e perifocal (borrifação) dos pontos com a presença do *Aedes aegypti.*
- Monitoramento da Doença de CHAGAS e Febre Amarela: Visita aos Pontos de Identificação de Triatomíneos – PITS
- Orientações e Educação em serviço:
❖ Integração com as escolas municipais, estaduais e universidades.
❖ Participação em eventos para orientações referentes às ações de prevenção e controle do *Aedes aegypti.*
❖ Plano de enfrentamento da microcefalia: com ações integradas junto às equipes de Agentes Comunitários de Saúde.
❖ Trabalho em conjunto com as Agentes Comunitário de Saúde e Unidades Básicas de Saúde.
❖ Integração com alunos da graduação e residentes (UFN/ UFSM)
❖ Trabalho intersetorial com as secretarias municipais e outras instituições, de acordo com as necessidades que surgirem.
❖ Inspeção Zoosanitária de Criações de Animais Domésticos, a fim de verificar as condições higiênico-sanitárias e os fatores de risco associados à saúde humana;
❖ Inspeção Zoosanitária em residências, terrenos baldios, vias e logradouros públicos, referente a animais sinantrópicos (baratas, ratos, moscas, morcegos, pombos, entre outros);
❖ Observação de animais (cães e gatos) associados a mordeduras, conforme a Nota Técnica da Raiva do Estado do Rio Grande do Sul e o Programa de Controle e Profilaxia da Raiva no Rio Grande do Sul;
❖ Realizar a coleta de material biológico (cabeça de cães e gatos, corpo inteiro de morcegos) conforme a Nota Técnica da Raiva do Estado do Rio Grande do Sul e o Programa de Controle e Profilaxia da Raiva no Rio Grande do Sul;
❖ Realizar a Investigação dos Casos Suspeitos de Leptospirose Humana e Animal, conforme Portaria das Doenças e Agravos de Notificação Compulsória;
❖ Realizar a Investigação dos Casos Suspeitos de Leishmaniose Visceral

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 894
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 78
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Canina, conforme Portaria das Doenças e Agravos de Notificação Compulsória;
- ❖ Realizar a coleta de material biológico de cães suspeitos de Leishmaniose Visceral Canina;
- ❖ Realizar ações integradas com demais órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Maria, para desenvolver atividades compatíveis com a Vigilância Ambiental em Saúde (Vigidesastres, Vigiquim, Vigisolo, Vigiar);
- ❖ Atuar junto à Defesa Civil no mapeamento das áreas de Risco (deslizamento de solo, suscetíveis a enchentes e seca, entre outros);
- ❖ Desenvolver a Preceptoria do SUS, junto a residentes da UFSM e UFN;
- ❖ Desenvolver ações integradas com as Equipes de Agentes Comunitário de Saúde e Unidades Básicas de Saúde e Estratégias Saúde da Família;
- ❖ Realizar ações de Educação Permanente junto a diversos setores (Universidades, Faculdades, Associações, Sindicatos, Escolas, entre outras); e
- ❖ Atendimento ao público em geral.

1.5.4. Vigilância em Saúde do Trabalhador

Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) é um componente do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, como definido na Portaria GM/MS nº 3252 de dezembro de 2009, que visa à promoção da saúde e à redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processo produtivos.

São objetivos da Saúde do Trabalhador:

- Identificar o perfil de saúde da população trabalhadora;
- Intervir nos fatores determinantes dos riscos e agravos à saúde da população trabalhadora, visando eliminá-los ou, na sua impossibilidade, atenuá-los e controlá-los;
- Avaliar o impacto das medidas adotadas para a eliminação, controle e atenuação dos fatores determinantes dos riscos e agravos à saúde, para subsidiar a tomada de decisões das instâncias do SUS e dos órgãos competentes, nas três esferas de governo.
- Utilizar os diversos sistemas de informação para o VISAT

AÇÕES DESENCADEADAS:

- Alimentação diária e monitoramento dos sistemas de informação: Sistema de Informação em Saúde do Trabalhador – SIST e Relatório Individual de Notificação de Agravo – RINA.
- Investigações: Acidentes de trabalho graves, material biológico.
- Orientações e Educação em serviço:
- ❖ Atendimento ao público em geral para orientações sobre doenças de notificação e saúde do trabalhador.
- ❖ Efetuar inspeções sanitárias nos ambientes de trabalho, identificar e analisar os riscos existentes, bem como propor as medidas de prevenção necessárias.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

- Contato direto com os serviços de saúde públicos e privados para orientação e complementação de dados.
- Parceria com o Núcleo de Educação Permanente em Saúde, para capacitação e atualização aos profissionais de saúde.
- Análise e monitoramento dos indicadores de saúde pactuados
- Elaboração de relatórios

Página
895
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
79
Peça
4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 896
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 80
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

2. EIXOS, DIRETRIZES, METAS E INDICADORES

As ações das equipes que atuam na Rede de saúde do município de Santa Maria são pautadas pelos indicadores de saúde pactuados pelo gestor local, nos diversos instrumentos de pactuação de âmbito nacional, estadual e municipal entre os quais se destaca o SISPACTO – Planilha de Pactuação – Propostas de Metas para 2017 – 2021 (anexo 1).

EIXO NORTEADOR I: REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Objetivo: "Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, usando estratégias de atendimento integral – a exemplo da saúde da família – e promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde".

DIRETRIZ 1 – FORTALECER E AMPLIAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

META	INDICADOR	PRAZOS	
		2018/2019	2020/2021
1. Definir territórios de atuação das UBS/ESF e sua população adscrita no território, dentro das Regiões Administrativas.	% de população com território adscrito.	100%	-
2. Ampliar a cobertura de Atenção Primária em Saúde segundo o pactuado na Pactuação Interfederativa 2017 – 2021 (SISPACTO).	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	60%	64%
3. Ampliar o número de equipes de Estratégia Saúde da Família em regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado, sendo estas, região oeste: Alto da Boa Vista e Santa Marta (núcleo central) – uma equipe/cada, Distrito de Boca do Monte - uma equipe; região centro leste: Maringá - duas equipes, região nordeste: Quilometro 3 - uma equipe, região sul: Passo das Tropas – uma equipe.	Nº de equipes implantadas	07	07
4. Implantar o Programa Mãe Santa-mariense, garantindo o cuidado no pré-natal, parto, puerpério e às crianças nos primeiros 2 anos de vida.	Programa implementado	80% das UBS	100% das UBS
5. Reduzir a transmissão vertical da Sífilis.	Número de casos novos de sífilis congênita	60 (2018) 59 (2019)	58 (2020) 58 (2021)
6. Reduzir a incidência de Aids em menores de 5 anos.	Número de casos novos de Aids em menores de 5 anos	Zero	Zero
7. Implantar terceiro turno na APS, a partir de indicadores epidemiológicos das regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.	Nº de Unidades de Saúde com 3º turno implantado	01 UBS	01 UBS
8. Elaborar e implantar a Carteira de Serviços essenciais da APS.	Carteira elaborada	80% das UBS	100% das UBS

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

9. Planejar e monitorar as ações da APS tendo por base dados da vigilância em saúde, integrando com as políticas implantadas no Município e propondo novos indicadores, quando necessário, em cooperação com as IESs e equipamentos sociais da região.	Número de UBS	80% das UBS	100% das UBS
10. Ampliar o número de visitadores do PIM nas regiões de índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.	Nº de visitadores novos do PIM	16	25
11. Implementar protocolos/ diretrizes terapêuticas preconizadas pelo Ministério de Saúde/SES-RS referente às políticas instituídas no município.	Número de Protocolos implantados	60% das UBS	100% das UBS
12. Ampliar a cobertura das equipes de Saúde Bucal na rede da Atenção Primária em Saúde para 40%.	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	27 (2018) 35 (2019)	35 (2020) 40 (2021)
13. Implantar um modelo de atenção regionalizado em toda a Atenção Primária em Saúde, com equipes de ESF, Unidades Básicas e Unidades de Referência.	% de regiões administrativas com sistema regionalizado	50% das regiões administrati-vas	100% das regiões administrati-vas
14. Fortalecer o Programa Sorria Santa Maria, oferecendo atendimento odontológico em dias e horários alternativos.	Nº de edições por ano	10 edições/ano	10 edições/ano
15. Implantação do Programa Melhor em Casa (Equipe Multiprofissional Assistência Domiciliar), com três equipes completas de EMAD e uma equipe completa de EMAP (equipe Multiprofissional de Apoio).	Nº de equipes implantadas	02 equipes EMAD	01 equipe EMAD 01 equipe EMAP
16. Implementar equipes de NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família).	Nº de equipes implantadas	01	02
17. Efetivar e ampliar as notificações compulsórias de toda a Rede de Atenção à Saúde.	% de Serviços da Rede com serviço de notificação	80% dos serviços	100% dos serviços
18. Garantir atendimento odontológico as crianças até 10 anos de idade atendidos na APS.	% de crianças menores de 10 anos com atendimento odontológico na APS	50%	80%
19. Reorganizar o processo de trabalho em toda a Atenção Básica, conforme proposta da Planificação da Atenção à Saúde, priorizando o acolhimento com estratificação de risco, o pré-natal de risco habitual, puericultura e as condições crônicas, buscando uma maior resolutividade da rede.	% da APS que aderiram ao Processo de Planificação da Atenção à Saúde	50% das UBS	100% das UBS

Página 897
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 81
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

20. Promover a integração da Atenção Primária em Saúde e Atenção Psicossocial, através de ações de matriciamento da RAPS, com protocolos, estratificação de risco e fluxos definidos.	Ações de Matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	75% (2018) 100% (2019)	100% (2020) 100% (2021)
21. Garantir o atendimento integral à saúde pela equipe completa na Unidade Móvel (40 horas/semana) de acordo com dados epidemiológicos das regiões atendidas	Carga horária de atendimento completa	40 hs semanais	40 hs semanais
22. Aumentar o número de ações previstas pelo PSE nas escolas pactuadas na adesão.	Nº mínimo de ações do PSE desenvolvidas nas escolas pactuadas/Ano	03 ações por Escola	05 ações por Escola
23. Instituir o apoio matricial do SAE HIV/AIDS (Serviço de Atenção Especializada) a APS.	Serviço Instituído		100% das UBS
24. Desenvolver ações em saúde coletiva voltada às populações vulneráveis (negras, indígenas, LGBTTs e prisionais)	Inclusão da temática em todas as Programações Anuais de Saúde	100%	100%
25. Oportunizar acesso a População Quilombola (12 famílias, em torno de 60 pessoas) aos serviços de saúde do Município, tendo como referência a Unidade de Saúde Wilson Paulo Noal.	% População atendida na Unidade de Saúde	100%	100%
26. Monitorar o acesso da População Indígena Guarani e Kaigangs aos serviços de saúde mais próximo (UBS Ruben Noal e UBS D. A. Reis, respectivamente), além do atendimento da Unidade Móvel de saúde mensalmente, conforme pactuado com os representantes da População Indígena.	Planilha de monitoramento dos atendimentos realizados mensalmente	100%	100%
27. Realizar acompanhamento das condicionalidades de saúde dos usuários beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).	Cobertura de acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	42%	50%
28. Construir a linha de cuidado da Pessoa com Deficiência, compartilhando o cuidado entre a Atenção Primária e Atenção Especializada.	Linha de cuidado implantada	2019	
29. Implantar linhas de cuidado a todos os grupos, por ciclo de vida, portadores de DANT´S (Doenças Crônicas, priorizando Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus e HIV/AIDS).	Nº de linhas de cuidado implantadas	02	02
30. Promover ações de promoção e prevenção a saúde para a população idosa, por meio de equipe multiprofissional e parcerias com instituições de ensino e aproximação com a saúde mental	Nº de ações de promoção e prevenção realizadas	04 ações/ano	04 ações/ano

Página 898
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 82
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

31. Promover a integração dos diferentes pontos de atenção à saúde para a realização de fluxos de referência e contra-referência, na Rede de Saúde Municipal.	% de serviços da rede de atenção com fluxo de comunicação de referência e contra - referência implantado.	60	100
32. Atingir a proporção de alta por cura de Tuberculose (TB) Pulmonar acima de 85% e abandono abaixo de 5%	Proporção de cura de casos novos de tuberculose	85%	85%

DIRETRIZ 2 – AMPLIAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA

META	INDICADOR	PRAZOS	
		2018/2019	2020/2021
1. Informatizar as marcações de consultas e exames, de forma a qualificar os processos de trabalho, viabilizando o monitoramento e a avaliação dos respectivos indicadores.	% de Portas de Entrada informatizadas	80%	100%
2. Gerenciar a regulação do acesso e a organização do sistema de saúde, possibilitando o dimensionamento da demanda do atendimento especializado eletivo e de urgência.	Instrumento mensal de controle e monitoramento da produção instituído	2018	
3. Disponibilizar acesso a exames básicos (Raios X, Ultrassom obstétrico, Eletrocardiograma e Eletroencefalograma) em 60 dias.	% de exames realizados	100%	100%
4. Implantar um sistema informatizado de compartilhamento interinstitucional de resultados de exames diagnósticos.	Sistema informatizado instituído		X
5. Realizar o monitoramento e a avaliação do sistema de regulação tendo em vista a garantia de que as demandas especializadas sejam reguladas.	% das demandas reguladas	70% (2018) 80% (2019)	100%
6. Sistematizar o fluxo de atendimento nas Unidades de Referência do Município, com atendimento das demandas referenciadas pela Atenção Primária.	% de fluxos estabelecidos e instituídos	80%	100%
7. Manter, no mínimo, três (3) especialidades nas Unidades de Referência/Policlínicas, conforme disponibilidade de profissionais, estrutura física e indicadores epidemiológicos, servindo de suporte à APS.	Nº de especialidades/ Policlínica	03/Policlínica	03/Policlínica
8. Articular junto à SES e ao MS a oferta de serviços que o Hospital Regional disponibilizará à rede municipal, buscando contemplar suporte especializado e reabilitação, sobretudo aos doentes crônicos.	Serviço instituído	X	

Página 899
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 83
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 900
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 84
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

9. Promover a integração dos diferentes pontos de atenção à saúde para a realização de referência e contra-referência e transferência do cuidado, através da implantação de fluxos de comunicação entre atenção primária e especializada.	% de serviços da RAS com fluxo de comunicação de referência e contra referência implantado/ano	60	100
10. Garantir a transparência pública e socialização dos convênios, contratos e termos de colaboração entre o Município, prestadores de serviços e controle social via sistema web na página da PMSM	Material disponível na página da PMSM		x
11. Instituir a PEP (profilaxia pós-exposição sexual e ocupacional) em todos os pronto atendimentos do município (3).	Instituir a PEP nos 3 PA no Município	X	
12. Implantar o Atendimento Ambulatorial Especializado (SAE) para pacientes soropositivos, com Unidade Dispensadora de Medicamentos (UDM).	Serviço implementado	2019	
13. Acolher 100% dos pacientes com resultado reagente para HIV/Aids, Hepatites Virais e IST Infecções Sexualmente Transmissíveis) na atenção básica e especializada.	Percentual de usuários atendidos em primeira consulta com diagnóstico recente.	100%	100%
14. Prestar atendimento multiprofissional aos usuários que acessam o serviço do Setor de Estomizados, Próteses, Órteses, Oxigenoterapia Domiciliar e portadores de lesão.	Percentual de usuários que acessam o serviço	100%	100%
15. Manter, no mínimo, a oferta de 4 especialidades no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	Nº de especialidades ofertadas	04	04

DIRETRIZ 3 – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

META	INDICADOR	PRAZOS	
		2018/2019	2020/2021
1. Implantar o Plano de Urgência e Emergência do Município.	Plano Instituído	2018	
2. Garantir a participação do município junto à SES nos GTS de Urgência e Emergência e GTS de Regulação (leitos de UTI).	Percentual de participação nos GT	100%	100%
3. Garantir a assistência laboratorial para exames de urgência (24 horas), através de protocolos estabelecidos.	Serviço Ativo	100%	100%
4. Garantir o atendimento e Classificação de risco nos serviços de U/E do município.	Serviço Instituído	15 hs	24 hs

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 901
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 85
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

5. Instituir Indicadores de Monitoramento periódico (quadrimestral)	Nº de Indicadores instituídos/Ano	4	6
6. Estabelecer atendimento em assistência social (no mínimo um turno por dia) para os usuários em observação no PAM	Serviço Instituído		x
7. Garantir a continuidade dos serviços de urgência e emergência (UPA 24h) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), mediante cofinanciamento Estadual e Federal.	Nº de Serviços Mantidos/Instituídos	2	2
8. Pleitear junto a 4ªCRS a disponibilidade de leitos de retaguarda para suporte aos Serviços de Urgência e Emergência do Município.	Nº de Leitos disponibilizados	Mínimo 35 leitos	Mínimo 35 leitos

DIRETRIZ 4 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

META	INDICADOR	PRAZOS	
		2018/2019	2020/2021
1. Disponibilizar 100% dos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde para atender às necessidades de saúde da população.	% de itens de medicamentos programados e disponibilizados	100%	100%
2. Divulgar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e os fluxos da assistência farmacêutica nas Redes de Atenção à Saúde	Existência da REMUME e fluxo impressos e disponíveis nas Redes de atenção básica	Ação continuada	Ação continuada
3. Atualizar anualmente a REMUME, de acordo com o perfil epidemiológico da população.	REMUME atualizada	1 atualização/ ano	1 atualização/ ano
4. Assumir a dispensação dos medicamentos que estão sob responsabilidade da Farmácia do Estado, desde que haja recursos humanos e estrutura física.	Município assumir a Farmácia do Estado	2019	
5. Implantar uma farmácia distrital na Região Administrativa Norte	Farmácia Implantada		2020
6. Garantir e incentivar atuação de instituições de Ensino e Pesquisa na Assistência Farmacêutica em parceria com o Núcleo de Educação Permanente em Saúde	Nº de ações realizadas em parceria com as IES	Mínimo 2 ações/ano	Mínimo 3 ações/ano

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

7. Realizar matriciamento e capacitação de pelo menos 1 profissional de 100% das Unidades de Saúde referente à Assistência Farmacêutica junto às RAS.	% de Unidades de Saúde com profissional capacitado	100%	
8. Normatizar a visita de propagandistas de medicamentos na rede pública municipal, bem como a presença e utilização de amostras grátis nos serviços de saúde.	Normatização Instituída	2019	
9. Ampliar o horário de atendimento e Recursos Humanos da Farmácia Municipal Central	Ação realizada		X
10. Implantar uma Farmácia Distrital na Região Oeste, ampliando e estruturando a área física da Farmácia da Unidade de Saúde Ruben Noal.	Ação realizada	2018	
11. Promover ações de educação continuada para o uso racional de medicamentos para 100% dos prescritores	% de ações de educação continuada para promoção do uso racional de medicamentos com prescritores	60%	100%
12. Estruturar e organizar os Serviços de Assistência Farmacêutica	% de serviços de assistência farmacêutica em condições adequadas de funcionamento	60%	100%

DIRETRIZ 5 – QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)

META	INDICADOR	PRAZOS	
		2018/2019	2020/2021
1. Implementar Protocolos com estratificação de risco para atendimentos de saúde mental na Rede de Atenção à Saúde.	Nº de Protocolos Implementados	01	01
2. Completar as equipes mínimas e ampliar as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) conforme Portaria GM/MS Nº 336/2002, com a inserção das seguintes profissões: Terapeuta Ocupacional, Farmacêutico e Profissional de Educação Física.	Nº de CAPS com equipes completas	04	
3. Realizar ações de matriciamento sistemáticas por CAPS nas Equipes da Atenção Primária do Município.	% de ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	Mínimo de 12 ações/ano/ CAPS	Mínimo de 12 ações/ano/ CAPS

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 902
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 86
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

4. Organizar o fluxo de referência em saúde mental para consultas de média complexidade (Policlínicas) via Sistema de Regulação da Secretaria de Município da Saúde.	Fluxo instituído	2018	
5. Implementar Equipe de Referência para Desinstitucionalização de usuários internados há mais de 2 anos em Hospitais Psiquiátricos e Instituições de Internação de Longa Permanência para Idosos (ILPI's).	Equipe Implementada	2019	
6. Implementar 04 Serviços de Residenciais Terapêuticos (SRT)	Nº de SRT implementados	02	02
7. Legitimar o Conselho Gestor de Saúde Mental	Conselho Gestor constituído	X	
8. Fortalecer a linha de Cuidado em Saúde Mental na rede de saúde de Santa Maria	Nº de encontros realizados com a RAPS	Mínimo de 4 encontros/ano	Mínimo de 6 encontros/ano
9. Implantar protocolo de estabilização para situação de crise psiquiátrica na Rede de Atenção.	Protocolo instituído.	2018	
10. Efetivar a implantação e a utilização do Sistema Informatizado e Prontuário Eletrônico (Sistema Consulfarma) na RAPS.	% de Serviços da RAPS utilizando o sistema	100%	
11. Consolidar o projeto do novo fluxo para internações compulsórias com a Defensoria Pública Estadual.	Reduzir o número de internações compulsórias	30%	50%

Página 903
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 87
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 904
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 88
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 01: FORTALECER E AMPLIAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

OBJETIVO: Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, usando estratégias de atendimento integral, a exemplo da Saúde da Família e promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Definir territórios de atuação das UBS/ESF e sua população adstrita no território, dentro das Regiões Administrativas.	**% de população com território adscrito.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Ampliar a cobertura de Atenção Primária em Saúde segundo o pactuado na Pactuação Interfederativa 2017 – 2021, priorizando a ampliação do número de equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF).	**Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica. (SISPACTO 17)**	**58**	**60**	**55**	**55**
Implantar um modelo de atenção regionalizado em toda a Atenção Primária em Saúde.	**% de regiões administrativas com sistema regionalizado.**	**50%**	**50%**	**100%**	**100%**
Reorganizar o processo de trabalho em toda a Atenção Básica, conforme proposta da Planificação da Atenção à Saúde, priorizando o acolhimento com estratificação de risco, o pré-natal de risco habitual, puericultura e asa condições crônicas, buscando uma maior resolutividade da rede.	**Percentual de APS que aderiram ao Processo de Planificação da Atenção à Saúde.**	**30%**	**50%**	**60%**	**100%**
Implantar o Programa Mãe Santa-mariense, garantindo o cuidado no pré-natal, parto, puerpério e às crianças nos primeiros 2 anos de vida.	**Implementar programa na rede.**	**80%**	**80%**	**100%**	**100%**
Reduzir o número de novos casos da sífilis congênita.	**Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade. (SISPACTO 08)**	**60**	**59**	**58**	**58**
Reduzir a incidência de novos casos de AIDS em menores de 5 anos.	**Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos. (SISPACTO 09)**	**0**	**0**	**0**	**0**
Implementar linhas de cuidado a todos os grupos, por ciclo de vida as pessoas vivendo com HIV.	**Número de linhas de cuidado implementadas.**	**-**	**-**	**01**	**01**
Implantar terceiro turno na APS, a partir de indicadores epidemiológicos das regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.	**Número de Unidades de Saúde com 3º turno implantado**	**-**	**-**	**01**	**01**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Elaborar e implantar a Carteira de Serviços essenciais nas ESF's.	**Percentual de Unidades de Saúde com 3º turno implantado.**	**80%**	**80%**	**100%**	**100%**
Ampliar e manter o número de visitadores do PIM nas regiões de índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.	**Número de visitadores novos do PIM.**	**16**	**16**	**20**	**25**
Seguir as recomendações constantes nos protocolos/ diretrizes terapêuticas em Saúde Mental preconizadas pelo Ministério de Saúde/SES-RS referente às políticas instituídas no município.	**Percentual de UBS que seguem os protocolos/ diretrizes terapêuticas.**	**60%**	**60%**	**100%**	**100%**
Ampliar cobertura das equipes de Saúde Bucal na rede de Atenção Primária em Saúde.	**Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica. (SISPACTO 19)**	**27**	**35**	**35**	**40**
Fortalecer o Programa Sorria Santa Maria, oferecendo atendimento odontológico em dias e horários alternativos.	**Número de edições do Projeto Sorria Santa Maria por ano.**	**10**	**10**	**10**	**10**
Realizar consultas odontológicas com gestantes em pré-natal na Atenção Básica.	**Percentual de gestantes em pré-natal na Atenção Básica com pelo menos 01 consulta odontológica.**	**20%**	**25%**	**25%**	**35%**
Aumentar a razão de tratamentos odontológicos concluídos e primeiras consultas programáticas.	**Razão entre tratamentos concluídos e primeiras consultas odontológicas programáticas.**	**0,60**	**0,60**	**0,6**	**0,6**
Aumentar o número de ações de escovação supervisionada no ano.	**Média de ações coletivas de escovação supervisionada.**	**1,5**	**2**	**2,5**	**2,5**
Realizar ações de atenção à saúde bucal da pessoa idosa.	**Número mínimo de ações de atenção à saúde bucal da pessoa idosa institucionalizada, ao ano.**	**-**	**-**	**06**	**06**
Elaborar procedimentos operacionais em Saúde Bucal.	**Número de procedimentos operacionais padrão em saúde bucal de biossegurança implantados no município em pelo menos 50% das unidades com atendimento odontológico.**	**-**	**-**	**10**	**10**
Reduzir as exodontias em relação aos procedimentos preventivos e curativos.	**Percentual de redução às exodontias em relação aos procedimentos preventivos e curativos.**	**7%**	**7%**	**6,5%**	**6,5%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 905
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 89
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Garantir o atendimento odontológico às crianças até 10 anos de idade atendidos na APS.	**Percentual de crianças menores de 10 anos com atendimento odontológico na APS**	**100%**	**-**	**60%**	**80%**
Ofertar próteses ao Serviço Público.	**Número de próteses ofertadas no serviço público ao mês.**	**-**	**-**	**20**	**20**
Implantar serviço de saúde bucal nas Unidades de ESF.	**Número de Unidades de ESF sem serviço de saúde bucal.**	**-**	**-**	**02**	**02**
Realizar a capacitação dos dentistas junto à política de assistência farmacêutica do município.	**Percentual de Cirurgiões Dentistas (CD) capacitados junto à política de assistência farmacêutica do município.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Implantar o Programa Melhor em Casa (Equipe Multiprofissional Assistência Domiciliar), com uma equipe completa de EMAD e uma equipe completa de EMAP (equipe Multiprofissional de Apoio).	**Número de programas implantadas**.	**01**	**-**	**-**	**-**
Implantar e manter uma equipe de NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família).	**Número de equipes implantadas e/ou mantidas.**	**01**	**01**	**01**	**01**
Qualificar as ações do NASF-AB junto às equipes de ESF.	**Nº de Ações realizadas pelo NASF junto às equipes de ESF apoiadas**	**600**	**800**	**1000**	**1000**
Manter a inserção de residentes das ênfases de Atenção Básica e Saúde Mental, de diversos núcleos profissionais, no NASF-AB.	**Nº de Residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde Mental (UFSM) atuando no NASF**	**7**	**7**	**7**	**7**
Promover a integração da Atenção Primária em Saúde e Atenção Psicossocial, através de ações de matriciamento da RAPS, com protocolos, estratificação de risco e fluxos definidos.	**Percentual de Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (SISPACTO 21)**	**75%**	**100%**	**100%**	**100%**
Integrar as unidades de saúde e políticas de saúde para o planejamento e monitoramento das ações com base nos dados da vigilância em saúde.	**Percentual de ações baseadas em dados da vigilância em saúde**.	**-**	**-**	**80%**	**80%**
Efetivar e ampliar das notificações compulsórias de toda a Rede de Atenção à Saúde.	**Percentual de casos de doenças de Notificação Compulsória Imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação. (SISPACTO 05)**	**95**	**95**	**98**	**98**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 906
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 90
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Garantir o atendimento integral à saúde pela equipe completa na Unidade Móvel (40 horas/semana) de acordo com dados epidemiológicos das regiões atendidas.	**Carga horária semanal de atendimento completa.**	**-**	**-**	**40**	**40**
Integrar as ações de prevenção e diagnóstico da hanseníase em Unidades Básicas de Saúde, ESF.	**Proporção de cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das coortes (SISPACTO 06)**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Garantir que 80% das Unidades de ESF que participam do PMAQ atinjam os indicadores pactuados.	**Percentual de Indicadores do PMAQ alcançados.**	**80%**	**80%**	**-**	**-**
Aumentar o número de ações previstas pelo PSE nas escolas pactuadas na adesão.	**Número mínimo de ações do PSE desenvolvidas nas escolas pactuadas/Ano, de acordo com as necessidades dos Escolares.**	**02**	**02**	**05**	**05**
Realizar ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti em 100% das escolas pactuadas.	**Nº de tipos de ações realizadas do PSE nas escolas pactuadas.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Promover ações de incentivo ao aleitamento materno exclusivo até o 6º mês de vida e introdução alimentar complementar adequada.	**Número mínimo de ações realizadas pelos tutores da EAAB na Rede de Saúde ao ano.**	**02**	**02**	**03**	**03**
Implementar a Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) em 100% das Unidades de Saúde.	**Percentual de Unidades de Saúde com EAAB implementada.**	**50%**	**100%**	**100%**	**100%**
Implantar o programa Crescer Saudável nas unidades de saúde e escolas do PSE.	**Percentual de Cobertura de acompanhamento do estado nutricional de crianças menores de 10 anos e de marcador de consumo alimentar no SISVAN.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Aumentar o número de tipos de ações realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.	**Número mínimo de atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas, por escola incluída no programa, no primeiro ano do ciclo.**	**-**	**-**	**04**	**04**
Aumentar o número de tipos de ações realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.	**Número de avaliações do estado nutricional ao ano.**	**-**	**-**	**01**	**01**
Aumentar o número de tipos de ações realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.	**Número mínimo de atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas, por escola incluída no programa, no primeiro ano do ciclo.**	**-**	**-**	**04**	**04**

Página 907
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 91
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Aumentar o número de tipos de ações realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.	**Percentual de Unidades de Saúde que realizam registro do acompanhamento dos Marcadores de Consumo alimentar para crianças até 10 anos.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde dos usuários beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).	**Percentual de Cobertura de acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (SISPACTO 18)**	**42%**	**42%**	**52%**	**52%**
Aumentar acesso a exames citipatológicos.	**Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população residente da mesma faixa etária. (SISPACTO 11)**	**0,30**	**0,30**	**0,32**	**0,35**
Aumentar o acesso a exames de mamografia.	**Razão a ser atingida de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres residentes de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária (SISPACTO 12)**	**0,21**	**0,22**	**0,25**	**0,26**
Aumentar a proporção de partos normais realizados.	**Percentual de partos normais no SUS e na saúde suplementar (SISPACTO 13)**	**35**	**38**	**38**	**40**
Manter índice de gravidez na adolescência abaixo do pactuado de 14%.	**Proporção de Gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos. (SISPACTO 14)**	**14**	**13,5**	**13,5**	**13**
Reduzir a mortalidade infantil	**Taxa de Mortalidade Infantil (SISPACTO 15)**	**9,5**	**9**	**9**	**9**
Manter o número de óbitos maternos em zero.	**Número de óbito materno em determinado período e local de residência. (SISPACTO 16)**	**0**	**0**	**0**	**0**
Oportunizar acesso a população Quilombola aos serviços de saúde do Município, tendo como referência a Unidade de Saúde Wilson Paulo Noal.	**Percentual da população atendida na Unidade de Saúde.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 908
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 92
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Página 909
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 93
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Oportunizar o acesso da População Indígena Guarani e Kaigangs aos serviços de saúde mais próximo.	**Número de atendimentos realizados mensalmente.**	**50**	**50**	**50**	**50**
Oportunizar acesso a População Prisional.	**Número de atendimentos mensais voltado à população privada de liberdade.**	**-**	**-**	**100**	**100**
Elaborar e executar plano de Ação Indígena.	**Elaborar e executar plano de Ação anual.**	**01**	**01**	**01**	**01**
Reduzir a taxa de mortalidade / morbidade prematura pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas não Transmissíveis DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas).	**Taxa de redução da taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas não Transmissíveis (SISPACTO 01)**	**410**	**399**	**380**	**378**
Promover ações de prevenção e cuidado em ISTs.	**Número mínimo de ações de promoção e prevenção a saúde referente ao ISTs no ano.**	**-**	**-**	**08**	**08**
Atingir a proporção de alta por cura de Tuberculose (TB) Pulmonar acima de 85% e abandono abaixo de 5%.	**Proporção de cura de casos novos de tuberculose. (INDICADOR RS 01)**	**75%**	**75%**	**75%**	**75%**
Desenvolver ações de promoção e prevenção a saúde para a população idosa.	**Número de ações de promoção e prevenção realizadas ao ano.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Ampliar a testagem rápida de HIV, Sífilis, HBV e HCV em pessoas com idade superior a 60 anos.	**Percentual a atingir de testagem rápida para HIV, Sífilis, HBV e HCV em pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, que realizavam testagens para HIV, Hepatite B e C e Sífilis.**	**-**	**2%**	**3%**	**3%**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 02: AMPLIAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA

OBJETIVO: Qualificar a regulação municipal e articular junto a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde para garantir o acesso da população à Atenção Ambulatorial Especializada.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Gerenciar a regulação do acesso e a organização do sistema de saúde, possibilitando o dimensionamento da demanda do atendimento especializado eletivo e de urgência.	**Percentual de serviços de saúde com regulação de consultas especializadas e exames**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Realizar o monitoramento e a avaliação do sistema de regulação tendo em vista a garantia de que as consultas com especialistas nas Policlínicas (exceto ginecologista, obstetra e pediatra) sejam reguladas.	**Percentual de consultas com especialistas nas Policlínicas reguladas.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Realizar a reestruturação física do Setor de Regulação.	**Reformar o espaço da regulação.**	**01**	**-**	**-**	**-**
Instituir coordenador da central de Regulação Municipal de exames e consultas.	**Implementar Gerenciamento da Central de Regulação Municipal.**	**-**	**-**	**-**	**01**
Acompanhar e monitorar 100% dos contratos da 4ª CRS.	**Percentual de acompanhamento e monitoramento dos contratos da 4ª CRS.**	**100%**	**-**	**-**	**-**
Realizar o monitoramento e avaliação do sistema de regulação tendo em vista a garantia de que no mínimo 70% das demandas sejam reguladas.	**Percentual mínimo de demandas reguladas.**	**70%**	**70%**	**70%**	**70%**
Instituir o fluxo de referência em saúde mental para consultas de média complexidade via Sistema de Regulação.	**Percentual Fluxo de atendimento da Saúde Mental nas Policlínicas do Município.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Promover encontros de capacitação e/ou atualização sobre os processos de regulação aos servidores da rede.	**Número de encontros de educação permanente realizados ao ano.**	**06**	**06**	**12**	**12**
Disponibilizar o acesso a exames básicos (raio x, ultrassom obstétrico. eletrocardiograma) em até 60 dias.	**Percentual de exames realizados.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Implantar um sistema informatizado de compartilhamento interinstitucional de resultados de exames laboratoriais com os prestadores.	**Percentual de prestadores de com resultados de exames laboratoriais compartilhado.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Ofertar, no mínimo 4 especialidades no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	**Número de especialidades ofertadas**	**04**	**04**	**04**	**04**
Prestar atendimento multiprofissional aos usuários que acessam o serviço do Setor de Estomizados, Próteses, Órteses, Oxigenoterapia Domiciliar e portadores de lesão.	**Percentual de usuários que acessam o serviço do Setor de Estomizados, Próteses, Órteses, Oxigenoterapia Domiciliar e portadores de lesão e recebem atendimento.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Acolher 100% dos pacientes com resultado reagente para HIV/Aids, Hepatites Virais e IST Infecções Sexualmente Transmissíveis) na atenção básica e especializada.	**Percentual de usuários atendidos em primeira consulta com diagnóstico recente.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Realizar, no mínimo, 250 testes rápidos por mês para HIV, Sífilis, Hepatite C e Hepatite B realizados na rede.	**Número de testes rápidos realizados ao ano.**	**-**	**3000**	**3000**	**3000**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 910
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 94
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Realizar ação de monitoramento em pelo menos 50% dos casos de HIV positivo.	**Percentual de monitoramento.**	**50%**	**50%**	**50%**	**50%**
Investigar óbitos que a causa seja de AIDS, priorizando crianças e mulheres em idade fértil.	**Percentual dos casos de óbitos por HIV/AIDS.**	**80%**	**100%**	**100%**	**100%**
Realizar capacitação para os profissionais de saúde.	**Percentual de profissionais capacitados.**	**50%**	**50%**	**50%**	**50%**
Monitorar o SIMC (Sistema de Monitoramento Clínico).	**Percentual de mortalidade em decorrência da AIDS.**	**-**	**-**	**<10%**	**<10%**
Instituir o serviço de referência para o PEP sexual (profilaxia pós-exposição) em todos os pronto atendimentos do município	**Número de PEP instituída.**	**03**	**-**	**-**	**-**
Desenvolver ações em saúde coletiva voltada às populações vulneráveis, implantando atendimento ambulatorial especializado (Ambulatório Trans).	**Instituir ambulatório.**	**-**	**-**	**01**	**-**
Fortalecer ações em Saúde LGBTQ+	**Percentual de servidores capacitados.**	**-**	**-**	**50%**	**50%**
Tratar 100% dos casos de sífilis diagnosticados na UBS ou ESF na própria Atenção Básica.	**Percentual de tratamento de sífilis realizados prioritariamente na Atenção Básica**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 03: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

OBJETIVO: Garantir e efetivar o acesso à Rede de Urgência e Emergência

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 911
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 95
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Implantar o Plano de Urgência e Emergência do Município.	**Instituir Plano Municipal da Rede de Urgência e Emergência (PMUE) implementado.**	**01**	**-**	**-**	**-**
Criar um Grupo Técnico para atuação em acidentes com múltiplas vítimas.	**Implementar Grupo Técnico implementado e com cronograma de reuniões estabelecido.**	**01**	**-**	**-**	**-**
Instituição de um Comitê de Gestores Municipal da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, conforme a Portaria MS ~~1600/2011~~	**Número de Comitê Instituído**	**-**	**-**	**01**	**-**
Garantir participação do município junto à SES nos GTS de Urgência e Emergência e GTS de Regulação (leitos de UTI).	**Percentual de participação nos GT.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Garantir a continuidade dos serviços de urgência e emergência (UPA 24h) e Serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192), PAM (habilitado e qualificado pelo MS em UPA 24h ampliado tipo II) e Central de Regulação remota do SAMU.	**Nº de serviços mantidos**	**02**	**02**	**04**	**04**
Estabelecer e garantir assistência laboratorial para exames de urgência (24 horas), através de protocolos.	**Percentual assistência laboratorial.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Atender com classificação de risco nos serviços de U/E do município.	**Percentual de atendimentos com classificação de risco.**		**100%**	**100%**	**100%**
Instituir de Indicadores de Monitoramento periódico (quadrimestral)	**Número de Indicadores instituídos/Ano**	**-**	**-**	**06**	**06**
Solicitar junto a 4ªCRS a disponibilidade de leitos de retaguarda para suporte aos Serviços de Urgência e Emergência do Município.	**Número de Leitos disponibilizados.**	**-**	**-**	**35**	**35**
Informatizar em 100% na UPA, no PAM e especialistas servidores do município.	**Percentual de serviços de urgência e emergência e especialidades informatizadas.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Reduzir o percentual de atendimentos classificados como azul e verde na UPA e no PAM, considerando dados do ano anterior.	**Percentual de fluxo de referência e contrarreferência.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Pactuar com as UBS e ESF o fluxo de referência e contra-referências para acolhimento aos pacientes.	**Fluxo de referência e contra referência definido**	**01**	**01**	**-**	**-**
Construir/Revisar de 04 POP's	**Número de Procedimentos Operacionais Padrão implantados e/ou instituídos.**	**02**	**02**	**04**	**04**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 912
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 96
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Página 913
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 97
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Monitorar o fluxo entre os serviços da RUE.	**Percentual de monitoramento do fluxo.**	**-**	**100%**	**100%**	**100%**
Continuar as capacitações de profissionais da U/E.	**Número de capacitações ao ano.**	**02**	**02**	**02**	**02**
Adequar a estrutura física do Pronto Atendimento de acordo com as normas da VISA.	**Realizar reforma necessária.**	**01**	**-**	**-**	**-**
Adquirir um equipamento para digitalização de imagens de raios-x para os Prontos Atendimentos Municipais.	**Equipamento adquirido e instalado.**	**01**	**-**	**-**	**-**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 04: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO: Garantir o acesso aos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde para atender às necessidades de saúde da população.

DESCRIÇÃO DA META	**INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META**	**PRAZOS**			
		2018	**2019**	**2020**	**2021**
Disponibilizar 100% dos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde para atender às necessidades de saúde da população.	**Percentual de itens de medicamentos programados e disponibilizados.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Atualizar anualmente a REMUME de acordo com o perfil epidemiológico da população, assim como o fluxo de assistência farmacêutica impressos e disponíveis na rede de Atenção Básica.	**Número de REMUME atualizada ao ano.**	**01**	**01**	**01**	**01**
Divulgar a REMUME e os fluxos da Assistência Farmacêutica nas Rede de Atenção à Saúde.	**Número de atualização da REMUME e fluxo impressos e disponíveis nas Redes de Atenção Básica.**	**01**	**01**	**02**	**02**
Assumir a dispensação de medicamentos que estão sob responsabilidade da farmácia do Estado.	**Farmácia Estadual sob gerência do Município.**	**-**	**01**	**-**	**-**
Implantar uma Farmácia distrital na região oeste, ampliando e estruturando a área física da farmácia da Unidade de Saúde Ruben Noal.	**Número de Farmácia Implantada, Ampliação da estrutura física.**	**01**	**-**	**-**	**-**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Implantar uma farmácia distrital na Região Administrativa Norte.	**Número de Farmácias Implantadas.**	**-**	**-**	**01**	**-**
Garantir e incentivo a atuação de Instituições de Ensino e Pesquisa na Assistência Farmacêutica em parceria com o Núcleo de Educação Permanente em Saúde.	**Número mínimo de ações realizadas em parceria com as IES ao ano.**	**-**	**-**	**03**	**03**
Realizar matriciamento e capacitação de pelo menos um profissional de cada unidade de saúde referente à assistência farmacêutica junto às RAS.	**Percentual de unidades de saúde com profissional capacitado.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Normatizar visitas de propagandistas de medicamentos na rede pública municipal, bem como a presença e utilização de amostras grátis nos serviços de saúde.	**Número de visitas ao ano.**	**-**	**-**	**02**	**-**
Ampliar o horário de atendimento e Recursos Humanos da Farmácia Municipal Central.	**Número de farmácias com ampliação de horário.**	**-**	**-**	**01**	**01**
Promover ações de educação continuada para o uso racional de medicamentos para os prescritores.	**% de ações de educação continuada para promoção do uso racional de medicamentos com prescritores**	**60%**	**100%**	**100%**	**100%**
Estruturar e organizar os Serviços de Assistência Farmacêutica.	**Percentual de serviços de assistência farmacêutica em condições adequadas de funcionamento.**	**60%**	**60%**	**100%**	**100%**
Realizar atividades educativas relacionadas a medicamentos junto à comunidade no ano.	**Número de Atividades educativas realizadas junto à comunidade ao ano.**	**06**	**06**	**06**	**06**
Reduzir os gastos com a judicialização dos medicamentos no município.	**Percentual de processos judiciais referentes a solicitação de medicamentos ajuizados monitorados.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Controlar os estoques dos medicamentos e correlatos farmacêuticos no sistema Consulfarma.	**Número de Controle de atualização do estoque ao ano.**	**-**	**-**	**04**	**04**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 914
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 98
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Página 915
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 99
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 05: QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
OBJETIVO: Fortalecer e potencializar a rede de cuidado psicossocial.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Implementar os Protocolos com estratificação de risco para atendimentos de saúde mental na Rede de Atenção à Saúde.	**Número de Protocolos Implementados**	**-**	**-**	**01**	**01**
Ampliar Equipes mínimas completas e ampliar as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) conforme Portaria GM/MS Nº 336/2002, com a inserção das seguintes profissões: Terapeuta Ocupacional, Farmacêutico e Profissional de Educação Física.	**Número de CAPS com equipes completas**	**-**	**-**	**04**	**04**
Realizar Ações de matriciamento realizadas sistematicamente por CAPS nas Equipes da Atenção Primária do Município.	**Percentual de ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica ao ano. (SISPACTO 21)**	**75%**	**100%**	**100%**	**100%**
Implementar Equipe de Referência para Desinstitucionalização de usuários internados há mais de 2 anos em Hospitais Psiquiátricos e Instituições de Internação de Longa Permanência para Idosos (ILPI's).	**Número de equipes implementadas.**	**valor**	**valor**	**01**	**01**
Implantar e efetivar a utilização do Sistema Informatizado de regulação e Prontuário Eletrônico (Sistema Consulfarma) na RAPS.	**Percentual de Serviços da RAPS utilizando o sistema.**	**-**	**-**	**100%**	**-**
Consolidar o projeto do novo fluxo de internações compulsórias com a defensoria pública estadual.	**Reduzir o percentual de Internações compulsórias em no mínimo 50%**	**50%**	**50%**	**50%**	**50%**
Fortalecer vínculo com a Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde.	**Percentual de participação no Centro Social.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Fortalecer o suporte logístico para o desenvolvimento das atividades dos serviços de acordo com as demandas.	**Percentual de demandas atendidas.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Planejar e Monitorar para que não faltem refeições para quem necessita de cuidado intensivo.	**Percentual de refeições planejadas e monitoradas.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Monitorar o vales-transportes solicitadas pelos serviços.	**Percentual de passagens monitoradas**	**-**	**-**	**100%**	**100%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Sensibilizar as equipes dos CAPS para o atendimento de somente usuários de média e alta complexidade.	**Percentual de profissionais sensibilizados**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Monitorar a necessidade de um plantão psiquiátrico especializado.	**Percentual de monitoramento de atendimentos no PA do Patronato**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Monitorar as internações compulsórias.	**Percentual de Internações compulsórias via 4CRS**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Constituir e implantar novo Protocolo de Atendimento do Serviço Acolhe Saúde.	**Elaborar Fluxo de atendimento do Acolhe Saúde reestruturado.**	**01**	**01**	**-**	**-**
Habilitar junto ao MS o serviço CAPS AD III	**Instituir CAPS AD III**	**01**	**-**	**-**	**-**
Habilitar junto ao MS o serviço CAPS III	**Habilitar CAPS III**	**-**	**01**	**-**	**-**
Implementar 01 Serviço de Residencial Terapêutico (SRT tipo II).	**Implementar Residencial Terapêutico**	**01**	**-**	**-**	**-**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6: FORTALECER, AMPLIAR E QUALIFICAR A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR
OBJETIVO: fomentar a integralidade da atenção à saúde do trabalhador com ações em toda a Rede de Atenção à Saúde.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Ampliar a equipe em, no mínimo, dois servidores	**Número de servidores técnicos a serem lotados no CEREST**	**-**	**-**	**02**	**02**
Qualificar Formação de equipe de trabalho do CEREST.	**Percentual de trabalhadores do CEREST qualificados**.	**-**	**100%**	**100%**	**100%**
Qualificar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde da 4ª CRS para a descentralização das ações em Saúde do Trabalhador ao nível local, fortalecendo a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (PNSTT)	**Percentual de trabalhadores dos serviços de saúde municipal da 4ªCRS qualificados.**	**-**	**-**	**30%**	**30%**
Qualificar os profissionais de saúde da 4ª CRS da zona rural para a identificação dos casos de intoxicação aguda e crônica por agrotóxicos.	**Percentual de trabalhadores de saúde da zona rural da 4ªCRS qualificados**.	**-**	**-**	**30%**	**30%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 916
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 100
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Promover encontros e eventos intersetoriais (CIST, IES, Sindicatos, Ministério Públicos, Outros), com ênfase às relações do SUS com a Promoção de ST, VISAT, reabilitação profissional.	**Número de encontros intersetoriais ao ano**	**-**	**-**	**04**	**04**
Apoiar/participar de atividades relativas à saúde do trabalhador realizadas pelas entidades sindicais e da sociedade civil (conselheiros de saúde, usuários);	**Número de atividades apoiadas pelo CEREST na Rede de Atenção ao ano**	**-**	**-**	**02**	**02**
Apoiar/participar das ações de VISAT previstas na parceria com MPT e CREA para Forças-Tarefa Frigorífico e Hospitais.	**Número de atividades apoiadas pelo CEREST na Rede de Atenção ao ano**	**-**	**-**	**02**	**02**
Realizar encontros com estudantes e docentes das instituições de ensino na área da saúde com campo de estágio no CEREST abordando temas pertinentes ao campo de Saúde do trabalhador e SUS.	**Número de encontros**	**-**	**-**	**04**	**04**
Qualificar a assistência realizada no CEREST a partir do Matriciamento dos casos encaminhados junto às equipes de saúde nas unidades básicas dos municípios da 4ª CRS	**Percentual de casos com indicação de alta matriciados pelo CEREST**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Fortalecer o vínculo com a CISTT do município sede do CEREST	**Percentual de participação no Controle Social**	**-**	**-**	**50%**	**50%**
Qualificar a VISAT na rede.	**Número de Ações descentralizadas de qualificação da VISAT.**	**-**	**03**	**-**	**-**
Participar e elaborar os projetos que qualifiquem a rede de assistência para a associação de doença com o trabalho.	**Número de projetos de qualificação da rede para elaboração do nexo de causalidade**	**-**	**03**	**-**	**-**
Mapear as condições de ambiente de trabalho dos trabalhadores da reciclagem, juntamente com a Atenção Básica da rede de Santa Maria.	**Número de ações descentralizadas junto às associações de catadores/recicladores**	**-**	**01**	**-**	**-**
Realizar diagnóstico em apoio a saúde do trabalhador para a rede.	**Percentual de casos encaminhados ao Cerest, com confirmação ou não do nexo de causalidade dos sinais/sintomas com a atividade laboral do usuário.**	**-**	**20%**	**-**	**-**

Página 917
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 101
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 918
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 102
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 07: QUALIFICAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOGÍSTICA DA SMS

OBJETIVO: Estimular processos de gestão de qualidade e uso eficiente dos recursos públicos, com acompanhamento sistemático das políticas e dos processos de trabalho, assegurando as práticas legais de financiamento no SUS.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Garantir a continuidade da manutenção periódica de equipamentos odontológicos.	**Manter contrato com Empresa Terceirizada**	**01**	**01**	**01**	**01**
Garantir a manutenção periódica de equipamentos de material médico-hospitalar.	**Contratar Empresa terceirizada**	**01**	**01**	**01**	**01**
Construir, ampliar e/ou reformar no mínimo 02 Serviços de Saúde/Ano.	**Nº de Serviços de Saúde com adequação da estrutura física**	**02**	**02**	**02**	**02**
Garantir a manutenção, e conservação permanente das condições físicas internas e externas dos serviços de saúde.	**Manter contrato com Empresa Terceirizada**	**01**	**01**	**01**	**01**
Adquirir equipamentos e materiais conforme necessidade dos serviços.	**Nº de equipamentos e materiais adquiridos ao ano.**	**400**	**400**	**400**	**250**
Garantir recurso para a renovação da frota de veículos.	**Nº de unidades ao ano**	**04**	**04**	**04**	**06**
Garantir estrutura para que 100% da Rede de Saúde do Município sejam informatizadas.	**Percentual de Unidades de Saúde informatizadas**	**100%**	**100%**	**-**	**-**
Modificar o Pronto Atendimento Municipal para UPA Porte II	**Número de UPA Porte II Instalada**	**01**	**01**	**01**	**01**
Adequar da rede de frio das UBS/ESF com sala de vacina.	**Percentual de UBS/ESF com sala de vacina adequada**	**30%**	**-**	**100%**	**100%**
Reestruturar o Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, buscando expandir suas atribuições com vistas a qualificação da gestão de pessoas.	**Reestruturar o Setor**	**-**	**01**	**01**	**-**
Realizar Concurso Público para contratação de profissionais para atuarem nos Serviços de Saúde do Município.	**Realizar concurso público**	**-**	**-**	**01**	**01**
Adquirir softwares e aplicativos específicos para a Vigilância em Saúde.	**Adquirir softwares**	**01**	**-**	**-**	**-**
Readequar o espaço físico da Policlínica Ruben noal, separando os dois serviços existentes (UBS e Policlínica 24h).	**Readequar espaço.**	**-**	**-**	**01**	**-**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 919
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 103
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Qualificar a infraestrutura dos Serviços de vigilância em Saúde através de captação de recursos para construção da sede própria (ou ampliação da Sede da SMS)	**REALIZAR OBRA**	**-**	**01**	**-**	**-**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 08: PROMOVER E QUALIFICAR A GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE

OBJETIVO: Tornar a gestão do Trabalho em Saúde qualificada.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	2018	2019	2020	2021
Reativar as reuniões da comissão de servidores e gestor para construção do PCCS/SUS	**Reativar Comissão**	**01**	**01**	**01**	**01**
Implantar novo organograma e regimento interno da SMS	**Organograma Instituído**	**01**	**01**	**01**	**01**
Implantar e implementar a mesa de negociação do SUS.	**Mesa Instituída**	**01**	**01**	**01**	
Reestruturar o Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, buscando expandir suas atribuições com vistas a qualificação da gestão de pessoas.	**Inserção de um profissional Psicólogo no setor de RH, em dias alternados.**	**01**	**01**	**01**	**01**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 09: PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EM SAÚDE

OBJETIVO: Manter as ações de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações em saúde.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Publicizar os Instrumentos de Gestão, divulgar os programas, ações e serviços da Rede.	**Instrumentos de Gestão e Programas, Ações e Serviços da Rede publicizados.**	**-**	**01**	**-**	**-**
Criar um Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação dos Instrumentos de Gestão.	**Criar grupo técnico.**	**01**	**-**	**-**	**-**
Dar continuidade ao Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação da SMS.	**Número de reuniões por mês do GT de Monitoramento de Avaliação**	**-**	**-**	**02**	**02**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 920
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 104
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Submeter, previamente, à apreciação do CMS todos os projetos e adesões aos Programas e convênios das três esferas, firmados com empresas privadas e projetos de lei encaminhados ao Legislativo Municipal.	**Percentual de projetos e adesões a programas submetidos a apreciação do CMS**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Implantar novos serviços de saúde, conforme a necessidade da população santa-mariense com aprovação do CMS.	**Percentual de serviços implantados e que foram submetidos a apreciação do CMS**	**-**	**-**	**100%**	**100%**
Implantar o Serviço de Ouvidoria na SMS.	**Implantar Serviço**	**01**			
Manter e aperfeiçoar constantemente o Serviço de Ouvidoria na SMS	**Manter e aperfeiçoar constantemente o Serviço**	**-**	**01**	**01**	**01**
Apresentar o relatório de gestão por região administrativa.	**Número de apresentações por região/quadrimestre**	**-**	**-**	**02**	**02**
Aplicar 100% dos recursos financeiros oriundos de Emendas Parlamentares, dentro do prazo legal.	**Percentual de recursos aplicados no prazo**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Instituir políticas públicas intersetoriais para enfrentamento das necessidades em saúde da população.	**Número de projetos/programas intersetoriais instituídos anualmente**		**01**	**01**	**-**
Colaborar na implantação do projeto poupa tempo.	**Projeto implantado Poupa Tempo**	**01**	**-**	**-**	**-**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10: QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DOS EIXOS NORTEADORES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (NEPeS)
OBJETIVO: Qualificar as ações do Núcleo de Educação Permanente em Saúde.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Ampliar a equipe em, no mínimo, dois servidores.	**Ampliar a Equipe.**	**01**	**-**	**01**	**01**
Elaborar o cronograma de qualificação anual conforme as necessidades elencadas na Rede de Atenção à Saúde.	**Número de cronogramas**	**01**		**01**	**02**
Qualificar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde.	**Percentual de trabalhadores qualificados**	**100%**	**100%**	**50%**	**100%**
Qualificar introdutória para profissionais admitidos.	**Percentual de profissionais admitidos na SMS com Curso Introdutório**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Garantir de vagas gratuitas em eventos/cursos realizados pelas instituições conveniadas para os trabalhadores	**Percentual de vagas em cursos pagos realizados pelas instituições de educação conveniadas**	**-**	**10%**	**3%**	**10%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

diretamente envolvidos na formação profissional em saúde na SMS.					
Acompanhar dos projetos aplicativos do curso de preceptoria no SUS e preceptoria médica (SMS/MS).	**Percentual de projetos aplicativos acompanhados**	**100%**	**100%**	**100%**	**-**
Articular com fórum de discussão entre ensino-serviço e comunidade.	**Número de fórum/ano**	**-**	**-**	**01**	**01**
Garantir que 100% dos projetos de pesquisa e extensão sejam realizados somente após aprovação do NEPeS.	**% de projetos de pesquisa e extensão aprovados pelo NEPeS**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Garantir a devolutiva de 100% das pesquisas realizadas nos serviços de saúde da rede municipal.	**% de devolutivas de projetos de pesquisa e extensão**	**100%**	**100%**	**-**	**100%**
Planejar as ações a serem desenvolvidas no campo de prática a partir da integração entre os serviços de saúde e instituições de educação conveniada.	**Percentual de serviços de saúde que realizarem planejamento de atividades práticas de formação em conjunto com as instituições de educação conveniada.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Fortalecer vínculos dos trabalhadores com as instituições de educação conveniada com programas de residência em saúde.	**Percentual de unidades com residentes que realizam atividade de integração ensino serviço.**	**70%**	**70%**	**100%**	**100%**
Garantir oferta de atividades relacionadas à saúde do trabalhador para os servidores.	**Número de servidores que participarão das atividades/ano**	**12**	**12**	**12**	**12**
Formar trabalhadores juntamente com as instituições de ensino.	**Número de Atividades**	**-**	**-**	**04**	**08**
Qualificar os servidores em serviços de urgência e emergência e atenção especializada (regulação, fluxos, protocolos e acolhimento).	**Número de cursos de capacitação ao ano.**	**-**	**-**	**02**	**04**
Ordenar os convênios com instituições de ensino da saúde.	**Percentual de convênios monitorados.**		**100%**	**100%**	**100%**
Realizar reuniões mensais para organização e integração da relação ensino-serviço entre a secretaria de saúde e instituições de ensino na área da saúde.	**Número de reuniões**	**-**	**08**	**08**	**09**
Participar do grupo condutor da planificação	**Número de unidades acompanhadas pelo grupo condutor**	**16**	**16**	**16**	**16**
Participar das atividades solicitadas pelo conselho municipal de saúde.	**Percentual de atividades realizadas conforme solicitação**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Articular a realização do curso para os profissionais da rede.	**Realizar Curso de preceptoria no SUS**	**-**	**01**	**-**	**-**

Página 921
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 105
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 922
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 106
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Realizar seminário de organização dos campos de estágio e plano de trabalho por unidade de saúde.	**Realizar Regulação dos campos de estágios nos serviços de Santa Maria**	**04**	**-**	**-**	**-**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11: INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS COM A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

OBJETIVO: Tornar a Vigilância em Saúde menos estática e fragmentada no cotidiano de trabalho em todos os níveis de atenção, proporcionando a integração com outros setores da saúde.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Revisar e atualizar a lei municipal nº 4040/96 - Criação da Vigilância Sanitária	**Lei atualizada e aprovada pelo Legislativo**	**01**	**-**	**-**	**-**
Alterar a legislação sanitária com a finalidade de desburocratizar os processos de licenciamento.	**Criação de lei que altera a validade do Alvará Sanitário e o Código Tributário referente a taxas de atos sanitários.**	**-**	**-**	**01**	**-**
Elaborar o Plano Diretor de Vigilância em Saúde	**Plano elaborado**	**01**	**01**	**-**	**-**
Realizar ações integradas entre as vigilâncias	**Nº de ações realizadas no período de um ano.**	**40**	**40**	**60**	**60**
Realizar, de forma contínua, da vigilância da qualidade da água para consumo humano, para identificar os potenciais riscos à saúde relacionados ao consumo da água fora dos padrões de potabilidade, conforme legislação específica.	**Percentagem de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez. (SISPACTO 10)**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Realizar, de forma contínua, da vigilância da qualidade da água para consumo humano, para identificar os potenciais riscos à saúde relacionados ao consumo da água fora dos padrões de potabilidade, conforme legislação específica	**Proporção de amostras de água com presença de *Escherichia coli,* em Soluções Alternativas Coletivas. (INDICADOR RS 02)**	**15%**	**14%**	**13%**	**12%**
Aumentar e qualificar as fontes notificadoras de agravos relacionados ao trabalho.	**Taxa de notificação de agravos (acidentes e doenças) relacionados ao trabalho. (INDICADOR RS 04)**	**40**	**40**	**40**	**40**
Realizar ações em todos os grupos de ações essenciais a atuação da vigilância sanitária do Município.	**Percentual de Municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 923
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 107
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

	(SISPACTO 20)				
Investigar 100% dos óbitos relacionados ao trabalho.	**Proporção de óbitos por acidente de trabalho investigado. (INDICADOR RS 03)**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Preencher o campo de "ocupação" na notificação de agravos relacionados ao trabalho.	**Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho. (SISPACTO 23)**	**95%**	**95%**	**98%**	**98%**
Realizar diagnóstico situacional dos acidentes de trânsito graves ocorridos no município.	**Execução do Programa de acordo com a Resolução CIB/RS nº 563/17.**	**01**	**01**	**-**	**-**
Realizar, pelo menos 1 capacitação/quadrimestre, a todos os profissionais da vigilância em saúde sobre Vigilância Epidemiológica.	**Nº de capacitações realizadas sobre Vigilância Epidemiológica.**	**-**	**01**	**01**	**03**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

OBJETIVO: Fortalecer as ações de âmbito coletivo da vigilância em saúde e o gerenciamento de riscos e agravos à saúde no âmbito da APS.

DESCRIÇÃO DA META	**INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META**	**PRAZOS**			
		2018	**2019**	**2020**	**2021**
Elaborar boletim epidemiológico contemplando os dados por região administrativa, permitindo a elaboração de diagnósticos e estatísticas para a implementação de ações prioritárias em saúde.	**Número de boletins realizados mês**	**04**	**04**	**08**	**08**
Instituir o Comitê Municipal de Execução e Acompanhamento do Projeto Vida no Trânsito.	**Número de reuniões mensais do Comitê Municipal do projeto Vida no Trânsito.**	**-**	**-**	**01**	**-**
Realizar ações integradas entre a vigilância em saúde e APS.	**Número de ações/ eventos realizados da Vigilância da Violência por quadrimestre.**	**-**	**-**	**01**	**01**
Ampliar a cobertura vacinal das vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose).	**Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade, com cobertura vacinal preconizada. (SISPACTO 04)**	**75%**	**75%**	**75%**	**75%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Capacitar e/ou atualizar 100% dos profissionais de enfermagem que atuam em sala de vacinas.	**Percentual profissionais a serem capacitados e/ou atualizados/ano.**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Combater ao *Aedes aegypti* e controlar as demais zoonoses prevalentes de interesse em saúde pública.	**Reduzir o índice percentual do Lira (significa Levantamento de Índice de Infestação dos imóveis do município pelo vetor da doença) a índice abaixo de 4,3 (médio)**	**4,3**	**4,3**	**4,3**	**4,3**
Combater ao *Aedes aegypti* e controlar as demais zoonoses prevalentes de interesse em saúde pública.	**Números de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial de dengue. (SISPACTO 22)**	**04**	**04**	**04**	**04**
Investigar casos de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	**Percentual de investigação (SISPACTO 02)**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Investigar registro de óbitos com causa básica definida.	**Percentual investigações de óbitos com causa básica definida. (SISPACTO 03)**	**99,7%**	**99,8%**	**99,85%**	**99,85%**
Investigar casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	**Percentual de investigações encerradas em 60 dias. (SISPACTO 05)**	**95%**	**95%**	**98%**	**98%**
Monitorar e investigar casos de toxoplasmose.	**Percentual investigados**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13: CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO: Incentivar o desenvolvimento e qualificação de lideranças comunitária.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Incentivar o desenvolvimento de Lideranças Comunitárias	**Número mínimo de encontros realizados com as Comunidades.**	**02**	**02**	**02**	**02**
Qualificar Conselheiros e Lideranças Comunitárias	**Número mínimo de ações realizadas**	**02**	**02**	**02**	**02**
Criar e Fortalecer os Conselhos Locais de Saúde em 04 Unidades de Saúde	**Número de unidades de Conselhos Locais instituído**	**04**	**04**	**04**	**04**
Criar Conselhos Regionais de Saúde em pelo menos 02 Regiões Administrativas	**Número mínimo de Conselhos Regionais de Saúde instituídos**	**02**	**02**	**02**	**02**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 924
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 108
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Divulgar 100% das ações do CMS	**Percentual de ações divulgadas**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

OBJETIVO: Defender o SUS, Sistema Único de Saúde previsto em lei.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Lutar para a continuidade do SUS	**Número de documentos oficiais que retiram do orçamento direitos adquiridos**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Buscar a aplicação dos percentuais exigidos para a Atenção Básica	**Percentuais definidos para a Atenção Básica**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Verificar continuamente o estoque de medicamentos contínuos nas Farmácias do município	**Número de medicamentos em falta.**	**-**	**-**	**-**	**100%**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14: PREVENÇÃO, CONTROLE E ENFRENTAMENTO COVID-19

OBJETIVO: Preparar e coordenar os serviços de saúde e realizar ações para prevenção, enfrentamento e controle da pandemia do Coronavírus.

DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	PRAZOS			
		2018	2019	2020	2021
Criar e implementar Conselho de Crise para atuar durante a pandemia	**Conselho implementado**	**-**	**-**	**01**	**-**
Criar e implementar Centro de Referência de cuidado ao Covid-19.	**Centro de Referência Implementado**	**-**	**-**	**01**	**-**
Distribuir EPIs para toda a Rede de Saúde do Município.	**Percentual de serviços com EPIs recebidos.**	**-**	**-**	**100%**	**100%**

Página 925
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 109
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página
926

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
110

Peça
4160624

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Saúde requer monitoramento e avaliações periódicas. Estas ações visam o seu acompanhamento para tomada de decisões, em busca do alcance pleno das metas acordadas.

A Programação Anual de Saúde (PAS) será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Saúde e acompanhada através de relatórios apresentados quadrimestralmente junto ao Conselho Municipal de Saúde e em Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores, conforme Lei Complementar nº 141/12.

Será também sistematizado anualmente através do Relatório Anual de Gestão (RAG), que é um instrumento que apresenta os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS).

Página 927
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 111
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador:

Página 928
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Anexo 1

Planilha de Pactuação Estadual – Proposta de Metas para 2017-2021

Nº	Tipo	Indicador	Unidade	Série Histórica- Santa Maria						Proposta de Meta Santa Maria					Observações
				2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	U	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	/100.000	371,7	382,6	346,61	382,63	337,8	418,65	410	410	399	380	378	*Dados de 2015 e 2016 são preliminares, a meta de redução de 2% ao ano foi calculada a partir do resultado de 2014.
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	*Dado preliminar
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	%	98,65	87,01	87,66	91,36	99,44	99,76	99,7	99,7	99,8	99,85	99,85	*Dado preliminar
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	%	55,56	55,56	55,55	33,33	33,33	66,66	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00	*Dado preliminar

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 929
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 113
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01 AE653

5	U	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	%	81,19	80	98,75	93,05	96,93	90,46	92,00	95,00	95,00	98,00	98,00	*Dado preliminar
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	%		75	100	100	100	100	100	100	100	100	100	*Dado preliminar
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Número absoluto	17	30	32	34	62	61	60	60	59	58	58	*Dado preliminar

Nº	Tipo	Indicador	Unidade	Série Histórica- SANTA MARIA						Proposta de SANTA AMRIA					Observações
				2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	Número absoluto	5	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	*Dado preliminar
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	%	99,31	100	118,96	197,36	145,87	135,02	100	100	100	100	100	*Dado preliminar
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de	Razão	0,1	0,11	0,31	0,20	0,27	0,26	0,27	0,30	0,30	0,32	0,35	*Dado preliminar

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 930
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 114
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

		determinado local e a população da mesma faixa etária													
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	0,07	0,32	0,15	0,20	0,20	0,20	0,21	0,22	0,25	0,26	*Dado preliminar
13	U	Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	%	34,7	35	33	35	34,71	34,4	35,00	35,00	38,00	38,00	40,00	*Dado preliminar
14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	%	14,8	15,73	14,54	15,01	14,38	14,18	14,00	14,00	13,50	13,50	13,00	*Dado preliminar
15	U	Taxa de mortalidade infantil	/1.000	11,59	11,58	9,4	9	6,82	10,23	9,90	9,50	9,00	9,00	9,00	*Dado preliminar
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Número absoluto	0	1	0	1	2	1	0	0	0	0	0	*Dado preliminar
17	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	%	48,39	49,88	53,8	50,74	55,62	58,37	55,00	58,00	60,00	62,00	64,00	O método de cálculo está sendo revisado pelo DAB/MS

Nº	Tipo	Indicador	Unidade	Série Histórica- SANTA MARIA						Proposta de SANTA MARIA					Observações
				2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	%	25,87	37,12	40,97	41	37,40	38,6	40,00	42,00	42,00	43,00	45,00	*Dado parcial referente à primeira vigência de 2016, pois conforme consta na

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

															ficha de qualificação de Indicadores 2017-2021.
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	%	26,61	28,19	27,76	27	38,88	29,07	27	27	35	35	40	O método de cálculo está sendo revisado pelo DAB/MS com prazo de liberação até final de fevereiro.
20	U	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	%	-	-	100	100	100	100	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	*Dado preliminar
21	E	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	%	-	-	-	25%	25%	50%	50%	75%	100	100	100	
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	%	-	-	-	-	-	-	4	4	4	4	4	
23	U	Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	%	_	-	94,2	100	100	100	95	95	95	98	98	*Dado preliminar

Página 931
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 115
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Página 932
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 116
Peça 4160624
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE653

INDICADORES ESTADUAIS

Nº	Tipo	Indicador	Unidade	Série Histórica – SANTA MARIA						Proposta de Meta SANTA MARIA					Observações
				2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1	RS	Proporção de cura de casos novos de tuberculose	%	67,30	67,80	65,70	65,90	61,90	21,30*	70	75	75	75	75	*Dado preliminar.
2	RS	Proporção de amostras de água com presença de *Escherichia coli*, em Soluções Alternativas Coletivas	%	29,28	27,80	30,75	10,80	12,78	15,00	15,00	15,00	14,00	13,00	12,00	
3	RS	Proporção de Óbitos por Acidentes de Trabalho investigados	%	-	6,93	5,50	5,10	29,45	18,06*	100	100	100	100	100	* Dado preliminar.
4	RS	Taxa de notificação de agravos (acidentes e doenças) relacionados ao trabalho	/100.000	32,76	37,2	45,58	44,11	38,32	26,96	39	40	40	40	40	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BDEE.D3A6.EBB0.EC09.9984.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160628

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE657

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPO DA SAÚDE

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) 2021

EQUIPE GESTORA

Jorge Pozzobom - Prefeito Municipal
Guilherme Ribas Smidt - Secretário de Município da Saúde
Christian Lacorte – Superintendente Administrativo e Financeiro
Daiany da Silveira – Superintendente da Atenção Básica
Juliana Pruni – Superintendente da Atenção Especializada
Alexandre Streb – Superintendente da Vigilância em Saúde

11 de maio de 2021

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4160628

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE657

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
2. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL 3
3. DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2021 4

01: FORTALECER E AMPLIAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE 4

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 02: AMPLIAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA 20

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 03: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 25

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 04: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 27

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 05: QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL 29

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 07: QUALIFICAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOGÍSTICA DA SMS 34

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 08: PROMOVER E QUALIFICAR A GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE 36

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 09: PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EM SAÚDE 37

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10: QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DOS EIXOS NORTEADORES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (NEPeS) 39

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11: INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS COM A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE 42

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE 44

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13: CONTROLE SOCIAL 47

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14: PREVENÇÃO, CONTROLE E ENFRENTAMENTO COVID-19 49

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160628

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE657

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

1. INTRODUÇÃO

A Programação Anual de Saúde 2021 está em consonância com o Plano Municipal de Saúde do período de 2018-2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e estará com a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021, bem como, atende as orientações da Portaria 2.135/2013 e Lei Complementar 141/2012.

Trata-se de um instrumento de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) que visa detalhar, a partir dos objetivos, das diretrizes e das metas do Plano Municipal de Saúde, as ações, as metas anuais e os recursos financeiros que o operacionalizam, identificando também as áreas responsáveis e as parcerias necessárias para a execução das ações.

A Programação Anual de Saúde tem como principal função servir como um eixo norteador para a realização de ações durante o ano, buscando orientar as equipes e o processo de trabalho, gerando dados para o alcance das metas. Esses relatórios são elaborados quadrimestralmente (Relatório Quadrimestral de Gestão -REG) pela Secretaria de Saúde, tratando-se assim, de uma importante ferramenta para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Saúde.

2. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL

O valor total previsto para o ano de 2021 é de R$ 113.959.140,75 (Cento e treze milhões novecentos e cinquenta e nove mil cento e quarenta reais com setenta e cinco centavos) que será, alocado dentre as diretrizes conforme suas necessidades, sendo que esse detalhamento será apresentado na Lei Orçamentária Anual (LOA), na tabela a baixo encontram-se as divisões dos recursos alocados por diretriz estratégica apresentando um valor total de R$104.348.300,00 (Cento e quatro milhões trezentos e quarenta e oito mil e trezentos reais). A diferença entre os dois valores apontados é de R$ 9.610.840,75 (Nove milhões seiscentos e dez mil oitocentos e quarenta reais com setenta e cinco centavos), o qual refere-se a recursos nos quais o município acrescenta por meios próprios além dos 15% previstos em lei.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

3. DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2021

01: FORTALECER E AMPLIAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

OBJETIVO: Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, usando estratégias de atendimento integral, a exemplo da Saúde da Família e promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Definir os territórios de atuação das UBS/ESF e sua população adscrita no território, dentro das Regiões Administrativas.**	**Percentual de população com território adscrito.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar o cadastro individual da população que acessa a Rede de saúde municipal.		
	2. Territorializar as Unidades de Saúde das 08 regiões administrativas.		
	3. Realizar capacitação para o preenchimento do cadastro individual do ESUS para todos os integrantes das equipes APS.		
	4. Realizar mutirão de cadastro de usuários da APS, em horários alternativos com apoio das políticas de saúde.		
2	**Ampliar a cobertura de Atenção Primária em Saúde segundo o pactuado na Pactuação Interfederativa 2017 – 2021.**	**Percentual de Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica. (SISPACTO 17)**	**55%**
	AÇÕES		
	1. Ampliar o número de equipes de ESF priorizando as regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.		
	2. Habilitar eAP conforme Portaria Previne Brasil.		
	3. Realizar chamamento do Concurso Público de trabalhadores para compor as equipes.		
3	**Implantar um modelo de atenção regionalizado em toda a Atenção Primária em Saúde.**	**Percentual de regiões administrativas com sistema regionalizado.**	**100%**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 937
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Delimitar território de atuação das equipes de Atenção Básica, em 04 regiões administrativas.		
4	**Reorganizar o processo de trabalho em toda a Atenção Básica, conforme proposta da Planificação da Atenção à Saúde, com base em estimativa populacional.**		**Percentual da APS que aderiram ao Processo de Planificação da Atenção à Saúde.**	**60%**
	AÇÕES			
	1.	Implantar o painel epidemiológico atualizado mensalmente em todas as Unidades.		
	2.	Realizar e manter atualizado o cadastramento da população da área de abrangência das ESF's.		
	3.	Implantar o Acolhimento com classificação de risco às condições crônicas, pré-natal de risco habitual, puericultura e coleta de citopatológico em todas as equipes de ESF's, buscando uma maior resolutividade.		
5	**Implantar o Programa Mãe Santa-mariense, garantindo o cuidado no pré-natal, parto, puerpério e às crianças nos primeiros 2 anos de vida.**		**Implantar programa na rede.**	**100%**
	AÇÕES			
	1.	Estabelecer fluxo de atendimento para gestações de médio risco para a Casa do Programa Mãe Santa-mariense.		
	2.	Promover a Educação Permanente relacionada ao Pré-Natal a fim de qualificar o Programa Mãe Santa-mariense a partir da proposta da planificação da APS.		
6	**Reduzir o número de novos casos da sífilis congênita.**		**Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade. (SISPACTO 08)**	**58**
	AÇÕES			
	1.	Captar precocemente a gestante ao Pré-Natal, pela oferta de testes rápidos de gravidez em livre demanda e com busca ativa no território.		
	2.	Ofertar, pelo menos, 3 testes rápidos de sífilis por gestante e parceiros ou a cada trimestre gestacional.		
	3.	Fortalecer ações relacionadas ao Pré-Natal do Parceiro preconizadas pelo Ministério da Saúde por meio de reuniões mensais da Linha de Cuidado e do Comitê de Transmissão Vertical.		
	4.	Realizar prescrição e tratamento oportuno por médicos ou enfermeiros na APS para gestantes e seus parceiros quando infectados.		
	5.	Manter e fortalecer a oferta de seguimento no contra referência dos hospitais com a rede de atenção à saúde no pós-parto e acompanhamento da puérpera e do bebê.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 938
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	6.	Realizar turno alternativo e abertura de unidades aos sábados, facilitando o acesso à população mais vulnerável/homens.		
7	**Reduzir a incidência de novos casos de AIDS em menores de 5 anos.**		**Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos. (SISPACTO 09)**	**0**
	AÇÕES			
	1.	Aumentar a oferta de testagem rápida, capacitar continuamente os profissionais de saúde para testar gestantes e o parceiro para HIV na APS e monitorar a adesão ao tratamento.		
	2.	Intensificar as ações educativas preventivas sobre a contraindicação absoluta de amamentação por mulheres expostas ao HIV.		
8	**Implementar linhas de cuidado a todos os grupos, por ciclo de vida as pessoas vivendo com HIV.**		**Número de linhas de cuidado implementadas.**	**01**
	AÇÕES			
	1.	Planejar novas ações de cuidado em conjunto com a Atenção Básica, Universidades (UFN e UFSM), HUSM e Políticas Municipais de Saúde.		
	2.	Aumentar os diagnósticos para hepatite C, por meio da implementação da linha do cuidado a pessoa que vive com HIV na ABS e testagens nas populações chave: privados de liberdade, agências de profissionais do sexo e população LGBTQIA+		
9	**Implantar terceiro turno na APS, a partir de indicadores epidemiológicos das regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.**		**Número de Unidades de Saúde com 3º turno implantado.**	**01**
	AÇÕES			
	1.	Implantar terceiro turno em 01 UBS.		
10	**Elaborar e implantar a Carteira de Serviços essenciais nas ESF's.**		**Percentual de carteiras de serviço elaboradas e implantadas das ESF's.**	**100%**
	AÇÕES			
	1.	Elaborar e implantar a Carteira de Serviços em todas as ESF's.		
11	**Ampliar o número de visitadores do PIM nas regiões de índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.**		**Número de visitadores novos do PIM.**	**20**
	AÇÕES			
	1.	Garantir a atuação de 25 visitadores e 02 monitores para o PIM em áreas vulneráveis ou maior índice de privação social.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 939
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

12	**Seguir as recomendações constantes nos protocolos/ diretrizes terapêuticas em Saúde Mental preconizadas pelo Ministério de Saúde/SES-RS referente às políticas instituídas no município.**	**Percentual de UBS que seguem os protocolos/ diretrizes terapêuticas.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Capacitar os profissionais a fim de garantir a continuidade do tratamento na Atenção Psicossocial e no território, com vistas a reinserção gradativa do usuário na comunidade.		
13	**Ampliar a cobertura das equipes de Saúde Bucal na rede da Atenção Primária em Saúde e o cuidado em saúde bucal.**	**Percentual da Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica (SISPACTO 19)**	**35%**
	AÇÕES		
	1. Habilitar 01 equipes de Saúde Bucal.		
14	**Fortalecer o Programa Sorria Santa Maria, oferecendo atendimento odontológico em dias e horários alternativos.**	**Número de edições do Projeto Sorria Santa Maria por ano.**	**10**
	AÇÕES		
	1. Manter as edições do projeto aos sábados, no mínimo, uma vez ao mês, a partir de março.		
15	**Realizar consultas odontológicas com gestantes em pré-natal na atenção básica.**	**Percentual de gestantes em pré-natal na Atenção Básica com pelo menos 01 consulta odontológica.**	**35%**
	AÇÕES		
	1. Oferecer 01 consulta odontológica para cada gestante por trimestre.		
	2. Realizar o Pré-Natal Odontológico das gestantes de unidade de ESF sem Saúde Bucal no Projeto Sorria Santa Maria, com agendamento prévio.		
16	**Aumentar a razão de tratamentos odontológicos concluídos e primeiras consultas programáticas.**	**Razão entre tratamentos concluídos e primeiras consultas**	**0,6**
	AÇÕES		
	1. Institucionalizar estratégias para garantir a adesão aos tratamentos programáticos com humanização do atendimento, busca ativa de faltosos e lembrete de consultas agendadas.		
17	**Aumentar o número de ações de escovação supervisionada no ano.**	**Média de ações coletivas de escovação supervisionada**	**2,5**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 940
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	AÇÕES		
	1.	Intensificar as ações do PSE, com CDs com carga horária vinculada ao PSE, alinhando-o com o Projeto Sorrindo para o Futuro do SESC.	
	2.	Incentivar a escovação de forma indireta nas escolas.	
	3.	Realizar ações de escovação supervisionada no Projeto Sorria Santa Maria e nas campanhas de Vacinação.	
18	**Realizar ações de atenção à saúde bucal da pessoa idosa.**	**Número mínimo de ações de atenção à saúde bucal da pessoa idosa institucionalizada, ao ano.**	**6**
	AÇÕES		
	1.	Realizar levantamento epidemiológico da população nesta faixa etária.	
	2.	Realizar atividades de orientação de higiene nos lares de longa permanência beneficentes.	
	3.	Elaborar fluxos para atendimento a esta população.	
19	**Elaborar procedimentos operacionais em Saúde Bucal.**	**Número de procedimentos operacionais padrão em saúde bucal de biossegurança implantados no município em pelo menos 50% das unidades com atendimento odontológico**	**10**
	AÇÕES		
	1.	Elaborar POPs com base no guia de POPs da 4ª CRS.	
	2.	Divulgar para as equipes.	
	3.	Sensibilizar e instrumentalizar os Cirurgiões Dentistas e Auxiliares em Saúde Bucal para executarem as atividades de acordo com os POPs.	
20	**Reduzir as exodontias em relação aos procedimentos preventivos e curativos.**	**Percentual de redução às exodontias em relação aos procedimentos preventivos e curativos.**	**6,5%**
	AÇÕES		
	1.	Estimular a conclusão do tratamento, através do reagendamento.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 941
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	2.	Elaborar estratégias para facilitar o acesso à população do município ao atendimento odontológico, evitando que o usuário procure a rede somente no caso de dor e estimulando a promoção de saúde.	
	3.	Manter os atendimentos agendados no PA para usuários de unidades ESF sem atendimento odontológico.	
21	**Garantir o atendimento odontológico às crianças até 10 anos de idade atendidos na APS.**	**Percentual de crianças menores de 10 anos com atendimento odontológico na APS.**	**80%**
	AÇÕES		
	1.	Ofertar atendimento odontológico para as crianças em todas as unidades com equipes de Saúde Bucal, e se necessário, referenciar os casos mais complicados para a especialidade de Odontopediatria no CEO.	
	2.	Implementar Edições especiais de Projeto Sorria Santa Maria (2) em territórios sem referência em Saúde Bucal, com realização de restaurações atraumáticas.	
22	**Ofertar próteses ao Serviço púbico.**	**Número de próteses ofertadas no serviço público ao mês.**	**20**
	AÇÕES		
	1.	Elaborar um Termo de Referência para contratação de laboratório de prótese.	
	2.	Designar um CD com capacidade técnica para realizar a parte clínica da execução da prótese.	
23	**Implantar serviço de saúde bucal nas Unidades de ESF.**	**Número de Unidades de ESF sem serviço de saúde bucal.**	**02**
	AÇÕES		
	1.	Realizar momentos de educação em saúde bucal para os profissionais das unidades ESF sem CD.	
	2.	Participar de visitas domiciliares a usuários destas ESF que demandem atenção à saúde bucal.	
	3.	Realizar ações do eixo de saúde bucal nas escolas destes territórios.	
24	**Realizar capacitação dos dentistas junto à política de assistência farmacêutica do município.**	**Percentual de Cirurgiões Dentistas (CD) capacitados junto à política de assistência farmacêutica do município.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Executar ações de educação permanente com os CDs do município com base em um protocolo elaborado pela política de Assistência Farmacêutica, com foco na REMUME e nas Prescrições odontológicas.	
25	**Implantar o Programa Melhor em Casa (Equipe Multiprofissional Assistência Domiciliar), com uma**	**Número de equipes implantadas.**	**01**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

	equipe completa de EMAD e uma equipe completa de EMAP (equipe Multiprofissional de Apoio).		
	AÇÕES		
	1. Implementar o Programa Melhor em Casa.		
	2. Criar as equipes de atendimento domiciliar contemplando 01 EMAD (Equipe Multiprofissional Assistência Domiciliar) e 01 EMAP (equipe Multiprofissional de Apoio), conforme recursos humanos disponíveis e necessidades epidemiológicas da população.		
	3. Habilitar serviços junto ao Ministério da Saúde, pleiteando recursos de custeio mensal e implantação.		
26	**Implementar e manter uma equipe de NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família).**	**Número de equipes implantadas.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Manter uma equipe de NASF tipo 1, junto ao Ministério da Saúde, com composição de acordo com a necessidade epidemiológica da população.		
27	**Qualificar as ações do NASF - AB junto às equipes de ESF apoiadas.**	**Nº de Ações realizadas pelo NASF junto às equipes de ESF apoiadas.**	**1000**
	AÇÕES		
	1. Fortalecer as atividades de grupos existentes e criar novos grupos de acordo com a demanda.		
	2. Qualificar as atividades de ação continuada e educação permanente junto as equipes de ESF vinculadas ao NASF- AB.		
	3. Dar continuidade e qualificar as ações já realizadas pelo NASF-AB nas equipes ESF vinculadas e demais ações de promoção e prevenção em saúde desenvolvidas nas ESF.		
28	**Manter a inserção de residentes das ênfases de Atenção Básica e Saúde Mental, de diversos núcleos profissionais, no NASF-AB.**	**Número de residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde Mental (UFSM) atuando no NASF**	**07**
	AÇÕES		
	1. Manter residentes das ênfases de Atenção Básica e Saúde Mental no NASF, de diversos núcleos profissionais, via carga horária de matriciamento e/ou como campo de referência.		
29	**Integrar as unidades de saúde e políticas de saúde para o planejamento e monitoramento das ações com base nos dados da vigilância em saúde.**	**Percentual de ações baseadas em dados da vigilância em saúde.**	**80%**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 943
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Elaborar boletim epidemiológico contemplando os dados por região administrativa.		
	2.	Elaborar diagnósticos situacionais e estatísticas para a implementação de ações prioritárias em saúde. Propor novos indicadores quando necessário em cooperação com as IESs e Conselhos Locais.		
30	**Efetivar e ampliar das notificações compulsórias de toda a Rede de Atenção à Saúde.**		**Percentual de casos de doenças de Notificação Compulsória Imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação. (SISPACTO 05)**	**98%**
	AÇÕES			
	1.	Manter contato permanente com as CCIHs, Núcleo de Vigilância Epidemiológica do HUSM e Unidades de Saúde, no sentido de qualificar e encerrar o processo de investigação epidemiológica.		
	2.	Capacitar e sensibilizar os profissionais da rede para a realização das Notificações Compulsórias, por meio de reuniões e tutoriais explicativos.		
	3.	Encaminhar cópia das notificações de dengue, Zika, chikungunya, hantavirose e leptospirose à Vigilância Ambiental, para realização das ações pertinentes ao setor.		
	4.	Digitar diariamente no SINAN e monitorar semanalmente os casos de DNC.		
	5.	Encaminhar diariamente as coletas de exames ao LACEN, para diagnóstico laboratorial, tais como: leptospirose, dengue, H1N1, hantavirose, febre amarela, HTLV, hepatites virais – carga viral e PCR, bactérias multirresistentes, DTA, Tuberculose, colinesterases, toxoplasmose e anticorpos da raiva.		
31	**Garantir o atendimento integral à saúde pela equipe completa na Unidade Móvel (40 horas/semana) de acordo com dados epidemiológicos das regiões atendidas**		**Carga horária semanal de atendimento completa.**	**40**
	AÇÕES			
	1.	Prestar atendimentos da Unidade Móvel às populações vulneráveis, que não dispõe de acesso às unidades de saúde da rede básica.		
32	**Integrar as ações de prevenção e diagnóstico da hanseníase em Unidades Básicas de Saúde, ESF.**		**Proporção de cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das coortes (SISPACTO 06)**	**100%**
	AÇÕES			
	1.	Melhorar a referência e contra referência das UBS e ESF com setor de tuberculose e hanseníase.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 944
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	2.	Encaminhar os casos suspeitos de hanseníase ao serviço especializado.	
	3.	Manter parceria com IES com estágio nestes locais para elaborar ações de promoção e prevenção da hanseníase.	
	4.	Fornecer 100% dos medicamentos para hanseníase em tempo oportuno.	
33	**Aumentar o número de ações previstas pelo PSE nas escolas pactuadas na adesão.**	**Número mínimo de ações do PSE desenvolvidas nas escolas pactuadas/Ano, de acordo com as necessidades dos Escolares.**	**5**
	AÇÕES		
	1.	Aumentar em pelo menos 05, o número de escolas com adesão ao PSE diante no novo ciclo de adesão disponibilizado pelo Ministério da Saúde (ciclo 2021-2022)	
	2.	Fortalecer a comunicação entre PSE saúde - PSE educação, por meio de reuniões periódicas mensais para discutir situação dos escolares.	
	3.	Parceria com a Política de HIV/AIDS, para desenvolver o tema da educação sexual e orientar em relação à oferta de testagem rápida nos serviços de saúde e da indicação da Profilaxia Pós exposição (PEP).	
	4.	Realizar visitas técnicas e encontros de formação direcionados aos profissionais da saúde e da educação.	
	5.	Realizar 1 (um) encontro semestral de Formação do Programa Saúde na Escola – PSE com disponibilização de 200 vagas por encontro, sendo 100 para profissionais da saúde e 100 para profissionais da Educação.	
	6.	Capacitar pelo menos 50% dos profissionais da educação da **rede municipal** de ensino, atendendo a Lei nº 8630/2018 que institui a “Semana Municipal de orientações e Noções de Primeiros Socorros”, a ocorrer na segunda semana do mês de setembro. Promover oficinas de capacitação com professores e funcionários das **escolas estaduais** para “Primeiros Socorros” - Parceria da Residência em Urgência e Emergência UFN em pelo menos 50% das escolas pactuadas.	
	7.	Disponibilizar por meio eletrônico, materiais didáticos pedagógicos com temas transversais, para 100% das escolas pactuadas.	
	8.	Monitorar quadrimestralmente o número de encaminhamentos, atendimentos e recebimento de óculos dos escolares com alteração, por meio do relatório disponibilizado pelo Consultório Itinerante/UFSM.	
	9.	Monitorar quadrimestralmente o número de encaminhamentos, atendimentos e procedimentos realizados com escolares por meio do Consultório Odontológico Itinerante.	
	10.	Monitorar as ações de Promoção de alimentação adequada e saudável em 100% das escolas (76 escolas), por meio da ficha de registro de atividade coletiva.	
34	**Realizar ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti em 100% das escolas pactuadas.**	**Percentual de escolas pactuadas com ações de combate ao mosquito.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar a ação de combate ao mosquito Aedes Aegypti recomendada pelo Ministério da Saúde em 100% das escolas (ação obrigatória). Integrar a Vigilância Ambiental nas ações de combate ao mosquito visando fortalecer a Campanha Cidadão Vigilante.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

35	**Promover ações de incentivo ao aleitamento materno exclusivo até o 6º mês de vida e introdução alimentar complementar adequada.**	**Número mínimo de ações realizadas pelos tutores da EAAB na Rede de Saúde ao ano.**	**03**
	AÇÕES		
	1. Promover ações de incentivo a alimentação complementar saudável nos territórios de atuação de cada tutor da EAAB.		
	2. Promover ações do incentivo ao aleitamento materno exclusivo até o 6º mês, seja nos grupos de gestante, nas consultas de puericultura.		
36	**Implantar a Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) em 100% das Unidades de Saúde**	**Percentual de Unidades de Saúde com EAAB implementada.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Implementar e manter a Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) em 100% das unidades de saúde.		
37	**Implantar o programa Crescer Saudável nas unidades de saúde e escolas do PSE.**	**Percentual de cobertura de acompanhamento do estado nutricional de crianças menores de 10 anos e de marcador de consumo alimentar no SISVAN.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Capacitar 100% dos profissionais para instituir nas Unidades Básicas de Saúde o registro de acompanhamento dos Marcadores do Consumo Alimentar na puericultura e para crianças até 10 anos.		
	2. Monitorar o registro de acompanhamento dos Marcadores do Consumo Alimentar, subsidiando ações de promoção de saúde na rede.		
38	**Aumentar do número de tipos de ação realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**	**Número mínimo de atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas, por escola incluída no programa, no primeiro ano do ciclo.**	**04**
	AÇÕES		
	1. Ofertar atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no seu município.		
39	**Aumentar do número de tipos de ação realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**	**Número de avaliações do estado nutricional ao ano**	**01**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

	AÇÕES		
	1.	Avaliar o estado nutricional (peso e altura) das crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas participantes do PSE.	
40	**Desenvolver atividades coletivas de atividades físicas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**	**Número mínimo de atividades de promoção de alimentação adequada e saudável no primeiro ano do ciclo.**	**04**
	AÇÕES		
	1.	Ofertar atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no município.	
41	**Realizar registro e acompanhamento dos marcadores de consumo alimentar no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**	**Percentual de Unidades de Saúde que realizam registro do acompanhamento dos Marcadores de Consumo alimentar para crianças até 10 anos.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Monitorar o registro de acompanhamento dos Marcadores do Consumo Alimentar, subsidiando ações de promoção de saúde na rede.	
42	**Realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde dos usuários beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).**	**Percentual de Cobertura de acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (SISPACTO 18)**	**55%**
	AÇÕES		
	1.	Acompanhar as condicionalidades da saúde do PBF, com divulgação na mídia.	
	2.	Participar das reuniões do comitê intersetorial do PBF.	
43	**Aumentar o acesso de exames citopatológicos.**	**Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população residente da mesma faixa etária. (SISPACTO 11)**	**0,32**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 947
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Detectar precocemente o câncer de colo de útero por meio da coleta do exame citopatológico do colo de útero, com registro no Siscan, pelas unidades de saúde da atenção primária.		
	2.	Manter o fluxo de análise e devolutiva de laudos dos exames citopatológicos, junto aos laboratórios, visando reduzir o tempo entre coleta e entrega do resultado.		
	3.	Realizar no mínimo duas campanhas: uma no mês de março, com um turno estendido na Semana da Mulher e outra no mês de outubro com a realização do dia "D" no 3º Sábado do mês de outubro.		
	4.	Desenvolver ações para captar mulheres que vivem na zona rural, por meio de parceria com a unidade móvel e distritos.		
44	**Aumentar o acesso a exames de mamografia.**		**Razão a ser atingida de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres residentes de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária (SISPACTO 12)**	**0,25**
	AÇÕES			
	1.	Fortalecer a realização de mamografia em mulheres residentes de Santa Maria, visando o acompanhamento e diagnóstico precoce.		
	2.	Monitorar o absenteísmo das mulheres que realizam o exame de mamografia no município, por meio de relatório mensal que o prestador deverá mandar.		
	3.	Elaborar e distribuir de forma eletrônica o Boletim da Política de Saúde da Mulher do município, com periodicidade mensal, para as unidades de saúde e anual.		
45	**Aumentar a proporção de partos normais realizados.**		**Percentual de partos normais no SUS e na saúde suplementar (SISPACTO 13)**	**40**
	AÇÕES			
	1.	Viabilizar a participação das gestantes nos grupos de gestantes realizados pela maternidade da Casa de Saúde		
	2.	Manter a participação nos encontros da Linha de Cuidado Materno Infantil do HUSM, GT Rede Cegonha, Comitê de Transmissão Vertical HIV/Sífilis e retomar os encontros mensais com a maternidade do hospital Casa de Saúde.		
	3.	Realizar ações de educação e promoção em saúde na Semana Municipal Sobre a Conscientização da Violência Obstétrica, na terceira semana de novembro.		
	4.	Incentivar a participação das usuárias no grupo de gestantes, da Maternidade da Casa de Saúde, com encontros mensais nas datas preestabelecidas pelo setor.		
	5.	Realizar classificação de risco de gestações nas consultas pré-natais por médicos e enfermeiros na atenção básica de acordo com o Guia de Pré-Natal na Atenção Básica.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 948
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

46	**Manter índice de gravidez na adolescência abaixo do pactuado de 14%.**	**Proporção de Gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos. (SISPACTO 14)**	**13,5**
	AÇÕES		
	1. Realizar ações de promoção de saúde com os adolescentes participantes do Programa Saúde na Escola.		
	2. Realizar evento com profissionais de saúde e educação na semana de prevenção de gravidez na adolescência. “Semana Municipal de Prevenção da Gravidez na adolescência” instituída pela Lei Municipal nº 6322/2019.		
47	**Reduzir a mortalidade infantil.**	**Taxa de Mortalidade Infantil (SISPACTO 15)**	**09**
	AÇÕES		
	1. Fortalecer a captação precoce das gestantes para a realização do pré-natal, com incentivo a realização do teste rápido de gravidez.		
	2. Manter o fluxo de contra-referência dos RNs de Risco residentes em Santa Maria, do hospital para a atenção primária em saúde.		
	3. Implementar a Nota Técnica 01/2019 da Secretaria de Saúde do Estado referente a Saúde da Criança de 0 a 2 anos na Atenção Básica.		
	4. Realizar uma ação de educação e promoção em saúde na primeira semana de agosto (agosto dourado)		
	5. Manter participação nas reuniões do comitê de mortalidade materno infantil e fetal as Casa de Saúde de Santa Maria.		
	6. Manter o monitoramento do fluxo de encaminhamento das gestantes ao AGAR, por meio de planilha eletrônica sob responsabilidade da Política de Saúde da Mulher e Criança.		
	7. Monitorar a porcentagem de coleta do teste do pezinho no período ideal, do 3º ao 5º dia de vida, através de planilha disponibilizada semestralmente pela 4CRS.		
	8. Fazer a devolutiva de dados semestral às unidades de saúde referente à coleta do Teste do Pezinho em período ideal.		
48	**Manter o número de óbitos maternos em zero.**	**Número de óbito materno em determinado período e local de residência. (SISPACTO 16)**	**0**
	AÇÕES		
	1. Realizar busca ativa de gestantes vulneráveis por profissionais da APS.		
	2. Desenvolver ações voltadas as gestantes do sistema prisional.		
49	**Oportunizar o acesso a População Quilombola.**	**Percentual da população atendida na Unidade de Saúde.**	**100%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 949
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	AÇÕES		
	1.	Garantir o atendimento a esta população (cerca de 60 pessoas) por meio do atendimento à UBS Wilson Paulo Noal, quinzenalmente.	
50	**Oportunizar o acesso da População Indígena Guarani e Kaigangs aos serviços de saúde mais próximo.**	**Número de atendimentos realizados mensalmente.**	**50**
	AÇÕES		
	1.	Manter um profissional médico para acompanhar a unidade móvel nas visitas às aldeias indígenas com vínculo e perfil para esta população.	
	2.	Monitorar os dados disponibilizados por profissional da SESAI por meio de relatório mensal.	
	3.	Organizar o atendimento mensalmente, conforme pactuado com os representantes da População Indígena.	
	4.	Garantir o atendimento a esta população, por meio da UBS que procurar.	
51	**Oportunizar acesso a População Prisional.**	**Número de atendimentos voltado à população privada de liberdade.**	**100**
	AÇÕES		
	1.	Realizar atendimento mensal à população privada de liberdade por meio dos profissionais da Política de HIV e Casa 13 de Maio.	
52	**Elaborar e executar um plano de ação Indígena.**	**Elaborar e executar um plano de ação anual.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Construir um plano de ações colegiada com as lideranças indígenas e representantes da SESAI e Secretaria de Saúde, que atenda às necessidades dessa população.	
	2.	Adquirir e distribuir insumos de higiene pessoal e limpeza.	
53	**Reduzir a taxa de mortalidade / morbidade prematura pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas não Transmissíveis DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas).**	**Taxa de redução da mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas não Transmissíveis (SISPACTO 01)**	**378**
	AÇÕES		
	1.	Analisar quadrimestralmente as causas de óbitos por DCNTs vinculando o CID por faixa etária, sexo e cor, para nortear as ações (capacitações e educativas).	
	2.	Realizar capacitação às equipes de APS para acompanhamento dos usuários com DCNT.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 950
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	3.	Apoiar as equipes na organização do acompanhamento dos usuários com HAS e DM.		
	4.	Garantir assistência integral aos pacientes HAS e DM.		
54	**Promover ações de prevenção e cuidado em ISTs.**		**Número mínimo de ações de promoção e prevenção a saúde referente ao ISTs no ano.**	**08**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**
	1.	Realizar campanhas, mutirões, ações de promoção e prevenção à saúde em conjunto com as políticas da mulher, do adolescente, do idoso e da criança.		
	2.	Promover rodas de conversas nas Escolas e com jovens em Regime de Semiliberdade do CASEMI, bem como prevenção e testagem rápida em Pessoas em Situação de Prisão.		
	3.	Promover capacitações de novos servidores enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos da AB, para testagem rápida.		
	4.	Organizar encontros com as equipes da AB: Mês de Prevenção às Hepatites Virais, Prevenção à Sífilis e Luta contra a Aids (julho, outubro e dezembro, respectivamente)		
	5.	Desenvolver rodas de conversa de promoção e prevenção às ISTs, HIV/AIDS nas escolas em ações temáticas do PSE.		
	6.	Acompanhar pela planilha de monitoramento do Estado e das notificações da Vigilância Epidemiológica.		
	7.	Aumentar oferta de testagem rápida para a população na AB.		
	8.	Realizar matriciamento (SAE) e apoio técnico às unidades de saúde e aos profissionais que realizam os testes rápidos.		
55	**Atingir a proporção de alta por cura de Tuberculose (TB) Pulmonar acima de 85% e abandono abaixo de 5%**		**Proporção de cura de casos novos de tuberculose (INDICADOR RS 01)**	**75%**
	AÇÕES			
	1.	Localizar geograficamente 80% a população sob maior risco de infectar-se e de adoecer por tuberculose.		
	2.	Mapear mensalmente os casos diagnosticados no município com o objetivo de identificar regiões mais vulneráveis.		
	3.	Capacitar 80% os servidores das unidades para coleta de escarro dos sintomáticos respiratórios (SR) e tratamento direto observado (TDO).		
	4.	Construir protocolo para disponibilizar na AB.		
	5.	Iniciar processo de descentralização do cuidado para AB considerando a região com maior demanda. (Maringá).		
	6.	Sensibilizar e mobilizar 80% dos profissionais de saúde atuantes das áreas de risco para as ações de busca de sintomáticos respiratórios (SR) e para o controle da tuberculose.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 951
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	7.	Monitorar locais com maior risco de incidência de tuberculose (presídios, casa de passagem, recicladores, moradores de rua) com objetivo de definir ações intersetoriais para cada local de acordo com a demanda; realizar parcerias com IES (Instituições de Educação Superior) e técnicos do município para realização de sala de espera nas UBSs e ESFs, baseado no Programa Nacional de Controle da Tuberculose.		
	8.	Intensificar a busca de 100% de SR entre os consultantes adultos das unidades de saúde.		
	9.	Acompanhar o número de coletas/resultados através do livro verde, dando ênfase ao acompanhamento da baciloscopia (registro de pedidos de baciloscopia).		
	10.	Diagnosticar casos novos de TB pulmonar bacilífera, com sintomas respiratórios com menos de 60 dias.		
	11.	Registrar, de cada caso bacilífero diagnosticado no mês, o início dos sintomas em dias, copiando os dados da Ficha Clínica.		
	12.	Investigar 80% os contatos e comunicantes de casos bacilíferos, registrando o n° de casos bacilíferos investigados com a Ficha de Contatos.		
	13.	Registrar número de novos casos de TB encontrados entre os contatos.		
	14.	Fornecer 100% dos medicamentos tuberculostáticos em tempo oportuno.		
	15.	Monitorar 100% o tratamento direto observado (TDO) para casos bacilíferos com risco de abandono, em unidades sem ESF e ACS., lembrando que são fornecidos mensalmente cesta básica e passagens.		
	16.	Monitorar 100% as altas por cura, por abandono e por óbito de todos os casos novos (CN), retratamentos após abandono (RA) e recidiva (RR), analisando suas causas.		
	17.	Monitorar 100% a persistência da positividade do escarro no final do 2º e do 4º mês de tratamento e realizar cultura.		
	18.	Marcar o número de casos BK+ no final do 2º e 4º mês, conforme Boletim de Acompanhamento do SINAN e investigar o real motivo da positividade, encaminhando cultura para realização no CRS.		
	19.	Realizar cultura (semeada e se positivo encaminhado ao LACEN para TSA).		
	20.	Engajar o Conselho Municipal da Saúde (CMS) e toda sociedade no combate à tuberculose.		
56	**Desenvolver ações de promoção e prevenção a saúde para a população idosa.**		**Número de ações de promoção e prevenção realizadas ao ano.**	**100**
	AÇÕES			
	1.	Monitorar todas as UBS's e ESF's, por meio de equipe multiprofissional e parcerias com instituições de ensino.		
	2.	Realizar, no mínimo, 04 ações de promoção e prevenção à saúde do idoso em eventos e em grupos no território. Eventos previstos: Dia Mundial do Idoso, Mês de Prevenção ao Suicídio – Setembro Amarelo.		
57	**Ampliar a testagem rápida de HIV, Sífilis, HBV e HCV em pessoas com idade superior a 60 anos.**		**Percentual a atingir de testagem rápida para HIV, Sífilis, HBV e HCV em pessoas com idade igual ou**	**3% (cerca de 1.080 idosos)**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 952
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

		superior a 60 anos, que realizavam testagens para HIV, Hepatite B e C e Sífilis.	
	AÇÕES		
	1.	Estimular a oferta de testes rápidos para idosos em Estratégia de Saúde da Família (ESF), UBS e Casa Treze de Maio.	
	2.	Ofertar testes rápidos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em conjunto com a Política HIV.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 02: AMPLIAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA

OBJETIVO: Qualificar a regulação municipal e articular junto a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde para garantir o acesso da população à Atenção Ambulatorial Especializada.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Gerenciar a regulação do acesso e a organização do sistema de saúde, possibilitando o dimensionamento da demanda do atendimento especializado eletivo e de urgência.**	**Percentual de serviços de saúde com regulação de consultas especializadas e exames.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Elaborar no mínimo 03 indicadores de monitoramento e avaliação do processo de trabalho: - Absenteísmo de: Mastologia, Mamografias, Pré-Natal Alto Risco, Urologia, Proctologia, Cardiologia H Regional. - Marcação de consultas e exames agendados pela AB (mamografia, dermatologia e urologia) Monitoramento do tempo da fila de espera para especialidades	
	2.	Realizar diagnóstico da demanda reprimida e judicial de procedimentos de média e alta complexidade. Otimizar fila de espera reorganizando agendamentos para ampliar a oferta de primeira consulta.	
	3.	Monitorar do número de Processos Judiciais requerendo consultas, exames e encaminhamentos para procedimentos cirúrgicos.	
	4.	Monitorar critérios para o uso dos serviços via consórcio intermunicipal de saúde conforme demanda (consultas e exames especializados): Gineco/obstetrícia, colposcopia, psiquiatria (adulto, pediátrico e judicial), pediatria, infecto, nutricionista, terapeuta ocupacional, horas plantonistas, radiologia, serviços odontológicos, dermatologista.	
	5.	Apresentar a análise dos dados de controle e avaliação para a gestão, visando o planejamento e qualificação dos serviços de saúde no município. Demanda /oferta de serviços.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 953
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	6.	Promover a integração dos diferentes pontos de atenção à saúde para fortalecer a referência e contra referência do cuidado, através do monitoramento de fluxos de comunicação, por relatórios e memorandos.	
2	**Realizar o monitoramento e a avaliação do sistema de regulação tendo em vista a garantia de que as consultas com especialistas nas Policlínicas (exceto ginecologista, obstetra e pediatra) sejam reguladas.**	**Percentual de consultas com especialistas nas Policlínicas reguladas.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Monitorar e sistematizar o fluxo de atendimento nas Policlínicas das demandas referenciadas pela AB.	
3	**Acompanhar e monitorar os Contratos da 4ª CRS para região.**	**Percentual de acompanhamento e monitoramento dos contratos da 4ª CRS.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Participar efetivamente do grupo de fiscalização trimestral dos convênios e contratos a fim de subsidiar o gestor.	
	2.	Apresentar demanda buscando garantir junto a 4ª CRS a oferta de leitos hospitalares, consultas e exames especializados, conforme necessidade do município.	
	3.	Participar do Conselho Consultivo e garantir o Conselho Gestor nos hospitais conveniados ao SUS do município (Casa de Saúde, HUSM e Hospital Regional).	
4	**Realizar o monitoramento e avaliação do sistema de regulação tendo em vista a garantia de que no mínimo 70% das demandas sejam reguladas.**	**Percentual mínimo de demandas reguladas.**	**70%**
	AÇÕES		
	1.	Ampliar o número de médicos reguladores com horários específicos para essa demanda.	
5	**Promover encontros de capacitação e/ou atualização sobre os processos de regulação aos servidores da rede.**	**Número de encontros de educação permanente realizados ao ano.**	**12**
	AÇÕES		
	1.	Promover encontro mensal com os trabalhadores da rede de saúde municipal, em relação aos processos de regulação no sistema MV (Consulfarma)	
	2.	Realizar junto ao NEPeS um cronograma para educação permanente, tendo em vista atualizações sobre a regulação.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 954
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

6	**Disponibilizar acesso a exames básicos (Raios X, Ultrassom obstétrico, Eletrocardiograma e Eletroencefalograma) em 60 dias.**	**Percentual de exames básicos realizados na AB e via CIS.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Elaborar e implantar instrutivo de regulação a fim de otimizar os agendamentos através da lista de espera.	
	2.	Disponibilizar quantitativos de exames básicos que possam atender a demanda.	
7	**Implantar um sistema informatizado de compartilhamento interinstitucional de resultados de exames laboratoriais com os prestadores.**	**Percentual de prestadores de com resultados de exames laboratoriais compartilhado.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Orientar, capacitar e implantar um material instrutivo direcionado aos profissionais para que os mesmos possam realizar a inserção dos arquivos de exames como anexo ao prontuário.	
8	**Ofertar, no mínimo 4 especialidades no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).**	**Número de especialidades ofertadas.**	**04**
	AÇÕES		
	1.	Ofertar minimamente 04 especialidades no CEO, para as quais os usuários serão referenciados via regulação. (Bucomaxilofacial, periodontia, endodontia e odontopediatria) Além dessas é ofertada a especialidade de Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais.	
9	**Prestar atendimento multiprofissional aos usuários que acessam o serviço do Setor de Estomizados, Próteses, Órteses, Oxigenoterapia Domiciliar e portadores de lesão.**	**Percentual de usuários que acessam o serviço do Setor de Estomizados, Próteses, Órteses, Oxigenoterapia Domiciliar e portadores de lesão e recebem atendimento.**	**100%**
	1.	Garantir o acesso ao cadastro e dispensação de materiais a usuários estomizados, com incontinência urinária e fecal.	
	2.	Garantir atendimento com equipe multiprofissional.	
	3.	Monitorar o número de casos de estomia no município.	
	4.	Orientar e encaminhar a solicitação de próteses e meios auxiliares de locomoção.	
	5.	Orientar, encaminhar e acompanhar os usuários que fazem uso de oxigenoterapia domiciliar.	
	6.	Disponibilizar serviço de Fisioterapia Pélvica para usuários com disfunções uroginecológicas e proctológicas.	
	7.	Divulgar os serviços prestados para rede de saúde através de visitas e folders.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 955
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	8.	Disponibilizar tratamento e acompanhamento a pacientes portadores de lesão nas Policlínicas.	
	9.	Implementar protocolo para uso de curativos de cobertura.	
10	**Acolher 100% dos pacientes com resultado reagente para HIV/Aids, Hepatites Virais e IST Infecções Sexualmente Transmissíveis) na atenção básica e especializada.**	**Percentual de usuários atendidos em primeira consulta com diagnóstico recente.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Qualificar o atendimento e acolhimento nas unidades por meio de capacitações, ações de sensibilização e encontros da linha de cuidado.	
	2.	Traçar o perfil dos usuários atendidos no Serviço de Referência Secundária (SAE Casa Treze de Maio), através do levantamento de dados nos prontuários dos usuários em tratamento e acompanhamento de HIV e Hepatites Virais.	
	3.	Monitorar e acompanhar os usuários com CD4 inferior a 350 e Carga Viral detectável no Serviço de Referência Especializada.	
	4.	Realizar busca aos pacientes com baixa adesão ao tratamento e histórico de absenteísmo, junto aos serviços e conforme consentimento dos mesmos.	
	5.	Implementar o comitê municipal de transmissão vertical.	
	6.	Realizar campanhas, mutirões, ações de promoção e prevenção à saúde em conjunto com as políticas da mulher, do adolescente, do idoso e da criança.	
	7.	Desenvolver ações de prevenção e orientações sobre ISTs.	
	8.	Estimular o processo de informação sobre prevenção, tratamento e acompanhamento dos usuários em 100% das ESFs e UBSs relacionadas às ISTs por meio de encontros e reuniões com as equipes de Atenção Básica.	
	9.	Realizar encontros com as equipes de saúde multiprofissional, em datas alusivas à prevenção das hepatites virais, sífilis e HIV/AIDS.	
	10.	Desenvolver, juntos às escolas, ações de promoção e prevenção das ISTs, HIV/AIDS e incentivar as ações do Programa Saúde na Escola.	
	11.	Realizar encontros mensais para discutir a situação atual do município e planejar novas ações de cuidado para pessoas vivendo com HIV em conjunto com a Atenção Básica, Universidades (UFN e UFSM), HUSM e Políticas Municipais de Saúde.	
	12.	Realizar o monitoramento e atualização do sistema, juntamente com a equipe do SAE, através do contato com o usuário e busca ativa.	
	13.	Realizar acolhimento dos usuários com diagnóstico para HIV e outras IST's sempre tendo como referência os protocolos de IST's do Ministério da Saúde	
11	**Realizar, no mínimo, 250 testes rápidos por mês para HIV, Hepatite C e Hepatite B realizados na rede.**	**Número de testes rápidos realizados ao ano.**	**3.000**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 956
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	AÇÕES		
	1.	Realizar, no mínimo, 250 testes rápidos por mês para HIV, Hepatite C e Hepatite B realizados na rede.	
12	**Realizar ação de monitoramento em pelo menos 50% dos casos de HIV positivo.**	**Percentual de monitoramento.**	**50%**
	AÇÕES		
	1.	Monitorar e acompanhar os usuários com baixa adesão ao tratamento, bem como aqueles com CD4 inferior a 350 e carga viral detectável no SAE Casa Treze de Maio.	
13	**Investigar óbitos que a causa seja AIDS, priorizando crianças e mulheres em idade fértil.**	**Percentual dos casos de óbitos por HIV/AIDS.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Investigar óbitos que a causa seja AIDS, priorizando crianças e mulheres em idade fértil.	
14	**Realizar capacitação para os profissionais de saúde.**	**Percentual de profissionais capacitados.**	**50%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar cursos de capacitação dos profissionais da rede de atenção à saúde, para acolhimento e acompanhamento do usuário vivendo com HIV e aqueles com indicação para Profilaxia Pós-Exposição (PEP), bem como suas alterações e manejo de adesão ao tratamento.	
15	**Monitorar o SIMC (Sistema de Monitoramento Clínico).**	**Percentual de mortalidade em decorrência da AIDS.**	**10%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar monitoramento e atualização do sistema através de contato com o usuário e busca ativa.	
16	**Desenvolver ações em saúde coletiva voltada às populações vulneráveis, implantando atendimento ambulatorial especializado (Ambulatório Trans).**	**Número de Ambulatório Instituído.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Disponibilizar acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonização para travestis e transexuais.	
	2.	Oferecer atendimento semanal na Policlínica do Rosário, com profissionais da rede.	
17	**Fortalecer ações em Saúde LGBTQ+**	**Percentual de servidores capacitados.**	**50%**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 957
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Capacitar e sensibilizar os profissionais dos serviços de saúde para o atendimento integral dessa população por meio de matriciamento por parte da Casa Treze de Maio e capacitações ofertadas pela Política HIV.	
18	**Tratar 100% dos casos de sífilis diagnosticados na UBS ou ESF na Própria Atenção Básica.**	**Percentual de tratamento de sífilis realizados prioritariamente na Atenção Básica**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Tratar na atenção básica o usuário que teve diagnóstico na Unidade de saúde (UBS ou ESF).	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 03: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
OBJETIVO: Garantir e efetivar o acesso à Rede de Urgência e Emergência.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Instituição de um Comitê de Gestores Municipal da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, conforme a Portaria MS 1600/2011**	**Número de Comitê Instituído**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Instituir o Comitê e realizar pelo menos dois encontros no ano.	
	2.	Discutir, coordenar e elaborar projetos estratégicos de atendimento às necessidades coletivas em saúde, de caráter urgente e transitório, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidades públicas e de acidentes com múltiplas vítimas, juntamente com instituições: Bombeiros, Brigada Militar, Exército, Aeronáutica, Defesa Civil e Cruz Vermelha Brasileira – SM	
	3.	Articular um grupo técnico para atuação em acidentes com múltiplas vítimas.	
	4.	Realizar um encontro anual com os coordenadores dos serviços de Urgência e Emergência.	
2	**Garantir a participação do município, junto à SES nos GTS de Urgência e Emergência e GTS de Regulação (leitos de UTI).**	**Percentual de participação nos GT.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Fomentar a participação ativa dos grupos de trabalho e demais espaços de pactuação da U/E.	
3	**Garantir a continuidade dos serviços de urgência e emergência (UPA 24h) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), PAM (habilitado e qualificado pelo MS em UPA 24h ampliado tipo II) e Central de Regulação remota do SAMU.**	**Número de serviços mantidos.**	**04**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 958
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	AÇÕES		
	1. Garantir a continuidade dos serviços contratados, mediante cofinanciamento tripartite.		
4	**Estabelecer assistência laboratorial para exames de urgência (24 horas), através de protocolos.**	**Percentual assistência laboratorial.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Garantir assistência laboratorial dos exames de urgência durante 24h do dia nos serviços de U/E do município.		
5	**Atender com classificação de risco nos serviços de U/E do município.**	**Percentual de atendimentos com classificação de risco.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Garantir que os serviços de U/E realizem classificação de risco 24h, por meio de capacitação dos profissionais do serviço e implementação dos protocolos.		
6	**Instituir de Indicadores de Monitoramento periódico (quadrimestral)**	**Número de Indicadores instituídos/Ano**	**06**
	AÇÕES		
	1. Instituir, no mínimo 6 indicadores, sendo 2 qualitativos e 4 quantitativos. (atendimentos por acidentes vascular encefálico -AVE-, atendimentos por IAM- Infarto Agudo do Miocárdio, atendimentos psiquiátricos, óbitos, atendimentos politraumas, capacitações).		
7	**Solicitar junto a 4ªCRS a disponibilidade de leitos de retaguarda para suporte aos Serviços de Urgência e Emergência do Município.**	**Número de Leitos disponibilizados.**	**35**
	AÇÕES		
	1. Buscar garantir junto a regional a disponibilidade de leitos de retaguarda da U/E.		
8	**Informatizar em 100% na UPA, no PAM e especialistas servidores do município.**	**Percentual de serviços de urgência e emergência e especialidades informatizadas.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Definir no mínimo 03 indicadores de avaliação e monitoramento de indicadores - Relatórios de quantitativo de atendimentos - Relatório de procedimentos - Relatório de prontuários médicos		
9	**Reduzir o percentual de atendimentos classificados como azul e verde na UPA e no PAM, considerando dados do ano anterior.**	**Percentual de fluxo de referência e contrarreferência.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Revisar os fluxos de atendimento para os serviços de Atenção Básica, com o objetivo de garantir o acolhimento aos pacientes, e a continuidade do cuidado.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 959
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	2.	Implantar na UPA 24 horas o mesmo sistema de informação do município, conforme preconizado em contrato.	
10	**Construir/Revisar de 04 POP's.**	**Número de Procedimentos Operacionais Padrão implantados e/ou instituídos.**	**04**
	AÇÕES		
	1.	Realizar reuniões/capacitações para construir ferramentas de padronização do trabalho das equipes multiprofissionais (protocolos).	
	2.	Sistematizar protocolos clínicos, assistenciais e de procedimentos administrativos.	
11	**Monitorar o fluxo entre os serviços da RUE.**	**Percentual de monitoramento do fluxo.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Acompanhar e estabelecer um fluxo de comunicação entre os serviços para obter informações juntos aos profissionais para subsidiar reuniões que se fizerem necessárias, junto a 4CRS, quando os prestadores especializados (Estaduais) não estiverem cumprindo com as pactuações contratualizadas.	
12	**Continuar as capacitações de profissionais da U/E.**	**Número de capacitações ao ano.**	**02**
	AÇÕES		
	1.	Monitorar através de lista de presença, apresentação de certificados as atividades de educação permanente.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 04: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
OBJETIVO: Garantir o acesso aos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde para atender às necessidades de saúde da população.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Disponibilizar 100% dos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde para atender às necessidades de saúde da população.**	**Percentual de itens de medicamentos programados e disponibilizados.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Fazer o controle dos medicamentos faltantes por determinado período com o motivo da falta.	
	2.	Realizar o levantamento de medicamentos/quantidades perdidas por vencimento junto ao CAF e farmácias.	
	3.	Otimizar os recursos destinados a Assistência Farmacêutica.	
2	**Atualizar anual a REMUME, de acordo com o perfil epidemiológico da população.**	**Número de REMUME atualizada ao ano.**	**01**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 960
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	AÇÕES		
	1. Reunião mensal com a Comissão de Farmácia e Terapêutica.		
	2. Orientar os profissionais quanto a prescrição dos medicamentos e insumos presentes na REMUME		
3	**Divulgar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e os fluxos da assistência farmacêutica nas Redes de Atenção à Saúde.**	**Número de atualizações da REMUME para os serviços ao ano.**	**02**
	AÇÕES		
	1. Atualizar o fluxo da assistência farmacêutica e divulgar nas RAS.		
4	**Garantir e incentivo a atuação de Instituições de Ensino e Pesquisa na Assistência Farmacêutica em parceria com o Núcleo de Educação Permanente em Saúde.**	**Número mínimo de ações realizadas em parceria com as IES ao ano.**	**03**
	AÇÕES		
	1. Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão junto às IES.		
5	**Realizar o matriciamento e capacitação de pelo menos 1 profissional de 100% das Unidades de Saúde referente à Assistência Farmacêutica junto às RAS.**	**Percentual de Unidades de Saúde com profissional capacitado.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar visitas técnicas, palestras e treinamentos com os profissionais das UBS e ESF.		
6	**Ampliar o horário de atendimento e Recursos Humanos da Farmácia Municipal Central.**	**Número de farmácias com ampliação de horário.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Contratação via concurso/realocação de recursos humanos para a farmácia municipal central.		
7	**Promover ações de educação continuada para o uso racional de medicamentos para 100% dos prescritores.**	**Percentual de ações de educação continuada para promoção do uso racional de medicamentos com prescritores.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar capacitação sobre uso racional de medicamentos com base em evidências científicas para 70% dos prescritores.		
8	**Estruturar e organizar os Serviços de Assistência Farmacêutica.**	**Percentual de serviços de assistência farmacêutica em condições adequadas de funcionamento.**	**100%**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 961
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 29
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Organização das atividades técnico-gerenciais em todos os serviços relacionados a Assistência Farmacêutica em 100%.		
	2.	Implantação e Organização das atividades assistenciais nos serviços relacionados a Assistência Farmacêutica.		
9	**Realizar as atividades educativas relacionadas a medicamentos junto à comunidade no ano.**		**Número de Atividades educativas realizadas junto à comunidade ao ano.**	**06**
	AÇÕES			
	1.	Realizar 6 (seis) atividades educativas junto à comunidade (palestras, rodas de conversa, entre outros - duas atividades por quadrimestre).		
10	**Reduzir os gastos com a judicialização dos medicamentos no município.**		**Percentual de processos judiciais referentes a solicitação de medicamentos ajuizados monitorados.**	**100%**
	AÇÕES			
	1.	Auxiliar a Defensoria Pública quanto às alternativas terapêuticas disponíveis no SUS, para a substituição de medicamentos prescritos que acarretam a judicialização.		
	2.	Conscientizar os prescritores quanto a importância da prescrição de medicamentos disponíveis no SUS (Componente Básico, Especial e Especializado da Assistência Farmacêutica), a fim de reduzir a judicialização de medicamentos.		
11	**Controlar os estoques dos medicamentos e correlatos farmacêuticos no sistema Consulfarma.**		**Número de controle da atualização do estoque ao ano.**	**12**
	AÇÕES			
	1.	Fechar a Farmácia Municipal (Central) e Farmácias Distritais uma vez ao mês para a realização dos inventários (contagem) de medicamentos e correlatos farmacêuticos, a fim de ajustar o estoque presente no sistema Consulfarma com o estoque físico.		

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 05: QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
OBJETIVO: Fortalecer e potencializar a rede de cuidado psicossocial.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Implementar os Protocolos com estratificação de risco para atendimentos de saúde mental na Rede de Atenção à Saúde.**	**Número de Protocolos Implementados.**	**01**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 962
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	AÇÕES			
	1.	Fortalecer a rede de cuidado, principalmente a Atenção Primária em Saúde, tendo em vista a importância do compartilhamento e da inserção dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial no território, com vistas a sua gradativa reinserção na comunidade. Os vínculos são fortalecidos através do matriciamento, Reuniões de Rede e Projeto Saúde Mental na Roda.		
2	**Ampliar Equipes mínimas completas e ampliar as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) conforme Portaria GM/MS Nº 336/2002, com a inserção das seguintes profissões: Terapeuta Ocupacional, Farmacêutico e Profissional de Educação Física.**		**Número de CAPS com equipes completas.**	**04**
	AÇÕES			
	1.	Completar as equipes mínimas dos Centros de Atenção Psicossocial conforme, Portaria GM/MS Nº 336/2002.		
	2.	Ampliar as equipes da Atenção Psicossocial contemplando as seguintes profissões: Terapeuta Ocupacional, farmacêutico, profissional de Educação Física e Artista Visual.		
3	**Realizar Ações de matriciamento realizadas sistematicamente por CAPS nas Equipes da Atenção Primária do Município.**		**Percentual de ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipe de Atenção Básica ao ano. (SISPACTO 21)**	**100%**
	AÇÕES			
	1.	Atualizar mensalmente o censo de usuários dos Centros de Atenção Psicossocial por Região de Saúde;		
	2.	Realizar encontros de Apoio Matricial pelos CAPS com o código: 0301080305 SISPACTO 21.		
	3.	Operacionalizar o Projeto de Saúde Mental na Roda, realizado nas regiões de saúde de Santa Maria, em parceria com a Superintendência da Atenção Básica.		
	4.	Instituir o Projeto de Apoio Institucional em Unidades de Saúde de referência interligado ao Projeto de Saúde mental da Roda.		
4	**Implementar Equipe de Referência para Desinstitucionalização de usuários internados há mais de 2 anos em Hospitais Psiquiátricos e Instituições de Internação de Longa Permanência para Idosos (ILPI's).**		**Número de equipes implantadas.**	**01**
	AÇÕES			
	1.	Implementar 01 Serviço de Residencial Terapêutico (SRT tipo II).		
	2.	Cadastrar todos os usuários oriundos de internações de longa permanência, há mais de dois anos, no Programa de Volta para Casa (PVC).		
	3.	Buscar pelos familiares e/ ou responsáveis para reinserção social e vínculos familiares.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 963
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	4.	Implementar o Acompanhamento Terapêutico (AT) para os usuários em processo de reinserção social e familiar.	
5	**Consolidar o projeto do novo fluxo de internações compulsórias com a defensoria pública estadual.**	**Reduzir o percentual de Internações compulsórias em no mínimo 50%**	**50%**
	AÇÕES		
	1.	Reunir-se com a Defensoria Pública, Ministério Público, Juízes da Comarca de Santa Maria e serviços que fazem parte da RAPS para consolidação do protocolo de atendimento e novo fluxo para internações compulsórias	
	2.	Manter atualizado o número de internações por transtornos mentais e/ou uso de álcool e outras drogas, através de planilhas e acompanhamentos dos usuários e familiares que buscam atendimento através da justiça.	
6	**Fortalecer o vínculo com a Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde.**	**Percentual de participação no Controle Social.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Participar dos encontros da Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde (CMS), bem como participação de outras reuniões do CMS.	
	2.	Participar das reuniões do Fórum Permanente de Saúde Mental.	
	3.	Facilitar o acesso aos trabalhadores de saúde e usuários à prestação de contas dos recursos destinados aos Centros de Atenção Psicossocial.	
7	**Fortalecer o suporte logístico para o desenvolvimento das atividades dos serviços de acordo com as demandas.**	**Percentual de demandas atendidas.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Sensibilizar o setor de transporte para atividades externas dos serviços, tais como atendimento domiciliar e ações de matriciamento na AB.	
	2.	Realizar a compra dos materiais permanentes e materiais para realização de oficinas terapêuticas.	
	3.	Seguir com a articulação de ações intersetoriais por meio de Apoio Institucional nos Serviços. Tal qual vem ocorrendo no GT de Saúde Prisional, GT de Desinstitucionalização, Apoio Institucional no CREAS para articular ações em parceria com esta Coordenação e equipes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)	
8	**Planejar e Monitorar para que não faltem refeições para quem necessita de cuidado intensivo.**	**Percentual de refeições planejadas e monitoradas.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Fazer acompanhamento do número de refeições contratadas e que as mesmas estejam adequadas à demanda.	
9	**Monitorar o vales-transportes solicitadas pelos serviços.**	**Percentual de passagens monitoradas.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Monitorar para que os serviços informem o número de vales-transportes.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 964
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

10	**Sensibilizar as equipes dos CAPS para o atendimento de somente usuários de média e alta complexidade.**	**Percentual de profissionais sensibilizados.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar reuniões mensais com os coordenadores ressaltando as fragilidades de cada serviço.	
11	**Monitorar a necessidade de um plantão psiquiátrico especializado.**	**Percentual de monitoramento de atendimentos no PA do Patronato.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Atualizar e avaliar o número de atendimentos psiquiátricos no PAM.	
12	**Monitorar as internações compulsórias.**	**Percentual de Internações compulsórias via 4CRS.**	
	AÇÕES		
	1.	Vincular pacientes aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de referência.	
	2.	Interferir no PTS do paciente que interna em curto espaço de tempo.	
13	**Instituir o fluxo de referência em saúde mental para consultas de média complexidade via Sistema de Regulação.**	**Percentual Fluxo de atendimento da Saúde Mental nas Policlínicas do Município.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar censo de usuários das Policlínicas por Região Administrativa.	
	2.	Realizar referência e contra referência dos usuários atendidos através do Sistema ConsulFarma.	
	3.	Capacitar os profissionais através do Projeto Saúde Mental na Roda.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6: FORTALECER, AMPLIAR E QUALIFICAR A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR
OBJETIVO: fomentar a integralidade da atenção à saúde do trabalhador com ações em toda a Rede de Atenção à Saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Ampliar a equipe em, no mínimo, dois servidores.**	**Número de servidores técnicos a serem lotados no CEREST.**	**02**
	AÇÕES		
	1.	Articular junto à Gestão Municipal a complementação do quadro de funcionários do CEREST, com a lotação de 01 fonoaudiólogo e 01 Terapeuta ocupacional.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 965
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

2	**Qualificar a formação da equipe de trabalho do CEREST.**	**Percentual de trabalhadores do CEREST qualificados.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar qualificação profissional em Saúde do Trabalhador para os servidores técnicos do CEREST.		
3	**Qualificar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde da 4ª CRS para a descentralização das ações em Saúde do Trabalhador ao nível local, fortalecendo a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (PNSTT).**	**Percentual de trabalhadores dos serviços de saúde municipal da 4ªCRS qualificados.**	**30%**
	AÇÕES		
	1. Realizar qualificação profissional para os serviços de rede municipal de saúde da 4ª CRS em Saúde do Trabalhador, conforme demanda agendada pelo CEREST no cronograma anual e espontânea das referidas unidades.		
4	**Qualificar os profissionais de saúde da 4ª CRS da zona rural para a identificação dos casos de intoxicação aguda e crônica por agrotóxicos.**	**Percentual de trabalhadores de saúde da zona rural da 4ªCRS qualificados.**	**30%**
	AÇÕES		
	1. Apoiar e assessorar ações de capacitação desenvolvidas pelos municípios para a identificação dos casos de intoxicação aguda e crônica por agrotóxicos, a partir do instrumento facilitador (questionário) para as ESFs Rurais.		
5	**Promover encontros e eventos intersetoriais (CIST, IES, Sindicatos, Ministério Públicos, Outros), com ênfase às relações do SUS com a Promoção de ST, VISAT, reabilitação profissional.**	**Número de encontros intersetoriais ao ano.**	**04**
	AÇÕES		
	1. Disponibilizar atividades intersetoriais relacionadas à saúde do trabalhador bimestralmente.		
6	**Apoiar/participar de atividades relativas à saúde do trabalhador realizadas pelas entidades sindicais e da sociedade civil (conselheiros de saúde, usuários).**	**Número de atividades apoiadas pelo CEREST na Rede de Atenção ao ano.**	**02**
	AÇÕES		
	1. Pactuar com as entidades sindicais e membros da sociedade civil (conselheiros de saúde, usuários) 01 encontro semestral (02/ano) relacionados à saúde do trabalhador.		
7	**Apoiar/participar das ações de VISAT previstas na parceria com MPT e CREA para Forças-Tarefa Frigorífico e Hospitais.**	**Número de atividades apoiadas pelo CEREST na Rede de Atenção ao ano.**	**02**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 966
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Participar das ações de VISAT demandadas pelo MPT e CREA para Forças-Tarefa.	
	2.	Participar das ações da VISAT demandadas pelosa municípios de abrangência da 4ª CRS.	
8	**Realizar encontros com estudantes e docentes das instituições de ensino na área da saúde com campo de estágio no CEREST abordando temas pertinentes ao campo de Saúde do trabalhador e SUS.**	**Número de encontros.**	**04**
	AÇÕES		
	1.	Organizar os campos de prática de acordo com a demanda do CEREST e fomentando o comprometimento com as necessidades para a efetiva implantação da PNSTT na Rede Assistencial.	
9	**Qualificar a assistência realizada no CEREST a partir do Matriciamento dos casos encaminhados junto às equipes de saúde nas unidades básicas dos municípios da 4ª CRS**	**Percentual de casos com indicação de alta matriciados pelo CEREST.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar a qualificação dos profissionais da rede em Matriciamento e Projeto Terapêutico Singular no campo da Saúde do Trabalhador.	
10	**Fortalecer o vínculo com a CISTT do município sede do CEREST.**	**Percentual de participação no Controle Social.**	**50%**
	AÇÕES		
	1.	Participar dos encontros da CISTT (01 profissional do CEREST) em pelo menos 12 reuniões ao ano.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 07: QUALIFICAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOGÍSTICA DA SMS

OBJETIVO: Estimular processos de gestão de qualidade e uso eficiente dos recursos públicos, com acompanhamento sistemático das políticas e dos processos de trabalho, assegurando as práticas legais de financiamento no SUS.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Garantir a continuidade da manutenção periódica de equipamentos odontológicos.**	**Manter contrato com Empresa Terceirizada.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Manter contrato para atender as demandas de manutenção periódica de equipamentos odontológicos, garantindo eficiência e resolutividade dos serviços.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

2	**Garantir a manutenção periódica de equipamentos de material médico-hospitalar.**	**Contratar Empresa terceirizada.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Garantir a manutenção e conservação permanente das condições físicas internas e externas dos serviços de saúde.		
3	**Construir, ampliar e/ou reformar no mínimo 02 Serviços de Saúde/Ano.**	**Número de Serviços de Saúde com adequação da estrutura física.**	**04**
	AÇÕES		
	1. Adequar a estrutura física dos serviços de saúde, de modo a garantir o acesso aos usuários do SUS, bem como melhoria da ambiência, priorizando as obras cadastradas no SISMOB.		
4	**Garantir a manutenção, e conservação permanente das condições físicas internas e externas dos serviços de saúde.**	**Manter contrato com Empresa Terceirizada.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Manter contrato para garantir a manutenção e conservação permanente das condições físicas internas e externas dos serviços de saúde.		
5	**Comprar equipamentos e materiais permanentes conforme necessidade dos serviços.**	**Número mínimo de equipamentos e materiais adquiridos, novos itens por ano.**	**250**
	AÇÕES		
	1. Garantir a manutenção e renovação de equipamentos e materiais permanentes assegurando estrutura de trabalho adequado para a equipe e paciente, de acordo com as necessidades dos serviços.		
6	**Garantir recurso para a renovação da frota de veículos.**	**Número de unidades ao ano.**	**06**
	AÇÕES		
	1. Garantir a manutenção e renovação da frota de veículos para atender as necessidades dos serviços.		
7	**Modificar o Pronto Atendimento Municipal para UPA Porte II.**	**Número de UPA Porte II Instalada.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Habilitar o PA municipal em UPA porte II		
8	**Adequar da rede de frio das UBS/ESF com sala de vacina.**	**Percentual de UBS/ESF com sala de vacina adequada.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Disponibilizar uma rede de frio adequada a todas as Unidades de saúde e central de frio.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 968
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

9	**Realizar Concurso Público para contratação de profissionais para atuarem nos Serviços de Saúde do Município.**	**Concurso a ser realizado.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Realizar concurso público de acordo com as necessidades de RH e econômica do município.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 08: PROMOVER E QUALIFICAR A GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE

OBJETIVO: Tornar a gestão do Trabalho em Saúde qualificada.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Reativar as reuniões da comissão de servidores e gestor para construção do PCCS/SUS.**	**Comissão Relativa**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Reativar a Comissão de servidores e elaborar um cronograma de reunião.	
2	**Implantar novo organograma e regimento interno da SMS.**	**Organograma Instituído.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Implementar organograma atualizado na Secretaria de Saúde.	
3	**Reestruturar o Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, buscando expandir suas atribuições com vistas a qualificação da gestão de pessoas.**	**Inserção de um profissional Psicólogo no setor de RH, em dias alternados.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Locar um profissional de psicologia no setor de recursos humanos na secretaria de saúde.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Processo 01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 09: PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EM SAÚDE
OBJETIVO: Manter as ações de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações em saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Publicizar os Instrumentos de Gestão, divulgar os programas, ações e serviços da Rede.**	**Instrumentos de Gestão e Programas, Ações e Serviços da Rede publicizados.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Definir critérios, rotinas e responsáveis por dar publicidade dos Instrumentos de Gestão, ações e serviços da rede de saúde.		
2	**Dar continuidade ao Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação da SMS**	**Número de reuniões por mês do GT de Monitoramento de Avaliação.**	**02**
	AÇÕES		
	1. Manter duas reuniões mensais com grupo de monitoramento e avaliação da secretaria de saúde.		
3	**Submeter, previamente, à apreciação do CMS todos os projetos e adesões aos Programas e convênios das três esferas, firmados com empresas privadas e projetos de lei encaminhados ao Legislativo Municipal.**	**Percentual de projetos e adesões a programas submetidos a apreciação do CMS.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Fortalecer o Controle Social da Saúde no Município, através do acompanhamento e deliberações das ações em saúde.		
4	**Implantar novos serviços de saúde, conforme a necessidade da população santa-mariense com aprovação do CMS.**	**Percentual de serviços implantados e que foram submetidos a apreciação do CMS.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Implantar novos serviços de saúde, conforme a necessidade da população.		
5	**Manter o Serviço de Ouvidoria na SMS.**	**Percentual de demandas recebidas, encaminhadas e que foram respondidas aos usuários.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Atender as manifestações dos cidadãos sobre quaisquer assuntos relacionados aos serviços prestados pelo SUS, de forma presencial, contato telefônico e site oficial da Prefeitura.		

Peça 4160628

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE657

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

	2.	Encaminhar à rede de destino para que seja apurada e respondida.		
	3.	Divulgar o acesso a Ouvidoria do SUS através de materiais informativos e canais de comunicação.		
	4.	Elaborar quadrimestralmente relatórios gerenciais para subsidiar a Gestão no aprimoramento e melhoria da qualidade dos serviços ofertados pelo SUS.		
6	**Apresentar o relatório de gestão por região administrativa.**		**Número de apresentações por região/quadrimestre.**	**02**
	AÇÕES			
	1.	Proporcionar a apresentação dos relatórios de gestão por regiões administrativas.		
7	**Aplicar 100% dos recursos financeiros oriundos de Emendas Parlamentares, dentro do prazo legal.**		**Percentual de recursos aplicados no prazo.**	**100%**
	AÇÕES			
	1.	Elaborar e enviar projetos de captação de recursos de emendas parlamentares e acompanhar análise por parte da área técnica do Ministério da Saúde até a aprovação.		
	2.	Monitorar liberação do recurso e executar integralmente o objeto de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, dentro dos prazos de vigência estabelecidos em Portarias.		
8	**Instituir políticas públicas intersetoriais para enfrentamento das necessidades em saúde da população.**		**Número de projetos/programas intersetoriais instituídos anualmente.**	**01**
	AÇÕES			
	1.	Participar de ações e reuniões intersetoriais do grupo técnico do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), Programa Bolsa Família, Programa Saúde na Escola.		
	2.	Participar das reuniões do projeto vida no trânsito.		
	3.	Buscar parcerias no território por instituições comunitárias.		

Página 970
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 38
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4160628

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P01AE657

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10: QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DOS EIXOS NORTEADORES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (NEPeS)

OBJETIVO: Qualificar as ações do Núcleo de Educação Permanente em Saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Ampliar a equipe em, no mínimo, dois servidores.**	**Ampliar equipe.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Articular junto a gestão municipal a complementação do quadro de funcionários do núcleo de educação permanente em saúde.		
2	**Elaborar o cronograma de qualificação anual conforme as necessidades elencadas na Rede de Atenção à Saúde.**	**Número de cronogramas.**	**02**
	AÇÕES		
	1. Construir cronograma a partir do planejamento de cada política de saúde.		
3	**Qualificar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde.**	**Percentual de trabalhadores qualificados.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar qualificação profissional para os serviços de rede municipal de saúde conforme demanda levantada através do cronograma de qualificação profissional e/ou demanda das políticas de saúde do município.		
4	**Qualificar introdutória para profissionais admitidos.**	**Percentual de profissionais admitidos na SMS com Curso Introdutório.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar anualmente a qualificação introdutória dos profissionais admitidos na secretaria de município da saúde.		
5	**Garantir de vagas gratuitas em eventos/cursos realizados pelas instituições conveniadas para os trabalhadores diretamente envolvidos na formação profissional em saúde na SMS.**	**Percentual de vagas em cursos pagos realizados pelas instituições de educação conveniadas.**	**3%**
	AÇÕES		
	1. Pactuar com as Instituições de Ensino 3% do número total de vagas em eventos e cursos realizados para profissionais da rede municipal de saúde.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 972
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 40
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

6	**Acompanhar os projetos aplicativos do curso de preceptoria no SUS e preceptoria médica (SMS/MS).**	**Percentual de projetos aplicativos acompanhados.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar fórum de integração entre ensino, serviço e comunidade.		
7	**Articular com fórum de discussão entre ensino-serviço e comunidade.**	**Número de fórum/ano.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Realizar fórum de integração entre ensino, serviço e comunidade.		
8	**Garantir que 100% os projetos de pesquisa e extensão sejam realizados somente após aprovação do NEPeS.**	**Percentual dos projetos aprovados pelo Nepes.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Ordenar fluxo a realização de projetos de pesquisa e extensão nos serviços de saúde.		
9	**Garantir a devolutiva de 100% das pesquisas realizadas nos serviços de saúde da rede municipal.**	**Percentual de devolutivas de projetos de pesquisa e extensão.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Acompanhar anualmente a realização da devolutiva das pesquisas realizadas nos serviços participantes de cada estudo.		
10	**Planejar as ações a serem desenvolvidas no campo de prática a partir da integração entre os serviços de saúde e instituições de educação conveniada.**	**Percentual de serviços de saúde que realizem planejamento de atividades práticas de formação em conjunto com as instituições de educação conveniada.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Construir um plano de trabalho por unidade de saúde para articular entre todas as instituições, cursos e profissionais envolvidos, o desenvolvimento das atividades de estágio nos serviços.		
	2. Regular a inserção dos alunos nos campos de práticas da secretaria de saúde, bem como, alinhar as atividades a serem desenvolvidas pelas instituições e as demandas dos serviços de saúde, articulando a educação permanente entre a gestão, instituições de ensino, serviços de saúde e comunidade.		
	3. Regular todas as visitas realizadas nos serviços de saúde por alunos e instituições de ensino que não configurar estágio ou aluna prática.		
11	**Fortalecer vínculos dos trabalhadores com as instituições de educação conveniada com programas de residência em saúde.**	**Percentual de unidades com residentes que realizam atividade de integração de ensino.**	**100%**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 973
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 41
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Acompanhar a inserção dos residentes nos campos de prática e o desenvolvimento das atividades no período em que estiverem atuando, pactuando os campos de prática e as atividades realizadas.	
12	**Garantir oferta de atividades relacionadas à saúde do trabalhador para os servidores.**	**Número das atividades/ano.**	**12**
	AÇÕES		
	1.	Disponibilizar atividades relacionadas à saúde do trabalhador mensalmente.	
	2.	Promover atividades de promoção de saúde do servidor da secretaria de saúde do município, no mínimo uma vez por mês, na tentativa de aliviar a tensão e a carga de trabalho	
13	**Formar trabalhadores juntamente com as instituições de ensino.**	**Número de Atividades.**	**04**
	AÇÕES		
	1.	Realizar atividades previstas no desenvolvimento das ações de qualificação profissional.	
14	**Qualificar os servidores em serviços de urgência e emergência e atenção especializada (regulação, fluxos, protocolos e acolhimento).**	**Número de cursos de capacitação ao ano.**	**02**
	AÇÕES		
	1.	Realizar cursos de urgência e emergência e atenção especializada (regulação, fluxos, protocolos e acolhimento).	
15	**Ordenar os convênios com instituições de ensino da saúde.**	**Percentual de ordenação de serviços.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Acompanhar os 16 convênios firmados com instituições de ensino na área da saúde.	
16	**Realizar reuniões mensais para organização e integração da relação ensino-serviço entre a secretaria de saúde e instituições de ensino na área da saúde.**	**Número de reuniões.**	**09**
	AÇÕES		
	1.	Organizar os campos de prática, as contrapartidas das universidades, as demandas dos serviços e o comprometimento com as pesquisas realizadas no sus.	
17	**Participar do grupo condutor da planificação.**	**Número de unidades acompanhadas pelo grupo condutor.**	**02**
	AÇÕES		
	1.	Disparar e acompanhar as atividades realizadas nas unidades de saúde a partir da planificação da atenção primária, por meio de reuniões mensais e plano de ação comum entre os participantes.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 974
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 42
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

18	**Participar das atividades solicitadas pelo conselho municipal de saúde.**	**Percentual de atividades realizadas conforme solicitação.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Participar das atividades realizadas pelo conselho municipal de saúde, a exemplo das conferências municipais.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11: INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS COM A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

OBJETIVO: Tornar a Vigilância em Saúde menos estática e fragmentada no cotidiano de trabalho em todos os níveis de atenção, proporcionando a integração com outros setores da saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Realizar ações integradas entre as vigilâncias.**	**Percentagem de cumprimento às demandas de processos de licenciamento, denúncias, notificações de doenças e agravos.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar inspeções integradas da vigilância sanitária.	
	2.	Realizar busca ativa das notificações das doenças de notificação compulsória (ambiental, epidemiologia).	
2	**Realizar, de forma contínua, da vigilância da qualidade da água para consumo humano, para identificar os potenciais riscos à saúde relacionados ao consumo da água fora dos padrões de potabilidade, conforme legislação específica.**	**Percentagem de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez. (SISPACTO 10)**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Monitorar e inspecionar os sistemas de abastecimento e soluções alternativas coletivas.	
	2.	Coletar amostra de água dos sistemas de abastecimento e soluções alternativas.	
	3.	Coletar amostra de água na sede do Município em vários pontos.	
3	**Realizar, de forma contínua, da vigilância da qualidade da água para consumo humano, para identificar os potenciais riscos à saúde**	**Proporção de amostras de água com presença de *Escherichia coli,* em Soluções Alternativas Coletivas.**	**12**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 975
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 43
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	relacionados ao consumo da água fora dos padrões de potabilidade, conforme legislação específica.	**(INDICADOR RS 02)**	
	AÇÕES		
	1. Elaborar processo sanitário pela não conformidade com a legislação que rege as questões relativas às ações de vigilância ambiental em saúde relacionada à qualidade da água para consumo humano.		
	2. Atender solicitações de outros órgãos: Ministério Público, CORSAN.		
4	**Aumentar e qualificar as fontes notificadoras de agravos relacionados ao trabalho.**	**Taxa de notificação de agravos (acidentes e doenças) relacionados ao trabalho. (INDICADOR RS 04)**	**40**
	AÇÕES		
	1. Instituir subcomissão de coleta de dados, análise e gestão da informação.		
	2. Promover o desenvolvimento de ações de intervenção baseada nas evidências obtidas após análise de dados e informações, por meio de planejamento integrado e intersetorial.		
	3. Construir relatórios com informações qualificadas sobre as lesões e mortes causadas no trânsito.		
	4. Realizar vistoria nos ambientes de trabalho em conjunto com a VISA e a VISAT.		
5	**Realizar ações em todos os grupos de ações essenciais a atuação da vigilância sanitária do Município.**	**Percentual de Municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano. (SISPACTO 20)**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Cadastrar e inspecionar estabelecimentos sujeitos à VISA.		
	2. Realizar atividades educativas para a população e para o setor regulado.		
	3. Receber e atender denúncias.		
	4. Instaurar processo administrativo sanitário.		
6	**Investigar 100% dos óbitos relacionados ao trabalho.**	**Proporção de óbitos por acidente de trabalho investigado. (INDICADOR RS 03)**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Investigar os óbitos relacionados ao trabalho, elaborando relatórios.		
	2. Realizar busca ativa das informações dos óbitos.		
7	**Preencher o campo de "ocupação" na notificação de agravos relacionados ao trabalho.**	**Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações**	**98%**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 976
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 44
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

		de agravos relacionados ao trabalho. (SISPACTO 23)	
	AÇÕES		
	1.	Monitorar os dados com outros sistemas de informação SIM, SINAN.	
	2.	Alimentar o sistema de informações em saúde do trabalhador- SIST-RS, regularmente, isto é, mensalmente.	
8	**Realizar, pelo menos uma capacitação por quadrimestre, a todos os profissionais da vigilância em saúde sobre vigilância epidemiológica.**	**Número de capacitações realizadas sobre vigilância epidemiológica.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Realizar capacitação teórico-prática sobre os sistemas de informação SINAN, SIM e SINASC. Atualizar e qualificar os profissionais de saúde para desenvolver e promover a Vigilância em Saúde a fim de propor medidas de intervenção em diferentes contextos sociais por meio da articulação das experiências práticas com os conhecimentos atualizados. Instrumentalizar os profissionais de saúde para a interpretação das informações visando à construção da análise de situação de saúde. Investigação Epidemiológica: Possibilitar e orientar o entendimento desenvolvendo a competência para investigação epidemiológica de campo, entre outros.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
OBJETIVO: Fortalecer as ações de âmbito coletivo da vigilância em saúde e o gerenciamento de riscos e agravos à saúde no âmbito da APS.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Elaborar boletim epidemiológico contemplando os dados por região administrativa, permitindo a elaboração de diagnósticos e estatísticas para a implementação de ações prioritárias em saúde.**	**Número de boletins realizados mês.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Elaborar boletim epidemiológico contemplando os dados por região administrativa	
	2.	Sistematizar os dados coletados por região administrativa e disponibilizar para Rede Municipal de Saúde.	
	3.	Coletar dados a partir dos sistemas de informação – SIM, SINASC e SINAN E SPNI.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 977
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 45
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

2	**Realizar ações integradas entre a vigilância em saúde e APS.**	**Número de ações/ eventos realizados da Vigilância da Violência por quadrimestre.**	**01**
	AÇÕES		
	1.	Monitorar as notificações de Violência interpessoal/ autoprovocada, bem como, fornecer a devolutiva dos dados epidemiológicos.	
	2.	Participar da construção da linha de cuidado das pessoas em situação de violência com os vários setores envolvidos.	
	3.	Fomentar nos serviços a Prevenção da violência e a Cultura da Paz, integrando saúde e escola.	
	4.	Manter a participação efetiva: Grupo integrado de Enfrentamento as violências; Fórum Permanente de Saúde Mental da Região Central; Fórum de Violência Contra Mulher e Comissão Interna de Prevenção e Acidentes e Violência Escolar. Realizar capacitações os professores das escolas que fazem parte do Cipave no preenchimento das fichas de notificação.	
	5.	Participação na organização dos eventos relacionados a prevenção à Violência Interpessoal/ Autoprovocada com os vários setores. - Participação da organização do VII Encontro Regional de Promoção da Vida e Prevenção ao Suicídio.	
3	**Ampliar a cobertura vacinal das vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose).**	**Percentagem de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade, com cobertura vacinal preconizada. (SISPACTO 04)**	**75%**
	AÇÕES		
	1.	Vacinar crianças menores de cinco anos contra poliomielite.	
	2.	Vacinar crianças menores de um ano de idade contra poliomielite (VIP/VOP); Vacina pantavalente; vacina hepatite B; vacina BCG, meningo C, pneumo 10 e vacina rotavírus humano.	
	3.	Vacinar crianças de um ano de idade contra tríplice viral.	
	4.	Desencadear e Monitorar o processo de Busca ativa dos faltosos através dos ACS e sistema de informação (consulfarma) pelos vacinadores.	
	5.	Capacitar em Sala de vacina- Teórico e Prático os novos vacinadores e atualizar conforme demanda.	
	6.	Capacitar, com dois encontros, todos os trabalhadores envolvidos nas campanhas anuais de vacinação.	
4	**Capacitar e/ou atualizar 100% dos profissionais de enfermagem que atuam em sala de vacinas.**	**Percentual profissionais a serem capacitados e/ou atualizados/ano.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Capacitar, com dois encontros, todos os trabalhadores envolvidos nas campanhas anuais de vacinação.	
5	**Combater ao *Aedes aegypti* e controlar as demais zoonoses prevalentes de interesse em saúde pública.**	**Reduzir o índice percentual do Lira (significa Levantamento de Índice de Infestação dos imóveis do**	**4,3**

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 978
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 46
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

		município pelo vetor da doença) a índice abaixo de 4,3 (médio).	
	AÇÕES		
	1.	Realizar educação permanente com os agentes comunitários de saúde para ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* e realizar orientações de prevenção nas suas visitas domiciliares..	
	2.	Realizar o Levantamento de índice rápido (LIRAa), geoprocessamento, e após intensificar as ações nos pontos de maior risco, identificados por este levantamento.	
	3.	Promover orientações dos ACS para ações relacionadas aos dados embasados do LIRAa, por território de atuação nas regiões administrativas.	
	4.	Monitorar as atividades realizadas nas escolas municipais a fim de fortalecer a Campanha Cidadão Vigilante em conjunto com o Programa Saúde na Escola- PSE	
	5.	Potencializar o uso da portaria autoridade sanitária aos agentes de edemias para que no ato de vistoria de imóveis (terrenos, residências, outros) possa ocorrer a notificação com prazo para limpeza e adequações permanentes ao combate do mosquito *Aedes aegypti*.	
	6.	Fortalecer a implementação dos servidores das secretarias municipais e órgãos civis para adesão à campanha cidadão vigilante.	
	7.	Manter o Comitê municipal do Mosquito *Aedes aegypti,* com intensificação de novas parcerias para adesão as ações de combate ao mosquito.	
6	**Combater ao *Aedes aegypti* e controlar as demais zoonoses prevalentes de interesse em saúde pública.**	**Números de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial de dengue. (SISPACTO 22)**	**04**
	AÇÕES		
	1.	Realizar ações de acordo com o Programa Nacional de Controle da Dengue.	
7	**Investigar casos de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.**	**Percentual de investigação. (SISPACTO 02)**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Investigar a partir das Declarações de Óbito de mulheres em idade fértil de 10 a 49 anos, residentes no município, por meio de visitas domiciliares, verificações dos prontuários médicos das instituições de saúde e sistema de informação municipal.	
	2.	Alimentar e monitorar o sistema de Informação de Mortalidade.	
	3.	Discutir os casos junto aos profissionais da Atenção Primária em Saúde em conjunto com a Política da Mulher e do Adolescente.	
8	**Investigar registro de óbitos com causa básica definida.**	**Percentual investigações de óbitos com causa básica definida. (SISPACTO 03)**	**99,85%**
	AÇÕES		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 979
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 47
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

	1.	Realizar investigação de óbito, pelo setor de vigilância epidemiológica, que consiste em, diariamente, realizar a investigação junto aos serviços de saúde por contato telefônico e e-mail, contato com familiares e acessando o Sistema Informação Municipal - Consulfarma , por meio do Prontuário Eletrônico, analisando a história clínica dos pacientes, para determinar a causa de óbito.	
9	**Investigar casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.**	**Percentual de investigações encerradas em 60 dias. (SISPACTO 05)**	**98%**
	AÇÕES		
	1.	Manter contato permanente com as CCIHs, Núcleo de Vigilância Epidemiológica do HUSM e Unidades de Saúde, no sentido de qualificar e encerrar o processo de investigação epidemiológica.	
	2.	Encaminhar cópia das notificações de dengue, Zika, chikungunya, hantavirose e leptospirose à Vigilância Ambiental, para realização das ações pertinentes ao setor.	
	3.	Digitar diariamente no SINAN e monitoramento semanal dos casos de DNC.	
	4.	Encaminhar diariamente as coletas de exames ao LACEN, para diagnóstico laboratorial, tais como: leptospirose, dengue, H1N1, hantavirose, febre amarela, HTLV, hepatites virais – carga viral e PCR, bactérias multirresistentes, DTA, Tuberculose, colinesterases, toxoplasmose e anticorpos da raiva.	
10	**Monitorar e investigar casos de toxoplasmose.**	**Percentual investigados.**	**100%**
	AÇÕES		
	1.	Realizar o monitoramento contínuo das notificações em relação a toxoplasmose em gestante e em toxoplasmose congênita.	
	2.	Realizar busca ativa nos laboratórios conveniados o resultado confirmatório da toxoplasmose.	
	3.	Monitorar os casos positivos através da referência da atenção básica (gestante e bebês) e hospital de referência (HUSM).	
	4.	Manter contato com a equipe do HUSM.	

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13: CONTROLE SOCIAL
OBJETIVO: Incentivar o desenvolvimento e qualificação de lideranças comunitária.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Incentivar o desenvolvimento de Lideranças Comunitárias.**	**Número mínimo de encontros realizados com as Comunidades.**	**04**
	AÇÕES		
	1.	Realizar no mínimo 02 encontros com as comunidades, incentivando o desenvolvimento das Lideranças Comunitárias.	

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Página 980
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 48
Peça 4160628
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE657

2	**Qualificar Conselheiros e Lideranças Comunitárias.**	**Número mínimo de ações realizadas.**	**04**
	AÇÕES		
	1. Realizar no mínimo 02 encontros de qualificação de conselheiros e lideranças comunitárias.		
3	**Criar e Fortalecer os Conselhos Locais de Saúde em 04 Unidades de Saúde.**	**Número de unidades de Conselhos Locais instituído.**	**08**
	AÇÕES		
	1. Apoiar o processo de formação e manutenção dos Conselhos locais.		
4	**Criar Conselhos Regionais de Saúde em pelo menos 02 Regiões Administrativas.**	**Número mínimo de Conselhos Regionais de Saúde instituídos.**	**04**
	AÇÕES		
	1. Apoiar o processo de formação e manutenção dos Conselhos locais.		
5	**Divulgar 100% das ações do CMS.**	**Percentual de ações divulgadas.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Publicizar as ações do CMS.		

OBJETIVO: Defender o SUS, Sistema Único de Saúde previsto em lei.

Nº	**DESCRIÇÃO DA META**	**INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META**	**META PREVISTA**
1	**Lutar para a continuidade do SUS**	**Número de documentos oficiais que retiram do orçamento direitos adquiridos**	**100% do repasse previsto pela União**
	AÇÕES		
	1. Lutar para a continuidade do SUS		
2	**Buscar a aplicação dos percentuais exigidos para a Atenção Básica**	**Percentuais definidos para a Atenção Básica**	**100% do percentual definido pelo SUS**
	AÇÕES		
	1. Buscar a aplicação dos percentuais exigidos para a Atenção Básica		
3	**Verificar continuamente o estoque de medicamentos contínuos nas Farmácias do município**	**Número de medicamentos em falta**	**100% de medicamentos a disposição**
	AÇÕES		
	1. Verificar continuamente o estoque de medicamentos contínuos nas Farmácias do município		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14: PREVENÇÃO, CONTROLE E ENFRENTAMENTO COVID-19
OBJETIVO: Preparar e coordenar os serviços de saúde e realizar ações para prevenção, enfrentamento e controle da pandemia do Coronavírus.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA
1	**Criar e implementar Conselho de Crise para atuar durante a pandemia.**	**Conselho implementado.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Implementar um conselho com representantes dos serviços de saúde e outros setores que possam contribuir para a organização dos serviços e das ações.		
2	**Criar e implementar Centro de Referência de cuidado ao Covid-19.**	**Centro de Referência Implementado.**	**01**
	AÇÕES		
	1. Implementar e manter um centro de referência para a organização do Sistema de Saúde no município.		
	2. Avaliar a expansão geográfica do vírus para organizar e orientar a assistência nas regiões.		
	3. Capacitar e orientar funcionários da SMS quanto a prevenção, controle e enfrentamento do coronavírus, e desenvolver fluxos de atendimentos e adequar os protocolos.		
	4. Criar equipes para atendimento e orientação de pessoas com sintomas do COVID-19, através de tele chamadas.		
	5. Acompanhar os casos positivos e seus contactantes por meio telefônico.		
	6. Divulgar medidas de prevenção, controle e enfrentamento para a população e outros serviços, através do rádio, internet, carro de som, banner, faixas e outras mídias.		
	7. Realizar coleta domiciliar de RTPCR.		
	8. Realizar testes rápidos e RTCPCR na Central Covid.		
	9. Inserir dados e realizar monitoramento dos sistemas de notificação eSUS VE- notifica e SIVEP- Gripe.		
3	**Distribuir EPIs para toda a Rede de Saúde do Município.**	**Percentual de serviços com EPIs recebidos.**	**100%**
	AÇÕES		
	1. Realizar compra e distribuição dos materiais entre as unidades de saúde.		
	2. Adquirir e distribuir os insumos, EPIs e equipamentos para enfrentamento da pandemia.		
	3. Utilizar recursos de emendas para a aquisição de materiais, equipamentos e insumos para a aplicação nas ações de combate ao covid-19.		

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4E67.9060.C8EE.A067.D3E8.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4160625

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P01AE654

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

DECLARAÇÃO

Na figura de Secretário de Município da Saúde da cidade de Santa Maria-RS, DECLARO para os devidos fins que, conforme vaticina a PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 1, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017. (Art. 99, § 3º: O Relatório de Gestão deve ser enviado ao respectivo Conselho de Saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo, por meio do DIGIGSUS. Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 6º, § 3º) o relatório de Gestão vigente do exercício de 2021 detém o prazo final para 30/03/2022.

Ana Paula Seerig
Sec. Adj. de Saúde
Port. nº 1210/SMG/2020

Secretaria Municipal de Saúde
Av. Medianeira, nº 355 · Nossa Senhora Medianeira · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7095 · E-mail: saude@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2E0D.885D.946C.049F.1028.

Página 983
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

LEI Nº 6027, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico, Cria o Sistema Municipal de Saneamento Básico e Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**, Estado do Rio Grande do Sul, em exercício,

Faço saber, em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99, inciso III, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; e

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 984
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda; e

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, da Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, e suas normas regulamentadoras.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º Os resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do Poder Público, depois de ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea “c” do inciso I do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Art. 7º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

Parágrafo único. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 8º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por Órgão ou Entidade da Federação a que o Município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de Convênio de Cooperação entre entes da Federação, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços; e

III - por Autarquia Municipal em regime especial.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 985
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

Seção II
Dos Princípios

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos domiciliares realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade.

Seção III
Dos Objetivos

Art. 10. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos Estadual e Federal, bem como com entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 986
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV
Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta Lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos Órgãos e Entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

IX - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

X - promoção de programas de educação sanitária;

XI - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIII - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 987
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

CAPÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I
Da Composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico, que passa a ser instituído pela presente Lei.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;
II - Conferência Municipal de Saneamento Básico;
III - Conselho Municipal de Saneamento Básico;
IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

Seção II
Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contempla um período de 20 anos e contém, conforme volumes I, II A, II B, III, IV e V, anexos da presente Lei, os seguintes elementos:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos, e os meios para superá-los;

VII - caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas.

§ 1º O Plano Municipal de Saneamento Básico foi elaborado com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço, com discussão e avaliação por meio de

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 988
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

audiências públicas e com sugestões encaminhadas pela população, através da rede mundial de computadores, durante os 10 meses que esteve disponível nos *sites* da Prefeitura Municipal de Santa Maria e do Instituto de Planejamento de Santa Maria.

§ 2º O Município fará a consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço.

§ 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico é compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos, caso existam.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico será avaliado anualmente e revisado no primeiro ano do mandato do Prefeito Municipal, anteriormente ao encaminhamento do Plano Plurianual ao Poder Legislativo.

§ 5º A revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e a discussão dos estudos que o fundamentou serão realizadas por meio da Conferência Municipal de Saneamento Básico, sendo assegurada a ampla divulgação de seus resultados.

§ 6º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 7º O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba integralmente o território do Município.

§ 8º A divulgação do presente Plano Municipal de Saneamento Básico e dos estudos que o fundamentou se deu por meio da disponibilização integral de seu conteúdo a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores - *internet* - e por audiências públicas.

Art. 17. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do Município.

§ 1º O relatório referido no *caput* deste artigo será publicado até 30 de março de cada ano e reunirá os diagnósticos de salubridade ambiental de cada localidade.

§ 2º O regulamento desta Lei estabelecerá os critérios e prazos para elaboração e aprovação do relatório.

Art. 18. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Seção III
Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 19. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte integrante do processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio.

Seção IV
Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 20. O Município criará, em até 120 dias após a aprovação da presente Lei o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado de caráter consultivo do Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 989
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

Seção V
Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 21. O Município poderá criar um Fundo Municipal próprio de Saneamento Básico destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos e ações da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta Lei.

Seção VI
Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 22. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da *internet*.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico será regulamentado em 180 dias, contados da publicação desta Lei.

CAPÍTULO III
DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 23. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação, de acordo com os padrões e normas técnicas vigentes;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - o valor de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado aos prestadores de serviços e ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do art. 19 desta Lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 24. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 990
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelos Órgãos da Administração Pública Municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do Poder Público Municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

CAPÍTULO IV
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 25. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 26. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitários disponíveis e usufruirá do serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos, sujeita ao pagamento de tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgoto, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 27. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 28. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V
ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 991
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

a) prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

b) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

c) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

d) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

e) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

f) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

g) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

h) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 30. Observado o disposto no art. 36 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 31. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 32. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 992
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 33. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico deverão ser realizados a cada 12 meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 34. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 35. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, sendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 30 dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 36. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 993
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do Órgão de regulação.

Art. 37. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 38. Nos termos do art. 9º, inciso II da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, deverá o Município criar uma entidade de regulação ou delegar para que alguma agência já constituída execute as atividades regulatórias dos serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão realizadas por órgão com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, gozando de independência decisória perante os demais Órgãos da Administração Pública.

Art. 39. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 40. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 994
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4160626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE655

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas a que se refere o *caput* deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 41. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação do serviço.

Art. 42. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o *caput* deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. Os Órgãos e Entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizados para atender o disposto nesta Lei, no prazo de 180 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 44. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria, aos 21 dias do mês de dezembro de 2015.

José Haidar Farret
Prefeito Municipal em exercício

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3075.E749.5BA1.14BF.CF0E.

Página 995
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4160629
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P01AE658

MEMORANDO N.º 119/2022/SMA/es

De: Secretaria de Meio Ambiente
Para: Controladoria e Auditoria Geral - Município de Santa Maria

Ref.: Resposta ao Item 3 - Processo 200/2022/01/1388 - Requisições de Documentos Nº 019/CFM/2022

Santa Maria, 08 de março de 2022.

Prezada Secretária,

Ao lhe cumprimentar cordialmente, vimos, quanto ao questionamento a respeito do **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**, esclarecer que até a presente data, não foi elaborado um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no Município de Santa Maria.

Salientamos, que, majoritariamente, os planos municipais foram conduzidos pelo Instituto de Planejamento.

A SMA segue à disposição para eventuais considerações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Guilherme Lul da Rocha
Secretário de Município de Meio Ambiente
ASSINATURA VALIDADA ELETRONICAMENTE

Documento Validado Por:
Guilherme Lul da Rocha Matrícula 16206 09/03/2022
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: ULJ5ZP7623212A2
VALIDE EM: https://cutt.ly/GbKF61Q

Rua Venâncio Aires, nº 2277 4º Andar , Centro - Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 Tel.: (55) 3921.7138 - meioambiente@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: MARILDA MANFIO em 30/03/22, CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA em 30/03/22 e JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 30/03/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.485E.5277.58ED.0455.5AED.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Órgão: PM DE SANTA MARIA
Entrega concluída em: 01/10/2021 08:07
Assinatura concluída em: 01/10/2021 08:06
Período de Informações: 8º mês de 2021
Tipo de Entrega: Internet
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do RS
Nr. do Protocolo: 407802
Tipo do Protocolo: Remessa de dados do SIAPC
Nr. do Processo: 001216-0200/21-4

Situação das Remessas:

Tipo de Documento	Código de barras	Situação
RVE-SIAPC	42101051047886688	Sem pendências
RGF	42102053013183343	Sem pendências
MCI	22104050280141175	Sem pendências

Histórico de Eventos:

Descrição	Data
Protocolo aceito automaticamente	01/10/2021 08:07
Protocolo enviado por MICHELE VARGAS ANTONELLO.	01/10/2021 08:07
Peça nº 3809343 assinada por MICHELE VARGAS ANTONELLO (MICHELE VARGAS ANTONELLO)	01/10/2021 08:07
e-Protocolo acessado pela primeira vez por MICHELE VARGAS ANTONELLO	01/10/2021 08:06
Peça nº 3831639 assinada por JORGE CLADISTONE POZZOBOM (JORGE CLADISTONE POZZOBOM)	30/09/2021 09:42
Peça nº 3809338 assinada por JORGE CLADISTONE POZZOBOM (JORGE CLADISTONE POZZOBOM)	30/09/2021 09:42
Peça nº 3809343 assinada por JORGE CLADISTONE POZZOBOM (JORGE CLADISTONE POZZOBOM)	30/09/2021 09:42
e-Protocolo acessado pela primeira vez por JORGE CLADISTONE POZZOBOM	30/09/2021 09:41
Peça nº 3809343 assinada por CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA (CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA)	30/09/2021 08:53
Peça nº 3831639 assinada por CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA (CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA)	30/09/2021 08:53
e-Protocolo acessado pela primeira vez por CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA	30/09/2021 08:53
Peça nº 3809338 assinada por MARILDA MANFIO (MARILDA MANFIO)	27/09/2021 10:25
e-Protocolo acessado pela primeira vez por MARILDA MANFIO	27/09/2021 10:25
Protocolo gerado a partir de remessa do SIAPC	24/09/2021 07:45

Prezado Senhor,
O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul acusa o recebimento dos presentes documentos (RVE-SIAPC) RGF) MCI) que passam a integrar esta solicitação de protocolo.
Este recibo não garante o aceite do protocolo eletrônico, devendo o interessado acompanhar a análise desta solicitação no sítio institucional do TCERS na Internet.

Recibo emitido em 21/06/2022 11:07

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6632.A13B.0C8F.2368.F48D.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Órgão: PM DE SANTA MARIA
Entrega concluída em: 01/10/2021 08:07
Assinatura concluída em: 01/10/2021 08:06
Período de Informações: 8º mês de 2021
Tipo de Entrega: Internet
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do RS
Nr. do Protocolo: 407802
Tipo do Protocolo: Remessa de dados do SIAPC
Nr. do Processo: 001216-0200/21-4

Situação das Remessas:

Tipo de Documento	Código de barras	Situação
RVE-SIAPC	42101051047886688	Sem pendências
RGF	42102053013183343	Sem pendências
MCI	22104050280141175	Sem pendências

Histórico de Eventos:

Descrição	Data
Protocolo enviado por MICHELE VARGAS ANTONELLO.	01/10/2021 08:07
Protocolo aceito automaticamente	01/10/2021 08:07
Peça nº 3809343 assinada por MICHELE VARGAS ANTONELLO (MICHELE VARGAS ANTONELLO)	01/10/2021 08:07
e-Protocolo acessado pela primeira vez por MICHELE VARGAS ANTONELLO	01/10/2021 08:06
Peça nº 3809343 assinada por JORGE CLADISTONE POZZOBOM (JORGE CLADISTONE POZZOBOM)	30/09/2021 09:42
Peça nº 3809338 assinada por JORGE CLADISTONE POZZOBOM (JORGE CLADISTONE POZZOBOM)	30/09/2021 09:42
Peça nº 3831639 assinada por JORGE CLADISTONE POZZOBOM (JORGE CLADISTONE POZZOBOM)	30/09/2021 09:42
e-Protocolo acessado pela primeira vez por JORGE CLADISTONE POZZOBOM	30/09/2021 09:41
Peça nº 3831639 assinada por CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA (CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA)	30/09/2021 08:53
Peça nº 3809343 assinada por CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA (CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA)	30/09/2021 08:53
e-Protocolo acessado pela primeira vez por CLAIRTON RODRIGUES DA MOTTA	30/09/2021 08:53
Peça nº 3809338 assinada por MARILDA MANFIO (MARILDA MANFIO)	27/09/2021 10:25
e-Protocolo acessado pela primeira vez por MARILDA MANFIO	27/09/2021 10:25
Protocolo gerado a partir de remessa do SIAPC	24/09/2021 07:45

Prezado Senhor,
O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul acusa o recebimento dos presentes documentos (RVE-SIAPC) RGF) MCI) que passam a integrar esta solicitação de protocolo.
Este recibo não garante o aceite do protocolo eletrônico, devendo o interessado acompanhar a análise desta solicitação no sítio institucional do TCERS na Internet.

Recibo emitido em 21/06/2022 11:07

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.83A0.7E95.E08C.2F07.266B.

Página 998
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500491
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015EE

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Licitações

Órgão
PM DE SANTA MARIA

Data/Hora da consulta
21/06/2022 11:07:46

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2021	31/12/2021	2,68	47,68 dias

Licitação	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Chamada Pública / PNAE 1/2021	Homologação	11/03/2021	31/03/2021	14	5	9
Concorrência 6/2021	Determinação judicial	27/12/2021	20/04/2022	67	5	62
Leilão Eletrônico 2/2020	Homologação	09/02/2021	18/03/2021	23	5	18
Pregão Eletrônico 168/2020	Homologação	08/01/2021	21/07/2021	128	5	123
Pregão Eletrônico 5/2021	Homologação	05/03/2021	15/03/2021	6	5	1
Pregão Eletrônico 6/2021	Edital e anexos	17/02/2021	10/01/2022	211	5	206
Pregão Eletrônico 6/2021	Homologação	05/03/2021	10/01/2022	200	5	195
Pregão Eletrônico 6/2021	Ata de julgamento da impugnação	04/03/2021	10/01/2022	201	5	196
Pregão Eletrônico 18/2021	Homologação	12/04/2021	20/04/2021	6	5	1
Pregão Eletrônico 20/2021	Homologação	25/05/2021	10/06/2021	11	5	6
Pregão Eletrônico 22/2021	Homologação	06/05/2021	18/05/2021	7	5	2
Pregão Eletrônico 23/2021	Ata de julgamento da impugnação	12/04/2021	18/05/2021	24	5	19
Pregão Eletrônico 23/2021	Ata de julgamento da impugnação	16/04/2021	18/05/2021	20	5	15
Pregão Eletrônico 64/2021	Homologação	19/08/2021	23/09/2021	23	5	18
Pregão Eletrônico 67/2021	Homologação	13/08/2021	22/09/2021	24	5	19
Pregão Eletrônico 109/2021	Homologação	22/10/2021	03/11/2021	6	5	1
Processo de Dispensa 5/2021	Comprovante de publicação do extrato da dispensa	26/01/2021	25/02/2021	17	5	12
Processo de Inexigibilidade 61/2021	Comprovante de publicação do extrato da inexigibilidade	08/10/2021	20/10/2021	7	5	2
Tomada de Preços 6/2021	Homologação	14/06/2021	22/06/2021	6	5	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5550.0107.E22B.4D1F.5598.

RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Contratos

Órgão
PM DE SANTA MARIA

Data/Hora da consulta
21/06/2022 11:07:51

Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio
01/01/2021	31/12/2021	9,33	32,77 dias

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 14/2018	Suspensão de ofício	13/05/2021	08/06/2021	17	5	12
Contrato 14/2018	Retorno dos efeitos do contrato	27/10/2021	11/11/2021	9	5	4
Contrato 46/2018	Termo aditivo	05/04/2021	16/04/2021	9	5	4
Contrato 63/2018	Suspensão de ofício	23/08/2021	22/09/2021	20	5	15
Contrato 63/2018	Suspensão de ofício	15/02/2021	23/03/2021	23	5	18
Contrato 63/2018	Retorno dos efeitos do contrato	23/07/2021	13/08/2021	13	5	8
Contrato 111/2019	Retorno dos efeitos do contrato	05/03/2021	18/03/2021	9	5	4
Contrato 111/2019	Suspensão de ofício	22/03/2021	06/04/2021	9	5	4
Contrato 174/2019	Retorno dos efeitos do contrato	07/07/2021	15/07/2021	6	5	1
Contrato 174/2019	Suspensão de ofício	22/10/2021	03/12/2021	27	5	22
Contrato 187/2019	Suspensão de ofício	08/03/2021	06/04/2021	19	5	14
Contrato 227/2019	Suspensão de ofício	10/12/2021	08/03/2022	49	5	44
Contrato 240/2019	Suspensão de ofício	18/06/2021	23/08/2021	43	5	38
Contrato 258/2019	Suspensão de ofício	07/04/2021	16/04/2021	7	5	2
Contrato 258/2019	Retorno dos efeitos do contrato	23/11/2021	25/02/2022	57	5	52
Contrato 46/2020	Retorno dos efeitos do contrato	29/03/2021	14/04/2021	10	5	5
Contrato 48/2020	Retorno dos efeitos do contrato	10/02/2021	30/08/2021	131	5	126
Contrato 65/2020	Suspensão de ofício	24/05/2021	09/06/2021	11	5	6
Contrato 65/2020	Retorno dos efeitos do contrato	12/07/2021	08/11/2021	77	5	72
Contrato 98/2020	Suspensão de ofício	21/02/2021	31/08/2021	127	5	122
Contrato 98/2020	Retorno dos efeitos do contrato	09/03/2021	31/08/2021	117	5	112
Contrato 98/2020	Suspensão de ofício	01/06/2021	01/09/2021	62	5	57
Contrato 98/2020	Retorno dos efeitos do contrato	01/08/2021	01/09/2021	19	5	14
Contrato 125/2020	Retorno dos efeitos do contrato	26/04/2021	06/05/2021	8	5	3
Contrato 125/2020	Suspensão de ofício	21/07/2021	09/08/2021	13	5	8
Contrato 145/2020	Suspensão de ofício	16/11/2021	20/04/2022	95	5	90
Contrato 145/2020	Retorno dos efeitos do contrato	03/08/2021	27/08/2021	15	5	10
Contrato 156/2020	Retorno dos efeitos do contrato	09/03/2021	23/03/2021	10	5	5
Contrato 158/2020	Retorno dos efeitos do contrato	22/02/2021	29/03/2021	24	5	19
Contrato 185/2020	Termo aditivo	26/11/2021	16/03/2022	65	5	60
Contrato 186/2020	Ordem de início	18/10/2021	08/11/2021	13	5	8
Contrato 218/2020	Suspensão de ofício	30/07/2021	08/11/2021	63	5	58
Contrato 218/2020	Retorno dos efeitos do contrato	08/09/2021	08/11/2021	39	5	34
Contrato 227/2020	Suspensão de ofício	10/06/2021	12/07/2021	22	5	17
Contrato 244/2020	Suspensão de ofício	29/01/2021	16/03/2021	27	5	22
Contrato 244/2020	Retorno dos efeitos do contrato	25/03/2021	08/04/2021	8	5	3
Contrato 245/2020	Suspensão de ofício	02/08/2021	18/08/2021	9	5	4
Contrato 290/2020	Suspensão de ofício	13/07/2021	23/07/2021	8	5	3
Contrato 290/2020	Retorno dos efeitos do contrato	15/04/2021	31/05/2021	30	5	25
Contrato 290/2020	Suspensão de ofício	08/11/2021	23/11/2021	10	5	5

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A3D.9F32.7821.5143.6AA5.

Página 1000
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500492
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015EF

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 290/2020	Suspensão de ofício	14/04/2021	07/05/2021	15	5	10
Contrato 291/2020	Retorno dos efeitos do contrato	21/06/2021	12/07/2021	15	5	10
Contrato 291/2020	Suspensão de ofício	11/03/2021	13/05/2021	41	5	36
Contrato 311/2020	Suspensão de ofício	01/09/2021	28/09/2021	17	5	12
Contrato 334/2020	Retorno dos efeitos do contrato	02/08/2021	12/08/2021	7	5	2
Contrato 334/2020	Suspensão de ofício	31/05/2021	21/06/2021	14	5	9
Contrato 334/2020	Ordem de início	07/01/2021	23/04/2021	68	5	63
Contrato 387/2020	Retorno dos efeitos do contrato	06/05/2021	09/09/2021	84	5	79
Contrato 387/2020	Ordem de início	12/01/2021	22/01/2021	8	5	3
Contrato 387/2020	Suspensão de ofício	04/03/2021	07/04/2021	22	5	17
Contrato 405/2020	Ordem de início	09/01/2021	22/01/2021	9	5	4
Contrato 11/2021	Ordem de início	20/01/2021	11/02/2021	15	5	10
Contrato 12/2021	Ordem de início	19/01/2021	10/02/2021	15	5	10
Contrato 23/2021	Ordem de início	12/04/2021	13/12/2021	163	5	158
Contrato 24/2021	Suspensão de ofício	08/07/2021	21/07/2021	9	5	4
Contrato 43/2021	Ordem de início	29/01/2021	05/04/2021	39	5	34
Contrato 45/2021	Retorno dos efeitos do contrato	27/08/2021	13/09/2021	10	5	5
Contrato 45/2021	Suspensão de ofício	19/06/2021	19/07/2021	20	5	15
Contrato 48/2021	Ordem de início	05/02/2021	18/03/2021	25	5	20
Contrato 73/2021	Contrato	19/03/2021	31/03/2021	8	5	3
Contrato 74/2021	Contrato	19/03/2021	31/03/2021	8	5	3
Contrato 75/2021	Contrato	19/03/2021	31/03/2021	8	5	3
Contrato 80/2021	Suspensão de ofício	24/06/2021	28/10/2021	84	5	79
Contrato 80/2021	Ordem de início	26/04/2021	28/10/2021	125	5	120
Contrato 95/2021	Termo aditivo	23/04/2021	10/01/2022	168	5	163
Contrato 95/2021	Contrato	12/04/2021	10/01/2022	176	5	171
Contrato 95/2021	Termo aditivo	16/07/2021	10/01/2022	110	5	105
Contrato 98/2021	Ordem de início	07/04/2021	26/04/2021	12	5	7
Contrato 100/2021	Suspensão de ofício	30/11/2021	13/12/2021	9	5	4
Contrato 100/2021	Ordem de início	07/06/2021	15/06/2021	6	5	1
Contrato 129/2021	Ordem de início	12/05/2021	28/07/2021	54	5	49
Contrato 138/2021	Ordem de início	26/06/2021	16/08/2021	32	5	27
Contrato 153/2021	Ordem de início	05/07/2021	14/12/2021	107	5	102
Contrato 154/2021	Ordem de início	03/09/2021	05/10/2021	20	5	15
Contrato 201/2021	Ordem de início	11/08/2021	03/05/2022	163	5	158
Contrato 202/2021	Contrato	27/07/2021	05/08/2021	7	5	2
Contrato 220/2021	Suspensão de ofício	24/09/2021	19/10/2021	16	5	11
Contrato 220/2021	Ordem de início	30/08/2021	19/10/2021	33	5	28
Contrato 234/2021	Contrato	06/08/2021	25/08/2021	10	5	5
Contrato 245/2021	Anulação de ofício	23/09/2021	06/10/2021	9	5	4
Contrato 249/2021	Ordem de início	22/09/2021	06/10/2021	10	5	5
Contrato 269/2021	Suspensão de ofício	13/09/2021	08/10/2021	18	5	13
Contrato 269/2021	Ordem de início	08/09/2021	06/10/2021	19	5	14
Contrato 269/2021	Retorno dos efeitos do contrato	08/11/2021	22/11/2021	9	5	4
Contrato 272/2021	Ordem de início	11/11/2021	24/11/2021	8	5	3
Contrato 273/2021	Ordem de início	25/10/2021	05/11/2021	7	5	2
Contrato 274/2021	Ordem de início	11/11/2021	24/11/2021	8	5	3
Contrato 292/2021	Retorno dos efeitos do contrato	10/12/2021	03/05/2022	85	5	80
Contrato 292/2021	Ordem de início	16/09/2021	06/10/2021	13	5	8
Contrato 296/2021	Ordem de início	03/12/2021	23/05/2022	104	5	99

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A3D.9F32.7821.5143.6AA5.

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 308/2021	Ordem de início	04/11/2021	01/02/2022	55	5	50
Contrato 309/2021	Ordem de início	04/11/2021	01/02/2022	55	5	50
Contrato 317/2021	Ordem de início	27/10/2021	11/11/2021	9	5	4
Contrato 331/2021	Ordem de início	28/09/2021	15/12/2021	52	5	47
Contrato 348/2021	Termo aditivo	11/11/2021	03/12/2021	15	5	10
Contrato 348/2021	Ordem de início	24/11/2021	03/12/2021	7	5	2
Contrato 349/2021	Ordem de início	23/11/2021	03/12/2021	8	5	3
Contrato 349/2021	Termo aditivo	11/11/2021	03/12/2021	15	5	10
Contrato 354/2021	Ordem de início	11/11/2021	25/11/2021	9	5	4
Contrato 356/2021	Contrato	08/10/2021	20/10/2021	7	5	2
Contrato 357/2021	Ordem de início	12/11/2021	21/01/2022	42	5	37
Contrato 368/2021	Ordem de início	25/10/2021	17/12/2021	36	5	31
Contrato 376/2021	Contrato	25/10/2021	08/11/2021	8	5	3
Contrato 378/2021	Ordem de início	26/10/2021	17/12/2021	35	5	30
Contrato 384/2021	Contrato	28/10/2021	09/11/2021	6	5	1
Contrato 419/2021	Ordem de início	16/11/2021	20/05/2022	116	5	111
Contrato 487/2021	Ordem de início	20/12/2021	19/01/2022	15	5	10
Termo de colaboração 13/2020	Termo aditivo	14/07/2021	27/08/2021	29	5	24
Termo de fomento 21/2020	Ordem de início	21/01/2021	19/04/2021	55	5	50
Termo de fomento 7/2021	Ordem de início	15/04/2021	25/04/2022	238	5	233
Termo de fomento 10/2021	Ordem de início	15/04/2021	29/04/2021	9	5	4

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A3D.9F32.7821.5143.6AA5.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 1/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 22h e 26min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Art. 26-A - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	
1.1) Previsão normativa	
1.1.1) O Executivo Municipal ou o Conselho Municipal de Educação criaram alguma normativa, vigente, relativa à implementação do ensino da história e cultura, afro-brasileira e indígena (Artigo 26-A da LDB)?	Sim, ambos
1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.1.2) O Plano Municipal de Educação inclui o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN dentre as metas a serem atingidas, promovendo o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.895/2015?	Sim
1.2) Equipe responsável	
1.2.1) A Secretaria Municipal de Educação possui setor ou equipe técnica permanente com a atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais?	Sim - possui equipe
1.2.1.1) Informar a composição da Equipe técnica lotada no Setor indicado:	Registros informados: 0
1.2.1.2) Anexar documento que comprova que a coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é atribuição do Setor informado.	-
1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições	Registros informados: 0
1.2.1.4) Anexar documento que comprova que a designação de equipe responsável pela coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	Resposta item 1.2.1.4.pdf (0,02MB)
1.3) Documentação pedagógica	
1.3.1) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura africana	Sim - nos PPs de algumas escolas da rede municipal
Quantas?	60
1.3.1.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	Resposta 1.3.1.1.pdf (0,03MB)
1.3.2) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura afro-brasileira	Sim - nos PPs de algumas escolas da rede municipal
Quantas?	60
1.3.2.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	Resposta 1.3.2.1.pdf (0,03MB)
1.3.3) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura indígena?	Sim - nos PPs de algumas escolas da rede municipal
Quantas?	60
1.3.3.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	Resposta 1.3.3.1.pdf (0,02MB)
1.3.4) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura africana?	Sim - em alguns PEs de algumas escolas da rede municipal

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Pergunta	Resposta
Quantas?	60
1.3.4.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Resposta 1.3.4.1.pdf (0,03MB)
1.3.5) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura afro-brasileira?	Sim - em alguns PEs de algumas escolas da rede municipal
Quantas?	60
1.3.5.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Resposta 1.3.5.1.pdf (0,05MB)
1.3.6) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura indígena?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.6.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Resposta 1.3.6.1.pdf (3,49MB)
1.4) Previsão orçamentária	
1.4.1) Nas peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA) existe recurso orçamentário específico e exclusivo para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena?	Não
1.4.1.1) Informe a classificação orçamentária do(s) recurso(s) destinado(s) ao ensino das relações étnico-raciais, bem como o respectivo valor.	Registros informados: 0
1.4.2) Dos recursos orçados para a Função Educação, algum montante foi destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020 (valor liquidado)?	Não
1.4.3) De que forma foi empregado o valor destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	
1.5) Formação dos professores	
1.5.1) No último concurso público para o magistério municipal, o ensino da histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas foi exigido dentre os conteúdos a serem estudados pelos candidatos?	Sim
1.5.1.1) Anexar cópia do edital.	Edital 001_2017.pdf (0,52MB)
1.5.2) O Município promoveu a capacitação de professores para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	Sim
1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2020	Registros informados: 12 Detalhamento no final do recibo.
1.5.2.2) Informe a Área de conhecimento dos professores capacitados para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020:	História Artes Educação Física Língua Portuguesa Geografia
1.5.3) O Município organizou e realizou evento(s) de formação (mesmo que virtual) sobre o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN em 2020?	Sim
1.5.3.1) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de:	Instituições públicas de ensino superior Instituições privadas ou comunitárias de ensino superior Organizações da sociedade civil Especialistas das temáticas de histórias e culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras pertencentes ao quadro de servidores do município Especialistas acadêmicos das temáticas de histórias e culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras externos ao quadro de servidores do município Especialistas não acadêmicos das temáticas de histórias e culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras externos ao quadro de servidores do

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Pergunta	Resposta
	município (indígenas, quilombolas, representantes do movimento negro)
1.6) Abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	
1.6.1) A Secretaria Municipal de Educação implantou e está em plena execução o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, conforme previsto no Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) e de acordo com as diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?	Sim
1.6.2) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, e os Pareceres do Conselho Nacional de Educação nºs CNE/CP 003/2004 e CNE/CEB 002/2007, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	São ministrados na Educação Infantil em todas as escolas municipais São ministrados em todas as escolas municipais de Ensino Fundamental A rede municipal não possui Ensino Médio
1.6.3) Considerando as escolas da rede pública municipal, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas:	Em todos os anos do Ensino Fundamental
1.6.4) Tendo em vista o parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, os conteúdos de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas são ministrados nas disciplinas de:	História Artes Língua Portuguesa Geografia Biologia
1.6.5) A Secretaria Municipal de Educação realiza consultas nas escolas do Município, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, conforme prevê o Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017?	Não
1.6.5.1) Anexar cópia dos relatórios anuais referentes a 2019 e/ou 2020.	-
2) Plano Municipal de Educação	
2.1) O município possui plano municipal de educação?	Sim
2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3) Meta 18 PNE	
3.1) O município possui plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública?	Sim
3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.2) O município observa o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme disposto no § 4º, art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008	Não
3.3) O município utiliza o piso salarial nacional profissional do magistério público da educação básica como valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais?	Não

Recibo emitido em 21/06/2022 11:07.

Código de autenticação

DJCJ9-FUGM9-VAJK7

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Dados Tabulares

1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:

Tipo	Outro
Tipo "Outro", Informe:	Resolução
Número	34
Ano	2015
Proposta por	Conselho Municipal de Educação
Anexar arquivo	Resolução 34 2015 - Relações Étnico Raciais.pdf (82,2 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Dados Tabulares

1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2020

Nome do evento	A Interseccionalidade a partir da obra Mulheres, raça e classe, de Angela Davis?
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Constituição e o Estado em tempos de Pandemia.
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Educação Antirracista – Desafios e Possibilidades
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversa
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Um olhar sobre a morte como um evento público (Estado) e a morte como um evento privado (individual do ser humano)
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Arte e Cultura (visual): por uma educação crítica e emancipadora
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversa
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Educação e Direitos Humanos
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Reflexões sobre Educação Indígena
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Socorro: Vozes sem eco
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Diversidade Cultural nas Artes: Temas transversais ou contemporâneos
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Envelhecer: Realidade social e pandemia
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Questões de Gênero: Diversidade para o respeito
Tipo de evento	Outro

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Nome do evento	Relato de Experiência no Ensino Remoto
Tipo de evento	Outro
Outro:	Rodas de Conversas
Carga horário (em horas)	2,00
Quantidade de professores capacitados	400
Anexe documento comprobatório	Evento de Rodas de Conversa.pdf (3492,65 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Dados Tabulares

2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	6.001
Ano	2015
Anexar arquivo	plano-municipal-de-educacao.pdf (1082,46 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

Dados Tabulares

3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	4.696
Ano	2003
Anexar arquivo	LM_4696_2003 Plano Magistério.pdf (127,16 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.03A2.D5F3.E45C.D88F.5D1A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 3/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 13h e 19min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Assistência Social?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social	
2.1) Nome completo:	Thiago Antunes Donadel
2.2) CPF:	95769013087
2.3) E-mail para contato:	thiagodonadel@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	55981528634
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social.	
3.1) Informar o número da lei.	5.135
3.2) Informar o ano da lei.	2008
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LM 5135_2008 - Política Municipal de Assistência Social.pdf (0,04MB)
4) O Conselho Municipal de Assistência Social possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno do CMAS.pdf (4,19MB)
5) O Conselho Municipal de Assistência Social possui caráter:	Deliberativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 15 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Documentos de nomeação.pdf (4,69MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social?	Sala disponibilizada pelo Executivo - de forma compartilhada - para diversos conselhos
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Computador sem acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	1
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal de Assistência Social possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado
12) O Conselho Municipal de Assistência Social possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2A5C.E838.76E8.F6EC.B631.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
Quantos servidores lotados?	01
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Assistência Social, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário Presidente do CMAS.pdf (1,70MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

AZYT6-UVQC5-HEOU2

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2A5C.E838.76E8.F6EC.B631.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Secretaria de Município do Meio Ambiente
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Gestão e Mod. Administrativa
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Desenvolvimento Social
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	8
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	5

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Ouvidoria Geral do Município
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	NUCRES
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	4
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2A5C.E838.76E8.F6EC.B631.

Nome da Entidade	CREFITO
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	ASCAR
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	PCD
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	6
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	6

Nome da Entidade	S. FAMILIA
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	IDOSO
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	Seg. CRIANÇA
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	CRP
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2A5C.E838.76E8.F6EC.B631.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	09
Unidade	03
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	244 - Assistência Comunitária
Programa	0104
Projeto/atividade	2060
Dotação autorizada (R$)	46.000,00
Valor empenhado (R$)	30.384,00
Valor liquidado (R$)	30.384,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2A5C.E838.76E8.F6EC.B631.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

Recibo de Envio de Informações Nº 4/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 21h e 13min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Educação?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Educação	
2.1) Nome completo:	Silviani Monteiro Sathres
2.2) CPF:	00574787089
2.3) E-mail para contato:	silviani.sathres@edu.santamaria.rs.gov.br
2.4) Telefone celular para contato:	55991346359
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Educação.	
3.1) Informar o número da lei.	3.168
3.2) Informar o ano da lei.	1989
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LM 4122_1997 - Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação.pdf (0,02MB)
4) O Conselho Municipal de Educação possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	REGIMENTO INTERNO CMESM.pdf (5,20MB)
5) O Conselho Municipal de Educação possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo Outro
Especifique	Fiscalizador
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 6 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	PORTARIA 59 DE 11 DE JULHO DE 2017.pdf (0,89MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	4
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Educação?	Sala disponibilizada pelo Executivo exclusivamente para o Conselho
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Educação. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	3
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal de Educação possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, de forma permanente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7759.A2DE.0B95.AC9C.E79D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal de Educação possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim
Quantos servidores lotados?	2
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 4 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Educação, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Resposta Contas Anuais - CMEd.pdf (0,23MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

HJCS5-UFLF4-GNQV7

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7759.A2DE.0B95.AC9C.E79D.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	8
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	8

Nome da Entidade	Universidade Federal de Santa Maria
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SINEPE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	SIMPROSM
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	União das Associações Comunitárias - UAC
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Nome da Entidade	8ª CRE
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	2

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7759.A2DE.0B95.AC9C.E79D.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	07
Unidade	01
Função	12 - Educação
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	339030
Projeto/atividade	2130
Dotação autorizada (R$)	5.000,00
Valor empenhado (R$)	2.500,00
Valor liquidado (R$)	2.500,00

Órgão	07
Unidade	01
Função	12 - Educação
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	339036
Projeto/atividade	2130
Dotação autorizada (R$)	500,00
Valor empenhado (R$)	215,00
Valor liquidado (R$)	215,00

Órgão	07
Unidade	01
Função	12 - Educação
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	339039
Projeto/atividade	2130
Dotação autorizada (R$)	17.000,00
Valor empenhado (R$)	15.191,00
Valor liquidado (R$)	15.191,00

Órgão	07
Unidade	01
Função	12 - Educação
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	339040
Projeto/atividade	2130
Dotação autorizada (R$)	5.232,00
Valor empenhado (R$)	5.232,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7759.A2DE.0B95.AC9C.E79D.

Valor liquidado (R$)	5.232,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7759.A2DE.0B95.AC9C.E79D.

Processo
01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Página da peça
1

Peça
4500495

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015F2

Recibo de Envio de Informações Nº 5/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 13h e 20min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Igualdade Racial?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial	
2.1) Nome completo:	YURI MEDEIROS DE LIMA
2.2) CPF:	01349262005
2.3) E-mail para contato:	yuri@edu.santamaria.rs.gov.br
2.4) Telefone celular para contato:	55984332715
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Igualdade Racial.	
3.1) Informar o número da lei.	6.298
3.2) Informar o ano da lei.	2018
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	Lei Municipal 6298_2018 - Igualdade racial.pdf (0,02MB)
4) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento do Conselho da Igualdade Racial.pdf (4,32MB)
5) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui caráter:	Consultivo Outro
Especifique	Fiscalizador, Articulador e orientador
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 12 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Portaria 83_2020 - Representantes Conselho Igualdade Racial.pdf (0,63MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Igualdade Racial?	Outro
Qual?	on-line em função da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, temporariamente
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Igualdade Racial. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Computador sem acesso à internet Impressora
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	1
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8D84.777E.50B0.FF5D.12B5.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal de Igualdade Racial possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim
Quantos servidores lotados?	0
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Igualdade Racial, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Sim
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário Presidente Igualdade Racial.pdf (1,74MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

TANR5-NZAJ5-CFRC9

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8D84.777E.50B0.FF5D.12B5.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Casa Civil
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Munic. de Desenvolvimento Social
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Município da Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Cultura, Esporte e Lazer
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Grupos Cultura Afro
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sec. Comunidade Indigena
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Movimento Negro
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Religiões Matrizes Africanas
Tipo de representação	Sociedade Civil

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8D84.777E.50B0.FF5D.12B5.

Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Juventude
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Quilombolas
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Mulheres
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8D84.777E.50B0.FF5D.12B5.

Dados Tabulares

14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:

Órgão	09
Unidade	01
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	0014
Projeto/atividade	2049
Dotação autorizada (R$)	3.457.100,00
Valor empenhado (R$)	3.549.381,76
Valor liquidado (R$)	3.549.381,76

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8D84.777E.50B0.FF5D.12B5.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 6/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 22h e 53min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente	
2.1) Nome completo:	Gilberto Martins Santos
2.2) CPF:	23541504072
2.3) E-mail para contato:	professorgilberto@ufsm.br
2.4) Telefone celular para contato:	55984658384
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	
3.1) Informar o número da lei.	4.171
3.2) Informar o ano da lei.	1998
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LM 4171_1998- Cria o Fundo do Meio Ambiente.pdf (0,02MB)
4) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui Regimento Interno?	Não
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 2 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Resposta item 6.1.pdf (0,01MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Local aleatório - ocupado conforme a disponibilidade Outro
Qual?	Câmara de Vereadores de Santa Maria / Sindicato dos Trabalhadores Rurais
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Não
12) O Conselho Municipal de Meio Ambiente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF86.CB4A.FD3A.BB80.E3CA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
Quantos servidores lotados?	1
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Meio Ambiente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Não
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário Resposta do Conselho do Meio Ambiente.pdf (1,00MB)

Justificativas e Observações
Na resposta do item "6" não foi informado pelo Conselho quais as entidades são participantes, razão pela qual foi informado "A" e "B"; Na resposta do item "8" foi informado apenas 01 recondução, porque o sistema só aceita números. Para esse caso, não há na lei informação acerca de quantas reconduções são possíveis. Por fim, o questionário foi encaminhado sem a assinatura do presidente do conselho.

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

RGSO2-SVNE6-GJBS9

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF86.CB4A.FD3A.BB80.E3CA.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	A
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	11
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	B
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	10
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	10

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF86.CB4A.FD3A.BB80.E3CA.

Processo
01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Página da peça
1

Peça
4500474

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015DD

Recibo de Envio de Informações Nº 7/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 13h e 20min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	Sim
2) Informar os dados da(o) Presidente do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	
2.1) Nome completo:	ROSANE MARIZETI BRUM BARGAS
2.2) CPF:	45456739020
2.3) E-mail para contato:	rosanebv.adv@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	55991498021
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.	
3.1) Informar o número da lei.	5.481
3.2) Informar o ano da lei.	2011
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LM 5481_2011 - Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.pdf (0,03MB)
4) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno CMDM.pdf (1,57MB)
5) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui caráter:	Deliberativo Consultivo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 11 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Portaria 72_2016 - Conselho da Mulher .pdf (0,69MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	2
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres?	Sala disponibilizada pelo Executivo - de forma compartilhada - para diversos conselhos
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	01
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	01
11) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3365.9D19.C734.C5E9.AD81.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim
Quantos servidores lotados?	01
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Não
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 0
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	Sim
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pela(o) Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário Presidente Conselho Politica Mulheres.pdf (2,18MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

MPOX3-HDDG7-HDDC2

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3365.9D19.C734.C5E9.AD81.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Prefeitura Municipal
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sindicato Trabalhadores Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	DEAM
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	CASA DA AMIZADAE
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	APD Consumidor
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	OAB/SM
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Liga Combate ao Câncer
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	RotaryCSM Imembui
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	RotaryCSM Medianeira
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3365.9D19.C734.C5E9.AD81.

Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Soc. Afro
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Cons. Clube de Mães
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3365.9D19.C734.C5E9.AD81.

Dados Tabulares

14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:

Órgão	09
Unidade	01
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	0014
Projeto/atividade	2049
Dotação autorizada (R$)	3.457.100,00
Valor empenhado (R$)	3.549.381,76
Valor liquidado (R$)	3.549.381,76

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3365.9D19.C734.C5E9.AD81.

Recibo de Envio de Informações Nº 8/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 18h e 17min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Saneamento Básico?	Não
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico	
2.1) Nome completo:	
2.2) CPF:	
2.3) E-mail para contato:	
2.4) Telefone celular para contato:	
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Saneamento Básico.	
3.1) Informar o número da lei.	
3.2) Informar o ano da lei.	
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	-
4) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui Regimento Interno?	
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	-
5) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui caráter:	
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 9 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	-
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Saneamento Básico?	
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	
10.4) Quantos telefones?	
11) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	
12) O Conselho Municipal de Saneamento Básico possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e	Registros informados: 0

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C81.46B2.E0E6.EF00.8A3A.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Saneamento Básico, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	-

Justificativas e Observações
De acordo com informações da Secretaria de Município de Meio Ambiente - SMA, o Município tem lei que institui o Conselho Municipal de Saneamento, Lei Municipal nº 6245/2018 alterada pela Lei Municipal nº 6282/2018 mas no entanto, não há nomeações dos integrantes dos conselhos, razão pela qual não há outras informações acerca de nome do presidente e dados pessoais dele, o que impede de responder outras questões solicitadas quando é informado "SIM" na questão "1".

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

ANVN6-IAXH4-TUFQ3

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C81.46B2.E0E6.EF00.8A3A.

Página 1036
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500497
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015F4

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Secretaria de Município do Meio Ambiente
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Secretaria de Município da Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Sindicato Rural
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Universidade Franciscana
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Vacacaí e Vacacai-Mirim
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Grupo Bandeirantes da Serra
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C81.46B2.E0E6.EF00.8A3A.

Nome da Entidade	SINDIÁGUA
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C81.46B2.E0E6.EF00.8A3A.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 9/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 15h e 55min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal de Saúde?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal de Saúde	
2.1) Nome completo:	Maria do Carmo Quagliato
2.2) CPF:	48827614087
2.3) E-mail para contato:	mariaquagliato@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	55996802929
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal de Saúde.	
3.1) Informar o número da lei.	5.875
3.2) Informar o ano da lei.	2014
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LM_5875___Conselho_Municipal_de_Saude (2).pdf (0,35MB)
4) O Conselho Municipal de Saúde possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	REGIMENTO APROVADO EM 27 DE SETEMBRO DE 2018 FORMATADO E CORRIGIDO (1).pdf (0,33MB)
5) O Conselho Municipal de Saúde possui caráter:	Deliberativo Outro
Especifique	fiscalizador
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 3 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Resposta item 6.1.pdf (0,01MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal de Saúde?	Outro
Qual?	Plenarinho da Câmara de Vereadores/2020 e 2021 online
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal de Saúde. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	2
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal de Saúde possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Não

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4468.A9BE.CCD0.2C1B.7753.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal de Saúde possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim
Quantos servidores lotados?	1
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal de Saúde, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal de Saúde, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo(a) Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário Presidente CMS.pdf (1,62MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

JCUO2-SGBK4-HRAE5

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4468.A9BE.CCD0.2C1B.7753.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Usuários
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	26
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	15

Nome da Entidade	Trabalhadores
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	13
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	6

Nome da Entidade	Governo/Prestadores
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	13
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	13

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4468.A9BE.CCD0.2C1B.7753.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	06
Unidade	01
Função	10 - Saúde
Subfunção	122 - Administração Geral
Programa	0011
Projeto/atividade	2118
Dotação autorizada (R$)	36.000,00
Valor empenhado (R$)	365,00
Valor liquidado (R$)	365,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4468.A9BE.CCD0.2C1B.7753.

Processo
01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

ISO 9001

Página da peça
1

Peça
4500499

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015F6

Recibo de Envio de Informações Nº 10/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 13h e 15min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
2.1) Nome completo:	JULIANE RIBOLI CORREA
2.2) CPF:	65395778004
2.3) E-mail para contato:	praem.sm@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	55991517850
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	
3.1) Informar o número da lei.	5.128
3.2) Informar o ano da lei.	2008
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LM 5128_2008 - Conselho da Criança e do Adolescente.pdf (0,04MB)
4) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno CONDICA.pdf (7,88MB)
5) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui caráter:	Deliberativo Consultivo Normativo
6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.	Registros informados: 32 Detalhamento no final do recibo.
6.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Nomeação Conselheiros COMDICA.pdf (2,37MB)
7) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	24
8) É permitida a recondução de conselheiros para o período subsequente?	Sim
Quantas vezes?	1
9) Onde são realizadas as reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente?	Sala disponibilizada pelo Executivo - de forma compartilhada - para diversos conselhos
10) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
10.1) Quantos computadores com acesso à internet?	1
10.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
10.3) Quantas impressoras?	1
10.4) Quantos telefones?	1
11) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, disponibilizado pelo Executivo quando solicitado

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4DA.737C.B5F5.EC24.91DA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
12) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim
Quantos servidores lotados?	1
13) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
14.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 0
15) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário Presidente CONDICA.pdf (1,71MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

QGQZ4-GLAQ8-HBAG4

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4DA.737C.B5F5.EC24.91DA.

Dados Tabulares

6) Indicar o número de conselheiros por categoria representada previsto em lei e executado em 2020.

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Desenvolvimento Social
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Saúde
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Finanças
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Secretaria de Município de Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Casa Civil
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	FASE - SM
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Coordenadoria Regional de Educação
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4DA.737C.B5F5.EC24.91DA.

Página 1045
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500499
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015F6

Nome da Entidade	Brigada Militar
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Polícia Civil
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Universidade Federal de Santa Maria
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Base Aérea de Santa Maria
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	Sociedade Espírita Luz no Caminho Dr. Fernando do Ó
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Associação Recreativa Santos
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	CEDEDICA
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Casa Maria
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Nome da Entidade	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4DA.737C.B5F5.EC24.91DA.

Página 1046
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500499
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015F6

Nome da Entidade	Banco da Esperança
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Associação Colibri
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Escola Marista Santa Maria
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Instituto Pedagógico Social Tabor
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	CACC
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Sociedade Espírita Luz e Caridade - Lar de Joaquina
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Associação dos Amigos do Santa Maria do Judô
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	EMATER
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Ordem dos Advogados do Brasil
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4DA.737C.B5F5.EC24.91DA.

Nome da Entidade	Conselho Regional do Serviço Social
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Conselho Regional de Psicologia
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	SESI
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	SINDIFISCO - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Associação Arsele - Reciclagem
Tipo de representação	Sociedade Civil
Quantidade de conselheiros prevista em lei	2
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	1

Nome da Entidade	Gabinete do Prefeito
Tipo de representação	Governo
Quantidade de conselheiros prevista em lei	1
Quantidade de conselheiros em atividade em 31/12/2020	0

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4DA.737C.B5F5.EC24.91DA.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	09
Unidade	02
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	0104
Projeto/atividade	2055
Dotação autorizada (R$)	36.000,00
Valor empenhado (R$)	24.780,75
Valor liquidado (R$)	24.780,75

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F4DA.737C.B5F5.EC24.91DA.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 11/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 13h e 15min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O município possui Conselho Tutelar?	Sim
2) Informar os dados do(a) Presidente do Conselho Tutelar	
2.1) Nome completo:	JULIANE RIBOLI CORREA
2.2) CPF:	65395778004
2.3) E-mail para contato:	praem.sm@gmail.com
2.4) Telefone celular para contato:	55991517850
3) No tocante à lei municipal que instituiu o Conselho Tutelar.	
3.1) Informar o número da lei.	5.972
3.2) Informar o ano da lei.	2015
3.3) Anexar cópia da lei em formato PDF.	LM_5972_2015 - Conselhos_Tutelares.pdf (0,27MB)
4) O Conselho Tutelar possui Regimento Interno?	Sim
4.1) Anexar cópia do regimento em PDF.	Regimento Interno CT.pdf (0,88MB)
5) Informar o número total de conselheiros tutelares em atividade	15
5.1) Anexar os documentos que materializaram as nomeações dos representantes.	Nomeações Conselheiros Tutelares.pdf (4,98MB)
6) Indicar o período de duração do mandato dos conselheiros, conforme a legislação (em meses)	48
7) Foram realizadas eleições para a escolha dos atuais conselheiros tutelares?	Sim
7.1) Informar a data de realização da mesma.	06/10/2019
7.2) Anexar o edital de abertura do processo de escolha.	Edital Eleição dos Conselheiros Tutelares.pdf (4,83MB)
7.3) Anexar o edital de homologação do resultado do pleito.	Resultado Final Eleição Conselheiros Tutelares.pdf (0,62MB)
7.4) Informar a forma pela qual os conselheiros foram alçados à função (aprovação em concurso público, designação para cargo em comissão, etc.).	
8) Indicar a alternativa que reflete a situação do espaço físico ocupado em 2020 pelo Conselho Tutelar.	Prédio disponibilizado pelo Executivo - exclusivamente para o Conselho
9) Quanto aos equipamentos listados a seguir, indicar quais estão disponíveis para o desempenho das atividades do Conselho Tutelar. Caso nenhum esteja disponível, deixar em branco.	Computador com acesso à internet Impressora Telefone
9.1) Quantos computadores com acesso à internet?	17
9.2) Quantos computadores sem acesso à internet?	
9.3) Quantas impressoras?	3
9.4) Quantos telefones?	6
10) O Conselho Tutelar possui veículo à disposição para o exercício de suas atividades?	Sim, de forma permanente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EED8.0E14.FAD4.7529.00B5.

Pergunta	Resposta
11) O Conselho Tutelar possui secretaria, a fim de prestar apoio administrativo às atividades do órgão? Em caso positivo, informar o número de servidores lotados na mesma.	Sim
Quantos servidores lotados?	3
12) Existe no orçamento municipal verba específica em favor do Conselho Tutelar, garantindo recursos para a execução de suas atividades?	Sim
12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) Mesmo diante da inexistência de verba específica em favor do Conselho Tutelar, foram realizados gastos para a manutenção de suas atividades, utilizando-se de recursos, por exemplo, da secretaria a qual está vinculado?	
13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
14) Anexar o questionário preenchido e assinado pelo(a) Presidente do Conselho, digitalizado.	Questionário Presidente Conselho Tutelar.pdf (1,63MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

RGXW6-FTYG2-TTPX2

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EED8.0E14.FAD4.7529.00B5.

Dados Tabulares

12.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica nos quais está consignada a verba orçamentária, bem como o respectivo valor, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados.

Órgão	09
Unidade	02
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	0104
Projeto/atividade	2054
Dotação autorizada (R$)	1.062.400,00
Valor empenhado (R$)	993.637,00
Valor liquidado (R$)	993.637,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EED8.0E14.FAD4.7529.00B5.

Dados Tabulares

13.1) Indicar os códigos do órgão, da unidade, da função, da subfunção, do programa, do projeto/atividade e da rubrica referentes às despesas que foram realizadas, bem como o respectivo valor liquidado, referentes ao exercício de 2020. No caso dos programas e projetos/atividades, informar também a nomenclatura de cada um, tendo em vista que os códigos não são padronizados:

Órgão	09
Unidade	02
Função	08 - Assistência Social
Subfunção	243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa	0104
Projeto/atividade	2054
Dotação autorizada (R$)	1.062.400,00
Valor empenhado (R$)	993.637,00
Valor liquidado (R$)	993.637,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EED8.0E14.FAD4.7529.00B5.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 12/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 15h e 57min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) O Município recebeu algum recurso ou aderiu a algum programa para desenvolvimento de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar advindo do governo federal, no exercício de 2020?	Não
2) O Município possui convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para desenvolvimento de políticas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar?	Não
3) Na estrutura administrativa do Executivo Municipal existe Unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	Não
3.1) Esta Unidade foi criada por lei?	
3.2) Qual é a unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres?	
3.3) Informe o nome da Secretaria, Coordenadoria, Departamento ou Setor responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município	
3.4) A qual Secretaria a Unidade de Políticas para Mulheres está vinculada?	
3.5) Anexar cópia digitalizada da lei ou outra norma local que disciplina a existência e competências da unidade responsável pelas políticas públicas para as mulheres no Município.	-
3.6) A Unidade responsável pelas políticas para mulheres no Município possui recurso orçamentário próprio?	
3.7) Informe o(s) valor(es) e a(s) respectiva(s) classificação(ões) orçamentária(s):	Registros informados: 0
3.8) Esta unidade possui quadro exclusivo de servidores/as?	
4) Existem no Município serviços especializados para atendimento às mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar?	Sim
Quais?	CREAS, CRAS, Casa Aconchego e Casa Abrigo
5) O Município possui programas e campanhas de enfrentamento à violência doméstica e familiar?	Sim
Quais?	Campanha do Outubro Rosa; 16 Dias do Ativismo e da Não Violência contra a mulher
6) Informar se há ações de prevenção e atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar realizadas pelo Município nas seguintes áreas: (não preencha as áreas em que não há ação.)	Área da educação Área da saúde Área da assistência social
7) A Administração Municipal acompanha, com algum tipo de atendimento, as mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar?	Não
7.1) Quantas mulheres vítimas de violência foram assistidas em 2020?	
8) O município conta com serviço policial especializado, no próprio município ou em município próximo, como DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres?	Não
8.1) No caso do município contar com atendimento da DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, o atendimento ocorre durante 24 horas, todos os dias da semana?	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF7B.79FD.ED98.CAC5.0DBE.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Pergunta	Resposta
8.2) No caso do Município não possuir ou não estar ligado a DEAM, a Delegacia de Polícia mais próxima oferece atendimento adequado para os casos de violência doméstica ou familiar?	Sim
9) O Município possui alguma política pública determinada por Lei municipal em um dos 04 (quatro) eixos estruturantes da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres? (Prevenção/Combate/Acolhimento-Assistência/Garantia de Direitos)?	Não
9.1) Para quais eixos?	
10) Qual a quantidade de leis municipais estabelecendo alguma política para cumprimento da Lei Maria da Penha há no Município?	Nenhuma
11) No seu Município a rede de proteção/assistência e combate à violência contra mulher conta com a participação do Poder Judiciário (vara especializada), Ministério Público, Defensoria Pública, DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e entidades da sociedade civil como ONGs?	Poder Judiciário Poder Judiciário (vara especializada) Ministério Público Defensoria Pública DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher entidades da sociedade civil como ONGs
12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
13) O Município possui local e equipamentos próprios ou decorrentes de convênios (ex: sala, banheiro, carro, mesa, cadeiras, climatizador, etc.) necessários à estruturação de espaço para atendimento às mulheres vítimas de violência?	Não
13.1) Os equipamentos estão lotados no setor específico de combate à violência contra a mulher?	

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

AEWI4-DTXF5-CDTA5

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF7B.79FD.ED98.CAC5.0DBE.

Dados Tabulares

12) Quais as secretarias municipais que participam das políticas públicas para mulheres, tanto na prevenção, como proteção e assistência?

Nome da Secretaria	Secretaria de Município de Município de Saúde
Ações executadas pela Secretaria	Programas de saúde da mulher

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DF7B.79FD.ED98.CAC5.0DBE.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 13/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 17h e 52min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Qual a situação do Plano de Saúde 2018-2021 do Município?	Aprovado.
1.1) Anexe aqui a resolução de apreciação do Plano de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde.	1.1 resolução apreciação Plano de Saúde.pdf (0,13MB)
2) Qual a situação da Programação Anual de Saúde do Município, a vigorar em 2021?	Aprovada.
2.1) Anexe o comprovante contendo a data de encaminhamento da Programação Anual de Saúde ao Conselho de Saúde.	2.1 OFÍCIO 22.2020_CMS_31.07.2020.pdf (0,24MB)
2.2) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo conselho, contendo a data da aprovação.	2.2 RESOLUÇÃO 008-2020 APROVA PAS 2021.pdf (0,26MB)
2.3) Informar a data de aprovação da Programação Anual da Saúde pelo Conselho.	17/09/2020
2.4) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde.	-
3) Qual a situação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2019 no Município?	Em análise no Conselho de Saúde.
3.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do Relatório Anual de Gestão ao respectivo conselho de saúde.	3.1 Declaração CMS RAG 2019.pdf (0,05MB)
3.2) Anexe a resolução de apreciação do Relatório Anual de Gestão pelo conselho de saúde.	-
4) Informar a data do encaminhamento do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a vigorar em 2021 à Câmara de Vereadores.	29/04/2020
4.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do projeto da lei aqui - em formato PDF.	Memo Encaminha Projeto de Lei LDO 2021.pdf (0,28MB)
5) O Plano Municipal de Saúde 2018-2021 foi alterado em decorrência do enfrentamento à pandemia da COVID-19?	Sim.
5.1) O Plano Municipal de Saúde contendo essas alterações deve ser anexado aqui - em formato PDF.	5.1 PMS 2018-2021 REFORMULADA EM 2020.pdf (3,32MB)
5.2) A resolução de apreciação das alterações no Plano de Saúde pelo respectivo conselho de saúde deve ser anexada aqui - em formato PDF.	5.2 RESOLUÇÃO 015-2020 APROVA MUDANÇAS PMS 2018-2021.pdf (0,08MB)
6) A Programação Anual de Saúde vigente em 2020 foi alterada em decorrência do enfrentamento à pandemia da COVID-19?	Sim.
6.1) A Programação Anual de Saúde contendo essas alterações deve ser anexada aqui - em formato PDF.	5.1 PMS 2018-2021 REFORMULADA EM 2020.pdf (3,32MB)
6.2) A resolução de apreciação das alterações na Programação Anual de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde deve ser anexada aqui - em formato PDF.	2.2 RESOLUÇÃO 008-2020 APROVA PAS 2021.pdf (0,26MB)

Justificativas e Observações
A questão 2.4 é igual pede que anexe documentos, mas não apresenta ferramenta de anexar ou buscar o anexo.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.983C.F5E9.8845.4A51.3CE6.

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

KHHQ3-INEX6-CXII5

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.983C.F5E9.8845.4A51.3CE6.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 14/2021

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 30/04/2021, às 13h e 14min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Política Municipal de Meio Ambiente	
1.1) Com relação à Política Municipal de Meio Ambiente, assinale os itens em que a questão ambiental é considerada no planejamento do município. Para cada item, indique documentos que comprovem a ação através de link ou anexando o documento, informando, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	
1.1.1) Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Assinale "Sim" caso positivo, informando o número da lei no campo equivalente.	Sim
Informe o número da lei:	LC 118/2018
1.1.1.1) No tocante à Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página, artigo ou item ao qual se reporta a ação.	Questionário TCE - Contas Anuais 2020.pdf (0,35MB)
Link:	http://pronim.govbrsul.com.br:3055/rcl5/indexme.aspx?1399
Observações:	há outros links no arquivo anexo
1.1.2) Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Informe o número da lei:	LC 117/2018
1.1.2.1) No tocante ao Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo. Anexe documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe pelo menos um artigo ou item do documento associado que se reporte à ação no campo Observações.	-
Link:	http://iplan.santamaria.rs.gov.br/lista_luos.php
Observações:	Lei de uso de ocupação do solo é a Lei Complementar n 117/2018, associada com o Plano de Planejamento urbano de Santa Maria
1.1.3) Definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Informe o número da lei:	Decreto Executivo nº 74/2016
Informe o(s) artigo(s) que evidencie(m) a existência de espaços protegidos/planos de manejo:	Art. 4º - O PNMM é composto por seis zonas a saber: Zona de Uso Intensivo, Zona de Uso Extensivo, Zona Primitiva, Zona Intangível, Zona de Recuperação e Zona de Uso Conflitante. Parágrafo único – O zoneamento possui localização e especificações definidas no Plano de Manejo em vigor.
1.1.3.1) No tocante à definição de espaços territoriais e componentes a serem protegidos, e planos de manejo correspondentes. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Página 1059
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500502
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015F9

Pergunta	Resposta
Link:	https://www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/729-parque-natural-municipal-dos-morros
Observações:	Acessar o link acima, no campo Documentos encontra-se uma série de informações sobre o Parque e documentos a serem baixados.
1.1.4) Aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município.	Sim
1.1.4.1) No tocante à aplicação dos recursos auferidos por compensação ambiental em Unidades de Conservação no município. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	OFICIO.CECA.SEMA ATA CECA NÂ° 03.2019 - SANTA MARIA.RS.pdf (2,11MB)
Link:	
Observações:	
1.1.5) Monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.5.1) No tocante ao monitoramento de indicadores ambientais e avaliação da série histórica. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	
Observações:	
1.1.5.2) Indique quais indicadores ambientais são monitorados.	
1.1.6) Sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.6.1) No tocante à sistematização das informações sobre o Meio Ambiente, visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através do link que é disponibilizado à população.	-
Link:	
Observações:	
1.1.7) Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído.	Sim
1.1.7.1) Informe o número da lei que institui o FMMA.	6.357/2019
1.1.7.2) No tocante ao Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	Resposta 1.1.7.2 - Lei Ordinária 6357 2019 Fundo Municipal de Meio Ambiente de Santa Maria RS.pdf (0,18MB)
Link:	
Observações:	
1.1.8) Previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Indique a lei (ou outro documento) que comprove a previsão orçamentária para as atividades previstas na PMMA.	LM 6513/2020
1.1.8.1) No tocante à previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/2020/652/6513/lei-ordinaria-n-6513-2020-estima-

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Página 1060
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500502
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015F9

Pergunta	Resposta
	a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-para-o-exercicio-financeiro-de-2021-no-valor-de-r-855000000-00-oitocentos-e-cinquenta-e-cinco-milhoes-de-reais?q=6513%2F2020
Observações:	Os recursos para ações de políticas ambientais provem da lei orçamentária.
1.1.9) Ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Informe a ação sistemática de educação ambiental promovida (nome da ação):	Programa POMFEA -Programa Municipal de Formação em Educação Ambiental de Santa Maria – Lei 5506/2011
1.1.9.1) No tocante às ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link onde são reportadas as ações. Informando, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	https://www.youtube.com/watch?v=M0Y1FhvO45s&t=1320s
Observações:	
1.1.10) Apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Indique o nome do projeto/programa/ação (nome da ação)	Captação de projetos para subsidiado pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente
1.1.10.1) No tocante ao apoio à execução de projetos, programas e ações que visem à proteção do meio ambiente. Anexe evidência que demonstre a sua execução, e/ou indique a página da internet onde se encontram tais evidências. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	https://www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/noticias/22405-edital-para-projetos-de-recuperacao-manutencao-ou-melhoria-ambiental-tem-inscricoes-prorrogadas
Observações:	
1.1.11) Articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Assinale "Sim" caso positivo.	Sim
Indique o nome da ação que visa à concretização dos objetivos da PNMA.	Captação de Recursos junto a SEMA para Construção do Parque Natural Municipal dos Morros
1.1.11.1) No tocante à articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	OFICIO.CECA.SEMA ATA CECA NÂ° 03.2019 - SANTA MARIA.RS.pdf (2,11MB)
Link:	
Observações:	
2) Estrutura Municipal de Controle e Fiscalização Ambiental	
2.1) Existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de controle e fiscalização ambiental?	Não

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Pergunta	Resposta
2.1.1) Anexe Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta expedido pelo MPRS, e/ou outros documentos que se associem às pendências referidas.	-
2.1.2) Relacione as pendências registradas no(s) documento(s) anexado(s).	
2.1.3) Informe a data limite definida para a regularização das pendências	
2.1.4) Havendo desconformidade no prazo de regularização das pendências registradas, justifique.	
2.2) O Município possui unidade administrativa dedicada exclusivamente ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local?	Sim
2.2.1) Indique o nome da unidade responsável pelo meio ambiente:	Secretaria de Município do Meio Ambiente
2.2.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	LM 4470/2001
2.2.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	3
2.2.4) Há funcionários terceirizados dedicados às atividades relativas às questões ambientais?	Não
2.2.4.1) Quantos contratados são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	
2.2.4.2) Registre o nome, a formação e o cargo/função dos contratados dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 0
2.2.5) Indique o número de notificações realizadas no ano de referência.	95
2.2.6) Informe as principais causas de notificações no município no ano de referência.	Possíveis infrações ambientais empreendimento operando sem licença e/ou corte de vegetação sem autorização e/ou edificações em área de preservação permanente. Sem a devida
2.2.7) Há responsáveis técnicos formalmente habilitados e designados para as questões ambientais no Município?	
2.2.8) Informe a unidade/órgão onde é(são) lotado(s) o(s) técnico(s) responsável(is) pelas questões ambientais no município	
2.2.9) Há pelo menos um fiscal concursado designado por portaria e dedicado à área ambiental?	
2.2.9.1) Registre o nome, a formação, o vínculo e o cargo/função do(s) responsável(is) pelas atividades de controle e fiscalização.	Registros informados: 0
2.2.9.2) Anexe o ato de nomeação	-
2.2.9.3) Caso não exista pelo menos um fiscal concursado designado e dedicado à área ambiental, apresente manifestação/justificativa.	
3) Estrutura Municipal de Licenciamento Ambiental	
3.1) O Município realiza procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local?	Sim
3.1.1) Indique a unidade responsável pelo licenciamento ambiental	Secretaria de Município do Meio Ambiente
3.1.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	LM 4470/2001. A Secretaria de Gestão Ambiental, hoje denominada Secretaria de Município de meio Ambiente pela Lei 5769/2013.
3.1.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de licenciamento ambiental no município?	08
Informe o número de servidores	08

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Pergunta	Resposta
3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.	Registros informados: 8 Detalhamento no final do recibo.
3.1.5) São contratados profissionais para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Não
3.1.5.1) Informar o número de profissionais contratados.	
3.1.5.2) Registre abaixo o nome, formação e CPF do(s) profissional(is) contratado(s).	Registros informados: 0
3.1.6) São contratadas empresas ou existe convênio com outra instituição para apoiar a análise dos processos de licenciamento ambiental?	Não
3.1.6.1) Registre abaixo o nome e CNPJ da(s) empresa(s) contratada(s).	Registros informados: 0
3.1.7) Informe o número de processos de licenciamento analisados no ano de referência.	347
3.1.8) Informe o número de licenças ambientais emitidas no ano de referência	238
3.2) No caso de o município não realizar atividades de Licenciamento Ambiental, qual órgão (estadual ou municipal) é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local no município?	
3.2.1) Anexe o instrumento de cooperação institucional firmado com o órgão responsável pelo licenciamento ambiental do município.	-
3.3) Na unidade administrativa responsável pelo licenciamento ambiental há histórico de avaliação de atividades sujeitas à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)?	Não
3.3.1) Informe o número de licenciamentos com EIA analisados no ano de referência:	
3.3.2) Informe a(s) atividade(s) a que se referem os EIA analisados no ano de referência.	
3.4) Estando localizado na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006, o município possui convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/FEPAM para o licenciamento de manejo/corte de vegetação nativa de Mata Atlântica?	Sim
3.4.1) Neste caso, anexe o convênio/termo de cooperação firmado com SEMA/FEPAM.	Cooperação_Mata_Atlântica.pdf (3,64MB)
4) Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)	
4.1) Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos moldes do art. 19 da Lei nº 12.305/2010, informe a situação em que o mesmo se encontra:	Não realizou o plano
4.1.1) Indique o número da lei	
4.1.2) Indique o endereço eletrônico onde o documento é disponibilizado.	
4.1.3) Indique a data do encaminhamento à Câmara de Vereadores	
4.1.4) Anexe cópia do documento submetido à Câmara de Vereadores	-
4.1.5) Indique a fase em que se encontra o processo de elaboração do PMGIRS.	
4.1.6) Justifique a não realização do PMGIRS	Falta de recursos humanos e financeiros
4.2) No caso de haver ações implementadas pelo município na instrumentalização do plano municipal de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos, responda:	
4.2.1) Qual(is) a(s) origem(ns) dos recursos utilizados no processo de elaboração do Plano Municipal (ou Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação? Por favor, escolha as opções que se aplicam:	
4.2.2) A elaboração do Plano Municipal (Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, consolidado ou em consolidação, foi realizada com a atuação/ participação de: Por favor, escolha as opções que se aplicam.	
4.2.3) Dos elementos abaixo descritos, quais constam incluídos no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação?	
5) Destinação final ambientalmente adequada	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Pergunta	Resposta
5.1) Indique a situação de destinação final de resíduos urbanos no município	Aterro sanitário
5.1.1) No caso de a destinação final se dar em lixão a céu aberto ou em aterro controlado, há ações de regularização em andamento?	
5.1.1.1) Informe a ação em andamento.	
5.1.1.2) Anexe documentação comprobatória.	-
5.2) Sobre a propriedade da área onde se situa o sistema de disposição final de RSU, indique	Empresa privada (indique o nome da empresa e a localização (município) da área de disposição final)
Complemente com o solicitado	Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos - CRVR
5.3) Indique a alternativa que representa a regularidade da área de disposição final, do ponto de vista ambiental:	Área licenciada em situação regular
Número da licença ambiental da área de disposição final de resíduos	FEPAM Nº 07449/2020
5.3.1) No caso de situação irregular, justifique e indique as ações corretivas encaminhadas	
5.4) Há estação de transbordo?	Não
5.4.1) A licença de operação da área de transbordo está em situação regular?	
5.4.2) Indique o número da licença de operação	
5.4.3) Anexe o documento.	-
6) Sustentabilidade Econômica	
6.1) Há cobrança por serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana no município?	Sim
6.2) Quanto à arrecadação, informe:	A arrecadação não alcança a sustentabilidade dos serviços de manejo de RSU e dos serviços de limpeza urbana.
6.3) No caso de haver cobrança pelos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana, informe o número e o ano da Lei ou instrumento normativo que autoriza a cobrança da taxa de limpeza urbana ou tributo equivalente:	Lei Complementar nº 02/2001
6.4) Anexe o documento referido na questão anterior.	Código Tributário Municipal.pdf (1,52MB)
6.5) No caso de haver cobrança dos serviços de manejo de RSU e limpeza urbana, informe como é feita a cobrança.	IPTU
7) Abrangência da Prestação	
7.1) Informar o percentual da população URBANA atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos:	100
7.1.1) Justifique se julgar necessário.	
7.2) Informar o percentual da população RURAL atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos	15
7.2.1) Justifique se julgar necessário	Não se possuí dados concretos que permitam esta afirmação visto que as áreas sede dos distritos são consideradas zona urbana.
8) Coleta Seletiva e Participação Comunitária	
8.1) A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	Não
8.2) A coleta seletiva no município é realizada por:	
9) Participação em Consórcio Público	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Página 1064
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4500502
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015F9

Pergunta	Resposta
9.1) O município participa de Consórcio Público intermunicipal que realiza a gestão e o manejo de resíduos sólidos, constituídos nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005?	Não há iniciativas relativas ao consorciamento municipal para o gerenciamento de RSU
9.1.1) Havendo iniciativas para a gestão consorciada de RSU, indique que etapas do gerenciamento de RSU são/serão contempladas pelo consórcio.	
9.1.2) Anexe a norma municipal que autoriza o consórcio.	-
9.1.3) Anexe o contrato orienta sobre as responsabilidades e ações pertinentes aos participantes do consórcio.	-
10) Gestão de Resíduos da Construção Civil	
10.1) No planejamento municipal, há diretrizes que orientam sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de Resíduos da Construção Civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)?	Sim
10.1.1) Informar em que instrumento municipal são constituídas as diretrizes relativas a Resíduos de Construção e Demolição.	Além da própria Lei Federal 12305/2010 existe o Decreto Municipal nº 146/2009.
10.1.2) Indique quais são as deficiências municipais associadas ao gerenciamento de Resíduos de Construção e Demolição.	
11) Esgotamento Sanitário	
11.1) O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	Sim
11.1.1) Qual a data da aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)?	21/12/2015
11.1.2) Informe os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico	Lei
11.1.2.1) Anexe o documento.	LM_6027_Saneamento_Basico.pdf (0,28MB)
11.2) Quem opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município? Favor escolher apenas uma das opções a seguir.	CORSAN
11.2.1) Qual a data do contrato com a empresa ou entidade que opera os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município?	Há contrato firmado
Informar data:	16/07/2018
11.3) No que diz respeito à rede pública de esgotamento sanitário, o Município: (favor escolher apenas uma das opções a seguir)	Possui rede pública de esgotamento sanitário parcialmente instalada na área urbana, adotando sistemas individuais nas demais áreas (por exemplo, filtro, fossa séptica e sumidouro)
11.3.1) Informar o tipo de sistema de coleta da rede pública de esgotamento sanitário:	Sistema separador absoluto em toda rede pública de esgotamento sanitário instalada
11.3.2) Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	Percentual % (0-100)
Informe o valor:	69
11.4) Qual o número total de economias no Município no último dia do ano de referência?	128.716
11.5) Qual o número de economias no Município para as quais a ligação de esgoto cloacal está disponível?	89.081
11.6) Qual o volume de água para consumo humano disponibilizado pelo sistema de abastecimento de água municipal? (m³/ano)	29.632.322
11.7) Qual o volume de água faturado? (m³/ano)	13.060.372
11.8) Qual o volume de água consumido*? (em m³/ano)	13.145.991

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Pergunta	Resposta
11.9) Qual o volume estimado de esgoto gerado no ano de referência (em m³/ano)?	6.650.602
11.10) Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	Percentual % (0-100)
Informe o valor:	100
11.11) Qual o volume de esgoto tratado no ano de referência? (em m³/ano)	5.656.472
11.12) O Município possui lei própria para disciplinar a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto, com previsão de aplicação de sanções em caso de descumprimento?	Sim, há lei própria contendo a previsão de sanções em casos de descumprimento.
11.12.1) Qual o número da lei que disciplina a obrigatoriedade das ligações prediais de esgoto? Informar o número e o ano da lei.	LC 119/2018
11.13) Qual o número de economias no Município que estão conectadas a rede de esgotamento sanitário?	73.496

Justificativas e Observações
Na questão nº 2.1, há pendências do Município junto ao Ministério Público o Estado, mas não há Termo de Ajustamento do Conduta - TCA; Há Inquérito Civil registrado sob o número IC 00864.00088/2015. Por essa razão foi informado "Não", pois se fosse informado "Sim" o sistema obriga a anexar um termo que não existe.

Recibo emitido em 21/06/2022 11:08.

Código de autenticação

CQGL3-AXRA4-QQAA4

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Dados Tabulares

3.1.4) Registre abaixo o nome, a formação e o cargo/função dos servidores responsáveis e dedicados ao licenciamento ambiental.

Nome completo	João Batista Cassol Ferreira
Formação	Engenheiro Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Luciane Belbonte Chami
Formação	Engenheiro Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Luiz Geraldo Cervi
Formação	Engenheiro Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Ricardo Pallaoro
Formação	Engenheiro Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Isabel Camponogara
Formação	Geógrafo
Cargo/função	Geógrafo

Nome completo	Marcos Geovane Berger
Formação	Geógrafo
Cargo/função	Geógrafo

Nome completo	Ericks Henrique Testa
Formação	Geólogo
Cargo/função	Geólogo

Nome completo	Luciana Silveira Rosa
Formação	Químico Industrial
Cargo/função	Químico Industrial

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4059.43B4.6072.1CB0.7DA7.

Página 1067
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500476
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015DF

www.LeisMunicipais.com.br
Versão consolidada, com alterações até o dia 28/02/2014

LEI Nº 4409/01, DE 05-02-2001.

(Revogada pela Lei nº 5849/2014)

CRIA O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDECI OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER, de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99 , Inciso III, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Santa Maria, o Sistema de Controle Interno, com o objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Art. 2º São atribuições do Sistema de Controle Interno:

I - avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual;

II - verificar o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

III - verificar os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;

IV - verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno as respectivo limite;

V - verificar as providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

VI - controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

VII - verificar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal;

VIII - controlar a execução orçamentária;

IX - avaliar os procedimentos adotados para realização da receita e da despesas públicas;

X - verificar a correta aplicação das transferências voluntárias;

XI - controlar a destinação de recursos para os setores público e privado;

XII - avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B46B.AEF6.96CE.E42F.2AEF.

Página 1068
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500476
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015DF

XIII - verificar a escrituração das contas públicas;

XIV - acompanhar a gestão patrimonial;

XV - apreciar o relatório da gestão fiscal, assinando-o;

XVI - avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e aplicação dos recursos orçamentários;

XVII - apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar as soluções;

XVIII - verificar a implementação das soluções indicadas;

XIX - criar condições para atuação do controle externo;

XX - elaborar seu regimento interno, a ser baixado por Decreto do Executivo;

XXI - desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições.

Art. 3º O Sistema de Controle Interno tem sua esfera de ação fixada pela presente Lei e compreende:

a) a definição das ações, procedimentos e rotinas vinculadas ao Sistema de Controle Interno;
b) a revisão, exame, análise e certificação de documentos, processos, peças contábeis e relatórios;
c) o acompanhamento, a análise e a avaliação dos gestores, administradores e agentes objetivando zelar pela proficiência e probidade no exercício das funções;
d) o exame e a certificação dos procedimentos administrativos;
e) a fiscalização dos procedimentos internos que exijam cumprimento de normas, regras e prazos oriundos de dispositivos legais e específicos;
f) a realização de auditorias sistêmicas e auditorias especiais;
g) a prestação de assessoramento ou auxílio ao Poder Legislativo Municipal quando requisitado.

Art. 4º O controle das atividades da administração municipal será exercido em todos os níveis, em todos os órgãos e a qualquer tempo, compreendendo:

a) em todos os níveis, isto é, em qualquer escalão administrativo, cabendo aos respectivos dirigentes oferecer as condições operacionais e a acompanhar e assessorar os agentes de controle nos exercícios de suas missões;
b) em todos os órgãos, isto é, serão passíveis de auditorias todas as unidades e sub-unidades do Poder Executivo;
c) a qualquer tempo, isto é, o controle será prévio, concomitante e subseqüente a todos os atos de gestão.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo Municipal, como unidade reguladora e controladora do Controle Externo, poderá requisitar os serviços da Diretoria de Controle Interno para executar tarefas destinadas à finalidade de Controle Externo do Poder Executivo Municipal, e, nestes casos, os relatórios serão reservados e submetidos direta e exclusivamente ao chefe do Poder Legislativo.

Art. 5º Como órgão central do Sistema de Controle Interno do Município de Santa Maria fica criada a Diretoria de Controle Interno na Secretaria municipal de Finanças.

~~**Art. 6º** Para atender o disposto nesta Lei, ficam criadas as seguintes funções, pertencentes ao Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B46B.AEF6.96CE.E42F.2AEF.

Página 1069
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500476
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015DF

~~Municipal nº 3236, de 27-08-1990.~~ (Revogado pela Lei nº 4821/2005)

~~I - GRUPO DE CHEFIA~~

Nº DE CARGOS E/OU FUNÇÕES	DENOMINAÇÃO	CC / FG PADRÃO
2	Dirigente de Equipe	FG 5
2	Coordenador	FG 6
1	Diretor	FG 7

Art. 7º A Diretoria de Controle Interno será ocupada por servidores do quadro permanente, desde que detenham os conhecimentos técnicos necessários ao exercício do cargo.

Art. 8º O Poder Executivo expedirá Decreto regulamentando o funcionamento, a funcionalidade e a estrutura organizacional da Diretoria de Controle Interno criada nesta Lei dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Município das Finanças.

Art. 9º A Comissão de Controle Interno da Câmara de Vereadores, instituída pela Lei Municipal nº 4403, de 22-12-2000, faz parte do sistema de Controle Interno do Município de Santa Maria, criado pela presente Lei.

Art. 10 - Os recursos para cobrir as despesas decorrentes desta Lei são provenientes de compensação financeira através da extinção dos seguintes cargos do Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei Municipal nº 3236, de 27-08-1990.

Nº DE CARGOS E/OU FUNÇÕES	DENOMINAÇÃO	CC / FG PADRÃO
04	Dirigente de Núcleo	CC1/FG1
03	Auxiliar de Gabinete	CC2/FG2

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria, aos cinco (05) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e um (2001).

VALDECI OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 06/08/2021

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B46B.AEF6.96CE.E42F.2AEF.

Página 1070
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500503
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015FA

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 5.849, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno no Município e dá outras providências.

CEZAR AUGUSTO SCHIRMER, Prefeito Municipal do Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER, em conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99, inciso III, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Sistema de Controle Interno no Município de Santa Maria passa a ser regido pelo disposto nesta Lei, nos termos do art. 31 da Constituição Federal e art. 120 da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. O Sistema de Controle Interno no Município tem o objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e moralidade na gestão dos recursos, bem como avaliação dos resultados obtidos pelos órgãos públicos.

Art. 2º Para efeitos desta Lei consideram-se:

1. Controle Interno (CI): conjunto de recursos, métodos e processos adotado pelas próprias gerências do setor público, com vistas a impedir o erro, a fraude e a ineficiência, visando a dar atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;
2. Sistema de Controle Interno (SCI): conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno previstas na Constituição e normatizadas em cada nível de governo;
3. Superintendência da Central de Controle Interno (SCCI): órgão central responsável pela coordenação das atividades do sistema de controle interno;
4. Auditoria Interna (AI): técnica de controle interno, a ser utilizada pela SCCI para verificar a ocorrência de erros, fraudes e desperdícios, abarcando o exame detalhado, total ou parcial, dos atos administrativos.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 3º O Sistema de Controle Interno do Município, com atuações prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa à avaliação e controle da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, mediante fiscalização da organização, dos métodos e das medidas adotados pela Administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7115.5751.18A1.8928.D575.

Página 1071
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500503
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015FA

compreendendo:

1. O controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia, objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância da legislação e das normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;
2. O controle, pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância da legislação e das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;
3. O controle patrimonial sobre o uso e guarda dos bens pertencentes ao Município, efetuado pelos órgãos próprios;
4. O controle orçamentário, contábil e financeiro sobre as receitas e aplicações dos recursos, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças, em especial quanto ao exame: das transferências intergovernamentais; do lançamento e da respectiva cobrança de todos os tributos da competência local; da cobrança da dívida ativa e dos títulos executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
9. O controle orçamentário, contábil e financeiro sobre as despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças, em especial quanto ao exame: da execução da folha de pagamento; da manutenção da frota de veículos e equipamentos; do controle e acompanhamento dos bens patrimoniais; dos procedimentos licitatórios e da execução dos contratos em vigor; dos limites dos gastos com pessoal; das despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde; da gestão dos regimes próprios de previdência; da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado;
18. O controle dos atos de admissão de pessoal: à legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado; à legalidade dos atos administrativos derivados de pessoal;
21. Cientificar a(s) autoridade(s) responsável(eis), a Controladoria e Auditoria Geral do Município, quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na Administração Municipal, conforme o caso.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Art. 4º Integram o Sistema de Controle Interno do Município os Poderes Executivo e Legislativo, os órgãos da administração direta, as entidades da administração indireta e seus respectivos agentes públicos.

Seção I
Da Estrutura Administrativa do Sistema de Controle Interno

Art. 5º O Sistema de Controle Interno atuará com a seguinte estrutura:

1. Superintendência da Central do Controle Interno, vinculada a Controladoria e Auditoria Geral do Município; e
2. Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º Os agentes de controle interno atuarão exclusivamente na Superintendência da Central de Controle Interno.

Art. 7º São Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno as diversas unidades da estrutura organizacional do Município, no exercício das atividades de controle interno, inerentes às suas funções finalísticas ou de caráter administrativo.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7115.5751.18A1.8928.D575.

Página 1072
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500503
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015FA

§ 1º A responsabilidade pelo gerenciamento e execução, no âmbito das Secretarias, das medidas e providências relativas ao Sistema de Controle Interno, serão de responsabilidade do Gerente Administrativo Setorial, nos termos do Art. 68, XXII da Lei Municipal nº 5189/09.

§ 2º As atividades dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno ficam sujeitas à orientação técnica da Superintendência da Central de Controle Interno - SCCI.

Art. 8º Na qualidade de unidade orçamentária, na atividade de gestão administrativa e financeira, a Câmara de Vereadores é considerada Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno do Município e, como tal, subordina-se à observância das normas e procedimentos de controle, a serem por ela expedidas de acordo com a padronização e orientação técnica da Superintendência da Central do Controle Interno - SCCI.

Seção II
Dos Servidores da Superintendência da Central do Controle Interno

Art. 9º A SCCI será composta unicamente por servidores investidos em cargos de provimento efetivo, designados pelo Prefeito, recrutados entre categorias profissionais distintas, cuja habilitação seja compatível com a natureza das respectivas atribuições, os quais terão atuação exclusiva na unidade.

Subseção I
Das Garantias dos Servidores da Superintendência da Central do Controle Interno

Art. 10 São garantias dos servidores da Superintendência da Central do Controle Interno:

1. Autonomia profissional para o desempenho das suas atividades na administração direta e indireta;
2. Acesso a documentos e bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno;
3. Inexistência de qualquer tipo de subordinação hierárquica entre os servidores integrantes da Superintendência da Central de Controle Interno.

Art. 11 Os servidores da Superintendência da Central de Controle Interno - SCCI deverão guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiverem acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a coordenação, normatização e fiscalização, sob pena de responsabilidade.

Subseção II
Das Responsabilidades dos Servidores da Superintendência da Central do Controle Interno

Art. 12 São responsabilidades dos servidores integrantes da Central de Controle Interno:

1. Manter, no desempenho das tarefas a que estiverem encarregados, atitude de independência, serenidade e imparcialidade;
2. Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções pertinentes a assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os exclusivamente para a elaboração de relatórios, pareceres e representações ao Prefeito ou Presidente da Câmara, e para expedição de recomendações;
3. Desempenhar com zelo profissional, ética, responsabilidade e sigilo as atribuições da Superintendência da Central de Controle Interno.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7115.5751.18A1.8928.D575.

Página 1073
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500503
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015FA

CAPÍTULO IV
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

Seção I
Da Superintendência da Central de Controle Interno - SCCI

Art. 13 Compete à Superintendência da Central de Controle Interno:

1. Coordenar as atividades relacionadas ao Sistema de Controle Interno do Município, promovendo a sua integração operacional, e orientar a expedição dos atos normativos sobre procedimentos de controle e fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas;
2. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, a nível operacional, o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado;
3. Assessorar a Administração nos aspectos relacionados com os controles internos e externos;
4. Medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelos Órgãos Setoriais do Sistema, através da atividade de auditoria interna;
5. Realizar auditorias específicas em unidades da Administração Direta e Indireta, voltadas a aferir a regularidade na aplicação de recursos recebidos através de convênios e em entidades de direito privado, voltadas a aferir a regularidade na aplicação de recursos transferidos pelo Município;
6. Realizar auditorias específicas sobre o cumprimento de contratos firmados pelo Município na qualidade de contratante e sobre os permissionários e concessionários de serviços públicos;
7. Avaliar, em nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos do Município;
8. Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas na área de saúde;
9. Exercer o acompanhamento sobre o cumprimento das metas fiscais e sobre a observância aos limites e condições impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
10. Efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos do art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil e do inciso VI do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
11. Manifestar-se, quando solicitado pela Administração, e em conjunto com a Procuradoria Geral do Município, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade, e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;
12. Orientar o estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração Pública Municipal, bem como na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
13. Verificar a observância dos limites e condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em Restos a Pagar;
14. Efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
15. Efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme disposto no art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
16. Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
17. Exercer o acompanhamento sobre a elaboração e divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7115.5751.18A1.8928.D575.

Página 1074
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500503
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015FA

de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
18. Acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos do Município;
19. Alertar a autoridade administrativa competente acerca das desconformidades constatadas, sugerindo a adoção de providências para sua regularização;

§ 1º A Superintendência da Central de Controle Interno - SCCI, ao ter ciência de qualquer ilegalidade ou irregularidade, comunicará o fato ao Prefeito, ao Presidente da Câmara de Vereadores, ao Controlador Geral do Município e, no caso de não ser sanada a falha, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º As instruções normativas de controle interno de que trata o inciso I deste artigo terão força de regras que, em caso de descumprimento, importarão em infração disciplinar a ser apurada nos termos do regime de trabalho a que se enquadra o agente público infrator.

Seção II
Dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno

Art. 14 Aos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Município compete:

1. Exercer os controles estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, no que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância da legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;
2. Exercer o controle em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;
3. Exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao Município, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou unidade que os utilize no exercício de suas funções;
4. Avaliar e acompanhar a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres, afetos à sua unidade;
5. Comunicar ao nível hierárquico superior e à Superintendente da Central de Controle Interno para providências necessárias e sob pena de responsabilidade solidária, a ocorrência de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômicos de que resultem, ou não, dano ao erário;
6. Propor à Superintendente da Central de Controle Interno a atualização ou a adequação das normas de controle interno;
7. Apoiar os trabalhos de auditoria interna, facilitando o acesso a documentos e informações.

CAPÍTULO V
DAS GRATIFICAÇÕES E FUNÇÃO GRATIFICADA

Art. 15 Fica criada a Função Gratificada de Superintendente da Central de Controle Interno - FG-8, do Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, de que dispõe o artigo 2º, da Lei Municipal nº 4821/05, de 18-01-2005, alterado pelas Leis Municipais Nº 5.189/09, 5.309/10, 5.373/10, 5.388/10 e 5.524/12.

Art. 16 As atribuições da Função Gratificada de Superintendente da Central de Controle Interno são as seguintes:

1. Superintender e coordenar as atividades relativas ao cumprimento das competências definidas na legislação para a Superintendente da Central de Controle Interno;
2. Exercer a direção geral das atividades da respectiva Superintendência;
3. Despachar com o Controlador Geral do Município;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7115.5751.18A1.8928.D575.

Página 1075
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4500503
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015FA

4. Dirigir e coordenar o trabalho dos servidores designados para atuação na Superintendência, bem como dos agentes que atuam nos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Município;
5. Promover reuniões com os servidores para coordenação das atividades operacionais da Superintendência;
6. Submeter à consideração superior os assuntos que excedam à sua competência;
7. Propor ao Controlador o Plano de Trabalho, a ser executado pela Superintendência;
8. Desempenhar outras tarefas compatíveis com a função.

Art. 17 Fica criada a Gratificação de Controle Interno, a ser atribuída aos servidores designados para atuação na Superintendente da Central do Sistema de Controle Interno.

§ 1º O valor da Gratificação de Controle Interno será equivalente ao da Função Gratificada - FG 6 do Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, de que dispõe o artigo 2º, da Lei Municipal nº 4821/05, de 18-01-2005, alterado pelas Leis Municipais Nº 5.189/09, 5.309/10, 5.373/10, 5.388/10 e 5.524/12.

§ 2º A Gratificação de Controle Interno será devida enquanto o servidor estiver formalmente lotado na Superintendente da Central de Controle Interno e será mantida nos casos de afastamentos previstos no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, exceto nos afastamentos previstos nos seguintes itens do Art. 150 da Lei Municipal nº 3.326/90: IV, VI, IX, XVI, XVII, XIX e XXI.

Art. 18 Ficam extintas as seguintes funções do Quadro dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei Municipal nº 4823, de 08-04-2005.

Nº DE CARGOS E/OU FUNÇÕES	DENOMINAÇÃO	FG PADRÃO
2	Chefe de Equipe	FG - 5
2	Gerente	FG - 6
1	Diretor	FG - 7

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para denunciar, por escrito, irregularidades ao Sistema de Controle Interno do Município.

Art. 20 O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Superintendente da Central ou dos Órgãos Setoriais de Controle Interno, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à responsabilização administrativa, sem prejuízo das ações cíveis e penais cabíveis.

Art. 21 Nos termos da legislação, poderá ser requisitado ou contratado o trabalho de especialistas para necessidades técnicas específicas de responsabilidade da Superintendente da Central de Controle Interno - SCCI.

Art. 22 O Poder Executivo editará regulamento dispondo sobre o Sistema de Controle Interno do Município, de que trata esta Lei.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7115.5751.18A1.8928.D575.

Página 1076
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4500503
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02015FA

Art. 23 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24 Ficam revogadas as disposições em contrario e, em especial, a Lei Municipal nº 4409/2001 e Lei Municipal nº 4823/05.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de fevereiro de 2014.

Cezar Augusto Schirmer
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 02/02/2019

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7115.5751.18A1.8928.D575.

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SANTA MARIA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2° Quadrimestre

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida, apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 42102053013183343), foi ajustado durante a análise realizada pela Equipe Técnica do TCE/RS, conforme segue:

TÍTULO DA CONTA (2020)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR	
CNPJ: 4870834000109 - INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA			
Receita Corrente Líquida			
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	910000000000000	-22.434.539,43	
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	49.731.796,80	
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	121801110100000000000	188.329,51	
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	121801110200000000000	6.251.021,19	
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	121801110300000000000	23.109,11	
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	121801110400000000000	14.827,56	
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	121801110500000000000	9.937,91	
CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	121801210000000000000	1.374.204,55	
CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	121801310000000000000	29.981,65	
CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	121803110000000000000	20.142,14	
Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	121999110301000000000	31.162,04	
Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	121999110302000000000	2.054.365,03	
Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	121999110303000000000	15.007,12	
Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	121999110305000000000	2.340.800,33	
Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	121999110306000000000	290.302,73	
Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	132100011011000000000	856.430,88	
Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	132100410100000000000	14.537.189,76	
Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	132100410200000000000	47.510,27	
Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	132100410300000000000	106.551,38	
Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	132100410400000000000	1.343.979,46	
Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	132100410500000000000	17.848.334,33	
Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	199003110100000000000	2.304.077,88	
Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	199099110101000000000	36.994,98	
Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	912199911030100000000	-222,01	
Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	912199911030200000000	-9.720,15	
Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	912199911030500000000	-22.093,16	
Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	912199911030600000000	-6.661,73	
Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	913210011011000000000	-440.914,61	
Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa	913210041010000000000	-9.049.863,41	
Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa Tx Administracao	913210041020000000000	-20.934,77	
Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Fixa - Centr. Fl. Pgto	913210041030000000000	-34.407,69	
Deducao - Rem. Invest. Renda Fixa - Reseva Tx. Adm.	913210041040000000000	-537.163,34	
Deducao - Remuneracao em Investimentos de Renda Variavel	913210041050000000000	-12.312.558,56	
		0,00	
Despesas com Pessoal			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	61.985.229,30	*
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	319001010000000	43.360.856,08	
13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	319001060000000	10.452.616,20	
PENSOES - PESSOAL CIVIL	319003010000000	4.645.397,49	
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	319003030000000	1.138.439,78	
SALARIO-FAMILIA DE SEGURADOS	319005000205000	66,04	
ABONO DE PERMANENCIA	319011070000000	1.461,30	

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D71C.191C.4024.CD95.E24A.

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SANTA MARIA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2° Quadrimestre

TÍTULO DA CONTA (2020)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR	
CNPJ: 4870834000109 - INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA			
Despesas com Pessoal			
CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	319113080100000	3.825,24	
		2.382.567,17	
CNPJ: 8537127000156 - INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA			
Receita Corrente Líquida			
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	5.781,10	
		0,00	
Despesas com Pessoal			
CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	319113080100000	5.940,88	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	622.367,63	
		616.426,75	
CNPJ: 88488366000100			
Receita Corrente Líquida			
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	11130311010100000000	5.887.463,05	
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200000000	2.453.110,33	
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300000000	1.471.865,43	
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - PROPRIO	11130311020100000000	276.607,02	
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - MDE	11130311020200000000	115.252,92	
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo - ASPS	11130311020300000000	69.151,75	
Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	91130311010100000000	-575,47	
Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	91130311010200000000	-239,78	
Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	91130311010300000000	-143,87	
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	227.531.640,33	
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	91000000000000	-15.637.067,51	
		0,00	
Despesas com Pessoal			
ABONO DE PERMANENCIA	319011070000000	827.948,95	
REPRESENTACAO MENSAL	319011750000000	157.747,86	
CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	319113080100000	2.018.168,95	*
AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	319113990100000	23.625.261,70	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	144.176.613,20	
		117.547.485,74	
Deduções			
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	11130311010100000000	5.887.463,05	
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	11130311010200000000	2.453.110,33	
IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	11130311010300000000	1.471.865,43	
Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - PROPRIO	91130311010100000000	-575,47	
Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas - MDE	91130311010200000000	-239,78	
Deducao - IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas- ASPS	91130311010300000000	-143,87	

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D71C.191C.4024.CD95.E24A.

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SANTA MARIA

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2° Quadrimestre

TÍTULO DA CONTA (2020)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 88488366000100		
Deduções		**-9.811.479,69**
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		**110.734.999,97**

TÍTULO DA CONTA (2021)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR
CNPJ: 4870834000109 - INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA		
Receita Corrente Líquida		
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	91000000000000	-54.339.774,78
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	92.944.678,21
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Legislativo	12180111010000000000	258.662,88
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Executivo	12180111020000000000	15.088.220,76
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPLAN	12180111030000000000	41.719,52
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Indiretas - IPASSP	12180111040000000000	27.499,76
Contribuicao de Servidor Ativo Civil - Cedidos	12180111050000000000	15.827,00
CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	12180121000000000000	2.483.423,62
CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	12180131000000000000	63.355,77
CPSSS Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	12180311000000000000	28.319,99
Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Legislativo	12199911030100000000	47.192,53
Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	12199911030200000000	4.140.628,12
Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - IPLAN	12199911030300000000	31.307,68
Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	12199911030500000000	4.957.229,98
Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	12199911030600000000	598.367,97
Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	13210011011000000000	1.732.142,77
Remuneracao dos Recursos do RPPS	13210041060000000000	59.349.595,89
Compensacoes Financeiras entre RGPS e RPPS	19900311010000000000	3.595.400,13
Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Prev	19909911010100000000	76.879,64
Deducao - CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	91218012100000000000	-29.876,92
Deducao - CPSSS do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	91218013100000000000	-3.179,50
Deducao - Cont. Serv. Ativos p/ Assist. Med. - Executivo	91219991103020000000	-2.676,18
Deducao - Cont. Serv. Inativos p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	91219991103050000000	-15.653,40
Deducao - Cont. Pensionistas p/ Assist. Med. - IPASSP-SM	91219991103060000000	-3.836,64
Deducao - Remuneracao de Depositos Bancarios de Recursos Vinculados - Fundo de Assistencia a Saude do Servidor - Principal	91321001101100000000	-1.292.804,24
Deducao - Remuneracao dos Recursos do RPPS	91321004106000000000	-52.991.747,90
		0,00
Despesas com Pessoal		
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	319001010000000	89.720.432,69
13 SALARIO - APOSENTADOS - PESSOAL CIVIL	319001060000000	34.807,50
PENSOES - PESSOAL CIVIL	319003010000000	10.126.084,40
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	319003030000000	14.087,05
INATIVO CIVIL	319092020000000	90.808,51
PENSIONISTA CIVIL	319092120000000	65.243,63
OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	319092990000000	1.381,68

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D71C.191C.4024.CD95.E24A.

DOCUMENTO PÚBLICO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

MUNICÍPIO: SANTA MARIA
EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2021
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2° Quadrimestre

TÍTULO DA CONTA (2021)	CÓDIGO DA CONTA	VALOR	
CNPJ: 4870834000109 - INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA			
Despesas com Pessoal			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	102.506.230,93	*
		2.453.385,47	
CNPJ: 8537127000156 - INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA			
Receita Corrente Líquida			
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	20.845,09	
		0,00	
Despesas com Pessoal			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	1.002.931,17	
		1.002.931,17	
CNPJ: 88488366000100			
Receita Corrente Líquida			
RECEITAS CORRENTES	100000000000000	506.319.809,17	
(R) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	91000000000000	-40.763.756,46	
		0,00	
Despesas com Pessoal			
INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 4o BIMESTRE	853240204000000	56.175,63	
OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	319092990000000	915.476,21	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	213.084.864,89	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	330034010000000	550.134,84	*
INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	853240201000000	45.712,89	
INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	853240202000000	45.880,59	
INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 3o BIMESTRE	853240203000000	47.134,23	
		212.914.426,86	
Restos a Pagar Não Processados			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	310000000000000	114.198,01	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	330034010000000	1.650.404,58	
		1.764.602,59	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL		**218.135.346,09**	
TOTAL ACUMULADO DA DESPESA COM PESSOAL		328.870.346,06	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (p/TCE)		666.121.201,53	
% DESPESA COM PESSOAL / RCL		49,37	

Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D71C.191C.4024.CD95.E24A.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Demonstrativo da Despesa com Pessoal e da Receita Corrente Líquida
LC 101/2000, art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" e LC 101/2000, art.53, inciso I

Fl.
Rubr.

SIA1280

DOCUMENTO PÚBLICO

*

Observações finais:

Em 2020, foi estornado o ajuste realizado pela Origem na conta 310000000000000 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, no valor de R$ 1.794.950,53, conforme justificativa no item 5.2.11 do RVE, tendo em vista que tal ajuste estava anulando a despesa liquidada na conta 319034010000000 - SUBSTITUICAO DE MAO-DE-OBRA (ART.18 PAR.1 LC 101), a qual foi considerada no montante das despesas de pessoal de R$ 143.490.209,78 // Em 2020, foi deduzido o valor de R$ 2.046.710,47 da conta 319113080100000 - CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI. que corresponde às despesas das competências de maio à agosto de 2020 que não fazem parte do período de apuração da DP do 2º Quadri/2021 e estavam sendo consideradas no montante de R$ 4.064.879,42 (RVE 08/2021 - peça 3809338), conforme informação prestada pela Auditada // Foi adicionado em 2021 o valor de R$ 1.711.455,00 relativo a repasse de pensionistas, registrado na conta 35132029903000000000 - Repasse ao RPPS p/ Pensionistas, nos termos da IN 04/2021 do TCE/RS e no art. 18 da LRF. // Foi deduzido em 2021 o valor de R$ 1.100.269,72 relativo a valores empenhados para a cobertura de despesas orçamentárias futuras (empenho global) na rubrica 330034010000000 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES as quais não são integrantes do período de apuração, nos termos da IN 04/2021 do TCE/RS.

SICM/SAG, em 07/10/21

Carolina Costa Pires Trindade

Auditor Público Externo.

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D71C.191C.4024.CD95.E24A.

Ano Remessa	Jurisdicionado	Sigla Serviço Regional	Cod Rubrica	Rubrica	Ano/Mês Operação	Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	314096010000000	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	2020/10	39.369,11	39.369,11	39.369,11
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	314096010000000	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	2020/11	3.217,18	3.217,18	3.217,18
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	314096010000000	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	2020/12	22.391,69	22.391,69	22.391,69
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	317170010000000	PARTICIPACAO A CONSORCIOS PUBLICOS	2020/09	0,00	28.371,28	56.742,56
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	317170010000000	PARTICIPACAO A CONSORCIOS PUBLICOS	2020/10	0,00	28.371,20	28.371,20
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	317170010000000	PARTICIPACAO A CONSORCIOS PUBLICOS	2020/11	0,00	28.371,36	28.371,36
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	317170010000000	PARTICIPACAO A CONSORCIOS PUBLICOS	2020/12	0,00	28.371,26	28.371,26
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004150000000	OBRIGACOES PATRONAIS	2020/09	6.715,85	6.715,85	5.229,00
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004150000000	OBRIGACOES PATRONAIS	2020/10	6.491,24	6.491,24	6.715,85
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004150000000	OBRIGACOES PATRONAIS	2020/11	6.474,11	6.474,11	6.491,24
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004150000000	OBRIGACOES PATRONAIS	2020/12	9.863,35	9.863,35	9.791,03
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004990100000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO DE PROFISSIONAIS DA SAUDE	2020/09	23.249,20	23.249,20	23.249,20
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004990100000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO DE PROFISSIONAIS DA SAUDE	2020/10	21.214,90	21.214,90	21.214,90
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004990100000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO DE PROFISSIONAIS DA SAUDE	2020/11	23.055,46	23.055,46	23.055,46
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319004990100000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO DE PROFISSIONAIS DA SAUDE	2020/12	23.249,20	23.249,20	23.249,20
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011010100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - SERVIDORES	2020/09	12.068.898,26	12.068.898,26	12.068.898,26
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011010100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - SERVIDORES	2020/10	12.056.686,52	12.056.686,52	12.056.686,52
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011010100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - SERVIDORES	2020/11	12.047.993,32	12.047.993,32	12.047.993,32
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011010100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - SERVIDORES	2020/12	12.005.523,01	12.005.523,01	12.005.523,01
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011040000000	ADICIONAL NOTURNO	2020/09	110.270,47	110.270,47	110.270,47
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011040000000	ADICIONAL NOTURNO	2020/10	94.205,11	94.205,11	94.205,11
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011040000000	ADICIONAL NOTURNO	2020/11	118.662,18	118.662,18	118.662,18
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011040000000	ADICIONAL NOTURNO	2020/12	104.238,92	104.238,92	104.238,92
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	2020/09	159.300,25	159.300,25	159.300,25
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	2020/10	212.557,25	212.557,25	212.557,25
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	2020/11	164.411,77	164.411,77	164.411,77
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011070000000	ABONO DE PERMANENCIA	2020/12	291.679,68	291.679,68	291.679,68
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011090000000	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	2020/09	16.242,00	16.242,00	16.242,00
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011090000000	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	2020/10	17.704,53	17.704,53	17.704,53
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011090000000	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	2020/11	13.785,46	13.785,46	13.785,46
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011090000000	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	2020/12	15.705,07	15.705,07	15.705,07
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011100000000	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	2020/09	553.557,02	553.557,02	553.557,02
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011100000000	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	2020/10	527.972,86	527.972,86	527.972,86
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011100000000	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	2020/11	522.195,55	522.195,55	522.195,55
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011100000000	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	2020/12	529.808,54	529.808,54	529.808,54
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011310000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS	2020/09	1.007.899,01	1.007.899,01	1.007.899,01
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011310000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS	2020/10	1.122.727,68	1.122.727,68	1.122.727,68
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011310000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS	2020/11	1.018.205,76	1.018.205,76	1.018.205,76
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011310000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS	2020/12	986.723,13	986.723,13	986.723,13
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011330000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	2020/09	591.573,91	591.573,91	591.573,91
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011330000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	2020/10	586.090,65	586.090,65	586.090,65
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011330000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	2020/11	606.537,22	606.537,22	606.537,22
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011330000000	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE FUNCOES	2020/12	598.788,15	598.788,15	598.788,15
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011370000000	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	2020/09	945.089,17	945.089,17	945.089,17
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011370000000	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	2020/10	931.243,40	931.243,40	931.243,40
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011370000000	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	2020/11	924.794,66	924.794,66	924.794,66

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A18E.69CB.4D7A.8B95.5326.

2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011370000000	GRATIFICACAO DE TEMPO DE SERVICO	2020/12	916.157,67	916.157,67	916.157,67
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011400000000	GRATIFICACOES ESPECIAIS	2020/09	809.420,34	809.420,34	809.420,34
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011400000000	GRATIFICACOES ESPECIAIS	2020/10	1.447.937,77	1.447.937,77	1.447.937,77
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011400000000	GRATIFICACOES ESPECIAIS	2020/11	810.691,92	810.691,92	810.691,92
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011400000000	GRATIFICACOES ESPECIAIS	2020/12	806.130,98	806.130,98	806.130,98
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011430000000	13o SALARIO	2020/09	151.205,70	151.205,70	151.205,70
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011430000000	13o SALARIO	2020/10	96.653,25	96.653,25	96.653,25
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011430000000	13o SALARIO	2020/11	50.552,09	50.552,09	50.552,09
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011430000000	13o SALARIO	2020/12	16.667.738,20	16.667.738,20	16.667.738,20
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011450000000	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	2020/09	537.964,60	537.964,60	537.964,60
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011450000000	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	2020/10	412.750,38	412.750,38	412.750,38
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011450000000	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	2020/11	542.330,22	542.330,22	542.330,22
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011450000000	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	2020/12	5.656.465,60	5.656.465,60	5.656.465,60
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011500000000	SALARIO MATERNIDADE	2020/09	23.706,75	23.706,75	23.706,75
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011500000000	SALARIO MATERNIDADE	2020/10	51.556,55	51.556,55	51.556,55
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011500000000	SALARIO MATERNIDADE	2020/11	50.123,25	50.123,25	50.123,25
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011500000000	SALARIO MATERNIDADE	2020/12	61.748,47	61.748,47	61.748,47
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011520000000	LICENCA SAUDE	2020/09	212.759,32	212.759,32	212.759,32
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011520000000	LICENCA SAUDE	2020/10	229.360,36	229.360,36	229.360,36
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011520000000	LICENCA SAUDE	2020/11	175.754,93	175.754,93	175.754,93
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011520000000	LICENCA SAUDE	2020/12	181.709,22	181.709,22	181.709,22
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011730100000	REMUNERACAO DOS CONSELHEIROS TUTELARES	2020/09	41.356,65	41.356,65	41.356,65
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011730100000	REMUNERACAO DOS CONSELHEIROS TUTELARES	2020/10	41.356,65	41.356,65	41.356,65
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011730100000	REMUNERACAO DOS CONSELHEIROS TUTELARES	2020/11	41.356,65	41.356,65	41.356,65
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011730100000	REMUNERACAO DOS CONSELHEIROS TUTELARES	2020/12	82.713,30	82.713,30	82.713,30
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011730200000	REMUNERACAO DOS INTEGRANTES DAS JARIS	2020/11	6.398,28	6.398,28	6.398,28
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011730200000	REMUNERACAO DOS INTEGRANTES DAS JARIS	2020/12	1.066,38	1.066,38	1.066,38
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011740000000	SUBSIDIOS	2020/09	184.217,42	184.217,42	184.217,42
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011740000000	SUBSIDIOS	2020/10	196.917,87	196.917,87	196.917,87
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011740000000	SUBSIDIOS	2020/11	184.217,42	184.217,42	184.217,42
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011740000000	SUBSIDIOS	2020/12	186.835,79	186.835,79	186.835,79
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011750000000	REPRESENTACAO MENSAL	2020/09	41.997,57	41.997,57	41.997,57
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011750000000	REPRESENTACAO MENSAL	2020/10	38.660,15	38.660,15	38.660,15
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011750000000	REPRESENTACAO MENSAL	2020/11	38.545,07	38.545,07	38.545,07
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011750000000	REPRESENTACAO MENSAL	2020/12	38.545,07	38.545,07	38.545,07
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011990200000	SALARIO FAMILIA	2020/09	2.151,76	2.151,76	2.151,76
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011990200000	SALARIO FAMILIA	2020/10	2.151,76	2.151,76	2.151,76
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011990200000	SALARIO FAMILIA	2020/11	2.119,78	2.119,78	2.119,78
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319011990200000	SALARIO FAMILIA	2020/12	2.070,74	2.070,74	2.070,74
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013010100000	FGTS - SERVIDORES	2020/09	109.226,05	109.226,05	109.458,91
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013010100000	FGTS - SERVIDORES	2020/10	112.086,26	112.086,26	109.226,05
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013010100000	FGTS - SERVIDORES	2020/11	111.378,33	111.378,33	112.086,26
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013010100000	FGTS - SERVIDORES	2020/12	216.618,87	216.618,87	111.378,33
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020100000	INSS - SERVIDORES	2020/09	495.970,74	495.970,74	497.537,93
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020100000	INSS - SERVIDORES	2020/10	516.760,72	516.760,72	495.970,74
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020100000	INSS - SERVIDORES	2020/11	513.081,63	513.081,63	516.760,72
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020100000	INSS - SERVIDORES	2020/12	955.408,05	955.408,05	953.037,65
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020300000	INSS - AGENTES POLITICOS	2020/09	5.823,18	5.823,18	5.823,18

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A18E.69CB.4D7A.8B95.5326.

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A18E.69CB.4D7A.8B95.5326.

2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020300000	INSS - AGENTES POLITICOS	2020/10	5.823,18	5.823,18	5.823,18
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020300000	INSS - AGENTES POLITICOS	2020/11	5.823,19	5.823,19	5.823,18
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319013020300000	INSS - AGENTES POLITICOS	2020/12	11.646,36	11.646,36	11.646,37
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319016440000000	SERVICOS EXTRAORDINARIOS	2020/09	631.951,82	631.951,82	631.951,82
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319016440000000	SERVICOS EXTRAORDINARIOS	2020/10	554.417,29	554.417,29	554.417,29
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319016440000000	SERVICOS EXTRAORDINARIOS	2020/11	717.692,35	717.692,35	717.692,35
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319016440000000	SERVICOS EXTRAORDINARIOS	2020/12	701.151,64	701.151,64	701.151,64
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319034010000000	SUBSTITUICAO DE MAO-DE-OBRA (ART.18 PAR.1 LC 101)	2020/09	0,00	463.220,84	265.527,71
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319034010000000	SUBSTITUICAO DE MAO-DE-OBRA (ART.18 PAR.1 LC 101)	2020/10	-50.977,02	224.090,41	595.593,58
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319034010000000	SUBSTITUICAO DE MAO-DE-OBRA (ART.18 PAR.1 LC 101)	2020/11	-152.931,06	224.090,41	44.369,88
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319034010000000	SUBSTITUICAO DE MAO-DE-OBRA (ART.18 PAR.1 LC 101)	2020/12	-7.369,56	672.271,23	851.991,76
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319091060000000	SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	2020/09	171.553,03	171.553,03	106.169,23
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319091060000000	SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	2020/10	87.361,57	87.361,57	217.228,29
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319091060000000	SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	2020/11	161.390,65	161.390,65	144.760,18
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319091060000000	SENTENCAS JUDICIAIS DE PEQUENO VALOR	2020/12	143.054,81	143.054,81	256.920,61
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2020/09	52.991,19	52.991,19	52.991,19
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2020/10	14.156,57	14.156,57	14.156,57
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2020/11	65.421,46	65.421,46	65.421,46
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319092990000000	OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2020/12	122.890,90	122.890,90	122.890,90
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113030100000	CONTRIBUICOES PATRONAIS PARA O RPPS - ATIVO CIVIL	2020/09	3.129.435,42	3.129.435,42	3.134.541,56
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113030100000	CONTRIBUICOES PATRONAIS PARA O RPPS - ATIVO CIVIL	2020/10	3.129.539,56	3.129.539,56	3.129.435,42
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113030100000	CONTRIBUICOES PATRONAIS PARA O RPPS - ATIVO CIVIL	2020/11	3.108.525,84	3.108.525,84	3.129.539,56
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113030100000	CONTRIBUICOES PATRONAIS PARA O RPPS - ATIVO CIVIL	2020/12	6.089.972,33	6.089.972,33	3.108.525,84
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113080100000	CONTRIB. PATRONAL PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SER. ATI.	2020/12	4.064.879,42	4.064.879,42	0,00
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	2020/09	4.782.491,62	4.782.491,62	4.790.754,17
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	2020/10	4.782.650,01	4.782.650,01	4.782.491,62
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	2020/11	4.750.690,05	4.750.690,05	4.782.650,01
2020	PM DE SANTA MAR	SRSM	319113990100000	AMORTIZACAO DO PASSIVO ATUARIAL COM O RPPS - ALIQUOTA SUP.	2020/12	9.309.430,02	9.309.430,02	4.750.690,05
					TOTAL (R$)	**141.581.774,15**	**143.490.209,78**	**132.188.731,82**

Status da Seleção:
Remessa: 62001120475599764
Ano Operação: 2020
Mês Operação: Set, Out, Nov, Dez
Cod Rubrica: 31*
Ano Remessa: 2020
Mes Remessa: 12
Jurisdicionado: PM DE SANTA MARIA
Município: SANTA MARIA

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500477

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015E0

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santa Maria
Secretaria de Município de Finanças
Superintendência de Gestão Orçamentária e Financeira

Informamos ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS, os valores por competência, no exercício de 2020, da despesa com Contribuição Patronal para atendimento à saúde do Servidor Ativo, em atendimento à solicitação do e-mail enviado em 04/10/2021,conforme quadro abaixo:

Competência/2020	Valor devido
MAIO	516.441,90
JUNHO	512.612,62
JULHO	510.430,13
AGOSTO	507.225,82
SETEMBRO	506.399,55
OUTUBRO	506.416,40
NOVEMBRO	503.016,00
DEZEMBRO	502.337,00

Perfazendo o total de R$ 4.064.879,42.

Santa Maria, 05 de outubro de 2021.

Marilda Manfio
Superintendente de Gestão Orç.e Financeira
Contadora CRC/RS 60.773

Rua Venâncio Aires, nº 2277—CEP: 97010-005—Santa Maria/RS – Fone: (55) 3921-7054

http:// www.santamaria.rs.gov.br **e-mail: sgofpmsm@santamaria.rs.gov.br**

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BF5C.F072.CD43.7318.8D16.

Ano Remessa	Bimestre	Jurisdicionado	Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Atual Credito	Saldo Atual Debito	Tipo Nivel Conta Verificação	Numero Nivel Conta Verificação	Cod Sistema Contábil	Conta Escriturável
2021	8	PM DE SANTA MARIA	35132000000000000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS	0,00	5.322.280,39	S	05		N
2021	8	PM DE SANTA MARIA	35132020000000000000	PLANO PREVIDENCIARIO	0,00	5.322.280,39	S	06		N
2021	8	PM DE SANTA MARIA	35132029900000000000	OUTROS APORTES PARA O RPPS	0,00	5.322.280,39	S	07		N
2021	8	PM DE SANTA MARIA	35132029901000000000	Repasse ao RPPS p/ Aposentadorias	0,00	637.842,65	A	08		S
2021	8	PM DE SANTA MARIA	35132029902000000000	Repasse ao RPPS p/ Aposentadorias - Educacao	0,00	2.972.982,74	A	08		S
2021	8	PM DE SANTA MARIA	35132029903000000000	Repasse ao RPPS p/ Pensionistas	0,00	1.711.455,00	A	08		S

Status da Seleção:
Remessa: 42101051047886688
Cod Conta Verificação: 35132*
Origem_Verificacao: BALVER
Ano Remessa: 2021
Mes Remessa: 8
Jurisdicionado: PM DE SANTA MARIA
Município: SANTA MARIA

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.374E.474F.22AB.36FA.C459.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500507

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02015FE

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santa Maria
Secretaria de Município de Finanças
Superintendência de Gestão Orçamentária e Financeira

Em atendimento ao solicitado, informamos ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS, os valores por competência, no exercício de 2021, das outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, classificadas na Natureza de Despesa 3.3.90.34.00, conforme quadro abaixo:

Competência/2021	Valor	Data da liquidação
JANEIRO	275.067,43	17/03/2021 e 18/03/2021
FEVEREIRO	275.067,43	15/04/2021 e 20/04/2021
MARÇO	275.067,41	20/05/2021
ABRIL	275.067,43	17/06/2021
MAIO	275.067,43	08/07/2021
JUNHO	275.067,43	17/08/2021
JULHO	275.067,43	21/09/2021
AGOSTO	275.067,43	A liquidar

Santa Maria, 07 de outubro de 2021.

Marilda Manfio
Superintendente de Gestão Orç.e Financeira
Contadora CRC/RS 60.773

Rua Venâncio Aires, nº 2277—CEP: 97010-005—Santa Maria/RS – Fone: (55) 3921-7054

http:// www.santamaria.rs.gov.br **e-mail: sgofpmsm@santamaria.rs.gov.br**

Assinado digitalmente por: Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C95.E10B.F25F.146B.97E6.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C76E.3D06.D774.AC3F.3DCF.

Jurisdicionado	Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Ant Debito	Saldo Ant Credito	Movimento Debito	Movimento Credito	Saldo Atual Debito	Saldo Atual Credito	Saldo Final
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881010402000000000	RETENCAO IRRF S/RENDIMENTO TRABALHO SERVIDORES INATIVOS/P	0,00	238,36	21.454.480,40	21.454.534,93	0,00	292,89	292,89
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881010406000000000	IRRF A RECOLHER	0,00	911,33	13.848,06	13.418,12	0,00	481,39	481,39
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881010800000000000	ISS	0,00	5.709,61	82.604,36	83.187,72	0,00	6.292,97	6.292,97
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881011200000000000	ASSISTENCIA A SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	0,00	9.748,86	10.613.524,89	10.621.587,30	0,00	17.811,27	17.811,27
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881011506000000000	Banrisul - Financiamentos a Servidores	0,00	2.710,30	1.871.464,54	1.871.464,54	0,00	2.710,30	2.710,30
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881011507000000000	Caixa Econ. Federal - Financiamentos a Servidores	0,00	777.450,36	13.244.380,94	13.357.160,61	0,00	890.230,03	890.230,03
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881019901000000000	Ipassp Cooparticipacao	0,00	0,00	10.177,01	10.586,90	0,00	409,89	409,89
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881019902000000000	INSS Prestadores de Servicos	0,00	675,32	10.169,80	10.222,55	0,00	728,07	728,07
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21881019916000000000	Consignacoes Diversas	0,00	64,01	6.375,21	6.375,21	0,00	64,01	64,01
INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV.	21882010102000000000	RPPS Ativos IPASSP e Encargos Lei 4938/06	0,00	0,00	63.708,98	64.652,67	0,00	943,69	943,69
									919.964,51

Status da Seleção:
Remessa: 62101142321051436
Tipo Nível Conta Verificação: A
Cod Conta Verificação: *2188**
Origem_Verificacao: BVERENC
Ano Remessa: 2021
Mes Remessa: 12
Jurisdicionado: INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA
Município: SANTA MARIA

Página 1089
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500518
DOCUMENTO PÚBLICO

Recibo de Envio de Informações Nº 41/2021

LEI DA TRANSPARÊNCIA (FISCAL)
(Lei Complementar Federal nº 101/ 2000 e alterações)

Órgão: PM DE SANTA MARIA
Site: www.santamaria.rs.gov.br
População: 283.677

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
23) Instrumentos da Gestão Fiscal (Artigo 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Existência do PPA	S		S
- PPA - Existência do anexo PPA	S		S
- Existência da LDO	S*		S*
- LDO - Existência do anexo LDO	S*		S*
- Existência da LOA	S*		S*
- LOA - Existência do anexo LOA	S*		S*
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Balanço Orçamentário	S*		S*
- Balanço Financeiro	S*		S*
- Balanço Patrimonial	S*		S*
- Demonstração das Variações Patrimoniais	S*		S*
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	S*		S*

Código de autenticação

WVOX9-OVTQ7-KMLM2

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.727D.2F99.2260.0874.311D.

Recibo de Envio de Informações Nº 41/2021

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (Lei Federal nº 12.527/2011)

Órgão: PM DE SANTA MARIA
Site: www.santamaria.rs.gov.br
População: 283.677

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)			
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S		S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S		S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S		S
- Número do processo correspondente	N		N
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido	N		N
- Objeto	N		N
- Valor	N		N
10) Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras (Artigo 7º, inciso VII, alínea “a” e artigo 8º, § 1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)			
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S		S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S		S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S		S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S		S
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Relação dos servidores	S*		S*
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	S*		S*
- Indicação da remuneração nominal de cada servidor	S*		S*
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	S*		S*
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S*		S*
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S*		S*
14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Nome do beneficiário	S		S
- Cargo do beneficiário	N		N
- Número de diárias usufruídas por afastamento	S		S
- Período de afastamento	S		S
- Motivo do afastamento	S		S
- Local de destino	S		S
- Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	N		N
- Existência de informações atualizadas	S		S
- Existência de histórica das informações (art. 8º)	S		S
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	3,50		3,50

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.82BB.8E1C.DEBB.CB8D.E583.

Código de autenticação

WVOX9-OVTQ7-KMLM2

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.82BB.8E1C.DEBB.CB8D.E583.

Anexo de Justificativas

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(Lei Federal nº 12.527/2011)

PM DE SANTA MARIA

Item 4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)

Pergunta: - Número do processo correspondente;
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido;
- Objeto;
- Valor;

Justificativa: *Embora exista um sistema com informações sobre repasses e haja registros de transferências para órgãos públicos, não constam informações sobre transferências realizadas para entidades privadas. Caso o Município não tenha realizado transferências para entidades privadas, deverá informar expressamente tal informação*



print da tela 11-08-2021

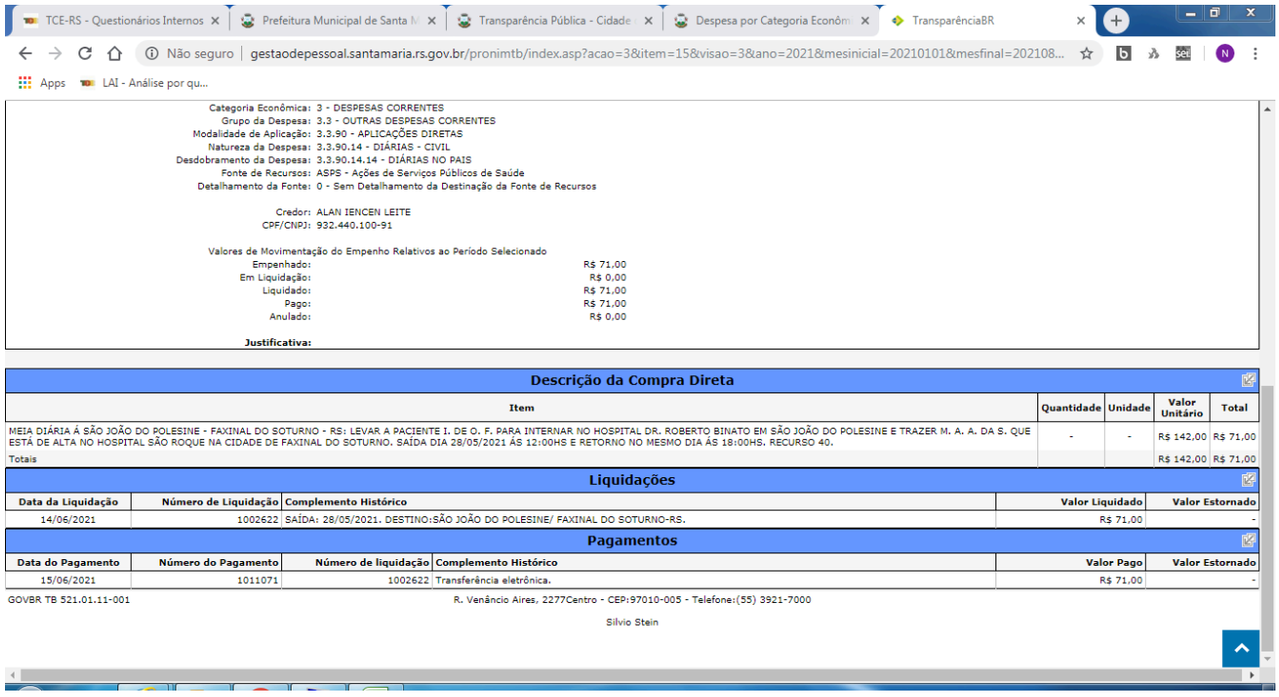
Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.82BB.8E1C.DEBB.CB8D.E583.

Item 14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)

Pergunta: - Cargo do beneficiário;

- Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local;

Justificativa: *SEM TABELA E SEM CARGO DO BENEFICIÁRIO.*



TCE-RS - Questionários Internos | Prefeitura Municipal de Santa M | Transparência Pública - Cidade | Despesa por Categoria Econôm | TransparênciaBR

Não seguro | gestaodepessoal.santamaria.rs.gov.br/pronimtb/index.asp?acao=3&item=15&visao=3&ano=2021&mesinicial=20210101&mesfinal=202108...

Apps | LAI - Análise por qu...

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTES
Grupo da Despesa: 3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação: 3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Natureza da Despesa: 3.3.90.14 - DIÁRIAS - CIVIL
Desdobramento da Despesa: 3.3.90.14.14 - DIÁRIAS NO PAIS
Fonte de Recursos: ASPS - Ações de Serviços Públicos de Saúde
Detalhamento da Fonte: 0 - Sem Detalhamento da Destinação da Fonte de Recursos

Credor: ALAN IENCEN LEITE
CPF/CNPJ: 932.440.100-91

Valores de Movimentação do Empenho Relativos ao Período Selecionado
Empenhado: R$ 71,00
Em Liquidação: R$ 0,00
Liquidado: R$ 71,00
Pago: R$ 71,00
Anulado: R$ 0,00

Justificativa:

Descrição da Compra Direta

Item	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Total
MEIA DIÁRIA Á SÃO JOÃO DO POLESINE - FAXINAL DO SOTURNO - RS: LEVAR A PACIENTE I. DE O. F. PARA INTERNAR NO HOSPITAL DR. ROBERTO BINATO EM SÃO JOÃO DO POLESINE E TRAZER M. A. A. DA S. QUE ESTÁ DE ALTA NO HOSPITAL SÃO ROQUE NA CIDADE DE FAXINAL DO SOTURNO. SAÍDA DIA 28/05/2021 ÁS 12:00HS E RETORNO NO MESMO DIA ÁS 18:00HS. RECURSO 40.	-	-	R$ 142,00	R$ 71,00
Totais			R$ 142,00	R$ 71,00

Liquidações

Data da Liquidação	Número de Liquidação	Complemento Histórico	Valor Liquidado	Valor Estornado
14/06/2021	1002622	SAÍDA: 28/05/2021. DESTINO:SÃO JOÃO DO POLESINE/ FAXINAL DO SOTURNO-RS.	R$ 71,00	-

Pagamentos

Data do Pagamento	Número do Pagamento	Número de liquidação	Complemento Histórico	Valor Pago	Valor Estornado
15/06/2021	1011071	1002622	Transferência eletrônica.	R$ 71,00	-

GOVBR TB 521.01.11-001 R. Venâncio Aires, 2277Centro - CEP:97010-005 - Telefone:(55) 3921-7000

Silvio Stein

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.82BB.8E1C.DEBB.CB8D.E583.

Recibo de Envio de Informações Nº 45/2021

LEI DAS OUVIDORIAS
(Lei Federal nº 13.460/2017)

Órgão: PM DE SANTA MARIA
Site: www.santamaria.rs.gov.br
População: 283.677

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)			
- Canal para acesso à Ouvidoria	S	-	S
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)	S	-	S
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)	N	S	S

Código de autenticação

IIMZ3-TEVB6-JQVK2

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7713.86C9.B814.2BAC.9A42.

Página 1095
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500511
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201602

Recibo de Envio de Informações Nº 46/2021

ENFRENTAMENTO À COVID-19 (Lei Federal nº 13.979/2020)

Órgão: PM DE SANTA MARIA
Site: www.santamaria.rs.gov.br
População: 283.677

Período da Pesquisa: 06/07/2021 a 26/09/2021. Período para apresentação dos recursos: 27/09/2021 a 31/10/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 27/2021, 35/2021 e 37/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
26) Contratações ou aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (art. 4º, §2º da Lei nº 13.979/2020)			
- Local específico para consulta às despesas despendidas no combate ao Coronavírus	S		S
- Nome do contratado	S		S
- Número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil	S		S
- Prazo contratual	S		S
- Valor	S		S
- Processo de contratação ou aquisição	S		S
- Existência de informações atualizadas	S		S

Código de autenticação

USLM5-PAVC7-CAWY2

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.96F6.937E.BFE5.1984.0458.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE EXTERNO

Recibo de Envio de Informações Nº 40/2021

Lei Federal nº 14.124/2021

Órgão: PM DE SANTA MARIA
Site: www.santamaria.rs.gov.br
População: 283.677

Período da Pesquisa: 19/07/2021 a 10/08/2021. Período para apresentação dos recursos: 11/08/2021 a 25/08/2021, conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 23/2021 e 31/2021.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
1) Há divulgação destacada/em seção específica, de fácil acesso, denominada "Vacinação COVID-19" (ou similar) no portal da transparência e/ou site oficial?	S	-	S
2) Há divulgação do Plano de Ação Municipal de vacinação atualizado no portal da transparência e/ou site oficial?	N	S	S
3) Há divulgação no portal da transparência e/ou site oficial das informações sobre a segurança, eficácia, potenciais riscos e benefícios de cada uma das vacinas contra a COVID-19 utilizadas no município?	N	S	S
4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?			
- Ordem dos grupos prioritários	N	S	S
- Quantitativo de pessoas de cada grupo	N	S	N
- Destaque da fase vigente	S	-	S
5) Há divulgação atualizada no portal da transparência e/ou site oficial do placar/vacinômetro: população estimada X número de pessoas vacinadas com a 1ª dose e número de pessoas vacinadas com a 2ª dose?			
- Vacinômetro apresenta a estimativa geral de pessoas a serem vacinadas	S	-	S
- Vacinômetro apresenta o número de pessoas vacinadas	S	-	S
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias	S	-	S
6) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de doses de vacinas recebidas/adquiridas com a indicação do fabricante e data do recebimento ou aquisição?			
- Quantitativo de vacinas recebidas/adquiridas	S	-	S
- Indicação do fabricante	S	-	S
- Data do recebimento ou aquisição	S	-	S
7) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do quantitativo de insumos recebidos/adquiridos relacionados à vacinação contra a COVID-19?	S	-	S
8) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos canais disponibilizados ao cidadão para o envio de denúncias de "fura-filas" e outras irregularidades relacionadas à vacinação contra a covid-19?	S	-	S
9) Há divulgação destacada no site oficial e/ou portal da transparência do município dos endereços, telefones e horários de funcionamento das salas de vacinação e documentos necessários para vacinação?			
- Há divulgação destacada	S	-	S
- Endereços	S	-	S
- Telefones	S	-	S
- Horários de funcionamento	S	-	S
- Documentos necessários	S	-	S
10) Há divulgação dos processos de aquisição de insumos relacionados à vacinação na aba específica COVID-19 do portal da transparência?	S	-	S
11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?			

Página da peça
1

Peça
4500519

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020160A

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.23DA.B05C.38E6.AEB5.71B6.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
- Registro de sobra	N	S	S
- Local de aplicação em que a sobra ocorreu	N	S	S
- Documento de orientação no caso de sobra	S	-	S
- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias	N	S	N

Código de autenticação

PKVV9-JPEV7-IAGX2

Observação(ões): Verificação realizada de acordo com as orientações do Manual dos critérios de avaliação - Transparência na vacinação covid-19, disponível em: https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2021.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.23DA.B05C.38E6.AEB5.71B6.

Anexo de Justificativas

Lei Federal nº 14.124/2021

PM DE SANTA MARIA

Item 4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?

Pergunta: - Quantitativo de pessoas de cada grupo;

Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, deve ser divulgada a informação sobre a ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, na seção específica "COVID-19" ou "Vacinação COVID-19" do portal da transparência e/ou no site do município. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*

ANÁLISE DO RECURSO - Não foram localizadas informações sobre os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina.

Portal em Manutenção (LIC).

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.23DA.B05C.38E6.AEB5.71B6.







pessoas já vacinadas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.23DA.B05C.38E6.AEB5.71B6.

Item 11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

Pergunta: - Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias;

Justificativa: *Não foram localizadas as informações avaliadas neste item. Para atendimento do critério, deve ser divulgado o Documento de Orientação no caso de sobra (por exemplo - Nota técnica expedida pela Prefeitura/Secretaria de Saúde do Município dispondo sobre as orientações no caso de sobra de vacinas), bem como as informações sobre o registro da sobra e dos locais de aplicação em que tal situação ocorreu. As informações publicadas devem ter sido atualizadas há no máximo sete dias. Para mais informações, consulte o Manual Orientativo no Portal do TCE-RS, na guia "Orientações aos Gestores".*

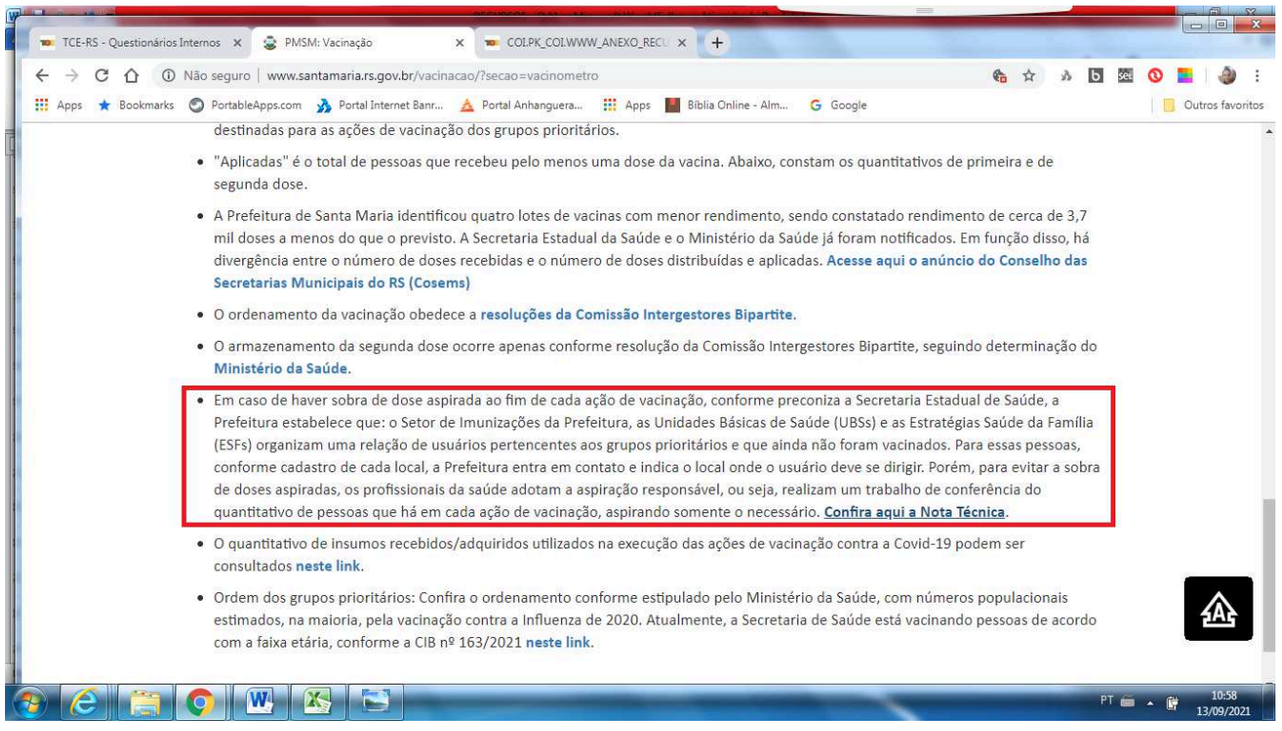
ANÁLISE DO RECURSO:
As informações devem ser atualizadas dentro dos últimos sete dias (Anexo 1).
É IMPORTANTE salientar que mesmo não ocorrendo sobras, DEVE CONSTAR a informação de que não ocorreram as sobras. Dúvidas com relação a essa questão vide o Manual Orientativo, páginas 18 e 19 (Anexo 2).

destinadas para as ações de vacinação dos grupos prioritários.

- "Aplicadas" é o total de pessoas que recebeu pelo menos uma dose da vacina. Abaixo, constam os quantitativos de primeira e de segunda dose.
- A Prefeitura de Santa Maria identificou quatro lotes de vacinas com menor rendimento, sendo constatado rendimento de cerca de 3,7 mil doses a menos do que o previsto. A Secretaria Estadual da Saúde e o Ministério da Saúde já foram notificados. Em função disso, há divergência entre o número de doses recebidas e o número de doses distribuídas e aplicadas. **Acesse aqui o anúncio do Conselho das Secretarias Municipais do RS (Cosems)**
- O ordenamento da vacinação obedece a **resoluções da Comissão Intergestores Bipartite.**
- O armazenamento da segunda dose ocorre apenas conforme resolução da Comissão Intergestores Bipartite, seguindo determinação do **Ministério da Saúde.**
- Em caso de haver sobra de dose aspirada ao fim de cada ação de vacinação, conforme preconiza a Secretaria Estadual de Saúde, a Prefeitura estabelece que: o Setor de Imunizações da Prefeitura, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e as Estratégias Saúde da Família (ESFs) organizam uma relação de usuários pertencentes aos grupos prioritários e que ainda não foram vacinados. Para essas pessoas, conforme cadastro de cada local, a Prefeitura entra em contato e indica o local onde o usuário deve se dirigir. Porém, para evitar a sobra de doses aspiradas, os profissionais da saúde adotam a aspiração responsável, ou seja, realizam um trabalho de conferência do quantitativo de pessoas que há em cada ação de vacinação, aspirando somente o necessário.
- O quantitativo de insumos recebidos/adquiridos utilizados na execução das ações de vacinação contra a Covid-19 podem ser consultados **neste link.**

[Página Inicial]

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.23DA.B05C.38E6.AEB5.71B6.



Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.23DA.B05C.38E6.AEB5.71B6.

Página 1102
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4500519
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160A

11. Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

Como sabemos, as vacinas têm um prazo de validade. Faz-se, portanto, mais do que necessário haver um planejamento adequado por parte dos gestores para minimizar as perdas e, não menos importante, saber o que fazer com as sobras de vacinas.

Neste sentido, a transparência da informação daquilo que está sendo realizado pelo município, no que diz respeito às sobras, é de suma importância.

Diante disso, o ente deve divulgar:

a) Documento de orientação. Nota técnica expedida pela Prefeitura/Secretaria de Saúde do Município dispondo sobre as orientações no caso de sobra de vacinas. Exemplo de orientação: em caso de sobra de doses verificada ao final do expediente, os técnicos de saúde deverão convocar imediatamente as pessoas do próximo grupo definido na ordem de prioridades do Plano de Ação Municipal.

18

b) Registro de sobra e local onde ocorreu. Exemplo: No dia 26 de fevereiro de 2021, ao verificar a sobra de 2 doses da vacina CoronaVac na unidade de aplicação X, os técnicos de saúde convocaram 2 pessoas do grupo subsequente para receberem as doses. Essas informações são relevantes para eventuais disparidades verificadas no vacinômetro do município, como na hipótese de o vacinômetro registrar a aplicação da vacina em 98 de 100 pessoas do grupo prioritário vigente e em 2 pessoas do grupo subsequente.

O ente que **não registrou sobra de vacinas** também deverá informar na seção específica de vacinação existente no site oficial e/ou portal da transparência, conforme sugestão: **"Até a presente data, não houve registro de sobra de doses de vacinas".**

Nesta questão, também, as informações publicadas devem ter sido atualizadas **há no máximo sete dias.** Para que seja possível verificar a atualidade das informações, os conjuntos divulgados deverão sempre estar acompanhados da informação referente à data da sua última atualização ("Atualizado em xx/xx/2021").

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.23DA.B05C.38E6.AEB5.71B6.

Processo
01216-0200/21-4

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA MARIA

Criado pela Lei Municipal nº 3168, de 14 de novembro de 1989.

Página da peça
1

Peça
4500512

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201603

RESOLUÇÃO CMESM Nº 34, de 04 de agosto de 2015.

Define Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura africana, Afro-brasileira e Indígena Municipal de Ensino de Santa Maria – RS**.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições conforme o disposto no artigo 11 da Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de1996; na Lei Municipal nº 3.168/89, de 14 de novembro de 1989; na Lei Municipal nº 4.122/97, de 22 de dezembro de 1997 e na Lei Municipal nº 4.123/97, de 22 de dezembro de 1997.

Considerando:
- A LDBN n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de1996;
- Lei n. 10.639/03 e a Lei 11.645/2008, que alteram a Lei nº 9.394/96, com o acréscimo dos artigos 26-A, 79-A e 79-B, regulamentada pelo Parecer CNE/CP nº 03 de 10 de março de 2004;
- Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos;
- Lei 12.288 Estatuto da Igualdade - Racial, de 20 de julho de 2010;
- As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013;
- As Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal, 2011.

RESOLVE:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EF13.9ACA.E0E9.B329.9CBA.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500512

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201603

Art. 1º - A presente Resolução define as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, para as escolas e/ou instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º - A operacionalização das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena ao lado da europeia e asiática tem por objetivo promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade multicultural e pluriétnica, com vistas à garantia do respeito aos direitos legais e valorização de identidade na busca da consolidação da democracia brasileira.

Art. 3º No ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, a Educação das Relações Étnico-raciais deverá ser desenvolvida no cotidiano das escolas, a fim de:

I - agir, assumindo responsabilidades por relações étnico-raciais que valorizem e respeitem as diferenças;
II - divulgar a importância dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira;
III - promover a participação de diferentes grupos étnico-raciais e da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação de professores, na elaboração e vivência de práticas pedagógicas que contemplem a diversidade.

Art. 4º - As instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino devem contemplar em seus projetos político-pedagógicos e seus currículos o desenvolvimento dos conteúdos necessários para atender as finalidades e objetivos expressos nas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais incluindo a obrigatoriedade do estudo sobre a temática.

Art. 5º As instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino deverão contemplar, em seu Projeto Político-Pedagógico, referências de combate ao racismo e à discriminação racial, por meio da inclusão de:

I - conteúdos, conceitos, atitudes e valores a serem desenvolvidos na Educação das Relações Étnico-raciais e no estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;
II - estudos, mapeamento e análise de indicadores, bem como, atividades que possibilitem o reconhecimento da importância da diversidade para a construção de relações étnico-raciais democráticas;
III - estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos professores, estudantes e crianças, problematizando-as permanentemente, valorizando aprendizagens significativas vinculadas às relações étnico-raciais;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EF13.9ACA.E0E9.B329.9CBA.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500512

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201603

IV - práticas pedagógicas de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação de africanos e indígenas e seus descendentes na história mundial e na história do Brasil.

Art.6º O Sistema Municipal de Ensino deverá assegurar a Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, garantido às escolas:

I - formação continuada para profissionais de educação, com vistas à efetivação de práticas pedagógicas, cujo foco seja a Educação das Relações Étnico-raciais e o estudo de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

II- subsidiando e assessorando as equipes gestoras das escolas, a fim de consolidar políticas educacionais que valorizem para relações Étnico-raciais no âmbito de todo o currículo escolar, as quais devem constar do Projeto Político Pedagógico;

III- orientação técnica e pedagógica as escolas que compõe o Sistema Municipal de Ensino na implementação das Diretrizes Curriculares para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e para a Educação das Relações Étnico raciais;

IV- aquisição de materiais pedagógicos, livros didáticos e paradidáticos que abordem a temática étnico-racial a serem utilizados pelas escolas.

Art. 7º Os conteúdos referentes à História e a Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena serão ministrados no âmbito de todas as disciplinas e componentes do currículo, considerando o que orientam as diretrizes curriculares nacionais e municipais para a educação das relações étnico-raciais.

Art. 8º- Os conteúdos e temáticas referidas nesta Resolução devem ser trabalhados de forma interdisciplinar em todos os níveis da educação básica, independentemente de sua forma de organização. Esse trabalho será desenvolvido por meio de conteúdos, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas escolas e seus professores.

§ 1º - Os conteúdos da temática referente à história e à cultura afro-brasileira e africana, assim como os conteúdos relacionados à história e cultura indígena, serão desenvolvidos nos componentes curriculares definidos nos respectivos planos do estabelecimento de ensino, no exercício de sua autonomia.

§ 2º - Os componentes curriculares de Arte, Literatura, Língua Portuguesa e História são referências para o estudo sistemático dessas temáticas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EF13.9ACA.E0E9.B329.9CBA.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500512

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201603

Art.9º. Caberá às mantenedoras, orientar, apoiar e supervisionar, sistematicamente, as atividades desenvolvidas pelas instituições e escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino relativo ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art.10. Caberá ao Conselho Municipal de Educação fiscalizar às mantenedoras, bem como as instituições e escolas integrantes do Sistema Municipal de Ensino, no cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 11. As instituições que fazem parte do Sistema Municipal de Ensino, em quaisquer dos seus níveis e modalidades devem registrar, no requerimento da matrícula de cada aluno, seu pertencimento étnico-racial, garantindo o registro da sua autodeclaração.

Art. 12 - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Em 04 de agosto de 2015.

Claudio Pereira de Oliveira
Elisiane Machado Lunardi – Relatora
Janete Coutado Colling
Jocéle Kantorski
Gladis Borim
Mariane Frigo Dernardin

Aprovada por unanimidade na reunião de 04 de agosto de 2015.

Dóris Pires Vargas Bolzan
Presidente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EF13.9ACA.E0E9.B329.9CBA.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 1/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 08/04/2022, às 14h e 42min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Marcileni Basso da Silveira, CPF 91214750087, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Art. 26-A - Lei de Diretrizes e Bases da Educação	
1.1) Previsão normativa	
1.1.1) O Executivo Municipal e/ou o Conselho Municipal de Educação instituíram normativas específicas, atualmente vigentes, relativas à implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas redes e estabelecimentos de ensino do Município?	Sim - ambos
1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.1.2) O Plano Municipal de Educação inclui o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN, com a garantia da realização de ações que promovam o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças e adolescentes com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, bem como o combate ao racismo e à discriminação, conforme disposto na Lei Estadual nº 14.705/2015?	Sim
1.2) Equipe responsável	
1.2.1) A Secretaria Municipal de Educação possui setor ou equipe técnica permanente com a atribuição específica de orientar, coordenar e controlar a educação das relações étnico-raciais e o ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena nas escolas municipais?	Sim - possui setor
Nome do setor:	Setor Pedagógico
1.2.1.1) Informar a composição do Setor informado:	Registros informados: 14 Detalhamento no final do recibo.
1.2.1.2) Anexar documento que comprova que a coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é atribuição do Setor informado.	PPP FINALMartinho lutero.pdf (1,45MB)
1.2.1.3) Informe a composição da Equipe técnica permanente e anexe documento que define suas atribuições	Registros informados: 0
1.2.1.4) Anexar documento que comprova que a designação de equipe responsável pela coordenação da implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	-
1.2.2) Informar as atividades desenvolvidas pelo setor ou equipe técnica permanente da Secretaria Municipal de Educação:	Orientação e apoio às escolas no processo de inclusão nos documentos normativos e de planejamento (estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino) de objetivos explícitos visando ao combate do racismo e das discriminações por meio do ensino das histórias e culturas africana, afro-brasileira e indígena Promoção de formação continuada de professores, mobilizando de forma colaborativa atores como os Fóruns de Educação, Instituições de Ensino Superior, NEABIs e correlatos,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Pergunta	Resposta
	sociedade civil, comunidades indígenas, movimento social negro, entre outros que possuam conhecimento na temática Apoio às coordenações pedagógicas na promoção do aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas voltados ao atingimento dos objetivos do art. 26-A da LDBEN, abrangendo os diferentes componentes curriculares Produção e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais Articulação com a UNDIME, UNCME, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis, comunidades indígenas, movimento social negro e instituições de ensino superior para obter apoio na construção e inclusão de temas que contemplem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas Acompanhamento das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas nas escolas do município
1.3) Documentação pedagógica	
1.3.1) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura africana	Sim - nos PPs de algumas escolas da rede municipal
Quantas?	60
1.3.1.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	PPP FINALMartinho lutero.pdf (1,45MB)
1.3.2) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura afro-brasileira	Sim - nos PPs de algumas escolas da rede municipal
Quantas?	60
1.3.2.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	PPP FINALMartinho lutero.pdf (1,45MB)
1.3.3) Nos Projetos Pedagógicos apresentados pelas escolas está incluído, conforme previsto no Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e cultura indígena?	Sim - nos PPs de algumas escolas da rede municipal
Quantas?	60
1.3.3.1) Anexar arquivos de projetos pedagógicos que confirmem a resposta.	PPP FINALMartinho lutero.pdf (1,45MB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Pergunta	Resposta
1.3.4) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura africana?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.4.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Indicação CMESM nº 01 de 16 de fevereiro de 2022.pdf (0,17MB)
1.3.5) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura afro-brasileira?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.5.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Indicação CMESM nº 01 de 16 de fevereiro de 2022.pdf (0,17MB)
1.3.6) Nos Planos de Ensino (PE) está incluído, conforme Artigo 26-A da LDB, o ensino da história e da cultura indígena?	Sim - em todos PEs de todas as escolas da rede municipal
1.3.6.1) Anexar arquivos de planos de ensino que confirmem a resposta.	Indicação CMESM nº 01 de 16 de fevereiro de 2022.pdf (0,17MB)
1.4) Previsão orçamentária	
1.4.1) Nas peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e LOA) existe recurso orçamentário específico e exclusivo para a execução de política pública de educação das relações étnico-raciais e ensino das culturas e histórias africana, afro-brasileira e indígena?	Não
1.4.1.1) Informe a classificação orçamentária do(s) recurso(s) destinado(s) ao ensino das relações étnico-raciais, bem como o respectivo valor.	Registros informados: 0
1.4.3) De que forma foi empregado o valor destinado especificamente para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2020?	
1.4.3.1) Anexar os documentos que comprovam as respostas da questão 1.4.3.	-
1.5) Formação dos professores	
1.5.1) Houve concurso(s) público(s) para o magistério municipal no exercício de 2021?	Sim
1.5.1.1) No(s) edital(is) e nas provas de concurso(s) público(s) realizado(s) foram exigidos dos candidatos conhecimentos sobre o ensino das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas?	Sim
1.5.1.2) Anexar cópia(s) do(s) edital(is) do(s) concurso(s).	Concurso Público 2020 com provas em 2021.pdf (4,33MB)
1.5.2) O Município oportunizou a participação de professores em cursos de formação na área de Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino das Culturas e Histórias Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas durante o exercício de 2021?	Sim
1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2021	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.5.2.2) Informe a área de conhecimento dos professores capacitados para o cumprimento do artigo 26-A da LDBEN no exercício de 2021:	História Literatura Artes Língua Portuguesa Geografia
1.5.3) O Município organizou e realizou evento(s) de formação (mesmo que virtual) sobre o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN em 2021?	Sim
1.5.3.1) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de especialistas?	Sim
1.5.3.2) Os eventos de formação para o cumprimento do Artigo 26-A da LDBEN realizados pelo município tiveram assessoria de:	Instituições públicas de ensino superior Instituições privadas ou comunitárias de ensino superior Especialistas acadêmicos das temáticas de histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras externos ao quadro de servidores do município Especialistas não acadêmicos das temáticas de histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras externos ao quadro de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Pergunta	Resposta
	servidores do município (indígenas, quilombolas, representantes do movimento social negro)
1.5.3.3) Informe o(s) evento(s) de formação realizados no período:	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
1.6) Abrangência do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena	
1.6.1) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados nas escolas da rede municipal de ensino?	Sim - plenamente
1.6.2) Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são ministrados em todas as disciplinas do currículo escolar das escolas municipais?	Não - apenas em algumas disciplinas
Justifique	De acordo com o Plano de estudos e Projeto político Pedagógico - PPP da escola.
1.6.2.1) Anexar documentos que comprovem a resposta à questão anterior.	-
1.6.2.2) Tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do Art. 26-A da LDBEN, os conteúdos de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas são ministrados nas disciplinas de:	História Artes Língua Portuguesa Geografia
1.6.3) O Município possui escolas públicas municipais de Educação Infantil?	Sim
1.6.4) Na EDUCAÇÃO INFANTIL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	São ministrados em todas as escolas públicas municipais
1.6.5) Na EDUCAÇÃO INFANTIL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas são ministrados:	Em todos os anos desta etapa de ensino
1.6.6) O Município possui escolas públicas municipais de Ensino Fundamental?	Sim
1.6.7) No ENSINO FUNDAMENTAL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	São ministrados em todas as escolas públicas municipais
1.6.8) No ENSINO FUNDAMENTAL, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas são ministrados:	Em todos os anos desta etapa de ensino
1.6.9) O Município possui escolas públicas municipais de ou com Ensino Médio?	Não
1.6.10) No ENSINO MÉDIO, os conteúdos de histórias e culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas:	
1.6.11) No ENSINO MÉDIO, os conteúdos de histórias e culturas africanas afro-brasileiras e indígenas são ministrados:	
1.7) Controle do cumprimento do art. 26-A pelas escolas do Município	
1.7.1) A Secretaria Municipal de Educação realiza consultas nas escolas do Município, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas?	Sim - apenas nas escolas da rede pública municipal
1.7.2) Anexar cópia do relatório referente a 2021.	Informação de Link - Questionário sobre Contas Anuais - 2021 - Educação.pdf (0,19MB)
1.8) Autoavaliação	
1.8.1) Considerando as respostas a todos os questionamentos da presente requisição de informações e documentos, a Secretaria Municipal de Educação entende estar cumprindo plenamente a obrigação legal inserta no artigo 26-A da Lei de Federal 9.394/96, de acordo com as diretrizes nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais e do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?	Sim
Justifique:	Essa temática é incentivada em nossos processos formativos
1.8.2) Dados do responsável pelas respostas - Nome:	Denise Meireless Gausmann

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Página 1111
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500513
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201604

Pergunta	Resposta
Secretaria:	Secretaria de Município de Educação
CPF:	70956251153
Cargo:	Agente Administrativo
E-mail:	assessoria@edu.santamaria.rs.gov.br
Celular:	55981383318
2) Plano Municipal de Educação	
2.1) O município possui plano municipal de educação?	Sim
2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3) Meta 18 PNE	
3.1) O município possui plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação básica pública?	Sim
3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente	Registros informados: 1 Detalhamento no final do recibo.
3.2) O município observa o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme disposto no § 4º, art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008	Não
3.3) O município utiliza o piso salarial nacional profissional do magistério público da educação básica como valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais?	Não
4) Busca Ativa	
4.1) Processos Estruturados de Busca Ativa	
4.1.1) Em 2021, o Município promoveu processos estruturados de busca ativa?	Sim
4.1.1.1) Informe de que modo o Município promoveu processos estruturados de busca ativa:	Programa municipal específico Adesão à Busca Ativa Escolar da Unicef/Undime
4.2) Identificação de Crianças e Adolescentes Fora Da Escola e (Re)Matrícula	
4.2.1) O Município realizou, em 2021, proativamente a identificação de crianças e adolescentes fora da escola?	Sim
4.2.1.1) Como foi feita a identificação de crianças e adolescentes fora da escola?	Visitas a domicílios Via registros estudantis de infrequência ou abandono Por meio de mapeamento de territórios com maior indício de exclusão escolar Ações de comunicação com equipes de campo e comunidade
4.2.2) Uma vez identificada a criança/adolescente fora da escola, o Município atua imediatamente para garantir a (re)matrícula?	Sim
4.3) Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares	
4.3.1) O Município monitorou, em 2021, a frequência dos(as) estudantes, a fim de identificar riscos de abandono e de evasão escolar?	Sim
4.3.1.1) O Município controlou, em 2021, as causas do afastamento da escola?	Não
4.3.2) O Município divulgou, em 2021, orientações aos profissionais da educação sobre como lidar com a infrequência dos estudantes?	Sim
4.3.3) Em 2021, o Município realizou eventos ou cursos de formação na temática do enfrentamento ao abandono e à evasão escolar?	Sim
4.3.4) O Município realiza acompanhamento de estudantes (re)inseridos, para garantir que não haja abandono ou evasão escolar?	Sim
4.4) Documentação Formal	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Pergunta	Resposta
4.4.1) O Município dispõe de documento formal com diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão?	Não
4.4.1.1) Anexar cópia do documento.	-
4.5) Intersetorialidade	
4.5.1) Informe os órgãos/entidades municipais envolvidos na estratégia municipal de combate à exclusão escolar:	Secretaria Municipal de Educação Conselho Municipal de Educação Conselho Tutelar
4.5.2) No enfrentamento à exclusão escolar, o Município atua concertadamente com órgãos públicos de outras esferas?	Sim
4.5.2.1) Com quais órgãos?	Ministério Público do Estado Polícias Civil ou Militar
4.5.3) O Município definiu procedimentos visando a garantir que as crianças e adolescentes identificados pelo Município que necessitam de matrícula na rede estadual sejam encaminhados para serem matriculados nessa rede?	Não
4.6) Profissionais envolvidos no enfrentamento à exclusão escolar	
4.6.1) O Município dispõe de profissional(is) treinado(s) e incumbido(s) de identificar casos de crianças e adolescentes fora da escola?	Sim
4.6.2) O Município dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar análise técnica acerca das causas da exclusão escolar, nos casos em que for identificada criança ou adolescente fora da escola?	Sim
4.6.3) O Município dispõe de responsável(is) por assegurar a interlocução entre os órgãos e setores participantes da estratégia de enfrentamento à exclusão escolar?	Sim
4.6.4) O Município dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar os encaminhamentos para a (re)inserção e permanência na escola e, quando necessário, para o atendimento nos demais serviços públicos?	Sim
4.7) Busca Ativa Escolar - Unicef e Undime	
4.7.1) O Município aderiu/realizou readesão à estratégia da Busca Ativa Escolar, desenvolvida por UNICEF e Undime, em parceria com Congemas e Conasems?	Sim
4.7.1.1) O Município utiliza e alimenta regularmente a plataforma da estratégia da Busca Ativa Escolar, desenvolvida por UNICEF e Undime, em parceria com Congemas e Conasems?	Sim

Justificativas e Observações
Quanto ao item 1.7.2 encaminhamos uma informação com o link do drive onde encontra-se o documento, pois não foi possível anexá-lo devido ao tamanho.

Recibo emitido em 21/06/2022 11:07.

Código de autenticação

OISL4-HXOD9-VDLF4

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Dados Tabulares

1.1.1.1) Identifique e anexe as normas existentes e em vigor:

Tipo	Outro
Tipo "Outro", Informe:	Resolução
Número	34
Ano	2015
Proposta por	Conselho Municipal de Educação
Anexar arquivo	resolução 34 (1).pdf (82,2 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Dados Tabulares

1.2.1.1) Informar a composição do Setor informado:

Nome	Ronan Simioni
CPF	00357555040
Cargo	Professor
Formação	Letras- Português/ Inglês

Nome	Joele Schmitt Baumart
CPF	98959310000
Cargo	Professor
Formação	Ciências Biológicas

Nome	Angela Maria Rossi
CPF	00093642008
Cargo	Professor
Formação	Letras - Português

Nome	Suzane Dubou Serafim
CPF	59578483015
Cargo	Professor
Formação	Pedagogia

Nome	Caroline Leonhardt Romanowski
CPF	00269245014
Cargo	Professor
Formação	Pedagogia

Nome	Patricia Farias Fantinel Trevisan
CPF	80189148004
Cargo	Professor
Formação	Educação Especial e Pedagogia

Nome	Alana Claudia Mohr
CPF	02037833016
Cargo	Professor
Formação	Educação Especial

Nome	Karla Madrid Fonseca
CPF	01716971039
Cargo	Professora/Educaçao Infantil
Formação	Pedagogia

Nome	Maria Cristina Rigão Iop
CPF	54394694000

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Cargo	Professor
Formação	Estudos Sociais

Nome	Gabriele de Andrade Rocha
CPF	01762243008
Cargo	Professora/ Educação Infantil
Formação	Pedagogia Especialização Mestrado

Nome	Valquiria Rodrigues Reis Tomaim
CPF	27680124833
Cargo	Professora Anos Iniciais e Educação Infantil
Formação	Pedagogia

Nome	Hivi de Jesus Souto Koppe
CPF	00753209080
Cargo	Professora Anos Iniciais
Formação	Educação Física

Nome	Silviani Monteiro Sathres
CPF	00574787089
Cargo	Professor de Educação Infantil
Formação	Mestra em Educação

Nome	Dircelene de Siqueira Velozo
CPF	61983748072
Cargo	Professor de Educação Infantil
Formação	Pedagogia - Educação Infantil Especialização - Educação Especial e Inclusiva Mestranda em Educação

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Dados Tabulares

1.5.2.1) Informe os eventos de formação oferecidos em 2021

Nome do curso	Roda de Conversa
Instituição que promoveu o curso	Outra
Outra:	Capacitação
Carga horária (em horas)	40
Quantidade de professores capacitados	552
Anexe documento comprobatório	Rodas de conversa PARTICIPANTES certificados - Página1.pdf (159,48 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Dados Tabulares

1.5.3.3) Informe o(s) evento(s) de formação realizados no período:

Nome do evento	Roda de Conversa
Tipo de evento	Outro
Se tipo de evento for "Outro", especifique:	Capacitação
Data de realização	30/06/2021
Carga horária (em horas)	40
Quantidade de professores capacitados	552
Anexe documento	Rodas de conversa PARTICIPANTES certificados - Página1.pdf (159,48 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Dados Tabulares

2.2) Indicar e anexar a legislação correspondente.

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	6,001
Ano	2015
Anexar arquivo	plano-municipal-de-educacao.pdf (1082,46 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Dados Tabulares

3.1.1) Indicar e anexar a legislação correspondente

Tipo	Lei
Se "Outro", informe	
Número	4,696
Ano	2003
Anexar arquivo	LM_4696_2003 Plano Magistério.pdf (127,16 KB)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B9C0.7683.95C3.B6D1.5A8E.

Página
1120
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
1
Peça
4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201605

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

CONCURSO PÚBLICO 002/2020/MAG

Realização

Objetiva CONCURSOS

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1121
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

EDITAL 002/2020/MAG - ABERTURA DAS INSCRIÇÕES

O **Municipio de Santa Maria**, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Jorge Cladistone Pozzobom**, de acordo com o extrato publicado em 07/02/2020, no **Diário de Santa Maria** e no **Correio do Povo**, TORNA PÚBLICA realização de **Concurso Público** para ingresso no **Quadro Geral dos Servidores do Município e Quadro do Magistério Municipal**, sendo, o vínculo com a Administração Pública Municipal, regido pelo **Regime Jurídico Estatutário**.

Este edital e seus anexos dispõem sobre o regramento do presente certame, o qual será executado pela empresa **Objetiva Concursos**, em conformidade com o Decreto Executivo 010/2011 e demais disposições legais vigentes, sob a fiscalização da **Comissão de Concurso Público**, instituída por portaria.

A fim de evitar ônus desnecessários, antes de se inscrever e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, todos os interessados em participar deste certame deverão, obrigatoriamente, realizar a leitura integral e acurada deste edital e seus anexos, sendo sua responsabilidade conhecer o regramento editalício, uma vez que, por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a realização da inscrição neste certame e o pagamento da respectiva taxa implicam conhecimento e aceitação tácita do regramento em tela, descabendo quaisquer alegações de desconhecimento e/ou discordância, sendo única e exclusiva responsabilidade do candidato seguir estritamente as instruções contidas neste edital, bem como acompanhar o Cronograma de Execução e as publicações oficiais referentes ao andamento deste certame, conforme os termos a seguir:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

a) Qualquer legislação citada ao longo deste documento deve ser considerada conjuntamente às alterações com entrada em vigor até a data de publicação deste edital, ainda que não mencionadas;

b) a publicidade oficial deste certame, até a sua homologação final, dar-se-á através do **Painel de Publicação da Prefeitura Municipal** e sites **www.santamaria.rs.gov.br** e **www.objetivas.com.br**; respeitados os meios de publicidade oficial supramencionados, a critério da **Comissão de Concurso Público**, serão ainda publicados extratos no **Diário de Santa Maria**;

c) o certame seguirá o Cronograma de Execução, **Anexo IX** deste edital. As datas ora definidas poderão sofrer alteração em virtude da necessidade de ajustes operacionais, garantida a publicidade nos meios de comunicação oficiais acima estipulados, não cabendo quaisquer alegações de prejuízo e/ou solicitações de devolução, exceto nos casos específicos previstos neste edital;

d) em atenção aos princípios da publicidade e transparência que regem todos os atos da Administração Pública, salienta-se que a concretização da inscrição representa ciência e consentimento, tácitos do candidato, quanto à publicação de seus dados (nome, número de inscrição, condição de cotista, etc.) e resultados (pontuação, classificação e demais dados referentes às suas provas) nos meios acima referidos. Cumpre salientar que somente serão publicadas informações estritamente necessárias ao certame em tela, ao passo que a concretização da inscrição configura renúncia, por parte do candidato, à proteção de dados, descabendo quaisquer solicitações de exclusão dessas informações da publicidade oficial do certame;

e) as informações prestadas e/ou a apresentação de quaisquer documentos necessários exigidos por este edital, em qualquer momento do certame, são de inteira e total responsabilidade do candidato e só terão validade para este certame;

f) a constatação de irregularidade e/ou falsidade nas informações prestadas e/ou nos documentos apresentados pelo candidato, ainda que verificada posteriormente à posse, acarretarão na sua eliminação do certame, ou, ainda, anulação do seu termo de posse, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração;

g) durante todo o curso deste certame, é assegurado ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do capítulo DOS RECURSOS;

h) todos os horários definidos neste edital, seus anexos e demais publicações oficiais referentes ao andamento deste certame têm como referência o Horário de Brasília-DF. Todas as publicações oficiais previstas serão realizadas dentro do horário compreendido entre **9h e 18h** da data prevista no Cronograma de Execução deste edital;

i) durante toda a execução do certame, os candidatos poderão esclarecer suas dúvidas através dos telefones (51) 3335-3370, (55) 99690-2325 ou do endereço eletrônico www.objetivas.com.br/fale-conosco, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **9h às 11h30min** e das **13h às 17h30min**, **especificamente.** Cumpre enfatizar que não serão fornecidas informações que já constem expressamente dos editais;

j) o **Município** e a **Objetiva Concursos** não se responsabilizam por erros de preenchimento de dados, por quaisquer solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, erro, extravio ou atraso dos Correios, erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou envio, por meio digital (quando for o caso), de documentos, exceto aos que, comprovadamente, derem causa;

k) as despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste certame, independentemente das circunstâncias, são única e exclusiva responsabilidade dos candidatos, não cabendo quaisquer alegações de prejuízo e/ou solicitações de ressarcimento, e;

l) os casos omissos neste edital serão resolvidos pela **Comissão de Concurso Público** em conjunto com a **Objetiva Concursos**.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1122
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

CAPÍTULO I - DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS

1.1. Com o respeito à ordem de classificação, bem como ao percentual de vagas reservadas, nos termos do **Capítulo IV** deste edital, o presente certame destina-se à seleção de candidatos para a vaga abaixo estipulada, conforme cada cargo, e à formação de cadastro reserva para provimento das vagas legais que vierem a existir dentro da validade do certame, conforme cada cargo.

1.1.1 - Tabela de cargos:

Cargos	Vagas	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para a posse	Carga Horária Semanal	Vencimento Fev/20 R$ (1)	Valor de Inscrição R$
Nutricionista	CR	**a)** Curso Superior de Nutricionista. **b)**Habilitação legal para o exercício da profissão.	40h	2.906,12	110,00
Professor - Educação Especial	CR	Ensino Superior em Educação Especial ou Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica em educação especial ou em curso de pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura plena. – ou Licenciatura Plena em Educação Especial	20h	1.588,56	110,00
Professor - Educação Profissional - Metalurgia	01+CR	Curso de Licenciatura e curso de formação profissional na área específica, com carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas.	20h	1.588,56	110,00
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Educação Física	CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF.	20h	1.588,56	110,00
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Espanhol	01+CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena em Letras com Habilitação especifica em Letras – Espanhol ou Letras Espanhol - Português.			
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - História	CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena em História.			
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Inglês	CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena em Letras com Habilitação em Inglês.			
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Matemática	CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena em Matemática.			
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Música	CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena em música.			
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Português	CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Português.			
Professor - Anos Finais do Ensino Fundamental - Teatro	CR	Ensino Superior com Licenciatura Plena com habilitação específica em Teatro ou Artes Cênicas.			

REFERÊNCIAS

1	Valor inicial de ingresso, nos termos da legislação local vigente, **limitado ao teto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, art. 37, XI.** O servidor fará jus a auxílio-alimentação, no valor de R$ 301,08 (trezentos e um reais e oito centavos) e auxílio - transporte, bem como poderão ser concedidas Gratificação pelo exercício de função em locais de difícil acesso ou provimento (percentual de 20%, 30%, 40% ou 50%, conforme Decreto Executivo), Gratificação pelo exercício do Magistério no turno da noite (percentual de 30%) e unidocência. Ainda, poderão ser concedidos outros benefícios, nos termos da legislação vigente.

OBSERVAÇÕES

A nomeação dos candidatos classificados dentro da vaga estabelecida, conforme cada cargo é assegurada e será realizada dentro do prazo de validade do certame, de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária da Administração Municipal, respeitada sempre a ordem de classificação e o percentual de vagas reservadas. Os candidatos classificados no Cadastro Reserva poderão vir a ser nomeados, caso haja liberação e/ou criação futura de vaga, dentro do prazo de validade deste certame, de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária da Administração Municipal, respeitada sempre a ordem de classificação e o percentual de vagas reservadas.

Por **CR** deve-se entender Cadastro Reserva.

Por **habilitação legal para o exercício da profissão** deve-se entender todo e qualquer requisito que o Órgão regulamentador da respectiva profissão exija para fins de exercício legal daquela profissão (registro, inscrição, dentre outros), de forma que a posse só ocorrerá mediante a prova de tais requisitos.

A descrição das **atribuições de cada cargo**, em conformidade com sua lei de criação, encontra-se no **Anexo VI** deste edital.

1.2. Além de ter sido aprovado e classificado, conforme estabelecido por este edital, são requisitos para ingresso no serviço público municipal, a serem **comprovados quando da posse**:

a) Nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto 70436/72;
b) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
c) mediante apresentação de certidão de quitação eleitoral, e, para candidatos do sexo masculino, quitação das obrigações militares, mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
d) pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
e) escolaridade e/ou outros requisitos necessários para o exercício do cargo pretendido, conforme item 1.1.1 deste edital, em conformidade com a lei de criação do respectivo, na data da posse;
f) declarar os bens e valores que constituem seu patrimônio e declarar que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1123
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

g) inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
h) comprovante de residência (água, luz ou telefone fixo) atualizado e em nome próprio, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que o candidato reside no respectivo endereço;
i) documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física – CPF – regularizado;
j) aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo pretendido, e, nos casos de deficiência, que essa seja compatível com o exercício das respectivas atribuições;
k) outros documentos que a Administração venha a solicitar quando da nomeação.

1.2.1. A análise da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo pretendido será realizada no exame médico de ingresso, por médico ou junta médica designada pela Administração, em conformidade com o Decreto Executivo nº 176/2019, **Anexo VIII** deste edital, que também poderá solicitar outros exames a fim de assegurar que o candidato realmente apresente aptidão necessária para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das respectivas atribuições. A ausência da aptidão física e mental, ou, ainda, a incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido impossibilitam o deferimento da posse, devendo o candidato com deficiência, verificar as atribuições do cargo pretendido, e, ainda, o **Capítulo IV** deste edital.

1.2.2. Somente serão aceitos como **documentos de identidade**: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

1.2.2.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.

1.2.3. A prova da escolaridade deverá ser feita mediante apresentação de histórico, diploma, certificado, declaração ou atestado de conclusão expedido pela Instituição responsável, devidamente reconhecida pelo órgão competente. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todas as etapas necessárias para a conclusão do curso. Quanto aos demais requisitos, o candidato deverá fazer prova, mediante apresentação do documento legal, expedido por órgão regulamentador (registro, inscrição, CNH, entre outros).

1.2.4. Para fins de registro, é imprescindível que o candidato possua número no cadastro de pessoa física – CPF – regularizado (atualizado).

1.3. ATENÇÃO: O preenchimento de todos os requisitos necessários elencados no item 1.2 deste edital e seus subitens, quando da posse, é inteira e total responsabilidade dos candidatos, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia simples e legível (no que couber), **sujeito ao indeferimento da posse**.

CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET (NÃO PRESENCIAL)

2.1. As inscrições poderão ser realizadas a partir das **9h** de **12/02/2020** até **12h** (meio-dia) de **10/03/2020,** somente via **internet,** no site **www.objetivas.com.br**.

2.1.1. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador para realização da inscrição no **Centro Administrativo Municipal** (Rua Venâncio Aires, nº 2277, Bairro Centro, Santa Maria/RS), durante o período das inscrições, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **7h30min às 12h30min**, EXCETO no último dia de inscrições, quando o posto funcionará somente até o **meio-dia (12h)**.

2.1.2. Não haverá outro prazo e nem outra forma de recebimento de inscrições que não a estipulada neste capítulo, ao passo que o candidato NÃO deve tentar se inscrever fora dos prazos nem por outros meios, tampouco remeter à **Objetiva Concursos** quaisquer documentos para fins de inscrição, devendo sim **preencher seus dados no formulário eletrônico de inscrição com bastante atenção e dentro do prazo estipulado**.

2.1.3. Os candidatos interessados na isenção da taxa de inscrição, reserva de vagas, atendimento especial para a realização das provas, ou, ainda, interessados em utilizar o direito de preferência pelo efetivo exercício da função de jurado para fins de desempate, deverão verificar o capítulo próprio deste edital, **para as providências quanto à solicitação**.

2.1.3.1. Em relação aos casos listados no item 2.1.3 deste edital, não haverá outra forma nem outro prazo de recebimento de solicitação e documentação que não a estipulada nos capítulos específicos deste edital, para cada caso. Solicitações enviadas por meio diverso do estabelecido, intempestivas, condicionais, fora dos padrões, com falta total ou parcial de dados ou documentos,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1124
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

com erro de preenchimento ou de envio de documento que comprove a condição que dá direito ao deferimento de qualquer solicitação realizada implicam indeferimento do pedido, mesmo que o candidato haja marcado o campo relativo, caso houver, no formulário eletrônico de inscrição.

2.2. **Para realização da inscrição, é imprescindível que o candidato possua documento de identidade, nos termos do item 1.2.2 e seu subitem, e esteja regularmente inscrito no Cadastro de Pessoa Física – CPF**. O candidato que estiver com o CPF desatualizado, ou, ainda, que não possuir CPF, deverá solicitar a regularização e/ou emissão do documento nos postos credenciados (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal), em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições. Não serão aceitas inscrições com falta de preenchimento de documentos.

2.2.1. Preferencialmente, durante toda a validade, e, no que diz respeito ao certame, especificamente, o candidato deverá utilizar o mesmo documento de identidade utilizado para a realização da inscrição, inclusive no que diz respeito ao ingresso às provas.

2.3. Para realizar a inscrição, o candidato deve declarar que leu e que concorda com os termos do edital, selecionar adequadamente a vaga à qual deseja concorrer, de acordo com o item 1.1.1, e seguir as orientações da página.

2.3.1. Os candidatos também poderão se inscrever para as vagas dos Concursos Públicos 001, 003 e 004/2020, **desde que observados os turnos de aplicação da Prova Objetiva de cada edital**.

TURNO	CARGOS
TURNO 01	Professor (TODOS) e Nutricionista.

2.3.1.1. Em caso de necessidade de ajustes operacionais, o Municipio reserva-se o direito de indicar **nova divisão de turnos** para a realização da Prova Objetiva.

2.3.1.2. Em ocorrendo a hipótese prevista no item 2.3.1.1, os candidatos que realizaram mais de uma inscrição, **respeitando a divisão de turnos prevista no item 2.3.1,** não serão prejudicados com a nova divisão, sendo-lhes assegurado o direito de realizar a Prova Objetiva dos cargos para os quais se inscreveram.

2.3.1.3. Eventualmente, se houver inscrição do mesmo candidato em mais de um Edital e em mais de uma vaga e as provas coincidirem na mesma data e turno, o candidato deverá optar por uma das provas, **sendo vedado realizar mais de uma prova na mesma data e turno,** não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga a título de taxa de inscrição.

2.3.2. Para os candidatos amparados pelo Decreto Federal 8727/16 – identificação pelo nome social: fica assegurado o direito à escolha de tratamento nominal e identificação por meio do seu nome social, desde que solicitado durante o período estabelecido no Cronograma de Execução deste certame. Após concluir a inscrição utilizando seu nome civil, o candidato deverá clicar em "**enviar solicitação de atendimento pelo nome social**", **informando seu nome social** e demais informações necessárias **em campo próprio**, conforme orientações da página, sob pena de ser identificado pelo nome civil.

2.3.2.1. Todas as demais solicitações realizadas até a homologação das inscrições deverão ser realizadas mediante o fornecimento do **nome civil,** conforme documento de identificação oficial. O candidato fica desde logo ciente de que deferida a solicitação e homologada a inscrição com o seu nome social, **tal nome será o único divulgado em toda e qualquer publicação relativa ao certame**, durante toda a validade do mesmo.

2.4. Após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para o pagamento da taxa de inscrição.

2.4.1. O candidato é o único responsável por verificar as informações do boleto bancário, bem como por certificar-se, no ato do pagamento, que o seu boleto foi pago corretamente (linha digitável do boleto deve ser igual à do comprovante de pagamento), inclusive no que diz respeito ao valor correto. O boleto bancário pago será o registro provisório de inscrição, devendo ser conservado pelo candidato.

2.4.1.1. Além de se certificar quanto às informações do boleto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preencheu adequadamente o formulário eletrônico de inscrição, bem como que está devidamente inscrito na vaga desejada, haja vista é vedada a alteração de sua opção inicial após o pagamento da inscrição, independentemente de as inscrições já terem se encerrado ou não. Qualquer alteração de opção de vaga, dentro do período de inscrições, deverá ser realizada mediante nova inscrição e pagamento, nos termos deste capítulo, sendo vedada, ainda, qualquer transferência do valor pago a título de taxa de inscrição para terceiros ou para outros certames.

2.4.2. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado EXCLUSIVAMENTE nas agências bancárias ou terminais de autoatendimento do BANRISUL e CONVENIADOS, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e AGÊNCIAS LOTÉRICAS e do BANCO DO BRASIL, impreterivelmente até a data prevista no Cronograma de Execução deste edital, com o boleto bancário impresso.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1125
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

2.4.3. **O candidato é o único responsável por conhecer e respeitar os horários limites de cada instituição recebedora (com relação ao processamento do pagamento)**, quer seja pelo modo presencial (agências bancárias, casas lotéricas, entre outros locais de recebimento de boletos de pagamento), quer seja pelo modo virtual (internet ou caixas eletrônicos), de forma a garantir que o seu pagamento seja processado pelo sistema bancário dentro do último dia de pagamento, conforme estabelecido no Cronograma de Execução deste edital.

2.4.3.1. Os pagamentos de taxa de inscrição realizados no último dia, que resultem em processamento do pagamento em data posterior ao último dia de pagamento previsto no Cronograma de Execução, ensejarão a não homologação da referida inscrição. A **Objetiva Concursos**, em hipótese alguma, homologará inscrição cujo pagamento foi processado com data posterior à data prevista no Cronograma de Execução deste edital como último dia de pagamento.

2.4.4. Não serão aceitas inscrições por meio diverso do previsto no item 2.1 deste edital, intempestivas, condicionais, ou fora dos padrões. O candidato que solicitou, devidamente, sua inscrição, somente terá a mesma homologada após a **Objetiva Concursos** receber da instituição bancária responsável a confirmação do pagamento de sua inscrição, nos termos deste edital. **Não serão homologadas inscrições pagas com cheque, agendamento bancário e outros meios sem a devida provisão de fundos. Não serão homologadas inscrições cuja taxa de inscrição foi paga com valor a menor do que o previsto neste edital para a respectiva vaga pleiteada. Será homologada inscrição cuja taxa foi paga com valor a maior do que o instituído, face ao perfazimento do valor estabelecido.**

2.4.5. O candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição em desacordo com qualquer das disposições supracitadas não terá sua inscrição homologada.

2.5. **A homologação das inscrições será divulgada na data prevista no Cronograma de Execução**, sendo obrigação única e exclusiva do candidato consultar a respectiva relação de candidatos para confirmar sua situação.

2.5.1. Caso a inscrição não tenha sido homologada, o candidato poderá interpor pedido de recurso, conforme determinado neste edital, no capítulo dos recursos. Se mantida a não homologação, após o julgamento do recurso, o candidato será eliminado do certame, não lhe assistindo direito de realizar a(s) prova(s), exceto se, por ocasião da Prova Objetiva, apresentar ao fiscal de sala documento de inscrição e comprovante de pagamento válidos, que permitam a inclusão provisória da inscrição para realização da prova.

2.5.1.1. No caso da exceção prevista acima, a inclusão da inscrição em caráter definitivo ficará condicionada à verificação da regularidade da inscrição e pagamento, posterior ao ato de inclusão, restando, desde já os candidatos cientes de que, em sendo constatada qualquer irregularidade de inscrição e/ou pagamento da inscrição incluída provisoriamente no dia da Prova Objetiva, nos termos do item anterior, a inclusão provisória será automaticamente revogada, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

CAPÍTULO III - DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

#RETIFICADO PELO EDITAL 002-A/2020/MAG

3.1. O candidato interessado e que atender às condições estabelecidas na Lei Municipal 4463/2001 e Lei Municipal 4486/2001 (doador voluntário de sangue e/ou órgãos; pessoa desempregada ou que receba até 02 salários mínimos e que resida no Municipio) poderá pleitear a isenção do pagamento do valor da inscrição, **desde que:**

I - Para o trabalhador desempregado e que resida no Municipio de Santa Maria: comprovar ausência de vínculo empregatício e que reside no Municipio de Santa Maria, mediante apresentação da Carteira de Trabalho (folha de rosto; dados pessoais; último contrato de trabalho e página seguinte em branco; últimas anotações gerais e página seguinte em branco), declaração atestando que é desempregado e declaração de residência (conta de luz, água ou telefone fixo em nome do candidato ou declaração do titular devidamente reconhecida em cartório);

***II - Para o trabalhador que receba até 02 (dois) salários mínimos e que resida no Municipio de Santa Maria**: comprovar que possui renda igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos mensais e que reside no Municipio de Santa Maria, mediante apresentação de:*

***a**) Para trabalhadores do setor privado: Carteira de Trabalho (folha de rosto; dados pessoais; último contrato de trabalho e página seguinte em branco; últimas anotações gerais e página seguinte em branco), últimos 03 (três) comprovantes de pagamento de salário e declaração de residência (conta de luz, água ou telefone fixo em nome do candidato ou declaração do titular devidamente reconhecida em cartório), ou;*

***b)** Para trabalhadores do setor público: Declaração fornecida pela pessoa jurídica responsável designando o cargo e o período de trabalho, últimos 03 (três) comprovantes de pagamento e declaração de residência (conta de luz, água ou telefone fixo em nome do candidato ou declaração do titular devidamente reconhecida em cartório), ou;*

***c)** Para profissionais autônomos: Comprovante de registro como autônomo junto à Prefeitura do Município onde atua, declaração devidamente assinada e autenticada em cartório de que recebe mensalmente o valor equivalente a no máximo 02 (dois) salários mínimos e declaração de residência (conta de luz, água ou telefone fixo em nome do candidato ou declaração do titular devidamente reconhecida em cartório), ou;*

***d)** Para estagiários: Cópia do contrato de trabalho onde conste expressamente o salário mensal ou o valor por hora, acompanhado da carga horária mínima a ser cumprida e declaração de residência (conta de luz, água ou telefone fixo em nome do candidato ou declaração do titular devidamente reconhecida em cartório);*

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1126
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

III - Para doador voluntário de sangue e/ou de órgãos: comprovar que realizou **doações de sangue e/ou órgãos** a órgão oficial ou entidade credenciada dentro do período de **05 (cinco) meses anteriores** à data da publicação deste edital, através de atestado/declaração de doação ou carteira do doador, onde conste, expressamente, a(s) data(s) das doações para fins de deferimento da isenção.

3.2. Após certificar-se de que preenche todos os requisitos para obtenção da isenção, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução deste edital, **especificamente,** o candidato interessado **deverá efetuar sua inscrição** diretamente no site **www.objetivas.com.br** e, no campo "**solicitar isenção da taxa de inscrição**" escolher o tipo isenção que se aplica a seu caso e proceder conforme segue abaixo:

I - O candidato que se enquadra nos incisos I, II ou III do item 3.1 DEVERÁ **anexar** a documentação abaixo estabelecida, a qual deverá ser digitalizada, de forma legível, e salva em um único arquivo, nas extensões "pdf", "png", "jpg" ou "jpeg", cujo tamanho máximo deve ser de 2MB:

a) Todos os documentos exigidos no inciso I, II ou III, do item 3.1 deste edital, conforme aplicado a cada caso;
b) requerimento, **Anexo IV** deste edital, preenchido e assinado, de forma clara e legível.

3.2.1. É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que preencheu corretamente os dados/campos e/ou certificar-se de que a documentação está correta e completamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

3.2.2. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador no **Centro Administrativo Municipal** (Rua Venâncio Aires, nº 2277, Bairro Centro, Santa Maria/RS), durante o período estabelecido item 3.2 no horário das **7h30min às 12h30min**.

3.2.3. Ainda que realizada a solicitação, os candidatos deverão imprimir o boleto bancário e guardá-lo para o caso de ter seu pedido indeferido.

3.3. O simples preenchimento dos dados necessários e a apresentação dos comprovantes exigidos para a solicitação, bem como o fato de o candidato já ter obtido o benefício em outros certames não garantem, por si sós, o deferimento da solicitação, o que está sujeito à análise, por parte da **Objetiva Concursos**, com base na legislação em vigor, ao cumprimento dos requisitos exigidos para o deferimento, podendo esta valer-se de consulta aos órgãos gestores aos quais o candidato declara estar vinculado, para verificar a veracidade das informações prestadas por ele.

3.3.1. A solicitação e/ou deferimento de solicitação do candidato em uma inscrição ou certame não se comunica automaticamente a outras inscrições ou certames, assim, o candidato deve atender a todos os requisitos exigidos, conforme especificado em cada caso, em cada inscrição realizada, estando ciente de que a inobservância de qualquer disposição deste capítulo implicará o indeferimento da solicitação.

3.4. O **resultado das solicitações de isenção será divulgado na data prevista no Cronograma de Execução**, sendo obrigação única e exclusiva do candidato consultar a respectiva relação de candidatos para confirmar sua situação. Os candidatos com a solicitação de **isenção deferida** terão a inscrição automaticamente efetivada. O candidato que tiver sua **solicitação indeferida** poderá interpor recurso.

3.5. Após a divulgação da análise dos recursos interpostos: **(a)** os candidatos, cujo **recurso de isenção for procedente**, terão a inscrição automaticamente efetivada; **(b)** os candidatos, cujo recurso for improcedente, não terão o deferimento da sua solicitação, de forma que, para permanecerem participando do certame, deverão providenciar o pagamento do boleto bancário até o prazo estabelecido no Cronograma de Execução do certame.

3.6. Não caberá qualquer devolução do valor pago a título de taxa de inscrição ao candidato que teve deferida solicitação de isenção e também efetuou o pagamento da taxa de inscrição, de forma que orienta-se aos interessados que só efetuem o pagamento do boleto bancário após a divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, caso não desejem interpor recurso, ou, para aqueles que desejarem interpor recurso, somente após a divulgação da análise dos recursos.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PcD

4.1. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso VIII e Lei Municipal 3326/1991, art. 13º, as pessoas com deficiência, assim compreendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Decreto Federal 3298/99, art. 4º, têm assegurado direito de inscrição neste certame, sendo-lhes reservado, em cada cargo, um percentual de **5% (cinco por cento)** do total das vagas existentes e das futuras.

4.2. O percentual previsto, nos termos acima, será observado ao longo da execução do certame, bem como durante todo o período de validade deste certame, inclusive quanto às vagas legais que vierem a existir.

4.3. Para fins de posse, a deficiência de que é portador deverá, obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições do cargo para o qual se classificou, uma vez que, em hipótese alguma essas atribuições serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PcD, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das atribuições do cargo a utilização de material tecnológico ou equipamentos específicos de uso habitual do candidato ou a necessidade de adaptação do ambiente de trabalho.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1127
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

4.3.1. Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres não serão considerados como deficiência.

4.4. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no **Capítulo IV** deste edital. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, com o amparo do Decreto Federal 9508/18, particularmente o art. 2º, os candidatos com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.4.1. Consideram-se condições de igualdade aquelas que permitam a avaliação do candidato com deficiência, respeitando-se as peculiaridades da deficiência de que possui.

4.5. Ao realizar a inscrição, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução deste certame, especificamente, o candidato interessado deverá clicar no campo "**Modalidade de Concorrência**", escolher a opção "**vagas reservadas**", selecionar "**PcD - Pessoa com Deficiência**" e **anexar** a documentação abaixo estabelecida, a qual deverá ser digitalizada, de forma legível, e salva em um único arquivo, nas extensões "pdf", "png", "jpg" ou "jpeg", cujo tamanho máximo deve ser de 2MB:

a) **Laudo médico emitido há menos de um ano caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível**, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID -, bem como da provável causa da deficiência, e;

b) **requerimento**, **Anexo I** deste edital, preenchido e assinado, de forma completa e legível.

4.5.1. É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que preencheu corretamente os dados/campos e/ou certificar-se de que a documentação está correta e completamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

4.5.2. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador no **Centro Administrativo Municipal** (Rua Venâncio Aires, nº 2277, Bairro Centro, Santa Maria/RS), durante o período das inscrições, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **7h30min às 12h30min**, EXCETO no último dia de inscrições, quando o posto funcionará somente até o **meio-dia (12h)**.

4.5.3. A solicitação e/ou deferimento de solicitação do candidato em uma inscrição ou certame não se comunica automaticamente a outras inscrições ou certames, assim, o candidato deve atender a todos os requisitos exigidos, conforme especificado neste capítulo, em cada inscrição realizada.

4.6. **Tendo em vista que os candidatos com inscrição homologada como pessoa com deficiência, aprovados e classificados neste certame, serão submetidos, quando da posse, a exame médico de ingresso a ser realizado por médico ou junta médica designada pela Administração, que também poderá solicitar quaisquer exames a fim de confirmar a condição de pessoa com deficiência, bem como a aptidão necessária e a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido** e, com fulcro na Lei 7853/89, art. 8º, II e Decreto Federal 9508/18, art. 7º, cumpre salientar que a análise realizada para deferimento da solicitação não adentra na esfera de enquadramento da deficiência e compatibilidade com as atribuições, entretanto, salienta-se que o não cumprimento dos requisitos estabelecidos neste capítulo, quaisquer que sejam, implica o indeferimento da solicitação, mesmo que o candidato haja marcado tal opção no formulário eletrônico de inscrição.

4.6.1. O resultado das solicitações de inscrição como pessoa com deficiência será divulgado quando da homologação das inscrições, a partir de quando será possibilitada a interposição de recursos. É obrigação única e exclusiva do candidato consultar a respectiva relação de candidatos para confirmar sua situação.

4.6.2. Os candidatos com inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas, desde que aprovados no certame, além de figurar na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação. Os candidatos cuja inscrição for indeferida, mesmo após o período de recursos, não terão direito a concorrer pela reserva de vagas, passando a constar somente na lista de ampla concorrência.

4.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

4.8. A pessoa com deficiência que deixar de proceder conforme estabelecido no item 4.5 deste edital, por ocasião da inscrição, concorrerá única e exclusivamente à(s) vaga(s) da ampla concorrência e não poderá invocar esta condição futuramente em seu favor.

CAPÍTULO V - DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1. Para as candidatas amparadas pela Lei 13872/19: fica assegurado o direito da mãe de amamentar seu(s) filho(s) de **até 6 (seis) meses de idade** no dia de realização de prova presencial. Para tanto, ao realizar a inscrição, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução deste certame, a candidata deverá clicar no campo "**condições especiais para realização de prova**", escolher a opção "**sim**", selecionar o tipo de atendimento necessário e **anexar** a documentação abaixo estabelecida, a qual

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1128
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

deverá ser digitalizada, de forma legível, e salva em um único arquivo, nas extensões “pdf”, “png”, “jpg” ou “jpeg”, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB:

a) Atestado de amamentação emitido por médico responsável, que justifique o atendimento especial solicitado e certidão de nascimento da(s) criança(s) a ser(m) amamentada(s);

b) **requerimento,** Anexo II deste edital, **preenchido e assinado**, de forma completa e legível.

5.1.1. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o respectivo atendimento, nos termos do item 5.1, deverá apresentar, no dia da prova, a certidão de nascimento da(s) criança(s) e levar um(a) acompanhante maior de 18 anos e civilmente capaz, que ficará em sala reservada com a(s) criança(s) e será o(a) responsável pela sua guarda. A(s) criança(s) não poderá(ao) permanecer desacompanhada(s), de forma que, a candidata que não levar o acompanhante, conforme acima determinado, não poderá permanecer com a(s) criança(s) no local de realização das provas.

5.1.2. O (a) acompanhante deverá:

a) comparecer juntamente com a candidata e a(s) criança(s), cumprindo com os horários de abertura e fechamento dos portões;

b) apresentar documento de identificação;

c) permanecer em local apropriado que será indicado pelos coordenadores e fiscais;

d) armazenar os seus pertences em embalagem indicada pelos coordenadores e fiscais.

5.1.3. A candidata e o (a) acompanhante ficam cientes de que poderão, assim como os seus pertences e da(s) criança(s), ser submetidos à inspeção e/ou ao detector de metais.

5.1.4. Durante o período de amamentação, em sala especial a ser reservada pela coordenação de prova, a candidata será acompanhada por fiscal, sem a presença do acompanhante da(s) criança(s). A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

5.1.5. O controle do tempo da amamentação será feito pela fiscal, que avisará a candidata quando estiver faltando cinco minutos para o término e ao término do tempo. Encerrar o procedimento de lactação ao término do tempo é responsabilidade exclusiva da candidata, sendo-lhe garantida a compensação do tempo despendido na amamentação (trinta minutos, por filho, a cada intervalo de duas horas), em igual período.

5.2. Para as demais situações: ao realizar a inscrição, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução deste certame, o candidato deverá clicar no campo “**condições especiais para realização de prova**”, escolher a opção “**sim**”, selecionar o tipo de atendimento necessário e **anexar** a documentação abaixo estabelecida, a qual deverá ser digitalizada, de forma legível, e salva em um único arquivo, nas extensões “pdf”, “png”, “jpg” ou “jpeg”, cujo tamanho máximo deve ser de 2MB:

a) **laudo médico** emitido há menos de um ano caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível, que justifique o atendimento especial solicitado;

a.1) no caso de tempo adicional, também **parecer emitido por especialista da área de sua deficiência**, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal 7853/89 e alterações. Prezando pela isonomia de tratamento entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação;

b) **requerimento,** Anexo II deste edital, preenchido e assinado, de forma completa e legível.

5.2.1. Casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou novas provas.

5.3. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador no **Centro Administrativo Municipal** (Rua Venâncio Aires, nº 2277, Bairro Centro, Santa Maria/RS), durante o período das inscrições, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **7h30min às 12h30min**, EXCETO no último dia de inscrições, quando o posto funcionará somente até o **meio-dia (12h)**.

5.4. É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que preencheu corretamente os dados/campos e/ou certificar-se de que a documentação está correta e completamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

5.5. Salvo nos casos de força maior, desde que devidamente comprovados, a apresentação dos documentos exigidos para o deferimento da solicitação, conforme cada caso, dentro do período estabelecido, é condição indispensável para fins de deferimento da solicitação. Os pedidos de atendimento especial para realização de prova serão examinados juntamente com o laudo, atestado e/ou parecer para verificação das possibilidades operacionais de atendimento. A solicitação de atendimento especial estará sujeita à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido, podendo, ainda, a **Comissão de Concurso Público** e/ou **Objetiva Concursos**, solicitar ao candidato outras informações e/ou documentação complementar.

5.6. A solicitação e/ou deferimento de solicitação do candidato em uma inscrição ou certame não se comunica automaticamente a outras inscrições ou certames, assim, o candidato deve atender a todos os requisitos exigidos, conforme especificado em cada caso, em cada inscrição realizada, estando ciente de que a inobservância de qualquer disposição deste capítulo implicará o indeferimento da solicitação.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1129
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

5.7. O resultado das solicitações de atendimento especial será divulgado quando da homologação das inscrições, a partir de quando será possibilitada a interposição de recursos. É obrigação única e exclusiva do candidato consultar a respectiva relação de candidatos para confirmar sua situação.

5.8. Considerando-se a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, bem como a isonomia de tratamento entre os candidatos, aqueles que fizerem uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, que utilizarem prótese auditiva, ou, ainda, os candidatos com problema de hipoglicemia ou outros problemas de saúde que necessitarem ingerir alimento de qualquer natureza durante a prova, além de solicitar o respectivo atendimento, nos termos do item 5.2, deverão comparecer ao local de provas munidos dos documentos que comprovem tais necessidades, e, ainda, informar previamente ao fiscal de sala, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame, ou, ainda, de não poder utilizar a prótese, ou ingerir o respectivo mantimento durante a realização da(s) prova(s).

CAPÍTULO VI - DAS PROVAS

6.1. Para todos os cargos deste certame será aplicada **PROVA OBJETIVA**, de caráter **eliminatório/classificatório**, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, com **05 (cinco) alternativas**, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

6.1.1. Serão considerados aprovados em primeira etapa e/ou habilitados a etapa seguinte os candidatos que obtiverem **cinquenta por cento ou mais na nota final da Prova Objetiva, desde que não tenham zerado nenhuma das disciplinas**.

6.2. Será aplicada **PROVA DE TÍTULOS,** de caráter **classificatório**, como última etapa, para os candidatos a **PROFESSOR (TODOS)**, desde que habilitados na prova eliminatória, conforme **Capítulo VIII**, do presente edital.

6.3. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO:

CARGO	PROVA	DISCIPLINA	Nº Questões	Peso por questão	PESO TOTAL
TABELA A					
Nutricionista	Objetiva	Português	18	1,20	21,60
		Informática	16	1,00	16,00
		Legislação e Conhecimentos Específicos	26	2,40	62,40
TABELA B					
Professor (Todos)	Objetiva	Português	18	1,00	18,00
		Informática	16	0,80	12,80
		Legislação e Conhecimentos Específicos	26	1,70	44,20
	Títulos				25,00

6.4. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A NOTA DA PROVA OBJETIVA será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

6.5. A Prova de Títulos, conforme aplicada a cada cargo, terá sua nota somada à nota obtida na Prova Objetiva, para composição da NOTA FINAL.

6.6. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

6.7. O candidato deverá apresentar, no dia da realização da prova, o documento de inscrição e o comprovante de pagamento. A critério da **Comissão de Concurso Público** e da **Objetiva Concursos**, esses documentos poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato, nos termos do item 2.5.1 deste edital ou do edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.

6.8. O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade, desde que o documento permita com clareza sua identificação, conforme item 1.2.2 deste edital e seu subitem. **O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova.**

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.10. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador ou que esteja danificado.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1130
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

6.11. A identificação especial será julgada pela Comissão do Certame. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado deste certame.

6.12. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.13. O não comparecimento no dia, local e horário previstos na convocação de qualquer das provas eliminatórias acarretará a eliminação do candidato.

6.14. Após ingresso na sala de prova, não será permitido ao candidato usar óculos escuros e/ou acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas e similares, e, ainda, permanecer com armas, ou quaisquer dispositivos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipod*®, gravadores, *pen drive*, *mp3* ou similar, relógio de qualquer espécie, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, *Walkman*®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc. Caso o candidato esteja portando arma, deverá depositá-la na sala de Coordenação. Os demais pertences, inclusive aparelhos eletrônicos, deverão ser desligados e depositados na sala de prova, em local indicado pelo fiscal. Os objetos pessoais devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando sob inteira responsabilidade do candidato. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não.

6.15. Após o início das provas, a utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos previstos no item anterior. O descumprimento dessa determinação poderá implicar eliminação do candidato deste certame, caracterizando-se como tentativa de fraude.

6.16. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, os organizadores do certame poderão, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas dos candidatos, devendo ser registradas em ata as providências tomadas.

6.17. Se, por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova, previsto neste edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento.

6.18. Em ocorrendo atraso ou interrupção, os candidatos atingidos deverão permanecer no local do Concurso Público e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

6.19. **Poderá ser excluído sumariamente deste certame o candidato que**:

a) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
b) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
c) for surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova ou em caso de interrupção dos trabalhos, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de aparelho celular ou de outro equipamento de qualquer natureza não permitido;
d) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;
e) não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
f) antes do término de sua prova, afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
g) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou recusar-se a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados, e;
h) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização, ou, em caso de razão fortuita, ao ser determinado pelo fiscal ou coordenador de prova da **Objetiva Concursos.**

6.20. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito ou colaborado para tal, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado deste certame.

CAPÍTULO VII - DA PROVA OBJETIVA

7.1. A Prova Objetiva deste certame tem data prevista Cronograma de Execução deste edital, em local e horário a serem divulgados por edital, **conforme divisão de turnos abaixo**. No horário de convocação ocorrerá o fechamento dos portões, não sendo mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local de prova.

TURNO	CARGOS
TURNO 01	Professor (TODOS) e Nutricionista.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1131
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

7.1.1. Em caso de necessidade de ajustes operacionais, o Municipio reserva-se o direito de indicar nova data e divisão de turnos para a realização da Prova Objetiva, garantida publicidade nos meios estipulados nas **Disposições Preliminares deste edital**, com antecedência mínima de **08 (oito) dias** da realização da prova.

7.1.1.1. Em ocorrendo a hipótese prevista no item 7.1.1, os candidatos que realizaram mais de uma inscrição, **respeitando a divisão de turnos prevista no item 7.1,** não serão prejudicados com a nova divisão, sendo-lhes assegurado o direito de realizar a Prova Objetiva dos cargos para os quais se inscreveram.

7.2. Para fins de identificação, desde logo, ficam todos os candidatos convocados a comparecer ao seu local de prova com **01 (uma) hora de antecedência do horário da convocação realizada por edital**, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa e material transparente.

7.3. A **Objetiva Concursos** poderá, em caráter meramente complementar, enviar para o e-mail indicado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição, comunicação quanto a data, local e horário da Prova Objetiva. A remessa da comunicação via correio eletrônico não exime o candidato da responsabilidade de acompanhamento de todos os atos referentes a este certame nos meios estipulados nas Disposições Preliminares, inciso I, letra "b" deste edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou telefone da Objetiva Concursos. Não haverá encaminhamento de comunicação via postal.

7.4. Os programas e/ou referências bibliográficas da Prova Objetiva de cada cargo são os constantes no **Anexo VII** do presente edital.

7.5. Os candidatos devem comparecer à prova preparados no que se refere à alimentação, pois NÃO será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza após seu ingresso na sala de provas, EXCETO para os casos de previstos no **Capítulo V** deste edital.

7.6. Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa e material transparente, lápis, documento de identidade e uma garrafa transparente de água, sem rótulo.

7.7. Após o ingresso do candidato na sala de provas, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

7.8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, a **Objetiva Concursos** poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

7.9. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

7.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura óptica, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para essa correção, devendo ser preenchido pelo candidato com bastante atenção.

7.11. O Cartão de Respostas não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato responsável pela conferência dos dados impressos no Cartão de Respostas, em especial o nome, o número de inscrição e o cargo de sua opção, bem como pela entrega do seu cartão, devidamente preenchido e assinado.

7.11.1. A não entrega do Cartão de Respostas do candidato implicará a sua automática eliminação do certame. **A falta de assinatura no cartão poderá também implicar eliminação do candidato do certame**.

7.12. O tempo de duração da Prova Objetiva será de até **4h (quatro horas)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.

7.13. O candidato, ao terminar a Prova Objetiva, devolverá ao fiscal da sala o Cartão de Respostas, podendo levar consigo seu caderno de provas, desde que decorrida **2h (duas horas)** de prova, contada do efetivo início das provas.

7.13.1. O candidato que sair antes do tempo previsto no item 7.13 deste edital devolverá ao fiscal da sala, além do Cartão de Respostas, o caderno de provas, sendo-lhe permitido copiar seu Cartão de Respostas em meio apropriado e disponibilizado pela **Objetiva Concursos**, para conferência com o Gabarito Oficial.

7.14. A correção das Provas Objetivas será feita por sistema eletrônico (leitura óptica dos Cartões de Resposta), sem ingerência humana, em ato público aberto aos interessados, cuja data, local e horário serão informados oportunamente por edital, assim sendo, não haverá desidentificação dos Cartões de Respostas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1132
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

7.15. Em nenhuma hipótese será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no Cartão de Respostas, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura. Qualquer marcação que estiver em desconformidade com as instruções poderá ser anulada, ficando condicionada à leitura óptica.

7.16. Ao final da Prova Objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, após concluído.

CAPÍTULO VIII - DA PROVA DE TÍTULOS
Somente para PROFESSOR (TODOS).

8.1. Os candidatos que desejarem lograr pontuação na última etapa do certame deverão apresentar as documentações necessárias, impreterivelmente, no dia da aplicação da Prova Objetiva, conforme edital de convocação da Prova de Títulos, a ser divulgado posteriormente. Não serão recebidos Títulos em outra ocasião.

8.2. Esta Prova tem caráter **classificatório**, sendo que o candidato que deixar de **entregar** as documentações necessárias (Títulos e o Formulário de Títulos), não será eliminado do certame, somente não terá somados os pontos correspondentes a esta etapa.

8.2.1. As documentações necessárias (Títulos e o Formulário de Títulos) **entregues** não serão devolvidas, tendo em vista a obrigatoriedade de guarda em arquivo. Por esse motivo, o candidato NÃO deve entregar documentos originais, salvo condição expressa neste edital.

8.3. As documentações necessárias (Títulos e o Formulário de Títulos) deverão ser **entregues** em envelope devidamente lacrado e identificado com o nome, número de inscrição e cargo do candidato.

8.3.1. O preenchimento correto do Formulário de Títulos, a entrega e a comprovação de todos os documentos necessários são de inteira responsabilidade do candidato.

8.4. Juntamente com a documentação comprobatória dos Títulos, deverá ser entregue o **Formulário de Títulos** (não é necessário autenticar em cartório o Formulário de Títulos), conforme **Anexo V** deste edital, que deve ser preenchido em duas vias; destas, uma será devolvida ao candidato devidamente rubricada pelo funcionário encarregado pelo recebimento e a outra será encaminhada à Banca Avaliadora da Objetiva Concursos.

8.5. O candidato deverá listar no **Formulário de Títulos,** o requisito específico que lhe concede direito à posse (concluído ou em andamento), conforme a Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na posse, constantes na **Tabela de Cargos**, item 1.1.1 deste edital, e deverá anexar cópia (simples) do comprovante de conclusão ou atestado de frequência, conforme o caso.

8.5.1. Em caso de descumprimento do estabelecido o item anterior ou caso o candidato indique algum curso/titulação para comprovar o requisito específico para a investidura do cargo e este não cumprir com o exigido na Tabela de Cargos, a Banca Avaliadora poderá utilizar outro Título apresentado que possa suprir a habilitação exigida, a fim de primar pela isonomia da avaliação.

8.6. O candidato deverá encaminhar uma cópia autenticada em cartório de cada Título, salvo exceções indicadas.

8.7. Para efeito de pontuação, a documentação comprobatória dos Títulos deverá estar autenticada conforme previsto no item anterior. E, em caso de documentos gerados por via eletrônica, a chave específica (dígito identificador/verificador) deverá estar impressa no próprio documento a ser verificado.

8.7.1 Caso o documento não atenda ao item anterior, ou permanecendo dúvida para a Banca em relação à autenticidade, ou, ainda, não sendo possível a comprovação da autenticidade devido a falhas na comunicação eletrônica (Internet), o Título não será valorado.

8.8. Para a comprovação do nome do candidato, deverá ser entregue, juntamente com a documentação, uma cópia (simples) do documento de identidade. O candidato que possuir alteração de nome deverá entregar também uma cópia (simples) do documento comprobatório da alteração (certidão de casamento, separação, averbação no registro civil etc.), sob pena de não ter os títulos pontuados caso o nome esteja diferente da inscrição ou dos documentos apresentados para comprovação.

8.8.1. Salvo nos casos abrangidos pelo item 8.8, nos Títulos em que conste nome incompleto, abreviado ou com erros de digitação, o candidato deverá apresentar declaração a próprio punho, informando o seu nome correto e relacionando os Títulos entregues que apresentam a divergência de nome para fins de comprovação da titularidade.

8.9. Cada Título será considerado e avaliado uma única vez, vedada a cumulatividade de pontos.

8.10. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos, o candidato perderá os pontos correspondentes, assegurados ampla defesa e contraditório.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1133
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

8.11. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:

Categoria (somente cursos concluídos)		Pontuação por Título	Forma de apresentação
1. Pós-graduação* Somente títulos que guardarem relação direta com as atribuições do cargo	**Doutorado**** *Stricto sensu*	**12,0**	**a)** Para comprovação de conclusão de curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Doutorado e/ou Mestrado, será aceita a cópia do diploma, expedido e registrado pela Instituição responsável pelo Curso. Caso ainda não possua o diploma, será aceito documento expedido pela Instituição responsável pelo Curso, devendo **constar expressamente** a conclusão do curso.
	Mestrado** *Stricto sensu*	**8,0**	
	Especialização** *Lato Sensu*/MBA	**5,0**	**b)** Para comprovação de conclusão de curso de Pós-Graduação *lato sensu* em nível de Especialização e/ou MBA, com carga horária mínima de 360 horas, será aceita a cópia do certificado, expedido e registrado pela Instituição responsável pelo Curso. Caso ainda não possua o certificado, será aceito documento expedido pela Instituição responsável pelo Curso, devendo **constar expressamente** a sua conclusão e carga horária. **b.1)** Deverá constar expressamente no documento de comprovação do curso de Especialização *Lato Sensu* (a distância e/ou presencial), a informação "pós-graduação *Lato Sensu*"; ou ter referência expressa às resoluções do Conselho Nacional de Educação sobre o estabelecimento das normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.
Pontuação máxima: 25,0 pontos			
*Desde que não seja a de requisito/habilitação para ingresso no cargo. Nos casos em que constar no item 1.1.1 mais de um curso/titulação especificado como exigência para posse, em relação ao excedente prevalecerá a seguinte regra: **a)** O que estiver separado por ponto e vírgula ou ou poderá ser listado e anexado para avaliação da Banca; **b)** O que estiver separado por e ou e/ou não deverá ser listado e anexado, pois serão considerados cumulativamente como exigência para a posse.			
** Nos casos em que a nomenclatura do curso possa não ser suficiente para a Banca aferir a relação com área a que concorre, o candidato deverá anexar junto ao título o conteúdo programático e/ou a ementa de modo a permitir à Banca realizar essa aferição.			
I. O candidato somente poderá apresentar **um único** Título em cada categoria (um para Doutorado; um para Mestrado, e; um para Especialização).			
II. Os Títulos, quando expedidos em língua estrangeira, deverão estar acompanhados da tradução para a língua portuguesa por Tradutor Juramentado e, ainda, no caso de Graduação e Pós-Graduação, da revalidação, de acordo com a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.			

8.12. **NÃO** serão pontuados os Títulos:
a) que estiverem desacompanhados do **Formulário de Títulos**;
b) cujo Formulário de Títulos tenha sido entregue sem estar preenchido;
c) não relacionados ou relacionados indevidamente no Formulário de Títulos, mesmo que entregues;
d) relacionados no Formulário de Títulos, mas não entregues;
e) cujo envelope e Formulário de Títulos não estiverem individualizados em caso de inscrição em mais de um cargo, conforme item 8.3.1;
f) de curso apresentado para suprir a habilitação/exigência ou utilizado pela Banca Avaliadora para suprir a exigência do cargo, conforme item 8.5.1;
g) sem a autenticação, conforme item 8.6;
h) sem a chave específica de autenticação para verificação, ou, que não seja possível realizar a autenticação, em caso de documentos gerados por via eletrônica, conforme itens 8.7 e 8.7.1;
i) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação, conforme itens 8.8 e 8.8.1;
j) de cursos que não estejam descritos na grade de pontuação;
k) de cursos não concluídos;
l) apresentados em forma de: boletim de matrícula, atestados de frequência, atestados/atas de apresentação e/ou defesa de trabalho de conclusão, monografia, dissertação ou tese, assim como outro documento que não atenda as exigências expressas na grade de pontuação;
m) sem a tradução para a língua portuguesa e/ou a revalidação, conforme grade de pontuação;
n) que ultrapassem a pontuação máxima, conforme grade de pontuação;
o) que apresentem rasuras, emendas ou entrelinhas;
p) que apresentarem dados imprecisos, incoerentes ou incompletos que comprometam ou impossibilitem a Banca de aferir a pontuação correta segundo os critérios previstos neste edital;
q) sem relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição.

8.13. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato perderá os pontos correspondentes, assegurados ampla defesa e contraditório.

CAPÍTULO IX - DOS RECURSOS

9.1. Todos os períodos previstos para interposição de recursos encontram-se estabelecidos no Cronograma de Execução, **Anexo IX** deste edital, todavia, sua confirmação dar-se-á conjuntamente ao edital de cada evento, **especificamente**, devendo, portanto, os candidatos estarem atentos às publicações ao longo do certame.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1134
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

9.2. Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados, atendendo rigorosamente aos preceitos fixados neste capítulo, devendo ser dirigidos à **Comissão Executora**. **Quanto à forma de interposição, os candidatos poderão proceder conforme segue:**

9.2.1. Recursos via Internet:

9.2.1.1. Cada um dos pedidos de revisão deverá ser formulado através de um formulário eletrônico de recurso, o qual deverá ser preenchido/digitado na **Área do Candidato**, no site **www.objetivas.com.br**, seguindo as orientações da página.

9.2.2. Recursos via SEDEX:

9.2.2.1. Cada um dos pedidos de revisão deverá ser postado até **17 horas do último dia de prazo de cada fase recursal**, via **SEDEX**, para o endereço da empresa **Objetiva Concursos** (Rua Casemiro de Abreu, nº 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90420-001), em modelo próprio a ser disponibilizado quando da publicação do edital de cada evento.

9.3. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão de outra forma e/ou por outro meio senão aqueles estipulados no item 8.2.1 e 8.2.2 deste edital, considerando-se deserto o pedido cujo preparo seja efetuado de outro modo e em desconformidade com as regras deste capítulo.

9.4. Junto a cada um dos pedidos de revisão deve(m) ser apresentada(s): **(a)** No caso de indeferimento de isenção/inscrição, as razões pelas quais solicita a homologação da sua isenção/inscrição e todos os documentos comprobatórios que permitam o deferimento (comprovante de inscrição, pagamento, etc.); **(b)** Circunstanciada exposição a respeito das questões, títulos, pontos ou resultados, para as quais, em face às normas do certame, contidas neste edital, da natureza da função a ser provida ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau, número de pontos ou resultado diverso; **(c)** Em outros casos, as razões do pedido e os documentos comprobatórios.

9.5. Em data a ser informada por edital, será disponibilizada, no endereço eletrônico **www.objetivas.com.br**, vista da(s) prova(s) padrão e/ou outras provas para subsidiar a interposição de recursos. Os candidatos não terão direito à vista em outro momento.

9.6. Não se conhecerão os recursos que não estejam fundamentados com argumentação lógica e consistente, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou da nota. Recursos inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos. Recursos interpostos, que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecidos no edital não serão apreciados.

9.7. Independentemente da forma de interposição escolhida pelo candidato (Internet ou SEDEX), as razões do pedido não poderão conter qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação do postulante.

9.8. Não serão admitidos recursos coletivos, ao passo que cada candidato deve interpor seu próprio recurso. Admitir-se-á um único recurso para cada tipo de situação, de forma que, identificado mais de um recurso do candidato para a mesma situação, somente será considerado o último recurso recebido, os demais recursos não serão apreciados.

9.9. Se houver alteração de Gabarito Oficial (retificação e/ou anulação de questão), as provas serão corrigidas de acordo com a referida alteração. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executora, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, quando forem computados os pontos respectivos, exceto para os que já tiverem recebido a pontuação.

9.10. Durante o período de recursos, salvo previsão em contrário, não será aceita e/ou considerada complementação de documentação que deveria ter sido entregue e/ou encaminhada no período determinado em capítulo específico deste edital, conforme cada etapa e/ou nos termos do edital de convocação.

9.11. Os pareceres exarados pela Banca da empresa **Objetiva Concursos** poderão ser consultados pelos candidatos, em geral, no **Centro Administrativo Municipal**, a partir da divulgação do resultado por edital. Na mesma ocasião, cada recorrente também poderá consultar o parecer do seu recurso diretamente na sua **Área do candidato**, no site **www.objetivas.com.br**. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

CAPÍTULO X - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

10.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas nas Provas Objetiva e de Títulos, conforme aplicadas a cada cargo.

10.2. A classificação final do certame será publicada por edital e apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo, em ordem decrescente de pontos, sendo composta de duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda somente a pontuação destes últimos, se houver aprovados.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1135
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

10.3. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas, para efeitos da classificação final, se dará nos termos abaixo definidos.

a) **1ª preferência**: Candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição neste certame, em conformidade com a Lei 10741/03, art. 27, parágrafo único - Estatuto do Idoso.

b) **2ª preferência**: Candidatos que estiverem no efetivo exercício da função de Jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art. 440.

c) **Pelo resultado das provas aplicadas, conforme segue:**

c.1) Para a TABELA A:

a) obtiver maior nota em Legislação e Conhecimentos Específicos;
b) obtiver maior nota em Português;

c.2) Para a TABELA B:

a) obtiver maior nota na Prova Objetiva;
b) obtiver maior nota em Legislação e Conhecimentos Específicos;
c) obtiver maior nota em Português;

d) **Por sorteio:** Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate dar-se-á através do sistema de sorteio que, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital, e seu resultado fará parte da classificação final do certame.

10.3.1. Ao efetuar a inscrição, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução deste certame, especificamente, o candidato interessado em utilizar a **condição de jurado como critério de desempate** DEVERÁ responder que **"sim**, já foi jurado nos termos do artigo 440 do código de processo penal", no campo "**Jurado**", e, posteriormente, **anexar** a seguinte documentação digitalizada, de forma legível, e salva em um único arquivo, nas extensões "pdf", "png", "jpg" ou "jpeg", cujo tamanho máximo deve ser de 2MB:

a) **Certidão, Declaração, Atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal**, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art. 440, e;

b) **requerimento**, **Anexo III** deste edital, preenchido e assinado, de forma completa e legível.

10.3.2. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador no **Centro Administrativo Municipal** (Rua Venâncio Aires, nº 2277, Bairro Centro, Santa Maria/RS), durante o período das inscrições, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **7h30min às 12h30min**, EXCETO no último dia de inscrições, quando o posto funcionará somente até o **meio-dia (12h)**.

CAPÍTULO XI - DO PROVIMENTO

11.1. O provimento obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados, respeitado o percentual de reserva de vagas.

11.2. O ato de nomeação dos candidatos será publicado no **Painel de Publicação da Prefeitura Municipal**, no site **www.santamaria.rs.gov.br**, e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via e-mail e/ou via telefone, conforme dados informados no formulário de inscrição ou posteriormente atualizados.

11.2.1. O candidato obriga-se a manter atualizados os seus dados cadastrais junto à **Objetiva Concursos**, por meio da sua ficha cadastral, até a data de publicação da Homologação Final e, após esta data, junto ao **Município**, através de requerimento protocolado na Prefeitura Municipal, pessoalmente.

11.2.2. É responsabilidade única e exclusiva do candidato manter seus dados como endereço residencial e eletrônico, telefone, etc. atualizados, até que se expire o prazo de validade do certame, para viabilizar os contatos necessários, sob o risco de quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

11.2.3. O **Município** e a **Objetiva Concursos** não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereços residencial e/ou eletrônico e/ou telefones, etc., informados erroneamente e/ou não atualizados.

11.3. Os candidatos terão o prazo de até **15 (quinze) dias**, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por igual período, a pedido, para tomar posse, e **15 (quinze) dias**, contados da data da posse, para entrar em exercício.

11.4. Nos termos do item 1.3 deste edital, ficam advertidos os candidatos de que a ausência de quaisquer comprovantes dos requisitos para ingresso no serviço público impossibilitará a posse, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da sua classificação neste certame, bem como de sua nomeação.

11.5. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se não ocorrer a posse e/ou exercício nos prazos legais, sendo que o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando à Administração Pública o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1136
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Somente haverá devolução do valor da taxa de inscrição em caso de alteração de requisito essencial ao(s) cargo(s), adiamento da Prova Objetiva, suspensão que cause alteração da data da Prova Objetiva, exclusão de cargo ou cancelamento do certame.

12.2. O Concurso Público terá validade por **02 (dois) anos** a partir da data de Homologação Final, prorrogáveis por mais **02 (dois) anos**, a critério **do Município.**

12.3. A publicidade oficial deste certame, após a sua homologação final, dar-se-á através do **Painel de Publicação da Prefeitura Municipal** e do site **www.santamaria.rs.gov.br.**

12.4. Os candidatos desde já ficam cientes das disposições constitucionais aplicáveis aos servidores públicos para fins de aposentadoria, observadas as demais disposições legais vigentes.

12.5. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais, a **Objetiva Concursos** não fornece apostilas e/ou manuais e/ou quaisquer outros materiais de consulta, assim como também não fornece cópias físicas das provas a candidatos ou instituições de direito público ou privado (candidatos verificar o teor do item 9.2.1 do presente edital), mesmo após o encerramento do Concurso Público.

12.6. Fazem parte do presente edital:
Anexo I – Requerimento Pessoas com Deficiência;
Anexo II – Requerimento Atendimento Especial;
Anexo III – Requerimento Desempate – Condição de Jurado;
Anexo IV – Requerimento isenção da Taxa de Inscrição;
Anexo V – Formulário de Relação de Títulos;
Anexo VI – Descritivo das Atribuições;
Anexo VII – Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;
Anexo VIII – Decreto Executivo nº 176/2019;
Anexo IX – Cronograma de Execução.

Santa Maria/RS, 07 de fevereiro de 2020.

Jorge Cladistone Pozzobom,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS
CONCURSO PÚBLICO 002/2020/MAG
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

ANEXO I
REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:	Cargo:		
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:	Data Expedição:		
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:	Sexo: [ ] Masculino [ ] Feminino		
Endereço residencial completo:	Nº:	Complemento:	
Cidade:	UF:	CEP:	
Telefone fixo: [ ]	Telefone Celular: [ ]		
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		

Eu, _____, acima qualificado(a), **VENHO REQUERER** vaga especial como pessoa com deficiência; **DECLARO** que possuo conhecimento das atribuições do cargo para o qual me inscrevo, bem como que tenho ciência de que minha deficiência deve ser compatível com as referidas atribuições para fins de posse, o que será confirmado quando dos exames médicos admissionais; **DECLARO** que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a não apresentação e/ou a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e/ou forma solicitados implicará o indeferimento da solicitação; **DECLARO** que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame. **Diante do exposto**:

( ) Apresento **LAUDO MÉDICO emitido há menos de um ano** com CID.
( ) Apresento **LAUDO MÉDICO o qual declara expressamente que se trata de deficiência irreversível,** com CID, emitido em ___/___/_____.

DESCREVER OS DADOS ABAIXO COM BASE NO LAUDO MÉDICO:
Tipo de deficiência de que é portador:
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID:
Nome do Médico Responsável pelo laudo:

ATENÇÃO: Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres não serão considerados como deficiência.

Nestes Termos,
Espera Deferimento.

(Local) _____ (Data) _____ (Assinatura do Candidato) _____

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4500514

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201605

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS
CONCURSO PÚBLICO 002/2020/MAG
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

ANEXO II
REQUERIMENTO - ATENDIMENTO ESPECIAL

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:				
Número da Inscrição:	Cargo:			
Documento de Identidade:				
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:		
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:	
Data de nascimento:	Sexo: [ ] Masculino [ ] Feminino			
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:	
Cidade:	UF:	CEP:		
Telefone fixo: [ ]	Telefone Celular: [ ]			
E-mail:				
Filiação	Nome completo da mãe:			
	Nome completo do pai:			

Eu, _____, acima qualificado(a) **VENHO REQUERER** atendimento especial no dia de realização das provas do Concurso Público, e, **DECLARO,** desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e/ou forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação; **DECLARO**, ainda, que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame.

MARCAR ABAIXO UM X AO LADO DO TIPO DE ATENDIMENTO ESPECIAL QUE NECESSITA

( ) Acessibilidade no local de provas (Candidato cadeirante).	( ) Prova com letra ampliada (Candidato com deficiência visual). Tamanho da fonte: _____
( ) Acessibilidade no local de provas (Candidato com dificuldade de locomoção).	( ) Prova em Braille (Candidato com deficiência visual).
( ) Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência visual).	( ) Sala para amamentação (Candidata lactante).
( ) Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência motora que impeça o preenchimento do cartão).	( ) Tempo adicional (Candidato que apresentar parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal 7853/89).
( ) Intérprete de Libras (Candidato com deficiência auditiva).	( ) Outro (descrever):
( ) Ledor (Candidato com deficiência visual).	

ATENÇÃO: Para o atendimento das condições solicitadas, verificar a obrigatoriedade de apresentação de laudo médico com CID emitido há menos de um ano, acompanhado deste requerimento preenchido, ou atestado de amamentação. No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório PARECER ORIGINAL emitido por especialista da área de sua deficiência justificando sua necessidade junto a esse requerimento.
Dados especiais para aplicação das PROVAS (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial):

Nestes Termos,
Espera Deferimento.

_____ (Local) _____ (Data) _____ (Assinatura do Candidato)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS
CONCURSO PÚBLICO 002/2020/MAG
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

ANEXO III
REQUERIMENTO DESEMPATE - CONDIÇÃO DE JURADO

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:	Cargo:		
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:	Data Expedição:		
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:	Sexo: [ ] Masculino [ ] Feminino		
Endereço residencial completo:	Nº:	Complemento:	
Cidade:	UF:	CEP:	
Telefone fixo: [ ]	Telefone Celular: [ ]		
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		

Eu,_____, acima qualificado(a), **VENHO REQUERER** que, em caso de aprovação, restando empatado, haja preferência no critério de desempate pela condição de jurado (conforme Art. 440, Código de Processo Penal). **DECLARO** que tenho pleno conhecimento de que SOMENTE serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual e Federal do país, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Art. 440 (Código de Processo Penal), a partir da entrada em vigor da Lei Federal 11689/08. **DECLARO,** desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e/ou forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. **DECLARO**, ainda, que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame **Assim Sendo,** seguem anexos os documentos que comprovam essa condição.

Nestes Termos,
Espera Deferimento.

(Local) (Data) (Assinatura do Candidato)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS
CONCURSO PÚBLICO 002/2020/MAG
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

ANEXO IV
REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:				
Número da Inscrição:	Cargo:			
Documento de Identidade:				
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:		
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:	
Data de nascimento:	Sexo: [ ] Masculino [ ] Feminino			
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:	
Cidade:	UF:	CEP:		
Telefone fixo: [ ]	Telefone Celular: [ ]			
E-mail:				
Filiação	Nome completo da mãe:			
	Nome completo do pai:			

Eu, _____, acima qualificado, **VENHO REQUERER ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO** ___/____**,** do _____[LOCAL], nos termos da **Lei Municipal** _____**, para:**

[SENHOR CANDIDATO, FAVOR PREENCHER ACIMA O TIPO DE SITUAÇÃO QUE LHE DÁ DIREITO A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO]. **DECLARO,** desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. Declaro, ainda que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame.

Nestes Termos,
Espera Deferimento.

_____ (Local)

_____ (Data)

_____ (Assinatura do Candidato)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4500514

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201605

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS
CONCURSO PÚBLICO 002/2020/MAG
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

ANEXO V
FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE TÍTULOS

EDITAL ___/20____ - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame; Leia atentamente o Capítulo correspondente à Prova de Títulos para preencher este formulário>

DADOS PESSOAIS	
Cargo:	
Nome completo do candidato:	
Número da Inscrição:	Documento de Identidade:
Possui alteração de nome? ( ) SIM ( ) NÃO	**Documento(s) enviado(s) para a comprovação do nome do candidato:** (Marque com **X** no(s) espaço(s) correspondente(s) ao(s) documento(s) entregue(s) para a comprovação do nome) ( ) Cópia do documento de identidade/RG. ( ) Cópia da certidão de casamento, separação, averbação no registro civil etc. ( )Outro: _____

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENVIADOS/ANEXADOS A ESTE FORMULÁRIO

1º passo: Liste no campo abaixo **Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na posse,** conforme consta no item 1.1.1 deste edital.
OBS.: Os Títulos apresentados para suprir a escolaridade/requisito **NÃO** receberão pontuação.

HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA A POSSE:

2º passo: Liste nas linhas abaixo todos os Títulos a serem avaliados na prova de Títulos, de forma clara e objetiva, utilizando uma linha para cada título. Observe o exemplo em vermelho.

Ex:	*Pós-Graduação lato sensu em Informática Educativa - Universidade*
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

SE HOUVER DIVERGÊNCIA ENTRE O NOME DO CANDIDATO NO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E NO(S) TÍTULO(S):

Eu, acima qualificado, **DECLARO**, para os devidos fins, que o meu nome consta divergente do meu documento de identificação no(s) título(s) a seguir listado(s) [LISTAR O(S) TÍTULO(S) COM DIVERGÊNCIA]: _____

_____

_____

pelos seguintes motivos [DESCREVER A DIVERGÊNCIA]:_____

TODAVIA, se trata de documentação de minha titularidade, DEVENDO, para fins de pontuação, ser considerado o seguinte nome [NOME CORRETO]: _____.

Eu, acima qualificado, **DECLARO**, para os devidos fins, que li e estou ciente e de pleno acordo com as normas contidas no Edital de Abertura das Inscrições e demais publicações e assumo total responsabilidade pelos documentos apresentados e pelas informações prestadas neste formulário.

_____ Local

_____ Data

_____ Assinatura do candidato

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1142
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

ANEXO VI - DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES

NUTRICIONISTA: ***Atribuições***: Planejar, organizar, inspecionar e chefiar os serviços de alimentação nos estabelecimentos mantidos pelo Poder Público Municipal. - Identificar os alimentos em relação a tipos, características próprias e valor nutritivo, aplicando-os adequadamente nos variados cardápios;- Orientar a seleção, pré-preparo, preparo e distribuição de refeições controlando o resto-ingesta e o reaproveitamento de alimentos visando evitar desperdícios;- Criar novas alternativas e/ou formulações alimentares;- Identificar e avaliar a sanidade dos alimentos, através das características organolépticas e análise microbiológica;- Reconhecer os diversos tipos de aditivos utilizados em alimentos, seus efeitos no organismo, bem como padrões e legislação oficial;- Identificar, avaliar e aplicar métodos e técnicas bromatológicas corretas de reconhecimento da composição química dos alimentos;- Identificar sinais e graus de desnutrição relacionando-os com a carência alimentar;- Realizar diagnóstico alimentar e nutricional, através da anamnese alimentar e/ou história clínica;- Identificar as necessidades nutricionais e prescrição dietoterápica determinando o valor calórico total, as quantidades e qualidades dos nutrientes da dieta;- Avaliar e orientar a portadores de patologias que exijam ajuste nutricional, inclusive associada a enfermidades infectocontagiosas;- Elaborar e acompanhar dietas normais, modificadas, progressivas e individualizadas;- Dar orientação dietética e nutricional a indivíduos e grupos populacionais;- Desenvolver atividades de atenção dietética em serviços e programas de atendimento a grupos vulneráveis;- Promover o aleitamento materno;- Analisar e interpretar resultado de análises de alimentos, bem como dados de qualquer avaliação executada na área de nutrição;- Participar de diagnósticos de saúde da comunidade;
- Identificar grupos de alto risco propondo soluções e medidas preventivas e corretivas;- Participar da elaboração de projetos de avaliação do estado nutricional de indivíduos e/ou grupos populacionais;- Realizar e avaliar inquéritos epidemiológicos;- Realizar vigilância alimentar nutricional, identificando os determinantes da problemática nutricional da população;- Avaliar projetos para implantação de serviços de produção de refeições;- Participar de equipes de avaliação da Política Municipal de Saúde, na área de Alimentação e Nutrição;- Analisar e avaliar a eficiência e eficácia dos programas de assistência e educação alimentar;- Estabelecer o sistema de distribuição de refeições adequando-o ao tipo de serviço implantado;- Participar em equipe multidisciplinar na promoção e planejamento de projetos e atividades na área de Nutrição e Saúde;- Participar do planejamento, execução e avaliação de treinamento da equipe técnica, estagiários, pessoal auxiliar e outros relacionados com a nutrição;- Procurar alternativas de métodos e técnicas que possam garantir um produto final dentro das exigências nutricionais e higiênico-sanitárias;- Executar outras tarefas correlatas.

PROFESSOR (EXCETO O PROFESSOR - METALURGIA): ***Atribuições***: - Orientar a aprendizagem do aluno; - Participar do processo de planejamento das atividades da escola; - Organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; - Contribuir com o aprimoramento da qualidade do ensino; - Planejar e executar o trabalho docente; - Levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; Estabelecer mecanismos de avaliação; constar necessidades e carências do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos de atendimento; - Cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional; organizar registros de observações do aluno; - Participar de atividades extra-classe; - Coordenar área de estudo; - Integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins.

PROFESSOR - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - METALURGIA: ***Atribuições***- Orientar a aprendizagem do aluno.- Participar no processo de planejamento das atividades da escola.
- Organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem.- Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.- Planejar e executar o trabalho docente.- Levantar e interpretar dados relativos à realidade da classe.- Estabelecer mecanismo de avaliação.- Constatar necessidade e carências do aluno e propor o seu encaminhamento.- Cooperar com o Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional.- Organizar registros de observação do aluno.- Participar de atividades extra-classe.- Integrar órgãos complementares da escola.- Executar tarefas afins.- Participar de cursos, seminários, reuniões ligados a áreas de atuação.- reparar e ministrar aulas de prática profissional e de conhecimentos complementares.- Organizar, coordenar e acompanhar programas de estágios supervisionados para os alunos.- Elaborar material didático.- Preparar e utilizar recursos audio-visuais.- Organizar registros escolares, mantendo-os atualizados.- Colaborar na organização e execução de trabalhos de caráter cívico, cultural, esportivo ou recreativo, que visem à integração da escola com a comunidade.- Elaborar relatórios e prestar informações sobre assuntos de natureza didática.- Zelar pelo uso dos equipamentos de proteção individual e coletivo, providenciando sua requisição, quando necessário.- Realizar a manutenção e limpeza dos equipamentos utilizados nas aulas práticas.- Prestar assistência aos supervisores hierárquicos. Atividades Específicas de Metalúrgica:- Executar e orientar serviços de caldeiraria, funilaria, confecção de baldes, carrinhos de mão, escadas e outras peças. - Executar, operar e orientar o uso de máquinas como: soldador elétrico, soldador a oxiacetilênico, Tig, Mig, esmerilhadeira, furadeira dobredeira, máquina de virar cano, politriz,ponteadeira, trabalhos de bigorna, tesoura viradoura, relógio comparador e outros. - Fazer tratamento térmico de ferramentas.- Pintar com pincel e pistola.- Manusear e ensinar a usar instrumentos como: escalas, metro, paquímetro.- Orientar na confecção de molde a serem trabalhadas nas oficinas. (Mecânica e Metalúrgica).

ANEXO VII - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ATENÇÃO CANDIDATO: (A) Em todas as provas, quando da citação de legislação, ainda que não mencionadas, devem ser consideradas as emendas e/ou alterações da legislação com entrada em vigor até a publicação deste edital. Ainda, considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados; (B) Na Prova de Português será exigida a norma ortográfica atualmente em vigor.

PORTUGUÊS

PARA NUTRICIONISTA E PROFESSOR (TODOS)

Conteúdos: 1) Compreensão, interpretação, estruturação e articulação de textos; significado contextual de palavras e expressões; vocabulário. 2) Ortografia e acentuação. 3) Classes, formação e emprego das palavras. 4) Significação das palavras: sinônimas, antônimas e homônimas. 5) Colocação pronominal. 6) A oração e seus termos. 7) O período e sua construção: coordenação e subordinação. 8) Flexão nominal e verbal. 9) Emprego de tempos, modos e vozes verbais. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Ocorrência de crase. 13) O uso dos porquês. 14) Pontuação. 15) Figuras de estilo e vícios de linguagem.

INFORMÁTICA

COMUM A TODOSOS CARGOS

Conteúdos: 1) Informática em Geral: conceitos. 2) Periféricos de um Computador. 3) Hardware. 4) Software. 5) Utilização e configurações básicas do Sistema Operacional Windows 8 e 10. 6) Instalação, configuração e utilização: Word 2010, Excel 2010, Outlook 2010 e PowerPoint 2010 e suas respectivas versões posteriores. 7) Noções de segurança para Internet. 8) Noções básicas de navegação na Internet (Internet Explorer 11, Mozilla Firefox 61 e Google Chrome 74 e suas respectivas versões posteriores). 9) Configuração e utilização de Impressoras.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1143
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

Referências Bibliográficas:
- CERT.BR. **Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em <http://cartilha.cert.br/>.
- GOOGLE CHROME. **Ajuda do Google Chrome** (Ajuda integrada e on-line).
- MICROSOFT CORPORATION. **Ajuda integrada e on-line**: Windows 8 e 10, Internet Explorer, Microsoft Outlook, Microsoft Excel, Microsoft Word e Microsoft PowerPoint.
- MOZILLA FIREFOX. **Ajuda do Firefox** (Ajuda integrada e on-line).
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos listados.

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PARA NUTRICIONISTA

Conteúdos: **Legislação e Saúde Pública**: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Prevenção, Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) Epidemiologia. 4) Prevenção e Combate a Doenças. 5) Direitos dos usuários da saúde. 6) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 7) Ética Profissional. 8) Legislação. **Nutrição**: 1) Condições higiênico-sanitárias dos alimentos. 2) Boas práticas nos serviços de alimentação. 4) Avaliação de perigos e pontos críticos. 5) Contaminação dos alimentos. 6) Higiene do manipulador. 7) Higiene na operação de preparo dos alimentos. 7) Fatores ligados à presença, número e proporção dos micro-organismos. 8) Cálculo para dimensionamento do pessoal e número de substitutos. 9) Custos e produtividade no serviço de alimentação controle de qualidade. 10) Planejamento de um lactário. 11) Fator de correção dos alimentos. 12) Cálculo do número de refeições diárias. 13) Nutrição nas diferentes fases de vida: infância, adolescência, adulto, idoso. 14) Peso, estatura, percentual de gordura corporal. 15) Nutrição na gravidez. 16) Nutrição materno-infantil. 17) Cuidado nutricional em doenças de má-absorção, anemia, câncer e AIDS. 18) Cuidado nutricional em doenças gastrointestinais. 19) Equilíbrio de energia e manejo do peso. 20) Cálculo das necessidades energéticas e planejamento de dieta para portadores de doenças inflamatórias do Intestino, Diabete Mellitus, Renais agudos e crônicos. 21) Hepatopatas agudos e crônicos. 22) Desnutrição. 23) Planejamento alimentar nos pacientes com cardiopatia aguda e crônica. 24) Pneumopatas agudos e crônicos. 25) Nutrição nas doenças gastrointestinais. 26) Macronutrientes e Oligoelementos. 27) Nutrição e Atividade Física. 28) Anorexia e Bulimia. 29) Cuidado nutricional para recém nascido de baixo peso e alto risco. 30) Indicações e técnicas de ministração de nutrição enteral. 31) Vias de acesso e complicações em nutrição enteral e parenteral. 32) Nutrição enteral e parenteral em Pediatria, insuficiência renal, hepática e cardíaca. 33) Nutrição e saúde coletiva. 34) Epidemiologia nutricional. 35) Interações entre drogas e alimentos/nutrientes. 36) Nutrição e saúde oral. 37) Nutrição e hipertensão. 38) Nutrição e doenças reumáticas. 39) Planejamento de cardápios para escolares. 40) Nutrição e saúde psíquica. 41) Educação nutricional para coletividades. 42) Segurança Alimentar e Nutricional. 43) Programa Nacional de Alimentação Escolar. 44) Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Referências Bibliográficas:
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204; Art. 225 a 230).
- BRASIL. **Decreto nº 7.508**, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 11.340,** de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26**, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- SANTA MARIA. **Lei Orgânica do Município**.
- SANTA MARIA. **Lei Municipal nº** 3326 de 04 de junho de 1991. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.
- **Código de Ética Profissional**.
- Publicações do Ministério da Saúde que disponham sobre os conteúdos indicados.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resolução-RDC nº 216**, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resolução RDC nº 12**, de 02 de janeiro de 2001. Aprova regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário Temático Alimentação e Nutrição**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Criança**: Nutrição Infantil Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Cadernos de Atenção Básica - n.º 23. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Alimentação saudável para a pessoa idosa**. Um manual para profissionais da saúde. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Antropometria**: Como pesar e medir. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Carências de micronutrientes.** Cadernos de Atenção Básica nº 20 - Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Clínica ampliada e compartilhada** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. - Brasília: Ministério da Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual Clínico de Alimentação e Nutrição** - Na Assistência a Adultos Infectados pelo HIV. Série Manuais nº 71. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Publicações Caderno de Atenção Básica: **Obesidade**. (Caderno de Atenção Básica nº 12).

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1144
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

- BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família - Volume 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 32** - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
- ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M.A. **Nutrição em obstetrícia e pediatria**. Cultura Médica.
- ANDRADE, Nélio José de. **Higiene na Indústria de alimentos**: avaliação e controle da adesão e formação de biofilmes bacterianos. Varela.
- EVANGELISTA, J. **Tecnologia de Alimentos**. Atheneu.
- GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos**. Livraria Varela.
- GIGANTE, D. P.; KAC, G.; SHIERI R. **Epidemiologia Nutricional**. Fiocruz.
- GOUVEIA, E. L. C. **Nutrição**: Saúde e Comunidade. Revinter.
- KRAUSE, M. S.; MAHAN, L. K. **Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. Roca.
- MEZOMO, I. F. B. **Os serviços de alimentação**: planejamento e administração. Loyola.
- OLIVEIRA, J. E. D.; MARCHINI, J. S. **Ciências nutricionais**. Sarvier.
- ORNELAS, L. H. **Técnica Dietética** - Seleção e Preparo dos Alimentos. Atheneu.
- PHILIPPI. S. T. **Nutrição e Técnica Dietética**. Manole.
- SANTOS R. D., GAGLIARDI A. C. M., XAVIER H. T., MAGNONI C. D., CASSANI R., LOTTENBERG A.M. [et al.]. Sociedade Brasileira de Cardiologia. **I Diretriz sobre o consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular**. Arq Bras Cardiol. 2013;100(1Supl.3):1-40.
- SHILS, M. E.; SHIKE, M.; ROSS, A.C **Nutrição Moderna na Saúde e na Doença**. Manole.
- SILVA JR, E. A. **Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação**. Varela.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO / SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão**.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **I Diretriz Brasileira de Hipercolesterolemia Familiar** (HF).
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes**.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Avaliação nutricional da criança e do adolescente - Manual de Orientação**. SBP, Departamento de Nutrologia.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Manual de orientação para a alimentação do lactente, do pré-escolar, do escolar, do adolescente e na escola.** SBP, Departamento de Nutrologia.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Obesidade na infância e adolescência - Manual de Orientação**. SBP, Departamento de Nutrologia.
- TEIXEIRA, S; CARVALHO, J.; BISCONTINI, T.; REGO, J.; OLIVEIRA, Z. **Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição**. Atheneu.
- VITOLO, M. R. **Nutrição da Gestação ao Envelhecimento**. Rubio.
- WAITZBERG, D. L. **Nutrição Oral, enteral e Parenteral na Prática Clínica**. Atheneu.

PARA PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (TODOS)

Conteúdo 1: 1) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e Planejamento de Aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da Aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso Escolar. 11) A Prática Educativa. 12) Formação de Professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 21) Educação das Relações Étnico-Raciais. 22) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- SANTA MARIA. **Lei Orgânica do Município**.
- SANTA MARIA. **Lei Municipal nº** 3326 de 04 de junho de 1991. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos:** orientações gerais. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental**. Caderno de Reflexões. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Editora Mediação.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação:** relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.
- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M (Org.). **Interação escola-família:** subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Autores Associados.
- DEMO, P. **Ser Professor:** é cuidar que o aluno aprenda. Editora Mediação.
- DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Artes Médicas.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia:** o cotidiano do professor. Paz e Terra.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. Editora UNESP.
- GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. Ática.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1145
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

- HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho:** o conhecimento é um caleidoscópio. Artmed.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mito e Desafio.** Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. Editora Mediação.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. Cortez Editora.
- MACEDO, L. de. **Ensaios Pedagógicos**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. Moderna.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-brasileira**. Editora Contexto.
- MEIER, M.; GARCIA, S. **Mediação da Aprendizagem**: contribuições de Feuerstein e de Vygotsky. Edição do Autor.
- MINGUET, P. A (Org.). **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Cortez Editora.
- MUNANGA, K (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- OUTEIRAL, J. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola:** subsídios para os professores. Editora Contexto.
- SACRISTÁN, J. C.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e Transformar o Ensino**. Artmed.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SILVA, T. T. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Autêntica.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- SUKIENNIK, P. B (Org.). **O Aluno Problema:** transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- TIBA, I. **Juventude & Drogas**: anjos caídos. Integrare.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- WEISZ, T.; SANCHEZ, A. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Editora Ática.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa:** como ensinar. Artmed.

PARA PROFESSOR - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - METALURGIA

Conteúdo 1: 1) Projetos Pedagógicos e Planejamento. 2) Teorias Educacionais. 3) Concepções Pedagógicas. 4) Mediação da Aprendizagem. 5) Avaliação. 6) Currículo. 7) A Prática Educativa. 8) Educação de Jovens e Adultos. 9) Mídia e Educação. 10) Disciplina e Limites. 11) Educação Inclusiva. 12) Novas tecnologias na Educação. 13) Educação Profissional e Tecnológica. 14) Formação para o trabalho. 15) Educação das Relações Étnico-Raciais. 16) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 17) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S (Org.). **Educação Tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Paco Editorial.
- BATISTA, S. S. S.; FREIRE, E (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica**: perspectivas e experiências. Paco Editorial.
- DELPHINO, F. B. B. **A Educação Profissional**. Icone.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo**. Vozes.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- HOFFMANN, J. **Avaliação**: mito e desafio - Uma Perspectiva Construtivista. Mediação.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. Editora Moderna.
- MEIER, M.; GARCIA, S. **Mediação da Aprendizagem**: contribuições de Feuerstein e de Vygotsky. Edição do Autor.
- MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: Desafios, tensões e possibilidades. Artmed.
- MORAN, J. M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Papirus.
- MOREIRA, M. A. **Ensino e Aprendizagem**: enfoques teóricos. Editora Moraes.
- MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários para a Educação do Futuro**. Cortez Editora.
- MUNANGA, K (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- PACHECO, E. M.; MORIGI, V. **Ensino Técnico, Formação Profissional e Cidadania**: A Revolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Tekne.
- PERRENOUD, P. **Dez novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- SANT'ANNA, F. M.; ENRICONE, D.; ANDRÉ, L.; TURRA, C. M. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. Sagra / DC Luzzatto.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial:** Em direção à Educação Inclusiva. EDIPUCRS.
- WEISZ, T.; SANCHEZ, A. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Editora Ática.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa:** como ensinar. Artmed.

PARA PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Conteúdo 2: 1) Papel do professor frente aos alunos com necessidades educativas especiais. 2) Metodologias de ensino e aprendizagem. 3) Práticas pedagógicas. 4) Atendimento Educacional Especializado. 5) A inserção escolar - relações entre família e escola. 6) Educação inclusiva e escolarização. 7) Conceito de Necessidades Educacionais Especiais e Serviços em Educação Especial. 8) Organização do tempo e espaço físico na escola. 9) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 10) Deficiência auditiva, Deficiência Física, Deficiência

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1146
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

Mental, Deficiência Visual, Transtornos globais do Desenvolvimento. 11) Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 12) Avaliação do Aluno com NEE. 13) Desenvolvimento global da criança e do adolescente. 14) Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. 15) Educação e Diversidade. 16) Declaração de Salamanca. 17) Sala de recursos multifuncionais. 18) Tecnologia Assistiva. 19) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, C. **As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos**. Ed. Papirus.
- ANTUNES, C. **Como Desenvolver Conteúdos Explorando as Inteligências Múltiplas**. Vozes.
- BAPTISTA, C. R (Org.). **Inclusão e Escolarização**: múltiplas perspectivas. Editora Mediação.
- BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Editora Mediação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Disponível no *site* do MEC.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Coleção Saberes e Práticas da Inclusão**. Disponível no *site* do MEC.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP.
- BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M (Org.). **Um Olhar sobre a Diferença:** interação, trabalho e cidadania. Papirus. (Série Educação Especial)
- CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**: educação inclusiva. Editora Mediação.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes Editora.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Artmed.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível no *site*: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf
- FERNÁNDEZ, A. **Os Idiomas do Aprendente**: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Educação especial**. Artes Médicas.
- FONSECA, V. da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Educação Especial - Programa de Estimulação Precoce**: uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. **Educação Especial:** caminhos pedagógicos. Vozes.
- GARCIA, J. N. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem**: linguagem, leitura, escrita e matemática. Artmed.
- GONZALEZ, E. **Necessidades Educacionais Específicas:** intervenção psicoeducacional. Artmed.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. Moderna.
- MAZZOTTA, M. J. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. Cortez Editora.
- PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada**: das intenções à ação. Artmed.
- PERRENOUD, P. **Pedagogia na Escola das Diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Artmed.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial**: em direção à escola inclusiva. EDIPUCRS.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

PARA PROFESSOR - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - METALURGIA

Conteúdo 2: 1) Materiais: metalografia, diagrama de equilíbrio da liga ferro carbono, tratamentos térmicos e termoquímicos das ligas ferrosas, ensaios mecânicos destrutivos (tração, compressão, impacto, fadiga) e não destrutivos (dureza, visual líquido, penetrante, raios X, ultrassom), resistência dos materiais. 2) Conhecimentos sobre máquinas e equipamentos: soldador elétrico, soldador a oxiacetilênico, Tig, Mig, esmerilhadeira, furadeira, dobradeira, máquina de virar cano, politriz, ponteadeira, trabalhos de bigorna, tesoura viradoura, relógio comparador e outros. 3) Soldagem: classificação dos processos, metalurgia da soldagem, processos de soldagem. 4) Noções gerais sobre: a) Metalurgia de Sondagem; b) Ligas; c) Preparação do metal a soldar; d) Processos de soldagem: Soldagem TIG, Eletrodo revestido, MIG, Brasagem; 5) Fontes de Energia. 6) Controle de Qualidade. 7) Defeitos associados à soldagem e possíveis soluções. 8) Qualidade da solda. 9) Tratamento térmico de ferramentas. 10) Pintura com pincel e pistola. 11) Fundição Processo: características, classificação e descrição detalhada dos processos de fundição; Moldagem Fundição em areia - etapas do processo; comparação com os demais processos de fabricação; equipamentos de fundição, preparação de cargas e elaboração de ligas nos fornos; controle das operações de fusão, vazamento, desmoldagem e separação de canais. Solidificação de metais: relação entre propriedades - estruturas - solidificação; solidificação de metais, nucleação e crescimento; super-resfriamento e crescimento dendrítico; macroestruturas de solidificação; defeitos de solidificação. 12) Tratamentos térmicos de têmpera, normalização e recozimento. 13) Corrosão e proteção de superfícies. 14) Mecânica dos fluidos. 15) Corrosão e proteção de superfícies. 16) Uso de instrumentos como: escalas, metro, paquímetro. 17) Noções de segurança do trabalho. 18) Normas Regulamentadoras. 19) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRANDI, S. D.; WAINER, E.; MELO, V. O. **Soldagem:** processos e metalurgia. Edgard Blücher.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Normas Regulamentadoras**. (conforme legislação do Ministério do Trabalho).
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio): Parte I - Bases Legais. Brasília:MEC/SEMT.
- CHIAVERINI, V. **Aços e Ferros Fundidos**. ABM.
- FESTO Didactic. **Introdução à Hidráulica**. São Paulo.
- HIBBELER, R. C. **Resistência dos Materiais**. Pearson - Prentice Hall.
- INFOSOLDA. O Portal Brasileiro da Soldagem. Biblioteca virtual. Disponível em www.infosolda.com.br.
- INSPETOR DE SOLDAGEM - FBTS- Fundação Brasileira de Tecnologia de Soldagem.
- MANNESMANN - REXROTH. **Hidráulica, princípios básicos e componentes da tecnologia dos fluídos**. São Paulo.
- MARQUES, P. Vi. **Soldagem:** fundamentos e tecnologia. UFMG.
- NETTO, A. et al. **Manual de Hidráulica**. Edgard Blücher.
- RACINE. Hidráulica. **Manual de Hidráulica Básica**. 4. ed. Porto Alegre.
- SANTOS Jr., Manoel Joaquim dos; IRIGOYEN, Eduardo Roberto Costa. **Metrologia Dimensional** - Teoria e Prática. UFRGS.
- SOLDAGEM & TÉCNICAS CONEXAS: PROCESSOS- Ivan Guerra Machado - Editora Pallotti.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA

Conteúdo 2: 1) Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. 2) Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brinquedos e brincadeiras. 3) Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítico emancipatória da educação física. 4) O esporte, a criança e o adolescente. Esportes, jogos e atividades rítmicas e expressivas: Características socioafetivas, motoras e cognitivas; Jogo

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1147
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

cooperativo; Perspectivas educacionais por meio da ludicidade; Regulamentos e regras do esporte institucionalizado. 5) O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. 6) Educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. 7) Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. 8) Atividades para o Ensino Fundamental. 9) Atividade física, exercício físico, saúde e qualidade de vida. 10) Atividade Física e Exercício Físico: definições e funções na vida do homem atual. 11) Aspectos fisiológicos da atividade física e do exercício físico na formação humana. 12) Benefícios do exercício físico para a saúde de escolares. 13) Educação Física e Saúde na formação de indivíduos na sociedade atual. 14) Exercício físico: riscos e benefícios à saúde na formação de crianças, jovens e adultos. 15) Aspectos biológicos do crescimento físico e suas implicações no desenvolvimento motor. 16) Anatomia humana, aspectos biomecânicos do movimento humano; Cinesiologia; Motricidade Humana; Testes, medidas e avaliações físico-corporais. 17) Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. 19) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, T. T. O. **Jogos e Brincadeiras no Ensino Infantil e Fundamental**. São Paulo: Cortez Editora.
- ASSIS, S. O. **Reinventando o Esporte**: possibilidades da prática pedagógica. Autores Associados, chancela editorial CBCE. (Coleção Educação Física e Esportes).
- BARBANTI, V. J. **Teoria e Prática do Treinamento Esportivo**. Blucher.
- BEHNKE, R. S. **Anatomia do Movimento**. Artmed.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** Educação Física. Brasília: MEC/SEF.
- BRIKMAN, L. **Linguagem do Movimento Corporal**. Summus.
- CALAIS-GERMAIN, B. **Anatomia para o Movimento**: introdução à análise das técnicas corporais. Manole.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Cortez Editora.
- DAOLIO, J. **Educação Física e o Conceito de Cultura**. Autores Associados.
- DE MARCO, A (Org.). **Educação Física:** cultura e sociedade. Papirus.
- DIEM, L. **Esportes para Crianças**: uma abordagem pedagógica. Viver.
- FERNANDES FILHO, J. **A Prática da Avaliação Física:** testes, medidas e avaliação física em escolares, atletas e academias de ginástica. Shape.
- FLEGEL, M. J. **Primeiros Socorros no Esporte**. Editora Manole.
- FOX, E. L. **Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos**. Guanabara Koogan.
- FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro**. Scipione.
- GAIO, R.; SEABRA JUNIOR, L.; DELGADO, M. A. **Formação Profissional em Educação Física**. Fontoura.
- GALLAHUE, D. L. et al. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. Artmed.
- HILDEBRANDT-STRAMANN, R. **Textos Pedagógicos sobre o Ensino da Educação Física**. Unijuí.
- HURTADO, J. G. G. M. **O Ensino da Educação Física**: uma abordagem didático-metodológica. Prodil.
- KUNZ, E. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Unijuí.
- MAGILL, R. A. **Aprendizagem Motora:** conceitos e aplicações. Ed. Edgard Blucher Ltda.
- MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da Animação**. Papirus.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer:** uma introdução. Autores Associados.
- MCGINNIS, P. M. **Biomecânica do Esporte e Exercício**. Artmed.
- MENESTRINA, E. **Educação Física e Saúde**. Unijuí.
- MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer:** subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas. Fontoura.
- NEGRINE, A. **Educação Psicomotora**: a lateralidade e a orientação espacial. Pallotti.
- NISTA-PICCOLO, V.; TOLEDO, E. de (Org.). **Abordagens Pedagógicas do Esporte:** modalidades convencionais e não convencionais. Papirus.
- NISTA-PICCOLO,V.; MOREIRA, W. W. **Esporte para a Saúde nos Anos Finais do Ensino Fundamental**. Cortez Editora.
- NOVAES, J. S.; NOVAES, G. S. **Manual de Primeiros Socorros para Educação Física**. Sprint.
- PIRES, G. L. **Educação Física e o Discurso Midiático**: abordagem crítico-emancipatória. Unijuí.
- PITANGA, F. J. G. **Testes, Medidas e Avaliação em Educação Física**. Phorte.
- RASCH, P. J. **Cinesiologia e Anatomia Aplicada**. Guanabara Koogan.
- ROSE JR., D. de. et al. **Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência**: uma abordagem multidisciplinar. Artmed.
- SCALON, R. M (Org.). **A Psicologia do Esporte e a Criança**. EDIPUCRS.
- SOLER, R. **Educação Física Escolar**. Ed. Sprint.
- TANI, G. et al. **Educação Física Escolar:** fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. Edusp/ EPU.
- TOLKMITT, V. M. **Educação Física numa Concepção Sociointeracionista** - de 5ª a 8ª série. Módulo.
- TORTORA, G. J. **Corpo Humano**: fundamentos de anatomia e fisiologia. Artmed.
- TRITSCHLER, K. **Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes de Barrow e McGee**. Manole.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESPANHOL

Conteúdo 2: 1) Análise e compreensão do texto. 2) Vocabulário. 3) Gramática: alfabeto, consoantes, vogais, ditongos, tritongo, contrações, regras sobre uso do artigo, uso do LO (O), substantivos, adjetivos, formação de plural, gêneros: possessivo e demonstrativo, numeral, apócope, regras de eufonia, acentuação, pronomes pessoais, relativos e interrogativos, grau do adjetivo, heterogenéricas, heterosemânticas, heterotônicas, concordância, conjunções, interjeições, advérbio, modos adverbiais, emprego de muito - muito de, preposição, uso do “onde”, conjugações, modo e tempos verbais, vozes verbais, verbos auxiliares, verbos regulares e irregulares, irregularidades próprias , irregularidades especiais, formação dos tempos derivados, verbos defectivos e verbos reflexivos. 4) Teorias de aquisição da linguagem. 5) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF.
- CARVALHO, M. C.; CARNEIRO, A. D. **Gramática da Língua Espanhola**: Antologia e Exercícios.
- FRIGERIO, F. **Curso Práctico de Español**.
- HISPANO. Grupo Educacional. **Español. Método para Brasileños**. **Anotaciones**. Centro Cultural Editora e Distribuidora Hipano LTDA.
- HISPANO. Grupo Educacional. **Español. Método para Brasileños**. **Libro de Tareas**. Centro Cultural Editora e Distribuidora Hipano LTDA.
- SCARPANTER, J. **Introducción a la moderna Gramática Española**.
- VENTURI, M. A. **Tópicos de Aquisição e Ensino de Língua Estrangeira.** Humanitas.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA

Conteúdo 2: 1) Processo Civilizatório: Pré-história da América, Pré-história do Brasil. 2) Civilizações da Antiguidade Oriental e Ocidental. 3) Idade Média: Europa, Ásia e África. 4) Transição Idade Média - Idade Moderna. 5) História da África 6) As Revoluções Burguesas. 7) Idade Contemporânea: o Brasil e o Mundo nos Séculos XIX, XX e XXI. 8) História do Estado. 9) Conhecimento sobre as Teorias da História, historiografia, autores fundamentais e intérpretes do Brasil. 10) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BETHELL, L (Org.). **História da América Latina**. Vol. 1. América Latina Colonial. Edusp.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** História. Brasília: MEC/SEF.
- FAUSTO, B. **História do Brasil.** EDUSP.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos:** o breve século XX (1914-1991). Cia das Letras.
- KARNAL, L. **Estados Unidos:** a formação da nação. Contexto.
- KERN, A. A. **Antecedentes Indígenas**. Editora da UFRGS.
- LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. EDUSC.
- MAESTRI, M. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo.
- PINSKY, J. **As Primeiras Civilizações**. Contexto.
- THOMPSON, E. P. **Costumes Em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras.
- VISENTINI, P. G. F.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. **Breve História da África.** Leitura XXI.
- WASSERMAN, C.; GUAZZELLI, C. A. B (Org.). **Ditaduras Militares na América Latina**. UFRGS.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Companhia das Letras.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS

Conteúdo 2 - Conhecimentos Específicos: 1) Interpretação de Textos. 2) Vocabulário. 3) Estruturas gramaticais. 4) Prática pedagógica de inglês. 5) Teorias de aquisição da linguagem. 6) Ensino de Inglês e suas metodologias. 7) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** Língua Estrangeira. Brasília: MEC/SEF.
- LIGHTBOWN, P. S.; SPADA, N. **How Languages Are Learned - USA,** Oxford University Press.
- McCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use.** Cambridge UP.
- MOURÃO, J. **O Ensino de Língua Inglesa e suas Metodologias**. Clube de Autores.
- MURPHY, R. **English Grammar in Use**. Cambridge UP. (Red, Blue and Lilac).
- NICHOLLS, S. M. **Aspectos Pedagógicos e Metodológicos do Ensino de Inglês.** EDUFAL.
- SWAN, M.; WALTER, C. **The Good Grammar Book**. Oxford UP.
- SWAN, M.; WALTER, C. **How English Works**: a grammar practice book. Oxford UP.
- VENTURI, M. A. **Tópicos de Aquisição e Ensino de Língua Estrangeira.** Humanitas.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA

Conteúdo 2: 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética e progressão geométrica. 6) Matriz, determinante e sistemas lineares. 7) Análise Combinatória. 8) Probabilidade. 9) Estatística. 10) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. 12) Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone e esfera. Elementos, classificação, áreas e volume. 13) Geometria Analítica: ponto, reta e circunferência. 14) Cônicas: elipse, hipérbole, parábola. 15) Números Complexos. 16) Polinômios e Equações Algébricas. 17) Cálculo diferencial e integral de funções de uma variável: limite, derivada e integral. Cálculo e aplicações. 18) Raciocínio lógico. 19) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas. 20) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** Matemática. Brasília: MEC/SEF.
- Qualquer material que contemple os conteúdos acima citados.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - MÚSICA

Conteúdo 2: 1) Todo o conteúdo das bibliografias abaixo.

Referências Bibliográficas:

- ADOLFO, A. **Música:** leitura, conceitos, exercícios. Editora Lumiar.
- BENNETT, R. **Uma Breve História da Música**. Zahar.
- BEYER, E.; KEBACH, P (Org.). **Pedagogia da Música:** experiências de apreciação musical. Editora Mediação.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** Arte. Brasília: MEC/SEF.
- CARDOSO, B.; MASCARENHAS, M. **Curso Completo de Teoria Musical e Solfejo**. Editora Irmãos Vitalle. Volumes 1 e 2.
- CHEDIAK, A. **Harmonia e Improvisação**. Editora Lumiar.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1149
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

- CLARO, W. P. **Música:** a alegria de ensinar e aprender. Irmãos Vitale.
- GUEST, I. **Arranjo:** método prático. Editora Lumiar.
- JENKINS, L. **Manual Ilustrado dos Instrumentos Musicais**. Irmãos Vitale.
- LOUREIRO, A. M. A. **Ensino de Música na Escola Fundamental**. Papirus.
- MED, B. **Teoria da Música**. Musimed.
- PENNA, M. **Música(s) e Seu Ensino**. Sulina.
- PRIOLLI, M. L. M. **Princípios Básicos da Música para a Juventude**. Casa Oliveira de Música Ltda. Volumes 1 e 2.
- SEKEFF, M. L. **Da Música, Seus Usos e Recursos**. Editora Unesp.
- SOUZA, C. E. de. **Musicalizando a Escola:** música, conhecimento e educação. Escrituras Editora.
- SWANWICK, K. **Ensinando Música Musicalmente**. Moderna.
- TAVARES, I. M.; CIT, S. **Metodologia do Ensino de Artes:** linguagem da música. Editora IBPEX.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - PORTUGUÊS

Conteúdo 2: 1) Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento. 2) Linguagem como Meio de Comunicação. 3) Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação. 4) Epilinguismo - Metalinguismo. 5) Fenômenos Constitutivos da Linguagem. 6) Texto/Discurso. 7) Gêneros do Discurso. 8) Leitura/Compreensão e Produção Textual. 9) Linguística. 10) Autoria.11) Conhecimentos de Literatura. 12) Gramática. 13) Implicações na Prática Pedagógica. 14) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- ASSIS, M. de. **Papéis Avulsos**.
- ASSIS, M. de. **Dom Casmurro**.
- AZEVEDO, A. de. **O cortiço**.
- BAKHTIN, Ml. **Estética da Criação Verbal**. Editora Martins Fontes.
- BECHARA. E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Editora Companhia Nacional.
- BOUQUET, S. **Introdução à Leitura de Saussure.** Editora Cultrix.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF.
- CALVET, L-J. **Sociolingüística:** uma introdução crítica. Editora Parábola.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Editora Ouro sobre Azul.
- CARVALHO, C. **Para Compreender Saussure**. Editora Vozes.
- CINTRA, L.; CUNHA, C. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Editora Nova Fronteira.
- GERALDI, J. W (Org.). **O Texto na Sala de Aula**. Editora Ática.
- GONZAGA, S. **Curso de Literatura Brasileira**. Editora Leitura XXI.
- GONZAGA, S. **Manual de Literatura Brasileira**. Editora Mercado Aberto.
- JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Editora Cultrix.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M (Org). **Ler e Compreender:** os sentidos do texto. Editora Contexto.
- LAJOLO, M. **Literatura**: leitores e leitura. Editora Moderna.
- LOPES NETO, J. S. **Contos Gauchescos**.
- LOPES, E. **Fundamentos da Linguística Contemporânea.** Editora Cultrix.
- NEVES, I. C. B. et al. (Org.). **Ler e Escrever:** compromisso de todas as áreas. Editora da UFRGS.
- NEVES, M. H. M. **Que Gramática Estudar na Escola? Norma e uso da Língua Portuguesa**. Editora Contexto.
- ROSA, J. G. **Primeiras Histórias**.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Editora Cultrix.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação:** uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. Cortez Editora.
- ZILBERMAN, R (Org.). **Leitura em Crise na Escola:** as alternativas do professor. Editora Mercado Aberto.

PARA PROFESSOR - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - TEATRO

Conteúdo 2: 1) Aspectos Conceituais do Ensino da Arte; Arte como Expressão; Arte como Linguagem e Arte como Área de Conhecimento. 2) Abordagens Metodológicas do Ensino da Arte. 3) Contextualização, Reflexão e Fazer Artístico. 4) Artes Visuais e Percepção Visual. 5) História da Arte: movimentos artísticos, originalidade e continuidade. 6) Elementos Formais das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro. 7) Educação Artística e Educação Estética. 8) A Construção do Conhecimento em Arte. 9) Conceitos Tecnológicos de Equipamentos Eletrônicos. 10) Cidadania. 11) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- AMARAL, A. M. **Teatro de Formas Animadas**. EDUSP.
- BARBA, E.; SAVARESE, N. **A Arte Secreta do Ator**. Editora da Unicamp.
- BARBOSA, A. M. **Teoria e Prática da Educação Artística**. Cultrix.
- BARBOSA, A. Ma **Tópicos Utópicos**. C/ARTE.
- BOAL, A. **Jogos para Atores e Não Atores**. Civilização Brasileira.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental:** Arte. Brasília: MEC/SEF.
- BURNIER, L. O. **A Arte de Ator**: da Técnica à Representação. Editora da Unicamp, FAPESP.
- CABRAL, B. et al. **Ensino do Teatro Experiências Interculturais**. UFSC.
- CAFEZEIRO, E.; GADELHA, C. **História do Teatro Brasileiro**: de Anchieta a Nelson Rodrigues. Ed. UFRJ/FUNARTE.
- CARVALHO, F. D. **A Pedagogia do Espectador**. Hucitec.
- CARVALHO, F. D. **A Pedagogia do Teatro**: provocação e dialogismo. Hucitec.
- CUNHA, S. R. V. da (Org.). **Cor, Som, Movimento**: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Editora Mediação. (Cadernos Educação Infantil)
- FERRACINI, R. **A Arte de Não Interpretar como Poesia Corpórea do Ator**. Editora da Unicamp.
- FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. **Arte na Educação Escolar**. Cortez Editora.
- FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do Ensino da Arte**. Cortez Editora.
- GARCEZ, L.; OLIVEIRA, J. **Explicando a Arte Brasileira**. Nova Fronteira.
- GROTOWSKI, J. **Em Busca de um Teatro Pobre**. Civilização Brasileira.
- JAPIASSU, R. O. V. **Metodologia do Ensino de Teatro**. Papirus.
- KOUDELA, I. D. **Brecht na Pós-Modernidade**. Perspectiva.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

- KOUDELA, I. D. **Brecht**: um jogo de aprendizagem. Perspectiva e EDUSP.
- KOUDELA, I. D. **Texto e Jogo**. Perspectiva e FAPESP.
- MARTINS, M.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. **Didática de Ensino de Arte** - A língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. FTD.
- MODINGER, C. R. et al. **Artes Visuais, Dança, Música e Teatro:** práticas pedagógicas e colaborações docentes. Edelbra.
- MODINGER, C. R. et al. **Práticas Pedagógicas em Artes:** espaço, tempo e corporeidade. Edelbra.
- OLIVEIRA, J. **Explicando a Arte**. Ediouro.
- PILLAR, A. D (Org.). **A Educação do Olhar no Ensino das Artes**. Editora Mediação.
- PIMENTEL, L. G (Org.). **Som, Gesto, Forma e Cor**: dimensões da Arte e seu ensino. C/ARTE.
- PROENÇA, G. **História da Arte**. Editora Ática.
- RATTON, M. **Dicionário de Áudio e Tecnologia Musical**. Áudio Música & Tecnologia.
- SALLES, R. **Teatro na Escola**. Todos os Volumes.
- SANTAELLA, L. **Comunicação Ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. Paulus.
- SLADE, P. **O Jogo Dramático Infantil**. Summus Editorial.
- SPOILIN, V. **Improvisação para o Teatro**. Perspectiva.
- STANILAVSKY, C. **A Construção da Personagem**. Civilização Brasileira.
- STANILAVSKY, C. **A Preparação do Ator**. Civilização Brasileira.

ANEXO VIII – DECRETO EXECUTIVO Nº 176/2019 - Normatiza e estabelece procedimentos para os exames Admissionais.

Art. 1º O candidato nomeado para ocupar cargo de provimento efetivo, deverá realizar, às suas expensas, e apresentar, junto ao Setor de Medicina do Trabalho do Município, vinculado à Coordenadoria de Engenharia de Segurança do Trabalho e atenção à Saúde do Servidor - CENTRAS, os resultados originais dos exames laboratoriais obrigatórios a seguir definidos, no momento da inspeção médica pré-admissional ao cargo pleiteado, a fim de comprovar o atendimento ao requisito inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 3326, de 4 de junho de 1991:
I - hemograma completo;
II - bioquímica de sangue: glicemia de jejum, ureia, creatinina, colesterol total e frações, ácido úrico, triglicerídeos, TGO, TGP, Gama GT;
III - PSA - somente para os candidatos do sexo masculino a partir dos 45 anos;
IV - EAS;
V - exame comum de urina;
VI - sorologia (Lues ou VDRL, Doença de Chagas, Hepatite B (HBsAg, Anti-HBc IgM, AbeAg, Anti-Hbe e Anti-HBs), Hepatite C (Anti-HCV);
VII - comprovante de Anatoxi-tetânico;
VIII - teste ergométrico/Esteira (para candidatos com 40 anos ou mais);
IX - raio X de coluna lombo-sacra e cervical;
X - exame de papanicolau (mulheres);
XI - exame de mamografia (mulheres acima de 40 anos).
§ 1º Os exames descritos no inciso VI devem ser realizados, exclusivamente, pelos servidores nomeados na Secretaria de Município da Saúde.
§ 2º Os exames descritos no inciso IX devem ser realizados, exclusivamente, pelos servidores nomeados para os cargos do Grupo Operacional, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar de Serviços Gerais I e II, Auxiliar de Serviços Gerais Escolares e Motoristas de Automóveis e Utilitários.
Art. 2º O exame médico pré-admissional será realizado pela Medicina do Trabalho do Município e será composto de:
I - avaliação médica clínica;
II - avaliação dos exames laboratoriais obrigatórios constantes neste artigo;
III - avaliação de exames complementares - testes psicológicos e/ou pareceres de especialistas, nos termos do art. 2º deste Decreto Executivo;
IV - a situação de saúde dos candidatos, considerando diagnósticos e patologias pregressas, que poderá estar sujeita a avaliação do prontuário registrado via sistemas de informação de meio físico ou virtual, mediante autorização.
§ 1º O candidato que apresentar patologia que possa vir a resultar em prejuízo à sua saúde e prejuízo à sua capacidade para o exercício das atribuições do cargo pretendido será considerado inapto.
§ 2º O exame médico pré-admissional tem por objetivo avaliar o estado de saúde físico e mental do candidato que deverá apresentar capacidade laborativa compatível com as atribuições do cargo ou função a ser exercida.
§ 3º Os exames descritos neste artigo somente serão aceitos quando realizados no prazo máximo de até 90 (noventa) dias anteriores à data do exame médico pré-admissional.
§ 4º Não serão aceitos resultados de exames e de teste emitidos via internet, por fax ou fotocopiados.
§ 5º A falsidade ou fraude ocorridas na comprovação dos exames pré-admissionais implicará:
I - declaração de inaptidão na inspeção médica;
II - declaração de nulidade da nomeação;
III - medidas penais cabíveis.
§ 6º As fotocópias dos exames apresentados no exame pré-admissional permanecerá no Setor de Medicina do Trabalho, independentemente do candidato ser admitido ou não.
Art. 3º A Medicina do Trabalho poderá solicitar exames complementares que podem ser desde testes psicológicos e/ou laudos de especialistas e outros que julgar necessários para a conclusão da inspeção médica, considerando a natureza do trabalho a ser desempenhado.
Art. 4º Fica dispensado dos exames laboratoriais e complementares:
I - o servidor em atividade, quando nomeado para cargo que exija as mesmas condições de saúde do cargo, emprego ou função que estiver exercendo, inclusive nas hipóteses de acumulação permitidas por lei, desde que não tenham obtido Licença Médica dentro do período de 6 (seis) meses anteriores à realização do exame médico pré-admissional;
II - o servidor em geral, quando nomeados para cargos de provimento em comissão;
III - o servidor que for contratado emergencialmente.
Art. 5º Em todos os exames laboratoriais e complementares, além do nome completo do candidato, deverá constar obrigatoriamente a assinatura, a especialidade e o registro no órgão de classe específico do profissional responsável - CRM.
Parágrafo único. Os exames que não apresentarem as informações determinadas no *caput* deste artigo ou que apresentarem omissão de qualquer das informações não serão considerados autênticos, podendo o candidato ser sofrer as penalidades constantes no § 6º do art. 1º deste Decreto Executivo.
Art. 6º O exame médico pré-admissional dos candidatos com deficiência física serão realizados de acordo com a legislação pertinente, aplicando-se, no que couber, as disposições deste Decreto Executivo.
Art. 7º O exame médico pré-admissional será realizado por profissional de saúde da Medicina do Trabalho do Município, que deverá fazer registro:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1150
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

Página 1151
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4500514
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201605

I - quando for solicitado ao candidato a realização de outros exames laboratoriais e complementares os quais deverão ser apresentados no prazo previsto para a posse;
II - quando da análise dos exames clínicos, dos exames laboratoriais obrigatórios, bem como, dos exames complementares, for evidenciada alguma alteração que deverá ser classificada em:
compatível ou não com o cargo pleiteado;
potencializada com as atividades a serem desenvolvidas;
determinante de frequentes ausências;
capaz de gerar atos inseguros que venham a colocar em risco a segurança do candidato ou de outra pessoa;
potencialmente incapacitante em curso prazo.
III - evidenciadas quaisquer alterações descritas no inciso II, o candidato poderá ser considerado inapto permanente.

ANEXO IX - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

OBS.: Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Comissão de Concurso Público, em conformidade com a Objetiva Concursos, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação definidos nas Disposições Preliminares deste edital.

DATA	EVENTOS
12/02 a 10/03/2020	Período de Inscrições – **Via SITE até 12h do último dia**
12/02 a 10/03/2020	Período para solicitar identificação pelo nome social – **Via SITE até 12h do último dia**
12/02 a 10/03/2020	Período para anexar documentos para reserva de vagas (PcD – Pessoa com deficiência), atendimento especial e condição de jurado – **Via SITE até 12h do último dia**
12/02 a 14/02/2020	Período para os interessados em obter a isenção da taxa de inscrição realizarem sua inscrição e solicitarem isenção da taxa de inscrição, nos termos do capítulo específico – **Via SITE até 23h59min**
20/02/2020	Resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição
21, 27 e 28/02/2020	Período para interposição de recursos das isenções
09/03/2020	Divulgação do resultado dos recursos isenção da taxa de inscrição
10/03/2020	**Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário** (o pagamento deve ser processado pelo sistema bancário até essa data)
24/03/2020	Divulgação da homologação das inscrições e convocação das Provas Objetiva e de Títulos
25/03 a 27/03/2020	Período para interposição de recursos das inscrições
02/03/2020	Divulgação do resultado dos recursos das inscrições
05/04/2020	**Aplicação da Prova Objetiva e Entrega dos Títulos**
06/04/2020	Divulgação do gabarito preliminar (a partir das 14h)
07/04 a 09/04/2020	Período para interposição de recursos do gabarito preliminar e vista de prova padrão
A definir	Ato público de leitura dos cartões de resposta (na Objetiva Concursos)
A definir	Divulgação do gabarito definitivo e das notas das Provas Objetiva e de Títulos
A definir	Período para interposição de recursos das notas das Provas Objetiva e de Títulos
A definir	Divulgação do resultado dos recursos de notas das Provas Objetiva e de Títulos e convocação para sorteio de desempate
A definir	Ato público de sorteio de desempate **(se necessário)**
A definir	Classificação Final

É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma e as publicações oficiais referentes ao andamento deste certame, nos meios definidos nas Disposições Preliminares deste edital.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4616.8458.01EC.7346.BEE9.

Página 1152 | Processo 0121 6-0200/21-4
Página da peça 1 | Peça 4500520 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | ACESSO P020160B

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE RODAS DE CONVERSA SOBRE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTINICO-RACIAIS

As rodas de Conversa fazem parte das Ações Afirmativas da Secretaria de Município da Educação desde o ano de 2019, quando no mesmo ano, ocorreram atividades no mês de novembro, em consonância com a lei 10.639/2003 que institui o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. As rodas de Conversa no ano de 2019 ocorreram de forma presencial e ocupando os espaços da Biblioteca Pública, contemplando alunos e professores das escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria durante o período de uma semana nos turnos da manhã, tarde e noite. Em 2020, em função da pandemia, as rodas de conversa ganharam um novo formato, sendo este on-line com transmissão ao vivo, através do YouTube no canal do NTEM, direcionando-se mais para a Formação de Professores. Neste formato, passaram a participar das rodas de conversas professores/especialistas na temática da Educação para as relações étnico-raciais que trouxeram falas e relatos de experiências e de pesquisas relacionados à temática.

Em 2021, as rodas de conversa continuaram no mesmo formato de 2020, passando a realizar-se nas mesmas datas das Paradas Formativas da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, no horário das 18 horas, no decorrer do ano, evitando que a temática seja abordada apenas em meses específicos de datas comemorativas e/ou alusivas ao debate e reflexões. No total, foram realizadas cinco rodas de conversas, as quais ocorreram entre os meses de junho a outubro de 2021, alcançando os professores da rede municipal de ensino em um processo de formação continuada em educação para as relações-étnico raciais com um número significativo de professores participantes das atividades.

Abordando temáticas da Educação para as Relações Étnico-Raciais, as rodas de conversa foram ofertadas em forma de convite à toda a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, em horário alternativo à formação que ocorreu durante a manhã e à tarde, sendo às 18 horas da tarde em cada última quarta-feira de cada mês, no ano de 2021 entre os meses de junho a outubro, perfazendo um total de 15 horas. Segue o detalhamento das rodas de conversa:

Data	Horário	Temática	Link de transmissão YouTube Canal do NTEM	Professores/Especialistas convidados(as)	Mediação	Qtidade de visualizaçõ es
30/06/2021	18 horas	**Recontos africanos, leitura e arte negra**	https://www.youtube.com/watch?v=TOKKzGXONJI	Profª Lisiane Gonçalves	Aline Escobar Jéssica da Silva	2.179
21/07/2021	18 horas	**Diversidade cultural étnico-racial: uma prática pedagógica para a justiça social**	https://www.youtube.com/watch?v=6d6dKDhFJuw	Profª Ma. Professora Beatriz pontes Profª Drª Débora Beatriz Leão Prof. Mestranda: Raquel Kurtz Prof. Esp. Felipe Costa	Medianeira dos Santos Garcia Ronan Simioni	1.538
25/08/2021	18 horas	**50 anos do 20 de Novembro: Poeta Oliveira Silveira e seu uso nas**	https://www.youtube.com/watch?v=4MnNeVuD	Prof. Drª Sátira Pereira Machado	Medianeira dos Santos Garcia	723

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F3A4.363B.95EE.D303.1887.

		escolas	igg	Prof. Drª Maria Rita Py Dutra Prof. Ma Beatriz Pontes	Ronan Simioni	
29/09/2021	18 horas	**Movimentos Identitários, sociedade, Educação: enfrentamento aos racismo em Rede**	https://www.youtube.com/watch?v=fpJcnV4NGvY	Angelita Tomazetti Scalamoto Angelita Garcia Deborá Thomaz Evangelista	Medianeira dos Santos Garcia Ronan Simioni	566
27/10/2021	18 horas	**Projeto DNA afetivo Kame Kanhru**	https://www.youtube.com/watch?v=cDia6og3dgA	Kilinka Mallmann Vicent Solar Bruno Uzoegwu Joceli Sales Camila Vermelho	Medianeira dos Santos Garcia Ronan Simioni	498

É importante salientar que os certificados, contendo as programações e temáticas abordadas nas Rodas nas rodas de conversa de 2022, estão em fase de confecção e envio para os participantes, bem como dos painelistas, mediadores e organizadores.

Marcio Andrei de Melo Carvalho
Secretário Adjunto do Município de Educação
Portaria nº 410/2018

Gisele Bauer Mahmud
Superint. Pedagógica
SMED - Portaria N°04/2019

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.F3A4.363B.95EE.D303.1887.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201606

Adalgisa Batista Machado		EMEF João da Maia Braga	bmgigi@gmail.com		
ADINEIA ARAUJO DA SILVA		adi.araujo@gmail.com	EMEF Padre Nóbrega		
Adriana Aires Pereira		PMEF /SMEd	adriairespmr@yahoo.com.br		
Adriana do Amaral	77203771091	EMEF Francisca Weinmann e Rej	adriana.amaral@prof.santamaria.rs.gov.br		
Adriana do Nascimento Silva	64778738004	EMEF São João Batista	adridonasci@gmail.com		
Adriana kemerich de Andrade	74164350059	EMEF Diácono João Luiz Pozzobo	Adikemerich@gmail.com		
Adriana Maria Falkembach Knackfuss		EMEF IRINEO ANTOLINI	adrianamfk@yahoo.com.br		
ADRIANA PORTO ALEGRE ROSA	55885063087	EMEF SÃO CARLOS E EMEF LID	adriana.alegre@prof.santamaria.rs.gov.br		
Adriana Rauber Neusser		Emef Hilda Vasconcelos	adriananeusser@gmail.com		
Adriana Sassi de Oliveira	77032713068	Emef Castro Alves	sassi.adri@hotmail.com		
Adriana Schiefelbein	56412240063	EMEF João da Maia Braga	adrianaschie25@gmail.com		
Adriana Vargas de Vargas	49639404004	EMEI DARCY VARGAS	drivvargas@ gmail.com		
Adriano Torri Souza		EMEF Rejane Garcia Gervini, EME	adriano.torrisouza@gmail.com		
Adriele da Rosa Kruger		EMEF Padre Nobrega	adrielekruger@gmail.com		
Airton Costa	65358457020	EMEF N S da Conceição	airtonuniart@gmail.com		
Alba Peres Matoso		albaperesmatoso@gmail.com	EMEF Pão dos Pobres		
Aldriana Aparecida de Almeida Favero		EMEF Nossa Senhora do Perpétuc	aldrianafavero5@gmail.com		
ALESSANDRA GIULIANI PIMENTA		agpimenta@hotmail.com	EMEI DARCY VARGAS		
Alessandra Giuliani Pimenta		EMEI Darcy Vargas	agpimenta@hotmail.com		
Alessandra Medianeira Ilha Nichele	01057356042	Lidovino Fanton	alessandra.nichele@gruporiachuelo.com		
Alessandra Venturini		ale.venturini@yahoo.com.br	E.M.E.F. Zenir Aita		
Alexandra Martins Fernandes Maier		EMEI Núcleo Infantil Caic	alexandramf_sm@hotmail.com		
Alexsandra dos Santos Rosa		alexiasr@gmail.com	E.M.E.F. Euclides da Cunha		
Aline Borges Ignácio		alineignacio132@gmail.com	EMEI Zulânia		
Aline Brutti Aita Abrantes	01336450029	EMEI Núcleo Infantil CAIC e EMEF	alinebrutti@hotmail.com		
Aline da Fontoura Prates		Emef. Joao da Maia Braga e Nucle	alinefpratescaic@gmail.com		
Aline Dezotti Freitas	97668800000	Emef Major Tancredo Penna de Mo	aline.d.f@hotmaiç.com		
Aline Leturiondo Friggi		Emef João da Maia Braga	alinefriggi1@gmail.com		
Aline Pereira	00788893084	Emef Antonio Gonçalves do Amara	perealine@gmail.com		
Aline Schmidt		EMEI ADY SCHNEIDER BECK	alinemate@gmail.com		
Aline Soares Oliveira		EMEI Zulânia e EMEF Irmão Quint	soares.aline22@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Amanda Cristiane Ozorio de Abreu	92253865087	Amanda Cristiane Ozorio de Abreu	amadocencia@gmail.com		
Amanda de Souza Vargas Baptista		EMEF Pinheiro Machado	amandasv2011@hotmail.com		
Ana Carine Feltrin de Mattos		Perpétuo Socorro	anafeltrin15fm@gmail.com		
Ana Caroline da S.Soares		Emef.Caic Luizinho de Grandi	anakoriel@gmail.com		
Ana Caroline Preto		EMEF Sérgio Lopes	anna.pretto@hotmail.com		
Ana Cláudia Albrecht	52751961053	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	albrechtaca@gmail.com		
Ana Claudia Barboza Ferreira Sortica		EMEF Pinheiro Machado	anaclaudiasortica@gmail.com		
ANA CLÁUDIA BENITES FERREIRA		EMEF PÃO DOS POBRES SANTO	anacbf_@hotmail.com		
Ana Claudia Ferreira Sortica	02405861070	EMEF Pinheiro Machado	anaclaudiasortica@gmail.com		
Ana Claudia Gonçalves		Lourenço Dalla Corte e Alfredo win	ana.gon25@hotmail.com		
Ana Claudia Piluski	69345082034	Emef Duque de Caxias	anacp39@hotmail.com		
Ana Cristina Teixeira Thomasi		pedagogana.cris@gmail.com	Escola Aracy barreto sacchis		
Ana Deise Avila Saccol		EMEF Irmão Quintino	deisesaccol@hotmail.com		
Ana Laura Teichmann	97620114068	Emef Pão dos Pobres	analaurateichmann@gmail.com		
Ana Ligia Menezes de Mesquita	41312007087	E.M.E.F.Antonio Gonçalves do Am	analigiames@yahoo.com.br		
Ana Maria dos Santos de Almeida		EMEF Miguel Beltrame e EMEF Liv	anamariasanttos@hotmail.com		
Ana Maria Feltrin Romero	50352652004	EMEFs Adelmo Genro e Lívia Men	feltrinanamaria@gmail.com		
Ana Maria Filipini Rampelotto		Major Tancredo Penna de Moraes	amframpelotto@gmail.com		
Ana Maria Tasquetto		EMEF João da Maia Braga	anatasquetto@gmail.com		
Ana Paula Braga Beise	02067281070	E.M.E.F. Pão dos Pobres Santo An	beiseaninha@gmail.com		
Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann		EMEF Junto ao CAIC "Luizinho de	ap_cristino@hotmail.com		
Ana Paula de Oliveira		EMEF Caic Luizinho de Grandi	anaapauladeoliveira@hotmail.com		
Ana Paula Fogaça Benchimol		apbenchimol@yahoo.com.br	Irmão Quintino		
ANA PAULA QUEVEDO POSTAL		EMEF SÉRGIO LOPES	anapostal77@gmail.com		
Ana Paula Salgado de Assunção	01160275092	EMEI Darcy Vargas	anap_assuncao@yahoo.com.br		
Analéia Maraschin da Costa		EMEF São João Batista	prof_analeia@hotmail.com		
Andiara Dewes		EMEI PROF. ADY SCHNEIDER BE	andiaraeduc@gmail.com		
Andréa Kaercher		Emef Caic e Emef Dom Antonio Re	akaercher29@gmail.com		
ANDREA MEDIANEIRA DE OLIVEIRA DURLO		Emef Dom Antônio Reis	andreamdurlo@gmail.com		
Andrei Moreira Pendeza	01744782083	Emef Pinheiro Machado	realpendeza@gmail.com		
Andreia Aparecida Liberali Schorn	45865396072	EMEF Sergio Lopes	liberalischorn@yahoo.com.br		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Andreia Medianeira Nunes Silveira Meller		EMEF Chácara das Flores	andreiameller@gmail.com		
Andreia Moro Chiapinoto		EMEF Fontoura Ilha	andreiamorochi@gmail.com		
Andréia Pippi Copetti Zago		EMEF.Euclides da Cunha	apicoza72@gmail.com		
Andréia Prestes Silva		EMEF IRMÃO QUINTINO	prof.andreiaprestes@gmail.com		
Andréia Rossato Branco		Emef Lourenço Dalla Corte	andreiarossatobranco@yahoo.com.br		
Andressa Diniz Vizzoto		EMEF Pinheiro Machado	dessadiniz@gmail.com		
Andressa Massen Neves		Emef Maria de Lourdes Ramos Ca	andressamassen@hotmail.com		
Andressa Rosemarie de Menezes Costa		EMEI Luiza Ungaretti	dessamen17@gmail.com		
Andressa Siqueira Kopstein	81552262049	EMEF Lívia Menna Barreto e EME	dessakops@gmail.com		
Andressa Venturini		EMEF Major Tancredo Penna de M	dessaventurini8@gmail.com		
Angela Cardoso Brollo		EMEF Altina Teixeira EMEF CAIC I	brolloac@gmail.com		
Angela Michelotti		EMEF Fontoura Ilha	angela_michelotti@hotmail.com		
Ângela Renata Kraisig		EMEF CHÁCARA DAS FLORES E	akraisig@gmail.com		
Angela Rossi	00093642008	SMED	angelarossim@gmail.com		
Angélica Martiela Pretto Santos		Emei Núcleo de educação infantil C	angelicapretto@hotmaim.com		
Angélica Neuscharank	01456487027	Emef Pinheiro Machado	angelicaneuscharank@gmail.com		
Angélica Regina Schmengler		PRAEM	angelicaR.schmengler@gmail.com		
ANGELITA BOEMO SOBROZA	53549040059	EMEF Profª Altina Teixeira	angelitadaronco@yahoo.com.br		
Angelita Tomazetti Scalamato	57513120072	EMEF CAIC Luizinho de Grandi	angelita.scalamato@prof.santamaria.rs.gov		
Anna Julia Colussi Bloedow		EMEF Nossa Senhora do Perpétuc	annacolussibloedow@gmail.com		
Anne Elize Munhoz Gonzales		EMEF Vicente Santoro - Valentim C	anne_elize_mg@hotmail.com		
Antoniela A'Costa Rodrigues		EMEF São Carlos	antoniela@gmail.com		
Ariane Prates Brum	01180483090	EMEF Aracy Barreto Sacchis	arianebrum@rocketmail.com		
Arlete Vanessa Costa da Rosa	98739689034	EMEF Prof.ª Edy Maya Bertoia	arlete.rosa@prof.santamaria.rs.gov.br		
Artur Giovani da Silva Alves		EMEF Bernardino fernandes	arturgiovani@yahoo.com.br		
Bárbara Gai Zanini Panta		EMEF Castro Alves	babi.zanini@hotmail.com		
Barbara Schizzi		Emef CAIC e Nucleo Infantil CAIC	baby.schizzi@yahoo.com.br		
Beatriz Bolson	60303107049	João da Maia Braga	biabolson@gmail.com		
Beatriz Fagundes Bica		EMEI Darcy Vargas - EMEF Lívia M	beatrizbica@yahoo.com.br		
Beatriz Grunspan	39134180087	EMEF Pinheiro Machado	beatrizgrunspan@hotmail.com		
Beatriz Helena Bento Vissotto		EMEF Vicente Farencena	bia@vicentefarencena.com.br		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Beatriz Santos Pontes	74153650030	EMEF D. Luiz Victor Sartori/ EMEF	biasp2905@gmail.com		
Beatriz Silvana Parnow		Rejane Garcia Gervini	bparnow1@hotmail.com		
Bianca Alves Madruga		EMEF Intendente Manoel Ribas e I	biancaalma@yahoo.com.br		
Bruna de Pietro Zorzi		EMEF Adelmo Simas Genro	bruna_zorzi@hotmail.com		
Bruna Ferreira Lourenço	06920303604	Escola Municipal Moysés Kalil	brunaerpm@gmail.com		
Bruna Lopes da Silva	03121141090	EMEF Antonio Goncalves do Amar	bruna.silva@prof.santamaria.rs.gov.br		
CAMILA AMERICO SORTICA WEBBER		EMEF Castro Alves	sorticamila@gmail.com		
Camila Moresco Possebon		EMEF PADRE NÓBREGA EMEI M	camis.mp@gmail.com		
Carina Kilian	00773963081	EMEF Martinho Lutero	carinakilian1@yahoo.com.br		
CARINE PISTOIA GUIMARÃES	00405422032	EMEF PINHEIRO MACHADO	carine_pistoia@yahoo.com.br		
CARLA MARIA GRIECO DE MORAES DENAF	73926345004	EMEF ANTONIO GONÇALVES DO	carla.efal25@gmail.com		
Carla Alves		EMEF Perpétuo Socorro	caiaregina@hotmail.com		
Carla Borin Vieira		EMEF Duque de Caxias e Pão dos	carlabvieira@gmail.com		
CARLA MARIA GRIECO DE MORAES DENAR	73926345004	EMEF ANTONIO GONÇALVES DO	carla.denardin@prof.santamaria.rs.gov.rs		
Carla Regina Salau da Rocha Alves		EMEF N.S Perpétuo Socorro	caiaregina@hotmail.com		
Carlos Alberto Baldissera		Aracy Barreto Sacchis	carlosalbertobaldissera@hotmail.com		
Carmem Luciane Moraes da Silva	67131182087	Emef Irmão Quintino e Emef Castr	carmem.luciane@yahoo.com.br		
Carmen Damaris da Silva		EMEF Sérgio Lopes e EMEF Reve	carmensilvaufsm@gmail.com		
Carmen de Fátima da Costa Carvalho	46528520020	Emef São Carlos e Emef Alfredo W	carmencarvalho5@hotmail.com		
Carmen Luyara Canabarro Leal		EMEF Zenir Aita e EMEF Antonio C	carmenluyara@gmail.com		
Carmen Maria Blanco Magalhães		EMEF REJANE GARCIA	cblancomagalhaes@gmail.com		
Carmen Teresinha Bordignon Viero		EMEF CAIC Luizinho de Grandi	cabviero@hotmail.com		
Carolina Fonseca da Rosa		CEI Casa da Criança e EMEF Cas	carolinafdarosa@gmail.com		
Carolina Oliveira Lemos		lemos.carool@hotmail.com	Emef irmão quintino		
Carolina Terribile Teixeira		EMEF Irmão Quintino e PRAEM	carolterribile@gmail.com		
Caroline Amaral dos Santos		EMEF PROF HYLDA VASCONCEL	carol.cas@gmail.com		
Caroline Fabiane Candeloni		EMEI Luiza Ungaretti	carolinecandeloni90@gmail.com		
CAROLINE FERREIRA BREZOLIN	02845045050	EMEF Dom Luiz Victor Sartori	carolinefbrezolin@gmail.com		
Caroline Sefrin Speroni	02174465078	EMEF Diácono João Luiz Pozzobo	caroline.speroni@prof.santamaria.rs.gov.br		
Caroline Toniolo Cardoso		EMEI Núcleo Infantil CAIC EMEF C	carol_ine.cardoso@hotmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Catarina de Fatima Severo Ramires		EMEf junto ao Caic Luizinho de Gr	catarinasramires@gmail.com		
Cátia Carvalho da Silva		EMEF Lourenço Dalla Corte	ccarvalho_ufsm@yahoo.com.br		
CATIA CELINA CHEFFER		EMEF ARACY BARRETO SACCHI	catiacelina27@gmail.com		
Catia Regina Hermes Suzin	00374401012	EMEF Ione Medianeira Parcianello	catiarhs@yahoo.com.br		
Catiane Medianeira Limberger Guedes		EMEF Martinho Lutero	catiannne@hotmail.com		
CELMA PIETCZAK	00252666089	EMEF Reverendo Alfredo Winderli	celma.pietczak@prof.santamaria.rs.gov.br		
CERES PERETTI		Fontoura Ilha	ceres.peretti@gmail.com		
Cesar Valmor Marinho de Camargo		Emef. Caic luizinho de grandi	camargo228cvmc@gmail.com		
Chaiane de Oliveira Marzona	00026998009	EMEF Sérgio Lopes EMEF Erlinda	chaiane.oliveira@gmail.com		
Charline Fillipin Machado		Ady Schneider Beck	aeecharline@gmail.com		
Cheila Francett Bezerra Silva de Vasconcelos		SEMED Maceió	cheila.fazsentido@gmail.com		
Cibele Rodrigues Rodrigues		cibelebagers@gmail.com	Dom Luiz Victor Sartori e Nosso Lar		
Cícero dos Santos Alves		Diácono João Luiz Pozzobon	cicero.santosalves@hotmail.com		
CÍCERO VIEIRA NETO		CÍCERO VIEIRA NETO	sandralelessantos1973@gmail.com		
Cinara de Fátima Zanini Saab		EMEF Dom Luis Victor Sartori	cinara_saab@hotmail.com		
Cintia Medianeira Bitencourt de Lima.		EMEF Lívia Menna Barreto	cmbdelima@gmail.com		
Claiton Naysinger		EMEF "Lidovino Fanton" e EMEF "	ratzel2010@gmail.com		
CLARIANE DO NASCIMENTO DE FREITAS	97846279068	EMEF Pinheiro Machado e EMEF (	clarianenf26@gmail.com		
Clarice Botton Ligorio	65808320020	Rejane Garcia Gervini	clariceinglessm@gmail.com		
Clarice Conceição Stein Maia	235623900068	Aracy Barreto Sachis	clarice.maya@hotmail.com		
Clarice Maria Flach Nadalon	40492965053	EMEF Duque de Caxias e EMEI Lu	Clariceflachn @gmail.com		
Clarice Ramos Kober		EMEF Aracy Barreto Sacchis	claricerkob@hotmail.com		
Claucia Helena Silva Da Silveira		EMEF CAIC	clauciasilveira@yahoo.com.br		
Cláudia Batista		Major Tancredo Penna de Moraes	profclaudinhabatista@yahoo.com.br		
Claudia Cristina Lamberti Fuchs	50376713020	EMEF Diácono João Luiz Pozzobo	claudia.fuchs@prof.santamaria.rs.gov.br		
Claudia da Fontoura Limberger	60767200004	EMEF Major Tancredo Penna de M	aquidia@gmail.com		
Claudia Forgearini Beltrame		EMAI - Escola Municipal de Aprend	tolfoclaudia@gmail.com		
CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA		EMEI Darcy Vargas	claudiarodrigues.sm@gmail.com		
Claudia Suzana Forgearini Beltrame	71639225072	EMAI - Escola Municipal de Aprend	tolfoclaudia@gmail.com		
Claudia Vieira de Vargas		EMEF LOURENÇO DALLA CORTE	claviva01@gmail.com		
Cláudio dos Santos de Pellegrini	645.948.150-49	EMEF Profª Maria de Lourdes Ban	cspellegrini@hotmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Clausir da Consolação Viana	028.665.646-93	E.E.Hermenegildo Vilaça Piracema	clausirviana@hotmail.com		
Clelia Maria Scalabrin	56065841072	EMEF Padre Nobrega	cleliascalabrin@gmail.com		
Cleone Maria Charão Martins		Escola Municipal de Aprendizagem	cleonemartins2014@gmail.com		
Cleonice Casarin	61560359072	EMEF Adelmo Simas Genro	cleonice.casarin@gmail.com		
CLEUNICE CAMPONOGARA BARATTO	55616810010	EMEF LIVIA MENNA BARRETO	ccb.nika@hotmail.com		
Cristiane da Luz Fratti		EMEF Profª Francisca Weinmann e	crisfratti@hotmail.com		
Cristiane debus pistoia		Lotação João Maia Braga	cristianepistoia@gmail.com		
Cristiane Fonseca	66415357034	Emef Perpetuo Socorro	cristianefonsecarick@hotmail.com		
CRISTIANE GASPARINI DA ROCHA	67772587015	EMEF José Paim de Oliveira e EM	crissaccol1972@gmail.com		
Cristiane Martins dos Santos	00151966079	EMEF PÃO DOS POBRES	crisms402@gmail.com		
Cristiane Parcianello Saccol	01425015069	Emef São Carlos	cristianepsaccol@gmail.com		
Cristina Medianeira Barros de Moraes		Professora Maria de Lourdes Band	cris.mmoraes@hotmail.com.br		
Cynara Cardoso		EMEF Perpétuo Socorro e São Joã	syssacardoso@gmail.com		
Daiane Dalla Nora	01676955097	EMEF Santa Flora	dallanoradaiane@gmail.com		
Daisa Margarete Martins da Fonseca		EMEF Julio do Canto e EMEF Pinh	fonsecadaisa@gmail.com		
Dalva Barbieri Cargnin	75868660072	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	dcargnin@yahoo.com.br		
Daniela Barbosa Da Fontoura		EMEF Sergio Lopes e EMEF Ione	danifontoura77@gmail.com		
Daniela Cherobini Cargnelutti	01078359083	Emef Miguel Beltrame	danicherobini@gmail.com		
Daniela do Carmo Araujo de Almeida		EMEI Darcy Vargas	danidocarmo@gmail.com		
Daniela Guterres de Oliveira		EMEF PERPETUO SOCORRO	danielaguterresoliveira@gmail.com		
Daniela Homrich Gotuzzo		EMEF Pinheiro Machado	danielagotuzzo@hotmail.com		
Daniela Lago Fontoura		EMEF Antonio Gonçalves do Amar	danielalagof@hotmail.com		
Daniela Leite Rodrigues		EMEF DOM LUIZ VICTOR SARTO	danielarodrigs@hotmail.com		
Daniela Tatsch Neves		Emef Lourenço Dalla Corte	danitatschneves@gmail.com		
Daniela Viero Catelan Pivetta		EMEF Rejane Garcia Gervini e For	dani.vcpivetta@gmail.com		
Daniele da Silva Martins Braz		EMEF Maria de Lourdes Ramos Ca	dani.silva.martins@gmail.com		
Daniele de Almeida Machado		EMEF Lourenço Dalla Corte e EME	psico.danieledea@gmail.com		
Daniele Seerig		EMEF Maria de Lourdes Ramos Ca	dani_seerig@hotmail.com		
Dariane Callegaro Brudi	480407380 91	Intendente Manoel Ribas	darianebrudi@yahoo.com.br		
Darlane Marques Vivian	00436219026	EMEF Júlio do Canto	darlane.vivian@prof.santamaria.rs.gov.br		
Deise Caroline Trindade Lorensi		EMEF CAIC "Luizinho de Grandi"	dctl1@hotmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Deise Facco Pegoraro		EMEF Duque de Caxias; EMEF Ad	deisefacco@gmail.com		
Deise Marzari		EMEF Irineo Antolini	deisemarzari@yahoo.com.br		
Denise da Rosa Camargo		Francisca Weinmann/Duque de Ca	denise.rcamargo@yahoo.com.br		
Denise Jorgens	334980089	Emf Julio do Canto	Denisejorgens@gmail.com		
Denise Medina Fidler		EMEF Perpétuo Socorro	denifidler@yahoo.com.br		
Denise Regina Matte Manhago		EMEF ARACY BARRETO SACCHI	denise.matte@yahoo.com.br		
Diego Dorneles Goulart	89348958020	EMAI	diego.goulart1976@gmail.com		
Diná de Oliveira Ilha		dina-oliveirailha@hotmail.com	EMEF Pinheiro Machado.		
Dirlá Gonçalves Dias		EMEF Caic Luizinho de Grandi-	dirlagd@yahoo.com.br		
Dirlane Pacheco Machado	04631594896	EMEF Profª Hylda Vasconcellos	dir.professora@gmail.com		
EDI LOURDES DA ROSA VIVIAN		Adelmo Genro e Sérgio Lopes	vivianedi1967@gmail.com		
Edinara Alves de Moura	62154222072	EMEF MAJOR TANCREDO PENN	edalmoura@yahoo.com.br		
Elaine Maria Righi	30367360004	EMEF Duque de Caxias e EMEF J	elainerighi18@gmail.com		
ELAINE MEDIANEIRA PAGNOSSIN		EMEF MAJOR TANCREDO PENN	elainepag@gmail.com		
Elanyr Schleiniger Barcellos	322947510 00	EMEF N S DO PERPÉTUO SOCO	rynales568@gmail.com		
ELENICE DO NASCIMENTO TREVISAN	42841682072	EMEF INTENDENTE MANOEL RIB	trevisanelenice@yahoo.com.br		
Elenir Zuse Figueiredo		EMEF Martinho Lutero e Castro Alv	elenir.leh.zuse@gmail.com		
Eliane Machado da Silva	91979153000	Eliane Machado da Silva	emachsilva1976@gmail.com		
Eliane Medianeira sanguitâo Nikele		EMEF Rejane Garcia Gervini	anenikele@gmail.com		
Eliane Simões dos Santos	67756085000	EMEF Pão dos Pobres Santo Antôi	eliane.ss2007@yahoo.com.br		
Eliane Weber Nunes		EMEF Oscar Grau	elianeweber1@yahoo.com.br		
Elisane Scapin Cargnin		Júlio do Canto	elisanesc1@hotmail.com		
Elisangela Bueno Rodrigues		EMEF Pão dos Pobres Santo Anto	elisbuenoro@hotmail.com		
Émile Paz Lopes		EMEF DUQUE de Caxias	emilepazlopes@hotmail.com		
Eufrazia Nunes Leal.	45904820020	EMEF.pinheiro Machado	eufrazianunes59@gmail.com		
Eunice dos Santos Garcia Rigui	56059264034	Pão dos Pobres Santo Antônio	nicerigui13@yahoo.com.br		
Eunice Piccin Trevisan		EMEF Reverendo Alfredo Winderli	eunice.piccin@yahoo.com.br		
FABRICIO GONÇALVES RODRIGUES DORNE	00115958096	EMEF Ione medianeira Parcianello	fabricio.dorneles@prof.santamaria.rs.gov.br		
Felipe Barroso de Castro		EMEF PROFESSORA HYLDA VAS	felipecastro99@yahoo.com.br		
Fernanda Beatriz Strickler Gunsch	01014694035	EMEF Chácara das Flores	gunschpink@hotmail.com		
Fernanda Flores de Almeida Lovato		EMEF Duque de Caxias, EMEF Dc	nandalovato@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

FERNANDA FURLAN		EMEF Rejane Garcia Gervini	fefurlann@gmail.com		
Fernanda Inocente Santana		EMEF Dom Luiz Victor Sartori e EM	fefesantana0406@gmail.com		
Fernanda Nunes Machado	81388713004	Pao dos Pobres Santo Antônio	Femachado.prof@gmail.com		
Fernanda Oliveira Siqueira		EMEF Martinho Lutero, EMEF Hylc	feosiqueira@yahoo.com.br		
Fernando Cunha Trindade	81342284020	Emef Sergio Lopes	fernandocunhatrindade@gmail.com		
Fernando Ferrão dos Santos	00801047030	EMEI Luizinho de Grandi e EMEF I	fferrao86@yahoo.com		
Franciele Burmann Félix	00766325040	EMEF Antonio Gonçalves do Amar	francieleburmann@yahoo.com.br		
Franciele Comazzetto Belinazzo		EMEF DUQUE DE CAXIAS	francielebelinazzo@hotmail.com		
Franciele Druzian		EMEF MAJOR TANCREDO PENN	francidruzian@gmail.com		
Franciele Mazzardo Marzari	013.831.530-27	EMEF Pinheiro Machado	francielemarzari@yahoo.com.br		
Franciele Oliveira de Avilla	98408844091	EMEF Ione Parcianello, Fontoura I	franci_avilla@hotmail.com		
Francieli Isa Ziembowicz	01463820054	EMEF Santa Flora	francihz@yahoo.com.br		
Francieli Lorenzi Fracari Della Flora		EMEF Francisca Weinmann	francielifracari@yahoo.com.br		
Francisco de Oliveira		Escola Estadual Comendador Zico	vanildasantosluz@gmail.com		
Gabrielli Schultz Rosa	01713873095	EMEF Oscar Grau	gabriellischultz@gmail.com		
Gabrielli Schultz Rosa	01713873095	EMEF Oscar Grau	gabriellischultz@gmail.com		
Geraldo Peters da Silva		EMEF NOSSA SENHORA DO PEF	pytersyl@gmail.com		
Geraldo Salgado-Neto		EMEF Euclides da Cunha	gsalgadoneto@gmail.com		
Gerson de Oliveira Marques		gersonmarques52@yahoo.com	Sérgio Lopes		
Gerusa Késsia Lara	941.089.006-34	E.E.hermenegildo Vilaça	gerusakessia1910@gmail.com		
Gesiel Freire dos Santos		EMAET EMEF MARTINHO LUTER	gesielfreire@gmail.com		
Giandra de Azevedo Garcia		E.M.E.F Martinho Lutero e Aracy B	gicaazevedo@gmail.com		
Gilce Elenar Leite Machado	38911795020	EMEF Livia Menna Barreto	gilcelenar@hotmail.com		
Gilda Maria Lenz Dutra		EMEF Fontoura Ilha - EMEF Aracy	gildinhadutra@gmail.com		
Gisele Santiago		EMEF Lidovino Fanton e EMEF CA	biogiselesantiago@gmail.com		
Gladis Terezinha Gabbi Piccinin	89371062053	EMEF Diácono João Luiz Pozzobo	gladistere36@ hotmail.com		
Glaiton Wilnei Braida Bastianello	41234715015	EMEF DUQUE DE CAXIAS e SAS	gbastianello@hotmail.com		
Glaucia Suzana Fener da Silva	00562680098	EMEF Professora Maria de Lourde	glaucia_fenner@yahoo.com.br		
Glivia Guimarães Nunes		EMEF Duque de Caxias	gliviagn@gmail.com		
Gracielli Zavaglia Lovatto	00439971047	EMEI DARCY VARGAS	gracielli.lovatto@prof.santamaria.rs.gov.br		
GRACIELLI ZAVAGLIA LOVATTO	00439971047	EMEI DARCY VARGAS	graciellilovatto@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Greice Aires Nunes Fleming	00080663028	Nossa Senhora da Comceição	greicenunesfleming@gmail.com		
Hakel Fernandes de Awila		EMEF DUQUE DE CAXIAS	fernandesmtm@gmail.com		
Helena Regina Gall de Siqueira Machado	00337623090	Emef Castro Alves	heleninhagall@yahoo.com.br		
HELENE MOCHETTI TATSCH		EMEF Nossa Senhora do Perpétuc	helenetatsch@gmail.com		
Helene Tatsch		EMEF Nossa Senhora do Perpétuc	helenetatsch@bol.com.br		
HELOÍSA CRISTINA DA COSTA	032.264.866-60	E. E. ALBERTO SANTOS DUMON	heloisacristinad2@gmail.com		
Hélvia cruz de Oliveira		EMEF Maria de Lourdes Ramos Cá	helvia.cruz@yahoo.com		
Iara Regina Pozzobon	48886793049	EMEF CAIC LUIZINHO DE GRANI	iara.pozzobon@gmail.com		
Ida Luiza de Medeiros Monteiro Maier	01611381010	EMEI Darcy Vargas	lluizamonteiro@bol.com.br		
Idamara Carvalho Siqueira		EMEF CAIC Luizinho de Grandi	idamestrado@gmail.com		
Ieda Moraes Strunkis	31450288049	NTEM	Ieda@edu.santamaria.rs.gov		
Inês Cristina Pontes Simioni	74168266087	E.M.E.F Castro Alves	Inescsimioni@gmail.com		
Isabel Cristina e Silva Luiz	54234751049	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	isabelluiz@yahoo.com.br		
Isabel Regina Buhler		EMEI João de Barro	isabuhler19@gmail.com		
Isabela Batista Silva Colombo	995.296.376-91	Escola Estadual Presidente Tancre	isabelabsc2@gmail.com		
Itamara Cocco Pagini		Escola Municipal Fontoura Ilha	ipagini@gmail.com		
Iuçara Nunes Rangel	78047145053	EMEF Pinheiro Machado	iucara2008@hotmail.com		
Ivan Pinheiro	48886114087	EMEF Major Tancredo Penna de M	Zangon15		
Ivonete Friess	90176413049	EMEF São Carlos / CAIC	ivonete.friess@prof.santamaria.rs.gov		
Iza Jardim Colvero		EMEF Bernardino Fernandes/ EME	iza.colverodoprado@gmail.com		
IZABEL CRISTINA DA SILVA PADINHA	60326166220	MARIA NADIR FILGUEIRA VALEN	cristinapadinha@yahoo.com.br		
Izabel Cristina dos Santos Boeira		EMEF Miguel Beltrame	izabel_boeira@hotmail.com		
IZABEL TEREZINHA DE SOUZA MASSIRER		EMEF Duque de Caxias	izaoubel@gmail.com		
Izabela Soraia Duarte Costa		sou estudante de licenciatura e me	izabela1duarte@gmail.com		
Izaias Tadeu Backes Carvalho	93438168049	Emef Pão dos Pobres e Emef Eucl	izaiasbc@gmail.com		
Jacira Fernndes Chaves		EMEF Zenir Aita	jacirafernandeschaves@gmail.com		
Janaí Kahl		Zenir Aita	janaeducesp@gmail.com		
Janaíne Welter		EMEEF DUQUE DE CAXIAS	janainewelter@gmail.com		
Janete Allassia Drebes Wouters	48041696015	EMEF Euclides da Cunha	janeteadw@gmail.com		
Janice Machado dos Santos Basso		EMEF Castro Alves	jakajensen@hotmail.com		
JANINE PIOVESAN	92988660034	EMEI João Franciscatto	janelilo@hotmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201606

Jaqueline Ferreira Pes		EMEF Duque de Caxias	pesjaque@gmail.com		
Jaqueline Inês Both		EMEF Lourenço Dalla Corte	jaqueboth@yahoo.com.br		
Jaqueline Welter	03091851060	EMEF PINHEIRO MACHADO	jaquelinewelter11@gmail.com		
Jean Oliver Linck	00111755085	EMEF Pão dos Pobres	Oliverjea@gmail.com		
Jeanine Tellier de Moura Fioravanti	69700494004	EMEF IONE M Parcianello	Fioravantijeanine@gmail		
Jeferson Ilha		EMEF Martinho Lutero	jeferson.ilha.ator@gmail.com		
Jéssica Cogo Ereno	01862460051	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	jessicaereno@hotmail.com		
Jéssica Silva do Nascimento		EMEF Maria de Lourdes Ramos Ca	jessica.sn@hotmail.com		
JESWESLEY MENDES FREIRE	03530898694	Escola Estadual Professor Levindo	jeswsmendes@gmail.com		
Jivago Furlan Machado	02370014032	EMEF Perpétuo Socorro	jivafurlan@gmail.com		
João Silvano Zanon		Caic	silvanoz94@hotmail.com		
Joele Baumart		SMED	jobaumart@gmail.com		
Joelio Dias Perdomo Junior	00915924021	E.M.E.F Aracy Barreto Sacchis	joeliod@hotmail.com		
JOICE LOPES DE ALMEIDA	12461008000	ANTONIO FRANCISCO LISBOA	joice-a@hotmail.com		
Joice Pereira Soares	00347106048	Pão dos pobres santo Antônio	joice-p-s@hotmail.com		
Joíse de Brum Bertazzo	01489154000	EMEI Darcy Vargas	joisebertazzo@gmail.com		
JOKSAN ALBA	387 636 560 00	EMEF PINHEIRO MACHADO	joksan.alba@gmail.com		
Joseânia Salbego	88472884015	EMEF Júio do Canto	joseania.salbego@prof.santamaria.rs.gov.br		
Josélia Cezimbra Teixeira		EMEF. Diácono Pozzobon	joselia.teixeira@prof.santamaria.rs.gov.br		
Josiane Caroline Machado Carré	01168927064	EMEF IONE MEDIANEIRA PARCIA	josiane.carre@prof.santamaria.rs		
JOSIANE RAMOS ILHA CRISPAM	00089259092	EMEF SÉRGIO LOPES	josiane.crispam@prof.santamaria.rs.gov.br		
Jossana Morais de Moraes		EMEF Intendente Manoel Ribas e I	jossana_moraes@hotmail.com		
Jucelaine Domingues Curin	67098363049	EMEF Sergio Lopes	jocelainedc@hotmail.com		
Juciara Marcelino da Silva.	65833562015	EMEF Euclides da Cunha.	juci_marcelino@hotmail.com		
Juliana Beatriz Garcez		Emef Caic	jupedagoga006@gmail.com		
Juliana Correa Matricardi Carriel	25214805845	EM Aparecida Alves	julianamatricardi@yahoo.com. br		
Juliano da Cunha da Silva		EMEF Vicente Farencena	julianosilvacunha@hotmail.com		
Jussara Dias Flôres	498	EMEF Dom Antônio Reis	jussaradflores@gmail.com		
Kariem Andréia Botton da Silva	92940749000	EMEF Diácono João Luiz Pozzobo	kariembotton@gmail.com		
KARINE SEFRIN SPERONI	01455196002	EMEF PÃO DOS POBRES/EMEI Z	karinesperoni@gmail.com		
Karoline da Silva Guedes de Freitas		EMEF Erlinda Minoggio Vinade	kguedes20@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Katieli Bernardy	02472042000	EMEF Castro Alves	katibernardy@hotmail.com		
Katiusce Giacomelli Tambara		Padre Nóbrega e PRAEM	tambarakatiusce@gmail.com		
Keli dos Santos Brites Scolari		EMEF Nossa Senhora do Perpétuc	brites1984@hotmail.com		
Larissa dos Santos Dutra		EMEF MARIA DE LOURDES RAM	larissa.sdutra@gmail.com		
Larissa Furtado Lins dos Santos		UFPE	larissa.furtadols@hotmail.com		
Laura Bedin		Emef Erlinda Vinade	laurabedin2112@gmail.com		
Laura Pippi Fraga	02152489020	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	laurapippifraga@yahoo.com.br		
Lélia Coelho Lopes		EMEF Padre Nóbrega	lelialopes@uol.com.br		
Leonara Maria Rodrigues dos Santos	61586455087	EMEF Pinheiro Machado	Leorodriguessm@gmail.com		
Leonardo Ramos Galetto		João da Maia Braga	leonardogaletto@hotmail.com		
Lídia Caceres da Silveira	685618490/53	EMEF J/ AO CAIC LUIZINHO DE C	lidiacaceres04@gmail.com		
Lidiane Bohrer Abelin	48454427015	Nossa Senhora da Conceição	lisibohrer19@gmail.com		
Ligia Beatriz Prestes Nascimento		EMEF Lourenço Dalla Corte	ligiabnascimento@gmail.com		
Lígia Vaccari da Silva	01791491057	EMEF Hylda Vasconcellos	ligia.silva@prof.santamaria.rs.gov.br		
Lilia Maria Antunes Pereira	31442951087	EMEF PÃO DOS POBRES SANTO	liliaantunes@bol.com.br		
Lilian Roberta Ilha Saccol		Emef Sergio Lopes e Emef Erlinda	saccollilian@gmail.com		
Liliane Belz dos Reis	03893663827	UFF	lilianebelz@gmail.com		
Lirdenia Mostardeiros de Paula	341999000-63	EMEF Vicente Farencena	leempaula260@gmail.com		
Lisane Regina Vidal Conceição			lisanevidal@gmail.com		
Lisania Barbosa Zambeli		EMEF Sérgio Lopes	zambelilisania5@gmail.com		
Lisianne Zago Gonçalves	73595039068	EMEF LÍVIA MENNA BARRETO	lisianne74@yahoo.com.br		
Livia Maria de Oliveira Campos	48200484068	EMEFRejane Garcia Gervini	Liviacampos2004@yahoo.com.br		
Loiva Teresinha Passos Marques		EMEF Dom Antonio Reis	l.teresinha.marques@bol.com.br		
Lorena de Souza Brondani	56068565068	EMEF Perpétuo Socorro	nenabrondani@gmail.com		
Lourdes Helena Alves dos Passos	44387059087	EMEF PÃO DOS POBRES SANTO	lourdesp248@gmail.com		
Lourdes Oraides Bastos de Avila		Emef Castro Alves	lourdinha.avila@hotmail.com		
Lourdes Scremin Reisdorfer	47600764091	EMEF Miguel Beltrame	Sr_lourdes@hotmail.com		
Lozicler Maria Moro dos Santos		EMEF João da Maia Braga	lozicler@yahoo.com.br		
Luana Carvalho Picolini	00288502035	EMEF Santa Helena, EMEF Lívia	luanacarvalhopicolini@gmail.com		
Luana Déli Pacheco Marques da Silva	00205888011	EMEF Pinheiro Machado	luanasud15@hotmail.com		
Luana Ferreira de Vargas	02186760002	EMEF Dom Luiz Victor Sartori	vargas.luana@ymail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Luana Fietz da Silva Raznievski		PRAEM	lurazni@gmail.com		
Lucas de Lima Cechin		EMEF Dom Antônio Reis/EMEF Ze	lucascechin@yahoo.com.br		
Lucas de Moraes Lorentz	03415717097	Escola Municipal de Aprendizagem	lucasdemoraeslorentz@gmail.com		
Lucas Luiz Kegler	63394359049	EMEF Júlio do Canto e EMEF San	lucaslkegler@gmail.com		
LUCAS VISENTINI	01770983090	EMEF MIGUEL BELTRAME	visentinilucas@gmail.com		
Luccianne Guedes da Luz Martins		Emef Luizinho de Grandi CAIC e E	luccianneg66@gmail.com		
Lucia Helena Miolo Rosa	40780155068	EMEF Júlio do Canto	lucia.rosa@prof.santamaria.rs.gov.br		
Lucia Rosemeri Flores	66443369068	EMEI Darcy Vargas Santa Maria R	luciarflores@hotmail.com		
Luciana Nichele Cavalheiro	69348642049	Emei Eufrazia Pengo Lorensi	luciananichelecavalheiroaz@gmail.com		
Luciana Prates Berriel		Antonio Gonçalves do Amaral e Do	lp.barriel@gmail.com		
Luciana Specht		Duque de Caxias	spechtluciana@gmail.com		
Luciane Devicari Berger	91746132000	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	luciane.berger@prof.santamaria.rs.gov.br		
Luciane Pozzobon		EMEF João da Maia Braga	luciane.pozzobon@gmail.com		
Luciéli da Conceição Leal	01280595086	EMEF São João Batista	lucieli_dcleal@yahoo.com.br		
Luis Cesar Ferrari Ananias		EMEF Hylda Vasconcelos	ferrari.luiscesar@hotmail.com		
Luis Michielin Filho	02070574008	EMAI	luismichielin@hotmail.com		
Luís Tadeu Martil Fleck		EMEF Castro Alves, emef lidovino	luisfleck@hotmail.com		
Luiz Vestena	30327075015	EMEF Pão dos Pobres	luizvestena@hotmail.com		
Luiza Londero Verardo	02829180003	EMEF Lidovino Fanton/ São João E	luiza_lv@hotmail.com		
Lurena Bueno Desconsi	54327288004	EMEF.SÃO Carlos	lena.desconsi@gmail		
Maiane Bitencourt da Silva Seibert		EMEF Santa Helena	maianeseibert@gmail.com		
Maira Adam May	54315794015	EMEF São João Batista	maira.may@prof.santamaria.rs.gov.br		
Maíra Teresinha Cabral Gavião Cabral Gavião		Emf Deuque de Caxias	maira.cabral@hotmail.com		
Maísa Rodrigues Ximenes		Educação Fiscal Santa Maria	maisaximenesprof@gmail.com		
Maitê Cezar da Silva		EMEF Maria de Lourdes Ramos Ca	maitecezar@gmail.com		
Malize Lourdes de Oliveira		EMEF CAIC Luizinho de grandi	malymarcuzzo888@hotmail.com		
Mara kirinus Piveta	30368260097	EMEF Major Tancredo Penna de M	mpiveta@hotmail.com		
MARA MEDIANEIRA SARTURI	547.588.400-59	EMEF DUQUE DE CAXIAS	mms1708@gmail.com		
Marcelo Bêz	98659936000	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	marcelofresh@hotmail.com		
Marcelo Rezer Winter		EMEF Profª Altina Teixeira/EMEF P	marwwin20r@yahoo.com.br		
Márcia Cristina Cerezer		EMEF REJANE GARCIA GERVINI	marciacristina.lit2007@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201606

Márcia Cristina Silva da Costa	56587724000	EMEI Darcy Vargas	mabcosta@terra.com.br		
Marcia Cristina Vasconcellos Machado		Emef Zenir Aita	marcrisvasc@gmail.com		
Márcia Cristina Zottele		EMEF Pedro Kunz	marttele@yahoo.com.br		
Márcia Denise Beck Dias	54758475091	EMEI Darcy Vargas	beckm869@gmail.com		
Marcia Denise Lorensi Feltrin	57504873004	EMEF Ione Medianeira Parcianello	marcia_feltrin13@hotmail.com		
Marcia Ferreira Simões Pires		EMEF OSCAR GRAU	mar_spires@hotmail.com		
Marcia Helena Machado Lorenzet		EMEF Prof Erlinda Minoggio Vinad	marciahmlorenzet@gmail.com		
Márcia Helena Ramos de Sousa		EMEF JOÃO DA MAIA BRAGA	helenhamann@gmail.com		
Márcia Isabel de Vargas Benaduce		EMEF Adelmo Simas Genro	marcia_benaduce@hotmail.com		
Márcia Kaipers Machado		EMEF Altina Teixeira e Chácara da	marciakaipers@gmail.com		
Marcia Palma Botega	69333246053	EMEI Darcy Vargas e EMEF Euclic	marcia.botega@prof.santamaria.rs.gov.br		
Márcia Regina do Nascimento Damasio		EMEF Adelmo Simas Genro	marciaprof06@gmail.com		
MARCIA ROSANGELA FLORES	965342570-68	EMEF Lidovino Fanton	marciarflores44@ gmail.com		
MÁRCIA SILVEIRA CASSOL	92564500030	EMEF CAIC LUIZINHO DE GRANI	marcia.cassol@profsantamaria.rs.gov.br		
Márcia Simões Pires		EMEF OSCAR GRAU	mar_spires@hotmail.com		
Márcia Tomasi Vendruscolo	69354090044	Emai	Marcia.atelier@gmail.com		
Márcia Zimmermann	738996310	EMEF Padre Gabriel Bolzan	marciazim2009@hotmail.com		
MARCIANA ROSA MARCUZZO BIZZI	77175344015	EMEF ANTONIO GONÇALVES DO	marcibizzi@hotmail.com		
Mari Lucia Ferigolo		Escola Municipal de Ensino Fundar	marimariferigolo@gmail.com		
MARIA ANGELA PEREIRA ANTUNES		EMEF Francisca Weimann	mariangelaka@hotmail.com		
Maria Biatris Oliveira Mello		E.M.E.F.Professora Hylda Vasconc	mariabiatrismello@gmail.com		
Maria Carolina Storti Belentani	39319235848	unisagrado	mcsb1998@gmail.com		
MARIA CLAUDIA LOPES NOGUEIRA	44469640034	EMEF Castro Alves	marikaunog@gmail.com		
Maria Cristina Zanini da Rocha	38515270030	EMAI	mcrisrocha20@gmail.com		
Maria Edinara Leão Moreira	56310463004	EMEF Aracy Barreto Sacchis; EME	edinaraleao1@gmail.com		
Maria Elaine Santos de Lima		EMEF Maria de Lourdes Ramos Ca	melslima45@gmail.com		
Maria Ermínia Spat Schwingel		EMEF Lívia Menna Barreto	smariaerminia@yahoo.com.br		
Maria Gloria Borges Irion		EMEF ADELMO SIMAS GENRO	gloriairion@gmail.com		
María Helena Cassel Feltrin	57333793087	D. Luiz V Sartori e Oscar Grau	mfeltrin87@gmail.com		
Maria Lucia Silveira Vieira	62408194091	Maria Lucia Silveira Vieira	mlvieira1973@gmail.com		
Maria Luiza da Silva Chamarelli Santos	11648118780	CIEP 217 Edival Gueiros Vidal	mlsc08@hotmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Maria Luiza Pozzatti		EMEF PINHEIRO MACHADO	pozzattiluiza@gmail.com		
Maria Magália Giacomini Benini	89014065000	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	mariamagaliagiacomini@gmail. Com		
Maria Medianeira dos Santos	00713303050	EMEF Duque de Caxias e Euclides	medyageo@gmail.com		
Maria Paulina da Silva Dalcol		mpdalcol@terra.com.br	EM deEF Duque de Caxiase Zenir Aita Santa		
Maria Regina Oliveira da Cunha		EMEF Zenir Aita	mrcunha25@gmail.com		
Maria Salete Ferro dos Santos	24356905091	EMEF DIÁCONO JOÃO LUIZ POZ	maria.santos@edu.santamaria.rs.gov		
Mariani Martins Ziegler	01924328003	EMEF Perpétuo Socorro	mariani.ziegler@prof.santamaria.rs.gov.br		
Mariani Pase Leite		EMEI Darcy Vargas	marianileite@hotmail.com		
Marilei Mario da Costa		EMEF Ten João Pedro Menna Barr	marileicosta@yahoo.com		
Marileide Baptaglin	647.712100-04	EMEF. Aracy Barreto Sacchis.	marileidebaptaglin@gmail.com		
Marilene Roos Brião		EMEF Adelmo Simas Genro	mbroos2007@gmail.com		
Marilene da Cruz Macedo Marinho	00729424529	EMEF São Carlos	mariufba@hotmail.com		
Marilene Leal Farenzena	01076503047	Darcy Vargas	marilealfarenzena@yahoo.com.br		
MARILENE LEAL FARENZENA		EMEI Darcy Vargas	marilealfarenzena@yahoo.com.br		
Marilene Roos Brião		EMEF VICENTE FARENCENA	mbroos2007@gmail.com		
MARÍLIA RODRIGUES LOPES HEMAN	01484049012	EMEI Ângela Tomazetti	ma.rilialopes@hotmail.com		
MarinêsTerribileTeixeira.		EMEF PROF HYLDA VASCONCEL	marictt40@gmail.com		
Marisa Medianeira Franchi Rodrigues	469.130.410-04	EMEF Diácono João Luiz Pozzobo	marisa.rodrigues@prof.santamaria.rs.gov.br		
Maristela Dalla Porta de Abreu		Ntem	maristela@edu.santamaria.rs.gov.br		
MARITE MEDIANEIRA MORO NEOCATTO	66413672972	NTEM	Marite@edu.santamaria.rs.gov.br		
Maritsa Becker Moro		E.E.M.E.F João da Maia Braga	maritsabeckermoro@bol.com.br		
Marizete Santos de Almeida	63929554020	EMEF Lívia Menna Barreto / EMEF	marizetealmeidamuller@gmail.com		
Marleth Ribas Mendes	42470884053	EMAI	marlethribasmendes @yahoo.com.br		
Marli Rodrigues Giacomelli	69340358015	EMEF Ione Medianeira Parcianello	marli.giacomelli@hotmail.com		
Marta do Carmo Ribeiro Ferreira	77048164620	ESCOLA ESTADUAL Dr JOÃO PIN	martafribeiro@hotmail.com		
Marta Helena Ximendes		EMEF.Adelmo Simas Genro	martinhaximendes@gmail.com		
Matheus Luís da Silva	01591660041	EMEF Lidovindo Fanton / EMEF C	matheus.silva@prof.santamaria.rs.gov.br		
Mauro Leonardo Monteiro Rosa	66415349015	EMAI	monteiromauroster@gmail.com		
Mayde Cristina Pompeu Bastos		EMEF Júlio do Canto	maydebastos@gmail.com		
Medianeira dos Santos Garcia		smed	garciamedi@gamil.com		
Melania Salete Sanzovo Rochenbach	80250190044	EMEI Darcy Vargas	melaniarochenbach@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201606

Michele Spall Figueira		EMEF ARACY BARRETO SACCHI	michele2781@gmail.com
Michelle Bicalho Antunes	00128788046	EMEF Vicente Farencena	michelle.antunes@prof.santamaria.rs.gov.br
Mirela Leão Freire	01842774000	EMEF CAIC Luizinho de Grandi e I	mirela.leao88@gmail.com
Miriam de Oliveira Maciel		EMEF Santa Helena e EMEF Pinhe	miriam.ufsm@gmail.com
Miriam Maziero		EMEI BOCA DO MONTE EMEF JC	miriammaziero@yahoo.com.br
MIRIAN REJANE DOS SANTOS PIRES	40589099000	EMEF.PINHEIRO MACHADO. EMI	prof.mirianrejane@gmail.com
Mirian Toniolo da Silveira		EMEF PÃO DOS POBRES SANTO	miriants60@hotmail.com
Nader Guilhermano Moreira	01233058029	EMEF Tenente João Pedro Menna	nadergmoreira@gmail.com
Nádia Cristina Tolfo Santana de Cecco	54893097091	EMEF Pao dos Pobres Santo Antô	nadia.cecco@yahoo.com.br
Naiani Machado da Silva		EMEF Reverendo Alfredo Winderlic	naianims@gmail.com
Nara Denise Farias Carretts		EMEI Darcy Vargas	naracarretts@gmail.com
Nara Liege Lopes	58238190053	EMEF Lourenço Dalla Corte	lica1967@hotmail.com
Neida Regina Carnelosso	47265965000	EMEF Caic, EMEF Duque de Caxia	neidacarnelosso@gmail.com
Neiva de Fátima Guedes da Rosa		EMEFJOÃO HUNDERTMARK /EM	dindavo@yahoo.com.br
NEIVA TEREZINHA FRIEDERICH SOARES	44423314053	EMEF LÍVIA MENNA BARRETO	neivasoares2809@gmail.com
Neusa Elisabete Carvalho Hennig	51186470020	EMEF Santa Helena	neusahennig@gmail.com
Noe Perrando da Silva	38078040059	EMEF Diácono J L Pozzobon e CA	noe.silva@prof.santamaria.rs.gov.br
NOEMI LENZ		EMEF CAIC LUIZINHO DE GRANI	professoranoemi.lenz@gmail.com
Nubia Mello Witt	49661680078	EMEF Pão dos Pobres Santo Antô	wittnubia@gmail.com
OCTAVIO TEIXEIRA THOMASI		CAIC	octquimica@gmail.com
OLGA TEREZINHA JACKS SALEH		JULIO DO CANTO	olgajacks@hotmail.com
Ovanir José Negrini	30367247020	EMAI	ojnegrini@gmail.com
Patrícia Brondani Pivetta		EMEF Lívia Menna Barreto	patriciabrondanipivetta@gmail.com
Patrícia da Silva Machado		Lidovino Fanton e Zahie Bered Far	paty-rssm@hotmail.com
Patricia Klumb Sanfelice	54897580072	EMEF Antonio Gonçalves do Amar	patricia_klumb@hotmail.com
PATRICIA MIOLO		EMEF Professora Francisca weinm	patriciamiolo@gmail.com
Patricia Santos de Lima		Emef Caic e Euclides da Cunha	patriciasantosdelima07@gmail.com
PAULA ADRIANA RODRIGUES	01203893043	EMEF JÚLIO DO CANTO	profepaulaatelie@gmail.com
Paula Suzele Menezes Merenock		EMEF ADELMO SIMAS GENRO	paulinhamerenock@yahoo.com.br
PAULO RICARDO MERTEN	26087421068	EMEF CAIC	prmerten@gmail.com
Priscila Arruda Barbosa		EMEI NEI CAIC e EMEF CAIC	prisabar@gmail.com

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

Rafael Rissetti Ilha		EMEF Maria de Lourdes Ramos Ca	leafarr214@gmail.com		
Raquel Bolzon Savian	96585692004	EMEF Pinheiro Machado	rbolzon@yahoo.com.br		
Regina Elena Machado Marchi		EMEF São Carlos/SASE	regienaelenamm@gmail.com		
Rejana Cera Cadore	02896561099	EMEF Rejane Garcia Gervini	rejana.cadore@prof.santamaria.rs.gov.br		
Renan Piveta		Escola Municipal de Aprendizagem	renanpiveta@gmail.com		
RENATA BICA PALMEIRA	00484355031	EMEI ZULÂNIA SALAMONI E EME	renatabicca@hotmail.com		
Renata Lemes		EMEF Reverendo Alfredo Winderlic	renatalemesbio@gmail.com		
Renilda Brum Genro	39617360063	EMEF Caic Luizinho de Grandi	renildab@gmail.com		
Rita de Cássia Borges	96919566087	EMEF PROF ADELMO SIMAS GE	ritadecassia.borges9@gmail.com		
Rodrissa Machado Marchi		EMEF Hylda Vasconcellos	rodrismachado@gmail.com		
Rosana Severo Spreckelsen da Cunha	45147426000	EMEF Antônio Gonçalves do Amar	rosanaseverosdacunha@gmail.com		
Rosane de Fátima de Borba Calegari	69700460010	EMEF Adelmo Simas Genro	rosecalegari@hotmail.com		
Rosane Vanda Hentschke de Oliveira	20548621004	EMEF IRMÃO QUINTINO	rosaneoliveira@terra.com.br		
Rosangela Cremonese	51056577053	Emei João Franciscatto	rosangelacremonese@prof.santamaria.rs.gov.br		
Rosângela da Silva Peres Severo	01082864013	EMEF São João Batista e EMEI Lu	profero2015@gmail.com		
Rosani Dutra Ventorini		EMEF CAIC Luizinho de Grandi e F	roventofono@gmail.com		
Rosaura Vargas	44077041015	Programa Municipal de Educação I	EDUCACAOFISCAL@GMAIL.COM		
Rosemary Pereira de Almeida	57875480000	Escola Municipal Euclides da Cunh	rpajcsa@gmail.com		
Rosicleia Machado Virago	95166513053	EMEF Major Tancredo Penna de M	rosimvirago@gmail.com		
Rosinara de Barros Charão Couto		Emef joão da maia braga	couto.rosec@gmail.com		
Ruth Freitas Marques	46528210004	EMEF José Paim de Oliveira	ruth.f.m@hotmail.com		
Salete Maria Stefanello		EMEF Erlinda Miniggio Vinade	samas2007@yahoo.com.br		
Samanta Diuli Altermann		Escola Martinho Lutero	samantaalterman@yahoo.com.br		
Sandra Beatris Zatti de Almeida		Dom Luiz Victor Sartori	sbeatriszatti@yahoo.com.br		
SANDRA CLARA FACCO PIGATTO	60338490000	EMEF SÃO CARLOS	spigatto0@gmail.com.br		
SANDRA MARA CAMARGO RIGHI	54757096020	SMED	sandra.righi@edu.santamaria.rs.gov.br		
Sandra Mara da Silva Aude		EMEF REVERENDO Alfredo Wind	sandraaude23@gmail.com		
Sandra Regina da Silva Flores		EMEF Martinho Lutero	sandraflores62@hotmail.com		
SANDRA SUZANA MAXIMOWITZ SILVA		EMEF DIACONO JOÃO LUIZ POZ	sandra.maximowitz@gmail.com		
Sandro Henrique Garcia Bandeira	61584819049	EMAI escola municipal de aprendiz	shband@gmail.com		
Sara Beatriz Eckert Huppes	01657565009	EMEF Rev. Alfredo Winderlich e EM	sarahuppes@hotmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Satiane Moreira Goulart		EMEF Rejane Garcia Gervini	goulartsatiane@gmail.com		
Selma Pereira Tognozzi	08027798833	Em. Aparecido Alves de Presidente	Selma.pereira.tognozzi@gmail.com		
Sergio Renato de Ávila Costa		EMAI	sergiocosta1962@hotmail.com		
Sérgio Roberto Valcorte	32295030072	EMAI	srvalcorte@hotmail.com		
Silvana Beheregaray Padoin	77145984091	EMEFBandeira Medina e EMEF Ar	sbeheregaraypadoin@gmail.com		
Silvana Martins de Freitas Millani		EMEF Livia Menna Barreto	silmillani@gmail.com		
Silvana Padoin		EMEF Antonio Gonçalves do Amar	sbeheregaraypadoin@gmail.com		
Silvana Stradiotto Bilibio	57707332091	EMEF Vicente Farencena	silvana@vicentefarencena.com.br		
Silvane Baptista de Oliveira		EMEF Irmão Quintino	silvane.fa@hotmail.com		
SILVIA PAGEL FLORIANO		EMEF Dom Antonio Reis	silviapagelflorianoluiz@gmail.com		
Silvia Trevisan		EMEF Rejane Garcia Gervini	silviatrevisan13@yahoo.com.br		
Silvio Retamoso Palma	65515455053	Bernardino Fernandes, EMAI.	silviorepa@gmail.com		
Simone Grahl Martins		Emef São João Batista	martinssg@hotmail.com		
Simone Peripolli Rossato		EMEF Francisca Weinmann	simonerossato@hotmail.com		
Simone Raquel Robaert	01652822909	EMEF Antônio Gonçalves do Amar	monirobaert@gmail.com		
Simone Teresinha Dias Cavalheiro		EMEI Darcy Vargas	simone.cavalheiro@hotmail.com		
Simone Tomazetti Mello		EMEF REVERENDO ALFREDO W	simonetomazettimello@gmail.com		
Simone Viero Nogueira Pereira		Emef Duque de Caxias	simone_viero@hotmail.com		
Sinara Avila Rossatto	56768605020	EMEFS ALTINA TEIXEIRA E IONE	si.rr@icloud.com		
Sirley Dresch Floriano		E. M. E. F. Diácono João Luiz Pozz	sirleydf@gmail.com		
Solange Mainardi de Souza		Setor Pedagógico - SMEd	solmainardi09@gmail.com		
Sonia Maria Flores Cielo	78065046053	Santa Flora e Padre Nóbrega	soniamariaflorescielo@gmail.com		
STELA MARIS PALMA DA SILVA		EMEF Dom Luiz Victor Sartori San	stelarossineto@gmail.com		
Suzana Cartier Larangeira	64570070078	EMEF Pedro Kunz	sucartier@gmail.com		
Taciana Uecker	01924274078	E.M.E.I Ângela Tomazetti e Vila Vit	taci.uecker@gmail.com		
Tânia Maria Di Fante Pendeza		EMEF Pinheiro Machado e EMEF T	tania.pendeza@gmail.com		
Tânia Maria Schirmer	28799283072	EMEF Intendente Manoel Ribas	taniamsch@hotmail. com		
Tania Thereza Carvalho Ferreira	4282360/72	EMEF Chácara das Flores e EMEF	taniatcf@gmail.com		
Tania Toaldo	35453605049	Escola Perpétuo Socorro e Escola	tania.to@hotmail.com		
Tarlla Fernandes	00810158019	EMEF Dom Antonio Reis	tarllaf@gmail.com		
Tascieli Feltrin	02050521006	Hylda Vasconcellos	tascifeltrin@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500515

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201606

TASSIA FARENCENA PEREIRA		EMEF. IRMÃO QUINTINO, EMEF.	tassiafarencena@hotmail.com		
Tatiana Ferreira Lucas		tatiferreiralucas2018@gmail.com	E.E.Coronel Robertinho		
Tatiana Palma Guerche		NTEM	tguerche@gmail.com		
Tatiane Feltrin Orlandi Fontana		EMEF Lourenço Dalla Corte	tatianeorlandifontana@gmail.com		
Tatiane Nascente da Rosa Villa		EMEF IRMÃO QUINTINO	tatianevilla@yahoo.com.br		
Tatiani Savian		CAIC LUIZINHO DE GRANDI	tatianisavian@gmail.com		
Teresa Inês Mortari Tomazetti	48510793034	EMEF JOÃO da Maia Braga	teresamortari@gmail.com		
THIAGO IVAN FREITAS NUNES		EMEFs Pão dos Pobres e Irmão Q	thiagoivann@yahoo.com.br		
Tiele Spode	02798383013	EMEF São João Batista e EMEI Lu	tiele.spode@prof.santamaria.rs.gov.br e tielespode@gmail.com		
Valdirene Teixeira Brum		Emef João da Maia Braga e Bande	valdireneteixeirabrum@gmail.com		
VALQUIREA MARTINS MONTEBLANCO	43998437053	EMEF> Pão dos Pobres Santo Ant	valquireamonteblanco@gmail.com		
Vanderléa Maria Vandervert		EMEF João da Maia Braga	vandervert66@yahoo.com.br		
Vanessa Medianeira da Silva Flôres		EMEF Sérgio Lopes	vanessaf.educ@gmail.com		
Vania Fernanda Gulart Portalette Ferrão	00638438039	EMEI Núcleo Infantil CAIC	fernandagulart@hotmail.com		
Vanize Moreira de Araújo	95297057000	EMEF Adelmo Simas Genro	araujovanize@gmail.com		
Vera Lucia Alves da Silva	65977157053	EMEF Vicente Farencena	proverasil@vicentefarencena.com.br		
Veridiana Pereira Duraczinski	02442858967	EMEF Júlio do Canto e EMEF Ren	veridianaduraczinski@gmail.com		
Victor Gomes Milani		EMEF Lívia Menna Barreto/ Profes	lordemilani@yahoo.com.br		
VIVIANE APARECIDA D. MARCONATO		EMEF. PÃO DOS POBRES SANTO	vivi.poeta@yahoo.com.br		
Viviane Baecker Alves	677695940-49	EMEF INTENDENTE MANOEL RIB	viviane.2012alves@hotmail.com		
Viviane Espinosa de carvalho	00796817006	EMEF julio do canto	vivi_ca12@yahoo.com.br		
Viviane Marconato		EMEF PÃO DOS POBRES	vivi.poeta@yahoo.com.br		
Viviane Schmidt	66433860044	EMEI Borges de Medeiros	vivisch2014@gmail.com		
William Gonçalves Meireles		EMEF Sérgio Lopes	william_wgm@yahoo.com.br		
Zenira Baldissera	61198587091	EMEF Irmão Quintino/Chácara das	z.baldissera@hotmail.com		
Zeotil Ferreira Lopes	41312341068	EMEF Diácono João Luiz Pozzobo	zeotillopes@gmail.com		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3320.3C83.3A9D.28C0.3548.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE INTERNO

RESPOSTA AO ITEM 1.7.2 DO QUESTIONÁRIO DE CONTAS ANUAIS 2021 - EDUCAÇÃO

A fim de responder ao que foi solicitado no item 1.7.2 do Questionário de Contas Anuais 2021, informamos que a documentação pertinente está disponível por meio do link abaixo:

https://drive.google.com/file/d/1ZNLBPNObNbk_m6WmuhIfybWgYru_hMYL/view?usp=sharing

Em caso de dúvida, por favor, entre em contato.

Santa Maria, 08 de abril de 2022.

Marcileni Basso da Silveira
Superintendente de Controle Interno em exercício
Matrícula nº 10.857-0

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4F79.F5BA.6FB7.C64F.3B1A.

Página
1173
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
1
Peça
4500517
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201608

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
SETOR ASSESSORIA DE GESTÃO, PROJETOS E PLANEJAMENTOS

Ofício nº 10/2021/SMS/PLAN

Santa Maria, 10 de maio de 2021.

Para: **Conselho Municipal de Saúde**

Assunto: **Plano Plurianual 2022 a 2025.**

Prezada Senhora;

Na oportunidade em que a cumprimentamos, vimos por meio deste encaminhar o Plano Plurianual 2022 a 2025. Solicitamos a apreciação por ad referendum, visto que tivemos um prazo exíguo para a elaboração, além de que nossos esforços estão voltados ao combate da pandemia e à campanha de vacinação da covid 19.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

GUILHERME RIBAS SMIDT
Secretário de Município da Saúde
PORTARIA 219/SMG/2020

Guilherme R. Smidt
Secretário de Município da Saúde
Portaria nº 219/SMG/2020

Ilmo
Sr.ª Maria do Carmo Quagliato
Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde
Santa Maria RS

RECEBIDO EM
10/05/20 21
Ass.: Adriana Fabiano
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Medianeira, nº 355 · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7095 · E-mail: saude@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4718.3D52.4F14.2D92.BEEB.

Página
1174

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4500521

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020160C

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SANTA MARIA/RS

RESOLUÇÃO Nº 012/2021 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

- Considerando o caráter deliberativo e fiscalizador do Conselho Municipal de Saúde sobre ações e serviços de saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde, inclusive nos aspectos financeiros;

- Considerando a apresentação do Plano Municipal de Saúde 2022-2025 da Secretaria de Saúde nesta data;

- Considerando os Pareceres da Comissão Técnica, da Comissão de Avaliação do Fundo e Comissão de Saúde Mental favoráveis a aprovação e anexados a este documento;

O Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria resolve APROVAR o Plano Municipal de Saúde 2022-2025 da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria.

Maria do Carmo Quagliato
Presidente Mesa Diretora
Conselho Municipal de Saúde - Santa Maria/RS

Criado pela Lei Municipal nº3355/1991, modificada pelas Leis Municipais 3871/1995 e 5875/2014
Av. Medianeira nº 355, Bairro Medianeira – CEP- 97.060-001- Fone: (55)39217205 –
E: MAIL: cmssmrs@gmail.com

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6F86.A218.26F2.DAEA.23EE.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4500538

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020161D

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Ofício nº 222/CCI/SMF

Santa Maria, 25 de Maio de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

João Ricardo Vargas

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Santa Maria/RS

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando, acostado o **Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025.**

Sendo o que havia para a ocasião, aproveitamos a oportunidade para declinar protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7075 · E-mail: finanças@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

C. M. V. SANTA MARIA
Protocolo 3784 / 2021
26/05/2021 - 11:51:54
Prefeitura Municipal de Santa Maria
Diretoria Legislativa

Assinatura: _____

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.996D.7ACD.149F.0324.A559.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO
RECIBO DE ENVIO DE INFORMAÇÕES

Recibo de Envio de Informações Nº 2/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 24/03/2022, às 09h e 56min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Clairton Rodrigues da Motta, CPF 50169041034, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Qual a situação do Plano de Saúde, a vigorar em 2022-2025 do Município?	Aprovado.
1.1) Anexe o comprovante contendo a data de encaminhamento do Plano de Saúde 2022-2025 ao Conselho de Saúde.	Encaminhamento do Plano Anual 2022 - 2025.pdf (1,35MB)
1.2) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação do Plano de Saúde 2022-2025 pelo respectivo Conselho, contendo a data da aprovação.	Aprova o Plano Municipal de Saúde 2022-2025.pdf (0,31MB)
1.3) Informar a data de aprovação do Plano de Saúde 2022-2025 pelo Conselho.	30/09/2021
1.4) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação do Plano de Saúde 2022-2025 pelo respectivo Conselho de Saúde.	-
2) Qual a situação da Programação Anual de Saúde do Município, a vigorar em 2022?	Aprovada.
2.1) Anexe o comprovante contendo a data de encaminhamento da Programação Anual de Saúde ao Conselho de Saúde.	Encaminhamento Programação Anual de Saúde 2022 - 2025.pdf (1,69MB)
2.2) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo conselho, contendo a data da aprovação.	Aprova o Plano Anual de Saúde de 2022.pdf (0,34MB)
2.3) Informar a data de aprovação da Programação Anual da Saúde pelo Conselho.	07/10/2021
2.4) Anexe, em formato PDF, a resolução de apreciação da Programação Anual de Saúde pelo respectivo Conselho de Saúde.	-
3) Qual a situação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2020 no Município?	Aprovado.
3.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do Relatório Anual de Gestão ao respectivo conselho de saúde.	Encaminhamento Relatorio Anual Gestão 2020.pdf (0,26MB)
3.2) Anexe a resolução de apreciação do Relatório Anual de Gestão pelo conselho de saúde.	Aprova o Relatório Anual de Gestão de 2020.pdf (1,61MB)
4) Informar a data do encaminhamento do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a vigorar em 2022 à Câmara de Vereadores.	30/07/2021
4.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do projeto da lei aqui - em formato PDF.	Encaminhamento da LDO 2022.pdf (1,47MB)
5) Informar a data do encaminhamento do projeto de lei do Plano Plurianual a vigorar em 2022 a 2025 à Câmara de Vereadores.	26/05/2021
5.1) Anexe o comprovante contendo a data do encaminhamento do projeto de lei em formato PDF.	Oficio 222 - Encaminha o PPA para a CVSM.pdf (0,29MB)

Recibo emitido em 21/06/2022 11:09.

Código de autenticação

NYUE6-EJYE8-APEH5

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BD36.89EC.F616.3666.8728.

Página
1177

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4500540

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020161F

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Ofício nº 408/CCI/SMG/CSL/NF

Santa Maria, 30 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

João Ricardo Vargas

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Santa Maria/RS

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando, acostado o **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.**

Sendo o que havia para a ocasião, aproveitamos a oportunidade para declinar protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7075 · E-mail: finanças@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

C. M. V. SANTA MARIA
Protocolo 6369 / 2021
30/07/2021 - 11:42:42
Prefeitura Municipal de Santa Maria/R
Diretoria Legislativa

Assinatura: _____

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2E61.0FF7.D17A.A6EF.CD57.

Página
1178

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4500522

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020160D

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SANTA MARIA/RS

RESOLUÇÃO Nº 013/2021 - DE 07 DE OUTUBRO DE 2021

- Considerando o caráter deliberativo e fiscalizador do Conselho Municipal de Saúde sobre ações e serviços de saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde, inclusive nos aspectos financeiros;

- Considerando a apresentação da Programação Anual de Saúde 2022 da Secretaria de Município da Saúde, nesta data;

- Considerando os Pareceres (anexados a esta Resolução) da Comissão Técnica, da Comissão de Avaliação do Fundo e Comissão de Saúde Mental;

O Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria resolve APROVAR Programação Anual de Saúde 2022 da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria, com o atendimento às recomendações feitas pelas Comissões, ficando acordado o prazo máximo de 20 dias para apresentação do Plano Municipal de Saúde 2022-2025 revisado, com mais 20 dias para apresentação da versão revisada da Programação Anual de Saúde 2022.

Maria do Carmo Quagliato
Presidente Mesa Diretora
Conselho Municipal de Saúde - Santa Maria/RS

Criado pela Lei Municipal nº3355/1991, modificada pelas Leis Municipais 3871/1995 e 5875/2014
Av. Medianeira nº 355, Bairro Medianeira – CEP- 97.060-001- Fone: (55)39217205 –
E: MAIL: cmssmrs@gmail.com

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.EAE8.59B7.53F6.C118.90A4.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4500541

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201620

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPO DA SAÚDE

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL DE 2020

EQUIPE GESTORA

Jorge Pozzobom - Prefeito Municipal
Guilherme Ribas Smidt - Secretário de Município da Saúde
Ana Paula Seerig – Secretária de Município da Saúde Adjunta
Christian Lacorte – Superintendente Administrativo e Financeiro
Daiany da Silveira – Superintendente da Atenção Básica
Juliana Pruni – Superintendente da Atenção Especializada
Alexandre Streb – Superintendente da Vigilância em Saúde

31 de Março de 2021

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1180
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4
1.1 INFORMAÇÕES TERRITORIAIS 4
1.2 SECRETARIA DE SAÚDE 4
1.3 INFORMAÇÕES DA GESTÃO 4
1.4 SECRETÁRIO (A) DE SAÚDE 4
1.5 FUNDO DE SAÚDE 4
1.6 PLANO DE SAÚDE 4
1.7 INFORMAÇÕES SOBRE REGIONALIZAÇÃO 4
1.8 CONSELHO DE SAÚDE 5
1.9 CASA LEGISLATIVA 5
2. INTRODUÇÃO –CONSIDERAÇÕES INICIAIS 6
3. DADOS DEMOGRÁFICOS E MORBIMORTALIDADE 7
3.1 POPULAÇÃO ESTIMADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA 7
3.2 NASCIDOS VIVOS 7
3.3 PRINCIPAIS CAUSAS DE INTERNAÇÃO 7
3.4 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS 8
4. DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 9
4.1 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA 9
4.2 PRODUÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS 9
4.3 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO 9
4.4 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPOS DE PROCEDIMENTOS 10
4.5 PRODUÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS 10
5. REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS SUS 10
5.1 POR TIPO DE ESTABELECIMENTO E GESTÃO 10
5.2 POR NATUREZA JURÍDICA- Período 2020 11
5.3 CONSÓRCIO EM SAÚDE 11
6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 12
6.1 DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS NO PERÍODO 27
6.2 EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR EIXO NORTEADOR: 28
7. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DA ASSISTÊNCIA 29
8. DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES (DOMI) DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2020 30
8.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 01: FORTALECER E AMPLIAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE 30

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

8.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 02: AMPLIAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA 68

8.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 03: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 87

8.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 04: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 94

8.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 05: QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL 99

8.6 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6: FORTALECER, AMPLIAR E QUALIFICAR A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR 105

8.7 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 07: QUALIFICAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOGÍSTICA DA SMS 113

8.8 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 08: PROMOVER E QUALIFICAR A GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE 116

8.9 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 09: PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EM SAÚDE 117

8.10 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10: QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DOS EIXOS NORTEADORES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (NEPeS) 123

8.11 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11: INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS COM A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE 126

8.12 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE 133

8.13 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13: CONTROLE SOCIAL 156

8.14 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14: PREVENÇÃO, CONTROLE E ENFRENTAMENTO COVID-19 157

9. INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVAS 162

Página 1181
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1182
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

1. INTRODUÇÃO

1.1 INFORMAÇÕES TERRITORIAIS
UF: RS
MUNICÍPIO: Santa Maria
PERÍODO QUE SE REFERE O RELATÓRIO: Relatório Anual de 2020
ÁREA: 1.779,56 Km²
POPULAÇÃO: 282.123 Habitantes

1.2 SECRETARIA DE SAÚDE	
RAZÃO SOCIAL DA SMS:	Secretaria de Município da Saúde
CNPJ:	88.488.366.0001-00
NÚMERO DO CNES	2243814
ENDEREÇO:	Avenida Medianeira, 355
CEP:	97060-001
TELEFONE:	55.39217203
FAX:	55.39217222
E-mail:	saude@santamaria.rs.gov.br
SITE DA SMS:	www.santamaria.rs.gov.br

1.3 INFORMAÇÕES DA GESTÃO	
PREFEITO	Jorge Cladistone Pozzobom
SECRETARIO(A) DE SAÚDE EM EXERCÍCIO	Guilherme Ribas Smidt
E-MAIL DO(A) SECRETÁRIO(A)	saude@santamaria.rs.gov.br
TELEFONE SECRETÁRIO(A)	(55) 3921-7203

1.4 SECRETÁRIO (A) DE SAÚDE	
NOME:	Guilherme Ribas Smidt
DATA DA POSSE:	
A SMS TEVE MAIS DE UM GESTOR NO PERÍODO A QUE SE REFERE O REG?	Não

1.5 FUNDO DE SAÚDE	
LEI DE CRIAÇÃO	Tipo Lei- 3744
DATA DE CRIAÇÃO	01/03/1994
CNPJ	12.964.512.0001-57
NATUREZA JURÍDICA	Fundo Público
NOME DO GESTOR DO FUNDO	Guilherme Ribas Smidt

1.6 PLANO DE SAÚDE	
A SMS TEM PLANO DE SAÚDE?	Sim
PERÍODO A QUE SE REFERE O PLANO DE SAÚDE?	2018-2021
STATUS	Aprovado
DATA DA ENTREGA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	29/12/2017

1.7 INFORMAÇÕES SOBRE REGIONALIZAÇÃO			
REGIÃO	ÁREA (KM²)	POPULAÇÃO (HAB)	DENSIDADE
Centro Oeste-Verdes Campos	1779.556	282.123	158,54

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1183
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

1.8 CONSELHO DE SAÚDE		
INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO		Tipo Lei - 5875
ENDEREÇO		30/05/2014
E-MAIL		cmssmrs@gmail.com
TELEFONE		(55) 3921-7205
NOME DO PRESIDENTE		Rosa Maria Wolff
	USUÁRIOS	15 entidades
	GOVERNO	2 de governo
	TRABALHADORES	7 trabalhadores
	PRESTADORES	5 prestadores

Fonte: Ano de Referência: 2020

1.9 CASA LEGISLATIVA

1º RDQA 2020	2º RDQA 2020	3º RDQA 2020
Data de entrega do Relatório	Data de entrega do Relatório	Data de entrega do Relatório
_____/_____/_____	_____/_____/_____	_____/_____/_____

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1184
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

2. INTRODUÇÃO – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A apresentação do relatório de gestão anual de 2020 vem demonstrar as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Município da Saúde, além de avaliar as pactuações firmadas para o ano, em consonância com o que determina a Lei Complementar 141/2012 e Portaria 2135/2013.

Para sua construção foram utilizados como parâmetros os indicadores de saúde bem como o Plano Municipal de Saúde 2018-2021, o qual foi aprovado no Conselho Municipal de Saúde em 19 de julho de 2018, assim como a Programação Anual de Saúde 2020.

O ano foi atípico, visto que, fomos assolados por uma pandemia, a COVID-19. Desta forma, muitas das ações não foram realizadas, pois respeitando as orientações vindas do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Estado, além de decretos municipais ocorreu uma diminuição no fluxo de circulação de pessoas nas unidades, proibição de realização de atividades em grupo, cancelamento das atividades educacionais, bem como o fechamento do comércio.

Diante disso, foi criado o “Comitê de Crise” para captação e acompanhamento de possíveis casos de COVID-19, desencadeando várias ações de informação para a Rede de testagem. Dada a relevância do tema, foram chamados servidores do concurso para atuarem junto a vigilância epidemiológica do Município. No final do mês de março, após a deflagração da Pandemia pela Organização Mundial da Saúde, foi criado o Centro de Referência Municipal da COVID 19. Localiza-se na Rua Conrado Hoffmann, 277, em um espaço locado.

O município recebeu diversos recursos para combate a pandemia vindos do Ministério da Saúde, Emendas impositivas de vereadores, Recursos do Estado do RS e do Ministério Público do Trabalho totalizando aproximadamente um valor de R$ 6.120.048,82. Concomitantemente, realizamos o cadastro de R$ 1.577.983,00 em Emendas Parlamentares e Programas do Ministério da Saúde.

Foi realizada a renovação da frota da SAMU através de cadastro no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, o Município recebeu do Ministério da Saúde uma ambulância - R$ 172.700,00. Em agosto foi dado início ao processo de habilitação de mais uma ambulância USA para a ampliação da frota do SAMU. Está em fase de levantamento de dados para posterior aprovação junto ao CMS e CIB.

No mês de julho, foi Inaugurada a UDM destina-se à dispensação de antirretrovirais que até então era realizada no HUSM. Além de facilitar o acesso, também oferece assistência farmacêutica e aconselhamento. A Unidade de Dispensação de Medicamentos funciona em anexo à Casa 13 de Maio, que é um Serviço de Assistência Especializada (SAE) e um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) com foco na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), HIV e Hepatites Virais (B e C).

Possuímos atualmente uma cobertura da rede de atenção básica de 56,32% contando com 25 equipes de Saúde da Família. Desde a portaria nº 2979/2019 novas modalidades de equipes foram criadas, quais sejam: equipes de atenção primária (EAP- 08 homologadas e 04 em processo de credenciamento junto ao Ministério da Saúde) e equipes de saúde bucal (ESB) para além, das equipes da Saúde da Família (ESF). Com isso, o município foi territorializado e deu-se início no processo de cadastramento dos usuários nas unidades de referências.

No que se refere a ampliação de acesso foi instituído o 3º turno, uma vez por semana, na unidade Erasmo Crossetti.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1185
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

3.DADOS DEMOGRÁFICOS E MORBIMORTALIDADE

3.1 POPULAÇÃO ESTIMADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

PERÍODO: O Sistema importa dados de 2015

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 a 4 anos	8.559	8.160	16.719
5 a 9 anos	8.540	8.205	16.745
10 a 14 anos	8.863	8.612	17.475
15 a 19 anos	9.975	9.670	19.645
20 a 29 anos	20.787	21.053	41.840
30 a 39 anos	22.203	23.497	45.700
40 a 49 anos	17.524	19.033	36.557
50 a 59 anos	16.409	19.182	35.591
60 a 69 anos	12.364	16.261	28.625
70 a 79 anos	6.716	9.481	16.197
80 anos e mais	2.831	5.751	8.582
TOTAL	**134.771**	**148.905**	**283.676**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 24/03/2021.

3.2 NASCIDOS VIVOS

Número de Nascidos vivos por residência da mãe.

UNIDADE FEDERAÇÃO	2016	2017	2018	2019
	3518	3509	3.635*	3454

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 24/03/2021.

3.3 PRINCIPAIS CAUSAS DE INTERNAÇÃO

MORBIDADE HOSPITALAR DE RESIDENTES, SEGUNDO CAPÍTULO DA CID-10

CAPÍTULO CID-10	2016	2017	2018	2019	2020
I.Algumas doenças infecciosas e parasitárias.	337	321	279	413	786
II. Neoplasias (tumores)	1407	1657	1553	1789	1693
III. Doenças sangue, órgãos, hemat e trans imunitár.	46	50	51	55	60
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas.	112	113	126	133	123
V. Transtornos mentais e comportamentais.	782	895	952	848	624
VI. Doenças do Sistema nervosa	149	204	169	289	189
VII. Doenças do Olho e anexos	31	42	37	93	57
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide.	26	22	24	27	15
IX. Doenças do aparelho circulatório	1017	808	873	1120	1189
X. Doenças do aparelho respiratório.	1200	1049	844	1053	660
XI. Doenças do aparelho digestivo.	893	853	835	1126	1066
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	104	100	158	218	183
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	103	150	179	184	156
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	661	602	586	742	660
XV. Gravidez parto e puerpério	2896	2483	2955	3035	2905

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1186
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

XVI. Algumas afec originadas no período perinatal.	313	233	254	362	360
XVII. Malf cog deformed e anomalias cromossômicas	76	73	85	84	60
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	90	119	127	181	122
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1136	945	950	1401	1290
XX.Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	94	116	109	104	67
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido.	-	-	-	-	-
TOTAL	**11473**	**10835**	**11146**	**13257**	**12265**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 24/03/2021.

3.4 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS

MORTALIDADE DE RESIDENTES, SEGUNDO CAPÍTULO CID-10

CAPÍTULO CID-10	2016	2017	2018	2019
I.Algumas doenças infecciosas e parasitárias.	75	80	96	89
II. Neoplasia (tumores)	514	491	467	505
III. Doenças sangue, órgãos, hemat e trans imunitár.	7	9	3	7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas.	90	133	143	125
V. Transtornos mentais e comportamentais.	12	12	16	25
VI. Doenças do Sistema nervosa	128	132	125	163
VII. Doenças do Olho e anexos	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide.	1	-	1	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	666	589	613	607
X. Doenças do aparelho respiratório.	256	213	271	233
XI. Doenças do aparelho digestivo.	91	89	101	80
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	3	4	7
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo.	13	6	11	7
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	38	68	46	69
XV. Gravidez parto e puerpério	1	-	-	1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal.	27	14	22	24
XVII. Malf cog deformed e anomalias cromossômicas	7	11	12	10
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	6	7	18	18
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-
XX.Causas externas de morbidade e mortalidade	199	201	178	190
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-
TOTAL	**2134**	**2058**	**2127**	**2161**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 24/03/2021.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1187
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

4. DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS

4.1 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA

COMPLEXIDADE: ATENÇÃO BÁSICA

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS QTD. APROVADA
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	6
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	102
03 Procedimentos clínicos	85
04 Procedimentos cirúrgicos	13
05 Ações Complementares	-
TOTAL	**206**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) Data da Consulta:29/03/2021

4.2 PRODUÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

CARÁTER DE ATENDIMENTO: URGÊNCIA

GRUPO DE PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado	AIH Pagas	Valor Total
01 Ações de Promoção e prevenção em saúde.	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica.	920	73.614,60	-	-
03 Procedimentos Clínicos	793	5.007,18	-	-
04 Procedimentos Cirúrgicos	8.135	236.245,05	-	-
05 Transplantes de Órgãos, tecidos e células	3	82,50	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais.	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção em saúde.	-	-	-	-
TOTAL	**9.851**	**314.949,33**	-	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da Consulta: 29/03/2021

4.3 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO

Forma de Organização: 030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial,030317 Tratamento dos Transtornos Mentais e Comportamentais.

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado	AIH Pagas	Valor Total
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	12.007	-	-	-
030317 Tratamento dos Transtornos Mentais e Comportamentais	-	-	-	-

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1188
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SAI/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da Consulta: 29/03/2021

4.4 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPOS DE PROCEDIMENTOS

GRUPO DE PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado	AIH Pagas	Valor Total
01 Ações de Promoção e prevenção em saúde.	29	69,00	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica.	99.308	3.253.591,22	40	74.768,04
03 Procedimentos Clínicos	111.971	10.198.858,16	7.313	11.514.150,48
04 Procedimentos Cirúrgicos	23.729	1.281.218,54	4.892	9.795.441,81
05 Transplantes de Órgãos, tecidos e células	2.118	381.525,95	51	777.860,71
06 Medicamentos	1.205.456	762.820,11	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais.	3.360	999.896,53	-	-
08 Ações complementares da atenção em saúde.	55	272,25	-	-
TOTAL	**1.446.026**	**16.878.251,76**	**12.296**	**22.162.221,04**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SAI/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) Data da Consulta: 29/03/2021

4.5 PRODUÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

Financiamento: Vigilância em Saúde

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS	
	Qtd. Aprovada	Valor Aprovado
01 Ação de promoção e prevenção em saúde	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-
TOTAL	**-**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SAI/SUS) Data da Consulta: 29/03/2021

5. REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS SUS

5.1 POR TIPO DE ESTABELECIMENTO E GESTÃO

REDE FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR TIPO DE ESTABELECIMENTOS

TIPO DE ESTABELECIMENTO	DUPLA	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
Unidade móvel de nivel pre-hospitalar na área de urgência.	-	-	4	4
Centro de Saúde/ Unidade Básica	-	-	39	39
Centro de atenção psicossocial	1	-	3	4
Hospital Geral	1	2	-	3
Unidade de apoio diagnose e terapia (Sast isolado)	-	10	1	11
Centro de atenção hemoterapia e ou hematológica	-	1	-	1
Central de Gestão em saúde	1	-	1	2
Clinica/ Centro de especialidade	2	-	1	3
Centro de apoio a saúde da Família	-	-	1	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1189
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Policlínica	8	2	2	12
Pronto Atendimento	2	-	-	2

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 24/03/2021.

5.2 POR NATUREZA JURÍDICA- Período 2020

REDE FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR NATUREZA JURÍDICA

NATUREZA JURÍDICA	MUNICIPAL	ESTADUAL	DUPLA	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Fundação Pública de Direito Público Estadual ou do Distrito Federal	0	1	0	**1**
Consórcio Público de Direito Público (Associação pública)	0	1	0	**1**
Município	48	0	13	**61**
Órgão Público do poder executivo estadual ou do Distrito Federal	0	2	1	**3**
Autarquia Federal	0	1	0	**1**
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
Empresa Individual de responsabilidade limitada (de natureza simples)	0	1	0	**1**
Sociedade Simples Limitada	1	1	0	**2**
Sociedade Empresária limitada	2	7	0	**9**
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
Associação privada	1	1	1	**3**
PESSOAS FÍSICAS				
TOTAL	52	15	15	**82**

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 24/03/2021.

5.3 CONSÓRCIO EM SAÚDE

NOME DO CONSÓRCIO: Consórcio Intermunicipal da Região Centro (CIRC)	
CNPJ: 94.446.804/0001-62	
ÁREA DE ATUAÇÃO: Gestão associada de serviços públicos – Região Centro 32 municípios	
DATA DE ADESÃO: 16/12/1993	
NATUREZA JURÍDICA	(x) Direito Público
	( ) Direito Privado

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1190
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento - DESID
Ministério da Saúde/Secretaria Executiva - DATASUS
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Procuradoria Federal no Distrito Federal

SIOPS 6º Bimestre de 2020 - Municipal

431690 - Santa Maria - RS

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	110.550.015,00	139.071.610,24	125.798.934,93	125.699.357,36	122.856.344,63	99.577,57	105.364.849,6
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.728.460,00	68.276.978,13	65.754.666,49	65.754.666,49	64.218.912,59	0,00	64.707.312,58
3.1.30.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.35.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.36.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.45.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 -RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.46.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.70.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	200.000,00	340.455,34	340.455,34	340.455,34	340.455,34	0,00	340.455,34
3.1.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.75.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.76.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	58.848.760,00	58.412.602,79	55.894.733,54	55.894.733,54	55.814.283,51	0,00	53.794.757,24
3.1.90.01.00.00	Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.03.00.00	Pensões do RPPS e do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	5.000,00	328.250,00	230.152,61	230.152,61	223.606,18	0,00	302.000,00
3.1.90.04.01.00	Salário Contrato Temporário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.04.01.01	Contratação por Tempo Determinado do Programa Saúde Família - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.04.01.02	Contratação por Tempo Determinado do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.04.01.99	Outras Despesas com Salários Contrato Temporário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.04.99.00	Outras Despesas com Salários Contrato Temporário	5.000,00	328.250,00	230.152,61	230.152,61	223.606,18	0,00	302.000,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1191
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.1.90.05.00.00	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	1.415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.07.00.00	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	54.081.260,00	55.235.162,79	52.824.016,21	52.824.016,21	52.824.016,21	0,00	50.429.757,24
3.1.90.11.01.00	Vencimentos e Salários	0,00	0,00	30.092.998,57	30.092.998,57	30.092.998,57	0,00	1.755.060,00
3.1.90.11.01.02	Vencimentos e Salários - Pessoal Ativo do PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.01.03	Vencimentos e Salários - Pessoal Ativo do - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.01.99	Outras Despesas com Vencimentos e Salários	0,00	0,00	30.092.998,57	30.092.998,57	30.092.998,57	0,00	1.755.060,00
3.1.90.11.99.00	Outras Despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	54.081.260,00	55.235.162,79	22.731.017,64	22.731.017,64	22.731.017,64	0,00	48.674.697,24
3.1.90.12.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.00.00	Obrigações Patronais	1.105.000,00	826.870,00	818.271,01	818.271,01	744.367,41	0,00	1.006.000,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.227.500,00	2.022.320,00	2.022.293,71	2.022.293,71	2.022.293,71	0,00	2.042.000,00
3.1.90.16.81.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Ativo do PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.16.82.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Ativo do PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.16.99.00	Demais Despesas Variáveis - Pessoal Civil	2.227.500,00	2.022.320,00	2.022.293,71	2.022.293,71	2.022.293,71	0,00	2.042.000,00
3.1.90.17.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.01.00	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.03.00	Pensões do RPPS e do Millitar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.04.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.05.00	Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.07.00	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.12.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1192
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.1.90.92.13.00	Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.16.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.17.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.91.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.94.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.96.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.92.99.00	Outras Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.94.01.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas - Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.02.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas - Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.03.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas - Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.04.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas - Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.06.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas - Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.13.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas - Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94.99.00	Diversas Indenizações Trabalhistas	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.96.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	8.679.700,00	9.523.920,00	9.519.477,61	9.519.477,61	8.064.173,74	0,00	10.572.100,00
3.1.91.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00.00	Obrigações Patronais	8.679.700,00	9.523.920,00	9.519.477,61	9.519.477,61	8.064.173,74	0,00	10.572.100,00
3.1.91.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.96.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1193
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.1.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.99.00.00.00	A definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.71.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida de Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.73.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida de Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.74.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida de Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.821.555,00	70.794.632,11	60.044.268,44	59.944.690,87	58.637.432,04	99.577,57	40.657.537,10
3.3.20.00.00.00	Transferências à União	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.30.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.30.30.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.30.01.00	Para Aquisição de Medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.30.99.00	Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.30.99.00.00	Outras Transferências a Estados e ao Distrito Federal	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.31.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo (SUS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.32.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.35.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.36.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.00.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.30.00.00	Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1194
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.3.40.30.01.00	para Aquisição de Medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.30.99.00	Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.41.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.40.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.41.00.00.00	Transferências a Municípios - Fundo a Fundo (SUS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.41.41.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.41.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.41.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.42.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.45.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.46.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins lucrativos	16.116.000,00	22.837.135,70	19.673.003,79	19.673.003,79	19.673.003,79	0,00	15.404.959,63
3.3.50.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.39.36.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais (SIA/SIH)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.39.36.01	Serviços Prestados em Unidades Hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.39.36.02	Serviços Prestados em Unidades Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.39.36.03	Serviços Prestados na Atenção Básica (PSF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.39.36.99	Outros Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.39.50.00	Serviços de Assistência a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.41.00.00	Contribuições	16.116.000,00	22.837.135,70	19.673.003,79	19.673.003,79	19.673.003,79	0,00	14.983.354,45
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	421.605,18

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1195
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.3.50.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.60.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.70.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio	150.000,00	191.506,13	191.506,13	191.506,13	191.506,13	0,00	191.506,13
3.3.72.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.75.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.76.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	22.802.340,00	37.442.354,89	30.037.227,08	29.937.649,51	28.630.390,68	99.577,57	21.229.526,77
3.3.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.04.01.00	Salário Contrato Temporário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.04.01.01	Contratação por Tempo Determinado Estratégia Saúde da Família - ESF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.04.01.02	Contratação Tempo Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.04.01.99	Outras Despesas com Salário Contrato Temporário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.04.99.00	Outras Vantagens - Contrato Temporário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.08.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00	Diárias - Civil	379.800,00	281.375,26	239.696,50	239.696,50	239.696,50	0,00	367.800,00
3.3.90.15.00.00	Diárias - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.18.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes (Bolsas de Estudo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.19.00.00	Auxílio-Fardamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.20.00.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	3.263.620,00	9.462.592,96	6.167.267,34	6.077.776,77	6.077.482,62	89.490,57	3.097.226,77
3.3.90.30.01.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0,00	0,00	449.147,57	449.147,57	449.147,57	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1196
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.3.90.30.09.00	Material Farmacológico	0,00	0,00	576.217,39	576.217,39	576.217,39	0,00	0,00
3.3.90.30.09.01	Medicamentos usados em unidades de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.09.02	Medicamentos distribuídos para uso domiciliar	0,00	0,00	576.217,39	576.217,39	576.217,39	0,00	0,00
3.3.90.30.10.00	Material Odontológico	0,00	0,00	85.808,97	85.808,97	85.808,97	0,00	0,00
3.3.90.30.11.00	Material Químico	0,00	0,00	251.950,00	251.950,00	251.950,00	0,00	0,00
3.3.90.30.16.00	Material de Expediente	0,00	0,00	110.713,90	110.713,90	110.713,90	0,00	0,00
3.3.90.30.17.00	Material de Processamento de Dados	0,00	0,00	2.628,05	2.628,05	2.628,05	0,00	0,00
3.3.90.30.20.00	Material de Cama, Mesa, Banho	0,00	0,00	10.281,40	10.281,40	10.281,40	0,00	0,00
3.3.90.30.21.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	0,00	0,00	11.232,34	11.232,34	11.232,34	0,00	0,00
3.3.90.30.23.00	Material de Uniformes, Tecidos e Aviamentos	0,00	0,00	11.212,03	8.802,30	8.802,30	2.409,73	0,00
3.3.90.30.28.00	Material de Proteção e Segurança	0,00	0,00	1.289.936,20	1.289.936,20	1.289.936,20	0,00	0,00
3.3.90.30.35.00	Material Laboratorial	0,00	0,00	196.952,48	109.871,64	109.871,64	87.080,84	0,00
3.3.90.30.36.00	Material Médico Hospitalar	0,00	0,00	1.919.278,50	1.919.278,50	1.919.278,50	0,00	0,00
3.3.90.30.36.01	Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.36.02	Outros Materiais Médico Hospitalar	0,00	0,00	1.919.278,50	1.919.278,50	1.919.278,50	0,00	0,00
3.3.90.30.39.00	Material para Manutenção de Veículos	0,00	0,00	358.271,97	358.271,97	358.271,97	0,00	0,00
3.3.90.30.99.00	Outros Materiais de Consumo	3.263.620,00	9.462.592,96	893.636,54	893.636,54	893.342,39	0,00	3.097.226,77
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.395.880,00	6.900.869,62	5.784.253,67	5.784.253,67	5.784.253,67	0,00	3.908.460,00
3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	102.000,00	132.494,00	79.590,82	79.590,82	79.590,82	0,00	109.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
3.3.90.34.01.00	Demais Despesas de Pessoal Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
3.3.90.34.02.00	Outras Despesas de Pessoal Contratos Terceirização - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.34.03.00	Outras Despesas de Pessoal Contratos Terceirização - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1197
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.3.90.35.00.00	Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	853.000,00	651.301,40	613.567,61	613.567,61	567.107,95	0,00	883.000,00
3.3.90.36.08.00	Residência Médica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.30.00	Serviços Médicos e Odontológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.30.02	Serviços de Terceiros - Pessoa Física - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.30.03	Serviços de Terceiros - Pessoa Física - PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	853.000,00	651.301,40	613.567,61	613.567,61	567.107,95	0,00	883.000,00
3.3.90.37.00.00	Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.38.00.00	Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.007.900,00	13.449.241,65	10.837.433,95	10.827.346,95	9.566.841,93	10.087,00	7.932.400,00
3.3.90.39.17.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	88.958,46	78.871,46	78.871,46	10.087,00	0,00
3.3.90.39.43.00	Serviços de Energia Elétrica	0,00	0,00	1.681.920,76	1.681.920,76	1.675.140,28	0,00	0,00
3.3.90.39.44.00	Serviços de Água e Esgoto	0,00	0,00	412.144,95	412.144,95	380.205,86	0,00	0,00
3.3.90.39.47.00	Serviços de Comunicação em Geral	0,00	0,00	3.526,51	3.526,51	3.526,51	0,00	0,00
3.3.90.39.50.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais (SIA/SIH)	0,00	0,00	315.393,74	315.393,74	315.393,74	0,00	0,00
3.3.90.39.50.01	Serviços Prestados em Unidades Hospitalares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.50.02	Serviços Prestados em Unidades Ambulatoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.50.03	Serviços Prestados na Atenção Básica (PSF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.50.99	Outros Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial	0,00	0,00	315.393,74	315.393,74	315.393,74	0,00	0,00
3.3.90.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	7.007.900,00	13.449.241,65	8.335.489,53	8.335.489,53	7.113.704,08	0,00	7.932.400,00
3.3.90.39.99.01	Serviços de Terceiros do PACS	0,00	0,00	249.657,55	249.657,55	249.657,55	0,00	0,00
3.3.90.39.99.02	Serviços de Terceiros do PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.99.99	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.007.900,00	13.449.241,65	8.085.831,98	8.085.831,98	6.864.046,53	0,00	7.932.400,00
3.3.90.41.00.00	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1198
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.3.90.46.00.00	Auxílio Alimentação	3.130.700,00	3.008.200,00	2.981.910,37	2.981.910,37	2.981.910,37	0,00	3.138.300,00
3.3.90.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.000,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	59.000,00
3.3.90.48.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.48.06.00	Residência Médica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.48.07.00	Residência Multiprofissional em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.48.99.00	Demais Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.49.00.00	Auxílio Transporte	1.394.440,00	1.559.980,00	1.538.625,70	1.538.625,70	1.538.625,70	0,00	1.679.340,00
3.3.90.67.00.00	Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.83.00.00	Despesas Decorrentes de Contrato de PPP, exceto Subvenções Econômicas e Aporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	205.000,00	259.100,00	259.100,00	259.100,00	259.100,00	0,00	5.000,00
3.3.90.95.00.00	Indenização pela Execução de Trabalho de Campo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.96.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.99.00.00	A classificar	1.065.000,00	1.737.000,00	1.535.581,12	1.535.581,12	1.535.581,12	0,00	0,00
3.3.91.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.30.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.30.09.00	Material Farmacológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.30.10.00	Material Odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.30.35.00	Material Laboratorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.30.36.00	Material Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.30.99.00	Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.32.00.00	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1199
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
3.3.91.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.39.17.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.39.50.00	Serviços Médicos Hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.91.00.00	Sentença Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.96.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.97.00.00	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.91.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.93.00.00.00	Aplicação Direta - Operações Intra-Orçamentarias com Consórcio Público do qual o Ente Participe	3.743.215,00	10.323.635,39	10.142.531,44	10.142.531,44	10.142.531,44	0,00	3.821.544,57
3.3.93.30.00.00	Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.93.32.00.00	Material, bem ou servico para dist gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.93.39.00.00	Outros servicos de terceiros - pj	3.743.215,00	10.323.635,39	10.142.531,44	10.142.531,44	10.142.531,44	0,00	3.821.544,57
3.3.94.00.00.00	Aplicação Direta - Operações Intra-Orçamentarias com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.94.30.00.00	Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.94.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.94.39.00.00	Outros serviços de terceiros - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.540.552,00	5.052.051,37	2.656.678,71	2.599.728,71	2.541.497,32	56.950,00	1.150.478,11
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.540.552,00	5.052.051,37	2.656.678,71	2.599.728,71	2.541.497,32	56.950,00	1.150.478,11
4.4.20.00.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1200
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						Despesas Orçadas
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	
4.4.30.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.31.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo (SUS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.35.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.36.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.40.00.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.41.00.00.00	Transferências a Municípios - Fundo a Fundo (SUS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.42.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.45.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.46.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.50.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.70.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio	1.000,00	3.271,29	3.271,29	3.271,29	3.271,29	0,00	3.271,29
4.4.72.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio à Conta de Recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio à Conta de Recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.75.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.76.00.00.00	Transferências a Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.539.552,00	5.048.780,08	2.653.407,42	2.596.457,42	2.538.226,03	56.950,00	1.147.206,82
4.4.90.04.00.00	Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.04.02.00	Serviços Eventuais de Agentes de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.04.08.00	Serviços Eventuais de Médicos Residentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.14.00.00	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.15.00.00	Diárias - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.17.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1201
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
4.4.90.18.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes (Bolsas de Estudo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.20.00.00	Auxílio Financeiro a Pesquisadores (Bosas de Estudo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.30.00.00	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.30.09.00	Material Farmacológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.30.10.00	Material Odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.30.35.00	Material Laboratorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.30.36.00	Material Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.30.99.00	Outros Materiais de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.33.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.35.00.00	Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.36.30.00	Serviços Médicos e Odontológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.47.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	520.000,00	3.310.503,86	1.263.206,93	1.263.206,93	1.204.975,54	0,00	415.238,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.016.552,00	1.738.276,22	1.390.200,49	1.333.250,49	1.333.250,49	56.950,00	728.968,82
4.4.90.52.08.00	Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médico Odontológico Laboratorial e Hospitalar	0,00	0,00	579.228,78	549.228,78	549.228,78	30.000,00	0,00
4.4.90.52.99.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	2.016.552,00	1.738.276,22	810.971,71	784.021,71	784.021,71	26.950,00	728.968,82
4.4.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.99.00.00	A classificar	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1202
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						Despesas Orçadas
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	
4.4.91.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.51.00.00	Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.52.08.00	Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médico Odontológico Laboratorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.52.99.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.91.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.95.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.96.00.00.00	Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.20.00.00.00	Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.35.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.36.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.40.00.00.00	Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.42.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.45.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.46.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.70.00.00.00	Transf. Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.72.00.00.00	Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1203
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
4.5.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.62.00.00	Aquisição de Produtos para Revenda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.63.00.00	Aquisição de Títulos de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.64.00.00	Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.65.00.00	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.66.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.67.00.00	Depósitos Compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.82.00.00	Aporte de Recursos pelo Parceiro Público em Favor do Parceiro Privado Decorrente de Contrato de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.83.00.00	Despesas Decorrentes de Contrato de PPP, Exceto Subvenções Econômicas e Aporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.93.00.00	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.99.00.00	Outras Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.91.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.91.61.00.00	Aquisição de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.91.91.00.00	Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.91.92.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.91.99.00.00	A classificar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.35.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.36.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.45.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1204
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIOPS - Previsão e Execução das Despesas Orçamentárias

Valores em R$ 1,00

Despesas Orçamentárias		Execução das Despesas						
Códigos	Descrição das Contas de Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Despesas Orçadas
4.6.46.00.00.00	Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012 - DIFERENÇA DO MÍNIMO NÃO APLICADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.71.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.73.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.74.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.90.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.99.00.00.00	A Definir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total das Despesas com Saúde	113.090.567,00	144.123.661,61	128.455.613,64	128.299.086,07	125.397.841,95	156.527,57	106.515.327,7
	Total das Despesas com Saúde (Exceto Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio)	0,00	143.588.428,85	127.920.380,88	127.763.853,31	124.862.609,19	156.527,57	105.980.095,0
	(-) DESPESAS NÃO CONSIDERADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	43.986.300,00	64.092.437,67	51.647.217,03	51.637.130,03	50.349.625,90	10.087,00	0,00
	Inativos e pensionistas	1.415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas correntes com outras ações e serviços não computados	42.308.300,00	60.869.999,59	50.174.212,52	50.164.125,52	48.934.852,78	10.087,00	0,00
	Despesas de capital com outras ações e serviços não computados	263.000,00	3.222.438,08	1.473.004,51	1.473.004,51	1.414.773,12	0,00	0,00
	Total das Despesas com Saúde Consideradas em ASPS	69.104.267,00	79.495.991,18	76.273.163,85	76.126.723,28	74.512.983,29	146.440,57	105.980.095,0

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500541

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201620

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

6.1 DEMONSTRATIVO DO MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS NO PERÍODO

Secretaria Estadual da Saúde - Fundo Estadual de Saúde — RMGS009

EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA — Emitido em: 23/03/21 10:15
RELATÓRIO ANUAL

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 2020 — **SITUAÇÃO DO PERÍODO:** ACEITO
UNIDADE EXECUTORA: Prefeitura Municipal de Santa Maria
CRS: Santa Maria - 4. CRS

	SALDO EM: 31/12/2019	RECEITAS	RENDIMENTOS	DESPESAS	SALDO EM: 31/12/2020
FONTE MUNICIPAL					
Recursos Municipais Aplicados em Saúde					
40 - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	2.438.649,61	77.381.228,7	11.396,39	77.986.226,8	1.845.047,96
4001 - Outras receitas aplicadas em Saúde	114.972,44	4.209.592,02	4.258,89	3.792.329,89	536.493,46
4002 - Alienação de bens adquiridos com recursos da Saúde	130.564,45	0,00	499,68	96.179,32	34.884,81
SUBTOTAL	2.684.186,50	81.590.820,7	16.154,96	81.874.736,0	2.416.426,23
FONTE ESTADUAL					
Assistência Farmacêutica					
4050 - Farmácia Básica	78.736,16	1.602.387,32	4.346,66	1.372.315,28	313.154,86
Atenção Básica					
4011 - Atenção Básica	32.807,17	2.290.768,48	5.379,38	2.053.555,99	275.399,04
4090 - PSF	236.283,97	1.438.576,56	4.983,89	1.398.350,22	281.494,20
4160 - Primeira Infância Melhor - PIM	140.945,63	210.784,56	3.352,74	164.737,76	190.345,17
Média e Alta Complexidade					
4111 - CEO/LRPD	17.780,64	54.889,00	817,86	0,00	73.487,50
4170 - SAMU/UPA	52.773,08	6.969.146,66	8.794,89	7.022.255,03	8.459,60
4220 - CAPS	40.030,10	167.616,49	1.989,37	46.324,13	163.311,83
4230 - Apoio à rede hospitalar	1.129,23	2.518.325,49	648,42	2.518.448,23	1.654,91
NOTA FISCAL GAÚCHA					
4300 - Nota Fiscal Gaúcha	5.101,55	-3,16	71,76	4.907,00	263,15
TC ou Portaria SES					
4292 - Aquisição de veículos	111,51	0,00	0,00	111,51	0,00
4297 - Custeio - medicamentos, exames e consultas	0,00	149.586,50	807,20	101.460,00	48.933,70
Vigilância em Saúde					
4190 - Vigilância em Saúde	193.766,04	-348,34	3.520,33	116.768,64	80.169,39
4210 - CEREST	708.391,42	453.333,02	14.198,20	608.956,19	566.966,45
SUBTOTAL	1.507.856,50	15.855.062,5	48.910,70	15.408.189,9	2.003.639,80
FONTE FEDERAL					
BLOCO DE CUSTEIO					
4500 - Atenção Básica	1.534.454,24	16.542.241,8	9.202,46	15.775.438,4	2.310.460,03
4501 - MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.969.754,80	10.054.045,6	1.191,09	10.335.794,0	1.689.197,53
4502 - Vigilância em Saúde	665.284,46	1.450.973,50	395,80	2.015.833,30	100.820,46
4503 - Assistência Farmacêutica	90.247,74	2.535.312,32	203,70	2.232.788,20	392.975,56
4511 - Outras transferências	0,00	2.064.622,00	0,00	985.675,24	1.078.946,76
BLOCO DE INVESTIMENTO					
4935 - Construção ou ampliação de Unidades Básicas de	620.312,94	880,60	17.543,82	54.660,90	584.076,46
Emenda Parlamentar ou CONVÊNIO FUNASA					
4931 - Aquisição Equipamentos e Material Permanente	547.079,77	189.351,02	644,64	378.895,31	358.180,12
Gestão do SUS					
4900 - Educação em Saúde	28.662,97	350.972,52	1.038,00	350.973,02	29.700,47
SUBTOTAL	5.455.796,92	33.188.399,4	30.219,51	32.130.058,5	6.544.357,39
TOTAL	9.647.839,92	130.634.282,83	95.285,17	129.412.984,50	10.964.423,42

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1206
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

6.2 EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR EIXO NORTEADOR:

EIXOS NORTEADORES	VALOR POR EIXO (R$)
Diretriz Estratégica 01: Fortalecer e ampliar a Atenção Primária em Saúde Folha de pagamento, material de consumo (combustível, informática, material de expediente, material educativo), folha dos visitadores do PIM, incentivos (PMAQ, ACS), manutenção da rede, limpeza, água, luz, telefone, internet, aluguel, indígenas equipamento e material permanente.	R$ 17.556.954,35
Diretriz Estratégica 02: Ampliar e qualificar a Atenção Ambulatorial Especializada Dispensação de fraldas, curativos de cobertura, HIV (manutenção, eventos), Consórcio Intermunicipal de Saúde.	R$ 8.019.821,12
Diretriz Estratégica 03: Urgência e Emergência UPA e SAMU.	R$ 19.121.200,79
Diretriz Estratégica 04: Assistência Farmacêutica Medicamentos.	R$ 3.601.061,75
Diretriz Estratégica 05: Qualificação da Rede de Atenção Psicossocial Folha de pagamento, manutenção dos serviços (água, luz, telefone, aluguel), material de consumo, material permanente.	R$ 4.170.650,18
Diretriz Estratégica 06: Fortalecer, Ampliar e Qualificar a Rede de Atenção a Saúde do Trabalhador. Manutenção, folha de pagamento e encargos.	R$ 708.423,66
Diretriz Estratégica 07: Qualificar a Estrutura Organizacional e Logística da SMS Folha de pagamento e obrigações patronais, funções gratificadas, cargos em comissão, horas extras, diárias.	R$ 62.417.901,75
Diretriz Estratégica 08: Promover e Qualificar a Gestão do Trabalho em Saúde Folha de pagamento e obrigações patronais, funções gratificadas, cargos em comissão, horas extras, diárias.	
Diretriz Estratégica 09: Planejamento Acompanhamento e Avaliação das Ações em Saúde Folha de pagamento e obrigações patronais, funções gratificadas, cargos em comissão, horas extras, diárias.	
Diretriz Estratégica 10: Qualificação das Ações do núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPeS) Folha de pagamento e obrigações patronais, funções gratificadas, cargos em comissão, horas extras, diárias.	TRANSVERSAL AOS DEMAIS EIXOS
Diretriz Estratégica 11: Integração das Vigilâncias com a Rede de Atenção à Saúde Manutenção do serviço (água, luz, telefone, internet, combustível), folha de pagamento.	R$ 4.841.035,85
Diretriz Estratégica 12: Integração das Vigilâncias em Saúde com a Atenção Primária em Saúde Manutenção do serviço (água, luz, telefone, internet, combustível), folha de pagamento.	
Diretriz Estratégica 13: Controle Social Eventos, adiantamentos, viagens.	R$365,00
Diretriz Estratégica 14: Prevenção, controle e enfrentamento covid-19	R$8.975.570,05
DESPESAS ANUAL DE 2020	**R$129.412.984,50**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

7. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DA ASSISTÊNCIA

Produção *		1º Quadrimestre 2020	2º Quadrimestre 2020	3º Quadrimestre 2020	ANUAL
03.01.01.011-0 Consulta Pré-Natal		3.459	5.352	5.501	14.312
03.01.01.003-0 Consulta Nível Superior Atenção Básica exceto Médico		12.540	13.353	18.440	44.333
03.01.01.006-4 Consulta Médica Atenção Básica		33.916	47.341	53.175	134.432
03.01.01.008-0 Consulta Puericultura	Avaliação do Crescimento	1.120	68	414	3.550
	Avaliação do Desenvolvimento		226	1727	
03.01.01.007-2 Consulta Médica Especializada		6.195	13.533	9.166	28.894
02.01.02.003-3 Coleta CP		2.513	1.663	3.206	7.382
03.01.01.012-9 Consulta Puerperal		389	895	612	1896
03.01.01.004-8 Consulta Especializada exceto médico		6.143	4.885	4.914	15.942
03.01.06.006-1 Atendimento Urgência – Atenção Especializada		29.312	27.886	34.976	92.281
03.01.06.002-9 Atendimento Urgência c/ observação 24 horas			49	58	

***Procedimentos / Consultas frequentemente realizadas.**
Fonte: Setor SIA-SUS / MV – Consulfarma

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1208
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8. DIRETRIZES, OBJETIVOS, METAS E INDICADORES (DOMI) DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2020

8.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 01: FORTALECER E AMPLIAR A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

OBJETIVO: Efetivar a Atenção Básica como espaço prioritário de organização do SUS, usando estratégias de atendimento integral, a exemplo da Saúde da Família e promovendo a articulação intersetorial e com os demais níveis de complexidade da atenção à saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Definir os territórios de atuação das UBS/ESF e sua população adscrita no território, dentro das Regiões Administrativas.**	**Percentual de população com território adscrito.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar o cadastro individual da população que acessa a Rede de saúde municipal.		Realizados 88.219 cadastros (parâmetro do município para alcance de 70% -Previne Brasil) é de 84.000. Meta alcançada.	
	2. Territorializar as Unidades de Saúde das 08 regiões administrativas.		Territorializado.	
	3. Realizar capacitação para o preenchimento do cadastro individual do ESUS para todos os integrantes das equipes AB.		Realizada capacitação com 100% das equipes pelo sistema MV, com apoio das Políticas de Saúde.	
	4. Realizar mutirão de cadastro de usuários da AB, em horários alternativos.		8 mutirões, suspensos os demais em função da Pandemia.	
2	**Ampliar a cobertura de Atenção Primária em Saúde segundo o pactuado na Pactuação Interfederativa 2017 – 2021.**	**Percentual de Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica. (SISPACTO 17)**	**55%**	**56,21%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Ampliar o número de equipes de ESF priorizando as regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado, sendo estas, região oeste: Alto da Boa Vista e Santa Marta (núcleo central) – uma equipe/cada, Distrito de Boca do Monte - uma equipe; região nordeste: Quilômetro 3 - uma equipe, região sul: Passo das Tropas – uma equipe.		Homologadas ESF Nova Santa Marta, ESF Passo das Tropas. Homologada EAP Boca do Monte Quilômetro 3 - início das obras.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1209
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	2.	Realizar chamamento do Concurso Público de trabalhadores para compor as equipes.		01 enfermeira (EAP Mozaquatro). 01 técnica enf (ESF Oneyde Carvalho) Residentes integrando as equipes EAP/ESF (Multiprofissional da UFSM, Obstetrícia UFN)	
	3.	Articular junto as instituições de ensino parcerias para a composição de equipes de atenção primária (EAP).		100% dos profissionais residentes estão incluídos em equipes (ESF, EAP).	
3	**Implantar um modelo de atenção regionalizado em toda a Atenção Primária em Saúde.**		**Percentual de regiões administrativas com sistema regionalizado.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Delimitar território de atuação das equipes de Atenção Básica, em 04 regiões administrativas.		Ação realizada, delimitando em 07 regiões administrativas.	
4	**Reorganizar o processo de trabalho em toda a Atenção Básica, conforme proposta da Planificação da Atenção à Saúde, com base em estimativa populacional.**		**Percentual da APS que aderiram ao Processo de Planificação da Atenção à Saúde.**	**60%**	**60%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Acompanhar e monitorar as atividades propostas pela Planificação nas unidades de ESF com tutores, quinzenalmente.		Ação não realizada, em função de que o monitoramento no ano de 2020 foi em torno dos 7 indicadores do Previne Brasil (Portaria Nº 2979)	
	2.	Implantar o painel epidemiológico atualizado mensalmente em todas as Unidades.		100% das equipes planificadas.	
	3.	Realizar e manter atualizado o cadastramento da população da área de abrangência das ESF's.		Atualização cadastral mensal (quantitativo potencial da ESF: 4000 usuários cadastrados).	
	4.	Implantar o Acolhimento com classificação de risco às condições crônicas, pré-natal de risco habitual, puericultura e coleta de citopatológico em todas as equipes de ESF's, buscando uma maior resolutividade.		100% das equipes com acolhimento instituído.	
5	**Implantar o Programa Mãe Santa-mariense, garantindo o cuidado no pré-natal, parto, puerpério e às crianças nos primeiros 2 anos de vida.**		**Implantar programa na rede.**	**100%**	**0** **Em tramitação.**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Estabelecer fluxo de atendimento para gestações de médio risco para a Casa do Programa Mãe Santa-mariense.		Está em fase de finalização do projeto, pois envolve a parceria do Hospital Casa de Saúde e	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1210
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			UFN e a pactuação de alguns serviços que serão oferecidos às gestantes como o segundo ultrassom gestacional.	
	2.	Promover a Educação Permanente relacionada ao Pré-Natal a fim de qualificar o Programa Mãe Santa-mariense a partir da proposta da planificação da APS.	Realizada duas capacitações com enfermeiros e médicos.	
6	**Reduzir o número de novos casos da sífilis congênita.**	**Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade. (SISPACTO 08)**	**58**	**56**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Captação precoce da gestante ao Pré-Natal, pela oferta de testes rápidos de gravidez em livre demanda e busca ativa no território.	Ação realizada. Todas as unidades disponibilizam teste rápido de gravidez.	
	2.	Oferta de pelo menos 3 testes rápidos de sífilis por gestante e parceiros ou a cada trimestre gestacional.	Ação realizada. Foram realizados 4.439 testes para gestantes (2.256 para HIV e 2.183 para Sífilis), os parceiros que foram testados.	
	3.	Fortalecer ações relacionadas ao Pré-Natal do Parceiro preconizadas pelo Ministério da Saúde por meio de reuniões mensais da Linha de Cuidado e do Comitê de Transmissão Vertical.	Ação realizada. Foram realizadas 09 reuniões online do Comitê de Transmissão Vertical, sendo discutidos 36 casos referentes à transmissão vertical do HIV e Sífilis, e acionadas instâncias como Conselho Tutelar e apoio dos CRA. Foram realizadas 5 reuniões da Linha do Cuidado a PVHIV.	
	4.	Realizar o tratamento oportuno na APS para gestantes e seus parceiros quando infectados.	Ação realizada. Foram tratadas 138 gestantes para Sífilis e 51 para o HIV, os parceiros testados foram 64. Criada a instrução de trabalho que permite a prescrição do tratamento da Sífilis em gestantes e seus parceiros, conforme Nota Técnica do COREN. Em 2020 ocorrem 55 casos de sífilis congênita.	
	5.	Manter e fortalecer a oferta de seguimento no contra referência dos hospitais com a rede de atenção à saúde no pós-parto e acompanhamento da puérpera e do bebê.	Ação realizada. Os hospitais realizam contra referência para a Política de Saúde da Mulher e da Criança e unidades básicas de saúde.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1211
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	6.	Turno alternativo e abertura de unidades ao sábado, facilitando o acesso a população mais vulnerável/homens.	Em função da pandemia foram cancelados os atendimentos aos sábados. Turno estendido no Erasmo Crosseti, nas quartas-feiras.	
7	**Reduzir a incidência de novos casos de AIDS em menores de 5 anos.**	**Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos. (SISPACTO 09)**	**0**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Capacitar os profissionais de saúde para testar gestantes para HIV.	Ação realizada. Foram capacitados para testagem rápida 15 profissionais da saúde in loco nas Unidades de Saúde; uma Atualização para testagem rápidas de HIV, Sífilis, Hepatite B e C na Atenção Básica para 11 odontólogos e 39 técnicos de enfermagem no NEPES e uma capacitação denominada: Infecção pelo HIV no contexto da Atenção Básica, realizada pelo Google Meet, com 31 participantes das Unidades Piloto (Bela União, Maringá e Alto da Boa Vista).	
	2.	Realizar ações de prevenção e conscientização/ sensibilização ao HIV em Escolas e Grupos da Comunidade.	Ação realizada. Foram testadas 210 pessoas privadas de liberdade PPL para HIV, Sífilis, Hepatite B e C, no Presídio Regional de Santa Maria e na Penitenciária Estadual de Santa Maria. Dessas, 5 iniciaram tratamento para o HIV. Foram testadas 14 trabalhadoras do sexo em duas agências; 20 idosos testados no Lar das Vovozinhas; 350 camonhoneiros e público em geral na Ação da Saúde nas Estradas do Posto Copaver; 12 pessoas em situação de rua abrigadas no Centro Desportivo Municipal.	
	3.	Aumentar oferta de testagem rápida para a população na AB por meio de livre demanda e turno alternativo.	Ação realizada. Os testes são ofertados em livre demanda para população e em ações alusivas ao dia da mulher, dia mundial de combate às hepatites virais, mês de combate a sífilis congênita, Outubro Rosa, Novembro Azul e Dezembro Vermelho, onde muitas unidades fizeram testagem rápida em turno alternativo,	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1212
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			porém em virtude na pandemia houve diminuição do número de testagem no comparativo entre 2019/2020: Em 2019 foram testados 10.279 pessoas para o HIV e em 2020: 8.938, mostrando uma redução de 14%.	
	4.	Monitorar a adesão ao tratamento da gestante e do parceiro na AB em parceria com a Política do HIV, Casa Treze de maio e Hospital de Referência por meio de instrumentos tais como o prontuário eletrônico e relatórios mensais.	Ação realizada. Foram monitoradas 36 gestantes com diagnóstico positivo para Sífilis e/ou HIV com problemas na adesão e ou manutenção ao tratamento, por meio do prontuário eletrônico e das notificações do SIMC.	
	5.	Intensificar as ações educativas preventivas sobre a contraindicação absoluta de amamentação por mulheres expostas ao HIV.	Ação realizada. Capacitaram-se 31 profissionais com a temática: "Infecção pelo HIV no contexto da Atenção Básica", na qual tratou-se sobre a contraindicação da amamentação para mulheres expostas ao HIV. Realizado dois encontros com 4CRS, CO HUSM, Maternidade Casa de Saúde, Unidades de Atenção Básica, Política da Mulher/Criança, Vigilância Epidemiológica do HUSM e Municipal para (re) definição do fluxo de atendimento da criança e gestante que vive com HIV, com vistas agilizar a fila para consultas desses pacientes. Disponibilização da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) na SAE/CTA Casa Treze de Maio, com incentivo para o uso em gestantes de casais sorodiferentes, para não prejudicar a amamentação.	
8	**Implementar linhas de cuidado a todos os grupos, por ciclo de vida as pessoas vivendo com HIV.**	**Número de linhas de cuidado implementadas.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Instituir a Linha de Cuidado para Pessoas vivendo com HIV, por meio de encontros mensais para discutir a situação atual do município e por meio de matriciamento.	Ação realizada. Foram realizadas 5 reuniões da Linha do Cuidado a PVHIV, nas quais foram pactuadas o processo de implantação da Linha do Cuidado em Unidades Piloto: ESF Maringá, Bela União e Alto da Boa Vista, com o matriciamento da Casa Treze de Maio e	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1213
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 35
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				Ambulatório de Infectopediatria do HUSM (para gestantes). As equipes foram capacitadas em 2 desses encontros, pela Coordenação Estadual do HIV, 4 CRS, GSK. Recebemos em um encontro a participação da Coord. de Política de Uruguaiana para trazer sua experiência.	
	2.	Planejar novas ações de cuidado para pessoas vivendo com HIV em conjunto com a Atenção Básica, Universidades (UFN e UFSM), HUSM e Políticas Municipais de Saúde.		Ação realizada. Início do fornecimento da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV, o grupo de trabalho para implantação foi em conjunto com AB, UFN e UFSM. Com a pandemia criou-se conteúdo digital da Política do HIV nas páginas do Facebook e Instagram. Foram realizadas 60 postagens de conteúdos informativos no Instagram e 28 postagens de ações desenvolvidas pela Política do HIV na página do Facebook. No Facebook 2.500 pessoas foram alcançadas com as publicações e no Instagram são 296 seguidores.	
9	**Implantar terceiro turno na APS, a partir de indicadores epidemiológicos das regiões com índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.**		**Número de Unidades de Saúde com 3º turno implantado.**	**01**	**01**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Implantar terceiro turno em 01 UBS.		01- Erasmo Crosseti	
10	**Elaborar e implantar a Carteira de Serviços essenciais nas ESF's.**		**Percentual de carteiras de serviço elaboradas e implantadas das ESF's.**	**100%**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar e implantar a Carteira de Serviços em todas as ESF's.		AÇÃO NÃO REALIZADA.	
11	**Ampliar o número de visitadores do PIM nas regiões de índice composto de vulnerabilidade ou privação social elevado.**		**Número de visitadores novos do PIM.**	**20**	**20**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1214
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Garantir a atuação de 20 visitadores e 02 monitores para o PIM em áreas vulneráveis ou maior índice de privação social.	Devido a pandemia da COVID-19 foram suspensas as visitas domiciliares, sendo assim, os visitadores realizaram atividades em home office, com atendimento via WhatsApp, e-mail e plataforma do PIM. Realização de monitoramentos mensais feitos remotamente com as famílias. Atualização sistemática do Banco de Dados SISPIM. Acompanhamento e avaliação dos ganhos das famílias e crianças (via atendimento híbrido, ou seja, 50% presencial e 50% WhatsApp ou ligações telefônicas).	
12	**Seguir as recomendações constantes nos protocolos/ diretrizes terapêuticas em Saúde Mental preconizadas pelo Ministério de Saúde/SES-RS referente às políticas instituídas no município.**	**Percentual de UBS que seguem os protocolos/ diretrizes terapêuticas.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Implementar Protocolos para atendimentos de Saúde Mental na AB.	Ação realizada: Os protocolos usados são do Telessaúde e os fluxos construídos, estabelecidos com a rede intersetorial Protocolos implementados Telessaúde.	
	2.	Capacitar os profissionais a fim de garantir a continuidade do tratamento na Atenção Psicossocial e no território, com vistas a reinserção gradativa do usuário na comunidade.	Ação realizada: Projeto“Saúde Mental na Roda “(04) encontros com os seguintes temas: - “A inclusão das ações de Saúde Mental na Atenção Básica”: - “Residência Multiprofissional e estágios na Atenção Básica”; - “Fortalecendo Redes”; - “Acolhimento “; - “Gestão Autônoma da Medicação como dispositivo para a produção de autonomia em Saúde Mental”.Saúde Mental na Roda: Rodas de conversa- evento que ocorre periodicamente com AB. - Foram realizadas no quadrimestre: 71 ações de matriciamento na APS.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1215
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 37
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	3.	Monitorar as condutas terapêuticas dos trabalhadores de saúde da Rede em relação a aplicação dos protocolos e diretrizes terapêuticas, por meio dos Coordenadores de Política do Município.	Ação realizada por meio de reuniões periódicas e avaliação dos relatórios e ações realizadas nos serviços.	
13	**Ampliar a cobertura das equipes de Saúde Bucal na rede da Atenção Primária em Saúde e o cuidado em saúde bucal.**	**Percentual da Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica (SISPACTO 19)**	**35%**	**23,39% Meta não atingida, a cobertura de SB de 2020. Fonte: SES/RS**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Habilitar 03 equipes de Saúde Bucal.	Ação não realizada em função da suspensão do cargo de CD do Concurso Público de SM, devido a ação judicial de adequação do edital do concurso para provimento de vagas ao cargo de CD, definindo que os vencimentos atendessem ao valor mínimo atual previsto na lei federal 3.999/61 em conjunto com a lei estadual nº 15.284. Somando-se ainda, a restrição dos atendimentos odontológicos durante a Pandemia de Covid-19.	
14	**Fortalecer o Programa Sorria Santa Maria, oferecendo atendimento odontológico em dias e horários alternativos.**	**Número de edições do Projeto Sorria Santa Maria por ano.**	**10**	**02**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Manter as edições do projeto aos sábados, no mínimo, uma vez ao mês, a partir de março.	Em 2020, foram realizadas 2 edições do projeto, em março (ainda quando não estava decretado estado de pandemia pelo novo coronavírus) e em novembro (pelo município encontrar-se na situação de bandeira laranja, conforme o modelo de distanciamento controlado do estado do RS). As demais ações do SORRIA previstas especialmente para o terceiro quadrimestre, não ocorreram devido à suspensão dos atendimentos odontológicos eletivos, em virtude destes serem potenciais propagadores da doença, e pela data	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1216
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 38
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			planejada, conforme cronograma anual, encontrar-se em situação de bandeira vermelha ou preta na região de Santa Maria, ficando restritos os atendimentos odontológicos, às urgências e atendimentos de pré-natal odontológicos, por serem classificados como inadiáveis.		
15	**Realizar consultas odontológicas com gestantes em pré-natal na atenção básica.**	**Percentual de gestantes em pré-natal na Atenção Básica com pelo menos 01 consulta odontológica.**	**25%**	**14,5%** No ano de 2020 houveram 2614 gestantes em acompanhamento de pré-natal, sendo que 381 tiveram atendimento odontológico no mesmo período O cálculo utilizado 381 x100 / 2614 o que equivale a 14,5% das gestantes tiveram pelo menos uma consulta de PN odontológico no período em questão. Meta não atingida.	
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**		
	1.	Oferecer 1 consulta odontológica/ gestante, conforme Portaria nº 1631/2015/MS.	Há alguns anos se instituiu e vem se trabalhando no município de Santa Maria a importância do atendimento odontológico à gestante. Esse trabalho foi reforçado com a promulgação da Portaria GM 3.222, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019, que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa Previne Brasil, a qual traz o indicador III, que prevê que toda mulher gestante deve ter pelo menos uma consulta de pré-natal		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1217
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 39
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				odontológico. Nesse sentido, foi elaborado e encaminhado às equipes de saúde um memorando que traz os atendimentos de pré-natal odontológico inadiáveis, e que orienta as equipes sobre a conduta frente a esses atendimentos, bem como foi organizado um fluxo dentro da RAS para atendimento às gestantes que estão em PN em unidades de saúde onde não possuem equipes de saúde bucal, a fim de que haja uma equipe de saúde bucal referência para todas as gestantes em PN no SUS. Também foi realizado o trabalho de apoio institucional com os dentistas da rede acerca dos atendimentos nesse momento de pandemia, orientação quanto ao registro no prontuário eletrônico e monitoramento das gestantes.
	2.	Realizar o Pré-Natal Odontológico das gestantes de unidade de ESF sem Saúde Bucal no Projeto Sorria Santa Maria, com agendamento prévio.			Como o projeto Sorria ocorreu apenas duas vezes no ano de 2020, em virtude da pandemia de covid-19, e do indicador nº III da Portaria Ministerial Nº 3.222 implicar no recebimento de recursos financeiros, foi necessário elaborar um fluxo de referência para as gestantes que estão em acompanhamento de PN em unidades de saúde sem equipes de SB, o qual foi baseado na análise do território do município de Santa Maria e da proximidade dos territórios. Também foi contratada pelo consórcio, uma dentista que ficou responsável por atender somente as gestantes, conforme o fluxo da RAS.
16	**Aumentar a razão de tratamentos odontológicos concluídos e primeiras consultas programáticas.**	**Razão entre tratamentos concluídos e primeiras consultas**	**0,6**	**1,96**	Nº de Tratamentos Concluídos (TC) pelo cirurgião dentista da equipe de saúde bucal em determinado local e período / Nº de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1218
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 40
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				Primeiras Consultas Odontológicas Programáticas realizadas pelo cirurgião dentista da equipe de saúde bucal em determinado local e período compreendido entre 01/01/2020 e 31/12/2020 6990 / 3565 totalizando a razão de 1,96 Esse nº está incorreto, pois devido a mudança no sistema de informação foi-nos solicitado concluir o tratamento a cada atendimento, para poder atingir a meta prevista para os atuais indicadores previstos na Portaria Previne Brasil, e com isso o número foi superestimado.
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**
	1.	Institucionalizar estratégias para garantir a adesão aos tratamentos programáticos com humanização do atendimento, busca ativa de faltosos e lembrete de consultas agendadas.		Foi possível parcialmente, uma vez que, devido a pandemia de Covid-19, os tratamentos foram limitados apenas às consultas de pré-natal odontológico e às urgências odontológicas. Houve um movimento para o retorno das consultas eletivas, condicionado ao modelo de distanciamento controlado do estado do RS,onde os atendimentos odontológicos eletivos eram

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1219
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 41
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			suspensos caso a bandeira estivesse vermelha ou preta na região de Santa Maria.	
17	**Aumentar o número de ações de escovação supervisionada no ano.**	**Média de ações coletivas de escovação supervisionada**	**2,5**	**0** Não houve nenhuma ação de escovação dental supervisionada, uma vez que essas ações estão envolvidas em programas como o Saúde na Escola, que teve suas atividades suspensas e/ou restritas, devido a suspensão das aulas presenciais, ou em outras ações como o Sorria Santa Maria.
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Intensificar as ações do PSE, com CDs com carga horária vinculada ao PSE, alinhando-o com o Projeto Sorrindo para o Futuro do SESC.	Não foi possível realizar essa ação, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais na rede pública de ensino do município e do estado, em virtude da pandemia da COVID-19.	
	2.	Incentivar a escovação de forma indireta nas escolas.	Não foi possível realizar essa ação, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais na rede pública de ensino do município e do estado, em virtude da pandemia da COVID-19	
	3.	Realizar ações de escovação supervisionada no Projeto Sorria Santa Maria e nas campanhas de Vacinação.	Não foi possível realizar essa ação, tendo em vista a suspensão das aulas presenciais na rede pública de ensino do município e do estado, em virtude da pandemia da COVID-19 Não foi possível realizar essa ação, tendo em vista a suspensão da grande maioria das edições do projeto Sorria Santa Maria, no ano de 2020. Além disso, as ações coletivas de escovação supervisionada, tanto no Sorria quanto nas campanhas de vacinação, também foram	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1220
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 42
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			suspensas, tendo em vista a não aglomeração de pessoas durante esses eventos.	
18	**Realizar ações de atenção à saúde bucal da pessoa idosa.**	**Número mínimo de ações de atenção à saúde bucal da pessoa idosa institucionalizada, ao ano.**	**6**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar levantamento epidemiológico da população nesta faixa etária.	Existe um levantamento realizado em 2019, porém o acompanhamento/monitoramento, em 2020, não foi possível devido a pandemia da COVID-19.	
	2.	Realizar atividades de orientação de higiene nos lares de longa permanência beneficentes.	Não realizada devido a Pandemia da COVID-19.	
	3.	Elaborar fluxos para atendimento a esta população.	O fluxo para atendimento odontológico dos indivíduos residentes em ILPI foi construído, levando em consideração o território onde as instituições estão localizadas e a presença de equipes de saúde bucal nas unidades de saúde que são referência para estas instituições. Além disso, o projeto Sorria Santa Maria, também serviria de referência para atendimento odontológico desta população.	
19	**Elaborar procedimentos operacionais em Saúde Bucal.**	**Número de procedimentos operacionais padrão em saúde bucal de biossegurança implantados no município em pelo menos 50% das unidades com atendimento odontológico**	**10**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1221
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 43
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Elaborar POPs com base no guia de POPs da 4ª CRS.	Foram elaborados normativas e protocolos de atendimento odontológico durante a Pandemia da COVID-19	
	2.	Divulgar para as equipes.	Ação realizada via comunicação eletrônica. via e-mail e reuniões online.	
	3.	Sensibilizar e instrumentalizar os Cirurgiões Dentistas e Auxiliares em Saúde Bucal para executarem as atividades de acordo com os POPs.	Através das reuniões de núcleo, que ocorreram de forma virtual.	
20	**Reduzir as exodontias em relação aos procedimentos preventivos e curativos.**	**Percentual de redução às exodontias em relação aos procedimentos preventivos e curativos.**	**6,5%**	**9,66%** Meta não atingida. O número de exodontias ainda continua elevado, isso pode ser atribuído devido ao fato de pecarmos na prevenção, com a pandemia, procedimentos que poderiam ter intervenção mais conservadora, foram submetidos à exodontia devido a evolução da cárie dentária, doença periodontal, entre outros.
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Estimular a conclusão do tratamento, através do reagendamento.	Essas ações ficaram limitadas ao acompanhamento das mulheres gestantes, durante a realização do pré-natal odontológico, tendo em vista a suspensão dos demais procedimentos odontológicos eletivos. O atendimento às gestantes foi mantido, devido a	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1222
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 44
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			gestação ser uma situação onde não se pode postergar o acompanhamento.	
	2.	Elaborar estratégias para facilitar o acesso à população do município ao atendimento odontológico, evitando que o usuário procure a rede somente no caso de dor e estimulando a promoção de saúde.	Essas ações ficaram limitadas ao acompanhamento das mulheres gestantes, durante a realização do pré-natal odontológico, tendo em vista a suspensão dos demais procedimentos odontológicos eletivos. O atendimento às gestantes foi mantido, devido a gestação ser uma situação onde não se pode postergar o acompanhamento. As estratégias consistiram em: realizar momentos de educação permanente e apoio institucional às equipes médicas e de enfermagem de unidades sem equipe de saúde bucal e também com as equipes de saúde bucal, visando sensibilizar e instrumentalizar os profissionais sobre a importância do atendimento odontológico durante a gestação, sobre a construção conjunta de fluxos de atendimento (tendo em vista a baixa cobertura de saúde bucal do município) e ações de atendimentos em locais sem cobertura.	
	3.	Manter os atendimentos agendados no PA para usuários de unidades ESF sem atendimento odontológico.	Estes atendimentos não puderam ser realizados devido a suspensão dos atendimentos odontológicos eletivos. Além disso, o PA acabou recebendo grande parte dos atendimentos de urgência odontológica do município, tendo um aumento significativo da demanda.	
21	**Garantir o atendimento odontológico às crianças até 10 anos de idade atendidos na APS.**	**Percentual de crianças menores de 10 anos com atendimento odontológico na APS.**	**80%**	**15,17% Foram realizadas 5082 consultas em crianças de 0 a 10 anos no ano de 2020.**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Promover Capacitação continuada sobre atendimento odontopediátrico na APS para CDs e ASBs.	Foram realizadas reuniões online com as equipes de saúde bucal com a finalidade de	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1223
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 45
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			capacitar para o atendimento durante a pandemia, biossegurança e o pré-natal odontológico.	
	2.	Implementar Edições especiais de Projeto Sorria Santa Maria (2) em territórios sem referência em Saúde Bucal, com realização de restaurações atraumáticas.	Não realizada devido a Pandemia da COVID-19.	
22	**Ofertar próteses ao Serviço púbico.**	**Número de próteses ofertadas no serviço público ao mês.**	**20**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar um Termo de Referência para contratação de laboratório de prótese.	AÇÃO NÃO REALIZADA	
	2.	Designar um CD com capacidade técnica para realizar a parte clínica da execução da prótese.	AÇÃO NÃO REALIZADA	
23	**Implantar serviço de saúde bucal nas Unidades de ESF.**	**Número de Unidades de ESF sem serviço de saúde bucal.**	**02**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar momentos de educação em saúde bucal para os profissionais das unidades ESF sem CD.	Estas ações foram realizadas de maneira virtual e presencial (ainda que em menor quantidade, devido às limitações causadas pela pandemia da COVID-19). As estratégias consistiram em realizar momentos de educação permanente e apoio institucional às equipes médicas e de enfermagem de unidades sem equipe de saúde bucal, visando sensibilizar e instrumentalizar os profissionais sobre a importância do atendimento odontológico durante a gestação, sobre a construção conjunta de fluxos de atendimento (tendo em vista a baixa cobertura de saúde bucal do município) e ações de atendimentos em locais sem cobertura.	
	2.	Participar de visitas domiciliares a usuários destas ESF que demandem atenção à saúde bucal.	Foram realizadas apenas visitas para responder à situações de urgência odontológica, devido ao elevado risco de transmissão do coronavírus em procedimentos odontológicos, haja vista que, a grande maioria desses atendimentos provêm de	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1224
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 46
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				pacientes idosos e/ou com comorbidades, em geral acamados.	
	3.	Realizar ações do eixo de saúde bucal nas escolas destes territórios.		Não foi possível realizar essa ação tendo em vista a suspenção das aulas presenciais na rede pública de ensino do município e do estado, em virtude da pandemia da COVID-19	
24	**Realizar capacitação dos dentistas junto à política de assistência farmacêutica do município.**		**Percentual de Cirurgiões Dentistas (CD) capacitados junto à política de assistência farmacêutica do município.**	**100%**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Executar ações de educação permanente com os CDs do município com base em um protocolo elaborado pela política de Assistência Farmacêutica, com foco na REMUME e nas Prescrições odontológicas.		Não foi possível realizar a ação no ano de 2020, porém ela existe, e está prevista para o ano de 2021.	
25	**Implantar o Programa Melhor em Casa (Equipe Multiprofissional Assistência Domiciliar), com uma equipe completa de EMAD e uma equipe completa de EMAP (equipe Multiprofissional de Apoio).**		**Número de equipes implantadas.**	**01**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Criar as equipes de atendimento domiciliar, conforme recursos humanos disponíveis e necessidades epidemiológicas da população.		Ação não realizada.	
	2.	Habilitar serviços junto ao Ministério da Saúde, pleiteando recursos de custeio mensal e implantação.		Ação não realizada.	
26	**Implementar equipe de NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família).**		**Número de equipes implantadas.**	**01**	**01**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Habilitar uma equipe de NASF tipo 1, junto ao MS, com composição de acordo com a necessidade epidemiológica da população.		01 equipe de NASF mantida.	
27	**Qualificar e ampliar das ações do NASF - AB junto às equipes de ESF apoiadas.**		**Percentual de número de procedimentos ambulatoriais e coletivos realizados de**	**100%**	**100%**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1225
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 47
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

		acordo com as demandas solicitadas pelas equipes apoiadas.		
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Qualificar e ampliar as ações já realizadas pelo NASF nas equipes de ESF apoiadas: visitas/atendimentos individuais e interdisciplinares, interconsultas, participação em grupos, articulação com as Escolas com adesão ao PSE.		431 consultas atendimento domiciliar na atenção básica - 100% 70 orientações acolhimento a demanda espontânea - 108% 1411 atividade educativa em grupo na ab- 100% 72 consultas com profissional de nível superior exceto médico - 100%	
28	**Manter a inserção de residentes das ênfases de Atenção Básica e Saúde Mental, de diversos núcleos profissionais, no NASF-AB.**	**Número de residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica e Saúde Mental (UFSM) atuando no NASF**	**07**	**07**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Manter residentes das ênfases de Atenção Básica e Saúde Mental no NASF, de diversos núcleos profissionais, via carga horária de matriciamento e/ou como campo de referência.		Meta atingida.	
29	**Promover a integração da Atenção Primária em Saúde e Atenção Psicossocial, através de ações de matriciamento da RAPS, com protocolos, estratificação de risco e fluxos definidos.**	**Percentual de Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica ao ano. (0301080305) (SISPACTO 21)**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar censo de usuários dos Centros de Atenção Psicossocial por Região de Saúde.		Ação parcialmente realizada: o censo é realizado constantemente com objetivo de um matriciamento mais efetivo e de acordo com a demanda de cada região.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1226
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 48
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	2.	Realizar encontros de Apoio Matricial pelos CAPS.	Ação realizada: foram registradas 84 ações de matriciamento para 191 usuários. (SISPACTO-21- 0301080305).	
	3.	Operacionalizar o Projeto Saúde Mental na Roda, realizado nas regiões (norte, sul, leste e oeste) de Santa Maria, em parceria com a Superintendência da Atenção Básica.	Ação realizada: Saúde Mental na Roda: quatro (04) encontros com os seguintes temas: - "A inclusão das ações de Saúde Mental na Atenção Básica": - "Residência Multiprofissional e estágios na Atenção Básica"; - "Fortalecendo Redes"; - "Acolhimento "; - "Gestão Autônoma da Medicação como dispositivo para a produção de autonomia em Saúde Mental".	
	4.	Instituir o Projeto de Apoio Institucional em Unidades de Saúde de referência em cada região (norte, sul, leste e oeste) interligado ao Projeto Saúde mental na Roda.	Ação realizada: O Apoio Institucional se dá pelos serviços da RAPS especializada e pela Coordenação Municipal de Saúde Mental- ad, através do Saúde Mental na Roda, do GT Prisional, Secretaria do Desenvolvimento Social (CRAS, CREAS, Casa de Passagem), Pronto Atendimento Municipal e A. Primaria em Saúde.	
30	**Integrar as unidades de saúde e políticas de saúde para o planejamento e monitoramento das ações com base nos dados da vigilância em saúde.**	**Percentual de ações baseadas em dados da vigilância em saúde.**	**80%**	**80%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar boletim epidemiológico contemplando os dados por região administrativa. Elaborar diagnósticos situacionais e estatísticas para a implementação de ações prioritárias em saúde. Propor novos indicadores quando necessário em cooperação com as IESs e Conselhos Locais.	Ação realizada pela superintendência em parceria das políticas de saúde- Boletim Mensal.	
31	**Efetivar e ampliar das notificações compulsórias de toda a Rede de Atenção à Saúde.**	**Percentual de casos de doenças de Notificação Compulsória Imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação. (SISPACTO 05)**	**98%**	**100%**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1227
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 49
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Manter contato permanente com as CCIHs, Núcleo de Vigilância Epidemiológica do HUSM e Unidades de Saúde, no sentido de qualificar e encerrar o processo de investigação epidemiológica.		Realizado sempre que necessário.	
	2.	Capacitar e sensibilizar os profissionais da rede para a realização das Notificações Compulsórias, por meio de reuniões e tutoriais explicativos.		Ação realizada. 02 capacitações no quadrimestre.	
	3.	Encaminhar cópia das notificações de dengue, Zika, chikungunya, hantavirose e leptospirose à Vigilância Ambiental, para realização das ações pertinentes ao setor.		Encaminhadas sempre que recebidas as notificações.	
	4.	Digitar diariamente no SINAN e monitorar semanalmente os casos de DNC.		Digitado diariamente.	
	5.	Encaminhar diariamente as coletas de exames ao LACEN, para diagnóstico laboratorial, tais como: leptospirose, dengue, H1N1, hantavirose, febre amarela, HTLV, hepatites virais – carga viral e PCR, bactérias multirresistentes, DTA, Tuberculose, colinesterases, toxoplasmose e anticorpos da raiva.		Foram encaminhados ao LACEN/RS um total de 1.019 coletas para diagnóstico.	
32	**Garantir o atendimento integral à saúde pela equipe completa na Unidade Móvel (40 horas/semana) de acordo com dados epidemiológicos das regiões atendidas**		**Carga horária semanal de atendimento completa.**	**40**	**40**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Prestar atendimentos da Unidade Móvel às populações vulneráveis, que não dispõe de acesso às unidades de saúde da rede básica.		Boca do Monte, Lageadinho, Palma, Santa Flora-Banhados, Estação dos ventos, Comunidade Indígena, Arroio Grande-TrêsBarras, Passo Verde, Boca do Monte-Cezar Pina, Capivara, Canabarro.	
33	**Integrar as ações de prevenção e diagnóstico da hanseníase em Unidades Básicas de Saúde, ESF.**		**Proporção de cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados nos anos das coortes (SISPACTO 06)**	**100%**	**100%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Melhorar a referência e contra referência das UBS e ESF com setor de tuberculose e hanseníase.		Realizado principalmente através de contato telefônico.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1228
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 50
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	2.	Encaminhar os casos suspeitos de hanseníase ao serviço especializado.	Encaminhado para consulta com Dermatologista no HUSM e após laudo o tratamento e acompanhamento no setor municipal.	
	3.	Manter parceria com IES com estágio nestes locais para elaborar ações de promoção e prevenção da hanseníase.	Devido a pandemia diminuíram ações a serem realizadas.	
	4.	Fornecer 100% dos medicamentos para hanseníase em tempo oportuno.	Medicação fornecida mensalmente.	
34	**Aumentar o número de ações previstas pelo PSE nas escolas pactuadas na adesão.**	**Número mínimo de ações do PSE desenvolvidas nas escolas pactuadas/Ano, de acordo com as necessidades dos Escolares.**	**5**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Monitorar o tipo de ações e o número de alunos envolvidos através do relatório mensal obtido por meio do Sistema de Informação Consulfarma.	Ação não realizada devido a pandemia.	
	2.	Fortalecer a comunicação entre profissionais da saúde e da educação por meio de reuniões integradas, para desenvolverem as ações dando prioridade às necessidades dos educandos.	Ação não realizada devido a pandemia.	
	3.	Realizar anualmente, pelo menos 12 rodas de conversa do Projeto de “Orientações em Saúde Sexual e reprodutiva com adolescentes escolares”, matriculados no 8º e 9º ano de 100% das escolas pactuadas em parceria com a Política de HIV/AIDS.	Ação não realizada devido a pandemia.	
	4.	Realizar visitas técnicas e encontros de formação em grupos direcionados às profissionais de educação para que estas realizem a ação de “Orientações em Saúde Sexual e reprodutiva com adolescentes escolares” em 100% das escolas pactuadas no PSE.	Ação não realizada devido a pandemia.	
	5.	Integrar a Vigilância Ambiental nas ações de combate ao mosquito com vistas a fortalecer a Campanha Cidadão Vigilante.	Ação não realizada devido a pandemia.	
	6.	Realizar 1 (um) encontro semestral de Formação do Programa Saúde na Escola – PSE com disponibilização de 200 vagas por encontro, sendo, destas 100 para profissionais da saúde e 100 para profissionais da Educação.	Ação não realizada devido a pandemia.	
	7.	Realizar capacitação para o Teste de acuidade visual em 100% dos profissionais das equipes e 100% das escolas pactuadas.	Ação não realizada devido a pandemia.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1229
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 51
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	8.	Capacitar pelo menos 50% dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, atendendo a Lei nº 8630/2018 que institui a "Semana Municipal de orientações e Noções de Primeiros Socorros", a ocorrer na segunda semana do mês de setembro.		Ação não realizada devido a pandemia.
	9.	Promover oficinas de capacitação com professores e funcionários das escolas estaduais para "Primeiros Socorros" - Parceria da Residência em Urgência e Emergência UFN em pelo menos 50% das escolas pactuadas.		Ação não realizada devido a pandemia.
	10.	Disponibilizar por meio eletrônico, materiais didáticos pedagógicos com temas transversais, para 100% das escolas pactuadas.		Ação realizada em escolas da Maringá.
	11.	Monitorar quadrimestralmente o número de encaminhamentos, atendimentos e recebimento de óculos dos escolares com alteração, por meio do relatório disponibilizado pelo Consultório Itinerante/UFSM.		Consultório não está realizando atendimentos.
	12.	Monitorar quadrimestralmente o número de encaminhamentos, atendimentos e procedimentos realizados com escolares por meio do Consultório Itinerante.		Consultório não está realizando atendimentos.
	13.	Monitorar as ações de Promoção de alimentação adequada e saudável em 100% das escolas (76 escolas), por meio da ficha de registro de atividade coletiva.		Ação não realizada devido a pandemia.
35	**Realizar ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti em 100% das escolas pactuadas.**		**Percentual de escolas pactuadas com ações de combate ao mosquito.**	**100%**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar a ação de combate ao mosquito Aedes Aegypti recomendada pelo Ministério da Saúde no ano vigente, já que se trata de uma ação obrigatória em 100% das Escolas (76 escolas).		Ação não realizada devido a pandemia.	
36	**Promover ações de incentivo ao aleitamento materno exclusivo até o 6º mês de vida e introdução alimentar complementar adequada.**		**Número mínimo de ações realizadas pelos tutores da EAAB na Rede de Saúde ao ano.**	**03**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Promover ações de incentivo a alimentação complementar saudável nos territórios de atuação de cada tutor da EAAB.		Ação não realizada devida a pandemia.	
	2.	Promover ações do incentivo ao aleitamento materno exclusivo até o 6º mês, seja nos grupos de gestante, nas consultas de puericultura.		Ação parcialmente realizada, pois em função da pandemia, não houveram grupo de gestantes presenciais, apenas alguns virtuais. Nas	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1230
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 52
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				consultas de puericultura o tema segue sendo abordado.	
37	**Implantar a Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) em 100% das Unidades de Saúde**		**Percentual de Unidades de Saúde com EAAB implementada.**	**100%**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Implementar e manter a Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) em 100% das unidades de saúde.		Ação não realizada. Neste período não foi realizada nenhuma Oficina da EAAB, até porque a proposta é que elas sejam presenciais e em função da Pandemia isso não foi possível.	
38	**Implantar o programa Crescer Saudável nas unidades de saúde e escolas do PSE.**		**Percentual de cobertura de acompanhamento do estado nutricional de crianças menores de 10 anos e de marcador de consumo alimentar no SISVAN.**	**100%**	**0,96%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Instituir nas Unidades Básicas de Saúde o registro de acompanhamento dos marcadores do consumo alimentar na puericultura e para crianças de até 10 anos.		Ação parcialmente realizada. Identificamos 322 registros de consumo alimentar no sistema, sendo a maioria realizado com crianças de 05 a 09 anos. Apesar do número ser pouco representativo, identificamos m elevado consumo de bebidas adoçadas, mas, em contrapartida, um número satisfatório de consumo de frutas, verduras e legumes.	
39	**Aumentar do número de tipos de ação realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**		**Número mínimo de atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas, por escola incluída no programa,**	**04**	**00**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1231
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 53
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

		no primeiro ano do ciclo.		
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Ofertar atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no seu município.		Ação não realizada devido a pandemia.	
40	**Aumentar do número de tipos de ação realizadas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**	**Número de avaliações do estado nutricional ao ano**	**01**	**00**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Avaliar o estado nutricional (peso e altura) das crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas participantes do PSE.		Ação não realizada devido a pandemia.	
41	**Desenvolver atividades coletivas de atividades físicas no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**	**Número mínimo de atividades de promoção de alimentação adequada e saudável no primeiro ano do ciclo.**	**04**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Ofertar atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no município.		Ação não realizada devido a pandemia.	
42	**Realizar registro e acompanhamento dos marcadores de consumo alimentar no Programa Crescer Saudável nas escolas pactuadas.**	**Percentual de Unidades de Saúde que realizam registro do acompanhamento dos Marcadores de Consumo alimentar para crianças até 10 anos.**	**100%**	**18,2%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Instituir nas Unidades Básicas de Saúde o registro de acompanhamento dos Marcadores do Consumo Alimentar na puericultura e para crianças até 10 anos.		Ação parcialmente realizada. Do total de 33.464 usuários nesta faixa etária, identificamos apenas 322 registros de consumo alimentar no sistema,	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1232
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 54
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				sendo a maioria realizado com crianças de 05 a 09 anos. Apesar do número ser pouco representativo, identificamos m elevado consumo de bebidas adoçadas, mas, em contrapartida, um número satisfatório de consumo de frutas, verduras e legumes. Este acompanhamento foi realizado em apenas 06 Unidades de Saúde do Município.	
	2.	Monitorar o registro de acompanhamento dos Marcadores do Consumo Alimentar, subsidiando ações de promoção de saúde na rede.		Ação realizada parcialmente.	
43	**Realizar o acompanhamento das condicionalidades de saúde dos usuários beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).**		**Percentual de Cobertura de acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (SISPACTO 18)**	**55%**	**30,92%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Acompanhar as condicionalidades da saúde do PBF, com divulgação na mídia.		Ação realizada. Apesar das condicionalidades da saúde deixarem de ser obrigatórias neste período, a estratégia de acompanhamento dos beneficiários foi pelos atendimentos realizados nas Unidades, pois não foi possível realizarmos mutirões e campanhas.	
	2.	Participar das reuniões do comitê intersetorial do PBF.		Ação não realizada em função da pandemia.	
44	**Aumentar o acesso de exames citopatológicos.**		**Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população residente da mesma faixa etária. (SISPACTO 11)**	**0,32**	**0,18**
	AÇÕES			MONITORAMENTO DAS AÇÕES	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1233
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 55
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Detectar precocemente o câncer de colo de útero por meio da coleta do exame citopatológico do colo de útero, com registro no Siscan, pelas unidades de saúde da atenção primária.	Ação realizada parcialmente. Devido a pandemia, em situações de bandeira preta, os atendimentos foram suspensos. Nas demais situações, as unidades foram estimuladas a mater as coletas preventivas.	
	2.	Manter o fluxo de análise e devolutiva de laudos dos exames citopatológicos, junto aos laboratórios, visando reduzir o tempo entre coleta e entrega do resultado.	Ação realizada. Os laudos são disponibilizados digitalmente e manualmente para as unidades de saúde.	
	3.	Realizar no mínimo duas campanhas: uma no mês de março, com um turno estendido na Semana da Mulher e outra no mês de outubro com a realização do dia “D” no 3º Sábado do mês de outubro.	Ação parcialmente realizada. Em março de 2020 não foram realizadas ações em detrimento da pandemia. Porém, em outubro, algumas unidades realizaram ações como turno estendido para atendimentos preventivos voltados à saúde da mulher (coleta de CP e solicitação de mamografia conforme faixa etária preconizada pelo MS e necessidade).	
	4.	Realizar pelo menos 01 exames de citopatológico por gestante, tendo como referência a Portaria de Parâmetros Assistenciais.	Ação realizada parcialmente. O MS não preconiza coleta de rotina em gestantes e que deve ser obedecido o protocolo de coleta na faixa etária de 25 a 64 anos de 3/3 anos, após dois exames anuais consecutivos negativos ou conforme necessidade após avaliação de saúde.	
45	**Aumentar o acesso a exames de mamografia.**	**Razão a ser atingida de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres residentes de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária (SISPACTO 12)**	**0,25**	**0,11**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Fortalecer a realização de mamografia em mulheres residentes de Santa Maria, visando o acompanhamento e diagnóstico precoce.	Ação parcialmente realizada. Dependendo da situação da pandemia, alguns exames foram suspensos pelo prestador municipal.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1234
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 56
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	2.	Monitorar o absenteísmo das mulheres que realizam o exame de mamografia no município, por meio de relatório mensal que o prestador deverá mandar.	Ação realizada. Prestador encaminha relatório de absenteísmo para superintendência especializada.	
	3.	Elaborar e distribuir de forma eletrônica o Boletim da Política de Saúde da Mulher do município com periodicidade anual.	Ação realizada. O número de solicitações de mamografia pela rede básica de saúde é realizado mensalmente e anualmente e divulgado para as unidades de saúde.	
46	**Aumentar a proporção de partos normais realizados.**	**Percentual de partos normais no SUS e na saúde suplementar (SISPACTO 13)**	**38%**	**34%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Viabilizar a participação das gestantes nos grupos de gestantes realizados pela maternidade da Casa de Saúde.	Ação parcialmente realizada. Os grupos de gestantes presenciais foram cancelados devido a pandemia, mas o Hospital Casa de Saúde realizou alguns encontros remotos.	
	2.	Manter a participação nos encontros da Linha de Cuidado Materno Infantil do HUSM, GT Rede Cegonha, Comitê de Transmissão Vertical HIV/Sífilis e retomar os encontros mensais com a maternidade do hospital Casa de Saúde.	Ação realizada. A Política de Saúde da mulher participa ativamente dos encontros relacionados à saúde materno infantil.	
	3.	Realizar ações de educação e promoção em saúde na Semana Municipal Sobre a Conscientização da Violência Obstétrica, na terceira semana de novembro.	Ação parcialmente realizada. O município apoiou encontros remotos realizados por instituições de ensino mas não foi realizado nenhum evento específico do município sobre a temática.	
	4.	Incentivar a participação das usuárias no grupo de gestantes da Maternidade da Casa de Saúde, com encontros mensais nas datas preestabelecidas pelo setor.	Ação parcialmente realizada.	
	5.	Realizar classificação de risco de gestações nas consultas pré-natais por médicos e enfermeiros na atenção básica de acordo com o Guia de Pré-Natal na Atenção Básica.	Ação realizada. Todos os profissionais da atenção básica que atendem gestantes em consultas de pré-natal, realizam a classificação de risco gestacional em todas as consultas.	
47	**Manter índice de gravidez na adolescência abaixo do pactuado de 14%.**	**Proporção de Gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos. (SISPACTO 14)**	**13,5**	**9,87%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1235
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 57
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Realizar ações de promoção de saúde com os adolescentes participantes do Programa Saúde na Escola.	Ação não realizada devido a pandemia.	
	2.	Realizar evento com profissionais de saúde e educação na semana de prevenção de gravidez na adolescência. “Semana Municipal de Prevenção da Gravidez na adolescência” instituída pela Lei Municipal nº 6322/2019.	Ação não realizada devido a pandemia.	
48	**Reduzir a mortalidade infantil.**	**Taxa de Mortalidade Infantil (SISPACTO 15)**	**09**	**7,6**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Fortalecer a captação precoce das gestantes para a realização do pré-natal, com incentivo a realização do teste rápido de gravidez.	Ação realizada. Todas as unidades básicas disponibilizam teste rápido de gravidez para mulheres com atraso menstrual e suspeita de gestação.	
	2.	Manter o fluxo de contra-referência dos RNs de Risco residentes em Santa Maria, do hospital para a atenção primária em saúde.	Ação realizada. A Política de Saúde da Criança recebe relatório semanal da 4ª CRS e direciona para as unidades básicas, para acompanhamento dos RN de risco.	
	3.	Implementar a Nota Técnica 01/2019 da Secretaria de Saúde do Estado referente a Saúde da Criança de 0 a 2 anos na Atenção Básica.	Ação realizada. As unidades de saúde realizam acompanhamento da criança de zero a 2 anos, com agendamento protegido durante a pandemia.	
	4.	Realizar uma ação de educação e promoção em saúde na primeira semana de agosto (agosto dourado)	Ação realizada. Algumas unidades realizaram orientação sobre amamentação no mês alusivo e foram convidados a participar de eventos remotos em parceria com instituições de ensino das cidades.	
	5.	Manter participação nas reuniões do comitê de mortalidade materno infantil e fetal as Casa de Saúde de Santa Maria.	Ação realizada: a Política de Saúde da Criança participou ativamente do comitê de mortalidade da Casa de Saúde. Foram realizados 3 encontros no ano, em detrimento da pandemia.	
	6.	Manter o monitoramento do fluxo de encaminhamento das gestantes ao AGAR, por meio de planilha eletrônica sob responsabilidade da Política de Saúde da Mulher e Criança.	Ação realizada. A Política de Saúde da Mulher realiza acompanhamento e monitoramento das gestantes encaminhadas ao AGAR.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1236
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 58
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	7.	Monitorar a porcentagem de coleta do teste do pezinho no período ideal, do 3º ao 5º dia de vida, através de planilha disponibilizada semestralmente pela 4CRS.		Ação realizada. A Política de Saúde da Criança recebe a planilha da 4CRS e é direcionada para as unidades de saúde.	
	8.	Fazer a devolutiva de dados semestral às unidades de saúde referente à coleta do Teste do Pezinho em período ideal.		Ação realizada. A Política de Saúde da Criança recebe a planilha da 4CRS e é direcionada para as unidades de saúde.	
49	**Manter o número de óbitos maternos em zero.**		**Número de óbito materno em determinado período e local de residência. (SISPACTO 16)**	**0**	**02**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar busca ativa de gestantes vulneráveis por profissionais da APS.		Ação parcialmente realizada: busca ativa por telefone, devido a Pandemia de covid-19 e pelos agentes de saúde nas visitas domiciliares.	
	2.	Desenvolver ações voltadas as gestantes do sistema prisional.		Ação realizada: junto à Política do HIV, foram realizadas ações preventivas com as mulheres em geral, tais como, coleta de citopatológico de colo uterino. Em relação às gestantes, as mesmas são referenciadas para acompanhamento na AB.	
50	**Oportunizar o acesso a População Quilombola.**		**Percentual da população atendida na Unidade de Saúde.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Garantir o atendimento a esta população (cerca de 60 pessoas) por meio do atendimento à UBS Wilson Paulo Noal, quinzenalmente.		Ação realizada. 90 visitas domiciliares/mês pela ACS. Total no ano= 1080. Atendimento médico = 180 no ano.	
51	**Oportunizar o acesso da População Indígena Guarani e Kaigangs aos serviços de saúde mais próximo.**		**Número de atendimentos realizados mensalmente.**	**50**	**88**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1237
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 59
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Designar um profissional médico para acompanhar a unidade móvel nas visitas às aldeias indígenas com vínculo e perfil para esta população.		Ação Realizada. Temos um profissional exclusivo para atendimento às aldeias indígenas que atende uma vez na semana.	
	2.	Organizar o atendimento da Unidade Móvel de saúde mensalmente, conforme pactuado com os representantes da População Indígena.		Ação realizada. Atendimento toda quinta-feira na comunidade indígena. São 22 atendimentos médicos por semana em cada aldeia, em torno de 88-92 consultas mês em cada aldeia.	
52	**Oportunizar acesso a População Prisional.**		**Número de atendimentos voltado à população privada de liberdade.**	**100**	**342**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar atendimento mensal à população privada de liberdade por meio dos profissionais da Política de HIV e Casa 13 de Maio.		Ação realizada. Realizado atendimento médico semanalmente na Penitenciária Estadual de Santa Maria e mensal no Presídio de Santa Maria (190 consultas), bem como testagem rápida para o HIV, Sífilis e Hepatite B/C (152 testagens). Bem como 2 rodas de conversas no Presídio Regional alusivo ao novembro Azul com 30 apenados.	
53	**Elaborar e executar um plano de ação Indígena.**		**Elaborar e executar um plano de ação anual.**	**01**	**01**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar e executar um plano de ação indígena anualmente.		Ação realizada.	
54	**Reduzir a taxa de mortalidade / morbidade prematura pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas não Transmissíveis DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, Diabetes e Doenças Respiratórias Crônicas).**		**Taxa de redução da mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais Doenças Crônicas não Transmissíveis (SISPACTO 01)**	**380**	**380,65**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1238
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 60
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Realizar oficinas de capacitação dos enfermeiros, lotados em UBS/ESF, em atendimento ao paciente com Hipertensão e Diabetes (2 oficinas na Região Leste e 2 na Região Sul)	Ação realizada Foram realizadas oficinas a 43 enfermeiros, 10 residentes e 1 representante do NASF, no mês de novembro de 2020, abordando as práticas seguras de preparo e administração de insulina e avaliação do pé diabético.
	2.	Monitorar semestralmente as causas de óbitos por DCNTS vinculando o CID por faixa etária, sexo e cor, para nortear as ações (capacitações e educativas).	**Ação não realizada** Não foi possível obter os dados junto a Vigilância Epidemiológica. Porém, os dados do bipublico.saude.rs.gov.br mostram aumento de 2,90% da mortalidade em relação ao ano de 2019 Resultado ano de 2019: 369,63 por 100.000 hab. Resultado ano 2020: 380,65 por 100.000 hab.
	3.	Monitorar mensalmente o cadastramento e estratificação de risco dos usuários com Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus de todas as UBS/ESF analisando os relatórios do PPDC. Estimativa de hipertensos: 42.536 Estimativa de diabéticos: 13.715	**Ação Realizada** Cadastrados (2020): Total cadastrados HAS: 6068 DIA: 2035 Fonte: relatório sintético PPDC Ficha Individual HAS: 12.902 DIA: 5.145 Fonte: relatório do e-SUS Capacitadas todas as equipes das UBS e ESF do município para cadastramento dos hipertensos e diabéticos no programa específico para Pessoas Portadoras de Doenças Crônicas (PPDC) com o intuito de gerar a estimativa de pessoas com HAS e DM atendidas na rede municipal. Acompanhamento dos profissionais já capacitados e capacitação dos novos servidores, que não haviam participado anteriormente.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1239
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 61
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Organização e participação em mutirões de apoio as EAPS para auxílio na atualização do cartão SUS, cadastramento geral e na ficha individual.	
	4.	Monitorar semanalmente o fluxo de referência/contrareferência entre as UBS/ESFs, a 4ª CRS e o Ambulatório de HAS/DM do Hospital Regional encaminhando os agendamentos e planos de cuidado compartilhado para as unidades via e-mail.	**Ação realizada** Monitorado semanalmente o fluxo de referência/contrarreferência entre as UBS/ESFs, a 4ª CRS e o Ambulatório de HAS/DM do Hospital Regional encaminhando os agendamentos e planos de cuidado compartilhados para as unidades via e-mail. Analisado o comparecimento dos pacientes à consulta no HRSM, a partir do cruzamento entre cupons (SISREG) com agendamentos ao AHRSM e planos de cuidados compartilhados recebidos após a consulta do usuário. Monitorado mensalmente a contrarreferência para as unidades de saúde, das internações, no Hospital Casa de Saúde, de crônicos agudizados. Visitado “in loco” as EAPs para sanar dúvidas referentes ao novo financiamento e indicadores HAS/DM. Auxiliado na consulta de enfermagem para atender aos novos indicadores HAS/DM. Participação dos eventos realizados pelo SEST/SENAT “Transportando Saúde nas Cidades” avaliando os motoristas de táxi e ônibus para o risco das patologias HAS e DM.	
55	**Promover ações de prevenção e cuidado em ISTs.**	**Número mínimo de ações de promoção e prevenção a saúde referente ao ISTs no ano.**	**08**	**38**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1240
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 62
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Realizar 3 ações referentes ao Mês de Prevenção às Hepatites Virais, Prevenção à Sífilis e Luta contra a Aids (julho, outubro e dezembro, respectivamente).	Julho Amarelo I Webinar de Combate as Hepatites Virais, no Google Meet com 95 participantes. Os palestrantes foram: 28/07- Guilherme Albarello Weber “Hepatite C em pauta: formas de contágio, diagnóstico, tratamento e prevenção” 29/07- Fábio Lopes Pedro “Hepatite B em pauta: formas de contágio, diagnóstico, tratamento e prevenção” Outubro Verde 22/10- Capacitação sobre “Seguimento da criança exposta a Sífilis e HIV na Atenção Básica de Saúde e Ambulatório de Infecto Pediatria do HUSM”. Realizada via Google Meet, com 62 profissionais da saúde da atenção básica (Médicos e enfermeiros). Dezembro Vermelho Online: realizado via Google Meet para 100 pessoas. No dia 01/12 participaram 92 pessoas e no dia 02/12 participaram 85 pessoa Mesas redondas: “Discussão de dados do HIV/AIDS e entraves para o diagnóstico e manutenção do tratamento no município”, “Prevenção combinada: a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) como tecnologia de prevenção ao HIV” e "Desafios para prevenção e tratamento do HIV na população chave e prioritária no cenário atual".
	2.	Realizar, no mínimo, 10 rodas de conversas sobre ISTs nas Escolas.	Ação não realizada devo a pandemia.
	3.	Desenvolver, no mínimo, 3 ações anuais de conversa sobre ISTs com jovens em Regime de Semiliberdade do CASEMI.	Ação não realizada. Devido a pandemia, a direção do CASEMI decidiu não realizar atividades externas, tais como: rodas de conversa.
	4.	Realizar, no mínimo, 4 ações de prevenção e testagem rápida em Pessoas em Situação de Prisão.	Ação realizada. Foram feitas 24 ações de prevenção e testagem em 2020 entre o Presídio

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1241
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 63
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Regional de Santa Maria (PRSM) e a Penitenciária Estadual de Santa Maria (PESM) . Sendo 1 delas Roda de Conversa alusiva ao Novembro Azul no PRSM com 30 apenados e outras 8 ações de testagens rápidas entre PRSM e PESM.
	5.	Realizar capacitação dos profissionais de 100% dos novos servidores enfermeiros, técnicos de enfermage m e médicos da AB, para acolhimento e aconselhamento, nas reuniões de equipe e na agenda de atividades da Política HIV.	Ação realizada. Foram capacitados 15 novos profissionais da saúde para testagem rápida em visitas técnicas na AB.
	6.	Realizar campanhas, mutirões, ações de promoção e prevenção à saúde em conjunto com as políticas da mulher, do adolescente, do idoso e da criança.	Ação realizada. Mutirão de testagem rápida com as demais políticas nos seguintes locais: Participação no Evento do Diário na Basílica da Medianeira onde foram testados 17 pessoas (Fevereiro); Testagem rápida e coleta de Citopatológico em 14 mulheres testadas em duas agências de trabalhadoras do sexo (Setembro e Novembro); Ações de testagens em 20 idosos testados no Lar das Vovozinhas (Fevereiro); Saúde nas Estradas: 350 caminhoneiros e público em geral testados no Posto Ipiranga faixa de São Sepé Em Setembro (Julho); Mutirão de testagens rápidas em 12 pessoas abrigadas no CDM em função da pandemia foram testadas para Sífilis, HIV, Hepatite B e C (Agosto); SIPAT Regional: Foram testados 57 profissionais da saúde no Hospital Regional (Setembro); Evento do SEST/SENAT “Transportando Saúde” no Posto COPAVER (Setembro).
	7.	Estimular o processo de informação, sobre prevenção, tratamento e acompanhamento dos usuários em 100% das ESFs e UBSs, relacionada às ISTs por meio de encontros e reuniões com 100% equipes de Atenção Básica.	Ação realizada. Início da distribuição de Autotestes para o HIV na Casa Treze de Maio, Início do fornecimento da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV, o grupo de trabalho para implantação foi em conjunto com AB, UFN e UFSM. As unidades de AB foram orientadas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1242
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 64
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			quanto ao encaminhamento dos pacientes para uso dessas tecnologias da prevenção combinada via memorando. Uma capacitação online para o tratamento da Sífilis na Atenção Básica. Participaram 93 pessoas (médicos e enfermeiros); uma capacitação online para implementação da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV em Santa Maria, participaram 91 profissionais em geral; uma capacitação online para "Infecção pelo HIV no contexto da Atenção Básica, com 31 profissionais da AB; Elaboração de Instrução de Trabalho para prescrição do tratamento da Sífilis pelo enfermeiro para gestante e seu parceiro na Atenção Básica.
	8.	Realizar encontros com as equipes de saúde, multiprofissional 100% das equipes da AB, em datas alusivas à prevenção das hepatites virais, sífilis e HIV/AIDS.	Ação realizada. Feitoum I Webinar de Combate as Hepatites Virais, no Google Meet com 95 participantes, um encontro online alusivo à Sífilis com 62 profissionais da saúde da atenção básica (Médicos e enfermeiros) e dois encontros online alusivos ao dezembro Vermelho com 92 participantes no dia 01/12 e 85 no dia 02/12.
	9.	Desenvolver, juntos às escolas, ações de promoção e prevenção das ISTs, HIV/AIDS, por meio de rodas de conversa, em ações temáticas do PSE.	Ação não realizada: As atividades presenciais nas escolas estavam suspensas na pandemia.
	10.	Monitorar acompanhamento através dos registros e notificações da Vigilância Epidemiológica e tratamento das gestantes que tiveram diagnóstico, de acordo com a tabela de monitoramento Estadual e enviada pela Vigilância Epidemiológica do município.	Ação realizada: Foram notificadas 51 gestantes com HIV e 138 com Sífilis. O acompanhamento é realizado no SIMC.
	11.	Capacitação 100% dos profissionais de saúde da AB.	Ação realizada. Foram capacitados 15 profissionais novos que ingressaram na rede.
	12.	Aumentar oferta de testagem rápida para a população na AB.	Ação realizada. Foram realizados 34.296 testes rápidos (6.682 para HIV, 2.256 HIV em gestante, 8.371 Hepatite B, 8.345 Hepatite C, 6.459 Sífilis, 2.183 Sífilis em gestante.
	13.	Monitorar através do Prontuário Eletrônico a adesão ao tratamento da gestante e do parceiro na AB.	Ação realizada. o monitoramento foi realizado pelo SIMC, planilhas compartilhadas com a Política da Saúde da Mulher, Casa Treze de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1243
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 65
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Maio, Vigilância em Infecto do HUSM e Casa de Saúde, bem como as buscas no prontuário eletrônico.	
	14.	Capacitar 100% dos profissionais de saúde autorizados a realizar TRs para aconselhamento sobre ISTs.	Atualização para 65 técnicos de Enfermagem e odontólogos,para testagens rápidas de HIV, Sífilis, Hepatite B e C na Atenção Básica.	
	15.	Realizar matriciamento (SAE) e apoio técnico às unidades de saúde e aos profissionais que realizam os testes rápidos.	Ação realizada. A Casa Treze de Maio realizou matriciamento na Linha do Cuidado nas Estratégias de Saúde da Família: Bela União, Alto da Boa Vista e Maringá.	
	16.	Realizar 800 testagens rápidas para hepatites virais, mensalmente.	Ação realizada. Foram executados 16.690 testes rápidos para hepatite B e C em 2020. Uma média de 1.390 testes mensais.	
56	**Atingir a proporção de alta por cura de Tuberculose (TB) Pulmonar acima de 85% e abandono abaixo de 5%**	**Proporção de cura de casos novos de tuberculose (INDICADOR RS 01)**	**75%**	**83,15%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Localizar geograficamente 80% a população sob maior risco de infectar-se e de adoecer por tuberculose.	Meta atingida, todos os baciliferos, suspeitos respiratórios e comunicantes são acompanhados.	
	2.	Mapear mensalmente os casos diagnosticados no município com o objetivo de identificar regiões mais vulneráveis.	Todos os baciliferos em tratamento são mapeados.	
	3.	Capacitar 80% os servidores das unidades para coleta de escarro dos sintomáticos respiratórios (SR) e tratamento direto observado (TDO).	Apenas as Unidades com maior número de pacientes em tratamento e com TDO foram atualizados presencial devido a PANDEMIA (8).	
	4.	Construir protocolo para disponibilizar na AB.	Realizado protocolo para envio de exame de escarro.	
	5.	Iniciar processo de descentralização do cuidado para AB considerando a região com maior demanda. (Maringá).	Inicialmente 1 ESF descentralizado para acompanhar o tratamento e fornecer a medicação.	
	6.	Sensibilizar e mobilizar 80% dos profissionais de saúde atuantes das áreas de risco para as ações de busca de sintomáticos respiratórios (SR) e para o controle da tuberculose.	Devido à pandemia o contato com profissionais de local de maior incidência de TB, foi através do telefone.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1244
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 66
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	7.	Monitorar locais com maior risco de incidência de tuberculose (presídios, casa de passagem, recicladores, moradores de rua) com objetivo de definir ações intersetoriais para cada local de acordo com a demanda; realizar parcerias com IES (Instituições de Educação Superior) e técnicos do município para realização de sala de espera nas UBSs e ESFs, baseado no Programa Nacional de Controle da Tuberculose.	O profissional médico realiza consulta quinzenal no presídio e outros profissionais realizam ações educação em saúde e coleta escarro, moradores de rua são encaminhados ao setor pela casa de passagem e outros. Devido a pandemia as instituições de ensino não participaram diretamente.
	8.	Intensificar a busca de 100% de SR entre os consultantes adultos das unidades de saúde.	Não alcançado a meta de 1% da população referente a cada Unidade de saúde.
	9.	Acompanhar o número de coletas/resultados através do livro verde, dando ênfase ao acompanhamento da baciloscopia (registro de pedidos de baciloscopia).	Realizado integralmente este acompanhamento.
	10.	Diagnosticar casos novos de TB pulmonar bacilífera, com sintomas respiratórios com menos de 60 dias.	Realizada coleta de escarro quando necessário de todos os comunicantes de baciliferos ativos no setor ou enviado da Unidade de Saúde a qual pertence.
	11.	Registrar, de cada caso bacilífero diagnosticado no mês, o início dos sintomas em dias, copiando os dados da Ficha Clínica.	Mensalmente realizado.
	12.	Investigar 80% os contatos e comunicantes de casos bacilíferos, registrando o n° de casos bacilíferos investigados com a Ficha de Contatos.	Todos os comunicantes e possíveis contatos realizam o PPD, se reator acima de 5 realizam quimio profilaxia.
	13.	Registrar número de novos casos de TB encontrados entre os contatos.	Todos registrados e realizam tratamento com supervisão do setor ou TDO.
	14.	Fornecer 100% dos medicamentos tuberculostáticos em tempo oportuno.	100% de medicação para pacientes em tratamento fornecido mensalmente.
	15.	Monitorar 100% o tratamento direto observado (TDO) para casos bacilíferos com risco de abandono, em unidades sem ESF e ACS., lembrando que são fornecidos mensalmente cesta básica e passagens.	Através de contato telefônico acompanhamento de pacientes TDO nas Unidades e TDO no setor, e agora realizado TDO DOMICILIAR (11 pctes).
	16.	Monitorar 100% as altas por cura, por abandono e por óbito de todos os casos novos (CN), retratamentos após abandono (RA) e recidiva (RR), analisando suas causas.	Controle através das consultas mensais e buscas ativa, se necessário internar no HSP em Porto Alegre (realizado 8 internações no ano).
	17.	Monitorar 100% a persistência da positividade do escarro no final do 2º e do 4º mês de tratamento e realizar cultura.	Monitorado sempre que necessário e a cultura é realizada de todos os positivos para TB.
	18.	Marcar o número de casos BK+ no final do 2º e 4º mês, conforme Boletim de Acompanhamento do SINAN e investigar o real motivo da positividade, encaminhando cultura para realização no CRS.	É marcado mensalmente no SINAN, e através da consulta médica ou de Enfermagem para casos que continuam positivos.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1245
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 67
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	19.	Realizar cultura (semeada e se positivo encaminhado ao LACEN para TSA).	De todos os baciliferos é realizado cultura e enviado ao Lacen.	
	20.	Engajar o Conselho Municipal da Saúde (CMS) e toda sociedade no combate à tuberculose.	Na medida do possível contamos com a ajuda de outros setores não só da saúde.	
57	**Desenvolver ações de promoção e prevenção a saúde para a população idosa.**	**Número de ações de promoção e prevenção realizadas ao ano.**	**100**	**12**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Capacitar e monitorar todas as UBS's e ESF's, por meio de equipe multiprofissional e parcerias com instituições de ensino.	Ação parcialmente realizada. Foram capacitadas para a implementação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa as equipes das UBS Waldir Mozzaquatro, Joy Betts, Wilson Paulo Noal e Felício Bastos.	
	2.	Divulgar e ofertar as vacinas para os grupos prioritários e quando necessário realizar busca ativa.	Ação realizada. Meta atingida. Em 2020, foram realizadas 33.036 doses da vacina contra a influenza, totalizando um percentual de 91,76% de idosos vacinados.	
	3.	Ampliar a divulgação da campanha da gripe em meios de comunicação.	Ação realizada. Foram utilizadas, principalmente, as mídias sociais.	
58	**Ampliar a testagem rápida de HIV, Sífilis, HBV e HCV em pessoas com idade superior a 60 anos.**	**Percentual a atingir de testagem rápida para HIV, Sífilis, HBV e HCV em pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, que realizavam testagens para HIV, Hepatite B e C e Sífilis.**	**3% (cerca de 1.080 idosos)**	**1,96%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Estimular a oferta de testes rápidos para idosos em Estratégia de Saúde da Família (ESF), UBS e Casa Treze de Maio.	Ação realizada. Meta não atingida. Durante as visitas técnicas nas unidades de APS foi reforçado com as equipes a necessidade de fazer testes rápidos para os idosos. Foram testadas 2.830 pessoas acima de 60 anos para	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1246
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 68
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Sífilis, HIV, Hepatite B e C. Foram realizados, em média, 707,5 testes rápidos de cada tipo (HIV, Sífilis, HBV e HCV) em idosos.
	2.	Ofertar testes rápidos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em conjunto com a Política HIV.	Ação não realizada devido aos idosos institucionalizados serem grupo de risco para a COVID-19.

8.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 02: AMPLIAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA

OBJETIVO: Qualificar a regulação municipal e articular junto a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde para garantir o acesso da população à Atenção Ambulatorial Especializada.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Gerenciar a regulação do acesso e a organização do sistema de saúde, possibilitando o dimensionamento da demanda do atendimento especializado eletivo e de urgência.**	**Percentual de serviços de saúde com regulação de consultas especializadas e exames.**	**100%**	**90%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar no mínimo 03 indicadores de monitoramento e avaliação do processo de trabalho: - Absenteísmo de: Mastologia, Mamografias, Pré-Natal Alto Risco, Urologia, Proctologia, Cardiologia H Regional. - Marcação de consultas e exames agendados pela AB (mamografia, dermatologia e urologia) - Monitoramento do tempo da fila de espera para especialidades	AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: O monitoramento das especialidades disponibilizadas pela rede municipal é gerado através de relatório obtido no sistema MV. O monitoramento das especialidades disponibilizadas pelo Estado é realizado através dos sistemas SISREG e GERCON. Dados sobre absenteísmo são informados pelos prestadores. O Quadro 01 – Monitoramento das consultas especializadas, bem como a avaliação, encontra-se disponível na sequência do presente relatório quadrimestral	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1247
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 69
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	2.	Realizar diagnóstico da demanda reprimida e judicial de procedimentos de média e alta complexidade - Otimização da fila de espera (normativa da SMS autoriza a exclusão de usuários que estão aguardando há mais de dois anos).	AÇÃO REALIZADA: O diagnóstico da demanda reprimida é realizado através de relatório obtido do sistema MV. A demanda judicial recebida é devolvida para o Estado, o qual possui a Gestão Plena em Atenção Especializada até o momento. A normativa da SMS baseia-se na Resolução CIB/RS nº 430/12. Todas as solicitações em fila de espera em qualquer situação (autorizada ou não) com data de emissão maior que 02 (dois) anos serão excluídas.
	3.	Monitorar do número de Processos Judiciais requerendo consultas, exames e encaminhamentos para procedimentos cirúrgicos.	AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: O monitoramento ocorre de forma parcial, visto que, existem demandas recebidas através da Procuradoria Geral do Município (PGM). Neste quadrimestre, observou-se um total de 23 Processos Judiciais, recebidos através da Superintendência da Atenção Especializada. O Quadro 02 – Relação dos Valores pagos por bloqueios judiciais (por finalidade), referente ao ano de 2020, encontra-se disponível na sequência do presente relatório quadrimestral.
	4.	Monitorar critérios para o uso dos serviços via consórcio intermunicipal de saúde conforme demanda (consultas e exames especializados): Gineco/obstetrícia, colposcopia, psiquiatria (adulto, pediátrico e judicial), pediatria, infecto, nutricionista, terapeuta ocupacional, horas plantonistas, radiologia, serviços odontológicos, dermatologista.	AÇÃO REALIZADA: Os encaminhamentos para a Atenção Especializada se dão por meio de requisições demandadas da Atenção Primária à Saúde (APS), com base nos protocolos do RegulaSUS, Telessaúde, bem como manuais do MS e SES/RS. Todas as requisições devem passar por regulação baseada em evidências, buscando otimizar os recursos da APS antes de encaminhar para Atenção Especializada. As contratações através do consórcio são disponibilizadas conforme teto financeiro. Consultas com especialistas disponibilizados através de consórcio, devem seguir um planejamento de agenda, contendo 08 consultas por turno por especialista, destas, 06 devem ser

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1248
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 70
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			destinadas à primeiras consultas e 02 para retornos. Emergências não passam por regulação, sendo de responsabilidade do plantonista solicitante lotado nos serviços de Pronto Atendimento. Exames de diagnóstico por imagem, solicitados em caráter de emergência por serviços de Pronto Atendimento, devem ser realizados de imediato, priorizando prestador de instituição filantrópica sem fins lucrativos.	
	5.	Apresentar a análise dos dados de controle e avaliação para a gestão visando o planejamento e qualificação dos serviços de saúde no município. Demanda /oferta de serviços.	AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: Está em processo de elaboração o levantamento de dados acerca da capacidade instalada, dados epidemiológicos e oferta de prestadores, recursos disponíveis e os necessários.	
	6.	Elaborar Protocolo do Setor Regulação: efetivar a normativa da Secretaria do Município da Saúde bem como as orientações que constam no protocolo regula SUS e telesaúde.	AÇÃO REALIZADA: Concluído o Manual de Condutas e Padrões do Setor de Regulação SMS Santa Maria no ano de 2020.	
	7.	Promover a integração dos diferentes pontos de atenção à saúde para fortalecer a referência e contra referência do cuidado, através do monitoramento de fluxos de comunicação, em encontros bimestrais.	AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: Devido restrições para reuniões presenciais, como medida preventiva ao COVID-19, estão sendo realizadas reuniões por videoconferência, em conjunto APS e Atenção Especializada, conforme necessidade.	
2	**Realizar o monitoramento e a avaliação do sistema de regulação tendo em vista a garantia de que as consultas com especialistas nas Policlínicas (exceto ginecologista, obstetra e pediatra) sejam reguladas.**	**Percentual de consultas com especialistas nas Policlínicas reguladas.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Monitorar e sistematizar o fluxo de atendimento nas Policlínicas das demandas referenciadas pela AB.	AÇÃO REALIZADA: Todas as consultas com especialistas das Policlínicas são agendadas seguindo a fila de espera regulada. Relatório do monitoramento das consultas especializadas realizadas nas Policlínicas está descrito no Quadro 01.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1249
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 71
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

3	**Acompanhar e monitorar os Contratos da 4ª CRS para região.**	**Percentual de acompanhamento e monitoramento dos contratos da 4ª CRS.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Participar efetivamente do grupo de fiscalização trimestral dos convênios e contratos a fim de subsidiar o gestor.		Reuniões para avaliação qualitativa ficaram prejudicadas neste período, devido a Pandemia.	
	2. Apresentar demanda buscando garantir junto a 4ª CRS a oferta de leitos hospitalares, consultas e exames especializados, conforme necessidade do município.		Encaminhado Ofícios à 4ª CRS solicitando ampliação das vagas em Raio X e Nutricionista. Através de reuniões com a 4ª CRS, HRSM e HCS, buscou-se ampliação da oferta de Raio S, Tomografias e Ultrassonigrafias. São realizadas reuniões semanais por videoconferência, com o COSEMS e 4ª CRS, para fins de Apoio de Gestão para a APS e Atenção Especializada, onde são apresentadas as demandas e necessidades do município para buscar soluções em conjunto.	
	3. Participar do Conselho Consultivo nos hospitais conveniados ao SUS do município (Casa de Saúde).		AÇÃO REALIZADA: realizado participação nas reuniões on-line do conselho consultivo do HCS e HRSM.	
	4. Garantir o Conselho Gestor nos Hospitais conveniados ao SUS/ Casa de Saúde.		AÇÃO REALIZADA: Conselho Gestor do Hospital Casa de Saúde instituído.	
4	**Realizar o monitoramento e avaliação do sistema de regulação tendo em vista a garantia de que no mínimo 70% das demandas sejam reguladas.**	**Percentual mínimo de demandas reguladas.**	**70%**	**90%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Ampliar o número de agendadores fixos no setor de regulação (servidores estatutários).		AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: O setor de regulação conta com um quadro funcional fixo de 12 agendadores que são servidores do município distribuídos em dois turnos de trabalho para auxiliar nos horários de ligações assim proporcionando maior possibilidade de contato com os pacientes. Além disso, o setor conta com estagiários e bolsistas sempre que possível.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1250
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 72
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

5	**Instituir o fluxo de referência em saúde mental para consultas de média complexidade via Sistema de Regulação.**	**Percentual Fluxo de atendimento da Saúde Mental nas Policlínicas do Município.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar censo de usuários das Policlínicas por Região Administrativa.		Ação parcialmente realizada: o censo é realizado constantemente com objetivo de um matriciamento mais efetivo e de acordo com a demanda de cada região.	
	2. Realizar referência e contra referência dos usuários atendidos através do Sistema ConsulFarma.		Ação realizada: a referência e a contra-referência através do Sistema MV, nos auxilia no cuidado compartilhado com a rede. Além do registro no sistema, orientamos quanto a importância de uma referência por telefone, tornando a ação mais efetiva em se tratando de acolhimento em Saúde Mental.	
	3. Capacitar os profissionais através do Projeto Saúde Mental na Roda.		Ação realizada: Saúde Mental na Roda: quatro (04) encontros com os seguintes temas: - "A inclusão das ações de Saúde Mental na Atenção Básica": - "Residência Multiprofissional e estágios na Atenção Básica"; - "Fortalecendo Redes"; - "Acolhimento "; - "Gestão Autônoma da Medicação como dispositivo para a produção de autonomia em Saúde Mental".	
6	**Promover encontros de capacitação e/ou atualização sobre os processos de regulação aos servidores da rede.**	**Número de encontros de educação permanente realizados ao ano.**	**12**	**06**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Promover encontro mensal com os trabalhadores da rede de saúde municipal, em relação aos processos de regulação no sistema MV (Consulfarma).		AÇÃO REALIZADA: O domínio acerca da regulamentação legal e materiais instrutivos do SUS são essenciais para ações de integração entre os diferentes pontos da RAS. Desta forma,	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1251
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 73
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			torna-se fundamental o acompanhamento longitudinal dos processos e a integração com os órgãos consultivos de apoio. A SMS vem se empenhando em aperfeiçoar a organização dos processos de trabalho vinculados à Atenção Especializada em Saúde.	
7	**Disponibilizar acesso a exames básicos (Raios X, Ultrassom obstétrico, Eletrocardiograma e Eletroencefalograma) em 60 dias.**	**Percentual de exames básicos realizados na AB e via CIS.**	**100%**	**80%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar e implantar instrutivo de regulação a fim de otimizar os agendamentos através da lista de espera.	AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: Todos os exames são realizados através de encaminhamentos da APS para Atenção Especializada. Devem ser solicitados com base nos protocolos do RegulaSUS disponíveis na plataforma do Telessaúde. Para que ocorra padronização das solicitações realizadas pelos médicos foi elaborada uma nota informativa contendo os exames e procedimentos e encaminhamentos quem podem ser solicitados pela APS, assim reduzindo as solicitações indevidas e orientando os médicos a não realizar pedidos que são atribuições dos especialistas. Desta forma, minimizar a lista de espera e assim agilizar os processos de agendamento para atender a demanda referenciada.	
	2.	Disponibilizar quantitativos de exames básicos que possam atender a demanda.	AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: Em virtude dos protocolos de distanciamento controlado para reduzir o risco de contagio em decorrência da COVID-19, os exames básicos sofreram espaçamentos entre os atendimentos, assim a demanda que já estava elevada, seguiu não tendo vasão. Os exames elencados encontram-se disponíveis, porém, em quantidade insuficiente frente à demanda. Não depende somente dos recursos financeiros do	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1252
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 74
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			município, sendo que, a Gestão Plena da Atenção Especializada é de responsabilidade do Estado no momento.	
8	**Implantar um sistema informatizado de compartilhamento interinstitucional de resultados de exames laboratoriais com os prestadores.**	**Percentual de prestadores de com resultados de exames laboratoriais compartilhado.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Implantar um projeto piloto no Pronto Atendimento Municipal com sistema MV (Consulfarma) conforme módulo já disponibilizado pelo sistema para que o resultado dos exames seja visível na AB.		**AÇÃO REALIZADA:** o município dispõe do Sistema de Informações MV em todos os serviços sob sua Gestão, exceto UPA 24H. Desta forma, a inclusão dos resultados de exames é possível de ser realizada, porém, cabe aos profissionais dos serviços de saúde realizar as ações necessárias para a sua implementação.	
9	**Ofertar, no mínimo 4 especialidades no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).**	**Número de especialidades ofertadas.**	**04**	**04**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Ofertar minimamente 04 especialidades no CEO, para as quais os usuários serão referenciados via regulação. (Bucomaxilofacial, periodontia, endodontia e odontopediatria).		As quatro especialidades citadas nas ações são ofertadas no CEO.	
10	**Prestar atendimento multiprofissional aos usuários que acessam o serviço do Setor de Estomizados, Próteses, Órteses, Oxigenoterapia Domiciliar e portadores de lesão.**	**Percentual de usuários que acessam o serviço do Setor de Estomizados, Próteses, Órteses, Oxigenoterapia Domiciliar e portadores de lesão e recebem atendimento.**	**100%**	**70%**
	1. Garantir o acesso ao cadastro e dispensação de materiais a usuários estomizados, com incontinência urinária e fecal.		AÇÃO REALIZADA: o cadastro e dispensação de materiais aos usuários estomizados, com incontinência urinária e fecal são realizados em sua totalidade.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1253
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 75
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	2.	Garantir atendimento com equipe multiprofissional.	ÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: o atendimento com equipe multiprofissional é realizado com um percentual de 70% dos usuários. Isto ocorre devido indisponibilidade de espaço físico para todas as especialidades no momento do atendimento.
	3.	Monitorar o número de casos de estomia no município.	AÇÃO REALIZADA: o monitoramento do número de casos de estomias no município é realizado em sua totalidade.
	4.	Orientar e encaminhar a solicitação de próteses e meios auxiliares de locomoção.	AÇÃO REALIZADA: orientações e encaminhamentos de solicitações de próteses e meios auxiliares de locomoção são realizados em sua totalidade.
	5.	Orientar, encaminhar e acompanhar os usuários que fazem uso de oxigenoterapia domiciliar.	AÇÃO REALIZADA: orientações, encaminhamentos e acompanhamentos de usuários que fazem uso de oxigenoterapia domiciliar são realizados em sua totalidade.
	6.	Disponibilizar serviço de Fisioterapia Pélvica para usuários com disfunções uroginecológicas e proctológicas.	AÇÃO REALIZADA: disponibilização de serviço de fisioterapia pélvica para usuários com disfunções uroginecológicas e proctológicas são realizados em sua totalidade.
	7.	Divulgar os serviços prestados para rede de saúde através de visitas e folders.	AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: houve redução das visitas devido a pandemia. Divulgação dos serviços prestados foram realizadas através de capacitações por vídeo conferência.
	8.	Disponibilizar tratamento e acompanhamento a pacientes portadores de lesão nas Policlínicas.	AÇÃO REALIZADA: as Policlínicas WPN, Kennedy, Ruben Noal e Crossetti disponibilizam tratamento e acompanhamento a pacientes portadores de lesão.
	9.	Implementar protocolo de lesões de pele.	AÇÃO NÃO REALIZADA: foi solicitado a elaboração de protocolo de lesões de pele aos profissionais responsáveis pelo setor na Policlinica Crossetti, porém não foi possível a realização até o momento.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1254
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 76
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

11	**Acolher 100% dos pacientes com resultado reagente para HIV/Aids, Hepatites Virais e IST Infecções Sexualmente Transmissíveis) na atenção básica e especializada.**	**Percentual de usuários atendidos em primeira consulta com diagnóstico recente.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Qualificar o atendimento e acolhimento nas unidades por meio de capacitações, ações de sensibilização e encontros da linha de cuidado.	Ação realizada. Foram realizadas 5 reuniões online da Linha do Cuidado a PVHIV, nas quais foram pactuadas o processo de implantação da Linha do Cuidado em Unidades Piloto: ESF Maringá, Bela União e Alto da Boa Vista, com o matriciamento da Casa Treze de Maio e Ambulatório de Infectopediatria do HUSM (para gestantes). Capacitações: Tratamento da Sífilis na Atenção Básica; I Webinar de Combate à Tuberculose; Implementação da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV em Santa Maria; Atualização para testagem rápidas de HIV, Sífilis, Hepatite B e C na Atenção Básica; Infecção pelo HIV no contexto da Atenção Básica. Ações de sensibilização: Realizada roda de conversa com 30 apenados, alusiva ao Novembro Azul no Presídio Regional de Santa Maria; Realizada Roda de Conversa com 20 profissionais no Hospital Casa de Saúde, alusiva ao Dezembro Vermelho.	
	2.	Traçar o perfil dos usuários atendidos no Serviço de Referência Secundária (SAE Casa Treze de Maio), através do levantamento de dados nos prontuários dos usuários em tratamento e acompanhamento de HIV e Hepatites Virais.	Ação realizada. Foram atendidos 61,2% pacientes homens, com orientação sexual hetero (66%), residentes no bairro Boi Morto (23%), com autodeclaração de cor branca (60,2%), com escolaridade ensino médio completo (26/,8%),	
	3.	Monitorar e acompanhar os usuários com CD4 inferior a 350 e Carga Viral detectável no Serviço de Referência Especializada.	Ação realizada. São 303 pacientes em monitoramento: 27 pacientes tiveram exame de carga viral detectável e 95 exames de CD4 inferior a 350, conforme relatório do SIMC.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1255
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 77
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	4.	Realizar busca aos pacientes com baixa adesão ao tratamento e histórico de absenteísmo, junto aos serviços e conforme consentimento dos mesmos.	Ação realizada. Os usuários com baixa adesão são realizadas busca ativa por meio de contato telefônico, contata-se a Unidade Básica de Saúde responsável para investigar e acompanhar o caso, bem como são acionados conselho tutelar em caso de negligência ao tratamento em relação a criança ou gestante.
	5.	Implementar o comitê municipal de transmissão vertical.	Ação realizada. Foram realizadas 9 reuniões ao longo do ano, sendo que apenas 1 foi presencial, as demais foram online devido a pandemia. Foram discutidos casos de referentes à transmissão vertical do HIV e Sífilis, foram acionadas instâncias como Conselho Tutelar e apoio dos CRAS.
	6.	Realizar campanhas, mutirões, ações de promoção e prevenção à saúde em conjunto com as políticas da mulher, do adolescente, do idoso e da criança.	Ação realizada. Mutirão de testagem rápida com as demais políticas nos seguintes locais: Participação no Evento do Diário na Basílica da Medianeira onde foram testados 17 pessoas (Fevereiro); Testagem rápida e coleta de Citopatológico em 14 mulheres testadas em duas agências de trabalhadoras do sexo (Setembro e Novembro); Ações de testagens em 20 idosos testados no Lar das Vovozinhas (Fevereiro); Saúde nas Estradas: 350 caminhoneiros e público em geral testados no Posto Ipiranga faixa de São Sepé Em Setembro (Julho); Mutirão de testagens rápidas em 12 pessoas abrigadas no CDM em função da pandemia foram testadas para Sífilis, HIV, Hepatite B e C (Agosto); SIPAT Regional: Foram testados 57 profissionais da saúde no Hospital Regional (Setembro); Evento do

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1256
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 78
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			SEST/SENAT “Transportando Saúde” no Posto COPAVER (Setembro).
	7.	Desenvolver ações de prevenção e orientações sobre ISTs.	Ação realizada. Início da distribuição de Autotestes para o HIV na Casa Treze de Maio, Início do fornecimento da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) ao HIV, o grupo de trabalho para implantação foi em conjunto com AB, UFN e UFSM. Com a pandemia criou-se conteúdo digital da Política do HIV nas páginas do Facebook e Instagram pela Política do HIV em conjunto com as Universidades UFN e UFSM. Em Fevereiro foi realizada ação de promoção de saúde sobre ISTs, disponibilização de preservativos e gel lubrificante, divulgação do Projeto #Vem testar da PRAE em frente ao Restaurante Universitário no Campus da UFSM; Entrega de preservativos para dois blocos carnavalescos em frente ao Colégio Santa Maria (Bloco na Gandaia); Em março, ação de educação em saúde com entrega de preservativos na Semana da Calourada à noite na Praça Saldanha Marinho; em Novembro, entrevista para Rádio Imembuí para apresentação da PrEP (Profilaxia Pré-Exposição) disponível na Casa Treze; em Dezembro, Entrevista para o Diário de Santa Maria sobre os avanços da Política no Município; em Dezembro: Roda de Conversa: Precisamos falar de HIV! Participaram 3 usuários que vivem com HIV e profissionais convidados.
	8.	Estimular o processo de informação sobre prevenção, tratamento e acompanhamento dos usuários em 100% das ESFs e UBSs relacionadas às ISTs por meio de encontros e reuniões com as equipes de Atenção Básica.	Ação realizada: Uma capacitação online para o tratamento da Sífilis na Atenção Básica. Participaram 93 pessoas (médicos e enfermeiros); uma capacitação online para implementação da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV em Santa Maria, participaram 91

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1257
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 79
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			profissionais em geral; uma capacitação online para “Infecção pelo HIV no contexto da Atenção Básica, com 31 profissionais da AB; Elaboração de Instrução de Trabalho para prescrição do tratamento da Sífilis pelo enfermeiro para gestante e seu parceiro na Atenção Básica.
	9.	Realizar encontros com as equipes de saúde multiprofissional, em datas alusivas à prevenção das hepatites virais, sífilis e HIV/AIDS.	Julho Amarelo I Webinar de Combate as Hepatites Virais, no Google Meet com 95 participantes. Os palestrantes foram: 28/07- Guilherme Albarello Weber “Hepatite C em pauta: formas de contágio, diagnóstico, tratamento e prevenção” 29/07- Fábio Lopes Pedro “Hepatite B em pauta: formas de contágio, diagnóstico, tratamento e prevenção” Outubro Verde 22/10- Capacitação sobre “Seguimento da criança exposta a Sífilis e HIV na Atenção Básica de Saúde e Ambulatório de Infecto Pediatria do HUSM”. Realizada via Google Meet, com 62 profissionais da saúde da atenção básica (Médicos e enfermeiros). Dezembro Vermelho Online: realizado via Google Meet para 100 pessoas. No dia 01/12 participaram 92 pessoas e no dia 02/12 participaram 85 pessoa

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1258
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 80
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Mesas redondas: “Discussão de dados do HIV/AIDS e entraves para o diagnóstico e manutenção do tratamento no município”, “Prevenção combinada: a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) como tecnologia de prevenção ao HIV” e "Desafios para prevenção e tratamento do HIV na população chave e prioritária no cenário atual".	
	10.	Desenvolver, juntos às escolas, ações de promoção e prevenção das ISTs, HIV/AIDS e incentivar as ações do Programa Saúde na Escola.	Ação não realizada. Devido a pandemia as escolas estavam fechadas.	
	11.	Realizar encontros mensais para discutir a situação atual do município e planejar novas ações de cuidado para pessoas vivendo com HIV em conjunto com a Atenção Básica, Universidades (UFN e UFSM), HUSM e Políticas Municipais de Saúde.	Ação realizada. Início do fornecimento da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV, o grupo de trabalho para implantação foi em conjunto com AB, UFN e UFSM. Com a pandemia criou-se conteúdo digital da Política do HIV nas páginas do Facebook e Instagram. Foram realizadas 60 postagens de conteúdos informativos no Instagram e 28 postagens de ações desenvolvidas pela Política do HIV na página do Facebook. No Facebook 2.500 pessoas foram alcançadas com as publicações e no Instagram são 296 seguidores.	
	12.	Realizar o monitoramento e atualização do sistema, juntamente com a equipe do SAE, através do contato com o usuário e busca ativa.	Ação realizada. O monitoramento dos usuários é realizado pelo SIMC, SISCEL e o prontuário é acompanhado pelo Consulfarma, sendo contatado o usuário e ou Unidade de Atenção Primária referência quando necessário	
12	**Realizar, no mínimo, 250 testes rápidos por mês para HIV, Hepatite C e Hepatite B realizados na rede.**	**Número de testes rápidos realizados ao ano.**	**3.000**	**34.296**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar, no mínimo, 250 testes rápidos por mês para HIV, Hepatite C e Hepatite B realizados na rede.	Foram realizados uma média de 2.858 testes por mês.	
13	**Realizar ação de monitoramento em pelo menos 50% dos casos de HIV positivo.**	**Percentual de monitoramento.**	**50%**	**50%**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1259
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 81
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Monitorar e acompanhar os usuários com CD4 inferior a 350 e carga viral detectável no SAE Casa Treze de Maio, tendo como base os dados do SIMC e o sistema de laudos.		Ação realizada. São 303 pacientes em monitoramento: 27 pacientes tiveram exame de carga viral detectável, 95 exames de CD4 inferior a 350, estão em tratamento 254, recusaram tratamento 3 e óbitos 6, conforme relatório do SIMC.	
	2.	Realizar busca aos usuários com baixa adesão ao tratamento e com histórico de faltas nas consultas, junto aos serviços de saúde conforme o consentimento dos usuários.		Ação realizada. Os usuários com baixa adesão são realizadas busca ativa por meio de contato telefônico, contata-se a Unidade Básica de Saúde responsável para investigar e acompanhar o caso, bem como são acionados conselho tutelar em caso de negligência ao tratamento em relação a criança ou gestante. Foram realizadas.	
14	**Investigar óbitos que a causa seja AIDS, priorizando crianças e mulheres em idade fértil.**		**Percentual dos casos de óbitos por HIV/AIDS.**	**100%**	**89%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Investigar óbitos que a causa seja AIDS, priorizando crianças e mulheres em idade fértil.		Em 2020 foram registrados 23 óbitos por AIDS. Sendo que foram notificados 38 casos de crianças expostas ao HIV e 51 casos de gestantes.	
15	**Realizar capacitação para os profissionais de saúde.**		**Percentual de profissionais capacitados.**	**50%**	**40%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar curso de capacitação dos profissionais da rede de atenção à saúde, para acolhimento e acompanhamento do usuário vivendo com HIV e aqueles com indicação para Profilaxia pós-exposição (PEP), bem como suas alterações e manejo de adesão ao tratamento.		Ação realizada. Realizado encontro com enfermeiros responsáveis pelo Pronto Atendimento Municipal, Rubem Noal e Unidade de Pronto Atendimento para pactuações sobre a Profilaxia Pós-Exposição, Atualização para Técnicos de Enfermagem e Odontólogos da Atenção Básica, para testagem rápida de HIV, Sífilis, Hepatite B e C. Foram capacitados: 11	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1260
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 82
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				odontólogos e 39 técnicos de enfermagem; Uma capacitação online para implementação da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV em Santa Maria, participaram 91 profissionais em geral; Uma capacitação online para "Infecção pelo HIV no contexto da Atenção Básica, com 31 profissionais da AB.	
16	**Monitorar o SIMC (Sistema de Monitoramento Clínico).**		**Percentual de mortalidade em decorrência da AIDS.**	**10%**	**8,9%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar monitoramento e atualização do sistema através de contato com o usuário e busca ativa.		Ação realizada. O monitoramento dos usuários é realizado por meio das planilhas compartilhadas com a Coordenação Estadual (HIV e Sífilis em gestantes), com a Saúde da Mulher/Criança, Vigilância em saúde do HUSM, pelo SIMC, SISCEL e pelo Consulfarma no prontuário dos pacientes.	
17	**Desenvolver ações em saúde coletiva voltada às populações vulneráveis, implantando atendimento ambulatorial especializado (Ambulatório Trans).**		**Número de Ambulatório Instituído.**	**01**	**01**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Disponibilizar acompanhamento clínico, acompanhamento pré e pós-operatório e hormonização para travestis e transexuais.		Ação não realizada, ainda não estão tendo os acompanhamentos pré e pós operatórios.	
	2.	Oferecer atendimento semanal na Policlínica do Rosário, com profissionais da rede.		Foram realizados atendimentos sendo eles: Acolhimentos (05), Psicoterapias (20), medicina (08). Os atendimentos em grupo não foram realizados devido a pandemia Covid 19.	
18	**Fortalecer ações em Saúde LGBTQ+**		**Percentual de servidores capacitados.**	**50%**	**50%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Capacitar e sensibilizar os profissionais dos serviços de saúde para o atendimento integral dessa população por meio de matriciamento por parte da Casa Treze de Maio e capacitações ofertadas pela Política HIV.		Ação realizada: No evento do Dezembro Vermelho Online, realizado via Google Meet, no dia 02/12 para 85 pessoas, tratou-se sobre os	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

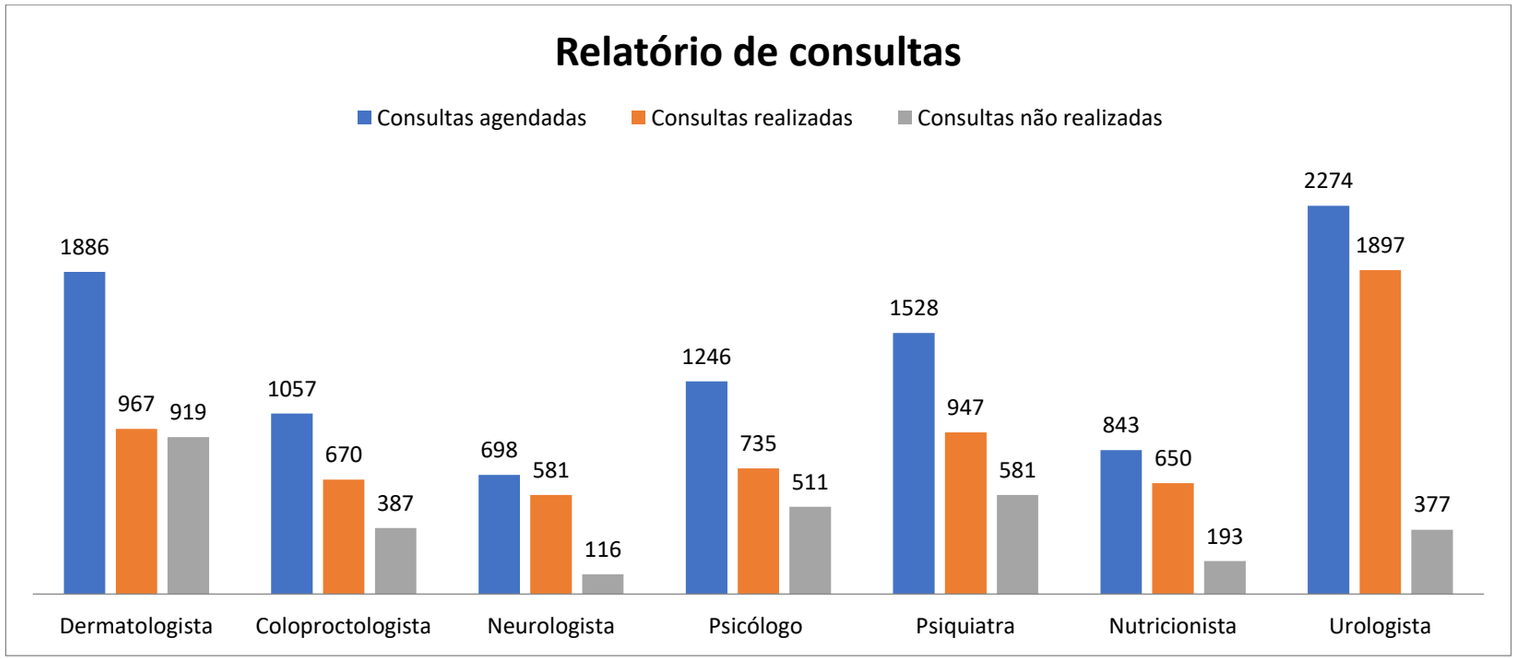
Página 1261
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 83
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			"Desafios para prevenção e tratamento do HIV na população chave e prioritária no cenário atual" com as seguintes profissionais: Martha Helena Teixeira de Souza (UFN); Maria Amélia Zanon Ponce (Programa de DST/Aids de São José do Rio Preto/SP); Paula Daniella de Abreu (EERP-USP).	
19	**Tratar 100% dos casos de sífilis diagnosticados na UBS ou ESF na Própria Atenção Básica.**	**Percentual de tratamento de sífilis realizados prioritariamente na Atenção Básica**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Tratar na atenção básica o usuário que teve diagnóstico na Unidade de saúde (UBS ou ESF).	Ação realizada. Todos os usuários que têm teste rápido reagente para Sífilis são encaminhados para realizar o exame VDRL, com exceção das gestantes e suas parcerias que recebem o tratamento logo após um teste rápido reagente. Foram notificados 392 casos de sífilis adquirida, 143 casos em gestantes e 55 casos de Sífilis congênita. Realizada elaboração de Instrução de Trabalho para prescrição do tratamento da Sífilis pelo enfermeiro para gestante e seu parceiro.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1262
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 84
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

RELATÓRIO DE CONSULTAS
POLICLÍNICA CENTRAL JOSÉ ERASMO CROSSETTI E CENTRO DE DIAGNÓSTICO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO 2020



O que podemos verificar com esse gráfico é que possuímos uma grande procura de urologista, e também, o com maior número de consultas realizadas. Já o número de consultas não realizadas para dermatologista é o maior, sendo quase a metade das consultas agendadas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1263
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 85
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Relatório anual dos exames de diagnóstico de mamografia, radiografia e ultrassonografia do Hospital casa de saúde ofertadas a Secretaria Municipal De Saúde.

EXAME DE MAMOGRAFIA:

MAMOGRAFIA:			
MÊS	DISPONIBILIZADAS	REALIZADAS	ABSENTEISMO
Janeiro	704	424	280
Fevereiro	700	86	614
Março	704	196	508
Abril	cancelados	cancelados	cancelados
Maio	140	122	18
Junho	290	227	63
Julho	320	274	46
Agosto	300	266	34
Setembro	280	251	29
Outubro	290	259	31
Novembro	336	296	40
Dezembro	450	397	53

EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA:

ULTRASSONOGRAFIA			
MÊS	DISPONIBILIZADAS	REALIZADAS	ABSENTEISMO
Janeiro	80	75	5
Fevereiro	53	51	2
Março	79	47	32
Abril	cancelados	cancelados	cancelados
Maio	0	3	0
Junho	0	15	0
Julho	0	5	0
Agosto	0	0	0
Setembro	0	2	0
Outubro	0	6	0
Novembro	27	5	22
Dezembro	31	17	14

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1264
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 86
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

EXAME DE RADIOGRAFIA:

RADIOGRAFIA			
	DISPONIBILIZADAS	REALIZADAS	ABSENTEISMO
Janeiro	520	273	247
Fevereiro	576	289	287
Março	624	88	536
Abril	cancelados	3	0
Maio	cancelados	cancelados	cancelados
Junho	cancelados	cancelados	cancelados
Julho	cancelados	cancelados	cancelados
Agosto	cancelados	2	0
Setembro	cancelados	4	0
Outubro	120	110	10
Novembro	250	103	147
Dezembro	260	24	236

RELAÇÃO DE VALORES PAGOS POR BLOQUEIOS JUDICIAIS
Por finalidade (2020)

50% consultas, exames e medicamentos	R$2.100,00
50% fraldas	R$2.906,64
50% internação clínica/assistencial	R$ 455.616,35
50% internação hospitalar	R$ 179.283,47
50% internação cirúrgica	R$ 31.250,00
50% internação em uti	R$ 30.172,29
50% serviços de home care	R$ 78.765,25
50% material terapêutico	R$ 6.780,44
50% medicamentos	R$ 177.699,52
50% serviços especializados	R$ 44.823,00
Fraldas infantis	R$ 755,70
Internação clínica/assistencial	R$ 94.884,20
Internação hospitalar	R$ 26.058,90
Medicamentos	R$ 1.902,36
Serviços especializados	R$ 31.621,00
TOTAL	R$1.164.619,12

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1265
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 87
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 03: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

OBJETIVO: Garantir e efetivar o acesso à Rede de Urgência e Emergência.

Nº	DESCRIÇÃO DA META		INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Instituição de um Comitê de Gestores Municipal da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, conforme a Portaria MS 1600/2011**		**Número de Comitê Instituído**	**01**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Instituir o Comitê e realizar pelo menos dois encontros no ano.		**AÇÃO NÃO REALIZADA:** necessita Coordenador Municipal de Urgência e Emergência para organização da implantação e implementação.	
	2.	Discutir, coordenar e elaborar projetos estratégicos de atendimento às necessidades coletivas em saúde, de caráter urgente e transitório, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidades públicas e de acidentes com múltiplas vítimas, juntamente com instituições: Bombeiros, Brigada Militar, Exército, Aeronáutica, Defesa Civil e Cruz Vermelha Brasileira – SM		**AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA:** ocorre diante de situações específicas que se apresentam. Não possui COMITÊ instituído, porém, existem representantes dos diversos entes que participam de reuniões na SMS sempre solicitados.	
	3.	Articular um grupo técnico para atuação em acidentes com múltiplas vítimas.		**AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA:** existe articulação com grupo técnico para atuação em acidentes com múltiplas vítimas, porém o grupo não está formalizado/instituído.	
	4.	Realizar um encontro anual com os coordenadores dos serviços de Urgência e Emergência.		**AÇÃO REALIZADA:** Foram realizados encontros com os coordenadores dos serviços de EU em diversos momentos no decorrer da pandemia, para fins de organização dos fluxos de acesso visando medidas de enfrentamento ao COVID-19.	
2	**Garantir a participação do município, junto à SES nos GTS de Urgência e Emergência e GTS de Regulação (leitos de UTI).**		**Percentual de participação nos GT.**	**100%**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1266
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 88
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Fomentar a participação ativa dos grupos de trabalho e demais espaços de pactuação da U/E.	**AÇÃO NÃO REALIZADA.**	
3	**Garantir a continuidade dos serviços de urgência e emergência (UPA 24h) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), PAM (habilitado e qualificado pelo MS em UPA 24h ampliado tipo II) e Central de Regulação remota do SAMU.**	**Número de serviços mantidos.**	**04**	**04**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Garantir a continuidade dos serviços contratados, mediante cofinanciamento tripartite.	**AÇÃO REALIZADA**: Os serviços de UE, UPA 24H e SAMU são garantidos por meio de convênio com recursos municipal, estadual e da união. A Central de Regulação do SAMU encontra-se em funcionamento durante o dia das 07h às 19h.	
4	**Estabelecer assistência laboratorial para exames de urgência (24 horas), através de protocolos.**	**Percentual assistência laboratorial.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Garantir assistência laboratorial dos exames de urgência durante 24h do dia nos serviços de U/E do município.	AÇÃO REALIZADA: disponibilizado Laboratório através do Consórcio aos serviços de UE, nas 24h do dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados.	
5	**Atender com classificação de risco nos serviços de U/E do município.**	**Percentual de atendimentos com classificação de risco.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Garantir que os serviços de U/E realizem classificação de risco 24h, por meio de capacitação dos profissionais do serviço e implementação dos protocolos.	**AÇÃO REALIZADA**: Foi realizado Capacitação de todos os enfermeiros (Protocolo de Manchester). Classificação de Risco realizado nas 24 horas/dia. Todos os profissionais estão capacitados e operantes.	
6	**Instituir de Indicadores de Monitoramento periódico (quadrimestral)**	**Número de Indicadores instituídos/Ano**	**06**	**24**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Instituir, no mínimo 6 indicadores, sendo 2 qualitativos e 4 quantitativos.	24 indicadores quantitativos estabelecidos, 02 indicadores qualitativos.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1267
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 89
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

7	**Solicitar junto a 4ªCRS a disponibilidade de leitos de retaguarda para suporte aos Serviços de Urgência e Emergência do Município.**	**Número de Leitos disponibilizados.**	**35**	**35**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Buscar garantir junto a regional a disponibilidade de leitos de retaguarda da U/E.		**AÇÃO REALIZADA**: Todos os serviços de urgência e emergência do município possuem acesso ao Sistema de Gerenciamento de Internações (Gerint), que é disponibilizado pelo estado,. O sistema possui a monitorização dos leitos em tempo real, assim consegue realizar a indicação dos hospitais de referência para a especialidade que o paciente necessita no âmbito da 4ª CRS. Conforme a demanda, a 4ª CRS é solicitada para auxiliar nas pactuações com hospitais da região sempre que possível.	
8	**Informatizar em 100% na UPA, no PAM e especialistas servidores do município.**	**Percentual de serviços de urgência e emergência e especialidades informatizadas.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Definir no mínimo 03 indicadores de avaliação e monitoramento de indicadores - Relatórios de quantitativo de atendimentos - Relatório de procedimentos - Relatório de prontuários médicos		AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: os relatórios são emitidos através do sistema MV, apresentados e analisados por quadrimestre. No Pronto Atendimento Municipal foi instituída Comissão de Revisão de Prontuários e Óbitos.	
9	**Reduzir o percentual de atendimentos classificados como azul e verde na UPA e no PAM, considerando dados do ano anterior.**	**Percentual de fluxo de referência e contrarreferência.**	**100%**	**40%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Revisar os fluxos de atendimento para os serviços de Atenção Básica, com o objetivo de garantir o acolhimento aos pacientes, e a continuidade do cuidado.		AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: devido cobertura de 52,4% da APS, os usuários que procuram os serviços de UE por situações de saúde classificadas como normal (azul) ou pouco urgente (verde), são atendidos em sua	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1268
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 90
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				totalidade. Os usuários recebem a orientação de procurarem a APS para continuidade e acompanhamento da assistência. Diante da necessidade de horários alternativos, atualmente, está sendo disponibilizado atendimentos em turno estendido, semanalmente em unidade central.	
	2.	Fiscalizar a UPA 24 horas, a fim de que utilize o mesmo Sistema de Informação do município conforme preconizado em contrato.		AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: a implantação e implementação do Sistema MV na UPA 24h está em processo de realização. Encontra-se previsto no PMS, porém, não está especificado em contrato.	
10	**Construir/Revisar de 04 POP's.**		**Número de Procedimentos Operacionais Padrão implantados e/ou instituídos.**	**04**	**04**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar reuniões/capacitações para construir ferramentas de padronização do trabalho das equipes multiprofissionais (protocolos).		AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA; Foram realizados treinamentos e capacitações, dos profissionais principalmente relacionadas a pandemia de Covid 19, estas ações tiveram que ser na sua maioria on-line ou em reuniões com número reduzido de profissionais.	
	2.	Sistematizar protocolos clínicos, assistenciais e de procedimentos administrativos.		AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA: foram elaboradas Ordens de Serviço (OS), Instruções Técnicas (IT), Notas Orientativas e Memorandos Circulares, a fim de nortear os processos de trabalho da Atenção Especializada. No PAM, existem a CCIH, Núcleo de Segurança do Paciente e Comissão de Revisão de Prontuários e Obitos, das quais participam juntamente com os Responsáveis Técnicos, da elaboração e revisão dos POP's internos do serviço.	
11	**Monitorar o fluxo entre os serviços da RUE.**		**Percentual de monitoramento do fluxo.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1269
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 91
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Acompanhar e estabelecer um fluxo de comunicação entre os serviços para obter informações juntos aos profissionais para subsidiar reuniões que se fizerem necessárias, junto a 4CRS, quando os prestadores especializados (Estaduais) não estiverem cumprindo com as pactuações contratualizadas.	**AÇÃO REALIZADA:** o acompanhamento e monitoramento do fluxo de comunicação entre os serviços está sendo realizado continuamente através de grupos estratégicos com a presença dos coordenadores e responsáveis técnicos dos serviços, bem como acesso rápido à contato com 4ª CRS	
12	**Continuar as capacitações de profissionais da U/E.**	**Número de capacitações ao ano.**	**02**	**10**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Monitorar através de lista de presença, apresentação de certificados as atividades de educação permanente.	**AÇÃO REALIZADA:** Estão sendo realizadas as capacitações, registradas em atas e os certificados estão sendo anexados nas pastas dos profissionais, com controle da lista de presença através do NEPES.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1270
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 92
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

RELATÓRIO ANUAL PATRONATO – 2020

	1º QUAD	2º QUAD	3º QUAD	TOTAL
Nº atendimentos/mês	33.087	21.998	27.714	**82.799**
N° PEPs/mês	42	27	26	**95**
Capacitações /treinamentos /cursos	13	16	07	**36**
Nº Atendimento Médico Adulto	21.743	17.163	20.522	**59.428**
Nº Atendimento Médico Pediatra	8.828	3.264	5.545	**17.637**
Nº Atendimento Médico Psiquiátrica	832	933	938	**2703**
Nº Atendimento Enfermeiro Adulto	797	756	718	**2271**
Nº Atendimento Enfermeiro Pediatria	405	150	291	**846**
Procedimentos infantil	32.498	10.697	21.446	**64.641**
Procedimentos adulto	79.073	64.281	80.813	**224.167**
Nº Pacientes atendidos na Sala de Emergência Adulto	759	791	787	**2337**
Nº Pacientes atendidos na Sala de Emergência Infantil	**0**	**0**	18	**18**
Nº Atendimento Odontológico	1.684	1.571	1647	**4.902**
N° de Procedimentos Odontológicos	6.275	4.763	5.925	**16.963**
Nº Raios x realizados	5.410	4.239	4.884	**14.533**
Classificação de Risco-Cor vermelha	35	829	930	**1794**
Classificação de Risco-Cor Laranja	533	446	593	**1572**
Classificação de Risco-Cor Amarela	3.395	2.896	3.727	**10.018**
Classificação de Risco-Cor Verde	10.914	9.065	11.830	**31.809**
Classificação de Risco-Cor Azul	176	653	4.229	**5.058**
Nº Atendimento Médico Psiquiátrico Criança	19	13	14	**46**
Nº Atendimento Médico Psiquiátrico Adolescente	106	124	146	**376**
TOTAL	**206.624**	**144.675**	**192.750**	**544.049**

RELATÓRIO ANUAL PA TANCREDO NEVES – 2020

Tipo de atendimento/Mês	1ª Quad	2ª Quad	3ª Quad	Acumulado Anual
Consultas clínico geral	10.865	8.289	9.838	28.992
Consultas enfermeiro	1.014	684	526	2.224
Triagem/acolhimento	11.174	8.616	10.171	29.961
Procedimentos ambulatoriais	44.101	32.965	33.389	110.455
Acumulado mensal	**67.154**	**50.554**	**53.924**	**171.632**

Detalhamentos				
Detalhamento encaminhamento Classificação de Risco				
Classificação de Risco/Mês	**1ª Quad**	**2ª Quad**	**3ª Quad**	**Sintético Anual**
EME emergência (Vermelho)	30	16	19	**65**
MUR muito urgente (laranja)	96	96	130	**322**
URG urgente (amarelo)	1.299	1.184	1.717	**4.200**
PUR pouco urgente (Verde)	8.107	5.965	6.746	**20.818**
NOR Normal (Azul)	1.026	692	1.097	**2.815**
Sintético mensal	**10.558**	**7.953**	**9.709**	**28.220**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1271
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 93
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

RELATÓRIO ANUAL UPA– 2020

	1ª Quad	2ª Quad	3ª Quad	TOTAL
Nº de atendimentos/ mês	0	19.358	29.574	48.932
Nº atendimento médico adulto	22.451	15.985	25.261	63.697
Nº atendimento médico pediátrico	3.736	1996	2.243	7.975
Nº atendimento enfermagem adulto	5.983	12.599	25.261	43.843
Nº atendimento enfermagem pediátrico		1.996	2.243	4.239
Nº atendimentos sala de emergência adulto	0	1.162	1.630	2.792
Nº atendimentos sala de emergência pediátrico	0	115	0	115
Nº pacientes em isolamento adulto	0	632	204	836
Nº pacientes em isolamento pediátrico	0	0	0	0
Nº atendimentos odontológicos	3.221	1.377	1.926	6.524
Nº Raios X realizados	7.162	4.309	5.788	17.259
Classificação de risco - Cor Vermelha (Emergência)	1.898	387	49	2.334
Classificação de risco - Cor Laranja (Muito urgente)	3.740	774	376	4.890
Classificação de risco - Cor Amarela (Urgente)	2.917	5.807	3.837	12.561
Classificação de risco - Cor Verde (Pouco urgente)	31.997	12.389	17.325	61.711
Classificação de risco - Cor Azul (Sem urgência)	1.420	0	543	1.963
Nº de óbitos	16	0	0	16
TOTAL	84.541	78.886	116.260	**279.687**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1272
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 94
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 04: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO: Garantir o acesso aos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde para atender às necessidades de saúde da população.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Disponibilizar 100% dos medicamentos adquiridos pela Secretaria de Saúde para atender às necessidades de saúde da população.**	**Percentual de itens de medicamentos programados e disponibilizados.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Fazer o controle dos medicamentos faltantes por determinado período com o motivo da falta.		Foi realizado integralmente pela Coordenação de Assistência Farmacêutica e CAF.	
	2. Realizar o levantamento de medicamentos/quantidades perdidas por vencimento junto ao CAF e farmácias.		Os levantamentos foram realizados integralmente através de balanços mensais, contagens semanais e através do sistema Consulfarma.	
	3. Otimizar os recursos destinados a Assistência Farmacêutica.		Foi realizado integralmente. Recursos otimizados por licitações, concorrência de preços, controle de demandas, sempre visando à economia e evitando desperdícios.	
2	**Atualizar anual a REMUME, de acordo com o perfil epidemiológico da população.**	**Número de REMUME atualizada ao ano.**	**01**	**00**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Reunião mensal com a Comissão de Farmácia e Terapêutica.		Não foram realizadas reuniões com a comissão, está em fase de transição.	
	2. Orientar os profissionais quanto a prescrição dos medicamentos e insumos presentes na REMUME.		Foram realizadas capacitações de forma presencial (em pequenos grupos) e on-line. - Coordenação de Assistência farmacêutica em parceria com a Política de Doenças Crônicas e Agravos não transmissíveis e Política do Idoso realizou capacitação alusiva ao Dia Mundial do Diabetes. Foi realizada de forma presencial (em pequenos grupos divididos em seis sextas-feiras) na UFN para os residentes e enfermeiros da	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1273
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 95
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				rede, a Coordenação de Assistência Farmacêutica atualizou os referidos profissionais sobre quais os tipos de insulinas constantes na REMUME, insumos para diabéticos disponíveis na rede, modo de conservação, modo de usar e cuidados adicionais com o paciente diabético e suas medicações. - Coordenação de Assistência Farmacêutica realizou de forma on-line **''QUALIFICAÇÃO SOBRE RECEITUÁRIOS E USO DO SISTEMA REMUME''** para os médicos da rede, tirando suas dúvidas referentes aos receituários emitidos por eles e quais medicações estão disponíveis no município. REMUME está sendo disponibilizada e atualizada uma vez por semana no site da prefeitura, local onde se encontra o estoque individualizado de cada farmácia.
3	**Divulgar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e os fluxos da assistência farmacêutica nas Redes de Atenção à Saúde.**	**Número de atualizações da REMUME para os serviços ao ano.**	**02**	**02** REMUME está sendo disponibilizada e atualizada uma vez por semana no site da prefeitura, local onde se encontra o estoque individualizado de cada farmácia.
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Atualizar o fluxo da assistência farmacêutica e divulgar nas RAS.	Fluxo atualizado no site da prefeitura e disponibilizado através da participação da Coordenação de Assistência Farmacêutica no curso introdutório para novos servidores, onde foi realizado de forma on-line o encontro tira-dúvidas sobre AF e demais políticas. Fluxo também foi atualizado através das capacitações e	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1274
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 96
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			qualificações ofertadas pela Assistência Farmacêutica aos servidores do município.	
4	**Implantar uma farmácia distrital na Região Administrativa Norte.**	**Número de Farmácias Implantadas.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Implantar uma Farmácia Distrital no espaço disponível na Unidade de Saúde Kennedy, mediante contratação de Farmacêutico via concurso.		Foram implantadas 3 Farmácia Distritais (Kennedy, Floriano Rocha e São Francisco) através de contratação emergencial de farmacêuticos, pois o concurso não foi realizado devido à pandemia ocasionada pelo COVID-19.	
5	**Garantir e incentivo a atuação de Instituições de Ensino e Pesquisa na Assistência Farmacêutica em parceria com o Núcleo de Educação Permanente em Saúde.**	**Número mínimo de ações realizadas em parceria com as IES ao ano.**	**03**	**03**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão junto às IES.		Foi realizado em parceria com o Núcleo de Educação Permanente em saúde, estabelecimento de fluxos de novos estagiários das instituições UFSM e UFN.	
6	**Realizar o matriciamento e capacitação de pelo menos 1 profissional de 100% das Unidades de Saúde referente à Assistência Farmacêutica junto às RAS.**	**Percentual de Unidades de Saúde com profissional capacitado.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar visitas técnicas, palestras e treinamentos com os profissionais das UBS e ESF.		Foram realizadas capacitações e qualificações de forma presencial (divididos em pequenos grupos) e on-line (devido à pandemia ocasionada pelo COVID-19).	
7	**Normatizar visitas de propagandistas de medicamentos na rede pública municipal, bem como a presença e utilização de amostras grátis nos serviços de saúde.**	**Número de visitas ao ano.**	**02**	**02**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar o monitoramento por meio de visitas técnicas onde será verificada a presença de amostras grátis conforme memorando 01/2019/SMS/GAB.		Foi realizado monitoramento e capacitação sobre amostras grátis aos profissionais prescritores.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1275
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 97
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8	**Ampliar o horário de atendimento e Recursos Humanos da Farmácia Municipal Central.**	**Número de farmácias com ampliação de horário.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Contratação via concurso/realocação de recursos humanos para a farmácia municipal central.		Foram contratadas (via contrato emergencial), duas farmacêuticas para a Farmácia Central.	
9	**Promover ações de educação continuada para o uso racional de medicamentos para 100% dos prescritores.**	**Percentual de ações de educação continuada para promoção do uso racional de medicamentos com prescritores.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar capacitação sobre uso racional de medicamentos com base em evidências científicas para 70% dos prescritores.		Foi realizada de forma on-line (devido à pandemia ocasionada pelo COVID-19) capacitação para todos os médicos da rede sobre uso racional de medicamentos, forma correta das prescrições e sistema REMUME.	
10	**Estruturar e organizar os Serviços de Assistência Farmacêutica.**	**Percentual de serviços de assistência farmacêutica em condições adequadas de funcionamento.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Organização das atividades técnico-gerenciais em todos os serviços relacionados a Assistência Farmacêutica em 100%.		Foi realizada a organização técnico-gerencial através da contratação de profissionais farmacêuticos (contrato emergencial), podendo assim organizar o fluxo da assistência farmacêutica e de suas farmácias visto que, segundo as normas do CFF (Conselho Federal de Farmácia) a presença do farmacêutico é **obrigatória** durante todo o horário de funcionamento das farmácias e o município estava com carência destes profissionais.	
	2. Implantação e Organização das atividades assistenciais nos serviços relacionados a Assistência Farmacêutica.		Foram implantadas 3 farmácias Distritais no município com estrutura adequada, podendo assim melhorar as atividades assistenciais da AF.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1276
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 98
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

11	**Realizar as atividades educativas relacionadas a medicamentos junto à comunidade no ano.**	**Número de Atividades educativas realizadas junto à comunidade ao ano.**	**06**	**02**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar 6 (seis) atividades educativas junto à comunidade (palestras, rodas de conversa, entre outros - duas atividades por quadrimestre).		Foram feitas ações de cadastramento e atualização do cartão SUS nas comunidades e conscientização sobre o uso da máscara em tempos de pandemia. Palestras e rodas de conversa não foram realizadas devido à pandemia ocasionada pelo COVID-19	
12	**Reduzir os gastos com a judicialização dos medicamentos no município.**	**Percentual de processos judiciais referentes a solicitação de medicamentos ajuizados monitorados.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Auxiliar a Defensoria Pública quanto às alternativas terapêuticas disponíveis no SUS, para a substituição de medicamentos prescritos que acarretam a judicialização.		O auxílio à defensoria é realizado integralmente com todos os processos que dão entrada na defensoria. Tendo um resultado altamente satisfatório, com a redução de 78% nos processos que seriam ajuizados.	
	2. Conscientizar os prescritores quanto a importância da prescrição de medicamentos disponíveis no SUS (Componente Básico, Especial e Especializado da Assistência Farmacêutica), a fim de reduzir a judicialização de medicamentos.		São encaminhadas todas as alternativas disponíveis, que possam substituir o medicamento e evitar judicialização. -Coordenação de Assistência Farmacêutica realizou de forma on-line **''QUALIFICAÇÃO SOBRE RECEITUÁRIOS E USO DO SISTEMA REMUME''** para os médicos da rede, orientando-lhes a prescrição racional com os medicamentos que o município tem disponível em suas farmácias. - REMUME está sendo disponibilizada e atualizada pela Coordenação de Assistência Farmacêutica **uma vez por semana** no site da prefeitura, na aba ASSISTêNCIA	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1277
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 99
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			FARMACÊUTICA, local onde se encontra o estoque individualizado de cada farmácia, podendo assim ser consultado pelos profissionais prescritores da rede e população em geral.	
13	**Controlar os estoques dos medicamentos e correlatos farmacêuticos no sistema Consulfarma.**	**Número de controle da atualização do estoque ao ano.**	**04**	**04**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Fechar as Farmácias Municipais para a realização dos inventários de medicamentos e correlatos farmacêuticos, a fim de ajustar o estoque presente no sistema Consulfarma com o estoque físico.	Realização integral dos inventários nas farmácias do município. Uma vez por mês elas ficam somente com expediente interno para realizar a contagem de todo o estoque.	

8.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 05: QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

OBJETIVO: Fortalecer e potencializar a rede de cuidado psicossocial.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Implementar os Protocolos com estratificação de risco para atendimentos de saúde mental na Rede de Atenção à Saúde.**	**Número de Protocolos Implementados.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Capacitar os profissionais de Atenção Básica para garantir a continuidade do tratamento do usuário da Atenção Psicossocial (usuários com transtornos mentais e/ou usuários de álcool e outras drogas) no território, com vistas a sua gradativa reinserção na comunidade.	Ação realizada: Saúde Mental na Roda: quatro (04) encontros com os seguintes temas: - “A inclusão das ações de Saúde Mental na Atenção Básica”: - “Residência Multiprofissional e estágios na Atenção Básica”; - “Fortalecendo Redes”; - “Acolhimento “;	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1278
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 100
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			- "Gestão Autônoma da Medicação como dispositivo para a produção de autonomia em Saúde Mental".	
2	**Ampliar Equipes mínimas completas e ampliar as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) conforme Portaria GM/MS Nº 336/2002, com a inserção das seguintes profissões: Terapeuta Ocupacional, Farmacêutico e Profissional de Educação Física.**	**Número de CAPS com equipes completas.**	**04**	**03**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Completar as equipes mínimas dos Centros de Atenção Psicossocial conforme, Portaria GM/MS Nº 336/2002.		Atualmente 03 equipes completas, CAPS i, Cia do Recomeço e CAPS Prado Veppo. O CAPS Caminhos do sol necessita de 04 profissionais de nível médio.	
	2. Ampliar as equipes da Atenção Psicossocial contemplando as seguintes profissões: Terapeuta Ocupacional, farmacêutico, profissional de Educação Física e Artista Visual.		Ação parcialmente realizada: foram contratados via CIS, 04 Terapeutas Ocupacionais que encontram-se atuando nos Centros de Atenção Psicossocial- CAPS (Prado Veppo, Caminhos do Sol, O Equilibrista, Cia do Recomeço), 20h, contratados via CIS. Somente o CAPS i O Equilibrista e o CAPS ad Cia do Recomeço, possuem Profissional de Educação Física (cedido pela Secretaria de Educação) e o CAPS i o profissional farmacêutico (residente). Ainda buscamos junto a Secretaria de Educação, o profissional de Educação Física, pois este não consta no quadro de profissionais da Saúde. Importante ressaltar que o cargo de Terapeuta Ocupacional, passa a ser reconhecido no município.	
3	**Realizar Ações de matriciamento realizadas sistematicamente por CAPS nas Equipes da Atenção Primária do Município.**	**Percentual de ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipe de Atenção Básica ao ano. (SISPACTO 21)**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1279
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 101
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Realizar censo de usuários dos Centros de Atenção Psicossocial por Região de Saúde.		Ação parcialmente realizada: o censo é realizado constantemente com objetivo de um matriciamento mais efetivo e de acordo com a demanda de cada região.
	2.	Realizar encontros de Apoio Matricial pelos CAPS.		Ação realizada: foram registradas 84 ações de matriciamento para 191 usuários. (SISPACTO-21- 0301080305).
	3.	Operacionalizar o Projeto de Saúde Mental na Roda, realizado nas regiões (norte, sul, leste e oeste) de Santa Maria, em parceria com a Superintendência da Atenção Básica.		Ação realizada: Saúde Mental na Roda: quatro (04) encontros com os seguintes temas: - "A inclusão das ações de Saúde Mental na Atenção Básica": - "Residência Multiprofissional e estágios na Atenção Básica"; - "Fortalecendo Redes"; - "Acolhimento "; - "Gestão Autônoma da Medicação como dispositivo para a produção de autonomia em Saúde Mental".
	4.	Instituir o Projeto de Apoio Institucional em Unidades de Saúde de referência em cada região (norte, sul, leste e oeste) interligado ao Projeto de Saúde mental da Roda.		Ação realizada: O Apoio Institucional se dá pelos serviços da RAPS especializada e pela Coordenação Municipal de Saúde Mental- ad, através do Saúde Mental na Roda, do GT Prisional, Secretaria do Desenvolvimento Social (CRAS, CREAS, Casa de Passagem), Pronto Atendimento Municipal e A. Primaria em Saúde.
4	**Implementar Equipe de Referência para Desinstitucionalização de usuários internados há mais de 2 anos em Hospitais Psiquiátricos e Instituições de Internação de Longa Permanência para Idosos (ILPI's).**	**Número de equipes implantadas.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Implementar 01 Serviço de Residencial Terapêutico (SRT tipo II).		Ação não realizada: devido a Pandemia, a casa vistoriada e aprovada pela Vigilância para o funcionamento do SRT, foi ocupada pelo Centro COVID. Já foram vistoriadas e fracassadas cinco (05) casas no mês de novembro. O município fez

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1280
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 102
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			a compra de trinta (30) leitos através de pregão eletrônico e nossa referência hoje é o Centro Terapêutico Itaara Eirelle. Achar uma casa para o SRT, é uma prioridade.	
	2.	Cadastrar todos os usuários oriundos de internações de longa permanência, há mais de dois anos, no Programa de Volta para Casa (PVC).	Ação não realizada. O cadastro no Programa de Volta pra Casa, será feito quando o usuário estiver no Residencial Terapêutico.	
	3.	Buscar pelos familiares e/ ou responsáveis para reinserção social e vínculos familiares.	Ação realizada: de todos usuários cadastrados, foi feito rastreamento de familiares e/ ou responsáveis para reinserção social e vínculos familiares. A grande maioria, sem sucesso.	
	4.	Implementar o Acompanhamento Terapêutico (AT) para os usuários em processo de reinserção social e familiar.	Ação não realizada devido a Pandemia COVID-19	
5	**Implantar efetiva e a utilização do Sistema Informatizado e Prontuário Eletrônico (Sistema Consulfarma) na RAPS.**	**Percentual de Serviços da RAPS utilizando o sistema.**	**100%**	**80%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Implantar a utilização efetiva do sistema informatizado nos serviços da RAPS.	Ação parcialmente realizada. As equipes utilizam o Sistema MV, mas ainda temos dificuldades com alguns registros. Foi feita no dia 23/10/2020, mais uma Capacitação do Sistema MV aos servidores dos serviços que fazem parte da RAPS especializada.	
6	**Consolidar o projeto do novo fluxo de internações compulsórias com a defensoria pública estadual.**	**Reduzir o percentual de Internações compulsórias em no mínimo 50%**	**50%**	**75%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Reuniões com a Defensoria Pública, Ministério Público, Juízes da Comarca de Santa Maria e serviços que fazem parte da RAPS para consolidação do protocolo de atendimento e novo fluxo para internações compulsórias.	Ação não realizada, devido a Pandemia COVID-19.	
	2.	Manter atualizado o número de internações por transtornos mentais e/ou uso de álcool e outras drogas, através de planilhas e acompanhamentos dos usuários e familiares que buscam atendimento através da justiça.	Ação realizada: foram 210 solicitações de avaliação/internação compulsória sendo que 59 inexitosas (fuga, desistência, entre outros).	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1281
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 103
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

7	**Fortalecer o vínculo com a Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde.**	**Percentual de participação no Controle Social.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Participar dos encontros da Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde (CMS), bem como participação de outras reuniões do CMS.		**Ação realizada**: houve somente 01 encontro em 2020, da Comissão de Saúde Mental do Conselho Municipal de Saúde.	
	2. Participar das reuniões do Fórum Permanente de Saúde Mental.		**Ação realizada**: A Coordenação Municipal de Saúde Mental -ad, juntamente com representantes dos serviços da RAPS, participam dos encontros mensais do Fórum Regional de Saúde Mental.	
	3. Facilitar o acesso aos trabalhadores de saúde e usuários à prestação de contas dos recursos destinados aos Centros de Atenção Psicossocial.		**Ação realizada**: as equipes são convidadas a participar de todas as prestações de contas junta ao CMS, bem como, é informada pela Coordenação a respeito de verbas disponibilizadas.	
8	**Fortalecer o suporte logístico para o desenvolvimento das atividades dos serviços de acordo com as demandas.**	**Percentual de demandas atendidas.**	**100%**	**70%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Sensibilizar o setor de transporte para atividades externas dos serviços, tais como atendimento domiciliar e ações de matriciamento na AB.		Ação parcialmente realizada: Ainda enfrentamos dificuldades em relação ao transporte, para visitas e matriciamento.	
	2. Realizar a compra dos materiais permanentes e materiais para realização de oficinas terapêuticas.		**Ação parcialmente realizada**: nem todos os materiais solicitados pelos serviços, são adquiridos devido a especificidade de cada oficina.	
	3. Seguir com a articulação de ações intersetoriais por meio de Apoio Institucional nos Serviços. Tal qual vem ocorrendo no GT de Saúde Prisional, GT de Desinstitucionalização, Apoio Institucional no CREAS para articular ações em parceria com esta Coordenação e a Política HIV.		**Ação realizada**: 95 ações intersetoriais no ano de 2020 (articulação de rede) registradas no Sistema MV pelos serviços.	
9	**Planejar e Monitorar para que não faltem refeições para quem necessita de cuidado intensivo.**	**Percentual de refeições planejadas e monitoradas.**	**100%**	**100%**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1282
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 104
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Fazer acompanhamento do número de refeições contratadas e que as mesmas estejam adequadas à demanda.		Ação realizada: foram disponibilizadas 1352 refeições, no ano de 2020. Importante salientar, que reduziu consideravelmente o número de refeições fornecidas, devido a Pandemia.	
10	**Monitorar o vales-transportes solicitadas pelos serviços.**	**Percentual de passagens monitoradas.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Monitorar para que os serviços informem o número de vales-transportes.		Ação realizada: foram disponibilizados 8773 vales-transportes, no ano de 2020. Importante salientar, que reduziu consideravelmente o número disponibilizado, devido a Pandemia.	
11	**Sensibilizar as equipes dos CAPS para o atendimento de somente usuários de média e alta complexidade.**	**Percentual de profissionais sensibilizados.**	**100%**	**70%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar reuniões mensais com os coordenadores ressaltando as fragilidades de cada serviço.		Ação realizada: aconteceram 15 reuniões de Cogestão no ano de 2020 e também 14 visitas " in loco" da Coordenação a partir do momento que passam a ser registradas (junho de 2020).	
12	**Monitorar a necessidade de um plantão psiquiátrico especializado.**	**Percentual de monitoramento de atendimentos no PA do Patronato.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Avaliar o número de atendimentos psiquiátricos no PA do Patronato.		Ação realizada: PAM: 3129 atendimentos psiquiátricos. Os atendimentos aumentaram devido solicitação judicial para que não fosse limitado a criança, adolescente e gestante e sim todas as demandas de psiquiatria.	
13	**Monitorar as internações compulsórias.**	**Percentual de Internações compulsórias via 4CRS.**	**100%**	**80%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1283
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 105
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Vincular pacientes aos serviços especializados.	Ação parcialmente realizada: todas as solicitações para as Policlínicas entram pelo sistema de Regulação e demais serviços a demanda é espontânea.
	2.	Interferir no PTS do paciente que interna em curto espaço de tempo.	Ação realizada: as equipes possuem técnico de referência para cada usuário e o PTS e alterado de acordo com a demanda.

8.6 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6: FORTALECER, AMPLIAR E QUALIFICAR A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR

OBJETIVO: fomentar a integralidade da atenção à saúde do trabalhador com ações em toda a Rede de Atenção à Saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Ampliar a equipe em, no mínimo, dois servidores.**	**Número de servidores técnicos a serem lotados no CEREST.**	**02**	**02**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Articular junto à Gestão Municipal a complementação do quadro de funcionários do CEREST, com a lotação de 01 fonoaudiólogo e 01 Terapeuta ocupacional.		No final de dezembro o serviço recebeu 01 FONOAUDIÓLOGA e 01 TERAPEUTA OCUPACIONAL (vínculo CIRC) para compor o quadro, a fim de iniciar os atendimentos aos usuários a partir de janeiro de 2021.	
2	**Qualificar a formação da equipe de trabalho do CEREST.**	**Percentual de trabalhadores do CEREST qualificados.**	**100%**	**0%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar qualificação profissional em Saúde do Trabalhador para os servidores técnicos do CEREST.		Não houve capacitação para os servidores do CEREST, devido as dificuldades que a pandemia trouxe no ano de 2020. - No dia 02/06 houve reunião da equipe do Cerest com CEVS POA e demais Cerest para planejamento de ações e compartilhamento de	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

			experiências relacionadas ao enfrentamento da pandemia pelo Novo Coronavírus no contexto da saúde e segurança dos trabalhadores. - No dia 06/08 houve reunião virtual com o Cerest Estadual; Cerest's Regionais e Coordenadorias Regionais de saúde, onde foi tratado sobre as normativas do Estado em relação as notificações de doença relacionada ao trabalho no contexto da pandemia pelo novo coronavírus. - No dia 27/08 houve reunião virtual sobre a Nota Informativa nº 17 para a notificação dos casos COVID-19 positivos relacionados ao trabalho (notificação de acidente de trabalho pela ficha SINAN atualizada). A reunião teve participação a 4ª Coordenadoria Regional de Saúde; Cerest Estadual; Cerest Região Centro e demais atores das Vigilâncias em Saúde e VISAT dos municípios que compõem a regional. - 01 ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO EM 02/12/2020, sobre "Análise comparada e faturamento do CEREST", promovido pelo acadêmico Fabrício Varoni (Adminsitração Pública/UNIPAMPA), por intermédio da Superintendência de Atenção Especializada/SMS. - Devido o contexto pandêmico, a equipe priorizou o apoio (retaguarda técnica) às equipes de saúde (serviços essenciais), ao Centro de Referência Municipal para a COVID-19 (no monitoramento dos casos),bem como o atendimento às demandas do Ministério Público do Trabalho.

Página 1284
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 106
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1285
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 107
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

3	**Qualificar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde da 4ª CRS para a descentralização das ações em Saúde do Trabalhador ao nível local, fortalecendo a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (PNSTT).**	**Percentual de trabalhadores dos serviços de saúde municipal da 4ªCRS qualificados.**	**30%**	**16%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar qualificação profissional para os serviços de rede municipal de saúde da 4ª CRS em Saúde do Trabalhador, conforme demanda agendada pelo CEREST no cronograma anual e espontânea das referidas unidades.	Não houve capacitação sobre a PNST nos municípios da 4ªCRS por janeiro e fevereiro serem meses de férias e, em março houve o início da paralisação das atividades devido à pandemia. - No mês de janeiro foram realizadas 15 atividades educativas, a partir de visitas as unidades de saúde, com o intuito de capacitar o trabalhador em questões de saúde mental. No mês de março foi realizada no município de São Francisco de Assis, a II Capacitação em Prevenção à Acidentes Relacionados ao Trabalho dos Profissionais de Educação, com a presença de 131 trabalhadores. - No mês de abril, foram realizadas 36 capacitações sobre higiene, saúde e segurança no trabalho (e uso correto dos EPI's) no contexto da pandemia de COVID-19 aos profissionais da rede básica e especializada do município de Santa Maria. Também foram realizadas 04 capacitações sobre higiene, saúde e segurança no trabalho (e uso correto dos EPI's) no contexto da pandemia de COVID-19 aos profissionais da rede essencial (Hospitais). Por último, ainda em abril, foram realizadas 02 capacitações sobre higiene, saúde e segurança no trabalho (e uso correto dos EPI's) no contexto da pandemia de COVID-19 aos profissionais informais	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

			(catadores/recicladores) do município de Santa Maria. - Foi disponibilizado, aos municípios da 4ªCRS, canais para contato (e-mail, telefone, plataformas para web chamada – Whatsapp) com o intuito da realização de capacitações online, além de ofertar uma janela de oportunidade para que os trabalhadores de saúde do trabalhador dos municípios tivessem acesso à retaguarda técnica do CEREST Região Centro. - Reunião sobre a Nota Informativa nº 17 e Notificações em saúde do Trabalhador. Participaram da reunião profissionais da saúde do trabalhador dos municípios da 4ª Coordenadoria de saúde, Cerest Região Centro e a responsável pela Saúde do trabalhador da 4ª CRS. - Foram realizadas 5 web chamadas com representantes da saúde do trabalhador dos municípios de abrangência do Cerest, bem como com Secretários de Saúde, para tratar assuntos como: uso correto de EPI's pelos trabalhadores dos serviços essenciais; planejamento de ações em saúde e segurança dos trabalhadores; notificações dos agravos relacionados ao trabalho, dentre outros. - Reunião com a VISAT do município sede, para tratar sobre trabalhadores com exposição a produtos químicos. Não foi realizado encontros voltados à 4ªCRS. Contudo, dentro da perspectiva de qualificação profissional de rede municipal, foram realizadas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1286
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 108
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Página 1287
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 109
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			as seguintes atividades no município-sede do CEREST-Região Centro: - Participação de dois profissionais do CEREST (na qualidade de palestrantes), em 11/09/2020, no VII Encontro Regional de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio, com o tema “Refletindo sobre as relações de trabalho em época de distanciamento social”, com 680 participantes. Evento online (google Meet). - Realizada capacitação com o tema “Saúde, Vigilância Epidemiológica e Segurança no Trabalho para trabalhadores dos serviços essenciais em tempos de COVID-19 (incluindo capacitação para o preenchimento de Ficha SINAN de acidente de trabalho em casos de COVID-19 relacionado ao trabalho) nas seguintes datas e unidades de saúde: • 07/10/2020 - ESF Pains/SM • 09/10/2020 - Casa 13 de Maio/SM e UBS Centro Social Urbano/SM • 14/10/2020 - ESF Wilson P. Noal/SM e ESF São José/SM • 21/10/2020 - PA/Policlínica Ruben Noal/SM e EAP Ruben Noal/SM • 27/10/2020 - UBS Joy Bets/SM • 04/12/2020 - ESF Roberto Binato/SM • 09/12/2020 - ESF Oneyde de Carvalho/SM • 09/12/2020 - ESF Kennedy/SM • 11/12/2020 - UBS Centro Social Urbano/SM • 16/12/2020 - UBS Waldir Mozzaquatro/SM • 23/12/2020 - ESF São Francisco/SM

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1288
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 110
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

				- Devido ao contexto pandêmico, a equipe priorizou o apoio (retaguarda técnica) às equipes de saúde (serviços essenciais), ao Centro de Referência Municipal para a COVID-19 (no monitoramento dos casos), bem como o atendimento às demandas do Ministério Público do Trabalho. - Apesar de ter sido ofertado aos demais municípios (e suas unidades) as capacitações em formato online, com temas livres, não houve demanda por parte dos outros atores da rede pelos canais de acesso ao CEREST previamente disponibilizados.	
4	**Qualificar os profissionais de saúde da 4ª CRS da zona rural para a identificação dos casos de intoxicação aguda e crônica por agrotóxicos.**		**Percentual de trabalhadores de saúde da zona rural da 4ªCRS qualificados.**	**30%**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar qualificação profissional para a identificação dos casos de intoxicação aguda e crônica por agrotóxicos, a partir do instrumento facilitador (questionário) para as ESFs Rurais.		Não houve capacitação, por seria com profissionais de fora do município e devido a pandemia do COVID não pode acontecer.	
5	**Promover encontros e eventos intersetoriais (CIST, IES, Sindicatos, Ministério Públicos, Outros), com ênfase às relações do SUS com a Promoção de ST, VISAT, reabilitação profissional.**		**Número de encontros intersetoriais ao ano.**	**04**	**01**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Disponibilizar atividades intersetoriais relacionadas à saúde do trabalhador bimestralmente.		Encontro no mês de maio com representante do Sindicato dos Transportes e Sindicato da Alimentação, para uma atividade educativa de capacitação sobre o Novo Coronavírus e possíveis ações em conjunto do Cerest e Sindicatos para auxílio aos trabalhadores. - Devido ao contexto pandêmico, a equipe priorizou o apoio (retaguarda técnica) às equipes	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1289
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 111
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			de saúde (serviços essenciais), ao Centro de Referência Municipal para a COVID-19 (no monitoramento dos casos), bem como o atendimento às demandas (de investigação) do Ministério Público do Trabalho.	
6	**Apoiar/participar de atividades relativas à saúde do trabalhador realizadas pelas entidades sindicais e da sociedade civil (conselheiros de saúde, usuários).**	**Número de atividades apoiadas pelo CEREST na Rede de Atenção ao ano.**	**02**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Pactuar com as entidades sindicais e membros da sociedade civil (conselheiros de saúde, usuários) 01 encontro semestral (02/ano) relacionados à saúde do trabalhador.		Não houve encontros devido a pandemia de COVID-19.	
7	**Apoiar/participar das ações de VISAT previstas na parceria com MPT e CREA para Forças-Tarefa Frigorífico e Hospitais.**	**Número de atividades apoiadas pelo CEREST na Rede de Atenção ao ano.**	**02**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Participar das ações de VISAT demandadas pelo MPT e CREA para Forças-Tarefa Frigorífico e Hospitais.		Não houve forças-tarefa no ano de 2020.	
8	**Realizar encontros com estudantes e docentes das instituições de ensino na área da saúde com campo de estágio no CEREST abordando temas pertinentes ao campo de Saúde do trabalhador e SUS.**	**Número de encontros.**	**04**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Organizar os campos de prática de acordo com a demanda do CEREST e fomentando o comprometimento com as necessidades para a efetiva implantação da PNSTT na Rede Assistencial.		Devido à pandemia pelo Novo Coronavírus, em 2020 apenas o curso de fisioterapia da ULBRA teve estágio no Cerest. Foram períodos pontuais, de acordo com a bandeira definida pelo Estado do RS.	
9	**Qualificar a assistência realizada no CEREST a partir do Matriciamento dos casos encaminhados junto às equipes de saúde nas unidades básicas dos municípios da 4ª CRS**	**Percentual de casos com indicação de alta matriciados pelo CEREST.**	**100%**	**0%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1290
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 112
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Realizar a qualificação dos profissionais da rede em Matriciamento e Projeto Terapêutico Singular no campo da Saúde do Trabalhador.	Não realizado. Devido à pandemia pelo Novo Coronavírus, foram concentrados os esforços da equipe do CEREST para ações de promoção e prevenção à Saúde dos trabalhadores dos serviços essenciais. Foram realizadas várias atividades, desde inspeções demandadas pelo MPT até atividades de capacitação presencial (no município-sede) em saúde, higiene e segurança (além de guarda e uso de EPIs, tipos de EPIs indicados conforme à atividade labora)l. A partir dos encontros no ambiente de trabalho com os trabalhadores dos serviços essenciais, foi disponibilizado, inclusive, um espaço de escuta dos mesmos,onde foi perguntado como eram suas condições de trabalho e se havia falta de EPIs ou EPIs inapropriados. Disponibilizado e-mail do CEREST para eventuais denúncias. Também foi disponibilizado aos trabalhadores dos serviços essenciais interessados acolhimento emocional remoto com o psicólogo.
10	**Fortalecer o vínculo com a CISTT do município sede do CEREST.**	**Percentual de participação no Controle Social.**	**50%**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Participar dos encontros da CISTT (01 profissional do CEREST) em pelo menos 12 reuniões ao ano.	Conforme informado pela representante do CEREST na CISTT, a mesma não recebeu convite para reuniões no ano de 2020.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1291
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 113
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8.7 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 07: QUALIFICAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOGÍSTICA DA SMS

OBJETIVO: Estimular processos de gestão de qualidade e uso eficiente dos recursos públicos, com acompanhamento sistemático das políticas e dos processos de trabalho, assegurando as práticas legais de financiamento no SUS.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Garantir a continuidade da manutenção periódica de equipamentos odontológicos.**	**Manter contrato com Empresa Terceirizada.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Manter contrato para atender as demandas de manutenção periódica de equipamentos odontológicos, garantindo eficiência e resolutividade dos serviços.		**AÇÃO REALIZADA:** As manutenções são realizadas conforme necessidade.	
2	**Garantir a manutenção periódica de equipamentos de material médico-hospitalar.**	**Contratar Empresa terceirizada.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Garantir a manutenção e conservação permanente das condições físicas internas e externas dos serviços de saúde.		**AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA:** As manutenções estão sendo realizadas conforme a necessidade, porém não ocorreu ainda licitação para contratação de uma empresa.	
3	**Construir, ampliar e/ou reformar no mínimo 02 Serviços de Saúde/Ano.**	**Número de Serviços de Saúde com adequação da estrutura física.**	**04**	**02**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Adequar a estrutura física dos serviços de saúde, de modo a garantir o acesso aos usuários do SUS, bem como melhoria da ambiência, priorizando as obras cadastradas no SISMOB.		**AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA:** Além das obras de reforma na UBS Oneyde de Carvalho, que iniciou no segundo quadrimestre, possuímos quatro unidades de saúde já licitadas para construção, sendo que dessas, duas já estão sendo construídas. São elas: Estação dos Ventos (em construção), Alto da Boa Vista (em construção), Joy Betts (já licitada) e Campestre (já licitada).	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1292
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 114
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

4	**Garantir a manutenção, e conservação permanente das condições físicas internas e externas dos serviços de saúde.**	**Manter contrato com Empresa Terceirizada.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Manter contrato para garantir a manutenção e conservação permanente das condições físicas internas e externas dos serviços de saúde.		**AÇÃO REALIZADA:** Mantido o contrato com empresa terceirizada.	
5	**Comprar equipamentos e materiais permanentes conforme necessidade dos serviços.**	**Número mínimo de equipamentos e materiais adquiridos, novos itens por ano.**	**400**	**504**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Garantir a manutenção e renovação de equipamentos e materiais permanentes assegurando estrutura de trabalho adequado para a equipe e paciente, de acordo com as necessidades dos serviços.		**AÇÃO REALIZADA:** No 1º Quadrimestre as compras ficaram voltadas para auxílio à pandemia, sendo que foram adquiridos principalmente Oxímetros (32), Reanimador pediátrico e adulto (20 de cada), Cardioversor (10), e demais equipamentos para necessidades das unidades (8), Câmaras de conservação de vacina (6), televisão 50'' (6), oxímetro de pulso (12) **TOTAL: 114** No 2º Quadrimestre foram adquiridos: -Monitor multiparametrico (5) -Monitor portátil multiparametrico (1) -Oxímetro de pulso (20) -Reanimador pediátrico (20) -Reanimador manual de silicone- autoclave adulto (20) -Circuito respiratório universal para ventilador mecânico (6) -Tesoura 15cm, reta, aço inox (50) -Tesoura de íris (50) - Forno microondas (5) - Diapasão médico com fixador (40) - Aparelho de som portátil (4) - Aparelho DVD (4)	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1293
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 115
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			- Máquina Costura Doméstica (4) - Termômetro multilaser HC260 (30) **TOTAL: 259** No 3º Quadrimestre - Tesoura 15cm, reta, aço inox (50) - Tesoura de íris (50) - Termômetro (10) - Conjunto Laringoscópio adulto (5) - Termômetros digitas (16) **TOTAL: 131**	
6	**Garantir recurso para a renovação da frota de veículos.**	**Número de unidades ao ano.**	**04**	**04**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Garantir a manutenção e renovação da frota de veículos para atender as necessidades dos serviços.		AÇÃO REALIZADA: No 1º Quadrimestre foi realizado processo de compra de 04 Ambulâncias e realizada a contratação de locação de 04 veículos. No 2º e 3º a renovação da frota foi realizada através de aluguel de veículos, diminuindo assim, as custas com manutenção dos veículos se tornando mais rentável, foram alugados 12 veículos.	
7	**Modificar o Pronto Atendimento Municipal para UPA Porte II.**	**Número de UPA Porte II Instalada.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Habilitar o PA municipal em UPA porte II		Ação não realizada. Tivemos a negativa do MS, com a justificativa da falta de recurso financeiro.	
8	**Adequar da rede de frio das UBS/ESF com sala de vacina.**	**Percentual de UBS/ESF com sala de vacina adequada.**	**100%**	**75%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Disponibilizar uma rede de frio adequada a todas as Unidades de saúde e central de frio.		**AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA.** Com recursos de Emendas Parlamentares e de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) já realizamos a compra de 21 câmara de	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1294
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 116
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			conservação de imunobiológicos, faltando comprar para 7 unidades.	
9	**Realizar Concurso Público para contratação de profissionais para atuarem nos Serviços de Saúde do Município.**	**Concurso a ser realizado.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar concurso público de acordo com as necessidades de RH e econômica do município.		**AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA** O concurso público foi aberto e teve inscrições realizadas, porém por conta da pandemia COVID-19 precisou ser suspenso por tempo indeterminado.	
10	**Reestruturar Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, buscando expandir suas atribuições com vistas a qualificação da gestão de pessoas.**	**Serviço reestruturado com a previsão da inclusão de um profissional, em dias alternados.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Inserir um profissional Psicólogo no setor de RH.		Ação não realizada.	

8.8 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 08: PROMOVER E QUALIFICAR A GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE
OBJETIVO: Tornar a gestão do Trabalho em Saúde qualificada.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Reativar as reuniões da comissão de servidores e gestor para construção do PCCS/SUS.**	**Comissão Relativa**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Reativar a Comissão de servidores e elaborar um cronograma de reunião.		Foi publicada a portaria nº 77 de 2019 em que nomeia os membros da Comissão, porém devido	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1295
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 117
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			a pandemia Covid- 19 não ocorreram nenhuma reunião.	
2	**Implantar novo organograma e regimento interno da SMS.**	**Organograma Instituído.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Implementar organograma atualizado na Secretaria de Saúde.		Ação não realizada.	
3	**Implantação e implementação da mesa de negociação do SUS**	**Mesa Instituída**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Implementar a mesa de negociação do SUS		Ação não realizada.	
4	**Reestruturar o Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, buscando expandir suas atribuições com vistas a qualificação da gestão de pessoas.**	**Inserção de um profissional Psicólogo no setor de RH, em dias alternados.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Locar um profissional de psicologia no setor de recursos humanos na secretaria de saúde.		Ação não realizada.	

8.9 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 09: PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EM SAÚDE

OBJETIVO: Manter as ações de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações em saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Publicizar os Instrumentos de Gestão, divulgar os programas, ações e serviços da Rede.**	**Instrumentos de Gestão e Programas, Ações e Serviços da Rede publicizados.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Definir critérios, rotinas e responsáveis por dar publicidade dos Instrumentos de Gestão, ações e serviços da rede de saúde.		**AÇÃO REALIZADA:** Todos os documentos estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Santa Maria, no link da Saúde.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1296
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 118
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

2	**Dar continuidade ao Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação da SMS**	**Número de reuniões por mês do GT de Monitoramento de Avaliação.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Manter duas reuniões mensais com grupo de monitoramento e avaliação da secretaria de saúde.		**AÇÃO NÃO REALIZADA:** Os encontros ocorreram até Março/2020, depois devido a pandemia COVID 19, as reuniões foram canceladas.	
3	**Submeter, previamente, à apreciação do CMS todos os projetos e adesões aos Programas e convênios das três esferas, firmados com empresas privadas e projetos de lei encaminhados ao Legislativo Municipal.**	**Percentual de projetos e adesões a programas submetidos a apreciação do CMS.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Fortalecer o Controle Social da Saúde no Município, através do acompanhamento e deliberações das ações em saúde.		**AÇÃO REALIZADA:** Todos projetos e programas são encaminhados para o Conselho Municipal de Saúde (CMS) para sua deliberação e aprovação.	
4	**Implantar novos serviços de saúde, conforme a necessidade da população santa-mariense com aprovação do CMS.**	**Percentual de serviços implantados e que foram submetidos a apreciação do CMS.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Implantar novos serviços de saúde, conforme a necessidade da população.		**AÇÃO REALIZADA:** no primeiro quadrimestre foi implantado um Centro Referência Municipal do COVID-19 (Coronavírus), que está em atividade até o momento.	
5	**Manter o Serviço de Ouvidoria na SMS.**	**Percentual de demandas recebidas, encaminhadas e que foram respondidas aos usuários.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1297
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 119
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Atender as manifestações dos cidadãos sobre quaisquer assuntos relacionados aos serviços prestados pelo SUS, de forma presencial, contato telefônico e site oficial da Prefeitura.		**AÇÃO REALIZADA:** Todas as manifestações dos usuários a respeito dos serviços, são computados.	
	2.	Encaminhar à rede de destino para que seja apurada e respondida.		**AÇÃO REALIZADA:** As demandas chegam pela Ouvidoria da saúde ou Ouvidoria geral, são encaminhadas aos serviços para esclarecimentos, e, posteriormente, as considerações são encaminhadas aos usuários.	
	3.	Divulgar o acesso a Ouvidoria do SUS através de materiais informativos e canais de comunicação.		**AÇÃO REALIZADA.:** A divulgação acontece por meio de cartazes e pelo site da Prefeitura, principalmente.	
	4.	Elaborar quadrimestralmente relatórios gerenciais para subsidiar a Gestão no aprimoramento e melhoria da qualidade dos serviços ofertados pelo SUS.		**AÇÃO REALIZADA:** Mensalmente são encaminhados ao gestor relatórios das demandas que chegam a ouvidoria, para que possam ser trabalhadas junto aos serviços.	
6	**Apresentar o relatório de gestão por região administrativa.**		**Número de apresentações por região/quadrimestre.**	**02**	**0**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Proporcionar a apresentação dos relatórios de gestão por regiões administrativas.		**AÇÃO NÃO REALIZADA:** devido a pandemia COVID-19.	
7	**Aplicar 100% dos recursos financeiros oriundos de Emendas Parlamentares, dentro do prazo legal.**		**Percentual de recursos aplicados no prazo.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar e enviar projetos de captação de recursos de emendas parlamentares e acompanhar análise por parte da área técnica do Ministério da Saúde até a aprovação.		**AÇÃO REALIZADA:** Os empenhos recebidos no quadrimestre foram específicos para o COVID-19, sendo eles: - Ministério da Saúde- foi creditado R$ 5.874.392,44 -Emendas dos Vereadores foi creditado R$ 1.043.068,16 - Recurso do Estado foi creditado R$ 150.000,00 - Ministério Público do Trabalho- foi creditado R$ 503.617,66.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1298
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 120
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Dos Recursos Creditados de Emendas Parlamentares no ano de 2020 serão utilizados no decorrer de 2021. - Incremento PAB R$ 1.300.000,00 - Dep. Maurício Dziedricki R$ 139.983,00	
	2.	Monitorar liberação do recurso e executar integralmente o objeto de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, dentro dos prazos de vigência estabelecidos em Portarias.	**AÇÃO REALIZADA:** Esses recursos de custeio foram creditados no Fundo Municipal de Saúde dentro do quadrimestre.	
8	**Instituir políticas públicas intersetoriais para enfrentamento das necessidades em saúde da população.**	**Número de projetos/programas intersetoriais instituídos anualmente.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Participar de ações e reuniões intersetoriais do grupo técnico do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), Programa Bolsa Família, Programa Saúde na Escola.	**AÇÃO PARCIALMENTE REALIZADA:** Em função da Pandemia, as reuniões presenciais foram desmarcadas. Em relação aos PSE, como não está havendo aula, as ações do Programa estão paradas.	
	2.	Participar das reuniões do projeto vida no trânsito.	**AÇÃO REALIZADA:** As atividades são realizadas virtualmente devido a pandemia COVID-19.	
	3.	Buscar parcerias no território por instituições comunitárias.	**AÇÃO NÃO REALIZADA:** devido a pandemia COVID-19.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1299
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 121
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

OUVIDORIA

RECLAMAÇÕES UNIDADES			
	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri
MAL ATENDIMENTO RECEPÇÃO	21	01	13
MAL ATENDIMENTO MÉDICO	08	04	08
MAL ATENDIMENTO UNIDADE	15	10	29
MAL ATENDIMENTO ENFERMEIRA	03	07	04
MAL ATENDIMENTO MOTORISTA	-	01	-
MAL ATENDIMENTO AGENTE DE SAÚDE	-	-	03
FALTA DE MÉDICO	08	01	13
FALTA DE MEDICAMENTOS	04	03	-
FALTA DE MATERIAL	02	-	-
FALTA DE FUNCIONÁRIO	-	02	-
FALTA DE RECEPCIONISTA	-	-	01
FALTA DE AGENTE DE SAÚDE	-	-	01
FALTA DE DENTISTA	-	-	03
NÃO ATENDIMENTO TELEFÔNICO	22	10	40
FALTA FICHA	21	-	-
INFRAESTRUTURA	01	-	-
TOTAL	**105**	**39**	**115**

DEMORA DE CONSULTAS			
	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri
ANGIOLOGISTA	09	-	02
AMBULATÓRIO HIPERTENSÃO	-	-	01
CARDIOLOGISTA	21	07	18
CARDIOPEDIATRA	-	-	01
CABEÇA E PESCOÇO	01	01	-
COLOPROCTOLOGISTA	-	03	04
DERMATOLOGISTA	03	04	03
ENDOCRINOLOGISTA	-	-	03
FONOAUDIÓLOGO	01	-	-
GASTROENTEROLOGISTA	02	03	04
GINECOLOGISTA	04	04	04
HEMATOLOGISTA	01	01	-
NEUROLOGISTA	12	04	08
NEUROPEDIATRA	01	02	07
NUTRICIONISTA	-	-	01
ORTOPEDISTA	12	03	13
OFTALMOLOGISTA	32	19	11
OTORRINOLARINGOLOGISTA	02	-	03
ONCOLOGISTA	01	04	-
PEDIATRA	01	01	01
PNEUMOLOGISTA	02	-	06
PSIQUIATRA	09	03	03
PSIQUIATRA PEDIÁTRICO	-	-	01
REUMATOLOGISTA	-	02	03
TRAUMATOLOGISTA	01	02	05
UROLOGISTA	-	02	05
TOTAL	**115**	**65**	**107**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

DEMORA DE EXAMES			
	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri
ANGIOPLASTIA	04	-	-
BRAQUITERAPIA	01	-	-
COLONOSCOPIA	01	03	03
CATETERISMO	-	-	05
DENSIOMETRIA	-	01	01
ECODOPPLER	04	01	04
ECOCARDIOGRAMA	01	01	-
ECOCARDIOGRAFIA	-	-	02
ELETROCARDIOGRAMA	03	02	06
ELETROENCEFALOGRAMA	-	-	03
ENDOSCOPIA	-	07	04
ESPIROMETRIA	01	-	-
MAMOGRAFIA	-	-	01
RAIO-X	04		01
RADIOGRAFIA	01	02	12
RESSONÂNCIA	02	02	02
TESTE DE ESFORÇO	-	-	01
TOMOGRAFIA	08	04	12
ULTRASSONOGRAFIA	27	06	16
TOTAL	**57**	**29**	**73**

DEMORA DE CIRURGIA			
	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri
APARELHO DIGESTIVO	01		-
ANEURISMA	-	01	-
CATARATA	02	04	-
CABEÇA E PESCOÇO	-	-	01
CISTO SINOVIAL	-	01	-
CIRURGIA PEDIÁTRICA	-	-	01
FIMOSE	-	01	-
GERAL	-	-	04
HÉRNIA	07	02	05
HISTERECTOMIA	-	01	03
NÓDULOS	01	-	-
POSTECTOMIA	-	-	01
PRÓSTATA	02	-	-
ÚTERO	-	01	-
VASCULAR	-	-	01
VARIZES	06	-	-
VESÍCULA	10	04	08
TOTAL	**29**	**15**	**24**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1300
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 122
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Página 1301
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 123
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8.10 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10: QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DOS EIXOS NORTEADORES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE (NEPeS)

OBJETIVO: Qualificar as ações do Núcleo de Educação Permanente em Saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Ampliar a equipe em, no mínimo, dois servidores.**	**Ampliar equipe.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Articular junto a gestão municipal a complementação do quadro de funcionários do núcleo de educação permanente em saúde.		Foi incluído um servidor a equipe.	
2	**Elaborar o cronograma de qualificação anual conforme as necessidades elencadas na Rede de Atenção à Saúde.**	**Número de cronogramas.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Construir cronograma a partir do planejamento de cada política de saúde.		Não foi possível pelas demandas da pandemia.	
3	**Qualificar os profissionais da Rede de Atenção à Saúde.**	**Percentual de trabalhadores qualificados.**	**50%**	**73,41%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar qualificação profissional para os serviços de rede municipal de saúde conforme demanda levantada através do cronograma de qualificação profissional e/ou demanda das políticas de saúde do município.		Foram capacitados de forma remota (síncrona) 605 servidores.	
4	**Qualificar introdutória para profissionais admitidos.**	**Percentual de profissionais admitidos na SMS com Curso Introdutório.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar anualmente a qualificação introdutória dos profissionais admitidos na secretaria de município da saúde.		Realizado 2 cursos introdutórios online.	
5	**Garantir de vagas gratuitas em eventos/cursos realizados pelas instituições conveniadas para os**	**Percentual de vagas em cursos pagos realizados**	**3%**	**3%**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1302
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 124
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	trabalhadores diretamente envolvidos na formação profissional em saúde na SMS.	**pelas instituições de educação conveniadas.**		
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Pactuar com as Instituições de Ensino 3% do número total de vagas em eventos e cursos realizados para profissionais da rede municipal de saúde.		Participaram de eventos das instituições conveniadas 28 profissionais.	
6	**Acompanhar dos projetos aplicativos do curso de preceptoria no SUS e preceptoria médica (SMS/MS).**	**Percentual de projetos aplicativos acompanhados.**	**100%**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Tensionar a implementação dos projetos aplicativos na rede de saúde de Santa Maria, a partir do curso de preceptoria no sus desenvolvido pelo Hospital Sírio Libanês.		Não foram implementados os projetos aplicativos de 2018, porém os realizados em 2020 foram desenvolvidos.	
7	**Articular com fórum de discussão entre ensino-serviço e comunidade.**	**Número de fórum/ano.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar fórum de integração entre ensino, serviço e comunidade.		Não foi possível pela questão da pandemia e do distanciamento.	
8	**Garantir que 100% os projetos de pesquisa e extensão sejam realizados somente após aprovação do NEPeS.**	**Percentual dos projetos aprovados pelo Nepes.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Ordenar fluxo a realização de projetos de pesquisa e extensão nos serviços de saúde.		Foram regulados.	
9	**Garantir a devolutiva de 100% das pesquisas realizadas nos serviços de saúde da rede municipal.**	**Percentual de devolutivas de projetos de pesquisa e extensão.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Acompanhar a devolutiva das pesquisas realizadas nos serviços de saúde da rede municipal.		Foram acompanhados a devolutiva de 100 dos projetos pesquisados em serviços de saúde de santa Maria.	
10	**Planejar as ações a serem desenvolvidas no campo de prática a partir da integração entre os serviços de saúde e instituições de educação conveniada.**	**Percentual de serviços de saúde que realizem planejamento de atividades práticas de formação em conjunto**	**100%**	**100%**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1303
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 125
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

		com as instituições de educação conveniada.		
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Organizar a inserção dos profissionais residentes e alunos de ensino superior e técnico nos campos de práticas da rede municipal de saúde.		Foi realizada com todo o ensino serviço a entrada e alocação de cada um conforme a necessidade dos serviços.	
11	**Fortalecer vínculos dos trabalhadores com as instituições de educação conveniada com programas de residência em saúde.**	**Percentual de unidades com residentes que realizam atividade de integração de ensino.**	**100%**	**0%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Fortalecer vínculos dos trabalhadores com as instituições de educação continuada com programas de residência em saúde.			
12	**Garantir oferta de atividades relacionadas à saúde do trabalhador para os servidores.**	**Número das atividades/ano.**	**12**	**02**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Disponibilizar atividades relacionadas à saúde do trabalhador mensalmente.		Dificuldades de realização devido a pandemia.	
13	**Formar trabalhadores juntamente com as instituições de ensino.**	**Número de Atividades.**	**04**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar atividades previstas no desenvolvimento das ações de qualificação profissional.			
14	**Qualificar os servidores em serviços de urgência e emergência e atenção especializada (regulação, fluxos, protocolos e acolhimento).**	**Número de cursos de capacitação ao ano.**	**02**	**02**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar cursos de urgência e emergência e atenção especializada (regulação, fluxos, protocolos e acolhimento).		Realizado curso e capacitações pela residência em urgência e trauma da ufn.	
15	**Ordenar os convênios com instituições de ensino da saúde.**	**Percentual de ordenação de serviços.**	**100%**	**106,25%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Acompanhar os 16 convênios firmados com instituições de ensino na área da saúde.		Acompanhado 18 convênios realizados entre as instituições.	
16	**Realizar reuniões mensais para organização e integração da relação ensino-serviço entre a**	**Número de reuniões.**	**08**	**04**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1304
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 126
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	secretaria de saúde e instituições de ensino na área da saúde.			
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Organizar os campos de prática, as contrapartidas das universidades, as demandas dos serviços e o comprometimento com as pesquisas realizadas no sus.		Dificuldades de reuniões pela demanda da pandemia.	
17	**Participar do grupo condutor da planificação.**	**Número de unidades acompanhadas pelo grupo condutor.**	**16**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Disparar e acompanhar as atividades realizadas nas unidades de saúde a partir da planificação da atenção primária, por meio de reuniões mensais e plano de ação comum entre os participantes.		Apenas 01 unidade acompanhada até setembro de 2020.	
18	**Participar das atividades solicitadas pelo conselho municipal de saúde.**	**Percentual de atividades realizadas conforme solicitação.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Participar das atividades realizadas pelo conselho municipal de saúde, a exemplo das conferências municipais.		Participação apenas das reuniões do conselho, outras atividades foram dificultadas pela questão da pandemia.	

8.11 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11: INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS COM A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

OBJETIVO: Tornar a Vigilância em Saúde menos estática e fragmentada no cotidiano de trabalho em todos os níveis de atenção, proporcionando a integração com outros setores da saúde.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Alterar a legislação sanitária com a finalidade de desburocratizar os processos de licenciamento.**	**Criação de lei que altera a validade do Alvará Sanitário e o Código Tributário referente a taxas de atos sanitários.**	**01**	**01**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1305
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 127
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Manter grupo de trabalho técnico para revisar e atualizar a legislação Sanitária.		Foi mantido o grupo de trabalho técnico, o qual trabalhou nos trâmites para operacionalização e ajustes necessários do Decreto Executivo Municipal 181/2019, de 06/12/2019, resultando na sua substituição por meio da emissão do Decreto Executivo Nº 275, de 31/12 2020. Houve reorganização dos setores que compõem a VISA e dos processos de trabalho, bem como a elaboração e encaminhamentos de documentos, tais como: informativos, minutas de decretos, instruções normativas, ordem de serviço, os quais foram mencionados nos relatórios anteriores, referentes ao 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2020.	
2	**Realizar ações integradas entre as vigilâncias.**	**Percentagem de cumprimento às demandas de processos de licenciamento, denúncias, notificações de doenças e agravos.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar inspeções integradas da vigilância sanitária.		Foram realizadas ações de inspeção sanitária por fiscais dos setores que compõem a VISA Municipal para licenciamentos, para apuração de denúncias e verificação do cumprimento do Decretos emitidos em decorrência da Pandemia de COVID-19, bem como inspeções conjuntas com a Vigilância em Saúde do Trabalhador, conforme mencionado nos relatórios anteriores, referentes ao 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2020.	
	2. Realizar busca ativa das notificações das doenças de notificação compulsória (ambiental, epidemiologia).		Ação realizada.	
3	**Realizar, de forma contínua, da vigilância da qualidade da água para consumo humano, para identificar os potenciais riscos à saúde**	**Percentagem de análises realizadas em amostras de água para consumo**	**100%**	**100%**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1306
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 128
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	relacionados ao consumo da água fora dos padrões de potabilidade, conforme legislação específica.		**humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez. (SISPACTO 10)**		
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Cadastrar, monitorar e inspecionar os sistemas de abastecimento e soluções alternativas coletivas.		Cadastrar, monitorar e inspecionar os sistemas de abastecimento e soluções alternativas coletivas;	
	2.	Coletar amostra de água dos sistemas de abastecimento e soluções alternativas.		Coletar amostra de água dos sistemas de abastecimento e soluções alternativas;	
	3.	Coletar amostra de água na sede do Município em vários pontos.		Coletar amostra de água na sede do Município em vários pontos.	
4	**Realizar, de forma contínua, da vigilância da qualidade da água para consumo humano, para identificar os potenciais riscos à saúde relacionados ao consumo da água fora dos padrões de potabilidade, conforme legislação específica.**		**Proporção de amostras de água com presença de *Escherichia coli,* em Soluções Alternativas Coletivas. (INDICADOR RS 02)**	**13%**	**10%**
	AÇÕES			**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Elaborar processo sanitário pela não conformidade com a legislação que rege as questões relativas às ações de vigilância ambiental em saúde relacionada à qualidade da água para consumo humano.		Monitoramento mensal das Soluções Alternativas coletivas cadastradas no SISAGUA.	
	2.	Atender solicitações de outros órgãos: Ministério Público, CORSAN.		Todas as solicitações foram atendidas dentro do prazo estabelecido.	
5	**Aumentar e qualificar as fontes notificadoras de agravos relacionados ao trabalho.**		**Taxa de notificação de agravos (acidentes e doenças) relacionados ao trabalho. (INDICADOR RS 04)**	**40**	**27,03** Apesar do trabalho constante no incentivo a notificação dos agravos relacionados ao trabalho, esta meta foi cumprida de forma parcial. Agravos relacionados ao trabalho digitados no

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1307
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 129
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			SINAN foram 780 (parcial, pois ainda não foi finalizado totalmente o ano de 2020). Pode-se inferir que houve diminuição dos acidentes de trabalho (típico e trajeto) por conta da pandemia, pois a desaceleração da economia (comercio e serviços características marcantes de nosso município) refletiu diretamente na mobilidade e nos processos de trabalho pois um menor contingente de trabalhadores se mantiveram atividades.
AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
1.	Instituir subcomissão de coleta de dados, análise e gestão da informação.	Não realizado- não existe comissão instituída para que se cumpra a meta - inexistência de pessoal suficiente. bem como aumento de demandas por conta da pandemia do covid-19.	
2.	Promover o desenvolvimento de ações de intervenção baseada nas evidências obtidas após análise de dados e informações, por meio de planejamento integrado e intersetorial.	Não realizado- não existe comissão instituída para que se cumpra a meta-- inexistência de pessoal suficiente, bem como aumento de demandas por conta da pandemia do covid-19.	
3.	Construir relatórios com informações qualificadas sobre as lesões e mortes causadas no trânsito.	Não realizado – espera-se que no ano de 2021 por meio da implementação do Projeto Vida no Trânsito se possa cumprir esta meta.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1308
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 130
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	4.	Realizar vistoria nos ambientes de trabalho em conjunto com a VISA e a VISAT.	Foram realizadas várias vistorias em conjunto com as vigilâncias. Com a demanda advinda do COVID 19 foram feitas diversas visitas de orientação/informação a empresas por meio de demanda espontânea ou denúncias.	
6	**Realizar ações em todos os grupos de ações essenciais a atuação da vigilância sanitária do Município.**	**Percentual de Municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano. (SISPACTO 20)**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Cadastrar e inspecionar estabelecimentos sujeitos à VISA.	188 cadastrados – 408 inspecionados	
	2.	Realizar atividades educativas para a população e para o setor regulado.	197 população - 4784 setor regulado	
	3.	Receber e atender denúncias.	94 recebidas (registro SIA/SUS inferior ao executado) 678 atendidas	
	4.	Instaurar processo administrativo sanitário.	217 processos instaurados	
7	**Investigar 100% dos óbitos relacionados ao trabalho.**	**Proporção de óbitos por acidente de trabalho investigado. (INDICADOR RS 03)**	**100%**	**100%** Ocorreram 3 acidentes de trabalho que resultaram em mortes causadas por eletroplessão, queda de telhado e acidente de trânsito respectivamente.
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Investigar os óbitos relacionados ao trabalho, elaborando relatórios.	Foram investigados 100% dos óbitos conforme relatado no item anterior.	
	2.	Realizar busca ativa das informações dos óbitos.	A busca ativa das informações dos óbitos são realizadas por meio de Boletim de Ocorrência Policial (BO) , SIM, SINAN , IML entre outros.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1309
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 131
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8	**Preencher o campo de "ocupação" na notificação de agravos relacionados ao trabalho.**	**Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho. (SISPACTO 23)**	**98%**	**100%** de preenchimento do campo ocupação. Quando o campo vem incompleto ou não preenchido fazemos busca ativa da informação por meio de telefone, e-mail e outros recursos eletrônicos
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Monitorar os dados com outros sistemas de informação SIM, SINAN.		Por meio do SIM monitoramos os óbitos ocorridos por acidentes de trabalho e por meio da digitação das fichas de notificação do SINAN monitoramos os acidentes e agravos relacionados ao trabalho de forma diária e contínua. (diária, semanal e mensal).	
	2. Alimentar o sistema de informações em saúde do trabalhador- SIST-RS, regularmente, isto é, mensalmente.		Atualmente não se trabalha mais com o SIST apenas com o SINAN e este é alimentado de forma quase que diária, semanal e mensal.	
9	**Realizar, pelo menos uma capacitação por quadrimestre, a todos os profissionais da vigilância em saúde sobre vigilância epidemiológica.**	**Número de capacitações realizadas sobre vigilância epidemiológica.**	**01**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar, pelo menos uma capacitação por quadrimestre, a todos os profissionais da vigilância em saúde sobre vigilância epidemiológica.		Devido a Pandemia de COVID-19 não foi possível realizar.	

ANEXOS DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11: INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS COM A REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE
AÇÕES COMPLEMENTARES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Ano 2020

Atividades e ações não pactuadas, mas desenvolvidas:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1310
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 132
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Atividades e Ações de Vigilância Sanitária	Número Absoluto - 2020 **TOTAL VISA** Anual	Considerações (Ações, Monitoramento e Avaliação)
*Exclusão de cadastro de estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária, com atividades encerradas.	18	**1.** Itens marcados com * referem-se àquelas atividades realizadas pelos setores da VISA-SM, que possuem código de ações no SIA-SUS, porém não estão previstas no rol das ações pactuadas. **2.** Itens marcados com ** referem-se às atividades realizadas pelos setores, porém sem previsão nas ações do SIA SUS. **3.** Conforme informado nos relatórios do ano de 2017, há insuficiência de registro no SIA-SUS de todos os procedimentos realizados pela Vigilância Sanitária, que possuem código de ações no SIA-SUS.
*Licenciamento dos estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária	285	
*Análise de projetos básicos de arquitetura	69	
*Aprovação de projetos básicos de arquitetura	42	
*Cadastro de Instituição de Longa Permanência para Idosos	01	
*Inspeção sanitária de Instituições de Longa Permanência para Idosos	14	
*Licenciamento sanitário de Instituições de Longa Permanência para Idosos	2	
*Conclusão de processo administrativo sanitário (P.A.S)	55	
*Cadastro de estabelecimentos de serviços de alimentação	340	
*Inspeção sanitária em estabelecimentos de serviços de alimentação	685	
*Licenciamento sanitário em estabelecimentos de serviços de alimentação	353	
**Processos de inclusão e renovação de Alvarás Sanitários analisados	485	
**Elaboração de relatórios técnicos referentes à inspeções realizadas	75	
**Elaboração de relatórios técnicos referentes às análises dos projetos básicos de arquitetura	68	
**Emissão de Certificados de Aprovação de Projeto Arquitetônico	42	
**Elaboração/emissão de ofícios/memorandos/circulares	109	
**Elaboração/Emissão de Termos de compromisso para adequação e Termos de interdição	22	
**Atendimentos às solicitações de outros órgãos (Poder Judiciário, Ministério Público, ANVISA, Secretaria de Saúde do Estado do RGS/CEVS, 4ª CRS, Polícias Civil e Federal).	60	
**Participação em cursos / capacitações / seminários / reuniões internas e com outros setores e entidades.	17	
**Abertura/encerramento e rubrica das páginas e encerramento de livros de registro de procedimentos de enfermagem/óticas/farmácias.	11	
** Notificações	237	
** Autos de Infração	211	
Termos de Coleta de Amostra para Análise no LACEN	0	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1311
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 133
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8.12 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
OBJETIVO: Fortalecer as ações de âmbito coletivo da vigilância em saúde e o gerenciamento de riscos e agravos à saúde no âmbito da APS.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Elaborar boletim epidemiológico contemplando os dados por região administrativa, permitindo a elaboração de diagnósticos e estatísticas para a implementação de ações prioritárias em saúde.**	**Número de boletins realizados mês.**	**08**	**04**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Elaborar boletim epidemiológico contemplando os dados por região administrativa		Devido a pandemia de COVID-19 e a Epidemia de Dengue/Zika, foram realizados Boletins apenas destas doenças.	
	2. Sistematizar os dados coletados por região administrativa e disponibilizar para Rede Municipal de Saúde.		Devido a pandemia de COVID-19 e a Epidemia de Dengue/Zika, foram realizados Boletins apenas destas doenças.	
	3. Coletar dados a partir dos sistemas de informação – SIM, SINASC e SINAN E SPNI.		Devido a pandemia de COVID-19 e a Epidemia de Dengue/Zika, foram realizados Boletins apenas destas doenças.	
2	**Instituir o comitê municipal de execução e acompanhamento do projeto Vida no Trânsito.**	**Número de reuniões mensais do Comitê Municipal do projeto Vida no Trânsito.**	**01**	**01** Realizado uma reunião virtual com o Comitê Municipal do Projeto Vida no Trânsito que já foi nomeado. As reuniões do Comitê não ocorrem mensalmente.
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Instituir o comitê municipal de execução e acompanhamento do projeto Vida no Trânsito.		O Comitê Municipal do Projeto Vida no Trânsito já foi instituído.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1312
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 134
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	2.	Realizar diagnóstico situacional de acidentes de trânsito graves, ocorridos no município.	Com o excesso de demandas provocadas pelo covid-19 não foi possível realizar o diagnóstico situacional dos acidentes de trânsito.	
3	**Realizar ações integradas entre a vigilância em saúde e APS.**	**Número de ações/ eventos realizados da Vigilância da Violência por quadrimestre.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Monitorar as notificações de Violência interpessoal/ autoprovocada, bem como, fornecer a devolutiva dos dados epidemiológicos.	- Realizada digitação das fichas de notificação de Violência Interpessoal/auto provocada no sistema de informações- SINAN. - Realizado levantamento epidemiológico comparativo por semestre, das principais violências ocorridas em 2020 e encaminhado a Superintendência de Atenção Básica; Coordenação da Saúde Mental e politica da Saúde da mulher, Criança e adolescente. - Encaminhado semestralmente os dados de óbitos por suicídio a coordenação de saúde mental. - Instrumentalizado as equipes de APS, através de capacitações virtuais sobre violência sexual, material instrutivo para preenchimento das fichas de notificação. - Realizado apoio as APS na condução de situações de violência. Obs: Tabelas em anexo.	
	2.	Participar da construção da linha de cuidado das pessoas em situação de violência.	Participado das reuniões dos Fóruns e GT (Fórum de Violência Contra Mulher, Fórum de Saúde Mental e GT Violência) onde foram discutidos e pactuados fluxos de atendimento de pessoas em situação de violência. Também realizado reuniões virtuais com a gestão para implantação do CRAI (Centro de Referência no Atendimento Infanto Juvenil) no HUSM .	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1313
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 135
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Participado do Evento – Prevenção de Violência nas Escolas: Utilização da nova Plataforma CIPAVE.	
	3.	Fomentar nos serviços a Prevenção da violência e a Cultura da Paz.	Divulgado nos grupos virtuais materiais informativos, lives e capacitações referentes ao tema..	
	4.	Manter a participação efetiva: Grupo integrado de Enfrentamento as violências; Fórum Permanente de Saúde Mental da Região Central; Fórum de Violência Contra Mulher e Comissão Interna de Prevenção e Acidentes e Violência Escolar.	As reuniões dos grupos ocorreram em suas datas previstas de virtual porém, da Comissão Interinstitucional de Prevenção de Acidentes e Violências nas Escolas – CIPAVE não ocorreram, devido a pandemia e as escolas não estarem em funcionamento.	
	5.	Participação na organização dos eventos relacionados a prevenção à Violência Interpessoal/ Autoprovocada.	Participado da Organização do Setembro Amarelo;	
4	**Ampliar a cobertura vacinal das vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose).**	**Percentagem de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade, com cobertura vacinal preconizada. (SISPACTO 04)**	**75%**	**99,98%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Vacinar crianças menores de cinco anos contra poliomielite.	Município aderiu à campanha de vacinação contra a poliomielite entre os meses de outubro e novembro de 2020. A campanha ocorreu de forma indiscriminada para crianças de 1 a menor de 5 anos, através da vacina oral contra a poliomielite. Os menores de 1 ano receberam a vacina inativa contra a poliomielite, conforme calendário nacional. Ocorreram dias “D. A cobertura vacinal foi de 99,98% Destaca-se que o setor de imunizações e Unidades de Saúde, demandaram de máximos esforços para atingir a maior cobertura possível.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1314
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 136
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			População total anual= 3509 (meta) **População atingida 3508.**
	2.	Vacinar crianças menores de um ano de idade contra poliomielite (VIP/VOP); Vacina pantavalente; vacina hepatite B; vacina BCG, meningo C, pneumo 10 e vacina rotavírus humano.	**1º Quadrimestre** Vacina Pentavalente, < 1 ano, 3ª dose = 66,47% (N=777) Vacina Pneumocócica – 10, < 1 ano, 2ª dose = 82,46% (N=964). Vacina para poliomielite, < 1ano, 3ª dose = 73,05% (N= 854) Vacina Triplíce viral, 1 ano, 1ª dose = 73,91% (N= 864). **2ºQuadrimestre** Vacina contra poliomielite, < 1ano, VIP, 3ª dose = 74,40% (N=1740). Vacina contra poliomielite, 1 ano, 1º ref. VOP = 72,40% (N=1694). Vacina contra poliomielite, 4 anos, 2º ref. VOP = 59,71% (N=1397). Vacina Pentavalente, < 1 ano, 3ª dose = 76,1% (N= 1780) Vacina contra hep. B, < 1 ano , 3ª dose = 79,12% (N=1851) Vacina contra hep. B, < 30 dias, Dose = 95,75% (N=2240). Vacina BCG, DU ao nascer = 111,23% (N=2602). Vacina meningocócica C, < 1 ano, 2ª dose = 81,26% (N=1901) Vacina pneumocócica 10, < 1 ano, 2ª dose = 86,48% (N=2023). Vacina contra Rotavírus Humano, < ano, 2ª dose = 81,86% (N=1915) **3º Quadrimestre** Dados de cobertura vacinal entre Setembro e Dezembro–

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1315
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 137
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			2020: Vacina Pentavalente, 3ª dose, < 2 anos = 93,32% (N= 1091) Vacina Pneumocócica-10, 2ª dose, < 2 anos = 93,92% (N=1098) Vacina contra a poliomielite, 3ª dose (VIP), < 1ano = 89% (N=1043) Vacina contra a poliomielite, 1º R, 1 ano = 84,94%. (N= 993) Vacina triplíce viral, 2ª dose, 1 ano = 76,81% (N=898)
	3.	Vacinar crianças de um ano de idade contra tríplice viral.	Meta anual = 3509; **Meta proporcional = 2991** -2º quadrimestre Vacina Triplíce viral, 1 ano, 1ª dose = 77,88 % (N=1822). -3º quandrimestre = 1169. Vacina triplíce viral, 2ª dose, 1 ano = 76,81% (N=898)
	4.	Desencadear e Monitorar o processo de Busca ativa dos faltosos através dos ACS e sistema de informação (consulfarma) pelos vacinadores.	11/02/20: Qualificação em imunizações para novos Agentes comunitários de saúde. Realizou-se um encontro e discussão conduzida pela Enfª Lisiane Hinterholz, a fim de agregar conhecimento sobre o Calendário Nacional de vacinação, destacando-se a importância da busca ativa de usuários. Realizou-se, em Novembro de 2020, capacitação, em dois encontros, com os ACS, abordando-se o processo de avaliação de caderneta, bem como, discussão de estratégias para buscas de faltosos.
	5.	Capacitar em Sala de vacina- Teórico e Prático os novos vacinadores e atualizar conforme demanda.	A capacitação de novos vacinadores para sala de vacina, estava prevista, em dois encontros, para janeiro de 2021 e dois para fevereiro de 2021.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1316
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 138
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			Ambos, houve tentativa de ocorrer anterior ao fim do ano de 2020, mas, em vista da urgência em priorizar a organização das ações da vacinação contra a covid-19, as datas foram adiadas. Destacamos que a capacitação será realizada, assim que, o setor de imunizações estiver organizado com a vacinação contra a Covid -19 e então, dará sequência nesta atividade.	
	6.	Capacitar, com dois encontros, todos os trabalhadores envolvidos nas campanhas anuais de vacinação.	Realizado em 18/03 encontro para capacitação da campanha contra Influenza, envolveu Enfermeiros e técnicos de enfermagem da APS, totalizando 33 vacinadores capacitados para campanha. Novos encontros serão realizados, conforme novas campanhas. Realizou-se encontros online, em outubro de 2020, para capacitação referente as campanhas de multivacinação de crianças e adolescentes e contra a poliomielite.	
5	**Capacitar e/ou atualizar 100% dos profissionais de enfermagem que atuam em sala de vacinas.**	**Percentual profissionais a serem capacitados e/ou atualizados/ano.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Capacitar, com dois encontros, todos os trabalhadores envolvidos nas campanhas anuais de vacinação.	Todos os profisisonais atuantes em sala de vacina são capacitados para tal. Ao modo que, organiza-se futura capacitação para novos servidores.	
6	**Combater ao *Aedes aegypti* e controlar as demais zoonoses prevalentes de interesse em saúde pública.**	**Reduzir o índice percentual do Lira (significa Levantamento de Índice de Infestação dos imóveis do município pelo vetor da doença) a índice abaixo de 4,3 (médio).**	**4,3**	**2,8**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1317
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 139
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Realizar educação permanente com os agentes comunitários de saúde para ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* e realizar orientações de prevenção nas suas visitas domiciliares.	Com a contratação de novos Agentes de Saúde Pública e Vigilância Ambiental, não foi necessária a participação dos Agentes Comunitários de Saúde no processo de realização do LIRAa.	
	2.	Realizar o Levantamento de índice rápido (LIRAa), geoprocessamento, e após intensificar as ações nos pontos de maior risco, identificados por este levantamento.	Devido à Pandemia o Ministério da Saúde desobrigou os municípios da realização do LIRAa. Mesmo assim, em acordo com a 4ªCRS realizamos um LIRAa nos 8 bairros em que tivemos casos significativos durante o ano, onde obtivemos o índice de 2,8 (médio). Portanto abaixo de 4.3.	
7	**Combater ao *Aedes aegypti* e controlar as demais zoonoses prevalentes de interesse em saúde pública.**	**Números de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial de dengue. (SISPACTO 22)**	**04**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar ações de acordo com o Programa Nacional de Controle da Dengue.	A meta de 4 ciclos com pelo menos 80% do total de imóveis do município historicamente nunca foi alcançada devido ao número reduzido de Agentes de Saúde Pública e Vigilância e atendimento a diversas demandas também prioritárias do setor (conforme tabela em anexo). Atualmente com o chamamento de 15 novos agentes a produção tem aumentados consideravelmente, porem longe ainda está longe de atingir a meta. No 5º Ciclo deste ano realizamos 320 visitas e no 6º Ciclo realizamos 609 visitas o que resulta menos de 1% do município.	
8	**Investigar casos de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.**	**Percentual de investigação. (SISPACTO 02)**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1318
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 140
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

	1.	Investigar a partir das Declarações de Óbito de mulheres em idade fértil de 10 a 49 anos, residentes no município, por meio de visitas domiciliares, verificações dos prontuários médicos das instituições de saúde e sistema de informação municipal.	Realizado e digitado no SIM.	
	2.	Alimentar e monitorar o sistema de Informação de Mortalidade.	Digitação diária das Declarações de Óbito recolhidas nos Serviços de Saúde Públicos e Privados do Município.	
	3.	Discutir os casos junto aos profissionais da Atenção Primária em Saúde em conjunto com a Política da Mulher e do Adolescente.	Devido a Pandemia de COVID-19, não foram realizadas reuniões.	
9	**Investigar registro de óbitos com causa básica definida.**	**Percentual investigações de óbitos com causa básica definida. (SISPACTO 03)**	**100%**	**98,53%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar investigação de óbito, pelo setor de vigilância epidemiológica, que consiste em, diariamente, realizar a investigação junto aos serviços de saúde por contato telefônico e e-mail, contato com familiares e acessando o Sistema Informação Municipal - Consulfarma , por meio do Prontuário Eletrônico, analisando a história clínica dos pacientes, para determinar a causa de óbito.	Realizado diariamente.	
10	**Investigar casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.**	**Percentual de investigações encerradas em 60 dias. (SISPACTO 05)**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Manter contato permanente com as CCIHs, Núcleo de Vigilância Epidemiológica do HUSM e Unidades de Saúde, no sentido de qualificar e encerrar o processo de investigação epidemiológica.	Realizado sempre que necessário.	
	2.	Encaminhar cópia das notificações de dengue, Zika, chikungunya, hantavirose e leptospirose à Vigilância Ambiental, para realização das ações pertinentes ao setor.	Encaminhadas sempre que recebidas as notificações.	
	3.	Digitar diariamente no SINAN e monitoramento semanal dos casos de DNC.	Digitado diariamente.	
	4.	Encaminhar diariamente as coletas de exames ao LACEN, para diagnóstico laboratorial, tais como: leptospirose, dengue, H1N1, hantavirose, febre amarela, HTLV, hepatites virais – carga viral e PCR, bactérias multirresistentes, DTA, Tuberculose, colinesterases, toxoplasmose e anticorpos da raiva.	Foram encaminhados ao LACEN/RS um total de 1.019 coletas para diagnós0tico.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

11	**Monitorar e investigar casos de toxoplasmose.**	**Percentual investigados.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar o monitoramento contínuo das notificações em relação a toxoplasmose em gestante e em toxoplasmose congênita.		Realizado através das notificações recebidas.	
	2. Realizar busca ativa nos laboratórios conveniados o resultado confirmatório da toxoplasmose.		Realizado diariamente.	
	3. Monitorar os casos positivos através da referência da atenção básica (gestante e bebês) e hospital de referência (HUSM).		Realizado diariamente.	
	4. Manter contato com a equipe do HUSM.		Realizado diariamente.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1319
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 141
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Página 1320
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 142
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

ANEXOS DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE DO ANO DE 2020

TABELAS: REFERENTES A DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: Integração da Vigilância em Saúde com a Atenção Primária de Saúde:

TABELA 1– Frequência violência Interpessoal/Auto provocada por tipo que mais ocorreu.

Quad. De Notificação	Violência Física	Violência Auto provocada	Total Parcial
1º quad.	44	54	98
2º quad.	39	65	104
3º quad.	55	68	123
Totais	**138**	**187**	**325**

Fonte: SINAN

TABELA 2– Frequência de Violência Interpessoal/ Auto provocada por Sexo.

Mês de notificação	Masculino	Feminino	Total Parcial
1º quad.	60	112	172
2º quad.	55	98	153
3º quad.	49	131	180
Totais	**164**	**341**	**505**

Fonte: SINAN

TABELA 3– Frequência de Óbitos Causados por Violência Auto provocada.

Mês de notificação	Masculino	Feminino	Total Parcial
1º quad.	16	02	18
2º quad.	05	01	06
3º quad.	05	04	09
Total			**33**

Fonte: SINAN

TABELA 4 – Frequência de Violência Interpessoal/Auto provocada por Faixa Etária.

Mês de notificação	<1 ano	01-04	5 - 14	15 - 24	25 - 34	35 - 44	45 - 54	55 - 64	65 e +	Total Parcial
1º quad.	07	26	27	43	22	21	12	06	08	172
2º quad.	07	22	25	41	21	20	09	03	05	153
3º quad.	06	22	26	43	37	20	13	09	04	180
Totais										**505**

Fonte: SINAN

Comparativo: Realizando a análise comparativa dos dados do ano de 2019 e 2020, identificou-se: Uma redução de 50% do número total de notificações; as lesões auto provocadas permanecem em maior número; o sexo feminino também permanecem como as mais acometidas e ocorreu diminuição do número de óbitos por suicídio sendo o sexo masculino com maior número de óbitos.

Enfª Ingrit Kipper Amaraim
Mat: 13289 Vigilância em Saúde/ Vigilância da Violência

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1321
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 143
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

TABELA: REFERENTES A DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12: Produção do setor de controle do *Aedes aegypti*

Produção dos Agentes de Saúde Pública e Vigilância Ambiental em Saúde, referente ao 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2020

Nº	Procedimento	Iº Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
01	**Levantamento de Índice + Tratamento (LI + T)***	211	1705	06	1.922
02	**Ponto Estratégico (PE)**	828	00	00	828
03	**Pesquisa Vetorial Espacial (PVE)**	2800	11.614	929	15.343
04	**Atendimentos com controle químico (desinsetização)**	260	22	00	282
05	**Levantamento de Índice Rápido do Aedes aegypti (LIRAa)**	3.046	00	1629	4.675
06	**PIT (Ponto de Informação de Triatomíneos)**	40	40	40	120
07	**Auto de reclamações/denúncias Atendidas (ouvidoria e presencial)**	51	60	14	125
08	**Notificações realizadas pelos Agentes de Saúde Pública no 1º quadrimetre**	04	02	02	08
09	**Auto de Infrações realizadas pelos Agentes de Saúde Pública no 1ºQuadrimestre**	00	02	02	04
10	**Reuniões intersetoriais ***	03	04	06	13
11	**Divulgação de matérias e entrevista:** Jornais (Diário de Santa Maria) / Setor de Comunicação da Prefeitura: **RBS,Entrevista na Rádio .**	04	06	05	15
TOTAL		7247	13455	2633	23.335

Fonte: SINAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Página 1322
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 144
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL - SinanNet 2020																
Agravos notificado	**1º QUAD**					**2º QUAD**					**3ºQUAD**					**Total 2020**
	Jan	Fev	Mar	Abr	**Total**	Mai	Jun	Jul	Ago	**Total**	Set	Out	Nov	Dez	**Total**	
AC.TRAB.C/EXP.MATERIAL BIOLOGICO	5	4	4	3	**16**	7	5	4	11	**27**	7	5	1	6	**19**	**62**
ACIDENTE DE TRABALHO GRAVE	26	42	43	8	**119**	43	62	45	38	**188**	49	45	43	38	**175**	**482**
ACIDENTE POR ANIMAIS PECONHENTOS	1	1	1	0	**3**	2	1	0	0	**3**	1	1	5	2	**9**	**15**
AIDS	17	14	21	13	**65**	10	18	16	24	**68**	14	23	15	13	**65**	**198**
ATENDIMENTO ANTI-RABICO	73	62	26	33	**194**	39	38	46	42	**165**	59	58	69	67	**253**	**612**
CAXUMBA [PAROTIDITE EPIDEMICA]	0	0	0	1	**1**	1	0	0	2	**3**	1	0	1	0	**2**	**6**
CHIKUNGUNYA	0	2	2	10	**14**	41	21	13	3	**78**	1	3	2	3	**9**	**101**
CRIANCA EXPOSTA HIV	1	2	3	3	**9**	8	7	0	7	**22**	2	1	4	2	**9**	**40**
DENGUE	2	3	10	200	**215**	184	63	32	17	**296**	1	10	6	5	**22**	**533**
DERMATOSES OCUPACIONAIS	0	0	0	0	**0**	0	0	1	0	**1**	0	1	0	0	**1**	**2**
DOENÇA AGUDA PELO VÍRUS ZIKA	0	0	0	0	**0**	85	62	24	16	**187**	1	12	4	5	**22**	**209**
FEBRE AMARELA	0	0	0	0	**0**	0	0	0	0	**0**	0	0	1	0	**1**	**1**
FEBRE MACULOSA / RICKETTSIOSES	0	0	0	0	**0**	0	0	0	0	**0**	0	0	1	0	**1**	**1**
GESTANTE HIV	4	5	2	2	**13**	7	10	5	5	**27**	2	4	5	1	**12**	**52**
HANSENIASE	0	1	0	0	**1**	0	0	0	0	**0**	0	0	1	0	**1**	**2**
HEPATITES VIRAIS	13	7	9	3	**32**	10	13	7	14	**44**	9	6	12	6	**33**	**109**
INTOXICACAO EXOGENA	11	16	9	5	**41**	8	14	8	15	**45**	7	15	16	23	**61**	**147**
LEISHMANIOSE VISCERAL	0	0	1	0	**1**	0	1	0	0	**1**	1	1	0	0	**2**	**4**
LEPTOSPIROSE	0	0	1	2	**3**	0	1	1	2	**4**	1	1	1	1	**4**	**11**
LER DORT	1	0	0	0	**1**	0	1	0	2	**3**	0	2	1	1	**4**	**8**
MALARIA	1	0	0	0	**1**	1	0	0	0	**1**	0	0	0	0	**0**	**2**
MENINGITE	2	2	0	5	**9**	1	3	1	0	**5**	2	3	2	0	**7**	**21**
RAIVA HUMANA	0	0	0	0	**0**	0	0	0	0	**0**	0	0	0	2	**2**	**2**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1323
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 145
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

SIFILIS CONGENITA	3	7	5	6	**21**	3	5	6	3	**17**	3	4	6	6	**19**	**57**
SIFILIS EM GESTANTE	11	9	11	19	**50**	9	17	16	11	**53**	16	15	11	10	**52**	**155**
SIFILIS NAO ESPECIFICADA	39	26	44	34	**143**	30	44	37	29	**140**	37	43	39	32	**151**	**434**
TETANO ACIDENTAL	0	0	0	1	**1**	0	0	0	0	**0**	0	0	0	0	**0**	**1**
TOXOPLASMOSE	4	7	7	2	**20**	7	3	10	8	**28**	8	14	10	10	**42**	**90**
TOXOPLASMOSE CONGENITA	4	4	5	3	**16**	3	1	3	1	**8**	4	5	1	1	**11**	**35**
TUBERCULOSE	17	25	24	13	**79**	12	14	16	15	**57**	10	26	7	14	**57**	**193**
VARICELA	2	2	0	0	**4**	2	1	0	0	**3**	0	0	1	1	**2**	**9**
VIOL.INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA	45	55	47	20	**167**	36	34	28	39	**137**	28	32	36	49	**145**	**449**
TOTAL	282	296	275	386	**1239**	549	439	319	304	**1474**	236	298	265	249	**1193**	**3906**

Fonte: SINAN Municipal – 19/02/2021

TABELA 04: Dados referentes às investigações de óbito.

Freqüência por Obito investigado segundo Causa (Cap CID10)								
Causa (Cap CID10)	**1º Quadrimestre**			**2º Quadrimestre**			**3º Quadrimestre**		
	Investigado	**Nao Invest**	**Total**	**Investigado**	**Nao Invest**	**Total**	**Investigado**	**Nao Invest**	**Total**
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9	25	34	12	56	68	17	55	72
II. Neoplasias (tumores)	28	148	176	18	145	163	18	119	137
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0	2	2	4	1	5	0	1	1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	13	23	36	13	35	48	8	23	31
V. Transtornos mentais e comportamentais	3	3	6	3	1	4	2	0	2
VI. Doenças do sistema nervoso	7	33	40	26	35	61	20	24	44
IX. Doenças do aparelho circulatório	41	128	169	56	167	223	33	100	133
X. Doenças do aparelho respiratório	10	52	62	9	69	78	3	33	36
XI. Doenças do aparelho digestivo	5	31	36	8	32	40	5	16	21
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0	5	5	1	3	4	1	0	1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	0	1	1	0	2	2	0	10	10
XV. Gravidez parto e puerpério	2	12	14	1	19	20	1	0	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	11	2	13	6	3	9	6	2	8
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2	0	2	1	1	2	2	1	3
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0	0	0	0	7	7	1	14	15
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5	52	57	7	36	43	6	29	35
Total	**136**	**517**	**653**	**165**	**612**	**777**	**123**	**427**	**550**

Fonte: SIM Municipal – 13/01/2021 - *Dados preliminares

Dados de nascimento:

Freqüência por Mes do Nascimento segundo Peso ao Nascer 2020													
Peso ao Nascer	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	**Total**
101 - 500	1	1	0	1	0	0	1	3	0	1	0	0	**8**
501 - 999	1	2	1	1	3	0	2	0	2	1	0	1	**14**
1000-1499	0	1	2	1	0	3	2	0	1	3	3	1	**17**
1500-2499	27	37	24	30	35	24	16	15	26	23	15	23	**295**
2500-2999	70	67	84	78	80	42	50	67	59	55	70	64	**786**
3000-3999	148	170	161	183	168	188	181	141	181	157	164	132	**1.974**
4000-4999	10	11	15	13	10	17	15	10	9	5	10	13	**138**
5000-5999	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	**1**
ign	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
Total	**257**	**289**	**287**	**308**	**297**	**274**	**267**	**236**	**278**	**245**	**262**	**234**	**3.234**

Fonte: SINASC Municipal – dados preliminares – 13/01/2021

Freqüência por Mes do Nascimento segundo Cons Pre-Natal													
Cons Pre-Natal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	**Total**
Nenhuma	2	7	5	8	6	4	2	0	2	2	5	1	**44**
1-3 vezes	10	10	14	10	9	13	12	7	17	7	8	9	**126**
4-6 vezes	34	46	37	52	38	45	30	30	32	24	30	28	**426**
7 e +	211	225	229	237	244	206	217	196	224	207	212	195	**2.603**
Ignorado	0	1	2	1	0	6	6	3	3	5	7	1	**35**
Total	**257**	**289**	**287**	**308**	**297**	**274**	**267**	**236**	**278**	**245**	**262**	**234**	**3.234**

Página 1324
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 146
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1325
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 147
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Fonte: SINASC Municipal – dados preliminares – 13/01/2021

Freqüência por Mes do Nascimento segundo Tipo de Parto													
Tipo de Parto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	**Total**
Vaginal	96	92	103	99	110	100	90	80	86	73	98	82	**1.109**
Cesário	161	197	184	209	187	174	177	156	192	172	164	152	**2.125**
Total	**257**	**289**	**287**	**308**	**297**	**274**	**267**	**236**	**278**	**245**	**262**	**234**	**3.234**

Fonte: SINASC Municipal – dados preliminares – 13/01/2021

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1326
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 148
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Dados de investigação de óbitos fetais, crianças <1 ano e crianças de 1- <4 anos de idade e Mulheres em idade fértil:

a) ÓBTOS FETAIS:

QUAD/2020	TOTAL	INVETIGADOS
1º	11	11 (100%)
2º	06	06 (100%)
3º	05	05 (100%)
Anual	22	22 (100%)

Fonte: SIM Nacional – 13/01/2021

b) ÓBITOS CRIANÇAS < 1 ANO:

QUAD/2020	TOTAL	INVETIGADOS
1º	09	9 (100%)
2º	06	6 (100%)
3º	10	10 (100%)
Anual	25	25 (100%)

Fonte: SIM Nacional – 13/01/2021

c) ÓBITOS CRIANÇAS DE 1 À <5 ANOS:

QUAD/2020	TOTAL	INVETIGADOS
1º	-	-
2º	03	3 (100%)
3º	02	2 (100%)
Anual	05	05 (100%)

Fonte: SIM Nacional – 13/01/2021

d) MULHERES EM IDADE FÉRTIL

QUAD/2020	TOTAL	INVETIGADOS
1º	23	23 (100%)
2º	30	28 (100%)
3º	36	36 (100%)
Anual	89	89 (100%)

Fonte: SIM Nacional – 13/01/2021

SURTO DE DENGUE e ZIKA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS/2020

1. Casos de dengue notificados segundo classificação final.

Classificação Final	Casos
Confirmados	233
Descartados	297
Em investigação	2
Total geral	**532**

2. Total de casos confirmados de dengue conforme o mês do início dos sintomas

Mês	Confirmados
Janeiro	1
Fevereiro	3
Março	24
Abril	116
Maio	75
Junho	9
Julho	2
Agosto	3
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total geral	**232**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1327
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 149
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

3. Distribuição dos casos de dengue notificados conforme faixa etária e sexo

	Confirmado		Descartado		Em investigação		
Faixa etária	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Total geral
0 a 9 anos	10	7	11	11	0	0	39
10 a 19 anos	19	17	13	23	0	1	73
20 a 29 anos	38	20	40	25	0	0	123
30 a 39 anos	32	18	39	30	0	0	119
40 a 49 anos	29	12	33	19	0	0	93
50 a 59 anos	14	5	20	12	1	0	52
60 a 69 anos	5	4	6	7	0	0	22
70 a 79 anos	2	0	6	1	0	0	9
80 anos ou mais	1	0	1	0	0	0	2
Total geral	**150**	**83**	**169**	**128**	**1**	**1**	**532**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1328
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 150
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

4. Casos de Dengue notificados de acordo com distribuição dos bairros. Santa Maria, 2020.

BAIRRO	Confirmados Autóctones	Confirmados Importados	Descartados	Em Investigação	Total geral
BOCA DO MONTE	0		1		1
BOI MORTO	0		2		2
BONFIM	2		3		5
CAMOBI	7	1	8		16
CAMPESTRE MENINO DEUS	0		1		1
CAMPRESTE DO MENINO DEUS	0		1		1
CAROLINA	0		4		4
CATURRITA	0		11		11
CENTRO	9		12	1	22
CHACARA DAS FLORES	0		2		2
DIACONO JOAO LUIZ POZZOBOM	0		5		5
DISTRITO BOCA DO MONTE	0		1		1
DISTRITO DE PAINS	1				1
DIVINA PROVIDENCIA	2		4		6
DUQUE DE CAXIAS	0		1		1
ITARARE	2				2
JUSCELINO KUBITSCHEK	11		11		22
KM 3	0		1		1
LORENZI	3		6		9
MENINO JESUS	0		1		1
NOAL	1		4		5
NONOAI	0		1		1
NOSSA SENHORA DAS DORES	2		6		8
NOSSA SENHORA DE FATIMA	0		6		6

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

NOSSA SENHORA DE LOURDES	1		2		3
NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	1		1		2
NOSSA SENHORA DO ROSARIO	18	1	14		33
NOSSA SENHORA MEDIANEIRA	5		9		14
NOVA SANTA MARTA	131		79		210
PARQUE PINHEIRO MACHADO	1		11		12
PASSO DA AREIA	1		12		13
PASSO DAS TROPAS	0		3		3
PATRONATO	7		4		11
PE DE PLATANO	0		1		1
PRESIDENTE JOAO GOULART	0		3		3
RENASCENÇA	0		3		3
SALGADO FILHO	13		28		41
SANTO ANTAO	0		5	1	6
SAO JOAO	0		2		2
SAO JOSE	0		2		2
SAO VALENTIM	0		1		1
TANCREDO NEVES	9		10		19
TOMAZETTI	0		1		1
URLANDIA	4		14		18
Total geral	**231**	**2**	**297**	**2**	**532**

Página 1329
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 151
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1330
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 152
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

5. Casos de zika vírus notificados segundo classificação final

Classificação Final	Casos
Confirmados	28
Descartados	178
Em investigação	3
Total geral	**209**

6. Total de casos de zika vírus conforme o mês do início dos sintomas

Mês/2020	Confirmados
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	15
Maio	8
Junho	2
Julho	2
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	1
Dezembro	0
Total geral	**28**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1331
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 153
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

7. Casos de zika notificados de acordo com distribuição dos bairros. Santa Maria, 2020.

BAIRRO	CONFIRMADO	DESCARTADO	EM INVESTIGAÇÃO	TOTAL GERAL
ARROIO GRANDE	0		1	1
BOCA DO MONTE	0	1		1
BOI MORTO	0	1		1
CAMOBI	1	6		7
CAMPRESTE DO MENINO DEUS	0	1		1
CAROLINA	1	3		4
CATURRITA	0	8		8
CENTRO	0	4	1	5
CHACARA DAS FLORES	0	1	1	2
DIACONO JOAO LUIZ POZZOBOM	1	2		3
DISTRITO BOCA DO MONTE	0	1		1
DISTRITO DE PAINS	0	1		1
DISTRITO DE PALMA	0	1		1
DIVINA PROVIDENCIA	0	4		4
JUSCELINO KUBITSCHEK	2	7		9
LORENZI	0	2		2
NOAL	0	1		1
NONOAI	0	1		1
NOSSA SENHORA DAS DORES	2	2		4
NOSSA SENHORA DE FATIMA	0	1		1
NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	0	1		1
NOSSA SENHORA DO ROSARIO	0	10		10
NOSSA SENHORA MEDIANEIRA	1	2		3

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1332
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 154
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

NOVA SANTA MARTA	10	61		71
PARQUE PINHEIRO MACHADO	1	2		3
PASSO DA AREIA	1	7		8
PASSO DAS TROPAS	0	3		3
PATRONATO	0	2		2
SALGADO FILHO	2	26		28
SANTO ANTAO	0	1		1
SAO JOSE	0	1		1
SAO VALENTIM	0	1		1
TANCREDO NEVES	4	7		11
URLANDIA	2	6		8
Total geral	**28**	**178**	**3**	**209**

8. Distribuição dos casos de dengue notificados conforme faixa etária e sexo. Santa Maria, 2020.

	Confirmado		**Descartado**		**Em investigação**		
Faixa etária	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Toral geral
0 a 9 anos	5	0	6	9	0	0	**20**
10 a 19 anos	2	1	13	16	0	1	**33**
20 a 29 anos	3	1	28	8	0	0	**40**
30 a 39 anos	5	1	27	14	0	1	**48**
40 a 49 anos	4	1	24	8	0	1	**38**
50 a 59 anos	3	2	13	3	0	0	**21**
60 a 69 anos	0	0	3	4	0	0	**7**
70 a 79 anos	0	0	2	0	0	0	**2**
80 anos ou mais	0	0	0	0	0	0	**0**
Total geral	**22**	**6**	**116**	**62**	**0**	**3**	**209**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1333
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 155
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

TABELA 04: Dados referentes às investigações de óbito.

Freqüência por Obito investigado segundo Causa (Cap CID10)									
Causa (Cap CID10)	**1º Quadrimestre**			**2º Quadrimestre**			**3º Quadrimestre**		
	Investigado	**Nao Invest**	**Total**	**Investigado**	**Nao Invest**	**Total**	**Investigado**	**Nao Invest**	**Total**
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	9	25	34	12	56	68	17	55	72
II. Neoplasias (tumores)	28	148	176	18	145	163	18	119	137
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0	2	2	4	1	5	0	1	1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	13	23	36	13	35	48	8	23	31
V. Transtornos mentais e comportamentais	3	3	6	3	1	4	2	0	2
VI. Doenças do sistema nervoso	7	33	40	26	35	61	20	24	44
IX. Doenças do aparelho circulatório	41	128	169	56	167	223	33	100	133
X. Doenças do aparelho respiratório	10	52	62	9	69	78	3	33	36
XI. Doenças do aparelho digestivo	5	31	36	8	32	40	5	16	21
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0	5	5	1	3	4	1	0	1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	0	1	1	0	2	2	0	10	10
XV. Gravidez parto e puerpério	2	12	14	1	19	20	1	0	1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	11	2	13	6	3	9	6	2	8
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2	0	2	1	1	2	2	1	3
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0	0	0	0	7	7	1	14	15
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5	52	57	7	36	43	6	29	35
Total	**136**	**517**	**653**	**165**	**612**	**777**	**123**	**427**	**550**

Fonte: SIM Municipal – 13/01/2021 - *Dados preliminares

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1334
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 156
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8.13 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13: CONTROLE SOCIAL

OBJETIVO: Incentivar o desenvolvimento e qualificação de lideranças comunitária.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Incentivar o desenvolvimento de Lideranças Comunitárias.**	**Número mínimo de encontros realizados com as Comunidades.**	**02**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar no mínimo 02 encontros com as comunidades, incentivando o desenvolvimento das Lideranças Comunitárias.		Não realizados, devido a Pandemia.	
2	**Qualificar Conselheiros e Lideranças Comunitárias.**	**Número mínimo de ações realizadas.**	**02**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Realizar no mínimo 02 encontros de qualificação de conselheiros e lideranças comunitárias.		Não realizados, devido a Pandemia.	
3	**Criar e Fortalecer os Conselhos Locais de Saúde em 04 Unidades de Saúde.**	**Número de unidades de Conselhos Locais instituído.**	**04**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Apoiar o processo de formação e manutenção dos Conselhos locais.		Não realizados, devido a Pandemia.	
4	**Criar Conselhos Regionais de Saúde em pelo menos 02 Regiões Administrativas.**	**Número mínimo de Conselhos Regionais de Saúde instituídos.**	**02**	**0**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Apoiar o processo de formação e manutenção dos Conselhos locais.		Não realizados, devido a Pandemia.	
5	**Divulgar 100% das ações do CMS.**	**Percentual de ações divulgadas.**	**100%**	**50%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Publicizar as ações do CMS.		Resoluções aprovadas divulgadas no site da Prefeitura.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1335
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 157
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

8.14 DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14: PREVENÇÃO, CONTROLE E ENFRENTAMENTO COVID-19

OBJETIVO: Preparar e coordenar os serviços de saúde e realizar ações para prevenção, enfrentamento e controle da pandemia do Coronavírus.

Nº	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA META	META PREVISTA	RESULTADO DA META ANUAL
1	**Criar e implementar Conselho de Crise para atuar durante a pandemia.**	**Conselho implementado.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Implementar um conselho com representantes dos serviços de saúde e outros setores que possam contribuir para a organização dos serviços e das ações.		**AÇÃO REALIZADA.** Foi criado o "Comitê de Crise" para captação e acompanhamento de possíveis casos de COVID-19, desencadeando várias ações de informação para a Rede, testagem. Dada a relevância do tema, foram chamados servidores do concurso para atuarem junto a vigilância epidemiológica do Município.	
2	**Criar e implementar Centro de Referência de cuidado ao Covid-19.**	**Centro de Referência Implementado.**	**01**	**01**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1. Implementar um centro de referência para a organização do Sistema de Saúde no município.		**AÇÃO REALIZADA.** No final do mês de março, após a deflagração da Pandemia pela Organização Mundial da Saúde, foi criado o Centro de Referência Municipal da COVID 19. Localiza-se na Rua Conrado Hoffmann, 277, em um espaço locado.	
	2. Avaliar a expansão geográfica do vírus para organizar e orientar a assistência nas regiões.		**AÇÃO REALIZADA.** Em parceria com o Observatório em Saúda da UFSM, foi disponibilizado as equipes um arquivo compartilhado no Google Drive, por bairro, georreferenciando os casos positivos, com o objetivo de que sejam acompanhados pelas suas unidades de referência.	
	3. Capacitar e orientar funcionários da SMS quanto a prevenção, controle e enfrentamento do coronavírus, e desenvolver fluxos de atendimentos e adequar os protocolos.		**AÇÃO REALIZADA.** Desde o início da pandemia a equipe do Centro de Referência vem realizando	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1336
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 158
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			um trabalho de assessoramento e suporte técnico aos serviços de saúde.
	4.	Criar equipes para atendimento e orientação de pessoas com sintomas do COVID-19, através de tele chamadas.	**AÇÃO REALIZADA.** A equipe do Centro de referência realiza atendimento via telefone diariamente, das 8h às 17h, e aos sábados pela manhã. O centro começou com uma equipe reduzida de trabalhadores, que realizavam basicamente coletas externas, priorizando trabalhadores de saúde e da segurança, além de suporte técnico à rede e elaboração e análise de dados. Atualmente, contamos com o apoio de 7 residentes da Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM, 3 cargos em comissão, 3 estagiários concursados da psicologia, 9 servidores (1 agente administrativo, 1 telefonista, 1 nutricionista, 1 enfermeira, 2 técnicos de enfermagem, 1 médico epidemiologista – com 40h, e 1 enfermeira e 1 odontóloga que fazem alguns turnos semanais), 1 higienização. Ainda, é campo de estágio para os acadêmicos de último ano da medicina.
	5.	Acompanhar os casos positivos e seus contactantes por meio telefônico.	**AÇÃO REALIZADA.** Os positivos e seus contactantes são acompanhados via telefone, através de um formulário de seguimento que foi desenvolvido pela equipe.
	6.	Divulgar medidas de prevenção, controle e enfrentamento para a população e outros serviços, através do rádio, internet, carro de som, banner, faixas e outras mídias.	**AÇÃO REALIZADA.** O setor de comunicação da Prefeitura vem nos auxiliando na divulgação de medidas de prevenção e controle, principalmente nas plataformas digitais, whatsapp, carro de som.
	7.	Realizar coleta domiciliar de RTPCR.	**AÇÃO REALIZADA.** Inicialmente as coletas eram realizadas somente em domicílio e restritas aos profissionais de saúde e segurança, pois o número de testes disponibilizados pela SES era muito pequeno. A partir do mês de maio, em função da parceria com o Ministério Público do Trabalho, que comprou e disponibilizou os

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1337
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 159
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

			insumos necessários para a realização das testagem por RT-PCR para os municípios da 4ªCRS, inclusive com a negociação de que os Laboratórios da UFN e do HUSM pudessem fazer as análises, foi possível mudar este cenário. Passamos a testar de forma mais ampliada, inclusive extrapolando os critérios de população alvo descritos nas notas informativas da SES.	
	8.	Realizar testes rápidos e RTCPCR na Central Covid.	**AÇÃO REALIZADA.** As testagens no Sistema Público de Saúde do Município tiveram início no mês de julho, o que permitiu ampliar consideravelmente o número de coletas por dia. No decorrer deste período, alguns serviços de saúde passaram a fazer coletas de PCR, a saber: UBS Erasmo Crossetti, Wilson Paulo Noal, UBS e Policlínica 24h Ruben Noal, ESF Alto da Boa Vista e Pronto Atendimento Municipal. Durante o ano, o sistema público de saúde realizou 32.040 RT-PCR e 11.961 testes rápidos.	
	9.	Inserir dados e realizar monitoramento dos sistemas de notificação eSUS VE-notifica e SIVEP- Gripe.	**AÇÃO REALIZADA.** Em 31 de dezembro tínhamos 12.351 casos confirmados, 151 óbitos e 9.650 curados (78%)	
.9613	**Distribuir EPIs para toda a Rede de Saúde do Município.**	**Percentual de serviços com EPIs recebidos.**	**100%**	**100%**
	AÇÕES		**MONITORAMENTO DAS AÇÕES**	
	1.	Realizar compra e distribuição dos materiais entre as unidades de saúde.	**AÇÃO REALIZADA.** Os materiais foram adquiridos e distribuídos aos serviços de saúde, conforme solicitação ao setor de almoxarifado.	
	2.	Adquirir e distribuir os insumos, EPIs e equipamentos para enfrentamento da pandemia.	**AÇÃO REALIZADA.** No ano foram adquiridos 84.678 EPIs, 25.833 insumos e 60 equipamentos	
	3.	Utilizar recursos de emendas para a aquisição de materiais, equipamentos e insumos para a aplicação nas ações de combate ao covid-19.	**AÇÃO REALIZADA.** Foi utilizado para a aquisição de materiais, equipamentos e insumos para a aplicação nas	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

			ações de combate ao covid-19 os recursos a seguir: Ministério da Saúde Emendas dos Vereadores Ministério Público do Trabalho

Página
1338
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
160
Peça
4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201620

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1339
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 161
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

AQUISIÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO ANO DE 2020

EPIs	
DESCRIÇÃO	**QUANTITATIVO**
Avental Cirúrgico	10.825 pacotes
Avental de Segurança	4.000 unidades
Colete	45 unidades
Conjunto de roupa para Bloco Cirúrgico	2.625 unidades
Luvas	37.102 caixas
Macacão de Segurança	2.550 unidades
Máscara de Proteção Lavável	10.000 unidades
Máscara de Proteção Descartável	22.157 caixas
Máscara de Proteção	4.000 unidades
Óculos de Proteção	50 unidades
Propé	1.600 pacotes
Touca descartável	550 caixas
Viseira Facial	1.300 unidades
TOTAL ANUAL	**84.678**

INSUMOS	
DESCRIÇÃO	**QUANTITATIVO**
Álcool Gel 500ml	2.917 unidades
Álcool Gel 70 60ml	3.552 unidades
Álcool Gel 70 800ml	7.614 unidades
Álcool líquido 70	8.947 embalagens
Álcool Etílico Hidratado 96°	2.300 embalagens
Saco para óbitos	500 unidades
Oxigênio Medicinal 3.500m³/mê	3
TOTAL ANUAL	**25.833**

EQUIPAMETOS	
DESCRIÇÃO	**QUANTITATIVO**
Oxímetro de pulso	20 unidades
Reanimador Pediátrico	20 unidades
Reanimador manual de silicone-autoclave adulto	20 unidades
TOTAL ANUAL	**60**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Página 1340
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 162
Peça 4500541
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201620

9. INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVAS

Nº	TIPO	INDICADOR	META 2020	RESULTADO ANUAL 2020	UNIDADE DE MEDIDA
1	U	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (DE 30 A 69 ANOS) PELO CONJUNTO DAS QUATRO PRINCIPAIS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	380	380,65	TAXA
2	E	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (10 A 49 ANOS) INVESTIGADOS	100	100	PERCENTUAL
3	U	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	99,85	98,53	PERCENTUAL
4	U	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO PARA CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS DE IDADE – PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª DOSE), POLIOMIELITE (3ª DOSE) E TRÍPLICE VIRAL (1ª DOSE) – COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA	75	99,98	PERCENTUAL
5	U	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADOS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	98	100	PERCENTUAL
6	U	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	100	100	PERCENTUAL
8	U	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO	58	56	NÚMERO
9	U	NÚMERO DE CASOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	0	0	NÚMERO
10	U	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	100	100	PERCENTUAL
11	U	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,32	0,18	RAZÃO
12	U	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,25	0,11	RAZÃO
13	U	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	38	34	PERCENTUAL
14	U	PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE FAIXAS AS ETÁRIAS DE 10 A 19 ANOS	13,5	9,87	PERCENTUAL
15	U	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	9	7,6	TAXA
16	U	NÚMERO DE ÓBITOS MATERNOS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA	0	2	NÚMERO
17	U	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	55	56,21	PERCENTUAL
18	U	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	52	30,92	PERCENTUAL
19	U	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA	35	23,39	PERCENTUAL
21	E	AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	100	100	PERCENTUAL
22	U	NÚMERO DE CICLOS QUE ATINGIRAM MÍNIMO DE 80% DE COBERTURA DE IMÓVEIS VISITADOS PARA CONTROLE VETORIAL DA DENGUE	4	0	PERCENTUAL
23	U	PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO “OCUPAÇÃO” NAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO	98	100	PERCENTUAL
Nº	**TIPO**	**INDICADOR**	**META 2020**	**RESULTADO ANUAL 2019**	**UNIDADE DE MEDIDA**
1	E	PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	75	83,15	PERCENTUAL
2	E	PROPORÇÃO DE AMOSTRAS DE ÁGUA COM PRESENÇA DE ESCHERICHIA COLI, EM SOLUÇÕES ALTERNATIVAS COLETIVAS	14	10	PERCENTUAL
3	E	PROPORÇÃO DE ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRABALHO INVESTIGADOS	100	100	PERCENTUAL
4	E	TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE AGRAVOS (ACIDENTES E DOENÇAS) RELACIONADOS AO TRABALHO	40	27,03	TAXA

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.DAA8.1F11.31A6.3D16.6161.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500542

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201621

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
SETOR ASSESSORIA DE GESTÃO, PROJETOS E PLANEJAMENTOS

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

Ofício nº 07/2021/SMS/PLAN

Santa Maria, 31 de março de 2021.

Para: **Conselho Municipal de Saúde**

Assunto: **Relatório Anual de Gestão 2020.**

Prezada Senhora;

Na oportunidade em que a cumprimentamos, vimos por meio deste encaminhar para apreciação deste conselho, o Relatório Anual de Gestão de 2020 da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

GUILHERME RIBAS SMIDT
Secretário de Município da Saúde
PORTARIA 219/SMG/2020

Ilmo
Sr.ª Maria do Carmo Quagliato
Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde
Santa Maria RS

Av. Medianeira, nº 355 · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7095 · E-mail: saude@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.13A1.53B7.138C.4C07.B666.

Página
1342
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
1
Peça
4500543
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201622

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SANTA MARIA/RS

RESOLUÇÃO Nº 009/2021 - DE 01 DE JULHO DE 2021

- Considerando o caráter deliberativo e fiscalizador do Conselho Municipal de Saúde sobre ações e serviços de saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde, inclusive nos aspectos financeiros;

- Considerando a apresentação do Relatório Anual de Gestão 2020, da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria, nesta data;

- Considerando os Pareceres da Comissão Técnica e Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde, ambos favoráveis a aprovação e em anexo a esta Resolução;

- A Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RS resolve APROVAR o Relatório Anual de Gestão ano 2020, da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria, alertando para a necessidade de atendimento, no ano de 2021, do conjunto dos apontamentos dos Pareceres das Comissões deste CMS, em anexo, com destaque para: - a insistência permanente na busca do desbloqueio dos recursos da UPA 24h, que o produzem uma despesa mensal de R$ 250.000,00 ao município;- Intensificar o preenchimento do SAI/SUS para obter melhor retorno na produção do trabalho;- Nos itens referentes as obras, a ocorrência de necessidade de ajustes financeiros e alteração de cronograma, ficou evidenciado pelo descompasso do projeto em relação ao desembolso financeiro, além da inflação. Sugere-se avaliar o início de obras que não demonstrem condições ideais, antes de definir as licitações. - Recomendamos a qualificação das informações fornecidas no campo "monitoramento", garantindo o efetivo acompanhamento das metas propostas, bem como as justificativas técnicas para as metas não atingidas; - Alertamos que a qualificação das informações prestadas no monitoramento das ações serão condição para aprovação do RAG 2021;

Maria do Carmo Quagliato
Presidente Mesa Diretora
Conselho Municipal de Saúde - Santa Maria/RS

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0797.07F3.07B6.EC10.7AD4.

Página
1343
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
2
Peça
4500543
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201622

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SANTA MARIA/RS

ANEXO I

Santa Maria, 09 de junho de 2021.

Parecer sobre Relatório Anual de Gestão 2020 da SMS

A Comissão Técnica do CMS, reunida virtualmente nessa data, permanece realizando importante trabalho de acompanhamento aos instrumentos de gestão da SMS, ressaltando e sugerindo melhorias e correções.

Para registro, **vale lembrar que** *"A versão final do RAG 2019 apresentada à COMTEC demonstra correção parcial para alguns apontamentos, entretanto merece melhor atenção dos diferentes setores da SMS, desde a gestão e superintendências, até os profissionais de cada unidade e serviço, pois se não há planejamento, registro efetivo, análise e revisão, conforme apontado pelo trabalho das comissões do CMS, não há evolução. Por outro lado, a Pandemia do COVID-19 vem exigindo mudanças profundas na vida e no trabalho do conjunto da sociedade. Entendendo isso, somos de parecer favorável à aprovação do RAG 2019, desde que o conjunto dos apontamentos contidos nos pareceres da comissões deste CMS sejam atendidas em 2021."*

Assim, mais uma vez, recomendamos:

a) A **qualificação das informações** fornecidas no campo "**monitoramento**", garantindo o efetivo acompanhamento das metas propostas, bem como as justificativas técnicas para as metas não atingidas, como por exemplo (e apenas como exemplo) :

Pág	Ítem	Monitoramento
69	2 e 3	"AÇÃO REALIZADA: o diagnóstico da demanda reprimida é ....." não foi informado, deixando em aberto a análise sobre causas e ações a propostas pela SMS. Também chama a atenção que as informações se referem ao relatório quadrimestral, demonstrando ausência de revisão do texto.
75	1 a 6	Ação realizada em sua totalidade. Cabe informar numericamente quantos habitantes foram atendidos por essa bem sucedida ação.
77	2	Traçar o perfil de usuários: informando apenas o perfil de usuários masculinos. Faltou espaço ou estudo?
	3	Repete os dados registrados no ítem 13.1 da pag 81

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0797.07F3.07B6.EC10.7AD4.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 3

Peça 4500543

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201622

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE SANTA MARIA/RS

	4	Realizar a busca aos pacientes..: ação realizada por telefone. Quantos? Em quais regiões? Qual o desfecho? Ou isso é irrelevante para (auto-)avaliar a qualidade do trabalho realizado?
82	17.1	Ação não realizada. E?
86	tabela	Relação de valores pagos: é informado há legalidade na responsabilidade solidária entre os entes. Cabe esclarecer como isso se dá na medida em que os dados informados dão conta de itens iguais onde em uns o município contribuiu com 50% e outros com valor integral.
88	1.2 e 1.2	Meta: Instituição de Comitê de Gestão Municipal da Rede de Atenção de UE, para discutir, coordenar e elaborar proj estratégicos de atendimento às necessidades coletivas em saúde, que FORAM REALIZADAS PARCIALMENTE PORQUE NÃO TEM COORDENADOR MUNICIPAL DE UE. Diante da importância da meta proposta, recomenda-se justificar o não atendimento.
89	6.1	Instituir 6 indicadores. Informa que foram estabelecidos 24. Se isso for suficiente para entender, analisar e avaliar a importância dessa meta como ferramenta para gestão do trabalho na UE, então cabe apenas fornecer mais informações ao controle social para entendimento.
93	Tabela	Foram realizados 2.703 atendimentos psiquiátricos em adultos, 376 em adolescentes e 46 em crianças. Requer análise e questionamento pelo CMS sobre o cuidado à saúde mental e em relação ao que segue abaixo.
90, 93 e 94	tabelas	A classificação de risco que orienta o atendimento em UE informa que em 2020 menos de 10% dos pacientes atendidos na rede de UE são classificados como vermelho ou laranja. A justificativa apresentada pelo setor informa que a baixa cobertura e horário de funcionamento da AB em Santa Maria seriam as causas para esse desvio de atuação, o que impõe ao CMS debater e provocar a SMS para ações que corrijam tais situações.
119	obras	As informações dadas precisam conter maior objetividade no que tange a prazos
149	Final de tabela	Recomenda-se, considerando a importância desse instrumento de gestão e avaliação anual da SMS a correção urgente das informações oferecidas no texto sobre Acidentes de Trabalho. Para começar apenas.

Sempre vale lembrar que esse instrumento de gestão deve informar o nível de atendimento às metas que propuseram, ressaltando análise crítica para correções e qualificação do trabalho no SUS municipal.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0797.07F3.07B6.EC10.7AD4.

Processo
01216-0200/21-4

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SANTA MARIA/RS

Diante do exposto e considerando nosso histórico de análise dos instrumentos de gestão dessa SMS, somos de **parecer favorável à aprovação**, alertando que a qualificação das informações prestadas no monitoramento das ações serão condição para aprovação do RAG 2021.

Comissão Técnica do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria

Página da peça
4

Peça
4500543

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201622

Criado pela Lei Municipal nº3355/1991, modificada pelas Leis Municipais 3871/1995 e 5875/2014
Av. Medianeira nº 355, Bairro Medianeira – CEP- 97.060-001- Fone: (55)39217205 –
E: MAIL: cmssmrs@gmail.com

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0797.07F3.07B6.EC10.7AD4.

Recibo de Envio de Informações Nº 3/2022

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 08/04/2022, às 16h e 53min, pelo Controle Interno da PM DE SANTA MARIA, referente ao órgão PM DE SANTA MARIA, na pessoa de Marcileni Basso da Silveira, CPF 91214750087, em atendimento ao Ofício Circular Nº /

Pergunta	Resposta
1) Política Municipal de Meio Ambiente	
1.1) Com relação à Política Municipal de Meio Ambiente, assinale os itens em que a questão ambiental é considerada no planejamento do município.	
1.1.1) A Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente é constituída formalmente. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.1.1) Anexar a Lei Municipal que constituiu formalmente a Política Municipal do Meio Ambiente.	-
1.1.2) Há previsão orçamentária para o desenvolvimento das atividades da Política Municipal do Meio Ambiente. Assinale "Sim" caso positivo.	Não
1.1.2.1) Anexar a lei que comprove a previsão orçamentária para as atividades prevista na PMMA, indique o artigo correspondente.	-
Observações:	
1.1.3) Promove a integração com os demais entes federados visando a realização de programas e ações, bem como a articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PNMA (inciso V, art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Sim
Indique o nome da ação que visa à concretização dos objetivos da PNMA.	Convênio de delegação de competências para licenciamento ambiental; Acordo de Cooperação da Mata Atlântica e Cooperação dos Cadastros Técnicos e TCFA
1.1.3.1) Anexar documentos que comprovem a ação ou informar link para acesso aos documentos. Informe, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	-
Link:	1.1.3.1) http://www.fepam.rs.gov.br/
Observações:	
1.1.4) Sistematização das informações sobre o Meio Ambiente visando à divulgação de dados ambientais relevantes à população e ao Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (incisos VII e VIII, art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Sim
Indique quais informações ambientais são divulgadas para a população	Licenças, Formulários, Informações Diversas, legislação
Indique o link para acesso às informações.	http://pronim.govbrsul.com.br:3055/rcl5/indexme.aspx?1399
1.1.5) Zoneamento Ambiental no planejamento do uso e ocupação do solo, bem como definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos (incisos IX e X do art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Sim
Informe o número e o ano da Lei (número/ano). Exemplo: 10/2019	LC 117/2018
1.1.5.1) Anexar a lei e indicar pelo menos um artigo do documento associado ao zoneamento ambiental e/ou à definição de espaços territoriais a serem protegidos.	LC 117-2018.pdf (3,43MB)
Indicar artigo(s):	art.15º
1.1.6) Ações sistemáticas de educação ambiental (inciso XI, art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011).	Sim

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Pergunta	Resposta
Informe a(s) ação(ões) sistemática(s) de educação ambiental promovida(s) (nome da ação):	PROMFEA, Bem-Estar Animal nas Escolas, Educação Ambiental nas escolas, ações no Parque Natural Municipal dos Morros (PNMM)
1.1.6.1) No tocante às ações sistemáticas de educação ambiental promovida em todos os níveis. Indique documentos que comprovem a ação, anexando arquivo ou através de link onde são reportadas as ações. Informando, se necessário, a página ou item ao qual se reporta a ação.	Resposta 1.1.6.1 - Links.pdf (0,16MB)
Link:	https://www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/noticias/23857-prefeitura-de-santa-maria-divulga-programacao-alusiva-ao-bemestar-animal-no-municipio
Observações:	
2) Estrutura Municipal de Licenciamento, Controle e Fiscalização Ambiental	
2.1) Existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de controle e fiscalização ambiental?	Não
2.1.1) Anexe Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta expedido pelo MPRS, e/ou outros documentos que se associem às pendências referidas.	-
2.1.2) Relacione as pendências registradas no(s) documento(s) anexado(s).	
2.1.3) Informe a data limite definida para a regularização das pendências	
2.1.4) Há desconformidade no prazo de regularização das pendências?	
2.2) O Município possui órgão ambiental dedicado ao tratamento de questões ambientais, relativas ao controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local?	Sim
2.2.1) Indique a unidade responsável pelo meio ambiente:	Secretaria de Município de Meio Ambiente
2.2.2) Informe o ato normativo de criação da unidade.	Lei Municipal nº 5769/2013
2.2.3) Quantos servidores efetivos são dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental no município?	17
2.2.3.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função dos servidores efetivos dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 17 Detalhamento no final do recibo.
2.2.4) Foram realizadas notificações ambientais no ano de referência (2021)?	Sim
Indique o número de notificações realizadas:	71
2.2.5) Informe as principais causas de notificações no município em 2021:	Empreendimentos sem licenciamento
2.2.6) Há pelo menos um fiscal ambiental concursado no Município?	
2.2.6.1) Registre o nome, o CPF, a formação, o vínculo e o cargo/função dos responsáveis pelas atividades de controle e fiscalização ambiental.	Registros informados: 0
2.2.7) Há responsável(is) técnico(s) habilitado(s) para o licenciamento ambiental de atividades com impacto local no Município?	Sim
2.2.7.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função do(s) responsável(is) técnico(s) habilitado a análise de atividades de licenciamento ambiental	Registros informados: 11 Detalhamento no final do recibo.
2.2.8) Informe o número de processos de licenciamento ambiental analisados no Município no ano de 2021.	302
2.2.9) Informe o número de licenças ambientais emitidas pelo município no ano de referência (2021).	249
2.2.10) Sobre a autonomia municipal para o licenciamento de atividades de impacto local, a Resolução CONSEMA nº 372/2018 define, em seu Art. 8º, o seguinte: Art. 8º. Os Municípios que não possuam órgão ambiental capacitado ou Conselho Municipal de	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Pergunta	Resposta
Meio Ambiente comunicarão tal situação à Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para fins de exercício da competência supletiva prevista no art. 15 da Lei Complementar nº 140/2011. Na ausência de unidade municipal para o licenciamento e de licenciador habilitados, a responsabilidade pelo licenciamento ambiental das atividades de impacto local é transferida a outro ente federado municipal ou estadual?	
2.2.10.1) Anexar o documento que comprove a transferência da competência pelo licenciamento ambiental do município a outro ente federado.	-
2.3) Segundo a Resolução CONSEMA 372/2018, art. 5º, os empreendimentos e atividades serão licenciados ou autorizados ambientalmente por um único ente federativo, inclusive quanto à supressão de vegetação nativa vinculada ao licenciamento. § 1º. Deverão ser observadas as competências e anuências estabeleci-das na Lei Federal 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica) e no Decreto Federal 6.660/2008. § 2º. Os empreendimentos e atividades de impacto local que envolvam necessidade de supressão de vegetação em formações florestais nativas e ecossistemas associados no Bioma Mata Atlântica serão licenciados pelos órgãos ambientais municipais competentes, desde que os respectivos muni-cípios possuam convênio de delegação de competência da gestão da Mata Atlântica, devendo na inexistência deste, serem licenciados pelo órgão ambi-ental estadual competente.	
2.3.1) Estando localizado na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006, o município possui convênio com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente/FEPAM para o licenciamento de manejo/corte de vegetação nativa de Mata Atlântica?	Sim
2.3.2) Neste caso, anexe o convênio/termo de cooperação firmado com SEMA/FEPAM.	Item 2.3.2).pdf (3,64MB)
3) Informar os dados do responsável pelas informações relacionadas à Política Municipal do Meio Ambiente e sobre a Estrutura Municipal de Controle e Fiscalização Ambiental:	
3.1) Nome completo:	Guilherme Lul da Rocha
3.2) Informar o CPF:	00895803038
3.3) E-mail para contato:	guilherme.rocha@santamaria.rs.gov.br
3.4) Informar o telefone celular para contato:	(55)99167-4754
4) Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PMGIRS)	
4.1) Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), nos moldes do art. 19 da Lei nº 12.305/2010, informe a situação em que o mesmo se encontra:	O plano foi concebido como parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico
4.1.1) Indique o número e o ano da lei (número/ano):	6027/2015
4.1.2) Indique a data do encaminhamento à Câmara de Vereadores	
4.1.3) Anexe cópia do documento submetido à Câmara de Vereadores	-
4.1.4) Indique a fase em que se encontra o processo de elaboração do PMGIRS.	
4.2) No caso de haver ações implementadas pelo município na instrumentalização do plano municipal de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos, responda:	
4.2.1) Qual(is) a(s) origem(ns) dos recursos utilizados no processo de elaboração do Plano Municipal (ou Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos consolidado ou em consolidação? Por favor, escolha as opções que se aplicam:	
4.2.2) A elaboração do Plano Municipal (Intermunicipal) de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, consolidado ou em consolidação, foi realizada com a atuação/ participação de: Por favor, escolha as opções que se aplicam.	
4.3) O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município foi elaborado no formato completo (conforme art. 19, Lei nº 12.305/2010), simplificado (conforme art. 51, Decreto nº 7.404/2010) ou intermunicipal (conforme art. 52, Decreto nº 7.404/2010).	
4.4) O plano, seja ele peça autônoma ou parte do Plano Municipal de Saneamento Básico, contempla na íntegra o conteúdo mínimo exigido pelo artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010 ou, no caso de municípios com menos de 20.000 habitantes, pelo artigo	Não

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Página 1349
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500523
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160E

Pergunta	Resposta
51 do Decreto Federal nº 7.404/2010 para um plano simplificado ou, ainda, caso seja intermunicipal ao que dispõe o artigo 52 do Decreto nº 7.404/2010?	
4.5) Sobre o cumprimento de metas, estando o Plano de Resíduos publicado ou promulgado, inclusive se for simplificado, regional ou parte do Plano de Saneamento Básico, escolha a opção mais adequada à realidade do município:	As ações, programas e metas propostas no plano estão sendo implementadas, mas com atraso em relação aos prazos nele inicialmente previstos
4.6) Sobre as revisões periódicas, estando o Plano de Resíduos publicado ou promulgado, inclusive se for simplificado, regional ou parte do Plano de Saneamento Básico, escolha a opção mais adequada à realidade do município:	Ainda não transcorreu o prazo para a primeira revisão periódica do plano
Indicar a data limite para a primeira revisão do plano, considerado o limite de 10 anos da publicação/promulgação:	31/12/2025
4.6.1) Anexar comprovante da revisão realizada.	-
5) Destinação final ambientalmente adequada	
5.1) Indique a situação do local de disposição final de resíduos urbanos no município:	Aterro sanitário, regularmente licenciado
5.1.1) Indique o órgão emissor da licença ambiental do local (aterro ou outra alternativa) onde são dispostos os resíduos sólidos urbanos do município	FEPAM
Indique o número da licença ambiental do local (aterro ou outra alternativa) onde são dispostos os resíduos sólidos urbanos do município:	07449
5.1.1.1) Anexar cópia da licença ambiental do local.	LICENÇA AMBIENTAL.pdf (0,05MB)
5.2) Não havendo o licenciamento ambiental válido para o local de disposição dos resíduos sólidos urbanos do município, Indique a alternativa que representa a situação da irregularidade da área de disposição final, do ponto de vista ambiental:	
5.2.1) Informar o número da última licença ambiental que vigeu para a área de disposição final de resíduos.	
5.2.2) Anexar cópia da da última licença ambiental que vigeu para a área de disposição final de resíduos.	-
5.3) Sobre a propriedade da área onde se situa o sistema de disposição final de RSU, indique	Empresa privada (indique o nome da empresa e a localização (município) da área de disposição final)
Complemente com o solicitado	CRVR - RIO GRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA
5.4) Há estação de transbordo?	Não
5.4.1) A licença de operação da área de transbordo existe e está em situação regular?	
5.4.2) Indique o número da licença de operação da área de transbordo.	
5.4.3) Anexe o documento.	-
6) Sustentabilidade Econômica: O Serviço público de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU) de acordo com o MANUAL ORIENTATIVO SOBRE A NORMA DE REFERÊNCIA Nº 1/ANA/2021 compreende as atividades de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos. Não estão incluídos como passíveis de cobrança, os serviços de limpeza urbana (SLU) que compreendem a limpeza dos imóveis e áreas públicas e dos bens de uso comum do município e nem o manejo dos resíduos dos serviços de saúde do município.	
6.1) Há cobrança por serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos no município?	Sim
6.2) Quanto à arrecadação, informe:	A arrecadação não alcança a sustentabilidade dos serviços de manejo de RSU

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Pergunta	Resposta
6.3) No caso de haver cobrança pelos serviços de manejo de RSU, informe o número e o ano da Lei ou instrumento normativo que autoriza a cobrança da taxa de limpeza urbana ou tributo equivalente: (exemplo: 1.234/2020)	002/2001
6.4) Anexe o documento referido na questão anterior.	LEI MUNICIPAL N° 3731_93, DE 24-12-93.pdf (1,58MB)
6.5) No caso de haver cobrança dos serviços de manejo de RSU, informe como é feita a cobrança.	Tarifa/Taxa específica cobrada junto com o carnê do IPTU
6.6) Havendo cobrança pelos serviços de manejo de RSU, informe os valores apurados no exercício em análise como receita (taxa/tarifa) e despesa (valor gasto com os serviços de manejo de resíduos sólidos,, conforme conceituados no início da questão 6).	
6.6.1) Informar a receita anual com taxa/tarifa de manejo de RSU:	11.901.639,89
6.6.2) Informar a despesa anual com manejo de RSU (coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos):	21.864.465,26
7) Abrangência da Prestação	
7.1) Informar o percentual da população URBANA atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos:	100
7.2) Informar o percentual da população RURAL atendida por coleta regular de Resíduos Sólidos	16
8) Coleta Seletiva e Participação Comunitária	
8.1) A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos na área URBANA do município?	Sim, parcialmente
8.2) A coleta seletiva no município é realizada por:	Outro
Descrever:	CONESUL
9) Participação em Consórcio Público	
9.1) O município participa de Consórcio Público intermunicipal que realiza a gestão e o manejo de resíduos sólidos, constituídos nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005?	Não há iniciativas relativas ao consorciamento municipal para o gerenciamento de RSU
9.1.1) Havendo iniciativas para a gestão consorciada de RSU, indique que etapas do gerenciamento de RSU são/serão contempladas pelo consórcio.	
9.1.2) Anexe a norma municipal que autoriza o consórcio.	-
9.1.3) Anexe o contrato que orienta sobre as responsabilidades e ações pertinentes aos participantes do consórcio.	-
10) Gestão de Resíduos da Construção Civil	
10.1) No planejamento municipal, há diretrizes que orientam sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de Resíduos da Construção Civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)?	Sim
10.1.1) Informar em que instrumento municipal são constituídas as diretrizes relativas a Resíduos de Construção e Demolição.	Decreto Municipal nº 146/2009
11) Informar os dados do responsável pelas informações relacionadas às questões sobre resíduos.	
11.1) Informar nome completo:	Guilherme Lul da Rocha
11.2) Informar nº CPF	00895803038
11.3) Informar e-mail para contato.	guilherme.rocha@santamaria.rs.gov.br
11.4) Informar telefone celular para contato.	(55)99167-4754
12) Esgotamento Sanitário	
12.1) Prestação dos serviços de esgotamento sanitário.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Pergunta	Resposta
12.1.1) De acordo com o art. 3º-B da Lei nº 11.445/2007, são serviços públicos de esgotamento sanitário a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários e lodos de tratamento oriundos das unidades de tratamento coletivas ou individuais, incluídas fossas sépticas. Como são prestados os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município?	Pela CORSAN
12.1.1.1) Informe qual a outra forma de prestação:	
12.1.1.2) Anexar o contrato com a empresa contratada.	-
12.1.2) O art. 10 da Lei nº 11.445/2002 estabelece que a celebração de contrato de concessão deve ser precedida de licitação, sendo vedada a contratação através de contratos de programa, convênio, parceria ou outros instrumentos de natureza precária. E, no §3º do mesmo artigo, que os contratos de programa regulares vigentes são válidos até o advento do termo contratual. O contrato de programa com a CORSAN encontra-se em vigência?	Sim
Informar a data de término do contrato pactuado com a CORSAN.	16/07/2053
12.1.2.1) Anexar o contrato pactuado com a CORSAN.	CONTRATO CORSAN - PDF ÚNICO.pdf (6,05MB)
12.1.3) Definindo o conceito de universalização como a ampliação progressiva do acesso ao saneamento básico visando à meta de 90% para coleta e tratamento de esgotos em 2033, o Plano Nacional de Saneamento Básico, Plansab, estabelece como critério de atendimento adequado a possibilidade de uso de soluções individuais constituídos de fossa séptica, filtro e sumidouro. O acesso ao atendimento adequado, nesse caso, prevê a possibilidade de limpeza periódica dos tanques sépticos, com tratamento e disposição final adequada dos lodos, sendo que a disposição final dos lodos se constitui, nos termos do art. 3-B da Lei nº 11.445/2007, em serviço público de esgotamento sanitário. Tendo em vista que no município não há serviço público de esgotamento sanitário, visando ao atendimento adequado do usuário, marque as opções disponíveis no município:	
12.2) o art. 9º da Lei nº 11.445/2007 estabelece como responsabilidade do titular dos serviços de saneamento a formulação da Política Pública de Saneamento Básico, para o que é requerido o Plano Municipal de Saneamento Básico. Nos artigos 19 e 22 da mesma lei, a prestação e a regulação da prestação dos serviços de saneamento devem observar o planejamento, mesmo quando se tratar de prestação direta. Ainda, de acordo com o art. 11 da Lei º 11.445/2007, a existência do plano de saneamento é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico. A existência do planejamento é também posta como condição de acesso a recursos de financiamento geridos pela União e destinados a serviços de saneamento básico.	
12.2.1) O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	Sim
12.2.2) De acordo com o art. 25, inciso II, do Decreto Federal n. 7.217/2010, o Plano Municipal de Saneamento Básico deve abranger metas de curto, médio e longo prazos visando à universalização dos serviços de saneamento em 2033, entendida como a ampliação progressiva dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários de forma a alcançar 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. Haverá atendimento adequado do serviço de saneamento quando o esgoto sanitário for coletado e tratado.. Constam no Plano Municipal de Saneamento Básico metas objetivas para o atingimento da universalização da coleta e tratamento de esgotos sanitários?	Sim
12.2.2.1) Considerando as metas estabelecidas, indique o percentual atualizado de atingimento da meta de curto prazo até o ano de 2021:	Percentual % (0-100)
Informe o valor:	64
12.3) Estrutura da coleta e tratamento de esgotos sanitários. A Lei Federal nº 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico deverão ser prestados com base em princípios de universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Pergunta	Resposta
12.3.1) No que diz respeito ao sistema público de esgotamento sanitário na zona urbana do Município, escolha a(s) alternativa(s) que existem na zona urbana do município.	Soluções individuais do tipo fossa séptica, filtro e sumidouro sem conexão com a rede de coleta. Soluções individuais do tipo fossa séptica, filtro e sumidouro com conexão com a rede de coleta (cloacal ou mista). Rede coletora tipo separador absoluto. Tratamento de esgotos coletados e conduzido à estação de tratamento
12.3.1.1) Caso tenha marcado a alternativa " Lançamento in natura (afastamento por fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outro destino)", informe se há registro do percentual aproximado da população para essas ocorrências são verificadas:	
12.3.1.2) Caso tenha marcado a(s) alternativa(s) referente ao uso de soluções individuais e/ou rede coletora, informe se há registro do percentual aproximado da cobertura desse tipo de sistema/rede na área urbana:	Não possui registro.
12.3.1.3) Caso tenha marcado a alternativa "Tratamento de esgotos coletados e conduzido à estação de tratamento", informe se há registro do percentual aproximado de esgoto que, coletado, é conduzido a uma estação de tratamento?	Sim há registro
Informe o percentual aproximado de esgoto que, coletado, é conduzido a uma estação de tratamento:	64
12.4) Sustentabilidade econômico-financeira: A Lei Federal nº 11.445/2007 determina, em seu Art. 29, que os serviços públicos de saneamento terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, tendo em vista a universalização do acesso. No caso de esgotamento sanitário, a universalização considera a ampliação progressiva do acesso (Art. 3º, III) de forma a que 90% dos domicílios ocupados recebam atendimento adequado até 2033 (Art. 11-B), sendo admitidas soluções individuais desde que obser-vadas as normas técnicas aplicáveis (Art. 45, §1º). Ainda sobre a sustentabilidade dos serviços de saneamento, o Art. 45, §4º, esta-belece que, quando disponibilizada rede pública de esgotamento sanitário, o usuário estará sujeito aos pagamentos dos serviços ainda que sua edificação não esteja conectada à rede pública.	
12.4.1) Sobre a sustentabilidade dos serviços, o município instituiu cobrança pelos serviços de esgotamento sanitário?	Sim.
12.4.1.1) Informe se a remuneração pelos serviços de esgotamento sanitário garante a sustentabilidade da prestação e dos investimentos requeridos para a universalização em 2033, de forma a alcançar o atendimento adequado para 90% dos domicílios.	Sim.
12.5) Regulação dos serviços de saneamento: De acordo com o art. 8, § 5º, e o art. 9º, II, da Lei 11.445 de 2007, o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento independentemente da modalidade de sua prestação, sejam os serviços prestados diretamente ou por terceiros. Ainda, o Art. 11º, III, da mesma lei estabelece como condição de validade dos contratos de prestação dos serviços de saneamento a designação de entidade de regulação e fiscalização. E, na ausência de redes públicas de saneamento básico, o Art. 45, § 1º da Lei 11.445 de 2007 estabelece que deverão ser observadas normas editadas pela entidade reguladora.	
12.5.1) O município possui convênio estabelecido com entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de esgotamento sanitário?	Sim.
12.5.1.1) Informe o nome da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de esgotamento sanitário.	AGERGS
12.5.1.2) Anexar o convênio com a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços.	Convenio AGERGS.pdf (2,25MB)
12.5.1.3) Nesse caso, considerando o estabelecido no art. 45, § 1º da Lei nº 11.445 de 2007, no sentido de que deverão ser observadas normas editadas pela entidade reguladora, apresente justificativa, se desejar.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Pergunta	Resposta
13) Informar os dados do responsável pelas informações relacionadas ao Esgotamento Sanitário:	
13.1) Informar o nome completo:	Marcos Vinícius Moraes
13.2) Informar o nº do CPF:	40263045072
13.3) Informar e-mail para contato.	marcosmoraes8@yahoo.com.br
13.4) Informar telefone celular para contato.	55999716637

Recibo emitido em 21/06/2022 11:10.

Código de autenticação

AQSN4-JXRF4-EUHQ5

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Dados Tabulares

2.2.3.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função dos servidores efetivos dedicados às atividades de controle e fiscalização ambiental.

Nome completo	Andreia de Medeiros Martins da Silveira
CPF	013.554.050-09
Formação	Ciências Contábeis
Cargo/função	Fiscal Municipal II

Nome completo	Cláudia Aléssio
CPF	021.972.750-38
Formação	Engenharia Química
Cargo/função	Fiscal Municipal II

Nome completo	Gilmar Moreira da Silva
CPF	012.011.990-00
Formação	Licenciatura em Educação Física
Cargo/função	Fiscal Municipal II

Nome completo	Jefferson Eduardo Müller
CPF	400.916.510-34
Formação	Técnico em Segurança no Trabalho e Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais
Cargo/função	Fiscal Municipal II

Nome completo	Juarez Antonio Piccini
CPF	235.412.610-72
Formação	2.º Grau Completo
Cargo/função	Fiscal Municipal II

Nome completo	Maristela Aparecida Flôres Milani
CPF	716.161.360-49
Formação	História
Cargo/função	Fiscal Municipal II

Nome completo	Carlos Eduardo Silveira Cezar
CPF	025.246.150-90
Formação	Ciências Biológicas
Cargo/função	Biólogo

Nome completo	Isabel Camponogara
CPF	730.314.530-34
Formação	Geografia
Cargo/função	Geógrafa

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Nome completo	João Batista Cassol Ferreira
CPF	448.643.700-44
Formação	Engenharia Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Lucas Henrique da Costa Marinho
CPF	118.956.687-78
Formação	Geologia
Cargo/função	Geólogo

Nome completo	Luciana Silveira da Rosa
CPF	611.113.920-72
Formação	Química Industrial
Cargo/função	Química Industrial

Nome completo	Luciane Belmonte Chami
CPF	757.234.090-34
Formação	Engenharia Florestal
Cargo/função	Engenharia Florestal

Nome completo	Luiz Geraldo Cervi
CPF	303.674.500-97
Formação	Engenharia Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Luiz Ramirez Bezerra Sena
CPF	002.808.812-31
Formação	Ciências Biológicas
Cargo/função	Biólogo

Nome completo	Marcos Geovane Berger
CPF	626.372.820-53
Formação	Geografia
Cargo/função	Geógrafo

Nome completo	Maurício Theodorico Mezzomo
CPF	693.386.980-68
Formação	Engenharia Civil
Cargo/função	Engenheiro Civil

Nome completo	Ricardo Pallaoro
CPF	543.467.200-30
Formação	Engenharia Agronômica
Cargo/função	Engenheiro Agrônomo

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Dados Tabulares

2.2.7.1) Registre o nome, o CPF, a formação e o cargo/função do(s) responsável(is) técnico(s) habilitado a análise de atividades de licenciamento ambiental

Nome completo	Carlos Eduardo Silveira Cezar
CPF	025.246.150-90
Formação	Ciências Biológicas
Cargo/função	Biólogo

Nome completo	Isabel Camponogara
CPF	730.314.530-34
Formação	Geografia
Cargo/função	Geógrafa

Nome completo	João Batista Cassol Ferreira
CPF	448.643.700-44
Formação	Engenharia Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Lucas Henrique da Costa Marinho
CPF	118.956.687-78
Formação	Geologia
Cargo/função	Geólogo

Nome completo	Luciana Silveira da Rosa
CPF	611.113.920-72
Formação	Química Industrial
Cargo/função	Química Industrial

Nome completo	Luciane Belmonte Chami
CPF	757.234.090-34
Formação	Engenharia Florestal
Cargo/função	Engenheira Florestal

Nome completo	Luiz Geraldo Cervi
CPF	303.674.500-97
Formação	Engenharia Florestal
Cargo/função	Engenheiro Florestal

Nome completo	Luiz Ramirez Bezerra Senna
CPF	002.808.812-31
Formação	Ciências Biológicas
Cargo/função	Biólogo

Nome completo	Marcos Geovane Berger
CPF	626.372.820-53

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Formação	Geografia
Cargo/função	Geógrafo

Nome completo	Maurício Theodorico Mezzomo
CPF	693.386.980-68
Formação	Engenharia Civil
Cargo/função	Engenheiro Civil

Nome completo	Ricardo Pallaoro
CPF	543.467.200-30
Formação	Engenharia Agronômica
Cargo/função	Engenheiro Agrônomo

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AB03.F876.8045.8D59.6197.

Página 1358
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 26 DE JULHO DE 2018

Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria.

ALEXANDRE VARGAS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que, em conformidade com o que determina o §6º do artigo 86 da Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta casa, em seu artigo 46, §1º, inciso IV, o Plenário aprovou e **EU** promulgo o seguinte:

Art. 69 ...

§ 4º Poderá o Município autorizar empreendimentos com lotes menores que o estabelecido para a zona, quando localizados nas zonas 9.a, 9.b, 12.b, 13, 14, 16, 18 e 19. Neste caso o lote mínimo permitido será de 200m² (duzentos metros quadrados), testada mínima de 7,5 m (sete metros e meio) e relação testada profundidade de ¼ (um inteiro e quatro décimos).

SALA DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA, aos vinte e nove (29) dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito (2018).

Ver. ALEXANDRE VARGAS
Presidente da CMVSM

Registre-se e Publique-se.

Verª. LUCI DUARTES
1ª Secretária

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1359
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 26 DE JULHO DE 2018

Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria.

TITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CONCEITOS E DEFINIÇÕES
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece as normas e as condições para o uso, ocupação, parcelamento do solo, perímetro urbano e sistema viário do Município de Santa Maria e tem como objetivos:

I - estabelecer os critérios para racionalizar a ocupação do solo nas áreas do Município, segundo as políticas do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial - PDDT;

II - prever e controlar as densidades do uso e ocupação do solo, como instrumento de administração e gestão da cidade oferecendo bases para o planejamento sustentável dos serviços públicos necessários à comunidade;

III - compatibilizar a implantação das diversas atividades existentes na cidade, que diferenciadas entre si são complementares;

IV - garantir o cumprimento da função social da propriedade, quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial;

V - compatibilizar, convenientemente, o uso do solo, parcelamento e a adequação das edificações às funções e à infra-estrutura, evitando a poluição e degradação ambiental;

VI - viabilizar o uso adequado aos vazios urbanos para fins de interesse urbanístico.

Art. 2º Estão sujeitas às disposições desta Lei Complementar:

I - o planejamento territorial;

II - o planejamento e a execução de parcelamento do solo urbano;

III - as obras e edificações, no que se refere aos parâmetros urbanísticos;

IV - o funcionamento das atividades no que tange a ocupação do solo;

V - o sistema viário;

VI - os perímetros urbanos da sede do Município e Distritos.

Art. 3º As edificações, obras e serviços urbanos, ficam sujeitas às diretrizes desta Lei Complementar e ao prévio licenciamento pelo Município.

Parágrafo único. Entendem-se como serviços urbanos, os que necessitam de prévio licenciamento do Município, tais como: rede de água; rede de esgoto; rede pluvial;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1360
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

rede de gás; instalação de armários de televisão a cabo e/ou telefonia em passeio público; cabeamento de telefonia, televisão a cabo, rede de dados e energia elétrica.

Art. 4º O zoneamento e a ocupação do solo do Município de Santa Maria, no perímetro urbano do 1º Distrito - Sede do Município e nas Sedes Distritais, são regidos pelos dispositivos contidos nesta Lei Complementar e nos ANEXOS a ela integrantes, observado o seguinte:

I - para fins de Zoneamento Territorial, a área do Município de Santa Maria fica dividida em Urbana e Rural, composta de 10 Distritos, sendo o 1º Distrito a Sede do Município, conforme ANEXOS 2 e 5, e integram a presente Lei Complementar:

ANEXO 2	Confrontações dos Limites Municipais e Memorial Descritivo dos Limites Distritais de Santa Maria/RS
ANEXO 5	Memorial Descritivo do Limite Distrital, Perímetro Urbano, Macrozonas e Zonas do 1º Distrito - Sede do Município de Santa Maria

II - O perímetro urbano do 1º Distrito - Sede de Santa Maria, mapa de zoneamento e respectivos memoriais descritivos, estão compreendidos nos ANEXOS relacionados no quadro abaixo e integram a presente Lei Complementar:

ANEXO 5	Memorial Descritivo do Limite Distrital, Perímetro Urbano, Macrozonas e Zonas do 1º Distrito - Sede do Município de Santa Maria
ANEXO 9	Mapa do Perímetro Urbano e Macrozoneamento Urbanístico do 1º Distrito - Sede do Município
ANEXO 10	Mapa do Zoneamento Urbanístico do 1º Distrito - Sede do Município
ANEXO 10.1	Mapa das Áreas de Risco do 1º Distrito Sede do Município

III - Os Distritos, com características predominantemente rurais, mapas de zoneamento e respectivos memoriais descritivos, estão compreendidos nos ANEXOS relacionados no quadro abaixo e integram a presente Lei Complementar:

ANEXO 2	Confrontações dos Limites Municipais e Memorial Descritivo dos Limites Distritais de Santa Maria/RS
ANEXO 15	Memoriais Descritivos dos Perímetros das Sedes e Zoneamentos Urbanos do 2º ao 10º Distrito
ANEXOS 16	Quadro Regime Urbanístico - Índices Urbanísticos Distritais e dos Usos e Atividades Distritais
ANEXO 18	Mapa do 2º Distrito - São Valentim
ANEXO 18.1	Mapa da Sede do 2º Distrito - São Valentim
ANEXO 19	Mapa do 3º Distrito - Pains
ANEXO 19.1	Mapa Sede do 3º Distrito - Pains
ANEXO 20	Mapa do 4º Distrito - Arroio Grande
ANEXO 20.1	Mapa da Sede do 4º Distrito - Arroio Grande
ANEXO 21	Mapa do 5º Distrito - Arroio do Só

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1361
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

ANEXO 21.1	Mapa da Sede do 5º Distrito - Arroio do Só
ANEXO 22	Mapa do 6º Distrito - Passo do Verde
ANEXO 22.1	Mapa da Sede do 6º Distrito - Passo do Verde
ANEXO 23	Mapa do 7º Distrito - Boca do Monte
ANEXO 23.1	Mapa Perímetro e Zoneamento da Sede do 7º Distrito - Boca do Monte
ANEXO 23.2	Mapa do Zoneamento da Sede do 7º Distrito - Boca do Monte
ANEXO 24	Mapa do 8º Distrito - Palma
ANEXO 24.1	Mapa da Sede do 8º Distrito - Palma
ANEXO 25	Mapa do 9º Distrito - Santa Flora
ANEXO 25.1	Mapa da Sede do 9º Distrito - Santa Flora
ANEXO 26	Mapa do 10º Distrito - Santo Antão
ANEXO 26.1	Mapa da Sede do 10º Distrito - Santo Antão

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 5º Para os fins desta Lei Complementar, adotam-se as definições do Quadro abaixo, com especificações, quando necessário:

DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES
1. USO DO SOLO	São as atividades localizadas em determinado espaço físico, subdividindo-se em: 1.1 - Uso permitido: é o uso de acordo com a destinação prevista na Lei e observados os indicadores urbanísticos; 1.2 - Uso tolerado: é o uso existente, anterior à vigência desta Lei Complementar, habilitado pela autoridade competente, e que não pode ser enquadrado como uso permitido, porque não se encontra relacionado na lista de usos permitidos para a zona que está implantado; 1.3 - Uso proibido: é todo aquele que não cumpre o regime urbanístico, não podendo, portanto, ser implantado.
2. CATEGORIAS DE USO	São as diversas destinações previstas para as áreas do Município, classificadas em residencial, comercial, serviço, industrial e produção rural.
3. ZONA OU ZONA DE USO	É uma área em cujo interior as diversas unidades, edificadas ou não, ficam condicionadas aos mesmos usos e indicadores.
4. MACROZONA	É a reunião de duas ou mais zonas que possuem usos e indicadores compatíveis entre si.
5. ZONEAMENTO URBANÍSTICO	É a caracterização do território municipal em zonas segundo seu regime urbanístico.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1362
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

6. ÁREA DO TERRENO/LOTE OU ÁREA TOTAL DO TERRENO/LOTE	É a área titulada do terreno junto ao Cartório do Registro de Imóveis -CRI, servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo Plano Diretor ou Lei Municipal para a zona em que se situa. Especificação: a - quando a área existente for maior que a área titulada, a correção no CRI deve ser feita antes da aprovação do projeto arquitetônico e aprovação do parcelamento do solo. b - quando a área existente for menor que a titulada, pode ser concedida a aprovação do projeto e licença para construir ficando o habite-se condicionado a correção no CRI. Neste caso, para o cálculo dos índices de ocupação, índice de aproveitamento e índice verde, a área do terreno a adotar pode ser a titulada desde que esta não supere em 10% (dez por cento) a área existente. Para definir os afastamentos e recuos deve-se adotar a área existente do terreno.
7. GLEBA	Gleba é a porção de terra que não tenha sido submetida a parcelamento do solo urbano.
8. ÁREA URBANA	É aquela situada dentro do perímetro urbano, núcleos urbanos e núcleos urbanos isolados, contendo edificação ou não.
9. ÁREA RURAL	É a área do Município, excluídas as áreas urbanas ou urbanizáveis.
10. DENSIDADE MÉDIA URBANA	É a relação entre a população urbana total e a área urbana, da Sede e dos Distritos.
11. ÁREA A VENTILAR E A ILUMINAR	Área não edificada, destinada a ventilar e/ou a iluminar os compartimentos de uma edificação.
12. ÍNDICE DE OCUPAÇÃO - IO	É a relação entre a projeção no plano horizontal da área ocupada pela edificação e a área total do terreno, calculada pela seguinte fórmula: $IO = \frac{\text{ÁREA DA PROJEÇÃO HORIZONTAL MÁXIMA}}{\text{ÁREA DO TERRENO}}$ Especificação: Na área da projeção horizontal máxima, não são computáveis as áreas citadas no art. 19 da presente Lei Complementar.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1363
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

13. ÍNDICE DE APROVEITAMENTO – IA	É a relação entre a área total edificada computável e a área total do terreno, calculada pela seguinte fórmula: IA = ÁREA TOTAL EDIFICADA COMPUTÁVEL ---------- ÁREA DO TERRENO Especificação: a área total edificada computável é a area total construída menos as áreas não-computáveis citadas no art. 20 da presente Lei Complementar.
14. ÍNDICE DE APROVEITAMENTO SEGUNDO O USO	É o coeficiente diferencial para cada uso dentro do mesmo terreno. A soma dos coeficientes segundo o uso não poderá ultrapassar o coeficiente de aproveitamento total: SOMA DOS COEFICIENTES SEGUNDO O USO ≤ COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO TOTAL.
15. ÍNDICE VERDE	É a relação entre a área permeável do terreno e a área total do terreno. Especificações: a - O índice verde deve ser inserido na área útil do lote a partir do novo alinhamento (recuo viário). b - 50% (cinquenta por cento) da área do índice verde deve ser em área sem qualquer tipo de pavimento, ficando proibida a sua utilização para manobra de veículos; c - até 50% (cinquenta por cento) da área do índice verde pode ser ocupada com pavimentação permeável, podendo ser utilizado em áreas de circulação de pedestres, áreas de manobra, circulação de veículos descobertas, exceto rampas de acesso de veículos; d - até 100% (cem por cento) da área do índice verde pode ser em Área de Preservação Permanente - APP, desde que respeitada a legislação específica ambiental; e - serão permitidas projeções de até 1,20 m (um metro e vinte centímetros) sobre as áreas destinadas ao índice verde; f - em lotes com testada oeste e recuo viário, na Rua Duque de Caxias o índice verde será calculado sobre a área remanescente do lote.
16. RECUO	É a distância entre o alinhamento do lote e a fachada da edificação (Figura 1).
17. RECUO VIÁRIO	É a distância entre o alinhamento existente do lote e o novo alinhamento para completar o gabarito previsto para a nova via. Especificação: Sobre o recuo viário não são permitidos qualquer tipo de ocupação privativa e/ou estacionamentos.
18. RECUO DE AJARDINAMENTO	É a distância entre o alinhamento do lote até a linha imaginária estabelecida no ANEXO 6 como recuo de frente.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1364
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

	Quando existir recuo viário, esta medida é desde o novo alinhamento até a fachada da edificação. Especificação: a - podem ser executados, no recuo de jardim, quadro de medição elétrica, de gás, de água ou outros equipamentos necessários para o funcionamento da edificação, com até 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) de altura, desde que não localizado paralelamente ao novo alinhamento; b - para edificações com comércio localizado no térreo, é permitido utilizar o recuo de jardim, com fração de até 50% (cinquenta por cento) da testada para vagas de estacionamento, sendo esta área com piso permeável; c - as vagas descritas acima não computam no número de vagas exigido pela legislação municipal, e devem atender as dimensões e rebaixos de meio fio, conforme previsto no Código de Obras e Edificações.
19. ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO ($A_{Max.}$)	É a medida computada tomando-se como parâmetro superior a laje do forro do último pavimento ocupado e como parâmetro inferior a cota do pavimento térreo, não podendo ultrapassar a altura máxima ($A_{Max.}$) definida para a zona, conforme ANEXOS 6, 6.1 e 16 (Figura 2). Especificações: I - quando o lote tiver frente para duas ruas, com desnível maior que 3 m entre as cotas dos passeios de cada rua, deverão ser calculadas as alturas máximas da edificação ($A_{Max.}$) para cada frente do lote, sendo o limite para cada altura adotada a profundidade do lote dividida por 2 (Figura 3). II - são excluídos do cálculo da altura das edificações ($A_{Max.}$), devendo respeitar os limites estabelecidos pelo Comando da Aeronáutica, os seguintes elementos: a - as antenas que se enquadram como instalações de infraestrutura urbana; b - as pérgulas e elementos similares vazados de arremate e ornamento do edifício; c - os elementos funcionais próprios das instalações do edifício, como depósitos de água, refrigeradores, painéis solares, arremates da caixa de escadas e outros similares; d - os dutos de ventilação e eliminação de gases.
20. ALTURA DA EDIFICAÇÃO PARA CALCULO DO AFASTAMENTO (H)	É a altura da edificação utilizada para o cálculo dos diâmetros mínimos de afastamentos da edificação, conforme o que estabelece os ANEXOS 6, 6.1 e 16 desta Lei Complementar, respeitada a exceção prevista no art. 26 desta Lei Complementar. É calculada tomando-se como parâmetro

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1365
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

	superior a laje do forro do último pavimento ocupado e como parâmetro inferior a cota do pavimento térreo ou a laje de forro de garagens ou comércio, quando estes tiverem dispensa de recuo lateral, não podendo ultrapassar a altura máxima definida para a zona, conforme ANEXOS 6, 6.1 e 16 (Figura 4, 5 e 24). Especificações: I - são excluídos do cálculo da altura das edificações (H), devendo respeitar os limites estabelecidos pelo Comando da Aeronáutica, os seguintes elementos: a - as antenas que se enquadram como instalações de infra-estrutura urbana; b - as pérgulas e elementos similares vazados de arremate e ornamento do edifício; c - os elementos funcionais próprios das instalações do edifício, como depósitos de água, refrigeradores, painéis solares, arremates da caixa de escadas e outros similares; d - os dutos de ventilação e eliminação de gases; e - quando existirem aterros ou cortes incidentes no terreno, ou ainda, terrenos em declive, será considerado para o cálculo da face a ventilar e iluminar o ponto médio onde o terreno incidir na fachada, verificado em cada face da edificação (Figura 6 e 7).
21. AFASTAMENTO	É a distância mínima exigida para ventilação e iluminação de cada face a ventilar e iluminar em cada bloco ou a distância da edificação até as divisas laterais ou de fundos do lote. Especificações: I - a verificação dos afastamentos é feita inserindo-se círculos com os diâmetros mínimos estabelecidos no ANEXO 6 e 16 da presente Lei Complementar; II - quando num lote existir mais de um bloco, o afastamento entre eles será o somatório dos afastamentos de cada face a ventilar e iluminar voltada para a área em comum (Figuras 28 e 29).
22. NÚMERO DE PAVIMENTOS	É o número de pavimentos computados a partir da cota do pavimento térreo até o último pavimento ocupado.
23. PAVIMENTO TÉRREO	É o acesso principal da edificação (soleira do elevador ou espera) situado em qualquer cota entre os níveis mais baixo e 1 m (um metro) acima do nível mais alto, em relação ao logradouro público (Figura 8).
24. SUBSOLO	É o pavimento de uma edificação situada abaixo do pavimento térreo.
25. SACADA	É a parte da edificação em balanço, com pelo menos 3 (três) faces abertas para o espaço livre exterior (logradouro ou

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1366
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

	pátio).
26. CONJUNTOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS E VERTICAIS	É o conjunto de 2 (duas) ou mais edificações, térreas, assobradadas, geminadas ou sobrepostas, destinadas a fins residenciais, constituindo cada unidade, propriedade autônoma.
27. PARCELAMENTO DO SOLO	É o ato de dividir uma gleba em lotes para fins urbanos.
28. EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E/OU EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	São os equipamentos públicos destinados à educação, saúde, cultura, lazer, segurança e similares.
29. EQUIPAMENTOS URBANOS E/OU EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA	São os equipamentos públicos destinados a abastecimento de água, serviço de esgotos, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado e outros.
30. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO	São as áreas verdes, as praças e os similares.
31. SISTEMA DE CIRCULAÇÃO	Constituem o sistema de circulação as vias necessárias ao tráfego de veículos e pedestres.
32. INFRAESTRUTURA BÁSICA DOS PARCELAMENTOS	É a constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar, vias de circulação de veículos e pedestres.
33. CONDOMÍNIO FECHADO DE LOTES	É o lote sujeito a regime de condomínio geral a ser dividido em lotes com indicação, na matrícula, da área deferida a cada condômino, sua fração ideal e área total computadas as áreas de uso comum. A superfície mínima de cada lote é entendida como a soma da área privativa e das áreas de uso comum, excetuando-se as vias de acesso.

§ 1º As renovações de Certidão de Zoneamento e Uso, bem como as solicitações de ampliação e reforma de prédios já existentes devem ser avaliadas à vista do disposto no item 13 do quadro do art. 5º desta ei Complementar, e serão concedidas desde que não tenham demonstrado qualquer inconveniente e não vierem a agravar a situação do uso dominante em que está situado o imóvel.

§ 2º Por iniciativa do Poder Executivo Municipal poderão ser estabelecidas outras condições e parâmetros de ocupação mais restritivos para uma determinada atividade classificada como de uso tolerado em determinada zona.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Página 1367
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

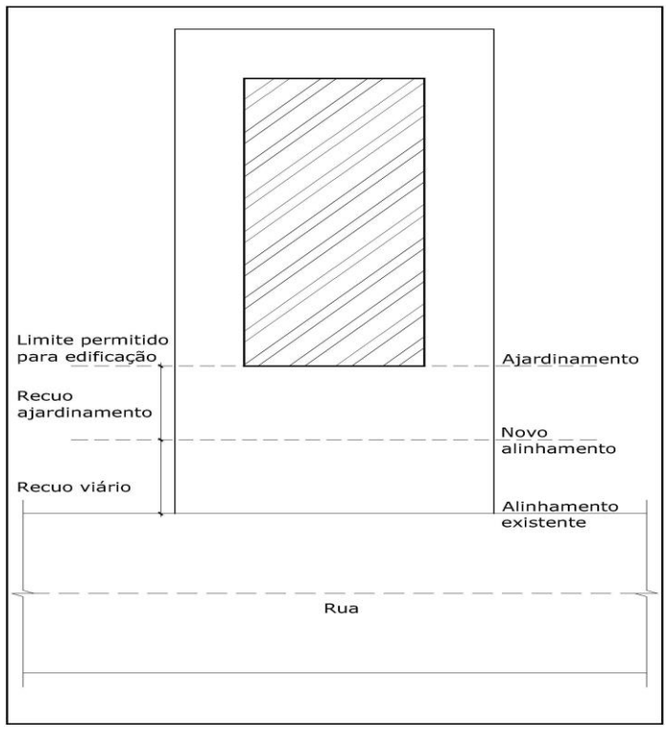


Figura 1 - Recuos.

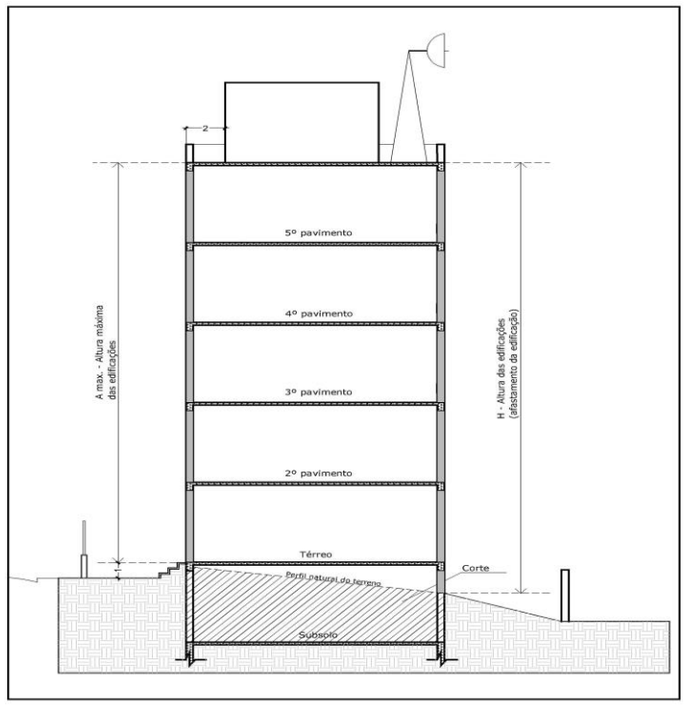


Figura 2- Alturas “$A_{max.}$”.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1368
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

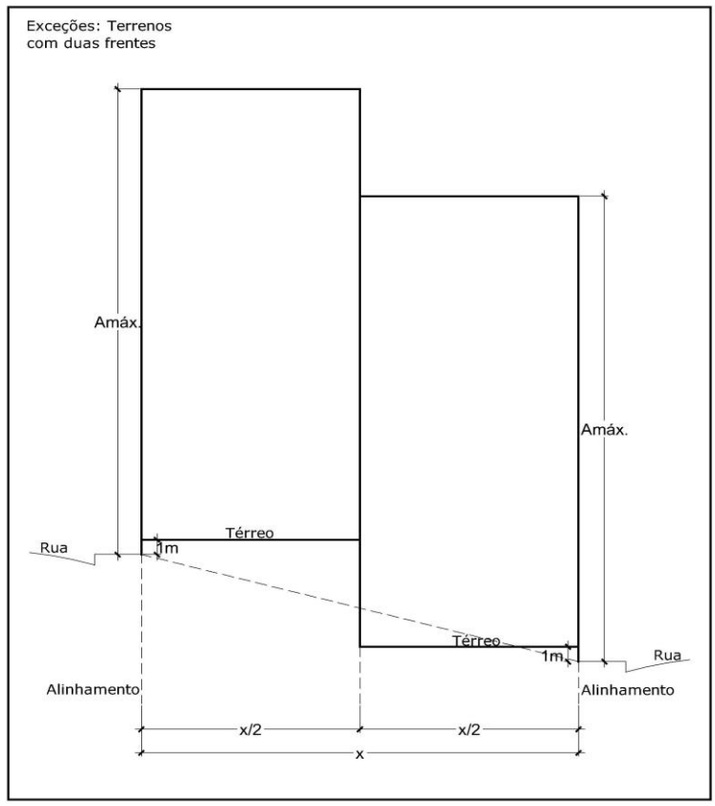


Figura 3 - Altura máxima ($A_{máx.}$) em terrenos com duas frentes.

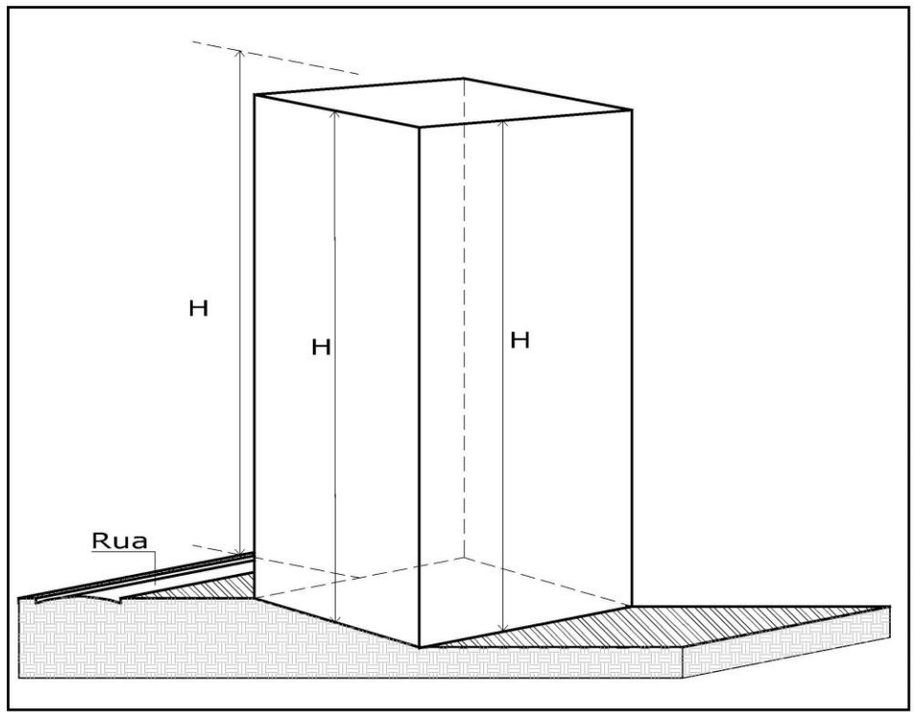


Figura 4 - "H" em relação às diferentes fachadas e perfis do terreno.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1369
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

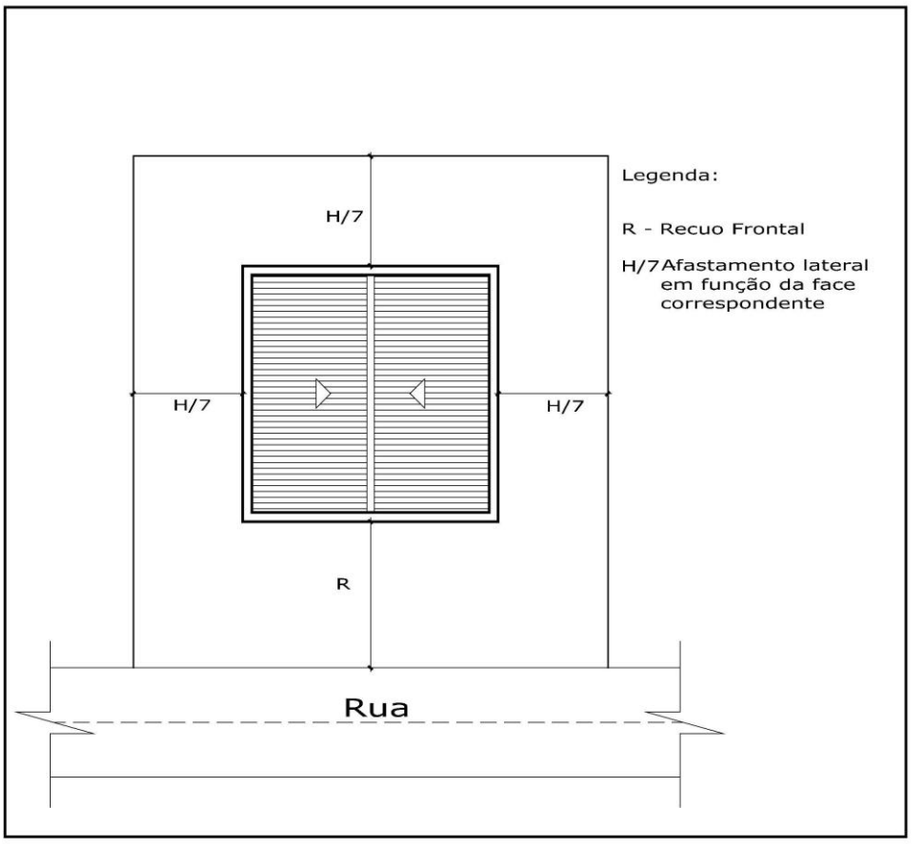


Figura 5 - Afastamentos laterais ou de divisas em função do “H”.

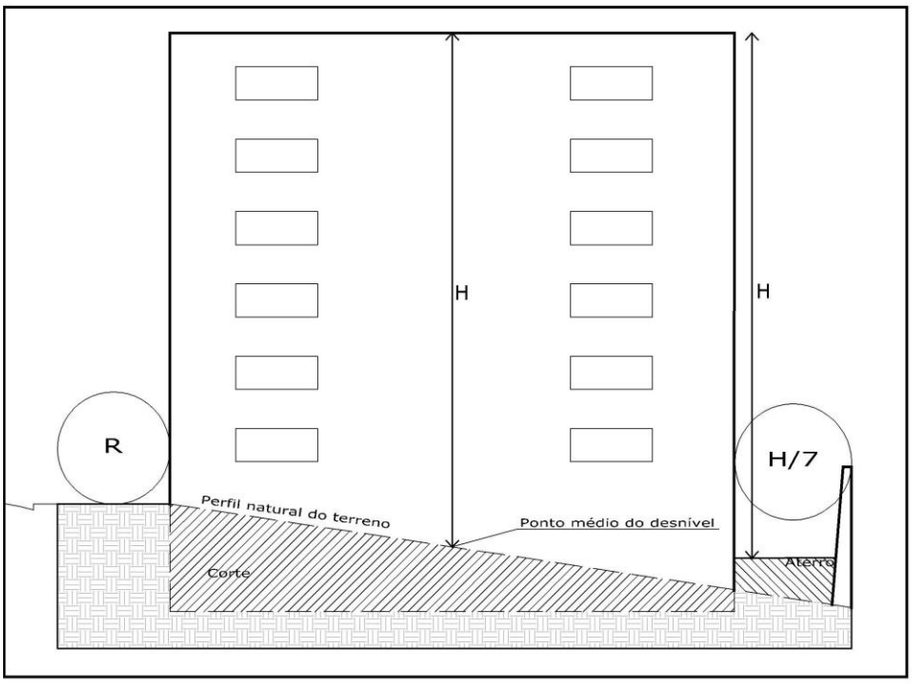


Figura 6 - “H” em corte e aterro.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1370
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

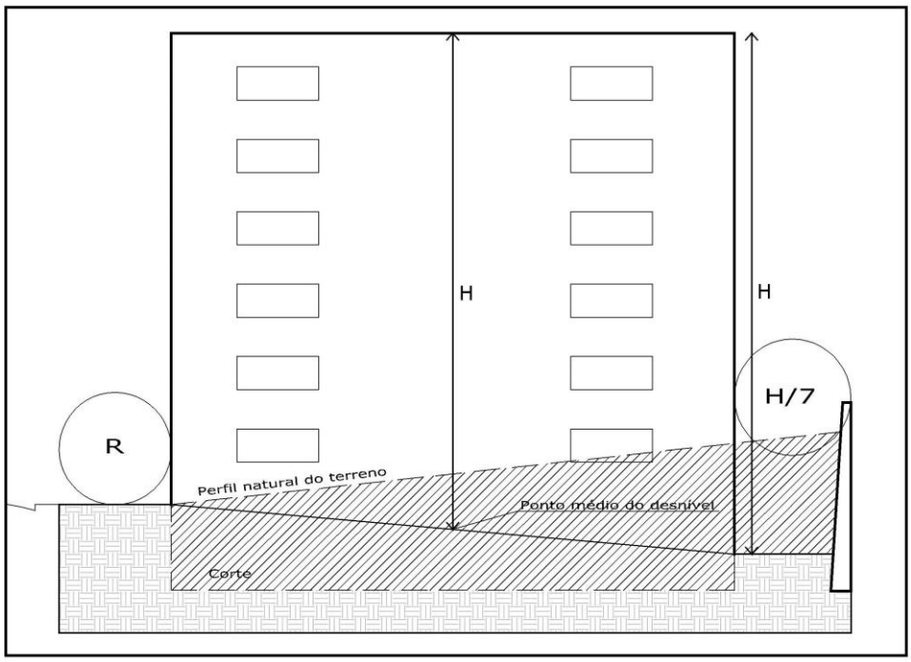


Figura 7- “H” em cortes e aterros.

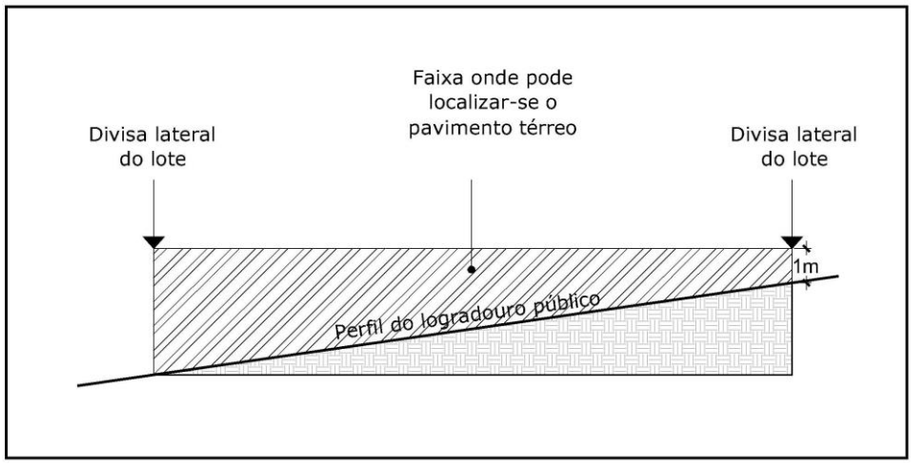


Figura 8 - Pavimento térreo.

Art. 6º Para efeitos desta Lei Complementar, as categorias de uso são estabelecidas segundo a classificação da Comissão Nacional de Classificação - CNAE, com os seguintes agrupamentos:

I - Residencial:

a) unifamiliar/bifamiliar;

b) multifamiliar.

II - Comercial:

a) comércio a varejo e por atacado de veículos automotores, motocicletas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1371
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

e embarcações;

b) comércio de peças e acessórios de veículos automotores, motocicletas e embarcações;

c) comércio a varejo de combustíveis;

d) comércio por atacado e intermediários do comércio;

e) comércio atacadista de produtos intermediários não-agropecuários, resíduos e sucatas;

f) comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos.

III - Serviços:

a) hotel e apart-hotel;

b) motel;

c) albergue, pensão e outros serviços afins;

d) camping;

e) serviço de alimentação;

f) movimentação e armazenamento de cargas e atividades auxiliares do transporte;

g) atividades e serviços;

h) educação, administração;

i) saúde, atividades de atenção à saúde;

j) serviços veterinários;

k) limpeza urbana, esgoto e atividades relacionadas;

l) atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas;

m) edifícios garagem e estacionamentos.

IV - Indústrias:

a) indústrias extrativas;

b) indústrias de transformação I;

c) indústrias de transformação II;

d) produção e distribuição de eletricidade, gás e água;

e) construção.

V - Produção Rural:

a) todas as atividades referentes ao meio rural.

TITULO II
DOS PROJETOS ESPECIAIS DE IMPACTO URBANO

Art. 7º O Projeto Especial de Impacto Urbano é a proposta de empreendimento ou atividade listado no ANEXO 7 desta Lei Complementar, devendo observar, no que couber, os seguintes objetivos:

I - viabilização das diretrizes e estratégias do PDDT;

II - promoção do desenvolvimento urbano a partir do interesse público, de forma acordada com o interesse privado;

III - solução dos impactos urbano-ambientais decorrentes da proposta;

IV - qualificação da paisagem urbana, reconhecendo suas diversidades e suas configurações socioespaciais;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1372
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

V - compatibilização das diversas políticas setoriais e do plano regulador com as diferentes escalas espaciais - terreno, quarteirão ou setor urbano.

§ 1º A avaliação dos impactos gerados pela proposta de empreendimento ou atividade deve resultar em soluções que visem à superação dos conflitos, devendo estabelecer condições e compromissos específicos, que, quando necessário, serão firmados em Termo de Compromisso.

§ 2º Dar-se-á sempre publicidade dos requerimentos e aprovações dos Projetos Especiais de Impacto Urbano.

Art. 8º Os Projetos Especiais de Impacto Urbano, conforme a iniciativa, classificam-se em:

I - Projeto Especial de Impacto Urbano de Realização Necessária; ou

II - Projeto Especial de Impacto Urbano de Realização Voluntária.

§ 1º O Projeto classificado no inciso I deste artigo é aquele implementado pelo Município para o desenvolvimento de setores da cidade, podendo haver a participação da iniciativa privada.

§ 2º O Projeto classificado no inciso II deste artigo é aquele originado a partir de uma iniciativa externa ao Poder Público Municipal.

Art. 9º O Projeto Especial de Impacto Urbano será objeto de análise com vista à identificação e à avaliação dos impactos decorrentes da proposta, considerando os seguintes conteúdos:

I - estrutura urbana e paisagem urbana, observando os aspectos relativos a:

a) estruturação e mobilidade urbana, no que se refere à configuração dos quarteirões, às condições de acessibilidade e segurança, à geração de tráfego e à demanda por transportes;

b) equipamentos públicos comunitários, no que se refere à demanda gerada pelo incremento populacional;

c) uso e ocupação do solo, considerando a relação com o entorno preexistente, ou a renovar, níveis de polarização e soluções de caráter urbanístico;

d) patrimônio ambiental, no que se refere à manutenção e à valorização.

II - infraestrutura urbana, no que se refere a equipamentos e redes de água, esgoto, drenagem, energia, entre outros;

III - bens ambientais, no que se refere à qualidade do ar, do solo e subsolo, das águas, da flora, da fauna, e às poluições visual e sonora decorrentes da atividade;

IV - estrutura socioeconômica, no que se refere a produção, consumo, emprego e renda da população;

V - valorização imobiliária, a ser regulamentada.

§ 1º As obras de implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários, da malha viária, e outras que se tornarem necessárias em função dos impactos, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias, serão, no que couber, de responsabilidade do empreendedor.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1373
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

§ 2º Os Projetos Especiais de Impacto Rural, listados no ANEXO 17, com atividades a serem implantadas nas zonas rurais, deverão observar os mesmos critérios definidos neste artigo e no art. 10.

Art. 10 A avaliação do Projeto Especial de Impacto Urbano será realizada por meio de Estudo de Viabilidade Urbana - EVU, para o qual poderá ser exigido o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, Estudo de Impacto Ambiental - EIA, ou Relatório de Impacto Ambiental - RIA, na forma da legislação aplicável.

§ 1º Os empreendimentos ou atividades sujeitos ao EIA ou ao RIA serão dispensados da apresentação do EIV.

§ 2º O EVU, o EIV, o EIA ou o RIA serão elaborados de acordo com legislação específica.

§3º Para solicitação de EVU, deverão ser protocolados os seguintes documentos:

I - uma cópia do Registro CRI do lote/gleba expedida nos últimos 3 meses;

II - uma cópia do Cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

III - duas vias do memorial explicativo e justificativo de intenções constando:

a) as características da atividade pretendida ou empreendimento, área construída, modo de operar, produtos e demais informações pertinentes;

b) o tipo de veículo, horário e frequência de operação de carga e descarga e/ou embarque e desembarque, se houver;

c) horário e/ou turnos de funcionamento;

d) população estimada;

e) justificativa (fundamentar a solicitação).

IV - duas vias do estudo preliminar, com implantação e volumetria.

Art. 11. Serão estabelecidas, por legislação específica, as normas aplicáveis às diferentes zonas de uso, as regras sobre permissão ou restrição para colocação de cartazes, letreiros, placas, anúncios, quadros luminosos ou similares, em qualquer ponto visível da via pública.

Art. 12. Os projetos devem atender a NBR 10.151 para padrões de medição, níveis mínimos de ruídos tolerados, a NBR 10.152 para níveis mínimos de conforto e a NBR 15.575 como desempenho mínimo para as edificações.

TITULO III
DOS PERÍMETROS, MACROZONAS, ZONAS, ÁREAS ESPECIAIS NATURAIS E ÁREAS ESPECIAIS DE REVITALIZAÇÃO

Art. 13. Para efeitos de aplicação desta Lei Complementar, a área urbana do Distrito Sede está dividida em macrozonas e zonas, definidas e delimitadas no ANEXO 5 (Memorial Descritivo do Limite Distrital, Perímetro Urbano, Macrozonas e Zonas do 1º Distrito - Sede do Município de Santa Maria), ANEXO 9 (Mapa do Perímetro Urbano e

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1374
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Macrozoneamento Urbanístico do 1º Distrito - Sede do Município), partes integrantes da presente Lei Complementar.

Art. 14. Todos os distritos estão mapeados e descritos nos ANEXOS a seguir:

I - ANEXO 15 - Memoriais Descritivos dos Perímetros das Sedes e Zoneamentos Urbanos 2º ao 10º Distrito;

II - ANEXO 20.1 - Mapa Perimetro e Zoneamento da Sede Distrital de Arroio Grande - 4º Distrito;

III - ANEXO 21.1 - Mapa Perimetro e Zoneamento da Sede Distrital de Arroio do Só - 5º Distrito;

IV - ANEXO 23.1 - Mapa Perimetro e Zoneamento da Sede Distrital de Boca de Monte - 7º Distrito, partes integrantes da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Todos os Distritos possuem Zoneamento Urbanístico, conforme o ANEXO 16, (Quadro Regime Urbanístico - Índices Urbanísticos Distritais), sendo que os Distritos de Arroio do Só, Arroio Grande e Boca do Monte estão divididos em mais de uma Zona.

Art. 15. O território municipal tem áreas especiais naturais, definidas e delimitadas no ANEXO 12 (Mapa das Áreas Especiais Naturais) e nas Zonas 17.a, 17.b, 17.c, 17.d, 17.e, 17.f, 17.g, 17.g, 17.h e nas zonas 18.a, 18.b, 18.c e 18.d sobre o Aquífero Arenito Basal Santa Maria (Área de Recarga do Aquífero Guarani) parte integrante da presente Lei Complementar, que estão classificadas em Áreas de Conservação Natural e Áreas de Preservação Permanente.

§ 1º Áreas Especiais de Conservação Natural, particulares ou públicas: são aquelas onde podem conviver homem e ecossistemas, sem grandes impactos ou traumas ambientais, destinadas ao turismo ecológico, atividades culturais, educacionais, recreativas, de lazer e loteamentos, desde que respeitem os recursos naturais, conforme listagem a seguir:

I - Parque Ferreira: constituída por áreas contíguas ao Arroio Ferreira, localizado na Zona 17.a;

II - Arroios Cadena-Cancela: constituído pelo Arroio Cadena, seu tributário Arroio Cancela, Parque Itaimbé, Parque Municipal Ferroviário, Parque Medianeira e outras áreas verdes contíguas, localizados nas Zonas 17.b e 17.c;

III - Zona dos Morros: constituída pelos Morros Marianos da Rocha, Morro Cerrito, Morro Cechella, Morro da Alemoa, e áreas adjacentes, localizados nas Zonas 17.d e 17.e;

IV - Barragem do Rio Vacacaí-mirim: área com largura mínima de 70 m (setenta metros), medida a partir da faixa de 30 m (trinta metros) de Preservação Permanente, em projeção horizontal, no entorno do reservatório artificial, Zona 17.d;

V - Área da Sub-bacia do Rio Vacacaí Mirim: constituída por parte da área total da sub-bacia, que compreende a porção norte e nordeste da zona urbana, circundando a Barragem do Vacacaí Mirim, Zona 17.d;

VI - Área Produtiva do Rio Vacacaí Mirim: constituída por áreas contíguas ao Rio Vacacaí Mirim, compreendida em trechos entre a estrada férrea e o limite do Distrito

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1375
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Sede, Zonas 17.g e 17.h;

VII - Parque São José: constituído por áreas localizadas entre a Avenida Prefeito Evandro Behr e a Ferrovia, como área preferencial de parques e áreas localizadas entre a Avenida Prefeito Evandro Behr e a Rodovia RST-287, para novos loteamentos, serão exigidos 15% (quinze por cento) de área verde, Zona 17.f;

VIII - Área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: localizada ao norte do Distrito Sede, nos Distritos de Boca do Monte, Santo Antão, Arroio Grande e Palma, na altura igual ou superior a cota 100 m (cem metros), ANEXOS 12.1 e 12.2;

IX - Área de Recarga do Aquífero Arenito Basal Santa Maria: localizada no oeste da área urbana e a sudoeste em área rural do Município, localizado nas Zonas 9.b, 10.a, 18.b, 18.c e 18.d.

§ 2º Áreas Especiais de Preservação Permanente**:** compreendem as áreas estipuladas pelo Município, que devem ser protegidas e conservadas a qualidade ambiental e os ecossistemas existentes. As Áreas de Preservação Permanente - APP com inclinação igual ou superior a 45º (quarenta e cinco graus), cursos hídricos e suas margens contendo ou não matas ciliares, áreas vegetadas ou não no entorno de nascentes, topos de morros, como forma de proteger a água, o solo e toda ou qualquer cobertura vegetal com características originais da paisagem, conforme listagem a seguir:

I - Morro Mariano da Rocha situado na altura igual ou superior a cota 150 m (cento e cinquenta metros), localizada ao Sul da Rodovia RST-287 e a Sudeste da Rodovia BR-158, na Zona 17.e;

II - Morro Cerrito situado na altura igual ou superior a cota 200 m (duzentos metros), localizada ao Norte da Rodovia RST-287 e a Sudeste da Rodovia BR-158, na Zona 17.e;

III - Morro Cechella situado na altura igual ou superior a cota 190 m (cento e noventa metros), localizado a Sudoeste da Barragem do Vacacaí Mirim e a Leste da Rua Vereador Antonio Dias, na Zona 17.d;

IV - Barragem do Vacacaí-Mirim: a área compreendida pelo reservatório artificial de água e sua respectiva margem com largura mínima de 30 m (trinta metros) em projeção horizontal, no entorno do reservatório artificial, medida a partir do nível máximo normal, conforme legislação específica, na Zona 17.d;

V - Associação de Morros e Morrotes do Planalto Meridional Brasileiro - Constituído pelo Morro do Monumento ao Ferroviário, Morro do Link, Morro do Carmo e Morro das Antenas situados na altura igual ou maior a cota 175 m (cento e setenta e cinco metros), ao Norte da cidade;

VI - Mananciais Hídricos constituídos por cursos d'água, suas margens, matas ciliares e qualquer tipo de vegetação natural, conforme legislação vigente específica;

VII - Áreas naturais com declividade igual ou superior a 45º (quarenta e cinco graus), conforme legislação específica.

§ 3º Os usos e atividades pretendidos nas áreas definidas pelos ANEXOS 10.1, 10.2, 10.3 e 12, somente serão permitidos com emissão de diretrizes pela Secretaria de Município Meio Ambiente.

Art. 16. O poder público pode estabelecer, dentro das zonas, áreas especiais para estabelecimentos e instalações sujeitos a controle especifico, tais como:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1376
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

monumentos e locais históricos, áreas de valor estratégico para segurança pública, áreas de valor paisagístico especial, áreas militares, cemitérios, estações de tratamento de esgoto, estação ferroviária, estação rodoviária, aeroporto, represas e morros.

Art. 17. São Áreas Especiais de Revitalização as definidas na Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial - PDDT, no ANEXO F - Mapa Operações Urbanas Consorciadas de Realização Necessária.

Parágrafo único. Outras Áreas Especiais de Revitalização com a finalidade de desenvolver, revitalizar e promover centralidades existentes ou projetadas podem ser demarcadas através de lei municipal específica.

TITULO IV
DO REGIME URBANÍSTICO
CAPÍTULO I
DO REGIME URBANÍSTICO

Art. 18. O Regime Urbanístico e usos das áreas urbanas está especificado nos ANEXOS 6, 8, 16 e 17, que são parte integrante da presente Lei Complementar.

§ 1º Em lotes ou glebas atingidas por duas ou mais zonas, prevalece o Regime Urbanístico da zona com maior área de abrangência no lote.

§ 2º Os lotes que fazem frente com vias que dividem zonas, até a profundidade de 50 m (cinquenta metros), poderão adotar o Regime Urbanístico de qualquer das zonas para qual o lote confronta. Exceto para os lotes da Zona 6.c - PS1 (Vila Madre Paulina).

§ 3º Os lotes que fazem frente para duas as vias, sendo uma delas divisora de zonas, poderão adotar em seu todo o Regime Urbanístico da zona onde estiver o acesso principal da edificação. Exceto para os lotes da Zona 6.c - PS1 (Vila Madre Paulina).

§ 4º Os lotes localizados na Zona 17.c, com frente para Avenida Fernando Ferrari, quando se tratar de edificações que não sejam de uso residencial unicamente, devem ter o mesmo tratamento urbanístico da zona 5.c.

§ 5º Lotes quando fizerem frente para rodovias ou avenidas, os acessos veículares devem ser por vias secudárias ou locais.

Art. 19. Para fins de cálculo do Índice de Ocupação, serão desconsideradas as áreas de projeção nos seguintes casos:

I - sacadas em balanço, livres de quaisquer elementos construídos, até o limite de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de projeção - Figura 9 a 15;

II - os beirais da cobertura, quando no recuo de jardim, até o limite de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

III - pérgulas;

IV - passagens cobertas e marquises até o limite de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de projeção;

V - toldos;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1377
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

VI - abrigos para carros, desde que seja usado material removível como cobertura, com pé direito mínimo de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) e máximo de 3 m (três metros), obedecendo ao espaço de circulação e manobra (Figuras 16 e 17).

§ 1º Os abrigos para carros podem encostar no corpo do prédio.

§ 2º A altura mínima livre das sacadas deve ser de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) do nível do terreno.

§ 3º As sacadas em balanço de duas unidades diferentes podem ser encostadas uma na outra, desde que sejam separadas por parede e tenham nessa extremidade uma parede externa de no mínimo 0,75 cm (zero vírgula setenta e cinco centímetro) cada uma - Figuras 18.

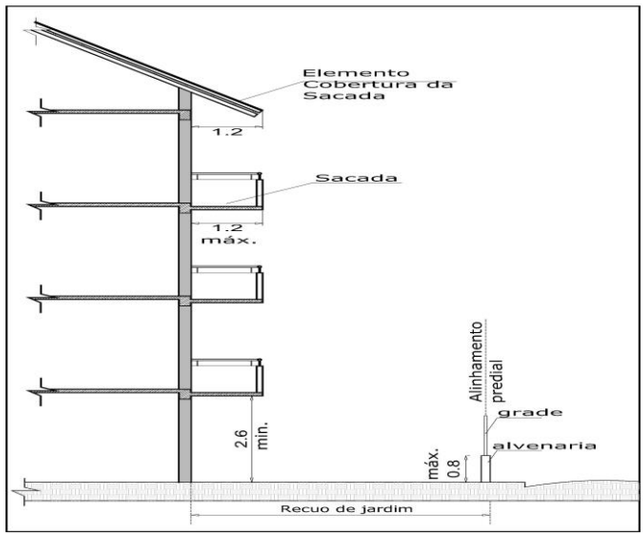


Figura 9 - Sacadas e beirais.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1378
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

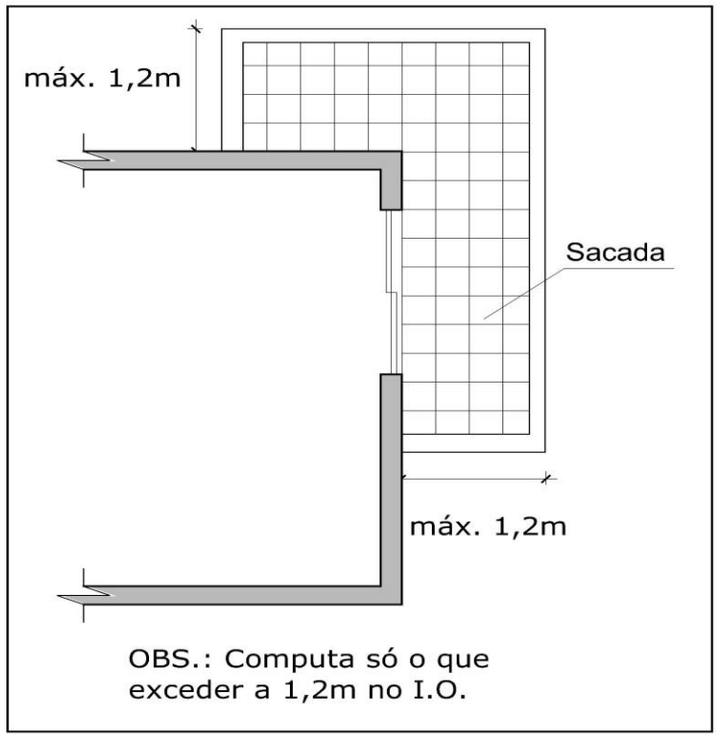


Figura 10 - Sacada.

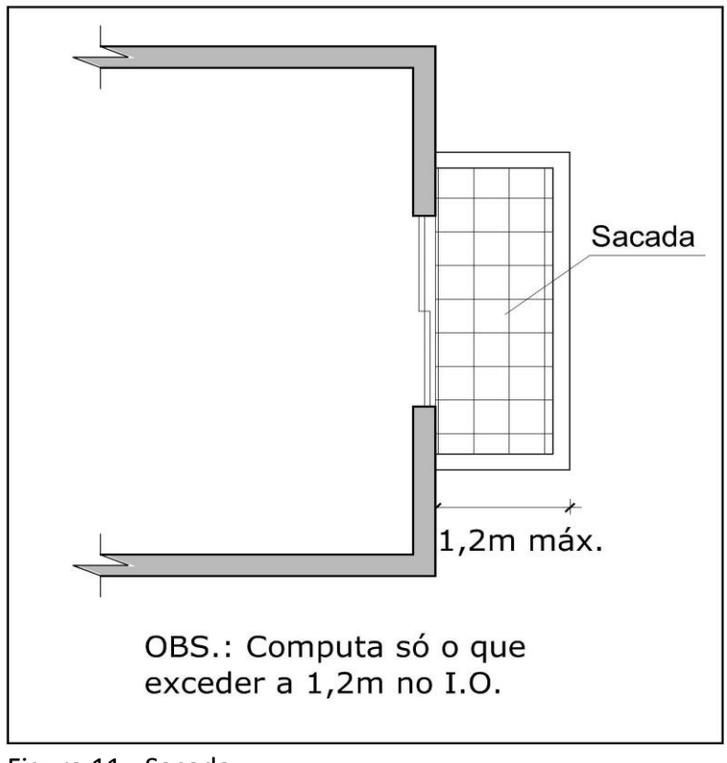


Figura 11 - Sacada.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1379
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

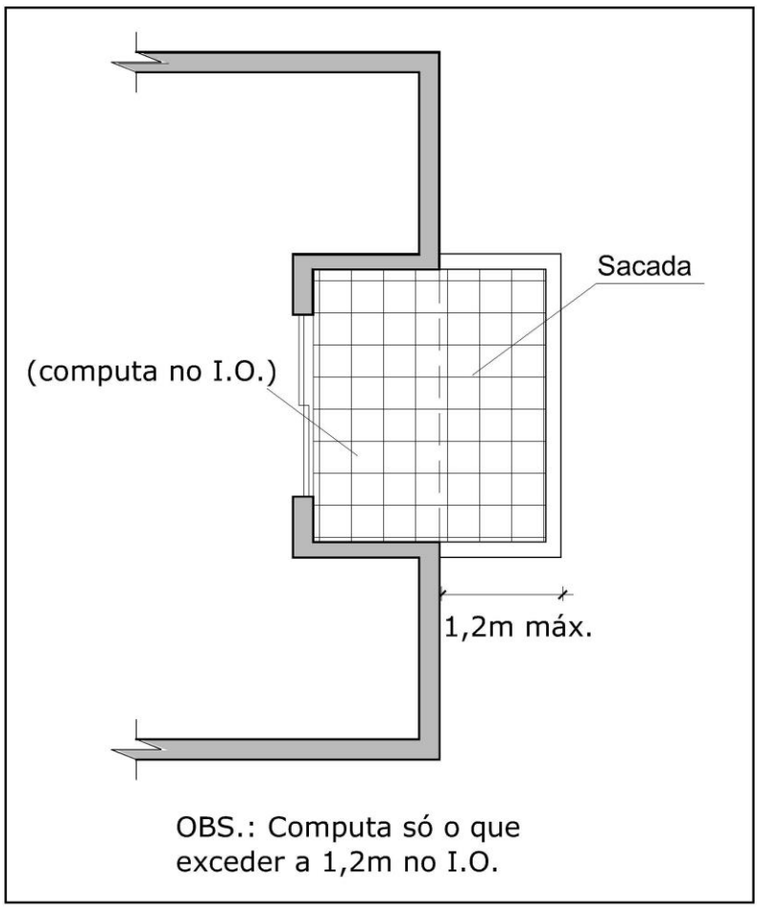


Figura 12 - Sacada.

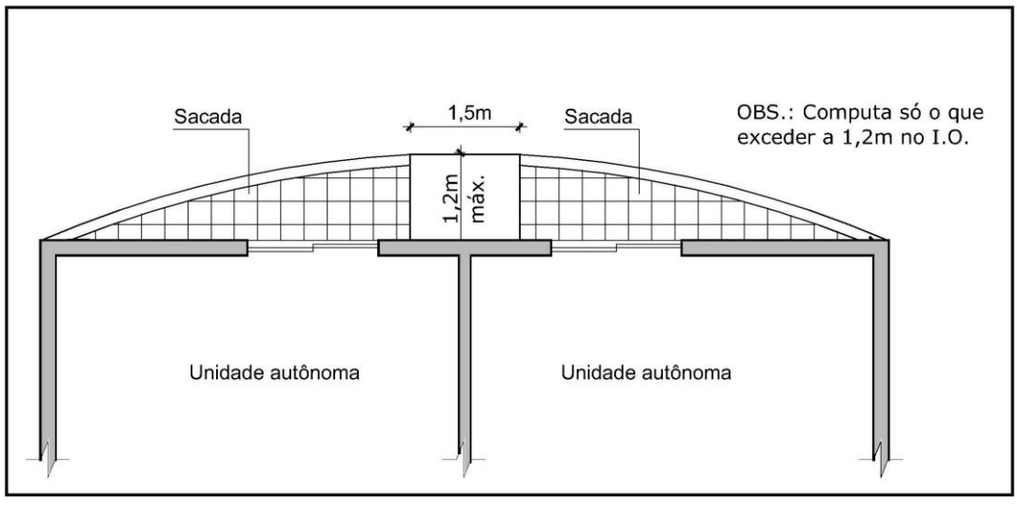


Figura 13 - Sacadas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1380
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

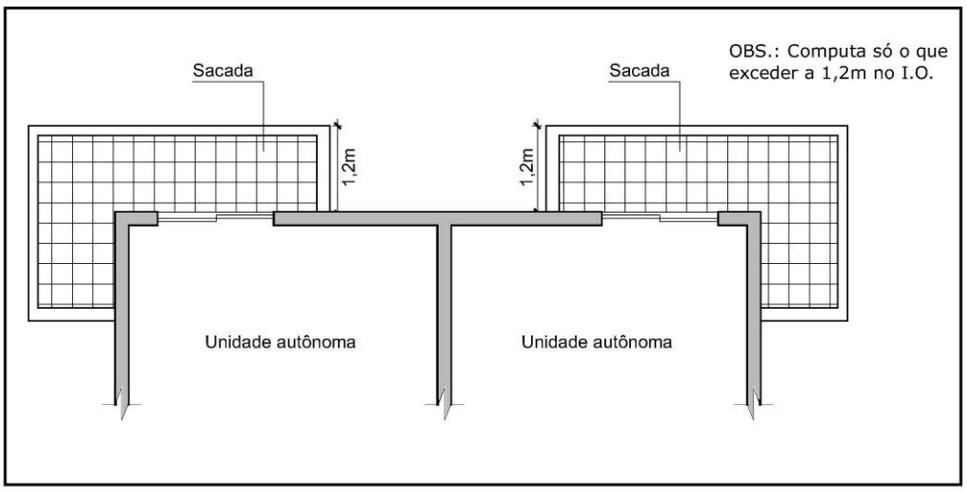


Figura 14 – Sacadas.

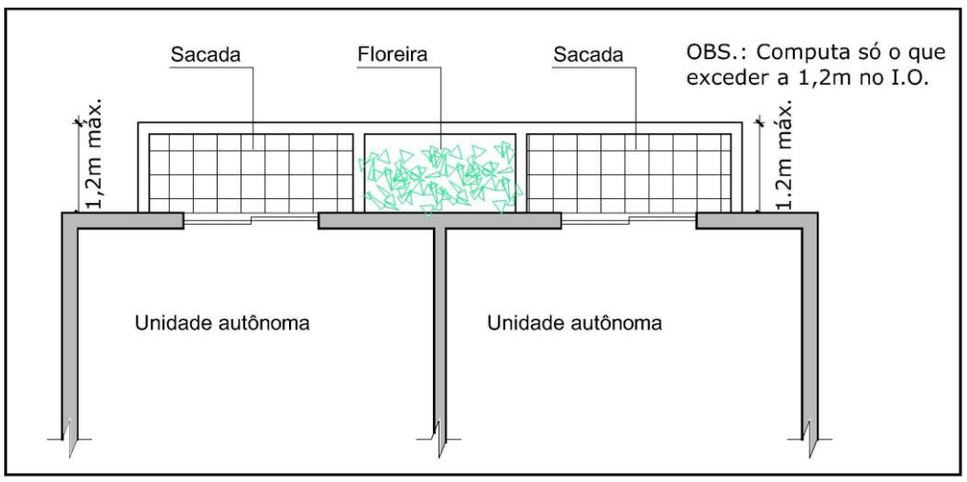


Figura 15 - Sacadas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1381
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

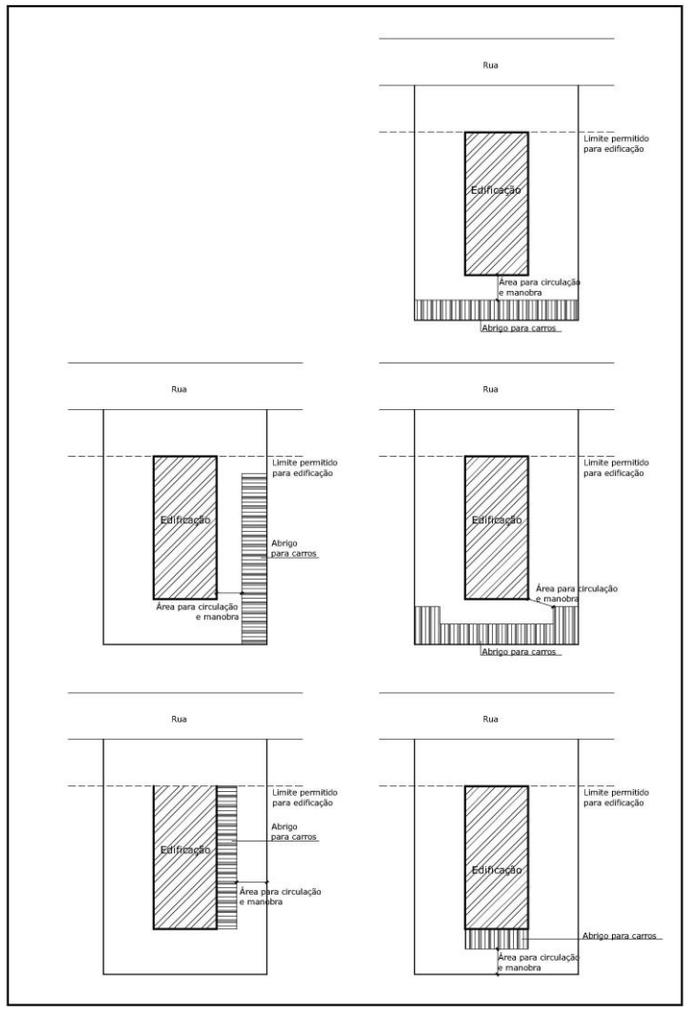


Figura 16 - Situações de uso de material removível como cobertura, abrigos para carros no IO.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1382
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

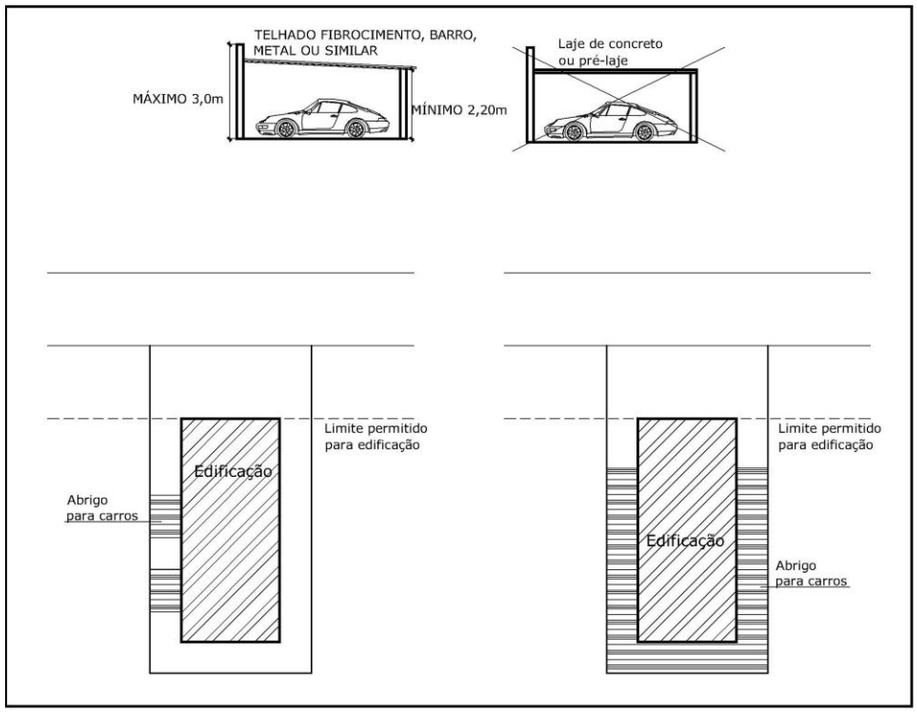


Figura 17 - Situações de uso de material removível como cobertura, abrigos para carros no IO.

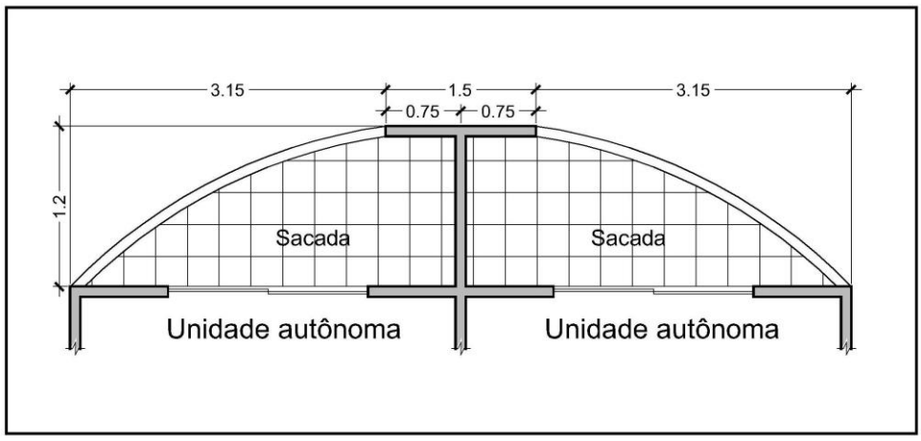


Figura 18 - Sacadas.

Art. 20. Todas as áreas são computáveis no cálculo de aproveitamento, exceto:

I - as rampas de acesso aos pavimentos de garagens;

II - as circulações, escadas e elevadores de todos os pavimentos, as casas de máquinas, depósitos condominiais, reservatórios, cisternas, central de gás e outras áreas técnicas de uso comum, até o limite de 30% (trinta por cento) das áreas privativas do prédio;

III - os pavimentos de garagens para uso residencial e uso privativo do comercio e serviço. Executam-se deste, as garagens destinadas a estacionamentos rotativos (comerciais, de serviços e hoteleiros);

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1383
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

IV - jiraus até 100 m² (cem metros quadrados).

§ 1º Os 30% (trinta por cento) de área não computável não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da área total construída.

§ 2º Compartimentos como salão de festas, espaços gourmet, academias, apartamentos de zelador e assemelhados são áreas computáveis.

Art. 21. O pavimento de cobertura não conta na altura máxima da edificação, podendo ter no máximo 60% (sessenta por cento) dá área do pavimento subsequente e afastamento em relação ao perímetro da edificação, exceto a fachada frontal para o logradouro, de 2 m (dois metros), no mínimo.

§ 1º Coberturas destinadas a comércio e serviços devem atender legislação específica de acessibilidade.

§ 2º Na Zona 2, será tolerado apenas um pavimento de cobertura, acima da Cota Máxima do Volume Virtual e Altura Máxima, independentemente do uso.

CAPÍTULO II
DOS AFASTAMENTOS, RECUOS, VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO

Art. 22. Terreno de esquina é aquele que possui duas ou mais faces contíguas voltadas para logradouro público, sendo as demais faces consideradas como divisas para fins de regime urbanístico.

Art. 23. Nenhum lote no perímetro urbano está dispensado do recuo viário.

Art. 24. Em terreno de esquina, os recuos de ajardinamento poderão ser reduzidos para possibilitar que o mesmo não fique com dimensão inferior a 8 m (oito metros).

Parágrafo único. A redução do recuo de ajardinamento, estabelecido no *caput* deste artigo, não comprometerá a área necessária para inserir o raio de giro no alinhamento predial.

Art. 25. Nos terrenos de esquina, em uma das frentes, a partir do piso do segundo pavimento, a edificação pode avançar no recuo de jardim (Figura 19).

§ 1º Em qualquer caso, o recuo de jardim não pode ser inferior a 2 m (dois metros) em relação ao alinhamento.

§ 2º Os terrenos de esquina localizados nas zonas 3.a e 3.b, independente do tamanho da testada, tem IA = 4.

Art. 26. Em edificações unifamiliares, o afastamento mínimo das divisas é de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando houver esquadrias.

Art. 27. Nas residências unifamiliares, com até 6,5 m (seis metros e cinquenta centímetros) de altura são dispensados os afastamentos de divisas, em qualquer face da edificação, desde que não possua esquadrias.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1384
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

§ 1º Quando houver paredes cegas afastadas das divisas, o afastamento mínimo deve ser de 0,60 cm (sessenta centímetros).

§ 2º Quando houver sacadas afastadas das divisas, o afastamento mínimo deve ser de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 3º Quando a edificação tiver mais de 6,5 m (seis metros e cinquenta centímetros) de altura, compreendidos entre o pavimento térreo e laje de forro do último pavimento, deve ser adotado o afastamento segundo o ANEXO 6 e 16.

§ 4º As edificações em madeira, devem manter um afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em relação às divisas do terreno, exceto quando a parede externa de divisa for de alvenaria ou material equivalente ou 4 m (quatro metros) em relação a qualquer economia construída no mesmo lote.

§ 5º Nas trocas de uso, quando a residência for aprovada anterior a 2005, serão admitidas as janelas existentes, afastadas a 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.

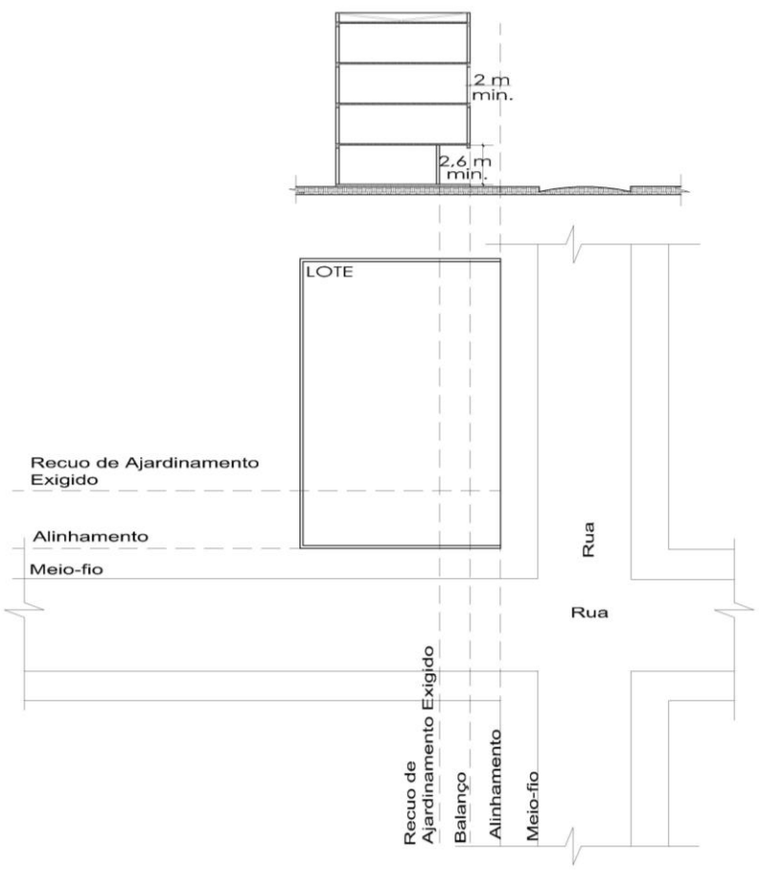


Figura 19 - Recuos em terrenos de esquina.

Art. 28. Nos afastamentos das divisas, inclusive sacadas e paredes cegas, o diâmetro mínimo a observar é de 2 m (dois metros) para alturas (H) até 14 m (quatorze metros) e para alturas (H) superiores a 14 m (quatorze metros) conforme ANEXOS 6 e 16.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1385
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Parágrafo único. Nos afastamentos das divisas, para as circulações verticais (escadas e elevadores), o diâmetro mínimo a observar é de H/9, nunca podendo ser menor que 2 m (dois metros).

Art. 29. O afastamento entre sacadas de economias distintas numa mesma fachada deve ser de no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) (Figura 20).

Art. 30. Fica dispensado o recuo de jardim, nas vias arteriais, coletoras e estruturantes, bem como na Zona 3.a na região entre as ruas Floriano Peixoto, Tuiuti, Silva Jardim, Conde de Porto Alegre, considerando ambos os lados destas vias.

Art. 31. Em todas as zonas ficam, nos 2 (dois) primeiros pavimentos para uso comercial, residencial, de garagem ou misto, até o limite de 6,5 m (seis metros e cinquenta centímetros) de altura, a partir da soleira da entrada principal da edificação até a laje, dispensados dos afastamentos das divisas.

§ 1º Edificações de comércio e/ou serviços ou mistas com comércio, serviços ou garagens, localizadas nas Zonas 1.1.a, 1.1.b, 1.1c, 3.a, 3.b, 4, 5.a, 5.b, 5.c e 5.d e nos lotes com frente para as vias arteriais e coletoras, conforme o ANEXO 14, ficam até o limite de 9,5 m (nove metros e cinquenta centímetros) de altura, a partir da soleira da entrada principal da edificação, dispensadas dos afastamentos das divisas e respeitando o Índice Verde - IV podem ocupar até 82% (oitenta e dois por cento) da área do terreno.

§ 2º Podem ultrapassar as alturas estabelecidas as paredes limitadoras de terraço e oitões até a altura de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros).

§ 3º Para o cálculo do afastamento dos demais pavimentos, a altura da edificação (H) será computada após a laje de teto dos pavimentos de garagem, comércio ou serviço (Figuras 21 e 22).

§ 4º O subsolo será permitido na mesma porcentagem do índice de ocupação estabelecido para a Zona.

§ 5º Nas Zonas sobre o Arenito Basal Santa Maria (Área de Recarga do Aquífero Guarani), conforme ANEXO 12, somente será permitido subsolo após análise da Secretaria de Município Meio Ambiente.

Art. 32. Nos lotes que entestam com as vias estruturais, conforme ANEXO 14, com até 20 m (vinte metros) de testada, as edificações comerciais e/ou serviços, ficam dispensadas de um dos recuos laterais até 2 (dois) pavimentos no limite de 8,5 m (oito metros e cinquenta centímetros).

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1386
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 29
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

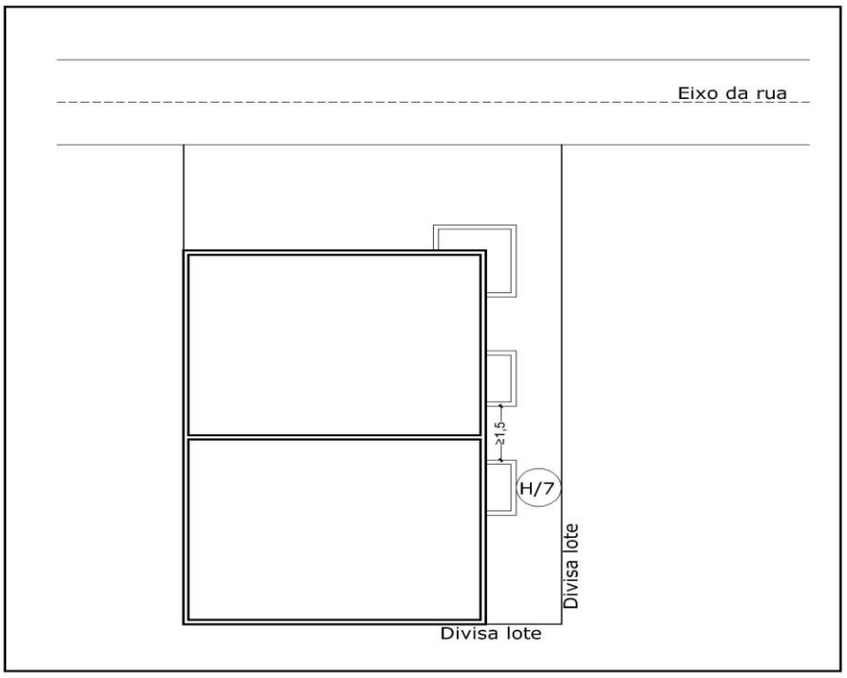


Figura 20 - Afastamento entre sacadas.

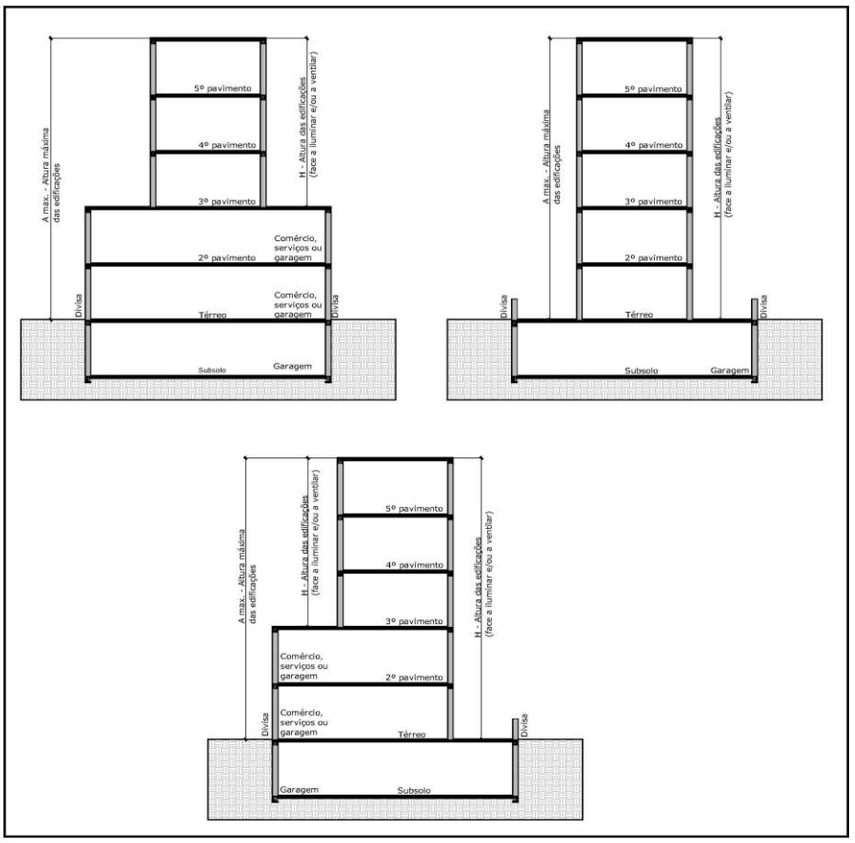


Figura 21- Afastamento em pavimentos destinados a garagem, comércio ou serviço.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1387
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

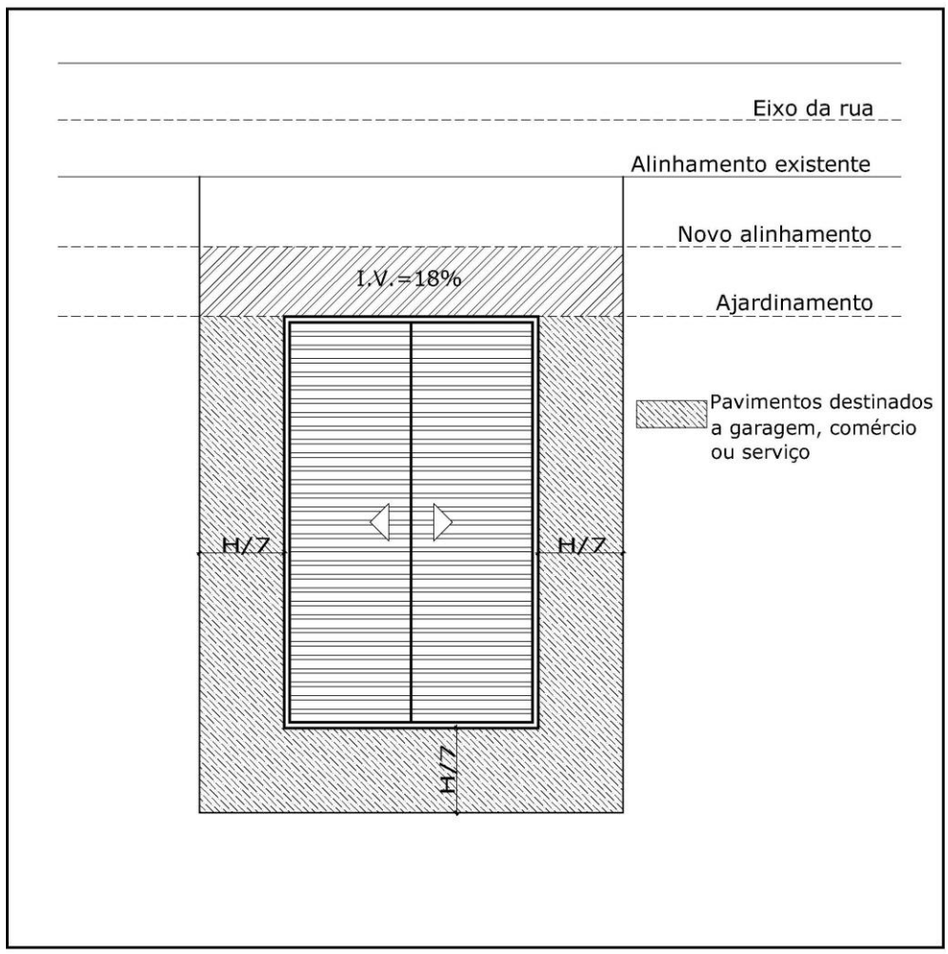


Figura 22 - Afastamento em pavimentos destinados a garagem, comércio ou serviço.

Art. 33. Quando existirem prédios lindeiros legalizados, construídos em qualquer uma das divisas laterais e com altura até 4 (quatro) pavimentos, na Zona 3.a e 3.b, os afastamentos de divisas poderão ser dispensados nas faces onde o prédio lindeiro estiver encostado, desde que a nova edificação não ultrapasse a altura do prédio lindeiro (Figura 23).

Art. 34. Nos terrenos com até 12 m (doze metros) de testada, o prédio poderá encostar um lado na divisa, até a altura máxima de 14 m (quatorze metros) e comprimento máximo continuo de 30 m (trinta metros), ficando a outra lateral afastada conforme o estabelecido no ANEXO 6 e 16.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1388
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

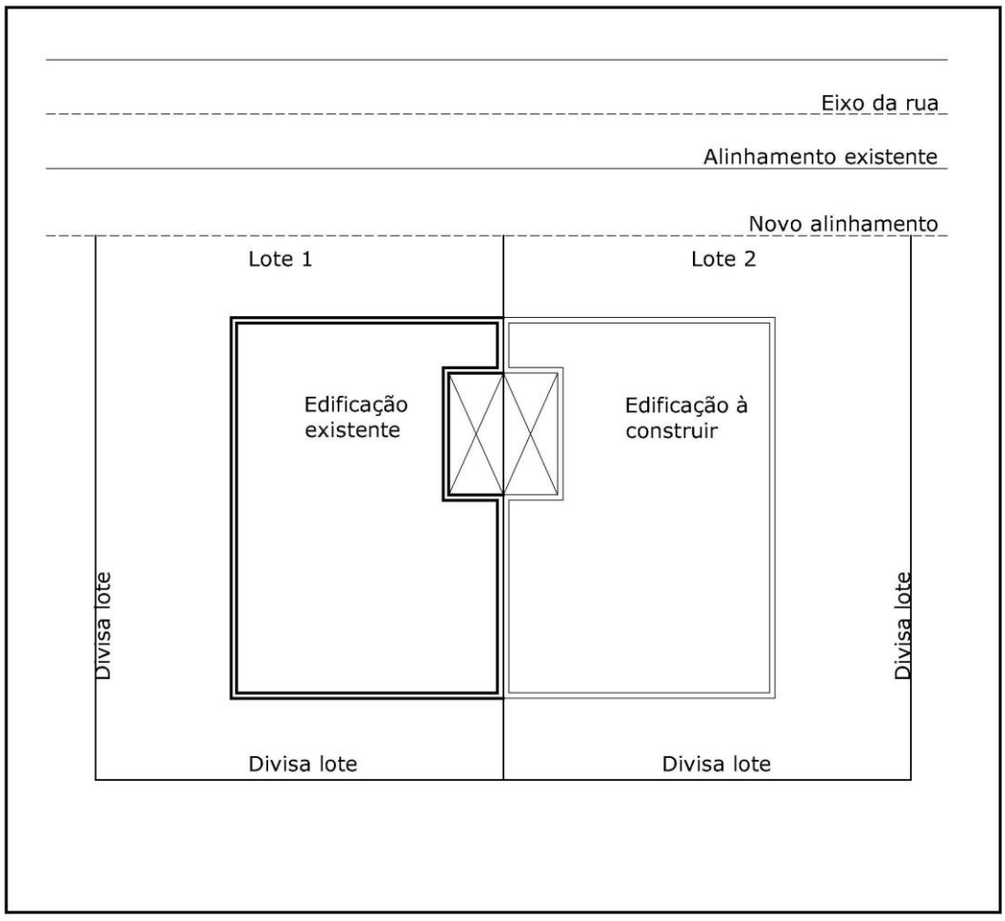


Figura 23 - Recuos de divisas em prédios lindeiros.

Art. 35. O poço de ventilação e iluminação ou pátios internos à edificação, que servem a unidades autônomas distintas, em um mesmo lote devem possibilitar a inscrição de, no mínimo, 2 (dois) círculos com diâmetros de H/7, tangentes entre si, nunca inferiores a 2 m (dois metros) - Figuras 24, 25 e 26.

Parágrafo único. Quando as unidades autônomas fizerem frente para circulações verticais (escadas e elevadores), o poço de ventilação e iluminação ou pátios internos devem possibilitar a inscrição de 2 (dois) círculos, tangentes entre si, com diâmetros de H/7 e H/9 respectivamente, nunca inferiores a 2 m (dois metros).

Art. 36. As áreas que constituem espaços de ventilação e iluminação não podem ser cobertas com nenhum elemento fixo.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1389
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

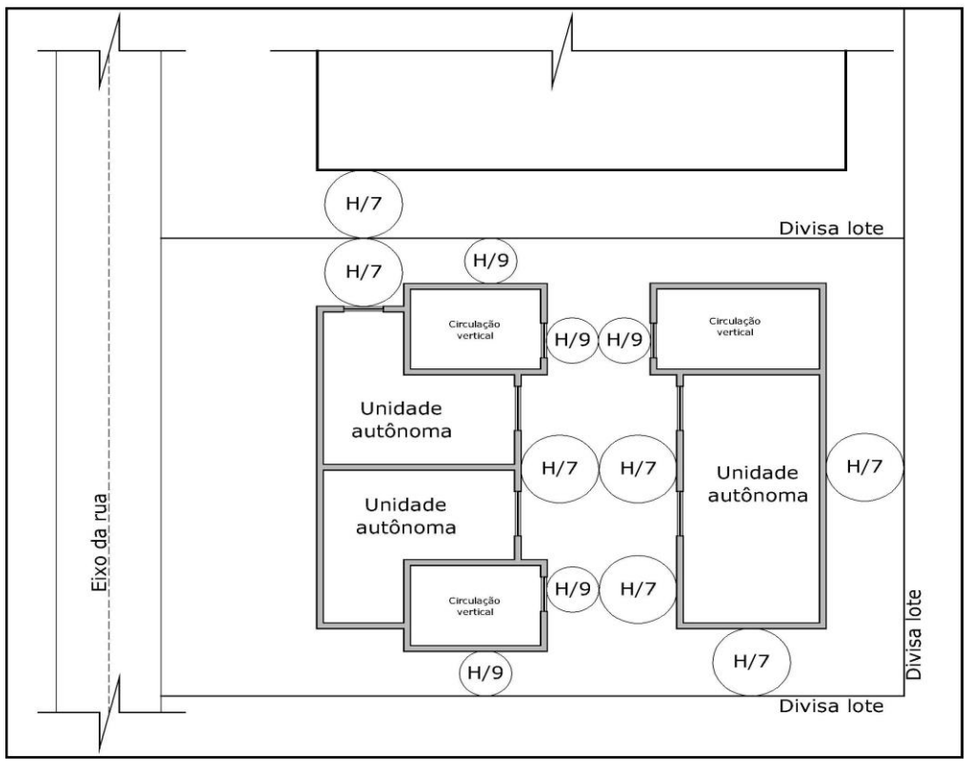


Figura 24 - Diâmetros mínimos entre unidades.

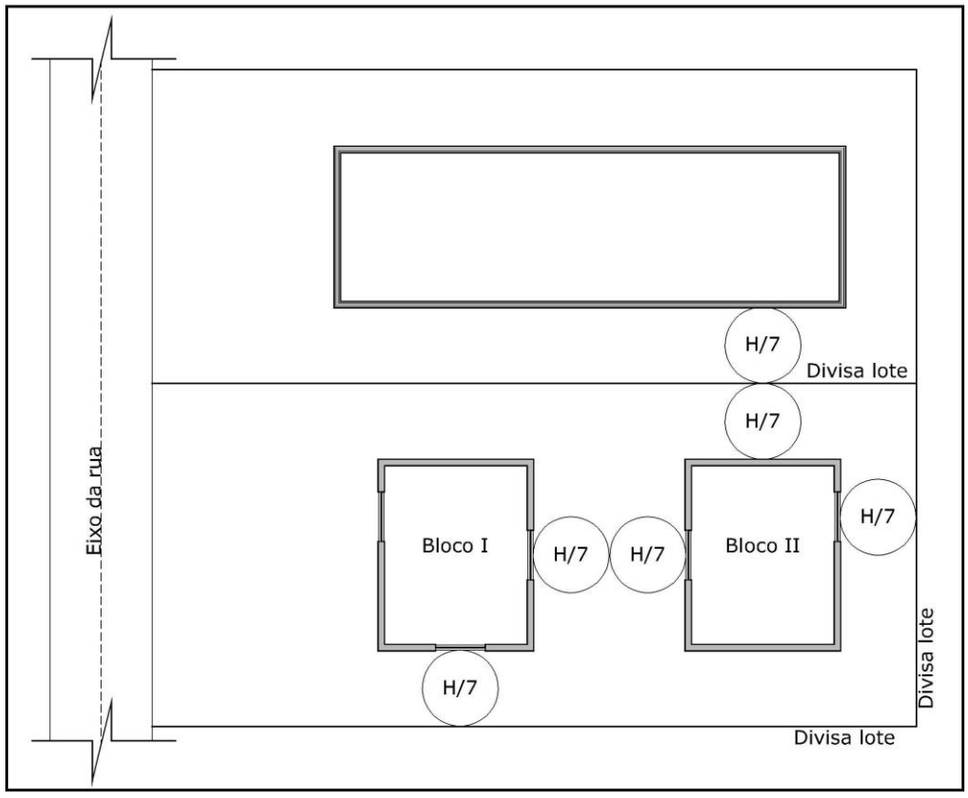


Figura 25 - Diâmetros mínimos entre unidades.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1390
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

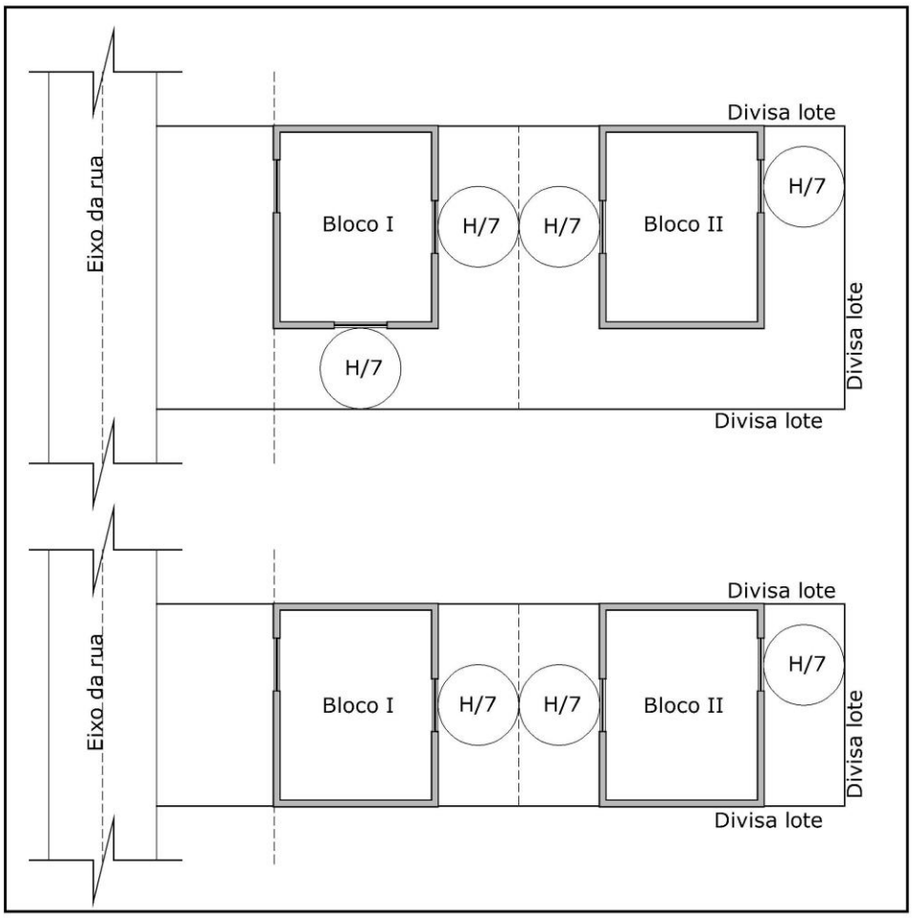


Figura 26 - Diâmetros mínimos entre unidades.

CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E DA PAISAGEM URBANA

Art. 37. O Patrimônio Histórico Cultural será disciplinado através de Lei específica.

Art. 38. Fica definido que edificações novas, ampliações ou alterações estruturais das já existentes, executadas na Zona 2, deverão atender os critérios definidos no ANEXO 6.1, além das demais legislações aplicáveis ao caso concreto.

Art. 39. A paisagem urbana será assegurada através da implantação dos projetos referentes ao Programa de Valorização de Identidade Urbana, constante no PDDT, cabendo ao Instituto de Planejamento de Santa Maria - IPLAN o planejamento global das ações e sua execução à Secretaria de Município de Regulação e Estruturação Urbana.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1391
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

CAPITULO IV
DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS E VERTICAIS

Seção I
Disposições Gerais

Art. 40. Consideram-se Conjuntos Residenciais Horizontais e Verticais, aqueles constituídos na forma da Lei Federal nº 4.591, de 1964, cujas unidades autônomas serão formadas por residências térreas, assobradadas ou prédios, sendo discriminada a parte do terreno a ser ocupada pela edificação e aquela de uso exclusivo, bem como a fração ideal da totalidade do terreno e as partes comuns correspondentes a cada unidade.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto no *caput* e parágrafos deste artigo edificações de habitação multifamiliar, constituídos por até 2 (dois) prédios, em um mesmo lote ou gleba, os quais estarão sujeitos às limitações da Lei Federal nº 4.591, de 1964 e aos dispositivos de controle das edificações.

Art. 41. Qualquer modalidade de Conjunto Residencial Horizontal e Vertical em lote ou gleba com área maior ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) deve solicitar diretrizes do IPLAN, conforme art. 10 desta Lei Complementar.

Art. 42. Qualquer modalidade de Conjunto Residencial Horizontal e Vertical em lote ou gleba com área maior ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), que não tenha sido objeto de parcelamento anterior com doação de área pública, deve doar 10% (dez por cento) da gleba para uso público.

Parágrafo único. A doação deverá se dar nos moldes do art. 71 desta Lei Complementar.

Art. 43. A área total máxima destes conjuntos residenciais será de 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados) e comprimento máximo de 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior.

Parágrafo único. Para os Conjuntos Residenciais que, por sua localização, não apresentem o risco de causar, no presente ou no futuro, transtornos ao sistema viário adjacente, com a interrupção da continuidade das vias públicas ou dificuldades ao trânsito da região, poderá o Município, ouvido o IPLAN, permitir a ampliação da área prevista no *caput*, mediante contrapartida do empreendedor, a ser regulamentada por legislação específica.

Art. 44. A implantação dos conjuntos residenciais horizontais e verticais poderá se dar tanto na área dentro do perímetro urbano do Distrito Sede do Município de Santa Maria quanto dentro do perímetro urbano dos demais Distritos, em áreas com infraestrutura urbana básica existente.

Parágrafo único. Inexistindo infraestrutura urbana básica, ou sendo a mesma deficiente ou incompleta, o proprietário da área deverá providenciar, a suas expensas, a execução, reparação ou complementação da dita infraestrutura, conforme diretrizes emitidas pelo IPLAN.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1392
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 35
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 45. Os Conjuntos Residenciais Horizontais e Verticais atenderão aos seguintes requisitos urbanísticos:

I - índice verde mínimo de 18% (dezoito por cento) da área total da matricula, distribuído igualmente entre as unidades autônomas;

II - índice de aproveitamento e índice de ocupação de acordo com a Zona em que o conjunto estiver inserido, sendo este, o resultante do somatório dos coeficientes das edificações;

III - altura, recuos e afastamentos de divisas de acordo com a zona em que o conjunto estiver inserido;

IV - afastamento mínimo necessário e previsto na legislação ambiental para as APP.

Parágrafo único. Quanto aos afastamentos entre edificações deverão ser observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 46. A construção das edificações é feita pelo empreendedor, concomitantemente à implantação das obras de urbanização internas ao lote ou gleba.

§1º As obras de urbanização internas mínimas obrigatórias a serem executadas são as seguintes:

I - meio-fio;

II - revestimento das vias de circulação internas com pavimento permeável;

III - circulação de pedestres pavimentada;

IV - galerias de águas pluviais;

V - rede de abastecimento de água potável;

VI - rede de hidrante, quando a legislação especifica assim determinar;

VII - redes de energia elétrica e iluminação interna;

VIII - soluções para o esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final do esgoto) de acordo com as exigências ambientais;

IX - arborização e tratamento paisagístico das áreas comuns;

X - equipamentos das áreas verdes projetadas;

XI - solução de coleta de lixo, no interior do condomínio, junto à via pública.

§ 2º Serão exigidos 100% (cem por cento) da infraestrutura básica relativa às obras de urbanização interna.

Art. 47. Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se:

I - áreas de uso exclusivo da unidade: aquelas referentes ao jardim e ao quintal de cada unidade autônoma;

II - áreas de uso comum dos condôminos: aquelas referentes a via de circulação interna e as demais áreas integrantes do conjunto, não caracterizadas como área de uso exclusivo da unidade, devendo ser distribuída igualmente entre todas as unidades;

III - unidade autônoma: unidade imobiliária destinada à edificação resultante da soma da área exclusiva da unidade com sua parcela de área de uso comum;

IV - fração ideal: índice da participação abstrata e indivisa de cada condômino nas coisas comuns do conjunto, expresso sob a forma decimal, ordinária ou percentual.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1393
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 48. Conjuntos Residenciais vinculados a programas de interesse social poderão ter a área de fração ideal do lote/terreno e a testada mínima reduzidas até o limite de 125 m (cento e vinte e cinco metros) quadrados e 6 m (seis metros) respectivamente.

Art. 49. Todos os Conjuntos Residenciais, excetuando-se as isenções previstas em legislação específica, deverão possuir Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio, aprovado pelo órgão competente.

Seção II
Dos Conjuntos Residenciais Horizontais

Art. 50. Os Conjuntos Residenciais Horizontais são os formados por mais de 2 (duas) edificações, térreas ou assobradadas, construídos sob a forma de unidades isoladas, geminadas ou sobrepostas, estas últimas até 2 (dois) pavimentos, destinadas a fins residenciais unifamiliares e bifamiliares, constituindo cada unidade, propriedade autônoma.

§ 1º Consideram-se edificações isoladas as edificações térreas ou assobradadas formadas por uma unidade autônoma cada uma, e que não possuam vinculação construtiva com outra edificação.

§ 2º Consideram-se edificações geminadas as edificações térreas ou assobradadas formadas por duas ou mais unidades autônomas contíguas, que possuam uma parede em comum.

§ 3º Consideram-se edificações sobrepostas àquelas agrupadas verticalmente, até 2 (dois) pavimentos, constituídas por duas ou mais unidades autônomas.

Art. 51. As vagas destinadas a estacionamentos devem estar de acordo com o previsto no Código de Obras e Edificações, para residências multifamiliares.

Art. 52. Cada unidade autônoma poderá ser constituída de uma residência unifamiliar e de uma edícula auxiliar, atendendo ao percentual edificável permitido à cada unidade.

Art. 53. Os Conjuntos Residenciais Horizontais, de acordo com a disposição e o número de unidades autônomas, serão classificados em:

I - Conjunto Residencial Horizontal Tipo 1;
II - Conjunto Residencial Horizontal Tipo 2;
III - Conjunto Residencial Horizontal Tipo 3;
IV - Conjunto Residencial Horizontal Tipo 4.

Art. 54. Conjunto Residencial Horizontal Tipo 1:

I - formado pelo conjunto de 3 (três) ou mais unidades autônomas, paralelas ao alinhamento predial, com comprimento máximo do conjunto de 250 m (duzentos e cinquenta metros), sendo todas as unidades com acesso às respectivas áreas exclusivas através da via pública (sem via de circulação interna);

II - testada mínima da unidade exclusiva 6 m (seis metros);

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1394
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 37
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

III - área exclusiva mínima de fração ideal do terreno/ lote de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)/unidade;

IV - atender Índice Verde conforme o estabelecido para a zona, sendo o percentual dividido proporcionalmente pelas unidades autônomas.

Art. 55. Conjunto Residencial Horizontal Tipo 2:

I - formado pelo conjunto de 4 (quatro) a 25 (vinte e cinco) unidades autônomas, com acesso por via de circulação interna ao lote ou gleba, sendo todas as unidades com acesso às respectivas áreas exclusivas através da via de circulação interna, e comprimento máximo do conjunto de 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior;

II - testada mínima da unidade exclusiva 6 m (seis metros);

III - área exclusiva mínima de fração ideal do terreno/ lote de 125 m²/(cento e vinte e cinco metros quadrados)/unidade;

IV - via de circulação interna de 6m (seis metros);

V - via de circulação exclusiva de pedestre de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), se as unidades estiverem de um só lado da via. Existindo unidades residenciais dos dois lados da via, deverão ser previstos passeios em ambos os lados, com a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em cada lado.

Art. 56. Conjunto Residencial Horizontal Tipo 3:

I - formado pelo conjunto de 26 (vinte e seis) a 50 (cinquenta) unidades autônomas, com acesso por via de circulação interna ao lote ou gleba, podendo algumas unidades ter acesso por via de circulação exclusiva de pedestres, e comprimento máximo do conjunto de máximo do conjunto de 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior;

II - testada mínima da unidade exclusiva 7 m (sete metros);

III - área exclusiva mínima de fração ideal do terreno/ lote de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados)/unidade;

IV - via principal de circulação interna de 9 m (nove metros). Demais vias com 6 m (seis metros);

V - nos casos em que as vias principais sejam margeadas por estacionamentos, a sua largura poderá ser reduzida para 6 m (seis metros), desde que estejam previstas vagas de estacionamento para visitantes;

VI - via de circulação exclusiva de pedestres de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) se as unidades estiverem de um só lado da via. Existindo unidades residenciais dos dois lados da via, deverão ser previstos passeios em ambos os lados, com a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em cada lado;

VII - área verde e de uso comum de 10% (dez por cento) do total da área da matrícula.

Art. 57. Conjunto Residencial Horizontal Tipo 4:

I - formado pelo conjunto de 51 (cinquenta e um) a 200 (duzentos) unidades autônomas, com acesso por via de circulação interna ao lote ou gleba, podendo

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1395
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 38
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

algumas unidades ter acesso por via de circulação exclusiva de pedestres, e comprimento máximo do conjunto de 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior;

II - testada mínima da unidade exclusiva 8 m (oito metros);

III - área exclusiva mínima de fração ideal do terreno/ lote de 200 m² (duzentos metros quadrados)/unidade;

IV - via principal de circulação interna de 9 m (nove metros). Demais vias com 6 m (seis metros);

V - nos casos em que as vias principais sejam margeadas por estacionamentos, a sua largura poderá ser reduzida para 6 m (seis metros), desde que estejam previstas vagas de estacionamento para visitantes;

VI - via de circulação exclusiva de pedestres de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) se as unidades estiverem de um só lado da via. Existindo unidades residenciais dos dois lados da via, deverão ser previstos passeios em ambos os lados, com a largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado;

VII - área verde e de uso comum de 15% (quinze) do total da área da matrícula.

Seção III
Dos Conjuntos Residenciais Verticais

Art. 58. Os Conjuntos Residenciais Verticais são os formados por mais de 3 (três) edificações, do tipo prédio, a partir de 3 (três) pavimentos, destinadas a fins residenciais multifamiliares, constituindo cada unidade, propriedade autônoma.

Art. 59. Os Conjuntos Residenciais Verticais, de acordo número das edificações, serão classificados em:

I - Conjunto Residencial Vertical Tipo 1;

II - Conjunto Residencial Vertical Tipo 2;

III - Conjunto Residencial Vertical Tipo 3.

Art. 60. Conjunto Residencial Vertical Tipo 1:

I - formado pelo conjunto de 3 (três) a 8 (oito) blocos, com acesso por via de circulação interna ao lote ou gleba, sendo todas com acesso às respectivas áreas exclusivas através da via de circulação interna, podendo algumas unidades terem seus acessos por vias de circulação exclusiva de pedestres, e comprimento máximo do conjunto de 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior;

II - via principal de circulação interna de 9 m (nove metros). Demais vias com 6 m (seis metros);

III - nos casos em que as vias principais sejam margeadas por estacionamentos, a sua largura poderá ser reduzida para 6 m (seis metros), desde que estejam previstas vagas de estacionamento para visitantes;

IV - via de circulação exclusiva de pedestre de 1,20 m (um metro e vinte), se as unidades estiverem de 1 (um) só lado da via. Existindo unidades residenciais com acesso pelos dois lados da via de circulação de veículos, deverão ser previstos passeios em ambos os lados, com a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em cada

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1396
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 39
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

lado;

V - área verde e de uso comum de 10% (dez por cento) do total da área da matrícula, não podendo ser utilizado o recuo de ajardinamento.

Art. 61. Conjunto Residencial Vertical Tipo 2:

I - formado pelo conjunto de 9 (nove) a 16 (dezesseis) edificações, com acesso por via de circulação interna ao lote ou gleba, sendo todas com acesso às respectivas áreas exclusivas através da via de circulação interna, podendo algumas unidades terem seus acessos por vias de circulação exclusiva de pedestres, e comprimento máximo do conjunto de 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior;

II - via principal de circulação interna de 9 m (nove metros). Demais vias com 6 m (seis metros);

III - nos casos em que as vias principais sejam margeadas por estacionamentos, a sua largura poderá ser reduzida para 6 m (seis metros), desde que estejam previstas vagas de estacionamento para visitantes;

IV - via de circulação exclusiva de pedestres de 1,50 m (um metro e vinte centímetros) se as unidades estiverem de 1 (um) só lado da via. Existindo unidades residenciais com acesso pelos dois lados da via de circulação de veículos, deverão ser previstos passeios em ambos os lados, com a largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em cada lado;

V - área verde e de uso comum de 10% (dez por cento) do total da área da matrícula.

Art. 62. Conjunto Residencial Vertical Tipo 3:

I - formado pelo conjunto de 17 (dezessete) a 25 (vinte e cinco) edificações, com acesso por via de circulação interna ao lote ou gleba, sendo todas com acesso às respectivas áreas exclusivas através da via de circulação interna, podendo algumas unidades terem seus acessos por vias de circulação exclusiva de pedestres, e comprimento máximo do conjunto de 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior;

II - via principal de circulação interna de 9 m (nove metros). Demais vias com 6m (seis metros);

III - nos casos em que as vias principais sejam margeadas por estacionamentos, a sua largura poderá ser reduzida para 6 m (seis metros), desde que estejam previstas vagas de estacionamento para visitantes;

IV - via de circulação exclusiva de pedestres de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) se as unidades estiverem de 1 (um) só lado da via. Existindo unidades residenciais com acesso pelos dois lados da via de circulação de veículos, deverão ser previstos passeios em ambos os lados, com a largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado;

V - área verde e de uso comum de 15% (quinze por cento) do total da área da matrícula.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1397
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 40
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Seção IV
Das Disposições Finais

Art. 63. As áreas verdes e de uso comum, quando exigidas, não poderão localizar-se nos recuos frontais mínimos, no recuo viário obrigatório, bem como nos espaços destinados à circulação de pedestres, veículos ou estacionamento de veículos, e deverão atender aos seguintes requisitos:

I - ter fácil acesso a todas as áreas de uso exclusivo através das áreas de uso comum;

II - formar um espaço contínuo e permitir, na projeção horizontal, a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 3 m (três metros).

Art. 64. Os espaços de uso comum, as áreas de estacionamento e as vias internas de circulação de veículos e pedestres serão considerados bens de uso exclusivo do conjunto residencial, sendo a sua manutenção e preservação de responsabilidade do conjunto de moradores.

Art. 65. O processo administrativo para aprovação destas modalidades de conjuntos residenciais seguirá o mesmo processo para demais classificações de projeto arquitetônico disposto nesta Lei de Uso e Ocupação do Solo e no Código de Obras e Edificações.

§ 1º O empreendedor deverá apresentar, juntamente com o projeto urbanístico do conjunto residencial, o projeto arquitetônico das edificações individualizadas, onde a ocupação total proposta atenda aos parâmetros estabelecidos na Lei Uso e Ocupação do Solo, com a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT dos projetos.

§ 2º As edificações a serem executadas nos conjuntos residenciais estarão sujeitas a todos os procedimentos legais de aprovação definidos na legislação municipal em vigor, ficando assegurado ao poder publico o acesso irrestrito aos mesmos para o cumprimento das operações relativas à verificação dos serviços e fiscalização que lhe são cabíveis.

TITULO V
DO PARCELAMENTO DO SOLO
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 66. O parcelamento do solo urbano no âmbito do Município de Santa Maria observa o disposto na legislação Federal e na Municipal, bem como, para as matérias não tratadas na Lei Municipal, o disposto na Legislação Estadual.

Parágrafo único. Todo parcelamento do solo, em gleba com área igual ou maior que 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) deve solicitar Diretrizes a serem emitidas pelo IPLAN, que deverá informar, principalmente, as previsões do Sistema Viário e a localização das áreas institucionais a serem doadas ao Município.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1398
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 41
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 67. Salvo nos casos do exercício da atividade agrícola, a alteração do perfil e características naturais do terreno, sem o devido licenciamento do órgão competente para os fins a que se destinam, podem caracterizar o início do parcelamento irregular do solo.

Art. 68. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo PDDT ou aprovadas por Lei Municipal.

Art. 69. São modalidades de parcelamento das áreas urbanas:

I - Loteamento;

II - Loteamento de Interesse Social, vinculados a programas habitacionais do governo federal, estadual ou municipal;

III - Loteamentos Vinculados;

IV - Condomínio Fechado de Lotes;

V - Desmembramento;

VI - Remembramento.

§ 1º Os Loteamentos Vinculados e os Loteamentos de Interesse Social, constituem modalidades diferenciadas dos loteamentos em geral, com as particularidades previstas nesta Lei Complementar.

§ 2º Nos casos de parcelamento de lotes urbanos oriundos de sociedade, heranças, partilhas, para fins de divisão de bens imóveis, poderão ser aceitos lotes menores que os padrões mínimos e com proporção testada/comprimento diferente dos descritos nos ANEXOS 6 e 16 desta Lei Complementar, obedecidos os limites mínimos previstos na legislação federal. Estes parcelamentos não configuram situação que necessitem de transferência de percentuais de doação ao Município.

§ 3º As edificações existentes sobre glebas a parcelar devem observar os parâmetros urbanísticos correspondentes.

§ 4º VETADO.

Art. 70. Nas modalidades de parcelamento do solo e Condomínios Fechados de Lotes, que não tiverem sido objeto de parcelamento anterior e deles não tenham resultado prévia doação das áreas institucionais ao Município, devem fazer a transferência, nos percentuais estipulados para cada modalidade, respeitadas as exceções previstas nesta Lei Complementar.

Art. 71. Caso a destinação das áreas públicas não atingir o percentual estabelecido, se as áreas forem inadequadas à finalidade pública prevista, ou houver interesse público o Município definirá formas alternativas de compensação, que deverão ser acordadas na fase de aprovação de projeto, mas cumpridas até o habite-se, quais sejam:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1399
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 42
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

I - terrenos urbanizados, descritos e caracterizados como lotes destinados ao cumprimento da destinação e da utilização pública original constantes do projeto e memorial descritivo do parcelamento do solo;

II - compensação, mediante avaliação de mercado do imóvel que deveria ser doado ao Município, com urbanização de áreas de lazer, construção, ampliação ou reforma de prédios destinados a equipamentos públicos comunitários de acordo com as necessidades preementes do Município, a serem executados de acordo com projeto arquitetônico devidamente aprovado.

Art. 72. Não é permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, salvo se antes forem realizadas obras para assegurar o correto escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem seu prévio saneamento;

III - em terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos sem condições geológicas para edificações;

V - em áreas de preservação permanente ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção;

VI - nas áreas onde a poluição impeça condições sanitárias, até a sua correção;

VII - em imóveis dos quais resultarem terrenos encravados ou lotes em desacordo com padrões estabelecidos por esta Lei.

§ 1º Em nenhum caso, as áreas de preservação permanente, incluídas aquelas situadas nas margens dos cursos d´água, conforme a legislação federal e estadual, podem ser incluídas no percentual destinado a equipamentos urbanos e comunitários, salvo aquelas incluídas nas resoluções do CONAMA.

§ 2º No caso de parcelamento de glebas com declividade de 30% (trinta por cento) a 45% (quarenta e cinco por cento), o projeto respectivo deve ser acompanhado de declaração do responsável técnico de que é viável edificar-se no local e de laudo geotécnico.

Art. 73. O Município, ao implantar a rede geodésica local, pode exigir que as esquinas dos parcelamentos tenham marcos com identificação, conforme o padrão do Município.

Art. 74. Nos parcelamentos realizados ao longo de águas correntes ou dormentes, é obrigatória a reserva de faixa *non aedificandi* estabelecida em Lei Federal ou substituta, conforme diretriz emitida pela Secretaria de Município de Meio Ambiente.

§ 1º Para os parcelamentos já aprovados e implantados na data de entrada em vigor desta Lei Complementar, a largura da área de preservação é aquela prevista nos atos de aprovação e registro, inclusive para os desmembramentos, reparcelamentos e outras modificações futuras.

§ 2º As áreas *non aedificandi* devem ser identificadas na planta de aprovação do parcelamento.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1400
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 43
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

§ 3º Em qualquer modalidade de parcelamento é proibido fundo de lotes para áreas públicas de preservação permanente, salvo os lotes destinados as áreas institucionais de equipamentos urbanos e comunitários.

Art. 75. Para novos parcelamentos, modalidade loteamento, destinados somente a edificações unifamiliares, nas Zonas 17.a, 17.d, e 17.e, observados todos os condicionantes das legislações pertinentes e ambientais, análise da Secretaria de Município Meio Ambiente e Instituto de Planejamento de Santa Maria, poderão ter os lotes resultantes com seus tamanhos reduzidos, até 600 m² (seiscentos metros quadrados) e índices IO máximo de 0,4 (zero vírgula quatro) e IA máximo 0,7 (zero vírgula sete), mediante contrapartida, por parte do empreendedor, a ser regrada por legislação específica.

Art. 76. Para novos parcelamentos nas Zonas 17.g, 17.h, 18.a, 18.b, 18.c e 18.d, observados todos os condicionantes das legislações pertinentes e ambientais, ouvido o IPLAN e com análise da Secretaria de Município de Regulação e Estruturação Urbana -SERU, poderão ter os lotes resultantes com seus tamanhos reduzidos, até 300 m² (trezentos metros quadrados) e IO máximo de 0,5 (zero vírgula cinco) e IA máximo 1,0 (um vírgula zero), mediante contrapartida, por parte do empreendedor, a ser regrada por Lei específica.

Art. 77. Nos loteamentos permitidos em áreas de conservação natural, conforme art. 15 desta Lei Complementar, os espaços livres de cobertura vegetal deverão ser distribuídos na formação dos lotes, de forma a possibilitar futura ocupação, evitando constituir lotes sem espaços livres para construção.

Parágrafo único. Para os casos onde seja impossível a formação dos novos lotes sem concentrar o bosque em um ou mais lotes, será feita uma avaliação especial por parte da Secretaria de Município de Meio Ambiente e Instituto de Planejamento de Santa Maria, visando buscar o melhor desenho destes lotes, para a maior preservação possível do bosque.

Art. 78. A infraestrutura básica para os parcelamentos em geral, de responsabilidade do empreendedor, deve ser constituída, no mínimo, dos seguintes itens, salvo as exceções previstas nesta mesma Lei Complementar:

I - vias de circulação pavimentadas;
II - sinalização horizontal e vertical das vias;
III - rede de energia elétrica para abastecimento dos lotes;
IV - rede de iluminação pública;
V - rede de escoamento das águas pluviais;
VI - bacias de retenção das águas pluviais provenientes da contribuição do empreendimento, conforme necessidade demonstrada em estudo prévio;
VII - rede de água potável e esgoto sanitário;
VIII - arborização das vias públicas;
IX - espaços livres de uso público;
X - espaços destinados aos equipamentos comunitários e urbanos.

§ 1º Se tecnicamente não houver condições de implantação de rede de esgoto cloacal, em decorrência da inexistência de redes coletoras e estação de tratamento

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1401
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 44
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

fora da área do parcelamento, o Município pode exigir a implantação de estação de tratamento própria ou a adoção de solução alternativa para a coleta e tratamento do esgoto, de acordo com as normas da Concessionária, desde que ambientalmente adequada.

§ 2º Após o recebimento do sistema adotado, o Município será responsável por sua manutenção.

Art. 79. Os parcelamentos que necessitem de abertura, alargamento ou prolongamento de vias públicas, devem implantar um plano de arruamento que considere as condições topográficas locais, observando o que segue:

I - as diretrizes do Sistema Viário Municipal;

II - as vias projetadas devem ser articuladas com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, harmonizadas com a topografia local.

Art. 80. Devem também os parcelamentos respeitar as seguintes condições:

I - os lotes devem confrontar com a via pública e, em caso de condomínio, devem confrontar com uma das vias internas;

II - nos parcelamentos realizados ao longo das faixas de domínio público, rodovias, ferrovias, dutos e servidões de passagem de redes de alta tensão de energia elétrica, devem observar a reserva de faixa 'non aedificandi' de 15 m (quinze metros) para cada lado, se outra largura não for exigida na legislação federal ou estadual, conforme o caso.

Art. 81. Os parcelamentos devem atender os critérios do ANEXO 6, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 82. As Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS ou Zonas de Interesse Social - ZEIS, devem ser implementadas, prioritariamente, nas Zonas 3.a e 3.b, 4, 8, 9.a e 9.b, 12.b, 13, 14, 16, 18 e 19 sendo que o Regime Urbanístico pode atender critérios específico estabelecidos pelo Município, ouvido o Instituto de Planejamento de Santa Maria, através de regulamentação.

Art. 83. Desde que atendidas as diretrizes emitidas pelo IPLAN os Loteamentos de Interesse Social podem ser dispensados dos requisitos do Regime Urbanístico e da infraestrutura mínima, inclusive no que se refere a sua localização em Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS, em situações já consolidadas de fato e ainda pendentes de regularização oficial, com a observância das peculiaridades próprias dos mesmos.

Art. 84. As quadras devem ter lados mínimos de 50 m (cinquenta metros) e máximo de 200 m (duzentos metros), exceto para os loteamentos populares, salvo autorização excepcional do Instituto de Planejamento de Santa Maria.

Art. 85. Nas Zonas 10.b, 10.c, 10.d e 10.f, não há limite máximo para o lado das quadras e seu acesso deve ser através de Vias Laterais, conforme diretrizes fornecidas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1402
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 45
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria, quando a gleba passível de parcelamento confrontar com uma ou mais Vias Laterais.

Art. 86. Para loteamentos com fins industriais as vias podem ter um comprimento máximo de 500 m (quinhentos metros), com previsão de passagem de pedestre de, no mínimo, 5 m (cinco metros) de largura a cada 250 m (duzentos e cinquenta metros).

Art. 87. A testada mínima dos lotes de esquina é 2 m (dois metros) maior que a testada mínima dos lotes do meio de quadra de cada zona.

Art. 88. Nas Zonas 10.b, 10.c, 10.d e 10.f, só é permitido o parcelamento em lotes, para glebas com frente para as rodovias, quando destinados para o uso comercial e industrial.

Art. 89. Para novos loteamentos, nas Zonas 17.b, 17.c e 17.f, são exigidos 15% (quinze por cento) de área verde, localizadas em conjunto, a fim de propiciar a criação de um grande parque.

Parágrafo único. Na Zona 17.f, as áreas verdes equivalentes ao percentual acima exposto, localizadas em conjunto, poderão ser repassadas ao Município, anteriormente ao parcelamento do solo, por doação, mediante Lei específica que autorize esta doação para fins exclusivo de implantação de um parque, ficando expresso o índice de ocupação de 0,5 (zero vírgula cinco) e o índice de aproveitamento de 1,5 (um vírgula cinco) nos lotes que fazem frente para a área do parque.

Art. 90. Para fins de remembramento, o tamanho do lote independe do estabelecido na coluna a “Superfície Mínima dos Lotes”, constante no ANEXO 6.

Art. 91. Para todos os atos que envolvam responsabilidade técnica dos profissionais inscritos nos Conselhos de Engenharia e Arquitetura, devem, na forma da Legislação Federal em vigor, ser anexada a ART ou o RRT correspondente ao ato.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS AOS PARCELAMENTOS

Art. 92. Os procedimentos administrativos relativos aos parcelamentos são os seguintes:

I - fixação das diretrizes;
II - aprovação do projeto;
III - licenciamento da execução;
IV - recebimento das obras.

§ 1º Nenhum parcelamento pode ter sua implantação iniciada sem a prévia aprovação do projeto e sem o licenciamento da execução, nos termos desta Lei Complementar.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1403
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 46
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

§ 2º São também considerados irregulares os parcelamentos implantados em desacordo com o projeto aprovado e licenciado.

Seção I
Das Diretrizes

Art. 93. Nenhum projeto de parcelamento do solo urbano é admitido a protocolo, para aprovação, sem que previamente tenha o interessado solicitado a emissão das diretrizes específicas para o caso concreto, fornecidas pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria.

Parágrafo único. Pode o requerente solicitar a consulta prévia sobre previsão de abertura ou prolongamento de ruas, regime urbanístico e localização das áreas públicas, previamente ao pedido de diretrizes, conforme art. 10 desta Lei Complementar.

Art. 94. Para a obtenção das diretrizes, deve o interessado encaminhar requerimento ao setor competente, acompanhado das seguintes informações e documentos, salvo as exceções previstas nesta Lei Complementar:

I - registro da gleba, com certidão expedida no máximo há 90 (noventa) dias;

II - cópia da planta de levantamento planialtimétrico do terreno em escala adequada, indicando:

a) a delimitação da gleba com ângulos, curvas de nível de metro em metro e as áreas iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) de inclinação;

b) localização dos cursos d'água;

c) localização de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia elétrica, redes de telefonia, dutos e demais instalações com respectivas faixas de domínio e servidão;

d) localização das áreas arborizadas, monumentos naturais ou artificiais, construções existentes e outras indicações que sirvam de orientação geral;

e) arruamentos contíguos a todo o perímetro com os elementos necessários à integração do parcelamento com as áreas circunvizinhas;

f) duas vias do estudo preliminar em escala adequada e prancha atendendo normas, com apresentação do pré-lançamento de ruas, lotes, áreas verdes e áreas institucionais.

III - memorial justificativo do projeto de parcelamento, com indicação do uso predominante a que o parcelamento se destina, e tamanho de lotes pretendidos;

IV - estudo simplificado das Bacias Hidrográficas e drenagem do solo;

V - diretrizes ambientais, expedidas pela Secretaria de Meio Ambiente, quando existir área de preservação permanente ou área de conservação natural.

§ 1º Antes da emissão das diretrizes, a área é obrigatoriamente vistoriada pelo setor competente, a quem cabe atestar, por escrito, a regularidade das informações previstas no *caput* deste artigo.

§ 2º Se as informações não estiverem corretas, o pedido de emissão de diretrizes é indeferido, cabendo ao interessado, se for o caso, encaminhar novo pedido com as informações corretas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1404
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 47
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 95. Ao expedir as diretrizes, o setor competente:

I - estabelece o traçado e a classificação das principais vias de circulação e sua articulação com a rede viária do Município;

II - indica as áreas de preservação permanente, e as áreas *non aedificandi*, além das áreas aproximadas aos equipamentos urbanos e comunitários, de comum acordo entre o interessado e o Instituto de Planejamento de Santa Maria;

III - especifica o enquadramento da área a ser parcelada no zoneamento urbanístico e os padrões mínimos de urbanização;

IV - emite as diretrizes dos projetos executivos complementares;

V - especifica as obras complementares que devam ser realizadas às custas do interessado, quando for o caso, em razão do impacto de vizinhança que o parcelamento irá provocar.

Art. 96. Emitidas as diretrizes, o interessado, deve encaminhar o lançamento do arruamento, quadras, lotes, áreas verdes e áreas institucionais, para aprovação.

Art. 97. O prazo máximo para expedição das diretrizes de parcelamento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo do pedido.

Art. 98. As diretrizes expedidas têm vigência máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

Seção II
Da Aprovação dos Projetos

Art. 99. O pedido de aprovação de projeto de parcelamento do solo, salvo as exceções previstas nesta Lei Complementar, deve ser efetuado em requerimento padrão, acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia das diretrizes emitidas pelo setor competente do Município;

II - certidão atualizada da matrícula;

III - licença ambiental prévia para parcelamento, expedida pelo órgão competente;

IV - viabilidade técnica e diretrizes fornecidas pelos órgãos responsáveis pela distribuição de energia, abastecimento d'água e saneamento;

V - cópia do projeto urbanístico, em planta planialtimétrica em escala adequada, com no mínimo 5 (cinco) vias, contendo:

a) memorial descritivo, com descrição dos lotes, das áreas destinadas a equipamentos comunitários, públicos e espaços livres, das quadras, ruas e indicação dos lotes a caucionar ao poder público, no número de lotes, cuja soma do valor de mercado dos mesmos, atinja o custo da infraestrutura do loteamento;

b) planta de situação e planta de localização;

c) distribuição dos quarteirões com indicação dos lotes, com suas respectivas dimensões, angulações, áreas e numerações, indicação das áreas públicas que

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1405
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 48
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

passarão ao domínio do município no ato de registro do loteamento, destinado a equipamentos comunitários, equipamentos públicos e espaços livres;

d) memória de cálculo das áreas dos lotes em aprovação e das áreas a serem transferidas ao Órgão Público.

VI - laudo de caracterização e estabilidade do solo, caso exista terreno com declividade entre 30% (trinta por cento) e 45% (quarenta e cinco por cento), e respectivos projetos de contenção de acordo com as normas da ABNT;

VII - projeto geotécnico, se existirem áreas de risco, se a gleba estiver nas áreas de risco mapeadas pelo Município;

VIII - outros projetos que se fizerem necessários de acordo com a especificidade do local do empreendimento.

Parágrafo único. Pode o interessado, encaminhar o processo para análise em uma via, devendo anexar o número de vias conforme disposto no inciso V deste artigo, depois de realizadas as alterações necessárias.

Art. 100. Quando o projeto não preencher todos os requisitos legais exigidos para cada tipo de parcelamento, deverá ser submetido a correções de conformidade com o previsto para a correção de projetos no Código de Obras e Edificações.

Art. 101. O projeto preenchendo os requisitos legais, ou corrigidas as deficiências, se constatadas, é aprovado, com prazo de validade de 2 (dois) anos a contar da aprovação.

§ 1º O prazo pode ser prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, desde que o processo esteja enquadrado na legislação vigente à época da renovação.

§ 2º Não solicitado o licenciamento no prazo apontado, deve a parte interessada, se desejar dar andamento ao parcelamento, reiniciar o processo administrativo para aprovação do projeto.

§ 3º No prazo de 20 (vinte) dias, após a aprovação do projeto, o setor competente expedirá as certidões dos lotes e demais áreas, indicando o caucionamento.

§ 4º Quando a aquisição da área parcelada se der em forma de Dação em Pagamento, as certidões dos lotes poderão ser emitidas em nome das partes, através de requerimento e comprovação do documento competente.

Art. 102. Após a aprovação do projeto, eventuais alterações devem ser objeto de substituição do mesmo, observando-se, para tanto, no que couber, o regramento para a substituição de projetos arquitetônicos previsto no Código de Obras e Edificações.

Parágrafo único. A regra do *caput* não se aplica às alterações significativas urbanísticas, que importam em alterações conceituais do parcelamento como um todo, caso em que haverá necessidade de reiniciar todo o processo administrativo de aprovação do projeto.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1406
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 49
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Seção III
Do Licenciamento do Parcelamento e da Caução

Art. 103. Para obter o licenciamento do parcelamento, a parte interessada deve apresentar ao setor competente, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei Complementar, os seguintes documentos:

I - projeto urbanístico aprovado, em 2 (duas) vias;

II - cópia das diretrizes emitidas pelo setor competente do Município;

III - duas vias dos Projetos Geométrico e de Pavimentação, de esgoto pluvial, de esgoto cloacal (ou solução compatível, conforme as diretrizes emitidas), de abastecimento de água, de distribuição de energia elétrica, de iluminação pública e de arborização;

IV - Licença de Instalação para Parcelamento, expedida pelo Órgão competente;

V- Cronograma Físico-financeiro detalhado das atividades;

VI - arquivo digital do projeto aprovado, georreferenciado, no formato DWG.

§ 1º Os projetos de Esgoto Cloacal, abastecimento d'água e distribuição de energia elétrica devem estar aprovados pelos respectivos concessionários.

§ 2º O Projeto Geométrico e de Pavimentação deve seguir as diretrizes e padronizações estabelecidadas pelo Município e conter, no mínimo:

I - cópia do projeto geométrico de todas as vias com seções transversais e longitudinais, conforme normas técnicas;

II - projeto do arruamento, contendo a subdivisão dos lotes, alinhamento e cotas de nivelamento;

III - Laudo Técnico Geológico;

IV - projeto de pavimentação;

V - memorial descritivo e memória de cálculo;

VI - projeto de movimento de terra, aprovado pelo órgão competente municipal, se necessário;

VII - projeto de sinalização viária, conforme diretrizes emitidas pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana.

§ 3º O Projeto de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais deve seguir as diretrizes e padronizações estabelecidadas pelo Município e conter, no mínimo:

I - cópia do projeto de drenagem e manejo das águas pluviais, contendo a subdivisão dos lotes;

II - planilha de cálculo do sistema de drenagem pluvial;

III - perfil da rede conforme normas técnicas;

IV - autorização do proprietário, quando o lançamento ocorrer em terreno de terceiros;

V - indicação de tipo de canaleta, quando for usado este sistema;

VI - memorial descritivo e memória de cálculo.

VII - no projeto deve ser caracterizada a contribuição para as áreas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1407
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 50
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

lindeiras, bem como as provenientes destas.

§ 4º O Projeto de Iluminação Pública deve seguir as diretrizes e padronizações estabelecidadas pelo Município e conter, no mínimo:

I - projeto de distribuição de energia e iluminação pública;

II - memorial descritivo e memória de cálculo.

§ 5º O Projeto de Arborização deve seguir as diretrizes e padronizações estabelecidas pelo município e conter, no mínimo, a identificação, localização e quantidade de espécies arbóreas e arbustivas propostas;

Art. 104. Estando regular a documentação apresentada é liberado o licenciamento.

Art. 105. As obras devem ser iniciadas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o licenciamento da obra, e não podem ficar paradas por prazo superior a 180 (cento e oitenta) após iniciadas, sob pena de caducidade da licença.

§ 1º O responsável técnico pelo parcelamento, proprietário ou incorporador, deve comunicar ao setor responsável pelo licenciamento da obra à data de início das obras para fins de fiscalização dos técnicos do Município.

§ 2º Os serviços de execução do empreendimento serão fiscalizados por responsável técnico designado mediante Portaria pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Município de Estrutura e Regulação Urbana e ou sucessoras, o qual será doravante, designada de fiscalização técnica do empreendimento.

§ 3º O custo dos ensaios de campo e laboratório solicitados pela fiscalização técnica do empreendimento serão pagos pelo proprietário ou incorporador.

§ 4º A aprovação e o licenciamento do empreendimento não isenta a obrigatoriedade do proprietário ou incorporador de atender as exigências técnicas da fiscalização da obra pelo Município.

§ 5º Qualquer informação não apresentada no projeto aprovado, que interfira na execução/recebimento da obra após a fiscalização, por motivos de padrão, norma técnica ou segurança, será de responsabilidade do responsável técnico, proprietário ou incorporador do empreendimento.

§ 6º Nenhum parcelamento pode ter sua implantação iniciada sem o aviso prévio de início de obra ao setor competente do Município, nos termos desta Lei Complementar.

§ 7º São também considerados irregulares os parcelamentos implantados sem a fiscalização da execução das obras pelos técnicos do Município.

Art. 106. O projeto aprovado deve ser executado no prazo constante do cronograma físico-financeiro, no máximo em 2 (dois) anos, prorrogáveis por mais (2) dois, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 107. Nenhuma obra de parcelamento do solo pode ter início sem a prévia prestação de caução.

Parágrafo único. A exigência do *caput* não se aplica aos desmembramentos e condomínios, exceto nos casos em que o Poder Público exija a realização de obras externas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1408
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 51
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

como condição para o parcelamento, caso em que a caução deve corresponder ao valor dessas obras.

Art. 108. A caução pode ser prestada em carta fiança bancária, dinheiro, títulos da dívida pública ou outra modalidade aceita pelo Município, sempre em valor igual ao orçado para as obras de urbanização do loteamento.

§ 1º Na hipótese da caução ser efetuada em carta de fiança bancária, a mesma fica em depósito junto à Secretaria de Município de Finanças e deve conter, obrigatoriamente, cláusula de correção monetária e prazo de validade superior, em 12 (doze) meses, ao prazo previsto para o cronograma de execução das obras de urbanização.

§ 2º Sendo a caução prestada em dinheiro, a quantia caucionada é depositada em conta remunerada especifica, em instituição bancária oficial, aberta em nome do Município.

§ 3º Na hipótese da caução ser efetuada em títulos da dívida pública, são obedecidos os seguintes critérios:

I - o caucionante informa à Secretaria de Município de Finanças os títulos que pretende oferecer em caução;

II - a Secretaria de Município de Finanças faz consulta ao mercado secundário de papéis, para se informar da existência de eventual ágio ou deságio nas transações dos títulos ofertados;

III - com base nas informações obtidas, a Secretaria de Município de Finanças informa ao caucionante o valor de face dos títulos a serem caucionados, cujo valor real deve corresponder sempre ao orçado para as obras de infraestrutura do loteamento;

IV - havendo desvalorização dos títulos ofertados, pode o Município exigir complementação da caução, sob pena de embargo da obra.

§ 4º A caução deve abranger o valor correspondente a uma quantidade de lotes suficientes para garantir a implantação de toda a infraestrutura, a ser definida pelo órgão encarregado da aprovação e licenciamento do projeto e ser averbada na matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

§ 5º Quando o parcelamento for garantido por Seguro de Término de Obra ou financiamento que garanta a execução da infraestrutura o caucionamento será dispensado, mediante comprovação documental.

§ 6º Os lotes caucionados deverão ser avaliados por responsável técnico da Secretaria de Município de Finanças que garanta a compatibilidade dos valores caucionados com a planilha orçamentária da execução da infraestrutura do empreendimento.

§ 7º Os lotes caucionados prioritariamente deverão estar localizados próximos às áreas verdes e institucionais.

§ 8º A escolha dos lotes caucionados deverá ser determinada pelos técnicos que emitem as diretrizes urbanísticas.

Art. 109. A liberação da caução deverá ocorrer em 30 (trinta) dias, após a conclusão e recebimento das obras.

Parágrafo único. Pode o Município liberar parte da caução antes do recebimento final das obras, desde que cumpridas as seguintes condições:

I - eventuais condições especiais previstas na aprovação tenham sido atendidas;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1409
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 52
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

II - seja reservado, em garantia da conclusão das obras, montante suficiente da caução para a conclusão dos serviços de infraestrutura pendentes que, para esse efeito, devem ser considerados como não iniciados;

III - o descaucionamento dos lotes deverá ser feito proporcionalmente ao andamento das obras de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pelo empreendedor, liberando a caução em 30 (trinta) dias após a comprovação deste.

Seção IV
Do Recebimento das Obras

Art. 110. Somente é emitido o Termo de Conclusão de Obra de Infraestrutura do parcelamento, que pode ser parcial ou total, após a conclusão das obras constantes dos projetos aprovados e licenciados.

§ 1º No Termo de Conclusão de Obra deve constar o nome do bairro, números dos quarteirões aprovados, descrição das condições das obras executadas, nome e assinatura do profissional responsável pelo acompanhamento técnico, do órgão responsável pelo planejamento do Município e do proprietário do loteamento;

§ 2º Para a emissão do Termo de Conclusão de Obra devem ser apresentados os seguintes documentos:

I - Termo de Recebimento das concessionárias de água, esgoto e iluminação pública;

II - Termo de Recebimento Definitivo emitido pela fiscalização técnica do empreendimento, servidor ou comissão nomeada pelo Município;

III - Declaração de Execução, devidamente assinado pelo representante legal e pelo responsável técnico, atestando que as obras foram executadas conforme os projetos;

IV - certidões das matrículas das áreas transferidas ao Município;

V - arquivo digital *as built*, georreferenciado, em formato DWG;

VI - cópia da ART ou RRT de execução correspondente aos serviços técnicos executados.

CAPÍTULO III
DAS DIVERSAS MODALIDADES DE PARCELAMENTO DO SOLO
Seção I
Do Loteamento

Art. 111. Considera-se Loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

Parágrafo único. Aplica-se aos loteamentos, além das regras específicas desta Seção, todas aquelas já referidas nos Capítulos I e II desta Lei Complementar.

Art. 112. Nos Loteamentos, é obrigatória a transferência ao Município de, no mínimo, 10% (dez por cento) da área total da gleba para instalação de equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público, distribuídos da seguinte forma:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1410
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 53
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

I - devem ser reservados aos equipamentos urbanos e comunitários 5% (cinco por cento) da área total da matrícula;

II - devem ser reservados para os espaços livres de uso público 5% (cinco por cento) de área total da matrícula, devendo parte deste percentual ser contornado por vias;

III - quando houver, na gleba a ser parcelada, áreas "*non aedificandi*", relativas a áreas de preservação permanente, o percentual descrito no inciso I, será calculado sobre a área útil da gleba, descontadas as áreas de preservação permanente;

IV - as áreas *non aedificandi*, relativas aos espaços de preservação permanente, podem ser computadas na área a ser transferida ao Município a título de espaços livres de uso público, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do percentual previsto no inciso II.

Parágrafo único. As áreas destinadas ao sistema de circulação e equipamentos urbanos devem ser transferidas para o Município. Poderá ser aplicado o art. 71 desta Lei Complementar em relação à área descrita no *caput*.

Art. 113. As áreas institucionais transferidas ao Município devem ter acesso para logradouro público e testada mínima exigida pelo zoneamento urbanístico, com confrontações delimitadas, passeio público e meio-fio.

Art. 114. Havendo acordo entre o loteador e o Município, pode a área destinada a equipamentos urbanos e comunitários, bem como aos espaços livres de uso público, ser transferida para as Zonas 17, para a finalidade de implantar o Sistema de Áreas Verdes (parques) previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial, ou para melhorar outras áreas destinadas aos equipamentos urbanos ou comunitários.

Art. 115. As áreas *non aedificand*' relativas às faixas de servidão ao longo das linhas de transmissão de energia elétrica não podem ser computadas no cálculo do percentual a ser transferido ao Município.

Art. 116. A área dos canteiros centrais das vias de circulação não é computada na percentagem destinada aos espaços livres de uso público, salvo se o seu subsolo for usado para a instalação de galerias técnicas para o fornecimento dos serviços de saneamento, energia e comunicações.

Art. 117. As áreas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários, a sistema de circulação e a espaços livres de uso público devem constar no projeto de loteamento e no memorial descritivo.

Parágrafo único. As áreas a que se refere o *caput* passam ao domínio do Município no ato do registro do loteamento, sendo que este registro deve ser feito pelo loteador em nome do Município.

Art. 118. Nenhuma obra receberá habite-se do Município antes do recebimento, a título precário parcial do loteamento, sem ter em frente ao lote interessado, no mínimo, água,luz e esgoto implantados.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1411
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 54
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Seção II
Dos Loteamentos de Interesse Social

Art. 119. São considerados Loteamentos de Interesse Social aqueles parcelamentos que se situam em Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) ou Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), definidas por Lei Municipal, e destinados à população de baixa renda.

Parágrafo único. Aplicam-se aos Loteamentos de Interesse Social as regras dos Capítulos I, II e III desta Lei Complementar, no que for compatível, respeitadas as condições urbanísticas especiais previstas nesta Seção ou que vierem a ser introduzidas em Leis específicas.

Art. 120. Todos os Loteamentos de Interesse Social devem ser implantados em Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) ou Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com base em projetos específicos, visando a produção de lotes acessíveis à população de baixa renda e com qualidade de habitabilidade.

§ 1º As Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) ou Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), não definidas nesta Lei Complementar e aprovadas em projeto específico, devem também ter o parecer favorável do Instituto de Planejamento de Santa Maria e ser definida por Lei Específica.

§ 2º Lei de iniciativa do Poder Executivo pode considerar como de interesse social áreas ocupadas por parcelamento, ou mesmo lotes isolados, já consolidados de fato, mas ainda pendentes de regularização oficial, estabelecendo regime e requisitos próprios para os mesmos, desde que aprovados pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria.

Art. 121. Os Loteamentos de Interesse Social podem ser implantados pelo Município, Estado ou União, bem como por entidades particulares, de natureza associativa/cooperativa, podendo, também, ser realizado mediante operação urbana consorciada.

Art. 122. É admitida, para os Loteamentos de Interesse Social, a figura do Urbanizador Social, como responsável pelo empreendimento e implantação do empreendimento, nos limites previamente definidos em projeto específico e registrado em termo de compromisso.

§ 1º Conceitua-se como Urbanizador Social o empreendedor imobiliário, proprietário da área ou Cooperativa, que tenha interesse em implantar, em cooperação com o Poder Público, empreendimento de interesse social em área identificada pelo Município como de interesse social.

§ 2º O termo de compromisso referido no *caput* é o documento firmado entre o Município e o Urbanizador Social, decorrente das negociações realizadas, onde devem constar, obrigatoriamente, elementos como as responsabilidades do Urbanizador, as responsabilidades do Município, as etapas da urbanização progressiva, penalidades para o descumprimento das obrigações e outros dados importantes para o bom desenvolvimento do projeto.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1412
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 55
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 123. O regime urbanístico dos loteamentos de interesse social obedece aos seguintes parâmetros mínimos:

I - área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), para os lotes de meio de quadra e de 150 m² (cento e cinqüenta metros quadrados), para os lotes de esquina e área máxima de 300 m² (trezentos metros quadrados);

II - testada mínima de 6 m (seis metros) para os lotes de meio de quadra e de 8 m (oito metros) para os lotes de esquina e testada máxima de 10 m (dez metros) para os lotes de meio de quadra e de 12 m (doze metros) para os lotes de esquina;

III - densidade máxima de 40 (quarenta) unidades por hectare;

IV - índice de aproveitamento do terreno de 1,0 (um vírgula zero);

V - taxa de ocupação do terreno de 60% (sessenta por cento);

VI - transferência para o Município de no mínimo 10% (dez por cento) da área total da gleba a ser loteada para a implantação dos equipamentos urbanos e comunitários, dos espaços livres de uso comum, de áreas reservadas para tratamento ou condução do esgoto cloacal e de áreas reservadas para drenagem e manejo das águas pluviais, área verde e institucional;

VII - malha viária obedecendo a critérios de dimensionamento mínimo quanto ao uso;

VIII - quarteirão com face máxima de 250 m (duzentos e cinquenta metros);

IX - destinação apenas residencial, salvo comércio varejista, serviços de pequeno porte, atividades de lazer, produção alimentícia e geração de emprego e renda, a critério do Município e da comunidade a ser beneficiada, em localização escolhida por elas.

Parágrafo único. As áreas destinadas ao sistema de circulação e equipamentos urbanos devem ser transferidas para o Município.

Art. 124. A infraestrutura mínima a ser exigida é a seguinte:

I - abertura de vias de comunicação, conforme diretrizes emitidas pelo Município;

II - tratamento das áreas de recreação;

III - arborização das vias estruturadoras do loteamento;

IV - áreas verdes;

V - instalação de rede de drenagem e manejo das águas pluviais;

VI - instalação de rede de distribuição e iluminação pública;

VII - instalação de rede de abastecimento de água potável;

VIII - instalação de rede de esgoto sanitário fazendo a ligação com a rede pública, ou quando inexistente, garantindo o tratamento adequado.

Parágrafo único. Em áreas a serem regularizadas podem ser dispensados os revestimentos da pavimentação.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1413
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 56
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Seção III
Dos Loteamentos Vinculados

Art. 125. Considera-se Loteamento Vinculado aquele que, além de preencher os requisitos da Seção I, prevê que nele somente possa ser desenvolvida uma atividade específica ou construído um tipo determinado de edificações.

§ 1º Aplica-se aos Loteamentos Vinculados as regras dos Capítulos I, II e III desta Lei Complementar, no que for compatível, respeitadas as condições especiais previstas nesta Seção.

§ 2º Os projetos relativos aos Loteamentos Vinculados devem prever com clareza as atividades de uso admitidas para a área do loteamento, bem como os parâmetros construtivos das edificações a serem nele construídas.

§ 3º Respeitada a tipologia prevista para as construções de um Loteamento Vinculado, ficam estas sujeitas às regras urbanísticas aplicáveis à zona onde localizadas.

Art. 126. A instituição de Loteamento Vinculado é obrigatória nos seguintes casos:

I - em empreendimentos urbanos resultantes de operações consorciadas;

II - em loteamentos destinados à instalação de indústrias;

III - em glebas em que pelo menos 1/4 (um quarto) da área tenha declividade de 30% (trinta por cento) a 45% (quarenta e cinco por cento).

Art. 127. A modificaçao do uso previsto para um parcelamento vinculado somente é admitida com a intervenção e concordância de todos os proprietários envolvidos, atendendo as exigências previstas nesta Lei Complementar.

Art. 128. Para os Loteamentos Vinculados, deve haver a aprovação simultânea do projeto de parcelamento e das edificações, em função da necessidade de análise e de estudos detalhados da repercussão do empreendimento sobre o meio ambiente.

Seção IV
Dos Condomínios Fechados de Lotes

Art. 129. Considera-se Condomínio Fechado de Lotes o espaço isolado dos demais bens, privados ou públicos, por cercas, muros ou outra forma de delimitação, aprovado pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria, com arruamento sem interligação com as demais vias públicas, exceto o acesso ao condomínio, e divisão dos espaços internos em áreas privativas demarcadas e áreas de uso comum.

Parágrafo único. Aplica-se aos Condomínios Fechados de Lotes as regras dos Capítulos I e II desta Lei Complementar, no que for compatível, respeitadas as condições especiais previstas nesta Seção.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1414
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 57
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 130. Os Condomínios Fechados de Lotes deverão ser instalados, preferencialmente:

I - em glebas anteriormente parceladas na forma de loteamento ou desmembramento, que já tenham originado áreas e equipamentos públicos;

II - em zonas estruturadas com equipamentos públicos capazes de atender as necessidades da população existente e daquelas a serem acrescidas, mesmo quando esses terrenos não tenham origem em gleba previamente parcelada.

Art. 131. Na instituição de Condomínio Fechado de Lotes será observado o limite máximo de 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados) de área, com 250 m (duzentos e cinquenta metros) em seu lado maior. Em faces voltadas a vias públicas, deverá ser respeitada a permeabilidade visual e a relação com o pedestre, sendo vetada a extensão contínua de muros fechados. Propõe-se o uso de muros de até 80 cm (oitenta centímetros) de altura e gradil com altura liberada.

Parágrafo único. Para os Condomínios Fechados de Lotes que, por sua localização, não apresentem o risco de causar, no presente ou no futuro, transtornos ao sistema viário adjacente, com a interrupção da continuidade das vias públicas ou dificuldades ao trânsito da região, poderá o Município, ouvido o IPLAN, permitir a ampliação da área prevista no *caput*, mediante contrapartida do empreendedor, a ser regulamentada por legislação específica.

Art. 132. O Município definirá o percentual de área a ser reservada como área de uso comum nos Condomínios Fechados de Lotes, nunca inferior a 10% (dez por cento) da área total da gleba.

§ 1º Quando a gleba de que trata este artigo não tiver sido objeto de parcelamento anterior e dele não tenha resultado prévia doação das áreas institucionais, deverá o empreendedor do Condomínio Fechado de Lotes destinar 5% (cinco por cento) do total da gleba para uso público, em localização a ser definida pelo Município fora da área condominial, podendo-se aplicar o disposto no art. 71 desta Lei Complementar.

§ 2º Os Condomínios Fechados de Lotes implantados em glebas com área inferior a 4.000 m² (quatro mil metros quadrados) estão dispensados da exigência do § 1º deste artigo.

Art. 133. Competirá exclusivamente aos Condomínios Fechados de Lotes, com relação as áreas internas, a coleta do lixo, a manutenção da infraestrutura, incluída a iluminação pública, bem como a instalação de equipamentos de prevenção e combate a incêndios, com base em projeto previamente aprovado pela Unidade do Corpo de Bombeiros.

Art. 134. O projeto de Condomínio Fechado de Lotes deverá apresentar Convenção de Condomínio, disciplinando o uso das áreas privativas e comuns, bem como as limitações, restrições e eventuais parâmetros de padrão e tipologia para as edificações e contruções sobre os lotes no seu interior em Condomínio Fechado de Lotes.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1415
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 58
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 135. No licenciamento dos projetos de construções a serem edificadas no interior dos Condomínios Fechados de Lotes deverá o setor competente do Município observar os parâmetros de padrão e tipologia definidos no projeto aprovado, bem como as condições urbanísticas definidas pela legislação Municipal para a zona onde localizado o imóvel, prevalecendo estas quando confrontarem com aqueles.

Art. 136. As vias internas de uso do Condomínio Fechado de Lotes devem atender a largura mínima de 12 m (doze metros) e as demais características viárias definidas para o parcelamento.

§ 1º Todas as unidades privativas devem ter frente para as vias internas do conjunto.

§ 2º O Município pode autorizar vias de largura mínima inferior para Condomínio Fechado de Lotes, vias estas que sirvam no máximo à 25 (vinte e cinco) lotes.

§ 3º São admitidas vias exclusivas para pedestres com largura mínima de 3 m (três metros), não podendo existir unidades privativas com frente exclusiva para as mesmas.

Art. 137. As regras sobre caução e recebimento de obras, previstas nesta Lei Complementar, somente serão aplicáveis aos Condomínios Fechados de Lotes se, como condição para a aprovação do projeto, tiverem sido exigidas obras externas de melhoria como: sistema viário, equipamentos públicos ou outras similares.

Parágrafo único. Fora a hipótese prevista no *caput* deste artigo, estarão os Condomínios Fechados de Lotes sujeitos apenas ao Habite-se como condição para o licenciamento e edificação de obras nas unidades autônomas.

Seção V
Dos Desmembramentos

Art. 138. Considera-se Desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário oficial existente e da infraestrutura urbana básica, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Art. 139. Todos os Desmembramentos estão sujeitos à prévia autorização do setor competente do Município.

Art. 140. Todo o lote ou gleba a desmembrar, com área entre 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) e 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), deve doar 10% (dez por cento) da sua área total para uso público em procedimento único.

§ 1º Todo lote ou gleba a desmembrar, com área superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), deve doar 10% (dez por cento) da sua área total para uso público, podendo ter o percentual de doação de 10% (dez por cento) da área total fracionado, conforme diretrizes emitidas pelo IPLAN.

§ 2º A área de doação nunca poderá ser inferior ao lote mínimo estabelecido para a Zona especifica.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1416
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 59
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

§ 3º Os percentuais de doação dos Desmembramentos serão destinados para uso institucional ou área verde conforme análise do Município.

§ 4º A área verde ou institucional a ser doada, pode estar localizada no próprio lote ou gleba a desmembrar ou em outro local a critério do Município, podendo ser 50% (cinquenta por cento) em área de APP quando o percentual for destinado para área verde.

§ 5º As áreas transferidas ao Município devem ter acesso para logradouro público e testada mínima exigida pelo zoneamento urbanístico, com confrontações delimitadas, meio-fio e passeio público caso a via seja pavimentada.

§ 6º Caso o lote ou gleba seja fruto de parcelamento anterior com doação de área verde ou institucional, dentro dos percentuais estipulados pode ser descontada a área já doada.

Art. 141. O processo de aprovação de Desmembramento segue o disposto nas Seções I, II e III do Capítulo II desta Lei Complementar, no que for compatível, respeitadas as disposições especiais desta Seção.

§ 1º Em casos específicos, o IPLAN pode efetuar exigências simplificadas ou complementares em virtude das peculiaridades de cada caso.

§ 2º O setor competente, após vistoria da área para verificar se as informações prestadas estão corretas, aprova o pedido, fazendo a devida comunicação ao Cadastro Municipal e expedindo a autorização para o parcelamento, acompanhada de uma via dos documentos analisados e aprovados, a fim de permitir o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 3º Se constatado, na vistoria, que o desmembramento provoca dano ambiental, pela presença de cursos d'água na área ou de condições impróprias para a ocupação, é indeferido o pedido, cabendo ao interessado renová-lo com observância do procedimento previsto para os demais parcelamentos.

§ 4º Para os desmembramentos, maiores ou menores que 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) que, por sua localização, não apresentem o risco de causar, no presente ou no futuro, transtornos ao sistema viário adjacente, com a interrupção da continuidade das vias públicas ou dificuldades ao trânsito da região, poderá o Município, ouvido o Instituto de Planejamento de Santa Maria, liberar a relação máxima testada/comprimento descritas no Capítulo I do Título V desta Lei Complementar.

Art. 142. Os processos de aprovação de desmembramento devem ser analisados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e submetidos ao Registro Imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1417
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 60
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Seção VI
Do Remembramento

Art. 143. Considera-se remembramento a união de 2 (dois) a 5 (cinco) lotes que importem no resultado final de um único lote, dependendo de análise do IPLAN quanto ao sistema viário do entorno.

Parágrafo único. Os procedimentos para se efetuar o remembramento são os mesmos do desmembramento, no que couber.

TÍTULO VI
DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 144. O Sistema Viário Municipal compreende um conjunto de vias federais, estaduais e municipais, localizadas em áreas urbanas e rurais do Município, e segue uma hierarquia conforme critério funcional e capacidade da via.

Art. 145. Todas as novas vias, bem como, as que forem reestruturadas através do parcelamento do solo, devem ser entregues ao uso público com a infraestrutura e o paisagismo implantados.

Art. 146. As vias federais e estaduais obedecem às diretrizes específicas dos órgãos responsáveis competentes.

Parágrafo único. Quando no perímetro urbano, as funções urbanas devem ser consideradas.

Seção II
Da Hierarquização das Vias

Art. 147. A organização do Sistema Viário Municipal se dá conforme a seguinte classificação:

I - Vias Estruturantes;
II - Vias Laterais;
III - Vias Arteriais;
IV - Vias Coletoras;
V - Vias Locais;
VI - Estradas Municipais;
VII- Vias Locais Especiais;
VIII - Ciclovias;
IX - Vias para Pedestres.

§ 1º Denominam-se Vias Estruturantes (VE) aquelas voltadas ao trânsito de passagem, que formam rotas contínuas e se destinam a carrear substanciais volumes de tráfego, possibilitando elevado padrão de mobilidade em percursos médios e longos. As

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1418
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 61
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Rodovias Federais e Estaduais devem ter acessos só permitidos nas interseções definidas em legislação específica

§ 2º Denominam-se Vias Laterais ou de Serviços (VLT) aquelas que margeiam as rodovias federais e estaduais com a função de absorver o trânsito urbano, promovendo a ligação entre os bairros adjacentes às rodovias, cujos gabaritos atendem a legislação específica.

§ 3º Denominam-se Vias Arteriais (VA) as vias urbanas mais importantes, às quais deve ser assegurada uma boa fluidez na circulação e velocidade moderada.

§ 4º Denominam-se Vias Coletoras (VC) as vias urbanas de segunda grandeza, que recebem e distribuem o trafego entre as vias locais e arteriais, realizando a ligação entre bairros, com alto nível de acessibilidade e pouca mobilidade.

§ 5º Denominam-se Vias Locais (VL) as vias urbanas que promovem a distribuição do tráfego local, com baixa fluidez e alta acessibilidade.

§ 6º Denominam-se Estradas Municipais (SM) as vias municipais que realizam a ligação da área urbana com a área rural e com municípios vizinhos.

§ 7º Denominam-se Vias Locais Especiais (VLE) as vias que apresentem características diferenciadas quanto ao uso, à acessibilidade e aos gabaritos, com a finalidade de facilitar a regularização fundiária de parcelamentos existentes, observado o seguinte:

I - podem possuir padrões urbanísticos inferiores aos exigidos para as demais vias, desde que não prejudiquem os critérios específicos de desempenho de cada via;

II - devem considerar a necessidade de implantação e manutenção da infraestrutura, serviços, equipamentos urbanos e comunitários;

III - devem permitir funcionalidade ao transporte coletivo e garantir acesso facilitado para o combate a incêndios.

§ 8º Denominam-se Pistas Multiuso (PM) as vias urbanas que possuem características próprias ao uso de bicicletas, rolers, patins, skates e similares, devendo ter sempre dois sentidos.

§ 9º Denominam-se Vias de Pedestres (VP) os logradouros públicos com características infraestruturais e paisagísticas próprias de espaços abertos exclusivos aos pedestres, também denominado calçadão.

Art. 148. O recuo de ajardinamento é de no mínimo 15 m (quinze metros) nas áreas rurais, ao longo das Estradas Municipais, e de no mínimo 4 m (quatro metros) na área urbana dos distritos.

Art. 149. O gabarito das vias existentes permanece inalterado, ressalvada a possibilidade de alterações futuras com o objetivo de melhorar a capacidade, o fluxo e a mobilidade urbana, bem como para implementação dos projetos decorrentes do Plano Diretor de Transporte.

Parágrafo único. Para situações de fato já consolidadas, o Município pode autorizar a regularização de edificações.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1419
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 62
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Art. 150. As dimensões mínimas dos gabaritos das vias públicas e respectivos raios de giro são as do quadro a seguir:

Quadro 3 - Classificação, Gabaritos e Raio de Giro do Sistema Viário Municipal

Classificação da Via		Gabarito Mínimo da Via (metro)				Raio mínimo de Giro (metro)*	
Código Tipo	Tipo	Gabarito Mínimo Proposto (metros)	Caixa mínima (leito) (metros)	Passeio Público mínimo (metros)	Canteiro Central (metros)	Alinha-mento Predial (metros)	Meio-Fio (metros)
VE	Via Estrutural	50 e 70	definido pelo DAER e DNIT			3	Variável
VLTt	Via Lateral	15	definido pelo DAER e DNIT			3	Variável
VA	Via Arterial	26	20	4	1	3	15
VC	Via Coletora	20	14	3	0	3	12
VL	Via Local	15	9	3	0	3	6
VLE	Via Local Especial	Variável	Variável	Variável	0	3	Variável
PM	Pista Multiuso	1,5 Sentido único	1,5 Sentido único	0	0	3	a definir
VPpe	Via de Pedestre (Calçadão)	10	0	0	0	3	1
SM	Estrada Municipal de Santa Maria	22	Variável	Variável	0	3	5
*	Nos cruzamentos com tipos de vias diferentes pode ser utilizado o raio de giro de menor valor, das vias envolvidas.						
**	Em lotes de esquina é admitido o “chanfro de lote”- corte transversal na junção das divisas do lote - atendendo ao raio de alinhamento predial. (Figura 27)						
Observação: * Sempre que a nova via for a continuação de uma já existente o gabarito da nova via será o mesmo da continuada. * As VC já existentes podem continuar com 18 m (dezoito metros) de gabarito mínimo, sendo 3 m (três metros) de cada lado para passeio e 12 m (doze metros) de caixa de rua.							

§ 1º A largura mínima da Via Local, a critério do Município, pode ser reduzida até atingir um gabarito com faixa mínima de 12 m (doze metros), desde que tenha extenção inferior a 250 m (duzentos e cinquenta metros) e seja acessada, nas duas extremidades, por vias com largura igual ou superior a 15 m (quinze metros).

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1420
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 63
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

§ 2º O loteador deve solicitar a aplicação do disposto no § 1º por ocasião do pedido de diretrizes, cabendo ao órgão competente analisar a possibilidade ou não de aplicação da redução.

§ 3º O Poder Público Municipal, mediante diretrizes emitidas pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria, poderá estipular valores superiores aos mínimos exigidos nos quadros acima.

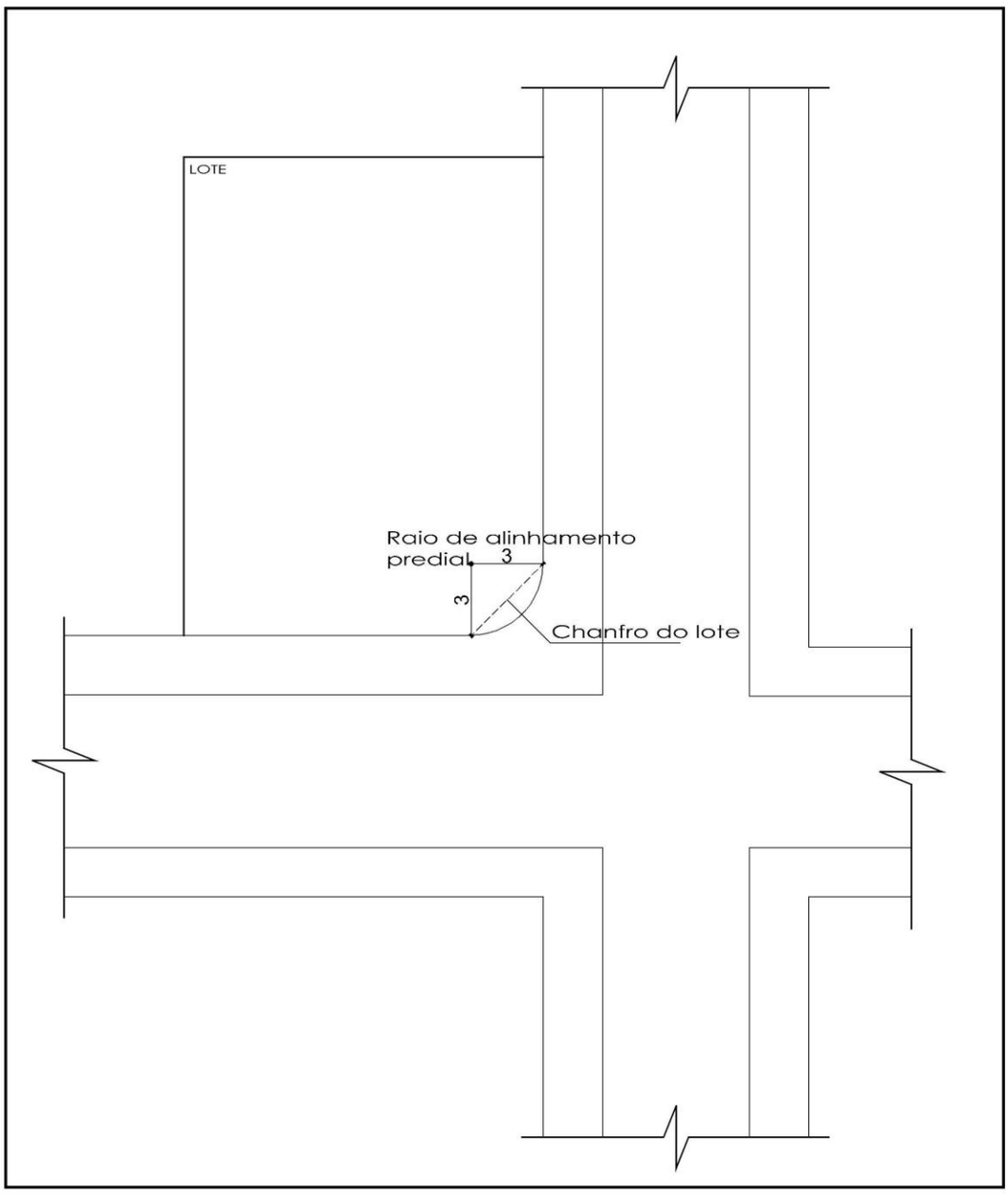


Figura 27 - Chanfro de lote.

Art. 151. A estrutura viária proposta para o 1º Distrito - Sede do Município é a que consta no ANEXO 14 - Mapa do Sistema Viário, parte integrante da presente Lei Complementar.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1421
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 64
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Parágrafo único. Cabe ao Município manter um cadastro atualizado e disponível com as previsões das novas vias a serem abertas, prolongamentos e conexões que forem emitidos em pareceres, conforme ANEXO 14.

Art. 152. As vias que terminam em Cul–de-Sac não podem ter um comprimento superior a 200 m (duzentos metros).

§ 1º Os cul-de-sac devem ter um diâmetro mínimo de 15 m (quinze metros) sem computar a largura das calçadas.

§ 2º Os cul-de-sac podem ser de forma retangular, desde que cumpram os seguintes requisitos:

I - largura mínima 8 m (oito metros);

II - comprimento mínimo 24 m (vinte e quatro metros);

III - conexão com a via no meio do lado maior do retângulo.

Art. 153. As vias componentes do sistema viário urbano definidas no art. 147 desta Lei Complementar, de acordo com as funções que desempenham obedecem a seguinte hierarquia:

I - Vias Estruturais / Laterais;

II - Vias Arteriais;

III - Vias Coletoras;

IV - Vias Locais.

§ 1º Esta hierarquia deve servir de parâmetro para a definição do tipo de pavimentação, tipo de sinalização, iluminação pública, arborização, natureza de infra-estrtutura e prioridade de investimentos e manutenção.

§ 2º As vias arteriais e as vias onde houver traçado da rede de transporte coletivo necessariamente deverão ser pavimentadas com asfalto.

Seção III
Do Raio de Giro

Art. 154. As dimensões para os raios de giro para as vias a serem implantadas no futuro são as indicadas no art. 150 desta Lei Complementar, Quadro 3 - Classificação, Gabaritos e Raio de Giro do Sistema Viário Municipal.

Art. 155. Nos cruzamentos de vias de diferentes gabaritos se deve utilizar, no mínimo, o raio de giro definido para a via de menor fluxo.

Seção IV
Dos Critérios a Serem Considerados nas Vias

Art. 156. Na implantação de vias novas ou na reforma das já existentes, devem ser considerados as seguintes diretrizes:

I - para as encostas que não apresentem grandes variações de inclinação e tenham declividade abaixo de 30% (trinta por cento), as vias coletoras podem ter qualquer

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1422
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 65
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

tipo de traçado, desde que seja bem integrado às soluções urbanísticas existentes ou propostas e respeitados os parâmetros recomendados;

II - para as encostas com declividade máxima entre 30% (trinta por cento) e 50% (cinquenta por cento) são recomendadas soluções em que as vias coletoras assumam direções paralelas ou oblíquas às curvas de nível, respeitando a inclinação longitudinal (greide) máxima tolerada de 20% (vinte por cento);

III - para as vias locais é recomendada a direção paralela às curvas de nível, com uma declividade transversal mínima de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e declividade longitudinal máxima de 20% (vinte por cento);

IV - em ocupações já consolidadas, a via local oblíqua ou ortogonal às curvas de nível pode atingir a inclinação longitudinal máxima de 30% (trinta por cento), desde que os trechos não excedam a extensão de 50 m (cinquenta metros), de modo a permitir o acesso de veículo destinados à prestação de serviços essenciais, como ambulância e bombeiro;

V - acima de 20% (vinte por cento) de inclinação longitudinal as vias devem ser pavimentadas para evitar a erosão, e acima de 30% (trinta por cento), os pavimentos devem ser reforçados com travas transversais para garantir a durabilidade;

VI - o ângulo de intersecção das vias não pode ser inferior a 60º (sessenta graus);

VII - a arborização urbana não pode utilizar espécies vegetais que possam causar danos físicos aos pedestres;

VIII - as árvores devem ser de espécies ornamentais, cujo sistema radicular não danifique a pavimentação ou os equipamentos subterrâneos;

IX - não é permitido mobiliário que prejudique o trânsito de pedestres ou dificulte a visibilidade destes ou de motoristas em relação ao entorno, cabendo a remoção pelo órgão municipal responsável quando constatados obstáculos que dificultem a mobilidade dos pedestres ou a visão dos motoristas.

Seção V
Do Passeio Público

Art. 157. Os Passeios Públicos se destinam ao uso comum de todos os cidadãos e integram o espaço público do Município, sendo vedada a sua utilização ou obstrução, no todo ou em parte, por interesse público e privado.

Art. 158. O Município pode definir, mediante Lei ou projeto específico, padrões e tipos de materiais a serem utilizados na pavimentação do Passeio Público.

Parágrafo único. Nos locais onde não houver projeto específico, deve-se seguir o material de maior predominância da testada da quadra.

Art. 159. O Município é responsável pelo projeto dos Passeios Públicos, definindo mediante Lei ou projeto específico, os padrões e tipos de materiais a serem utilizados na pavimentação, bem como a localização da infraestrutura e dos equipamentos dispostos no Passeio Público.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1423
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 66
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

Parágrafo único. A definição de padrões deve manter relação com a hierarquia das vias, contribuindo para a acessibilidade e orientação aos pedestres.

Art. 160. O Poder Público, mediante projeto de desenho urbano específico, pode negociar com o proprietário a localização do acesso ao lote (rebaixo do meio-fio), a fim de potencializar um maior número de vagas de estacionamento, bem como, possibilitar a implantação de mobiliário urbano.

Art. 161. Os rebaixos de meio-fio, destinados a facilitar o trânsito dos portadores de necessidades especiais, são obrigatórios junto às esquinas e locais onde houver faixa de segurança.

Art. 162. Nos passeios públicos devem ser observadas as larguras mínimas definidas no art. 150 desta Lei Complementar, Quadro 3 - Classificação, Gabaritos e Raio de Giro do Sistema Viário Municipal.

Parágrafo único. Os passeios públicos nas vias locais reduzidas podem ser reduzidos até o mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura.

Seção VI
Da Arborização Urbana

Art. 163. O Município é responsável pelo projeto de arborização urbana, mediante Lei ou projeto específico, contribuindo para o conforto ambiental, a segurança e orientação do pedestre nos espaços da cidade.

TÍTULO VII
DOS PROCEDIMENTOS DE ALTERAÇÃO DA PRESENTE LEI e DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DOS PROCEDIMENTOS DE ALTERAÇÃO DO REGIME URBANÍSTICO

Art. 164. Através de Lei específica, podem ser estabelecidas regras urbanísticas próprias para Projetos Setoriais, Planos de Vizinhança e Operações Urbanas Consorciadas, observado o seguinte:

I - PLANO SETORIAL - no qual o poder público, toda a pessoa ou grupo de pessoas que, em seu conjunto, sejam titulares de domínio de parcelas contíguas, cujas superfícies somadas alcancem 10.000 m² (dez mil metros quadrados), podem solicitar o regulamento de normas urbanísticas especiais para a mesma, sendo estas normas especiais elaboradas pelo Instituto de Planejamento de Santa Maria, que, partindo da proposta apresentada, garantam a coerência com a política urbana global;

II - PLANO DE VIZINHANÇA - pelo qual as Assembleias de Moradores, através de Audiências Públicas podem solicitar a reconsideração dos regimes urbanísticos estabelecidos para seu Bairro, cabendo ao Município viabilizar tais medidas desde que garantida a coerência com a política urbana global.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1424
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 67
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

III - OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA - conjunto de intervenções e medidas urbanísticas, coordenadas pelo Município, com a finalidade de alterar a estrutura urbana de uma determinada área, de acordo com o planejamento urbanístico estabelecido pelo PDDT, em parceria com proprietários, moradores dos imóveis, usuários da área e investidores privados, sendo as normas especiais elaboradas Instituto de Planejamento de Santa Maria que, partindo da proposta, garantam a coerência com a política urbana global.

Parágrafo único. Qualquer das modalidades acima referidas deverão conter necessariamente o seguintes documentos e procedimentos:

I - o plano básico de ocupação da área de intervenção;

II - a finalidade da solicitação de alteração de regime urbanístico;

III - o estudo de impacto de vizinhança;

IV - a forma de controle, com participação de representantes da sociedade civil;

V - as formas de compensação para a região afetada pela proposta de alteração de regime urbanístico;

VI - laudos ambientais necessários (geomorfológicos, arqueológicos, paleontológicos, etc.);

VII - demais documentos que se fizerem necessários para o entendimento da proposta;

VIII - divulgação, ampla, a fim de serem conhecidas pela comunidade;

IX - convocação, de Audiência Pública, oportunidade em que devem comparecer a população da região afetada pela proposta;

X - justificativa do projeto, que deverá acompanhar o projeto elaborado para ser encaminhado à Câmara de Vereadores.

Art. 165. Em atendimento ao inc. II do art.2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto das Cidades fica determinado que, sempre que houver alteração na política urbana, os projetos serão submetidos à debate público.

Art. 166. A Lei de Uso e Ocupação do Solo será reavaliada, no seu conjunto, no prazo de 5 (cinco) anos.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 167. Os limites entre as zonas indicados no mapa de zoneamento ANEXO, que faz parte integrante desta Lei Complementar, poderão ser ajustados quando verificada a necessidade de tal procedimento, com vistas a maior precisão dos limites, ou para se obter melhor adequação no sítio onde se propuser a alteração, considerando-se as divisas dos imóveis, o sistema viário ou a ocorrência de elementos naturais e outros fatores condicionantes.

Art. 168. Os parâmetros de uso e ocupação do solo da legislação anterior, terão 1 (um) ano de prazo de validade, contados a partir da data de vigência desta Lei Complementar, renovável uma única vez por igual período, para:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1425
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 68
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

I - os projetos já licenciados;

II - os projetos em tramitação, protocolados nos órgãos competentes anteriormente à data de vigência desta Lei Complementar.

Art. 169. Os Procedimentos Fiscais serão disciplinados através de Lei específica.

Art. 170. Esta Lei Complementar se aplica também a todos os projetos de regularização de parcelamentos irregulares, já existentes, que venham a ser objeto de regularização a contar da sua entrada em vigor.

Art. 171. As determinações desta Lei Complementar não substituem e nem isentam de obediência às normas federais, estaduais e municipais que objetivam assegurar condições sanitárias, de iluminação, ventilação, insolação, circulação interna, para todos os tipos de edificações, independente das zonas ou setores em que são construídas.

Art. 172. As infrações a presente Lei Complementar darão ensejo à cassação do respectivo alvará, embargo administrativo, aplicação de multas e demolição de obras.

Art. 173 Os casos omissos nesta Lei Complementar são decididos pelo Município mediante parecer técnico do IPLAN.

Art. 174 O Código de Edificações e Obras - LUOS e esta Lei Complementar entram em vigor, simultaneamente, na data de publicação da última que vier a ser sancionada e publicada.

Art. 175. Revogada a Lei Complementar nº 072, de 04 de novembro de 2009.

Casa Civil, em Santa Maria, aos 26 dias do mês de julho de 2018.

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1426
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 69
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

LISTA DE ANEXOS

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

ANEXO 1 - Glossário

ÁREA MUNICIPAL

ANEXO 2 - Confrontações dos Limites Municipais e Memorial Descritivo dos Limites Distritais de Santa Maria/RS
ANEXO 3 - Mapa do Município com Divisão e Sedes Distritais
ANEXO 4 - Mapa do Sistema Viário Municipal

ÁREA URBANA: 1º DISTRITO - SEDE DO MUNICÍPIO

ANEXO 5 - Memorial Descritivo do Limite Distrital, Perímetro Urbano, Macrozonas e Zonas do 1º Distrito - Sede do Município de Santa Maria
ANEXO 6 - Quadro Regime Urbanístico - Índices Urbanísticos Usos e Atividades do 1º Distrito - Sede do Município
ANEXO 6.1 - Quadro Regime Urbanístico da Zona 2
ANEXO 7 - Projetos Especiais de Impacto Urbano do 1º Distrito - Sede do Município
ANEXO 8 - Quadros Resumo Regime Urbanístico por Zona do 1º Distrito - Sede do Município
ANEXO 9 - Mapa do Perímetro Urbano e Macrozoneamento Urbanístico do 1º Distrito - Sede do Município
ANEXO 10 - Mapa do Zoneamento Urbanístico do 1º Distrito - Sede do Município
ANEXO 10.1 - Mapa das Áreas de Risco do 1º Distrito Sede do Município
ANEXO 11 - Mapa do Patrimônio Histórico Construído 1º Distrito Sede - Município de Santa Maria
ANEXO 11.1- Patrimônio Histórico Construído - Temático Mancha Ferroviária IPHAE
ANEXO 11.2- Zona 2 - Centro Histórico: Cotas de Referência
ANEXO 12 - Mapa das Áreas Especiais Naturais
ANEXO 12.1 - Área do 1º Distrito Sede na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
ANEXO 12.2 - Área Municipal inclusa na RBMA
ANEXO 13 - Mapa da Zona de Proteção do Aeródromo
ANEXO 13.1 - Mapa da Zona de Proteção do Aeródromo - Aproximação da Pista
ANEXO 14 - Mapa do Sistema Viário Sede - 1º Distrito
ANEXO 14.1 - Esquemas de Vias e Cruzamentos

ÁREA RURAL

ANEXO 15 - Memoriais Descritivos dos Perímetros das Sedes e Zoneamentos Urbanos do 2º ao 10º Distrito
ANEXO 16 - Quadro Regime Urbanístico - Índices Urbanísticos Distritais e dos Usos e Atividades Distritais
ANEXO 17 - Projetos Especiais de Impacto Rural

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1427
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 70
Peça 4500544
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201623

ANEXO 18 - Mapa do 2º Distrito - São Valentim
ANEXO 18.1 - Mapa da Sede do 2º Distrito - São Valentim
ANEXO 19 - Mapa do 3º Distrito - Pains
ANEXO 19.1 - Mapa Sede do 3º Distrito - Pains
ANEXO 20 - Mapa do 4º Distrito - Arroio Grande
ANEXO 20.1 - Mapa da Sede do 4º Distrito - Arroio Grande
ANEXO 21 - Mapa do 5º Distrito - Arroio do Só
ANEXO 21.1 - Mapa da Sede do 5º Distrito - Arroio do Só
ANEXO 22 - Mapa do 6º Distrito - Passo do Verde
ANEXO 22.1 - Mapa da Sede do 6º Distrito - Passo do Verde
ANEXO 23 - Mapa do 7º Distrito - Boca do Monte
ANEXO 23.1 - Mapa Perímetro e Zoneamento da Sede do 7º Distrito - Boca do Monte
ANEXO 23.2 - Mapa do Zoneamento da Sede do 7º Distrito - Boca do Monte
ANEXO 24 - Mapa do 8º Distrito - Palma
ANEXO 24.1 - Mapa da Sede do 8º Distrito - Palma
ANEXO 25 - Mapa do 9º Distrito - Santa Flora
ANEXO 25.1 - Mapa da Sede do 9º Distrito - Santa Flora
ANEXO 26 - Mapa do 10º Distrito - Santo Antão
ANEXO 26.1 - Mapa da Sede do 10º Distrito - Santo Antão

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.371B.6B9B.FE1E.1566.26EF.

Página 1428
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500545
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201624

1.1.6.1) Seguem os links que indicam as ações.

https://www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/noticias/24018-prefeitura-de-santa-maria-participa-acoes-da-semana-do-lixo-zero-em-escola-bairro-itarare

https://www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/noticias/23857-prefeitura-de-santa-maria-divulga-programacao-alusiva-ao-bemestar-animal-no-municipio

https://www.facebook.com/1371007812920036/posts/4829722870381829/?d=n

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.6A4D.AE1A.6D10.C89E.8529.

Fepam
Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS

Processo nº
8824-05.67 / 15.7

LO Nº **07449 / 2020**

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 8824-05.67/15.7 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: **231175 - CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUOS LTDA**

CPF / CNPJ / Doc Estr: 03.505.185/0004-27

ENDEREÇO: ESTRADA GERAL DA BOCA DO MONTE 4555
CATURRITA
97040-000 SANTA MARIA - RS

EMPREENDIMENTO: **143879**

LOCALIZAÇÃO: LOCALIDADE ESTRADA GERAL DA CATURRITA
DISTRITO BOCA DO MONTE
SANTA MARIA - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: **Latitude:** -29,65955982 **Longitude:** -53,86109520

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: ATERRO SANITARIO COM CENTRAL DE TRIAGEM

RAMO DE ATIVIDADE:	3.541,31
MEDIDA DE PORTE:	15.500,00 quantidade de resíduos (t/mês)
ÁREA DO TERRENO (m²):	247.000,00
ÁREA CONSTRUÍDA (m²):	2.396,28
ÁREA ÚTIL (m²):	205.000,00

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendedor:

1.1- este documento REVOGA o documento de Licença de Operação Nº 00920/2020, de 14/02/2020;

2. Quanto ao Empreendimento:

2.1- esta licença refere-se à operação do empreendimento acima caracterizado, constituído com disposição final sob a forma de aterro sanitário, unidade de tratamento e evaporação de efluentes, unicamente para resíduos sólidos urbanos dimensionado para um aporte de 15.000 t/mês;

2.2- a área total do empreendimento é de 24,7 ha, sendo 16,5 ha para aterro sanitário; 1,0 ha para a estação de tratamento de efluentes; 0,4 ha para a área administrativa e 4,2 ha para circulação e faixa de proteção sanitária;

2.3- a área do empreendimento deverá ser cercada, devidamente identificada e com controle de acesso;

2.4- empreendimento é composto por célula para disposição de resíduos sólidos urbanos (Fases A, B, C, D, F, E); 07 lagoas para acúmulo de efluentes; 03 lagoas facultativas, sistema de osmose reversa composto por 02 Unidades de Osmose Reversa, uma lagoa de percolado e uma lagoa de concentrado; prédios administrativos e estruturas de apoio;

2.5- está autorizada somente a operação das células das FASES D, F (1ª parcela) e E (1ª parcela). Sendo as células das FASES A, B e C encerradas;

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4500546

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201625

2.6- os acessos internos, externos e as áreas de manobra deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sinalização e trafegabilidade, permitindo o fluxo normal de veículos e a operação do empreendimento sob qualquer condição climática;

2.6.1- a manutenção dos acessos deverá seguir o Plano de Manutenção de Estradas que Acessam a Central de Tratamento de Resíduos da Caturrita, bem como o Cronograma Anual de Manutenção dos Acessos apresentados no processo n° 15235-05.67/11-4;

2.7- visando à adequada operação do empreendimento, manter profissional habilitado, bem como dispor de maquinário e operadores capacitados, necessários à realização dos serviços, em conformidade com os requisitos técnicos e normas pertinentes ao tema. O projeto e a operação do empreendimento é de inteira responsabilidade do empreendedor solicitante e dos técnicos por ela contratados;

2.8- deverá fazer a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento;

2.9- os poços de monitoramento de águas subterrâneas estão instalados nas seguintes coordenadas:

Identificação	*Latitude*	*Longitude*
PZ 1A	-29,66059520	-53,86028230
PZ 2A	-29,65831710	-53,86476670
PZ 3	-29,65536160	-53,86949980
PZ 4	-29,65751180	-53,86979030

2.10- deverá ser apresentado, a cada 02 (dois) anos, até o último dia útil do mês de dezembro, Relatório de Auditoria Ambiental, elaborada de acordo com o disposto na Portaria FEPAM Nº 32 DE 27/05/2016, que Estabelece os critérios e as diretrizes que deverão ser considerados para execução das auditorias ambientais no Estado do Rio Grande do Sul;

2.11- toda e qualquer alteração/ampliação no empreendimento que não seja dispensada de licenciamento prévio, conforme Portaria FEPAM Nº 58/2019 e suas atualizações, deverá ser objeto de novo licenciamento junto à FEPAM;

2.12- o material para cobertura intermediária e final da célula de disposição de resíduos será retirado da área do empreendimento, nas seguintes coordenadas: lat. -29.658490, long. -53.865477 e lat. -29.6590000, long. -53.866882;

2.13- deverão ser observados procedimentos periódicos de inspeção e manutenção aos sistemas de drenagens de superfície, de lixiviados, de gases, de detecção de vazamentos e de monitoramento, iluminação, sinalização, acessos, processos erosivos, presença de vetores, e nos demais elementos e instalações implantadas;

2.14- deverá ser informado à FEPAM o encerramento de célula. Para o encerramento de célula deverá ser apresentado projeto técnico de encerramento da célula assinado por responsável técnico acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). O projeto de encerramento e monitoramento da célula de recebimento dos resíduos deverá conter no mínimo: cobertura, com impermeabilização com camada de argila compactada, solo fértil e revegetação, drenagem pluvial, de lixiviado e gases e continuidade das lagoas de lixiviado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

2.15- o(s) empreendedor(es) deste empreendimento deverá(ão) manter o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br) e, caso haja inclusão de novo(s) empreendedor(es), este(s) deverá (ão), no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentar o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s), com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	*Código*	*Descrição*
17	17 - 4	Destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

3.1- deverão ser mantidos procedimentos periódicos de inspeção e manutenção às estruturas implantadas de modo a prevenir/corrigir eventuais ocorrências de danos ou falhas operacionais, objetivando condições adequadas de preservação do ambiente no entorno do mesmo;

3.2- deverão ser adotadas medidas de controle dos processos erosivos;

3.3- não poderá haver supressão de vegetação nativa e imune a corte do Estado do Rio Grande do Sul, conforme legislação vigente;

4. Quanto ao Cortinamento Vegetal:

4.1- deverá ser mantida a Cortina Vegetal, na forma de cortina arbórea no perímetro do empreendimento, visando amenizar visualmente o local e criar condições para sua proteção e isolamento;

4.2- para fins de garantir o rápido crescimento e bom desenvolvimento do plantio florestal deverá ser feito uso de adubação mineral, bem como irrigação das mudas se necessário para garantir seu desenvolvimento;

4.3- poderá ser executado o manejo da cortina florestal exótica após seu ciclo de desenvolvimento economicamente viável, desde que

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

Documento assinado digitalmente

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 3

Peça 4500546

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201625

sua supressão seja gradual, e desde que ocorra o plantio e adequado desenvolvimento de espécies nativas na barreira vegetal ou reforma do plantio exótico;

4.4- a execução da implantação da barreira florestal deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado na área florestal, com objetivo de garantir a correta execução das atividades de plantio, condução e estabelecimento das mudas ao solo, bem como manejo adequado;

4.5- a manutenção da barreira florestal deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado, com objetivo de garantir a correta execução das atividades de adubação, rega, reposição de mudas, bem como manejo adequado;

5. Quanto à Fauna:

5.1- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo deverão ser adotadas técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, sendo de responsabilidade do empreendedor que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna;

5.2- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo deverão ser mantidos no empreendimento, para consulta dos órgãos competentes, os relatórios que comprovam a adoção de técnicas adequadas de mitigação dos efeitos atrativos de espécies-problema para aviação e que, no caso de eventuais não conformidades, foram adotadas medidas corretivas;

6. Quanto aos Efluentes Líquidos:

6.1- a estação de tratamento de efluentes é composta por: filtro anaeróbio de base do aterro (FABA), tanque equalizador de fluxo ascendente (TEFA), filtro aeróbio de taxa Intermediária, 03 lagoas facultativas, 08 lagoas de acúmulo/evaporação, 2 estações de osmose reversa, lagoa de concentrado e lagoa de permeado;

6.2- é vetada, para fins de diluição antes do seu lançamento, a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade;

6.3- o efluente gerado nas células de disposição de resíduos deverá ser conduzido à estação de tratamento de efluentes, não sendo permitido o lançamento no meio ambiente;

6.4- o efluente gerado no aterro após a passagem pelas lagoas de tratamento poderão ser: recirculados/reinjetados ao topo da célula; aspergidos de forma controlada; encaminhado para central de tratamento externa devidamente licenciada, sem que ocorra, em quaisquer das hipóteses, descarte do mesmo no meio ambiente;

6.5- o concentrado gerado no sistema de tratamento por osmose reversa poderá ser recirculado no aterro, encaminhado para as lagoas de tratamento ou destinado ao sistema de evaporação;

6.6- fica autorizado o reproveitamento do permado da osmose reversa para recirculação e/ou aspersão no maciço, irrigação de grama do maciço e área verdes, em obras de terraplanagens e umidificação das vias de acesso internas;

6.7- quando necessário, a estação de tratamento de efluentes poderá receber efluente de outras unidades de responsabilidade do empreendedor para tratamento, desde que não altere a eficiência mínima operacional do sistema;

6.8- quando necessário, o efluente gerado ou armazenado na unidade, poderá ser destinado para tratamento externo em outra unidade de responsabilidade do empreendedor, desde que a mesma esteja autorizada a receber efluentes de outras unidades;

6.9- o efluente gerado nas células de disposição de resíduos poderá ser enviado para tratamento em unidade externa localizada fora dos limites geográficos do Estado do Rio Grande do Sul, desde que possua autorização prévia da Fepam, conforme a Portaria Fepam nº 89/2016;

6.10- quaisquer alterações no sistema de tratamento de lixiviado, entre elas a desativação de lagoas, deverão ser solicitadas previamente autorização da FEPAM;

7. Quanto às Emissões Atmosféricas:

7.1- deverão ser adotados os controles necessários para minimizar a emissão de odores que possam ser percebidos fora dos limites do empreendimento;

7.2- os gases gerados no interior da massa de resíduos, captados pela rede de drenagem, deverão ser queimados nos queimadores de gás (flare);

7.3- os gases gerados no interior da massa de resíduos deverão ser captados por rede de drenagem;

7.4- não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera;

8. Quanto aos Resíduos Sólidos:

8.1- o empreendimento admite somente o recebimento de resíduos sólidos urbanos, Classe II, não sendo permitido o recebimento de resíduos de saúde, de construção civil ou de resíduos industriais. Os resíduos classe I, de acordo com a NBR 10.004:2004, eventualmente recebidos, deverão ser segregados e encaminhados para locais devidamente licenciados para recebê-los, devendo ser evitada a sua disposição em aterros sanitários;

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

8.2- deverão ser mantidos registros e controle da entrada eventual de resíduos classe I. A quantidade máxima de resíduos armazenados temporariamente deve ser compatível com a área disponível, de maneira que todas as embalagens sejam mantidas íntegras e possam ser inspecionadas visualmente sem a necessidade de manuseio das mesmas. Os resíduos devem ser destinados para empreendimentos licenciados e os registros comprovando a destinação deverão ser mantidos arquivados no empreendimento à disposição da fiscalização da FEPAM;

8.3- a frente de trabalho do aterro deverá ser reduzida, sendo os resíduos compactados e cobertos ao fim da jornada diária, não devendo permanecer a céu aberto;

8.4- o responsável ou encarregado da operação deverá inspecionar, periodicamente, as áreas de armazenamento, verificando os possíveis pontos de deterioração dos recipientes e vazamentos causados por corrosão ou outros fatores, assim também como o sistema de contenção. Qualquer irregularidade constatada deverá ser registrada e as ações corretivas necessárias devem ser executadas em tempo, procurando-se evitar contaminações ao ambiente;

8.5- o controle do recebimento dos resíduos no empreendimento é de responsabilidade do empreendedor, devendo ser observados os critérios de compatibilidade para o qual foi projetado;

8.6- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para fora do Estado do Rio Grande do Sul através do Sistema Online de Licenciamento - SOL, conforme Portaria N° 89/2016;

8.7- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;

8.8- as lâmpadas fluorescentes usadas deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente, em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;

8.9- toda entrada de resíduo sólido urbano DEVERÁ ser pesada, sendo as cópias dos registros de recebimento de resíduos (quantidade e usuário) mantidas a disposição da FEPAM a qualquer momento, seja em vistorias ou a pedido;

8.10- deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018, referente ao Manifesto de Transportes de Resíduos - MTR;

8.11- o armazenamento temporário de lâmpadas inservíveis contendo mercúrio deverá atender ao disposto na Diretriz Técnica FEPAM nº 02/2015;

8.12- os resíduos sólidos gerados deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária, observando a NBR 12.235 e a NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

8.13- para os resíduos sólidos gerados na unidade, deve ser seguido o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do empreendimento observando a legislação vigente, o qual deverá ser mantido atualizado e divulgado entre os colaboradores;

9. Quanto aos Óleos Lubrificantes e Combustíveis:

9.1- a lavagem de veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo (CSAO);

9.2- resíduos sólidos gerados nas atividades de abastecimento, limpeza e/ou manutenção de veículos e equipamentos deverão ser adequadamente acondicionados e destinados a local devidamente licenciado;

9.3- caso a atividade utilize óleos lubrificantes em embalagens plásticas, deverá entrar em contato com o(s) fornecedor(es) atacadista(s) (fabricante ou fornecedor) para que estes realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo. A coleta é gratuita e o coletor fornece comprovante de coleta em atendimento a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003. O telefone para contato com os distribuidores e fabricantes regularizados constam da Licença Ambiental destes, e estão disponíveis para consulta no site da FEPAM com o código da atividade 3117.00;

9.4- caso a atividade adquira óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá fazer a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados, etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos fornecedores imediatos;

9.5- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, em conformidade com a legislação vigente;

9.6- fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas ser destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003, publicada no DOE de 13/05/2003;

10. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

10.1- em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro tipo de acidente, a FEPAM deverá ser comunicada imediatamente após o ocorrido, através do fone (051) 99982-7840 (24h), devendo ser apresentadas as medidas

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

saneadoras, explicitando as já adotadas, em cumprimento ao disposto no Art. 10 do Decreto Estadual nº 38.356, de 1º de Abril de 1998, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.921/93;

10.2- o empreendimento deve ser operado e mantido de forma a minimizar a possibilidade de fogo, explosão ou derramamento/vazamento de resíduos que possam ameaçar a saúde humana ou ao meio ambiente;

10.3- o responsável técnico deverá manter disponibilizado no empreendimento, em local de fácil acesso e conhecimento de todos, o manual de operação do empreendimento contemplando as operações diárias e o plano de atendimento a emergências, indicando as ações a serem tomadas em caso de acidentes que minimizem os danos a saúde e ao meio ambiente, contemplando no mínimo: identificação dos riscos e ações a serem tomadas (incêndio, explosão, vazamento de líquidos, entre outros), indicação do coordenador do plano de emergência com telefone e endereço de contato atualizado, lista de equipamentos de proteção existentes, estratégia de liberação de recursos financeiros e materiais necessários ao atendimento das emergências, sistema de comunicação interna e externa (corpo de bombeiros, órgão ambiental, atendimento médico, defesa civil/polícia);

10.4- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

11. Quanto ao Monitoramento:

11.1- deverá ser enviada eletronicamente à FEPAM, através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR ON LINE, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, com periodicidade trimestral;

11.2- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade BIMESTRAL, até o último dia útil dos meses de julho, setembro, novembro, janeiro, março e maio, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições gerais do empreendimento contemplando, no mínimo:

11.2.1- identificação, cercamento, acessos externos e vias de circulação internas, iluminação e força, plano de emergência e sistemas de comunicação, melhorias realizadas, roçadas realizadas, sinalização, condições sanitárias do local, sistemas de abastecimento de combustível, preservação das APPs, se for o caso, ocorrências e serviços efetuados no período, bem como acidentes verificados e os procedimentos adotados;

11.2.2- identificação, cercamento, acessos externos e vias de circulação internas, iluminação e força, plano de emergência e sistemas de comunicação, melhorias realizadas, roçadas realizadas, sinalização, condições sanitárias do local, sistemas de abastecimento de combustível, preservação das APPs, se for o caso, ocorrências e serviços efetuados no período, bem como acidentes verificados e os procedimentos adotados;

11.2.3- deverá ser anexada planilha de recebimento de resíduos, onde deve constar, discriminado por gerador, a quantidade mensal de resíduos recebida no empreendimento;

11.2.4- deverá ser anexada a planilha de destinação de resíduos, onde deve constar a quantidade de resíduos [triados, reciclados] e encaminhados para tratamento ou disposição final, no local ou em empreendimento externo. No caso de a destinação ser em outro empreendimento, deverá ser anexada a licença de operação do destinatário e, em caso de encaminhamento de resíduos perigosos, estes deverão ser transportados acompanhados de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR;

11.3- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade BIMESTRAL, até o último dia útil dos meses de julho, setembro, novembro, janeiro, março e maio, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, descrevendo as condições de monitoramento das águas subterrâneas do empreendimento, contendo no mínimo:

11.3.1- laudo de amostragem contemplando: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização) e estado de conservação, equipamentos de amostragem utilizados, operação da renovação da água dos poços de monitoramento, técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, preferencialmente conforme estabelecido na norma ABNT NBR 15847:2010 - Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento - Métodos de purga;

11.3.2- laudos de análise e laudo de interpretação dos resultados das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, acompanhado da análise crítica da influência do empreendimento sobre a qualidade das águas subterrâneas, analisando estatisticamente os resultados de campanhas anteriores, os pontos de montante e jusante e a legislação em vigor acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para os seguintes parâmetros de monitoramento: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro, Mercúrio, Níquel, Nitrato, pH, Sólidos Totais, Temperatura, Turbidez, Zinco e nível do lençol freático;

11.4- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de dezembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, descrevendo as condições de monitoramento das águas subterrâneas do empreendimento, contendo no mínimo:

11.4.1- laudo de amostragem contemplando: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), equipamentos de amostragem utilizados, operação da renovação da água dos poços de monitoramento, técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, preferencialmente conforme estabelecido na norma ABNT NBR 15847:2010 - Amostragem de água subterrânea em poços de

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 6

Peça 4500546

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201625

monitoramento - Métodos de purga;

11.4.2- laudos de análise e laudo de interpretação dos resultados das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, acompanhado da análise crítica da influência do empreendimento sobre a qualidade das águas subterrâneas, analisando estatisticamente os resultados de campanhas anteriores, os pontos de montante e jusante e a legislação em vigor acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para os seguintes parâmetros de monitoramento: Antimônio, Arsênio, Bário, Boro, Cobalto, Manganês, Molibidênio, Prata, Selênio e Vanádio;

11.5- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade BIMESTRAL, até o último dia útil dos meses de julho, setembro, novembro, janeiro, março e maio, Relatório Técnico Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, inclusive da amostragem, descrevendo as condições de monitoramento das águas superficiais do empreendimento contendo, no mínimo:

11.5.1- laudos de amostragem, contendo no mínimo os seguintes itens: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade);

11.5.2- laudos de análise e laudo de interpretação das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, sobre a influência do empreendimento sobre a qualidade das águas, analisando estatisticamente o histórico acumulativo e a legislação em vigor, acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para as águas superficiais da Sanga da Carvoeira, para os seguintes parâmetros de monitoramento: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Cloretos, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro dissolvido, Ferro total, Fósforo, Manganês dissolvido, Manganês total, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio total, Oxigênio dissolvido, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos, Sulfatos, Sulfeto, Temperatura e Zinco;

11.5.2.1- as amostras de águas superficiais devem ser coletadas em dois pontos em relação a saída da ETE, a montante e a jusante. Estes pontos deverão ser georeferenciados;

11.6- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de dezembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, inclusive da amostragem, descrevendo as condições de monitoramento das águas superficiais do empreendimento contendo, no mínimo:

11.6.1- laudos de amostragem, contendo no mínimo os seguintes itens: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade);

11.6.2- laudos de análise e laudo de interpretação das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, sobre a influência do empreendimento sobre a qualidade das águas, analisando estatisticamente o histórico acumulativo e a legislação em vigor, acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para as águas superficiais da Sanga da Carvoeira, para os seguintes parâmetros de monitoramento: Arsênio, Bário, Boro, Cianeto total, Cianeto livre, Cobalto, Cobre, Cor, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Espumas, Estanho, Fenóis, Fluoreto, Lítio, Materiais flutuantes, Molibdênio, Odor, Óleos minerais, Óleos vegetais e gorduras animais, Prata, Selênio, Substâncias tenso-ativas que reagem ao azul de metileno, Sulfatos, Vanádio, Benzeno, Clorofórmio, Dicloroeteno (somatório de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans), Estireno, Etilbenzeno, Tetracloreto de carbono, Tricloroeteno, Tolueno, Xileno, Aldrin, Bifenilas Policloradas (PCBs), Clordano (cis + trans), DDT (4,4'DDt+4,4'DDE+4,4'DDD), Dieldrin, Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Hexaclorobenzeno, Mirex (Dodecacloro Pentaciclodecano) e Toxafeno;

11.7- deverão ser realizados e apresentados à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mes de dezembro, Relatório Técnico de supervisão ambiental atinente ao cortinamento vegetal assinado por responsável técnico habilitado contendo no mínimo:

11.7.1- adequações implantadas no local do plantio visando corrigir as falhas na germinação, estado nutricional das mudas (informando as técnicas selecionadas para corrigir o problema), e indicando reposições/replantios sempre que necessário;

11.7.2- descrição qualitativa e quantitativa dos exemplares escolhidos, índice de sobrevivência com a qualificação do desenvolvimento das mudas (altura média, sanidade, brotamento), sendo que os indivíduos que forem substituídos (mortalidade) deverão ser identificados;

11.7.3- adequações implantadas no local do plantio visando corrigir as falhas na germinação, e estado nutricional das mudas (informando as técnicas selecionadas para corrigir o problema);

11.7.4- relatório fotográfico panorâmico e detalhado;

11.7.5- ART do responsável técnico pelas informações;

11.8- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade BIMESTRAL, até o último dia útil dos meses de julho, setembro, novembro, janeiro, março e maio, Relatório Técnico e Fotográfico, assinado pelo respectivo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições de operação da célula do aterro sanitário contendo, no mínimo:

11.8.1- manutenção dos acessos à célula;

11.8.2- volume atual de recebimento, percentuais de ocupação e cálculos de vida útil das células instaladas no empreendimento

Av Borges de Medeiros, 261 - Centro - CEP 90020-021 - Porto Alegre - RS - Brasil www.fepam.rs.gov.br

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 7

Peça 4500546

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201625

e vida útil total do aterro;

11.8.3- emanação de odores incômodos à circunvizinhança, proliferação de vetores (moscas, mosquitos, ratos, barata), presença de aves, manutenção da frente de trabalho reduzida, cobertura freqüente dos resíduos e equipamentos disponíveis para a operação;

11.8.4- eficiência e estado dos drenos de lixiviado, de captação/queima de biogás, de pluvial (e de drenos testemunho);

11.8.5- impermeabilização de base, estabilidade e conformação dos taludes, drenagem pluvial, surgência de lixiviado nos taludes ou na drenagem pluvial;

11.8.6- cotas de topo da célula em operação e das células encerradas, indicando o recalque, quando houver;

11.8.7- fechamento/encerramento das células já esgotadas;

11.8.8- deverão ser preenchidas e apresentadas a FEPAM as seguintes planilhas: Recebimento e Destinação de Resíduos, Monitoramento e Reciclo do Lixiviado Bruto e Tratado, Monitoramento de Águas Subterrâneas acompanhada de Laudo de Coleta, Monitoramento de Águas Superficiais e Monitoramento do Corpo receptor.

11.8.9- situação quanto a estanqueidade dos taludes das células em operação e encerradas;

11.9- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade BIMESTRAL, até o último dia útil dos meses de julho, setembro, novembro, janeiro, março e maio, Relatório Técnico e Fotográfico, assinado pelo respectivo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições de operação da ETE contendo, no mínimo:

11.9.1- descrição geral do processo de tratamento, e quando houver lagoas, incluir a indicação dos volumes das lagoas e percentual de ocupação;

11.9.2- vazão mensal de efluentes gerado, recirculado ou volume de efluente encaminhado para tratamento externo;

11.9.3- balanço hídrico do sistema de tratamento de efluentes contendo a vazão de efluente gerado, a capacidade de acúmulo de todo o sistema e de cada lagoa separadamente, quando houver, e das saídas de efluentes do processo, concluindo acerca dos resultados obtidos;

11.9.4- laudos de análise do efluente bruto (entrada da primeira unidade/lagoa da ETE) e na última etapa de tratamento, determinando os parâmetros: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Cloretos, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro dissolvido, Ferro total, Fósforo, Manganês dissolvido, Manganês total, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio total, Oxigênio dissolvido, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos, Sulfatos, Sulfeto, Temperatura e Zinco;

11.9.5- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;

11.9.6- interpretação dos resultados obtidos, relacionando-os com as campanhas anteriores e com os padrões de emissão;

11.9.7- caso ocorra lançamento ou envio do efluente para tratamento externo deverá ser apresentada, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior, subscrita pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;

11.9.8- o empreendimento deverá manter junto ao sistema de tratamento de efluentes líquidos, à disposição da fiscalização da FEPAM, relatórios da operação do mesmo, incluindo análises e medições realizadas, por um período mínimo de 2 (dois) anos;

11.10- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de dezembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, descrevendo as condições de monitoramento da ETE do empreendimento, contendo no mínimo:

11.10.1- laudos de análise do efluente (lixiviado) bruto (entrada da primeira unidade/lagoa da ETE) e na última etapa de tratamento, determinando os parâmetros: Arsênio, Bário, Boro, Cianeto total, Cianeto livre, Cobalto, Cobre, Cor, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Espumas, Estanho, Fenóis, Fluoreto, Lítio, Materiais flutuantes, Molibdênio, Odor, Óleos minerais, Óleos vegetais e gorduras animais, Prata, Selênio, Substâncias tenso-ativas que reagem ao azul de metileno, Sulfatos, Vanádio, Benzeno, Clorofórmio, Dicloroeteno (somatório de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans), Estireno, Etilbenzeno, Tetracloreto de carbono, Tricloroeteno, Tolueno, Xileno, Aldrin, Bifenilas Policloradas (PCBs), Clordano (cis + trans), DDT (4,4'DDt+4,4'DDE+4,4'DDD), Dieldrin, Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Hexaclorobenzeno, Mirex (Dodecacloro Pentaciclodecano) e Toxafeno;

11.10.2- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;

11.10.3- interpretação dos resultados obtidos, relacionando-os com as campanhas anteriores e com os padrões de emissão;

11.11- todas as análises realizadas deverão ser efetuadas por laboratório cadastrado junto a FEPAM;

12. Quanto à Publicidade da Licença:

12.1- deverá ser instalada placa de identificação e divulgação da Licença Ambiental, conforme Portaria Nº 17/2009 DPRES, segundo modelo disponível na home page da FEPAM (www.fepam.rs.gov.br);

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

III - <u>Documentos a apresentar para renovação desta Licença:</u>

1- planilha de tratamento de dados estatístico dos resultados das análises de (efluentes e/ou águas subterrâneas e/ou águas superficiais) realizadas no decorrer desta licença e respectiva interpretação alusiva à legislação vigente;

2- laudo técnico acompanhado de registro fotográfico detalhado, firmado pelo responsável técnico, apresentando as reais condições do empreendimento em cumprimento a presente licença;

3- declaração do empreendedor quanto à responsabilidade técnica pela operação do empreendimento, remetendo cópia da ART do responsável técnico;

4- planta atualizada da área onde conste todas as unidades existentes em operação e encerradas e pontos de monitoramento com as respectivas coordenadas em grau decimal sistema SIRGAS2000, quando houver e quadro de áreas;

5- layout geral do empreendimento;

6- imagem de satélite atualizada e colorida, indicando a localização da área e descrição das vias de acesso desde a sede do município;

7- levantamento topográfico e laudo técnico descrevendo a situação do empreendimento em relação ao projeto original e estimativa de vida útil;

8- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo, deverá ser anexada lista de aeródromos em cuja ASA o empreendimento está localizado, informando a classificação do aeródromo (público ou privado) e, em caso de aeródromo público, se há voos regulares ou movimento superior a 1.150 movimentos/ano. A lista de aeródromos, sua localização (coordenadas geográficas) e classificação (público ou privado) estão disponíveis no link https://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/cadastro-de-aerodromos-civis;

9- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo, deverá ser anexado compromisso formal, assinado por representante legal e por profissional com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por meio do qual obrigam-se a empregar um conjunto de técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, de forma que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna;

10- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Esta licença é válida para as condições acima até 26 de abril de 2023, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 17 de dezembro de 2020.

Este documento é válido para as condições acima no período de 18/12/2020 a 26/04/2023.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

Documento Assinado Digitalmente

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

Nome do arquivo: 0itbnr35.x4s

Autenticidade: Documento Íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
Renato das Chagas e Silva	18/12/2020 10:08:34 GMT-03:00	39553094015	Assinatura válida

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 9

Peça 4500546

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P0201625

Documento Assinado Digitalmente

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A27C.0B6D.7BAC.328A.DF4C.

Página
1438
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
1
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.

(VERSÃO COMPILADA)

Compilado com as alterações promovidas pela:
Lei Municipal nº 4636, de 2002
Leis Complementares:
Nº 13, de 2002
Nº 15, de 2002
Nº 27, de 2004
Nº 28, de 2004
Nº 32, de 2005
Nº 38, de 2006
Nº 40, de 2006
Nº 63, de 2008
Nº 67, de 2008
Nº 68, de 2008
Nº 76, de 2009
Nº 83, de 2011
Nº 108, de 2017
Nº 109, de 2017
Nº 110, de 2017
Nº 111, de 2017
Nº 112, de 2017
N° 142, de 2020

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500524

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020160F

SUMÁRIO

TÍTULO I 8
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 8
TÍTULO II 8
DO ELENCO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL 8
TÍTULO III 9
DOS IMPOSTOS 9
CAPÍTULO I 9
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA 9
SEÇÃO I 9
DA INCIDÊNCIA 9
SEÇÃO II 12
DO SUJEITO PASSIVO 12
SEÇÃO III 12
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 12
SEÇÃO IV 14
DA INSCRIÇÃO 14
SEÇÃO V 16
DO LANÇAMENTO 16
CAPÍTULO II 17
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA 17
SEÇÃO I 17
DA INCIDÊNCIA 17
SEÇÃO II 38
DO SUJEITO PASSIVO 38
SEÇÃO III 41
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 41
SEÇÃO IV 49
DA INSCRIÇÃO 49
SEÇÃO V 50
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 50
SEÇÃO VI 53
DO DOCUMENTO FISCAL 53
SEÇÃO VII 54
DA ESCRITA FISCAL 54
SEÇÃO IX 56
DA DECLARAÇÃO ANUAL 56
SEÇÃO X 56
DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 56
CAPÍTULO III 62
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO “INTER-VIVOS” DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS 62
SEÇÃO I 62
DA INCIDÊNCIA 62
SEÇÃO II 63

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500524

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020160F

DO SUJEITO PASSIVO 63
SEÇÃO III 63
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 63
SECÃO IV 64
DO PRAZO DE PAGAMENTO 64
SEÇÃO V 65
DA NÃO-INCIDÊNCIA 65
SEÇÃO VI 65
DAS OBRIGAÇÕES DE TERCEIROS 65
TÍTULO IV 66
DAS TAXAS 66
CAPÍTULO I 66
DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA . 66
SEÇÃO I 66
DA TAXA DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO – TVC 66
SEÇÃO II 67
DA TAXA DE ANÁLISE DE PROJETOS DE OBRAS PARTICULARES – TAP 67
SEÇÃO III 68
DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES – TLO 68
SEÇÃO IV 69
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA CONCESSÃO DE HABITE-SE – TCH 69
SEÇÃO V 69
DA TAXA DE LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTO, DESMEMBRAMENTO E/OU UNIFICAÇÃO – TLDU 69
SEÇÃO VI 70
DA TAXA DE LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS – TLTB 70
CAPÍTULO II 70
DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E DE ATIVIDADES 70
SEÇÃO I 70
DA INCIDÊNCIA 70
SEÇÃO II 72
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 72
SEÇÃO III 72
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 72
SEÇÃO IV 72
SUJEITO PASSIVO 72
CAPÍTULO III 72
DAS TAXAS POR ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 72
SEÇÃO I 72
DA INCIDÊNCIA 72
SEÇÃO II 73
DO SUJEITO PASSIVO 73
SEÇÃO III 73
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 73

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

SEÇÃO IV 73
DA INSCRIÇÃO 73
SEÇÃO V 73
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 73
CAPÍTULO IV 73
DA TAXA DE SERVIÇOS URBANOS 73
SEÇÃO I 73
DA INCIDÊNCIA 73
SEÇÃO II 74
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 74
SEÇÃO III 74
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 74
CAPÍTULO V 74
DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS 74
SEÇÃO I 74
DA INCIDÊNCIA 74
SEÇÃO II 75
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 75
SEÇÃO III 75
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 75
CAPÍTULO VI 75
DA TAXA DE VISTORIAS 75
SEÇÃO I 75
DA INCIDÊNCIA 75
SEÇÃO II 76
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 76
SEÇÃO III 76
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 76
CAPÍTULO VII 76
DA TAXA DE PUBLICIDADE 76
SEÇÃO I 76
DA INCIDÊNCIA 76
SEÇÃO II 77
SUJEITO PASSIVO 77
SEÇÃO III 77
A NÃO INCIDÊNCIA 77
SEÇÃO IV 78
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 78
SEÇÃO V 78
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 78
CAPÍTULO VIII 78
DA TAXA DE EXPEDIENTE 78
SEÇÃO I 78
DA INCIDÊNCIA 78
SEÇÃO II 79
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 79

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

SEÇÃO III 79
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 79
SEÇÃO IV 79
DO PAGAMENTO 79
CAPÍTULO IX 79
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ABATE DE ANIMAIS 79
SEÇÃO I 79
DA INCIDÊNCIA 79
SEÇÃO II 79
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 79
SEÇÃO III 79
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 79
CAPÍTULO X 80
DA TAXA DE ESTACIONAMENTO REMUNERADO DE VEÍCULOS 80
SEÇÃO I 80
DA INCIDÊNCIA 80
SEÇÃO II 80
DA FISCALIZAÇÃO 80
SEÇÃO III 81
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 81
CAPÍTULO XI 81
DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO USO DO SOLO EM BENS DE USO COMUM DO POVO 81
SEÇÃO I 81
DA INCIDÊNCIA 81
SEÇÃO II 81
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 81
SEÇÃO III 82
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 82
CAPITULO XII 82
TAXA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL 82
SEÇÃO I 82
DA INCIDÊNCIA 82
SEÇÃO II 82
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS 82
SEÇÃO III 82
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 82
CAPÍTULO XIII 83
DA TAXA DE COLETA DE LIXO (TCL) 83
SEÇÃO I 83
DO FATO GERADOR 83
SEÇÃO II 83
DO SUJEITO PASSIVO 83
SEÇÃO III 83
DA BASE DE CÁLCULO 83
SEÇÃO IV 83
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO 83

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

TÍTULO V 84
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 84
CAPÍTULO I 84
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 84
SEÇÃO I 84
DO FATO GERADOR, INCIDÊNCIA E CÁLCULO. 84
SEÇÃO II 85
DO SUJEITO PASSIVO 85
SEÇÃO III 85
DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DE OBRAS 85
SEÇÃO IV 85
DA FIXAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E DOS COEFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO DOS IMÓVEIS 85
SEÇÃO V 85
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO 85
TÍTULO VI 86
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES 86
CAPÍTULO I 86
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES 86
SEÇÃO I 86
IPTU 86
SEÇÃO II 86
ISS 86
SEÇÃO III 90
ITVBI 90
SEÇÃO IV 90
TAXAS DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA 90
SEÇÃO V 91
OBRAS 91
SEÇÃO VI 94
ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 94
SEÇÃO VII 94
ZONA AZUL 94
SEÇÃO VIII 94
GERAL 94
TÍTULO VII 95
DA FISCALIZAÇÃO 95
CAPÍTULO I 95
DA COMPETÊNCIA 95
CAPÍTULO II 96
DO PROCESSO FISCAL 96
SEÇÃO I 98
NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 98
SEÇÃO II 100
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 100
SEÇÃO III 101

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1444
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
7
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO 101
SEÇÃO IV 102
DAS CONSULTAS, RECLAMAÇÕES E RECURSOS VOLUNTÁRIOS. 102
TÍTULO VIII 104
NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO 104
CAPÍTULO I 104
DA ARRECADAÇÃO 104
CAPÍTULO II 106
DA RESTITUIÇÃO 106
CAPÍTULO III 107
DA COMPENSAÇÃO 107
CAPÍTULO IV 108
DA DÍVIDA ATIVA 108
CAPÍTULO V 110
DAS CERTIDÕES NEGATIVAS 110
CAPÍTULO VI 111
DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES 111
SEÇÃO I 111
DAS IMUNIDADES 111
SEÇÃO II 113
DA ISENÇÃO 113
CAPÍTULO VII 114
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 114
TABELA I 117
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU 117
TABELA II – 1 119
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA 119
ISSQN - FIXO 119
TABELA II – 2 125
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA 125
ISSQN - HOMOLOGADO 125
TABELA II - 3 142
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA ISSQN - RECOLHIMENTO PARA HABITE-SE 142
TABELA III 143
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO “INTER VIVOS” DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS ITIVBI 143
TABELA IV 143
TAXAS DE EXPEDIENTE 143
TABELA V 143
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO 143
TABELA VI 146
TAXA DE COLETA DE LIXO 146
TABELA VII 148
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS 148
TABELA VIII 150

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

FISCALIZAÇÃO DE ABATE DE ANIMAIS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS 150
TABELA IX 150
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL 150
TABELA DE VALORES PARA SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL 150
TABELA XI 155
PUBLICIDADE 155
TABELA XII 156
ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 156
TABELA XIII 172
TAXA DE OCUPAÇÃO EM BENS DE USO COMUM E ESPECIAL DO POVO 172
TABELA XIV 174
TAXA PARA ESTACIONAMENTO REMUNERADO DE VEÍCULOS 174
TABELA XV 175
TAXA DE VISTORIA 175
TABELA XVII 177
TAXAS DE EXECUÇÃO DE OBRAS E LIMPEZA DE TERRENOS 177

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1446
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
9
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/01, DE 28-12-2001[1]

Consolida o Código Tributário do Município, consolidando a legislação tributária e dá outras providências.

VALDECI OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, de conformidade com o que determina a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 99, inciso III, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte,

L E I:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º É estabelecido por esta Lei o Código Tributário do Município de Santa Maria, consolidando a Legislação Tributária do Município, com base no Código Tributário Nacional e normas gerais de Direito Tributário a eles aplicáveis.

TÍTULO II
DO ELENCO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Art. 2º Os tributos da competência do Município são os seguintes:

I - Imposto sobre:

a) Propriedade Predial e Territorial Urbana;

b) Serviços de Qualquer Natureza não compreendidos no art. 155, inciso I, alínea “b” da Constituição Federal;

c) Transmissão “Inter-Vivos”, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos.

II - Taxa de:

a) Licença:

1. para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia;
2. para Localização de Estabelecimentos e de Atividades;
3. por Atos de Vigilância Sanitária;

b) Serviços Urbanos;

c) Serviços Diversos;

d) Vistorias;

e) Publicidade;

[1] **COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS COMPLEMENTARES** nº 13, de 2002; nº 15, de 2002; Lei Municipal nº 4636, de 2002, nº 27, de 2004; nº 28, de 2004; nº 32, de 2005; nº 38, de 2006; nº 40, de 2006; nº 63, de 2008; nº 67, de 2008; nº 68, de 2008; nº 76, de 2009; nº 83, de 2011; nº 108, de 2017; nº 109, de 2017; nº 110, de 2017; nº 111, de 2017; nº 112, de 2017; nº 142, de 2020.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1447
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
10
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

f) Expediente;
g) Fiscalização Sanitária de Abates de Animais;
h) Estacionamento remunerado de veículos;
i) Ocupação do solo em bens de uso comum do povo ou de uso especial.
III - Contribuição de Melhoria.

TÍTULO III
DOS IMPOSTOS
CAPÍTULO I
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

SEÇÃO I
Da Incidência

~~Art. 3º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incide sobre a propriedade, a titularidade de domínio útil ou a posse a qualquer título de bem imóvel, edificado ou não, localizado na Zona Urbana do Município.~~

~~§ 1º - Para os efeitos deste Imposto, entende-se como Zona Urbana a definida em Lei Municipal, observado o requisito mínimo da existência de dois dos seguintes melhoramentos:~~

~~a) meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;~~
~~b) abastecimento de água;~~
~~c) sistema de esgotos sanitários;~~
~~d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;~~
~~e) escola primária ou postos de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.~~

~~§ 2º - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -IPTU, incide também sobre os imóveis que, embora localizados fora da área urbana, sejam considerados, pela sua utilização, unidades urbanas, incluindo as zonas e os prédios industriais, os loteamentos, regularizados ou não, os agrupamentos residenciais, os sítios de recreio, dentre outros.~~

~~§ 3º - Para os efeitos deste imposto, considera-se:~~

~~I – Prédio – o imóvel edificado, compreendendo o terreno com a respectiva construção e dependência(s);~~

~~II – Unidade Predial - prédio ou parte de prédio que comporte a instalação independente de residência ou de atividades de quaisquer natureza;~~

~~III - Terreno - o imóvel não edificado;~~

~~IV – Gleba – o terreno com área igual ou superior a 5000 m2 (cinco mil metros quadrados).~~

~~§ 4º - É considerado integrante do prédio, o terreno de propriedade do mesmo contribuinte e localizado junto:~~

I - a ~~estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, desde que necessário e utilizado de modo permanente na finalidade do estabelecimento;~~

~~II – a prédio residencial, desde que convenientemente utilizado ou efetivamente ajardinado.~~

~~§ 5º - São também consideradas terreno:~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~I - a sobra de área de prédio que não apresente as condições estabelecidas no parágrafo anterior;~~

~~II - a área com:~~

~~a) construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;~~

~~b) construção que a autoridade competente considere inadequada, pela área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida.~~

~~c) obra paralisada, edificações incendiadas, condenadas, abandonadas ou em ruínas.~~

~~§ 6º - Para efeitos da alínea "c" do parágrafo anterior, considera-se:~~

~~I - obra paralisada, aquela cuja licença para construção está vencida e não foi renovada;~~

~~II - edificações incendiadas, condenadas, abandonadas ou em ruínas aquelas em que haja constatação, pelo fisco municipal, de oferecerem risco à comunidade.~~

~~§ 7º - O terreno com construção em andamento será lançado com alíquota predial, desde que exista projeto arquitetônico devidamente aprovado e licenciado pela Prefeitura Municipal e que suas instalações não sejam habitáveis e nem estejam habitadas.~~

~~§ 8º - O benefício previsto no parágrafo anterior terá aplicação limitada ao máximo de cinco anos, após os quais passará a incidir a alíquota própria dos terrenos não edificados.~~

Art. 3º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incide sobre a propriedade, a titularidade de domínio útil ou a posse a qualquer título de bem imóvel, edificado ou não, localizado na Zona Urbana do Município. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 1º Para os efeitos deste Imposto, entende-se como Zona Urbana a definida em Lei Municipal, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos construídos e mantidos pelo Poder Público: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

a) meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

b) abastecimento de água; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

c) sistema de esgotos sanitários; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

e) escola primária ou postos de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 2º O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incide também sobre os imóveis que, embora localizados fora da área urbana, sejam considerados, pela sua utilização unidades urbanas, incluindo as zonas e os prédios industriais, comerciais e de serviços, os loteamentos, regularizados ou não, os agrupamentos residenciais, os sítios de recreio, dentre outros. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 3º Para os efeitos deste imposto, considera-se: **(Redação dada pela Lei**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Complementar nº 27, de 2004)

I - Prédio - o imóvel edificado, compreendendo o terreno com a respectiva construção e dependência(s); **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

II - Unidade Predial - prédio ou parte de prédio que comporte a instalação independente de residência ou de atividades de quaisquer natureza; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

III - Terreno - o imóvel não edificado; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

IV - Gleba - o terreno com área igual ou superior a 5000 m² (cinco mil metros quadrados). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 4º É considerado integrante do prédio, o terreno de propriedade do mesmo contribuinte e localizado junto: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

I - a estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços, desde que necessário e utilizado de modo permanente na finalidade do estabelecimento; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

II - a prédio residencial, desde que convenientemente utilizado ou efetivamente ajardinado. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 5º São também consideradas terreno: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

I - a sobra de área de prédio que não apresente as condições estabelecidas no parágrafo anterior; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

II - a área com: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

a) construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

b) construção que a autoridade competente considere inadequada, pela área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

c) obra paralisada, edificações incendiadas, condenadas, abandonadas ou em ruínas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 6º Para efeitos da alínea “c” do parágrafo anterior, considera-se: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

I - obra paralisada, aquela cuja licença para construção está vencida e não foi renovada; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

II - edificações incendiadas, condenadas, abandonadas ou em ruínas aquelas em que haja constatação, pelo fisco municipal, de oferecerem risco à comunidade. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 7º O terreno com construção em andamento será lançado com alíquota predial, desde que exista projeto arquitetônico devidamente aprovado e licenciado pela Prefeitura Municipal e que suas instalações não sejam habitáveis e nem estejam habitadas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 8º O benefício previsto no parágrafo anterior terá aplicação limitada ao máximo de 5 (cinco) anos, após os quais passará a incidir a alíquota própria dos terrenos não edificados. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1450
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

Art. 4º A incidência do imposto independe:

I - da legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel;

II - do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas relativas ao imóvel, inclusive do licenciamento da construção.

Art. 5º O imposto é anual e, na forma do Código Civil, transmite-se aos adquirentes.

SEÇÃO II
Do Sujeito Passivo

Art. 6º Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o titular do domínio pleno, o justo possuidor, o titular de direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os promitentes cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes, a qualquer título, do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

SEÇÃO III
Da Base de Cálculo e Alíquotas

~~Art. 7º A base de cálculo do imposto é o Valor Venal do bem imóvel.~~

~~§ 1º - Considera-se como Valor Venal do Imóvel para fins previstos neste artigo:~~

~~I - no caso de terreno: o valor da terra nua;~~

~~II - no caso de prédio: o valor do terreno ou de parte ideal deste e da edificação, considerados em conjunto.~~

~~§ 2º - Considera-se, para efeito de apuração do valor venal, o valor da UFM (unidade fiscal municipal) de 1º de janeiro do ano a que corresponde o lançamento.~~

~~§ 3º - Mediante requerimento, poderão beneficiar-se do desconto de 75% (setenta e cinco por cento), no valor do imposto:~~

~~I - as áreas de preservação ambiental, os sítios arqueológicos e paleontológicos devidamente reconhecidos e os imóveis onde exista árvore tombada;~~

~~II - os imóveis tombados como patrimônio histórico ou cultural do Município, desde que preservados e restaurados.~~

~~§ 4º - Para efeitos desta lei, a área tributável do Município é constituída de doze (12) divisões fiscais, com as delimitações fixadas por Lei específica.~~

~~§ 5º - No caso de área particularmente desvalorizada em virtude de configuração muito irregular ou acidente topográfico desfavorável, como a existência de córrego, sanga, pedreira, talude exagerado, alagamento ou inundação, no mínimo durante seis meses, ou ainda outros acidentes que concorram para depreciação de modo permanente ou periódico, influindo de maneira injusta ou inadequada na avaliação, aplicar-se-á uma redução no valor venal até o limite de 50% (cinquenta por cento), conforme dispuser o regulamento.~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1451
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

~~§ 6º - As alíquotas para cálculo do imposto são estabelecidas na Tabela I, que integra este Código.~~

~~§ 7º - As glebas cuja a área exceder a 5.000 metros quadrados terão redução de cinquenta por cento (50%) sobre a parte que exceder essa medida.~~

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o Valor Venal do bem imóvel. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 1º Considera-se como Valor Venal do Imóvel para fins previstos neste artigo: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

I - no caso de terreno: o valor da terra nua; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

II - no caso de prédio: o valor do terreno ou de parte ideal deste e da edificação, considerados em conjunto. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 2º Considera-se, para efeito de apuração do valor venal, o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM de 1º de janeiro do ano a que corresponde o lançamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 3º Mediante requerimento, poderão beneficiar-se do desconto de até 85% (oitenta e cinco por cento) no valor do imposto, conforme estabelecer o Regulamento e nas seguintes situações: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

I - as áreas de preservação ambiental, os sítios arqueológicos e paleontológicos devidamente reconhecidos e os imóveis onde exista árvore tombada; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

II - os imóveis tombados como patrimônio histórico ou cultural do Município, desde que preservados e restaurados; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

III - imóveis residencial, comercial, industrial ou de serviços com existência conjunta de áreas com utilização agrícola ou pecuária, devidamente comprovada com a inscrição de produtor rural. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 4º Para efeitos desta Lei, a área tributável do Município é constituída de doze (12) divisões fiscais, com as delimitações fixadas por Lei específica. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 5º No caso de área particularmente desvalorizada em virtude de configuração muito irregular ou acidente topográfico desfavorável, como a existência de córrego, sanga, pedreira, talude exagerado, alagamento ou inundação, no mínimo durante 6 (seis) meses, ou ainda outros acidentes que concorram para depreciação de modo permanente ou periódico, influindo de maneira injusta ou inadequada na avaliação, aplicar-se-á uma redução no valor venal até o limite de 50% (cinquenta por cento), conforme dispuser o regulamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 6º As alíquotas para cálculo do imposto são estabelecidas na Tabela I, que integra este Código. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 7º As glebas cuja a área exceder a 5.000 (cinco mil metros) metros quadrados terão redução de 50% (cinquenta por cento) sobre a parte que exceder essa medida. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Art. 8º O Valor Venal do Imóvel será determinado em função dos seguintes elementos:

I - na avaliação do terreno: o preço do metro quadrado relativo a cada face do quarteirão, conforme Planta de Valores, a forma, situação do terreno na quadra e a área corrigida;

II - na avaliação da gleba: o valor do metro quadrado, conforme Planta de Valores, e a área corrigida;

III - no caso de gleba com loteamento aprovado e em processo de execução: considera-se terreno ou lote individualizado aquele situado em logradouro ou parte deste, cujas obras estejam concluídas;

IV - na avaliação do prédio: o preço do metro quadrado de cada tipo e/ou característica de construção, a idade, a área construída e a localização.

Art. 9º O preço do metro quadrado da gleba, e do metro quadrado do terreno padrão, serão fixados levando-se em consideração:

I - o índice médio de valorização;

II - os preços relativos às últimas transações imobiliárias, deduzidas as parcelas correspondentes às construções;

III - o número de equipamentos urbanos que servem o imóvel;

IV - os acidentes naturais e outras características que possam influir em sua valorização;

V - qualquer outro dado informativo.

Art. 10. O preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração:

I - os valores estabelecidos em contratos de construção;

II - os preços relativos às últimas transações imobiliárias;

III - o custo do metro quadrado de construção corrente no mercado imobiliário;

IV - quaisquer outros dados informativos.

Art. 11. Os preços do metro quadrado de gleba, do metro quadrado de terreno padrão e de cada tipo e/ou característica de construção serão estabelecidos e atualizados anualmente por Decreto do Executivo, levando-se em conta a Planta de Valores.

Parágrafo único. Qualquer das alterações do *caput* que venha a determinar crescimento nominal do imposto em coeficiente superior ao da inflação do período, entre dois exercícios financeiros subsequentes, somente poderá ser efetuada mediante Lei específica.

SEÇÃO IV
Da Inscrição

Art. 12. Todos os imóveis que satisfaçam as condições previstas no art. 3º serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro Imobiliário, ainda que beneficiados por imunidade ou isenção.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Art. 13. A inscrição, a averbação ou a alteração serão promovidas no prazo de 90 (noventa) dias, ou no decorrer do exercício em que ocorreu:

I - pelo proprietário;

II - pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;

III - pelo vendedor, pelo promitente vendedor ou promitente comprador;

IV - de ofício, quando ocorrer omissão das pessoas relacionadas nos incisos anteriores, através de:

a) informações da Secretaria de Município de Obras;

b) informações obtidas no Cartório de Registro de Imóveis ou Tabelionatos, sobre alterações na posse ou propriedade de imóveis;

c) verificação *in loco*.

Parágrafo único. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas que couberem.

Art. 14. A inscrição ou alteração será procedida mediante a comprovação, por documento hábil, original ou xerox autenticado, da titularidade do imóvel ou da condição alegada e endereço atualizado do responsável pelo imóvel, devendo o documento original ser devolvido no ato, mantendo-se cópia no setor.

Art.15. O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integram, observando o tipo de utilização.

Art.16. Estão sujeitas a nova inscrição, alteração ou cancelamento da inscrição, nos termos desta Lei, ou a averbação na ficha de cadastro:

I - o desdobramento, o desmembramento ou o remembramento de áreas;

II - transferência da propriedade ou posse;

III - a transferência da propriedade ou do domínio;

IV - a alteração resultante de construção, ampliação, reforma demolição, construção de muro e/ou calçada;

V - a ocupação, quando realizada antes da conclusão da obra;

VI - no caso de áreas loteadas, bem como das construídas em curso de venda:

a) indicação de lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes;

b) as rescisões de contrato ou qualquer outra alteração.

Parágrafo único. Quando se tratar de alienação parcial será procedida nova inscrição para a parte alienada, alterando-se a primitiva.

Art. 17. A Prefeitura poderá, visando o recolhimento do imposto, cadastrar prédios não regularizados, devendo, na ficha e em qualquer certidão do cadastro, constar a expressão “não regularizado”, não gerando direitos de qualquer espécie em relação a Administração Pública.

~~Parágrafo único - Em nenhuma hipótese poderá ser cadastrada construção irregular sobre áreas públicas~~. **(Revogado pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

SEÇÃO V
Do Lançamento

Art. 18. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, respeitada a situação física do imóvel ao encerrar-se o exercício anterior.

Parágrafo único. A alteração do lançamento decorrente de modificação ocorrida durante o exercício será procedida a partir do mês seguinte ao da ocorrência ou da constatação do fato.

Art. 19. O lançamento será feito em nome da pessoa, física ou jurídica, sob o qual estiver inscrito o imóvel no Cadastro Imobiliário.

Parágrafo único. Em se tratando de co-propriedade, constarão na ficha de cadastro os nomes de todos os co-proprietários, sendo o conhecimento emitido em nome de um deles, com a designação de "outros" para os demais.

Art. 20. O lançamento decorrente da inclusão de ofício retroage a data da ocorrência do fato gerador.

~~Art. 21. No lançamento, feito anualmente, poderá ser exigido o imposto de uma só vez (cota-única) ou em parcelas, cujos valores serão expressos em Reais e convertidos em UFM's (unidade fiscal municipal) do Município, conforme estabelecer o regulamento.~~

~~§ 1º O imposto predial e territorial urbano e as taxas de serviços urbanos, quando pagos em cota única, poderão sofrer um desconto de até 20% (vinte por cento), conforme estabelecer o Decreto Executivo e permitir a Lei de Responsabilidade Fiscal.~~

~~§ 2º O número de parcelas e respectivos vencimentos serão fixados por ato do Poder Executivo.~~

Art. 21. No lançamento, feito anualmente, poderá ser exigido o imposto de uma só vez (cota única) ou em parcelas, cujos valores serão expressos em reais (R$) e convertidos em UFM (Unidade Fiscal do Município), conforme estabelecer o regulamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 1º O imposto predial e territorial urbano quando pago em cota única, poderão sofrer um desconto de até 20% (vinte por cento), conforme estabelecer o Decreto Executivo e permitir a Lei de Responsabilidade Fiscal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 2º O número de parcelas e respectivos vencimentos serão fixados por ato do Poder Executivo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 3º Poderá o Poder Executivo, através de Decreto, além do desconto previsto no parágrafo primeiro para o pagamento em cota única, conceder também outro desconto de até 20% (vinte por cento), como prêmio para os contribuintes que tenham quitado o IPTU dos 2 (dois) exercícios anteriores. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 4º O recolhimento do imposto devido pago espontaneamente, mesmo que fora do prazo, desobriga da penalidade prevista no *caput* deste artigo. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500524

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020160F

CAPÍTULO II
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I

Da Incidência

~~Art. 22. O imposto sobre o serviço de qualquer natureza é devido por pessoa física ou jurídica prestadora de serviços, com ou sem estabelecimento fixo.~~

~~Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço, nos termos da legislação federal pertinente, os constantes da lista a seguir ou que a eles possam ser equiparados:~~

~~01 - médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;~~

~~02 - hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso, de recuperação e congêneres;~~

~~03 - bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres;~~

~~04 - enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, protéticos (prótese dentária);~~

~~05 - assistência médica e congêneres previstos nos itens 001, 002 e 003 desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados;~~

~~06 - planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 005 desta lista e que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por estas, mediante indicação do beneficiário do plano;~~

~~07 - vetado;~~

~~08 - médicos veterinários;~~

~~09 - hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres;~~

~~10 guarda, tratamento, amestramento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais;~~

~~11 - barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres;~~

~~12 - banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres;~~

~~13 - varrição, coleta, remoção e incineração de lixo;~~

~~14 - limpeza e dragagem de portos, rios e canais;~~

~~15 - limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins;~~

~~16 - desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres;~~

~~17 - controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos;~~

~~18 - incineração de resíduos quaisquer;~~

~~19 - limpeza de chaminés;~~

~~20 - saneamento ambiental e congêneres;~~

~~21 - assistência técnica;~~

~~22 - assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa;~~

~~23 - planejamento, coordenação, programação ou organização financeira, técnica ou~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~administrativa;~~
~~24 - análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza;~~
~~25 - contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;~~
~~26 - perícias, laudos, exames técnicos, análises técnicas e inspeções;~~
~~27 - traduções e interpretações;~~
~~28 - avaliações de bens;~~
~~29 - datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres;~~
~~30 - projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza;~~
~~31 - aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;~~
~~32 - execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);~~
~~33 - demolição;~~
~~34 - reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);~~
~~35 - pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo e gás natural;~~
~~36 - florestamento e reflorestamento;~~
~~37 - escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;~~
~~38 - paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS);~~
~~39 - raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias;~~
~~40 - ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza;~~
~~41 - planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;~~
~~42 - organização de festas e recepções: buffet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS);~~
~~43 - administração de bens e negócios de terceiros e de consórcio;~~
~~44 - administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);~~
~~45 - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;~~
~~46 - agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);~~
~~47 - agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária;~~
~~48 - agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchise) e de faturação (factoring) (excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);~~
~~49 - agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres;~~
~~50 - agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidas~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~nos itens 045, 046, 047 e 048;~~
~~51 - despachantes;~~
~~52 - agentes da propriedade industrial;~~
~~53 - agentes da propriedade artística ou literária;~~
~~54 - leilão;~~
~~55 - regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros, inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro;~~
~~56 - armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie;~~
~~57 - guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres;~~
~~58 - vigilância ou segurança de pessoas e bens;~~
~~59 - transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do município;~~
~~60 - diversões públicas:~~
~~a) cinemas, "*taxi-dancings*" e congêneres;~~
~~b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos; c) exposições, com cobrança de ingressos;~~
~~d) bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam transmitidos mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio;~~
~~e) jogos eletrônicos;~~
~~f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do expectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;~~
~~g) execução de música, individualmente ou por conjuntos; 061 distribuição e venda de bilhetes de loteria,cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;~~
~~62 - fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão);~~
~~63 - gravação e distribuição de filmes e vídeo-tapes;~~
~~64 - fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora;~~
~~65 - fotografia ou cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem;~~
~~66 - produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres;~~
~~67 - colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço;~~
~~68 - lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);~~
~~69 - conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes que fica sujeito ao ICMS);~~
~~70 - recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidos pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS);~~
~~71 - recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final;~~
~~72 - recondicionamento,~~ acondicionamento~~, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização;~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~73 - lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado;~~
~~74 - instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;~~
~~75 - montagem e desmontagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;~~
~~76 - cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos;~~
~~77 - composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia;~~
~~78 - colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;~~
~~79 - locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil;~~
~~80 - funerais;~~
~~81 - alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento;~~
~~82 - tinturaria e lavanderia;~~
~~83 - taxidermia;~~
~~84 - recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;~~
~~85 - propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação);~~
~~86 - veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão);~~
~~87 - serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios, movimentação de mercadoria fora do cais;~~
~~88 - advogados;~~
~~89 - engenheiros, arquitetos, urbanistas,agrônomos;~~
~~90 - dentistas;~~
~~91 - economistas;~~
~~92 - psicólogos;~~
~~93 - assistentes sociais;~~
~~94 - relações públicas;~~
~~95 - cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);~~
~~96 - instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talões de cheques, emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques, sustação de pagamentos de cheques, ordens de pagamento e de créditos por qualquer meio, emissão e renovação de cartões magnéticos, consultas em terminais eletrônicos, pagamento por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaboração de ficha cadastral, aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~lançamento de extrato de contas, emissão de carnes (neste item não será abrangido o ressarcimento, à instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços);~~
~~97 - transporte de natureza estritamente municipal;~~
~~98 - vetado;~~
~~99 - hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços);~~
~~100 - distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza;~~
~~101 - exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.~~

Art. 22. O Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza é devido por pessoa física ou jurídica prestadora de serviços, com ou sem estabelecimento fixo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 5º Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço, nos termos da legislação federal pertinente, os constantes da lista a seguir ou que a eles possam ser equiparados, mesmo que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

1. Serviços de informática e congêneres**. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

1.01. Análise e desenvolvimento de sistemas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

1.02. Programação. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, 2004)**

~~1.03. Processamento de dados e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

1.03. Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

~~1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos. (Redação~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

1.04. Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

1.05. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

1.06. Assessoria e consultoria em informática. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

1.07. Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

1.08. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

1.09. Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

2.01. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, 2004)**

3. Serviços prestados mediante locação[2], cessão de direito de uso e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

3.01. VETADO

3.02. Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

3.03. Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

3.04. Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

3.05. Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

4.01. Medicina e biomedicina. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

4.02. Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

4.03. Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-

[2] Julgado Inconstitucional pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Ação Direta de Inconstitucionalidade 70010714103, julgada em fevereiro de 2006.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

socorros, ambulatórios e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.04. Instrumentação cirúrgica. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.05. Acupuntura. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.06. Enfermagem, inclusive serviços auxiliares. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.07. Serviços farmacêuticos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.07.01. Serviços farmacêuticos, inclusive farmácias de manipulação. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.08. Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.09. Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.10. Nutrição. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.11. Obstetrícia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.12. Odontologia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.13. Ortóptica. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.14. Próteses sob encomenda. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.15. Psicanálise. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.16. Psicologia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.17. Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.18. Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.19. Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.20. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.21. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
4.23. Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28/2004)**
5.01. Medicina veterinária e zootecnia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5.02. Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5.03. Laboratórios de análise na área veterinária. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5.04. Inseminação artificial, fertilização *in vitro* e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

5.05. Bancos de sangue e de órgãos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5.06. Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5.07. Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5.08. Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
5.09. Planos de atendimento e assistência médico-veterinária. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)
6.01. Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
6.02. Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
6.03. Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
6.04. Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
6.05. Centros de emagrecimento, spa e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
6.06. Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**
7. Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)
7.01. Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
7.02. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
7.03. Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
7.04. Demolição. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
7.05. Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
7.06. Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

tomador do serviço. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.07. Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.08. Calafetação. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.09. Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.10. Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.11. Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.12. Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.13. Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.14. VETADO

7.15. VETADO

~~7.16. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

7.16. Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

7.17. Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.18. Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.19. Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.20. Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.21. Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

7.22. Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

conhecimentos de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

9. Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

9.01. Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

9.02. Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

9.03. Guias de turismo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10. Serviços de intermediação e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

10.01. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.02. Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.03. Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.04. Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.05. Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.06. Agenciamento marítimo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.07. Agenciamento de notícias. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.08. Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.09. Representação de qualquer natureza, inclusive comercial. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

10.10. Distribuição de bens de terceiros. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

11.01. Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

11.02. Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

11.03. Escolta, inclusive de veículos e cargas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28,**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

de 2004)
11.04. Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.01. Espetáculos teatrais. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.02. Exibições cinematográficas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.03. Espetáculos circenses. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.04. Programas de auditório. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.05. Parques de diversões, centros de lazer e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.06. Boates, taxi-dancing e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.07. Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.08. Feiras, exposições, congressos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.09. Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.10. Corridas e competições de animais. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.11. Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.12. Execução de música **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.13. Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.14. Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
2.15. Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
2.16. Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
12.17. Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
13. Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
13.01. VETADO
13.02. Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
13.03. Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
13.04. Reprografia, microfilmagem e digitalização. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
~~13.05. Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~(Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

13.05. Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

14. Serviços relativos a bens de terceiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

14.01. Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.02. Assistência técnica. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.03. Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.04. Recauchutagem ou regeneração de pneus. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

14.05. Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

14.06. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.07. Colocação de molduras e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.08. Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.09. Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.10. Tinturaria e lavanderia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.11. Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.12. Funilaria e lanternagem. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.13. Carpintaria e serralheria. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

14.14. Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

15.01. Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.02. Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.03. Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.04. Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.05. Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.06. Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.07. Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.08. Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.09. Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.10. Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.11. Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.12. Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.13. Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.14. Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.15. Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.16. Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.17. Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

15.18. Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

16. Serviços de transporte de natureza municipal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~16.01. Serviços de transporte de natureza municipal. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

16.01. Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

16.02. Outros Serviços de natureza municipal. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

17.01. Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

17.02. Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

17.03. Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

17.04. Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

17.05. Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

serviço. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.06. Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.07. VETADO
17.08. Franquia (franchising). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.09. Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.10. Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.11. Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.12. Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.13. Leilão e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.14. Advocacia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.15. Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.16. Auditoria. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.17. Análise de Organização e Métodos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.18. Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.19. Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.20. Consultoria e assessoria econômica ou financeira. ((**Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.21. Estatística. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.22. Cobrança em geral. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.23. Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.24. Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
17.25. Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**
18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
18.01. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**
19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

19.01. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

20.01. Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

20.02. Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

20.03. Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~**21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)**~~

~~21.01. Excluído (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 2009)**

21.01. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 2009)**

22. Serviços de exploração de rodovia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

22.01. Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

23. Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

24. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

25. Serviços funerários. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

25.01. Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~25.02. Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

25.02. Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

25.03. Planos ou convênio funerários. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

25.04. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

25.05. Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

26. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

26.01. Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

27. Serviços de assistência social. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

27.01. Serviços de assistência social. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

28. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

28.01. Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

29. Serviços de biblioteconomia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

29.01. Serviços de biblioteconomia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

30. Serviços de biologia, biotecnologia e química. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

30.01. Serviços de biologia, biotecnologia e química. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

31. Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

32. Serviços de desenhos técnicos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

32.01 Serviços de desenhos técnicos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

33. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

33.01. Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

34. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

34.01. Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

35. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

35.01. Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

36. Serviços de meteorologia. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

36.01. Serviços de meteorologia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

37. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

37.01. Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

38. Serviços de museologia. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

38.01. Serviços de museologia. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

39. Serviços de ourivesaria e lapidação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

39.01. Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

40. Serviços relativos a obras de arte sob encomenda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

40.01. Obras de arte sob encomenda. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~Art.23. Para efeito da incidência do imposto, considera-se local da prestação do serviço:~~

~~I - o local do estabelecimento prestador;~~

~~II - o local onde se efetuar a prestação do serviço, no caso de construção civil, ou quando o serviço for prestado em caráter permanente por estabelecimento, sócios ou empregados da empresa, sediados ou residentes no município;~~

~~§ 1º - Considera-se estabelecimento prestador o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades de prestação de serviços, sendo irrelevantes para a sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.~~

~~§ 2º - A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:~~

~~a) manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;~~

~~b) estrutura organizacional ou administrativa; c) inscrição nos órgãos previdenciários;~~

~~d) indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;~~

~~e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas telefônicas, de energia elétrica ou de água, em nome do prestador, seu representante ou preposto.~~

~~§ 3º - Nos casos em que o serviço, por sua natureza, for executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, este não será descaracterizado como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.~~

~~§ 4º - São também considerados estabelecimentos prestadores os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~natureza itinerante.~~

~~Art. 23 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

Art.23. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 116, de 2003; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112 de 2017)**

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

~~XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09; (Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)~~

XXIII - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista do art. 22, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da lista de serviços. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para a sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 5º A existência de unidade econômica ou profissional é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos: **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

a) manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços; **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

b) estrutura organizacional ou administrativa; **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

c) inscrição nos órgãos previdenciários; **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

d) indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos; **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas telefônicas, de energia elétrica ou de água, em nome do prestador, seu representante ou preposto. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 6º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

§ 7º Na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* ou no §1º, ambos do art. 27-B desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

§ 8º Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 9º a 15 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXI, XXII e XXIII do *caput* desse artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 9º No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 10. Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 9º deste artigo. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 11. No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 12. O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras; ou

III - emissoras de cartões de crédito e débito. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 13. No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar, o tomador é o cotista. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 14. No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

§ 15. No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

Art. 24. A incidência do imposto independe:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas as atividades, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

II - do resultado financeiro obtido e do efetivo exercício da atividade.

Seção II
Do Sujeito Passivo

~~Art. 25. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço, assim entendida~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~a pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que exerça habitual e/ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer uma das atividades relacionadas no artigo 22.~~

~~§ 1º As empresas ou profissionais autônomos são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a eles prestados por terceiros se não exigirem do prestador do serviço a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro de Contribuinte da Prefeitura Municipal, devendo, neste caso, reter o imposto devido de acordo com a alíquota constante da Tabela II - 2, anexa a esta Lei, nos casos em que não forem abrangidos pela substituição tributária conforme disposto no artigo 65.~~

~~§ 2° - Para efeitos do imposto sobre serviços, entende-se:~~

~~I - por profissional autônomo: todo aquele que fornecer o próprio trabalho, sem vínculo empregatício, com auxílio de no máximo 02 (dois) empregados que não possua a mesma habilitação profissional do empregador;~~

~~II - por empresa:~~

~~a) toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive a sociedade civil ou de fato, que exercer a atividade de prestação de serviços;~~

~~b) pessoa física que admita, para o exercício de uma atividade profissional, mais de 02 (dois) empregados ou 01 (um) ou mais profissionais com a mesma habilitação do empregador, ou que exercer atividades em caráter empresarial;~~

~~c) o empreendimento instituído para prestar serviços com interesse econômico;~~

~~d) o condomínio que prestar serviços a terceiros.~~

~~§ 3° - O disposto na letra "b", do inciso II do parágrafo anterior,aplica-se aos serviços prestados pelos profissionais que exerçam atividades previstas nos itens 001, 004, 008, 025, 052, 088, 089, 090, 091 e 092 do artigo 22.~~

~~§ 4° - O Proprietário de bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro são responsáveis solidários com o contribuinte pelo imposto devido quanto aos serviços definidos nos itens 032, 033 e 034 do artigo 22 que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem prova de pagamento do imposto.§ 5º - As instituições em forma de cooperativa e/ou associação são solidariamente responsáveis pelo imposto devido por seus cooperados e/ou associados se não exigirem deles a comprovação da respectiva inscrição no cadastro de contribuintes do Município.~~

~~§ 6º - As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, órgãos da administração direta da União, do Estado, bem como suas respectivas autarquias,sociedades de economia mista sob o seu controle e as fundações instituídas pelo Poder Público que se utilizarem de serviços prestados por empresas ou profissionais autônomos sujeitos a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ficam solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a elas prestados se não exigirem dos mesmos a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro Fiscal, quando não abrangidos pela substituição tributária.~~

~~§ 7º - O ISSQN devido por contribuintes que explorem atividades musicais, shows e demais espetáculos será recolhido nos seguintes prazos:~~

~~a) antecipadamente, no ato do licenciamento, devendo o valor ser fixado por estimativa fiscal conforme dispuser o regulamento;~~

~~b) até o 5º dia após a realização do espetáculo ou apresentação, quando o promotor possuir cadastro no município.~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~§ 8º - É responsável solidariamente com o promotor de espetáculos de diversões públicas a entidade proprietária da casa de espetáculos, a qual ficará obrigada a proceder a retenção e o recolhimento do imposto devido nos termos desta Lei quando o promotor do espetáculo não possuir inscrição no Cadastro Municipal da Secretaria Município das Finanças ou não houver solicitado a liberação prévia do evento.~~

~~§ 9º - Considera-se apropriação indébita o não recolhimento do valor do tributo retido na fonte por parte do usuário do serviço por prazo superior a 30 dias,contados da data em que deveria ter sido providenciado o recolhimento.~~

~~§ 10 - Na prestação de serviços a que se refere o item 101 da lista de serviços, o imposto é calculado sobre o valor correspondente a proporção da extensão da rodovia explorada no território do município, ou da metade da extensão de ponte que~~ una os dois municípios.

~~§ 11 - A base de cálculo apurada nos termos do parágrafo anterior é reduzida para 60 % de seu valor nos Municípios onde não haja posto de cobrança de pedágio.~~

~~§ 12 - Para efeitos do disposto nos parágrafos 10 e 11, considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.~~

Art. 25. Contribuinte do imposto é o prestador do serviço, assim entendido a pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que exerça habitual e/ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer uma das atividades relacionadas no § 5º do art. 22. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 1º Quando não abrangidos pelas regras da substituição tributária, as pessoas jurídicas ou profissionais autônomos são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a eles prestados por terceiros, salvo se exigirem do prestador do serviço a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município e da regularidade dos recolhimentos devidos ao fisco municipal, ou se efetuarem a retenção do imposto devido, repassando-o ao Município de acordo com as alíquotas constantes da Tabela II - 2, anexa a esta Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 2º O Proprietário de bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro são responsáveis solidários com o contribuinte pelo imposto devido quanto aos serviços definidos nos itens 7.02 e 7.05 do art. 22 que lhe forem prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem prova de pagamento do imposto. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 3º As instituições em forma de cooperativa e/ou associação são solidariamente responsáveis pelo imposto devido por seus cooperados e/ou associados se não exigirem deles a comprovação da respectiva inscrição no cadastro de contribuintes do Município. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 4º As pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, órgãos da administração direta da União, do Estado, bem como suas respectivas autarquias, sociedades de economia mista sob o seu controle e as fundações instituídas pelo Poder Público que se utilizarem de serviços prestados por empresas ou profissionais autônomos sujeitos a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ficam solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a elas prestados se não exigirem dos mesmos a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro Fiscal e da

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

regularidade dos recolhimentos devidos ao fisco municipal, quando não abrangidos pela substituição tributária. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 5º O ISSQN devido por contribuintes que explorem atividades musicais, shows e demais espetáculos será recolhido nos seguintes prazos: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

a) antecipadamente, no ato do licenciamento, devendo o valor ser fixado por estimativa fiscal conforme dispuser o regulamento; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

b) até o 5º dia após a realização do espetáculo ou apresentação, quando o promotor possuir cadastro no Município. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 6º É responsável solidariamente com o explorador, promotor, organizador ou terceiro que participem com interesses nas atividades de espetáculos de diversões públicas a entidade proprietária da casa de espetáculos, a qual ficará obrigada a proceder a retenção e o recolhimento do imposto devido nos termos desta Lei quando o promotor do espetáculo não possuir inscrição no Cadastro Municipal da Secretaria Município das Finanças ou não houver solicitado a liberação prévia do evento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 7º O não recolhimento do valor do tributo retido na fonte por parte do usuário do serviço por prazo superior a 30 dias, contados da data em que deveria ter sido providenciado o recolhimento, fica sujeito às penalidades cabíveis em Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 8º São responsáveis solidariamente as credenciadoras ou emissoras de cartões de crédito e débito, pelo imposto devido pelas bandeiras, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar. **(Incluído pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

~~Art. 26. Não são contribuintes os que prestem serviços com relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.~~

Art. 26. O imposto não incide sobre: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

I - as exportações de serviços para o exterior do País; **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes delegados; **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

Seção III
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~Art.27. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.~~

~~§ 1° -Sempre que se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de regime fixo,em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, os quais não compreendem a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho, na forma da Tabela II – 1 anexa a presente Lei.~~

~~§ 2° Na prestação dos serviços a que se referem os itens 032 e 034 do artigo 22, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes ao:~~

~~a) valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, desde que devidamente comprovado por documentos fiscais originais específicos da obra e registrado na escrita fiscal do contribuinte;~~

~~b) valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.~~

~~§ 3º Na construção civil, quando se tornar difícil a verificação do preço do serviço ou os elementos apresentados forem considerados inidôneos pela fiscalização, o contribuinte não terá direito às deduções previstas no parágrafo 2º do artigo27.~~

~~§ 4º Quando os serviços a que se referem os itens 001, 004, 008,025, 052, 088, 089, 090, 091, e 092 do artigo 22, forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio,empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.§ 5º - Para fins do parágrafo anterior,consideram-se sociedades de profissionais aquelas:~~

~~I - que não explorem atividade estranha a habilitação profissional de seus sócios;~~

~~II - em que, relativamente a execução de sua atividade-fim, não ocorra a participação de pessoa física inabilitada a realizá-- la, ou de pessoa jurídica;~~

~~III- que não tenha natureza comercial;~~

~~IV - que não possua caráter empresarial na forma do regulamento;~~

~~V- cujo número de empregados auxiliares na atividade-fim da sociedade não exceda a proporção de um para cada grupo de dois profissionais habilitados, empregados ou não.~~

~~a) Considera-se pessoa física inabilitada toda aquela que não possuir formação numa das profissões constantes dos itens da lista que permitem o enquadramento como sociedade de profissionais.~~

~~b) A pessoa jurídica cuja participação é vedada na forma do inciso II deste artigo é aquela contratada para exercer a atividade que o profissional habilitado deva exercer pessoalmente.~~

~~c)A habilitação profissional de que trata o inciso I deste artigo será comprovada com a apresentação do registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.~~

~~§ 6º Para usufruir do benefício estabelecido no § 4º, o contribuinte deverá requerer o enquadramento através de requerimento no protocolo geral, conforme~~ dispuser o regulamento.

~~§ 7º As sociedades de profissionais estarão automaticamente excluídas da forma de tributação prevista no § 4º, independentemente de prévia manifestação por parte do fisco, sujeitando-se, em consequência, ao recolhimento do imposto calculado sobre a~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~respectiva receita bruta, a partir do mês, inclusive, em que deixarem de preencher quaisquer das condições definidas neste artigo.~~

~~§ 8º Na prestação de serviços das agências operadoras de turismo,do preço do serviço serão deduzidos os valores referentes as passagens aéreas e diárias de hotel vinculadas aos programas de viagens e excursões da própria agência, desde que devidamente comprovados;~~

~~§ 9º - Quando a prestação dos serviços se referir a distribuição e venda de bilhetes de loterias, serão deduzidos, para fins de tributação, os valores de aquisição dos bilhetes.~~

~~§ 10 - Quando a prestação de serviços, pelo profissional autônomo,ocorrer de acordo com o disposto no artigo 25, parágrafo 2°, inciso II, alínea b, o imposto terá como base de cálculo o preço do serviço, aplicando-se para a atividade exercida a alíquota prevista na Tabela II - 2, anexa a esta Lei.~~

~~§ 11 - No caso de serviço de táxi, moto-taxi, taxi-lotação ou transporte escolar, quando caracterizado trabalho pessoal autônomo, pessoa física, a base de cálculo será fixada em função do número de veículos, conforme Tabela II - 1 anexa.~~

~~§ 12 - Nas demolições, serão incluídos no preço dos serviços tanto os valores pagos em dinheiro como aqueles representados pelo valor dos materiais provenientes da demolição.~~

~~§ 13 - Na atividade específica de representações comerciais prestadas por pessoas jurídicas, o imposto será calculado sobre 60% (sessenta por cento)do preço do serviço, vedadas outras deduções.~~

~~§ 14 - Nos demais casos o imposto será calculado pela aplicação, sobre a receita bruta mensal, das alíquotas constantes da Tabela II - 2, anexa a esta Lei.~~

~~§ 15 - As atividades constantes na Tabela II - 1 do Imposto sobre serviços tem, para efeitos de enquadramento para base de cálculo do ISS fixo, as seguintes definições:~~

~~a) Nível superior-portadores de diploma de curso superior~~;

~~b) Nível médio portadores de diploma de curso técnico específico na área;~~

~~c) Demais os não enquadrados nos itens acima;~~

Art. 27. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 1º Sempre que se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, exceto em relação aos serviços do item 21.01 da lista, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho, na forma da Tabela II - 1 anexa a presente Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~§ 2º Na prestação dos serviços a que se referem os itens 7.02 e 7.05 do artigo 22, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes ao valor dos materiais produzidos pelo prestador dos serviços, desde que devidamente comprovado por documentos fiscais originais específicos da obra e registrado na escrita fiscal do contribuinte; (Redação dada pela Lei Complementar 28/2004)~~

§ 2º Na prestação dos serviços a que se referem os itens 7.02 e do art. 22, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzido o valor dos materiais fornecidos

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

pelo prestador de serviços previstos nestes itens; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

§ 3º Na construção civil, quando se tornar difícil a verificação do preço do serviço ou os elementos apresentados forem considerados inidôneos pela fiscalização, será o preço do serviço arbitrado pela fiscalização, conforme art. 34 desta Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 4º Na prestação de serviços das agências operadoras de turismo, do preço do serviço serão deduzidos os valores referentes as passagens aéreas e diárias de hotel vinculadas aos programas de viagens e excursões da própria agência, desde que devidamente comprovados. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 5º Quando a prestação dos serviços se referir a distribuição e venda de bilhetes de loterias, serão deduzidos, para fins de tributação, os valores de aquisição dos bilhetes. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 6º No caso de serviço de táxi, moto-taxi, taxi-lotação ou transporte escolar, quando caracterizado trabalho pessoal autônomo, pessoa física, o valor do imposto será fixado em função do número de veículos, conforme Tabela II - 1, em anexo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 7º Nas demolições, serão incluídos no preço dos serviços tanto os valores pagos em dinheiro como aqueles representados pelo valor dos materiais provenientes da demolição. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 8º Nos demais casos o imposto será calculado pela aplicação, sobre a receita bruta mensal de serviços, das alíquotas constantes da Tabela II - 2, anexa a esta Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 9º As atividades constantes na Tabela II - 1 do Imposto sobre serviços tem, para efeitos de enquadramento para base de cálculo do ISS fixo, as seguintes definições: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

a) Nível superior - portadores de diploma de curso superior; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

b) Nível médio - portadores de diploma de curso técnico específico na área; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

c) Demais - os não enquadrados nos itens acima. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 10º Quando os serviços a que se referem as alíneas abaixo forem prestadas por sociedades, estas terão o imposto, calculado com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável, conforme tabela anexa: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

a) Médicos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

b) Enfermeiros; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

c) Obstetra; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

d) Ortópicos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

e) Fonoaudiólogos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

f) Protéticos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

g) Médicos veterinários; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

h) Contadores; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

i) Auditores; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

j) Técnicos em contabilidade; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

k) Agentes de propriedade industrial; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

l) Advogados; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

m) Engenheiros; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

n) Arquitetos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

o) Urbanistas; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

p) Agrônomos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

q) Dentista; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

r) Economistas; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

s) Psicólogos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

t) Fisioterapeutas; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

u) Terapeutas ocupacionais; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

v) Psicanalista. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 11º Para fins do parágrafo anterior, consideram-se sociedades de profissionais aquelas que: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

I - constituam-se como sociedade de trabalho profissional; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

II - não sejam constituídas sob forma de sociedade por ações, ou de outras sociedades comerciais ou a elas equiparadas; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

III - as atividades limitem-se exclusivamente aos serviços de uma das alíneas § 10º deste artigo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

IV - não possua pessoa jurídica como sócio; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

VI - os profissionais que a compõem devem possuir habilitação específica para a prestação dos serviços descritos em uma das alíneas do § 10 deste artigo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

VII - seus equipamentos, instrumentos e maquinários sejam necessários à realização da atividade-fim e usados exclusivamente pelo profissional habilitado na execução do serviço pessoal e intelectual em nome da sociedade. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 12º As sociedades de profissionais estarão automaticamente excluídas da forma de tributação prevista no § 10º deste artigo, independentemente de prévia manifestação por parte do fisco, sujeitando-se, em consequência, ao recolhimento do imposto calculado sobre a respectiva receita bruta, a partir do mês, inclusive, em que deixarem de preencher quaisquer das condições definitivas neste artigo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~§13 - Na prestação dos serviços a que se referem o item 4.03.02do artigo 22, o imposto será de 50% (cinquenta por cento) do preço do serviço, vedadas outras deduções.~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)~~**

§ 13º Concede redução de 50% (cinquenta por cento) da alíquota

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

específica de incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, disposta no item A1 da Tabela II – 1 anexa, nos 2 (dois) primeiros anos de exercício de formatura aos profissionais liberais com curso superior, dependendo esta concessão de requerimento do contribuinte. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

~~§14 - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 4.22 e 4.23 do artigo 22, o imposto será calculado sobre o montante da receita bruta, não incluído o valor do ato corporativo principal, quando executado por cooperativa, deduzidos os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios e clínicas até 90% (noventa por cento) do preço do serviço, vedadas outras deduções.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

Art. 27 A. A Base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para escritório de serviços contábeis que aderir ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficará sujeito ao imposto, conforme item B-1 da Tabela II-1, calculada em relação a cada Técnico de Contabilidade e Contador, habilitado, sócio, empregado com responsabilidade técnica que prestam serviço em nome do escritório e que esteja inscrito no Conselho Regional de Contabilidade. **(Incluído pela Lei Complementar nº 83, de 2011)**

Art. 27 B A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento). **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no *caput*, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

§ 2º É nula a Lei ou o ato do Município que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo, gera para o prestador do serviço o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

§ 4º As empresas classificadas no Código Nacional de Atividades Econômicas - CNAEs, conforme tabela abaixo, somente na atividade principal, terá a alíquota do ISSQN de 2% (dois por cento). **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Código CNAE 2.1	Descrição do Código CNAE 2.0	Item da Lista	Descrição do Item da Lista (LC Nº 116/2003)
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	01.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	01.02	Programação.
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	01.03	Processamento de dados e congêneres.
1830-0/03	REPRODUCAO DE SOFTWARE EM QUALQUER SUPORTE	01.03	Processamento de dados e congêneres.
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	01.03	Processamento de dados e congêneres.
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	01.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	01.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	01.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	01.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	01.06	Assessoria e consultoria em informática.
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	01.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	01.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	01.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

(Incluída pela Lei Complementar nº 112, de 2017)

Art. 28. No caso de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade, o imposto deve ser pago de uma só vez, incidindo sobre o valor total da operação.

Parágrafo único. Inclui-se na base de cálculo do imposto o ônus relativo a concessão do crédito, ainda que cobrado em separado.

Art. 29. Na prestação de serviços a título gratuito, feita por contribuintes do imposto, este será calculado sobre o valor declarado pelo prestador do serviço nos documentos fiscais referentes a operação.

§ 1º O valor declarado pelo contribuinte não poderá ser inferior aos vigentes no mercado local.

§ 2º No caso de declaração de valores notoriamente inferiores aos vigentes no mercado local, a Fazenda Municipal arbitrará a importância a ser paga, sem prejuízo da cominação das penalidades cabíveis.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos casos de:

I - inexistência da declaração nos documentos fiscais;

II - não emissão dos documentos fiscais nas operações a título gratuito.

§ 4º Excluem-se, para efeito deste artigo, os trabalhos prestados a título gratuito para entidades reconhecidas como de utilidade pública e/ou filantrópicas e aqueles em que a obra for reconhecida, segundo critérios a serem estabelecidos pelo Poder Público, como realizada em regime de mutirão.

Art. 30. Para obter habite-se, não há necessidade de prévia comprovação

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

do pagamento do imposto incidente sobre os serviços prestados por terceiros, desde que a empresa tenha contabilidade regular. Não havendo comprovação será o imposto calculado conforme a Tabela II-3, anexa a esta Lei, a vista da apresentação dos seguintes documentos:

a) projeto aprovado;

b) requerimento solicitando o habite-se, assinado pelo proprietário e pelo responsável técnico;

c) notas fiscais de mão de obra e/ou os nomes completos dos autônomos.

Art. 31. Quando a natureza do serviço prestado tiver enquadramento em mais de uma alíquota e o contribuinte não discriminar a sua receita de forma a possibilitar o cálculo pelas alíquotas em que se enquadrar, o imposto será calculado pela alíquota de maior valor.

Art. 32. Quando a atividade tributável for exercida em estabelecimentos distintos, o imposto será calculado e cobrado por estabelecimento.

Art. 33. O contribuinte sujeito a homologação do lançamento escriturará, em livro de registro especial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias no máximo, o valor diário dos serviços prestados, bem como emitirá uma nota fiscal para cada usuário de acordo com os modelos aprovados pela Fazenda Municipal, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único. Quando a natureza da operação ou as condições em que se realizar tornarem impraticável a emissão de nota de serviço, a juízo da Fazenda Municipal, o contribuinte poderá ser dispensado das exigências deste artigo, calculando-se o imposto com base na receita estimada ou apurada na forma que for estabelecida em Regulamento.

Art. 34. Sem prejuízo da aplicação das parcelas cabíveis, a receita bruta poderá ser arbitrada pelo Fisco Municipal, nos casos em que:

I - o contribuinte não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais ou contábeis;

II - houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais ou contábeis não reflitam a receita bruta realizada ou o preço real dos serviços;

III - o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro de contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

IV - se tratar de estabelecimentos representantes de empresa do mesmo titular sediada fora do Município;

V - sejam omissas ou não mereçam fé as declarações ou esclarecimentos prestados pelo contribuinte ou terceiros interessados;

VI - se deixar de cumprir o prazo da notificação preliminar para a apresentação de documentos.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o arbitramento será feito conforme dispuser o Regulamento.

Art. 35. A atividade não prevista na Tabela II, anexa a esta Lei, será tributada em conformidade com a atividade que apresentar com ela maior semelhança de características.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Art. 36. Às cooperativas será aplicado, além do disposto neste Código, o previsto na Constituição Federal na alínea "c" do inciso II do art. 146 e no art. 111 da Lei Federal nº 5764, de 16 de dezembro de 1971.

Seção IV
Da Inscrição

Art. 37. Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer uma das atividades relacionadas no art. 22, ainda que imunes ou isentas do pagamento do imposto, ficam sujeitas a inscrição obrigatória antes do inicio de suas atividades no cadastro do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Parágrafo único. No caso de Pessoa Jurídica, a inscrição será feita pelo contribuinte ou seu representante legal até sessenta (60) dias após o registro no órgão competente, civil ou comercial, prazo considerado como inicio da atividade para efeito da tributação do ISSQN homologado.

Art. 38. Far-se-á a inscrição de ofício, conforme dispuser o regulamento, quando não forem cumpridas as disposições contidas no artigo anterior, o que não eximirá das penalidades previstas em Lei.

Art. 39. Para efeito de inscrição, constituem estabelecimentos distintos os que:

I - embora situados no mesmo local, e ainda que destinados a idênticas atividades, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - embora pertencentes a mesma pessoa física ou jurídica, funcionem em locais diversos, não se considerando como tal 2 (dois) ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem as várias salas ou pavimentos de um mesmo imóvel.

III - estiverem sujeitos ao regime fixo ou homologado.

Art. 40. Sempre que houver alteração do contrato social, estatuto e/ou firma individual, de nome, localização, modificação do quadro societário e/ou atividade, essa deverá ser devidamente comunicada à Fazenda Municipal dentro do prazo de 90 (noventa) dias, pelo contribuinte ou seu representante legal.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo determinará a alteração de ofício e as penalidades cabíveis previstas em Lei.

Art. 41. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais não implicam na sua aceitação pela Fazenda Municipal, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

~~Art. 42. O contribuinte é obrigado a comunicar a cessação da atividade no prazo de 90 (noventa) dias após o fim da mesma através de requerimento devidamente protocolizado.~~

~~§ 1° A anotação de cessação de atividade não implica na quitação ou~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~dispensa do pagamento de quaisquer débitos existentes, ainda que estes venham a ser apurados posteriormente a declaração do contribuinte.~~

~~§ 2° Após verificada a procedência da comunicação, dar-se-á baixa da inscrição, aplicando-se o disposto no artigo 44.~~

~~§ 3° O não cumprimento do disposto neste artigo importará em baixa de ofício, o que não eximirá o contribuinte da aplicação das penalidades cabíveis.~~

~~§ 4º Será baixada de ofício a inscrição do contribuinte, pessoa física ou jurídica que não for localizado pelo fisco municipal no endereço fornecido para tributação, o que não eximirá o contribuinte das penalidades cabíveis e da quitação de quaisquer obrigações de sua responsabilidade.~~

Art. 42. O contribuinte é obrigado a comunicar a cessação da atividade no prazo de 90 (noventa) dias após o fim da mesma através de requerimento devidamente protocolizado. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 1º A anotação de cessação de atividade não implica na quitação ou dispensa do pagamento de quaisquer débitos existentes, ainda que estes venham a ser apurados posteriormente a declaração do contribuinte. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 2º Após verificada a procedência da comunicação, dar-se-á baixa da inscrição, aplicando-se o disposto no art. 44. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 3º O não cumprimento do disposto neste artigo importará em baixa de ofício, aplicando-se o art. 44. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 4º Será baixada de ofício a inscrição do contribuinte, pessoa física ou jurídica que após 3 (três) anos consecutivos não for localizado pelo fisco municipal no endereço fornecido para tributação. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 5º A baixa de ofício não eximirá o contribuinte das penalidades cabíveis e da quitação de quaisquer obrigações de sua responsabilidade. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção V
Do Lançamento e Arrecadação

~~Art. 43. O imposto será lançado:~~

~~I - anualmente, pelo órgão fazendário, com relação as atividades relacionadas na Tabela 1 que integra esta Lei, quando exercidas por profissionais autônomos;~~

~~II - mensalmente, mediante lançamento por homologação, com relação as atividades relacionadas na Tabela II - 2, que integra esta Lei, quando exercidas por empresas ou pessoas a elas equiparadas.~~

~~§1° - Na hipótese do parágrafo 4° do artigo 27, o lançamento será feito:~~

~~a) em nome da sociedade, quando estiver legalmente constituída;~~

~~b) em nome de um, de alguns ou de todos os sócios, quando se tratar de sociedade de fato, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os sócios.~~

~~§2° - O imposto será lançado anualmente e exigido de uma só vez (cota-única) ou em parcelas, cujos valores serão expressos em Reais e convertidos em UFM~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~(Unidade Fiscal Municipal) do município, conforme Tabela II, anexa, onde o número de parcelas e respectivos vencimentos e forma de conversão serão fixados por ato do Poder Executivo.~~

Art. 43. O imposto será lançado: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

I - anualmente, pelo órgão fazendário, com relação às atividades relacionadas na Tabela II - 1 que integra esta Lei, quando exercidas por profissionais autônomos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

II - mensalmente, mediante lançamento por homologação, com relação às atividades relacionadas na Tabela II - 2, que integra esta Lei, quando exercidas por empresas, sociedades ou pessoas a elas equiparadas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 1º No caso do inciso I, o imposto será exigido de uma só vez (cota única) ou em parcelas, cujos valores serão expressos em reais (R$) e convertidos em UFM (Unidade Fiscal do Município), conforme Tabela II - 1, anexa, onde o número de parcelas e respectivos vencimentos e forma de conversão serão fixados por ato do Poder Executivo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 2º Os contribuintes enquadrados no inciso I serão notificados com observância do disposto no art. 186 da Lei Complementar nº 002, de 2001. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 3º No caso do inciso II, o lançamento será feito: **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

a) em nome da empresa ou sociedade, quando estiver legalmente constituída; **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

b) em nome de um, de alguns ou de todos os sócios quando se tratar de sociedade de fato, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os sócios. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

Art.44. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - Lançamento Direto - quando sua iniciativa competir a Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base nos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto aos contribuintes ou responsáveis, ou terceiros que disponham desses dados;

II - Lançamento por Homologação - quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento do tributo, sem prévio exame da autoridade administrativa, que tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III - Lançamento por Declaração - quando for efetuado pela Fazenda Municipal, com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, preste à autoridade fazendária informações sobre a matéria de fato indispensável a sua efetivação;

IV- Lançamento por Arbitramento - ocorrerá quando o contribuinte:

a) deixar de pagar o tributo nos prazos estabelecidos no regulamento;

b) apresentar ou forem apuradas irregularidade, omissão ou fraude;

c) deixar de atender a intimação para mostrar os elementos fisco-

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

contábeis à fazenda.

V- Lançamento por Estimativa - será adotado pelo fisco quando o volume, a natureza ou a modalidade da prestação de serviços se revestir de condições excepcionais para obtenção do seu preço, com a observância das regras constantes do regulamento.

§ 1º Os critérios para o lançamento por arbitramento serão definidos no regulamento.

§ 2º O arbitramento não obsta a cominação das penalidades estabelecidas na Lei.

§ 3º A estimativa poderá ser, a critério do fisco, revista ou suspensa a qualquer tempo.

§ 4º A estimativa será transformada em UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§ 5º O regulamento definirá as atividades que poderão ser ou serão regidas pelo lançamento por estimativa.

§ 6º O lançamento por estimativa não desobriga o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias.

§ 7º No lançamento por homologação ou arbitramento será aplicada a multa de ação fiscal prevista no § 7º no art. 200 da Lei Complementar nº 002, de 2001. (**Incluído pela Lei Complementar nº 108, de 2017**)

Art. 45. No caso de início de atividade sujeita a alíquota fixa, o lançamento corresponderá a tantos duodécimos do valor fixado na Tabela II -1, anexa a esta Lei, quantos forem os meses do exercício, a partir, inclusive, daquele em que teve início.

Art. 46. A receita bruta declarada pelo contribuinte na guia de recolhimento será posteriormente revista e complementada, promovendo-se o lançamento aditivo, quando for o caso.

Art. 47. Determinada a baixa da atividade, o lançamento abrangerá o mês em que ocorrer a cessação da atividade sujeita ao regime fixo ou com base no preço do serviço.

Art. 48. A guia de recolhimento será preenchida pelo contribuinte e obedecerá ao modelo aprovado pela Fazenda Municipal.

§ 1º Quando ocorrer o pagamento de uma quantia superior ao valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido, este poderá ser compensado nos pagamentos seguintes, conforme os critérios abaixo:

a) a compensação será realizada diretamente com o imposto a pagar na guia de recolhimento, conforme regulamento;

b) o valor a ser compensado não poderá ultrapassar 80% (oitenta por cento) do imposto a ser pago no mês.

§ 2º A extinção do crédito tributário compensado fica sujeita a homologação por parte do Fisco.

~~Art. 49. O recolhimento será escriturado pelo contribuinte em livro de registro especial a que se refere o artigo 34, em modelo que dispuser o regulamento.~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Art. 49. O recolhimento será escriturado pelo contribuinte em livro de registro especial a que se refere o art. 54, em modelo que dispuser o regulamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção VI
Do Documento Fiscal

Art. 50. É obrigatório, por parte dos contribuintes sujeitos ao regime de lançamento por homologação, a emissão da nota fiscal de serviços em todas as operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador do imposto.

Parágrafo único. A utilização de qualquer outro documento, que não o disposto no *caput* deste artigo dependerá de prévia autorização da Fazenda Municipal, através de requerimento.

~~Art. 51. A nota fiscal de prestação de serviço não poderá ser emendada ou rasurada de modo que lhe prejudique a clareza ou a veracidade.~~

~~§ 1º - A utilização de documentos fiscais que não tenham prévia autorização, e/ou estejam rasurados ou emendados sujeita o contribuinte as penalidades previstas em lei.~~

~~§ 2º - Quando ocorrer o cancelamento ou substituição de nota fiscal, deverá constar o motivo pelo qual a mesma foi cancelada ou substituída.~~

Art. 51. A nota fiscal de prestação de serviço não poderá ser emendada ou rasurada de modo que lhe prejudique a clareza ou veracidade. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 1º A utilização de documentos fiscais que não tenham prévia autorização, e/ou estejam rasurados ou emendados sujeita o contribuinte as penalidades previstas em Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 2º Quando ocorrer o cancelamento ou substituição de qualquer nota ou documento fiscal, este deverá ser efetuado dentro do exercício financeiro no qual foi emitido, constando o motivo pelo qual a mesma foi cancelada ou substituída. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~Art. 52. A impressão das notas fiscais de prestação serviços dependerá de prévia autorização da repartição Fazendária Municipal e deverá ser confeccionada por estabelecimentos gráficos devidamente credenciados junto a Fazenda Municipal.~~

Art. 52. A impressão das notas fiscais de prestação de serviços dependerá de prévia autorização da repartição fazendária municipal, podendo ser confeccionada por estabelecimentos gráficos, devidamente credenciados junto à Fazenda Municipal ou por outros processos, após análise do Órgão Fazendário Municipal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

§ 1º As tipografias e estabelecimentos congêneres ficam obrigados a imprimir, no rodapé do documento fiscal, o número da autorização, data da impressão e numeração correspondente (ou suas identificações).

§ 2º As tipografias e estabelecimentos congêneres são obrigados a manter, pelo prazo de 5 (cinco) anos, registros próprios das notas fiscais de serviços ou documentos

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

equivalentes que imprimirem.

§ 3 º Os documentos utilizados para diversões públicas de shows e espetáculos musicais terão sua validade limitada ao período ou data de sua realização.

Art. 53. Nas operações a vista, a nota de transação poderá ser substituída pelo cupom da máquina registradora, conforme dispuser o regulamento.

Seção VII
Da Escrita Fiscal

~~Art. 54. Os contribuintes do imposto sobre serviços sujeitos ao regime de lançamento por homologação são obrigados, além de outras exigências estabelecidas em Lei, a escrituração do Livro de Registro Especial do imposto sobre serviço de qualquer natureza.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~§1º A escrituração do livro fiscal deverá ser feita até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao mês do fato gerador do imposto.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~§2º O livro a que se refere este artigo obedecerá a modelo estabelecido no Regulamento.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

Art. 55. Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório quanto os auxiliares do imposto e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionam, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

Art. 56. Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá, no referente a competência do Município, escrituração fiscal própria, vedada a sua centralização na matriz ou estabelecimento principal.

~~Art. 57. Nenhum livro da escrita fiscal poderá ser utilizado sem prévia autenticação pela repartição competente.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~§1º A utilização de livros confeccionados através de meios magnéticos (eletrônicos) dependerá de prévia autorização para a sua confecção, devendo esses ser autenticados até noventa (90) dias após o encerramento do exercício.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~§2º O não cumprimento do disposto neste artigo implicará na aplicação ao contribuinte das penalidades previstas em lei.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~SEÇÃO VIII~~
~~DA MICROEMPRESA~~

~~Art. 58. Fica a microempresa isenta do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -ISSQN.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~Art. 59. Consideram-se microempresas, no âmbito do Município, as pessoas jurídicas e firmas individuais, constituídas por um só estabelecimento, que obtiveram receita bruta anual igual ou inferior ao montante de 15.000,00 (quinze mil) UFMs.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~§ 1º - Consideram-se, para efeito de apuração da receita bruta:~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~a) o período de 1° de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior ao benefício;~~

~~b) todas as receitas da empresa, inclusive as não operacionais, sem quaisquer deduções, mesmo as permitidas neste imposto;~~

~~§ 2º- No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e o dia 31 de dezembro do mesmo ano.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~§ 3º - A microempresa que vier a ultrapassar o limite da receita bruta prevista no caput do artigo durante 2 anos consecutivos ou 3 alternados, em um período de 5 anos, perderá definitivamente a condição de enquadramento no regime de microempresa.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~Art.60. Não se inclui no regime de microempresa a empresa:~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~I - constituída sob forma de sociedade por ações;~~

~~II - em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;~~

~~III - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência desta Lei;~~

~~IV - cujo titular, ou sócio, ou respectivo cônjuge, participe com mais de 5% (cinco por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta anual das empresas interligadas ultrapasse, em conjunto, o limite estabelecido no artigo59;~~

~~V - que possuir filiais no município;~~

~~VI - que realize operações ou preste serviços relativos a:~~

~~a) importação de produtos estrangeiros;~~

~~b) compra e venda, loteamentos, incorporação, locação, administração de bens ou construção de imóveis;~~

~~c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;~~

~~d) câmbio, seguro e distribuição de títulos e valores mobiliários;~~

~~e) publicidade e propaganda;~~

~~f) diversões públicas;~~

~~g) comércio ou compra e venda de qualquer bem ou mercadoria;~~

~~h) locação de bens móveis;~~

~~VII - que preste serviços profissionais de médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros, protéticos, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos, advogados, contadores, auditores, técnicos em contabilidade, laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica, engenheiros, arquitetos, urbanistas, despachantes e outros serviços ou atividades que se lhes possam assemelhar, incluídas todas as consideradas profissionais liberais.~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~Art. 61. A microempresa que vier a ultrapassar o limite de receita bruta previsto no Artigo 59 desta Lei perderá a condição essencial no mesmo exercício financeiro, ficando obrigada a recolher o imposto (ISS) devido sobre o excedente no mês subseqüente a ocorrência do fato gerador, com alíquota correspondente a sua atividade principal, de acordo com a tabela II-2 anexa.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~Art. 62. As microempresas que deixarem de preencher as condições do artigo 59, ou que incorram no disposto no artigo 60, deverão comunicar tal fato à Fazenda Municipal até 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~Art. 63. As microempresas ficam sujeitas ao cumprimento das obrigações acessórias previstas em lei para demais contribuintes do imposto.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~Art. 64. Aplicam-se às microempresas, no que couber, as demais disposições legais que disciplinam este imposto.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

~~Parágrafo único - A partir do início da ação fiscal, não é admitido o ingresso de declaração apresentada nas condições e prazos estabelecidos para o regime da microempresa, inclusive de retificação de informações constantes da declaração anteriormente apresentada.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

Seção IX
Da Declaração Anual

~~Art. 65. É instituída a Declaração Anual de Faturamento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.~~

~~§ 1º - Todas as pessoas jurídicas, inclusive as imunes e isentas,deverão apresentar a declaração instituída no "caput" deste artigo, conforme modelo disposto no regulamento.~~

~~§ 2º - A declaração instituída neste artigo deverá ser apresentada até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador.~~

~~§ 3º - Quando ocorrer encerramento de atividades, o contribuinte fica obrigado a entregar a referida declaração juntamente com o requerimento de baixa.~~

Art. 65. É instituída a Declaração Eletrônica de Serviços, cuja apresentação será mensal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

Parágrafo único. O modelo da Declaração prevista no *caput* deste artigo, respectivos prazos de entrega e pessoas jurídicas ou físicas que equiparam-se a jurídicas obrigadas à sua apresentação serão fixados conforme dispuser regulamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

Seção X
Da Substituição Tributária

~~Art. 66. Na condição de substitutos tributários, são responsáveis pelo~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN):

I - o proprietário da obra, pelo imposto devido pelo empreiteiro principal ou quaisquer outros prestadores de serviços que contratar para executar ou administrar obra de construção civil;

II - os administradores de obras de construção civil e o empreiteiro principal, pelo imposto devido pelos serviços que contratar;

III - o tomador do serviço, seja o proprietário do bem imóvel, a incorporadora ou o construtor, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às imobiliárias e aos corretores de imóveis;

IV - as distribuidoras de raspadinhas, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às empresas revendedoras daquelas;

V - os que efetuarem pagamento de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas operações;

VI - o proprietário da casa onde ocorrer o espetáculo, quando o promotor dos eventos não possuir inscrição no Cadastro de Contribuintes da Secretaria de Município das Finanças ou não houver solicitado a liberação prévia do evento;

VII - os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no município e relativos a exploração desses bens;

VIII - os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município, e relativo a exploração desses bens;

IX - os que utilizarem serviços de profissionais autônomos, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores prova de quitação fiscal ou de inscrição, no caso de serem isentos;

X - as empresas administradoras de cartões de crédito, pelo imposto incidente sobre o preço dos serviços prestados pelos estabelecimentos filiados e localizados no Município, quando pagos através de cartão de crédito por elas emitido;

XI - as empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica e hospitalar, através de planos de medicina em grupo e convênios, pelo imposto devido sobre os serviços a elas prestados por:

a) empresas que agenciem, intermediem ou façam corretagem dos referidos planos junto ao público;

b) hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises de patologia, de eletricidade médica e assemelhados, ambulatórios, pronto-socorro, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação e congêneres;

c) bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres;

d) empresas que executem remoção de doentes;

XII - os hospitais e clínicas, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados:

a) por empresas de guarda e vigilância, de conservação e limpeza de imóveis, e manutenção de máquinas e equipamentos;

b) por laboratórios de análises de patologia e de eletricidade médica e assemelhados, quando a assistência a seus pacientes se fizer sem intervenção das empresas das atividades referidas no inciso anterior;

c) por bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

como por empresas que executem remoção de pacientes, quando seu atendimento se fizer na forma referida na alínea anterior.

XIII - os estabelecimentos de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância, de conservação e limpeza de imóveis e manutenção de máquinas e equipamentos;

XIV - as empresas de rádio, jornal e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a elas prestados por empresas de :

a) guarda e vigilância;

b) conservação e limpeza de imóveis e manutenção de máquinas e equipamentos;

c) locação e leasing de equipamentos;

d) serviços de locação de transporte rodoviário de pessoas, materiais e equipamentos, exceto os serviços de transportes interestadual e intermunicipal e os serviços de comunicações que constituem fato gerador de ICMS;

e) publicidade e propaganda.

XV - os bancos e demais entidades financeiras, comerciais, industriais ou prestação de serviço, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância, guarda e transporte de valores ou quaisquer bens, de conservação e limpeza de imóveis, manutenção de máquinas, equipamentos e realização de leilões por leiloeiros particulares e processamento de dados.

XVI - as empresas seguradoras, pelo imposto devido sobre as comissões pagas pelas corretagens de seguros e sobre os pagamentos de serviços de consertos dos bens sinistrados;

XVII - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

XVIII - as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes e intermediários;

XIX - as entidades de administração pública direta, indireta ou fundacional de quaisquer dos poderes do Município, pelo imposto devido sobre serviços de qualquer natureza a elas prestados;

XX - toda a empresa privada, órgãos da administração direta da União, do Estado e do próprio Município, bem como suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista sob seu controle e as fundações instituídas pelo Poder Público, pelo imposto incidente sobre os serviços a eles prestados por empresa ou profissional autônomo, sob a forma de trabalho remunerado, quando estes não possuírem a inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes.

XXI - a microempresa, por serviços de qualquer natureza a ela prestados.

XXII - as companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências operadoras turísticas relativas as vendas de passagens aéreas;

XXIII -as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviços de produção e arte -finalização;

XXIV – as empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica, telefonia e distribuição de água, pelo imposto devido sobre serviços de qualquer natureza a elas prestados;

§ 1º - A responsabilidade prevista no caput deste artigo é inerente a todas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~as pessoas, físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária, pelo valor do tributo retido na fonte.~~

~~§ 2º - A responsabilidade de que trata o parágrafo primeiro será satisfeita mediante o pagamento do imposto devido, a título de retenção, com base no serviço prestado, aplicada a alíquota correspondente à atividade exercida, nos prazos e forma estabelecidos na legislação tributária.~~

~~§ 3º - O recolhimento do imposto descontado na fonte ou, se for ocaso, a importância que deveria ter sido descontada, far-se-á em nome do responsável pela retenção, e será acompanhado por uma relação nominal contendo os endereços, RG, CIC, CNPJ dos prestadores de serviço, observando-se, quanto ao prazo do recolhimento, o disposto em regulamento.~~

~~§ 4º - A responsabilidade decorrente deste artigo independe da natureza e forma de contratação.~~

~~§ 5º - O substituto tributário fica obrigado a reter e recolher o imposto pelo qual é responsável, na forma e nos prazos fixados nos termos desta Lei.~~

~~§ 6º - Os substitutos tributários manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime, para posterior exame da fiscalização municipal.~~

~~§ 7º - Não ocorrerá responsabilidade tributária quando o prestador do serviço for profissional autônomo cadastrado no município ou gozar de isenção ou imunidade tributária devidamente reconhecida pela fazenda municipal.~~

~~§ 8º - Caso não promova a retenção na fonte, o tomador dos serviços deverá recolher, no prazo fixado nesta lei, o imposto incidente sobre o preço do serviço correspondente, independente de notificação.~~

Art. 66. Na condição de substitutos tributários, são responsáveis pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza referente a quaisquer serviços a eles prestados, independente de estarem ou não cadastrados no Município. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

I - O proprietário da obra, os administradores de obras, as empresas de construção civil, empreiteiro principal e as incorporadoras, inclusive pelo imposto devido sobre as comissões pagas às imobiliárias e aos corretores de imóveis; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

II - as distribuidoras de raspadinhas e demais produtos de loterias, bingos, cartões, pules, ou cupons de apostas, sorteios, inclusive de títulos de capitalização e congêneres, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às empresas revendedoras daquelas; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

III - o explorador, promotor, organizador ou terceiro que participem com interesses nas atividades de espetáculos de diversões e o proprietário da casa onde ocorrer o evento ou espetáculo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

IV - os locadores de máquinas, aparelhos e equipamentos instalados, inclusive pelo imposto devido pelos locatários estabelecidos no município e relativos a exploração desses bens; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

V - os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas, aparelhos e equipamentos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

VI - os que utilizarem serviços de profissionais autônomos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

VII - as empresas administradoras de cartões de crédito; **(Redação dada**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

~~VIII - Os hospitais, laboratórios, ou não clínicas e as empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica; (Redação dada pela Lei Complementar Municipal Nº 28, de 2004);~~

VIII - os hospitais, laboratórios e as empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médica; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

IX - os bancos e demais instituições financeiras; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

X - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XI - as entidades de administração pública direta, indireta ou fundacional de quaisquer dos poderes do Município; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XII - órgãos da administração direta da União, do Estado, bem como suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista sob seu controle e as fundações instituídas pelo Poder Público Federal e Estadual; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XIII - as agências de publicidade e propaganda; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XIV - as empresas de energia elétrica, telefonia, distribuição de água e gás; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XV - as empresas concessionárias de veículos automotores; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XVI - as instituições em forma de sindicato, federação, confederação, fundação, condomínio, cooperativa, associação ou sob outras denominações associativas que venham assumir; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XVII - os tomadores de serviços que efetuarem pagamento de serviços a terceiros não identificados e a empresa ou profissional autônomo que não possua inscrição no Cadastro Municipal de Contribuinte; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XVIII - os condomínios de qualquer espécie; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

XIX - toda empresa privada industrial, comercial ou prestadora de serviços, estabelecimentos de ensino, empresas de rádio, jornal e televisão, entidades associativas e recreativas, quando os serviços a eles prestados forem efetuados por empresa ou profissional autônomo que não possua inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município de Santa Maria; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

~~XX – outros que o Município venha a regulamentar por Lei, respeitadas as disposições do Código Tributário Municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)~~

XX - outros que o Município venha a regulamentar. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

XXI - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 6º do art. 23 desta Lei Complementar. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

§ 1º A responsabilidade prevista no *caput* deste artigo é inerente a todas as pessoas jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou por isenção tributária, pelo valor do tributo a ser retido na fonte. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 2º A responsabilidade de que trata o § 1º deste artigo será satisfeita mediante pagamento do imposto devido, a título de retenção, com base no serviço prestado, aplicada a alíquota correspondente, conforme a Tabela II anexa ao CTM, nos prazos e forma estabelecidos na legislação tributária. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 3º Não ocorrerá a retenção, conforme dispõe o inciso V deste artigo, quando o prestador do serviço for profissional autônomo cadastrado no Município e em dia com suas obrigações tributárias. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 4º O recolhimento do imposto descontado na fonte ou, se for o caso, a importância que deveria ter sido descontada, far-se-á em nome do responsável pela retenção, e será acompanhado pela Declaração dos Serviços Contratados contendo o CAE, RG, CIC, CNPJ e mês de competência dos prestadores de serviço, observando-se quanto ao prazo de recolhimento, o disposto em regulamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 5º A responsabilidade decorrente deste artigo relativo aos serviços executados dentro do território do Município independe da natureza, forma e local da contratação dos serviços. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 6º O substituto tributário fica obrigado a reter e recolher o imposto pelo qual é responsável, na forma e nos prazos fixados nos termos da Lei, e o não cumprimento das disposições sujeita o responsável à sanção prevista no art. 153 do CTM. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 7º Os substitutos tributários manterão cópia da Declaração de Serviços Contratados pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da ocorrência do fato gerador, para exame do fisco municipal quando solicitado. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 8º Caso não promova a retenção na fonte, o tomador do serviço deverá recolher, no prazo fixado nesta Lei, o imposto incidente sobre o preço do serviço correspondente, independente de notificação, sob pena de não o fazendo, ficará sujeito a imposição da multa prevista no art. 153 do CTM. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 9º O Imposto Sobre Serviços é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação. **(Incluído pela Lei Complementar nº 28, de 2004)**

§ 10º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da lista anexa, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. **(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

~~§ 11º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.~~ ~~**(Incluído pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 142, de 2020)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS

Seção I
Da Incidência

Art. 67. O Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos por ato oneroso de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou a cessão física, como definidos na Lei Civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos itens anteriores.

Art. 68. Considera-se ocorrido o fato gerador:

I - na adjudicação e na arrematação, na data da assinatura do respectivo auto;

II - na adjudicação sujeita a licitação e na adjudicação compulsória, na data em que transitar em julgado a sentença adjudicatória;

III - na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder a meação, na data em que transitar em julgado a sentença que homologar ou decidir a partilha;

IV - no usufruto de imóvel, decretado pelo Juiz da Execução, na data em que transitar em julgado a sentença ou decisão que o constituir;

V - na extinção do usufruto, na data em que ocorrer o fato ou ato jurídico determinante da consolidação, da propriedade na pessoa do nu-proprietário;

VI - na remissão, na data do depósito em juízo;

VII - na data da formalização do ato ou negócio jurídico:

a) na compra e venda pura ou condicional;

b) na dação em pagamento;

c) no mandato em causa própria e em seus substabelecimentos;

d) na permuta;

e) na cessão de contrato de promessa de compra e venda;

f) na transmissão do domínio útil;

g) na instituição do usufruto convencional;

h) nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais sobre os mesmos, não previstas nas alíneas anteriores, incluída a cessão de direito à aquisição.

Art. 69. Consideram-se bens imóveis, para fins do imposto:

I - o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

II - tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como as construções e a semente lançada a terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Seção II
Do Sujeito Passivo

Art. 70. Contribuinte do imposto é:

I - nas cessões de direitos, o cedente;

II- na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;

III - nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

Seção III
Da Base De Cálculo E Alíquotas

Art. 71. A base de cálculo do imposto é o Valor Venal do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos, no momento da avaliação fiscal.

§ 1º Na avaliação fiscal dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, ainda poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correntes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário, valores de cadastro, declaração de contribuinte na guia de imposto, características do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação, custo unitário de construção, infraestrutura urbana e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

§ 2º A avaliação prevalecerá pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que tiver sido realizada, findo o qual, sem o pagamento do imposto, deverá ser feita nova avaliação.

Art.72. São, também, bases de cálculo do imposto:

I - o valor venal do imóvel aforado, na transmissão do domínio útil;

II - o valor venal do imóvel objeto de instituição ou de extinção de usufruto;

III - a avaliação fiscal ou o preço pago, se este for maior na arrematação e na adjudicação do imóvel.

Art. 73. Não se inclui na avaliação fiscal do imóvel o valor da construção nele executada pelo adquirente, se devidamente comprovada, conforme estabelecer o regulamento.

~~Art.74. A alíquota do imposto é calculada conforme Tabela III, anexa esta Lei.~~

Art. 74. A alíquota do Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis será calculada conforme Tabela III, anexa a esta Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Secão IV
Do Prazo De Pagamento

Art.75. O Imposto será pago:

I - na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos que se formalizar por escritura pública, antes de sua lavratura;

II - na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura particular, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura desta e antes de sua transcrição no Ofício competente;

III - na arrematação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do auto e antes da expedição da respectiva carta;

IV - na adjudicação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do auto ou, havendo licitação, do trânsito em julgado da sentença de adjudicação e antes da expedição da respectiva carta;

V- na adjudicação compulsória, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença de adjudicação e antes de sua transcrição no ofício competente;

VI - na extinção do usufruto, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do fato ou ato jurídico determinante da extinção e:

a) - antes da lavratura, se for escritura pública;

b) - antes do cancelamento da averbação no Ofício competente, nos demais casos;

VII - na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao valor que exceder a meação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo;

VIII- na remissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do depósito e antes da expedição da respectiva carta;

IX - no usufruto de imóvel concedido pelo Juiz da Execução, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da sentença e antes da expedição da carta de constituição;

X - nas cessões de direitos hereditários:

a) - antes de lavrada a escritura pública, se o contrato tiver por objeto bem imóvel certo e determinado;

b) - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo:

1. nos casos em que somente com a partilha se puder constatar que a cessão implica na transmissão de imóvel;

2. quando a cessão se formalizar nos autos do inventário, mediante termo de cessão ou desistência.

XI - nas transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos não referidos nos incisos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do fato gerador e antes do registro do ato no ofício competente.

Art. 76. Fica facultado o pagamento antecipado do imposto correspondente a extinção do usufruto, quando da alienação do imóvel com reserva daquele

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

direito na pessoa do alienante, ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

Parágrafo único. O pagamento antecipado nos moldes deste artigo elide a exigibilidade do imposto quando da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação tributária.

Seção V
Da Não-Incidência

Art. 77. Não incide o imposto sobre a transmissão inter-vivos de bens imóveis:

I - na transmissão do domínio direto ou da nua-propriedade;

II - na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio da pessoa jurídica, em realização de capital, quando revertem aos primitivos alienantes;

III - na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;

IV - na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão da compra e venda com pacto de melhor comprador;

V - no usucapião;

VI - na extinção do condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

VII - na transmissão de direitos possessórios; VIII - na promessa de compra e venda;

IX - na incorporação de bens ou de direitos a eles relativos, ao patrimônio da pessoa jurídica, para integralização de quota de capital;

X - na transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º O disposto no inciso II deste artigo somente tem aplicação se os primeiros alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

§ 2º As disposições dos incisos IX e X deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos dois seguintes a aquisição, decorrer de vendas, administração ou sucessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 4º Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente a data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre ele.

Seção VI
Das Obrigações De Terceiros

Art. 78. A avaliação fiscal ficará condicionada a não existência de débito,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1504
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 67
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

para com a Fazenda Municipal, referente ao imóvel objeto da transação e da guia informativa.

Parágrafo único. Deverá constar, obrigatoriamente, na guia informativa, além dos dados relativos ao imóvel, o número de seu cadastro junto ao Cadastro Técnico Imobiliário do Município.

TÍTULO IV
DAS TAXAS
(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

Art. 78 A. As taxas têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial de serviço público especifico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Parágrafo único. Considera-se o serviço público: **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

I - utilizado pelo contribuinte; **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

a) efetivamente, quando,por ele usufruído a qualquer título; **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

b) potencialmente, quando sendo de utilização compulsória, seja posto a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.**(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

II - especifico, quando possa ser destacado em unidade autônoma de intervenção, de utilidade, ou de necessidade pública. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

III - divisível, quando suscetível de utilização separadamente por parte de cada um dos seus usuários. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

CAPÍTULO I
DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA
~~**SEÇÃO I**~~
~~**DA INCIDÊNCIA**~~

~~Art. 79. As taxas para execução de obras são devidas pelo contribuinte, cujo imóvel receba benfeitoria que dependa de licenciamento.~~

~~§ 1º - A taxa incide, ainda, sobre qualquer ato administrativo ou serviço prestado pelo Município, relacionados com a execução de obras.~~

~~§ 2º - A taxa incide sobre:~~

~~I - a fixação do alinhamento;~~

~~II - a numeração de prédios;~~

~~III - a aprovação ou revalidação do projeto;~~

~~III - o licenciamento de obras;~~

~~IV - a prorrogação de prazo para execução de obra;~~

~~V - a expedição da carta de habitação e aprovação de loteamento;~~

Seção I
Da Taxa De Viabilidade de Construção - TVC
(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Art. 79. A Taxa de Viabilidade de Construção - TVC tem como Fato Gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização acerca de requerimentos para viabilidade de construção no perímetro urbano do Município, em função da legislação em vigor, especialmente no que concerne o Plano Diretor do Município de Santa Maria. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 1º Nenhuma construção poderá ser iniciada sem o prévio estudo de viabilidade de construção e consequente pagamento da taxa. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 2º O Sujeito Passivo da TVC é qualquer pessoa física ou jurídica interessada em construir na zona urbana do Município de Santa Maria. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 3º A TVC será lançada e cobrada no valor de 35 (trinta e cinco) UFMs e o recolhimento será efetuado por intermédio de documento próprio de arrecadação com vencimento imediato, sem o qual não tramitará o requerimento. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 4º A Viabilidade de Construção será respondida pela Secretaria de Município de Estruturação e Regularização Urbana, com prazos definidos pelo Código de Obras do Município de Santa Maria, que integra o Plano Diretor do Município de Santa Maria. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

~~Art. 80. Nenhuma obra de construção civil, pública ou privada, será iniciada sem projeto aprovado e prévia licença do município.~~

~~§ 1º Incluem-se na obrigação do caput as obras aéreas, no solo e subsolo das vias públicas realizadas por particulares, mesmo se concessionários ou permissionários de serviços públicos.~~

~~§ 2º A licença para execução de obra será comprovada através de alvará, cuja renovação será concedida mediante vistoria do poder público.~~

Seção II
Da Taxa de Análise de Projetos de Obras Particulares - TAP
(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

Art. 80. A Taxa de Análise de Projetos de Obras Particulares - TAP tem como Fato Gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização acerca de análise de projetos de obras particulares no perímetro urbano do Município, em função da legislação em vigor, especialmente pelo que dispõe o Plano Diretor do Município de Santa Maria. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 1º Nenhuma construção poderá ser iniciada sem a prévia análise de projeto de obras particulares e consequente pagamento da TAP. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 2º O Sujeito Passivo da TAP é qualquer pessoa física ou jurídica, proprietária ou não proprietária, interessada na realização de obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra civil no Município. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

§ 3º A TAP será lançada e cobrada conforme o Tabela XVII - item A desta Lei, e o recolhimento será efetuado por intermédio de documento próprio de arrecadação, com vencimento imediato, sem o qual não será emitido o alvará. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

4 º Em caso de análise do mesmo projeto por mais de três 3 (três) vezes, acarretará novo lançamento e cobrança de TAP, sem o qual não será reanalisado o projeto. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 5º Nos casos de reformas sem ampliação de área e demolição o valor da TAP será lançado e cobrado na forma da Tabela XVII - item B. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 6º Em caso de demolição o pagamento da TAP inclui a fiscalização para a sua execução. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 7º Com a aprovação dos projetos, nos termos do Plano Diretor, será expedido o alvará pela Secretaria de Município de Estruturação e Regularização Urbana. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

~~**Seção II**~~

~~**Da Base de Cálculo E Alíquotas**~~

~~Art. 81. A taxa, diferenciada em função da natureza do ato administrativo, é calculada por alíquotas fixas constantes na Tabela X do anexo, tendo por base a Unidade Fiscal Municipal - UFM.~~

Seção III

Da Taxa de Licença Para Execução de Obras e Instalações Particulares - TLO

(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

Art. 81. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares - TLO tem como Fato Gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização de obras de construção, reconstrução ou reforma de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra civil no Município. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 1 º Nenhuma construção, reconstrução, reforma com acréscimo ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem a prévia solicitação de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e recolhimento da taxa devida. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 2º Sujeito Passivo da TLO é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizarem obras de construção, reconstrução ou reforma de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra civil no Município. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 3º A TLO será lançada e cobrada conforme a Tabela XVII - item C desta Lei e o recolhimento será efetuado por intermédio de documento próprio de arrecadação, com vencimento imediato, sem o qual não será emitido o alvará. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 4º Em caso de reforma com ampliação de área será lançada e cobrada a TLO incidente sobre a área ampliada, além da TAP, de acordo com o § 3º do art. 80 desta Lei. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 5º A autorização se dará por alvará expedido pela Secretaria de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1507
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 70
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

Município de Estruturação e Regularização Urbana, com prazos definidos pelo Código de Obras do Município de Santa Maria, que integra o Plano Diretor do Município de Santa Maria. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

~~SEÇÃO III~~
~~DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO~~
~~Art. 82. A taxa será lançada simultaneamente com a arrecadação.~~

Seção IV
Da Taxa de Fiscalização para Concessão de Habite-se - TCH
(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

Art. 82 A Taxa de Fiscalização para Concessão de Habite-se - TCH tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização, acerca do cumprimento dos requisitos estabelecidos para a construção civil, de acordo com o projeto aprovado pelo Município, nos termos do Plano Diretor do Município de Santa Maria. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 1º É imprescindível o alvará de habite-se para a ocupação do imóvel edificado. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 2º O Sujeito Passivo da TCH é qualquer pessoa física ou jurídica interessada em ocupar o imóvel edificado localizado na zona urbana do Município de Santa Maria. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 3º A TCH será lançada e cobrada por intermédio de documento próprio de arrecadação, com vencimento imediato, sem o qual não será emitido o alvará de habite-se, de acordo com a Tabela XVII - Item D. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 4º Após a comprovação do pagamento da TCH e realizada a fiscalização com aprovação pela Secretaria de Município de Estruturação e Regulação Urbana, será expedido o alvará de habite-se. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

Seção V
Da Taxa De Licenciamento de Loteamento, Desmembramento e/ou Unificação - TLDU
(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

Art. 82 A. A Taxa para Licenciamento de Loteamento, Desmembramento e/ou Unificação - TLDU tem como Fato Gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização, acerca dos requisitos estabelecidos para loteamento, desmembramento e/ou unificação na área urbana, nos termos do Plano Diretor do Município de Santa Maria. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 1º Aplica-se a TLDU para os licenciamentos dos condomínios em terrenos fechados. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 2º O Sujeito Passivo da TLDU é qualquer pessoa física ou jurídica interessada em lotear, desmembrar e/ou unificar área localizada na zona urbana do Município de Santa Maria. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 3º A TLDU será lançada e cobrada no valor de dezoito (18) UFM por lotes resultantes do loteamento, do desmembramento e/ou unificação, e o recolhimento será

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1508
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 71
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

efetuado por intermédio de documento próprio de arrecadação, com vencimento imediato. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 4º Após a aprovação do projeto de loteamento, desmembramento e/ou unificação, a Secretaria de Município de Estruturação e Regularização Urbana emitirá alvará autorizando o loteamento, desmembramento e/ou a unificação. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

Seção VI
Da Taxa de Limpeza de Terrenos Baldios - TLTB

(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

Art. 82 B. A Taxa de Limpeza de Terrenos Baldios - TLTB incide sobre os imóveis não edificados, localizados na zona urbana do Município, que deixarem ou mantiverem seus terrenos baldios não limpos, descuidados, com acúmulos de entulhos, águas, dentre outros. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 1º A TLTB tem como Fato Gerador a prestação pelo Município de Santa Maria, do serviço de roçada e limpeza, total ou parcial, de terrenos localizados no perímetro urbano. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 2º Para os efeitos desta taxa entende-se como terrenos baldios os terrenos vagos (não edificados), sem ocupação e incultos. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 3º Os serviços somente poderão ser executados pelo Município de Santa Maria após o não atendimento da notificação prévia ao contribuinte para que efetue o serviço de limpeza, nos termos desta Lei. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 4º Os sujeitos passivos serão notificados para sua regularização num prazo máximo de 30 (trinta), sendo que, não o fazendo, ficará o Município autorizada a fazê-lo, às expensas do contribuinte. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 5º O Sujeito Passivo da TLTB é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de terreno localizado neste Município, beneficiado pelo serviço a que se refere o § 4º. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 6º A taxa será arrecadada e o recolhimento será efetuado por intermédio de documento próprio arrecadação após 30 (trinta) dias do término dos trabalhos, mediante lançamento fiscal ao contribuinte, aplicando-se as regras dispostas nesta Lei. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

§ 7º A TLTB será lançada e cobrada na forma da Tabela XVII - Item E. **(Incluído pela Lei Complementar nº 111, de 2017)**

CAPÍTULO II
DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E DE ATIVIDADES
Seção I
Da Incidência

Art. 83. A taxa de licença de localização de estabelecimento é devida pela pessoa física ou jurídica que no Município se instale para exercer qualquer atividade comercial, industrial ou prestação de serviço de caráter permanente, eventual ou transitório.

§ 1º Em decorrência da licença, o Município fornecerá o Alvará de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Localização para a prestação de serviços por profissional liberal de nível superior ou técnico, bem como para estabelecimentos industriais, comerciais ou de prestação de serviços, o qual terá caráter permanente para o local e condições solicitados.

§ 2º No exercício do Poder de Polícia da Administração Pública, as autoridades municipais, visando conciliar a atividade pretendida com o planejamento físico e o desenvolvimento socioeconômico do Município, levarão em conta, entre outros fatores:

I - o ramo de atividade a ser exercido;

II - localização do estabelecimento, se for o caso;

III - os benefícios resultantes para a comunidade.

§ 3º No caso de feiras livres, eventuais ou não, a taxa será devida por cada um dos expositores.

Art. 84. O lançamento ou pagamento da taxa não implica no reconhecimento da regularidade da atividade.

Art. 85. Fica proibida a instalação de qualquer estabelecimento, bem como o exercício de atividade ambulante sem a prévia licença do Município.

§ 1º Entende-se por atividade ambulante a exercida em tendas, individualmente ou em veículos automotores, de tração animal ou manual, inclusive quando localizados em feiras.

§ 2º A licença é comprovada pela posse do respectivo alvará, o qual deverá ser:

I - colocado em lugar visível do estabelecimento;

II - conduzido pelo titular (beneficiário) da licença quando a atividade não for exercida em local fixo.

§ 3º A licença abrangerá todas as atividades, desde que exercidas em um só local por um só meio e pela mesma pessoa física ou jurídica, excetuando-se o caso de jogos, o qual dependerá de um alvará específico, e de feiras eventuais, que deverão ter um alvará para cada expositor.

§ 4º Deverá ser requerida no prazo de 90 (noventa) dias a alteração de nome, firma, razão social, localização ou atividade.

§ 5º O encerramento da atividade deverá ser comunicado no prazo de 90 (noventa) dias para efeito de cancelamento.

§ 6º O cancelamento de ofício da inscrição ocorrerá sempre que constatado que o contribuinte encerrou suas atividades naquele local.

Art. 86. Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que de idêntico ramo de inscrição, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócios, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único. Não são considerados locais distintos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel, desde que interligados.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1510
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 73
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

Seção II
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 87. A taxa é calculada em função da natureza da atividade e da área ocupada, tendo por base o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM, conforme Tabela V.

Parágrafo único. Entende-se por área ocupada aquela que o contribuinte utilizar para desenvolver suas atividades, estocar material ou, ainda aquela que servir para estacionamento e manobra.

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 88. A Administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não efetuadas pelo sujeito passivo ou quando apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 89. Além da inscrição e respectivas alterações, a Administração poderá exigir do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados, na forma e prazos regulamentares.

Art. 90. A Taxa de Licença de Localização ou Alvará de Estabelecimentos e de Atividades será lançada, quando couber, simultaneamente com a liberação.

§ 1º A taxa de licença de localização será devida por ocasião da instalação do estabelecimento.

§ 2º A taxa referida no *caput* deste artigo poderá ser lançada em 4 (quatro) parcelas e arrecadadas juntamente com o ISSQN, quando devido em cota fixa, conforme o estabelecido na Tabela V que integra esta Lei.

Seção IV
Do Sujeito Passivo

Art. 91. A taxa de licença de localização de estabelecimento é devida pela pessoa física ou jurídica que no Município se instale para exercer qualquer atividade.

CAPÍTULO III
DAS TAXAS POR ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Seção I
Da Incidência

Art. 92. A Taxa por Atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida pela pessoa física ou jurídica nas seguintes situações:

I - inspeção sanitária: a pedido de pessoa proprietária ou responsável por empresa, em virtude de denúncias de infrações que possam estar ocorrendo em comprometimento a saúde pública, e de rotina em estabelecimentos, imóveis, bens, produtos ou serviços que, por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1511
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 74
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

transporte, armazenamento e/ou divulgação, possam interessar a Saúde Pública;

II - concessão de Alvará Sanitário de funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária Municipal;

III - concessão de Licença Sanitária Especial para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

IV - concessão de Licença Sanitária de Eventos, para a realização de atividades por prazo pré-determinado;

V - fornecimento de certidão, declaração ou atestado relativos a assuntos atribuíveis a Secretaria de Município de Saúde e Meio Ambiente;

VI - análise e aprovação sanitária de projetos de construção residencial, comercial, industrial e de prestação de serviços e outros projetos de interesse da saúde;

VII - análises laboratoriais.

Seção II
Do Sujeito Passivo

Art. 93. Entende-se por Sujeito Passivo toda pessoa física e/ou jurídica, regular ou de fato, que tenha domicílio, residência e realize atividades dentro da esfera de atos de competência da vigilância sanitária municipal.

Seção III
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 94. Os valores das Taxas dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, bem como das Penalidades as Infrações Sanitárias, são previstos na Tabela XII, anexa a presente Lei.

Seção IV
Da Inscrição

Art. 95. É obrigatória a inscrição de qualquer Pessoa Física ou Jurídica que exerça atividades dentro da esfera de competência da Vigilância Sanitária Municipal, conforme dispuser o regulamento.

Seção V
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 96. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária será lançada e recolhida previamente, quando da inclusão para licenciamento, alteração ou realização de eventos ou procedimentos.

CAPÍTULO IV
DA TAXA DE SERVIÇOS URBANOS
Seção I
Da Incidência

~~Art. 97. A taxa de serviços urbanos é devida pelo proprietário do imóvel, o~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~titular do domínio útil ou seu possuidor a qualquer título, cuja zona seja beneficiada, efetiva ou potencialmente, pelos serviços de:~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

~~a) coleta de lixo;~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

~~b) conservação de pavimentação e serviços correlatos;~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

c) ~~prevenção e combate a incêndios;~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção II
Da Base de Cálculo e Alíquotas

~~Art. 98. A taxa é diferenciada em função da natureza do serviço e calculada por alíquotas fixas, tendo por base o valor da UFM (Unidade Fiscal Municipal) do Município, na forma da Tabela VI, anexa, relativamente a cada economia predial ou territorial.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

~~Art. 99. O lançamento da taxa de serviços urbanos será feito anualmente e sua forma de arrecadação e prazo para pagamento poderão coincidir com o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

~~§ 1° - Nos casos em que o serviço seja instituído no decorrer do exercício, a taxa será cobrada e lançada a partir do mês seguinte ao do início da prestação dos serviços, em guia fornecida pela Prefeitura Municipal.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

~~§ 2º - Quando constatada divergência entre os dados cadastrados e a situação fática, será cobrada a diferença da taxa a partir do mês seguinte ao da constatação.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

~~§ 3º - Sobre os terrenos especificados no caput do artigo 12, até o recebimento por parte do Município das obras de infra-estrutura, não incidem as taxas de serviços urbanos.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

CAPÍTULO V
DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS
Seção I
Da Incidência

Art. 100. A taxa de serviços diversos é devida pela execução dos seguintes serviços:

I - depósito e liberação de bens, animais e mercadorias apreendidas;
II - cemitérios;
III - limpeza em terrenos particulares que estejam causando transtorno;
IV - recomposição de pavimentação e calçadas;
V - outros, conforme definidos na Tabela VII.

Parágrafo único. A taxa a que se refere este artigo é devida:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

a) na hipótese do inciso I deste artigo pelo proprietário possuidor a qualquer título ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que requeira, promova ou tenha interesse na liberação dos bens, animais ou mercadorias apreendidos;

b) na hipótese do inciso II, pela pessoa física ou jurídica responsável pelo *de cujus*;

c) na hipótese do inciso III, pelo proprietário, promitente comprador ou possuidor do terreno;

d) na hipótese do inciso IV e V, pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis e qualquer outra pessoa física ou jurídica que requeira, promova ou tenha interesse no serviço.

Seção II
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 101. A taxa de serviços diversos será calculada mediante aplicação dos percentuais relacionados na Tabela VII, que integra esta Lei, sobre a Unidade Fiscal Municipal - UFM.

Parágrafo único. O pagamento da taxa prevista no art. 100, inciso I, não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 102. A taxa de serviços diversos será lançada e arrecadada anteriormente a execução dos serviços.

Parágrafo único. Quando da ocorrência dos serviços do inciso II, do art. 100 desta Lei, a taxa deverá ser recolhida até 10 (dez) dias após a ocorrência do fato gerador pelo responsável ou pelo agente funerário.

CAPÍTULO VI
DA TAXA DE VISTORIAS
Seção I
Da Incidência

Art. 103. A taxa de vistoria é devida pelo exercício regular do poder de polícia administrativa do Município, em verificações ou diligências por parte dos órgãos próprios do Município.

§ 1º O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a quaisquer atos a serem praticados ou exercidos no território do Município, dependentes, nos termos desta Lei, de prévio licenciamento, permissão ou autorização do Município.

§ 2º A taxa a que se refere este artigo é devida nos seguintes casos:

I - vistoria de veículos concessionários do serviço público municipal;

II - vistoria de elevadores;

III - vistoria de caixas d'água de edifícios;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

IV - vistorias para verificação do regular funcionamento das atividades licenciadas pelo Município, visando a manutenção das condições de localização concernentes a segurança, a higiene, a saúde, a vigilância sanitária, a ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público, a tranquilidade pública, ao respeito a propriedade e aos direitos individuais e coletivos, bem como para garantir o cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas;

V - nas demais verificações ou diligências, no sentido de verificar o cumprimento das exigências contidas na prévia concessão ou autorização.

VI - vistoria para verificação das condições ambientais do empreendimento.

§ 3º na hipótese do inciso I do § 2º, pela pessoa física ou jurídica proprietária de veículo concessionário de serviço público;

§ 4º na hipótese do inciso II e III do § 2º, pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis ou condomínio do edifício, aplicando-se, no que couber, a regra de solidariedade;

§ 5º Na hipótese do inciso IV e V do § 2º deste artigo, a taxa de vistoria é devida pela pessoa física ou jurídica que no Município se instale para exercer quaisquer atividades comerciais industriais ou prestação de serviços de caráter permanente, eventual ou transitório, bem como aquelas que fizerem uso do solo em bens de uso comum do povo dependentes de prévio licenciamento, permissão ou autorização.

Seção II
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 104. As taxas são diferenciadas em função da natureza do serviço e serão calculadas mediante aplicação sobre a Unidade Fiscal Municipal dos percentuais relacionados na Tabela XV, que integra esta Lei.

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 105. A taxa de vistoria será lançada quando da realização da vistoria, com prazo de arrecadação de 30 (trinta) dias, a contar da data de lançamento.

CAPÍTULO VII
DA TAXA DE PUBLICIDADE
Seção I
Da Incidência

Art. 106. A taxa decorre da autorização de publicidade a qualquer pessoa física ou jurídica, que utilize ou explore publicidade, por qualquer meio ou processo, nas vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso comum.

Art. 107. A autorização referida no artigo anterior deverá ser requerida previamente e incluem-se na sua obrigatoriedade:

I - os cartazes, letreiros, propaganda, quadros, painéis, emblemas, placas,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros ou tapumes, veículos ou calçadas;

Ⅱ - os anúncios que, embora apostos em terrenos ou próprios de domínio privado forem visíveis dos lugares públicos;

Ⅲ - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas, assim como os feitos por meio de cinema ambulante, ainda que mudo.

§ 1º As atividades não constantes nos incisos deste artigo, bem como as normas e condições para utilização das vias e logradouros públicos e os lugares de acesso comum para publicidade, serão regidas de acordo com o disposto no Código Posturas do Município.

§ 2º Não se enquadrando em nenhum dos tipos discriminados da Tabela XI, a taxa será estipulada com base no tipo com o qual guardar maior identidade de características.

§ 3º A incidência da taxa independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei.

Seção II
Sujeito Passivo

Art. 108. Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica proprietária do veículo de divulgação.

Art. 109. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da taxa aqueles que, direta ou indiretamente, sejam beneficiados pelo anúncio.

Art. 110. O sujeito passivo da taxa deverá promover a sua inscrição no Cadastro Municipal, na forma e prazos estabelecidos em regulamento.

§ 1º A Administração poderá promover de ofício a inscrição, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 2º Ficam os anunciantes obrigados a colocar nas publicidades sujeitas a taxa um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Seção III
A Não Incidência

Art. 111. A taxa não incide em:

I - publicidade que contenha campanhas institucionais, conforme dispuser o regulamento;

II - publicidade em anúncios indicativos, desde que indiquem ou identifiquem estabelecimento de serviços públicos;

III - propaganda eleitoral de partidos e candidatos regularmente inscritos no TRE;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

IV - publicidade alusiva a peças teatrais, espetáculos musicais, películas cinematográficas e a parques de diversões, desde que situada nos locais dos eventos;

V - publicidade localizada em tendas ou estandes, desde que compatível com as suas atividades;

VI - anúncios de afixação obrigatória decorrente de disposição legal;

VII - publicidade em estabelecimentos, ainda que visíveis do logradouro público, relativas a sua própria atividade.

Seção IV
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 112. A taxa será calculada por meio das alíquotas constantes da Tabela XI, anexa a presente Lei, tendo por base a UFM (Unidade Fiscal Municipal) do Município.

Seção V
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 113. O lançamento e arrecadação serão efetuados no ato, quando da respectiva autorização pelos serviços constantes do art. 106, conforme Tabela XI.

CAPÍTULO VIII
DA TAXA DE EXPEDIENTE
Seção I
Da Incidência

~~Art. 114. A taxa de expediente é devida por quem se utilizar de serviço do Município que resulte na expedição de documentos ou prática de ato de sua competência.~~

~~Parágrafo único. Excetuam-se do objeto do caput as situações enquadradas no inciso XXXIV, alíneas "a" e "b" do artigo 5º da Constituição Federal.~~

Art. 114. A taxa de expediente é devida por quem se utilizar de serviço do Município que resulte na expedição de documentos ou prática de ato de sua competência. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Parágrafo único. Excetuam-se do objeto do *caput* as situações enquadradas no inciso XXXIV, alíneas "a" e "b" do art. 5º da Constituição Federal, e no art. 66 da Lei Complementar nº 002, de 2001. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Art. 115. A expedição de documentos ou a prática de ato referido no artigo anterior será sempre resultante de pedido escrito.

§ 1º A taxa será devida:

I - por requerimento, independentemente de expedição de documento ou prática de ato nele exigido;

II - tantas vezes quantas forem as providências que, embora idênticas ou semelhantes, sejam individualizáveis;

III - por inscrição em concurso;

IV - em outras situações não especificadas.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1517
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
80
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

Seção II
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 116. A taxa, diferenciada em função da natureza do documento ou ato administrativo que lhe der origem, é calculada com base nas alíquotas fixas ou variáveis da Tabela IV, anexa.

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 117. A taxa de expediente será lançada, quando couber, simultaneamente com a arrecadação.

Seção IV
Do Pagamento

Art. 118. O recolhimento da taxa de expediente será feito por meio de guia, fornecida pela Prefeitura Municipal, antes de protocolado o requerimento, lavrado o ato ou registrado o contrato, conforme ocaso.

Art. 119. Toda solicitação somente poderá dar entrada na Prefeitura Municipal através do Protocolo Geral.

Parágrafo único. O indeferimento do pedido, a formulação de novas exigências ou a desistência do peticionário não dão origem a restituição da taxa.

CAPÍTULO IX
DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ABATE DE ANIMAIS

Seção I
Da Incidência

Art. 120. A taxa de fiscalização de abate de animais e derivados tem como fato gerador a fiscalização dos estabelecimentos destinados ao abate de animais e industrialização de seus produtos, subprodutos e matérias-primas.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo fica restrita aos estabelecimentos e outras modalidades de abate e derivados destinados ao consumo, dentro dos limites geográficos do Município.

Seção II
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Art. 121. A taxa de fiscalização de abate de animais e derivados será lançada em função da espécie de animal, por unidade ou lote, com base na Tabela VIII, que integra este Código.

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Art. 122. A taxa de fiscalização de abate de animais e derivados será recolhida aos cofres públicos pelo contribuinte, mediante guia de arrecadação, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

Art. 123. Sem prejuízo da responsabilidade penal, o não recolhimento da taxa de fiscalização do abate sujeitará o infrator as penalidades previstas em Lei.

CAPÍTULO X
DA TAXA DE ESTACIONAMENTO REMUNERADO DE VEÍCULOS
Seção I
Da Incidência

Art. 124. A taxa de estacionamento remunerado de veículos é devida por quem estacionar veículos automotores nas áreas especiais para estacionamento, denominadas ZONA AZUL, nas vias e logradouros públicos do Município.

Art. 125. A delimitação dessas áreas especiais será atribuição da Secretaria de Município do Planejamento e levará em consideração:

I - as tendências da expansão urbana, pólos geradores de viagens, o Planejamento de Transportes Urbanos e o Plano Diretor Físico Territorial;

II - as áreas onde houver, comprovadamente, falta de vagas para estacionamento de veículos face as necessidades do comércio, indústria e serviços;

III - as áreas onde houver, comprovadamente, desorganização no estacionamento de veículos, com prejuízo ou perigo para o fluxo normal do trânsito.

Art. 126. Nas áreas delimitadas de acordo com o artigo anterior, o estacionamento remunerado de veículos far-se-á das 07 às 19 horas nos dias úteis, e das 07 às 13 horas nos sábados, horários que serão especificados nas respectivas placas de sinalização.

~~Parágrafo único - O período máximo de estacionamento contínuo será de 02 (duas) horas, vedada a sua prorrogação, período durante o qual o usuário poderá estacionar seu veículo em várias vagas e em diversas áreas de estacionamento remunerado utilizando o mesmo cartão de estacionamento~~. **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Art. 127. Para utilização das áreas de estacionamento remunerado, os usuários deverão usar cartões correspondentes aos períodos de estacionamento contínuo devidamente preenchidos e colocados em local visível na parte interna do veículo.

Seção II
Da Fiscalização

Art. 128. A fiscalização de trânsito do Município zelará pelo cumprimento do disposto na Lei, aplicando aos infratores as penalidades previstas no Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo único. Os integrantes da fiscalização portarão credenciais de sua

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

função no controle e orientação das áreas de estabelecimentos pagos.

Art. 129. A exploração das áreas destinadas a estacionamento pago poderá ser concedida a particulares, a título precário e mediante competente licitação, na forma fixada na legislação específica.

Seção III
Da Base de Cálculo e Alíquotas

~~Art. 130. A taxa de estacionamento remunerado, diferenciada em função da natureza da atividade, é calculada por alíquotas fixas constantes da Tabela XIV anexa, tendo por base o valor da UFM (unidade fiscal municipal) do Município.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção IV
Do Pagamento e Arrecadação

~~Art. 131. O pagamento da taxa será efetuado no momento da compra do cartão de estacionamento pelo usuário, em pontos indicados e credenciados pela Prefeitura Municipal, correspondendo cada cartão a um período de estacionamento contínuo pelo preço estabelecido, conforme a Tabela VII anexa.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

~~§ 1° Uma vez utilizado o cartão de estacionamento, o usuário não poderá reutilizá-lo, devendo movimentar seu veículo, desocupando a vaga.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

~~§ 2° Qualquer rasura ou emenda no cartão de estacionamento o inutilizará.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

CAPÍTULO XI
DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO USO DO SOLO EM BENS DE USO COMUM DO POVO
Seção I
Da Incidência

Art. 132. A taxa de ocupação e uso do solo será devida nos seguintes casos:
I - pelo uso do solo em áreas de uso comum do povo;
II - pelo uso do solo em áreas de uso especial;
III - pela utilização de próprios do município.

Parágrafo único. O poder de polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a quaisquer atos a serem praticados ou exercidos no território do Município, dependentes, nos termos deste Código, de prévia autorização do Município.

Seção II
Da Base de Cálculo e Alíquotas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1520
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
83
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

Art. 133. As taxas, diferenciadas em função da natureza do serviço, serão calculadas mediante aplicação dos valores relacionados na Tabela XIII que integra este Código.

Parágrafo único. O pagamento da taxa prevista no art. 132 não exime do cumprimento das demais obrigações e penalidades cabíveis.

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 134. O lançamento da taxa será feito mensalmente, após a outorga da primeira autorização, e sua arrecadação será feita mediante guia de arrecadação.

Parágrafo único. Sem prejuízo da responsabilidade penal, o não recolhimento da taxa prevista no art. 132, sujeitará o infrator às penalidades previstas nesta Lei.

CAPITULO XII
TAXA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
Seção I
Da Incidência

Art. 135. A taxa de autorização ambiental é devida pela pessoa física ou jurídica responsável pela localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como por aqueles empreendimentos capazes de, sob qualquer forma, causar degradação ambiental.

Seção II
Da Base De Cálculo e Alíquotas

Art. 136. A taxa é diferenciada em função da classificação do empreendimento ou atividade, com base no cruzamento entre porte e potencial poluidor, e calculada por alíquotas fixas, tendo por base o valor da UFM (Unidade Fiscal Municipal) do Município, na forma da Tabela IX, anexa.

Seção III
Do Lançamento e Arrecadação

Art. 137. O lançamento da taxa de autorização ambiental será feito por ocasião da autorização da licença, sendo, após a outorga da primeira Autorização definitiva, efetuadas vistorias para verificação das condições iniciais da autorização.

Parágrafo único. Nos casos de empreendimento ou atividade incluídos na Tabela IX, no decorrer do exercício, a taxa será cobrada e lançada a partir do mês seguinte, em conhecimento ou guia fornecida pela Prefeitura Municipal.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1521
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 84
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

CAPÍTULO XIII
DA TAXA DE COLETA DE LIXO (TCL)
(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

Seção I
Do Fato Gerador
(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

Art. 137 A. A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção II
Do Sujeito Passivo
(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

Art. 137 B. O contribuinte da taxa de coleta de Lixo (TCL) é o proprietário, o titular do domínio útil ou seu possuidor a qualquer titulo, de imóvel beneficiado pelo respectivo serviço efetivo ou potencialmente. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Parágrafo único. Para os efeitos de incidência da cobrança da taxa de coleta de lixo considera-se quaisquer imóveis edificados ou não, inscritos no Cadastro Imobiliário do Município. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção III
Da Base De Cálculo
(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

Art. 137 C. A taxa será calculada, anualmente, com base na Unidade Fiscal Municipal - UFM, em função da destinação de uso, localização e a área do imóvel beneficiado, nº de vezes que o serviço é prestado, correspondendo seu valor ao constante da Tabela VI anexa. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Seção IV
Do Lançamento e Arrecadação
(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

Art. 137 D. O lançamento da taxa de coleta de lixo será feito anualmente e sua forma de arrecadação e prazo de pagamento poderão coincidir com o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 1º Nos casos em que o serviço esteja instituído no decorrer do exercício, a taxa será cobrada e lançada a partir do mês seguinte ao do inicio da prestação dos serviços em guia fornecida pela Prefeitura Municipal. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 2º Quando constatada divergência entre os dados cadastrados e a situação fática, será cobrada a diferença da taxa a partir do mês seguinte ao da constatação.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1522
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
85
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

TÍTULO V
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
CAPÍTULO I
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
Seção I
Do Fato Gerador, Incidência e Cálculo

Art. 138. A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel em função da execução de obra pública que beneficie, direta ou indiretamente, os imóveis privados.

Art. 139. A contribuição de melhoria será calculada em função do valor total da despesa realizada.

Art. 140. Será devida a contribuição de melhoria no caso de execução, pelo Município, das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento ou pavimentação de rua, construção de parque, estrada, ponte, túnel e viaduto;

II - instalação de rede elétrica, de água e esgoto pluvial ou sanitário;

III - nivelamento, retificação, pavimentação nova ou substituição total do pavimento existente e impermeabilização de logradouros;

IV - aterro, ajardinamento e obra urbanística em geral;

V - proteção contra inundação, drenagem, retificação e regularização de curso de água e saneamento;

VI - construção ou ampliação de praças e obras de embelezamento paisagístico em geral;

VII - outras obras similares de interesse público.

Art. 141. A contribuição de melhoria será determinada pelo rateio do custo da obra entre os imóveis diretamente beneficiados, respeitado o limite da valorização.

Art. 142. Caberá ao setor municipal competente determinar, para cada obra, o valor a ser ressarcido através da contribuição de melhoria, observado o custo total fixado de conformidade com o disposto no artigo anterior.

Art. 143. No custo das obras públicas, as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe com financiamentos ou empréstimos serão computadas e atualizados na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes utilizados para reajuste dos tributos municipais (Unidade Fiscal Municipal - UFM).

Parágrafo único. Serão incluídos nos orçamentos do custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis beneficiados.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1523
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
86
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

Seção II
Do Sujeito Passivo

Art. 144. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, titular de seu domínio útil ou seu possuidor a qualquer título, beneficiado ao tempo do lançamento do tributo, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes e sucessores.

§ 1º No caso de enfiteuse ou aforamento, o enfiteuta ou foreiro, respectivamente, respondem pela contribuição.

§ 2º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário.

§ 3º Quando houver condomínio, quer de simples terrenos ou edificações, a Contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Seção III
Do Programa de Execução de Obras

Art. 145. As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em 2 (dois) programas de realização:

I - Ordinário - quando referente a obras preferenciais ou de urgência, de acordo com a escala de prioridade estabelecida pelo Município;

II - Extraordinário - quando referente a obra de interesse geral, solicitada, pelo menos, por 2/3 (dois terços) dos proprietários da zona de influência.

Seção IV
Da Fixação da Zona de Influência e dos Coeficientes de Participação dos Imóveis

Art. 146. A fixação da zona de influência das obras públicas e dos coeficientes de participação dos imóveis nela situados será procedida pelo órgão competente do Município em relação a cada obra e obedecerá ao critério da valorização do imóvel.

Seção V
Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 147. Para cobrança da contribuição de melhoria, a administração, obrigatoriamente, publicará, previamente, edital, na forma usual, contendo entre outros os seguintes elementos:

I - delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total do custo das obras;

IV - determinação do custo das obras a ser ressarcido pela contribuição de melhoria com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 148. Executada a obra de melhoramento, na sua totalidade ou em

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

parte suficiente para beneficiar determinados imóveis e de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 149. O Órgão encarregado pelo lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o proprietário, diretamente ou por edital, do:

I - valor da contribuição de melhoria lançada;

II - prazo para o seu pagamento, suas prestações, vencimentos e acréscimos incidentes;

III - local de pagamento.

Parágrafo único. A contribuição de melhoria poderá ser paga de uma só vez ou em parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juro e atualização com base na legislação aplicada aos tributos municipais.

Art. 150. Os recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

TÍTULO VI
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES
Seção I
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU

Art. 151. As infrações as normas relativas aos tributos do cadastro imobiliário sujeitam o infrator as seguintes penalidades:

I - infrações relativas a inscrição cadastral da respectiva área: aos que deixarem de efetuar, na forma e prazos estabelecidos, a inscrição imobiliária da respectiva área, multa de:

a) 0,5 (zero vírgula cinco) Unidades Fiscais Municipal - UFM por m^2 nas unidades unifamiliares quando o titular possuir um único imóvel;

b) 1,0 (um vírgula zero) Unidades Fiscais Municipal - UFM por m^2 nas demais.

II - infrações relativas a ação fiscal: aos que se recusarem a exibir documentos necessários a apuração de dados do imóvel, embaraçarem a ação fiscal ou não atenderem as convocações efetuadas pela Administração e não promoverem alterações cadastrais relativas ao imóvel, multa de:

a) 50 (cinquenta) Unidades Fiscais Municipal - UFM, nas unidades unifamiliares, quando o titular possuir um único imóvel;

b) 100 (cem) Unidades Fiscais Municipal - UFM nas demais.

Seção II
Imposto Sobre Serviço - ISS

Art. 152. As infrações as normas relativas ao imposto sobre serviços

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

sujeitam o infrator as seguintes penalidades:

I - quanto às infrações relativas a espetáculos de diversões públicas:

a) multa de 250 (duzentos e cinquenta) UFM quando o contribuinte não solicitar prévia liberação por parte do poder público municipal de espetáculos de diversões públicas (shows e demais espetáculos).

b) multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto a recolher, no caso de o contribuinte embaraçar a ação fiscal, falsificar liberação de espetáculo ou sempre que se verificar fraude, dolo ou má-fé, no caso de prestação ou promoção de eventos de diversões públicas.

II - quanto as infrações as normas relativas a inscrição, alteração de localização, alteração de razão social, transferência de propriedade, alteração de quadro societário e encerramento de atividade:

a) multa de 50 (cinquenta) UFM, quando o sujeito passivo não promover inscrição no município para início de atividade, no caso de pessoa física;

b) multa de 200 (duzentos) UFM, quando o sujeito passivo não promover inscrição no município para início de atividade, no caso de pessoa jurídica;

c) multa de 50 (cinquenta) UFM, quando o sujeito passivo não comunicar dentro do prazo legal de 90 (noventa) dias a alteração de localização, a alteração de atividade e o encerramento, quando se tratar de pessoa física;

d) multa de 200 (duzentos) UFM, quando o sujeito passivo não comunicar dentro do prazo legal de 90 (noventa) dias a alteração de localização, atividade, razão social, alteração do quadro societário e o encerramento, quando se tratar de pessoa jurídica.

III - quanto as Infrações relativas aos documentos fiscais:

~~a) Multa de 01 Unidade Fiscal Municipal por cada nota fiscal que o contribuinte, quando obrigado ao pagamento do imposto, adulterar, rasurar, extraviar, deixar de emitir, ou o fizer com importância diversa do valor do serviço, ou inutilizar nota fiscal ou outro documento previsto em regulamento sem registro do motivo de cancelamento;~~

~~a) Multa de 10 UFM por documento fiscal, ao contribuinte que obrigado ao pagamento do imposto, adulterar, rasurar, extraviar, deixar de emitir, ou o fizer com importância diversa do valor do serviço, ou inutilizar nota fiscal ou outro documento previsto em regulamento sem registro do motivo de cancelamento;~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

a) multa de 10 (dez) UFM, por documento fiscal, ao contribuinte, que utilizar documentos fiscais com data de validade vencida ou inválidos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

b) multa de 200 (duzentos) Unidades Fiscais Municipal - UFM, quando os estabelecimentos gráficos realizarem serviços sem o devido credenciamento junto a Fazenda Municipal;

c) multa de 200 (duzentos) Unidades Fiscais Municipal - UFM para o sujeito passivo que não tenha solicitado a autorização quando os estabelecimentos gráficos estiverem localizados em outro município;

d) ~~Multa de 300 Unidades Fiscais Municipal - UFM, por lote impresso, aos que mandarem imprimir documento fiscal sem a correspondente autorização para impressão;~~

~~d) Multa de 300 Unidades Fiscal Municipal - UFM, aos que utilizarem~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~documentos fiscais com data de validade vencida ou inválidos, e aos que mandarem imprimir ou utilizarem-se de documentos fiscais sem a correspondente autorização do Fisco Municipal para impressão~~**~~; (Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

d) multa de 300 (trezentos) UFM aos que mandarem imprimir ou se utilizarem de documentos fiscais sem a correspondente autorização do Fisco Municipal para impressão; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

e) multa de 300 (trezentos) Unidades Fiscais Municipal - UFM, por lote impresso, aos que imprimirem, para si ou para terceiros, documentos fiscais sem a correspondente autorização para impressão ou deixarem de evidenciar, no rodapé, a identificação da autorização;

f) multa de 300 (trezentos) Unidades Fiscal Municipal - UFM, quando os estabelecimentos gráficos não mantiverem por 5 (cinco) anos os registros próprios das notas fiscais de serviços ou documentos equivalentes que imprimirem;

g) multa de 50 (cinquenta) UFM, por documento fiscal, ao contribuinte que rasurar, extraviar, deixar de emitir ou fizer com importância diversa do valor do serviço, inutilizar nota fiscal ou outro documento previsto em regulamento sem registro do motivo de cancelamento; **(Incluída pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

h) multa de 300 (trezentos) UFM, por documento fiscal adulterado. **(Incluída pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

~~IV - Infrações relativas aos livros destinados a escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros e a qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor do imposto, ou dos serviços, quando não houver sido recolhido, integralmente, o imposto correspondente ao período da infração:~~

~~a) Multa de 10 UFM por mês não escriturado, ou escriturado parcialmente, aos que possuam livros que não estejam devidamente autenticados na conformidade das disposições regulamentares;~~

~~b) Multa de 05 UFM por mês, quando os que possuam os livros escriturados não promovam a autenticação dos mesmos na conformidade das disposições regulamentares;~~

~~c) Multa de 20 UFM por mês, aos que não possuírem os livros;~~

~~d) Multa de 5 UFM por folha do livro fiscal que o contribuinte rasurar, extraviar, adulterar,inutilizar.~~

~~e) O valor das multas previstas na alínea anterior será reduzido em 50% (cincoenta por cento) nos casos em que houver sido recolhido, integralmente, o imposto correspondente ao período da infração.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

V - o valor das multas previstas no inciso III e IV será reduzido em 50% (cinquenta por cento) nos casos de extravio ou inutilização dos livros e documentos fiscais, mas desde que comprovadas, documentalmente, pelo contribuinte, na forma e prazos regulamentares a perfeita identificação dos serviços prestados, dos seus valores, dos respectivos tomadores ou prestadores e das circunstâncias de tempo e lugar da prestação, quando se tratarem de documentos fiscais ou dos livros fiscais destinados a escrituração dos serviços prestados ou tomados de terceiros, ou de qualquer outro livro fiscal que deva conter o valor dos serviços ou do imposto;

VI - multa de 500 (quinhentos) Unidades Fiscais Municipal - UFM às infrações relativas a ação fiscal, aos que se recusarem a exibir livros ou documentos fiscais, embaraçarem a ação fiscal, ou sonegarem documentos para a apuração do preço dos

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

serviços ou da fixação da estimativa, ou, ainda, omitirem ou destruírem documentos necessários à fixação de estimativa ou cálculo do imposto devido;

VII - multa de 200 (duzentos) Unidades Fiscais Municipal - UFM às infrações relativas as declarações, aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, inclusive Declaração Fiscal Anual e Demonstrativo de Pagamentos a Prestadores de Serviços, ou o fizerem com dados inexatos, ou omissão de elementos indispensáveis à apuração do imposto devido, na forma e prazos regulamentares;

VIII - multa de 200 (duzentos) Unidades Fiscais Municipal - UFM quando o responsável por escrita fiscal ou contábil, no exercício de suas atividades, praticar atos que visem diminuir o montante do tributo ou induzir o contribuinte a prática de infração.

~~IX – Infrações relativas as microempresas:~~

~~a) Multa de 500 Unidades Fiscais Municipal - UFM em cada exercício, para os que prestarem declarações falsas, omissas ou inexatas ao Cadastro Municipal, a fim de se enquadrarem ou permanecerem enquadrados, indevidamente, no regime;~~

~~b) Multa de 100 Unidades Fiscais Municipal -UFM em cada exercício, aos que deixarem de efetuar, no prazo fixado, a comunicação referida no artigo 62 desta Consolidação;~~

~~c) Incorrendo no disposto das alíneas anteriores, será efetuado o cancelamento de ofício do registro como microempresa;~~

~~d) O titular ou sócio da microempresa responderá solidária e ilimitadamente pelas conseqüências da aplicação deste inciso, ficando, assim, impedido de beneficiar-se em nova microempresa ou participar de outra já existente com favores do regime de microempresa.~~

~~e) A aplicação das penalidades previstas neste inciso não exclui a aplicação de outras, previstas na legislação municipal.~~ **(Revogado pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

Parágrafo único. Sempre que ocorrer a inscrição, alteração de cadastro e baixa de ofício realizada pelo fisco municipal o contribuinte sujeita-se as penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso II.

~~Art. 153. Será aplicada multa na importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido e atualizado ao que deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto retido na fonte por solidariedade ou por substituição tributária.~~

Art. 153. Será aplicada multa, mediante notificação prévia, na importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido e atualizado, ao que deixar de recolher total ou parcialmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) devido a título de substituição tributária ou solidariedade tributária. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 1º A notificação estabelecerá o prazo máximo de 5 (cinco) dias para regularização pelo contribuinte. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 2º Decorrido o prazo do parágrafo anterior, a multa fiscal será aplicada automaticamente pelo fisco municipal. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

§ 3º Constatada a incidência da multa deverá o fisco municipal emitir a guia própria para a arrecadação da mesma, ou em conjunto com parcelas devidas de ISSQN, a qualquer título. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

§ 4º O recolhimento do imposto devido pago espontaneamente, mesmo que fora do prazo, desobriga da penalidade prevista no caput deste artigo. **(Incluído pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Art. 154. Será aplicada multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido e atualizado quando houver indícios de fraude ao fisco independentemente de outras penalidades administrativas cabíveis, sobre a totalidade ou diferença do imposto devido, cobrado juntamente com o principal da dívida.

Seção III
ITVBI

Art. 155. Será aplicada multa de 100% (cem por cento) sobre o montante do débito apurado quando comprovada, a qualquer tempo, pela fiscalização municipal do imposto sobre transmissão "inter-vivos" de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, a omissão de dados ou a falsidade das declarações consignadas nas escrituras ou instrumentos particulares de transmissão ou cessão, sem prejuízo dos acréscimos devidos em razão de outras infrações eventualmente praticadas.

§ 1º Pela infração prevista no *caput* deste artigo respondem, solidariamente com o contribuinte, o alienante ou cessionário.

§ 2º Nos casos de omissão de dados ou de documentos demonstrativos das situações previstas no art. 68, além das pessoas referidas no § 1º, respondem solidariamente com o contribuinte, os notários e os oficiais de Registro de Imóveis e seus prepostos.

§ 3º Os notários, oficiais de Registros de Imóveis ou seus prepostos, que infringirem o disposto no § 4º do art. 78 desta Lei ficam sujeitos à multa de 500 Unidades Fiscais Municipal - UFM por item descumprido.

Seção IV
Taxas do Exercício do Poder de Polícia

Art. 156. As infrações às normas relativas as Taxas do Exercício do Poder de Polícia sujeitam os infratores as seguintes penalidades:

I - multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais Municipais - UFM aos que não promoverem a inscrição e as alterações cadastrais ou respectivo cancelamento da inscrição;

II - multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais Municipais - UFM aos que deixarem de apresentar quaisquer declarações a que obrigados, ou o fizerem com dados inexatos ou omissão de elementos indispensáveis à apuração da Taxa devida, na forma e prazos regulamentares;

III - multa de 100 (cem) Unidades Fiscais Municipais - UFM aos que se recusarem a exibir a inscrição;

IV - multa de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais Municipais - UFM aos que embaraçarem a ação fiscal ou sonegarem documentos para a apuração da taxa;

V - multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais Municipais - UFM aos que não mantiverem, em lugar visível do estabelecimento, documentos relativos a inscrição no Cadastro de Contribuintes e posteriores alterações, bem como os documentos de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

arrecadação, no caso do Alvará de Localização.

Seção V
Obras

Art. 157. As infrações as normas relativas às obras que forem executadas em desacordo com a licença e as Leis Municipais nº 3941, de 1993, e nº 3916, de 1995, sujeitam os infratores as seguintes penalidades:

~~I - Obras iniciadas sem projeto aprovado e /ou sem licença~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 57.46 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa, do item anterior, será acrescido R$1,1492 por m² irregular.~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 172,00 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo, do item anterior, será acrescido R$ 2,2484 por m² irregular.~~

~~II - obras executadas em desacordo com o projeto aprovado e/ou com a licença concedida~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 57.46 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa, do item anterior, será acrescido R$ 1,1492 por m² irregular.~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 172,00 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa, do item anterior, será acrescido R$ 3,4476 por m² irregular.~~

~~III - Obras habitadas sem que o órgão competente tenha fornecido o habite-se~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 57.46 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa, do item anterior, será acrescido ainda R$ 1,1492 por m² irregular.~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 172,00 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa, do item anterior, será acrescido R$ 2,2984 por m² irregular.~~

~~IV - Prosseguimento de obras embargadas~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 287.30 (valor mínimo)~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa do item 1, será acrescido R$ 2,2984 por m² irregular.~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 574,60 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa do item 1, será acrescido R$ 4,5968 por m² irregular.~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~V - Obras que causarem danos ou oferecerem riscos ao próprio imóvel, a segurança e/ou outro interesse publico~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 287,30 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa do item 1, será acrescido R$ 4,5968 por m² irregular.~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 574,60 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa do item 1(um), será acrescido R$ 6,8952 por m² irregular.~~

~~VI - Obras executadas sobre valas, redes pluviais existentes ou áreas não edificáveis~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 287,30 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa do item 1(um), será acrescido R$ 3,4476 por m² irregular.~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. até 100 m² (área mínima) - multa de R$ 574,60 (valor mínimo);~~

~~2. Acima de 100m², ao valor mínimo da multa do item anterior, será acrescido R$ 6,8952 por m² irregular.~~

~~I - Obras iniciadas sem projeto aprovado e /ou sem licença:~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. Até 100 m² - 50 UFMs~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m², 50 UFMs acrescido de 1 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. Até 100 m² - 150 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, 2002)~~

~~2. Acima de 100m², 150 UFMs acrescido de 2 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, 2002)~~

~~II - obras executadas em desacordo com o projeto aprovado e/ou com a licença concedida:~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. Até 100 m² - 50 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m², 50 UFMs acrescido de 1 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. Até 100 m² - 150 UFMs~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar 13/2002)~~

~~2. Acima de 100m², 150 UFM acrescido de 3 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~III - Obras habitadas sem que o órgão competente tenha fornecido o habite-se:~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. Até 100 m² - 50 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 50 UFMs acrescido de 1 UFM por m² irregular,~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. Até 100 m² - 150 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 150 UFMs acrescido de 2 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~IV - Prosseguimento de obras embargadas~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. Até 100 m² - 250 UFMs~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 250 UFMs acrescido de 1 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. até 100 m² - 500 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 500 UFMs acrescido de 4 UFMs por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~V - Obras que causarem danos ou oferecerem riscos ao próprio imóvel, a segurança e/ou outro interesse publico~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. Até 100 m² - 250 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 250 UFMs acrescido de 4 UFMs por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. Até 100 m² - 500 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 500 UFMs acrescido de 6 UFMs por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~VI - Obras executadas sobre valas, redes pluviais existentes ou áreas não edificáveis:~~

~~a) Unifamiliar/bifamiliar~~

~~1. Até 100 m² - 250 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 250 UFMs acrescido de 3 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~b) Multifamiliar/mista/outros~~

~~1. Até 100 m² - 500 UFMs;~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

~~2. Acima de 100m² - 500 UFMs acrescido de 6 UFM por m² irregular.~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)~~

(Revogado pela Lei Complementar nº 32, de 2005)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1532
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 95
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

Seção VI
Atos de Vigilância Sanitária

Art. 158. As infrações as normas relativas aos Atos de Vigilância Sanitária, sujeitam os infratores as seguintes penalidades:

a) nas Infrações Leves: Multa de 118,97 UFM a 594,85 UFM
b) nas infrações graves: multa de 594,86 UFM a 1.188,71 UFM
c) nas infrações gravíssimas: multa de 1.188,72 UFM a 4.758,87UFM.

Parágrafo único. Na aplicação da penalidade de multa, a Autoridade de Saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

Seção VII
Zona Azul

Art. 159. O estacionamento em desacordo com a Lei sujeita o usuário do veículo que estacionar nas áreas denominadas de ZONA AZUL à multa prevista no art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro, além das penalidades da Legislação de Trânsito previstas para o estacionamento em local proibido, quando o veículo:

I - exceder o período máximo de estacionamento contínuo permitido;

II - apresentar falta ou incorreto preenchimento e colocação do cartão de estacionamento.

Parágrafo único. Além das sanções previstas acima, a Prefeitura Municipal poderá, em caso de infração As normas do estacionamento pago, apreender o veículo infrator, recolhendo-o à garagem da Prefeitura ou a estabelecimento credenciado para esse fim, local de onde o veículo somente será retirado após o pagamento de tarifa de remoção (guincho) equivalente a 40 (quarenta) UFMs do Município, vigente a época, além das penalidades citadas no caput deste artigo mais a estadia de 5 (cinco) UFMs do município, por dia de depósito.

Seção VIII
Geral

Art. 160. Multa de 100 (cem) Unidades Fiscal Municipal - UFM quando não cumprir o prazo legal, estipulado na notificação preliminar, para apresentação de documentos ao fisco municipal ou não apresentar todos os documentos solicitados.

~~Art. 161. Multa de 100 Unidades Fiscais Municipais aos que deixarem de cumprir o disposto no artigo 243 desta lei ou qualquer outra obrigação acessória a que está obrigado pela relação jurídico tributária de que for parte, mesmo não sendo sujeito passivo da obrigação tributária principal.~~

Art. 161. Multa de 100 (cem) Unidade Fiscal Municipal aos que deixarem de cumprir o disposto no art. 50 desta Lei ou qualquer outra obrigação acessória a que está obrigado pela relação jurídico-tributária de que for parte, mesmo não sendo sujeito passivo da obrigação tributária principal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Art. 162. No concurso de infrações, as penalidades serão aplicadas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

conjuntamente, uma para cada infração, ainda que capituladas no mesmo dispositivo legal.

Art. 163. Na reincidência, a infração será punida com o dobro da penalidade anteriormente aplicada e assim sucessivamente a cada reincidência subsequente, quando se tratar de obrigação acessória.

Parágrafo único. Entende-se por reincidência, a nova infração, violando a mesma norma tributária, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 2 (dois) anos, contados da data em que se tornar definitiva a penalidade relativa a infração anterior.

Art. 164. O sujeito passivo que reincidir em infração a este capítulo poderá ser submetido a sistema especial de controle e fiscalização, disciplinado em regulamento.

Art. 165. O pagamento do imposto é sempre devido, independentemente da pena aplicada.

Art. 166. As multas previstas nesta Lei, quando tiverem por base o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, serão calculadas com base no valor da UFM vigente na data da emissão do Auto de Infração.

TÍTULO VII
DA FISCALIZAÇÃO
CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 167. Compete a Fazenda Municipal o exercício da fiscalização tributária.

Art. 168. A fiscalização tributária será efetivada:

I - diretamente, pelo agente do fisco;

II - indiretamente, através dos elementos constantes do cadastro fiscal ou de informações colhidas em fontes que não as do contribuinte.

III - através de declaração fiscal anual do próprio contribuinte.

Art. 169. O Agente do Fisco, devidamente credenciado e no exercício regular de suas atividades, terá acesso, sem ônus:

I - ao interior dos estabelecimentos, depósitos, salas de espetáculos, bilheterias e quaisquer outros recintos ou locais onde se faça necessária sua presença;

II - ao transporte coletivo Urbano e Distrital, nas vinte e quatro horas, inclusive sábados, domingos, feriados.

Art. 170. Constituem elementos que, obrigatoriamente, devem ser exibidos quando solicitados:

I - livros e documentos de escrituração contábil, legalmente exigidos;

II - elementos fiscais, livros, registros e talonários exigidos pelo fisco federal, estadual e municipal;

III - títulos e outros documentos que comprovem a propriedade, o domínio

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

útil ou posse do imóvel;

IV - os comprovantes do direito de ingresso ou de participação em diversões públicas;

V - quaisquer outros elementos vinculados a obrigação tributária.

Art. 171. Na falta dos elementos descritos no artigo anterior ou, ainda, por vício ou fraude neles verificados, o Agente do Fisco poderá promover o arbitramento.

Art. 172. Em caso de embaraço ou desacato no exercício da função, os agentes fazendários poderão requisitar o auxílio das autoridades policiais, ainda que não se configure ato definido em Lei como crime ou contravenção.

Art. 173. O Agente do Fisco, no exercício de suas funções, poderá:

I - apreender, mediante auto circunstanciado, livros e documentos que possam constituir provas materiais de infração tributária, quer no estabelecimento do contribuinte ou de terceiros, quer em outros lugares ou em trânsito;

II - solicitar que a autoridade municipal competente requeira busca e apreensão judiciais das provas citadas na alínea anterior, quando houver certeza ou fundada suspeita de que as mesmas se encontrem em residência particular ou lugares utilizados como moradia;

III - solicitar que a autoridade municipal competente requeira autorização judicial para lacrar, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para posterior verificação, imóveis ou veículos que não possam ser abertos de imediato e sejam suspeitos de conter as provas a que se refere a alínea “a”.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO FISCAL

Art.174. O processo fiscal, para efeitos deste Código, compreende:

I - Notificação Preliminar;

II - Notificação de Lançamento;

III - Notificação de Auto Infração.

Art. 175. Considera-se iniciado o processo fiscal-administrativo, para o fim de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo, quando constituído qualquer ato especificado no art. 174.

§ 1º Iniciada a fiscalização do contribuinte, terá o fisco municipal o prazo de 90 (noventa) dias para concluí-lo, salvo quando submetido a regime especial de fiscalização.

§ 2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, o ato referido no § 1º valerá pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos e com anuência do Coordenador do Setor ao qual estiver vinculado o Agente Fiscal.

Art. 176. A lavratura da notificação preliminar, da notificação de lançamento e do auto de infração incumbe, privativamente, aos servidores que tenham

Página 1534
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 97
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

competência para a fiscalização do tributo conforme determinam as atribuições pertinentes a cada Cargo.

Art. 177. Os interessados deverão ter ciência do ato que determinar o início do procedimento administrativo-tributário, bem como de todos os demais de natureza decisória ou que lhes imponham a prática de qualquer ato.

~~Art. 178. O contribuinte será cientificado:~~

~~I – pessoalmente por servidor municipal, se possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, representante legal ou preposto, com o contra-recibo datado no original;~~

~~II – por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou por alguém do seu domicílio;~~

~~III - por edital expedido pelo órgão encarregado da notificação e publicado na imprensa oficial ou em jornal de grande circulação ou afixado em dependência franqueada ao público, se o infrator não puder ser encontrado pessoalmente ou por via postal.~~

~~IV - por fax.~~

~~§1º - Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, será considerada perfeita a intimação entregue no endereço indicado pelo contribuinte para tal fim.~~

~~§2º - O conhecimento, por qualquer forma, de modo inequívoco,do ato ou da decisão administrativa, por parte do interessado, dispensa a formalidade de notificação.~~

~~§3º - Considera-se feita a notificação:~~

~~I - pessoalmente, na data da ciência do notificado;~~

~~II - por via postal, na data do seu recebimento ou, se esta for omitida, 15 dias após a entrega da notificação à agência postal;~~

~~III - por fax, na data da confirmação de seu recebimento;~~

~~IV - por edital, 3 dias após sua publicação.~~

Art. 178. Far-se-á a intimação: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante envio ao domicílio tributário do sujeito passivo ou registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

§ 1º Quando resultar improfícuo um dos meios previstos no *caput* deste artigo, a intimação poderá ser feita por edital publicado: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

I - no endereço da administração tributária na internet; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

II - em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

III - uma única vez, em órgão da imprensa oficial local. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

§ 2º Considera-se feita a intimação: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

I - na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

II - no caso do inciso II do *caput* deste artigo, na data do recebimento ou, se omitida, 15 (quinze) dias após a data da expedição da intimação; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

III - se por meio eletrônico, 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo ou no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

IV - 15 (quinze) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

§ 3º Os meios de intimação previstos nos incisos do *caput* deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

§ 4º Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo: **(Incluído pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

a) o endereço postal por ele fornecido, para fins cadastrais, à administração tributária; e **(Incluído pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

b) o endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, desde que autorizado pelo sujeito passivo. **(Incluído pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

§ 5º O endereço eletrônico de que trata este artigo somente será implementado com o expresso consentimento do sujeito passivo e a administração tributária lhe informará as normas e condições de sua utilização e manutenção. **(Incluído pela Lei Complementar nº 67, de 2008)**

Seção I
Notificação Preliminar

~~Art. 179. Verificando-se a omissão de pagamento do tributo, ou qualquer infração da legislação tributária da qual possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação no caso de obrigações acessórias ou apresente documentos.~~

~~Parágrafo único. Nos casos de lançamento por homologação, o contribuinte será notificado para apresentação dos documentos e, havendo tributo a recolher, será lavrada a Notificação de Lançamento.~~

Art. 179. Verificando-se a omissão de pagamento do tributo, ou qualquer infração da legislação tributária da qual possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de até 30 (trinta) dias, regularize sua situação no caso de obrigações acessórias ou apresente documentos. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Parágrafo único. Nos casos de lançamento por homologação, o contribuinte será notificado para apresentação dos documentos e, havendo tributo a recolher, será lavrada a Notificação de Lançamento. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Art. 180. A Notificação Preliminar deverá ser lavrada com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em talonário próprio numerado, impressa ou informatizada, com o "ciente" do notificado e/ou de seu representante legal, e conterá, entre outros, os seguintes elementos:

I - local, dia e hora da lavratura;

II - nome, estabelecimento, domicílio do notificado e das testemunhas, se houver;

III - número da inscrição do notificado no CNPJ e CIC, quando for ocaso;

IV - descrição sumária do fato que motivou a lavratura e indicação do dispositivo legal violado, quando couber;

V - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo;

VI - documentação solicitada, quando for o caso;

VII - ciência do notificado.

§ 1º A Notificação Preliminar será assinada pelos Agentes do Fisco e terá a ciência do Contribuinte ou seu representante legal.

§ 2º A assinatura do Contribuinte deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta arguida, nem a sua recusa agravará a infração, devendo, neste caso, ser registrado o fato.

§ 3º A notificação preliminar será lavrada no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator.

§ 4º A recusa de recibo será declarada pela autoridade e não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 5º O disposto no § 4º é aplicável, inclusive, aos fiscalizados ou infratores analfabetos, impossibilitados de assinar a notificação, aos responsáveis por negócios ou atividades não regularmente constituídos, circunstâncias que deverão ser declaradas pela autoridade na notificação.

§ 6º Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia da notificação autenticada pela autoridade, mediante recibo no original.

§ 7º A notificação preliminar não comporta recurso, reclamação ou defesa.

§ 8º Não providenciando o contribuinte a regularização da situação no prazo estabelecido na notificação preliminar, serão tomadas as medidas fiscais cabíveis.

§ 9º Esgotado o prazo de que trata este artigo, no caso de obrigações acessórias, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 10º Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

a) quando for encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;

b) quando houver provas de tentativa de eximir-se ou furtar-se ao

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

pagamento do tributo;

c) quando o caso for de reincidência em descumprimento da lei, falsidade, dolo ou má fé.

Seção II
Notificação de Lançamento

Art. 181. Na notificação de lançamento formalizar-se-á a exigência do crédito tributário, em todos os casos em que o lançamento do tributo não resulte em aplicação de penalidade por infração a legislação tributária.

Art. 182. A notificação de lançamento deverá ser lavrada com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter:

I - local, dia e hora da lavratura;

II - nome, estabelecimento, domicílio do notificado e das testemunhas, se houver;

III - número da inscrição do notificado no CNPJ e CIC, quando for ocaso;

IV - descrição do fato que motivou a lavratura do lançamento e de circunstâncias pertinentes;

V - citação expressa do enquadramento legal;

VI - cálculo dos tributos;

VII - referência aos documentos que serviram de base à lavratura da notificação de lançamento;

VIII - intimação ao infrator para pagar os tributos e acréscimos ou apresentar defesa, no prazo previsto, com indicação expressa deste;

IX - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo;

X - ciência do notificado.

Art. 183. Havendo reformulação ou alteração da notificação do lançamento, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

Art. 184. A Notificação de Lançamento será assinada pelo Agente do Fisco autuante e pelo contribuinte autuado ou seu representante legal, observado o disposto no art. 182.

Art. 185. A assinatura do autuado deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta arguida, nem a sua recusa agravará a infração, devendo, neste caso, ser registrado o fato.

Art. 186. No caso do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, o lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com a entrega da notificação-recibo, pessoalmente ou pelo correio, no local por ele indicado na forma da legislação tributária específica.

§ 1º A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio eleito pelo sujeito passivo quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

§ 2º A notificação pelo correio deverá ser precedida de divulgação, pelo Executivo, na imprensa oficial e, no mínimo, em dois jornais de grande circulação no Município, das datas de entrega nas agências postais das notificações-recibo de cada região da cidade e das suas correspondentes datas de vencimento.

§ 3º Para todos os efeitos de direito, no caso do parágrafo anterior e respeitadas as suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente 5 (cinco) dias após a entrega das notificações-recibo nas agências postais.

§ 4º A presunção referida no parágrafo anterior é relativa e poderá ser ilidida pela comunicação do não recebimento da notificação-recibo, protocolada pelo sujeito passivo junto a Administração Municipal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de sua entrega nas agências postais.

§ 5º Na impossibilidade de entrega da notificação-recibo na forma prevista neste artigo, ou no caso de recusa de seu recebimento, a notificação do lançamento far-se-á por edital consoante o disposto em regulamento.

Seção III
Notificação de Auto de Infração

Art. 187. No auto de infração formaliza-se a aplicação de penalidade por infringência a legislação tributária decorrente de procedimento fiscal.

Art. 188. A Notificação de Infração será feita pelo Agente do Fisco, através de Auto de Infração.

Art. 189. O auto de infração será lavrado pelo Agente do Fisco quando o contribuinte incorrer nas infrações capituladas nesta Lei.

Art. 190. As ações ou omissões contrárias a legislação tributária serão apuradas por autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e o respectivo valor, aplicando-se ao infrator a pena correspondente e procedendo-se, quando for o caso, ao ressarcimento do referido dano.

§ 1º A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea de infração, apresentada por escrito e acompanhada do pagamento ou parcelamento do tributo em até 30 (trinta) dias da ocorrência da notificação do lançamento, se devido, inclusive atualização monetária, multa moratória e juros, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de posterior apuração.

§ 2º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização.

Art. 191. O auto de infração deverá ser lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, e deverá conter:

I - local, dia e hora da lavratura;

II - nome, estabelecimento, domicílio do notificado e das testemunhas, se houver;

III - número da inscrição do notificado no CNPJ e CIC, quando for ocaso;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

IV - descrição do fato que constitui a infração e circunstâncias pertinentes;

V - citação expressa do dispositivo legal infringido, inclusive do que fixa a respectiva sanção;

VI - cálculo dos tributos, quando for ocaso;

VII - referência aos documentos que serviram de base à lavratura do auto de infração;

VIII - intimação ao infrator para pagar os tributos e acréscimos ou apresentar defesa, no prazo previsto, com indicação expressa deste;

IX - enumeração de quaisquer outras ocorrências que possam esclarecer o processo.

X - ciência do autuado.

§ 1º As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo desde que no mesmo constem elementos suficientes para determinar a infração e o infrator.

§ 2º Havendo reformulação ou alteração do auto de infração será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

§ 3º O auto lavrado será assinado pelos autuantes e pelo autuado ou seu representante legal observando-se o disposto neste artigo.

§ 4º A assinatura do autuado deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto e em nenhuma hipótese implicará em confissão da falta arguida, nem a sua recusa agravará a infração, devendo, neste caso, ser registrado o fato.

Seção IV
Das Consultas, Reclamações e Recursos Voluntários

~~Art. 192. Ao contribuinte é facultado encaminhar:~~

~~I - consulta sobre a interpretação da legislação tributária, desde que promovida antes da ação fiscal;~~

~~II - reclamação, em primeira instância, ao Agente do Fisco autuante, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do lançamento ou da lavratura do auto de infração.~~

~~III - reclamação, em primeira instância, ao Agente responsável pela avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência ou conhecimento da avaliação fiscal, quando desta discorde, nos casos de incidência do Imposto de Transmissão *Inter-Vivos* de Bens Imóveis;~~

~~IV - recurso à Comissão de Revisão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da decisão denegatória da reclamação de primeira instância;~~

~~V - recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, no prazo de 30 (trinta) dias,contados da data da notificação da decisão denegatória da reclamação de segunda instância.~~

~~§ 1º - A Comissão de Recursos Fiscais e o Conselho Municipal de Contribuintes serão instituídos por decreto executivo.~~

~~§ 2° - As reclamações contra os lançamentos efetuados terão efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.~~

~~Art. 192. Ao contribuinte é facultado encaminhar:~~ ~~**(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~I - consulta sobre a interpretação da legislação tributária, desde que promovida antes da ação fiscal;~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

~~II - reclamação, em primeira instância, ao Agente do Fisco autuante, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação do lançamento ou da lavratura do auto de infração;~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

~~III - reclamação, em primeira instância, ao Agente responsável pela avaliação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência ou conhecimento da avaliação fiscal, quando desta discorde, nos casos de incidência do Imposto de Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis;~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

~~IV - recurso à Comissão de Revisão Fiscal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da decisão denegatória da reclamação de primeira instância;~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

~~V - recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da decisão denegatória da reclamação de segunda instância.~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

~~§1º A Comissão de Recursos Fiscais e a Junta de Contribuintes serão instituídos por Decreto Executivo.~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

~~§ 2°. As reclamações contra os lançamentos efetuados terão efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)~~**

Art. 192. Ao contribuinte é facultado encaminhar: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

I - consulta sobre a interpretação da legislação tributária, desde que promovida antes da ação fiscal; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

II - recurso ao agente responsável pela avaliação referente à base de cálculo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência ou conhecimento da avaliação fiscal, quando desta discorde, nos casos de incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, apresentando os dados da transação e os fundamentos do recurso, na forma estabelecida em regulamento; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

III - recurso, em primeira instância, ao agente do fisco responsável pela autuação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do lançamento tributário ou não tributário; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

IV - recurso, em segunda instância, ao Conselho Municipal de Contribuintes, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data ciência da notificação da decisão denegatória do recurso em primeira instância. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

§ 1º A consulta e os recursos estabelecidos neste artigo deverão ser encaminhados, exclusivamente, através do Protocolo Geral do Município. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

§ 2º Os recursos terão efeito suspensivo na cobrança dos lançamentos tributários ou não tributários. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

§ 3º O recurso estabelecido no inciso II deste artigo, somente poderá ser interposto antes do registro no cartório. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

§ 4º O Conselho Municipal de Contribuintes é instituído por Lei. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 109, de 2017)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1542
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
105
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

Art. 193. A consulta referida no art. 192 será respondida por escrito, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, e deverá ser protocolada pelo contribuinte.

§ 1º Havendo justo motivo, o prazo referido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por despacho da autoridade competente.

§ 2º Respondida a consulta, sempre que houver incidência de tributo, o contribuinte deverá satisfazer a obrigação fiscal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência da consulta, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º Nenhum procedimento fiscal será promovido em relação a espécie consultada contra contribuinte que proceda em estrita conformidade com a solução dada à consulta, nem durante a tramitação desta.

Art. 194. Das decisões sobre consultas, reclamações e recursos voluntários, os contribuintes serão cientificados pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento em mão própria.

Art. 195. A autoridade recorrerá de ofício, à autoridade superior sempre que exonerar o contribuinte do pagamento de tributo ou multa de valor originário superior a dez mil (10.000) UFMs.

Art. 196. A reclamação encaminhada fora dos prazos previstos no art. 192, inciso I, quando deferida, não excluirá o contribuinte do pagamento dos acréscimos previstos nesta Lei, incidentes sobre o valor corrigido, quando for o caso, a partir da data inicialmente prevista para o recolhimento do tributo.

TÍTULO VIII
NORMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
CAPÍTULO I
DA ARRECADAÇÃO

Art. 197. A arrecadação dos tributos será procedida:

I - por pagamento voluntário nos prazos previstos;

II - através da cobrança extrajudicial após o vencimento, ou;

III - mediante ação executiva.

Parágrafo único. Em qualquer caso, o pagamento das quantias devidas será feito nos Estabelecimentos Bancários credenciados.

Art.198. A arrecadação correspondente a cada exercício financeiro proceder-se-á da seguinte forma:

I - o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e taxa correlata, quando houver, será arrecadado em uma só vez (quota única), ou em parcelas, conforme calendário estabelecido por Decreto Executivo;

II - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será arrecadado:

a) no caso de atividade sujeita a tributação fixa, em uma só vez (quota única) ou em 4 (quatro) parcelas, como dispuser o Calendário estabelecido por Decreto Executivo;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

b) no caso de atividade sujeita ao recolhimento por homologação, através da competente Guia de recolhimento em doze parcelas, com vencimento no dia 15 (quinze)do mês seguinte ao mês de competência;

III - o Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis será arrecadado nos termos do art. 75 desta Lei;

IV - as Taxas, quando lançadas isoladamente,serão arrecadadas:

a) no ato da concessão da autorização, do licenciamento ou da prestação do serviço, quando se tratar de Taxa de:

1. expediente;
2. licença para localização de empresas;
3. atos de vigilância sanitária;
4. publicidade;
5. execução de obras e serviços de engenharia;
6. estacionamento rotativo;
7. serviços diversos;
8. licenciamento ambiental.

b) a Taxa de Serviços Urbanos, nos termos do art. 99;

c) a Taxa de Fiscalização Sanitária de Abate de Animais e Derivados, em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, conforme calendário estabelecido por Decreto Executivo.

V - a Contribuição de Melhoria será arrecadada nos termos do art. 150;

VI - os demais tributos serão recolhidos de acordo com os prazos estipulados e respectivas tabelas, constantes do Código Tributário Municipal.

Art. 198 A. Respeitadas as disposições e prazos estabelecidos na Lei, o lançamento dos tributos municipais poderão ser realizados, quando for o caso, em parcelas não inferiores a 10 (dez) UFMs. **(Incluído por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

Art. 199. Os tributos lançados fora dos prazos normais, em virtude de inclusões ou alterações, serão arrecadados:

I - o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e taxas correlatas, quando houver, em parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a data de intimação;

II - o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando se tratar de atividades sujeitas a tributação fixa, nos casos previstos no art. 45, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a intimação e as demais (se houver) nos prazos previstos no inciso II do art. 198 ou de acordo com o Calendário previsto por Decreto Executivo;

III - a taxa de Licença para Localização, 30 (trinta) dias após o ato do licenciamento.

IV - as taxas de Vistoria, 30 (trinta) dias após a execução das mesmas.

Art. 200. Os débitos para com o Município decorrentes de tributos e contribuições não pagos nos prazos previstos nesta Lei serão corrigidos e acrescidos de multa, de mora e de juros.

§ 1º A correção será calculada com base na Unidade Fiscal Municipal e sua variação.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

§ 2º A multa e o juro serão calculados sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.

§ 3º A multa de que trata este artigo será calculada a taxa de 0,16 % (dezesseis centésimos por cento) por dia de atraso a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para pagamento do tributo ou contribuição até o dia em que ocorrer o pagamento.

~~§ 4º - O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a dez por cento (10%) para tributos cuja a competência seja o exercício corrente.~~

§ 4º O percentual da multa a ser aplicada fica limitado a 10 % (dez por cento); **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

§ 5º O percentual de juros a ser utilizado será de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

~~§ 6º - Após o parcelamento, nas dívidas inscritas, ajuizadas ou não,a taxa de juros incidente sobre o valor parcelado será de 0,5 % (meio por cento) ao mês.~~

§ 6º No parcelamento das dívidas inscritas, ajuizadas ou não, desde que pagas previamente as custas judiciais, a taxa de juros incidente sobre o saldo devedor parcelado será de 0,3% (três décimos por cento) ao mês. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

~~§7º - A multa nos casos de ação fiscal será de 50% (cincoenta por cento) sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.~~

~~I - O valor das multas por ação fiscal será reduzido para 15% (quinze por cento) se o pagamento for efetuado no prazo legal de impugnação.~~

~~II - O valor das multas por ação fiscal será reduzido para 25% (vinte e cinco por cento) se o parcelamento for efetuado no prazo legal de impugnação.~~

~~III - Nos casos de impugnação tempestiva e em primeira instância, sendo essa deferida parcialmente, o contribuinte terá direito aos benefícios dos incisos I e II.~~

~~IV - Na impugnação tempestiva indeferida, a multa será reduzida para 30% (trinta por cento) caso o pagamento do débito seja efetuado dentro de 30 (trinta) dias da ciência da decisão de primeira instância.~~

~~V - Na impugnação tempestiva indeferida, a multa será reduzida para 35% (trinta e cinco por cento) caso seja efetuado o parcelamento do débito em 30 dias da ciência da decisão de primeira instância.~~

~~VI - O descumprimento do parcelamento importará no retorno à situação anterior, com a dedução dos valores pagos.~~

§ 7º A multa nos casos de ação fiscal será de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do tributo corrigido monetariamente. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

§ 8º Quando o pagamento for efetuado à vista, a multa de ação fiscal será reduzida para 30% (trinta por cento) sobre o montante do tributo corrigido monetariamente. **(Incluído pela Lei Complementar nº 108, de 2017)**

CAPÍTULO II
DA RESTITUIÇÃO

Art. 201. O contribuinte terá direito a restituição total ou parcial do tributo recolhido indevidamente, independentemente de prévio protesto, nos seguintes casos:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

I - recolhimento de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação ou revogação de decisão condenatória.

Art. 202. A restituição parcial ou total de tributos será feita com correção pela Unidade Fiscal Municipal - UFM.

Art. 203. A restituição de tributo que comporta, pela sua natureza, transferência de respectivo encargo financeiro, somente poderá ser feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiros, estar por ele expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 204. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do art. 201, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do art. 201, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a ação condenatória.

Art. 205. Prescreve-se em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

Art. 206. O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da Administração.

Art. 207. Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados antes de receberem despachos pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamados total ou parcialmente.

CAPÍTULO III
DA COMPENSAÇÃO

Art. 208. A autoridade administrativa pode autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos, certos e vencidos do Sujeito Passivo contra a Fazenda Municipal, observado o Código Tributário Nacional e conforme os critérios que dispuser o Regulamento.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1546
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 109
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

CAPÍTULO IV
DA DÍVIDA ATIVA

Art. 209. Constitui Dívida Ativa tributária a proveniente do crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela Lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único. Considera-se regularmente inscrita a dívida registrada no órgão administrativo competente, na forma estabelecida pela organização da Fazenda do Município.

Art. 210. Encerrado o exercício financeiro, será providenciada, imediatamente, a inscrição da Dívida Ativa dos débitos fiscais existentes.

Parágrafo único. Independente do encerramento do exercício, poderão os débitos fiscais serem inscritos na Dívida Ativa, desde que não sejam pagos no prazo legal.

Art. 211. O termo de inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um ou de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros e as multas de mora e acréscimos legais;

III - a origem e a natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da Lei em que esteja fundamentada;

IV - a data em que foi inscrita;

V - o número do processo administrativo ou do auto de infração de que se originar o crédito, se for ocaso.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha ou ficha de inscrição e poderá ser extraída através de processamento eletrônico.

~~Art. 212. Na hipótese de parcelamento do pagamento do crédito tributário, o mesmo será consolidado na data do parcelamento e cada parcela será corrigida monetariamente.~~

~~§1º - A critério do Órgão Fazendário, o parcelamento poderá serem até 36 (trinta e seis) pagamentos, mensais e sucessivos.~~

~~§1º. Atendidos os requisitos da Lei, o parcelamento poderá ser em até 60 (sessenta) pagamentos, mensais e sucessivos, respeitado o limite mínimo de 05 (cinco) UFM por parcelamento.~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)~~**

~~§2° - Por despacho do secretário da Fazenda, poderá o parcelamento ser feito em até, no máximo, 48 (quarenta e oito) vezes, desde que requerente comprove que não tem condições financeiras de efetuar o pagamento do débitode acordo com o disposto no parágrafo primeiro.~~

~~§2º. O contribuinte inscrito em Dívida Ativa que procurar o Órgão Fazendário com o objetivo de efetuar o pagamento de seus débitos, parcelados ou não, terá direito ao desconto nos valores referentes à multa moratória e juros acumulados, desde que~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~pagas previamente as custas judiciais, de acordo com os seguintes critérios:~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)~~**

~~I - nos primeiros 120 (cento e vinte) dias da publicação desta Lei, desconto de 100% (cem por cento) da multa moratória e 90% (noventa por cento) dos juros, somente para pagamento à vista;~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)~~**

~~II - após os 120 (cento e vinte) dias da publicação desta Lei, desconto de 40% (quarenta por cento) das multas moratórias e dos juros, somente para pagamento à vista. (Redação dada pela Lei Complementar 40/2006)~~

~~§3° - O não pagamento de até 03 (três) prestações consecutivas do débito parcelado acarretará o imediato cancelamento do benefício do parcelamento, independentemente de aviso prévio ou notificação, promovida a imediata cobrança do saldo devedor através da ação executiva.~~

~~§4º - Os débitos parcelados, mesmo que vencidos ou cancelados,poderão ser reparcelados em prazo que não excederá a data do término do primeiro~~ parcelamento realizado.

~~§4º. Os débitos parcelados, mesmo que vencidos ou cancelados, poderão ser reparcelados.~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)~~**

~~§5º - Para os reparcelamentos, conforme disposto no parágrafo 4º, será necessário o pagamento de uma entrada de no mínimo vinte por cento (20%) do saldo devedor existente.~~

~~§5º. Para o reparcelamento, conforme disposto no parágrafo 4º, será necessário o pagamento de uma entrada mínima de 10% (dez por cento) do saldo devedor existente.~~ **~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)~~**

~~§6º - Os débitos ajuizados também poderão ser objeto de parcelamento, desde que previamente pagas as custas e honorários, salvo no caso de assistência judiciária gratuita.~~

Art. 212. Na hipótese de parcelamento do pagamento do crédito tributário e o não tributário, o mesmo será consolidado somente após o pagamento da primeira parcela e cada parcela será corrigida monetariamente. **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

§ 1º Os créditos tributários e não tributários não quitados, que não sejam objeto de execução fiscal, inscritos em Dívida Ativa, poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, respeitando o valor mínimo de 15 (quinze) UFMs para pessoas físicas e de 50 (cinquenta) UFMs para pessoas jurídicas, para cada parcela. **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

§ 2º O contribuinte inscrito em Dívida Ativa que procurar o Órgão Fazendário com o objetivo de efetuar o pagamento de seus débitos ainda não ajuizados, parcelados administrativamente ou não, terá direito ao desconto de 40% (quarenta por cento) nos valores referentes à multa moratória e juros acumulados, somente para pagamento à vista. **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

§ 3º O não pagamento de até 3 (três) parcelas consecutivas ou intercaladas do débito parcelado acarretará o imediato cancelamento do benefício do parcelamento, independente de aviso prévio ou notificação, promovida a imediata cobrança do saldo devedor. **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

§ 4º Os débitos parcelados ou oriundos de estorno de contrato de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

parcelamento poderão ser reparcelados, desde que: **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

I - respeite o valor mínimo da parcela estabelecida no §1º do art. 212; **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

II - respeite o valor da entrada mínima estabelecida no §5º do art. 212; **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

III - o número de parcelas não ultrapasse o limite de parcelas não pagas no parcelamento efetuado de acordo com o estabelecido no §1º do art. 212. **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

§ 5º Para os reparcelamentos é obrigatório o pagamento de uma entrada mínima de 20% (vinte por cento) do saldo devedor existente. **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

§ 6º Os débitos ajuizados também poderão ser objeto de parcelamento, conforme regulamentação da Procuradoria Geral do Município, e desde que previamente pagas as custas e honorários, salvo nos casos de assistência judiciária gratuita. **(Redação dada por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

§ 7º No caso da ocorrência do §3º, deste artigo, as parcelas já pagas serão deduzidas do saldo devedor do débito conforme a legislação municipal. **(Incluído por Lei Complementar nº 110, de 2017)**

CAPÍTULO V
DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

~~Art. 213. A prova de quitação do tributo será por Certidão Negativa, expedida a vista de requerimento do interessado que contenha todas as informações exigidas pela Fazenda Municipal, e terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua expedição.~~

Art. 213. A prova de quitação do tributo será por Certidão Negativa Municipal (CNM), expedida através de requerimento do interessado, contendo todas as informações exigidas pela Fazenda Municipal e sendo sua validade por 90 (noventa) dias, contados da data de sua expedição. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

Parágrafo único. O prazo de vigência de Certidão Positiva com efeito de Negativa será de 30 (trinta) dias. **(Incluído pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

Art. 214. A certidão será fornecida dentro de 5 (cinco) dias, a contar da data de entrega do requerimento na repartição.

§ 1º Caso o contribuinte esteja em débito com a Fazenda Municipal, seja em dívida ativa ou em dívida corrente, será expedida certidão constando sua situação para com a municipalidade.

§ 2º Caso o contribuinte possua débito parcelado, as parcelas quitadas, bem como as vincendas, deverão constar na certidão.

Art. 215. A Certidão Negativa, expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário acrescido de juros demora.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil,

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1549
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 112
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

criminal e administrativa que couber.

Art. 216. A venda, cessão ou transferência de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou produtor não poderá efetuar-se sem que conste do título a apresentação da Certidão Negativa de Tributos Municipais a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou quem quer que tenha recebido a transferência.

Art. 217. Sem prova, por Certidão Negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou a qualquer outro ônus relativo ao imóvel até o ano da operação, inclusive, os escrivães, tabeliães e oficiais de registro, não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos aos imóveis.

§ 1º A certidão será obrigatoriamente referida nos atos e contratos de que trata este artigo.

§ 2º Os escrivães, tabeliães ou oficiais de registro que dispensarem a Certidão Negativa, por disposição expressa das partes, deverão fazer, a respeito, uma comunicação especial à Fazenda Municipal.

Art. 218. A expedição da Certidão Negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

Art. 219. Ficarão isentas de taxas as Certidões Negativas destinadas à defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesses pessoais.

CAPÍTULO VI
DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES
SEÇÃO I
DAS IMUNIDADES

Art. 220. Considera-se imunidade a exclusão de competência tributária, suscetível de prova quanto ao atendimento dos requisitos constitucionais.

Art. 221. As imunidades serão reconhecidas se comprovada a condição da pessoa, seu patrimônio ou seus serviços, mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral, feito a fazenda municipal.

§ 1º A imunidade tributária fica condicionada ao seu reconhecimento pelo Secretário de Município das Finanças.

~~§ 2º Após o primeiro reconhecimento de imunidade, a parte interessada deverá, a cada três anos, até 31/12, comprovar à Fazenda Municipal que continua preenchendo as condições que lhe assegurem o direito.~~

§ 2º Reconhecida a imunidade tributária, esta será aplicada por tempo indeterminado, salvo se forem alterados os requisitos atendidos quando da análise do processo fiscal, podendo ser revogada de ofício, por notificação ao contribuinte, a qualquer tempo, pelo Poder Público Municipal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~§ 3º - O reconhecimento de imunidade poderá receber efeito retroativo.~~ **~~(Revogado pela Lei nº 40, de 2006)~~**

Art. 222. Aos pedidos de reconhecimento de imunidade, serão aplicadas, no que couber, as disposições previstas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional.

Art. 223. As normas que disciplinarão o processo de imunidade serão estabelecidas no Regulamento.

Art. 224. O reconhecimento de imunidade será obrigatoriamente cancelado quando:

I - verificada a inobservância dos requisitos exigidos para sua concessão;

II - desaparecerem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

Art. 225. O reconhecimento das situações de imunidade e não-incidência não gera direito adquirido, tornando-se devido o imposto respectivo se apurado que o beneficiado prestou prova falsa ou, quando for o caso, deixou de utilizá-la para os fins que lhe assegurem o benefício.

Parágrafo único. No caso do ITVBI, fica o imóvel sujeito a nova avaliação desde a data da transmissão.

Art. 226. É vedado o lançamento do imposto sobre:

I - imóveis de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos demais Municípios;

II - templos de qualquer culto;

III - imóveis de propriedade dos partidos políticos, inclusive suas fundações;

IV - imóveis de propriedade de entidades sindicais dos trabalhadores;

V - hospitais, considerados filantrópicos; (promulgado após veto)

VI - imóveis de propriedade de instituições educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da Lei;

VII - imóveis de clubes sociais, desde que utilizados pelo quadro social. promulgado após veto)

§ 1º O disposto no inciso I, deste artigo, não se aplica aos casos de enfiteuse ou aforamento, devendo o imposto, neste caso, ser lançado em nome do titular do domínio útil.

§ 2º O disposto no inciso II, deste artigo, aplica-se a todo e qualquer imóvel em que se pratique, permanentemente, qualquer atividade que, pelas suas características, possa ser qualificada como culto, independentemente da fé professada, a imunidade, todavia, restringe-se ao local do culto, não se estendendo a outros imóveis de propriedade, uso ou posse da entidade religiosa que não satisfaça às condições estabelecidas neste artigo.

§ 3º O disposto no inciso VI, deste artigo, aplica-se somente se atendidos pelas entidades referidas, os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1551
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 114
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

rendas, a título de lucro ou participação do seu trabalho ou resultado;

II - aplicarem integralmente, no país, os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

§ 4º O disposto no inciso VII, não se aplica a imóveis de clubes sociais alugados a terceiros, ou que não sejam utilizados normalmente pelo quadro social. (promulgado após veto)

SEÇÃO II
DA ISENÇÃO

Art. 227. A concessão de isenções, sempre por lei específica e respeitado o Código Tributário Nacional e a Lei de Responsabilidade Fiscal, apoiar-se-á em razões de ordem pública e de interesse do Município e não poderá ter caráter de favor ou privilégio.

Parágrafo único. Vigente o novo código tributário, as leis de incentivos e isenções não mantidas nesta Lei prevalecerão por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, perdendo a eficácia se não confirmadas no período.

Art. 228. Os imóveis prediais cujo Valor Venal for inferior a 10.000 (dez mil) UFM, ficarão isentos do pagamento do IPTU, desde que sejam utilizados exclusivamente para residência e seu proprietário não possua outro imóvel.

Parágrafo único. A isenção de que trata o *caput* não depende de requerimento.

~~Art. 229. Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre Serviços - ISS, independentemente de requerimento, as pessoas físicas enquadradas nas seguintes atividades: Lavador de Veículos Autônomos, Estivador, Servente, Pedreiro, Jardineiro, Faxineira, Carroceiro, Vendedor de Bilhetes de Loteria Autônomos, Jornaleiro, Carregador de Malas, Chapa, Engraxates Autônomos, Pedicure, Vendedor de Mel, Manicure, Datilógrafo, Crocheteira, Auxiliar de Motorista de Táxi, Cobrador de Sociedade, Vendedora de Cosméticos, Depilador.~~

Art. 229. Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, independentemente de requerimento, as pessoas físicas enquadradas nas seguintes atividades: Lavador de Veículos Autônomos, Estivador, Servente, Pedreiro, Jardineiro, Faxineira, Carroceiro, Vendedor de Bilhetes de Loteria Autônomos, Jornaleiro, Carregador de Malas, Chapa, Engraxates Autônomos, Pedicure, Vendedor de Mel, Manicure, Datilógrafo, Crocheteira, Auxiliar de Motorista de Taxi, Auxiliar de Mototaxista, Cobrador de Sociedade, Vendedora de Cosméticos, Depilador. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)**

Art. 230. Ficam isentos de pagamento do preço do estacionamento, nas áreas delimitadas na forma do art. 125, os veículos previstos no Código Nacional de Trânsito e respectivo Regulamento e Atos Normativos.

Art. 231. A isenção não desobriga o Sujeito Passivo tributário do cumprimento das obrigações acessórias.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~Art. 232. Excetuados os casos de dispensa de requerimento do artigo 228 e 229, as demais isenções somente produzirão eficácia no exercício em que requeridas e a partir da data em que protocolizado o requerimento indispensável ao reconhecimento da isenção.~~

Art. 232. Excetuados os casos de dispensa de requerimento do art. 228, as demais isenções somente produzirão eficácia no exercício em que requeridas e a partir da data em que protocolizado o requerimento indispensável ao reconhecimento da isenção. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 112, de 2017)**

~~Art. 233. O contribuinte que já gozar do benefício da isenção fica obrigado a provar, até o dia 31 de março de cada ano, que continua preenchendo as condições que lhe asseguram o direito, sob pena de cancelamento imediato.~~

Art. 233. Concedida a isenção, esta passa a vigorar pelo período de 3 (três) anos, salvo se alterados os requisitos atendidos quando da análise da solicitação de isenção, podendo ser revogada de ofício, por notificação ao contribuinte, a qualquer tempo, pelo Poder Público Municipal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)**

Art. 234. As normas que disciplinarão o processo de solicitação do benefício fiscal serão estabelecidas no Regulamento.

Art. 235. A isenção será obrigatoriamente cancelada quando:
I - verificada a inobservância dos requisitos para sua concessão;
II - desaparecerem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

Art. 236. É vedada a concessão de eficácia retroativa à isenção.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 237. O servidor municipal, qualquer que seja seu cargo, função ou vínculo, que formalizar um ato, pressuposto de fato gerador de tributo, sem que ocorra o pagamento do respectivo valor, responderá solidariamente com o sujeito passivo pelo não recolhimento, bem como pelas penalidades cabíveis.

Art. 238. Aplicam-se as relações entre a Fazenda Municipal e as pessoas obrigadas ao pagamento dos tributos municipais ou penalidades pecuniárias, no que couber, as Normas de Direito Tributário constantes da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e das Leis Complementares a Constituição e leis ordinárias.

Art. 239. Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Parágrafo único. Quando o início ou o término do prazo cair em dia considerado não útil para a repartição, a contagem será prorrogada para o primeiro dia útil que se seguir.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 116

Peça 4500524

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P020160F

Art. 240. Consideram-se integradas à presente Lei as tabelas que a acompanham.

Art. 241. O valor da unidade fiscal municipal vigente no município a que se refere este Código é R$ 1,1492 (Um real e mil quatrocentos e noventa e dois milésimos) para 1º/01/2001 e será reajustada pelo IPCA.

§ 1º Em caso de extinção do IPCA, a Unidade Fiscal Municipal será atualizada pelo índice que o substituir ou, não havendo, pelo índice que mede a inflação declarada pelo governo federal.

§ 2º O valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) será declarado anualmente por Decreto Executivo, para vigorar a partir de janeiro de cada ano.

§ 3º A unidade padrão será indexadora dos tributos municipais, servindo igualmente de base para cálculo das penalidades decorrentes de infrações e dispositivos dos códigos municipais.

Art. 242. É instituída a guia informativa de bens, negócios ou atividades de terceiros a ser apresentada à Fazenda Municipal por:

I - tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - empresas de administração de bens;

IV - corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - inventariantes;

VI - síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, oficio, função, ministério, atividade ou profissão;

VIII - loteadores, incorporadores, construtores e promitentes vendedores de imóveis.

§ 1º A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações relativas a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

§ 2º A forma e os prazos para a entrega serão estabelecidos em Regulamento.

Art. 243. O Poder Executivo poderá estabelecer preços públicos, não submetidos a disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços, cuja natureza não comporte a cobrança de taxas.

~~Art. 244. Continuam em vigor em relação ao IPTU, até aprovação de uma nova planta de valores, para o exercício de 2002, as seguintes regras aplicadas ao exercício de 2001 e anteriores:~~

~~a) Planta de Valores, com acréscimo da correção pela variação do IPCA nos últimos 12 meses;~~

~~b) forma de cálculo do valor venal; c) Zoneamento urbano;~~

~~d) redutores do valor venal, conforme previsto no Decreto Executivo n° 415/00, de 16-11-2000.~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1554
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 117
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

~~§1º O valor tributável dos imóveis das Sedes Distritais,consideradas urbanas para fins de IPTU, será reduzido em 50% (cinquenta por cento) para exercício de 2002.~~

~~§2º As alterações previstas na tabela I – anexa ao código, passarão a vigorar a partir da aprovação da nova Planta Genérica de Valores, mantendo-se tabela vigente para o IPTU.~~

Art. 244. Continuam em vigor em relação ao IPTU, até a aprovação de uma nova planta de valores e tabela de alíquotas, para os exercícios seguintes, as seguintes regras aplicadas ao exercício de 2002 e anteriores: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 15, de 2002)**

a) Planta de Valores, com acréscimo da correção anual pela variação do IPCA; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 15, de 2002)**

b) forma de cálculo do valor venal; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 15, de 2002)**

c) zoneamento urbano; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 15, de 2002)**

d) redutores do valor venal, conforme previsto no Decreto Executivo nº 415/00, de 16-11-2000. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 15, de 2002)**

§ 1º O valor tributável dos imóveis das Sedes Distritais, considerados urbanos para fins do IPTU, terá redução de 50% (cinquenta por cento). **(Redação dada pela Lei Complementar nº 15, de 2002)**

§ 2º As alterações previstas na Tabela I - anexa ao código, passarão a vigorar a partir da aprovação da nova Planta Genérica de Valores, mantendo-se a tabela vigente para o IPTU. **(Redação dada pela Lei Complementar 15, de 2002)**

Art. 245. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, juntamente com as tabelas que a acompanham.

Art. 246. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis nº 3731/93, nº 3792/94, nº 3853/94, nº 4087/97, nº 4177/98, nº 4208/98 e nº 3407/91-A.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Maria, aos vinte e oito (28) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um (2001).

VALDECI OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1555
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
118
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

TABELA I
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

I.	ALÍQUOTAS	
1.	Sítio de Recreio	1,00%
2.	Imóveis em Ruas Sem Pavimentação	
a)	Terrenos Não Edificados	1,50%
b)	Terrenos Edificados Residenciais	0,80%
c)	Terrenos Edificados Não Residenciais	1,00%
3.	Imóveis em Ruas Pavimentadas	
a)	Terrenos Não Edificados	3,00%
b)	Terrenos Edificados Residenciais	1,00%
c)	Terrenos Edificados Não Residenciais	1,20%
II.	FATOR Localização para Imóveis Prediais, incidente sobre a construção.	
1.	Zona Fiscal 01	1,00
2.	Zona Fiscal 02	0,95
3.	Zona Fiscal 03	0,90
4.	Zona Fiscal 04	0,85
5.	Zona Fiscal 05	0,80
6.	Zona Fiscal 06	0,75
7.	Zona Fiscal 07	0,70
8.	Zona Fiscal 08	0,65
9.	Zona Fiscal 09	0,60
10.	Zona Fiscal 10	0,55
11.	Zona fiscal 11	0,50
12.	Zona fiscal 12	0,50
III.	FATOR Ano da Construção para Imóveis Prediais	
1.	Construção com até 2 anos de cadastro	1,00
2.	Construção com mais de 2 anos até 5 anos de cadastro	0,95
3.	Construção com mais de 5 anos até 10 anos de cadastro	0,90
4.	Construção com mais de 10 anos até 15 anos de cadastro	0,85
5.	Construção com mais de 15 anos até 20 anos de cadastro	0,80
6.	Construção com mais de 20 anos até 25 anos de cadastro	0,75
7.	Construção com mais de 25 anos até 30 anos de cadastro	0,70
8.	Construção com mais de 30 anos até 35 anos de cadastro	0,65
9.	Construção com mais de 35 anos até 50 anos de cadastro	0,60
10.	Construção com mais de 50 anos de cadastro	0,50
IV	FATOR Situação do terreno na quadra, para todas Zonas Fiscais	
1.	Terreno de Esquina	1,20
2.	Terreno Interno	1,00
3.	Terreno Interno com duas ou mais frentes	1,00
4.	Terreno Encravado	0,50

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1556
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
119
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

~~TABELA II 1~~
~~IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA~~
~~ISSQN FIXO~~

~~TABELA ALÍQUOTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - REGIME FIXO~~		
~~CÓDIGO~~	~~ATIVIDADE~~	~~UFM~~
~~A~~	~~Trabalho Pessoal~~	
~~A1~~	~~Profissionais Liberais com Curso Superior, por exercício~~	
~~A 1.1~~	~~Nos dois primeiros anos de formados~~	~~93,75~~
~~A 1.2~~	~~Após os dois primeiros anos de formados~~	~~187,50~~
~~A2~~	~~Profissionais de Nível Médio, por exercício~~	~~90,00~~
~~A3~~	~~Demais profissionais, por exercício~~	~~45,00~~
~~B~~	~~Serviço de transporte, pessoa física~~	
~~B1~~	~~Táxi, por veículo, por ano~~	~~81,25~~
~~B2~~	~~Moto Taxi, por veículo, por ano~~	~~43,75~~
~~B2~~	~~Transporte Escolar, por veículo, por ano:~~	
~~a~~	~~Veículos com até 12 lugares~~	~~138,00~~
~~b~~	~~Veículos com 13 a 17 lugares~~	~~184,00~~
~~c~~	~~Veículos com 18 a 25 lugares~~	~~230,00~~
~~d~~	~~Veículos com mais de 25 lugares~~	~~276,00~~

~~TABELA II 1~~
~~IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN FIXO~~
~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)~~

~~A~~	~~Trabalho Pessoal~~	
~~A1~~	~~Profissionais Liberais com Curso Superior, por exercício~~	
~~A 1.1~~	~~Nos dois primeiros anos de formados~~	~~93,75~~
~~A 1.2~~	~~Após os dois primeiros anos de formados~~	~~187,50~~
~~A 2~~	~~Profissionais de Nível Médio, por exercício~~	~~90,00~~
~~A 3~~	~~Demais profissionais, por exercício~~	~~45,00~~
~~B~~	~~Sociedades Civis de profissionais liberais, por profissional habilitado, sócio, empregado ou não, por mês~~	~~45,00~~
~~C~~	~~Serviço de transporte, pessoa física~~	
~~C1~~	~~Taxi, por veículo, por ano~~	~~81,25~~
~~C2~~	~~Moto Taxi, por veículo, por ano~~	~~43,75~~
~~C2~~	~~Transporte Escolar, por veículo, por ano~~	
	~~a- Veículos com até 12 lugares~~	~~138,00~~
	~~b- Veículos com 13 a 17 lugares~~	~~184,00~~
	~~c- Veículos com 18 a 25 lugares~~	~~230,00~~
	~~d- Veículos com mais de 25 lugares~~	~~276,00~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1557
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
120
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

TABELA II – 1
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
ISSQN - FIXO
(Redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 2006)

TABELA ALÍQUOTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REGIME FIXO		
CÓDIGO	ATIVIDADE	UFM
A	Trabalho Pessoal	
A1	Profissionais Liberais com Curso Superior, por exercício	187,50
A2	Profissionais de Nível Médio, por exercício	90,00
A3	Demais profissionais, por exercício	45,00
B	Sociedades Civis de profissionais liberais, por profissional habilitado, sócio, empregado ou não, por mês	45,00
B1	Escritório de Serviços Contábeis optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuintes - Simples Nacional, por profissional habilitado, sócio, empregado ou não, por mês **(Incluído pela Lei Complementar nº 83, de 2011)**	45,00
C	Serviço de transporte, pessoa física	
C1	Táxi, por veículo, por ano	81,25
C2	Moto-táxi, por veículo, por ano	43,75
C3	Transporte Escolar, por veículo, por ano	138,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 121

Peça 4500524

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P020160F

~~TABELA II – 2~~

~~IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA~~

~~ISSQN HOMOLOGADO~~

~~TABELA ALÍQUOTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HOMOLOGADO BASE VARIÁVEL~~		
~~ITENS~~	~~LISTA DE SERVIÇOS~~	~~ALÍQUOTA (%)~~
~~001~~	~~Médicos, inclusive análises clínicas, eletricidade médica, radioterapia, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;~~	~~4,00~~
~~002~~	~~Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises,ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde,de repouso, de recuperação e congêneres;~~	~~4,00~~
	~~Receitas vinculadas ao SUS, IPÊ e INSS;~~	~~1,00~~
~~003~~	~~Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres;~~	~~4,00~~
~~004~~	~~Enfermeiros, obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, protéticos (prótese dentária);~~	~~4,00~~
~~005~~	~~Assistência médica e congêneres previstos nos itens 001, 002 e 003desta lista, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados;~~	~~4,00~~
~~006~~	~~Planos de saúde, prestados por empresa que não esteja incluída no item 005 desta lista e que se cumpram através de serviços prestadospor terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por estas,mediante indicação do beneficiário do plano;~~	~~4,00~~
~~007~~	~~Vetado;~~	
~~008~~	~~Médicos veterinários;~~	~~4,00~~
~~009~~	~~Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres;~~	~~4,00~~
~~010~~	~~Guarda, tratamento, amestramento, adestramento,embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais;~~	~~4,00~~
~~011~~	~~Barbeiros, cabeleireiros, manicuros, pedicuros, tratamento de pele, depilação e congêneres;~~	~~4,00~~
~~012~~	~~Banhos, duchas, saunas, massagens, ginásticas e congêneres;~~	~~4,00~~
~~013~~	~~Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo;~~	~~4,00~~
~~014~~	~~Limpeza e dragagem de portos, rios e canais;~~	~~4,00~~
~~015~~	~~Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins;~~	~~4,00~~
~~016~~	~~Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres;~~	~~4,00~~
~~017~~	~~Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos e biológicos;~~	~~4,00~~
~~018~~	~~Incineração de resíduos quaisquer;~~	~~4,00~~
~~019~~	~~Limpeza de chaminés;~~	~~4,00~~
~~020~~	~~Saneamento ambiental e congêneres;~~	~~4,00~~
~~021~~	~~Assistência técnica;~~	~~4,00~~
~~022~~	~~Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista, organização, programação, planejamento,assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa;~~	~~4,00~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~023~~	~~Planejamento, coordenação, programação ou organização financeira, técnica ou administrativa;~~	~~4,00~~
~~024~~	~~Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza;~~	~~4,00~~
~~025~~	~~Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres;~~	~~4,00~~
~~026~~	~~Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;~~	~~4,00~~
~~027~~	~~Traduções e interpretações;~~	~~4,00~~
~~028~~	~~Avaliações de bens;~~	~~4,00~~
~~029~~	~~Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres;~~	~~4,00~~
~~030~~	~~Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza;~~	~~3,50~~
~~031~~	~~Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;~~	~~4,00~~
~~032~~	~~Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços,que fica sujeito ao ICMS);~~	~~3,50~~
~~032~~	~~Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva(exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);~~	~~3,50~~
~~033~~	~~Demolição;~~	~~3,50~~
~~034~~	~~Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes,portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);~~	~~4,00~~
~~035~~	~~Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo e gás natural;~~	~~4,00~~
~~036~~	~~Florestamento e reflorestamento;~~	~~4,00~~
~~037~~	~~Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;~~	~~4,00~~
~~038~~	~~Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS);~~	~~4,00~~
~~039~~	~~Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias;~~	~~4,00~~
~~040~~	~~Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos,de qualquer grau ou natureza;~~	~~4,00~~
~~041~~	~~Planejamento, organização e administração de feiras,exposições, congressos e congêneres;~~	~~4,00~~
~~042~~	~~Organização de festas e recepções: buffet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS);~~	~~4,00~~
~~043~~	~~Administração de bens e negócios de Terceiros e de consórcio;~~	~~4,00~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~044~~	~~Administração de fundos mútuos;~~	~~4,00~~
~~045~~	~~Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada;~~	~~4,00~~
~~046~~	~~Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer;~~	~~4,00~~
~~047~~	~~Agenciamento,corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária;~~	~~4,00~~
~~048~~	~~Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchise) e de faturação (factoring);~~	~~4,00~~
~~049~~	~~Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres;~~	~~4,00~~
~~050~~	~~Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidas nos itens 045, 046, 047 e 048;~~	~~4,00~~
~~051~~	~~Despachantes;~~	~~4,00~~
~~052~~	~~Agentes da propriedade industrial;~~	~~4,00~~
~~053~~	~~Agentes da propriedade artística ou literária;~~	~~4,00~~
~~054~~	~~Leilão;~~	~~4,00~~
~~055~~	~~Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros, inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis,prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro;~~	~~4,00~~
~~056~~	~~Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie;~~	~~4,00~~
~~057~~	~~Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres;~~	~~4,00~~
~~058~~	~~Vigilância ou segurança de pessoas e bens;~~	~~4,00~~
~~059~~	~~Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do município;~~	~~4,00~~
~~060~~	~~Diversões públicas:~~	
	~~a) cinemas, "taxi-dancings" e congêneres;~~	~~3,00~~
	~~b) bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos;~~	~~3,00~~
	~~c) exposições, com cobrança de ingressos;~~	~~3,00~~
	~~d) bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam transmitidos mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio;~~	~~3,00~~
	~~f) competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do expectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão;~~	~~3,00~~
	~~g) execução de música, individualmente ou por conjuntos;~~	~~3,00~~
	~~h) jogos eletrônicos~~	~~10,00~~
~~061~~	~~Distribuição e venda de bilhetes de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;~~	~~4,00~~
~~062~~	~~Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão);~~	~~3,00~~
~~063~~	~~Gravação e distribuição de filmes e vídeo tapes;~~	~~4,00~~
~~064~~	~~Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora;~~	~~4,00~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

065	Fotografia ou cinemetografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem;	4,00
066	Produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres;	4,00
067	Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço;	4,00
068	Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);	4,00
069	Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto o fornecimento de peças e partes que fica sujeito ao ICMS);	4,00
070	Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidos pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS);	4,00
071	Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final;	4,00
072	Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento,lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte,recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização;	4,00
073	Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para usuário final do objeto lustrado;	4,00
074	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos,prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;	3,5
075	Montagem e desmontagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido;	4,00
076	Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos;	4,00
077	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia;	4,00
078	Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;	4,00
079	Locação de bens móveis, inclusive arrendamento mercantil;	4,00
080	Funerais;	4,00
081	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento;	4,00
082	Tinturaria e lavanderia;	4,00
083	Taxidermia;	4,00
084	Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;	4,00
085	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas,planejamento de campanhas os sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação);	4,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

086	Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio (exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão);	4,00
087	Serviços portuários e aeroportuários, utilização de porto ou aeroporto, atracação, capatazia, armazenagem interna, externa e especial, suprimento de água, serviços acessórios, movimentação de mercadoria fora do cais;	4,00
088	Advogados;	4,00
089	Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos;	4,00
090	Dentistas;	4,00
091	Economistas;	4,00
092	Psicólogos;	4,00
093	Assistentes sociais;	4,00
094	Relações públicas;	4,00
095	Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);	8,00
096	Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talões de cheques, emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques,sustação de pagamentos de cheques, ordens de pagamento e de créditos por qualquer meio, emissão e renovação de cartões magnéticos, consultas em terminais eletrônicos, pagamento por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento,elaboraçãodefichacadastral,aluguelde cofres,fornecimentodeSegunda via de avisos de lançamento de extrato de contas,emissão de carnes (neste item não será abrangido o ressarcimento, à instituições financeiras, de gastos com portes do Correio,telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços);	8,00
097	Transporte de natureza estritamente municipal;	
	Transporte coletivo urbano e transporte escolar	2,50
	Transporte de leite para frotas de até 05 veículos	2,00
	Demais	4,00
098	Vetado;	
099	Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao imposto sobre serviços);	4,00
	Motéis e casa de cômodos	5,00
100	Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza;	2,50

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~101~~	~~Exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários,envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção,melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais;~~	~~5,00~~

TABELA II – 2
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
ISSQN - HOMOLOGADO
(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

Itens	Lista de Serviços	Alíquotas
1.	**Serviços de informática e congêneres**.	
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	4,00%
1.02	Programação.	4,00%
~~1.03~~	~~Processamento de dados e congêneres.~~	~~4,00%~~
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**
~~1.04~~	~~Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.~~	~~4,00%~~
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	4,00%
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	4,00%
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	4,00%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	4,00%
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**
2.	**Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**	
2.01.	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	4,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

3.	**Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**[3]	
3.01.	(VETADO)	
3.02.	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	4,00%
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	4,00%
3.04.	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	4,00%
3.05.	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	4,00%
~~4.~~	~~Serviços de saúde, assistência médica e congêneres~~	
~~4.01.01.~~	~~Medicina e biomedicina.~~	~~4,00%~~
~~4.01.02.~~	~~Receitas Vinculadas ao SUS, IPÊ e INSS~~	~~2,00%~~
~~4.02.01.~~	~~Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.~~	~~4,00%~~
~~4.02.02.~~	~~Receitas Vinculadas ao SUS, IPÊ e INSS~~	~~2,00%~~
~~4.03.01.~~	~~Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.~~	~~4,00%~~
~~4.03.02.~~	~~Receitas Vinculadas ao SUS, IPÊ e INSS~~	~~2,00%~~
~~4.04.~~	~~Instrumentação cirúrgica.~~	~~4,00%~~
~~4.05.~~	~~Acupuntura.~~	~~4,00%~~
~~4.06.~~	~~Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.~~	~~4,00%~~
~~4.07.~~	~~Serviços farmacêuticos.~~	~~4,00%~~
~~4.07.01.~~	~~Serviços farmacêuticos, inclusive farmácias de manipulação~~	~~4,00%~~
~~4.08.~~	~~Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.~~	~~4,00%~~
~~4.09.~~	~~Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.~~	~~4,00%~~
~~4.10.~~	~~Nutrição.~~	~~4,00%~~
~~4.11.~~	~~Obstetrícia.~~	~~4,00%~~
~~4.12.~~	~~Odontologia.~~	~~4,00%~~
~~4.13.~~	~~Ortóptica.~~	~~4,00%~~
~~4.14.~~	~~Próteses sob encomenda.~~	~~4,00%~~
~~4.15.~~	~~Psicanálise.~~	~~4,00%~~
~~4.16.~~	~~Psicologia.~~	~~4,00%~~

[3] Julgado inconstitucional pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Ação Direta de Inconstitucionalidade 70010714103, julgada em 13 de fevereiro de 2006.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~4.17.01.~~	~~Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.~~	~~4,00%~~
~~4.17.02~~	~~Receitas Vinculadas ao SUS, IPE e INSS.~~	~~2,00%~~
~~4.18.~~	~~Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.~~	~~4,00%~~
~~4.18.~~	~~Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.~~	~~4,00%~~
~~4.20.~~	~~Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.~~	~~4,00%~~
~~4.21.~~	~~Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.~~	~~4,00%~~
~~4.22.~~	~~Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.~~	~~4,00%~~
~~4.23.~~	~~Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.~~	~~4,00%~~
4.	**Serviços de saúde, assistência médica e congêneres. (Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	
4.01	Medicina e biomedicina. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.01.01.	Receitas Vinculadas ao SUS, IPE e INSS. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	2,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.02.	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.02.01.	Receitas Vinculadas ao SUS, IPE e INSS. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	2,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.03.	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorro, ambulatórios e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.03.01.	Receitas Vinculadas ao SUS, IPE e INSS. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	2,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.04.	Instrumentação cirúrgica. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

4.05.	Acupuntura. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.06.	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.07.	Serviços farmacêuticos. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.07.01.	Serviços farmacêuticos, inclusive farmácias de manipulação. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.08.	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.09.	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.10.	Nutrição. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.11.	Obstetrícia. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.12.	Odontologia. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.13.	Ortóptica. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.14.	Próteses sob encomenda. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.15.	Psicanálise. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de**

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

		2006)
4.16.	Psicologia. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.17.	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.17.01.	Receitas Vinculadas ao SUS, IPE e INSS. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	2,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.18.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.19.	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.20.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.21.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.22.	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	3,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
4.23.	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário. **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**	3,00% **(Redação dada pela LC nº 40, de 2006)**
5.	**Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**	
5.01.	Medicina veterinária e zootecnia.	4,00%
5.02.	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	4,00%
5.03.	Laboratórios de análise na área veterinária.	4,00%
5.04.	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	4,00%
5.05.	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	4,00%
5.06.	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e	4,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	materiais biológicos de qualquer espécie.	
5.07.	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	4,00%
5.08.	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	4,00%
5.09.	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	4,00%
6.	**Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**	
6.01.	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	4,00%
6.02.	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	4,00%
6.03.	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	4,00%
6.04.	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	4,00%
6.05.	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	4,00%
6.06.	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**
7.	**Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**	
7.01.	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3,50%
7.02.	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3,50%
7.03.	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	3,50%
7.04.	Demolição.	3,50%
7.05.	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3,50%
7.06.	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3,50%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

7.07.	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3,50%
7.08.	Calafetação.	3,50%
7.09.	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	4,00%
7.10.	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	4,00%
7.11.	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	4,00%
7.12.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	4,00%
7.13.	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	4,00%
7.14.	(VETADO)	
7.15.	(VETADO)	
~~7.16.~~	~~Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.~~	~~4,00%~~
7.16.	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**
7.17.	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	4,00%
7.18.	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	4,00%
7.19.	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	4,00%
7.20.	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	4,00%
7.21.	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	4,00%
7.22.	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	4,00%
~~8.~~	~~Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.~~	
~~8.01.~~	~~Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.~~	~~4,00%~~

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~8.02.~~	~~Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.~~	~~4,00%~~
8.	**Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza. (Redação dada pela LC nº 68, de 2008)**	
8.01.	Ensino regular pré- escolar, fundamental, médio e superior. **(Redação dada pela LC nº 68, de 2008)**	2,00% **(Redação dada pela LC nº 68, de 2008)**
8.02.	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. **(Redação dada pela LC nº 68, de 2008)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 68, de 2008)**
9.	**Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**	
9.01.01.	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	4,00%
9.01.02.	Motéis e casas de cômodo	5,00%
9.02.	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	4,00%
9.03.	Guias de turismo.	4,00%
10.	**Serviços de intermediação e congêneres.**	
10.01.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	4,00%
10.02.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	4,00%
10.03.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	4,00%
10.04.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	4,00%
10.05.	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	4,00%
10.06.	Agenciamento marítimo.	4,00%
10.07.	Agenciamento de notícias.	4,00%
10.08.	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o	4,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	
10.09.	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2,00%
10.10.	Distribuição de bens de terceiros.	4,00%
11.	**Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**	
11.01.	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	4,00%
~~11.02.~~	~~Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.~~	~~4,00%~~
11.02.	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**
11.03.	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	4,00%
11.04.	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	4,00%
12.	**Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**	
12.01.	Espetáculos teatrais.	3,00%
12.02.	Exibições cinematográficas.	3,00%
12.03.	Espetáculos circenses.	3,00%
12.04.	Programas de auditório.	3,00%
12.05.	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3,00%
12.06.	Boates, taxi-dancing e congêneres.	3,00%
12.07.	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3,00%
12.08.	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3,00%
12.09.01.	Bilhares e boliches	3,00%
12.09.02.	Jogos e diversões eletrônicas	5,00%
12.10.	Corridas e competições de animais.	3,00%
12.11.	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3,00%
12.12.	Execução de música.	3,00%
12.13.	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3,00%
12.14.	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3,00%
12.15.	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3,00%
12.16.	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3,00%
12.17.	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de	3,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	qualquer natureza.	
13.	**Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**	
13.01.	(VETADO)	
13.02.	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	4,00%
13.03.	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	4,00%
13.04.	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	4,00%
~~13.05.~~	~~Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.~~	~~4,00%~~
13.05.	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**
14.	**Serviços relativos a bens de terceiros.**	
14.01.	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4,00%
14.02.	Assistência técnica.	4,00%
14.03.	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	4,00%
14.04.	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	4,00%
~~14.05.~~	~~Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.~~	~~4,00%~~
14.05.	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**
14.06.	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	4,00%
14.07.	Colocação de molduras e congêneres.	4,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

14.08.	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	4,00%
14.09.	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	4,00%
14.10.	Tinturaria e lavanderia.	4,00%
14.11.	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	4,00%
14.12.	Funilaria e lanternagem.	4,00%
14.13.	Carpintaria e serralheria.	4,00%
14.14.	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**
15.	**Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**	
15.01.	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5,00%
15.02.	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5,00%
15.03.	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5,00%
15.04.	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5,00%
15.05.	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5,00%
15.06.	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5,00%
15.07.	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5,00%
15.08.	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição,	5,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	
15.09.	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5,00%
15.10.	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5,00%
15.11.	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5,00%
15.12.	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5,00%
15.13.	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5,00%
15.14.	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5,00%
15.15.	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5,00%
15.16.	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5,00%
15.17.	Emissão, fornecimento, devolução, sustação,	5,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	
15.18.	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5,00%
16.	**Serviços de transporte de natureza municipal.**	
16.01.	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. **(Redação da pela LC nº 112, de 2017)**	
16.01.01.	Serviços de transporte de natureza municipal.	4,00%
16.01.02.	Transporte Coletivo Urbano e Transporte Escolar	2,50%
16.01.03.	Transporte de Leite para frotas de até 05 veículos	2,00%
16.01.04.	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. **(Redação da pela LC nº 112, de 2017)**	2,50% **(Redação da pela LC nº 112, de 2017)**
16.02.	Outros serviços de transporte de natureza municipal. **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**
17.	**Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**	
17.01.	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	4,00%
17.02.	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	4,00%
17.03.	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	4,00%
17.04.	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	4,00%
17.05.	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	4,00%
17.06.	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	4,00%
17.07.	(VETADO)	
17.08.	Franquia (franchising).	4,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

17.09.	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	4,00%
17.10.	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	4,00%
17.11.	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	4,00%
17.12.	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	4,00%
17.13.	Leilão e congêneres.	4,00%
17.14.	Advocacia.	4,00%
17.15.	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	4,00%
17.16.	Auditoria.	4,00%
17.17.	Análise de Organização e Métodos.	4,00%
17.18.	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	4,00%
17.19.	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	4,00%
17.20.	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	4,00%
17.21.	Estatística.	4,00%
17.22.	Cobrança em geral.	4,00%
17.23.	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionadas a operações de faturização (factoring).	4,00%
17.24.	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	4,00%
17.25.	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**	4,00% **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**
18.	**Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**	
18.01.	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	4,00%
19.	**Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	4,00%
20.	**Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
20.01.	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	4,00%
20.02.	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	4,00%
20.03.	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	4,00%
21.	**Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**	
21.01.	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5,00%
22.	**Serviços de exploração de rodovia.**	
22.01.	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5,00%
23.	**Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**	
23.01.	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	4,00%
24.	**Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**	
24.01.	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	4,00%
25.	**Serviços funerários.**	
25.01.	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	4,00%
~~25.02.~~	~~Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.~~	~~4,00%~~
25.02.	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes	4,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	de corpos cadavéricos. **(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**	**(Redação dada pela LC nº 112, de 2017)**
25.03.	Planos ou convênio funerários.	4,00%
25.04.	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	4,00%
25.05.	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. **(Incluído pela LC nº 112, de 5r 2017)**	4,00% **(Incluído pela LC nº 112, de 2017)**
26.	**Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.**	
26.01.	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.	4,00%
27.	**Serviços de assistência social.**	
27.01.	Serviços de assistência social.	4,00%
28.	**Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**	
28.01.	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	4,00%
29.	**Serviços de biblioteconomia.**	
29.01.	Serviços de biblioteconomia.	4,00%
30.	**Serviços de biologia, biotecnologia e química.**	
30.01.	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	4,00%
31.	**Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**	
31.01.	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	4,00%
32.	**Serviços de desenhos técnicos.**	
32.01.	Serviços de desenhos técnicos.	4,00%
33.	**Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**	
33.01.	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	4,00%
34.	**Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**	
34.01.	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	4,00%
35.	**Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**	
35.01.	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	4,00%

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

36.	**Serviços de meteorologia.**	
36.01.	Serviços de meteorologia.	4,00%
37.	**Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**	
37.01.	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	4,00%
38.	**Serviços de museologia.**	
38.01.	Serviços de museologia.	4,00%
39.	**Serviços de ourivesaria e lapidação.**	
39.01.	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	4,00%
40.	**Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**	
40.01.	Obras de arte sob encomenda.	4,00%

(Redação dada pela Lei Complementar nº 28, de 2004)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

TABELA II - 3
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA ISSQN - RECOLHIMENTO PARA HABITE-SE

VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO EM UFM POR M²	PADRÕES		
	BAIXO	NORMAL	ALTO
	Até 100 m²	De 101 a 250 m²	Acima de 251 m²
Casa de madeira	8,00	15,00	22,00
Casa de alvenaria	15,00	28,00	44,00
Galpões (armazéns, salões, abrigos, depósitos, pavilhões)	8,00	17,00	26,00
Prédio com mais de 02 (dois) pavimentos não objeto de incorporação	*****	*****	44,00

Observações:
1. Não incide o ISSQN na construção unifamiliar tipo econômica de madeira ou alvenaria até 70,000m²;
2. Sobre a base de cálculo na apuração do ISS: esta tabela servirá para apuração estimada da base de cálculo, em razão do art. 30 do CTM.

~~**TABELA II - 4**~~
~~**IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA ITEM 21.01 - SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS.**~~
(Incluída pela Lei Complementar nº 76, de 2009, com vigência temporária de 01/01/2010 a 31/12/2010)

~~POR PROFISSIONAL~~	~~POR MÊS EM UFM~~
~~Tabeliães e registradores titulares dos ofícios de notas e registros públicos.~~	~~500~~

~~**TABELA III**~~
~~**IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS ITIVBI**~~

~~I~~	~~Nas Transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação SFH, ou Cooperativas Habitacionais:~~	
~~a)~~	~~Sobre o valor efetivamente financiado, até o limite de 45.000 UFMs~~	~~0,5%~~
~~b)~~	~~Sobre o valor restante aplica-se a proporção do inciso II~~	
~~II~~	~~Nas demais transmissões:~~	
~~a)~~	~~Até 75.000 UFMs~~	~~2,0%~~
~~b)~~	~~Mais de 75.000 UFMs até 90.000 UFMs~~	~~2,5%~~
~~c)~~	~~Mais de 90.000 UFMs~~	~~3,0%~~
~~Parágrafo único - O cálculo do imposto será procedido a partir da faixa de menor valor,incluindo sobre os valores que ultrapassem as faixas com alíquotas respectivas, de forma crescente e sucessiva, até atingir o montante da avaliação.~~		

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1581
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 144
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

TABELA III
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS ITIVBI
(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

		ALÍQUOTA
I	Nas Transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação - SFH, ou Cooperativas Habitacionais:	
a	Sobre o valor efetivamente financiado, até o limite de 45.000 UFMs.	1,00%
b	Sobre o valor restante da transação.	2,15%
II	Nas demais transmissões:	2,15%

TABELA IV
TAXAS DE EXPEDIENTE[4]

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (EM UFM)
01	Requerimentos de: Certidões, Inclusões, Baixas, Autorizações, Permissões, Concessões, Registros, Atestados e Outros Documentos e Requerimentos.	8
02	Emissão de conhecimento para recolhimento de Tributos Municipais	3

TABELA V
ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (EM UFM)
1.	ESTABELECIMENTOS C/ LOCALIZAÇÃO FIXA:	
1.1	INDUSTRIAIS:	
	Até 150 M² de área	86
	de 151 M² a 300 M² de área	130
	de 300 M² a 1.000M² de área	215
	acima de 1.000M² de área	535
1.2	COMERCIAIS:	
	Até 20 M² de área	43
	de 21 a 50 M² de área	65
	de 51 a 100 M² de área	86
	de 101 a 150 M² de área	130
	de 151 a 200 M² de área	170
	de 201 a 500 M² de área	215

[4] **Lei Complementar 15/2002:** "Art. 2º Para a cobrança de tributos, na forma de débito em conta corrente bancária, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a cobrança de ¼ (um quarto) da taxa de expediente da emissão para recolhimento de tributos municipais, estabelecida pela Tabela IV da Lei Complementar nº 02/01, de 28-12-2001."

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1582
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
145
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

	de 501 a 1.000 M² de área	320
	de 1.000 M² a 2.000 M² de área	535
	acima de 2.000 M² de área	860
1.3	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:	
	Pessoa Física de nível superior ou técnico	43
	Demais pessoas físicas	11
	Pessoa Jurídica:	
	Até 20 M² de área	43
	de 21 a 50 M² de área	65
	de 51 a 100 M² de área	86
	de 101 a 150 M² de área	130
	de 151 a 200 M² de área	170
	de 201 a 500 M² de área	215
	de 501 a 1.000 M² de área	320
	de 1.000 M²a 2.000M² de área	535
	Acima de 2.000 M² de área	860
1.4	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:	
	até 150 M² de área	1.286
	de 151 a 250 M² de área	1.500
	de 251 a 500 M² de área	1.715
	de 501 a 1.000 M² de área	2.145
	Acima de 1.000 M² de área	4.290
	Terminais Bancários de Auto Atendimento, por terminal, fora das agências **(incluído pela Lei Municipal nº 4636, de 2002)**	406
1.5	ENTIDADES RECREATIVAS:	
	Circo e Parques de Diversões	215
	Demais entidades recreativas, esportivas, beneficentes, etc.	43
	Vistoria de piscinas	43
	OBS.: Nos eventos isolados a taxa será cobrada em cada solicitação	
2.	COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTES: P/MÊS OU FRAÇÃO	
2.1	Amendoim torrado ou crú; amolador com o respectivo aparelho de amolar; arames ou objetos de barbantes e cordas; cestas e balaios; discos e fitas para aparelho de música; escovas, espanadores e vassouras; esteiras, redes e semelhantes; facas e canivetes; funilaria ou artigos de: gaiolas e alçapões; vendedor de gelo, lápis, canetas, lapiseiras e semelhantes, pipocas e	22

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	semelhantes; rapaduras e melado; tamancos e chinelos; vime ou assemelhados	
2.2	Balas, caramelos, confeitos, chocolates, etc.; biscoitos, bolachas e congêneres; bordados e Rendas; chapéus, bonés de palha comum, chapéus de sol, sombrinhas, etc.; cereais por atacado; artigos de carnaval, por temporada; cabides de madeira, arame ou matéria; doces, artigos de páscoa, confeitos e outros; estatuetas, espelhos, estampas e semelhantes; fotógrafo, comprador de ferro velho e outros metais; vendedor ou comprador de fumo em corda; fungicidas e inseticidas; foguetes, fogos de artifícios; imagens, quadros, estampas e semelhantes; louças de vidro, barro, etc.; mel, schimier e semelhantes; sabão e sabonetes; pão, sorvetes e picolés em carrinho	32
2.3	Armarinhos, ou artigos de: bebidas alcóolicas, vinhos, cervejas, exceto e aguardente por atacado; bebidas instaladas em logradouros público indicado pela Prefeitura; cigarros, fumos, charutos, etc; carne fresca; assados, carnes salgadas, Conservas, lingüiças, salames, mortadelas e semelhantes; café em pó por atacado, bebidas sem álcool (refrigerantes) por atacado; compradores de produtos coloniais diretamente do produtor; alumínio ou artigos de: móveis de madeira e de ferro; rádios, sorvetes e semelhantes	50
2.4	Feirantes de outros municípios (frutas e verduras da época), por participante	32
~~2.5~~	~~Feiras eventuais, Pessoa Jurídica ou comerciante individual, por participante~~	~~200~~
2.5	Feiras eventuais, Pessoa Jurídica ou comerciante individual, por participante. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 38, de 2006)**	1.000 **(Redação dada pela LC nº 38,de 2006)**
2.6	Perfumes em geral, jóias, relógios e artigos de toucador	100
2.7	Casemiras, brins, qualquer tecido de lã ou algodão, capas impermeáveis para homens e senhoras, vestuários para homens e senhoras em geral (exceto calçados)	100
2.8	Qualquer artigo não especificado nesta tabela	30

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1584
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
147
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

~~**TABELA VI**~~
~~**TAXA DE SERVIÇOS URBANOS**~~

~~ITENS~~	~~DISCRIMINAÇÃO~~	~~VALOR EM UFM~~
~~1.~~	~~PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS POR ANO~~	
~~1.1~~	~~Residências com mais de 50m²~~	~~0,0033 p/m²~~
~~1.2~~	~~Prédios não residenciais~~	~~0,0043 p/m²~~
~~2.~~	~~COLETA DE LIXO~~	
~~2.1~~	~~Por unidade territorial - POR ANO~~	
~~2.1.1~~	~~Zona 1e 2~~	~~130~~
~~2.1.2~~	~~Zona 3e 4~~	~~65~~
~~2.1.3~~	~~Zona 5~~	~~22~~
~~2.2~~	~~Por unidade predial – POR ANO~~	
~~2.2.1~~	~~Hospitais, quartéis e hotéis~~	~~220~~
~~2.2.2~~	~~Residencial:~~	
~~2.2.2.1.~~	~~Até 100m² de área construída~~	~~13~~
~~2.2.2.2~~	~~De 100 m² à 200 m²~~	~~22~~
~~2.2.2.3~~	~~Acima de 200 m²~~	~~44~~
~~2.2.3~~	~~Comercial , Industrial e Prédios Públicos~~	
~~2.2.3.1~~	~~Até 200 m² de área construída~~	~~54~~
~~2.2.3.2~~	~~De 201 a 400 m² de área construída~~	~~85~~
~~2.2.3.3~~	~~De 401 a 500 m² de área construída~~	~~150~~
~~2.2.3.4~~	~~Acima de 500 m² de área construída~~	~~200~~
~~3.~~	~~CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, POR METRO LINEAR DE TESTADADOS TERRENOS EDIFICADOS OU NÃO POR ANO~~	
~~3.1~~	~~Em ruas asfaltadas ou com unistein~~	~~10~~
~~3.2~~	~~Em ruas com pedra regular~~	~~8~~
~~3.3~~	~~Em ruas com pedra irregular~~	~~4~~
~~3.4~~	~~Residenciais Unifamiliares~~	~~Reduz 50%~~

TABELA VI
TAXA DE COLETA DE LIXO
(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

ITENS	D I S C R I M I N A Ç Ã O	VALOR EM UFM
2.1	**Por unidade territorial - POR ANO**	
2.1.1	Zona 1 e 2 (coleta de lixo 1 a 3 dias por semana)	130
	Zona 1 e 2 (coleta de lixo 4 a 5 dias por semana)	134
	Zona 1 e 2 (coleta de 6 dias em diante por semana)	138
2.1.2	Zona 3 e 4 (coleta de lixo 1 a 3 dias por semana)	65
	Zona 3 e 4 (coleta de lixo 4 a 5 dias por semana)	69
	Zona 3 e 4 (coleta de lixo 6 dias por semana)	73
2.1.3	Zona 5(coleta de lixo 1 a 3 dias por semana)	22
	Zona 5(coleta de lixo 4 a 5 dias por semana)	26
	Zona 5(coleta de lixo 6 dias em diante por semana)	30
2.2	**Por unidade predial - POR ANO**	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

2.2.1	**Residencial:**	
2.2.1.1	Até 100m² de área construída(coleta do lixo 1 a 3 dias por semana)	13
	Até 100m² de área construída(coleta do lixo 4 a 5 dias por semana)	15
	Até 100m² de área construída (coleta de lixo 6 dias em diante por semana)	17
2.2.1.2	De100 m² à 200 m² de área construída(coleta do lixo 1 a 3 dias por semana)	22
	De100 m² à 200 m² de área construída(coleta do lixo 4 a 5 dias por semana)	24
	De 100m² à 200 m² de área construída(coleta do lixo 6 dias em diante por semana)	26
2.2.1.3	Acima de 200 m².de área construída(coleta do lixo 1 a 3 dias por semana)	44
	Acima de 200 m².de área construída(coleta do lixo 4 a 5 dias por semana)	46
	Acima de 200 m².de área construída(coleta do lixo 6 dias em diante por semana)	48
2.2.2	**Comercial, Industrial e Prédios Públicos:**	
2.2.2.1	Até 200 m² de área construída (coleta do lixo 1 a 3 dias por semana)	54
	Até 200 m² de área construída (coleta do lixo 4 a 5 dias por semana)	56
	Até 200 m² de área construída (coleta do lixo de 6 dias em diante por semana)	58
2.2.2.2	De 201 a 400 m² de área construída (coleta do lixo 1 a 3 dias por semana)	85
	De 201 a 400 m² de área construída (coleta do lixo 4 a 5 dias por semana)	87
	De 201 a 400 m² de área construída (coleta do lixo de 6 dias em diante por semana)	89
2.2.2.3	De 401 a 500 m² de área construída (coleta do lixo 1 a 3 dias por semana)	150
	De 401 a 500 m² de área construída (coleta do lixo 4 a 5 dias por semana)	152
	De 401 a 500 m² de área construída (coleta do lixo de 6 dias em diante por semana)	154
2.2.2.4	Acima de 500 m² de área construída (coleta do lixo 1 a 3 dias por semana)	200
	Acima de 500 m² de área construída (coleta do lixo 4 a 5 dias por semana)	202
	Acima de 500 m² de área construída (coleta do lixo de 6 dias em diante por semana)	204

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500524

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P020160F

TABELA VII
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

1.	DEPÓSITO E LIBERAÇÃO DE BENS APRENDIDOS	
1.1	Guarda por dia ou fração, no depósito municipal ou local destinado para tal fim:	
1.1.1	Animais	
1.1.1.1	Pequeno porte	1
1.1.1.2	Médio porte	5
1.1.1.3	Grande porte	6
1.1.2	Veículos	
1.1.2.1	Automotores	20
1.1.2.2	Demais veículos	15
1.1.3	Demais objetos e mercadorias apreendidas por lote ou individual	11
3.	CEMITÉRIO	
3.1	Cemitério Ecumênico ou Similar:	
3.1.1	1º Plano - 3,00x 3,00 (9,00 m²)	1.410
3.1.2	2º Plano - 1,10x 2,40 (2,64m²)	413
3.1.3	Plano Especial 0,60 x 1,00(0,60 m²)	115
3.1.3.1	Abertura e fechamento de jazigos para sepultamento c/ material 1º Plano.	110
3.1.3.2	Abertura e fechamento de jazigos para sepultamento c/ material 2º Plano.	40
3.2.	Cemitério São José, Pau-a-pique, Campestre e Jardim da Saudade:	
3.2.1	Plano único de 1,10 x 2,40 (2,64 m²)	330
3.3	Cemitério dos Distritos:	
3.3.1	Plano único de 1,10 x 2,40 (2,64 m²)	287
NOTA	O excesso de área será cobrado em função do preço do m² conforme o plano correspondente.	
3.4	Inumação:	
3.4.1	Em carneiras ou túmulos (adultos)	22
3.4.2	Em carneiras ou túmulos (crianças)	15
3.4.3	Em terra (adultos e crianças)	22
3.5	Exumação:	
3.5.1	Em carneiras ou túmulos	33
3.5.2	Em carneiras ou túmulos (crianças)	18
3.5.2	Em terra	22
3.6	Arrendamento por ano:	
3.6.1	Carneiras, inferior e superior. Após o terceiro ano, anual.	35
3.6.2	Carneiras do meio. Após o terceiro ano, mensal.	50
3.6.3	Ossário. Após o terceiro ano pode ser mensal.	20
3.7	CONSTRUÇÃO:	
3.7.1	Autorização para a execução e reformas de obras de embelezamento padrão baixo e médio por caixa	18
3.7.2	Autorização para execução de revestimento e embelezamento	26

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	de padrão alto (granito polido, e/ou mármore) por caixa revestida	
3.7.3	Licença para construção por caixa	35
4.	LICENÇA:	
4.1	Títulos de perpetuidade	25
4.2	Transferência de títulos de perpetuidade (Lei n§ 2237/81) 40% sobre o valor de terreno na época da transação.	
NOTA	Quando a inumação ou exumação for após as 17h30min horas será acrescido o percentual de 50% sobre o valor da Tabela.	
5.	TAXA DE MANUTENÇÃO ANUAL:	
5.1	Cemitério Ecumênico:	
5.1.1	1º Plano, ala nobre por terreno ou jazigo	45
5.1.2	2º Plano, ala média por terreno ou jazigo	25
5.1.3	3º Plano, ala popular por terreno ou jazigo	20
5.2	Cemitérios São José, Km 3, Pau-a-pique, Campestre e Jardim da Saudade	15
5.3	Cemitério dos Distritos	15
6.	TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO DE VEÍCULOS DE ALUGUEL (TAXIS, KOMBIS).	645
7.	TRANSFERÊNCIA DE TRANSPORTE COLETIVO (REGULARES OU ESPECIAIS) 10% SOBRE O VALOR DA TRANSAÇÃO	
8.	INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL	22
9.	REGISTROS OU ATESTADOS	
9.1	Por marca ou sinal	22
9.2	Por certificado posterior –2 vias	17
9.3	Inscrições no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal.	22
10	RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO: POR M²	
10.1	Asfáltica com pavimentação em asfalto usinado à quente.	55
10.2	Asfáltica com pré misturado à frio	32
10.3	Pedra regular	11
10.4	Pedra irregular	9
10.5	Artéria sem pavimentação	isento
10.6	Blocos de concreto tipo unistein	32
10.7	Corte de pavimentação asfáltica com equipamento apropriado (serra), por metro linear	17
11	RECOMPOSIÇÃO DE CALÇADAS	
11.1	Mosaico, por m²	28
11.2	Concreto por m²	20
12	Taxa de limpeza de terrenos particulares que estejam causando transtorno aos munícipes na zona 1 e 2, por m²	1
13	Autorização para ingresso de veículos pesados no anel viário central, formado pelas Ruas: Av. Medianeira, Benjamin Constant, Silva Jardim e Borges de Medeiros.	25

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

TABELA VIII
FISCALIZAÇÃO DE ABATE DE ANIMAIS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UFM
I	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	
1.	Bovinos - por unidade	1
2.	Ovinos - por lote de 5 unidades	1
3.	Caprinos - por lote de 5 unidades	1
4.	Suínos - por lote de 5 unidades	1
5.	Galináceos - por lote de 100 unidades	0,5
II	PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	
1.	Comercialização de produtos/serviços	
1.1	Pintos de 1 dia	0,000
1.2	Ovos, por dúzia	0,000
1.3	Sêmen de suíno, por dose	0,000
2.	Mudas de árvores	
2.1.	Caixa c/100 mudas de eucaliptos ou pinus	0,000
2.2.	Árvores nativas - unidade	0,000
2.3.	Árvores ornamentais – unidade	0,000

TABELA IX
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
TABELA DE VALORES PARA SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
(VALORES EM UFM)

PORTE	**MÍNIMO**			**PEQUENO**			**MÉDIO**		
Grau de Poluição	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
Licenciamento:									
PRÉVIO	34	42	55	82	100	132	132	208	306
INSTALAÇÃO	96	116	150	230	278	359	428	583	837
OPERAÇÃO	48	82	128	116	195	308	214	410	719

PORTE	**GRANDE**			**EXCEPCIONAL**			**PRONAF**
Grau de Poluição	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Todos
Licenciamento:							
PRÉVIO	276	428	700	496	867	1573	19
INSTALAÇÃO	781	1198	1911	1404	2427	4299	53
OPERAÇÃO	390	843	1643	702	1707	3695	38

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1589
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
152
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

~~TABELA X~~

~~TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS~~

~~DE EXECUÇÃO DE OBRAS~~		
~~ITENS~~	~~DISCRIMINAÇÃO~~	~~VALOR EM UFM~~
~~1.~~	~~Projeto, Execução de obras particulares. Construções e reformas de prédios residenciais, comerciais e industriais de (alvenaria, metálico, concreto ou similar).~~	
~~1.1~~	~~Aprovação de Projetos:~~	
~~1.1.1~~	~~Até 70,000 m² o metro m²~~	~~0,10~~
~~1.1.2~~	~~Acima de 70,000 m² até 200,000 m² por m²~~	~~0,12~~
~~1.1.3~~	~~Acima de 200,000 m² até 500,000 m² por m²~~	~~0,15~~
~~1.1.4~~	~~Acima de 500,000 m² até 1.000,000 m² por m²~~	~~0,18~~
~~1.1.5~~	~~Acima de 1.000,000 m² até 2.000,000 m² por m²~~	~~0,22~~
~~1.1.6~~	~~Acima de 2.000,000 m² por m²~~	~~0,26~~
~~1.1.7~~	~~Construções de madeira cobrar 50% dos itens 1.1.1 a1.1.6~~	
~~1.1.8~~	~~Desmembramento por lote com certidão~~	~~15,00~~
~~1.1.9~~	~~Loteamento até 50 lotes, por lote com certidão~~	~~15,00~~
~~1.1.10~~	~~Loteamento de 50 lotes até 200 lotes, por lote com certidão~~	~~17,00~~
~~1.1.11~~	~~Loteamento acima de 200 lotes, por lote com certidão~~	~~20,00~~
~~1.1.12~~	~~Diretrizes ou viabilidade~~	~~35,00~~
~~1.2~~	~~Licenciamento de Projetos:~~	
~~1.2.1~~	~~Até 70,000 m² o metro m²~~	~~0,20~~
~~1.2.2~~	~~Acima de 70,000 m² até 200,000 m² por m²~~	~~0,24~~
~~1.2.3~~	~~Acima de 200,000 m² até 500,000 m² por m²~~	~~0,30~~
~~1.2.4~~	~~Acima de 500,000 m² até 1.000,000 m² por m²~~	~~0,36~~
~~1.2.5~~	~~Acima de 1.000,000 m² até 2.000,000 m² por.~~	~~0,44~~
~~1.2.6~~	~~Acima de 2.000,000 m² por m²~~	~~0,52~~
~~1.2.7~~	~~Construções de madeira cobrar 50% dos itens 1.2.1 a1.2.6~~	
~~1.2.8~~	~~Tapumes que ocupem a calçada~~	~~3,00~~
~~1.2.9~~	~~Marquises e obras em balanço sobre o alinhamento, m² por ano~~	~~1,00~~
~~1.2.10~~	~~Toldo e Cobertura movediças m² por ano~~	~~0,50~~
~~1.2.11~~	~~Demolições cobrar conforme os itens 1.1.1 a 1.1.7~~	
~~1.2.12~~	~~Reforma sem acréscimo e alteração cobrar 50 % dos itens 1.2.1 a 1.2.7~~	
~~1.2.13~~	~~Reforma sem acréscimo, com alteração de projeto conforme os itens 1.2.1 a1.2.7~~	
~~1.2.14~~	~~Autenticação pelo construído cobrar os itens 1.1.1 a 1.1.7 mais 1.2.1 a 1.2.7 e 1.4.1~~	
~~1.2.15~~	~~Regularização cobrar 1,5x os itens 1.1.1 a 1.1.7 mais 1.2.1 a 1.2.7 e 1.4.1~~	
~~1.3~~ ~~———~~	~~Pela Prorrogação da Licença ano: 1.3.1 Cobrar conforme os itens 1.2.1 a 1.2.7,podendo,ser mensal, após a primeira licença.~~	
~~1.4~~	~~Taxas de Vistoria, e expedição de Carta de Habite-se:~~	
~~1.4.1~~	~~De prédios de qualquer natureza, por m2 cobrar conforme os itens~~	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	1.1.1 a 1.1.7 Caso o projeto sofra alteração cobrar nova taxa.	
2.	ALINHAMENTO PARACONSTRUÇÃO:	
2.1.1	Alinhamento Por m1de Testada	1,15
2.1.2	Alinhamento em Zona Rural ou similar	50,00
2.1.3	Alinhamento ao longo das BR e RS em Zona de Expansão Urbana	50,00
2.1.4	Nivelamento de eixo de rua para Construções em lote com uma testada	60,00
2.1.5	Nivelamento de eixo de rua para Construções em lote com duas testadas	90,00
3.	OBRAS PARTICULARES	
3.1	Reexame de projetos para aprovação ou revalidação de construção, reforma ou aumento de prédios por correções:	
3.1.1	Até, 70,000 m²	0,30
3.1.2	Acima de 70,000 m² até 200,000 m²	0,60
3.1.3	Acima de 200,000 m² até 500,000 m²	1,00
3.1.4	Acima de 500,000 m² até 1.000,000 m²	1,50
3.1.5	Acima de 1.000,000 m² até 2.000,000 m2	2,00
3.1.6	Acima de 2.000,000 m²	2,50
4	SERVIÇOSDIVERSOS	
4.1	Numeração de prédios	5,00
4.2	Inscrição de Responsável Técnico	50,00
4.3	Cópias de mapas e plantas em geral por m2	8,00
4.4	Colocação de faixas em vias públicas por faixas	30,00
4.5	Disquetes com copias de Leis	10,00
4.6	CD-RON com copias de Leis	20,00
4.7	Xerox	0,15
4.8	Autorização de abertura de vala com até 0,50 m de largura e 0,50 m de profundidade por ml	1,00
4.9	Autorização de abertura de vala com dimensões superiores ao item 4.8 porm³	2,00
4.10	Autorização de Terraplanagem por m²	0,30
4.11	Autorização de torres de telecomunicações ou similar	600,00
4.12	Autorização de redes subterrâneas, canalização ou fiação aérea por ml	1,20
4.13	Autorização de colocação ou substituição de postes em vias públicas,por unidade	10,00
4.14	Autorização de caminhões Bomba de concretagem, por hora	6,00
4.15	Autorização de containers para limpeza em via pública, por dia	3,00
4.16	Autorização de para piso para quadra de esportes, estacionamentos descobertos, pavimentação e piscinas cobrar conforme o item 1.2.1 a 1.2.6.	
4.17	Autorização de base de concreto e obras especiais até 1,00 m de profundidade porm².	3,00
4.18	Autorização de base de concreto e obras especiais com dimensões superiores ao item 4.17 por m²	10,00
4,19	Autorização de construções de muros até 2,10 m de altura por ml	1,15

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1591
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 154
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

4.20	Autorização de construções de muros com altura superior por ml	2,50

TABELA X
TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS
(Redação dada pela Lei Complementar nº 13, de 2002)

	DE EXECUÇÃO DE OBRAS	
ITENS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UFM
1.	Projeto, Execução de obras particulares. Construções e reformas de prédios residenciais, comerciais e industriais de (alvenaria, metálico, concreto ou similar).	
1.1	Aprovação de Projetos:	
1.1.1	Até 70,000 m2 o metro m2	0,10
1.1.2	Acima de 70,000 m2 até 200,000 m2 por m2	0,12
1.1.3	Acima de 200,000 m2 até 500,000 m2 por m2	0,15
1.1.4	Acima de 500,000 m2 até 1.000,000 m2 por m2	0,18
1.1.5	Acima de 1.000,000 m2 até 2.000,000 m2 por m2	220,00
1.1.6	Acima de 2.000,000 m2 por m2	390,00
1.1.7	Construções de madeira cobrar 50% dos itens 1.1.1 a 1.1.6	
1.1.8	Desmembramento por lote com certidão	17,00
1.1.9	Loteamento por lote com certidão	7,00
1.1.10	Prorrogação de loteamentos por loteamento	8,00
1.1.10	Diretrizes ou viabilidade	7,00
1.2	Licenciamento de Projetos:	
1.2.1	Até 70,000 m2 o metro m2	0,10
1.2.2	Acima de 70,000 m2 até 200,000 m2 por m2	0,12
1.2.3	Acima de 200,000 m2 até 500,000 m2 por m2	0,15
1.2.4	Acima de 500,000 m2 até 1.000,000 m2 por m2	0,18
1.2.5	Acima de 1.000,000 m2 por alvará	220,00
1.2.7	Construções de madeira cobrar 50% dos itens 1.2.1 a 1.2.6	
1.2.8	Tapumes que ocupem a calçada por metro linear por ano	3,00
1.2.9	Laudo de marquise	8,00
1.2.10	Demolições cobrar conforme os itens 1.1.1 a 1.1.7	
1.2.11	Reforma sem acréscimo e alteração cobrar 50% dos itens 1.2.1 a 1.2.7	
1.2.12	Reforma sem acréscimo, com alteração de projeto conforme os itens 1.2.1 a 1.2.7	
1.2.13	Autenticação pelo construído cobrar os itens 1.1.1 a 1.1.7 mais	
1.2.14	Regularização cobrar 1,5x os itens 1.1.1 a 1.1.7 mais 1.2.1 a 1.2.7 e 1.4.1	
1.3	Pela Prorrogação da Licença ano:	
1.3.1	Cobrar conforme os itens 1.2.1 a 1.2.7, podendo ser mensal, após a primeira licença.	
1.4	Taxas de Vistoria e expedição de Carta de Habite-se:	
1.4.1	De prédios de qualquer natureza, por m2 cobrar conforme os	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	itens 1.1.1 a 1.1.7. Caso o projeto sofra alteração cobrar nova taxa.	
1.5	Substituição de Projetos	
1.5.1	Substituição de Projeto sem acréscimo de área: cobrar aprovação da área analisada e prorrogação do alvará até a data da substituição.	
1.5.2	Substituição de projeto com acréscimo de área: cobrar aprovação da área analisada, e prorrogação do alvará original até a data do vencimento do novo alvará mais licença da área acrescida.	
1.5.3	Substituição de projeto com decréscimo de área: cobrar aprovação da área analisada e prorrogação do alvará original até a data da substituição e mais licença do novo alvará. Caso o requerente possua protocolo de vistoria para habite-se, deve ser cobrada somente aprovação da área analisada, e prorrogação do alvará original até a data da substituição, não havendo necessidade de emissão de novo alvará e ou cobrança de nova licença por mais um ano.	
2.	ALINHAMENTO PARA CONSTRUÇÃO:	
2.1.1	Alinhamento por Testada	12,00
2.1.2	Locação de eixo de rua para Construções em lote com uma testada	60,00
2.1.3	Locação de eixo de rua para Construções em lote com duas testada	90,00
3.	OBRASPARTICULARES	
3.1	Reexame de projetos para aprovação ou revalidação de construção, reforma ou aumento de prédios por correções	0,30
4	SERVIÇOS DIVERSOS	
4.1	Numeração de prédios	5,00
4.2	Inscrição de Responsável Técnico	8,00
4.3	Empréstimo para cópias de mapas e plantas em geral	3,00
4.5	Disquetes com cópias de Leis	3,00
4.6	CD-ROM com cópias de Leis	3,00
4.7	Xerox	0,15
4.8	Autorização de abertura de vala com até 0,50 m de largura e 0,50 m de profundidade	4,00
4.9	Autorização de abertura de vala com dimensões superiores ao item 4.8 por m²	2,00
4.10	Autorização de torres de telecomunicações ou similar por implantação	600,00
4.11	Autorização de redes subterrâneas, canalização ou fiação aérea por ml por implantação	
4.12	Autorização de construções de muros até 3,00m de altura por ml	1,15
4.13	Autorização de construções de muros com altura superior por ml	2,25

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

~~4.14~~	~~Selos~~	~~1,0~~

~~(Redação dada pela Lei Complementar 13/2002)~~

(Revogado pela Lei Complementar nº 32, de 2005)

~~TABELA XI~~
~~PUBLICIDADE~~

	~~POR MÊS OU FRAÇÃO~~	
~~I~~	~~Painel, Cartaz Ou Anúncio, Inclusive Letreiros E Semelhantes, Luminosos Ou Não, Na Parte Externa Dos Edifícios, Lojas, Salas E Outras Unidades, Identificando O Estabelecimento e o Ramo De Atividade Exercida~~	~~Isento~~
~~II~~	~~Painel, cartaz ou anúncio, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, colocados em muros, madeiramento, painéis especiais, cercados, tapumes ou em qualquer outro local permitido,por unidade~~	~~50~~
~~III~~	~~Publicidade em táxis e ônibus~~	~~22~~
~~IV~~	~~Mostruários colocados fora dos estabelecimentos ainda que em galerias, estações, abrigos ou em qualquer outro local permitido~~	~~43~~
~~V~~	~~Publicidade oral feita por propagandista,música,animais (circo, etc.), por alto falante ou qualquer outro aparelho sonoro ou projeção fonográfica~~	~~22~~
~~VI~~	~~Placas indicativas de nomes e profissões ficam dispensados de taxa~~	~~Isento~~

TABELA XI
PUBLICIDADE

(Redação dada pela Lei Complementar nº 63, de 2008)

	POR ANO	
I	Painel, cartaz ou anúncio, inclusive letreiro e semelhantes, luminosos ou não, na parte externa dos edifícios, lojas, salas e outras unidades, identificando o estabelecimento e o ramo de atividade exercida.	Isento
II	Painel, cartaz ou anúncio, inclusive letreiros e semelhantes, luminosos ou não, colocados em muros, madeiramento, painéis especiais, cercados, tapumes ou em qualquer outro local permitido, por unidade.	50
III	Publicidade em táxis e ônibus.	22
IV	Mostruários colocados fora dos estabelecimentos ainda que galerias, estações, abrigos ou em qualquer outro local permitido.	43
V	Publicidade oral feita por propagandista, música, animais (circo, etc.), por alto falante ou qualquer outro aparelho sonoro ou projeção fonográfica.	22
VI	Placas indicativas de nomes e profissões ficam dispensados de taxa.	Isento

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

TABELA XII
ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
(VALORES EM UFM)

A	TAXAS DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL	
A.1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA) E RENOVAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
A.1.1	INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS	
	Conservas	150,00
	Carnes	150,00
	Doces	150,00
	Massas	150,00
	Panificação	150,00
	Produtos diversos	150,00
	Sorvetes	150,00
	Aditivos	150,00
	Água mineral	150,00
	Amidos	150,00
	Bebidas em geral	150,00
	Bolachas	150,00
	Cerealista	150,00
	Condimentos	150,00
	Confeitos	150,00
	Desidratadoras	150,00
	Farinha	150,00
	Gelatina	150,00
	Gelo	150,00
	Gorduras	150,00
	Marmelada	150,00
	Refinadora	150,00
	Salgadinhos	150,00
	Suplementos alimentares	150,00
	Torrefadora	150,00
	Temperos	100,00
	Chás	100,00
A.1.2	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU DE VENDA DE ALIMENTOS	
	Açougue/Casa de Carnes	80,00
	Assadora de Aves e Outros Tipos de Carne	50,00
	Cantina Escolar	50,00
	Casa de Frios (Lacticínios e Embutidos)	50,00
	Casa de Moagem e Venda Direta de Café Torrado	50,00
	Casa de Sucos/Caldo de Cana e Similares	30,00
	Comércio Atacadista/Depósito de Produtos Perecíveis	100,00
	Comércio Atacadista/Depósito de Produtos Alimentícios Não Perecíveis	50,00
	Confeitaria/Doceria	50,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Cozinhas em geral	50,00
	Feira Livre/Comérc. Amb. (c/venda carne/pescados/outros)	50,00
	Lanchonete/Lancheria/Petiscarias	60,00
	Armazém (única atividade)	40,00
	Mini Mercado	100,00
	Mercado	150,00
	Super Mercado	300,00
	Hipermercado	500,00
	Panificadora (fabrico)	80,00
	Padaria (posto de venda)	40,00
	Pastelaria	50,00
	Peixaria (Pescados/Frutos do Mar)	70,00
	Pizzaria	70,00
	Produtos Congelados	80,00
	Restaurante/Buffet/Churrascaria	80,00
	Rotisserie	80,00
	Serv. Carro/Drive-in/Quiosque/Trailler/Similares	50,00
	Sorveteria/Posto de Venda de Sorvetes	50,00/30,00
	Bar	50,00
	Boate/Whiskeria	100,00
	Bomboniere	50,00
	Café	50,00
	Depósito de Bebidas em geral	50,00
	Depósito de Frutas e Verduras	50,00
	Feira livre/Comércio Ambulante de Alimentos Não Perecíveis	40,00
	Comércio-Lojas de Conveniências/Cestas de produtos perecíveis ou não	70,00
	Comércio de Produtos Não Perecíveis (Sacolão Econômico)	70,00
	Comércio Atacadista de bebidas	50,00
	Congêneres (acima)	80,00
A.1.3	LICENÇA SANITÁRIA ESPECIAL	
	Venda Ambulante/Vans e outros veículos para venda de cachorro- quente	40,00
	Venda Ambulante (Carrinho de pipoca/Carrocinha de cachorro- quente)	20,00
	Carrinhos para venda de sucos	10,00
	Moto: tele-entrega de alimentos	10,00
	Caminhão carroceria aberta para transporte de alimentos	30,00
	Caminhão carroceria fechada para transporte de alimentos (baú simples)	30,00
	Caminhão carroceria fechada para transporte de alimentos (baú refrigerado)	40,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

A.1.4	INDÚSTRIA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	
	Agrotóxicos	300,00
	Produtos Veterinários	230,00
	Congêneres (acima)	250,00
A.1.5	COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	
	Comércio de: Agrotóxicos./Prod. Veterinários /Fertilizantes /Corretivos (1)	80,00
	Comércio de Alimentação Animal (Ração/Supletivos) (2)	30,00
	Distribuidoras dos produtos acima (1/2)	120,00/80,00
	Equip. /Instrumentos Agrícolas/Similares	100,00
	Congêneres (acima)	120,00
A.1.6	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE À SAÚDE	
	Zoológico/Circo/Rodeio/Aviário/Pequenos Animais	25,00
	Serviço e Veículo Transporte Alimentos (Baú simples)	20,00
	Serviço e Veículo Transporte Alimentos (Baú refrigerado)	40,00
	Floricultura	20,00
	Congêneres	70,00
A.1.7	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE	
	Comércio de Cosméticos/perfumes/Prod. Químicos/Prod. Naturais e Dietéticos	50,00
	Comércio de Prod. de Higiene/Odontológicos/ Saneantes Domissanit./ Correlatos	100,00
	Comércio de prótese (Ortop/Estética/Odont/Audit/Similares)	120,00
	Comércio de Equip. e Instrum.Laboratoriais/ médico/ Hospital/ odontológicos	150,00
	Distribuidora de Medicamentos/Correltos/Saneantes Domissanitários/prod. Químicos/Perfumes e Cosméticos/Prod. De Higiene/Prod. Farmacêuticos	150,00
	Importadora/Exportadora dos Produtos acima	150,00
	Congêneres (acima)	150,00
A.1.8	ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS	
	Farmácia: Alopática/Homeopática/Privativa/De Manipulação	100,00
	Farmácia: Com aplicação de injeções	120,00
	Drogaria	60,00
	Drogaria com aplicação de injeções	80,00
	Verificação de Pressão arterial/Nebulização/Colocação de brincos e/ou Piercing: por atividade	10,00
	Dispensário de Medicamentos/Ervanária/Unidade Volante/Posto de Medic.	50,00
	Congêneres (acima)	80,00
A.1.9	ESTABELECIMENTOS/SERVIÇOS DE ESTÉTICA	
	Salão de Beleza/Salão de Barbeiro/Salão de Cabeleireiro/Estética Facial	40,00
	Cama de Bronzeamento	40,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

A.1.9.1	LICENÇA SANITÁRIA ESPECIAL	
	Profissionais: Cabeleireiro/maquiador (a)/manicure-pedicure/depilação/sauna/massagista, outros; (Licença Sanitária Especial sem constar o endereço do profissional e sim a profissão). Por profissional	20,00
	Moto: tele-entrega de medicamentos	10,00
	Moto: tele-entrega de medicamentos controlados	15,00
A.1.10	ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES	
	Hospital: Especializado/Geral/Infantil	670,00
	Maternidade	250,00
A.1.11	ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE AMBULATÓRIOS/ CLÍNICAS	
	Ambulatório Médico	70,00
	Ambulatório Veterinário	50,00
	Banco de Leite humano	60,00
	Banco de Órgãos (olhos, rins, medula óssea, etc.)	50,00
	Clínica Geriátrica com Internamento	140,00
	Clínica Médica	120,00
	Clín. Méd. c/serv. Complementares de Diagnóstico ou de terapia	140,00
	Clínica Veterinária	60,00
	Hemodiálise	80,00
	Policlínica	150,00
	Pronto Socorro – Atendimento de Urgência/Emergência	80,00
	Congêneres (acima)	100,00
A.1.12	ESTABELECIMENTOS DE APOIO AO DIAGNÓSTICO-RADIAÇÕES	
	Medicina Nuclear./radioterapia/radiologia:odontológica – Médica- Industrial	120,00
	Radioimunoensaio	60,00
	Congêneres (acima)	100,00
A.1.13	ESTABELECIMENTOS LABORATORIAIS	
	Laboratório de: Análises Químicas/Patologia Clínica/Análises Bromatológicas/Análises Químicas/Anatomia Patológica/por atividade	100,00
	Laboratório de Controle de Qualidade Ind. Farmacêutica	150,00
	Laboratório Químico-Toxicológico	100,00
	Laboratório Cito/Genético/de Citologia	70,00
	Congêneres (acima)	100,00
A.1.14	ESTABELECIMENTOS HEMOTERÁPICOS	
	Serviço de Hemoterapia/Distribuidor/Posto de Coleta de Sangue	200,00
	Serviço de Hemoterapia	70,00
	Agência Transfusional de Sangue	70,00
A.1.15	OUTROS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	
	Clínica de: Fisioterapia e/ou de Reabilitação/	100,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Psicoterapia/Desintoxicação/ Fonoaudiologia/ Psicanálise/ Odontológica/ Tratamento e Repouso/ Ortopedia/Cons. Médico c/Serv. Complementares de: Diagnóstico ou Terapia	
	Médico/Nutricionista/Odontólogo/Psicanalista/ Veterinário/Psicólogo/Fisioterapeuta/Fonoaudiólogo/ Educação Especial – Por consultório	50,00
	Laboratório de: Prótese Dentária/Auditiva/Ortopédica e de Ótica	50,00
	Serviço de Audiometria	50,00
	Pronto Atendimento	100,00
	Cooperativa Médica	300,00
	Outras atividades	70,00
A.1.16	LICENÇA SANITÁRIA ESPECIAL	
	Ambulância	30,00
	UTI Móvel ou Aeromóvel	50,00
	Homecare (atendimento domiciliar)	50,00
	Outros Profissionais Autônomos de Nível Superior da Área da Saúde	50,00
	Verificação de Pressão Arterial/Aplicação de injeção/Nebulização/Colocação de brincos e/ou Piercing: por atividade	10,00
	Coleta de sangue externa: residencial ou em qualquer outro local fora do Estabelecimento	20,00
4.1.17	OUTROS ESTABELECIMENTOS/SERVIÇOS DE INTERESSE À SAÚDE	
	Aterro Sanitários de resíduos Sólidos Industriais e/ou Hospitalares	200,00
	Estação de Tratamento de Efluentes (Líquidos e/ou Sólidos) Industriais ou Estação de Tratamento de Esgotos Domésticos (Efluente Líquido e/ou Sólido) Estação de Tratamento de Água p/Abastecimento Público	100,00
	Serviço de coleta/Transporte/Destino de resíduos (Sólidos Industriais e/ou Lixo Hospitalar e/ou Lixo Doméstico e/ou Caliça-Entulho)	130,00
	Serviço de Limpeza de Fossa/Desinfecção de caixa D'Água/Poço D'Água/Desinsetização/Desratização	100,00
	Parques de Diversões/Similares	60,00
	Cemitério/templos/Similares	10,00
	Transporte Coletivo: Transporte Urbano ou Distrital (Empresa)/Aéreo (Empresa)	100,00
	Empresas de Turismo	30,00
	Transporte de Cargas Não Perecíveis. (exceto alimentos)	30,00
	Sauna	80,00
	Casa de jogos (por mesa)	5,00
	LICENÇA SANITÁRIA ESPECIAL	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Moto: tele-entrega de peças e outros materiais não alimentícios	10,00
	PRESTADORES DE SERVIÇOS:	
	Pessoa Física:	
	Profissionais Liberais Autônomos – Curso Superior	25,00
	Profissionais ou Técnicos Autônomos – Nível Médio	20,00
	Profissionais ou Técnicos Autônomos – Nível Básico	10,00
	Pessoa Jurídica (Taxa em função da área do estabelecimento):	
	Até 20m^2	30,00
	Mais de 20m^2 até 50m^2	50,00
	Mais de 50m^2 até 100m^2	70,00
	Mais de 100m^2 até 500m^2	120,00
	Mais de 500m^2	200,00
	COMÉRCIO EM GERAL:	
	Até 20m^2	35,00
	Mais de 20m^2 até 50m^2	55,00
	Mais de 50m^2 até 100m^2	75,00
	Mais de 100m^2 até 500m^2	125,00
	Mais de 500m^2	250,00
	*Atividades comerciais que utilizam a área livre para estoque de mercadorias como, venda de automóveis, tratores, caminhões, madeireiras, sucatas as mais diversas, etc., deverá ser considerada a área total do lote.	
	CINEMAS, AUDITÓRIOS E TEATROS:	
	Até 100m^2	30,00
	Mais de 100m^2 até 500m^2	80,00
	Mais de 500m^2	150,00
	(1) Boates, Casas de Espetáculos, Danceterias, Salões de bailes e Similares:	
	Até 250m^2	50,00
	Mais de 250m^2 até 1000m^2	100,00
	Mais de 1000m^2	150,00
	(1) Clubes, Sociedades Recreativas ou Esportivas e Similares Com Piscinas	
	Até 2000m^2	50,00
	Mais de 2000m^2 até 10000m^2	180,00
	Mais de 10000m^2	370,00
	(1) Clubes, Sociedades Recreativas ou Esportivas e Similares Sem Piscinas	
	Até 2000m^2	40,00
	Mais de 2000m^2 até 10000m^2	150,00
	Mais de 10000m^2	300,00
	Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar Maternal/ Creche/ Jardim de Infância	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Até 100m^2	50,00
	Mais de 100m^2 até 500m^2	120,00
	Mais de 500m^2	250,00
	Instituições de assistência social, sem fins lucrativos	10,00
	(1) Estabelecimentos de Ensino de 1º, 2º e 3º Graus e Similares	
	Até 100m^2	20,00
	Mais de 100m^2 até 200m^2	50,00
	Mais de 200m^2 até 500m^2	120,00
	Mais de 500m^2	200,00
	(1) Camping	
	Até 1000m^2	20,00
	Mais de 1000m^2 até 5000m^2	50,00
	Mais de 5000m^2	100,00
	(1) Postos de Combustíveis	
	Até 1000m^2	20,00
	Mais de 1000m^2 até 3000 m^2	50,00
	Mais de 3000m^2	100,00
	(1) ESTACIONAMENTOS/GARAGENS	
	Até 500m^2	10,00
	Mais de 500m^2 até 200m^2	50,00
	Mais de 2000m^2	80,00
	QUADRAS DE ESPORTE	
	Até 500m^2	10,00
	Mais de 500m^2 até 2000m^2	50,00
	Mais de 2000m^2	80,00
	(1) INDÚSTRIAS EM GERAL	
	Até 100m^2	40,00
	Mais de 100m^2 até 200m^2	70,00
	Mais de 200m^2 até 500m^2	100,00
	Mais de 500m^2 até 2000m^2	150,00
	Mais de 2000m^2	220,00
	(1) COMÉRCIO ATACADISTA/DEPÓSITO EM GERAL (MENOS DE ALIMENTOS)	
	Até 200m^2	20,00
	Mais de 200m^2 até 1000m2	40,00
	Mais de 1000m^2	100,00
	Observações:*As áreas de que trata a presente tabela, tomam como base a área total construída dos estabelecimentos, exceção feita aos estabelecimentos comerciais que utilizam a área externa (pátio) para estoque dos produtos com que comercializa como, venda de automóveis, tratores, caminhões, madeireiras, sucatas as mais diversas, etc., onde a taxa será em função da área total do lote. As atividades destacadas com (1), a área em questão é a total do lote,	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	independentemente da área construída.	
	ASILOS, CASAS DE IDOSOS, CASAS DE REPOUSO E SIMILARES	
	Empresas Privadas com fins lucrativos (p/leito)	30,00
	Instituições de assistência social, sem fins lucrativos	10,00
	Hotéis, Motéis, Dormitórios, Pensões e Similares (p/cômodo)	5,00
	Congêneres	50,00
	*Estabelecimentos com mais de uma atividade (conforme acima), o valor da taxa será a soma em UFM, das atividades exercidas.	
A.1.18	LICENÇA PROVISÓRIA (ALVARÁ PARA EVENTOS)	
	Exposições/Feiras/Shows/Palestras/Similares: com prazo pré-determinado	30,00
	Nas Feiras, o Alvará do Evento é para o Organizador, referindo-se as áreas livres, sanitários de uso público, barraca de Shows, etc. Box, Lojas, pontos de venda, trailers, e similares, terão Alvará Próprio, conforme a atividade.	
A.2	ÁLVARA SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO (POR m² DE ÁREA CONSTRUÍDA)	
	Apartamento	0,20
	Residência	0,20
	Residência ampliação	0,20
	Residência - habitação popular até 70 m^2	isento
	Sala Comercial	0,10
	Ginásio/Estádio e Similares	0,10
	Galpão/Depósito e Similares	0,10
	Garagem/Estacionamento Coberto	0,10
	Estabelecimento de Saúde	0,30
	Estabelecimento de Ensino	0,20
	Estabelecimento de Ginástica e Lazer	0,20
	Maternal/Creche/Jardim Infância/Asilo	0,30
	Habitação Coletiva-Internato e Similares	0,20
	Cemitério e Afins	0,02
	Congêneres (acima)	0,20
	O Alvará Sanitário para Habitação será devido pelo contribuinte uma única vez, no momento da liberação do Habite-se, salvo posteriores reformas, ampliações e adaptações do imóvel.	
A.3	ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÃO, DE REFORMA, DE AMPLIAÇÃO E/OU DE ADAPTAÇÃO (POR m^2 DE ÁREA CONSTRUÍDA)	
	Apartamento/Residência e Similares - Habitação Popular até 70 m^2	0,30 isento
	De loteamentos e Glebas de Terra	0,60

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	- Lotes destinados à ocupação Unifamiliar (p/lote)	
	Estabelecimentos de Saúde	0,40
	Estabelecimentos de Ensino	0,30
	Estabelecimentos de Alimentação	0,30
	Outros estabelecimentos	0,30
	Estabelecimentos de Ginástica e Lazer e Similares	0,30
	Estabelecimentos e Locais de Trabalho	0,30
	Estações de Tratamento de Efluentes Líquidos e Sólidos - de qualquer tipo (p/ m^3 de Efluente Tratado)	0,40
	Aterros Sanitários e Similares - de resíduos Sólidos Industriais (p/ m^3 de Res.Aterr.) - de resíduos Sólidos Domésticos (p/ ton. de Res.Aterr.)	0,40 0,40
	De piscinas (de Uso Individual ou Coletivo)	1,40
	Maternal/Creche/Jardim Infância/Asilo	0,40
	Cemitério e Afins	0,02
	Congêneres (acima)	0,30
A.4	TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS	
A.4.1	ALIMENTOS	
A.4.1.1	ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS	
	Contagem de Microorganismos Custo por amostra	32,93
	Pesquisa de coliformes fecais Custo por amostra	32,93
	Bacilus cereus	13,18
	Staphylococcus aureus	15,81
	Coliformes (fecal e total)	18,45
	Bolores e leveduras	14,49
	Contagem padrão em placa	11,82
	Clostridium	18,45
	Salmonella	18,76
A.4.1.2	ANÁLISE BROMATOLÓGICA	
	Pré-secagem 85ºC	8,70
	Umidade	8,70
	Cinzas	10,14
	Extrato etéreo	17,13
	Fibra	23,72
	Proteína	26,75
	Cálcio	29,51
	Fósforo	29,51
	Cloretos	17,13
	Acidez	13,18
	Fibra (isolada)	49,54
	Extrato etéreo (isolado)	25,83
A.4.1.3	ANÁLISES MICROSCÓPICAS	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Sujidades, larvas e parasitas	14,15
A.4.1.4	MEL	
	Reação de Fiehe	8,70
	Reação de Lund	8,70
	Índice de refração	7,90
	Umidade	7,90
	Glicídeos redutores em glicose	19,76
	Glicídeos não-redutores em sacarose	26,35
	Acidez	13,17
A.4.1.5	ÓLEOS E GORDURAS	
	Índice de iodo	20,42
	Índice de refração	13,18
	Peróxidos	17,13
	Rancidez (Kreis)	11,73
	Insolúveis em éter	17,13
	Índice de saponificação	17,13
	Insaponificação	29,51
	Fosfatase alcalina	17,13
A.4.1.6	CARNES E EMBUTIDOS	
	Atividade de água	7,90
	Nitratos e nitritos	21,08
	Amônia	7,11
	Gás sulfídrico	8,70
	Amido quantitativo	23,72
	Umidade	8,70
	Gordura	26,35
	Trip loss	3,95
	Vitamina C	10,54
	Fosfato	29,51
	NaCl	17,13
A.4.1.7	LEITE	
	Acidez	13,18
	Densidade	6,98
	Lactose	19,76
	Extrato seco	15,02
	Gordura	17,13
	Conservadores qualitativos	28,99
A.4.1.8	SAL	
	Cloretos	17,13
	Insolúveis em água	26,75
A.4.1.9	FARINHAS E SIMILARES	
	Acidez	10,14
	Amido	23,72
	PH	8,70
A.4.1.10	ERVA MATE – CAFÉ	
	Cinzas insolúveis em HCl 10%	19,76

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Extrato aquoso	15,02
	Cafeína	59,29
A.4.1.11	OUTRAS ANÁLISES	
	(Para produtos de Origem Alimentícia ou Animal):	
	Necropsia de aves	3,95
	Cultura p/identificação de bactérias	13,18
	Inoculação em animais susceptíveis	6,95
	Exame coprológico	1,32
	Sorologia rápida p/salmonellas e micoplasmas	3,95
	Inoculação em ovos embrionados	6,95
	Elisa: Sallmonella enteridis, Micoplasma gallisepticum, D. de Gumboro, Bronquite infecciosa, Leucose linfóide, New costle. Valor da análise	26,35
A.4.2	NUTRIENTES E CONTAMINANTES	
	Vitamina A Custo por amostra	184,45
	Vitamina E Custo por amostra	184,45
	Vitamina K – menadiona (em matéria prima) Custo por amostra	184,45
	Micotoxinas, aflatoxinas, ocratoxinas, zearalenoma (por determinação) Custo por amostra	68,51
	Outras toxinas: Fumosina Custo por amostra	68,51
	Análise p/cromatografia líquida em alta resolução Custo por amostra	68,51
A.4.3	BEBIDAS ALCOÓLICAS	
	Acidez total	13,18
	Acidez volátil	23,72
	Teor alcoólico (por destilação)	23,72
	Teor alcoólico (por embuliometria)	19,76
	Cloretos	17,18
	Extrato seco	15,02
	PH	6,98
	Ácido ascórbico	32,94
	Graus Brix	13,18
	Teor de SO2 total e livre	39,53
	Ésteres	44,80
	Aldeídos	30,30
	Furfurol	23,72
	Cobre	51,39
	Metanol	23,72
	Álcoois superiores	23,72
A.4.4.	ÁGUAS	
	Físico-Química:	
	Turbidez (custo por amostra)	26,35
	Cor (custo por amostra)	26,35
	PH (custo por amostra)	19,76
	DQO (custo por amostra)	32,94

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	DBO (custo por amostra)	32,94
	Alcalinidade total (custo por amostra)	26,35
	Dureza total (custo por amostra)	26,35
	Condutividade (custo por amostra)	26,35
	Sabor, odor (custo por amostra)	13,18
	Elementos-traços:	
	Alumínio (custo por amostra)	46,11
	Antimônio (custo por amostra)	46,11
	Arsênio (custo por amostra)	46,11
	Bário (custo por amostra)	46,11
	Boro (custo por amostra)	46,11
	Cádmio (custo por amostra)	46,11
	Cianetos (custo por amostra)	39,53
	Cobre (custo por amostra)	32,94
	Cromio (custo por amostra)	32,64
	Chumbo (custo por amostra)	46,11
	Ferro (custo por amostra)	32,94
	Fluoretos (custo por amostra)	32,94
	Magnésio (custo por amostra)	52,29
	Manganês (custo por amostra)	32,94
	Mercúrio (custo por amostra)	59,29
	Níquel (custo por amostra)	32,94
	Potássio (custo por amostra)	32,94
	Prata (custo por amostra)	32,94
	Selênio (custo por amostra)	46,11
	Sódio (custo por amostra)	32,94
	Zinco (custo por amostra)	32,94
	Nitratos (custo por amostra)	32,94
	Nitritos (custo por amostra)	32,94
	Sulfatos (custo por amostra)	32,94
	Sólidos dissolvidos (custo por amostra)	26,35
	Sólidos totais (custo por amostra)	32,94
	Cloro (custo por amostra)	26,35
	Efluentes urbanos ou industriais: Os valores são os mesmos discriminados no ítem Águas (físico-químicas – elementos traços – e outros), porém acrescidos de 13,00 ufir para o tratamento das amostras (decomposição e adequação para análises).	
	Microbiológicas: Análise bacteriológica de potabilidade	21,74
	Análise Microbiológica de água mineral incluindo Pseudomonas, Enterococcus e Clostrídio sulfito redutos (indicativa)	28,99
	Eficiência de Filtros para água (bacteriológico)	24,99
A.4.5	DOSAGENS DE MEDICAMENTOS	
	Características Físico – Químicas:	
	Caracterização da amostra	10,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Peso ou volume médio	13,74
	Dureza	16,24
	Desintegração	27,49
	Friabilidade	16,24
	Umidade (Karl Fischer)	37,48
	Umidade (vácuo)	37,48
	Viscosidade	24,99
	Densidade	17,49
	PH	17,49
	Seringabilidade	13,49
	Partículas metálicas (pomadas oftálmicas)	18,74
	Limpidez dos injetáveis	18,74
	Teste de dissolução	137,44
	Determinações Físico-Químicas:	
	Identificação química do princípio ativo	37,48
	Identificação espectrofotométrica (UV-V)	112,45
	Identificação por cromatografia (camada delgada)	62,47
	Identificação por cromatografia líquida	99,95
	Doseamento:	
	Volumétrico em meio aquoso	37,48
	Volumétrico (meio aquoso/complexometria)	81,21
	Potenciométrico em meio aquoso	112,45
	Potenciométrico em meio não aquoso	87,46
	Espectrofométrico (UV-V-IV)	87,46
	Cromatografia líquida – HPLC	124,94
	Extração (através de solventes ou tampões)	87,46
	Uniformidade de conteúdo	249,89
	Determinações Microbiológicas:	
	Dosagem microbiológica	162,43
	Teste de esterilidade	124,94
	Teste de esterilidade requerendo o uso de penicilina	174,92
	Contagem microbiológica (NNP)	87,46
	Contagem microbiológica (placas – bact./fungos)	112,45
	Pesquisa de patógenos	174,92
	Staphylococcus aureus	43,73
	Salmonella sp	43,73
	Echerichia coli	43,73
	Pseudomonas aeruginosa	43,73
	Determinações Biológicas:	
	Avaliação biológica de potência (*)	199,91
	Teste de pirogênio em coelhos	149,93
	Teste de endoxinas bacterianas:	
	Qualitativo (LAL)	149,93
	Semi quantitativo (LAL)	199,91
	Teste de inocuidade	87,46
	Teste de toxicidade de vacinas (*)	184,92

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Teste de substâncias vasodepressoras	174,92
	Teste de substâncias pressoras	149,93
	Teste de irritação primária dérmica	199,91
	Teste de irritação dérmina cumulativa	874,60
	Teste de irritação ocular	224,90
	Teste de sensibilização alérgica	374,83
	(*) Consultar de acordo com os ensaios solicitados	
A.4.6	DESINFETANTES E OUTROS	
	Esterilidade	18,74
	Pirogênio	72,47
	Poder Bactericida de Desinfetantes – sem fornecimento da Diluição de Uso – (por Bactéria)	91,21
	Poder Bactericida de Desinfetantes – com fornecimentos da Diluição de Uso – (por Bactéria)	22,49
	Poder fungicida (por Microorganismo)	22,49
	Poder Fungistático (por Microorganismo)	22,49
	Poder Tuberculicida (por Microorganismo)	22,49
	Poder Bacteriostático (por Microorganismo)	22,49
	Ação Residual (por dia e Microorganismo)	14,99
A.4.7	PESTICIDADES E OUTROS	
	Resíduos de pesticidas Organoclorados e Fosforados	91,58
	Pesquisa Qualitativa	24,99
A.4.8	OUTRAS ANÁLISES TOXICOLÓGICAS	
	(Medicamentos, Drogas de Abuso, Micotoxinas):	
	Caracterização de Cannabis sativa (maconha)	24,99
	Pesquisa quantitativa de drogas de abuso: cocaína, derivados anfetamínicos, benzodiasepínicos, do ácido barbitúrico	24,99
	Pesquisa qualitativa: dipirona, AAS, cafepina, gasolina, varsol, (“thiner”), chumbo e mercúrio	24,99
	Salicemia ou ácido salicílico na urina – quantitativo	24,99
	Alcoolemia	24,99
	Fenobarbital – quantitativo	24,99
	Análise de toxicologia ocupacional	24,99
	Análise de toxicologia ambiental	24,99
	Micotoxinas	68,72
	Antibiograma para fungos	37,48
	Determinação da enzima: Adenosina Deaminase (ADA) em líquidos biológicos (Métodos de Giuisti & Galanti)	31,24
	Diagnóstico imunológico no liquor para cisticercose (Elisa)	24,99
	As demais Análises, não previstas na presente tabela, poderão ser realizadas mediante consulta prévia a Laboratórios Públicos ou Privados que as realizem, fixando seus valores, acrescidos da taxa de Expediente pela realização dos atos.	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

A.5	ENCAMINHAMENTO DE PROCESSOS DE REGISTRO DE PRODUTOS E DE AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS	
	- Processo p/ Registro de Produto:	
	Registro de produto (p/produto)	*
	Segunda via Certificado de Registro de Produto	*
	Desarquivamento de processo de Registro de Produto	*
	- Autorização Especial do Ministério da Saúde para Empresas, Instituições e Órgãos que trabalhem com substâncias e medicamentos sujeitos a Controle Especial	*
	*Estes serviços serão cobrados de acordo com a tabela atualizada do Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância Sanitária, com os respectivos preços públicos para as áreas de Medicamentos, Saneantes Domissanitários, Cosméticos, Alimentos e Correlatos, pagos em DARF, acrescidos da taxa para registro de produtos ou da taxa para autorização especial do Ministério da Saúde para empresas, instituições e órgãos que trabalhem com substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, e da taxa de expediente para realização dos atos. As despesas de postagem deverão ser pagas pelo contribuinte, por ocasião da remessa do Processo.	
A.6	SERVIÇOS DIVERSOS	
	Segunda via do Alvará Sanitário ou de outro documento	10,00
	Vistoria (à requerimento do interessado):	
	De Natureza simples	30,00
	De Natureza complexa	60,00
	Vistos:	
	Em Receitas e Notificações de Receita	5,00
	Em outros documentos	5,00
	Fornecimento de Notificações de Receita (por Bloco)	Isento
	Guias:	
	De Livre trânsito de produto sujeito à Fiscalização Sanitária (Por Guia)	5,00
	De requisição de Entorpecentes (por guia)	5,00
	Licença de Importação de produtos sujeitos à Fiscalização Sanitária	50,00
	Liberação de produtos de interesse à saúde:	
	Liberação Petit Parquet (p/volume)	5,00
	Liberação colix Posteaux (p/volume)	5,00
	Liberação de produtos (pacientes em estado terminal)	Isento
	Autenticação:	
	De livros –Farmácia/Drogaria/Distribuidora de Medicamentos/similares (por folha)	0,04
	Autorização provisória para o exercício profissional	5,00

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

	Autorização para emissão gráfica de formulário de receita de medicamento sobre regime de controle especial	Isento
	Registros:	
	Diplomas e Certidões	5,00
	Certificados – Nível Médio (Aux. Enferm./ protético/ Ótico/outros	4,00
	Apostilamento ou título de especialização universitária	4,00
	Baixa de Alvará Sanitário de Estabelecimento Sujeito à Fiscalização Sanitária	10,00
	Alteração de Resp. Técnica de Estabelecimento sujeito à Fiscalização Sanitária	10,00
	Alteração de Razão Social	10,00
	Alteração de Nome de Sócio	10,00
	Inclusão de atividade(s) (sem vistoria)	10,00
	Inclusão de atividade(s) (com vistoria) * Conforme atividade	*
	Cadastramento de Empresas	10,00
	Laudos e Pareceres:	
	Até 50 linhas	50,00
	Acima de 50 linhas	70,00
	Segunda via de laudo de análises	100,00
	Emissão de Edital	10,00
	Atestado de antecedentes	12,00
	Certidão ou Declaração de Qualquer Natureza:	
	Até 50 linhas	10,00
	Acima de 50 linhas	15,00
	Declaração de translado	Isento
	Autorização p/transp. De carne p/consumo próprio	Isento
	Solicitação p/ sacrifício de animal acidentado (próprio ou de 3ºs)	Isento
	Taxa para registro de produtos	100,00
	Taxa para Autorização Especial do Ministério da Saúde para Empresas, Instituições e Órgãos que trabalhem com substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial	100.00
	Taxa de Expediente (cobrada quando da realização de qualquer ato)	3,00
B	TAXAS DE VALORES DAS PENAS DE MULTAS AS INFRAÇÕES SANITÁRIAS DAS ATIVIDADES FISCALIZADAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL	
	Serão aplicados os valores constantes no Artigo 38, da Lei Municipal nº 4040/96, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre normas de saúde em vigilância municipal, estabelece penalidades e dá outras providências, nos seguintes casos:	
	Nas infrações leves, multa de	118,97 a 594,85 UFM

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1610
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 173
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

	Nas infrações graves, multa de	594,86 à 1.188,71 UFM
	Nas infrações gravíssimas, multa de	1.188,72 à 4.758,87 UFM

~~TABELA XIII~~

~~TAXA DE OCUPAÇÃO EM BENS DE USO COMUME ESPECIAL DO POVO~~

~~———~~	~~POR MÊS OU FRAÇÃO~~	
~~4.1~~	~~Barracas ou Veículos em Feiras Livres de Hortifrutrigrangeiros:~~	
~~4.1.1~~	~~Produtor~~	~~5~~
~~4.1.2~~	~~Intermediários~~	~~32~~
~~4.2~~	~~Veículos de qualquer tipo~~	~~55~~
~~4.3~~	~~Treillers de lanches rápidos e semelhantes~~	~~110~~
~~4.3.1~~	~~Treillers com maisde10m²~~	~~170~~
~~4.4~~	~~Circos, parques de diversões, feiras, exposições, sem prejuízo do pagamento do devido~~	~~170~~
~~4.5~~	~~Veículos de grande porte de comércio eventual por dia:~~	
~~4.5.1~~	~~Hortifrutigranjeiros~~	~~11~~
~~4.5.2~~	~~Outros~~	~~22~~
~~4.6~~	~~Outras formas de ocupação em vias ou logradouros públicos que não possam ser Enquadrados nos itens anteriores.~~	
~~4.6.1~~	~~Até 2,5m2de ocupação~~	~~43~~
~~4.6.2~~	~~Acima de 2,5m2~~	~~65~~
~~4.7~~	~~Ocupação do camelódromo,por mês.~~	~~43~~
~~OBS~~	~~A ocupação de áreas em vias ou logradouros públicos dependerá de prévia autorização do Poder Público Municipal.~~	
~~5.~~	~~OCUPAÇÃO DO CENTRO DEATIVIDADES MÚLTIPLAS, POR DIA OU RAÇÃO~~	~~86~~
~~6.~~	~~CENTRO DESPORTIVOMUNICIPAL~~	
~~6.1~~	~~Ocupação sem fins lucrativos por hora~~	~~22~~
~~6.2~~	~~Ocupação com fins lucrativos - por hora à disposição~~	~~43~~
~~7.~~	~~CENTRO DESPORTIVO TANCREDONEVES~~	
~~7.1~~	~~Ocupação sem fins lucrativos por hora~~	~~17~~
~~7.2~~	~~Ocupação com fins lucrativos - por hora à disposição.~~	~~32~~
~~8.~~	~~CENTRO SOCIALURBANO~~	
~~8.1~~	~~Ocupação de salão por dia~~	~~43~~
~~8.2~~	~~Ocupação com fins lucrativos 20% da Receita além da taxa diária~~	

TABELA XIII

TAXA DE OCUPAÇÃO EM BENS DE USO COMUM E ESPECIAL DO POVO

(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

	POR MÊS OU FRAÇÃO	
4.1	Barracas ou Veículos em Feiras Livres de Hortifrutrigrangeiros:	

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

4.1.1	Produtor	5
4.1.2	Intermediários	32
4.2	Veículos de qualquer tipo	55
4.3	Treillers de lanches rápidos e semelhantes	110
4.3.1	Treillers com mais de 10m²	170
4.4	Circos, parques de diversões, feiras, exposições, sem prejuízo do pagamento do devido	170
4.5	Veículos de grande porte de comércio eventual por dia:	
4.5.1	Hortifrutigranjeiros	11
4.5.2	Outros	22
4.6	Outras formas de ocupação em vias ou logradouros públicos que não possam ser enquadrados nos itens anteriores.	
4.6.1	Até 2,5m² de ocupação	43
4.6.2	Acima de 2,5m²	65
4.7	Ocupação do camelódromo, por mês	43
OBS.	A ocupação de áreas em vias ou logradouros públicos dependerá de prévia autorização do Poder Público Municipal.	
4.8	Ocupação de Próprio Municipal **(Incluído pela LC nº 76, de 2009)**	
4.8.1	Até 2,0 m² de ocupação **(Incluído pela LC nº 76, de 2009)**	25 UFM **(Incluído pela LC nº 76, de 2009)**
4.8.2	De 2,0 até 3,5 m² **(Incluído pela LC nº 76, de 2009)**	50 UFM **(Incluído pela LC nº 76, de 2009))**
4.8.3	Acima de 3,5 m² **(Incluído pela LC nº 76, de 2009)**	70 UFM **(Incluído pela LC nº 76, de 2009)**
5.	OCUPAÇÃO DO CENTRO DE ATIVIDADES MÚLTIPLAS, POR DIA OU FRAÇÃO.	86
6.	CENTRO DESPORTIVO MUNICIPAL Dr. Miguel Sevi Viero	
6.1	Ocupação sem fins lucrativos - por hora	22
6.2	Ocupação com fins lucrativos - por hora à disposição	43
6.3	Ocupação espaço publicitário (9.4m² ou 11.75m²) - anual	950
7.	Ginásio Poliesportivo Oreco	
7.1	Ocupação sem fins lucrativos - por hora	17
7.2	Ocupação com fins lucrativos - por hora à disposição	32
7.3	Ocupação espaço publicitário (12.87m²) - anual	500
8.	Ginásio Poliesportivo de Arroio Grande na localidade de São Marcos	
8.1	Ocupação sem fins lucrativos - por hora	17

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

8.2	Ocupação com fins lucrativos - por hora à disposição	32
8.3	Ocupação espaço publicitário (6m²) - anual	500
9.	CENTRO SOCIAL URBANO	
9.1	Ocupação de salão – por dia	43
9.2	Ocupação com fins lucrativos: 20% da Receita além da taxa diária	

(Redação dada pela Lei Complementar nº 27, de 2004)

TABELA XIV
TAXA PARA ESTACIONAMENTO REMUNERADO DE VEÍCULOS

ESTACIONAMENTO PAGO	UFM
Por 2 horas	1

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1613
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
176
Peça
4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P020160F

TABELA XV
TAXA DE VISTORIA

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UFM
1.	VISTORIA ESTABELECIMENTOS	
1.	ESTABELECIMENTOS C/ LOCALIZAÇÃO FIXA:	
1.1	INDUSTRIAIS:	
	Até 150 m² de área	86
	De 151 m² a 300 m² de área	130
	De 300 m² a 1.000m² de área	215
	Acima de 1.000m² de área	535
1.2	COMERCIAIS:	
	Até 20 m² de área	43
	De 21 a 50 m² de área	65
	De 51 a 100 m² de área	86
	De 101 a 150 m² de área	130
	De 151 a 200 m² de área	170
	De 201 a 500 m² de área	215
	De 501 a 1.000 m² de área	320
	De 1.000 m² a 2.000 m² de área	535
	Acima de 2.000 m² de área	860
1.3	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:	
	Pessoa Física de nível superior ou técnico	43
	Demais pessoas físicas	11
	Pessoa Jurídica:	
	Até 20 m² de área	43
	De 21 a 50 m² de área	65
	De 51 a 100 m² de área	86
	De 101 a 150 m² de área	130
	De 151 a 200 m² de área	170
	De 201 a 500 m² de área	215
	De 501 a 1.000 m² de área	320
	De 1.000 m² a 2.000m² de área	535
	Acima de 2.000 m² de área	860
1.4	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:	
	Até 150 m² de área	1.286
	De 151 a 250 m² de área	1.500
	De 251 a 500 m² de área	1.715
	De 501 a 1.000 m² de área	2.145
	Acima de 1.000 m² de área	4.290
	Terminais bancários de Auto Atendimento, por terminal, fora das agências **(Incluído por Lei nº 4636, de 2002)**	406
1.5	ENTIDADES RECREATIVAS:	
	Circo e Parques de Diversões	215
	Demais entidades recreativas, esportivas, beneficentes, etc	43
	Vistoria de piscinas	43

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

OBS	Nos eventos isolados a taxa será cobrada em cada solicitação.	
2.	COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTES: P/MÊS OU FRAÇÃO	
2.1	Amendoim torrado ou crú; amolador com o respectivo aparelho de amolar; arames ou objetos de barbantes e cordas; cestas e balaios; discos e fitas para aparelho de música; escovas, espanadores e vassouras; esteiras, redes e semelhantes; facas e canivetes; funilaria ou artigos de: gaiolas e alçapões; vendedor de gelo,lápis,canetas,lapiseiras e semelhantes,pipocas e semelhantes; rapaduras e melado; tamancos e chinelos; vime ou assemelhados	22
2.2	Balas, caramelos, confeitos, chocolates, etc.; biscoitos, bolachas e congêneres; bordados e rendas; chapéus, bonés de palha comum, chapéus de sol, sombrinhas, etc.; cereais por atacado; artigos de carnaval, por temporada; cabides de madeira, arame ou matéria; doces, artigos de páscoa, confeitos e outros; estatuetas, espelhos, estampas e semelhantes; fotógrafo, comprador de ferro velho e outros metais; vendedor ou comprador de fumo em corda; fungicidas e inseticidas; foguetes, fogos de artifícios; imagens, Quadros, estampas e semelhantes; louças de vidro, barro, etc.; mel, schimier e semelhantes; sabão e sabonetes; pão, sorvetes e picolés em carrinho	32
2.3	Armarinhos, ou artigos de: bebidas alcoólicas, vinhos, cervejas, exceto e aguardente por atacado; bebidas instaladas em logradouros públicos indicados pela Prefeitura; cigarros, fumos, charutos, etc.; carne fresca; assados, carnes salgadas, conservas, lingüiças, salames, mortadelas e semelhantes; café em pó por atacado, bebidas sem álcool (refrigerantes) por atacado; compradores de produtos coloniais diretamente do produtor; alumínio ou artigos de: móveis de madeira e de ferro; rádios, sorvetes e semelhantes	50
2.4	Feirantes de outros municípios (frutas e verduras da época),por participante	32
2.5	Feiras eventuais, Pessoa Jurídica ou comerciante individual, por participante	200
2.6	Perfumes em geral, joias, relógios e artigos de toucador	100
2.7	Casemiras, brins, qualquer tecido de lã ou algodão, capas impermeáveis para homens e senhoras, vestuários para homens e senhoras em geral(exceto calçados)	100
2.8	Qualquer artigo não especificado nesta tabela	30
2.	VISTORIA POR UNIDADE	
2.1	De veículos	
2.1.1	Até 50 HP	5
2.1.2	Mais de 50 HP	22
2.2	Elevadores e Caixas D'água	22

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página 1615
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 178
Peça 4500524
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P020160F

TABELA XVII
TAXAS DE EXECUÇÃO DE OBRAS E LIMPEZA DE TERRENOS
(Incluída pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

	TIPO DE CONSTRUÇÃO	VALOR em UFM
A	**Taxa de Análise de Projetos de Obras Particulares - TAP**	
I	Construções residenciais unifamiliares, por m²	0,25
II	Construções multifamiliares/comerciais/industriais, por m²	0,40
B	**Taxa de Análise de Projetos de Obras Particulares (TAP) para Reformas sem Ampliação de Área e Demolição**	
I	Imóveis com área edificada de até 70m²	ISENTO
II	Imóveis com área edificada acima de 70,01 m² até 149,99 m²	75
III	Imóveis com área edificada superior a 150,00 m² até 249,99 m²	125
IV	Imóveis com área edificada superior a 250,00 m² até 349,99 m²	175
V	Imóveis com área edificada superior a 350,00 m² até 1.999,99 m²	300
VI	Imóveis com área edificada superior a 1.000,00 m² até 2.999,99 m²	500
VII	Imóveis com área edificada superior a 2.000,00 m²	1.000
C	**Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares - TLO**	
I	Construções residenciais unifamiliares, por m²	0,75
II	Construções multifamiliares/comerciais/industriais, por m²	1,00
D	**Taxa de Fiscalização para Concessão de Habite-se - TCH**	
I	Edificação Residencial - Unifamiliar ou Multifamiliar, por m²	0,30
II	Edificação Comercial, por m²	0,40
III	Edificação Residencial e Comercial - Multifamiliar, por m²	0,50
IV	Edificação Industrial, por m²	0,20
V	Edificações Diversas, por m²	0,30
E	**Taxa de Limpeza de Terrenos Baldios - TLTB**	
I	Roçado e Limpo, por m²	1,00
II	Entulhos Retirados, por m³	4,00

(Incluída pela Lei Complementar nº 111, de 2017)

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A958.35F3.D222.C3BE.754C.

Página
1616

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
1

Peça
4500547

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201626

CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior nº 120, 18º andar, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor Presidente, **Sr. Jorge Luiz Costa Melo,** por seu Diretor de Operações, **Sr. Eduardo Barbosa Carvalho** e por seu Diretor de Expansão**, Sr. Marcus Vinicius Caberlon**, doravante denominada CORSAN, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA**, com sede à Rua Venâncio Aires, nº 2277, inscrito no CNPJ sob o nº 88.488.366/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Jorge Pozzobom**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, têm entre si, justa e contratada a prestação de serviços relativos à exploração, execução de obras, ampliações e melhorias dos serviços de abastecimento de água e de coleta, transporte, tratamento e destino final de esgotos sanitários na área urbana da sede do **MUNICÍPIO** e, posteriormente, no interior do **MUNICÍPIO**, mediante as seguintes cláusulas e condições, observada a legislação aplicável à matéria:

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aplicam-se a legislação federal, estadual e municipal afeta ao objeto do contrato, em especial as Leis Federais n.º 8.666/1993; 8.987/95; 11.107/2005; e 11.445/2007; o Decreto Federal n.º 6.017/2007; a Lei Estadual n.º 12.037/2003; a Lei Municipal do PMSB e respectiva lei municipal autorizativa da delegação dos serviços públicos ao Ente Regulador delegado.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente contrato é celebrado nos termos da Lei Autorizativa Municipal n.º 6.149, de 22 de agosto de 2017 e suas alterações, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93, observados os procedimentos previstos no art. 26 da mesma lei, bem como a Atas de Reunião de Diretoria Colegiada da

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 122 PMSM

Página 1617
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CORSAN de Nº 10/2018, de 05 de março de 2018, 30/2018, de 28 de maio de 2018; Nº 37/2018, de 25 de junho de 2018 e Nº 40/2018, de 09 de julho de 2018.

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA – Para os efeitos deste contrato, considera-se:

I. **Sistema** - o conjunto de todos os recursos, bens e serviços, necessários para a realização de objetivos de interesse comum, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de atuação da **CORSAN**, objeto de todos os contratos de programa celebrados entre os Municípios e a **CORSAN.**

II. **Serviços** - prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

III. **Plano Plurianual de Investimentos no Sistema** - conjunto de obras e serviços a serem realizados de acordo com o montante de recursos financeiros previstos por períodos de cinco anos, a serem investidos no Sistema.

IV. **Meta de Investimentos de Longo Prazo** - É o montante de recursos financeiros a ser investido no Sistema ao longo do período de duração do Contrato, com revisões quinquenais.

V. **Plano Municipal de Saneamento Básico** - Instrumento da política de saneamento do **MUNICÍPIO** que deverá abranger o diagnóstico da situação local-financeiro do Sistema de Abastecimento de Água potável e esgotamento e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas para universalização dos serviços; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; ações de emergência e contingência; e, mecanismos e procedimentos de avaliação do que foi planejado.

VI. **Atividade regulatória** - É a regulamentação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com o objetivo de assegurar a adequada prestação dos serviços, garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, **MUNICÍPIO** e **CORSAN** e zelar pelo equilíbrio sanitário.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 123 PMSM

Página 1618
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

VII. **SAA** - Sistema de Abastecimento de Água – É o conjunto obras, de instalações e de equipamentos, que tem por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água potável.

VIII. **SES** - Sistema de Esgotamento Sanitário – É o conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas.

DO OBJETO

CLÁUSULA QUARTA - O **MUNICÍPIO** delega à **CORSAN** a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo a exploração, execução de obras, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, bem como o serviço de coleta, recebimento e tratamento de efluentes domésticos de sistemas individuais e cargas externas, no 1º Distrito sede do **MUNICÍPIO**, áreas contíguas ao perímetro urbano ou núcleos urbanos isolados nas áreas rurais, devidamente identificados na Cláusula Quinta, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, bem como a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto, o faturamento e entrega de contas de água e esgoto, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica e, ainda, a Política Estadual de Saneamento.

Subcláusula Primeira - O **MUNICÍPIO** transfere à **CORSAN**, o direito e prerrogativa de cadastrar e conectar os usuários do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, de acordo com o estipulado no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto – RSAE, realizando também, a **CORSAN**, a cobrança pelos serviços prestados ou disponibilizados, nos termos regulamentados pelo Ente Regulador Delegado, sempre com base no Sistema Tarifário vigente.

Subcláusula Segunda - Os investimentos em esgotamento sanitário deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico e serão efetivados respeitada a viabilidade

CONTRATO nº 125/2018

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

econômico-financeira do Sistema e a obtenção de recursos financeiros necessários a sua execução, obedecidas as bases estabelecidas pelas Metas de Investimentos de curto, médio e Longo Prazos.

DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA - A delegação dos serviços ora outorgados abrangerá a área urbana da sede do **MUNICÍPIO**, áreas contínuas à zona urbana, as localidades do interior que já se encontram abrangidas pelo abastecimento dos serviços da Concessionária, bem com as localidades de Santa Flora (Sede do distrito, Colônia Pena e Colônia Pinheiro), Passo do Verde (Sede do distrito e Balneário do Passo do Verde), Pains (Sede do distrito e Passo Velho do Arenal), Santo Antão (Divino e Vila Etelvina) e Boca do Monte (Vila Esmeralda e Canabarro), Arroio do Só (Tronqueirão), São Valentin (Colônia Conceição), sendo que estas devem passar a ser atendidas gradativamente, sendo que todos os investimentos nos Distritos do Interior de Santa Maria devem obedecer ao cronograma financeiro do Anexo VI do presente contrato.

Subcláusula Primeira - A área de atuação poderá, também, contemplar novos aglomerados urbanos da zona rural, nos termos definidos em aditivo contratual a serem firmados. A obrigação de abastecimento por parte da **CORSAN** ocorrerá a partir de notificação do **MUNICÍPIO** à mesma, ou por iniciativa da primeira mediante ciência do **MUNICÍPIO**, em ambos os casos ouvidos os destinatários da prestação do serviço.

Subcláusula Segunda - Para efeitos deste contrato considera-se núcleo urbano distrital:

I. **Para efeitos de abastecimento de água**: quando existentes 50 ou mais economias em um diâmetro de 6 KM a partir da rede de distribuição da área urbana ou a partir de sistemas isolados com a utilização de poços profundos; nos casos em que houver povoamento mas que não seja atingido o índice citado anteriormente, serão adotadas medidas individuais, como poços artesianos, sendo que caberá à **CORSAN** o monitoramento de qualidade da água, em períodos mínimos anuais, a ser regrado em termo aditivo.

Página 1619
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 125 PMSM

Página 1620
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

II. **Para efeitos de esgotamento rural**: de acordo com o Plano Municipal de Saneamento, as situações não abrangidas pelo mesmo no momento em que houver a necessidade, resolver-se-ão por soluções individuais (fossas sépticas) com a prestação do serviço de limpeza e esgotamento desses sistemas individuais (fossas) pela **CORSAN**, no mínimo uma vez ao ano, com tarifa específica a ser ajustada entre as partes e homologada pelo regulador, diluída mensalmente na tarifa, ou em situações de caso fortuito ou força maior, o que poderá ocasionar a necessidade de limpeza das fossas mais de uma vez ao ano, ambas as situações regradas em convênio a parte. A limpeza anual é obrigatória em toda a área urbana desde que haja viabilidade técnica de acesso ao sistema de tratamento individual, a ser aferida em laudo técnico efetivado conjuntamente pelo **MUNICÍPIO** e pela **CORSAN** devendo ser apresentado à Prefeitura o cronograma de execução do referido serviço até 15 de fevereiro de cada ano, caso viável a prestação de tal serviço.

DO PRAZO CONTRATUAL

CLÁUSULA SEXTA - O Contrato vigorará pelo prazo de 03 (três) anos (PERÍODO DE TRANSIÇÃO I), seguido de 02 (dois) anos (PERÍODO DE TRANSIÇÃO II) e, não ocorrendo a rescisão de plano por descumprimento contratual nas fases I e II, por mais 30 anos, a contar da data da assinatura deste Contrato, totalizando 35 anos.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Contrato poderá ser prorrogado por igual período de 35 anos, por intermédio de Termo Aditivo, mediante manifestação expressa das partes com 01 (um) ano de antecedência.

DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO I – (ANOS 1, 2 e 3)

ANO 1 – primeiros 365 dias deste contrato.

ANO 2 – do dia 366 ao dia 730 deste contrato.

ANO 3 – do dia 731 ao dia 1095 deste contrato.

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 126 PMSM

Página 1621
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA OITAVA - Considerando-se a necessidade de resolver o contrato vigente entre as partes anteriormente a este, estipula-se o presente PERÍODO DE TRANSIÇÃO I, a fim de possibilitar que a CONCESSIONÁRIA cumpra integralmente as cláusulas contratuais inadimplidas previstas no contrato anterior, condição " sine qua non" para uma regular continuidade deste contrato. A **CORSAN** obriga-se, assim, nos termos da cláusula sétima, inc. IX, X e XII do contrato anterior, a, no prazo máximo de 03 (três) anos, entregar 100% das obras de implantação das redes coletores do sistema de esgotamento sanitário do Bairro Camobi, em inadimplência por descumprimento, além de 20% das obras relacionadas ao envio (elevatórias e emissários) e tratamento (ETE – ampliação ETE Lorenzi) do esgoto de Camobi, de acordo com cronograma físico-financeiro a ser apresentado ao **MUNICÍPIO** no prazo de 120 (cento e vinte) dias, visando zerar as pendências a fim de viabilizar a regular contratação do Concessionária pelo **MUNICÍPIO**.

Subcláusula Primeira – Caberá a **CORSAN** protocolar com 02 (dois) meses de antecedência ao término do Período de Transição I, junto ao **MUNICÍPIO**, documento pormenorizado de cumprimento cabal da cláusula oitava, "caput". Em contrapartida, caberá ao **MUNICÍPIO**, no prazo de 02 (dois) meses receber e atestar o fiel cumprimento do acordado. Caso contrário, interrompida qualquer etapa citada, e, não havendo o recebimento satisfatório das obras estipuladas no cronograma do Anexo V, ocorrerá de plano a resolução do presente contrato, ficando as partes livres de qualquer encargo.

Subcláusula Segunda – Havendo o descumprimento contratual da contratada, esta pagará ao Poder Concedente, a título de cláusula penal, o valor dos bens ainda não amortizados relacionados ao contrato anterior, limitados ao patamar de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o que representa aproximadamente 0,4% do valor do presente contrato. Convencionam as partes que tal valor pode ser compensado com a entrega dos bens não amortizados ao Poder Concedente.

Subcláusula Terceira – O cronograma físico-financeiro, bem como o projeto executivo das obras que contemplarão o período de transição I e II, estão estabelecidos no Anexo V, estando

6

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1622
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

devidamente acordado entre as partes, o qual será a referência para a prestação de contas e quitação dos períodos de transição.

Subcláusula Quarta – Podem as partes, em comum acordo, e em decorrência de caso fortuito ou força maior, alterar os prazos acima fixados.

DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO II – (ANOS 4 e 5)

ANO 4 – do dia 1096 ao dia 1460 deste contrato.

ANO 5 – do dia 1461 ao dia 1825 deste contrato.

CLÁUSULA NONA – Considerando a necessidade de adequar o presente contrato à capacidade de atuação da CONCESSIONÁRIA, estabelece-se o presente período para finalização de obras pendentes relativas ao contrato anterior. O ano 05 (cinco) demarcará o marco final do período de transição e da incidência de possíveis rescisões antecipadas do presente contrato em decorrência das pendências do contrato anterior. Caberá, assim, à **CORSAN** nos 02 (dois) anos subsequentes ao **PERÍODO DE TRANSIÇÃO I**, efetuar o término das obras relacionadas ao envio (elevatórias e emissários) e tratamento (ETE) do esgoto de Camobi remanescentes, totalizando, ao final dos 05 (cinco) primeiros anos de contrato, a universalização do bairro de Camobi com esgotamento sanitário, desde que tecnicamente viáveis.

Subcláusula Primeira – Caberá a **CONCESSIONÁRIA**, protocolar com dois meses de antecedência ao término do **Período de Transição II**, junto ao **MUNICÍPIO**, documento pormenorizado de cumprimento cabal da cláusula nona, "caput". Em contrapartida, caberá ao **MUNICÍPIO**, no prazo de 02 (dois) meses receber e atestar o fiel cumprimento do acordado. Caso contrário, interrompida qualquer etapa citada, e, não havendo o recebimento satisfatório das obras estipuladas no cronograma do Anexo V, ocorrerá a resolução de plano do presente contrato.

Subcláusula Segunda – Havendo o descumprimento contratual da contratada, esta pagará ao Poder Concedente, a título de cláusula penal, o valor dos bens ainda não amortizados relacionados ao contrato anterior, limitados ao patamar de R$ 200.000.000,00 (duzentos

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 128 PMSM

Página 1623
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

milhões de reais), o que representa aproximadamente 0,4% do valor do presente contrato. Convencionam as partes que tal valor pode ser compensado com a entrega dos bens não amortizados ao Poder Concedente.

Subcláusula Terceira – O cronograma físico-financeiro, bem como o projeto executivo das obras que contemplarão o período de transição I e II, estão estabelecidos no Anexo V, estando devidamente acordado entre as partes, o qual será a referência para a prestação de contas e quitação dos períodos de transição.

Subcláusula Quarta – Podem as partes, em comum acordo, e em decorrência de caso fortuito ou força maior, alterar os prazos acima fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA – Em havendo qualquer discordância entre as partes, no que se referir especificamente aos casos de resolução de plano do presente contrato durante o período de transição, caberá recurso apelatório no prazo de 15 (quinze) dias corridos, fundamentado e justificado, à Câmara de Julgamento Sumário.

Subcláusula Única – A Câmara de Julgamento Sumário (CJS), a ser formada em comum acordo entre as partes, será constituída por três integrantes, sendo um advogado e dois engenheiros, a serem nomeados pelo prefeito municipal, que terá 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente contrato para constituir a CJS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – As partes, conjuntamente, até o último dia do período de transição, farão o levantamento, amplo e retroativo desde o primeiro contrato já efetuado entre as partes, dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, inclusive composição da tarifa aplicada, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão relacionados aos contratos anteriores.

Subcláusula Primeira – A partir do resultado da apuração anterior, acordam as partes que todos os bens existentes na data da assinatura do presente contrato devem ser integralmente

ORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 129 PMSM

Página 1624
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

amortizados na vigência deste instrumento, através da tarifa estabelecida pela agência de regulação.

Subcláusula Segunda – Para perfectibilizar tal ajuste, as partes celebrarão acordo sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes. Tal ajuste será efetuado juntamente com o previsto para adequação da amortização dos bens do presente contrato, no ano 25, nos termos da Subcláusula Quinta da Cláusula Trigésima Sétima.

CLÁUSULAS GERAIS

DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Na prestação dos serviços, a **CORSAN** deverá:

I. Estabelecer, através de negociação com o **MUNICÍPIO** e com ciência expressa deste, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico, as ações necessárias, definindo prioridades, a serem consideradas para o estabelecimento do Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;

II. Operar e manter os serviços de abastecimento de água potável, incluindo a captação, bombeamento, tratamento, adução e distribuição da água, medição do consumo e o controle da qualidade da água, nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento, mantendo sempre, no mínimo, o acompanhamento do crescimento vegetativo real da população;

III. Operar e manter os serviços de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, transporte, tratamento e destino final do esgoto, nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento mantendo sempre, no mínimo, o acompanhamento do crescimento vegetativo real da população;

IV. Executar direta ou indiretamente estudos, projetos, obras e serviços, sempre de forma compatível com o Plano de Saneamento Básico, objetivando o adequado funcionamento

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 130 PMSM

Página 1625
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

dos serviços e o pleno atendimento dos usuários, observados os limites previstos na Meta de Investimentos de Longo Prazo;

V. Equacionar e solucionar, de forma satisfatória, eventuais problemas no funcionamento dos serviços, de acordo com o regulamento dos serviços; Fica convencionado entre as partes que sempre que uma ou mais ligações sofrerem com descontinuidade na prestação do serviço de fornecimento de água, a **CORSAN** terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas , a contar do registro da reclamação feita a ela, para plena regularização do serviço; caso cinco ou mais ligações fiquem mais de 24 (vinte e quatro) horas sem o fornecimento de água, ressalvadas situações que impliquem em intervenção em adutoras de água tratada ou água bruta, de fugas de água invisível, que necessitem serviços especializados de geofonia a serem realizados em horários noturnos, situações que sejam resultado de intervenções indevidas na rede de abastecimento por ocupações irregulares, bem como falta de energia nas estações de bombeamento, bem como aquelas excetuadas em resoluções editadas por Agência Reguladora dos serviços de saneamento, incidirá multa de 0,05% do faturamento bruto da Companhia em Santa Maria no último mês anterior à infração, além de multa diária de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), reajustado este valor pelo mesmo índice tarifário.

VI. Melhorar o nível de qualidade dos serviços, de acordo com a legislação atual e superveniente;

VII. Garantir a continuidade dos serviços;

VIII. Atender ao crescimento vegetativo populacional, promovendo as ampliações necessárias, de acordo com os objetivos e normas gerais dos planos oficiais de saneamento;

IX. Adotar tecnologia adequada e empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas pertinentes, garantam a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários;

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO PMSM

Página 1626
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

X. Executar ações visando à manutenção e conservação dos equipamentos e das instalações;

XI. Proceder os consertos e atualizações de equipamentos defasados, e caso não cumpra com o avençado nos Incisos VIII e IX, sofrerá notificação por parte do **MUNICÍPIO** para que os realize, tendo prazo de 90 (noventa) dias para atendimento, exceto situações já previstas no plano de trabalho. Nos casos em que necessária contratação de serviços ou aquisição de materiais e equipamentos que demandem processo licitatório, terá a **CORSAN** o prazo de 60 (sessenta) dias para publicação do respectivo edital. Tal notificação obriga a **CORSAN**, sob pena de multa diária de 1.000 UFMs, se injustificadamente descumprida.

XII. Programar e informar ao **MUNICÍPIO**, por escrito, as condições técnicas e financeiras, o prazo de início e de conclusão das obras e somente executá-las após a ciência expressa do mesmo.

Subcláusula Única - A **CORSAN** compromete-se a assessorar, tecnicamente, o MUNICÍPIO no processo das revisões periódicas do Plano de Saneamento Básico, previstas na Lei Federal nº 11.445/07.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I. Situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II. Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III. Negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 132 PMSM

Página 1627
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

V. Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

Subcláusula Única - As disposições contidas no "caput" serão aplicadas observada a legislação específica e as normas estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, em anexo.

DOS CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais serão aferidas por meio dos indicadores definidos no Anexo I deste contrato e demais normas regulamentares. As metas referidas serão definidas em comum acordo entre a **CORSAN** e o **MUNICÍPIO**, sendo necessária a participação e anuência deste no planejamento de expansão dos serviços, de acordo com PMSB.

Subcláusula Primeira - A **CORSAN** deverá apresentar relatórios anuais de medição dos indicadores referentes a cada contrato de prestação de serviços de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, integrantes do Sistema.

Subcláusula Segunda - A **CORSAN** deverá apresentar relatórios anuais de medição dos valores médios dos indicadores de todo o Sistema, relativos ao seu desempenho.

Subcláusula Terceira - As metas dos indicadores serão estabelecidas por meio de resolução do Ente Regulador delegado, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.075/98, observados os parâmetros definidos pelo Contrato de Gestão do Governo do Estado com a **CORSAN**.

Subcláusula Quarta - Os relatórios com os resultados dos indicadores devem ser encaminhados ao Ente Regulador delegado, anualmente, até 30 de abril do ano subsequente ao do exercício a que se referirem.

Subcláusula Quinta - Os indicadores de qualidade serão revistos nas mesmas datas das revisões tarifárias, por comissão instituída para este fim, sendo composta por servidores da **CORSAN**, do Ente Regulador delegado e de representantes dos municípios.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1628
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O cumprimento das normas relativas à qualidade dos serviços, estabelecidas neste contrato e demais disposições regulamentares, será aferido pelo **MUNICÍPIO** e pelo Ente Regulador delegado anualmente.

Subcláusula Única - Os resultados da verificação prevista nesta cláusula serão amplamente divulgados na rede mundial de computadores, sendo disponibilizado o material para o **MUNICÍPIO**, visando a divulgação também por este dos referidos indicadores, em página da web administrada pelo **MUNICÍPIO**.

DA POLÍTICA TARIFÁRIA PREÇO DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Pela prestação dos serviços que lhe são delegados por este Contrato, a **CORSAN** cobrará as tarifas discriminadas na Planilha da Estrutura Tarifária do Sistema (Anexo II), sendo estas implementadas pela **CORSAN**, e definidas através da agência reguladora.

Subcláusula Primeira - A Estrutura Tarifária do Sistema deve cobrir os custos operacionais eficientes, segundo o nível de qualidade dos serviços ofertados e assegurar a obtenção de um retorno justo e adequado dos investimentos e ainda a necessária provisão das depreciações do Sistema, observadas as condições do convênio de delegação celebrado entre o **MUNICÍPIO** e o Ente Regulador delegado.

Subcláusula Segunda - Para entrarem em vigor e serem cobradas dos usuários, as tarifas e suas alterações deverão ser homologadas pelo Ente Regulador delegado.

DO REAJUSTE TARIFÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os valores das tarifas serão reajustados em conformidade com as seguintes condições:

I. O reajuste ocorrerá sempre em 1° de junho de cada ano e será aplicado no faturamento da competência Junho;

CONTRATO Nº 125/2018

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 134 PMSM

Página 1629
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

II. Os reajustes serão concedidos pelo índice setorial, apurado em relação ao período anual de maio a abril.

DA REVISÃO TARIFÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O Ente Regulador delegado, de acordo com o previsto nesta cláusula, procederá às revisões dos valores das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos do Sistema, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, ouvidos o **MUNICÍPIO**, os usuários e a **CORSAN**.

Subcláusula Primeira - As revisões tarifárias serão realizadas a cada cinco anos, sempre no mês de junho.

Subcláusula Segunda - No ano em que ocorrer revisão dos valores da tarifa, o reajuste previsto na Cláusula Décima Sétima será substituído pela revisão.

Subcláusula Terceira - Os pedidos de revisões ordinárias das tarifas, acompanhados de todos os elementos e informações necessárias, serão encaminhados pela **CORSAN** ao Ente Regulador delegado, com pelo menos 90 dias de antecedência à data de sua vigência, a qual procederá aos trâmites para sua avaliação e aprovação ou denegação, integral ou parcial.

Subcláusula Quarta - Por sugestão das partes poderá ser realizada a readequação da estrutura tarifária.

DA REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - As partes reconhecem que as tarifas indicadas na Planilha de Estrutura Tarifária (Anexo II), em conjunto com as regras de reajuste e revisão descritas nas cláusulas anteriores, serão suficientes para a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

Subcláusula Única - Sempre que forem atendidas as condições do Sistema, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN SUPERINTENDÊNCIA

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 135 PMSM

Página 1630
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem às cláusulas anteriores, caso haja alterações significativas nos custos do Sistema, por solicitação desta ou da entidade de representação oficial do **MUNICÍPIO** de Santa Maria, devidamente comprovada por documentos encaminhados ao Ente Regulador delegado podendo, a qualquer tempo, proceder a revisão extraordinária das tarifas, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, nas seguintes hipóteses:

I. Quando houver necessidade de alterações significativas nas metas de investimentos, previstas no Plano Municipal de Saneamento do Município de Santa Maria, quando as mesmas implicarem substancial alteração nos índices de investimento, e afetado o equilíbrio financeiro do contrato, para mais ou pra menos, os valores das tarifas dos serviços necessárias para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema poderão ser revistos, por meio revisão tarifária em âmbito estadual que venha reequilibrar o sistema;

II. Quando houver a extinção do contrato por encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da empresa **CORSAN**;

III. Em decorrência de fatos extraordinários, fora do controle da **CORSAN** ou do **MUNICÍPIO**, em razão de:

a. Atos da natureza que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços;
b. Alterações drásticas na política tributária ou fiscal;
c. Ocorrência de outros fatos extraordinários admitidos e reconhecidos pelas partes que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - As fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

CONTRATO Nº 125/2018

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 136 PMSM

Página 1631
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Na exploração do serviço público, objeto deste Contrato, a CORSAN não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação federal, estadual e regulamento da **CORSAN**.

Subcláusula Única - Será vedada a concessão de isenção de pagamento de tarifas, inclusive a entes do Poder Público, visando garantir a manutenção da adequada prestação dos serviços e tratamento isonômico aos usuários do Sistema.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Ressalvado os impostos incidentes sobre a renda, a criação, a alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste contrato, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão das tarifas, para mais ou pra menos, conforme o caso.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - O **MUNICÍPIO** tem as seguintes obrigações:

I. Regulamentar a prestação do serviço, respeitando as prerrogativas do Ente Regulador Delegado;

II. Fiscalizar permanentemente o cumprimento do contrato;

III. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

IV. Ser cientificado dos reajustes;

V. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;

VI. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 137 PMSM

Página 1632
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

VII. Declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, outorgando poderes à **CORSAN** para promoção das desapropriações e para a constituição das servidões administrativas, a qual assumirá a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

VIII. Estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços;

IX. Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos aos serviços;

X. Instituir formas de controle social;

XI. Arcar com os custos necessários para a mudança de alinhamentos, perfis e nivelamento de qualquer logradouro, que exijam modificações ou remoções de canalizações, desde que não previstos nos cronogramas referidos na Cláusula Quarta, e tão somente quando forem executados por sua solicitação;

XII. Consultar a **CORSAN** sobre a viabilidade técnica da disponibilização dos serviços, antes de aprovar novos loteamentos, conjuntos habitacionais e instalações de novas indústrias, sendo que a **CORSAN** terá prazo de noventa dias para parecer técnico, sob pena de considerar-se positiva a viabilidade técnica. O prazo referido será computado apenas no período em que o processo estiver em análise na **CORSAN**, excluindo-se também o prazo de comparecimento;

XIII. Notificar expressamente a **CORSAN** sempre que forem adotadas medidas coletivas para solução de questões relacionadas ao saneamento, assim definidas pelo **MUNICÍPIO**, para que sejam estabelecidas parcerias com os empreendedores visando garantir a economicidade e eficiência da prestação do serviço, nos casos em que a Companhia não esteja atuando diretamente na área em questão;

XIV. Comunicar previamente a **CORSAN** a execução de obras e serviços no subsolo das vias públicas em que se localizam redes de infraestrutura dos serviços concedidos;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 138 PMSM

Página 1633
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

XV. Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção ambiental e de saúde pública, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento, no que couber, visando a preservação e a conservação do meio ambiente e da saúde pública;

XVI. Zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à vedação do aproveitamento de fontes alternativas de água, contribuindo com a vigilância sanitária na área da prestação dos serviços, nos termos dos artigos 96 e 104 do Decreto nº 23.430/74, que regulamentou a Lei Estadual nº 6.503/72 e parágrafo 2º do artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;

XVII. Exigir a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão as expensas dos usuários, nos termos da legislação municipal, do art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72 e do art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00 e artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;

XVIII. Anuir com a cobrança pela disponibilidade do serviço de esgotamento sanitário, nos termos definidos pelo Ente Regulador Delegado;

XIX. Exigir do munícipe ou do responsável pelo loteamento irregular, ou promover, consultada a **CORSAN**, a adequação da infraestrutura dos loteamentos, não autorizados ou irregulares, as condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece o contrato. Poderá ser firmado, entre a **CORSAN** e o **MUNICÍPIO**, convênio visando a adequação de loteamentos irregulares ou não autorizados, indo ao encontro de projetos da Companhia;

XX. Exigir do munícipe ou do responsável pelo loteamento irregular, ou promover, consultada a **CORSAN**, a adequação da infraestrutura das áreas de assentamentos informais, as condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema,

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 134 PMSM

Página 1634
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

nos termos do que estabelece o contrato. Poderá ser firmado, entre a **CORSAN** e o **MUNICÍPIO**, convênio visando a adequação de assentamentos informais, indo ao encontro de projetos da Companhia;

XXI. Estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização, visando ao estabelecimento das Metas de Investimentos de Longo Prazo;

XXII. Os sistemas de esgotamento sanitários existentes (ETEs, elevatórias de esgoto e redes coletoras de esgoto), à época da celebração deste instrumento contratual, deverão possuir licença de operação e estar em plenas condições técnicas de operação dentro dos padrões vigentes, conforme normas técnicas existentes e adotadas pela **CORSAN**, para que haja assunção pela Companhia;

XXIII. Realizar as revisões no Plano Municipal de Saneamento Básico periodicamente em prazo não superior a quatro anos;

XXIV. Autorizar a **CORSAN** a realizar as ligações de água em áreas de ocupação espontânea, satisfazendo as condições necessárias para implantação das redes de abastecimento de água;

XXV. Adequar o Plano Municipal de Saneamento Básico às metas e aos prazos registrados neste contrato em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da celebração deste instrumento contratual;

XXVI. Adotar os procedimentos para liberar o local, entre a BR 392 e RS 287, onde será executado emissário de esgoto da **CORSAN**, o qual dará funcionalidade ao Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Camobi, tomando todas as medidas necessárias para que a Companhia consiga implementar referido emissário. Caso ocorra a impossibilidade da **CORSAN** em realizar a obra, no prazo previsto, por fato não imputado à Companhia, as penalidades previstas nas Cláusulas Oitava e Nona, deste contrato, não poderão ser aplicadas;

CONTRATO nº 126/2018

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 140 PMSM

Página 1635
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

XXVII. Liberar para execução da obra prevista no item anterior (permissões de uso ou decretos de utilidade pública ou outros), em até trinta dias após solicitação formal da **CORSAN**, o trecho referido, objetivando viabilizar o cumprimento das Cláusulas Oitava e Nona;

XXVIII. Emitir o Licenciamento Ambiental do Sistema de Esgotamento Sanitário de Camobi, bem como da Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE e o Emissário de Camobi, desde que protocolado pedido que atenda integralmente a legislação aplicável, em até 90 dias a partir da formalização por parte da **CORSAN**. Casso ocorra a impossibilidade da **CORSAN** em realizar a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Santa Maria, no prazo previsto, por fato causado pelo **MUNICÍPIO**, as penalidades previstas nas Cláusulas Oitava e Nona, deste contrato, não poderão ser aplicadas.

XXIX. Criar o Fundo Pro-Saneamento, vinculado exclusivamente às questões relativas ao saneamento básico no município de Santa Maria, e informar expressamente a **CORSAN** sobre a legislação municipal respectiva, conselho gestor e dados bancários necessários aos repasses.

DOS DIREITOS E GARANTIAS DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Ao **MUNICÍPIO** são assegurados os seguintes direitos e garantias:

I. Estabelecer as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, considerando as Metas de Curto, Médio e de Longo Prazos para Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

II. Receber da **CORSAN** a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

III. A realização, pela **CORSAN**, dos investimentos necessários à expansão e à modernização dos serviços, dos equipamentos e das instalações, nos termos previstos nas Metas de Curto, Médio e de Longo Prazos de Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 141 PMSM

Página 1636
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

IV. Conhecer, prévia e expressamente, as obras que a **CORSAN** pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;

V. Estar isento de qualquer ônus de solidariedade com a **CORSAN** no caso de falta ou insuficiência de sinalização nas obras por ela realizadas nas vias públicas, durante toda a execução das mesmas;

VI. Receber, da **CORSAN**, no primeiro quadrimestre de cada ano, prestação de contas na forma estipulada no presente contrato;

VII. Ser ressarcido de todos os prejuízos que lhe forem causados em decorrência da execução dos serviços, conforme processo administrativo específico;

VIII. Ser consultado, prévia e expressamente, pela **CORSAN** de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados à prestação dos serviços, exclusivo do **MUNICÍPIO** de Santa Maria, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços;

IX. Receber, em quaisquer dos casos de extinção do contrato, o cadastro atualizado dos usuários dos serviços de água e de esgoto e do acervo técnico da prestação dos serviços, em meio digital;

X. Ser isento de qualquer ônus de solidariedade ou subsidiariedade em relação a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos serviços;

XI. Ter livre acesso dos encarregados da fiscalização do **MUNICÍPIO** e do Ente Regulador delegado, especialmente designados, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros, realizados pela **CORSAN**, relativos ou pertinentes ao contrato;

XII. Aplicar as penalidades previstas neste contrato;

21

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1637
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

XIII. Receber os bens reversíveis, nos termos deste contrato, em quaisquer das hipóteses de extinção do Contrato de Programa, conforme Subcláusula Quarta, Cláusula Trigésima Quinta;

XIV. Receber desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre valor faturado, pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário aos próprios municipais e também aos imóveis locados pelo **MUNICÍPIO**, ou em qualquer situação em que o responsável pela fatura seja diretamente o **MUNICÍPIO**, desde que no local sejam prestados serviços afetos à administração pública. As economias serão classificadas na Tarifa Empresarial, categoria de uso "Pública", sendo que em caso de inadimplência, poderá a **CORSAN** suspender a concessão do desconto; e

XV. Ter acesso ao sistema de cadastros de usuários do **MUNICÍPIO**, para fins de consulta, devendo ser disponibilizado o referido acesso com senhas às pessoas abaixo relacionadas:

a) Prefeito Municipal;

b) Procuradora Geral do Município;

c) Secretária de Regulação e Estruturação Urbana;

d) Secretário Executivo do Gabinete de Governança;

e) Secretário Municipal do Meio Ambiente;

f) Secretário Municipal de Finanças.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CORSAN

OBRIGAÇÕES DA CORSAN

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A **CORSAN** se obriga a:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 143 PMSM

Página 1638
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

I. Elaborar e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no Plano Plurianual de Investimentos do Sistema;

II. Entregar nos dois primeiros meses de cada ano planejamento com a descrição das obras ordinárias a serem realizadas durante todo o ano vigente, viabilizando o planejamento das obras de pavimentação do **MUNICÍPIO**;

III. Garantir a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;

IV. Dar ciência prévia e expressa ao **MUNICÍPIO** das obras que pretenda executar, em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência ou qualquer outra situação que exija manutenção imediata, protocolando pedido de autorização junto à Secretaria Municipal responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

V. Requerer autorização para obras e apresentar, quando necessário, projeto executivo e memorial descritivo da área que será realizada a intervenção, licença ambiental em vigor da jazida do material de empréstimo e ART de execução do responsável técnico;

VI. Divulgar na mídia local, quando tratar-se de serviços planejados, um dia antes da intervenção, os logradouros que receberão obras e melhorias, manutenção e implantação de redes de água e esgotamento sanitário; tal comunicação deverá informar expressamente o período da intervenção e previsão de tempo que os munícipes ficarão sem o funcionamento do sistema;

VII. Realizar os serviços em logradouros públicos continuamente, sem que as frentes de obras sejam abandonadas pelas equipes por período maior a 02 (duas) horas;

VIII. Realizar a repavimentação provisória, quando se tratar de serviços de natureza do SAA ou SES, em período que não pode ser superior a 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da abertura da vala. A repavimentação definitiva deverá ser concluída em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da abertura da vala.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

ORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 144 PMSM

Página 1639
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

IX. Realizar a pavimentação, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, quando se tratar de obras de expansão dos SAA e SES;

X. Sinalizar as obras nas vias públicas durante toda a sua execução, sendo que quaisquer danos causados a terceiros, em virtude de falta ou insuficiência de sinalização, serão da inteira responsabilidade da **CORSAN**;

XI. Apresentar ao **MUNICÍPIO**, no primeiro quadrimestre de cada ano, prestação de contas na forma da Cláusula Quadragésima Primeira;

XII. Publicar, anualmente, as demonstrações financeiras referentes ao Sistema na forma da legislação específica;

XIII. Executar os serviços, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao **MUNICÍPIO**, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo **MUNICÍPIO**, ou a quem este delegar, exclua ou atenue essa responsabilidade, exceto nos casos legais;

XIV. Responsabilizar-se pelo dano oriundo de ação ou omissão, e respectivo conserto que venha a ser causado ao **MUNICÍPIO**, estabelecendo-se, aqui, a garantia de um ano por todo e qualquer serviço prestado, tanto de manutenção preventiva quanto de reparos em geral decorrentes da prestação do serviço;

XV. Sempre que a concessionária realizar qualquer serviço de repavimentação no **MUNICÍPIO**, deverá, obrigatoriamente, efetuar o desassoreamento de bocas de lobo por material granular (areia, argila e brita) ou mesmo restos de materiais como canos, etc, provenientes da obra, e sua limpeza, sendo que somente serão considerados acabados os serviços após a manifestação expressa da Secretaria Municipal responsável de que foram atendidas as exigências acima, momento em que começará a fluir o prazo de uma ano do inciso XVI. Caso não seja realizado o serviço, caberá ao **MUNICÍPIO** a sua execução buscando, posteriormente, o ressarcimento financeiro dos custos do serviço junto à **CORSAN**;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN CUPE

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 145 PMSM

Página 1640
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

XVI. Executar a reconstituição e pintura de calçadas e meio fio, quando forem realizadas intervenções pela Companhia, de acordo com o existente anteriormente e/ou previsto na legislação para o local;

XVII. Realizar o depósito de material granular escavado das obras, na construção de valetas, de material de empréstimo para reaterro das valas ou de paralelepípedos que serão utilizados na repavimentação, durante consertos nas vias públicas, em caçambas metálicas móveis (ou paletes), vedado o depósito lateral sob o pavimento existente ao longo da via pública ou mesmo valeta, visando evitar-se o assoreamento no sistema de drenagem pluvial, bem como danos na pavimentação geral do logradouro. Caso não seja respeitado o determinado, caberá à **CORSAN** a repavimentação de todo o trecho danificado onde houver deslocamento de drenagem de forma indevida;

XVIII. Responsabilizar-se inteiramente pela sinalização noturna e diurna, nas obras relativas à sua prestação de serviços, devendo atentar sempre às normas de segurança. O não cumprimento desta cláusula ensejará o embargo do andamento da obra, inclusive durante sua execução, pela fiscalização municipal. Após a notificação a **CORSAN** terá 48 (quarenta e oito) horas para providenciar os elementos faltantes indicados pela fiscalização municipal. A multa após às 48 (quarenta e oito) horas da notificação da irregularidade da sinalização da obra sem regularização, será por hora de descumprimento, sendo que na primeira hora a multa será de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e cada hora excedente de descumprimento será no valor de R$ 1.000,00 (mil reais);

XIX. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, as cláusulas contratuais e a legislação relativa à prestação dos serviços;

XX. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXI. Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços e zelar pela sua integridade, segurando-os adequadamente, e informar ao **MUNICÍPIO**, prévia e expressamente, dependendo de aceitação expressa do **MUNICÍPIO**, qualquer

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 146 PMSM

Página 1641
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados aos serviços exclusivos do Município de Santa Maria, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da sua prestação;

XXII. Organizar e manter, permanentemente atualizado, o cadastro dos respectivos usuários, com acesso liberado a um número restrito de servidores do **MUNICÍPIO**, nos termos do Inciso XV, da Cláusula Vigésima Quinta;

XXIII. Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo pelos eventuais danos causados em decorrência da prestação dos serviços;

XXIV. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e encargos decorrentes das obrigações relacionadas à prestação dos serviços;

XXV. Permitir aos encarregados da fiscalização do **MUNICÍPIO** e do Ente Regulador delegado, especialmente designados, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como a seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;

XXVI. Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública, em especial, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento;

XXVII. Expedir os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço sumidouro, fossa e filtro biológico, ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do **MUNICÍPIO**;

XXVIII. Encaminhar o Plano Plurianual de Investimentos, previsto na Cláusula Décima Segunda, ao Ente Regulador delegado e disponibilizá-lo ao **MUNICÍPIO**;

XXIX. Atender as exigências da fiscalização do **MUNICÍPIO** no que refere à reparação de vias e passeios públicos, poços de visita (PV), vazamentos, e outros similares, quando de

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

ORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 147 PMSM

Página 1642
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

competência da **CORSAN**, sob pena de ter de refazê-los, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, até que sejam liberados pela respectiva fiscalização;

XXX. Operar os sistemas de esgotamento sanitários existentes (ETEs, Elevatórias de Esgoto e Redes Coletoras de Esgoto), à época da celebração deste instrumento contratual, desde que possuam licença de operação e estiverem em plenas condições técnicas de operação dentro dos padrões vigentes, conforme normas técnicas existentes e adotadas pela **CORSAN**;

XXXI. Incluir na categoria de tarifa social população beneficiada com programas de transferência de renda Federal, Estadual e/ou Municipal, moradores do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa I, bem como os portadores de atestado de vulnerabilidade social, fornecidos pelo **MUNICÍPIO**, facultada à **CORSAN** a verificação das condições atestadas. Para concessão do benefício mencionado deverão ser observados o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto da **CORSAN** e a legislação em vigor.

XXXII. Firmar parcerias com os empreendedores/loteadores do **MUNICÍPIO**, nas áreas externas ao empreendimento/loteamento, quando houver viabilidade técnica e econômico-financeira e quando acionado pelo **MUNICÍPIO**, a fim de garantir soluções definitivas e coletivas em áreas em que haja previsão de expansão futura de zoneamento, segundo o plano diretor municipal e orientações do IPLAN. Na referida parceria, caberá, no mínimo, à **CORSAN**, fornecer a tubulação/material adequado para a solução definitiva prevendo o futuro da expansão urbana;

Sistema de Esgotamento Sanitário – SES

XXXIII. Cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico para Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES, conforme metas previstas na revisão do PMSB;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1643
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

XXXIV. Construir em até 18 (dezoito) meses, após a assinatura do contrato, não computado em tal prazo o período de liberação para Licenciamento Ambiental, a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE simplificada planejada para atendimento da região denominada KM3, loteamento Estação dos Ventos, sendo que fica convencionado que o terreno para a construção da ETE deverá ser disponibilizado pela Prefeitura, sendo fundamental para o cumprimento do prazo avençado. A **CORSAN** terá 60 dias, a contar da indicação do imóvel destinado à ETE, para dar entrada na Prefeitura da documentação completa de solicitação da licença ambiental;

XXXV. Recadastrar as redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em até 06 (seis) anos da assinatura deste instrumento contratual, devendo fornecer cópia do material ao **MUNICÍPIO**;

Sistema de Abastecimento de Água – SAA

XXXVI. Cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico para Universalização do Sistema de Abastecimento de Água – SAA;

XXXVII. Substituir os hidrômetros com mais de cinco anos de funcionamento, bem como aqueles que estejam operando fora de sua faixa ideal de consumo, dentro do prazo previsto no PMSB;

XXXVIII. Realizar ligações de água em áreas de ocupação espontânea, após satisfeitas pelo **MUNICÍPIO** as condições necessárias para implantação das redes de abastecimento de água, no prazo estipulado no Plano Municipal de Saneamento Básico;

XXXIX. Elaborar plano de ação de fiscalização de perdas físicas no Sistema de Abastecimento de Água na área de delegação, em até 02 (dois) anos após celebração deste instrumento, conforme metas previstas no PMSA, ou revisão posterior;

XL. Realizar plano de adequação e manutenção das estruturas do sistema de abastecimento de água, no prazo estabelecido no PMSA;

XLI. Ampliar e universalizar o SAA da área de delegação, nos prazos estabelecidos no PMSA;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 3º Andar - Centro - Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3921.7013 - E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 149 PMSM

Página 1644
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 29
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

XLII. Instalar macromedidores de água, nos termos definidos no Plano Municipal de Saneamento Básico;

XLIII. Entregar cadastro em meio digital das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário existentes e discriminadas pelo tipo de material no primeiro ano de assinatura do presente contrato ao **MUNICÍPIO**;

XLIV. Fornecer, sempre que solicitado pelo **MUNICÍPIO**, em até 30 dias, informações gerais, dados, tecnologias aplicadas, plantas e relatório do estado das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário e do cronograma de ações no **MUNICÍPIO**;

XLV. Realizar a substituição das redes de abastecimento de água de amianto e/ ou precárias, assim definidas por avaliação técnica do **MUNICÍPIO** e da **CORSAN**, em até 15 (quinze) anos após a celebração deste contrato;

XLVI. Capacitar operadores indicados pela administração municipal para realização do monitoramento e da coleta da água para abastecimento das localidades de pequeno porte (sistema ou solução alternativa comunitária). Receber as amostras mensais transportadas pelos mesmos, executar as análises, com custos diferenciados (50% de desconto), e enviar à Secretaria Municipal da Saúde o respectivo laudo para controle da qualidade da água distribuída, quando solicitado;

XLVII. Efetuar repasse financeiro ao **MUNICÍPIO**, via Fundo Pro-saneamento, no valor de R$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), sendo repassado o valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) no primeiro ano de contrato, em quatro parcelas mensais e consecutivas a contar da assinatura do presente contrato. O valor restante de R$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) será dividido em duas parcelas anuais de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) cada, as quais serão divididas também em 4 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), a serem pagas entre janeiro e abril de 2019 e janeiro e abril de 2020;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN UFEJ

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 150 PMSM

Página 1645
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

XLVIII. Efetuar repasse financeiro ao **MUNICÍPIO**, via Fundo Pro-Saneamento, do valor correspondente a 6% (seis por cento) do faturamento bruto mensal gerado no **MUNICÍPIO** de Santa Maria, descontados os tributos PIS e COFINS, bem como a taxa de risco do negócio (1%), a partir do quinto ano até o trigésimo quinto ano do contrato;

XLIX. Efetuar repasse financeiro ao **MUNICÍPIO**, no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) no primeiro mês de contrato, livre de qualquer vinculação, ainda no período de transição, a título de indenização, concernente ao passivo relacionado às intervenções realizadas pela **CORSAN** no **MUNICÍPIO** de Santa Maria, cuja recomposição do pavimento foi irregular; e

L. Repassar, ainda a título de compensação/indenização, para o **MUNICÍPIO**, o valor de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para a obra de interligação entre a BR 392 a RS 287, onde será executado emissário de esgoto da **CORSAN**. Os repasses ocorrerão de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, em decorrência do avanço das licitações respectivas. Os valores serão repassados ao **MUNICÍPIO**, no máximo em 30 dias corridos da notificação deste à **CORSAN**, de acordo com o andamento da licitação e respectiva execução dos serviços, sendo que os valores repassados permanecerão vinculados à execução da obra e respectiva prestação de contas à **CORSAN**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A **CORSAN** deverá manter, gratuitamente, serviço de atendimento aos usuários para registro protocolado das suas solicitações, sugestões e reclamações, bem como das soluções e respostas apresentadas, de acordo com os prazos legais e regulamentares, devendo sempre fornecer ao usuário protocolo comprobatório da comunicação, com os correspondentes dia e horário.

Subcláusula Única – O Serviço de Atendimento ao Consumidor deverá ser local, de forma presencial e por meio de Ouvidoria, devendo ser fornecido relatório bimestral das atividades ao município, por meio eletrônico.

CORSAN UEJ

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 151 PMSM

Página 1646
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Em relação ao lodo e demais resíduos orgânicos resultantes das estações de tratamento, em que pese atualmente não tenhamos tratamento local, fica estabelecido o Protocolo de Intenções entre o **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**, para viabilização de alternativa local.

Subcláusula Primeira – A **CORSAN** compromete-se a entregar, no prazo de 01 (um) ano após a assinatura do contrato, estudo técnico com a caracterização do lodo oriundo das estações de tratamento de água e esgoto do **MUNICÍPIO**, o que viabilizará concluir-se qual a melhor forma de tratamento e aproveitamento dos resíduos.

Subcláusula Segunda – Ficam as partes comprometidas a, nos anos de 2019 e 2020, partindo dos estudos a serem entregues, viabilizarem, de forma conjunta, uma alternativa estrutural para tratamento local do lodo, tanto por usina de compostagem ou algo similar (em PPP ou por exploração própria), independentemente das centrais de desidratação de lodo previstas ou que se façam necessárias.

DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CORSAN

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - Na exploração do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a **CORSAN** poderá:

I. Utilizar-se de vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal, para o fim específico de execução do objeto do presente Contrato, competindo ao **MUNICÍPIO**, observando e respeitando o objeto deste contrato, estabelecer as condições de sua utilização, bem como a sujeição das obras aos regulamentos específicos vigentes no **MUNICÍPIO**;

II. Suspender o abastecimento de água de usuários inadimplentes, observado o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Federal n.º 11.445/07;

III. Aplicar os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN UNIDADE JURÍDICA

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 152 PMSM

Página 1647
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

sumidouro, fossa e filtro biológico, ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do **MUNICÍPIO**;

IV. Aplicar o disposto no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto;

V. Nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes do Sistema, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Sem prejuízo das responsabilidades referidas neste Contrato, a **CORSAN** poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, inclusive Parcerias Público Privadas - PPP.

Subcláusula Primeira - Os contratos celebrados entre a **CORSAN** e os terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o **MUNICÍPIO**.

Subcláusula Segunda - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares do serviço delegado.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei nº 8.987/95, do art. 9º da Lei Federal n.º 11.445/07 e do Código de Defesa do Consumidor, são direitos dos usuários:

I. Receber serviço adequado;

II. Receber do **MUNICÍPIO** e da **CORSAN** informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III. Receber da **CORSAN**, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para a escolha do dia de vencimento de seus débitos;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN UFE

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 153 PMSM

Página 1648
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

IV. Atendimento, pela **CORSAN**, dos pedidos de seu interesse, nos prazos e condições fixados neste contrato e nas normas e regulamentos editados pelo Ente Regulador Delegado, sendo-lhe garantida a prestação do serviço, independentemente do pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante;

V. Receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de:

a. Deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora;
b. Má utilização das instalações;
c. Caso fortuito ou força maior;
d. Prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos.

VI. Acesso ao Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto e elaborado nos termos deste contrato;

VII. Acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA- Sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, são deveres dos usuários:

I. Levar ao conhecimento do **MUNICÍPIO** e da **CORSAN** as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

II. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela **CORSAN** na prestação do serviço;

III. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 154 PMSM

Página 1649
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

IV. Requerer a **CORSAN** a ligação de seus imóveis aos serviços, conforme determinam o art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72, e o art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00, excetuando-se da obrigatoriedade as situações de impossibilidade técnica;

V. Arcar com o custo das ligações de seus prédios ao serviço;

VI. Permitir o livre acesso da **CORSAN** para o exame das instalações hidráulico-sanitárias prediais em qualquer tempo.

Subcláusula Única - Para atendimento das solicitações de ligação aos serviços, serão verificadas as possibilidades de atendimento pela **CORSAN**, observadas normas e regulamentos.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - A fiscalização periódica da execução dos serviços cabe ao **MUNICÍPIO** e ao Ente Regulador Delegado, nos termos do convênio de delegação firmado com o **MUNICÍPIO**. Poderá contar, também, com a cooperação dos usuários, por comissão composta por representantes do **MUNICÍPIO**, do Ente Regulador delegado, da **CORSAN** e dos usuários, nos termos de norma regulamentar, se assim for o interesse local.

Subcláusula Única - No exercício da fiscalização, a comissão referida no caput terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da **CORSAN** e poderá acompanhar os serviços de controle de qualidade e a execução das obras e serviços.

DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Pelo descumprimento das disposições contratuais especificadas em Regulamento próprio, a **CORSAN** estará sujeita às seguintes penalidades:

I. Advertência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos neste Contrato ou em instrumentos complementares;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 155 PMSM

Página 1650
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 35
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

II. Em caso de inobservância da advertência, multa de até 2% (dois por cento), proporcional à gravidade da infração, sobre o valor arrecadado pela **CORSAN**, no **MUNICÍPIO**, nos três meses imediatamente anteriores à notificação;

III. Contrapropaganda, quando a **CORSAN** incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

Subcláusula Primeira - Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 02 (dois) anos, contado da data do recebimento do Termo de Notificação – TN, a penalidade a ser aplicada será de multa em dobro, observado o limite estabelecido no inciso II da Cláusula Trigésima Quarta do Contrato de Programa, a ser fixada considerando-se:

a. As situações agravantes e atenuantes;
b. A extensão do dano causado ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros;
c. A vantagem eventualmente auferida com a infração; e
d. A condição econômica da infratora.

Subcláusula Segunda - O Regulamento referido nesta Cláusula é parte integrante do presente instrumento.

Subcláusula Terceira - As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo previsto no regulamento, em que se assegure à parte inadimplente amplo direito de defesa e o contraditório.

Subcláusula Quarta - A **CORSAN** não estará sujeita às penalidades previstas no Contrato se comprovado que a não realização da obrigação específica decorreu de fato, ato ou circunstância imputada unicamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros.

DA EXTINÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A delegação da prestação de serviços extingue-se nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Federal nº 8.987/95, art. 35 e parágrafos, por:

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 156 PMSM

Página 1651
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

a. Advento do termo contratual ou de sua prorrogação;

b. Encampação;

c. Acordo formal entre o **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**;

d. Caducidade;

e. Rescisão;

f. Anulação;

g. Extinção da **CORSAN**;

h. A **CORSAN** deixar de integrar a Administração Indireta do Estado; e

i. Ocorrer a resolução de plano do presente contrato prevista nas Cláusulas oitava e nona (período de transição) deste instrumento, respeitado o período recursal à CJS, se for o caso.

Subcláusula Primeira - A extinção somente se efetivará com a consequente entrega ao **MUNICÍPIO** de todas as instalações, móveis e equipamentos relativos aos serviços, considerados como bens e direitos reversíveis da delegação.

Subcláusula Segunda - Extinta a delegação da prestação de serviços haverá a imediata assunção dos mesmos pelo **MUNICÍPIO**.

Subcláusula Terceira - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo **MUNICÍPIO**, de todos os bens reversíveis.

Subcláusula Quarta - Com a extinção da delegação da prestação de serviços, por expiração normal do prazo contratual, todos os bens existentes na data da assinatura do presente contrato, ou seja, referentes aos contratos anteriores, atualmente de posse da concessionária, passam para propriedade do **MUNICÍPIO**, devendo os mesmos serem integralmente amortizados na vigência do presente contrato, utilizando-se de receitas emergentes do mesmo, nos termos da lei e deste contrato. Os bens que passarem a integrar o patrimônio da **CORSAN** no **MUNICÍPIO** de Santa Maria em decorrência do presente contrato, serão apurados e, feita a perícia em relação à sua amortização, serão indenizados.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 157 PMSM

Subcláusula Quinta – Com a extinção da Concessão de forma unilateral por parte do **MUNICÍPIO**, em face de encampação, bem como por acordo entre os contratantes, a amortização dos bens dar-se-á de acordo com a legislação vigente quando da extinção da prestação de serviços, respeitado o avençado no presente contrato.

Subcláusula Sexta – Ao final da realização dos investimentos previstos no Plano Municipal de Saneamento Ambiental, tendo por base os hoje elencados no referido PMS (aproximadamente 25 anos), far-se-á uma avaliação dos bens existentes, visando verificar se os mesmos foram ou não amortizados. Em caso positivo, ao final do contrato, o **MUNICÍPIO** não terá nada a indenizar à **CORSAN**, exceto novos investimentos. Caso ainda persistam valores a amortizar poderá ser estendido o prazo de delegação do Contrato de Programa ou ocorrer compensação dos valores a receber pelo **MUNICÍPIO** através do Fundo Pró-Saneamento ou indenizar à **CORSAN** ao final do Contrato de Programa ou, ainda, optar-se pela amortização acelerada nos 10 anos faltantes. Neste momento também será **feito o encontro de contas de eventuais pendências financeiras apuradas na perícia do contrato anterior, devendo estas serem resolvidas em conjunto e nos mesmos moldes da solução que for escolhida para solução das pendências do atual contrato;**

Subcláusula Sétima - Havendo o descumprimento contratual da contratada, esta pagará ao Poder Concedente, a título de cláusula penal, o valor dos bens ainda não amortizados, limitados ao patamar de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o que representa aproximadamente 0,4% do valor do presente contrato. Convencionam as partes que tal valor pode ser compensado com a entrega dos bens não amortizados ao Poder Concedente. O pagamento da referida cláusula penal será devido nos seguintes casos de extinção do contrato de forma unilateral pela **CORSAN**:

a. Rescisão pela **CORSAN**, sem que o **MUNICÍPIO** tenha dado causa;
b. Por transferência da delegação dos serviços ou do controle societário da **CORSAN**;
c. Por extinção da **CORSAN**;
d. Por deixar a **CORSAN** de integrar a administração indireta do Estado;
e. Por anulação do Contrato; e
f. Nos casos de resolução de plano do presente contrato previstos no período de transição.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Página 1652
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 37
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 158 PMSM

Página 1653
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 38
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

DOS BENS QUE INTEGRAM A DELEGAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - A delegação da prestação de serviços é integrada pelos bens tangíveis e intangíveis afetos à prestação dos serviços, existentes na data de assinatura deste contrato, ou que a ela venham a ser integrados, mediante prévia edição de lei específica na área da delegação dos serviços; descritos no inventário de bens, conforme Anexo IV, e atualizações anuais.

Subcláusula Primeira - Na assinatura deste contrato, os bens de propriedade do MUNICÍPIO destinados à execução dos serviços, serão transferidos ao patrimônio da CORSAN, mediante prévia avaliação, cujo valor será lançado à conta da depreciação.

Subcláusula Segunda - Os bens deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso, de forma que, quando revertidos ao **MUNICÍPIO**, se encontrem em estado normal de uso, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.

DA REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA DELEGAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - A reversão dos bens far-se-á para o **MUNICÍPIO** com o advento do termo contratual, sendo que o cálculo de eventual indenização devida, caso não amortizados os investimentos será efetivado nos termos das Cláusulas Trigésima Quinta e Trigésima Oitava. Com a extinção pelo transcurso normal do tempo do contrato, considerando-se amortizados todos os bens necessários para a concretização do presente instrumento contratual no decorrer dos 35 (trinta e cinco) anos em relação aos bens adquiridos na vigência dos contratos anteriores, observando o previsto na Subcláusula Quarta da Cláusula Trigésima Quinta.

Subcláusula Primeira - Na extinção do contrato, após o procedimento dos levantamentos e avaliações previstos nas Cláusulas Décima Primeira, Trigésima Quinta e Trigésima Sexta, será lavrado termo de devolução e reversão dos bens, a serem devidamente identificados.

Subcláusula Segunda – Os bens deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso, de forma que, quando revertidos ao **MUNICÍPIO**, se encontrem em estado normal de uso, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 159 PMSM

Página 1654
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 39
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula Terceira - As partes convencionam que, em relação ao patrimônio existente quando da celebração do presente contrato, na forma do art. 58 da Lei 11.445/07, farão o levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis, composição tarifária e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, tudo apurado e auditado por instituição especializada, eleita de comum acordo pelas partes.

Subcláusula Quarta - Os bens que integram o Laudo Patrimonial que será entregue, integram a política de amortização do presente contrato sendo aplicável o disposto no caput deste artigo.

Subcláusula Quinta – Em relação à amortização dos bens que venham a integrar o patrimônio da **CORSAN** em decorrência dos investimentos feitos pelo presente contrato, fica estabelecido entre as partes que, fechados 25 anos de contrato, período previsto para integralização do cumprimento do PMSB, as partes contratarão perícia especializada para apuração dos valores dos referidos bens que já foram amortizados, bem como dos bens que ainda faltam amortizar. Feito isso, caberá ao **MUNICÍPIO** optar por eventual indenização ao final dos 35 anos ou por uma amortização acelerada, nos 10 anos faltantes.

DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS À CORSAN

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Em qualquer das hipóteses de extinção da delegação da prestação dos serviços será apurado se o **MUNICÍPIO** deverá indenizar a **CORSAN**, observadas as condições estabelecidas nesta cláusula e neste Contrato de Programa.

Subcláusula Primeira - Serão procedidos os levantamentos e avaliações necessários visando apurar os valores eventualmente devidos.

Subcláusula Segunda - Os critérios a serem utilizados como parâmetros para o cálculo da indenização, a ser elaborado por perito, serão:

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 60 PMSM

Página 1655
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 40
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

I. Os registros contábeis apropriados, nos quais constarão os registros dos bens e dos investimentos realizados no Sistema;

II. O valor de mercado dos bens patrimoniais, apurado através de avaliação, consideradas a depreciação ou amortização contábil e as reais condições de uso e/ou operacionalidade dos bens existentes;

III. Os bens públicos móveis e imóveis destinados à execução dos serviços, existentes quando da delegação destes e transferidos à **CORSAN**, terão seus valores depreciados e descontados do montante apurado a título de indenização;

IV. Incidência da indenização sobre as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade dos serviços concedidos;

V. Não serão computados os valores referentes aos investimentos realizados pelo **MUNICÍPIO**, inclusive os investimentos oriundos de recursos não onerosos, por proprietários ou incorporadoras de loteamentos, conforme estabelecido no presente Contrato, a partir de sua vigência, ou mesmo por repasses a fundo perdido, efetuados pela União, por outros entes federados ou instituições financeiras aos mesmos vinculadas e que não tenham sido suportados pela **CORSAN**;

Subcláusula Terceira - A atualização monetária será calculada pelos mesmos índices aplicados no reajuste tarifário.

Subcláusula Quarta - Do valor apurado, a título de eventual indenização, poderão ser descontados os créditos decorrentes de multas contratuais e danos provocados pela **CORSAN**, até o limite dos prejuízos causados ao **MUNICÍPIO**.

DOS INVESTIMENTOS E DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Quaisquer valores ou bens que entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinarem ao **MUNICÍPIO** para aplicação nos serviços, objeto deste contrato, poderão ser recebidos diretamente pela **CORSAN**, nos termos da Lei.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 161 PMSM

Página 1656
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 41
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula Primeira - Os investimentos realizados pelas partes contratantes serão contabilizados em favor de quem suportou seu pagamento.

Subcláusula Segunda - Os investimentos realizados com recursos não onerosos obtidos pelos contratantes não serão remunerados e tampouco indenizáveis a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Caberá aos proprietários ou incorporadores a execução dos projetos e obras dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos loteamentos particulares, nos termos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sendo que a ligação destas infraestruturas à rede é condicionada a sua prévia entrega à **CORSAN**. Poderá o **MUNICÍPIO** estabelecer casos em que são aconselhadas parcerias entre o incorporador e **CORSAN**, mediados pelo **MUNICÍPIO**, para execução de obras coletivas definitivas, que envolvam o lado externo do condomínio/loteamento, em conexão ao ponto de tomada do empreendimento, de acordo com a Cláusula Vigésima Sexta, Inciso XXXII.

Subcláusula Primeira - Os projetos referidos no "caput" deverão ter aprovação da CORSAN, a quem fica atribuída, consequentemente, a fiscalização da execução das obras.

Subcláusula Segunda – A infraestrutura de água e esgotamento sanitário referidos nesta cláusula não serão considerados como investimentos para fins de remuneração e indenização, respeitando-se o investimento no todo ou em parte suportado pela **CORSAN**.

Subcláusula Terceira – Os investimentos realizados em parceria, tal como definidos nesta cláusula, serão avaliados e computados para o cálculo de eventual indenização devida à **CORSAN** em relação aos investimentos por ela realizados.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - Anualmente, até o final do quarto mês do exercício civil, a **CORSAN** prestará contas ao **MUNICÍPIO** e ao Ente Regulador delegado, da gestão dos serviços concedidos, mediante apresentação de:

I. Relatórios, expedidos na forma a ser estabelecida pelo Ente Regulador delegado e segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, relativos:

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 162 PMSM

Página 1657
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 42
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

a. À execução dos estudos, projetos e obras previstos no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;
b. Ao Desempenho Operacional da delegação que contenha informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;
c. Ao registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços;
d. Ao desempenho operacional, econômico e financeiro.

II. Demonstrações financeiras do Sistema e as individualizadas em nome do **MUNICÍPIO**;

III. Demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros captados pela **CORSAN** ou pela Administração Municipal, vinculados ao **MUNICÍPIO**.

DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - A solução amigável das eventuais divergências entre as partes, relativamente à aplicação das disposições deste contrato, será mediada pelo Ente Regulador delegado nos termos do regrado no Anexo III, podendo ser constituído um comitê de solução de controvérsias em comum acordo.

DO FUNDO PRO-SANEAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA- O Fundo pró-saneamento, aprovado pela Diretoria Colegiada da **CORSAN**, Ata Nº 10/2018, de 05 de março de 2018, tem por objetivo garantir, de forma prioritária, investimentos em saneamento básico no município de Santa Maria, compreendido em sua integralidade, com gestão exclusiva do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – Os recursos que constituirão o Fundo Municipal, serão decorrentes de:

I. Aporte de Recursos financeiros no valor de R$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), sendo repassado o valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) no primeiro ano de contrato, em quatro parcelas iguais, mensais e consecutivas a contar da assinatura do presente contrato. O valor restante de R$ 36.000.000,00 (trinta e seis

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 163 PMSM

Página 1658
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 43
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

milhões de reais) será dividido em duas parcelas anuais de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) cada, as quais serão divididas também em 4 parcelas iguais, mensais e consecutivas R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), a serem pagas entre janeiro e abril de 2019 e janeiro e abril de 2020; conforme também descrito no inciso XLVII, da Cláusula Vigésima Sexta, deste contrato.

II. 6,00% (seis por cento) do faturamento mensal bruto gerado no município de Santa Maria, descontados os tributos de PIS (1,65%), COFINS (7,60%), bem com a taxa de risco do negócio (1%), a partir do ano 5 até o ano 35 do contrato; conforme também descrito no inciso XLVII, da Cláusula Vigésima Sexta, deste instrumento contratual.

Subcláusula Primeira – A **CORSAN** efetuará o primeiro cálculo do fundo, com base no faturamento do quadragésimo sétimo mês da assinatura deste contrato, nos termos do inciso II desta cláusula.

Subcláusula Segunda – A **CORSAN** efetuará o primeiro depósito referente ao valor calculado no Inciso II, até o último dia útil do segundo mês subsequente à competência apurada, ao término do quadragésimo nono mês. E os demais depósitos até o último dia útil dos meses subsequentes ao mês do faturamento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – Os recursos que constituirão o Fundo Pró-Saneamento serão repassados à Prefeitura Municipal, para aplicação em qualquer um dos quatro componentes do serviço de saneamento básico constantes da Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

Subcláusula Primeira – Os créditos dos recursos financeiros decorrentes dos incisos I e II da cláusula anterior serão depositados em conta bancária vinculada, específica e exclusiva, a ser criada pelo **MUNICÍPIO**, sob sua titularidade, o qual terá plena gestão sobre os referidos recursos, sendo expressamente vedado o desvio de finalidade.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 164 PMSM

Página 1659
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 44
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula Segunda – A Prefeitura deverá informar os dados da conta bancária em até 15 dias após a assinatura do presente contrato.

Subcláusula Terceira – O **MUNICÍPIO** manterá registro contábil e arquivos com os documentos relativos aos gastos efetuados com os recursos do Fundo Pró-Saneamento que trata esta cláusula, objetivando viabilizar o acesso às informações á **CORSAN**, a qualquer cidadão, bem como demais órgãos de controle.

Subcláusula Quarta – Anualmente, até o final do quarto mês do exercício civil, o **MUNICÍPIO** prestará contas à **CORSAN** e ao Ente Regulador Delegado, da aplicação dos recursos recebidos via Fundo Pró-saneamento, mediante apresentação de demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros repassados ao referido fundo.

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DO MUNICÍPIO E DA CORSAN PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – Como forma de assegurar a exequibilidade das disposições contratuais estabelecidas pelas partes, visando o atendimento das diretrizes contidas na Lei Federal 11.445/2007, na Lei Estadual 11.520 de 03/08/2000 e neste Contrato:

I. A **CORSAN** assume a obrigação de universalizar o Sistema de Esgotamento Sanitário, na sede urbana do **MUNICÍPIO**, dentro do período contratual, observadas as cláusulas do presente contrato, o crescimento vegetativo da população e o Plano Municipal de Saneamento Básico;

II. Como estímulo à ligação dos imóveis situados em logradouros beneficiados com redes coletoras de esgotamento sanitário, a **CORSAN** efetuará a cobrança inicial pelos serviços da seguinte forma:

Solicitação de ligação do imóvel a rede	Carência para início da cobrança

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 165 PMSM

Página 1660
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 45
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

coletora de esgoto	
Até 30 dias após a visita/comunicado da **CORSAN**	Início do faturamento após seis meses da ligação
Entre 30 e 60 dias após a visita/comunicado da **CORSAN**	Início do faturamento após três meses da ligação
Após 60 dias da visita/comunicado da **CORSAN**	Início do faturamento a partir do pedido de ligação

III. A **CORSAN** está autorizada a efetuar a cobrança pelos serviços, considerando a sua disponibilidade e obrigatoriedade de conexão definida por regramento do Ente Regulador Delegado.

IV. Não acontecendo a autorização legal prevista no inciso anterior, fica o **MUNICÍPIO** obrigado a rever as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico para a implantação da infraestrutura de esgotamento sanitário, adequando-as às receitas arrecadadas pela prestação deste serviço, já que são uma das fontes de financiamento do plano de expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário do **MUNICÍPIO** e que faz parte do estudo de viabilidade econômico-financeira do referido Plano. Fica, também, a **CORSAN** desobrigada de atender os prazos previstos para ampliação da cobertura de esgotamento sanitário, em não acontecendo a autorização legal acima prevista.

V. A **CORSAN** está autorizada a efetuar a cobrança pelos serviços, considerando a sua disponibilidade e obrigatoriedade de conexão definida por regramento do Ente Regulador Delegado.

DO CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – Com o propósito de dar transparência a relação entre contratado e contratante, bem como aos usuários do serviço a **CORSAN** se obriga a fornecer mensalmente o desempenho financeiro do Mês anterior e o acumulado do ano, para que se possa acompanhar os resultados dos serviços prestados bem como o desempenho dos gastos nos principais grupos de despesa.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1661
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 46
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula Primeira – Fica a **CORSAN** obrigada no início de cada ano a uma prestação de contas pública dos serviços prestados, comparando o realizado com o planejado pelo Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como dos principais indicadores de desempenho dos serviços prestados.

Subcláusula Segunda – Fica o **MUNICÍPIO** obrigado, conforme previsto na Cláusula Quadragésima Quinta, Subcláusula Quarta deste documento, a prestar informação sobre a destinação dos recursos oriundos do Fundo Pro-saneamento.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - Fica o **MUNICÍPIO** autorizado a indicar profissionais técnicos para acompanhamento das rotinas operacionais e administrativas diárias da **CORSAN**, devendo indicar com 30 dias de antecedência à concessionária o nome e o cargo do servidor destinando ao acompanhamento técnico.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - O presente Contrato poderá ser aditado, visando adequá-lo às necessidades dos serviços e atender o interesse das partes e à legislação federal, estadual e municipal incidente sobre os serviços de saneamento objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - O Regulamento de Serviços de Água e Esgoto – RSAE, referido no presente contrato, foi homologado pelo Ente Regulador Estadual, conforme Resolução n° 1973/2009.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – As partes acordam em peticionar conjuntamente nos processos judiciais em curso visando resolver as referidas lides com a maior brevidade, comprometendo-se a efetuar de pronto os pagamentos eventualmente decorrentes de alguma condenação já transitada em julgado, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, ficando autorizado, desde já, entre as partes, a compensação entre débitos e créditos eventualmente apurados, bem como todos os processos administrativos relacionados ao Contrato de Programa anterior. Sendo viável o parcelamento dos débitos, em face de previsão de caixa das partes.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 167 PMSM

Página 1662
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 47
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula Primeira – Entende-se por " pronto pagamento" citado no caput tanto o desembolso automático dos valores como acordo para solução homologado em juízo, como parcelamento do débito.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da Comarca do **MUNICÍPIO** Contratante para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – A **CORSAN** deverá apresentar juntamente com a primeira revisão dos valores das tarifas a Meta de Investimentos de Longo Prazo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santa Maria, 16 de julho de 2018.

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Presidente

Jorge Pozzobom
Prefeito Municipal

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão

TESTEMUNHAS
1 -

2 –

CONTRATO nº 125/2018

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.
COMISSÃO DE LICITAÇÃO 168 PMSM

Página 1663
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 48
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

ANEXO I

INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho serão agrupados conforme a seguir:

1. Indicadores de Universalização dos Serviços;
2. Indicadores de Continuidade dos Serviços;
3. Indicadores de Qualidade dos Serviços e dos Produtos;
4. Indicadores de Qualidade Comercial;
5. Indicadores Econômico-Financeiros;
6. Indicadores de Produtividade.

CONCEITOS E EXPRESSÕES DE CÁLCULO

1. UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 NUA - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA

$$NUA = \frac{PA}{PT} \times 100$$

Sendo:

PA = População abastecida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de água, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa

1.2 NUE - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

$$NUE = \frac{PS}{PT} \times 100$$

Sendo:

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 3º Andar - Centro - Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3921.7013 - E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1664
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 49
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

PS = População servida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de esgoto, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa.

2. INDICADORES DE CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

2.1 TAC - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE QUANDO DA FALTA DE ÅGUA

$$TAC = \frac{1}{n}\left(\sum_{I=1}^{N} ti\right)$$

Sendo:

n = Número total de interrupções de água no período

ti = Tempo decorrido para correção do fato gerador da falta de água para a i-ésima interrupção do abastecimento.

2.2 DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO DO SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POR ECONOMIAS

$$DEC = \frac{\sum_{i=1}^{n} EcoAtingidas(i) \times T(i)}{EcoTotal}$$

Sendo:

Eco. Atingidas (i) = Número de economias abrangidas pela i-ésima falha no sistema de fornecimento de água no conjunto e no período

T (i) = Tempo decorrido entre a detecção da i-ésima falha pela **CORSAN** e o efetivo reparo da falha

n = Número total de interrupção no fornecimento de água do conjunto no período

Eco. Total = Número total de economias do conjunto considerado

2.3 NRP - ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES PROCEDENTES POR FALTA DE ÁGUA POR 1.000 ECONOMIAS

$$NRP = \frac{NRP}{NE} \times 1.000$$

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1665
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 50
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Sendo:

NRP = Número de reclamações procedentes no mês no conjunto

NE = Número de economias do conjunto

3. QUALIDADE DOS SERVIÇOS E DOS PRODUTOS

3.1 ISC – ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE

$$ISC = \frac{PS}{PT} \times 100$$

Sendo:

PS = Parcela da população da amostra satisfeita (soma dos conceitos bons e ótimos ou soma dos conceitos satisfeito e muito satisfeito) com os serviços prestados pela empresa

PT = População total da amostragem

3.2 - IQA - ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

$$IQA = \sum_{i=1}^{6} N(i) \times p(i)$$

Sendo:

N = Nota média do parâmetro no período

p = Peso atribuído ao i-ésimo parâmetro

Para N deverão ser considerados os seguintes parâmetros e para p os seguintes índices: parâmetro (peso) coliformes totais (0,30); cloro livre residual (0,20); turbidez (0,15); fluoretos (0,15) cor (0,10) e ph (0,10)

4. QUALIDADE COMERCIAL

4.1 QF – QUALIDADE DE FATURAMENTO

$$QF = \frac{CS}{CE} \times 1000$$

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 171 PMSM

Página 1666
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 51
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Sendo:

CS = Contas substituídas com os códigos 11, 12, 16, 22, 30, 31, 32, 34, 35

CE = Número de contas emitidas no mês

4.2 IPF – ÍNDICE DE PERDA DE FATURAMENTO

$$IPF = \frac{VP - VF}{VP} \times 100$$

Sendo:

VP = Volume produzido

VF = Volume faturado

4.3 IH - ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO

$$IH = \frac{EM}{ET} \times 100$$

Sendo:

EM = Número total de economias de água com medição do conjunto

ET = Número total de economias de água do conjunto

4.4 ICOB – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DA COBRANÇA

$$ICOB = \frac{AA}{FA} \times 100$$

Sendo:

AA = Arrecadação acumulada dos últimos doze meses (a partir do mês n)

FA = Faturamento acumulado dos últimos doze meses (a partir do mês n-1)

5. ECONÔMICO-FINANCEIROS

5.1 ROP (S/DEPREC.) - RAZÃO OPERACIONAL SEM DEPRECIAÇÃO

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 3º Andar - Centro - Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3921.7013 - E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1667
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 52
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

$$ROP(s/deprec.) = \frac{DESP(s/deprec.)}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DESP (s/deprec.) = Despesa operacional total excluída a depreciação

ROL = Receita operacional líquida

5.2 DCP - DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO

$$DCP = \frac{DP}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DP = Despesa com pessoal próprio

ROL = Receita operacional líquida

6. PRODUTIVIDADE

6.1 IPP1 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 1

$$IPP1 = \frac{AF}{NE}$$

Sendo:

AF = Água faturada pela empresa em m^3

NE = Número total de empregados da empresa

6.2 IPP2 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 2

$$IPP2 = \frac{LA + LE}{NE}$$

Sendo:

LA = Número total de ligações de água

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 173 PMSM

Página 1668
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 53
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

LE = Ligações total de ligações de esgoto

NE = Número total de empregados da empresa

6.3 IPP3 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 3

$$IPP3 = \frac{EA + EE}{NE}$$

Sendo:

EA = Número de economias com água

EE = Número de economias com esgotamento sanitário

NE = Número total de empregados da empresa

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página
1669
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
54
Peça
4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201626

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 174 PMSM

ANEXO II

ESTRUTURA TARIFÁRIA

TARIFA	CATEGORIA	ÁGUA			ESGOTO		DISPONIBILIDADE DO ESGOTO	
		PREÇO BASE	SERVIÇO BASICO	TARIFA MINIMA SEM HIDR.	COLETADO PREÇO m3	TRATADO PREÇO m3	COLETADO PREÇO m3	TRATADO PREÇO m3
SOCIAL	BICA PÚBLICA	2,50	9,91	34,90	1,25	1,75	2,50	3,50
	RESID. A e A1	2,10	9,91	30,96	1,05	1,47	2,10	2,94
	m³ excedente	5,21	-	-	2,60	3,64	5,20	7,28
BÁSICA	RESIDENCIAL B	5,21	24,70	76,82	2,60	3,64	5,20	7,28
EMPRESARIAL	COMERCIAL C1	5,21	24,70	76,82	2,60	3,64	5,20	7,28
	m³ excedente	5,92	-	-	2,96	4,14	5,92	8,28
	COMERCIAL	5,92	44,07	162,58	2,96	4,14	5,92	8,28
	PÚBLICA	5,92	88,02	206,53	2,96	4,14	5,92	8,28
	INDUSTRIAL até 1000m³	6,73	88,02	311,60	3,36	4,71	6,72	9,42
	acima de 1000m³	(tabela especial)						

Observações:

•O **Preço Base** do m³ é variável aplicando-se a Tabela de Exponenciais.

•Fórmula **PB x C^n** (esse n é exponencial de c) acrescido dos custos do Serviço Básico.

•Nas categorias **Res A e A1** cujo consumo exceder a 10 m³, o Preço Base do excedente será calculado de acordo com o Preço Base da categoria **Res. B.**

•Na categoria **C1** cujo consumo exceder a 20 m³, o Preço Base do excedente será calculado de acordo com o Preço Base da categoria **Comercial.**

• O **Esgoto** será cobrado de acordo com o consumo ou do volume mínimo da categoria.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página
1670
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
55
Peça
4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201626

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 175 PMSM

ANEXO III

Regulamento para aplicação de penalidades e declaração de caducidade, diante do descumprimento das disposições contratuais, que passa a ser parte integrante do Contrato de Programa celebrado entre **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Trigésima Quarta do Contrato de Programa;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV da Cláusula Trigésima do Contrato de Programa e artigo 38 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.987/95;

CONSIDERANDO que é obrigação do Município aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, nos termos da Cláusula Vigésima Quarta, inciso III, do Contrato de Programa, observados os princípios constitucionais que devem ser obedecidos pela administração pública, nos termos do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e do artigo 19 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 03.10.1989;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 11.107/05 e os artigos 23, VIII e 29, II da Lei Federal n.º 8.987/95 e a Lei Federal n.º 8.666/93, E A LEI Federal 11.445/2007, no que couber;

CONSIDERANDO a competência atribuída ao Ente Regulador delegado e convênio de delegação dos serviços de regulação assinado entre **MUNICÍPIO** e este Ente;

CONSIDERANDO a necessidade de disposição regulamentar atribuindo ao Ente Regulador delegado competência para atuar como instância administrativa recursal única nos casos aqui definidos;

Fica aprovado o presente Regulamento, nos seguintes termos:

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página
1671
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
56
Peça
4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P0201626

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 176 PMSM

TÍTULO I

DAS CLÁUSULAS PASSÍVEIS DE PENALIDADES

Art. 1º. O presente Regulamento tem por finalidade especificar as disposições contratuais que, uma vez descumpridas, são passíveis de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, celebrado entre **MUNICÍPIO** e **CORSAN**, assim como, os procedimentos a serem seguidos pelo **MUNICÍPIO**.

Art. 2º. As penalidades previstas contratualmente, nos casos em que não haja outra penalidade expressamente prevista, são:

I. **Advertência** para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos no Contrato ou em instrumentos complementares;

II. Em caso de inobservância da advertência, **multa** de até 2% (dois por cento), proporcional à gravidade da infração, sobre o valor arrecadado pela **CORSAN**, no **MUNICÍPIO**, no último ano anterior à notificação;

III. **Contrapropaganda**, quando a **CORSAN** incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.° 8.078/90).

§ 1°. Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 2 (dois) anos, contado da data do recebimento do Termo de Notificação - TN, a penalidade a ser aplicada será de multa, observado o limite estabelecido no inciso II da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, a ser fixada considerando-se:

I. As situações agravantes e atenuantes;

II. A extensão do dano causado ao Município ou a terceiros;

III. A vantagem eventualmente auferida com a infração; e,

IV. A condição econômica da infratora.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 177 PMSM

Página 1672
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 57
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

§ 2°. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

I. A ação da autuada não ter sido fundamental para a consecução do fato gerador;

II. Ter a infratora adotado as providências pertinentes para minimizar ou, de imediato, reparar os efeitos do seu ato de não conformidade ou descumprimento contratual.

§ 3º. Consideram-se circunstâncias agravantes:

I. Ter a infratora, comprovadamente, cometido a infração para obter vantagem além da legal, contratual e legitimamente permitida;

II. A infração trazer consequências lesivas ao **MUNICÍPIO** e a terceiros;

III. Deixar a autuada de tomar as providências para evitar ou mitigar as consequências da infração;

IV. Ter a autuada agido com dolo;

V. A infração ter ocasionado dano coletivo.

§ 4º. Nos casos de reincidência continuada, poderá ocorrer a extinção do contrato pela declaração de caducidade, na forma prevista na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

Art. 3º. A **CORSAN** não estará sujeita às penalidades estipuladas contratualmente quando a não viabilização de obrigação específica decorrer de fatos ou circunstâncias imputáveis unicamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros.

Art. 4º. Será passível de aplicação da penalidade de contrapropaganda, prevista no inciso III, da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa e neste Regulamento, a propaganda abusiva e/ou enganosa que chegar ao conhecimento, de forma notória, pelos veículos de imprensa ou que gerar reclamações reiteradas dos usuários por intermédio do órgão municipal de proteção ao consumidor e do Ente Regulador delegado.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 178 PMSM

Página 1673
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 58
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

§ único. A contrapropaganda será custeada integralmente pela autuada e deverá ser divulgada da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente, nos mesmos veículos de comunicação, local, espaço e horário, a fim de ser capaz de desfazer o malefício produzido pela publicidade julgada enganosa ou abusiva.

TÍTULO II

DA AÇÃO FISCALIZADORA

Art. 5°. A ação fiscalizadora, prevista no inciso II da Cláusula Vigésima do Contrato de Programa será executada pelo **MUNICÍPIO**, por secretaria ou órgão designado pelo Prefeito Municipal, que será consubstanciada em Relatório de Fiscalização, do qual será feito Termo de Notificação - TN, emitido em duas vias, contendo:

I. Identificação do órgão ou secretaria representante do **MUNICÍPIO** e respectivo endereço;

II. Nome e endereço da notificada;

III. Descrição dos fatos levantados;

IV. Indicação de não conformidade(s) e/ou determinação de ações a serem empreendidas pela **CORSAN**, se for o caso;

V. Identificação do representante do **MUNICÍPIO**, com seu cargo, função, número da matrícula e assinatura;

VI. Local e data da lavratura.

§ único. Uma via do TN será entregue, ou enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal **CORSAN** ou ao seu procurador habilitado, na sede da notificada, para conhecimento e manifestação, se for o caso, sempre acompanhada, se existir, do respectivo relatório de fiscalização.

Art. 6°. A **CORSAN** terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do TN, para atender o notificado, adequando-se ao fato apontado como de não conformidade ou manifestar-se

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1674
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 59
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando os elementos de informação que julgar convenientes.

§ 1º Quando da análise da manifestação da notificada, poderão ser solicitadas outras informações julgadas necessárias ao melhor esclarecimento dos fatos relatados.

§ 2°. O representante do **MUNICÍPIO** responsável pela ação fiscalizadora poderá, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo, desde que solicitada tempestivamente e devidamente justificada pela notificada.

§ 3°. O TN será arquivado quando:

I. Não comprovada a não conformidade apontada; ou,

II. Consideradas procedentes as alegações da **CORSAN**; ou,

III. A **CORSAN** acolhe o apontamento e atende no prazo estabelecido as determinações da fiscalização contidas no relatório.

TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Capítulo I

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONSTANTES NO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 7°. Será lavrado Auto de Infração - AI, nos casos de:

I. Comprovação da não conformidade;

II. Não serem atendidas, no prazo, as determinações do **MUNICÍPIO**;

III. Ausência de manifestação tempestiva da interessada ou prestada de forma insatisfatória.

Art. 8°. O Auto de Infração, emitido por funcionário de hierarquia superior ao responsável pela ação fiscalizadora, será instruído com o Relatório de Fiscalização, o TN e a respectiva

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1675
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 60
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

manifestação da notificada, se houver, assim como a exposição de motivos da autuação e outros documentos a esta relacionados, que não implique duplicidade da documentação constante do processo de fiscalização correspondente.

§ único. O AI, quando eivado de vício ou incorreção, poderá ser retificado de ofício pelo responsável pela sua emissão. Neste caso, abrir-se-á novo prazo à autuada para apresentação de recurso.

Art. 9º. O AI será emitido em duas vias, contendo:

I. O local e a data da lavratura;

II. O nome, o endereço e a qualificação da autuada;

III. A descrição do(s) fato(s) ou do(s) ato(s) constitutivo(s) da(s) infração (ões);

IV. A indicação dos dispositivos legais, regulamentares, ou contratuais infringidos e as respectivas penalidades;

V. A imposição da penalidade nos termos deste Regulamento e do Contrato;

VI. Possibilidade de apresentação de recurso;

VII. A identificação do responsável do **MUNICÍPIO** pela autuação, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula.

§ único. Uma via do AI será remetida, ou entregue, para efeito de notificação, ao representante legal da autuada, ou ao seu procurador habilitado, na sede da autuada, mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR) ou outro documento que comprove o respectivo recebimento.

Art.10. O valor da multa será atualizado pela taxa SELIC ou outro indicador que o venha substituir, conforme previsto no § 5º do art. 17 do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 06 de outubro de 1997, e observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1676
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 61
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

§ único. Será considerada a variação acumulada *pro rata die* da taxa SELIC no período compreendido entre o segundo dia anterior ao término do prazo estabelecido no AI e o segundo dia anterior à data do efetivo pagamento da multa.

Art. 11. Havendo o recolhimento da multa e observado, quando couber, o disposto no artigo antecedente, a autuada deverá encaminhar ao **MUNICÍPIO** uma via do respectivo comprovante, devidamente autenticado e sem rasuras.

Art. 12. O não recolhimento da multa no prazo estipulado no AI, sem interposição de recurso, ou no prazo estabelecido em decisão irrecorrível na esfera administrativa, acarretará o imediato encaminhamento do processo administrativo à Procuradoria Municipal, para a inscrição do valor correspondente na Dívida Ativa do **MUNICÍPIO** e respectiva cobrança, nos termos da Lei.

Capítulo II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA

Art. 13. Poderá o **MUNICÍPIO** declarar a caducidade, por meio de decreto municipal, rescindindo o Contrato de Programa, constatando reiteradas e continuadas práticas infrativas que possam, de per si ou conjuntamente, caracterizar a inadimplência contratual, como previsto na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

Art. 14. Como condição de validade e eficácia do processo, o mesmo deverá ser precedido de comunicação à **CORSAN**, por intermédio de Notificação, devidamente autorizada ou emitida pelo Prefeito Municipal, quanto ao(s) descumprimento(s) contratual (is) praticados, apurados em Relatórios de Fiscalização anteriormente realizados, com a fixação de prazo para a sua regularização definitiva.

§1º. A Notificação deverá ser enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal da notificada ou ao seu procurador habilitado, na sede, para conhecimento e providências pertinentes.

§ 2º. Cumprido o requisito anterior e decorrido o prazo concedido em notificação, o Sr. Prefeito Municipal autorizará a instauração de processo administrativo de inadimplência.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 - 3º Andar - Centro - Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 - Tel.: (55) 3921.7013 - E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 182 PMSM

Página 1677
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 62
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Art. 15. A **CORSAN** será intimada da instauração do processo administrativo de inadimplência e terá o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar defesa quanto aos fatos imputados ou a manifestação quanto à adequação de não conformidade e/ou cumprimento das determinações. Mediante justificativa da intimada, o **MUNICÍPIO** poderá prorrogar o prazo previsto.

§ único. O Termo de Intimação deverá ser lavrado em três vias e conterá, necessariamente:

I. Nome, endereço e qualificação da notificada;

II. Indicação das cláusulas contratuais violadas;

III. Descrição resumida dos fatos levantados;

IV. Identificação da autoridade a quem será dirigida a defesa;

V. Identificação do órgão ou secretaria emitente, com nome e assinatura do responsável;

VI. Local e data da lavratura.

Art. 16. O processo administrativo deverá ser instruído com as seguintes peças:

I. A Notificação e comprovante de entrega;

II. Manifestação da **CORSAN**, se houver;

III. Autorização do Prefeito Municipal de instauração do processo;

IV. Termo de Intimação à **CORSAN**, com comprovante de entrega;

V. O histórico dos relatórios de fiscalização e/ou processos administrativos de aplicação de penalidades;

VI. Parecer técnico contendo as transgressões à legislação e ao contrato de programa;

VII. Defesa da **CORSAN**, se apresentada;

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 183 PMSM

Página 1678
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 63
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Art. 17. A decisão acerca da declaração de caducidade será proferida pelo Prefeito Municipal, com base nos elementos constantes no processo, com a devida intimação de seu inteiro teor à **CORSAN**, no prazo de 30 (trinta) dias.

§1º. A partir do recebimento da notificação pela **CORSAN**, passará a contar o prazo para recurso.

§ 2º. A decisão referida no "caput" deste artigo será decretada pelo Prefeito Municipal e publicada na imprensa oficial do **MUNICÍPIO**, após decurso do prazo recursal não aproveitado pela **CORSAN** em decisão irrecorrível.

Capítulo III

DO RECURSO

Art. 18. Os procedimentos previstos neste Capítulo destinam-se tanto para as decisões proferidas nos processos de aplicação de penalidades, quanto para o Processo Administrativo de Inadimplência, ambos previstos neste Título.

Art. 19. O prazo para interposição de recurso será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do Auto de Infração que aplicou penalidade ou da intimação da decisão que julgou procedente a inadimplência contratual da **CORSAN**.

§ único. O recurso deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, que o receberá com efeito suspensivo, podendo reconsiderar a decisão recorrida ou remeter ao Ente Regulador delegado para julgamento, tudo no prazo de 5 (cinco) dias.

20. No caso de aplicação da penalidade de multa, a recorrente terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o respectivo recolhimento, nos termos deste Regulamento, contado da data da publicação da decisão do Ente Regulador delegado acerca do recurso.

TÍTULO IV

DO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN CPL

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 154 FOLHA

Página 1679
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 64
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Art. 21. Durante a tramitação do processo administrativo, poderá o **MUNICÍPIO**, alternativamente à imposição de penalidade ou declaração de caducidade, firmar com a **CORSAN** termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições regulamentares e/ou contratuais aplicáveis.

§ 1º. As metas e compromissos objeto do termo referido neste artigo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas no Contrato de Programa firmado entre o **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

§ 2º. Do termo de compromisso de ajuste de conduta constará, necessariamente, o estabelecimento de multa pelo seu descumprimento. Em caso de processo administrativo de aplicação de penalidade de multa, o valor será correspondente ao montante da penalidade que seria aplicada, acrescido de 20% (vinte por cento).

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Ao Ente Regulador delegado, se solicitado, poderá realizar mediação entre as partes.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 3º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7013 · E-mail: smg@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Assinado digitalmente por: Fabricio Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior nº 120, 18º andar, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor-Presidente, **Sr. Jorge Luiz Costa Melo,** por seu Diretor Operações, **Sr. Eduardo Barbosa Carvalho,** doravante denominada CORSAN, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA,** com sede à Rua Venâncio Aires, nº 2277, inscrito no CNPJ sob o nº 88.488.366/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado MUNICÍPIO, celebram Termo Aditivo ao Contrato de Programa nº 289, firmado em 16 de julho de 2018, estabelecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditamento tem por objetivo alterar a redação da Cláusula Quinta, Subcláusula Segunda, Incisos I e II; modificar o Anexo III, do Contrato de Programa; definir regramentos para áreas objeto de intervenções no pavimento; bem como para resolução dos valores referentes ao principal do processo judicial nº 027/10500227791, execução fiscal proposta pelo Município de Santa Maria em desfavor da Companhia.

CLÁUSULA SEGUNDA – A partir da assinatura deste Termo Aditivo pelas partes, serão alteradas as redações da Cláusula Quinta, Subcláusula Segunda, Incisos I e II; bem como modificado o Anexo III, tudo do Contrato de Programa, que terão a seguinte redação:

" **CLÁUSULA QUINTA** – (...)

(...)

Subcláusula Segunda – (...)

I – Para efeitos de abastecimento de água: quando existentes 50 ou mais economias em um diâmetro de 6 KM a partir da rede de distribuição da área urbana ou a partir de sistemas isolados com a utilização de poços profundos; nos casos em que houver povoamento mas que não seja atingido o índice citado anteriormente, poderão ser adotadas medidas individuais, como poços artesianos, sendo que o monitoramento de qualidade de água será regrado conforme legislação vigente.

CORSAN SUPEL

ACESSO P0201626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Peça 4500547
Página da peça 65
Processo 01216-0200/21-4
Página 1680

Assinado digitalmente por: Fabricio Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

II - Para efeitos de esgotamento rural: de acordo com o Plano Municipal de Saneamento, as situações não abrangidas pelo mesmo no momento em que houver necessidade, resolver-se-ão por soluções individuais (fossas sépticas) com a prestação de serviço de limpeza e esgotamento desses sistemas individuais (fossas) pela CORSAN, conforme necessidade, com tarifa específica homologada pelo regulador, de acordo com a modalidade, seja por demanda ou programada. A limpeza conforme necessidade é obrigatória em toda a área urbana desde que haja viabilidade técnica de acesso ao sistema de tratamento individual, a ser aferida em laudo técnico efetivado conjuntamente pelo MUNICÍPIO e CORSAN.

(...)

ANEXO III

Regulamento para aplicação de penalidades e declaração de caducidade, diante do descumprimento das disposições contratuais, que passa a ser parte integrante do Contrato de Programa celebrado entre **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Trigésima Quarta do Contrato de Programa;

CONSIDERANDO o ~~disposto no inciso IV da Cláusula Trigésima do Contrato de Programa~~ e artigo 38 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.987/95;

(...)

TÍTULO I

DAS CLÁUSULAS PASSÍVEIS DE PENALIDADES

Art. 1º. (...)

Art. 2º. As penalidades previstas contratualmente nos casos em que não haja outra penalidade expressamente prevista, são:

I. (...);

II. (...);

III. (...).

ACESSO P0201626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Peça 4500547
Página da peça 66
Processo 01216-0200/21-4
Página 1681

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

§ 1°. Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 2 (dois) anos, contado da data do recebimento do Termo de Notificação - TN, a penalidade a ser aplicada será de multa, observado o limite estabelecido no inciso II da Cláusula Trigésima Quarta do Contrato de Programa.

(...)

Art. 4º. Será passível de aplicação da penalidade de contrapropaganda, prevista no inciso III, da Cláusula Trigésima Quarta do Contrato de Programa e neste Regulamento, a propaganda abusiva e/ou enganosa que chegar ao conhecimento, de forma notória, pelos veículos de imprensa ou que gerar reclamações reiteradas dos usuários por intermédio do órgão municipal de proteção ao consumidor e do Ente Regulador delegado.

(...)

TÍTULO II

DA AÇÃO FISCALIZADORA

Art. 5°. (...).

§ único. (...)

Art. 6°. A **CORSAN**, contado do recebimento do TN, terá o prazo determinado neste para atender o notificado, adequando-se ao fato apontado como de não conformidade ou manifestar-se sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando os elementos de informação que julgar convenientes, dentro do prazo estipulado pelo Termo de Notificação."

CLÁUSULA TERCEIRA – Os parâmetros para repavimentação de obras de expansão de redes de abastecimento de água e/ou coletoras de esgotamento sanitário deverá seguir os seguintes critérios relacionados a áreas de repavimentação:

I – Intervenções no Leito da Rua:

a) Pavimento Articulado ou Asfalto - Recomposição da Largura da Vala + 30 cm para cada lado;

ACESSO P0201626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Peça 4500547
Página da peça 67
Processo 01216-0200/21-4
Página 1682

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

b) Demais Pavimentos – Recomposição da Largura da Vala + 20 cm para cada lado; e

c) Sem Pavimento - Recomposição da Largura da Vala.

II – Intervenções no Passeio Público:

a) Qualquer Pavimento – Recomposição da Largura da Vala + 20 cm para cada lado, se adequado.

CLÁUSULA QUARTA – Os parâmetros para repavimentação em intervenções de manutenção de redes de abastecimento de água e/ou coletoras de esgotamento sanitário deverá seguir os seguintes critérios relacionados a áreas de repavimentação:

I - Intervenções no Leito da Rua, definindo que qualquer vala terá dimensão mínima de recomposição de 0,6mx0,6m, independente de tipo de pavimento:

a) Pavimento Articulado ou Asfalto - Recomposição da Largura da Vala + 10 cm para cada lado;

b) Demais Pavimentos – Recomposição da Largura da Vala + 10 cm para cada lado; e

c) Sem Pavimento - Recomposição da Largura da Vala.

II – Intervenções no Passeio Público:

a) Qualquer Pavimento – Recomposição da Largura da Vala + 10 cm para cada lado, se adequado.

CLÁUSULA QUINTA – A devolução do montante de R$ R$ 19.230.313,93 (dezenove milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e treze reais e noventa e três centavos), apurados como devidos pelo Município junto à execução fiscal nº 027/10500227791, se dará da seguinte forma:

Subcláusula Primeira – Durante o Período de Transição do Contrato de Programa firmado entre as partes (Ano 1 ao Ano 5) não será realizada qualquer devolução por parte do Município. No entanto, a dívida será devidamente corrigida monetariamente pelos mesmos

CORSAN SUPEL

ACESSO P0201626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Peça 4500547
Página da peça 68
Processo 01216-0200/21-4
Página 1683

Assinado digitalmente por: Fabricio Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

índices aplicáveis aos créditos tributários do Município, bem como acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês; de 19/10/2018 (data do último laudo pericial) até o integral adimplemento das prestações.

Subcláusula Segunda - No ano 6 do Contrato de Programa o Município pagará à CORSAN 20% (vinte por cento) do valor atualizado conforme subcláusula primeira, através da retenção, por parte da CORSAN, no repasse dos recursos financeiros previstos nas cláusulas vigésima sexta, inciso XLVIII e quadragésima quarta, inciso II.

Subcláusula Terceira - No ano 7 do Contrato de Programa o Município pagará à CORSAN 20% (vinte por cento) do saldo atualizado conforme subcláusula primeira, através da retenção, por parte da CORSAN, no repasse dos recursos financeiros previstos nas cláusulas vigésima sexta, inciso XLVIII e quadragésima quarta, inciso II.

Subcláusula Quarta - No ano 8 do Contrato de Programa o Município pagará à CORSAN 30% (trinta por cento) do saldo atualizado conforme subcláusula primeira, através da retenção, por parte da CORSAN, no repasse dos recursos financeiros previstos nas cláusulas vigésima sexta, inciso XLVIII e quadragésima quarta, inciso II.

Subcláusula Quinta - No ano 9 do Contrato de Programa o Município pagará à CORSAN 30% (trinta por cento) do saldo atualizado conforme subcláusula primeira, através da retenção, por parte da CORSAN, no repasse dos recursos financeiros previstos nas cláusulas vigésima sexta, inciso XLVIII e quadragésima quarta, inciso II.

Subcláusula Sexta - Fica estipulado, ainda, que eventual saldo devedor em relação ao principal deverá ser apurado e quitado juntamente com a ajuste de contas do ano 9, previsto na Subcláusula Quinta, da Cláusula Quinta, deste aditivo contratual.

Subcláusula Sétima – Eventuais custas processuais pendentes serão arcadas pela CORSAN.

Subcláusula Oitava – O Município e a CORSAN não apresentarão ou, se já efetivado, desistirão de eventuais recursos contra a decisão proferida junto ao processo nº 027/1.05.0022779-1, que reconheceu o crédito ora parcelado à CORSAN, homologando o laudo pericial no valor referido na cláusula quinta.

CORSAN SUPEJ

ACESSO P0201626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Peça 4500547
Página da peça 69
Processo 01216-0200/21-4
Página 1684

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Subcláusula Nona – Os honorários advocatícios de sucumbência decorrentes da execução fiscal nº 027/1.05.0022779-1, as partes concordam em prosseguir na execução fiscal, não fazendo parte deste acordo verbas honorárias de sucumbência.

Parágrafo primeiro – Quanto à obrigação principal, considerando que a mesma foi objeto do presente acordo entre as partes, será suspenso o processo judicial até o integral adimplemento do crédito ora titularizado pela CORSAN, nos termos do art. 313, II, do Código de Processo Civil; sendo que, em caso de descumprimento do acordo, o processo será reativado pela CORSAN.

CLÁUSULA SEXTA – As demais cláusulas e condições do supracitado Contrato de Programa, e não atingidas por este aditivo, permanecem em pleno vigor.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre, 13 de março de 2019.

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Presidente

Jorge Pozzobom
Prefeito Municipal

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

TESTEMUNHAS

1

2-

ACESSO P0201626
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Peça 4500547
Página da peça 70
Processo 01216-0200/21-4
Página 1685

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

CP n. 289

TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE AO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO (LEI 14.026/2020) – RERRATIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO CONTRATO

Pelo presente instrumento, com fundamento na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA do Contrato Vigente, de um lado, a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior nº 120, 18º andar, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor-Presidente, Sr. **Roberto Correa Barbuti** e por seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. **Douglas Ronan Casagrande da Silva**, doravante denominada CORSAN, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA** com sede Rua Rua Venâncio Aires, nº 2277, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. Jorge Pozzobom**, doravante denominado MUNICÍPIO, e, na condição de interveniente-anuente, **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 87.934.675/0001-96, com sede em Porto Alegre, na Praça Marechal Deodoro, s/n, neste ato representado pelo Sr. Governador do Estado, **Eduardo Leite**, ajustam entre si Termo Aditivo de Conformidade ao Novo Marco Regulatório de Saneamento Básico – Rerratificação das Obrigações Assumidas no Contrato n. 289 (doravante simplesmente TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE), assinado em 16/07/2018, estabelecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE decorre da imposição legal do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020) de ajustes e atualizações contratuais no escopo dos serviços prestados pela CORSAN, especialmente com relação ao cumprimento das metas de universalização, de redução de perdas na distribuição da água tratada, de qualidade na prestação dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, do reuso de efluentes sanitários e do aproveitamento de águas da chuva, conforme previsão do art. 10-B e art. 11-B, § 1º da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1687
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 72
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA SEGUNDA – O PREÂMBULO do Contrato n. 289 passará a ter a seguinte redação:

> Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior nº 120, 18º andar, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor-Presidente, Sr. **Roberto Correa Barbuti**, e por seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. **Douglas Ronan Casagrande da Silva**, doravante denominada CORSAN, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA** com sede Rua Venâncio Aires, nº 2277, inscrito no CNPJ sob o nº 88.488.366/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. **Jorge Pozzobom**, doravante denominado MUNICÍPIO, têm entre si, justa e contratada a prestação de serviços relativos à exploração, execução de obras, ampliações e melhorias dos serviços de abastecimento de água e de coleta, transporte, tratamento e o destino final de esgotos sanitários na área urbana do município, sempre atendida a definição legal do escopo de serviços disposta especialmente pelo art. 3º, inciso I, alíneas “a” e “b”, art. 3-A e art. 3-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), mediante as seguintes cláusulas e condições, observada a legislação aplicável à matéria:

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA TERCEIRA – A CLÁUSULA PRIMEIRA passará a ter a seguinte redação:

> **CLÁUSULA PRIMEIRA –** Aplica-se a legislação federal, estadual e municipal afeta ao objeto do contrato, em especial as Leis 8.987/95; 9.984/2000; 11.107/2005; 11.445/2007 com alterações pela 14.026/2020; 13.303/2016 e a 13.655/2018; o Decreto Federal nº 6.017/2007; as Lei Estaduais RS 15.708/2021, 15.228/2018 e 12.037/2003 e respectiva legislação autorizativa da delegação da atividade regulatória.

DAS DEFINIÇÕES

CLÁUSULA QUARTA – Os incisos I e II da CLÁUSULA TERCEIRA passarão a ter a seguinte redação:

> **I – Sistema –** O conjunto de todos os recursos, bens e serviços, necessários para a realização de objetivos de interesse local, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de atuação da CORSAN, objeto deste Contrato celebrado entre o Município e a CORSAN.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1688
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 73
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

II – Serviços – Prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, na forma dos arts. 3, inciso I, alíneas “a” e “b”, 3-A e 3-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

CLÁUSULA QUINTA – À CLÁUSULA TERCEIRA serão acrescidos os seguintes incisos:

IX– Contrato – O instrumento que discrimina o plano de trabalho, as obrigações das partes, o equilíbrio-econômico-financeiro, as metas, a cobrança tarifária e a forma de resolução de conflitos na prestação dos serviços outorgados, incluindo-se no conceito a Vo contratual de que trata o art. 14 da Lei 14.026/2020, se aplicável.

X – Cronograma de Metas e de Obras – Documento do contrato em que se descreve o cronograma de expansão gradual da infraestrutura necessária ao cumprimento das metas de universalização de serviços.

CLÁUSULA SEXTA – Considerando-se os conceitos dispostos pela Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), suprimem-se os incisos III, IV, VII e VIII da CLÁUSULA TERCEIRA.

CLÁUSULA SÉTIMA – À CLÁUSULA TERCEIRA será acrescido o seguinte inciso:

XI – Para além das definições constantes nesta CLÁUSULA TERCEIRA, observar-se-á, na prestação dos serviços deste Contrato, os conceitos dispostos pela Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), especialmente os elencados no arts. 3º, 3-A e 3-B do referido diploma legal.

DO OBJETO

CLÁUSULA OITAVA – A CLÁUSULA QUARTA e as Subcláusulas Primeira e Segunda passarão a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – O MUNICÍPIO outorga à CORSAN a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo a exploração, execução de obras, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, na área urbana e áreas contínuas, no 1º Distrito sede do MUNICÍPIO, áreas contíguas ao perímetro urbano ou núcleos urbanos isolados nas áreas rurais, devidamente identificados na Cláusula Quinta, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1689
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 74
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

água tratada, distribuição e medição de consumo de água, bem como a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto, o faturamento e entrega de contas de água e esgoto, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendido o escopo dos serviços elencados pelos arts. 3º, 3-A e 3-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020) e os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica, da eficiência, da integralidade, da realidade, da transparência, além dos demais listados pelo art. 2º do referido diploma legal.

Subcláusula Primeira – O MUNICÍPIO transfere à CORSAN o direito e prerrogativa de cadastrar e conectar os usuários do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, de acordo com o estipulado no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto – RSAE, realizando, também, a CORSAN, a cobrança pela disponibilização da infraestrutura (conforme art. 45, *caput* e § 4º da 11.445/2007 – alterada pela Lei 14.026/2020), sempre com base no sistema tarifário vigente.

Subcláusula Segunda – Os serviços prestados, a disponibilização da infraestrutura e os investimentos cabíveis serão compatíveis e adequados ao Plano Municipal de Saneamento Básico e às metas de universalização definidas pelo art. 11-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA NONA – O *caput* e a Subcláusula Primeira da CLÁUSULA QUINTA passarão a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – A delegação dos serviços ora outorgados abrangerá a área urbana e áreas rurais contínuas à zona urbana, as localidades do interior que já encontram abrangidas pelo abastecimento dos serviços da CORSAN, bem como as localidades de Santa Flora (sede do distrito, Colônia Pena e Colônia Pinheiro), Passo do Verde (sede do distrito e Balneário do Passo do Verde), Pains (sede do distrito e Passo Velho do Arenal), Santo Antão (Divino e Vila Etelvina) e Boca do Monte (Vila Esmeralda e Canabarro), Arroio do Só (Tronqueirão), São Valentin (Colônia Conceição), sendo que estas passam a ser atendidas gradativamente, mantendo-se, em qualquer contexto, o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Subcláusula Primeira – Para as localidades descritas no *caput,* a obrigação de abastecimento por parte da CORSAN ocorrerá a partir da notificação do MUNICÍPIO à mesma, ou por iniciativa da primeira mediante ciência do MUNICÍPIO, em ambos os casos

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1690
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 75
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

ouvidos os destinatários da prestação do serviço. Sem prejuízo, a área de atuação poderá, também, contemplar novos aglomerados da zona rural, nos termos definidos em aditivo contratual a ser firmado, o que será antecedido de estudo de impacto econômico-financeiro e suas repercussões na tarifa

DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA – Os incisos I, II, III e IV da CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA passarão a ter a seguinte redação:

I – Estabelecer, por meio de acordo com o MUNICÍPIO, sempre de forma compatível ao Plano Municipal de Saneamento Básico e à legislação vigente, as ações necessárias para a implementação das metas de universalização dispostas pela Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020);

II – Operar e manter os serviços de abastecimento de água potável, incluindo a captação, bombeamento, tratamento, adução e distribuição da água, medição do consumo e o controle da qualidade da água, atendido o escopo de serviços dispostos pelo art. 3º, alínea "a" e art. 3-A da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020) e nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento Básico;

III – Operar e manter os serviços de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, transporte, tratamento e destino final do esgoto, atendido o escopo de serviços dispostos pelo art. 3º, alínea "b" e art. 3-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020) e nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento Básico;

IV – Executar direta e indiretamente estudos, projetos, obras e serviços, sempre de forma compatível com o cronograma de implantação das metas de universalização, objetivando o adequado funcionamento dos serviços e o pleno atendimento dos usuários, dentro dos limites do escopo de serviços delegados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – À CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA será acrescido o seguinte inciso:

XIII – cumprir com todos os deveres extraídos do art. 2º da Lei 11.445/2007, especialmente os das metas de universalização no campo de abrangência deste Contrato, de redução e controle de perdas de água, de não intermitência do abastecimento e de melhoria dos processos de tratamento, consoante art. 11-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1691
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 76
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O inciso V da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA passará a ter a seguinte redação:

> **V –** inadimplemento, pelo usuário do serviço de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado, de forma que, em caso de coleta, afastamento e tratamento de esgoto, a interrupção dos serviços deverá preservar as condições mínimas de manutenção da saúde dos usuários, de acordo com norma de regulação ou norma do órgão de política ambiental.

DOS CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – À CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA serão acrescidas as Subcláusulas Sexta, Sétima, Oitava, Nona, Décima e Décima Primeira:

> **Subcláusula Sexta –** A CORSAN deverá atender às metas de universalização dispostas na Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), apresentando relatórios periódicos de expansão progressiva da infraestrutura.
>
> **Subcláusula Sétima –** As metas de universalização nas áreas geográficas abrangidas no Contrato deverão ser calculadas a partir da assinatura deste termo aditivo, observando-se as receitas disponíveis e as repercussões na tarifa, as quais devem assegurar tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária por meio de mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários, conforme previsão do § 3º do art. 11-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).
>
> **Subcláusula Oitava –** Cabe à entidade reguladora competente a previsão de tecnologias e/ou métodos alternativos e descentralizados para o abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em áreas rurais, remotas ou em núcleos urbanos informais.
>
> **Subcláusula Nona –** A verificação do cumprimento das metas de universalização depende de monitoramento e fiscalização da entidade reguladora competente, atendidos os prazos previstos no § 5º, art. 11-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).
>
> **Subcláusula Décima –** Da agência reguladora competente exige-se a utilização das normas de referência produzidas pela

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1692
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 77
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

reguladora nacional (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA) como base para a sua atuação, no que envolva a organização do sistema ou os procedimentos de fiscalização.

Subcláusula Décima Primeira– Caso a agência reguladora competente descumpra com o previsto na Subcláusula décima, o MUNICÍPIO deverá tomar as medidas necessárias para a substituição da agência reguladora por entidade incluída na relação das agências reguladoras formulada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, conforme previsão do art. 4-B da Lei 9.984/2000 (alterada pela Lei 14.026/2020).

DA POLÍTICA TARIFÁRIA

DO PREÇO DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA, *caput*, passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Pela prestação dos serviços que lhe são delegados por este Contrato, a CORSAN cobrará as tarifas discriminadas no Anexo Tarifário (Anexo II).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – À CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA serão acrescidas as Subcláusulas terceira e quarta:

Subcláusula terceira – A sustentabilidade econômico-financeira do Contrato será assegurada por meio da remuneração tarifária pela prestação dos serviços e pela disponibilização da infraestrutura, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos-administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário.

Subcláusula quarta – A CORSAN realizará a cobrança de tarifas e de outros preços públicos pela disponibilização e manutenção de infraestrutura de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, independentemente da conexão da respectiva edificação à rede pública, conforme previsão do art. 45 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020):

I – O pagamento da tarifa ou de outro preço público pela manutenção e disponibilização da infraestrutura não isenta o usuário da obrigação de se conectar à rede pública de esgotamento sanitário e de abastecimento de água, e o descumprimento dessa obrigação enseja o pagamento de multa e das demais sanções

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1693
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 78
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

previstas na legislação, consoante disposto pelo § 5º do art. 45 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020);

II – Cabe à agência reguladora competente ou ao MUNICÍPIO a estipulação de prazo não superior a 1 (um) ano para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, sob pena da CORSAN realizar a conexão de forma compulsória, mediante cobrança do usuário, conforme previsto pelo § 6º do art. 45 da Lei Federal 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020);

III – A gratuidade do serviço de conexão da edificação de família de baixa renda, de que trata o § 8º do art. 45 da Lei Federal nº 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), será de responsabilidade do MUNICÍPIO, observado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

IV – A conexão de edificações situadas em núcleo urbano, núcleo urbano informal e núcleo urbano informal consolidado observará o disposto na Lei 13.465/2017;

V – As edificações para uso não residencial ou condomínios regidos pela Lei 4.591/1964, poderão utilizar-se de fontes e métodos alternativos de abastecimento de água, incluindo águas subterrâneas, de reuso ou pluviais, desde que autorizados pelo órgão gestor competente e que promovam o pagamento pelo uso de recursos hídricos, quando devido;

VI – Os usuários referidos no inciso V deverão instalar medidor para contabilizar o seu consumo e deverão arcar apenas com o pagamento pelo uso da rede de coleta e tratamento de esgoto na quantidade equivalente ao volume de água captado;

VII – Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos;

VIII – A entidade reguladora ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá, sob pena de responsabilidade administrativa, contratual e ambiental, até 31 de dezembro de 2025, verificar e aplicar o procedimento previsto no § 6º do art. 45 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020) a todas as edificações implantadas na área coberta com serviço de esgotamento sanitário.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1694
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 79
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

DA REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Suprime-se a Subcláusula única da CLÁUSULA DÉCIMA NONA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Suprime-se o inciso II da CLÁUSULA VIGÉSIMA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – O *caput,* o inciso I e as alíneas "c)" e "d)" do inciso III da CLÁUSULA VIGÉSIMA passarão a ter a seguinte redação:

> **CLÁUSULA VIGÉSIMA –** Sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem as cláusulas anteriores, caso haja alterações significativas nos custos do Sistema, devidamente comprovadas por documentos encaminhados ao ente regulador, esse poderá proceder à revisão extraordinária das tarifas, visando a manter o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, nas seguintes hipóteses:
>
> **I –** quando houver necessidade de alterações significativas nas metas de investimentos, previstas no cronograma de implantação de metas de investimentos no Sistema, ou para atender demandas extraordinárias que afetem a estrutura tarifária, acarretando variações acima de 2% (dois por cento), dos valores das tarifas dos serviços necessárias para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema;
>
> [...]
>
> **c)** na medida da responsabilidade de cada parte, e conforme tratativas estabelecidas especificamente para este fim, diante da ocorrência de outros fatos extraordinários admitidos e reconhecidos pelas partes que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços, incluindo hipóteses de caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – À CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA serão acrescidas as Subcláusulas primeira e segunda:

> **Subcláusula primeira –** As fontes de receitas alternativas de que trata o *caput* desta CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA envolvem, entre outras, a alienação e o uso de efluentes sanitários para a produção de água de reuso, na forma do inciso II do art. 10-A da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).
>
> **Subcláusula segunda –** As PARTES se comprometem a estabelecer estudos técnicos visando a consideração de tais

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1695
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 80
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados, para fins de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – À CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA será acrescida a Subcláusula segunda, passando-se a ler "Subcláusula primeira" onde se lia "Subcláusula única":

> **Subcláusula segunda –** A estrutura de remuneração e de cobrança dos serviços públicos de saneamento básico considerará os seguintes fatores:
>
> **I –** Categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
>
> **II –** Padrões de uso ou de qualidade requeridos;
>
> **III –** Custo mínimo necessário para a disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
>
> **IV –** Ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos;
>
> **V –** Capacidade de pagamento dos consumidores; e
>
> **VI –** Os investimentos necessários para o cumprimento das metas de universalização estipuladas pela Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Os incisos XI, XVI, XVII e XXI, da CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA passarão a ter a seguinte redação:

> **XI –** Arcar com os custos necessários para a mudança de alinhamentos, perfis e nivelamento de qualquer logradouro, que exijam modificações ou remoções de canalizações, bem como arcar com os custos necessários para nivelamento das tampas de poços de visitas cloacal e tampas de registro quando for executado repavimentação, tão somente quando forem executados por sua solicitação. O MUNICÍPIO também fica obrigado a não pavimentar as tampas de poços de visita cloacal, tampas de registro ou qualquer outra estrutura operada pela CORSAN, fato este que inviabiliza a manutenção dos serviços."
>
> **XVI –** Zelar pelo cumprimento da legislação vigente relacionada à vedação do aproveitamento de fontes alternativas de água, contribuindo com a vigilância sanitária na área da prestação dos serviços, nos termos dos artigos 96 e 104 do Decreto n. 23/430/74, que regulamentou a Lei Estadual n. 6.503/72 e § 2º do art. 45 da

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1696
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 81
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Lei Federal n. 11.445/2007, e às hipóteses de aplicação pelo MUNICÍPIO de sanções e preços públicos no caso de descumprimento da obrigação de ligação predial, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 45 da Lei 11.445/2007 (alterados pela Lei 14.026/2020).

XVII – Exigir a ligação obrigatória de toda a construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, excetuando-se a obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão às expensas dos usuários, nos termos da legislação municipal e do art. 45 da Lei 11.445/2007 (alterado pela Lei 14.026/2020).

[...]

XXI – Estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização e auxiliar a CORSAN na implementação de cronograma de cumprimento progressivo das metas de universalização previstas na Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – À CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA serão acrescidos os incisos XXX, XXXI e XXXII:

XXX – Consultar a CORSAN a respeito do alargamento da abrangência dos serviços prestados neste Contrato e auxiliá-la, em cumprimento do dever de cooperação, na realização dos estudos de eventual impacto econômico-financeiro e tarifário dele decorrente.

XXXI – Auxiliar e monitorar a CORSAN no adimplemento das metas de universalização.

XXXII – Cumprir com os demais deveres elencados no art. 9º da Lei 11.445/2007.

DOS DIREITOS E GARANTIAS DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Os incisos I e III da CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA passarão a ter a seguinte redação:

I – Estabelecer, juntamente com a CORSAN, as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, observado

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1697
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 82
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

o cronograma de implementação das metas de universalização, de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;

[...]

III – A realização, pela CORSAN, dos investimentos necessários à expansão e à modernização dos serviços, dos equipamentos e das instalações, nos termos previstos no cronograma de implementação das metas de universalização, de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CORSAN

OBRIGAÇÕES DA CORSAN

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Os incisos I, XXXIII, XXXVI e XLI da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA passarão a ter a seguinte redação:

I – Elaborar, em conjunto ao MUNICÍPIO, e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no cronograma de implementação das metas de universalização;

XXXIII – Cumprir as metas universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário, conforme metas da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), observados os termos do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como o cronograma de implementação das metas de universalização;

XXXVI – Cumprir as metas universalização do Sistema de Abastecimento de Água - SAA, conforme metas da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020) observados os termos do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como o cronograma de implementação das metas de universalização

XLI – Ampliar e atingir as metas universalização do Sistema de Abastecimento de Água, conforme metas da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), na área objeto da delegação, nos prazos estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, observados os termos previstos no cronograma de implementação das metas de universalização.

Subcláusula Primeira – Para execução do empreendimento previstos no inciso L acima, o MUNICÍPIO é o único responsável por todas as questões técnicas e operacionais relacionadas à execução da obra ali prevista, incluindo, mas não se limitando, ao planejamento, orçamento, projetos técnicos, metodologia

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1698
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 83
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

executiva, plano de ataque, execução dos serviços de engenharia, supervisão, fiscalização e, se necessário, acreditação das obras. Portanto, e para que não restem dúvidas, a licitação e as contratações necessárias para o desenvolvimento do projeto do inciso L cabem exclusivamente ao MUNICÍPIO, ficando a CORSAN responsável tão somente por provisionar os valores orçamentários em conformidade com o cronograma físico-financeiro previamente apresentado pelo MUNICÍPIO. O valor descrito no inciso L representa o limite (teto) que poderá ser aportado pela CORSAN, de modo que, conforme efetiva orçamentação e planejamento das obras, tal valor poderá ser ajustado (para menos) nos termos das contratações que forem formalizadas. O MUNICÍPIO está ciente e concorda que todo e qualquer valor somente será repassado pela CORSAN no prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação das cópias das planilhas de medição e notas fiscais (documentação completa) conforme cronograma físico-financeiro anteriormente apresentado.

Subcláusula Segunda – Caberá exclusivamente ao MUNICÍPIO o acompanhamento e gestão das obras do projeto descrito no inciso L, observado, no que couber, todo regramento estabelecido no Contrato de Programa, neste Aditivo e seu Anexo. Não obstante, e para que não restem dúvidas, eventuais reequilíbrios e ajustes eventualmente necessários em tal obra, de modo algum serão de responsabilidade da CORSAN. Portanto, caso a qualidade dos serviços, produtividade, retrabalhos, erros, omissões, entre outros, afetem a contratação, orçamento ou cronograma físico-financeiros, todas as consequências serão suportadas e endereçadas exclusivamente pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – À CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA será acrescido o inciso LI:

LI – Cooperar na definição e realizar, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a redução progressiva e controle das perdas de água, inclusive na distribuição da água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reuso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva, em conformidade com as demais normas ambientais e de saúde pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – A Subcláusula Segunda da CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA passará a ter a seguinte redação:

Subcláusula Segunda – Ficam as partes comprometidas, e para tanto deverão envidar os seus melhores esforços, partindo dos

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1699
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 84
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

estudos entregues, a viabilizarem, de forma conjunta, até o final do ano de 2023, uma alternativa estrutural para tratamento do lodo, tanto por usina de compostagem ou algo similar (em PPP ou por exploração própria), independentemente das centrais de desidratação de lodo previstas ou que se façam necessárias, observadas as normas regulamentares expedidas pelo ente regulador delegado e a da Agência Nacional de Águas e Saneamento e Saneamento Básico - ANA.

DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CORSAN

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – O inciso II da CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA passará a ter a seguinte redação:

> **II –** Interromper o abastecimento de água de usuários inadimplentes, observado o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei 11.445/2007.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – À CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA serão acrescidos os incisos VI e VII:

> **VI –** Realizar a cobrança, além da tarifa pela disponibilização da infraestrutura, de sanções e de multas do usuário que não cumprir com a obrigação de conexão à rede pública de saneamento, na forma do art. 45 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020);
>
> **VII –** Transcorrido o prazo estipulado pela agência reguladora competente e/ou pelo MUNICÍPIO para a conexão do usuário à rede pública de saneamento (consoante § 6º do art. 45 da Lei 11.445/2007 - alterada pela Lei 14.026/2020), realizar a ligação predial compulsória mediante cobrança do respectivo usuário.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – O *caput* da CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA passará a ter a seguinte redação:

> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA –** Sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei 8.987/95, nos arts. 9º, inciso IV, 26 e 27 da Lei 11.445/07, do Código de Defesa do Consumidor e da Lei 13.460/2017, são direitos dos usuários:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1700
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 85
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

DA EXTINÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – Suprimem-se as alíneas "g." e "h." da CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA, bem como as alíneas "b" e "d" da Subcláusula Sétima da mesma Cláusula, em decorrência da revogação feita pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020) do § 6º do art. 13 da Lei 11.107/2005.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – A alínea "a." da CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA passará a vigorar com a seguinte redação:

> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA –** A delegação da prestação de serviços extingue-se nos termos da Lei 11.107/05 e da Lei 8.987/95, art. 35 e parágrafos, por:
>
> **a. –** Advento do termo contratual, nos termos do Contrato;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – A Subcláusula Quarta da CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA passará a vigorar com a seguinte redação:

> **Subcláusula Quarta –** Com a extinção da delegação da prestação de serviços, apurado o quantum indenizatório, caberá ao MUNICÍPIO ou ao futuro prestador do serviço indenizar a CORSAN, nos termos do art. 42 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – À CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA será acrescida a Subcláusula Oitava:

> **Subcláusula Oitava –** Este Contrato deve observar as cláusulas essenciais previstas no art. 10-A, incisos I, II, III e IV e no art. 11, inciso II, III e V do § 2º, ambos dispositivos da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS À CORSAN

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – À CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA serão acrescidas as Subcláusulas Quinta e Sexta:

> **Subcláusula Quinta -** O pagamento da indenização será suportado pelo MUNICÍPIO ou pelo futuro prestador do serviço, nos seguintes casos de extinção do contrato:
>
> I) Rescisão pela CORSAN;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1701
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 86
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

II) Por caducidade;

III) Por transferência da delegação dos serviços;

IV) Por anulação do Contrato

Subcláusula Sexta – Sempre que houver transferência de serviços de um prestador para outro será condicionada à indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei 8.987/1995, facultado ao titular atribuir ao prestador que assumirá o serviço a responsabilidade por seu pagamento, conforme previsão do § 5º do art. 42 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – Os incisos I, II e III da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA passarão a vigorar com a seguinte redação:

I – A CORSAN assume a obrigação de atingir as metas universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário, conforme as metas da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), na sede urbana do MUNICÍPIO, dentro do período contratual, observadas as cláusulas do presente Contrato, o crescimento vegetativo da população, o Plano Municipal de Saneamento Básico e, especialmente, os termos previstos no cronograma de implementação das metas de universalização;

II – A cobrança inicial de serviços pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário e os incentivos aos usuários dar-se-á de acordo com a Resolução Normativa nº 35/2016, de 10 de novembro de 2016 da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, aplicando-se à matéria eventuais novas resoluções que venham a ser editadas pelo Ente Regulador após a assinatura do presente CONTRATO

III – A CORSAN está autorizada a cobrança pelos serviços, considerando a sua disponibiilidade e obrigatoriedade de conexão, observado o disposto no art. 45 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – Suprimem-se os incisos IV e V da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA, em decorrência da nova redação dada ao artigo 45 da Lei 11.445/2007 pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – À CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA será acrescida a Subcláusula Terceira:

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1702
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 87
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula Terceira – A CORSAN antecipará os recursos do Fundo Pró-Saneamento, descritos no inciso II desta Cláusula, relativos ao ano de 2022, mediante depósito na conta bancária vinculada, específica e exclusiva do FMGC, no prazo de 10 (dias) dias a contar da realização do IPO.

DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – A CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA do instrumento contratual originário, a qual prevê a "solução amigável das divergências contratuais" será suprimida, passando as cláusulas abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – Em caso de conflito ou controvérsia originário do ou relacionado ao presente contrato, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, concordam as Partes que o assunto controverso será notificado, por escrito, aos representantes legais da Parte adversa, contendo suas alegações acerca do conflito e, ainda, uma sugestão para a solução e/ou elucidação da disputa.

Subcláusula primeira – Após o recebimento da notificação mencionada na cláusula acima, a Parte notificada terá prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta.

Subcláusula segunda – Caso a Parte notificada concorde com a solução apresentada, as Partes darão por encerrada a divergência/conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.

Subcláusula terceira – Caso a Parte notificada não concorde com a solução apresentada, no mesmo prazo, deverá apresentar à Parte noticiante os motivos pelos quais discorda da solução apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma solução alternativa para o caso.

DA UTILIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – Não sendo solucionado controvérsia de forma amigável, nos termos da cláusula acima prevista, poderão as PARTES submeter conflito ou controvérsia originário ou relacionado ao presente contrato, à Mediação, nos termos

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1703
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 88
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

da Lei 13.140/2015, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM-CCBC, indicado na forma das citadas normas.

Subcláusula primeira – Nos termos do § 1º do artigo 2º da Lei 13.140/2015, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.

Subcláusula segunda – As PARTES concordam que, a critério de qualquer das Partes ou do próprio mediador, poderá ser expedido convite à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e/ou qualquer outra agência reguladora para, querendo, participar do procedimento de mediação.

DA ARBITRAGEM

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – As PARTES obrigam-se a resolver qualquer disputa oriunda deste contrato ou com ele relacionada, que não tenha sido possível de resolução pelos mecanismos consensuais, por arbitragem, de acordo com a Lei 9.307/96.

Subcláusula primeira – A arbitragem será instituída, processada e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), segundo as regras previstas no seu regulamento de arbitragem vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

Subcláusula segunda – O tribunal arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, que deverão ser indicados de acordo com o seguinte procedimento: (i) o polo requerente, composto pela Parte que iniciar a arbitragem, deverá indicar um árbitro; (ii) o polo requerido, composto pela Parte ou requerida, deverá indicar um árbitro; (iii) o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral, será escolhido pelos árbitros apontados pelas Partes. A Presidência da Câmara de Arbitragem deverá realizar a nomeação de um ou mais árbitros se: a) qualquer das Partes, por qualquer razão, deixar de nomear árbitro no prazo estabelecido no Regulamento de Arbitragem; e/ou b) não houver acordo sobre

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1704
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 89
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

a escolha do terceiro árbitro dentro do prazo estabelecido no Regulamento de Arbitragem.

Subcláusula terceira – O procedimento arbitral: a) terá lugar na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; b) terá como idioma oficial o português; e c) a lei aplicável ao procedimento arbitral será a lei da República Federativa do Brasil, sendo vedada a decisão por equidade.

Subcláusula quarta – Sem prejuízo da validade da presente cláusula arbitral, as Partes elegem, com a exclusão de qualquer outro, o foro central da Comarca de Santa Maria Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, quando e se necessário, para fins exclusivos de: a) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios de natureza preventiva, provisória ou permanente, como garantia ao procedimento arbitral a ser iniciado ou já em curso entre as Partes e/ou para garantir a existência e a eficácia do procedimento arbitral; b) para executar a respectiva sentença arbitral; e c) para o ajuizamento de qualquer ação que vise anular a sentença arbitral.

Subcláusula quinta – As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as Partes e seus sucessores.

Subcláusula sexta – A parte que solicitar a arbitragem será responsável pelas custas para instauração do procedimento arbitral, incluindo o adiantamento de percentual dos honorários devidos aos árbitros. A Parte vencida no procedimento arbitral assumirá todas as custas, devendo ressarcir a Parte vencedora pelas custas que esta, porventura, já tenha assumido no aludido procedimento.

Subcláusula sétima – Cada Parte suportará os honorários de seus respectivos advogados e arcará com as despesas relativas à defesa de seus próprios interesses. Os custos e encargos referentes a eventuais providências tomadas no procedimento arbitral recairão sobre a Parte que solicitou a referida providência, sendo compartilhados pelas Partes quando a providência for requerida pelo próprio Tribunal Arbitral.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1705
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 90
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula oitava – O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.

Subcláusula nona – O disposto nesta cláusula não será aplicável aos casos em que a CORSAN vier a ser demandada pelo Município no exercício de pretensão regressiva resultante de condenação judicial para ressarcir danos devidamente comprovados que sejam relacionados a demandas ajuizadas por órgãos públicos ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas em virtude de conduta ou serviços executados pela CORSAN.

DA ELEIÇÃO DO FORO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – A CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA do instrumento contratual originário, a qual prevê a "eleição de foro" será suprimida, passando a ter a seguinte redação:

> **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA** – Adicionalmente, será competente o Foro Central da Comarca de Santa Maria/RS para dirimir única e exclusivamente controvérsia sobre direito manifestamente indisponível, não passíveis de sujeição à arbitragem.

DA REPOSIÇÃO DO PAVIMENTO DE VIAS E PASSEIOS PÚBLICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – A CORSAN compromete-se, e para tanto deverá envidar os seus melhores esforços, quando das suas intervenções nas redes de água e esgoto sanitário, especialmente manutenções, substituições de redes, poços de visita (PV), vazamentos e outras situações similares, a efetuar, por si ou por empresas notadamente especializadas contratadas para este fim específico, a reposição do pavimento de vias e passeios públicos em qualidade no mínimo igual àquela originalmente existente.

Subcláusula Primeira – A reposição do pavimento abrangerá a cobertura do espaço em que se fez necessária a remoção do pavimento original, resguardado ao MUNICÍPIO o direito de aprovar ou não a execução da repavimentação.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1706
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 91
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Subcláusula Segunda – A reposição do pavimento será compatível com as condições da via e as particularidades da intervenção, buscando-se, sempre que possível, garantir qualidade no mínimo igual ao pavimento original, ficando entendido que a finalização dos trabalhos dentro dos padrões ora acordados, pela natureza das obras, não impede a existência de “cicatrizes” na pavimentação.

Subcláusula Terceira – Na hipótese de comprovadamente, e por causa da intervenção, advir depressão por recalque do pavimento ou qualquer outro defeito após sua finalização, a reconstituição do pavimento será realizada pela ou às expensas da CORSAN, de forma a garantir a manutenção da planicidade da via.

Subcláusula quarta – Em 60 (sessenta) dias, a contar da eventual troca do controle societário da CORSAN previsto na Cláusula Quadragésima Quinta deste Termo Aditivo, as ações de reposição de pavimento observarão os Métodos de Controle Tecnológico de Repavimentação descritos no Anexo IV.

DA SOLUÇÃO INDIVIDUALIZADA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – A prestação do serviço de esgotamento sanitário poderá ser realizada através da implantação de um programa de soluções individuais de esgotamento sanitário. Uma vez implementado o programa de soluções individuais de esgotamento sanitário, o serviço de limpeza programada de sistemas individuais será prestado pela CORSAN com exclusividade na área de abrangência deste Contrato.

Subcláusula primeira – O programa de soluções individuais consiste na sucção do lodo diretamente dos sistemas individuais do imóvel para um caminhão limpa fossa, ou equipamento equivalente para esse fim, bem como no transporte e destinação à Estação de Tratamento de Esgoto - ETE ou Central de Fossa.

Subcláusula segunda – Nos casos em que for implementado o programa de soluções individuais que trata esta Cláusula, não se considerará como subcontratação de atividade-fim (i) a transferência de parcela do lodo a Estações de Tratamento locais, de

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1707
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 92
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

terceiros, quando esta operação mostrar-se mais eficiente às partes, resultando em menor deslocamento do lodo, bem como (ii) a realização de coleta de lodo e limpeza programada por meio de prestadores de serviços terceiros especializados.

Subcláusula terceira – O Município, desde já e quando aplicável, autoriza que o lodo captado pela CORSAN seja, em parte ou no todo, encaminhado para tratamento em outros cidades fora da área de prestação de serviços objeto deste Contrato, sendo processado, consequentemente, em Estações de Tratamento de Esgoto ou Centrais de Fossa localizadas em outras cidades, observadas as condições técnicas definidas em outros instrumentos contratuais firmados pelas PARTES.

Subcláusula quarta – O Município, desde já e quando aplicável, autoriza a CORSAN a processar e tratar lodos oriundos de outras cidades em Estações de Tratamento de Esgoto ou Centrais de Fossa localizadas no Município.

Subcláusula quinta – O Município deverá adequar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para que haja a previsão do programa de soluções individuais como solução ao esgotamento sanitário. Tal providência é condição essencial para que se possibilite a implantação dos serviços pela CORSAN.

DA EVENTUAL ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO DA CORSAN

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – Fica entre as PARTES estabelecido que, caso ocorra a hipótese de alienação do controle (conforme definido pelo artigo 116 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976) da CORSAN pelo Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 14 da Lei 14.026/2020 e da Lei Estadual RS 15.708/2021, todas e quaisquer das obrigações da CORSAN assumidas neste TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE permanecerão inalteradas, válidas e vigentes, vinculando as Partes e seus sucessores.

Subcláusula primeira – Considerar-se-á como alienação do controle da CORSAN, para os efeitos do artigo 14 da Lei 14.026/2020 e da Lei Estadual RS 15.708/2021, qualquer operação realizada durante o prazo de vigência do CONTRATO que envolva a

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1708
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 93
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

transferência a qualquer título (direta ou indiretamente), pelo Estado do Rio Grande do Sul, do poder de eleger a maioria dos administradores e, cumulativamente, de dirigir, direta ou indiretamente, as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de gestão da CORSAN, por qualquer meio, incluindo mas não limitado a por meio da titularidade direta ou indireta de ações ou outros valores mobiliários, emissão de novas ações, de forma privada ou através de oferta pública, acordo de voto ou similar, quórum qualificado em estatuto ou contrato social ou outro meio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – Fica estabelecido entre as PARTES, como forma de estruturação e organização de eventuais temas que restaram pendentes até o presente Aditivo, e para fins de atendimento do art. 10-A, inciso I, da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), os itens listados no Anexo CAPEX.

Subcláusula primeira – O Anexo CAPEX tem por objetivo estabelecer as obras de investimento de capital que serão realizadas pela CORSAN, para fins de cumprimento das metas de universalização previstas no art. 11-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), as quais, necessariamente, consideram ***(a)*** a expansão dos serviços, ***(b)*** a redução de perdas na distribuição de água tratada, bem como a melhoria ***(c)*** da qualidade na prestação dos serviços, ***(d)*** de eficiência e de uso racional da água, ***(e)*** do uso de energia e de outros recursos naturais, ***(f)*** do reúso de efluentes sanitários e ***(g)*** do aproveitamento de águas de chuva.

Subcláusula segunda – Adicionalmente, para fins de cumprimento do disposto no §3º do art. 44 da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020), as obras de investimento de capital previstas no Anexo CAPEX também comportam metas progressivas para a substituição do sistema unitário pelo sistema separador absoluto, restando certo que tais metas poderão ser alteradas conforme regulamentação posterior eventualmente determinada pela agência reguladora competente e/ou Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Subcláusula terceira – O Anexo CAPEX, com cronograma das metas de universalização progressivas, após a realização de estudos técnicos junto ao

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1709
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 94
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

MUNICÍPIO, conforme § 1º, art. 11-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020) integra o CONTRATO e é complementar ao seu texto. Havendo contradição entre o CONTRATO, Termos Aditivos subsequentes e o disposto no Anexo CAPEX, incluindo, mas não se limitando, a questões relacionadas ao escopo de obras, cronograma, abrangência, e ordem de prioridade, prevalecerá sempre o texto do Anexo CAPEX, de maneira que os termos e condições deste prevalecem sobre o anteriormente pactuado pelas PARTES.

Subcláusula quarta – O MUNICÍPIO está ciente e concorda que o Plano de Saneamento Básico Municipal de que trata o art. 19 da Lei 14.026/2020, cuja responsabilidade é do MUNICÍPIO, deverá ser consolidado e compatibilizado com o cronograma das metas de universalização progressivas estabelecido no Anexo CAPEX até 31 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – Fica estabelecido entre as PARTES, ainda, que única e exclusivamente na hipótese de alienação do controle da CORSAN pelo Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 14 da Lei 14.026/2020 e da Lei Estadual RS 15.708/2021, e em condição suspensiva conforme art. 125 do Código Civil:

a) O CONTRATO terá seu prazo de vigência alterado, passando a vigorar até 31 (trinta e um) de dezembro de 2062, formalizando o MUNICIPIO, nesta data e por este TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE, a sua anuência expressa quanto a esse novo prazo, em atenção aos parágrafos segundo a quinto do artigo 14 da Lei 14.026/2020;

b) em virtude da assinatura do presente TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE dentro do prazo de 90 (noventa) dias do início da vigência da Lei Estadual RS 15.708/2021, com a extensão de prazo nos termos do art. 14, §2º da Lei 14.026/2020, bem como a inclusão no CONTRATO de cláusulas de que tratam os arts. 10-A, 10-B e 11-B da Lei 11.445/2007 (com a redação dada pela Lei 14.026/2020), a CORSAN efetivará ao MUNICÍPIO um pagamento como contrapartida adicional a potenciais benefícios econômicos decorrentes da

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1710
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 95
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

extensão do prazo contratual, conforme valor, termos e condições descritos no Anexo EQUITY;

c) a CORSAN obriga-se perante o MUNICIPIO a realizar o conjunto de obras e investimentos listados e descritos no ANEXO CAPEX, que, rubricado pelas PARTES, integra esse TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE para todos e quaisquer efeitos;

d) a CORSAN não poderá resilir unilateralmente o presente CONTRATO até o término de sua vigência em 31 de dezembro de 2062;

e) em virtude da assinatura do presente TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE dentro do prazo de 90 (noventa) dias do início da vigência da Lei Estadual RS 15.708/2021, com a extensão de prazo nos termos do art. 14, §2º da Lei 14.026/2020, bem como a inclusão no CONTRATO de cláusulas de que tratam os arts. 10-A, 10-B e 11-B da Lei 11.445/2007 (com a redação dada pela Lei 14.026/2020), o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, neste ato, cede ao MUNICÍPIO ações da CORSAN, de sua titularidade, conforme quantidade, termos e condições descritos no Anexo EQUITY;

f) a CORSAN garante, até o montante de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e obriga-se perante o Município, caso realizada a hipótese prevista na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA, a realizar os investimentos necessários à adequação na repavimentação de vias, descritas no “Anexo de Pavimentação” (referente às intervenções feitas pela CORSAN) que integra o presente contrato, de acordo com o plano de ação que será definido pelas partes até 20/01/2022, respeitado, sempre, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ficando desde já definido que, na ausência de acordo neste prazo, o tema será submetido a consultoria especializada na área, sendo que caberá ao MUNICÍPIO definir se as obras serão executadas pela CORSAN ou se haverá o repasse dos recursos necessários à sua execução ao Município, conforme cronograma físico-financeiro.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1711
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 96
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

g) a relação contratual estabelecida entre as Partes manter-se-á, no que couber e durante todo o prazo constante na alíena a) acima, à regulação e à fiscalização da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS;

h) caso realizada a hipótese prevista na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA, será dada nova redação ao inciso L da CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA do CONTRATO passará a ter a seguinte redação:

> L – Repassar para o MUNICÍPIO, a título de compensação / indenização, o valor de até R$ 73.137.503,64 (setenta e três milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e três reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do orçamento apresentado em anexo (Memorando 249 - 1ª Atualização Avenida), para a obra de interligação entre a BR 392 e a RS 287, onde será executado pela CORSAN emissário de esgoto. Os repasses ocorrerão de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, em decorrência de seus avanços. Os valores serão repassados ao Município, no máximo em 30 (trinta) dias corridos da notificação deste à CORSAN, de acordo com o andamento da licitação e respectiva execução dos serviços, sendo que os valores repassados permanecerão vinculados à execução da obra e respectiva prestação de contas à CORSAN.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – Caso realizada a hipótese prevista no caput da CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA, de alienação do controle da CORSAN pelo Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 14 da Lei 14.026/2020 e da Lei Estadual RS 15.708/2021, ajustam as PARTES que o presente TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE, (incluindo os eventuais ANEXOS), constituir-se-á como o novo contrato de concessão, para todos e quaisquer efeitos do artigo 14 e seus parágrafos da Lei 14.026/2020.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – Caso realizada a hipótese prevista na CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA deste contrato, o valor definido na cláusula quinta e suas subcláusulas do 1º Termo Aditivo ao Contrato ora aditado, firmado em 13/03/2019, será devolvido pelo Município em 5 (cinco) parcelas anuais, através de retenção por parte da CORSAN dos repasses dos recursos financeiros do Fundo Pró-

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1712
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 97
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

Saneamento, a contar do ano de 2023, sendo que, sobre este valor incidirá atualização monetária pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desde a data deste 1º Termo Aditivo e sem a incidência de juros moratórios.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUINQUIGÉSIMA – Este TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE, em decorrência do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020), tem, sobretudo, a finalidade de atualizar este Contrato com a inclusão das metas de universalização progressivas, de redução de perdas na distribuição de água, de uso racional da água, de energia, do reuso de efluentes e do aproveitamento da água da chuva, garantindo-se o aprimoramento dos níveis de serviços desejados com o devido resguardo da viabilidade econômico-financeira local do sistema.

Subcláusula única – Para tanto, deve-se observar as seguintes diretrizes:

I – Este Contrato se sujeitará à permanente atualização normativa, porquanto não dispõe, isoladamente, de todos os instrumentos legais e infralegais necessários para a execução das atividades que lhe são inerentes;

II – No decorrer do período contratual, deve-se observar a complementariedade dos princípios da segurança jurídica e da flexibilidade contratual, como forma de garantir a atualização constante dos serviços públicos executados e a previsibilidade econômico-financeira ao operador;

III – As metas de universalização de que trata o art. 11-B, *caput* da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020) são de responsabilidade do titular do serviço, justificando-se, assim, o dever de cooperação junto ao operador do serviço, auxiliando-o no planejamento, na fonte de custeio e na realização do cronograma de implementação das metas;

IV – Os parâmetros de fiscalização e monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais se pautam pelo princípio da realidade, motivo pelo qual imperativa a avaliação permanente dos obstáculos e as dificuldades na implementação de todos os direitos e deveres estipulados, nos termos da Lei 13.655/2018.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1713
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 98
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato será complementado pelos seguintes anexos:

I – Anexo CAPEX, com o estabelecimento das obras de investimento de capital, para fins de cumprimento das metas de universalização previstas no art. 11-B da Lei 11.445/2007 (alterada pela Lei 14.026/2020).

II – Anexo Tarifário - Estrutura Tarifária do Sistema (Substituição do Anexo II do Contrato).

III – Anexo Estrutura de Capital (EQUITY), tratando do modo, forma e condições da cessão de ações da CORSAN, de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul, para o município aderente ao Termo Aditivo de Conformidade, na forma da Lei Estadual RS 15.708/2021.

IV – Anexo com parâmetros e diretrizes para o Controle Tecnológico de Repavimentação.

V – Anexo pavimentação

Subcláusula primeira – Os anexos descritos nos incisos desta cláusula poderão ser modificados, além de outras circunstâncias necessárias à adequada prestação dos serviços, com base na padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico de que trata o inciso III, § 1º do art. 4-A da Lei 9.984/2000 (alterada pela Lei 14.026/2020), conforme eventualmente estabelecido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Subcláusula segunda – Os anexos descritos nos incisos desta cláusula integram o presente TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE e são complementares ao seu texto. Havendo contradição ou incompatibilidade entre o texto de algum dos anexos descritos nos incisos desta cláusula e o texto do CONTRATO, prevalecerá, para todas e quaisquer hipóteses, o texto disposto no respectivo anexo. Em caso de contradição ou incompatibilidade entre o texto de algum dos anexos descritos nos incisos desta cláusula e o texto de outros aditivos ou anexos que eventualmente integram o CONTRATO, prevalecerá, para todas e quaisquer hipóteses, o texto disposto nos anexos descritos nos incisos desta cláusula.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1714
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 99
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – O preço da tarifa decorrerá exclusivamente do descrito na Estrutura Tarifária do Sistema de que trata o inciso II da CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA devidamente reajustado e revisado com base nas hipóteses previstas pelo Contrato.

Subcláusula primeira – Pela prestação do serviço público de saneamento que lhe é concedido por meio deste Contrato, a CORSAN aplicará as tarifas homologadas pela Agência Reguladora.

Subcláusula segunda – As tarifas a serem aplicadas pela CORSAN, a partir do dia 1º de julho de cada ano, serão decorrentes do processamento dos seguintes mecanismos de alteração tarifária: a) Reajuste Tarifário Anual (RTA); b) Revisão Tarifária Ordinária (RTO); e c) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Os procedimentos para aplicação destes mecanismos estão estabelecidos no Anexo II – Anexo Tarifário.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – A partir de 2028, será estipulada nova estrutura tarifária, substituindo-se a Estrutura Tarifária do Sistema, com base nos fatores elencados pela CLÁUSULA VIGÉSIMA deste Termo Aditivo, observando-se as normas de referência emitidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

Subcláusula única – A estrutura tarifária levará em conta dois preços:

I – O Preço Base, identificado à tarifa cobrada até a data de transição do *caput*.

II – O Preço Variável, calculado a partir das necessidades do MUNICÍPIO de expansão e de manutenção da infraestrutura e dos serviços.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – Os contratos para prestação dos serviços públicos de saneamento básico existentes até a data da promulgação da Lei 14.026/2020 permanecem em vigor até o advento do seu termo contratual, na forma do art. 17 do referido diploma legal.

Subcláusula única – Eventual processo de regionalização (formação de unidade regional e/ou bloco de referência) desencadeado pelo Estado do Rio Grande do Sul ou pela União Federal não poderá se sobrepor ao Contrato vigente.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1715
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 100
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – O presente TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE está condicionado à submissão aos órgãos da governança da CORSAN.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA – As demais cláusulas e condições do Contrato, e não atingidas por este TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE, permanecerão em pleno vigor.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA – Acordam as Partes, em atenção ao disposto no capítulo DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO, em especial a CLÁUSULA OITAVA, considerando a Pandemia de Covid-19, em estender o término do Período de Transição I para 30 de junho de 2022, mantidas as demais disposições aplicáveis.

SEGUE PARA PÁGINA DE ASSINATURAS
O RESTANTE DESTA PÁGINA É INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Página 1716
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 101
Peça 4500547
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201626

PÁGINA DE ASSINATURAS

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo de Conformidade ao Novo Marco Regulatório de Saneamento Básico – Rerratificação das Obrigações Assumidas no Contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre, 16 de Dezembro de 2021.

Roberto Correa Barbuti
Diretor-Presidente
CORSAN

Douglas Ronan Casagrande da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CORSAN

Jorge Pozzobom
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

INTERVENIENTE-ANUENTE:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Eduardo Leite
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

TESTEMUNHAS:

1 –

2 –

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Anexo *CAPEX* – Plano de Investimentos

Sistema de Abastecimento de Água

Ações Previstas	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Nova adutora de água tratada do Cerrito à UFSM	■								
Nova adutora de água bruta	■	■							
Expansão de Água Passo do Verde		■	■	■					
Abastecimento Bairro Boi Morto (Exército) - Adutora DN150 4km - Reservatório elevado 100m³ - Travessia não-destrutiva	■	■	■						
Atendimento Zona Sul		■	■	■					
Atendimento Zona Oeste				■					
Reforço BR287			■						
Atendimento Distrito Boca do Monte (Vila Esmeralda e Canabarro)					■	■			
Atendimento Distrito Santo Antão (Etelvina e Divino)								■	■
Atendimento Distrito Pains (Passo do Antigo Arenal)						■			
Reservatório 2.000 Camobi	■	■	■						

OBSERVAÇÕES:

i. A CORSAN atenderá aos prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento), observando o princípio da eficiência na alocação de recursos e execução de obras. Consequentemente, a CORSAN se reserva o direito de revisar as projeções deste anexo em virtude de evoluções de tecnologia e questões de engenharia que permitam o atendimento das metas de universalização de modo mais eficaz. A priorização e alocação dos projetos no tempo pode variar de acordo com modicidade tarifária, licenciamentos, regularizações fundiárias e eventuais entraves técnicos.

ii. O orçamento apresentado é estimado. Devido a cenários econômicos distintos e atualizações tecnológicas, o orçamento poderá sofrer alterações ao longo de sua execução sem prejuízo da obrigatoriedade do atendimento dos prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento).

iii. Portanto, o cronograma acima proposto também é estimado. O conjunto de ações planejadas possui bases técnicas, devendo ser ajustado de acordo com o avanço da execução do plano, produtividade das obras, riscos na execução, ajustes de escopo, ganhos de eficiência (planos de ataque, construtibilidade, soluções tecnológicas), sempre com o intuito de atender, de maneira eficiente, os prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento).

iv. Investimentos relacionados a sustentabilidade de ativos (*CAPEX Sustaining)*, significando a manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de abastecimento de águas e esgotamento sanitário, não estão retratados no cronograma macro ou na estimativa de investimentos acima. Estes investimentos serão realizados ao longo de todo ciclo de vida do contrato com objetivo de melhorias operacionais, redução de perdas e redução da intermitência do abastecimento.

v. É obrigação da CORSAN realizar de forma contínua estudos técnicos para verificação de melhores alternativas e soluções a fim de se alcançar os resultados planejados para fins de atendimento dos prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento), incluindo riscos relacionados à escassez hídrica, soluções individualizadas ou outros itens que demandem alternativas.

vi. Caso não seja possível realizar alguma ação proposta por impedimento do Município, caberá a CORSAN analisar os eventuais impactos no seu plano de investimentos para eventuais ajustes.

vii. No cumprimento das ações propostas, é considerado o apoio do Município nas fases da execução. Consequentemente, é esperada a assistência e contribuição do Munícipio em processos fundiários e todas as demais necessidades locais que sejam da sua alçada e que digam respeito ao atendimento do plano de obras ora apresentado.

ACESSO P0201626 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 4500547 | Página da peça 102 | Processo 01216-0200/21-4 | Página 1717

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Anexo *CAPEX* – Plano de Investimentos

Sistema de Esgotamento Sanitário

Ações Previstas	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Elaborar projeto de redes e elevatórias do restante da área urbana, atendendo 95%													
Finalização da ETE Lorenzi - 520 l/s													
Executar as elevatórias 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 4, 5.1, 5.2, 6, Final 1 e Final 2, bem como seus emissários por recalque, em Camobi, com atendimento de 7%													
Executar redes e elevatórias de diversas vilas de Santa Maria, com recursos do FGTS, atendendo 3,50%													
Finalizar as obras de redes coletoras bacias 1, 1.1,1.2, 1.3, 3, 4, 4.1, 5, 5.2, 6 do Bairro Camobi, EBE's 2, 3, 5													
Finalizar as obras de redes e ETE's no bairro Santa Brígida, com atendimento de 0,12%													
Executar EBE 1 no bairro Camobi													
Executar redes e elevatórias com abrangência de 15,35%													
Promover a limpeza periódica dos sistemas individuais													

Investimentos estimados no município de Santa Maria (SAA + SES): ~R$ 306 milhões

OBSERVAÇÕES:

i. A CORSAN atenderá aos prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento), observando o princípio da eficiência na alocação de recursos e execução de obras. Consequentemente, a CORSAN se reserva o direito de revisar as projeções deste anexo em virtude de evoluções de tecnologia e questões de engenharia que permitam o atendimento das metas de universalização de modo mais eficaz. A priorização e alocação dos projetos no tempo pode variar de acordo com modicidade tarifária, licenciamentos, regularizações fundiárias e eventuais entraves técnicos.

ii. O orçamento apresentado é estimado. Devido a cenários econômicos distintos e atualizações tecnológicas, o orçamento poderá sofrer alterações ao longo de sua execução sem prejuízo da obrigatoriedade do atendimento dos prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento).

iii. Portanto, o cronograma acima proposto também é estimado. O conjunto de ações planejadas possui bases técnicas, devendo ser ajustado de acordo com o avanço da execução do plano, produtividade das obras, riscos na execução, ajustes de escopo, ganhos de eficiência (planos de ataque, construtibilidade, soluções tecnológicas), sempre com o intuito de atender, de maneira eficiente, os prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento).

iv. Investimentos relacionados a sustentabilidade de ativos (*CAPEX Sustaining)*, significando a manutenção corretiva e preventiva dos sistemas de abastecimento de águas e esgotamento sanitário, não estão retratados no cronograma macro ou na estimativa de investimentos acima. Estes investimentos serão realizados ao longo de todo ciclo de vida do contrato com objetivo de melhorias operacionais, redução de perdas e redução da intermitência do abastecimento.

v. É obrigação da CORSAN realizar de forma contínua estudos técnicos para verificação de melhores alternativas e soluções a fim de se alcançar os resultados planejados para fins de atendimento dos prazos e condições de universalização estabelecidos na Lei 14.026/20 (Marco do Saneamento), incluindo riscos relacionados à escassez hídrica, soluções individualizadas ou outros itens que demandem alternativas.

vi. Caso não seja possível realizar alguma ação proposta por impedimento do Município, caberá a CORSAN analisar os eventuais impactos no seu plano de investimentos para eventuais ajustes.

vii. No cumprimento das ações propostas, é considerado o apoio do Município nas fases da execução. Consequentemente, é esperada a assistência e contribuição do Munícipio em processos fundiários e todas as demais necessidades locais que sejam da sua alçada e que digam respeito ao atendimento do plano de obras ora apresentado.

ACESSO P0201626 | DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO | Peça 4500547 | Página da peça 103 | Processo 01216-0200/21-4 | Página 1718

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500547

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201626

ANEXO II – ANEXO TARIFÁRIO

ESTRUTURA TARIFÁRIA DO SISTEMA

Cláusula Primeira – Nos termos da cláusula QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA do Termo Aditivo, acordam as partes a seguinte estrutura de reajuste e revisão das tarifas a serem aplicadas pela CORSAN.

Do Reajuste Tarifário Anual (RTA)

Cláusula Segunda – Os Reajustes Tarifários Anuais de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 serão estabelecidos mediante a aplicação da variação anual da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE) ou índice que o venha substituir em caso de extinção, da seguinte forma:

a) RTA 2022 – tarifa vigente em 1º de julho de 2021 atualizada pela variação do IPCA entre 1º de junho de 2021 e 31 de maio de 2022, com vigência e aplicação a partir de 1º de julho de 2022, sem prejuízo da aplicação da parcela diferida do reajuste autorizado pela Agência Reguladora no exercício de 2021;
b) RTA 2023 – tarifa vigente em 1º de julho de 2022 atualizada pela variação do IPCA entre 1º de junho de 2022 e 31 de maio de 2023, com vigência e aplicação a partir de 1º de julho de 2023;
c) RTA 2024 – tarifa vigente em 1º de julho de 2023 atualizada pela variação do IPCA entre 1º de junho de 2023 e 31 de maio de 2024, com vigência e aplicação a partir de 1º de julho de 2024;
d) RTA 2025 – tarifa vigente em 1º de julho de 2024 atualizada pela variação do IPCA entre 1º de junho de 2024 e 31 de maio de 2025, com vigência e aplicação a partir de 1º de julho de 2025;
e) RTA 2026 – tarifa vigente em 1º de julho de 2025 atualizada pela variação do IPCA entre 1º de junho de 2025 e 31 de maio de 2026, com vigência e aplicação a partir de 1º de julho de 2026.

Cláusula Terceira – A partir de 2028, a metodologia para definição do Reajuste Tarifário Anual será estabelecida observando as normas de referência emitidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Da Revisão Tarifária Ordinária (RTO)

Cláusula Quarta – Em 1º de julho de 2027 será processada e aplicada a 4ª Revisão Tarifária Ordinária (RTO) da CORSAN, mediante o estabelecimento e utilização de metodologias aderentes às normas de referência instituídas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, em consonância com o Novo Marco Legal do Saneamento estabelecido pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Cláusula Quinta – A partir de 2027, as RTO da CORSAN serão realizadas a cada cinco anos, por meio do estabelecimento de Base de Ativos Regulatória (BAR)[1], custos operacionais regulatórios eficientes[2],

[1] A metodologia para apuração da **Base de Ativos Regulatória (BAR)** visa identificar os ativos físicos ou intangíveis que o operador utiliza para prestar os serviços de saneamento básico e que será base para o cálculo do custo de capital (remuneração e amortização). A metodologia adotada deve apurar de fato os ativos existentes e diretamente relacionados a prestação do serviço regulado, denominados investimentos prudentes. Essa metodologia deve atender principalmente os aspectos de: i) elegibilidade, ou seja, somente ativos afetos à prestação do serviço devem compor a base de ativos; ii) utilidade, que diz respeito a necessidade do ativo para a prestação do serviço; e iii) prudência, dado que o operador regulado deve ser estimulado a buscar a maior eficiência econômica, realizando investimentos capazes de assegurar a adequada prestação dos serviços e segurança de sua continuidade.

[2] A metodologia para apuração dos **Custos Operacionais Eficientes** visa identificar do ponto de vista regulatório os custos associados à prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ligados à atividade operacional e rotineiros das concessionárias. A metodologia busca avaliar os reais custos das empresas, mensurar seu nível de eficiência e simular a competição de forma que, durante o período tarifário, os custos possam se reduzir em função dos ganhos de eficiência obtidos. Assim, o nível de eficiência da concessionária é dado essencialmente pela distância da empresa para a referência eficiente fixada para sua atividade.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500547

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201626

mecanismos de compartilhamento de ganhos de produtividade ("fator X")[3] e tratamento de outras receitas[4], assim como as demais melhores práticas regulatório-tarifárias de mercado e as que vierem a ser estabelecidas pela ANA.

Cláusula Sexta – Será considerada uma tarifa única para todos os municípios atendidos pela Corsan, bem como uma única Base de Ativos Regulatória (BAR) certificada pela Agência Reguladora, apurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR) e remunerada por taxa regulatória que reflita o Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC")[5].

Cláusula Sétima – Os custos operacionais regulatórios serão calculados a partir de análise de eficiência, que levará em consideração o desempenho de concessionárias de saneamento básico comparáveis no contexto nacional.

Subcláusula única – Os custos considerados para fins de comparação deverão guardar compatibilidade com o padrão de qualidade dos serviços exigidos no respectivo contrato, assim como ter aderência com as condições reais da área geográfica da concessão e com as condições econômicas onde a concessionária desenvolve sua atividade.

Da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)

Cláusula Oitava – Sem prejuízo dos RTA e das RTO, caso haja alterações significativas nos custos da CORSAN, devidamente comprovadas e aprovadas pela Agência Reguladora, poderá, a qualquer tempo, ser processada e aplicada a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), visando manter o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

Cláusula Nona – A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, ensejará revisão extraordinária das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

Subcláusula única – Os efeitos do encerramento da imunidade tributária de impostos federais vigente na firmatura deste contrato não dará ensejo a RTE, devendo ser considerada no âmbito de RTO.

[3] A metodologia para apuração do **Fator X** visa estabelecer um mecanismo que permita efetuar o compartilhamento com os usuários dos ganhos de produtividade obtidos pelo operador. A medida em que as receitas do operador evoluem em função de seus mercados e tendo em conta que os custos praticados são influenciados por diversos fatores, por exemplo, mudança de escala, eficiência operacional e variação de preços, a tendência é que haja um distanciamento do ponto de equilíbrio entre custos eficientes e receita definida no momento de cada revisão. Fato que proporciona ganhos de produtividade pelo operador. Assim, para atender ao princípio da modicidade tarifária preconizado na legislação e na própria essência da regulação, esse ganho de produtividade deve ser compartilhado com os usuários do serviço regulado e seu efeito repassado às tarifas.

[4] A metodologia para apuração da **Outras Receitas** visa identificar as receitas oriundas de outras atividades que não a prestação direta do serviço público regulado. É importante que o marco regulatório do serviço de saneamento básico incentive o desenvolvimento de atividades alternativas, complementares ou acessórias ao serviço regulado, na medida em que isto represente um incremento na eficiência da alocação de recursos, cujos efeitos positivos sejam compartilhados com os usuários sob a forma de redução da tarifa. Assim, a metodologia deve ser capaz de unir, a um só tempo, a promoção do incentivo econômico na obtenção das Outras Receitas e contribua para a modicidade tarifária.

[5] A metodologia para apuração da **Taxa Regulatória de Remuneração do Capital** visa estabelecer o valor regulatório pelo qual será remunerado os investimentos realizados pelo operador dos serviços de saneamento básico. Cabe destacar, que a subavaliação dessa taxa reduz a atratividade do negócio, e com isso pode levar a uma redução no nível de investimentos, comprometendo a qualidade do serviço prestado. Por outro lado, a sua sobrevalorização se constitui numa transferência injusta de recursos dos usuários para os prestadores do serviço em questão. Por isso a importância de se apurar o seu valor adequado e justo tanto para o operador como para os usuários e que considere os riscos na prestação do serviço de saneamento básico no Brasil e em particular no Rio Grande do Sul, ponderando os valores regulatórios de Custo de Capital Próprio, Custo de Capital de Terceiros e Estrutura de Capital.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500547

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201626

ANEXO III – ESTRUTURA DE CAPITAL

BENEFÍCIOS ECÔNOMICOS VINCULADOS À EXTENSÃO DE PRAZO CONTRATUAL NOS TERMOS DA LEI ESTADUAL RS 15.708/2021 - *EQUITY*

Nos termos da cláusula QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA do Termo Aditivo, o Município de SANTA MARIA ("**MUNICÍPIO**") receberá, nos termos da Lei Estadual RS 15.708/2021 e conforme procedimento abaixo, o equivalente a **3.055.676** (três milhões, cinquenta e cinco mil, seiscentos e setenta e seis) ações de emissão da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN ("**Ações**" e "**COMPANHIA**", respectivamente) e de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul ("**ESTADO**"):

(i) Em até 10 (dez) dias úteis contados do dia seguinte após a realização, exitosa, da primeira liquidação da oferta pública inicial de ações de emissão da COMPANHIA ("**IPO**"), o MUNICÍPIO receberá o valor equivalente à multiplicação da quantidade de Ações pelo Preço por Ação que venha a ser definido no âmbito do IPO, conforme venha a constar do Prospecto Definitivo, líquidos dos custos, despesas e tributos relativos à realização do IPO, nos mesmos moldes do que será recebido pelo ESTADO ("**Recursos Líquidos das Ações**"); ou

(ii) Caso o MUNICÍPIO, após a assinatura do presente CONTRATO envie notificação, por escrito, ao ESTADO, e até a data de 17 de Dezembro de 2021, na forma e para os endereços constantes no parágrafo abaixo, conforme modelo anexo, manifestando sua intenção de permanecer como acionista da COMPANHIA após a realização do IPO, as Ações serão transferidas ao MUNICÍPIO, pelo ESTADO, após decorrido o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início do IPO ("**Período de *Lock-up***"), devendo o MUNICÍPIO celebrar os documentos e praticar os atos necessários à efetivação da transferência das Ações junto à instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da COMPANHIA.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
*A **Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema)***
A/C Sr. SECRETÁRIO LUIZ HENRIQUE VIANA
*Ref.: **Termo Aditivo CORSAN – Notificação para Permanência como Acionista***
Av. Borges de Medeiros 1501, 7º andar | Centro Histórico | Porto Alegre/RS | CEP 90119-900
Endereço Eletrônico: aditivo-corsan@sema.rs.gov.br
Com cópia para: municipios@corsan.com.br

§1º – Caso o ESTADO não receba a notificação mencionada no item (ii) acima tempestivamente nos endereços citados acima, será considerado que o MUNICÍPIO optou pelo recebimento dos Recursos Líquidos das Ações.

§2º – A decisão do MUNICÍPIO de optar pelo recebimento das Ações na forma do item (ii) acima implica na aceitação de recebimento somente após decorrido o Período de *Lock-up*.

B.1 – Nos termos da cláusula QUADRAGÉSIMA SÉTIMA do Termo Aditivo, a CORSAN efetivará ao MUNICÍPIO, no mesmo prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do dia seguinte após a realização, exitosa, do IPO, um pagamento no valor de **R$ 10.249.333,62** (dez milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos) ("**Contrapartida Adicional**").

C.1 – O pagamento dos Recursos Líquidos das Ações e da Contrapartida Adicional será efetivado em conta corrente de titularidade do MUNICÍPIO conforme dados cadastrais deste perante a CORSAN.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500547

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201626

ANEXO

MODELO DE NOTIFICAÇÃO PARA PERMANÊNCIA COMO ACIONISTA

A **Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema)**
A/C Sr. SECRETÁRIO LUIZ HENRIQUE VIANA
Ref.: **Termo Aditivo CORSAN – Notificação para Permanência como Acionista**
Av. Borges de Medeiros 1501, 7º andar | Centro Histórico
Porto Alegre/RS | CEP 90119-900
Endereço Eletrônico: aditivo-corsan@sema.rs.gov.br
Com cópia para: municipios@corsan.com.br

NOTIFICAÇÃO PARA PERMANÊNCIA COMO ACIONISTA

Em atenção ao denominado **"Anexo EQUITY"** do **TERMO ADITIVO DE CONFORMIDADE AO NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO (LEI 14.026/2020) – RERRATIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO CONTRATO** e conforme o disposto no art. 2º da Lei Estadual nº 15.708, de 16 de setembro de 2021, o **MUNICÍPIO DE [•]**, devidamente representado por seu Prefeito, vem tempestivamente perante Vossas Senhorias exercer, de forma irrevogável e irretratável, declarando-se, sob pena de responsabilidade, detentor de todas as autorizações legais para tanto, **o direito de permanecer como acionista da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN após a realização do IPO referido no Anexo EQUITY**.

O MUNICÍPIO, por meio desta, reitera sua ciência quanto ao Período de *Lock-Up* e o seu compromisso de celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da transferência das ações de emissão da CORSAN junto à instituição responsável pela escrituração.

[LOCAL], [DIA] de [MÊS] de 2021

[MUNICÍPIO]
Prefeito

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500547

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201626

ANEXO IV – ANEXO COM PARÂMETROS E DIRETRIZES PARA O CONTROLE TECNOLÓGICO DE REPAVIMENTAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Para obras de expansão dos SAA e SES, a CORSAN deve fornecer e disponibilizar ao Município a seguinte documentação de controle tecnológico, quando aplicável:

Subcláusula primeira: as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica executivas.

Subcláusula segunda: ensaios no mínimo a cada 250m de extensão da vala do solo antes da obra, para as situações em que o material escavado seja reaproveitado para o reaterro:

I. Ensaio de granulometria por peneiramento do solo
II. Ensaio de Limite de Liquidez;
III. Ensaio de Limite de Plasticidade;
IV. Ensaio de Compactação Energia Normal Amostra não trabalhada;
V. Ensaio de Massa Específica in situ;
VI. Ensaio ISC – Energia Normal;
VII. Ensaio de Teor de Umidade.

Subcláusula terceira: ensaios no mínimo a cada 250m, na última camada de extensão de vala do solo recomposto:

I. Ensaio de Compactação;
II. Ensaio de Umidade de Compactação.

Subcláusula quarta: ensaios no mínimo a cada 250m de extensão de recomposição de basalto decomposto travado ou basalto de rocha sã:

I. Ensaio de Granulometria por peneiramento.

Subcláusula quinta: ensaios no mínimo a cada 250m de extensão de reconstrução da estrutura do pavimento:

I. Ensaio de CBR proctor modificado;
II. Ensaio de granulometria do agregado aplicado na pista.

Subcláusula sexta: ensaios no mínimo a cada 250m de construção da estrutura do pavimento com brita graduada:

I. Ensaio de compactação;
II. Ensaio de massa específica – frasco de areia.

Subcláusula sétima: ensaios de controle tecnológico do fornecimento de CBUQ:

I. Ensaio de penetração;
II. Ensaio de viscosidade Saybolt-Furol;

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

III. Ensaio de ponto de fulgor;

IV. Ensaio de suscetibilidade térmica – índice de Pfeiffer;

V. Ensaio de espuma;

VI. Ensaio Marshall;

VII. Ensaio de equivalente em areia;

VIII. Ensaio de granulometria do agregado;

IX. Ensaio de granulometria do filler;

X. Ensaio de tração por compressão diametral;

XI. Ensaio de densidade do material betuminoso.

Subcláusula oitava: Relatório técnico fotográfico cronológico com todas as etapas construídas com fotos panorâmicas e detalhadas dos serviços realizados e com data, discriminando os serviços de recomposição de pavimentos e reaterro de valas.

Subcláusula nona: Adotar ensaios e métodos de controle tecnológico inovadores que venham a substituir os ensaios citados nesta cláusula.

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4500547

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P0201626

ANEXO V – ANEXO DE PAVIMENTAÇÃO

Para efeitos do disposto no Termo Aditivo, a critério do Município, poderão ser objeto de pavimentação as seguintes vias:

- Avenida João Machado Soares
- Rua Bogotá
- Rua Eugênio Mussói
- Rua Luiz Petry
- Rua Robinson Flores
- Rua David Ribeiro
- Rua Professor Heitor da Graça Fernandes
- Rua Rodolfo Behr
- Entroncamento da Rua Andradas com a Rua Floriano Peixoto
- Entroncamento da Avenida Borges de Medeiros com a Rua Coronel Niederauer
- Entroncamento da Rua Tuiuti com a Rua Duque de Caxias
- Entroncamento da Rua Venâncio Aires com a Rua Visconde de Pelotas
- Avenida Borges de Medeiros, entre Travessa Léo Miller e Rua Coronel Niederauer
- Rua Valdomiro Campos
- Rua Valentim Farias de Lima
- Rua Alfredo Viana
- Rua Valter Abicht
- Ruas do Bairro Dom Antônio que tenham sofrido intervenções pela Corsan e não tenham sido recebidas pela fiscalização devido a problemas na pavimentação
- Ruas do Bairro Parque Pinheiro Machado que tenham ou vierem a ter intervenções pela Corsan e não tenham sido recebidas pela fiscalização devido a problemas na pavimentação

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E0E0.FA73.D489.2BF7.B939.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Página 1726
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4500548
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201627

CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO

Que entre si celebram o Município de Santa Maria e a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS para a regulação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestado pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN mediante Contrato de Programa, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA**, com sede na Rua Venâncio Aires, nº 2.277, na cidade de Santa Maria/RS, CNPJ sob nº 88.488.366/0001-00, representado pelo seu Prefeito, Sr. **Jorge Cladistone Pozzobom**, Carteira de Identidade nº 1038475511-SSP/RS , CPF nº 484.930.070-78, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 659, 14º andar, na cidade de Porto Alegre/RS, neste ato representada pelo Conselheiro-Presidente, **Izidoro Zorzi**, Carteira de Identidade nº 7044562457, CPF nº 007.376.900-20, doravante denominada **AGERGS**, resolvem firmar o presente Convênio, com a interveniência da **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO**, CNPJ nº 92.802.784/0001-90, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **Flávio Ferreira Presser**, doravante denominada **CORSAN**, e da **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL**, representada pelo seu Presidente, **Salmo Dias de Oliveira**, Carteira de Identidade 4063312864, CPF 740.787.710-68, doravante denominada **FAMURS**. O presente Convênio tem seu respectivo fundamento e finalidade constante no processo administrativo nº 502-3900/06-8, sujeitando-se os convenentes às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente Convênio tem por objeto a delegação, pelo **MUNICÍPIO** à **AGERGS**, da regulação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, nos termos da Lei Estadual nº 10.931 de 09 de janeiro de 1997, e alterações posteriores, da Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, da Lei Municipal nº 6149, 22 de agosto de 2017, do presente Convênio, bem como nos Planos de Trabalho ajustados anualmente entre **MUNICÍPIO** e **AGERGS** e que farão parte integrante deste instrumento.

§1º O exercício das funções de regulação da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário será objeto de atuação conjunta da **AGERGS** e do Poder Concedente, tendo o Conselho Municipal de Usuários ou órgão equivalente, quando existente e em atividade, como instância colegiada de consulta.

§2º A regulação será exercida sobre os serviços públicos de abastecimento de água potável, incluindo a captação, tratamento, adução e distribuição da água e a operação dos serviços de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto.

3º O desenvolvimento das atividades regulatórias por ambas as partes, será funda da nos princípios do respeito à unidade do sistema e da Companhia Riograndense de Saneamento - **CORSAN**, bem como na uniformidade das ações por esta desenvolvida nos municípios que delegaram à mesma a execução dos serviços referidos no §2º.

CLÁUSULA SEGUNDA - Dos Objetivos Gerais

No escopo deste Convênio, os principais objetivos a serem atingidos são:

CORSAN SUPEJ

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3126.F842.10FA.CBD2.4AE0.

Página 1727
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500548
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201627

I - assegurar a prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas;

II - garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, **MUNICÍPIO** e **CORSAN**; e

III - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do sistema de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATIVIDADES REGULATÓRIAS

A **AGERGS** desenvolverá as atividades regulatórias nos termos de suas competências legais, previstas na Lei Estadual nº 10.931, de 9 de janeiro de 1997 e Lei Estadual nº 11.075, de 6 de janeiro de 1998, nas leis federais, estaduais e municipais supervenientes e neste Convênio.

Parágrafo único. As seguintes atribuições do **MUNICÍPIO** são delegadas a **AGERGS**:

I - regulamentar, no âmbito das competências inerentes à regulação, o serviço delegado, sem prejuízo e com observância da legislação federal, estadual e municipal aplicável;

II - fiscalizar, de forma compartilhada com o Município, a prestação do serviço nos termos definidos nos Planos de Trabalho; ajustados anualmente entre as partes, que farão parte integrante do Convênio;

III - homologar, fixar, reajustar e revisar tarifas, seus valores e estruturas, na forma da lei, das normas pertinentes e do contrato de programa;

IV - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço, bem como as cláusulas do contrato de programa, visando ao cumprimento das condições e metas estabelecidas;

V - zelar pela qualidade do serviço, na forma da Lei e do Contrato de Programa, inclusive mediando no exame dos planos de investimentos de serviço, tendo por base o Plano Municipal de Saneamento;

VI - atuar como instância recursal no que concerne à aplicação das penalidades regulamentares e contratuais por parte do Município;

VII - estimular a universalização e o aumento da qualidade e da produtividade dos serviços e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, de acordo com o que for definido no Plano de Trabalho, referido no inciso II supra;

VIII - estimular a participação e organização de usuários para a defesa de interesses relativos ao serviço, de acordo com o que for definido em Plano de Trabalho, referido no inciso II supra;

IX - mediar, arbitrar e decidir, no âmbito administrativo, em caráter definitivo, eventuais conflitos decorrentes da aplicação das disposições legais, regulamentares e contratuais;

X - homologar o contrato de programa, eventuais aditivos pertinentes à delegação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, bem como sua extinção;

XI - requisitar aos delegatários as informações necessárias ao exercício da função regulatória;

XII - elaborar estudos e projetos com vistas ao aperfeiçoamento do serviço público delegado e da busca da modicidade tarifária; XIII - zelar pela manutenção do equilíbrio econômico financeiro do sistema, acompanhando a evolução, eficiência e eficácia dos serviços;

XIII - zelar pela manutenção do equilíbrio econômico financeiro do sistema, acompanhando a evolução, eficiência e eficácia dos serviços;

XIV - aplicar sanções em razão do descumprimento da legislação aplicável, do Contrato de Programa e das normas regulatórias, em especial pelo desatendimento de critérios econômicos, financeiros, contábeis, na aplicação da pauta tarifária, de qualidade e regularidade dos serviços prestados, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 6149, de 2017, e previsto em Resolução da **AGERGS**.

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3126.F842.10FA.CBD2.4AE0.

Página 1728
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4500548
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201627

CLÁUSULA QUARTA - Das Obrigações Dos Convenentes

O **MUNICÍPIO** compromete-se a:

I - promover, em conjunto com a **AGERGS**, a fiscalização das atividades reguladas, verificando a adequação dos serviços prestados aos padrões estabelecidos no Contrato de Programa, no Plano de Saneamento, no Plano de Trabalho e nas demais normas aplicáveis, indicando falhas e possíveis soluções;

II - supervisionar, acompanhar, apoiar e colaborar com as atividades previstas no presente Convênio, visando à eficiência no planejamento da regulação e da fiscalização da prestação dos serviços;

III - examinar e pronunciar-se, quando for o caso, acerca das ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos deste Convênio;

IV - fornecer à **AGERGS** todos os documentos, informações e dados necessários à regulação nos prazos estipulados;

V - encaminhar à **AGERGS**, periodicamente, relatórios de fiscalização dos serviços, conforme prazo a ser definido nos Planos de Trabalho;

VI - dar condições para constituição e funcionamento de Conselho ou Órgão Municipal de Usuários e de Comissão Interna que auxilie na fiscalização dos serviços prestados pela concessionária;

VII - manter em seus arquivos, preferencialmente na forma digital, todas as informações e documentos relativos às redes, instalações e equipamentos utilizados na prestação dos serviços.

VIII - informar os usuários sobre a regulação dos serviços concedidos pela **AGERGS**, dando ampla divulgação do telefone da Ouvidoria da Agência;

IX - comunicar à **AGERGS** as eventuais irregularidades de que tenha conhecimento.

CLÁUSULA QUINTA - Das Competências da AGERGS

A **AGERGS** compromete-se a:

I - elaborar e executar os Planos de Trabalho para o desenvolvimento da regulação;

II - prestar assessoria técnica para o **MUNICÍPIO**, nos termos previstos nos Planos de Trabalho;

III - emitir relatórios anuais sobre as atividades desenvolvidas nos Planos de Trabalho;

IV - disponibilizar os serviços de Ouvidoria na forma definida nos Planos de Trabalho, exigindo da **CORSAN**, semestralmente, relatório das reclamações apresentadas pelos usuários, com a obrigação de manter os respectivos registros à disposição da **AGERGS**;

V - promover, com a participação do Município, a necessária coordenação de ações relacionadas à regulação dos serviços;

VI - verificar a observância e o cumprimento do Plano de Saneamento por parte da **CORSAN**;

VII - fiscalizar a prestação do serviço público delegado nos aspectos técnicos, econômicos, jurídicos, contábeis, operacionais e, no que tange à qualidade, mediante a aplicação de seus indicadores de desempenho, em conformidade com o inciso XI art. 4º da Lei Estadual nº 10.931, de 1997 e com a Lei Estadual nº 11.075, de 1998;

VIII - estabelecer normas sobre plano de contas e critérios de apropriação contábil dos custos e receitas.

CORSAN

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3126.F842.10FA.CBD2.4AE0.

Página 1729
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4500548
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0201627

CLÁUSULA SEXTA - Das Competências comuns aos Convenentes

I - zelar pela boa qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e estimular o aumento de sua eficiência;

II - cumprir e fazer cumprir as disposições do presente convênio, da legislação e da regulamentação aplicáveis;

III - desenvolver ações que valorizem a economia de água, a fim de viabilizar políticas de preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Valor

Para a execução das atividades regulatórias delegadas através deste Convênio, a **CORSAN** repassará anualmente à **AGERGS** o valor previsto em Resolução do Conselho Superior da **AGERGS**.

CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência AGERGS

O presente Convênio terá duração concomitante com a vigência do contrato de programa celebrado entre o **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA NONA - Das Disposições Finais

Este Convênio poderá ser rescindido por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou extinto por mútuo acordo, sempre mediante aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Foro

Fica eleito o foro do Município de Santa Maria, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para resolver questões oriundas da execução do presente instrumento, não solucionadas administrativamente.

Assim, por estarem justas e acordados, os convenentes, por seus representantes, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Santa Maria, 19 de abril de 2018.

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande Do Sul

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
DFRI - CORSAN

Engº Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão
CORSAN

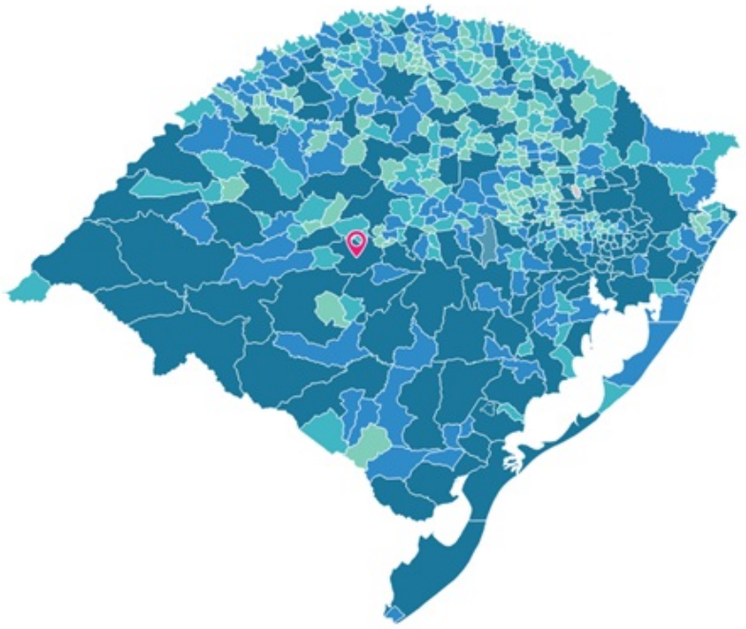
Companhia Riograndense de Saneamento

Assinado digitalmente por: Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.3126.F842.10FA.CBD2.4AE0.

RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº:	**001216-0200/21-4**
FISCALIZADO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**
CNPJ:	**88.488.366/0001-00**
EXERCÍCIO:	**2021**



Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1731
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 GESTORES RESPONSÁVEIS
3 PERFIL MUNICIPAL
3.1 Características do Município
3.1.1 População
3.1.2 Regionalização
3.1.3 Economia
3.2 Características da Administração Municipal
3.2.1 Estrutura Administrativa
4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES
4.1 Entregas
4.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)
4.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)
4.1.3 Prestação de Contas Anual
4.1.4 Análise da Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro do Processo
4.1.5 Base de Legislação Municipal (BLM)
4.1.6 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)
4.1.7 Questionários
4.1.8 Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC
5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
5.1 Aspectos Gerais
5.1.1 Legislação Aplicável
5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno
5.2.1 Legislação Municipal
5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional
5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno
5.4 Execução do Controle Interno
5.4.1 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno
5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito
6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

6.1 Aspectos Gerais
6.1.1 Legislação Aplicável
6.2 Resultado Orçamentário
6.2.1 Resultado Orçamentário do Município
6.3 Créditos Orçamentários
6.3.1 Índice de Modificação Orçamentária
6.3.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais
6.4 Receitas
6.4.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias
6.4.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes
6.4.3 Origem das Receitas Correntes
6.5 Despesas
6.5.1 Despesa por Função e Subfunção
6.5.2 Despesa por Programa
7 GESTÃO FISCAL
7.1 Aspectos Gerais
7.1.1 Legislação Aplicável
7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal
7.2.1 Índices de Gestão Fiscal
7.3 Receita Corrente Líquida
7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida
7.4 Despesa Bruta com Pessoal
7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal
7.5 Dívida Consolidada Líquida
7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida
7.6 Operações de Crédito
7.6.1 Percentual das operações de crédito
7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro
7.7.1 Valores Restituíveis
7.7.2 Equilíbrio Financeiro
7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO
7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)
7.9 Audiências Públicas
7.9.1 Realização de Audiências Públicas
8 GESTÃO PATRIMONIAL
8.1 Aspectos Gerais
8.1.1 Conceitos
8.2 Balanço Patrimonial

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial
8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais
8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais
9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO
9.1 Pesquisas Aplicadas
9.1.1 Pesquisa da Transparência Fiscal
9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação
9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias
9.1.4 Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19
9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19
10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)
10.1 Aspectos Gerais
10.1.1 Legislação e Regime Municipal
10.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)
10.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária
10.3 Avaliação Atuarial
10.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial
10.4 Balanço Atuarial do Plano Previdenciário
10.4.1 Evolução do Ativo, Passivo e Resultado Atuarial
11 LIMITES CONSTITUCIONAIS
11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE
11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissinais da Educação (FUNDEB)
11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB
11.2.2 Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica
11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB
11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde
11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS
11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro
11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro
12 EDUCAÇÃO
12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena
12.1.1 Previsão Normativa
12.1.2 Formação dos Professores
12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena
12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar
12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1734
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

12.2.2 Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)Matrícula
12.2.3 Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares
12.2.4 Documentação Formal
12.2.5 Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos
12.2.6 Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar
13 SAÚDE
13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS
13.1.1 Plano Municipal de Saúde
13.1.2 Programação Anual da Saúde
13.1.3 Relatório de Gestão
14 MEIO AMBIENTE
14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente
14.1.2 Estrutura de Licenciamento, Controle e Fiscalização Ambiental
14.2 Resíduos Sólidos
14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
14.2.2 Destinação Final Ambientalmente Adequada
14.2.3 Sustentabilidade Econômica da Prestação de Serviços
14.2.4 Abrangência da Prestação de Serviços no Território
14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária
14.2.6 Gestão de Resíduos na Construção Civil
14.3 Esgoto Sanitário
14.3.1 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto
14.3.2 Plano Municipal de Saneamento
14.3.3 Estruturas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários
14.3.4 Sustentabilidade Econômico-Financeira
14.3.5 Regulação dos Serviços de Saneamento
15 QUADRO RESUMO
16 CONCLUSÃO

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Auditoria foi elaborado para subsidiar o exercício da competência deste Tribunal de Contas de emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, na forma dos artigos 31, 70, 71, I, e 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Estadual n.º 11.424/2000; e Resolução TCE-RS n.º 1.028/2015.

O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, oportuno assinalar, é uma peça de conteúdo técnico-jurídico e natureza opinativa cuja finalidade precípua é oferecer ao Poder Legislativo e à sociedade uma visão consistente sobre a macrogestão governamental e sobre o desempenho do governante naquele exercício financeiro.

Trata-se, por isso, de uma peça relevantíssima para a democracia, sendo o elemento técnico que instrui ou orienta, prevalentemente, o julgamento político-administrativo que o Poder Legislativo está incumbido de realizar sobre as contas globais prestadas pelo Chefe do Executivo, julgamento este do qual podem advir consequências como a inelegibilidade.

Com o escopo de fornecer substrato denso e suficiente para uma apreciação ampla e tecnicamente qualificada, o Relatório de Auditoria reúne um conjunto de criteriosas análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos constitucionalmente vinculados à educação e à saúde, assim como outros elementos que podem ser considerados importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados obtidos com as ações governamentais.

Por fim, cabe ressalvar que as contas anuais são compostas de informações voltadas a propiciar a formação de uma opinião técnica sob a perspectiva da macrogestão da unidade jurisdicionada e, por terem esse objeto e essa proposta de abordagem, podem não versar, por conseguinte, sobre situações concretas e específicas caracterizadoras de irregularidades em atos de gestão ou danos ao erário, ocorrências estas que, em regra, são apuradas por este Tribunal, com espeque no art. 71, II, da Constituição Federal, por meio de outros tipos processuais previstos em seu Regimento Interno – tais como o processo de contas especiais e a tomada de contas especial.

Registra-se a inexistência de processos de Tutela de Urgência, de Denúncias, de Representações, de Inspeções Especiais ou Extraordinárias, de processos de Contas Especiais ou de Tomadas de Contas Especiais de responsabilidade do gestor no exercício em exame.

2 GESTORES RESPONSÁVEIS

No quadro a seguir constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Executivo de Santa Maria, ora analisadas.

Quadro 1 – Gestores responsáveis e substitutos

Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Prefeito	Jorge Cladistone Pozzobom	01-01-21 a 13-01-21, 26-01-21 a 01-02-21, 05-02-21 a 08-03-21, 11-03-21 a 14-03-21, 16-03-21 a 19-07-21, 22-07-21 a 03-08-21, 06-08-21 a 15-09-21, 26-09-21 a 11-10-21, 14-10-21 a 19-11-21, 23-11-21 a 21-12-21
Vice-Prefeito	Rodrigo Decimo	14-01-21 a 25-01-21, 02-02-21 a 04-02-21, 09-03-21 a 10-03-21, 15-03-21, 20-07-21 a 21-07-21, 04-08-21 a 05-08-21, 16-09-21 a 25-09-21, 12-10-21 a 13-10-21, 20-11-21 a 22-11-21, 22-12-21 a 31-12-21

Fonte: Sistema de Cadastro do TCE-RS (SISCAD).

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

3 PERFIL MUNICIPAL

3.1 Características do Município

3.1.1 População

O município de Santa Maria tem 285.159 habitantes e está entre os municípios com mais de 100 mil habitantes no Estado:

Quadro 2 – População Municipal

Faixa de População	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Até 5 mil hab	230	680.880	6%
5 a 10 mil hab	101	686.455	6%
10 a 20 mil hab	57	777.417	7%
20 a 50 mil hab	64	1.972.845	17%
50 a 100 mil hab	26	1.806.498	16%
Mais de 100 mil hab	19	5.542.535	48%

Fonte: Estimativa de População para 2021. IBGE, 2021 - https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados - acesso em 04/04/2022.

É classificado como Urbano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quadro 3 – Tipologia Urbano-Rural

Tipologia Urbano-Rural	Quant.	%	População	%
Rural Adjacente	341	68,61%	1.776.423	15,49%
Urbano	126	25,35%	9.144.408	79,75%
Intermediário Adjacente	26	5,23%	528.509	4,61%
Rural Remoto	2	0,40%	7.390	0,06%
Intermediário Remoto	1	0,20%	6.832	0,06%
Sem classificação	1	0,20%	3.068	0,03%

Fonte: Portal IBGE - https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto - acesso em 04/04/2022.

3.1.2 Regionalização

O município de Santa Maria integra o Conselho Regional de Desenvolvimento Central, cuja classificação é utilizada pela Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão para distribuição orçamentária.

Quadro 4 – Distribuição de Municípios e População por COREDE

COREDE	Nº de Municípios	População Total	População Relativa
Campos de Cima da Serra	10	104.842	1%
Alto da Serra do Botucaraí	16	105.102	1%
Vale do Jaguari	9	115.372	1%
Rio da Várzea	20	130.998	1%
Nordeste	19	132.343	1%
Celeiro	21	136.328	1%
Jacuí Centro	7	141.621	1%
Hortênsias	7	142.183	1%

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1737
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

Médio Alto Uruguai	22	143.744	1%
Alto Jacuí	14	154.373	1%
Noroeste Colonial	11	176.743	2%
Vale do Caí	19	192.968	2%
Fronteira Noroeste	20	201.040	2%
Campanha	7	222.208	2%
Norte	32	223.505	2%
Paranhana Encosta da Serra	10	232.267	2%
Missões	25	238.840	2%
Centro-Sul	17	276.216	2%
Litoral	21	357.673	3%
Vale do Taquari	36	364.172	3%
Produção	21	372.772	3%
Central	19	415.514	4%
Vale do Rio Pardo	23	449.890	4%
Fronteira Oeste	13	518.106	5%
Sul	22	879.476	8%
Serra	32	1.015.512	9%
Vale do Rio dos Sinos	14	1.420.221	12%
Metropolitano Delta do Jacuí	10	2.602.601	23%

Fonte: Atlas Socioeconômico, disponível em https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes, acesso em 25/03/2022.

Santa Maria integra a associação de municípios AMCENTRO, que reúne municípios próximos e com perspectivas econômico-sociais em comum.

Quadro 5 – Associações de Municípios - Distribuição de Municípios e População

Associação	Número de Municípios	População Total	População Relativa
AMCSERRA	12	75.464	1%
AMASBI	12	77.481	1%
AMUCSER	10	107.102	1%
ASMURC	7	125.457	1%
AMUNOR	19	132.343	1%
AMUCELEIRO	21	136.328	1%
AMSERRA	7	144.954	1%
ACOSTADOCE	11	159.098	1%
AMUPLAM	11	176.743	2%
AMUFRON	20	201.040	2%
AMPARA	6	210.150	2%
ASSUDOESTE	7	222.208	2%
AMAU	32	223.505	2%
AMVARC	20	231.049	2%
AMM	25	238.840	2%
AMAJA	20	241.440	2%
AMZOP	43	278.640	2%
AMPLA	16	300.241	3%
AMVAT	35	360.762	3%
AMLINORTE	22	363.157	3%
AMVARP	14	384.240	3%
AMFRO	13	518.106	5%
AMCENTRO	33	663.541	6%

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

AMVARS	12	791.805	7%
AZONASUL	21	873.992	8%
AMESNE	34	1.020.273	9%
GRANPAL	14	3.208.671	28%

Fonte: Portal da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, disponível em http://www.famurs.com.br/associacoes/, acesso em 25/03/2022.

3.1.3 Economia

O produto interno bruto (PIB) de Santa Maria em 2019 foi de R$ 8.766.854,55 mil, ano em que o PIB dos municípios gaúchos foi de R$ 482,46 bilhões e representava 6,5% do PIB nacional, de R$ 7,389 trilhões.

A evolução do PIB de Santa Maria é a seguinte:

Gráfico 1 – Evolução do PIB - 2010 a 2019 (em R$ mil)



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

Por sua vez, naquele mesmo exercício, o PIB *per capita* de Santa Maria foi de R$ 31.074,58, o que correspondia a 0,73 vezes o estadual (R$ 42.406,09/habitante) e 0,88 vezes o nacional (R$ 35.161,70/habitante).

A evolução do PIB *per capita* de Santa Maria é a seguinte:

Gráfico 2 – Evolução do PIB Per Capita - 2010 a 2019

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

Os principais elementos do produto interno bruto de Santa Maria eram os serviços.

Quadro 6 – Composição do PIB (R$ mil e %) - 2010 a 2019

Ano	Administração Pública	%	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	PIB
2010	645.830,14	16,12%	77.803,39	1,94%	510.853,96	12,75%	2.364.102,36	59,01%	407.794,18	10,18%	4.006.384,03
2011	697.470,09	15,25%	86.764,50	1,90%	553.713,60	12,11%	2.774.348,98	60,67%	460.801,21	10,08%	4.573.098,37
2012	783.798,13	15,55%	78.631,50	1,56%	676.245,57	13,41%	3.015.333,14	59,82%	487.010,83	9,66%	5.041.019,16
2013	911.662,46	15,84%	163.745,91	2,85%	680.408,06	11,82%	3.449.033,22	59,93%	550.288,38	9,56%	5.755.138,01
2014	1.018.267,42	15,72%	159.936,74	2,47%	756.395,24	11,68%	3.922.536,19	60,57%	618.762,08	9,55%	6.475.897,67
2015	1.093.845,92	17,20%	178.339,22	2,81%	731.730,09	11,51%	3.780.050,18	59,45%	573.893,92	9,03%	6.357.859,33
2016	1.127.064,63	16,81%	199.519,70	2,98%	760.488,94	11,34%	3.964.214,94	59,14%	652.374,81	9,73%	6.703.663,02
2017	1.189.283,86	16,63%	176.253,57	2,46%	761.511,30	10,65%	4.334.088,57	60,60%	691.011,55	9,66%	7.152.148,86
2018	1.298.359,19	16,66%	220.554,39	2,83%	835.417,40	10,72%	4.719.183,98	60,55%	720.460,27	9,24%	7.793.975,23
2019	1.415.864,43	16,15%	206.747,78	2,36%	943.557,24	10,76%	5.356.374,34	61,10%	844.310,76	9,63%	8.766.854,55

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados em R$ mil e a preço corrente.

Os impostos representaram 9,63% do produto interno bruto, indicando crescimento em relação ao ano anterior.

A evolução da participação dos impostos no produto interno bruto é a seguinte:

Gráfico 3 – Participação dos Impostos no PIB Municipal (2010 a 2019)

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.



Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.
Nota: Valores apresentados a preço corrente.

As três principais atividades que mais geraram valor adicionado em 2019 no Município foram “Demais serviços”, “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social” e “Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas”, demonstradas no quadro seguinte:

Quadro 7 – Atividades com Maior Valor Adicionado Bruto (as três principais)

Ano	Primeira	Segunda	Terceira
2010	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2011	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2012	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2013	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2014	Demais serviços	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2015	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2016	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2017	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2018	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
2019	Demais serviços	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

edicao=32575&t=resultados. Acesso em 18/01/2022.

3.2 Características da Administração Municipal

3.2.1 Estrutura Administrativa

De acordo com os dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC compõem a estrutura da Administração Pública Municipal:

Quadro 8 – Estrutura Administrativa

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA	
Administração Direta	Prefeitura Municipal de Santa Maria
	Câmara Municipal de Santa Maria
Administração Indireta	Inst. Prev. Assist. À Saúde Serv. Públ. Mun. De S. Maria
	Inst. De Planejamento De Santa Maria

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

O Município ainda faz parte dos seguintes Consórcios Municipais:

Quadro 9 – Consórcios Públicos

Consórcios Públicos	Consorcio Intermunicipal Da Região Centro

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

4 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

4.1 Entregas

O Município deve enviar obrigatoriamente ao TCE-RS o Relatório de Gestão Fiscal, a Manifestação Conclusiva da Unidade Central de Controle Interno, o Relatório de Validação e Encaminhamento, a Prestação de Contas Anual, a Base de Legislação Municipal, os contratos e licitações e os questionários, nos prazos estabelecidos nas Resoluções TCE-RS n.º 1.134/2020, n.º 843/2009 e n.º 1.050/2015 e nas Instruções Normativas TCE-RS n.º 13/2021 e nº 13/2017.

Cumpre dizer que a qualquer tempo o TCE-RS pode solicitar informações complementares, nos termos do contido no § 2º do artigo 71 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e no § 1º do artigo 33 da Lei Estadual n.º 11.424/2000.

4.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)

Em relação a essa documentação, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 10 – Informações das Entregas - RGF/MCI

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peças RGF / MCI
3ºQ/2020 (1)	01-02-21	26-01-21	0	3274549 / 3282349
1ºQ/2021	31-05-21	27-05-21	0	3525916 / 3535341
2ºQ/2021	30-09-21	01-10-21	1	3809343 / 3831639

Nota: (1) Processo de Contas Anuais nº 0944-0200/20-6.

Os Relatórios de Gestão Fiscal **não foram entregues,** em sua totalidade, de acordo

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

com os prazos estabelecidos nos artigos 2º, inciso I, e 6º da Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020 (peça 4500490) .

Entretanto, como o referido atraso não comprometeu a análise das contas do Executivo Municipal, tal situação **não deve ser caracterizada como irregularidade passível de esclarecimento.**

Também as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal **não foram entregues,** em sua totalidade, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020 (peça 4500472) .

Entretanto, como o referido atraso não comprometeu a análise das contas do Executivo Municipal, tal situação **não deve ser caracterizada como irregularidade passível de esclarecimento.**

4.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)

Em relação a esse relatório, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 11 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
Dez/2020 (1)	01-02-21	26-01-21	0	3274497
Jan/2021	02-03-21	26-02-21	0	3347000
Fev/2021	30-03-21	24-03-21	0	3410086
Mar/2021	30-04-21	26-04-21	0	3467914
Abr/2021	31-05-21	27-05-21	0	3523433
Mai/2021	30-06-21	18-06-21	0	3580382
Jun/2021	30-07-21	29-07-21	0	3671087
Jul/2021	30-08-21	19-08-21	0	3717084
Ago/2021	30-09-21	01-10-21	1	3809338
Set/2021	01-11-21	26-10-21	0	3895085
Out/2021	30-11-21	25-11-21	0	3967006

Nota: (1) Processo de Contas Anuais nº 0944-0200/20-6.

De acordo com o Ofício Circular DCF n.º 44/2021, o prazo de entrega do RVE do 11º mês de 2021 foi prorrogado para 07-01-2022. Nesse sentido, a tempestividade da entrega do mesmo será verificada no Relatório de Contas Anuais de 2022.

Quanto aos demais Relatórios de Validação e Encaminhamento, verifica-se que **não foram entregues**, em sua totalidade, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020.

Entretanto, como o referido atraso não comprometeu a análise das contas do Executivo Municipal, tal situação **não deve ser caracterizada como irregularidade passível de esclarecimento.**

4.1.3 Prestação de Contas Anual

Em relação a essa documentação, referente ao Processo de Contas Anuais do ano de 2020, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Quadro 12 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
ANUAL	30-01-21	29-01-21	0

Verifica-se que os documentos da prestação de contas **foram entregues** dentro do prazo disposto no artigo 2º, inciso III, da Resolução TCE-RS n.º 1.099/2018, conforme protocolo eletrônico nº 352359.

4.1.4 Análise da Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro do Processo

Os documentos que devem integrar as contas anuais do Poder Executivo Municipal estão regulamentados pela Resolução TCE/RS nº 1.134/2020, conforme artigo 2º, inciso III e IV.

O exame acerca da documentação enviada pela Auditada evidencia as seguintes irregularidades:

k) análise e parecer conclusivo emitido pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS referente, no mínimo, à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde e à aplicação dos recursos vinculados ao SUS.

A documentação apresentada não atende o exigido acima (peça 4160622).

Do exposto, observa-se atendimento parcial ao contido na Resolução TCE/RS n.º 1.134/2020, relativamente aos documentos que devem integrar as contas ordinárias do Poder Executivo Municipal.

4.1.5 Base de Legislação Municipal (BLM)

Em relação a essa remessa, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 13 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
4º T/2020 (1)	10-01-21	07-01-21	0
1º T/2021	10-04-21	06-04-21	0
2º T/2021	10-07-21	08-07-21	0
3º T/2021	10-10-21	07-10-21	0

Nota: (1) Processo de Contas Anuais nº 0944-0200/20-6

As remessas de normas à Base de Legislação Municipal do TCE/RS **foram encaminhadas nos prazos** estabelecidos na Instrução Normativa TCE/RS n.º 12/2009 que regulamenta a Resolução TCE/RS n.º 843/2009.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

4.1.6 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)

Em relação a essas remessas, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 14 – Informações das Entregas

Indicador	% Fora do Prazo	Atraso médio (dias)	Peça
Licitações	2,68	47,68	(peça 4500491)
Contratos	9,33	32,77	(peça 4500492)

As remessas de licitações e contratos ao Sistema de Licitações e Contratos do TCE-RS (LICITACON) foram efetuadas **em desacordo** com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso no cadastramento dos eventos.

Registra-se que essa irregularidade consta no Processo nº 0944-0200/20-6 do exercício de 2020, pendente de julgamento.

4.1.7 Questionários

De acordo com o art. 8º da Resolução TCE n.º 1.134/2020, a qualquer tempo este Tribunal poderá solicitar informações complementares, inclusive por meio de questionários, que devem ser entregues no prazo fixado no pedido.

Com o objetivo de emitir pareceres prévios que trouxessem uma visão mais ampla sobre o município e seus serviços públicos, e que, desse modo, melhor informassem os cidadãos e as Câmaras Municipais, este Tribunal requisitou informações e documentos adicionais no ano de 2021, por meio do Espaço do Controle Interno do Portal do TCE-RS, conforme dispôs os Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021.

As informações requisitadas decorrem da competência constitucional atribuída a esta Corte de Contas, de forma que o não atendimento constitui obstaculização ao controle externo e sujeita o Prefeito responsável à apuração da ocorrência em seus próprios processos de contas com os possíveis consectários legais, dentre os quais, eventualmente, a emissão de parecer desfavorável.

Em relação a essas remessas, observa-se a seguinte situação de entrega:

Quadro 15 – Informações das Entregas

Questionário	Prazo até	Data Entrega	Peça
01/2021. Educação	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500493)
03/2021. Conselho Municipal de Assistência Social	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500473)
04/2021. Conselho Municipal de Educação	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500494)
05/2021. Conselho Municipal de Igualdade Racial	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500495)
06/2021. Conselho Municipal de Meio Ambiente	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500496)
07/2021. Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500474)
08/2021. Conselho Municipal de Saneamento	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500497)
09/2021. Conselho Municipal de Saúde	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500498)
10/2021. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500499)
11/2021. Conselho Tutelar	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500475)
12/2021. Políticas para Mulheres	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500500)
13/2021. Saúde	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500501)
14/2021. Meio Ambiente e Saneamento	30-04-2021	30-04-2021	(peça 4500502)

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1745
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

De posse dos dados acima, verifica-se que as remessas dos questionários foram efetuadas **de acordo** com a Resolução TCE-RS n.º 1.134/2020 e os Ofícios Circulares DCF n.º 06/2021 e n.º 10/2021.

4.1.8 Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC

De acordo com o inciso III do § 1º do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência da gestão fiscal será assegurada, entre outros meios, pela adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A da mesma lei.

O Decreto Federal n.º 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, estabeleceu, em seu art. 18, parágrafo único, que os entes federativos deveriam disponibilizar ao órgão de controle externo o plano de ação voltado para a adequação às disposições do SIAFIC, no prazo de 180 dias, contado da data de publicação daquele instrumento. Esse prazo se encerrou em 04/05/2021.

No decorrer do ano de 2021, foi remetida comunicação eletrônica aos administradores municipais solicitando o encaminhamento do plano de ação e outras informações ao TCE-RS.

Em relação a essa remessa, observa-se, a partir do respectivo protocolo eletrônico, que a entrega foi efetivada no ano de 2021, **em cumprimento** ao disposto no art. 18, parágrafo único do Decreto Federal n.º 10.540/2020 (peça 3492641).

5 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

5.1 Aspectos Gerais

5.1.1 Legislação Aplicável

O sistema de controle interno deve avaliar o cumprimento de metas e resultados da gestão pública e apoiar o controle externo em sua missão institucional, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal.

No Poder Executivo, esse sistema tem de exercer a fiscalização do município na forma da lei, conforme o disposto no artigo 31 da Constituição Federal.

Compete ao TCE-RS avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controle interno dos municípios jurisdicionados, de acordo com o § 5º do artigo 71 da Constituição Estadual.

A estruturação e funcionamento do sistema de controle interno municipal devem atender as diretrizes estabelecidas na Resolução TCE-RS n.º 936/2012.

5.2 Instituição do Sistema de Controle Interno

5.2.1 Legislação Municipal

O sistema de controle interno do município de Santa Maria foi instituído pela Lei Municipal n.º 4409 (peça 4500476) , de 05-02-01, revogada pela Lei Municipal n° 5849 (peça 4500503) , de 28-02-14, conforme informações prestadas na peça 4082397.

O exame dessa legislação evidencia que:

a) existe previsão legal de que os órgãos e entidades da administração municipal,

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

direta e indireta, e o Poder Legislativo se submetem à fiscalização da UCCI (inciso I do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

b) existe previsão legal de exame da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades do direito privado (alínea "h" do inciso II do artigo 4º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

c) existe previsão legal de fixação de prazos a serem cumpridos pelos órgãos e entidades auditados internamente para resposta aos questionamentos formulados e aos relatórios elaborados pela UCCI, assim como para a adoção das medidas corretivas demandadas (alínea "c" do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

d) existe indicação legal do dever de os responsáveis pela UCCI darem ciência aos respectivos administradores e ao TCE-RS das irregularidades ou ilegalidades constatadas no curso da fiscalização interna, bem como o momento e a forma de adoção dessas providências, sob pena de sua responsabilização solidária, nos termos do disposto no artigo 74, § 1º, da Constituição Federal (alínea "d" do inciso II do artigo 3º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012);

e) não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do artigo 6º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012).

Registra-se que essa irregularidade consta no Processo nº 0944-0200/20-6 do exercício de 2020, pendente de julgamento.

5.3 Estrutura Administrativa e Organizacional

5.3.1 Composição da Unidade Central de Controle Interno

A composição da Unidade Central de Controle Interno do Município é a seguinte (peça 4082397):

Quadro 16 – Composição da Unidade de Controle Interno

Nome do Servidor	Formação do Servidor	Cargo Original	Função/Atribuição	Provimento
Clairton Rodrigues da Motta	Ensino Superior Completo	Agente Administrativo	Controle Interno - Responsável	Efetivo
Alessandra Dauvel Sulzbach	Ensino Superior Completo	Agente Administrativo	Controle Interno - Membros	Efetivo
Andreia Machado dos Santos	Ensino Superior Completo	Contadora	Controle Interno - Membros	Efetivo
Camila Faccin Moro	Ensino Superior Completo	Contadora	Controle Interno - Membros	Efetivo
Carine Brisola	Ensino Superior Completo	Agente Administrativo	Controle Interno - Membros	Efetivo
Carla Mari Carlotto de Oliveira	Ensino Superior Completo	agente administrativo	Controle Interno - Membros	Efetivo
Fabiana Comassetto Copette	Ensino Médio Completo	Agente Administrativo	Controle Interno - Membros	Efetivo
Joice Melo Dias	Ensino Superior Completo	Agente Administrativo	Controle Interno - Membros	Efetivo

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Marcileni Basso da Silveira	Ensino Superior Completo	Agente Administrativo	Controle Interno - Membros	Efetivo

Fonte: Dados do SISCAD.

A partir da análise dos dados apresentados no quadro anterior, pode-se concluir que os servidores:

a) exercem cargos de provimento efetivo;

b) desempenham suas atividades exclusivamente no controle interno; e,

c) estão lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle.

5.4 Execução do Controle Interno

5.4.1 Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno

As informações prestadas pela UCCI (peça 4082397) indicam que o gestor:

a) adota **parcialmente** as providências tendentes à correção das inconformidades apuradas e ao atendimento das recomendações efetuadas pela unidade de controle; e

b) emprega **parcialmente** medidas tendentes a responsabilizar os agentes que infringem os regramentos vigentes para a administração pública do município.

De acordo com a Unidade de Controle Interno, "*Algumas providências ainda estão sendo implementadas.*".

Apesar disso, o atendimento parcial das exigências não é suficiente para caracterizar uma irregularidade passível de esclarecimento pela gestão. Entretanto, é necessário que o gestor envide esforços para correção integral das inconformidades apuradas.

5.4.2 Parecer da Unidade Central de Controle Interno sobre as Contas do Prefeito

A Unidade Central de Controle Interno - UCCI indicou em seu parecer que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na Lei Orçamentária Anual, foram parcialmente cumpridas, tendo em vista que a execução de algumas delas foi prejudicada pela pandemia de COVID-19.

Ainda segundo a UCCI, os registros e as demonstrações contábeis estão regulares, de modo a representar adequadamente a posição orçamentária, patrimonial e financeira das contas do Executivo Municipal de Santa Maria, bem como atendem à legislação vigente (peça 4160596).

6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Aspectos Gerais

6.1.1 Legislação Aplicável

É de iniciativa do Poder Executivo, por meio de lei, estabelecer o plano plurianual, as

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, nos termos do artigo 165 da Constituição Federal.

Compete aos entes federados adaptar suas estruturas ao regramento constitucional, por meio das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais.

6.2 Resultado Orçamentário

6.2.1 Resultado Orçamentário do Município

Os princípios orçamentários da unidade e da universalidade, previstos de forma expressa pelo *caput* do artigo 2º da Lei n.º 4.320/1964, dispõem, respectivamente, que deve existir um orçamento único para cada um dos entes federados com a finalidade de evitar a existência de múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política e que a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Nesse sentido, a execução do orçamento de 2021 do município de Santa Maria, considerando as atualizações na previsão de arrecadação de receitas e de fixação das despesas (mediante abertura dos créditos adicionais), pode ser assim sintetizada:

Quadro 17 – Resultado Orçamentário da Prefeitura Municipal de Santa Maria (56900)

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R$ 658.786,00	R$ 742.007,65	R$ 722.906,89	-R$ 19.100,76
	Total	**R$ 658.786,00**	**R$ 742.007,65**	**R$ 722.906,89**	**-R$ 19.100,76**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 110.835,10	R$ 120.863,40	R$ 104.956,19	-R$ 15.907,21
	Exceto Intraorçamentária	R$ 510.154,90	R$ 698.588,03	R$ 537.175,36	-R$ 161.412,67
	Total	**R$ 620.990,00**	**R$ 819.451,43**	**R$ 642.131,54**	**-R$ 177.319,89**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 110.835,10	-R$ 120.863,40	-R$ 104.956,19	R$ 15.907,21
	Exceto Intraorçamentário	R$ 148.631,10	R$ 43.419,62	R$ 185.731,53	R$ 142.311,92
	Total	**R$ 37.796,00**	**-R$ 77.443,78**	**R$ 80.775,35**	**R$ 158.219,13**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 18 – Resultado Orçamentário de CM DE SANTA MARIA (56901)

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Total	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 2.410,00	R$ 2.426,00	R$ 2.250,70	-R$ 175,30
	Exceto Intraorçamentária	R$ 24.950,00	R$ 21.934,00	R$ 18.432,80	-R$ 3.501,20
	Total	**R$ 27.360,00**	**R$ 24.360,00**	**R$ 20.683,49**	**-R$ 3.676,51**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 2.410,00	-R$ 2.426,00	-R$ 2.250,70	R$ 175,30
	Exceto Intraorçamentário	-R$ 24.950,00	-R$ 21.934,00	-R$ 18.432,80	R$ 3.501,20
	Total	**-R$ 27.360,00**	**-R$ 24.360,00**	**-R$ 20.683,49**	**R$ 3.676,51**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 19 – Resultado Orçamentário de INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA (88153)

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 115.665,10	R$ 115.665,10	R$ 106.477,01	-R$ 9.188,09
	Exceto Intraorçamentária	R$ 80.524,90	R$ 80.524,90	R$ 51.334,82	-R$ 29.190,08
	Total	**R$ 196.190,00**	**R$ 196.190,00**	**R$ 157.811,82**	**-R$ 38.378,18**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 130,20	R$ 175,20	R$ 73,40	-R$ 101,80
	Exceto Intraorçamentária	R$ 204.119,80	R$ 204.074,80	R$ 182.930,77	-R$ 21.144,03
	Total	**R$ 204.250,00**	**R$ 204.250,00**	**R$ 183.004,17**	**-R$ 21.245,83**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	R$ 115.534,90	R$ 115.489,90	R$ 106.403,61	-R$ 9.086,29
	Exceto Intraorçamentário	-R$ 123.594,90	-R$ 123.549,90	-R$ 131.595,95	-R$ 8.046,05
	Total	**-R$ 8.060,00**	**-R$ 8.060,00**	**-R$ 25.192,35**	**-R$ 17.132,35**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 20 – Resultado Orçamentário de INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA (88201)

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
	Exceto Intraorçamentária	R$ 24,00	R$ 24,00	R$ 47,12	R$ 23,12
	Total	**R$ 24,00**	**R$ 24,00**	**R$ 47,12**	**R$ 23,12**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 124,00	R$ 124,00	R$ 115,93	-R$ 8,07
	Exceto Intraorçamentária	R$ 2.276,00	R$ 2.276,00	R$ 1.965,48	-R$ 310,52
	Total	**R$ 2.400,00**	**R$ 2.400,00**	**R$ 2.081,41**	**-R$ 318,59**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	-R$ 124,00	-R$ 124,00	-R$ 115,93	R$ 8,07
	Exceto Intraorçamentário	-R$ 2.252,00	-R$ 2.252,00	-R$ 1.918,35	R$ 333,65
	Total	**-R$ 2.376,00**	**-R$ 2.376,00**	**-R$ 2.034,28**	**R$ 341,72**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

Quadro 21 – Resultado Orçamentário Consolidado

Orçamento 2021 Em R$ mil		Previsão Inicial	Previsão Autorizada (1)	Execução (2)	Diferença (2-1)
Receita (A)	Intraorçamentária	R$ 115.665,10	R$ 115.665,10	R$ 106.477,01	-R$ 9.188,09
	Exceto Intraorçamentária	R$ 739.334,90	R$ 822.556,55	R$ 774.288,83	-R$ 48.267,71
	Total	**R$ 855.000,00**	**R$ 938.221,65**	**R$ 880.765,84**	**-R$ 57.455,81**
Despesa (B)	Intraorçamentária	R$ 113.499,30	R$ 123.588,60	R$ 107.396,21	-R$ 16.192,39
	Exceto Intraorçamentária	R$ 741.500,70	R$ 926.872,83	R$ 740.504,40	-R$ 186.368,43
	Total	**R$ 855.000,00**	**R$ 1.050.461,43**	**R$ 847.900,61**	**-R$ 202.560,82**
Resultado Orçamentário (A - B)	Intraorçamentário	R$ 2.165,80	-R$ 7.923,50	-R$ 919,21	R$ 7.004,29
	Exceto Intraorçamentário	-R$ 2.165,80	-R$ 104.316,28	R$ 33.784,43	R$ 138.100,71
	Total	**R$ 0,00**	**-R$ 112.239,78**	**R$ 32.865,22**	**R$ 145.105,01**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A coluna Previsão Autorizada considera o orçamento após a abertura de créditos adicionais no exercício.

A partir dos dados, pode-se concluir que o município de Santa Maria apresenta um *superávit* orçamentário de R$ 32.865,22 (R$ mil) no ano de 2021.

A diferença verificada de R$ 145.105,01 (R$ mil) entre o resultado orçamentário previsto e o executado deve-se à superestimativa das receitas em R$ 57.455,81 (R$ mil) e à superestimativa das despesas em R$ 202.560,82 (R$ mil).

A Lei Orçamentária Anual destinou recursos orçamentários ao município de Santa Maria, o montante de R$ 658.786.000,00, distribuídos no cenário de arrecadação e gastos demonstrado nos dois quadros seguintes:

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Quadro 22 – Evolução das Receitas Realizadas e Orçadas para 2021

RECEITAS POR CATEGORIA ECONÔMICA Em R$ mil	RECEITAS REALIZADAS (1)				RECEITAS ORÇADAS		
	2018	2019	2020	AV 2020 (2)(3)	2021	AH (2)(4)	AV (2)(3)
RECEITAS CORRENTES	**548.462,04**	**573.211,87**	**631.282,13**	**94,33%**	**589.816,80**	**-6,57%**	**89,53%**
Tributária	192.170,62	210.976,01	211.766,00	31,64%	215.129,70	1,59%	32,66%
Contribuições	8.408,49	8.232,79	9.383,25	1,40%	9.832,00	4,78%	1,49%
Patrimonial	5.855,29	8.800,28	5.811,84	0,87%	5.863,70	0,89%	0,89%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	2.612,20	0,28	799,35	0,12%	3,00	-99,62%	0,00%
Transferências Correntes	321.702,15	339.844,21	397.532,61	59,40%	350.582,90	-11,81%	53,22%
Outras Receitas Correntes	17.713,28	5.358,30	5.989,08	0,89%	8.405,50	40,35%	1,28%
RECEITAS DE CAPITAL	**23.469,70**	**30.566,58**	**37.962,04**	**5,67%**	**68.969,20**	**81,68%**	**10,47%**
Operações de Crédito	6.492,04	9.582,61	10.899,88	1,63%	18.974,82	74,08%	2,88%
Alienação de Bens	88,86	183,64	1.291,17	0,19%	13.662,60	958,15%	2,07%
Amortização de Empréstimo	29,83	31,17	45,51	0,01%	30,40	-33,20%	0,00%
Transferências de Capital	16.858,97	20.769,16	25.725,48	3,84%	36.301,38	41,11%	5,51%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**571.931,74**	**603.778,45**	**669.244,17**	**100,00%**	**658.786,00**	**-1,56%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.
(3) AV = Análise Vertical: relação entre a Categoria Econômica e o total das Receitas do exercício atual (em percentual).
(4) AH = Análise Horizontal: relação entre a Receita do exercício atual e a Receita do exercício anterior (em percentual).

Quadro 23 – Evolução das Despesas Empenhadas e das Dotações Iniciais para 2021

	DESPESAS POR FUNÇÃO Em R$ mil	DESPESAS EMPENHADAS (1)				DOTAÇÃO INICIAL		
		2018	2019	2020	AV 2020 (2)(3)	2021	AH (2)(4)	AV (2)(3)
1	Legislativa	-	-	-	-	-	-	-
2	Judiciária	-	-	-	-	-	-	-
3	Essencial à Justiça	-	-	-	-	-	-	-
4	Administração	141.549,89	155.778,32	166.656,46	27,34%	191.919,27	15,16%	30,91%
5	Defesa Nacional	-	-	-	-	-	-	-
6	Segurança Pública	9.534,47	10.501,24	11.108,44	1,82%	10.373,30	-6,62%	1,67%
7	Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-	-
8	Assistência Social	9.707,29	10.918,00	13.158,68	2,16%	9.996,09	-24,03%	1,61%
9	Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
10	Saúde	114.076,10	115.498,30	128.691,98	21,11%	106.515,33	-17,23%	17,15%
11	Trabalho	-	-	-	-	-	-	-
12	Educação	155.643,40	169.422,34	171.227,52	28,09%	181.821,48	6,19%	29,28%
13	Cultura	704,03	601,29	2.357,81	0,39%	435,94	-81,51%	0,07%
14	Direitos da Cidadania	56,68	33,43	109,09	0,02%	81,50	-25,29%	0,01%
15	Urbanismo	32.074,60	41.659,20	55.008,03	9,02%	32.946,39	-40,11%	5,31%
16	Habitação	1.565,64	1.162,35	3.139,90	0,52%	34.444,20	996,98%	5,55%
17	Saneamento	-	2.075,28	7.724,49	1,27%	-	-100,00%	-
18	Gestão Ambiental	102,72	195,42	506,74	0,08%	394,34	-22,18%	0,06%
19	Ciência e Tecnologia	-	80,00	1,50	0,00%	13,00	766,67%	0,00%
20	Agricultura	1.656,48	1.756,05	4.080,46	0,67%	1.368,47	-66,46%	0,22%
21	Organização Agrária	-	-	-	-	-	-	-
22	Indústria	9,24	59,92	64,39	0,01%	84,00	30,46%	0,01%
23	Comercío e Serviços	135,55	97,47	79,02	0,01%	401,20	407,70%	0,06%

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

24	Comunicações	-	-	-	-	-	-	-
25	Energia	7.507,52	9.162,23	8.796,62	1,44%	9.350,00	6,29%	1,51%
26	Transporte	222,27	142,22	192,29	0,03%	187,00	-2,75%	0,03%
27	Desporto e Lazer	1.309,69	678,96	1.855,49	0,30%	832,06	-55,16%	0,13%
28	Encargos Especiais	27.182,81	28.893,43	34.836,40	5,71%	36.620,00	5,12%	5,90%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	3.206,43	-	0,52%
TOTAL		**503.038,38**	**548.715,47**	**609.595,31**	**100,00%**	**620.990,00**	**1,87%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.
(3) AV = Análise Vertical: relação entre a Categoria Econômica e o total das Receitas do exercício atual (em percentual).
(4) AH = Análise Horizontal: relação entre a Receita do exercício atual e a Receita do exercício anterior (em percentual).

No quadro acima, foi considerada apenas a dotação inicial do Executivo Municipal. Por esse motivo, esse valor não coincide com o total das Receitas Orçadas do quadro anterior.

6.3 Créditos Orçamentários

6.3.1 Índice de Modificação Orçamentária

A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.

O crédito inicial é aquele aprovado pela Lei Orçamentária Anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.

Os créditos adicionais são as autorizações ocorridas no decorrer do exercício para realização de despesas inicialmente não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 41 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Apresenta-se o desmembramento dos créditos adicionais abertos pelo município de Santa Maria nos últimos cinco exercícios, em valores nominais:

Quadro 24 – Evolução dos Créditos Adicionais (2017 a 2021) (em R$ mil)

Tipo Crédito Adicional	2017		2018		2019		2020		2021	
	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)	Valor	IMO (1)
Créditos Suplementares	147.711,76	28,27%	211.012,09	39,96%	226.323,07	39,51%	218.122,57	33,80%	346.725,68	55,83%
Créditos Especiais	51.048,30	9,77%	562,56	0,11%	638,15	0,11%	822,00	0,13%	19.870,95	3,20%
Créditos Extraordinários	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	**198.760,06**	**38,05%**	**211.574,65**	**40,07%**	**226.961,22**	**39,62%**	**218.944,57**	**33,93%**	**366.596,63**	**59,03%**
Total das Despesas Fixadas na LOA	**522.432,20**		**528.067,00**		**572.826,00**		**645.279,19**		**620.990,00**	

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) IMO (Índice de Modificação Orçamentária).

O Poder Executivo de Santa Maria, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 819.451.429,75 a sua despesa total para o ano de 2021, consoante a Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteraram a referida lei, e executou efetivamente o montante de R$ 642.131.543,18, gerando economia de 21,64% entre o valor fixado atualizado e o realizado, conforme se verificou no item do Resultado Orçamentário anteriormente tratado neste relatório.

Embora tenha havido uma economia nas despesas do ente, o Índice de Modificação

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1752
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

Orçamentária (IMO) total do ano em análise é de 59,03%, ou seja, houve necessidade de adaptação do plano elaborado para o ano de 2021.

Os créditos suplementares corresponderam a 55,83% do total das despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual.

Por sua vez, os créditos especiais corresponderam a 3,20% do total das despesas fixadas na LOA.

Não foram abertos créditos extraordinários no ano de 2021.

6.3.2 Limite Orçamentário para Abertura de Créditos Adicionais

Os recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais são o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, o excesso de arrecadação, a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei e as operações de crédito autorizadas, conforme disposto no § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Os créditos extraordinários devem ser abertos por decreto do Poder Executivo e submetido ao Poder Legislativo correspondente (artigo 44 da Lei Federal n.º 4.320/1964).

A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que forem autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses daquele exercício, que poderão ser reabertos, por instrumento legal apropriado, nos limites de seus saldos, e incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente (artigo 167, § 2º da Constituição Federal).

Os recursos utilizados pelo Executivo Municipal de Santa Maria no ano de 2021 para abertura dos créditos adicionais foram os seguintes:

Quadro 25 – Recursos Disponíveis para Abertura de Créditos Adicionais (2021) (em R$)

CRÉDITOS ADICIONAIS (por fonte)	2021	
Auxílios e Convênios	R$ 0,00	0,00%
Excesso de Arrecadação	R$ 83.221.646,35	22,70%
Operações de Crédito	R$ 0,00	0,00%
Reduções/Suplementações Orçamentárias entre Entidades	R$ 3.000.000,00	0,82%
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma Entidade	R$ 168.135.195,59	45,86%
Superavit Financeiro	R$ 112.239.783,40	30,62%
TOTAL	**R$ 366.596.625,34**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

6.4 Receitas

O conjunto de receitas de cada município está intimamente relacionado à sua matriz econômica e administrativa.

A estimativa de receitas é uma ferramenta essencial na gestão orçamentária, pela qual se limita a fixação das despesas. A adoção de parâmetros inadequados na elaboração do orçamento pode contribuir para o desequilíbrio financeiro e comprometer a disponibilidade de recursos indispensáveis ao atendimento da população. Ao longo do tempo, pode prejudicar o equilíbrio da gestão fiscal e o desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo quando não houver discussão e avaliação adequada dos créditos adicionais.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

6.4.1 Estimativa e Execução das Receitas Orçamentárias

A receita orçamentária é todo ingresso de recurso financeiro que pode viabilizar a execução das políticas públicas com a finalidade precípua de atender as necessidades e demandas da sociedade. Por categoria econômica, é classificada em corrente e de capital. A receita corrente contempla recursos que se destinam a gastos correntes e de consumo, que não resulta em sacrifício patrimonial. A receita de capital, por sua vez, é a direcionada à aplicação e cobertura das despesas com investimentos, que resulta em sacrifício patrimonial para ser obtida.

O Poder Executivo de Santa Maria estimou em R$ 658.786.000,00 a sua receita para o ano de 2021, consoante sua Lei Orçamentária Anual, e arrecadou efetivamente o montante de R$ 722.906.890,13, gerando excesso de arrecadação de 9,73% entre o valor orçado inicialmente e o realizado.

Nos dois últimos exercícios, o ente municipal acumulou excesso de R$ 49.843.059,90, que representa 3,71% das receitas orçamentárias estimadas para o período, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 26 – Comparativo entre Receita Orçada e Realização das Receitas (2020 e 2021)

Ano	Orçada (R$) (A)	Realizada (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2020	683.522.000,00	669.244.169,77	-14.277.830,23	-2,09%
2021	658.786.000,00	722.906.890,13	64.120.890,13	9,73%
		Acumulado	**49.843.059,90**	**3,71%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98
(2) Consideradas todas as receitas correntes, receitas de capital, receitas correntes intraorçamentárias, receitas de capital intraorçamentárias e deduções de receitas correntes, de capital, correntes intraorçamentárias e de capital intraorçamentárias registradas como realizadas no exercício.

Os municípios gaúchos apresentaram insuficiência média ponderada de arrecadação de 2,43% em 2020 e excesso médio ponderado de arrecadação de 9,79% em 2021, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html. Nesse sentido, os municípios gaúchos atingiram uma suficiência média ponderada de 3,68% no biênio.

Para o exercício de 2022, o Poder Executivo de Santa Maria projeta em 5,54% o crescimento das receitas orçamentárias sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2021, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 27 – Estimativa das Receitas Orçamentárias (2022)

Município	Realizada 2021 (R$) (A)	Orçada 2022 (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Santa Maria	722.906.890,13	762.920.323,03	40.013.432,9	5,54%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98

O crescimento médio ponderado das receitas orçamentárias de todos os municípios do Estado para o ano de 2022 está estimado em 5,25%, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

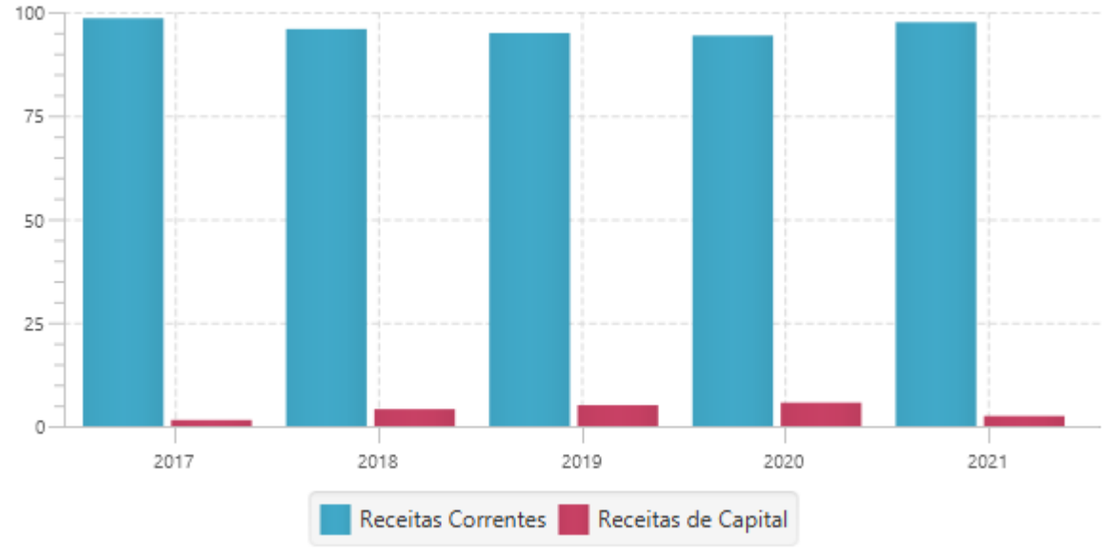
No quadro seguinte, tem-se a composição da receita orçamentária orçada e relizada no ano de 2021:

Quadro 28 – Composição das Receitas Orçamentárias

DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2017	2018	2019	2020	2021				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total
RECEITAS CORRENTES	**488.986,19**	**548.462,04**	**573.211,87**	**631.282,13**	**589.816,80**	**705.165,36**	**11,70%**	**119,56%**	**97,55%**
Tributária	165.441,70	192.170,62	210.976,01	211.766,00	215.129,70	242.120,76	14,33%	112,55%	33,49%
Contribuições	8.501,15	8.408,49	8.232,79	9.383,25	9.832,00	10.596,01	12,92%	107,77%	1,47%
Patrimonial	9.271,94	5.855,29	8.800,28	5.811,84	5.863,70	9.878,35	69,97%	168,47%	1,37%
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	3.433,71	2.612,20	0,28	799,35	3,00	9,86	-98,77%	328,64%	0,00%
Transferências Correntes	285.079,42	321.702,15	339.844,21	397.532,61	350.582,90	435.285,32	9,50%	124,16%	60,21%
Outras Receitas Correntes	17.258,27	17.713,28	5.358,30	5.989,08	8.405,50	7.275,06	21,47%	86,55%	1,01%
RECEITAS DE CAPITAL	**7.332,13**	**23.469,70**	**30.566,58**	**37.962,04**	**68.969,20**	**17.741,53**	**-53,27%**	**25,72%**	**2,45%**
Operações de Crédito	4.391,90	6.492,04	9.582,61	10.899,88	18.974,82	10.262,51	-5,85%	54,08%	1,42%
Alienação de Bens	124,56	88,86	183,64	1.291,17	13.662,60	701,34	-45,68%	5,13%	0,10%
Amortização de Empréstimo	20,79	29,83	31,17	45,51	30,40	58,34	28,20%	191,91%	0,01%
Transferências de Capital	2.792,80	16.858,97	20.769,16	25.725,48	36.301,38	6.719,34	-73,88%	18,51%	0,93%
Outras Receitas de Capital	2,08	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**496.318,32**	**571.931,74**	**603.778,45**	**669.244,17**	**658.786,00**	**722.906,89**	**8,02%**	**109,73%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Gráfico 4 – Composição % das Receitas Orçamentárias (Santa Maria)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

As receitas orçamentárias do ente municipal, ano de 2021, estão compostas de aproximadamente 97,55% de receitas correntes, considerando as respectivas deduções, e de

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1755
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

2,45% de receitas de capital.

As receitas orçamentárias dos 497 municípios gaúchos no ano de 2021 estão compostas de aproximadamente 97,25% de receitas correntes e de 2,75% de receitas de capital.

Com base nos dados apresentados anteriormente, constata-se uma evolução de 45,65% na arrecadação de Santa Maria, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 8,02% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução média ponderada de arrecadação da totalidade dos municípios do Estado é de 40,26%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 14,50%, entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas orçamentárias arrecadadas do Município somam R$ 2.535,10 por habitante, no ano de 2021, representando uma evolução de 42,22%, entre os exercícios de 2017 e de 2021, e de 7,46%, no ano de 2021 (v. quadro seguinte).

Quadro 29 – Receitas Orçamentárias Realizadas Per Capita

Ano	Receitas Orçamentárias (A)	População (B)	Receitas Orçamentárias *per capita* (A/B)
2017	R$ 496.318.322,58	278.445	R$ 1.782,46
2018	R$ 571.931.739,37	280.505	R$ 2.038,94
2019	R$ 603.778.448,79	282.123	R$ 2.140,12
2020	R$ 669.244.169,77	283.677	R$ 2.359,18
2021	R$ 722.906.890,13	285.159	R$ 2.535,10

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e IBGE.
Notas:
(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.
(2) Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação 1, 2, 7, 8, 91, 92, 97 e 98.

Os municípios gaúchos, no ano de 2021, apresentaram receita orçamentária per capita média ponderada de R$ 4.891,55. A evolução média ponderada apurada é de 39,51%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 13,68%, entre os anos de 2020 e 2021.

6.4.2 Estimativa e Execução das Receitas Correntes

A arrecadação do município de Santa Maria em 2021 revela excesso de R$ 115.348.563,54 nas receitas correntes, que representa perto de 19,56% do montante estimado.

Nos dois últimos anos, o Município acumula excesso de R$ 149.412.476,10, que corresponde a 12,59% das receitas previstas para o período:

Quadro 30 – Comparativo entre Valor Orçado e Montante Realizado (2020 e 2021)

Ano	Orçado (R$) (A)	Realizado (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
2020	597.218.212,50	631.282.125,06	34.063.912,56	5,70%
2021	589.816.795,73	705.165.359,27	115.348.563,54	19,56%
		Acumulado	**149.412.476,1**	**12,59%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

Os municípios gaúchos apresentaram excesso de arrecadação médio de 2,21% em

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

2020 e 15,55% em 2021, atingindo um excesso médio de 7,88%, levando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

Para o exercício de 2022, o município de Santa Maria projeta em 0,16% a queda das receitas correntes sobre o montante efetivamente arrecadado no ano de 2021, conforme demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 31 – Estimativa das Receitas Correntes (2022)

Município	Realizada 2021 (R$) (A)	Orçada 2022 (R$) (B)	Diferença (R$) (B-A)	Diferença (%) (B/A)
Santa Maria	705.165.359,27	704.017.912,03	-1.147.447,24	-0,16%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Somatório das contas analíticas iniciadas com a seguinte codificação: 1, 7, 91 e 97.

A evolução média ponderada das receitas correntes de todos os municípios do Estado está estimada em 2,04% para o exercício de 2022, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas correntes arrecadadas pelo Executivo Municipal de Santa Maria no exercício de 2021 somam R$ 705.165.359,27, configurando uma evolução na arrecadação de 44,21% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 11,70% entre os anos de 2020 e 2021 (v. quadro seguinte).

Quadro 32 – Evolução das Receitas Correntes (2017 a 2021)

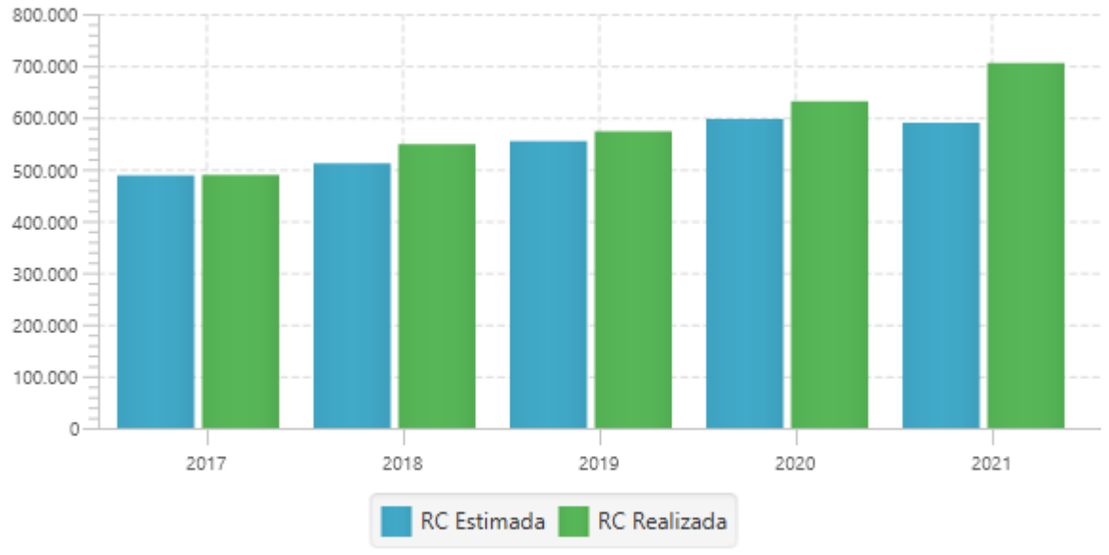
DESCRIÇÃO DA CONTA Em R$ mil	2017	2018	2019	2020	2021				
	Realizada	Realizada	Realizada	Realizada	Orçada	Realizada	Evolução	Orçada x Realizada	% Total
Receita Tributária	**165.441,70**	**192.170,62**	**210.976,01**	**211.766,00**	**215.129,70**	**242.120,76**	**14,33%**	**112,55%**	**34,34%**
IPTU	33.877,81	45.535,89	50.398,14	50.880,90	49.654,00	57.867,88	13,73%	116,54%	8,21%
IR	31.754,75	35.147,85	41.117,68	44.828,78	45.575,00	42.685,73	-4,78%	93,66%	6,05%
ITBI	18.461,21	21.330,63	20.283,65	21.005,61	20.606,10	33.517,38	59,56%	162,66%	4,75%
ISS	62.265,60	68.552,62	76.881,47	74.361,38	78.592,10	84.560,46	13,72%	107,59%	11,99%
ITR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxas	19.082,33	21.603,64	22.295,07	20.689,32	20.702,50	23.489,30	13,53%	113,46%	3,33%
Contribuições de Melhorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições	8.501,15	8.408,49	8.232,79	9.383,25	9.832,00	10.596,01	12,92%	107,77%	1,50%
Receita Patrimonial	9.271,94	5.855,29	8.800,28	5.811,84	5.863,70	9.878,35	69,97%	168,47%	1,40%
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	3.433,71	2.612,20	0,28	799,35	3,00	9,86	-98,77%	328,64%	0,00%
Transferências Correntes	**285.079,42**	**321.702,15**	**339.844,21**	**397.532,61**	**350.582,90**	**435.285,32**	**9,50%**	**124,16%**	**61,73%**
TRANSF. DA UNIÃO	90.832,49	98.279,85	107.374,44	151.025,98	103.305,40	125.738,79	-16,74%	121,72%	17,83%
TRANSF. DO ESTADO	192.857,91	125.765,57	129.591,71	138.413,94	136.856,40	167.579,90	21,07%	122,45%	23,76%
TRANSF. MULTIGOVERN.	827,86	96.271,01	101.441,54	104.811,89	109.982,00	138.188,99	31,84%	125,65%	19,60%
DEMAIS TRANSF.	561,17	1.385,72	1.436,53	3.280,80	439,10	3.777,64	15,14%	860,31%	0,54%
Outras Receitas Correntes	17.258,27	17.713,28	5.358,30	5.989,08	8.405,50	7.275,06	21,47%	86,55%	1,03%
Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	**488.986,19**	**548.462,04**	**573.211,87**	**631.282,13**	**589.816,80**	**705.165,36**	**11,70%**	**119,56%**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS.
(2) Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita excluí-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.
(3) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

(4) Os percentuais apresentados no quadro consideram os valores sem o arredondamento para R$ mil.

Gráfico 5 – Evolução da Arrecadação das Receitas Correntes (Santa Maria)



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A evolução média de arrecadação das receitas correntes da totalidade dos municípios do Estado é de 40,15% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 15,55% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

6.4.3 Origem das Receitas Correntes

As receitas correntes, em termos de origem, são oriundas do processo de arrecadação do próprio ente municipal ou resultantes de transferências de outros entes.

Assim sendo, a arrecadação própria do município de Santa Maria importou em R$ 269.880.040,44 e a originária de transferências correntes, em R$ 435.285.318,83, o que representa 38,27% e 61,73%, respectivamente, das receitas correntes realizadas em 2021, livres das deduções.

Quadro 33 – Composição das Receitas Correntes - Origem dos Recursos

Ano	Arrecadação Própria (R$)	%	Transferências Correntes (R$)	%	Índice de Arrecadação Própria
2017	R$ 203.906.767,60	41,70	R$ 285.079.423,09	58,30	0,72
2018	R$ 226.759.886,26	41,34	R$ 321.702.149,57	58,66	0,70
2019	R$ 233.367.655,31	40,71	R$ 339.844.211,67	59,29	0,69
2020	R$ 233.749.515,12	37,03	R$ 397.532.609,94	62,97	0,59
2021	R$ 269.880.040,44	38,27	R$ 435.285.318,83	61,73	0,62

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.

Com base nos dados extraídos do Sistema de Informações para Auditoria e

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1758
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 29
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

Prestação de Contas, a participação ponderada média dos 497 municípios do Estado no ano de 2021 é de 38,23% de arrecadação própria e de 61,77% de transferências correntes, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

Em Santa Maria, a relação entre a arrecadação própria e as transferências correntes é de 0,62 da receita auferida em 2021, enquanto que na totalidade dos municípios gaúchos, a média é de 0,48.

As receitas arrecadadas diretamente pelo Poder Executivo de Santa Maria em 2021 atingiram o montante de R$ 269.880.040,44. O quadro seguinte demonstra a composição desse valor:

Quadro 34 – Composição das Receitas Arrecadadas Diretamente (em R$)

Cód	Conta	Orçada	Realizada	Diferença	%
11	Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	228.300.500,00	248.098.354,90	19.797.854,90	8,67
12	Contribuicoes	9.832.000,00	10.608.277,11	776.277,11	7,90
13	Receita Patrimonial	5.863.695,73	10.102.930,72	4.239.234,99	72,30
16	Receita de Servicos	3.000,00	9.922,32	6.922,32	230,74
19	Outras Receitas Correntes	8.405.500,00	7.421.101,20	-984.398,80	-11,71
911	Deducao - Impostos, Taxas e Contribuicoes de Melhoria	-13.170.800,00	-5.977.597,86	7.193.202,14	-54,61
912	Deducao - Contribuicoes	0,00	-12.264,91	-12.264,91	0,00
913	Deducao - Receita Patrimonial	0,00	-224.583,76	-224.583,76	0,00
916	Deducao - Receita de Servicos	0,00	-62,99	-62,99	0,00
919	Deducao - Outras Receitas Correntes	0,00	-146.036,29	-146.036,29	0,00
	Total	**239.233.895,73**	**269.880.040,44**	**30.646.144,71**	**12,81**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas: 1. A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa bimestral ao TCE/RS 2. Embora o ISS cobrado no âmbito do Simples Nacional seja apurado, fiscalizado e cobrado na sua maior parte pela União Federal, não existe uma codificação no PCASP 2020 que permita exclui-lo do montante das receitas arrecadadas pela estrutura própria. Dessa forma, ele é considerado nas receitas arrecadadas diretamente pela administração municipal.

A arrecadação própria de Santa Maria apresenta uma evolução de 32,35%, entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 15,46% entre os anos de 2020 e 2021.

A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 36,21%, entre 2017 e 2021, e de 17,07%, entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas de transferências correntes recebidas pelo município de Santa Maria no ano de 2021 atingiram o montante de R$ 435.285.318,83. (v. quadro abaixo).

Quadro 35 – Composição das Receitas de Transferências Correntes Recebidas

Cód	Conta	Orçada	Realizada	Diferença	%
17	Transferencias Correntes	395.987.100,00	491.535.422,77	95.548.322,77	24.13
917	Deducao - Transferencias Correntes	-45.404.200,00	-56.250.103,94	-10.845.903,94	23.89
	Total	**350.582.900,00**	**435.285.318,83**	**84.702.418,83**	**24,16**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: A nomenclatura utilizada é aquela informada pelo município na última remessa mensal ao TCE/RS.

As transferências correntes recebidas por Santa Maria apresentaram uma evolução de 52,69% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 9,50% entre os anos de 2020 e 2021.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1759
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

A evolução ponderada média da totalidade dos municípios gaúchos é de 44,56% entre 2017 e 2021, e de 12,15% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média ponderada a representatividade da população estimada de cada município para 2021, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

As receitas correntes arrecadadas de Santa Maria somaram R$ 2.472,88 por habitante, no ano de 2021, representando uma evolução de 40,81% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 11,12% entre os anos de 2020 e 2021 (v. quadro abaixo).

Quadro 36 – Receitas Correntes Realizadas per capita

Ano	Receitas Correntes (A)	População (B)	Receitas Correntes *per capita* (A/B)
2017	R$ 488.986.190,69	278.445	R$ 1.756,13
2018	R$ 548.462.035,83	280.505	R$ 1.955,27
2019	R$ 573.211.866,98	282.123	R$ 2.031,78
2020	R$ 631.282.125,06	283.677	R$ 2.225,36
2021	R$ 705.165.359,27	285.159	R$ 2.472,88

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas e do IBGE.
Nota: Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 apresentados no quadro são nominais.

Os municípios gaúchos apresentaram receita corrente per capita média ponderada de R$ 4.757,22 no ano de 2021. A evolução média apurada era de 39,25% entre os exercícios de 2017 e 2021, e de 14,60% entre os anos de 2020 e 2021, considerando como base para o cálculo da média a representatividade da população estimada de cada município para cada ano, divulgada pelo IBGE em https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html.

6.5 Despesas

O planejamento de qualquer entidade é realizado por meio do orçamento, onde são apresentados o fluxo de ingressos e a aplicação de recursos em determinado período.

O acompanhamento da execução orçamentária da despesa permite uma visão mais clara do programa governamental, proporcionando maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliando, assim, a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade com a aplicação dos recursos públicos.

Os principais estágios da execução da despesa orçamentária são o empenho, a liquidação e o pagamento.

O Poder Executivo de Santa Maria, após a abertura de créditos adicionais, fixou em R$ 819.451.429,75 a sua despesa total para o ano de 2021, consoante sua Lei Orçamentária Anual e os decretos municipais que alteram a referida lei, e executa efetivamente o montante de R$ 642.131.543,18, gerando uma economia de 21,64% entre o valor fixado atualizado e o realizado.

Essa situação teve origem na economia das despesas correntes de 11,59% combinada com a economia das despesas de capital de 59,12%:

Quadro 37 – Evolução da Execução Orçamentária em R$ mil – 2017 a 2021

Categoria Econômica	Natureza da Despesa		2017	2018	2019	2020	2021				
			Empenho	Empenho	Empenho	Empenho	Dotação Aut.	Empenho	% Evol.	Dot. x Emp.	% Total Real.
Despesas	31	Pessoal e Encargos Sociais	293.006	311.511	335.191	359.736	368.673	346.468	-3,69%	-6,02%	53,96%

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Despesas Correntes	32	Juros e Encargos da Dívida	1.990	2.264	3.572	3.880	3.450	2.543	-34,46%	-26,29%	0,40%
	33	Outras Despesas Correntes	147.285	158.917	167.600	181.353	274.652	222.832	22,87%	-18,87%	34,70%
	TOTAL		**442.281**	**472.692**	**506.363**	**544.969**	**646.774**	**571.843**	**4,93%**	**-11,59%**	**89,05%**
Despesas de Capital	44	Investimentos	10.639	10.993	20.832	37.858	144.202	42.793	13,03%	-70,32%	6,66%
	45	Inversões Financeiras	7	85	33	10	34	-	-100,00%	-100,00%	-
	46	Amortização da Dívida	25.436	19.268	21.487	26.757	27.703	27.495	2,76%	-0,75%	4,28%
	TOTAL		**36.082**	**30.346**	**42.352**	**64.626**	**171.939**	**70.288**	**8,76%**	**-59,12%**	**10,95%**
Reservas	99	Reserva de Contingência/RPPS	-	-	-	-	738	-	-	-100,00%	-
TOTAL			**478.363**	**503.038**	**548.715**	**609.595**	**819.451**	**642.132**	**5,34%**	**-21,64%**	**100,00%**

Notas:
(1) Valores dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 corrigidos pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2021.

A comparação entre as despesas empenhadas em 2021 e em 2020 revelou um aumento de 4,93% das despesas correntes e um aumento de 8,76% das despesas de capital.

Na categoria de despesas correntes, a natureza de despesa orçamentária "Juros e Encargos da Dívida" teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 34,46%.

Na categoria de despesas de capital, a natureza de despesa orçamentária "Inversões Financeiras" teve a maior variação em comparação com o ano anterior: 100,00%.

No exercício em exame, as despesas correntes e de capital corresponderam a 89,05% e 10,95%, respectivamente, do total das despesas orçamentárias.

6.5.1 Despesa por Função e Subfunção

A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A subfunção, por sua vez, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do ente municipal, relativas ao ano de 2021, classificadas por função e subfunção, com o comparativo entre a fixada atualizada e a executada:

Quadro 38 – Dotação Autorizada e Despesa Empenhada por Função e Subfunção (2021)

Função	Subfunção	Dotação Autorizada R$	Dotação Empenhada R$	Variação %
12 - Educação	361 - Ensino Fundamental	153.458.814,99	138.517.901,48	-9,74
	365 - Educação Infantil	66.155.365,88	52.602.146,93	-20,49
	122 - Administração Geral	16.407.976,00	16.160.914,89	-1,51
	366 - Educação de Jovens e Adultos	8.367.000,40	8.261.611,17	-1,26
	363 - Ensino Profissional	121.000,00	110.082,21	-9,02
	367 - Educação Especial	97.963,80	75.068,75	-23,37
12 - Educação TOTAL		244.608.121,07	215.727.725,43	-11,81
10 - Saúde	301 - Atenção Básica	104.463.493,39	93.360.586,89	-10,63
	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000.071,50	28.105.862,91	-6,31
	304 - Vigilância Sanitária	5.965.118,63	5.050.965,06	-15,32
	303 - Suporte Profilático e Terapêutico	5.009.958,36	4.032.374,54	-19,51
	305 - Vigilância Epidemiológica	4.611.246,43	4.281.379,97	-7,15
	122 - Administração Geral	2.749.800,00	2.719.079,20	-1,12
10 - Saúde TOTAL		152.799.688,31	137.550.248,57	-9,98

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

4 - Administração	122 - Administração Geral	168.559.253,04	128.405.740,15	-23,82
	125 - Normatização e Fiscalização	7.534.900,00	6.460.760,67	-14,26
	131 - Comunicação Social	1.802.200,00	1.677.112,14	-6,94
	126 - Tecnologia da Informação	375.196,00	144.363,53	-61,52
	128 - Formação de Recursos Humanos	71.105,00	2.330,50	-96,72
4 - Administração TOTAL		178.342.654,04	136.690.306,99	-23,36
15 - Urbanismo	451 - Infra-estrutura Urbana	57.763.644,82	31.052.336,53	-46,24
	452 - Serviços Urbanos	38.182.550,83	30.485.339,59	-20,16
15 - Urbanismo TOTAL		95.946.195,65	61.537.676,12	-35,86
28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais	22.574.147,00	22.497.236,37	-0,34
	843 - Serviço da Dívida Interna	19.045.000,00	17.931.056,74	-5,85
28 - Encargos Especiais TOTAL		41.619.147,00	40.428.293,11	-2,86
100 - Demais funções	-	106.135.623,68	50.197.292,96	-52,70
TOTAL		**819.451.429,75**	**642.131.543,18**	**-21,64**

Quadro 39 – Despesas Empenhadas por Habitante (2021)

Código Função	Função	Despesa Empenhada	Despesa por Habitante
012	Educação	R$ 215.727.725,43	R$ 756,52
010	Saúde	R$ 137.550.248,57	R$ 482,36
004	Administração	R$ 136.690.306,99	R$ 479,35
015	Urbanismo	R$ 61.537.676,12	R$ 215,80
028	Encargos Especiais	R$ 40.428.293,11	R$ 141,77
100	Demais funções	R$ 50.197.292,96	R$ 176,03
TOTAL		**R$ 642.131.543,18**	**R$ 2.251,83**

6.5.2 Despesa por Programa

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No quadro seguinte, apresentam-se as despesas orçamentárias do Município, relativas ao ano de 2021, classificadas por programa, com o comparativo entre a dotação fixada autorizada e as despesas empenhadas no referido ano.

Quadro 40 – Dotações Orçamentárias Atualizadas e Despesas Empenhadas por Programas (2021) (em R$ mil)

Despesas por Programas em 2021				
Código	**Descrição**	**Dotação Autorizada**	**Despesa Empenhada**	**Variação**

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

0000	OPERACOES ESPECIAIS	R$ 41.619,15	R$ 40.428,29	-2,86%
0006	ENCARGOS GERAIS	R$ 54.066,43	R$ 40.559,35	-24,98%
0007	GESTAO E MANUTENCAO DA CASA CIVIL	R$ 13.045,70	R$ 12.653,33	-3,01%
0008	GESTAO E MANUTENCAO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	R$ 4.741,30	R$ 4.528,53	-4,49%
0009	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE GESTAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA	R$ 35.317,78	R$ 12.265,20	-65,27%
0010	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINANCAS	R$ 18.842,56	R$ 17.154,96	-8,96%
0011	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE	R$ 2.749,80	R$ 2.719,08	-1,12%
0012	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO	R$ 16.407,98	R$ 16.160,91	-1,51%
0013	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	R$ 2.674,96	R$ 2.596,03	-2,95%
0014	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R$ 3.733,29	R$ 3.436,02	-7,96%
0015	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	R$ 4.570,70	R$ 4.248,77	-7,04%
0016	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO E INOVAC	R$ 6.658,42	R$ 6.577,81	-1,21%
0017	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ESTRUTURACAO E REGULACAO URBANA	R$ 7.089,47	R$ 6.669,84	-5,92%
0018	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	R$ 10.670,53	R$ 9.891,20	-7,30%
0019	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA	R$ 12.895,13	R$ 11.550,38	-10,43%
0020	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	R$ 4.139,00	R$ 3.664,77	-11,46%
0021	GESTAO E MANUTENCAO DA CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICIPIO	R$ 1.989,01	R$ 1.955,81	-1,67%
0022	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE CULTURA	R$ 1.241,75	R$ 1.191,25	-4,07%
0023	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	R$ 894,42	R$ 865,63	-3,22%
0024	GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE HABITACAO E REGULARIZACAO FUNDIARIA	R$ 606,30	R$ 590,87	-2,55%
0101	SAUDE PARA QUEM MAIS PRECISA	R$ 150.496,13	R$ 134.842,80	-10,40%
0102	SEGURANCA PUBLICA EFICIENTE: RESPONSABILIDADE DE TODOS	R$ 25.340,00	R$ 18.970,99	-25,13%
0103	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM GERACAO DE EMPREGO E RENDA	R$ 3.053,26	R$ 1.312,66	-57,01%
0104	EDUCACAO, CULTURA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	R$ 257.371,36	R$ 218.417,60	-15,14%
0105	INFRAESTRUTURA E QUALIDADE URBANA	R$ 138.499,40	R$ 68.879,48	-50,27%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R$ 737,63	R$ 0,00	-100,00%
TOTAL		**R$ 819.451,43**	**R$ 642.131,54**	**100,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: Os valores da coluna "dotação autorizada" apresentados na tabela acima são aqueles originais da Lei Orçamentária Anual, alterados por conta de abertura de créditos adicionais.

7 GESTÃO FISCAL

7.1 Aspectos Gerais

7.1.1 Legislação Aplicável

O cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 será fiscalizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, e pelos sistemas de controle interno de cada Poder e do Ministério Público.

A competência atribuída aos Tribunais de Contas está replicada no artigo 5º, inciso XVI, do Regimento Interno do TCE-RS.

Além da previsão regimental, há a Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**, que

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1763
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

dispõe sobre critérios para elaboração dos relatórios gerados de forma eletrônica e automática pelo Programa Autenticador de Dados – PAD –, a partir do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC –, bem como sobre as informações acessórias imprescindíveis para a sua geração e sobre a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF – para fins do exercício da fiscalização preconizada pelo artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

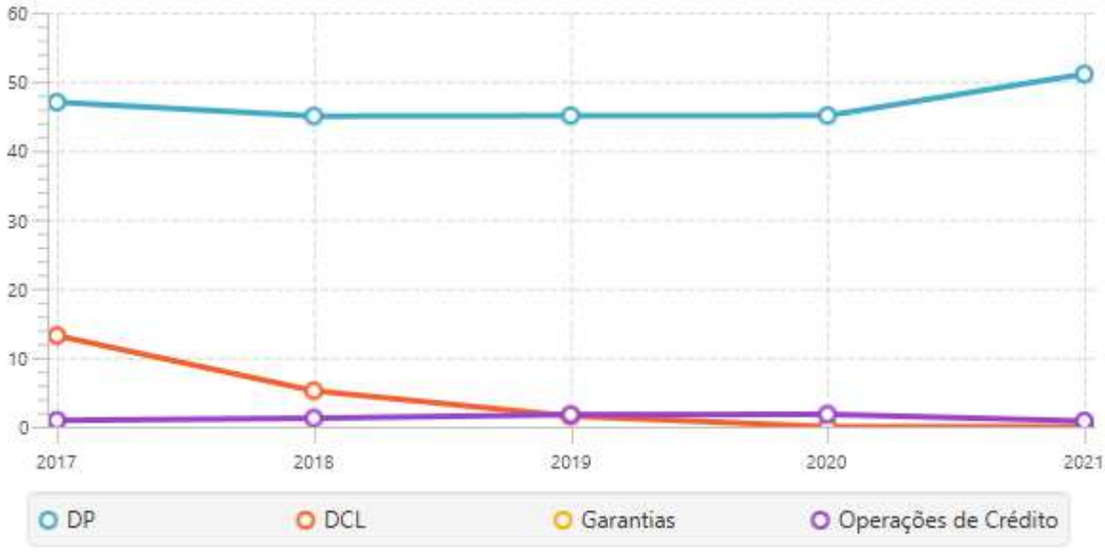
7.2 Avaliação Geral dos Índices de Gestão Fiscal

7.2.1 Índices de Gestão Fiscal

A Lei Complementar Federal n.º 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, com a permanente observância dos limites fixados que estabelecem o comprometimento de despesas e endividamento.

No gráfico seguinte, tem-se a evolução dos limites fixados pela lei fiscal, atingidos pelo Poder Executivo de Santa Maria nos últimos exercícios, quanto à despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, garantias e contragarantias e operações de crédito.

Gráfico 6 – Índices de Gestão Fiscal



Observa-se, em relação à receita corrente líquida:

a) **o crescimento** das despesas com pessoal, no ano de 2021 em relação ao ano anterior;

b) **a estabilidade** da dívida consolidada líquida, no ano de 2021 em relação ao ano anterior;

c) a **inexistência** de concessão de garantias e contragarantias no período;

d) **a queda** da realização de operações de crédito, no ano de 2021 em relação ao ano anterior.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

7.3 Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida é apurada a partir das informações prestadas individualmente pelos órgãos jurisdicionados ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS, conforme o disposto no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021,** e é o resultado da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, deduzida da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e das receitas provenientes da compensação financeira dos regimes de previdência.

Serve como parâmetro para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das garantias e contragarantias e das operações de crédito internas, externas e por antecipação de receita orçamentária do ente da federação.

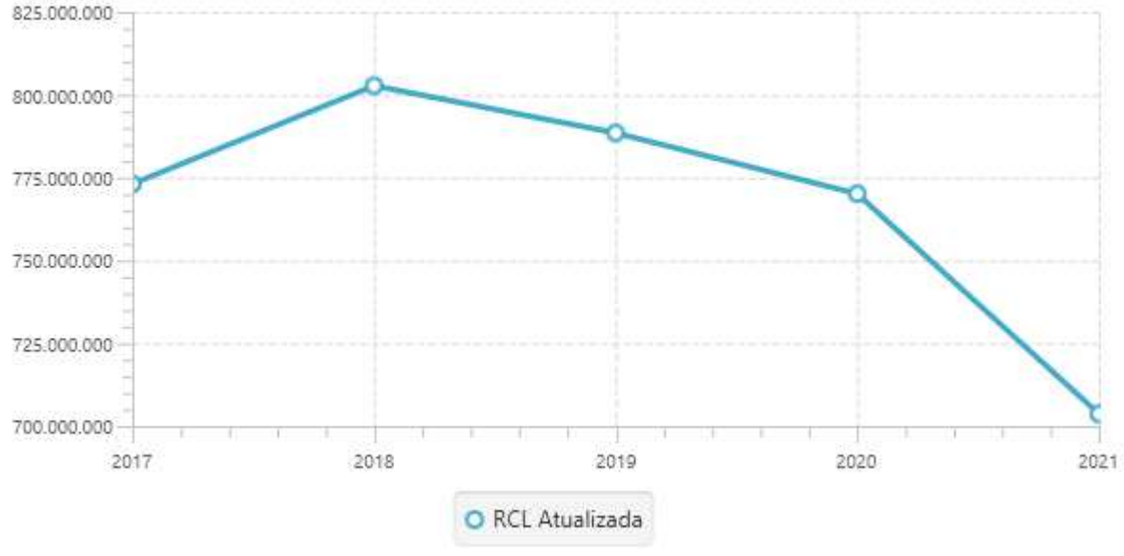
No quadro seguinte, tem-se a evolução da receita corrente líquida do município de Santa Maria nos últimos cinco anos: e, no gráfico, logo após, a respectiva representação da curva de evolução.

Quadro 41 – Evolução da Receita Corrente Líquida

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
RCL (1)	R$ 478.791.593,37	R$ 526.033.425,19	R$ 547.939.903,34	R$ 605.004.495,57	R$ 703.721.386,52
RCL (2)	R$ 773.139.970,25	R$ 802.751.070,58	R$ 788.502.427,33	R$ 770.146.221,03	R$ 703.721.386,52
Variação anual %	-	3,83%	-1,77%	-2,33%	-8,62%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais da RCL para fins da apuração dos limites da Despesa com Pessoal.
(2) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 7 – Evolução da Receita Corrente Líquida



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.3.1 Apuração da Receita Corrente Líquida

A composição da receita corrente líquida do município de Santa Maria apurada no

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1765
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

exercício de 2021 é a seguinte:

Quadro 42 – Composição da Receita Corrente Líquida (em R$)

ESPECIFICAÇÃO	1º QUADR (peça 3570562 , 3525580, 3525671)	2º QUADR (peça 3809338 , 3807707, 3761036)	3º QUADR (peça 4081099 , 4081945, 4076888)
Receitas Correntes (a)	313.250.635,43	599.285.332,47	908.868.860,82
(-) Deduções Receitas Correntes (b)	-47.968.948,89	-95.103.531,24	-152.321.559,03
(-) Outras Deduções (c)	-21.680.579,19	-39.695.999,23	-52.825.915,27
Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	-8.590.412,92	-17.973.972,88	-27.740.777,15
Receitas do RPPS – Remuneração e Outras Receitas	-6.498.570,55	-6.434.727,63	-3.322.318,89
Receitas Fundo de Assistência Social dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Receita Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores	-205.350,13	-439.338,53	-1.002.926,57
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	-1.524.251,73	-3.595.400,13	-4.156.209,68
Outras Contribuições Sociais	-4.861.993,86	-9.752.560,06	-14.703.682,98
Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do ano corrente (d = a+b+c)	**243.601.107,35**	**465.985.802,00**	**705.621.386,52**
Receita Corrente Líquida - ano anterior - Geral (e)	388.309.175,55	201.635.399,53	-
Receita Corrente Líquida - ano anterior - Despesa com Pessoal (f)	387.009.175,55	201.635.399,53	-
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - GERAL (g = d+e)	**631.910.282,90**	**667.621.201,53**	**705.621.386,52**
SUB TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (h = d+f)	**630.610.282,90**	**667.621.201,53**	**705.621.386,52**
Emendas Parlamentares Individuais (i)	0,00	1.500.000,00	1.600.000,00
Outros Ajustes - Endividamento (j)	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ENDIVIDAMENTO (k = g-i-j)	**631.910.282,90**	**666.121.201,53**	**704.021.386,52**
Emendas Parlamentares de Bancada (l)	0,00	0,00	300.000,00
Outros Ajustes - Despesa com Pessoal (m)	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - DESPESA COM PESSOAL (n = h-i-l-m)	**630.610.282,90**	**666.121.201,53**	**703.721.386,52**
TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - EXCETO DP E ENDIVIDAMENTO (g)	**631.910.282,90**	**667.621.201,53**	**705.621.386,52**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.4 Despesa Bruta com Pessoal

O objetivo neste item é apresentar um panorama geral da despesa bruta com pessoal, correlacionando-a com outros dados e informações.

A composição e a evolução da despesa bruta com pessoal do Poder Executivo de Santa Maria nos últimos cinco anos, considerando todas as despesas de natureza de despesa 3.1, está representada a seguir:

Quadro 43 – Despesa Bruta com Pessoal

Despesa Bruta com Pessoal					
Exercício	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Valores Nominais[1][2]	401.878.094,00	437.080.401,88	475.143.894,20	518.528.088,96	521.539.107,77

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Valores em R$(3)	648.942.090,76	667.004.687,80	683.746.724,09	660.065.257,59	521.539.107,77
Variação Anual %	**-**	**2,78%**	**2,51%**	**-3,46%**	**-20,99%**
RCL Valores Nominais	478.791.593,37	526.033.425,19	547.939.903,34	605.004.495,57	703.721.386,52
RCL Valores em R$(3)	773.139.970,25	802.751.070,58	788.502.427,33	770.146.221,03	703.721.386,52
Variação anual %	-	3,83%	-1,77%	-2,33%	-8,62%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
1. Considerando o somatório total dos grupo de natureza de despesa 31.
2. As despesas correspondem aos valores liquidados no exercício, incluindo toda a despesa correspondente ao elemento de despesa estruturado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
3. Valores corrigidos monetariamente pelo IGP-DI/FGV para efeitos de comparação com o exercício de 2021.

Observa-se uma **redução** de 20,99% da despesa bruta com pessoal no exercício de 2021 em relação ao ano anterior. Ressalva-se que essa redução considera a atualização da despesa bruta do ano anterior pelo IGP-DI/FGV, conforme a nota 3 do quadro acima. Todavia, cumpre referir que no exercício 2021 estava vigente a LC 173/2020, a qual estabeleceu restrições ao aumento da despesa com pessoal.

Por sua vez, os dados da tabela também demonstram um **decréscimo** de 8,62% da receita corrente líquida apurada em 2021 em referência ao exercício anterior.

A quantidade e estratificação dos servidores lotados no Poder Executivo de Santa Maria nos últimos cinco anos são as seguintes:

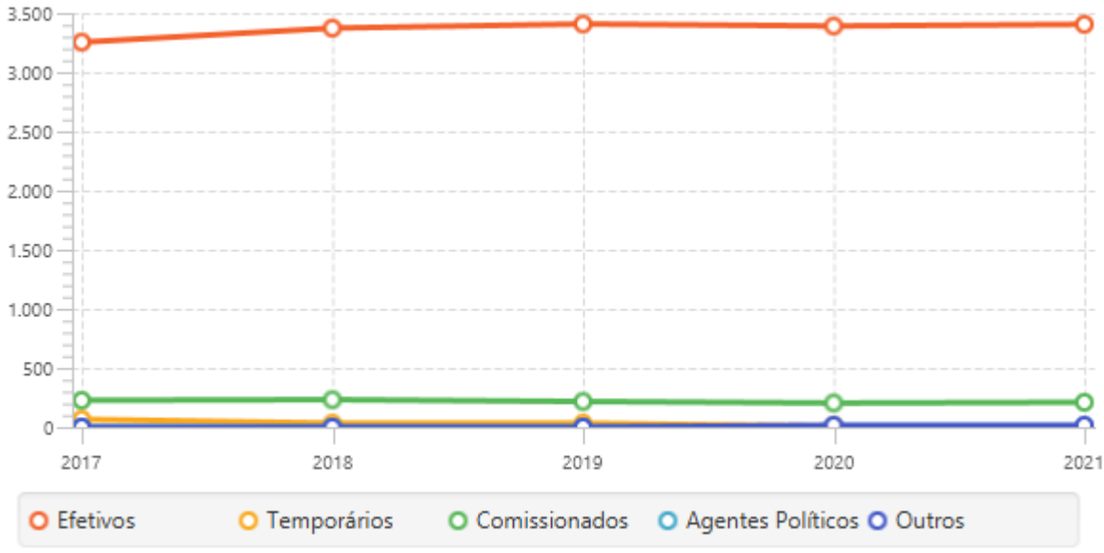
Quadro 44 – Número de Servidores (Matrículas)

Vínculo	Número de Matrículas				
	2017	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Efetivos	3.254	3.373	3.408	3.391	3.405
Contratação Temporária	66	34	34	8	-
Comissionados	227	232	217	204	210
Agentes Políticos	-	-	-	2	2
Outros	-	-	-	16	16
Total	3.547	3.639	3.659	3.621	3.633
Variação Anual %	-	2,59%	0,55%	-1,04%	0,33%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 8 – Número de Servidores (Matrículas)

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados, pode-se concluir que no ano de 2021, em relação ao exercício anterior, houve:

a) **aumento de** 0,33% no número total de servidores;
b) **aumento de** 2,94% no número de servidores comissionados.

A comparação entre a despesa bruta com pessoal de todas as áreas da atuação governamental e os valores totais aplicados nas funções saúde e educação, inclusive com pessoal, pelo Poder Executivo de Santa Maria no exercício de 2021, com a apuração do valor por habitante, segue no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 45 – Despesa Per Capita

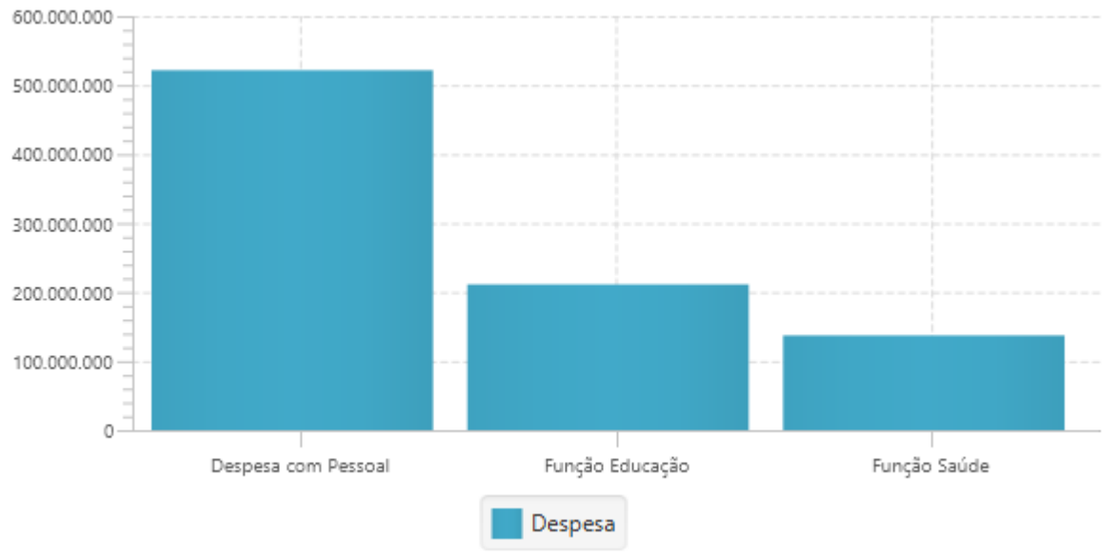
. .	2021	Despesa per Capita
População	**285.159**	**R$**
Despesa com Pessoal	521.539.107,77	1.828,94
Função Educação	211.210.129,89	740,67
Função Saúde	137.221.954,82	481,21

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Gráfico 9 – Comparativo da Despesa com Pessoal com as Funções Saúde e Educação

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1768
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 39
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.4.1 Percentual da Despesa com Pessoal

A despesa total com pessoal é o montante bruto dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, sem qualquer dedução ou retenção, nos termos do artigo 18 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

É apurada somando-se a despesa realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente do empenho, não podendo exceder a 60% da receita corrente líquida do município, sendo **6%** para o legislativo e **54%** para o executivo, conforme disposto no artigo 19, inciso III, e artigo 20, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Os critérios e entendimentos para apuração das despesas com pessoal dos entes jurisdicionados da área municipal do Estado do Rio Grande do Sul constam da Instrução Normativa TCE-RS nº **13/2021**.

A evolução das despesas com pessoal do Poder Executivo de Santa Maria nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

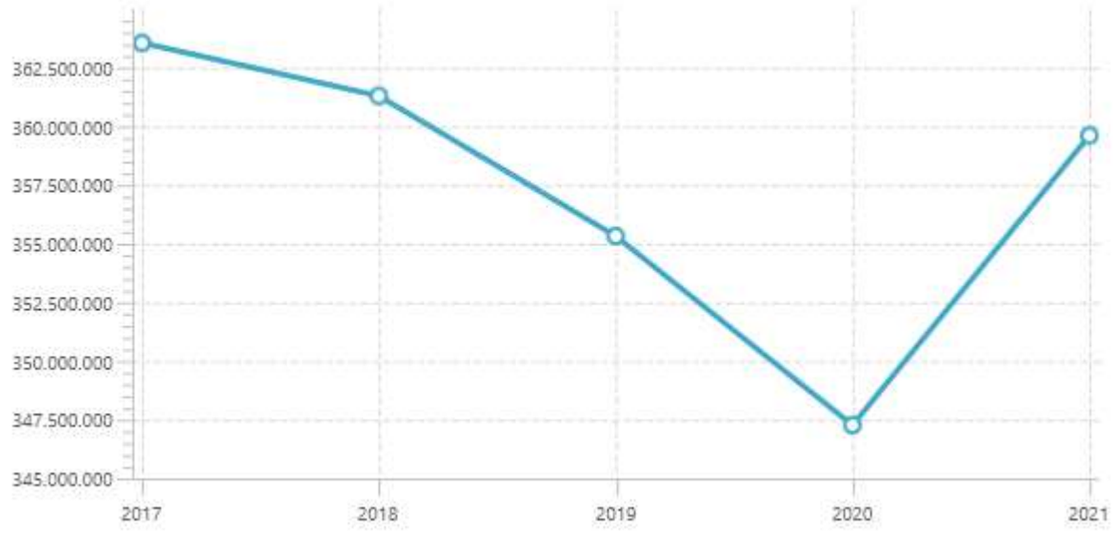
Quadro 46 – Evolução das Despesas com Pessoal

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Despesa com Pessoal[1]	225.145.374,87	236.755.798,50	246.923.324,65	272.808.058,86	359.611.592,68
Despesa com Pessoal[2]	363.558.781,82	361.300.179,06	355.330.282,87	347.273.610,59	359.611.592,68
Variação anual %	-	-0,62%	-1,65%	-2,27%	3,55%
RCL[2]	773.139.970,25	802.751.070,58	788.502.427,33	770.146.221,03	703.721.386,52
% Despesa Pessoal/RCL	47,02%	45,01%	45,06%	45,09%	51,10%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
[1] Valores nominais.
[2] Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 10 – Evolução das Despesas com Pessoal

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.



Os dados relativos à receita corrente líquida e à despesa com pessoal apresentados pelo Poder Executivo de Santa Maria a partir dos Modelos 1 e 2 do Anexo I da Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021, referentes aos períodos do ano de 2021, após a realização dos ajustes necessários no 2º quadrimestre (peça 4500504) (peça 4500505) (peça 4500477) (peça 4500506) (peça 4500507) , foram inseridos no quadro seguinte, com a composição das despesas com pessoal, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Quadro 47 – Composição das Despesas com Pessoal

	1º QUAD (peça 3570562)	2º QUAD (peça (peça 4500504))	3º QUAD (peça 4081099)
Pessoal e Encargos Sociais (a)	**153.860.720,34**	**316.594.026,99**	**521.539.107,77**
Substituição de Mão de Obra (b)	**550.134,86**	**550.134,84**	**3.455.439,22**
Deduções (c)	**-50.206.408,11**	**-100.968.321,67**	**-165.689.068,05**
Aposentadorias e Pensões Pagas com Recursos do RPPS	-49.435.349,97	-99.895.411,64	-163.654.809,79
Indenizatórios	0,00	0,00	-838.524,83
Despesas de Exercícios Anteriores	-771.058,14	-1.072.910,03	-1.195.733,43
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00
Total Naturezas de Despesa Orçamentárias (d = [a+b]-c)	104.204.447,09	216.175.840,16	359.305.478,94
Cobertura de Insuficiências Financeiras (e)	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Financeiro (f)	0,00	0,00	0,00
Total Contas Patrimoniais (g = [e+f])	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Empenhos Não Liquidados (h)	**2.977.644,50**	**1.764.602,59**	**-**
Restos a Pagar Não Processados (i)	**-**	**-**	**0,00**
Consórcios (j)	**322.442,64**	**194.903,34**	**306.113,74**
Subtotal Despesa com Pessoal - exercício atual (k = d+g+h+i+j)	**107.504.534,23**	**218.135.346,09**	**359.611.592,68**
Despesa com Pessoal do ano anterior (l)	189.432.318,25	110.734.999,97	-

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Total da Despesa com Pessoal Ativo/Inativo da Entidade (m = k+l)	**296.936.852,48**	**328.870.346,06**	**359.611.592,68**
Receita Corrente Líquida - Despesa com Pessoal	630.610.282,90	666.121.201,53	703.721.386,52
% Despesa Com Pessoal	**47,09**	**49,37**	**51,10**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Os alertas, nos termos do artigo 12, inciso IX, da Resolução TCE-RS n.º 1.028/2015, foram gerados automaticamente pelo Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas do TCE-RS, uma vez que os percentuais apurados pelo Poder Executivo de Santa Maria, no 2º Quadrimestre e no 3º Quadrimestre, **ultrapassaram 90% do limite** de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

A partir dos dados apresentados no quadro, conclui-se que os percentuais apurados são **inferiores** ao limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.5 Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida representa o montante da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, e não poderá exceder a 1,2 vezes a receita corrente líquida do município, nos termos da Resolução do Senado Federal n.º 40/2001.

Os critérios e entendimentos para apuração da dívida consolidada líquida dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**.

A evolução da dívida consolidada líquida do Poder Executivo de Santa Maria nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 48 – Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
DCL (1)	R$ 63.193.767,16	R$ 27.341.027,20	R$ 8.475.927,50	R$ 0,00	R$ 0,00
DCL (2)	R$ 102.043.619,69	R$ 41.723.658,24	R$ 12.197.121,19	R$ 0,00	R$ 0,00
Variação anual %	-	-59,11%	-70,77%	-100,00%	-

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais.
(2) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 11 – Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

7.5.1 Percentual da Dívida Consolidada Líquida

O Executivo Municipal de Santa Maria **não possui** dívida consolidada líquida no exercício de 2021.

7.6 Operações de Crédito

A operação de crédito é todo compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, de abertura de crédito, de emissão e aceite de título, de aquisição financiada de bens, de recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, de arrendamento mercantil; ou de outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, e, por equiparação, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas, nos termos do disposto no artigo 29, inciso III e § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

O montante global das operações de crédito é limitado em 16% da receita corrente líquida do município em cada exercício financeiro, conforme determina o Senado Federal. No caso de operações de crédito com liberação prevista para mais de um exercício, o limite será calculado considerando-se o cronograma anual de ingresso e a projeção da receita corrente líquida, atualizada por índice divulgado pelo Ministério da Economia.

Os critérios e entendimentos para apuração do montante das operações de crédito dos entes jurisdicionados da área municipal constam da Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2021.

A evolução das operações de crédito internas e externas efetuadas pelo Poder Executivo de Santa Maria nos últimos cinco anos está evidenciada no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 49 – Evolução das Operações de Crédito (em R$)

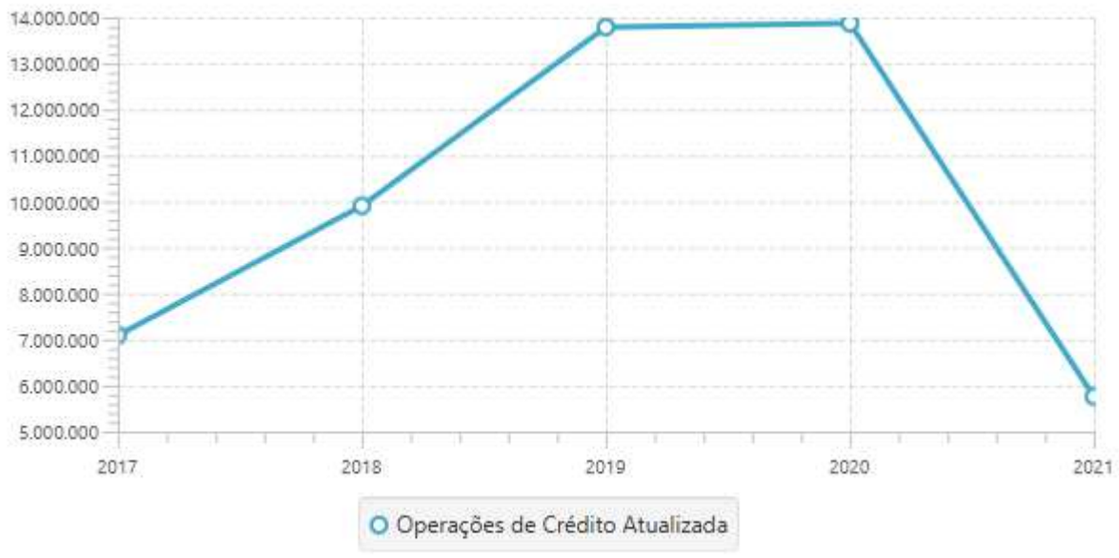
Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Operações de Crédito Internas e Externas (1)	4.391.904,61	6.492.044,48	9.582.608,97	10.899.881,83	5.762.513,10
Operações de Crédito Internas e Externas (2)	7.091.931,12	9.907.156,86	13.789.669,97	13.875.108,14	5.762.513,10

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Variação anual %	-13,89%	39,70%	39,19%	0,62%	-58,47%

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Valores nominais.
(2) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio.

Gráfico 12 – Operações de Crédito



Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Os números revelam a queda em 58,47% das operações de crédito no ano de 2021, em comparação ao ano anterior.

7.6.1 Percentual das operações de crédito

A composição das operações de crédito realizadas pelo Poder Executivo de Santa Maria no exercício de 2021 é a seguinte:

Quadro 50 – Composição das Operações de Crédito (em R$)

Discriminação	1º QUAD (peça 3570624)	2º QUAD (peça 3809343)	3º QUAD (peça 4082180)
INTERNAS	**1.072.129,36**	**3.572.129,36**	**5.762.513,10**
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.072.129,36	3.572.129,36	5.762.513,10
(-) Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	0,00	0,00
(-) Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
(R) Deduções das Receitas de Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EXTERNAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00
(-) Programas de Modernização da Administração Pública	0,00	0,00	0,00
(-) Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
(R) Deduções das Receitas de Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
I - TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA	**1.072.129,36**	**3.572.129,36**	**5.762.513,10**

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00	0,00
Operação de Crédito Contratada pelo Consórcio Público	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Operações Vedadas	0,00	0,00	0,00
II - TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
III - TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE	**1.072.129,36**	**3.572.129,36**	**5.762.513,10**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - Endividamento	**631.910.282,90**	**666.121.201,53**	**704.021.386,52**
Limite Geral - Resolução do Senado Federal nº 43/2001 - Operações de Crédito Internas e Externas	**101.105.645,26**	**106.579.392,24**	**112.595.421,84**
Limite de Alerta (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	**90.995.080,74**	**95.921.453,02**	**101.335.879,66**
Percentual das Operações de Crédito em relação a RCL	**0,17%**	**0,54%**	**0,82%**
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Limite Geral das ARO definido pela Resolução do Senado Federal nº 43 - art. 10 (7% da RCL)	**44.233.719,80**	**46.628.484,11**	**49.260.497,06**
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Tributos	0,00	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados apresentados no quadro, constata-se que:

a) no exercício de 2021, as operações de crédito internas e externas atingem o montante de R$ 5.762.513,10, correspondendo a 0,82% da receita corrente liquida do mesmo período, atendendo ao limite de 16% disposto no inciso I do artigo 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001;

b) não existe saldo na conta operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, atendendo ao disposto no inciso II do artigo 38 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000;

c) não foram efetuadas operações de crédito por antecipação de receita orçamentária em concomitância com operação anterior de mesma natureza não resgatada integralmente, atendendo ao disposto no inciso IV, alínea “a”, do artigo 38 da Lei Complementar Federal n.º

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

101/2000.

7.7 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Em regra, as despesas devem ser executadas e pagas dentro do exercício financeiro. O gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, desde que com disponibilidade de caixa.

Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

7.7.1 Valores Restituíveis

Os valores restituíveis são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, em que o município é mero agente depositário, que provocam o surgimento de passivos financeiros.

É necessário que, ao final do exercício financeiro, conste saldo suficiente no ativo circulante para cobertura dos valores restituíveis inseridos no passivo circulante, nos recursos vinculados extraorçamentários 8001 a 9999, nos termos do Manual Técnico – Volume III – Recurso Vinculado Aplicável aos órgãos, entidades e consórcios públicos municipais regidos pela Lei Federal n.º 4.320/1964, disponível no portal do TCE-RS.

Na hipótese de insuficiência nos recursos citados, o **recurso vinculado livre 0001** deverá suportar essas obrigações.

Quadro 51 – Valores Restituíveis - Prefeitura Municipal de Santa Maria (56900)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) (1) – I	5.934.613,40
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) (2) – II	5.934.613,40
Suficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	**0,00**

Notas:
(1) Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante.
(2) Peça: 4081099

A partir dos dados apontados no quadro, o Poder Executivo de Santa Maria apresenta disponibilidade financeira no recurso extraorçamentário 8001 a 9999 para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante.

Quadro 52 – Valores Restituíveis - IPASSP-SM - INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA (88153)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) (1) – I	919.964,51
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) (2) – II	913.296,10
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	**-6.668,41**
Rec. Livre 0001 (Ativo Circulante) (2) - IV	298.471.841,80
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV + III)	**298.465.173,39**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

(2) Peça 4081945

A partir dos dados apontados no quadro, a entidade da administração indireta INST. PREV. ASSIST. À SAÚDE SERV. PÚBL. MUN. DE S. MARIA **não** apresenta disponibilidade financeira suficiente no recurso extraorçamentário 8001 a 9999 para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante (peça 4500508) , no entanto, há cobertura no recurso livre 0400.

Os códigos de recursos vinculados 8001 a 9999 **não** foram utilizados para evidenciar os recursos extraorçamentários que servirão para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante, em **descumprimento** ao disposto no Manual Técnico – Volume III – Recurso Vinculado Aplicável aos órgãos, entidades e consórcios públicos municipais regidos pela Lei Federal n.º 4.320/1964.

Quadro 53 – Valores Restituíveis - - INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA (88201)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) (1) – I	1.284,76
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) (2) – II	1.284,76
Suficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	**0,00**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante.
(2) Peça 4076888

A partir dos dados apontados no quadro, a entidade da administração indireta INST. DE PLANEJAMENTO DE SANTA MARIA apresenta disponibilidade financeira no recurso extraorçamentário 8001 a 9999 para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante.

7.7.2 Equilíbrio Financeiro

O equilíbrio financeiro é aferido por recurso vinculado, considerando eventuais ajustes realizados no item anterior e as informações constantes no Modelo 3 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa) e no Modelo 7 (Demonstrativo dos Restos a Pagar) do **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021,** e evidenciam a existência, ou não, de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2021.

As informações constantes no Modelo 9 (Demonstrativo dos Limites) do **Anexo I** da Instrução Normativa n.º **13/2021** (peça 4082180), que, juntamente com o Modelo 7, antes citado, integram o Relatório de Gestão Fiscal, demonstram a **existência de disponibilidade financeira** suficiente para a cobertura dos valores inscritos em restos a pagar, **em atendimento** ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.8 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

É obrigatória, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, a publicação e a ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, dentre os quais estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Os prazos, formas e meios de publicação e divulgação desses relatórios encontram-se dispostos no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **13/2021**.

7.8.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

A publicação e divulgação do Relatório de Gestão Fiscal dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no **Anexo I** da Instrução Normativa n.º **13/2021**.

Quadro 54 – Prazos de Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes (1)
RGF	Art. 55, § 2º da Lei Federal nº 101/2000	30 dias após final de cada quadrimestre	30 dias ao final de cada de semestre
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

Nota:
(1) É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral, conforme o prescrito no artigo 63, inciso II, alínea "b" da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é a seguinte:

Quadro 55 – Publicação e Divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (Santa Maria)

. .	Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
				Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
RGF	3ºQ/2020(1)	01-02-21	3274497	29-01-21	29-01-21	29-01-21	0	0	0
	1ºQ/2021	30-05-21	4081099	28-05-21	28-05-21	28-05-21	0	0	0
	2ºQ/2021	30-09-21	4081099	30-09-21	30-09-21	30-09-21	0	0	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Processo de Contas Anuais nº 0944-0200/20-6

Conclui-se, portanto, que as publicações e as divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal ocorreram nos prazos estabelecidos, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.8.2 Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO)

A publicação e divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos municípios deve ser realizada de acordo com o estabelecido no **Anexo I** da Instrução Normativa n.º **13/2021**.

Quadro 56 – Prazos de Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Relatório	Base Legal	Prazos e meios de publicação com base no número de habitantes	
		+ 50.000 habitantes	- 50.000 habitantes
RREO	Art. 52 da Lei Federal nº 101/2000	30 dias após o final de cada bimestre	
		Internet, jornal e mural	Internet e jornal ou mural

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, a situação encontrada é a seguinte:

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Quadro 57 – Publicação e Divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Santa Maria)

..	Período	Prazo	Peça	Data Publicação			Dias de Atraso		
				Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet
RREO	6ºB/2020(1)	01-02-21	3274497	29-01-21	29-01-21	29-01-21	0	0	0
	1ºB/2021	30-03-21	4081099	30-03-21	30-03-21	30-03-21	0	0	0
	2ºB/2021	30-05-21	4081099	28-05-21	28-05-21	28-05-21	0	0	0
	3ºB/2021	30-07-21	4081099	30-07-21	30-07-21	30-07-21	0	0	0
	4ºB/2021	30-09-21	4081099	30-09-21	30-09-21	30-09-21	0	0	0
	5ºB/2021	30-11-21	4081099	30-11-21	30-11-21	30-11-21	0	0	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota:
(1) Processo de Contas de Governo nº 0944-0200/20-6.

Conclui-se, portanto, que as publicações e as divulgações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária ocorreram nos prazos estabelecidos, **em cumprimento** ao disposto no artigo 52 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.9 Audiências Públicas

A audiência pública é um mecanismo que propicia ao cidadão o exercício da participação popular nos atos de governo.

Cumpre ao Poder Executivo demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre ao final dos meses de maio, setembro e fevereiro em audiência pública na Câmara Municipal, em comissão equivalente àquela referida no § 1º do artigo 166 da Constituição Federal, conforme o disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

7.9.1 Realização de Audiências Públicas

A partir das informações extraídas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (item 5.1.3 do relatório de validação e encaminhamento), a situação encontrada é a seguinte (peça 4081099):

Quadro 58 – Datas e Locais das Audiências Públicas

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias Atraso
3ºQ/20	28-02-21	26-02-21	Plenário Camara Municipal	0
1ºQ/21	31-05-21	31-05-21	Plenário Camara Municipal	0
2ºQ/21	30-09-21	29-09-21	Plenário Camara Municipal	0

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Com base nos dados, conclui-se que as audiências públicas foram realizadas nos prazos estabelecidos no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

8 GESTÃO PATRIMONIAL

8.1 Aspectos Gerais

8.1.1 Conceitos

O aspecto patrimonial da contabilidade aplicada ao setor público compreende o

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

registro e a evidenciação da composição do patrimônio do ente e sua avaliação por indicadores financeiros, na forma dos artigos 85, 89, 100 e 104 da Lei Federal nº 4.320/1964, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais representam importantes instrumentos de avaliação da gestão patrimonial.

A análise das demonstrações contábeis é uma das técnicas que possibilita compreender a situação econômico-financeira do ente e as consequências das decisões dos gestores ante o patrimônio público ao longo dos anos.

8.2 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

O balanço patrimonial é estruturado em:

a) ativo - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado, com potencial de serviços ou com capacidade de gerar benefícios econômicos;

b) passivo - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade;

c) patrimônio líquido (ou situação patrimonial líquida) - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, que pode ser um montante positivo ou negativo.

8.2.1 Indicadores do Balanço Patrimonial

Os indicadores financeiros para a análise e interpretação dos resultados apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

a) situação financeira - demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo, ou seja, a soma dos recursos financeiros disponíveis ou realizáveis no curto prazo, em confronto com as obrigações financeiras de curto prazo;

b) liquidez corrente - demonstra quanto o ente detém de recursos disponíveis para a quitação de suas dívidas circulantes, ou seja, de curto prazo;

c) liquidez geral - demonstra quanto o ente detém de recursos realizáveis de curto e longo prazo para o pagamento da totalidade das suas obrigações;

d) solvência - medida de capacidade do ente em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com todos os seus recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes;

e) endividamento geral - demonstra o grau de endividamento do ente, refletindo também a sua estrutura de capital;

f) composição do endividamento - demonstra o volume da dívida de curto prazo em relação ao total da dívida existente no exercício.

No quadro a seguir são demonstrados esses indicadores, calculados a partir do balanço patrimonial do Poder Executivo de Santa Maria, encerrado em 31/12/2021 (peça 4081101).

Quadro 59 – Indicadores Patrimoniais

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Situação Financeira	AF / PF	223.824.784,33 / 46.182.816,59	4,85	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit financeiro, fonte para abertura de crédito adicional, nos termos do § 2º do art. 43 da Lei 4320/64, refletindo a influência positiva da Administração na gestão dos recursos disponíveis.
Liquidez Corrente	AC / PC	533.820.130,41 / 65.428.568,29	8,16	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos disponíveis e realizáveis (bens e direitos) frente as suas obrigações no curto prazo, ou seja, aquelas que deverão ser cumpridas, geralmente, até o final do exercício seguinte à data da elaboração do balanço patrimonial, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes.
Liquidez Geral	AC + ARLP / PC + PNC	559.105.659,14 / 200.585.871,59	2,79	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) de curto e longo prazos frente as suas obrigações no mesmo período, refletindo a influência positiva da Administração na capacidade de saldar as dívidas circulantes e não circulantes.
Índice de Solvência	AC + ANC / PC + PNC	1.170.489.040,42 / 200.585.871,59	5,84	O resultado maior que 1 indica que a entidade dispôs, ao final do exercício, de mais recursos (bens e direitos) circulantes e não circulantes frente a todas obrigações, refletindo a influência positiva da Administração na solvência da entidade, evidenciando uma situação patrimonial líquida positiva.
Endividamento Geral	PC + PNC / AT	200.585.871,59 / 1.170.489.040,42	0,17	O resultado menor que 0,5 indica que a maioria dos recursos (bens e direitos) da entidade não estão financiados com capital de terceiros, refletindo a influência positiva da Administração na gestão de suas atividades.
Composição do Endividamento	PC / PC + PNC	65.428.568,29 / 200.585.871,59	0,33	O resultado menor que 0,5 indica que a maioria das obrigações existentes ao final do exercício possuem exigibilidade de longo prazo, evidenciando maior qualidade das dívidas pactuadas pela Administração.

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: AF - Ativo Financeiro, AC - Ativo Circulante, ARLP - Ativo Realizável a Longo Prazo, ANC - Ativo Não Circulante, AT - Ativo Total, PF - Passivo Financeiro, PC - Passivo Circulante, PNC - Passivo Não Circulante.

8.3 Demonstração de Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

8.3.1 Indicador da Demonstração das Variações Patrimoniais

O indicador financeiro para a análise e interpretação dos resultados apresentados na demonstração das variações patrimoniais é o "resultado das variações patrimoniais", que demonstra o resultado patrimonial do exercício e é apurado a partir da relação entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas.

No quadro a seguir é demonstrado esse indicador, calculado a partir da demonstração das variações patrimoniais do Poder Executivo de Santa Maria, encerrada em 31/12/2021 (peça 4081102).

Quadro 60 – Quociente Patrimonial

Indicador	Fórmula	Valores	Índice	Conclusão
Resultado das Variações Patrimoniais	VPA / VPD	830.739.057,65 / 720.340.562,42	1,15	O resultado maior que 1 indica a existência de superavit patrimonial no exercício, refletindo a influência da Administração na evolução positiva do Patrimônio Líquido

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Nota: VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas; VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas.

9 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

9.1 Pesquisas Aplicadas

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

A legislação aplicada à divulgação de informações no âmbito da administração pública é ampla. Nesse sentido, o direito de receber informações dos órgãos públicos e o princípio da publicidade estão inseridos nos artigos 5º, inciso XXXIII, e 37 da Constituição Federal, respectivamente.

Por sua vez, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 exige a disponibilização e divulgação, inclusive em meio eletrônico, por todos os entes da federação, de suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais.

Conforme se extrai dessa Lei, trata-se de rol exemplificativo, não se esgotando a obrigação da entidade ou do órgão público tão só pela disponibilização dos dados elencados no seu artigo 8º, § 2º. Nesse sentido, entende-se que é dever do poder público prestar todas as informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas, inclusive de forma ativa quando houver viabilidade técnica para tanto.

Em seguida, registra-se que a Lei Federal n.º 13.460/2017, que traz também as atribuições e os deveres atinentes às ouvidorias públicas, prevê a garantia da participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos.

Por fim, as Leis Federais n.ºs 13.979/2020 e 14.124/2021 trazem a obrigação de serem disponibilizadas, em site oficial específico na internet, informações sobre aquisições ou contratações realizadas pelo ente federado para enfrentamento ao coronavírus, bem como sobre a aplicação das vacinas correspondentes.

Considerando questões de materialidade e relevância, apenas alguns itens apresentados nos recibos das pesquisas foram selecionados para serem analisados pela equipe técnica. Para tanto, foi utilizada a sistemática de amostragem de auditoria. Nesse sentido, todos aqueles quesitos que possuem **Análise Definitiva S*** tiveram seus resultados considerados como atendidos a partir do histórico de pesquisa dos anos anteriores.

Com base em todos esses parâmetros normativos, o TCE-RS **promoveu avaliação sistemática e global de cada um dos municípios**, a fim de verificar o nível de atendimento aos princípios da transparência e da publicidade.

A partir disso, verificou-se que o Poder Executivo de Santa Maria atendeu, nos itens efetivamente analisados, a **71,43%** dos critérios da **LAI e 100,00%** da **LRF**; **100,00%** dos itens consultados sobre **Canais de Ouvidorias**; **100,00%** dos quesitos verificados sobre **enfrentamento à COVID-19**; e **91,67%** dos itens examinados sobre **a aplicação das vacinas** contra o coronavírus, todos demonstrados adiante.

9.1.1 Pesquisa da Transparência Fiscal

O ente federado é obrigado a dar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Essa imposição advém do disposto nos artigos 48 e 48-A da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

A divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal é tratada em item próprio deste relatório (Publicação do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária).

A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500518), aferidos mediante pesquisa efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, **dentre os aspectos examinados, estão**

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

sendo cumpridas as exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação

O ente federado é obrigado, igualmente, sob pena de responsabilidade, a franquear ao cidadão informações e documentos de interesses particular e coletivo, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal.

No sentido de atender não somente a esse mandamento, mas também ao ditado pelo artigo 37, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, é dever do ente observar os dispositivos da Lei Federal n.º 12.527/2011 – a chamada "Lei de Acesso à Informação" – que, em seu artigo 32, inciso I, tipifica como conduta ilícita do agente público o não fornecimento, o retardamento deliberado ou o fornecimento intencionalmente incorreto de informações requeridas.

A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500509) , aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, **dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011:

4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020)

- Número do processo correspondente
- Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido
- Objeto
- Valor

14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)

- Cargo do beneficiário
- Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local

9.1.3 Pesquisa da Lei das Ouvidorias

As Ouvidorias são responsáveis prioritariamente pelo tratamento das reclamações e denúncias envolvendo irregularidades, desvios de conduta e falhas na prestação de serviços públicos.

O ente federado deve dispor de atos normativos específicos acerca da organização e funcionamento das Ouvidorias, na forma do disposto da Lei Federal n.º 13.460/2017.

Nesse sentido, a equipe técnica verificou se havia a disponibilização, em site oficial, de Canal de Ouvidoria, Carta de Serviços e Relatório de Gestão pelo Poder Executivo municipal.

A partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500510) , aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, **dentre os aspectos analisados, estão sendo cumpridas** as exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 13.460/2017.

9.1.4 Pesquisa da Lei de Enfrentamento à COVID-19

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

É obrigação do ente federado a disponibilização, no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, de todas as aquisições ou contratações realizadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, conforme o contido no § 2º do artigo 4º da Lei Federal n.º 13.979/2020.

A partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500511) , aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, dentre os aspectos examinados, **estão sendo cumpridas** as exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 13.979/2020.

9.1.5 Pesquisa sobre a Vacinação contra COVID-19

O regime jurídico excepcional de emergência sanitária decorrente da pandemia do coronavírus não relativiza ou exime o administrador público do dever constitucional de transparência. Pelo contrário, situações graves e extraordinárias exigem ampla visibilidade da atuação estatal empreendida para o enfrentamento da crise.

A transparência, neste momento, além de garantir o acesso à informação e o controle pelos órgãos competentes, constitui instrumento que possibilita a conjugação de esforços dos mais diversos setores da sociedade na busca de soluções para os problemas decorrentes da atual pandemia.

Diante disso, conforme se extrai do artigo 37, caput, da Constituição Federal (princípio da publicidade); dos artigos 3º e 8º, "caput", da Lei n.º 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação); e do artigo 14, da Lei n.º 14.124/2021, é relevante a transparência efetiva de atos e procedimentos atinentes à vacinação contra a COVID-19.

A partir da análise dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500519) , aferidos mediante pesquisa efetuada no período de 19/07 a 10/08/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, dentre os aspectos examinados, **não estão sendo cumpridas** as seguintes exigências estabelecidas:

4) Há divulgação destacada no portal da transparência e/ou site oficial sobre ordem dos grupos prioritários com os quantitativos (estimativa) de pessoas de cada grupo aptas a receber a vacina, destacando-se a fase que está vigente?

- Quantitativo de pessoas de cada grupo

11) Há divulgação no site oficial e/ou portal da transparência do registro de sobra identificada de doses de vacinas, com a indicação do local de aplicação em que tal situação ocorreu?

- Atualização das informações dentro dos últimos 7 dias

Entretanto, **o conjunto de inconformidades não é suficiente para caracterizar falta de transparência generalizada** da aplicação de vacinas contra a COVID-19, **dispensando a necessidade de esclarecimento pela gestão.**

10 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

10.1 Aspectos Gerais

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1783
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 54
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

10.1.1 Legislação e Regime Municipal

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, financiado por recursos orçamentários públicos e contribuições sociais e destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

O sistema previdenciário brasileiro é composto pelo regime geral de previdência social, pelo regime próprio de previdência social e pelo regime de previdência complementar, cuja essência é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados, para transformar a poupança presente em benefícios futuros.

O regime próprio de previdência social, exclusivo dos servidores públicos efetivos, tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, e deve observar os critérios de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do artigo 40 da Constituição Federal e da Lei Federal n.º 9.717/1998.

O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da administração pública direta, bem como o das respectivas autarquias e fundações, serão amparados pelo regime geral de previdência social, caso o ente público não tenha instituído seu regime próprio, de acordo com o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 8.212/1991.

A estrutura administrativa-organizacional dos regimes próprios de previdência pode ser na forma de fundo, dentro da estrutura da administração direta, ou de autarquia ou de fundação pública, na administração indireta.

A instituição de regime próprio de previdência implica adoção de contabilidade exclusiva e realização tempestiva e adequada de avaliação atuarial do plano de benefícios, sem prejuízo de observação às exigências de responsabilidade fiscal estabelecidas legalmente.

O regime próprio de previdência do município de Santa Maria está constituído sob a forma de **autarquia**. As análises acerca da contabilização do resultado atuarial e da gestão dos investimentos serão efetuadas em processo próprio.

10.2 Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

10.2.1 Certificado de Regularidade Previdenciária

O certificado de regularidade previdenciária tem a finalidade de atestar a situação do município em relação à Lei Federal n.º 9.717/1998, conforme previsão contida no Decreto Federal n.º 3.788/2001 e na Portaria MPS n.º 204/2008.

O caráter contributivo, o equilíbrio financeiro e atuarial e o encaminhamento de documentos obrigatórios são alguns dos critérios para que o certificado seja emitido, nos termos do disposto no artigo 5º da portaria antes referida.

A partir de dados da Secretaria de Previdência – Ministério do Trabalho e Previdência, apresentam-se os certificados de regularidade previdenciária válidos no exercício:

Quadro 61 – Certificados de Regularidade Previdenciária Válidos em 2021

CRPs Válidos em 2021			
Número CRP	**Data de Emissão**	**Data de Validade**	**Emissão Judicial**
988841-191940	20/12/2020	18/06/2021	Não
988841-197868	18/06/2021	15/12/2021	Não
988841-205064	15/12/2021	13/06/2022	Não

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1784
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 55
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

Verificou-se que o município de Santa Maria apresentou **CRP válido** por todo o período em análise.

Sendo assim, o certificado encontra-se válido ao fim do exercício, **não havendo irregularidades** a serem reportadas nesse quesito.

10.3 Avaliação Atuarial

10.3.1 Tempestividade da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial é o documento elaborado por atuário, que caracteriza a população segurada, discrimina os encargos, estima os recursos e as alíquotas de contribuição, apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar e que contém o parecer atuarial relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios do regime próprio, na definição trazida pela Portaria MF n.º 464/2018.

A elaboração desse documento, contendo as definições, resultados e medidas necessárias para o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário, é obrigatória em cada balanço, conforme disposto no artigo 1º da Lei Federal n.º 9.717/1998.

O resultado da avaliação atuarial é encaminhado anualmente à Secretaria de Previdência Social – Ministério do Trabalho e Previdência até 31 de março do exercício subsequente ao da sua data base, por meio do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (documento que demonstra resumidamente as características gerais do plano de benefícios e da massa segurada e os principais resultados da avaliação atuarial), de acordo com o previsto no inciso I do § 6º do artigo 5º da Portaria MPS n.º 204/2008. Excepcionalmente, no exercício de 2021, o prazo foi prorrogado para **30/04/2021**, conforme Portaria SEPRT/ME n.º 3.411, de 23 de março de 2021.

A consulta ao Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) revela o cadastramento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial em 08/04/2021, em **cumprimento,** portanto, ao prazo supracitado.

10.4 Balanço Atuarial do Plano Previdenciário

10.4.1 Evolução do Ativo, Passivo e Resultado Atuarial

O ativo total corresponde ao somatório dos ativos garantidores [1] dos compromissos do plano de benefícios com o valor atual dos fluxos dos parcelamentos vigentes a receber.

O passivo atuarial corresponde ao valor presente de todos os compromissos assumidos e resulta da soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) com a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC).

O resultado atuarial é a diferença entre o ativo total e o passivo atuarial do plano de benefícios.

A seguir o resultado atuarial do fundo em capitalização do exercício em exame e um gráfico explicitando a representatividade das variáveis que compõem o ativo total e o passivo atuarial:

Quadro 62 – Resultado Atuarial - DRAA 2022, enviado dia 22/04/2022, com data focal de 31/12/2021 (em R$)

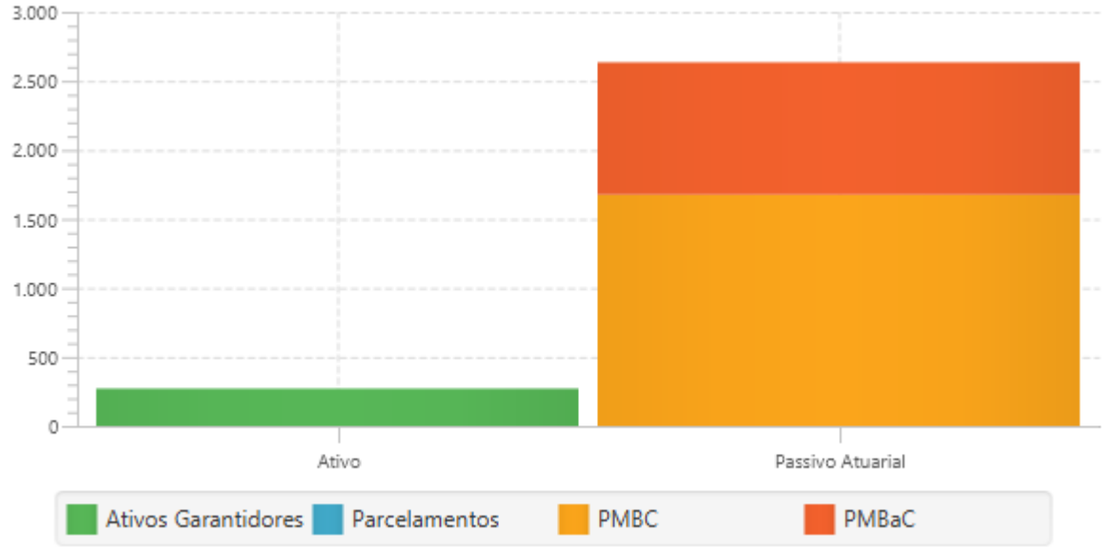
Resultado Atuarial - DRAA 2022		
	Ativo Total	**270.797.882,98**
	Ativos Garantidores	**270.797.882,98**

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

ATIVO	Renda fixa	270.797.882,98
	Renda variável	0,00
	Segmento imobiliário	0,00
	Em enquadramento	0,00
	Títulos e valores não sujeitos ao enquadramento	0,00
	Demais bens, direitos e ativos	0,00
	Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	**0,00**
PASSIVO	**Passivo Atuarial**	**2.634.431.251,89**
	PMBC - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	**1.676.178.555,04**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	1.888.513.707,24
	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	212.335.152,20
	PMBaC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	**958.252.696,85**
	VABF - Valor Atual dos Benefícios Futuros	1.536.822.294,74
	VACF - Valor Atual das Contribuições Futuras (-)	578.569.597,89
Resultado Atuarial sem plano de amortização: Deficit Atuarial a Amortizar (-)/ Superavit Atuarial (+)		**-2.363.633.368,91**
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei		2.400.702.711,38
Resultado Atuarial após plano de amortização: Deficit Atuarial (-) / Superavit Atuarial (+)		**37.069.342,47**

Fonte: Tabela elaborada com base em dados do DRAA obtidos da Secretaria de Previdência.

Gráfico 13 – Resultado Atuarial sem plano de amortização - Fundo em Capitalização (em R$ milhões)



Com intuito de observar o comportamento do fundo em capitalização e mostrar a evolução do resultado atuarial, levantaram-se os dados dos três últimos exercícios, a saber:

Quadro 63 – Evolução do Resultado Atuarial do Fundo em Capitalização (em R$)

	DRAA 2020	DRAA 2021	DRAA 2022
Data Focal	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**
Data de Envio DRAA	**30/03/2020**	**08/04/2021**	**22/04/2022**
Ativo Total	**287.772.699,59**	**287.035.329,81**	**270.797.882,98**
Ativos Garantidores	287.772.699,59	287.035.329,81	270.797.882,98

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

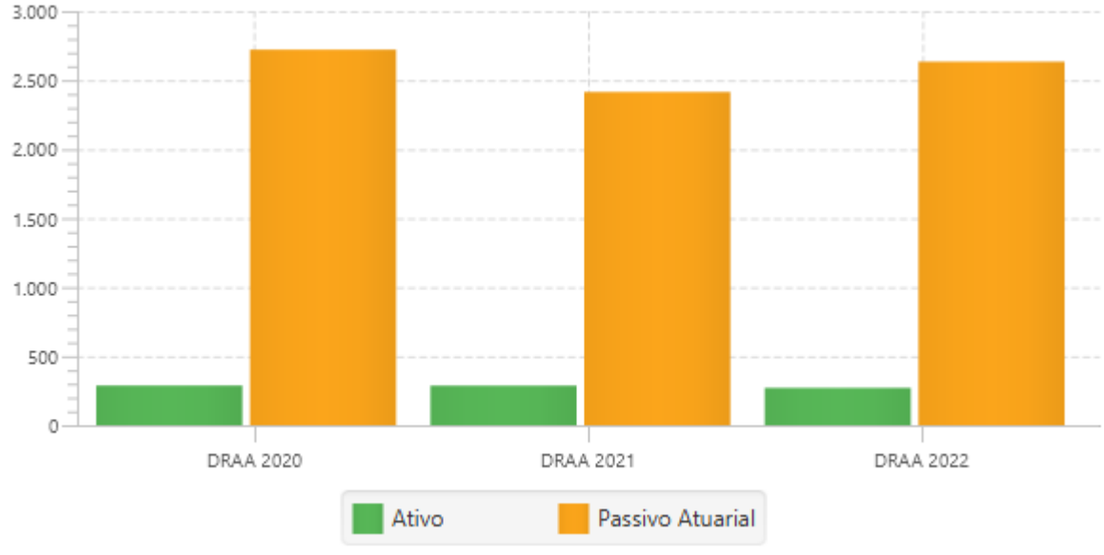
Valor Atual dos Parcelamentos de Débitos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	**2.721.388.044,38**	**2.414.769.153,16**	**2.634.431.251,89**
PMBC - Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	1.214.579.732,28	1.502.376.032,36	1.676.178.555,04
PMBaC - Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder	1.506.808.312,10	912.393.120,80	958.252.696,85
Resultado Atuarial sem plano de amortização: Deficit Atuarial a Amortizar (-)/ Superavit Atuarial (+)	**-2.433.615.344,79**	**-2.127.733.823,35**	**-2.363.633.368,91**
Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	3.385.560.635,56	4.806.339.349,27	2.400.702.711,38
Resultado Atuarial após plano de amortização: Deficit Atuarial (-)/ Superavit Atuarial (+)	**951.945.290,77**	**2.678.605.525,92**	**37.069.342,47**

Fonte: Secretaria da Previdência.

Gráfico 14 – Evolução do Resultado Atuarial sem plano de amortização



Gráfico 15 – Ativo Total x Passivo Atuarial sem plano de amortização (em R$ milhões)



Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

O fundo em capitalização, com base nas informações anteriores, apesar de registrar uma queda do déficit atuarial no penúltimo estudo, apresenta uma **retomada de seu crescimento**, sendo necessária a adoção de medidas efetivas, visando à sua redução.

Índice de Cobertura Atuarial

A análise do índice de cobertura atuarial da provisão matemática visa identificar a proporção de recursos financeiros existentes para o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas (provisão matemática de benefícios concedidos) ou futuras (provisão matemática de benefícios a conceder) a cargo do fundo em capitalização.

É esperado que seja igual ou superior a 1 (um) o índice de cobertura atuarial da provisão matemática dos benefícios concedidos. Quanto menor, pior será a situação atuarial do regime próprio de previdência.

A seguir, a evolução dos índices nas três últimas avaliações e as considerações para o ano em exame:

Quadro 64 – Índice de Cobertura Atuarial do Fundo em Capitalização sem plano de amortização

	DRAA 2020	DRAA 2021	DRAA 2022
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática Total (Passivo Atuarial)	0,11	0,12	0,10
Índice de Cobertura Atuarial da Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos	0,24	0,19	0,16

Fonte: Secretaria da Previdência.

O índice de cobertura atuarial da provisão matemática total do DRAA de 2022, com data focal em 31/12/2021, **é menor que 1**, bem como índice de cobertura atuarial da provisão matemática de benefícios concedidos, significando que os recursos financeiros são insuficientes inclusive para a cobertura da provisão matemática dos benefícios já concedidos de aposentadoria e pensão. Essa situação impede, por exemplo, que o município reduza seu plano de custeio, por não atender ao disposto no inciso III do artigo 65 da Portaria ME n.º 464/2018, sendo necessária a adoção de medidas em busca do equilíbrio atuarial integral.

Notas

1. Ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos ativos financeiros e dos bens, direitos e ativos vinculados ao RPPS por lei, excluídos os recursos relativos à Reserva Administrativa e fundos garantidores de benefício e fundos para oscilação de riscos.

11 LIMITES CONSTITUCIONAIS

11.1 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

O município deverá aplicar, anualmente, **25%** (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na **manutenção e desenvolvimento do ensino**, na forma do artigo 212 da Constituição Federal.

A base de cálculo dos gastos em manutenção e desenvolvimento do ensino é a

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

receita líquida de impostos e transferências, as multas e juros incidentes sobre os impostos e a dívida ativa relacionada a esse tipo de tributo.

As despesas consideradas e as não admitidas como manutenção e desenvolvimento do ensino estão disciplinadas, respectivamente, nos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/1996.

11.1.1 Percentual de Aplicação em MDE

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município na manutenção e desenvolvimento do ensino estão listadas no **Anexo I** da Instrução Normativa TCE/RS nº **07/2021**.

Quadro 65 – Evolução do Percentual do MDE no município de Santa Maria (em R$)

MDE	2017	2018	2019	2020	2021
Receita MDE	353.309.016,59	387.810.613,24	412.385.470,19	416.370.643,43	507.153.622,33
Aplicação Mínima (25%)	88.327.254,15	96.952.653,31	103.096.367,55	104.092.660,86	126.788.405,58
Aplicação Efetiva	97.465.471,99	97.960.673,10	110.147.171,72	109.113.878,66	128.011.423,62
% Aplicação MDE	**27,59%**	**25,26%**	**26,71%**	**26,21%**	**25,24%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4081099) (RVE item 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados), constata-se que o percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino pelo Poder Executivo de Santa Maria no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal .

11.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissinais da Educação (FUNDEB)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal.

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual do FUNDEB aplicado pelo município estão listadas no **Anexo II** da Instrução Normativa TCE-RS n.º **07/2021**.

11.2.1 Receitas Formadoras do FUNDEB

A aplicação dos recursos do FUNDEB nos municípios materializa-se nos investimentos em educação infantil, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (ensino fundamental).

No quadro abaixo, demonstram-se a segregação e a evolução das receitas formadoras do fundo no município de **Santa Maria** (peça 4081099) (RVE item 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a partir dos Recursos):

Quadro 66 – Evolução das Receitas Formadoras do FUNDEB no município de Santa Maria (em R$)

Base de Cálculo Receita do FUNDEB	2017	2018	2019	2020	2021

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

ITR - Mun. Conveniados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-parte FPM	12.196.899,79	13.066.022,94	13.750.761,12	13.088.056,43	17.617.679,03
Cota-parte ITR	188.732,76	191.410,49	199.925,10	206.443,87	249.902,25
LC nº 87/96 – Lei Kandir	113.841,36	111.834,21	0,00	0,00	0,00
Cota-parte ICMS	18.385.381,74	20.094.920,61	20.625.872,50	20.951.259,42	27.370.222,63
Cota-parte IPVA	7.127.738,27	8.544.178,80	8.667.198,27	9.335.422,43	10.717.192,54
Cota-parte IPI/Exportação	277.849,69	293.861,92	305.875,44	298.421,51	295.107,49
TOTAL	**38.290.443,61**	**42.302.228,97**	**43.549.632,43**	**43.879.603,66**	**56.250.103,94**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

11.2.2 Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

É obrigação do município destinar pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos anuais do FUNDEB ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Quadro 67 – Evolução da Aplicação dos Recursos do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica de Santa Maria (em R$)

FUNDEB	2017	2018	2019	2020	2021
Receita FUNDEB Total (1)	82.950.134,61	96.596.957,64	101.490.085,27	104.826.413,64	138.858.665,10
70% do Retorno do FUNDEB (2)	49.770.080,77	57.958.174,58	60.894.051,16	62.895.848,18	97.201.065,57
Aplicação Recursos - FUNDEB	82.517.474,86	95.911.989,34	84.968.264,28	100.007.561,66	112.477.553,69
% Aplicação	99,48	99,29	83,72	95,40	81,00

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.
Notas:
(1) Receita FUNDEB Total = Total retorno do FUNDEB + Receitas de Remuneração de Depósitos Bancário - Recurso vinculado FUNDEB.
(2) Os valores calculados até 2020 consideram o percentual de 60% do retorno do FUNDEB. A partir de 2021, esse percentual mínimo foi alterado para 70% (art. 26 da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020).

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4081099) (RVE item 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério), constata-se que o percentual aplicado pelo Poder Executivo de **Santa Maria** no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 26 da Lei Federal n.º 14.113/2020 e no artigo 212-A, inciso XI da Constituição Federal .

11.2.3 Ganho x Perda do FUNDEB

Na dinâmica do FUNDEB há, de um lado, a contribuição à formação do fundo (no caso dos estados e municípios 20% dos impostos e transferências) e, de outro, a receita proveniente do fundo (valor recebido de acordo com o número de alunos matriculados).

Ao comparar-se o valor da contribuição com o valor do retorno, apura-se o "ganho" ou a "perda" com o FUNDEB.

Valor do Retorno > Valor da Contribuição = **Ganho**

Valor do Retorno < **Valor da Contribuição** = **Perda**

Quadro 68 – Demonstração do Ganho ou da Perda do FUNDEB (em R$)

Ano	Valor	Conclusão
2017	R$ 44.171.362,86	Ganho
2018	R$ 53.968.783,65	Ganho

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

2019	R$ 57.891.902,64	Ganho
2020	R$ 60.932.284,20	Ganho
2021	R$ 81.938.884,70	Ganho

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas, constata-se que o município de Santa Maria teve **ganho** no ano de 2021.

11.3 Ações e Serviços Públicos de Saúde

A saúde é direito de todos e deverá ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal.

O município deverá aplicar, anualmente, **15%** (quinze por cento), no mínimo, da arrecadação de impostos e transferências nas **ações e serviços públicos de saúde**, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 141/2012, que regulamenta o § 3º do artigo 198 da Constituição Federal e dá outras providências.

11.3.1 Percentual de Aplicação em ASPS

As contas de receita e de despesa necessárias para a apuração do percentual aplicado pelo município em ações e serviços públicos de saúde estão listadas no **Anexo III** da Instrução Normativa TCE/RS n.º **07/2021**.

Quadro 69 – Evolução do Percentual do ASPS no município de Santa Maria (em R$)

ASPS	2017	2018	2019	2020	2021
Receita ASPS	353.309.016,59	387.810.613,24	412.385.470,19	416.370.643,43	507.153.622,33
Aplicação Mínima (15%)	52.996.352,49	58.171.591,99	61.857.820,53	62.455.596,51	76.073.043,35
Aplicação Efetiva	66.892.893,41	72.946.015,59	74.162.516,52	76.115.326,89	91.287.952,90
% Aplicação ASPS	**18,93%**	**18,81%**	**17,98%**	**18,28%**	**18,00%**

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (peça 4081099) (RVE item 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)), constata-se que o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde pelo Poder Executivo de **Santa Maria** no exercício de 2021 **atende** ao disposto no artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012 .

11.4 Operações de Crédito e Despesas de Capital - Regra de Ouro

A regra de ouro é a vedação de o montante das receitas de operações de crédito ser superior ao total das despesas de capital em cada exercício financeiro, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, nos termos do **inciso III** do **artigo 167** da Constituição Federal.

11.4.1 Verificação do Cumprimento da Regra de Ouro

Apenas as operações de crédito que motivaram registros de receita orçamentária no exercício ao qual se refere a lei orçamentária serão consideradas no cálculo para a verificação do

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

cumprimento da regra de ouro.

A partir dos dados extraídos do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas (RVE item 5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício) (peças 4081099 , 4076888 e 4081945), constata-se que as operações de crédito internas e externas atingiram o montante de **R$ 10.262.513,10** e as despesas de capital o de **R$ 70.842.850,27**, no exercício de **2021**.

Conclui-se, portanto, que o somatório dos valores das operações de crédito internas e externas realizadas é inferior em **R$ 60.580.337,17** ao montante total das despesas de capital, restando **atendido** o artigo 167, inciso III, da Constituição Federal.

12 EDUCAÇÃO

12.1 Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

A promoção do bem comum, sem quaisquer formas de discriminação, é objetivo fundamental, disposto no inciso IV do artigo 3º da Constituição Federal.

O conhecimento, o respeito e a valorização, por toda a população, da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena são pontos importantes para a superação do racismo no país.

O estudo desses temas tornou-se obrigatório no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental públicos e privados com o acréscimo, pela Lei Federal n.º 10.639/2003, do artigo 26-A à Lei Federal n.º 9.394/1996, com redação alterada pela Lei Federal n.º 11.645/2008.

Desde então, várias iniciativas foram adotadas, dentre as quais destacam-se:

· O Conselho Nacional de Educação disciplinou essa obrigatoriedade por meio de pareceres e resoluções, entre os quais o Parecer CNE/CP n.º 3/2004 e a Resolução CNE/CP n.º 1/2004 e os Pareceres CNE/CEB n.ºs 2/2007, 6/2011 e 14/2015;

· A obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é matéria reafirmada pelo disposto no artigo 11 da Lei Federal n.º 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial;

· Edição, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, em 2013, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

· A obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena é disciplinada no âmbito do Rio Grande do Sul pelas Leis n.ºs 13.694/2011 e 14.705/2015, que instituem o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e o Plano Estadual de Educação, respectivamente, pelo Decreto n.º 53.817/2017 e pela Resolução do Conselho Estadual de Educação n.º 297/2009.

Para realização da análise deste tema, foram obtidos dados através do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

12.1.1 Previsão Normativa

O município de Santa Maria editou norma específica e vigente disciplinando a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, denotando **cumprimento ao artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996**, como demonstrado no quadro a

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

seguir:

Quadro 70 – Normativas relacionadas

Norma	Proposta por	Peça
Resolução nº 34/2015	Conselho Municipal de Educação	(peça 4500512)

Fonte: Resposta à questão 1.1.1.1 do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

Por sua vez, o Plano Municipal de Educação inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena dentre as metas a serem atingidas, **cumprindo, portanto, o disposto na Lei Estadual n.º 14.705/2015**.

12.1.2 Formação dos Professores

A capacitação dos professores é fundamental para a adequada implementação do ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena nas instituições de educação, pontuada em todos os instrumentos normativos que disciplinam o artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996.

O município de Santa Maria informou que **houve concurso público** para o magistério municipal no exercício de 2021 e, dentre os conteúdos programáticos exigidos no concurso, encontra-se o ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena (peça 4500513) (peça 4500514) .

O Município oportunizou a participação de professores em cursos de formação nas áreas de educação das relações étnico-raciais e ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas durante o exercício de 2021, em **cumprimento** ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996 [1] (peça 4500513) .

Os cursos estão discriminados no quadro seguinte:

Quadro 71 – Cursos de Formação de Professores em 2021

Nome do curso	Instituição que promoveu o curso	Carga horária (em horas)	Quantidade de professores capacitados	Peça
Roda de Conversa	Capacitação	40	552	(peça 4500520) (peça 4500515)

Fonte: Resposta à questão 1.5.2.1 do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

Eventos de formação, em cumprimento ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, foram organizados e realizados pelo próprio ente municipal no ano de 2021, com a assessoria de Instituições públicas de ensino superior, Instituições privadas ou comunitárias de ensino superior, Especialistas acadêmicos das temáticas de histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras externos ao quadro de servidores do município e Especialistas não acadêmicos das temáticas de histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras externos ao quadro de servidores do município (indígenas, quilombolas, representantes do movimento social negro) (peça 4500513) .

Os eventos de formação oferecidos estão discriminados no quadro seguinte:

Quadro 72 – Eventos de Formação em 2021

Nome do Evento	Tipo do Evento	Data de realização	Carga horária (em horas)	Quantidade de professores capacitados	Peça
Roda de Conversa	Capacitação	30062021	40	552	(peça 4500520) (peça 4500515)

Fonte: Resposta à questão 1.5.3.3 do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Notas

1. Importante destacar que não foi avaliada a adequação da carga horária oferecida.

12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

O ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser ministrado em todos os sistemas e níveis de ensino, e no âmbito de todo o currículo escolar, em todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira, nos termos do disposto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas.

Embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o município de Santa Maria informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas municipais.

A justificativa apresentada é a seguinte: *"De acordo com o Plano de estudos e Projeto político Pedagógico - PPP da escola."* (peça 4500513) .

Esses conteúdos são ministrados nas disciplinas de História, Artes, Língua Portuguesa e Geografia (peça 4500513) .

Na rede de ensino municipal, a situação informada pode ser assim resumida:

a) na educação infantil, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais e em todos os anos;

b) no ensino fundamental, os conteúdos são ministrados em todas as escolas municipais e em todos os anos;

c) O Município informou não possuir escolas públicas municipais de ensino médio.

Considerando que o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena deve ser ministrado em todos os sistemas e níveis de ensino, no âmbito de todo o currículo escolar, em todas as disciplinas, áreas do conhecimento ou outra forma de organização curricular de cada escola, a situação descrita **atende parcialmente** ao previsto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas. Recomenda-se ao gestor que envide esforços para a plena implementação das exigências previstas na normativa aplicável.

A secretaria de educação de Santa Maria informou que realizou consultas nas escolas públicas, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, conforme previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual n.º 53.817/2017 (peça 4500513) (peça 4500516) .

Entretanto, **o documento apensando pelo Jurisdicionado não comprova** a informação dada, cabendo ao Gestor esclarecer essa situação.

12.2 Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, conforme disposto no

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Esse dever do Estado com a educação, nos termos do inciso I do artigo 208 da Carta Constitucional, será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade.

A fim de assegurar o direito à educação, a Lei Maior, no § 2º do artigo 208, prevê, ainda, que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Em que pese a assertividade do arcabouço legal pátrio quanto à exigência de universalização do acesso à educação, milhares de crianças e adolescentes brasileiros ainda se encontram à margem do sistema educacional.

De acordo com Nota Técnica emitida em dezembro de 2021 pela organização Todos Pela Educação [1] , com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do 2º trimestre de 2021, houve, entre o segundo trimestre de 2019 e o mesmo período de 2021, aumento de 171,1% na quantidade de crianças e jovens de 06 a 14 anos fora da escola, passando de, aproximadamente, 90 mil em 2019 para, aproximadamente, 244 mil em 2021. Em termos relativos, o percentual de crianças e jovens dessa faixa etária que não estavam frequentando a escola, que era de 0,3% em 2019, atingiu 1,0% em 2021 - a maior taxa observada nos últimos seis anos.

Esses dados, além de demonstrarem os efeitos deletérios da pandemia da Covid-19 nas taxas de atendimento escolar, evidenciam a urgência de medidas contundentes para minimizar prejuízos ao aprendizado e ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes do país.

Para realização da análise do tema busca ativa e enfrentamento à exclusão escolar, foram obtidos dados por meio do Questionário nº 1/2022 - Contas Anuais 2021 - Educação (peça 4500513) .

1. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota . Acesso em: 14 dez. 2021

12.2.1 Processos Estruturados de Busca Ativa

O dever do Estado de garantir educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos de idade é afirmado no inciso I do artigo 208 da Constituição da Federal de 1988. A fim de efetivar essa garantia, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014, em suas três primeiras metas, aborda a universalização da educação básica no país e prevê, entre as estratégias para ampliação do acesso à educação, a realização de busca ativa.

As ações de busca ativa são importantes mecanismos de enfrentamento à exclusão escolar e de concretização do direito fundamental à educação.

A respeito dessa temática, o município de Santa Maria declarou que, em 2021, promoveu processos estruturados de busca ativa mediante programa municipal específico e adesão à Busca Ativa Escolar da Unicef/Undime.

12.2.2 Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)Matrícula

Na busca ativa, diferentemente do que ocorre na demanda manifesta, em que as instituições de ensino são procuradas por pais ou responsáveis que expressam o interesse na matrícula, o Estado atua de ofício para identificar crianças que estão fora da escola. Além de atender a demanda manifesta, os municípios devem realizar esforços para (re)inserir na escola

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1795
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 66
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

crianças e adolescentes cujas famílias ou responsáveis não procuraram a rede de ensino para registrar interesse por vaga.

O município de Santa Maria asseverou que, em 2021, realizou proativamente a identificação de crianças e adolescentes fora da escola, por meio de: visitas a domicílios, via registros estudantis de infrequência ou abandono, por meio de mapeamento de territórios com maior indício de exclusão escolar e ações de comunicação com equipes de campo e comunidade.

Uma vez identificadas situações de exclusão escolar, é fundamental que se proceda com celeridade à (re)matrícula, a fim de prevenir a ocorrência de atraso escolar e de prejuízos ao desenvolvimento dos estudantes.

Acerca desse tema, o Executivo Municipal informou que, uma vez identificada criança/adolescente fora da escola, o Município atua imediatamente para garantir a (re)matrícula.

12.2.3 Monitoramento e Ações Preventivas Para Evitar Abandono ou Evasão Escolares

Conquanto, em razão das particularidades de cada município ou estado, inexista modelo único de combate à exclusão escolar, as estratégias de enfrentamento, a fim de obter resultados efetivos, devem contemplar medidas de monitoramento e ações preventivas para evitar abandono e evasão escolares.

O Município informou que em 2021 monitorou a frequência dos estudantes, a fim de identificar riscos de abandono e de evasão escolares, porém, não controlou as causas do afastamento da escola. Essa omissão representa risco à efetividade das ações de enfrentamento à exclusão escolar.

Esclarece ainda que houve, em 2021, a divulgação de orientações aos profissionais da educação para lidar com a infrequência dos estudantes e a realização de eventos ou cursos de formação na temática do enfrentamento ao abandono e à evasão escolares.

Por fim, o Município declarou que realiza acompanhamento de estudantes (re)inseridos, para garantir que não haja (novo) abandono ou evasão escolar.

12.2.4 Documentação Formal

A elaboração de documento formal em que se definam diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão é importante etapa para implementação da estratégia do município.

A definição de metas, de cronograma, de ações e de procedimentos e a atribuição de responsabilidades contribuem para conferir direcionamento à atuação municipal e racionalidade às ações de enfrentamento à exclusão escolar, o que mitiga o risco de falhas na etapa de execução.

De acordo com os dados informados, o município de Santa Maria, no entanto, não dispõe de documento formal com diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão, o que indica necessidade de aperfeiçoamento da etapa de planejamento da estratégia municipal de enfrentamento à exclusão escolar.

12.2.5 Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos

As causas da exclusão escolar são multidimensionais e envolvem questões que, frequentemente, não estão ao alcance da secretaria de educação, como violência familiar,

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1796
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 67
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

trabalho infantil, falta de acesso a direitos básicos, vulnerabilidade econômica e enfermidades. Por esse motivo, é necessário que haja envolvimento de órgãos/entidades públicos municipais com atribuições variadas e que exista atuação concertada com órgãos públicos de outras esferas de governo.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei Federal n.º 13.005/2014, prevê, nas estratégias 1.15, 2.5 e 3.9, que a busca ativa deve ser realizada em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

Acerca dessa temática, o município de Santa Maria informou que os seguintes órgãos/entidades municipais estão envolvidos na estratégia municipal de combate à exclusão escolar: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Conselho Tutelar.

Ademais, assevera também que atua concertadamente com órgãos públicos de outras esferas, quais sejam: Ministério Público do Estado e Polícias Civil ou Militar.

O Município esclareceu, porém, que não definiu procedimentos visando a garantir o encaminhamento, à rede estadual, das crianças e adolescentes por ele identificados que necessitam de matrícula naquela rede. Essa omissão representa risco à (re)inserção de crianças e adolescentes que se encontram fora da escola e que necessitam de matrícula em dependências administrativas estaduais.

12.2.6 Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar

O enfrentamento à exclusão escolar pressupõe a atuação coordenada de profissionais com atribuições, habilidades e competências diversas. As múltiplas etapas que compõem uma estratégia de enfrentamento efetiva, tais como a identificação de crianças ou adolescentes fora da escola, análise técnica das causas da exclusão, (re)matrícula e acompanhamento para assegurar a permanência, são complexas e demandam, portanto, constituição de equipes multidisciplinares.

Acerca dos recursos humanos destinados ao enfrentamento da exclusão escolar, o município de Santa Maria informou que:

a) dispõe de profissional(is) treinado(s) e incumbido(s) de identificar casos de crianças e adolescentes fora da escola;

b) dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar análise técnica acerca das causas da exclusão escolar, nos casos em que for identificada criança ou adolescente fora da escola;

c) dispõe de responsável(is) por assegurar a interlocução entre os órgãos e setores participantes da estratégia de enfrentamento à exclusão escolar;

d) dispõe de profissional(is) responsável(is) por realizar os encaminhamentos para a (re)inserção e permanência na escola e, quando necessário, para o atendimento nos demais serviços públicos.

A situação descrita indica que o município de Santa Maria dispõe de profissionais com atribuições condizentes com o objetivo de erradicar a exclusão escolar.

13 SAÚDE

13.1 Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

O conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público constitui o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei Federal n.º 8.080/1990 e regulamentado pelo Decreto Federal n.º 7.508/2011.

O planejamento da saúde é obrigatório para os entes públicos e deve ser fruto de uma articulação de tarefas entre as três esferas da federação, cujas diretrizes encontram-se elencadas no artigo 94 da Portaria de Consolidação MS/GM n.º 1/2017, do Ministério da Saúde.

Os principais instrumentos de gestão no âmbito dos municípios são o plano de saúde, as programações anuais e os relatórios de gestão, previstos nos artigos 95 a 99 da portaria citada anteriormente.

13.1.1 Plano Municipal de Saúde

O plano de saúde é o instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas na área da saúde, onde são explicitados os compromissos para o setor e refletidas as necessidades de saúde da população e as suas peculiaridades.

A concepção do plano deve observar o prazo do plano plurianual, definido na lei orgânica do ente federado, uma vez que norteia a elaboração do planejamento e orçamento do governo no campo da saúde.

Por ser estruturante, a não elaboração do plano municipal pode implicar suspensão da transferência (obrigatória) dos recursos referidos no artigo 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal, destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do SUS, conforme previsão contida no artigo 22, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Santa Maria, constata-se a **existência** do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, **aprovado** pelo Conselho Municipal de Saúde **em data posterior** à do encaminhamento do projeto de lei do Plano Plurianual ao Poder Legislativo (peça 4500517) (peça 4500521) (peça 4500538) (peça 4500539) .

13.1.2 Programação Anual da Saúde

A programação anual é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano Municipal de Saúde e tem por objetivo anualizar as suas metas e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

A programação deve ser encaminhada ao respectivo conselho de saúde para aprovação **antes da data** de remessa da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício correspondente. Ou seja, no exercício ora examinado, de 2021, o PAS 2022 deveria ter sido elaborado antes da LDO de 2022.

A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Santa Maria, constata-se a **existência** da programação anual para o ano de 2022, **aprovada** pelo Conselho Municipal de Saúde em **data posterior** à do encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo (peça 4500540) (peça 4500522) (peça 4500539) .

13.1.3 Relatório de Gestão

O relatório de gestão é o instrumento com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da programação anual de saúde e que orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no plano de saúde; deve ser encaminhado ao respectivo conselho de saúde até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo àquela entidade emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

não das normas estatuídas na Lei Complementar Federal n.º 141/2012.

A partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Santa Maria, constata-se a **existência** do relatório de gestão de 2020, **aprovado** pelo Conselho Municipal de Saúde (peça 4500541) (peça 4500542) (peça 4500543) (peça 4500539) .

14 MEIO AMBIENTE

14.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

A Constituição Federal estabeleceu, em seu artigo 225, que compete ao poder público e a toda coletividade defender o meio ambiente de modo que ele possa ser preservado para as presentes e para as futuras gerações. Além disso, para o cumprimento desse dever, o artigo 23 da Constituição Federal repartiu as competências entre os entes da federação, cabendo a cada um deles proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora.

Já a Lei Complementar Federal n.º 140/2011 fixou normas de cooperação entre os entes federados nas ações administrativas relativas à proteção ambiental e combate à poluição. Nessa perspectiva, o município é o ente federativo onde os problemas ambientais estão mais próximos da vida do cidadão, sendo a administração municipal responsável, em grande parte, pela tomada de decisão e execução da gestão ambiental. Para tanto, de acordo com os incisos I a IX do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 140/2011, são ações administrativas dos municípios:

> I - executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente;
>
> II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;
>
> III - formular, executar e fazer cumprir a **Política Municipal de Meio Ambiente**;
>
> IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;
>
> V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
>
> VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;
>
> VII - organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;
>
> VIII - prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;
>
> IX - elaborar o Plano Diretor, observando os **zoneamentos ambientais**;
>
> X - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

> XI - promover e orientar a **educação ambiental** em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;
>
> (grifou-se)

Cabe referir que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é um sistema estabelecido pela Lei Federal n.º 6.938/1981, que dispõe sobre seus fins, mecanismos e instrumentos destinados à preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, no presente tópico são analisadas as políticas ambientais adotadas pelo Município e suas ações estruturantes, em especial quanto às atividades de controle e fiscalização e de licenciamento ambiental.

14.1.1 Políticas Municipais de Meio Ambiente

Questionada se a gestão ambiental é considerada no planejamento das ações do município, a Administração Municipal informou o que segue (peça 4500523) :

a) Ainda **não foi disciplinada formalmente a Política Municipal de Meio Ambiente** do município de Santa Maria, situação que **desatende** a determinação constante no inciso III do art. 9° da Lei Complementar 140/2011;

b) **não há previsão orçamentária** para a concretização das atividades previstas no Plano Municipal de Meio Ambiente e das ações de competência municipal previstas no art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011, o que representa **grave empecilho** ao cumprimento da função municipal de defesa do meio ambiente, de combate à poluição e de preservação da fauna, flora e florestas prevista no art. 23 da Constituição Federal;

c) Em articulação com outros entes federados, o município de Santa Maria **desenvolve ações**, visando à concretização dos objetivos da PNMA (Convênio de delegação de competências para licenciamento ambiental; Acordo de Cooperação da Mata Atlântica e Cooperação dos Cadastros Técnicos e TCFA), em **atenção aos requisitos** dos incisos IV e V, art. 9º da Lei Complementar 140/2011;

d) as informações ambientais são sistematizadas e disponibilizadas pela população (http://pronim.govbrsul.com.br:3055/rcl5/indexme.aspx?1399), **em consonância** com o que estabelecem os incisos VII e VIII, art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011. O Município indicou que são divulgadas as seguintes informações: licenças, formulários, informações diversas, legislação;

e) na Lei Municipal n.º LC 117/2018 são definidas diretrizes de zoneamento ambiental e/ou espaços territoriais a serem protegidos no planejamento do uso e ocupação do solo, conforme incisos IX e X do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011 (peça 4500544) ;

f) de acordo com as informações prestadas, são promovidas ações sistemáticas de educação ambiental pelo Município, como previsto no inciso XI do art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011. Sobre essas ações, foi informado o que segue pelo Município: PROMFEA, Bem-Estar Animal nas Escolas, Educação Ambiental nas escolas, ações no Parque Natural Municipal 4500545)
(https://www.santamaria.rs.gov.br/ambiental/noticias/23857-prefeitura-de-santa-maria-divulga-programacao-alusiva-ao-bemestar-animal-no-municipio).

Diante desse cenário, verifica-se que, embora aspectos ambientais sejam contemplados na gestão municipal de Santa Maria, ainda se encontra **desatendida parte**

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

significativa dos requisitos constantes no artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 140/2011. Impõe-se a **implementação de esforços** visando ao saneamento das deficiências municipais para o cumprimento dos requisitos constantes no art. 9º da Lei Complementar n.º 140/2011.

14.1.2 Estrutura de Licenciamento, Controle e Fiscalização Ambiental

Em alinhamento ao estipulado pela Lei Complementar n.º 140/2011, a Lei Estadual n.º 15.434 de 2020 – Código Estadual de Meio Ambiente – estabelece, em seu art. 67, que compete aos municípios o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto local.

A Resolução Consema n.º 372/2018 estabelece, em seu art. 6º, critérios mínimos para as estruturas municipais de licenciamento e fiscalização ambiental, nos seguintes termos:

> **Art. 6º .** Considera-se órgão ambiental capacitado, para efeitos do disposto nesta Resolução, aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados em meio físico e biótico e em número compatível com a demanda das ações administrativas de licenciamento e fiscalização ambiental de competência do município.
>
> **§ 1º.** Todos os municípios devem possuir em seu quadro no mínimo um licenciador habilitado e um fiscal concursado, designados por portaria, mesmo que o município opte por consórcio.
>
> **§ 2º.** O município dotará o órgão ambiental com equipamentos e os meios necessários para o exercício de suas funções e atribuições.

Estando o Município deficiente quanto à estrutura de licenciamento de atividades de impacto local, é requerida a atuação supletiva do Estado, previsão constante no art. 8º da Resolução Consema 372/2018:

> **Art. 8º.** Os Municípios que não possuam órgão ambiental capacitado ou Conselho Municipal de Meio Ambiente comunicarão tal situação à Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para fins de exercício da competência supletiva prevista no art. 15 da Lei Complementar 140/2011.

Questionado sobre a existência de pendências relativas a descumprimento dos requisitos legais atinentes à estrutura municipal na área de licenciamento, controle e fiscalização ambiental, o jurisdicionado informou o que segue (peça 4500523) :

Não existem pendências do Município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a questões ambientais.

O Município possui unidade administrativa dedicada ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local. Sobre essa unidade, o Município prestou as seguintes informações:

Quadro 73 – Informações do Município

Nome da unidade:	Secretaria de Município de Meio Ambiente
Ato normativo de criação da unidade:	Lei Municipal nº 5769/2013
Número de servidores efetivos:	17

No ano de 2021, a fiscalização ambiental do Município registrou 71 notificações

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

ambientais, principalmente relacionadas a empreendimentos sem licenciamento.

A estrutura conta com responsável técnico habilitado ao licenciamento ambiental de atividades com potencial de impacto local, atendendo ao critério mínimo estabelecido no art. 6º, § 1º da Resolução Consema n.º 372/2018.

Quadro 74 – Lista de licenciador(es) habilitado(s)

Nome	Formação	Cargo/função
Carlos Eduardo Silveira Cezar	Ciências Biológicas	Biólogo
Isabel Camponogara	Geografia	Geógrafa
João Batista Cassol Ferreira	Engenharia Florestal	Engenheiro Florestal
Lucas Henrique da Costa Marinho	Geologia	Geólogo
Luciana Silveira da Rosa	Química Industrial	Química Industrial
Luciane Belmonte Chami	Engenharia Florestal	Engenheira Florestal
Luiz Geraldo Cervi	Engenharia Florestal	Engenheiro Florestal
Luiz Ramirez Bezerra Senna	Ciências Biológicas	Biólogo
Marcos Geovane Berger	Geografia	Geógrafo
Maurício Theodorico Mezzomo	Engenharia Civil	Engenheiro Civil
Ricardo Pallaoro	Engenharia Agronômica	Engenheiro Agrônomo

Fonte: Resposta à questão 2.2.7.1 do Questionário nº 3/2022 - Contas Anuais 2021 - Meio Ambiente.

O Município informou que, no ano de 2021, analisou 302 processos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local.

No mesmo ano, indicou que foram emitidas 249 licenças ambientais.

14.2 Resíduos Sólidos

A Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico, considera que o Saneamento Básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Sobre essas diretrizes, são analisados a seguir os eixos de esgotamento sanitário e de manejo de resíduos sólidos.

14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

A Lei Federal n.º 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico, entre eles o manejo de resíduos sólidos, deverão ser prestados com base nos princípios da

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).

Por sua vez, a Lei Federal n.º 12.305/2010 define gerenciamento de resíduos sólidos como sendo o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da referida legislação. Também define a gestão integrada de resíduos sólidos como o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

A Lei Federal n.º 12.305/2010, em seu artigo 18, determina que:

> A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Já no § 9º do artigo 19, consta que pode ser dispensado da elaboração do PMGIRS o município contemplado por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, desde que exista plano intermunicipal compatível com os requisitos da lei.

Por sua vez, a Lei Federal n.º 11.445/2007, no seu artigo 11, estabelece como condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico a existência de plano de saneamento – o que inclui os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) e limpeza urbana. A lei também condiciona a liberação de recursos da União à existência de planejamento.

Com base nas definições e diretrizes legais, foi encaminhado questionário ao jurisdicionado para obtenção de informações e de dados quanto ao atendimento municipal sobre os seguintes quesitos (peça 4500523) :

a) O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do Município é parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico. As regras para sua implementação e revisões, portanto, vinculam-se também às da peça principal;

b) O Executivo informou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos vigente no Município **NÃO** contempla na íntegra o conteúdo mínimo exigido pelo artigo 19 da Lei Federal n.º 12305/2010 ou, no caso de municípios com menos de 20.000 habitantes, pelo Decreto Federal n.º 7.404/2010 para o caso de um plano simplificado, estando portanto, neste aspecto, **em desacordo com as exigências legais**;

c) As ações, programas e metas propostas no Plano estão sendo implementadas**, mas com atraso em relação aos prazos nele inicialmente previstos**. Desta forma, o Município declara que **não está cumprindo integralmente** com o que determina o inciso XIX do artigo 19 da Lei Federal n.º 12.305/2010, alterado e incluído pela Lei Federal n.º 14.026/2020, e deve envidar esforços no sentido de recuperar a cronologia prevista no Plano de forma a evitar que, em exercícios futuros, a reincidência possa converter o presente alerta em falha a ser considerada no relatório de contas anuais;

d) Ainda não transcorreu o prazo para a primeira revisão periódica do Plano. Desta forma, o Município declara que **está cumprindo** com o que determina o inciso XIX do artigo 19 da Lei Federal n.º 12.305/2010, alterado e incluído pela Lei Federal n.º 14.026/2020.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

14.2.2 Destinação Final Ambientalmente Adequada

A destinação final ambientalmente adequada é priorizada pela Lei Federal n.º 12.305/2010. A responsabilidade pela destinação final inadequada recai sobre o município e sobre o proprietário da área, de acordo com o artigo 225, § 3º, da Constituição Federal. Já a destinação de resíduos em lixões é tipificada pela Lei Federal n.º 9.605/1998, artigo 54, como crime ambiental.

A existência de estação de transbordo, por sua vez, representa uma operação que, em função da distância do destino final e da quantidade de resíduos, pode se impor em razão da economicidade dos serviços de coleta e transporte de RSU.

Sobre a disposição final dos resíduos do Município, o jurisdicionado informou que **é feita em aterro sanitário regularmente licenciado**, conforme licença ambiental n.º 07449, emitida pela FEPAM (peça 4500546) .

14.2.3 Sustentabilidade Econômica da Prestação de Serviços

De acordo com a Lei Federal n.º 11.445/2007, artigo 2º, inciso VII, a prestação dos serviços públicos de saneamento básico deve observar os princípios de eficiência e sustentabilidade econômica. Em seu artigo 29, a referida lei determina que os serviços públicos de saneamento básico terão sua sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços e, quando necessário, por meio de subsídios ou subvenções. O § 2º do artigo 35 especifica que a não proposição de instrumento de cobrança pelo titular dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nos termos estabelecidos no mesmo artigo configura renúncia de receita a partir de julho de 2021. Dados os obstáculos e dificuldades reais que se impõem ao gestor no objetivo de sustentabilidade econômica dos serviços de saneamento, situação postulada no artigo 22 da LINDB, a ausência de instrumento de cobrança compatível com as despesas dos serviços de saneamento será caracterizada como renúncia de receita a partir de janeiro de 2022.

Sobre a sustentabilidade econômica da prestação desse tipo de serviço, foi informado o que segue pelo jurisdicionado (peça 4500523) :

a) O Município **possui um sistema de cobrança** dos serviços de manejo de RSU cuja arrecadação não garante a sustentabilidade da prestação dos serviços, sendo necessário aporte complementar de recursos municipais;

b) A cobrança é disciplinada pela Lei Complementar n° 002/2001 (peça 4500524) e se dá por meio de taxa específica cobrada junto com o carnê do IPTU. Neste sentido, o jurisdicionado informa que, no ano em análise arrecadou R$ 11.901.639,89, valor insuficiente para cobrir uma despesa, no mesmo período, de R$ 21.864.465,26.

Nesta condição, a sustentabilidade econômica da prestação dos serviços de manejo de RSU não está garantida, em dissonância com o princípio da sustentabilidade esculpido no inciso VII do artigo 2º e no artigo 29 da Lei Federal n.º 11.445/2007.

Recomenda-se ao gestor buscar o alinhamento entre as receitas e as despesas relacionadas a esses serviços de forma a atender os ditames da legislação vigente.

14.2.4 Abrangência da Prestação de Serviços no Território

A Lei Federal n.º 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico, entre

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1804
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 75
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

eles o manejo de resíduos sólidos, deverão ser prestados com base em princípios da universalização e da integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II). Já a Lei Federal n.º 12.305/2010 estabelece a responsabilidade do poder público municipal pela organização e prestação dos serviços de manejo de RSU e de limpeza urbana.

Conforme informado pela Auditada, na área urbana do Município a coleta de resíduos sólidos domiciliares atende a 100% da população. Já na área rural do Município, a coleta de resíduos sólidos domiciliares atende a 16% da população.

A partir dos dados apresentados, constata-se que a universalização e a integralidade de acesso da população aos serviços de coleta de RSU **ainda não foram atendidas**. Entretanto, a universalização ao acesso da população aos serviços de saneamento básico deve se dar de forma progressiva, conforme definição do Decreto Federal nº 7.217/2010 (art. 2º, XII). Dessa forma, sugere-se ao gestor que envide esforços para atendimento dos referidos princípios.

14.2.5 Coleta Seletiva e Participação Comunitária

A Lei Federal n.º 12.305/2010, em seu artigo 6º, discorre sobre os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com destaque ao reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania (inciso VIII). Já no artigo 7º, são descritos os objetivos da PNRS, tais como o incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (inciso VI), e a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (inciso XII).

Para atendimento legal do princípio e dos objetivos citados, são previstos como instrumentos da PNRS:

> Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:
>
> [...]
>
> III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
>
> [...]
>
> IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

A implantação de coleta seletiva com a participação de cooperativas ou associações é requisito para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros da União:

> Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.
>
> § 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

> [...]
>
> II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Questionada se realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos, a Prefeitura Municipal informou o que segue (peça 4500523) :

A coleta seletiva é provida para parte da área urbana municipal, consolidando que o Município **atende parcialmente** ao que determinam os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que diz respeito à implantação da coleta seletiva. Nessa condição, é desejável que o Município apresente avanço nos relatórios posteriores em relação aos percentuais atuais, até que atinja a condição ideal, de 100% de cobertura para a coleta na área urbana.

14.2.6 Gestão de Resíduos na Construção Civil

De acordo com a Resolução n.º 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), compete ao município definir as diretrizes técnicas e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores e para os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil a serem elaborados pelos grandes geradores. Ainda, compete ao município licenciar áreas para a destinação de resíduos da construção civil.

Tendo em vista a orientação do CONAMA, o jurisdicionado foi questionado sobre a existência de diretrizes, no planejamento municipal, que orientem sobre os procedimentos a serem adotados pelos grandes e pequenos geradores de resíduos da construção civil, com previsão de alternativa de destinação final para pequenos geradores de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) (peça 4500523) .

Foi informado que as diretrizes municipais de gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição (RCD) **atendem ao estabelecido** na Resolução CONAMA n.º 307/2002, orientando sobre os procedimentos e responsabilidades de pequenos e grandes geradores de RCD.

14.3 Esgoto Sanitário

A Lei n.º 11.445/2007, recentemente alterada pela Lei 14.026/2020, demandou a estruturação do planejamento em todas as instâncias federadas, a partir do que foi estruturado o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plansab. O Plansab (2013) definiu metas de curto, médio e longo prazo, visando à universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário em um horizonte de 20 anos, então projetado para 2033.

Em nova redação dada à Lei 11.445/2007, a Lei 14.026/2020 reeditou as obrigações do titular dos serviços de saneamento:

> Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:
>
> I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1806
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 77
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

> II - prestar diretamente os serviços, ou conceder a prestação deles, e definir, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> III - definir os parâmetros a serem adotados para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> IV - estabelecer os direitos e os deveres dos usuários; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> V - estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social, observado o disposto no inciso IV do **caput** do art. 3º desta Lei; (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> VI - implementar sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; e (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nas hipóteses e nas condições previstas na legislação e nos contratos. (Redação pela Lei n.º 14.026, de 2020)
>
> Parágrafo único. No exercício das atividades a que se refere o caput deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores dos serviços. (Incluído pela Lei n.º 14.026, de 2020)

Além dessas alterações, visando à universalização do acesso ao saneamento, foram reforçadas as exigências aos municípios sobre: a proibição de contratos de programa; a necessidade de contratualização precedida de licitação; de que os contratos incluam metas; a obrigatoriedade da regulação, independentemente do tipo de prestação; condicionantes impondo a sustentabilidade econômica dos serviços.

14.3.1 Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento do Esgoto

O artigo 9º, inciso II, da Lei Federal n.º 11.445/2007 estabelece que o titular dos serviços de saneamento deverá prestar o serviço diretamente (por execução direta ou indireta) ou conceder a prestação, definindo, em ambos os casos, a entidade responsável pela regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

No caso da prestação se dar por entidade que não integre a administração do titular, a prestação dependerá da celebração de contrato de concessão mediante prévia licitação, vedada a sua disciplina mediante contratos de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária (artigo 10 da Lei Federal n.º 11.445/2007, atualizado pela Lei 14.026/2020). Ressalva-se que os contratos de programa em vigor são válidos até o advento do termo contratual.

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

De acordo com o artigo 3º-B da Lei 11.445/2007, são serviços públicos de esgotamento sanitário a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de esgotos sanitários e lodos de tratamento oriundos das unidades de tratamento coletivas ou individuais, incluídas fossas sépticas.

Questionado sobre como são prestados os serviços públicos de esgotamento sanitário no Município, o jurisdicionado respondeu o que segue (peça 4500523) :

No Município, o serviço de esgotamento sanitário é prestado pela CORSAN.

De acordo com informações prestadas, o contrato com a CORSAN está vigente até a data de 16/07/2053 (peça 4500547) . Após essa data, nos termos do artigo 10 da Lei 11.445/2007, uma nova contratação deverá ser precedida de procedimento licitatório.

14.3.2 Plano Municipal de Saneamento

O artigo 9º da Lei 11.445/2007 estabelece como responsabilidade do titular dos serviços de saneamento a formulação da Política Pública de Saneamento Básico, para o que é requerido o Plano Municipal de Saneamento Básico. Nos artigos 19 e 22 da mesma lei, a prestação e a regulação da prestação dos serviços de saneamento devem observar o planejamento, mesmo quando se tratar de prestação direta. Ainda, de acordo com o artigo 11, a existência do plano de saneamento é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico.

De acordo com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal n.º 10.203/2020, após 31-12-2022 a existência de Plano de Saneamento Básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso aos recursos orçamentários da União ou aos recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

O mesmo documento é de envio obrigatório a este Tribunal de Contas por ocasião da entrega da prestação de contas anual, disciplinada pela Resolução TCE/RS n.º 1.134/2020, conforme artigo 2º, inciso IV, alínea “p”.

Com base nos documentos entregues na prestação de contas anual do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se a **existência do Plano Municipal de Saneamento Básico** (peça 4160626).

De acordo com o artigo 25, inciso II, do Decreto Federal n.º 7.217/2010, o Plano Municipal de Saneamento Básico deve abranger metas de curto, médio e longo prazos visando à universalização dos serviços de saneamento em 2033, entendida como a ampliação progressiva dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários de forma a alcançar 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. Haverá atendimento adequado do serviço de saneamento quando o esgoto sanitário for coletado e tratado.

Quando questionado sobre a existência de metas que visem à universalização da coleta e tratamento de esgotos sanitários, o jurisdicionado informou que o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município estabelece tais metas e que o percentual de atingimento da meta de curto prazo, para o ano de 2021, foi de 64%.

14.3.3 Estruturas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários

A Lei Federal n.º 11.445/2007 define que os serviços de saneamento básico deverão ser prestados com base em princípios de universalização e integralidade de acesso da população (artigo 2º, incisos I e II).

No que diz respeito ao sistema público de esgotamento sanitário na zona urbana, foi

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

informada a seguinte composição das soluções no Município (peça 4500523) :

- Soluções individuais do tipo fossa séptica, filtro e sumidouro sem conexão com a rede de coleta (cloacal ou mista): não há registro do percentual da população.

- Soluções individuais (fossa séptica, filtro e sumidouro) com conexão com a rede de coleta (cloacal ou mista): não há registro do percentual da população.

- Rede coletora tipo separador absoluto: não há registro do percentual da população.

- Tratamento de esgoto que, coletado, é conduzido a uma estação de tratamento: 64% dos esgotos coletados são tratados.

14.3.4 Sustentabilidade Econômico-Financeira

A Lei Federal n.º 11.445/2007 determina, em seu artigo 29, que os serviços públicos de saneamento terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, tendo em vista a universalização do acesso. No caso de esgotamento sanitário, a universalização considera a ampliação progressiva do acesso (artigo 3º, III) de forma que 90% dos domicílios ocupados recebam atendimento adequado até 2033 (artigo 11-B), sendo admitidas soluções individuais desde que observadas as normas técnicas aplicáveis (artigo 45, § 1º).

Ainda sobre a sustentabilidade dos serviços de saneamento, o artigo 45, § 4º, estabelece que, quando disponibilizada rede pública de esgotamento sanitário, o usuário estará sujeito aos pagamentos dos serviços ainda que sua edificação não esteja conectada à rede pública.

Questionado sobre a sustentabilidade dos serviços de esgotamento sanitário, o Município informou que instituiu a cobrança pelos serviços de esgotamento sanitário (peça 4500523) , os quais são remunerados de forma a garantir a sustentabilidade da prestação e dos investimentos visando à universalização do acesso em 2033, considerando o atendimento adequado para 90% dos domicílios, o que atende ao critério de sustentabilidade previsto no artigo 29 da Lei 11.445 de 2007.

14.3.5 Regulação dos Serviços de Saneamento

De acordo com o artigo 8, § 5º, e o artigo 9º, II, da Lei 11.445 de 2007, o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de saneamento independentemente da modalidade de sua prestação, sejam os serviços prestados diretamente ou por terceiros. Ainda, o artigo 11º, III, da mesma lei estabelece como condição de validade dos contratos de prestação dos serviços de saneamento a designação de entidade de regulação e fiscalização. E, na ausência de redes públicas de saneamento básico, o artigo 45, § 1º da Lei 11.445 de 2007 estabelece que deverão ser observadas normas editadas pela entidade reguladora.

Questionado sobre o estabelecimento de convênio com entidade de regulação dos serviços de esgotamento sanitário, o Município informou possuir convênio com a entidade AGERGS, responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de esgotamento sanitário (peça 4500548) , o que atende aos critérios estabelecidos na Lei n.º 11.445 de 2007 (peça 4500523) .

15 QUADRO RESUMO

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
SUPERVISÃO DE AUDITORIA E INSTRUÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS II
SERVIÇO REGIONAL DE AUDITORIA DE SANTA MARIA
Proc. Nº 001216-0200/21-4 - PM DE SANTA MARIA

EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA MARIA - 2021				
Perfil Municipal				
População estimada	285.159			
COREDE	Central			
Associação de Municípios	AMCENTRO			
Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 - R$ mil	R$ 8.766.854,55			
PIB per capita	R$ 31.074,58			
Remessas				
RGF	Atendimento Parcial dos Prazos			
MCI	Atendimento Parcial dos Prazos			
RVE	Atendimento Parcial dos Prazos			
BLM	Atendimento dos Prazos			
Prestação de Contas	Atendimento dos Prazos			
Licitacon	Atendimento Parcial dos Prazos			
Questionários	Atendimento dos Prazos			
Sistema de Controle Interno				
Legislação Municipal	Atendido Parcialmente			
Atendimento das Recomendações da Unidade Central de Controle Interno	Atendido Parcialmente			
Gestão Orçamentária				
Resultado Orçamentário - R$ mil	Superavit orçamentário de R$ 32.865,22			
Índice de Modificação Orçamentária	59,03%			
Receitas Orçamentárias - R$ mil	Superestimada em R$ 57.455,81			
Estimativa Receitas Orçamentárias 2022	Crescimento de 5,54%			
Composição Receitas Orçamentárias Arrecadadas	97,55% de receitas correntes e 2,45% de receitas de capital			
Receitas Orçamentárias per capita	R$ 2.535,10			
Receitas Correntes	Excesso de Arrecadação de R$ 115.348.563,54			
Estimativa Receitas Correntes 2022	Redução de 0,16% em comparação com 2021			
Receitas Correntes per capita	R$ 2.472,88			
Origem Receitas Correntes	Arrecadação própria 38,27% | Transferências 61,73%			
Despesas Orçamentárias	Superestimada em R$ 202.560,82			
Gestão Fiscal				
RCL	R$ 703.721.386,52	Queda de 8,62%		
Despesa com Pessoal	R$ 359.611.592,68	Aumento de 3,55%	**Apuração ano**	**Limite / RCL**
			51,10%	54%
DCL	R$ 0,00	-	0,00%	120%
Operações de Crédito - Internas e Externas	R$ 5.762.513,10	-	0,82%	16%
Operações de Crédito - Antecipação de Receita Orçamentária	R$ 0,00	-	0,00%	7%
Valores Restituíveis	Suficiência			
Equilíbrio Financeiro	-	Suficiência		
Publicação RGF	Atendimento dos Prazos			
Publicação RREO	Atendimento dos Prazos			
Audiências Públicas	Atendimento dos Prazos			
Gestão Patrimonial				
Situação Financeira	4,85	Recomendável: > 1		
Liquidez Corrente	8,16	Recomendável: > 1		
Liquidez Geral	2,79	Recomendável: > 1		

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Solvência	5,84	Recomendável: > 1
Endividamento Geral	0,17	Recomendável: < 0,5
Composição do Endividamento	0,33	Recomendável: < 0,5
Resultado das Variações Patrimoniais	1,15	Recomendável: > 1

RPPS		
Certificado de Regularidade Previdenciária		Atendido
Tempestividade do envio do DRAA com informações sobre a avaliação atuarial		Atendido
Resultado Atuarial	Ativo Total	R$ 270.797.882,98
	Valor do Passivo Atuarial	R$ 2.634.431.251,89
	Resultado Atuarial sem plano de amortização	-R$ 2.363.633.368,91
	Evolução desde o último exercício	Apresenta deficit atuarial crescente
	Valor Atual do Plano de Amortização do Deficit Atuarial estabelecido em lei	R$ 2.400.702.711,38
	Resultado Atuarial após plano de amortização	R$ 37.069.342,47

Índices Constitucionais		
MDE	25,24%	Mínimo: 25%
ASPS	18,00%	Mínimo: 15%
FUNDEB	81,00%	Mínimo: 70%
Regra de Ouro	Atendida	

Transparência	
Lei da Transparência Fiscal	Atendida
Lei de Acesso à Informação	Não Atendida
Lei das Ouvidorias	Atendida
Lei de Enfrentamento à COVID	Atendida
Vacinação contra COVID-19	Atendida

Educação	
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Previsão Normativa	Atendido
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Formação dos Professores	Conteúdo exigido no último concurso para o magistério municipal; Professores capacitados para o cumprimento do Art. 26-A da LDBEN
Art. 26A - Lei de Diretrizes e Base. Abrangência do Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena	Implantou o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena; Elaborou relatórios anuais
Busca Ativa - Processos Estruturados	Promove
Busca Ativa - Identificação de Crianças e Adolescentes Fora da Escola e (Re)matrícula	Realiza
Busca Ativa - Monitoramento e Ações Preventivas para Evitar Abandono e Evasão Escolar	Realiza monitoramento
Busca Ativa - Documentação Formal	Não possui documento formal definindo diretrizes para Busca Ativa.
Busca Ativa - Intersetorialidade e Coordenação entre Entes Federativos	Atua concertadamente com órgãos de outras esferas de governo
Busca Ativa - Profissionais Envolvidos no Enfrentamento à Exclusão Escolar	Dispõe de profissional(is) responsável(is)

Saúde	
Plano Municipal de Saúde 2022-2025	Aprovado.
Programação Anual de Saúde	Aprovada.
Relatório Anual de Saúde	Aprovado.

Gestão Ambiental	
Política Municipal de Meio Ambiente ou equivalente, constituída formalmente	Não

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Página 1811
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 82
Peça 4500549
DOCUMENTO PÚBLICO

Situação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	O plano foi concebido como parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico
Situação da disposição final ambientalmente adequada	Aterro sanitário, regularmente licenciado
Cobrança pelos serviços de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos	Sim
Realização de coleta seletiva de recicláveis	Sim, parcialmente
Município possui Plano Municipal de Saneamento Básico	Sim
Instituição de cobrança pelos serviços de esgotamento	Houve a instituição
Regulação dos serviços de saneamento sanitário	Há definição de entidade responsável pela regulação e fiscalização

16 CONCLUSÃO

Diante das irregularidades verificadas no presente relatório, resume-se no quadro a seguir aquelas passíveis de serem esclarecidas pelo(s) gestor(es):

Cargo	Nome	Item de responsabilização
Prefeito	Jorge Cladistone Pozzobom	4.1.4
		4.1.6
		5.2.1
		9.1.2
		12.1.3
		14.2.1

Assinado digitalmente por: Alex Mateus Ferigolo em 20/07/22, Fabrício Machado Ratkiewicz em 20/07/22 e Carolina Costa Pires Trindade em 22/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.0C7C.4107.AB07.30FA.C7EE.

Senhor(a) Supervisor(a): Esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 25/07/2022.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Marco Antonio Krachefski Teixeira em 25/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.95CA.8DC6.C169.3922.4D18.

O processo está em condições de seguir seu trâmite.

Em 25/07/2022.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Juliana Baum Vivian em 25/07/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8DAE.99AE.E5E5.C41B.CD82.

Processo:	001216-0200/21-4
Órgão:	PM DE SANTA MARIA
Matéria:	Contas Anuais
Exercício:	2021

Nos termos da Resolução nº 1.028/2015, Regimento Interno deste Tribunal de Contas, artigo 12, inciso IV, determino a citação do Sr. Jorge Cladistone Pozzobom, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, preste esclarecimentos sobre o conteúdo das peças 4500549 - Relatório de Auditoria, juntando a documentação comprobatória que considerar pertinente.

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do Regimento Interno desta Corte.

Assinado digitalmente pelo Relator.

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 03/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.A42B.A9D3.D1CF.F67D.FDD0.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Jorge Cladistone Pozzobom

Processo: 001216-0200/21-4
Órgão: PM DE SANTA MARIA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: Estilac Martins Rodrigues Xavier
Data decisão: 03/08/2022
Decisão: Apresentar esclarecimentos.
peças 4516374, 4500549
Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 15/08/2022, no Boletim nº 966/2022, considera-se publicado na data de 16/08/2022.

Porto Alegre, 15 de agosto de 2022.

ROBERTA SCHNEIDERS DA SILVA
Oficial de Controle Externo

Assinado digitalmente por: Roberta Schneiders da Silva em 15/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C5F2.13CF.26D7.E580.57DB.

Intimações

De: Intimações
Enviado em: segunda-feira, 15 de agosto de 2022 14:28
Para: 'controladoriageral.pmsm@gmail.com'
Assunto: TCE/RS - Citação/Intimação - Processo nº 1216-0200/21-4 - PM de Santa Maria - Jorge Cladistone Pozzobom

Prioridade: Alta

Senhor(a) Gestor(a) ou Procurador(a):

Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do(a) Exmo(a). Sr(a). Conselheiro(a)-Relator(a), nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. Citado e/ou Intimado(a) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado nos autos.

O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do site do TCE (www.tce.rs.gov.br). As orientações poderão ser encontradas, na guia ***Para o Fiscalizado → Processo Eletrônico → Orientações de uso → Instruções para envio de esclarecimentos***.

Comunico -lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (www.tce.rs.gov.br), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada em: ***Para o Fiscalizado → Consulta Processual e Geração de Guias***.

Solicitamos retornar este e-mail com a confirmação de recebimento identificada.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388
Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS
Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869
Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00
Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: Roberta Schneiders da Silva em 15/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.FCA1.1355.1F41.B656.3748.

Intimações

De: Controladoria Geral PMSM <controladoriageral.pmsm@gmail.com>
Enviado em: terça-feira, 16 de agosto de 2022 09:03
Para: Intimações
Assunto: Re: TCE/RS - Citação/Intimação - Processo nº 1216-0200/21-4 - PM de Santa Maria - Jorge Cladistone Pozzobom

Bom dia,
acuso recebimento.

Mayara Biondo Brasil
Controladora Adjunta

Carolina Salbego Lisowski
Controladora Geral



Favor dar recebimento

Em seg., 15 de ago. de 2022 às 14:27, Intimações <intimacoes@tce.rs.gov.br> escreveu:

> Senhor(a) Gestor(a) ou Procurador(a):
>
> Nos termos do artigo 117, § 3º, c/c o artigo 12, inciso IV e V e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, e, ainda, c/c o art. 3º da Resolução nº 1125/2020 deste TCE, considerando a determinação do(a) Exmo(a). Sr(a). Conselheiro(a)-Relator(a), nos autos do processo em epígrafe, fica V. Exa. Citado e/ou Intimado(a) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado nos autos.
>
> O envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do site do TCE (**www.tce.rs.gov.br**). As orientações poderão ser encontradas, na guia ***Para o Fiscalizado → Processo Eletrônico → Orientações de uso → Instruções para envio de esclarecimentos***.
>
> Comunico -lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site (**www.tce.rs.gov.br**), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada em: ***Para o Fiscalizado → Consulta Processual e Geração de Guias***.

Assinado digitalmente por: Eduardo Krás Borges Barth em 16/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E900.26DA.A3EC.17A7.5F98.

Solicitamos retornar este e-mail com a confirmação de recebimento identificada.

Atenciosamente,

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Palácio Flores da Cunha - Rua Sete de Setembro, 388

Centro Histórico - CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Gabinete Das Cidades e atendimento ao público (51) 3214-9869

Fax PROTOCOLO: (51) 3214-9797 - Ouvidoria 0800-541 98 00

Horário de Atendimento: das 10h às 18h

Assinado digitalmente por: Eduardo Krás Borges Barth em 16/08/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E900.26DA.A3EC.17A7.5F98.

ILUSTRÍSSIMO SR. CONSELHEIRO ESTILAC XAVIER

CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E RELATOR DO PROCESSO N° 001216-0200/21-4

OBJETO: ESCLARECIMENTOS

ASSUNTO: ANÁLISE DAS CONTAS ANUAIS

PROCESSO: 001216-0200/21-4

UNIDADE AUDITADA: Executivo Municipal

JORGE POZZOBOM, Prefeito Municipal de Santa Maria, vem perante V. Senhoria, nos autos do processo em epígrafe que trata da avaliação da Gestão Fiscal do Executivo referente ao encerramento do exercício financeiro de 2021, apresentar, nos termos da **Resolução nº 1028/2015** deste E. Tribunal de Contas, **ESCLARECIMENTOS** pelos fundamentos de fato e de direito que passam a expor:

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E DA TEMPESTIVIDADE DA DEFESA

Atendendo ao disposto no art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), e ao art. 5º, inciso XVI do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado – RITCE, Resolução TCE/RS nº 1028/2015, foi realizada auditoria no Município de Santa Maria para avaliação da Gestão Fiscal do Executivo referente ao encerramento do exercício financeiro de 2021.

A autoridade responsável em exercício no período examinado era o Gestor *Jorge Pozzobom* e, conforme restará comprovado pela documentação acostada, não há qualquer demanda que tenha ensejado danos ou lesões ao erário, tampouco à boa administração pública.

Ainda, desde já, alude-se ao disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a qual expressamente assegura ao gestor que, na avaliação de suas contas pelos

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

órgãos de controle, deve-se levar em conta as condições de produção de cada decisão e atos administrativos, a fim de considerar esse contexto, na avaliação do ato, senão vejamos:

> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os **obstáculos e as dificuldades reais do gestor** e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
>
> § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, **serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente**. (sem grifos nos originais)

Veja-se, nesse sentido, que o caput e o parágrafo primeiro, acima colacionados, devem ser lidos conjuntamente e, nesse sentido, impõe ao exercício de controle, uma contextualização no manejo das normas de direito público, como um todo. Em ambas as previsões a norma impõe uma tenção às circunstancias dos casos concretos, de modo a evitar, de forma clara, que os dispositivos legais sejam aplicados/imputados de forma indiferente às condições relevantes que compõe a realização de cada ato administrativo.

Importante destacar que isso, em nada, afasta a responsabilidade e o estrito cumprimento do dever legal por parte do gestor, mas sim, o que o aparato normativo apresenta ao órgão de controle é que se leve em conta eventuais situações que limitaram as escolhas ou possibilidades do gestor, diante de algum caso concreto.

Assim sendo, desde já alude-se ao referido disposto legal, para que ele seja, de pronto, levado em conta no acolhimento dos esclarecimentos técnicos remetidos a essa E. Corte de Contas.

Ainda, cumpre destacar que os presentes esclarecimentos estão sendo acostados tempestivamente, à luz do disposto na Certidão de Disponibilização Oficial (Peça nº 4578966)

Por fim, desde já se verifica que o relatório apresentado pelos Auditores destacou poucas inconformidades, todas passíveis de esclarecimentos pelo Chefe do Executivo Municipal, informações estas que seguem, de forma suficiente e embasada. Assim, entendendo serem cabíveis os devidos esclarecimentos para tais pontos, o Gestor passa a se manifestar conforme os termos que seguem:

2. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS MEDIDAS SANEADORAS EM RELAÇÃO AOS APONTAMENTOS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

4.1.4 Análise da Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro do Processo

Os auditores registraram que não houve atendimento integral da Resolução TCE/RS 1.134/2020, relativo a ausência da análise e parecer conclusivo do Conselho Municipal de Saúde dentro do prazo estabelecido pela referida Resolução.

Reforçamos que a Secretaria de Saúde tem prazo para entrega da prestação de contas do exercício que se encerra no dia 30 de março do ano subsequente, regra estabelecida pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, fator que impossibilita que o documento seja acostado no momento estabelecido pela Resolução do TCE/RS, mas que, como se verifica, atende ao disposto na legislação, portanto, não configura qualquer ilegalidade.

Quanto à ausência de parecer conclusivo e aprovação do Plano Plurianual, informamos que foi acostado à Prestação de Contas o Plano Municipal de Saúde, para os anos de 2018 e 2021. Em anexo, estão as resoluções de aprovação e aprovação da alteração do PMS, devidamente aprovados e firmados pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde, conforme exigência, mais uma vez, sem representar qualquer dano ou inconsistência na atuação do Executivo ou de seus órgãos.

Deste modo, sanada a ausência do documento evidenciado, este apontamento não merece prosperar, uma vez que se trata de ponto totalmente saneado.

4.1.6 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)

A auditoria externa indicou, no relatório de contas em análise, que o Município registrou com atraso alguns eventos no sistema de controle externo de licitações e contratos, no exercício de 2021.

Refere-se que a pasta responsável pela inserção de documentos e informações no referido sistema é a Secretaria de Município de Finanças, a qual apresentou justificativas para cada evento relacionado em atraso, conforme se pode verificar nos documentos anexos. Ressaltamos que o setor responsável pela inserção das informações já efetivou aprimoramento de seus procedimentos, com vistas a evitar que os procedimentos de inserção ocorram fora do prazo.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

Assim, além de serem plenamente compreensíveis, posto que se tratam de questões operacionais – deve-se destacar que a data de informação no sistema em nada prejudicou ou lesou a transparência ou a integridade dos serviços públicos e das informações prestadas, até mesmo por terem se tratado de situações excepcionais, momentâneas e pontuais nas quais se verificou tal ocorrência, sem que isso, reitera-se, represente qualquer ofensa à ordem pública, que mereça sanção.

5.2.1 Legislação Municipal

Neste item, o apontamento se deu no sentido de que não há previsão legal para que a UCCI acompanhe processos de Tomadas de Contas Especiais. Ora, com toda vênia ao apontamento, destaca-se que legislação do Controle Interno é clara ao dispor sobre o acompanhamento interno de processo e, ainda, ao envio de possíveis irregularidade a essa Corte de Conta. Muito embora não haja determinação expressa que use – nominalmente, a atribuição de "acompanhar o processamento das tomadas de contas especiais", torna-se evidente que isso acontece, aliás, como uma das principais funções do órgão de controle interno.

Veja-se, ainda, que não há uma determinação legal que obrigue o Município a ter tal expressão assim contida em sua legislação. O que há, sim, (e de fato acontece) é o dever de acompanhamento, por vários procedimentos, da atuação do gestor, inclusive acompanhando as tomadas de contas. Assim, afirma-se que **essa atividade é plenamente realizada pela Unidade**, mesmo que ainda não tombada, formalmente, com esta designação indicada pelos auditores. Os procedimentos de Diligência, Relatórios de Acompanhamento e Relatórios Conclusivos exarados – em grande volume - pelo Controle Interno, por exemplo, **são instrumentos que materializam os acompanhamentos e as esteiras de auditoria realizadas pela Unidade** e que **dão conta**, de forma muita satisfatória, de acompanhar Tomadas de Contas Especiais, processos, atos e questões orçamentárias, junto ao Executivo Municipal e à administração indireta.

Contudo, considerando este apontamento e no intuito de aprimorar os procedimentos, tendo-se tomado ciência desta orientação da Corte de Contas, acostamos minuta de alteração do Regimento Interno da Controladoria Geral do Município que está em trâmite, a qual, em relação ao Controle Interno, entre outras atualizações, propõe a formalizar, na legislação, dessa atribuição.

Assim, pelo exposto, destaca-se que, embora tal ausência tenha sido apontada como uma inconsistência, deve-se compreender que **não há nenhuma ilegalidade** ou inadequação na atuação do órgão que, em momento algum, afasta-se ou omite-se de seu papel técnico de auditoria

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

e controle, atuação essa que, de fato, é o mais relevante a ser considerado, uma vez que existe e é efetiva.

Reitera-se: haverá modificação normativa interna que expresse, como orienta este Tribunal, o acompanhamento de tomada de Contas Especiais, contudo, desde já, esclarece-se que esta atuação está satisfatoriamente compreendida nas demais atribuições previstas à SCI, tanto assim o é que se trata de trabalho amplamente desenvolvido pelo órgão, sempre que isso se impõe.

Desta forma, acolhe-se a indicação do TCE como medida de aprimoramento dos trabalhos, mas entende-se que não há o que ser apontado, tampouco sancionado como irregularidade neste quesito.

9.1.2 Pesquisa do Acesso à Informação

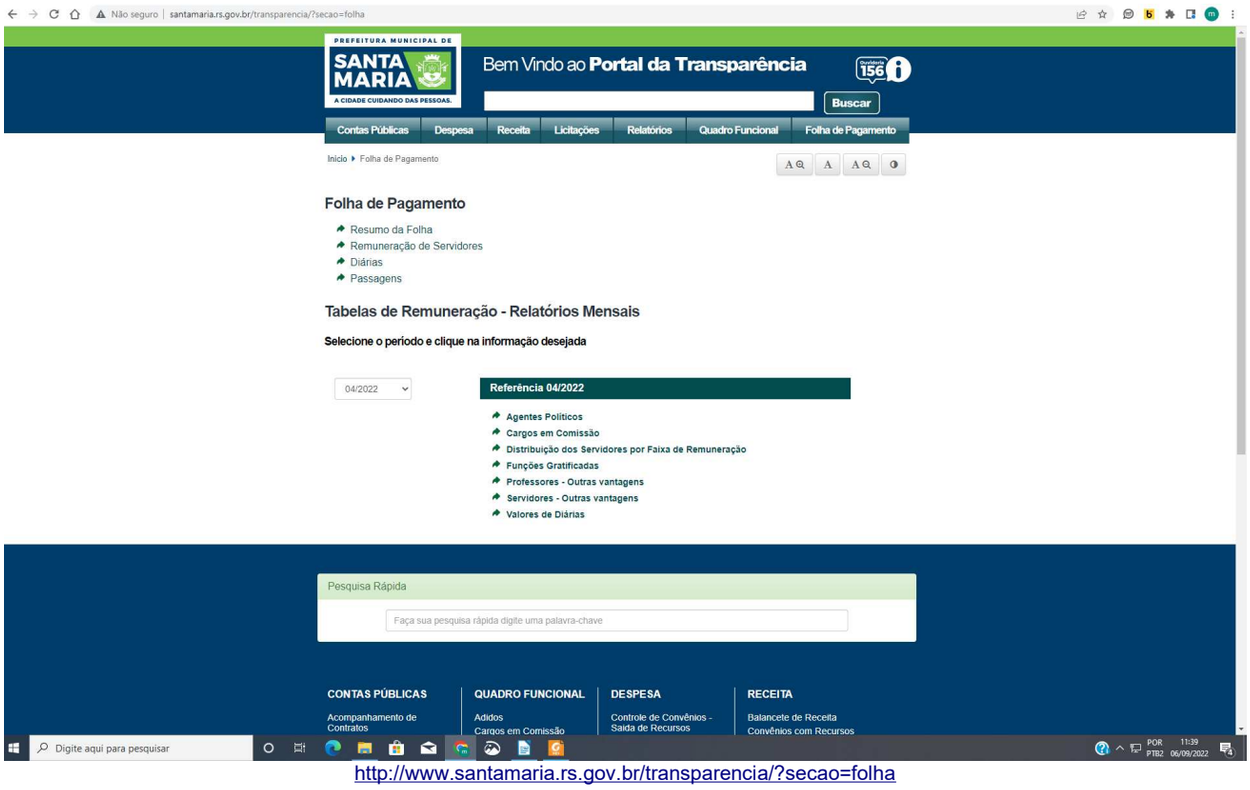
Apontam, os auditores, que o Município apresenta falha quanto apresentação de documentos na transparência pública relativo a registro de repasses e transferências, além da ausência do cargo do beneficiado quando recebidas diárias. Contudo, diferente disso, informamos que as informações constam disponíveis no portal.

Informamos que a Superintendência de Contabilidade apresentou os links de acesso ao item 04 do aponte.

Quanto a ausência do cargo servidor na tela de empenho, provocados pelo TCE-RS está em andamento solicitação para inclusão. Contudo, mesmo assim, **a transparência pública não está prejudicada, visto que é possível verificar o cargo ocupado no link**: http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/?secao=quadro_funcional&sub=relacao_nominal

Esclarecemos, ainda, que a tabela que apresenta os valores fixados para diárias está no portal de transparência do Município, conforme abaixo, onde apresenta tabela no link: http://www.santamaria.rs.gov.br/inc/view_doc_api.php?arquivo=tpf_20220505-1055.pdf&opcao=folhaPagamento

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.



http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/?secao=folha

Desta forma, afasta-se comprovadamente, a indicação de ausência de informações, visto que, como se comprova de forma objetiva, todas as informações buscadas estão acessíveis, de forma ativa, no portal de transparência, via site, da Prefeitura de Santa Maria.

12.1.3 Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena

Relatam, os auditores, que a municipalidade informou que integralizou o ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, porém não apresentou comprovantes pertinentes.

Desta forma, como se trata apenas de comprovação não acostada anteriormente, seguem, para compor os autos, o relatório elaborado pela Secretaria de Educação, acerca das atividades e avaliações pedagógicas das iniciativas relacionadas ao tema em questão.

Importante destacar que, além do relatório quantitativo de atividades, ainda se tem a exposição das questões didático-metodológicas que envolveram o processo de ensino-aprendizagem sobre os temas e, além disso, pode-se verificar a avaliação feita pela Secretaria gestora acerca das iniciativas realizadas pelas unidade educacionais.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

A partir do mapeamento realizado através da pesquisa, a Secretaria de Educação poderá qualificar e incentivar o melhoramento da oferta dos conteúdos programáticos, de acordo com cada realidade, alcançando todas as escolas da rede, de forma efetiva.

Ressaltamos, ainda, que o ano de 2021 manteve, em uma boa parte, as atividades escolares de forma remota, depois híbrida, até que se retornasse à integral presencialidade. Assim, como se sabe, as atividades pedagógicas também necessitaram de importantes adaptações para todas estas formas de ensino e suas peculiaridades, somadas aos desafios de reinserção dos alunos em sala da aula. Desta forma, de forma evidentemente justificada, eventualmente algumas atividades tiveram seus desenvolvimentos limitados, em alguns aspectos, sem, contudo, impedir que os relevantes conteúdos relacionados ao ensino da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, fossem abordados de forma ampla e satisfatório em todos os níveis de ensino da rede, como se comprova no relatório em anexo.

14.2.1 Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Em relação aos poucos apontamentos relacionados a este item, reiteramos o compromisso da administração municipal com a sustentabilidade de suas contratações relacionadas à gestão de resíduos e, da mesma forma, a manutenção de equipe técnica que conduza esta temática de forma integrada e efetiva.

Assim, informamos que o Município de Santa Maria assinou contrato com a Caixa Econômica Federal por meio do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS (CIRC/ CENTRO/RS) para a estruturação de Projeto de Concessão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos atendendo o previsto no §9º do Art. 19 da Lei nº 12.305, cuja cópia do documento consta em anexo, para devida comprovação.

Para atender as exigências da Lei 12.305/2010 no que se refere ao Plano de Gestão até a conclusão do contrato citado acima, está sendo desenvolvido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria de Meio Ambiente e Instituto de Planejamento de Santa Maria propõe um Termo de Referência para contratação de um PGIRS externo ao PMSB que contemple, em sua totalidade, o artigo 19 da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Com isso, está saneada a questão apontada no ponto ‘b’ do item 14.2.1, de forma suficiente e eficaz, visto que representará o efetivo cumprimento da legislação e dispensando, portanto, a necessidade de PGIRS municipal.

Ainda, em resposta ao questionado no ponto “c” do mesmo item, referente as metas previstas para os RSU no PMSB, a Superintendência de Monitoramento e Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto (órgão técnico que também tem em suas atribuições os temas relacionados ao sa-

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

neamento – portanto, gestão de resíduos sólidos) informamos que estão sendo realizadas ações, projetos e programas referentes a coleta seletiva, varrição pública e à coleta conteinerizada.

O atendimento de Santa Maria pela concessão trará alterações nas metas e programas/ ações previstas para a cidade pelo PMSB, em especial todas que envolvem a construção de infra-estrutura bem como as atividades práticas de gestão do sistema (coleta e destinação final) visto que os projetos abrangerão toda área dos municípios envolvidos e não apenas Santa Maria

Assim, pelo presente esclarecimento, verifica-se que se trata de ajuste de cronograma e de desenvolvimento de trabalho, contudo, todo planejamento está em execução, inclusive com formalização destas medidas, a fim de comprovar o engajamento e as medidas administrativas adotados pelo município, em cada ponto questionado.

3. DO PEDIDO

Desta forma, verifica-se, por todos os esclarecimentos acima descritos e levando em conta que todos os pontos indicados então com ajustes em andamento ou cujas medidas de adequação já foram adotadas;

Considerando, ainda, que o trabalho concomitante dessa Corte de Contas, alinhado com a atuação do Controle Interno do Município, faz com que as providências relacionadas à eventuais apontamentos/inconsistências sejam sanadas ainda no curso dos atos administrativos, restando questões pontuais a serem levantadas no presente relatório e que, no caso, já se encontram devidamente adequadas,

Considerando, da mesma forma, que os apontes realizados pela auditoria ocorreram para questões isoladas e plenamente justificáveis, que não sustentariam quaisquer apontamentos de irregularidades, visto que não se trata de descumprimento legal.

Considerando, pro fim, que os pontos indicados pela equipe de auditoria externa dizem respeito, majoritariamente, sobre aprimoramento de procedimentos, o que sempre se acolhe, com vistas a qualificar a prestação de serviços, mas em momento algum representam qualquer irregularidade ou descumprimento, por parte desta administração pública, devendo isso ser levado em conta, fortemente, nesta análise.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

Considerando, por fim o disposto especialmente no Art. 22 da LINDB, o qual dispõe ao controlador levar em conta até mesmo as eventuais dificuldade por ele conhecidas em um contexto de gestão pública, mesmo sequer tendo isdo ela ventiladas pelo órgão municipal,

JORGE POZZOBOM, GESTOR MUNICIPAL, REQUER, DIANTE DO EXPOSTO, que sejam acolhidos os esclarecimentos e as justificativas apresentadas acima e nos anexos que compõe esta defesa, para que, consequentemente, se dê baixa aos apontamentos constantes na **peça 4500549** do presente processo, sem imputação de qualquer glosa ou sanção, por indevidas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

De Santa Maria para Porto Alegre/RS, 14 de setembro de 2022.

JORGE POZZOBOM
Prefeito Municipal de Santa Maria

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.98C2.57E7.ECEA.9A7A.F757.

Página
1828
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
1
Peça
4651741
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02264C0

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SANTA MARIA/RS

RESOLUÇÃO Nº 015/2020 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2020

- Considerando o caráter deliberativo e fiscalizador do Conselho Municipal de Saúde sobre ações e serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde, inclusive nos aspectos financeiros;

- Considerando a solicitação da Secretaria de Município da Saúde de avaliação das mudanças no Plano Municipal de Saúde 2018-2021;

- Considerando a avaliação do referido documento, pela Comissão Técnica do Conselho Municipal de Saúde, com Parecer favorável a aprovação;

- Considerando a apresentação, nesta data, das mudanças do Plano Municipal de Saúde 2018-2021;

Considerando que as adequações ao Plano Municipal de Saúde 2018-2021 foram necessárias para ajustar às normativas do DIGISUS;

- Considerando os instrumentos de gestão enviados nos últimos anos para avaliação do controle social, onde apontava-se a importância do planejamento coletivo e da definição de metas claras e objetivas, com prazos bem definidos e capazes de monitoramento e avaliação;

- Considerando que a revisão realizada pela Secretaria de Saúde sobre o Plano para atendimento ao sistema DIGISUS atende a essas orientações, citadas acima, e favorecendo a qualificação do conjunto dos instrumentos de gestão;

- O Conselho Municipal de Saúde resolve APROVAR as mudanças no Plano Municipal de Saúde 2018-2021, apresentas pela Secretaria de Saúde para adequação às normativas do DIGISUS.

Maria do Carmo Quagliato
Presidente Mesa Diretora
Conselho Municipal de Saúde - Santa Maria/RS

Criado pela Lei Municipal nº3355/1991, modificada pelas Leis Municipais 3871/1995 e 5875/2014
Av. Medianeira nº 355, Bairro Medianeira – CEP- 97.060-001- Fone: (55)39217205 –
E: MAIL: cmssmrs@gmail.com

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C752.04C3.46C3.755F.BBF3.

Página
1829
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
2
Peça
4651741
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02264C0

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
SANTA MARIA/RS

RESOLUÇÃO Nº 018/2018 - DE 19 DE JULHO DE 2018

- Considerando o caráter deliberativo e fiscalizador do Conselho Municipal de Saúde sobre ações e serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde, inclusive nos aspectos financeiros;

- Considerando a apresentação da Secretaria de Município da Saúde, nesta data, do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, da Secretaria de Município da Saúde, de Santa Maria;

- Considerando o Parecer favorável a aprovação da Comissão Técnica (COMTEC) do Conselho Municipal de Saúde, com as seguintes sugestões:

- Inclusão de Políticas intersetoriais para o enfrentamento das necessidades em saúde da população, em especial moradores de rua e catadores;

- Leitos de retaguarda para suporte aos serviços de Urgências e Emergências, junto à 4ª Coordenadoria de Saúde;

- O Conselho Municipal de Saúde resolve aprovar o Plano Municipal de Saúde 2018-2021 da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria.

Benildes Maria Mazzorani
Presidente Mesa Diretora
Conselho Municipal de Saúde - Santa Maria/RS

Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RS
Criado pela Lei Municipal 3.355/91
Modificado pela Lei Municipal 3.871/95 e 5.875/2014
Av. Medianeira, 355. CEP 97050-001 Santa Maria/RS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C752.04C3.46C3.755F.BBF3.

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

N° Processo: 200/ 2022/8/33047

Data de Abertura.....: 05/08/22
Requerente.....: 95767-CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CPF.....: 88488366000100
Assunto.....: MEMORANDOS
Subassunto.....: **Expedidos**
Logradouro.....: S VENÂNCIO AIRES
Número.....: 2277
Complemento.....: 4 ANDAR
Bairro.....: CENTRO
CEP.....: 97010005
Cidade.....: Santa Maria
Telefone.....:
Finalidade.....: Encaminha Mem. n.º 165/2022/CAGEM/MRM - Encaminhamento do Relatório de Contas Anuais 2021 - Esclarecimentos - Prazo: 18/08/2022

Movimentações Associadas:

Data / Saída	Protocolo	Destino	Despacho
05/08/22 11:30	Gab Controlador Geral MERI RAQUEL P C MACHADO	Gab Finanças	

MERI RAQUEL PEREIRA DE CARVALHO MACHADO:60779551087

Requerente

Protocolador

Controladoria e Auditoria Geral do Município de Santa Maria
Recebido 23 / 8 / 22 Hora 14:46
Nome _____ Ass. _____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E43F.C05C.0D8C.B006.6F55.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE FINANÇAS
Superintendência de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Mem. 5225/2022/SUCOL/ smc

Santa Maria, 22 de agosto de 2022.

Da: Superintendência de Compras e Licitações
Para: Secretaria de Município de Finanças

Assunto: Esclarecimentos referentes ao apontamento quanto ao item 4.1.6 do Relatório de Contas Anuais 2021, o qual versa sobre Sistemas de Licitações e Contratos (Licitacon). TCE – RS - Processo nº 001216-0200/21-4.

Em resposta ao apontamento constante **no item 4.1.6.,** de que as remessas de licitações (2,68%) e contratos (9,33%) ao Sistema de Licitações e Contratos TCE-RS – Licitacon, foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, **do Relatório de Contas Anuais 2020, Processo nº 001216-0200/21-4,** a Superintendência de Compras e Licitações, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **MANIFESTAÇÃO** aos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado do RS.

Salientamos também, que após o recebimento do apontamento, solicitamos à Controladoria Geral do Município as peças mencionadas no Relatório (peça 4500491 e peça 4500492), para a análise individual de cada processo apontado, o que demandou análise dos processos e dos atos administrativos mencionados, para chegarmos as possíveis causas do atraso na inserção de dados no Sistema Licitacon.

I - DOS APONTAMENTOS E ARGUMENTAÇÃO

ITEM 4.1.6. – As entregas de informações, indicador Licitações e Contratos apresentaram os seguintes percentuais de atraso, conforme segue:

Indicador	% fora do prazo	Atraso médio (dias)	Peça
Licitações	2,68 %	47,68	4136567
Contratos	9,33 %	32,77	4136554

A Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, na análise dos apontamentos, busca entender e justificar todas as situações apresentadas, levando em consideração o que segue:

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7062 · E-mail: licitacaosm@yahoo.com.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E43F.C05C.0D8C.B006.6F55.

CONSIDERANDO que, o período analisado, ano 2021, foi um período conturbado devido a Pandemia – Covid 19;

CONSIDERANDO que, o responsável pela inserção de dados, na época, era um servidor com mais de 60 (sessenta) anos de idade, e durante este período, trabalhou parte em *"Home Office"*;

CONSIDERANDO que, a Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, está em processo de melhorias das rotinas de trabalho, buscando a eficiência e a eficácia dos atos administrativos, para atendimento à Lei e aos Princípios que norteiam a Administração pública;

CONSIDERANDO que, cada apontamento feito, apresentou situações diferenciadas, que com o decurso do tempo, muitas vezes fica difícil de identificar os motivos do atraso na inserção das informações;

CONSIDERANDO que, o Município de Santa Maria sempre se mostrou aberto a melhorar seus procedimentos, e vem buscando a cada dia a excelência na prestação dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que esta Superintendência**,** está mudando a forma de inserção dos dados no Sistema do TCE-RS, inclusive com senhas já disponibilizadas no Portal do Licitacon, permitindo desta forma que cada responsável por cada processo, tenha a responsabilidade de inserir suas próprias informações;

CONSIDERANDO que, nós, operadores das compras públicas do Município de Santa Maria, estamos tomando providências para que não ocorram atrasos novamente, e que o atraso no cadastramento dos eventos, não evidência má-fé, desídia, negligência, má vontade ou displicência, e que cada situação ocorrida foi por fato alheio à nossa vontade;

Desta forma, analisamos os apontamentos, conforme segue:

LICITAÇÕES:

Na peça 4500491, referente às Licitações, no período analisado pelo TCE-RS, houve atraso de 2,68% de todas as informações inseridas no Sistema, o que totalizou 16 (dezesseis) tipos de documentos em 19 (dezenove) processos, cujas informações foram inseridas com atraso (em dias úteis). Os apontamentos realizados demonstram a repetição dos mesmos problemas apresentados na análise realizada quando respondemos ao processo nº 0944-0200/20-6 do exercício de 2020, respondido através do Mem. 2070/2022/SUCOL/smc, acontecendo várias situações, que passamos a expor:

1) Em algumas situações os documentos **eram disponibilizados** pelos responsáveis pelos processos (Comissões, Pregoeiros) dentro do prazo, para as devidas inserções no Licitacon pelo servidor responsável. Alguns não foram inseridos dentro do prazo. Houve atrasos. Não podemos precisar os motivos que levaram a muitos dias de atraso. A Superintendência de Compras, Licitações e Contratos desde abril de 2022, quando analisou os apontamentos do relatório de tempestividade do ano de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E43F.C05C.0D8C.B006.6F55.

Página 1833
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4651950
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P0226591

2020, vêm revendo os procedimentos para o pleno atendimento da normativa do TCE – RS;

2) Em outras situações, os documentos **não eram disponibilizados** pelos responsáveis pelos processos (Comissões, Pregoeiros) dentro do prazo, para as devidas inserções no Licitacon pelo servidor responsável. Sem a informação, o prazo não era cumprido. Houve atrasos. A Superintendência de Compras, Licitações e Contratos desde abril de 2022, quando analisou os apontamentos do relatório de tempestividade do ano de 2020, vêm revendo os procedimentos para o pleno atendimento da normativa do TCE – RS;
3) Existem situações, em que os processos são enviados à contabilidade para empenho, e demoram a retornar à SUCOL. A Superintendência de Compras, Licitações e Contratos desde abril de 2022, quando analisou os apontamentos do relatório de tempestividade do ano de 2020, vêm revendo os procedimentos para o pleno atendimento da normativa do TCE – RS;

CONTRATOS:

Na peça 4500492, referente aos contratos, no período analisado pelo TCE-RS, ano 2021, houve atraso de 9,33% de todas as informações inseridas no Sistema, o que totalizou 111 (cento e onze) tipos de documentos, referentes aos contratos, cujas informações foram inseridas com atraso (em dias úteis).

Os apontamentos feitos demonstram a repetição dos mesmos problemas apresentados na análise realizada quando respondemos ao processo nº 0944-0200/20-6 do exercício de 2020, respondido através do Mem. 2070/2022/SUCOL/smc, acontecendo várias situações, que passamos a expor:

1) Em algumas situações os documentos **eram disponibilizados** pelos responsáveis pelo Setor de Contratos dentro do prazo, para as devidas inserções no Licitacon pelo servidor responsável. Alguns não foram inseridos dentro do prazo. Houve atrasos. Não podemos precisar os motivos que levaram a muitos dias de atraso. A Superintendência de Compras, Licitações e Contratos desde abril de 2022, quando analisou os apontamentos do relatório de tempestividade do ano de 2020, vêm revendo os procedimentos para o pleno atendimento da normativa do TCE – RS;

2) Em outras situações, os documentos **não eram disponibilizados** pelos responsáveis pelos processos (Comissões, Pregoeiros) dentro do prazo, para as devidas inserções no Licitacon pelo servidor responsável. Sem a informação, o prazo não era cumprido. Houve atrasos. A Superintendência de Compras, Licitações e Contratos desde abril de 2022, quando analisou os apontamentos do relatório de tempestividade do ano de 2020, vêm revendo os procedimentos para o pleno atendimento da normativa do TCE – RS;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E43F.C05C.0D8C.B006.6F55.

3) Existem documentos (Suspensão de ofício, Ordem de inicio), a serem inseridos, que precisam ser encaminhados pelos responsáveis pela fiscalização dos contratos (fiscais), visto que eles são os responsáveis pela efetivação dos documentos da execução contratual. Os documentos são efetivados em uma data e remetidos à Superintendência de Compras, Licitações e Contratos em data posterior, o que pode ser comprovado pelo carimbo de recebimento nos documentos anexados ao Sistema Licitacon. A entrega deveria ser imediata, mas isto não acontece. A SUCOL ao receber os documentos efetuava o cadastramento no LicitaCon;

A Superintendência de Compras e Licitações manifesta-se que, a sua rotina de trabalho, consiste na elaboração de processos regulares de licitação e de outros processos de compras, decorrente de solicitações de compras, enviadas pelas secretarias, autorizadas pelas autoridades competentes, seguindo um rito processual, que passa por diversas fases, sempre encaminhadas à análise e parecer da Procuradoria Geral do Município, com o pleno atendimento à lei e aos princípios norteadores da Administração Pública.

Salientamos que, quando foi feito o primeiro relatório de tempestividade na inserção de dados no Sistema Licitacon, os apontamentos nos levaram a mudanças na forma da coleta das informações para serem inseridas no sistema.

Com os apontamentos feitos no **Relatório de Tempestividade Licitacon, período 2020 – TCE-RS,** já foram tomadas diversas providencias, â partir de abril de 2022, que só poderão serem vistas, na análise de tempestividade do ano de 2022.

Reiteramos que, com mais experiência no uso do sistema, e com este novo relatório do ano de 2021, a percepção das causas que levaram ao cadastramento fora do prazo, fica cada vez mais clara, na medida em que verificamos que os atrasos maiores são ocasionados pelo não encaminhamento dos documentos, pelos responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos, indicados por cada secretaria responsável pelo contrato, logo após a sua efetivação, o que demonstra a necessidade de engajamento de todos os envolvidos nos atos administrativos referentes aos contratos públicos e toda a parte referente à execução contratual, com o envolvimento responsável dos gestores e da fiscalização de cada secretaria envolvida, não ficando apenas na responsabilidade do servidor responsável pela inserção de dados na SUCOL.

Estamos hoje, trabalhando para a melhoria dos procedimentos, preparando material de capacitação a ser encaminhado aos fiscais de contratos, alertando para a

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E43F.C05C.0D8C.B006.6F55.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE FINANÇAS
Superintendência de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

necessidade de agilidade no encaminhamento dos documentos elaborados pela fiscalização, em tempo hábil, para a realização dos trâmites legais.

É fundamental ressaltar, que as medidas para corrigir as irregularidades apontadas já foram tomadas e tomaremos o máximo de cuidado para que não ocorram novamente.

Atenciosamente

Solange Medina Cunha
Superintendente
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos.

Michele Vargas Antonelli
Secretária de Município de Finanças
Matrícula 15.214-5

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7062 · E-mail: licitacaosm@yahoo.com.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.E43F.C05C.0D8C.B006.6F55.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651993

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BC

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa
Superintendência de Administração

DECRETO EXECUTIVO Nº xx, DE xx DE xxxx DE 2022

Estabelece o Regimento Interno da Controladoria e Auditoria Geral do Município de Santa Maria.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Controladoria e Auditoria Geral do Município (CAGEM), que passa a ter suas competências regulamentadas no presente Decreto.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

[....]

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

[...]

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES DE TRABALHO DA SECRETARIA

[...]

Seção II
Da Superintendência de Controle Interno

Art. 7º À Superintendência de Controle Interno (SCI) compete:

I – assinar regulamentos, por intermédio de instrumentos próprios, de observância obrigatória no município, com a finalidade de orientar e estabelecer a padronização sobre a forma de Controle Interno, submetendo-os ao Controlador Geral para publicação;

II - propor ao Controlador Geral, regulamentos, súmulas orientativas ou procedimentos, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de aperfeiçoar a legislação municipal;

III - estabelecer ações conjuntas que visem à melhoria da gestão pública municipal com as outras unidades da CAGEM e com os demais órgãos da Administração Municipal;

IV - propor projetos para formação do quadro técnico de servidores da SCI visando à qualificação do desempenho funcional;

V - desenvolver ações ou atividades voltadas ao gerenciamento e melhoria dos processos de controle interno no âmbito da administração pública municipal;

VI - prestar informações, quando solicitado, sobre matéria pertinente ao controle interno;

VII - apoiar o Controlador Geral, suas Assessorias e instâncias colegiadas nas decisões relativas à gestão das reservas orçamentárias;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.27B3.DC7F.174F.2979.2661.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 2

Peça 4651993

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BC

VIII - receber e atender as solicitações de auditorias internas e as demandas efetuadas pelos órgãos de Ministério Público, Poder Judiciário, TCE-RS, TCU e demais órgãos de controle;

IX - comunicar ao Controlador Geral sobre as providências necessárias, de natureza corretiva e preventiva, constatadas pelos trabalhos de auditoria prévia, concomitante e posterior, sobre irregularidades de atos e fatos que impliquem dano ou prejuízo ao Município;

X - assinar a Manifestação Conclusiva do Controle Interno, exigida pelo TCE- RS;

XI - assinar os pareceres e relatórios exigidos pela Lei de R e sponsabilidade Fiscal (LRF) e pelo TCE-RS, na condição de responsável pelo controle interno;

XII - indicar representantes em Conselhos, Comissões e Delegações de Controle ou ainda, em instâncias congêneres, quando solicitado pelo Controlador Geral;

XIII – propor, acompanhar e certificar os processos de tomada de contas especiais;

XIV - apoiar o controle externo de sua missão institucional;

XV - cientificar o TCE-RS das irregularidades ou ilegalidades de que tome Conhecimento;

XVI - apoiar e estimular o exercício do controle social;

XVII – atuar, de forma preventiva, no acompanhamento de processos administrativos, nas mais diversas áreas de atuação do poder público;

XVIII – acompanhar execução de políticas públicas propostas e desenvolvidas pelo Executivo;

XVII - exercer outras competências inerentes à sua área de atuação.

Parágrafo único. A SCI, por intermédio de suas unidades de trabalho desenvolverá as suas atribuições em estreita colaboração e integração, especialmente com a Corregedoria-Geral do Município e a Ouvidoria-Geral do Município.

Seção III
Da Ouvidoria-Geral do Município

[...]

Seção VII
Da Corregedoria Geral do Município

[...]

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Santa Maria, aos xx dias do xxx de 2022.

Jorge Cladistone Pozzobom
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.27B3.DC7F.174F.2979.2661.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4651994

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BD

Prefeitura Municipal de
SANTA MARIA

N° Processo: **200/2022/08/36135** Identificador: **L571CEM** Abertura: **24/08/22**

Requerente : 88.488.366/0001-00 - **SEC DE MUN DE FINANÇAS**

Logradouro : VENÂNCIO AIRES

Bairro : CENTRO CEP: 97010005

Cidade : Santa Maria Telefone :

Complemento : 2º ANDAR

Assunto..... ...: **Memo nº 4984/SMF/SGOF - Informação do Relatório de Contas Anuais, exercício 2021.**

Documento.....: MEMORANDOS
Expedidos

Movimentações Associadas:

Data / Saída	Protocolo	Destino	Despacho
24/08/22 14:50	Gab Finanças DEBORA MOREIRA DA SILVA	Gab Controlador Geral	

Requerente **Protocolador**

24108122

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C4FC.0BF4.F642.55CB.CED8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE FINANÇAS
SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Mem. 4984/SMF/SGOF Santa Maria, 13 de agosto de 2022.

Da: Superintendência de Gestão Orçamentária e Financeira - SMF

Para: Secretaria de Município de Finanças

Considerando os aspectos relacionados no item 9.1.2 Pesquisa de Acesso à Informação do Relatório de Contas Anuais, exercício 2021, informamos:

Item 4) Registro de repasses ou transferências;

a. Quando se referir a convênios, acordos e parcerias a Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas pública na pagina https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/?secao=despesa , caso necessita de algum aprimoramento, verificar com a Secretaria;

b. Quando se referir a Termos de Colaboração, Cooperação e Fomento pela Lei 13.019/2014 são disponibilizados na página https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:21:::NO:RIR,21:P21_PAG_RETORNO,F50500_CD_ORGAO:20,56900&cs=1qta4oZTXVnIa18XrFGV4qWnEBxQ , caso necessita de algum aprimoramento verificar com o setor.

Item 14) Diárias: As publicações relativas a estes dados são disponibilizadas pela Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas, para maiores informações, porém segue as páginas com as informações.

a. Cargo do beneficiário: Encontra-se na página: https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/?secao=quadro_funcional&sub=relacao_nominal

b. Tabela de valores: Disponibilizado na pagina https://www.santamaria.rs.gov.br/inc/view_doc_api.php?arquivo=tpf_20220505-1055.pdf&opcao=folhaPagamento.

Atenciosamente

Marilda Manfio
Superintendência de Gestão Orç Finaceira

De acordo

Michele Vargas Antonello
Secretária de Município de Finança
Matrícula. 15.214-5

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 2º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7054 · E-mail: contabilidade@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C4FC.0BF4.F642.55CB.CED8.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

Memorando nº 04800/2022/Gab/SMEd Santa Maria RS, 23 de agosto de 2022.

De: Secretaria de Município da Educação

Para: Controladoria Geral do Município

Assunto: Resposta ao Memorando nº 161/2022

Senhora Controladora Geral

Com os cordiais cumprimentos, trata-se da resposta ao Memorando nº 161/2022 oriundo da Controladoria Geral do Município quanto às Contas Anuais de 2021.

No que tange a esta Secretaria, segue me anexo o Relatório de Contas Anuais os quais versam sobre Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena.

Reiteramos votos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcio Andrei de Melo Carvalho
Secretário Adjunto de Município da Educação
Portaria nº 416/2019

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1841
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
2
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

RELATÓRIO DAS AÇÕES/ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA MARIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ANO DE 2021

Em atendimento ao item apontado pelo Tribunal de Contas, referente à comprovação das ações desenvolvidas pelas escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS no ano de 2021. no âmbito da aplicação do Art 26A, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tratando sobre: Art 26-A nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008), o presente relatório levou em consideração a coleta de dados junto às escolas da RME-SM quanto aos seguintes aspectos da legislação mencionada:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).
§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

1. METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

Para a elaboração do Relatório Anual sobre as ações/atividades desenvolvidas pelas escolas da RME-SM, referente a 2021, utilizou-se de um formulário on-line que foi enviado aos setenta e oito (78) estabelecimentos de ensino que abrangem Educação Infantil e Ensino Fundamental (I e II, sendo Anos Iniciais e Anos Finais, respectivamente).

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1842
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Das 78 escolas, 55 responderam ao formulário, enviando importantes dados/informações, bem como relatos dos professores sobre as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021 que fomentaram, em seus estabelecimentos de ensino, as práticas de uma Educação para as Relações étnico-raciais.

Após o recebimento dos formulários, elaborou-se um quadro contendo um mapeamento das escolas que responderam e as que não responderam os mesmos. Este mapeamento possui a intenção de detectarmos, junto às escolas, aquelas que, por algum motivo, podem estar enfrentando desafios quanto a esta prática, o que deverá ser analisado junto ao Comitê Gestor da Educação para as Relações étnico-raciais da Secretaria de Município da Educação de Santa Maria/RS para estudar possibilidades de superação no ano de 2022.

Quadro 1 - Mapeamento da devolutiva dos formulários sobre as ações/atividades realizadas pelas escolas no âmbito da educação para as relações étnico-raciais.

DEVOLUTIVA DE FORMULÁRIO AÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS							
Tutoria 1	Tutoria 2	Tutoria 3	Tutoria 4	Tutoria 5	Tutoria 6	Tutoria 7	Tutoria 8
EMEF Intendente Manoel Ribas	EMEI Angela Tomazetti	EMEF Nossa Senhora da Conceição	EMEF Reverendo Alfredo Winderlich	EMEF Padre Nóbrega	EMEF Sérgio Lopes	EMEF Irmão Quintino	EMEI Zahie Bered Farret
EMEF Irineo Antolini	CEI Casa da Criança	EMEF Edy Maya Bertóia	EMEF CAIC	EMEF Oscar Grau	EMEF Francisca Weinmann	EMEF Duque de Caxias	EEI Santa Rita de Cassia
EMEF João da Maia Braga	EMEI João Franciscatto	EMEF Erlinda Minóggio Vinadé	EMEF Diácono João Luiz Pozzobon	EMEF Lívia Menna Barreto	EMEF São Carlos	EMEF Adelmo Simas Genro	EMEI Borges de Medeiros
EMEF João Hundertmark	EMEI Darcy Vargas	EMEF Leduvina da Rosa Rossi	EMEF Júlio do Canto	EMEF Maria De Lourdes Ramos Castro	EMEF Santa Helena		EMEI Luiza Ungaretti
EMEF José Paim de Oliveira	EMEI Nosso Lar	EMEF Renato Nocchi Zimmermann	EMEF Altina Teixeira	EMEF Ione Parcianello	EMEF Fontoura Ilha		EEI Vila Vitória
EMEF Bernardino Fernandes	EMEI Eufrázia Pengo Lorensi	EMEF Padre Gabriel Bolzan	EMEF Pinheiro Machado	EMEF Antônio Gonçalves do Amaral	EMEF Aracy Barreto Sacchis		EMEI Ady Schneider Beck
EMEF Major Tancredo P. de Moraes	EMEI Núcleo Infantil CAIC	EMEF São João Batista	EMEF Dom Luiz Victor Sartori	EMEF Rejane Garcia Gervini	EMEF Lidovino Fanton		EMEI Montanha Russa
EMEF Pedro Kunz	EMEI Sinos de Belém	EMEF Chácara das Flores	EMEF Vicente Farencena	EMEF Maria de Lourdes Bandeira Medina	EMEF Pão dos Pobres		EMEI Aracy Trindade Caurio
EMEF Santa Flora	EMEI Zulânia de F. Salamoni	EMEF Euclides da Cunha	EMEF Perpétuo Socorro	EMEF Lourenço Dalla Corte	EMEF Hylda Vasconcelos		EEI Ida Berteotti
EMEI Boca do Monte	EMEI Ivanise Jann de Jesus	EMEF Martinho Lutero	EMEF Castro Alves	EMEF Miguel Beltrame	EMEF Zenir Alta		EMEI Glaci Corrêa da Silva
	EMEI Luizinho de Grandi		EMEF Ten. João Pedro Menna Barreto		EMEF Dom Antonio Reis		EMEI Ida Fiori Druck
	EMEI Vila Jardim						

Fonte: Secretaria de Município da Educação de Santa Maria/RS, 2022.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1843
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Também foram calculados os percentuais a partir da análise dos dados, o que esta Secretaria considera de grande relevância para identificar e estudar sobre as ações que poderão fortalecer a temática da Educação para as relações étnico-raciais nas escolas da RME-SM.

É importante salientar que o formulário também procurou avaliar, junto às escolas, a Formação Continuada de Professores com relação à temática da Educação para as relações étnico-raciais que é ofertada pela Secretaria de Município da Educação de Santa Maria/RS, através das "Rodas de Conversa" que ocorreram durante o ano de 2021.

2. RESULTADOS OBTIDOS:

O número de formulários respondidos corresponde a 71% das escolas da RME-SM e possuem Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental.

Das 78 escolas da RME-SM, um total de 55 delas que abrangem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, responderam ao formulário. Destas, um total de 80% afirmou e comprovou a partir dos documentos que a temática da Educação para as relações étnico-raciais está inclusa em seus Projetos Políticos Pedagógicos, sendo este mesmo percentual que também afirmou ter inserido esta temática em seus planos de ensino/ação de 2021, sendo esta projeção sobre o desenvolvimento da mesma no decorrer do ano letivo.

Outro dado importante, foi o percentual de professores que trabalharam a temática da educação para as relações étnico-raciais nestas 55 escolas,alcançando 58%.

Considerando 2021 um ano de Pandemia em que grande parte das escolas mantiveram o ensino remoto e híbrido, com todas as peculiaridades do distanciamento, percebeu-se que o uso das tecnologias foi de grande contribuição para fomentar a temática nas escolas, destacando também o grande esforço dos estabelecimentos de ensino da RME-SM na aplicabilidade desta legislação.

Salienta-se que o relato das atividades desenvolvidas nas escolas no ano de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1844
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

2021, bem como imagens e outros registros encontram-se documentados no anexo 1 deste relatório.

3. AS RODAS DE CONVERSA - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

As rodas de Conversa fazem parte das Ações Afirmativas da Secretaria de Município da Educação desde o ano de 2019, quando no mesmo ano, ocorreram atividades no mês de novembro, em consonância com a lei 10.639/2003 que institui o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. As rodas de Conversa no ano de 2019 ocorreram de forma presencial e ocupando os espaços da Biblioteca Pública, contemplando alunos e professores das escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria durante o período de uma semana nos turnos da manhã, tarde e noite. Em 2020, em função da pandemia, as rodas de conversa ganharam um novo formato, sendo este on-line com transmissão ao vivo, através do YouTube no canal do NTEM, direcionando-se mais para a Formação de Professores. Neste formato, passaram a participar das rodas de conversas professores/especialistas na temática da Educação para as relações étnico-raciais que trouxeram falas e relatos de experiências e de pesquisas relacionados à temática.

Em 2021, as rodas de conversa continuaram no mesmo formato de 2020, passando a realizar-se nas mesmas datas das Paradas Formativas da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, no horário das 18 horas, no decorrer do ano, evitando que a temática seja abordada apenas em meses específicos de datas comemorativas e/ou alusivas ao debate e reflexões. No total, foram realizadas cinco rodas de conversas, as quais ocorreram entre os meses de junho a outubro de 2021, alcançando os professores da rede municipal de ensino em um processo de formação continuada em educação para as relações-étnico raciais com um número significativo de professores participantes das atividades.

Abordando temáticas da Educação para as Relações Étnico-Raciais, as rodas de conversa foram ofertadas em forma de convite à toda a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, em horário alternativo à formação que ocorreu durante a

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1845
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

manhã e à tarde, sendo às 18 horas da tarde em cada última quarta-feira de cada mês, no ano de 2021 entre os meses de junho a outubro, perfazendo um total de 15 horas. Segue o detalhamento das rodas de conversa:

Quadro 2: Relação das Rodas de Conversa ofertadas pela RME-RS em 2021

Data	Horário	Temática	Link de transmissão YouTube Canal do NTEM	Professores/Especialistas convidados(as)	Mediação	Qtidade de visualizaçõ es
30/06/2021	18 horas	**Recontos africanos, leitura e arte negra**	https://www.youtube.com/watch?v=TOKKzGXONJI	Profª Lisiane Gonçalves	Aline Escobar Jéssica da Silva	2.179
21/07/2021	18 horas	**Diversidade cultural étnico-racial: uma prática pedagógica para a justiça social**	https://www.youtube.com/watch?v=6d6dKDhFJuw	Profª Ma. Professora Beatriz pontes Profª Drª Débora Beatriz Leão Prof. Mestranda: Requel Kurtz Prof. Esp. Felipe Costa	Medianeira dos Santos Garcia Ronan Simioni	1.538
25/08/2021	18 horas	**60 anos do 20 de Novembro: Poeta Oliveira Silveira e seu uso nas escolas**	https://www.youtube.com/watch?v=4MnNeVuDiqg	Prof. Drª Sátira Pereira Machado Prof. Drª Maria Rita Py Dutra Prof. Ma Beatriz Pontes	Medianeira dos Santos Garcia Ronan Simioni	723
29/09/2021	18 horas	**Movimentos identitários, sociedade, Educação: enfrentamento aos racismo em Rede**	https://www.youtube.com/watch?v=tpJcnV4NGvY	Angelita Tomazetti Scalamoto Angelita Garcia Deborá Thomaz Evangelista	Medianeira dos Santos Garcia Ronan Simioni	566
27/10/2021	18 horas	**Projeto DNA afetivo Kame Kanhru**	https://www.youtube.com/watch?v=cDia6og3dgA	Kilinka Mallmann Vicent Solar Bruno Uzoegwu Joceli Sales Camila Vermelho	Medianeira dos Santos Garcia Ronan Simioni	498

Fonte: Secretaria de Município da Educação de Santa Maria/RS, 2022.

3.1. AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS COM RELAÇÃO ÀS AS RODAS DE CONVERSA OFERTADAS PELA SMEd

No formulário enviado às escolas, também requereu-se a atribuição de nota sobre a qualidade das "Rodas de Conversa" ofertadas na Formação Continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, quanto ao grau de contribuição tiveram as reflexões e discussões trazidas pelos painelistas às práticas pedagógicas do ensino das relações étnico-raciais em sala de aula. Neste sentido, em uma avaliação de 0 a 10, sendo considerado 0 o valor de que "não contribuíram" e 10 de que "contribuíram muito" para a abordagem da temática na sala de aula, as Rodas de Conversa foram avaliadas com uma média de nota 8,38.

O objetivo da avaliação das Rodas de Conversa foi de verificar o potencial de contribuição da Formação de Professores ofertadas, através da s Rodas de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1846
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Conversa, pela Secretaria de Município da Educação de Santa Maria/RS.

A seguir, os relatos das 55 escolas a respeito de como as "Rodas de Conversa" vêm contribuindo com a Formação Continuada de Professores da RME-SM quanto às práticas da Educação para as Relações étnico-raciais:

Quadro 3 - Descrição das avaliações realizadas pelas escolas sobre as "Rodas de Conversa" no âmbito da Formação Continuada sobre Educação para as relações étnico-raciais

ESCOLA	OPINIÃO DAS ESCOLAS A RESPEITO DAS RODAS DE CONVERSA
EMEF Pedro Kunz	As Rodas de Conversa ampliam o nosso conhecimento sobre as Relações Étnico-raciais.
EMEI Montanha Russa	Acredito que teria sido de imensa valia, caso as professoras tivessem participado em sua maioria.
EMEF João Hundertmark	Oferecem subsídios para a abordagem dos temas pertinentes, principalmente, sobre sua atualidade.
EMEF Aracy Barreto Sacchis	Estas rodas de conversa possibilitaram que fossem organizados espaços-tempos de reflexão dentro da escola, direcionando melhor as práticas pedagógicas de forma fundamentada e reflexiva.
EMEI Aracy Trindade Cáurio	FACILITA A TROCA DE EXPERIÊNCIAS, IDEIAS E A ESCUTA ATENTA ÀS VIVÊNCIAS DOS PARES
EMEF Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Por meio da formação continuada a equipe docente adquire conhecimentos e práticas pedagógicas que contribuem para a educação antirracista de grande importância na construção de uma sociedade mais justa e democrática.
EMEF Padre Nóbrega	Foi bem importante ouvir falas de profissionais da rede, atuantes em segmentos diferenciados da mesma, pois tivemos aí não um discurso teórico, mas o discurso da prática
EMEF Antônio Gonçalves do Amaral	-
EMEF Leduvina da Rosa Rossi	As rodas de conversas despertam no professor o cuidado e olhar sensível frente as relações étnico-raciais, em nossas formações sempre refletimos e abordamos o tema

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1847
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

EMEF Castro Alves	O horário das rodas de conversa é no período de descanso dos professores
EMEI Zahie Bered Farret	As rodas de conversa foram de extrema importância para a formação continuada, pois possibilitaram diferentes discussões/reflexões, novos olhares a partir de relatos de experiências, proporcionando o maior conhecimento acerca da temática, buscando assim aprimorar a prática pedagógica.
EMEI Nosso Lar	A forma de abordagem ao trabalhar o tema.
EMEI Luiza Ungaretti	As rodas de conversa trouxeram questões muito importantes de forma acessível a todos, trazendo ótimas discussões e exemplos. Sentimos uma necessidade de dar uma ênfase maior na cultura dos povos indígenas que foi menos abordado.
EMEI Ida Fiori Druck	As reflexões das rodas de conversa reforçaram nossas práticas.
EMEF Bernardino Fernandes	Ampliando os conhecimentos e sensibilizando o grupo para ampliar e diversificar suas práticas
EMEF Erlinda Minoggio Vinadé	As rodas de conversa trouxeram abordagens significativas que podem ser refletidas em nossas práticas escolares e diárias. Nota-se que em meio a nossa sociedade atual ainda existe situações de preconceito e racismo. Desta forma faz-se necessário a abordagem desta temática nas práticas pedagógicas para que o respeito as diferenças seja cada vez mais valorizado.
EMEF Zenir Aita	Permitiu verificar possibilidades de discussão sobre os temas que podem ser trabalhados com os alunos.
EEI Vila Vitória	São momentos de muita reflexão, transparência e abordagens muito abrangentes. Abrem ideias, formas de trabalhar com ideias e reflexões práticas.
EMEF Santa Flora	A resposta anterior foi uma média calculada a partir do retorno das respostas dos professores que assistiram as rodas de conversa.
EMEF Lourenço Dalla Corte	Dando subsídios para as atividades pedagógicas que são produzidas dentro da escola e reafirmando a importância de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1848
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

	conscientizar a comunidade escolar nas práticas da educação antirracista .
EMEF Irmão Quintino	Trouxe subsídios para serem discutidos nos meets, instigaram a pesquisa dos assuntos abordados.
EMEF Edy Maya Bertóia	PENSAMOS QUE ESTAS REFLEXÕES SÃO MUITO PERTINENTES PARA O GRUPO E CONTRIBUEM NA ELABORAÇÃO DOS PLANEJAMENTOS E NA PRÁTICA DOS NOSSOS PROFESSORES EM SALA DE AULA.
EMEF Maria de Lourdes Bandeira Medina	As rodas de conversa contribuem para que os professores possam conhecer outras realidades, também possam expandir seus conhecimentos sobre a cultura africana e indígena, além de aumentar seu repertório de trabalho, inspirando-se nesse movimento para trabalhar com os alunos da mesma maneira.
EMEF Rejane Garcia Gervini	Eram potentes.
EMEI Borges de Medeiros	As rodas de conversa possibilitaram um conhecimento maior sobre essa temática, bem como a importância da consciência dessas questões serem trabalhadas no dia a dia da educação infantil.
EMEF Chácara das Flores	As discussões foram produtivas e contribuíram para as discussões na escola. Mas nem todos os professores puderam participar das rodas de conversa.
EMEF Francisca Weinmann	As rodas de conversa foram uma oportunidade de construção e reconstrução da realidade, por meio da reflexão, que acontece tanto por meio da fala e da escuta, quanto por meio da discussão e da participação.
EMEF Santa Helena	AS FORMAÇÕES REFORÇARAM NOSSOS CONHECIMENTOS E NOS DERAM MAIS SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO COM A TEMÁTICA.
EMEF Padre Gabriel Bolzan	SÃO MOMENTOS DE TROCA E REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS.
EMEI Sinos de Belém	As rodas são importantes para discussões acerca da temática, reforçando sua importância nas ações práticas dos professores.
EMEF Júlio do Canto	As rodas de conversa possibilitam que os professores tenham maior visibilidade sobre a temática e dessa forma possam pensar e organizar suas práticas de forma mais diversa e coerente.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1849
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

EMEF Lívia Menna Barreto	São temáticas fundamentais para a prática diária em sala de aula, que necessitam estar em pauta na formação, pois contribuem para a reflexão-ação da prática docente
EEI Santa Rita de Cássia	Auxiliaram nas reflexões sobre as praticas pedagógicas desenvolvidas na escola, sempre contribuindo para o aperfeiçoamento do fazer pedagógico.
EMEF Vicente Farencena	Foram muito boas e válidas. A qualidade dos palestrantes muito boa, temas importantes e necessários. o formato virtual e horário permitiu a participação de todos.
EMEI João Franciscatto	As rodas de conversa possibilitaram à conscientização do quanto esse tema é relevante, para os dias atuais, e que os mesmos, devem avançar, quanto à informação e discussões dos mesmos. Esse tema torna-se de grande importância ser trazido para o contexto da Educação Infantil, pois o mesmo deve ser trabalhado desde a infância, e vivenciado pelas crianças, diariamente.
EMEI Angela Tomazetti	Conforme anexado e explicado no documento anterior não conseguimos responder a essas questões, tendo em vista a troca de da gestão e toda equipe da escola no início do ano de 2022.
EMEF Martinho Lutero	A rodas de conversa nos trazem conhecimentos, enriquecendo nossas práticas e nos trazendo reflexões necessárias para novas abordagens metodológicas.
EMEF Dom Antônio Reis	Os convidados/palestrantes acrescentaram várias variáveis nas reflexões/ações da prática educativa, mesmo sendo a distância, proporcionando diálogos e produções escritas de grande valor cultural e dialógico.
EMEF Altina Teixeira	Acreditamos que as rodas de conversas nos possibilitam conhecer melhor as questões abordadas. Quando pessoas que tem relação direta aos temas estão à frente das rodas, somos melhor orientados de como trabalhar com nossos alunos. Além disso, tomamos ciência de coisas desconhecidas e, assim, seguimos aprendendo.
EMEF Adelmo Simas Genro	As rodas de conversa nos propiciaram uma visão do assuntos sob prismas e aborgadens diferenciados
EMEI Darcy Vargas	Os relatos e práticas abordados favoreceram na atuação dos profissionais e foram reflexivos para as abordagens sobre o

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1850
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

	tema junto as crianças.
EMEF Hylda Vasconcellos	As professoras que participaram acharam maravilhosas as lives, os demais justificaram pelo horário ser as 18h e haviam sempre outras duas lives para assistir no mesmo dia ficava cansativo.
EMEF Pinheiro Machado	As rodas de conversas foram momentos interessantes e de reflexão por parte dos professores, inclusive uma professora da nossa Escola participou das discussões no ano de 2021, e outra colega relatou as suas experiências de trabalho durante todo o ano. Entendo que foi de extrema importância enquanto reflexão e análise, o que possibilita um trabalho mais efetivo .
EMEF Diácono João Luiz Pozzobon	É um momento de reflexão onde podemos pensar sobre nossas práticas com os estudantes acerca destas temáticas em sala de aula.
EMEF Dom Luiz Victor Sartori	Todo o conhecimento, troca de ideias e conversas enriquece o saber e o fazer pedagógico, dando abertura para diferentes possibilidades de práticas educativas. Os temas étnico raciais são de suma importância por abranger um universo histórico, político e cultural da sociedade na qual o cidadão está inserido, enfatizando os conceitos, valorização e respeito por seus antepassados e a democracia; no intuito de preservar e continuar a construir a história dos povos.
EMEF Duque de Caxias	As discussões forneceram importante arcabouço teórico para a reflexão dos professores sobre o tema e, também, ideias práticas de como trabalhar a questão das relações étnico-raciais na sala de aula. É sempre inspirador ouvir a professora Maria Rita Py Dutra, por exemplo.
EMEF Tenente João Pedro Menna Barreto	Na forma de discussões e ideias para complementar nosso trabalho.
EMEF Major Tancredo Penna de Moraes	As Rodas de Conversa trouxeram muitas contribuições e reflexões, que auxiliaram para as discussões das propostas que foram realizadas em sala de aula.
EMEF São Carlos	As rodas de conversa contribuem para a promoção de reflexões a cerca de sua prática , enriquecendo o repertório social e profissional dos educadores quanto a temática Relações Étnico-raciais.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1851
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

EMEI Ivanise Jann de Jesus	As rodas sobre a temática contribuíram para repensar o planejamento e contemplar as aprendizagens.
EMEF Irineo Antolini	Muito positiva, pois é um tema de extrema importância para a formação de nossas crianças e estudantes.
EMEF João da Maia Braga	Como troca de experiências
EMEF Reverendo Alfredo Winderlich	As rodas de conversa são de extrema importância e relevância, pois sempre trazem profissionais e pesquisadores que falam com muita propriedade para relatar experiências que unem a prática com a teoria.
EMEF Euclides da Cunha	Acreditamos que tudo que venha a somar para nossa práxis.
EMEF José Paim de Oliveira	As rodas de conversa contribuíram muito com as reflexões acerca dos assuntos tratados, pois a abordagem era simples e didática, auxiliando nos planejamentos e possibilidades de inserção do assunto nas atividades de sala de aula

Fonte: Secretaria de Município da Educação de Santa Maria/RS, 2022.

Ressalta-se que as Rodas de Conversa são de fundamental importância para a Formação Continuada dos professores da RME-SM, sendo elas já consolidadas e entendidas como importante instrumento para fomentar a Educação para as relações étnico-raciais junto às escolas da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS.

Gisele Bauer Mahmud
Superintendente Setor Pedagógico - SMEd

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTA MARIA
A CIDADE CUIDANDO DAS PESSOAS.

ANEXO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1853
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
14
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EEI SANTA RITA DE CÁSSIA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

PLANO DE AÇÃO PARA AÇÕES PEDAGÓGICAS ORIENTADAS – NÃO PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DADOS CADASTRAIS

NOME DA INSTITUIÇÃO: E.E.I. SANTA RITA DE CÁSSIA		
ENDEREÇO: Rua Suzana, 545		**CEP:** 97045-470
BAIRRO: Itararé	**CIDADE:** Santa Maria	**UF:** RS
E-MAIL: eeisantaritadecassia@edu.santamaria.rs.gov.br		**TELEFONE:** (55) 30280620
NOME DO COORDENADOR: Luciana da Luz Dias		**TELEFONE:** (55) 999181083
NOME DO PROFESSOR: Ana Paula Braga Beise e Adriana Porto Alegre Rosa		
TURMA: Maternal I	**TURNO:** Integral – manhã e tarde	
MÊS DE APLICAÇÃO DO PLANO: Novembro / 2021		

PROPOSTA DE AÇÕES PEDAGÓGICAS ORIENTADAS – NÃO PRESENCIAIS

JUSTIFICATIVA: O plano de ação vai pensar sobre as experiências e desafios que o período de pandemia da COVID 19 está nos exigindo. Um momento desafiador para professores, alunos e familiares, também falar das ações pedagógicas - não presenciais. De repente, todos precisamos refazer e reorganizar nossas rotinas e planos, foi preciso nos reinventar para sobreviver de maneira produtiva e saudável nesse momento delicado. Essas aulas elaboradas pela professora procuram desenvolver habilidades motoras, emocionais, cognitivas e afetivas. A turma do maternal I, está mantendo e construindo vínculos via WhatsApp, com fotos e vídeos.

Como sabemos, a criança aprende por meio do contato com outras crianças e adultos, pensando nesse desenvolvimento a E.E.I. Santa Rita de Cassia, buscou traçar momentos para a criança estar mais próxima da rotina, colegas e professores mesmo que a distância. A BNCC (2019, p. 05) traz que:

"Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros, ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua curiosidade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais".

Pensando no que a Base Nacional Comum Curricular fala sobre o desenvolvimento da criança, a E.E.I. Santa Rita de Cássia sempre busca priorizar a criança o contato, a convivência, a participação, a explorar, expressar e conhecer-se. Mesmo com esse período de distanciamento tentamos deixar as crianças e as famílias mais próximas possíveis por meio das redes sociais e as ações pedagógica.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Propor estratégias com atividades significativas, onde a criança participe junto à família para desenvolver-se social, física e cognitivamente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.

(EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.

(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.

(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.

(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.

(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.

(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.

(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).

(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).

METODOLOGIA

1ª Atividade: Fada das cores!

Vamos assistir a História Narrada "FADA DAS CORES" (https://www.youtube.com/watch?v=XyUwH2_Diw0)

Após, realizar a atividade que segue:

Caixa com fitas.

Ótimo para bebês. Amarre, em uma lateral de uma caixa de papelão, fitas de diferentes cores e espessuras e deixe penduradas. Entregue para o bebê pegar e sentir.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Aproveite para ensinar as cores.

Registre a atividade com fotos ou vídeos.

Vamos lá!

2ª Atividade: Borboleta com as mãozinhas.

Vamos utilizar as mãozinhas para fazer uma bela borboleta.

Trabalhando as cores primárias.

Registre as atividades com fotos ou vídeos.

Ilustração:



3ª Atividade: Formas geométricas.

Nesta semana iremos trabalhar as formas geométricas, utilizando rolos de papel higiênico e cores primárias.

Material a ser utilizado: rolo de papel higiênico; tinta guache; folha branca.

Observem as ilustrações e vamos as atividades.





4ª Atividade: Bonequinha preta.

A literatura infantil é extremamente importante para estimular o imaginário da criança, encantamento, desenvolvimento cultural e valores humanos.

Como sugestão, da história "A Boneca Preta", a criança juntamente com a família, pode produzir uma bonequinha Preta com materiais que tenham em casa.

É importante registrar a produção, interação da criança e enviar para a plataforma.

Link dos vídeos: https://www.youtube.com/watch?v=bdc0SjxJ9bg

https://www.youtube.com/watch?v=pxG5WP4GctU

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

5ª Atividade: Menina Bonita do Laço de fita.

Com a mãozinha, vamos fazer a Menina Bonita do Laço de fita.

Ilustração:



AVALIAÇÃO

Feedback dos responsáveis pelas crianças através de fotos, vídeos e/ou áudios na plataforma Google Classroom.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1858
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
19
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EEI VILA VITÓRIA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SANTA MARIA
E.E.I. VILA VITÓRIA
Rua Borges de Medeiros, nº 428 - Santa Maria – RS

Atividade do Pré A e B, enviada na semana 4: de 22 a 26 de Novembro de 2022.

Objetivo: Trabalhar a concentração, agilidade, atenção, memorização e formas geométricas e cores.

Perceber o outro, respeitando as diferenças, através da contação de história.

Enviar o link da história "Menina Bonita do laço de fita" para que as crianças conheçam a história. Pedir para os pais conversarem com as crianças sobre a história, questionando sobre o que é ser bonito, como uma pessoa deve ser para ser bonito. Enfatizando a importância da diferença de cada um. Após, fazer uma ilustração da parte que mais chamou sua atenção e pedir para a criança comentar seu desenho através de vídeo, e postar no grupo.

https://www.youtube.com/watch?v=4lLkBJodQyE
Sinopse - Uma linda **menina** negra desperta a admiração de um coelho branco, que deseja ter uma filha tão pretinha quanto ela. Cada vez que ele lhe pergunta qual o segredo de sua cor, ela inventa uma história. O coelho segue todos os "conselhos" da **menina**, mas continua branco.

OBS – As professoras que trabalharam na escola no ano passado, não estão mais na escola, por isso não temos relatos.

Digitalizado com CamScanner

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1860
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
21
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF ADELMO SIMAS GENRO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Abordagem do Ensino da cultura Africana e Indígena em sala de aula

No ano de 2021, a temática em questão foi trabalhada através da leitura de textos e livros, nos anos iniciais do ensino. Já nos anos finais e EJA, as disciplinas de Português, Inglês, História e Ensino Religioso, em especial, utilizaram textos para leitura em aula, que propiciaram a discussão sobre esses temas que são relevantes e trabalhados aliados a outros conteúdos ao longo do ano. Ao contrário deste ano, em que estamos nos esforçando para registrar as atividades realizadas, no ano passado, não foi possível realizar um trabalho sistemático de coleta de produções e registro fotográfico.
Peço desculpas por não enviar material dos professores, pois não consegui juntar material, visto que estive envolvida em sala de aula, e outras demandas.
Acreditamos que essa lei é muito importante e que precisamos trabalhar esses assuntos de forma cada vez mais massiva, colocando o aluno como sujeito e não apenas como receptor das informações, entretanto, no ano passado não foi possível. Eu mesma, estava em sala de aula ano passado, fiz rodas de conversa com os alunos sobre a temática dos ìndios e Negros, que inspiraram meu trabalho até mesmo na outra escola. E, acredite, lá, eu enviei a atividade que havia feito com os alunos, mas agora, aqui, não encontrei. Desde já, agradeço pelo trabalho de vocês de fiscalizar o cumprimento dessa lei e, desde já, comprometo-me a melhorar nossa prática neste ano.
Obrigada!

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1862
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
23
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF ALFREDO WINDERLICH

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ENSINO DA CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E DOS POVOS INDÍGENAS NA EMEF REVERENDO ALFREDO WINDERLICH

A EMEF Reverendo Alfredo Winderlich desenvolve seu trabalho pedagógico pautado no Art 26A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tratando sobre a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

A partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, foi estabelecido um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira na formação social, política e econômica do país. Foram criadas, ainda, formas efetivas para o enfrentamento e a eliminação do racismo e da discriminação nos contextos educacional e social.

Por meio dos projetos pedagógicos na educação infantil e nos anos iniciais as professoras da escola desenvolvem ações a partir de histórias, sobre a vida e a educação das crianças, construindo atividades e desenvolvendo práticas pedagógicas promotoras da igualdade étnico-racial. Essas ações

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

contribuem com a institucionalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e também com o desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes, que defendem o papel da educação para o desenvolvimento humano das crianças, para a formação da personalidade e aprendizagem. Na pré escola e anos iniciais buscamos oportunizar espaços coletivos educacionais que as crianças frequentam para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças são estimuladas a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e da cultura brasileiras. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil também são atendidas na medida em que consta explicitamente em seu texto que o combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação infantil. Desta forma, apresentamos algumas das ações desenvolvidas pelos professores de nossa escola:

As temáticas da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas trabalhadas em sala de aula, objetivam demonstrar a contribuição cultural e social desses povos para consolidação histórica do Brasil, visando desconstruir a visão eurocêntrica da História, ainda presente em parte da historiografia brasileira e no senso comum da população, da Europa como principal centro formador do mundo Ocidental. Nesse viés, dentro da disciplina de História tornou-se fundamental trabalhar as alteridades e multiculturalidades brasileiras, valorizando narrativas de diferentes sujeitos históricos. Abaixo, alguma das ações desenvolvidas ou que estão no planejamento para ano letivo de 2022:

Os Paleoíndios e a Ocupação do Continente Americano: como são chamadas as culturas arqueológicas do continente americano que são anteriores ao surgimento da agricultura e da cerâmica. Os paleoíndios são os primeiros povoadores do atual território brasileiro, no nosso estado, as tradições líticas encontradas foram dos: Umbus, Humaitás e Sambaquis. As ações sobre esses grupos foram desenvolvidas nos sextos anos, que assistiram uma reportagem

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

sobre a Luzia (o fóssil humano mais antigo do Brasil), leituras de textos e no laboratório de informática aprenderam por meio do jogo eletrônico “Sambaquis: uma história antes do Brasil” desenvolvido pelo grupo de Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE) do MAE/USP.



Povos Indígenas ou Originários: Antes da colonização europeia, o continente americano era habitado por milhões de indivíduos, povos com culturas e organizações políticas diversas. A ideia de que os “índios” (termo equivocado) são todos iguais é errônea. Cada povo tem seus costumes e crenças diferentes, no Brasil são mais de 200 etnias, que falam 188 línguas diferentes. Nos sétimos anos, as atividades previstas sobre esse tema são: pesquisa sobre os povos indígenas brasileiros, além de desenvolvimento de maquetes dos povos Incas, Maias, Astecas e Tupis-Guaranis.

O continente Africano e sua contribuição para o mundo e o Brasil: Valorizar a pluralidade de povos e impérios da África, indo além de uma história que somente preocupada em relatar sobre a escravização pelos europeus dos africanos. Nos sextos anos, os educandos estão aprendendo sobre o Egito Antigo, montaram um o sarcófago do faraó Tutancâmon e nos sétimos anos está sendo estudado a contribuição dos povos Bantos e Iorubás para História do Brasil.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Na disciplina de geografia no 7° ano é desenvolvido o estudo do Brasil - sua história, características físicas, humanas e econômicas. Neste momento aborda-se também a história dos povos indígenas, diferentes tribos, costumes, cultura, religiosidade e suas lutas. Este estudo é realizado por meio de leituras no livro didático, pesquisa no laboratório de informática e debates em sala de aula. Os alunos também realizam resumos no caderno sobre as características das diferentes tribos indígenas no Brasil

Com o 9° ano durante o terceiro trimestre estuda-se o continente Africano. É enfatizado a história da África e dos Africanos questões culturais, humanas,

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

econômicas e físicas deste continente. Também aborda-se a vinda dos Africanos para o Brasil, suas lutas e contribuições para a formação do território Brasileiro. Para isso, os alunos realizam trabalhos em grupos onde desenvolvem pesquisa e após apresentação e debate sobre o tema.

Também são apresentadas as seguintes propostas:

Leitura e reflexão sobre a vida indígena dos séculos XIX,XX,XXI.

Políticas públicas aos indígenas.

Cultura indígena no vocabulário da Língua Portuguesa.

Contribuição africanas no vocabulário da Língua Portuguesa.

Texto informativo midiático sobre a cultura africana.

Leitura e reflexão sobre a contribuição dos povos africana na cultura e desenvolvimento econômico do Brasil.

Contribuição indígena e africana na religião dos brasileiros.

A escolha foi movida pelos questionamentos de Djamila Ribeiro (2019), ao afirmar que “o que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural” (p.14). A autora é incisiva ao nos perguntar o que estamos “fazendo ativamente para combater o racismo” (p.14). Ao abordar o tema, na realidade do ensino presencial, sempre se buscou convidar pessoas do movimento negro, pensando na propriedade e no lugar de fala destes e buscando dar conta da lei 11.645, de 10 março de 2008, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, de forma a ressaltar a importância destas culturas (negra e indígena) na formação da sociedade brasileira. Durante o ensino remoto, foi necessário adaptar a forma de desenvolver o tema, mas sem deixar de ecoar as vozes pretas.

o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele. Para além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. RIBEIRO, 2019, p.36.

Diante da escolha do tema, era necessário escolhermos o enfoque a ser dado em seu desenvolvimento. Ao se discutir isso entre as professoras da área, concluímos que, apesar da importância de continuarmos abordarmos a

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

interpretação de dados a respeito do massacre da juventude negra, do sistema prisional constituído massivamente pela população negra, além dos diversos desdobramentos do racismo estrutural em questões de nossa vida diária, deveríamos ter nosso foco voltado a outros aspectos que têm sido levantados pelos movimentos antirracistas.

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades. RIBEIRO, 2019, p.42.

Assim, concordamos ser fundamental e urgente mostrar essas outras narrativas, outros espaços e perspectivas, nos quais o negro não só assume o protagonismo do e no discurso antirracista, como também evidencia a riqueza cultural, as contribuições sociais, as pautas de interesse dessa maioria da população brasileira, além de apontar caminhos, nos ensinando como apoiarmos esse movimento de nossos lugares de fala, desnaturalizando nossas leituras, nossa linguagem e, consecutivamente, nossa visão do mundo.

A organização das atividades assíncronas semanais se deu a partir da escolha de disparadores que contemplassem essa intenção, podendo ser poemas, livros, músicas ou obras das artes visuais. A importância de estudar, conhecer e consumir autores e artistas negros, para Ribeiro (2019) “não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros” (p.65). Para a autora, não é realista que somente um grupo domine a formulação do saber, no caso, a branquitude, em uma sociedade de maioria negra. As escolhas para as atividades da representatividade negra foram: na primeira semana, o livro “O pequeno príncipe preto” de Rodrigo França, trazendo alguns trechos para discutir colorismo, ancestralidade e representatividade; na segunda semana, o poema “Certidão de óbito”, da poeta e escritora Conceição Evaristo, para pensar o massacre da juventude negra; na terceira semana, o disparador foi musical, sendo que, para sexto e sétimo anos,

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

a escolha foi a música “A carne”, interpretada por Elza Soares, e, para oitavos, nonos e etapa quatro da EJA (Educação de Jovens e Adultos), a música “Diga não”, interpretada por Bia Ferreira; e, na última semana, a discussão de artefatos culturais a partir das máscaras africanas. Os disparadores garantiram a diversidade de manifestações culturais e de enfoques sobre o tema.

Além dos disparadores, outros gêneros textuais e manifestações artísticas foram utilizados para aprofundar o tema. Dentre eles, foram apresentadas charges, fragmentos de entrevistas, filmes, vídeos, biografias e cartazes do movimento “Vidas Negras Importam”. Esses materiais multimodais de apoio continham linguagens e dados a serem percebidos, discutidos e interpretados.

Artistas visuais foram evidenciados na abordagem de diferentes aspectos da temática. Rafael Freire foi trazido para pensar a importância da representatividade; Harmonia Rosales, para questionar a história europeizada da arte; Jaime Lauriano, para pensar os índices de mortalidade de crianças negras por policiais, bem como pensar as práticas de violência contemporânea (estampadas em manchetes de jornais) enquanto próximas à violência colonial. Já as vozes de Djamila Ribeiro e Angela Davis ecoaram reafirmando a necessidade de engajamento e a responsabilidade branca para com o racismo.

Reconhecendo os esportes como importante instrumento no combate ao preconceito e à discriminação, bem como na construção de uma sociedade mais justa e visando a estimular boas práticas na escola para a formação integral de futuros cidadãos, baseada na filosofia de *‘fair play’* adotada em desporto, que prima pela conduta ética nos esportes, o componente de Educação Física mostrou que o racismo ainda se faz muito presente no esporte e que precisamos refletir sobre essa condição para transformá-la, estendendo o *‘fair play’* para todas as áreas da vida. Para essa reflexão, inicialmente, foi apresentado aos estudantes um episódio de racismo no futebol brasileiro e solicitado a sua opinião sobre como poderíamos solucionar esse problema. Sobre esse episódio, foi pedido ainda que fossem elaboradas frases contra este ato nos estádios.

As histórias de atletas como LeBron James, Jesse Owens, Aída Santos, Lewis Hamilton, Serena Williams, Muhammad Ali, Colin Kaepernick, Lilian

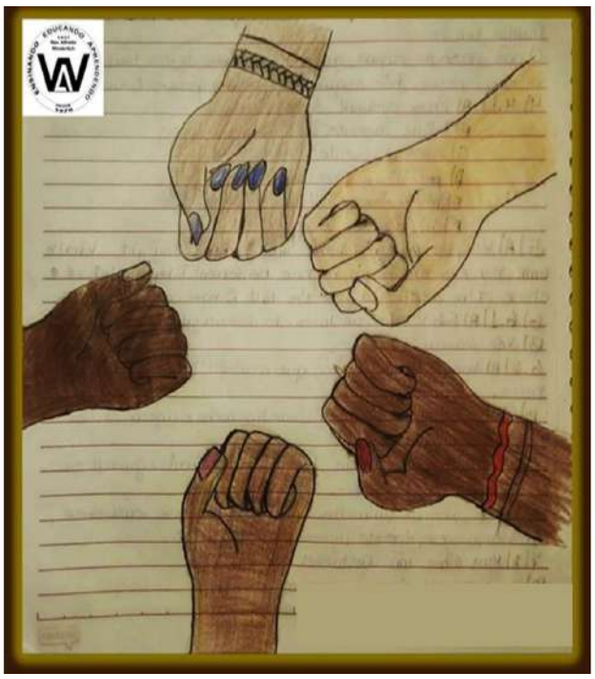
Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

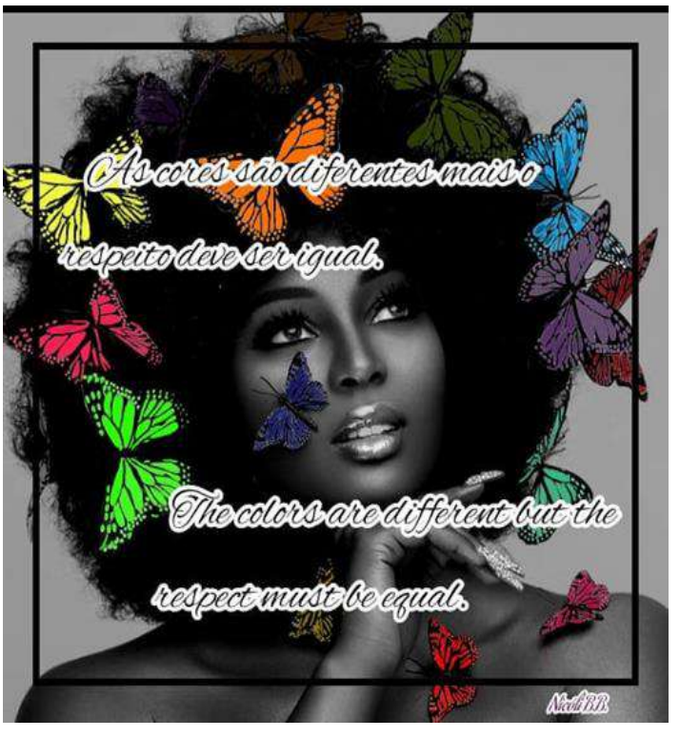
Thuram, Tommie Smith e John Carlos também foram trabalhadas durante as aulas. Para abordar a biografia desses atletas, foi indicado aos estudantes, dentre outras atividades, que assistissem o filme “Raça”, que conta a história do velocista norte-americano Jesse Owens, o primeiro atleta a vencer quatro ouros em uma mesma olimpíada, fato esse que aconteceu em Berlim, dentro da Alemanha nazista, diante de Adolf Hitler. A história de Owens foi a mais citada pelos estudantes, quando solicitado que escolhessem o atleta com o qual mais se identificaram em relação à luta contra o preconceito racial.

A capoeira também foi abordada, por ser um movimento de expressão cultural considerada como uma das maiores marcas da cultura brasileira, trazendo a riqueza dos elementos musicistas, corporais, esportistas e populares. Ela foi trabalhada no sentido de reconhecimento do negro como figura imprescindível na formação do Brasil e de estimular o senso de pertença e de orgulho da constiruição de nosso povo e cultura.

Para buscar engajamento na luta, tão necessária e urgente em uma sociedade estruturalmente racista, os estudantes foram convidados a produzir *card’s*, cartazes, frases ou desenhos, devendo explorar as linguagens verbal e não verbal de forma bilíngue (Inglês e português). Trazemos, a seguir, algumas das experiências e produções resultantes do trabalho realizado.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

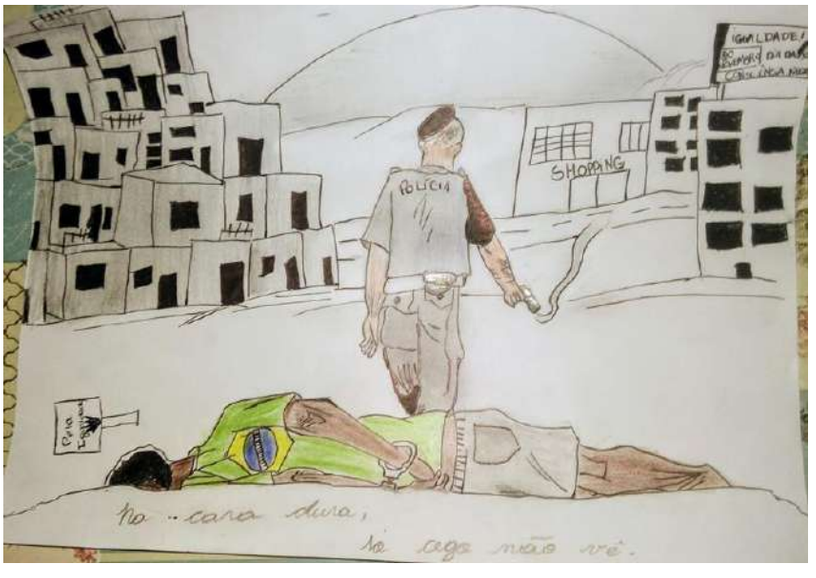




Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

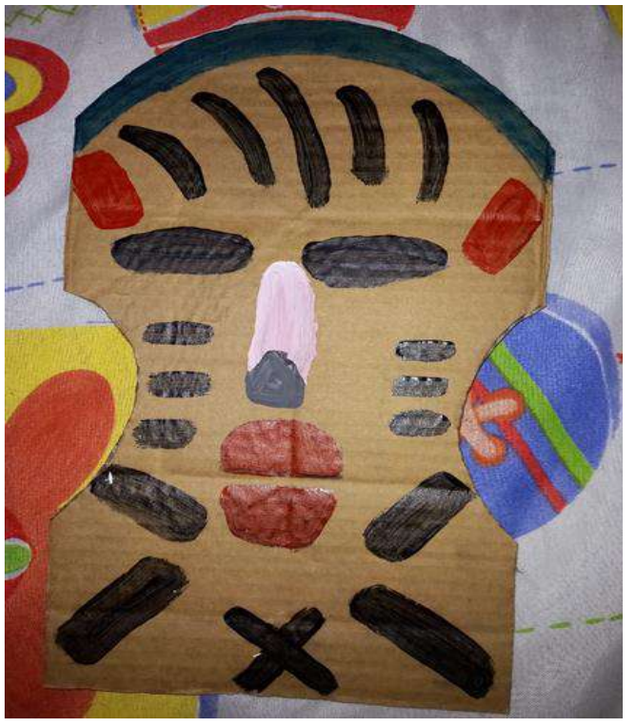






Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





A temática dos povos indígenas é um projeto que está em andamento no ano de 2022, com todas as dificuldades de carga horária de planejamento interdisciplinar e problemas sérios de indisciplina dentro da sala de aula. A temática tem sido pensada para além dos estereótipos que costumam surgir

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

quando a temática é abordada em sala de aula, e principalmente com cuidado de não fortalecer ou perpetuar tais estereótipos. Neste projeto foi possível fazer relações com o componente curricular de Ensino Religioso, que abordou os ritos de seus diferentes povos. No componente curricular Arte a proposta foi inicialmente de pesquisa de hábitos, costumes, objetos e alimentos de origem indígena que são parte de nosso cotidiano atualmente, tais como chimarrão, uso de redes de descanso, dentre outros.

Também, com o intuito de pensar os povos indígenas na atualidade, conheceremos o grupo Bro MC´s - grupo de rap indígena que fala de seu cotidiano, da sua luta por respeito, misturando as línguas portuguesa e tupi. No campo das artes visuais conheceremos as produções de artistas contemporâneos, como Arissana Pataxó (usa diferentes linguagens para retratar o cotidiano indígena, além de questionar os estereótipos em torno do “ser índio"), Daiara Tukano (autora do maior mural feito por uma artista indígena no mundo) e Jaider Esbell (foi um dos destaques da 34ª Bienal de São Paulo e um dos artistas macuxis mais renomados de Roraima, trabalhando com a arte a vivência indígena). Dentre outros artistas, com o objetivo de dar visibilidade a artistas e ativistas indígenas contemporâneos, sem deixar de abordar a luta e resistência destes povos em defesa de suas terras.

Em Língua Portuguesa, a questão indígena será abordada em dois aspectos. Inicialmente, serão trabalhados contos do *Vozes Ancestrais dez: contos indígenas*, de Daniel Munduruku, no qual são apresentados contos de diferentes povos indígenas do Brasil, permitindo a percepção da diversidade presente em nosso país. Posteriormente, com o suporte de outro livro do autor, *Histórias de Índio,* será abordada a situação atual dos indígenas do Brasil, a partir de crônicas e depoimentos que permitem perceber a riqueza linguística

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

cultural dos povos indígenas, bem como a sua relação com os brancos.



“Mikay”, Arissana Pataxó.2009.



Sem título, 2009. Arissana Pataxó.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
37

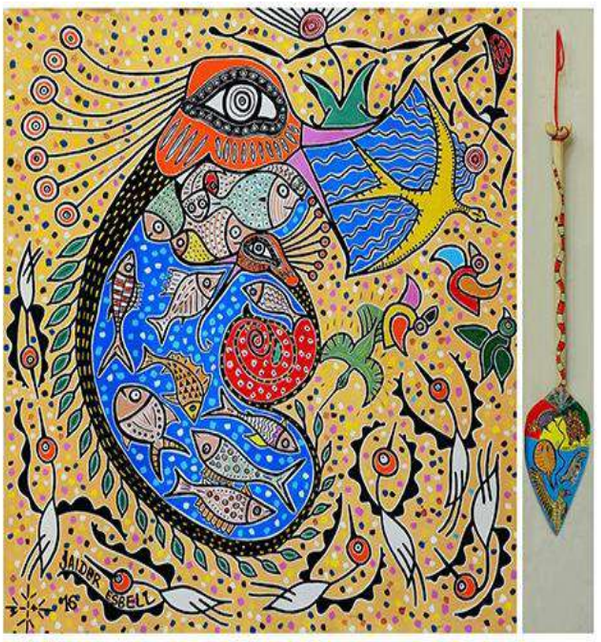
Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



‘Selva Mãe do Rio Menino’: o mural de Daiara Tukano antes de ser finalizado.



Pata Ewa’n – O coração do mundo”, 2016, acrílica sobre tela, 230 x 250 cm.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

A atividade visa abordar a temática da cultura africana, mais especificamente, nos Estados Unidos, uma vez que essa atividade será desenvolvida na disciplina de língua inglesa.

A atividade foi desenvolvida por meio da leitura do famoso discurso de Martin Luther King: “I have a dream”. Depois da leitura do texto, serão propostas algumas questões de interpretação, que visam uma visão crítica sobre o contexto sociocultural da época e o preconceito que, naquele período, era existente.

Algumas perguntas podem ser:

Quais eram as reivindicações implícitas no discurso de Martin Luther King?

Em sua opinião, qual é o objetivo desse discurso?

Além das questões supracitadas, um dos episódios mais marcantes da luta contra a segregação racial será mencionado. Tão episódio se refere ao boicote de mais de um ano aos transportes públicos de Montgomery. Os alunos poderão pesquisar e ler mais detalhes sobre esse acontecimento.

Por fim, com base no estudo feito, os alunos deverão elaborar um discurso que objetive defender os direitos civis do povo africano.

Na disciplina de Ciências do sétimo ano é trabalhado os tipos de biomas encontrados nas diferentes partes do planeta. Nesse momento é abordado as paisagens africanas e as principais espécies da fauna e flora e suas interações com o povo africano. Este estudo é realizado através de pesquisas e construção de maquetes.

Na turma de nono ano, é trabalhado, no segundo semestre, a preservação da biodiversidade e as unidades de conservação do nosso país. Nesse momento, se enfatiza a importância dos povos indígenas no uso sustentável das áreas de preservação da região norte do nosso país. Esse trabalho é feito a partir de pesquisas e entrega de trabalhos sobre as principais Unidades de Conservação do nosso país.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1878
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
39
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF ALTINA TEIXEIRA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1879
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
40
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE EDUCAÇÃO
E.M.E.F. PROFESSORA ALTINA TEIXEIRA

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE SEMANA: 8 a 12 de novembro de 2021.
ANO: 6º TURMA: 61 e 62

África e sua arte

A África é um continente extenso, com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, composto atualmente de 54 países e muitos povos, que são considerados o berço da civilização humana. Essa grandiosidade territorial também se reflete na vasta produção cultural africana.

Em 2015, no Brasil, os negros representavam 54% da população do país, mas, apesar desse número, ainda hoje a população negra é vítima de preconceitos e sofre com a desigualdade social. No entanto, quando olhamos para alguns dos principais produtos de exportação da indústria do turismo, nossa imagem está associada a diversos bens construídos pela cultura afro-brasileira, como o samba, a feijoada, a capoeira, etc. Esse fato é representativo do quanto a cultura africana faz parte da identidade brasileira.

Embora a África ainda enfrente muitos problemas, os povos desse continente mantêm muito de suas tradições por meio das produções artísticas, das religiões, dos dialetos, das cerimônias e das danças.

Bonecas Abayomi: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA, TRADIÇÃO E PODER FEMININO

Para acalentar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa 'Encontro precioso', em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim. Sem costura alguma (apenas nós ou tranças), as bonecas não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas.



Imagem disponível em: https://www.elo7.com.br/abayomi/dp/AD78FB

Quando você dá uma boneca Abayomi para alguém, esse gesto significa que você está oferecendo o que tem de melhor para essa pessoa.

Atividade plástica para ser desenvolvida durante aula presencial:
- Confecção de uma boneca Abayomi.

Materiais necessários: Retalhos de tecidos coloridos.

Sites pesquisados: http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 16 a 20 de novembro de 2021
ANO: 6º — TURMA: 61 e 62

Lendas africanas

1. Lenda do Sapo e a Cobra

Essa lenda conta sobre a amizade entre um sapo e uma cobra.

Certo dia, um sapo estava caminhando e avistou um animal fino, comprido e brilhante. O sapo perguntou:

— Oi! Que você faz estirada pela estrada?

A cobra respondeu:

— Estou tomando um solzinho. Sou uma cobra e vc?

— Eu sou um sapo. Você gostaria de brincar?

A cobra aceitou e eles brincaram a tarde toda. A cobra ensinou o sapo a rastejar e subir nas árvores e o sapo ensinou a cobra a pular. Eles se divertiram muito e ao final do dia cada um foi pra sua casa, prometendo se encontrar no dia seguinte.

Quando o sapo encontrou sua mãe, contou o que tinha acontecido, que conheceu uma cobrinha e ficaram amigos. Sua mãe não gostou e falou:

— Você devia saber que a família da cobra não é legal. Eles são venenosos! Não quero mais que brinque com cobras e nem rasteje por aí!

A cobra quando chegou em casa mostrou à sua mãe que sabia pular e disse que foi o sapo que a ensinou. Sua mãe também não gostou e disse:

— Nós cobras não temos amizade com sapos, eles servem apenas como comida. Não quero que brinque com o sapo. E pare de pular!

Quando se encontraram, a cobra pensou em devorar o sapo, mas depois se lembrou daquela tarde de brincadeiras e correu para o mato.

A partir de então eles não brincaram mais, mas sempre ficam estirados no sol pensando no dia em que foram amigos.

2. Lenda dos Tambores Africanos

A origem dessa lenda vem das terras de Guiné Bissau e explica como surgiram os tambores, instrumentos tão importantes na cultura de toda a África.

Conta-se que os macaquinhos de nariz branco da região quiseram um dia trazer a Lua para perto da Terra.

Eles não tinham ideia de como executar tal feito. Até que o macaco menor sugeriu que uns subissem nos ombros dos outros a fim de alcançar a Lua.

O grupo de macacos colocou o plano em ação e o macaquinho menor foi o último a subir, conseguindo chegar no céu e agarrando-se à Lua.

Mas antes que conseguissem puxar o satélite, a pilha de macacos desmoronou e todos caíram, menos o macaquinho, que continuou agarrado à Lua.

Uma amizade então cresceu e a Lua presenteou o pequeno animal com um maravilhoso tambor branco, que ele logo aprendeu a tocar.

O macaquinho ficou por muito tempo morando na Lua, mas um dia começou a sentir saudades da Terra, de seus amigos e da natureza. Ele então pediu à sua amiga que o ajudasse a retornar para sua casa.

A Lua ficou chateada e respondeu:

— Mas por que você quer voltar? Não está feliz aqui com o tamborzinho que eu te dei?

O macaco lhe explicou que gostava muito, mas que tinha saudades.

A Lua ficou com pena, prometeu ajudá-lo e lhe disse:

— Não toque o tambor enquanto não estiver em terra firme. Toque apenas quando chegar lá embaixo, assim saberei que chegou e poderei cortar a corda. Então você estará liberto.

O macaco concordou. Ele sentou em seu tambor e foi amarrado a uma corda, que começou o processo de descida.

Enquanto descia, o macaquinho olhava seu tambor e surgiu uma vontade irresistível de tocá-lo. Ele começou a tocar bem baixinho, para que a Lua não ouvisse.

Mas, mesmo assim, a Lua escutou e cortou a corda conforme o combinado. O macaco começou a cair e ao chegar ao chão, não resistiu e morreu. Mas antes, uma menina que passeava por perto viu a queda. Ela foi até o macaco e ele disse:

— Isso é um tambor. Por favor, entregue ao povo de seu país.

A menina pegou o instrumento e correu para entregar às pessoas de sua família, contando o que havia acontecido.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Todos adoraram o tambor e começaram a tocá-lo. Desde então, o povo africano produz seus próprios tambores e sempre que possível toca e dança ao som deles.

3. Lenda da Galinha D'Angola

Essa é uma lenda que conta como a galinha d'Agola foi criada.

Conta-se que há muito tempo as aves viviam todas juntas, no mesmo ambiente. Mas, aos poucos, foi crescendo o sentimento de inveja entre elas e a convivência ficou muito difícil.

O pássaro mais invejado era o Melro. O macho tinha uma aparência muito bela, com bico alaranjado e penas negras; já a fêmea tinha o corpo em tons de preto e pardo-claro, e a garganta esbranquiçada. Todos queriam ser bonitos como essa espécie.

O Melro sabia que era muito bonito e invejado e prometeu aos outros pássaros que usaria seus poderem mágicos para transformar suas plumagens em brilhantes tons de negro se todos eles o obedecessem.

Entretanto, nem todos os pássaros foram obedientes. Melro então ficou muito bravo e alterou as características das espécies das aves.

Sendo assim, a galinha d'Angola foi transformada em um animal magro com uma fraqueza constante. Seu corpo tornou-se pintado assim como o do leopardo.

Dessa maneira, o leopardo devoraria a galinha d'angola pois não suportaria ver outro animal tão belo como ele. Essa foi a lição que a galinha d'Angola recebeu por sua inveja.

4. Lenda da Girafa e Rinoceronte

A lenda da girafa é uma dessas histórias que explicam a natureza. Nela, conta-se o motivo desse animal ter o pescoço tão longo.

Segundo a lenda, a girafa era um animal com um pescoço normal, assim como o de outros bichos. Até que houve um período de seca terrível, em que os animais já haviam comido todas as ervas rasteiras e precisavam andar muito para conseguir beber água.

Um dia, em uma dessas andanças em busca de água, a girafa encontrou um rinoceronte e os dois começaram a lamentar-se. A girafa disse, então:

— Veja só, amigo... Muitos animais escavando o chão em busca de alimento, tudo está tão seco, mas as acácias continuam verdes.

O rinoceronte concordou. E a girafa prosseguiu:

— Seria maravilhoso poder comer essas folhagens que se encontram no alto das copas. É uma pena que não possamos subir nas árvores.

O rinoceronte então teve uma ideia:

— E se fôssemos falar com o feiticeiro? Ele é muito poderoso e pode ajudar.

A girafa adorou a ideia e eles foram até a casa do feiticeiro explicar o que gostariam.

O feiticeiro disse que isso seria muito fácil e pediu para que ambos voltassem no dia seguinte para que ele lhes desse uma poção a fim de que seus pescoços e pernas crescessem e pudessem alcançarem as folhas macias da acácias.

No outro dia, a girafa foi até a casa do feiticeiro, mas o rinoceronte não compareceu pois estava muito feliz comendo algumas ervas que tinha encontrado pelo caminho.

O feiticeiro ofereceu o feitiço apenas à girafa e sumiu.

A girafa comeu a poção mágica e logo começou a sentir suas pernas e pescoço alongando-se. Ela sentiu-se tonta, mas quando abriu os olhos percebeu como tudo estava diferente.

Logo avistou uma acácia e pode se deliciar com suas folhas verdinhas.

O rinoceronte de repente se lembrou do compromisso e correu até a casa do feiticeiro em busca da poção, mas já era tarde e não havia mais poção. Ele ficou furioso, pois imaginou que tivesse sido enganado.

Desde então passou a perseguir o feiticeiro pela floresta e corre atrás também de todas as pessoas que cruzam seu caminho.

5. Lenda Ubuntu

Essa é uma belíssima lenda africana que aborda valores sobre cooperação, igualdade e respeito.

Conta-se que um antropólogo ao visitar uma tribo africana, quis saber quais eram os valores humanos básicos daquele povo. Para isso, ele propôs uma brincadeira às crianças.

Ele então colocou uma cesta cheia de frutas embaixo de uma árvore e disse para as crianças que a primeira que chegasse até a árvore poderia ficar com a cesta.

Quando o sinal foi dado, algo inusitado ocorreu. As crianças correram em direção à árvore todas de mãos dadas. Assim, todas chegaram juntas ao prêmio e puderam desfrutar igualmente.

O homem ficou bastante intrigado e perguntou:

— Por que vocês correram juntos se apenas um poderia ganhar todas as frutas?

Ao que uma das crianças prontamente respondeu:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
43

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

— Ubuntu! Como um de nós poderia ficar feliz enquanto os outros estivessem tristes?
O antropólogo ficou então emocionado com a resposta.
Ubuntu é um termo da cultura Zulu e Xhosa que quer dizer "Sou quem sou porque somos todos nós". Eles acreditam que com cooperação se alcança a felicidade, pois todos em harmonia são muito mais plenos.
6. Lenda da Raposa e o Camelo
A lenda da raposa e o camelo é originária do Sudão do Sul, um país que fica no nordeste da África.
Conta a lenda que havia uma raposa de nome Awan que adorava comer lagartixas. Ela já tinha devorado todas de um lado do rio, mas queria atravessar para a outra margem, para comer mais.
Acontece que Awan não sabia nadar e teve uma ideia para solucionar o problema. Ela procurou seu amigo Zorol, um camelo, e disse:
— Olá, amigo! Eu sei que você gosta muito de cevada e se você me levar nas suas costas eu te mostro um caminho!
Zorol prontamente aceitou:
— Suba! Vamos!
Awan então subiu na corcunda de seu amigo e logo lhe indicou para que cruzasse o rio. Quando chegaram lá, Zorol foi até o campo de cevada para comer enquanto Awan se deliciava com as lagartixas.
A raposa logo ficou satisfeita, mas o camelo ainda comia. Awan então foi até o campo de cevada e começou a gritar e correr.
A gritaria da raposa chamou a atenção dos donos do campo de cevada, que foram até lá e deram uma pedrada fortíssima na cabeça do camelo, que caiu machucado.
Quando Awan encontrou Zorol caído no chão, disse:
— Vamos embora, já está anoitecendo.
Zorol então questionou:
— Por que você gritou e começou a correr? Por sua culpa eles me machucaram e eu quase morri!
— Eu tenho a mania de correr e gritar depois que como lagartixas! - Disse Awan.
— Vamos para casa então! - Falou Zorol.
Awan subiu nas costas de Zorol e o camelo começou a dançar quando estavam cruzando o rio. Awan ficou desesperada e perguntou:
— Por que você está fazendo isso?
— É que eu tenho a mania de dançar depois que como cevada. - Respondeu Zorol.
Nesse momento, a raposa caiu das costas do camelo e foi levada pelo rio. O camelo por sua vez chegou à outra margem sem problemas. Awan então recebeu uma lição por sua imprudência.

Site pesquisado:
https://www.todamateria.com.br/lendas-africanas/

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 8 a 12 de novembro 2021.
ANO: 7º — TURMA: 71 e 72

Sementes de afrodescendência:

Observe a imagem a seguir:



Parede da memória (1994-2015), de Rosana Paulino. Tecido, microfibra, xerox, linha de algodão e aquarela, 8,0 cm x 8,0 cm x 3,0 cm cada elemento.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Imagem disponível em: http://laboratoriodaamanda.blogspot.com/2017/02/apresentando-rosana-paulino.html

- O patuá é um objeto que pode ser confeccionado de várias maneiras. Vemos saquinhos com ervas aromáticas adornados com objetos relacionados a crenças e fé religiosas. Essa prática é ligada a religiões afrodescendentes, mas também é encontrada em várias outras culturas e religiões, com diferentes formatos e nomes, como relicários, talismãs e patuás. Cada cultura nomeia e consagra esses objetos de formas distintas.
- O patuá, um pequeno objeto consagrado como símbolo de proteção e sorte, no contexto da religião de sua origem, tem um significado, mas na obra da artista Rosana Paulino é ressignificado e colocado em um contexto de reflexão estética e poética.

Afrodescendentes são os descendentes dos povos africanos. No contexto da cultura e da história brasileira, essa palavra pode fazer referência a traços étnicos, costumes, tradições culturais e religiosas, entre outros aspectos, que foram herdados de povos africanos e que, no curso da nossa história, influenciaram a formação do povo brasileiro.

Da África vieram para o Brasil pessoas pertencentes a muitos povos africanos. O Brasil recebeu culturas de muitas Áfricas, sementes fortes e resistentes, que foram plantadas e continuam a florescer em forma de arte e cultura da nossa gente!

A artista paulistana **Rosana Paulino** (1967-) cria suas obras para destacar a cultura afrodescendente, as injustiças sociais, a realidade da mulher brasileira e outros assuntos que tocam seus pensamentos e sentimentos. Ela é uma artista contemporânea, que aborda temas muito representativos da arte afrodescendente brasileira.

Segundo a artista Rosana Paulino, para fazer arte o artista deve ser sincero ao se expressar. Que para criar sua arte, é preciso compreender sua própria poética.

"Precisamos sentir, perceber, experimentar para compreender. Se eu tenho uma ideia, eu tenho de testar como transmitir essa ideia, escolher linguagens, materiais, procedimentos artísticos, temas ou assuntos que me tocam"

PAULINO, Rosa. Depoimento feito especialmente para o livro didático Por toda parte. 6º ano: ensino fundamental: anos finais/ Solange dos Santos Utuari Ferrari. 2.ed. São Paulo: FTD, 2018.

Arte e afrodescendência brasileira.
Observe a imagem a seguir:



Figura 1



Figura 2

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Figura 3

O artista baiano Deoscóredes Maximiliano dos Santos, que ficou conhecido como **Mestre Didi** (1917-2013), deixou em suas obras a revelação do seu imaginário, repleto de figuras místicas que povoaram o seu mundo cultural. São seres divinos ligados à ancestralidade do artista.
Artista afrodescendente, Mestre Didi traz referência dessa cultura em suas obras. Na sua produção, criou um conjunto de obras carregadas de simbolismo africano. Ao pesquisar mais sobre suas produções podemos perceber essas influencias na escolha das materialidades, formas, cores e texturas. São esculturas e objetos trabalhados com elementos orgânicos, como palhas, sementes, búzios, entre outros. Emblemas e simbologias que provocam nossa imaginação e marcam presença na arte afrodescendente brasileira.

Figura 1: Imagem disponível em: https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/the-legacy-of-mestre-didi/
Figura 2: Imagem disponível em: https://paulodarzegaleria.com.br/exposicoes/mestre-didi/
Figura 3: Imagem disponível em: http://claudio-zeiger.blogspot.com/2011/09/arte-de-mestre-didi.html

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 03 a 05 de novembro 2021.
ANO: 8º — TURMA: 81 e 82

A arte africana a partir do século XX
(Conteúdo disponível no livro de arte).
Ler as páginas 78 e 79.

Mais perto da obra de Romuald Hazoumè.
Ler o conteúdo das páginas 56, 57, 58 e 59.

Observe as obras de Romuald Hazoumè.

OBS: Levar para a aula presencial o material solicitado:
Embalagem plástica de alvejante, ou sabão líquido. De preferência embalagens grandes.
Materiais diversos para a confecção de máscaras a partir da referência das obras de Romuald Hazoumè, como penas, barbantes, fibras de ráfia, bijuterias velhas, etc....

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 8 a 12 de novembro 2021.
ANO: 8º — TURMA: 81 e 82

Ler as páginas solicitadas
O povo Iorubá
(Conteúdo disponível no livro de arte).
Ler as páginas 80 e 81.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1885
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
46
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Arte africana a partir do século XX.
(Conteúdo disponível no livro de arte).
Ler as páginas 78 e 79.

OBS: Não esqueçam do material para o desenvolvimento da atividade plástica.

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 16 a 19 de novembro de 2021.
ANO: 8º — TURMA: 81 e 82

Atividade interdisciplinar: arte, geografia e história.

Manifestações culturais brasileiras e suas origens africanas.

Nosso país apresenta uma enorme diversidade cultural. E esta, está relacionada com as diferentes regiões do Brasil. Vamos conhecer um pouco mais sobre algumas dessas manifestações.

Afoxé



Foto: Filhos de Gandhy (SalvadorBA)

O Afoxé é uma expressão artístico-religiosa, geralmente conduzido por um Babalorixá ou Ialorixá, e funcionam no interior dos terreiros de Candomblé. A ligação dos grupos com a tradição africana também se traduz nas cores que levam às ruas, fazendo referência aos Orixás.
Fonte: Catálogo de Agremiações Carnavalescas de Recife e Região Metropolitana, 2009.

Bumba-meu-boi



Foto: Geraldo Furtado (Secretaria de Estado da Igualdade Racial MA)

O auto do **Bumba-meu-boi** é apresentado como a morte e a ressurreição de um boi especial. Pai Francisco, o escravo de confiança do patrão, mata e arranca a língua do boi para satisfazer os desejos de grávida de sua esposa, Mãe Catirina. Após ser perseguido, preso e castigado, Pai Francisco se vê forçado a ressuscitar o animal. Todos, então, cantam e dançam em comemoração. O boi é uma das principais referências da cultura negra maranhense, presente em vários estados brasileiros.
Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MinC

Capoeira

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Foto: Acervo (FCP – MinC)

A Capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais criadas a partir de suas "modalidades" mais conhecidas: as chamadas "capoeira angola" e "capoeira regional". Os principais aspectos da capoeira, como prática cultural desenvolvida no Brasil, são o saber transmitido pelos mestres, como reconhecidos por seus pares, e a roda, onde a capoeira reúne todos os seus elementos e se realiza de modo pleno.
Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MinC

Carimbó



Foto: Everaldo Nascimento (Agência Pará Governo do Pará)

O Carimbó é um encontro do pé batido indígena com a dança de origem africana, preservado pela oralidade dos mestres populares. O nome Carimbó deriva do instrumento de percussão indígena curimbó, que na língua tupi quer dizer pau oco. Em setembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para se tornar Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.
Fonte: Revista Raiz e site Amazônia Real

Congada



Foto: Fábio Durso

O Congado, também chamado de Congo ou Congada mescla cultos católicos com africanos num movimento sincrético. É uma dança que representa a coroação do rei do Congo, acompanhado de um cortejo compassado, cavalgadas, levantamento de mastros e música. Os instrumentos musicais utilizados são a cuíca, a caixa, o pandeiro, o reco-reco. O ponto alto da festa é a coroação do rei do Congo.
Fonte: Portal Geledés

Frevo

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
48

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Foto: Antônio Tenório (Prefeitura do RecifePE)

O Frevo é uma forma de expressão musical, coreográfica e poética. O gênero musical urbano surge no final do século 19, no Carnaval, em um momento de transição e efervescência social como forma de expressão das classes populares nos espaços públicos e nas relações sociais. Sua dança origina-se na capoeira.
Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – MinC

Maculelê



Foto: Acervo Ascom (FCP – MinC)

Foi inspirado em uma arte marcial armada de escravizados malês. Conta a lenda de um jovem guerreiro que sozinho defendeu sua tribo de um grupo rival usando apenas dois pedaços de pau. Na dança, com dois bastões, os participantes desferem e aparam golpes no ritmo da música. Outros grupos pelo país utilizam facões no lugar dos bastões, o que proporciona um bonito efeito visual pelas faíscas que saem após cada golpe.

Negro fugido



Foto: Acervo Ascom/FCP – MinC

Mantido há mais de um século pelos pescadores da região do Recôncavo Baiano, o Nego Fugido é um teatro popular de rua que mistura também elementos da dança, música e declamação. Conta uma versão peculiar da história do Brasil que compreende a abolição da escravatura a partir de um processo de revolta, luta e resistência do povo negro. A narrativa entrelaça o legado coletivo do

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Recôncavo, à prática da pesca artesanal e às práticas religiosas e culturais afro-brasileiras locais, cuja memória do passado escravizado se articula no enfrentamento dos atuais problemas enfrentados pelas comunidades.

Reisado de Congo



Foto: Felipe Abud (Secretaria de Estado de Cultura de Amapá)

Festa popular da região do Cariri, no estado do Ceará, tem como característica o teatro urbano e as danças de cortejo, legados marcantes das festas religiosas de matriz africana. A manifestação carrega também traços do catolicismo, recordando o trajeto dos Três Reis Magos para visitar o menino Jesus. É realizada na rua sob a forma de procissão, onde reúne cantadores e dançadores acompanhados por uma orquestra e apresenta dramatizações. Se compõe de várias partes e tem como personagens, os Três Reis Magos, o rei e a rainha de congo, o mestre, o contramestre, figuras e moleques.

Samba de Roda



Foto: Manu Dias (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia)

Considerado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como Patrimônio Imaterial brasileiro, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano é uma das mais importantes expressões musical, coreográfica, poética e festiva do país. Reúne as tradições culturais que incluem o culto aos orixás e caboclos, o jogo da capoeira e a chamada comida de azeite. Variante musical mais tradicional do samba, surgiu, provavelmente, no século XIX e é considerada por historiadores como uma das fontes do samba carioca, também tombado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Teatro Experimental do Negro (TEN)

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Foto: José Medeiros

O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramatúrgico, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países.

Site pesquisado:
http://www.palmares.gov.br/?page_id=34089

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 22 a 26 de novembro de 2021.
ANO: 8º — TURMA: 81 e 82

Danças africanas e afro-brasileiras

“As danças africanas são uma expressão fundamental da cultura deste continente e influenciaram diversos ritmos internacionais. Habitualmente são acompanhadas por instrumentos de percussão e todos podem participar delas, não importa seu status ou sua idade.

Além de possuírem essa faceta artística e lúdica, algumas são encaradas como um modo de estar em contato com os antepassados e o mundo espiritual”.

MARCELLO, Carolina Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes

Kuduro
Nascido em Angola, durante a década de 80, o Kuduro começou sendo um tipo de dança e depois se tornou um estilo musical que conquistou admiradores do mundo todo.
A dança foi criada nas ruas de Luanda por uma juventude periférica que a encarava como um veículo para expressar sua criatividade.
Com movimentos rápidos, principalmente nos quadris e membros inferiores, o Kuduro é bastante comum em bailes e festas, podendo ser dançado de forma coletiva ou individual.
https://www.youtube.com/watch?v=NhJkgVhmPHE&t=113s

Kizomba
Cada vez mais famosa em várias partes do mundo, a Kizomba é um gênero de música e dança que surgiu em Angola, resultado dos vários ritmos que se misturavam nas grandes festas que eram chamadas de "kizombadas".
A dança lenta e sensual, nascida na década de 80, desperta a cumplicidade entre os pares e se tornou a favorita de muitos casais apaixonados.
https://www.youtube.com/watch?v=zX2sNsA99YA&t=94s

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Semba
A chamada "dança da família" tem uma tradição muito forte em Angola e se popularizou na década de 50. Em kimbundo a palavra significa "umbigada", ou seja, uma dança na qual os umbigos dos pares ficam colados.
Além desse passo fundamental se destacam as caminhadas e variações de ritmo que abrem espaço para a criatividade e o improviso. Por isso, o semba é encarado como um dos estilos africanos mais fáceis para os iniciantes aprenderem.
https://www.youtube.com/watch?v=XHRicvVodkI&t=24s

Maracatu
O maracatu é uma tradição criada em Pernambuco, durante o período colonial, que faz parte do folclore brasileiro. Ele pode assumir várias formas e combina dança, música e religiões de matriz africana com elementos das culturas indígena e portuguesa.
Os cortejos fazem referência às cortes africanas e apresentam vários personagens como o rei, a rainha e a baianas.
Popular em regiões como Recife e Nazaré da Mata, o maracatu é o ritmo afro-brasileiro mais antigo e pode prestar homenagem a alguns orixás do Candomblé.

Samba de roda
Relacionado com a capoeira, o samba de roda nasceu no Recôncavo Baiano, durante o século XVII, e é considerado o precursor do samba como conhecemos hoje.
Normalmente associado às celebrações e ao culto dos orixás, o estilo foi influenciado pelo semba africano e é considerado Patrimônio Imaterial da Humanidade. A dança coletiva costuma ser acompanhada por palmas e poesias declamadas; nela, as mulheres assumem um maior destaque.
https://www.youtube.com/watch?v=XDDN72SkeRs&t=196s

Congada
Parte do folclore afro-brasileiro, a Congada é uma manifestação de caráter cultural e religioso que envolve música, teatro, dança e espiritualidade.
Sua origem está relacionada com uma antiga tradição africana na qual se comemorava a coroação do Rei do Congo e da Rainha Jinga de Angola. Através do sincretismo religioso, a celebração passou a ser dedicada a São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário.
Durante a dança os participantes se organizam em fileiras, frente a frente, e realizam coreografias que simulam um combate ao ritmo da música.
https://www.youtube.com/watch?v=rsDCJ8Dj_f0&t=144s

Site pesquisado:

https://www.culturagenial.com/dancas-africanas-e-afro-brasileiras/

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 03 a 05 de novembro 2021.
ANO: 9º — TURMA: 91 e 92

Arte africana contemporânea.

As muitas culturas africanas também exercem influência em obras de artistas contemporâneos que buscam reforçar os valores dessas culturas e mostrar ao mundo quão ricas e complexas são as produções dos povos do continente africano.

Esther Mahlangu é um exemplo de artista que ajudou a levar as tradições africanas para espaços importantes de divulgação da arte, como museus e galerias, e ganhou reconhecimento em muitos lugares do mundo. Nascida na África do Sul, em 1935, Esther aprendeu a pintar aos 10 anos e, na década de 1980, época do apartheid, pintou as casas da tribo em que morava com cores vibrantes na intenção de chamar a atenção das autoridades locais, a fim de evitar que as pessoas fossem desalojadas.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Imagem disponível em: https://www.hypeness.com.br/2015/04/a-etnia-africana-que-usa-as-fachadas-de-suas-casas-como-tela-para-pinturas-coloridas/

Seu trabalho foi reconhecido por alguns pesquisadores franceses que estavam a trabalho na África, e apenas anos depois a artista teve sua primeira mostra no centro Pompidou, em Paris, um dos mais renomados locais de exposição de arte.

A técnica que Esther usa para realizar seus desenhos é uma tradição da região onde mora, o vilarejo Ndebele, local onde os habitantes pintam as casas com motivos geométricos para indicar eventos como nascimento, morte, casamento, etc. A artista realiza seus desenhos à mão livre, sem fazer estudos prévios de composição, criando formas geométricas e muito coloridas.

Além de pintar casas e telas, a artista desenha em objetos do cotidiano, como potes e até em carros. Sua obra inspirou outros artistas, como o estilista brasileiro Alexandre Herchcovich (1971-), que em 2007 criou uma coleção de roupas com forte referência às obras da artista.





Imagens disponíveis em:
http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=189&evento=1
http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=188&evento=1

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 08 a 12 de novembro 2021.
ANO: 9º — TURMA: 91 e 92

Ritmos africanos

Assim como acontece com as esculturas, a música e a dança dos povos africanos são diversas e muitas vezes estão relacionadas a rituais religiosos, cerimonias de casamento e nascimento e a temas do cotidiano, como o trabalho. Geralmente, as músicas são executadas para serem acompanhadas por algum tipo de dança, motivo pelo qual o ritmo é um elemento tão importante e rico, e os instrumentos mais comumente utilizados são os de percussão, como os tambores. É comum, por exemplo, o uso de guizos nas pernas para marcar o ritmo em tipos de dança em que o canto tem papel principal, como é o caso das danças tradicionais do povo Mogwana, de Botsuana.

Ritmos tradicionais africanos como semba, kuduro, sakiss, entre outros, são acompanhados de danças em que os bailarinos fazem pequenas coreografias, movendo diferentes partes do corpo, como braços, pernas e cabeça, em apenas um movimento, criando um ritmo corporal. A quizomba, por exemplo, é uma dança originada em Angola em que duas pessoas dançam juntas acompanhando o ritmo de músicas mais lentas e cadenciadas. Os movimentos da quizomba lembram a lambada brasileira e ganham cada vez mais adeptos pelo mundo.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 53

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

A variedade dos ritmos africanos pode ser vista em muitas das músicas e das danças brasileiras. Entre elas destacam-se o lindu, o batuque, o ijexá, a capoeira e o coco.

A capoeira é uma mistura de dança, esporte e brincadeira criada pelos negros escravizados como forma de resistência para lidar com a escravização e a violência a que eram submetidos. Os movimentos da capoeira são rápidos e acrobáticos, e os jogadores utilizam pés e mãos ao ritmo da música. A ginga é o movimento mais conhecido do jogo e é uma importante parte da defesa e do ataque dos capoeiristas.

Em razão de sua importância histórica e cultural, as rodas de capoeira tornaram-se, em 2014, patrimônio cultural imaterial da humanidade.

O samba, muito associado ao Carnaval do Rio de Janeiro, também tem origem africana. Surgido no Recôncavo Baiano, em meio a comunidades de africanos que vieram para o Brasil escravizados, o samba de roda permitia às pessoas encontrarem meios de distrair, recordarem suas origens culturais e cantarem os lamentos da escravidão. Artistas como Ismael Silva (1905-1978), Cartola (1908-1980) e Adoniran Barbosa (1910-1982) levaram o samba para o mundo, tornando-o um dos ritmos mais conhecidos do Brasil.



Jogar capoeira, de Johann Moritz Rugendas, 1835. Litografia sobre papel de 32,5 cm x 52,5 cm.

Imagem disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendasroda.jpg

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE
ANO: 9º

SEMANA: 16 a 20 de novembro de 2021
TURMA: 91 e 92

A lenda das Abayomis

Quando os negros vieram da África para o Brasil como escravos, atravessaram o Oceano Atlântico numa viagem muito difícil a bordo dos tumbeiros, navios de pequeno porte que realizavam o transporte de escravos. As crianças choravam assustadas, porque viam a dor e o desespero dos adultos. As mães negras, então, para acalentar suas crianças, rasgavam tiras de pano de suas saias e faziam bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção para as crianças brincarem. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa “Encontro precioso”, em iorubá, uma das maiores etnias do continente africano, cuja população habita parte de Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim. Quando você dá uma boneca Abayomi para alguém, esse gesto significa que você está oferecendo o que tem de melhor para essa pessoa.

Após a conclusão dá proposta e registro fotográfico, você poderá dar a boneca para uma pessoa contando sua história e o significado que ela carrega.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
54

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 22 a 26 de novembro de 2021.
ANO: 9º — TURMA: 91 e 92

Danças africanas e afro-brasileiras

“As danças africanas são uma expressão fundamental da cultura deste continente e influenciaram diversos ritmos internacionais. Habitualmente são acompanhadas por instrumentos de percussão e todos podem participar delas, não importa seu status ou sua idade.

Além de possuírem essa faceta artística e lúdica, algumas são encaradas como um modo de estar em contato com os antepassados e o mundo espiritual”.

MARCELLO, Carolina Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes

Kuduro
Nascido em Angola, durante a década de 80, o Kuduro começou sendo um tipo de dança e depois se tornou um estilo musical que conquistou admiradores do mundo todo.
A dança foi criada nas ruas de Luanda por uma juventude periférica que a encarava como um veículo para expressar sua criatividade.
Com movimentos rápidos, principalmente nos quadris e membros inferiores, o Kuduro é bastante comum em bailes e festas, podendo ser dançado de forma coletiva ou individual.
https://www.youtube.com/watch?v=NhJkgVhmPHE&t=113s

Kizomba
Cada vez mais famosa em várias partes do mundo, a Kizomba é um gênero de música e dança que surgiu em Angola, resultado dos vários ritmos que se misturavam nas grandes festas que eram chamadas de "kizombadas".
A dança lenta e sensual, nascida na década de 80, desperta a cumplicidade entre os pares e se tornou a favorita de muitos casais apaixonados.
https://www.youtube.com/watch?v=zX2sNsA99YA&t=94s

Semba
A chamada "dança da família" tem uma tradição muito forte em Angola e se popularizou na década de 50. Em kimbundo a palavra significa "umbigada", ou seja, uma dança na qual os umbigos dos pares ficam colados.
Além desse passo fundamental se destacam as caminhadas e variações de ritmo que abrem espaço para a criatividade e o improviso. Por isso, o semba é encarado como um dos estilos africanos mais fáceis para os iniciantes aprenderem.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

https://www.youtube.com/watch?v=XHRicvVodkI&t=24s

Maracatu
O maracatu é uma tradição criada em Pernambuco, durante o período colonial, que faz parte do folclore brasileiro. Ele pode assumir várias formas e combina dança, música e religiões de matriz africana com elementos das culturas indígena e portuguesa.
Os cortejos fazem referência às cortes africanas e apresentam vários personagens como o rei, a rainha e a baianas.
Popular em regiões como Recife e Nazaré da Mata, o maracatu é o ritmo afro-brasileiro mais antigo e pode prestar homenagem a alguns orixás do Candomblé.

Samba de roda
Relacionado com a capoeira, o samba de roda nasceu no Recôncavo Baiano, durante o século XVII, e é considerado o precursor do samba como conhecemos hoje.
Normalmente associado às celebrações e ao culto dos orixás, o estilo foi influenciado pelo semba africano e é considerado Patrimônio Imaterial da Humanidade. A dança coletiva costuma ser acompanhada por palmas e poesias declamadas; nela, as mulheres assumem um maior destaque.
https://www.youtube.com/watch?v=XDDN72SkeRs&t=196s

Congada
Parte do folclore afro-brasileiro, a Congada é uma manifestação de caráter cultural e religioso que envolve música, teatro, dança e espiritualidade.
Sua origem está relacionada com uma antiga tradição africana na qual se comemorava a coroação do Rei do Congo e da Rainha Jinga de Angola. Através do sincretismo religioso, a celebração passou a ser dedicada a São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário.
Durante a dança os participantes se organizam em fileiras, frente a frente, e realizam coreografias que simulam um combate ao ritmo da música.
https://www.youtube.com/watch?v=rsDCJ8Dj_f0&t=144s

Site pesquisado: https://www.culturagenial.com/dancas-africanas-e-afro-brasileiras/

ATIVIDADE REMOTA
Nome: _____
Turma: **6º ANO - Interdisciplinar** Comp. Curricular: **Português e Arte**
Data: 26/04/2021 **Entrega: 30/04/2021**

A lenda que você vai ler conta a bela história do amor de uma índia chamada Iraci, que se apaixonou pela Lua. Ler essa lenda é uma possibilidade de viajar pelas narrativas indígenas da região amazônica e desfrutar de sua intensa e preciosa relação com a natureza.
Mas com é uma pessoa se apaixonar pela Lua?

A vitória – régia

Há muitas luas, viva numa aldeia uma índia que acreditou numa lenda antiga do seu povo que dizia que a Lua era um guerreiro forte e poderoso.
Desde que soube desta história, Iraci começou a sonhar com o guerreiro imaginário. Ela só pensava nisso e acabou se apaixonando por esse lendário. Com o tempo, foi se afastando de todos e se fechou em seu mundo interior. Não conversava com as amigas, não se interessava por nenhum índio.
Iraci passava os dias esperando que a Lua surgisse. Então ficava olhando para o céu e não via mais nada, só o poderoso guerreiro. Diversas noites, ela saiu correndo com os braços erguidos, procurando agarrar a Lua que brilhava tão linda no céu.
Na aldeia, todos tinham pena da índia e procuravam dizer para ela que aquilo era um sonho. Mas Iraci tinha um objetivo: queria se transformar numa estrela, para ser admirada pela Lua.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Quando não havia luar, ela se aborrecia; ficava na oca até a Lua aparecer novamente. Então, saía correndo com os braços erguidos, procurando alcançar o seu guerreiro no céu.
Uma noite em que o luar estava mais bonito que nunca, ela saiu correndo atrás da Lua. Chegando à beira da lagoa, viu uma Lua refletida no meio das águas tranquilas e acreditou que ela havia descido do céu para banhar-se ali. Finalmente ia conhecer o seu poderoso guerreiro.
Sem hesitar, mergulhou nas águas profundas e nadou em direção à imagem da Lua. Quando percebeu que aquilo era uma ilusão, tentou voltar; mas não teve tempo e acabou morrendo afogada.
A Lua ficou triste com o que aconteceu. Já que não tinha transformado a índia numa estrela como ela tanto queria, decidiu torna-la uma estrela das águas – uma flor, a mais bela de todas, a rainha das flores aquáticas.
E, assim, Iraci foi transformada na vitória-régia. Em noite de Lua, essa maravilhosa flor se abre, revelando sua impressionante beleza.

Histórias e lendas do Brasil: norte. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2010.

Atividade plástica em artes:
Construção da vitória régia em origami.

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 12 a 16 de abril de 2021
ANO: 7º — TURMA: 71 e 72

A arte dos povos indígenas:

A configuração identitária do Brasil contemporâneo é resultado de uma mistura de culturas diferentes ao longo de sua história. No período da colonização, a arte e a cultura europeias foram impostas e tornaram-se dominantes sobre as formas de vida locais. No entanto essa hegemonia não impediu a marcante resistência das culturas indígenas e africanas enraizadas na formação da identidade brasileira.

Temos uma forte referência cultural em nosso imaginário, e é preciso observar como ela está presente em nosso cotidiano, em nosso meio ambiente e até em nossa família. Você tem ascendência indígena? O que você conhece sobre a cultura indígena?

A produção artística indígena:

As diferentes sociedades indígenas brasileiras têm manifestações artísticas e culturais que se assemelham e se distinguem ao mesmo tempo.

Cerâmica:

Uma das criações artísticas mais famosas dos povos indígenas do Brasil é a cerâmica. A maioria das sociedades produz, a partir do barro, objetos do cotidiano, como vasos, vasilhas, urnas e outros recipientes, além de estátuas, esculturas e instrumentos.

A cerâmica produzida pelos indígenas marajoaras, que habitam a ilha de Marajó (cercada pelos rios Amazonas e Tocantins e pelo Oceano Atlântico), por exemplo, é conhecida mundialmente por sua riqueza estética.

Arte plumária

Além da cerâmica, a arte plumária é comum nas sociedades indígenas. Para confeccionar adornos, flechas, cocares, entre outros, os indígenas utilizam penas e plumas de pássaros, associados a outros materiais. As penas e as plumas usadas nos trabalhos artísticos são coletadas na natureza e geralmente tingidas para seu manuseio.

Cestaria

O uso de formas geométricas, repetidas e abstratas, também é muito frequente no trabalho feito em cestarias. Os Baniwa, grupo indígena que habita parte da fronteira do Brasil com a Venezuela e a Colômbia, são conhecidos artesãos que desenvolveram uma complexa técnica de trançar e pintar as talas de arumã, um tipo de palmeira. As cestarias, de forma semelhante às cerâmicas, são utilizadas em sua maioria para o armazenamento de alimentos e

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

objetos. O uso dos cestos também é recorrente na produção de determinados alimentos, como a farinha de mandioca.

Pintura corporal

Outra manifestação artística tipicamente indígena é a pintura corporal, que é única para cada comunidade e apresenta múltiplos significados dentro de seu grupo. Esse tipo de produção é marcado por símbolos que se transformam em padrões abstratos.

Os padrões abstratos criados pelos indígenas não representam qualquer figura geométrica, mas carregam valor simbólico e retratam os diversos elementos do cotidiano deles, além de muitas vezes serem utilizados em festividades e cerimônias rituais.

Pintura em tela

As artes indígenas também têm importantes expressões na arte contemporânea. É o caso do artista Jaider Esbell (1979-), indígena macuxi da terra indígena Raposa Serra do Sol, situado no estado de Roraima.

Esbell costuma criar obras que retratam o cotidiano e a realidade dos povos indígenas. O artista propõe em suas criações uma imersão em sua bagagem ancestral, dos saberes indígenas, da língua e das pinturas produzidas há séculos por esses povos.

Proposta de atividade:

Mais do que criar obras, é interessante criar os meios para isso. Assim, nós nos tornamos mais livres para fazer o que queremos.

As cores sempre fascinaram os povos e suas culturas. A inspiração vem da observação da natureza, de suas cores e formas; depois, o desejo de usar essas cores para manifestar o que pensamos ou sentimos. Que tal então criarmos nossas próprias tintas?

Assim, como os indígenas, nesta atividade você vai produzir as próprias tintas para pintar.

Tema: A lenda do milho (postada na disciplina de geografia).

Escolha a parte da lenda que mais lhe chamou a atenção para fazer a ilustração e depois pinte usando as cores que você criou.

Fotografe e poste a imagem na aba atividade no classroom. Bom trabalho!

Material necessário: (sugestão)
- Pó de café (usado)
- Urucum (vermelhão)
- Açafrão da terra
- Cola branca
- Água
- Terra
- Carvão triturado.

Modo de fazer:

Coloque um pouquinho de cada pó em recipientes diferentes, adicione um pouquinho de cola e água e misture até obter uma mistura homogênea.
Agora, sua tinta está pronta. É só fazer o trabalho!

Bom trabalho!

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 26 a 30 de abril de 2021
ANO: 7º — TURMA: 71 e 72

Atividade interdisciplinar envolvendo as disciplinas de arte, português e geografia.

A vitória – régia

Há muitas luas, viva numa aldeia uma índia que acreditou numa lenda antiga do seu povo que dizia que a Lua era um guerreiro forte e poderoso.
Desde que soube desta história, Iraci começou a sonhar com o guerreiro imaginário. Ela só pensava nisso e acabou se apaixonando por esse lendário. Com o tempo, foi se afastando de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

todos e se fechou em seu mundo interior. Não conversava com as amigas, não se interessava por nenhum índio.
Iraci passava os dias esperando que a Lua surgisse. Então ficava olhando para o céu e não via mais nada, só o poderoso guerreiro. Diversas noites, ela saiu correndo com os braços erguidos, procurando agarrar a Lua que brilhava tão linda no céu.
Na aldeia, todos tinham pena da índia e procuravam dizer para ela que aquilo era um sonho. Mas Iraci tinha um objetivo: queria se transformar numa estrela, para ser admirada pela Lua.
Quando não havia luar, ela se aborrecia; ficava na oca até a Lua aparecer novamente. Então, saía correndo com os braços erguidos, procurando alcançar o seu guerreiro no céu.
Uma noite em que o luar estava mais bonito que nunca, ela saiu correndo atrás da Lua. Chegando à beira da lagoa, viu uma Lua refletida no meio das águas tranquilas e acreditou que ela havia descido do céu para banhar-se ali. Finalmente ia conhecer o seu poderoso guerreiro.
Sem hesitar, mergulhou nas águas profundas e nadou em direção à imagem da Lua. Quando percebeu que aquilo era uma ilusão, tentou voltar; mas não teve tempo e acabou morrendo afogada.
A Lua ficou triste com o que aconteceu. Já que não tinha transformado a índia numa estrela como ela tanto queria, decidiu torna-la uma estrela das águas – uma flor, a mais bela de todas, a rainha das flores aquáticas.
E, assim, Iraci foi transformada na vitória-régia. Em noite de Lua, essa maravilhosa flor se abre, revelando sua impressionante beleza.

Histórias e lendas do Brasil: norte. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2010.

1ª Proposta: A partir da lenda A vitória – régia, fazer uma ilustração da parte que mais lhe chamou a atenção.
- Construção da vitória régia em origami.

ATIVIDADE REMOTA DE ARTE — SEMANA: 26 a 30 de abril de 2021
ANO: 8º — TURMA: 81 e 82, 91 e 92

A arte dos povos indígenas:

A configuração identitária do Brasil contemporâneo é resultado de uma mistura de culturas diferentes ao longo de sua história. No período da colonização, a arte e a cultura europeias foram impostas e tornaram-se dominantes sobre as formas de vida locais. No entanto essa hegemonia não impediu a marcante resistência das culturas indígenas e africanas enraizadas na formação da identidade brasileira.

Temos uma forte referência cultural em nosso imaginário, e é preciso observar como ela está presente em nosso cotidiano, em nosso meio ambiente e até em nossa família. Você tem ascendência indígena? O que você conhece sobre a cultura indígena?

A produção artística indígena:

As diferentes sociedades indígenas brasileiras têm manifestações artísticas e culturais que se assemelham e se distinguem ao mesmo tempo.

Cerâmica:

Uma das criações artísticas mais famosas dos povos indígenas do Brasil é a cerâmica. A maioria das sociedades produz, a partir do barro, objetos do cotidiano, como vasos, vasilhas, urnas e outros recipientes, além de estátuas, esculturas e instrumentos.

A cerâmica produzida pelos indígenas marajoaras, que habitam a ilha de Marajó (cercada pelos rios Amazonas e Tocantins e pelo Oceano Atlântico), por exemplo, é conhecida mundialmente por sua riqueza estética.

Arte plumária

Além da cerâmica, a arte plumária é comum nas sociedades indígenas. Para confeccionar adornos, flechas, cocares, entre outros, os indígenas utilizam penas e plumas de pássaros, associados a outros materiais. As penas e as plumas usadas nos trabalhos artísticos são coletadas na natureza e geralmente tingidas para seu manuseio.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

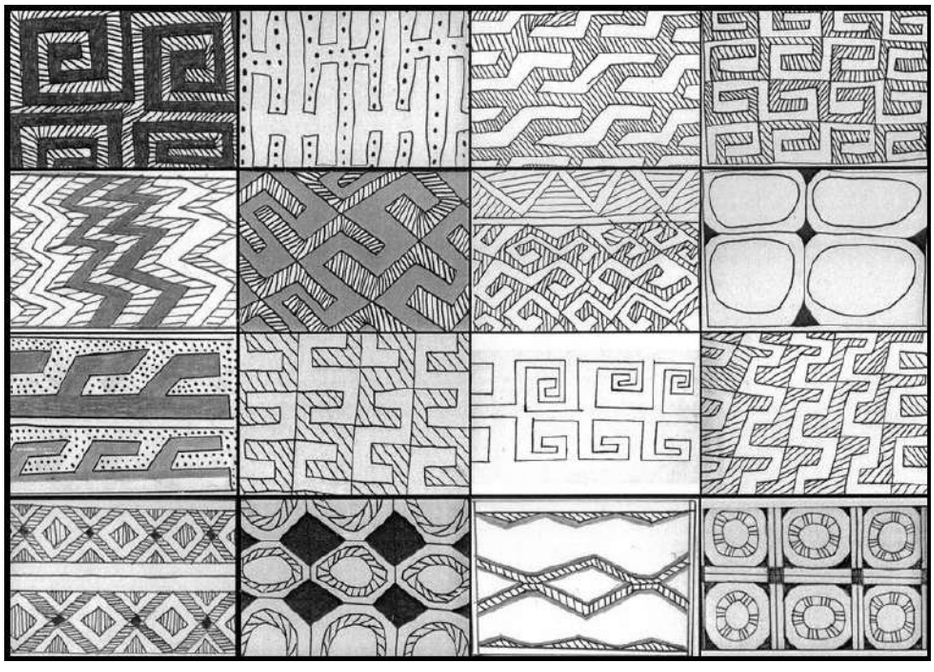
Cestaria

O uso de formas geométricas, repetidas e abstratas, também é muito frequente no trabalho feito em cestarias. Os Baniwa, grupo indígena que habita parte da fronteira do Brasil com a Venezuela e a Colômbia, são conhecidos artesãos que desenvolveram uma complexa técnica de trançar e pintar as talas de arumã, um tipo de palmeira. As cestarias, de forma semelhante às cerâmicas, são utilizadas em sua maioria para o armazenamento de alimentos e objetos. O uso dos cestos também é recorrente na produção de determinados alimentos, como a farinha de mandioca.

Pintura corporal

Outra manifestação artística tipicamente indígena é a pintura corporal, que é única para cada comunidade e apresenta múltiplos significados dentro de seu grupo. Esse tipo de produção é marcado por símbolos que se transformam em padrões abstratos.

Os padrões abstratos criados pelos indígenas não representam qualquer figura geométrica, mas carregam valor simbólico e retratam os diversos elementos do cotidiano deles, além de muitas vezes serem utilizados em festividades e cerimônias rituais.



Leia a lenda a seguir:
A Lenda do Pequi – Por Marieta Teles Machado

Tainá-racan tinha os olhos cor de noite estrelada. Seus cabelos desciam pelas espáduas com um tufo de seda negra e luzidia. O andar era elegante, cadenciado como o de uma deusa passeando, flor entre flores, no seio da mata. Maluá botou os olhos em Tainá-racan e o coração saltou, louco e fogoso, no peito do jovem e formoso guerreiro. “Ela é mesmo linda como a estrela da manhã. Quero-a para minha esposa. Hei de amá-la enquanto durar a minha vida! ” Doce foi o encontro e, juntos e casados, a vida dos dois era bela e alegre com o ipê florido. De madrugada, Maulá saía para a caça e para a pesca, enquanto a esposa tecia os colares, as esteiras, moqueava o peixe, preparando o calugi para ofertar ao amado, quando ele chegasse com o cesto às costas, carregado de peixe e frutas, as mais viçosas, para oferecer-lhe.

O tempo foi passando, passando. No enlevo do amor, eles não perceberam quantas vezes a lua viajou pela arcada azul do céu, quantas vezes o sol veio e se escondeu na sua casa do horizonte. Floriram os ipês. Caíram as flores. Amareleceram as folhas, que o vento levava em loucas revoadas pelos campos. Os vermelhos cajus arcavam de fartura e beleza os galhos dos cajueiros. As castanhas escondiam-se no seio da terra boa. Rebentavam-se em brotos, e novos

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
60

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

cajueiros despontavam. As cigarras enchiam as matas com sua forte sinfonia e sua vida evolava-se, aos poucos, em cada nota de seu canto. Nascimentos, mortes, transformações e os dias andando, andando.

Após três anos de casamento, numa noite bonita, em que o rio era um calmo dorso de prata à luz do luar e os bichos noturnos cantavam fundas tristezas e medos, Maluá encostou a cabeça no peito de Tainá-racan e apertou-a com ternura. No olhar de ambos, há muito, havia uma sombra. Nenhum deles tinha a coragem de falar. Uma palavra de mágoa, temiam, poderia quebrar o encanto de seu amor. A beleza da noite estremecia o coração sensível de Tainá-racan. Ela ajuntou a alma dos lábios e perguntou com voz trêmula, em sussurro: -Estás triste, amado meu? Nem é preciso que respondas. Há tempo vejo uma sombra nos teus olhos.

-Sim, respondeu o valente guerreiro. Tu sabes que eu estou triste e tu também estás.

A dor é a mesma. -Onde está nosso filho que Cananxiué não quer mandar?

-Sim, onde está nosso filho? …

Maluá alisou com carinho o ventre da formosa esposa. “E o nosso filho não vem”, murmurou. Dois pequeninos rios de lágrimas deslizaram pelas faces coradas de Tainá-racan. Um vento forte perpassou pela floresta. Uma nuvem escura cobriu a lua, que não mais tornava de prata as águas mansas do rio. Trovões reboaram ao longe. Maluá envolveu Tainá-racan nos braços e amou-a. “Nosso filho virá, sim. Cananxiué no-lo mandará”.

Quando os ipês voltaram a florir, no ano seguinte, numa madrugada alegre, nasceu Uadi, o Arco-Íris. Era lindo, gordinho, tinha os olhos cor de noite estrelada como os da mãe e era forte como o pai. Mas, havia nele algo diferente, algo que espantou o pai, a mãe, a tribo inteira: Uadi tinha os cabelos dourados como as flores do ipê. Maluá recebeu o nascimento do filho como um presente de Cananxiué.

Seu coração, contudo, estremeceu com a singularidade dele. Começou a espalhar pela tribo a lenda de que o menino era filho de Cananxiué. O menino crescia cheio de encanto, alegria e de uma inteligência incomum. Fascinava a mãe, o pai, a aldeia, a tribo toda. Com rapidez incrível aprendeu o nome das coisas e dos bichos. Sabia cantar as baladas tristes e alegres que a mãe ensinava. Era a alegria e a festa da mãe, do pai, da tribo.

Um dia, Maluá, com outros guerreiros, foi chamado para a luta. Os olhos pretos de Tainá-racan encheram-se de lágrimas. O rostinho vivo de Uadi se ensombreceu. À despedida, seus bracinhos agarram-se ao pescoço do pai e ele falou: “Papai, vou-me embora para a noite, depois, chegarei à casa de Tainá-racan, a mãe, lá no céu”. E seu dedinho róseo apontou o horizonte. O corpo de bronze do guerreiro se estremeceu. Seus lábios moveram-se, mas as palavras teimavam em não sair. Ele apertou, com força, o menino nos braços e, por fim, falou: “Que é isso, filhinho, tu não vais para lugar nenhum, nenhum deus te arrancará de mim. A tua casa é a casa de tua mãe, Tainá-racan, aqui na terra, e a de seu pai. Se for preciso, não partirei para a guerra. Ficarei contigo”.

Nesse momento, Cananxuié, o senhor de todas as matas, de todos os animais, de todos os montes, de todos os valores, de todas as águas e de todas as flores, desceu do céu sob a forma de Andrerura, a arara vermelha, e gritou um grito forte: “Vim buscar meu filho! ” Agarrou-o e levou-o pelos ares.

Tainá-racan e Maluá caíram de joelhos. O guerreiro abriu os braços gritando: “O filho é nosso, sua casa é a de sua mãe, Tainá-racan, aqui na terra! Devolve meu filho, a Cananxiué! O grito de Maluá ecoou pela mata, ferindo de dor o silêncio. O peito do guerreiro palpitava de sofrimento como uma montanha ferida pelo terremoto. O velho chefe guerreiro aproximou-se dele, bateu-lhe no ombro e bradou: “Teus companheiros já partem.

Maior que tua dor é tua honra de guerreiro e a glória de nossa tribo! Vai, meu filho, Cananxiué buscou o que é dele. Muitos outros filhos ele te dará. Tainá-racan é jovem. Tu és jovem. Vai, guerreiro, não deixa a dor matar sua coragem! ”

Maluá partiu. Tainá-racan encostou a fronte na terra, onde pouco antes pisavam os pezinhos encantados de Uadi. Chorou. Chorou. Chorou três dias e três noites.

Então, Cananxiué se apiedou dela. Baixou a terra e disse: “Das tuas lágrimas nascerá uma planta que se transformará numa árvore copada. Ela dará flores cheirosas que os veados, as capivaras e os lobos virão comer nas noites de luar. Depois, nascerão frutos. Dentro da casca verde, os frutos serão dourados como os cabelos de Uadi. Mas a semente será cheia de espinhos, como os espinhos da dor de teu coração de mãe. Seu aroma será tão tentador e inesquecível que aquele que provar do fruto e gostar, amá-lo-á para jamais o esquecer. Como também amará a terra que o produziu. Todos os anos, encherei, generosamente, sua copa de frutos, que os galhos se curvarão com a fartura. Ele se espalhará pelos campos, irá para a mesa dos pobres e dos ricos. Quem estiver longe e não puder comê-lo sentirá uma saudade doida de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

seu aroma. Nenhum sabor o substituirá. Ele há de dourar todos os alimentos com que se misturar e, na mesa em que estiver, seu odor predominará sobre todos. Ele há de dourar também os licores, para a alegria da alma".

Tainá-racan ergue o olhar, aquele olhar onde brilhou a primeira estrela da consolação. E perguntou ao deus: -Como se chamará, Cananxiué, esse fruto, cujo coração são os espinhos de minha dor, cuja cor são os cabelos de ouro de Uadi e cujo aroma é inesquecível como o cheiro dessa mata, onde brinquei com meu filhinho?

-Chamar-se-á Tamauó, pequi, minha filha. Quero ver-te alegre de novo, pois te darei muitos filhos, fortes e sadios como Maluá. E teu marido voltará cheio de glória da batalha, pois muitos séculos se passarão até que nasça um guerreiro tão destemido e tão honrado! Ele comerá deste fruto e gostará dele por toda a vida! ". Tainá-racan sorriu. E o pequizeiro começou a brotar.

Proposta de atividade:
A partir da lenda do Pequi, nos exemplos de grafismo, e nas imagens apresentadas na aula online (live), crie um grafismo usando cores, traços, formas.

RELATO DE ATIVIDADES

Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena

ANOS INICIAIS

As turmas de quintos anos realizaram uma visita ao Museu Afro Brasil (http://museuafrobrasil.org.br/), de São Paulo, de forma virtual, para conhecer a cultura africana. Lá encontraram toda a história africana desde a escravidão até os dias atuais, a importância de conhecer e discutir sobre a cultura afro, além das contribuições e importâncias para a sociedade.

Após a visita foram realizados debates em sala de aula sobre o que o foi encontrado no Museu e o que os alunos interpretaram de tudo o que foi conhecido e descoberto por meio da visita.

ANOS FINAIS

Na disciplina de Artes foram desenvolvidas atividades teóricas e práticas com turmas do sexto ao nono ano.

Nas atividades plásticas, trabalhou-se como referência o artista Romuald Hazoumè com a reutilização de materiais como embalagens de sabão líquido. Também foi trabalhado com a confecção das bonecas Abayomis nas turmas de sextos anos e dos nonos anos a partir de retalhos de tecidos. Criação de grafismos a partir de padrões geométricos, leitura e interpretação de lendas indígenas e africanas.

Na disciplina de Ensino Religioso foi realizado um trabalho de pesquisa sobre as religiões afro-brasileiras, com os oitavos anos. Quem fazia parte ou conhecia alguém foi convidado a dar um depoimento sobre o respeito quanto às escolhas religiosas, quanto a aceitação em sociedade. Como ficamos com atividades apenas remotas, houveram poucas devolutivas, mesmo assim, percebeu-se um grande preconceito ainda em relação às diferentes culturas, muitos disseram que ainda sentem-se constrangidos quando se vestem e cultuam suas entidades.

Na disciplina de Geografia foi trabalhado no livro didático sobre as terras indígenas e quilombolas, com exercícios e mapas realizando discussões de cunho social e atual, e também sobre as heranças deixadas pelos povos nativos e africanos para a nossa cultura brasileira. Além disso, foram feitas algumas atividades interdisciplinares com o Português e Arte referente a lendas indígenas e africanas.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1901
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
62
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF ANTÔNIO GONÇALVES DO AMARAL

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

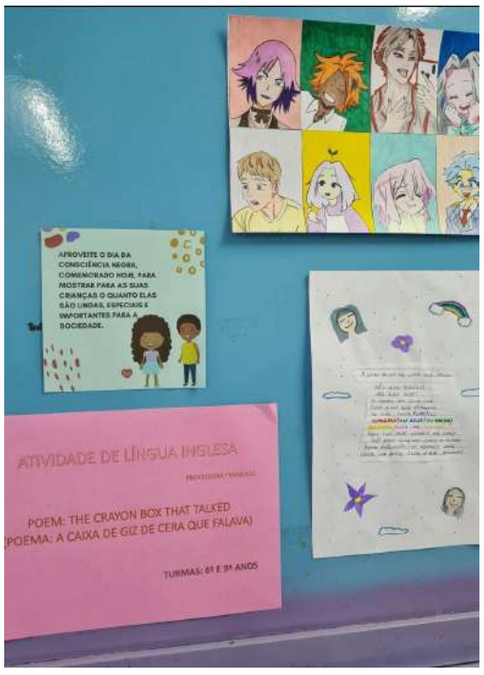
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Registro de algumas atividades realizadas no ano de 2021 sobre história e cultura afro-brasileira

- Anos Finais: alunos do 6º ao 9º ano:

➔ Palestra “Seja Antirracista e Transforme a Sociedade”;
➔ Conversa/reflexões realizada pela profª de História com os aluno;
➔ Poema trabalhado pela profª de Inglês.







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





- Atividades realizadas com os alunos do Pré ao 5º ano:

➔ História e construção da boneca Abayomi;
➔ Pesquisa sobre Cientistas Negras Brasileiras;
➔ Jogos e brincadeiras de origem africanas;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





OBS:Muitas outras atividades foram realizadas ao longo de 2021 sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena que não estão registradas em fotos e que não foram contempladas neste arquivo devido a mudanças que ocorreram no grupo de professores neste ano.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1905
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
66
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF ARACY BARRETO SACCHIS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

De que forma foi realizada esta abordagem com os estudantes da sua escola em 2021 (descrição de projetos ou conteúdos abordados - poderá conter fotos)?

Na Educação Infantil, foram feitas leituras de histórias indígenas e africanas, como livros infantis e lendas, construção de máscaras, história e confecção da boneca Abayomi e confecção de tintas da natureza.

Nos anos iniciais, foram abordadas músicas indígenas e africanas, criados programas de rádio sobre os povos indígenas e africanos, estudo e releitura das obras de arte africanas e indígenas, leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros textuais sobre as temáticas, confecção de máscaras africanas, foram feitas leituras de histórias indígenas e africanas, como livros infantis e lendas, construção de máscaras, história e confecção da boneca Abayomi e confecção de tintas da natureza.

Nos anos finais, foram realizadas leituras de obras das matrizes africanas e indígenas, realizadas rodas de conversa sobre a cultura africana, leitura e interpretação de textos de diferentes gêneros textuais sobre as temáticas, inclusive em inglês e foram releituras de obras de artes das matrizes africanas e indígenas.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1907
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
68
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF CASTRO ALVES

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Cultura afro – brasileira

As atividades foram desenvolvidas ao longo do ano, nas disciplinas citadas, seguindo o que estabelece o Plano de Estudos, bem como as oportunidades que surgem durante o ano letivo.

Foram usadas para isto, filmes, livros didáticos, materiais escolares, onde forma confeccionados cartazes, frases e foram realizadas rodas de conversas e debates sobre os assuntos.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1909
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
70
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF CHÁCARA DAS FLORES

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Relato de ações desenvolvidas pela EMEF Chácara das Flores na temática do ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas.

Durante o ano de 2021, diante dos desafios da organização do retorno presencial para a escola, foi necessário repensar a maneira de abordagem da temática.

Por conta desses desafios, a escola optou por incentivar as práticas pedagógicas no contexto das aulas. Nesse sentido foi realizado um trabalho importante pelos professores de história e geografia, para que pudéssemos abarcar a temática, pois foi a solução mais viável naquele momento, uma vez que os conteúdos dessas disciplinas dialogam com a proposta da temática. Procedimento similar, de incluir no contexto das aulas, sem projeto específico, também foi realizado nos anos iniciais.

Devido a mudanças nos professores, que ocorreram do ano de 2021 para 2022, o relato mais detalhado das atividades acabou prejudicado.

Para o contexto de 2022 foi pensado um projeto de educação antirracista que está em execução e já contou com uma primeira formação.

Reforçamos que a opção por trabalhar a temática junto aos conteúdos obrigatórios foi a única viável para o contexto da escola, no momento da construção de um retorno presencial, considerando-se as peculiaridades do ano letivo de 2022.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1911
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
72
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF DIÁCONO JOÃO LUIZ POZZOBON

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

E.M.E.F. DIÁCONO JOÃO LUIZ POZZOBON

Supervisão Pedagógica Anos Finais e EJA Diurna: Evelin Santos Teixeira

Abordagem das temáticas da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas no ano de 2021

Dentre outras ações que foram realizadas em nossa escola acerca destas temáticas, como o trabalho desenvolvido pelas professoras de Arte, Geografia e História, promoveram-se atividades com os alunos das turmas dos sextos anos dentro do Projeto "Dialogando Ações Afirmativas nas Comunidades Abdias Nascimento" através de uma parceria realizada com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Neste projeto, os alunos tiveram a oportunidade de participar de rodas de conversa, além de receber material informativo e também confeccionar as bonecas Abayomi.

No final do ano letivo, na Mostra Pedagógica da escola, a qual ocorreu no formato presencial e também virtual, os trabalhos do projeto foram expostos e apresentados para toda a comunidade escolar.

Link da Mostra Virtual: https://forms.gle/6qhcmgSu8kTcJvha8

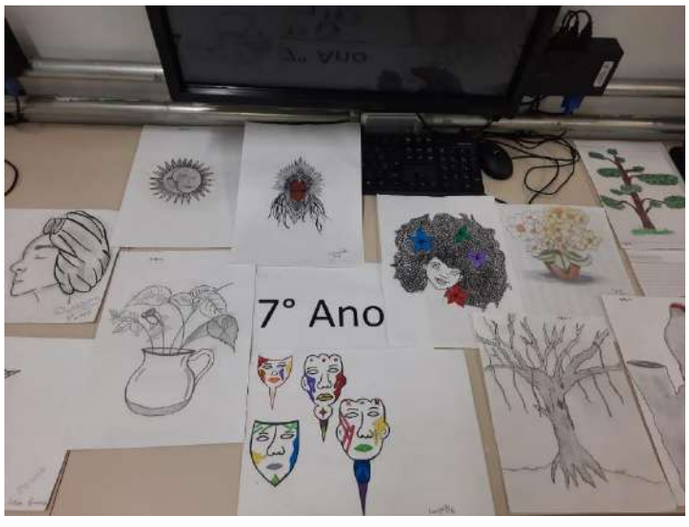
Alguns registros do Dia da Mostra Pedagógica:





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





ARTE- PROFESSORA SIBELE VIANA-
Material enviado no Ensino Remoto

Objeto do conhecimento: Cultura afro-brasileira e estudar a identidade visual afro na moda brasileira.

Também, aprender a customizar roupas e criar peças afro com valorização da arte.
Na aula de Arte de hoje iremos dar continuidade aos estudos da cultura afro-brasileira e estudar a identidade visual afro na moda brasileira, para tal torna-se necessário realizar uma reflexão sobre o tema, lendo, então, o texto de Lívia Monteiro.
A Moda Afro é uma grande ferramenta de resgate da autoestima, amor próprio e expressão do povopreto.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.




(Crédito:Svitlanamiku/iStock)

O poder e elegância da Moda Afro

A identidade visual afro na moda ajuda as pessoas pretas e pardas a conhecer, ainda que subjetivamente, a história que nos foi ocultada pela destruição da memória de suas raízes e descendências. História ocultada por tantos crimes como os da separação de pais e filhos e da destruição dos documentos de suas trajetórias. Usar essas cores, desenhos e grafismos é uma forma de honrar osancestrais africanos dos brasileiros, uma vez que não conhecemos o país de origem das muitas famílias das pessoas pretas do nosso povo. É muito comum ouvir histórias de antepassados portugueses, italianos, espanhóis e até alemães aqui no Brasil, mas dificilmente você conhecerá algum brasileiro afrodescendente que sabe exatamente de qual país africano seus antepassados vieram. Para mim, essa crescente valorização e empoderamento dos chamados afro empreendedores é uma poderosa arma de combate ao racismo. Tanto para quem produz, quanto para quem consome, a Moda Afro valoriza a sofisticada beleza da arte africana e aumenta a autoestima das pessoas pretas e pardas vendo a si próprias e a todas as outras pessoas vestindo o estilo da sua ancestralidade. É nítido que em todas as áreas de maior destaque da moda ainda não existe um espaço realmente inclusivo e receptivo para pessoas que não sejam brancas. A moda no Brasil e no mundo, ainda precisa encarar com naturalidade a presença de pretos nas funções de maior protagonismo dos negócios de moda. Tanto na criação, quanto no empreendimento, pessoas pretas ocupando os espaços de gestão e liderança vão criar novas faces no ecossistema demoda. E para que isso aconteça e a inclusão se torne uma realidade, são necessárias ações focadas ebem organizadas, movimentos e entidades que trabalham para criar espaços, para exigir mais paridade na moda. Movimentos e entidades que fortalecem os negócios de Moda Afro. Que fortaleçam este lugar defala da diversidade e da pluralidade dos corpos e mentes.
Fonte: blogModacad- Moda Afro

ARTE - PROFESSORA SIBELE VIANA- Material enviado no Ensino Remoto

Revisando características da **moda afro brasileira, a qual foi influenciada pela moda africanaCaracterísticas da moda afro brasileira**

- Valoriza a sofisticada beleza da arte africana;
-Aumenta a autoestima das pessoas pretas e pardas vendo a sí próprias e a todas as outras pessoas vestindo o estilo da sua ancestralidade;
-Os vestidos, saias, calças, calçados, bolsas e acessórios têm cores que retratam estilo e alegria;
-Cores vibrantes;
-Grafismos nos tecidos e estampas geometrizadas;
- Elementos regionais como rendas e bordados e malhas ecológicas;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

-Cores quentes retratam a tradição africana;
-Elementos da religiosidade africana inspiram algumas modelagens como batas e túnicas;
-Os laços, são acessórios que nos últimos anos está sendo bastante usado por pessoas que assumem o cabelo crespo, também como forma de empoderamento e aceitação.

EDUCAÇÃO FÍSICA – PROFESSORA ADRIANA CORREA- Material enviado no Ensino Remoto

História e características da capoeira

A capoeira foi criada no Brasil por africanos escravizados que trouxeram consigo suas tradições culturais. Para enganar os capitães do mato, que os perseguiam em caso de fuga, os escravos diziam brincar e dançar, por isso essa prática foi sempre acompanhada de música. No entanto, eles treinavam movimentos de uma luta que podia ser de grande valia durante a fuga até os quilombos.
As primeiras rodas foram registradas no Rio de Janeiro, em Salvador e Recife.

No início da República, essa prática sofreu uma forte repressão em algumas regiões do país. Oscapoeiras eram considerados marginais e delinquentes, podendo até serem presos. Na mesmaépoca, a capoeira ganhou o sobrenome Angola e teve, como precursor, o mestre Pastinha, na Bahia. Essa vertente da capoeira é guiada pela filosofia tradicional, preservando os movimentosoriginais e rasteiros. Sua ginga é mais leve devido ao ritmo mais lento da música, e os jogos costumam ser mais longos. Além de defesa, a capoeira Angola servia de canal aberto a manifestações culturais do povo negro, de cunho religioso (LIMA, 1991)[42].

Na década de 1930, Manuel dos Reis Machado (mestre Bimba), criou um estilo de se jogar capoeira: a luta regional baiana, chamada de capoeira regional, caracterizada por ter um jogo mais rápido, com forte presença de saltos, movimentos altos e acrobáticos. Em 1953, no governode Getúlio Vargas, a capoeira começou a ser organizada como ginástica e passou a ser considerada esporte pelo Conselho Nacional de Desporto, em 1972.

A história da capoeira é rica de fatos e acontecimentos intimamente relacionados com a históriado Brasil. Um trabalho interdisciplinar com os professores de História, Geografia e Literatura favorece a ampliação da compreensão dos alunos sobre os fatos históricos e sociais intrínsecosa essa prática corporal originada em nosso país.

Luta, dança ou jogo?

A capoeira tem diversos fins, sendo considerada uma prática corporal eclética, pois pode ser tratada como luta, dança, jogo, educação, arte, esporte, entre outras possibilidades. Inicialmente,os treinamentos para a capoeira eram camuflados como dança e jogo em razão de sua prática permitir essa ambiguidade. Autores afirmam que atualmente é difícil distinguir onde termina a luta e começa o jogo, e vice-versa (SOARES, 2004).

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a capoeira é considerada uma luta, pois seus objetivos de aprendizagem são estruturados nesse viés. Originalmente ela foi utilizada paradefesa e sobrevivência e, tempos depois, precisou ser defendida como uma prática corporal paraser aceita socialmente. Ao considerar a capoeira como luta, deve-se enfatizar que sua finalidadeé combate, ataque e defesa, é um instrumento de defesa pessoal. Nesse mesmo formato ocorrem os campeonatos.

Há também vertentes que desenvolvem a capoeira como dança. Em razão da presença dos instrumentos e do canto, os escravos podiam treinar os golpes, disfarçando-os e enganando seus senhores. A ginga também é um elemento que se refere à dança, bem como toda a plasticidade, criatividade e movimentação dos corpos ao ritmo da música. Por meio desse enfoque, a prática é realizada com ênfase nos movimentos coreográficos e no desenvolvimento de algumas capacidades físicas, como

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

flexibilidade, agilidade, coordenação motora e equilíbrio.

Alguns consideram a capoeira um jogo quando sua prática é realizada de modo informal, voltadapara interação e intercâmbio cultural. Por essa definição, a roda apresenta um fim em si mesmo,com regras flexíveis. Há divertimento, imprevisibilidade, improvisação, alegria, instabilidade, tensão, entre outros elementos. Uma expressão muito comum entre os participantes de uma roda de capoeira é “vamos jogar”.

A capoeira apresenta características de luta, dança, esporte e jogo. Além disso, ela é repleta de complexidades e particularidades, o que lhe confere uma grande riqueza histórico-cultural e de conteúdos.

Registros da visita realizada pela Supervisora Pedagógica juntamente com a SMEd na Comunidade Indígena em outubro de 2021

Observação: após esse passeio, a experiência e as observações dos seus costumes e tradições foram compartilhadas com professores e alunos.







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1917
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
78
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF DOM ANTÔNIO REIS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
Secretaria de Município da Educação
Escola Municipal de Ensino Fundamental "Dom Antonio Reis"
Telefone: 30269655
Rua: Isidoro Grassi, 636 – Vila/ Bairro Medianeira
Santa Maria/ RS - 97060-310

Página da peça
79

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

***Orientações**: Segundo a SMEd essa pesquisa é sobre o trabalho realizado de Cultura Afro Brasileira e Indígena e os professores devem colocar um breve relato do trabalho desenvolvido com suas turmas neste ano ou no ano de 2021. Podem anexar fotos, se tiverem. Peço a todos que respondam o mais breve possível, até terça-feira, dia 16/08/2022, para encaminhar a resposta à Secretaria de Educação. Obrigada!*

Breve Relato sobre o Trabalho Realizado em Sala de Aula sobre a Cultura Afro e/ou Indígena Neste Ano ou 2021.

Turma: 12 - Professora Shaiane Moro Soares	**Data: 15 a 19 de novembro**
Relato: Nesta semana foi trabalhada a história "Menina bonita do laço de fita", da autora Ana Maria Machado. A partir desta história foi abordado o tema "Minha família, minhas raízes", valorizando os traços de cada cultura e etnia, reforçando a cultura africana e seus traços , feições e marcas. Foi debatido a cor de pele e as características pessoais da personagem principal da história, e assim, as crianças foram instigadas a perceberem também suas próprias características, Foi feito um cartaz sobre a cultura afro, com figuras e carimbos das mãos das crianças, com o título: "De mãos dadas contra o preconceito", celebrando a diversidade de cores e raças presente no nosso planeta!	
Turma: 12 - Professora Shaiane Moro Soares	**Data: 4 a 8 de outubro**
Relato: Semana da criança na escola. Nesta semana a temática foi "Super heróis". As crianças trouxeram para a sala seus super heróis favoritos, foi feita a escrita do nome e desenho coletivo de cada um deles e estudamos alguns aspectos referentes a cada personagem. Dentre os heróis abordados, estudamos sobre o herói em destaque Pantera Negra. Através dele conhecemos um pouco da cultura africana e também sobre o continente africano.	
Turma: Pré A - manhã - Professora Shaiane Moro Soares	**Data: Novembro**
Relato: As crianças conheceram a história "Menina bonita do laço de fita", da autora Ana Maria Machado A partir da história trabalhamos temas como identidade e família. As crianças observaram as características da personagem principal da história, perceberam suas características pessoais e as dos colegas, percebendo assim que cada um é lindo com seu jeitinho único. Mostraram fotos de suas famílias, analisaram suas semelhanças com seus familiares, etc. Conversamos sobre os modos de vestir e de arrumar os cabelos, que existem mil maneiras, e cada um tem um estilo que é lindo. Finalizamos um um trabalho de colagem, onde as crianças recortaram pessoas com diferentes raças, gêneros e estilos com o título: Diferenças: não basta reconhecê-las, é preciso valorizá-las!	
Turma: Pré-escola nível"B"-tarde Professora Andrea Durlo	**Data: agosto/2022**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 80

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

Relato: Foi trabalhado com a turma a obra da escritora Maria Rita Py **"O Segredo de Ayo"**. O livro conta a história de um personagem chamado Ayo, com 5 anos de idade, seu pai chamado "Mulalo" e sua cachorrinha Zanza. A palavra "Ayo" é de origem africana e significa "alegre", já "Mulalo", o pai veterinário da criança tem "paz" por significado de seu nome. Foi solicitado pela professora uma pesquisa com a família das crianças, onde cada uma procuraria o significado do nome do seu filho(a). Foram feitas ilustrações da história, dobradura de cachorro e um painel com o significado dos nomes das crianças, da professora e da escritora da obra. A culminância ocorreu com a presença e conversa das crianças com referida autora na abertura da Semana Literária da escola(15 a 19 de agosto). Foram feitos registros fotográficos das ações citadas no relato.

Turma: 2º ano/21 - Manhã Professora: Tarlla Fernandes Data: Outubro e Novembro/2021



Relato: Foi realizado o planejamento contextualizado, com ênfase em algumas vivências de leitura, dentre elas a hora do conto: "Salomé e Salomão" (Autora: Jane Prado) _Link de acesso para o vídeo da história _ https://www.youtube.com/watch?v=sNN7HVZtW8g. Exploração da história com propostas de registro escrito, ilustração e jogos a partir da temática central da obra. Foi realizado o glossário alfabetizador, acróstico, ordenação de frases, jogos de memória e labirinto, jogos online de interpretação, jogos de associação dos diferentes tipos de letras, ilustração sequenciada, ordenação do texto (atividade em duplas) e desafios matemáticos a partir de elementos encontrados na história. Como complementação da temática abordada, realizamos: ditados com palavras da cultura africana, momento artístico (construção de Mandalas Africanas), momento de movimento (brincadeiras de origem africana). Link de acesso para o vídeo das brincadeiras) https://www.youtube.com/watch?v=7WiGtHiNHaw - Brincadeira: TERRA E MAR https://www.youtube.com/watch?v=QjlmRDk9ktI&t=90s Brincadeira cantada: RODA AFRICANA.

Turma: Pré - Escola Nivel "B" - Tarde Professora: Tarlla Fernandes Data:outubro e novembro/2021



Relato: "Conhecendo o Brasil de todas as cores e formas com Coraline". Apresentação da história "A COR DE CORALINE" - Autor: Alexandre Rampazo, com a utilização de recursos visuais. ATIVIDADE: Autorretrato. Objetivos: possibilitar o conhecimento da diversidade cultural, sensibilizar as crianças para as diferenças, produzir trabalhos de arte utilizando a linguagem do desenho, reconhecer e diferenciar diversos objetos e materiais. Descrição da atividade: após sessões de conversas coletivas com a turma sobre a diversidade de pessoas, que existem ao redor dela (família, amigos, escola, entre outros), cada a criança se pôs em frente de um espelho para identificar as suas próprias características físicas e posteriormente, de forma individual, cada criança produziu a sua imagem refletida no espelho, ou seja o seu autorretrato.

Turmas: 2º ano/ 21 - Manhã e 3º ano/ 32 - Tarde Professora: Tarlla Fernandes Data:maio e junho /2022



Relato: Recurso utilizado – Livro infantil - O Cabelo de Lelê – Autora: Valéria Belem. Contextualização da atividade: Antes de contar a história para os alunos, houveram momentos de diálogo coletivo, para discutirmos sobre os conhecimentos que tínhamos sobre a cultura africana e as suas representações sociais. Utilizamos a técnica da caixinha musical, para fomentar a conversa. Descrição das atividades realizadas nas turmas: *Interpretação criativa (cada aluno criou um questionamento sobre a história e trocou com o colega). *Ditado ortográfico e de frases. * Ordenação de frases e organização do texto. *Leitura colorida – estudo dos substantivos e adjetivos. *Trabalho artístico – confecção da Lelê com tinta e lã. *Votação de nomes próprios para os nomes dos amigos da Lelê. *Histórias matemáticas com os personagens do livro. *Desafios numéricos com trechos da história. *Exercícios físicos a partir da história. *Estudo da localização espacial dos continentes em especial o AFRICANO. *Estudo da história do povo e cultura africana – modos e costumes.

Turma: 11 Professora Andréa Kaercher Data: 16 a 19 de novembro de 2021

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Relato: Na semana da Consciência Negra foi trabalhado o livro: **"Cada um do seu jeito , cada jeito é de um"** de **Lucimar Rosa Dias**. O livro conta uma história leve e divertida, mas que possibilita discutir as diferenças físicas e os modos de ser de cada pessoa, promovendo o reconhecimento e a valorização das etnias e das características pessoais que fazem parte de cada indivíduo ser um ser único. Luanda é a personagem dessa história que mostra que as relações de amizade, afeto e respeito devem fazer parte dos grupos sociais em que vivemos. Foi realizado várias atividades referentes à história, conversas sobre as características de cada um, autorretrato, discussões,medição de tamanhos, atividades de alfabetização usando as palavras da história…

Turma: 7° ano - Profª Carla Vieira - Arte **Data: Abril de 2022**



Relato: Através da temática que envolve a cultura brasileira, foi realizado um estudo sobre nossas raízes africanas e sua importância.
Dentro deste estudo, foi falado sobre a simbologia das máscaras africanas, os rituais, os materiais usados, a representação da figura humana, os grafismos e sua história. Os alunos puderam experienciar a criação de máscaras inspiradas nessa cultura, com papel e colagem, visando uma identificação cultural e o conhecimento sobre a diversidade entre Brasil e a África.

Turma: 7° ano - Profª Carla Vieira - Arte **Data: Maio de 2022**



Relato: Através da temática que envolve a cultura brasileira, foi realizado um estudo sobre nossas raízes indígenas e sua importância.
Os alunos conheceram a história dos trançados indígenas e suas possibilidades dentro do uso de materiais e técnicas. Também puderam criar trançados através de papéis coloridos recortados em tiras.
Foi muito importante esse espaço de conexão com a arte indígena, pois este resgate dá continuidade a esta construção permanente da cultura brasileira.

Turmas: 6º, 7º, 8º e 9º ano - Profª Glivia - Português **Data: Novembro e dezembro de 2021**

Relato: Foi trabalhado o texto "20 de novembro - Dia da Consciência Negra", em que são abordadas questões históricas envolvendo a data, a importância da valorização da cultura afro-brasileira e o quanto esse dia é importante para que as pessoas reflitam sobre o racismo presente em nosso país e para que se conscientizem do quanto é preciso combater esse grave problema diariamente. Na sequência, após as atividades (que envolveram interpretação de texto, inclusive), a temática foi abordada em sala de aula, de modo que a professora e os alunos dialogaram sobre a importância da cultura afro-brasileira, bem como sobre o racismo nos dias atuais e sobre a importância do respeito ao próximo.

Turmas: 6°, 7°, 8° e 9° - Profª Jussara - Língua Inglesa. **Data: Novembro de 2021**

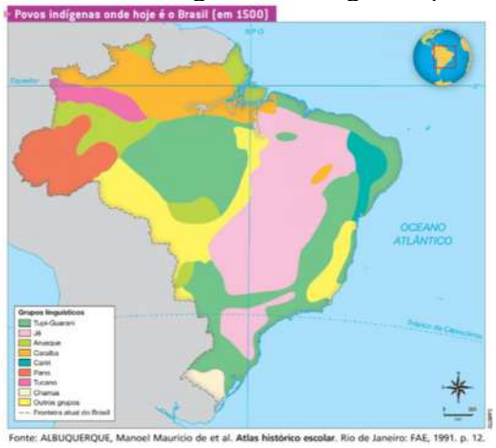
Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

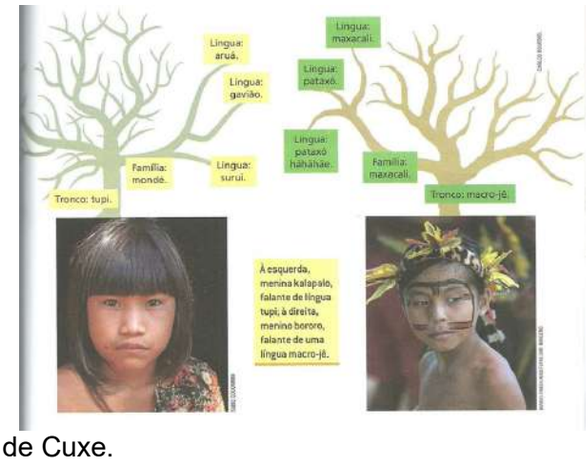
Relato: 8° e 9° anos - "Day of Black Consciousness is a Tribute to Zumbi." (Dia da Consciência Negra é uma homenagem a Zumbi): É a data em que Brasil vive o heroísmo de Zumbi dos Palmares, símbolo de maior resistência e luta negra contra a escravidão. Os negros africanos colaboraram muito durante nossa história, nos aspectos políticos , sociais, gastronômicos e religiosos de nosso país. É um dia que devemos comemorar nas escolas , espaços culturais e outros lugares, valorizando a cultura Afro- Brasileira.
7° ano - " Theo Black Hero" texto que fala sobre Zumbí. O que representa para os negros brasileiros.O grande herói de Palmares, símbolo deste Quilombo.
6° ano - O texto Mariana. A menina de cor negra .Ela adora a sua cor. O mundo da menina é o mar,o tio e o ar. O sonho da menina é com a liberdade e com um mundo mais justo.

Turmas: 6º, 7º, 8º e 9º - Professora Fernanda - História **Data: 2021**

6º ano - No mês de setembro foi trabalhado sobre os povos indígenas das terras onde hoje é o Brasil, destacando a diversidade de povos e que cada povo têm sua cultura própria (língua, crenças e um jeito próprio de trabalhar, pensar, relacionar-se com a natureza, etc.). Através de textos, imagens, mapas e vídeos, os estudantes conheceram as diferenças entre os indígenas, como os traços físicos, a língua, etc e, principalmente, puderam perceber que os indígenas estão presentes no dia a dia de todos os brasileiros; nos gestos, nos hábitos e no português falado no Brasil. Grande parte dos animais, vegetais e lugares do Brasil tem nomes indígenas de origem tupi.



Fonte: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de et al. **Atlas histórico escolar**. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 12.



A turma de 6º ano estudou também o Reino de Cuxe.
7º ano - Entre agosto e setembro, a turma estudou sobre alguns povos e culturas africanas, especialmente as civilizações que se desenvolveram ao sul do deserto do Saara, pois foram as que tiveram mais contato com o Brasil, desde a época colonial. Através da análise e interpretação de textos e vídeos, os estudantes conheceram um pouco dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais do Reino de Gana, do Império do Mali, dos povos bantos, do Reino do Congo e dos iorubás.

Bantos no Brasil

A maioria dos milhões de africanos entrados no Brasil entre os séculos XVI e XIX era falante de línguas bantas, como o quimbundo, o quicongo e o umbundo. Isso ajuda a explicar por que essas línguas estão entre as que mais influenciaram o português falado no Brasil.

Palavras bantas	
Berimbau – Arco musical, instrumento indispensável na capoeira.	**Fubá** – Farinha de milho ou arroz.
Caçula – O mais novo dos filhos ou dos irmãos.	**Jiló** – Fruto do jiloeiro, de sabor amargo.
Canjica – Papa de milho-verde ralado a que se juntam leite de coco, açúcar, cravo e canela.	**Moleque** – Menino, garoto, rapaz.
Carimbo – Selo, sinete, sinal público com que se autenticam documentos.	**Quiabo** – Fruto do quiabeiro, muito usado na cozinha cerimonial afro-brasileira e baiana.
Cochilo – Ato de cochilar.	**Quitute** – Petisco, iguaria de apurado sabor.
Dendê – Palmeira ou fruto da palmeira. Óleo vermelho obtido da palmeira dendê, de grande uso na culinária religiosa afro-brasileira e baiana; óleo de palma no português de Portugal.	**Samba** – Dança e música popular brasileira de compasso binário e acompanhamento sincopado; a música que acompanha essa dança.

Fonte: CASTRO, Yedda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

A turma de 7º ano também estudou sobre os povos indígenas do Brasil, as diferenças culturais entre os diversos povos, organização social e relação com a natureza. Os estudantes pesquisaram sobre as contribuições desses povos para a formação do povo e da cultura brasileira.

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

8º ano - A turma de 8º ano trabalhou sobre a vida dos africanos escravizados no Brasil, o trabalho, a violência, as formas de resistência, especialmente sobre a formação de quilombos. Os estudantes fizeram pesquisa sobre o Quilombo dos Palmares. Também estudaram sobre a situação dos povos indígenas durante o Primeiro e o Segundo Reinados no Brasil.

9º ano -

O 9º ano trabalhou a questão dos negros no pós-abolição, com ênfase na cultura e na imprensa. Os estudantes também estudaram sobre os indígenas na República Brasileira, sobre a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e sobre a atuação do Marechal Cândido Rondon.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1923
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
84
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF DOM LUIZ VICTOR SARTORI

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 85

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

Ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas nas escolas Municipais de Santa Maria/RS

RELATOS:

Na EMEF Dom Luiz Victor Sartori, a prática do estudo das matrizes culturais indígena e africana, foi presente em todas as modalidades de ensino - educação infantil, anos iniciais, anos finais e EJA no ano de 2021. Na educação infantil e anos iniciais, trabalhou-se histórias escritas e contadas, lendas, produção de tintas naturais, desenhos, oficinas e confecções de bonecas abayomis com retalhos de tecidos coloridos, vídeos interativos, pinturas, confecções de máscaras africanas e oficina de capoeira. Nos anos finais e EJA, as atividades de planos de aulas do ensino remoto foram elaboradas de maneira interdisciplinar. Dentre as atividades propostas no ensino remoto e presencial, trabalhou-se com textos e imagens, perguntas e pesquisas, perguntas reflexivas, debates, lendas, comidas típicas e hábitos dos povos indígenas e africanos, vídeos interativos, desenhos, colagens, pinturas, confecções de abayomis com retalhos de tecidos coloridos, oficina de capoeira, músicas de rodas de capoeira, confecções de instrumento musical artesanal.

Alguns conteúdos/atividades/abordagens específicas:

- História: História da África, dia e mês da Consciência Negra, debates sobre racismo e a construção do dia 20 de novembro/Zumbi de Palmares, textos sobre questões relacionadas ao racismo, desigualdades sociais.

- Artes: dia e mês da Consciência Negra, composições criativas e reflexivas sobre a cultura dos povos indígenas e africanas, bem como, características da grafia indígena, pintura corporal, valorização da mulher afro brasileira, confecção de instrumentos musicais artesanais, pesquisa, significado e criação de desenhos com referência às máscaras africanas, pesquisa sobre músicas de rodas de capoeira, contato com instrumentos musicais e passos de roda de capoeira (oficina), arte plumária, arte da cerâmica, instrumentos de caça e utensílios típicos da cultura indígena, nomes de artistas que se utilizaram da temática cultural africana para produzir obras de arte.

- Língua portuguesa e ensino religioso: lendas, textos e perguntas reflexivas, imagens, pesquisa, conceito, produção textual, consciência negra, desigualdades sociais e racismo.

- Inglês: textos, leitura, imagens e pesquisa sobre conceito e heranças culturais dos povos indígenas e africanos.

- Educação Física: textos, pesquisa, expressão e movimento corporal através da música, passos e ritmos típicos, características, instrumentos artesanais musicais das rodas de capoeira.

ALGUNS PLANOS DE AULA DESENVOLVIDOS NO ENSINO REMOTO E PRESENCIAL DE 2021:

EMEF D. LUIZ VICTOR SARTORI Santa Maria - RS	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA** **SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO** **EMEF DOM LUIZ VICTOR SARTORI** ATIVIDADE REMOTA – 2021 Área: História e Artes Componente curricular: História e Cultura afro-brasileira Professoras: Renata Baldin Maciel e Silvana Bento Turma: 61 Turno: manhã Período: 17/11/2021

ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR - DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**, celebrado em **20 de novembro**, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de **Zumbi**, o então líder do **Quilombo dos Palmares** – situado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
86

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Por que dia 20 de novembro?

A data de sua morte, descoberta por historiadores no início da década de 1970, motivou membros do **Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial**, em um congresso realizado em São Paulo, no ano de 1978, a elegerem a figura de Zumbi como um **símbolo da luta e resistência dos negros escravizados** no Brasil, bem como da **luta por direitos** que os afro-brasileiros reivindicam.

Com isso, o **20 de novembro** tornou-se a data para celebrar e relembrar a luta dos negros contra a opressão no Brasil. Por essa razão, o Treze de Maio, data em que a abolição da escravatura aconteceu, foi deixado de escanteio. O argumento utilizado é que o **Treze de Maio** representa uma "**falsa liberdade**", uma vez que, após a Lei Áurea, os negros foram entregues à própria sorte e ficaram sem nenhum tipo de assistência do poder público.

A escolha do 20 de novembro aconteceu no contexto de declínio da Ditadura Militar (final da década de 1970) e de redemocratização do país. O enfraquecimento da ditadura deu força aos **movimentos de oposição** e aos **movimentos sociais,** como o movimento negro.

Com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988, vários segmentos da sociedade, inclusive os movimentos sociais, como o **movimento negro**, obtiveram maior espaço no âmbito das discussões e decisões políticas. A participação desses grupos no cenário político deu certo resultado, sendo aprovadas medidas que tinham como proposta promover certa **reparação histórica**.

Entre essas medidas, podemos destacar a **lei de preconceito de raça ou cor** (nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989) e leis como a de **cotas raciais**, voltada para a educação superior, e, especificamente na área da educação básica, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que instituiu a **obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira.** Essas legislações preveem certa reparação aos danos sofridos pela população negra na história do Brasil. Por trás dessas leis, estão as iniciativas para acabar com o silencio que os negros e a história e cultura dos africanos sofreram no Brasil.

No caso do **Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**, a data foi criada por meio da citada **Lei nº 12.519**, no dia 10 de novembro de 2011, durante o governo de Dilma Rousseff. Essa lei não transformou a data em feriado nacional, assim, os governos de cada estado e cidade do Brasil devem optar por ser feriado ou não.

A **figura de Zumbi dos Palmares** é especialmente reivindicada pelo movimento negro como símbolo de todas essas conquistas, tanto que a lei que instituiu o Dia da Consciência Negra foi também fruto dessa reivindicação. O nome de Zumbi, inclusive, é sugerido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como personalidade a ser abordada nas aulas de ensino básico como exemplo da **luta dos negros no Brasil**.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
87

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Quem foi Zumbi dos Palmares?



Zumbi (1927), pintura de Antonio Parreiras (1860 – 1937) / Acervo do Museu Antonio Parreiras, Niterói

Essa é uma pergunta complexa de se responder, uma vez que as fontes e evidências a respeito da vida desse personagem histórico são raras. O que os historiadores sabem atualmente é que Zumbi dos Palmares foi um dos **líderes do maior quilombo da história do Brasil**, o Quilombo dos Palmares. Alguns fatos da vida de Zumbi dos Palmares que eram tidos como certos décadas atrás, atualmente são questionados pelos historiadores pela falta de fontes e por informações imprecisas levantadas por alguns dos estudos feitos no passado. Algo atestado de modo quase unânime por historiadores é que Zumbi nasceu no Quilombo dos Palmares. Durante décadas, consolidou-se a versão escrita por um jornalista chamado Décio Freitas, que falava que Zumbi nasceu em Palmares, mas foi sequestrado ainda criança e criado por um padre. Na adolescência, Zumbi teria fugido, retornado ao quilombo e se tornado um importante general que defendeu Palmares dos bandeirantes. Essa versão atualmente **não tem o respaldo da historiografia**, pois se embasa em documentos a que somente o autor do livro teve acesso. Inúmeros estudos sobre Zumbi foram realizados e todos esbarram na falta de evidências históricas para sustentar algumas das conclusões realizadas. As análises recentes, porém, apontam para a forma como **diferentes versões** de Zumbi foram construídas e seus **usos políticos**. Laurentino Gomes afirma que a atual imagem de Zumbi é uma construção idealizada a partir do final do século XIX pelo **movimento abolicionista**. Nessa construção, Zumbi transformou-se no "herói das lutas pela liberdade, não só dos escravos e negros, mas também dos camponeses, índios, das minorias". Foi essa imagem que esteve por trás de todas as conquistas recentes do **movimento negro** e, ainda hoje, ela está em vigor.

O que o Dia da Consciência Negra representa?

Além das questões que envolvem Zumbi e o Quilombo dos Palmares, o Dia da Consciência Negra é uma **data significativa**, pois traz à luz questões importantes: o **racismo** e a **desigualdade** da sociedade brasileira. É uma data que relembra a luta dos africanos escravizados no passado e que reforça a importância da realização de novas lutas para tornar a nossa sociedade mais justa.

Ainda hoje, o racismo é um dos grandes problemas da sociedade brasileira. O Dia da Consciência Negra é importante para relembramos que a nossa sociedade foi construída por meio da escravidão. Por mais que melhorias e mudanças tenham acontecido, a **falta de oportunidades** para a população negra, o racismo presente nos detalhes do cotidiano e as **tentativas de apagamento de cultura africana** evidenciam que ainda temos um longo caminho a ser trilhado. **É disso que se trata o Dia da Consciência Negra.**

O Dia da Consciência Negra é o momento no qual podemos tomar consciência do racismo que nos cerca e nos posicionar por mudanças e um país mais justo.

Fontes:

FERNANDES, Cláudio. "20 de novembro – Dia da Consciência Negra"; *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-da-consciencia-negra.htm. Acesso em 08 de novembro de 2021.

https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=17370. Acesso em 08 de novembro de 2021.

https://www.geledes.org.br/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber/

ATIVIDADE:

Na aula de História, primeiramente discutiremos sobre o texto e, em um segundo momento, iremos problematizar algumas expressões de cunho racista disseminadas em nossa sociedade.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
88

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

EXPRESSÕES RACISTAS UTLIZADAS NO COTIDIANO: O PRECONCEITO INCORPORADO NA CULTURA BRASILEIRA

“Cor de pele”

“Doméstica”

“A dar com pau”

“Meia tigela”

“Mulata”

“Cor do pecado”

“Samba do crioulo doido”

“Ter um pé na cozinha”

“Cabelo ruim”

“Não sou tuas negas”

“Denegrir”

“A coisa tá preta”

“Serviço de preto

Existem ainda aquelas expressões que são utilizadas com tanta naturalidade que muita gente sequer percebe a conotação negativa que tem para o negro. Por exemplo: **“Mercado negro”, “magia negra”, “lista negra” e “ovelha negra”**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

ARTES: BONECAS ABAYOMI: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA, TRADIÇÃO E PODER FEMININO

As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa 'Encontro precioso', em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim.

Sem costura alguma (apenas nós ou tranças), as bonecas não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas. Inspirado pela tradição dessa arte histórica, a artesã e arte-educadora Cláudia Muller desenvolveu um trabalho único, e, com o objetivo de evidenciar a memória e identidade popular do povo brasileiro, valorizando a diversidade cultural que reina na terra brasilis, criou o projeto Matintah Pereira. A iniciativa produz versões próprias das Abayomi e promove oficinas tanto para ensinar o processo de criação quanto para discutir a importância histórica e social entorno das bonecas.





Para a confecção a artista faz uso de elementos de origem 100% natural, como tecidos de fibra de algodão.







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1929
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
90
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

As Abayomi não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas.

ATIVIDADE DE ARTES: Com retalhos de tecidos, fios de lã, TNT, ou outro material que você possa dar forma apenas com nós, crie a sua boneca Abayomi. Se não tiver o material na cor preta, para fazer o corpo da boneca, pode tingir ou pintar tecido ou lã com tinta guache. Tire foto da sua boneca e envie para a prof.

Em anexo à postagem da aula vai um vídeo explicativo de passo a passo. É super fácil!!

Endereço do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=wD7z27RjeNc

EMEF Dom Luiz Victor Sartori

Rua Tamanday, 325- Nonoai, Santa Maria – RS - Fone: (55) 3026-0292

Disciplinas: Educação Física e Artes **Professoras: Luciana e Silvana**

Data: 18-05-2021 **Data de entrega da Atividade: 24-05-2021**

Nome do Aluno(a): **Turma: 61**

- O retorno das atividades é fundamental, pois elas serão arquivadas como forma de avaliação.
- As devolutivas devem ser enviadas pelo classroom até o dia 24/05 com nome, turma e data, (fotos nítidas, letra legível).
- Não estamos perto fisicamente, mas estamos juntos!
- **Bons estudos!**

EDUCAÇÃO FÍSICA

A escravidão nos deixou heranças. Se por um lado temos o racismo presente em nossa sociedade por outro temos uma riqueza cultural construída pelos povos negros aqui no Brasil. Vamos falar hoje sobre a **Capoeira**

A capoeira é uma expressão cultural brasileira que compreende os elementos: arte-marcial, esporte, cultura popular, dança e música.

Ela constrói relações de sociabilidade e familiaridade entre mestres e discípulos, sendo difundida de modo oral e gestual nas ruas e academias.

A capoeira foi criada no século XVII com os fugitivos da escravidão, os quais utilizavam frequentemente a vegetação rasteira para fugirem do encalço dos capitães-do-mato. Esses foram os primeiros capoeiristas e hoje é considerada um dos maiores símbolos da cultura brasileira.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Fig. 1 - *Negros lutando* (1824), de Augustus Earle. Aquarela

Características da Capoeira

- acompanhamento de música: berimbau, canto e palmas;
- formação em roda: roda de capoeira;
- graduação do capoeirista feita por cordas de cores diferentes atadas na cintura.

Uma característica que distingue a capoeira de outras lutas é o fato de a mesma ser acompanhada por música, que decide o ritmo e o estilo do jogo, que é praticado no decorrer da roda de capoeira. um círculo de pessoas onde a capoeira é jogada.

Assim, os capoeiristas se alinham na roda de capoeira batendo palmas no ritmo do berimbau (instrumento musical de corda feito de madeira, bambu, arame e uma cabaça) enquanto cantam para os dois praticantes jogarem.

A capoeira é caracterizada por golpes e movimentos ágeis e intricados. Utiliza principalmente de movimentos feitos junto ao chão ou de cabeça para baixo. Portanto, a capoeira é uma luta de defesa e ataque em que os oponentes utilizam, sobretudo, os pés e a cabeça.

A capoeira se divide em dois tipos a Angola , que é o estilo original praticado pelos escravos a Regional que é o estilo contemporâneo de capoeira.



Fig. 2 - Formação de roda de capoeira

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ARTES:

1-Que tal experimentar um pouco dos movimentos da capoeira? Faça a aula com movimentos básicos disponível no link abaixo.

https://www.youtube.com/watch?v=fm-H6u2dtws

Após relate o que foi fácil e difícil nessa prática e quais partes do corpo você sentiu que mais trabalharam.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
92

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

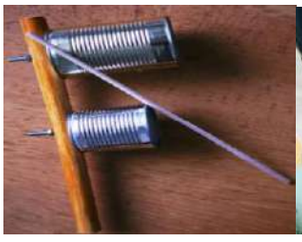
ACESSO
P02265BF

2-Os principais instrumentos da capoeira são:



Esses instrumentos podem ser feitos em casa: Então mãos a obra! Pesquise mais sobre isso e construa um instrumento musical utilizado na capoeira utilizando material reciclável e depois me envie a foto de como ele ficou!

Exemplos:



berimbau



pandeiro



caxixi

Bom Estudo!

ARTES: CAPOEIRA

A **capoeira** ou **capoeiragem** é uma expressão cultural brasileira que mistura arte marcial, esporte, cultura popular, dança e música. Desenvolvida no Brasil por descendentes de escravos africanos, é caracterizada por golpes e movimentos ágeis e complexos, utilizando primariamente chutes e rasteiras, além de cabeçadas, joelhadas, cotoveladas, acrobacias em solo ou aéreas.

Uma característica que distingue a capoeira da maioria das outras artes marciais é a sua musicalidade. Praticantes desta arte marcial brasileira aprendem não apenas a lutar e a jogar, mas também a tocar os instrumentos típicos e a cantar. Um capoeirista que ignora a musicalidade é considerado incompleto.

Considera-se que a capoeira tenha surgido em fins do século XVI no Quilombo dos Palmares, situado na então Capitania de Pernambuco. A Roda de Capoeira foi registrada como bem cultural pelo IPHAN no ano de 2008, com base em inventário realizado nos estados de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. E em novembro de 2014, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Hoje em dia, a capoeira se tornou não apenas uma arte ou um aspecto cultural, mas uma verdadeira exportadora da cultura brasileira para o exterior. O aspecto marcial ainda se faz muito presente e, como nos tempos antigos, ainda é sutil e disfarçado. A malandragem é sempre presente, capoeiristas experientes raramente tiram os olhos de seus oponentes em um jogo de capoeira, já que uma queda pode chegar disfarçada até mesmo em um gesto amigável. Símbolo da cultura afro-brasileira, símbolo da miscigenação de etnias, símbolo de resistência à opressão, a capoeira mudou definitivamente sua imagem e se tornou fonte de orgulho para o povo brasileiro. Atualmente, é considerada patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
93

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF









Capoeira, obra do Artista Plástico Elvis da Silva

Jogo de capoeira, pintura de Ricardo Cavalheiro





Roda de capoeira na praia, do artista GILDEMBERG

Roda de capoeira, do artista Carybé

ATIVIDADE DE ARTES E EDUCAÇÃO FÍSICA: Observando acima as diferentes imagens de rodas de capoeira (as fotos reais e as obras de arte), você optará por uma das seguintes atividades a seguir:

a) faça um desenho e pintura mostrando uma roda de capoeira com no mínimo duas figuras humanas, considerando sua organização e os instrumentos utilizados.

b) se você gosta, conhece ou já participou de aula de capoeira, faça um vídeo seu mostrando os passos que você sabe praticar.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Pintura Corporal

Por Gabriella Porto

A **pintura corporal** é uma manifestação cultural presente em várias sociedades, como os indígenas, hindus, africanos e na sociedade ocidental por meio da maquiagem e da tatuagem.

Os índios utilizam a pintura corporal como meio de expressão ligado aos diversos manifestos culturais de sua sociedade. Para cada evento há uma pintura específica: luta, caça, casamento, morte. Todo ritual indígena é retratado nos corpos dos mesmos na forma de pintura, é a expressão artística mais intensa dos índios. A tinta é feito de urucum, jenipapo ou babaçu na maioria das vezes.

A cultura hindu também utiliza a pintura corporal, nos casamentos, em que as noivas são pintadas por todo o corpo com desenhos decorativos que representam sorte para a noiva e um rompimento com a antiga vida em família e para exibir a condição da mulher casada, um sinal vermelho no centro das sobrancelhas. Quando uma mulher hindu se casa, ela passa a fazer parte da família de seu marido, e deixa de ser integrante de sua família biológica, e as pinturas são como uma representação desse ritual de passagem para ela.

Assim como os indígenas, muitas tribos africanas também usam a pintura corporal com significados particulares a cada evento, e para embelezar-se. A natureza também é muito retratada nesse tipo de pintura corporal. As pinturas africanas são feitas com vegetais, barro, ocre vermelho e amarelo extraídos de rochas vulcânicas, cal branca e seiva de algumas plantas que possuem pigmentos fortes.

Analisando estes tipos tradicionais de pintura corporal é possível notar o choque cultural existente entre as sociedades, e observar também como é mutável o conceito de beleza. No entanto, a pintura corporal na sociedade contemporânea ocidental baseia-se nos mesmos princípios de embelezar-se e expressar algo.

A maquiagem sempre foi um artifício feminino de beleza. As técnicas de maquiagem crescem ininterruptamente e seguem tendências e padrões. Entretanto, não apenas as mulheres utilizam a maquiagem, o teatro, o cinema e a fotografia também a utilizam para fins artísticos, para expressar idéias, enfatizar o desejado nas imagens e fazer referências sócio-culturais a depender da manifestação.

A tatuagem não é uma manifestação pertencente exclusivamente à sociedade contemporânea como pode se pensar. Estima-se que ela tenha surgido por volta do ano 3000 a.C. no Egito, em rituais ligados à religião. Todavia, a popularização da tatuagem, característica da sociedade contemporânea ocidental, também está ligada ao desejo de expressar algo, um estilo, uma opinião, etc., muitas tribos urbanas têm a tatuagem como marca de seu estilo, como uma patente.

A pintura corporal esteve inserida em diversos momentos por toda a história da humanidade, sendo utilizada de diferentes formas e com diferentes intuitos. Mas com intenções básicas comuns a todos os tipos de manifestação da mesma. A pintura corporal é mais que uma mera característica de manifestação cultural da humanidade, é parte integrante da formação da maioria das sociedades.

Fontes:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Pintura_corporal
http://ellenpeliciari.arteblog.com.br/3604/Tecnica-de-Pintura-Corporal/

Página 1933
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 94
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
95

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF













Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





ATIVIDADE: Crie o desenho para uma tatuagem e pinte. Pode ser qualquer estilo: floral, tribal, geométrico, minimalista ou outro; podendo ser feminina ou masculina.

ARTES: Máscaras africanas: importância e significados

As máscaras africanas são elementos culturais de extrema importância para os diversos povos que integram a África, sobretudo para os países da região subsaariana, localizada ao sul do deserto do Saara.

São muitos os tipos, significados, usos e materiais que compõem essas peças, sendo que um mesmo povo pode ter várias máscaras diferentes. Esses objetos fazem parte da enorme riqueza do continente africano, e ficaram conhecidos no Ocidente, em grande parte, por conta das vanguardas artísticas europeias. Alguns artistas dessas correntes passaram a integrar referências claras da arte africana em suas próprias obras.

Apesar de serem reconhecidas como objetos artísticos, as máscaras africanas, na realidade, representam muito mais do que meros adereços para as populações que as utilizam. Elas são símbolos ritualísticos que têm o poder de aproximar as pessoas da espiritualidade.

Essas peças são produzidas como instrumentos essenciais em diversos ritos, como rituais de iniciação, nascimentos, funerais, celebrações, casamentos, curas de doentes e outras ocasiões importantes. Em geral, os rituais contam também com música e dança, além de vestimentas próprias. É criada uma atmosfera "mágica" a fim de transformar os participantes que vestem as máscaras em representações de antepassados, espíritos, animais e deuses.

As máscaras africanas possuem significados diferentes umas das outras, dependendo da ocasião, da cultura e do povo que as utiliza. Algumas têm formas abstratas com padrões geométricos, que tem relação direta com os espíritos da floresta, seres invisíveis. Outras máscaras valorizam a paciência e o pacifismo, expressos pelos olhos semicerrados. As que exibem olhos bem abertos e redondos se relacionam à um estado de atenção e atitude raivosa. Há também as máscaras que atuam como símbolos de animais, trazendo à tona as características desses bichos, como a força do búfalo, por exemplo. E em algumas culturas se utilizam ainda de representações femininas em suas máscaras.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.







ATIVIDADE DE ARTES: Pesquise, observe os elementos visuais característicos das diferentes máscaras africanas, e crie a sua. Desenhe e pinte.

ARTES:

Denomina-se **cultura afro-brasileira** o conjunto de manifestações culturais do Brasil que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil Colônia até a atualidade. A cultura da África chegou ao país, em sua maior parte, trazida pela escravidão africana na época do tráfico transatlântico de escravos. No Brasil a cultura africana sofreu também a influência das culturas europeia e indígena, de forma que características de origem africana na cultura brasileira encontram-se em geral mescladas a outras referências culturais.

Traços fortes da cultura africana podem ser encontrados hoje em variados aspectos da cultura brasileira, como a música popular, a religião, a culinária, o folclore e as festividades populares. Os estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os mais influenciados pela cultura de origem africana, tanto pela quantidade de escravos recebidos durante a época do tráfico como pela migração interna dos escravos após o fim do ciclo da cana-de-açúcar na região Nordeste.

Ainda que tradicionalmente desvalorizados na época colonial e no século XIX, os aspectos da cultura brasileira de origem africana passaram por um processo de revalorização a partir do século XX que continua até os dias de hoje.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
98

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF











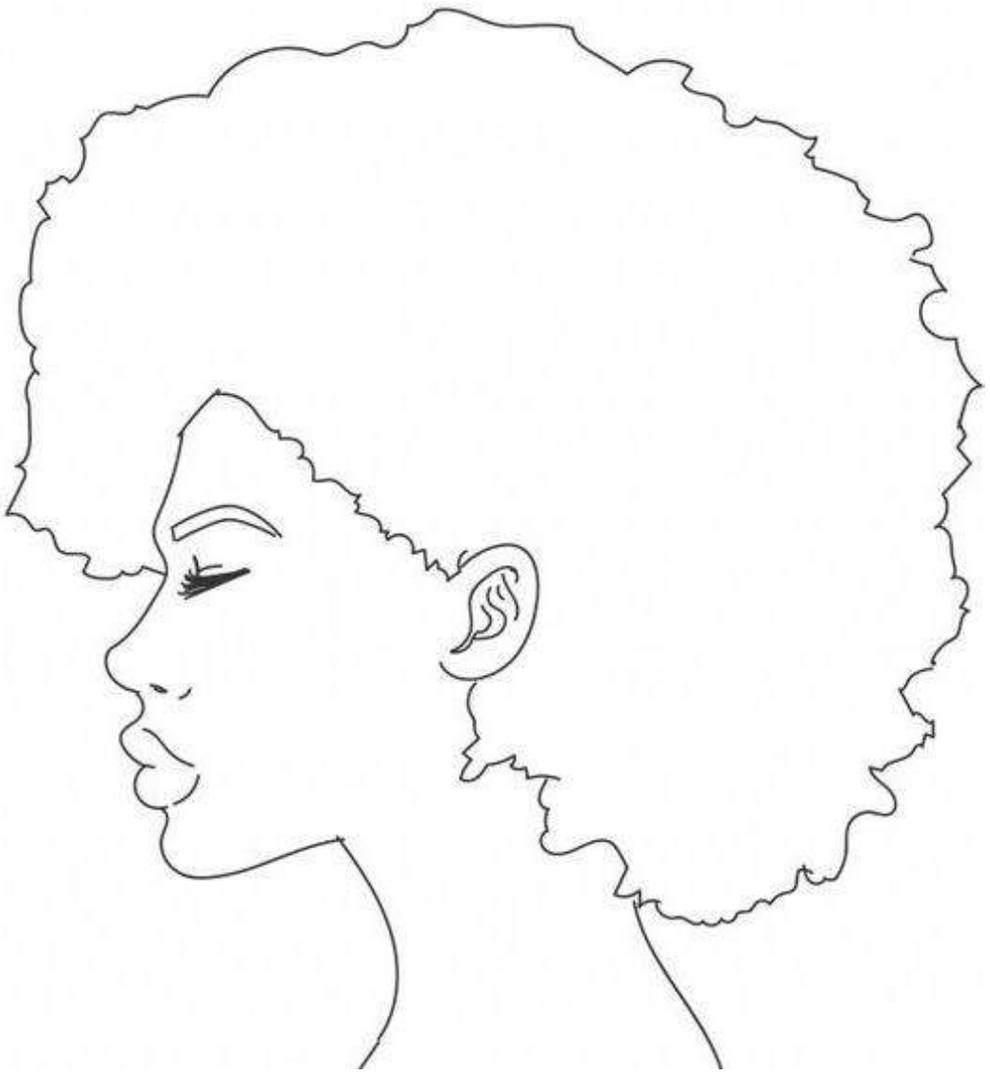


Observe as duas imagens acima e faça sua homenagem ao povo afro brasileiro, em especial, à beleza, sabedoria e determinação da mulher negra afro brasileira e o mês da consciência negra.

ATIVIDADE DE ARTES: Crie um penteado super bonito para sua mulher afro brasileira; pode usar colagem, desenhar adereços, flores, trabalhar com pintura de tinta guache, massinha de modelar, papel colorido, etc., e pinte o rosto dela.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1938
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
99
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF



EMEF DOM LUIZ VICTOR SARTORI

Atividade INGLÊS, ARTE E PORTUGUÊS / 6ºANO / SEMANAS 22 E 23: 09/11 – 23/11

Na semana passada, estudamos o conceito de povos indígenas. Hoje, veremos **heranças desses povos na cultura norte-americana (Atividades de Inglês) e na nossa (Atividades de Arte e Português).**

ATIVIDADE DE INGLÊS 1: WARM UP: Que heranças dos povos indígenas do Brasil podemos encontrar no nosso dia a dia? (Dê exemplos de alguma lenda ou mito, alguma comida, algum hábito diário). _____
_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1939
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
100
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Em novembro, os norte-americanos celebram um feriado herdado da relação entre povos indígenas do norte da América e os Pilgrims: ***Thanksgiving***.



Thanksgiving? What is it, teacher?

Ação de graças? O que é isso, professora?





O dia de Ação de Graças é um feriado que se tornou oficial nos EUA em 1863, comemorado no dia 26 de novembro. Sua origem no entanto, é muito mais antiga e se deu entre os Índios norte-americanos e cristãos que se uniam para comemorar a boa colheita, podemos dizer que o *ThanksGiving* é fruto de festas agrícolas que ocorriam nos EUA. Até hoje este feriado é muito comemorado na américa do norte de modo a ser um dos principais feriados comemorativos. É claro que as maneiras de comemorar também evoluíram, hoje, o *ThanksGiving* é uma data no qual as famílias se unem para partilhar bons momentos e agradecer aos bons momentos que se passaram.

ATIVIDADE DE INGLÊS 2: In english or portuguese, answer the questions below according to the text:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1940
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 101
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

(Em inglês ou português, responda as questões abaixo de acordo com o texto)

a) Onde começou o *thanksgiving*? _____.
b) Que dia é comemorado o *thanksgiving (month/day)?*_____.
c) Qual o ano que ocorreu o primeiro *thanksgiving ?* _____.

ATIVIDADE DE INGLÊS 3: Imagine que você e sua família irão comemorar o ThanksGiving.

What kind of food would you like? (Que comidas você gostaria?)

Who would be your guests? (Quem seriam seus convidados?)

Com o auxílio de um dicionário, preencha o quadro abaixo com 3 pratos que você gostaria no seu Dia de Ação de Graças e com 3 convidados que você gostaria que estivessem presente (que tipo de relação esses convidados (relatives) tem com você? Brother? Sister? Mother? Father?).

Glossário: **relatives - parentes*

FOOD	GUESTS (RELATIVES)
1._____ 2._____ 3._____	1._____ 2._____ 3._____

ATIVIDADE DE ARTE:

Arte Plumária

A **Arte Plumária** designa um tipo de arte feita exclusivamente com penas e plumas de aves. Essa arte exótica, repleta de simbolismo, foi e continua sendo uma das criações estéticas mais desenvolvidas pelas culturas indígenas, sobretudo no Brasil.

Os objetos confeccionados com penas e plumas de aves são utilizados por muitos índios brasileiros, durantes rituais ou como ornamentos.

A arte plumária representa uma técnica muito antiga repleta de significados, sendo um artesanato essencialmente feito de:

1. **penas**: retiradas das asas e da calda das aves, considerada as maiores;
2. **plumas**: retiradas das costas e peito das aves sendo arredondadas, menores e mais largas;
3. **plumagem** de aves: menores e de diversos tamanhos, elas são retiradas dos pescoços, costas e abdômen das aves.

Arte Plumária dos Índios Brasileiros

A **arte plumária dos índios brasileiros** é uma das expressões plásticas mais conhecidas e impactantes das culturas nativas do Brasil. A definição usual de arte plumária diz respeito aos objetos confeccionados com penas e plumas de aves, amiúde associadas a outros materiais, e em sua maioria usados como ornamento corpóreo, seja de uso cotidiano seja em funções solenes e ritualizadas. A definição também inclui a fixação de penas diretamente sobre o corpo humano, em geral com os mesmos objetivos e significados, e a confecção de objetos emplumados para outros usos além do adorno do corpo.

Até pouco tempo atrás esta fascinante forma de expressão não era considerada mais do que um artesanato exótico, mas hoje a produção plumária dos índios brasileiros é reconhecida como uma verdadeira linguagem visual, um reflexo requintado de culturas ricas e complexas, transmissora de mensagens específicas, merecedora do estatuto de arte e digna de sério estudo.

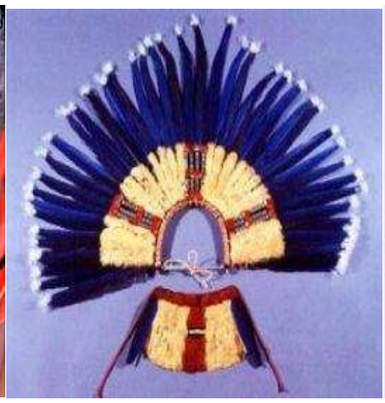
Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1941
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
102
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

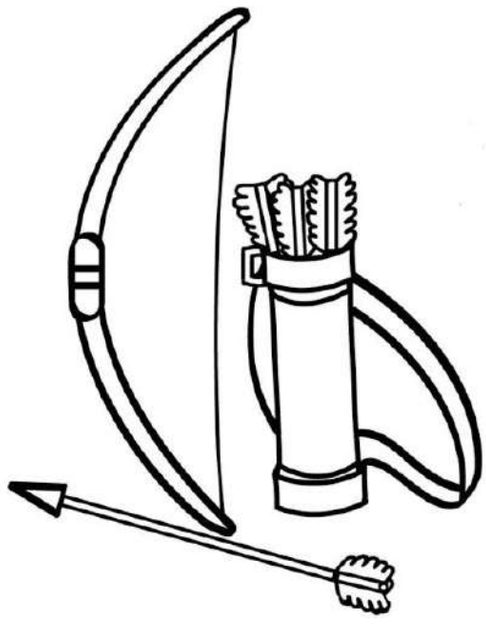
São registrados no Brasil pelo menos trinta grupos étnicos indígenas que possuem marcantes tradições culturais expressas através da arte plumária, incluindo entre eles os Kagwahíva, Erekibatsa, Tapirapé, Kamaiurá, Xavante, Waurá, Juruna, Kaingang, Kayapó, Tukano, Urubu-Kaapor, Assurini e Karajá, mas são raros os povos que não possuem nenhuma tradição deste tipo.








ATIVIDADE DE ARTES 1 E 2 : Vamos criar um cocar bem bonito e colorido para o cacique? Desenhe, pinte, recorte e cole na imagem do índio. E ainda, vamos decorar suas armas: arco, flechas e aljava (equipamento para guardar as flechas), machadinha e lança, com desenho de penas e grafismo indígena.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

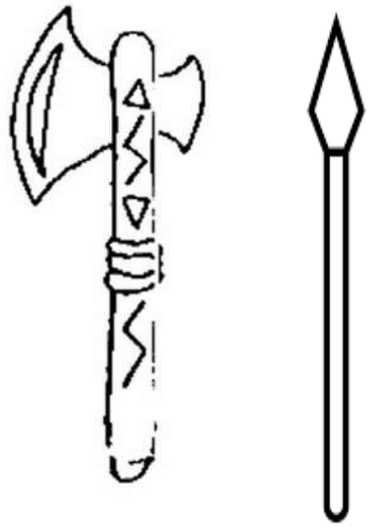
Página da peça
103

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Desenhe o cocar nesse espaço aqui abaixo, pinte, recorte e cole.



ATIVIDADE DE PORTUGUÊS: Produção textual

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1943
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 104
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Reconto de uma lenda

Os textos da tradição oral há milênios encantam ouvintes de muitas gerações. Todos os povos têm narrativas orais em sua história, sejam elas contos (popular, maravilhoso, de fadas), fábulas, lendas ou mitos.

Veja ao lado a reprodução de uma cena de um documentário que explica como o povo Guarani vê as constelações no céu e enxerga no espaço formas e seres terrestres, imaginando histórias que incorporam às suas próprias histórias e lendas, contadas para crianças e jovens.

Agora chegou a sua vez de recontar por escrito uma lenda de sua escolha.



Reprodução/Direção Lara Velho/Ishtar/ICNFCP

Cena do documentário *Cuaracy Ra'Angaba – O céu Tupi-Guarani*. Direção de Lara Velho e Germano Bruno Afonso, 2011.

Planejando o texto

1. Para começar, pesquise uma lenda para reescrever com suas próprias palavras. Sugerimos que escolha uma história que faça parte da tradição de um povo indígena que habite ou tenha habitado o território que hoje corresponde ao Brasil. Algumas possibilidades: lenda da mandioca, do guaraná, do fogo, do Sol, do uirapuru, da vitória-régia...
2. Leia atentamente a lenda que você selecionou.
3. Anote no caderno:
   a) o nome dos personagens;
   b) onde e quando se passa a história;
   c) como ela começa;
   d) quais são os acontecimentos principais;
   e) como a história termina.
4. Pesquise e anote no caderno o nome do povo que criou a lenda.
5. Reescreva o texto utilizando as partes do enredo que anotou no caderno.

ADJETIVOS são palavras que caracterizam um substantivo, conferindo-lhe uma qualidade, característica, aspecto ou estado. Ex.: Lenda antiga, índio brasileiro, história espetacular.

Use uma linguagem adequada ao gênero e aos leitores de seu texto.

- Use vocabulário simples e, quando tiver de empregar vocábulos menos conhecidos ou em outra língua, dê o significado deles entre parênteses ou em um glossário, no final do texto.
- Se houver diálogos, introduza cada fala com um travessão, usando os dois-pontos e, se necessário, empregando verbos como **dizer**, **falar**, **perguntar**, **exclamar**, etc.
- Mantenha a narração na 3ª pessoa (o narrador não participa dos acontecimentos).
- Use adjetivos para caracterizar o cenário e os personagens.
- Lembre-se de marcar o tempo com advérbios ou locuções adverbiais que indiquem temporalidade (**antes**, **depois**, **de manhã**, **à noite**, **no dia seguinte**, etc.).
- Faça o mesmo em relação ao **espaço** (**embaixo**, **ao lado**, **longe**, **perto**, **sobre**, etc.).
- Escreva o título da lenda.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
105

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ARTE INDÍGENA BRASILEIRA

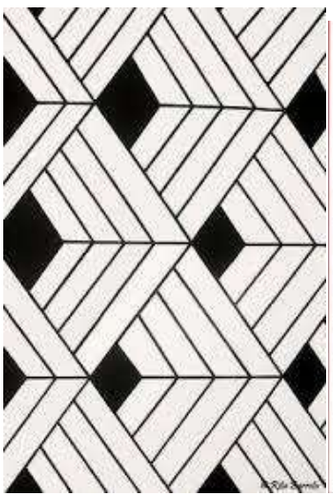
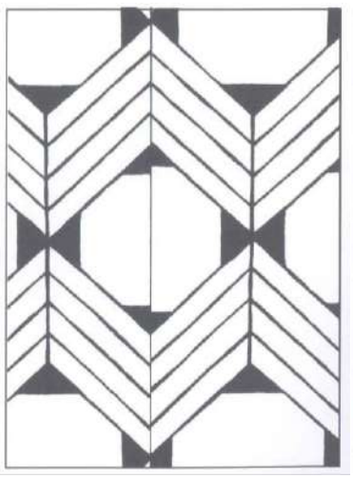
Arte indígena brasileira é a arte produzida pelos povos nativos do Brasil, antes e depois da colonização portuguesa, que iniciou-se no século XVI. Considerando a grande diversidade de tribos indígenas no Brasil, pode-se dizer que, em conjunto, elas se destacam na arte da cerâmica, do trançado e de enfeites no corpo.

Quando dizemos que um objeto indígena tem qualidades artísticas, podemos estar lidando com conceitos que são próprios da civilização ocidental, mas estranhos ao índio. Muitos povos não possuem nenhuma palavra para designar arte. No entanto, os objetos produzidos pelos índios têm exercido grande fascínio sobre os ocidentais desde os primeiros contatos, e tem sido difícil evitar atribuir-lhes qualidades artísticas pelo seu grande apelo plástico, pela sua originalidade, pela aura de mistério e exotismo que cerca suas culturas, pelas suas associações simbólicas e sociais, pelas suas funções rituais ou mágicas, elementos que são importantes também na definição ocidental de várias categorias artísticas.

No entanto, a "arte" indígena difere da arte contemporânea ocidental pelo seu caráter tradicional e seu forte utilitarismo. Tradicional porque tende a seguir padrões herdados coletivamente, que desenvolvem pequena variação ao longo do tempo, formando-se um corpo de formas, usos e significados estáveis e bem caracterizados. Isso é o que permite distinguir os trabalhos de uma tribo dos de outras, e aproxima a sua arte do folclore.

As produções indígenas são quase invariavelmente destinadas a algum uso. Confundem-se para eles arte e artefato, não existindo a ideia de arte por si mesma, aquela entendida primariamente para o puro desfrute estético. Isso, no entanto, não quer dizer que os índios não saibam o que é beleza. Ao contrário, sua sensibilidade para a beleza é grande. Mas principalmente, os objetos decorados, os entalhes, a cestaria, a cerâmica, a ornamentação corporal, a música, a dança, servem a funções definidas, ou dizem coisas específicas, falando verdadeira linguagem de domínio público.

PADRÕES GRÁFICOS INDÍGENA:


Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



O **grafismo indígena** é uma forma de identificação interna dentro da sua sociedade, além de identificação étnica quando comparada às outras tribos. Algumas características deste tipo de arte são a simetria, formas simples e relacionadas à natureza, sendo, normalmente, feitas por mulheres.

ATIVIDADE DE ARTES 1: Desenhe uma grafia decorativa no vaso de cerâmica e nas costas do índio como forma de pintura corporal. Pesquise e pinte com cores da cultura indígena brasileira.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
108

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ENSINO RELIGIOSO

Data: de 16/11 até 30/11

TEMA: CONSCIÊNCIA NEGRA

Você sabia que existe uma lei que dentre outros aspectos institui o dia 20 de novembro como data para comemorar o Dia da Consciência Negra? A data é feriado em boa parte do Brasil e foi criada para discutir a história dos negros no país, sua cultura e sua colaboração para a sociedade brasileira. Além disso, é uma oportunidade para lembrar e evidenciar problemas sociais ainda existentes na população.

COMO TUDO COMEÇOU?



A origem do dia da consciência negra está relacionada aos esforços dos movimentos sociais para evidenciar as desigualdades históricas que afligem as populações negras e pardas no Brasil. A data foi escolhida para lembrar o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares em 1695 que foi degolado e sua cabeça colocada numa praça pública de Recife, ainda no período colonial. Zumbi dos Palmares foi um dos maiores líderes negros do Brasil que batalhou pela libertação do

seu povo contra o sistema escravista. Portanto, o Dia da Consciência Negra é muito importante no reconhecimento dos descendentes africanos e da construção cultural do povo brasileiro.

AVANÇOS IMPORTANTES

A nova constituição de 1988 passou a considerar racismo como crime, o que foi regulamentado pela lei 7.716 do deputado Carlos Alberto Caó. Desde então, expressões que destacavam a cor da pele da pessoa, como, por exemplo, "bandido negro", passaram a ser crimes. Outro avanço, foi uma lei introduzida na LDB que obriga as escolas públicas e particulares da educação básica ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à

cultura afro-brasileiras. Abordar a temática da consciência negra nas escolas permite criar possibilidades de mudanças de postura e de pensamento, combatendo assim as ideias racistas e pensamentos preconceituosos.

REFLEXÃO



Celebrar esse dia é importante para refletir sobre a posição dos negros na sociedade. Afinal, as gerações de afro-brasileiros que advieram durante a escravidão sofreram e muitos ainda sofrem diversos níveis de preconceito. É importante ressaltar que preconceito racial é toda e qualquer forma de expressão que discrimina uma etnia ou cultura por considerá-la inferior ou menos capaz. Infelizmente, o preconceito racial existe na humanidade e precisa ser combatido. O racismo pode consistir numa falha proposital em prestar os serviços necessários a uma pessoa devido a sua cor, cultura ou origem étnica.

CONCLUSÃO



Nelson Mandela escreveu: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem

aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

Por isso, devemos amar e respeitar todas as pessoas, independentemente de sua cor, raça ou etnia, somente quando praticarmos esses valores, teremos um país melhor e mais igualitário.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1948
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
109
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

ENSINO RELIGIOSO

Data: de 16/11 até 30/11

ATIVIDADE SOBRE O QUE VOCÊ APRENDEU

1. A data 20 de novembro foi instituída no Brasil como o Dia da Consciência Negra, cuja finalidade é:

a) colaborar com todas as culturas para a sociedade que temos hoje.

b) revelar como surgiu a história da cultura de todo o povo brasileiro.

c) apresentar a história dos negros no país, sua cultura e sua contribuição social.

d) mostrar a história das mulheres no Brasil, sua cultura e condição social.

2. É possível afirmar que a data de 20 de novembro **NÃO** é uma oportunidade para:

a) lembrar e evidenciar os ganhos sociais da população brasileira.

b) evidenciar os problemas sociais que ainda afligem os negros no Brasil.

c) mostrar as questões culturais que ainda afetam os negros no Brasil.

d) refazer a história do Brasil, mudando os acontecimentos tristes.

3. Observe a charge abaixo e resolva à questão: O texto tem a finalidade de:



a) realizar uma crítica à polícia que muitas vezes é preconceituosa.

b) mostrar que todos os políticos brasileiros demonstram preconceito.

c) apresentar uma crítica aos presos brasileiros que são preconceituosos e racistas.

d) criticar os colegas de trabalho que agem de forma preconceituosa.

4. Por que a data de 20 de novembro foi escolhida para comemorar o Dia da Consciência Negra?

_____
_____
_____

5. Desde os tempos da colônia até a atualidade, os africanos trouxeram sua influência cultural para nós. Podemos citar como exemplos dessa cultura:

a) a música popular, a religião e a culinária.
b) a violência negra, a música e a religião.
c) a gramática da língua portuguesa.

d) a simplicidade das festas comemorativas.

6. Sobre Zumbi dos Palmares, marque a alternativa **FALSA**:

a) Lutou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil.

b) O dia do seu nascimento, 20 de novembro, é lembrado e comemorado em todo o Brasil. c) Foi líder do Quilombo dos Palmares que resistiu aos poderosos daquela época.

d) Zumbi é um símbolo da resistência e luta contra a escravidão.

7. Como foi a morte de Zumbi dos Palmares?

_____
_____
_____
_____

8. No Dia da Consciência Negra, assim como em todos os dias do ano, devemos resgatar e valorizar a cultura afro-brasileira, pois ela é de fundamental importância para:

a) adquirir mais conhecimentos.

b) reforçar nossos preconceitos.

c) nossa vida religiosa e espiritual.

d) nossa identidade nacional.

9. O que é racismo?

a) Racismo é a convicção sobre a ganância de determinadas raças.

b) Racismo é a convicção sobre a sabedoria de determinadas raças.

c) Racismo é a convicção sobre a superioridade de determinadas raças.

d) Racismo é a convicção sobre a inferioridade de

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

determinadas raças.

10. Sobre o texto, assinale a alternativa **VERDADEIRA**.

a) É facultado às escolas abordarem temáticas sobre a cultura afro-brasileira.

b) Há uma lei que regulamenta o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas

c) Uma lei na LDB permitiu considerar crime toda prática de racismo no Brasil.

d) Abordar a temática da consciência negra não ajuda a combater o racismo.

11. O que é preconceito racial?

_____

_____

_____

_____

12. A frase de Nelson Mandela, apresentada no texto, significa que:

a) a criança já nasce racista, portanto, deve ser ensinada.

b) aprendemos a odiar os outros pelo simples fato de ser diferente.

c) o racismo nasce com as pessoas, por isso, devemos instruí-las.

d) o ser humano é racista por natureza.

13. Em sua opinião, que medidas devem ser tomadas para combater o racismo no Brasil?

_____

_____

_____

_____

_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
111

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

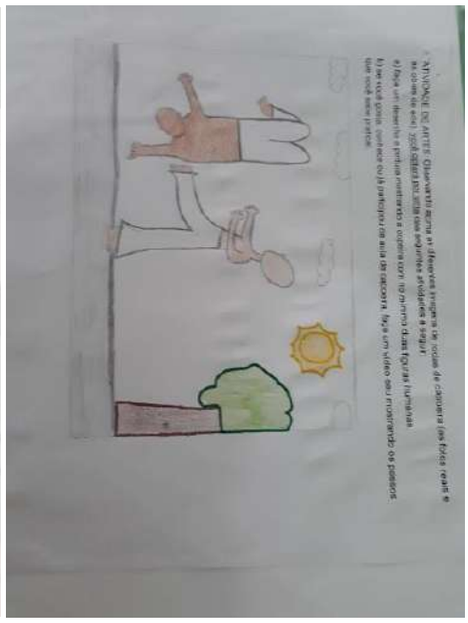
ALGUNS REGISTROS DE DEVOLUTIVAS DO ENSINO REMOTO E ATIVIDADES REALIZADAS NO ENSINO PRESENCIAL DE 2021 – ANOS FINAIS E EJA



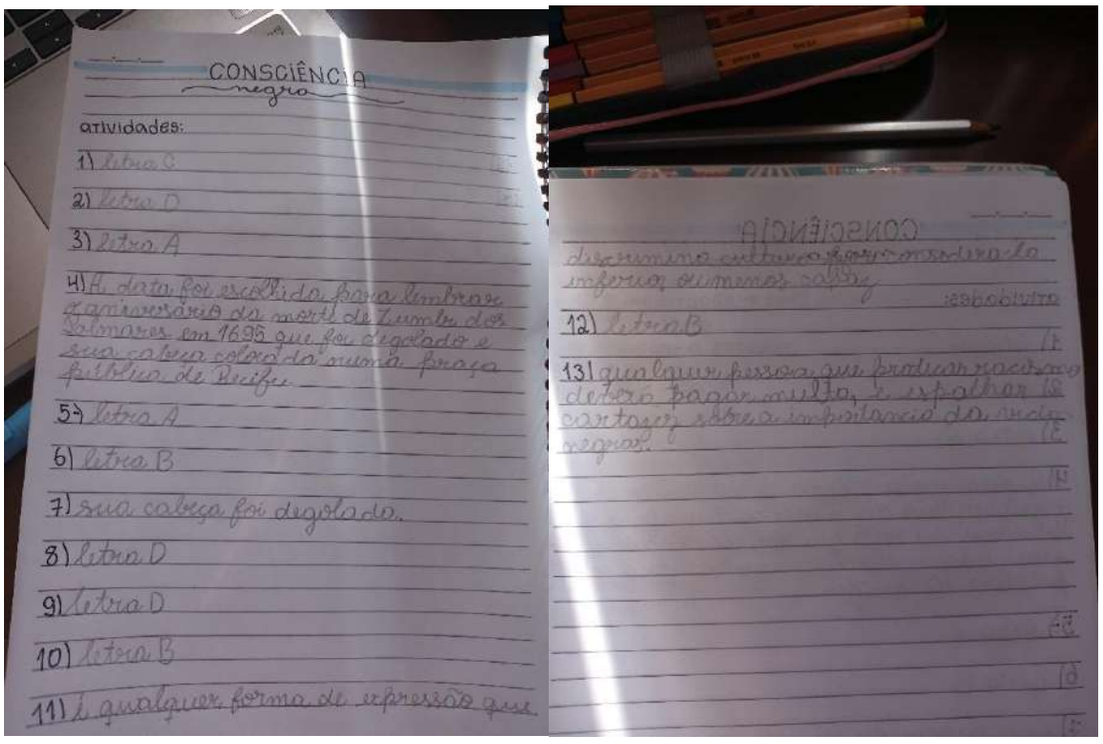







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

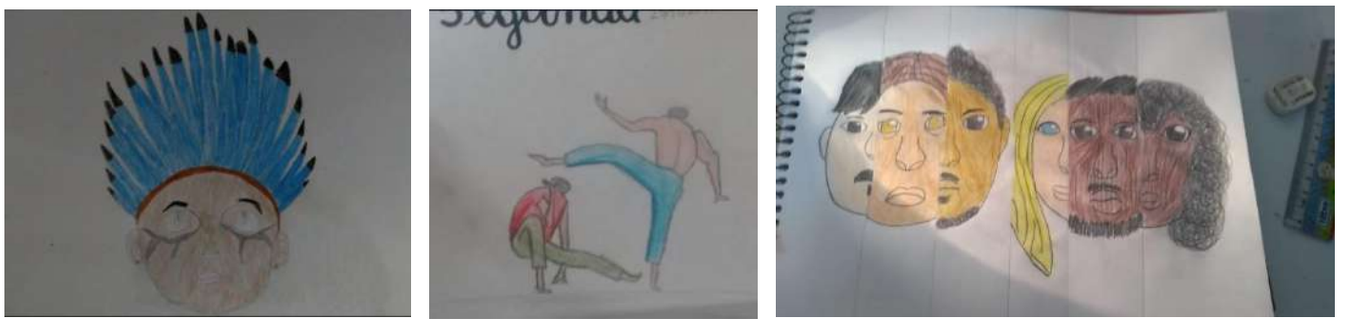

CONSCIÊNCIA
negro

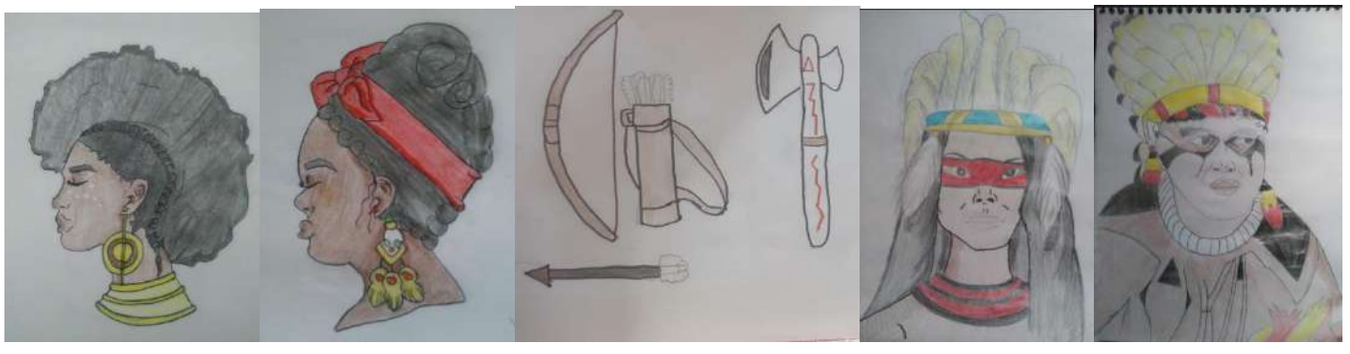
atividades:

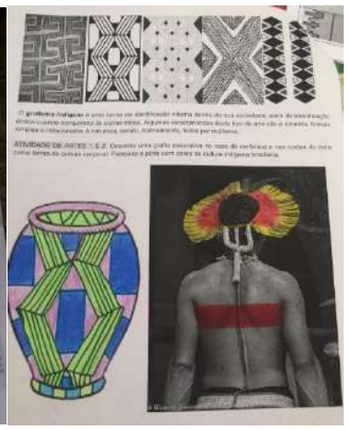
1) letra C
2) letra D
3) letra A
4) A data foi escolhida para lembrar o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares em 1695 que foi degolado e sua cabeça colocada numa praça pública de Recife.
5) letra A
6) letra B
7) sua cabeça foi degolada.
8) letra D
9) letra D
10) letra B
11) é qualquer forma de expressão que

12) letra B
13) qualquer pessoa que praticar racismo deverá pagar multa, e espalhar os cartazes sobre a importância do negro.



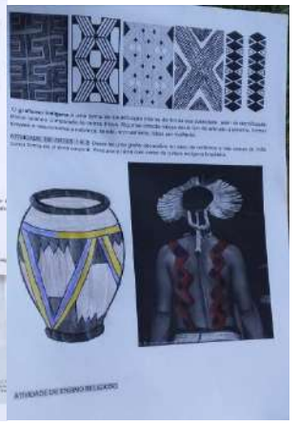












INSTRUMENTOS MUSICAIS ARTESANAIS REFERENTES A ATIVIDADE DA CAPOEIRA:





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

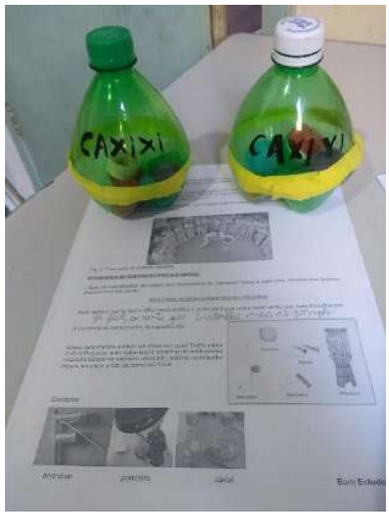
Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
114

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF





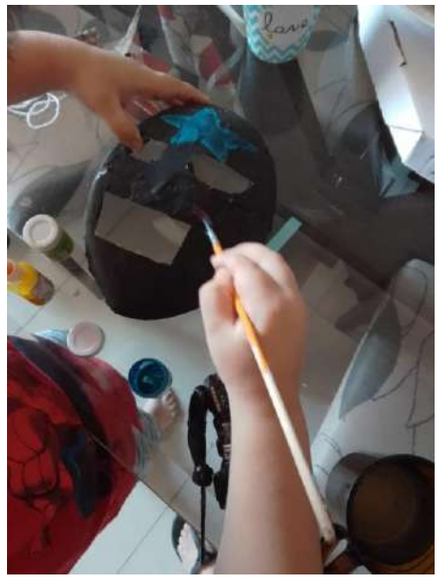
VÍDEOS PESQUISADOS SOBRE O TEMA “RODAS DE CAPOEIRAS”

https://youtu.be/QiTbgVzPewY

https://youtu.be/QiTbgVzPewY

ALGUNS REGISTOS DE TRABALHOS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS









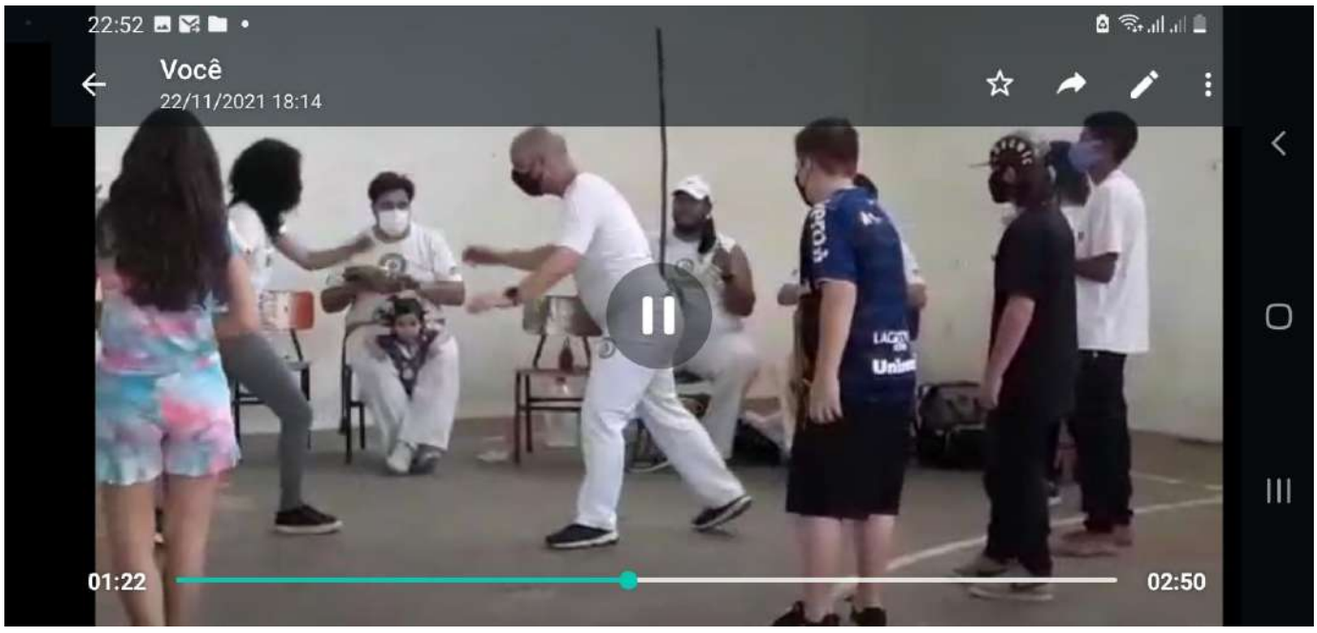




Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



OFICINA DE CAPOEIRA , OCORRIDA NO PERÍODO PRESENCIAL, COM ED.INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1957
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
118
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF DUQUE DE CAXIAS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1958
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
119
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

História e cultura africana, afro-brasileira e indígena
EMEF Duque de Caxias – 2021

ANOS INICIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivos

Promover o ensino de História e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar, como dispõe a Lei 11.645/08 ampliando o conhecimento histórico, das lutas e resistências do povo africano, afro-brasileiro e indígena no contexto histórico, econômico e social com ênfase nas datas comemorativas: 19 de abril - Dia do Índio; 13 de maio - Abolição da escravatura; 20 de novembro - Dia da Consciência Negra

Exemplos de abordagens nos planos de aulas dos Anos Iniciais:

5º anos :

Foram trabalhados os objetos do conhecimento relacionados aos povos indígenas à época do descobrimento; Pesquisa sobre os povos indígenas na atualidade. Datas comemorativas: 19 de abril - Dia do Índio; 13 de maio - Abolição da escravatura; 20 de novembro - Dia da Consciência Negra

Estamos na Semana da Consciência Negra, você sabe o significado desta data?

- Faça uma breve pesquisa sobre a temática. Pesquise em fontes confiáveis na Internet.
- Atenção: A pesquisa deve ser feita no caderno de História. Utilize apenas uma página para registro dos principais tópicos pesquisados.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 120

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF



2º momento: Esta semana enviaremos uma atividade complementar sobre uma história inspiradora e de superação, através do filme **"Mãos Talentosas"**, uma história verídica sobre o médico Ben Carson.

✓Convide a família para assistir com você e aproveite essa linda lição de vida! ✓Atenção: Será postado o link no Google forms com o trabalho relacionado ao filme (lembrando que o filme é gratuito pelo YouTube e está disponível na Netflix - para quem é assinante). 🌹❤️

Título: Palavras Fingidas

As pessoas vivem umas com as outras. Em casa vivemos com os pais, avós, tios, amigos, primos. Na escola, com professores, colegas, funcionários. No clube, com amigos, conhecidos, estranhos. Enfim, estamos cercados de gente por todos os lados e devemos fazer a nossa parte para não incomodar os outros. Algumas regras são pra lá de conhecidas: não jogar lixo no chão, não falar alto no cinema, cuidar os palavrões, não furar fila.

As palavras também são importantes na boa convivência. Algumas agradam. Dizer que alguém é bonito, charmoso, educado, inteligente faz o ouvinte ficar feliz. Use-as bastante (se for verdade), você só fará amigos.

Outras magoam. Deixam as pessoas tristes ou zangadas. Por quê? Às vezes são grosseiras. É o caso dos palavrões. Outras vezes são enganadoras. Fingem que não ofendem. Mas ofendem. Pior: reforçam **preconceitos**. Por exemplo a palavra **judiar**. Ela lembra judeu. Em vez de entristecer tantos s judeus que vivem em nosso país, que tal buscar um sinônimo? Use maltratar. Ou então dizer a "**a coisa está preta**", quer dizer que a coisa está ruim, perigosa, complicada – porque afinal, esta preta, e nada que é preto pode ser bom? É uma expressão racista para nunca mais ser usada.

Palavras dizem muito sobre a história e a cultura de uma sociedade. Quando palavras e expressões como, "meia tigela", "pé rapado" se tornam naturais, é indício do quanto o preconceito estão incorporados na visão de mundo das pessoas. Entre brincadeiras, piadas, aparentes elogios, as palavras podem significar uma violência simbólica quando vai sendo repetida de geração a geração e cada vez intensificando **o racismo e preconceito.**

Ouvimos muito as pessoas falarem "o fulano é moreninho" pra não dizerem negro, mas você sabia que a palavra **negro** indica "raça"? Então diga sem medo: Pelé é negro. Glória Maria é negra. Beyoncé é negra. Mas não use a palavra **negro** para falar de coisas ruins ou ilegais. Em vez de dizer dia

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

negro, diga dia triste ou dia ruim, dia complicado ou desastroso. Em lugar de mercado negro, fique com mercado ilegal.

Perceba que as palavras têm um grande poder, através delas podemos afirmar coisas boas ou positivas, ajudar alguém a ficar melhor e mais alegre, ou ao contrário, o uso das palavras pode de forma fingida, mascarada e errônea acentua o racismo, a baixa estima e reforçam os preconceitos. **Elas podem ser armas para adicionar e melhorar o mundo ou, então, ao contrário, podem ser uma bomba para a destruição de alguém ou de uma nação.**

Então cuidado com as palavras que você usa! Pense e se elas vão maltratar, troque as! Vamos fazer um mundo melhor, começando pelo que falamos!

Texto Adaptado: Mundo Novo. Editora Moderna. 2015.

Pense e reflita! Você já ouviu as expressões listadas abaixo? Veja o que elas significam e perceba se o que você fala colabora para a reprodução de preconceitos e violência simbólica? Se sim, basta trocar por outros sinônimos!

· **Ter um pé na cozinha**: forma racista de falar de uma pessoa de origem negra. · **Samba do crioulo doido**: é uma expressão debochada, que significa confusão ou trapalhada, reafirma a discriminação aos negros. · **Cabelo ruim**: fios rebeldes, cabelo duro, carapinha, piaçava, depreciam o cabelo afro. · **Meia tigela**: os negros que trabalhavam nas minas de ouro nem sempre conseguiam alcançar suas "metas". Quando isso acontecia, recebiam como punição apenas metade da tigela de comida e ganhavam o apelido de "meia tigela", que hoje significa algo sem valor e medíocre.

O que podemos fazer para mudar?

É dever do Estado cumprir a lei e criminalizar ações racistas. Mas esta não é somente uma luta do povo negro e do Estado. É dever de todas as pessoas apoiá-los durante esta caminhada: "Não basta não ser racista, é necessário ser antirracista".

Fale sobre isso, diga não ao racismo. Somos uma só espécie e devemos ser também um só coração na luta contra o preconceito e a desigualdade.

2º momento: Responda:

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta,

Ao ler a reflexão de Nelson Mandela, escreva o que você pensa sobre o assunto: -

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Observe a imagem e responda:

a) Na fotografia, há uma frase: “Amizade não tem cor”. Na sua opinião o que essa frase quer dizer?



_____

_____

b) Imagine que você tenha que explicar a imagem para um colega com deficiência visual na sala de aula. O que você diria?

_____
_____
_____
_____

A formação e divisão do território brasileiro; a chegada dos portugueses ao Brasil e o encontro com os Índios.

4º anos
Língua Portuguesa
Foram trabalhados mitos de origem africana tais como: “As criações de Obatalá”; “Rangi e Papa”
Lendas: Imembuí e a Lenda da Mandioca.
História: Resistência Negra à escravidão - Zumbi de Palmares
A presença afro-brasileira na cultura, alimentação, cultos, danças e músicas.
0s indígenas, segundo os portugueses; povos indígenas do RS.

3º anos: Foram trabalhados textos e vídeos sobre a cultura africana e afro-brasileira; abordagens contra o racismo.

Vídeo: Dúdú e o lápis cor de pele

Artes - Máscaras Africanas

Um olhar geográfico sobre o continente africano; A simbologia das máscaras africanas; A arte nas máscaras africanas;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



- Foi realizada uma pesquisa sobre as diferentes culturas indígenas

2º ano: Abordagem da semana da consciência negra - relações de identidade e preconceitos. foram apresentados livros, jornais e revistas. Trabalho com vídeos e contos sobre a África. Pesquisa sobre comidas, brincadeiras e jogos de origem africanas e afro-brasileiras.
Povos indígenas, lenda de Imembuí

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
124

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Aluno (a):_____

Escola _____

SANTA MARIA, 22 DE NOVEMBRO DE 2021.

SEGUNDA-FEIRA.

ESTUDO DO LIVRO: O CABELO DE LELÊ



Se você leu, você aprendeu...

1- Qual o Título da História?

_____

2- Descreva a ilustração da capa do livro:

_____

_____

_____

3- Quem é a personagem principal?

_____

4- No início da história Lelê gostava de seu cabelo? ( ) sim ( ) não

Por que você percebeu isso? _____

_____

5- Qual era pergunta que Lelê mais fazia durante a história em relação ao seu cabelo?

_____

6- Lelê procura a resposta de suas perguntas em um livro sabido, e nele ela encontra vários tipos de cabelos, quais são eles?

_____

Ao final da história, Lelê entende que em cada cachinho de seu cabelo carrega um pedaço de sua história, e ela passa a AMAR O QUE VÊ.

7- Agora me conte, e você, gosta do seu cabelo? Sabe a história de sua origem? Em seguida, faça uma bela ilustração sua no caderno:

_____

_____

_____

Aluno (a):_____

Escola _____

SANTA MARIA, 23 DE NOVEMBRO DE 2021.

TERÇA-FEIRA.



De onde vêm tantos cachinhos?

ORTOGRAFIA – H, CH, LH E NH

1- Complete as frases com as palavras do quadro.

Chimarrão	churrasco	chaminé	joelho	banheiro

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

1º anos: Língua Portuguesa
Foram trabalhados diversos livros infantis sobre protagonismo de personagens negros na literatura infantil.

- O pequeno príncipe preto; A bonequinha preta; Menina Bonita do Laço de Fita. Recorte e colagem.
- Artes: foram confeccionadas bonecas Abayomi

Educação Infantil
Contação de histórias com os livros: A bonequinha preta; Menina Bonita do Laço de Fita.
Cultura indígena
Brincadeiras de origem indígena: confecção de Peteca; corrida em uma perna só; Arranca mandioca;

ANOS FINAIS

Breve Relato sobre o Trabalho Realizado em Sala de Aula sobre a Cultura Afro e/ou Indígena – Arte – Prof. Carla Vieira

Em julho de 2021 os alunos do 7° ano puderam participar do projeto Tambores do sul. O projeto teve como objetivo apresentar, relembrar e propagar as culturas e ritmos que se mantém e os que acabaram sendo esquecidos com o passar dos anos dos tambores negros do Rio Grande do Sul. Os ritmos e tambores que foram estudados são de origem afro-sul rio-grandense, com a vinda dos escravos muitos desses movimentos nasceram através da cultura que eles carregavam de suas terras natais. Os movimentos de matrizes africanas trazem consigo o Tambor, que além de ser um instrumento de grande importância, em alguns casos também é considerado sagrado.

Em setembro de 2021, foi trabalhado sobre a simbologia das máscaras africanas, os rituais, os materiais usados, a representação da figura humana, os grafismos e sua história. Os alunos puderam experienciar a criação de máscaras inspiradas nessa cultura, com papel e colagem, visando uma identificação cultural e o conhecimento sobre a diversidade entre Brasil e a África.

Em Língua Portuguesa foi trabalhado o texto “20 de novembro - Dia da Consciência Negra”, em que são abordadas questões históricas envolvendo a data, a importância da valorização da cultura afro-brasileira e o quanto esse dia é importante para que as pessoas reflitam sobre o racismo presente em nosso país e para que se conscientizem do quanto é preciso combater esse grave problema diariamente. Na sequência, após as atividades (que envolveram interpretação de texto, inclusive), a temática foi abordada em sala de aula, de modo que a professora e os alunos dialogaram sobre a importância da cultura afro-brasileira, bem como sobre o racismo nos dias atuais e sobre a importância do respeito ao próximo. Esta atividade foi desenvolvida em todas as turmas de Anos Finais.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

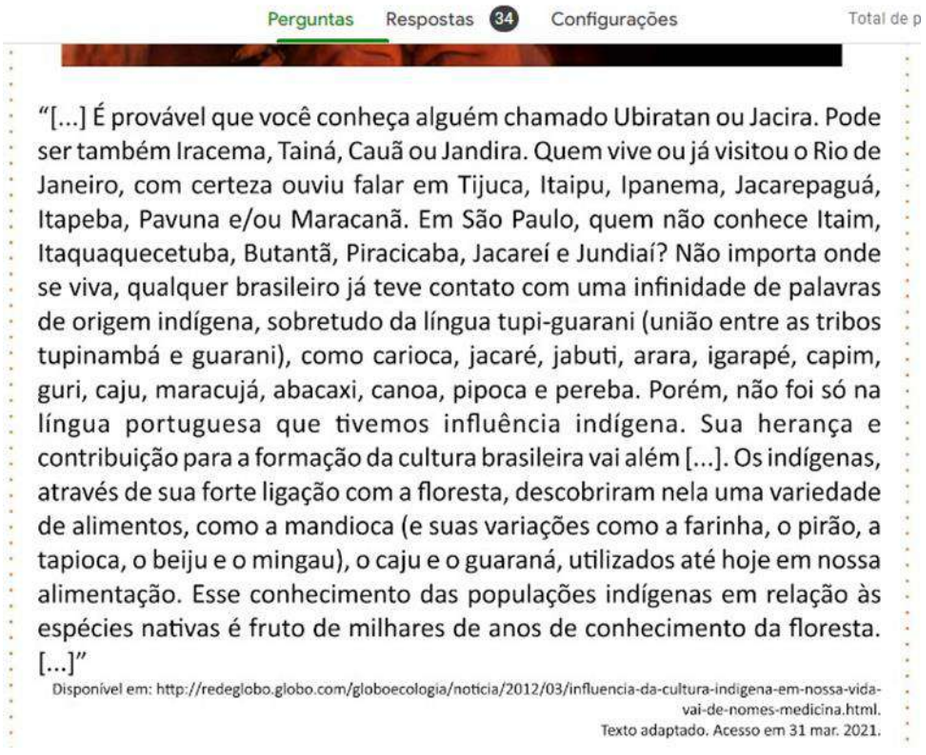
ACESSO
P02265BF

Em História, no 6º ano foi trabalhado sobre os povos indígenas das terras onde hoje é o Brasil, destacando a diversidade de povos e que cada povo tem sua cultura própria (língua, crenças e um jeito próprio de trabalhar, pensar, relacionar-se com a natureza, etc.).
No 7º ano foram trabalhados povos e culturas africanas, em especial os povos bantos e iorubás. Também foram realizadas atividades sobre a organização dos povos indígenas no Brasil à época da chegada dos portugueses.
No 8º ano os alunos estudaram sobre as formas de resistência dos escravizados africanos no Brasil, especialmente as fugas e formação de quilombos. E, no 9º ano foi trabalhado sobre a situação dos negros no pós-abolição.

Na disciplina de Geografia, as professoras realizaram diversas atividades com a temática indígena e cultura africana, do 6º ao 9º ano, especialmente sobre a formação do povo e da cultura brasileira.

Na disciplina de Ensino Religioso foram estudados os mitos de origem indígenas e africanos, os rituais religiosos indígenas, e as religiões de matriz africana. Foram desenvolvidas, em todas as turmas, diversas atividades sobre respeito e tolerância religiosa.

É importante ressaltar que, além das atividades desenvolvidas nas disciplinas de História, Geografia, Arte e Língua Portuguesa, também foram realizadas atividades interdisciplinares com a participação de todos os componentes curriculares, no mês de abril, com a temática indígena e, em novembro, sobre a cultura africana e afro-brasileira.
Exemplo de texto trabalhado na atividade interdisciplinar:



Perguntas Respostas 34 Configurações Total de p

"[...] É provável que você conheça alguém chamado Ubiratan ou Jacira. Pode ser também Iracema, Tainá, Cauã ou Jandira. Quem vive ou já visitou o Rio de Janeiro, com certeza ouviu falar em Tijuca, Itaipu, Ipanema, Jacarepaguá, Itapeba, Pavuna e/ou Maracanã. Em São Paulo, quem não conhece Itaim, Itaquaquecetuba, Butantã, Piracicaba, Jacareí e Jundiaí? Não importa onde se viva, qualquer brasileiro já teve contato com uma infinidade de palavras de origem indígena, sobretudo da língua tupi-guarani (união entre as tribos tupinambá e guarani), como carioca, jacaré, jabuti, arara, igarapé, capim, guri, caju, maracujá, abacaxi, canoa, pipoca e pereba. Porém, não foi só na língua portuguesa que tivemos influência indígena. Sua herança e contribuição para a formação da cultura brasileira vai além [...]. Os indígenas, através de sua forte ligação com a floresta, descobriram nela uma variedade de alimentos, como a mandioca (e suas variações como a farinha, o pirão, a tapioca, o beiju e o mingau), o caju e o guaraná, utilizados até hoje em nossa alimentação. Esse conhecimento das populações indígenas em relação às espécies nativas é fruto de milhares de anos de conhecimento da floresta. [...]"

Disponível em: http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2012/03/influencia-da-cultura-indigena-em-nossa-vida-vai-de-nomes-medicina.html.
Texto adaptado. Acesso em 31 mar. 2021.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Exemplo de atividade de Educação Física:

Perguntas Respostas 34 Configurações Total de por

corporais e podem variar de acordo com a tribo. Marque a alternativa correta.

- Os jogos dos povos indígenas não fazem parte do legado cultural brasileiro.
- A cultura indígena contribui para a diversidade cultural brasileira.
- Os povos indígenas não possuem práticas corporais próprias.
- Os indígenas não contribuíram na cultura brasileira.

6. As brincadeiras e jogos indígenas são aquelas herdadas das culturas desenvolvidas pelos diversos grupos de indígenas do Brasil. Representam as brincadeiras e os jogos indígenas que foram criados nas tribos para diversão, sobretudo das crianças. Marque a alternativa que contenha brincadeiras e jogos indígenas. *

- Peteca, perna de pau, amarelinha e telefone sem fio.
- Arco e flecha, amarelinha, mestre mandou e dama.
- Sol e lua, cabo de guerra, melancia e xadrez.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1967
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
128
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF EDY MAYA BERTOIA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
129

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Durante o ano letivo de 2021 foram realizadas diversas abordagens fazendo referência a cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas nos diferentes níveis e/ou componentes curriculares. Abaixo exemplificamos essas atividades com alguns registros de planejamentos e fotos do retorno dos alunos.

PLANEJAMENTO SEMANAL- EDUCAÇÃO INFANTIL
PRÉ B-2/PROFª FERNANDA
PERÍODO: 16/11/21 a 19/11/21 KIT:36
NOME DA CRIANÇA:

PROJETO 2021: "ACOLHER E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL"



NO DIA 20 DE NOVEMBRO É O DIA DA **CONSCIÊNCIA NEGRA**. ESSA DATA NOS LEMBRA A IMPORTÂNCIA DOS POVOS E DA CULTURA AFRICANA NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE E CULTURA DO NOSSO BRASIL. NESTA SEMANA IREMOS TRABALHAR COM A HISTÓRIA "A LINDA GAROTA DE ANGOLA" CONTADA PELA PROFESSORA ARLETE.

LINK: https://youtu.be/UbRUmyRPLjUi

A MÃE DE ÁGATA FEZ UMA BONEQUINHA DE RESTOS DE TECIDO PARA ELA SE DISTRAIR DURANTE A LONGA VIAGEM. ESSA BONEQUINHA É CHAMADA DE ABAYOMI QUE NA LÍNGUA IORUBÁ, SIGNIFICA "MEU PRESENTE". ANTIGAMENTE ERA COMUM AS MAMÃES FAZEREM ESTE TIPO DE BONECA PARA SUAS CRIANÇAS BRINCAREM NAS LONGAS VIAGENS DE NAVIOS DA ÁFRICA PARA O BRASIL. QUE TAL VOCÊ CONVIDAR ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA PARA FAZER UMA ABAYOMI?

MATERIAIS:

TESOURA, RETALHO DE TECIDO ESTAMPADO, RETÂNGULO DE TECIDO E FITA.
CASO VOCÊ NÃO TENHA RETALHOS DE TECIDO UTILIZE SACOLAS PLÁSTICAS.


RECORTE UMA TIRA FINA DO TECIDO


FAÇA UM NÓ NA PONTA DO RETÂNGULO.


CORTE EM PEQUENAS TIRAS A PARTE SUPERIOR DO NÓ.


PARA FAZER AS PERNAS, CORTE O RETÂNGULO AO MEIO, DEIXANDO UM ESPAÇO ABAIXO DO NÓ.


PARA OS BRAÇOS POSICIONE A TIRA DO NÓ E AMARRE NO MEIO.


FAÇA DOIS PEQUENOS FUROS NO TECIDO ESTAMPADO E PASSE OS BRACINHOS POR DENTRO DO BURACO.


AMARRE UMA FITA AO REDOR DO TECIDO ESTAMPADO



COMO FAZER :https://www.youtube.com/watch?v=wD7z27RjeNc

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
130

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

HORA DO CONTO: A LINDA GAROTA DE ANGOLA

1) -OLÁ, PESSOAL! MEU NOME É ÁGATA.
SOU UMA GAROTA IGUAL A MUITAS GAROTAS.
O NOME DO MEU PAI É AUGUSTO, MAMÃE SE CHAMA ELGA.
GOSTO MUITO DOS MEUS PAIS.
ELES SÃO MEUS AMIGOS.




2) NÓS VIEMOS DE UM PAÍS CHAMADO ANGOLA.
EM ANGOLA TAMBÉM SE FALA A LÍNGUA PORTUGUESA.
EU MORAVA NA CAPITAL DE ANGOLA.



3) O NOME DA CAPITAL DE ANGOLA É LUANDA.
EU GOSTAVA MUITO DOS MEUS COLEGAS DE ANGOLA.
ERAM GAROTOS E GAROTAS LEGAIS.



4) FOMOS EMBORA EM AGOSTO.
VIAJAMOS NUM NAVIO ANTIGO CHAMADO GUARDIÃO DAS ÁGUAS. FOI UMA LONGA VIAGEM.
A COMIDA ERA GOSTOSA.



5) NO NAVIO, EU JOGAVA PINGUE-PONGUE, TOCAVA GAITA E PODIA VER AS ALGAS, AS BALEIAS, E A ÁGUA SALGADA DO MAR AZUL.



6) O GUARDIÃO DAS ÁGUAS CHEGOU AQUI NUM DOMINGO.
ELE CHEGOU NUMA BELA TARDE DE DOMINGO.
LOGO QUE CHEGAMOS, PENSEI:
-UAU, QUE LUGAR LEGAL!
VOU GOSTAR DAQUI...



7) FAZ ALGUNS ANOS QUE VIEMOS DE ANGOLA.
GOSTO MUITO DO MEU PAÍS. MAS AGORA, ESTOU GOSTANDO DAQUI.
GOSTO DO LUGAR, DOS COLEGAS, DOS AMIGOS E DA NOVA VIDA QUE LEVO.




8) COMO DISSE, SOU UMA GAROTA IGUAL A MUITAS GAROTAS.
GOSTO DE LER, DE ESTUDAR, DE CORRER NA AREIA.
GOSTO DE TOCAR AGOGÔ E JOGAR CAPOEIRA.
GOSTO DE VIVER NESSE PAÍS QUE AGORA TAMBÉM É MEU PAÍS!



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1970
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
131
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

PLANEJAMENTO SEMANAL- EDUCAÇÃO INFANTIL
TURMA: PRÉ B-2/PROFª FERNANDA
PERÍODO: 22/11/21 a 26/11/21 KIT:37
NOME DA CRIANÇA:

PROJETO 2021: "ACOLHER E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL"

VAMOS ASSISTIR O VÍDEO DA MÚSICA "A GALINHA DA ANGOLA" (TURMA DO DAVI).



LINK PARA ACESSAR A MÚSICA:
https://www.youtube.com/watch?v=vPXrIRUA0CY

AGORA, CONVIDO VOCÊS A DESENHAREM **A GALINHA D'ANGOLA** COM O CONTORNO DA MÃO.

MATERIAIS: FOLHA BRANCA, TESOURA, COLA, LÁPIS DE COR OU TINTA.

COMO FAZER:
- ➤ CONTORNAR A MÃO NA FOLHA DE PAPEL COM LÁPIS.
- ➤ PINTAR COM LÁPIS DE COR OU COM TINTA PRETA.
- ➤ RECORTAR 10 CÍRCULOS PEQUENOS DE PAPEL BRANCO, CONTE E DEPOIS COLE NO CORPO DA GALINHA D'ANGOLA.



- ➤ DESENHE E PINTE O BICO, A CRISTA EM CIMA DA CABEÇA, OLHO, PERNAS E PÉS.
- ➤ POR ÚLTIMO, RECORTE CONTORNANDO O DESENHO DA SUA GALINHA D'ANGOLA.

FAMÍLIA! APENAS AUXILIE!
É IMPORTANTE DAR AUTONOMIA PARA A CRIANÇA REALIZAR TODO O PROCESSO NO DESENHO, PINTURA, RECORTE E COLAGEM.



Compartilhe fotos da sua galinha D'angola no Google Sala de Aula.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1971
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
132
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

EMEF. PROFª. EDY MAYA BERTOIA - EDUCAÇÃO INFANTIL

PROFESSORAS: Viviane Ienssen da Silva - **PRÉ A1** - Manhã

Mariéle Antunes dos Santos - **PRÉ A2** - Tarde

Semana de 16/11 a 19/11/2021 KIT 36

PROJETO: "ACOLHER E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL"

OLÁ TURMINHA E FAMÍLIAS!



Turminha do Pré, **vamos ouvir a história de uma linda menina.** Preste atenção para saber mais sobre essa bela história que a professora Arlete irá contar no vídeo:

https://www.youtube.com/watch?v=iqCkNFQzdzE

Agora que você já conheceu a Menina Bonita, gostaríamos de saber se você sabe de onde vem as suas características? Converse com sua família para descobrir e saber a história de seus familiares. Poderá observar em fotos (dos pais, irmãos, avós e de outras pessoas) as diferenças que existem na própria família, as características de cada um (criança ou adulto, baixo ou alto, a cor dos cabelos, entre outros).

Logo, vá em frente ao espelho e observe suas características: como é o seu cabelo (liso, crespo ou ondulado), cor do seus olhos, da sua pele, etc. Percebendo suas características e o **quanto cada um é único e especial.**

O próximo desafio é se representar, **construindo um boneco com diferentes materiais: linhas, lã, recorte e colagem de papel colorido, revista, jornal, retalhos de tecido, botões, fitas,** enfim o que tiver em casa e que possa reaproveitar.








Após realizar a atividade, poste no Google Sala de Aula e traga para a escola para compartilhar com os colegas.

Com carinho das profes Mariéle e Viviane.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1972
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
133
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

ANA MARIA MACHADO

ERA UMA VEZ UMA MENINA LINDA, LINDA. OS OLHOS DELA PARECIAM DUAS AZEITONAS PRETAS, DAQUELAS BEM BRILHANTES. OS CABELOS ERAM ENROLADINHOS E BEM NEGROS, FEITO FIAPOS DA NOITE. A PELE ERA ESCURA E LUSTROSA, QUE NEM PELO DA PANTERA NEGRA QUANDO PULA NA CHUVA. AINDA POR CIMA, A MÃE GOSTAVA DE FAZER TRANCINHAS NO CABELO DELA E ENFEITAR COM LAÇO DE FITA COLORIDA. ELA FICAVA PARECENDO UMA PRINCESA DAS TERRAS DA ÁFRICA, OU UMA FADA DO REINO DO LUAR.



DO LADO DA CASA DELA MORAVA UM COELHO BRANCO, DE ORELHA COR-DE-ROSA, OLHOS VERMELHOS E FOCINHO NERVOSO SEMPRE TREMELICANDO. O COELHO ACHAVA A MENINA A PESSOA MAIS LINDA QUE ELE TINHA VISTO EM TODA A VIDA. E PENSAVA: -AHI QUANDO EU CASAR QUERO TER UMA FILHA PRETINHA E LINDA QUE NEM ELA...



POR ISSO, UM DIA ELE FOI ATÉ A CASA DA MENINA E PERGUNTOU: -MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA, QUAL É TEU SEGREDO PRA SER TÃO PRETINHA? A MENINA NÃO SABIA, MAS INVENTOU: -AH! DEVE SER PORQUE EU CAÍ NA TINTA PRETA QUANDO ERA PEQUENINA. O COELHO SAIU DALI, PROCUROU UMA LATA DE TINTA PRETA E TOMOU BANHO NELA. FICOU BEM NEGRO, TODO CONTENTE. MAS AÍ VEIO UMA CHUVA E LAVOU TODO AQUELE PRETUME, ELE FICOU BRANCO OUTRA VEZ.



ENTÃO ELE VOLTOU LÁ NA CASA DA MENINA E PERGUNTOU OUTRA VEZ: -MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA, QUAL É TEU SEGREDO PRA SER TÃO PRETINHA? A MENINA NÃO SABIA MAS INVENTOU: -AH! DEVE SER PORQUE EU TOMEI MUITO CAFÉ QUANDO ERA PEQUENINA. O COELHO SAIU DALI E TOMOU TANTO CAFÉ QUE PERDEU O SONO E PASSOU A NOITE TODA FAZENDO XIXI. MAS NÃO FICOU NADA PRETO.



ENTÃO ELE VOLTOU LÁ EM CASA DA MENINA E PERGUNTOU OUTRA VEZ: -MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA, QUAL É TEU SEGREDO PRA SER TÃO PRETINHA? A MENINA NÃO SABIA, MAS INVENTOU: -AH! DEVE SER PORQUE EU COMI MUITA JABUTICABA QUANDO ERA PEQUENINA. O COELHO SAIU DALI E SE EMPANTURROU DE JABUTICABA ATÉ FICAR PESADÃO, SEM CONSEGUIR SAIR DO LUGAR. O MÁXIMO QUE CONSEGUIU FOI FAZER MUITO COCOZINHO PRETO E REDONDO FEITO JABUTICABA. MAS NÃO FICOU NADA PRETO.



POR ISSO, DAÍ A ALGUNS DIAS ELE VOLTOU LÁ NA CASA DA MENINA E PERGUNTOU OUTRA VEZ: -MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA, QUAL É TEU SEGREDO PRA SER TÃO PRETINHA? A MENINA NÃO SABIA E JÁ IA INVENTANDO OUTRA COISA, UMA HISTÓRIA DE FEIJOADA, QUANDO A MÃE DELA, QUE ERA UMA MULATA LINDA E RISONHA, RESOLVEU SE METER E DISSE: -ARTES DE UMA AVÓ PRETA QUE ELA TINHA...AÍ O COELHO -QUE ERA BOBINHO, MAS NEM TANTO -VIU QUE A MÃE DA MENINA DEVIA ESTAR MESMO DIZENDO A VERDADE, PORQUE A GENTE SE PARECE SEMPRE É COM OS PAIS, OS TIOS, OS AVÓS E ATÉ COM OS PARENTES TORTOS. E SE ELE QUERIA TER UMA FILHA PRETINHA E LINDA QUE NEM A MENINA, TINHA ERA QUE PROCURAR UMA COELHA PRETA PARA CASAR.



NÃO PRECISOU PROCURAR MUITO. LOGO ENCONTROU UMA COELHINHA ESCURA COMO A NOITE, QUE ACHAVA AQUELE COELHO BRANCO UMA GRAÇA. FORAM NAMORANDO, CASANDO E TIVERAM UMA NINHADA DE FILHOTES, QUE COELHO QUANDO DESANDA A TER FILHOTE NÃO PARA MAIS. TINHA COELHO PARA TODO GOSTO: BRANCO BEM BRANCO, BRANCO MEIO CINZA, BRANCO MALHADO DE PRETO, PRETO MALHADO DE BRANCO E ATÉ UMA COELHA BEM PRETINHA.



JÁ SE SABE, AFILHADA DA TAL MENINA BONITA QUE MORAVA NA CASA AO LADO. E QUANDO A COELHA SAÍA, DE LAÇO COLORIDO NO PESCOÇO, SEMPRE ENCONTRAVA ALGUÉM QUE PERGUNTAVA: -COELHA BONITA DO LAÇO DE FITA, QUAL É TEU SEGREDO PRA SER TÃO PRETINHA? E ELA RESPONDIA: -CONSELHOS DA MÃE DA MINHA MADRINHA...



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1973
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
134
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

PLANEJAMENTO SEMANAL - 1º ANO **KIT:08**

Profª Patrícia – Turma 1º A
Profª Viviane – Turma 1º B

Nome do aluno:

Período de 19 e 20 de Abril de 2021.

OLÁ ALUNOS QUERIDOS!

1- REGISTRANDO A DATA:

RECORDANDO:

- REGISTRAR A DATA, NO CADERNO, COM LÁPIS DE ESCREVER E DE ACORDO COM O DIA DA SEMANA QUE FOR REALIZAR A ATIVIDADE.
- A FAMÍLIA PODERÁ ESCREVER EM UMA FOLHA A DATA PARA A CRIANÇA COPIAR.
- LEMBREM: A CRIANÇA QUE DEVE ESCREVER E FAZER AS ATIVIDADES, CONTANDO COM A ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA. CASO TENHA ALGUMA DIFICULDADE, PROCURE INCENTIVÁ-LA QUE FAÇA SOZINHA.

VAMOS **ESCREVER**, NO CADERNO, A **DATA** COMO NO EXEMPLO: **DIA 19 DE ABRIL DE 2021.**

2- HORA DA HISTÓRIA! "MENINO POTI" (ANA MARIA MACHADO E CLAUDIUS)

REALIZAR A LEITURA DA HISTÓRIA (COM O AUXÍLIO DA FAMÍLIA).



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1974
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
135
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

2- CONVERSANDO SOBRE A HISTÓRIA:

AGORA CONVERSE COM SEUS FAMILIARES E **RESPONDA** ORALMENTE ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE A HISTÓRIA. VAMOS LÁ?

- **ONDE O MENINO POTI VIVE?**
- **COMO É O MENINO POTI?**
- **O QUE O MENINO POTI LEVA NA CANOA?**
- **QUAIS ANIMAIS POTI VIU NA MATA QUANDO PASSEAVA NA SUA CANOA?**
- **O QUE ACONTECE COM O BEBÊ-MACACO QUANDO ELE VÊ O MENINO POTI?**
- **O QUE O MENINO POTI FAZ PELO BEBÊ-MACACO?**

FAMÍLIA REGISTRE AS RESPOSTAS COM UM VÍDEO OU DE **FORMA ESCRITA E COMPARTILHE COM A PROFESSORA.**

3- NA HISTÓRIA VIMOS QUE POTI É UM MENINO INDÍGENA, NO DIA 19 DE ABRIL COMEMORA-SE O DIA DO ÍNDIO. **ESTE DIA É PARA CELEBRAR E VALORIZAR A CULTURA INDÍGENA QUE É MUITO RICA E IMPORTANTE NA NOSSA HISTÓRIA.**



AGORA VAMOS PROPOR ALGUNS **DESAFIOS QUE REMETEM A CULTURA INDÍGENA**, AOS QUAIS VOCÊS PODERÃO **ESCOLHER UM OU MAIS** PARA REALIZAR E VALORIZAR ESSA CULTURA:

DESAFIO 1: CONSTRUIR UM CHOCALHO

MATERIAIS: GARRAFAS PET (PEQUENAS), GRÃOS OU PEDRINHAS, FITA ADESIVA, TESOURA.

COMO MONTAR: CORTE AS GARRAFAS PARA DEIXÁ-LAS MENORES. GUARDE O FUNDO E O GARGALHO, QUE VOCÊ VAI UNIR PARA MONTAR O CHOCALHO. COLOQUE OS GRÃOS OU PEDRINHOS DENTRO DE UMA PARTE DA GARRAFA E DEPOIS UNA AS DUAS PARTES. AGORA É SÓ PASSAR A FITA ADESIVA PARA FECHAR AS PARTES DA GARRAFA. PRONTO, VOCÊ JÁ TEM UM CHOCALHO PARA BRINCAR OU ACOMPANHAR SUA MÚSICA PREFERIDA.



DESAFIO 2: CULINÁRIA

FAZER UMA RECEITA COM INGREDIENTES TÍPICOS INDÍGENAS (MILHO, MANDIOCA, FRUTAS) E DEGUSTAR EM FAMÍLIA, COMO POR EXEMPLO, PIPOCA, BOLO, SALADA DE FRUTAS.

DESAFIO 3: BRINCAR DE CABO DE GUERRA



MATERIAIS: CORDA, GIZ OU PEDRINHA PARA RISCAR O CHÃO.

PARA BRINCAR DE CABO DE GUERRA FAZ-SE UM RISCO NO CHÃO E CADA PARTICIPANTE SEGURA A CORDA DE UM LADO. A IDEIA É FAZER COM QUE UM DOS JOGADORES ULTRAPASSE A LINHA DO CHÃO, PARA ISSO, UTILIZA-SE FORÇA PARA PUXAR A CORDA, BUSCANDO TRAZER O OUTRO PARTICIPANTE PARA PERTO DE SI.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1976
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
137
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Atividade 1- Leia o texto abaixo e descubra a história de uma menina que veio de outro país morar no Brasil

Esta história também está disponível em: https://youtu.be/UbRUmyRPLjU

A menina linda de Angola

1) -OLÁ, PESSOAL! MEU NOME É ÁGATA.
SOU UMA GAROTA IGUAL A MUITAS GAROTAS.
O NOME DO MEU PAI É AUGUSTO, MAMÃE SE CHAMA ELGA.
GOSTO MUITO DOS MEUS PAIS.
ELES SÃO MEUS AMIGOS.




2) NÓS VIEMOS DE UM PAÍS CHAMADO ANGOLA.
EM ANGOLA TAMBÉM SE FALA A LÍNGUA PORTUGUESA.
EU MORAVA NA CAPITAL DE ANGOLA.



3) O NOME DA CAPITAL DE ANGOLA É LUANDA.
EU GOSTAVA MUITO DOS MEUS COLEGAS DE ANGOLA.
ERAM GAROTOS E GAROTAS LEGAIS.



4) FOMOS EMBORA EM AGOSTO.
VIAJAMOS NUM NAVIO ANTIGO CHAMADO GUARDIÃO DAS ÁGUAS. FOI UMA LONGA VIAGEM.
A COMIDA ERA GOSTOSA.



5) NO NAVIO, EU JOGAVA PINGUE-PONGUE, TOCAVA GAITA E PODIA VER AS ALGAS, AS BALEIAS, E A ÁGUA SALGADA DO MAR AZUL.



6) O GUARDIÃO DAS ÁGUAS CHEGOU AQUI NUM DOMINGO.
ELE CHEGOU NUMA BELA TARDE DE DOMINGO.
LOGO QUE CHEGAMOS, PENSEI:
-UAU, QUE LUGAR LEGAL!
VOU GOSTAR DAQUI...



7) FAZ ALGUNS ANOS QUE VIEMOS DE ANGOLA.
GOSTO MUITO DO MEU PAÍS. MAS AGORA, ESTOU GOSTANDO DAQUI.
GOSTO DO LUGAR, DOS COLEGAS, DOS AMIGOS E DA NOVA VIDA QUE LEVO.




8) COMO DISSE, SOU UMA GAROTA IGUAL A MUITAS GAROTAS.
GOSTO DE LER, DE ESTUDAR, DE CORRER NA AREIA.
GOSTO DE TOCAR AGOGÔ E JOGAR CAPOEIRA.
GOSTO DE VIVER NESSE PAÍS QUE AGORA TAMBÉM É MEU PAÍS!



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1977
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
138
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Atividade 2- Compreendendo o texto



- Marque a resposta correta.

a) A história que você leu é de uma menina chamada:
( ) Angola ( ) Ágara ( ) Ágata

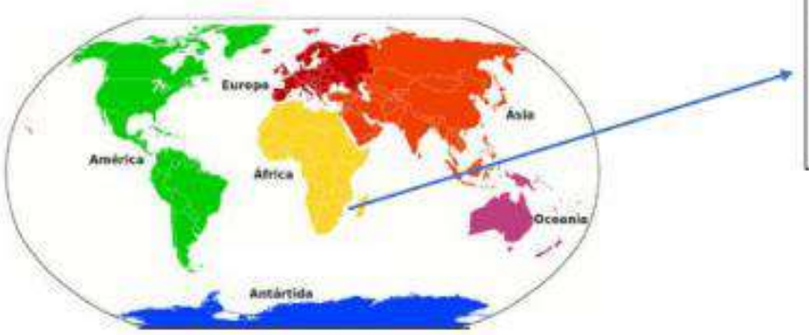
b) De que país a menina e sua família vieram?
( ) Brasil ( ) Argentina ( ) Angola

c) Como a menina e sua família vieram para o Brasil?
( ) De avião ( ) De barco ( ) De navio

d) O que Ágata via durante a viagem?
( ) Lua, estrelas e a água salgada do mar. ( ) Algas, baleias e a água doce do mar.
( ) Algas, as baleias, e a água salgada do mar azul.

Atividade 3- Para saber mais.

- Veja no mapa abaixo onde fica, no continente Africano, o país An



Angola é o país da África de onde veio a personagem da história.

Assim como outros povos, vieram também muitos negros trabalhar no Brasil que contribuíram para a formação do nosso povo.

Dia **20 de novembro é o Dia da Consciência Negra**. Esta data foi escolhida por ser a data da morte de Zumbi dos Palmares, um dos maiores líderes negros do Brasil, que lutou pela libertação do seu povo contra a escravidão.

Com a data relembramos a importância do ser humano, seja ele de qualquer cor, pois somos todos iguais nos direitos e deveres, portanto todos têm que serem respeitados.

Os negros que vieram para o Brasil contribuíram com a cultura brasileira em vários aspectos como: a dança, a culinária, a religião, a música, etc...

Atividade 4- De acordo com a história, pinte a imagem que se refere ao instrumento que a menina tocava no navio e faça um x na imagem que representa o jogo que ela gosta.





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
139

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Atividade 6- Ágata e seus pais chegaram ao Brasil numa linda tarde de domingo. Foram descansar da longa viagem e acordaram no outro dia, às 8 horas, para fazer um passeio e conhecer o lugar que iriam morar.

➢ Circule o relógio que indica a hora que Ágata e sua família acordaram.



Atividade 7- Resolva as histórias matemáticas.

a) Ágata foi conhecer a praia que fica próxima ao lugar que ela mora e juntou conchinhas na areia.
Ela colocou as 8 conchinhas em 3 saquinhos. Quantas conchinhas ela juntou no total? ____

_____ + _____ + _____ = _____

ou _____ X _____ conchinhas= _____



b) A mãe de Ágata fez 58 acarajés para servir aos novos amigos. Foram comidos 35 acarajés. Quantos acarajés sobraram?



c) Em uma apresentação de capoeira havia 32 pessoas assistindo, em seguida chegaram mais 27 pessoas.
Quantas pessoas no total estavam assistindo a capoeira?



Atividade 8- É comum na África o povo usar máscaras em rituais e outras celebrações.



➢ Escreva o número correspondente a quantidade de máscaras africanas que uma loja tem no seu estoque.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
140

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Atividade 9- Se você recebesse um ou uma colega de outro lugar, o que você diria a ele ou a ela sobre o lugar que você mora? Escreva sua fala abaixo.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Atividade 10- A mãe de Ágata fez uma bonequinha de restos de tecido para ela se distrair durante a longa viagem.

Essa bonequinha é chamada de Abayomi que na língua iorubá, significa "meu presente".

Antigamente era comum as mamães fazerem este tipo de boneca para suas crianças brincarem nas longas viagens de navios da África para o Brasil.

- Que tal você convidar alguém da sua família para fazer uma Abayomi?

Materiais: tesoura, retalho estampado, um retângulo de tecido e fita.
Caso você não tenha retalhos de tecido utilize sacolas plásticas.

 Recorte uma tira fina do tecido	 Faça um nó na ponta do retângulo.
 Corte em pequenas tiras a parte superior do nó.	 Para fazer as pernas, corte o retângulo ao meio, deixando um espaço abaixo do nó.
 Para os braços posicione a tira do nó e amarre no meio.	 Faça dois pequenos furos no tecido estampado e passe os bracinhos por dentro do buraco.
 Amarre uma fita ao redor do tecido estampado.	

Beijos com carinho da professora 



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1980
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
141
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

ATIVIDADE REMOTA
PROFa DIANA – TURMA 4ºA

NOME DO ALUNO: ----------

37º kit – SEMANA: 22 a 26/11/21

Olá estudantes! Tudo bem com vocês? Sábado passado, 20 de novembro tivemos mais uma data representativa, dia da Consciencia Negra. Vamos cohecer uma história e acontecimento desta data, relacionada com a luta pela igualdade de direitos entre as pessoas em nosso País.

1. **Leitura:**

Consciência Negra: o que é isso afinal?

[...] 20 de novembro, foi o Dia Nacional da Consciência Negra. Em algumas cidades do Brasil, para lembrar bem a data, foi feriado e muitos eventos foram programados. Mas o que aconteceu nesse dia para torná-lo tão importante? Para entender, temos que contar uma história que começa no Brasil, no final do século 17.



É a história de um menino, Zumbi. Ele era negro, filho de escravos, mas nasceu livre, lá no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas. Quilombos eram lugares dentro da mata para onde os escravos fugiam, para se refugiar do cativeiro e dos maus tratos das senzalas. Existiam muitos no Brasil e lá os escravos viviam livres, em comunidades onde faziam valer suas próprias regras. Porém, o refúgio era sempre atacado, pois os donos dos cativos os queriam de volta para trabalharem em suas terras. Foi num desses ataques que Zumbi foi capturado e levado para ser criado por um padre na cidade.

Quando cresceu, fugiu e retornou a Palmares para cumprir sua missão: lutar pela liberdade! Essa é a história que consta em arquivos portugueses. Hoje, Zumbi é conhecido na história como líder de Palmares, um guerreiro que esteve à frente de vários combates contra escravidão e pela liberdade. Numa dessas batalhas ele foi morto, em 20 de novembro de 1695.

Epa! Essa data te lembra alguma coisa? Pois é, ela foi escolhida em 1971, pelo poeta Oliveira Silveira e por um grupo de estudiosos composto por pessoas negras, que se reuniam em Porto Alegre, o Grupo Palmares. "Essa idéia se espalhou por outros movimentos sociais de luta contra a discriminação racial e, no final dos anos 1970, já aparecia como proposta nacional para o dia da Consciência Negra. Esta história não pode ser esquecida", conta Flávio dos Santos Gomes, escritor e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Você agora pode estar se perguntando: mas e o 13 de maio de 1888? Não é essa a data em que foi decretado o fim da escravidão no Brasil? Para muitos, apesar de ser importante para nossa História, essa data não mudou a realidade dos negros. Os escravos libertos e seus descendentes não eram tratados igualmente depois da abolição da escravatura e, até hoje, a luta pela igualdade racial continua. Por isso, uma nova data, mais representativa, foi escolhida. "O nome já diz: 'consciência e protesto' para a situação de exclusão sócio-econômica da população negra no Brasil passados 117 anos do fim jurídico do sistema escravista", afirma o professor Flávio dos Santos Gomes.

Por isso, dia 20 de novembro é um dia de liberdade para os corações de todos os brasileiros. Dia de refletir e conversar sobre a igualdade de direitos entre as pessoas, homens ou mulheres, negros ou brancos. Que tal refletir um pouco sobre isso?

Fonte: C.H.C. Disponível: http://chc.org.br/consciencia-negra-o-que-e-isso-afinal/. Acesso em 19.11.21.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1981
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
142
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

2. Atividades referente a leitura

1) Agora que você já refletiu, escreva a sua opinião sobre a igualdade de direitos entre as pessoas, homens ou mulheres, negros ou brancos. Como isso acontece em nosso País? Explique.

2) Converse com seus familiares sobre o significado da palavra DESIGUALDADE, após procure no dicionário e escreva o significado em seu caderno.

3) Reconte a história de Zumbi, criando uma história em quadrinhos, tirinha. Você pode usar uma folha de oficio ou fazer no caderno.

3. Atividades de Matemática: Frações

(caso você não tenha acompanhado as explicações sobre frações na aula presencial, antes de fazer essa atividade estude na Unidade 8 do seu livro de matemática: Frações e Decimais, páginas 200 a 204.

1) Observe a pizza abaixo e responda

a) Em quantos pedaços essa pizza foi cortada? _____

b) Qual é a fração que representa o pedaço de pizza que foi comida? _____

c) E como se lê?
_____

d) Qual é a fração que representa o que sobrou da pizza? _____

e) E como se lê?
_____



2) Represente (desenhe) as frações abaixo e escreva como se lê cada uma.

a) $\frac{3}{4}$	b) $\frac{1}{4}$	a) $\frac{3}{5}$
a) $\frac{2}{8}$	a) $\frac{7}{9}$	a) $\frac{1}{2}$

Boas atividades!
Abraço virtual da profe.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Quarta-Feira 1/12 (Grupo B)

Primeiro Momento: Contemplando a temática do mês da consciência negra que a escola ampliou para toda a diversidade, iremos trabalhar com histórias de pessoas reais com todo tipo de características, raças, deficiências, etc. Com o objetivo de construir uma noção de valorização das diferenças.

Para conhecer quais os tipos de julgamentos a partir das aparências os alunos fazem e poder, junto com eles, descontruir esses estereótipos, formaremos uma roda e no centro iremos colocar fotos de pessoas da história, ou que fizeram coisas importantes, antes de se tornarem conhecidas e pedir que os alunos falem o que eles pensam sobre aquelas pessoas a partir das fotos, quem podem ser elas, quais suas profissões, o que tem a dizer sobre suas personalidades, etc. Deixaremos que elas falem livremente, sem corrigi-las ou questioná-las nesse momento.

Em seguida iremos ler uma pequena biografia com uma linguagem apropriada de duas dessas pessoas, para que eles conheçam suas histórias. (Essa atividade seguirá dessa forma, com duas histórias sendo contadas a cada dia até termos lido todas elas).

Após ler o texto vamos fazer alguns questionamentos como: Ficaram surpresos com a história? Vocês pensaram que ela podia ser...? Por que não? O que fez vocês pensarem que ela era...(palpites dados pelas crianças)? Vocês acreditam que pela aparência podemos dizer quem a pessoa é?

As histórias serão:

1. Katherine Johnson, Dorothy Vaughan, Mary Jackson (Mulheres negras matemáticas da NASA, do filme Estrelas além do tempo)
2. Stephen Hawking (Cientista muito conhecido que tinha uma doença degenerativa, era cadeirante e perdeu a fala)
3. Machado de Assis (Escritor Negro Brasileiro)
4. Daniel Mundukuru (Indígena autor de livros infantis, formado em filosofia, história e psicologia)
5. Rosa Parks e Martin Luther King (ativistas negros da época do Apartheid nos EUA)
6. Malala Yousafzai (Jovem muçulmana ativista pelo direito das mulheres estudarem)
7. Frida Khalo (pintora famosa que era cadeirante)
8. Aleijadinho (escultor brasileiro filho de um português com uma escrava que por conta de uma doença ficou com os pés e mãos “aleijados”)

Segundo Momento: Agora vamos jogar um jogo de desembaralhar as letras para formar palavras, mas as palavras serão retiradas das histórias que foram contadas. A turma será dividida em trios e cada um receberá um envelope com uma imagem relacionada ao texto e suas respectivas letras. Juntos devem desembaralhar as letras e formar a palavra. Os envelopes vão sendo trocados entre os grupos para que todos trabalhem com todas as palavras.

Terceiro Momento: Ainda nos trios da atividade anterior, dando continuidade ao estudo de gramática que esse grupo vinha desenvolvendo no livro didático, cada grupo ficará com uma dificuldade ortográfica (ch, x, s, z, ç,

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

lh, nh, gue, gui, rr...) e serão desafiados a encontrar em revistas, jornais e folhetos palavras e imagens com aquela dificuldade, para em seguida produzirem livrinhos com essas palavras e os apresentar para o resto da turma.

Quinta-Feira 2/12 (Grupo B)

Primeiro Momento: Iniciaremos o dia contando mais duas das mini biografias.

Segundo Momento: Os trios da aula anterior serão formados novamente e continuaremos com o estudo das dificuldades ortográficas. Agora, em uma caixa colocaremos todas as imagens pesquisadas por eles no dia anterior e à medida que forem sendo sorteadas as imagens eles devem escrever seus nomes em um mini quadrinho, entrando num consenso entre o trio, e em seguida levantá-lo para mostrar a todos. Cada acerto ganha pontos para o grupo.

Terceiro Momento: Histórias matemáticas com elementos das duas histórias do dia.

Quarto Momento: Para entrar no universo dos gráficos, vamos começar decidindo um tema único e construindo um gráfico coletivo com a turma usando quadradinhos coloridos colados no quadro, que será registrado por cada um em folha quadriculada.

Em seguida, cada um escolherá algo que gostaria de pesquisar (times de futebol, cor favorita, tamanho do sapato, desenhos favoritos, número de irmãos, etc) e irá entrevistar os colegas, construindo seu próprio gráfico para depois compartilhar com a turma.

E para finalizar analisaremos e interpretaremos, em conjunto, alguns gráficos de verdade, retirados de jornais, revistas e páginas da internet.

Sexta-Feira 3/12 (Grupo A)

Primeiro Momento: O mesmo da quarta-feira do Grupo B

Segundo Momento: Retomando uma brincadeira já conhecida e muito adorada pelas crianças, o Espelho, iremos fazer um pouco diferente desta vez, dividindo-os em duplas, posicionados a uma distância segura uns dos outros. A brincadeira consiste em uma das crianças fazer gestos e caretas enquanto a outra imita, como num espelho.

Após a atividade do espelho, as crianças voltarão aos seus lugares e receberão uma folha de papel, a ideia é que possam expressar uma ou mais características positivas que veem no colega, fazendo um desenho e um bilhete para presenteá-lo. Ao final, quem quiser apresentar sua obra para a turma antes de entregá-la, terá espaço.

Terceiro Momento: Agora vamos jogar o mesmo jogo de desembaralhar as letras para formar palavras que o Grupo B realizou na quarta, mas dessa vez com sílabas, e as palavras serão retiradas das histórias e também algumas características que apareceram nos bilhetes para os colegas.

Quarto Momento: Vamos utilizar quatro dados que tenham fins de palavras comuns, como ETA, ECA, OLA, ÃO, etc., um dado será lançado de cada vez, e cada criança na sua vez deve dizer uma palavra que rime com aquele som e assim por diante, até que ninguém mais saiba dizer nenhuma rima. Então lançamos o dado novamente e continuamos o jogo.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1984
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
145
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF ERLINDA MINÓGGIO VINADÉ

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Jogos;
- Leituras e interpretações;
- Expressão oral e escrita;
- Histórias;
- Produção textual;
- Dramatização;
- Desenhos;
- Cartazes;
- Músicas;
- Paródia,
- Maquetes;
- Painéis;
- Visitas,
- Vídeos.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1986
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
147
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF EUCLIDES DA CUNHA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
148

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

EMEF EUCLIDES DA CUNHA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ANOS FINAIS

OFICINA ABAYOMI









Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1989
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
150
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

TURMA 32 – PROFESSORA MARCIA BOTEGA
ATIVIDADES: 08.11.2021 A 12.11.2021

SANTA MARIA, 08 DE NOVEMBRO DE 2021.
HOJE É SEGUNDA-FEIRA.

MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

ERA UMA VEZ UMA MENINA LINDA, LINDA.

OS OLHOS DELA PARECIAM DUAS AZEITONAS PRETAS, DAQUELAS BEM BRILHANTES.

OS CABELOS ERAM ENROLADINHOS E BEM NEGROS, FEITO FIAPOS DA NOITE. A PELE ERA ESCURA E LUSTROSA, QUE NEM PELO DE PANTERA NEGRA QUANDO PULA NA CHUVA.

AINDA POR CIMA, A MÃE GOSTAVA DE FAZER TRANCINHAS NO CABELO DELA E ENFEITAR COM LAÇO DE FITA COLORIDA. ELA FICAVA PARECENDO UMA PRINCESA DAS TERRAS DA ÁFRICA, OU UMA FADA DO REINO DO LUAR.

ANA MARIA MACHADO.

VOCABULÁRIO:
BRILHANTES - CINTILANTES
FIAPOS - FIOS BEM PEQUENOS E FINOS.



1) LIGUE COM CORES DIFERENTES.

OS OLHOS	PARECIA PELO DE PANTERA NEGRA.
OS CABELOS	PARECIAM AZEITONAS PRETAS.
A PELE	PARECIAM FIAPOS DA NOITE.

2) COPIE DO TEXTO AS PALAVRINHAS QUE CARACTERIZAM:
a) A MENINA _____
b) A PELE _____E _____
c) A PANTERA _____
d) AS FITAS _____

3) MARQUE A RESPOSTA CERTA.

a) A MENINA DO TEXTO ERA:
( ) FEIA ( ) LINDA ( ) DESENGONÇADA
b) A MENINA ERA TAMBÉM:
( ) LOURA ( ) MORENA ( ) NEGRA

3) RESPONDA:
a) COMO A MÃE ENFEITAVA O CABELO DA MENINA?
_____
_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1990
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
151
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

b) QUANDO A MÃE A ARRUMAVA, COM QUEM ELA SE PARECIA?

_____

_____

c) QUAL É A COR DOS OLHOS E DOS CABELOS DELA?

_____

_____

4) OBSERVE A CAPA DO LIVRO E ESCREVA O QUE SE PEDE:



a) NOME DA AUTORA:

_____

_____

b) TÍTULO:

_____

_____

c) NOME DO ILUSTRADOR:

_____

5) CIRCULE A SÍLABA TÔNICA DAS PALAVRAS E OBSERVE A POSIÇÃO QUE OCUPAM.

MENINA - ÁFRICA - LUAR - CABELO - MÚSICA - AMOR

- AGORA, ESCREVA-AS NA COLUNA CERTA.

PROPAROXÍTONA (ANTEPENÚLTIMA)	PAROXÍTONA (PENÚLTIMA)	OXÍTONA (ÚLTIMA)

OBSERVE COMO FORMAMOS O DIMINUTIVO DE CERTAS PALAVRAS.

CA**S**A CA**S** + **INHA** **CASINHA**	JORNAL JORNAL + **ZINHO** **JORNALZINHO**
PALAVRA COM **S** NA SÍLABA FINAL: **S**+**INHA** OU **INHO**	PALAVRAS SEM **S** NA SÍLABA FINAL: **Z** + **INHA** OU **INHO**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1991
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
152
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

7) ESCREVA O DIMINUTIVO:

MESA → _____ PASTEL → _____

VASO → _____ ANIMAL → _____

ROSA → _____ DOR → _____

BLUSA → _____ DEGRAU → _____

8) ESCREVA NO PLURAL ACRESCENTANDO **S**.

MENINA → _____ LAÇO → _____

OLHO → _____ PRINCESA → _____

FITA → _____ COELHO → _____

9) O PLURAL DAS PALAVRAS TERMINADAS EM **M** É ESCRITO COM **NS**.

FAÇA COMO NO EXEMPLO: BO**M** → BO**NS**

JOVEM → _____ NUVEM → _____

SOM → _____ JARDIM → _____

10) PASSE AS PALAVRAS ABAIXO PARA O PLURAL SEGUINDO O EXEMPLO:

LIÇ**ÃO** → LIÇ**ÕES**

BOTÃO → _____ FOGÃO → _____

BALÃO → _____ MAMÃO → _____

11) PARA COLOCAR AS PALAVRAS TERMINADAS EM **R**, **Z**, **ÊS** NO PLURAL, ACRESCENTAMOS **ES**. QUAL É O PLURALDAS PALAVRAS ABAIXO?

a) O AMOR→ _____ d) A FLOR→ _____

b) A VOZ→ _____ e) A LUZ→ _____

c) O FREGUÊS→_____ f) O MÊS→ _____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
153

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

SANTA MARIA, 09 DE NOVEMBRO DE 2021.
HOJE É TERÇA-FEIRA.

FORMANDO FRASES

1) ORGANIZE OS NÚMEROS DAS PALAVRAS E FORME A FRASE.

Quem?
1- A MULA VELHA LEVOU
2- MAGALI É UMA MENINA
3- A MINHOCA COMEU
4- O MACACO MANECO

QUANDO? / O QUÊ?
1- TODA MANHÃ
2- COME BANANA
3- A MALA NO PESCOÇO
4- QUE COME MELANCIA

ONDE ?
1- EM CIMA DA ÁRVORE
2- NA ESCOLA
3-PARA A MATA
4- DA MESA



_____



_____



_____



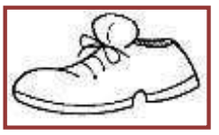
_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 1993
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 154
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

2) ORGANIZE AS PALAVRAS DO QUADRO E FORME FRASES. NÃO SE ESQUEÇA DA PONTUAÇÃO!

apertado sapato ficou Meu



_____

duas Tenho matemática de aulas



_____

casa reformada mês este A foi



_____

3) VAMOS ORDENAR AS FRASES?

a) MUITO – MACACO – É - CACO - INTELIGENTE - UM

_____

_____

b) FLUTUA - O – NO - NAVIO - MAR - GRANDE

_____

_____

c) VERMELHA - ANA - UMA - LINDA - GANHOU - BEXIGA

_____

_____

d) TODO - OVO - A - BOTA - GALINHA - DIA

_____

_____

e) UMA - EU- AZUL - E - TENHO - MOTO - BRANCA

_____

_____

4) AMPLIE AS FRASES.

a) SÓ PODEREI IR DE BICICLETA ATÉ SUA CASA SE

_____.

b) MARCELO ESTAVA DORMINDO NO SOFÁ QUANDO

_____.

c) QUANDO SAÍ DA FESTA JÁ ERA TARDE, POR ISSO

_____.

d) NÃO QUERO QUE VOCÊ VÁ COMIGO PORQUE

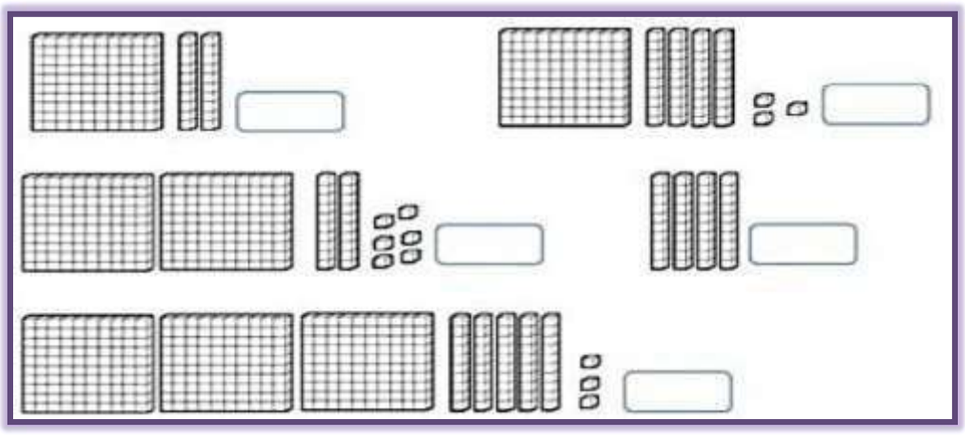
_____.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1994
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
155
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

SANTA MARIA, 10 DE NOVEMBRO DE 2021.
HOJE É QUARTA-FEIRA.

1) REPRESENTE COM ALGARISMOS AS QUANTIDADES REPRESENTADAS.56





2) REGISTRE OS NÚMEROS:

	C	D	U
TREZENTOS E SETENTA E UM			
OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO			
VINTE			
CENTO E QUARENTA			
NOVE			

3) COMPLETE A TABELA ESCREVENDO O ANTECESSOR E O SUCESSOR.

1 A MENOS	NÚMERO	1 A MAIS
240	241	**242**
	216	
	297	
	231	
	259	
	200	
	268	
	272	
	205	

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

4) COMPLETE O QUADRO:

	POR EXTENSO	D	U	ANTECESSOR	SUCESSOR	DECOMPOSIÇÃO
11	**ONZE**	**1**	**1**	**10**	**12**	**10 + 2**
24						
78						
63						
96						
45						

5) COMPONHA OS NÚMEROS COMO NO MODELO:

4 CENTENAS + 5 DEZENAS + 3 UNIDADES = **400 + 50 + 3** = **453**

2 CENTENAS + 7 DEZENAS + 8 UNIDADES = _____

1 CENTENA + 3 DEZENAS + 5 UNIDADES = _____

6 CENTENAS + 0 DEZENA + 5 UNIDADES =_____

1 CENTENA + 7 DEZENAS + 7 UNIDADES = _____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
157

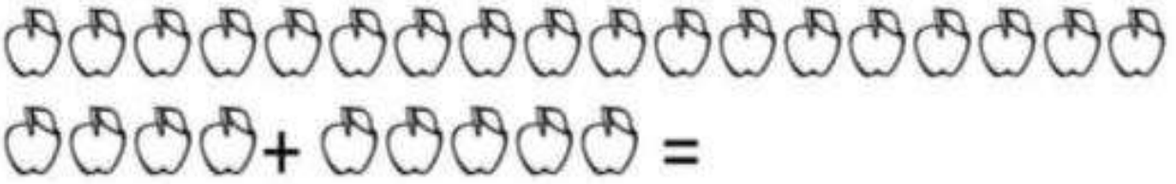
Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

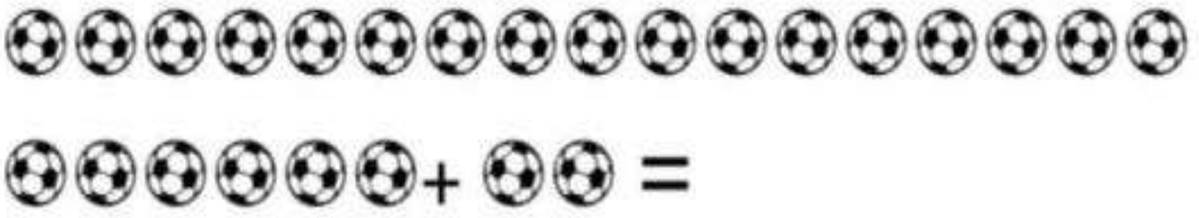
ACESSO
P02265BF

SITUAÇÕES MATEMÁTICAS

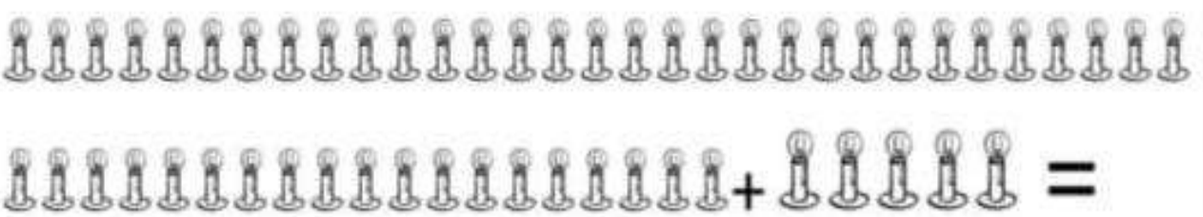
Em uma macieira havia 22 maçãs maduras e 5 verdes. Quantas tinham ao todo?



João tem 23 bolas e ganhou mais 2. Quantas bolas João tem?



Joana tinha 50 velas e comprou mais 5. Quantas velas tem ao todo?



Mário tem 28 jaquetas e ganhou mais 3 de sua mãe. Quantas jaquetas Mário tem?



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

SANTA MARIA, 11 DE NOVEMBRO DE 2021.
HOJE É QUINTA-FEIRA.

2) Observe o cartaz abaixo.



3) Responda:

- Para que serve este cartaz?

  _____

  _____

- Ele fala sobre o quê?

  _____

  _____

- Você sabe o que é HIGIENE PESSOAL?

  _____

  _____

Hoje em dia, diante do cenário de PANDEMIA em que estamos vivendo, existe a necessidade de aumentarmos os cuidados com a higiene pessoal em virtude da prevenção do CORONAVÍRUS – COVID 19.

OBSERVAÇÃO: O álcool em gel não substitui água e sabão.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
1998
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
159
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Diversidade cultural brasileira



O BRASIL É UMA MISTURA DE VÁRIAS CULTURAS. TEM A PORTUGUESA, A INDÍGENA, AFRICANA E MUITOS IMIGRANTES QUE VIERAM VIVER AQUI.

POR ISSO O NOSSO BRASIL É ESSE PAÍS TÃO RICO,

CONTRIBUIÇÃO DOS PORTUGUESES:

A LÍNGUA FALADA EM TODO O PAÍS, A RELIGIÃO CATÓLICA, O FOLCLORE (CARNAVAL E FESTA JUNINA), ACULINÁRIA, FORAM CONTRIBUIÇÕES DOS PORTUGUESES.

AGORA É COM VOCÊ!

1) QUAIS OS POVOS QUE INFLUENCIARAM NA CULTURA BRASILEIRA?

_____

_____

2) QUAIS AS INFLUÊNCIAS DOS PORTUGUESES NA CULTURA BRASILEIRA?

_____

_____



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

SANTA MARIA, 12 DE NOVEMBRO DE 2021.
HOJE É SEXTA - FEIRA.

RELEITURA DE FOTOGRAFIA

TAMBÉM CONHECIDA COMO "NOVA PINTURA", UMA RELEITURA UTILIZA O USO DE UMA IMAGEM EXISTENTE PARA CRIAR UMA NOVA, UTILIZANDO TRAÇOS E LEITURAS DIFERENCIADAS.



Releitura criada pela aluna Sarah (10 anos), moradora do município de Florianópolis/SC - Foto de 2019.

AGORA É A SUA VEZ! ESCOLHA SUA FOTOGRAFIA PREFERIDA E CRIE UMA RELEITURA NO QUADRO ABAIXO.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2000
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
161
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF FRANCISCA WEINMANN

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Faça um breve relato de suas atividades que tiveram abordagem da temática da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas no ano de 2021.

Na Educação Infantil (Pré-Escola) foi trabalhada as histórias:

A Bonequinha Preta.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=AQ4fbOZWLnA

Foi trabalhada essa história com a intenção de formar valores. Assim, a história do livro se torna uma forma prazerosa de falar sobre situações sérias. Entre os temas abordados estão o amor, a amizade, o perdão, a solidariedade.

História: Menina bonita do laço de fita.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=un1HJ_i3VJI&t=167s

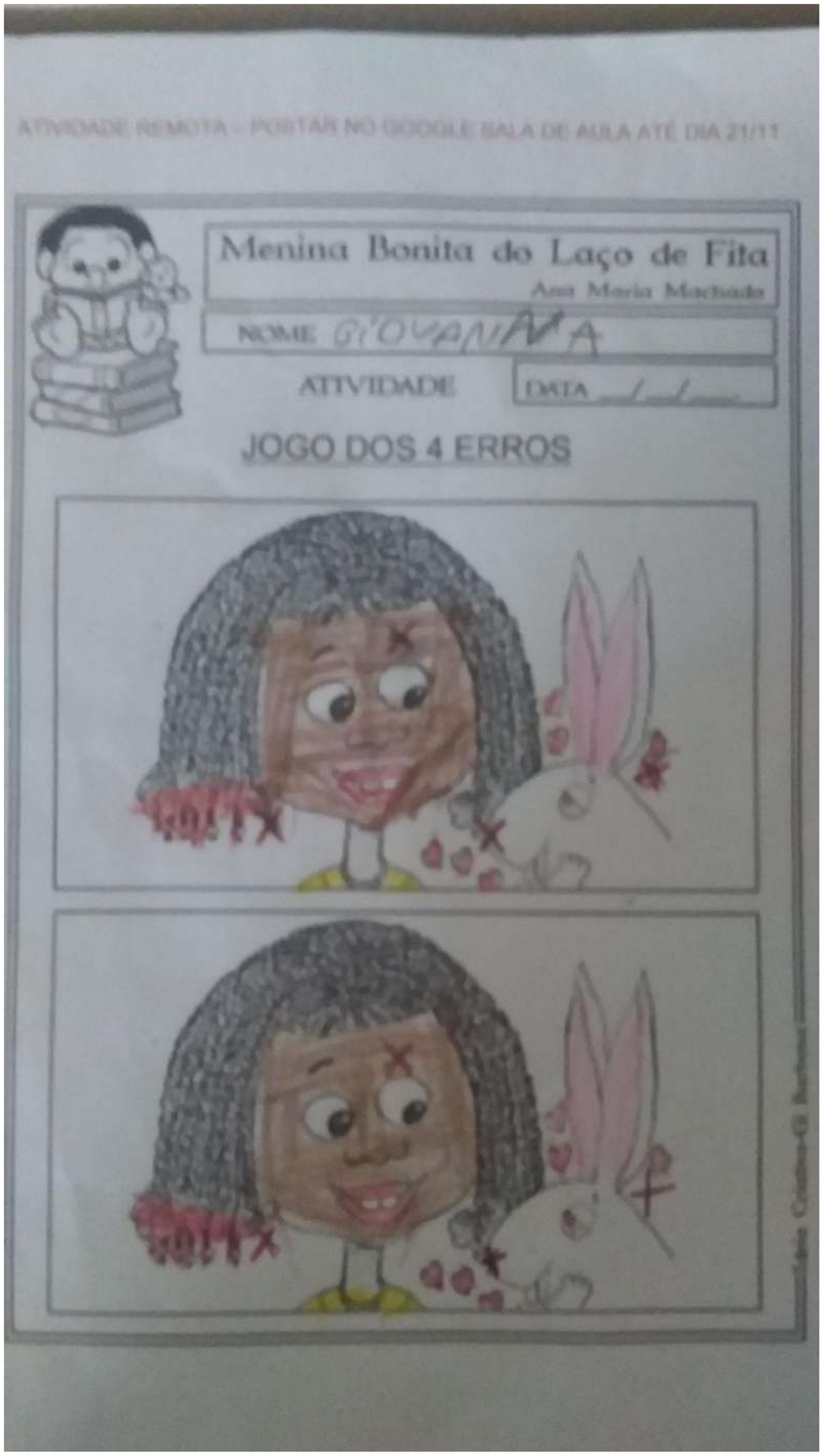
A história mostra aos pequenos que todos somos iguais e que precisamos saber lidar com as diferenças. A apresentação mostra uma linda **menina** negra que desperta a admiração de um coelho branco e que deseja ter uma filha tão pretinha como ela.

-



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2002
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
163
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

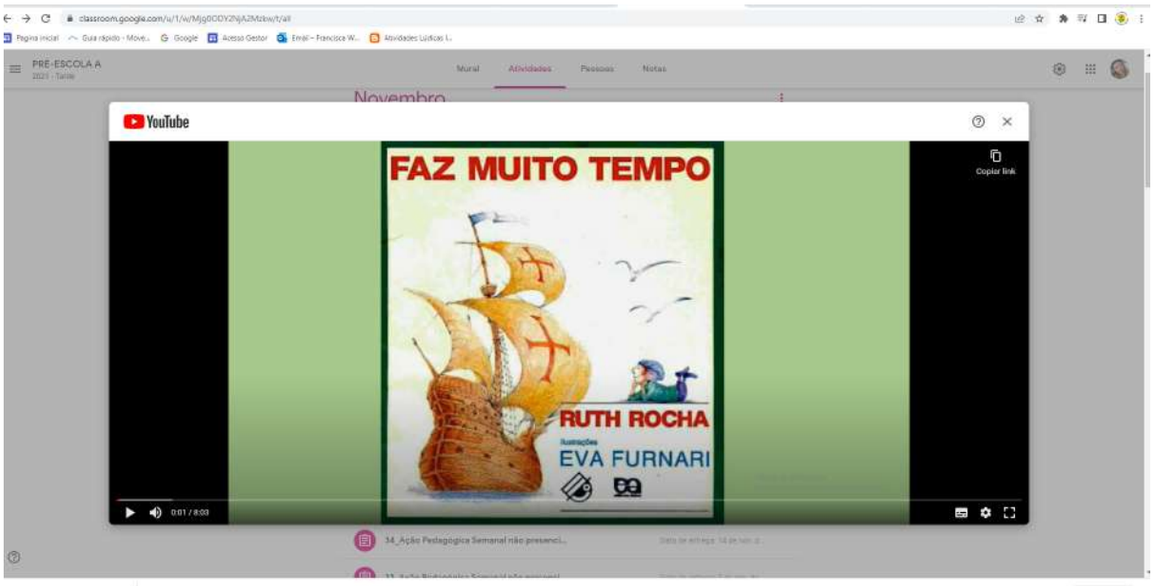
Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

História Faz muito tempo.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=LysG0sGXf9E&t=358s



Essa história foi trabalhada com a intenção de chamar a atenção das crianças no que diz respeito aos índios que foram os primeiros habitantes do Brasil, bem como a imensa diversidade cultural dos povos indígenas.

Anos Iniciais

Foi abordado primeiramente uma conversa com as crianças para entender as relações de preconceito e identidade, foram apresentados livros, jornais e revistas para as crianças se identificarem (ou não) no material exposto.

Também foi trabalhado com vídeos e contos sobre o tema, pesquisas sobre comidas, música ,artes plásticas, brincadeiras e jogos.

Em anexo, algumas atividades realizadas com as crianças.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2006
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
167
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

SANTA MARIA, 22 DE NOVEMBRO DE 2021.

SEGUNDA-FEIRA.

ESTUDO DO LIVRO: O CABELO DE LELÊ



Se você leu, você aprendeu...

1- Qual o Título da História?

o cabelo de lelê

2- Descreva a ilustração da capa do livro:

a lelê esta lendo o livro da historia dela

3- Quem é a personagem principal?

lelê

4- No início da história Lelê gostava de seu cabelo? ( ) sim (X) não

Por que você percebeu isso? PORQUE ELE ACHAVA QUE SÓ ELE TINHA ESSE TIPO DE CABELO

5- Qual era pergunta que Lelê mais fazia durante a história em relação ao seu cabelo?

PORQUE TANTOS CACHINHOS

6- Lelê procura a resposta de suas perguntas em um livro sabido, e nele ela encontra vários tipos de cabelos, quais são eles?

PUXADO, ARMADO, CRESCIDO, ENFEITADO TORCIDO, VIRADO, BATIDO, RODADO

Ao final da história, Lelê entende que em cada cachinho de seu cabelo carrega um pedaço de sua história, e ela passa a AMAR O QUE VÊ.

7- Agora me conte, e você, gosta do seu cabelo? Sabe a história de sua origem? Em seguida, faça uma bela ilustração sua no caderno:

EU GOSTO DO MEU CABELO.

EU SEI A HISTÓRIA DA MINHA ORIGEM

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2007
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
168
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

S/L | T/M | Q/M | Q/J | S/V | S/S | D/D

20/04/2021 - TERÇA-FEIRA

- Leitura do fragmento abaixo.(Treine várias vezes).
- Fazer as atividades do 1 ao 6.

O MENINO POTI



LÁ NA MATA, VIVE O MENINO POTI.
ELE VIVE NUMA OCA, LÁ NA TABA.
POTI É BONITO, COM PENA DE TUCANO NO PEITO.
O MENINO POTI VAI DE CANOA PELA MATA.
A CANOA LEVA O POTE.
O POTE LEVA MUITA BANANA.

ANA MARIA MACHADO E CLAUDIUS

1- Leia o texto acima e pinte as palavras que foram escritas com a sílaba **CA** e depois copie-as abaixo:

OCA | TUCANO | CANOA

2- Leia as palavras, depois pinte os retângulos de acordo com a legenda:

azul → palavras com **c** vermelho → palavras com **g**

LEGUME	TIGELA	CORUJA	GULOSO
AMIGO	TUCANO	COMIDA	CARINHO

Agora, copie as palavras com:

C → CORUJA, COMIDA, TUCANO, CARINHO

G → LEGUME, AMIGO, TIGELA, GULOSO

►Assista ao vídeo de apoio da família silábica da letra g:
https://www.youtube.com/watch?v=0vUUBUzR7Bs

3- Complete as frases com as palavras do quadro:

GOTEIRA
TIGELA
CANOA
TUCANO
COMIDA

A) POTI TEM PENA DE TUCANO NO PEITO.
B) A OCA ESTÁ COM UMA GOTEIRA.
C) O MENINO POTI VAI DE CANOA PELA MATA.
D) A COMIDA ESTÁ NA TIGELA.

Jan/Jan | Fev/Feb | Mar/Mar | Abr/Abr | Mai/May | Jun/Jun | Jul/Jul | Ago/Ago | Set/Sep | Out/Oct | Nov/Nov | Dez/Dic

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Foi realizado atividades a partir do livro com tema afro-brasileiro: **Princesa Arabela, mimada que só ela.**
Estudo sobre a escravidão no Brasil, os quilombos e a história de Zumbi dos Palmares, além da confecção de máscaras africanas.
Sobre os povos indígenas realizamos trabalhos tratando da cultura, hábitos alimentares, moradias dos índios brasileiros, suas contribuições para a cidade, estado e país.

Anos Finais

História:
Foi realizado estudo, do 6º ao 9º ano, sobre a escravidão no Brasil, os quilombos e a história de Zumbi dos Palmares e hábitos alimentares que fazem parte da nossa culinária até hoje.

Sobre os povos indígenas realizamos trabalhos tratando da cultura com enfoque a termos presentes em nossa língua até hoje, hábitos alimentares, moradias dos índios brasileiros, suas contribuições para a cidade, estado e país.

Língua Portuguesa:

Foi desenvolvido um vocabulário com os termos africanos e indígenas ainda usados em nossa língua.

Artes:
Confecção de máscaras africanas e de objetos usados pelos índios.

Ciências:
Estudo da miscigenação entre os diferentes povos.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2009
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
170
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF GABRIEL BOLZAN

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
171

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



LEITERATURA INFANTIL: DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS/2021

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como finalidade mostrar que o ato de ler ou ouvir histórias talvez seja a forma mais antiga e divertida de educar, compartilhar conhecimentos, como também ser fonte condutora de transmissão de valores e desconstrução de pré-conceitos.

A literatura infantil não deve ser feita essencialmente com intenção pedagógica, didática ou para incentivar hábito de leitura.

Este tipo de texto pode ser produzido pelas crianças, com a cooperação de um adulto ou simplesmente usando a sua imaginação.

Os contos de fada, e os clássicos que as crianças certamente conhecem promovem a possibilidade de aguçar a imaginação, atiçar a curiosidade em relação a assuntos de interesse, achar soluções para questões do cotidiano e estabelecer contato com o mundo social e seus dilemas.

Através da leitura a criança pode construir parâmetros para atuar e interagir no mundo externo. Uma boa história traz emoção, prazer e conhecimento de fatos, sejam eles explícitos ou implícitos.

Tais conhecimentos fazem com que a criança crie seu mundo de fantasias, sonhos, esperança, mas também que conheça a dura realidade à sua volta, inclusive aquela vivenciada principalmente por aquelas crianças que sofrem discriminação de qualquer tipo.

A literatura infantil aborda temas que estão entranhados no dia a dia das crianças como racismo, relações família respeito, amizade, posição social e cultural entre outros temas de grande importância para a compreensão do mundo e da vida em sociedade, esses são alguns dos valores que fazem parte do convívio do ser.

A Literatura causa um grande impacto na mente infantil porque, através dela a criança sente sensações simultâneas como tristeza, alegria, raiva ou alívio. Sensações essas que são vivenciadas natural mente no cotidiano.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

As histórias infantis expressam de forma coerente e dinâmica as mazelas sociais, sobretudo quando elas retratam as diferenças existentes na sociedade e o respeito que devemos ter para com o nosso semelhante.

Temas como esses que devem ser abordados para o entendimento das crianças de forma clara, estão implícitos nas histórias que certamente podem ser trabalhadas em sala de aula para ajudar na compreensão e absorção dos valores contidos nos textos de maneira natural.

Objetivo geral:
Oportunizar as crianças da escola Padre Gabriel Bolzan o conhecimento de seus direitos e deveres através da literatura infantil buscando conscientiza-las de que o respeito aos direitos e deveres é fundamental para convivência humana.

Objetivos específicos:
Levar às crianças a descobrirem que direitos e deveres estão presentes em todos os espaços de relacionamento humano, **quer seja em casa, na escola e na sociedade.**

DIREITOS DA CRIANÇA, SEGUNDO A DECLARAÇÃO UNIVERSAL.
1. Direito a um nome e uma nacionalidade.
2. Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequada.
3. Direito de ir à escola e de brincar.
4. Direito à igualdade, sem distinção da cor da pele, religião ou nacionalidade.
5. Direito a especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.
6. Direito ao amor e à compreensão dos pais e da sociedade.
7. Direito de ser sempre socorrida em primeiro lugar.
8. Direito de ser protegida contra o abandono, o espancamento e a exploração no trabalho.
9. Direito à escola e a cuidados especiais, caso tenha deficiências físicas e mentais.
10. Direito a crescer dentro do espírito de solidariedade, compreensão, amizade e de justiça entre os povos.

DEVERES DA CRIANÇA, SEGUNDO A EQUIPE DE PROFESSORES DA ESCOLA.
1. Conhecer sua historia familiar e a sua nacionalidade.
2. Respeitar pais e familiares e proteger os irmãos menores.
3. Zelar pela sua casa, sua escola e pelo patrimônio público.
4. Zelar pelos seus brinquedos e objetos, assim como os de seus amigos.
5. Não desperdiçar água e comida.
6. Respeitar os professores e demais profissionais no desempenho de suas atividades profissionais, assim como a opinião de seus amigos.
7. Preservar e cuidar da natureza, protegendo o ambiente e evitando o desperdício.
8. Respeitar as diferenças quer sejam sociais, culturais, de cor da pele, de sexo e de religião.
9. Respeitar e ajudar os idosos e as pessoas com deficiência.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2012
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
173
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

10. Ser solidário com os necessitados, compreensivo, amigo e justo com todas as pessoas.

METODOLOGIA

Os conceitos deverão ser preferencialmente extraídos das histórias infantis, e/ ou canções infantis, selecionadas previamente, para o fim a que se propõe.

Estas poderão ser apresentas oralmente e por escrito e/ou através de vídeo, cd, musicas e/outros... E devem ser complementadas com atividades de desenho, artes plásticas, música, dança e dramatização.

Como parte da culminância, realizaremos ao longo do ano letivo, conforme calendário, visita à bibliotecas, espaços culturais, exposições de trabalhos na escola, mostra cultural, festas de confraternização, campanhas de solidariedade, dentre outras atividades.

RECURSOS MATERIAIS

Além dos materiais de uso geral e específico de cada turma, será realizada uma seleção de leituras, canções e livros infantis que remetam aos Direitos e aos Deveres da Criança.

AVALIAÇÃO DO PROJETO

- A avaliação do projeto será contínua e realizada da seguinte forma:

Pelos alunos, professores e pais oral e por escrito, no desenvolver das atividades e nos encontros de grupo com a comunidade escolar

- Pela equipe – nos Encontros Pedagógicos, com o objetivo de identificar e orientar possíveis dificuldades surgidas tanto individuais quanto da equipe.

CRONOGRAMA

I TRIMESTRE- Direito a nome, (identidade), nacionalidade, família, alimentação, moradia,

.

II TRIMESTRE – Direito a crescer com igualdade, (racial, sexo, religião, necessidade especial etc.), educação, lazer, proteção, amor, solidariedade, compreensão, amizade e justiça.

III TRIMESTRE – Direito a socorro, assistência médica, proteção e cuidados especiais.

Santa Maria/2021

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2013
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
174
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF HYLDA VASCONCELOS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2014
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
175
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

EMEF Hylda Vasconcellos

Algumas atividades realizadas em 2021 sobre a cultura Afro-indígena.

No documento que se segue consta algumas atividades que forma realizadas ao longo do ano sobre a cultura afro-indígena na nossa escola. Visto que em 2021 tivemos ensino remoto até outubro algumas atividades foram via Google sala de Aula e outras foram presenciais. Também temos outras atividades realizadas que não constarão nesse documento, pois a professora do 1º ano em 2021 está em Licença Premuim, a professora do 2º e 5º ano está em licença saúde e a professora de Geografia do ano anterior não está mais conosco. Assim sendo segue em abaixo algumas atividades que foram realizadas:

3º Ano: Professora Lígia Vaccari
Aula presencial:
Hora do Conto: O Tupi que você fala de Cláudio Fragata
Metodologia: A professora leu o livro e dialogou sobre o livro com a turma que adorou descobrir que “falam tupi”. E como registro foi feito um desenho sobre o que mais gostaram do livro no caderno de desenho dos alunos;

Hora do Conto: O Cabelo da Lelê
Metodologia: leitura do livro e registro em desenho e construção de um painel com os desenhos feitos pelas crianças;

4° Ano: Hoia do Conto: Livro: Batuque das Cores do Fernando Paixão
Discussão sobre o livro e registro no caderno;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2015
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
176
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

4º Ano: Professora Cristiane Becher:



História

Descobrindo o Brasil

▸ A chegada dos portugueses

▸ Leia:

História é...

- A ciência que estuda fatos significativos já acontecidos com a Humanidade.

- No ano de 1500, D. Manuel, rei de Portugal, preparou uma esquadra (navios), para ser comandada por Pedro Álvares Cabral, com o objetivo de fazer uma viagem às terras distantes das Índias.

No dia 22 de abril de 1500:

- A esquadra chegou à nossa terra.
- Avistaram um monte e deram-lhe o nome de Monte Pascoal (era Páscoa).
- O Monte Pascoal fica no litoral sul do atual Estado da Bahia.

Aqui os portugueses encontraram:

- Pessoas que aqui viviam receberam o nome de índios.
- Nomes dados à nova terra:
  - Ilha de Vera Cruz
  - Terra de Santa Cruz
  - Brasil (por causa da madeira encontrada, chamada pau-brasil).

Assim eram os índios:

- Moravam em ocas (taba - aldeia).
- O chefe: Cacique.
- O chefe religioso: Pajé.
- Usavam canoas.
- Seus utensílios eram cerâmicas de barro e cestas de palha.
- Enfeitavam-se com penas, dentes de animais e pinturas.
- Alimentavam-se: caça, pesca, mandioca, milho, etc.
- Suas armas: flecha/arco, lança, tacape e zarabatana.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2016
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
177
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Ensino Religioso Anos Finais: professora Marinês Terrible

EMEF PROFª HYLDA VASCONCELLOS
Atividade remota nº 33
Data: 26-10-2021
Ensino Religioso - 9º Ano
Professora: Marinês Terribile Teixeira
Tema: Crenças religiosas e filosofias de vida
Tema interdisciplinar: Santa Maria nos trilhos da leitura

COMO RECONHECER UMA MINORIA?

As características podem variar para cada grupo minoritário, mas alguns elementos costumam ser comuns às minorias, como:

- **Vulnerabilidade:** os grupos minoritários, em geral, não encontram amparo suficiente na legislação vigente, ou, se o amparo legal existe, não é implementado de modo eficaz. Por isso, é comum a luta desses grupos por terem sua voz mais escutada nos meios institucionais. Exemplo: transgêneros;
- **Identidade em formação:** mesmo que exista há muito tempo e que tenha tradições sólidas e estabelecidas, a minoria vive em um estado de ânimo de constante recomeço de sua identificação social, por ter de se afirmar a todo momento perante a sociedade e suas instituições, reivindicando seus direitos. Exemplo: negros;
- Luta contra privilégios de grupos dominantes: Por serem grupos não-dominantes e, muitas vezes, discriminados, as minorias lutam contra o padrão vigente estabelecido. Essa luta, na atualidade, tem como grande marca a utilização das mídias, para expor a situação dessas minorias e levar conhecimento para a população em geral. Exemplo: mulheres;
- Estratégias discursivas: As minorias organizadas, em geral, realizam ações públicas e estratégias de discurso para aumentar a consciência coletiva quanto a seu estado de vulnerabilidade na sociedade. Além das mídias já citadas, passeatas e manifestos também podem são frequentemente utilizados. Exemplo: movimento LGBTQIA.

Exemplos de grupos minoritários

As minorias podem ser discriminadas por diversos motivos. Alguns exemplos são: étnicos, religiosos, de gênero, de sexualidade, linguísticos, físicos e culturais.

Em cada país ou região, diferentes populações podem ser consideradas minoritárias, a depender dos grupos que dominam as instituições do local, sendo que um mesmo grupo pode ser dominante em um lugar e minoritário em outro.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2017
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
178
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Os judeus, por exemplo, são o grupo hegemônico em Israel, mas podem ser considerados minoritários em outros países, como nos que há predominância católica. Os curdos são considerados minoria na Turquia, enquanto os descendentes de turcos são considerados um grupo minoritário na Alemanha. No Brasil, podemos citar como exemplos de minorias mais conhecidas as populações negra, LGBTQIA, de mulheres, indígenas e de deficientes.

Leia também: Direitos LGBT+: o que são?

EMEF PROFª HYLDA VASCONCELLOS
Atividade remota nº 33
Data: 26-10-2021
Ensino Religioso - 9º Ano
Professora: Marinês Terribile Teixeira
Tema: Crenças religiosas e filosofias de vida
Tema interdisciplinar: Santa Maria nos trilhos da leitura

COMO RECONHECER UMA MINORIA?

As características podem variar para cada grupo minoritário, mas alguns elementos costumam ser comuns às minorias, como:

- **Vulnerabilidade:** os grupos minoritários, em geral, não encontram amparo suficiente na legislação vigente, ou, se o amparo legal existe, não é implementado de modo eficaz. Por isso, é comum a luta desses grupos por terem sua voz mais escutada nos meios institucionais. Exemplo: transgêneros;
- **Identidade em formação:** mesmo que exista há muito tempo e que tenha tradições sólidas e estabelecidas, a minoria vive em um estado de ânimo de constante recomeço de sua identificação social, por ter de se afirmar a todo momento perante a sociedade e suas instituições, reivindicando seus direitos. Exemplo: negros;
- Luta contra privilégios de grupos dominantes: Por serem grupos não-dominantes e, muitas vezes, discriminados, as minorias lutam contra o padrão vigente estabelecido. Essa luta, na atualidade, tem como grande marca a utilização das mídias, para expor a situação dessas minorias e levar conhecimento para a população em geral. Exemplo: mulheres;
- Estratégias discursivas: As minorias organizadas, em geral, realizam ações públicas e estratégias de discurso para aumentar a consciência coletiva quanto a seu estado de vulnerabilidade na sociedade. Além das mídias já citadas, passeatas e manifestos também podem são frequentemente utilizados. Exemplo: movimento LGBTQIA.

Exemplos de grupos minoritários

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

As minorias podem ser discriminadas por diversos motivos. Alguns exemplos são: étnicos, religiosos, de gênero, de sexualidade, linguísticos, físicos e culturais.

Em cada país ou região, diferentes populações podem ser consideradas minoritárias, a depender dos grupos que dominam as instituições do local, sendo que um mesmo grupo pode ser dominante em um lugar e minoritário em outro.

Os judeus, por exemplo, são o grupo hegemônico em Israel, mas podem ser considerados minoritários em outros países, como nos que há predominância católica. Os curdos são considerados minoria na Turquia, enquanto os descendentes de turcos são considerados um grupo minoritário na Alemanha. No Brasil, podemos citar como exemplos de minorias mais conhecidas as populações negra, LGBTQIA, de mulheres, indígenas e de deficientes.

Leia também: Direitos LGBT+: o que são?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

amor entre os homens, sendo considerado um líder carismático. No Cristianismo encontram-se diversas divisões de "igrejas" ou "denominações cristãs". Entre elas estão o catolicismo romano, o ortodoxo, o protestantismo, entre outros.

Referência

http://mariajucilene.blogspot.com/2015/05/lideres-religiosos.html

ATIVIDADES

I - Baseado na leitura do texto responda:

1) Descreva qual é a importância e função do líder religioso.

2) Existem mais religiões no mundo inteiro, além das citadas no texto. Você conhece ou já ouviu falar de outra religião? Qual é o líder dessa religião?

3) Você conhece a história de algum líder religioso? Se conhece, escreva sobre o que ele fazia, como agia, como ajudava ou ajuda a humanidade.

4) A Liderança é um serviço que todos nós exercemos diariamente na nossa vida. Algumas pessoas se destacam mais e assumem com mais responsabilidade esse papel de liderar. Que características você considera importantes em um líder?

5) A história nos apresenta vários líderes que destacaram-se em questões religiosas mas também,outros, que lideraram lutas ligadas a conquista dos direitos humanos que respeitem e garantam o direito a liberdade de consciência, credo, filosofia...

a) Você conhece algum(a) líder que destaca-se mundialmente? Qual a causa(meio ambiente, luta contra a fome, combate ao trabalho infantil, direito à educação...) ele(a) defende?

b) Na sua comunidade, você destacaria alguém que exerce o papel de liderança?Escreva sobre suas ações na comunidade.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

História: Anos Finais: Professora Marinês Terrible

Algumas atividades forma trabalhadas em Google Formulário, outras em imagens e textos;

Google Formulário: Povos afr0-asiáticos:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdEDP6bwcLnBUIx_6yaRCay2N8D3vHm2LJMA83O3ouSiJl3_A/viewform

Povo Iorubá:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Tráfico de Escravizados:

EMEF Hylda Vasconcellos
Atividade nº 15
Data: 08/6/2021
História – 7º Ano
Professora: Marinês Terribile Teixeira
Tema : Lógicas comerciais e mercantis da modernidade

Povos Iorubás

Localização: sul da faixa do Sahel, próximo ao litoral e a oeste do rio Níger.
Surgimento: de acordo com sua mitologia, os iorubás teriam surgido na cidade de **Ilé**, importante centro de desenvolvimento principalmente entre os séculos IX e X. Ilé ainda hoje é considerada sagrada para os iorubás e praticantes de religiões como o candomblé, no Brasil. Havia outras cidades importantes como **Benin** e **Oyo** que mantinham atividades de comércio de produtos como: noz-de cola, sal marinho peles de animais, artefatos de metal, óleo de palma
Na economia, destacou-se também o comércio de escravizados, prisioneiros de guerra, dos iorubás.
O povo ioruba não possuia um estado unificado. Era formado por **cidades-estado** independentes que estavam ligadas a Ilé e ao "oni" ao qual deviam obediência espiritual e deviam consultá-lo em caso de guerra.
O chefe dos iorubás era chamado de "**oni**" e desempenhava as funções de líder político e religioso, contudo não exercia poder direto sobre as cidades- estado.
Cada cidade era governada por um chefe chamado "**obá**" que também possuia autoridade espiritual e política sendo submisso somente ao "oni"
A religiosidade é baseada num sistema de crenças com centenas de orixás ligadas ao mundo humano ou forças da natureza provavelmente sua origem está no culto aos ancestrais.
As mulheres na sociedade iorubá
As mulheres tiveram papel de destaque nestas sociedades sendo valorizadas pela capacidade de gerar a vida. Conquistaram oportunidades de participação em funções administrativas e cargos públicos.

Se possível assistir ao vídeo

Os povos da África III – os Iorubás (História)

https://www.youtube.com/watch?v=N7r0jY7HwiM

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2022
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
183
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

EMEF Profª Hylda Vasconcellos
Atividade remota nº 18
História- 8º ano
Data: 18-6-2021
Professora: Marinês Terrible Teixeira
Tema: Lógicas comerciais e mercantis da modernidade

A pressão contra o tráfico de escravizados



Sabemos que os negros escravizados sempre lutaram por sua liberdade. Ao lado deles também grupos da sociedade, que entendiam a desumanidade a qual os negros escravizados eram submetidos, organizaram movimentos, clubes e manifestos pela libertação dos escravos.

Ao longo do século XIX várias nações européias proibiram o tráfico de escravos e aboliram a escravidão em suas colônias devido a mudança de mentalidade e do modo de produção. Com a consolidação do iluminismo e do liberalismo, as ideias que julgavam os negros africanos como seres inferiores e, portanto, passíveis de escravização foram sendo questionadas.

No Brasil, foi preciso uma pressão externa – da Inglaterra- para que o processo de abolição da escravidão se iniciasse de fato. No início do século XIX a Inglaterra aboliu o tráfico negreiro em suas colônias e iniciou uma política agressiva de combate ao tráfico transatlântico.

Mas qual seria o interesse do governo inglês no fim do tráfico escravo e, por conseguinte,na abolição da escravidão?

- Após a revolução Industrial, a Inglaterra passou a buscar novos mercados consumidores para seus produtos industrializados. Sabemos que, escravos não tem renda e, portanto,

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

não podem consumir. Libertar os escravos significava trabalhadores livres, com salários para comprar produtos ingleses.

- Os ingleses também precisavam afastar traficantes portugueses da costa ocidental da África, pois estavam prejudicando o comércio britânico na região.
- A Inglaterra via no continente africano uma fonte profícua de riqueza. A manutenção do sistema de comércio de pessoas era inviável para a exploração dos recursos naturais do continente.
- Havia também a pressão de grupos humanitários que pressionavam o Parlamento inglês pelo fim do comércio de escravos.

Contrapondo-se a essas ideias estudos recentes têm concluído que a mudança na política inglesa tinha razões humanitárias e políticas. A campanha abolicionista inglesa era produto de um movimento popular muito forte realizado por meio de petições públicas antiescravistas, artigos na imprensa e pressões sobre o Parlamento.

Referência

Araribá mais: história – 8º ano p.217- Editora Moderna-SP, 2018.

https://www.todamateria.com.br/fim-do-trafico-de-escravos-africanos/

https://www.historiadobrasil.net/respostas/inglaterra_contra_escravidao.htm

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2025
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
186
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF IRINEO ANTOLINI

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2026
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
187
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
Escola Municipal de Ensino Fundamental Irineo Antolini
E-mail: emefirineoantolini@edu.santamaria.rs.gov.br

Ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas nas escolas Municipais de Santa Maria/RS

Atividades realizadas ano de 2021.

As atividades foram realizadas no Ensino Fundamental I, na turma Multisseriada do 1º ao 3º ano através de Sequências Didáticas e na hora do conto com histórias infantis: Pretinho meu boneco querido e a Menina bonita do laço de fita.

Nas aulas de Artes nas turmas Multisseriadas do 1º ao 3º Ano e do 4º e 5º Ano, foram realizadas pesquisas sobre as máscaras africanas e suas representações. As máscaras foram confeccionadas pelos estudantes com materiais recicláveis.

Obs: O Projeto Político Pedagógico da Escola, encontra-se em processo de reformulação/construção, pois a EMEF Irineo Antolini a partir de novembro de 2021 tornou-se escola Em Tempo Integral na sua totalidade, atendendo crianças e estudantes da Educação Infantil até o 5º Ano.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2027
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
188
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF IRMÃO QUINTINO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

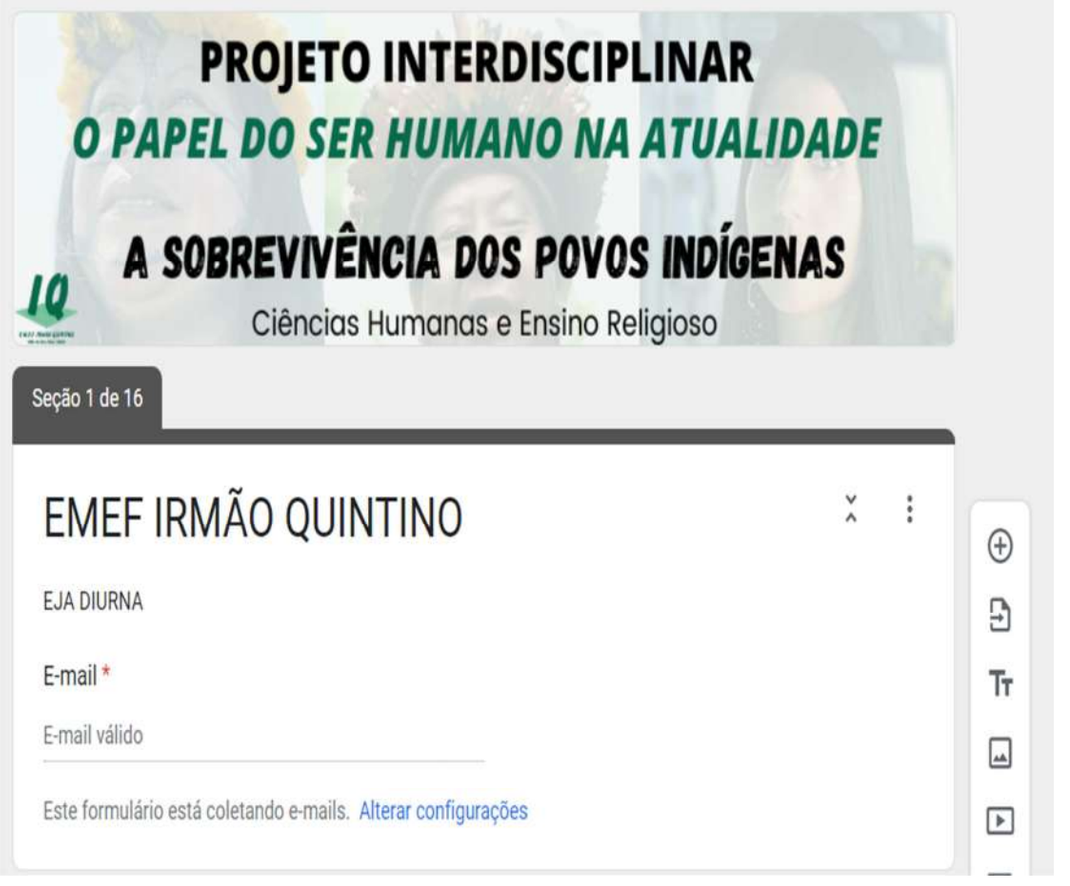
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Através de projetos interdisciplinares, as áreas de Ciências Humanas e Ensino Religioso da EJA Diurna, Noturna e do 6º ao 9º ano da EMEF Irmão Quintino desenvolveram, ao longo de 2021, projetos e atividades com a abordagem da temática das relações étnico-raciais, fomentando a importância da construção de uma sociedade antirracista. Para tanto, a metodologia utilizada, foram de uso das tecnologias como ferramentas fundamentais no ensino híbrido, as quais perpassaram pelo uso de plataformas digitais como o Google Classroom, Google Meet, gamificação com o "Kahoot" e "Quizziz", datashow com o uso de mídias, Google Forms, notícias e charges em trilhas de aprendizagens interdisciplinares que abrangeram também aulas on-line e presenciais em conjunto dessas áreas.

As aulas tinham como objetivo, instigar os estudantes sobre a temática das relações étnico-raciais, bem como expor e explicar sobre a importância da conscientização sobre a prática antirracista.

Abaixo, algumas imagens do que foi trabalhado nas trilhas de aprendizagens com os Anos Finais e EJA Diurna e Noturna na EMEF Irmão Quintino nas áreas de Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino Religioso.



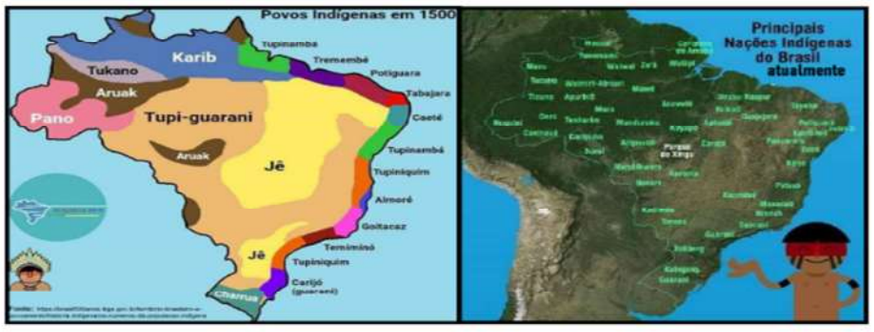
Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Seção 9 de 16

PENSE,REFLITA E RESPONDA:

Descrição (opcional)

Título da imagem



Assinale a alternativa em que consta corretamente todos os povos indígenas do Rio Grande do Sul em 1500: *

- os Jê e os Tupi- Guaranis.
- Os Tupiniquim, os Carijó e os Charrua.
- Os Jê, os Charrua, Os Tupi- Guarani e os Carijó.
- Os Kaigang e os Guarani.

Seção 10 de 16

A ATUAL SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS NO RS

Antes da colonização, viviam no estado do Rio Grande do Sul 23 povos indígenas totalizando centenas de milhares de indivíduos. No século XVII, aqui viviam pelo menos 40 povos indígenas diferentes. Atualmente existem três povos indígenas, os Kaingang, Guarani e Charrua, que somam mais de 33 mil pessoas, sendo a maioria Kaingang (30 mil), guarani, duas mil e 500, e uma comunidade Charrua, que vive no bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre que nem aparece nos mapas.

Observe as seguintes imagens que retratam a atual situação dos indígenas no RS:



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Observe a seguinte frase escrita no cartaz carregado pelo Indígena Kaingang em manifestação:



De acordo com o que estudamos até aqui, a demarcação de terras para os indígenas é importante porque: *

- Elas são fundamentais para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, com a manutenção de s...
- Elas são de suma importância para os empresários do agronegócio que respeitam muito os povos indíg...
- É uma forma de retribuir ao indígena que permitiu que os colonizadores pudessem produzir no Brasil.

Seção 15 de 16

A ESPIRITUALIDADE DOS POVOS INDÍGENAS

As crenças religiosas e superstições sempre tiveram um importante papel dentro da cultura indígena. Fetichistas, os indígenas temiam ao mesmo tempo um bom Deus – Tupã – e um espírito maligno, tenebroso, vingativo – Anhangá, ao sul e Jurupari, ao norte. Algumas tribos pareciam evoluir para a astrolatria, embora não possuíssem templos, e adoravam o Sol (Guaraci – mãe dos viventes) e a Lua (Jaci – nossa mãe).

Assista atentamente a todo o vídeo para responder as questões propostas.

[redacted]



[redacted]

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
192

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

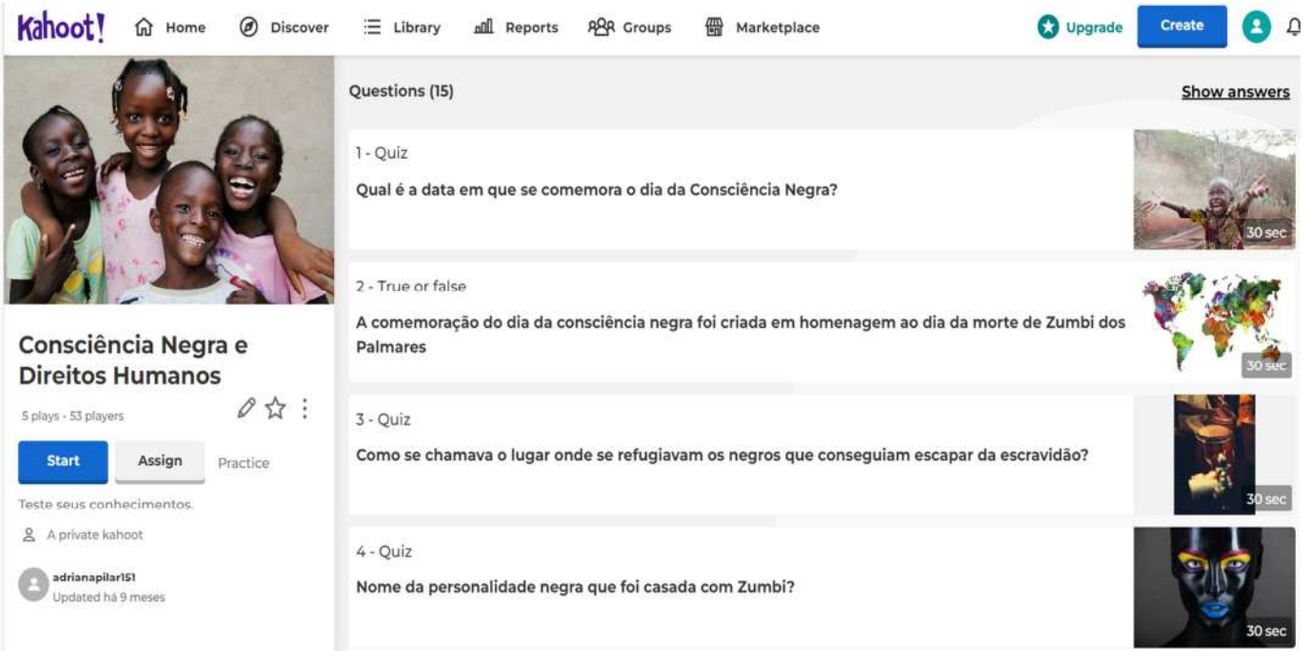
ACESSO
P02265BF

No mês de novembro, a proposta de trabalho interdisciplinar junto as EJAs organizou-se com a temática “Consciência Negra”, na qual as trilhas de aprendizagens semanais contemplaram a escravidão no Brasil Colônia e Brasil Império e as heranças escravocratas destes períodos, além da luta de Zumbi dos Palmares e a importância dos movimentos e da representatividade dos negros no Brasil na atualidade, bem como trabalhou-se com a caracterização e aspectos gerais do continente africano, principlamente com relação a sua cultura que tem influências significativas no território brasileiro. Nas aulas on-line a abordagem sobre o racismo no Brasil e as políticas públicas em reparação a esta dívida histórica do Brasil foram abordadas, além da introdução de gamificação com o Kahoot para fixação das discussões sobre a temática.





Trecho de atividade gamificada com o uso da plataforma Kahoot



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Perguntas Respostas 4 Configurações Total de pontos: 15



Seção 1 de 11

ATIVIDADE 2 - NOVEMBRO - MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

EMEF IRMÃO QUINTINO
EJA DIURNA
PROFESSORES ADRIANA PILAR E THIAGO NUNES

Este formulário está coletando automaticamente os e-mails dos usuários do domínio Secretaria de Educação de Santa Maria. Alterar configurações

BRASIL

A violência policial contra negros como política de Estado no Brasil

Entre janeiro e julho de 2019, só a polícia do Rio matou 1.075 pessoas, 80% delas negras. Total é o dobro das vítimas em todo os EUA no mesmo período. No início da República, estudo previa zero negros no Brasil até 2012.



Protestos antirracismo foram realizados no Rio e em várias cidades brasileiras neste domingo

Qual a principal causa da marginalização dos negros no Brasil?

- ( ) As boas condições de vida deles no Brasil colonial.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 194

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

Slides utilizados na aula interdisciplinar presencial sobre a consciência negra

CONSCIÊNCIA NEGRA

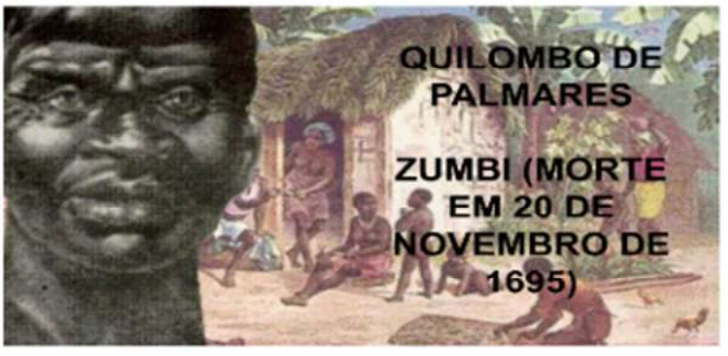


EXISTE RACISMO NO BRASIL?



Século XVI





LEI DO VENTRE LIVRE (LEI RIO BRANCO), 1871



- Filhos de mulheres escravas eram livres.
- Permanência com a mãe até os oito anos de idade.
- Opção do senhor: receber indenização do Estado ou o liberto deveria trabalhar para o proprietário até os 21 anos de idade.



LEI DO SEXAGENÁRIO

Todo escravo com mais de 60 anos ganhava a liberdade. Ficou conhecida como a lei da gargalhada nacional, pois raros eram os escravos que atingiam tal idade. Isso lembra alguma medida recentemente aprovada?

No Brasil os séculos passam e a piada é a mesma.

Aposentadoria da gargalhada nacional.

Escravos de ontem... trabalhadores de hoje

Do facebook do Miro Sá



Na imagem o garoto faz um protesto contra o quê?

Contra a política de Cotas nas universidades públicas do Brasil.

ATIVIDADES DE ENSINO RELIGIOSO

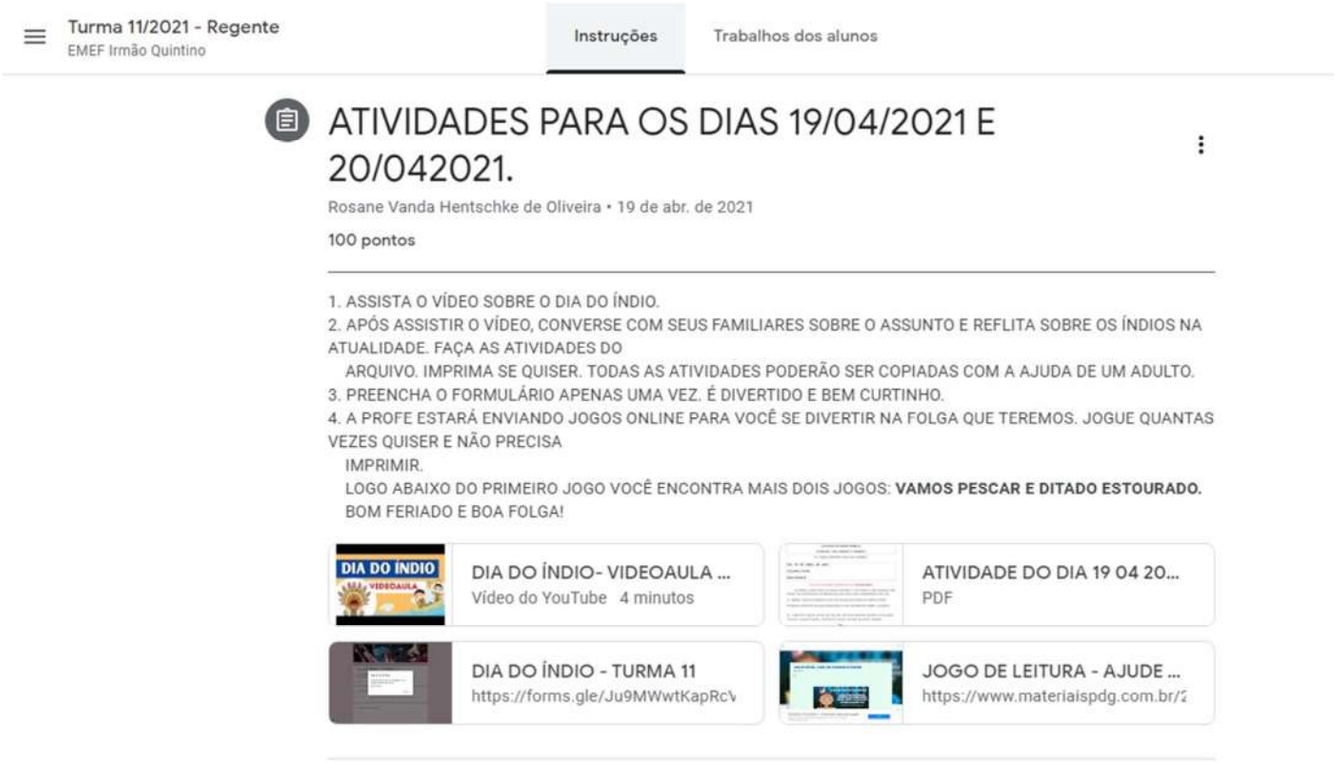
1. O QUE O GAROTO QUIS DIZER COM A FRASE EM SUA PLACA DE PROTESTO?

2. DE ACORDO COM A SUA CONDIÇÃO, ARGUMENTE SOBRE O QUE FAZ AQUELE GAROTO PENSAR DAQUELA FORMA:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

E.M.E.F. IRMÃO QUINTINO
"UMA ESCOLA PARA TODOS"

Através das aulas do currículo globalizado dos Anos Iniciais e Educação Infantil da EMEF Irmão Quintino desenvolveram, ao longo de 2021, projetos e atividades com a abordagem da temática do ensino da cultura africana, indígena e das relações étnico-raciais, fomentando a importância da construção de uma sociedade antirracista e igualitária. Para tanto, a metodologia utilizada, foram de uso das tecnologias como ferramentas fundamentais no ensino híbrido, as quais perpassaram pelo uso de plataformas digitais como o Google Classroom, Google Meet, além de abranger também aulas on-line e presenciais. Abaixo, algumas atividades do que foi trabalhado.





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2035
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
196
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

E.M.E.F. IRMÃO QUINTINO

1º ANO – PROFESSORA ROSANE

ATIVIDADE DE ENSINO REMOTO

ATIVIDADE: DIAS 19/04/2021 E 20/04/2021

1– VAMOS ESCREVER A DATA NO CADERNO:

DIA 19 DE ABRIL DE 2021.

SEGUNDA-FEIRA.

MEU NOME É:

NO DIA 19 DE ABRIL COMEMORA-SE O **DIA DO ÍNDIO!**

OS ÍNDIOS FAZEM PARTE DA NOSSA HISTÓRIA E TEM MUITO A NOS ENSINAR. POR SEREM TÃO IMPORTANTES FOI RESERVADA UMA DATA PARA COMEMORAR O SEU DIA.

2 - **TAREFA**: TODOS OS ÍNDIOS DE HOJE SÃO IGUAIS AOS ÍNDIOS DE TEMPOS ATRÁS?

PESQUISE, CONVERSE COM SEUS FAMILIARES E FAÇA UM DESENHO SOBRE O ASSUNTO.

3 – COMPLETE COM AS LETRAS QUE FALTAM. ANTES DE ESCREVER, MONTE AS PALAVRAS COM SEU ALFABETO MÓVEL. APROVEITE E MONTE OUTRAS PALAVRAS TAMBÉM.



TURMA 41/2021 - Prof. Mariani Pase Leite
EMEF Irmão Quintino

Instruções | Trabalhos dos alunos

Dia do índio

Bruna Lara Moreira Zottis • 19 de abr. de 2021

Vamos refletir?
Assistam o vídeo com atenção. Quem tiver mais interesse sobre o assunto, pode fazer uma pesquisa nos links disponíveis na descrição deste vídeo.



DIA DO ÍNDIO - vamos refle...
Vídeo do YouTube 5 minutos

1 comentário para a turma

Lazaro Farinha de Morais 26 de abr. de 2021
Dia do índio e comemorado dia 19 de abril.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2036
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
197
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Pré B tarde

Instruções | Trabalhos dos alunos

Atividade da semana 18/04/22 a 20/04/22

Jossenara de Castro Massoni • 20 de abr.

100 pontos

Olá turma!!
Nessa semana vamos conhecer um pouco mais da cultura indígena sei que vocês ficarão encantados, assim como a profe ficou.
Primeiro: assistam ao vídeo com atenção.
Segundo: junto com algum familiar façam **um cocar de índio com folhas de árvores**, aproveitem que as folhas do outono são de diversas cores.
Estou ansiosa para ver os trabalhinhos de vocês!
Uma ótima semana a todos!
Qualquer dúvida só chamara a profe.
Abraço



DIA DO ÍNDIO PARA A EDUC...
Vídeo do YouTube 3 minutos

EMEF IRMÃO QUINTINO
TURMAS: 52 - PROFª LUCIANA
DATA: 26/05/2021

OS NEGROS AFRICANOS E SEUS COSTUMES

Os negros africanos pertenciam a muitos reinos e falavam diferentes línguas e dialetos. Tinham, também, diferentes costumes.

Entre seus utensílios domésticos, encontravam-se pratos de argila, facas de pedra e de ferro, cuias, vasos para água.

Alguns povos utilizavam peles de animais para dormir sobre elas. Outras dormiam sobre estrados de madeira.

As tarefas domésticas eram divididas. As mulheres cuidavam das pequenas lavouras e do preparo da alimentação. Os homens cuidavam das grandes plantações, caçavam e pescavam.

Dos animais que eles caçavam aproveitavam a carne e o couro, e do elefante retiravam o marfim.

Muitas aldeias tinham fornos para fundir o ferro e forjas para fabricar ferramentas e armas. Entre as armas, era comum o uso de arco e flecha, da azagaia, da lança e do cajado nodoso.

Todos cuidavam do corpo com capricho, usavam diferentes cortes no cabelo. Alguns povos se tatuavam e furavam as orelhas, o lábio e o nariz.

Conheciam muitas plantas medicinais e as utilizavam acompanhadas de rituais religiosos.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
198

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Pré-escola B/2021 Tarde - Regente
EMEF Irmão Quintino

Instruções | Trabalhos dos alunos

PROJETO LEITURA EM FAMÍLIA - 19/11/21

Jossenara de Castro Massoni • 19 de nov. de 2021

100 pontos

OLÁ TURMA!!
O LIVRO PARA A LEITURA DESTA SEMANA É UMA HISTÓRIA MUITO INTERESSANTE . DEPOIS DA LEITURA VOCÊS PODERÃO CONVERSAR UM POUCO SOBRE O ASSUNTO DO TEXTO. ASSIM FORMANDO UM MOMENTO DE REFLEXÃO E APRENDIZAGEM PARA A CRIANÇA SOBRE RESPEITO E CONSCIENTIZAÇÃO.
BOA LEITURA A TODOS!
UM ÓTIMO FINAL DE SEMANA
ABRAÇO



CADA-UM-COM-SEU-JEITO...
PDF

Pré- escola MISTO/2021 Profe Bruna Zottis
EMEF Irmão Quintino

Instruções | Trabalhos dos alunos

Atividades 23 - Semana 16/11 à 19/11

Bruna Lara Moreira Zottis • 16 de nov. de 2021

Data de entrega: 21 de nov. de 2021

Olá, famílias e crianças!
Nesta semana as nossas atividades aqui na sala de aula do Classroom será um reforço das atividades realizadas no presencial. Lembrando que o ensino é HÍBRIDO, parte no presencial e parte no remoto. Além disso, nesta semana iremos trabalhar uma temática muito importante para a conscientização, respeito e valorização da cultura africana.
Boa semana para todos nós!
1- Um adulto precisa sentar com a criança para realizar as atividades propostas;
2- Revise com a criança as vogais (pergunte para a criança e escreva no papel com ela);
3- Realize com a criança o jogo sobre a Consciência Negra. Leia para a criança as informações que aparecem nas imagens (o jogo é de encontrar os pares iguais);
4- Após jogar, lembre de marcar a atividade como concluída.
Qualquer dúvida que surgir peça ajuda! Forte abraço.



CONSCIÊNCIA NEGRA - Par...
https://wordwall.net/pt/resource/7



VOGAIS A E I O U - Abra a ca...
https://wordwall.net/pt/resource/1

TURMA 52/2021 - Regente
EMEF Irmão Quintino

Instruções | Trabalhos dos alunos

16 à 19/11 - Cultura AFRO-BRASILEIRA

Luciana Carrion Viana • 16 de nov. de 2021

100 pontos

Data de entrega: 21 de nov. de 2021



16 a 19 novembroo.pdf
PDF



CADA-UM-COM-SEU-JEITO...
PDF



O MENINO MARROM.pdf
PDF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
199

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Turma 11/2021 - Regente
EMEF Irmão Quintino

Mural | Atividades | Pessoas | Notas

ATIVIDADES DA SEMANA DE 22/11/2021 À 26... Item postado em 22 de nov. ...

SUGESTÃO DE LEITURA DO DIA 17/11/2021. Item postado em 17 de nov. ...

1. LEIA A
HISTÓRIA: **"LÁPIS COR DE PELE".**

0 Entregue | 15 Trabalhos atribuídos | 4 Com nota

2. CONVERSE
COM SEUS FAMILIARES SOBRE ESTA HISTÓRIA.

3. FAÇA UM
BONITO DESENHO.
4. ASSISTA O VÍDEO COM A CANÇÃO: **"COR DA PELE".**



LAPIS-COR-DE-PELE-1-...
PDF

ATIVIDADE DO DIA 17 11...
PDF



COR DA PELE - □□□□PI...
Vídeo do YouTube 2 minutos

Ver atividade

Pré-escola B/2021 Tarde - Regente
EMEF Irmão Quintino

Instruções | Trabalhos dos alunos

PROJETO LEITURA EM FAMÍLIA - 19/11/21

Jossenara de Castro Massoni • 19 de nov. de 2021

100 pontos

OLÁ TURMA!!
O LIVRO PARA A LEITURA DESTA SEMANA É UMA HISTÓRIA MUITO INTERESSANTE . DEPOIS DA LEITURA VOCÊS PODERÃO CONVERSAR UM POUCO SOBRE O ASSUNTO DO TEXTO. ASSIM FORMANDO UM MOMENTO DE REFLEXÃO E APRENDIZAGEM PARA A CRIANÇA SOBRE RESPEITO E CONSCIENTIZAÇÃO.
BOA LEITURA A TODOS!
UM ÓTIMO FINAL DE SEMANA
ABRAÇO



CADA-UM-COM-SEU-JEITO...
PDF

Pré- escola MISTO/2021 Profe Bruna Zottis
EMEF Irmão Quintino

Instruções | Trabalhos dos alunos

Atividades 23 - Semana 16/11 à 19/11

Bruna Lara Moreira Zottis • 16 de nov. de 2021

Data de entrega: 21 de nov. de 2021

Olá, famílias e crianças!
Nesta semana as nossas atividades aqui na sala de aula do Classroom será um reforço das atividades realizadas no presencial. Lembrando que o ensino é HÍBRIDO, parte no presencial e parte no remoto. Além disso, nesta semana iremos trabalhar uma temática muito importante para a conscientização, respeito e valorização da cultura africana.
Boa semana para todos nós!
1- Um adulto precisa sentar com a criança para realizar as atividades propostas;
2- Revise com a criança as vogais (pergunte para a criança e escreva no papel com ela);
3- Realize com a criança o jogo sobre a Consciência Negra. Leia para a criança as informações que aparecem nas imagens (o jogo é de encontrar os pares iguais);
4- Após jogar, lembre de marcar a atividade como concluída.
Qualquer dúvida que surgir peça ajuda! Forte abraço.



CONSCIÊNCIA NEGRA - Par...
https://wordwall.net/pt/resource/7



VOGAIS A E I O U - Abra a ca...
https://wordwall.net/pt/resource/1

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2039

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
200

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF JOÃO DA MAIA BRAGA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Ações coletivas da escola

As ações estão inseridas em todos os trimestres, dentro de um contexto anual.

Fazem parte do planejamento anual, não de forma individualizada, mas inserida no processo pedagógico escolar.

Entre elas estão:

- Ação cidadã

- Dia da família

- Oficina de leituras com temáticas compartilhadas com estudantes, pais e professores

- Festa junina

- Aniversário da escola

- Programação com a TV OVO

- Temáticas sociais, étnicas, culturais inseridas no planejamento das turmas

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2041
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
202
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF JOÃO HUNDERTMARK

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

EMEF JOÃO HUNDERTMARK

ABORDAGEM DA CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E DOS POVOS INDÍGENAS – ANO LETIVO DE 2021

Página da peça
203

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena na escola foi promovido através da reflexão crítica sobre as datas comemorativas (historicidade, significado, objetivo, atualidade), tais como o *Dia do Índio* e *Dia Nacional da Consciência Negra*, na forma de textos (leitura e produção), vídeos educativos (documentários e filmes sobre o assunto) e produções artísticas (conhecimento e valorização das diferentes formas de expressão artística dessas etnias, bem como a exposição de representações feitas pelos alunos a partir do trabalho conceitual e teórico através de material didático). Cabe destacar que essas ações não se concentram apenas nessas datas, mas também atreladas ao conteúdo programático das disciplinas, sobretudo nos Anos Finais e, mais destacadamente, nos componentes de História, Arte, Língua Portuguesa, Geografia e Ensino Religioso. Os principais enfoques foram: contribuições culturais, valorização, respeito e combate às diversas formas de preconceito.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2043
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
204
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF JOÃO PEDRO MENNA BARRETO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
205

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Depois que conheceram a emocionante história das Bonecas Abayomi...











Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2045
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 206
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF



História das bonecas Abayomi

Contada pela psicóloga, professora e mestra, Meiry Soares da Costa Pereira.

"História de Esperança: ABAYOMI

Em um tempo que se perdeu nos tempos e que é resgatado pelos contadores de histórias, mas ainda num mundo cheio de magia... Conto para vocês esta linda historia de esperança: ABAYOMI.

Quando os negros vieram da África para o Brasil como escravos nos navios negreiros, atravessaram o Oceano Atlântico numa viagem muito difícil, com fome, sede, calor, medo e esperança. Algumas viagens duravam meses. As crianças choravam assustadas, porque viam a dor e o desespero dos adultos. As mães negras, então, para acalentar suas crianças, rasgavam com as próprias mãos tiras de tecidos de suas saias e faziam bonecas para os pequenos brincarem. Estas bonecas eram feiras com 5 nós e enquanto dava cada nó no tecido desejava coisas boas para a sua criança, pois sabiam que poderiam ser separadas quando chegassem no Brasil. A boneca era feita do tamanho que coubesse na palma da mão da criança, assim não seria retirada da mesma pelos capatazes. Conta os historiadores que muitos irmãos se reencontraram devido ao tecido das bonecas que eram iguais. Essas bonecas são chamadas de ABAYOMI.

A palavra ABAYOMI, do ioruba, significa aquele que traz felicidade e alegria. Quer dizer encontro precioso: abay = encontro e omí = precioso.

Quando você dá uma boneca ABAYOMI para alguém, esse gesto significa que você está oferecendo o que você tem de melhor para essa pessoa. E quando você ensina o outro a fazer a boneca pela história, surge a relação sócio-afetiva que atravessa gerações e ocorre o resgate da cultura africana".

FONTE: https://ibfeduca.com.br/campinas/blog/historia-de-esperanca-abayomi

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

"Não importa a cor da pele, todos nós somos iguais."









DEIVISON







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2047
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
208
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF







"Quando você dá uma boneca ABAYOMI para alguém, esse gesto significa que você está oferecendo o que você tem de melhor para essa pessoa. E quando você ensina o outro a fazer a boneca pela história, surge a relação sócio-afetiva que atravessa gerações e ocorre o resgate da cultura africana".





Todas as pesquisas e nossos bate-papos com as crianças ao longo desse mês de novembro, revelara o quanto elas compreendem a importância do respeito incondicional à todos... E que precisamos nos preocupar com a consciência humana, só assim o preconceito desaparecerá.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2048
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
209
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RESPEITO ÀS DIFERENÇAS E CONSCIÊNCIA HUMANA



PROPOSTA:

Oportunizar as crianças por meio de pesquisa, que investiguem o que representa o dia 20 de novembro, enquanto marco nacional na luta contra o racismo e a desigualdade social. Além disso, lembrar a importância dos povos e da cultura africana na construção social e cultural brasileira.

As crianças foram provocadas por meio de leituras, a refletirem sobre o preconceito, também foram motivadas a pesquisarem sobre líderes negros e sobre a história da boneca Abayomi.

Desenvolvendo a construção do pensamento crítico-reflexivo



Edysom



Ryan



Deivison

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2049
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
210
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF JÚLIO DO CANTO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2050
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
211
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

"Era um dia como todos os outros. Estávamos ocupados em nossos afazeres, quando uma gente estranha surgiu do mar, avançando em nossa direção. Depois disso, nossa vida nunca mais foi a mesma: muitos de nós foram escravizados ou mortos, e perdemos grande parte de nossas terras." (1)



"No dia 22 de abril de 1500 avistamos uma nova terra, rica em árvores, pássaros, e habitada por uma gente estranha, que andava nua e não conhecia o sinal da Cruz. Dela extraímos muitas riquezas, que levamos todas para Portugal."

Um mesmo evento pode ser contado de diferentes maneiras: depende do ponto de vista de quem conta. As imagens acima tratam do mesmo acontecimento: o encontro entre índios e portugueses, quando estes últimos chegaram ao Brasil pela primeira vez, no ano de 1500. No entanto, elas mostram pontos de vista diferentes.

- De quem é o ponto de vista da primeira imagem?
- E da segunda?

PRIMEIRO CONTATO

EUROPEUS: ESTRANHARAM A NUDEZ, A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA TRIBO E AUSÊNCIA DE PROPRIEDADE PRIVADA E FICARAM CHOCADOS COM A ANTROPOFAGIA.

OS INDIOS ESTRANHARAM:APARÊNCIA(PELE CLARA) BARBAS LONGAS E A QAUNTIDADE DE ROUPAS.CONTATOS PACÍFICOS INICIALMENTE.QUANDO QUIZERAM ESCRAVIZÁ-LOS SURGIRAM OS CONFLITOS. COM OS PORTUGUESES E MORTE DOS NATIVOS.

ATIVIDADE ECONÔMICA INICIAL- EXTRAÇÃO DO Pau-brasil, IDEAL PARA CONSTRUIR NAVIOS E EXTRAIR TINTA.LOCAL litoral mata atlântica EXPLORADA COMERCIALMENTE,ALTA E COBERTA DE ESPINHOS.

INDIOS TRABALHAVAM NA DRRUBADA DA ÁRVORE E NO transporte PARA OS NAVIOS, ATRAVÉS DO escambo TROCA POR ROUPAS, ESPELHOS,FACAS,FERRAMENTAS.

RELIGIÃO OFICIAL-_____ E OUTROS CULTOS- LOCAIS DOMÉSTICOS.Respeito aos direitos e garantias individuais, tolerância religiosa.liberdade de expressão,proteção a propriedade privada .mantem a escravidão (propriedade privada)

OS INDIGENAS NA CONSTITUIÇÃO- FALTA DE DIRECIONAMENTO PARA UMA POLÍTICA GERAL SOBRE OS ÍNDIOS NA ÉPOCA NÃO ERAM CONSIDERADOS CIDADÃOS NEM BRASILEIROS FICARAM FORA DOS PLANOS SOCIAIS E E POLÍTICOS DO PAÍS.

. O Código Criminal de 1830, no artigo 295 do capítulo IV, não fazia menção direta à capoeira, mas previa punições aos "vadios e mendigos", categoria ampla que incluía os praticantes de capoeira, pessoas sem ocupação definida.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

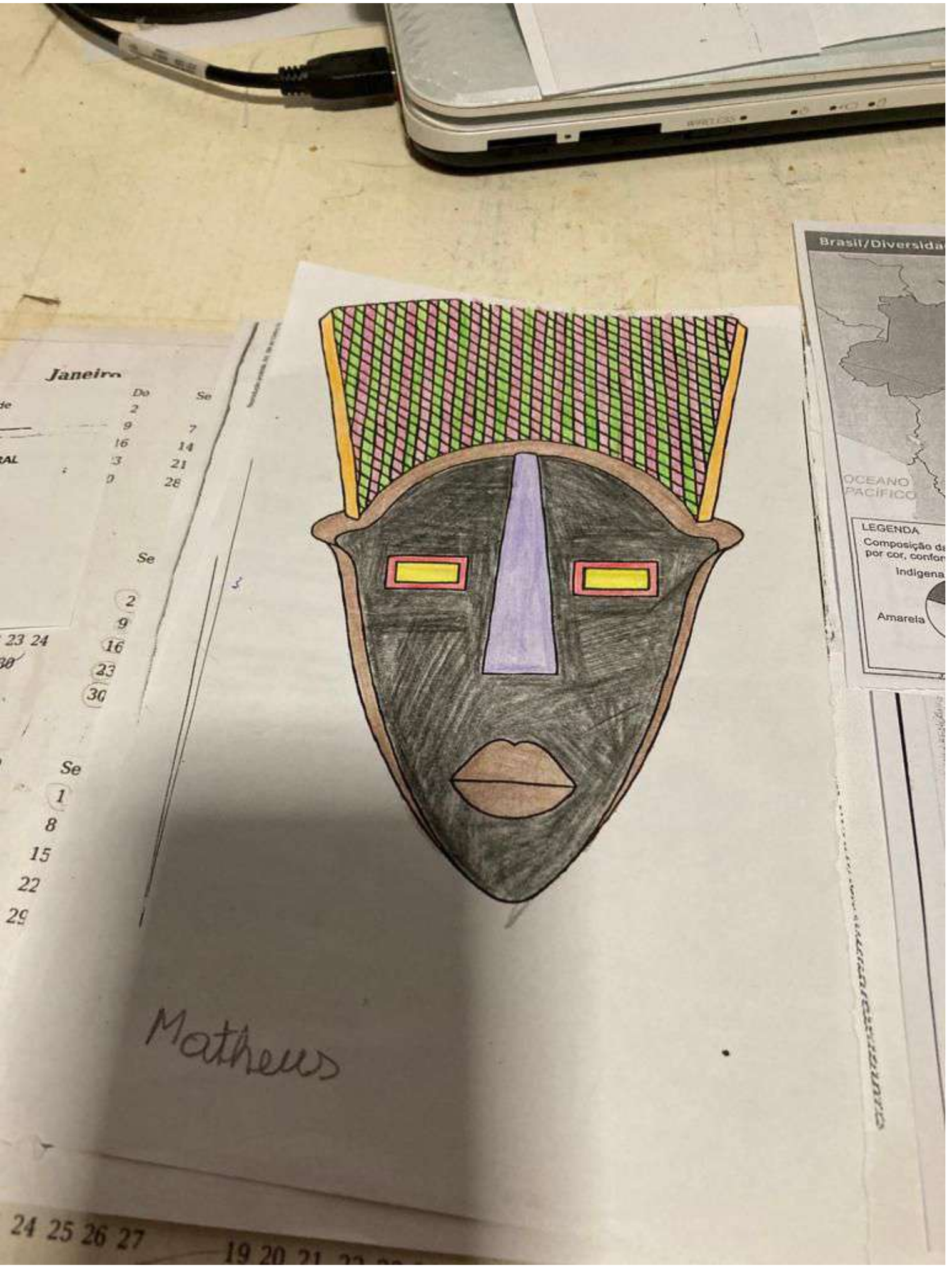
Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
212

Peça
4651996

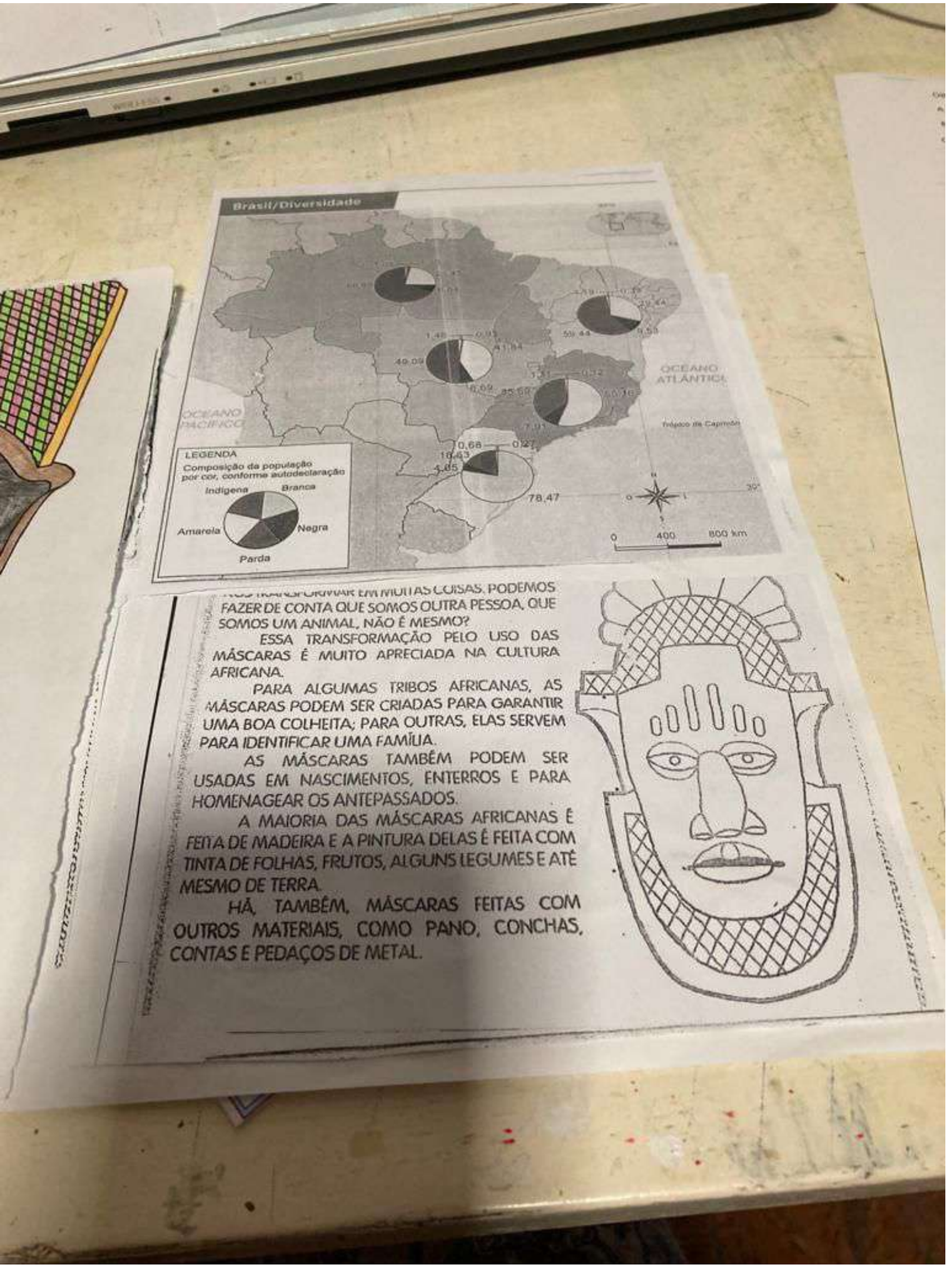
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2052
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
213
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF



FAZER DE CONTA QUE SOMOS OUTRA PESSOA, QUE SOMOS UM ANIMAL, NÃO É MESMO?

ESSA TRANSFORMAÇÃO PELO USO DAS MÁSCARAS É MUITO APRECIADA NA CULTURA AFRICANA.

PARA ALGUMAS TRIBOS AFRICANAS, AS MÁSCARAS PODEM SER CRIADAS PARA GARANTIR UMA BOA COLHEITA; PARA OUTRAS, ELAS SERVEM PARA IDENTIFICAR UMA FAMÍLIA.

AS MÁSCARAS TAMBÉM PODEM SER USADAS EM NASCIMENTOS, ENTERROS E PARA HOMENAGEAR OS ANTEPASSADOS.

A MAIORIA DAS MÁSCARAS AFRICANAS É FEITA DE MADEIRA E A PINTURA DELAS É FEITA COM TINTA DE FOLHAS, FRUTOS, ALGUNS LEGUMES E ATÉ MESMO DE TERRA.

HÁ, TAMBÉM, MÁSCARAS FEITAS COM OUTROS MATERIAIS, COMO PANO, CONCHAS, CONTAS E PEDAÇOS DE METAL.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2053

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
214

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

OBSERVE O MAPA 2

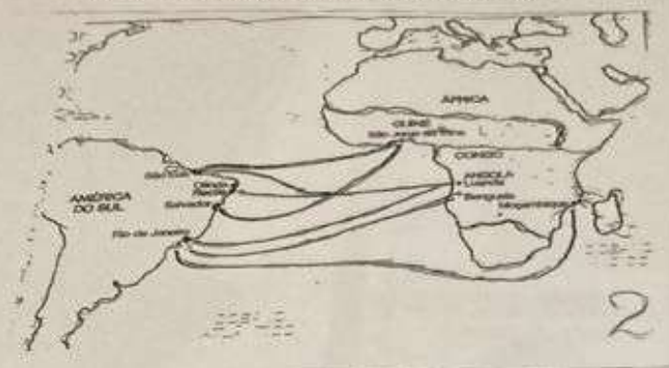
A-QUAIS OS DOIS CONTINENTES QUE APARECEM NO MAPA?

B- QUAL O CONTINENTE DO QUAL SAIAM OS ESCRAVOS?

C-QUAL CONTINENTE RECEBIA OS ESCRAVOS?

D-QUAIS AS REGIÕES DA ÁFRICA QUE SAIAM OS ESCRAVOS?

E-QUE CIDADES DO BRASIL RECEBIAM OS ESCRAVOS

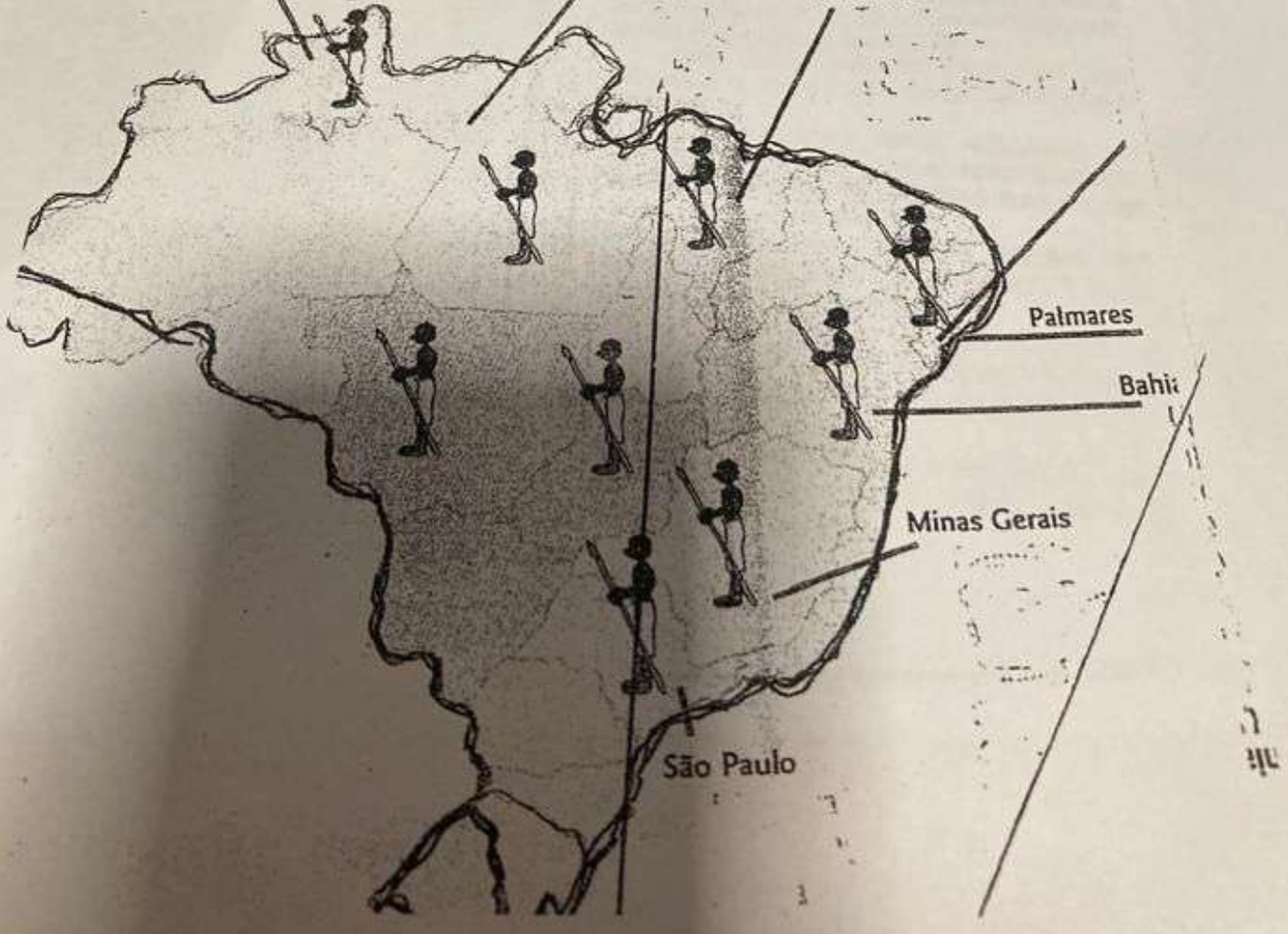


2

f-pintar o local
de onde sairam os
sudaneses e bantos
observe o mapa
2-a-qual o tema do maoa
b-em que estados
existiram quilombos?
3-qual o quilombo
mais importante?

1

QUILOMBOS



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2054
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
215
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

EMEF Júlio do Canto – EJA - ETAPAS III E IV

ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR 25 e 26

De 22/11 a 03/12

TEMA: CONSCIÊNCIA NEGRA - DIA DA BANDEIRA - PÁTRIA SEM PRECONCEITOS

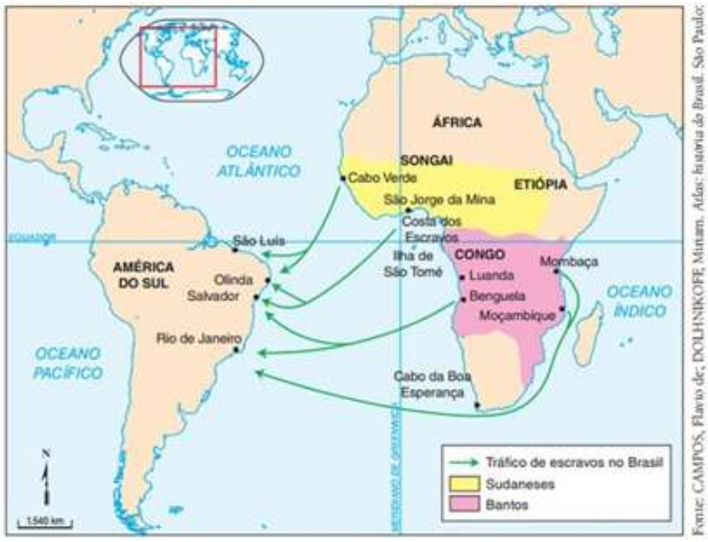
História, Geografia e Ens. Religioso- Prof.ª Olga; Ciências – Profª Joseânia; Arte – Profª Diva; Ed.Física - Profª Maria Ermínia; Língua Portuguesa e Inglesa – Profª Elizabete; Matemática - Profª Viviane

Nome ..... ETAPA …….

ARTE

Recorte e colagem, para a organização de cartazes, sobre a Proclamação da República, Dia da Bandeira e "Não ao Preconceito - Racismo".

20 DE NOVEMBRO, DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA- UM SUBVERSIVO RECONHECIDO COMO HERÓI 300 ANOS DEPOIS.



Fonte: CAMPOS, Flavio de; DOLHNIKOFF, Miriam. Atlas: história do Brasil. São Paulo:

Eles vieram da África, eram sudaneses, bantos,alguns eram reis na sua região.Capturados, trocados pelos inimigos ou por aguardente ou tabaco e entregues aos traficantes de escravos em diversos pontos do continente africano..Vinham para a América e o Brasil transportados em navios negreiros para servir como escravos, nas lavouras de cana-de-açucar, algodão,mineração e café.Sofriam castigos físicos, mutilações e quando podiam fugiam para os quilombos (comunidades de escravos fugidos no meio da mata).Ali procuravam viver de acordo com seus costumes.

Os quilombos espalharam-se pelo pais e o mais famoso deles foi o de Palmares,(atual estado de Alagoas), ali viveram quase 20 mil habitantes divididos em aldeias ou mocambos. trabalhando de forma comunitária..Zumbi foi um lider famoso do quilombo de Palmares, o dia da sua morte 20 de novembro depois de uma emboscada tornou-se a data oficial de comemoração do Dia da Consciência Negra.tornando-se data mais importante do que o 13 de maio dia da Abolição da Escravidão. como marco para quebrar os grilhões da escravidão.

No Rio Grande do Sul, o negro foi gaudério nomâde vivendo a margem da sociedade escravista.Foi quilombola, viveu ou vive nas estâncias e em pequenas propriedades rurais. Encontramos negros na Guerra Guaranitica nos conflitos de fronteira.Como lanceiros em ação militar.Mão-de-obra escravizada nas lavouras de trigo,Aparecem de maneira mais significativa na produção de charque.Dos quilombos gauchos foi o de padeiros na Serra dos Tapes (Pelotas)

No eixo Rio Grande/ Pelotas e região existem tradições religiosas de matriz africana,presença muito forte de trabalho e cultura.





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2055
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
216
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

NEGROS ILUSTRES DO RIO GRANDE DO SUL

Nomes que evidenciam talentos e superação de barreiras em várias áreas; Daiane dos Santos,(ginàstica artística),Calunga (,basquete),Rui Barbosa (atletismo)Lupicínio Rodrigues (compositor)conhecido nacionalmente.Na marinha brasileira João Candido, o almirante negro, lider da revolta da chibata contra os castigos fisicos na marinha. .

ATIVIDADE DE HISTÓRIA ,GEO E E.RELIGIOSO ETAPAS III E IV

1- Identifique no mapa:
a- locais de onde saíam os escravos da África
b- locais de chegada dos escravos no Brasil

2- Como eram capturados os escravos na África?

3- Em que atividades econômicas atuavam os escravizados?

4- O que eram quilombos?

5- Como surgiu o Dia da Consciência Negra?

6- O que podemos falar sobre a presença do negro no Rio Grande do Sul?

7- Como podemos explicar a questão do racismo entre nós?

8- PARA REFLETIR -Um subversivo torna-se herói.Comente essa afirmativa:

EDUCAÇÃO FÍSICA
Capoeira é um jogo, luta ou dança?



A Ginga é a movimentação básica da capoeira. É o conjunto de movimentos que dão à capoeira a falsa aparência de uma dança.
O objetivo da ginga é não oferecer ao oponente um alvo fixo, esconder a malandragem do capoeirista e enganar o adversário, geralmente induzindo-o a um ataque e dando ao capoeirista a possibilidade de contra-atacar com eficiência. O termo mandingueiro é popularmente utilizado como definição de um capoeirista que utiliza a ginga de uma forma eficiente, induzindo o adversário a cair em uma armadilha. A boa aplicação da ginga torna o capoeirista imprevisível e difícil de ser golpeado, seja durante o jogo da capoeira ou em um combate.

A boa aplicação da ginga torna o capoeirista imprevisível e difícil de ser golpeado, seja durante o jogo da capoeira ou em um combate.

ATIVIDADE

1- Qual o objetivo da ginga na capoeira?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

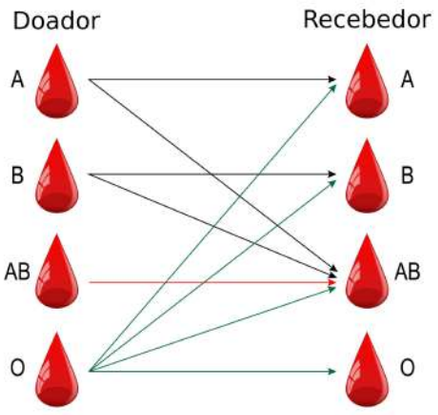
Página da peça 217

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

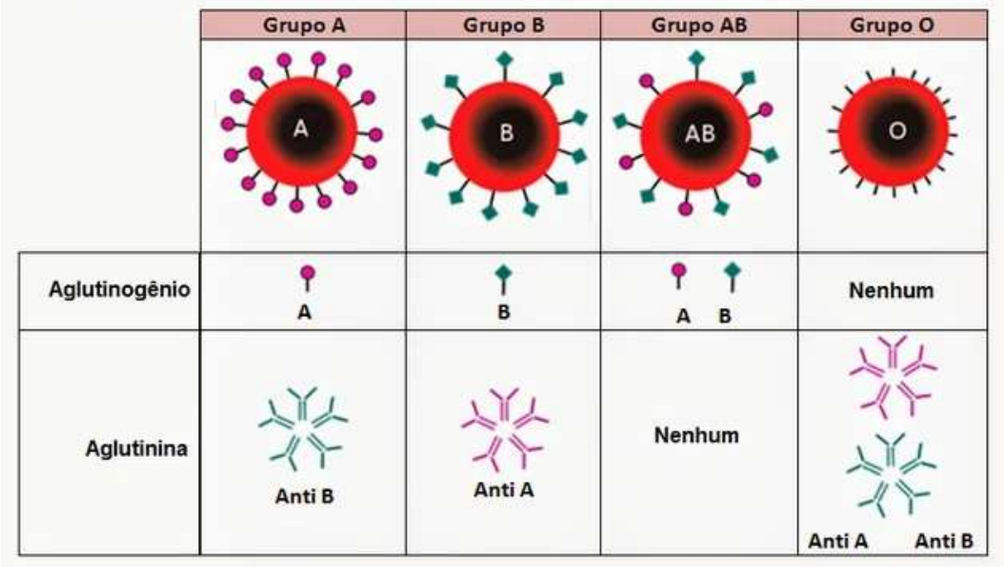
ACESSO P02265BF

A DESCOBERTA DOS GRUPOS SANGUÍNEOS



O Sistema ABO representa um grupo sanguíneo importante na determinação da compatibilidade entre os tipos de sangue. A descoberta do sistema ABO aconteceu em 1901 e deve-se ao médico Karl Landsteiner (1868 - 1943). Ele e sua equipe perceberam que quando alguns tipos de sangue eram misturados ocorria a aglutinação das hemácias, o que é chamado de incompatibilidade sanguínea. Desse modo, foi verificado que existiam alguns tipos sanguíneos, os quais foram denominados de A, B, AB e O. Daí surgiu o sistema ABO.

As aglutininas são anticorpos presentes no plasma sanguíneo e existem em dois tipos: anti-A e anti-B. As aglutininas reagem com os antígenos, daí a importância de reconhecer os tipos sanguíneos no momento de uma transfusão. Para que ocorra de forma correta deve existir compatibilidade entre as hemácias do doador e o plasma do receptor, ou seja, as aglutininas não devem reagir contra os aglutinogênios. A incompatibilidade sanguínea em casos de transfusões causa a aglutinação das hemácias, ou seja, formam-se aglomerados como se fossem coágulos. Essa situação resulta no entupimento dos capilares sanguíneos, comprometendo a circulação sanguínea. Os quadros de incompatibilidade sanguínea são considerados graves e podem levar a sérias complicações de saúde e até a morte. Por isso, uma pessoa que recebeu um tipo de sangue incompatível com o seu durante uma transfusão deve receber imediato atendimento médico.



Além de desvendar a tipologia sanguínea, Karl Landsteiner (1868-1943) descobriu o Fator Rh (anticorpos), derivado do nome do "macaco do gênero Reshus". Este animal foi utilizado como cobaia nas investigações para o avanço do sistema ABO. As pesquisas apontam que determinados tipos de sangue possuem ausência do fator Rh. Isso acontece pois os indivíduos que apresentaram as hemácias aglutinadas pelo anticorpo Rh foram classificadas como Rh positivas (Rh+). Em contrapartida, as hemácias dos que não se aglutinaram foram chamadas de Rh negativas (Rh-).

Fonte: https://www.todamateria.com.br/sistema-abo/

Ser Humano - *Homo sapiens sapiens*

A inexistência das raças biológicas ganhou força com as recentes pesquisas genéticas.Os geneticistas, entre eles Sérgio Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais, descobriram que a constituição genética de todos os indivíduos é semelhante o suficiente para que a pequena porcentagem de genes que se distinguem (que inclui a aparência física, a cor da pele etc,) não justifique a classificação da sociedade em raças. Essa pequena quantidade de genes diferentes está geralmente ligada à adaptação do indivíduo aos diferentes meio ambientes. Para ele, a noção de raças humanas "é tóxica": "como uma casca de banana, o conceito de raça é vazio e perigoso. Vazio, porque sabemos que "raças humanas" não existem como entidades biológicas. Perigoso, porque o conceito de "raça" tem sido usado para justificar discriminação, exploração e atrocidades", diz.

Fonte:https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2013/02/05/racas-humanas-nao-existem-como-entidades-biologicas-diz-geneticista.htm?cmpid=copiaecola

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2057
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
218
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

CIÊNCIAS - ETAPA III E IV - ATIVIDADE

1 - Você sabe qual o seu tipo sanguíneo?

2 - Se você sabe o seu tipo sanguíneo, com quem você é compatível para receber e / ou doar sangue (ABO)?

3- " Nosso sangue tem a mesma cor"! Sobre **raças humanas,** eu penso: …

PORTUGUÊS E INGLÊS - ETAPAS III E IV

Dia Nacional da Consciência Negra

O dia 20 de novembro faz menção à consciência negra, a fim de ressaltar as dificuldades que os negros passam há séculos. A escolha da data foi em homenagem a Zumbi, o último líder do Quilombo dos Palmares, em consequência de sua morte. Zumbi foi morto por ser traído por Antônio Soares, um de seus capitães. A localização do quilombo ficava onde é hoje o estado de Alagoas, na Serra da Barriga. O Quilombo dos Palmares foi levantado para abrigar escravos fugitivos, pois muitos não suportavam viver tendo que aguentar maus tratos e castigos de seus feitores, como permanecer amarrados aos troncos, sob sol ou chuva, sem água e sofrendo com açoites e chicotadas. O local abrigou uma população de mais de vinte mil habitantes.

Ao longo da história, os negros não foram tratados com respeito, passando por grandes sofrimentos. Pelo contrário, foram escravizados para prestar serviços pesados aos homens brancos, tendo que viver em condições desumanas, amontoados dentro de senzalas. Muitas vezes suas mulheres e filhas serviam de escravas sexuais para os patrões e seus filhos, feitores e capitães do mato, que depois as abandonavam. As casas dos escravos eram de chão batido, não tinham móveis nem utensílios para cozinhar. As esposas dos barões é quem lhes concedia alguns objetos, para diminuir as dificuldades de suas vidas. Nem mesmo estando doentes eram tratados de forma diferente, com respeito e dignidade. Ficavam sem remédios e sem atendimento médico, motivo pelo qual inventaram medicamentos com ervas naturais, ações aprendidas com os índios durante o período de colonização.

Algumas leis foram criadas para defender os direitos dos negros, pois muitas pessoas não concordavam com a escravização. A Lei do Ventre Livre foi a primeira delas, criada em 1871, concedendo liberdade aos filhos dos escravos nascidos após a lei. No ano de 1885, criaram a Lei dos Sexagenários, dando liberdade aos escravos com mais de sessenta anos de idade. Porém, com a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, foi que os escravos conquistaram definitivamente sua liberdade. O grande problema dessa libertação foi que os escravos não sabiam realizar outro tipo de trabalho, continuando nas casas de seus patrões, mesmo estando libertos. Com isso, a tão esperada liberdade não chegou por completo.

(Adaptado de www.mundoeducacao.bol.uol.com.br)

Questões:

1- De acordo com o texto, podemos afirmar que:

a) existe uma comparação entre a escravidão dos negros e a dos índios.
b) a escravidão era natural e aceita por todos, inclusive pelos negros.
c) os negros eram bem alimentados para trabalhar melhor.
d) os índios eram responsáveis por cuidar de negros que ficavam doentes.
e) Antes de 1888, nem todos os negros eram livres no Brasil.

2- Analise as alternativas a seguir acerca de Zumbi:

I – Era conhecido como Antônio Soares.
II – Foi um dos primeiros líderes do Quilombo de Palmares.
III – Em homenagem a Zumbi, criou-se o dia 20 de novembro.

A única alternativa que traz afirmação (ou afirmações) incorreta(s) é:

a) I b) I e II c) II d) II e III e) I e III

3- A palavra "menção" na primeira linha do texto pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido do texto e para a correção gramatical por:

a) referência. b) consequência. c) orientação. d) miram. e) interligação.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

4- Embora a libertação dos escravos tenha sido um avanço para o Brasil no que diz respeito aos direitos humanos, por que isso deixou aspectos negativos para os negros conforme o texto?

5- Nos dias de hoje, que problemas ainda existem em relação a esse fato histórico?



6- Barack Obama foi o primeiro presidente negro dos estados unidos e formou-se em três faculdades, sendo a última, a escola de direito de harvard.

OBSERVE AS PROFISSÕES EM INGLÊS: PSYCHOLOGIST (PSICÓLOGO) - LAWYER (ADVOGADO) - POLICEMAN (POLICIAL).

A person who studies law becames a ..... (Uma pessoa que estuda direito torna-se um .....).

( ) POLICEMAN ( ) LAWYER ( ) PSYCHOLOGIST



7- HARRIET TUBMAN, ex-escrava e ativista que libertou mais de 300 escravos. Seu papel na história pode ser comparado ao exercido pelo líder quilombola Zumbi dos Palmares no Brasil: defesa ferrenha dos negros africanos escravizados e seus descendentes. Entre 1850 e 1860 ela foi responsável pela fuga de centenas de escravos das fazendas do sul dos Estados Unidos rumo ao norte do país, onde não havia escravidão, e ao Canadá. As expedições eram feitas através da Underground Railroad (estrada de ferro subterrânea, em tradução livre), uma intrincada e complexa rota de fuga com diversos caminhos, criada pelos abolicionistas para resgatar os negros cativos americanos, em especial nos estados do sul que adotaram o sistema de monocultura e a escravidão de negros africanos de forma mais sistêmica.

OBSERVE AS PALAVRAS: SLAVE (ESCRAVA) - FREE WOMAN (MULHER LIVRE) E RESPONDA:

HARRIET TUBMAN WAS BORN AS A ..... (Harriet Tubman nasceu como uma .....)

( ) FREE WOMAN ( ) SLAVE

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 220

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

MATEMÁTICA

O **Dia da Consciência Negra, 20 de novembro** é comemorado em todo território nacional. Esta data foi escolhida por ter sido o dia da morte do líder negro Zumbi, que lutou contra a escravidão no nordeste.

A celebração relembra a importância de refletir sobre a posição dos negros na sociedade. Afinal, as gerações de afro-brasileiros que sucederam a época de escravidão sofreram (e ainda sofrem) diversos níveis de preconceito.

A data foi estabelecida pelo projeto Lei n.º 10.639, no dia 9 de janeiro de 2003. No entanto, somente em 2011 a lei foi sancionada (Lei 12.519/2011) pela então presidente Dilma Rousseff.

Fonte: todamateria.com.br/consciencia-negra/

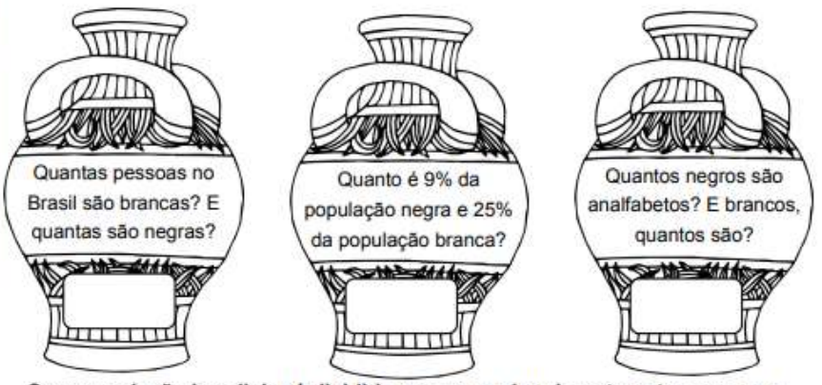


Você sabia que, segundo os dados do IBGE coletados até 2019, somos aproximadamente de 211 000 000 de brasileiros e **cerca de 56% população brasileira é considerado negro ou negro de pele mais clara?** E que 43% são brancos!



E que 25% da população branca possui ensino superior completo, enquanto 9% da população negra possui o mesmo grau de instrução. Já o analfabetismo entre os brancos é de apenas 4%, entre os negros esse valor chega a 10%, isso sem considerar os quase 40% que não completam o ensino fundamental. E por mais absurdo que isso pareça, dos menores salários do país, 75% são pagos a negros e dos maiores salários, apenas 27% são destinados aos negros.

Porcentagens com valores aproximados. Fonte: IBGE



Se a população brasileira é dividida quase que igualmente entre negros e brancos, porque há essa diferença de números tão grande???

1) Barack Hussein Obama II nasceu no dia 4 de agosto de 1961. Ele é um advogado e político norte-americano que serviu como o 44º presidente dos Estados Unidos de 2009 a 2017, sendo o primeiro afro-americano a ocupar o cargo. Nascido em Honolulu, no Havaí, Obama é graduado em ciência política pela Universidade Columbia e em direito pela Universidade de Harvard, onde foi presidente da Harvard Law Review.



Também atuou como organizador comunitário, advogado na defesa de direitos civis e ensinou direito constitucional na escola de direito da Universidade de Chicago e representou por três mandatos o 13º distrito no Senado de Illinois.

Quantos anos Barack Obama completou em 2021?



2) Nelson Rolihlahla Mandela foi um advogado, líder rebelde e presidente da África do Sul de 1994 a 1999, considerado como o mais importante líder da África Negra, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 1993, e pai da moderna nação sul-africana, onde é normalmente referido como Madiba (nome do seu clã) ou "Tata" ("Pai").

Nelson Mandela nasceu no dia 18 de julho e morreu no dia 5 de dezembro de 2013 com 95 anos. Em que ano ele nasceu?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2060
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
221
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF LEDUVINA DA ROSA ROSSI

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE EDUCAÇÃO
EMEF LEDUVINA DA ROSA ROSSI

Planejamento de 08 a 12 de Novembro de 2021. Pré - B

Profª Cristiane. P. Saccol

Segunda- feira (08 de Novembro)	**Terça- feira (09 de Novembro)**	**Quarta-feira (10 de Novembro)**	**Quinta- feira (11 de Novembro)**	**Sexta-feira (12 de Novembro)**
ANEXO I Assistir ao vídeo musical "Cantando os números", produzido pelo O Reino Infantil, link disponível logo abaixo.	**ANEXO II** No vídeo musical "Cantando os números", os números se apresentam e também representam semelhanças com outras coisas, desenhe as sugestões que aparecem no vídeo para cada número:	• **Aula Síncrona.**	**ANEXO III** Produção de receita: Massinha de modelar. Receita logo abaixo.- Após a produção de massinha de modelar, a criança deve explorar livremente a massinha ao criar e modelar os números de 1 a 10. - Registrar por fotos e/ou vídeos as modelagens dos numerais.	• **Aula Síncrona.**

ANEXO I: Link: https://www.youtube.com/watch?v=O6uhssemxeg

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

ANEXO II:

1	2	3
4	5	6
7	8	9
10		

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Receita: Massinha de modelar

Ingredientes:

- 2 xícaras de farinha de trigo;
- ½ xícara de sal;
- 1 xícara de água;
- 1 colher de óleo;
- Corante de alimentos ou suco em pó.

Modo de preparo:

- Juntar todos os ingredientes;
- Misturar e amassar todos os ingredientes;
- Para deixar a massinha colorida deve-se adicionar corante de alimentos ou suco em pó da preferência da criança;
- Após a produção de massinha de modelar, a criança deve explorar livremente a massinha ao criar e modelar os números de 1 a 10.
- Registrar por fotos e/ou vídeos as modelagens dos numerais.

Página
2064
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
225
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF LÍVIA MENNA BARRETO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Abordagem das temáticas da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas na EMEF Lívia Menna Barreto:

As atividades descritas a seguir fazem parte de uma proposta interdisciplinar com o tema Diversidade, cultura afrodescendente e indígena, vinculado ao Projeto Político Pedagógico da escola, desenvolvido pelas turmas da Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos finais, com propostas integradas ao Projeto Extra-classe: “Ler e Aprender”, que atende os estudantes no turno inverso com propostas focadas na exploração leitura e escrita, a partir de composições artísticas.

Pré- A

Os temas trabalhados sobre a cultura indígena e a africana foram abordados inicialmente com a contação das histórias: O menino Poti, A lenda da mandioca, Caio, Menina bonita do laço de fita, Bela nasceu cacheada e minha mãe é negra sim. Os alunos realizaram pesquisas e relataram para os colegas. Apresentaram danças, canções, brincadeiras, caracterizações e costumes sobre as duas culturas.

Pré- B

Indígenas

O objetivo desse projeto é conhecer os povos indígenas por meio das histórias da autora santa-mariense Maria Rita Py Dutra. Com isso, visa ressaltar a necessidade de respeitar e valorizar todas as culturas. Como produto final, construímos bonecas negras e realizamos brincadeiras da cultura indígena.

África, muitas faces!

Objetivo deste projeto é conhecer um pouco da diversidade do continente africano por meio da história da Abayomi. Com isso, busca-se compreender a importância do respeito e valorização de todas as nações, independente de seus costumes, crenças e cultura.

1° ano

Sobre a cultura indígena foram trabalhadas as heranças culturais por meio da história indiozinho Aquitã. Também foi realizada a visita virtual ao Museu Nacional de Etnologia, Lisboa/Portugal (https://artsandculture.google.com/search?q=cultura%20ind%C3%ADgena)

Quanto a cultura africana trabalhamos a partir das histórias Lelê e Princesa Arabela: Mimada que só ela. Foram realizadas pesquisas sobre o Continente Africano, as monarquias africanas, vestuário e elefantes africanos (personagens da história).

2° ano

Cultura Indígena: Estudo de temáticas diversas relacionando à curiosidades da cultura indígena, como moradia, alimentação, uso de plantas, etc.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
227

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Cultura afro-brasileira: Conversa sobre o dia 20/11, dia Nacional da Consciência Negra. Animação da história Menina bonita do laço de fita. Formulário e jogos on line sobre a história.

3° ano

No ano de 2021 foi desenvolvido um trabalho intitulado "**MULTICULTURALISMO-DIVERSIDADE CULTURAL -A CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA DIVERSIDADE DA CULTURA DO BRASIL.**

Trabalhamos com o livro didático Projetos Integradores – 3º ano onde abordava não só a temática indígena, mas sim todas as contribuições dos povos formadores na cultura brasileira.

Durante o ano letivo as temáticas sobre a cultura africana, afro-brasileira e os povos indígenas sempre eram abordadas e, em especial no final do ano, durante a Semana da Consciência Negra, foi desenvolvido por cerca de uma quinzena, atividades como leituras de histórias infantis, trabalhos artísticos, músicas e brincadeiras sobre o referido assunto.

4º ano

Projeto: África, tecendo novos olhares!

Objetivo deste projeto é conhecer um pouco da diversidade do continente africano por meio da história da capulana, tecido tradicional de Moçambique. Além disso, é uma meta oportunizar reflexões sobre nossa própria história, semelhanças e diferenças entre pessoas e povos diversos. Durante o projeto, trabalhamos com textos, imagens e práticas que representam elementos da cultura, das artes, da história e da sociedade moçambicana.

Projeto: Indígena

O objetivo desse projeto é avaliar os impactos da exploração e da imposição do modo de vida dos europeus sobre os povos indígenas. Com isso, busca-se conhecer a cultura e diversidade dos povos indígenas por meio de reportagens, vídeos e textos. Além disso, o projeto culminou na construção de vasos de argilas decorados, como eram realizados por esses povos.

5º ano

Abordamos, ainda de forma remota,a temática dos povos indígenas, onde trabalhamos, com o livro didático de artes, a pintura e a arte em cerâmica, recriando nossas versões. Também trabalhamos com as duas heranças dessa cultura, que usamos no nosso dia a dia: os chás medicinais e culinária, através de pesquisas, confecção de pratos e apresentação das pesquisas.

Anos finais

O trabalho realizado nos anos finais teve como objetivo desenvolver um projeto interdisciplinar com o tema Cultura. Cada professor abordou o tema da diversidade cultural de acordo com os objetos de conhecimentos da sua disciplina. Foram realizados debates, atividades produções artísticas e práticas vinculadas ao tema, considerando as orientações do projeto político pedagógico

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

e plano de ação da escola. Seguem exemplos das temáticas e atividades abordadas em cada disciplina:

História - Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços

As lógicas internas das sociedades africanas, a escravidão moderna e o tráfico de escravizados.

A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão.

A questão da violência contra populações marginalizadas.

Geografia - Identidade sociocultural

Características da população Brasileira

Diversidade e dinâmica da população mundial e local.

Artes: Diversidade cultural influenciada pelas culturas indígena, africana, europeia e asiática; Produção de tramas indígenas.

Português: Gêneros textuais: abordagens de diferentes culturas

Educação física: Capoeira

Ensino religioso: Crenças, convicções e atitudes referentes a diversidade cultural.

Matemática: análise e estudo de linha do tempo sobre a escravidão no Brasil

Inglês: estudo de canção em inglês sobre consciência negra

Ciências: observações astronômicas na cultura indígena

Projeto de leitura

Participação da "Roda de Conversa", evento que integrou "3ª Parada de Formação da Rede Municipal de Ensino".

A palestra foi proferia às 18h, do dia 30 de junho de 2021, com o título "Recontos africanos, literatura e arte negra". A mediação aconteceu por Aline Escobar e Jessica Silva. O evento foi organizado pelo professor Ronan e pela professora Medianeira, da SMED. Mais de 700 ouvintes estiveram presentes e o vídeo no YOUTUBE, através do Canal do NTEM, no dia 06 de julho já conta com mais de duas mil visualizações. O evento foi muito produtivo e possibilitou vários debates frente às abordagens apresentadas que fizeram referências a temas transversais, aos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a obras literárias, análises de ilustrações, citações de referências teóricas e conceituais, bem como análises de obras artísticas negras contemporâneas.

Endereço no Youtube no Canal do NTEM.

https://www.youtube.com/watch?v=TOKKzGXONJI

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

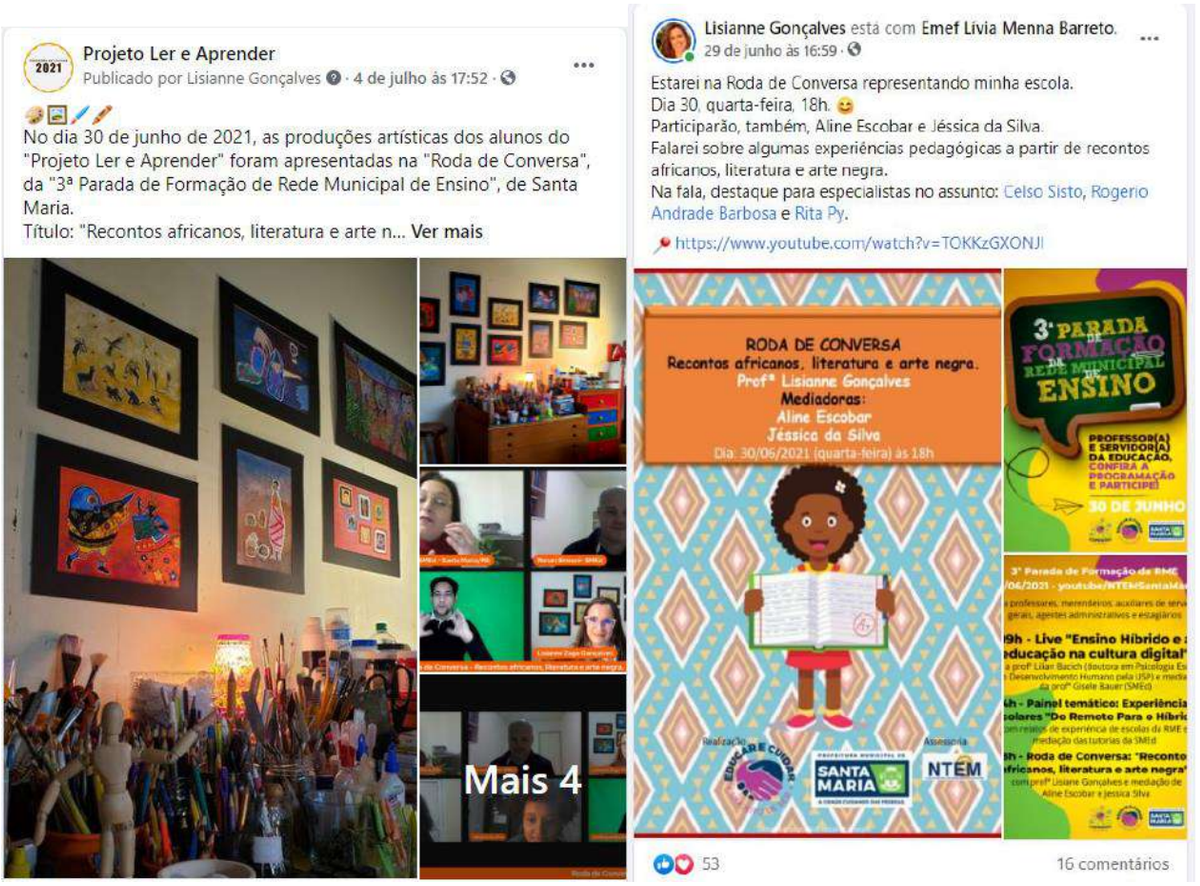
Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
229

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Projeto sobre a cultura indígena desenvolvido de forma integrada com a turma do 3° ano:



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2069
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
230
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF LOURENÇO DALLA CORTE

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

EMEF LOURENÇO DALLA CORTE – 2022

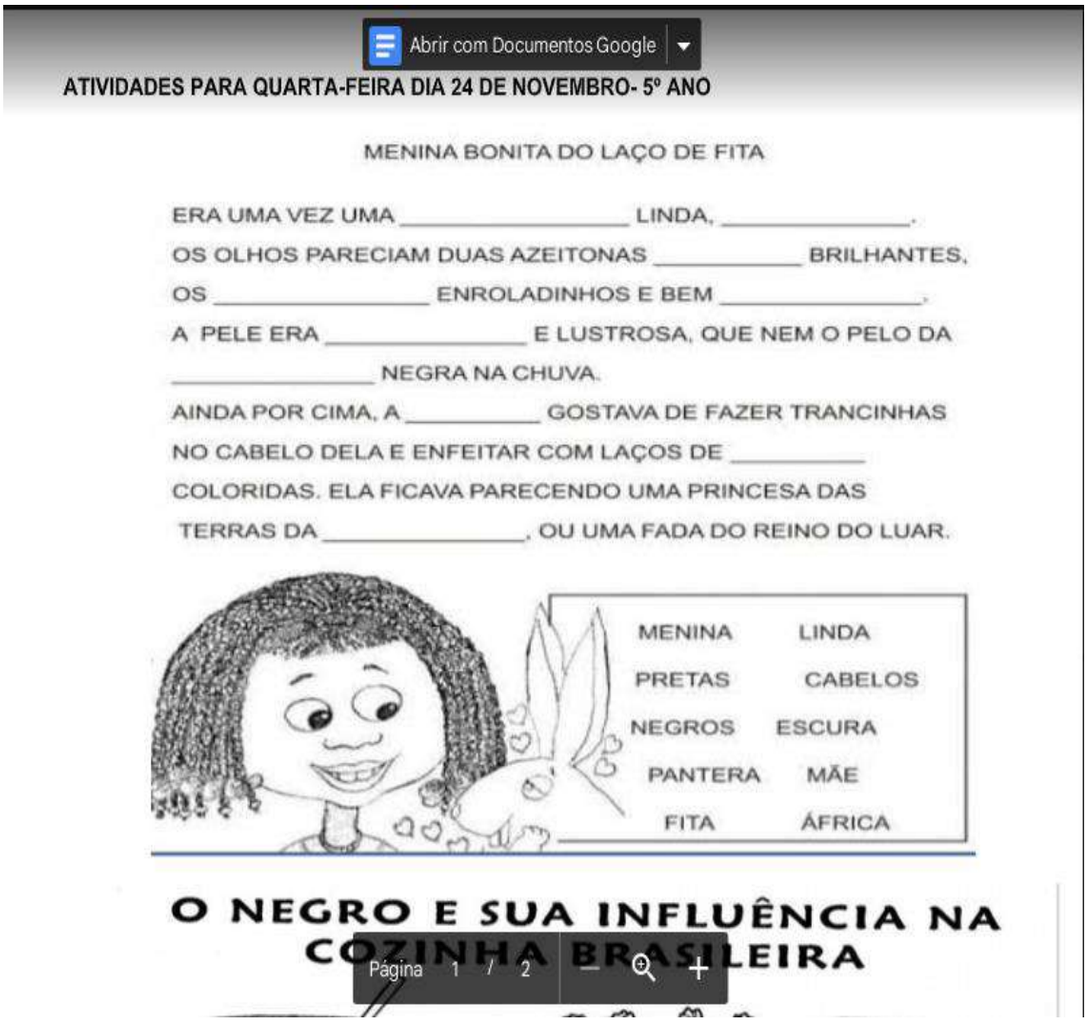
EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Nos anos iniciais e educação infantil da escola o tema indígena assim como da consciência negra se fez presente nos planejamentos do ano de 2021 e segue sendo feito este trabalho neste ano de 2022, incluindo o tema sobre a mulher voltado ao respeito ao gênero e suas diferenças. Segue alguns registros de alguns planejamentos do ano passado abrangendo os temas referidos nesta pesquisa.

"Vejo o ensino dos temas de suma importância par a conscientização dos estudantes ao respeito as diferentes culturas. Anualmente trabalho com os estudantes do 5º ano sobre o tema e vejo eles muito interessados e envolvidos nas ações pedagógicas sobre o tema."

Relato da professora Daniela do 5º ano da escola sobre as práticas

Segue abaixo algumas atividades relativas aos temas planejadas aos estudantes.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LOURENÇO DALLA CORTE

Estr. Mun. Ângelo Berleze, S/N - Km 03 - São José, Santa Maria - RS, 97095-640
Telefone: (55)32263910/ e-mail: emefdallacorte@gmail.com

NOME DO ALUNO: _____ 5º ANO
PROFESSOR: Daniela Tatsch Neves - Wats 99917-4866 DATA: 20/04/2021

PORTUGUÊS/HISTÓRIA

A origem lendária de Santa Maria



Às margens do Arroio Taimbé viviam duas tribos, os Tapes e os Minuanos. Este lugar era chamado pelos índios de Ybitory- Retan (terra da alegria). As duas tribos viviam em paz nesta localidade.

Numa tarde, Ibotiquintã, esposa do chefe da tribo, deu à luz a uma bela menina e a chamou de Imembuí (filha das águas). Imembuí muito bela, embora a moça muito questionada, não pretendia logo dar seu "coração" a nenhum dos jovens daquelas tribos.

Página 1 / 4

Um destes jovens índios, Acangatú realizou mil juras de amor para que Imembuí com ele fizesse este não Imembuí, que após encontrar o [illegible] do jovem casal, achou por bem retornar à tribo, que tempos mais tarde deu **origem à Santa Maria!**

Abrir com Documentos Google

1) De acordo com o texto, responda às perguntas:
a) Como se chamavam as tribos próximas ao arroio Taimbé?

b) Como era o nome da filha do chefe da tribo?

d) José era filho de quem?

e) Após o casamento como Rodrigues passou a ser chamado?

f) O que aconteceu com o filho de Imembuí e Morotin?

2) Complete as frases com os verbos do quadro abaixo.

chegaram - nasceu – conhecida - viviam - escolheu- tomado - chegaram

a) A indiazinha Imembuí _____ bela e formosa, atraindo a atenção dos jovens das tribos Minuanos e Tapes.

b) Acangatú queria como esposa Imembuí que não o _____.

c) O chimarrão era _____ dia e noite pelos indos Minuanos.

d) Santa Maria é _____ como "Cidade Universitária", devido a importância do Setor Educacional.

e) Conta a origem lendária que d[illegible] _____ aqui, onde é a cidade de Santa Maria.

Página 1 / 4

"As atividades realizadas junto às crianças são de suma importância que contemplem as temáticas relacionadas aos povos indígenas e afro, pois somente conhecendo as origens que podemos compreender as diferenças de cada etnia e povo. As crianças precisam conhecer suas origens para poderem compreender que são hoje e porquê ocupam esse lugar na sociedade. Também é muito significativo que conhecendo as realidades possamos também desenvolver a empatia, o respeito e a valorização de cada um como ser único nesse universo tão vasto."

Relato da professora Ana Claudia do 2º ano

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2072
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
233
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

NOME DA CRIANÇA: _____
PROFESSORA: NARA LIEGE LOPES
PROPOSTAS DE ATIVIDADES PRÉ A/B – MANHÃ
PERÍODO DE 22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2021.

RECADOS IMPORTANTES!



DIA 20 DE NOVEMBRO É O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, DO QUAL DEVEMOS REFLETIR DIARIAMENTE SOBRE. LUTANDO PELA VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA E PELA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA, PROPOMOS ÀS CRIANÇAS PEQUENAS UM POUCO DE CONHECIMENTO A PARTIR DE ATIVIDADES CRIATIVAS.

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2021.

1. ASSISTA OS VÍDEO DA HISTÓRIA INFANTIL "MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA": CLIQUE ABAIXO:

Menina Bonita do Laço de Fita - Historinha para criança - Leitura de Livro



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

QUARTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2021.

ATIVIDADE MATEMÁTICA: OBSERVE OS DESENHOS E COMPLETE COM O QUE ESTÁ SENDO PEDIDO:

NOME _____

A BONEQUINHA PRETA	COLAR	ESCREVER
		
		
		

O NEGRO E SUA INFLUÊNCIA NA COZINHA BRASILEIRA



VOCÊ SABIA QUE MUITOS DOS ALIMENTOS DO NOSSO DIA-A-DIA SÃO DE ORIGEM AFRICANA?

PODEMOS CITAR O AZEITE-DE-DENDÊ, A PIMENTA-MALAGUETA, O FEIJÃO-PRETO E O QUIABO.

ALÉM DISSO, OS NEGROS NOS ENSINARAM A FAZER VATAPÁ, CARURU, MUNGUNZÁ, ACARAJÉ, ANGU E PAMONHA.

FORAM OS NEGROS, TAMBÉM, QUE NOS ENSINARAM A FAZER PRATOS COM CAMARÃO SECO E A USAR AS PANELAS DE BARRO E A COLHER DE PAU.



A) COM O AUXÍLIO DE FAMILIAR, AJUDE A PREPARAR UMA REFEIÇÃO SAUDÁVEL DE ORIGEM AFRICANA E ENVIE FOTO OU VÍDEO AO GRUPO DESTE ACONTECIMENTO OU REALIZE RECORTES E COLAGENS DE GRAVURAS DE FEIJÃO, LINGUIÇA, QUIABO, MILHO (ESPIGA COM), BOLO DE MILHO, FRUTAS.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2074
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
235
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

PROFESSORA: DIÊNIFER SOUSA TURMA: PRÉ A/B – TARDE

PERÍODO: DE 16 A 19 DE NOVEMBRO DE 2021

RECADOS IMPORTANTES

LER TODAS AS ATIVIDADES COM ATENÇÃO PARA A CRIANÇA!

NÃO DEIXE ACUMULAR AS ATIVIDADES.

TERÇA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2021.



1- ATIVIDADE: HISTÓRIA: **BRUNA E A GALINHA D'ANGOLA**

VAMOS ASSISTIR AO VÍDEO DA HISTÓRIA NO LINK ABAIXO.

https://youtu.be/eqvqBT41lWY

2- AJUDE BRUNA A ENCONTRAR O CAMINHO E CHEGAR ATÉ SUA GALINHA:



QUINTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2021

1- A MENINA E SUAS AMIGAS CONSTRUIAM GALINHAS D' ANGOLA FEITAS DE BARRO PARA BRINCAR. CONSTRUA A SUA GALINHA, PODE SER DE BARRO OU QUALQUER OUTRO MATERIAL QUE VOCÊ TIVER EM CASA. USE SUA CRIATIVIDADE.

MODELOS





SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2021

1- CONTE OS DESENHOS E LIGUE AO NÚMERO CORRESPONDENTE:



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Estudante da educação infantil com a sua galinha d'angola. (Possui autorização para uso de imagem)

AULA DO DIA 02.09.21. (QUINTA-FEIRA) 3º ANO

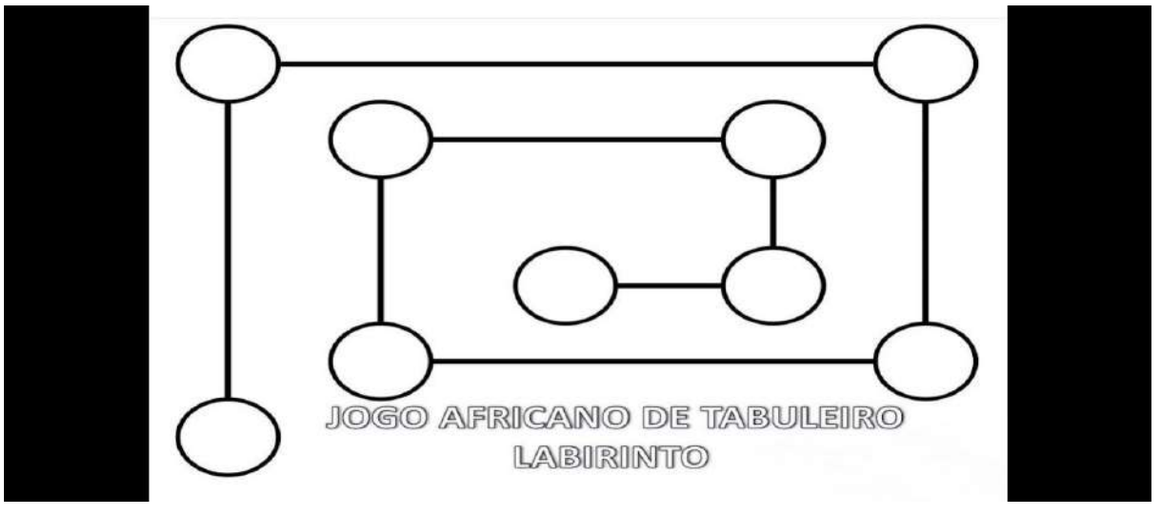
NA NOSSA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE HOJE TEREMOS UM JOGO CHAMADO LABIRINTO! 💪

ESTE JOGO TEM ORIGEM AFRICANA E FOI CRIADO EM UM PAÍS CHAMADO MOÇAMBIQUE. PARA JOGAR O LABIRINTO, PRECISAMOS DE DUAS TAMPINHAS OU OUTRO OBJETO QUE POSSA REPRESENTAR CADA JOGADOR E UM LABIRINTO DESENHADO NUMA FOLHA DE PAPEL OU NO CHÃO. O JOGO COMEÇA COM A BRINCADEIRA PEDRA, PAPEL E TESOURA ("JOQUEMPÔ"). QUEM GANHA, INICIA O PERCURSO DA EXTREMIDADE EXTERNA DO DESENHO, QUE IRÁ SENDO PERCORRIDO A CADA RODADA QUE O JOGADOR VENCE A DISPUTA. QUANDO O JOGADOR PERDE A DISPUTA, PERMANECE NO MESMO LUGAR. VENCE O JOGADOR QUE CHEGAR PRIMEIRO AO FINAL DO LABIRINTO.

AQUI VAI UM EXEMPLO DE COMO JOGAR O JOGO:**https://www.youtube.com/watch?v=5fhX6vBxE4M**

NA PRÓXIMA FOLHA VOCÊ TEM O LABIRINTO PARA IMPRIMIR OU COPIAR NO CADERNO PARA PODER BRINCAR COM A FAMÍLIA! DIVIRTAM-SE ☺

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



SANTA MARIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2021 – TERÇA – FEIRA.

ATIVIDADE 01- HISTÓRIA: BRUNA E A GALINHA D'ANGOLA
VAMOS ASSISTIR O VÍDEO DA HISTÓRIA NO LINK ABAIXO.
https://youtu.be/eqvqBT41lWY
2) PINTE AS LETRAS QUE FORMAM O NOME DA PERSONAGEM DA HISTÓRIA " BRUNA E A GALINHA D' ANGOLA'



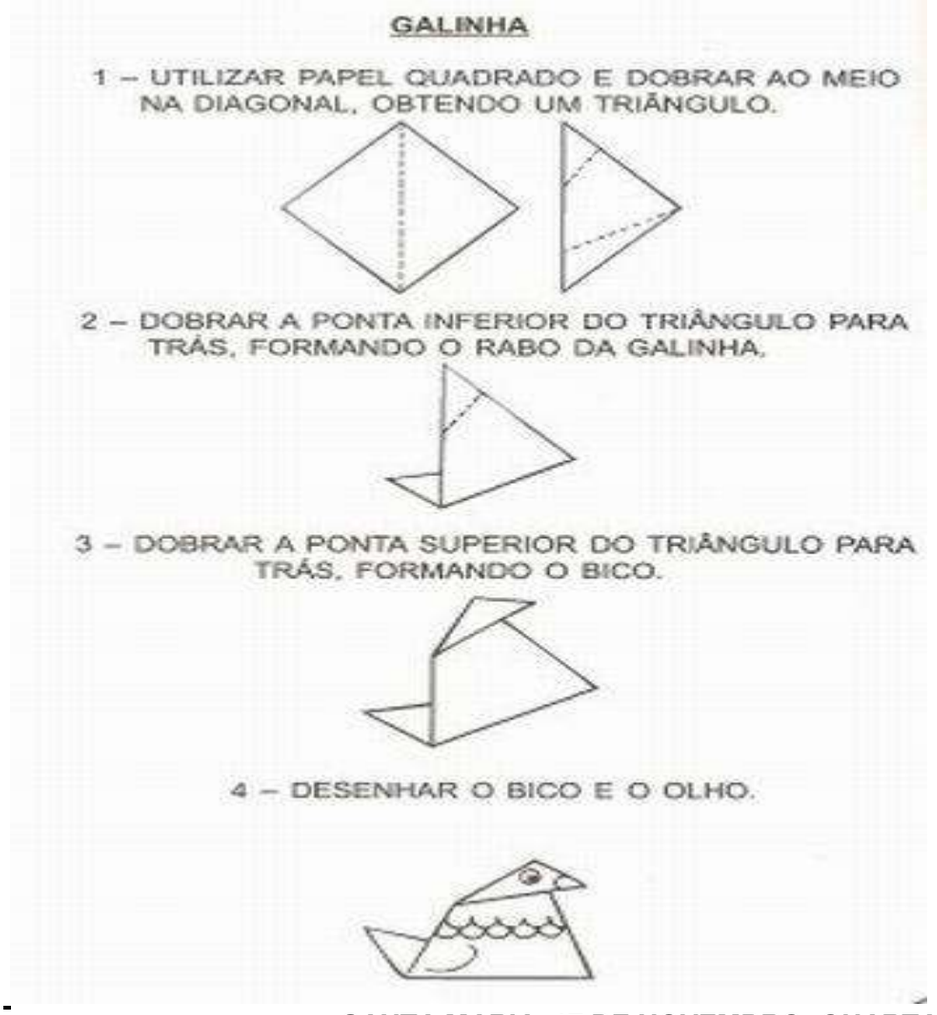
3)

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2077
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
238
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF



4) VAMOS FAZER ARTE



-

SANTA MARIA, 17 DE NOVEMBRO- QUARTA-FEIRA

1. LEITURA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2078
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
239
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

A GALINHA-D'ANGOLA

VINICIUS DE MORAES, TOQUINHO

COITADA, COITADINHA
DA GALINHA-D'ANGOLA
NÃO ANDA ULTIMAMENTE
REGULANDO DA BOLA
ELA VENDE CONFUSÃO
E COMPRA BRIGA
GOSTA MUITO DE FOFOCA
E ADORA INTRIGA
FALA TANTO
QUE PARECE QUE ENGOLIU UMA MATRACA
E VIVE RECLAMANDO
QUE ESTÁ FRACA
TOU FRACA! TOU FRACA!
TOU FRACA! TOU FRACA! TOU FRACA!

2)- MARCAR A RESPOSTA CERTA

a. DO QUE A GALINHA GOSTA
( ) FOFOCA
( ) BRIGA
( ) FALAR

b. O QUE A GALINHA PARECE QUE ENGOLIU UMA
( ) VIOLA
( ) MATRACA
( ) FOFOCA

3) RESPONDER

a)O QUE A GALINHA VIVE RECLAMANDO?

_____

b) O QUE A GALINHA VENDE?

_____

4) ESCREVA 3 PALAVRAS QUE COMEÇAM COM G

_____

5) LIGUE AS PALAVRAS QUE RIMAM COM O DESENHO



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
240

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

SANTA MARIA, 18 DE NOVEMBRO- QUINTA-FEIRA

ESCOLA: _____
PROFESSOR (A): _____
DATA: _____ DE _____ DE _____
ALUNO (A): _____

DE OLHO NAS PROFISSÕES!



O MEU TIO ME ENSINOU A MANUSEAR O BARRO PARA QUE EU PUDESSE CONSTRUIR UMA LINDA GALINHA PARA EU BRINCAR.

1) VOCÊ SE LEMBRA DA PROFISSÃO DO TIO DA BRUNA? OBSERVE A IMAGEM E ESCREVA.



_____

2) VAMOS DESCOBRIR AS PROFISSÕES ABAIXO E ESCREVER OS SEUS NOMES NO CADERNO?



- PRESTE MUITA ATENÇÃO NO SOM DAS PALAVRAS!

3) QUAL A PROFISSÃO DE SEU PAI?

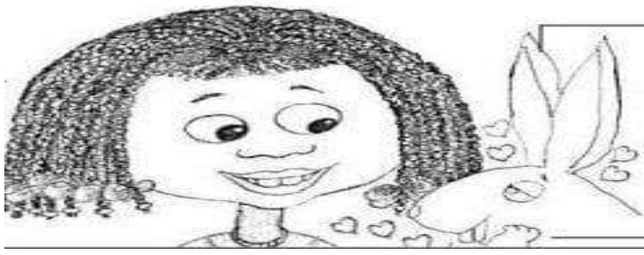
_____

ATIVIDADES PARA QUARTA-FEIRA DIA 24 /11/2021 - 3º ano

1. **COMPLETE O TEXTO ABAIXO COM AS PALAVRAS QUE FALTAM:**

MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

ERA UMA VEZ UMA _____ LINDA, _____.
OS OLHOS PARECIAM DUAS AZEITONAS _____ BRILHANTES.
OS _____ ENROLADINHOS E BEM _____.
A PELE ERA _____ E LUSTROSA, QUE NEM O PELO DA _____ NEGRA NA CHUVA.
AINDA POR CIMA, A _____ GOSTAVA DE FAZER TRANCINHAS NO CABELO DELA E ENFEITAR COM LAÇOS DE _____ COLORIDAS. ELA FICAVA PARECENDO UMA PRINCESA DAS TERRAS DA _____, OU UMA FADA DO REINO DO LUAR.



MENINA	LINDA
PRETAS	CABELOS
NEGROS	ESCURA
PANTERA	MÃE
FITA	ÁFRICA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

2) PROCURE NO CAÇA PALAVRA AS PALAVRAS ABAIXO QUE SÃO MUSICALIDADES DA CULTURA NEGRA QUE TEM BASTANTE INFLUÊNCIA NA NOSSA CULTURA.

ENCONTRE NO CAÇA-PALAVRAS, AS PALAVRAS DESTACADAS ABAIXO QUE FAZEM PARTE DA CULTURA NEGRO-AFRICANA E QUE TAMBÉM ESTÃO PRESENTES NA CULTURA BRASILEIRA.



ATABAQUE



SAMBA



FEIJOADA



CAPOEIRA

CAÇA PALAVRAS

S	Q	U	E	A	C	M	V	Z	A
A	S	A	M	B	A	O	C	E	T
M	A	T	A	B	P	Q	U	W	A
M	F	K	O	B	O	U	X	A	B
B	C	A	P	O	E	S	A	C	A
A	F	Q	E	I	I	A	S	W	Q
V	C	Q	M	A	R	A	O	T	U
F	E	I	J	O	A	D	A	Ó	E

IMAGENS: MACROVECTOR, FREEP/CFREEPIK.COM

TURMINHA - ATIVIDADES EDUCATIVAS - WWW.TURMINHA.COM.BR

3) COMPLETE AS SÍLABAS E FORME O NOME DAS FIGURAS DA HISTÓRIA:

1- ARRASTE AS SÍLABAS E FORME O NOME DAS FIGURAS DA HISTÓRIA:











CO LHO

E ME

NI NA

CA JA

LA FÉ

BU ÇO

CA BA

TI

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
242

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Atividade 19 de abril (TERÇA - FEIRA) - 2022

1. 19 DE ABRIL DIA DO ÍNDIO - Conversa sobre os índios - como era antes como estão hoje e alimentação indígena.



2)CIRCULAR A SÍLABA COM C DAS COISAS DE ÍNDIO

3) EXPLICAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS CHÁS PELOS INDÍGENAS

4) A LENDA DA MANDIOCA (teste de leitura)

DE ACORDO COM A LENDA, UMA ÍNDIA TUPI DEU A LUZ A UMA INDIAZINHA E A CHAMOU DE MANI. A MENINA ERA LINDA E TINHA A PELE BEM BRANCA. VIVIA FELIZ BRINCANDO PELA TRIBO. TODA TRIBO AMAVA MUITO MANI, POIS ELA SEMPRE TRANSMITIA MUITA FELICIDADE POR ONDE PASSAVA.

UM DIA MANI FICOU DOENTE E TODA TRIBO FICOU PREOCUPADA E TRISTE. O PAJÉ FOI CHAMADO E FEZ VÁRIAS COISAS FORAM FEITAS PARA SALVAR A QUERIDA INDIAZINHA. PORÉM, NADA ADIANTOU E A MENINA MORREU.

OS PAIS DE MANI RESOLVERAM ENTERRAR O CORPO DA MENINA DENTRO DA PRÓPRIA OCA, POIS ESTA ERA A TRADIÇÃO E O COSTUME CULTURAL DO POVO INDÍGENA TUPI. OS PAIS REGARAM O LOCAL, ONDE A MENINA TINHA SIDO ENTERRADA.

DEPOIS DE ALGUNS DIAS DA MORTE DE MANI, NASCEU DENTRO DA OCA UMA PLANTA CUJA RAIZ ERA MARROM POR FORA E BEM BRANQUINHA POR DENTRO, DA COR DE MANI.

OS ÍNDIOS PASSARAM A USAR A RAIZ DA NOVA PLANTA PARA FAZER FARINHA. ELA GANHOU O NOME DE MANDIOCA, OU SEJA, UMA JUNÇÃO DE MANI (NOME DA INDIAZINHA) E OCA (HABITAÇÃO INDÍGENA).

(ADAPTAÇÃO- BLOG PIONEIRO)

DEPOIS DESSA LINDA HISTÓRIA, RESPONDA APENAS A ALTERNATIVA CORRETA

A) QUEM ERA MANI?

( ) UMA LINDA FLOR BRANQUINHA.

( ) UMA LINDA INDIAZINHA BRANQUINHA.

( ) UMA LINDA BONECA BRANQUINHA.

B) MANI ERA UMA INDIAZINHA DIFERENTE. CERTO DIA ELA ADOECEU, NÃO RESISTIU E MORREU. TODA A TRIBO FICOU TRISTE, MAS PARA TODOS SE LEMBRAREM DELA, NASCEU UMA LINDA E SABOROSA RAIZ. QUAL FOI?

( ) BETERRABA ( ) CENOURA ( ) MANDIOCA

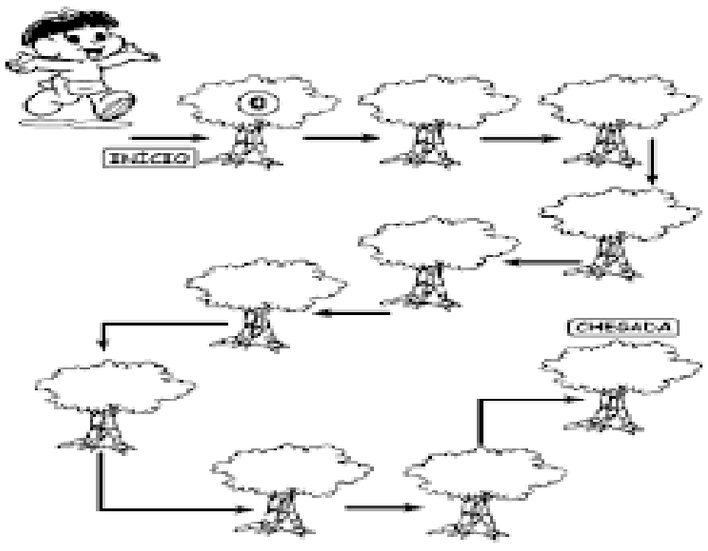
Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2082
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
243
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

MUITOS ALIMENTOS QUE COMEMOS HOJE ERAM CULTIVADOS PELOS ÍNDIOS, COMO VIMOS NA HISTÓRIA ACIMA. ESCREVA OS NOMES DE OUTROS ALIMENTOS QUE APRENDEMOS A GOSTAR POR CAUSA DOS ÍNDIOS.

3) VOCÊ SABIA QUE... NOS DIAS ATUAIS, MUITAS TRIBOS INDÍGENAS COLHEM O CACAU ENCONTRADO NAS MATAS E DEPOIS FAZEM O NOSSO CHOCOLATE EM BARRA? E QUE ELES CHAMAM O CACAU DE "FRUTO DE OURO"?

Atividades 20 de abril (QUARTA-FEIRA)
1)ÍNDIO PAPA- CAPIM VAI PASSEAR PELA FLORESTA. VAMOS NUMERAR AS ÁRVORES, CONTANDO DE 3 EM 3, SEGUINDO O CAMINHO QUE ELE DEVERÁ PASSAR:



ANOS FINAIS

Em nossa escola os temas Indígena e afrodescendente é abordado todos anos, mesmo não estando previsto em nosso PPP, pois e está em processo de reformulação.

No ano de 2021, no ensino remoto, foram abordados o tema gerador que foi a Consciência Negra. O resultado foram dois grandes trabalhos realizados por dois grandes grupos: Linguagens e Humanas.

Quando do presencial anualmente também É abordado pelas inúmeras disciplinas os aspectos sociais e culturais do Indígena em nossa cidade, estado e país.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LOURENÇO DALLA CORTE
Estr. Mun. Angelo Berleze, S/N - Km 03 - São José, Santa Maria - RS, 97095-640
Telefone: (55)32263910/ e-mail: emefdallacorte@gmail.com

ATIVIDADE REMOTA - 9º Ano

QUERIDO ALUNO E QUERIDA ALUNA, PREENCHA O CABEÇALHO COM NOME COMPLETO E ANO. LEIA AS QUESTÕES E RESOLVA O QUE É PROPOSTO COM ATENÇÃO. RESPONDA À CANETA, SEM RASURAS. EM CASO DE DÚVIDA, ENTRE EM CONTATO COM O/A PROFESSOR/A VIA GRUPOS DE WHATSAPP. IMPORTANTE: A RESPOSTA DEVERÁ SER FOTOGRAFADA E ENVIADA NOS GRUPOS DE WHATSAPP.

ALUNO/A: _____ ENTREGA: 17/11 RETORNO: 24/11

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2083
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
244
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

ATIVIDADE REMOTA DE ENSINO RELIGIOSO – PROFª LAIANE SACCOL – 9º ANO



O Movimento Negro Unificado instituiu, em 1978, o dia **20 de novembro como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA**. Essa data não foi escolhida ao acaso, e sim em homenagem a Zumbi, líder máximo do Quilombo dos Palmares e símbolo da resistência negra, assassinado em 20 de novembro de 1695. Para o movimento negro, é praticamente unânime: Zumbi dos Palmares é o maior ícone da resistência negra ao escravismo de sua luta por liberdade. Inclusive, existe um monumento em homenagem a Zumbi na cidade do Rio de Janeiro. Em razão disso, o dia 20 de novembro é marcado, no Brasil, por vários movimentos de homenagens e protestos: atos cívicos, shows, danças e feiras afro culturais.

Infelizmente, sabemos que grande parte da sociedade ainda pratica o racismo mesmo nos dias atuais. Você sabe o que significa isso? Quando uma pessoa acredita que sua raça é melhor do que outras dizemos que essa pessoa é racista. E a esse tipo de crença damos o nome de racismo.

Até o século passado, até mesmo os cientistas acreditavam que havia raças superiores (mais capazes, mais inteligentes) e raças inferiores (que teriam menos capacidades, habilidades e conhecimentos). Os cientistas acreditavam também que haviam raças puras e que essas raças “puras” eram melhores do que as “misturadas” (caso do mulato, por exemplo). Hoje sabemos que nada disso é verdade. Não existem raças “puras” e nem existe uma raça mais capaz do que outra. Mas por causa dessas crenças, muitos povos sofreram (e ainda sofrem), como os judeus, durante a 2ª Guerra Mundial, perseguidos pelos nazistas. Ou como os índios, considerados, até hoje, por muitas pessoas, como incapazes. Ou ainda como os negros, escravizados pelos europeus durante séculos.

O racismo é tão sério e injusto que se tornou uma das maiores preocupações da Organização das Nações Unidas. Essa crença já provocou e continua provocando sérias injustiças e sofrimento. Já na antiguidade, muitos povos, como os gregos e os romanos, consideravam-se melhores que outros povos e os escravizavam como “seres inferiores”. Mas foi no século XV, com a colonização da Ásia, América e África, que o racismo se intensificou. Pois os europeus acreditavam que os habitantes desses continentes (os povos de raça amarela, escura e negra) eram inferiores e precisavam ser “civilizados” pelos brancos “superiores”.

Todos nós, não importa a etnia, a religião ou o grupo que pertencemos, formamos uma única raça, a raça da humanidade! Cada um tem o direito de ser feliz, respeitado e também tem o dever de respeitar os outros. Aprender a conviver com respeito é a base de todo relacionamento humano.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2084
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
245
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

1. Ligue as cenas com os fatos históricos da abolição dos escravos.



Os escravos trabalham na lavoura.

A vinda dos negros africanos para o Brasil nos navios negreiros.



A princesa Isabel assinou a Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888.

Capoeira, samba são danças trazidas pelos negros.





2. Pinte as placas qua as pessoas de cor negra tem direito.



ATIVIDADE REMOTA DE CIÊNCIAS – PROFª ANDRÉ LUÍS DA ROSA SEIXAS – 9º ANO

Tema da aula: **Propriedades da matéria; Tipos de Mistura**

Homogêneas

MONOFÁSICA – Ocorrem livremente na Natureza. **Ex.:** Sol, água, vento, etc.

UNIFORME – São obtidas a partir de outras formas de energia. **Ex.:** eletricidade, gasolina, petróleo.

É UMA SOLUÇÃO – Ex.: Água **+** Açúcar **= Água com Açúcar**

Heterogêneas

É POLIFÁSICA – Renovam-se continuamente na Natureza, sendo, por isso, inesgotáveis. **Ex.** Sol, Vento, Água, Biomassa e Mares.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2085
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
246
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

COMPONENTES DISTINGUÍVEIS - Suas reservas se esgotam, pois o seu processo de formação é muito lento comparado ao ritmo de consumo que o ser humano faz delas. **Ex.:** Gás natural, Petróleo, Carvão Mineral e Urânio.

COMPONENTES NÃO SE MISTURAM. Ex.: Óleo, Água, Areia=3 fases

Exercícios:

1)Indique o grupo que só tem misturas:

2. Aço, cobre, água natural
3. Aço, bronze, madeira
4. Ar, gelo-seco, gasolina
5. Prata, latão, petróleo
6. Leite, sangue, oxigênio

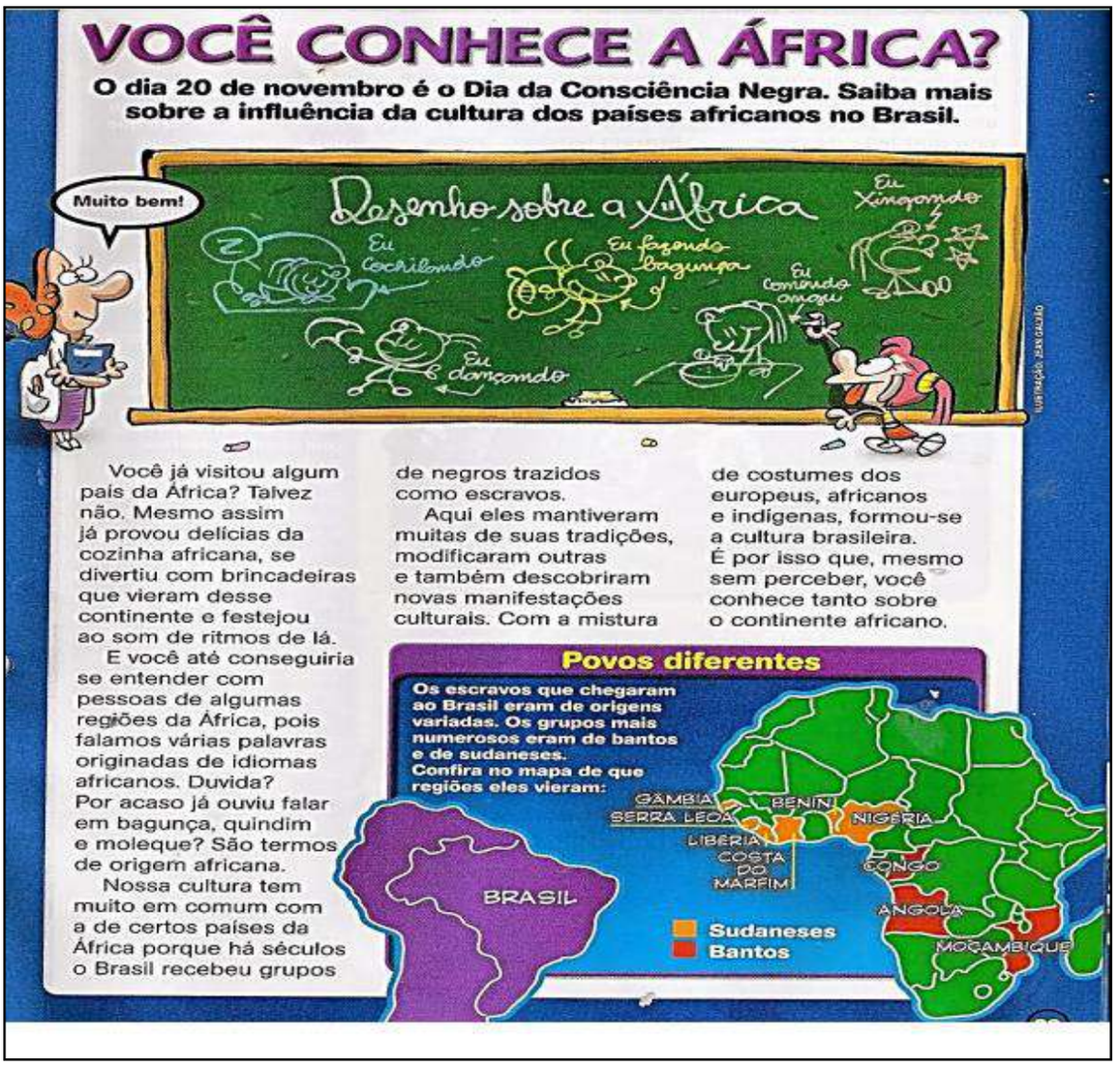
2) Com relação ao número de fases, os sistemas podem ser classificados como homogêneos ou heterogêneos. Todas as alternativas correlacionam adequadamente o sistema e sua classificação, exceto:

A. Água de coco/ heterogêneo
B. Água do mar filtrada/ homogêneo;
C. Laranjada/ heterogêneo
D. Leite/homogêneo

ATIVIDADE REMOTA DE GEOGRAFIA – PROF. JOÃO ZANON – 9º ANO

Heranças da cultura africana e a consciência nacional

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





O dia 20 de novembro, além de ser uma data de exaltação das culturas negras nacionais, é um marco para relembrar também sobre uma problemática muito drástica no contexto social brasileiro: o racismo. Esse preconceito ignora completamente as heranças da cultura africana na formação do que é a nação brasileira hoje.

Veja algumas contribuições culturais de raízes africanas tanto para a história do Brasil, quanto para o hoje em dia.

Contribuições culturais de raízes africanas:

1. Samba

O ritmo hoje já faz parte de comemorações populares, principalmente no Nordeste e Sudeste brasileiro, é uma das marcas da cultura nacional. Por mais que muitos historiadores apontem seu nascimento no Rio de Janeiro, vindo da Bahia, a real origem do samba é uma mistura de batuques africanos com ritmos indígenas. Um gênero musical que traz uma carga simbólica e de resistência popular muito linda!

2. Capoeira

Capoeira nunca foi uma dança, mas sim uma luta. Isso porque era uma forma de resistência física de escravos contra o poder de polícia branco na sociedade escravista. Na transição republicana, a prática marcou sua presença ainda como resistência nos cortiços citadinos.

3. Religiões de matrizes africanas

A Umbanda e o Candomblé e o culto a seus Orixás no Brasil é de uma caracterização tão única que as práticas nacionais são diferentes inclusive das práticas africanas. O sincretismo da

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2087
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
248
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

religião católica com cultos nativos e africanos marcou a criação de novas práticas religiosas. Vestir
branco no ano novo, fazer aquela fezinha com alguns amuletos tornou-se parte da cultura nacional de diversos segmentos populares, principalmente em Pernambuco e no Rio de Janeiro. No entanto, isso também não significa que haja uma democracia religiosa no Brasil, pois as religiões de matrizes africanas são as mais perseguidas e agredidas nacionalmente.

4. Culinária

Quem nunca se deliciou com um couscous ou um arroz amarelo? A culinária brasileira é muito rica graças à vasta criatividade africana. Eles trouxeram para nossas terras temperos muito apreciados. São alguns exemplos: pimentas, leite de coco e azeite de dendê. Além disso, foi com eles que descobrimos o feijão preto e aprendemos a fazer a tão famosa feijoada. Outros pratos deliciosos como acarajé, vatapá, caruru e muitos outros são inspirados na cultura africana.

Atividades:

1- QUAL INSTRUMENTO MUSICAL VEMOS NAS DUAS FESTAS AFRO-BRASILEIRAS

JONGO



MARACATU



☐ TAMBORES ☐ FLAUTA ☐ VIOLA

2- MARQUE OS ESTILOS DE DANÇA DOS AFRO-BRASILEIROS:



CAPOEIRA



BALÉ



AFOXÉ



VALSA



FREVO

3. O que o dia da Consciência Negra representa?

_____

_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

4. Embora a libertação dos escravos tenha sido um avanço para o Brasil no diz respeito aos direitos humanos, nos dias atuais ainda observamos casos de trabalho em regime de escravidão. Na sua opinião, como poderíamos resolver esse problema?

_____

_____

5. Além das contribuições culturais de raízes africanas já citadas no texto, quais outras você considera importantes?

ATIVIDADE REMOTA DE HISTÓRIA – PROFª ALCIMARI S. PEREIRA – 9º ANO

JOGOS E BRINCADEIRAS DE ORIGEM AFRICANA

10 BRINCADEIRAS AFRICANAS
https://www.youtube.com/watch?v=0Hq8o4XxgLs

BRINCADEIRAS AFRICANAS (PARTE I)
https://www.youtube.com/watch?v=iciV8gOke2M

BRINCADEIRAS AFRICANAS (PARTE II)
https://www.youtube.com/watch?v=kNQQBQkGVFQ

JOGOS E BRINCADEIRAS AFRICANAS
https://www.youtube.com/watch?v=_DqA2TDocw4

BRINCADEIRA MATACUZA
https://www.youtube.com/watch?v=fsQzY39ODq8

AMARELINHA AFRICANA
https://www.youtube.com/watch?v=fI3xcXp0pJU
https://www.youtube.com/watch?v=U2doX_1iE2E

JOGOS DE TABULEIROS AFRICANOS
https://www.youtube.com/watch?v=YyOiBiOhg0U

MANCALA
https://www.youtube.com/watch?v=qtBMwZcUf7M&t=7s

SHISIMA
https://www.youtube.com/watch?v=jG70po34YIc

Atividade: pesquisar entre as histórias ou brincadeiras disponibilizadas nesse materiais ou outros de pesquisa livre e apresentar aos seus colegas. Seja criativo!





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2089
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 250
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

ATIVIDADE REMOTA DE MATEMÁTICA – PROF. CLAUDIA – 9º ANO

O Dia da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro. A importância da data está no reconhecimento dos descendentes africanos na constituição e na construção da sociedade brasileira, bem como a necessidade de abordar temas como o preconceito e a diversidade étnico-racial em diferentes esferas da sociedade – inclusive na escola. Que tal trazer esses temas para a aula de matemática? Vamos trabalhar com um Jogo Africano de Tabuleiro – A Matemática Na Cultura Africana - SHISIMA

O jogo Shisima é um jogo que envolve o alinhamento de três peças, jogado pelas crianças da parte ocidental do Quênia. Este jogo se assemelha às estratégias utilizadas em nosso "jogo da velha", mas neste tenta-se impedir que o adversário alinhe suas peças em uma das diagonais do tabuleiro octagonal (oito lados). É um jogo que envolve estratégia, raciocínio e antecipação. Na matemática trabalhamos com a construção do tabuleiro, onde é possível explorar conceitos matemáticos de geometria (raio, diâmetro, círculo, circunferência,…), frações, medidas, ângulos e principalmente o desenvolvimento do raciocínio lógico. Que tal construir o tabuleiro para aprender e se divertir? Acesse o vídeo se possível: https://www.youtube.com/watch?v=8YHXX02NlQw

Nº de jogadores	Materiais utilizados para a construção do jogo	Regras do jogo	Objetivos do jogo
2	1. Tabuleiro 2. Três peças com cores diferentes para cada jogador	1. Coloque as peças no tabuleiro, três de cada lado. 2. Um jogador, de cada vez, mexe uma de suas peças na linha, até o próximo ponto vazio; seguem alternando-se. 3. Não é permitido saltar por cima de outra peça. 4. Cada jogador tenta colocar as suas três peças em linha reta. 5. O primeiro a colocar as três peças em linha reta ganha o jogo. 6. Se repetir o mesmo movimento três vezes, a partida termina empatada e começa um novo jogo. 7. Os jogadores alternam a ordem de quem inicia o jogo	Formar uma linha reta com as três peças de cada jogador. Quem conseguir isso primeiro é o vencedor da partida.

ATIVIDADE DE MATEMÁTICA

PASSO A PASSO PARA VOCÊ CONSTRUIR O SEU JOGO! Depois de pronto traga para a aula para jogar ou poste a foto ou um vídeo para a professora, caso esteja no ensino remoto.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2090
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
251
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Materiais necessários



- 1 pedaço quadrado de papelão do tamanho que preferir
- 1 régua
- 1 caneta piloto
- 6 tampas de garrafa PET (3 de cada cor)



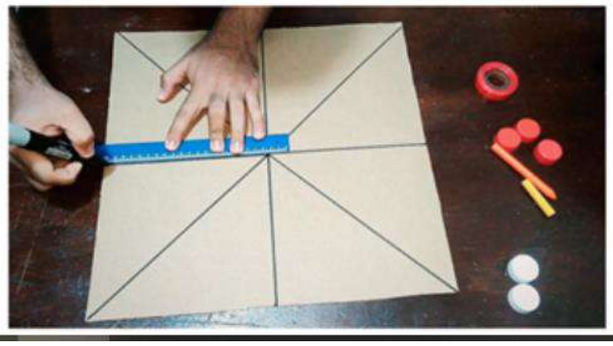
Passo a passo

1 Faça um grande X no quadrado de papelão, de maneira que as duas linhas se cruzem no centro.

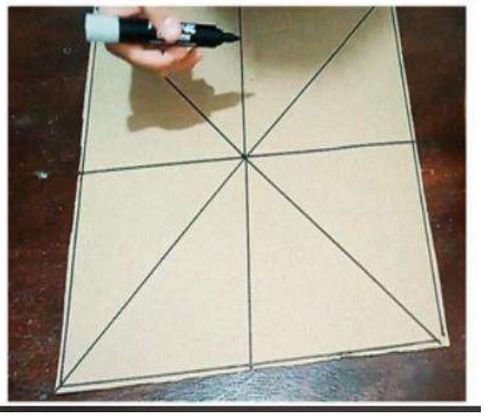


Passo a passo

2 Trace uma cruz, também de maneira que as todas linhas se cruzem no centro.

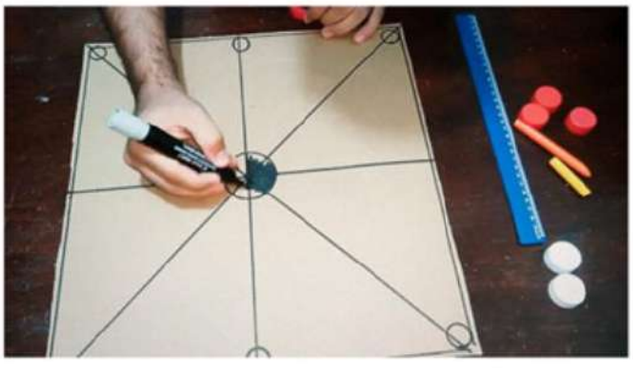


3 Marque um quadrado ao redor do tabuleiro.

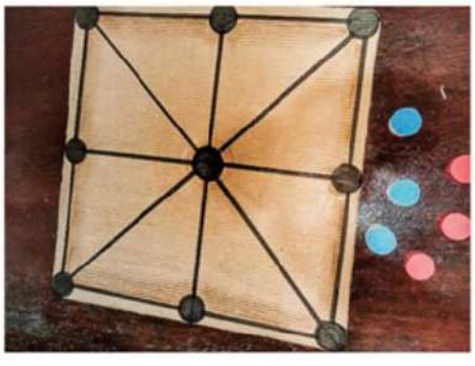


Passo a passo

4 Desenhe e preencha na cor preta nove círculos, um em cada encontro das linhas que você fez riscou.



5 O tabuleiro está pronto!



Fonte:

https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/8PccAuDnPnRVmz9MeZMUbd8J6eMBNc6TshMrk4HadTnHSGV2GjjN55VGhjmY/conexaoeducativa18jun20bcx004-jogos-c2-download.pdf

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2091
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
252
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LOURENÇO DALLA CORTE
Estr. Mun. Angelo Berleze, S/N - Km 03 - São José, Santa Maria - RS, 97095-640
Telefone: (55)32263910/ e-mail: emefdallacorte@gmail.com

ATIVIDADE REMOTA - 7º ANO

QUERIDOS ALUNOS,

PREENCHA O CABEÇALHO COM NOME COMPLETO E ANO. LEIA AS QUESTÕES E RESOLVA O QUE É PROPOSTO COM ATENÇÃO. RESPONDA À CANETA, SEM RASURAS. EM CASO DE DÚVIDA, ENTRE EM CONTATO COM O PROFESSOR (A) VIA GRUPOS DE WHATSAPP OU FACEBOOK.

NOME: _____ ENTREGA: 10/11/2021 RETORNO: 17/11/2021

ATIVIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA
PROFESSORA CÁTIA CARVALHO

NO MÊS DE NOVEMBRO, REFLETIREMOS UM POUCO MAIS SOBRE O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, A CULTURA, OS ESPORTES, E AS FORMAS DE VALORIZARMOS E CADA VEZ MAIS RESPEITAR ESSA ETNIA.

COMO SURGIU O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA?

AS ORIGENS DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA ESTÃO RELACIONADAS AOS ESFORÇOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA EVIDENCIAR AS DESIGUALDADES HISTÓRICAS QUE AFLIGEM AS POPULAÇÕES NEGRA E PARDA NO BRASIL. A DATA É COMEMORADA EM 20 DE NOVEMBRO PARA COINCIDIR COM O ANIVERSÁRIO DA MORTE DE ZUMBI DOS PALMARES (1655-1695), LÍDER DO QUILOMBO DOS PALMARES, NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO.

OS QUILOMBOS ERAM AGRUPAMENTOS POPULACIONAIS FORMADOS POR ESCRAVOS FORAGIDOS DE FAZENDAS COLONIAIS. NESSES LOCAIS, MUITAS VEZES ESCONDIDOS EM MEIO À MATA, OS EX-ESCRAVOS SE ORGANIZAVAM PARA GARANTIR SUA SUBSISTÊNCIA E A REPRODUÇÃO DA CULTURA DE SEUS ANCESTRAIS AFRICANOS. NO ENTANTO, ESSES LUGARES ERAM FREQUENTEMENTE ALVO DA VIOLÊNCIA DOS SENHORES DE ESCRAVOS BRANCOS, QUE PROCURAVAM RETOMAR O CONTROLE DOS SEUS ESCRAVOS FORAGIDOS.

O QUILOMBO DOS PALMARES, LOCALIZADO NO ATUAL ESTADO DE ALAGOAS, É UMA DAS MAIS FAMOSAS COMUNIDADES DE ESCRAVOS FORAGIDOS DA NOSSA HISTÓRIA. SEU ÚLTIMO LÍDER FOI ZUMBI DOS PALMARES, NASCIDO NO QUILOMBO, MAS CAPTURADO POR COLONOS PORTUGUESES QUANDO AINDA ERA CRIANÇA. SEU RETORNO ACONTECEU QUANDO O GOVERNO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NEGOCIAVA COM AS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS SUA SUBMISSÃO À COROA PORTUGUESA. POR NÃO CONCORDAR COM ESSA PROPOSTA, ZUMBI DESAFIOU GANGA ZUMBA, ENTÃO LÍDER DOS NEGROS. GANGA ZUMBA ACABARIA ENVENENADO POR UM ALIADO DE ZUMBI, QUE SE TORNOU ASSIM O GOVERNANTE DA COMUNIDADE. NO FINAL DO SÉCULO 17, O QUILOMBO FOI ALVO DE DIVERSOS ATAQUES DE BANDEIRANTES. ACABOU SUCUMBINDO AO PODER BÉLICO SUPERIOR DAS TROPAS.

NESSE PERÍODO, ZUMBI FOI CAÇADO E MORTO. SUA CABEÇA FOI EXIBIDA EM PRAÇA PÚBLICA PARA DESENCORAJAR OS OUTROS ESCRAVOS.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2092
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
253
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

DESDE A DÉCADA DE 70, A DATA DO FALECIMENTO DE ZUMBI TEM SIDO UTILIZADA PARA RELEMBRAR AS CONDIÇÕES DESUMANAS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA DOS POVOS ESCRAVIZADOS. MAIS RECENTEMENTE, LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS CRIARAM O FERIADO NO DIA 20 DE NOVEMBRO COM O OBJETIVO DE VALORIZAR A CULTURA NEGRA E RECONHECER A CONTRIBUIÇÃO DE EX-ESCRAVOS E SEUS DESCENDENTES PARA A HISTÓRIA.

(MAIKO RAFAEL SPIESS)

➢ AGORA RESPONDA:

1- POR QUE FOI ESCOLHIDA A DATA DO DIA 20 DE NOVEMBRO PARA O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA?

_____

2- O QUE ERAM OS QUILOMBOS?

_____

3- QUEM FOI ZUMBI DOS PALMARES?

_____

4- ONDE SE LOCALIZA O QUILOMBO DOS PALMARES?

_____

5- POR QUE FOI CRIADO O FERIADO DA CONSCIÊNCIA NEGRA?

_____

6- LEIA A CHARGE ABAIXO:



COM SUAS PALAVRAS, EXPLIQUE O QUE VOCÊ ENTENDEU APÓS A LEITURA. FAÇA UMA REFLEXÃO, COMENTE DANDO SUA OPINIÃO.

_____

_____

_____

ATIVIDADE DE ARTES PROFESSORA JAQUELINE BOTH 10/11/2021

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
254

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

A DANÇA.
A MÚSICA.
A CULTURA QUE SE MOVIMENTA EM RITMO ENVOLVENTE.
CORPO E ANCESTRALIDADE AFRODESCENDENTE.
APRECIE A IMAGEM AO LADO, É A ARTE DE ILÚ OBÁ DE MIN.
SÃO PALAVRAS EM IORUBÁ,
DE TERRAS AFRICANAS VIERAM PARA CÁ,
TRADUZIDAS AQUI EM "MÃOS FEMININAS QUE TOCAM TAMBOR PARA XANGÔ".
CULTURA AFRO QUE UM DIA AQUI CHEGOU
E EM BRASILIDADE SE TRANSFORMOU.
ARTE FEITA POR NOSSA GENTE.
VENHA DESCOBRIR ONDE GERMINA ESSA SEMENTE!



Apresentação do bloco afro Ilú Obá De Min: canto e dança se unem para celebrar a afrodescendência. Foto de 2014.

OBSERVE A IMAGEM A SEGUIR.

PAREDE DA MEMÓRIA (1994-2015), DE ROSANA PAULINO. TECIDO, MICROFIBRA, XEROX, LINHA DE ALGODÃO E AQUARELA, 8,0 CM × 8,0 CM × 3,0 CM CADA ELEMENTO



AGORA LEIA O TRECHO DO POEMA A SEGUIR.

SOU NEGRO

A DIONE SILVA

SOU NEGRO
MEUS AVÓS FORAM QUEIMADOS
PELO SOL DA ÁFRICA
MINH'ALMA RECEBEU O BATISMO DOS TAMBORES
ATABAQUES, GONGUÊS E AGOGÔS.
CONTARAM-ME QUE MEUS AVÓS
VIERAM DE LOANDA
COMO MERCADORIA DE BAIXO PREÇO
PLANTARAM CANA PRO SENHOR DO ENGENHO NOVO
E FUNDARAM O PRIMEIRO MARACATU.
[...]
NA MINH'ALMA FICOU
O SAMBA
O BATUQUE
O BAMBOLEIO
E O DESEJO DE LIBERTAÇÃO.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2094
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
255
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

TRINDADE, SOLANO. O POETA DO POVO. ORG. RAQUEL TRINDADE. SÃO PAULO: CANTOS E PRANTOS EDITORA, 1999. P. 48.

Afrodescendentes são os descendentes dos povos africanos. No contexto da cultura e da história brasileira, essa palavra pode fazer referência a traços étnicos, costumes, tradições culturais e religiosas, entre outros aspectos, que foram herdados de povos africanos e que, no curso da nossa história, influenciaram a formação do povo brasileiro.

Da África vieram para o Brasil pessoas pertencentes a muitos povos africanos. O Brasil recebeu culturas de muitas Áfricas, sementes fortes e resistentes, que foram plantadas e continuam a florescer em forma de arte e cultura da nossa gente!

A artista paulistana Rosana Paulino (1967-) cria suas obras para destacar a cultura afrodescendente, as injustiças sociais, a realidade da mulher brasileira e outros assuntos que tocam seus pensamentos e sentimentos. Ela é uma artista contemporânea, que aborda temas muito representativos da arte afrodescendente brasileira.

O bloco afro Ilú Obá De Min, criado em 2004, é composto por mulheres que buscam mais espaço na expressão musical e corporal por meio da dança. A cadência da cultura afrodescendente está presente em movimentos dançados da cultura religiosa e em ritmos, como jongo, maracatu, festejos de boi e danças de roda.

QUESTÕES:

1- ESCREVA SOBRE O QUE VOCÊ SABE SOBRE A CULTURA AFRODESCENDENTE.

_____
_____
_____
_____
_____

2- O QUE O POEMA “SOU NEGRO”, DE SOLANO TRINDADE E A OBRA “PAREDE DA MEMÓRIA”, DE ROSANA PAULINO TEM EM COMUM?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

3- QUAL É O TEMA QUE ROSANA PAULINO ABORDA EM SUA ARTE?

_____
_____
_____
_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ATIVIDADE REMOTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - PROFESSORA BIANCA PERES (10/11)

CAPOEIRA

A CAPOEIRA É UM TIPO DE LUTA QUE TEVE ORIGEM NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XVI. DE GRANDE EXPRESSIVIDADE PARA A CULTURA BRASILEIRA, TEM COMO PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS A DEFESA PESSOAL, ALÉM DE MOVIMENTOS CORPORAIS BEM ÁGEIS. NESSE ESPORTE, OS PRATICANTES EXERCITAM BASTANTE OS PÉS E A CABEÇA.

UM IMPORTANTE ATRIBUTO DA CAPOEIRA PARA AS OUTRAS ARTES MARCIAIS CONSISTE NA SUA MUSICALIDADE. ALÉM DE APRENDER A LUTAR E JOGAR, OS PARTICIPANTES TOCAM INSTRUMENTOS DE ORIGEM AFRO-BRASILEIRA COMO O ATABAQUE, BERIMBAU E O AGOGÔ, ALÉM DE CANTAR AS MÚSICAS TÍPICAS. PARA SER UM CAPOEIRISTA COMPLETO, O PRATICANTE DEVE LUTAR DE ACORDO COM A MUSICALIDADE DA LUTA.

A CAPOEIRA ALÉM DE SER UM EXERCÍCIO QUE DESENVOLVE A COORDENAÇÃO MOTORA, COMO OUTROS ESPORTES, MELHORA O AUMENTO DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, O DESENVOLVIMENTO MUSCULAR, A QUEIMA DE GORDURA, ASSIM COMO A FLEXIBILIDADE E A RESISTÊNCIA FÍSICA.

HISTÓRIA DA CAPOEIRA

A HISTÓRIA DA CAPOEIRA ESTÁ BASTANTE ASSOCIADA À ESCRAVIDÃO DO BRASIL. A ARTE MARCIAL COMEÇOU DO SÉCULO XVI, NO PERÍODO EM QUE O BRASIL ERA COLÔNIA DE PORTUGAL. TRAZIDOS DOS PAÍSES DA ÁFRICA PARA O BRASIL, OS NEGROS VINHAM PARA TRABALHAR NOS ENGENHOS DE CANA-DE-AÇÚCAR, SOBRETUDO NA REGIÃO DO NORDESTE, BEM COMO NAS FAZENDAS DE CAFÉ, ROÇAS OU NAS CASAS DOS SENHORES. A CAPOEIRA INICIOU COMO UMA LUTA PARA EXPRESSAR RESISTÊNCIA DENTRO DAS SENZALAS.

OS ESCRAVOS CRIARAM A CAPOEIRA COMO UMA FORMA DE SE PROTEGER DA VIOLÊNCIA E PUNIÇÃO DOS COLONIZADORES BRASILEIROS. ELES ERAM FREQUENTEMENTE ALVOS DE AGRESSÕES E ATROCIDADES DOS SENHORES DE ENGENHO.

OS AFRICANOS, QUANDO CONSEGUIAM FUGIR DAS FAZENDAS, ERAM PERSEGUIDOS PELOS CAPITÃES-DO-MATO (UM TIPO DE SERVIÇAL FEITORIA, DESIGNADO PELA CAPTURA DE ESCRAVOS FUGITIVOS) QUE TINHAM UMA MANEIRA DE CAÇA MUITO CRUEL.

OS RICOS SENHORES DE ENGENHO IMPEDIAM DE FORMA RIGOROSA QUE OS ESCRAVOS EXECUTASSEM QUALQUER TIPO DE LUTA. POR CONTA DISSO, OS AFRICANOS UTILIZAVAM DO RITMO E DOS MOVIMENTOS DE DANÇAS AFRICANAS DE FORMA QUE SE ADEQUASSE A UM TIPO DE LUTA. DESSA FORMA COMEÇOU A SURGIR A CAPOEIRA, UMA COMBINAÇÃO DE ARTE MARCIAL E LUTA CAMUFLADA DE DANÇA. A MODALIDADE FOI UM IMPORTANTE RECURSO DA RESISTÊNCIA CULTURAL, SOBRETUDO CORPORAL DOS ESCRAVOS BRASILEIROS.

GERALMENTE AS LUTAS ERAM REALIZADAS EM TERREIROS PRÓXIMOS DAS SENZALAS E ERA UMA FORMA DE DISTRAÇÃO DEVIDO AO ESTRESSE GERADO PELO TRABALHO PESADO, BEM COMO A PRÓPRIA MANUTENÇÃO DA CULTURA.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL OCORREU NO ANO DE 1888. VÁRIOS ESCRAVOS QUANDO FORAM SOLTOS NÃO TINHAM COMO SOBREVIVER E ACABARAM NA MARGINALIDADE. EM SALVADOR (BA), POR EXEMPLO, MUITOS ORGANIZARAM GANGUES E PROVOCARAM REBELIÕES.

TALVEZ MUITOS NÃO SAIBAM, MAS ATÉ O ANO DE 1930 A CAPOEIRA ERA IMPEDIDA DE SER REALIZADA NO BRASIL. A PRÁTICA ERA VISTA COMO UMA LUTA VIOLENTA. POR CONTA DISSO, A POLÍCIA ERA ORIENTADA A PRENDER OS PRATICANTES.

TAMBÉM NO ANO DE 1930, MESTRE BIMBA, IMPORTANTE CAPOEIRISTA BRASILEIRO, EXPÔS A LUTA PARA O PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS. VARGAS GOSTOU BASTANTE DA ARTE E RESOLVEU TRANSFORMÁ-LA EM UM PROMISSOR ESPORTE NACIONAL BRASILEIRO.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

HOJE, O MAIS NATURAL É ASSOCIAR A PRÁTICA COMO JOGO DE CAPOEIRA OU RODA DE CAPOEIRA, UMA VEZ QUE OS MOVIMENTOS FUNDAMENTAM-SE EM SIMULAÇÕES DE DEFESA, ATAQUE E ESQUIVA DISPUTADOR ENTRE DOIS PRATICANTES. O INTUITO DA MODALIDADE É EXPRESSAR SUPERIORIDADE EM RELAÇÃO À FORÇA, HABILIDADE E AUTOCONFIANÇA ESPECIALMENTE POR MEIO DO GINGADO DURANTE A PRÁTICA.

ATIVIDADES – COM BASE NO TEXTO QUE VOCÊ LEU, FAÇA AS QUESTÕES ABAIXO:

1) QUAL É O NOME DO PAÍS QUE CRIOU A CAPOEIRA? _____

2) ESCREVA AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA CAPOEIRA: _____

_____

_____

3) QUAIS OS NOMES DOS INSTRUMENTOS DE ORIGEM AFRO-BRASILEIRA QUE OS PARTICIPANTES TOCAM DURANTE A RODA DE CAPOEIRA? _____

_____

_____

4) ESCREVA O QUE A CAPOEIRA DESENVOLVE E MELHORA NOS QUE PRATICAM ESTA LUTA:_____

_____

_____

5) INDIQUE SE AS AFIRMATIVAS SÃO **VERDADEIRAS** COM A LETRA **(V)** OU **FALSAS** COM A LETRA **(F)** SOBRE A CAPOEIRA:

( ) A HISTÓRIA DA CAPOEIRA ESTÁ BASTANTE ASSOCIADA À CORRUPÇÃO DO BRASIL.

( ) OS ESCRAVOS CRIARAM A CAPOEIRA COMO UMA FORMA DE SE PROTEGER DA VIOLÊNCIA E PUNIÇÃO DOS COLONIZADORES BRASILEIROS.

( ) OS AFRICANOS UTILIZAVAM DO RITMO E DOS MOVIMENTOS DE DANÇAS AFRICANAS DE FORMA QUE SE ADEQUASSE A UM TIPO DE LUTA. DESSA FORMA COMEÇOU A SURGIR A CAPOEIRA, UMA COMBINAÇÃO DE ARTE MARCIAL E LUTA CAMUFLADA DE DANÇA.

( ) GERALMENTE AS LUTAS ERAM REALIZADAS NAS PRAÇAS DAS CIDADES E ERA UMA FORMA DE DISTRAÇÃO DEVIDO AO ESTRESSE GERADO PELO TRABALHO PESADO.

6) QUAL É O NOME DO IMPORTANTE MESTRE CAPOEIRISTA BRASILEIRO?

A) MESTRE BERIMBAU.

B) MESTRE BIMBA.

C) MESTRE AGOGÔ.

7) QUAL O NOME DO PRESIDENTE QUE RESOLVEU TRANSFORMAR A CAPOEIRA EM UM PROMISSOR ESPORTE NACIONAL BRASILEIRO?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

A) TANCREDO NEVES.

B) JUSCELINO KUBITSCHEK

C) GETÚLIO VARGAS

8) EM QUE ANO OCORREU A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL?

A) 1888.

B) 1985.

C) 1999.

Página da peça
258

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

7º ANO - LÍNGUA INGLESA - TEACHER KATIA - 10/11

ATIVIDADE 1: RESPONDA:

E. VOCÊ SABE O QUE É UM *'ICEBERG'* (VEJA NA IMAGEM ABAIXO)?
_____
_____
_____

F. A PALAVRA *'ICEBERG'* É FORMADA PELA UNIÃO DE DUAS OUTRAS PALAVRAS, UMA DO INGLÊS E OUTRA DO HOLANDÊS E ALEMÃO. COM BASE NA IMAGEM, QUAL O SIGNIFICADO DA PALAVRA 'ICE'?
ICE: _____
BERG: MONTANHA.

ESTUDOS COMPROVARAM QUE APENAS 10% DE UM ICEBERG PERMANECEM VISÍVEIS NA SUPERFÍCIE, O RESTANTE FICA SUBMERSO.

ATIVIDADE 2: UMA SOCIEDADE MULTICULTURAL É AQUELA QUE, EM UM MESMO TERRITÓRIO, ABRIGA POVOS DE ORIGENS CULTURAIS DISTINTAS ENTRE SI. TODOS OS GRUPOS E POVOS SÃO CULTURALMENTE RICOS E MERECEM NOSSO RESPEITO E VALORIZAÇÃO. PARA TAMANHA RIQUEZA, A IMAGEM REPRESENTANDO CULTURA FOI PROPOSTA. RESPONDA:

6. QUAL É O TÍTULO DA IMAGEM ABAIXO / REPRESENTAÇÃO?
_____
_____
_____

7. DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO EM NEGRITO ACIMA E A IMAGEM, QUAL É A RELAÇÃO ENTRE UM *ICEBERG* E CULTURA?
_____
_____
_____

8. QUAIS CARACTERÍSTICAS CULTURAIS VOCÊ CONSEGUE ENTENDER? ESCREVA AS PALAVRAS, EM PORTUGUÊS, NAS CATEGORIAS CORRETAS.

EASY TO SEE	DIFFICULT TO SEE

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

9. COM BASE NAS ATIVIDADES DE PORTUGUÊS, ARTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E NO SEU CONHECIMENTO, CITE EXEMPLOS SOBRE A CULTURA NEGRA NAS SEGUINTES CATEGORIAS:
FOOD:

_____

____

FESTIVALS AND HOLIDAYS:

_____

DRESS:

_____

___

ARTS:

_____

____

BEAUTY IDEALS (BELEZA):

_____

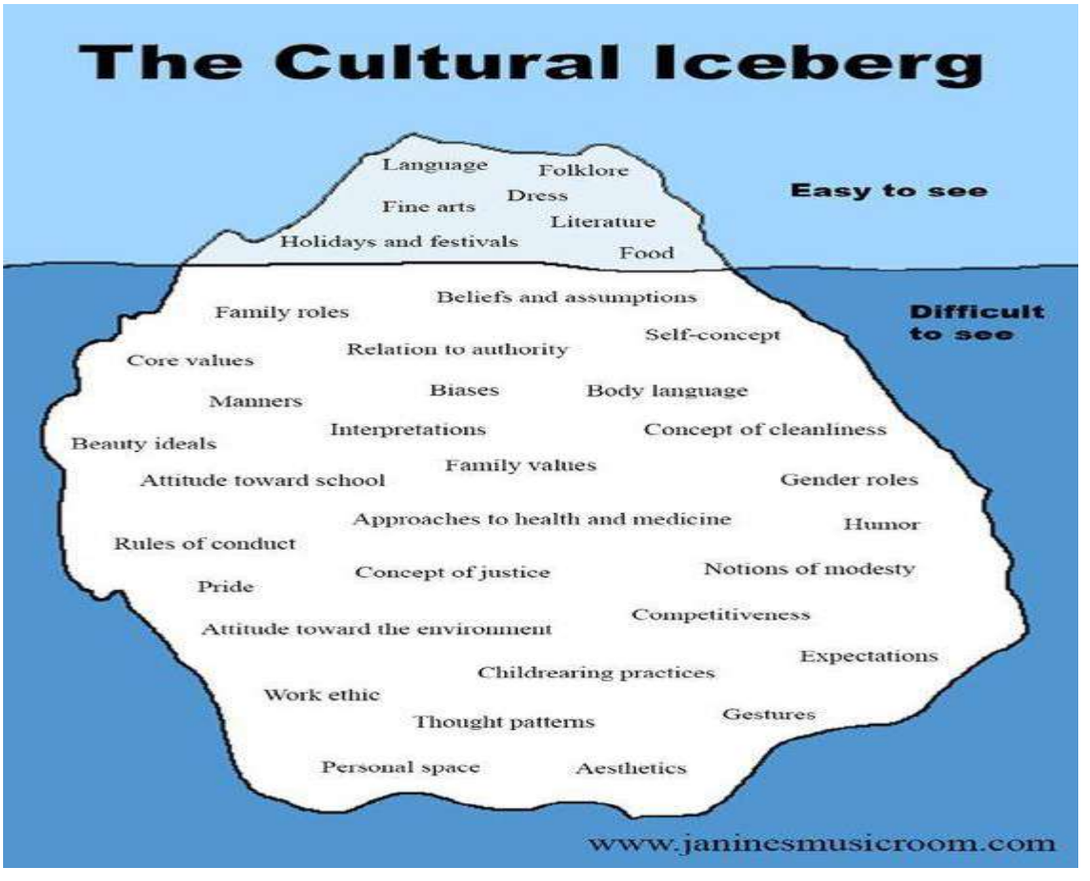
RELATIONSHIP TO AUTHORITIES:

_____

(RELAÇÃO COM AUTORIDADES)

PRIDE (ORGULHO):

_____



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2099
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
260
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF MARIA DE LOURDES BANDEIRA MEDINA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

No ano letivo de 2021 foram desenvolvidas atividades referentes à cultura indígena, africana e afro-brasileira, desde o 1º até o 9º ano.

No 1º ano, foram realizadas atividades de leitura e interpretação de histórias com a temática indígena e africana, diferenças culturais e físicas entre os alunos e suas famílias, contextualização de músicas, danças e culinária afro-brasileira.

No 2º ano, havia duas turmas. Na turma 21, foram realizadas atividades de leitura e interpretação dos textos “Amoras”, “Anansi”, “O cabelo de Lelê”, “A cor de Coraline”, com ênfase na cultura afro-brasileira e africana, observando elementos da linguagem, das artes plásticas e têxteis, contextualizando a história e geografia relacionadas ao tema. Na turma 22, foi realizada a leitura do livro: Menina bonita do laço de fita e a reflexão sobre as diferenças físicas de cada um, pesquisas e vídeos sobre as brincadeiras africanas, as contribuições africanas para o Brasil, dando destaque para a dança e a culinária.

No 3º ano, foram realizadas atividades de leitura e interpretação de textos sobre o Dia da Consciência Negra, o poema e vídeo “As cores de cada um” e a confecção de autorretratos, identificando aspectos físicos parecidos e diferentes em cada aluno.

No 4º ano, foram realizadas atividades de leitura e interpretação de textos referentes a diferenças físicas e culturais, a evolução e diferenciação dos seres humanos nos tempos primitivos, aspectos históricos e culturais dos negros, culinária africana e racismo.

No 5º ano, foram realizadas atividades sobre a abolição da escravatura e aspectos culturais afro-brasileiros.

Nos anos finais, as professoras das disciplinas de Língua Portuguesa e Ensino Religioso realizaram atividades integradas em todas as turmas, através da leitura e interpretação de mitos africanos e indígenas como “A árvore Baobá” e a “lenda do diamante”, a elaboração de uma resenha crítica sobre o documentário “Amarelo”, do rapper Emicida, discussões, rodas de conversa e vídeos sobre o racismo e preconceito linguístico.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2101
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
262
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF MAJOR TANCREDO PENNA DE MORAES

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

A turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais, trabalharam com as obras “Menina Bonita do Laço de Fita, de Ana Maria Machado”, “Junior, da Maria Rita”, “Amoras, do Emicida”, “Meu crespo é de Rainha, da Bell Hooks. Os Anos Finais deram ênfase as obras “Pequeno Manual Antirracista, da Djamila Ribeiro”, “O Perigo de uma História Única e Para Educar feministas, da Chimamanda Ngozi Adichie”, “Racismo Estrutural, do Silvio Almeida”. A partir da leitura e problematização das obras, cada turma, dentro do seu nível, elaborou suas reflexões, desenvolvendo atividades pedagógicas relacionadas ao tema e as obras propostas. Segue alguns registros:









Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.









Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2105
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
266
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF MARTINHO LUTERO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2106
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
267
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARTINHO LUTERO

NOME: _____ **- TURMAS:** **6º, 7º, 8º e 9º Anos**

TRABALHO INTERDISCIPLINAR: *Dia do Índio* **PROFESSOR:** Alejandro Gimeno

ATIVIDADE REFERENTE A SEMANA: 19 a 23 de Abril de 2021 **DATA DE ENTREGA:** 26 de Abril

Povos Indígenas em Santa Maria



Os indígenas que residem atualmente em Santa Maria, das etnias Guarani e Kaingang, sobrevivem da venda do artesanato que produzem com seus familiares. Mas nem sempre as vendas de cestas, e outros objetos próprios da sua cultura, dão conta das despesas para se manter e por isso necessitam da ajuda do poder público.

A vinda frequente de famílias indígenas para Santa Maria, motivou a construção da *Casa do Índio*, um local idealizado para receber essas famílias que ali se estabeleciam entre idas e vindas de outros lugares. Construída no ano 2000, num terreno pertencente à Basílica da Medianeira, a Casa durou até o ano de 2005, quando foi desativada. Dessa forma, os índios, tanto Kaingangs quanto Guaranis, não tinham mais um local adequado para se estabelecer, voltando a acampamentos de lona em locais sem quaisquer condições.

Índios Kaingang construindo suas casas

Provenientes da Terra Indígena da Guarita, no noroeste do Estado, os Kaingang da aldeia Três Soitas (**KÊTŸJUG TÊGTŨ** na língua kaingang) vinham comercializar seu artesanato, antes apenas em datas comemorativas como Páscoa e Natal, e depois de maneira permanente. A **aldeia Kaingang Três Soitas** de Santa Maria, que ocupava um terreno próximo da estação rodoviária, hoje está instalada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Indígena, denominada *escola Kaigang Ope Augusto da Silva*, no distrito de Arroio Grande. Ainda mantêm relações comerciais com os habitantes da TI Guarita, até porque seus pais e avós ainda residem naquele espaço.

Guaranis Mbyá

Desde 2012, os indígenas Guarani receberam a posse da **Aldeia Guarani Mbyá – Tekoá Guaviraty Porã**, localizada em uma área de 77 hectares, junta ao Parque Industrial e Tecnológico (antigo Distrito Industrial) de Santa Maria, e que pertence ao Estado do Rio Grande do Sul. Antes, os índios passaram mais de 20 anos vivendo na margem da rodovia federal BR 392, em barracos de lona, até que por decisão judicial foram instalados na atual aldeia indígena.

Alijados de suas terras, sem espaço físico mínimo para viverem de acordo com seus costumes e tradições, não tinham à disposição água encanada, energia elétrica e alimentação adequada. Enfrentavam diuturnamente doenças, fome e desnutrição, e sobreviviam em situação de miséria absoluta. Desde o surgimento da COVID-19, que ocasionou a pandemia mundial, os indígenas guarani e kaingang recebem auxílios da prefeitura municipal de Santa Maria, com a concessão de alimentos e roupas, e o atendimento de profissionais da saúde. Na oportunidade, a comunidade Quilombola de Palmas, no distrito de mesmo nome, também recebeu auxílio da prefeitura.

O maior desafio dos indígenas, povos originários do nosso país, é a sobrevivência em espaços que ficam cada vez menores, seja pelo crescimento de sua população nas Terras Indígenas, seja pela redução do seus espaços de sobrevivência devido ao desmatamento, arrendamento para plantio de soja, etc. Isso faz com que além de terem menor espaço, diminui consideravelmente a quantidade de animais que podiam caçar e se alimentar, e de árvores que forneciam alimentos, como a Araucária, que fornece o pinhão, culturalmente ligado aos povos indígenas.

Responda:

1 – Quais povos indígenas habitam em Santa Maria?
2 – Segundo o texto, de onde vieram estes povos?
3 – Quais são as condições de vida e moradia deles?
4 – Mesmo tendo recebido terras para viver, quais são as maiores dificuldades para os indígenas hoje?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2107
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
268
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF PADRE NÓBREGA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

SEM2 AT15 - SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Adineia Araujo da Silva • 16 de nov. de 2021

100 pontos | Data de entrega: 22 de nov. de 2021

Bom dia meus queridos,

Nesta semana trabalharemos o tema relacionado a Semana da Consciência Negra e na próxima Ancestralidade e Materialidades.
Sugiro que nesta semana já iniciem a pensar e projetar um trabalho que faremos com pintura e colagens. Guardem sementes, tinta guache e elementos diversos para trabalharmos na próxima semana.

Amanhã combinamos e eu explico melhor.
Abraços!

8º e 9º ANO - SEMANA DA ...
Documentos Google

Comentários da turma

REPRESENTATIVIDADE
NEGRA NAS ARTES

Semana da Consciência Negra



Paulo Nazareth



Jean-Michel Basquiat

A **Consciência Negra** é uma expressão que designa a percepção histórica e cultural que os negros têm de si mesmos. Também representa a luta dos negros contra a discriminação racial e a desigualdade social.

O **Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, é comemorado** em todo território nacional. Esta data foi escolhida por ter sido o dia da morte do líder negro Zumbi, que lutou contra a escravidão no nordeste.

A data relembra a importância de refletir sobre a posição dos negros na sociedade. Afinal, as gerações de afro-brasileiros que sucederam a época de escravidão sofreram (e ainda sofrem) diversos níveis de preconceito.

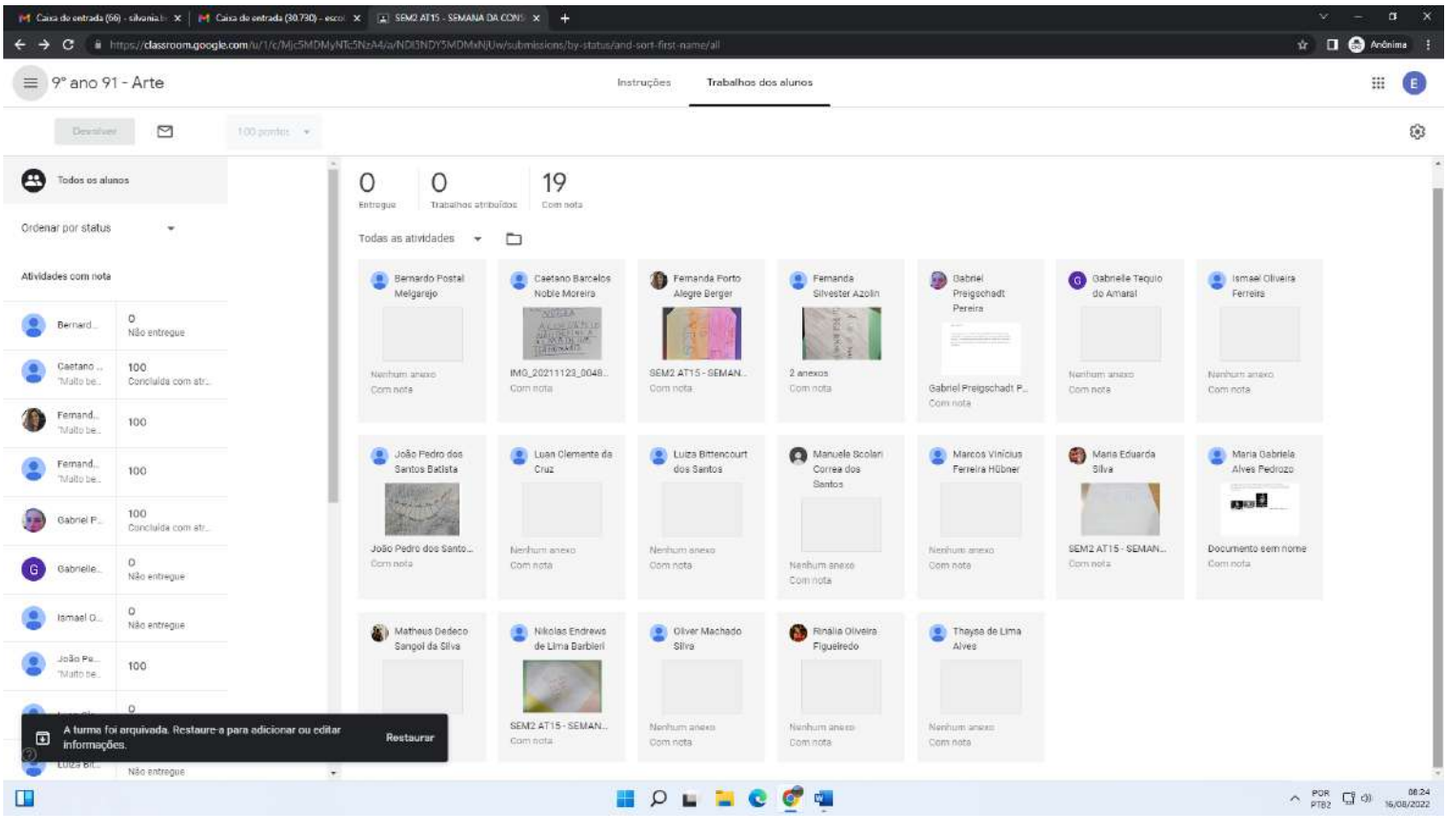
Cerca de 54% da população brasileira é negra e mesmo assim não há representatividade em vários setores do mercado de trabalho. Movimentos buscam minimizar esse cenário e trazem para a discussão o papel do negro nas artes. Há poucos negros em lugares de destaque na televisão, cinema, teatro e quase sempre são estereotipados em papéis como marginais, escravos e trabalhadores domésticos. A discussão de que todas as vidas importam e que vidas negras importam tem crescido bastante e a arte também é um espaço para gerar reflexão.

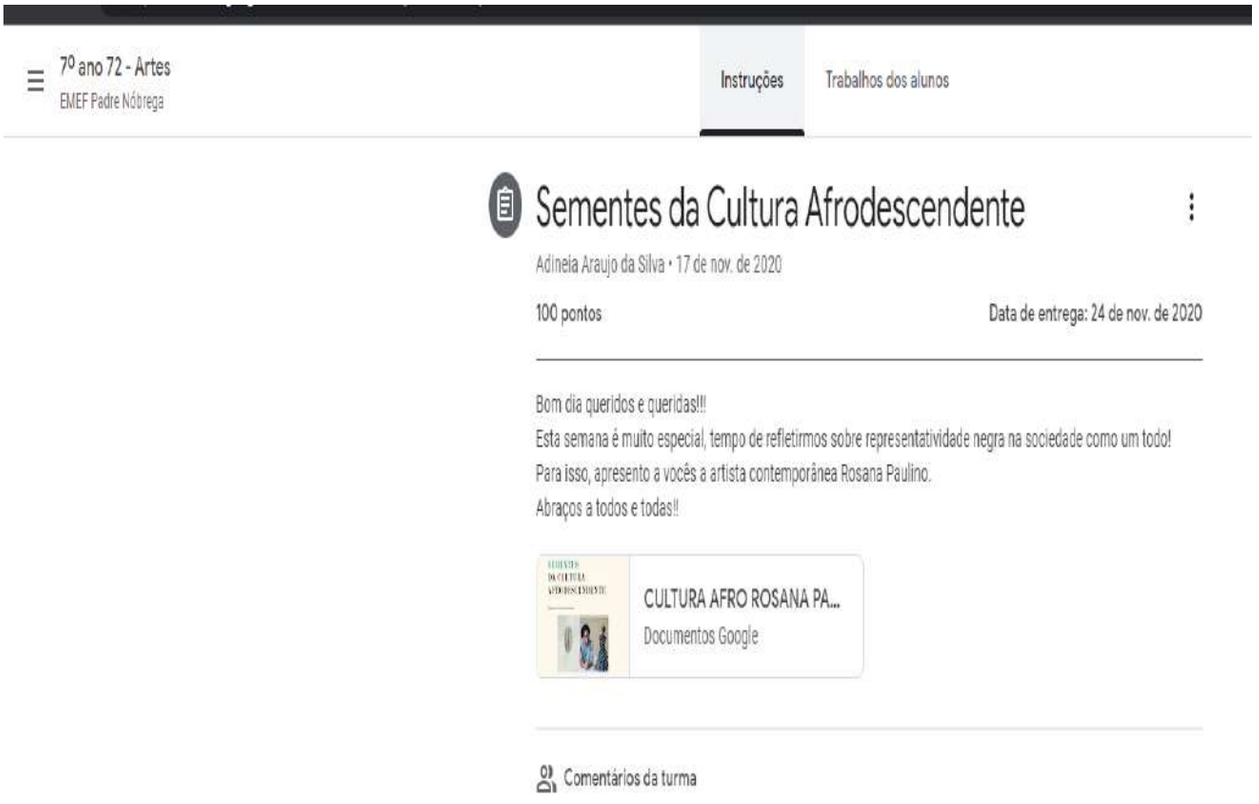
ATIVIDADE

Nesta semana, proponho que façam uma pesquisa na internet sobre ARTISTAS PLÁSTICOS NEGROS. Depois que pesquisar, crie um cartaz com uma frase inspiradora sobre um destes temas: **negritude, representatividade, preconceito ou autoconfiança.**

Página 2108
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 269
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



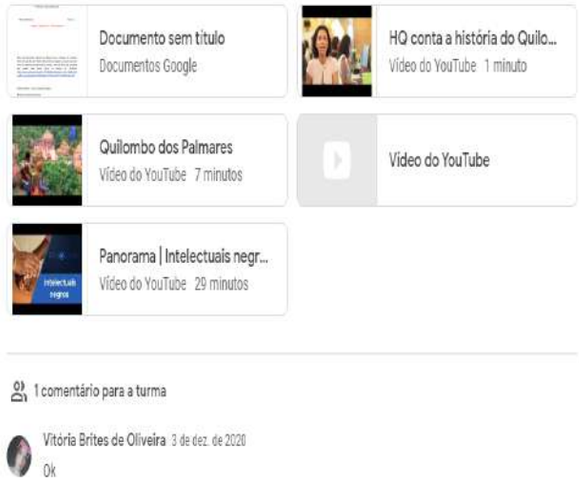


Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

31ª SEMANA - Dia da Consciência Negra - 6º ano (20 de novembro)

Lélia Coelho Lopes • 17 de nov. de 2020

100 pontos | Data de entrega: 30 de nov. de 2020 23:59



1 comentário para a turma

Vitória Brites de Oliveira 3 de dez. de 2020
Ok

Nome do Aluno (a): **Turma: 6...**

História - Semana de 16 a 20 de novembro

Obs: este documento costuma ser editável para a realização da atividade. Você tem que clicar em "Abrir o documento do Google" que poderá escrever nele. Para maiores esclarecimentos, assista o vídeo de envio das atividades que passei para vocês desde os tempos de Facebook: https://www.youtube.com/watch?v=CF5M5dWsuDk&feature=emb_title&fbclid=IwAR21LunjnqGgzlmMK8JHd8PA48qoNiTJYELBnqpF3YITvsW3PDL2iyId-GE

20 de novembro – Dia da Consciência Negra

Assista os vídeos explicativos:

HQ conta a história do Quilombo dos Palmares

https://www.youtube.com/watch?v=i7Cr22EpuXc&feature=emb_title

Quilombo dos Palmares

https://www.youtube.com/watch?v=zHFfLuUD8Dw&t=9s

Mini-Documentário - Zumbi Dos Palmares

https://www.youtube.com/watch?v=-MLI-nPk_gE

Página 2110
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 271
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

35ª SEMANA: A situação dos negros brasileiros no pós abolição e as lutas dos africanos contra o imperialismo

Lélia Coelho Lopes • 15 de dez. de 2020 Editado às 15 de dez. de 2020

100 pontos

Data de entrega: 23 de dez. de 2020 11:45



Documento sem título
Documentos Google



Imperialismo na África e na ...
Vídeo do YouTube 5 minutos



Rebelião Ashanti Professora ...
Vídeo do YouTube 11 minutos



A rainha guerreira africana q...
Vídeo do YouTube 2 minutos



PÓS-ABOLIÇÃO PARA O EN...
Vídeo do YouTube 27 minutos

Comentários da turma

23ª SEMANA - América Indígena (Pré-Colombiana e Pré- Cabraliana)

Lélia Coelho Lopes • 22 de set. de 2020 Editado às 13 de out. de 2020

100 pontos



Documento sem título
Documentos Google

Comentários da turma

Página 2111
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 272
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

7º ano 71 - História
EMEF Padre Nóbrega

Instruções | Trabalhos dos alunos

30ª SEMANA - A população afro-brasileira e indígena representada pela arte

Lélia Coelho Lopes • 10 de nov. de 2020

100 pontos

Data de entrega: 19 de nov. de 2020 23:59



Documento sem título
Documentos Google



Debret e a escravidão no Br...
Vídeo do YouTube 16 minutos

Comentários da turma

7° ano 71 - Educação Física

Instruções | Trabalhos dos alunos

ATLETAS NEGROS E O ESPORTE

Rejane dos Santos da Silva Milani • 16 de nov. de 2021

100 pontos

Data de entrega: 19 de nov. de 2021

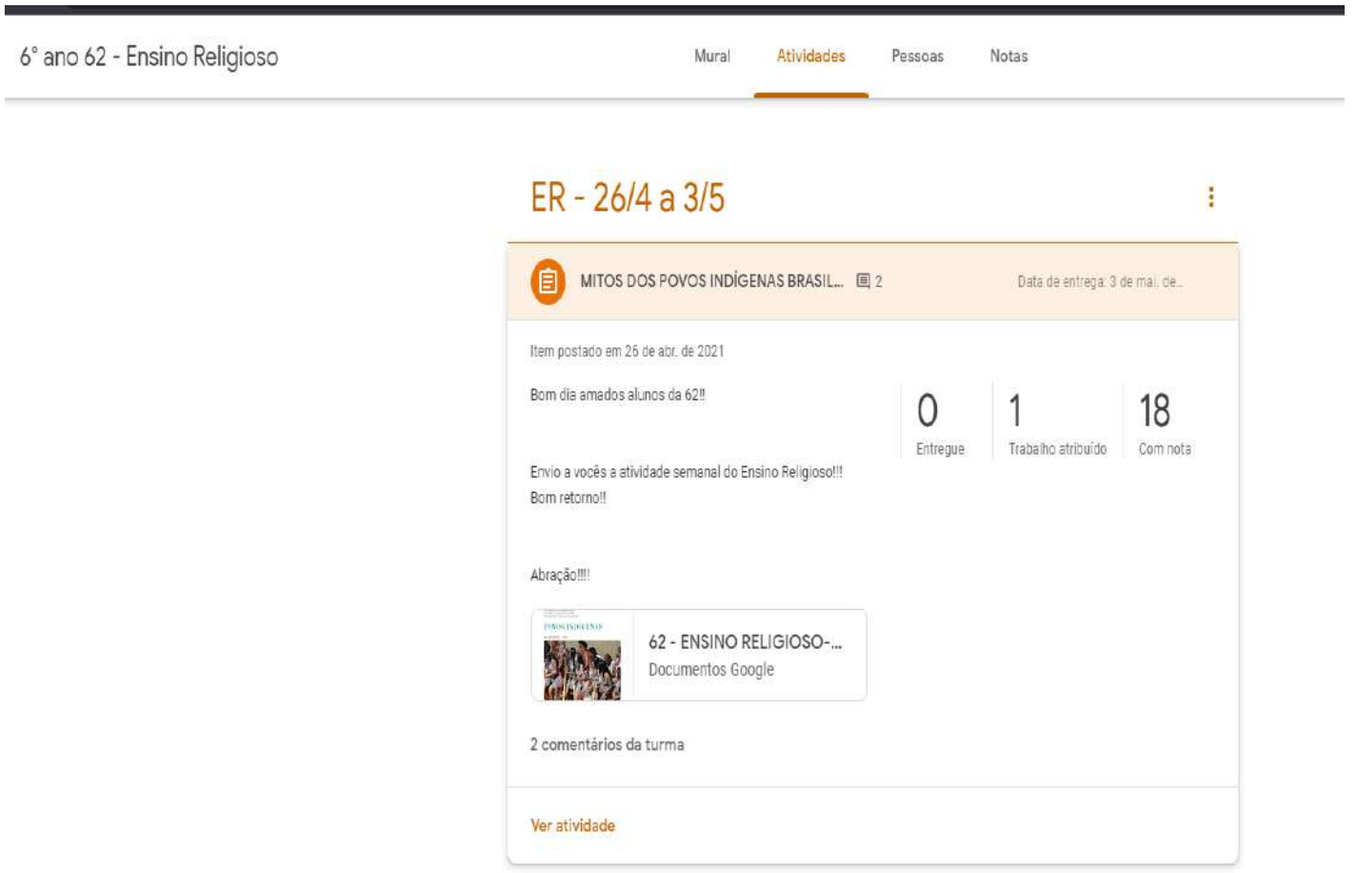
ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR EDUCAÇÃO-FÍSICA E ENSINO RELIGIOSO



Atividade 16 novembro
Documentos Google

Comentários da turma

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2114
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
275
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF PEDRO KUNZ

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2115
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
276
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICIPIO DA EDUCAÇÃO
EMEF PEDRO KUNZ

ATIVIDADES QUE TIVERAM ABORDAGEM DA TEMÁTICA DA CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E DOS POVOS INDÍGENAS NO ANO DE 2021

Produção de cocares e caracterização indígena





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
277

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

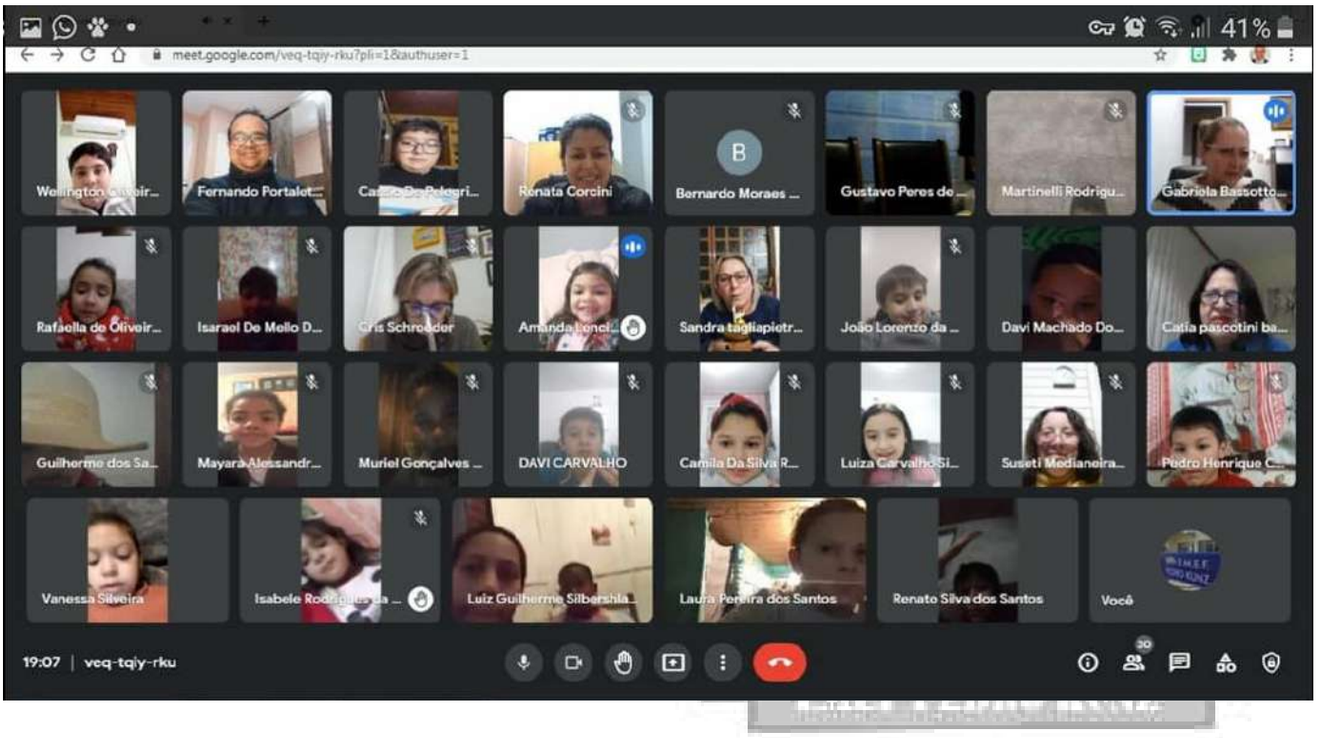
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICIPIO DA EDUCAÇÃO
EMEF PEDRO KUNZ

Oficina de ervas medicinais indígena





Web hora do conto: Menina bonita do laço de fita (diálogos sobre a cultura afro)



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
278

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICIPIO DA EDUCAÇÃO
EMEF PEDRO KUNZ

Produção de máscaras africanas



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2118
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
279
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2119
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
280
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

E. M. DE ENSINO FUNDAMENTAL "N Srª DO PERPÉTUO SOCORRO"

Ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas nas escolas Municipais de Santa Maria/RS

De que forma foi realizada esta abordagem com os estudantes da sua escola em 2021 (descrição de projetos ou conteúdos abordados)?:

TURMA 22 PROFESSORA CAROLINE CANDELONI

Trabalhei no ano de 2021 a Cultura africana e afrodescendente através da culinária, moda, religião e brincadeiras originárias desses povos. Realizamos a confecção da boneca Abaymi.

TURMA 32 PROFESSORA CARLA SALAU

Relatório do que foi trabalhado no ano passado sobre diversidade cultural. Trabalhamos por meio de vídeos explicativos o respeito as diversidades raciais cultura, comidas típicas, origem de cada povo os indígenas e os povos afros brasileiros, a importância da contribuição de cada povo para o desenvolvimento do nosso país. Hora do conto: livro " Tudo bem ser diferente". Após os alunos fizeram a ilustração da história. Autor do livro Todd Parr.

TURMA 41 PROFESSORA MARTHA NAJAR

1. Trabalho em sala de aula sobre as capulanas.

As capulanas são tecidos estampados de história, comuns em Moçambique. São usados no dia-a-dia, em cerimônias como funerais, casamentos, religiosas. Normalmente são presentes recebidos em datas especiais como quando uma mulher casa, ou quando nasce um bebê. Primeiro fiz um trabalho de pesquisa com os alunos sobre o tema e depois sugeri que a turma confeccionasse uma capulana como forma de criar um trabalho da turma que contasse a história da turma naquele ano. Cada aluno recebeu um pedaço de pano branco, tintas de tecido e pincel para em casa fazer a sua parte da capulana. Depois de pronta essa parte, mandei na costureira que juntou as partes com fitas coloridas.

TURMAS ANOS FINAIS: 7°, 8° E 9° ANOS - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, EDUCAÇÃO FÍSICA E HISTÓRIA
PROFESSORAS MARIA CATARINA, MIRIAM CORONEL E PROFESSOR JIVAGO FURLAN

Através de blocos pedagógicos, nos links abaixo o tema foi trabalhado:

HISTÓRIA

https://drive.google.com/file/d/1qSIJYHTJeoiM12ycbT_BzLk0CO3YSVMV/view?usp=sharing

EDUCAÇÃO FÍSICA

https://drive.google.com/file/d/19LB1ad3J8N_31tBy0c2pFmkYlXWpUx_m/view?usp=sharing

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

https://docs.google.com/document/d/1-4YkosLx8QN6q4P5UCODLPHau0GdWxIi/edit?usp=sharing&ouid=107971774826651644403&rtpof=true&sd=true

Cultura indígena 6 e 7 ano . Leitura e reflexão do texto A arte e os jogos mundiais indígenas. Apreciação de imagens de fotos dos jogos indígenas. Perceber a presença da arte e identificar a diferença dos materiais usados nos jogos mundiais indígenas e nos jogos das Olimpíadas atual.

6 ano - Arte Afro descendente - Apreciação e leitura de imagem da obra de Rosana Paulino - parede da Memória. Livro 6 ano

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
282

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE:

- Que tipo de texto é este?
- Para que ele serve?
- De que é esta receita?

LEMBRETE: DOBRO 2X

20/05 Quinta-feira

Atividade: Fazer a leitura dos textos e exercícios, em seguida copiá-los no caderno de história e geografia realizando as atividades propostas.

Os princípios do respeito aos outros

Muitos aspectos da cultura dos negros escravizados sofreram discriminação no passado (e ainda hoje o sofrem). Um exemplo é a capoeira, mistura de luta esportiva e dança desenvolvida pelos africanos escravizados.

Acredita-se que ela seja praticada no Brasil desde o século XVIII como forma de defesa e "divertimento". Porém, até a década de 1930 não era permitido que as pessoas jogassem capoeira livremente. A prática da capoeira era proibida e considerada um crime por ser um dos principais exemplos de resistência à escravidão dentro da cultura afro-brasileira. Mesmo após a "libertação", seus praticantes ainda sofriam com a discriminação racial e com o preconceito de classe, pois os seus praticantes eram, em geral, pobres.

Em nossos dias, a capoeira, se tornou muito popular, mas o preconceito contra a cultura afro-brasileira ainda persiste.



Figura 01 - Os negros lutando na aquarela de Augustus Earle capoëra - Danse de la guerre, (1835)

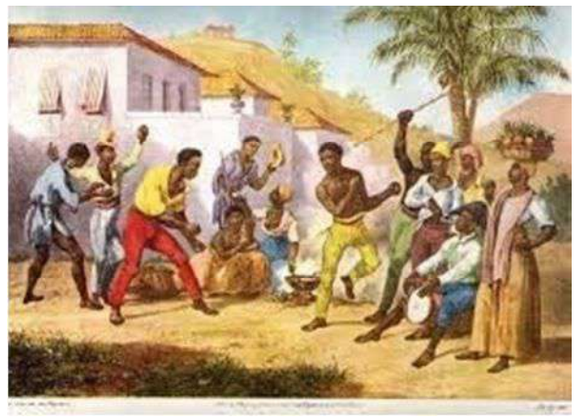


Figura 03 - Óleo sobre tela de Johann Moritz Rugendas intitulada Jogar



Figura 02 - Gravura de Johann Moritz Rugendas intitulada San-Salvador.



Figura 04 – Negros Volteadores (Debret – 1824)

1) **Observe as figuras e descreva o que mais chamou sua atenção em todas elas, ou em apenas uma em específico.**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 283

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

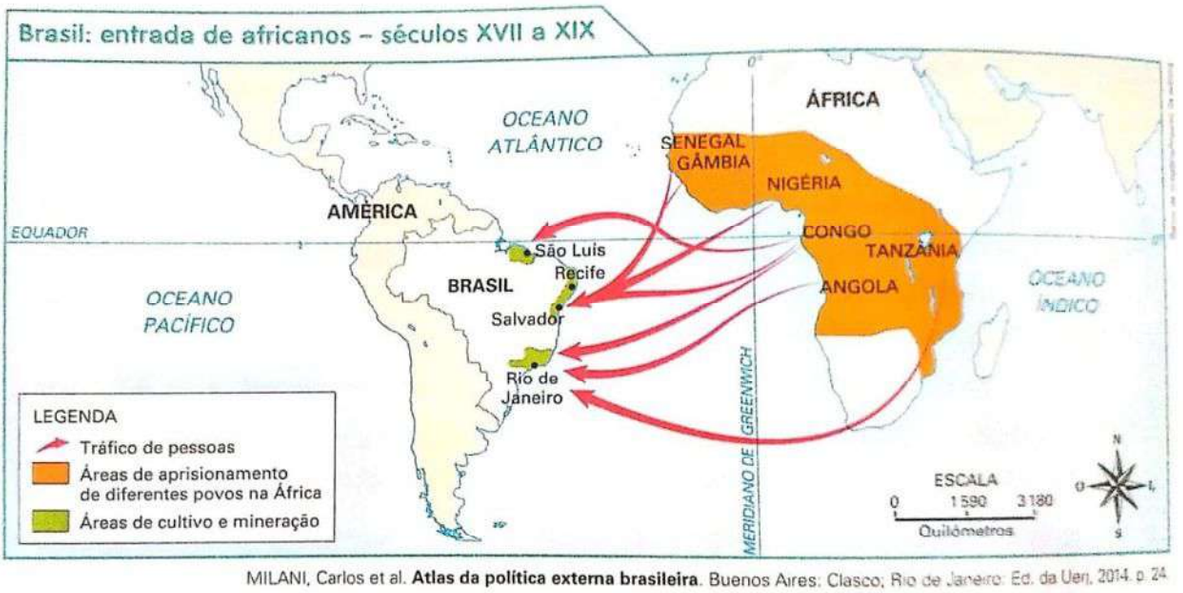
2) **"A capoeira é uma forma de manifestação da cultura africana que se manteve e se afirmou no cenário cultural brasileiro (apesar de não ter sido aceita, durante séculos, pela elite branca dominante no país), tornando-se patrimônio cultural imaterial". Explique o que quer dizer esta frase quando afirma que a capoeira se tornou um patrimônio imaterial.**

3) **Compare a prática da capoeira no período da escravidão no Brasil com a dos dias de hoje, pesquise se for necessário.**

Quem eram os africanos

Os africanos foram escravizados e trazidos à força para o Brasil a partir do século XVI, para realizarem trabalho escravo em diferentes atividades econômicas. Durante mais de três séculos, cerca de 4 milhões de africanos, entre homens, mulheres e crianças, aportaram no Brasil.

Os povos africanos contribuíram enormemente para a riqueza da cultura brasileira. A cultura africana está presente na nossa língua, comida, religião, música e arte. Veja no mapa abaixo quais foram as áreas de aprisionamento dos diferentes povos, na África, e quais foram os principais portos de chegada dessas pessoas, no Brasil.



MILANI, Carlos et al. **Atlas da política externa brasileira**. Buenos Aires: Clasco; Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2014. p. 24.

1) Quais são as principais regiões da África de onde vieram os africanos que aqui chegaram?
2) Cite duas cidades brasileiras que receberam africanos escravizados.

Saiba mais

Quilombos eram comunidades formadas por negros escravizados que resistiam à escravidão e fugiam em busca de liberdade. Localizados em lugares distantes e de difícil acesso, os quilombos costumavam ser bem fortificados para resistir aos ataques de invasores.

O maior quilombo que existiu foi Palmares. Organizado em onze aldeias fortificadas, durou cerca de cem anos (de 1590 a 1694) e chegou a abrigar mais de 20 mil pessoas. Atualmente, há comunidades quilombolas espalhadas por todo o Brasil, formadas por descendentes de negros escravizados.

O dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, é uma data importante para a comunidade negra no Brasil. Esse é o dia em que Zumbi, chefe do Quilombo dos Palmares, morreu lutando pela liberdade.

3) **O Dia da Consciência Negra é uma forma de lembrar a resistência dos negros à escravidão e sua luta**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Página da peça 284

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

	pela liberdade e direitos iguais. Por que é importante existir uma data como essa? Explique. **Nas comunidades quilombolas são tradicionais as festas que misturam influências negras, indígenas e portuguesas** 4) **O que são Comunidades Quilombolas?**
21/05 Sexta-feira	**Atividade:** Realizar as atividades no caderno de matemática. **Fazendo compras** Observe os preços dos produtos e responda as perguntas:  1. Simone comprou uma televisão a prazo. Quanto ela pagou? --- 2. Rosana comprou um liquidificador e uma torradeira em 3 pagamentos. Quanto pagará por mês? Qual é o preço do liquidificador? E da torradeira? --- 3. Luiz comprou um DVD a prazo. Quanto pagará por ele? --- 4. Paulo comprou uma batedeira e um liquidificador. Quanto ele pagou por mês de prestação? E qual o valor da sua compra? --- 5. Calcule o custo final de cada produto. --- 6. Ana comprou 02 televisões e 02 DVDs. Quanto ela pagou?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2124
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
285
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF PINHEIRO MACHADO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
286

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

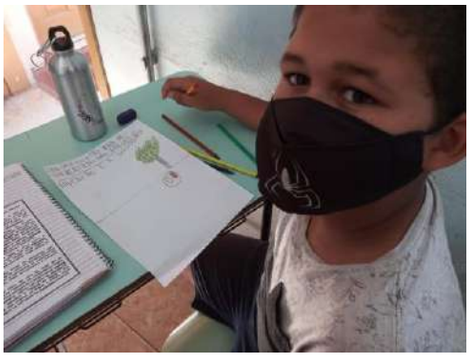
ACESSO
P02265BF

EMEF
PINHEIRO MACHADO

Nas turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais, as professoras realizam projetos sobre a educação antirracista, e também atividades no dia a dia, com as temáticas das relações étnico-raciais.
Uma das turmas realizou uma Roda de conversa sobre a Consciência negra. Uma das atividades foi: Ideias para combater o racismo, outra foi uma dinâmica segregação de cores, realizada pela professora da turma, junto a uma mãe, da comunidade escolar.













Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, através de projetos interdisciplinares, as áreas de Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino Religioso do 8º, 9º ano e da EJA Diurna da EMEF Pinheiro Machado desenvolveram, ao longo de 2021, projetos e atividades com a abordagem da temática da educação para as relações étnico-raciais, fomentando a importância da construção de uma sociedade antirracista. Para tanto, a metodologia utilizada, foram de uso das tecnologias como ferramentas fundamentais no ensino híbrido, as quais perpassaram pelo uso de plataformas digitais como o Google Classroom, Google Meet, gamificação com o “Kahoot” e “Quizziz”, datashow com o uso de mídias, Google Forms, notícias e charges em trilhas de aprendizagens interdisciplinares. Durante as aulas presenciais, a abordagem manteve-se com foco na explicação histórica das desigualdades sociais, bem como a importância dos povos originários e dos africanos na construção da sociedade brasileira, bem como da influência dessas culturas no país.

Abaixo, algumas imagens do que foi trabalhado nas trilhas de aprendizagens com os Anos Finais e EJA Diurna na EMEF Pinheiro Machado nas áreas de Ciências Humanas (História e Geografia) e Ensino Religioso.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
289

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Seção 10 de 16

A ATUAL SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS NO RS

Antes da colonização, viviam no estado do Rio Grande do Sul 23 povos indígenas totalizando centenas de milhares de indivíduos. No século XVII, aqui viviam pelo menos 40 povos indígenas diferentes. Atualmente existem três povos indígenas, os Kaingang, Guarani e Charrua, que somam mais de 33 mil pessoas, sendo a maioria Kaingang (30 mil), guarani, duas mil e 500, e uma comunidade Charrua, que vive no bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre que nem aparece nos mapas.

Observe as seguintes imagens que retratam a atual situação dos indígenas no RS:



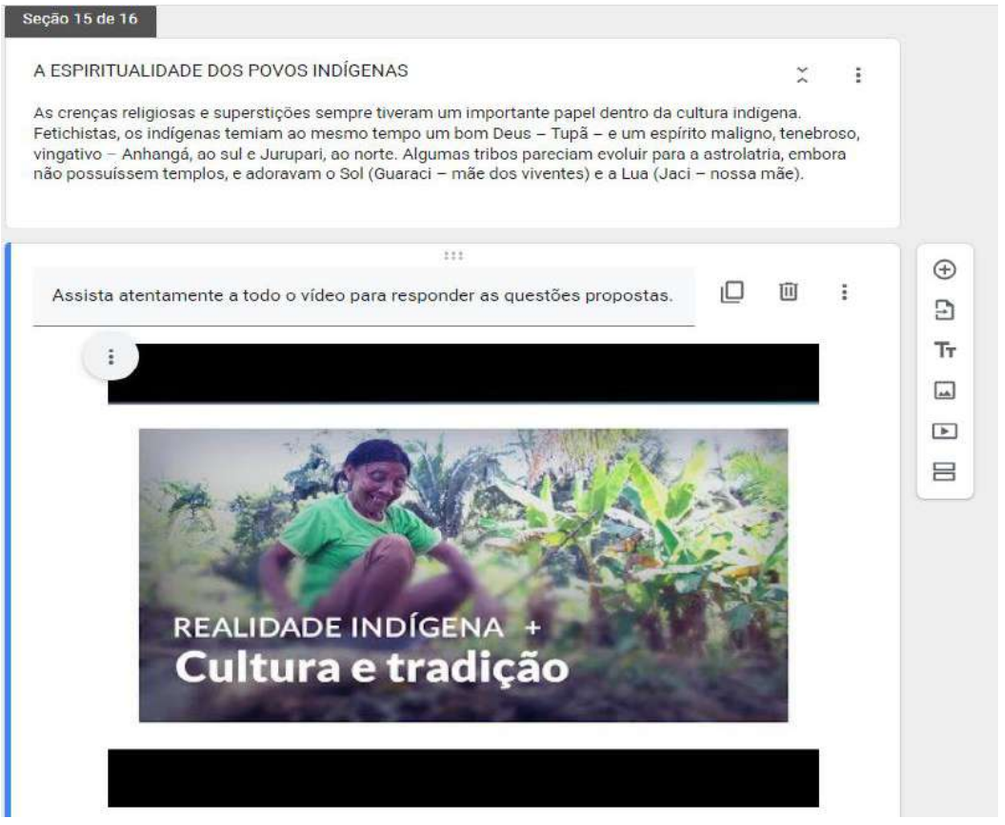
Observe a seguinte frase escrita no cartaz carregado pelo Indígena Kaingang em manifestação:



De acordo com o que estudamos até aqui, a demarcação de terras para os indígenas é importante porque: *

- ( ) Elas são fundamentais para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, com a manutenção de s...
- ( ) Elas são de suma importância para os empresários do agronegócio que respeitam muito os povos indíg...
- ( ) É uma forma de retribuir ao indígena que permitiu que os colonizadores pudessem produzir no Brasil.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

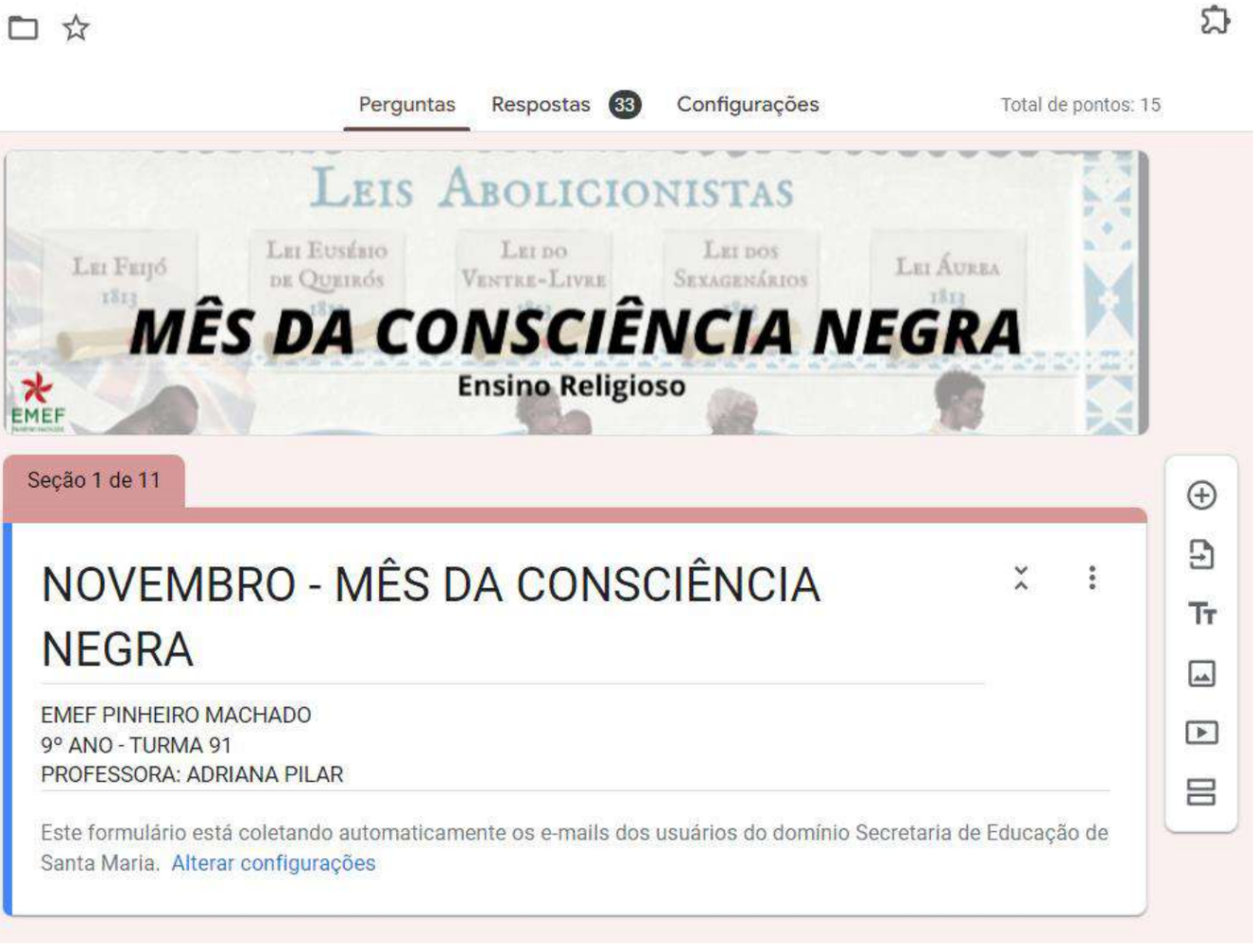


No mês de novembro, a proposta de trabalho interdisciplinar organizou-se com a temática “Consciência Negra”, na qual foram trabalhados temas sobre a escravidão no Brasil Colônia e Brasil Império e as heranças escravocratas destes períodos, além da luta de Zumbi dos Palmares e a importância dos movimentos e da representatividade dos negros no Brasil na atualidade, bem como trabalhou-se com a caracterização e aspectos gerais do continente africano, principlamente com relação a sua cultura que tem influências significativas no teritório brasileiro. Nas aulas a abordagem sobre o racismo no Brasil e as políticas públicas em reparação a esta dívida histórica do Brasil foram abordadas, além da introdução de gamificação com o Kahoot para fixação das discussões sobre a temática.

Trecho de atividade gamificada com o uso da plataforma Kahoot

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

BRASIL

A violência policial contra negros como política de Estado no Brasil

Entre janeiro e julho de 2019, só a polícia do Rio matou 1.075 pessoas, 80% delas negras. Total é o dobro das vítimas em todo os EUA no mesmo período. No início da República, estudo previa zero negros no Brasil até 2012.



Protestos antirracismo foram realizados no Rio e em várias cidades brasileiras neste domingo

Qual a principal causa da marginalização dos negros no Brasil?

- As boas condições de vida deles no Brasil colonial.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
293

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

SLIDES UTILIZADOS NA AULA INTERDISCIPLINAR PRESENCIAL SOBRE A CONSCIÊNCIA NEGRA

EMEF

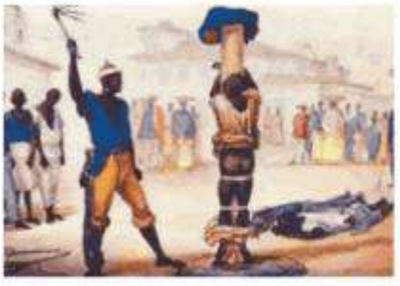
CONSCIÊNCIA NEGRA



EXISTE RACISMO NO BRASIL?



Século XVI





LEI DO VENTRE LIVRE (LEI RIO BRANCO), 1871



- Filhos de mulheres escravas eram livres.
- Permanência com a mãe até os oito anos de idade.
- Opção do senhor: receber indenização do Estado ou o liberto deveria trabalhar para o proprietário até os 21 anos de idade.



LEI DO SEXAGENÁRIO

Todo escravo com mais de 60 anos ganhava a liberdade. Ficou conhecida como a lei da gargalhada nacional, pois raros eram os escravos que atingiam tal idade. Isso lembra alguma medida recentemente aprovada?

No Brasil os séculos passam e a piada é a mesma.

Aposentadoria da gargalhada nacional.

Escravos de ontem... trabalhadores de hoje

Do facebook do Miro Bi

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Na imagem o garoto faz um protesto contra o quê?

Contra a política de Cotas nas universidades públicas do Brasil.

ATIVIDADES DE ENSINO RELIGIOSO

1. O QUE O GAROTO QUIS DIZER COM A FRASE EM SUA PLACA DE PROTESTO?

2. DE ACORDO COM A SUA CONDIÇÃO, ARGUMENTE SOBRE O QUE FAZ AQUELE GAROTO PENSAR DAQUELA FORMA:

NOME:

ATENÇÃO! SALVAR SOMENTE ESTE SLIDE EM PNG OU JPEG E ENVIÁ-LO COMO DEVOLUTIVA.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2134
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
295
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF REJANE GARCIA GERVINI

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
296

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Pré-escola cultura afro

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Anos Iniciais – Cultura indígena

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2137

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
298

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF SANTA FLORA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2138
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
299
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

Algumas das atividades desenvolvidas na EMEF Santa Flora no ano de 2021 com a abordagem das temáticas da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas

EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Durante a abordagem de conteúdos de história e geografia: primeiros habitantes, cultura e legado dos povos.

Trabalhos relacionados ao Dia da consciência negra: leitura, literatura, artes, produção e interpretação textual.

Respeito à diversidade.

ANOS FINAIS

Na sequência, seguem algumas atividades interdisciplinares trabalhadas com os anos finais abordando as temáticas da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas.

ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR 1

Arte Indígena Brasileira

A arte indígena está presente na essência do povo brasileiro, sendo um dos pilares para a cultura do país. Cultura que é resultado da mistura de vários grupos, dentre eles os povos indígenas - os primeiros habitantes do território nacional. Atualmente, existem cerca de 300 etnias indígenas no Brasil, cada uma com comportamentos e costumes diferentes. Entretanto, existem várias características comuns encontradas em diversas tribos. Desta forma, cerâmica, máscaras, pintura corporal, cestaria e plumagem resultam em uma arte tradicional compartilhada: a arte indígena. Vale lembrar que a utilização de partes de animais no artesanato é exclusiva dos povos das florestas, mas sua comercialização é proibida. Além disso, é preocupante constatar que as expressões artísticas dos povos indígenas vêm sendo destruídas rapidamente, assim como sua própria população.

Máscaras Indígenas



Máscara indígena que faz parte do acervo do Museu de Arte Indígena (MAI), inaugurado em 2016 em São Paulo. As máscaras indígenas apresentam um simbolismo sobrenatural. Elas são feitas de cascas de árvores ou outros materiais como palha e cabaças e podem ser enfeitadas com plumagem. Normalmente, são utilizadas em ritos cerimoniais. Um exemplo é a tribo dos Karajá, que usa máscaras na dança do Aruanã para representar heróis que conservam a ordem mundial. Diz a lenda que as máscaras indígenas geralmente representam entidades que conflitavam com os índios no passado. Deste modo, as festas e danças são feitas para alegrar e acalmar essas entidades. Há máscaras grandes, feitas com palhas compridas, que chegam a cobrir o corpo todo. A máscara de cerâmica é exclusiva dos índios da etnia Mati.

Retirado de: https://www.todamateria.com.br/arte-indigena-brasileira/

1. **ARTE**

1) Pensando no que você tem em casa, sementes, folhas, casca de madeira, papel, tintas, fios...Crie uma máscara e envie junto as atividades. Em último caso, faço o desenho de uma máscara:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
300

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

2. INGLÊS

1) Encontre as palavras em inglês que estão escondidas. Depois, procure no Google as imagens e o significado de cada uma delas. Escreva ao lado de cada uma o que ela significa. Você vai digitar cada palavra no Google e vai clicar em "imagens", então vão aparecer fotos relacionadas à palavra. Lembre-se de levar em conta o contexto! Esta atividade é **sobre os índios**.

INDIGENOUS WORDSEARCH - CAÇA-PALAVRAS SOBRE ÍNDIOS

As palavras deste caça palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

T H N P I W I E T L E F I S H I N G
R C A N B M U R A S E C U H L A E R
O E A E O A G V R L H H I E O E N T
E E Y E W E O O H E H U N T I N G D
E E E G T I L E A O I T D V R T L U
T N A Z R N E D T O N I I C H L A E
R T O G Z N D R B T N L G D C G H T
F O E A R R O W D D L P E E E D I I
T R I B E R R E Y A T S N G A A O R
H S I S Y M N I G I R R O E B V B L
S A S D R C R E W A R R U P T R Y O
E S V E A N B A R I H R S T T N A H

ARROW
BOW
FISHING
HEADDRESS
HUNTING
HUT
INDIGENOUS
TRIBE
VILLAGE

3. CIÊNCIAS

Uma das características mais marcantes da tribo *Tururi* é o colorido farto fornecido por tintas de origem vegetal. São cores mais recorrentes: o **azul** obtido das folhas do bure (*Calothea loeseneti*), o **amarelo** do rizoma do açafrão, o **roxo** do fruto da pacova, os **verdes** das folhas da pupunheira e o **vermelho ou laranja** das sementes de urucum. Novas cores podem ser formadas misturando o pigmento da pacova com ferro ou frutas cítricas, o primeiro para escurecer a cor, e a segunda para torná-las ainda mais claras.

Texto retirado da dissertação de mestrado: Corantes naturais da cultura indígena no ensino de Química. Autora: Vânia Costa Ferreira Vanuchi.

Responda:

1) De que forma a tribo *Tururi* consegue obter as variadas cores (azul, amarelo, roxo, verde etc)?

_____
_____
_____

2) Como poderiam ser formadas novas cores?

_____
_____
_____

3) As cores mencionadas no texto são variadas! Caso a tribo não tivesse acesso a todas elas, seria possível obter outras cores? De que forma?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

_____
_____
_____

4. PORTUGUÊS

Lendas indígenas

As lendas indígenas são histórias fantásticas cheias de mistério sobrenatural, ligadas à feitiçaria e à magia.

Nas nações indígenas essas histórias são muito importantes, possuem o poder de doutrinar os índios jovens e arredios. Algumas dessas histórias foram criadas a partir de fatos verídicos, acontecidos nas regiões onde viveram seus heróis antepassados, que se sobressaíram dentre os membros de sua tribo, pelo poder, beleza, bondade, caridade, ou outros feitos, e tornaram-se encantados.

Outras referem-se à flora e fauna da região, pois segundo suas crenças, tanto as plantas como os animais, os rios, os igarapés, os lagos, as cachoeiras e o mar, possuem os seus protetores que exigem respeito e inspiram temor. Dentre as lendas mais conhecidas estão: Boitatá.

O Boitatá



Representada por uma cobra de fogo que protege as matas e os animais e tem a capacidade de perseguir e matar aqueles que desrespeitam a natureza. Foi o único sobrevivente de um grande dilúvio que cobriu a terra.

Para escapar ele entrou num buraco e lá ficou no escuro, assim, seus olhos cresceram. Acredita-se que este mito é de origem indígena e que seja um dos primeiros do folclore brasileiro. Foram encontrados relatos do boitatá em cartas do padre jesuíta José de Anchieta, em 1560. Na região Nordeste, o boitatá é conhecido como "fogo que corre".

1 – Qual o animal que representa o boitatá?

_____

2 – Onde foi encontrado os primeiros relatos do boitatá?

_____

3 – Como é conhecido o boitatá na região Nordeste?

_____

4 – Quem ele protege?

_____

5 – Qual a origem deste mito?

_____

6- Cite o nome de outras lendas indígenas que você conhece?

_____
_____

5. HISTÓRIA

1) Os primeiros habitantes do território nacional foram os:
( ) Portugueses ( ) indígenas

2) Máscara indígena que faz parte do acervo do Museu de Arte Indígena (MAI), inaugurado em _____em São Paulo.

3) As máscaras indígenas apresentam um simbolismo _____.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

6. GEOGRAFIA

1) Atualmente, existem cerca de _____ etnias indígenas no Brasil, cada uma com comportamentos e costumes diferentes.
( ) 200 ( ) 300

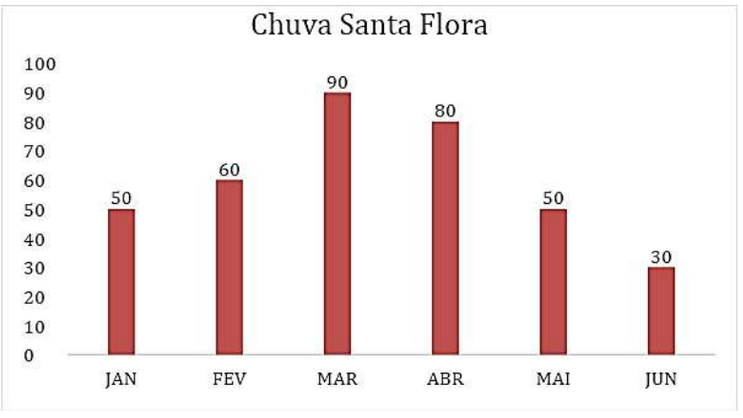
2) Vale lembrar que a utilização de partes de animais no artesanato é exclusiva dos povos das florestas, mas sua comercialização é proibida.
( ) Certo ( ) Errado

7. MATEMÁTICA

1. O gráfico abaixo mostra a quantidade de chuva no Distrito de Santa Flora nos meses de janeiro a junho.

Observando o gráfico, podemos afirmar que:

a) Janeiro foi o mês com maior quantidade de chuva.
b) Em fevereiro choveu mais do que em abril.
c) A diferença entre a quantidade de chuva dos meses de março e junho foi de 50 ml
d) O mês de março foi o mês que mais choveu.



8. EDUCAÇÃO FÍSICA

Os **Jogos dos Povos Indígenas** é um evento multiesportivo, criado em 1996 através de uma iniciativa indígena brasileira, do Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena, com o apoio do Ministério do Esporte do Brasil. Sendo um dos maiores encontros esportivos culturais de indígenas da América.





1) Assinale quais são os esportes tradicionais indígenas:

a) Arremesso de lança
b) Arco e flecha
c) Cabo de força
d) Canoagem
e) Corrida
f) Corrida de Fundo
g) Corrida com Tora
h) Natação
g) Futebol feminino e masculino
h) Esgrima

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

9. ENSINO RELIGIOSO

1) Cada nação indígena possuía **crenças e rituais religiosos** diferenciados. Porém, todas as tribos acreditavam nas **forças da natureza e nos espíritos dos antepassados**. Para estes deuses e espíritos, faziam rituais, cerimônias e festas. O **pajé** era o responsável por transmitir estes conhecimentos aos habitantes da tribo. Assinale quais são os principais deuses da mitologia indígena brasileira:

( ) Tupã
( ) Jaci
( ) Guaraci
( )Ceuci
( ) Anhangá
( ) Sumé
( )Akuanduba
( )Yorixiriamori
( )YebáBëló
( )Wanadi

ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR 2

Brasil pré-cabralino: o Brasil antes dos portugueses

Antes da chegada de Cabral, o Brasil era habitado por povos de diversificada cultura, que os portugueses achavam ser todos iguais.

Antes da chegada dos portugueses em terras brasileiras, a região há era habitada por milhões de nativos. Ainda assim, os colonizadores conceberam a errônea ideia de uma uniformidade cultural.

Mas na verdade, as culturas no Brasil pré-cabralino eram complexas, visto que apresentavam significativas características e tradições próprias. O grande número de línguas e dialetos era uma prova da diversidade de cada grupo étnico.

Uma grande variedade nativa

Dentre todos os povos indígenas que habitaram o Brasil de norte a sul, podemos destacar os grupos Pataxó, Nambikwara, Macro-jê e Aruaque. Os índios Pataxós e Nambikwaras eram coletores no litoral de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Contudo, os tupis formaram o maior grupo indígena da época anterior ao descobrimento, sendo que suas tribos iam desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul. A contribuição específica desse grupo foi importante para a formação da cultura brasileira, principalmente na influência sobre nosso idioma.

No total do território brasileiro, a família linguística tupi-guarani foi a que se encontrava em maior número. Os tupis desenvolveram aldeias compostas por uma população variando entre 500 e 800 habitantes. Além disso, plantavam batata-doce, milho, pacova, abacaxi, mandioca, entre outras culturas.

Os tupis desenvolveram aldeias compostas por uma população variando entre 500 e 800 habitantes. Além disso, plantavam batata-doce, milho, pacova, abacaxi, mandioca, entre outras culturas.

1. HISTÓRIA

1) Antes da chegada dos portugueses já existia milhões de nativos no Brasil. Cite três povos indígenas que já existiam no Brasil.

1. _____
2. _____
3. _____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo 01216-0200/21-4

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

2) No total do território brasileiro, a família _____ foi a que se encontrava em maior número.

2. GEOGRAFIA

Pobreza no Brasil (continuação)

A Organização das Nações Unidas (ONU) emprega parâmetros semelhantes aos do Banco Mundial, como o valor da linha de pobreza, para a definição dessa condição. Entretanto, faz um adendo de que não somente a renda per capita diária e o acesso a serviços básicos são determinantes da pobreza, mas também a fome, a malnutrição, a discriminação e exclusão social. Dizendo de outro modo, a forma como o indivíduo está inserido na sociedade é condicionante da pobreza.

Ainda, pode-se definir a pobreza como sendo absoluta ou relativa. A pobreza absoluta é definida pela escassez de recursos e calculada a partir de parâmetros objetivos, como a linha de pobreza. A pobreza relativa, em contrapartida, está relacionada ao comparativo entre indivíduos, famílias ou grupos (o que inclui países), diretamente atrelada à forma como se dá a distribuição de renda na sociedade.

Causas da pobreza

A pobreza pode ter diversas causas, a depender do grupo social ou do país analisado, sendo elas de origem estrutural ou conjuntural. Em se tratando do Brasil, a causa primária da pobreza é estrutural e se amplia por meio da má distribuição de renda.

A história do Brasil é marcada pelo processo colonial, cuja sociedade era composta por classes extremamente desiguais, sendo baseada no trabalho escravo. Uma pequena parcela da população podia ser considerada rica, sendo a sociedade brasileira do período composta majoritariamente por pessoas pobres e miseráveis.

A abolição da escravidão aprofundou as desigualdades sociais no país recém-formado, deixando os libertos à própria sorte, sem qualquer tipo de amparo estatal. Junto disso, temos que o Brasil sempre foi um país dependente do exterior e iniciou o seu processo de modernização tardiamente, seguindo o padrão dos países subdesenvolvidos. Durante esse processo, uma parcela significante da população não estava incluída, e a desigualdade social e de renda se agravaram com o tempo. O crescimento das favelas é uma das consequências do aumento da pobreza urbana no Brasil.



Atividades:

1. Pode-se definir a pobreza como sendo absoluta ou _____.
2. A pobreza _____ é definida pela escassez de recursos.
3. A pobreza _____, em contrapartida, está relacionada ao comparativo entre indivíduos, famílias ou grupos (o que inclui países), diretamente atrelada à forma como se dá a distribuição de renda na sociedade.
4. Em se tratando do Brasil, a causa primária da pobreza é estrutural e se amplia por meio da má distribuição de _____.

3. PORTUGUÊS

A influência Tupi na língua portuguesa

Você sabia que o Brasil é a única ex-colônia portuguesa que não fala com sotaque português? E que isso se deve à influência da língua tupi? Observe alguns substantivos de origem tupi presentes em nosso idioma e seus respectivos significados:

Aracaju: tempo de caju
Carioca: casa de branco
Curitiba: muito pinhão, pinheiral
Goiás: gente da mesma raça
Ipanema: água suja
Jacarepaguá: lago do jacaré
Mogi-Mirim: riacho das cobras

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Pará: mar
Paraguai: rio do papagaio
Paraíba: rio ruivo ou encachoeirado
Paraná: rio afluente
Pirapora: peixe que salta
Pindorama: país das palmeiras
Sergipe: rio dos siris

Note que esses nomes descrevem, praças, ruas, cidades, indivíduos e inclusive produtos, estando continuamente presentes no dia a dia do brasileiro. Trata-se de apenas algumas das inúmeras palavras do idioma tupi que fazem parte do nosso vocabulário há muitos anos; porém, seus significados são desconhecidos pela maioria da população.

Adaptado de: www.brazil-brasil.com

Página da peça
305

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

1- A língua portuguesa, falada no Brasil, herdou, no entanto, um vasto vocabulário das línguas indígenas, principalmente no que se diz respeito às denominações da fauna, flora, e demais palavras relacionadas à natureza. Pesquise algumas palavras que usamos que são de origem indígenas e dê o seu significado.

_____
_____
_____
_____
_____

2- Você sabia que todas as palavras citadas a cima são nomes próprios de cidades e estados do Brasil. Essas palavras são chamadas de substantivos próprios. **Substantivos próprios** são palavras que dão nomes a países, cidades, estados, continentes, rios, pessoas... Os substantivos próprios sempre serão escritos com letra maiúscula.

a) Escreva cinco substantivos próprios e depois com cada um deles escreva uma frase.

_____
_____
_____
_____
_____

4. EDUCAÇÃO FÍSICA

1) As **brincadeiras indígenas** são aquelas herdadas das culturas desenvolvidas pelos diversos grupos de índios do Brasil. Marque as brincadeiras indígenas:

( ) peteca
( ) cabo de guerra
( ) arco e flecha
( ) corrida do saci
( ) queimada
( ) corrida em um pé só
( ) bolinha de gude
( ) jogos eletrônicos

5. ENSINO RELIGIOSO

1) A **religião indígena** é baseadaem **elementos da natureza** e nos **espíritos** dos antepassados. Para estes deuses e espíritos, faziam rituais, cerimônias e festas. Escreva o nome e o significado do símbolo indígena abaixo:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR 3

PRECONCEITO NO BRASIL

Preconceito é o **ato de julgar algo ou alguém antes de conhecer** o objeto de juízo. Podemos aplicar o termo preconceito às mais diversas situações cotidianas, como o preconceito formulado por aquele tipo de comida que você não experimentou e julga pela aparência.

O preconceito acontece das mais variadas formas e pelos mais variados motivos: pode ter origem na cor da pele, na religião, no país ou cidade de origem, na aparência física, no gênero, na sexualidade etc. Qualquer forma de preconceito nas relações humanas é prejudicial para o desenvolvimento de uma sociedade justa, democrática e igualitária.

O preconceito pode acontecer das mais variadas formas. Algumas delas aparecem em nossa sociedade com maior frequência, por isso foram listadas:

- Racismo
- Machismo, sexismo ou misoginia
- Intolerância religiosa
- Xenofobia
- Preconceitos estéticos, como a gordofobia
- Lgbtfobia
- Preconceito contra idosos
- Preconceito contra portadores de necessidades especiais
- Preconceito por origem social

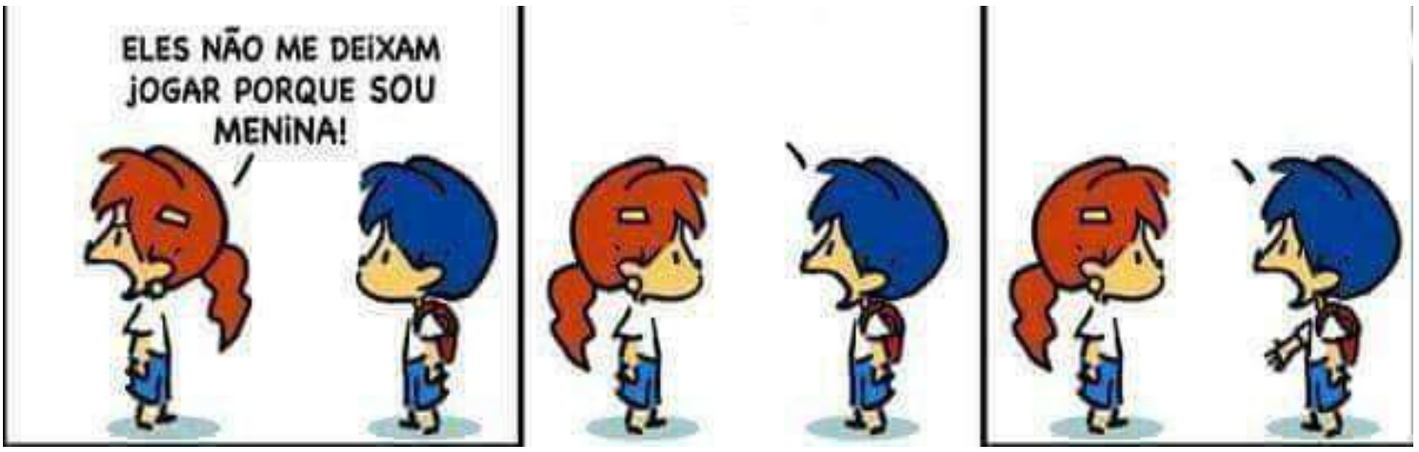
Fonte: PORFíRIO, Francisco. "O que é preconceito?"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-preconceito.htm

1. EDUCAÇÃO FÍSICA

Existem diferentes formas de preconceito. O **preconceito de gênero** (se refere à organização social da relação entre os sexos e expressa que homens e mulheres são produtos do contexto social e histórico e não resultado da anatomia de seus corpos), enfatizando a luta das mulheres em condições de igualdade seja nas artes, nos **esportes** e na vida em sociedade.

a) Dê continuidade e produza a história a seguir. Preencha os espaços em branco com balões nos quadrinhos 2 e 3 sobre preconceito de gênero na Educação Física.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



2. ENSINO RELIGIOSO

1) Reflita sobre o **preconceito** em suas mais diversas formas de manifestação, inclusive conversando com as pessoas próximas a você. A seguir, relate um evento, um fato, uma situação em que você julga que foi tratado de forma preconceituosa, ou ainda que, por outro lado, você tratou alguém, ou algum assunto, dessa forma, marcada pelo preconceito.

_____
_____
_____
_____
_____
_____



3. INGLÊS

1. Observe as imagens ao lado e descreva o que está acontecendo nas cenas.

_____
_
_____
_
_____
_

2. Marque as palavras que estão relacionadas às cenas:

( ) bullying
( ) prejudice
( ) ignorance

3. Procure o significado das frases ao lado e escreva aqui embaixo a tradução:

_____
_____
_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

_____

4. Você concorda com a afirmação acima? Por que?
_____
_____
_____
_____

4. HISTÓRIA

1. O preconceito acontece das mais variadas formas e pelos mais variados motivos: pode ter origem na cor da pele, na religião, no país ou cidade de origem, na aparência física, no gênero, na sexualidade etc.
( ) certo ( ) errado

2. Qualquer forma de preconceito nas relações humanas é prejudicial para o desenvolvimento de uma sociedade _____, _____ e _____.

3. Dê o significado das seguintes palavras(procure no dicionário):

- Xenofobia:
_____
_____
_____

- Racismo:
_____
_____
_____

5. GEOGRAFIA

1) Observe tabela abaixo e responda:

Os 10 estados mais perigosos para ser negro no Brasil.
Taxa de homicídio (número de mortes para cada 100 mil negros).

Alagoas – 80,5	Espírito Santo – 65
Paraíba – 60,5	Pará – 55,1
Pernambuco – 54,6	Distrito Federal – 52,28
Bahia – 47,3	Goiás – 42,8
Amapá – 41,1	Rio de Janeiro – 41,0

a) Qual o estado do Brasil com o maior número de homicídio de negros? _____

b) O estado do Espírito Santo tem um número de homicídios entre negros maior que Alagoas? _____

c) A Bahia tem índice de homicídio de 47,3?
( ) certo ( ) errado

6. PORTUGUÊS

Interpretação e compreensão:

1 – Leia a tirinha abaixo e responda as questões a seguir:

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2148
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
309
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF



a) Descreva com suas palavras qual mensagem a tira quer nos passar:

_____
_____
_____

b) O que pai de Armandinho explica ao filho com referência a frase a seguir sobre o que é não terpreconceito: "... até ser capaz de sentir o que outro sente...":
( )é ter angustia ( ) orgulho ( ) empatia

c)Cite quais os tipos de preconceitos que existem?

_____
_____
_____
_____

d) Você concorda com a frase, do segundo quadrinho da tira, que abandonar o preconceito é "se perceber na realidade do outro". Justifique a sua resposta.

_____
_____
_____
_____

7. ARTE

1) Escreva o que você entende sobre as imagens abaixo:





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2150
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
311
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF SANTA HELENA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2151
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
312
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

EMEF SANTA HELENA

O tema em questão foi trabalhado no ano de 2021 nas disciplinas de Geografia, História com atividades pelo Classroom e em Artes quando voltamos ao ensino presencial, como segue abaixo

EMEF Santa Helena Nome do aluno _____

Atividade 15 de Geografia Prof. Rosimeri 7º ano

Data de postagem: 21/09/2021 Data de entrega: 05/10/2021

A DIVERSIDADE CULTURAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

De um modo geral, podemos dizer que a **composição étnica brasileira** é basicamente oriunda de três grandes e principais grupos **étnicos**: os **indígenas,** os **africanos e os europeus**. Os índios formam os agrupamentos descendentes daqueles que aqui habitavam antes do período do descobrimento efetuado pelos portugueses.

Esse contexto proporcionou a miscigenação dos habitantes do Brasil, caracterizados como mulato (branco + negro); caboclo ou mameluco (branco + índio); cafuzo (índio + negro). Com o prosseguimento da miscigenação, originaram-se os inúmeros tipos que hoje compõem a nossa população.

A diversidade étnica da população nacional e como esse fator contribuiu para a nossa identidade cultural; demonstra aspectos culturais presentes em nossas vidas, originários dos indígenas, portugueses, africanos, além dos outros imigrantes europeus, árabes e asiáticos.

É sempre importante ressaltar que nos estados brasileiros não há homogeneidade étnica, e sim, a predominância de vários grupos. A distribuição dos principais grupos étnicos pelo território nacional é uma consequência do povoamento das regiões do país.

A região Sul teve os europeus como principais povos ocupantes do território; na Amazônia, predominam os descendentes indígenas; os afro-descendentes são maioria no Nordeste brasileiro. No entanto, existe grande diversidade mesmo entre essas regiões, pois além de ter ocorrido a miscigenação nesses locais, há um grande fluxo migratório entre essas partes do Brasil.

O índio

Nunca se fizeram levantamentos precisos sobre o número de indígenas no Brasil, até porque muitos grupos nativos se mantiveram isolados da civilização. Entretanto, estima-se que houvesse, no século XVI, entre 4 e 5 milhões de índios, que, ao longo de quatro séculos de aproximação com o branco, viram-se reduzidos a aproximadamente 520 mil.

Devido a processos contínuos de extinção — lutas, doenças, fome — e aculturação, pela qual os indígenas perdem suas referências culturais e linguísticas, assimilando as do homem branco, esse número tende a diminuir ainda mais.

O pequeno número de remanescentes confirma o que se observou historicamente: prevaleceu não a tendência à integração, e sim à extinção dos índios, tanto por sua falta de imunidade a doenças trazidas pelos brancos (gripe, sarampo, malária, etc), como pelos conflitos ligados a tentativas de submetê-los e de tomar posse de suas terras — mesmo hoje, quando elas estão oficialmente demarcadas.

Com a expansão das fronteiras agrícolas e a ocupação de grileiros e a recente descoberta de minérios em áreas das regiões Norte e Centro-Oeste, tornaram-se comuns as invasões de reservas indígenas por grupos de posseiros e garimpeiros, com enfrentamentos graves. E até mesmo o governo as viola, ao construir rodovias e hidrelétricas em seus limites.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

A Fundação Nacional do índio (FUNAI) tem como função aplicar a legislação contida no Estatuto do índio, que fala em garantir os costumes dos indígenas e propiciar-lhes uma educação que vise à sua integração. Para muitos, entretanto, manutenção de costumes e integração são conceitos antagônicos, pois integrar significa destruir língua, hábitos e crenças.

O negro

Segundo o censo de 2010, viviam no Brasil cerca de 11 milhões de negros, mais concentrados nas regiões Nordeste e Sudeste, onde foi importante a mão-de-obra escrava no período colonial, utilizada especialmente na produção da cana-de-açúcar, na mineração e na cafeicultura.

Os negros trazidos da África (cerca de 4 milhões) costumam ser divididos em dois grandes grupos: o dos bantos (de Angola, Congo, Moçambique) e o dos sudaneses (da África Ocidental, principalmente do Golfo da Guiné).

Após a abolição da escravatura (1888), quando os fazendeiros e industriais passaram a dar preferência à mão-de-obra branca imigrante, os negros encontraram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Assim, apesar de terem dado decisiva contribuição para a economia brasileira, mantiveram-se numa posição de inferioridade econômica e social que hoje se traduz numa situação dramática: segundo o último censo, relativamente ao que recebe um trabalhador branco, o trabalhador negro recebe, em média, 56%, e a mulher negra, apenas 25%. Essas disparidades demonstram enfaticamente que o preconceito ainda é um impedimento à ascensão social desse grupo étnico no país — com prejuízo redobrado no caso da população negra feminina.

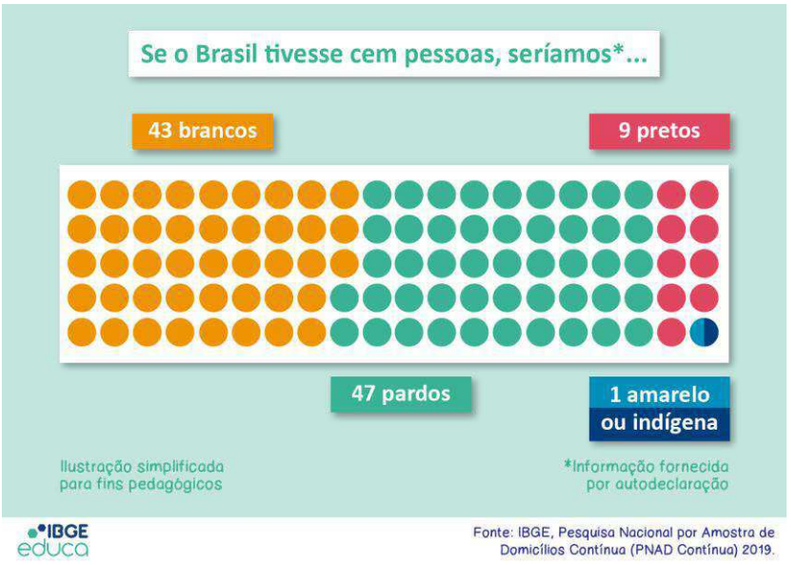
O branco

Em 2010, de acordo com o censo, os brancos constituíam 45,53% da população brasileira, predominando sobretudo nas populações das regiões Sul e Sudeste. Os primeiros representantes dessa etnia, basicamente de origem europeia, chegaram ao Brasil durante o período colonial (portugueses em maior número, mas também espanhóis, holandeses e franceses). E no chamado período imigratório, em particular na fase que se estendeu de 1850 a 1934, centenas de milhares de brancos, em sua maioria da Itália, de Portugal e da Espanha, vieram adicionar-se à composição étnica do povo brasileiro, em levas que foram muito significativas para a economia, a cultura e as transformações políticas ocorridas no país.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. O IBGE pesquisa a cor ou raça da população brasileira com base na auto declaração. Ou seja, as pessoas são perguntadas sobre sua cor e podem se declarar como brancas, pretas, pardas, indígenas ou amarelas.

Se fôssemos uma pequena comunidade de **100 pessoas, 43 brasileiros se declarariam como brancos, 47 como pardos, nove como pretos e, aproximadamente, um brasileiro se declararia como amarelo ou indígena.**

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Foram diversos os povos que compuseram nossa população: indígenas, de diversas etnias, portugueses, negros (vindos de várias regiões do continente africano, especialmente Costa do Marfim e Angola), espanhóis, judeus, alemães, italianos, árabes e japoneses. Nosso país é mundialmente conhecido pela presença de **diversas etnias,** tendo, por isso, uma cultura muito rica e diversificada.



Atividades: Consultar o livro páginas 68 a 73

1. Quais são os principais grupos étnicos que formaram a população brasileira?
   _____

2. Que culturas os indígenas nos legaram?
   _____

3. E os negros, de que regiões da África vieram?
   _____

4. Que culturas os negros trouxeram para o Brasil (línguas, músicas, danças, cultos e artes)?
   _____

5. Qual a porcentagem de negros e pardos no Brasil hoje?
_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2154
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
315
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

ATIVIDADE DE APOIO: Elaborar um painel ou cartaz ou um mapa com o contorno do Brasil, colando figuras, imagens, dos grupos que representam o Brasil: índios, negros, pardos, brancos, asiáticos. Prestar atenção ao número ou porcentagem da população: 43% de brancos, 47% de pardos (morenos,) 9% pretos, 1% amarelos e indígenas. Fazer uma legenda e escrever essa porcentagem da população:



Atividade de História Prof.º Rosimeri

CONSCIÊNCIA NEGRA

Você sabia que no dia 20 de novembro é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra? Em alguns estados brasileiros e em diversos municípios esse dia é até mesmo considerado um feriado. Mas porque esse dia é comemorado?

Durante o período colonial do Brasil, milhões de negros africanos foram trazidos para servirem como escravos nos grandes **latifúndios** da época. Além de serem submetidos a esses trabalhos forçados, a vida que essas pessoas levavam era totalmente degradante e humilhante, não tendo direito ao mínimo para que tivessem uma vida digna. Mesmo logo a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, as pessoas negras ainda eram tratadas com desprezo, muitos, sem ter para onde ir, permaneceram nas fazendas dos antigos senhores e outros, sem ter muito espaço em meio as cidades, procuravam os lugares mais difíceis de erguer moradias, como os morros, dando origem ao que conhecemos como favelas. Até os tempos atuais, a população negra do Brasil enfrenta muitas dificuldades, sendo discriminados socialmente, perseguidos e, até poucos anos atrás, não tinham os mesmos direitos que os brancos.

Por conta desses e outros motivos, na década de 1970, um grupo de ativistas do Rio Grande do Sul passaram a lutar contra o racismo e para promoverem a consciência

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

negra no Brasil. Graças a essas lutas, em 2003 foi criado o dia da consciência negra, porém, foi oficializado somente em 2011.

O dia 20 de novembro foi escolhido por ser a data da morte de Zumbi dos Palmares, um personagem icônico na História do Brasil sendo o maior líder do **Quilombo** dos Palmares.

Portanto, o dia 20 de novembro, marca a luta da população negra do Brasil contra as formas de opressão pelas quais foram submetidos. Levando em conta os fatos ocorridos com os negros no Brasil, o 20 de novembro, mais do que uma comemoração, também se trata de uma data de conscientização e reflexão sobre a força, a resistência e o sofrimento pelo qual muitas dessas pessoas passaram e pelo qual passam, hoje em dia, com o racismo, preconceitos, discriminação e desigualdades sociais.

Personagens negros da História geral:

Cleópatra VII (69-30 A.C): A mais famosa das sete matriarcas com este nome, Cleópatra subiu ao trono aos dezessete anos. A jovem rainha é frequentemente retratada de forma errada como uma caucasiana (raça branca), porém ela tinha descendência grega e africana. Ela persuadiu Júlio César e, depois, Marco Antônio para renunciar as submissões romanas deles para lutar em nome do Egito. Porém, cada um conheceu a morte assim que os sonhos de conquistas de Cleópatra se realizaram. 

Zumbi de Palmares (1655 - 1695): Zumbi é um ícone da resistência negra à escravidão no Brasil. Em meados de 1670, passou a liderar o Quilombo dos Palmares, reunião de negros resistentes ao trabalho forçado. Conhecido como Zumbi dos Palmares por liderar o quilombo que carregava o mesmo nome, Zumbi foi morto em 1696 e teve sua cabeça exposta no estado de Pernambuco. Em razão da sua morte em 20 de novembro, anualmente neste dia é comemorado no Brasil o Dia da Consciência Negra. 

Dandara de Palmares (? - 1694): Não há registros do local nem da data de nascimento Dandara. Acredita-se que ela foi levada para o Quilombo dos Palmares ainda criança. Lá teria aprendido a caçar, lutar capoeira e manusear armas. Foi uma das líderes do exército feminino em Palmares e mulher de Zumbi, com quem teve três filhos. Também fez história sendo um dos nomes principais da resistência quilombola do país do século XVII. Depois que o Quilombo foi tomado pelos

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

portugueses em fevereiro de 1694, Dandara cometeu suicídio para não ser capturada e voltar à escravidão.



Machado de Assis (1839-1908): Machado de Assis é considerado como o maior escritor da literatura nacional. Por causa do preconceito racial, ele teve acesso limitado ao ensino e se tornou autodidata. No seu primeiro trabalho, em uma padaria, aprendeu com a patroa a ler e traduzir em francês, escreveu com maestria em todos os gêneros literários. Junto aos outros colegas autores, fundou e foi o 1º presidente da Academia Brasileira de Letras.





Rosa Parks (1913-2005): Rosa Parks foi a personagem principal do ato que marcou o início da luta antissegregacionista nos Estados Unidos. Em dezembro de 1955, Rosa recusou-se a ceder seu lugar num ônibus para uma pessoa branca e foi expulsa do veículo. A partir daí, iniciou-se o Boicote aos ônibus de Montgomery e muitas outras ações pró-igualdade em solo americano. Rosa se tornou símbolo do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos.



Nelson Mandela (1918-2013): Rolihiahia (Nelson) Dalibhunga Mandela foi o principal líder sul-africano, e o primeiro presidente negro do país, homenageado com um Prêmio Nobel da Paz de 1993, entre outros motivos, pela sua luta contra a discriminação racial. Na faculdade, começou a

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

sua militância antiapartheid, que na época separava os brancos dos negros do país, colocando o segundo grupo em situação de inferioridade social, cívica, política.

Angela Davis (1944-...): Angela Yvonne Davis nasceu no Alabama, EUA, e tornou-se uma das principais mulheres negras na luta pelos direitos civis na década de 1960 - 1970. Cresceu em um dos estados do sul americano onde a segregação racial era mais dura, e organizações civis como a Ku Klux Klan tinha o hábito de perseguir, linchar e enforcar pessoas negras. Angela é símbolo da resistência negra, acadêmica respeitada nos estudos étnicos e de gênero. Em 1977-1978, foi-lhe atribuído o prêmio Lênin da Paz



Bob Marley (1945 - 1981): O jamaicano Robert Nesta Marley é o grande responsável por tornar o reggae um ritmo mundialmente famoso e adorado. Filho de um militar britânico (na época em que a Jamaica era colônia do Reino Unido) e uma adolescente negra do norte do país, foi abandonado pelo pai quando era criança. Cresceu em uma favela em Kingston, maior cidade da Jamaica. Sua forma única de cantar, as letras sobre os problemas sociais jamaicanos e o novo estilo, reggae, chamou a atenção do mundo e o transformou em um ícone negro, especialmente para adeptos do movimento rastafári.

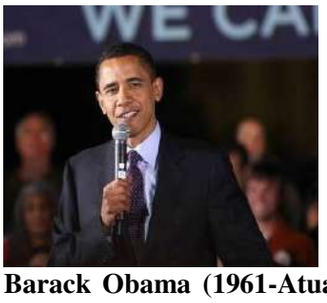


Sueli Carneiro (1950-Atualm.): Uma das mulheres negras mais importantes da atualidade no Brasil, Sueli Carneiro nasceu em São Paulo, é doutora em filosofia pela Universidade de São Paulo. Autora de dois livros e artigos sobre raça, gênero e direitos humanos publicados no Brasil e no mundo, foi uma das pessoas responsáveis pela defesa constitucional da implantação de cotas raciais nas universidades brasileiras. Atualmente é referência do Movimento Negro nacional e

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

nome incontornável no assunto nos campos políticos e acadêmicos.





Barack Obama (1961-Atualm.): Barack Hussein Obama Jr. é um político norte-americano, eleito presidente dos Estados Unidos em novembro de 2008, é o primeiro negro a conquistar o comando do país. Após ser empossado como presidente ganhou um prêmio Nobel da Paz pelos extraordinários esforços para reforçar o papel da diplomacia internacional e a cooperação entre os povos

Kamala Harris (1964-Atualm.): Kamala Devi Harris é uma advogada e política norte-americana, vice-presidente eleita dos Estados Unidos, com posse prevista para 20 de janeiro de 2021. Filiada ao Partido Democrata, é senadora dos Estados Unidos pela Califórnia desde 3 de janeiro de 2017. Anteriormente, foi a procuradora-geral da Califórnia desde 2011, tendo sido a primeira mulher procuradora-geral do estado. Foi ainda a primeira senadora de origem indiana e afro-americana.



RESPONDA:

1. Pensando no que é dito no texto, o dia 20 de novembro trata-se de uma data que deve ser comemorada? Por que?

2.Qual a importância do dia da consciência negra?

3.Porque foi escolhido o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

4.Quem foi Zumbi de Palmares?

5.Entre os personagens históricos negros apresentados, qual você considera o mais importante? Por que?

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2160
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
321
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF SÃO CARLOS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
EMEF SÃO CARLOS
Rua Agostinho Scolari, nº546
Bairro Urlândia - (55) 3211-3999

Ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas - 2021

Em 2021 foram desenvolvidas atividades e/ou projetos com a temática “Ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas”. No entanto, muitos professores não fazem mais parte da equipe em 2022, o que impossibilita o relato mais detalhado das ações que foram desenvolvidas. Nesse contexto, segue apenas um breve resumo do que se foi abordado.
Foi trabalhado sobre Zumbi dos Palmares; atividades utilizando o Livro A Bonequinha Preta, da autora Alaíde Lisboa e Confecção de Abayomi. Também foi trabalhado questões de respeito ao próximo e promoção da conscientização das questões dos povos indígenas.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2162
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
323
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF VICENTE FARENCENA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2163
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
324
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

AS AÇÕES PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS EM NOSSA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO 2021

Ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas

(Lei nº 11.645, de 2008)

EDUCAÇÃO INFANTIL

APRENDENDO SOBRE A CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA

Semana do dia 15.11.2021 a 19.11.2021

1. **Objetivos da semana:**

TERÇA-FEIRA (16.11.21)	
Aula Presencial	
1º momento	Apresentação da Música criada pelo Jairzinho fala sobre respeito às diferenças. Link da música: https://www.youtube.com/watch?v=JPqBZXPDGYU&ab_channel=ProjetoBullyingAsmultifacetasdessaviolencia
2º momento	Contação da história do livro: "O Amigo do Rei", de autoria de Ruth Rocha. 1. Quer será que é o Rei, o menino branco ou o menino negro? 2. O que será que esta história vai contar? 3. Alguém sabe o que significa a palavra escravidão? 4. O que será que significa senzala? Será que é uma casa?
3º momento	Cada aluno devera recriar o final da história do livro (não será contado o final da história) a partir da criação de uma ilustração. Após terem finalizado as ilustrações, os mesmos se encaminharão a frente da sala para apresentarem aos colegas o novo desfecho criado.
4º momento	Produção de um vídeo falando sobre o que cada alunos entendem sobre o termo: "o que significa ser diferente".

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
325

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

	1. Apresentação de duas imagens em que esteja uma criança branca e outra negra. Questionamento: a) O que você vê de diferença nessas duas crianças? b) Isso as diferenças delas faz com que uma se torne mais especial que a outra? Por quê? c) Você se considera igual ou diferente das outras crianças? d) O que é ser diferente para você?
5º momento	Os alunos irão se encaminhar para a quadra, em que serão apresentados alguns jogos de origem africana. 1. Jogo do Labirinto: Vinda de Moçambique, pode ser brincada na quadra ou no pátio da escola. Com um giz, desenha-se um labirinto no chão e as crianças devem começar na extremidade externa do desenho (elas podem ficar em pé ou usar uma pedra para representar cada jogador). Para avançar pelo caminho, os jogadores tiram par ou ímpar e o vencedor de cada rodada avança para a posição seguinte. Isso se repete várias vezes e quem chegar ao final primeiro, ganha a partida. 2. Terra-mar Originária de Moçambique, a brincadeira é muito fácil de ser executada. Basta riscar uma extensa linha no chão. De um lado deve-se escrever a palavra “terra” e do outro lado, a palavra “mar”. No começo todos podem ficar na terra. Porém, quando o professor gritar “mar!” todos devem pular para o lado contrário. O procedimento vai se repetindo, e o interessante é que as ordens sejam dadas cada vez mais rápidas. Aqueles que foram errando o lado vão sendo eliminados, até que aquele que ficar por último seja o vencedor. 3. Mamba: A brincadeira é tradicional da África do Sul. Para brincar de mamba é necessário delimitar um certo espaço no chão e todos que estiverem brincando devem ficar dentro do espaço. Somente um dos participantes ficará de fora. A mamba (ou cobra), ficará correndo ao redor do espaço demarcado com o intuito de pegar quem estiver dentro dele. Quando um deles for pego, ele precisa segurar nos ombros ou cintura da mamba e assim por diante. Somente o que está em primeiro lugar da fila poderá pegar os demais colegas, entretanto, os membros da fila poderão ajudá-lo, uma vez que eles não podem passar pelo corpo da cobra. Vence a brincadeira o último que for pego.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Materiais a serem utilizados	
Sugestão de Atividade *Google Classroom*	
1º momento	Postar o vídeo contado por mim, da contação de história " O Cabelo de Lelê", de autoria de Valéria Belém. 1. Como é o cabelo de Lelê? 2. Por que Lelê não gosta do que vê? 3. O que ela quer saber? 4. O que vocês acham que ela vai fazer? 5. Será que ela encontrará a resposta para sua pergunta? 6. Por que será que os cabelos de Lelê são assim? 7. O que vocês acham do cabelo dela? Vamos continuar a leitura para saber o que Lelê vai descobrir?
2º momento	Caça-palavras contendo algumas palavras apresentadas durante a contação da história.
3º momento	Vídeo apresentando as letras cursivas (A Prof Tati irá gravar)

QUINTA-FEIRA (18.11.21)	
Aula Presencial	
1º momento	Apresentação da Música criada pelo Jairzinho fala sobre respeito às diferenças. Link da música: https://www.youtube.com/watch?v=JPqBZXPDGYU&ab_channel=ProjetoBullyingAsmultifacetasdessaviolencia
2º momento	Contação da história do livro: "O Amigo do Rei", de autoria de Ruth Rocha. 1. Quer será que é o Rei, o menino branco ou o menino negro? 2. O que será que esta história vai contar? 3. Alguém sabe o que significa a palavra escravidão? 4. O que será que significa senzala? Será que é uma casa?
3º momento	Cada aluno devera recriar o final da história do livro (não será contado o final da história) a partir da criação de uma ilustração. Após terem

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

	finalizado as ilustrações, os mesmos se encaminharão a frente da sala para apresentarem aos colegas o novo desfecho criado.
4º momento	Produção de um vídeo falando sobre o que cada alunos entendem sobre o termo: “o que significa ser diferente”. 1. Apresentação de duas imagens em que esteja uma criança branca e outra negra. Questionamento: a) O que você vê de diferença nessas duas crianças? b) Isso as diferenças delas faz com que uma se torne mais especial que a outra? Por quê? c) Você se considera igual ou diferente das outras crianças? d) O que é ser diferente para você?
5º momento	Os alunos irão se encaminhar para a quadra, em que serão apresentados alguns jogos de origem africana. 1. Jogo do Labirinto: Vinda de Moçambique, pode ser brincada na quadra ou no pátio da escola. Com um giz, desenha-se um labirinto no chão e as crianças devem começar na extremidade externa do desenho (elas podem ficar em pé ou usar uma pedra para representar cada jogador). Para avançar pelo caminho, os jogadores tiram par ou ímpar e o vencedor de cada rodada avança para a posição seguinte. Isso se repete várias vezes e quem chegar ao final primeiro, ganha a partida. 2. Terra-mar Originária de Moçambique, a brincadeira é muito fácil de ser executada. Basta riscar uma extensa linha no chão. De um lado deve-se escrever a palavra “terra” e do outro lado, a palavra “mar”. No começo todos podem ficar na terra. Porém, quando o professor gritar “mar!” todos devem pular para o lado contrário. O procedimento vai se repetindo, e o interessante é que as ordens sejam dadas cada vez mais rápidas. Aqueles que foram errando o lado vão sendo eliminados, até que aquele que ficar por último seja o vencedor. 3. Mamba: A brincadeira é tradicional da África do Sul. Para brincar de mamba é necessário delimitar um certo espaço no chão e todos que estiverem brincando devem ficar dentro do espaço. Somente um dos participantes ficará de fora. A mamba (ou cobra), ficará correndo ao redor do espaço demarcado com o intuito de pegar quem estiver dentro dele. Quando um deles for pego, ele precisa segurar nos ombros ou cintura da mamba e assim por diante. Somente o que está em primeiro lugar da

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

	fila poderá pegar os demais colegas, entretanto, os membros da fila poderão ajudá-lo, uma vez que eles não podem passar pelo corpo da cobra. Vence a brincadeira o último que for pego.
Materiais a serem utilizados	
Sugestão de Atividade *Google Classroom*	
1º momento	• Apresentação dos números pares e ímpares; • Apresentação dos números ordinais;
2º momento	Vídeo apresentando palavras de origem africana que usamos no cotidiano do dia à dia. - De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), hoje o Brasil é o país com mais descendentes africanos fora da África – 54% da população é afrodescendente. - A presença africana trouxe uma riquíssima contribuição para a língua portuguesa e cultura brasileira. As religiões africanas, como o candomblé e a umbanda, foram fundamentais para a perpetuação linguística de diferentes povos. Confira abaixo algumas palavras: **a) Dengo:** segundo os dicionários, a palavra significa "lamentação infantil", "manha", "meiguice". Contudo, a palavra de origem banta (atualmente Congo, Angola e Moçambique) e língua quicongo tem um sentido mais profundo e ancestral, dengo é um pedido de aconchego no outro em meio ao duro cotidiano. **b) Cafuné:** também do quimbundo vem a palavra cafuné, que significa acariciar/coçar a cabeça de alguém. **c) Caçula:** Do quimbundo kazuli, que significa o último da família ou o mais novo. **d) Moleque:** do quimbundo "mu'leke", que significa "filho pequeno" ou "garoto", era um modo de se chamar os seus filhos de mu'lekes. Com o passar do tempo, a palavra começou a apresentar um significado pejorativo, devido ao preconceito existente contra tudo o que era próprio dos negros, inclusive o modo como chamavam os seus filhos. Antes da abolição da escravidão, por exemplo, chamar um menino branco de "moleque" era uma grande ofensa. Atualmente, a palavra "moleque" é atribuída a crianças traquinas e desobedientes. Também é utilizada para qualificar a personalidade de uma pessoa brincalhona ou que não merece confiança.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

	e)Quitanda: do termo quimbundo “kitanda”, trata-se de um pequeno estabelecimento onde se vende produtos frescos, como frutas, verduras, legumes, ovos, etc. **f) Fubá:** vem de “fuba”, da língua banta quimbundo, é uma farinha feita com milho ou arroz. Feijão e angu – creme feito apenas com fubá e água – eram a base da alimentação dos africanos e afro-brasileiros. Hoje, vários pratos e quitutes são preparados com o ingrediente, sendo o bolo de fubá o mais querido entre os brasileiros. **g) Muvuca:** “mvúka”, de origem banta e língua quicongo, significa aglomeração ruidosa de pessoas como forma de lazer, celebração.
3º momento	Cruzadinha contendo algumas palavras de origem africana





ENSINO FUNDAMENTAL

ANOS INICIAIS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

ENSINO FUNDAMENTAL

ANOS FINAIS

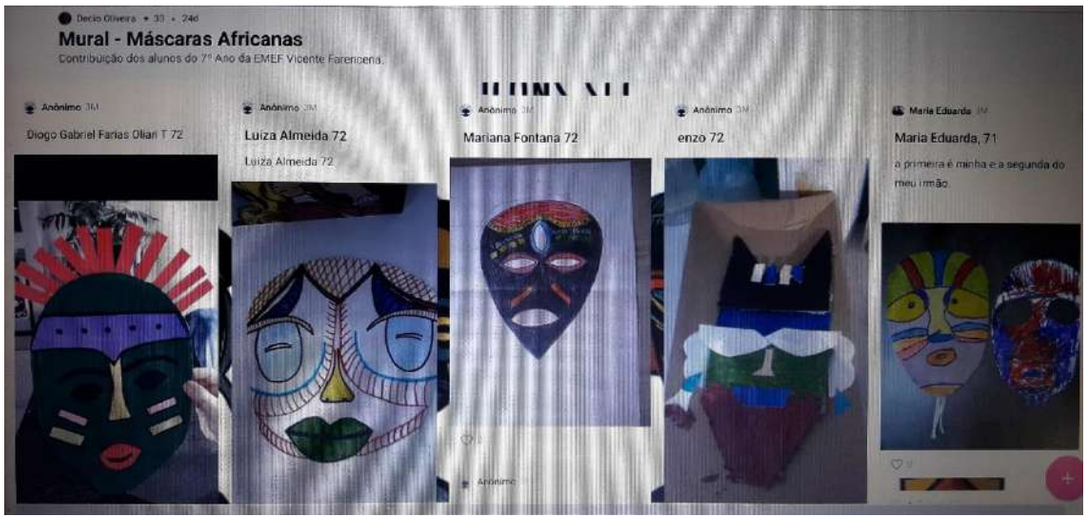
Atividade Interdisciplinar de História com Artes – Confecção de Máscaras Africanas.

Atividade consistiu por parte da História do estudo dos Reinos e Impérios Africanos Antigos, com o objetivo de alinhar-se com a determinação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. O desenvolvimento do conteúdo abordou os tópicos relacionados à política, economia e sociedade, e em relação ao trabalho interdisciplinar com Artes, mais especificamente a cultura africana. Esse aspecto amplia a dimensão de conhecimentos sobre o continente africano, desmistificando o senso comum de que o estudo da África esteja somente associado à História em relação ao trabalho escravo ao longo do século XV ou as ações neo-imperialistas do século XIX.

A disciplina de Artes foi fundamental, pois desenvolveu a técnica na confecção as Máscaras Africanas, largamente utilizadas nos rituais religiosos, nas redes de relações sociais, na organização política, etc. Utilizando materiais variados, seguindo a tendência da sustentabilidade, estimulou a conscientização da reciclagem de materiais e a criatividade em termos de formas, cores, textura.

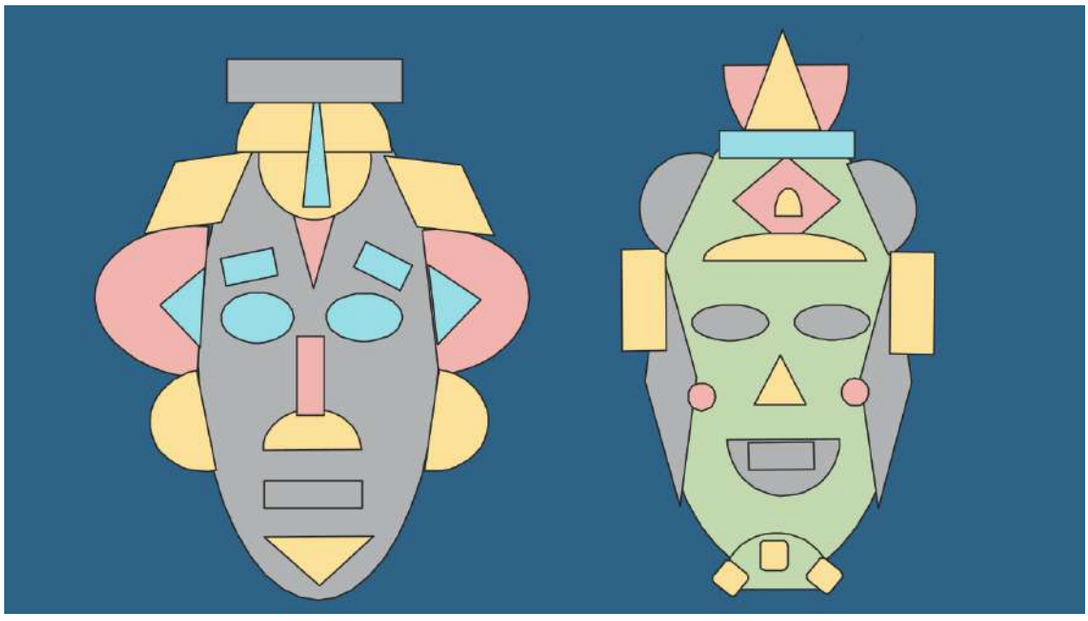
Os resultados foram publicados no endereço do padlet:

https://padlet.com/deciolsoliveira/5ybphfmu0oik1bwa



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Durante as aulas de Artes os alunos também experienciaram a produção de máscaras africanas utilizando o aplicativo Jamboard.



Nas aulas de Geografia e Ensino Religioso foram realizados, com as turmas de 9º ano, debates sobre a temática "VIDAS NEGRAS IMPORTAM" e os alunos registraram suas produções no padlet disponível no link a seguir:

https://padlet.com/professoralisane/vcu9rcijg9g2hp8w

Enfim, durante as aulas, a cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas foi abordada em diferentes componentes curriculares e no mês de novembro a culminância ocorreu com o **2º Encontro Virtual Dia da Consciência Negra**. No dia do evento os estudantes assistiram na escola ou via Google Meet, conforme o convite abaixo.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
332

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Registros fotográficos realizados durante o 2º Encontro Virtual Dia da Consciência Negra







Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2173
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
334
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEF ZENIR AITA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2174
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 335
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ZENIR AITA

ENSINO REMOTO / COVID – 19 / ANO LETIVO 2020

NOME DO(A) ALUNO(A): _____ ANO: 2º

Atividade 29– de 18 a 25 de novembro de 2020



NESSA SEMANA ESTUDAREMOS SOBRE O DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, 20 DE NOVEMBRO, FAREMOS ALGUMAS ATIVIDADES SOBRE A HISTÓRIA DA "MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA", CÁLCULOS DE SUBTRAÇÃO, USOS DA LETRA 'H', LIVRO DE PORTUGUÊS, ALÉM DOS TRABALHOS DAS PROFESSORAS MARIA REGINA E MÁRCIA. NÃO ESQUEÇAM DE ENVIAR FOTOS.

BEIJOS PROFE. ALESSANDRA

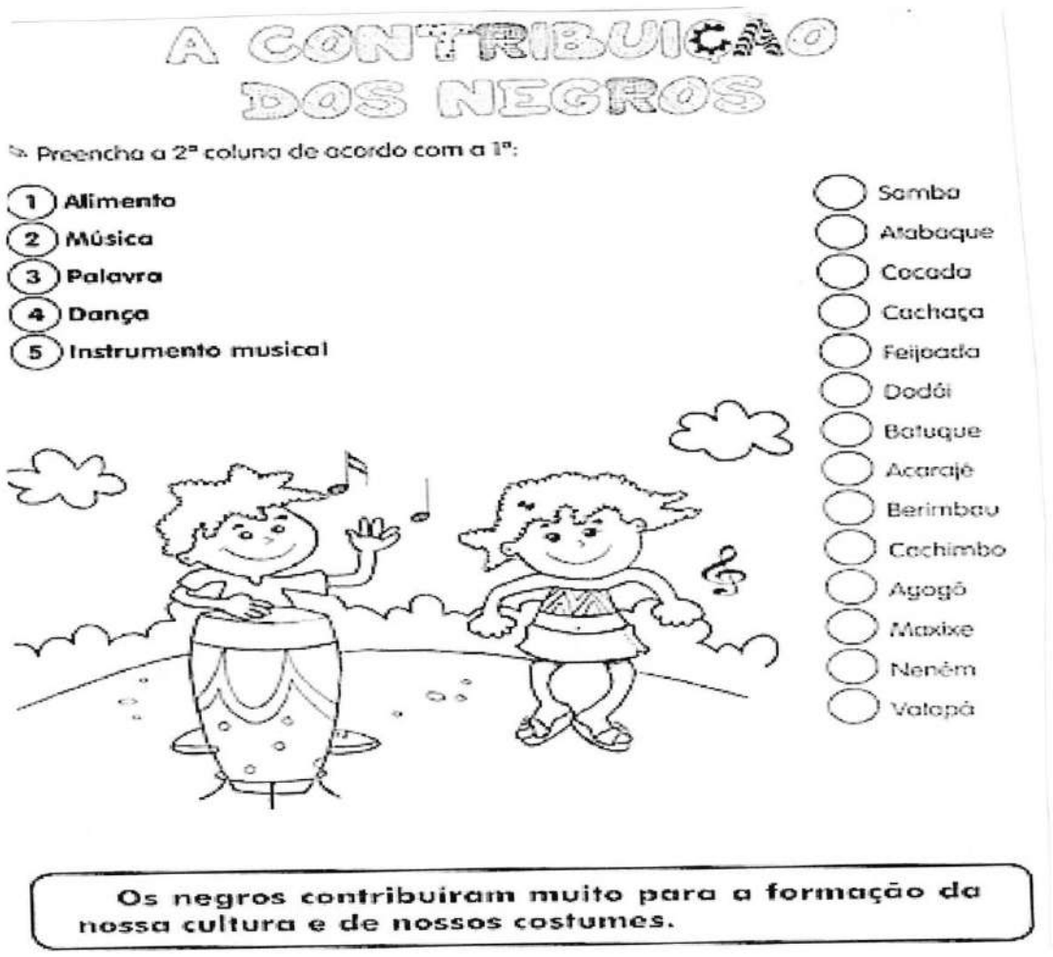
1) VAMOS COMEÇAR OUVINDO A MÚSICA "NORMAL É SER DIFERENTE" NO LINK QUE SEGUE:

https://www.youtube.com/watch?v=KP1viIOpNGE

2) VOCÊ SABE O PORQUÊ EXISTE O DIA CONSCIÊNCIA NEGRA? ASSITA AO VÍDEO NO SEGUINTE LINK:

https://www.youtube.com/watch?v=WT_Y00VKUvY

3) AGORA QUE JÁ CONHECE UM POUCO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS NEGROS PARA O BRASIL, FAÇA AS ATIVIDADES QUE SEGUEM:



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2175
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 336
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF



O QUIABO

O QUIABO, GINGOMBÓ OU GOMBÔ SÃO ALGUNS DOS NOMES DADOS AO FRUTO DO QUIABEIRO, DE ORIGEM AFRICANA.

O QUIABO CHEGOU AO BRASIL JUNTO COM OS ESCRAVOS TRAZIDOS DA ÁFRICA E DESENVOLVEU-SE MUITO BEM POR AQUI, PRINCIPALMENTE NA BAHIA, ONDE É USADO PARA FAZER UM PRATO TÍPICO: O CARURU.

1 COMPLETE AS PALAVRAS COM AS VOGAIS FALTOSAS DE ACORDO COM AS FORMAS GEOMÉTRICAS.

A E I O U

Q B

Q D R

4 Q T R

Q B

3) CONHEÇA A HISTÓRIA “MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA” NO LINK PARA DEPOIS FAZER AS ATIVIDADES:

https://www.youtube.com/watch?v=3LXjn4SDe-g



Menina Bonita do Laço de Fita

Ana Maria Machado

NOME

DATA __/__/__.

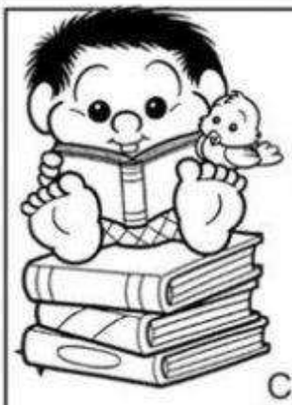
ATIVIDADE

PINTE SOMENTE AS PALAVRAS QUE APARECEM NO QUADRO.

MENINA	COELHINHA	LINDA
MÃE	PANTERA	NOITE
CAFÉ	REDE	NEGRA

Ideia Criativa-Gi Barbosa

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Menina Bonita do Laço de Fita

Ana Maria Machado

NOME

ATIVIDADE DATA __/__/____.

COMPLETE O TEXTO COM AS PALAVRAS QUE ESTÃO FALTANDO.

MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

ERA UMA VEZ UMA _____ LINDA, _____.

OS OLHOS PARECIAM DUAS AZEITONAS _____ BRILHANTES,

OS _____ ENROLADINHOS E BEM _____.

A PELE ERA _____ E LUSTROSA, QUE NEM O PELO DA

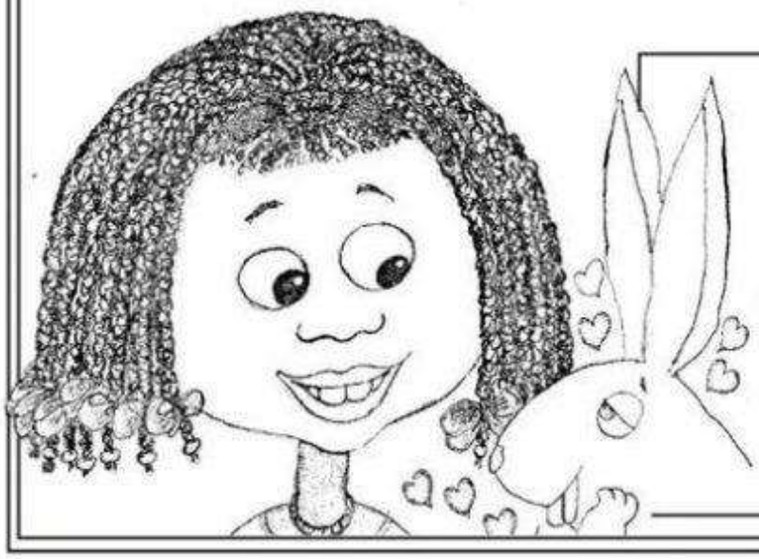
_____ NEGRA NA CHUVA.

AINDA POR CIMA, A _____ GOSTAVA DE FAZER TRANCINHAS

NO CABELO DELA E ENFEITAR COM LAÇOS DE _____

COLORIDAS. ELA FICAVA PARECENDO UMA PRINCESA DAS

TERRAS DA _____, OU UMA FADA DO REINO DO LUAR.



MENINA LINDA

PRETAS CABELOS

NEGROS ESCURA

PANTERA MÃE

FITA ÁFRICA

_____

Página 2176

Processo 01216-0200/21-4

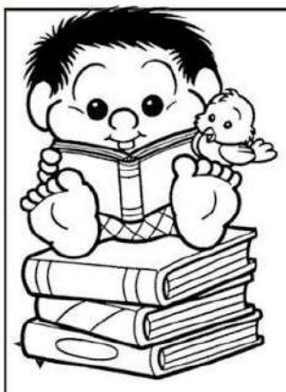
Página da peça 337

Peça 4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Menina Bonita do Laço de Fita

Ana Maria Machado

NOME

TEXTO AGLUTINADO DATA __/__/____.

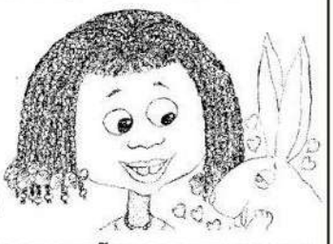
MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

OCOELHOACHAVAAMENINA APESSOAMAISLINDAQUEELETINHAVISTONAVIDA.

E PENSAVA:

- AH,QUANDOEUCASARQUEROTERUMAFILHA

PRETINHAELINDAQUENEMELA...



POR ISSO,UMDIAELEFOIATÉACASADAMENINAEPERGUNTOU:

- MENINABONITADOLAÇODEFITA,QUALÉOTEUSEGREDOPARASER TÃO PRETINHA?

AMENINANÃOSABIA,MASINVENTOU:

- AHDEVESERPORQUEEUCAÍNATINTAPRETA

QUANDOERAPEQUENINA...

SEPARE AS PALAVRAS DO TEXTO COM BARRAS E REESCREVA O TEXTO CORRETAMENTE

Ideia Criativa-Gi Barbosa

Página 2177
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 338
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

MEU NOME É _____



ATIVIDADE



O COELHO SAIU DALI, PROCUROU UMA LATA DE TINTA PRETA E TOMOU BANHO NELA.

FICOU BEM NEGRO, TODO CONTENTE. MAS AÍ VEIO UMA CHUVA E LAVOU TODO AQUELE PRETUME, ELE FICOU BRANCO OUTRA VEZ.



1-PINTE CADA LATA DE TINTA NA COR INDICADA.

PRETA



VERDE



AMARELA



AZUL



ROSA



VERMELHA



www.ideiacriativa.org

Página 2178
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 339
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA
MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

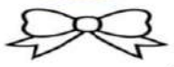
PINTE AS SÍLABAS QUE FORMAM O NOME DE CADA FIGURA:



GA FI CA CO FÉ



ME MO NI NA NE



GO LA TO BO ÇO



TO VA TIN PA TA



CO E NO LHO LO



JA DA BU TI PA CA BA

Educação e Transformação

SEQUÊNCIA DIDÁTICA
MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

RECORTE E COLE OS NOMES NOS ESPAÇOS CORRESPONDENTES:



JABUTICABA COELHO CAFÉ

TINTA MENINA LAÇO

Educação e Transformação

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2179
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 340
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

SEQUÊNCIA DIDÁTICA
MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

LEIA E CIRCULE O NOME DE CADA FIGURA:



CAFU CAFÉ CABO



MENINA MENINO MELADO



LATA LAVA LAÇO



TINTA TIME TINA



COENTRO COELHO COTIA

Educação e Transformação

SEQUÊNCIA DIDÁTICA
MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA

DE QUEM SÃO ESSAS FALAS?



MENINA (1)



COELHO (2)

( ) — AH! QUANDO EU CASAR QUERO TER UMA FILHA PRETINHA E LINDA QUE NEM ELA...

( ) — MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA, QUAL É TEU SEGREDO PRA SER TÃO PRETINHA?

( ) — AH, DEVE SER PORQUE EU CAÍ NA TINTA PRETA QUANDO ERA PEQUENINA...

( ) — AH, DEVE SER PORQUE EU COMI MUITA JABUTICABA QUANDO ERA PEQUENINA.

( ) — CONSELHOS DA MÃE DA MINHA MADRINHA.

Educação e Transformação

Página 2180
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 341
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

4) VOCÊ CONHECE A HISTÓRIA DA BONECA ABAYOMI? ASSISTA AO VÍDEO PARA SABER SOBRE SUA ORIGEM.

https://www.youtube.com/watch?v=840YHprHHl8

5) SEMPRE É BOM AGRADECER AS PESOAS QUE CUIDAM DE NÓS!!



FAÇA UM DESENHO DE TODAS AQUELAS PESSOAS QUE CUIDAM DE VOCÊ.

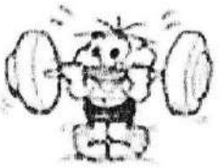
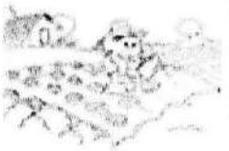
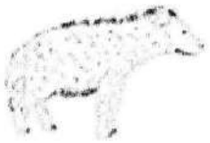
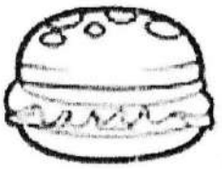
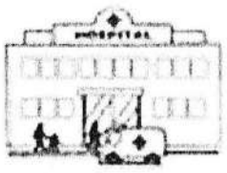
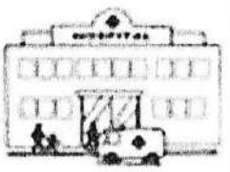
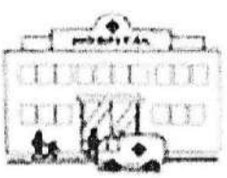
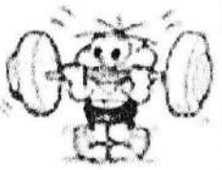
ORAÇÃO:

É TÃO BOM SABER QUE TEMOS COM QUEM CONTAR. ALGUÉM QUE GOSTA E CUIDA SEMPRE DE NÓS, COM CARINHO E AMOR.

Página 2181
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 342
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

6) RECORTE E MONTE JUNTANDO AS SÍLABAS COM FIGURAS IGUAIS. LEIA E COLE, NO CADERNO, AS PALAVRAS INICIADAS COM 'H'.

 HAM	 HÉ	 HI	 HAL	 HOR
 HI	 HE	 BÚR	 HI	 LI
 GUER	 PO	 DRAN	 LI	 E
 HOS	 CÓP	 TE	 TE	 PÓ
 CE	 NA	 TA	 TE	 PI
 MO	 TAL	 RO	 TA	 RE

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2182
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 343
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Página 2183
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 344
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

7) VAMOS TREINAR UM POUCOS MAIS CONTINHAS E HORAS:

Arme e efetue a subtração no quadro de lugar, como no modelo.

38 – 15

3	8
– 1	5
2	3

a) **38 – 5**

D	U
–	

b) **27 – 15**

D	U
–	

c) **46 – 5**

D	U
–	

d) **48 – 27**

D	U
–	

e) **74 – 42**

D	U
–	

f) **48 – 23**

D	U
–	

g) **87 – 53**

D	U
–	

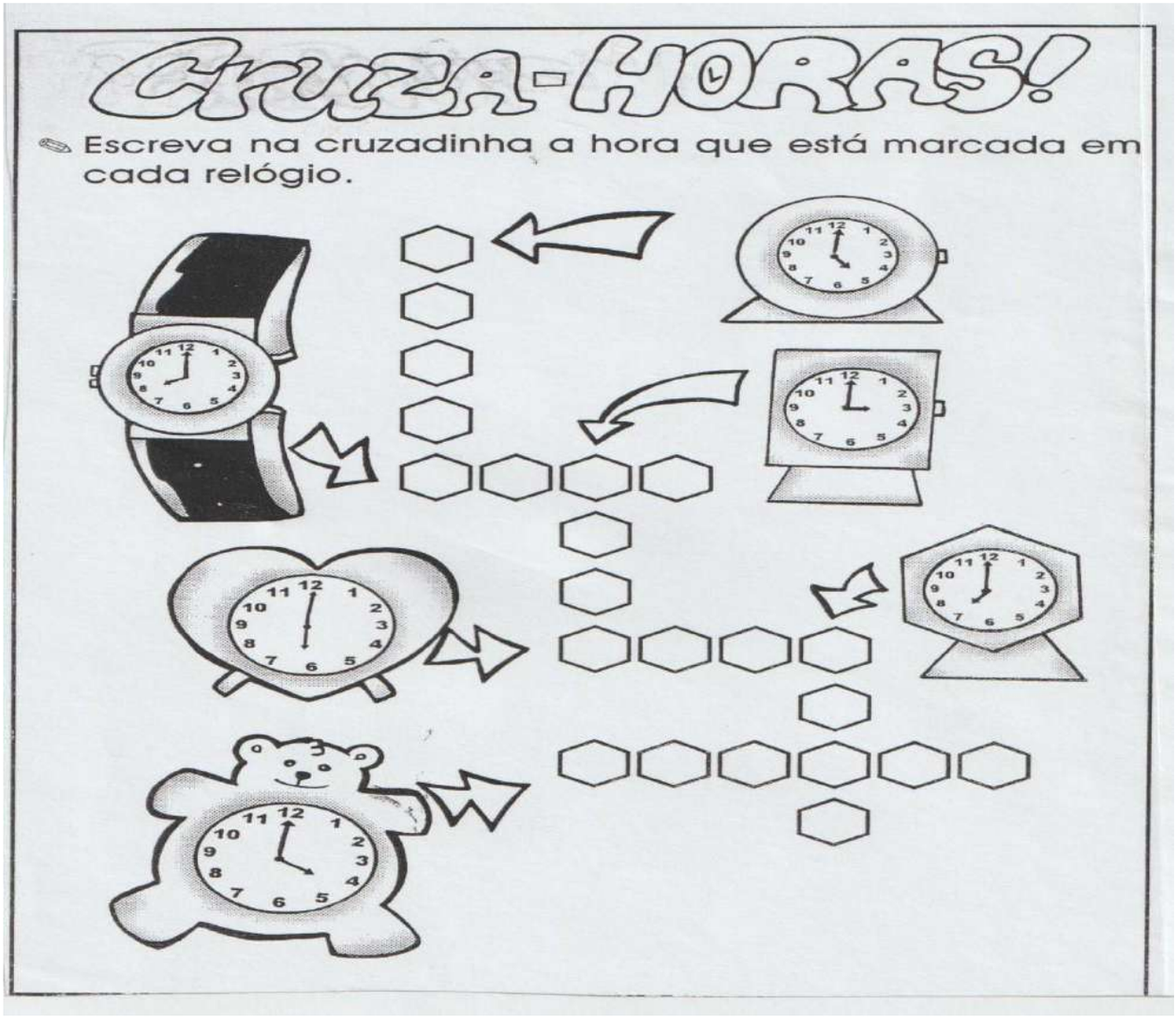
h) **76 – 45**

–	





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



8) FAÇA AS ATIVIDADES NO LIVRO DE PORTUGUÊS NAS PÁGINAS 125, 126, 127, 128.

ATENÇÃO: SÓ VAI IMPRIMIR AS PÁGINAS DO LIVRO DE PORTUGUÊS QUEM NÃO RECEBEU, OS DEMAIS VÃO FAZER DIRETO NO LIVRO. ENTÃO QUEM TEM O LIVRO NÃO VAI IMPRIMIR DA PÁGINA 12 EM DIANTE.

ATIVIDADES DE ENSINO REMOTO DE ARTES
PROFESSORA MARIA REGINA

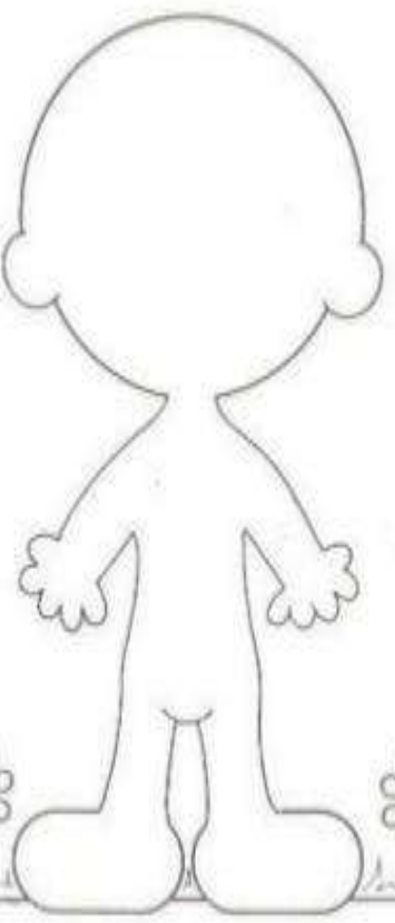
Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2184
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 345
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Página
2185
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
346
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

MEU NOME: _____ DATA: ____/____/____

MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.

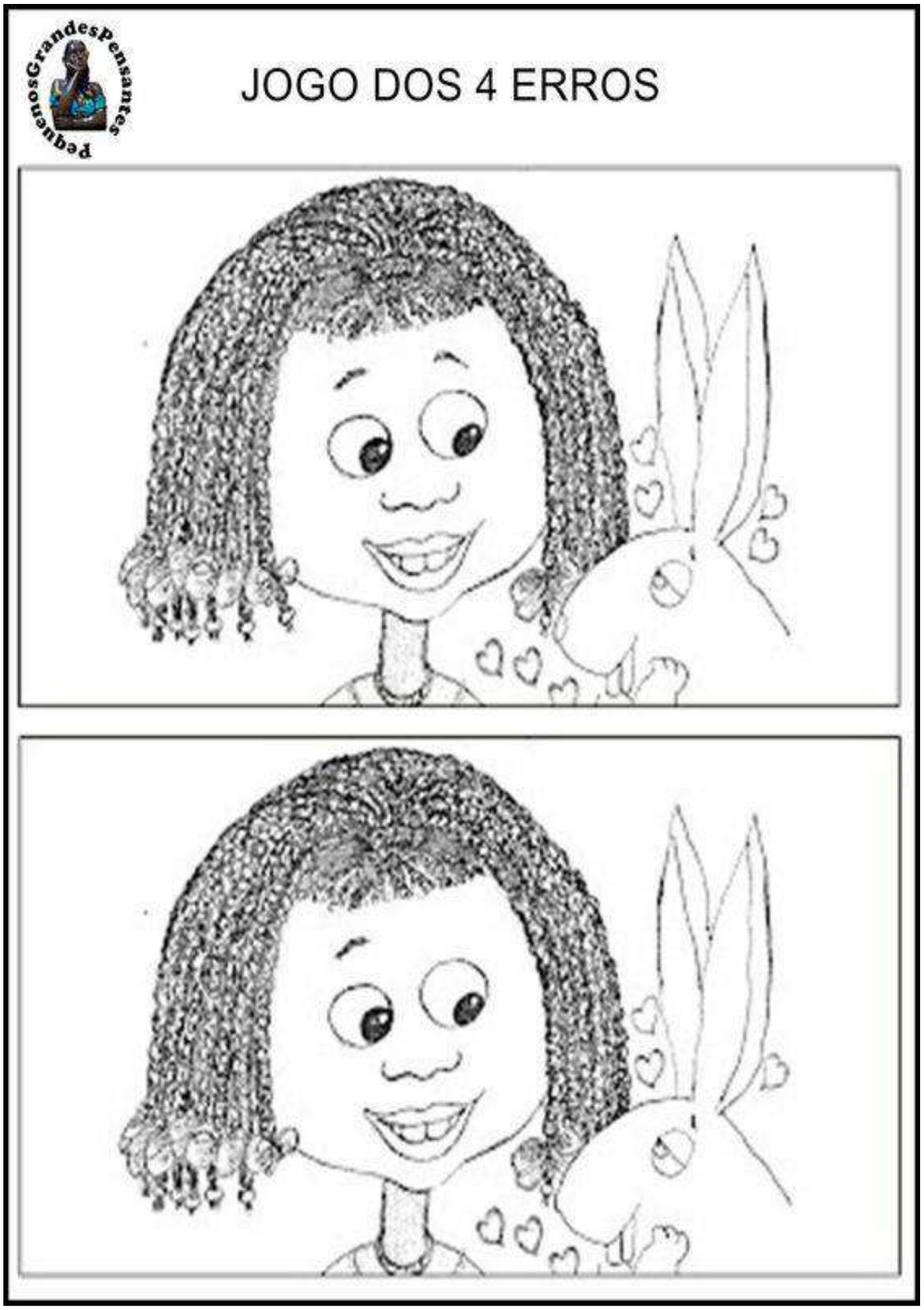


O QUE ESTÁ FALTANDO NO CORPO DA MENINA BONITA?
VAMOS COMPLETAR.
USE E ABUSE DA CRIATIVIDADE.

ATIVIDADES DE ENSINO REMOTO DE PORTUGUÊS
PROFESSORA MÁRCIA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2186
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
347
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF



PÁGINAS LIVRO DE PORTUGUÊS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

LETRA H NO INÍCIO DE PALAVRA

ATIVIDADE ORAL E ESCRITA

1 VEJA AS IMAGENS E LEIA AS PALAVRAS. (AS IMAGENS NÃO ESTÃO REPRESENTADAS EM PROPORÇÃO.)


Photos.com/Jupiter Images

HOMEM


Kberstaker/Shutterstock

HARPA


Peter Lilja/flavr/Getty Images

HIENA

A) PINTE A PRIMEIRA SÍLABA DE CADA PALAVRA.

B) FAÇA UM CÍRCULO NA LETRA QUE VEM DEPOIS DA LETRA H.

C) O QUE VEIO DEPOIS DA LETRA H NESSAS PALAVRAS?

2 **EM DUPLA.** LEIAM AS PALAVRAS DO QUADRO.

HÁBITO	HEITOR	HINO	HOJE	HUGO

A) PINTEM A PRIMEIRA SÍLABA DE CADA UMA.

B) CONVERSEM: QUAL É O SOM QUE VOCÊS OUVEM NAS SÍLABAS INICIADAS COM A LETRA H?

C) O QUE VOCÊS DESCOBRIRAM? REGISTREM AQUI:

3 OBSERVE O QUE FOI FEITO ABAIXO.

HORA

4 LETRAS: H-O-R-A

2 SÍLABAS: HO-RA


Cicero Rodrigues/Arquivo da editora

Página 2187
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 348
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

PREENCHA OS QUADROS A SEGUIR COM O NÚMERO DE LETRAS E SÍLABAS, CONFORME O MODELO DA PÁGINA ANTERIOR.

HOJE

_____ LETRAS	_____ SÍLABAS

HELENA

_____ LETRAS	_____ SÍLABAS

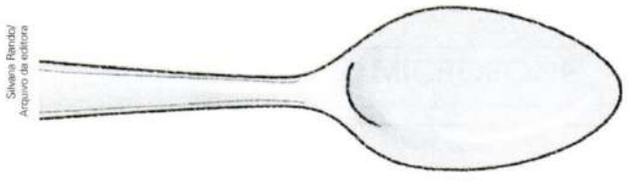
4 AGORA É HORA DE TRAÇAR A LETRA H NA SEÇÃO **TRAÇADOS DE LETRAS** DA PÁGINA 259.

DUAS LETRAS, UM SOM: LH

ATIVIDADE ORAL E ESCRITA

VOCÊ VIU A LETRA H NO INÍCIO DE PALAVRAS, MAS ESSA LETRA PODE SER USADA DE OUTRA FORMA. VAMOS CONFERIR?

1 LEIAM EM VOZ ALTA A PALAVRA:



COLHERADA

A) QUANTAS SÍLABAS TEM ESSA PALAVRA? _____

B) CONVERSEM SOBRE COMO PODEM SER SEPARADAS AS SÍLABAS DESSA PALAVRA. REGISTREM AQUI: _____.

C) COPIE A SÍLABA QUE TEM A LETRA H. _____

Página 2188
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 349
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

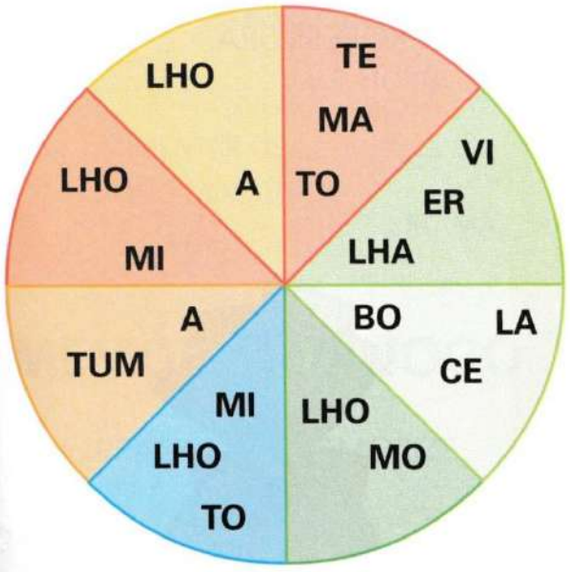
2 NAS FRASES ABAIXO, HÁ SEMPRE UMA PALAVRA DESTACADA. DEPOIS DA LETRA **L** DESSA PALAVRA, ACRESCENTE A LETRA **H** E COMPLETE CADA FRASE.
DICA: VOCÊ DEVE TER UMA NOVA PALAVRA EM CADA FRASE!

A) A MENINA QUE ESTÁ NA **FILA** É MINHA _____.

B) EU LEVO NA **MALA** UMA BONITA _____.

C) QUEM ACENDE A **VELINHA** É UMA _____.

3 JUNTE AS SÍLABAS E ENCONTRE NA "*PIZZA*" O NOME DE CADA INGREDIENTE. ESCREVA OS NOMES ENCONTRADOS SEGUINDO A DICA.
DICA: SÓ VALEM OS NOMES COM **LH**.



_____
_____
_____
_____
_____
_____

4 **EM DUPLA.** LEIAM EM VOZ ALTA AS PALAVRAS DO QUADRO.

VELHA	FILHA	OLHO	TELHADO

A) EM QUANTOS IMPULSOS VOCÊS FALARAM ESSAS PALAVRAS? SEPAREM AS SÍLABAS E INDIQUEM.

VELHA → ____ ____ ____ → ____ SÍLABAS

Página 2189
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 350
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

FILHA →	____	____	____ →	____ SÍLABAS
OLHO →	____	____	____ →	____ SÍLABAS
TELHADO →	____	____	____ →	____ SÍLABAS

B) QUE LETRA FICOU SEMPRE JUNTO DO **H**? _____

5 LEIAM O TRECHO DE UM POEMA COM A PROFESSORA.

O EMBRULHO DO GETÚLIO

[...]
O QUE ESTÁ ESCONDIDO
DENTRO DO EMBRULHO?
SERÁ QUE BORBULHA?
SERÁ UMA AGULHA?
[...]
CHEIO DE ORGULHO
GETÚLIO ABRE O EMBRULHO:
SÓ TEM BAGULHO!

DILAN CAMARGO. **O EMBRULHO DO GETÚLIO**. SÃO PAULO: SCIPIONE, 2004. P. 6.



REPITAM EM VOZ ALTA ESTAS PALAVRAS QUE APARECEM NOS VERSOS DESSE POEMA.

EMBRU**LH**O BORBU**LH**A AGU**LH**A
ORGU**LH**O BAGU**LH**O



Página 2190
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 351
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2191
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
352
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI ARACY TRINDADE CÁURIO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
353

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

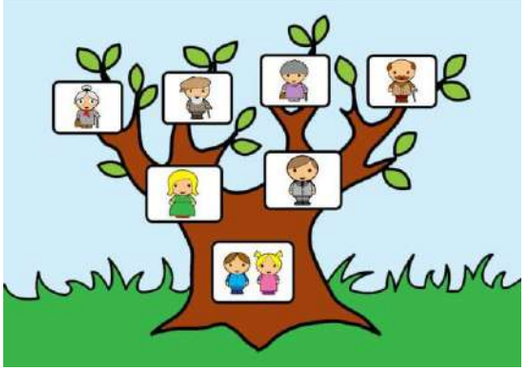
DIA DE INTEGRAÇÃO DAS TURMAS

História: Lápis cor de pele (cada professora contou previamente na sua turma a história, conforme faixa etária)



No dia seguinte, todos foram ao pátio e as professoras recontaram a história no grande grupo.

Após, cada um fez seu desenho e foi enviado para casa, um trabalho sobre a árvore genealógica.



Cada professora trabalhou em sua sala com os retornos trazidos.

Na semana seguinte, foram selecionados dois trabalhos para serem retomados no grande grupo, mostrando as árvores genealógicas e as diversidades de pessoas.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Foi convidado um grupo de capoeira para conversar com as crianças. Após conversa, todos escutaram música de roda de capoeira e acompanharam os integrantes numa roda.

Na semana seguinte, foi feita uma conversa sobre o respeito às diversidades, finalizando com massagem no colega ao som de música relaxante.

OBS: Em diversos momentos são trabalhadas histórias, oportunizando reflexões e discussões sobre o respeito ao próximo.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2194
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
355
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI BORGES DE MEDEIROS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

No ano de 2021,um ano pandêmico, que até a metade foi de forma remota, as propostas de atividades foram pensadas e elaboradas buscando entender e facilitar o entendimento da família para que a mesma conseguisse ajudar a criança em casa e que pudéssemos contribuir para o desenvolvimento integral da criança levando em conta sua realidade. Nesse ano, foram realizados diferentes projetos nas turmas, nenhum com um tema específico sobre Educação para as relações étnico-raciais, mas com essas questões inseridas nos diferentes projetos no decorrer do ano letivo. Inicialmente as propostas foram realizadas e sugeridas de forma remota, bem como histórias, brincadeiras e músicas que conforme cada projeto em alguma atividade estava a temática sendo vivenciada e conhecida pelas crianças de forma lúdica.

No retorno presencial, algumas propostas foram retomadas levando em consideração sua importância e que nem todas as crianças realizaram as propostas de forma remota. Assim, dentre as atividades propostas nos projetos podemos destacar as lendas do Boitatá, Caipora, Curupira , Lenda da Erva-mate, Saci-Pererê, brincadeiras africanas e indígenas: como Pega-pega- cama de gato,amarelinha,corrida do Saci, construção de brinquedos e pesquisa sobre sua origem, atividades realizadas a partir da história “Curumim”, rimas com palavras indígenas, histórias sobre o cuidado com a natureza pontuando o exemplo da cultura indígena, atividades de valorização da cultura a partir das histórias “Meu crespo é de rainha” e “Menina Bonita do laço de Fita” e “ Amoras”, proposta de pesquisa sobre representatividade negra, música todo mundo é diferente, construção de instrumentos musicais e sua origem, construção origem e significado da boneca abayomi,rodas de conversa sobre a importância de respeitar o outro.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2196
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
357
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI DARCY VARGAS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2197
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 358
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265BF

ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS EM 2021

ATIVIDADES BERÇÁRIO

Turma: Berçário II Professora: Nara Denise Farias Carretts

O trabalho desenvolvido com a cultura africana, afro-brasileira e indígena está pautado na literatura infantil. Por meio da literatura há o encontro cultural, colocando à criança como parte do processo e valorizando as diferentes etnias. Envolvendo outras linguagens para a experimentação e acomodação de informações.

Lenda indígena:

A dança do arco-íris

Acesso: https://novaescola.org.br/conteudo/3177/a-danca-do-arco-iris#:~:text=Daquele%20dia%20em%20diante%2C%20quando,%C3%ADris%20saltava%20para%20outro%20lado.

Há muito e muito tempo, vivia sobre uma planície de nuvens uma tribo muito feliz. Como não havia solo para plantar, só um emaranhado de fios branquinhos e fofos como algodão-doce, as pessoas se alimentavam da carne de aves abatidas com flechas, que faziam amarrando em feixe uma porção dos fios que formavam o chão. De vez em quando, o chão dava umas sacudidelas, a planície inteira corcoveava e diminuía de tamanho, como se alguém abocanhasse parte dela.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Certa vez, tentando alvejar uma ave, um caçador errou a pontaria e a flecha se cravou no chão. Ao arrancá-la, ele viu que se abrira uma fenda, através da qual pôde ver que lá embaixo havia outro mundo.

Espantado, o caçador tampou o buraco e foi embora. Não contou sua descoberta a ninguém.

Na manhã seguinte, voltou ao local da passagem, trançou uma longa corda com os fios do chão e desceu até o outro mundo. Foi parar no meio de uma aldeia onde uma linda índia lhe deu as boas-vindas, tão surpresa em vê-lo descer do céu quanto ele de encontrar criatura tão bela e amável. Conversaram longo tempo e o caçador soube que a região onde ele vivia era conhecida por ela e seu povo como "o mundo das nuvens", formado pelas águas que evaporavam dos rios, lagos e oceanos da terra. As águas caíam de volta como uma cortina líquida, que eles chamavam de chuva. "Vai ver, é por isso que o chão lá de cima treme e encolhe", ele pensou. Ao fim da tarde, o caçador despediu-se da moça, agarrou-se à corda e subiu de volta para casa. Dali em diante, todos os dias ele escapava para encontrar-se com a jovem. Ela descreveu para ele os animais ferozes que havia lá embaixo. Ele disse a ela que lá no alto as coisas materiais não tinham valor nenhum.

Um dia, a jovem deu ao caçador um cristal que havia achado perto de uma cachoeira. E pediu para visitar o mundo dele. O rapaz a ajudou a subir pela corda. Mal tinham chegado lá nas alturas, descobriram que haviam sido seguidos pelos parentes dela, curiosos para ver como se vivia tão perto do céu.

Foram todos recebidos com uma grande festa, que selou a amizade entre as duas nações. A partir de então, começou um grande sobe-e-desce entre céu e terra. A corda não resistiu a tanto trânsito e se partiu. Uma larga escada foi então construída e o movimento se tornou ainda mais intenso. O povo lá de baixo, indo a toda a hora divertir-se nas nuvens, deixou de lavrar a terra e de cuidar do gado. Os habitantes lá de cima pararam de caçar pássaros e começaram a se apegar às coisas que as pessoas de baixo lhes levavam de presente ou que eles mesmos desciam para buscar.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Vendo a desarmonia instalar-se entre sua gente, o caçador destruiu a escada e fechou a passagem entre os dois mundos. Aos poucos, as coisas foram voltando ao normal, tanto na terra como nas nuvens. Mas a jovem índia, que ficara lá em cima com seu amado, tinha saudade de sua família e de seu mundo sem poder vê-los, começou a ficar cada vez mais triste. Aborrecido, o caçador fazia tudo para alegrá-la. Só não concordava em reabrir a comunicação entre os dois mundos: o sobe-e-desce recomeçaria e a sobrevivência de todos estaria ameaçada.

Certa tarde, o caçador brincava com o cristal que ganhara da mulher. As nuvens começaram a sacudir sob seus pés, sinal de que lá embaixo estava chovendo. De repente, um raio de sol passou pelo cristal e se abriu num maravilhoso arco-íris que ligava o céu e a terra. Trocando o cristal de uma mão para outra, o rapaz viu que o arco-íris mudava de lugar.

- Iuupii! - gritou ele. - Descobri a solução para meus problemas!

Daquele dia em diante, quando aparecia o sol depois da chuva, sua jovem mulher escorregava pelo arco-íris abaixo e ia matar a saudade de sua gente. Se alguém lá de baixo se metia a querer visitar o mundo das nuvens, o caçador mudava a posição do cristal e o arco-íris saltava para outro lado. Até hoje, ele só permite a subida de sua amada. Que sempre volta, feliz, para seus braços.

Lenda indígena recontada por João Anzanello Carrascoza, ilustrada por Alarcão

A proposta do trabalho era a seguinte:

Planejamento:
Atividades:

- Lenda narrada do Arco-íris
- Música “Arco-íris”- O diário da Mika – youtube https://www.youtube.com/watch?v=hXcuClvthSM

Objetivo:

- Conhecer a lenda do arco-íris;
- Fazer a experiência do arco-íris;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

- Explorar o arco-íris através do CD

Proposta:

- Ouvir a narração da lenda do arco-íris;
- Fazer a experiência do arco-íris com o CD
- Ouvir, dançar de acordo com o ritmo da música Arco-íris, acesso https://www.youtube.com/watch?v=hXcuClvthSM

Arco-íris com confetes coloridos:

Usar os confetes da cor que compõe o arco-íris, colocar água e deixar um tempo até as cores se desprenderem do doce.





Recurso:

- Power point;
- Confetes coloridos;
- CD
- Rede social whatsapp;
- Youtube

Gravação de vídeo pela professora com as músicas para colocar no grupo

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





Cultura africana

História: O menino de todas as cores

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Atividades: contação de história “o menino de todas as cores”, caixa sensorial, trabalho com massinha e tinta, confecção da capulana (tecido com pintura africana), tambor de material reciclado;

Objetivos:

- conhecer a história e explorar as cores do menino e as suas aventuras;
- manusear a massinha de modelar,
- manusear o pincel com tinta e cola colorida
- confeccionar a capulana;
- brincar com a caixa sensorial
- explorar diferentes ritmos com o tambor reciclado;

Proposta:

Conhecer a história que está disponibilizada no youtube. Na sala de aula vai ocorrer a contação de história, fazendo a sequência de cores e explorando a narrativa poética do texto.

Exercitar a motricidade fina com a massinha de modelar e o movimento de pinça com o pincel ao pintar o TNT para confeccionar a sua capulana.

Brincar com ritmos com o tambor feito de material reciclado. E continuar explorando a caixa sensorial.

Recurso:
o menino de todas as cores - Meninos de todas as cores - Varal de Histórias
lata vazia de Nescau ou leite em pó;
sala virtual;
TNT
plasticor
massinha de modelar

MATERNAL I

As turmas do Maternal IA, das professoras Cláudia Rodrigues e Ana Paula Assunção, Maternal IB da professora Ida Luiza Maier e Maternal IC da professora Mariane Leite trabalhou a questão das diferenças, diversidade de forma a fazer com que as crianças e as famílias se sentissem acolhidas, para entrar nesse assunto

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

primeiramente trabalhamos a interação, e na sequência abordamos o Ensino da História e Cultura Africana, trabalhamos às diferenças e socialização, com a atividade da Menina Africana, assim propomos diversas formas de atividade com diferentes materiais como:

Com folha de ofício e tinta;



Com a mão e tinta de diversas formas; dobraduras com diferentes tipos de papel, giz de cera, linha, com E.V.A, panos pretos e vermelhos para fantoches, dentre outros…

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

MATERNAL II

O ano de 2021 foi um ano bem atípico, devido a pandemia, foi um desafio ter que trabalhar presencialmente e online. O Maternal IIB Integral, trabalhou o assunto em questão de forma a fazer com que as crianças e famílias se sentissem acolhidas, lembro-me, que para entrar nesse assunto primeiramente trabalhamos as diferenças, e na sequência abordamos o Ensino da História e Cultura Africana. Trabalhou- se alimentação, algumas brincadeiras e a Lenda Africana Bayomi.

- Segue algumas fotos do nosso trabalho, online e presencial.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
366

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Respeito às diferenças:
Identidade - Educação Infantil









Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





Turma: MATERNAL IIB INTEGRAL Professora: GRACIELLI LOVATTO

MATERNAL II A INTEGRAL

- Identidade e respeito às diferenças;
- Vídeo Respeito às Diferenças;
- Música Normal é Ser Diferente;
- Atividade Autorretrato.

- Consciência Negra;
- Lenda Abayomi;
- Brincadeira Africana Terra Mar;
- História e Atividade Menina Bonita do Laço de Fita.

Em 2021 trabalhamos com ensino híbrido. Assim, nossa turma de Maternal II D / tarde buscou através de propostas diferenciadas acolher as crianças e famílias num tema importante como o Ensino da História e Cultura Africana e Indígena. Foram realizadas atividades diversificadas que incluíram dentro do contexto Africano e Indígena brincadeiras, lendas, construção de personagens, dialeto, diversidade...

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
368

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

- Assim, envio alguns registros deste trabalho:
- Professora: Adriana Vargas de Vargas / Maternal II / D / Tarde.

- **CULTURA AFRICANA**





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
369

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF



Respeito às diferenças:
Identidade - Educação Infantil



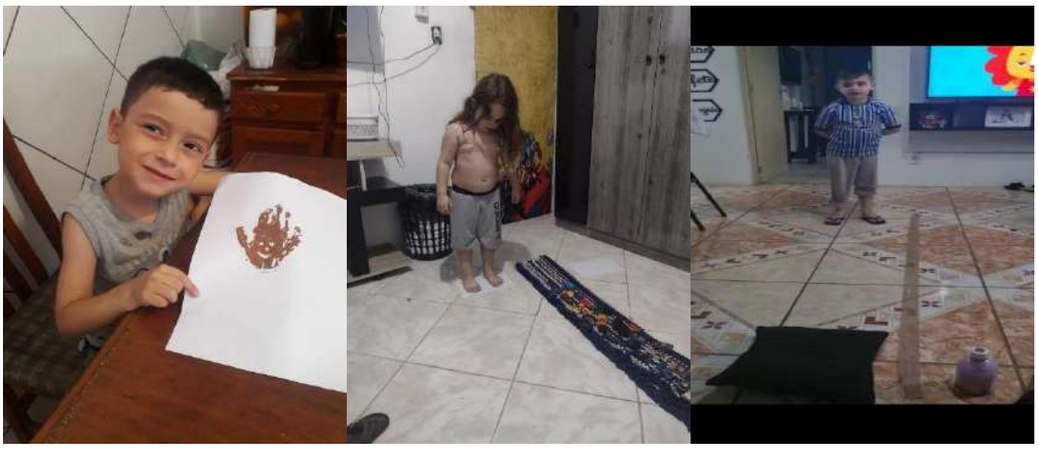






Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.





- **CULTURA INDÍGENA**





Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Turma: Maternal II Professora: Adriana Vargas de Vargas

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

A turma do Maternal II A da professora Alessandra trabalhou, assim como os demais, com a literatura infantil sobre os temas citados, pois as crianças nesta faixa etária devem ser os protagonistas na construção de sua aprendizagem. Conforme as competências elencadas no Projeto Político Pedagógico da Escola e na Base Nacional Comum Curricular.

Portanto, com a pandemia educadores, crianças e famílias tiveram que se adaptar nesta nova forma de ensino, mas não deixaram de assegurar os direitos de aprendizagem das crianças.

As propostas foram realizadas de acordo com cada projeto elaborado por nível com objetivos de acordo com a faixa etária, bem como eixos temáticos conforme prevê a legislação.

Foi salientado a importância do respeito as diferenças, pois acreditamos que deve ser trabalhado desde a infância para que toda a problemática social de desigualdade e preconceitos étnicos raciais possam ser revertidos, já que as crianças estão em fase construção e desenvolvimento integral.

Como exemplo das propostas há fotos acima e as devolutivas foram através das redes sociais conforme exemplo abaixo:



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2212
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
373
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

PRÉ – A

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

NÍVEL: Pré A

Projeto: Universo de cores

História: Boneca Abayomi

Hoje vamos conhecer a história de uma boneca negra, símbolo de resistência, que ficou conhecida como Abayomi. A palavra abayomi tem origem iorubá, uma das maiores etnias do continente africano, e quer dizer “aquela que traz felicidade”. A boneca é confeccionada a partir de retalhos de tecidos, sem uso de cola ou linha, somente com nó. Não possui demarcação de olhos, nariz nem boca e, sua vestimenta geralmente traz estampas e muito colorido.



Acesse o link para conhecer a história e após, separe retalhos para confeccionar a sua Abayomi e presentear uma pessoa que você goste muito, pois segundo dizem, esse gesto significa que você está oferecendo o que você tem de melhor para essa pessoa.

https://www.youtube.com/watch?v=76ltTMLyxwQ

PRÉ-B

Fizemos essa atividade com os alunos do Pré B, inserida no projeto da turma, com intuito de conscientizá-los sobre o respeito as diferenças, trabalhamos a cultura afro brasileira e indígena conforme

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
374

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

o Projeto Político Pedagógico da Escola, uma das atividades foi a seguinte:

Olá galerinha! O Dia Nacional da Consciência Negra é celebrado no Brasil em 20 de novembro. E para

comemorar esta data tão importante vamos conhecer a história da Lelê. Depois de assistir a história,

pedimos que façam um desenho bem criativo da nossa personagem principal da história, dando

destaque para o cabelo da menina, que pode ser feito com materiais que temos em casa, como: lã,

papel, jornal, fitas, dentre outros. Lembrando que vocês devem aparecer ao lado da Lelê no desenho.

Imaginem que legal, a personagem e você ao lado dela em um desenho? Vamos cumprir esse desafio?



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2214
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
375
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI IDA FIORI

DRUCK

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Página da peça
376

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Experiências desenvolvidas com às crianças sobre a Cultura africana e indígena no ano de 2021.

Na Emei Ida Fiori Druck no ano de 2021 , um ano atípico em decorrência da pandemia da covid19, com aulas remotas e após com retorno presencial de forma escalonada, a cultura africana e indígena foi abordada através da hora do conto , com as seguintes histórias :Menina Bonita do laço de Fita, O cabelo de Lelê, Qual é a cor do amor , Cor de Pele, Tulu, O Quintal da minha casa e Caue e a Tribo Indígena , algumas destas histórias foram trabalhadas em forma de vídeo, outras no presencial com contação de histórias com livros e fantoches.

Abordamos também através da culinária, atividades de pesquisa pelo classroom sobre alimentos de origem indígenas que as famílias conheciam ou consumiam, as devolutivas foram maiores pelos grupos do whatsapp.

Foi confeccionado junto às crianças, no ensino presencial, bonecas africanas, as quais surgiram a partir da hora do conto, também utilizamos o globo para mostrar as crianças onde a África fica situada.

Como os povos africanos são muito orais, um dos muitos costumes que eles utilizam para estimular nas crianças as diferentes linguagens artísticas, são: a música, a dança e as artes visuais, exploramos então, através de vídeos do youtube músicas infantis africanas, cantigas de roda, brincadeiras com instrumentos musicais e modelagem com argila, com o intuito de mostrar a sensibilidade e riqueza dessa cultura qual estamos inseridos.

Iniciamos através da horta da escola a valorização da terra e o alimento que ela produz, enfatizando quem foram os primeiros habitantes ,isto é , os povos nativos do Brasil, como o respeito á cultura dos povos que ainda existem.

Portanto, de acordo com nosso PPP e da carta de intenção do ano anterior, tentamos valorizar ás culturas que são partes fundamentais da construção da história de nosso país e estas se entrelaçam em nossos costumes diários. Como 2021 foi um ano pandêmico as devolutivas das famílias eram poucas ou ás vezes não entendiam o valor da proposta, como também o escalonamento das crianças fez com que muitas não participassem de algumas atividades,

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

neste ano de 2022 estamos realizando uma sequencia de atividades que iniciamos no ano passado para dar sentido as nossas concepções.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2217
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
378
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI IVANISE JANN DE JESUS

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

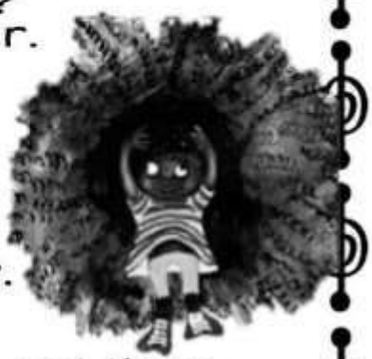
PROPOSTA DA SEMANA 16/11 À 19/11
TEMA DA PROPOSTA: DIVERSIDADE E CONSCIÊNCIA NEGRA
PROFESSORA: LISIANI PEREIRA **TURMA:** PRÉ B1

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL IVANISE JANN DE JESUS

LEIA PARA A CRIANÇA E AUXILIE NA TAREFA.

O cabelo de Lelê

Valéria Belém



Lelê não gosta do que vê.
De onde vem tantos cachinhos?
Pergunta sem saber o que fazer.

Joga pra lá, puxa pra cá.
Jeito não dá, jeito não tem.

Toda pergunta exige resposta.
Em um livro vou procurar!
Pensa Lelê num canto a cismar.

Fuça aqui, fuça lá.
Mexe e remexe até encontrar o tal livro,
muito sabido!que tudo aquilo pode explicar.

Depois do Atlântico, a África chama
e conta uma trama de sonhos e medos
de guerras e vidas e mortes no enredo.
Também de amor no enrolado cabelo.

Lelê gosta do que vê
Vai à vida, vai ao vento,
Brinca e solta o sentimento.

Descobre a beleza de ser como é
Herança trocada no ventre da raça do pai,
do avô, de além-mar até...

O negro cabelo é pura magia,
Encanta o menino e a quem se avizinha.
Que gira e roda no fuso da Terra.
De tantos cabelos que são a memória.

Lelê já sabe que em cada cachinho
Existe um pedaço de sua história
Lelê ama o que vê! E você?

Página 2218
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 379
Peça 4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO
ACESSO P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

AGORA É A SUA VEZ, DESENHE A LELÊ E PARA FAZER SEUS CABELOS USE LINHAS, TECIDOS OU LÃS SE TIVER EM CASA.

ALUNO (A): _____

RESPONSÁVEL:_____

DATA:_____

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2220
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
381
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI JOÃO FRANCISCATTO

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Relatório sobre as práticas pedagógicas no ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas em 2021

As práticas pedagógicas abordadas, dentro desta temática, nas turmas de Maternal II, Pré A e Pré B, foram através de histórias infantis, como " A Menina Bonita do Laço de Fita", "Lenda da Imembuí", "Abayomi". Além destes recursos, foram trabalhadas músicas, vídeos, danças, relatos realizados pelas famílias e crianças através de reflexões de como ainda vivem esses povos, atualmente.

Nossa escola possui em seu projeto fio-condutor "Resgatando Valores para um mundo melhor por meio do brincar". E estas temáticas tornam-se de suma importância a criança vivenciar em seu cotidiano infantil.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2222
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
383
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI LUIZA UNGARETTI

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Ensino da cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas nas escolas Municipais de Santa Maria/RS

Na EMEI Luiza Ungaretti ressaltamos a cultura dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros através da culinária, brincadeiras, histórias e canções. Foram produzidos instrumentos musicais de origem indígena, africana e afro-brasileira como chocalhos, coquinho e paus de rumba.

Chocalho: refeito com um recipiente fechado, de material reaproveitado contendo materiais dentro como sementes, grãos e pedrinhas.

Coquinho: dois cascos de coco ocos para serem tocados batendo um no outro.

Paus de Rumba: dois cilindros de madeira de mais ou menos 15cm unidos por um barbante, pintados com tinta colorida para serem tocados um no outro.

Foi trabalhada a história “O cabelo de Lelê” com os alunos, ressaltando a diversidade. Também foi trabalhada a importância da forma de se relacionar e cultivar a terra como fazem os povos indígenas, que é uma forma de respeito e cuidado, o que originou no projeto da horta da EMEI Luiza Ungaretti. E foram feitos adereços de origem indígena e africanos.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2224
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
385
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI MONTANHA RUSSA

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2225
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
386
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

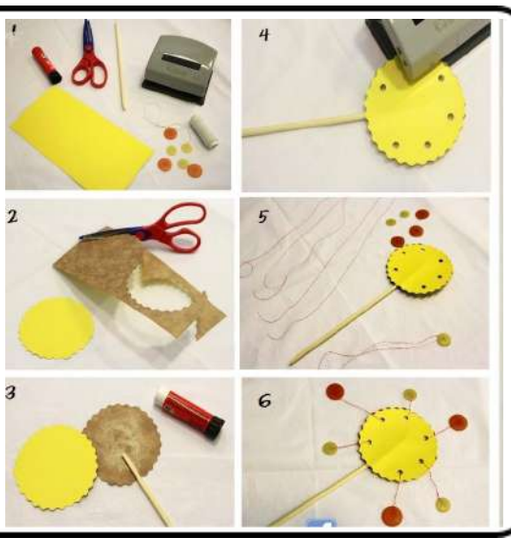
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTANHA RUSSA
ENSINO REMOTO 2021 - PRÉ ESCOLA – B
8 a 12 de Novembrode 2021

ATIVIDADE 1 – HORA DA HISTÓRIA

No mês de novembro celebramos o Dia da Consciência Negra, por isso, vamos conhecer a *LENDA DO TAMBOR AFRICANO* no link: https://www.youtube.com/watch?v=tk9bLG0lFkA
As lendas são histórias muito antigas que foram contadas de geração em geração. Elas explicam o universo, a natureza e os costumes dos povos.

ATIVIDADE 2 –INSTRUMENTOS AFRICANOS

Você sabia que muitos dos nossos costumes foram influenciados pela cultura africana?
Na música a cultura africana contribuiu com os ritmos que são a base de boa parte da música popular brasileira. Também há alguns instrumentos musicais brasileiros, como o berimbau, o afoxé e o agogô, que são de origem africana. Nessa semana, vamos construir um instrumento chamado KABULETÊ. Veja como é fácil:



ATIVIDADE 3 – BRINCADEIRA AFRICANA

TERRA-MAR: É uma brincadeira popular em Moçambique, foi adaptada para o Brasil. O jogo consiste em uma reta riscada no chão, onde de um lado é terra e o outro mar. Ao ouvirem "Mar", todos pulam para o lado do mar. Ao ouvirem "Terra", pulam para o lado da terra.

ATIVIDADE 4–MÁSCARAS AFRICANAS

Com uma máscara no rosto podemos nos transformar em muitas coisas. Podemos fazer de conta que somos animais ou outras pessoas, não é mesmo? Na cultura africana as máscaras são utilizadas em rituais de dança e celebrações religiosas, para atrair boa sorte e proteger a família. Veja como são bonitas e variadas. Use as imagens abaixo como inspiração e faça a sua máscara com o material que tiver em casa:



ATIVIDADE 5 – ENCONTRO ONLINE

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2226
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
387
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI NOSSO LAR

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Trabalho da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena na Educação Infantil da EMEI NOSSO LAR

Rodas de conversa: Reunir as crianças para conversar sobre.
Apresentar revistas, jornais e livros para que as crianças se reconheçam (ou não) no material exposto.

Vídeos e Contos: Textos e imagens que valorizam o respeito às diferenças.
Dispor brinquedos que apresente a diversidade cultural.

Comida: Pesquisa explorar e degustar de alimentos de origem africana.

Música e Artes: Conhecer músicas em diferentes línguas e de diferentes origens.

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2228
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
389
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI SINOS DE BELÉM

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.



Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página
2236
Processo
01216-0200/21-4
Página da peça
397
Peça
4651996
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO
P02265BF

RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2021 SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA

EMEI ZAHIE BERED

FARRET

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Processo
01216-0200/21-4

Peça
4651996

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZAHIE BERED FARRET
RUA SANTA BÁRBARA S/Nº – VILA BELA UNIÃO – SANTA MARIA

REGISTRO DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS EM CONFORMIDADE COM A LEI 11.645 - Art. 26A – ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Durante o ano de 2021, foram realizadas diversas propostas envolvendo as culturas indígenas e afro-brasileiras, em conformidade com a lei 11.645, de 10 de março de 2008. Dentre elas:

*Leitura de duas obras: “O cabelo de Lelê” (Valéria Belém), “O tupi que você fala” (Claudio Fragata), “Menino Poti” (Ana Maria Machado), “Menina bonita do laço de fita” (Ana Maria Machado) e atividades sobre elas, de acordo com a idade e desenvolvimento dos estudantes da turma, como motricidade fina, criatividade, autonomia e exploração de materiais e ambientes.

*Vídeos: Cultura Africana – Costumes e tradições; Conhecimento das Tribos indígenas que existem no Brasil;

*Registros através de desenhos – O que a criança já conhecia da cultura africana e suas descobertas;

*História e confecção da Boneca Abayomi, utilizando retalhos de tecido;

*Música e dança: África (A viagem do Multi);

*Confecção de máscaras africanas;

*Construção de brinquedos indígenas com o uso de materiais recicláveis como: Maraca e Peteca;

*Lendas indígenas: Lenda da Mani Mandioca, Lenda da Vitória Régia, Lenda da Caipora e Lenda da Erva-mate;

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

*Dobradura da OCA;

*Brincadeiras de origem africana – “Amarelinha”, “Pular corda”, “Pular elástico”, “Chicotinho Queimado”.

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.AC39.8257.8D54.112C.622D.

Página 2239
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 1
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

CONTRATO Nº 042/2021

*Instrumento contratual que entre si assinam o Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS - CI/CENTRO e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, na qualidade de administradora do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a contratação dos serviços técnicos especializados para a estruturação de projeto de concessão de serviço público.*

EDITAL DE ORIGEM: Dispensa de Licitação n° 093/2021
PROCESSO Nº 104/2021

Por este instrumento particular de contrato, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO/RS - CI/CENTRO**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 94.446.804/0001-62, com sede à Rua Lamartine Souza n° 68 CEP 97050-280, Santa Maria - RS, neste ato representado por **Sr. PAULO RICARDO SALERNO,** brasileiro, divorciado, Prefeito de Restinga Seca - RS, portador do documento de identificação nº 5078300091/ SSP/RS e do CPF nº 001.803.030-07, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, neste ato representada pela Superintendente Nacional S.E. Cintia Lima Teixeira de Castro, brasileira, portadora do documento de identificação nº 111216958 DICRJ e do CPF nº. 093.889.327-06, atuando na qualidade de Administradora do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público Privadas ("FEP CAIXA"), inscrito sob o CNPJ 30.157.240/0001-65, conforme designação do Art. 2º da Lei nº 13.529, de 04/12/2017 e do Art. 1º do Decreto nº 9.217, de 04/12/2017 (doravante denominada **CONTRATADA ou CAIXA**).

As Partes firmam o presente instrumento, sob o regime instituído pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, Lei nº 13.529, de 04/12/2017, e suas alterações, e no Estatuto do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – FEP CAIXA, e suas alterações, ficando as Partes sujeitas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto a contratação da **CAIXA** para a estruturação de Projeto de Concessão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO/RS - CI/CENTRO, com recursos do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas – FEP CAIXA, nos termos da Lei Federal nº 13.529/2017.

1.2 O serviço técnico especializado contratado é composto pelas seguintes atividades:

a. Assessoramento Técnico sob os aspectos de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico-financeiro para estruturação de Projeto de Concessão incluída a fase de licitação da concessão, definição das condições de contratação do verificador independente, se houver, e do relacionamento com órgãos de controle, conforme Termo de Referência deste contrato;
b. Consultoria Técnica Especializada para realização dos estudos de viabilidade e desenvolvimento dos documentos necessários para a licitação do Contrato de Concessão e, se houver, do verificador independente.

1.3 A execução do objeto, no que tange à utilização dos recursos do FEP CAIXA, respeitará as especificações constantes no Termo de Referência deste contrato.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2240
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

1.4 O Ente Público contratante poderá aderir à utilização dos serviços de consultoria especializada em licitações, com prestação de assessoria e apoio operacional na realização da licitação, a ser prestada pela B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO, de forma voluntária e ciente das obrigações dela decorrentes.
1.5 Os serviços de consultoria prestados pela B3 SA, não se confundem com as competências próprias do CONTRATANTE na condução da licitação da concessão propriamente dita.
1.6 O FEP CAIXA não responderá por eventual falha ou má condução dos serviços prestados pela B3 SA e por eventual embate entre o CONTRATANTE e o prestador de serviços (B3).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1 O prazo de vigência do presente contrato será de 42 (quarenta e dois) meses contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, prorrogável por até 18 (dezoito) meses, nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em comum acordo entre as Partes.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** e seus subcontratados não serão responsabilizados por atrasos no cumprimento do Plano de Trabalho e do Cronograma do Projeto, caso as atividades relacionadas a este contrato sejam atrasadas ou impedidas por causas externas de força maior, incluindo, entre outros, casos fortuitos, atos de governo local estadual ou federal, greves, comoções civis ou similares, condicionado à comunicação formal ao **CONTRATANTE** tão logo tenha ciência da ocorrência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
3.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:
I. Permitir aos técnicos e empregados da **CONTRATADA** e da Consultoria Técnica Especializada, acesso às áreas físicas do **CONTRATANTE** envolvidas na execução do contrato, sempre que necessário, assim como o acesso aos livros e registros contábeis, aos funcionários, gerentes, auditores e agentes, desde que relacionado ao projeto, precedido de comunicação formal por parte da **CONTRATADA**, observadas as suas normas de segurança internas;
II. Fornecer à **CONTRATADA** e à Consultoria Técnica Especializada, dados, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;
III. Informar tempestivamente à **CONTRATADA** o desligamento de qualquer dos contatos cadastrados, com vistas ao imediato cancelamento dos seus acessos às informações;
IV. Tratar todos os dados relativos ao projeto com o sigilo e o zelo necessários, mantendo-os atualizados e comprometendo-se a dar adequada utilização às informações disponibilizadas pela **CONTRATADA**, desobrigando-a de qualquer responsabilidade pela utilização indevida por terceiros;
V. Designar e informar à **CONTRATADA** o representante responsável pela interlocução;
VI. Efetuar o reembolso ao FEP CAIXA, nas formas e situações previstas neste contrato;
VII. Garantir que o Edital de Licitação da Concessão contenha a previsão de obrigação do reembolso dos recursos ao FEP CAIXA por parte do ente privado, como condição para a assinatura do Contrato de Concessão;
VIII. Garantir que o Edital de Licitação da Contratação contenha a previsão de fornecimento, por parte do ente privado, de informações relativas ao monitoramento da concessão, a serem alimentadas em sistema, no formato e periodicidade definidos pelo poder concedente;
IX. Designar representante para acompanhamento da execução e fiscalização do contrato;
X. Efetuar o pagamento da contrapartida estipulada na Cláusula Quinta;
XI. Caso opte pela utilização dos serviços da Consultoria Técnica Especializada prestados pela B3 SA, assinar a Ordem de Serviço na condição de Interveniente Anuente, para formalização da adesão, por meio da qual assumirá as obrigações necessárias para a realização do serviço.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2241
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 3
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

3.2 São obrigações da **CONTRATADA**:

I. Desenvolver e gerenciar as atividades relativas à estruturação do Projeto de Concessão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO/RS - CI/CENTRO**, inclusive no tocante ao verificador independente, se houver, conforme as especificações da Cláusula Primeira;

II. Manter, durante todo o contrato, uma equipe técnica regular, dedicada, qualificada e suficiente para a prestação dos serviços descritos no item 1.2;

III. Realizar todas as contratações necessárias para a realização dos serviços objeto deste contrato;

IV. Manter disponibilidade de recursos para o cumprimento integral do objeto do contrato;

V. Informar tempestivamente ao **CONTRATANTE**, sempre que houver necessidade de documentação adicional, esclarecimentos ou quaisquer outros insumos cuja falta possa ser impeditiva para prosseguimento dos trabalhos;

VI. Elaborar e manter atualizado o Plano de Trabalho e Cronograma do Projeto, a partir do início da eficácia deste contrato, com a anuência do **CONTRATANTE**;

VII. Dar ciência imediata e por escrito ao **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VIII. Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto contratual, diretamente por seus empregados ou prepostos;

IX. Disponibilizar ao **CONTRATANTE** os produtos parciais e finais gerados no cumprimento das fases do objeto deste contrato.

X. Designar e informar ao **CONTRATANTE** o representante responsável pela interlocução;

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica autorizada a subcontratação de Consultorias Técnicas Especializadas necessárias para a execução do contrato, conforme cláusula 1.2.b, exceto o serviço de Assessoramento Técnico prestado pela CAIXA previsto na Cláusula 1.2.a.

CLÁUSULA QUARTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

4.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente contrato será dada publicidade à participação da CAIXA, do Governo Federal, do **CONTRATANTE** e, se for o caso, do organismo internacional, se houver acordo de cooperação, conforme descrito no item 5.3.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 As despesas para execução dos serviços descritos no item 1.2 do presente contrato poderão ser custeadas em 90% (noventa por cento) com recursos do FEP CAIXA, até o limite das obrigações estabelecidas neste contrato, sem vinculação das cotas utilizadas com o cotista beneficiário de sua subscrição.

5.2 O **CONTRATANTE** desembolsará o valor de **R$ 874.104,74** (oitocentos e setenta e quatro mil, cento e quatro reais e setenta e quatro centavos), equivalente a dez por cento (10%) do valor global indicado no item 9.1 na forma de contrapartida.

I. Este instrumento terá eficácia a partir do pagamento da contrapartida financeira discriminada no caput, a ser realizada em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a assinatura deste contrato, prorrogáveis por igual período em comum acordo entre as Partes.

II. A perda do prazo estabelecido no inciso I, ou ainda o cancelamento do procedimento de disponibilização da contrapartida, por qualquer motivo, que inviabilize o desembolso em definitivo resultará na rescisão automática deste contrato.

5.3 A **CONTRATADA** poderá, a seu critério, constituir acordo de cooperação com organismo internacional, como fonte de recursos adicional para compor o total indicado no item 5.1, sem prejuízos ao cumprimento deste contrato, em especial no tocante às regras de reembolso dos recursos dispostas na Cláusula Décima.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2242
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 4
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 As obrigações da **CONTRATADA** estabelecidas neste contrato não serão transmitidas aos cotistas do FEP CAIXA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1 A prestação de serviços consubstanciada no presente instrumento beneficia-se de dispensa de licitação nos termos do Art. 5º da Lei nº 13.529, de 04/12/2017, conforme **Processo de Dispensa nº 093/2021** (Processo nº 104/2021), publicada em Diário Oficial da União em 03/11/2021, a que se vincula este contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANIFESTAÇÃO DO CONTRATANTE NAS FASES

8.1 Fica garantido ao **CONTRATANTE** o direito ao acesso e à avaliação sobre os trabalhos desenvolvidos e entregues no decorrer das atividades inerentes ao objeto deste contrato, de acordo com o Plano de Trabalho e Cronograma do Projeto.

8.2 Ao final de cada uma das fases relativas à Avaliação do Projeto, Estruturação do Contrato, Validação Externa e Licitação e Contratação, definidas no Termo de Referência deste contrato, será enviado ao **CONTRATANTE** o respectivo relatório, acompanhado da documentação pertinente, para análise e manifestação no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

I. O representante indicado pela **CONTRATADA** será o responsável pelo envio dos documentos ao **CONTRATANTE**, assim como pelo recebimento das manifestações.

II. A ausência de manifestação do **CONTRATANTE** em até 15 (quinze) dias corridos a partir do envio implicará em aprovação tácita do relatório.

8.3 Caso o **CONTRATANTE** formalize manifestação contrária às conclusões do relatório, total ou parcial, fundamentada com argumentação técnica, a **CONTRATADA** formalizará seu posicionamento em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da manifestação.

8.4 O **CONTRATANTE** terá prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento do posicionamento da **CONTRATADA**, para consideração final e, persistindo a manifestação contrária por parte do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** formalizará **Comunicado de Suspensão dos Serviços** até a realização de reunião entre as Partes, com registro de ata, para acordo de continuidade e retomada dos serviços no dia útil seguinte à data da reunião.

8.5 Decorridos 60 (sessenta) dias do Comunicado de Suspensão dos Serviços, não havendo acordo entre as Partes, o contrato será rescindido unilateralmente pela **CONTRATADA**, nos termos previstos pela alínea “I.a” do Item 10.1.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO SERVIÇO CONTRATADO

9.1 O serviço contratado, discriminado no item 1.2, para o cumprimento de todas as fases do processo de estruturação da Concessão, será prestado no valor global de **R$ 8.741.047,46** (oito milhões, setecentos e quarenta e um mil, quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

§ 1º O valor do serviço contratado poderá sofrer deságio em função dos valores efetivamente despendidos na contratação de Consultoria Técnica Especializada. Neste caso o valor excedente referente à contrapartida estabelecida no item 5.2 será devolvido ao **CONTRATANTE**, na forma estabelecida no inciso II do item 11.1.

§ 2º Cada fase cumprida implica em sua inclusão no montante de serviços considerados para fins de reembolso ao FEP CAIXA, em acréscimo às fases anteriormente concluídas, sem prejuízo à inclusão de fases parcialmente cumpridas, com serviços efetivamente realizados e contabilizados até a data de término ou suspensão dos trabalhos.

9.2 O valor de reembolso ao FEP CAIXA é composto pelas seguintes componentes:

I. O valor discriminado no item 9.1, apurado até a data do término ou suspensão dos trabalhos, mesmo em caso de estudos não aproveitados, devidamente atualizado pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), desde a data de cada desembolso, inclusive, até a data do efetivo reembolso, exclusive;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2243
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

II. O Percentual Adicional de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor do Inciso I, a título de remuneração do FEP CAIXA;
III. O valor adicional de R$ 402.202,87 (quatrocentos e dois mil duzentos e dois reais e oitenta e sete centavos) a título de manutenção do FEP CAIXA, devidamente atualizado pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), desde a data de assinatura deste contrato, inclusive, até a data do efetivo reembolso, exclusive.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEMBOLSO DOS RECURSOS AO FEP CAIXA

10.1 Responsabilidade de reembolso ao FEP CAIXA pelo **CONTRATANTE**, relativamente aos valores definidos nos incisos I e III do item 9.2, na proporção dos custos incorridos, nos casos de:

I. Desistência do **CONTRATANTE**, mediante:
   a. vencimento dos prazos contratuais para manifestação do **CONTRATANTE** quanto aos produtos parciais e finais recebidos, na forma da cláusula Oitava;
   b. vencimento do prazo para abertura do procedimento licitatório, conforme cláusula Décima Segunda;
   c. determinação expressa da autoridade competente para interrupção do processo, inclusive nos casos previstos no item 13.1.

II. Alteração do escopo originalmente contratado para o projeto, demandada pelo **CONTRATANTE**, que resulte em retrabalho ou desperdício de trabalho da **CONTRATADA**;
III. Alteração unilateral dos termos do Edital de Licitação pelo **CONTRATANTE**, sem o conhecimento e/ou anuência da **CONTRATADA**, com exceção do disposto no item 10.2;
IV. Dados errados fornecidos pelo **CONTRATANTE** que resultarem na inviabilidade do projeto, retrabalho ou desperdício de trabalho da **CONTRATADA**;
V. Ausência de lei, na esfera de atuação do **CONTRATANTE**, que autorize a concessão, estudada no cumprimento do objeto deste contrato;
VI. Ausência de Plano de Resíduos Sólidos Urbanos na esfera de atuação do **CONTRATANTE**;
VII. Insucesso na transferência do empreendimento à iniciativa privada mediante certame licitatório, exceto em casos de:
   a. encerramento do processo licitatório sem êxito na transferência do empreendimento à iniciativa privada, observado o disposto na cláusula Décima Segunda;
   b. inabilitação dos concorrentes, caracterizada por descumprimento dos critérios definidos no Termo de Referência do Edital de Licitação para Concessão do serviço;
   c. determinação de órgãos de controle.
VIII. Outras situações não previstas que resultarem na descontinuidade dos trabalhos, em retrabalho ou desperdício de trabalho, quando o **CONTRATANTE** der causa.

10.2 O FEP CAIXA será reembolsado pelo **CONTRATANTE**, relativamente aos valores definidos nos incisos I, II e III do item 9.2 e serviços de Consultoria Técnica Especializada a licitações, caso opte pelos serviços na forma do item 1.4, nos casos em que haja publicação de edital de licitação da Concessão sem cláusula prevendo o reembolso ao FEP CAIXA pelo licitante vencedor dos valores indicados nos incisos I, II e III do item 9.2 e de pagamento à B3 pelos serviços de Consultoria Técnica Especializada a licitações.

10.3 Responsabilidade de reembolso ao FEP CAIXA pelo **CONTRATANTE**, relativamente aos valores definidos nos incisos I, II e III do item 9.2, na hipótese de o **CONTRATANTE** assinar o contrato de Concessão com o ente privado vencedor sem a comprovação da liquidação do pagamento ao FEP CAIXA, relativamente aos incisos I, II e III do item 9.2.

10.4 Responsabilidade de reembolso ao FEP CAIXA pelo **CONTRATANTE**, relativamente à metade dos valores definidos nos incisos I e III do item 9.2, na proporção dos custos incorridos, nos casos de indeferimento de licença prévia ambiental, quando ocorrido no decurso da prestação dos serviços previstos neste contrato.

10.5 O **CONTRATANTE** deverá reembolsar os recursos ao FEP CAIXA em até 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da data de recebimento da notificação da **CONTRATADA**.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2244
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 6
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

10.6 A ausência de reembolso no prazo estabelecido implicará na inscrição do **CONTRATANTE** no cadastro do CADIN, do qual será retirado somente após o efetivo pagamento.
10.7 O FEP CAIXA será reembolsado pelo Licitante Vencedor, no caso de sucesso na conclusão do processo licitatório, relativamente aos valores definidos nos incisos I, II e III do item 9.2, pago em parcela única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a oficialização do resultado, prorrogável por igual período, e pagamento à B3, caso formalizada essa opção pelo CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a adjudicação do contrato de concessão, como condições prévias para assinatura do Contrato de Concessão.
10.8 Em todas as situações de reembolso os recursos são devidos exclusivamente ao FEP CAIXA, independentemente da constituição de instrumento de cooperação indicado no item 5.3.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEMBOLSO DOS RECURSOS AO CONTRATANTE
11.1 Responsabilidade de reembolso ao **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA**, dos valores definidos no item 5.2, nos casos de:
I. desistência unilateral da **CONTRATADA**, conforme previsto na alínea b inciso IV do item 13.1, com reembolso do valor integral da contrapartida em até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de desistência.
II. apuração a menor do valor de contrapartida estimado inicialmente no item 5.2, com reembolso da diferença ao final do contrato, na prestação de contas final.
III. sucesso na concessão, com reembolso do valor integral da contrapartida aportada em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento do reembolso do ente privado à **CONTRATADA** previsto no item 10.6.
IV. desistência do **CONTRATANTE**, conforme inciso I do item 10.1, com reembolso do valor remanescente da contrapartida após o desconto dos custos incorridos, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de desistência.
V. inviabilidade técnica da concessão estudada, conforme previsto na alínea c inciso IV do item 13.1, com reembolso do valor remanescente da contrapartida após o desconto na proporção dos custos incorridos, em até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de desistência.
PARÁGRAFO ÚNICO. Os valores discriminados no item 11.1, apurados até a data do término ou suspensão dos trabalhos, serão atualizados pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), desde a data de cada desembolso, inclusive, até a data do efetivo reembolso, exclusive.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO DA CONCESSÃO
12.1 O **CONTRATANTE** terá prazo para abertura do procedimento licitatório de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de conclusão definitiva da fase de Estruturação do Contrato, incluindo o tempo necessário para realização de consulta pública e aprovação no Conselho Gestor de Parcerias do **CONTRATANTE**, com possibilidade de prorrogação por até 60 (sessenta) dias, uma única vez.
12.2 O descumprimento do prazo caracterizará desistência e obrigação de pagamento do valor de reembolso ao FEP CAIXA pelo **CONTRATANTE**, na forma da cláusula Décima.
12.3 O edital de licitação deverá conter, obrigatoriamente, cláusula contendo previsão de pagamento do valor de reembolso ao FEP CAIXA pelo ente privado vencedor, composto pelos valores estabelecidos nos incisos I, II e III do item 9.2, e de pagamento à B3 pelos serviços de assessoria técnica especializada a licitações, como condição à assinatura do contrato.
12.4 Em caso de insucesso na licitação será concedido à **CONTRATADA** o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável em comum acordo entre as Partes, para alterações no projeto de concessão original e reapresentação dos documentos que compõem a Estruturação do Contrato, com nova abertura de prazo para o **CONTRATANTE** iniciar o processo licitatório, nos termos do item 12.1.
12.5 Em caso de novo insucesso na licitação, a decisão por nova alteração ou cancelamento do projeto de concessão será tomada mediante acordo entre as Partes, situação na qual o acréscimo nos valores dos serviços previstos neste contrato não poderá resultar em valor total superior ao máximo estabelecido no item 9.1.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2245
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

13.1 A rescisão deste contrato poderá ocorrer:

I. Por ato unilateral do **CONTRATANTE** nos casos dos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993;

II. Amigavelmente, por acordo entre as Partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

III. Judicialmente, nos termos da legislação;

IV. Por decisão unilateral da **CONTRATADA:**

a. no caso de ausência de manifestação do **CONTRATANTE**, nos termos do inciso IV do item 8.2;
b. em defesa dos interesses do FEP CAIXA;
c. em caso de inviabilidade técnica da concessão estudada, detectada a qualquer momento durante a realização dos serviços;
d. nos casos previstos no inciso VIII do item 10.1.

V. Automaticamente, no caso de ausência de contrapartida financeira do **CONTRATANTE**, nos termos do inciso II do item 5.2.

13.2 As fases concluídas deverão ser integralmente reembolsadas à **CONTRATADA** e as etapas parcialmente executadas farão jus ao recebimento proporcional ao cumprimento da fase, independentemente do motivo da rescisão contratual, exceto quando a rescisão ocorrer pelos motivos de que tratam as alíneas b e c do inciso IV do item 13.1.

13.3 Os valores do presente contrato não pagos na data aprazada deverão ser acrescidos desde então até a data do efetivo pagamento, por multa de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata tempore die*.

13.4 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do **CONTRATANTE**.

13.5 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6 O descumprimento de qualquer cláusula do presente contrato por qualquer das Partes, caracteriza motivo de rescisão de contrato e passível de aplicação das penalidades cabíveis.

13.7 A parte que descumprir qualquer das cláusulas contratuais, dará causa à rescisão do contrato, ficando ressalvada a possibilidade de indenização por perdas e danos, desde que categoricamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DIREITO PATRIMONIAL, DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA DOCUMENTAÇÃO DOS PRODUTOS GERADOS

14.1 Todos os produtos finais entregues na conclusão definitiva dos serviços objeto deste contrato pertencerão ao **CONTRATANTE**.

§ 1º O **CONTRATANTE** ratifica ciência e concordância quanto à utilização, pela **CONTRATADA,** de todas as informações obtidas ou geradas durante a prestação dos serviços, no âmbito das atividades do FEP CAIXA e em benefício deste, desde que não implique em revelação de informação protegida por sigilo.

§ 2º No caso de constituição de acordo de cooperação com organismo internacional, na forma do item 5.3, serão propriedade do **CONTRATANTE**, e as informações obtidas ou geradas poderão ser utilizadas pelo organismo parceiro e pela CONTRATADA, em cumprimento de suas finalidades institucionais, ou em projetos futuros semelhantes, ainda que com outras partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 Os serviços contratados serão prestados pela **CONTRATADA** preponderantemente no município da sede da **CONTRATADA**, no entanto, de acordo com as especificidades, bem como necessidades, poderão ser prestados em localidades em que o **CONTRATANTE** disponha de recursos para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2246
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 8
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

16.1 Os documentos comprobatórios da execução deste contrato deverão ser apresentados em original, física ou digitalmente, sendo que as comunicações formais entre as Partes serão consideradas como regularmente feitas se entregues fisicamente, mediante protocolo de recebimento, ou eletronicamente para os seguintes endereçamentos:

a. **se para a CAIXA:**
SUFUS – Superintendência Nacional de Fundos de Governo
SAUS – Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco E, 11º andar – Brasília/DF
CEP: 70.070-030
Endereço Eletrônico: sufus@caixa.gov.br

b. **se para o Contratante:**
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO/RS - CI/CENTRO, Rua Lamartine Souza n° 68, Santa Maria – RS
CEP 97050-280
Endereço Eletrônico: administracao@circ.rs.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O **CONTRATANTE** declara não possuir qualquer tipo de impedimento legal, ambiental ou regulatório que se imponha à realização dos serviços objeto deste contrato, no âmbito do escopo originalmente contratado, assim como em relação à transferência do empreendimento à iniciativa privada, e que a existência de qualquer impedimento ao projeto resulta na obrigação do **CONTRATANTE** em reembolsar o FEP CAIXA, nos termos da cláusula Décima.

17.2 Conforme Art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995, o edital do procedimento licitatório para contratação do parceiro privado deverá necessariamente conter cláusula que condicione a assinatura do contrato pelo vencedor da licitação ao reembolso dos valores estabelecidos nos incisos I, II e III do item 9.2, e de pagamento à B3 pelos serviços de assessoria técnica especializada a licitações.

17.3 Incumbirá ao **CONTRATANTE** a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial, conforme dispõe o Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4 O **CONTRATANTE** é responsável pela integridade e veracidade de todas as informações que disponibilizar para o cumprimento deste contrato.

17.5 O **CONTRATANTE** ratifica a possibilidade de participação de organismo internacional no cumprimento deste contrato, conforme disposto na Cláusula Quinta.

17.6 O **CONTRATANTE** se compromete a colaborar prontamente com a **CONTRATADA**, e com a equipe do organismo internacional envolvido no projeto, se houver, durante todo o período de vigência do contrato de concessão, sempre que solicitado, facilitando o acesso aos concessionários do projeto e às informações referentes à prestação do serviço concedido.

17.7 O **CONTRATANTE** ratifica a possibilidade do organismo internacional, se houver, conceder financiamento, garantias, ter interesses, direitos ou participação na administração de um ou mais Licitantes, fornecer seguro de risco político, ser envolvido em um relacionamento de investimentos com os licitantes ou suas afiliadas ou assessorar aos licitantes ou seus afiliados, desde que esta assessoria não esteja relacionada com os projetos relacionados a este contrato, situações nas quais o organismo internacional, por força de acordo, se obriga a informar à **CONTRATADA** o mais brevemente possível.

17.8 Os casos omissos neste contrato serão resolvidos em comum acordo entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões deste instrumento remanescentes de insucesso de arbitragem, as Partes elegem, com privilégio sobre qualquer outro, o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do local da sede do **CONTRATANTE**.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2247
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

E, para firmeza e como prova de assim haver, entre si, ajustados e contratados, foi lavrado o presente contrato que depois de lido e achado conforme é assinado digitalmente, pelas Partes e testemunhas abaixo nomeadas.

A assinatura digital consiste em mecanismo que confere autenticidade a documentos produzidos eletronicamente. Tem como respaldo legal a Medida Provisória (MP) 2200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, que tem como objetivo "*garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras*" (art. 1º).

Santa Maria – RS, 10 de novembro de 2021.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Administradora do FEP CAIXA

CINTIA LIMA TEIXEIRA DE CASTRO:09388932706
Assinado de forma digital por CINTIA LIMA TEIXEIRA DE CASTRO:09388932706
Dados: 2021.11.12 14:42:31 -03'00'

Assinatura do Representante Legal da CONTRATADA
Nome: Cintia Lima Teixeira de Castro
CPF: 093.889.327-06
Cargo: Superintendente Nacional S.E.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO/RS - CI/CENTRO

PAULO RICARDO SALERNO:00180303007
Digitally signed by PAULO RICARDO SALERNO:00180303007
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=29803902000148, ou=Certificado PF A3, cn=PAULO RICARDO SALERNO:00180303007
Date: 2021.11.10 09:17:22 -03'00'

Assinatura do Representante Legal da CONTRATANTE
Nome: PAULO RICARDO SALERNO
CPF: 001.803.030-07
Cargo: Presidente do CI/CENTRO

Testemunhas

MARTA LUCIANA ROOS DA SILVA:91471249034
Digitally signed by MARTA LUCIANA ROOS DA SILVA:91471249034
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=92702067000196, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARBANRISUL, ou=RFB e-CPF A3, cn=MARTA LUCIANA ROOS DA SILVA:91471249034
Date: 2021.11.10 09:18:24 -03'00'

Assinatura da Testemunha
Nome: ____
CPF: _____

MARKUS JOHANNES STUMPP:68340389068
Assinado de forma digital por MARKUS JOHANNES STUMPP:68340389068
Dados: 2021.11.10 13:39:58 -03'00'

Assinatura da Testemunha
Nome: _____
CPF: _____

AC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2248
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

CONTRATO Nº 042/2021
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto estabelecer os termos e diretrizes pelos quais a Caixa Econômica Federal (CONTRATADA, CAIXA) efetuará o desenvolvimento e gerenciamento das atividades relativas à estruturação do projeto de SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, NA MODALIDADE DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) DE ORIGEM DOMICILIAR – SERVIÇOS DIVISÍVEIS com escopo/ abrangência SISTEMA COMPLETO – Coleta , Transbordo, Transporte, Tratamento e Destinação Final, exclusive varrição, para os seguintes municípios ***(Agudo, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, Santa Maria, Santiago, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sapé, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Vila Nova do Sul)***, integrantes do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO, compreendendo as etapas que precedem a contratação do parceiro privado.

1.2 Neste Termo de Referência utiliza-se o termo 'SISTEMA DE RSU" como o sistema de manejo de resíduos sólidos, composto por toda infraestrutura necessária à implementação dos serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos e de disposição final dos rejeitos em aterros sanitários.

1.2.1 Quando o escopo/abrangência do PROJETO for exclusivamente tratamento e destinação final, não será incluída a infraestrutura relacionada aos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos.

1.3 Detalhamento do Objeto

1.3.1 O serviço técnico especializado a que se refere o subitem 1.2 do Contrato de Prestação de Serviços FEP CAIXA (CONTRATO) visa promover a qualificação dos estudos técnicos elaborados e a adoção das medidas necessárias para a realização da licitação e formalização do contrato de concessão em condições adequadas aos interesses da administração pública, observada a legislação pertinente.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2249
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 11
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

1.3.1.1 O escopo dos SERVIÇOS TÉCNICOS abrangerá todo o perímetro dos municípios INTEGRANTES DO PROJETO.

1.3.1.2 Entende-se como “INTEGRANTES DO PROJETO”, os municípios integrantes do consórcio que são abrangidos pelo PROJETO.

1.3.1.2.1 Serão designados INTEGRANTES DO PROJETO, para fins deste Termo de Referência, os municípios listados no item 1.1, os quais poderão ser alterados ao longo da estruturação do PROJETO, desde que respeitadas as premissas iniciais do Edital de Chamamento Público, comprovada a vantagem para o PROJETO e que haja a aceitação por parte da CONTRATANTE e do ENTE PÚBLICO.

1.3.1.2.2 A mudança dos INTEGRANTES DO PROJETO será restrita à 01 (uma) alteração referente ao limite de 30% de variação de acréscimo ou decréscimo no contingente populacional ou no número de municípios, é admitida até a ETAPA 1 sem ensejar acréscimo nos valores acordados e aditivos contratuais.

1.3.1.2.3 Por se tratar de estruturação de concessão para Consórcio Público, sempre que necessário, deverão ser consideradas as situações de cada Município, do Consórcio Público e do conjunto de Municípios INTEGRANTES DO PROJETO, quando for o caso.

1.3.1.2.4 A CONTRATADA deverá proceder à análise da legislação, bem como dos contratos, acordos e demais ajustes, pertinentes a cada município INTEGRANTE DO PROJETO, de forma individualizada.

1.3.1.3 O serviço técnico especializado contratado é composto pelo Assessoramento Técnico, realizado pela CAIXA, e pelos serviços realizados por Consultoria Técnica Especializada.

1.3.1.3.1 Os serviços de assessoramento técnico a serem prestados pela Caixa consistirão na supervisão, acompanhamento e validação dos estudos e documentos técnicos produzidos pela consultoria técnica especializada, necessários à estruturação completa de concessão.

1.3.1.3.2 Os serviços da Consultoria Técnica Especializada consistirão na realização dos estudos de viabilidade e desenvolvimento dos documentos necessários para a licitação do Contrato de Concessão e, se houver, dos contratos subordinados.

2 OBJETIVOS

2.1 A estruturação de projeto, preferencialmente na forma de Concessão Administrativa, para realização de investimentos e prestação do serviço do SISTEMA DE RSU ao Ente Público, visando:

2.1.1 Desenvolver estudos para a implementação dos serviços de coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos e de disposição final dos rejeitos em aterros sanitários, adotando-se a rota tecnológica mais satisfatória e adequada às exigências legais quanto ao aspecto ambiental e de adequação à qualidade da prestação dos serviços à população, especialmente quanto à modicidade tarifária.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2250
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 12
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

2.1.1.1 Quando o escopo/ abrangência do projeto for exclusivamente Tratamento e Destinação Final, não serão incluídos os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos no objeto da concessão.

2.1.1.2 Quando o escopo/abrangência do projeto for o sistema completo (Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final), os estudos deverão avaliar individualmente o CAPEX/OPEX e as condições de viabilidade (inclusive quanto à tarifa necessária), para as duas partes do escopo (Coleta/Transporte e Tratamento/Destinação Final).

2.1.2 Estruturar o PROJETO, após a identificação e validação da modalidade de concessão mais adequada, mediante estudos de demanda e de natureza econômico-financeira (preferencialmente nos moldes de Concessão Comum, mas considerando as possibilidades de Concessão Administrativa ou Patrocinada), para realização de investimentos e prestação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, na modalidade de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de origem domiciliar – serviços divisíveis

2.1.3 Identificar e validar o melhor arranjo jurídico-institucional a partir da modalidade de concessão definida.

2.1.4 Buscar a melhoria da qualidade dos serviços nos INTEGRANTES DO PROJETO, incluindo, entre outras medidas, a modernização, o incremento na qualidade dos serviços de gestão, operação e manutenção do sistema.

2.1.5 Promover a redução de incidentes, problemas e falhas na operação dos serviços.

2.1.6 Buscar a viabilização técnica e financeira da concessão, envolvendo as localidades que compõem o PROJETO, de acordo com aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes.

2.1.7 Promover o alinhamento dos interesses e necessidades do ENTE PÚBLICO às condições de viabilidade e atratividade de mercado.

2.1.8 Conciliar o PROJETO com outras ações relacionadas a eventuais funções públicas de interesse comum da região.

2.1.9 Propiciar a melhor concepção de custo-benefício técnica e de engenharia para suprir as necessidades e níveis de serviço esperados pelo ENTE PÚBLICO, para suprir as necessidades da região de cobertura do PROJETO.

2.1.10 Elaborar soluções técnicas associadas a critérios de regionalização, com opção preferencial de solução unificada.

2.1.11 Viabilizar tecnicamente, quando possível, a licitação de lotes de concessão dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, envolvendo as localidades que compõem o PROJETO, de acordo com aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes.

2.1.12 Aplicar critérios, premissas e indicadores adotados ou desenvolvidos para a gestão dos resíduos sólidos urbanos, conforme o Plano Microrregional, o Plano Intermunicipal, o Plano de Gestão Integrada e demais planos de resíduos sólidos que abranjam o objeto do contrato, caso existentes.

2.2 Além dos objetivos já referidos, o PROJETO tem como finalidade avaliar e indicar, caso viável, a implantação de mecanismos para:

- Recuperação de passivos ambientais;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2251
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Instituição de programas de reaproveitamento (compostagem, resíduos orgânicos, resíduos sólidos recicláveis secos, geração de energia etc.);
- Serviço de educação ambiental e ações de conscientização da população e agentes envolvidos no processo voltados ao manejo sustentável dos resíduos sólidos urbanos;
- Instituição de alternativas para a implantação e gestão de sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- Alinhamento do PLANO DE NEGÓCIO resultante da modelagem às práticas acreditadas pelo mercado financeiro para garantir sua financiabilidade;
- Vinculação dos mecanismos de pagamento da CONCESSIONÁRIA ao seu desempenho por meio dos indicadores de desempenho, os quais devem ser estruturados de modo a formar um sistema de incentivos e indução de comportamento, alinhando o interesse econômico da CONCESSIONÁRIA com o interesse público;
- Recomendações técnicas, financeiras e jurídicas claramente fundamentadas e documentadas através de premissas, análises, estudos, evidências, estudos de BENCHMARKING e justificativas;
- Desenvolvimento dos estudos, a condução das atividades técnicas, bem como a elaboração dos respectivos PRODUTOS de acordo com as diretrizes, nível de detalhamento, embasamento e justificativas técnicas previstos e condizentes com a legislação vigente. Importante observar que o escopo e nível de detalhamento esperados neste PROJETO não se comparam com produtos gerados em processos de PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse), que são tipicamente mais simples e com menos discussões e embasamentos.

3 DIRETRIZES

3.1 As principais diretrizes a serem observadas na prestação dos serviços técnicos especializados objeto do Contrato são:

3.1.1 Buscar soluções que melhor beneficiem a população dos municípios;

3.1.2 Qualidade ao PROJETO desenvolvido;

3.1.3 Eficiência e sustentabilidade dos serviços a serem concedidos;

3.1.4 Alinhamento dos interesses e necessidades do ente público às condições de viabilidade do mercado;

3.1.5 Indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

3.1.6 Responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

3.1.7 Transparência dos procedimentos e das decisões;

3.1.8 Sustentabilidade financeira e vantagem socioeconômicas dos projetos;

3.1.9 Atendimento ao escopo do PROJETO aprovado pelo Conselho do FEP CAIXA;

3.1.10 Adequada alocação de riscos do PROJETO entre o ente público e o parceiro privado.

3.1.11 A melhoria da qualidade dos serviços no ENTE PÚBLICO, incluindo, entre outras medidas, a modernização, o incremento na qualidade dos serviços de gestão, operação e manutenção do sistema;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2252
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 14
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

3.1.12 A expansão dos serviços com a finalidade de suprir eventual demanda reprimida ou crescimento vegetativo dos municípios INTEGRANTES DO PROJETO até o final do contrato de concessão;

3.1.13 A melhoria da qualidade dos serviços nos INTEGRANTES DO PROJETO, incluindo, entre outras medidas, a modernização, o incremento na qualidade dos serviços de gestão, operação e manutenção do sistema;

3.1.14 A redução de incidentes, problemas e falhas na operação dos serviços;

3.1.15 A viabilização técnica e financeira da concessão, envolvendo as localidades que compõem o PROJETO, de acordo com aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes;

3.1.16 A avaliação do potencial de implementação de novos serviços e tecnologias que utilizem a infraestrutura a ser implementada, considerando todos os custos e receitas potenciais advindas de sua implementação;

3.1.17 A avaliação da possibilidade de aproveitamento energético dos resíduos, a fim de otimizar os aspectos financeiros da concessão, naqueles casos em que houver viabilidade técnica e econômica;

3.1.18 A compatibilização do projeto com quaisquer Instrumentos de Política Urbana previstos na Lei Federal n° 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade);

3.1.19 A implementação de regulação por nível de serviço.

3.2 A atuação da CAIXA visa a conferir isenção e imparcialidade aos estudos e modelagens para a estruturação do projeto de Concessão.

3.3 Premissas para o PROJETO

3.3.1 Recomenda-se que o PROJETO adote soluções técnicas associadas a critérios de regionalização, com opção preferencial de solução unificada.

3.3.2 Deverão ser observados os modelos de provisão de serviços já estabelecidos na área de abrangência do PROJETO.

3.3.3 Deverá ser observada a necessidade de entrega de documentação completa para fins licitatórios (estruturação integrada), isto é, de todos os elementos de informação indicados neste Termo de Referência, considerados em seu conjunto.

3.3.4 Deverão ser fornecidas pelo CONTRATANTE informações relevantes para o estudo, tais como planos estratégicos e projetos em andamento e programados, dados socioeconômicos da região, mapeamento dos terrenos disponíveis no município/região, custos médios de mercado de terrenos, condições topográficas básicas dos terrenos e titularidade, se for o caso.

3.3.5 As fontes das informações dos estudos, levantamentos e planos descritos neste Termo de Referência deverão estar claramente evidenciadas, bem como as premissas que fundamentam as conclusões em cada caso.

3.4 Legislação Pertinente

3.4.1 Para aplicação do disposto neste Termo de Referência, as atividades serão desenvolvidas observando-se a legislação específica, bem como todas as alterações que sobrevierem à elaboração

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2253
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 15
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

dos estudos e documentos que implicarem em necessidade de revisão dos produtos, que trata sobre concessões, Resíduos Sólidos e serviços correlacionados, tais como, inclusive, tais como:

- Plano Diretor Municipal;
- Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios;
- Planos intermunicipais e regionais de Resíduos Sólidos;
- Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB);
- Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas, se houver;
- Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitação);
- Lei Federal n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos);
- Lei Federal n° 9.074, de 07 de julho de 1995 (Estabelece normas para Outorga e Prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos);
- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental);
- Lei Complementar Federal nº 101, 4 de maio de 2000 (Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal);
- Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade);
- Lei Federal n° 10.650, de 16 de abril de 2003 (Acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA);
- Lei Federal n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Licitação e Contratação de PPP);
- Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (Consórcios Públicos);
- Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (saneamento básico);
- Decreto Federal n.º 7.217, de 21 de junho de 2010 (Regulamenta a Lei n.º 11.445 – saneamento básico);
- Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Decreto Federal n.º 7.404, de 23 de dezembro de 2010 (Regulamenta a Lei nº 12.305);
- Lei Federal nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012 (Dispõe sobre o aporte de recursos em favor do Parceiro Privado);
- Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole – Regiões Metropolitanas);
- Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2015 (Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI);
- Lei Federal nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Estatuto Jurídico de Empresa Pública);
- Lei Federal nº 13.334, de 13 de setembro de 2016 (Programa de Parcerias de Investimentos - PPI);
- Lei Federal nº 13.529 de 04 dezembro de 2017 (Fundo de Apoio à Estruturação a Projetos de Concessão e PPP – FEP);
- Decreto Federal nº 9.217 de 04 dezembro de 2017 (Composição, Funcionamento e Competência do Fundo de Apoio a Concessões e PPP);
- Lei Federal n.º 13.529, de 4 de dezembro de 2019 (fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas);

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2254
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Decreto Federal n.º 9.217, de 4 de dezembro de 2019 (composição, funcionamento e competência do Conselho de Participação no Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios);
- Lei Federal n.º 14.026, de 15 de julho de 2020 (Lei de Saneamento Básico – Atualização);
- Decreto Federal n.º 10.588, de 24 de dezembro de 2020 (apoio técnico e financeiro sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União, e prestação regionalizada de serviços de saneamento);
- Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico – PNSB;
- Nota Técnica Conjunta nº 1/2020/ SPPI/ MMA/ FUNASA;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (contabilização de concessões e PPP);
- Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - normas aplicáveis ao segmento de resíduos sólidos urbanos;
- Demais normas setoriais, notas técnicas ministeriais pertinentes e legislações federais, resoluções das agências de regulação federais, legislações estaduais ou municipais pertinentes.

4 DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

4.1 Os serviços técnicos especializados descritos neste Termo de Referência referem-se aos serviços para a Estruturação Completa de Concessão abrangendo os aspectos técnicos de engenharia, econômico-financeiro, jurídico e socioambiental na elaboração de projetos, laudos, pareceres, relatórios e informações nas seguintes etapas:

- ETAPA 1 – Planejamento, Diagnósticos e Estudos;
- ETAPA 2 – Estruturação do Contrato;
- ETAPA 3 – Validação externa;
- ETAPA 4 – Licitação da concessão e contratação.

4.2 As etapas serão divididas em subetapas e estas, em blocos de atividades, conforme o quadro a seguir:

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2255
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 17
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

Etapa	Subetapa	Bloco	Prazo máximo (dias corridos)
1 – Planejamento, Diagnóstico e Estudos	1.1 - Planejamento e Gestão do Projeto	1.1.1 - Planejamento do Projeto	30
		1.1.2 - Plano de Comunicação e de Engajamento	180
		1.1.2.1 - Plano de Comunicação e de Engajamento – preliminar	90
		1.1.2.2 - Atualização do Plano de Comunicação e de Engajamento	180
		1.1.3 - Gestão Integrada	30
	1.2 - Jurídico-Institucional	1.2.1 - Situação Jurídico-Institucional	120
		1.2.2 - Modelagem Jurídico-Institucional	210
	1.3 - Técnico-Operacional	1.3.1 - Situação Técnico-Operacional	120
		1.3.2 - Estudos de Engenharia	210
		1.3.3 - Estudos Socioambientais	210
		1.3.4 - Modelagem de Serviços e Indicadores	210
	1.4 - Econômico-Financeiro	1.4.1 - Situação Fiscal	135
		1.4.2 - Diagnóstico da Atratividade	165
		1.4.3 - Estudo de Pré-Viabilidade	165
		1.4.4 - Modelagem Econômico-Financeira	240
2 – Estruturação do Contrato	2.1 - Estruturação do Contrato	2.1.1 - Minutas dos Documentos Licitatórios (Edital, Contrato e Anexos)	90 a partir do início desta SUBETAPA
		2.1.2 - Suporte ao planejamento e preparação do Procedimento Licitatório prévio à publicação do Edital	90 a partir do início desta SUBETAPA
3 – Validação Externa	3.1 - Validação Externa	3.1.1 - Suporte à Condução da Consulta e Audiência Pública	90 dias a partir do início desta SUBETAPA ou até término da Audiência ou Consulta Pública
		3.1.2 - Suporte à Condução de *Roadshows*	90 dias a partir do início desta SUBETAPA
		3.1.3 - Relatório de Respostas	10 dias a partir do término da Audiência ou Consulta Pública, o que ocorrer depois
		3.1.4 - Revisão dos Estudos e Minutas	30 dias a partir do término da Audiência ou Consulta Pública, o que ocorrer depois
4 - Licitação da concessão e Contratação	4.1 - Licitação	4.1.1 - Suporte ao Procedimento Licitatório	90 dias a partir do início desta SUBETAPA ou até o dia da Sessão Pública
	4.2 - Preparação	4.2.1 - Assinatura do Contrato de Concessão	60 dias corridos após término do bloco 4.1.1
		4.2.2 - Preparação da Gestão Contratual	30 dias corridos após término do bloco 4.1.1

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2256
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 18
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

4.2.1 Os prazos expressos na tabela acima iniciam-se a partir da reunião de *kickoff* com a consultoria técnica especializada contratada para apoiar o projeto.

4.2.1.1 Estes prazos são prorrogáveis mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA e concordância por parte do CONTRATANTE.

4.3 No início do PROJETO deverá ser apresentado pela CONTRATADA proposta de Plano de Trabalho que, após validação pelas partes, será o principal instrumento para acompanhamento do PROJETO.

5 ETAPA 1: ESTUDOS PRELIMINARES, PLANEJAMENTO E DIAGNÓSTICO

5.1 Esta etapa compreende o planejamento das atividades a serem desenvolvidas ao longo do projeto e o desenvolvimento de estudos e modelos a partir de informações disponibilizadas pelo CONTRATANTE, de acordo com os subitens seguintes:

- Planejamento do projeto;
- Plano de comunicação e de engajamento;
- Gestão integrada;
- Situação jurídico-institucional;
- Modelagem jurídico-institucional;
- Diagnóstico da situação operacional;
- Estudos de engenharia;
- Estudos socioambientais;
- Modelagem de serviço e indicadores
- Situação fiscal;
- Diagnóstico da atratividade;
- Estudo de pré-viabilidade;
- Modelagem econômico-financeira.

5.2 O desenvolvimento de cada um dos serviços deverá levantar e considerar todos os aspectos relevantes para a viabilidade do projeto.

5.3 Ao final da etapa a CONTRATADA apoiará o CONTRATANTE na tomada de decisão quanto à continuidade ou não do PROJETO.

5.4 A conclusão dessa etapa consiste na entrega da documentação que reúne as condições necessárias e suficientes para deliberação sobre o prosseguimento do projeto e elaboração dos documentos a serem colocados em consulta pública.

5.5 Cada um dos serviços correspondentes a esta etapa está descrito a seguir, bem como as principais atividades e produtos a serem entregues.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2257
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 19
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

5.6 Subetapa 1.1 - Planejamento e gestão do projeto

5.6.1 Bloco 1.1.1 – Planejamento do projeto

5.6.1.1 Tem como objetivo estruturar as bases do PROJETO, estabelecer as diretrizes para execução do objeto, equalizar os conceitos e práticas a serem implementados, estabelecer as equipes de trabalho bem como promover a integração inicial e treinamento destas.

5.6.1.2 O produto será o relatório de Planejamento do Projeto, devendo incluir no mínimo os pontos abaixo listados.

- Plano de Trabalho com as atividades, procedimentos metodológicos para execução dos serviços e entrega dos produtos, bem como os resultados esperados.
- *Workshop* de apresentação do PROJETO, visando equalizar, compartilhar e ampliar a compreensão e conhecimentos sobre o PROJETO, entre os profissionais designados a participar deste.
- Preparação para implantação do modelo de gestão delimitado no *workshop* de apresentação do PROJETO, contendo no mínimo:

a) Detalhamento dos processos de gestão de projeto para gestão de tempo, recursos, riscos, documentação, escopo, comunicação, qualidade;
b) Suporte à montagem, formalização e lançamento dos comitês de governança, bem como da equipe de projeto;
c) Configuração e disponibilização das ferramentas de suporte à gestão e acompanhamento do PROJETO;
d) Capacitação técnica da equipe na metodologia e ferramentas a serem adotadas para a gestão do PROJETO.

5.6.2 Bloco 1.1.2 – Plano de comunicação e de engajamento

5.6.2.1 Consiste nas atividades relacionadas à comunicação social relacionada ao PROJETO, envolvendo transparência e engajamento de *stakeholders*, e definindo como será a execução das ações e estratégias recomendadas no plano.

5.6.2.2 Envolve a elaboração do Plano de comunicação e de engajamento, inclusive a identificação dos públicos de interesse (todos os atores, agrupamentos sociais que possam exercer influência sobre o projeto, positiva ou negativamente).

5.6.2.3 Após a identificação, deverá ser feito o diagnóstico de posicionamento e a proposição de ações de comunicação com os diversos segmentos, a fim de mitigar riscos à operação e promover o engajamento dos públicos envolvidos e fomentar a participação social.

5.6.2.4 O Plano de Comunicação e de Engajamento de *STAKEHOLDERS* será entregue em duas etapas:

- Plano de Comunicação e de Engajamento- preliminar: 90 dias a partir da assinatura do contrato;
- Atualização do Plano de Comunicação e Engajamento:180 dias a partir da assinatura do contrato.

5.6.2.5 Entre as atividades previstas estão:

- Identificação de públicos de interesse contemplando todos os atores, agrupamentos sociais que possam ter influência sobre o projeto, com diagnóstico de posicionamento;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2258
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 20
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Proposta de ações de comunicação com diversos segmentos a fim de mitigar riscos a operação e promover engajamento dos públicos envolvidos e participação social;
- Estratégia de gerenciamento e controle de crises;
- Pesquisa social para elaboração de diagnóstico com foco na viabilidade social da operação e elaboração do plano de engajamento de *stakeholders* e comunicação social;
- Mapeamento e seleção de canais de comunicação;
- Monitoramento de *stakeholders* e ações de engajamento/comunicação;
- Identificação da equipe do ENTE PÚBLICO envolvida e suas respectivas responsabilidades no PROJETO;
- Elaboração de plano de comunicação de modo a responder adequadamente e em tempo hábil a quaisquer questões que possam surgir na preparação do PROJETO;
- Outras atividades relacionadas.

5.6.2.6 Está previsto dentre as atividades do Plano de Comunicação, apoio ao ENTE PÚBLICO na escolha e capacitação de um porta-voz por Município ou porta-voz(es) para o Consórcio.

5.6.2.7 As atividades previstas no plano de comunicação deverão ser executadas pela CONTRATADA de acordo com cronograma existente no plano, ao longo de todo o PROJETO, exceto ações específicas que sejam de responsabilidade exclusiva do ENTE PÚBLICO.

5.6.2.8 O produto deste bloco será um Plano de comunicação e de engajamento.

5.6.3 Bloco 1.1.3 – Gestão integrada

5.6.3.1 Este bloco consiste na execução do gerenciamento do projeto baseado nas melhores práticas de mercado, o qual deve contemplar o reporte e análise da execução das atividades previstas no planejamento contemplado nos blocos anteriores.

5.6.3.2 Engloba também a execução de um simpósio/ *workshop* de conclusão de cada ETAPA.

5.6.3.3 O produto deste bloco será um Modelo de Relatório Padrão da Gestão Integrada, que deverá ser atualizado ao longo de todo o PROJETO.

5.6.3.4 O Relatório da Gestão Integrada deve incluir, no mínimo, os pontos abaixo listados:

- Progresso do PROJETO de acordo com o Planejamento do Projeto elaborado no bloco 1.1.1;
- Progresso do Plano de Comunicação e Engajamento, de acordo com o plano elaborado no bloco 1.1.2;
- Planejamento, elaboração de conteúdo e realização dos simpósios de capacitação a serem realizados ao longo do PROJETO.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2259
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 21
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

5.7 Subetapa 1.2 – Jurídico-institucional

5.7.1 Bloco 1.2.1 – Situação jurídico-institucional

5.7.1.1 Consiste na análise a respeito do panorama legal aplicável ao objeto da Concessão com objetivo de reunir informações para subsidiar a análise de viabilidade jurídica do PROJETO, inclusive quanto aos aspectos da sua licitação e contratação, e identificação das limitações legais que condicionem o seu desenvolvimento, observando as especificidades e com foco no ENTE PÚBLICO:

- Avaliação do quadro jurídico, institucional e regulatório aplicado às Concessões (como por exemplo, a Legislação, o Programa de Parcerias, o Conselho Gestor de Parcerias, entre outros);
- Verificação da existência de marco legal de criação do Programa de Concessões, e de marcos legais que possam impactar nos empreendimentos em questão, bem como verificação da existência de Unidade Gestora de Concessões;
- Levantamento e análise de contratos, acordos operacionais e demais ajustes, entre o poder concedente e terceiros que possam afetar de maneira direta e indireta o PROJETO;
- Levantamento da relação jurídico trabalhista do quadro de pessoal do órgão ou entidade municipal de saneamento e possibilidades de remanejamento de pessoal;
- Levantamento e análise da legislação associada à prestação do serviço ou à execução das obras que serão objeto do PROJETO, envolvendo, inclusive, mas não se limitando a questões ambientais, fundiárias, urbanísticas e tributárias;
- Avaliação de possíveis desapropriações e realocação de famílias, instrumentos jurídicos aplicáveis e impactos no contrato de concessão ou PPP;
- Levantamento e análise da jurisprudência dos tribunais superiores e estaduais, assim como a jurisprudência e os regulamentos do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas local, no que tange aos aspectos que possam interessar ao PROJETO (diretrizes, prazos, vedações etc.);
- Avaliação dos instrumentos de política urbana da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 atualmente previstos na legislação urbana do município, ainda que não estejam sendo efetivamente aplicadas, e avaliar o seu potencial de utilização para otimizar a consecução deste PROJETO;
- Avaliação preliminar do desenho e estruturação do modelo jurídico:

a) Análise jurídica das competências municipais e do Consórcio Público para a concessão dos serviços e mapeamento dos órgãos e entidades públicas que deverão se envolver no PROJETO, para efeito da emissão das autorizações, licenças, permissões, aprovações, entre outras, que se façam necessárias para a estruturação e implantação do PROJETO;

b) Levantamento do arcabouço regulatório do ponto de vista tributário, ambiental, urbanístico, entre outros;

c) Avaliação quanto à necessidade de elaboração ou adequação de Plano Microrregional, Intermunicipal ou de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

d) Mapeamento das opções que o ENTE PÚBLICO possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;

e) Indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado, tais como contratos, convênios de cooperação, contrato de programa etc.;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2260
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 22
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

f) Indicação, se for o caso, da necessidade de adequação do arcabouço jurídico existente através da edição de leis ou atos infralegais;

g) Análise e indicação das formas de remuneração viáveis do serviço público delegável, assim como das receitas acessórias exploráveis.

- Análise da legislação, bem como dos contratos, acordos e demais ajustes, pertinentes a cada município, individualmente, bem como verificação da adequação do instrumento de consórcio e apontamento das alterações normativas (legais, regulamentares ou contratuais) que se façam necessárias, oferecendo as respectivas minutas;
- Análise dos fatores jurídicos, técnicos e procedimentais do ENTE PÚBLICO que condicionam a publicação de editais de licitação;
- Levantamento da situação do ENTE PÚBLICO:

a) Existência de possíveis receitas acessórias;

b) Existência de termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado com o Ministério Público e/ou Órgãos estaduais de controle;

c) Existência de investimentos federais ou estaduais nos ativos objeto dos estudos de concessão;

5.7.1.2 O produto deste bloco será o relatório de Diagnóstico da Situação Jurídico-Institucional, incluindo as minutas de atos normativos necessários à viabilização do PROJETO que se consubstanciará em uma avaliação do quadro jurídico, institucional e regulatório de todos INTEGRANTES DO PROJETO, aplicado à PPP.

5.7.2 Bloco 1.2.2 – Modelagem jurídico-institucional

5.7.2.1 Consiste na definição das premissas jurídicas do modelo de concessão adotado, bem como análise jurídica quanto aos itens que podem ter impacto no PROJETO.

- Desenho e estruturação do modelo jurídico, contendo:

a) Proposta dos critérios de habilitação técnica, jurídica e econômica do leilão contendo a respectiva fundamentação que demonstre a adequação dos requisitos à legislação ou entendimento dos órgãos de controle e adequação às demais premissas do PROJETO;

b) Proposta dos critérios de julgamento evidenciando as razões de escolha em acordo com a legislação ou entendimento dos órgãos de controle e com as demais premissas do PROJETO;

c) Proposta de desenho do leilão e definição do procedimento licitatório com todas as suas etapas;

d) Proposta de mecanismos contratuais inovadores para incentivo e garantia dos investimentos e desempenho do concessionário;

e) Proposta de sistema de sanções e penalidades por inadimplemento contratual contendo estrutura do processo administrativo sancionador e definição de penalidades com gradação e dosimetria proporcionais à gravidade do inadimplemento;

f) Proposta de matriz de riscos do PROJETO contendo estudo do compartilhamento dos riscos associados ao PROJETO e implicações jurídicas associadas à repartição de riscos;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2261
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 23
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

g) Caso a estruturação demonstre a necessidade de solução por PPP, proposta e fundamentação de estrutura de garantia contra o risco de não-pagamento da contraprestação pública em favor do parceiro privado;

h) Proposta e fundamentação de garantias de proposta e de execução contratual em favor do ENTE PÚBLICO;

i) Proposta de diretrizes para contratação do Verificador Independente;

j) Proposta de mecanismos de resolução de disputas, inclusive a arbitragem, para dirimir conflitos decorrentes ou relacionados ao contrato;

k) Cláusulas de rescisão, indenização, penalidade, encampação e reversão dos bens.

l) Avaliação do andamento da aprovação e suficiência do conteúdo eventualmente já aprovado dos atos normativos (projetos de lei, decreto e outros atos infralegais) necessários para viabilizar o PROJETO.

m) Análise e compatibilização da proposta com a legislação de políticas urbanas municipais, considerando individualmente cada município INTEGRANTE DO PROJETO;

n) Análise dos fatores jurídicos, técnicos e procedimentais do ENTE PÚBLICO que condicionam a publicação de editais de licitação;

- Elaboração das minutas preliminares de Edital e Contrato;
- Fornecimento de insumos, peças técnicas e minutas (relatórios, projetos de lei/ decreto etc.) para a elaboração ou atualização de Plano Microrregional, Intermunicipal ou de Gestão Integrada, incluindo os INTEGRANTES DO PROJETO, de forma que sejam compatíveis com o PROJETO e de modo a atender às exigências para a concessão dos serviços.

5.7.2.2 O produto deste bloco será um Relatório contendo Minutas de Projetos de Lei e Atos Normativos, consolidando as conclusões dos estudos em relação à situação jurídico-institucional.

5.8 Subetapa 1.3 – Técnico-operacional

5.8.1 Bloco 1.3.1 – Situação técnico-operacional

5.8.1.1 Consiste no levantamento das seguintes informações referentes à infraestrutura atual instalada, às características e necessidades do ENTE PÚBLICO, às características do modelo atual de gestão, operação e manutenção do sistema bem como os níveis de serviço atuais, dentre outras que se mostrem necessárias:

a) Caracterização do SISTEMA DE RSU e da forma de operação e manutenção, bem como das características físicas dos INTEGRANTES DO PROJETO:

b) Detalhamento da configuração atual de prestação do serviço (diretrizes de operação), com a identificação dos órgãos responsáveis, órgãos executores e formas de contratação no setor;

c) Caracterização da cobertura e a identificação das populações não atendidas ou sujeitas às deficiências no atendimento pelo sistema;

d) Existência de tarifa ou taxa para coleta e tratamento de resíduos, forma de cobrança, valor cobrado e periodicidade;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2262
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 24
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

e) Levantamento dos Resíduos Públicos (RPU) gerados pelos municípios INTEGRANTES DO PROJETO e a caracterização de suas destinações finais, especialmente com relação à volume, natureza, locais de destinação final e custos relacionados;

f) Existência de coleta seletiva, com as seguintes informações: percentual dos resíduos coletados, quantidades de materiais recuperados – papéis, papelões, plástico, metais, vidros e outros;

g) Existência de catadores trabalhando em lixões ou aterros e quantitativo existente, se for o caso;

h) Existência de associações de catadores, número de associações e o quantitativo de seus membros;

i) Existência de trabalho de assistência social aos catadores realizado pelos municípios, informando o número de atendidos, serviços realizados e custos desses serviços;

j) Condições dos instrumentos, das instalações e procedimentos utilizados no sistema;

k) Inventário da infraestrutura existente bem como sua situação patrimonial;

l) Caracterização da prestação dos serviços por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, relativos a receitas, custos, despesas, tarifas etc.;

m) Existência de certificações ISO 9000 e ISO 14000.

n) Descrição do método de disposição final de resíduos nos municípios, incluindo natureza jurídica dos órgãos municipais responsáveis pela prestação de serviço, volume diário de resíduos produzidos, distância até o local de disposição, localização (com coordenadas geográficas) da disposição, valor despendido com a disposição e com o transporte;

o) Detalhamento do quadro de pessoal, manutenção e administrativo;

p) Avaliação da situação atual e estimativa futura da evolução do processo de urbanização e capacidade de atendimento do sistema;

q) Existência de concessão privada para operação de aterro, já formalizada, em formalização ou em negociação. Informar a duração do contrato (início e término previsto) e custo por tonelada da concessão;

r) Existência de projetos e estudos para implantação de aterros sanitários, assim como de áreas definidas ou adquiridas para esse fim, em processo ou não de licenciamento ambiental.

s) Recebimento de resíduos sólidos urbanos de outros municípios em aterro próprio ou terceirizado (número de municípios e volume de resíduos recebidos por dia);

t) Arranjo institucional dos órgãos responsáveis pela prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos nos municípios, incluindo infraestrutura e pessoal atual para a prestação dos serviços;

u) Existência de receitas acessórias e relativas ao recebimento de resíduos de outros municípios;

v) Vida útil restante do aterro, despesas com pessoal e manutenção e os equipamentos disponíveis para a operação;

w) Existência de unidades de transbordo ou outro tipo de serviço intermediário que seja necessário para a destinação final dos resíduos;

x) Plano de contingenciamento operacional para situações de emergência (impossibilidade de operação temporário do aterro, por exemplo) para evitar paralisação do serviço de coleta;

y) Planos de investimento, caso existam;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2263
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 25
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

z) Análise de *due dilligence*:

- Inventário da infraestrutura existente;
- Situação patrimonial;
- Avaliação da capacidade instalada.

aa) Existência de processos de contratação ou contratos associados à execução de obras ou serviços no sistema, envolvendo modernização, expansão, operação ou manutenção desse sistema;

bb) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público e/ou Órgãos estaduais de controle, caso existam;

cc) Existência de passivo ambiental nos municípios e de plano de gestão ambiental;

dd) Estudos de uso e ocupação do solo e previsão de atendimento ao crescimento urbano observado.

5.8.1.2 O produto resultante dos serviços de análise da situação operacional será um relatório de Diagnóstico da Situação Técnico-Operacional do SISTEMA DE RSU.

5.8.2 Bloco 1.3.2 – Estudos de engenharia

5.8.2.1 Consiste na modelagem dos projetos de engenharia consiste na definição e especificação da solução para cumprimento dos indicadores de nível de serviços estabelecidos anteriormente, compreendendo todos os elementos do SISTEMA DE RSU do ENTE PÚBLICO atuais e previstos em projeto de expansão, bem como a especificação da solução de ativos, gestão, operação, manutenção e monitoramento do sistema:

- Os estudos de engenharia deverão ter, no mínimo, nível de detalhamento de anteprojeto de engenharia, sendo que o nível de aprofundamento dependerá da natureza e complexidade do PROJETO e da modalidade de concessão indicada, contendo todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a realização de processo licitatório, atendendo a todas as exigências legislativas;
- Descritivo conceitual do projeto, com infraestrutura necessária e especificidades da capacidade total dos sistemas, com respectivo memorial descritivo;
- Definição das especificações mínimas para todas as instalações e serviços a serem prestados, fornecendo relação de *outputs* do sistema e, em função da demanda por recicláveis e viabilidade das tecnologias de destinação final, dos conceitos de “rejeito” e “resíduo”, visando a definição das responsabilidades contratuais de atendimento das metas (concessionário x concedente);
- Diretrizes construtivas;
- Identificação e mapeamento de áreas de implantação do projeto, incluindo aquelas de difícil acesso, além dos custos e análise de regularidade da implantação deste tipo de empreendimento perante as autoridades competentes;
- Especificação e dimensionamento das instalações, mobiliário e equipamentos a serem empregados;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2264
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 26
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Estimativas de custo individual das obras de arquitetura, complementares de engenharia, paisagismo e comunicação visual, mobiliário e equipamentos previstos incluindo a referência utilizada;
- Descrição das tecnologias disponíveis para a prestação dos serviços a serem concedidos;
- Análise das tecnologias disponíveis considerando sustentabilidade ambiental, social e financeira;
- Indicação da tecnologia para cada etapa do sistema, instruída com justificativas e análises a partir das situações ambientais e geográficas dos INTEGRANTES DO PROJETO;
- Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação dos serviços a serem concedidos, considerando todo o período definido para a concessão, acompanhada de memória de cálculo que evidencie as variáveis independentes e as premissas utilizadas no cálculo para a quantificação tanto de demanda reprimida quanto de crescimento vegetativo;
- Análise de alternativas referentes à prestação do serviço em áreas de ocupação irregular;
- Identificação e análise dos riscos do projeto, inclusive de demanda, inovação tecnológica, ambientais;
- Elaboração de cronogramas físicos de execução de obras e cronograma global de implantação do empreendimento, considerando todo o período da Concessão ou PPP;
- Estimativa de custos de investimento e operação (CAPEX e OPEX) necessários para implantação e manutenção da qualidade do SISTEMA DE RSU, com respectiva memória de cálculo;
- Descrição da matriz de responsabilidades no contexto de uma concessão relacionada à Gestão do SISTEMA para:

a) Autoridade fiscalizadora do contrato;
b) Agência Reguladora, caso aplicável;
c) Operador privado;
d) Agente Financeiro;
e) Entes Públicos.

- Descritivo de possíveis receitas acessórias geradas por meio de atividades complementares àquelas do objeto da Concessão;
- Identificação das obras futuras e em andamento por diversos agentes, incluindo o cronograma físico e seus orçamentos;
- Identificação dos imóveis a serem desapropriados pelo ENTE PÚBLICO, com seus devidos custos e cronograma, quando necessário, de forma a identificar o valor dos imóveis, seus frutos e direitos e todas as informações necessárias de forma descritiva, consubstanciada, detalhada, com todos os anexos exigidos ou necessários, nos termos das metodologias previstas nas Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 14653 e suas partes relacionadas referentes à Avaliação de Bens.
- Fornecimento de informações e outros insumos técnicos, restritos aos serviços a serem concedidos, suficientes para a adaptação de planos de saneamento existentes, a serem alinhados em relação ao escopo final do PROJETO;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2265
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 27
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Elaboração de conjunto de parâmetros e obrigações mínimas que garantam que a CONCESSIONÁRIA implementará o projeto com o nível de serviço adequado, realizará os investimentos necessários e atenderá às diretrizes específicas do ENTE PÚBLICO, observando as recomendações de normas e padrões técnicos a serem observados no caderno de encargos;

- Estruturação de Plano de Operação e Conservação/ Manutenção da infraestrutura implantada: deverão ser previstas e orçadas todas as intervenções julgadas necessárias para que as condições operacionais dos serviços concedidos se mantenham adequadas por pelo menos 3 anos após o término do prazo contratual da concessão. A Concessionária deverá deixar disponível ao fim da vigência do contrato de concessão, uma célula de aterro sanitário instalada, com todos os elementos previstos em norma e nos projetos de engenharia, com vida útil mínima de 5 anos e licença ambiental de operação vigente;
- Estudo sobre procedimentos para a transição ao término do período de concessão e definição da vida útil de projeto;
- Estudo das formas de pagamento para que a concessão permaneça sustentável;
- Descrição de todos os processos, componentes e conteúdo mínimo que a CONCESSIONÁRIA deve executar para viabilizar a implantação do SISTEMA DE RSU, bem como das responsabilidades de cada uma das entidades envolvidas, de acordo com as normas e legislação vigente, incluindo mas não se limitando a: elaboração do projeto executivo, aprovação de projeto executivo, obtenção de licenças, planejamento das obras, execução das obras, dentre outros que se façam necessários.

5.8.2.2 O produto dos serviços de engenharia e atividades afins será o Relatório de Engenharia.

5.8.3 Bloco 1.3.3 – Estudos socioambientais

5.8.3.1 Consiste na avaliação dos aspectos sociais e ambientais que podem ter impacto no PROJETO, bem como planos para mitigação de riscos relacionados:

- Levantamento dos passivos ambientais e sociais atuais e projetados com o novo projeto, bem como a legislação pertinente e outorgas e licenças:

a) Levantamento das diretrizes de Licenciamento Ambiental e regulação urbana aplicáveis a resíduos sólidos.
b) Análise de regularidade de licenciamento ambiental bem como levantamento de Licenças, Outorgas e Autorizações existentes e necessárias à concessão ou PPP.
c) Levantamento do atual passivo ambiental e social relacionado ao SISTEMA DE RSU.
d) Verificação e avaliação do impacto bem como da projeção dos riscos e passivos fruto da implantação futura dos projetos de engenharia propostos no PROJETO a ser implantado e definição de um conjunto de iniciativas e ações para a preservação e restauração dos recursos ambientais de interesse científico, geológico, histórico, cultural e arqueológico, mantendo sua disponibilidade e uso racional.
e) Avaliação do impacto social decorrente da implantação do PROJETO na população ocupante de áreas impactadas pela infraestrutura a ser executada e nos catadores/trabalhadores que dependem economicamente do sistema atual, em função de eventual deslocamento populacional

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2266
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 28
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

necessário devido à implantação da infraestrutura e eventuais reassentamentos, e inviabilização à exploração da atividade econômica realizada nas áreas que eventualmente venham a ser desapropriadas em função da implantação do PROJETO.

f) Levantamento de ações para mitigação de impacto social decorrente da implantação do PROJETO na população ocupante de áreas impactadas pela infraestrutura a ser executada, junto aos INTEGRANTES DO PROJETO, com base nos aspectos levantados na avaliação mencionada no tópico anterior.

g) Verificação sobre a existência ou necessidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/ Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);

h) Verificação sobre a existência ou necessidade de estudos para supressão de vegetação e medidas de compensação;

i) Avaliação quanto à intervenção em áreas de preservação permanente ou em áreas protegidas e em áreas envoltórias que sejam objeto de restrições específicas;

j) Avaliação quanto ao uso de recursos hídricos ou interferência nestes;

k) Definição das licenças e autorizações necessárias a serem obtidas pela CONCESSIONÁRIA, bem como as diretrizes mínimas a serem observadas.

Desenvolvimento dos planos de mitigação e compensação necessários:

a) Desenvolvimento da proposta de soluções e da lista de medidas mitigadoras e compensatórias.

b) Orçamento das intervenções de mitigação de impactos ambientais e medidas previstas como possíveis intervenções condicionantes ao licenciamento socioambiental.

c) Indicadores de desempenho da gestão ambiental e social do concessionário.

- Não faz parte do escopo da CONTRATADA a obtenção de licenças ambientais, outorgas, autorizações e demais documentos junto aos órgãos ambientais competentes, embora esta seja responsável pela assessoria e fornecimento de informações necessárias e suficientes para tal;
- Outras atividades pertinentes.

5.8.3.2 O produto resultante dos estudos socioambientais realizados será compilado no Relatório Socioambiental.

5.8.4 Bloco 1.3.4 – Modelagem de Serviços e Indicadores

5.8.4.1 A modelagem dos serviços e indicadores consiste na definição de todos os serviços que deverão ser executados pela concessionária ao longo da PPP, bem como os respectivos indicadores de nível de serviço esperados, deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- Estudo de BENCHMARKING referente aos serviços tipicamente incluídos nos últimos contratos de concessões e PPP de Resíduos Sólidos licitados no Brasil nos últimos 2 anos, principalmente àqueles modelados com o suporte ou participação da CONTRATANTE.
- A fundamentação deve estar pautada em questões técnicas e de risco bem como em questões econômico-financeiras.
- A lista deve conter todos os serviços relevantes e correlacionados com o objeto, objetivos e expectativas deste TERMO DE REFERÊNCIA, mitigando áreas de conflito de escopo e

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2267
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 29
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

responsabilidade/ competência com outros contratos ou entidades bem como a falta de algum serviço relevante. A lista deve considerar no mínimo a análise dos seguintes serviços:

a) Serviço de atualização e manutenção do cadastro bem como a gestão de ativos do SISTEMA DE RSU;
b) Elaboração, aprovação e implantação dos projetos de melhoria e ampliação do SISTEMA DE RSU;
c) Operação do SISTEMA DE RSU contendo serviços de planejamento e execução de manutenção corretiva e preventiva, rondas de monitoramento dos ativos e inspeção do nível de qualidade dos serviços e gestão de materiais;
d) Disponibilização e operação de canais de abertura de chamados bem como de atendimento à população;
e) Contratação de Serviços de Verificador Independente, a critério do ENTE PÚBLICO;
f) Contratação ou execução de serviços de capacitação para o ENTE PÚBLICO relacionados com o objeto da concessão ou PPP;
g) Contratação de Certificadora de Projeto para atuação na fase de aprovação dos projetos executivos de engenharia previstos no escopo da concessão ou PPP.

- Definição das características, exigências, padrões e obrigações mínimas de cada um dos serviços definidos que deverão ser seguidos pela CONCESSIONÁRIA visando a prestação de um serviço de qualidade.
- Definição da matriz de responsabilidade para cada um dos serviços e respectivos atores envolvidos com a concessão ou PPP.
- Definição de cronograma de implantação/ início de cada um dos serviços listados.
- Os indicadores devem contemplar no mínimo os aspectos de qualidade, conformidade (com regras, normativos, legislação vigentes), disponibilidade dos ativos, eficiência e economia.
- Estimativa de CAPEX e OPEX necessários para a execução dos serviços, incluindo no mínimo:
  - Dimensionamento de mão de obra, infraestrutura e espaços físicos (áreas), equipamentos, veículos e ferramentas necessárias para a implantação e execução dos serviços ao longo da concessão ou PPP, considerando todas as suas fases.
  - Estimativa fundamentada dos valores de investimento e custo de cada um dos componentes necessários para a implantação e execução dos serviços.
  - Memória de cálculo e as referências adotadas, em quantidade e qualidade compatíveis com o PROJETO.
- Indicadores de desempenho e mecanismos de pagamento

a) Os índices deverão ser graduados em níveis de qualidade e mensurados separadamente de modo a caracterizar da maneira mais fiel possível a qualidade da prestação dos serviços concedidos.
b) Deverá estar explícito para cada indicador seu objetivo, sua forma de medição, unidade de medida, periodicidade de cálculo/ aferição, fonte de coleta de dados, forma de apresentação da nota e ainda observações necessárias para dirimir dúvidas ou dupla interpretação.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2268
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 30
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

c) Os indicadores deverão produzir uma nota de 0 a 10, de forma objetiva e com periodicidade regular.

d) Os indicadores de desempenho deverão ser estruturados de modo a formar um sistema de indução de comportamento, alinhando o interesse econômico do futuro operador com o interesse público.

e) Cada indicador deverá ser elaborado de forma a permitir a aferição independente da dos demais.

f) Deverá haver indicadores específicos relativos ao atendimento das questões ambientais e sociais.

g) Deverão estabelecer um padrão operacional de excelência para os serviços concedidos respeitando o princípio da eficiência administrativa.

h) Os indicadores deverão ser consolidados em um quadro de indicadores de desempenho (QID).

i) Poderão ser descritos os procedimentos, forma e periodicidade em que cada indicador será medido.

j) Deverão ser efetuados estudos das formas/mecanismos de pagamentos da remuneração da CONCESSIONÁRIA de modo que a concessão permaneça sustentável correspondendo às receitas recebidas durante a execução do objeto do contrato podendo inclusive prever o aporte de recursos por parte do parceiro público.

k) Os mecanismos poderão vincular o pagamento da remuneração ao seu desempenho por meio dos indicadores de desempenho.

l) Deverão ser considerados indicadores que avaliem, no mínimo os seguintes aspectos:

- Massa de resíduos enviados a aterros sanitários;
- Massa de resíduos secos reciclados ou destinados à reciclagem;
- Massa de resíduos sólidos destinados a compostagem ou a processo de tratamento a ser definido na rota tecnológica indicada para o estudo;
- Nível de satisfação da população com o serviço prestado, disponibilidade de informações sobre o serviço, eficiência no atendimento às reclamações e solicitações feitas pelos usuários.

- Mecanismos de garantias: consiste na consolidação dos mecanismos de garantias que podem ser utilizados no PROJETO tanto por parte do parceiro público como do parceiro privado, de modo a garantir o cumprimento das obrigações de cada parte durante o prazo da concessão

5.8.4.2 O produto deste bloco será um Relatório de serviços e indicadores de desempenho.

5.9 Subetapa 1.4 – Econômico-financeiro

5.9.1 Bloco 1.4.1 – Situação fiscal

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2269
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 31
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

5.9.1.1 Consiste no diagnóstico da situação fiscal tem como objetivo entender os valores envolvidos (investimentos, custeio e arrecadação) com a operação e manutenção dos serviços a serem concedidos, bem como as condições fiscais/ financeiras do ENTE PÚBLICO e dos INTEGRANTES DO PROJETO, incluindo entidades da administração indireta, se for o caso, para avaliar sua capacidade em suportar os valores previstos com o novo contrato de concessão ou PPP. Esta análise deverá incluir, conforme o caso:

• Investimentos e Custeio do modelo atual:

a) Levantamento do histórico dos últimos 3 anos de investimentos realizados bem como projeção futura dos investimentos necessários (divididos em modernização, reposição e expansão) para suportar a operação e manutenção do SISTEMA DE RSU.

b) Levantamento do histórico dos últimos 3 anos de todo o custeio realizado bem como projeção futura do custeio necessário para suportar a operação e manutenção do SISTEMA DE RSU. Incluindo, mas não se limitando a: gasto com terceiros (contratos de prestação de serviços de operação e manutenção do sistema), gasto com equipe interna do ENTE PÚBLICO.

c) Identificação da fonte de receita utilizada para pagamento de cada um dos investimentos e custeio realizados ao longo dos últimos 3 anos.

• Arrecadação:

a) Levantamento e avaliação do modelo de arrecadação, pelos INTEGRANTES DO PROJETO, das taxas e tarifas referentes aos serviços a serem concedidos, incluindo, mas não se limitando a: modelo e valores de tarifação por faixa/ perfil de consumo, partes envolvidas e responsabilidades, procedimento de arrecadação e fórmula de cobrança, metodologia de reajuste.

b) Levantamento do histórico e avaliação da arrecadação e uso das taxas e tarifas dos serviços a serem concedidos nos últimos 3 anos bem como seu saldo disponível atual e projetado para suportar o SISTEMA DE RSU.

c) Aspectos relacionados à gestão comercial e histórico de inadimplência das tarifas dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos INTEGRANTES DO PROJETO.

d) Detalhamento do consumo atual de água, volume medido e volume faturado, correlacionado com os tipos de economias dos INTEGRANTES DO PROJETO.

• Análise das condições fiscais/ financeiras do ENTE PÚBLICO e dos INTEGRANTES DO PROJETO

a) Desenvolvimento de um modelo financeiro preliminar e simplificado, baseado em resultados de projetos bem-sucedidos e no conhecimento prévio da CONTRATADA para efetuar uma estimativa preliminar dos patamares financeiros projetados com o contrato de concessão ou PPP, contemplando também estimativa para cada Município.

b) Levantamento das condições fiscais e financeiras, com base nas demonstrações financeiras ou contábeis (resultado nominal, dívida líquida, percentual de gastos com pessoal, receita corrente líquida etc.) e demais documentos necessários para a referida análise.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2270
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 32
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

c) Levantamento dos ativos e passivos existentes do atual prestador do serviço que possam causar impacto nos estudos e na futura concessão.

d) Avaliação do impacto preliminar do contrato de concessão ou PPP nas condições fiscais e financeiras, com o objetivo de avaliar sua pré-viabilidade econômico-financeira, incluindo, mas não se limitando a:

- Avaliação do percentual de comprometimento da receita corrente líquida atual e projetada do ENTE PÚBLICO.
- Avaliação dos impactos do projeto no balanço patrimonial do ENTE PÚBLICO bem como nas metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- Avaliação da necessidade de ajustes bem como proposta de ajuste no modelo e valores de tarifação para suportar os valores projetados estimados.
- Avaliação quanto à existência de recursos federais ou estaduais para intervenções no SISTEMA DE RSU, bem como passivos financeiros relacionados a tais ativos;
- Avaliação da alternativa de realizar aportes ou obter financiamento para garantir tais aportes previstos no contrato.
- Demais informações pertinentes.

5.9.1.2 O produto resultante dos serviços de análise da situação fiscal será o Relatório de avaliação geral da situação fiscal do ente público, que contemplará informações referentes ao comprometimento da receita corrente líquida, taxas e outros recursos relacionados ao serviço a ser concedido bem como considerações referentes a viabilidade do projeto.

5.9.2 Bloco 1.4.2 - Diagnóstico da atratividade

5.9.2.1 O diagnóstico de atratividade tem o objetivo de qualificar o interesse junto a potenciais investidores em relação à concessão ou PPP:

- Estudo de *BENCHMARKING* referente ao interesse e participação do mercado bem como resultados das últimas concessões e PPP de Resíduos Sólidos licitados no Brasil nos últimos 2 anos.
- Elaboração de material de divulgação preliminar do projeto de concessão ou PPP, com base nas informações coletadas ao longo das ETAPAS 1 e 2, incluindo temas relevantes e de interesse para os potenciais investidores, tais como:

a) Definição de área de abrangência do sistema;

b) Projeção do potencial de uso dos serviços ao longo da concessão (metodologia, variáveis e premissas);

c) Estudos de receita;

d) Análise da demanda atual e projeção de demanda;

e) Estudo de garantias;

f) Análises de *BENCHMARKING*.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2271
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 33
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Identificação de potenciais investidores, realização de reuniões individuais para apresentar o projeto e capturar opiniões e interesses do mercado, bem como a elaboração do resumo dos principais pontos discutidos e insights capturados nas reuniões com os potenciais investidores.
- Assessoramento à CONTRATANTE na verificação da possibilidade de realizar aportes ou obter financiamento para eventuais aportes previstos no contrato.

5.9.2.2 O produto deste bloco será o relatório de diagnóstico de atratividade (*market sounding)*.

5.9.3 Bloco 1.4.3 – Estudo de pré-viabilidade

5.9.3.1 O estudo de pré-viabillidade tem o objetivo de identificar as principais diretrizes para as próximas etapas do PROJETO, bem como listar os potenciais riscos e plano de mitigação proposto.

5.9.3.2 O bloco deve contemplar estudo de viabilidade técnico-econômica do PROJETO com realização de levantamento preliminar de custos paramétricos, riscos, matriz de responsabilidades das partes envolvidas, avaliando a melhor distribuição dos investimentos ao longo do tempo, considerando o período da concessão ou PPP.

5.9.3.3 A CONTRATADA deve desenvolver um modelo econômico-financeiro preliminar e simplificado, baseado em resultados de projetos bem-sucedidos e no seu conhecimento prévio de forma a efetuar uma estimativa preliminar dos patamares financeiros projetados com o contrato de concessão ou PPP.

5.9.3.3.1 Este modelo econômico-financeiro deverá conter avaliação do impacto preliminar do contrato de concessão ou PPP nas condições fiscais e financeiras da CONTRATANTE com o objetivo de avaliar sua pré-viabilidade econômico-financeira, incluindo, mas não se limitando a:

- Avaliação do percentual de comprometimento das receitas projetadas de cada INTEGRANTE DO PROJETO;
- Avaliação dos impactos do PROJETO no balanço patrimonial do ENTE PÚBLICO e de cada INTEGRANTE DO PROJETO;
- Levantamentos e avaliação das receitas necessárias para cada cenário proposto;
- Avaliação da necessidade de ajustes bem como proposta de adequação ao modelo e valores de tarifação para suportar os valores projetados estimados;
- Avaliação preliminar de alternativas de delimitação do escopo da concessão associada a considerações sobre viabilidade;
- Elaboração de modelo econômico preliminar, realizando análise de sensibilidade preliminar deste modelo.

5.9.3.4 O produto deste bloco será o estudo de pré-viabilidade e deve incluir:

- Sumário executivo das expectativas e resultados esperados com o PROJETO, buscando alternativas para viabilizar concessão ou PPP e indicando aquelas que proporcionem maior vantajosidade para o ENTE PÚBLICO;
- Lista de diretrizes com seus respectivos motivadores para as próximas ETAPAS do PROJETO;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2272
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 34
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Resumo executivo do diagnóstico realizado em cada bloco desta ETAPA demonstrando a pré-viabilidade econômico-financeira do projeto, bem como a lista dos potenciais riscos e plano de mitigação proposto.

5.9.4 Bloco 1.4.4 – Modelagem econômico-financeira

5.9.4.1 Este serviço corresponde à análise do projeto para determinar sua viabilidade econômica e financeira a partir de análises do PROJETO que permita o equilíbrio ideal entre as necessidades e expectativas do ENTE PÚBLICO com a atratividade esperada do setor privado, levando em consideração todos os resultados dos estudos técnicos realizados.

5.9.4.2 A avaliação econômico-financeira deverá abarcar todos os elementos relacionados à gestão, além da expansão e manutenção dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, com vistas à elaboração da modelagem econômico-financeira que melhor atenda ao PROJETO:

- Projeção detalhada mensal de cada item de investimento necessário ao longo do período de concessão (fases pré-operacional, implantação, operação e encerramento), em modelo nominal e real.
- Projeção de investimentos para os serviços a serem concessionados suficientemente detalhada para que seja possível a construção de um modelo econômico-financeiro. Deverão ser considerados, entre outros, os custos de:

a) Pré-implantação – estudo de viabilidade, aquisição de terrenos, projetos e licenciamentos ambientais etc.;
b) Implantação – infraestrutura em geral (água, energia elétrica), unidades de transbordo, unidades de recebimento, sistema de tratamento de resíduos, sistemas de drenagem, áreas verdes, aquisição de equipamentos, instalações de apoio, administração etc.;
c) Operação, Manutenção e Monitoramento;
d) Encerramento.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2273
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 35
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

- Análise de estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, que estejam vinculados à prestação de serviço ou ao objeto a ser executado, com a discriminação dos custos correspondentes.
- Elaboração de estudo para embasar tecnicamente e evolução dos preços unitários das novas tecnologias, se for o caso.
- Projeção detalhada mensal de cada item de custos e despesas, incluindo as de caráter financeiro como serviço da dívida, ao longo do período de concessão (fases pré-operacionais, implantação, operação e encerramento), em modelo nominal e real.
- Definição, quando couber dos seguros e garantias necessários à concessão ou PPP bem como suas características macro e projeção de despesas com seguros e garantias ao longo da vida útil do contrato de concessão.
- Projeção detalhada mensal de cada item de receita (valor de tarifas e/ou contraprestação e receitas acessórias) ao longo do período de concessão de forma a atingir uma Taxa Interna de Retorno alinhada às práticas de mercado bem como à arrecadação da tarifa, em modelo nominal e real, respeitando-se a necessidade de modicidade das tarifas.
- Estrutura fiscal e tributária e projeção detalhada mensal de cada tributo ao longo do período de concessão.
- Modelo de financiamento e estrutura de capital:

a) Custo de capital próprio, do capital de terceiros e o custo médio ponderado de capital;
b) Estrutura de capital;
c) Capital de giro;

d) Projeção do financiamento;
e) Análise de retorno de investimento;

- Descrição da estrutura de capital e do tipo de dívida e instrumentos financeiros utilizados (debêntures, financiamentos, hedge etc.).
- Metodologia de depreciação e amortização dos ativos com aferição das melhores combinações de cenários para investimento e reinvestimento, considerando a vida útil de sistemas e equipamentos em comparação com o prazo de concessão.
- Níveis de garantia financeira exigidos para o PROJETO.
- Fluxo de caixa detalhado mensal e anual da concessionária.
- Demonstrações de resultado mensal e anual, projetadas para todo o período da concessão, e adequadas às normas contábeis internacionais (IFRS).
- Plano de contas contábeis.
- Parâmetros tradicionais de viabilidade de projetos: TIR, TIRM, VPL, payback, payback descontado, Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio, VPL/I dentre outros que se façam necessários, considerando dados projetados em modelo nominal e real.
- Definição e simulação de cenários e variáveis, calculando e analisando os parâmetros tradicionais de viabilidade de projetos para cada mudança de cenário e variável, visando encontrar o ponto de

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2274
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 36
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

equilíbrio entre o interesse do ENTE PÚBLICO, a atratividade para o mercado, bem como a viabilidade de obtenção de financiamento pela CONCESSIONÁRIA. As simulações devem considerar alteração nos seguintes aspectos, dentro outros fatores que se fizerem necessários:

a) Patamar e perfil de receita da CONCESSIONÁRIA (pagamento fixo, crescente de acordo com marcos etc.);
b) Taxas de retorno e custo médio ponderado de capital;
c) Incidência ou não de Aportes;
d) Prazos da concessão;
e) Impacto dos Indicadores de Desempenho;
f) Taxa de Desconto.

- Apresentação dos cenários simulados e análise de impacto de cada cenário nos resultados financeiros e fiscais do ENTE PÚBLICO, bem como a identificação de eventual ajuste nos parâmetros de arrecadação da tarifa, devendo-se criar o racional e a estrutura fundamentada de rateio dos resultados e impactos agregados para cada Município do Consórcio Público de forma individual.
- Recomendação do cenário ideal com as respectivas justificativas para o cenário escolhido.
- Definição, realização e apresentação de resultados referentes às análises de sensibilidade para testar a robustez do cenário escolhido bem como identificação das variáveis ou premissas de maior variabilidade para definir uma proposta de mitigação de risco para elas.
- Vinculação da remuneração aos Indicadores de Desempenho.
- Modelo econômico-financeiro, incluindo todas as planilhas de suporte a decisão elaboradas, deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE em planilha aberta (formato de arquivo .xlsx), com acesso irrestrito às informações e premissas empregadas na elaboração da referida planilha.
- Elaboração de Estudo *Value for Money*, conforme legislação e melhores práticas de mercado, comparando o desembolso projetado do modelo atual de gestão e operação do SISTEMA DE RSU com o modelo proposto, visando demonstrar do ponto de vista econômico e social a modalidade de contratação mais vantajosa para o ENTE PÚBLICO.
- Elaboração do relatório de Plano de Negócio Referencial, que deve traduzir o modelo matemático-financeiro do cenário base escolhido, contendo, dentre outros que se façam necessários, os seguintes elementos:

a) Caracterização da concessão ou PPP.
b) Descrição das principais obrigações de investimentos e prestação de serviços relacionados à concessão ou PPP.
c) Valor de investimento, incluindo cronograma físico-financeiro e explicitando as principais premissas relacionadas aos investimentos a serem realizados.
d) Projeção de arrecadação da tarifa.
e) Projeção de custos, despesas e impostos, de forma consolidada, contendo as principais linhas (operacionais, comerciais e administrativas), explicitando premissas, fontes e projeções futuras.
f) Estudo dos mecanismos de pagamento para que a concessão permaneça sustentável.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2275
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 37
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

g) Caracterização dos mecanismos de remuneração da concessão ou PPP, bem como do fluxo anual estimado e da tarifa máxima.

h) Prazo ideal de duração da concessão.

i) Premissas financeiras, com descritivo das principais estimativas relacionadas ao financiamento do PROJETO, incluindo estrutura de capital, custo e modelo de financiamento, além do cálculo do custo de capital estimado para avaliação econômica dos fluxos de caixa projetados.

j) Relatórios econômicos e financeiros, consolidando as principais premissas do modelo econômico, dentre eles o demonstrativo de resultados (DRE), balanço patrimonial e fluxo de caixa.

k) Descrição dos benefícios econômicos e sociais do PROJETO.

- Assessoramento ao CONTRATANTE na verificação da possibilidade de obter recursos para eventuais aportes previstos no contrato.

5.9.4.3 O produto do serviço de modelagem econômica e financeira será composto por um Plano de Negócios Referencial, que deve traduzir o modelo matemático-financeiro do cenário base escolhido.

6 ETAPA 2: EVTEA CONSOLIDADO E ESTRUTURAÇÃO DO CONTRATO

6.1 Esta etapa corresponde à consolidação das informações e análises realizadas na etapa anterior com a elaboração da Minuta do Contrato de Concessão, minuta do Edital de Licitação, dentre outros instrumentos necessários à consulta pública e licitação

6.1.1 Ao final da etapa a CONTRATADA apoiará ao CONTRATANTE na tomada de decisão quanto à continuidade ou não do PROJETO.

6.1.2 A conclusão dessa etapa consiste na entrega da documentação que reúne as condições necessárias e suficientes para a elaboração das propostas e posterior publicação da licitação e está apto a ser colocado em consulta pública.

6.1.3 Cada um dos serviços correspondentes à etapa de Estruturação do Contrato está descrito a seguir, bem como as principais atividades e produtos a serem entregues.

6.2 Subetapa 2.1 – Estruturação do contrato

6.2.1 Bloco 2.1.1 – Minutas dos Documentos Licitatórios (Edital, Contrato e Anexos)

6.2.1.1 Este bloco corresponde à elaboração e à finalização de todos os instrumentos e minutas necessários à audiência e consulta pública do PROJETO, com base nos estudos técnicos e nas minutas preliminares, bem como o suporte ao ENTE PÚBLICO na preparação para audiência e consulta públicas.

6.2.1.2 Os produtos deste bloco serão as Minutas definitivas de Edital, Contrato e seus respectivos Anexos, devendo observar os seguintes aspectos:

- Levantamento junto à CONTRATANTE, de referências de projetos já executados que deverão servir de exemplo para a definição da lista, estrutura e conteúdo dos documentos necessários à execução do procedimento licitatório;
- Elaboração das Minutas de Edital, Contrato e seus Anexos, os quais usualmente, são os seguintes para esse tipo de PROJETO:

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2276
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 38
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

a) Caderno de Encargos;
b) Diretrizes para a proposta comercial;
c) Sistema de Mensuração do Desempenho;
d) Diretrizes ambientais mínimas;
e) Modelos de declarações;
f) Lista dos Bens Reversíveis;
g) Estrutura tarifária;
h) Minuta de contrato de interdependência, quando o projeto não incluir a coleta;
i) Termo de compromisso de gestão comercial;
j) Diretrizes Do Acordo Operativo;
k) Matriz de riscos;
l) Plano de Negócio Referencial;
m) Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia;
n) Condições Gerais das Apólices de Seguros;
o) Condições Gerais de Garantia de Execução do Contrato;
p) Contrato de Garantia de Pagamento da Contraprestação Pública, bem como outros instrumentos correlacionados, caso a estruturação aponte para a necessidade de uma PPP;
q) Inventário de ativos existentes do SISTEMA DE RSU;
r) Diretrizes para Contratação do Verificador Independente, a critério do ENTE PÚBLICO.

- Nas minutas do edital, deverá ser previsto, entre as obrigações da CONCESSIONÁRIA, registrar em sistema, formato e periodicidade a serem definidos pelo CONCEDENTE, informações referentes a aspectos da operação do objeto da concessão, incluindo:

a) Evolução dos objetivos e metas de melhorias;
b) Situação de implantação dos serviços concedidos frente ao cronograma previsto;
c) Indicadores de desempenho;
d) Efetivação dos investimentos obrigatórios;
e) Situação de cada um dos marcos contratuais;
f) Situação do licenciamento ambiental, medidas mitigadoras e compensatórias;
g) Itens contratuais: garantias, seguros, sistema de mensuração de desempenho, mecanismos de pagamento, reequilíbrio econômico-financeiro, receitas acessórias, reversão de bens;
h) Equipe de gestão e fiscalização.

- Adequação de alguns produtos elaborados nas ETAPAS anteriores para publicação na consulta pública, os quais usualmente, são os seguintes para esse tipo de PROJETO:

a) Situação Técnico-Operacional;
b) Situação Fiscal;
c) Estudos de Engenharia;
d) Plano de Negócio Referencial.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2277
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 39
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

6.2.2 Bloco 2.1.2 – Suporte ao planejamento e preparação do Procedimento Licitatório prévio à publicação do Edital

6.2.2.1 Esta atividade tem como objetivo levantar todos os condicionantes, instrumentos, atos normativos e procedimentos internos necessários à publicação do edital da PPP bem como apoiar o ENTE PÚBLICO na elaboração e estruturação de cada um destes pontos.

6.2.2.2 O produto deste bloco será a disponibilização dos documentos necessários à publicação da audiência e consulta públicas, compostos pelas próprias minutas de Edital, Contrato e Anexos, atos normativos e demais documentos que devam constar no procedimento de licitação.

6.2.2.3 Deverão ser realizadas as seguintes atividades:

- Levantamento do rito procedimental necessário à publicação da consulta e audiência pública, de acordo com os normativos do ENTE PÚBLICO, bem como de acordo com a legislação vigente;
- Mapeamento junto ao ENTE PÚBLICO dos responsáveis pela elaboração dos respectivos instrumentos, atos normativos e pela preparação do rito procedimental interno, bem como desenho de plano de trabalho com as atividades e responsáveis pelo cumprimento de cada um dos pré-requisitos necessários.
- Suporte técnico e jurídico a cada um dos responsáveis mapeados na elaboração dos instrumentos e na preparação do rito procedimental interno.
- Tratando-se de consórcio público, deve se dar especial atenção ao rito administrativo e às instâncias de aprovação necessárias, tendo em vista o modelo de governança do consórcio, a fim de mitigar as chances de conflito entre as consorciadas, com possíveis repercussões negativas sobre a concessão ou PPP.

7 ETAPA 3 – AUDIÊNCIA PÚBLICA E VALIDAÇÃO EXTERNA

7.1 Esta etapa corresponde ao assessoramento técnico ao CONTRATANTE quando da realização de validação externa do projeto, fomentando a transparência e estimulando a participação nos processos de consulta/audiência pública, por meio de ações que devem estar contempladas no plano de comunicação, bem como atender às interpelações dos órgãos de controle.

7.2 Tem como objetivo conferir acesso público a todas as informações disponíveis e garantir o direito de manifestação aos interessados sobre o PROJETO.

7.3 A Conclusão dessa etapa consiste na entrega da documentação revisada que reúne as condições necessárias e suficientes para a elaboração das propostas e posterior publicação da licitação.

7.4 Subetapa 3.1 – Validação externa

7.4.1 Bloco 3.1.1 – Suporte à condução da consulta e audiência pública

7.4.1.1 Esta atividade tem como objetivo dar publicidade e conferir acesso público a todas as informações disponíveis bem como garantir o direito de manifestação de todos os interessados sobre o PROJETO seguindo os normativos e legislação vigente.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2278
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 40
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

7.4.1.2 O produto deste bloco será o Relatório de Consolidação das Contribuições Recebidas, incluindo:

• Suporte à condução da Consulta Pública:

a) Suporte à preparação da Consulta Pública;
b) Suporte à interlocução com órgãos de controle e instâncias judiciais;
c) Monitoramento dos acessos e contribuições recebidas ao longo de toda a Consulta Pública para definição de eventuais ações necessárias;
d) Consolidação e agrupamento de acordo com o tema, de todos os comentários, contribuições, dúvidas e questionamentos recebidos ao longo da Consulta Pública e dos órgãos de controle.

• Suporte à condução da Audiência Pública, caso aplicável, conforme legislação vigente:

a) Suporte ao ENTE PÚBLICO na definição da melhor abordagem para execução da Audiência Pública;
b) Suporte ao ENTE PÚBLICO na elaboração dos textos de divulgação e comunicação da Audiência Pública;
c) Elaboração e preparação da documentação e apresentações necessárias para a realização da Audiência Pública;
d) Disponibilização de ferramenta para realização de Audiência Pública em formato virtual, se for o caso;
e) Transcrição dos estudos realizados para o formato exigido pelos órgãos de controle, quando for o caso;
f) Preparação dos profissionais envolvidos na condução da Audiência Pública;
g) Suporte e participação na condução da Audiência Pública;
h) Auxílio na elaboração de relatórios e respostas aos questionamentos;
i) Consolidação e agrupamento de acordo com o tema, de todos os comentários, contribuições, dúvidas e questionamentos realizados na Audiência Pública.

7.4.2 Bloco 3.1.2 – Suporte à condução de *roadshows*

7.4.2.1 Este bloco tem como objetivo realizar reuniões individuais com potenciais interessados na licitação, visando promover o PROJETO bem como identificar riscos e colher *feedbacks* e percepções sobre a estruturação da PPP e de suas respectivas minutas.

7.4.2.2 O produto deste bloco será o Relatório de *roadshow*, incluindo:

• Preparação das reuniões de *roadshow*:

a) Identificação e seleção dos potenciais interessados para realização das reuniões;
b) Elaboração do material de utilização nas reuniões com os interessados;
c) Definição dos profissionais que participarão das reuniões, bem como definição dos papéis e responsabilidade de cada participante;
d) Preparação dos profissionais envolvidos na condução dos *roadshows*;
e) Definição e divulgação do cronograma de reuniões.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2279
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 41
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

• Condução das reuniões de *roadshow*:

a) Realização das reuniões com cada um dos interessados definidos;

b) Consolidação e agrupamento de acordo com o tema, de todos os comentários, contribuições, dúvidas e questionamentos realizados nas reuniões de *roadshow*.

7.4.3 Bloco 3.1.3 – Relatório de respostas

7.4.3.1 Este bloco implica na análise e proposta de encaminhamento para cada um dos comentários, contribuições, dúvidas e questionamentos recebidos ao longo da consulta e audiência pública e nos *roadshows* realizados. Em paralelo, deverão ser identificados os pontos de revisão e de aprimoramento dos estudos e das minutas de Edital, Contrato e respectivos Anexos, conforme o encaminhamento sugerido como resposta.

7.4.3.2 O produto deste bloco será o Relatório de Respostas, incluindo:

• Análise das contribuições:

a) Verificação da pertinência e recomendação de resposta para cada um dos comentários, contribuições, dúvidas e questionamentos recebidos ao longo da Consulta e Audiência Pública e nos *roadshows* realizados;

b) Identificação do impacto das contribuições e dos encaminhamentos propostos, bem como das melhorias necessárias nos estudos e minutas já elaborados;

c) Definição dos envolvidos e realização de interações para revisão e validação de cada uma das respostas a serem publicadas;

d) Elaboração de Nota Técnica discriminando e justificando as contribuições que deverão ser acatadas.

• Publicação dos resultados da Consulta e Audiência Pública

a) Suporte ao ENTE PÚBLICO na definição do melhor formato para publicação dos resultados e respostas;

b) Elaboração de minuta do relatório de respostas a ser publicado como resultado da Consulta e Audiência Pública;

c) Suporte à publicação dos resultados da Consulta e Audiência Pública;

d) Suporte à publicação de nova consulta e audiência pública, caso seja identificada a necessidade.

• Relatório Técnico com manifestação conclusiva de que a documentação revisada reúne as condições necessárias e suficientes para a elaboração das propostas e posterior publicação da licitação.

7.4.4 Bloco 3.1.4 – Revisão dos Estudos e Minutas

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2280
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 42
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

7.4.4.1 Este bloco tem como objetivo revisar e aprimorar os estudos e minutas do procedimento licitatório conforme necessidades definidas durante a ETAPA.

7.4.4.2 O produto deste bloco será a Revisão Final dos Estudos e Minutas elaborados, incluindo:

- Revisão e validação final dos estudos e minutas a serem publicados, dando início à etapa externa da licitação.
- Tradução dos documentos licitatórios (Minuta de Edital, Contrato e respectivos Anexos) para a língua inglesa com vistas à viabilização de licitação internacional.

8 ETAPA 4 – LICITAÇÃO DA CONCESSÃO OU PPP E CONTRATAÇÃO

8.1 Esta etapa corresponde ao assessoramento técnico de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico-financeiro à Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Ente Público, e compreende as seguintes atividades:

- Assessoramento técnico de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico para a CPL na emissão do TR ou Anteprojeto;
- Auxílio à CPL nas respostas aos questionamentos dos licitantes quanto aos aspectos técnicos do PROJETO;
- Assessoramento técnico à CPL na análise quanto ao atendimento dos aspectos técnicos de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico indicados no Edital pela licitante vencedora;
- Apoio logístico e operacional na realização do processo licitatório, quando necessário.

8.2 A conclusão dessa etapa consiste na contratação da proposta vencedora do certame, que deve atender aos requisitos técnicos de engenharia, econômico-financeiro, socioambiental e jurídico definidos no Edital

8.3 Subetapa 4.1 – Licitação

8.3.1 Bloco 4.1.1 - Suporte ao Procedimento Licitatório

8.3.1.1 Esta atividade tem como objetivo apoiar, do ponto de vista técnico e jurídico, o ENTE PÚBLICO ao longo de todo o procedimento licitatório.

8.3.1.2 O produto deste bloco será a Assessoria na Licitação, desde os atos preparatórios à publicação do Edital de Licitação até a homologação do resultado e adjudicação de seu objeto ao vencedor do certame. Serão realizadas as seguintes atividades:

- Atos Prévios à Publicação do Edital de Licitação:

a) Elaboração de parecer técnico e jurídico sobre a viabilidade do PROJETO e a legalidade do procedimento licitatório, conforme normativos do ENTE PÚBLICO e legislação vigentes;

b) Levantamento do rito procedimental necessário à publicação do Edital da Licitação, de acordo com os normativos do ENTE PÚBLICO e a legislação vigente;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2281
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 43
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

c) Mapeamento junto ao ENTE PÚBLICO dos responsáveis pela elaboração dos respectivos instrumentos, atos normativos e pela preparação do rito procedimental interno;
d) Apoio técnico de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico à comissão de licitação na emissão do Termo de Referência ou Anteprojeto;
e) Suporte ao ENTE PÚBLICO na elaboração dos textos de divulgação e comunicação do lançamento do edital;
f) Suporte técnico e jurídico a cada um dos responsáveis mapeados na elaboração instrumentos e pela preparação do rito procedimental interno;
g) Suporte à publicação do Edital de Licitação, dando início à fase externa da licitação.

• Assessoria ao longo do Procedimento Licitatório (fase externa):

a) Suporte técnico e jurídico à comissão de licitação na elaboração das respostas aos questionamentos dos licitantes efetuados ao longo do procedimento licitatório, bem como aos eventuais pedidos de impugnação ao Edital ou suspensão do certame;
b) Consultoria Técnica à comissão de licitação na análise quanto ao atendimento dos aspectos técnicos de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico indicados nos Editais pela licitante vencedora;
c) Assessoria técnica de engenharia, jurídica, socioambiental e econômico-financeira diante de situações de impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos, em âmbito administrativo, bem como em situações de mandado de segurança, representações e outras demandas judiciais relacionadas ao PROJETO.
d) Suporte à interlocução junto aos órgãos de controle, bem como no atendimento às interpelações de órgãos de controle realizados ao longo do procedimento licitatório;
e) Elaboração de pareceres técnicos e jurídicos para resposta a questionamentos ou a órgãos de controle, sempre que demandado ao longo do procedimento licitatório;
f) Suporte à comissão de licitação na avaliação da documentação entregue pelas licitantes, bem como em relação à habilitação, atendimento aos aspectos técnicos e jurídicos do Edital e respectiva classificação das propostas;
g) Suporte ao ENTE PÚBLICO na elaboração dos textos de divulgação e comunicação do resultado do certame;
h) Suporte à decisão final de homologação da licitação e adjudicação de seu objeto ao vencedor do certame.

• Revisão dos estudos, Edital de Licitação, Minuta de Contrato, bem como respectivos Anexos, em caso de insucesso no procedimento licitatório, pela falta de um vencedor, por conta de decisão de órgão de controle ou, ainda, por suspensão ou cancelamento do certame por decisão da própria CONTRATANTE em razão dos questionamentos levantados ao longo do procedimento licitatório:

a) Levantamento das razões e motivos do insucesso;
b) Definição das ações de mitigação necessárias, bem como das necessidades de revisão de cada um dos estudos e documentos vinculados ao procedimento licitatório;
c) Revisão dos estudos e documentos do procedimento licitatório;
d) Suporte ao relançamento e condução do novo procedimento licitatório;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2282
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 44
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

e) Na hipótese de novo fracasso, deve-se elaborar um Relatório Técnico contendo resumo histórico das ações de mitigação executadas, bem como a análise e identificação dos prováveis novos motivos do insucesso da contratação pretendida.

8.4 Subetapa 4.2 – Preparação

8.4.1 Bloco 4.2.1 – Assinatura do Contrato de Concessão

8.4.1.1 Esta atividade tem como objetivo o assessoramento ao ENTE PÚBLICO entre a adjudicação do objeto do certame ao vencedor da licitação e a efetiva celebração do contrato de PPP.

8.4.1.2 O produto deste bloco será o Contrato de PPP assinado, incluindo:

- Orientação sobre os procedimentos necessários à assinatura do contrato;

Revisão da minuta de contrato e de seus respectivos anexos, bem como elaboração das eventuais alterações/,adequações nos documentos que se façam necessárias para a celebração da PPP, particularmente, tendo em vista as respostas aos pedidos de esclarecimentos e/ou determinações dos órgãos de controle verificados ao longo do certame.

8.4.2 Bloco 4.2.2 – Preparação da Gestão Contratual

8.4.2.1 Este bloco tem como objetivo apoiar o ENTE PÚBLICO no planejamento detalhado da implantação do novo contrato de concessão ou PPP, bem como definir e preparar a equipe do ENTE PÚBLICO que estará responsável pela gestão contratual.

8.4.2.2 Este bloco deverá ser iniciado em paralelo à consulta pública, com o objetivo de apoiar o ENTE PÚBLICO em seu planejamento e preparação para início da gestão contratual da PPP.

8.4.2.3 O produto deste bloco será o Manual da PPP, devendo incluir:

- Listagem detalhada de cada um dos Marcos Contratuais com suas respectivas datas e componentes.
- Elaboração do cronograma detalhado necessário à implantação do contrato até o início da operação pela CONCESSIONÁRIA, com detalhamento de atividades, tarefas, responsáveis, prazos e principais marcos.
- Suporte ao ENTE PÚBLICO na definição do modelo de governança do contrato, incluindo:

a) Definição da equipe de gestão e fiscalização envolvida, incluindo a definição da matriz de responsabilidade com os papéis e responsabilidades esperados de cada membro da equipe;

b) Definição de estrutura de governança do contrato, incluindo o desenho das rotinas de governança, contendo no mínimo a definição das instâncias, equipes ou comitês envolvidos, periodicidade e objetivos de cada instância;

c) Suporte ao ENTE PÚBLICO na elaboração de decretos ou portarias para institucionalização do modelo de governança do contrato.

- Caso a contratação do Verificador Independente fique sob a responsabilidade do ENTE PÚBLICO, deverão ser adotadas as melhores práticas de mercado para elaborar uma minuta preliminar (Edital,

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2283
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 45
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

Contrato e Termo de Referência) de contratação de Verificador Independente. Caberá ao ENTE PÚBLICO realizar adequações necessárias quando tiver acesso à materiais que atendem ao escopo licitado da PPP. Também caberá ao ENTE PÚBLICO a condução do processo de licitação, resposta aos esclarecimentos e avaliação das propostas das licitantes.

- Elaboração do Manual da PPP, contendo a explicação de todos os componentes e fatores críticos presentes no respectivo contrato de PPP necessários ao total entendimento do contrato e seus anexos por parte da equipe de gestão e fiscalização contratual (deve ser abrangente nos assuntos, mas sintético em sua forma, de fácil entendimento e aplicabilidade), devendo incluir:

a) Caracterização do objeto contratual, bem como do novo SISTEMA DE RSU esperado;
b) Objetivos e metas de melhorias esperadas com o PROJETO;
c) Diretrizes gerais do contrato e seus anexos, em especial os temas específicos de contratos de PPP que fogem da regra usual dos contratos tradicionais celebrados sob o regime da Lei Federal nº 8.666/ 1993. Exemplos: garantias, seguros, sistema de mensuração de desempenho, mecanismos de pagamento, reequilíbrio econômico-financeiro, receitas acessórias, reversão de bens, procedimentos contábeis, orçamentários e fiscais específicos para contratos de concessão e PPP, entre outros;
d) Detalhamento das fases contratuais bem como responsabilidades e evidências de cada fase;
e) Listagem detalhada dos marcos contratuais;
f) Modelo de governança da gestão contratual, em acordo com o ente e, necessariamente, adaptado à estrutura específica do consórcio público e respectivos municípios; e
g) Papel do Verificador Independente, se couber.

9 DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços deverá ter como base aplicação de conhecimentos, qualificações, ferramentas e técnicas visando ao atendimento das necessidades e expectativas do CONTRATANTE quanto aos serviços prestados.

9.2 Seguindo a metodologia proposta, a CONTRATADA realizará todas as atividades necessárias para se atingir o objetivo estabelecido, administrando as eventuais mudanças de escopo e mantendo a qualidade e o prazo acordados com o CONTRATANTE, para realização dos trabalhos. Devem ser observadas todas as legislações, normas e procedimentos existentes.

9.3 A CONTRATADA deverá designar profissional de sua equipe técnica para exercer a função de coordenação dos trabalhos e ser o interlocutor junto ao CONTRATANTE.

10 DO ASSESSORAMENTO TÉCNICO CAIXA

10.1 A atividade de assessoramento prestada pela CAIXA ao CONTRATANTE compreende:

10.1.1 Gerenciar os contratos de consultoria firmados para realização dos estudos técnicos, jurídicos, econômicos e ambientais necessários à estruturação da concessão;

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2284
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 46
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

10.1.2 Promover a interlocução técnica, administrativa e gerencial entre os consultores externos responsáveis pelos estudos e os setores responsáveis pela gestão e operacionalização dos serviços no âmbito do CONTRATANTE;

10.1.3 Orientar tecnicamente o desenvolvimento dos estudos a cargo das empresas de consultoria e promover o atendimento das diretrizes e orientações emanadas pelo CONTRATANTE;

10.1.4 Recepcionar, avaliar e manifestar-se conclusivamente sobre os produtos parciais e finais elaborados pelas empresas de consultoria para a estruturação da concessão, em apoio à tomada de decisão do CONTRATANTE;

10.1.5 Submeter os produtos elaborados ao CONTRATANTE para manifestação, na forma estabelecida na Cláusula Oitava do CONTRATO;

10.1.6 Fornecer minutas de edital, contratos e instrumentos normativos legais indispensáveis à realização do processo de concessão dos serviços objeto do CONTRATO;

10.1.7 Assessorar tecnicamente o CONTRATANTE ou o representante por ele designado na interlocução com os órgãos ambientais competentes para obtenção das licenças ambientais indispensáveis à estruturação da concessão, até a formalização do contrato de concessão;

10.1.8 Assessorar tecnicamente o CONTRATANTE ou o representante por ele designado na interlocução com a Câmara de Vereadores e com os órgãos de controle internos e externos competentes para obtenção das autorizações necessárias à estruturação da concessão, até a formalização do contrato de concessão;

10.1.9 Assessorar tecnicamente o CONTRATANTE ou o representante por ele designado no planejamento e realização da consulta pública e das audiências públicas, indispensáveis à estruturação da concessão e observância da legislação, incluindo a colaboração na análise das contribuições apresentadas e possíveis incorporação no processo;

10.1.10 Apoiar tecnicamente a Comissão Permanente de Licitação do CONTRATANTE nas questões técnicas, jurídicas, administrativas e gerenciais, no que couber, bem como na interlocução com consultoria que possa ser contratada para apoiar a execução dos procedimentos licitatórios.

10.1.11 Realizar *roadshow* e demais atividades necessárias à divulgação e promoção do certame licitatório com vistas a ampliar as possibilidades de competição e concorrência;

10.1.11.1 A realização será em espaço disponibilizado pela CAIXA, podendo o ENTE PÚBLICO optar por disponibilizar espaço de sua preferência, caso em que ficará responsável pelo apoio logístico.

10.1.12 Assessorar o CONTRATANTE nas demais atividades consideradas imprescindíveis à formalização do contrato de concessão.

11 DO DETALHAMENTO DE REQUISITOS

11.1 Características Gerais

11.1.1 A prestação dos serviços deverá ser feita pela CONTRATADA observando-se as disposições referentes ao sigilo, em conformidade com cláusula específica do CONTRATO.

11.1.2 O CONTRATANTE disponibilizará as informações solicitadas pela CONTRATADA no prazo de até 10 (dez) dias úteis, com justificativa caso haja necessidade de prazo maior.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2285
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 47
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

11.1.2.1 Demandas urgentes poderão ser objeto de prazos inferiores, e serão acordadas durante a realização do objeto.

11.1.2.2 Caso o CONTRATANTE atrase a entrega dessas informações, poderá haver a prorrogação de datas de conclusão de atividades subsequentes que serão impactadas pelo prazo do referido atraso.

11.1.3 Em todas as etapas e serviços do trabalho, a CONTRATADA deverá entregar formalmente ao CONTRATANTE a documentação física e/ou meios digitais, tais como: relatórios, planilhas de cálculos, material de apresentação e outros.

11.1.4 O material produzido pela CONTRATADA e/ou pelo CONTRATANTE, planilhas de cálculo e outros entregues em meio digital, deverá ser acompanhado de todas as fórmulas, softwares especificamente desenvolvidos, senhas protetoras e outros mecanismos de segurança utilizados.

11.1.5 Informações estratégicas ou sigilosas do CONTRATANTE podem não ser fornecidas, desde que devidamente justificado e que não causem nenhum prejuízo à perfeita compreensão dos produtos.

11.2 Das Visitas Técnicas e Reuniões de Acompanhamento

11.2.1 Todas as intervenções, reuniões e contatos que o CONTRATANTE efetuar com a CONTRATADA deverão ser previamente agendados e confirmados.

11.2.1.1 Caso a reunião desejada requeira deslocamento aéreo da equipe da CONTRATADA, o prazo mínimo para agendamento será de 12 (doze) dias úteis.

11.2.2 Todos os custos da equipe da CONTRATADA, referentes à logística, ao deslocamento e à hospedagem correrão por conta da CONTRATADA.

11.2.3 O acesso físico às instalações prediais do CONTRATANTE pode estar sujeito a prévia autorização. A CONTRATADA deverá comunicar previamente os dados dos profissionais que irão prestar os serviços contratados.

11.2.4 As visitas técnicas, quando necessárias, serão realizadas após a comunicação formal ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, para que este providencie as autorizações necessárias, ou 12 (doze) dias úteis, caso requeira deslocamento aéreo de equipe da CONTRATADA. Prazos inferiores poderão ser acordados entre as partes no decorrer do projeto.

11.3 Representantes Técnicos

11.3.1 A CONTRATADA e o CONTRATANTE designarão cada uma das partes, por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura deste instrumento, representante(s) técnico(s) devidamente habilitado(s) para adotar as providências necessárias ao bom andamento dos serviços, através dos quais serão feitos os contatos entre as partes, devendo indicar também o(s) endereço(s) para onde deverão ser encaminhadas as correspondências e os volumes contendo toda e qualquer documentação relativa ao Contrato.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Página 2286
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 48
Peça 4651999
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
ACESSO P02265C2

11.4 Ordens de Serviço

11.4.1 O início de cada etapa de modelagem do PROJETO não deve prescindir da documentação necessária à sua execução, bem como do acompanhamento do setor e responsável técnico que irá prestar as informações adicionais ao profissional da CONTRATADA.

11.4.2 A CONTRATADA, através de seu representante, deverá analisar a documentação encaminhada pelo CONTRATANTE, verificando se é suficiente para a realização dos serviços demandados.

11.4.2.1 Havendo necessidade, a CONTRATADA solicitará ao CONTRATANTE a apresentação de documentação complementar, com a devida justificativa, por meio de ofício, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da documentação.

11.4.2.2 Se o CONTRATANTE atrasar a entrega da documentação complementar solicitada, poderá se postergar o prazo de entrega do relatório correspondente por período igual ao atraso.

11.4.2.3 A não solicitação de documentação complementar no prazo estipulado de 05 (cinco) dias caracteriza automaticamente o recebimento definitivo da documentação, iniciando-se a contagem do prazo para a execução dos serviços.

11.5 Serviço

11.5.1 A CONTRATADA deverá apresentar todos os produtos, objeto da presente contratação, necessários ao atingimento do objeto da contratação, de acordo com os prazos especificados no contrato.

11.5.2 Caso seja necessário, por injunções técnicas e administrativas devidamente justificadas, mediante prévia concordância do CONTRATANTE, os prazos referenciados podem ser dilatados sem a aplicação de multas ou outras sanções.

11.5.3 As informações, bem como toda a correspondência e documentos relativos a este Termo de Referência, deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma.

11.5.4 O PROJETO contará com reuniões periódicas de acompanhamento com participação das partes, podendo constituir momentos de tomada de decisão sempre que couber, bem como de redirecionamento das atividades, de modo a garantir o perfeito alinhamento entre as partes quanto às escolhas realizadas e resultados esperados.

11.6 Publicidade

11.6.1 Caso não haja licitação em até 36 meses após a conclusão da etapa VALIDAÇÃO EXTERNA, a CAIXA poderá publicar os estudos, podendo prorrogar esse prazo caso verifique de forma objetiva que o processo licitatório está em andamento ou terá início no curto prazo.

CNPJ: 94.446.804/0001-62 – Fone: (55) 3221-7441
Endereço: Rua Lamartine Souza, 68 – N. S. de Lourdes - CEP: 97050-282 – Santa Maria – RS
e-mail: licitacao@circ.rs.gov.br - site: www.circ.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Processo
01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Página da peça
49

Peça
4651999

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265C2

Memorando nº 048/SMFSAE/SMISP/2022 Santa Maria, 12 de setembro de 2022.

Da: Superintendência de Monitoramento e Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto.
Para: Controladoria e Auditoria Geral do Município
Assunto: ao Memorando nº 166/2022/CAGEM/MRM.

Em resposta ao Memorando nº 166/2022/CAGEM/MRM segue:

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS – (Apontamentos “a” e “b”) está integrado no Volume IV do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB – e atende parcialmente o previsto no Artigo número 19 da lei 12.305/2010.

Informamos que o Município de Santa Maria assinou contrato com a Caixa Econômica Federal por meio do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS (CIRC/CENTRO/RS) para a estruturação de Projeto de Concessão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos atendendo o previsto no parágrafo 9º,

> “Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do caput deste artigo, **pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.**”

dispensando a necessidade de PGIRS municipal.

Para atender as exigências da 12.305/2010 no que se refere à Plano de Gestão até a conclusão do contrato citado acima, está sendo desenvolvido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria de Meio Ambiente e Instituto de Planejamento de Santa Maria um Termo de Referência para contratação de um PGIRS externo ao PMSB que contemple, em sua totalidade, o artigo 19 da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 6º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7030 · E-mail: contratocorsan@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

Processo
01216-0200/21-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Prefeitura Municipal de SANTA MARIA

Ainda, em resposta ao questionado no item “c” referente as metas previstas para os RSU no PMSB, informamos que estão sendo realizadas ações, projetos e programas referentes a coleta seletiva, varrição pública e à coleta conteinerizada.

O atendimento de Santa Maria pela concessão trará alterações nas metas e programas/ações previstas para a cidade pelo PMSB, em especial todas que envolvem a construção de infraestrutura bem como as atividades práticas de gestão do sistema (coleta e destinação final) visto que os projetos abrangerão toda área dos municípios envolvidos e não apenas Santa Maria.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

IVAN BEUTER NAZAROFF: 02617832031

Assinado digitalmente por IVAN BEUTER NAZAROFF: 02617832031
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=33683111000107, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARSERPRO, OU=RFB e-CPF A3, CN=IVAN BEUTER NAZAROFF:02617832031
Razão: Eu sou o autor deste documento
Data: 2022-09-12 15:27:22

Ivan Beuter Nazaroff
Assessor de Governo
Matrícula nº 17.008-9

Rua Venâncio Aires, nº 2277 · 6º Andar · Centro · Santa Maria/RS
CEP: 97010-005 · Tel.: (55) 3921.7030 · E-mail: contratocorsan@santamaria.rs.gov.br
www.santamaria.rs.gov.br

Página da peça
50

Peça
4651999

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

ACESSO
P02265C2

Assinado digitalmente por: JORGE CLADISTONE POZZOBOM em 14/09/22.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.B945.774C.CB0E.F550.16F8.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
SUP. DE AUD. E INSTR. DE CONTAS MUNICIPAIS II – SAICM-II
SERVIÇO DE INSTRUÇÃO MUNICIPAL II – SIM-II

Processo nº 001216-0200/21-4

Órgão: Executivo Municipal de Santa Maria

Administradores[1]: Jorge Cladistone Pozzobom (Prefeito)
Rodrigo Decimo (Vice-Prefeito)

IT - Análise de Esclarecimentos
Processo de Contas Anuais - Executivo/2021

Senhora Coordenadora,

Inicialmente, informa-se que não foi identificada irregularidade de responsabilidade do **Sr. Rodrigo Decimo (Vice-Prefeito),** não intimado a prestar esclarecimentos no presente feito.

Inicialmente, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais, Denúncias, Tutelas de Urgência, Representações, Representações do MPC e Processos de Contas Especiais em andamento de responsabilidade do Gestor do órgão, no exercício sob exame[2].

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS (peça 4651742, pp. 1 e 2)

O Administrador salienta que o disposto no artigo 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro expressamente assegura ao gestor que, na avaliação de suas contas pelos órgãos de controle, devem ser levadas em conta as condições de produção de cada decisão e ato administrativo.

[1] Consulta aos Sistemas Corporativos, RES1310, em 20-01-2023.
[2] Consulta à mesa de trabalho do processo eletrônico, realizada em 20-01-2023.

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

Destaca que isso em nada afasta a responsabilidade e o estrito cumprimento do dever legal por parte do gestor, mas impõe ao órgão de controle o dever de considerar as circunstâncias, dificuldades, exigência de políticas públicas, enfim todas as eventuais situações que limitaram as escolhas ou possibilidades do gestor, diante de algum caso concreto.

Ao exame.

Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB verifica-se que o artigo 28 mantém expressamente a responsabilidade pessoal por ato de gestão.

Da mesma sorte, encontram-se os exames obrigatórios para a aplicação de sanções e para a interpretação das normas de direito público trazidos no art. 22 da LINDB.

Ressalta-se, ainda, que a análise desta instrução técnica reúne um conjunto de criteriosas análises de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, de aplicação de recursos e de diversos elementos importantes para a avaliação da gestão municipal e dos resultados obtidos com as ações governamentais, fatos estes que serão levados em consideração quando da emissão do Parecer Prévio.

Examinam-se os esclarecimentos prestados pelo Administrador, assim como os documentos juntados aos autos, conforme os itens a seguir.

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS[3]

4.1.4 - Análise da Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro do Processo. Os documentos que devem integrar as contas anuais do Poder Executivo Municipal estão regulamentados pela Resolução TCE/RS nº 1.134/2020, conforme artigo 2º, inciso III e IV. O exame acerca da documentação enviada pela Auditada evidencia que o parecer conclusivo emitido pelo Conselho Municipal de Saúde (peça 4160622) não atende aos requisitos exigidos na mencionada resolução (peça 4500549, p. 14).

[3] Peça 4500549.

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

Em resposta (peça 4651742, p. 3), a Defesa explica que a Secretaria de Saúde tem prazo para entrega da prestação de contas do exercício que se encerra no dia 30 de março do ano subsequente, conforme disposto no art. 36, § 1º, da Lei Complementar nº 141/ 2012, o que impossibilitaria o envio de tal documento a este Tribunal no prazo estabelecido pela Resolução do TCE/RS, isto é, na mesma data de 30 de março.

No que diz respeito à ausência de parecer conclusivo e aprovação do Plano Plurianual, a defesa alega que foi acostado à Prestação de Contas o Plano Municipal de Saúde, para os anos de 2018 e 2021, e em anexo estão as resoluções de aprovação e aprovação da alteração do PMS (doc. peça 4651741).

Tal justificativa não procede, pois ambas as normativas tratam de prazo limite, ou seja, a fim de atender à ambas as normas, a Secretaria de Saúde poderia (e deveria) enviar seu parecer ao CMS antes de 30 de março, de modo que o referido conselho possa, por sua vez, emitir o parecer conclusivo e remetê-lo ao TCERS até a data limite prevista na Resolução 1134/ 2020.

Diante do exposto, opina-se pela manutenção da falha.

4.1.6 - Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon). De acordo com as informações constantes no Quadro 14, as remessas de licitações e contratos ao LicitaCon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso médio de 47,68 dias no cadastramento dos eventos relativos a licitações e de 32,77 dias em relação aos contratos, além do percentual de eventos remetidos fora do prazo: 2,68% das licitações e 9,33% dos contratos. Registra-se que essa irregularidade consta no Processo nº 0944-0200/20-6 do exercício de 2020, pendente de julgamento (peça 4500549, p. 15).

O Gestor informa que a pasta responsável pela inserção de documentos e informações no referido sistema é a Secretaria de Município de Finanças, a qual apresentou justificativas para os atrasos na peça 4651950 – que

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

se explicam, sobretudo, devido a atrasos no encaminhamento de documentos pelos responsáveis de cada etapa do processo (comissões, pregoeiros, fiscais). Ressalta ainda que a Secretaria já efetivou melhorias em seus procedimentos, a fim de evitar novos atrasos (peça 4651742, pp. 3 e 4).

Diante do exposto, sugere-se a manutenção do apontamento, pois este restou comprovado.

5.2.1 - Legislação Municipal de Instituição do Sistema de Controle Interno. O sistema de controle interno do município de Santa Maria foi instituído pela Lei Municipal n.º 4409 (peça 4500476), de 05-02-01, revogada pela Lei Municipal n° 5849 (peça 4500503), de 28-02-14, conforme informações prestadas na peça 4082397. O exame dessa legislação evidencia que não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do artigo 6º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012). Registra-se que essa irregularidade consta no Processo nº 0944-0200/20-6 do exercício de 2020, pendente de julgamento (peça 4500549, pp. 16 e 17).

O Gestor argumenta que embora a legislação municipal sobre o controle interno de Santa Maria não contenha determinação expressa de acompanhar o processamento das tomadas de contas especiais, ela dispõe sobre o acompanhamento interno do processo, bem como o envio de eventuais irregularidades a este Tribunal de Contas, tanto que todas estas atividades já estariam sendo plenamente exercidas pela unidade de controle interno.

Afirma ainda que, considerando o presente aponte, estão sendo tomadas providências para alterar o Regimento Interno da UCCI (doc. peça 4651993), a fim de aprimorá-lo conforme as orientações do TCERS (peça 4651742, pp. 4 e 5).

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

A despeito das providências que vêm sendo adotadas e da efetividade do controle interno, a omissão normativa relatada restou certa, de modo que se opina pela permanência do item.

9.1.2 - Pesquisa do Acesso à Informação. A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500509), aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011: 4) Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020): número do processo correspondente, nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido, objeto e valor; 14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011): cargo do beneficiário e tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local (peça 4500549, p. 52).

Ao contrário do relatado, o Prefeito alega que tais informações estão disponíveis no portal do Executivo de Santa Maria, e que a Superintendência de Contabilidade apresentou os links de acesso na peça 4651994.

Quanto à ausência do cargo de cada servidor na tela de empenho, informa que foi feita solicitação para incluir esta informação, mas que não houve prejuízo para a transparência municipal, pois é possível verificar o cargo ocupado do beneficiado de cada diária através de link diverso. O mesmo pode ser dito quanto à tabela contendo os valores fixados para as diárias (peça 4651742, pp. 5 e 6).

Contudo, o Gestor não trouxe evidência que comprovem que os links informados já estavam disponíveis à época da realização da pesquisa de transparência.

Ademais, não foram encontrados os dados sobre repasses e transferências, ao menos não conforme exigido pela Lei Federal n.º 12.527/2011. O site do município[4] contém cópia dos convênios, acordos de cooperação, termos

[4] https://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/. Acessado em 23/01/2023.

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

e parcerias, mas o registro ordenado das despesas decorrentes destes instrumentos não foi encontrado, isto é, os valores de repasses e transferências não estão discriminados/ isolados, de modo a facilitar a busca desses dados.

Diante do exposto, opina-se pela manutenção do aponte.

12.1.3 - Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. Embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o município de Santa Maria informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas municipais[5]. A situação descrita atende parcialmente ao previsto no § 2º do artigo 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas. Ademais, a secretaria de educação de Santa Maria informou que realizou consultas nas escolas públicas, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, conforme previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual n.º 53.817/2017 (peças 4500513 e 4500516). Entretanto, o documento apensado pelo Jurisdicionado não comprova a informação dada, cabendo ao Gestor esclarecer essa situação (peça 4500549, p. 64).

A Defesa apresenta o relatório elaborado pela Secretaria de Educação, acerca das atividades e avaliações relativas às ações de educação étnico-raciais, junto à peça 4651996.

Salienta ainda que na maior parte do ano de 2021 as atividades escolares permaneceram de forma remota, e depois de forma híbrida, até que se retornasse ao regime presencial. Assim, as atividades pedagógicas também

[5] A justificativa apresentada é a seguinte: "De acordo com o Plano de estudos e Projeto político Pedagógico - PPP da escola." (peça 4500513).

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

sofreram adaptações, o que limitou o desenvolvimento de algumas atividades (peça 4651742, pp. 6 e 7).

O relatório apresentado satisfaz os requisitos do Decreto Estadual n.º 53.817/2017 quanto à necessidade de elaboração de relatórios anuais. Porém, o próprio documento atesta que nem todas as escolas municipais têm desenvolvido a temática racial e indígena em sala de aula, no escopo legalmente exigido.

Assim, a prefeitura deve adotar medidas para garantir o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em toda a rede municipal, no âmbito de todo o currículo escolar.

14.2.1 - Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A partir de questionário enviado ao jurisdicionado, foram constatadas as seguintes inconformidades: b) o Executivo informou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos vigente no Município não contempla na íntegra o conteúdo mínimo exigido pelo artigo 19 da Lei Federal n.º 12305/2010 ou, no caso de municípios com menos de 20.000 habitantes, pelo Decreto Federal n.º 7.404/2010 para o caso de um plano simplificado; c) as ações, programas e metas propostas no Plano estão sendo implementadas, mas com atraso em relação aos prazos nele inicialmente previstos, não atendendo integralmente ao inciso XIX, do artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010, alterado e incluído pela Lei Federal nº 14.026/2020 (peça 4500549, pp.72 e 73).

O Prefeito informa que o município assinou contrato com a Caixa Econômica Federal, por meio do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS (CIRC/ CENTRO/RS), para a estruturação de Projeto de Concessão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos, atendendo o previsto no §9º, art. 19, da Lei nº 12.305, cuja cópia consta em anexo (doc. peça 4651999).

Para atender as exigências da Lei 12.305/2010 no que se refere ao Plano de Gestão até a conclusão do contrato citado, está sendo desenvolvido um Termo de Referência para contratação de um PGIRS externo ao Plano

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

Municipal de Saneamento Básico que contemple, em sua totalidade, o artigo 19 da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Quanto aos atrasos constatados, o Gestor informa que o projeto de concessão trará alterações em relação às ações, programas e metas do PGIRS, visto que ela abrangerá outros municípios além de Santa Maria (peça 4651742, pp. 7 e 8).

Opina-se pela manutenção do apontamento, pois as omissões normativas e atrasos relatados restaram comprovados e ainda não foram sanados integralmente.

À sua consideração,

Rafael de Senne Garcia
Auditor de Controle Externo

Assinado digitalmente por: Rafael de Senne Garcia em 24/01/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.9BC2.F08F.C308.7EBD.E093.

Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 07/02/2023.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

Assinado digitalmente por: Juliana Baum Vivian em 07/02/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8EB7.9574.C735.DAC3.C0B7.

O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 07/02/2023.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

Assinado digitalmente por: Jose Alfredo Fank de Oliveira em 07/02/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.64AB.1A1D.91B8.ECAA.948F.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Consoante disposto na Resolução MPC-RS nº 02/2018, que estabelece o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 001216-0200/21-4
Órgão: PM DE SANTA MARIA
Matéria: Contas Anuais
Gabinete: MPC - Procurador 2
Exercício: 01/01/2021 à 31/12/2021

Distribuído em 07/02/2023.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 07/02/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.4489.F0AF.7F24.63C2.2277.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC Nº 6530/2023

Processo n.º	**001216-0200/21-4**
Relator:	**Gabinete Estilac Xavier**
Tipo:	**Contas Anuais - EXERCÍCIO DE 2021**
Órgão:	**PM DE SANTA MARIA**
Gestores:	**Jorge Cladistone Pozzobom (Prefeito) e Rodrigo Decimo (Vice-Prefeito)**

CONTAS ANUAIS. PARECER FAVORÁVEL, COM RESSALVAS (PREFEITO). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

A ocorrência de inconformidades de índole formal e de pouca gravidade, sem caracterização de dano material ao Poder Público, pode ensejar o afastamento da aplicação de penalidade pecuniária, impondo-se, todavia, a emissão de parecer favorável, com ressalvas, às contas do Gestor.

A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável à aprovação das contas do Administrador.

Para exame e parecer o Processo de Contas Anuais do Senhor JORGE CLADISTONE POZZOBOM (Prefeito) e do Senhor RODRIGO DECIMO (Vice-Prefeito).

Registre-se que o Senhor JORGE CLADISTONE POZZOBOM (Prefeito) prestou esclarecimentos à peça 4651742, acompanhados de documentação comprobatória.

O Senhor RODRIGO DECIMO (Vice-Prefeito) não foi intimado para prestar esclarecimentos, em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal de Santa Maria.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 10/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05B0.882F.A51C.9470.137D.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

As irregularidades a seguir, destacadas nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a dispositivos constitucionais e a normas de administração financeira e orçamentária, ensejando **advertência** ao Responsável.

DO RELATÓRIO DE CONTAS ANUAIS

4.1.4 – Análise da Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro do Processo. Os documentos que devem integrar as contas anuais do Poder Executivo Municipal estão regulamentados pela Resolução TCE/RS n.º 1.134/2020, conforme art. 2º, incisos III e IV. O exame acerca da documentação enviada pela Auditada evidencia que o parecer conclusivo emitido pelo Conselho Municipal de Saúde (peça 4160622) não atende aos requisitos exigidos na mencionada resolução (peça 4500549, p. 14).

4.1.6 – Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon). De acordo com as informações constantes no Quadro 14, as remessas de licitações e contratos ao LicitaCon foram efetuadas em desacordo com a Resolução TCE-RS n.º 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS n.º 13/2017, tendo em vista o atraso médio de 47,68 dias no cadastramento dos eventos relativos a licitações e de 32,77 dias em relação aos contratos, além do percentual de eventos remetidos fora do prazo: 2,68% das licitações e 9,33% dos contratos. Registra-se que essa irregularidade consta no Processo n.º 000944-0200/20-6 do exercício de 2020, pendente de julgamento (peça 4500549, p. 15).

O Gestor confirma os atrasos no envio de documentos ao sistema LicitaCon, mas atribui o apontado à demora no encaminhamento de documentos pelos responsáveis de cada etapa do processo (comissões,

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 10/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05B0.882F.A51C.9470.137D.

pregoeiros, fiscais), salientando que a Secretaria de Finanças já efetivou melhorias em seus procedimentos.

Com o reconhecimento da falha pelo Gestor, resta **mantido** o apontamento, devendo ser aferido em futura auditoria se as medidas anunciadas tem o condão de diminuir os atrasos.

5.2.1 – Legislação Municipal de Instituição do Sistema de Controle Interno. O sistema de controle interno do Município de Santa Maria foi instituído pela Lei Municipal n.º 4409 (peça 4500476), de 05/02/01, revogada pela Lei Municipal n° 5849 (peça 4500503), de 28/02/14, conforme informações prestadas na peça 4082397. O exame dessa legislação evidencia que não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do art. 6º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012). Registra-se que essa irregularidade consta no Processo n.º 000944-0200/20-6 do exercício de 2020, pendente de julgamento (peça 4500549, pp. 16 e 17).

O Gestor reconhece a falha e anuncia que está tomando medidas para adequar a legislação municipal ao contido na Resolução TCE-RS n.º 936/2012.

A despeito de se tratar de apontamento em que existe reiteração da conduta, a admissão da falha e a tomada de providência para saná-la demonstra a boa-fé do Administrador em solver a questão.

No entanto, como a inconformidade persistiu por todo o exercício, este MPC, em anuência à Área Técnica, opina pela **manutenção** do aponte.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 10/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05B0.882F.A51C.9470.137D.

9.1.2 – Pesquisa do Acesso à Informação. A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500509), aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 12.527/2011: 4) Registro de repasses ou transferências (Art. 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei n.º 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto n.º 10.540/2020): número do Processo correspondente, nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido, objeto e valor; 14) Diárias (Art. 8º, § 2º da Lei n.º 12.527/2011): cargo do beneficiário e tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local (peça 4500549, p. 52).

12.1.3 – Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. Embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o Município de Santa Maria informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas municipais. A situação descrita atende parcialmente ao previsto no § 2º do art. 26-A da Lei Federal n.º 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB n.º 14/2015 e nas demais diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras, africanas e dos povos indígenas. Ademais, a secretaria de educação de Santa Maria informou que realizou consultas nas escolas públicas, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, conforme previsto no Plano Estadual,

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 10/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05B0.882F.A51C.9470.137D.

instituído pelo Decreto Estadual n.º 53.817/2017 (peças 4500513 e 4500516). Entretanto, o documento apensado pelo Jurisdicionado não comprova a informação dada, cabendo ao Gestor esclarecer essa situação (peça 4500549, p. 64).

Como bem observa a Supervisão, *"O relatório apresentado satisfaz os requisitos do Decreto Estadual n.º 53.817/2017 quanto à necessidade de elaboração de relatórios anuais. Porém, o próprio documento atesta que nem todas as escolas municipais têm desenvolvido a temática racial e indígena em sala de aula, no escopo legalmente exigido".*

Portanto, considerando o trabalho desenvolvido pelo Executivo de Santa Maria, bem como sopesando o fato de que nos exercícios de 2020 e 2021 as aulas deram-se de forma predominante remota, este Agente Ministerial opina pelo **afastamento** do aponte, sem prejuízo de **determinação à Origem** para envidar esforços no sentido de que todas as escolas municipais desenvolvam a temática racial e indígena em sala de aula.

14.2.1 – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A partir de questionário enviado ao jurisdicionado, foram constatadas as seguintes inconformidades: b) o Executivo informou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos vigente no Município não contempla na íntegra o conteúdo mínimo exigido pelo art. 19 da Lei Federal n.º 12305/2010 ou, no caso de municípios com menos de 20.000 habitantes, pelo Decreto Federal n.º 7.404/2010 para o caso de um plano simplificado; c) as ações, programas e metas propostas no Plano estão sendo implementadas, mas com atraso em relação aos prazos nele inicialmente previstos, não atendendo integralmente ao inciso XIX, do art. 19 da Lei Federal n.º 12.305/2010, alterado e incluído pela Lei Federal n.º 14.026/2020 (peça 4500549, pp.72 e 73).

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 10/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05B0.882F.A51C.9470.137D.

Em convergência com o Serviço de Instrução, opina este Ministério Público de Contas pela **manutenção** do apontamento, porquanto *"as omissões normativas e atrasos relatados restaram comprovados e ainda não foram sanados integralmente"*.

II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, ainda que revele a ocorrência de infração às normas que disciplinam a atuação da Administração Pública, não compromete gravemente a gestão administrativa.

Quanto à aplicação da sanção administrativa prevista no *caput* do art. 135 do RITCE, considera-se possível, neste particular, a elisão desta medida, já que apenas foram aferidas inconformidades de índole formal e de pouca gravidade.

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Parecer favorável** à aprovação das contas do Senhor RODRIGO DECIMO (Vice-Prefeito), Administrador do Poder Executivo Municipal de Santa Maria no exercício de 2021, com fundamento no inciso I do art. 75 do RITCE.

2º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas do Senhor JORGE CLADISTONE POZZOBOM (Prefeito), Administrador do Poder Executivo Municipal de Santa Maria no exercício de 2021, com fundamento no inciso II do art. 75 do RITCE, tendo em vista os critérios estabelecidos pelos arts. 2º e 3º da Resolução TCE n.º 1.142/2021.

3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, em especial, para envidar esforços no sentido de que todas as escolas municipais desenvolvam a

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 10/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05B0.882F.A51C.9470.137D.

temática racial e indígena em sala de aula, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 10 de julho de 2023.

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI
Procurador do MPC

Assinado digitalmente.

Assinado digitalmente por: Ângelo Gräbin Borghetti em 10/07/23.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.05B0.882F.A51C.9470.137D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
Gab. Estilac Xavier

Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 25 de Julho de 2024, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 23ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 30 de Julho de 2024 - 18h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001216-0200/21-4
Órgão: PM de Santa Maria
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 23 de julho de 2024.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 23/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.5A95.5729.29B9.C094.D89D.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
Gab. Estilac Xavier

Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 25 de Julho de 2024, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 23ª Sessão da Primeira Câmara, aprazada para o dia 30 de Julho de 2024 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 001216-0200/21-4
Órgão: PM de Santa Maria
Matéria: Contas Anuais

Porto Alegre, 25 de julho de 2024.

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 25/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BA3C.55F2.E31A.0EB2.6B3C.

Processo:	001216-0200/21-4
Assunto/Natureza/Matéria:	Contas Anuais
Órgão/Origem/Ente:	PM DE SANTA MARIA
Gestor(es)/Interessado(s):	Jorge Cladistone Pozzobom (Prefeito) e Rodrigo Decimo (Vice-Prefeito)
Procurador(es):	Não há Procuradores constituídos nos autos
Exercício:	2021
Data da sessão:	30-07-2024
Órgão julgador:	Primeira Câmara
Relator:	Estilac Martins Rodrigues Xavier

CONTAS ANUAIS. PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS (PREFEITO). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA CONTROLE INTERNO. REMESSA DOS AUTOS À CÂMARA DE VEREADORES. REMESSA DESTE RELATÓRIO E VOTO E DA DECISÃO PROLATADA A CONSELHOS MUNICIPAIS.

Remessas de Informações: prestação de contas anual do exercício financeiro não atende o exigido na letra "k", inciso IV do artigo 2º da Resolução nº 1.134/2020 deste TCE; atraso na remessa de informações ao Sistema LicitaCon. Sistema de Controle Interno: não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais. Transparência e Acesso à Informação: falta de divulgação de informações sobre dados gerais para acompanhamento de registro de repasses ou transferências e diárias. Educação: falta de abrangência do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Meio Ambiente: Inconformidades no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A análise das falhas apontadas em conjunto com os demais aspectos contemplados nos autos indica a ausência de elementos que maculem as Contas Anuais ora analisadas.

RELATÓRIO

Trata-se de Processo de Contas Anuais dos senhores Jorge Cladistone Pozzobom e Rodrigo Decimo, Administradores da Prefeitura Municipal de Santa Maria no exercício de 2021, cujos autos encontram-se instruídos pelos seguintes documentos: Relatório de Contas Anuais (peça 4500549); Esclarecimentos apresentados pelo Gestor (peça 4651742); Instrução

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Página 2310
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 2
Peça 5931943
DOCUMENTO PÚBLICO

Técnica - Análise de Esclarecimentos realizada pela Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Municipais II - SAICM II (peça 4847083); e Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado – MPC (peça 5223997).

Além da apresentação dos aspectos relativos à macrogestão, o Relatório de Contas Anuais evidenciou inconformidades, de responsabilidade do senhor Jorge Cladistone Pozzobom (Prefeito), conforme apontado pela Equipe de Auditoria. Após os esclarecimentos trazidos pelo Gestor, tais inconformidades foram devidamente examinadas pela SAICM II.

O Senhor Rodrigo Decimo (Vice-Prefeito) não foi intimado para prestar esclarecimentos, em razão da ausência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

O **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado**, por intermédio do Parecer n° 6530/2023, da lavra do Procurador-Geral, Ângelo Gräbin Borghetti, opina por:

> *1º) **Parecer favorável** à aprovação das contas do Senhor RODRIGO DE-CIMO (Vice-Prefeito), Administrador do Poder Executivo Municipal de Santa Maria no exercício de 2021, com fundamento no inciso I do art. 75 do RITCE.*
>
> *2º) **Parecer favorável, com ressalvas**, à aprovação das contas do Senhor JORGE CLADISTONE POZZOBOM (Prefeito), Administrador do Poder Executivo Municipal de Santa Maria no exercício de 2021, com fundamento no inciso II do art. 75 do RITCE, tendo em vista os critérios estabelecidos pelos arts. 2º e 3º da Resolução TCE n.º 1.142/2021.*
>
> *3º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, em especial, para envidar esforços no sentido de que todas as escolas municipais desenvolvam a temática racial e indígena em sala de aula, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.*

É o Relatório.

VOTO

O presente processo examina um amplo conjunto de dados nas mais diversas áreas da macrogestão municipal tornando mais completa a análise realizada por este Tribunal de Contas para fins da emissão do Parecer Prévio, missão que é atribuída ao TCE-RS por força dos artigos 31, 70, 71, I, e 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Estadual nº 11.424/2000; e Resolução TCE-RS nº 1.028/2015. Tendo em vista que a abordagem realizada não se limita ao apontamento de falhas, mas contemplando também a apresentação da realidade

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

local em cada um dos capítulos apresentados, este Relator fará uma abordagem sobre o conjunto de situações trazidas pela Equipe de Auditoria no Relatório de Contas Anuais, independente se apontadas ou não como inconformidades. Assim, este processo e o Voto que ora apresento visam informar e dar conhecimento sobre a administração do Município aos Senhores Vereadores, responsáveis pelo julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, à população local, ao Controle Social e aos órgãos de pesquisa proporcionando uma visão ampla sobre os diversos aspectos relativos à gestão do município.

Neste ponto penso que é importante registrar, ainda, que ao examinar os Processos de Contas Anuais relativos ao exercício de 2021 identifiquei que alguns dos Capítulos incluídos em 2020 não constam dos respectivos Relatórios de Contas Anuais, notadamente, os itens relativos ao cumprimento das metas do Plano Nacional da Educação e os que tratavam dos Conselhos Municipais e das Políticas para Mulheres. Entendo que além de manter e de consolidar as análises já estabelecidas no exercício de 2020, é importante ampliar as matérias analisadas, como forma de melhor refletir os aspectos relevantes de cada localidade de nosso Estado. Entendo que a diminuição, ainda que gradativa, dos itens examinados nos Relatórios de Contas Anuais pode limitar os Processos em questão a mera apresentação de dados contábeis e fiscais, que embora relevantes, não são suficientes para demonstrar a complexa realidade de cada localidade, nas mais diversas áreas da macrogestão. Penso que restringir a análise das contas do Chefe do Poder Executivo a dados contábeis e fiscais muito se aproximaria do modelo adotado por este Tribunal de Contas nos antigos processos de contas de governo, os quais se mostraram insuficientes ao longo do tempo para a formação de juízo sobre a emissão do Parecer Prévio. Por fim, registro que fiz manifestação neste sentido em diversas oportunidades, tanto em Plenário, quanto em comunicação formal à Presidência desta Casa, para que possamos aperfeiçoar constantemente o cumprimento da missão constitucional atribuída a este Tribunal de Contas.

Passo ao exame das situações trazidas aos autos.

Quanto à **Remessa de Informações** a este Tribunal **(Capítulo 4)**, observou-se que foram cumpridos os prazos relativos à Prestação de Contas Anual e às remessas de normas à Base de Ligislação Municipal – BLM. Também verifica-se que as remessas dos questionários requisitados em 2021, com o objetivo de emitir pareceres prévios que trouxessem uma visão mais ampla sobre o município e seus serviços públicos, foram efetuadas de acordo com a Resolução TCE-RS nº 1.134/2020 e com os Ofícios Circulares DCF nº 06/2021 e nº 10/2021. Já em relação ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI) e Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) foram identificados atrasos. Todavia,

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

considerando que os atrasos não comprometeram a análise das informações, deixou-se de considerá-los como inconformidades para fins de apreciação das Contas Anuais.

Em relação a tal Capítulo, o Relatório de Contas Anuais evidenciou as seguintes inconformidades:

Item 4.1.4. Análise da Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro do Processo. A documentação apresentada não atende o exigido na letra "k", inciso IV do artigo 2º da Resolução nº 1.134/2020 deste TCE (peça 4500549, pág. 14).

> *k) análise e parecer conclusivo emitido pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS referente, no mínimo, à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde e à aplicação dos recursos vinculados ao SUS.*

Item 4.1.6. Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon). Foi constatado que 2,68% das remessas de licitações ao LicitaCon foram efetuadas com atraso médio de 47,68 dias e que 9,33% das remessas de contratos foram efetuadas com atraso médio de 32,77 dias. Inobservância à Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e à Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017 (peça 4500549, pág. 14).

Quanto ao item 4.1.4, o Gestor reforça que a Secretaria de Saúde tem prazo para entrega da Prestação de Contas do exercício (encerra no dia 30 de março do ano subsequente, regra estabelecida pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012), fator que impossibilita que o documento seja acostado no momento estabelecido pela Resolução do TCE-RS, mas que, como se verifica, atende ao disposto na legislação, portanto, não configura qualquer ilegalidade.

Quanto à ausência de parecer conclusivo e aprovação do Plano Plurianual, o Administrador alega que foi acostado à Prestação de Contas o Plano Municipal de Saúde - PMS para os anos de 2018 e 2021. Ainda, anexa as Resoluções de aprovação desse e aprovação de sua alteração, devidamente firmados pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde (peça 4651741).

Já em relação ao item 4.1.6, o Gestor refere que a Secretaria de Município de Finanças, pasta responsável pela inserção de documentos e informações no referido sistema,

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Página 2313
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 5
Peça 5931943
DOCUMENTO PÚBLICO

apresentou justificativas para cada evento relacionado em atraso (peça 4651950). Ressalta que já foram efetivados aprimoramentos nos procedimentos, com vistas a evitar novos atrasos.

No que se refere ao item 4.1.4, tenho acordo com a manifestação do Órgão Técnico, que abaixo transcrevo:

> *Tal justificativa não procede, pois ambas as normativas tratam de prazo limite, ou seja,* ***a fim de atender à ambas as normas, a Secretaria de Saúde poderia (e deveria) enviar seu parecer ao CMS antes de 30 de março, de modo que o referido conselho possa, por sua vez, emitir o parecer conclusivo e remetê-lo ao TCERS até a data limite prevista na Resolução 1134/ 2020****.* Grifo Nosso.

Voto pela manutenção da irregularidade.

Em relação ao item 4.1.6, o Gestor reconhece a irregularidade. As medidas saneadoras não tem o condão de elidir o apontamento, razão pela qual Voto pela manutenção da irregularidade.

Em relação ao **Sistema de Controle Interno (Capítulo 5)**, o exame da legislação que instituiu e regulamentou o referido sistema identificou que não existe previsão legal para um dos quesitos definidos, de acordo com a Resolução TCE-RS nº 936/2012, que será analisado na sequência deste Voto.

Quanto à Estrutura Administrativa e Organizacional do Sistema de Controle Interno, a análise evidenciou que os servidores exercem cargos de provimento efetivo, desempenham suas atividades com exclusividade no controle interno e estão lotados em cargos com atribuições compatíveis às desenvolvidas na unidade de controle.

No que se refere ao atendimento das recomendaçoes da Unidade Central de Controle Interno (UCCI), as informações apresentadas indicam que o Gestor adotou parcialmente providências tendentes à correção das inconformidades apuradas e ao atendimento das recomendações efetuadas, e emprega parcialmente medidas tendentes a responsabilizar os agentes que infringem os regramentos vigentes para a administração pública do município. Foi constatado ainda que a unidade de controle interno pronuncia-se de forma conclusiva no parecer sobre as contas do Prefeito Municipal, opinando quanto à regularidade das contas.

Em relação a tal Capítulo o Relatório de Contas Anuais evidenciou a seguinte inconformidade:

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Item 5.2.1. Legislação Municipal. O exame da legislação que instituiu e regulamentou o Sistema de Controle Interno constatou a inexistência de previsão do quesito exposto na letra "e", evidenciando a necessidade de aprimoramento da norma local para o integral atendimento da Resolução TCE-RS nº 936/2012 (peça 4500549, págs. 16 e 17):

> ***e) não existe previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das tomadas de contas especiais****, manifestando-se ao final da respectiva instrução, as quais deverão ser encaminhadas ao TCE-RS, a fim de ensejar a possível responsabilização dos administradores ou agentes subordinados por atos omissivos ou comissivos que importarem em dano ao erário (inciso III do parágrafo único do artigo 6º da Resolução TCE-RS n.º 936/2012).*

O Gestor pondera que não há obrigação legal determinando o acompanhamento demandado, mas que, na prática do Controle Interno, que prevê *"(...) o acompanhamento, por vários procedimentos, da atuação do gestor (...)"*, a atividade é realizada pela Unidade. Anuncia, no entanto, medidas corretivas tendentes a solucionar a lacuna (peça 4651993).

Ressalto que a irregularidade não está circunscrita à prática do Controle Interno, mas sim à ausência de previsão legal de que a UCCI acompanhará o processamento das Tomadas de Contas Especiais. Apesar do anúncio de medidas saneadoras, que só poderão ser certificadas em futuras auditorias, Voto pela manutenção da irregularidade.

No que se refere à **Gestão Orçamentária (Capítulo 6)**, o Relatório indica um superávit de R$ 32.865,22 (R$ mil) na execução orçamentária consolidada[1]. Corroborando tal resultado é possível observar que as transferências correntes arrecadadas[2], as quais representam 60,21% do total arrecadado em 2021, foram 24,16% superiores ao previsto. E em relação às despesas, o montante empenhado foi 21,64% inferior à dotação autorizada. Cabe observar, ainda, que o índice de modificação orçamentária foi de 59,03%, o que demonstra a necessidade de adaptação do plano elaborado para o ano de 2021.

Em relação à Gestão Orçamentária não foi evidenciada a existência de qualquer inconformidade.

Em relação à **Gestão Fiscal (Capítulo 7)**, tendo como referência a Receita Corrente Líquida, constatou-se o crescimento das despesas com pessoal, em relação ao ano anterior; a estabilidade da dívida consolidada líquida; a inexistência de concessão de garantias e

1 Considerando os valores relativos ao Executivo, Legislativo, Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria e Instituto de Planejamento de Santa Maria. Receita R$ 880.765,84 (R$ mil); Despesa R$ 847.900,61 - (R$ mil).
2 Transferências Correntes Arrecadadas: R$ 435.285,32 (R$ mil); Transferências Correntes Estimadas: R$ 350.582,90 (R$ mil).

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Página 2315
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 7
Peça 5931943
DOCUMENTO PÚBLICO

contragarantias no período; e a queda da realização de operações de crédito no período. A partir dos dados apontados no quadro 52, o Poder Executivo de Santa Maria apresenta disponibilidade financeira no recurso extraorçamentário 8001 a 9999 para a cobertura dos valores restituíveis inscritos no passivo circulante. As informações constantes no Modelo 9 demonstram a existência de disponibilidade financeira suficiente para a cobertura dos valores inscritos em restos a pagar, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Verificou-se, ainda, que as publicações e divulgações do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e das Audiências Públicas ocorreram nos prazos, também estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Em relação ao Capítulo 7, o Relatório de Contas Anuais não evidenciou inconformidades.

No **Capítulo 8**, que trata da **Gestão Patrimonial**, o Relatório analisa as demonstrações contábeis a partir de indicadores com a finalidade de compreender a situação econômico-financeira do ente e as consequências das decisões dos gestores ante o patrimônio público ao longo dos anos.

A partir do exame realizado não foi evidenciada a existência de qualquer inconformidade.

Em relação à **Transparência e Acesso à Informação (Capítulo 9)**, a análise dos dados contidos no Recibo de Informações, aferidos mediante pesquisa efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constatou que, dentre os aspectos examinados, estão sendo cumpridas as exigências de transparência estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, na Lei Federal nº 13.460/2017 (Lei das Ouvidorias) e na Lei Federal nº 13.979/2020 (Lei de Enfrentamento à COVID-19). No entanto, tal Capítulo evidenciou a seguinte inconformidade:

Item 9.1.2. Pesquisa do Acesso à Informação. A partir dos dados contidos no Recibo de Informações (peça 4500509), aferidos mediante pesquisa amostral efetuada no período de 06/07 a 26/09/2021 no sítio eletrônico do Poder Executivo de Santa Maria, constata-se que, dentre os aspectos examinados, não estão sendo cumpridas as seguintes exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011: **4)** Registro de repasses ou transferências (Artigo 8º, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 12.527/2011 e art. 8º, inciso I, alínea f, do Decreto nº 10.540/2020): - Número do processo correspondente; - Nome e identificação por CPF ou CNPJ do favorecido; -

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Objeto; - Valor. **14)** Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011): - Cargo do beneficiário; - Tabela ou relação que explicite os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local.

O Gestor manifesta-se conforme segue:

> *Informamos que a Superintendência de Contabilidade apresentou os links de acesso ao item 04 do aponte.*
>
> *Quanto a ausência do cargo servidor na tela de empenho, provocados pelo TCE-RS está em andamento solicitação para inclusão. Contudo, mesmo assim, a transparência pública não está prejudicada, visto que é possível verificar o cargo ocupado no link: http://www.santamaria.rs.gov.br/transparencia/?secao=quadro_funcional&sub=relacao_nominal.*
>
> *Esclarecemos, ainda, que a tabela que apresenta os valores fixados para diárias está no portal de transparência do Município, conforme abaixo, onde apresenta tabela no link: http://www.santamaria.rs.gov.br/inc/view_doc_api.php?arquivo=tpf_20220505-_1055.pdf&opcao=folhaPagamento.*

Anexa documentos (peça 4651994).

Cabe referir que a Área Técnica não localizou os dados sobre repasses e transferências, ao menos não conforme exigido pela Lei Federal nº 12.527/2011. Ademais, não há comprovação pelo Gestor de que os *links* informados já estavam disponíveis à época da realização da pesquisa de transparência.

Voto pela manutenção das irregularidades.

No que se refere ao **Regime de Previdência (Capítulo 10)**, registra-se que o Regime Próprio de Previdência de Santa Maria está constituído sob a forma de Autarquia. O município possuía Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) válido ao final do exercício, estando, portanto, em situação regular neste quesito. Registra-se, também, que o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) foi cadastrado dentro do prazo estabelecido para encaminhamento à Secretaria de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência.

Quanto ao índice de cobertura atuarial da provisão matemática total do DRAA de 2022, com data focal em 31/12/2021, é menor que 1, bem como o índice de cobertura atuarial da provisão matemática de benefícios concedidos, significando que os recursos financeiros são insuficientes inclusive para a cobertura da provisão matemática dos benefícios já concedidos de aposentadoria e pensão. Essa situação impede, por exemplo, que o município reduza seu plano

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Página 2317
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 9
Peça 5931943
DOCUMENTO PÚBLICO

de custeio, por não atender ao disposto no inciso III do artigo 65 da Portaria ME nº 464/2018, sendo necessária a adoção de medidas em busca do equilíbrio atuarial integral.

Em relação ao Capítulo 10, o Relatório de Contas Anuais não evidenciou inconformidades.

A análise quanto aos **Limites Constitucionais (Capítulo 11)**, evidencia que o Município aplicou 25,24% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e 18,00% em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), cumprindo portanto os mínimos exigidos constitucionalmente.

Quanto ao FUNDEB, os dados apresentados demonstram que no exercício em questão ocorreu um ganho no montante de R$ 81.938.884,70. Tal valor reprenta o maior valor de ganho nos últimos 5 anos.

Em relação ao Capítulo 11, o Relatório de Contas Anuais não evidenciou inconformidades.

No que se refere à **Educação (Capítulo 12)**, o Relatório de Contas Anuais abordou apenas duas temáticas: - 12.1. Ensino da História e da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; - 12.2. Busca Ativa e Enfrentamento à Exclusão Escolar.

Em relação à primeira temática, constatou-se que o Executivo Municipal editou norma específica e vigente (Resolução nº 34/2015) disciplinando a implementação do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, o que denota atendimento do artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996 (peça 4500512). Por sua vez, o Plano Municipal de Educação inclui o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena dentre as metas a serem atingidas, cumprindo, portanto, o disposto na Lei Estadual nº 14.705/2015.

Ainda, embora tenha asseverado que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros são plenamente ministrados nas escolas da rede municipal de ensino, o município de Santa Maria informou que esses conteúdos são ministrados apenas em algumas disciplinas do currículo escolar das escolas municipais.

Quanto à capacitação dos professores, o Município assevera que oportunizou a participação de professores em cursos de formação nas áreas de educação das relações étnico-raciais e ensino da cultura e história afro-brasileira, africana e dos povos indígenas durante

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Página 2318
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 10
Peça 5931943
DOCUMENTO PÚBLICO

o exercício de 2021, em cumprimento, portanto, ao disposto no artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996.

Por fim, registra-se que a Secretaria de Educação de Santa Maria elaborou relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, em acordo com o artigo 4º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 53.817/2017 e com as principais ações previstas para os governos municipais no Plano Estadual de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino das Histórias e das Culturas Afro-Brasileiras, Africanas e dos Povos Indígenas, instituído pelo mesmo Decreto (peças 4500513 e 4500516). Entretanto, o documento apensando pelo Jurisdicionado não comprova a informação dada, cabendo ao Gestor esclarecer essa situação.

Sobre a questão da busca ativa e o enfrentamento à exclusão escolar, o Relatório de Contas Anuais registrou que o município de Santa Maria declarou as seguintes situações em 2021:

- promoveu processos estruturados de busca ativa mediante programa municipal específico e adesão à Busca Ativa Escolar da Unicef/Undime;

- realizou proativamente a identificação de crianças e adolescentes fora da escola, por meio de: visitas a domicílios, via registros estudantis de infrequência ou abandono, por meio de mapeamento de territórios com maior indício de exclusão escolar e ações de comunicação com equipes de campo e comunidade;

- informou que, uma vez identificada criança/adolescente fora da escola, o Município atua imediatamente para garantir a (re)matrícula;

- informou que em 2021 monitorou a frequência dos estudantes, a fim de identificar riscos de abandono e de evasão escolares, porém não controlou as causas do afastamento da escola; o que representa risco à efetividade das ações de enfrentamento à exclusão escolar;

- informou que não dispõe de documento formal com diretrizes para identificar e monitorar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono ou evasão, o que indica necessidade de aperfeiçoamento da etapa de planejamento da estratégia municipal de enfrentamento à exclusão escolar.

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

- acerca das estratégias 1.15, 2.5 e 3.9, previstas do Plano Nacional de Educação, de que a busca ativa deve ser realizada em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, informou que os seguintes órgãos/entidades municipais estão envolvidos na estratégia municipal de combate à exclusão escolar: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Conselho Tutelar. Ademais, assevera também que atua concertadamente com órgãos públicos de outras esferas, como o Ministério Público do Estado e Polícias Civil ou Militar. Ainda, que o Município não definiu procedimentos visando a garantir o encaminhamento, à rede estadual, das crianças e adolescentes por ele identificados que necessitam de matrícula naquela rede.

- acerca dos recursos humanos destinados ao enfrentamento da exclusão escolar, informou que: a) dispõe de profissionais treinados e incumbidos de identificar casos de crianças e adolescentes fora da escola; b) dispõe de profissionais responsáveis por realizar análise técnica acerca das causas da exclusão escolar, nos casos em que for identificada criança ou adolescente fora da escola; c) dispõe de responsáveis por assegurar a interlocução entre os órgãos e setores participantes da estratégia de enfrentamento à exclusão escolar; d) dispõe de profissionais responsáveis por realizar os encaminhamentos para a (re)inserção e permanência na escola e, quando necessário, para o atendimento nos demais serviços públicos.

Em relação ao Capítulo 12, o Relatório de Contas Anuais evidenciou as seguintes inconformidades:

Item 12.1.3. Abrangência do Ensino e da História e da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. A Secretaria de Educação de Santa Maria informou que realizou consultas nas escolas públicas, elaborando relatórios anuais a respeito das ações de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e dos povos indígenas, conforme previsto no Plano Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 53.817/2017 (peças 4500513 e 4500516). Entretanto, o documento apensado pelo Jurisdicionado não comprova a informação dada.

Em relação ao item 12.1.3, o Gestor acosta o relatório elaborado pela Secretaria de Educação, acerca das atividades e avaliações pedagógicas das iniciativas relacionadas ao tema em questão (peça 4651996). O Gestor destaca que, além do relatório quantitativo de atividades, ainda se tem a exposição das questões didático-metodológicas que envolveram o processo de ensino-aprendizagem sobre os temas e, além disso, pode-se verificar a avaliação feita pela Secretaria gestora acerca das iniciativas realizadas pelas unidades educacionais.

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

O Administrador ressalta, ainda, que no ano de 2021 manteve, em uma boa parte, as atividades escolares de forma remota, depois híbrida, até que se retornasse à integral presencialidade, de modo que as atividades pedagógicas também necessitaram de importantes adaptações para todas estas formas de ensino e suas peculiaridades, somadas aos desafios de reinserção dos alunos em sala da aula. Desta forma, pondera, de forma evidentemente justificada, que, eventualmente algumas atividades tiveram seus desenvolvimentos limitados, em alguns aspectos, sem, contudo, impedir que os relevantes conteúdos relacionados ao ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena fossem abordados de forma ampla e satisfatória em todos os níveis de ensino da rede.

Com relação ao item ora em exame, anuo com as considerações da Área Técnica, que transcrevo abaixo:

> *O relatório apresentado satisfaz os requisitos do Decreto Estadual n.º 53.817/2017 quanto à necessidade de elaboração de relatórios anuais. Porém, o próprio documento atesta que nem todas as escolas municipais têm desenvolvido a temática racial e indígena em sala de aula, no escopo legalmente exigido.*
>
> *Assim, a prefeitura deve adotar medidas para garantir o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em toda a rede municipal, no âmbito de todo o currículo escolar*. Grifo no original.

Voto pela manutenção da irregularidade.

Em relação à **Saúde (Capítulo 13)**, a partir de informação prestada pelo Poder Executivo de Santa Maria, constata-se: a existência do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em data posterior à do encaminhamento do Projeto de Lei do Plano Plurianual ao Poder Legislativo (peças 4500517; 4500521; 4500538 e 4500539); a existência da Programação Anual para o ano de 2022, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde em data posterior à do encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo (peças 4500540; 4500522 e 4500539) e existência do Relatório de Gestão de 2020, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde (peças 4500541; 4500542; 4500543 e 4500539).

Em relação ao Capítulo 13, o Relatório de Contas Anuais não evidenciou inconformidades.

No **Capítulo 14** são abordadas as questões relativas às **Políticas Municipais de Meio Ambiente**. A partir das informações fornecidas pelo Município é possível verificar o desatendimento de parte significativa dos requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Página 2321
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 13
Peça 5931943
DOCUMENTO PÚBLICO

140/2011, recomendando-se esforços para a implementação da ação prevista na legislação aplicável e ainda não alcançada.

Quanto à estrutura de licenciamento, controle e fiscalização ambiental, o jurisdicionado informou que não existem pendências do município junto ao Ministério Público do Rio Grande do Sul relativas a questões ambientais. Disse ainda que o município possui unidade administrativa dedicada ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local (Secretaria de Município de Meio Ambiente). Quanto ao licenciamento ambiental, informa que conta com responsável técnico habilitado, sendo que em 2021 foi responsável pela análise de 302 processos de licenciamento e pela emissão de 249 licenças ambientais.

Sobre a disposição final dos resíduos sólidos do Município, o jurisdicionado informou que é feita em aterro sanitário regularmente licenciado, conforme licença ambiental nº 07449, emitida pela FEPAM.

Sobre a abrangência da coleta dos resíduos sólidos urbanos, a auditada informou que é disponibilizada para 100% da população municipal residente na área urbana. Já na área rural do município, a coleta de resíduos sólidos domiciliares atende a 16% da população.

Em relação à coleta seletiva, informou que o Município atende parcialmente ao que determinam os princípios, objetivos e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos no que diz respeito à implantação da coleta seletiva em toda a área urbana.

Em relação aos serviços públicos de esgotamento sanitário no município, o jurisdicionado respondeu estes são prestados pela CORSAN. De acordo com informações, o contrato com a CORSAN está vigente até a data de 16/07/2053 (peça 4500547). Após essa data, nos termos do artigo 10 da Lei 11.445/2007, uma nova contratação deverá ser precedida de procedimento licitatório.

Tal capítulo do Relatório de Contas Anuais evidenciou a seguinte inconformidade:

Item 14.2.1. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS). O Executivo informou que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos vigente no Município não contempla na íntegra o conteúdo mínimo exigido pelo artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010 ou, no caso de municípios com menos de 20.000 habitantes, pelo Decreto Federal nº 7.404/2010 para o caso de um plano simplificado, estando portanto, neste aspecto, em desacordo com as

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

exigências legais (item b). As ações, programas e metas propostas no Plano estão sendo implementadas, mas com atraso em relação aos prazos nele inicialmente previstos. Desta forma, o Município declara que não está cumprindo integralmente com o que determina o inciso XIX do artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010, alterado e incluído pela Lei Federal nº 14.026/2020 (item c), e deve envidar esforços no sentido de recuperar a cronologia prevista no Plano de forma a evitar que, em exercícios futuros, a reincidência possa converter o presente alerta em falha a ser considerada no Relatório de Contas Anuais.

O Gestor reitera o compromisso da administração municipal com a sustentabilidade de suas contratações relacionadas à gestão de resíduos e, da mesma forma, a manutenção de equipe técnica que conduza esta temática de forma integrada e efetiva. Informa que o Município de Santa Maria assinou contrato com a Caixa Econômica Federal por meio do Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS (CIRC/CENTRO/RS) para a estruturação de Projeto de Concessão do Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos, atendendo o previsto no §9º do Art. 19 da Lei nº 12.305/2010.

O Administrador, para atender as exigências da Lei Federal nº 12.305/2010 no que se refere ao Plano de Gestão até a conclusão do contrato antes citado, informa estar desenvolvendo através da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Secretaria de Meio Ambiente e Instituto de Planejamento de Santa Maria um Termo de Referência para contratação de um PGIRS externo ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) que contemple, em sua totalidade, o artigo 19 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Com isso, entende estar saneada a questão apontada no ponto 'b' do item 14.2.1, de forma suficiente e eficaz, visto que representará o efetivo cumprimento da legislação e dispensando, portanto, a necessidade de PGIRS municipal.

Em resposta ao questionado no ponto "c" do mesmo item, referente às metas previstas para os RSU no PMSB, a Superintendência de Monitoramento e Fiscalização dos Serviços de Água e Esgoto (órgão técnico que também tem em suas atribuições os temas relacionados ao saneamento – portanto, gestão de resíduos sólidos) informa que estão sendo realizadas ações, projetos e programas referentes à coleta seletiva, varrição pública e à coleta *conteinerizada*.

Diz que o atendimento de Santa Maria pela concessão trará alterações nas metas e programas/ações previstas para a cidade pelo PMSB, em especial todas que envolvem a construção de infraestrutura bem como as atividades práticas de gestão do sistema (coleta e destinação final), visto que os projetos abrangerão toda área dos municípios envolvidos e não

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

apenas Santa Maria. Assim, entende tratar-se de ajuste de cronograma e de desenvolvimento de trabalho, contudo, todo planejamento está em execução, inclusive com formalização destas medidas, a fim de comprovar o engajamento e as medidas administrativas adotadas pelo município, em cada ponto questionado.

Documentos na peça 4651999.

Em relação ao item 14.2.1, cabe salientar que o Administrador reconhece as irregularidades apontadas, indicando soluções cuja eficácia só poderá ser verificada em futura Auditoria. Voto pela manutenção do aponte.

Em relação à **emissão do Parecer Prévio**, a análise das situações apontadas nos autos como inconformidades, em conjunto com as informações relativas à macrogestão do Município, não existem elementos que comprometam a Gestão do Administrador no exercício em apreço. Assim, considerando o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução TCE-RS nº 1.142/2021, entendo que as situações elencadas no presente Voto devem ensejar a emissão de Parecer Prévio Favorável, com Ressalvas, à aprovação das Contas do senhor Jorge Cladistone Pozzobom, nos termos do artigo 75, inciso II, do Regimento Interno desta Casa.

Em relação ao senhor Rodrigo Decimo, destaco que o mesmo não foi intimado a prestar esclarecimentos, pois não foram registradas inconformidades no período de gestão de sua responsabilidade. Assim, voto pela emissão de Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas do referido administrador.

No que tange à **imposição de multa**, observo que em março de 2017 este Tribunal aprovou a Súmula nº 23, estabelecendo que *"Nos processos de Contas de Governo, não cabe multa ao Administrador"*. Há um debate instaurado acerca da aplicabilidade da Súmula 23 às Contas Anuais. Enquanto não houver posicionamento do Tribunal Pleno a respeito, voto pela aplicação de referida súmula às Contas Anuais, as quais substituíram as Contas de Governo na missão constitucional de emissão de parecer prévio, atribuída aos Tribunais de Contas.

Pelo exposto, Voto pela não aplicação de penalidade pecuniária ao Gestor no âmbito do presente Processo de Contas Anuais.

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Página 2324
Processo 01216-0200/21-4
Página da peça 16
Peça 5931943
DOCUMENTO PÚBLICO

Pelo exposto, **VOTO**:

a) pela emissão de **Parecer Favorável com ressalvas** à aprovação das contas anuais do senhor **Jorge Cladistone Pozzobom,** Administrador do Executivo de **Santa Maria** no exercício de 2021, com fundamento no artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução TCE/RS nº 1.142/2021;

b) pela emissão de **Parecer favorável** à aprovação das contas do senhor **Rodrigo Decimo** (Vice-Prefeito), Administrador do Poder Executivo Municipal de **Santa Maria** no exercício de 2021, com fundamento no art. 75, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução TCE/RS nº 1.142/2021;

c) pela **recomendação** ao atual Gestor para a adoção de medidas efetivas em relação às inconformidades apresentadas no Relatório deste Voto;

d) pela **determinação** à Direção de Controle e Fiscalização para incluir as temas relativas ao cumprimento das metas do **Plano Nacional da Educação**, aos aspectos relativos à instituição, composição, funcionamento, infraestrutura e recursos disponíveis aos **Conselhos Municipais** e às **Políticas para Mulheres**, na análise das contas de 2023;

e) pela **ciência** do inteiro teor deste relatório e voto e da decisão que vier a ser prolatada **ao Sistema de Controle Interno** do Município;

f) pela **remessa** do inteiro teor deste relatório e voto e da decisão que vier a ser prolatada **aos Presidentes e/ou Coordenadores** dos Conselhos Municipais contemplados neste Voto;

g) pela **remessa dos autos** à Câmara de Vereadores do Município para os fins do julgamento previsto no § 2º do artigo 31 da Constituição da República;

h) pela **remessa dos autos** à Supervisão competente para a aplicação dos consectários decorrentes desta decisão, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal.

Assinado digitalmente pelo Relator.

Assinado digitalmente por: Estilac Martins Rodrigues Xavier em 31/07/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D0B3.37D6.380F.C59D.5F7D.

Relator: Conselheiro Estilac Xavier –
Processo n. 001216-02.00/21-4 –
Decisão n. 1C-0356/2024

– Contas Anuais dos Administradores do **Executivo Municipal de Santa Maria** no exercício de **2021**.

O Secretário da Primeira Câmara certifica que as ocorrências pertinentes a este processo, nesta sessão, estão abaixo consignadas.

Apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos.

A seguir, ocorreram as seguintes manifestações:

Conselheiro-Presidente, **Estilac Xavier (Relator):** A matéria está em discussão. Está em votação. Como vota o Conselheiro Cezar Miola?"

Conselheiro Cezar Miola: "Eu acompanho o voto de Vossa Excelência. Aqui nós temos aquele debate em torno da multa que talvez até pudesse ser cominada, mas eu vou acompanhar o voto de Vossa Excelência apenas fazendo o registro de que não o faço pelas circunstâncias fáticas apenas. Acompanho."

Conselheiro-Presidente, **Estilac Xavier (Relator):** "Como vota o Conselheiro Alexandre Mariotti?"

Conselheiro-Substituto Alexandre Mariotti: "Também acompanho o voto de Vossa Excelência com a mesma ressalva feita pelo Conselheiro Cezar Miola no que tange a não aplicação da multa."

Conselheiro-Presidente, **Estilac Xavier (Relator):** "Perfeito. Está anotado, provavelmente em outros casos serão também suscitadas a mesma fundamentação."

Conselheiro Cezar Miola: "Eu peço vênia, então, Senhor Presidente, para já levar em consideração esta intervenção para os demais casos, para que nós, no caso, não sejamos repetitivos."

Conselheiro-Presidente e Relator, Estilac Xavier: "Sim. A ata deve, então, através da secretaria, registrar essa diferença de fundamentação quando aplica a multa ou quando não aplica a multa, que já é bastante conhecido aqui na Câmara e também no Pleno, de certa forma."

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

A Primeira Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:

*a) **emitir Parecer** sob o n. **22.865**, **Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais do Senhor **Jorge Cladistone Pozzobom**, **Administrador do Executivo Municipal***

Assinado digitalmente por: Eduardo Prado de Albuquerque em 17/08/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C6CF.B827.3CA3.519A.E833.

de Santa Maria *no exercício de* ***2021****, com fundamento no artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução TCE n. 1.142/2021;*

b) ***emitir Parecer*** *sob o n.* ***22.865****,* ***Favorável*** *à aprovação das Contas Anuais do Senhor* ***Rodrigo Decimo****,* ***Administrador do Executivo Municipal de Santa Maria*** *no exercício de* ***2021****, com fundamento no artigo 75, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução n. 1.142/2021;*

c) ***recomendar ao atual Gestor*** *que adote medidas efetivas em relação às inconformidades apresentadas no relatório do voto do Conselheiro-Relator;*

d) ***determinar*** *à Direção de Controle e Fiscalização - DCF que inclua os temas relativos ao cumprimento das metas do Plano Nacional da Educação, aos aspectos relativos à instituição, composição, funcionamento, infraestrutura e recursos disponíveis aos Conselhos Municipais e às Políticas para Mulheres, na análise das contas de 2023;*

e) ***dar ciência*** *do inteiro teor do relatório e voto do Conselheiro-Relator e da presente decisão ao Sistema de Controle Interno do Município;*

f) remeter o inteiro teor do relatório e voto do Conselheiro-Relator e a presente decisão aos Presidentes e/ou Coordenadores dos Conselhos Municipais contemplados no voto;

g) remeter os autos à Câmara de Vereadores do Município para os fins do julgamento previsto no § 2º do artigo 31 da Constituição da República;

h) remeter os autos à Supervisão competente para a aplicação dos consectários decorrentes desta decisão, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal.

Participaram do julgamento do processo os Conselheiros Estilac Xavier (Presidente e Relator) e Cezar Miola e o Conselheiro-Substituto Alexandre Mariotti.

Sala Virtual, em 30-07-2024.

Eduardo Prado de Albuquerque,
Secretário da Primeira Câmara, Substituto.

Assinado digitalmente por: Eduardo Prado de Albuquerque em 17/08/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.C6CF.B827.3CA3.519A.E833.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER N. 22.865

Processo n. 001216-02.00/21-4

Processo de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Santa Maria** , referente ao exercício de **2021**. Senhor **Jorge Cladistone Pozzobom**, – **Parecer Favorável com ressalvas**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação e Cientificação. Senhor **Rodrigo Decimo**, – **Parecer Favorável**. Inexistência de falhas.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, reunida em Sessão Ordinária de 30 de julho de 2024, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1° e 2° do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **001216-02.00/21-4**, de Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Santa Maria**, Senhores **Jorge Cladistone Pozzobom** e **Rodrigo Decimo**, referente ao exercício de **2021**;

– Quanto ao Administrador, Senhor **Jorge Cladistone Pozzobom:**

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;

Assinado digitalmente por: Fernanda Ismael em 20/08/24, Estilac Martins Rodrigues Xavier em 21/08/24, Alexandre Mariotti em 21/08/24 e Cezar Miola em 04/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CF8.2CD7.1829.1AE1.659F.

Continuação do Parecer n. 22.865

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável com ressalvas** à aprovação das Contas Anuais do Administrador do Executivo Municipal de **Santa Maria**, correspondente ao exercício de **2021**, gestão do Senhor **Jorge Cladistone Pozzobom**, com fundamento no artigo 75, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução n. 1.142/2021, **recomendando ao atual Gestor** que adote medidas efetivas em relação às inconformidades apresentadas no relatório do voto do Conselheiro-Relator;

– Quanto ao Administrador, Senhor **Rodrigo Decimo**:

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas Anuais, no período de sua responsabilidade, demonstrarem a inexistência de falhas;

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas Anuais dos Administradores do Executivo Municipal de **Santa Maria**, correspondentes ao exercício de **2021** gestão do Senhor **Rodrigo Decimo**, com fundamento no artigo 75, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal;

– **Encaminhar** o presente parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Sala Virtual,
30 de julho de 2024.

Presidente
e Relator

CONSELHEIRO ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

CONSELHEIRO CEZAR MIOLA

CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MARIOTTI

Estive presente:

PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS,
DOUTORA FERNANDA ISMAEL

Assinado digitalmente por: Fernanda Ismael em 20/08/24, Estilac Martins Rodrigues Xavier em 21/08/24, Alexandre Mariotti em 21/08/24 e Cezar Miola em 04/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.7CF8.2CD7.1829.1AE1.659F.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

Processo 001216-0200/21-4 - Matéria - Contas Anuais

- Órgão: PM DE SANTA MARIA
- Relator: Estilac Martins Rodrigues Xavier
- Peça(s):
  - nº 6070634 - Decisão
    - Conclusões
      - Advertência/Alerta/Cientificação/Recom/Determinação
      - Parecer Favorável
      - Parecer Favorável com Ressalva(s)
- Data de envio da comunicação: 26/09/2024
- Motivo: Cientificado - MPC - Ciência do MPC - prazo 60 dia(s)
  - Destinatário: **Geraldo Costa da Camino** (e-com nº 119210/408883)
- Motivo: Intimado - Decisão de Sessão - prazo 30 dia(s)
  - Destinatário: **Jorge Cladistone Pozzobom** (e-com nº 119210/409101)
  - Destinatário: **Rodrigo Decimo** (e-com nº 119210/408884)

Porto Alegre, 26 de Setembro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 26/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.BB13.181E.53BC.4572.F761.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001216-0200/21-4
Órgão: PM DE SANTA MARIA
Destinatário: Jorge Cladistone Pozzobom
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Decisão de Sessão
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §4º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que Jorge Cladistone Pozzobom efetivou a consulta ao teor da comunicação eletrônica número 119210/409101 em:

26/09/2024 11:33:35

Porto Alegre, 26 de Setembro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 26/09/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.30F0.DF11.3737.B8D1.1B19.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001216-0200/21-4
Órgão: PM DE SANTA MARIA
Destinatário: Geraldo Costa da Camino
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Ciência do MPC
Prazo: 60 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 119210/408883, enviada a Geraldo Costa da Camino, em 26/09/2024, foi automaticamente consumada em:

07/10/2024 23:59:59

Porto Alegre, 08 de Outubro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 08/10/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2C81.13A5.1E71.0FAF.8F20.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Consulta

Processo nº: 001216-0200/21-4
Órgão: PM DE SANTA MARIA
Destinatário: Rodrigo Decimo
Matéria: Contas Anuais
Motivo: Decisão de Sessão
Prazo: 30 dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 119210/408884, enviada a Rodrigo Decimo, em 26/09/2024, foi automaticamente consumada em:

07/10/2024 23:59:59

Porto Alegre, 08 de Outubro de 2024

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 08/10/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8307.9713.D90C.DA5F.8ED2.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE CONTROLE PROCESSUAL E OPERACIONAL

Certidão de Trânsito em Julgado

Certifica-se, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme dados do Processo Eletrônico desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do trânsito em julgado: 07/12/2024
Processo: 001216-0200/21-4
Órgão: PM de Santa Maria
Matéria: Contas Anuais
Exercício: 2021
Recursos: -x-

Porto Alegre, 10 de Dezembro de 2024.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Assinado digitalmente por: Tribunal de Contas do Estado do RS em 10/12/24.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.8FB3.D9A9.B452.B425.DEB4.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Supervisão de Serviços Processuais
Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões

Processo nº 001216-0200/21-4 - Contas Anuais
Órgão: Executivo Municipal de Santa Maria
Conselheiro-Relator: Estilac Xavier

Senhor Coordenador,

Trata-se da determinação exarada na alínea *"f"* da *Decisão n. 1C-0356/2024* de *30/07/2024* do processo em tela, no sentido de remeter o inteiro teor do relatório e voto e da mencionada decisão aos Presidentes e/ou Coordenadores dos Conselhos Municipais contemplados no voto do Conselheiro-Relator.

Em atendimento ao disposto na referida alínea, observa-se que os destinatários da comunicação processual não estão vinculados ao Sistema de Cadastro deste Tribunal (SISCAD) e que as diligências realizadas por este Serviço, utilizando outras formas de contato, não obtiveram êxito. Assim, sugere-se que a remessa da informação seja realizada mediante o envio de notificação à Unidade de Controle Interno, determinando ao Responsável que providencie a devida cientificação nos termos estabelecidos.

Dessa forma, propõe-se o encaminhamento do presente expediente ao Gabinete do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator para apreciação e deliberação acerca do exposto.

A sua consideração,

Guilherme Gasparetto,
Oficial Instrutivo
Assinado digitalmente.

De acordo com a informação
e encaminhamento proposto.

Cleber José Nascimento
Coordenador,
SEADE.
Assinado digitalmente.

Encaminhe-se à consideração
do Exmo. Sr. Relator.

Francine Carniel Trevisan,
Supervisora,
SSP.
Assinado digitalmente.

Assinado digitalmente por: Guilherme Gasparetto em 30/04/25, Cleber Jose Nascimento em 05/05/25 e Denizar Simioni em 28/05/25.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2B9C.C1E4.5586.D062.D1C3.

DOCUMENTO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
Gab. ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

Processo:	001216-0200/21-4
Órgão:	PM DE SANTA MARIA
Matéria:	Contas Anuais
Interessado:	Rodrigo Decimo

Visto.

Acolhendo a sugestão do SEADE (peça 6606539), notifique-se a Unidade de Controle Interno da Auditada, determinando ao Responsável que providencie a devida cientificação dos Presidentes e/ou Coordenadores dos Conselhos Municipais, conforme estabelecido na alínea "f" da Decisão nº 1C-0356/2024, com a remessa aos mesmos do inteiro teor do Relatório e Voto da mencionada decisão, devendo a cientificação ser comprovada a esta Corte no prazo de até 60 dias.

Ao SEPROC para providências.

Porto Alegre, 28 de maio de 2025.

Assinado digitalmente pela Relatora.

Assinado digitalmente por: Ana Cristina Moraes em 28/05/25.
Confira a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.2FD4.F880.2AA8.E4CF.8848.